

Anais Eletrônicos do V EPHIS
Encontro de Pesquisa em História da UFMG



BRASIL EM PERSPECTIVA
passado e presente

Anais Eletrônicos do V EPHIS Encontro de Pesquisa em História da UFMG: Brasil em perspectiva: passado e presente

Belo Horizonte, MG: Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas, 06 a 10 de Junho de 2016.

Organização:

Allysson Fillipe Oliveira Lima; Ana Tereza Landolfi Toledo; Cássio Bruno de Araujo Rocha; Igor Tadeu Camilo Rocha; Júlia Melo Azevedo Cruz; Ludmila Machado Pereira de Oliveira Torres; Marcos Vinícius Gontijo Alves; Nathália Tomagnini Carvalho; Rafael Vinicius da Fonseca Pereira.

Belo Horizonte: Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas FAFICH /UFMG, 2017.

Modo de acesso: www.ephisufmg.com.br

1331 p.

Texto em Português

ISBN: 978-85-62707-90-2

CDD 900. Geografia e História.

Allysson Fillipe Oliveira Lima
Ana Tereza Landolfi Toledo
Cássio Bruno De Araujo Rocha
Igor Tadeu Camilo Rocha
Júlia Melo Azevedo Cruz
Ludmila Machado Pereira De Oliveira Torres
Marcos Vinícius Gontijo Alves
Nathália Tomagnini Carvalho
Rafael Vinicius Da Fonseca Pereira
(Organizadores)

Anais Eletrônicos do V EPHIS Encontro de Pesquisa em História da UFMG:

Brasil em perspectiva: passado e presente

1º Edição

ISBN: 978-85-62707-90-2

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas – UFMG
2017

Anais do V EPHIS – V Encontro de Pesquisa em História da UFMG.
06 a 10 de Junho – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016.
www.ephisufmg.com.br

**Anais Eletrônicos do V EPHIS Encontro de Pesquisa em História
da UFMG: Brasil em perspectiva: passado e presente**

**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH
Universidade Federal de Minas Gerais
06 a 10 de junho de 2016**

Reitor da UFMG

Jaime Arturo Ramírez

Vice-Reitora da UFMG

Sandra Regina Goulart Almeida

Diretor em exercício da FAFICH

Carlos Gabriel Kszan Pancera

Vice-Diretor da FAFICH

Carlo Gabriel Kszan Pancera

Chefe do Departamento de História

Ana Carolina Vimieiro

Coordenador do Colegiado de Pós-Graduação em História

Luiz Carlos Villalta

Coordenadora do Colegiado de Graduação em História

André Miatello

Realização

Comissão Organizadora do V EPHIS
Departamento de História – UFMG
Programa de Pós-Graduação em História UFMG – PPGHIS-UFMG

Comissão Organizadora:

Allysson Fillipe Oliveira Lima
Ana Tereza Landolfi Toledo
André Luis Martins Amaral
Cássio Bruno de Araujo Rocha
Igor Tadeu Camilo Rocha
Júlia Melo Azevedo Cruz
Leandro Alysson Faluba
Ludmila Machado Pereira de Oliveira Torres
Marcos Vinícius Gontijo Alves
Mariana Cardoso Carvalho
Nathália Tomagnini Carvalho
Rafael Vinicius da Fonseca Pereira
Robson Freitas de Miranda Junior

Revisão:

Allysson Fillipe Oliveira Lima
Cássio Bruno de Araujo Rocha
Igor Tadeu Camilo Rocha
Júlia Melo Azevedo Cruz
Ludmila Machado Pereira de Oliveira Torres
Marcos Vinícius Gontijo Alves
Nathália Tomagnini Carvalho
Rafael Vinicius da Fonseca Pereira
Robson Freitas de Miranda Junior

Revisão Final:

Rafael Vinicius da Fonseca Pereira

Diagramação

Rafael Vinícius da Fonseca Pereira

Capa

Arte Gráfica: Rúbia Carla dos Santos Dias

Fotografia: SALGADO, Sebastião. *Trabalhadores*.
São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

Monitores:

Alan Guimarães de Paula	Hugo Martins Oliveira
Átila Augusto Guerra de Freitas	Isabela Lemos Coelho Ribeiro
Bruno César Gordiano	Isadora Nébias Carvalho
Bruno de Oliveira Carneiro	João Victor da Fonseca Oliveira
Cairo de Souza Barbosa	José Roberto Silvestre Saiol
Camila Neves Figueiredo	Josiane Gonçalves de Freitas
Carolina Parente Mazoni Mitt	Julia Neves Toledo
Caroline Teixeira do Nascimento	Lucas Macedo Gomes
Débora Aladim Salles	Milene Magalhães Pinto
Erika Caroline Damasceno Costa	Narrimam Lorena Oliveira Carvalho
Fabrcício Emanuel Vailante	Neuma Campos Santos
Felipe Augusto Souza Costa	Otávio Guimarães Vieira
Franciele Fernandes Alves	Paulo Henrique Gontijo Alves
Gabriel Schunk Pereira	Quelle Marina da Silva Rios
Gabriela Freitas Rocha	Roberth dos Santos Freitas
Gustavo André de Azevedo	Vanessa Martins Gonçalves
Henrique Carvalho Figueredo	Victória de Tolledo Andrade Rocha
Heric Maciel de Carvalho	

Apoio:

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH-UFMG
Programa de Pós-Graduação em História - UFMG
Programa de Graduação em História - UFMG
Centro de Estudos Mineiros - CEM
Centro de Estudos sobre a Presença Africana no Mundo Moderno – CEPAMM
Centro Acadêmico de História – CAHIS/UFMG
Revista Varia História
Revista Temporalidades
Oficina de Paleografia - UFMG
Grupo de Teoria e História da Ciência – Scientia UFMG

Sumário

Apresentação.....	16
Comissão Organizadora	

Simpósio Temático:

Simpósio Temático 1:

História dos impressos e da tradução nos séculos XIX e XX: trajetórias e Circularidade.....	18
--	-----------

Psit!!!: uma experiência de Rafael Bordalo Pinheiro no Brasil.....	20
Danilo Wenseslau Ferrari	

D. Silvério Gomes Pimenta e os interesses da igreja: um estudo do pensamento do sacerdote a partir da imprensa católica em Mariana (1870-1900).....	29
Luciano Conrado Oliveira	

O anticomunismo na imprensa baiana: dois jornais, duas táticas, um projeto político (1945-1947).....	39
Roberta Lisana Rocha Santos	

Páginas esquecidas ou um espaço diferenciado: Os Annaes e a imprensa carioca do século XX (1904-1906).....	49
Vinicius Carlos da Silva	

Simpósio Temático 2:

História e culturas urbanas narrativas e práticas sociais nas cidades.....	56
---	-----------

Transformação e conservação: a tradição pictórica da paisagem carioca através da narrativa do Pão de Açúcar.....	58
Aline Viana Tomé	

O espaço público em questão: uma discussão teórica a partir da Plaza de Mayo.....	68
Ana Carolina Oliveira Alves	

Uma reflexão sobre a mobilidade em Londres: The Suicide Club e Strange Case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde sob a ótica da flânerie.....	75
Ana Carolina Silva	

Traços da Cidade: Releitura dos registros de Debret no Rio de Janeiro.....	86
Bruno Willian Brandão Domingues	

Políticas de Preservação e educação patrimonial: o caso da Vila Maria Zélia.....	94
Carolina Pedro Soares	

O BNH e os Conjuntos Habitacionais em Belo Horizonte, a política Habitacional da Ditadura Civil-Militar.....	100
Francisco Gonçalves de Almeida	
A construção humana do espaço sagrado: realização de eventos religiosos nos locais públicos em Belo Horizonte/MG.....	109
Leonardo Augusto dos Santos	
A pesquisa histórica e as interfaces para imaginação de narrativas museológicas no processo de construção do Museu Casa Grande Simplicio Dias na Parnaíba, Piauí.....	117
Leonardo Souza de Araújo Miranda	
Alunos vão ao Museu da Cidade: práticas educativas a partir da implantação da proposta curricular da Rede Municipal de Governador Valadares/MG.....	127
Lucinei Pereira da Silva	
A trama da segregação dos sujeitos pobres na cidade de Fortaleza no final do século XIX.....	135
José Maria Almeida Neto	
São Paulo sob o olhar de Álvares de Azevedo.....	145
Patrícia Aparecida Guimarães de Souza	
Teatro Santa Isabel: a escola dos costumes modernos da Atenas do Norte (Diamantina, Século XIX - XX).....	155
Renata Cristina Simões de Oliveira	
O lazer em Cachoeira e a nova sensibilidade urbana: remodelar as ruas para transformar os costumes (1920-1930).....	164
Rosana de Jesus Andrade	
Simpósio Temático 3:	
Cultura Intelectual Brasileira (1870-1970).....	175
As inspirações francesas do movimento republicano no Brasil (1869-1889).....	177
Dievani Lopes Vital	
A regressão nacional: a República no pensamento monarquista-católico.....	187
Flávio Raimundo Giarola	
Simpósio Temático 04:	
História da Educação: passado e presente nas diferentes práticas e processos educativos.....	197
Percurso do Ensino Profissional no Brasil.....	199
Ana Carolina de Oliveira Teixeira	
Silvani dos Santos Valentim	

Revoluções Brasileiras: uma proposta de leitura para a história do Brasil.....207
Bruna de Oliveira Fonseca

Considerações de Cecília Meireles sobre o educador-professor: crônicas e confrontos por uma nova educação (Rio de Janeiro, 1930-1931).....217
Denilson de Cássio Silva

Da Sociedade Pestalozzi ao Guia de Orientação da Educação Especial na rede estadual de ensino de Minas Gerais: uma análise da escolarização do mineiro com deficiência.....228
Esther Augusta Nunes Barbosa

Reconversão de capitais em busca da distinção na Vila Rica setecentista: um estudo de caso sobre o papel da família na longevidade educacional de seus herdeiros.....234
Fabrício Vinhas Manini Angelo

História, educação e imprensa: um estudo de caso sobre os escritos do Prof. Coelho Sampaio nos jornais cearenses dos anos 1940.....242
Manuelle Araújo da Silva

As normatizações para a instrução pública em Minas Gerais na primeira metade do século XIX: entre regulamentos, sujeitos e práticas.....250
Vanessa Souza Batista

Simpósio Temático 05:

História, Gênero e Sexualidade: balanços e abordagens.....260

A negra e o tabuleiro: o personagem feminino e sua atuação nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX.....262
Clara Abrahão Leonardo Pereira

Gênero e sexualidade: a (re) produção do desejo e de subjetividades nas práticas discursivas da revista G Magazine (1997-2008).....268
Gerferson Damasceno Costa

A coluna de Alceu Novais e a educação do corpo feminino em Uberaba no início do século XX.....278
Igor Maciel da Silva
Ana Cláudia Avelar

Imprensa e gênero: o decorrer da subjetividade na escrita de Soledad Acosta de Samper.....288
Juan Pablo Calle Orozco

O gênero em foco: ausência/presença das mulheres na narrativa dos livros didáticos de história.....293
Laura Jamal Caixeta

Gênero, culturas políticas e sociabilidades - alguns apontamentos.....302
Mariane Ambrósio Costa

Simpósio Temático 06:

Culturas políticas, artes e sensibilidades nos séculos XIX e XX.....311

“Passados presentes”: memórias da ditadura na Arte.....313
Alice Costa Souza

O Teatro brasileiro entre a formação da identidade nacional e a sátira "Antônio José e o Poeta e a Inquisição" e " O Juiz de Paz na Roça"323
Andréa Sannazzaro

O espetáculo Maria, Maria na canção de Milton Nascimento: Identidade Negra e lutas sociais no contexto da Ditadura Militar brasileira (1976-1982).....332
Hudson Leonardo Lima Públio

Nina Simone, “a voz que cantou os direitos civis”342
Jacqueline Maia dos Santos

(Re)pensar a(s) Modernidade(s): experiências estéticas simbolistas no Brasil finissecular.....352
Mariana Albuquerque Gomes

A palavra como esperança: uma leitura de Bernardo Élis.....362
Pauliane de Carvalho Braga

Simpósio Temático 07:

Arte, Devoção e Sociedade.....371

Os calvários do Museu Mineiro: primeiras percepções.....373
Adalberto Andrade Mateus

Arquitetura neogótica e o culto do Sagrado Coração de Jesus: estética e devoção nos sertões da neocristandade brasileira.....383
Diomedes de Oliveira Neto

A música sacra em Minas setecentista: a divergência em comum.....393
Felipe Novaes Ricardo

Tapetes sagrados, peregrinos serragens em cor: os saberes e fazeres presentes na festa, rito e memória popular sabarense.....404
Frederico Luiz Moreira

As pinturas em perspectiva das capelas de São Francisco em Sabará e Santo Antônio em Itapetecica, Minas Gerais.....411
Gustavo Oliveira Fonseca

O livro de horas 50,1,1 da Real Biblioteca Portuguesa.....	423
Maria Izabel Escano Duarte de Souza	
Imaginárias em marfim: arte e devoção nas Minas Setecentistas.....	435
Mariana Rabêlo de Farias	
A iconografia de Guilherme de Norwich e a lenda de crime ritual no Ocidente Medieval.....	445
Vinícius de Freitas Morais	
Simpósio Temático 08:	
Redes Sociais, poderes e administração nos séculos XVIII e XIX.....	454
A venalidade de ofícios: alguns aspectos preliminares.....	456
Rafael Jose de Paula Braga	
Do Antigo Regime da Europa ao Novo Mundo: hierarquias, devoções e sociabilidade a partir das associações leigas em Minas Gerais.....	466
Vanessa Cerqueira Teixeira	
Simpósio Temático 09:	
Dinâmicas de um Império: as interfaces culturais, administrativas e sociais entre as diferentes partes dos domínios portugueses (Séculos XVI ao XVIII).....	476
Os jesuítas e a consolidação da Índia Portuguesa: uma análise dos primeiros contatos políticos e culturais.....	478
Ana Paula Sena Gomide	
“Entre Joias e Santos”: a presença do marfim em objetos no Brasil (Séculos XVIII-XIX).....	485
Rogéria Cristina Alves	
Simpósio Temático 10:	
Produção do conhecimento histórico no ensino e pesquisa: historiografia e prática em diálogo interdisciplinar.....	493
Educação Tecnológica como alternativa de emancipação.....	495
Ana Carolina de Oliveira Teixeira	
Silvani dos Santos Valentim	
Travessia: uma experiência discente em busca de uma formação continuada e complementar.....	503
Bruna Reis Afonso	
Ivangilda Bispo dos Santos	
Pollyanna Rodrigues Alves Chaves	
Rafael Vinicius da Fonseca Pereira	
Renan Cerqueira Dias	

Representações e Empoderamento: possibilidades de contribuição do ensino de história no processo de formação de jovens negros e negras.....507
Camila Neves Figueiredo

A utilização de manuscritos em sala de aula: um paralelo entre escolas públicas e privadas.....516
Gabriel Afonso Vieira Chagas
Leandro Gonçalves de Rezende
Luíza Rabelo Parreira

Livro didático de História: as escolhas dos professores.....522
Paula Ricelle de Oliveira

Simpósio Temático 12:

História e linguagens: ficção, poética e biografia.....533

As recordações impertinentes de Isaías Caminha: relações entre história, autobiografia e literatura na produção do escritor Lima Barreto.....535
Carlos Alberto Machado Noronha

In Trânsito: Identidades Possíveis na Prosa Contemporânea Brasileira.....544
Davidson Maurity Lima Araújo

Na terra dos lírios azuis: política colonial, relações interétnicas e a "questão sul-africana" em Jess (1887), de H. Rider Haggard.....550
Evander Ruthieri S. da Silva

A história de um intelectual provinciano: a análise de Lindolfo Gomes no viés da biografia intelectual.....560
Fabiana Aparecida de Almeida

Vida e obra de Reinaldo Arenas: a saga de um escritor gay durante a Revolução Cubana.....567
Jorge Luiz Teixeira Ribas

Uma leitura da memória e do esquecimento em “Resíduo”, de Carlos Drummond de Andrade.....574
Joubertth Maia Oliveira
Ana Clara Pinho Ferraz

Produção de conhecimento histórico a partir da análise dos poemas “Essa Negra Fulô” de Jorge Lima e “A outra Nêga Fulô” de Oliveira Silveira: uma abordagem histórica e literária.....583
Kátia Luzia Soares Oliveira

"Gosto mais de ser interpretado do que de me explicar": Getúlio Vargas do fim ao começo.....591
Marcela Andrade da Silva

O sentido no Fim: a importância da morte na construção de sentido da existência ficcional.....601
Mariana Machado Rodrigues e Silva Martins

O riso medieval como metáfora histórica.....608
Maycon da Silva Tannis

Madame du Châtelet, uma mulher na corte dos homens de letras (1706-1749).....616
Renata Lopes Marinho

Simpósio Temático 13:

Cultura, economia e política na América Independente..... **623**

A crítica dialética de Antonio Candido e Leopoldo Zea: uma interseção possível no horizonte latino-americano.....625
Cairo de Souza Barbosa

As impressões de Duarte da Ponte Ribeiro sobre o tratado de aliança de 24/03/1843 entre o Império do Brasil e a Confederação Argentina.....631
Cristiane Maria Marcelo

Cidade e literatura: uma breve viagem por Buenos Aires.....641
Daiana Pereira Neto

Allende e os generais. Golpe e Forças Armadas nas representações da imprensa chilena nos meses finais da Unidade Popular.....651
Emmanuel dos Santos

Adhemar de Barros: o sujeito e as contradições do político.....657
Henrique Afonso Esteves

A revista Chiapas: intelectuais e o combate transnacional contra o neoliberalismo.....665
Mahira Caixeta Pereira da Luz

Olhares sobre Havana: a cidade como arena cultural na literatura de Guillermo Cabrera Infante e José Lezama Lima.....675
Pedro Henrique Leite

Simpósio Temático 14:

Poder e fé na Antiguidade Tardia e na Idade Média..... **685**

Um balanço historiográfico sobre os estudos acerca das santas merovíngias.....687
Bárbara Vieira dos Santos

Reflexões iniciais acerca da santidade no Pasionario Hispánico e a construção de um perfil de santo mártir nas paixões visigóticas escritas entre o século VI e o princípio do século VIII.....696
Flora Gusmão Martins

A construção do ideal clerical crúzio na segunda metade do século XII: um estudo da Vita Sancti Theotonii.....704
[Jonathas Ribeiro dos Santos Campos de Oliveira](#)

Possibilidades de investigação e análise: o episcopado e as hagiografias nos reinos merovíngio e visigodo (séculos VI-VII).....712
[Juliana Prata da Costa](#)

As disputas episcopais na hagiografia de Amando de Maastricht.....721
[Juliana Salgado Raffaeli](#)

Reflexões sobre a relação entre poder a moda nas leis suntuárias da península ibérica no século XIV.....730
[Thaiana Gomes Vieira](#)

Simpósio Temático 15:

Justiça, Fé e Relações de poder na Época Moderna (séculos XVI-XVIII).....740

O criptojudaísmo nos conventos: as religiosas e a atuação da Inquisição lisboeta.....742
[Alex Rogério Silva](#)

Deus e o homem na filosofia de Marsilio Ficino: a representação do divino no primeiro livro de Teologia Platônica.....748
[Everton de Souza Teixeira](#)

Rei incógnito, rei vivo: a “batalha de versões” sobre a sobrevivência de D. Sebastião após a batalha de Alcácer Quibir.....758
[Filipe Duret Athaide](#)

Um panorama sobre a atuação do Conselho Geral das Inquisição de Lisboa no mundo português setecentista.....768
[Luís Antônio de Castro Morais](#)

Da visitação inquisitorial ao Grão-Pará (1763-1773).....777
[Mayara Aparecida de Moraes](#)

O irenismo combativo dos cronistas do Império Português: uma análise dos escritos de Francisco Álvares e Damião de Góis.....782
[Thays Alves Rodrigues](#)

Simpósio Temático 16:

Patrimônios Culturais: o historiador como agente de preservação cultural.....792

Trajetórias e estratégias para a preservação do Patrimônio Cultural Imaterial em Fortaleza no âmbito das Políticas Públicas Municipais entre 2008-2012.....794

Adson Rodrigo Silva Pinheiro
Marcelo Renan Oliveira de Souza

A pesquisa histórica e museológica para o desenvolvimento do Projeto de Extensão de Implantação do Museu Xakriabá.....804

Leonardo Souza Miranda
Maria Letícia Silva Ticle

Conceitos nos discursos sobre o patrimônio: o caso da Praça da Estação de Belo Horizonte.....815

Vitória Beatriz de Araujo Oliveira Silva

Simpósio Temático 17:

Ditaduras, historiografia e memórias na América Latina.....**821**

Arte comprometida: reflexões sobre o movimento Escena de Avanzada e o grupo CADA no contexto ditatorial chileno (1979-1989).....822

Isadora Bolina Monteiro Vivacqua

Simpósio Temático 18:

História do Pensamento Político.....**832**

A aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos na obra de Salvador de Mendonça (1889-1913).....833

Elion de Souza Campos

Um Carvalho de Justiça na fala de um Jurista: O Mundo Natural na Inglaterra Moderna.....842

Tiago Oliveira Tardin

Simpósio Temático 19:

Contestações contemporâneas: movimentos sociais, lutas recentes por direitos no Brasil e história do tempo presente.....**849**

Intolerância Contra as Religiões de Matriz Africana.....851

Marcelo Martins Lazzarin

Os Movimentos Contra-hegemônicos na América e sua Epistemologia Decolonial.....855

Miriam Gomes Alves

Identidade americana e a questão dos direitos civis homossexuais: uma análise do documentário For the Bible Tells Me So.....864

Uli Christie Cabral

Simpósio Temático 20:

A natureza na História: possíveis diálogos entre os campos historiográficos.....872

O avanço das fronteiras nos Sertões da Comarca do Rio das Mortes: análises das interações entre os espaços naturais em regiões de transformações.....874
Marcelo do Nascimento Gambi

A criação dos primeiros parques nacionais brasileiros e a preservação ambiental no primeiro governo Vargas.....880
Márcio Mota Pereira

Entre a amizade e o serviço: discursos de proteção aos animais no Brasil (1930-1945).....890
Natascha Stefania Carvalho De Ostos

Simpósio Temático 21:

História do Esporte e das Práticas Corporais.....897

Primeiras intervenções da Prefeitura de Belo Horizonte na política de esporte e lazer na cidade: 1894-1948.....899
Luciana Cirino Lages Rodrigues Costa
Marilita Aparecida Arantes Rodrigues

As condições de produção dos periódicos dos clubes de futebol de Belo Horizonte (1946-1950).....910
Marcus Vinícius Costa Lage

O crescimento urbano de Belo Horizonte e a distribuição dos campos de futebol amador na capital mineira (1953-1981).....916
Raphael Rajão Ribeiro

Simpósio Temático 22:

Liberdade e pós-abolição: histórias sobre a população negra no Brasil.....925

Raça, cidadania e ordem social no Brasil: uma análise dos processos-crime de homicídios na cidade de São Paulo em fins do século XIX e início do XX.....927
Angélica Calderari Brotto

Personagens negras em narrativas sobre Belo Horizonte.....934
Josemeire Alves Pereira

Notas sobre a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário no pós-abolição (1889-1930).....943
Mariana de Mesquita Santos

Folias carnavalescas de uma comunidade negra no pós-abolição: a Associação José do Patrocínio em Santa Rita do Sapucaí-MG.....954
Paola Nery de Carli

Modos de crer no bairro Dois de Julho no município de Alagoinhas-BA.....960
Rosemary de Jesus Santos

Simpósio Temático 23:

A ditadura militar brasileira entre a memória e a História.....**966**

As igrejas evangélicas no contexto da ditadura militar brasileira: doutrina, perseguição e censura.....968
Danielle de Souza da Silva Alves

Conflitos trabalhistas entre bancários durante a ditadura militar no Estado da Bahia.....978
Douglas Mota Oliveira

A historiografia do movimento estudantil: de João Goulart à Ditadura (1961-1979).....988
Gustavo Bianch Silva

"Quem não pode fazer nada, avacalha e se esculhamba": o Cinema Marginal Baiano e a contestação à Ditadura Militar (1968-1973).....999
Laís de Araújo Macêdo

Pretas e pretos em movimento: o Movimento Negro Unificado e pautas para segurança pública - Belo Horizonte por volta da década de 1970.....1009
Luciano Jorge de Jesus

As Diretas Já em Minas Gerais: o movimento e seus discursos.....1018
Rochelle Gutierrez Bazaga

Simpósio Temático 24:

História da morte: possibilidades de abordagens e diversidade de fontes.....**1026**

Possibilidades de uma história intelectual da morte: O martírio e as ordens mendicantes no século XIII.....1028
Dionathas Moreno Boenavides

Ser para a vida: uma reflexão sobre a morte na pós-modernidade.....1034
Régis Clemente Quintão

A (Pré-) História da Morte nos primórdios da História das Religiões.....1042
Thales M. M Silva

Elegia para os reis: a concepção de boa morte nas orações fúnebres dos monarcas portugueses.....1050
Denise Aparecida Sousa Duarte
Wesley Fernandes Rodrigues

Simpósio Temático 25:

Diálogos entre História e Comunicação Social.....1057

O jovem em cena: representações da contracultura em Meteorango Kid, o herói intergalático (1969).....1059
Fábio Santiago Santos

Estudo sobre a repercussão do filme A Dama do Lotação.....1066
Gabriel Felipe Silva Bem

Cinema Western e a construção da identidade nacional norte-americana: um estudo do filme Rastros de Ódio (1956), de John Ford.....1076
Isadora Bolina Monteiro Vivacqua
Hudson Leonardo Lima Públio

Jesus Cristo, um publicitário pioneiro? As narrativas dos publicitários de uma origem mítica para a propaganda.....1086
Marina Helena Meira Carvalho

JoutJout: A possibilidade do uso de Youtubers no diálogo sobre demandas sociais no ensino de História.....1092
Matheus Yago Gomes Ferreira

Luz, câmeras, ações: a incorporação das produtoras independentes na TV brasileira.....1102
Rafael Paiva Alves

Cinema de animação: interlocuções de uma aproximação entre História e Comunicação.....1107
Simone de Novaes Costa Pereira

Simpósio Temático 26:

O oitocentos de crise a crise: dinâmicas culturais, sociais, econômicas e políticas no Brasil (1808-1889).....1116

As festas cívicas do 21 de abril em Ouro Preto na segunda metade do século XIX.....1118
Thaís Lanna Junqueira

Simpósio Temático 27:

Teoria da História, História da Historiografia e Historiografia da Ciência.....1128

Temporalidade, historicidade e ontologia – Ricoeur leitor de Heidegger.....1130
Breno Mendes

O rural em estudo: História e Sociologia em “Parceiros do Rio Bonito”.....1137
Hugo Mateus Gonçalves Rocha

A instituição do saber científico: uma leitura de Michel de Certeau pela História e Sociologia das Ciências.....1146
Luiz Alves Araújo Neto

A história como “logos do outro”: Michel de Certeau e a operação historiográfica.....1154
Robson Freitas de Miranda Junior

Historicidade e memorialismo em Baú de ossos.....1162
Walderez Simões Costa Ramalho

Simpósio Temático 28:

História da África e seu ensino no Brasil - IV.....1173

Os movimentos silenciados das ruas: Mulheres africanas no comércio das cidades afro atlânticas (século XVIII).....1175
Beatrice Rossotti

“Gênero como uma categoria de análise útil para a História da África”.....1185
Flávia Gomes Chagas

Simpósio Temático 29:

História da polícia, do crime e da justiça criminal no Brasil: perspectivas historiográficas e teórico-metodológicas.....1190

O juízo de paz de Dores das Conquistas no século XIX: polícia, arbitragem, política e sociedade nos rincões oitocentistas mineiros.....1192
Marcus Vinícius Duque Neves

Simpósio Temático 30:

Dimensões do Mundo Rural: Territórios, gentes e suas lutas (Séculos XIX e XX).....1202

Mediadores e camponeses: militância experimental e identidades em construção no movimento de luta pela terra na região da Baixada Fluminense (1950-1964).....1204
Felipe de Melo Alvarenga

Desafios à posse da terra em um contexto de colonização oficial (Estado do Rio de Janeiro, 1950-1960).....1214
Henrique Dias Sobral Silva

O homem e o campo: estudos sobre Graciliano Ramos e Juan Rulfo.....1224
Marcos Vinícius Gontijo Alves

Simpósio Temático 31:

História da Ciência e a construção de um campo de pesquisa: diálogos em torno da saúde, doença e a produção do conhecimento científico.....1231

Gorilas mais e menos peludos: imagens de gênero nos debates evolutivos da Progressive Era.....1232
Henrique Rodrigues Caldeira

Relações entre diversão e loucura: estudo da internação no Hospital Colônia de Barbacena, 1934 a 1946.....1239
Marcelle Rodrigues Silva
Maria Cristina Rosa

Simpósio Temático 33:

Políticas Públicas no Brasil republicano.....1247

Política de re(inserção) de jovens infratores no mercado de trabalho: um estudo sobre experiências femininas no DEGASE.....1249
Carla Ribeiro Santos

O alvorecer da indústria automotiva no Brasil (1951-1954).....1259
Fernando Marcus Nascimento Vianini

Programa Mulher e Ciência – política pública necessária no combate a desigualdade de gênero na ciência.....1266
Maria Gabriela Evangelista Soares da Silva

Trajетória histórica das políticas públicas municipais de esporte e lazer da Cidade de Belo Horizonte: Intervenções no período de 1983 à 2002.....1275
Rita Márcia de Oliveira
Ludmila Miranda Sartori

Comunicação Livre:

Comunicação Livre 01-04:

Comunicações Livres (01 a 04).....1284

O que é isso companheiro? A memória conflitante da ditadura militar, o movimento revolucionário.....1285
Carolina Silva Horta Machado

Diversões na Ouro Preto de 1870-1900.....	1294
Caroline Bertarelli Bibbó	
Maria Cristina Rosa	
O lusotropicalismo de Gilberto Freyre: entre o Estado Novo e a intelectualidade africana.....	1302
Julia Neves Toledo	
Contendas udenistas: a Conferência de Caracas e o impeachment (1954).....	1309
Ramonn Rodrigues Magri	
A ciência na fala dos cientistas: o estudo de caso dos astrônomos do Laboratório Nacional de Astrofísica.....	1316
Tamires Nogueira da Silva	
A reconstrução do tempo: Uma perspectiva da literatura na história. Como a literatura pode auxiliar a reconstrução de uma identidade nacional.....	1326
Thiara Rodrigues da Silva	

Apresentação:

É com imensa satisfação que o V EPHIS, *Encontro de Pesquisa em História*, realizado pelos discentes do programa de pós-graduação e graduação em História da UFMG, traz a publicação dos Anais do evento, realizado entre os dias 06 e 10 de junho de 2016.

O Encontro de pesquisa em História (EPHIS) é uma iniciativa discente do departamento de História da UFMG. Desde a sua primeira edição, em 2012, o evento procura promover o intercâmbio e diálogo entre os pesquisadores de História do país, a fim de se estabelecer enquanto espaço de debate, interlocução, reflexão e problematização dos que se dedicam a pesquisa histórica. Desta forma, o evento manteve, em 2016, a proposta de ser um encontro organizado por e para estudantes, a fim de que jovens pesquisadores possam realizar trocas de experiências e compartilhar inquietações, no intuito de contribuir para suas respectivas pesquisas, dentro de um campo de trabalho que por vezes se mostra tão solitário.

Com a expectativa de gerar discussões que coloquem em diálogo a produção historiográfica com temáticas que, por elas mesmas, geram debates e anseios diversos no meio intelectual, a quinta edição do EPHIS teve como tema o Brasil em perspectiva: passado e presente. Pensar o Brasil em suas várias temporalidades e como a pesquisa histórica se coloca frente as mesmas numa tentativa de perceber os impasses, os dilemas, as permanências e as discontinuidades que permearam o processo histórico brasileiro. O propósito dessa escolha não é outro além de abrir um leque amplo de debates que, ao mesmo tempo, sejam rigorosos em matéria de análise histórica e propositivos para se pensar a realidade contemporânea sem, no entanto, direcionar de maneira demasiada os debates com uma definição prévia específica. Privilegia-se, então, o lugar de onde partem os problemas analisados por nós, professores e/ou historiadores, de onde produzimos análises a respeito de temáticas diversas. Entendemos ainda que essa escolha não servirá para pensar somente realidades brasileiras isoladas do mundo, visto que cada vez mais, em quaisquer recortes temáticos e temporais abordados pela historiografia, pensar “Brasil” e “Mundo” não são mais operações distintas. Essa operação analítica nos auxilia na construção de um conhecimento histórico capaz de nos oferecer possíveis respostas para problemáticas brasileiras atuais, colocando em diálogo com outras perspectivas, linguagens e lugares de enunciação.

Desta maneira, temáticas relacionadas a questões de gênero, matrizes educacionais brasileiras, transições políticas, a relação do Brasil com os países vizinhos e demais territórios, bem como as diversidades racial e religiosa e o uso e produção da ciência, dialogaram transversalmente com o eixo temático aqui proposto e serviram para nortear os debates do V EPHIS.

Assim, o evento se propôs a contribuir para colocar em diálogo várias produções de conhecimento histórico, pensadas enquanto mecanismos para conectar o hoje e o ontem, o passado e o presente, produzindo olhares críticos para o Brasil, levando-se em conta múltiplos espaços, temporalidades e narrativas, seguindo seu objetivo de se apresentar como um ambiente democrático e horizontal.

Cumpramos destacar que, a qualidade e a diversidade trabalhos apresentados no V EPHIS; a participação de pesquisadores (discente e docentes, graduandos e pós-graduandos) oriundos das mais diversas áreas e universidades do Brasil ou mesmo do exterior concomitante ao número expressivo de participantes ao longo dos cinco dias de evento são indicativos de como o EPHIS veem se constituído – em sua curta trajetória –, como um dos principais eventos na área de pesquisa em História no Brasil. Para a V Edição foram enviadas 1.147 inscrições divididas da seguinte forma: *a)* 229 para a modalidade Ouvinte; *b)* 313 participantes inscritos para os Minicursos; *c)* 453 inscrições para os Simpósios Temáticos e, por fim, *d)* 152 inscrições recebidas para a opção Comunicação Livre. É importante destacar que a V Edição do EPHIS contou com um total de 31 Simpósios Temáticos, 20 Minicursos, 08 mesas de Comunicação Livre, 09 mesas Temáticas, além da Conferência de abertura, ministrada pelo professor Sidney Chalhoub. Esta edição dos Anais é composta por 142 artigos, dos quais 139 correspondem as pesquisas apresentadas em simpósios temáticos e 06 refletem os trabalhos divulgados durante as rodadas de comunicação livre.

A Comissão Organizadora gostaria de agradecer aos Programas de Pós-Graduação e Graduação em História da UFMG, ao Centro de Estudos Mineiros – CEM e ao Centro de Estudos sobre a Presença Africana no Mundo Moderno – CEPAMM. Deixamos nosso agradecimento ao Centro Acadêmico de História – CAHIS/UFMG, à Revista Varia História e Temporalidades e a equipe da Oficina de Paleografia – UFMG. Por fim, em especial, a Comissão agradece os monitores do evento, os proponentes e coordenadores dos simpósios e aos estudantes de graduação e de pós-graduação que contribuíram tanto para a realização do EPHIS, quanto para a publicação destes anais. Desejamos a todos uma excelente leitura!

Comissão Organizadora:

Allysson Fillipe Oliveira Lima

Ana Tereza Landolfi Toledo

Cássio Bruno de Araujo Rocha

Igor Tadeu Camilo Rocha

Júlia Melo Azevedo Cruz

Ludmila Machado Pereira de Oliveira Torres

Marcos Vinícius Gontijo Alves

Nathália Tomagnini Carvalho

Rafael Vinicius da Fonseca Pereira

Simpósio Temático 01:

História dos impressos e da tradução nos séculos XIX e XX: trajetórias e circularidades

Patrícia Trindade Trizotti

Doutoranda

Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis)

patytrizotti@yahoo.com.br

Marcella de Sá Brandão

Mestre em História

Universidade Federal de Minas Gerais

marcellasabrandao@hotmail.com

Luciano Conrado Oliveira

Mestre em História

Universidade Severino Sombra - USS

conrado150279@yahoo.com.br

Fernanda Generoso

Mestranda em História

Universidade Federal Fluminense – UFF

fernanda.generoso@yahoo.com.br

Dennys da Silva Reis

Doutorando em Literatura

Universidade de Brasília (UnB)

reisdennys@gmail.com

Danilo Wenseslau Ferrari

Doutorando em História

Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis)

daniolferrari@yahoo.com.br

Proposta do Simpósio:

Sabe-se que a pesquisa em imprensa se tornou foco de interesse de vários estudiosos nas últimas décadas, já que cada vez mais, bases de dados têm sido criadas, bem como acervos têm sido digitalizados. Nessa medida, os impressos se caracterizam como importantes fontes de pesquisa histórica ao apontar a pluralidade de debates e posicionamentos políticos, culturais e sociais. A gama de possibilidades abertas passou a ser imensurável, mas apesar de sua importância,

as fontes impressas somente conquistaram espaço na historiografia após a alteração na concepção de documento em meados do século XX. Ainda na década de 1970 eram poucos os trabalhos no Brasil que empregavam a imprensa como fonte histórica, embora houvesse o reconhecimento da importância dos periódicos e preocupação com uma escrita da História da Imprensa. Com as alterações nas práticas historiográficas, todas as possibilidades de pesquisa geradas pelos periódicos foram consideradas. Em meio a grande diversidade de impressos no Brasil, no século XIX e XX, a influência estrangeira foi decisiva, seja por meio dos modelos que serviram de inspiração, seja pela ação dos indivíduos que para cá vieram e também tiveram sua produção modificada. No caso das traduções, muito frequentes nessa época, tal paradigma não é novo. Se percorrermos sua história no século XIX em que desde simples folhetos e cordéis, bem como romances e livros técnico-científicos eram produzidos por intermédio do processo de tradução, percebe-se que há questões a serem investigadas, como por exemplo, quem os traduziu?; quais seus destinos?; que ideias circulavam por meio desses impressos/traduições?; que história pode ainda ser (re)escrita com o estudo de tais fontes?. Se por um lado, os impressos (traduzidos ou não) são fontes, por outro lado, seus produtores são igualmente peças fundamentais para se compreender a existências de tais bens culturais. A biografia de tradutores, editores, professores, jornalistas, escritores, historiadores, políticos, cientistas bem como outras fontes impressas tais como inventários, memorandos, cartas, livros de visitas, catálogos, fichas de bibliotecas podem auxiliar na descoberta dos caminhos, trajetórias e circularidades dos livros. Desse modo, valorizando a pluralidade de pesquisas possíveis através da imprensa e dos impressos, o Seminário Temático proposto tem como objetivo reunir pesquisas que têm como foco o interesse pela imprensa escrita entre o século XIX e XX, objetivando reunir trabalhos que debatam diversos temas com enfoques teóricos, políticos, culturais, econômicos, sociais e religiosos, bem como, trabalhos que investigam quem são os indivíduos que possibilitaram o funcionamento da imprensa, as ideias em circulação nesses impressos, além de estudos que priorizem a história da tradução no Brasil.

***Psit!!!*: uma experiência de Rafael Bordalo Pinheiro no Brasil**

Danilo Wenseslau Ferrari

Doutorando em História
Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis)
E-mail: danilowferrari@yahoo.com.br

Resumo: Neste trabalho, apresenta-se análise do jornal *Psit!!!*, concebido pelo desenhista português Rafael Bordalo Pinheiro, no Brasil, em 1877. A publicação é frequentemente lembrada na bibliografia sobre a imprensa satírica, por conta de seus personagens, Psit! e Arola, e da polêmica, que teve início em suas páginas, entre seu proprietário e o aclamado ilustrador Ângelo Agostini, da *Revista Ilustrada*. Apesar da recorrência com que a publicação e seu autor figuram na história da imprensa, não há estudos sobre o *Psit!!!*. Portanto, pretende-se discutir o papel desempenhado pelo periódico em seu contexto, tendo em vista a análise de seu conteúdo visual e textual; o formato e os aspectos materiais; anúncios e demais fontes de receita, além de outros aspectos que permitem identificar a importância que esta experiência teve na trajetória de Bordalo Pinheiro.

Palavras-chave: Rafael Bordalo Pinheiro, imprensa, caricatura.

Neste trabalho, apresenta-se análise do periódico *Psit!!!*, produzido pelo desenhista português Rafael Bordalo Pinheiro, no Brasil, em 1877. Bordalo foi um dos nomes mais consagrados na história da caricatura e da imprensa portuguesa. Seu trabalho alcançou também o reconhecimento internacional. Além de empreender suas próprias publicações, o ilustrador colaborou em jornais e revistas estrangeiras como a inglesa *The Illustrated London News* e a espanhola *El Mundo Comico*. Ao final da vida, dedicou-se à cerâmica, sendo proprietário da Fábrica de Faianças Caldas da Rainha, em Portugal.¹

O desenhista viveu no Brasil por quatro anos, entre 1875 e 1879. Bordalo veio substituir Ângelo Agostini, como ilustrador do periódico *O Mosquito* (RJ, 1869-1877), a convite do seu proprietário. Agostini, desenhista de origem italiana, cujo nome já se tornara conhecido do público brasileiro, deixava *O Mosquito* para fundar sua própria publicação, a famosa *Revista Ilustrada* (RJ, 1876-1898). Bordalo Pinheiro, em seu turno, também produziu seus próprios periódicos em terras brasileiras, como *Psit!!!* (RJ, 1877) e *O Besouro* (RJ, 1878-1879). Sua passagem pelo Brasil foi marcante para o trabalho com a produção de imagens e desenvolvimento da caricatura.²

¹ LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Vol. 03. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1963, p. 881-899.

² Joaquim Marçal Ferreira de Andrade destaca seu uso pioneiro das fotografias, copiadas a punho e reproduzidas em *O Besouro*. ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. *História da fotorreportagem no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 182-199. Ana Luiza Martins lembrou o uso da zincografia (lâminas de zinco no lugar da pedra litográfica, utilizada com mais frequência), que proporcionou a presença da cor no *Psit!!!*. MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 70-72.

Na bibliografia, o desenhista figura como heroico e combativo caricaturista, que se envolveu em questões polêmicas na época, tal qual a crítica à igreja católica, a denúncia dos males e misérias sociais, a defesa do republicanismo em meio ao regime monárquico e a questão da escravidão. Apesar do reconhecimento, os estudos brasileiros a respeito de Bordalo Pinheiro são bastante raros. Grande parte do que se produz sobre ele, no Brasil, são comentários gerais sobre a sua biografia e produção, em catálogos de exposições, textos comemorativos e exemplos de sua obra para confirmar questões historiográficas.

Assim, há uma carência de estudos sistemáticos sobre os periódicos brasileiros de Bordalo, como é o caso do *Psit!!!*, que circulou por apenas nove números.³ Apesar da curta duração, a publicação parece ter sido decisiva para a trajetória de seu proprietário. Em suas páginas teve início a famosa querela entre Bordalo Pinheiro e Ângelo Agostini. A intriga começou nas páginas da *Revista Ilustrada*, quando Agostini acusou Bordalo de abandonar o debate das candentes questões públicas ao se tornar representante comercial da firma de produtos alimentícios Valle & Silva, que vendia linguiças e carnes ensacadas. O desenhista português reagiu dando prosseguimento a uma inédita troca de ironias e ofensas desenhadas.⁴

Além da contenda, *O Psit!!!* é frequentemente lembrado por seus personagens símbolos, o Psit! e o Arola. Um representava certo refinamento enquanto o outro encarnava características populares. O próprio Bordalo comparou-os a Dom Quixote e Sancho Pança (o cavaleiro e o glutão, seu fiel escudeiro), no número de estreia. Os bonecos entraram para a galeria de personagens criados por Bordalo, tal qual o Zé Povinho, de maior notoriedade entre eles, criado pelo ilustrador em Portugal, semanas antes de sua vinda para o Brasil.

Estas questões não esclarecem, contudo, a respeito de outros aspectos do *Psit!!!*, quais sejam a presença de colaboradores, os anúncios, as fontes de receita, as relações de Bordalo com grupos de poder, as técnicas de impressão, trajetória da publicação e o lugar por ela ocupado na história dos impressos, entre outros. Estes aspectos remetem à complexidade da publicação periódica, que

³ Rafael Cardoso constatou que as pesquisas sobre as revistas ilustradas oitocentistas no Brasil são recentes e que o período do Segundo Reinado, justamente quando a quantidade de publicações aumentou, gerou menos interesse, se comparado ao momento anterior e posterior. Para o autor, estabeleceu-se um paralelismo entre as duas revistas de maior duração, a *Semana Ilustrada*, de Henrique Fleiuss, e a *Revista Ilustrada*, de Agostini, relegando-se a certo esquecimento, as de menor duração. CARDOSO, Rafael. Projeto gráfico e meio editorial nas revistas ilustradas do Segundo Reinado. In: KNAUSS, Paulo et. al. (orgs.). *Revistas ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2011, p. 17-40.

⁴ A celeuma teve prosseguimento em *O Besouro*. Está melhor explicada em CAGNIN, Antonio. Bordalo x Agostini: “Nestas mal-tratadas... intrigas”. In: *Rafael Bordalo Pinheiro – o português tal e qual: da caricatura à cerâmica*. O caricaturista / curadoria de Emanuel Araujo. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 1996, p. 57-75; MAGNO, Luciano. *História da caricatura brasileira*. Rio de Janeiro: Gala edições de arte, 2012, p. 412-431.

é necessário ter em vista no trabalho de análise das fontes impressas, para além do conteúdo em si.⁵

O Psit!!! parece ter sido um “balão de ensaio” para Bordalo Pinheiro, que abandonava suas atividades como ilustrador em *O Mosquito* e iniciava sua primeira experiência como proprietário de uma publicação periódica no Brasil. Qual projeto gráfico e político o artista tentava empreender? Por que a duração foi efêmera? No *Psit!!!*, Bordalo foi o heroico e combativo caricaturista que interveio nas polêmicas questões da época? Quais as relações do ilustrador com os grupos de poder? Nesta análise, intenciona-se ensaiar respostas para algumas destas questões.

Uma caracterização

Psit!!! veio a público em meados de setembro de 1877. A expressão “Venha cá” aparecia abaixo do título, quase escondida entre os desenhos de flores, ramagens, senhoras de chapéu, cavalheiros, pássaros e o próprio Bordalo com uma enorme cartola ao lado de um gato. O subtítulo *hebdomadário cômico* esclarecia sobre a periodicidade semanal. As características da publicação não permitem defini-la como uma revista ou jornal. A diferenciação de tais gêneros estava em construção no século XIX.⁶ A existência de uma capa a partir do sexto número e a frequência semanal sugerem o formato revista, mas os idealizadores do *Psit!!!* não mobilizavam tal palavra para referenciar a publicação.



Figura 01: Primeira página do *Psit!!!*, Rio de Janeiro, n. 01. 15 set. 1877.

⁵ DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

⁶ O século XIX marca o surgimento do gênero “revista”, cuja consolidação com formato reconhecidamente definido deu-se somente no século XX. Sobre esse assunto ver MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista*. Imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Imprensa Oficial; Edusp; Fapesp, 2001.

Os exemplares tinham oito páginas. É interessante notar que, a cada semana, a numeração das páginas seguia a sequência do número anterior. O número 01, por exemplo, encerrou-se na página 08 e o número 02 iniciou-se na página 09. Assim, o último número findou-se na página 72, mantendo a sequência. A continuidade da paginação permitiria que os assinantes colecionassem os exemplares como se fossem fascículos de uma espécie de livro ou álbum gráfico.

As folhas dividiam-se entre textos e imagens litográficas e zincográficas. Naquela época, as técnicas de impressão destas duas linguagens eram distintas. No geral, publicações deste tipo separavam as letras das páginas desenhadas.⁷ Sua coexistência na mesma folha demonstra os esforços de Bordalo com seu empreendimento, já que cada página deveria passar por oficinas diferentes. Até mesmo as legendas e os comentários das ilustrações eram tipografados, exigindo maior cuidado dos paginadores.

No *Psit!!!*, Bordalo também se aventurou no uso das cores, em algumas ocasiões, o que demandava maior trabalho por parte dos produtores. Os desenhos eram impressos na Litografia a Vapor Ângelo & Robin, pertencente ao seu colega e rival, Ângelo Agostini, e Paulo Robin, experiente impressor francês. Bordalo não poupou esforços e recursos para imprimir as imagens de seu periódico numa das mais prestigiadas casas do Rio de Janeiro na época.

No número 03, porém, as legendas e comentários das imagens foram feitos à mão. Justamente nesta ocasião iniciou-se a querela contra Agostini, que o acusava de vender linguças e chouriços, em vez de posicionar-se a respeito dos problemas do país. A escrita a mão indicava certa pressa e nervosismo em responder à provocação. A partir do número 04, Bordalo assumiu-se como representante comercial da portuguesa *Valle & Silva* e também da *Imperial Fábrica de Chocolate a Vapor Andaluza*.⁸ O ilustrador aproveitou para atrair compradores. O endereço para as encomendas era o mesmo do *Psit!!!* Bordalo dividia-se entre as atividades de desenhista, homem de imprensa e vendedor de produtos alimentícios. Tais funções mesclavam-se no mesmo espaço, que até mesmo o autor satirizou:

Psit! que deseja juntar o útil ao agradável, tem a honra de trazer ao conhecimento do ilustrado público que RAFAEL BORDALO PINHEIRO é o único agente para o Império do Brasil da honrada e acreditada firma VALLE & SILVA. Entre as especialidades contam-se o bom toucinho, o belo do lombo, o presunto,

⁷ As litografias permitiam a reprodução bem mais rápida das imagens e em tiragens maiores. Neste processo o desenho era feito numa pedra calcária, com lápis gorduroso. Este processo é bastante distinto da tipografia, em que as letras são impressas a partir de tipos móveis, em alto relevo. ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. Processos de reprodução no Brasil, 1808-1930. In: CARDOSO, Rafael (org.). *Impresso no Brasil 1808-1930*. Destaques da história gráfica no acervo da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2009, p. 45-63.

⁸ Bordalo Pinheiro confeccionou a cores os rótulos dos produtos da *Imperial Fábrica de Chocolate a Vapor Andaluza*, impressos na França. REZENDE, Livia Lazzaro. A circulação de imagens no Brasil oitocentista: uma história com marca registrada. In: CARDOSO, Rafael (org.). *O design brasileiro antes do design*. Aspectos da história gráfica, 1870-1960. São Paulo: Cosac & Naify, 2005, p. 20-59.

chispe, retratos a óleo, crayon, lápis, manteiga, paio, chouriços de sangue, caricaturas, linguças, chouriços de carne, morcela: tudo à vontade do freguês e por preços módicos. Os Srs. Franklin & Cia. também lhe deram a agência do CHOCOLATE ANDALUZA, único no gênero, que só pode ser comparado às aquarelas de que Bordalo encarrega-se de pintar.⁹

Empreendimentos como o *Psit!!!* eram frágeis do ponto de vista econômico. Os próprios idealizadores custeavam os encargos financeiros. Era preciso compensar os gastos e angariar recursos com outras fontes, como os anúncios. Além da *Valle & Silva* e do chocolate *Andaluza*, o único anúncio era do Gás Globo, empresa encarregada da iluminação pública carioca na época. Estas informações demonstram que o próprio Bordalo custeou grande parte de sua publicação, com recursos próprios e com a venda de assinaturas e números avulsos. O exemplar era vendido a \$500. Numa comparação, a *Revista Ilustrada*, no mesmo período, era vendida pelo mesmo preço, com igual número de páginas. Até mesmo o valor das assinaturas era igual. *Psit!!!*, porém, demonstrava maior cuidado gráfico. Bordalo Pinheiro estava disposto a abrir concorrência com o colega estrangeiro na disputa pelo público leitor.

Bordalo, porém, não parecia estar só. Ele era o único responsável pela elaboração dos desenhos, mas nos textos, figuraram nomes de alguns colaboradores. Entre eles, Mucio T., que possivelmente era o poeta Mucio Teixeira, homem de jornal que atuou em diversos periódicos do Rio de Janeiro.¹⁰ Grande parte dos textos era assinada por pseudônimos ou iniciais, prática comum na imprensa da época.¹¹ Havia, por exemplo, o “Tic” e o “Tac”, que assinavam textos diversos, brincando e produzindo o efeito “tic-tac”. É provável que algumas dessas rubricas fossem de autoria do próprio Bordalo que assinava textos como “Eu” e “Um seu criado”. Até mesmo os personagens Arola e Psit! (ou Psit! Júnior) figuravam como signatários dos textos de Bordalo.

É preciso, contudo, averiguar se as imagens e os textos assinados por Rafael Bordalo Pinheiro e seus possíveis colaboradores, guardaram relações com as temáticas as quais o ilustrador envolveu-se no Brasil, desde a sua chegada. Qual foi o espaço dado pelo desenhista e homem de imprensa, às candentes questões públicas de seu tempo?

⁹ *Psit!!!*, Rio de Janeiro, n. 05, 13 out. 1877, p. 33.

¹⁰ Mucio Teixeira era gaúcho e, em 1877 estava em viagem no Rio de Janeiro, onde teve boa receptividade para sua obra, segundo a opinião de importantes figuras, tal qual Machado de Assis, que o apontou como esperança de renovação da literatura brasileira. O autor atuou em diversos periódicos do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e de outras capitais. Produziu vasta obra, dividida em poemas, ensaios e romances. SANTOS, Paulo Roberto Alves. Mucio Teixeira: poeta e homem de jornal. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES DE PERIÓDICOS LITERÁRIOS, 4º, 2013, Feira de Santana. *Anais...* Feira de Santana, BA: UEFS, 2013, p. 283.

¹¹ Na pesquisa empreendida por Socorro Barbosa, constatou-se que na imprensa do século XIX, o uso de pseudônimos e de nomes forjados era bastante comum. Nem o autor nem o gênero dos textos eram instâncias relevantes na época, sendo a palavra escrita mais importante que o nome que a assinava. BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. *Jornal e literatura: a imprensa brasileira no século XIX*. Porto Alegre: Nova Prova, 2007, p. 32-52.

Desenhos e letras do *Psit!!!*

No *Psit!!!*, Bordalo Pinheiro propunha-se à crítica e à sátira de tudo e todos. O próprio nome do hebdomadário, um chamamento informal, *Psit!!! Venha cá*, dava pistas de sua proposta de chamar atenção e fazer rir. Assim Bordalo confirmou em seu programa: “O desejo do *Psit!!!* é rir! Rir! E não está nele a grande filosofia dos tempos?”¹² Nas palavras iniciais, o ilustrador prometia o desassossego:

E tu, falsa virtude, tu, falsa modéstia, tu, falsa caridade, correi, correi que chegou o vosso dia, o dia em que vão cair as vossas máscaras, os vossos postiços, e dançareis, sincera pela primeira vez em vossas vidas. *Psit!* a todos. A todos *Psit!!!*¹³

Evidentemente a dupla *Psit!* e Arola esteve presente em todos os cantos dos nove números, comentando acontecimentos e satirizando costumes. Mas o que chama atenção não é a presença e sim a ausência. Não figurou nas páginas da publicação o mais famoso personagem de Bordalo, o Zé Povinho, criado quando o ilustrador ainda vivia em Portugal. O Zé Povinho acompanhou seu criador em todas as suas produções sendo comentador de sua obra. Foi reinventado por diversos ilustradores e tornou-se símbolo de certa identidade nacional portuguesa. Sua ausência no *Psit!!!* demonstra que Bordalo reservava outro projeto gráfico para a sua primeira publicação brasileira, tentando emplacar outros personagens tipos.

O fato leva a crer que havia a intenção de repetir, no Brasil, o sucesso obtido com o tipo português, desta vez com figuras criadas aqui e que evidenciavam as contradições da sociedade carioca na época. Tratava-se do jornal do *Psit!* e seu “fiel escudeiro”, e portanto, parecia-lhe não fazer sentido recuperar o português Zé Povinho, mesmo que ele tenha se adaptado ao Brasil. Arola e *Psit!* figuravam principalmente como crítica a determinados costumes. Numa oportunidade, eles comentam sobre o dia de finados. Para Arola era dia de reinação: passeava-se no bonde, “deitava-se em namoro com uma moreninha”, jantava-se alegremente e atirava-se à polca na casa do compadre. Já *Psit!* gostava de paquerar as moças lacrimosas de trajes negros, que caíam melhor às pálidas¹⁴:

¹² *Psit!!!*, Rio de Janeiro, n.01, 15 set. 1877, p. 06.

¹³ *Psit!!!*, Rio de Janeiro, n.01, 15 set. 1877, p. 10.

¹⁴ *Psit!!!*, Rio de Janeiro, n. 08, 03 nov. 1877, p. 58.



Figura 02: *Psit!!!*, Rio de Janeiro, n. 08, 03 nov. 1877, p. 58.

Em relação aos textos, o gênero era de fronteira indefinida, característica comum na imprensa da época. Muitos eram poemas nos quais eram noticiados acontecimentos, escritores eram homenageados e enredos eram apresentados como se fossem pequenos contos. No poema *Triste*, assinado por Tic, descrevem-se as dores e a formosura da pálida Elvira, que sonhava com o futuro consorte: o deus Milhão. Neste caso, os desenhos feitos por Bordalo, que ornamentaram o poema, foram fundamentais para compreender o sentido da sátira: Arola figura do lado direito, sendo o moço apaixonado por Elvira, que sonhava com um futuro marido rico, do lado esquerdo. Abaixo de Elvira, uma algibeira cheia de moedas de ouro. O amor romântico era satirizado e ridicularizado na publicação de Bordalo Pinheiro:



Figura 03: *Triste*. *Psit!!!*, Rio de Janeiro, n. 05, 20 out. 1877, p. 48.

Uma das temáticas recorrentes era o processo de produção de livros e outros periódicos. Bordalo, que era um experiente homem de jornal, comentava os aspectos materiais de obras recém-publicadas: qualidade de impressão, a capa, a encadernação, o formato etc. Também se mostrava atento ao surgimento de novas publicações e ao noticiário dos jornais da época. Numa oportunidade, satirizou-se uma publicação que se contradisse numa notícia a respeito de um

assassinato. De acordo com a notícia, não havia suspeitos para o crime, mas o punhal usado tinha sido encontrado em poder do assassino:

Tem lucrado com a polêmica o Jornal que bem merece pelo – *laissez aller* – com que faz a obra de casa. Ainda no dia 9 saiu-se com esta:
 “A autoridade local procede a minucioso inquérito para descobrimento do autor desse crime, que não tem, ao que parece, testemunhas de vista.”
 “O punhal com que foi perpetrado o crime e um outro que se achou em poder do assassino ficarão com a autoridade.”
 A polícia não sabe quem é o assassino, mas *pillou* em seu poder um punhal!
*Oh! Santa simplicidade!*¹⁵

Estas questões abordadas no *Psit!!!* parecem um tanto diversas daquelas tradicionalmente atribuídas a Bordalo pela historiografia. O ilustrador parecia distante do debate dos problemas do país. É possível que a mesma impressão tenha motivado a famosa crítica de Ângelo Agostini, que questionava a ausência do colega português nesta atuação. Curiosamente, Bordalo respondeu ao chamado esquivando-se de tal responsabilidade: “Nós, ligeiras e alegres criaturas, devemos abandonar certas cousas aos declamadores políticos e panfletários e agarrarmo-nos à crítica dos costumes [...]. Se conseguirmos criticar costumes, teremos alcançado tudo”¹⁶.

Apesar da esquivia, Bordalo não deixou de se posicionar a respeito das questões da época. Satirizou, por exemplo, a viagem do imperador à Europa, que teria deixado o país abandonado, sem comando. Também satirizou a mudança no transporte público: substituição dos muare pelos “cavalos dinâmicos” na condução dos bondes. Bordalo desenhou os irmãos proprietários da empresa Gás Globo, responsável pela modernização. Um deles apareceu montado num “cavalo dinâmico” e o outro, numa torre de luz. Bordalo pedia cuidado aos irmãos, pois os burros, desprezados, estariam organizando uma grande manifestação.

Contudo, os “problemas do país” não figuraram em primeiro plano nas páginas do *Psit!!!* Bordalo agora, além de ilustrador, era proprietário da publicação, ou seja, estava inserido em uma nova configuração de forças e redes de poder. A empresa Gás Globo, por exemplo, era a única anunciante do periódico, o que mostra os limites da crítica aos problemas de urbanização da cidade. As relações entre a imprensa e o poder eram mais complexas que o simples paralelismo maniqueísta “situação x oposição”. Os jornalistas e os proprietários das publicações periódicas eram figuras temidas e, de alguma forma, respeitadas por grupos políticos e culturais.

As obras literárias do século XIX e início do XX, que retrataram o dia a dia dos jornalistas e homens de imprensa, expuseram a importância que estes personagens usufruíam junto às redes

¹⁵ *Psit!!!*, Rio de Janeiro, n. 05, 13 out. 1877, p. 39. Seção “Salpicões”, assinada por Tac.

¹⁶ *Psit!!!*, Rio de Janeiro, n. 06, 20 out. 1877, p. 48.

de poder.¹⁷ Estes indivíduos recebiam favores em troca de elogios ou críticas a peças teatrais, estavam presentes em jantares com políticos, editores de livros e demais empresários. Bordalo tomava parte neste jogo. Eram constantes os seus agradecimentos por convites para festas, peças de teatro, recepções, apresentações, conferências etc.

Logo na segunda edição, Bordalo agradeceu: “ao Sr. Cláudio José da Silva, empresário do ‘Gás Globo’, o seu convite para o dia 23. Tenha mesa succulenta, porque mandamos o Arola [...]. Que não falte peru e leitão de forno!”¹⁸ Sobre as peças de teatro, havia uma seção especialmente dedicada ao assunto, o *Correio dos Teatros*, na qual se comentavam as apresentações, das quais Bordalo e seus possíveis colaboradores eram convidados cativos. Agradecia-se em nome do *Psit!* e do Arola:

Recebemos com muito e especial agrado:
O convite para o baile do Real Club Gymnastico Português, em 31 de outubro.
Não faltaremos: *Psit!* admitirá as toilettes, enquanto Arola se deleitará pela copa.¹⁹

Assim sendo, as relações de Bordalo Pinheiro com os grupos de poder eram mais complexas. Sua verve crítica que ele trouxe ao Brasil, por meio das colaborações n’*O Mosquito*, persistiram, mas no *Psit!!!* ele estava no centro das relações de interesse, o que configura uma mudança em suas escolhas e posturas, o que talvez explique sua resposta a Ângelo Agostini, restringindo-se à crítica de costumes e deixando “certas cousas” aos declamadores políticos. Não se deve perder de vista, que além de dono de jornal, o Bordalo do *Psit!!!* também possuía outras relações empresariais, por ser agente comercial de produtos alimentícios.

De qualquer forma, o projeto gráfico e editorial pretendido no *Psit!!!* talvez não tenha surtido o efeito desejado pelo ilustrador, durando pouco tempo. Sem explicações ao público, o hebdomadário não circulou mais após a edição n. 09. Não é possível confirmar as razões para o fim da empreitada. O último número saiu com atraso de quase uma semana. Os textos e as imagens foram publicados em páginas separadas, demonstrando cansaço e pressa, já que unir letras e desenhos na mesma folha demandava mais tempo e trabalho dos paginadores. Apesar da curta duração, de pouco mais de dois meses, o *Psit!!!* foi uma experiência densa, a cada semana, para Rafael Bordalo Pinheiro.

¹⁷ A obra de Balzac, *Ilusões perdidas*, é bastante conhecida nesse sentido. BALZAC, Honoré de. *Ilusões perdidas*. Segunda parte. Um grande homem da província em Paris. Rio de Janeiro: Editora Globo, s. d.

¹⁸ *Psit!!!*, Rio de Janeiro, n. 02, 22 set. 1877, p. 09.

¹⁹ *Psit!!!*, Rio de Janeiro, n. 07, 27 out. 1877, p. 53.

D. Silvério Gomes Pimenta e os interesses da igreja: um estudo do pensamento do sacerdote a partir da imprensa católica em Mariana (1870-1900)

Luciano Conrado Oliveira

Mestre em História

USS

conrado150279@yahoo.com.br

Resumo: Nosso trabalho tem como foco principal um estudo do pensamento de D. Silvério Gomes Pimenta, na defesa dos interesses da Igreja Católica, a partir das informações constantes nos periódicos que estiveram sob sua direção de forma direta ou indireta. Para a realização desse estudo elegemos como fontes os periódicos *O Bom Ladrão* e *O Viçoso/D. Viçoso*. A partir da análise desses periódicos, procuramos observar como D. Silvério fez uso desse instrumento de comunicação no intuito de divulgar seu pensamento. Portanto, nosso trabalho tenta demonstrar como é possível perceber o uso que membros da Igreja Católica fizeram dos periódicos para a divulgação de suas ideias, de forma contundente, tentando em muitos casos recusar outros modos de pensar e viver.

Palavras-chave: D. Silvério, Igreja Católica, Periódicos.

Introdução

D. Silvério Gomes Pimenta foi um clérigo da Igreja Católica, que na segunda metade do século XIX e início do século XX foi um grande defensor dos ideais ultramontanos¹, destacando-se sua atuação em vários cargos exercidos na diocese de Mariana. Esse sacerdote também desenvolveu importantes realizações no campo intelectual. Em sua biografia é possível notar a importância dada ao envolvimento do clérigo com a criação e direção de jornais, que eram muito utilizados pelos membros da Igreja Católica, como meio de divulgação e comunicação das ideias vigentes no ambiente católico e que deveriam fazer parte do cotidiano dos fiéis². Dos periódicos criados por D. Silvério, podemos destacar o jornal *O Bom Ladrão*, em 1873, a frente do qual esteve

¹ O ultramontanismo pode ser entendido como uma corrente de pensamento, da qual faziam parte alguns sacerdotes pertencentes à Igreja Católica. No decorrer desse trabalho utilizaremos o conceito de ultramontanismo elaborado pelo Prof. Dr. Ítalo D. Santirocchi, que destaca como pontos principais dessa corrente de pensamento os seguintes: “o fortalecimento da autoridade pontifícia sobre as igrejas locais; a reafirmação da escolástica; o restabelecimento da Companhia de Jesus (1814); a definição dos “perigos” que assolavam a Igreja (galicismo, jansenismo, regalismo, todos os tipos de liberalismo, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, socialismo, casamento civil, liberdade de imprensa e outras mais)...” In: SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. “Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma.” *Temporalidades* – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG. Vol. 2, n.2, Agosto/Dezembro de 2010. p. 24.

² *Silvério Gomes Pimenta, Dom*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/silverio-gomes-pimenta-dom/biografia>>. Acesso em: 16/07/2016.

como diretor³ e o periódico *O Viçoso*, em 1893. A partir da análise desses jornais procuraremos observar como D. Silvério fez uso dos periódicos para a divulgação de suas ideias, de forma a apontá-las como a verdade, tentando excluir outros modos de pensar e viver. Um exemplo que podemos destacar dessa utilização dos periódicos como veículos de disseminação das verdades da Igreja, é o estudo da pesquisadora Marta Abreu sobre a diocese do Rio de Janeiro. De acordo com a autora:

O jornal católico *O Apostolo* foi publicado na cidade do Rio de Janeiro entre 1866 e 1901. Em seus editoriais, assumia a ‘missão de ensinar a boa doutrina, divulgar o movimento religioso no mundo, particularmente no Império, sustentar a ordem pública e a propriedade’, deixando claro que suas funções se projetavam para além das de cunho estritamente espiritual⁴.

No caso da diocese de Mariana, os periódicos criados por D. Silvério, apresentavam de forma contundente a defesa dos interesses da Igreja em assuntos diversos, como por exemplo, questões de ordem moral, política, econômica etc, conforme veremos.

O Bom Ladrão: política e religião na segunda metade do século XIX

Conforme demonstramos anteriormente, o jornal *O Bom Ladrão* foi criado em 1873. Neste período o Brasil estava vivenciando a chamada Questão Religiosa⁵, acontecimento que colocava em sérias divergências os membros da Igreja Católica e os defensores das ações do Governo Imperial. Daí, a que se perceber o forte cunho político do periódico, sem deixar de apresentar matérias de relevo doutrinal e até mesmo anedótico.⁶ Essas anedotas, piadas e situações corriqueiras e também a figura de D. Silvério foram criticadas em matéria do periódico *O Colombo*, da cidade de Campanha. Em uma matéria do referido periódico lê-se:

³ OLIVEIRA, Natiele Rosa. *Entre a pátria do céu e a pátria terrestre*. D. Silvério Gomes Pimenta e a cristianização da República brasileira (1890-1922). Dissertação (Mestrado em História). Belo Horizonte: UFMG, 2013. p. 33.

⁴ ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999, p. 312.

⁵ A pesquisadora Karla D. Martins apresenta uma análise sintética sobre a chamada Questão Religiosa: “Entre 1872 e 1875, os jornais maçônicos divulgavam o nome de dois Bispos que atuavam respectivamente no Pará e em Olinda, D. Macedo Costa e D. Vital Maria Gonçalves. Eles eram alvos de notícia porque proibiram a presença maçônica em Irmandades religiosas nas suas respectivas dioceses. Contrariando as ordens do Imperador, que mandou suspender suas interdições, os Bispos comandaram uma luta contra os chamados pensamentos maçônicos e isso teria sido suficiente para que o Supremo Tribunal de Justiça solicitasse, em nome do Imperador, a abertura de processo contra os diocesanos. Julgados e levados à prisão, na Ilha das Cobras, em 1874, os Bispos se mantiveram firmes à condenação do que eles chamavam de idéias satânicas. Várias foram as versões sobre estes fatos, conhecidos à época como Questão Religiosa, tornando os Bispos personagens deste conflito cujo período marcou as relações entre a Igreja e o Estado.” In: MARTINS, K. D. “‘Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus’: relações entre a Igreja e o Estado no Pará oitocentista.” *Revista de História Regional*. Ponta Grossa. 13 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=view&path%5B%5D=444>>. Acesso em: 14 Nov. 2009.

⁶ ABREU. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*, p. 34.

Já tivemos ocasião de noticiar aos nossos leitores o aparecimento deste denodado e valente campeão do jesuitismo, que se publica em Marianna e do qual é redator único e responsável o padre Silverio Gomes Pimenta. Em vez de doutrinar o povo nas sublimes e santas doutrinas do Evangelho, O Bom Ladrão, confiado á direção de um padre fanático e orgulhoso, ocupa-se de entreter a credulidade de seus leitores com historias das mil e uma noites, contos fantásticos, anedotas, visões, e de descompor em uma linguagem virulenta e indigna de um jornal que pretende os foros de sério, ilustrado e religioso, á todos aqueles que não professam suas ideias anacrônicas e ímpias⁷.

Não obstante a crítica apresentada ao periódico, precisamos destacar sua grande importância para a Diocese de Mariana. Nesse jornal, encontramos diversas matérias relacionadas à postura da Igreja Católica no episódio da já citada Questão Religiosa. Em matéria de 01 de outubro de 1873, foi publicada uma carta de adesão de vários clérigos a Igreja Católica contra as ações do Governo Imperial:

Onde, pois, a diferença d'aquela cena representada em Jerusalém, da que temos diante dos olhos? Já não se falou em cárcere? Em deportação dos Bispos? Já não se lembrou o rompimento com Roma, com a expulsão do legado da Santa Sé? Não é isto um *crucifige*? Não é isto a maior tirania, a mais insuportável opressão à consciência dos Católicos? (...) É esta Exm^o Sr., a crença firme e inabalável dos abaixo assinados, que depositando em vossas sagradas mãos este solene protesto de sua firme adesão, inteira obediência, e profundo acatamento à pessoa de V. Ex^a, prevalecem-se deste ensejo para respeitosamente solicitar vossa benção pastoral. Deus Guarde á V. Ex^a. muitos anos. Congonhas de Sabará 15 de Agosto de 1873. – Exm^o. e Rm^o Sr. D. Antonio Ferreira Viçoso, Conde da Conceição e D. D. Bispo de Mariana⁸.

A publicação de cartas de adesão à Igreja era comum no periódico em questão. Tais publicações demonstram a insatisfação do clero brasileiro diante da postura do Governo Imperial, no caso dos Bispos de Belém e de Olinda.

Como já dissemos anteriormente, as páginas do *O Bom Ladrão* também apresentavam matérias de cunho doutrinal, o que demonstra a preocupação da Igreja em salientar seu discurso de modo a torná-lo a única verdade. Isto é possível notar, em trecho da matéria que trata do ultramontanismo recheada de elementos que procuram identificar quais são os verdadeiros católicos. Nessa mesma matéria, de 10 de fevereiro de 1875, observamos uma crítica à maçonaria, que destacamos ser um forte traço ultramontano. Segundo a matéria:

Ultramontanismo. O egrégio publicista e exímio católico, Senador Firmino em seu discurso de que já falamos, entre muitas preciosidades traz o seguinte tópico, para o qual chamamos a atenção de nossos leitores, reservando-nos para depois

⁷ *O Colombo*. Campanha. 18/01/1874. Ano II. n. 3. p.3 c.1-3. Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica. (LAMPEH), da UFV.

⁸ CARTA de adesão. Seção Publicações – a pedido. *O Bom Ladrão*. Mariana. 01/10/1873. p.2 c.2 e 3. Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica. (LAMPEH), da UFV.

explanarmos o que o ilustre parlamentar aqui apontou. ‘Sr. Presidente, o maçonismo ministerial e seus entusiastas entendem que censuram muito bem, com toda razão, os defensores do episcopado, da Religião do Estado, os chamados ultramontanos. Que disparete! Julga-se em França que a infalibilidade essencial à Igreja Católica devia ser atribuída ao Concílio Ecumênico e não ao Papa, considerado tão sucessor dos Apóstolos como todos os Bispos; quando houvesse aquele país questão religiosa devia ser decidida pelo seu Sínodo Episcopal e não pelo Sumo Pontífice da Cúria Romana. Em virtude desse princípio foi especificada a Igreja intitulada Galicana. Os Católicos Apostólicos Romanos foram então denominados ultramontanos pelos membros dessa igreja especial, tropo bem apropriado, visto ser Roma situada além da montanha dos Alpes. Ultramontano, portanto, mera expressão desse tropo, não é senão verdadeiro sinônimo de Católico Apostólico Romano, como pela mesma razão cismontano seria do galicano. Quem censura atualmente seus adversários em matéria religiosa, nos julgando ultramontanos, pensa sem duvida alguma a este respeito como os galicanos, e nos censura por sermos, e não eles, Católicos Apostólicos Romanos⁹.

Além de diretor do periódico, D. Silvério também escrevia sua crítica à postura do Governo Imperial frente aos ultramontanos, reforçando esse sentido de mundo numa visão ultramontana. Segundo Alípio Odier de Oliveira, “no ‘O BOM LADRÃO’ de 10 de outubro de 1873, o Padre Silverio interpelou tão nefasto governo”¹⁰ (GRIFO DO AUTOR). Entendemos que por estar na direção do periódico, D. Silvério demonstrava de certa forma concordância com as ideias apresentadas nesse jornal, além de apresentar matérias que demonstravam sua visão de mundo.

O Viçoso/D. Viçoso: um periódico em defesa da Igreja Católica

Na última década do século XIX, D. Silvério permaneceu atuante no que diz respeito à utilização dos jornais, na defesa dos interesses da Igreja Católica. Nesse período o sacerdote cria o jornal *O Viçoso*, que posteriormente passou a se chamar *D. Viçoso*. Em linhas gerais, o periódico foi criado no período em que a Diocese de Mariana estava sob a direção de D. Antônio Maria Côrrea de Sá e Benevides, sucessor de D. Viçoso. Porém, em virtude do mau estado de saúde do prelado, a Diocese contou com a colaboração D. Silvério Gomes Pimenta, então Bispo Auxiliar e grande incentivador da criação do periódico. O período analisado teve como datas iniciais e finais as seguintes: de 31 de outubro de 1893 a 27 de fevereiro de 1898, quando o periódico teve o nome de *O Viçoso* e depois o período de 27 de fevereiro de 1898 a 31 de dezembro 1899, quando o periódico passou a se chamar *D. Viçoso*. Nos anos iniciais, foi possível constatar o jornal foi bastante utilizado na defesa das questões relacionadas aos patrimônios da Igreja, na divulgação de matérias

⁹ ULTRAMONTANISMO. *O Bom Ladrão*. Mariana. 10/02/1875. p. 4 c. 1,2 e 3. Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica. (LAMPEH), da UFV.

¹⁰ OLIVEIRA, Alípio Odier de. *Traços biográficos de D. Silvério Gomes Pimenta*. primeiro Arcebispo de Mariana. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1940. p. 22.

que exaltassem a importância da Religião Católica para a nação etc. Por outro lado, a partir de 1896, as reportagens relacionadas à postura da Igreja frente a questões como o divórcio e a situação patrimonial da mesma, passaram a ficar cada vez mais escassas, dando lugar a um maior número de matérias de cunho catequético.

Durante os primeiros anos após a proclamação da República, é possível perceber através da bibliografia consultada e também das fontes pesquisadas, que a Igreja Católica oscilou entre as críticas à separação e as vantagens advindas dela. Uma breve análise do periódico *O Viçoso*, se torna útil na demonstração dessa oscilação já destacada anteriormente. Esse periódico foi um dos principais mensageiros dos ideais católicos em defesa dos interesses da Igreja. Em sua epígrafe o jornal trazia a seguinte informação: “Periódico destinado a promover os interesses católicos sem se descuidar dos outros interesses da pátria e do povo”¹¹. Nessa epígrafe a direção do periódico, que estava a cargo de D. Silvério já tornava explícito o objetivo de publicar um jornal que apresentasse matérias e informações em defesa dos interesses da igreja.

As matérias do jornal que serão apresentadas na sequência são ilustrativas do posicionamento combativo apresentado por membros da Igreja nesses primeiros anos após a Proclamação da República e servem para demonstrar indícios da postura de D. Silvério, que era o principal responsável pelo periódico. Ao tratar da relação de D. Silvério com o jornal *O Viçoso*, Natiele Rosa de Oliveira demonstra que através do periódico, o sacerdote “empreendeu, durante muitos anos, uma intensa militância católica”¹². Entre as questões representativas dos ideais católicos ultramontanos e apresentados no periódico destacamos: a separação entre os poderes, a defesa dos patrimônios da Igreja, a questão dos cemitérios, casamento civil etc.

No que tange as relações entre a Igreja Católica e o Governo Republicano, na seção “A pedido”, do jornal *O Viçoso* de 22 de maio de 1894, encontramos elementos que demonstram a importância da existência da Pátria ligada a Deus. De acordo com o relato:

Pátria sem Deus. Desde o momento fatal em que Deus foi descido do altar da Pátria, em conseqüência do terrível decreto da separação da Igreja do Estado, o povo brasileiro, guiado pela desorientação dos discípulos de Comte, tem trilhado por entre as torturas da desgraça, a estrada escabrosa e incerta que vai a futuro! Desde o momento fatal em que a pena do infeliz reformador reuniu os caracteres e formulou o profano decreto banindo Deus da Pátria, a direção geral dos negócios públicos orientou-se do modo o mais infeliz possível, como prenuncio certo e infalível da nossa próxima prestação de contas ao Criador! Desde o momento fatal em que a Pátria viu-se sem o seu Deus, que foi riscado da sua

¹¹ O VIÇOSO. Mariana. 31/10/1893. p.1. Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Viçosa (LAMPEH-UFV).

¹² OLIVEIRA. *Entre a pátria do céu e a pátria terrestre*. D. Silvério Gomes Pimenta e a cristianização da República brasileira (1890-1922), p. 12.

historia pelo reformador que deveria como brasileiro saber adorar ao Eterno Autor da Natureza, o Astro glorioso apagou-se para a infeliz terra habitada por um povo que debate-se contra as trevas do arrefecimento!¹³.

A matéria destacada faz críticas ao positivismo, citando a figura de Comte e dá um tom dramático à separação entre o poder espiritual e o temporal, principalmente quando procura destacar a possibilidade de existência de tragédias em uma pátria sem Deus.

Além da questão da separação entre os dois poderes, uma das principais preocupações da Igreja nesses primeiros anos de República estava relacionada com as questões patrimoniais e financeiras. No Império, a Igreja Católica vivia sob dependência do Governo, muito em função do padroado¹⁴. Já na República a Igreja teria que lidar inicialmente com as questões relacionadas à legislação patrimonial¹⁵.

Ao tratarmos das questões patrimoniais que estavam relacionadas à Igreja, a documentação analisada revela que muitos dos patrimônios que cabiam à instituição católica não possuíam documentos que comprovassem sua posse de direito, apesar da posse de fato. No ano de 1895 o jornal *O Viçoso* apresentou uma série de matérias nas quais as discussões sobre a questão dos patrimônios eram apresentadas em suas páginas sempre na busca de que a sociedade se posicionasse a favor da Igreja Católica. Em matéria de 11 de agosto de 1895, o periódico destaca a importância da questão para a Igreja:

Patrimônios. Pode-se considerar como uma das mais vitais questões para a Igreja Brasileira a da reivindicação dos seus patrimônios: questão a que a autoridade eclesiástica nesta diocese tem prestado a maior atenção, e a qual alguns sacerdotes tem prestado serviços de valor indizível. Graças aos esforços inigualáveis de Monsenhor Secretario deste Bispado, tem-se descoberto valiosíssimos documentos comprobatórios, tem sido estudado pro habilíssimos jurisconsultos esta questão, tem-se obtido luminosos pareceres tem se deslindado o fio de muitas ocupações injustas de terrenos que pertencem à Igreja¹⁶.

Ainda de acordo com a mesma matéria, é possível perceber como a Igreja demonstrava que os patrimônios passavam a fazer parte dos bens herdados e se perdiam os documentos comprobatórios da doação. No entanto, em nenhum momento a Igreja se mostrava favorável a que os herdeiros se tornassem donos desse patrimônio doado, estando sempre à procura dos

¹³ A PEDIDO. *O Viçoso*. Mariana. 22/05/1894. p. 2 c.4 e p.3 c.1. Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Viçosa (LAMPEH-UFV).

¹⁴ LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A presença da Igreja no Brasil: história e problemas 1500-1968*. São Paulo: Editora Giro, 1977, p. 56.

¹⁵ LUSTOSA. *A presença da Igreja no Brasil: história e problemas 1500-1968*, p. 56.

¹⁶ PATRIMONIOS. *O Viçoso*. Mariana. 11/08/1895. p.2 c.1,2,3 e 4. Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Viçosa (LAMPEH-UFV).

documentos comprobatórios. De acordo com o relato:

Os fundadores das capelas e doadores do patrimônio tinham ordinariamente dos Exms. Srs. Bispos e Ordinários diocesanos Provisão de Padroeiros e Administradores com direito de nomear capelão e administrar os bens do patrimônio durante a sua vida. Desta arte ficavam eles administrando os mesmos bens que haviam doado a igreja, por serem os mais próprios e interessados em sua conservação e prosperidade. Morrendo os primeiros doadores, passavam os bens para a administração dos herdeiros, que os [ilegível] conservar como simples administradores. Mas muitos se esqueciam disto e começavam a figurar como donos. E assim destes segundos passavam a terceiros, e lá se iam os patrimônios sagrados envolvidos na maça comum dos bens de família, muitas vezes sem culpa nem conhecimento dos últimos possuidores. Por esta forma se perderam os vestígios e até a lembrança de vários patrimônios entre nós¹⁷.

Em matéria seguinte, de 07 de setembro de 1895, podemos perceber como o jornal continuou a apresentar denúncias do que considerava como usurpação dos bens da Igreja. De acordo com a matéria:

Advogados sem consciência ajudavam a torpe avareza e cúbica dos usurpadores. Por quanto não faltavam destes homens prontos a vender a justiça e a própria alma por um pouco de dinheiro, os quais aconselhavam que se juntassem quatro ou cinco pessoas, como representantes do povo e requeressem para se por em praça o patrimônio, como coisa devoluta; e assim se efetuava a espoliação da igreja. Outras vezes até se dispensavam de requerer a venda em praça, porque advogados houve que permitiam que quatro ou cinco pessoas constituindo uma espécie de junta, vendessem os bens do patrimônio das igrejas. Com esta sem cerimônia se procedeu na usurpação da igreja, vinde-se a tomar quase tudo que é seu, e reduzindo-a à maior miséria e lastima, como a vemos em nossos dias¹⁸.

Apesar da laicização dos cemitérios ser considerada uma questão de menor relevância, pois muitos deles já eram administrados pelas municipalidades, é importante observar a existência de discussões que permaneceram entre os sacerdotes e os membros dos órgãos públicos. Nesse caso, ambos faziam uso das disposições do Decreto n. 789 de 27 de setembro de 1890, que passava a regular a questão da administração dos cemitérios. De um lado os membros dos órgãos públicos utilizavam a seu favor o que determinava o artigo 1º do referido decreto: “Compete às Municipalidades a polida, direção e administração dos cemitérios, sem intervenção ou dependência de qualquer autoridade religiosa”¹⁹. Por outro, a Igreja Católica tinha a seu favor a exceção existente no decreto, que dava direitos a ela na administração dos cemitérios que já lhe pertencessem. De acordo com o artigo 2º do decreto: “A disposição da primeira parte do artigo antecedente não

¹⁷ PATRIMONIOS. *O Viçoso*.

¹⁸ PATRIMONIOS. *O Viçoso*. Mariana. 07/09/1895. p. 2 c.1,2,3 e 4. Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Viçosa (LAMPEH-UFV).

¹⁹ BRASIL. Decreto n. 789 de 27 de setembro de 1890. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-789-27-setembro-1890-552270-publicacaooriginal-69398-pe.html>>. Acesso em: 11/07/2014.

compreende os cemitérios ora pertencentes a particulares, a irmandades, confrarias, ordens e congregações religiosas, e a hospitais, os quais ficam entretanto sujeitos à inspeção e polícia municipal”²⁰. A partir dessa lei, a possibilidade da ingerência dos membros dos órgãos públicos nos cemitérios existentes ficava legalmente estabelecida no período republicano. Mesmo porque, em qual momento uma inspeção poderia ser feita? Quais pessoas poderiam ser enterradas em um determinado cemitério? Muitas vezes essas questões se transformavam em grandes debates e eram levadas aos tribunais. Nesse momento, mais uma vez os jornais davam impulso aos interesses de cada lado, o que não foi diferente com o periódico *O Viçoso*. Em matéria de 31 de outubro de 1893, encontramos notícia sobre a situação legal dos cemitérios e em quais circunstâncias a Igreja estava alicerçada para continuar administrando, o que ela considerava como de sua propriedade. De acordo com a notícia:

Já vai produzindo seus profícuos resultados a decisão do governo a respeito dos cemitérios **paroquiais** e de confrarias, e, por isso as Edilidades já vão restituindo a administração paroquial os respectivos cemitérios. Esta decisão foi publicada no órgão oficial, e no n. 1 do nosso periódico. Pertencem as Municipalidades só os cemitérios, que mandarem edificar a expensas suas. As consultas, que têm sido feitas, respondemos remetendo os nossos leitores para a consideração do aludido documento²¹.

Além das questões relacionadas aos cemitérios, também encontramos no periódico, matérias sobre o casamento civil. Este era outro ponto de desacordo entre a Igreja e o recém-inaugurado regime Republicano. Mais uma vez destacamos um trecho de uma matéria do periódico *O Viçoso*, no intuito de demonstrarmos como a Igreja se posicionava em relação a esses assuntos, que ela julgava de extrema importância para a preservação de seus interesses. Em matéria de 11 de dezembro de 1894, encontramos além de outros assuntos, os problemas que a Igreja apontava para uma nação sem Deus:

Os que separaram a Igreja do estado, entenderam que não se pode ser republicano sem se ateu. E pois riscaram o nome de Deus da Constituição, das Leis, das escolas, dos cemitérios, do casamento, e entenderam até risca-lo das mutuas saudações. Prescindindo da ímpia intenção, que presidiu à nova forma, fazemos votos para que seja uma realidade a fraternidade dos brasileiros²².

Mais uma vez é possível perceber como a Igreja tratou de se posicionar em relação a vários

²⁰ BRASIL. Decreto n. 789 de 27 de setembro de 1890. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-789-27-setembro-1890-552270-publicacaooriginal-69398-pe.html>>. Acesso em: 11/07/2014.

²¹ *O Viçoso*. Mariana. 31/10/1893, p. 1 c.4. Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Viçosa (LAMPEH-UFV).

²² *O Viçoso*. Mariana. 11/12/1894, p. 3 c.4. Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Viçosa (LAMPEH-UFV).

assuntos, principalmente quanto à questão da separação entre o poder temporal e o espiritual. Era a separação uma vantagem para a liberdade da Igreja, mas também poderia ser uma forma de retirar dela o poder de inserção em vários espaços da sociedade. Porém, a mesma não perdeu totalmente seus pontos de inserção e manteve-se presente na vida política e social do país nos anos posteriores a primeira década republicana. Nosso foco é demonstrar como a Igreja Católica se manteve ativa, principalmente sob os auspícios de D. Silvério, na Diocese de Mariana, destacando-se a utilização do periódico *O Viçoso*. Essa atuação influente de D. Silvério esteve totalmente concordante com os caminhos percorridos pela Igreja na Primeira República, que de um período inicial de desacordos com os rumos tomados pelo Governo Republicano nos primeiros anos passou a se aproveitar das influências que exercia nas várias camadas da sociedade brasileira, para permanecer influente nos vários ambientes sociais.

Seguindo essa linha de raciocínio, Riolando Azzi argumenta que a Igreja Católica nesse período defendia a “tese da cooperação entre os dois poderes”²³. Nesse sentido, o episcopado brasileiro estaria em concordância com a ideia de que as autoridades constituídas deveriam ser respeitadas.²⁴ Ainda de acordo com Azzi, ao tratar do posicionamento dos prelados, podemos perceber que: “não apenas ressaltam a sacralidade do poder constituído e a necessidade de cooperação entre a Igreja e o Estado, como também continuam a insistir na necessidade de preservação da ordem social”²⁵. Para exemplificar a importância da cooperação entre os dois poderes, Riolando Azzi destaca a figura de D. Silvério²⁶.

Na preocupação de defender os interesses da Igreja Católica, o periódico *O Viçoso*, sob a liderança de D. Silvério também apresentava críticas ao divórcio e à maçonaria, instituições estas que eram apontadas como inimigas da família e da educação. Na matéria do periódico encontramos os seguintes apontamentos:

Divórcio. Caiu no Senado por 5 votos o mais que infame projeto de divórcio. Não sabemos se devemos dar parabéns ou pêsames a nação por esta derrota que sofre a causa da imoralidade. Em uma questão como esta, na qual estava empenhada a honra, a família, a honestidade, a educação dos filhos, ser tão grande o partido da dissolução, e da torpeza que depois de dois anos de luta foi somente de cinco votos o triunfo do melhor partido, é causa mais para pêsames do que para alegria ou regozijo. Preparem-se os católicos, que mais cedo ou mais tarde teremos esse cancro medonho e hediondo do divórcio em nossa legislação, a espalhar podridão, gangrena e morte na sociedade brasileira. ‘A maçonaria’ assim o quer, assim ordena. Ela não se desanima com a presente derrota:

²³ AZZI, Riolando. *O Estado leigo e o projeto ultramontano*. São Paulo: Paulus, 1994, p. 42.

²⁴ AZZI. *O Estado leigo e o projeto ultramontano*, p. 43.

²⁵ AZZI. *O Estado leigo e o projeto ultramontano*, p. 45.

²⁶ AZZI. *O Estado leigo e o projeto ultramontano*, p. 42.

brevemente voltará a carga²⁷.

Todas as matérias anteriormente destacadas tanto do jornal *O Bom Ladrão*, como do jornal *O Viçoso*, são ilustrativas da utilização desses periódicos como veículos de divulgação dos ideais ultramontanos, que estiveram presentes no interior da Igreja Católica, no período em análise. Dessa forma, entendemos que ao ser diretor desses periódicos D. Silvério corroborou com essas ideias e demonstrou apreço por elas. Além de ter sido diretor dos jornais analisados, D. Silvério também demonstrou sua postura ultramontana através de inúmeras cartas pastorais e livros publicados ao longo de sua vida. As ideias defendidas por D. Silvério em pastorais e livros corroboram com o argumento de que os periódicos eram essenciais para a disseminação dos ideais ultramontanos, alcançando número maior de fiéis e fortalecendo os interesses da Igreja Católica no seio da sociedade.

²⁷ DIVÓRCIO. *O Viçoso*. Mariana. 07/08/1896. p. 2 c. 4. Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Viçosa (LAMPEH-UFV).

O anticomunismo na imprensa baiana: dois jornais, duas táticas, um projeto político (1945-1947)

Roberta Lisana Rocha Santos

Mestranda em história pela Universidade Estadual de Feira de Santana
Membro do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais Labelu
Email: roberta.lisana@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tem a pretensão de averiguar a presença do anticomunismo na imprensa baiana, entre os anos de 1945 a 1947. Busca-se aqui evidenciar a ação partidária desses dois aparelhos de notícia baianos, o *Diário de notícias* e o *A Tarde* associada ao discurso de combate ao comunismo defendido pelos mesmos. Parte-se da perspectiva que vinculado a esse anticomunismo defendido pelos jornais havia a defesa de um projeto de sociedade que se pautava na defesa da liberal democracia.

Palavras-chaves: Anticomunismo, Comunismo, Imprensa.

Perspectivas iniciais

No período democrático inaugurado em 1945, predominou na vida política brasileira um sistema pluripartidário. O regime implantado, com o fim do Estado Novo, marcaria época, tanto pelas características dos partidos que o conformaram, como pela polarização dualista que, camuflada na pluralidade, marcou aquele período de forma definitiva.

Após oito anos de ditadura, caracterizada pela ausência de partidos, a “redemocratização” viu em sua primeira eleição a disputa entre onze legendas.¹ Neste cenário, merece destaque o retorno à legalidade do já legendário Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922, mas que esteve na ilegalidade durante anos consecutivos.

O PCB apresentava-se como uma agremiação bastante diferenciada das demais: primeiro, havia sido fundado em 1922, no esteio da Revolução Bolchevique de 1917 era um partido que tinha uma atuação política bastante anterior ao sistema instaurado em 1945; segundo, desde a sua fundação, época em que os partidos formavam-se sobre bases regionalistas, o PCB já constituía uma agremiação de base nacional, com fortes laços internacionais. Tratava-se, portanto, de uma

¹ Legendas que se formaram em 1945 com o processo de redemocratização: Partido Republicano Democrático (PRD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Social Democrático (PSD), Partido Libertador (PL), Partido Republicano (PR), Partido Comunista do Brasil (PCB), Partido Sindicalista (PS), Partido Republicano Progressista (PRP), Partido Agrário Nacional (PAN), União Democrática Nacional (UDN) e Partido Democrata Cristão (PDC).

legenda com programa nítido, vinculado ao projeto de revolução socialista mundial. Por fim, possuía um vigoroso vínculo ideológico com o marxismo.²

Entretanto, a presença legal do PCB na vida política brasileira teria uma existência curta. Em maio de 1947 em pleno clima de Guerra Fria o registro do partido foi cassado e em seguida foram cassados, também, os mandatos dos representantes do PCB nos poderes, Legislativos Federal, Estaduais e Municipais.

Durante o período em que o PCB esteve na legalidade, a imprensa divulgou valores ideológicos cuja finalidade era desqualificar a legenda comunista perante a sociedade, além disso, esse valores contribuíram para que o partido fosse novamente lançado na clandestinidade em 1947, tendo em vista que, os jornais difundiam uma visão que o PCB não se constituía um agremiação voltada aos interesses nacionais, mas, sim um agente infiltrado para defender os interesses imperialistas de sua pátria mãe, a URSS. Sendo assim, a presença legal do PCB no cenário político nacional se constituía uma ameaça à estabilidade da ordem liberal democrática que estava por se consolidar no país.

Na Bahia, conforme aponta Cristiano Cruz Alves (2008), a imprensa desempenhou um papel fundamental na disseminação de ideias anticomunistas e divulgação de noções sobre o comunismo, isto se justifica porque os jornais pertenciam a membros da classe dominante, no poder baiano, que, por sua vez, recusavam veementemente o comunismo, por outro lado, a imprensa era o único veículo de comunicação reconhecidamente legítimo para informar. Sua relação com a história guarda estreita ligação, porquanto seja uma instituição que reivindica o papel de noticiar e ao mesmo tempo em que executa isto atua como intérprete dos fatos.³

Para Alves (2008), a negação dos comunistas nos textos jornalísticos é, portanto, ideológica, tendo em vista que produz outro sentido de verdade que perpassa pela confirmação da ideia de civilização ocidental – onde se insere na visão dos jornais a identidade brasileira como o bem e o comunismo como o mal, embora não se definam exatamente quais seria os elementos que comporiam esta suposta “identidade brasileira”, tampouco “civilização ocidental”.

² DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos Políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.127-154.

³ ALVES, Cristiano Cruz. *Um espectro ronda a Bahia: o anticomunismo da década de 1930*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História, Salvador, 2008, p.9.

Para cumprir os objetivos deste trabalho serão analisadas algumas manchetes divulgadas por dois grandes jornais da capital baiana, o *Diário de notícias* e o *A tarde*⁴ no período em que PCB desfrutava da legalidade, partimos da hipótese que havia a defesa de um projeto de sociedade que se baseava na exaltação da liberal democracia contra o comunismo.

Cabe salientar, que a para os fins propostos neste trabalho a imprensa é vista como um instrumento ideológico a serviço da classe dominante, sendo, portanto, utilizado por esta para difundir suas ideias ao restante da sociedade.

O Diário de notícias e o A Tarde na Bahia

A passagem do século XIX marca uma transição na imprensa brasileira, uma vez que esta assume um novo caráter, sai da condição de uma imprensa artesanal para industrial. Na Bahia, conforme Alves (2008), esse processo se iniciou já no século XX, momento em que ocorre uma mudança na produção da notícia dos jornais baianos, configurada através de uma alteração no enfoque e na relação da imprensa com o fato e a sociedade. Para o autor, isso se verifica em grande medida diante das posições defendidas pelos jornais baianos ante o cenário político, ao mesmo tempo em que esses jornais se abrem para inferências de órgãos de notícias internacionais, especialmente, durante a I Guerra Mundial, que atuaram enquanto, responsáveis principais pela inflexão na imprensa baiana.

Para o autor supracitado, a mudança no fazer da notícia na Bahia se modificou, ainda, quando os jornais adaptaram-se às estruturas capitalistas de produção, principal requisito para a inserção do jornalismo na era da “produção da notícia”. A imprensa, não obstante às mudanças tecnológicas – racionalização do parque gráfico, altos investimentos e, principalmente, cessão comercial de espaços nas edições – buscou alterar o discurso sobre o fato, tentando atribuir-lhe uma aura de objetividade. O intuito era a venda maciça de exemplares ao maior número de leitores possível, pois se sabia que isto atrairia mais anunciantes e assim elevaria os lucros das empresas jornalísticas. A notícia transformou-se num produto que necessitava ser vendido, ao mesmo tempo em que procurava sustentar uma suposta neutralidade.

Carla Luciana Silva (2005) aponta em seu estudo sobre a revista *Vêja*, que a força da imprensa se dá pelo seu poder dissuasório de convencimento, esse, por sua vez, está diretamente relacionado com a necessidade de reprodução do sistema quer seja pela defesa de práticas políticas

⁴ Cabe aqui salientar que embora o foco deste trabalho esteja centrado no *Diário de notícias* e no jornal *A tarde* na Bahia, havia outros grandes jornais cujas páginas divulgavam notícias com a finalidade de ridicularizar o comunismo e o PCB, como os jornais da capital baiana: *Diário de Bahia*, *O Estado da Bahia* e *O Imparcial*, ou ainda, *Folha do Norte* (Feira de Santana), *Diário da Tarde* (Ilhéus).

ou padrões de consumo para a sociedade. Interligando esses dois aspectos esta o caráter de possibilitar e facilitar o gerenciamento em torno das necessidades capitalistas, isso se dá por meio da formulação, da organização e da ação vigilante em torno da execução do planejado. O que nos leva a atuação política e partidária desempenhada pela imprensa, a partir da qual ela cumpre o papel de estado maior das relações do capital, em conjunto com outras formas associativas.⁵

Sendo assim, a atuação partidária da imprensa baiana pode ser aqui evidenciada, através da trajetória dos dois maiores e mais importantes jornais da Bahia ao longo do século XX, o *Diário de Notícias* e o jornal *A Tarde*.

Fundado em 1875, pelo jornalista Manoel Lopes Cardoso, o *Diário de Notícias* se constituiu um reconhecido veículo de informação na sociedade baiana. Segundo José Carlos Peixoto (2011), o vespertino da Rua Santos Dumond exerceu grande influência na vida política e cultural do Estado, sendo dirigido por figuras de destaque no meio político e intelectual.⁶

Com a morte de seu fundador em 1887, o jornal ficou sob a direção do seu gerente e redator chefe Eduardo Vichi, que comandou o vespertino por mais de dez anos. Em 1897, o empreendimento foi vendido ao professor Cassiano Gomes e em seguida adquirido pelo Coronel Vicente Lins do Amaral. Em 1919, a empresa é novamente vendida a um grupo de 58 acionistas liderado pelo professor e posteriormente Deputado Federal pelo Partido Social Democrático (PSD), Altamirando Requião, que assumiu a direção do jornal ao longo de vinte anos.

No período em que o jornal esteve sob a direção de Requião, a Bahia, se constituía num estado cuja base econômica ainda era eminentemente agropastoril e a sua população contava com pouco mais de quatro milhões de habitantes. A cidade de Salvador abrigava em torno de 350 mil pessoas e caminhava num incipiente desenvolvimento industrial.⁷

Após adquirir o vespertino, Requião introduz mudanças gerenciais e tecnológicas no empreendimento, pois, o mesmo pretendia fazer do jornal um “símbolo de progresso para a Bahia”, ao mesmo tempo em que coloca o *Diário* em sintonia com a nova dinâmica da imprensa mundial. A informação, para além de formar opinião, passa a ser também, um produto, ou seja,

⁵ SILVA, Carla Luciana. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2005. 658 p.

⁶ PEIXOTO JÚNIOR, José Carlos. *O caso Diário de Notícias da Bahia: a quinta coluna baiana 1935-1941*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História, Salvador, 2003, p. 10.

⁷ PEIXOTO JÚNIOR. *O caso Diário de Notícias da Bahia*, p. 10.

assume o caráter de empresa, uma vez que possui interesses diretos e indiretos no desenvolvimento do sistema capitalista.

Neste sentido, Requião insere o jornalismo baiano a um processo corrente no Brasil que é a passagem do jornalismo “artesanal” para um jornalismo industrial, sendo assim, a produção da notícia na Bahia passa a ser tratada como um produto.

Neste mesmo período, o jornal também foi marcado por uma intensa atuação na luta contra o comunismo. A Revolta de 1935 aguçou os ânimos do noticiário baiano frente àquilo que se constituía uma “ameaça vermelha”. O *Diário* inicia uma impetuosa campanha de repulsa aos comunistas considerando-os defensores de uma ideologia demonizada e em permanente associação com o “judaísmo internacional” e o “liberalismo burguês”.

A relação do *Diário* com a causa nazista, não tardaria a esvaír-se. Ainda no ano de 1939 o jornal passou ao controle econômico e editorial do político Antonio Balbino de Carvalho ficando em sua direção até 1942.⁸ Neste mesmo ano, o cenário mundial marcado pela Segunda Grande Guerra vivenciava profundas mudanças, especialmente, uma onda de mobilizações contra os países do eixo, ao mesmo tempo a postura do governo Getúlio Vargas começava a direcionar-se a causa dos aliados, neste sentido, o jornal baiano, muda radicalmente sua linha editorial, passando a não mais publicar notícias de caráter nazi-fascista.

No ano de 1943 o *Diário* de notícias foi novamente vendido dessa vez, para o Condomínio de *Diários e Emissores Associadas*, Assis Chateaubriand Bandeira de Melo. A direção do jornal foi assumida pelo pernambucano Odorico Tavares, que inaugura uma nova fase no vespertino, caracterizado pelo “estímulo as artes e as letras”.

Chatô como era conhecido pelos seus amigos, era dono de um verdadeiro Império de jornais, revistas e estações de rádio. No Brasil, era ele quem ditava as leis dentro do campo jornalístico. Deste modo, a sua atuação se media tanto pelo poder da notícia em suas mãos, quanto pelo poder econômico que este detinha.⁹

Sempre “em guarda contra o perigo vermelho” Chateaubriand dedicaria nas páginas do *Diário de notícias* com bastante regularidade manchetes cuja função fosse flagelar os comunistas, colocá-los na condição de inimigos, a quem a sociedade deveria estar sempre na espreita.

⁸ PEIXOTO JÚNIOR. *O caso Diário de Notícias da Bahia*, p. 47.

⁹ ALMEIDA, Maria Isabel de Moura. *O anticomunismo na imprensa goiana: 1935-1964*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2003, p.107.

Quanto ao jornal a *A Tarde*, este, despontou no cenário baiano, em 1912, como um órgão de oposição ao grupo político dominante na Bahia, que era liderado por José Joaquim Seabra, seu proprietário, Ernesto Simões Filho havia iniciado uma carreira política e jornalística, portanto, o periódico emanava as posições políticas de seu dono que enquanto viveu atuou como a força propulsora do jornal.

Segundo Consuelo Novais Sampaio o primeiro número do *A Tarde* já enunciava sua postura, “seria um jornal imparcial, mas, não indiferente; neutro, mas, não se esquivaria das controvérsias partidárias, seria, mais sereno do que violento, mas, se atacado repeliria a ofensa a altura”.¹⁰

No tocante a composição jornalística do *A Tarde*, Simões Filho cercou-se de profissionais conceituados no cenário baiano, tais como Henrique Cândia, do *Diário da Bahia*, e Carlos Chiaccio que por mais de 18 anos assinou uma seção de crítica literária, “Homens e obras” de grande repercussão no campo literário e artístico na Bahia.¹¹

Segundo Aruã Silva de Lima (2009), em 1945 o jornal *A tarde*, constituía-se um antigo representante da corrente autonomista¹² da Bahia que havia perdido seu poder político no período Getúlio Vargas e agora vinculado a UDN, ocupava-se da retomada do poder político perdido durante o período Vargasista.¹³

O autonomismo reacende os ânimos com a convocação das eleições de 2 de dezembro de 1945, trazendo dessa vez um projeto nacionalista e centralizador, mas, baseado num discurso liberal e reivindicando-se como liberais passaram a se delinear no âmbito de disputas do poder do Estado e foi muitas vezes em defesa desses valores liberais que justificavam seu discurso anticomunista.

Intelectuais e poder na Bahia

A luta contra o comunismo faz parte de uma arena de disputas pela conquista do poder. A imprensa baiana nesse sentido atua de modo pedagógico na disputa por visão de mundo e defesa de seu próprio projeto político e ideológico.

¹⁰ SAMPAIO, Consuelo Novais. *A tarde*. Acesso em: 23 de fevereiro. 2016.

¹¹ SAMPAIO. *A tarde*.

¹² O autonomismo tratou-se de uma bandeira de luta de grupos políticos baianos aliados e adversários que se uniram após o Golpe de 1930 para recuperar o poder perdido e reestabeler a autonomia do Estado em relação a governo Getulio Vargas.

¹³ LIMA, Aruã Silva. *Uma democracia contra o povo*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em história, Feira de Santana, 2009, p.133.

Silva (2005) partindo da perspectiva Gramsciana aponta que o projeto de dominação não é criado por um jornal ou revista específico, tampouco é elaborado no âmbito exclusivo da imprensa, mas, remete a uma experiência organizacional mais ampla, seus estados-maiores. Por isso, os grandes jornais e revistas podem ser vistos como os “grandes intelectuais orgânicos do capital”.¹⁴

Ainda para a autora, o século XX foi marcado por uma vasta organização transnacional, as empresas jornalísticas atuam para além dos interesses nacionais, que têm como fim o controle social e o gerenciamento propriamente dito do processo de acumulação. Trata-se de uma verdadeira “internacional capitalista”.¹⁵

É relevante destacar aqui que a imprensa brasileira, também se configurou numa fiel consumidora das notícias elaboradas por agências norte-americanas e inglesas, como por exemplo, a revista seleções *Reader's Digest*, que era anunciada tanto pelo *Diário* quanto pelo *A Tarde*. Neste sentido, partimos da perspectiva que a imprensa baiana do mesmo modo que enquadra a sociedade, ao seu projeto político ideológico, também foi enquadrada, por projetos políticos de órgãos internacionais.

Portanto, ao tratar do papel intelectual exercido pelos aparelhos de notícia baianos, não podemos perder de vista as alianças políticas estabelecidas entre estes e grupos ou figuras políticas locais.

Neste ponto, Paulo Santo Silva (2011) salienta que, na Bahia, tanto antes quanto depois de 1930, os indivíduos que exerciam atividades intelectuais encontravam-se vinculados àqueles que ocupavam posições-chaves no aparelho de Estado ou que gozavam de situação econômica privilegiada. Ainda para este autor, não é possível pensar a vida intelectual baiana dissociada dos grupos.¹⁶

Tanto no *Diário de notícias* quanto do jornal *A tarde* é evidente a relação de aliança estabelecida por esses jornais com figuras de destaque nos cenário político baiano, tais como Otávio Mangabeira e Juracy Magalhães os aparelhos de notícia da capital a todo o momento trouxeram em suas paginas os discursos proferidos pelas lideranças udenistas na Bahia, e estampando como matéria de capa a bandeira levantada por Mangabeira durante o período de legalidade do PCB: “Anti-comunistas sempre, reacionários nunca”.

¹⁴ SILVA. *Vêja*, p. 33-34.

¹⁵ SILVA, *Vêja*, p. 35.

¹⁶ SILVA, Paulo Santos. *Âncoras da tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 11.

Além das vinculações com Mangabeira o *Diário de notícias*, ainda matinha uma vinculação com o líder baiano Juracy Magalhães, diferente do *A Tarde* que até 1957 manteve ferrenha oposição ao ex-interventor, o *Diário*, por sua vez, esteve a todo o tempo noticiando discursos e feitos promovidos por Magalhães.

Magalhães que chegou a ser tachado de comunista por seus opositores entre os anos de 1935-1937, devido ao clima de animosidade que se estabeleceu com os comunistas na Bahia durante a sua interventoria, entre os anos de 1946-1950, enquanto Deputado Federal pela UDN manteve uma posição enérgica de combate aos comunistas. Para Magalhães “a vida democrática deve assegurar a liberdade de pensamento, mas, não deve admitir o exercício de uma função subversiva de correntes como a comunista e a fascista.”¹⁷ Magalhães afirma ainda ter sido peça chave no processo que levaria a cassação do PCB em 1947, uma vez que por meio de seu discurso defendeu: “o Partido Comunista era uma filial do Partido Comunista Russo [...] Eles não representavam uma parcela do Brasil, eles eram um pedaço da Rússia dentro do Brasil”.¹⁸

A posição de Mangabeira, embora alinhada à de Magalhães quanto o combate aos comunistas divergia em relação como as coisas deveriam ser conduzidas. Para Mangabeira que votou contra a cassação da PCB, a retirada do “Partidão” da cena política nacional poderia não ser vista com bons olhos pelas nações democráticas que ainda não dispunham de total confiança na democracia recém instaurada no Brasil e tão aclamada pelos aparelhos de notícia do Estado.

A imprensa como portadora do anticomunismo na Bahia

Durante a legalidade do PCB, especialmente, após o fim do Estado Novo, iniciou-se uma intensa e sistemática campanha de divulgação de valores ideológicos anticomunistas na sociedade. As referências à Rússia Soviética, ao Comunismo, ao PCB e a Luiz Carlos Prestes se tornou uma constante nas páginas dos jornais aqui em estudo.

As manchetes em grande medida aparecem nos jornais com um caráter didático, os dados se apresentam na maioria das vezes como se fossem isento de subjetividades, mas, que os fatos estão ali tais quais aconteceram. Deste modo, a imprensa atua de modo pedagógico em sua forma mais autoritária.

Neste sentido, Gramsci chama atenção para o sentido pedagógico de atuação dos partidos, e uma vez que a ação dos jornais é partidária, o jornalismo é visto, portanto, como uma “escola de

¹⁷ JM p i Magalhães J. 1976.07.22, CPDOC/FGV.

¹⁸ MAGALHÃES, Juracy. *Minhas memórias provisórias. depoimento prestado ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

adultos”. Ao mesmo tempo em que cumpre o papel de instrumento de luta de classes, na medida em que nela se constroem embates ideológicos vivos.¹⁹

Em se tratando dos periódicos baianos é recorrente a publicação de manchetes procurando explicar ao leitor onde fica a Rússia, o que é o comunismo, como se configura a ação dos comunistas na sociedade, destacando para os perigos que o comunismo e os comunistas representam, especialmente, para aqueles que não “dispõem do necessário para alimentar-se e vestir-se satisfatoriamente, a si e aos seus”, neste sentido, aqueles que “prometem distribuir o dinheiro do rico opressor entre os pobres desprotegidos”, acabam por tomar funções de ídolos libertadores na sociedade.²⁰

Além disso, o discurso anticomunista nos jornais baianos esteve também associado a uma defesa dos valores americanistas e, especialmente da liberal democracia. Em manchete divulgada no jornal *A tarde*, em janeiro de 1946 o vespertino baiano por meio das palavras do embaixador norte-americano Adolph Berle divulgava que “a democracia é a melhor forma de governo” e que os objetivos dos Estados Unidos era “assegurar maiores oportunidades para o indivíduo”, além disso, “existe nos Estados Unidos um cordial interesse pelo restabelecimento da democracia no Brasil”.²¹

Se por um lado é preciso defender a democracia norte-americana, de outro, é necessário cuidar contra a ameaça soviética, conforme conclama o chanceler brasileiro João Neves da Fontoura; “a Rússia constitui o maior perigo e ameaça para o mundo”, declarou ainda; “que os Estados Unidos, o Brasil, e todas as outras republicas americanas, precisam concluir um acordo imediato, para que o Hemisfério possa apresentar uma frente única contra a União Soviética”.²²

Nesta mesma linha nas páginas do *Diário de notícias*, Assis Chateaubriand publicaria que o momento vivenciado pelo Brasil era de extrema confusão política, mas, que era tempo das forças políticas travarem um entendimento, afinal, o “tropol de ambições [soviéticas] é, [...] cada vez mais desenfreado”, e que todos deveriam se unir em defesa da reestruturação democrática do país, afinal “queremos continuar a ser americanos e não soviéticos, e para tanto, não podemos abrir brechas ao inimigo nos muros de edificação liberal”.²³

¹⁹ SILVA, *Vejá*, p. 35-36.

²⁰ *A tarde*. Salvador, 01 de Fev, 1946.

²¹ *A tarde*, Salvador, 15 de Jan, 1946.

²² *A tarde*, Salvador, 14 de Mai, 1946.

²³ Chateaubriand, Assis. Bonapartismo, Soviétismo e Democracia. *Diário de notícias*, Salvador, 13 de Jan, 1946.

Neste sentido, percebe-se claramente a atuação dos vespertinos baianos na defesa do projeto que se pretendia hegemônico e que se baseava na defesa dos princípios liberal-democráticos norte americanos, contra o comunismo soviético.

Cabe ressaltar ainda, conforme aponta Almeida (2008) que a luta contra o comunismo na imprensa, representou a luta contra o “inimigo”, estrangeiro, localizado concretamente na Rússia, ou ainda, na Revolução de 1917, referência na efervescência do discurso anticomunista pelo mundo. Este país, sob a égide da “ditadura do proletariado”, constituiu o exemplo concreto dos horrores praticados pelo comunismo em qualquer lugar que este existisse.²⁴

Não podemos perder de vista, que uma vez que a atuação dos jornais é partidária, os mesmos, estão sempre em concorrência, na busca por marcar posição frente aos seus leitores. Essa concorrência toma forma na busca pelo furo jornalístico, para ser o primeiro a conquistar maior espaço social e, por conseguinte, o maior numero de leitores e anunciantes.

Considerações finais

Analisando as notícias divulgadas pelos jornais é possível identificar no *Diário de notícias*, uma intenção mais militante, através de textos objetivos que se utilizam de frases e termos pejorativos em relação aos comunistas, quanto ao jornal *A tarde*, percebemos a busca por uma suposta neutralidade, com discursos mais brandos, mas, não menos anticomunistas.

Ressalta-se ainda, que em ambos a defesa dos valores liberais democráticos encontrava-se presente, a exaltação a um modelo de sociedade “livre” versus um mundo de “desordem”, de “ódios e violências”.

A desqualificação dos comunistas perante a sociedade se justifica em grande medida, porque, para a classe dominante no poder baiano, o comunismo se constituía uma ameaça à ordem de dominação liberal-burguesa que se pretendia hegemônica no Estado, sendo assim, essa ameaça deveria ser sanada a qualquer custo, para tanto, era preciso colocar o seu principal representante, o PCB na condição de inimigos da pátria e da “ordem democrática” defendida e aclamada pela imprensa baiana.

²⁴ ALMEIDA. *O anticomunismo na imprensa goiana*. 1935-1964.

Páginas esquecidas ou um espaço diferenciado: Os Annaes e a imprensa carioca do século XX (1904-1906)

Vinicius Carlos da Silva

Mestrando em História

UNESP - Assis

viniciuscda Silva@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho abordará o periódico *Os Annaes – Semanario de litteratura, arte, sciencia e industria*, que circulou nos primeiros anos do século XX no Rio de Janeiro sob direção de Domingos Olímpio. Busca-se aqui analisar, ainda que sucintamente, este periódico com relação as suas próprias premissas, uma vez que *Os Annaes* se apresentava como um “espaço diferenciado” na imprensa do período para autores que por diversos motivos não tivessem espaço para suas publicações. Para tanto, faz-se necessário situarmos este empreendimento em seu próprio contexto histórico, a fim de compreendemos esta iniciativa em um panorama mais amplo. Esta comunicação faz parte de um projeto de mestrado em andamento que tem como objeto o próprio periódico *Os Annaes*, ainda inédito. Este apenas foi utilizado algumas poucas vezes como fonte histórica e encontrasse praticamente relegado ao esquecimento.

Palavras-chave: Imprensa, Domingos Olímpio, Os Annaes.

Os Annaes no contexto da imprensa do Rio de Janeiro do século XX.

A transição do final do século XIX para o início do século XX brasileiro foi um momento de profundas transformações no cenário nacional. Os primeiros anos da República foram importantes, pois ainda existiam resquícios de nosso passado monárquico. Ao mesmo tempo, era perceptível que ocorriam mudanças, tanto na política quanto nos âmbitos cultural e social. O processo de modernização que assolava o país englobava, em especial, as principais cidades brasileiras, urbanizando-as e trazendo consigo o ideal de progresso, baluarte do republicanismo.

Entretanto, as agitações sociais e políticas que ocorreram principalmente nos momentos finais do século XIX, ainda se faziam sentir na centúria posterior. Socialmente, apesar de algumas mudanças, o campo do saber se mantinha como um território de poucos, em especial de homens, e, obviamente, dominado pelas elites nacionais. Coexistiam diversos tipos de intelectuais que se digladiavam intelectualmente a fim de sobrepor seus projetos para o futuro do Brasil nação, agora republicano.¹

¹ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil*. Companhia das Letras, 1995.

Desde meados do século XIX, surgiram diversos tipos de impressos que se tornaram espaços disputados por uma gama cada vez maior de intelectuais ou aspirantes a intelectuais das mais diferentes vertentes. Ao se manifestarem, estes almejavam seu lugar ao sol no rol da *intelligentsia* brasileira. Para os homens de saber, a imprensa do início do século XX, era uma opção à burocracia estatal, ainda que fosse uma atividade recente e, por vezes, precária.² A *intelligentsia* nacional passou então a se utilizar destes espaços a fim de manifestar seus diversos pontos de vista, para além dos institutos oficiais e das academias.

Todo esse processo ocorreu com maior força nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Esta última era capital política e cultural da nascente República, onde se intensificou o surgimento de acaloradas discussões intelectuais que abarcavam uma variedade maior de assuntos. Se outrora os temas recorrentes na imprensa se concentravam nas discussões políticas polarizadas pró e contra abolição, Monarquia versus República, a partir de então, a imprensa passou a se abrir a uma cada vez maior variedade de temas e tipos de impressos: periódicos, revistas, semanários, folhetins, etc., para diferentes gostos e públicos.

Os Annaes— Semanario de litteratura, arte, sciencia e industria,³ foi um periódico criado e dirigido pelo advogado, político e escritor sobralense Domingos Olímpio Braga Cavalcanti circulou semanalmente na cidade do Rio de Janeiro de 08/10/1904 a 11/10/1906. Foram ao todo 102 exemplares, quase todos dirigidos por seu criador, que só deixaram de ganhar as ruas após o falecimento de seu idealizador.

Na primeira edição de *Os Annaes*, o editorial escrevia ao público sobre as intenções deste novo empreendimento, cujo intuito seria

[...] ocupar um posto vago, na imprensa do Rio de Janeiro, posto de sacrifício abandonado por trabalhadores de superior engenho, cujo vestígio brilhante testemunha ainda sinceros sacrifícios mal apreciados. E' possível que, neste período de animadora actividade intellectual, consigamos restaurar a tradição interrompida por desalentos lamentáveis, e, todavia, gloriosa, como precioso subsidio ao desenvolvimento desta terra. Os Annaes serão um registo da nossa vida mental, uma resenha, cuidadosamente feita, das idéas, dos factos, dos phenomenos sociaes, estudados pele aspecto mais pratico e intuitivo, e de tudo aquillo que possa servir de documentação, ou interessar ao nosso progresso. Para realisar o plano de um semanário acessivel a todos os paladares, publicaremos,

² DIMAS, Antônio. *Tempos eufóricos: análise da Revista Kosmos 1904-1909*. São Paulo: Ática, 1983, p.03.

³ Optou-se aqui por manter a grafia original do periódico devido a dificuldade inicial em localizar a referida fonte. Os exemplares físicos de *Os Annaes* encontram-se na Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, indisponíveis ao público devido a seu estado atual de conservação. No entanto, é possível ter acesso online e até mesmo fazer o download de todos os 102 exemplares do periódico com ótima resolução no sítio da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo (USP) através do link: http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/6/search?filter=Os+Annaes&search=Buscar&filtertype=*&submit_search-filter-controls_add=Buscar. Acesso em: 12 de julho de 2016.

com rigorosa selecção, artigos de critica, romances, versos, chronicas commerciaes e um noticiário dos factos mais importantes do paiz e do estrangeiro, enfeixando, para a leitura do domingo, um punhado de informações, muito úteis áquelles que não podem andar em dia com os jornaes.⁴

Logo de início, o trecho sugere a existência de um “período de animadora atividade intelectual” que entretanto, seria “mal apreciado” devido a “desalentos lamentáveis”. Fica assim evidente a convicção do editorial na existência de desafetos intelectuais muito poderosos no período, responsáveis por minar trabalhos “de superior engenho”. Outro ponto interessante é o forte saudosismo apresentado, uma vez que seria necessário “restaurar a tradição interrompida” pelas mazelas do cumpadrio acadêmico.⁵ Tal empreitada ficaria ao cargo de *Os Annaes*. A pretensão de ser um espaço aberto para escritores relegados era muito comum no período e diversos periódicos assumiram essa postura em seus editoriais de abertura. E com *Os Annaes* não foi diferente. Essa pretensão nos diz muito sobre o momento da imprensa daquele período, que buscava sua consolidação enquanto empreendimento comercial e capitalista.⁶

Entretanto, nas páginas deste periódico estavam impressos escritos tanto de autores renomados da época como de nomes pouco conhecidos do grande público, em artigos que abarcaram, em especial, assuntos como política, ciência, literatura, notícias diversas, assuntos e diversões intelectuais, dentre tantos outros. Muitos autores já eram conhecidos do grande público, como Silvio Romero, que publicou 21 artigos no periódico. Os outros nomes famosos também participaram como Fialho de Almeida, (13 artigos), Araripe Júnior (12 artigos), Otto de Alencar e Silva (7), Virgílio Várzea (5 artigos), Joaquim Vianna (4 artigos), Guimarães Passos (3 artigos) e Fernandes Figueira (3 artigos), Padre José Severiano de Resende (2 artigos), para citarmos apenas alguns.

Parte importante dos colaboradores fazia-se de nomes não muito conhecidos, dos quais é extremamente difícil se obter quaisquer informações atualmente, muito provavelmente recifenses cuja obra e biografia ficaram circunscritos ao âmbito regional. Estes escreviam apenas artigos livres, muitas vezes apenas um em toda a trajetória do periódico. Contudo, tiveram a oportunidade de compartilharem seus escritos, ao lado de medalhões do período, como os citados anteriormente.

⁴ *Os Annaes*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 01-16, out. 1904. p.01.

⁵ RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na academia brasileira de letras (1896-1913)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

⁶ SODRÉ, Nelson Wenerck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1966. Citar o Sodré, p. 315-359.

OS ANNAES: divisão interna e colaborações.

Houve apenas quatro seções fixas em *Os Annaes: Chronica Política, Páginas Esquecidas, Ciência e Industria e Xadrez*. A primeira era encabeçada por Olímpio, na qual ele analisava os diversos acontecimentos políticos do período. Já *Páginas Esquecidas*, foi uma seção de artigos já publicados anteriormente, na sua maioria poemas de autores já falecidos, onde figuravam nomes como Eça de Queirós, Camilo Castelo Brando, etc, ao lado de contemporâneos ao periódico como Coelho Neto e Fialho D’Almeida. *Ciência e Industria* era escrita por Domingos Olímpio comentava sobre novidades tecnológicas, com o intuito de deixar o leitor atualizado quanto ao surgimento de incrementos tecnológicos ao redor do mundo. Por fim, *Xadrez* era a seção voltada para o entretenimento dos leitores de *Os Annaes*. É a única seção que se profissionaliza com o passar do tempo, até ser assumida por José Getúlio. Tal justificativa se deu devido aos enormes pedidos do público através de cartas escritas à redação de *Os Annaes*.

Algumas outras seções foram surgindo ao longo da trajetória de *Os Annaes*, como a seção *Apanhados*, que apareceu ao todo em 54 edições, quase que sequencialmente a partir da edição de número 69.⁷ Diversos assuntos eram ali abordados, a maioria na tentativa de manter o leitor do periódico atualizado. Os textos variavam de tamanho, partindo de textos curtos, por vezes, um ou dois parágrafos até artigos de meia coluna, com cinco ou seis parágrafos.

Uma seção importante foi *A Livraria*, responsável, predominantemente, por analisar obras recém-lançadas. Surgiu na primeira edição e seguiu quase ininterruptamente até o número 29, quando deixou de aparecer por algumas edições. Ressurgiu no número 44, parando novamente. Só voltou ser publicada na edição de número 70, assinada por Nunes Vidal, com apenas duas exceções, para seguir até os últimos dias de *Os Annaes*. Apesar de não estar presente ao longo de toda a trajetória do hebdomadário, não podemos deixar de destacar o fato de *A Livraria* ter aparecido em mais de 50 números de *Os Annaes*.

Foram vários os escritores contribuíram para a resenha de livros nesta seção, que por vezes se constituía da crítica de mais de um auto, na qual a seção era dividida internamente pelo livro que estava sendo resenhado. Os nome que escreveram aqui foram: Nunes Vidal (28 artigos), Walfrido Ribeiro (10 artigos), D.O. (Domingos Olímpio) (2 artigos), João Ribeiro (6 artigos), João Lameira (2 artigos), Bernades do Canto (1 artigo), Espírito Santo (1 artigo). Os artigos restantes foram simplesmente assinados com abreviaturas, não deixando ficando claras assim a autoria das resenhas: Dr. F.F (1 artigo), B. (1 artigo) e L.B. (3 artigos). A partir da segunda edição, logo após

⁷ *Os Annaes*. Rio de Janeiro, ano III, n. 69, p. 81-96, fev. 1906, p. 85.

a seção *A Livraria*, o editorial publicava as obras que foram recebidas para análise e possível publicação da avaliação⁸

É incontestável que o maior colaborador da revista foi o próprio Domingos Olímpio. Existem ao menos 208 artigos assinados por Olímpio ou Pojucan, nas páginas de *Os Annaes*, que abarcavam, em especial, assuntos políticos, sempre em primeira página. Todos, sem exceção, foram assinados por seu pseudônimo, Pojucan, contrastando com a publicação de seus dois romances no periódico *O Almirante* (94 partes) e *O Uirapuru* (06 partes) este último inacabado devido à morte o autor que apareciam devidamente referenciados. Olímpio tentava assim vincular seu nome a sua produção intelectual dissociando-o de polêmicas e empecilhos que pudessem lhe travancar sua ascensão como intelectual.

Após a morte de Domingos Olímpio no dia 06/10/1906, a edição final de *Os Annaes*, de número 102, ganhou as ruas do Rio de Janeiro no dia 11/10/1906, trazendo os últimos escritos de Olímpio e mais um apanhado de artigos de outros autores, mantendo-se a configuração de um material que já encontrava-se no prelo quando ocorreu o falecimento de Olímpio. Esta última edição traz consigo excertos da repercussão da morte do autor e ainda uma nota final da redação, muito provavelmente escrita por Walfrido Ribeiro, na qual este esclarece que a participação de Domingos esteve muito mais presente na configuração de *Os Annaes*:

[...] Não nos cabe ir além. Não o permitiria a saudade, não o deixaria fazer essa atrocidade que é a certeza de nunca mais o vermos, de nunca mais o termos á nossa direita, trabalhando, trabalhando sem parar, escrevendo a sua Chronica, a secção de Sciencia e Industria, os seus romances, fazendo a traducção dos artigos com que muitas vezes os Annaes informaram os seus leitores da opinião estrangeira. E em meio dessa tarefa, tão pontual, tão bem cumprida sempre, mais uma: a de advogado, exhaustiva, formidável, levando-o a todos os rumos que ella aponta. Mas uma e outra levadas a cabo com aquella paz, aquella gosto, aquella sorriso, aquella bem-estar, como um espirito que tudo achava fácil.⁹

É muito provável ainda que Olímpio tenha sido responsável, senão por todos pelo menos pela grande maioria dos artigos que não possuem quaisquer indicações autorais específicas em *Os Annaes* e ficaram a cargo da redação de periódico. Esses artigos geralmente se referiam a assuntos cotidianos, novas invenções, curiosidades mundiais, matérias sobre economia, etc. que não fornecessem tantas informações quanto ao projeto editorial do periódico. Sua criação deu-se em parte pela consciência de Olímpio de que naquele momento empreendimentos voltados para o saber e para letrados poderiam lhe abrir as portas do mundo das letras. *Os Annaes* constitui-se então de

⁸ *Os Annaes*. Rio de Janeiro, ano I, n. 02, p. 21-36, out. 1904, p. 31.

⁹ *Os Annaes*. Rio de Janeiro, ano III, n. 102, p. 609-628, out.1906, p. 618.

espaço de e para Domingos Olímpio, onde as características do periódico orbitavam em torno de seu idealizador. Nele Olímpio teve liberdade para escrever o que bem entendesse de política e aproveitou-se para alicerçar as bases de sua literatura, publicando-as sequencialmente para posterior publicação no formato em livros.

Olímpio circunscreveu seu trabalho a um público extremamente seletivo e por isso mesmo muito restrito. Afinal de contas, *Os Annaes* possuía uma “natureza erudita”. Caía aqui por terra o elemento justificador do suposto espaço diferenciado que se constituiria *Os Annaes*, logo em sua primeira edição, que propagava ser “um semanário acessível a todos os paladares”.¹⁰ Ao não conseguir engatilhar *Os Annaes* enquanto um empreendimento lucrativo, Olímpio não obteve sucesso esperado em termos de repercussão de seus escritos, uma vez que muito de seu material continua inédito até hoje, mais de duzentos anos depois. Outro ponto importante foi a relação estabelecida do periódico com o mercado editorial do período. No número 25 de *Os Annaes* a seção *A Livraria* trazia uma resenha feita por Domingos Olímpio de tese inaugural do Dr. Alberto Rodrigues de intitulada *A pneumonia no Rio de Janeiro*. O diferencial desta publicação foi o local onde foi publicada, a tipografia própria de *Os Annaes*. Essa edição marca mais uma tentativa de angariar fundos para o periódico, além o uso das economias pessoais de Olímpio, das assinaturas realizadas e da venda de edições encadernadas, outra fonte de renda se iniciava: o uso da tipografia de *Os Annaes* para a publicação de trabalhos de terceiros, em especial livros.¹¹

Conclusão

A transição do século XIX para o XX foi decisiva para a imprensa nacional. Os periódicos que, por diversos motivos, não se adequaram ao processo vivido pela imprensa naquele momento deixaram de existir, sucumbindo à nova demanda periodística do período, em especial no Rio de Janeiro, onde as mudanças foram muito rápidas e intensas.

Basta tomarmos como exemplo o jornal *Cidade do Rio de Janeiro* (1887-1902) criado por José do Patrocínio e importante instrumento na campanha abolicionista que, apesar da sua importância e estrutura enquanto jornal, não prosperou no século XX. Este fato explica-se uma vez que, apesar da existência de periódicos em circulação no país desde os primeiros tempos da Família Real no Brasil, a imprensa enquanto empresa capitalista ainda engatilhava no Brasil do século XX, em um processo muito dinâmico de demandas atualizações constantes dos empreendimentos para que os mesmos sobrevivessem.

¹⁰ *Os Annaes*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 01-16, out. 1904, p.01.

¹¹ *Os Annaes*, Rio de Janeiro, ano II, n. 25, p. 193-208, abr. 1905, p.204.

Pode-se então perceber a dura realidade dos periódicos daquele período. As dificuldades não estavam circunscritas apenas aos pequenos empreendimentos, ainda que estes fossem os que mais sentissem os golpes deste período, deixando de existir diversas vezes. Assim, a análise diacrônica de *Os Annaes* e seu contexto se faz necessária para que possamos entender sua proposta e atuação levando-se em consideração o lugar social no qual este foi produzido e o momento histórico no qual este estava imerso.¹²

¹² Uma dissertação de mestrado sobre este periódico está sendo por nós elaborada e será defendida em agosto de 2017.

Simpósio Temático 02:

História e culturas urbanas narrativas e práticas sociais nas cidades

Valdeci da Silva Cunha

Doutorando em História Social da Cultura
UFMG
valdeci.cunha@gmail.com

Phillipe Urvoy

Doutorando em História Social da Cultura
UFMG
ph.urvoy@gmail.com

Juliano Mota Campos

Mestrando em História
Universidade Estadual de Feira de Santana
julianouefs@hotmail.com

José Maria Almeida Neto

Mestre
UFC- Universidade Federal do Ceará
neto.almeida88@yahoo.com.br

Ana Carolina Oliveira Alves

Mestranda
Universidade Estadual de Campinas
anacarolinaoa@hotmail.com

Proposta do Simpósio:

O presente simpósio temático tem como objetivo discutir as relações entre a história e as manifestações culturais que tem nas cidades seu lugar de atuação pensadas a partir de suas dimensões não apenas materiais, mas também simbólicas. Composta por diferentes sujeitos, experiências, trajetórias e lugares sociais, e também por inúmeras e heterogêneas produções intelectuais, as formas das cidades pós-industriais tem sido modeladas e remodeladas pelos processos de urbanização e pelas diversas reformas urbanas que ocorreram a partir do meio do século XIX. As cidades, portanto, são pensadas aqui não apenas como palco dessas ações, mas entendidas em seus processos de construção histórica. Entendemos, portanto, que elas não são simplesmente algo dado, ou simples cenário do social, mas objetos de questionamentos, reflexão e

análise desafiadoras e, ao mesmo tempo, instigantes. Serão contemplados, dentre outras possibilidades, estudos que versem sobre a transformação de seus papéis; memórias de planejamento urbano e regional; formação das redes urbanas; a análise da transformação do pensamento e da prática urbanística e seus desdobramentos no cotidiano daqueles que nelas habitam. Como nos é ensinado por Michel de Certeau, a cidade também é o local onde uma infinidade de narrativas e práticas emergem para distorcer as linhas do desenho planejado. Trata-se de um espaço em disputa – constituído tanto por essas intervenções técnicas quanto pelas práticas vivenciadas pela população que se desdobram em novos usos e apropriações destes espaços. Neste sentido, caberia aos pesquisadores dialogar com os diferentes tipos de agentes produtores de narrativas sobre o espaço urbano que, assim, expressam, narram ou falam pelas/nas cidades e que, em nosso entendimento, formam, informa e enformam as várias relações e tensões estabelecidas na teia social. Nessas articulações, a cultura deixa de ser pensada como esfera superior, ou apenas como lugar de expressão das manifestações artísticas, “tradicionais ou populares”, para ser entendida no interior do próprio processo social onde os homens constroem e reconstróem suas experiências, espaços e territórios. Por fim, este simpósio pretende contribuir para uma interpretação do espaço urbano a partir de um diálogo entre diversos campos de investigação e áreas de conhecimento que têm as cidades como horizonte em comum.

Transformação e conservação: a tradição pictórica da paisagem carioca através da narrativa do Pão de Açúcar

Aline Viana Tomé

Mestre em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

alinehis@gmail.com

Resumo: Concebemos necessária a discussão acerca da tradição pictórica presente na obra de variados artistas. Podemos entender a produção de Eliseu Visconti (1866-1944) como um dos inúmeros casos em que pintores se utilizam da tradição artística para representar a realidade ao seu redor. Para o caso específico, nos utilizaremos das representações do relevo do Pão de Açúcar. Para isso, nos utilizaremos de diversas obras realizadas por pintores desde a chegada da família real em terras brasileiras, em 1808, buscando nesses quadros uma possível cultura visual pertencente ao pintor. Podendo, estas mesmas representações, nos proporcionar um olhar ímpar sobre a capital federal em diversos momentos do século XIX e XX. Além de tudo o que uma obra de arte pode proporcionar a um observador, encontramos ainda no trabalho dos paisagistas que representaram a capital federal, durante século XIX e início do século XX, o poder de reencontrar a cidade perdida pelas diversas remodelações por ela vivenciada.

Palavras-chave: História da Arte; Pintura de paisagem; Eliseu Visconti.

É preciso tratar do legado existente em cada obra de arte que possibilita a filiação entre elas e permite a nós, observadores, o acesso ao repertório visual de cada artista. Dessa forma, podemos entender a produção de Eliseu Visconti como um dos inúmeros casos em que pintores se utilizam da tradição artística para representar a realidade ao seu redor. Convertendo a obra de arte em si, em lugar de memória de uma tradição, fazendo enxergar assim a sua ambivalência.

Como bem nos orienta Jorge Coli, em seu livro *O Corpo da Liberdade*, “um dos grandes prazeres dos historiadores das artes é descobrir as imagens renascendo dentro de outras imagens, tomando novos sentidos, ressuscitando o mesmo para se transformarem em outro.”¹

Com isso, entendemos a história da arte concebida através de uma tradição, perpassando todo o fazer artístico desde seu início. Através de uma obra nos é possível perceber inúmeras outras. Ao olharmos uma pintura conseguimos notar algo, por vezes, apenas um mero detalhe, que nos traz à lembrança outra tela ou, quem sabe, qualquer outra obra, existindo nessa lembrança uma memória fragmentada de narrativas artísticas anteriores.

¹ COLI, Jorge. *O Corpo da Liberdade*: reflexões sobre a pintura do século XIX. São Paulo: Cosac Naify, 2010, p. 269.

Quando Eliseu Visconti executa uma de suas representações do Pão de Açúcar, datada de 1901, existe dentro desta pintura algumas filiações, contatos, sendo possível ao historiador a reconstrução da cultura visual desse artista, através da comparação de imagens. Afinal, “comparar é uma forma de compreensão silenciosa da relação entre as imagens.”²

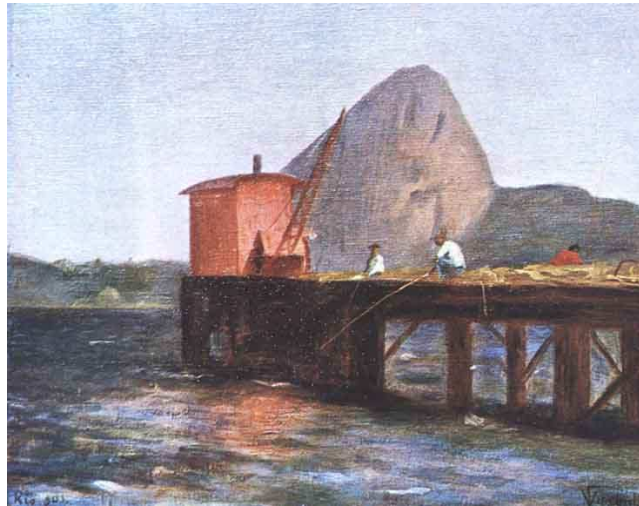


Imagem 1: Eliseu Visconti, *Pão de Açúcar*, 1901. Óleo sobre tela, 26,0x32,5 cm. Coleção Particular.

Seria o registro de Visconti o primeiro a fazer menção ao Pão de Açúcar, dentro da pintura de paisagem brasileira? Seria apenas com a modernidade e o advento da fotografia que o Pão de Açúcar se tornaria o cartão postal da cidade? Entendemos não ter sido Visconti o primeiro a fazer o registro do relevo em questão. Compreendendo que o pintor realiza em suas telas as paisagens vivenciadas por ele, é importante destacar que o mesmo possui uma cultura visual. Esse arcabouço imagético lhe permitiu, através dos vários pontos de vista de outros artistas que representaram o local antes dele, formar sua visão tão singular da paisagem da formação rochosa.

Com um pequeno esforço investigativo é possível perceber que existe uma tradição representativa do morro, que está entre um dos locais mais figurados desde a chegada de inúmeros artistas viajantes no início do século XIX³. Cabe ainda nos perguntar o que fez dessa formação rochosa um dos símbolos mais carregados de memória da cidade do Rio de Janeiro, não havendo:

² COLI. *O Corpo da Liberdade*: p. 268.

³ De acordo com Celeste Zenha, “A década de 1840 se constitui num marco para a produção nacional de estampas. [...] Eduard von Laemmert, um dos maiores livreiros da cidade e dono de uma tipografia, tomou a iniciativa de editar um álbum de vistas da cidade do Rio de Janeiro. As pranchas assinadas pelo saxão Karl Robert von Planitz foram litografadas por Otto Speckter e impressas em Hamburgo. Esse pequeno álbum, intitulado *Doze vistas do Rio de Janeiro*, apresenta os sítios mais importantes da cidade: o panorama da baía e da cidade tirado da ilha das Cobras e do convento de Santa Teresa; o aqueduto; a lagoa Rodrigo de Freitas com o morro Corcovado; Botafogo e o caminho de São Clemente; igreja e morro de Nossa Senhora da Glória; paço do Imperador do Brasil em São Cristóvão e finalmente o Cemitério dos Ingleses na Gamboa.” Ver: ZENHA, Celeste. *O negócio das vistas do Rio de Janeiro: imagens da cidade*

[...] memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar o passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda.⁴

Entendendo o espaço como uma realidade durável, inclusive nas obras de arte, podemos inserir as imagens do Pão de Açúcar enquanto perpetuadoras da recordação da cidade, guardiãs de um espaço que foi alterado, mas que possui um lugar de memória.

Dessa maneira enxergamos a ambivalência das representações artísticas na discussão acerca da memória, uma vez que estas possuem não somente a função de guardiãs de um contexto espacial passado, mas principalmente a história da tradição artística enquanto construção pictórica. As obras de arte são lugares de memória, pois garantem “ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão”⁵.

Com o propósito de exemplificar as inúmeras possibilidades de representação da paisagem do Pão de Açúcar e de mostrar que o local tem sido temática constante na paleta de consagrados artistas, buscamos relacionar algumas produções relativas ao relevo. Com isso, procuramos lançar luz ao farto repertório pictórico que o local possui. Mostrando como Visconti foi um entre tantos a se utilizar dessa teia da tradição representativa do morro. Além de ser mais um a enriquecer nossa cultura visual acerca do local.



Imagem2: Jean-Baptiste Debret, *Retrato de El-Rei Dom João VI*, c.1817. Óleo sobre tela, 60 x 42 cm. Museu Nacional de Belas Artes. Rio de Janeiro.

imperial e da escravidão. *Revista Estudos Históricos*, 34:2. Rio de Janeiro, 2004, p.32. A imagem do Pão de Açúcar é encontrada em inúmeros panoramas da baía de Guanabara, dessa forma, acreditamos que a vista do panorama da baía e da cidade tirado da ilha das Cobras, citado pela pesquisadora, contenha a representação do relevo rochoso em questão.

⁴ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003, p.170.

⁵ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. In: *Projeto História*. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993, p.22.

Situa-se no gênero do retrato, uma das primeiras representações do Pão de Açúcar, realizadas quando da chegada dos artistas franceses. Na obra de Jean- Batiste Debret, a imagem da formação geológica, que então viria ser um dos principais cartões postais para as gerações futuras, surge como um detalhe⁶, uma espécie de referência ao local onde se encontrava Dom João VI no momento de execução da obra. Embora o relevo esteja representado em uma porção ínfima da tela, quase imperceptível, ele corrobora com a ideia de que “au centre d’un paysage naturel majestueux, la couronne aspirait à être reconnue comme l’instigatrice d’un progrès civilisateur, imposant son action sur une nature domptée.”⁷ Destacamos ainda, que mesmo antes de Debret, provavelmente já havia uma tradição de representação do morro do Pão de Açúcar, pois para ressaltar a soberania e localização do Rei, o artista recorreu a um símbolo que já teria sido enraizado como representativo dos domínios tropicais portugueses.



Imagem 3: Henrique José da Silva, *Retrato do imperador em trajes majestáticos*, c. 1822. Gravura sobre metal feita por Urbain Massard, 64x44 cm. Reprodução de Elaine Cristina Dias. Acervo do Museu Imperial/IPHAN/MINC, Petrópolis, Rio de Janeiro.

⁶ Ao analisarmos a obra é interessante notar como o pintor se utiliza, de uma forma muito pessoal, de um procedimento comum na arte entre os séculos XV e XVI, a chamada “*veduta*”. Esta seria a construção de uma pintura, geralmente de temas religiosos, com uma paisagem vista através de uma janela, a cena se “ouvre sur un paysage panoramique aperçu à travers la baie du second plan. Traité avec précision, il n’est cependant pas l’image fidèle d’un paysage identifiable, mais plutôt une vue composée à partir de plusieurs paysages observés.” (abre sobre uma paisagem panorâmica vista através do vão do segundo plano. Tratada com precisão, ela não é porém a imagem fiel de uma paisagem identificável, mas antes uma vista composta a partir de inúmeras paisagens observadas) Em *Retrato de El-Rei Dom João VI*, o tema religioso é substituído por um retrato e a paisagem, que na *veduta* é tratada com precisão de um local não identificável, em Debret ganha sentido contrário, sendo uma cena exterior identificável, mas, devido ao tamanho, pouco precisa. Ver: MUSÉE DES BEAUX-ARTS DE CAEN. *Parcours “La peinture de paysage”*. Captado em: <http://www.mba.caen.fr/activites/scolaires/2013/Caen-MBA-Parcours%20Paysage-sans%20visuels%20XXe-%C3%A9vrier%202013.pdf>. Captado em: 04/06/2013. p.4.

⁷ DIENER, Pablo. Réflexions sur la peinture de paysage au Brésil au XIX^e siècle. *Perspective*. La revue de l’INHA, n. 2, p. 365-372, 2013, p. 368. “No centro de uma paisagem natural majestosa, a coroa aspirava a ser reconhecida como a impulsionadora de um progresso civilizador, impondo a sua ação sobre uma natureza domesticada”.



Imagem 4: Félix Émile Taunay, *Retrato de sua majestade o imperador D. Pedro II*, 1835. Óleo sobre tela, 202,5x131,4 cm. Coleção da Escola Nacional de Belas Artes.

Não somente Dom João VI, como também os dois outros monarcas brasileiros foram representados com a mesma perspectiva. Sabedores de que esse tipo de retrato, com os soberanos próximos aos símbolos do poder, era muito comum entre os potentados europeus, observamos no caso brasileiro uma variável, a presença de locais relativos à paisagem carioca. Coadunando com símbolos como a coroa, o trono, o manto e o cedro, por fazerem referência direta ao poder exercido pela dinastia portuguesa nos domínios tropicais.

Apenas o morro do Pão de Açúcar, ou toda a baía de Guanabara, estarão presentes em retratos significativos dos monarcas. Com o passar do tempo, no entanto, e com a subida ao trono de Pedro II, esses índices característicos da topografia carioca, como será visto, em muitas oportunidades cederão lugar a uma paisagem mais genérica do Brasil.⁸

As representações de Debret e de Henrique José da Silva possuem o Pão de Açúcar representado à esquerda através de janelas ladeadas por colunas, comuns em composições de monarcas europeus. Já no retrato realizado por Taunay, temos acesso à paisagem ao fundo devido à abertura de um cortinado. Mesmo sabendo se tratar da vegetação carioca, não podemos precisar qual localidade está sendo representada⁹.

⁸ CHIARELLI, Tadeu. A repetição diferente: aspectos da arte no Brasil entre os séculos XX e XIX. *Crítica Cultural*, Volume 4, nº 2, p.125-161, p. 146.

⁹ Há fortes indícios de que o local onde se encontra Dom Pedro II seja o palácio da Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão. Dessa forma, a vegetação que encontra-se ao fundo da composição poderia ser o Corcovado. Segundo aponta Lília Schwarcz, “O Palácio situava-se bem longe da cidade, mas em compensação era fresco e arejado, e o príncipe-rei ali desfrutava de uma vida campestre e mais privada, só comparecendo no Paço da Cidade por ocasião das comemorações e solenidades públicas. O local foi então denominado Real Quinta da Boa Vista, em virtude de sua

Se o jovem Pedro é o símbolo mais puro da nação brasileira, representado em um cenário idêntico àqueles em que posavam os outros monarcas europeus (...) os índices da paisagem local, como referido, reforçam essa convenção que identifica a imagem do imperador ao país.¹⁰

Não somente em retratos oficiais, como também em inúmeras outras ocasiões, a paisagem carioca foi utilizada para localizar espacialmente a narrativa de uma obra de arte. É o que podemos conferir no *Retrato de Murilo Mendes*, realizado por Alberto Guignard, em 1930, onde o Pão de Açúcar figura logo atrás da cabeça do poeta.



Imagem 5: Alberto Guignard, *Retrato de Murilo Mendes*, 1930.

O paisagista do modernismo representa o relevo através de uma janela, assim como nos casos já citados, mas na obra do século XX, a paisagem não possui um lugar tímido em relação ao todo compositivo. A abertura à paisagem encontra-se cortada pela margem superior da tela, juntamente com a cortina esquerda, que emoldura a vista. No trabalho de Guignard, a visão total do Pão de Açúcar é impossibilitada pela cabeça do protagonista da cena, como se o pintor quisesse estabelecer um elo entre o pensamento do poeta e a cidade do Rio de Janeiro, onde por tantos anos habitou Murilo Mendes. As memórias do poeta estariam sempre marcadas por sua passagem na cidade.

A paisagem do Pão de Açúcar será motivo de estudo por todo o século XIX, como demonstra as obras de Nicolas Antoine Taunay (*Praia de Botafogo em 1816*), Henry Chamberlain

localização privilegiada: de lá, na direção do Caju, via-se o mar; de outro ângulo, a floresta da Tijuca e ainda o Corcovado.” Mais a frente, a autora continua a respeito da edificação da Quinta da Boa Vista: “A cor da fachada era então amarela, com molduras brancas”. Ver: SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Residências do Imperador. In: As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 216-217.

¹⁰ CHIARELLI. *Crítica Cultural*, p.147.

(*Casa de Chamberlain no Catete com Pão de Açúcar ao fundo*), G. L. Hall (*Vista Panorâmica do Rio de Janeiro tomada de Niterói*) Henry Nicolas Vinet (*Pão de Açúcar*), Hagedorn (*Praia de Santa Luíza*), Nicola Antonio Facchinetti (*Praia da Saudade*), Abigail de Andrade (*Estrada do Mundo Novo com Pão de Açúcar ao Fundo*), Amélia da Silva Costa (*Vista da Baía do Rio de Janeiro*) e outros incontáveis artistas que fizeram da cidade do Rio de Janeiro local de estada e de seus interesses pictóricos. Como enfatiza Diener, “il convient de le rappeler, la peinture de paysage avait été introduite au Brésil par des artistes qui y avaient séjourné dans les circonstances les plus diverses”¹¹, assim, possuímos um repertório infinito de representações em seus tipos, técnicas e perspectivas.



Imagem 6: Eliseu Visconti, *Alegoria à lei orçamentária*, 1913. Óleo sobre tela, 220x200 cm. Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro.

Vindo ao encontro da perspectiva dada por Jean Baptiste Debret, Henrique José da Silva e Félix Émile Taunay, a obra *Alegoria à lei orçamentária* possui a representação do Pão de Açúcar, no que, ao contrário da *veduta* encontrada nos quadros oficiais já citados, supostamente, seria um quadro ao fundo do recinto criado por Visconti. Entretanto, podemos considerar a presença da tela no recinto uma metáfora dentro da pintura, pois assim como uma possível janela, ela se abre para o mundo.

Segundo nos mostra Mirian Seraphim,

Foram encontradas no álbum do artista guardado pela família, duas fotografias dos dois primeiros personagens, posando no ateliê de Visconti da Ladeira dos

¹¹ DIENER. *Réflexions sur la peinture de paysage au Brésil au XIX^e siècle*, p. 365. “cabe lembrar, a paisagem como motivo das artes plásticas havia sido introduzida no Brasil por artistas que estiveram no país nas mais diversas circunstâncias”.

Tabajaras, com os mesmos trajes e na exata posição em que estão retratados na pintura, apenas em ângulos ligeiramente diferentes. Na pintura foi também retratada a cadeira e a mesa desse ateliê de Visconti, que aparecem em uma dessas fotos (...). A estante, a pequena escultura equestre e os quadros ao fundo não foram reconhecidos. Completando a composição, aparece por trás dos homens públicos uma figura alegórica feminina, sempre presentes nas composições históricas de Visconti, aqui representando a própria Lei, motivo da homenagem.¹²

A obra diz respeito a uma homenagem feita pelos funcionários da prefeitura do Rio de Janeiro ao então administrador da cidade, Bento Ribeiro, que teria concedido àqueles um aumento. Encontram-se representados na tela o presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, o citado prefeito e o Dr. Osório de Almeida, presidente do conselho da municipalidade, fazendo referência ao dia da assinatura da Lei orçamentária que concedia o apreciado benefício. Aqui, a alegoria que geralmente encontra-se alada, aparece apenas com uma espécie de panejamento branco, proporcionando leveza à personagem.

Como Mirian Seraphim nos relata, para a execução da obra, os protagonistas da cena foram fotografados no ateliê do artista em Copacabana, onde a pintura foi realizada, sendo algumas mobílias que constam no quadro também deste mesmo local. A representação faz referência provavelmente ao Palácio Pedro Ernesto, lugar no qual teria sido assinada a lei, devido sua funcionalidade à época. Ao fundo da cena viscontiana encontra-se um quadro, uma pintura de paisagem, onde se destaca a formação do Pão de Açúcar. Muito embora não seja uma janela que abre vista à paisagem natural, o sentido de tal representação não se modifica em relação às obras em que os monarcas brasileiros estão representados. Aqui, a pintura do Pão de Açúcar faz parte da narrativa, trazendo ao observador a referência de onde se passa a cena, no caso, a cidade do Rio de Janeiro.

Assim, podemos perceber que Visconti, para realizar as suas telas que destacam o Pão de Açúcar, se utilizou de um vasto repertório visual, condizente a sua experiência como pintor. Não somente sobre a temática do local, como também sobre os modos de representação possível de uma paisagem, utilizando-se das inúmeras imagens guardadas em sua memória visual.

É isso que faz do passado o presente, graças à memória. Uma obra de arte torna-se, no seu modo mais eterno e verdadeiro, algo que é captado pela observação, em forma mais involuntária que voluntária, e que termina armazenado, à nossa revelia, dentro da memória. (...) As obras são únicas, sem dúvida, mas como pontos num tecido amplo de outras obras.¹³

¹² SERAPHIM, Mirian N. *A catalogação das pinturas a óleo de Elisen D'Angelo Visconti: o estado da questão*. 2010. Tese (doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. Vol.2, p.81.

¹³ COLI. *O Corpo da Liberdade*, p. 279.

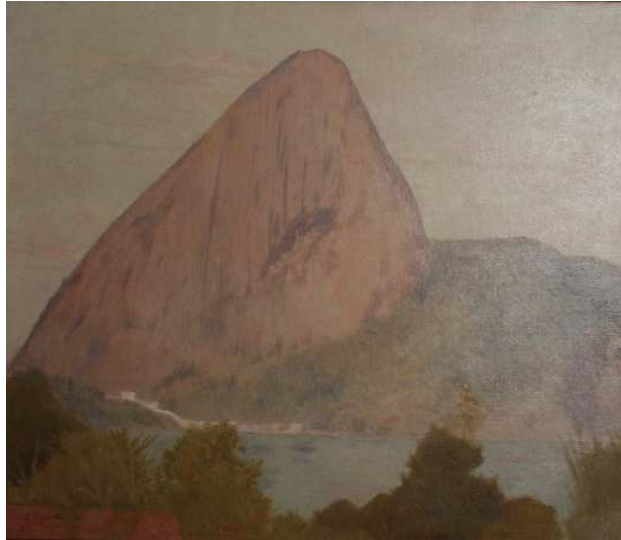


Imagem 7: Eliseu Visconti, *Marina com Pão de Açúcar*, 1904. Óleo sobre tela, 64,5x80 cm. Coleção Particular.



Imagem 8: Eliseu Visconti, *Pão de Açúcar*, 1908. Óleo sobre tela, 31,5x40,5 cm. Coleção Particular.

Estima-se que muito pouco da produção de pintura de paisagem produzida no Brasil oitocentista seja conhecida, devido à falta de interesse do Estado em encomendar/comprar essas obras em seu período de produção¹⁴, acarretando no fato de grande parte desses quadros estarem

¹⁴É importante notar que no contexto em questão o Estado possuía interesse na construção de símbolos que pudessem afirmar o seu poder, para tanto, a pintura histórica foi extremamente valorizada e alvo da maioria das compras e encomendas realizadas. No período imperial a pintura histórica narrava os grandes marcos fundacionais da nação e possuía um projeto coletivo de identidade nacional. Já no período republicano a pintura histórica, com a autonomia dos Estados, baseava-se na iconografia local, representando os líderes das revoltas locais. Para maiores explicações sobre como o ideário de nação se forma através dos valores simbólicos e culturais, ver: VEJO, Tomas Perez. “La pintura de historia y la invención de las naciones”. *LOCUS: revista de história*. Juiz de Fora: NHR e EDUFJF, v.5 n°1, jul.1999. p. 139-159.

nas mãos de colecionadores particulares. Sendo assim, quando essas paisagens se encontram fechadas em coleções privadas, realidade não tão rara para o caso brasileiro, acabam por negar ao grande público o acesso a essa memória histórica, desses lugares de memória.¹⁵

Se hoje possuímos a lembrança de muitos desses recantos rurais engolidos em nome da modernização, grande parte devemos às obras de arte produzidas no entre séculos 19/20. Segundo Halbwachs, a lembrança é uma imagem engajada em outras imagens, uma imagem genérica reportada ao passado.¹⁶ Talvez por isso seja tão instigante o contato com obras que remontam períodos dos quais a nossa lembrança seja tão vaga.

À medida que o indivíduo carioca se movimentava junto com a urbe carioca em decadência, não haveria distinção nem compreensão das perdas que ocorriam junto com o enxovalhamento da história do sítio, ao longo do século XX. A obra de arte, a fixação de um determinado olhar em um determinado tempo é o que oferece esta possibilidade de enxergar aquilo que o presente mantém cabalmente oculto.¹⁷

Com isso, concebemos que as paisagens urbanas fixadas pelos pincéis de artistas, em madeira, tela e papel ostentam grande importância, por assegurarem aos indivíduos da posteridade o acesso ao que nem se suspeitava ter existido. Além de tudo o que uma obra de arte pode proporcionar a um observador, encontramos ainda no trabalho dos paisagistas que representaram a capital federal, em finais do século XIX e início do século XX, o poder de reencontrar a cidade perdida.

¹⁵ Com início no ano de 2013 a exposição *ImagináRios*, realizada pelo Museu de Arte do Rio (MAR), foi de extrema importância, uma vez que contou com a colaboração de diversos acervos particulares para a montagem narrativa acerca da representação pictórica da cidade do Rio de Janeiro. O que possibilitou a inúmeros pesquisadores e ao público em geral o contato com obras tão caras a temática da pintura de paisagem.

¹⁶ HALBWACHS. *A memória coletiva*, p. 78.

¹⁷ BANDEIRA, Júlio. O Rio precisa de um Rio. In: VASQUEZ, Pedro Afonso... [et.al.] *5 visões do Rio na Coleção Fadel*. Edições Fadel: Rio de Janeiro, 2009, p. 76.

O espaço público em questão: uma discussão teórica a partir da Plaza de Mayo

Ana Carolina Oliveira Alves

Mestranda

UNICAMP

anacarolinaoa@hotmail.com

Resumo: A categoria de espaço público é utilizada em diversos campos, o que alarga suas complexidades e ambiguidades. Estas discussões serão aqui problematizadas a partir da Plaza de Mayo, localizada em Buenos Aires. Os diferentes atores sociais são responsáveis por mudanças do espaço público através de experiências que redefinem a esfera pública conformando uma multiplicidade de interações simultâneas e (re)definem o espaço urbano. Encaramos a Plaza de Mayo como objeto por ser um espaço marcado pelos variados conflitos que se expressam em modos específicos de apropriação de lugares materiais da cidade. O campo da política, vista como virtude que ultrapassa a fronteira do privado, sempre esteve associado ao espaço público e será utilizado para entender esta praça como um espaço em transformação, que evidencia o caráter conflitivo de sua composição e das apropriações – ininterruptas – da cidade. O espaço público é encarado como lugar que garante visibilidade e, neste caso, a ação política cria possibilidade de apropriação deste espaço que, de maneira simbólica, é simultaneamente portenho e argentino.

Palavras-Chave: Espaço Público, Cidade, Plaza de Mayo.

As inquietações que originaram este trabalho dizem respeito ao conceito de espaço público, como objeto central de análise em algumas interpretações. Buscamos analisar estas argumentações para compreender abordagens sobre este conceito para que possam contribuir para outros campos de conhecimento. Apesar da utilização do termo ser recente, ela refere-se a espaços que não são tão novos assim e, ao contrário, marcam de forma relevante as práticas de planejamento urbanístico. O termo espaço público surge, portanto, gradativamente como base de uma discussão que é realizada de maneira transversal a diversos campos, originando múltiplas abordagens.

A discussão sobre tal conceito será realizada a partir de reflexões acerca de um espaço urbano específico: a Plaza de Mayo, localizada em Buenos Aires. A categoria de espaço público é utilizada em diversos campos com diversas intenções, o que alarga suas complexidades e ambiguidades já que esta se relaciona diretamente com as práticas e experiências cotidianas dos indivíduos que são responsáveis pela sua alteração e redefinição. Por isso, compreender como algumas destas se conformam nos permite pensar em certa multiplicidade de interações públicas que acontecem de formas simultâneas e (re)definem também o próprio espaço urbano.

A filósofa Hannah Arendt é uma autora essencial para uma visão de política como sistema que transcende as próprias instituições tradicionais de representação¹. As obras da autora nos confrontam com questões relacionadas a própria noção de poder que reverbera significativamente sobre a constituição de um espaço público. Para ela, a gênese da política ocidental se encontra nos gregos a partir do conceito de “ação” que se constitui em atividades vitais responsáveis pelo encontro dos indivíduos e das pluralidades, em um debate livre no qual se cria, de maneira pública, o mundo comum a partir das relações políticas e da ação discursiva². Suas primeiras formulações teóricas propõem um entendimento de poder como capacidade humana de agir em união e atuar em concordância demonstrando a necessidade de uma vontade comum e uma comunicação voltada para o entendimento recíproco dos indivíduos num contexto livre de violência³.

Em *A Condição Humana* a autora se dedica ao estudo da esfera pública a partir de três esferas da vida ativa que seriam o trabalho, a produção e a ação definindo esta última como atividade política por excelência⁴. Embora todas estas fossem condicionadas pelo fato dos homens viverem juntos, a ação seria a única que dependeria exclusivamente da constante presença de outros indivíduos levando em conta a pluralidade, o intercâmbio de ideias e, portanto, pertence ao domínio da esfera pública enquanto as duas primeiras estariam no âmbito da privada. É, portanto, no âmbito do conceito de ação da autora, tida como a atividade humana essencialmente ligada ao interesse comum, que se encontra a noção de participação política e da própria esfera pública já que esta dimensão, ao ser motivada pela busca do bem comum, contribui para o entendimento do próprio conceito de espaço público definindo o que a autora compreende como homem político.

¹ A autora extrapola a noção de igualdade da experiência política clássica contrapondo os conceitos de isonomia e igualdade política natural. Para ela, os homens não são iguais nem livres por natureza e, considerar tais características como inerentes revelaria uma dimensão pré-política paradoxal. A liberdade e a igualdade só seriam possíveis no espaço público que é construído por eles próprios e seria na política que os direitos humanos se fundamentariam. Tais críticas se contrapõem ao pensamento contratualista de autores da filosofia política moderna como Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau que consideram os direitos como naturais tendo seus limites impostos pela sociedade. Para ela, é justamente pelo homem não ser igual por natureza que necessita de uma instituição artificial, a *pólis*, que os tornaria iguais – sendo a igualdade atributo da cidadania e não do nascimento. Ver: BRITO, Fausto. A ruptura dos direitos humanos na filosofia política de Hannah Arendt. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.

² Hannah Arendt rejeita proposições que colocam o ser humano como um animal naturalmente político. Para ela, o homem nasce apolítico e não existe algo político pertencente à sua essência. Ao contrário, para a autora, a política surge entre os homens e se estabelece como relação. Ver: ARENDT, Hannah. O que é política? 3 ed. Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

³ Para Arendt, a política só existe porque a constituição social dos homens não ocorre de maneira uniforme, isto é, os homens são plurais, e é a partir desta pluralidade que ocorrem as disputas e conflitos político. A política, portanto, se baseia na própria pluralidade dos homens e trata da convivência entre diferentes pois “os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças”.

⁴ O trabalho seria necessário à própria sobrevivência biológica, sendo a dimensão das necessidades vitais. A produção consistiria na atividade correspondente a fabricação de elementos artificiais duráveis, que consigam sobreviver no tempo. A ação seria a única que dependeria da presença de outros homens – seria a esfera pela qual os homens interagem com outros no seio de uma vida política em sociedade e estaria pautada na busca pelo bem comum. Ver: ARENDT, Hannah. A Condição Humana. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987

A noção de esfera pública, para a autora, está apoiada na dimensão da ação e seria por meio desta e do discurso que os indivíduos se manifestariam uns aos outros enquanto homens - sendo assim vistos no mundo e deixando sua marca por meio da ação discursiva⁵. Quando o homem se manifesta por meio do uso da palavra ele revela sua identidade pessoal. Esta ação discursiva que garante visibilidade só se torna possível em um espaço próprio para o desenvolvimento deste tipo de atividade que considera a pluralidade humana: o próprio espaço público. O espaço público aparece, portanto, como lugar onde os indivíduos se encontram para a prática de ação cuja plena manifestação só seria possível na esfera pública⁶.

O geógrafo Angelo Serpa refere-se ao conceito de espaço público como espaço da possibilidade de ação política no mundo contemporâneo enxergando-o também como espaço simbólico que “relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos”⁷. A geografia desempenha também papel importante na busca de respostas às questões concernentes a este tema. Entretanto, estas reflexões demandam a conciliação de diferentes áreas, como demonstram as distintas origens dos autores que estão referenciados neste trabalho.

Assim, é importante notar também que as questões advindas do espaço público resultam de transformações nas próprias práticas urbanas bem como do uso dos distintos espaços da cidade. A distinção entre o público e o privado é constantemente remanejada por fatores como novas sociabilidades, desenvolvimento de formas de transporte e comunicação, aparecimento de novas centralidades etc. O arquiteto Aldo Rossi, por exemplo, em seu trabalho transpôs as concepções de esfera pública e privada para a teoria urbana buscando analisar a cidade tradicional com ruas, praças e demais lugares constituídos pela coletividade ao longo do tempo⁸. Para ele, a rua é uma representação direta da esfera pública e uma dinamizadora do processo de urbanização das cidades, atribuindo a esta grande importância na transmissão de ideias e significado de valor na vida urbana.

Jane Jacobs atribuiu significado à rua como lugar da vida pública adquirindo uma diversidade de usos em contraposição ao planejamento urbano moderno⁹. Para ela, as ruas e calçadas são órgãos vitais de uma cidade a que é nestas que se dá toda a integração e convivência de uma sociedade, que tem como protagonistas de seus usos e ocupações as pessoas. Essa integração implica em conflitos, positivos e negativos, que também marcam o espaço urbano. A cidade, portanto, se configura como um território de relações onde cada indivíduo busca satisfazer

⁵ ARENDT. *A Condição Humana*, p. 189

⁶ ARENDT. *A Condição Humana*, p. 193

⁷ SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 9.

⁸ ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*. 2 ed. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

⁹ JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. 1 ed. Trad. Carlos S. Mendes Rosa São Paulo: Martins Fontes, 2000.

seus quereres, sendo uma rede de fluxo de pessoas, mercadorias, matérias mantendo-a a viva a partir destas que a autora chama relações funcionais que se estabelecem na cidade a partir da multiplicidade de seus usos. Estes espaços públicos deveriam, portanto, ser considerados também por seu aspecto simbólico, sendo reconhecidos não apenas como locais de passagem, mas a partir de seus usos como locais de encontro, convívio e sociabilidade – atentando para o modo como estes usos recriam constantemente os significados atribuídos a tais lugares.

Embora estes autores estivessem pensando especificamente no espaço da rua, podemos utilizar suas ideias para fomentar nossas reflexões sobre os espaços públicos buscando atentar, entretanto, para outro em especial: as praças. Um estudo dos espaços públicos na cidade revela a complexidade de formas e funções adquiridas por estes. As praças representaram a síntese da organização urbana e se constituíram como lugares propícios à interação social, marcando a identidade das cidades. Estas passam constantemente por um processo de ressignificação e, por seu caráter coletivo e multifuncional, constituem elementos fundamentais de políticas de intervenção urbana¹⁰. Os diferentes usos feitos, historicamente, das praças são notáveis. Uma primeira acepção do vocábulo *plaza* o define como um espaço da cidade destinado ao comércio, à reunião e a realização de festividades de todos os tipos. Vinculado a esta primeira uma segunda definição fazia alusão ao seu caráter público como lugar onde se conhecem notícias e são comunicadas normas e decisões governamentais. Assim, estava relacionada com o “tornar público” em uma referência implícita a um espaço que possibilitava tornar algo conhecido por todos¹¹.

Em Buenos Aires, há uma infinidade de expressões de diversos sujeitos no espaço da cidade na intenção de manifestar demandas e tem como espaço, em muitas das vezes, a Plaza de Mayo, que se configurou como verdadeiro local de negociação e disputa entre distintos grupos acolhendo elementos que reverberariam em toda a nação. Esta praça, que se localiza no microcentro da cidade de Buenos Aires, emerge, ao longo de sua história, como um lugar de diversas memórias, manifestações cívicas e ações coletivas, adquirindo aos poucos um papel simbólico particular¹².

¹⁰ CALDEIRA, Júnia Marques. A praça brasileira: Trajetória de um espaço urbano – origem e modernidade. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em História, Campinas, 2007, 344 p.

¹¹ NOVICK, Alicia; FAVELUKES, Graciela. Plaza. In: TOPALOV, Christian; BRESCIANI, Stella; LILLE, Laurent Coudroy de; RIVIÈRE D'ARC, Hélène. (Orgs.). A aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades. 1ed. São Paulo: Romano Guerra, 2014.

¹² Microcentro é uma região composta por uma área financeira de 60 quadras, sendo uma área de vital importância para a cidade.

Há mais de quatro séculos, a Plaza de Mayo configura-se de forma central no espaço urbano da capital argentina e é derivada da colonização e conquista espanhola do território americano. Foi criada desde sua segunda fundação em 1580, chamada anteriormente de Plaza Mayor, estabelecendo-se como local de acontecimentos históricos relevantes tal como a Revolução de Maio (1810) – da qual herdou seu atual nome. Encontra-se hoje no bairro de Monserrat e tem formato retangular. Três linhas de metrô possuem estação próxima à praça e a esta se ligam ainda avenidas de grande importância como as Avenida de Mayo, que a conecta com a Plaza del Congreso, e as Avenidas Diagonais Sul e Norte – configuração material que acentua a centralidade da praça na dinâmica urbana. Além disso, ao longo de sua existência, reuniram-se ao seu redor importantes instituições como o Cabildo, antiga sede da administração colonial, a Casa Rosada, sede do governo da República, o Banco de la Nación e a Catedral Metropolitana de Buenos Aires.

A praça se constituiu em torno não só do governo local, mas também de um centro financeiro e de uma instituição religiosa e é percebida como um espaço urbano plural com o qual diversos agentes interagem diariamente. A *plaza* é, portanto, foco deste estudo por este caráter público que permite uma clara compreensão do entrelaçamento da esfera política, dimensão simbólica e a própria materialidade da cidade. O conflito, segundo Gorelik, é inerente à definição do espaço público. Cabe aqui compreender como funcionam essas representações do espaço público e como estas operam na cidade que se transforma¹³. A proposta do autor é que além de considerar a capacidade da categoria de colocar unidas diferentes esferas, convenha decompor estas partes da trama para compreender o que se passa com a cidade e com a política – agregando a este espaço as qualidades sociais e políticas. Isso resulta em diferentes formas de percepção e apropriação da materialidade do espaço urbano.

Estamos de acordo com a visão do cientista social Rogério Proença Leite que faz uma diferenciação entre o espaço urbano e o espaço público afirmando que estes dependem da forma que são concebidos e que seus usos e apropriações determinam se este se configura como público¹⁴. Para tornarem-se espaços públicos estes devem abrigar a vida pública, a sociabilidade, o encontro, afastando-se da concepção de simples espaços de passagem. Por isso, configuram-se como locais repletos de significados que são fundamentais em sua constituição, já que participam da criação e

¹³ GORELIK, Adrian. O romance do espaço público. *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, ano XV, v. 2, n. 17, p. 189-205, dez. 2008.

¹⁴ LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Ed. Da Unicamp; Aracaju: Ed. da UFS, 2004.

reformulação de identidades distintas. São capazes de permitir a realização da vida urbana demonstrando a cidade como local de vivência e de trocas.

Desta maneira, é assim que enxergamos a praça, tendo em vista que seu espaço é continuamente ressignificado – o que constitui novas camadas de significado que se sobrepõe – e um espaço particularmente utilizado como expressão de poder. A luta política se dá não apenas na esfera simbólica, mas também na apropriação do próprio espaço público. Na Plaza de Mayo se acirra determinada tensão política, já que este espaço de disputa possui uma visibilidade que alcança toda a nação. Esse sentimento de pertencimento e visibilidade foi o que, historicamente, permitiu as constantes e ininterruptas apropriações que este espaço sofre até hoje.

Aqui é possível, portanto, realizar uma aproximação com a teoria do filósofo e sociólogo Henri Lefebvre que pensou no espaço a partir de três vertentes: o percebido, o concebido e o vivido, levando em conta o material, o político bem como a atuação das pessoas e os usos que fazem destes¹⁵. O exercício de analisar a praça segue estes princípios: separar a distância entre estas esferas parece ser promissor para este estudo, ainda que exija cautela para contornar esquematismos de uma tipologia. Também Lefebvre ao atentar para a dinâmica urbana afirma que o espaço é inexistente fora das práticas que o alteram e o redefinem. Os diferentes atores sociais são responsáveis por mudanças do espaço público através de experiências cotidianas que redefinem a esfera pública e compreender como algumas destas se conformam nos permite pensar na multiplicidade de interações públicas que acontecem simultaneamente (re)definindo o espaço urbano como é o caso da praça que se configurou como lugar de diversas memórias, manifestações cívicas e ações coletivas se estabelecendo de forma central no espaço urbano da capital argentina.

O espaço público pode ser encarado, portanto, como lugar onde vários atores podem alcançar a visibilidade. A visibilidade aumenta o próprio caráter público do espaço uma vez que este caráter pressupõe sua utilização: as próprias práticas definem este espaço. Estes distintos usos acontecem de acordo com dimensões objetivas e subjetivas dos indivíduos o que concede força para estes locais que são constantemente apropriados também por sua imagem. É um espaço público em transformação, que traz à tona o caráter conflitivo da composição do espaço urbano e das diversas apropriações – ininterruptas – da cidade por parte dos cidadãos. A Plaza de Mayo é aqui percebida como um espaço urbano plural e o que a torna central neste estudo é o fato de ter sua história marcada pela resistência e pelos variados conflitos que caracterizam a sociedade argentina e que implicam, neste caso, em modos específicos de apropriação de lugares materiais da

¹⁵ LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford, OX, UK ; Cambridge, Mass., USA: Blackwell, 1991.

cidade. Sua presença no imaginário social como centro de poder fez com que se tornasse alvo de apropriações, tendo em vista que é um espaço que representa tanto a cidade quanto o país. A praça, afinal, foi pensada e apropriada a partir de ideias que foram essenciais para a construção da própria identidade argentina.

Como vimos no início deste trabalho, o campo da política, que é visto como virtude que ultrapassa a fronteira do privado, sempre esteve associado ao espaço público e pode ajudar a compreender esta praça. O espaço político foi encarado como uma das esferas do espaço público e a ação política como uma das possibilidades da apropriação coletiva deste espaço. A Plaza de Mayo configura-se como um espaço público extremamente político e, apesar de ter sido projetado para preservar determinada unidade, tem esta constantemente desafiada por meio de outros processos sociais que fazem parte do espaço vivido, como diria Lefebvre. A permanente tensão existente neste espaço, dotados de significados distintos além de visibilidade, torna-o políticos, por excelência. Como espaço público a praça configura-se a partir de distintas dimensões: material, política, social e simbólica - que a torna um importante espaço a ser considerado na cidade.

Uma reflexão sobre a mobilidade¹ em Londres: The Suicide Club e Strange Case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde sob a ótica da flânerie

Ana Carolina Silva²

Mestranda em História

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

aninha_carol@hotmail.com

Resumo: Esse trabalho tem como intuito abordar algumas acepções do termo mobilidade e investigar as tensões e o mal-estar social da sociedade britânica e suas conexões com as mudanças espaciais e comportamentais decorrentes do processo de emergência das metrópoles. Para isso, perscrutaremos alguns dos recursos literários utilizados por Robert Louis Stevenson para representar Londres, e teremos como panorama teórico de determinadas temáticas delineadas e mapeadas pelos estudos acerca da prática da *flânerie*.

Palavras-chaves: Londres; Literatura Vitoriana; Mobilidade.

É inevitável quando se fala em *flânerie* não nos lembrarmos dos ensaios de Benjamin sobre Baudelaire e a Paris do século XIX e do conto *O homem da multidão*, de Edgar Allan Poe. Os primeiros por simplesmente definirem e conceituarem o fenômeno; e o segundo por delinear tanto a performance quanto o palco de ação do *flâneur*: a metrópole³.

Embora as metrópoles representadas nas obras desses autores sejam dispares, pois Baudelaire e Benjamin tiveram como alvo de análise a Paris do século XIX e Poe escolheu como cenário de seu conto Londres, as duas cidades estimularam o imaginário oitocentista por configurarem e simbolizarem o espetáculo da vida moderna. Ainda mais por não haver naquele momento outros precedentes e parâmetros tão significativos⁴.

O conto de Poe é anterior aos escritos de Baudelaire e aos de Benjamin; inclusive Baudelaire foi leitor e tradutor do escritor norte-americano para o francês. Tal conexão nos permite apontar não só a confluência de temas e o compartilhamento das angústias e dos assombros concernentes ao processo da modernidade, mas também sinalizar para uma prática bastante comum entre os mais diferentes autores oitocentistas, a redação do que posteriormente se conceituou como

¹ A troca do termo circulação por mobilidade possibilita uma melhor compreensão da nossa proposta de abordagem.

² Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP- Processo nº 2015/24780-0).

³ BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. Trad. José Carlos Martins Barbosa; Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 2000; BRESCIANI, Maria Stella Martins. Um poeta no mercado. Margem. n. 2, nov. 1993; BOLLE, William. A metrópole: palco do flâneur. In: Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin. São Paulo: Edusp, 1994; MENEZES, Marcos Antonio. O poeta Baudelaire e suas máscaras: boêmio, dândi, flâneur. In: Revista Fatos e Visões, v.1, n.1, 2009.

⁴ BRESCIANI, Maria Stella Martins. Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 2004.

fisiologias urbanas⁵. Essa prática textual funcionou como uma espécie de mapeamento das originalidades da vida urbana e legou algumas imagens bem interessantes a respeito da expansão geográfica e populacional das primeiras grandes metrópoles. Sendo o caso de Londres o que mais nos interessa, muito por conta do seu pioneirismo e peculiaridades⁶ e ser o palco das obras ficcionais a serem inquiridas.

O crescimento das cidades veio acompanhado de uma gama de transformações as quais alteraram de forma abrupta e drástica as práticas sociais e a relação do ser humano com o espaço geográfico. Os novos comportamentos urbanos, além de serem gestados e afirmarem a emergência de novos atores e agrupamentos coletivos, se definiam por colocarem em xeque e reorientarem as convenções e os valores até então vigentes⁷.

Ademais, é preciso ter em mente que a conversão das grandes cidades no século XIX em uma espécie de laboratório social, no qual era possível apreender, sistematizar e reger a vida moderna, como apresentou a historiadora Maria Stella Bresciani, esteve profundamente articulada com o desenvolvimento do sistema fabril e com, pelo menos, quatro grandes mudanças na zona rural (inglesa). Sendo elas: o aperfeiçoamento das técnicas no âmbito da agricultura e pecuária; o fechamento das terras de uso comunitário; a expulsão cada vez maior da população campesina em decorrência das situações descritas anteriormente; e exploração constante de determinados recursos naturais e matéria-prima destinadas à produção dos emergentes setores industriais⁸.

Os censos e os dados estatísticos do período apontam que inicialmente a expansão das cidades e o aumento de sua população se devem a chegada de um grande número de migrantes, provenientes tanto de países estrangeiros quanto de outras regiões do território nacional. Essa entrada massiva de novos ocupantes originou uma série de embates e desencadeou o surgimento de variadas formas de intervenção e controle, apropriação e usos do espaço⁹. Indicativos disso são os comentários de Raymond Williams em torno de “um esforço prolongado das classes dominantes no sentido de conter o crescimento de Londres”, manifesto, sobretudo, pelos decretos e pelas leis

⁵ SEVCENKO, Nicolau. Perfis urbanos terríveis em Edgar Allan Poe. In: *Cultura e Cidades. Revista Brasileira de História*. vol. 5, nº 8-9. São Paulo: Anpuh/ Marco Zero, 1985.

⁶ LEES, Lynn. *Metropolitan Types: London and Paris compared*. In: *The Victorian City: Images and Realities*, v. 1. London/ Boston: Routledge & Keagan Paul, 1973.

⁷ GAY, Peter. *A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos*. Trad. Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

⁸ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *As Faces do Monstro Urbano (as cidades no século XIX)* In: *Cultura e Cidades. Revista Brasileira de História*. vol. 5, nº 8-9. São Paulo: Anpuh/ Marco Zero, 1985.

⁹ RYKWERT, Joseph. *Como Chegamos lá*. In: *A sedução do Lugar: A História e o Futuro da Cidade*. Trad. Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

voltadas a regular as construções das casas, cuja finalidade era justamente impedir que a população pobre se instalasse na cidade¹⁰.

Essas medidas, ao invés de efetivamente impedirem a ocupação das áreas das cidades pelos membros das camadas desfavorecidas, contribuíram para as adaptações e prolongamentos dos imóveis já edificados e acabaram por originar as acomodações compartilhadas por várias pessoas, os bolsões de miséria, as vielas e becos. Áreas, posteriormente, vistas e qualificadas como degradadas e propícias para a propagação de doenças e ocorrência de atos criminosos¹¹. O olhar negativo desses pontos da cidade tornou-se expressivo e passou a ser um componente importante de uma chave de leitura a qual cindia a cidade em duas áreas bastante específicas e as concebia como se fossem partes independentes e conformassem modelos distintos e colidentes de organização social e espacial¹².

É bastante interessante notar que essa tendência em separar Londres em duas zonas antagônicas se fez presente nos mais diferentes meios discursivos, desde os relatórios médicos de Edwin Chadwick até as produções ficcionais. Esse fenômeno das duas Londres, de acordo com Franco Moretti, destoa das representações literárias de Paris, cuja efervescência e o pluralismo da vida urbana receberam vívidos contornos e tons nas mãos de Balzac e Flaubert. Essa divisão da cidade em duas metades teria contribuído para a criação de uma visão simplista e redutora do dinamismo e da complexidade manifestada pela metrópole britânica, uma vez que as relações sociais apresentadas nos romances não só enfatizavam a convivência entre os membros de uma mesma camada social como também restringiam a circulação das personagens apenas às áreas frequentadas por seus pares. E, desse modo, criavam um panorama no qual as duas zonas da cidade, assim como os seus distintos habitantes, raramente se encontravam. A exceção a essa representação bipartida e monocromática de Londres, segundo Moretti, se deu com produção literária de Dickens¹³.

No entanto, é válido ressaltar que o obscurecimento e a pouca precisão descritiva fornecida por algumas narrativas britânicas a uma das zonas da cidade são tão significativos e merecem tanta atenção quanto os elementos performáticos presentes diretamente na obra, pois inferimos que o sombreamento e o anonimato de regiões inteiras de Londres nos romances britânicos tornam

¹⁰ WILLIAMS, Raymond. Transformações na cidade. In: O campo e a cidade: na história e na literatura. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.204.

¹¹ WILLIAMS. Transformações na cidade.

¹² BRESCIANI, As Faces do Monstro Urbano, p. 39-40.

¹³ MORETTI, Franco. Atlas do romance europeu: 1800-1900. Trad. Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2003.

cognoscíveis, ainda que de forma fragmentária, os dispositivos culturais e sociais os quais regulavam as escolhas e códigos de exposição e leitura dos registros. Foram as críticas cunhadas por Edward Said que fizeram com que nos atentássemos para a relevância dos aspectos secundários ou sugeridos indiretamente, dos silenciamentos e das lacunas existentes nas produções ficcionais. Conquanto esses artifícios, ademais de contribuir para a coesão e coerência interna da obra, tendem a fundir imaginários e a sintetizar representações individuais e coletivas e a responderem a certas demandas e dinâmicas vigentes na época de sua constituição¹⁴.

As considerações de Moretti nos são interessantes por três motivos: primeiro, porque nos permite problematizar essa prática um tanto característica das produções discursivas britânicas de dividir Londres em duas zonas opostas e refletir acerca das múltiplas fisionomias dessa metrópole sugeridas pelos olhares e impressões de algumas personagens e pelos procedimentos ficcionais usados por Stevenson; segundo, abre-nos caminhos para traçarmos paralelos entre as representações literárias e os diferentes pensamentos sobre cidade vigentes nesse período de emergência das grandes cidades, tendo como referência alguns temas delineados pelos estudos sobre a prática da *flânerie*¹⁵. E terceiro, a convergência dos dois primeiros pontos encaminha a discussão e oportuniza o inter cruzamento de leituras e estudos acerca das problemáticas envolvendo tanto a circulação quanto os conflitos e as tensões sociais decorrentes dos distintos projetos de apropriações, usos e ordenamento do espaço urbano¹⁶.

A circulação das personagens principais e de algumas secundárias em *The Suicide Club* (1882) e em *Strange Case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde* (1886) pelas ruas de Londres é constante. O movimento perpassa a narrativa e conjuntamente com os crimes e as ambiguidades do espaço urbano molda os acontecimentos da trama. Apesar das razões, motivações e circunstâncias das perambulações do Príncipe Florizel e do Coronel Geraldine diferirem muito das caminhadas dominicais de Utterson e Enfield e dos passeios noturnos de Hyde, os deslocamentos de todas essas figuras, além de sinalizarem para a apreensão da rua como um dos grandes palcos de conflitos, conjecturam, em grande medida, aspectos relevantes acerca da atmosfera urbana oitocentista e nos proporcionam meios para investigarmos uma série de inquietações e pensamentos estimulados pelas complicações, ansiedades e expectativas instauradas pela transitoriedade tão característica da vida

¹⁴ SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo Companhia das Letras, 2011.

¹⁵ Ver nota 2.

¹⁶ SCHORSKE, Carl. E. *A ideia de cidade no pensamento europeu: Voltaire a Spengler*. In: *Pensando com a História: Indagações na passagem para o modernismo*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

moderna e pelas certezas e euforias motivadas pelo contínuo e progressivo desenvolvimento científico¹⁷.

Perceber a rua como um dos lugares nos quais se manifestavam os mais diversos embates daquele momento histórico é se atentar não somente para a pluralidade de forças e agentes atuantes nesse cenário de constantes e repentinas mudanças, mas também para a multiplicidade de anseios, interesses e perspectivas os quais moldavam, atravessavam e impulsionavam decisões, atos e comportamentos que tanto tensionavam e dissolviam os hábitos sociais tradicionais quanto esboçavam e consolidavam novos padrões e formas de condutas individuais e coletivas, evidenciadas pelos usos e apropriações feitos do espaço¹⁸. Nesse sentido, transitar pelas ruas da cidade, a pé ou via transporte público, era correr o risco de se deparar com circunstâncias inesperadas e inusitadas, cada vez mais vivenciar situações nas quais os sentidos e as sensações nervosas eram hiperestimuladas e diariamente ter os reflexos testados e instigados¹⁹.

[...] this is the age of conveniences, and I have to tell you of the last perfection of the sort. We have affairs in different places; and hence railways were invented. Railways separated us infallibly from our friends; and so telegraphs were made that we might communicate speedily at great distances. Even in hotels we have lifts to spare us a climb of some hundred steps. Now, we know that life is only a stage to play the fool upon as long as the part amuses us. There was no more convenience lacking to modern comfort; a decent way to quit the stage; the back stairs to liberty [...].²⁰

O excerto acima é um dos diálogos entre o Príncipe Florizel e o Coronel Geraldine com o Rapaz das Tortinhas. As três personagens de *The Suicide Club* se conheceram em um bar na *Leicester Square*. Diferentemente do Rapaz das Tortinhas, o qual entrará no bar espontaneamente, a fim de oferecer aos clientes tortinhas de creme, o Príncipe e o Coronel, disfarçados e interpretando papéis não condizentes com as suas reais posições sociais, se dirigiram ao local em busca de abrigo devido a uma forte chuva. Esse encontro fortuito e casual entre as personagens principais e um desconhecido alude a quatro aspectos e contingências bem características dos espaços urbanos: 1) a simultaneidade de vivências e a diversidade de experiências sociais manifestas em lugares distintos da cidade; 2) a combinação aleatória de acontecimentos súbitos e efêmeros; 3) a possibilidade da convivência e o contato entre pessoas de diferentes camadas sociais, exemplificando, desse modo,

¹⁷ CALVINO, Ítalo. Natureza e história no Romance. In: Assunto Encerrado: Discursos sobre Literatura e Sociedade. Trad. Roberta Barni. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

¹⁸ GAY. A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud.

¹⁹ SINGER, Ben. Modernidade, hiperestímulo e início do sensacionalismo popular. In: O cinema e a invenção da vida moderna. Trad. Regina Thompson. São Paulo: Cosac Naify, 2001.

²⁰ STEVENSON, Robert Louis. *The Suicide Club*. In: *The Complete stories of Robert Louis Stevenson: Strange Case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde and nineteen other tales*. New York: The Modern Library, 2002, p.10.

os perfis heterogêneos de seus habitantes (algo que difere Londres das cidades industriais)²¹. E 4) a facilidade com que se podia trocar de identidade, em uma época na qual ainda não se havia criado mecanismos de controle eficientes para identificar e singularizar os sujeitos imersos no grande contingente populacional presente nessas áreas²².

A aglomeração de pessoas, constituidora dos fenômenos da multidão e do anonimato, perturbava, assombrava e chocava as autoridades e o circuito letrado. O que faz com que não seja muito difícil encontrar nos registros oitocentistas visões e considerações diametralmente opostas acerca dessa novidade oriunda do processo de emergência das metrópoles. Engels, em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, ao descrever Londres, ademais de ressaltar e observar a sua imensidão espacial e a situação de penúria e miséria na qual vivia uma significativa parcela de seus habitantes, não ocultou o fascínio e a repulsa ocasionada pela multidão²³.

Os apontamentos do filósofo alemão nos habilitam dizer que, não obstante ele tenha percebido na concentração populacional urbana um potencial acúmulo de forças (coletivas), a indiferença, a homogeneidade, os gestos e reações automáticas dos sujeitos ali reunidos, tão semelhantes, em linhas gerais, a padronização e a serialização instituídas pela produção fabril, o estarreceram. Porquanto todos esses fatores evidenciavam consideravelmente tanto a perda de certos atributos inerentes à nossa humanidade quanto à apatia e o marasmo com que essas pessoas passaram a ver e lidar umas com as outras e a importância conferida por cada uma delas aos interesses privados. A multidão londrina não agregava os indivíduos, muito pelo contrário, segmentava e destacava ainda mais o isolamento e a impessoalidade destes²⁴.

Entretanto, não era essa feição amorfa e essa tendência a particularização e a clivagem que causavam tamanho incômodo e alarmavam as autoridades britânicas, e sim o poder de destruição e caos professados pela “turba” (amplamente atrelado e exemplificado pela ação revolucionária francesa, assim como pelo cartismo e o ludismo) e o anonimato (corriqueiramente associado às oportunidades para a realização de crimes e presumido como uma das grandes complicações para aplicação das leis). A falta de controle e a violência, expressa por esses movimentos sociais e políticos, estimularam buscas incessante das elites e das camadas dirigentes por procedimentos que

²¹ As cidades industriais inglesas tiveram diretamente sua organização e o seu crescimento territorial e demográfico vinculado à indústria e, em decorrência disso, a diversidade social e econômica quando contrastada com Londres é muito menor, já que sua população em grande medida se resumia a industriais e proletários. BRESCIANI, Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza.

²² GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: Mito, Emblemas, Sinais: Morfologia e História. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

²³ ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Trad. B. A. Schumann. São Paulo, Boitempo, 2010.

²⁴ ENGELS. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.

proporcionassem o reconhecimento, a distinção e o controle dos indivíduos comprometedores da ordem e do decoro social. Domesticar os corpos e civilizar as massas foi uma tarefa a qual articulou ações e projetos de diversas esferas (e saberes) e contou com a conjunção e implantação de uma série de dispositivos disciplinares tanto por vias legais, como por exemplo, o enrijecimento das leis criminais e a criação das instituições policiais, quanto pelo conforto e pelas comodidades decorrentes da implantação de algumas das invenções e aparatos tecnológicos nos lares e nas ruas²⁵.

O acesso e a incorporação dos engenhos técnicos e científicos no cotidiano dos habitantes das cidades variavam em graus, proporções e segundo os interesses de investimentos (e conveniências) de seus agentes²⁶. Mas ainda assim, os efeitos provocados por suas aplicações em lugares pontuais eram suficientes para gerar (inevitavelmente) novas circunstâncias e rituais sociais e reorientar as escalas e concepções territoriais, como sinalizou a primeira parte da fala do Rapaz das Tortinhas. É notável, dessa maneira, que as comparações entre as convenções e os padrões de atitudes antigos e modernos não só discriminavam e dispunham os diferentes espaços da cidade e seus moradores em categorias assimétricas, mas também criaram modos de representações os quais subsidiavam e positivavam certas práticas e experiências sociais em detrimento de outras²⁷.

O que abre margens para dialogarmos com as precisas observações de Robert Pechman acerca das disparidades de poderes e forças manifestas pelos distintos atores e agrupamentos sociais e do quanto às imagens criadas em torno da cidade real legitimavam e consolidavam os princípios e as perspectivas de organização da sociedade de viés burguês, assim como promoviam um ideário de urbanização ancorado na noção de que a cidade era o lugar da circulação²⁸.

A questão da mobilidade urbana transcende as preocupações e as discussões urbanísticas concernentes ao tecido urbano, uma vez que as alterações físicas e materiais do meio incidem e

²⁵ BEGUIN, François. *As maquinarias inglesas do conforto*. Trad. Jorge Hajime Oseki. In: Espaços & Debates, n.34. São Paulo NERU, 1991; FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Graal, 2010; STORCH, Robert D. O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana. Trad. Célia Maria Marinho de Azevedo. In: Cultura e Cidades. Revista Brasileira de História. vol. 5, n° 8-9. São Paulo: Anpuh/ Marco Zero, 1985.

²⁶ Linda Dryden, ao traçar comparações entre as zonas Oeste e Leste da Londres dos anos oitocentos, observou que enquanto os moradores de *Whitechapel* requisitavam as autoridades à iluminação das ruas e becos e, posteriormente, a instalação de cabines telefônicas para minimizar e conter os casos de assaltos e outras ações criminosas na região, a área central de Londres desde as primeiras décadas do século XIX tinha as suas vias iluminadas. A iluminação das vias públicas só começou a ser feita na zona Leste no último quartel deste mesmo século. DRYDEN, Linda. *City of Dreadful Night: Stevenson's Gothic London*. In: Robert Louis Stevenson, writer of boundaries. Madison: The University of Wisconsin Press, 2005.

²⁷ PECHMAN, Robert Moses. *Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular*. In: Imagens da Cidade: Séculos XIX e XX. São Paulo: Anpuh/ Marco Zero, 1993.

²⁸ PECHMAN. *Os excluídos da rua*.

repercutem diretamente nas formas de convivências e nas relações sociais²⁹. Todavia, com isso não estamos dizendo que o ambiente atua preponderantemente na formação de caráter e comportamentos dos sujeitos, como faziam as interpretações deterministas, mas sim destacar o quanto as construções simbólicas e objetivas derivam dos sentidos e significados conferidos ao lugar pelas leituras e ações de seus indivíduos³⁰. É esse o aspecto que molda as representações de Londres esboçadas nos dois romances de Stevenson. A cidade, em suma, foi concebida e pensada como uma criação humana, posto que seu funcionamento e suas feições se estabelecem a partir da junção das operações conscientes e imaginárias expressas pelas realizações de seus próprios habitantes.

Embora, em um primeiro momento a fala do Rapaz das Tortinhas tenha enfatizado a mobilidade espacial, é possível inferir tanto pelo final de sua fala quanto pela história trágica de sua vida, que essa também alude ao fenômeno da ascensão e queda social e questiona sutilmente a carreira aberta ao talento, a mercantilização das relações humanas, o mascaramento das emoções e a fragmentação dos laços de solidariedade. As oportunidades de enriquecimento e reconhecimento social, nesse momento, haviam sido ampliadas, mas nem sempre os caminhos para alcançá-las eram claros e muito bem definidos e exigiam, de seu postulante, sorte e a crença de que suas aptidões e empenho seriam recompensados.

São pródigos os exemplos de personagens ficcionais os quais encarnaram a premissa de o indivíduo ser responsável por seu próprio destino³¹. De Robinson Crusó (Daniel Defoe) as protagonistas de Jane Austen, como Elizabeth Bennet (*Orgulho e Preconceito*) e Anne Elliot (*Persuasão*), todas essas figuras ficcionais através de sua inteligência e méritos venceram as adversidades, as quais lhes foram impostas, e galgaram uma melhor posição social³². Todavia, não deixavam de serem expressivos também os casos de personagens que por conta da sua má sorte e de seus investimentos malfadados foram à bancarrota, sendo esse o caso do Rapaz das Tortinhas e, em alguma medida, o de Pip, personagem principal de *Grandes Esperanças* (Charles Dickens)³³.

²⁹ PERROT, Michelle. Os operários, a moradia e a cidade no século XIX. In: Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

³⁰ BOURDIEU, Pierre. Efeitos de Lugar. In: A miséria do mundo. Trad. Mateus S. Soares Azevedo; Jaime A. Clasen; Sérgio H. de Freitas Guimarães; Marcus Antunes Penchel; Guilherme J. de Freitas Teixeira; Jairo Veloso Vargas. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

³¹ GAY. A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud.

³² ARMSTRONG, Nancy. A moral burguesa e o paradoxo do individualismo. In: A cultura do romance. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

³³ Existem algumas semelhanças entre a trajetória de Pip e o Rapaz das Tortinhas, guardadas as devidas diferenças de enredo, protagonismos e desfechos. Ambos herdeiros de uma fortuna considerável, deslumbrados com as possibilidades de diversões e gastos proporcionados pela vida em sociedade em Londres, tiveram seus comportamentos e princípios alterados por conta das novas amizades e do estilo de vida estabelecido pelo status social

A ideia de Londres como ambiente de degradação da natureza humana não é nova e não teve as narrativas de Stevenson como suas primeiras e últimas expoentes. Os traços farsescos e a aparência ambígua da sociedade britânica e de sua capital são recorrentes nos registros discursivos, apesar de sofrerem variações de tons e amplitudes, e sintetizam e veiculam uma série de sentidos comuns e estereótipos concernentes àquela realidade. Logo, estes também são maneiras de ler e ordenar o mundo social e a investigação dos dispositivos manejados em sua composição propicia o entendimento de algumas facetas da conjuntura e do momento no qual eles foram criados e utilizados, como já argumentou Darnton³⁴.

The dismal quarter of Soho seen under these changing glimpses, with this muddy ways, and slatternly passengers, and its lamps, which had never been extinguished or had been kindled afresh to combat this mournful reinvasion of darkness, seemed the lawyer's eyes, like a district of some city in a nightmare³⁵.

As descrições feitas do Soho, local de residência de Hyde, *em Strange Case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde*, são breves e invocam de maneira eficiente muitas das imagens criadas e difundidas acerca das moradias e situações de precariedade vivenciadas pelos habitantes do *East End*, como sugere as impressões de Utterson narrada no trecho acima. Apesar do Soho não ficar nas imediações dessa região e sim do requintado *West End*, as circunstâncias e a vivência de seus residentes eram tão sombrias e degradantes quanto e sua fama como antro de atividades ilícitas e refúgio de criminosos era equivalente³⁶. Aspectos os quais em grande medida remetem aos padrões estabelecidos pelo modelo narrativo da Londres bipartida e reforçam a má fama e os péssimos hábitos de Hyde. No entanto, de modo tênue Stevenson esgarçou essa forma dicotômica de imaginar Londres e por meio das ambiguidades oriundas da dupla identidade de Jekyll e do jogo de contrates e suspense inerentes à estrutura do gênero fantástico, a cidade ganhou contornos e ares complexos e com isso

o qual passaram a ocupar. A falência, ademais de render a eles a queda de prestígio e uma diminuição significativa no número de amigos, impossibilitou o alcance de uma vida feliz, próspera e ao lado da mulher amada. Ao contrário das outras personagens literárias citadas, nem Pip e, muito menos o Rapaz das Tortinhas, foi capaz de lidar com destreza com as barreiras sociais as quais lhes foram impostas e, desse modo, se viram, momentaneamente, privados de constituir uma família conforme os padrões burgueses. Algo condizente com algumas considerações feitas por Nancy Armstrong. Segundo ela, os romances vitorianos tendiam a refrear e a redefinirem as motivações e regras de incorporação social, uma vez que a noção de contrato social, tida como fundante da sociedade britânica, havia ganhado contornos e princípios distintos daqueles vigentes no final dos anos setecentos e início do século XIX, o que ocasionou uma mudança substancial nos enredos e percurso das personagens narrativas. _____. A moral burguesa e o paradoxo do individualismo.

³⁴ DARNTON. O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa. Trad. Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

³⁵ STEVENSON, Robert Louis. *Strange Case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde*. In: *The Complete stories of Robert Louis Stevenson: Strange Case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde and nineteen other tales*. New York: The Modern Library, 2002, p.274.

³⁶ DRYDEN. *City of Dreadful Night: Stevenson's Gothic London*.

possibilitou a desmontagem e denúncia do caráter absoluto e unívoco das verdades e das certezas expressas pelo método científico³⁷.

Com um enredo aparentemente simples, todavia cheio de nuances, o romance de Stevenson, a partir da dupla identidade de Jekyll e Hyde, da ação detetivesca de Utterson e das divergências científicas de Lanyon e Jekyll, expôs apropriações e proximidades com as recentes experimentações e teorias das nascentes psicologia e antropologia evolucionista e minou as pretensões e os aportes teóricos da ciência moderna. A valorização do poder da observação e do caráter empírico e lógico do paradigma científico moderno desqualificava e minimizava a força do subconsciente, das emoções e dos impulsos instintivos na formação das identidades individuais e coletivas e, com isso, asseverava ser possível prescrever a natureza humana a um conjunto (fixo) de variáveis e via como imperativa a criação de mecanismos capazes de refrear e disciplinar tais ímpetos “irracionais” em virtude e para o bem dos avanços civilizatório. A falibilidade desses métodos, como sinaliza a obra de Stevenson, residia em não perceber o quão enganosas podem ser aparências, o quanto era restritiva e dogmática essa tentativa de controlar todos os âmbitos da vida e, acima de tudo, pouco efetiva, já vez que a interioridade dos sujeitos se mostrava insoldável e indecifrável em sua plenitude e o potencial imaginativo do ser humano, para o bem e para o mal, quase sempre encontrava um jeito de transgredir os enquadramentos impostos pelas acepções racionais³⁸.

A amplitude e o dinamismo do conceito de cultura, defendido por Stevenson, colidia diretamente com o conceito de civilização e, em suma, invertia os pressupostos do darwinismo social. Ao perceber a cultura como uma síntese ativa e dinâmica das experiências e práticas sociais de diferentes temporalidades, o autor escocês não concebia as mudanças segundo estágios rígidos e ascendentes e, muito menos, como resultante das ações consciente dos homens e sim como uma somatória de estímulos e resíduos latentes em nosso patrimônio cognitivo e engendradas em consonância com as circunstâncias manifestas³⁹.

³⁷ Para maiores esclarecimentos acerca dos procedimentos e propósitos literários de Stevenson, assim como de sua oposição às convenções instituídas pelo realismo-naturalismo, consultar: KIELY, Robert. *The Aesthetic of Adventure*. In: Robert Louis Stevenson. Philadelphia: Chelsea House Publishers, 2005. Sobre o gênero fantástico: TODOROV, Tzvetan. *A narrativa fantástica*. In: *Às estruturas narrativas*. Trad. Leila Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2006.

³⁸ Para maiores aprofundamentos acerca dos interesses e das leituras de Stevenson a respeito dos debates em torno da teoria da evolução e dos casos de multiplicidade de identidade e alternância de personalidade: DURY, Richard. *Crossing the bounds of the single identity*. In: Robert Louis Stevenson, *writer of boundaries*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2005; REID, Julia. *Stevenson, Romance and Evolutionary Psychology*. In: Robert Louis Stevenson, *writer of boundaries*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2005.

³⁹ REID. *Stevenson, Romance and Evolutionary Psychology*.

Diante disso, é possível concluir que o enquadramento das narrativas de Stevenson aglutina e repercute as tensões e o mal-estar social do *fin-de-siècle* oriundos do processo da modernidade e da consolidação do capitalismo industrial e financeiro e conjuntamente com outras fontes auxiliou a gestar e transmitir uma visão difusa e sublime de Londres e da sociedade vitoriana.

Traços da Cidade: Releitura dos registros de Debret no Rio de Janeiro

Bruno Willian Brandão Domingues

Mestrando em História
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
brunoo_willian@hotmail.com

Resumo: A partir da abertura dos portos brasileiros para as nações amigas em 1808, possibilitou a vinda de inúmeros estudiosos movidos pelo interesse de estudar a fauna, a flora e a população da colônia portuguesa na América. Essa onda movida pelos relatos de viagens mexeu com a imaginação de muitos europeus, principalmente com a fuga da corte portuguesa para o Brasil, impulsionando assim em 1816 a vinda da Missão Artística Francesa, trazendo consigo renomados artistas, entre eles os pintores Taunay e Debret, pintores estes que terão características opostas ao retratar o Brasil. Taunay retrata o Rio de Janeiro como uma cidade morta e selvagem. Debret é o caminhante que percorre as ruas de uma cidade movimentada.

Palavras-chaves: Cidade; Literatura de Viagem; Representação.

Por um bom tempo a literatura de viagem, movida por estudiosos como os geógrafos, botânicos e pintores, ocupou lugar de destaque na Europa gerada pelo interesse de conhecer o exótico de outras partes do mundo. No Brasil, com a abertura dos portos, possibilitou que essa literatura ganhasse lugar onde se tinha poucos relatos de viajantes, os únicos que se têm resquícios são do período em que os franceses ocuparam o Maranhão no início da colonização e dos holandeses no Nordeste na segunda metade do século XVII.

Descrições bastantes extensas das cidades estão sempre presentes nos escritos de viajantes. Referências a certos lugares, descrições de bairros ou de transformações em determinadas áreas são constantes nos relatos de memorialistas e textos de literatos. Pontos de referência para o leitor, mas também algo relacionado à permanência das formas do traçado urbano e das edificações, ou mesmo da sua rápida transformação (...).¹

É com os traçados urbanos e referências dos locais da cidade que Bresciani discute que partimos para um estudo profundo dos registros de Jean Baptiste Debret, registros estes tanto do seu livro de relato de viagem como de suas imagens que ajudam a entender a fundo as práticas cidadinas no Brasil oitocentista. Mas nesse artigo será apenas analisada uma imagem de Debret, que servirá de comparação com outra imagem de Taunay.

Pintor, desenhista e gravador, Debret nasceu em Paris em 1768. Pertencia à burguesia francesa culta, trabalhou durante o reinado de Napoleão Bonaparte retratando as batalhas e as

¹ BRESCIANI, Maria Stella Martins. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 3. Ed. São Paulo: Contexto; Bragança Paulista: USF, 2000, p. 238.

vitórias de Napoleão, e até mesmo retratando o próprio imperador. Durante sua vida artística, Debret será influenciado por seu primo Jacques-Louis David, grande pintor neoclassicista e simpatizante de Napoleão, sendo ele responsável em retratar através de sua arte a coroação de Napoleão.

Treinado nos ditames da arte acadêmica francesa, Debret tivera também, como vimos, a oportunidade de assimilar os princípios maiores do neoclassicismo de David, grande renovador desse estilo, que escolhera a inovação e a transformação como princípios essenciais de sua arte. Essas ideias estão na base de todo o método de criação artística de David, guiado pelo desejo de mudança- no tema, no estilo e na concepção- e opondo-se às estruturas estáticas e padronizadas da Académie Royatede Peinture et Sculpture, onde havia estudado, como grande parte dos artistas franceses da época. (...) A personalidade e genialidade de David vão marcar suas relações com o poder e com o ambiente artístico, fazendo de seu percurso um marco para o surgimento da ideia do artista moderno.²

Nicolas-Antoine Taunay nasceu em 1755 em Paris. De uma família de renomados comerciantes de porcelanas e de químicos, sendo seu avô responsável de descobrir um tom de vermelho muito utilizado nas pinturas decorativas. É através desse contato com as cores que despertou o interesse de ser pintor, sendo preparado desde jovem para essa carreira.

É possível afirmar que, se desde o começo de sua carreira Taunay não poderia ser descrito, exclusivamente, como um pintor de paisagem, esta sempre constituiu sua vocação diletta: na França viajava, mas em Roma encontraria sua “verdadeira natureza”, aquela que se inspirava na Antiguidade. (...) Adaptava, pois, a experiência dos paisagistas-italianos, holandeses ou mesmo franceses-, porém dava às suas telas uma inspiração clássica.³

Debret e Taunay chegam ao Brasil em 1816, que juntamente com outros pintores, integram a “Missão Artística Francesa”, uso as aspas para a missão, porque na verdade era missão apenas no papel, pois na realidade todos os artistas franceses tiveram que pagar suas passagens, com isso ficará conhecida com colônia Lebreton, que fugindo das perseguições pretendiam fundar no Brasil uma colônia francesa.

Eram no total cerca de quarenta pessoas que aportavam, depois da viagem no Calphe; isso contabilizando as famílias que acompanhavam os profissionais. Muitos haviam se unido ao grupo na última hora, e nem todos eram diretamente vinculados ao líder Lebreton, o qual, ao que tudo indica, teria assumido o papel de recrutador, prometendo aos participantes bons lucros e asseverando-lhes que no Brasil figurariam como gênios de primeira ordem.⁴

Todos os artistas eram simpatizantes de Napoleão Bonaparte, responsáveis por retratar os feitos do imperador em suas batalhas. Com a queda de Bonaparte em 1815 inicia-se uma perseguição a seus simpatizantes, fazendo com que eles aceitem o convite de Dom João, príncipe regente de Portugal que fugiu com a corte portuguesa para o Brasil por medo de Bonaparte a trabalharem no Brasil para retratar a corte portuguesa e de criar uma imagem mais civilizada da

² LIMA, Valéria. Uma Viagem com Debret. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 16-17.

³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O sol do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 139.

⁴ SCHWARCZ, O sol do Brasil, p. 197.

cidade do Rio de Janeiro, que agora passava a ser sede do Reino Unido de Portugal, Algarves e Brasil

“(...) o termo “viajante” abriga, no período aqui referido, uma significativa variedade de sentidos: explorador, naturalista, cientista, topógrafo, filósofo, historiador, até mesmo artista e escritor”⁵, é com essas características que Valéria descreve um viajante, onde percebemos que Debret será um viajante artista, escritor e historiador, pelo fato dele ser o pintor que retratara a corte portuguesa e mais tarde a corte imperial brasileira nos seus momentos mais importantes, desde a coroação de Dom João VI, de Dom Pedro I, os casamentos reais, até a criação dos símbolos imperiais da bandeira e brasão nacional, ou seja, será Debret o responsável de construir a imagem da corte, o pintor histórico.

Mas mesmo sendo em alguns momentos pintor histórico da corte, também será o pintor histórico do cotidiano carioca, pois chamaria mais atenção de Debret o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, com seus estabelecimentos comerciais e ambulantes, os festejos sagrados e profanos, ou seja, a rua será o palco principal para seus registros, tornando-os peças chaves para compreender a história do cotidiano brasileiro.

Diferentemente de outros pintores que também vieram com Debret, entre eles Nicolas-Antoine Taunay, pintor este que retratava a cidade de uma vista panorâmica, sempre vista dos pontos mais altos da cidade e retratava as paisagens naturais que cercavam a cidade. Debret retratara a cidade como um caminhante, que percorre as ruas e retratam as pessoas, as construções dando assim uma melhor compreensão da cidade do Rio de Janeiro, tornando seu livro de relato riquíssimo em detalhes que possibilita perceber a estrutura das cidades brasileiras oitocentistas.

Mas, no Brasil, a natureza tropical – exuberante e imensa – é que ganhava lugar privilegiado nas telas de Nicolas; aí estava o grande teatro da sua representação. Durante sua permanência no Rio de Janeiro (de 1816 a 1821), ele realizou vários quadros, com temas anedóticos, bíblicos, mitológicos e históricos, além de alguns poucos retratos e de algumas telas sobre cenas brasileiras⁶.

⁵ LIMA, Valéria. J.-B. Debret Historiador e Pintor. Campinas: UNICAMP, 2007, p. 175.

⁶ SCHWARCZ, O sol do Brasil, p. 18.



Figura 1: Nicolas Antoine Taunay. Entrada da baía e da cidade do Rio a partir do terraço do convento de Santo Antônio em 1816. 1816.

Essa natureza tropical e exuberante é bem característica das obras que Taunay realizou no Brasil, onde em todas as suas obras identificamos palmeiras e demais árvores nativas brasileiras, como podemos observar na imagem, além de escravos e animais, onde tudo isso remete uma cidade morta ou até mesmo um país selvagem e sem civilização, onde a natureza lhe chama mais atenção.

O que impulsiona o viajante de lazer, independentemente do lucro, é para atender em qualquer grau a sua sede de um ideal ou mitigar o seu desejo com a crença de que satisfeito. O viajante pitoresco é aquele que concebe a natureza com uma forma ideal, derivado da pintura de paisagem, cuja finalidade é descobrir a existência dessas cenas ideais.⁷

Nessas imagens de Taunay se encontra um forte traço do pitoresco, termo este utilizado pelos viajantes para denominar suas obras de literatura de viagem, pois o pitoresco estava associado com “o estilo da arte dos jardins compartilha com a pintura de paisagem e também se desdobra para a literatura de viagem”⁸.

Mesmo que Debret intitulou em seus livros de viagens “Viagem pitoresca e histórica ao Brasil”, que foram publicados na França em 1834, haverá poucas imagens do meio natural brasileiro, pois o cotidiano citadino recebera atenção maior nas obras “pitorescas” de Debret. O

⁷ HUSSEY, Christopher. Lo pintoresco Estudios desde um punto de vista. Madrid: Biblioteca Nueva, 2013, pp. 129.

⁸ LIMA, Heloisa Pires; Org. VALLE, Arthur; DAZZI, Camila. Oitocentos- Arte Brasileira do Império à República- Tomo 2. EDUR-UFRJ, 2010, p. 282.

artista será o caminhante, que percorre as ruas da cidade acompanhando de perto os costumes e as práticas sociais, e o narrador da cidade.

“Todo relato é um relato de viagem - uma prática do espaço. A este título, tem a ver com as táticas cotidianas. (...) Essas aventuras narradas, que ao mesmo tempo produzem geografias de ações e derivam para os lugares comuns de uma ordem, não constituem somente um “suplemento” aos enunciados pedestres e às retóricas caminhatórias. Não se contentam em deslocá-los e transpô-los para o campo da linguagem. De fato, organizam as caminhadas. Fazem a viagem, antes ou enquanto os pés a executam.”⁹

É através da narrativa de Certeau que partimos para uma análise de que a cidade do Rio de Janeiro não era morta, pelo contrário, a cidade carioca era muito movimentada tanto pelo fato de ser uma cidade portuária, onde saía todas as riquezas exploradas no Brasil para Portugal, e por ser sede da coroa portuguesa de 1808 até 1821, e após a independência do Brasil capital do império, fazendo-a que fosse uma cidade com grande movimento de tropeiros de outras províncias que vinham comercializar seus produtos.

Por ser a sede da coroa e mais tarde capital imperial, não queria dizer que o Rio de Janeiro fosse uma cidade bem organizada e grande. Diferente das demais cidades do Brasil, a cidade carioca tinha seus problemas, principalmente a falta de água, ruas esburacadas, iluminação pública, enfim, sobre a cidade do Rio de Janeiro Schwarcz faz um estudo profundo da situação da cidade no período oitocentista.

“(…) No começo do século XIX, o Rio não passava de cidade bisonha, estando seu núcleo principal limitado por quatro morros: do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição. O ponto central ficava nas proximidades do morro do Castelo, que servia de praça de defesa durante a formação da cidade, e fora a partir de lá que o núcleo urbano inicial se espalhou lentamente pelas quatro freguesias: Sé, Candelária, São José e Santa Rita. O Rio tinha não mais que 46 ruas, quatro travessas, seis becos e dezenove campos ou largos. As ruas de terra batida, desniveladas, esburacadas, cheias de poças, detritos, brejos e mangues, uma vez que boa parte do movimento de expansão se dera no sentido de domar as águas que insistiam em invadir o espaço urbano.”¹⁰

A imagem de Debret a seguir mostra claramente essa diferença da cidade retratada por Taunay, morta e selvagem, de uma cidade movimentada num período histórico que fez aumentar ainda mais o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro.

⁹ CERTEAU, Michel de. Práticas de espaço. In: Invenção do cotidiano, v. 1, Artes de Fazer. 18. Ed. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 200.

¹⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. STARLING, Helena Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 176.



Figura 2. Jean-Baptiste Debret. Uma Tarde na Praça do Palácio, 1826; datado e assinado; aquarela sobre papel; 15,5 x 21,4 cm; Acervo dos Museus Castro Maya, Rio de Janeiro.

Na imagem percebemos o grande movimento de pessoas, tanto de senhores de escravos como também de escravos de ganho e negros livres, pois os forros dependiam para sobreviver do comércio da rua e os cativos conhecidos como escravos de ganho para apenas aumentar o lucro do seu senhor, ganhando em troca apenas umas míseras gorjetas, mas mesmo assim os negros eram os senhores das ruas, como Schwarcz aborda:

O que mais se via, a bater palmas diante dessas casas e a sair por suas portas, eram negros. E também caminhando pelas ruas e cruzando as praças, sentados em caixotes nas esquinas à espera de trabalho, recolhendo água nos chafarizes, fazendo a barba ou cortando o cabelo de um freguês numa escadaria, vendendo acarajé ou pamonha de milho em tabuleiros cobertos por uma toalha branca ou empinando papagaios nos terrenos baldios. Os negros eram os senhores das ruas. Podiam-se encontrar numa área movimentada da cidade uma dúzia de brancos, a pé ou a cavalo, vestidos à europeia, e até com uniformes cheios de dourados, ou uma cadeira de arruar com uma senhora ou uma sinhazinha a esconder-se atrás do cortinado, mas não chegavam a modificar a paisagem.¹¹

Debret em seu relato de viagem deixa claramente a noção da grande presença de negros nas ruas do Rio de Janeiro, onde “o comércio ocupava também a massa de escravos que dominava boa parcela dos ofícios urbanos”¹², vendendo os mais variados produtos que abasteciam tanto a população carioca como os marinheiros que aportavam na cidade, onde a partir das cinco horas da manhã abriam-se

¹¹ SCHWARCZ, Lília Moritz. História do Brasil Nação: Crise Colonial e Independência 1808-1830. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 49-50.

¹² PRIORE, Mary Del. Histórias da gente brasileira, Colônia, v. 1. São Paulo: Leya, 2016, p. 104.

os portos e já começavam as agitações nas ruas, parando apenas às dez horas na noite nos dias de teatro e festas religiosas e nos demais dias simples até a ave-maria das seis horas, marcando o fim do dia.

Percorrendo as ruas fica-se espantado com a prodigiosa quantidade de negros, perambulando seminus e que executam os trabalhos mais penosos e servem de carregadores. (...) Os mercados são abundantemente abastecidos de frutas, legumes, aves e peixe. Rio de Janeiro é o principal centro comercial do Brasil. (...) As inúmeras lojas da cidade são diariamente abastecidas pelas províncias de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Cuiabá e Curitiba. Por isso amiúde se encontram nas ruas tropas de mula, que se cruzam e se sucedem, entrando e saindo, carregadas de cargas enormes (...).¹³

O relato de Debret nos ajuda de início a compreender claramente o grande movimento nas ruas de tropas de outras províncias trazendo mercadorias para o Rio de Janeiro e na área portuária com a chegada das mercadorias vindas da Europa. Assim, o comércio agitava as ruas num vai e vem de escravos abastecendo as lojas com produtos nacionais e importados. Outro fato que podemos retirar do relato de Debret é a noção que o mercado interno no Brasil era bem aquecido, tendo grandes relações entre as províncias.

Esse era o motivo principal de Debret, e ele assinala isso no seu livro de viagem que o objetivo era descrever o cotidiano do Brasil, em especial do Rio de Janeiro com seus hábitos e costumes, em que “a descrição é uma primeira aproximação do documento do mundo, que lhe retira a pátina do tempo, dando-lhe o sentido que prepara a interpretação, principal objetivo da viagem e de seu relato (...)”¹⁴, lembra Torrão. Juntamente com essas descrições vem consigo a crítica, que “em virtude de sua profissão, ele questiona constantemente: o que é real”¹⁵.

Ao analisar a imagem de Debret presente neste artigo, encontramos mesmo nas entrelinhas sua crítica à estruturação da sociedade brasileira. Na imagem podemos observar alguns senhores sentados e sendo servidos por negros que vendem seus produtos e distribuem água, e no canto do lado direito um soldado responsável pela patrulha e ordem pública do local, ficando evidente a intenção do artista de mostrar que enquanto esses escravos trabalham nas mais variadas profissões, a elite representada pelos senhores, e os militares aproveitam o fresco do fim da tarde, como diz o ditado popular “sombra boa e água fresca”.

Esse ditado se encaixa perfeitamente na imagem, pois as duas negras próximas dos senhores sentados estão com uma moringa na mão, que juntamente com seus quitutes, vendem

¹³ DEBRET, Jean Baptiste. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil I. São Paulo: Circulo do Livro, 1986, p. 126-127.

¹⁴ TORRÃO Filho, Amílcar. A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845). São Paulo: HUCITEC FAPESP, 2010, p. 43.

¹⁵ STAFFORD, Barbara Maria. Voyage into substance. Art, science, nature, and the illustrated travel account, 1760-184. Cambridge, MA-Londres: MIT Press, 1984, pp. 396.

água para matar a sede após consumir seus doces. Os militares que são responsáveis pela patrulha, um se encontra no lado esquerdo consumindo a água que um escravo carrega num barril, e o outro fica de braços cruzados encostado numa pilastra.

Tudo assenta, pois, neste país, no escravo negro; na roça, ele rega com seu suor as plantações do agricultor; na cidade, o comerciante fá-lo carregar pesados fardos; se pertence ao capitalista, é como operário ou na qualidade de moço de recados que aumenta a renda do senhor ¹⁶.

Com esse relato de Debret presente em seu livro de relato de viagem, juntamente com sua imagem feita em 1826, percebemos que mesmo com a independência do Brasil a sociedade continuava patriarcal e escravocrata. O Brasil estava livre da coroa portuguesa e independente, mas muitos brasileiros continuavam sendo oprimidos e cativos.

¹⁶ DEBRET, Viagem pitoresca e histórica ao Brasil I, p. 121.

Políticas de Preservação e educação patrimonial: o caso da Vila Maria Zélia

Carolina Pedro Soares

Bacharel em História

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP)

carollsoares@gmail.com

Resumo: A Vila Maria Zélia é um exemplar da primeira fase da industrialização paulista e da construção do binômio indústria-vila operária. Tombada desde 1992 em âmbito Estadual e Municipal, o atual momento histórico da Vila trouxe uma pioneira reflexão sobre a necessidade de preservação do patrimônio edificado e as práticas institucionalizadas nos órgãos. O texto traz um panorama sobre o valor histórico e cultural da Vila, a problemática do tombamento e suas consequências no presente e quais as respostas possíveis para um maior diálogo da cidade com o bem tombado.

Palavras-chave: Vila Maria Zélia, patrimônio cultural, educação patrimonial

A Vila Maria Zélia

A Vila Maria Zélia foi construída entre 1912 e 1916 e inaugurada em 1917, para abrigar cerca de dois mil funcionários da então Companhia Nacional de Tecidos de Juta (CNTJ), sendo ambas de propriedade de Jorge Street. Trata-se de um exemplar da primeira fase da industrialização paulista e da construção do binômio indústria-vila operária. Seu nome foi dado em homenagem a uma das filhas de Jorge Street, que faleceu ainda adolescente, no ano de inauguração da Vila.

O projeto original do arquiteto Paul Pedarrieux, era constituído de 198 casas, de tamanhos variados, sendo de seis tipologias básicas, todos com água encanada, energia elétrica e calçamento; duas escolas (escola de meninos e escola de meninas), o jardim de infância, a creche, uma capela, um consultório médico e outro odontológico, uma farmácia, um açougue, um restaurante e armazém, sendo que os serviços oferecidos pelo comércio interno eram descontados diretamente dos salários dos trabalhadores. Os equipamentos de lazer, um salão de baile, o teatro, um campo de futebol, o grupo dos escoteiros e um coreto. Toda a estrutura contava com policiamento, visando a manutenção da ordem. A propósito é de se notar que todo o projeto de Jorge Street visa a manutenção da ordem por ele estabelecida, seja por meio de rígidas regras de vivência e convivência, seja pelo método de convencimento de uma postura paternalista de que ele saberia “o que era melhor para todos”, sendo visto como um “pai” pelos moradores da Vila Operária¹.

¹ MORANGUEIRA, Vanderlice de Souza. *Vila Maria Zélia: visões de uma vila operária em São Paulo*. 2006. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de

Há diversos fatores que fazem desta Vila um referencial de análise das vilas operárias no Brasil. Primeiramente por ter sido uma das primeiras a ser instituída em âmbito nacional. Ligada diretamente à Fábrica de Juta Sant'Anna², visava o controle social das pessoas que nela trabalhassem através da criação desta “minicidade”, que se propunha ser um espaço de convívio, conforto e preservação dos bons costumes. Esta política disciplinadora procurava afastar os operários do convívio com agitações políticas, greves, e, de modo geral, do fantasma do comunismo, intensamente presente nos movimentos fabris do início do século XX. Os moradores não viam esse posicionamento controlador, enxergavam as restrições como um modo paternal de cuidados com eles.

Num segundo momento nota-se o controle interno como forma de disciplinação e incentivo à mão de obra. As escolas, separadas por gênero, tinham evasões. Afinal, quanto mais funcionários da fábrica houvesse na família, maior seria a casa a eles atribuída. Como as famílias eram em geral, muito grandes, as crianças com oito, nove anos, deixavam o ambiente escolar para trabalhar e, apesar de ser oferecido o período noturno para complementação de estudos dos operários, muitas vezes estes não o frequentavam por exaustão.

A disciplina também era imposta dentro do ambiente familiar. Logo na entrada das casas havia uma lista com 21 itens que deveriam ser seguidos, entre eles não dormir na sala – o que leva as famílias grandes a se ‘empilharem’ nos quartos, forçando a necessidade de ampliar o número de familiares ligados à fábrica –, itens de limpeza e higienização individual e coletiva, e normas de bons costumes.

O tombamento

O tombamento da Vila Maria Zélia pelo órgão Estadual de preservação do patrimônio histórico (UPPH/CONDEPHAAT)³ se dá no ano de 1992, que em seu decreto de tombamento, tem-se que

Artigo 1º - Ficam-se tombados como bens culturais de interesse Histórico, Arquitetônico e Social o traçado urbano e o conjunto de imóveis situados na Vila Maria Zélia, no Bairro do Belenzinho na cidade de São Paulo, pela sua grande representatividade como vila operária do início do século, por ter sido um empreendimento pioneiro e por suas características originais.

São Paulo, São Paulo, 2006. Captado em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-10072007-105811/>>. Acesso em: 2016-07-15

² A Fábrica de Juta Sant'Anna integrava a Companhia Nacional da Juta (CNTJ), sendo que a CNTJ tinha outras filiais no Rio de Janeiro. TEIXEIRA, Palmira P. *A fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

³ De âmbito estadual: Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo.

Artigo 2º Ficam definidos como objeto de tombamento: o traçado viário, [...] os imóveis situados nas quadras [...] a praça situada à entrada do conjunto⁴

Assim, o tombamento da Vila se deu não apenas por seu caráter arquitetônico, mas também pelas práticas ligadas ao local.

No órgão municipal (DPH/CONPRESP)⁵, nota-se a valoração também da memória do trabalho ligada ao local, e de seu valor como conjunto urbano.

Considerando a importância da memória dos moradores e trabalhadores da Vila Maria Zélia e da antiga Fábrica Maria Zélia;
Considerando o valor urbanístico representado pelas soluções adotadas na ocupação da Vila Maria Zélia;
e Considerando o valor histórico-arquitetônico, ambiental e afetivo das edificações que compõem essa Vila e das remanescentes da antiga Fábrica Maria Zélia.⁶

A Ação Civil Pública

O lugar de reflexão em questão passa por uma ação judicial, movida pelo Ministério Público⁷, em que os proprietários dos edifícios inseridos no conjunto— pessoas físicas e o INSS — e os órgãos de preservação municipal e estadual são réus, devido à descaracterização do bem por parte dos moradores, bem como o abandono de alguns imóveis, e a inaptidão de gestão dos órgãos em relação ao tombamento.

Como modo de resposta à essa demanda judicial, propõe-se unidade dos réus envolvidos um projeto de educação patrimonial denominado Recaracterização Participativa da Vila Maria Zélia/São Paulo.

Projeto de Recaracterização Participativa

A questão do patrimônio perpassa toda uma gestão urbana. Não apenas o patrimônio lavrado como de importância para a memória da sociedade, mas o patrimônio diretamente ligado e intrínseco ao movimento diário e as pessoas que o compõe e constroem diariamente.

É assim que se propõe a memória institucional como eixo metodológico, para que a partir disso possa se incentivar a reflexão e influenciar uma reflexão partilhada, fazendo do exercício da memória um modo de auto avaliação das práticas institucionais. A relação da gestão da memória é

⁴ Resolução SC – 43 de 18-12/1992. Publicação em DOE/SP: Poder Executivo, Seção I, 19.12.1982, pg. 25.

⁵ De âmbito municipal: Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp)

⁶ Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. Resolução no . 39/92 - Captado em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/391992_1355423300.pdf. Acesso em 20.06.2016

⁷ Inquérito Civil no Ministério Público Federal 1.34.001.002778/2006-11.

que se construa a reflexão através do enfoque narrativo, que se compõe, fundamentalmente, de quatro características: ser construtivo, contextual, interativo e dinâmico⁸. Percebe-se que a escolha do método está intrinsecamente ligada ao local de aplicação do mesmo, e toda a expectativa liga ao ambiente institucional e suas práticas. A ideia central é que no presente, se analise o passado, para que se possa de forma crítica construir o futuro.

Segundo o IPHAN⁹, entende-se como Educação Patrimonial “ações destinadas a proporcionar às comunidades meios para participar, em todos os níveis do processo educacional, de modo a garantir que a apreensão de outros conteúdos culturais se faça a partir dos valores próprios da comunidade. A participação referida se efetivará através da interação do processo educacional às demais dimensões da vida comunitária e da geração e operacionalização de situações de aprendizagem com base no repertório regional e local”¹⁰.

Assim, num projeto piloto que alinhou o órgão estadual e municipal do patrimônio histórico, pela primeira vez após 23 anos do tombamento, os órgãos se dispuseram a ouvir a população para a construção de uma memória coletiva. Há uma proposição de parte dos órgãos de diretrizes para as atividades, as quais também são acordadas pelos moradores, que participam diretamente e as compõe, propondo assim que o processo vertical de tombamento passe a ter um respaldo horizontal da sociedade.

Desse modo, as estratégias de ação foram pensadas de modo a abarcar a necessidade de se garantir a autonomia e a centralidade dos sujeitos ali envolvidos e de se entender a importância cultural para a sociedade do bem em questão. Assim, foram propostas¹¹ três etapas diferentes no projeto: num primeiro momento, uma *etapa formativa*, voltada pra os coletivos locais, lideranças e órgãos de patrimônio, onde se pretendeu organizar coletivamente as ações, criando uma relação mais próxima entre as lideranças e os técnicos dos órgãos que possibilitasse a execução das atividades vindouras; a *etapa de sensibilização*, voltada essencialmente para os moradores da Vila Maria Zélia, onde a questão da memória individual compartilhada se tornaria coletiva para entender o papel do local em suas vidas; e a *etapa de planejamento participativo*, que buscou reunir grupos, coletivos e moradores num esforço de reflexão conjunta acerca dos desafios levantados e das possibilidades

⁸ CRUZ, Manoel F. *A memória na Escola: enfoque narrativo e propostas metodológicas para a auto avaliação institucional*. II Seminário do projeto ARQME, realizado na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), 2010.

⁹ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

¹⁰ IPHAN. *Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos*. Brasília: Ministério da Cultura, 2014. Captado em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 05.06.2016

¹¹ A proposta foi adequada e discutida preliminarmente entre os órgãos e a Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP).

de ação de cada um dos entes em relação ao coletivo, com a definição de uma agenda comum de trabalhos¹².

Após a etapa formativa, de difícil início, devido às desconfiças dos moradores em relação ao poder público; surgem alguns pontos principais, levantados pelos moradores durante as atividades de sensibilização e que terão reflexo nas etapas seguintes.

O primeiro ponto é que se torna evidente a forte relação que os moradores mais antigos tem com o lugar e que é uma condição especial e de orgulho fazer parte do conjunto e de sua história e ter a mesma reconhecida no tombamento. Muitos dos moradores, mesmo moradores novos na Vila, tem acervos de recortes de revista, jornais, trabalhos acadêmicos e reconhecem o valor à ele atrelado.

Num segundo momento, discutiu-se a ampliação do interesse pelo conjunto e a visibilidade pública do patrimônio, amplamente divulgada e com reconhecimento pelo mérito das ações da Associação Cultural Vila Maria Zélia e pelo Grupo XIX de Teatro¹³, que colocam em suas atividades culturais uma reflexão e problematizam o patrimônio cultural da cidade.

Aparece ainda, como terceiro ponto, a mudança nas relações internas da Vila, que, em comparação ao início, perde seu caráter comunitário, mas que pôde ser explicado devido às mudanças na dinâmica da cidade e do trabalho, pelo individualismo, de modo que esses pontos alteram as relações sociais cotidianas no meio urbano.

A quarta questão, diretamente ligada a estruturação da proposta, diz respeito à relação estabelecida, desde o início do processo de tombamento até os dias de hoje, dos órgãos de preservação com a Vila,

Reclamações sobre a forma como se deu este tombamento, em informações e esclarecimentos aos moradores, sem dialogo, instituído de forma vertical e burocrática, sem envolver a população, o que gerou um mal-estar em relação ao DPH e ao Condephaat.¹⁴

As atividades relacionadas à essas oficinas trazem a percepção do morador sobre o que é morar na Vila Maria Zélia, e que há uma mudança tanto de percepção em relação à própria casa, por essa passar a se tratar de um bem tombado, quanto da função da própria Vila, que nos dias atuais não tem mais a ligação anterior com a tecelagem. Essas mudanças refletem-se na necessidade

¹² SCIFONI, Simone. Recaracterização Participativa da Vila Maria Zélia/São Paulo. Relatório Final. Disponível no Processo Condephaat 76308/2016

¹³ O Grupo XIX de Teatro tem sua sede em um dos prédios dos antigos Armazéns da Vila, usa o espaço dos edifícios para apresentações teatrais e atividades que englobam, também, os moradores.

¹⁴ SCIFONI, Simone. Recaracterização Participativa da Vila Maria Zélia/São Paulo. Relatório Final, p. 15.

de alterações nas casas, justificadas pelos proprietários, para que o imóvel passe a atender as demandas atuais das famílias que moram nas residências.

O planejamento participativo, propõe que levantadas as questões centrais durante as rodas de memória, seja possível problematizá-las e dar a solução mais eficaz e executável de modo contínuo, ou seja, as ações criadas a partir das oficinas que tenham reflexo prático e executável para resolução dos conflitos em relação ao bem tombado. Entre alguns dos 11 itens sistematizados, podemos citar: a situação histórica de abandono dos edifícios públicos por parte do INSS, que tem como solução possível obrigar o INSS a tomar providências efetivas para zelar e conservar o prédio, através da instauração de uma Ação Popular no Ministério Público Federal; a ausência de escritura de alguns imóveis quando da venda por parte do INSS aos atuais proprietários, solucionado com a obrigação do órgão em resolver essa pendência; a ausência de informações ou de comunicação sobre o tombamento, tanto para os antigos moradores, como para aqueles que compraram posteriormente (não há inscrição do tombamento no cartório e no carnê do IPTU, pelo menos até 2007) resultando em reformas que foram consideradas irregulares, que como solução, é proposto que se promova a atualização do processo de tombamento, partindo do reconhecimento deste histórico de ausência de diálogo e comunicação e da situação real encontrada hoje; a falta de recursos financeiros para conservação, tendo duas possíveis saídas, a realização das oficinas com os moradores para orientação quanto a captação de recursos e leis de incentivo para o restauro dos prédios públicos e a possibilidade de parcerias público-privada; e, o eixo motivador dessa iniciativa, a exigência do Ministério Público Estadual de que se retorne as casas ao estado original, na qual deverá ser reconhecida a impossibilidade de tal execução.

A continuidade das visitas e reuniões na Vila Maria Zélia, incluindo a ida do Conselho do CONDEPHAAT ao bem tombado para vistoria e reunião com os moradores; a execução de uma Cartilha de educação Patrimonial, pela UPPH, a contínua ida de técnicos do DPH e da UPPH à reuniões com moradores, são reflexos do início de uma relação mais horizontal da construção do patrimônio pela sociedade e para a sociedade. A educação patrimonial, que, mais do que ensinamentos a serem transmitidos verticalmente, precede uma necessidade de diálogo e construção conjunta sobre diversos pontos de vista sobre o bem tombado; trazendo assim a efetiva preservação da memória por aqueles que a vivem.

O BNH e os Conjuntos Habitacionais em Belo Horizonte, a política Habitacional da Ditadura Civil-Militar

Francisco Gonçalves de Almeida

Licenciado em História
Universidade Federal de Minas Gerais
chicogdealmeida@gmail.com

Resumo: A questão da habitação foi central no desenvolvimento das periferias urbanas brasileiras durante o período da Ditadura Civil-Militar. As cidades cresceram e reproduziram um modelo de segregação em que áreas centrais são valorizadas e desenvolvidas, enquanto a periferia possui carência de infraestrutura e irregularidades. Desta maneira o trabalho busca ver a atuação do BNH, Banco Nacional da Habitação, e como foi a construção das políticas habitacionais no Brasil. Assim apresento a questão habitacional e a construção das primeiras políticas habitacionais desde o período Vargas. Também ver o impacto que esses programas tiveram através dos conceitos do antropólogo James Holston e do sociólogo Jessé Souza.

Palavras-chave: Habitação, Ditadura e Cidadania.

Introdução

A moradia digna é um direito fundamental garantido pelos Direitos Humanos da ONU e uma das mais principais necessidades do homem. Entretanto, a realidade da situação da moradia nas cidades modernas e contemporâneas é outra. Desde o século XIX, as cidades passaram por um modo específico de sua construção. Elas foram diretamente afetadas pela especulação capitalista que promoveu a propriedade fundiária e imobiliária ao estatuto de mercadoria. A produção da habitação, na construção das cidades capitalistas, começou a sofrer os efeitos da especulação imobiliária e da segregação espacial. Isso fez que os imóveis ganhassem valor não pelo seu valor de uso, mas pelo seu valor de troca.¹ Também desde as Reformas Urbanas realizadas no século XIX e início do XX, como em Paris, Barcelona, Buenos Aires e Rio de Janeiro², houve uma preocupação do Estado em aumentar o controle e a vigilância da sociedade no espaço urbano e promover a gentrificação dos ambientes centrais. Desta maneira o trabalho levanta questionamentos e traça a história da promoção da habitação no Brasil e em Belo Horizonte durante o período da Ditadura Militar. Assim buscando ver como moradia está inserida dentro do campo de mercado e é também

¹ LEFEBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*, tradução de Rubens Eduardo Freitas, 4ed. Centauro Editora, São Paulo, 2006

² LEFEBVRE *O Direito à Cidade*.

fruto de uma construção social, o intuito é ver como que as políticas públicas de habitação (quando houveram) colaboraram para uma construção da cidadania brasileira.³

O chamado “problema habitacional” tem início no século XIX. No Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, a falta de moradia começa com a transformação da propriedade em bem de troca e com o processo de abolição da escravidão.⁴ A principal habitação dos trabalhadores foram os cortiços e as vilas operárias, que eram inseridos dentro do mercado locatário.⁵ No período da primeira república não houve uma preocupação do governo com a habitação popular e quando havia interferência era através do controle sanitário e estatal dos cortiços.

Durante o período Vargas e na democracia de 1945 a 1964 houve o surgimento das primeiras políticas públicas voltadas para a habitação. Pelo fato da habitação ter uma interferência direta na vida do trabalhador, o governo populista via uma atuação na área essencial para garantir direitos ao trabalhador. Os alugueis comprometiam grande parte da renda dos trabalhadores e o governo viu que apenas as melhorias trabalhistas não funcionariam para a melhoria da qualidade de vida. Desta maneira o governo atuou na promoção de construção de conjuntos habitacionais, financiamento para habitação e na criação da lei do inquilinato. Entretanto o momento de êxodo rural e inchamentos dos centros urbanos agravou o déficit habitacional já existente e o Estado não conseguiu abranger a população. Mas a habitação é uma necessidade que é produzida independente do Estado. Desta maneira população trabalhadora começou a ocupar as periferias para promover suas casas, o que deu origem ao processo de autoconstrução periférica.⁶

O período da Ditadura Civil-Militar também teve uma atuação dentro das políticas habitacionais. O período militar foi marcado por unificar as ações da habitação no Banco Nacional da Habitação (BNH) e ter uma visão comercial na promoção das políticas habitacionais. O BNH teve uma atuação dentro da construção de conjuntos habitacionais e no financiamento da habitação, além de ter grande participação nas construções de obras de infraestrutura e na interferência nas políticas das prefeituras. Assim como nas ações do governo Vargas, a política do BNH não teve uma grande abrangência para maioria da população. Durante o período ditatorial as cidades brasileiras sofreram o maior crescimento percentual e que fez a autoconstrução ser a

³ HOLSTON, James. *A cidadania Insurgente – disjunções da democracia brasileira e da modernidade no Brasil*. Tradução: Claudio Carina, Revisão técnica: Luísa Valenttini 1ª edição. Ed. Cia das Letras, 2013.

⁴ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: Um Haussmann Tropical – Renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretária Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992. 358p..il.-(Biblioteca Carioca; v.11)

⁵ BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação popular no Brasil – Arquitetura Moderna, Lei do inquilinato e Difusão da Casa Própria*. 4ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

⁶ BONDUKI. *Origens da habitação popular no Brasil*.

principal opção para o trabalhador. As periferias se expandiram e transformaram as cidades, além de intensificar a segregação espacial e as periferias cresceram sobre com a ilegalidade das habitações, seja do terreno ou durante a construção, com uma constância.⁷ Assim o período ditatorial é marcado pela falta assistência a grande parte da população e por intensificar a segregação.

Além do mais o trabalho tem a função traçar um paralelo entre a situação da construção da habitação popular e os impactos que a cidade sofreu. E a questão de como foi formada a cidadania brasileira é fundamental neste momento. Deste modo o trabalho busca trazer um paralelo entre dois autores que refletiram sobre o tema. O primeiro é o sociólogo Jessé Souza que explica o processo de formação da subcidadania brasileira, em que a sociedade brasileira segregou uma parte da população sem acesso a nada e que não considerados inferiores sobre os demais cidadãos.⁸ O segundo é o antropólogo James Holston, onde sua teoria baseia a formação de uma cidadania pelas periferias surgidas durante a Ditadura Civil-Militar. Para Holston, a cidadania brasileira é marcada pela diferença e não pela igualdade, entretanto o processo de construção da periferia e dos movimentos de bairros trouxe aos periféricos a noção de cidadania igualitária que rompe com a cidadania constituída. A cidadania entrincheirada e a cidadania insurgente são a base para compreender a cidadania no Brasil.⁹

Portanto a finalidade é mostrar qual foi o processo de construção da política habitacional da ditadura militar e como foi presença da autoconstrução periférica. Além do mais, busco ver o impacto que essas ações tiveram na cidadania e na vida da cidade.

Política Habitacional na era Vargas

Antes de ver as ações que deram origem a primeira experiência dos programas habitacionais feitos pelo período Vargas e pela democracia populista de 1945 a 1964, é necessário saber sobre o legado habitacional da Primeira República. Os efeitos da construção habitacional foi o princípio para a construção das políticas de Vargas. O principal legado habitacional da Primeira República foi uma grande predominância do mercado locatário nas cidades, pois havia uma falta de habitação e o aluguel de pequenas habitações para os trabalhadores era muito lucrativo. Os aluguéis não tinham desvalorização e muitas vezes os proprietários de imóveis patrocinavam quartos ou casas com o lucro de seus outros aluguéis. Além disso a Primeira República não fez nenhuma

⁷ MARICATO, Ermínia. *Política Habitacional no Regime Militar – Do Milagre Econômico à crise econômica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

⁸ SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2ed, 2012.

⁹ HOLSTON. *A cidadania Insurgente*.

interferência no mercado, apenas promoveu o autoritarismo sanitarista.¹⁰ Quando Getúlio Vargas começou a promover as primeiras leis trabalhistas, se percebeu que o trabalhador não tinha uma efetiva melhoria de qualidade de vida. Pois quase metade do salário dos trabalhadores eram destinados ao aluguel. Visto desta forma, o governo Vargas buscou intervir no mercado habitacional e fornecer melhorias para os trabalhadores. As medidas implementadas por Vargas foram por meio da construção de conjuntos habitacionais, pela lei do Inquilinato e pelos financiamentos para aquisição da habitação.¹¹

Os Institutos de Previdência (IAP's) tiveram o papel de promover os programas sociais do governo, desde planos de saúde aos programas habitacionais. Posteriormente a Fundação Casa Popular surgiu para atuar diretamente na questão habitacional. Entretanto o governo de Vargas nunca conseguiu construir uma política habitacional que abrangesse grande parte da população e nem mesmo um instituto unificado para atuar na habitação. A atuação aconteceu pela atuação isolada de cada IAP e pela FCP. Desta maneira a atuação do governo foi dentro da construção de conjuntos habitacionais e no financiamento para aquisição de habitações.

Os conjuntos habitacionais produzidos durante a era Vargas continham uma perspectiva modernista que derivavam de uma vertente arquitetônica e urbanística que surgia na época. Tanto na Europa, quanto na América Latina aconteceram diversos encontros de arquitetura moderna que buscavam debater a construção de habitações que cumpriram a sua função social e o bem-estar do habitante. Assim quando os IAP's começaram a produzir os conjuntos habitacionais, eles tiveram a preocupação de construir conjuntos com uma arquitetura moderna e que criaria um cidadão moderno e livre da vadiagem. Diversos conjuntos habitacionais foram construídos no Brasil e o Rio de Janeiro foi a cidade que mais recebeu investimentos. Havia uma preferência por construir conjuntos com habitacionais multifamiliares, por duas razões: A primeira é devido aos preços dos loteamentos e os prédios possibilitavam o barateamento das obras. Também era por acreditar que o conjunto multifamiliar possibilitava a formação de uma comunidade entre os moradores e isso os isolava dos maus-costumes e dos vícios que habitavam as cidades. Os conjuntos IAPI, em Belo Horizonte, e Pedregulho, no Rio de Janeiro, são exemplo nestas ações, pois eles congregaram uma arquitetura moderna e a tentativa de o conjunto construir uma comunidade isolada.¹²

A outra ação deste período foi a promulgação da lei do Inquilinato em 1942. Esta lei desestabilizou o mercado locatário com a tentativa de proteger o inquilino dos aumentos dos

¹⁰ BONDUKI. *Origens da habitação popular no Brasil*.

¹¹ BONDUKI. *Origens da habitação popular no Brasil*.

¹² BONDUKI. *Origens da habitação popular no Brasil*.

aluguéis. A lei do Inquilinato teve como principal função congelar os preços dos alugueis para que os trabalhadores pudessem ter maior poder de compra e qualidade de vida. Entretanto o congelamento dos preços fez com que o mercado locatário fosse impraticável, fazendo que não surgisse mais casas para alugar e que houvesse diversas ordens de despejo para os inquilinos, derivados do rompimento de contratos pelos proprietários. Os proprietários buscaram retomar suas habitações para dar novos destinos a elas, que adquiriram funções variadas. Para parar os despejos, houve uma tentativa de proteger os inquilinos com uma garantia que os contratos não pudessem ser quebrados. Mas isso fez com que os donos de imóveis buscassem expulsar os inquilinos de outras formas, desde ameaças aos inquilinos até corte de água e luz nas habitações. O efeito dessa lei foi que os trabalhadores foram obrigados a buscar um novo local para morar por conta própria.¹³

Neste momento em que os programas habitacionais não estavam abrangendo toda população e o mercado locatário estava quebrado, a solução encontrada pelos trabalhadores foi buscar sua casa nas regiões mais distantes da cidade. E o que possibilitou a construção das periferias foi possível graças ao transporte público. Ele permitiu que loteamentos nas zonas rurais fossem habitadas por quem precisava ir diariamente ao centro urbano. A característica da ocupação da periferia foi de se construir pela autoconstrução da casa própria, pela total falta de infraestrutura nos bairros e pela grande clandestinidade expressa na irregularidade dos loteamentos ou das construções.¹⁴

Por fim. Quando aconteceu o golpe de 64, estavam em curso alguns outros modelos para políticas habitacionais, mas que não chegaram a se concretizar. Houve algumas tentativas tanto pela Fundação Casa Popular e outros órgãos, mas não tiveram tempo para ser executados como haviam previsto.¹⁵

O BNH e a política habitacional da Ditadura militar.

Mesmo que a política habitacional da época populista não tenha contemplado grande parte da população, havia um reconhecimento da política habitacional como um fator que conferia legitimidade e popularidade aos governos. Desta maneira a Ditadura Militar desde seu início se preocupou em montar um programa habitacional que conquistasse uma legitimidade popular. O

¹³ BONDUKI. *Origens da habitação popular no Brasil*.

¹⁴ BONDUKI. *Origens da habitação popular no Brasil*.

¹⁵ ANDRADE, Sérgio de e ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. *Habitação e Poder: Da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação*. Rio de Janeiro, 2011, Esta publicação é parte da Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais – www.bvce.org, 1ª edição de 1982, Zahar Editores.

BNH (Banco Nacional da Habitação) foi fundado em 1964 com o objetivo de atuar na área da habitação. O Banco inaugurou aspectos que definiram os rumos da política habitacional da ditadura. O fato do banco centralizar as políticas habitacionais, introduzir a lógica de mercado e gerenciar de forma empresarial as políticas foram marcantes para os rumos de seu desenvolvimento. O BNH teve seu fim no ano de 1986, quando não resistiu as inadimplências e as taxas de juros. Além disso o Banco se desenvolveu três fases distintas: no período da formação do banco e dos primeiros programas. Depois no momento em que o banco funcionou como linha de crédito e financiamentos. Por fim, na fase durante a qual o banco ampliou suas linhas de atuação e abriu novos financiamentos.¹⁶

A primeira fase do BNH se estendeu entre os anos de 1964 a 1969. Neste primeiro momento, o BNH começou a se estruturar ao mesmo tempo em que buscou legitimar o poder do governo. Neste período, o BNH consegue se manter pela verba do FGTS destinada a habitação que funcionou a partir de sua lógica hierárquica que conta com os agentes locais, as Cohab's. Inicialmente o BNH manteve a construção de conjuntos habitacionais para o “mercado popular” (de 1 a 3 salários mínimos), sendo que eram construídos segundo uma lógica empresarial. Os conjuntos não tinham uma proposta de uma nova arquitetura, como nos anos 40, e nem mesmo tinham todas as condições necessária de infraestrutura. A primeira fase do BNH termina com um total abandono dos programas habitacionais para baixa renda, pois os níveis de inadimplência subiram e fizeram com que o mercado popular não fosse rentável. As inadimplências subiram por diversos motivos sendo que o principal foi a diminuição do valor do salário mínimo, quando as prestações aumentavam. Além da indignação de muitos inquilinos que se sentiam enganados pelo governo diante da ausência de infraestrutura. Desta maneira os investimentos em financiamento de moradias foram mais vantajosos e o BNH se esbarrava em problemas de infraestrutura para dar continuidade a seus projetos.¹⁷

Na segunda fase do BNH de 1970 a 1974, o banco funcionou em apenas duas áreas que foram: os financiamentos de aquisição de moradias e o financiamento de obras de infraestrutura. O financiamento de casa e apartamentos para a classe média foi uma das linhas do BNH que mais teve êxito e a que o mercado aprovava.¹⁸ Também neste período foi que se desenvolveu a verticalização de vários bairros de classe média nas cidades brasileira. No campo do investimento na infraestrutura, o BNH financiou a construção de grandes obras como viadutos, o metrô do Rio

¹⁶ ANDRADE, Sérgio de e ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. *Habitação e Poder*.

¹⁷ ANDRADE; ANDRADE. *Habitação e Poder*.

¹⁸ ANDRADE; ANDRADE. *Habitação e Poder*.

de Janeiro e a ponte Rio-Niterói.¹⁹ Nesta fase do BNH, o banco funcionou mais como um agente financeiro de que um programa habitacional.

A última fase do BNH foi quando houve a retomada dos programas habitacionais e o surgimento de financiamentos para lotes urbanizados e para reforma habitacional. Primeiramente o BNH retomou os programas de conjuntos habitacionais da primeira fase e promoveram a ampliação da faixa salarial a ser atingida. A ampliação da faixa salarial foi de 1 a 3 salários mínimos para 1 a 5 salários mínimos. O problema da inadimplência que houve na primeira fase foi enfrentado com uma maior burocratização do sistema e com a preferência para as famílias de 4 a 5 salários mínimos. Também, mesmo que os problemas de infraestrutura tenham sido parcialmente resolvidos, os conjuntos ainda representavam a lógica empresarial, sendo construídos em larga escala e em regiões distantes.²⁰ Além disso os financiamentos para compra de lotes urbanizados (Prolurb) e o financiamento para reforma e construção (Ficam) foram os programas mais recorridos pela classe trabalhadora, pois estes financiamentos encaixavam na lógica da autoconstrução periférica. Entretanto os problemas econômicos fizeram com que o BNH chegasse a seu fim por vários motivos. O aumento do desemprego prejudicou o banco de duas formas: O primeiro foi a diminuição da arrecadação do FGTS, que era a principal fonte do BNH e a segunda foi o aumento de saídas pelo seguro desemprego no FGTS o que prejudicou mais a saúde financeira do BNH. Os juros altos e a instabilidade econômica fizeram com que o banco fechasse em 1986.²¹

Além das políticas habitacionais, é interessante pensar que neste período não só as políticas habitacionais eram o principal meio para se conseguir uma habitação. Sendo que a habitação é uma necessidade, a tendência é que as pessoas promovem suas habitações da maneira mais viável. Deste jeito a autoconstrução periférica que tem seu início na década de 50 e 60, se intensifica nos anos da Ditadura Militar e foi o meio viável para a classe trabalhadora construir suas casas. Geralmente o padrão que se instaurou na periferia foi dos bairros sem infraestrutura e a ocupação de forma ilegal. A formação das periferias foi importante para a formação das cidades brasileira, pois elas transformaram o ambiente urbano e a organização dos moradores para a melhorias dos bairros que instaurou um novo tipo de cidadania²² e também se intensificou as reivindicações por direito à cidade²³.

¹⁹ MARICATO. *Política Habitacional no Regime Militar...*

²⁰ ANDRADE e ANDRADE. *Habitação e Poder...*

²¹ MARICATO. *Política Habitacional no Regime Militar...*

²² HOLSTON. *A cidadania Insurgente...*

²³ HARVEY, David. *Cidades Rebeldes – do direito à cidade à revolução urbana*. Tradução: Jeferson Camargo, São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2014.

Dentro das políticas habitacionais que a Ditadura Militar propôs, elas não abrangeram uma porcentagem significativa da população. A grande parte dos investimentos foram destinados a financiamentos de habitações da classe média e alta nas regiões nobres das cidades brasileiras. Além disso a primeira fase do BNH não teve uma realização de fato da política, pois a maioria dos conjuntos foram abandonados e a inadimplência foi alta. Já na última fase, houve a retomada dos programas que houve uma preferência as famílias com 4 a 5 salários mínimos e o financiamento mais usado pelos trabalhadores foram o que poderiam ser usados na autoconstrução. Desta maneira a periferia foi a opção viável para a classe trabalhadora. Assim pode se ver que as políticas habitacionais agiram em uma reafirmação das diferenças sociais e não para assistir as populações. Pelo contrário, a maior parte dos financiamentos eram destinados à classe média enquanto as periferias não conseguiam ter acesso a infraestrutura e viviam em loteamentos ou construções ilegais.

Considerações finais

Primeiramente podemos ver que as políticas habitacionais no Brasil não tiveram uma constância de abrigar a maior parte da população que buscou prover sua habitação por conta própria. Mesmo assim os programas tiveram legitimidade com a população, pois as listas de espera eram grandes para conjuntos habitacionais que revelava a necessidade dos programas e como eles não conseguiam abarcar a maioria da população. Também pode-se ver que desde de década de 40 a autoconstrução na periferia foi a opção viável para os trabalhadores que nem sempre tinham acesso a infraestrutura adequada e se constituíram com a ilegalidade com frequência. Assim podemos pensar a formação da cidadania brasileira segundo dois autores. São eles, Jessé Souza e James Holston.

Segundo Jessé Souza, a principal característica do Brasil é desigualdade social e não um “capitalismo incompleto” como muito dito. Para ele a formação do Brasil é marcada por uma classe que está acima dos demais e que os direitos são entendidos como privilégios.²⁴ Portanto o Brasil construiu uma subcidadania que abrange grande parte da população. Essa população “subcidadã” não possui acesso a bons serviços públicos e nem mesmo um tratamento igual na justiça.²⁵

James Holston tem sua teoria fundamentada em uma dualidade entre a cidadania entrincheirada e a cidadania insurgente. Para ele a cidadania entrincheirada é a cidadania construída com o tempo e que se formou na hierarquia e na divisão social. Visto que a constituição dos direitos

²⁴ SOUZA, Jessé. *A Ralé Brasileira – Como é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

²⁵ SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2ed, 2012.

no Brasil surgiu para marcar a diferença e não a igualdade como em outros países. Entretanto o processo de autoconstrução nas periferias fez com que a população se organizasse e lutasse por melhor infraestrutura e as vezes contra despejos. Essa experiência de luta e organização produziu um novo tipo de cidadania que reivindica a igualdade e rompe com a lógica tradicional. A cidadania insurgente é essa que surge nos movimentos de bairros e periféricos e que tem efeito na construção da democracia no Brasil.²⁶

Assim desta maneira pode pensar os programas habitacionais de uma dupla forma em que não só o governo teve sua ação, também na distinção na forma de tratamento das diversas camadas sociais. Primeiro o BNH teve uma participação muito maior nas classes média e alta com a concessão de financiamentos do que com a construção de habitações para o mercado popular. Também os próprios habitantes dos conjuntos tiveram suas reivindicações e lutar por melhores tratamentos, como no caso do conjunto habitacional Nações Unidas em Sabará²⁷ A construção da cidadania passa por tanto um tratamento diferenciado para os mais pobres que não tiveram assistência, como na infraestrutura nos bairros periféricos, e na construção de uma nova cidadania com as reivindicações por igualdade²⁸ e pelo direito à cidade.²⁹ Sendo que a habitação foi a necessidade fundamental que produziu efeitos na cidade e em seus modos de vida.

²⁶ HOLSTON. *A cidadania Insurgente...*

²⁷ SOMARRIBA, Maria das Mercês Gomes. *Lutas urbanas em Belo Horizonte*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1984.

²⁸ HOLSTON. *A cidadania Insurgente...*

²⁹ HARVEY, David. *Cidades Rebeldes – do direito à cidade à revolução urbana*. Tradução: Jeferson Camargo, São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2014.

A construção humana do espaço sagrado: realização de eventos religiosos nos locais públicos em Belo Horizonte/MG

Leonardo Augusto dos Santos

Especializando em História Contemporânea do Brasil
Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte
leoaugusto16@hotmail.com

Resumo: O presente artigo se dispõe a analisar e compreender as ações das Igrejas Católica e Protestante concernente à realização de eventos religiosos nos locais públicos em Belo Horizonte/MG, onde a partir da apropriação momentânea desses locais, torna-os sagrados e o insere no contexto da evangelização. Dentro da descrição dos processos metodológicos, dá-se ênfase à revisão bibliográfica e a consulta de jornais, que se mostrou adequado na proposta de compreender as ações e experiências das pessoas e Igrejas com a religião e as questões relacionadas à religiosidade e a outros elementos que contribuem para a sua formação espiritual.

Palavras-chave: Eventos, Igreja, Cidade.

Introdução

Durante toda a sua vida, o homem pauta a sua conduta na existência de um ser supremo, independente de sua crença. A sociedade sempre esteve ligada aos dogmas, preceitos, regras e leis de sua religião, são elas que regem e direcionam os fiéis para uma boa conduta na terra e, para aqueles cuja fé permite acreditar na vida eterna e salvação. Como o cristianismo, judaísmo, islamismo entre outras religiões.

O ser humano, sempre buscou explicações ou respostas para as experiências sobrenaturais, o espiritual é aquilo que dá ao homem a capacidade de unicidade e direcionamento, fazendo com que a vida ganhe sentido. Nesse artigo, procuraremos identificar e analisar os locais públicos¹ na cidade de Belo Horizonte, que servem como palcos para grandes encontros religiosos, tornando-os naquele momento, como espaço sagrado. Para o desenvolvimento desse artigo, analisaremos os seguintes locais e eventos: Torcida de Deus que acontece no estádio Magalhães Pinto (Mineirão), e o Sermão da Montanha que hoje é realizado na Av. Deputado Álvaro Antônio na região do Barreiro, o evento anteriormente acontecia na Praça Israel Pinheiro (Praça do Papa).

Nessa perspectiva da utilização dos locais públicos para a realização de encontros religiosos, deparamos com os desafios da sociedade em lidar com o laicismo, em um país marcado pela

¹ Entende-se por locais públicos, aqueles de uso comum, que não pertence a uma iniciativa privada, como praças, ruas, estádios entre outros.

diversidade étnica, e religiosa. Para Gouthier², toda essa movimentação religiosa é um dos traços mais fortes da cultura do Brasil.

O que se percebe nos últimos séculos, sobretudo nos séculos XX e XXI, é a procura da liberdade religiosa e legitimação de força e poder por parte das Igrejas, através de grandes eventos, grandes templos e igrejas e o maior número de fiéis.

Percebemos essa movimentação das religiões, sobretudo, a partir das Igrejas Católica e Evangélica em Belo Horizonte, com o intuito de promover suas ações perante a sociedade e, dessa forma, disseminar suas ideologias. Essa movimentação além-templo, é uma forma de mostrar à sociedade a força da religião, uma espécie de demarcação de território. E os eventos religiosos, como a Torcida de Deus e o Sermão da Montanha, são formas que as Igrejas Católica e Protestante encontraram para congregar pessoas e, dessa maneira difundir a prática da religião dentro da cidade.

A fé move os fiéis

Se existe algo dentro dos mistérios que envolvem a religiosidade, a fé é um desses componentes que, por mais que se tente explicar, sempre existirá uma lacuna, uma dúvida, algo a ser explicado e entendido. O próprio ato de crer em algo que não se vê já é considerado como manifestação da fé. Não procuraremos definir fé, e sim entender através de outros autores o seu conceito multifacetado e, como que as pessoas se deixam levar por sua fé e esperança.

Para Silva³, a fé independe de religião, de ser cristão ou da crença em Deus, para ele, a fé é sinônimo de esperança. A fé é fruto do ser humano, nascemos acreditando em algo e esse acreditar nos faz buscar o que parece ser inatingível.

Segundo a Bíblia, no novo testamento a fé “é o fundamento da esperança⁴, é uma certeza a respeito do que não se vê”⁵ (Hb 11:1) ao analisarmos a distinção entre fé e esperança feita pelo autor de Hebreus percebemos que, mesmo estando intimamente ligadas, são distintas. Sproul reforça que “Quando a fé é ligada a esperança, ela é colocada na estrutura de tempo do futuro, e uma coisa que eu não posso ver de maneira alguma é o amanhã”⁶. Ai se encontra a diferença entre fé e esperança apesar de existir um elo de ligação no sentido das duas palavras.

² GOUTHIER, Juliana. *Fé faz o Brasil se multiplicar*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 2000.

³ SILVA, Rubens Goulart. A trajetória da fé, *Jornal Aleluia*, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.iprb.org.br/artigos/textos/art01_50/art40.htm>. Acesso em 10 dez. 2015.

⁴ Sobre esperança, ver SPROUL. Robert Charles. O que é fé. São Paulo: Fiel, 2013.

⁵ BÍBLIA. Epístola aos Hebreus. Português. *Bíblia Sagrada: antigo e novo testamento*. São Paulo: 2002. p. 1535.

⁶ SPROUL. Robert Charles. *O que é fé*. São Paulo: Fiel, 2013, p. 13.

Portanto, a fé é algo pessoal, a sua força e existência só é possível, quando o ser humano se permite acreditar.

Todas essas ações são frutos de uma ideologia, de um discurso que cerca as pessoas, fazendo com que elas pratiquem cada vez mais essas ações, para provar não para si mesmo, mas para o outro, o tamanho de sua fé. Dessa forma compreendemos a grandiosidade dos eventos religiosos. Então, os sacrifícios, procissões, jejuns entre outras manifestações não servem para nada? Servem enquanto fortalecedores da fé, mas não são essenciais para ela.

A fé, portanto, esta ligada a cada religião e a cada pessoa. Esse sentimento de fé é expresso à maneira de cada um, conforme suas convicções. É interessante pensarmos nas transformações pela qual vem passando a sociedade e observar se existe lugar para a verdadeira fé, ou se ela é fruto apenas de uma imagem que se pretende passar.

Os eventos religiosos são para alguns uma forma de demonstrar sua fé, e para outros, apenas uma maneira de demonstrar a força de uma determinada religião dentro da sociedade.

Momentaneamente sagrado

Ao longo do tempo, os locais públicos vêm ganhando formas e contornos de caráter político, religioso e social. Criando assim uma ligação entre o ser humano e suas afinidades particulares ou comuns com um determinado local. As cidades são, portanto, fruto das ações humanas, é através dessas ações que os locais ganham caráter de público.

A utilização dos locais públicos para a realização de um evento religioso faz com que a interação daquelas pessoas com o local seja mais intimista possível, tornando-os naquele instante como um local sagrado, onde as experiências espirituais acontecem e o elo com o sagrado se torna possível.

Os locais públicos são antes de tudo, um lugar de coletividade e sociabilização, onde também acontece a segregação e a exclusão, essa dicotomia é um desafio para a democratização do espaço. Exercer a religiosidade nos locais públicos cessa mesmo que por um instante o abismo social e excludente. A realização de eventos religiosos nos locais públicos, imprimir a esses locais um caráter de igualdade e confraternização.

De acordo com Andrade “O que se requer nesses encontros não é a personalidade completa de cada indivíduo, mas apenas a parte que ele se dispõe a compartilhar”⁷. O caráter

⁷ ANDRADE, Luciana Teixeira de. *Singularidade e igualdade nos espaços públicos*. Revista do Arquivo Público Mineiro, v. 2, p. 12-24, 2007, p. 116.

marcante desses eventos religiosos é enfatizar a unidade entre seus fiéis e, também é uma forma de mostrar à sociedade outras maneiras de vivenciar a religiosidade. São nesses eventos que a partilha com o próximo se torna mais evidente, cada um traz consigo seus interesses e seus ideais. São inúmeros os motivos que levam as pessoas a se deslocarem em peregrinação até o local de realização do evento, talvez o mais importante deles seja a fé.

As Igrejas Evangélica e Católica vem se adaptando ao novo modo de viver do Belo-Horizontino, estão indo ao encontro dos fiéis, o culto ou a missa, não precisam mais ser realizados dentro de uma igreja ou um templo, é preciso ir além, romper com o tradicional e se adaptar a nova forma de viver a religião.

Por esse motivo, as celebrações e cultos, estão transpassando as paredes dos locais santos e se firmando nos espaços públicos. As transformações pela qual vem passando a sociedade faz com que os líderes religiosos mudem a maneira de encarar a prática da religião. No mesmo local onde acontecem os atos profanos, é o mesmo que se santifica.

E assim acontece em Belo Horizonte, quando as Igrejas saem do seu local santo, e se dispõem a evangelizar nas praças, ruas e estádios, garantido assim, a expansão da fé Cristã.

Não é difícil perceber que as Igrejas estão se adaptando as exigências moderna e religiosa da sociedade urbana. Hoje, os Católicos e Evangélicos empregam interesse e força na organização de eventos que geram uma imensa concentração de pessoas, mostrando que, eventos desse tipo, tem importância para a consolidação da fé Cristã na sociedade, sociedade esta marcada pelo pluralismo religioso, pela descrença e pela intolerância.

A cidade grande é um reflexo da luta das religiões e Igrejas para arremeter o maior número de fiéis, além de ter que lidar com o sujeito moderno que apresenta uma maior autonomia e, por isso, migra para a religião que lhe convém.

Evento – Sermão da Montanha

Criada no primeiro quartel do século XX, a Igreja Evangélica do Evangelho Quadrangular se enquadra no que Giumbelli classifica de “pentecostalismo clássico”⁸. Fundada nos Estados Unidos no ano de 1923 por Aimee Elizabeth Kennedy, hoje a igreja encontra-se presente em 107 países, tendo a sua sede em Los Angeles, porém cada igreja funciona de forma autônoma.

⁸ GIUMBELLI, Emerson. *A vontade do saber: terminologias e classificações sobre o protestantismo brasileiro*. Religião e Sociedade, 2001, v. 21, n. 1, p. 92.

A Igreja do Evangelho Quadrangular é a responsável pelo evento Sermão da Montanha, que é realizado na sexta-feira de paixão na cidade de Belo Horizonte, criado desde o ano de 1989, o evento faz parte do calendário oficial da prefeitura da capital.

O evento surgiu a partir da necessidade de levar os fiéis a refletiram sobre a paixão de Cristo.

(...) Sermão da Montanha ou Sermão do Monte é o nome dado a uma pregação de Jesus Cristo no topo de um monte, próximo ao Mar da Galiléia. O sermão é relatado a partir do quinto capítulo do Evangelho de Mateus, no Novo Testamento, e também está no Evangelho de Lucas (...).⁹

Foi nesse sermão que Jesus ensinou a seus seguidores o modelo da oração que ficou conhecido como pai-nosso. O evento então é a tradução desse acontecimento bíblico.

Para proferir seus ensinamentos, o Cristo subiu ao mais alto monte para pregar a seus seguidores, e assim não é diferente com os pregadores da igreja do Evangelho Quadrangular, eles escolheram um monte, o ponto mais alto da cidade de Belo Horizonte, a Praça Israel Pinheiro, conhecida também como a Praça do Papa, localizada na região do bairro Mangabeiras.

O evento é marcado pela oração, reflexão, pregação, música, dança e confraternização. É uma forma que os fiéis encontram para celebrar a fé.

(...) O fato das igrejas e associações organizarem um calendário de eventos é inegavelmente um dos formatos encontrados para a maior e melhor integração dos fiéis. Os eventos proporcionam o encontro pela aplicação prática de valores como cooperação, cumplicidade e responsabilidade (...).¹⁰

Além de ser um momento de confraternização, o evento também contribui, para a disseminação da religião, para o conhecimento da igreja, e também para a fomentação do turismo religioso.

O evento acontece há 26 anos e durante 16 anos foi realizado na Praça do Papa, desde 2005 o evento teve que ser transferido para outros locais, pois o número de participantes aumentava a cada ano e dessa forma, a parte de infraestrutura da Praça do Papa se tornou insuficiente e segundo o jornal O Tempo (2007) a insatisfação dos moradores do bairro Mangabeiras também foi um dos motivos que levou a transferência do Sermão da Montanha. Desde então, o evento passou a ser realizado em Contagem/MG região metropolitana de Belo Horizonte, permanecendo ali por dois

⁹ PEIXOTO, Paulo. Sermão da Montanha reúne 30 mil evangélicos em Belo Horizonte. *Folha de São Paulo*, São Paulo. 07 abr. 2007. Disponível em: <www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 14 jan. 2016.

¹⁰ COSTA, Luciane Cunha da. *Evangélicos em Ilhéus: identidade e potencial turístico*. 2010. 145 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e turismo) – Universidade de Santa Cruz, Bahia. 2010, p. 79.

anos e no ano de 2007 foi transferido para estacionamento do estádio Magalhães Pinto, e hoje ele acontece na Avenida Deputado Álvaro Antônio na região do Barreiro na capital mineira.

Hoje, o evento tomou grandes proporções, e não conta somente com a participação dos fiéis da Quadrangular, pessoas de diversas outras religiões e igrejas Evangélicas também participam do evento. A cada ano, o tema do evento pentecostal muda de acordo com a necessidade da sociedade. A celebração do Sermão da Montanha ganhou destaque e importância dentro do calendário cultural de Belo Horizonte.

O evento é uma forma de resgatar os valores cristãos, e de propaga-los dentro das programações da Semana Santa.

(...) Segundo o pastor Mário de Oliveira, presidente da Igreja do Evangelho Quadrangular, antes da criação da festa do Sermão da Montanha, não havia programação específica para o dia. Ela tem hoje um espaço que era desocupado. Além das pregações, os fiéis podem aproveitar a alegria do evento (...).¹¹

A importância do evento está justamente na dimensão de seu alcance, pessoas de diversas cidades se deslocam para poder celebrar a palavra de Deus e, viver a espiritualidade de forma mais descontraída. Os locais públicos são a ferramenta ideal para a projeção da igreja e da fé cristã.

Os evangélicos nas suas diversas denominações partilham desse momento sagrado e santo, caminham rumo ao monte na esperança de uma palavra de conforto, de um abraço fraterno e de praticar a fé.

Evento – Torcida de Deus

A Igreja Católica Apostólica Romana é considerada uma das maiores instituições religiosas da humanidade desde o seu surgimento na Roma antiga. A história do catolicismo é algo complexo de se analisar. Não procuraremos nesse artigo discutir seu surgimento.

Perseguida desde a antiguidade, a Igreja Católica se desenvolve entre os romanos a partir do apóstolo Paulo. No ano de 313 d.C., o imperador Constantino concede aos cristãos a liberdade de culto a Deus. E a partir daí várias pessoas começaram a aderir ao cristianismo em Roma.

No Brasil, a Igreja Católica chega juntamente com os portugueses quando do descobrimento da Terra de Santa Cruz e a realização da primeira missa. A presença da Igreja Católica se intensifica a partir da primeira metade do século XVI com a chegada dos missionários

¹¹ AZALIM, Fernando. BH tem o segundo menor percentual de fiéis católicos. *O tempo*, Belo Horizonte. Jul. 2013. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

Jesuítas. Vários outros clérigos também vieram para o Brasil com a intenção de evangelizar os nativos.

A Igreja Católica, sempre se preocupou em evangelizar e dessa forma garantir o maior número de fiéis e propagar a religião, e essa prática permanece nos dias atuais. Varias são as maneiras que a o catolicismo criou para poder chegar até as pessoas. E sem dúvida alguma que, os eventos Católicos são uma forma de evangelização e de aproximação com a sociedade.

As peregrinações, ou seja, o ato de você se deslocar até um lugar considerando sagrado, faz parte do catolicismo desde o Brasil colônia. Nesse período,

(...) Dava-se maior importância aos símbolos exteriores da fé do que a mesma vivência interior. Dominam no Brasil Colônia as manifestações públicas da fé, os nascimentos, os casamentos, os enterros, as recepções e os festejos estão sempre marcados pelas cerimônias cristãs (...).¹²

A exteriorização da fé entre os católicos está ligado a própria história da Igreja, os modos como a sociedade contemporânea exprime sua fé, em nada se difere, o que mudou foi a forma de como é difundida a doutrina Católica.

Nesse sentido, em Belo Horizonte surge por iniciativa da Arquidiocese de Belo Horizonte a Torcida de Deus. O evento acontece a cada três anos desde o ano de 1975, ainda no arcebispado de Dom João Resende Costa, que tinha como bispos auxiliares Dom Serafim Fernandes de Araújo e Dom Arnaldo Ribeiro, tendo o estádio Magalhães Pinto (Mineirão) como local para a realização da celebração. No ano de 2012, o evento teve que ser realizado no ginásio Mineirinho, por motivo de reforma do Mineirão.

A data escolhida pela Arquidiocese foi o dia de Corpus Christi, o corpo e o sangue de Jesus Cristo presentes no Sacramento da Eucaristia, criado com o intuito de promover a unidade e a comunhão entre as famílias. O evento conta com momentos de oração, shows católicos, adoração e a celebração da Santa Missa. O clero e leigos de diversas regiões se deslocam em romaria para participar do evento, testemunhando a fé Cristã e a fé no Santíssimo Sacramento.

Assim como no Sermão da Montanha, evento Evangélico, a Torcida de Deus, a cada ano, traz um tema para ser refletido.

Em entrevista ao site da Arquidiocese (2015), o Padre José Geraldo Sobreira explica que “a cada ano o desafio é tornar o ambiente ainda mais confortável e tranquilo para que os fiéis

¹² HOORNAERT, Eduardo. História da igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo, primeira época, 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

desfrutem de um clima apropriado para a oração, a reflexão e o louvor. Também é momento de eles se encontrarem e confraternizarem”¹³.

Com o objetivo de congregar seus fiéis, e de satisfazer seus anseios, a Igreja Católica comunga com seus adeptos novas formas de evangelização além de proporcionar um momento permeado de espiritualidade.

Considerações finais

É necessário que as religiões se adequem a nova sociedade, que, a cada dia está se modernizando e tendo contato com as informações e, dessa forma, sendo mais crítico, seletivo e cético. Ir para a rua, para os estádios e praças, é uma forma de driblar a monotonia de estar em um templo ou igreja.

Ir para os locais públicos, para dar testemunho de fé, levar a palavra de Deus e pregar a esperança, não é tarefa fácil. É preciso lidar com os desafios da liberdade de expressão e com a laicidade. Algo complexo de praticar quando a nação é uma nação formada pelo pluralismo religioso.

Porém, é preciso romper com os preconceitos e com o medo. Não podemos, portanto, ignorar o papel da religião na contemporaneidade, sobretudo, dos sujeitos adeptos a uma religião, que podem contribuir para a formação e o desenvolvimento de uma sociedade democrática.

Portanto, os grandes eventos realizados em Belo Horizonte, trazem consigo diversas intencionalidades seja social, política ou espiritual. Se disponibilizar a ir a um local público e ali realizar um evento de cunho religioso, é uma forma de mostrar a sociedade a que a cidade é um espaço democrático, e que o jeito de celebrar e viver a fé precisam ser respeitados.

¹³ HORIZONTE. Arquidiocese de Belo. Torcida de Deus reúne milhares de católicos nesse domingo, no Mineirão. Arquidiocese. Mai. 2015. Disponível em <www.arquidiocesebh.org.br> Acesso em: 16 jan. 2016.

A pesquisa histórica e as interfaces para imaginação de narrativas museológicas no processo de construção do Museu Casa Grande Simplicio Dias na Parnaíba, Piauí

Leonardo Souza de Araújo Miranda

Mestre em História e Culturas Políticas
Universidade Federal de Minas Gerais
miranda.raposo@gmail.com

Resumo: Esse artigo é uma adaptação da pesquisa histórica realizada para implantação do Museu a ser instalado no *Casarão Simplicio Dias*, na cidade de Parnaíba, norte do Estado do Piauí. Trata-se de pensar como a pesquisa histórica oferece suporte ao mapeamento das referências patrimoniais para criação de um museu de cidade.

Palavras-chave: Museu, Cidade, Pesquisa histórica.

Introdução

Três caminhos irão nortear o texto: apresentação dos caminhos teóricos assumidos em relação ao nosso objeto; segundo, a narrativa dos caminhos da pesquisa histórica no que tange ao mapeamento do repertório patrimonial tendo como objeto a cidade; e por fim, a revelação dos indícios de que tipo de vocação do museu pode derivar da interação dos dois aspectos anteriores.

Rastros

Apresentamos o recorte teórico que adequou-se a reconstrução da memória da cidade de Parnaíba. Memória, que em razão do seu caráter fragmentário e incompleto, permite recorrer ao *tópos* benjaminiano do rastro. Uma definição possível do conceito: “o rastro é a aparição de uma proximidade, por mais longínquo que esteja aquilo que a deixou”¹. Ou seja, algo distante temporalmente ou topograficamente, se torna próximo de quem se volta ao passado, graças aos vestígios concretos, às vezes banais, do campo de experiência que sobrevivem até o presente. A leitura dos rastros indicam a presença do passado². O rastro é “a presença de uma ausência e ausência de uma presença”³. São signos que vivem sob uma dupla condição que é a vontade de conservação e/ou a possibilidade do esquecimento. “Sua presença é a indicação de uma

¹ BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, p. 490.

² JANZ, Rolf-Peter. Ausente e Presente: sobre o paradoxo da aura e do vestígio. In: SEDLMAYER, Sabrina; GINZBURG, Jaime (Org.) *Walter Benjamin: rastro, aura e história*. Belo Horizonte: UFMG, 2012, p.20.

³ GAGNEBIN, Jeanne Marie. Apagar os Rastros, recolher os restos. In: SEDLMAYER, Sabrina; GINZBURG, Jaime (Org.) *Walter Benjamin: rastro, aura e história*. Belo Horizonte: UFMG, 2012, p. 27.

convergência entre o que está ausente e o que está diante dos olhos”⁴. O rastro “é um elemento fragmentário, residual, [que] pode ser lido como cifra de uma trajetória que o ultrapassa – a história de um indivíduo, uma sociedade, um país”⁵. O fragmento se torna matéria bruta para a compreensão do passado de maneira ampla e do tempo como processo⁶. Ao passo que o rastro é uma imagem mínima carregada de historicidade, ele é fundamental para mapeamento das referências patrimoniais e representa uma postura crítica que mira os ausentes da história oficial e “outras possibilidades de interpretação de uma imagem imutável dos acontecimentos (...)”⁷. A importância concedida ao particular se faz em detrimento das grandes narrativas estruturadas a partir do todo.

A teoria dos rastros leva em conta, “erguer as grandes construções a partir de elementos minúsculos, recortados com clareza e precisão. E, mesmo, descobrir na análise do pequeno momento individual o cristal do acontecimento total”⁸. Esses objetos mínimos carregados de historicidade, encontrados nas camadas do presente, serão os cacos que servirão para criação de linhas imaginárias, ou pontos luminosos formados por elementos históricos isolados temporalmente, que quando colocados lado a lado brilham como uma constelação e organizam o aceso ao passado de maneira cartográfica. A proposta é formar agrupamentos de elementos históricos a partir dos quais serão criados mapas imaginários e paisagens de ideias⁹.

Constelações Patrimoniais

Foram definidas 4 constelações ou macro temas direcionadores da pesquisa e que irão determinar a escolhas das referenciais patrimoniais: Urbanismo e Urbanidade; Práticas Comerciais; Culturas Políticas; Formas de Expressão. Cada constelação comporta uma série de vetores que direcionam o mapeamento do patrimônio e a narrativa historiográfica, como por exemplo: infraestrutura, espaços e Lugares; Clubes e Instituições, Educação, Práticas e Hábitos, comércio, representações, cultura, celebrações e festividades, saberes e fazeres.

⁴ GINZBURG, Jaime. A Interpretação do Rastro em Walter Benjamin. In: SEDLMAYER, Sabrina; GINZBURG, Jaime (Org.) Walter Benjamin: rastro, aura e história. Belo Horizonte: UFMG, 2012, p. 112.

⁵ GINZBURG. A Interpretação do Rastro em Walter Benjamin, p. 108.

⁶ GINZBURG. A Interpretação do Rastro em Walter Benjamin, p. 109.

⁷ GAGNEBIN, Jeanne Marie. Apagar os Rastros, recolher os restos. In: SEDLMAYER, Sabrina; GINZBURG, Jaime (org) Walter Benjamin: rastro, aura e história. Belo Horizonte: UFMG, 2012, p. 33.

⁸ BENJAMIN, Walter. Passagens. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, p. 503.

⁹ BOTELHO, Letícia Olano Morgantti. Walter Benjamin e as Imagens da História: Possibilidades de uma crítica social a partir da arte. Pólemos, Brasília, vol. 1, n. 1, maio 201, p.109.

Formar essas redes de constelações a partir dos “aspectos mais atuais do passado”¹⁰. O critério para os recortes dos fragmentos históricos selecionados para dar fisionomia aos panoramas: neles devem participar em escala reduzida todas as temporalidades¹¹. Uma “historiografia polifônica-espacial” que parte “das concretudes topográficas” e “fenômenos estéticos do cotidiano” para criar um hipertexto em que os fragmentos se interacionam de forma constelacional¹².

Panoramas

Objetiva-se apresentar a memória urbana de Parnaíba dialogando com alguns rastros topográficos, fazendo uso da categoria do panorama entendido como a tentativa de “desenhar” cenas representativas e vistas gerais da cidade de Parnaíba, montando um quadro de imagens com base em informações históricas urbanas. Fazer uma “sondagem no espaço urbano” para “coletar informações sobre a cidade”¹³ através de elementos temporais desaparecidos e heterogêneos (passado e futuro) que irrompem, lado a lado, nas paisagens da cidade¹⁴. Selecionamos alguns panoramas de épocas “(...) com base nos principais ícones ou vestígios topográficos e arquitetônicos”¹⁵ e com informações históricas sobre Parnaíba, que identifiquem no espaço urbano as camadas da história¹⁶ oferecendo “(...) um passado que se tornou espaço”¹⁷: a Rua Grande atual Avenida Getúlio Vargas e a Arquitetura Popular.

O recorte cronológico acompanha os extremos da formação do centro histórico urbano de Parnaíba: de um lado, o rio Igarauçu e o Porto das Barcas onde se origina a ocupação da cidade no século XVIII; do outro lado da Avenida Getúlio Vargas, a Estação Ferroviária da década de 1940. Subsidiaria a escolha do objeto o fato de que, “o tecido urbano do Centro Histórico permaneceu relativamente bem preservado, sendo possível fazer uma leitura ainda bastante precisa dos diversos momentos pelos quais a cidade passou no decorrer de sua história”¹⁸.

¹⁰ BENJAMIN. Passagens, p. 501

¹¹ BENJAMIN. Passagens, p. 517. Ver também MACHADO, Francisco de Ambrois Pinheiro. Imanência e História: a crítica do conhecimento em Walter Benjamin. Belo Horizonte: UFMG, 2004, p. 92-93.

¹² BOLLE, Willi. “Um Painel com Milhares de Lâmpadas. Metrôpole & Megacidade. In: BENJAMIN, Walter. Passagens. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, p.1148-1149.

¹³ BOLLE, Willi. Paris na Amazônia: um estudo de Belém pelo prisma das Passagens. In: In: SEDLMAYER, Sabrina; GINZBURG, Jaime (org) Walter Benjamin: rastro, aura e história. Belo Horizonte: UFMG, 2012, p. 295.

¹⁴ BOLLE. Paris na Amazônia: um estudo de Belém pelo prisma das Passagens, p. 185-219.

¹⁵ BOLLE. Paris na Amazônia: um estudo de Belém pelo prisma das Passagens, p. 296.

¹⁶ BOLLE. Paris na Amazônia: um estudo de Belém pelo prisma das Passagens, p. 296.

¹⁷ BENJAMIN. Passagens, p.901.

¹⁸ IPHAN. Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII. Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba. Teresina; Superintendência do IPHAN no Piauí. Abril de 2008, p. 27.

Formação da cidade de Parnaíba

A formação dos primeiros núcleos urbanos da capitania de São José do Piauí, na segunda metade do século XVI, é credora do movimento de interiorização pelo sertão promovida pela expansão dos rebanhos bovinos, a partir da Bahia. No século XVIII, a ação catequizadora da Igreja Católica e a economia do gado consolidaram o povoamento e urbanização do Piauí¹⁹.

A Carta Régia de 19 de junho de 1761, transformou oito paróquias em vilas. Estava entre as selecionadas, a Vila De São João da Parnaíba. Ela seria a primeira vila da capitania com plano regulador previamente implementado e que estruturava o lugar com as ruas certas e alinhadas do urbanismo cartesiano. A vila teve dois núcleos geradores: “o Porto das Barcas – prefixação portuária de origem comercial; e a praça da matriz – pós fixação de natureza institucional na qual se concentravam a autoridade religiosa e civil”²⁰. O Porto das Barcas era originalmente um porto fluvial para onde era deslocado o gado do interior e abatidos cerca de 12 mil reses. Onde era preparada a carne de charque, principal produto comercializado pela vila. Em 1770, tornou-se sede da vila.

Panorama Rua Grande

Já a Rua Grande configurou-se como eixo estruturador do futuro desenvolvimento urbano de Parnaíba. A antiga Rua Grande, atual Avenida Getúlio Vargas, representa de maneira exemplar a riqueza e diversidade arquitetônica do sítio histórico urbano de Parnaíba, nos séculos XVIII e meados do XX, tanto sob o prisma do corpo físico quanto sob a ótica do corpo social da cidade. Ou seja, considera-se aqui o casario como expressão simbólica das visões e expressões de quem vive a cidade. A rua “(...) estruturou o crescimento urbano de Parnaíba desde seu início até cerca da metade do século XX e ao longo dela, ainda é perceptível a sucessão de épocas, ciclos econômicos e movimentos estilísticos (...)”²¹.

À determinados segmentos topográficos correspondem recortes cronológicos que remetem a diferentes épocas. Temos, então, na mesma Rua Grande, dois espaços que se tornaram história: um “primeiro trecho, que corresponde às quadras mais próximas do rio, até aproximadamente a altura do final da Praça da Graça, é marcante a presença das edificações

¹⁹ SILVA, Olavo Pereira da. Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José Do Pyauhy. Belo Horizonte: ed. Do autor, 2007, p.21.

²⁰ COSTA, F. A. Pereira da. Cronologia Histórica do Estado do Piauí. Desde os seus tempos primitivos até a Proclamação da República. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1974. p. 38

²¹ IPHAN. Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII, p. 58.

coloniais”²². Essa fração de espaço da rua dialoga com o século XVIII e primeira metade do século XIX. No campo econômico guarda relações com a fase da exportação do charque e do couro.

A outra fração da atual Av. Getúlio Vargas começa na altura da Praça da Graça e segue até o limite da Estação Ferroviária. O recorte cronológico adequado vai do século XIX até a primeira metade do XX. Os edifícios substituem as construções coloniais e predominam o ecletismo, a arte déco e o modernismo. Essa passagem “está ligada aos ciclos econômicos do processamento de bens como a cera de carnaúba e o óleo de babaçu, assim como ao comércio de importação e exportação”²³. Momento de modernidade e de outra configuração histórica.

Casa Grande

No trecho colonial destacam-se as edificações residenciais de perfil construtivo mais requintado como, por exemplo, a Casa Grande Simplício Dias. A referida casa configura-se como expressão arquitetônica do poder econômico da família Dias Silva no auge da produção e comércio do charque. Logo, “é de se supor que seu posicionamento tenha sido decisivo no direcionamento do crescimento urbano e na consolidação da Av. Getúlio Vargas como seu eixo estruturador”²⁴.

A Casa Grande de Parnaíba é classificada como sendo um sobrado urbano residencial e comercial, sendo um tipo característico de morada no qual “quando não exclusivamente residenciais, o andar superior foi destinado à parte íntima da família e o térreo para o comércio”²⁵. A Casa Grande era o único sobrado de 3 pavimentos do Piauí setecentista. A edificação em questão está assim dividida: seis portas no pavimento térreo, mais seis portas com sacada no segundo pavimento e seis janelas no terceiro pavimento, sendo no total vinte portas e dez janelas. As alvenarias são em estrutura de pedra com argamassa de barro e cal feita com conchas marinhas e óleo de baleia. A pintura original foi caiação branca. A tríade formadora do sistema construtivo foi a pedra, o barro e a carnaúba²⁶.

Charque

A vida econômica da capitania do Piauí, entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XIX, teve como base a pecuária extensiva. Sobre a data de construção da Casa Grande

²² IPHAN. Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII, p. 59.

²³ IPHAN. Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII, p. 60.

²⁴ IPHAN. Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII, p. 57-58.

²⁵ SILVA, Olavo Pereira da. Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José Do Pyauhy. Belo Horizonte: ed. Do autor, 2007, p. 39.

²⁶ OP ARQUITETURA. Casa Simplício Dias. Projeto de Restauração. Relatório III. Anexo I. Levantamento Cadastral. Parnaíba – Piauí. março de 2009, p. 12 e 25.

Simplício Dias, apontamos a década de 70 do século XVIII, período áureo da economia baseada na produção e venda de charque na região. O Porto das Barcas, que era entreposto que servia de elo entre o Delta do Parnaíba e o Oceano Atlântico, teve papel fomentador das atividades comerciais que ligavam o comércio do gado vindo do interior da capitania do Piauí ao litoral, por meio do rio Parnaíba. A partir do porto, animais e produtos eram transportados para navios ancorados em portos marítimos, o que representou um trunfo para o desenvolvimento da região²⁷. Tal vantagem geográfica permitiu aproximar o sertão e o mar, escoar o gado vacum, cavalar e derivados como carnes e couro. Já no princípio do século XVIII, tem-se notícias de charqueadas, curtumes e venda e compra de sal na mencionada região²⁸.

Família Dias da Silva

Um nome que devem ser lembrado quando se trata de discutir a produção de charque para exportação em Parnaíba: o português Domingos Dias da Silva. Veio para o Piauí trabalhar a produção da carne de Charque a partir de 1768 e tornou-se nome de realce quando o assunto é a exportação nacional e internacional da chamada “carne do sertão”, tendo instalado seis charqueadas na região. Exportava carne e bois para a metrópole portuguesa mediante o uso de sua frota, composta de cinco navios. Suas embarcações colocavam em prática as transações comerciais com Porto e Lisboa, levando mercadorias e retornando com fazendas e gêneros.

Modernidade

Entre a segunda metade do século XIX e até a metade do século XX, Parnaíba modernizou-se e a rua Grande sintetizou essas mudanças. Ainda na altura do Porto das Barcas, a paisagem ganha contornos que caminham na direção da hibridização. Em substituição às construções coloniais, pode-se constatar um novo cenário, exemplificado pelas linhas ecléticas da *Casa Inglesa* e pela *art déco* com relação ao prédio onde hoje funciona Supermercado Elizeu Martins.

À medida que a Avenida Getúlio Vargas se desenvolvia do Rio Igaracu em direção à Estação Ferroviária, principalmente a partir do início do século XX, ocorreu também a evolução quantitativa dos monumentos cuja influência do ecletismo foi cada vez mais perceptível. Percebe-se que as edificações sofriam os mais variados influxos, desde o Chalé, passando pelo neocolonial e contemplando o Art Déco²⁹.

²⁷ REGO. Dos Sertões aos Mares, p. 131.

²⁸ REGO, Junia Mottas Antonaccio Napoleão do. Dos Sertões aos Mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010, p. 128-131.

²⁹ MELO, Neuza Brito de Arêa Leão. O Ecletismo Parnaibano: hibridismo e tradução cultural na paisagem da cidade na primeira metade do século XX. Teresina: EDUFPI, 2012, p. 87-88.

O Eclétismo acabou se tornando o estilo arquitetônico predominante na modernização das cidades brasileiras em sua Belle Époque, a partir da virada do século XIX para o XX. Essas cidades, mirando-se nos exemplos estrangeiros, passaram por uma série de transformações em busca de uma urbanidade entendida como a busca pelo progresso, cultura e civilização. Políticas públicas foram praticadas no sentido de normatizar a vida social e reordenar os espaços citadinos³⁰.

Em meados do século XX, a Rua Grande, em seu trecho de 1500 metros que ligou Porto à Estação Ferroviária, se tornou a principal artéria urbana parnaibana. Em toda sua extensão se acomodaram as principais firmas comerciais e as famílias mais ricas. A rua se tornou vitrine da modernidade e o laboratório de novos comportamentos e formas de sociabilidade³¹. A Rua Grande é formada por elementos que traduzem simbolicamente certas identidades coletivas locais. Os setores sociais mais expressivos economicamente viram-se empenhados em um esforço para adoção e tradução da linguagem arquitetônica eclética, como símbolo de ascensão social e harmonia com os valores da modernidade europeia³². As habitações dos setores mais abastados tenderam à utilização de material e concepções arquitetônicas importadas como representação da sua posição social.

Extrativismo

A esse determinado trecho da rua Grande corresponde um certo tipo de arquitetura moderna e outro ciclo da economia da região. Foi um estágio de crescimento da exportação comercial internacional de matérias primas nativas. “A cera de carnaúba passou a ter valor com a descoberta de sua utilização no fabrico de graxas para sapato, ceras para assoalho, discos e outros produtos”³³. As vendas para o exterior tomaram impulso após 1910, tendo como principal mercado a Alemanha. Já a exportação do babaçu, que também teve na Alemanha o principal parceiro comercial, aumentou sua cotação no mercado internacional após a Primeira Guerra Mundial. A bacia oriental do Parnaíba comportava as zonas preferenciais de crescimento da carnaubeira (*Copernicia cerifera*) e do babaçu (*Orbignia martiana*). A cidade de Parnaíba consolidou-se como principal entreposto comercial do Piauí.

³⁰ MELO. O Eclétismo Parnaibano, p.78.

³¹ SILVA, Josenias dos Santos. Parnaíba e o Averso da Belle Époque: cotidiano e pobreza (1930-1950). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Piauí, Programa Pós Graduação em História, Teresina, 2012, p. 30.

³² MELO. O Eclétismo Parnaibano, p. 23.

³³ REGO. Dos Sertões aos Mares, p. 30.

Casa Ingleza

Ainda na altura do Porto das Barcas, a paisagem ganha contornos que caminham na direção da hibridização. Em substituição às construções coloniais, pode-se constatar um novo cenário, exemplificado pelas linhas ecléticas da *Casa Ingleza*.

Os ingleses começaram a ter maior influência comercial e cultural no Brasil após 1808, com a abertura dos Portos. Os produtos ingleses tiveram responsabilidade considerável sobre a modernização brasileira: produção, transporte, habitação, iluminação, alimentação. Liverpool foi cidade portuária que absorveu boa parte dos negócios com Brasil envolvendo algodão³⁴. Em Parnaíba, a produção de algodão tomou impulso e sua venda internacionalizou-se a partir de 1815. O comércio de algodão na cidade atraiu casas comerciais inglesas³⁵.

A *Casa Ingleza* tem sua origem na *R. Singleburts & Co de Liverpool*. Chegou à Parnaíba, em 1849, com razão social *Andrew Miller & Cia*. O sucesso comercial da Casa é fruto da sua inserção em uma rede comercial ampla que envolvia Amazonas, Pará, Ceará, Maranhão, Piauí e outras nações como Inglaterra, França e Estados Unidos. A *Casa Ingleza*, tinha a vantagem de ser a filial parnaibana de uma matriz estrangeira e de contar com o serviço da companhia de navegação a vapor, *Red Cross Line*. Para sua sede foi escolhida um sobrado, localizado na Rua Grande 25. Prédio que atendia as exigências de tamanho para a estocagem das mercadorias. Além disso, possuía boa localização próxima ao Rio Igaracu, Porto das Barcas, Alfândega e consulado inglês. Em 1900, James Frederick Clark, inglês, comprou o complexo pertencente a *Casa Ingleza*: sobrado da rua Grande e os grandes armazéns e o dique seco, integrantes do Porto das Barcas³⁶.

Entre as mercadorias que constavam do catálogo da *Casa Ingleza* encontravam-se, no início, produtos de origem inglesa. Entre os tecidos: brim liso, riscado xadrez, madapolão, chita larga, algodãozinho, musseline. Artigos de ferro: ferros de engomar, canivetes, tesouras, facas, garfos, panelas, bacias. Cabe mencionar artigos masculinos como chapéus, camisas e meias. A *Casa Ingleza* provocou algumas mudanças nos hábitos e costumes cotidianos da população, além de contribuir para modernização da vida material da cidade. A empresa introduziu no Piauí, em 1915, produtos derivados do petróleo (querosene jacaré e gasolina); primeiro motor a diesel, o primeiro automotivo e máquina de escrever³⁷.

³⁴ FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil: aspectos da cultura britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

³⁵ REGO. *Dos Sertões aos Mares*, p.167-169.

³⁶ REGO. *Dos Sertões aos Mares*, p.170-173.

³⁷ REGO. *Dos Sertões aos Mares*, p.173-174.

Família Clarck e costumes

No plano dos costumes, a micro história da família inglesa Clark ilustra de forma modelar as mudanças que chegavam da moderna Europa até a provinciana Parnaíba. No final do século XIX, o inglês James Clarck, casado com a Parnaibana Anna Gonçalves Castelo Branco, se tornou único proprietário daquela que se passou a chamar *Casa Inglesa*. O chamado Solar da *Casa Inglesa*, localizado na Av. Getúlio Vargas, funcionava como sede da casa comercial e como residência da família Castelo Branco Clark. A área térrea era onde eram realizadas as atividades profissionais e o andar superior funcionava como setor privado. O interior da parte reservada à família era adornada com requinte e pompa. A criação da família teve como base a cultura inglesa. Os filhos estudaram na Europa. Na vida cotidiana e privada respeitavam o hábito do chá das cinco ao som do piano. Liam clássicos ingleses no lindo jardim superior e aderiam a moda inglesa. A empresa foi pioneira na exportação da cera de carnaúba para o continente europeu, passo importante para o progresso da região³⁸. Nos andares superiores da casa “(...) com varanda, mirante e móveis importados da Inglaterra e da Áustria, que parte da elite parnaibana se encontrava para jantares familiares e saraus regados a muita música e whisky”³⁹.

A convivência com imigrantes estrangeiros estimulava a emulação da elite parnaibana com relação com as novas práticas, falas, maneiras, comportamentos trazidos pelos europeus: a prática do “footing” nas praças da cidade; o futebol praticado, ainda no início do século XX, nas ruas e que através das firmas inglesas originou os clubes Parnaíba e Internacional; o exercício esportivo do *cricket*, o hábito do *breakfast* entre as senhoras da elite; sem falar nas animadas *soirées* sempre realizadas por qualquer motivo nas casas das famílias mais ilustres; há de se destacar também o aprendizado da língua estrangeira que acabou fazendo parte do currículo obrigatório dos filhos das famílias abastadas⁴⁰.

Panorama Arquitetura Popular

A ideia de *orillas*, criada pelo escritor Jorge Luís Borges para pensar a cidade de Buenos Aires, auxilia a estender nossa abordagem da cidade. As *orillas* são, antes de tudo, uma “zona indefinida entre cidade e campo”⁴¹. Além da busca pelas cidades que não existem mais e de um deslocamento do presente para o passado, há um viés ligado ao tema da mistura do campo no

³⁸ NUNES, Maria Cecília S. de Almeida. A Influência Britânica em Parnaíba-PI. in: in: ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de; EUGENIO, João Kennedy (Org.) Gente de Longe: histórias e memórias. Teresina: Halleey, 2006. p.335-361.

³⁹ SILVA. Parnaíba e o Aveso da Belle Époque, p. 43

⁴⁰ SILVA. Parnaíba e o Aveso da Belle Époque, p. 44.

⁴¹ SARLO, Beatriz. Modernidade Periférica: Buenos Aires 1920 e 1930. São Paulo: Cosac Naify, 2010, p. 81.

traçado da cidade. O conceito significa, também, “posicionar-se, com astúcia, nas margens, nas dobras, nas zonas obscuras das histórias centrais”⁴². Levar em conta as periferias reais e as simbólicas. Esses espaços são zonas físicas ou conceituais de trânsito, confronto, indefinição encontro, tensão, porosidade e contaminação das fronteiras. *Orillas* são “passagens entre temporalidades, entre experiências históricas”⁴³.

O Conceito de arquitetura popular aponta para arquitetura realizada pelo povo e para o povo. Saber e prática realizados ao longo da margem do rio Igarapu que percorre a cidade de Parnaíba. Em uma região que extrapola o sítio histórico, “vemos surgir um tipo arquitetônico completamente diferente, muito mais ligado às antigas técnicas tradicionais de construção utilizando elementos retirados diretamente da natureza (a madeira da região, a palha e o barro)”⁴⁴. São residências simples, dotadas de uma composição formada por uma porta e uma janela na fachada principal e, vez ou outra, uma janela na fachada lateral. A vedação pode ser em taipa-de-mão, em adobe ou tijolo de barro. Troncos de carnaúba são usados na estrutura e na cobertura. A palha da carnaúba toma o lugar das telhas. Em algumas dessas casas, existem quintais onde são cultivadas hortas e criados animais. A maioria não possui abastecimento de água e esgoto⁴⁵.

Museu de Cidade

A pesquisa aponta para vocação do museu enquanto museu de cidade. Um museu que lida com dois tipos de acervos: institucional e operacional. O acervo institucional é formado por coleções sistemáticas de objetos móveis classificados por seu valor documental. Já o acervo operacional é o patrimônio ambiental urbano, ou “espaços, passagens, estruturas, monumentos, equipamentos, enfim, áreas e objetos sensíveis do tecido urbano, socialmente apropriados, percebidos não só na sua carga documental, mas na sua capacidade de alimentar as representações urbanas”⁴⁶. A cidade pensada como espaço e realidade física fabricados pelo homem. A cidade “como produto e vetor de relações sociais”⁴⁷. Por outro lado, a cidade como imagem da cidade. Lugar no qual são produzidos, veiculados e reinterpretados os bens simbólicos e seus significados.

⁴² SARLO. Modernidade Periférica, p. 92.

⁴³ SARLO. Modernidade Periférica, p.453.

⁴⁴ IPHAN. Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII, p. 82.

⁴⁵ SARLO. Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII, p. 82-83.

⁴⁶ MENESES, Ulpiano Bezerra Toledo de. O Museu na cidade X a cidade no museu: para uma abordagem históricas dos museus de cidade. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, V. 5, N. 8/9, setembro 1984/abril. 1985, p. 201.

⁴⁷ MENESES. O Museu na cidade X a cidade no museu, 1985.

Alunos vão ao Museu da Cidade: práticas educativas a partir da implantação da proposta curricular da Rede Municipal de Governador Valadares/MG

Lucinei Pereira da Silva

Mestrando em Educação

Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG

lucineips18@bol.com.br

Resumo: Esta pesquisa busca investigar as aproximações entre a prática dos professores de História e as ações educativas no Museu da Cidade a partir da implantação do currículo da escola de tempo integral da Rede Municipal de Governador Valadares/MG. A metodologia se fundamentará em duas entrevistas realizadas com os docentes que promoveram a visita junto aos seus alunos ao museu. A partir dos resultados obtidos, detectamos que a sugestão para a visita ao museu observado na tabela curricular, não promoveu um efeito catalisador para essa prática de imediato, já que os professores anteriormente realizavam a atividade de levarem seus alunos para uma visita ao Museu da Cidade. Nesse sentido, enfatizamos a importância da visita educativa em museus para construção de uma postura reflexiva e crítica pelos alunos, de modo que compreendam a realidade que os cercam e sejam atores de sua própria história.

Palavras-chave: Narrativas docentes, currículo, ações educativas em museus.

Introdução

Os museus, se articulam como espaços de aprendizagem e contribuem significativamente para o ensino de História, e se tornam um caminho aberto para o estudo da memória coletiva, para o incentivo a curiosidade dos alunos e ao mesmo tempo, se estabelecem como instituições culturais que guardam vestígios do passado, especialmente objetos, de maneira a preservar uma determinada memória histórica. Em outras palavras, visitar o museu se torna um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de seu legado cultural cujo intuito se expressa em abordar os conteúdos referentes a história da cidade.

As narrativas do passado, oferecidas através dos acervos encontradas no museu podem ser facilmente articuladas com o currículo escolar. Portanto, o currículo vivido se expressa a partir da flexibilização com a prática, de modo a proporcionar aprendizagens significativas. Nesse sentido, queremos averiguar nesta investigação as seguintes questões: o museu da cidade de Governador Valadares tem sido procurado com mais frequência pelas escolas municipais após a implantação do currículo da escola em tempo integral a partir de 2010? Quais as articulações são feitas entre a proposta curricular de história e a visita ao Museu da Cidade? O que a experiência de visitar o museu pode contribuir para a construção do conhecimento histórico em sala de aula?

Após a implantação da escola em tempo integral em Governador Valadares, houve uma mudança curricular em todas as disciplinas. Foram criados cadernos temáticos que constam ao final do documento a “Tabela curricular por etapas de desenvolvimento”. No caso da disciplina de História, que foi agrupada juntamente com a disciplina de Educação Física e Educação Religiosa no eixo denominado “Identidade e Diversidade”, verifica-se a obrigatoriedade de trabalhar conteúdos referentes a localidade, enfatizando temáticas como patrimônios, memória oral, cultura popular e para isso consta como sugestão neste documento as visitas ao Museu da Cidade. Nesta perspectiva, enfatizamos sobre a necessidade de uma maior aproximação entre o museu e a escola, objetivando a conscientização dos alunos para que se tornem atores de sua própria história.

A metodologia para esta pesquisa se fundamentará em entrevistas semi-estruturadas com alguns professores de História da Rede Municipal de Governador Valadares, na tentativa de averiguar sobre como é feita a visita aos museus dentro de suas atividades didáticas. As perguntas se baseará em quais experiências já foram realizadas pelo docente e quais serão realizadas dentro do ano letivo. Para efetivação de nosso caminho metodológico, buscaremos suporte teórico em alguns autores que discutem os conceitos de espaço museal/ensino de história e currículo/prática docente: Ramos¹, Pereira et all², Azevedo³, Sacristán⁴, Goodson⁵.

Museus como espaços de produção cultural

Pensar o museu como espaço de múltiplas interpretações e potencialidades educativas ganham enorme relevância para o ensino de história. Nesse sentido, do ponto de vista didático o museu serve tanto para o ensino de conteúdos factuais com a sistematização dessas informações, como para desenvolvimento da habilidade e a sensibilidade dos visitantes⁶. Assim, o museu transforma-se num lugar que emerge múltiplas sensações e reflexões que se constituem a partir do modo pelo qual os objetos estão dispostos⁷.

¹ RAMOS, Francisco Regis Lopes. A danação do objeto: o museu no ensino de historia. Chapecó: Argos, 2004.

² PEREIRA, Junia Sales et alli. Escola e Museus: diálogos e práticas. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura/Superintendência de Museus, PUC Minas/Cefor, 2007.

PEREIRA, Júnia Sales; SIMAN, Lana Mara de Castro. Educadores em zonas de fronteira - Limiares da relação museu-escola. In: NASCIMENTO, Silvania Souza, FERRETI, Carla Santiago. (Org.) Cd room Museu e Escola. 1 ed. Belo Horizonte: Puc Minas/UFMG, 2009, v.1 p. 1-15.

³ AZEVEDO, C. B. Educação patrimonial, ação educativa em museu e ensino-aprendizagem em história. Akrópolis Umuarama, v. 18, n. 4, p. 299-314, out./dez. 2010.

⁴ SACRISTAN, J. Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre - 3 ed.: ArtMed, 2000.

⁵ GOODSON, Ivor. Currículo: teoria e história. Petrópolis: Vozes, 1995.

⁶ PACHECO, Ricardo de Aguiar. O museu na sala de aula: propostas para o planejamento de visitas aos museus. Revista Tempo e argumento: Florianópolis, v. 4, n. 2, pp. 63 – 81, jul./dez. 2012.

⁷ RAMOS, Francisco Regis Lopes. A danação do objeto: o museu no ensino de historia. Chapecó: Argos, 2004.

Atualmente os museus são compreendidos como espaços dinâmicos, que exercem não somente o papel de guarda, mas tem a vocação de investigar, comunicar-se e documentar. Para além, os museus são espaços de conhecimento e lazer, como também favorecem a construção da memória e a percepção crítica da sociedade⁸. Dessa maneira, torna-se relevante flexibilizar atividades interativas que motivem os visitantes a uma aprendizagem que permita a prática do pensamento crítico, criativo e plural. Nesse sentido, admitimos a problematização e a desnaturalização dos objetos museais. Pereira *et all* destaca que “tanto o objeto museológico quanto os objetos do cotidiano podem ser ressignificados nesse aprendizado. A comparação entre objetos do presente e do passado é um caminho para trabalhar a noção de historicidade e compreender diferentes relações entre objeto-sociedade”⁹.

É importante destacar que hoje há uma urgência em se estabelecer um diálogo mais estreito entre escola-museu, cuja finalidade é a ampliação das redes formativas que essa relação propicia. Nessa direção, o papel do museu não é substituir a escola em sua função educativa, mas oferecer novas formas mediacionais, por via de linguagens, acervos e argumentos que lhe são peculiares¹⁰. Assim, a relação com o museu requer o desenvolvimento da educação dos sentidos para o patrimônio nos espaços da casa, escola e da cidade. Na verdade, o museu assume seu papel educativo na medida em que proporciona signos e movimentos de sensibilização para o cultivo de uma estética que compreenda a realidade.

Em outros termos, fazer relações entre museu e educação, mas precisamente no ensino de história, implica em reconhecer que o museu sempre teve o caráter pedagógico. Entretanto, as funções educativas do museu têm “(...) intenção nem sempre confessa, de defender e transmitir certa articulação de ideias, seja o nacionalismo, o regionalismo ou o elogio a determinadas personalidades”¹¹. Por isso, é necessário dar sentido a prática pedagógica e o exercício da reflexão crítica. Já que não há museu inocente, o mais interessante é que o docente saiba direcionar os alunos para o ato da reflexão sobre os objetos expostos.

O currículo da Rede Municipal de Governador Valadares

Em 2010 a rede de educação municipal de Governador Valadares passou por significativas mudanças com a implantação da “Escola em Tempo Integral”, que num primeiro momento gerou

⁸ LEITE, Maria Isabel. Crianças, velhos e Museu: memória e descoberta. In: PARK, Margareth; SIERO, Renata (Orgs.). Cadernos Cedec. Capinas: UNICAMP, 2006.

⁹ PEREIRA, Junia Sales et alli. Escola e Museus: diálogos e práticas. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura/Superintendência de Museus, PUC Minas/Cefor, 2007, p. 41.

¹⁰ PEREIRA. Escola e Museus, p. 39.

¹¹ RAMOS, Francisco Regis Lopes. A danação do objeto: o museu no ensino de historia, p. 14.

muitos conflitos, sendo o mais grave a falta de espaço. Em alguns casos, houve a separação de turmas que saíram do prédio principal das escolas e foram alocadas em quadras de esportes, galpões e outros espaços do bairro em estão inseridos.

A mudança concomitante do currículo agrupou as disciplinas em eixos temáticos. No Caderno das Diretrizes Curriculares 2 (Identidade e Diversidade)¹² se apresenta a justificativa para a necessidade em articular as disciplinas:

Os eixos temáticos superam os conteúdos pré-estabelecidos e fechados. Rompem com o isolamento de cada disciplina, indicam caminho curricular que vai ao encontro da educação integral, pois envolvem as várias dimensões do saber e da vida cotidiana dos alunos, de suas comunidades e de espaços e dilemas sociais amplos¹³.

Ao final da proposta, se encontra a *Tabela curricular por etapas de desenvolvimento* subdivididas em faixa etária do aluno articuladas com os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais. Segundo o Caderno de Diretrizes Curriculares a tabela procura considerar: “as características do desenvolvimento humano, a formação integral dos alunos, os contextos nos quais as escolas estão inseridas, as diretrizes para a educação municipal do atual governo”¹⁴.

Mediante a análise da Tabela Curricular, notamos que o professor de História para os anos finais do Ensino Fundamental, utilizará conteúdos que abordem a apropriação cultural, relações culturais e respeito às diferenças para as faixas etárias de 9-11 anos, 12 a 14 anos e para a EJA (Educação de Jovens e Adultos), pois, a faixa etária de 0 a 8 anos compreendida na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, os conteúdos presentes na tabela são trabalhados por professores que não possuem licenciatura plena em História. Partindo desse ponto, a visitação ao Museu da Cidade e aos patrimônios culturais do município consta como sugestão de conteúdo procedimental somente para alunos na faixa etária de 12 a 14 anos.

Na faixa etária de 0 a 8 anos, observamos que as temáticas estão voltadas para o ato de brincar, a interação com o outro, as interações corporais e o respeito a regras e valores. Enquanto nas faixas etárias de 9 a 14 anos e na EJA, as abordagens se configuram no respeito à diversidade, na identidade cultural e social, no sentimento de pertença e nas práticas associativas. Por outro lado, nota-se, que o currículo da rede municipal de Governador Valadares não se articula com

¹² As subdivisões do caderno 2 são as seguintes: Apresentação e discussão dos conceitos de identidade e diversidade, Fases de desenvolvimento humano e o currículo da rede municipal de ensino, e a Tabela curricular por etapas de desenvolvimento.

¹³ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOVERNADOR VALADARES. Caderno de Diretrizes Curriculares 2 (Identidade e Diversidade), 2010, p. 03.

¹⁴ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOVERNADOR VALADARES. Caderno de Diretrizes Curriculares 2 (Identidade e Diversidade), p. 16.

temáticas voltadas para história do Brasil ou global em nenhuma faixa de desenvolvimento, focando toda a discussão para a história da cidade e da região do vale do Rio Doce.

Ressonâncias que emergem do Museu da Cidade

Foram realizadas entre março e abril de 2015 entrevistas com dois professores¹⁵ de História da rede municipal de Governador Valadares/MG. Através de seus depoimentos, poderemos analisar os variados motivos e limites no processo de visitação ao Museu da Cidade a partir da implementação do currículo para o ensino de História proposto pela Secretaria Municipal de Educação (SMED) em 2010. Mediante as narrativas, será possível investigar também se a visitação ao museu faz parte de um projeto mais amplo realizado na escola e se há interlocuções entre as atividades realizadas no museu e as escolas visitadas.

Num primeiro momento, os professores foram questionados se havia alguma especificação no currículo municipal sobre visitação aos museus.

Tem no currículo, não sei se você chegou a olhar, mas têm os cadernos temáticos cada eixo, tem os cadernos temáticos. O nosso é o roxo e ele cita sobre o museu [...] o caderno temático, ele cita que a visitação ao museu, a valorização ao que é local. Principalmente ao Museu da Cidade que tem uma série de objetos que eram voltados, profissões que eram genuinamente da cidade. Objetos, materiais, todos daqui da cidade. Aquele valor de pertencimento (Professor 1).

Outro professor relata de maneira diferente:

Dentro do caderno, dos descritores, não especificamente o museu não, mas a história da cidade de Governador Valadares. A imigração na cidade de Governador Valadares. Então quando conta a história de Governador Valadares a gente pensa em que lugar? O museu! Por que o museu conta a história antiga da cidade. As personalidades, o que era usado, então o museu é citado dentro daquilo que a gente trabalha. (Professor 2)

No caderno temático intitulado “Identidade Diversidade” pode ser esclarecida a dúvida sobre as divergências observadas entre os dois relatos dos professores. A tabela curricular por etapas de desenvolvimento humano, encontramos na ênfase “memória e valorização da identidade cultural e social. Conscientização do sentimento de pertença” a seguinte sugestão nos conteúdos procedimentais:

Explorar os documentos pessoais e toda a utilidade social no favorecimento da cidadania. Usar fotos, documentos, utensílios e qualquer fonte que possam reconstituir sua história e de sua comunidade. Pesquisar o significado de

¹⁵ Professor 1 – Tem cerca de 8 anos de docência e há 7 anos é professor da rede municipal de Governador Valadares. Professor 2 – Tem cerca de 23 anos de docência na rede municipal de Governador Valadares. Atualmente atua na direção escolar.

Patrimônio Histórico e quais são os de Governador Valadares. Visitar os patrimônios históricos e o Museu da Cidade ¹⁶.

Nessa direção, o cotidiano e a história da comunidade em que estão inseridos os alunos podem ser utilizados como objeto de estudo escolar. E para além dos muros da escola, o bairro também se torna uma excelente fonte de conhecimento histórico. Nesse panorama, a utilização de desenhos, entrevistas, comparações entre fotos do passado e do presente possibilita junto aos educandos a construção do próprio conhecimento e de sua memória coletiva e individual. Os professores nos contam suas experiências sobre o estudo histórico da localidade:

Por quê que a gente visita o museu? Por que eu estou dando uma aula de história local, né. Agora só o museu da Cidade? Não, às vezes a gente tenta organizar o museu do próprio bairro, da própria comunidade. Buscando as pessoas mais velhas da comunidade. Primeiro a gente trabalha o local, o território, o local onde a escola está habitada, e depois a gente passa para a cidade. Eu como professora de História, eu estava na sala de aula até o ano passado e hoje que eu estou diretora (entrei na direção em janeiro), mas até enquanto eu fiquei em sala de aula, a gente procurava trabalhar o museu como local. O quê que tem? Seu avô, vamos fazer uma entrevista. Vamos trazer coisas antigas, fotos antigas. Não só o museu da construção de Governador Valadares. Por que o museu ali chama a atenção da construção da cidade central. Agora os bairros e as comunidades tem história que dá para se montar um museu. Um trabalho na escola com exposições, com fotos antigas de ruas antigas. Eu fiz um trabalho no Sillas Crespo¹⁷, na época que eu trabalhava lá, que nós conseguimos fotos antigas do bairro, e depois nós fizemos até uma comparação do bairro antigo e do bairro hoje e vimos várias transformações. (Professor 2).

Um dia eu fiz um projeto chamado 'ExpoHistoria', sobre historia local mesmo. Era uma exposição de artigos históricos antigos de Valadares. A escola virou praticamente um museu. Moedas antigas, telefones antigos, tudo de colecionadores, aí o pessoal trouxe. O museu também mandou algumas peças. Tudo muito burocrático mesmo, por quer tem ser né, por que são peças antigas de museu. (Professor 1).

As visitas aos museus prescindem de atividades lúdicas realizadas primeiramente em sala de aula. Como descrito nos relatos dos professores, a utilização de materiais do cotidiano dos alunos resulta na reflexão do presente vivido e os sensibiliza para conhecer o passado de modo crítico e viver o presente como mudança.

Observando o processo de saída com os alunos para o museu um professor relata que:

De todas às vezes, eu só levo no Museu da Cidade, então não tenho mais experiências, além disso. Mas experiências sempre boas. Primeiro porque o aluno está saindo da escola. O bom é isso, eu não me importo, o aprendizado vem depois. Mas o bom é esse momento de interação com os alunos. Eles vão bagunçando, aquela bagunça sadia sabe. Eu gosto que o aluno se sintam bem (...) ao sair e quando chegam lá eles prestam atenção, eles observam, analisam, vê que

¹⁶ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOVERNADOR VALADARES. Caderno de Diretrizes Curriculares 2 (Identidade e Diversidade), 2010p. 27.

¹⁷ Escola municipal situada no bairro Vila dos Montes, próxima da atual escola da entrevistada na região da Ibituruna.

o passado não está morto, se ele está morto ele deve sempre ser lembrado. E a visita ao museu é sempre positiva. (Professor 1).

Podemos notar que o simples fato de sair da sala de aula para alguma atividade fora da escola, os alunos se sentem motivados e animados com a atividade. No entanto, chamamos a atenção que a visita pode ser vista para além de um simples passeio, tornando-se um momento importante para o professor desenvolver em seus alunos um sentido crítico e capacidade criativa, além de questioná-los sobre seu papel na sociedade a qual estão inseridos. E aos museus, cabe o papel suscitar na comunidade visitante o interesse em participar de suas ações, tornando assim um local acessível a todos.

Ambos os professores entrevistados, comungam da ideia que se pode superar a prerrogativa de que o museu é um guardião de “coisas velhas”. Pois, ao levar os alunos para uma visita, os docentes estimulam seus educandos a observar o museu como um espaço que conserva bens de valor histórico, a qual através do conhecimento de testemunhos materiais, o homem se identifica com a sua cultura.

Desde antes da escola de tempo integral eu levava os alunos para o museu. E cada ida é uma descoberta. Tanto pra mim quanto para os meninos que iam comigo no museu. E a partir do momento que eles começaram a ver aquilo e ver eles ‘nossa professora!’ Por que adolescente sempre acha que nunca vai envelhecer. E aquilo para ele é o velho, mas tem que ter um sentido. (Professor 2).

Os meninos quando vão lá, você precisa de ver: eles ficam assim ‘meu pai tem isso, esse pilão minha mãe tem’...eles se sentem pertencentes ao museu. Então isso que é bacana! (Professor 1).

A visita ao museu provoca uma experiência de aprendizagem que vai além de um simples passeio escolar. A ida a esses espaços propicia ganhos cognitivos e afetivos de aprendizagem. O ganho afetivo, por exemplo, não é simplesmente gostar ou se baseia na eficácia em transmitir grandes quantidades de conteúdo, mas despertar nos alunos entusiasmo e interesse para construção de sua própria aprendizagem¹⁸.

Ao investigar as narrativas dos professores, chamamos a atenção ao fato de muitos alunos que nunca visitaram um museu, parece manifestar representações de um passado remoto, em que estão inseridas imagens de esqueletos de dinossauros, múmias, castelos. Desse modo, é relevante o direcionamento do olhar do aluno pelo professor sobre o que poderão encontrar neste espaço e o objeto que provavelmente não estará exposto no Museu da Cidade.

¹⁸ ALMEIDA, Adriana Mortara. Desafios da relação museu-escola. Revista Comunicação & Educação, São Paulo, set./dez, 1 997 p. 50 a 56.

Considerações finais

Através do estudo proposto, inferimos que as ações educativas em museus devem ter o compromisso de mediar uma produção crítica e reflexiva sobre o passado. Todavia, defendemos que a participação do professor nesse processo se torna um fator decisivo. As narrativas apresentadas nos permitem averiguar que os docentes ao levarem seus alunos para uma visita ao Museu da Cidade tem a consciência da importância da atividade para o processo de construção da identidade local. Ao mesmo tempo, essa ação provoca um elo afetivo mais estreito entre professor/aluno, em que muitas vezes não se consegue no espaço formal sala de aula.

Concluimos também que, a sugestão de visita ao museu presente no Caderno de Diretrizes curriculares na rede municipal de Governador Valadares não produziu um efeito catalisador para essa atividade, já que os professores pesquisados realizavam essa atividade anteriormente a implantação do currículo.

Dessa forma, os professores enfatizam também que, antes e após a visita os educandos devem ser questionados sobre papel social do museu. Ao provocá-los mediante o que encontrar e como proceder no espaço museal, o educador direciona a percepção dos alunos para atividade que vai além de um simples passeio.

A trama da segregação dos sujeitos pobres na cidade de Fortaleza no final do século XIX

José Maria Almeida Neto

Mestre em História Social
Universidade Federal do Ceará
neto.almeida88@outlook.com

Resumo: Este artigo busca, especificamente, analisar a localização das casas de palha, também conhecidas como palhoças, e as injunções destes locais diante do crescimento da cidade de Fortaleza, Ceará, no final do século XIX. Para tanto, utiliza-se o levantamento da Décima Urbana, realizado no ano de 1890, junto a outros documentos como código de postura e jornais, a fim de realizar uma cartografia das áreas ocupadas por casas de palhas no espaço urbano. E vislumbrar uma possibilidade de entender a trama da segregação urbana na capital cearense através da estratégia das leis municipais e o descumprimento desta por parte da população das casas de palhoças.

Palavras-chave: Segregação, Pobres, Cidade.

João da Mata conheci-os de longa data, desde a seca, por sinal naquele tempo tinham uma filha moça também Maria (Maria das Dores) que morrera das febres em 77. João era comissário de *Socorros* e fazia-lhes muitos benefícios. Mestre Cosme morava, então, no Pajeú, numa palhoça miserável.¹

O trecho em destaque é do romance *A Normalista* de Adolfo Caminha e retoma uma das várias paisagens de Fortaleza que são esboçadas pelo autor em sua obra literária, deixando entrever a condição precária de um dos personagens, o velho Cosme, morador de uma das inúmeras palhoças que compunham o espaço urbano da cidade à época. A passagem aguçou a intenção em conhecer como e onde viviam aqueles que moravam em casas de palhas na cidade de Fortaleza naquele interstício, por meio da percepção que é verificada, não somente nos literatos como em Caminha, mas no próprio poder público que notava a presença destas casas e regulava suas construções e, por conseguinte, a permanência de seus moradores pela cidade.

Para além do trecho e das aparições destas casas de palhas em outros suportes; resolveu-se aprofundar esta reflexão mais agudamente por meio de outro documento/fonte: as décimas urbanas para o ano de 1890.

Elaboram-se algumas inquietações iniciais para tentarmos produzir uma leitura histórica da moradia dos mais pobres na cidade. Por exemplo, qual a relação da localização das casas de palhas com o contexto do perímetro urbano de Fortaleza no final do século XIX? De que forma essas

¹ CAMINHA, Adolfo. *A Normalista*. 1893, p. 141.

moradias desafiavam as ações reguladoras propostas naquele período para ordem de ‘civilizar’ e ‘aformosear’ Fortaleza? Como o alargamento das diferenças sociais no quesito moradia sinaliza a inserção de Fortaleza na questão de uma hierarquização dos espaços das cidades?

Nesta trama social de sujeitos e coisas [moradias] o historiador Antônio Luiz Macedo alerta,

As casas, ao exprimirem diferentes modos de habitar, constituem igualmente um dos domínios onde se concentram pesquisas preocupadas com as condições concretas em que se estabelece a dinâmica social. Trata-se, portanto de um campo de reflexões atento ao vínculo inextricável entre homens e coisas e que, ao lidar com vestígios ordinários e outrora rotulados como insignificantes, distanciam-se do anedótico, do episódio e do excepcional, para ater-se à experiência de sujeitos anônimos que, mediante a incorporação de dados materiais não raro ignorados dos registros escritos, são afinal subtraídos ao esquecimento a que por tanto tempo o conhecimento histórico os relegou. Com efeito, é justamente no interesse pelos objetos que se acentua a valorização dos homens comuns, reintroduzidos no primeiro plano da investigação historiográfica.²

Diante da inerente necessidade de reintroduzir estes sujeitos na investigação histórica, vale a pena a contextualização da fonte aqui utilizada, ainda que pontual e dentro de sua singularidade, oferecendo possibilidades de leituras sobre as casas de palhas no espaço urbano e sobre os ‘homens comuns’.

A Décima Urbana foi o primeiro imposto predial cobrado no Brasil a partir de 1809 logo após a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, primeiro local de cobrança.³ A cobrança do imposto resultava na catalogação dos nomes dos residentes, dos tipos de imóveis, das funções destes imóveis (aluguel, comercial, residência própria ou uso misto), do número de habitantes por casa e a quantia correspondente ao pagamento do tributo de todas as residências da cidade. Em Fortaleza, a Décima Urbana começa a ser cobrada, provavelmente, na segunda metade do século XIX, porém utiliza-se aqui a recuperação do material somente de 1890 que registra 1.343 casas de palhas naquele ano.⁴

Miguel Ângelo de Azevedo cita três mil palhoças e choupanas para esse mesmo ano em Fortaleza, porém não adianta uma referência, o número não é de todo implausível, mas requer certo cuidado já que foram arrolados 5.560 imóveis para fins de tributação, teria um pouco de anormal pensar que quase 70% das moradias fossem palhoças, apesar da extrema pobreza.⁵ Thomaz

² SILVA FILHO, Antônio Luiz Macêdo. Memórias da morada. In: O sobrado do Dr. José Lourenço. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007, p. 79.

³ BUENO, Beatriz. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na décima urbana de 1809. Anais do Museu Paulista. São Paulo. V.13. N°1. pp. 59-97, 2005.

⁴ Arquivo Público do Ceará. (APEC). Fundo: Câmaras Municipais. Ala 02. Estante 02. Prateleira 11. Caixa 96.

⁵ AZEVEDO, Miguel Ângelo. Cronologia ilustrada de Fortaleza: roteiro para um turismo histórico e cultural. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001, p. 60.

Pompeu ainda na década de 1860 descreve a cidade com 16.000 habitantes, “contando com os subúrbios ocupados por casas de palha”, possuindo “960 casas de tijolo alinhadas e entre estas uns oitenta sobrados, e fora do alinhamento, 7.200 casas cobertas de palha”, o que corresponde a 88 % de choupanas.⁶ Já, Margarida Júlia Andrade fala em 1580 casas de palhas nesta última década do século XIX.⁷

As informações sobre os moradores que habitavam as casas palhas contidas na décima urbana são muito limitadas, se comparado com o detalhamento apresentado para as outras moradias, como o nome do proprietário, profissão, valor da tributação, e quantidade de moradores por casa; para as palhoças o registro acontecia somente numericamente, renegando nome, profissão, número de residentes, detalhamentos sobre esses sujeitos, fazendo recordar a passagem sobre os papéis históricos de sujeitos pobres, forros ou escravos, mulheres, e outros, como mencionados por Maria Odila Leite da Silva Dias. A memória social de suas vidas vai-se perdendo [...]. É verdade que as informações se escondem, ralas e fragmentadas, nas entrelinhas dos documentos, onde pairam fora do corpus central do conteúdo explícito. Trata-se de reunir dados muitos dispersos e de esmiuçar o implícito.⁸

O objetivo metodológico foi espacializar os dados obtidos por meio das décimas urbanas e reconstituir hipoteticamente a tessitura do perímetro urbano da capital cearense no que diz respeito aos locais das casas de palha na última década do XIX.

Em 1875 há uma proibição das casas de palhas no perímetro urbano, reforçada nos anos posteriores de 1879 e em 1893, quando o Código de Postura apresenta claramente a posição do poder público de delimitar zonas exclusivas para a habitação popular. Segundo o Código de Postura de 1893, “é proibido dentro da circumscrição urbana edificar casas de palha ou de taipa assim como construir cercas ou currais, [estando sujeito à] multa de 30\$000 ao infractor”.⁹

Mais além do que definir formas de apropriação do espaço permitidas ou proibidas nas cidades, mais do que regular sua produção, a legislação urbana age como marco delimitador de fronteiras de poder. A lei organiza, classifica, coleciona os territórios urbanos, conferindo significados e gerando noções de civilidade e cidadania diretamente correspondentes ao modo de

⁶ BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa (Senador Pompeu) [1863]. Ensaio estatístico da província do Ceará, 1997. Ed. Fac. Sim. Fortaleza, Fundação Waldemar de Alcântara, p. 22.

⁷ ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles. Fortaleza em perspectiva histórica: poder e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810 -1933). São Paulo: Tese de Doutorado (FAUUSP), 2013, p. 156.

⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX: Ana Gertrudes de Jesus. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p. 7.

⁹ FORTALEZA, Código de Postura, 1893, Artigo 2. In: Jornal A República. 18/11/1893.

vida e à micropolítica familiar dos grupos que estiveram mais envolvidos em sua formulação. Funciona, portanto, como referente cultural fortíssimo na cidade, mesmo quando não é capaz de determinar sua forma final.¹⁰

O final da década de 1870 foi um período bastante tumultuado na vida da elite comercial residente na cidade de Fortaleza, as constantes migrações ocorridas por conta da seca, principalmente no período de 1877-1879, mudaram a rotina dos fortalezenses. Com isso, há um enfretamento para controlar e delimitar as áreas específicas para a população mais pobre, de preferência, longe dos olhos dos mais abastados. Exemplo disto é o 2º § do 2º Art. do código de Postura de 1893. “Fóra da circumscrição urbana poderão ser edificadas casas de taipas, de parede singela, ou construídas cercas ou curraes, tudo isso, porém com um alinhamento especial, recuado 3 metros do estabelecido para as outras edificações”.¹¹

Ao se criar o espaço da legalidade, concomitantemente, cria-se também o espaço da ilegalidade, ou da extra legalidade, onde a alta densidade de casas e terrenos estaria ligada a descompostura da ‘civildade’, essas zonas correspondiam à grosso modo aos assentamentos populares, que em sua maioria, devido as difíceis condições para construção de moradias, improvisavam construindo casas de taipas e palha.

Ao estabelecer formas permitidas e proibidas, acaba por definir territórios dentro e fora da lei, ou seja, configura regiões de plena cidadania e regiões de cidadania limitada. Esse fato tem implicações políticas óbvias, pois, além de demarcar as fronteiras da cidadania, há um importante mecanismo de mídia cultural envolvido, desde que as normas urbanísticas funcionem exatamente como puro modelo. Com isto queremos dizer que, mesmo quando a lei não opera no sentido de determinar a forma da cidade, como é o caso de nossas cidades de maiorias clandestinas, é aí, onde ela é mais poderosa no sentido de relacionar diferenças culturais com sistemas hierárquicos.¹²

Essa discussão não se findará com a virada do século, as secas de 1915 e 1932, principalmente, ampliará esse debate a respeito de locais específicos para os pobres, na nomenclatura da seca, para os flagelados, por exemplo, os campos de concentração no interior e na capital.¹³

¹⁰ ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 1997, p. 13.

¹¹ FORTALEZA, Código de Postura, 1893, Artigo 2º, 2º parágrafo. In: Jornal A República. 18/ 11/1893.

¹² ROLNIK. A cidade. p. 13-14.

¹³ RIOS, Kênia Sousa. Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932. 2. Ed. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

Há, portanto, a constatação de um desafio constante destes moradores das palhoças: permanecer vivendo dentro da área urbana mesmo diante das proibições e fiscalizações municipais. Ao mesmo tempo em que há uma necessidade de se traçar estratégias para afastar esses sujeitos ‘indesejáveis’ por parte do poder público, existe também táticas de continuar vivendo no espaço urbano, mesmo diante das proibições. É preciso atentar que esta ‘repulsa’ por estes moradores que não se alinhava ao ‘progresso’ da capital não se dava por completo, ou seja, não se proibia a construção de palhoças por completo, mas permitida em locais predeterminados pelo governo como os limites da área urbana. É preciso salientar que muito contribuiu para essa permissividade o emprego desses moradores, flagelados e/ou retirantes, em obras públicas na cidade. O número de ruas abertas na capital nos períodos de 1877-79, 1899 -1900 é muito superior ao constado nos anos de aparente normalidade.¹⁴

Apesar de proibida pela postura municipal, as casas de palhas dentro da área da cidade apresentam o descompasso entre o que a lei decretava e o que se vivenciava no cotidiano prático.

Ao mapear as áreas de ocorrência de palhoça verifica-se que em 1890 muitas estavam nas zonas mais afastadas dos pontos centrais de comércio, diferente do que ocorria em meados do século quando se espalhavam por quase toda área da cidade, agora ficavam nas áreas lindeiras, de fronteiras, chamadas de *areias*, nos espaços vazios, este espaço foi enunciado pelos discursos de médicos sanitaristas e administradores públicos, muitas vezes baseado nas características da falta de calçamento e por não possuir, muitas vezes, mínimas condições higiênicas.

Fora do discurso legal e formal do poder público ou médico, o cronista João Nogueira afirmou que fora do perímetro central, tudo era “areias, casas de palhas ou palhoças, uma ou outra casa de tijolo com sofrível aparência”.¹⁵ Assim descreveu as características destes locais, que pelo visto era consentida moradia aos pobres.

Nestes locais, mais afastados do perímetro urbano, ficavam permitido tudo que o Código de Postura proibia, por exemplo, a instalação de fábricas de cortumes, sabão e óleos, depósito de couro e sebo, salgadeira, depósito de sal, “outras quaesquer fabricas ou depósitos, cujas matérias exalem mau cheiro e concorram para viciar a atmosfera”.¹⁶

¹⁴ NEVES, Frederico de Castro. A seca e a cidade: a formação da pobreza urbana em Fortaleza (1880-1900). In: Fortaleza: História e Cotidiano. Org. SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de Castro. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002. pp. 75-104.

¹⁵ NOGUEIRA, João. Fortaleza Velha. Crônicas. 2º ed. Fortaleza, Edições UFC/PMF, 1981, p. 30.

¹⁶ FORTALEZA, Código de Postura, 1893, Art. 78. § 1º ao 6º.

Pormenorizando as evidências encontradas nos registros da décima urbana, sistematiza-se: a Praça da Lagoinha (96), A Rua Padre Mororó (87, sendo 43 destas no poente) e a Rua do Paiol (atual Rua Teresa Cristina) em Fortaleza possuíam o maior número de palhoças que ficavam na zona oeste da cidade tendo do lado nascente 52 palhoças, e no poente mais 27 palhoças, a opção também não se fazia aleatória, a moradia de lado ou de outro sempre estava associada à escolha do “lado da sombra” ou “lado do sol”.

No total, as palhoças abrigavam moradores de todas as idades, sexos e profissões, que apesar da ausência de informações pessoais de cada um, dão a perceber a sua presença efetiva na cidade através do desafio de morar onde não lhes era permitido.

Por outro lado, literalmente, do outro lado da cidade de Fortaleza, algumas ruas registram pequeno número de casa de palha, exemplo a Rua Senador Pompeu, repare na toponímia à época, não se faz também isenta de certo significado social, possuía o número de palhoças bem inferior para sua extensão que atravessava a cidade, 22 casas, sendo 12 no lado do poente, registrada ali, bem no centro da cidade, numa área de intenso comércio.

Este contraste, obviamente, não se faz de maneira singular, há, de se observar, uma concentração em um dos lados da cidade, que se faz necessária evidenciar os elementos que levavam a esta escolha. As cidades sofreram ao longo do tempo um processo de especialização dos seus espaços. Espaços de moradia, espaços de comércio, espaço de lazer e, simultaneamente, valores foram sendo agregados a estas especializações de usos, portanto, não se pode naturalizar que as escolhas de moradia dos mais pobres seja um lado da cidade destinado ao desconforto moral, social e higiênico.

Na tabela abaixo é possível entrever o detalhamento das informações contidas nas décimas urbanas, nestas informações compreende-se o nome das ruas/praças e o número de palhoças, respectivamente. Foi preciso uma divisão hipotética, ou seja, em zonas que não havia aparições à época, a fim de evitar um anacronismo nessa interpretação, deixo claro que tomei como referencial um espaço e um meio de locomoção primordial na cidade e, possivelmente, prioritário para os moradores das palhoças: a via-férrea e o trem. Baseado na posição dessa malha férrea dentro da cidade de Fortaleza percebe que seria possível, comparando com a planta de Adolpho Herbster de 1888, um corte na área urbana que já possuía uma materialidade construída e outra área em expansão, que foi tracejada visando justamente os caminhos que a cidade deveria seguir nos anos seguintes. A ‘clareira’ existente na planta de Herbster enuncia ironicamente onde se adensavam o maior número de palhoças.

Tabela 1 Levantamento do número de palhoças em Fortaleza em 1890.¹⁷

Logradouro	Nº de palhoças (nascente e poente)
Lado Oeste à Via-Férrea	
Estrada de Soure	7
Boulevard Jacarecanga ¹⁸	23
Rua do Filgueiras	36
Rua Padre Mororó	44 (43 poente)
Praça de São Sebastião ¹⁹	72
Rua do Paiol	52/ (29 poente)
Rua P. Isabel	20/ (24 poente)
Rua do Imperador	36 / (45 poente)
Rua Tristão Gonçalves	22
Praça da Lagoinha ²⁰	96
Ruas Centrais à Via-Férrea (Verticais)	
Rua 24 de Maio	34/ (9 poente)
Praça Visconde de Pelotas	3
Estrada da Pacatuba	16/ (13 poente)
Rua Visconde do Cauípe	26 (22 poente)
Rua Senador Pompeu	10/ (12 poente)
Rua Formosa	5/ (26 poente)
Rua do Major Facundo	10/ (28 poente)

¹⁷ As demais ruas e praças da cidade que não aparecem na tabela não tiveram registro de palhoças segundo o levantamento da Décima Urbana de 1890.

¹⁸ O Boulevard Jacarecanga incluía duas a Rua da Jacarecanga e a Rua Conselheiro Estelita, segundo levantado na Décima Urbana de 1890.

¹⁹ Na Planta de Adolpho Herbster de 1888 a praça é referida com seu antigo nome: Praça Paula Pessoa

²⁰ Na Planta de Adolpho Herbster de 1888 a praça é referida com o seu antigo nome: Praça Comendador Theodorico.

Rua D' Assumpção	23
Lado Leste à Via-Férrea	
Rua da Trindade	34
Rua do Lago	10
Rua da Cruz	32
Rua Barão do Rio Branco	20/ (9 poente)
Travessa do Chafariz	14
Rua 25 de Março	33
Travessa do Catolé	8
Rua da Glória	23
Rua do Recife	3
Rua Leopoldina	36
Rua da Solidade	45
Rua da Aldeota	25
Zona da Praia	
Arraial Moura Brasil	60
Rua Roberto Singlehurst ²¹	6
Rua do Seminário	30
Praça do Senador Machado	21
Travessa do Tavares	2
Rua da Conceição	6
Rua do Paço	9
Povoação do Mocuripe	60
Ruas Centrais à Via-Férrea (Horizontais)	

²¹ Atual Rua José Avelino.

Rua do Senador Castro Silva	9/ (3 poente)
Rua do Senador Alencar	12/ (5 poente)
Rua Municipal	1
Praça do Barão de Ibiapaba	(12 poente)
Rua do Comendador Luis Ribeiro	13/ (2 poente)
Boulevard Duque de Caxias	6
Rua D. Antônio Sampaio	8

Fonte: Décima Urbana, 1890.

Total por cada área: Oeste à Via-Férrea: 549, Centrais à Via-Férrea (verticais): 237; Leste à Via-Férrea: 292; Zona da Praia: 194; Centrais à Via-Férrea (horizontais): 71; Total: 1.343. Ao analisar o levantamento, verificou-se que a ordem de registro obedeceu a uma ordem de sentido específico na cidade, no caso, de oeste para leste, na tabela aparece a mesma sequência encontrada nas décimas urbanas. Conjecturo que esse pode ter sido o sentido escolhido pelos responsáveis do levantamento tributário das casas da cidade. Objetivou-se encontrar um conjunto onde estavam localizadas essas residências por áreas.

Dividiu-se a cidade de Fortaleza de 1888 em cinco áreas, hipotéticas, onde era possível identificar a ocorrência dessas moradias ²² e percebemos que há uma disparidade geográfica à medida que percorremos o lado oeste para o lado leste de Fortaleza no final do século XIX.

Acredita-se que o crescimento da população urbana, o processo desencadeado desde meados do século XIX de acúmulo de capitais, principalmente por meio da agricultura de exportação, o fator algodoeiro, e o contínuo processo de loteamentos dos terrenos, que conduziram aos empreendimentos do mercado imobiliário, fonte de lucro em tempos de crise, acrescidos das inconstâncias do clima no Ceará faziam eles no aprofundamento da distinção entre os locais de moradias e as funções dos espaços urbanos. Repara-se que na República as casas de palhas e choupanas foram substancialmente sufocadas e apartadas do perímetro urbano.

É preciso ir adiante e entender por quais motivos localizavam-se prioritariamente nas margens e não em áreas centrais ou espalhadas aleatoriamente pela cidade, como acontecia em décadas anteriores.

²² Número de palhoças por rua e área da cidade correspondente a estes logradouros. Levamos em conta o critério geográfico para posicionar cada logradouro dentro de um conjunto específico.

Já evidenciei em outro trabalho sobre a cidade, os conflitos entre o espaço público e seus ocupantes, vale a sistematização da ideia para ratificar tal disparidade entre moradia e proibições públicas.

O conflito entre em qual o espaço é permitido morar e onde, de fato, a moradia é construída evidencia as subversões entre um poder público disciplinador (mas ineficiente) e uma população sobrevivendo aos riscos da lei, porém, inventiva. Ora, ao questionar que as palhoças eram proibidas de serem fixadas em regiões urbanas, como o imposto predial urbano ainda assim citava a existência destas dentro dos seus limites? [...] A determinação para que as casas de palhas fossem construídas longe do espaço urbano recorria ainda ao argumento destas casas serem fácil local de contaminação e “pouco higiênicas”, para os desejos da burguesia comercial fortalezense; é um exemplo de lei que exibia o preconceito acentuado de uma sociedade moderna no discurso, mas visivelmente assolada pelas lembranças de seu passado colonial.²³

Sinaliza-se aqui, sobretudo, os modos pelos quais homens e mulheres foram criadores e criaturas de uma cidade. Como destacou Maria Odila Leite Dias, a presença destes sujeitos era ostensiva na cidade, embora sua valorização social fosse pífia. Renegados em sua participação na história política e administrativa, sua importância não pode ficar nas rotinas obscuras do cotidiano, a história social tem revelado a improvisação de papéis informais, onde se multiplicam formas de peculiaridades de resistência e luta. Trata-se aqui de reavaliar o político no campo da história social do dia-a-dia. De relativizar as dimensões da história, do tempo linear, de noções como progresso e evolução.²⁴

²³ ALMEIDA NETO, José Maria. As mudanças de usos da Praça Clóvis Beviláqua: do ponto do chafariz às águas da intelectualidade (Fortaleza-CE, 1888-1943). Fortaleza: Dissertação de Mestrado (História-UFC), 2015, p. 54.

²⁴ DIAS, Quotidiano e poder, p. 26.

São Paulo sob o olhar de Álvares de Azevedo

Patrícia Aparecida Guimarães de Souza

Mestranda em História Social

Universidade de São Paulo

E-mail: patricia.agdesouza@gmail.com

Resumo: Nesta comunicação pretendemos delinear o olhar de Álvares de Azevedo sobre a cidade de São Paulo destacando suas ambiguidades. Por um lado, vemos a crítica a uma cidade cheia de “caipiras”, por outro, percebemos um espaço de efervescência cultural e relativa liberdade para os jovens vindos das diversas regiões do país realizar o Curso Jurídico, visto que estavam longe da autoridade paterna. Além de assunto e cenário de suas correspondências, podemos observar que a vivência na cidade durante o período em que estudou direito no Largo São Francisco está diretamente ligada à sua produção, dada sua participação nas sociedades literárias estudantis e pela sua ligação estética com o romantismo sombrio que lá preponderou, divergindo do romantismo nacionalista do IHGB.

Palavras chave: Álvares de Azevedo, São Paulo, Largo São Francisco.

Manuel Antônio Álvares de Azevedo nasceu em São Paulo em 1831, contudo, ainda criança mudou-se para corte. Sua mãe pertencia a uma família da elite paulista e seu pai, filho de latifundiários fluminenses, estava terminando o curso jurídico na cidade à época de seu nascimento. A partir de 1834, o pai ocupou cargos públicos na corte e teve um escritório de advocacia. Em 1844, Álvares de Azevedo foi para São Paulo, onde viveu com tios maternos, para estudar latim, francês e inglês. De volta ao Rio, entre 1845 e 1847, estudou no Colégio Pedro II, e obteve o bacharelado em letras, podendo, enfim, matricular-se nos cursos jurídicos de São Paulo. Estudou no Largo São Francisco entre 1848 e 1851, mas não chegou a concluir o curso, pois adoeceu por uma infecção na foça íliaca, nas férias entre o quarto e o quinto ano, faleceu em abril de 1852. Durante o período que morou em São Paulo escreveu constantemente para a família e para um amigo comentando sobre a cidade e suas habitantes.

Sua morte prematura e sua produção com elementos byronianos fizeram com que se convencionasse a alocá-lo na chamada “Segunda geração romântica” ou “geração do mal do século”. Contudo, como aponta o editorial da Revista *Teresa*, em um número dedicado ao romantismo brasileiro, essa divisão geracional se opera de maneira artificial, pois autores como Gonçalves Dias, que seria o principal expoente da primeira geração é apenas oito anos mais velho que Álvares de Azevedo, produzindo antes e depois da morte do poeta paulista. A maior parte da produção de José de Alencar, também ligado à primeira geração, é posterior a de Álvares. Assim, consideramos que é possível identificar divergências mais geográficas do que temporais, entre as

chamadas “gerações”. Os debates românticos eram amplamente difundidos no Brasil, permitindo a apropriação de diferentes vertentes por diferentes poetas, de acordo com suas perspectivas políticas e culturais.¹ Destacando-se a grande diferença entre o romantismo oficial, liderado pelo IHGB, com forte tendência nacionalista, de inspiração herderiana, e esteticamente próximo ao neoclassicismo; e o romantismo paulista, de teor caótico e universalizante, que por muito tempo esteve à parte do cânone romântico brasileiro, ainda que as sociedades literárias de São Paulo buscassem diálogo com o IHGB².

O byronismo dava espaço para uma filosofia da história decadentista e para a ruptura das formas e sentido literário, como vemos no bestialógico de Bernardo Guimarães. Álvares de Azevedo se aproxima deste segundo grupo, apresentando uma estética sombria e uma tenaz auto ironia, cujo exemplo mais forte se dá no poema *Ideias Íntima*, no qual, utilizando a forma de solilóquio, o eu lírico – um estudante embriagado – conta o seu *spleen*, ironizando os principais lugares comuns do romantismo e seus autores, além da sua vida aparentemente libertina, mas na realidade composta apenas de livros, bebida e charutos, tendo vinte anos “e sem na vida ter sentido nunca/ na suave atração de um róseo corpo/ meus olhos turvos se fechar de gozo”³.

A São Paulo que Álvares de Azevedo conheceu e escreveu ainda estava longe da pujança que alcançaria com o ciclo do café e a passagem das estradas de ferro. A viagem do Rio de Janeiro a São Paulo era longa, visto que o caminho mais comum era ir de barco até Santos e lá subir a serra por mulas. Em sua correspondência, são recorrentes as reclamações sobre a cidade e o tédio que ela provoca. Tudo em São Paulo – do calçamento ao iletramento das moças – parece contribuir para a visão negativa e um tanto elitista, que o rapaz, criado na corte, tinha da cidade.

Contudo, considero que, em uma leitura a contrapelo, podemos observar contradições e o duplo pertencimento notável em sua biografia. Embora Álvares de Azevedo descrevesse o Rio de Janeiro como “em casa”, ele havia nascido em São Paulo e toda sua produção literária foi escrita durante o período que estudou na cidade. Além disso, parte considerável de sua família era paulista. Lá foi criada a sua mãe, a quem nutria profundo respeito e admiração, por ser uma mulher educada, elegante e culta (lia romances e poemas, além de saber inglês e francês), contrastando com a imagem genérica que criava de todas as paulistas como incultas⁴. Assim, podemos notar que, apesar da real

¹ *Ruptura e permanência*. História, estética e poética do romantismo. In: *Teresa revista de Literatura brasileira*, 12-13. São Paulo: Editora 34, 2013. P. 8-11.

² GARMES, Hélder. *O romantismo paulista*. Os Ensaios Literários e o periodismo acadêmico de 1833 a 1860. São Paulo: Alameda, 2006, p. 63-65.

³ AZEVEDO, Manuel Antonio Álvares de. *Lira dos Vinte anos*. São Paulo: Martin Claret, 2006, p. 129.

⁴ O poeta chega a afirmar em uma carta enviada para sua mãe: “ir a bailes para dançar com essas bestas minhas patricias, que só abrem a boca para dizer asneiras, acho que é tolice. Não julgue vmcê. que falo com exageração – a moça, senão

precariedade material da cidade, a generalização dessa precariedade com o delineamento de uma cidade letárgica e inculta se torna um mote literário expressando o *spleen* da cidade e cumprindo o protocolo romântico.

A percepção de uma São Paulo composta de “luzes”, advindas da forte produção intelectual da cidade repleta de jovens estudantes, que discutiam filosofia, política e estética; e de sombras”, resultantes de sua precariedade material; e a caracterização de Álvares de Azevedo como um de seus principais intérpretes, é destacada na dissertação de Ana Edite Montoia que chega a comparar o olhar noturno de Álvares de Azevedo sobre São Paulo, com o de Baudelaire sobre Paris.⁵ O entrelaçamento das duas obras é posto pela visão fantasmagórica da cidade, ambos estão rodeado por alucinações e sombras advindas do tédio de viver e também das longas doses de conhaque e charuto, para Álvares de Azevedo, e vinho e haxixe, para Baudelaire. Outro ponto de encontro destacado por Montoia é a experiência da modernidade no romantismo, ligada à urbanidade, que torna claro o esfacelamento da subjetividade, que passava a ser valorizada, ao mesmo tempo, que se perdia num todo complexo da cidade.

Contudo, é preciso lembrar que, se para Baudelaire, Paris é um mundo denso, povoado, repleto de vitrines, em que “tudo” podia desfilhar ao seu olhar enquanto flanava pela cidade, onde podia ver e se admirar com a “passante” que se perderia na multidão, não podendo chegar nem mesmo a amá-la, dada a velocidade das aparições; a São Paulo de Álvares de Azevedo, ao contrário, é o vazio, onde anda, anda e não encontra “viva alma”, onde a conversa das moças o entediam, daí o seu sentimento, plenamente romântico, de incompletude e tédio diante da realidade.

Marshall Berman aponta que um dos motivos das angústias de Fausto decorria do fato de que “Ao mesmo, tempo, ele está inserido numa sociedade fechada e estagnada, (...), que impede o seu desenvolvimento, bem como o de suas ideias. [E se vê] Como portador de uma cultura dinâmica em uma sociedade estagnada, ele está dividido entre vida interior e vida exterior”⁶. Para o historiador esta será uma constante na sensação moderna no mundo subdesenvolvido. Considero essa interpretação pertinente para aproximarmos do tipo de *spleen* descrito por Azevedo em São Paulo.

a mais bonita, a estatua mais perfeita em tudo, uma Belisária (mineira) é uma estúpida q. diz – *nós não sabe dançá pôque, etc.* e contudo é uma beleza, mas É uma estátua estúpida e sem vida –como diz o soneto do Octaviano” AZEVEDO, Manuel Antônio Álvares. São Paulo, 4 de agosto de 1848. In: _____, *Cartas de Álvares de Azevedo*. Comentários de Vicente Azevedo. São Paulo: Academia Paulista de letras, 1976, p. 106.

⁵ MONTÓIA, Ana Edite Ribeiro. *Espaço urbano e política em São Paulo no século XIX*. Dissertação, Unicamp, 1990, p. 35-81.

⁶ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 57.

Neste período, meados do século XIX, o Rio de Janeiro já se solidificara enquanto corte e hábitos como o passeio público, o teatro e os bailes como espaços de flerte faziam parte da vida social das elites, mas tais hábitos ainda não haviam se confirmado por todo o país. Mesmo São Paulo, com a Academia de Direito, que mudara profundamente a vida cultural da cidade, não passara por uma transformação tão abrangente. Como é notável na seguinte carta em que o poeta descreve ironicamente as impressões da avó paulista sobre os hábitos da família no Rio de Janeiro.

A propósito de Vovó – ela veio lá do Rio toda zangada pela falta de religião e tem espalhado por aí que lá em casa não se vai à Missa, mas a bailes, em lugar de decorar rezas se decoram poesias, etc, etc, etc⁷

É latente neste trecho a emergência de uma elite urbana (“nova”) que se afasta das tradições rurais (“velhas”), adotando hábitos, por assim dizer, mais “aburguesados”, ironizando as críticas da avó (paulista) sobre a vida no Rio de Janeiro. Gilberto Freire, em *Sobrados e Mucambos*, afirma que a entrada em cena dos bacharéis, na política do Segundo Reinado, coroa uma lenta passagem do mundo familiar patriarcal da colônia, para uma visão mais universalista do Império, levando a uma valorização da juventude, ainda que compreenda que “o patriarcalismo urbanizava-se”⁸, não deixava de existir. Observamos que o poeta já é parte de uma segunda geração que vive esta mudança, seu pai havia sido aluno das primeiras turmas de direito (chegou a iniciar o curso em Coimbra), e era um bacharel bem sucedido.

As comparações entre São Paulo e o Rio de Janeiro são constantes. Mas destaco a carta de 12 de junho de 1849, por ela ser feita em um trecho longo, que dialoga com o que foi escrito em outras cartas:

Enquanto no Rio reluzem esses bailes a Mil e uma noites, com toda sua magia de fulgências e luzes, por aqui arrasta-se o narcótico e cínico baile da Concórdia Paulistana.

Nunca vi lugar tão insípido, como hoje está São Paulo. – nunca vi cousa mais tediosa e mais inspiradora de spleen – se fosse eu só que o pensasse, dir-se-ia que seria moléstia – mas todos pensam assim – a vida aqui é um bocejar infindo.

Nem há passeios que entretenham, nem bailes, nem sociedades – parece isto uma cidade de mortos – não há nenhuma cara bonita em janela, só rugosas caretas desdentadas – e o silêncio das ruas só é quebrado pelo ruído das bestas sapateando no ladrilho da rua.

Passam-se dias e dias sem que eu saia de casa – mas que hei de eu fazer? As calçadas não consentem que um par de pés guarnecido de um par de calos – como os meus- possam andar vagando pelas ruas- fico em casa, e contudo por isso não estudo mais que do que quando no ano passado eu ia todas as noites conversar em alguma casa de família, ou num baile.

⁷ AZEVEDO, Manuel Antônio Álvares. São Paulo, 17 de março de 1848. In: _____. *Cartas de Álvares de Azevedo*. Comentários de Vicente Azevedo. São Paulo: Academia Paulista de letras, 1976. p 59.

⁸ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. São Paulo: Record, 1990, p.22

Estudo sempre, contudo – porém é como a martelo, é unicamente a força de vontade⁹.

A carta se inicia tratando dos bailes das duas cidades, destacando em São Paulo o “narcótico baile da Concórdia”, que, em outras correspondências Álvares de Azevedo descreve como sendo o pior e mais atrasado de São Paulo, pois lá os pares ainda eram escolhidos pelos mestres salas, o que faria com que as moças mais interessantes ficassem com os “jovens de cinquenta anos ou mais” e os moços tivessem que dançar com meninas ainda em idade de brincar ou matronas, impedindo o flerte e as conversas.¹⁰ O incômodo é maior, visto que esse é um momento no qual a prática do namoro é valorizada e os casamentos (dentro das elites, ainda que permeados por questões como os dotes e não vendo com bons olhos diferenciações sociais mais amplas) passa a ser valorizado enquanto escolha amorosa.

Sobre este parágrafo também é importante frisar a imagem idealizada do Rio de Janeiro. O poeta fala sobre os bailes com muitas luzes e perfumes na cidade. Contudo, conforme o historiador Luiz Felipe de Alencastro, ainda que a Monarquia tenha forjado no Rio de Janeiro “ – capital política, econômica e cultural do país – um padrão de comportamento que molda o país pelo século XIX afora e o século XX adentro”¹¹, as condições de salubridade da corte eram precárias, sendo exemplar que a rede de esgotos só começou a ser construída em meados da década de 1860. Os dejetos eram levados para a praia pelos escravos denominados “tigres”, fato ao qual Gilberto Freire credita a demora no saneamento¹².

Em seguida, discute a falta de ter o que fazer na cidade. Sobre o assunto é importante destacar que Bernardo Guimarães remete, na novela *Rosaura, a Enjeitada*, a vida dos estudantes de São Paulo com um grupo discutindo o que fazer no feriado. Nessa situação, enquanto um dos colegas tenta ver graça nos passeios da cidade, outro mostra o quanto esses são desinteressantes e mesmo ridículos¹³.

É importante lembrar que, apesar de dizer que não sai de casa por falta do que fazer, no parágrafo seguinte da carta, ele afirma que fazia muitas visitas e ia a bailes no ano anterior, apesar

⁹ AZEVEDO. São Paulo, 12 de junho de 1849. In: _____, *Cartas de Álvares de Azevedo*, p.110.

¹⁰ AZEVEDO. São Paulo, 26 de maio de 1848. In: _____, *Cartas de Álvares de Azevedo*, p. Cit, p.76.

¹¹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Vida privada e ordem no Império” In, *História da vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.23.

¹² ALENCASTRO. “Vida privada e ordem no Império”, p. 67-71.

¹³ GUIMARÃES, Bernardo. *Rosaura, a enjeitada*. V.2. Associação de acervos literários – Biblioteca virtual, 2005. P. 2-10. <http://cabana-on.com/Ler/wp-content/uploads/2013/06/Bernardo-Guimar%C3%A3es-Rosaura-A-Enjeitada-Vol-II.pdf> (acesso 05/03/2016)

de considerá-los de má qualidade. Frisamos que, de acordo com as cartas, Álvares de Azevedo era bastante assíduo nas recepções dadas pela Marquesa de Santos.

As calçadas de São Paulo, citadas no quarto parágrafo, aparecem com frequências nas outras cartas de Álvares de Azevedo. Elas também são lembradas pelo memorialista Francisco de Assis Vieira Bueno, e, na historiografia, pela historiadora Maria Odila Silva Dias, ao questionar o encarceramento da mulher paulistana, lembrando que as mulheres escravas ou trabalhadoras livres pobres, participavam ativamente da vida urbana da cidade, e, as ricas, realmente pouco saíam, mas os homens também não, tendo em visto a má qualidade dos espaços de passeio e das calçadas. De forma que os passeios das elites, para homens e mulheres, eram diretamente ligados a fazer visitas¹⁴.

Sobre a solidão e a falta de vontade de sair de casa, é interessante lembrar que Álvares de Azevedo, em carta escrita do Rio de Janeiro ao seu amigo Luís António da Silva Nunes, afirmou:

todos aqui me estranham este ano o taciturno da vida e o peso da distração que me assombra. O meu viver solitário, fechado, só no meu quarto, o mais das vezes lendo sem ler, escrevendo sem ver o que escrevo, cismando sem saber o que cismo – talvez alguma lágrima furtiva rolou pela face da minha Mãe... Pobre mãe! – não é assim, meu Luiz? Pobres (não o crês?) daquelas que vem o filho pender e murchar pálido como os sons daquela música sombria que só ele escuta¹⁵

Assim notamos, para além do desgosto com a cidade, uma tristeza, particular a personalidade do poeta, que se apresenta mesmo onde “os bailes reluzem a Mil e uma noites”. Esse *spleen* é programático, sua tristeza, seu tédio, sua mania de “cismar sozinho”, fazia parte da representação típica do poeta romântico, assim correspondia ao modelo poético que buscava fazer parte, o que não significa que o sentimento descrito nas cartas fosse menos verdadeiro, Álvares de Azevedo sofria de acordo com a forma de sofrer da época.

A representação de São Paulo como uma cidade cuja população tinha hábitos arcaicos não foi feita apenas por Álvares de Azevedo. O jornalista Augusto Emílio Zaluar, que viajou por terra entre São Paulo e o Rio de Janeiro, enfatizou, em seu relato, como motivo de permanências de estruturas antigas na cidade, o fato de estudantes e paulistanos serem, para ele, dois corpos antitéticos. Os primeiros ligados à “luz”, à “ação”, à “expansão libertina” e ao “progresso”, sendo, contudo, uma “população peregrina”; os segundos representavam a “sombra”, o “estacionarismo”, a “desconfiança”, a “rotina”, sendo a “população perene”¹⁶. Esses dois corpos não se misturavam:

¹⁴ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 68.

¹⁵ AZEVEDO. São Paulo, 1 de março de 1850. In: _____, *Cartas de Álvares de Azevedo* p.148.

¹⁶ ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela província de São Paulo (1860-1861)*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1975, p. 123.

Os habitantes da cidade e os cursistas da academia são dois corpos que não combinam senão produzindo um precipitado monstruoso. Formam uma mistura; porém continuando a servir-nos de uma comparação química, nunca poderão realizar uma verdadeira combinação. No entanto, apesar de toda esta diversidade de pensamentos, de hábitos e costumes que caracterizam os dois ramos da população da capital. É esta uma das condições infalíveis da sua prosperidade. Tirem a academia de São Paulo, e esse grande centro morrerá inábil. Sem lavoura e sem indústrias montadas em grande escala, a capital da província, deixando de ser o que é, deixará de existir¹⁷.

Contudo, apesar de ser recorrente a imagem de uma separação rígida entre os “dois ramos” da população de São Paulo, ela pode ser matizada e encontrarmos elementos de “combinação” em tal “mistura”.

Hélder Garmes, em seu estudo sobre os periódicos acadêmicos, destaca que em 1848 circulou em São Paulo um semanário chamado *Violeta* dirigido ao “belo sexo” de caráter literário e no qual escreveu Francisco Otaviano, que também colaborava com a publicação acadêmica *Ensaio Literários*. O autor também aponta para o fato de uma possível leitura das moças aos jornais acadêmicos, visto que se publicavam poesias dirigidas a senhoritas da cidade, matizando a imagem composta por Álvares de Azevedo sobre as mulheres de São Paulo serem todas iletradas. Também são frequentes relatos da participação da população nos eventos da Faculdade.

Características da cidade se tornam parte integrante do cenário da produção literária realizada pelos estudantes, como é notável na segunda parte de *Rosaura* de Bernardo Guimarães, no qual o enredo se desenvolve a partir do convite de um senhor da elite paulistana para um grupo de estudantes passarem o fim de semana em sua companhia e de sua filha em uma fazenda, e, exemplarmente, em *Macário* de Álvares de Azevedo. A narrativa se inicia em uma estalagem próxima a cidade. Lá um jovem passará a noite, pede para alimentar o burro e esbraveja sobre não haver vinho, apenas aguardente¹⁸; ali também conhece o próprio Satã, que lhe apresenta São Paulo:

Satã: Daqui a cinco minutos podemos estar à vista da cidade. Hás de vê-la desenhando no céu suas torres escuras e seus casebres tão pretos de noite como de dia: iluminada, mas sombria como uma essa de enterro.

Macário: Tenho ânsia de lá chegar. É bonita?

Satã (boceja): Ah! É divertida.

Macário: Por acaso há mulheres ali?

Satã: Mulheres, padres, soldados e estudantes. As mulheres são mulheres, os padres são soldados, e os soldados são padres, os estudantes são estudantes: para falar mais claro: as mulheres são lascivas, os padres dissolutos, os soldados ébrios,

¹⁷ ZALUAR. *Peregrinação pela província de São Paulo (1869-1861)* p. 128.

¹⁸ AZEVEDO, Manuel Antonio Álvares de. *Macário*. In: _____. *Macário – Noite na taverna*. (Cilaine Alves Cunha org. e posfácio). São Paulo: Globo, 2007, p. 21, 22.

os estudantes vadios. Isso salvo honrosas exceções, por exemplo, de amanhã em diante, tu.

Macário: Esta cidade deveria ter teu nome.

Satã: Tem o nome de um santo: é quase o mesmo. Não é o hábito que faz o monge. Demais, essa terra é devassa como uma cidade, insípida como uma vila e pobre como uma aldeia. Se não estás reduzido a dar-te ao pagode, a suicidar-te de *spleen*, ou alumiar-te a rolo, não entres lá. É a monotonia do tédio. Até as calçadas”¹⁹.

Em direção oposta à descrição realizada em *Macário*, podemos observar o poema *Na minha terra* da primeira parte da *Lira dos Vinte Anos*.

Amo o vento da noite sussurrante
A tremer nos pinheiros
E a cantiga do pobre caminhante
No rancho dos tropeiros;

E os monótonos sons de uma viola
No tardio verão,
E as estrelas que além se desenrola
No véu da escuridão;

(...)
Minha terra sombria, és sempre bela,
Inda pálida a vida
Como no sono inocente da donzela
No deserto dormida

No italiano céu nem mais suaves
São da noite os amores,
Não tem mais fogo o cântico das aves
Nem o vale mais flores!

(...)
E eu amo as flores e o doce ar mimoso
Do amanhecer da serra
E o céu azul e o manto nebuloso
Do céu da minha terra!²⁰

O ar sombrio de São Paulo, que inspira o *spleen*, integra os dois textos, mas se o primeiro é marcadamente crítico e irônico, criando, a partir deste sentimento, uma imagem diabólica; o segundo, eu-lírico homenageia a beleza sombria da cidade, e, emulando os famosos versos de Gonçalves Dias: “nosso céu tem mais estrelas./ nossas várzeas têm mais flores,/ nossos bosques tem mais vida/ nossa vida mais amores” e apresenta a valorização de uma natureza não tão exuberante sendo também inspiradora de poemas : No italiano céu nem mais suaves/ São da noite os amores,/Não tem mais fogo o cântico das aves/ Nem o vale mais flores” (não chega

¹⁹ AZEVEDO. “Macário”. p. 41-41

²⁰ AZEVEDO, Manuel Antonio Álvares de. *Lira dos Vinte anos*. São Paulo: Martin Claret, 2006, p. 44.

a ser superior, como em Gonçalves Dias, mas também não é pior), fazendo com que o *spleen* traga a sensação de nostalgia..

Nos dois casos temos uma criação imagética da cidade, situando as experiências que lá serão vividas, o que nos remete a definição de Maria Stella M. Brescianni, sobre a cidade como uma experiência visual:

As cidades são antes de tudo uma experiência visual. Traçado de ruas, essas vias de circulação ladeadas de construções, os vazios das praças cercadas por igrejas e edifícios públicos, o movimento de pessoas a agitação das atividades concentradas num mesmo espaço. E mais, um lugar saturado de significações acumuladas através do tempo, uma produção social referida a alguma de suas formas de inserção topográficas ou particularidade arquitetônica.²¹

Ainda que a cidade não apareça em nenhum dos casos como um lugar de “movimento de pessoas e agitação”, observamos a sua imagem dando sentido as percepções do poeta. A experiência da cidade também é composta de “significações acumuladas”. É a cidade construída por padres dissolutos, que ainda vivem lá, mas também a expectativa do estudante que chega, a possibilidade de devassidão, em Macário. É a nostalgia do poeta, pelas paisagens vazias, pela cantiga dos tropeiros nos ranchos distantes.

O afastamento de São Paulo do centro de poder, que era a corte, tornava possível produzir uma literatura diferente da proposta oficialmente. Longe dos pais e tendo um convívio social menos restrito à família, os estudantes de direito podiam produzir reflexões políticas nem sempre aprovadas pela família, como no caso da seguinte carta, em que, após proferir um discurso de tom liberal, Álvares de Azevedo afirma não se tratar de um liberal exagerado, nem de um republicano²². Contudo, ao lermos o conteúdo do discurso, observamos que o poeta enfatiza o papel político dos estudantes, faz um voo histórico criticando o período da Roma Imperial (Roma prostituta de Cesar) e elogia o período Republicano, e, tratando, do pensamento filosófico de sua época faz duras críticas a Victor Cousin, pensador do ecletismo, ligado a Monarquia de julho, o qual, descrevendo-a como sendo “fragmentária e parasita do passado”, enquanto exalta Pierre Leroux, filósofo santsimoniano²³.

²¹ BRECIANNI, Maria Stella M. “História e Historiografia das cidades, um percurso” In: FREITAS, Marcos Cezar de (org). in. *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto; Bragança Paulista: USF, 2000, p. 237.

²² AZEVEDO. São Paulo, 3 de julho de 1850. In: _____, *Cartas de Álvares de Azevedo*, p.164.

²³ AZEVEDO, Álvares de. “Discurso pronunciado na sessão da instalação da Sociedade Acadêmica – Ensaio Filosófico a 9 de maio de 1850”. In: _____. *Obra Completa* (Org. Alexei Bueno), Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, p. 763

A faculdade era um lugar privilegiado para a discussão de temas políticos. Helder Garmes realizou um levantamento sobre os temas discutidos pelos acadêmicos ligados ao periódico *Ensaios Literários*, do qual Álvares de Azevedo fazia parte, destacamos no ano de 1851, os seguintes debates: - Emancipação da mulher (01/06/1851), A propriedade, tal qual se acha hoje organizada, é o resultado de um direito, ou abuso de força? (09/06/1851), O que pensar-se (sic) sobre a solidariedade de Fourier? (29/06/1851)²⁴, contudo, não há discussões sobre a escravidão.

Podemos concluir que A cidade de São Paulo marca profundamente a obra de Álvares de Azevedo e, se, ao primeiro olhar, podemos ver uma imagem claramente negativa, ao nos determos, podemos observar suas ambiguidades. Se São Paulo é tediosa e chama ao suicídio ou ao “pagode” em Macário, em Na minha terra, o mesmo ar sombrio é fonte de beleza e inspiração. Sua paisagem pôde amparar imagens de um romantismo mais sombrio que o proposto pela política oficial do IHGB, de valorização da natureza tropical, assim dando vivência a novas experiências estéticas que buscava marcar em sua obra.

Por fim, podemos observar que politicamente o poeta dispõe de uma liberdade que não teria no Rio de Janeiro, ainda que tenha que explicar não ser “tão liberal” nem “republicano”. Há espaços para expressar um posicionamento político e estético não alinhado ao da corte e de tratar destes temas em discussões com outros estudantes. Como foi dito, na academia de Direito, ainda que não encontrássemos debates sobre a realidade de um país escravocrata – a questão do negro não aparece problematizada – era possível, em uma vivência menos hierarquizada que a familiar e com novas redes de sociabilidade interagindo, ouvir discursos dissonantes.

²⁴ GARMES, Helder. *O romantismo paulista*. Os Ensaios Literários e o periodismo acadêmico de 1833 a 1860. p. 33.

Teatro Santa Isabel: a escola dos costumes modernos da Atenas do Norte (Diamantina, Século XIX - XX)

Renata Cristina Simões de Oliveira

Mestre em Estudos do Lazer

Universidade Federal de Minas Gerais

renatinhacrso@hotmail.com

Resumo: O Teatro Santa Isabel tornou-se o local de divertimento mais mencionado e aclamado pela imprensa diamantinense na última década do século XIX e primeiros anos do século XX. Questionasse, no entanto, a receptividade da sociedade diamantinense aos usos e vivências do Teatro, suas principais atrações, assim como o conteúdo difundido nas apresentações e o envolvimento da comunidade local em seus diferentes momentos. Constatando que a receptividade do diamantinense para com as artes cênicas superou os limites do Teatro Santa Isabel, tornando-se presente no cotidiano da cidade.

Palavras-chave: Teatro Santa Isabel, Modernidade, Instrução.

Introdução

No século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o Rio de Janeiro, capital do Império e depois da República, abrigava intensos debates em torno da civilização e da modernidade. Em meio a esses debates importava-se da Europa, sobretudo da França e da Inglaterra, produtos, modas, artistas, tecnologias.¹

Esses debates levaram o Rio de Janeiro a um projeto que transformou ruas e sujeitos ao longo do século XX, e, sobretudo, interferiu no cotidiano do interior do país ainda nas últimas décadas do século XIX. Os debates a cerca das sociedades civilizadas alcançavam outros centros, como, por exemplo, os principais centros de Minas Gerais no período, Ouro Preto, Juiz de Fora, Barbacena, São João d'el Rei, Diamantina e Uberaba², principalmente por meio dos periódicos

Em Diamantina, além da circulação de jornais do Rio de Janeiro, a imprensa local, fortalecida por questões políticas, levava ao leitor discursos de melhorias urbanas e de modernização dos costumes. Debate que se intensificou na década de 1890 pelo fortalecimento da cidade frente ao Norte mineiro, resultante do projeto das elites locais em modernizar a cidade.

O discurso de modernização era dirigido à infraestrutura urbana, aos projetos sanitários e também às artes e à cultura, interferindo também nos modos de divertimentos das sociedades. “Intelectuais e autoridades defendiam que as diversões da cidade – não só nas praças como também

¹ MARZANO, Andrea; MELO, Victor Andrade de (Orgs.). *Vida Divertida: história do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)*.- Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. 97-124. p. 12.

² MARTINS, Marcos Lobato. *Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de diamantes nas Minas Gerais (século XIX)*. – 1 ed. – Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014.

nos teatros e outros espaços – deveriam atestar o seu grau de civilização”³. Neste período “peças de teatro, modas e costumes, artefatos e mecanismos eram apresentados a Diamantina, com grande destaque dado ao seu caráter *moderno e civilizado*”⁴. Para a exaltação da cultura diamantinense frente às demais localidades do Norte Mineiro, esta recebeu a alcunha de Atenas do Norte.

O teatro ganha destaque entre os demais divertimentos presentes em Diamantina neste período, uma vez que este contribuía para a formação moral civilizada e “constituía um ponto de encontro entre as pessoas, efervescendo um campo de exercício das regras de comportamento em sociedade”⁵. Os jornais passaram a noticiar a chegada de companhias na cidade, a sua atuação, o conteúdo das apresentações, o sucesso ou fracasso frente a plateia, críticas e detalhes das apresentações. O público era convidado e aconselhado a dar assistência e acolhida a esta difícil e útil arte.

O teatro passou, portanto, a ocupar um espaço significativo das páginas dos periódicos locais no final do século XIX e início do Século XX, momento em que Diamantina “havia se transformado em um centro capitalista produtor de bens, irradiador da cultura e sede do Bispado”⁶. Questionasse, no entanto, a receptividade da sociedade diamantinense aos usos e vivências do Teatro. Objetivou-se também levantar quais eram as principais atrações do teatro, assim como o conteúdo difundido nas apresentações e o envolvimento da comunidade local em seus diferentes momentos.

As representações das artes cênicas em Diamantina, presentes nos periódicos locais, foram tomadas como objeto de pesquisa deste trabalho, a fim de esclarecer os caminhos que fizeram do teatro, o divertimento de maior destaque nas páginas dos jornais diamantinenses na virada do século XIX para o século XX.

Foram consultados quinze títulos de periódicos diamantinenses no período de 1886 a 1920, tendo um total de 1326 edições de jornais consultadas. Dessas, 117 foram consultadas na Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa/Belo Horizonte -BPELB, e as 1209 restantes, na Biblioteca Antônio Torres/Diamantina - BAT. Os jornais de maior representatividade, tanto na quantidade

³ MARZANO; MELO. *Vida Divertida*. p. 13.

⁴ GOODWIN Jr., James William. *Cidades de papel: imprensa, progresso e tradição: Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914)*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2015. p. 73. Destaques do original.

⁵ DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995. p.139.

⁶ FERNANDES, Antônio Carlos. *O turbulo e a chaminé: a ação do bispado no processo de constituição da modernidade em Diamantina, 1864-1917*. FAFICH: UFMG, 2005. Dissertação de mestrado. p. 81.

de edições quanto nas referências aos divertimentos foram A Estrela Polar, A Idea Nova, O Jequitinhonha, O Norte, O Municipio, Propaganda e Sete de Setembro.

Nesse sentido, esta pesquisa foi orientada na perspectiva da Nova História Cultural, na tentativa de “decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo”⁷. Os jornais têm uma importante função na escrita da história social, uma vez que “as marcas deixadas no papel ajudam-nos a interpretar o tipo de cidade que os ‘homens de imprensa’ então queriam imprimir na realidade local”⁸ e servem, portanto, como excelente fonte para pesquisas históricas que buscam entender as matrizes de dada sociedade. As paginas a seguir discutem as representações desses acontecimentos que marcaram, sobretudo, a história do Teatro Santa Isabel.

Teatro Santa Isabel

Administrado pela Santa Casa de Caridade local, o Teatro Santa Isabel surgiu como estratégia de arrecadação de renda para o funcionamento do hospital, que enfrentava problemas financeiros. A Santa Casa de Diamantina (nesse período, Arraial do Tijuco) era mantida com a arrecadação de esmolas e donativos. Esta chegou a ser fechada duas vezes, ainda nas primeiras décadas do século XIX. Por volta de 1830, a Sociedade Promotora da Instrução Pública existente no Arraial, sugeriu a construção de um teatro, a fim de garantir a reabertura e funcionamento do hospital, adotando, para tanto, a tradição portuguesa de destinar a renda adquirida com apresentações em teatro para manutenção das casas de saúde.

Em 1838 um pequeno prédio no Largo do Rosário foi adquirido para a construção do Teatro. Acredita-se que esse teve sua primeira apresentação no ano de 1841, “porque além de coincidir com a data do pano de cena pintado por Estanislau Antônio de Miranda, houve em junho deste mesmo ano uma segunda representação de um improviso de José Dias de Paula Jorge”⁹.

Apesar do objetivo inicial da construção do teatro estar ligada a arrecadação de fundos para o hospital, o teatro ao longo do século XIX era visto como local da diversão útil, da instrução para

⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 42.

⁸ GOODWIN Jr., James William. Melhoramentos urbanos e política local: o jornal “A Ideia Nova”, Diamantina, MG, 1906-1910. In: Associação Nacional de História – ANPUH XXIV *Simpósio Nacional De História*, 2007. p.1. Disponível em: < <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/James%20William%20Goodwin%20Junior.pdf> > Acesso em: 02 fev. 2015.

⁹ COUTO, Sóter Ramos. *Vultos e Fatos de Diamantina*. Belo Horizonte: Armazém de Ideias. 2002. p. 276. O pano de cena que é relatado na transcrição será tratado mais adiante neste trabalho.

uma sociedade “moderna e civilizada”. No caso diamantinense, o próprio pano de cena do teatro expõe esta função.

Outro teatro a receber um pano de boca no qual se inscrevia a concepção das artes cênicas como civilizadoras era o Santa Isabel, em Diamantina, pintado em 1841 por Estanislau Antônio de Miranda. Numa tentativa de unir a sociedade mineira às grandes civilizações da humanidade, o pintor fez uma adaptação da figura mitológica do Tíbre para simbolizar o Jequitinhonha. Dois anjinhos a cercam, um deles coroando-a e o outro trazendo um almocrafe e uma bacia nas mãos. Num segundo plano, as armas imperiais brasileiras aparecem numa coluna de estilo romano, ladeadas por Clio, musa da História, e Minerva, deusa guerreira. Clio traz seus ensinamentos em um livro aberto, onde se lê: “se segues os meus ditames majestosos, teus feitos serão justos e gloriosos”. Minerva aparece com sua lança tombada aos pés da ciência. Destaca-se ainda o emblema das Belas Artes.¹⁰

A riqueza de detalhes traçadas por Estanislau demonstra conhecimento sobre a mitologia Grega e a arte, ao mesmo tempo em que evidencia uma proximidade com instrumentos do garimpo e uma preocupação com o papel de educador que o teatro deveria cumprir.

No entanto, o teatro foi forçado a encerrar suas atividades entre os anos finais de 1870 e início da década de 1880, ocasião em que a cidade enfrentava grande crise econômica. Sua reabertura em 1886, contudo, foi marcada por uma regularidade de espetáculos e pelo envolvimento da comunidade, ora como espectadora, ora como protagonista.

Apesar disso, o prédio do teatro Santa Isabel continuava com sérios problemas de manutenção, sendo alvo constante de reclamação nas páginas dos jornais. Em 1912, um acordo entre o Governo do Estado de Minas, a Câmara Municipal e a Irmandade de Santa Isabel foi feito. A Irmandade repassou para o Governo do Estado o terreno do teatro, para que ali uma nova cadeia pudesse ser erguida. Em contrapartida, a Câmara Municipal doou à Irmandade um terreno situado na Rua da Direita para a construção de um novo teatro. O material do antigo teatro foi utilizado na construção do novo conforme determinava a Lei de 1897.

Entre dezembro de 1912 e janeiro de 1913 o Teatro Santa Isabel foi demolido, causando tristeza, desapontamentos e saudades naqueles que se apresentavam no local e nos que detinham um posicionamento conservador em relação aos costumes locais. Em 1914 o novo teatro foi inaugurado na Rua Direita e arrendado pela firma Ramos, Couto, Guerra e Companhia, onde contou com execução de filmes, apresentações circenses, teatrais e musicais.

¹⁰ DUARTE. *Noites circenses*. p.121.

Saltimbancos

Durante a década final do século XIX o Teatro Santa Isabel recebeu companhias itinerantes com apresentações realizadas, em sua maioria, entre as quintas-feiras e domingos. Entre elas, o destaque é dado para a Companhia Boldrini, 1888, e para a Coimbra & Correa, 1899, que tiveram apresentações regulares e receberam elogios da imprensa local e aprovação do público.

Muitas foram as noites em que se assistiram no Teatro de Santa Isabel as apresentações dos senhores Boldrini e Corrêa. Numerosos foram os elogios dados pelos colunistas dos periódicos locais ao diretor da companhia, o Italiano, Henrique Boldrini. A Propaganda o descreveu como “moço ilustrado, amável e credor das sympathias populares”¹¹.

Numa estadia de cinco meses, o dramaturgo proporcionou aos diamantinenses peças variadas com apresentações de comédias, dramas, clássicos da literatura francesa e peças próprias que representavam um pouco sobre o Brasil.

Uma das representações da companhia foi a obra “A Família Morel”, uma adaptação do clássico francês Mistérios de Paris, “cujos papeis forão perfeitamente desempenhados”¹². Mistério de Paris é um livro que surgiu por meio de folhetim, publicado pelo *Le Journal des Débats* entre 1842 e 1843. Um romance que tinha a cidade como personagem principal, o qual buscava a compreensão da cidade moderna¹³. Esse teve boa receptividade no Brasil, com publicações nos jornais da Corte, além de ter passado por adaptações na década de 1840, como é o caso da peça Família Morel. A imprensa diamantinense, no entanto, se limitou apenas a informar sobre a apresentação da obra, não entrando em detalhes de sua execução.

Tanto o Sete de Setembro, como o Propaganda¹⁴ destacavam em suas críticas sobre a companhia à atuação do Boldrini frente aos demais autores. As críticas, por sua vez, sempre favoráveis ao grupo de artistas, feitas mesmo antes de se instalarem na cidade.

É esperada hoje nesta cidade a importante companhia dramática dos Srs. Boldrine & Cia, que se achava no Serro em trabalhos da sua profissão. Segundo somos informados por pessoas entendidas na matéria, esta companhia é uma das mais habéis que para os nossos lados tem vindo. Traz um pessoal enorme, e o seu director é homem bastante instruido insigne dramaturgo.

¹¹ BPELB. JUSTUS. Henrique Boldrini. In: *Propaganda*. Diamantina, 15 out. 1888, n. 13. p.3.

¹² BPELB. *Propaganda*. Diamantina. 17 jul. 1888. n.4. p.3.

¹³ PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. 1999.427 f. Tese (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP: 1999. p. 210-221.

¹⁴ Os periódicos do ano de 1888 disponíveis para consulta são: Sete de Setembro, Propaganda e Liberal do Norte. O ultimo destes não possui publicações dentre o período em que a companhia Boldrini e Corrêa se apresentava em Diamantina. Devido a esta limitação, o texto em tela apresenta apenas os periódicos Sete de Setembro e Propaganda como fonte para a discussão.

Recommendamos, pois, aos habitantes desta cidade a laureada companhia dos Srs. Boldrine & Cia, que encontrará por parte de todos um bom acolhimento e aceitação geral.

Não sabemos ainda o dia certo da primeira estréia da companhia, porem ella pretende offerecer ao publico diversas recitas do seu vasto elencho.¹⁵

O crédito dado à companhia como sendo a mais hábil que passou pela região naquele período, mencionada por pessoas que entendem da arte dramática, a repetida referência ao tamanho do elenco, seguido da afirmação de que encontrará o assentimento de todos, reforça as afirmativas de que as pessoas fossem ao teatro, que vivenciassem aquele momento de diversão. Discurso recorrente às apresentações, por meio dos elogios dados à companhia e da menção os aplausos que lhes foram dados.

A companhia Coimbra teve um período extenso de apresentações na cidade de Diamantina. Nos comentários sobre as apresentações os redatores do periódico procuraram sempre informar sobre a atuação dos atores, quais peças foram apresentadas e sua autoria, revelando o interesse em levar ao leitor ainda mais conhecimento sobre o que se assistia na época e ao mesmo tempo dando credibilidade à companhia. Na apresentação de 11 de fevereiro de 1899, os redatores, no entanto, não conheciam a autoria das peças, mas não deixaram de falar a respeito e expressaram o que por eles eram valorizados nas apresentações, como a linguagem dos personagens, a atuação dos atores, a ligação entre os fatos, e talvez o mais importante para eles, o aspecto moral da peça.

Não conhecemos os autores das peças dramáticas; mas podemos afirmar que são bem escriptas: têm bom estylo que, sem decahir, atende á gradação da linguagem de cada personagem em seu papel; têm o enredo tecido de modo a atender a ligação dos factos, sem deixar nenhum ponto obscuro; têm o fundo moral e critico, em evidencia immediata para os espectadores, que, sem esforço, percebem o ridículo de certas situações e o ridículo maior ainda dos prejuízos sociaes, em casos vários, e de grande reproducção em toda parte.¹⁶

O destaque para o aspecto moral, evidenciando de forma clara para a plateia as situações de ridículo e que trazem prejuízos sociais, reafirma a posição do teatro na sua funcionalidade de escola dos costumes e o atendo de quem o critica para essa questão. Os artistas foram elogiados pela qualidade de atuação e a companhia recomendada à população. “Quem procurar o theatro, não se arrependerá, porque, sem lisonja e sem encomenda, affirmamos: é de artistas a companhia Coimbra”¹⁷. Após seis meses com apresentações regulares no Teatro Santa Isabel, a companhia Coimbra reuniu diamantinenses e criou uma companhia de amadores para atuarem no teatro local.

¹⁵ BPELB. Companhia Dramatica. *Sete de Setembro*. Diamantina. 10 maio 1888. n.8. p.2. Grifos meus.

¹⁶ BPELB. Theatro. *O Município*. Diamantina. 17 Fev. 1899. n. 189. p. 3. Grifos Meus.

¹⁷ BPELB. Theatro. *O Município*. Diamantina. 17 Fev. 1899. n. 189. p. 3.

Dois grupos de amadores tiveram destaque nas páginas dos jornais. O Recreio Dramático, inicialmente criado em 1892, mas com atuação efetiva entre 1896 e 1898, e retomando em dezembro de 1899, com o nome de Progresso da Mocidade, com atuação até o ano de 1903. O outro grupo, criado com parte do elenco do Recreio Dramático e com os integrantes da Companhia Coimbra, denominado Companhia Coimbra de Amadores, teve atuação entre os meses de julho a outubro de 1899.

Palcos Comunitários

Fizeram um palco de verdade e elas e os irmãos representaram como se fossem atores. Representaram muito bem e com muita graça. [...] Ontem eles decoraram uma peça e representaram tudo como se fosse dentro de uma casa. João Afonso era o marido, Beatriz a mulher, Sérgio era o hóspede e Hortênsia a criada. Leontino era o cavalo-de-judeu que mudava a mesa e tirava as flores.¹⁸

Helena Morley escreve em seu diário a festa de aniversário de sua tia Aurélia, onde as filhas têm a iniciativa de preparar uma apresentação, que segundo ela foi bem representada. No entanto, não apenas em ocasião de algum aniversário ou demais comemoração os teatrinhos improvisados foram vivenciados por Morley e seus primos. Como de costumes, Helena passava as tardes na chácara da avó, junto com alguns primos e filhos das criadas. Numa tarde de quinta-feira, brincando pelo quintal, resolveram criar uma casa de capim no fundo da horta, que serviu como teatro. Cada um fez o seu próprio boneco, que “saíram tão malfeitos que nós rimos a perder, de vê-los representar”¹⁹.

Em trecho encontrado no jornal *A Idea Nova*, pode-se perceber que o teatro amador também era desenvolvido em outros lugares como foi o realizado na casa de Catão Junior promovido pelas professoras Edésia e Nícia Corrêa Rabello, em que “constou de representações de comédia, monólogos, canções, etc”²⁰ realizados pelos alunos das referidas Senhoras. A apresentação foi armada na sala de visitas, contendo 78 cadeiras que foram ocupadas durante a apresentação, ficando algumas pessoas ainda de pé. Além da programação anunciada para a noite, foi dado ao final o *Cake-walk*, bailado americano dançado por casais. Os jovens encantaram a todos os presentes. Dois meses depois o mesmo grupo realizou outro espetáculo em comemoração ao dia da promulgação da constituição dos Estados Unidos do Brasil e em benefício da primeira turma de alunos da escola mista, mas desta vez a apresentação se deu no Teatro Santa Isabel.

¹⁸ MORLEY, Helena (1880-1970). *Minha Vida de Menina*. Ilustrações Lúcia Brandão. - São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 61-62.

¹⁹ MORLEY. *Minha Vida de Menina*. p. 32.

²⁰ BAT. Festa Infantil. *A Idea Nova*. 18 Nov. 1906. n. 32. p. 3.

O espetáculo iniciou com a banda Diamantinense que tocou a “*Cavatina Allemã*”. Em seguida, subiu-se o pano de boca do teatro, pondo em cena a pintura de Laport, que continha um índio que descansava sua arma de combate ao receber, de um anjo, a lição que dizia “*A instrução é a luz dos povos*”. O hino da instrução foi tocado e cantado por um grupo de meninas e em seguida a banda tocou o hino nacional²¹. Às crianças era ensinado, portanto, o valor da educação, e as mesmas levavam esse ensinamento aos seus conterrâneos. A pintura descrita e a lição nela contida assemelham-se ao pano de cena pintado por Estanislau em 1841.

Um grupo de operários também organizou na cidade uma companhia dramática que apresentou algumas vezes no teatro Santa Isabel. O drama “O Gaspar- O Serralheiro” foi representado por eles, tendo boa atuação e nenhum incidente desagradável²². O salão da União Operária Beneficente também recebia algumas apresentações de teatro, dados em benefício da associação ou da Santa Casa de Caridade, por diamantinenses de famílias abastadas.

Considerações Finais

Dentro o discurso reformador dos costumes, os divertimentos eram largamente recomendados desde que fossem “úteis ao espírito”. Nesse contexto, o teatro era indicado como o principal e mais moderno divertimento local nos anos finais do século XIX até meados da década de 1900. O Teatro Santa Isabel era a escola dos costumes modernos, que deveria ser habitual a sociedade diamantinense civilizada.

Os anos compreendidos entre 1888 e 1904 representaram o período de maior representatividade das artes cênicas em Diamantina, com apresentações no prédio do Teatro Santa Isabel. Entre as companhias itinerantes a Companhia Boldrini & Correa e a Companhia Coimbra, ocuparam significativamente as páginas dos jornais locais. Companhias de amadores criadas a partir de grupos de pessoas diamantinense tiveram importante papel nas apresentações no Teatro Santa Isabel. A literatura francesa e portuguesa eram as principais representadas por elas, ensinando de forma divertidas os costumes europeus ao público. A moralidade católica era outra preocupação que tinham na escolha das peças, sendo representados, muitas vezes, dramas que relatavam a história de algum milagre. Retretas, revistas e algumas peças da história do Brasil eram apresentadas.

O público era envolvido com uma regularidade de apresentações, com espetáculos que variavam de quinta a domingo ao logo dos meses, chegando em certas épocas a apresentações quase que diárias. Pela presença de três diferentes companhias na cidade no mesmo momento.

²¹ BAT. Theatro Infantil. *O Norte*. Diamantina. 28 Fev. 1907. n. 44. p. 2.

²² BAT. Notícia *O Município*. Diamantina. 04 Jan.. 1896. n. 56. p. 3.

Fosse para se divertir, para instruir ou para arrecadar verba, crianças, adultos, irmãos da fé ou operários improvisavam e até mesmo se dedicavam a atuação de peças teatrais. Vivenciadas em diferentes espaços e com a predominância de sujeitos das famílias mais influentes da cidade.

A plateia se envolvia nos diferentes espetáculos manifestando seu agrado ou não com palmas, vaia e pedidos para que suas preferências musicais fossem atendidas. A participação deste se dava, no entanto, de diferentes modos, fosse dentro ou fora do teatro, as classes mais altas tinham destaque e o direcionamento das publicações, sendo os divertimentos uma forma de reafirmação social. As classes baixas, no entanto, apareciam nas entrelinhas, com repreensão e negação a seu comportamento e às vezes com negação à sua participação.

O lazer em Cachoeira e a nova sensibilidade urbana: remodelar as ruas para transformar os costumes (1920-1930)

Rosana de Jesus Andrade

Mestranda em História Local e Regional (UNEB)

Bolsista FAPESB

ro_sfba@hotmail.com

Resumo: Desde o século XVIII, Cachoeira foi um dos principais centros regionais do Recôncavo Sul, dado ao seu desenvolvimento econômico e social. Opulenta e populosa, Cachoeira também despontava como centro de manifestações artístico-culturais. A principal diversão da sociedade cachoeirana nesse período era os saraus das festas das elites que consistiam em bailes noturnos que ocorriam nos sobrados das famílias senhoriais. Dentre as diversões populares, destacavam-se as manifestações afro-brasileiras, com os batuques, candomblés, sambas de roda. Outra diversão que fazia parte do universo cachoeirano nesse período era o jogo de entrudo. Nos primórdios do século XX, a cidade de Cachoeira assistiu a emergência de novos espaços de entretenimento e a inserção de novos hábitos e práticas de lazer no cotidiano da cidade. Entre tais espaços, temos a criação de clubes sociais, esportivos, cívicos-militares, beneficentes e religiosos, e cinema. Pretendemos com esta comunicação analisar o surgimento de novos espaços de lazer na cidade de Cachoeira na década de 1920, a partir da inauguração de uma nova sociabilidade urbana, estabelecido através de um discurso de civilidade e modernidade.

Palavras chave: Lazer, Cotidiano, Civilidade.

Entre as últimas décadas do século XIX, e início do XX, o complexo fumageiro do Recôncavo teve um papel de destaque na economia baiana, sobretudo devido a crise da atividade açucareira. Esta atividade se desenvolveu graças ao investimento das casas comerciais e do capital estrangeiro, principalmente o alemão. Além das manufaturas do fumos foram estabelecidas as primeiras indústrias de artigo do tabaco, tais como charutaria, cigarros e cigarrilhas.¹

Em edição de 10 de julho de 1926, o jornal A Ordem, noticiou as andanças de um dos seus articulistas pelas ruas da Cachoeira visando “ver e conhecer” suas peculiaridades e os progressos da terra. Contudo, segundo o periódico, o repórter se deparou com uma cidade imersa em costumes tidos como ultrapassados em detrimento de uma cidade que se pretendia civilizada. Cenas de atraso, tais como o candomblé, futebol de rua, sambas e cateretês, brigas de galos e vadiagem eram mais comuns do que se pretendia. Essa era a Cachoeira da década de 1920, alguns grupos viviam o sonho do progresso, enquanto os “costumes antigos” eram via de regra, perseguidos e reprimidos. Para

¹ ALMEIDA, Paulo Henrique de. A manufatura do fumo na Bahia. Dissertação de Mestrado em Economia. Campinas: UNICAPM, 1983. p. 27.

além de um olhar impregnado de preconceito, as considerações do articulista nos deixa entrever o cotidiano dos populares, no que se refere a religiosidade, as diversões e ao lazer desse segmento social.²

Cachoeira e São Félix, no início do século XX, possuíam uma relevante praça industrial, com uma variada produção: além das fábricas de charutos, haviam as de bebidas, serrarias, sabão, curtumes, charques, papel, calçados. A presença dessas fábricas, associada às casas comerciais e ao comércio informal propiciava uma intensa circulação de pessoas nas ruas.³ Ao término do trabalho essa massa de trabalhadores reunia-se para divertir-se nas rodas de sambas e batuques: “Ao final de alguns dias de trabalho cansativo, muitos encontravam forças, alegria e fé, para afastar a fadiga e se juntar em “intermináveis” rodas de samba ou cuidar dos preparativos para as festas dos *voduns* e *orixás* nos arredores das cidades.”⁴

Geralmente as ruas eram locais de disputas por espaço seja para o trabalho ou o lazer, o que muitas vezes geravam desordens e discussões, o que desagrava os seus dirigentes e os grupos da elite, que ansiavam inserir Cachoeira nos ideais de civilização e progresso. Os setores populares constantemente eram acusados de ociosidade e vadiagem, violência e feitiçaria, traços que destoavam do ideal de cidade que alguns grupos, representante das elites política, intelectual e econômica pretendiam construir. Além disso, a desqualificação construída quase sempre possuía uma conotação racial, cujos costumes e valores deveriam, segundo o discurso hegemônico da sociedade ser extirpados da sociedade, pois se constituíam um entrave as transformações urbanas e morais. Para Santos:

No entanto, setores da imprensa local estavam dispostos a varrer da cidade essas “heranças do africanismo”. A presunção de tais setores os enfileirava no que consideravam a marcha da civilização, acompanhada de progresso material e cultural. Essa pretensão os levava a acreditar que eles se constituíam como modelos de hábitos adequados ao convívio social, sendo assim portadores de ideias religiosas e costumes elevados, bem como, seriam arautos dos progressos científicos da modernidade. Os “costumes negreiros”, bem representados pelos sambas, batuques e candomblés, deveriam ser extirpados através do uso da força policial, para que dessem lugar a “um século de largo progresso e ampla civilização”⁵

O ideal civilizador era o reverso da moeda dos anseios de transformações urbanas. A intervenção da estrutura física deveria ser acompanhada pela modificação e controle dos

² A Ordem. Cachoeira: 10 de julho de 1926. p. 01.

³ MELLO, Francisco José. História da cidade da Cachoeira. Cachoeira: Radami, 2001.p. 114.

⁴ SANTOS, Edmar Ferreira. Sambas, Batuques e Candomblés em Cachoeira – Ba: A construção ideológica da cidade do feitiço. Dissertação de Mestrado em Estudos Étnicos e africanos. Salvador: UFBA, 2007. p. 27.

⁵ SANTOS. *Sambas, batuques e candomblés*.

comportamentos, costumes e hábitos dos cidadãos, especialmente os pobres e negros. A higienização se constituiu como um projeto social dos setores pobres, pois a pobreza sempre era associada a promiscuidade, a imoralidade e subversão. Procurava-se impedir as manifestações religiosas e lúdicas das camadas populares, assinaladas como incivilizadas.⁶

No âmbito dos discursos de modernização, as reformas urbanas deveriam além da função da transformação material, cumprir um papel pedagógico no contexto do processo civilizatório:

As reformas urbanas modernizadoras deveriam cumprir um objetivo pedagógico sobre os habitantes da cidade, de modo que a exposição pública da nova civilidade por meio dos melhoramentos materiais pudesse ser internalizada pelas pessoas, influenciando-as. Os habitantes cidadãos passariam então a se orientar pelos bons exemplos que elas (as reformas) representavam, abandonando então certos hábitos “ruins” que serviam para contradizer ou negar a civilização. Tem-se nisso mais uma das premissas das reformas urbanas, ela seria um princípio modelar de todo um programa civilizador que se encetava, devendo ser copiado por todos na maneira de se proceder cotidianamente.⁷

Nesse contexto, defendia-se que o asseio e higienização das ruas deveriam ser acompanhados com a moralização dos costumes, expurgando velhos hábitos que maculavam o ideal de civilidade que se pretendia inaugurar em Cachoeira. Entre os elementos a serem eliminados dessa sociedade, os ritos das religiões afro-brasileiras eram uns dos mais combatidos:

As ruas da cidade amanhecem constantemente, pontilhadas de bugigangas insuportáveis, a que vulgarmente se dar o nome de *bozóis*.
É uma intrugice que atenta contra os bons costumes, sacrificando-se às vezes e quase sempre, pobres, pobres animaezinhos que vão servir para o abominável *tempero* dessas provas do pouco asseio e nenhuma hygiene.
A policia poderia “condecorar” alguns dos fabricantes de *bozóis*, na impossibilidade e agarrar todos. (...)⁸

O discurso civilizador em Cachoeira, propagado pela imprensa, era pautado a partir dos princípios do melhoramento urbano, através da demolição das ruínas e construção de prédio em consonância com o novo tempo, bem como o estabelecimento de melhorias na infraestrutura da cidade e o controle do modo de vida da população. Aos pobres e negros restava, segundo o discurso da época trabalhar em prol do desenvolvimento do país, pois de outra forma eram vistos como propensos a propagar pela cidade cenas de ociosidade, incivilidade, vadiagem, criminalidade, não condizentes com os hábitos urbanos tidos como modernos. Os divertimentos populares

⁶ LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. E a Bahia civiliza-se... Ideais de civilidade e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana, Salvador, 1912-1916. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: UFBA, 1996.p. 47.

⁷ LEITE. *E a Bahia Civiliza-se*. p. 15.

⁸ A Ordem. Cachoeira, 03 de fevereiro de 1923.p. 01.

também deveriam ser vigiados e transformados de acordo com o padrão da sociabilidade urbana moderna. Essas medidas se aplicavam aos hábitos e costumes que deveriam ser modificados:

Os hábitos, gestos e falas dos populares eram alvos de rigorosa censura. Para a imprensa eles representavam verdadeiros atentados à moral e aos bons costumes. Assim, os comportamentos deveriam estar alinhados aos padrões culturais europeus. Sendo valorizadas as atitudes consideradas racionais, cultas e moralmente orientadas.⁹

Para imprensa cachoeirana de alto teor de concepções racistas e eugênicas era imperativo que a sociedade cachoeirana fosse livre das heranças de matrizes africanas, especialmente os *candomblés* que eram vistos como os responsáveis degeneração das famílias, pelo atraso da cidade, e até mesmo como degradadora da raça. Os batuques de *Candomblés* em Cacheira atraíam pessoas de vários seguimentos sociais, sendo uma prática da qual participavam indivíduos que exerciam posição de destaque na sociedade:

(...) e assim é que, uma vez por outra, o batuque de um *candomblé* retamplaneia tristemente ao longe, na doce persuasão de que o não ouve a policia. (Aliás, agora, com a vantagem de que o delegado não é adepto desses brodios, a que, noutras epochas, autoridades de ventre prospero compareciam em cacacter official para participar das festanças gordas do fetichismo...) ¹⁰

Ao lado dos *candomblés*, o samba era uma prática cultural amplamente criticada pela imprensa e perseguida pelas autoridades policiais. Além de se constituir como uma opção de entretenimento das camadas populares, era um costume de matriz africana, portanto deveria ser expurgado da sociedade cachoeirana para dar lugar as práticas tidas como civilizadas. Considerada uma prática de sujeitos da “mais baixa democracia”, essa prática acontecia em locais periféricos, de difícil acesso, que acabavam por dificultar a ação de repressão policial:

(...) Sigamos o *reporter* na sua paciente peregrinação vendo com elle SAMBAS E CATERÊTÊS dançados e cantados a toda a força, na solennidade simplissima da mais barata democracia.
Aliás, é mais á noite que, uma duas vezes ao mez, elles apparecem com uma dóse forte da influencia que lhes emprestam as vozes dos altos árbitros da arte de sambar, no entusiasmo característico dos sambistas independentes.
É um dos aspectos mais *commoventes* de alguns pontos da cidade, por onde, naturalmente, a policia tantas vezes necessária para evitar consequências desastrosas, não vae. (...) ¹¹

As perseguições aos setores populares não se restringiam as práticas e costumes dos afro-brasileiros, perpassavam também por outros setores populares, a exemplo das prostitutas que constantemente eram alvo de repressão policial. Estas mulheres eram tidas como sujeitos

⁹ SANTOS. *Sambas, batuques e candomblés*, p. 19.

¹⁰ A Ordem. O que se vê por ahí. Cachoeira: 10 de julho de 1926. p. 01.

¹¹ A Ordem. O que se vê por ahí. p. 01.

indesejados, que destoavam do cenário urbano que se pretendia estabelecer, portanto deveriam ser expurgadas do espaço de convívio das famílias, por representarem uma ameaça a moral e aos bons costumes:

Voltam “elas” ao mercado franco da carne.
O mau comportamento das mulheres de vida airada
Há algum tempo, num gesto louvável, que mereceu geraes encômios, a policia tomou providencias energicas contra as mulheres de vida airada, que se agglomeravam, em verdadeiros batalhões, especialmente nas imediações da praça Teixeira de Freitas e ao longo desta e da avenida.
Ora, hoje em dia com o lindo aspecto dessa praça, a Teixeira de Freitas é um dos pontos mais concorridos da cidade, mesmo porque achando-se ahi localizado o majestoso *Cine Theatro Cachoeirano*, grande é o movimento das exmas. Famílias, que frequentam esse cinema.¹²

O discurso urbanístico e civilizador em Cachoeira era pautado na produção de um espaço próprio, racionalizado, onde qualquer desvio físico, moral ou político deveriam ser suprimidos. Porém, a cidade, como aponta Certeau, é campo fértil para resistências, abrindo espaços para que sujeitos usem de astúcias, se aproveitando dos acontecimentos.¹³ Apesar das perseguições, as prostitutas usavam de estratégias para consumirem os novos espaços urbanos, se aproveitando das brechas deixadas pelas autoridades policiais para se apropriar dos principais pontos da cidade, a saber: a Praça Teixeira de Freitas, as Rua 25 de Março e 7 de Setembro, (penso no mapa aqui) local de convívio das principais famílias cachoeiranas. As principais críticas direcionadas a essas mulheres eram por perturbar a ordem pública, através de comportamentos indecorosos, causando desordens devido a cenas indecentes, dos gritos, palavras de baixo calão:

Fraqueando a acção da policia, que já se havia dado por vencedora na questão, tendo feito decrescer consideravelmente o movimento das *juvens* de vida fácil, fraqueando essa louvável acção da policia, voltaram ellas a agenciar as preferencias de *candidatos*, que tambem se espalham ali, exigindo attenções severas das autoridades policiaes.
Varias reclamações nos têm sido dirigidas nesse sentido; e, noticiando o facto que não pode nem deve continuar, fazemol-o chamando para elle os bons olhos dos encarregados da policia nesta cidade, pois não são pequenas as encenações de indecência, a gritos de nomes injuriosos, que se vêm notando especialmente à rua 7 de Setembro, praça Teixeira de Freitas e rua 25 de Junho, o que destoaria seriamente do bom nome do nosso povo e dos costumes de nossa terra.¹⁴

Outro grupo que era alvo de crítica por perturbar o decoro e a ordem pública era formado por desportistas do futebol. Apesar dessa prática ser sinônimo de civilidade em oposição as diversões populares tidas como selvagens. Em Cachoeira, o futebol foi associado pelo jornalista

¹² A Ordem. Voltam elas ao mercado das carnes. Cachoeira, 13 de agosto de 1924. p. 02.

¹³ CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano: morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1996. pp.189-202.

¹⁴ A Ordem. Voltam elas ao mercado das carnes. p. 02.

como uma forma não tão cortês de demonstrar amor à pátria, pelo contrário era tida como uma prática irracional que deveriam ficar circunscrita aos espaços apropriados, sendo esta ação um mal necessário rumo ao pretense progresso nacional: “Deram há muito tempo os môços para a mania excessiva dos desportos; e não lhes basta praticarem o ponta-pé ou o murro nos campos apropriados, onde elles, fazem os decaptados prodigios de... amor á patria e ao progresso da nação.”¹⁵

Para além do caráter de selvageria, o jornalista segue apontando que os trajes dos atletas, excessivamente curtos e apertados representavam uma afronta a moral da cidade, pois feriam sensibilidade das senhoras de boa índole, que frequentavam os espaços urbanos, ou ainda daquelas que tinham o hábito de ficar nas janelas a observar os transeuntes:

(...) Pelas ruas da cidade, muitos deles passam quasi nús, vestindo úns calçõezinhos muito curtos, muitos apertados, sem respeito menos a pessoas que, ás janellas das casas, muita vez se vêem obrigadas a entrar. Ora, esses moços podem ter eternamente a mania de dar ponta-pé. O que, porém, não é razoavel é que andem assim quasi inteiramente despidos, ferindo, de certo modo a moral publica. (...) Esta nota visa conseguir, pelo menos, desses amigos do progresso a misericórdia de só uzarem suas cuecas de foot-ball nos campos aprppriados, pois existe um, na fronteira da cidade. Si não quizerem fazer-nos esse obsequio, pedido em nome da moral publica é o caso da policia intervir, a favor da moralidade dos nossos costumes.¹⁶

A notícia é concluída com um apelo do escritor ao bom senso dos desportistas, para que a situação não se transforme em caso de polícia. Esta nota, imbuída de julgamento moral, aponta para um choque de valores, de um lado temos uma prática esportiva, símbolo de modernidade e civilidade, em oposição a práticas de lazer e diversões tidas como ultrapassadas. Porém, está prática nesse contexto fere os princípios morais e a boa conduta dos cachoeiranos. Portanto, os almeçados hábitos modernos só são aceitos e aplaudidos na medida em que não agredissem os valores familiares moralmente aceitos e defendidos pela sociedade.

Ao contrário dos jogadores de futebol profissional, ou da elite que eram tolerados por contribuir para o “progresso da nação”, os que praticavam esse esporte nas ruas eram alvo de perseguição das autoridades e dos articulistas do jornal A Ordem. Essa prática, ao ser exercida pelos populares era vista como crime de vadiagem que deveria ser severamente perseguido e combatido, por perturbar a ordem pública, causando danos as residências e aos transeuntes:

(...) O “FOOT-BALL” DE VADIOS já, felizmente, em decadencia, mas, ainda assim, em alguma actividade, arrebrandando uma vez por outra vidraças, cabeças

¹⁵ A Ordem. Andam quasi nús. Cachoeira: 26 de janeiro de 1925. p. 01.

¹⁶ A Ordem. Andam quasi nús. p. 01.

de transeuntes, etc., ou causando sustos longos a quem passa e a quem, por isso mesmo, não pode chegar às janelas de suas casas.

É ainda um habitozinho que dá que fazer á policia, que, perdoando o incommodo, não deve deixar de perseguir o tal *foot-ball*, afim de extinguil-o completamente, em beneficio do socego publico. (...) ¹⁷

Os setores populares em Cachoeira eram constantemente acusados de vadiagem, que era considerada uma grave perturbadora de ordem pública em Cachoeira, sendo amplamente denunciada pelo jornal Ordem. Uma das soluções elencadas para solucionar este problema defendidas pelo periódico era a criação de uma escola profissionalizante na cidade, devido ao grande número de ociosos nas ruas da cidade: “Para reprimir, entretanto, a vadiagem, uma escola profissional é de imediata e urgentíssima necessidade, assente que a população da cidade é enorme, dando uma percentagem vasta de peraltas para perturbar a ordem e a tranquillidade publica.”¹⁸

Outra solução amplamente defendida pelo periódico contra a vadiagem era a ação policial, que através da repressão deveria extirpar das ruas da cidade os ociosos, que tanto causavam perturbação. Nesse sentido, os indivíduos que frequentavam os espaços públicos em horário de trabalho, que não possuíam alguma ocupação eram criminalizados, gerando incômodo aos defensores da moral do trabalho e da tranquilidade dos espaços públicos:

A policia deve voltar a por em pratica suas providencias afim de evitar invasão das ruas pela vadiagem desenfreada, que tantos males causam a população. Será mesmo um grande beneficio prestado á sociedade o limite á parolagem que já tem assumido proporções assustadoras. ¹⁹

De acordo com a imprensa cachoeirana, circunscrita a determinada classe social, a prática da vadiagem, tinha seguidores de todas as idades. Segundo Santos, a vadiagem era tida como um “mau costume” que deveria ser extirpado do seio da sociedade cachoeirana. ²⁰ Portanto, exterminar esse hábito fazia parte da missão civilizadora dos defensores dos ideais da família, do progresso e dos bons costumes:

Já é tempo de melhoramos os nossos costumes. As ruas desta cidade, como as de S. Felix, vivem constantemente cheias de indivíduos de todas as edades, homens e meninos, que não procuram em que se occupar. A policia que os obrigue a trabalhar. Façamos obra de progresso e civilização, declarando guerra de morte á vagabundagem perniciosa e deletéria.²¹

¹⁷ A Ordem. O que se vê por ahi. Cachoeira. p. 01.

¹⁸ A Ordem.. O que se vê por ahi. p. 01.

¹⁹ A Ordem. Perseguição ao jogo do bicho. Cachoeira: 27 de Janeiro de 1926. p. 02.

²⁰ SANTOS. *Sambas, batuques e candomblés*, p. 21.

²¹ A Ordem. Guerra a vadiagem. Cachoeira, 08 de fevereiro de 1928. p. 03.

O grande contingente de indivíduos ociosos abriam espaço para a prática de diversas atividades, tidas como incivilizadas ou até mesmo ilegais. Como é o caso das brigas de galo, que atraía um grande número de pessoas. Contudo, esses locais possibilitava uma circularidade cultural e era um ambiente de sociabilidade, uma vez que essa atividade não era limitada aos vadios ou desocupados como menciona o periódico *A Ordem*, ao lado desses encontrava-se sujeitos pertencentes aos setores abastados da sociedade, os pertencentes a “ultra-democracia”:

É uma das mais gostosas preferencias de grande numero de pessoas, sendo o reducto principal o largo da egrejinha dos Remedios, quando não a *Recuada* e um cubiculo á rua do Sabão, (...) E o que impressionou o *reporter* foram especialmente pruridos commovedores da ultra-democracia, tanto mais quando elle notou a presença de elementos formosos da sociedade burguezamente ou *democraticamente* unidos a vagabundos, desocupados conhecidos, para, provavelmente, os efeitos ds lucros e perdas nas apostas. (...) ²²

A prática de jogos também era uma atividade que não estava em consonância com os novos hábitos urbanos defendidos pela nova conjuntura. Ações tanto da imprensa quanto das forças policiais em Cachoeira eram desenvolvidas no sentido de acabar com essa atividade que segundo o discurso punha em risco a moral e bons costumes dos cidadãos cachoeiranos. Dentre os vários tipos de jogos, o predileto da população era o jogo do bicho, bem como o principal alvo das autoridades. Em 25 de janeiro de 1926, uma ação policial desenvolvida pelo delegado regional Aristides Mendes, resultou no fechamento de diversas casas de jogos e no indiciamento de vários envolvidos. A ação policial era vista como um meio de moralizar os costumes:

Ante hontem, pela manhan, o sr. Dr Aristides Mendes (...) varejou em S. Felix, em companhia di sr. Tenente Isaias Reis, varias casas de jogos prohibidos, fazendo diversas prisões e a apprehensão de roletas *jaburus*, *poules* do *bicho* e outro apretechos.

Egual procedimento teve a ennergica autoridade nesta cidade, momentos depois, fazedo a apreheensão nas casas onde se pratica o jogo, principalmente o celebre *jogo do bicho*, que aqui e em S. Felix campeia ás escancaras, de *poules*, listas e também se algumas armas prohibidas. Alguns *bicheiros*, dos mais graduados no desembaraço e na ousadia do exercitar o afamado jogo, foram chamados á policia, onde prestaram depoimentos perante a autoridade competente. A acção moralizadora dos srs. dr. Aristides Mendes e tenente Isaias Reis tem os melhores applausos da sociedade (...) ²³

A partir dessas cenas cotidianas, podemos observar como os diversos grupos sociais se apropriam dos espaços urbanos, onde muitas vezes tais usos são marcados por conflitos. Temos um grupo que busca construir uma imagem de cidade dentro dos padrões de uma modernidade e civilidade, onde práticas, costumes que não se adequem a essa realidade devem ser eliminados,

²² *A Ordem*. O que se vê por ahí. p. 01.

²³ *A Ordem*. Perseguição ao jogo do bicho. Cachoeira, 27 de janeiro de 1926. p. 03.

nesse sentido, a cidade se constitui o lugar das operações especulativas e classificatórias, pautada por uma dialética de uma gestão funcionalista e uma rejeição daquilo que é desajustado ou não tratável. Como aponta Certeau, a cidade é uma vitrine móvel e permanente, através das práticas cotidianas se forjam criações concebidas de memórias esquecidas. As práticas de seus habitantes criam nos espaços cotidianos múltiplas combinações entre lugares antigos e situações inéditas. É estabelecida portanto, a partir de uma bricolagem de gestos e relatos caracterizados como uma cadeia de operações.²⁴

Desde o século XVIII, Cachoeira foi um dos principais centros regionais do Recôncavo Sul, dado ao seu desenvolvimento econômico e social. Opulenta e populosa, Cachoeira também despontava como centro de manifestações artístico-culturais. A principal diversão da sociedade cachoeirana nesse período era os saraus das festas das elites que consistiam em bailes noturnos que ocorriam nos sobrados das famílias senhoriais.

Dentre as diversões populares, destacavam-se as manifestações afro-brasileiras, com os batuques, candomblés, sambas de roda. Santos, ao refletir sobre o mundo do lazer dos populares em Cachoeira na década de 1920, considera que este divide-se em duas esferas: a primeira consiste nas festas lúdicas cristãs, direcionadas principalmente pelas irmandades católicas, apreciadas pelas classes dominantes, tidas como uma difusoras dos valores morais em consonância com o discurso civilizador. A segunda nas festividades lúdicas profanas, que estavam ligadas as religiosidades de matrizes africanas. Estas, eram tidas como imorais, resultantes da ociosidade, desordens, que geravam conturbação a ordem pública e deveriam portanto, ser duramente combatidas.²⁵

O lazer popular é representado sob um prisma de criminalização, condenado pela suposta incivilidade de sua manifestação, sendo considerada como uma atentado a moral e aos bons costumes. Além disso, as manifestações lúdicas da população negra são duramente criticadas pela imprensa cachoeirana, que era o principal agente de defesa e difusão do discurso civilizador

Nas primeiras décadas do século XX, a cidade de Cachoeira assistiu a emergência de novos espaços de entretenimento e a inserção de novos hábitos e práticas de lazer no cotidiano da cidade. Entre tais espaços, temos a criação de clubes sociais, esportivos, cívico-militares, beneficentes e religiosos. De acordo com Pereira Filho, desde meados do século XIX, os clubes sociais

²⁴ CERTEAU. *A Invenção do Cotidiano*. pp 169-175.

²⁵ SANTOS. *Sambas, batuques e candomblés*. p. 50.

começaram a despontar em algumas cidades brasileiras, singularizando novas maneiras de praticar múltiplas culturas urbanas.²⁶

Dentre estes novos espaços de entretenimento e lazer, destaca-se, “A Desportiva”, que ofertava aos seus associados diversas opções de lazer, tais como bailes carnavalescos, festas de gala, desfiles de moda, campeonatos esportivos, especialmente o remo. Outro espaço criado em Cachoeira, no ritmo das novas sociabilidades urbanas, foi o Tiro de Guerra 499, uma organização civil-militar, que era promotora da educação cívica de diversos jovens cachoeiranos. Essa instituição era participante ativa das festividades da cidades, além de organizar diversos eventos, como torneios e campeonatos, dentre ele de tiro ao alvo era o mais concorrido.

Outra forma de entretenimento entre cachoeiranos em princípios do século XX, foi a imagem em movimento. Dentro do contexto de surgimento de novas tecnologias de entretenimento e lazer, o cinema se destacou como um grande porta-voz da modernidade. Com forte apelo popular, o cinema acrescentou imagem ao som, ou, segundo Hobsbawm, domesticou a imagem em movimento e revolucionou os gêneros de espetáculo de sua era. A observação da vida por meio de uma tela mudou a percepção visual das pessoas e a forma de expressão para arte.²⁷

A primeira experiência dos cachoeiranos com as imagens em movimento data desde o final do século XIX, através do cinema itinerante da *Companhia Edson*, que no ano de 1899, apresentou o *cinematographo* a essa sociedade. A primeira casa de exibição filmica, foi instalada em 1914, com o nome de *Cine Elegante*. Já em 1923 foi inaugurado o Cine Teatro Cachoeirano, que além da exibição de filmes e peças teatrais, se constituiu um dos principais centros de entretenimento e lazer da sociedade cachoeirana. Esse espaço multifacetado incorporou diversas manifestações lúdicas, civis e religiosas, ao seu redor gravitava várias instituições promotoras de diversões em Cachoeira entre as décadas de 1920 e 1930.

Desse modo, as primeiras décadas do século XX foram marcadas pelos anseios de determinados indivíduos de transformação da realidade sociocultural em Cachoeira, inspirados em um discurso modernizador. Estes discursos, resultaram em algumas práticas modernizantes que se expressam através dos novos espaços urbanos, tais como as avenidas alargadas, os jardins grandes, o Cine-Theatro. Estes novos locais passaram a conviver com os as igrejas e seu calendário festivo,

²⁶ PEREIRA FILHO, Figueiredo Hilário. Glórias, Conquistas, Perdas e Disputas: As muitas máscaras dos carnavais de rua em Belo Horizonte (1899 – 1936). Dissertação de mestrado Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

²⁷ HOBSBAWM, Eric. *A era dos Impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. pp. 332-333.

os armazéns, os coretos, as festividades religiosas afro-brasileiras como os batuques e candomblés e os sambas de roda.

As manifestações populares de caráter afro-brasileiras, chocavam-se com a pretensa civilidade que se buscava promover, sendo vista como um mal a ser expurgado de Cachoeira. Apesar da perseguição, estas manifestações seguiam como espaços tradicionais de convivência da sociedade cachoeirana, delimitando, como destaca Ferraresi, o ponto tangencial de múltiplas temporalidades, ritmos e léxicos culturais.²⁸ Novas formas de lazer foram se apresentando dentro da nova realidade proposta pelos ideais de civilização e modernidade, que passaram a conviver com elementos tradicionais de entretenimento e de diversões. Tal interação não se deu de forma harmoniosa, desencadeou alguns conflitos, passando por negociações para que se atingisse um grau uma convivência conciliadora, ao ponto de desenvolver uma relação de complementariedade.

²⁸ FERRARESI, Carla Miucci. Papéis normativos e práticas sociais: o cinema e a modernidade no processo de elaboração das sociabilidades paulistanas na São Paulo dos anos de 1920. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 52.

Simpósio Temático 03: Cultura Intelectual Brasileira (1870-1970)

Thiago Lenine Tito Tolentino

Doutorando
UFMG
thiago_lenine@yahoo.com.br

Raul Amaro Lanari

Doutorando
UFMG
ralanari@gmail.com

Cleber Araújo Cabral

Doutorando em Estudos Literário - FALE
UFMG
clabrac1980@gmail.com

Alexandre Luis de Oliveira

Doutorando em História
PUC-RS
alexandreoliveiraluis@gmail.com

Proposta do Simpósio:

Propomos com este simpósio temático uma reflexão acerca da compreensão e a investigação da cultura brasileira a partir de um diálogo entre distintas manifestações intelectuais - conservadoras, libertárias, progressistas, nacionalistas, católicas, liberais e outras tendências do pensamento. Acreditamos que o conceito de “cultura intelectual brasileira”, ao fazer frente às limitações da clássica perspectiva do pensamento social brasileiro (por demais marcado por uma matriz sociológica), surge como fértil norteador que possibilita abordar as aporias citadas por considerar outros personagens e produções antes não contemplados como legítimos intérpretes da realidade brasileira. Com isso, temos em vista a necessidade atual de se conhecer e reconhecer a sociedade a partir de registros intelectuais variados, sem necessariamente hierarquizá-los, especialmente segundo uma perspectiva científicista e sociologizante. Assumindo uma abordagem histórica, ou seja, marcada por suas temporalidades específicas, consideramos ser possível construir uma espécie de espectro em que essas manifestações intelectuais da elaboração da vivência, seja no registro cotidiano (crônicas, charges, canções, história em quadrinhos, cinema etc) ou no registro

de um pensamento integrado às tradições (como a literatura, filosofia, sociologia, política, direito, partidos políticos etc), se apresentem em constante dinâmica de trocas, conflitos e distinções. Voltado especialmente para as experiências das modernidades e modernismos vividos e produzidos por diferentes segmentos intelectuais, nosso Simpósio Temático procura contemplar as décadas finais do século XIX até a contemporaneidade. Dentro desse escopo temporal, vale destacar os lugares ocupados pelas clássicas interpretações sobre a realidade brasileira, que hoje podem ser vistas como formas de experimentar a modernidade, como, por exemplo, as tradicionais análises que destacaram o iberismo brasileiro (G. Freyre, Sérgio B. de Holanda e R. Faoro), ou sua dependência/marginalidade no sistema capitalista mundial (F H Cardoso e O. Ianni). Entretanto, consideramos necessário lançar um desafio historiográfico que nos possibilite um diálogo com essa tradição, mas que consiga colocar novas questões sob o ponto de vista do presente das pesquisas: seja a partir de pensadores que experimentaram a realidade moderna brasileira atualizando-se segundo a literatura estrangeira, especialmente europeia, mas também Sul e Norte Americana, do século XIX e XX, seja com processos culturais, políticos e sociais que caracterizam modernização dos espaços urbanos brasileiros.

As inspirações francesas do movimento republicano no Brasil (1869-1889)

Dievani Lopes Vital

Doutorando em História
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
dievanilopesvital@yahoo.com.br

Resumo: A pesquisa descrita nesse artigo estuda as inspirações francesas que orientaram a propaganda da parcela republicana do movimento político-intelectual de contestação às estruturas do Império brasileiro, entre as décadas de 1870-1880. Procura-se investigar o significado da França republicana de 1792, 1848 e, principalmente, a de 1870 para o incremento da propaganda do movimento republicano no Brasil, a partir das práticas discursivas dos seus agentes mais destacados, empregando para isso as tipologias disponíveis de registros escritos (jornais, discursos, obras bibliográficas). Parte-se da hipótese de que à medida em que no Império se aproximou as comemorações do Centenário da Tomada da Bastilha houve sim o crescimento da opção por uma saída alternativa, que não foi a reformista, por parte de membros da parcela republicana dos letrados de 1870, a fim de dirimir a “questão do regime” discutida no país. Acredita-se que da tradição republicana francesa veio boa parte do ideal que inspirou os agentes brasileiros na concepção dessa segunda via.

Palavras-chave: movimento republicano brasileiro; repúblicas francesas; revolução.

A proposta de pesquisa histórica descrita nesse artigo surge como extensão de alguns resultados conclusivos, porém ainda muito abrangentes, aos quais chegou o primeiro capítulo da dissertação de mestrado intitulada *Iluminismo e Revolução nas ideias e nas práticas políticas da “Ilustração” brasileira*.

No trabalho citado, buscou-se investigar a apropriação e a ressignificação do ideário iluminista e revolucionário da França, sobretudo através do conceito de secularização, por parte das ideias e das práticas políticas do movimento político-intelectual dos letrados que emergiram nos anos 1870 no Brasil, em contestação à ordem conservadora do Estado imperial.

A partir de análise historiográfica e empírica, chegamos à constatação de que a inspiração proveniente da Primeira República Francesa se sobressaiu em meio às estratégias e práticas de ação adotadas pelos membros do movimento político-intelectual brasileiro visto que comícios, grandes manifestações populares, formação de clubes republicanos, todas essas formas de mobilização da opinião tiveram na República de 1792, em França, o seu primeiro grande exemplo na história.

Diante dessa constatação, foi tomada a consideração de que uma pesquisa, cuja intenção pretenda investigar a contribuição francesa para as ideias e práticas de ação política dos agentes

ligados ao movimento político-intelectual de 1870, obteria maiores resultados se, a partir de então, enfocasse na parcela republicana do movimento, salvo em casos excepcionais como o de Joaquim Nabuco e o de Rui Barbosa, agentes que podem contribuir para uma pesquisa que pretenda aprofundar nessa temática, através de seus relatos de época.¹

Decorrente disso, a pesquisa aqui descrita se propõe a investigar as inspirações francesas que orientaram a propaganda republicana no país através das produções intelectuais de alguns dos mais notórios agentes da parcela republicana do movimento político-intelectual dos letrados brasileiros, que surgiram no cenário da política, da imprensa e da cultura nos anos de 1870 e 1880 do Império, sendo eles: Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo, Lauro Sodré, Assis Brasil, Júlio de Castilhos, Lopes Trovão e Silva Jardim. Entende-se que perscrutar as inspirações francesas da parcela republicana da genericamente chamada “Geração 1870” significa investigar uma característica do processo formativo do próprio movimento republicano brasileiro em si.

Pretende-se investigar as inspirações francesas que teriam orientado o ascendente movimento republicano brasileiro no decorrer dos anos de 1870 a partir da Corte imperial. Outros dois lócus que estão sendo tomados como referencial são as províncias do Grão-Pará e do Rio Grande-Sul a partir dos anos de 1880, isso no que diz respeito tão somente à atuação de Lauro Sodré enquanto uma das lideranças do movimento, no caso da primeira província citada, e à atuação de Assis Brasil e Júlio de Castilhos enquanto republicanos provenientes da segunda.

Vários questionamentos são levantados no que diz respeito à via de adoção e ao modelo de república que os agentes brasileiros ansiavam: O movimento e a propaganda republicana despontam no Brasil no mesmo ano em que ocorre a instauração da Terceira República na França. Atestado factualmente isso, é possível observar relações entre os dois movimentos a partir das produções discursivas dos agentes brasileiros do contexto? Uma vez existentes e identificadas, em que sentido as inspirações francesas puderam orientar o movimento republicano surgido no Brasil, através dos seus mais ilustres agentes, no âmbito de suas produções intelectuais, de suas práticas

¹ Foram analisados os bancos de tese de algumas importantes universidades. No Banco de Teses da UFRJ foi encontrado um trabalho de mestrado próximo à temática que exploramos. Trata-se da dissertação intitulada *Imagens Opostas: a nova linguagem política republicana e a queda do Brasil-Império (1870-1891)*, a qual traz uma abordagem histórica das diferentes propostas republicanas surgidas no Brasil a partir de 1870, e investiga a construção de uma nova linguagem política, por parte dos positivistas, jacobinos e liberais, a fim de deslegitimar o status imperial e legitimar a propaganda republicana. No banco de teses da UFRGS, foi encontrada a tese intitulada *A República e seus símbolos: a imprensa ilustrada e o ideário republicano. Rio de Janeiro 1868-1903*, na qual há uma ênfase dada à simbologia republicana difundida a partir da Revolução Francesa e da República instituída em 1792, isso no que diz respeito à adaptação dessa simbologia por parte dos periódicos brasileiros do período de investigação da pesquisa. No mais, não foi encontrado registro de trabalhos que investiguem, de modo particular e sistematizado, as inspirações francesas do movimento republicano brasileiro, a partir da problemática aqui apresentada.

discursivas? Quais foram seus conceitos centrais? Que concepções de República puderam formular os agentes mais destacados do movimento e de que modo afetaram o seu espaço de experiência?

Qual a contribuição dos movimentos republicanos ocorridos ao longo da história francesa, desde a data de 1792, para o debate encerrado pelos republicanos brasileiros a partir da década de 70 do dezenove, quanto à adoção da forma republicana de governo? Uma vez deparados com o contexto brasileiro das duas décadas finais do Império, quais noções de tempo e de história tinham os agentes do movimento republicano pátrio que voltaram sua atenção para os elementos da tradição republicana francesa? Esses são alguns dos questionamentos iniciais traçados.

Parte-se da hipótese de que à medida em que aproximaram as comemorações do centenário da Queda da Bastilha no Império do Brasil, houve sim o crescimento da discussão em torno da escolha de uma possível saída revolucionária, ou seja, anticonvencional, para dirimir a questão da forma de governo a ser adotado no país, em substituição à monarquia bragantina.

A validação empírica e historiográfica

Alguns importantes trabalhos, tanto no campo da historiografia quanto nos campos da filosofia e da sociologia, enfatizam a notoriedade do referencial da França revolucionária para a parcela republicana do emergente movimento político-intelectual de contestação às estruturas do Império, nos anos setenta do dezenove.

É imprescindível enfatizar que o aparecimento do partido e do movimento republicano no Brasil, no ano de 1870, coincide com a instauração da Terceira República na França (1870-1940), a 4 de setembro, regime que sobreveio à queda de Napoleão III e à do Segundo Império francês, após a fragorosa derrota francesa na batalha de Sedan para as forças prussianas, lideradas e sob o comando de Otto Von Bismark. À luz do exposto, considera-se que os republicanos brasileiros de 1870 estavam diante de um evento cujas especificidades apresentavam-se assaz favorável à divulgação dos seus ideais propagandísticos pró-república no país, em detrimento da forma monárquica de governo.

A importância do estabelecimento da Terceira República na França, sob a presidência inicial de Louis Adolphe Thiers (1871-1873), para a propaganda e os ideais do movimento republicano emergentes no Império do Brasil, durante o período em questão, é constatada em trabalhos historiográficos recentes. Ao estudar a cultura política compartilhada pelos republicanos brasileiros, no contexto da propaganda, e tomando por base o manifesto de 1870, na parte em que destaca as referências à França republicana, Claudia Viscardi assinala que “O modelo constitucional almejado

era o da III República Francesa e não o da monarquia parlamentar inglesa, certamente mais próximo do modelo brasileiro em vigor”².

No trabalho intitulado *A Revolução Francesa e a República Brasileira: aspectos históricos e ideológicos*, o filósofo Ricardo Véllez salienta aspectos do pensamento republicano brasileiro, em que se revela a presença inspiradora da Revolução Francesa. As datas 1789 e 1889 possuem na opinião do autor significados profundos, sendo que a primeira inspira sem dúvida a segunda. Citando propagandistas do porte de Júlio de Castilhos, de Silva Jardim, e documentos políticos, tais como o Manifesto Republicano do Rio de Janeiro (1870) e o do Clube Republicano do Pará (1886), o autor elenca três aspectos nos quais podemos centrar a presença dos ideais da Revolução na propaganda republicana brasileira, quais sejam, a mística republicana, a crítica ao absolutismo e aos privilégios monárquicos, e a defesa dos direitos do homem e do cidadão³.

Citando Tilly, que vincula a ideia de “repertórios de contestação” às formas de ação política surgidas em meio aos movimentos de fins do Século XVIII, os quais forneceram aos movimentos sociais desde então os meios de manifestação pública para suas reivindicações através de comícios, associações temáticas, passeatas e greves, Ângela Alonso afirma que o reformismo, a nossa “Ilustração Brasileira”, foi buscar neste repertório as suas estratégias de ação, as suas formas de organização e de mobilização. Entre as formas contenciosas nas quais se inspirou o movimento, a autora inclui as do republicanismo francês⁴. Nessa abordagem profícua à discussão que desenvolvemos, constatamos que a autora nos deixou uma lacuna a ser preenchida, ao não ter especificado em qual fase do republicanismo francês o movimento oitocentista brasileiro teria se inspirado.

Através da descrição que a autora enceta, é possível acenar para a possibilidade de se tratar da matriz francesa do republicanismo que havia caracterizado a Primeira República na França (1792). Uma vez destacada essa questão, torna-se mister ressaltar que o republicanismo francês, aquele que serviu de referência para os letrados brasileiros no final do Império, proviera de dois modelos inspiradores: o da Primeira e o da Terceira República Francesas. Enquanto que na França da Primeira República (1792-1804) foi criada a linguagem da matriz francesa do republicanismo,

² VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889). *Tempo*, [S.I], n. 18, v. 32, p. 149-150, 2011.

³ Para maiores detalhes ver: RODRÍGUES, Ricardo Véllez. *A Revolução Francesa e a República brasileira: aspectos históricos e ideológicos*. (Este artigo foi escrito em 1989 e serviu como texto para uma palestra comemorativa dos 200 anos da Revolução Francesa, pronunciada no Departamento de Filosofia da UFRJ. Informações concedidas pelo próprio autor).

Disponível em: www.ecsbdefesa.com.br/fts/ARFRP.pdf de RV RODRÍGUEZ. Acesso em: 28 ago. 2015.

⁴ TYLLY *apud* ALONSO, A. **Crítica e Contestação**: o movimento reformista da geração 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15 n. 44, 2000. p. 50-1.

linguagem esta que se tornou um marco definitivo no pensamento político moderno, e igualmente um referencial para o processo formativo de regimes livres e autônomos, foi na Terceira República (1870-1940) que essa linguagem ganhou assento institucional⁵.

José Murilo de Carvalho é quem destaca em qual dos dois modelos de república francesa as formas de ação coletiva citadas, inspiradoras do movimento político-intelectual brasileiro, mormente da sua parcela republicana, estavam mais presentes.

A imagem da Primeira República se confundia quase com a da Revolução de 1789, da qual se salientava principalmente a fase jacobina, os aspectos da participação popular [...]. Era a república dos clubes populares, das grandes manifestações, do Comitê da salvação pública. Era a república das grandes ideias mobilizadoras do entusiasmo coletivo, da liberdade, da igualdade, dos direitos universais dos cidadãos⁶.

Ainda em um trabalho anterior, José Murilo indica que na época do advento da República brasileira a revolução de 1789, na França, era o mais poderoso exemplo de explosão popular no âmbito político. A inspiração revolucionária era forte entre os jacobinos e, em grau ponderado, entre os positivistas ortodoxos. O autor mostra como que os propagandistas do novo regime buscaram no universo simbólico recursos através dos quais pudessem manipular o imaginário do povo, tendo em vista obter sua adesão. Segundo J. Murilo, as descrições da época trazem referências ao costume dos republicanos brasileiros de cantarem a Marselhesa, de representarem a República com o barrete frígio. Com efeito, por meio de suas ondas revolucionárias de 1789, 1830, 1848, 1871 a França oferecia um rico material de natureza simbólica para os republicanos brasileiros que se voltavam para ela como fonte inspiradora⁷.

Essa vasta produção, conforme ele indica:

[...] passa pela bandeira tricolor e pela Marselhesa, tão carregadas de emoção; pelo barrete frígio, símbolo da liberdade; pela imagem feminina e pela árvore da liberdade; pelo tratamento de cidadão, de enorme força igualitária; pelo calendário revolucionário iniciado em 1792, esforço de marcar o início de uma nova era; pelas grandes festas cívicas como as da Federação de 1790 e do ser Supremo de 1794, grandes ocasiões de comunhão cívica. Poder-se-iam acrescentar ainda vários símbolos e alegorias menores, como a balança, o nível, o feixe, o leme, a lança, o galo gaulês, o leão, etc.⁸.

⁵ BIGNOTTO, Newton. *As aventuras da virtude: as ideias republicanas na França do século XVIII*. São Paulo: Companhia das letras, 2010, p. 361-62.

⁶ CARVALHO, José Murilo. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. BH: editora UFMG, 1998 p. 86.

⁷ CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. SP: Cia das Letras, 1990 p. 10, 11, 12.

⁸ CARVALHO. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*, p. 12.

O autor, para além de indicar essa forte presença simbólica da Revolução no imaginário republicano brasileiro, ressalta também o entusiasmo de propagandistas, como Silva Jardim, pelo discurso revolucionário, entusiasmo esse que crescia na proximidade do Centenário da Revolução de 1789. Para o autor, os radicais da República eram os propagandistas da revolução no Brasil. Eles a pediam que viesse no Centenário da “Grande” Revolução de 1789. Ansiavam pelo povo nas ruas, pediam a morte do príncipe-consorte da princesa herdeira do trono imperial dona Isabel, uma vez que Gastão de Orléans, o Conde d’Eu, era um nobre francês. E ainda cantavam a marselhesa pelas ruas⁹.

A. Alonso afirma que, apesar dos contestadores terem negado as formas violentas de mudança, como a Revolução Francesa, preferindo antes a propaganda e a persuasão, a retórica da revolução popular “surgia de forma legítima em ‘situações extremas’”¹⁰. Assim como José Murilo em seus trabalhos, a autora também ressalta o fato de os grupos republicanos do movimento terem reapropriado “(...) como ideário contramonárquico os símbolos e os lemas da Revolução (...)”¹¹. A legitimidade de uma possível via revolucionária chegaria ao seu ponto máximo no Centenário da Tomada da Bastilha, na data de 14 de julho de 1889, a qual foi marcada por “(...) eventos apoteóticos na Corte, em São Paulo e no Rio Grande do Sul”¹², conforme nos indica a autora.

Por conseguinte, consideramos que a presença dos elementos do aparato simbólico da Revolução nas práticas de mobilização da parcela republicana dessa elite letrada brasileira, que contestou em finais do século a ordem imperial edificada pelos conservadores nos anos 1840, representa a presença dos elementos retóricos da linguagem da própria Revolução nas mentes e no discurso propagandístico dos republicanos brasileiros, pois como destaca Lynn Hunt ao estudar a cultura política criada pela revolução: “(...) no longo prazo as formas simbólicas ofereceram continuidade psicológica à experiência revolucionária. Seus símbolos e rituais deram *longue durée* à Revolução. Eram os lembretes tangíveis da tradição secular do republicanismo e da Revolução”¹³.

Como bem ressalta Maria de Mello acerca dos anos de 1888 e 1889:

Acontecia ainda haver uma verdadeira adoração pela Revolução Francesa, aqui comemorada todos os anos. Efeméride que não passava despercebida por quase nenhum periódico. A ‘marselhesa’ acompanhava quase todas as manifestações liberais de rua e, muito especialmente, as de teor republicano¹⁴.

⁹ CARVALHO. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*, p. 9-15, 26.

¹⁰ ALONSO, Ângela. *Ideias em Movimento: a Geração de 1870 na crise do Brasil Império*. SP: Paz e Terra, 2002 p. 262.

¹¹ ALONSO. *Ideias em Movimento*, p. 294.

¹² ALONSO. *Ideias em Movimento*, p. 319.

¹³ HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. Trad. Laura Teixeira Motta. SP: Cia das Letras, 2007, p. 80.

¹⁴ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: Cultura democrática e científica no final do Império*. RJ: Editora FGV: Editora EDUR, 2007 p. 197.

Salvaguardadas as abordagens apresentadas, um dos propósitos ao qual se predispõe a investigação aqui descrita consiste em dar mais fundamentos empíricos e uma sistematização particular à temática que analisa as inspirações francesas que orientaram o movimento republicano brasileiro. Nota-se a carência de trabalhos na busca de uma análise empírica mais acurada e delimitadora da relação entre o movimento republicano no Brasil e o advento da Terceira República na França, e do comportamento assumido pelo movimento republicano pátrio diante da “questão do regime” na proximidade das comemorações do Centenário da Queda da Bastilha. Percebemos a carência de um estudo empírico que explique como que num ambiente intelectualmente dominado pelo positivismo, uma filosofia de viés conservador e antirrevolucionário, alguns dos nossos letrados se apropriaram das ideias republicanas da França revolucionária a fim de persuadir sobre a necessidade de mudança de regime para o país.

Percebe-se a carência referida acima principalmente diante da importante ênfase que é dada à defesa pela adoção do modelo federal republicano estadunidense, tanto pelos próprios agentes republicanos coevos, como no caso dos republicanos paulistas, quanto pelos estudos sobre o assunto¹⁵. Modelo aquele aliás que saiu em boa parte vitorioso na Constituição de 1891.

Portanto, a partir das problemáticas que foram levantadas, a análise da pesquisa aqui descrita busca realçar, com base no estudo das fontes já selecionadas, os matizes franceses do movimento republicano pátrio, ou seja, o positivista (entende-se cientificista) e o jacobino¹⁶. Os modelos inspiradores da Terceira e da Primeira República francesas, respectivamente. Quiçá, o modelo da Segunda (1848-1851).

Atentos a isso, evoca-se duas importantes testemunhas epocais que validam a argumentação sobre a apropriação e a ressignificação do imaginário republicano da França revolucionária pela

¹⁵ Sobre a importância que teve o modelo estadunidense para os republicanos brasileiros, sobretudo para os de procedência paulistas, e para a organização do poder do novo regime no Brasil, adotado a partir de 1891, ver: CARVALHO, José Murilo. *Pontos e Bordados...*, op. cit., p. 92-3; PAMPLONA, Marcos A. *Revolutas, Repúblicas e Cidadania*. Nova York e Rio de Janeiro na consolidação da ordem republicana. RJ/SP: Record, 2003, cap. 4. Ver também: COSER, Ivo. O Conceito de Federalismo e a Ideia de Interesse no Brasil do Século XIX. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 51, n° 4, 2008, pp 941 1 981.

¹⁶ Enquanto doutrina filosófica progressista criada pelo filósofo de Montpellier Augusto Comte, o positivismo foi sobrejamente influente sobre os militares e sobre a elite letrada brasileira, formada nas Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife, no final do século XIX. Para Sérgio Buarque, o positivismo no Brasil, tal como se generalizou entre nós, não era uma doutrina monolítica já que o mestre além de ter deixado vários seguidores e discípulos, que inclusive seguiram depois caminhos próprios, não raro heterodoxos, também deixara obras escritas em épocas diversas passivas de várias interpretações. Assim, o autor entende que o papel político predominante não foi tanto da filosofia, da seita, ou da religião, mas sim o estado de espírito e o clima de opinião que passou a contaminar vastas camadas do país (HOLANDA, Sérgio Buarque. *Do Império à República*. ed. 7. Rio de Janeiro: 2005, p. 333, t. II; v. 7). Sobre a apropriação do vocábulo “jacobino” pelos republicanos brasileiros do contexto de transição do Império para a Primeira República, ver: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JACOBINISMO.pdf>. Acesso em: 18 julho 2016.

parcela republicana da consciência letrada que emerge na década de 1870, em contestação à ordem conservadora do Império edificada durante o Segundo Reinado. Trata-se de Tobias Menezes Barreto (1839-1889) e Rui Barbosa (1849-1923). Ambos validam empiricamente a importância da investigação proposta.

Do advogado e político sergipano Tobias Barreto, toma-se à luz de comprovação um trecho isolado do prefácio de *Estudos de Direito*, obra publicada em 1892. Organizada pelo contemporâneo de Tobias Barreto, o sergipano Silvio Romero (1851-1914), e a seu pedido, a obra agrega manuscritos, impressos e todos os escritos jurídicos elaborados por Tobias Barreto nos anos 70 e 80 do dezenove, apesar de ter sido publicada após a queda do Império. Silvio Romero nos explica através da página quarenta e quatro (44) das *Questões Vigentes de Filosofia e de Direito*, citada no prefácio de *Estudos de Direito*, o fato de Tobias Barreto não ter simpatizado em vida com a política alemã, preferindo somente contemplar o país germânico. Transcrevendo parcialmente Tobias Barreto, Silvio Romero expõe ao leitor o vínculo que o seu contemporâneo enxergava haver entre o republicanismo francês e o brasileiro:

[...] a *Republique française* não está no meu programa. Sou pouco afeiçoado ao *cancan*, em qualquer de suas manifestações. Isto destoa, bem sei, da intuição comum, ainda que ela não seja das mais seguras. O republicanismo brasileiro é um belo pedaço de literatura francesa [grifo nosso]. [...] é a verdade tal qual sinto e aproveito a ocasião para repeti-la.¹⁷

A despeito de não apontar à qual tradição do republicanismo francês se vincula o republicanismo brasileiro, seja qual for, o da Primeira ou o da Terceira República, o fato é que Tobias Barreto vincula a inspiração do movimento nacional de finais do Império à literatura de um movimento que, como já sabemos, teve início na França, particularmente, a partir da data de 1792. Em suma, a um movimento cujos princípios foram institucionalizados naquele país europeu no século XIX, a partir do estabelecimento da chamada Terceira República na década de 1870, no mesmo momento em que começava a despontar no Império do Brasil o movimento republicano pátrio. Observemos o trecho em que Tobias Barreto expõe sua pouca afeição à *Republique Française*. Nesse trecho, ele afirma que essa desafeição destoava daquilo que era uma “intuição comum”. Ou seja, sua desafeição ia à contracorrente de uma intuição que era geral no momento em que vivia.

O advogado e jornalista soteropolitano Rui Barbosa (1849-1923) é a outra voz epocal que permite sustentar a validade da pesquisa que iniciada. Em um escrito registrado, porém não datado, Rui Barbosa explicita nítida e criticamente ao leitor que:

¹⁷ BARRETO, Tobias. *Estudos de Direito*. Publicação Phostuma dirigida por Silvio Romero. Rio de Janeiro: Laemmerte & C. – Editores proprietários, 666, Rua do ouvidor, 1892, p. XIII.

A compleição política de nossos republicanos era essencialmente francesa, francesa as suas idéias, franceses os seus modelos. A aspiração que os animou era a da liberdade tempestuosa e precária, que a França revolucionária de 1789, 1848 e 1870 imbui o espírito da família latina; uma liberdade perpetuamente oscilante entre a revolução e a ditadura. Homens públicos nutridos desse mau leite não podiam assimilar facilmente o gênio das instituições americanas, penetrar-se realmente da intuição de um sistema em que o governo se veja limitado pela justiça.¹⁸

Esse pensamento de Rui Barbosa quanto à incorporação dos moldes da tradição republicana francesa pelo movimento republicano brasileiro de finais do dezenove, mesmo não datado, permiti-nos desprender que o seu autor o elaborou num momento posterior. O emprego do verbo “ser” no pretérito imperfeito do indicativo demonstra-nos a impressão que essa característica do movimento pátrio deixara gravada na memória de Rui Barbosa. Atenhamos igualmente que Rui Barbosa, de uma maneira generalizante, não nos aponta exceção dentro do republicanismo brasileiro quando fala da inspiração francesa que teria orientado a “compleição política” dos agentes do nosso movimento, em prejuízo da natureza das instituições do continente.

Um propagandista chama a atenção. O fluminense Silva Jardim (1860-1891) talvez seja de fato o maior exemplo entre os propagandistas do movimento republicano pátrio de fins do dezenove a expressar essa afinidade francesa. Tendo rompido com a ala do Partido Republicano, que defendia a transição da monarquia para a república por meio da reforma, ala liderada por Quintino Bocaiúva, e uma vez entendendo a necessidade de preparar a nova força política em que se constituía aquilo que podemos chamar de ‘opinião pública’, o propagandista tornou um lugar comum comparar o trajeto histórico brasileiro ao francês. Para ele, era no Centenário da Revolução Francesa que deveria se dar a “Revolução Brasileira”¹⁹.

Considerações finais

Indo à contracorrente de trabalhos historiográficos sobre o movimento republicano no Brasil, que enfatizam unicamente o caráter conservador do processo que levou à transição do Império para a República no Brasil, a pesquisa descrita nesse artigo trabalha com a hipótese de que houve sim o crescimento da opção por uma saída alternativa, que não foi a reformista, por parte da parcela republicana dos letrados de 1870, a fim de dirimir a “questão do regime” discutida no país, no âmbito de uma situação configurada à medida em que avançou a penúltima década do

¹⁸ *Pensamentos de Rui Barbosa*. Coligidos e prefaciados por Moysés Horta. SP: Irmãos Marrano; Livraria do Globo, [19-?], p. 41.

¹⁹ Ver: JARDIM, Silva. *Carta Política ao Paiz e ao Partido Republicano* (Publicada n’ O Paiz em 6 de janeiro de 1889). Rio de Janeiro: Imprensa Mont’ Alverne – Rua da Uruguayana n. 43., 1889 (Centenário da Grande Revolução), p. 20. Sobre a importância da Revolução Francesa para o pensamento e ação de Silva Jardim, ver: LIMA, Heitor Ferreira. *Perfil político de Silva Jardim*. SP: Editora nacional; Brasília: INL, 1987, p. 13

dezenove. A escolha por uma saída não convencional para o impasse passou a ser manifesta na linguagem, no debate e na intenção dos agentes, se necessário fosse recorrer a ela. Para essa escolha por parte dos agentes que assim se posicionaram, considera-se que a herança secular do ideário republicano francês assumira uma conotação referencial, seja em sua aceitação ou em sua negação.

A regressão nacional: a República no pensamento monarquista-católico

Flávio Raimundo Giarola

Doutor em História

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)

flaviogiarola@yahoo.com.br

Resumo: A proclamação da República causou a reação política imediata de diversos monarquistas e católicos que não concordavam com o fim do Império e com a implantação de um regime político considerado estranho às tradições nacionais. Esta reação, não se fez apenas no nível da atuação direta contra o governo, ela também se deu no âmbito do discurso nacional, no qual os monarquistas desenvolveram uma série de representações que idealizavam o passado e, ao mesmo tempo, condenavam o presente. Militarismo, fim das liberdades civis, aproximação com nações incompatíveis com a índole do brasileiro e o fim do vínculo arduamente construído com a Igreja de Roma eram aspectos que diagnosticavam o estado doente do país. A civilização havia chegado a seu fim com a República e a rota em direção ao progresso, lentamente projetada pela monarquia, tinha sido destruída. Sendo assim, o objetivo de nosso trabalho é analisar os argumentos deste tipo utilizados por um grupo de intelectuais monarquistas liderados por Eduardo Prado, que se empenharam em mostrar o estado caótico do governo republicano.

Palavras-Chave: Monarquistas, católicos, nacionalidade

Em 1899, o diretório monarquista do Rio de Janeiro – que contava em suas fileiras com nomes do porte de Visconde de Ouro Preto, Carlos de Laet, Afonso Celso, entre outros – decidiu lançar uma obra de alcance nacional contra o regime republicano. Aproveitando-se da ocasião em que a República comemorava seu décimo aniversário, a publicação pretendia denunciar os “males” causados pelo regime nas instâncias política, econômica, jurídica, administrativa e social. Os idealizadores intencionavam fazer um paralelo entre o Brasil antes do 15 de novembro e sua situação após o “golpe militar”. A ideia foi concretizada, sendo publicados dois volumes em fins de 1899, quatro em 1900 e outros dois em 1901, sob o nome de *A década republicana*, se tornando a arma mais eficiente da propaganda monarquista no período.¹

Os artigos escritos para as edições reiteravam uma série de discursos que vinham sendo divulgados pelos restauradores desde a queda da Monarquia: o retrocesso da economia, a prejudicial separação entre Igreja e Estado, o fim da liberdade de imprensa, a crise nas instituições políticas, entre outros.² Nascidos e criados no Império, idealizavam o passado recente, de ordem e

¹ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 177.

² Janotti aponta o artigo escrito pelo General Cunha Mattos sobre o Exército como um caso especial. Até então, o militarismo era um dos principais pontos utilizados pelos grupos monarquistas contra o regime. Contudo, após 1897, os ataques se tornaram apenas pessoais, exemplo significativo da posição de alguns monarquistas, que viam na aliança

tranquilidade, em contraste com o momento que viviam, de desmandos, confusões e arbitrariedades.³ Baseavam-se na tradicional perspectiva restauradora segundo a qual o regime monárquico dera ao país setenta anos de paz interna e externa, garantindo a unidade nacional, o progresso, a liberdade e o prestígio internacional. Como destaca Emília Viotti da Costa, para eles uma “simples parada militar substituíra esse regime por um outro instável, incapaz de garantir a segurança e a ordem ou de promover o equilíbrio econômico e financeiro e que, além de tudo, restringia a liberdade individual”.⁴

Todas estas críticas já vinham sendo expostas pelos diversos grupos de monarquistas espalhados pelo Brasil. Um grupamento específico de monarquistas-católicos, nucleados em São Paulo e liderados por Eduardo Prado, contudo, utilizaram estas críticas de maneira que se integrassem a um discurso nacional e histórico específico. Para eles, a visão quase apocalíptica do presente republicano se opunha à imagem idílica do passado nacional. Os discursos negativos quanto ao hoje republicano mostravam uma cisão no processo linear de civilização e progresso nacional, um rompimento com as tradições brasileiras, em prol de um regime de governo alienígena que teria imposto a anarquia e o militarismo à nação. Como fica claro na afirmação de Nabuco em seu diário: “cada vez me convenço mais de que a civilização no Brasil acabou com a monarquia”.⁵

Neste contexto, o principal aspecto da crítica monarquista-católica foi quanto ao estabelecimento de uma ditadura militar no Brasil. O Império era percebido pelos restauradores como símbolo de identidade nacional, uma vez que se destacava como um sistema político único na América Latina. A proclamação da República, entretanto, teria introduzido na nação um sistema que havia levado os países latino-americanos a sucessivos golpes militares e à ascensão de seguidos governos pessoais sem legitimidade. Aos olhos monarquistas, os governos de Deodoro da Fonseca (1889-1891) e de Floriano Peixoto (1891-1894) apenas confirmavam essa direção obscura, conduzida pelo Exército, que o país estava tomando após o fim do Império.

Eduardo Prado se posicionara contra a “ditadura militar” imediatamente após o golpe de Estado que tirara Pedro II do poder. Com o pseudônimo de Frederico de S., utilizou a *Revista de Portugal*, dirigida por seu amigo Eça de Queirós, para escrever diversos artigos contestando as realizações do novo regime.⁶ A principal delas seria a instauração de um período de terror inédito

com setores do Exército a única possibilidade de realizar-se a revolução restauradora (JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*, p.204).

³ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.164.

⁴ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 2010, p. 395.

⁵ NABUCO, Joaquim. 17 de outubro de 1893. IN: NABUCO, Joaquim. *Diários (1873-1910)*. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2006, p. 326.

⁶ Seis destes artigos foram posteriormente publicados no livro *Fastos da ditadura militar no Brasil* (1890).

até então no Brasil, no qual as liberdades civis viam-se ameaçadas diante da atuação violenta do Exército:

O poder armado dos soldados e dos marinheiros, não tem outro limite além da sua vontade. E o regime da suspeita, da delação, as cenas de perseguição política, cidadãos eminentes transportados pelas ruas entre as baionetas, espetáculos desconhecidos da população brasileira, tudo mostra que está destruída a civilização política do país.⁷

O fundamento do discurso de Prado é o confronto entre presente e passado. O hoje é inédito, porém é um ineditismo ruim, pois contrasta com a tradição pacífica e tolerante que caracterizava a nação até 1889. O autor também estava demarcando modos de civilização, ou seja, opunha um tipo de civilização que não se adequaria aos trópicos, a República, a uma civilização propriamente brasileira, fundamentada no ideal de pacificidade personificado na figura mítica de Dom Pedro II e na Monarquia. Como ressalta Carlos Henrique Armani, a República era militarista, anarquista, atea e bacharelesca, razões suficientes para considerá-la uma espécie de não ser do Brasil, na medida em que este seria, nas suas palavras, politicamente organizado, pacifista e cristão.⁸

Prado definia o militarismo reinante no Brasil como regime político baseado na ditadura dos grupos militares, que impõe sua vontade através da censura, da perseguição política e do cerceamento das liberdades individuais. “O militarismo político é arbitrário, é despótico, é agitado, é destruidor da confiança e da liberdade e só existe quando o exército não possui disciplina”.⁹ No Brasil, o conceito, para os restauradores, correspondia a uma fase fatal e estacionária do desenvolvimento do país. Aliada ao sistema republicano, o militarismo significava a diminuição do prestígio da “raça nacional”, que se tornara no presente aquilo que combatera no Paraguai: costumes “semibárbaros” de uma política baseada na ditadura militar.

Com isso, Eduardo Prado percebia um cenário de desilusão que, se não fosse corrigido rapidamente, levaria o país ao fracasso e à regressão de todo o avanço civilizatório conseguido até então. Neste sentido, o regime do militarismo ditatorial, no Brasil conduziria inevitavelmente ao enfraquecimento nacional e à desorganização social. Isto porque lhe faltaria as duas condições indispensáveis à vida normal dos governos entre os povos civilizados: a liberdade para os cidadãos e a sanção popular para os atos do governo.¹⁰

⁷ PRADO, Eduardo. *Fastos da ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Livraria Magalhães, 1923, pp. 27-29.

⁸ ARMANI, Carlos Henrique. O tempo transitivo da nação: apontamentos sobre o Brasil republicano no pensamento de Eduardo Prado. IN: *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 164-177, jul-dez, 2010, pp. 164-165.

⁹ PRADO, Eduardo. *Fastos da ditadura militar no Brasil*, p. 77-78.

¹⁰ PRADO. *Fastos da ditadura militar no Brasil*, p. 94.

De fato, a conjuntura conturbada dos anos iniciais da República favorecia esse tipo de representação que colocava o novo regime como um recuo no desenvolvimento nacional. De acordo com Renato Lessa, os primeiros anos republicanos se caracterizaram mais pelo vazio representado pela supressão dos mecanismos institucionais próprios do Império do que pela invenção de novas formas de organização política.¹¹ Deste modo, ficava evidente uma aparência de desordem que ajudava na idealização do Império como espaço de ordem política e de manifestação das liberdades.

A perspectiva monarquista ganhou novos argumentos com a sucessão presidencial entre Deodoro e Floriano Peixoto, fato que aumentou a crise institucional e o radicalismo dos grupos envolvidos, chegando aos contornos da guerra civil.¹² Como assevera Elio Chaves Flores, partiu dos parlamentares a decisão de conceder plenos poderes ao Executivo para combater as revoltas e “consolidar” o regime republicano, o que não foi dispensado por Floriano, que usou seus poderes excepcionais para enfrentar as oposições armadas que se alastravam no Distrito Federal e em várias unidades federativas.¹³ No entanto, aos olhos monarquistas, tal situação significava a confirmação da tendência republicana ao poder pessoal e ditatorial. Era a confirmação da situação caótica pela qual o país parecia estar condenado.

No governo Floriano, o complicado cenário da política nacional agravou-se ainda mais. Deodoristas, florianistas, militares, civis e monarquistas desentendiam-se, aumentando a insegurança reinante na Capital Federal. O próprio corpo diplomático somente transitava de Petrópolis ao Rio de Janeiro com salvo-conduto, na época denominado de passaporte. Corriam boatos de que se preparava um próximo levante monarquista, irritando cada vez mais os grupos militares e populares.¹⁴

Floriano era, para os restauradores, a encarnação do militarismo, imagem favorecida pelo principal grupo que o apoiava: os jacobinos. Defensores de um centralismo em torno do presidente, baseado no militarismo, no nacionalismo e no combate aos ideais monarquistas,¹⁵ os jacobinos completavam o panorama de radicalização política no Brasil. Para Nabuco, a preponderância do Jacobinismo sublinhava o perigo revolucionário do governo de Floriano Peixoto. Obviamente, a

¹¹ LESSA, Renato. A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina. IN: CARVALHO, Maria Alice Resende de (Org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

¹² FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excluyente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 60.

¹³ FLORES, Elio Chaves. *A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso*, p.61.

¹⁴ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*, p. 50.

¹⁵ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República...*

revolução a que o autor se referia seria uma revolução apoiada no Exército, que implantaria o “terror” definitivo na nação, aproximando-se, neste ponto, do período da Revolução Francesa que dava nome aqueles grupos urbanos favoráveis ao presidente. Não se configuraria, porém, em uma revolução popular de esquerda.

O jacobinismo era, para os monarquistas, o símbolo maior do fim das liberdades civis na República, pois não deixavam garantia nenhuma para os homens que eles julgavam capazes de fazer mal ao novo regime. Aliado a isto, os boatos de execuções de “inimigos de Estado” enchiam os discursos dos restauradores, representando o medo que eles mesmos vivenciavam naquele momento, como pode ser percebido no trecho da carta de Joaquim Nabuco ao Barão do Rio Branco, em 17 de janeiro de 1892: “No Recife não morreram menos de 156 pessoas no último conflito e no Rio diz-se que tem sido fuzilados muitos marinheiros nacionais. A época é de perfeita anarquia, e os mais ousados são os que mais conseguem.”¹⁶

O próprio Joaquim Nabuco sintetizou todos os fatores do Governo Floriano que assombravam os restauradores e ampliavam a nostalgia pelo passado recente perdido. De um lado estava a questão econômica, cujos principais pontos seriam o perigo da bancarrota, da carestia e da miséria pública, agravadas pela “prodigalidade da sua administração militar, com a irresponsabilidade financeira que chegou a reivindicar para si e os seus agentes, com a cifra fantástica da guerra civil, com a desorganização que introduziu no Tesouro e em todos os serviços”.¹⁷ Na política, o medo era diante da já mencionada tirania, do militarismo e da revolução, que, segundo os restauradores estavam associados à pessoa de Floriano e à sua forma de gerir o Estado. Por fim, havia a quebra da soberania nacional, após a intervenção estrangeira na Revolta da Armada, fator que motivou Nabuco a escrever um livro sobre o tema (*A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893*).¹⁸ Para o autor, a situação desastrosa do país poderia ser resumida pela “sua fronteira aberta e anarquizada, a sua Marinha de guerra destruída, as suas finanças arruinadas, a sua união abalada, a sua altivez humilhada pela sensação de tirania”.¹⁹

Sob o governo de Prudente de Moraes (1894-1898), houve restrições menores às atividades monarquistas do que com Deodoro ou Floriano. Os restauradores puderam erguer centros no Rio

¹⁶ NABUCO, Joaquim. Ao Barão do Rio Branco. IN: *Cartas a amigos*. Volume I, São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, p. 209.

¹⁷ NABUCO, Joaquim. *A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893*. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 139.

¹⁸ Segundo Nabuco, o governo republicano havia aberto mão do princípio da soberania para pedir e aceitar a intervenção estrangeira, submetendo-se às decisões de um conselho de comandantes estrangeiros encarregados de regular as condições do conflito supracitado. “Isto quer dizer que as capitulações com o estrangeiro, quaisquer que fossem, pareciam preferíveis ao menor ato de tolerância para com os adversários políticos” (NABUCO, Joaquim. *A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893*, p. 85).

¹⁹ NABUCO, Joaquim. *A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893*. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 139.

de Janeiro e em São Paulo, publicaram jornais, lançaram manifestos, organizaram um partido político e instituíram uma campanha mais ativa de propaganda. Isto não foi suficiente para alterar a visão pessimista dos monarquistas diante do presente, principalmente porque ainda alimentavam a esperança de uma “gloriosa” restauração monárquica, que agora poderia ser facilitada com a divisão entre os elementos das Forças Armadas. Esperavam que, a ala militar, não florianista, insatisfeita com os rumos do governo civil, optasse pela via monarquista, realizando assim o sonho esperado desde 1889. Por outro lado, os jacobinos pretendiam reverter a situação civil a uma nova ditadura de caráter militar e esforçavam-se por evidenciar a inviabilidade do governo. Interpretavam as liberdades dadas aos monarquistas como uma verdadeira traição à República.²⁰

Todavia, essa situação de aparente tranquilidade durou pouco. A crise gerada pela Guerra de Canudos reacendeu a violência contra os monarquistas, o que gerou novas linhas para o discurso oposicionista dos restauradores. De um lado, favoreceu a afirmação do sertanejo como elemento do discurso nacional dos monarquistas-católicos, através de obras como a de Afonso Arinos, *Os Jagunços*, romance produzido no calor do momento. Por outro, colocou a questão da liberdade de expressão e de manifestação política como cerne da argumentação restauradora. A um Império que prezava pela inexistência de censura, inclusive permitindo o surgimento do Partido Republicano em seu seio, opunha-se uma República que tentava impedir a existência de opiniões contrárias ao regime, fazendo uso da violência para impor sua vontade.

No aniversário da República de 1898, Afonso Arinos escrevera, n’*O Comércio de São Paulo* – jornal comprado por Eduardo Prado para servir à causa monarquista –, um artigo com um balanço sobre o primeiro governo civil do regime republicano. Segundo o autor, o governo de Prudente de Moraes seguia os rumos estabelecidos pelos militares, principalmente a linha florianista. O país estava inteiramente dominado pela facção jacobina do Clube Militar, que, já na posse de Prudente, havia imposto, ameaçadoramente, as regras estabelecidas pelo “Marechal de Ferro”. Para analisar a atual situação política, Arinos fez uso das ideias do clérigo e escritor inglês Charles Caleb Colton, citando sua afirmação de que de todos os governos o da “população” seria o mais sanguinário e o dos soldados o mais dispendioso: “pois nós tínhamos, ao mesmo tempo, governo da população e governo de soldados, ou alguma coisa pior do que qualquer deles e vem a ser os dois fundidos neste – o Governo da população fardada, isto é, o governo dos ‘patriotas’”.²¹ Essa “população fardada” era uma referência clara aos jacobinos que, para o escritor mineiro, aterrorizavam

²⁰ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*, p. 108.

²¹ ARINOS, Afonso. Notas do dia. IN: *Obra completa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969, p. 670.

diariamente o presidente com boatos de conspirações contra sua pessoa e seu governo, colocando-o na difícil situação de quase um prisioneiro.

Neste contexto, “num miserável lugarejo dos sertões do Norte, apareceu um velhinho, muito magro e muito triste, de barbas compridas, de comprido bordão e de longa túnica azulada”.²² A referência irônica a Antônio Conselheiro procurava explicitar a fragilidade do Governo de Prudente, vergonhosamente humilhado pelos revoltosos do sertão. A desastrosa expedição de Moreira César foi o símbolo máximo da desonra nacional que marcou 1897 como o “ano terrível” daquele presidente. Por outro lado, a derrota na Bahia teria restabelecido a desordem e a cessão de todos os direitos de liberdade dos cidadãos:

A mazorca apossou-se da capital da República, que esteve três dias sem governo, entregue aos saques e aos motins, no meio das cenas mais cobardes e mais cruéis de assassinatos e empastelamentos. Figurões políticos estimularam nas ruas a choldra amotinada e a imprensa endeusava infamemente os assassinos e empasteladores, dizendo que aquilo tudo era justo sentimento de tristeza e de indignação do povo pelo desastre que enlutava a República.

A maior parte dos chefes dos partidos dominantes, ou melhor, os chefes jacobinos, diziam que a revolta dos sertões da Bahia era um movimento monarquista; que o Sr. Prudente atraíçoa o Exército mandando-o para os sertões do Norte. Era esta a linguagem corrente.²³

Portanto, o ano de 1897, representado pela Guerra de Canudos, pela fragilidade de Prudente de Moraes, pela intensificação dos conflitos entre restauradores e jacobinos e pela consequente perseguição aos monarquistas, serviu como base para o fortalecimento dos discursos de exaltação do passado monárquico. A referência continuava sendo a já tradicional dicotomia Monarquia/República, que poderia também ser entendida como passado/presente ou liberdade/opressão. Em artigo n’*O Comércio de São Paulo*, de 06 de fevereiro daquele ano, cujo autor apenas assinara como S. B., ficou evidente as bases argumentativas dos monarquistas: “Nas monarquias constitucionais, harmonizando-se a monarquia com a democracia, organizam-se a ordem e o progresso”.²⁴ Em outras palavras, o regime monárquico era o único que podia garantir a estabilidade social e política não conseguida pela República, apesar deste princípio estar implícito em sua bandeira. A nação apenas havia conhecido a democracia no período imperial, quando Dom Pedro II aliara o princípio hereditário de seu governo à deliberação popular através do Parlamento. Na República, ao contrário, o que se viu fora dois governos “tiranos” (Deodoro e Floriano) e dois governos baseados na “oligarquia” e na “oclocracia” (Prudente e Manoel Victorino [1896-1897]).

²² ARINOS. Notas do dia, p. 671.

²³ ARINOS, Afonso. Notas do dia, p. 672.

²⁴ S. B.. A política atual. IN: *O Comércio de São Paulo*. São Paulo, 06 de fevereiro de 1897, ano V, nº 1185, p. 01, Acervo Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo.

A definição do governo civil era, em suma, um misto incoerente do governo de poucos com o governo das multidões, além da permanência da influência do Exército.

No começo do governo de Prudente de Moraes, os restauradores tinham a esperança de uma possível aliança com a ala não florianista do Exército. Contudo, o teor dos discursos dos monarquistas-católicos em São Paulo mostra que as perseguições sofridas parecem ter gerado um efeito de desilusão quanto a esta via restauradora, pelo menos no ano de 1897. Isto porque as críticas aos militares, na maioria das vezes, voltam a ser generalizantes, identificando-os como responsáveis pela instauração de valores políticos ligados à repressão, desconhecidos, até então, na história nacional.

Em 05 de novembro de 1897, dia da festa de recepção das tropas vitoriosas que voltavam de Canudos, um soldado subiu ao palanque presidencial e atirou em Prudente de Moraes. Apesar do tiro não ter conseguido atingir seu alvo, a luta para desarmar o pistoleiro resultou na morte do Ministro da Guerra, Machado Bittencourt. A comoção em torno do atentado deu legitimidade para que o presidente se lançasse contra seus inimigos. Mais uma vez, naquele ano, o Estado de Sítio foi decretado e os adversários, incluindo congressistas, foram presos. Os principais atingidos foram os jacobinos. De acordo com Suely, R. R. de Queiróz, as perseguições esvaziaram o jacobinismo como movimento político.²⁵ Prudente também ordenou o fechamento do Clube Militar e desfrutou de suficiente apoio militar para sustentar essa decisão quando alguns oficiais a questionaram.²⁶

Dessa vez, a repressão não fora direcionada aos restauradores, que já haviam sofrido duros golpes ao longo do ano. O movimento monarquista estava já esgotado após a série de perseguições, atentados e empastelamentos sofridos durante o conflito na Bahia. A partir de 1897, as divergências de projetos republicanos, que favoreciam os monarquistas pela falta de unidade política, começaram a caminhar no sentido de uma estabilização em torno do projeto das oligarquias paulistas.²⁷ Em 1898, Prudente passou a presidência pacificamente para Campos Sales, sem

²⁵ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*, p. 80.

²⁶ HAHNER, June E.. *Relações entre civis e militares no Brasil (1889-1898)*. São Paulo: Pioneira, 1975, p. 172.

²⁷ Cabe ressaltar que Cláudia Maria Ribeiro Viscardi contesta algumas afirmações tradicionais sobre essa estabilidade, sobretudo aquela que coloca o equilíbrio político da Primeira República como resultado de uma aliança entre os estados de Minas e São Paulo, inspirada na defesa dos interesses corporativos dos cafeicultores. A autora contesta o caráter hegemônico, permanente e isento de conflitos entre os dois principais estados da “política do café-com-leite”. Por outro lado, afirma que a representação de cada estado no poder era diretamente proporcional ao tamanho de sua bancada e ao volume de sua economia, garantindo uma diferenciação proporcional no governo. Havia também um imperativo de renovação parcial dos atores políticos. Ou seja, a cada quatro anos, o regime tinha que necessariamente passar por um processo de desconstrução-reconstrução de alianças, para que os principais atores tivessem a possibilidade de terem reavaliado o seu potencial de inserção no contexto nacional. O progressivo desgaste desse sistema acabou se dando em função de sua própria rigidez estrutural. Teria sido sua incapacidade de alterar as regras de alocação hierárquica de poder e a falta de flexibilidade na incorporação de novos atores emergentes os elementos

rumores de movimentos militares que dificultassem o exercício do poder ou ameaças de deposição do novo presidente. O controle do governo pelos civis fora assegurado, com a redução da participação política dos militares a ponto de não ameaçar seriamente os sucessores de Prudente de Moraes. O rumo das atividades dos restauradores teria que redefinir-se face ao novo contexto.²⁸

Dessa forma, após o movimento monarquista se reerguer, tendo agora São Paulo como núcleo da ação restauradora, o principal ponto de contestação ao governo de Campos Salles foi a política financeira do presidente. Durante todo o seu mandato, Salles levou a cabo uma política deflacionária, tendo havido uma elevação geral dos impostos federais, estaduais e municipais, um aumento do custo de vida, carestia e falências de empreendimentos industriais e agrícolas.²⁹ Arinos definira a situação como a “mais negra na lavoura e do mais triste descrédito no comércio. Não há emprego para os que querem trabalhar e os que trabalham e ganham não conseguem o bastante para suas necessidades”.

Noutro sentido, o recrudescimento dos conflitos diretos com os republicanos e a saída dos militares do protagonismo político permitiu a ampliação de discursos históricos voltados para a formação do Brasil entre os monarquistas-católicos, o que não significou uma visão otimista do presente. No governo Campos Sales, Afonso Celso escreveu seu *Por que me ufano de meu país* (1900), os monarquistas fundaram, em São Paulo, uma instituição indigenista, a *Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios* (1901), e Prado entrou em uma polêmica sobre a “raça nacional” com o positivista Luís Pereira Barreto. Apesar da oposição entre a “política de antes” e a “política de hoje” ter sido a tônica dos discursos, principalmente *d’O Comércio de São Paulo*, até 1904; a partir de 1898, buscou-se com mais intensidade produzir um discurso nacional que apontasse as origens da nação e valorizasse suas tradições portuguesas, indígenas e católicas na formação da sociedade.

Esse novo cenário foi percebido por Ângela Alonso. Para a autora, desde 1897, ex-reformistas, ex-monarquistas, ex-republicanos, mesmo ex-jacobinos criaram sua própria República, a das letras. “Em instituições como a Academia Brasileira de Letras, fundiram suas identidades políticas contrastivas, de monarquista-aristocrata e de republicano-ascendente, numa identidade

responsáveis por sua dissolução. (VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café-com-leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, pp. 323-324).

²⁸ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*, p. 160.

²⁹ NETO, José Miguel Arias. Economia cafeeira, urbanização e industrialização. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 214.

compartilhada, a de “intelectuais”³⁰. A identidade de letrados teria, portanto, sobrepujado as identidades políticas.

Isso não significava dizer, que os monarquistas-católicos haviam esquecido suas expectativas políticas quanto a um devir monárquico. Os mesmos ainda podiam ser enquadrados na categoria de escritores-cidadãos, homens de letras partidários de um engajamento político, em busca de um conhecimento sobre o país que refletisse em situações concretas na realidade.³¹

Assim, após 1897, ao mesmo tempo em que se voltavam para a escrita, em detrimento da ação direta, e para os estudos históricos; os letrados monarquista-católicos, através de seus textos, esforçavam-se por mostrar uma interpretação das raízes nacionais que permitisse refletir acerca dos erros do presente. Em outras palavras, o discurso histórico/nacional dos monarquistas-católicos pretendia, além de vangloriar os feitos do passado, legitimar um elemento que os autores monarquistas já vinham destacando desde 1889: a incompatibilidade do sistema republicano com as tradições nacionais. Nem no período de domínio português e, muito menos, no período imperial, havia bases sólidas que justificasse a implantação de um sistema heterogêneo no país.

³⁰ ALONSO, Ângela. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. IN: *Novos Estudos*, São Paulo, CEBRAP, no. 85, 2009, p.147.

³¹ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Simpósio Temático 04:

História da Educação: passado e presente nas diferentes práticas e processos educativos

Sidmar dos Santos Meurer

Doutorando

UFMG

sid_meurer@yahoo.com.br

Luísa Marques de Paula

Mestranda

FAE/UFMG

luisadepaulam@gmail.com

Leonardo Ribeiro Gomes

Doutorando

UFMG

leorigomes@hotmail.com

Fabrcio Vinhas Manini Angelo

Doutorando em Educação

FAE/UFMG

fabrciovinhas@gmail.com

Cleidimar Rodrigues de Sousa Lima

Doutora em História

UFMG

cleidimary@hotmail.com

Bruno Duarte Guimarães Silva

Mestrando

UFMG

brunodgs@gmail.com

Proposta do Simpósio:

Na convergência entre os campos de pesquisa histórica e educacional, se observou nos últimos anos o crescimento de pesquisas que ajudam a consolidar e a (re)definir a área de História da Educação. Impactado pelos movimentos de renovação historiográfica, juntamente ao avanço da pesquisa educacional subsidiada pelas diferentes áreas de conhecimento das quais a Educação retira seus saberes fundamentais, a História da Educação tem investido nos questionamentos sobre

os rumos trilhados pela educação no Brasil, especialmente problematizando temas caros ao debate em torno desse universo, como o direito de acesso a educação e a qualidade da escola pública, as relações de poder (étnicas, de classe, de gênero) e suas implicações em práticas e processos formativos, entre outros. O alargamento da concepção de educação, compreendida como um conjunto de práticas e processos sociais e culturais, provocou a ampliação das investigações que se voltam para objetos tão diversos como as diferentes práticas de ensino e aprendizagem, as disciplinas e os currículos escolares, a formação de professores e/ou outros agentes culturais, as práticas de leitura e escrita, as dinâmicas de circulação de impressos e artefatos culturais, além da resignificação de temáticas tradicionais da história educacional como as políticas educacionais, o investimento público em educação, e a circulação de ideias pedagógicas. Além disso, crescem o número de investigações que se voltam às diferentes formas de se educar para além da escola, como através da imprensa, da música, do teatro, cinema; e a construção de laços de sociabilidade e redes de sentimentos ligados a relações de identidade e pertencimento mediados por organizações de classe, costumes populares, manifestações religiosas, etc. Nesse sentido, o propósito desse Simpósio Temático é o destabelecer um diálogo sobre os sentidos destas diferentes formas de educar pensadas na relação passado-presente. Para tanto, pretende congrega pesquisas em torno da temática educacional a partir de múltiplos agentes, recortes, conceitos e metodologias. Acreditamos que a articulação entre pesquisadores que se dedicam aos diversos fenômenos indicados anteriormente, assim como aos modos como a educação e as práticas educativas foram apropriadas e representadas pelos agentes históricos e pela historiografia, pode sustentar um debate que nos permite compreender os significados históricos das diferentes formas de se educar no Brasil.

Percurso do Ensino Profissional no Brasil

Ana Carolina de Oliveira Teixeira

Mestranda em Educação Tecnológica, bolsista Capes
CEFET-MG
acoteixeira@hotmail.com

Silvani dos Santos Valentim

Ph.D em Educação. Professora Associada
CEFET-MG
silvanisvalentim@gmail.com

Resumo: Muitos foram os argumentos em defesa do ensino profissional na história do Brasil. Sua institucionalização começou na década de 1840, quando se tem o primeiro registro sobre a educação profissional no país, através de uma legislação em que o Imperador manda criar dez Casas de Educandos Artífices pelo país. Em 1909, foram criadas, nas capitais dos estados, as Escolas de Aprendizes Artífices, e se por um lado observava-se o interesse de se manter a ordem pública por meio do ensino profissional, por outro começava a expandir esses interesses para com a criação e o aperfeiçoamento da mão de obra, reflexo dos interesses das indústrias locais. A grande mudança no ensino profissional ocorre no ano de 1942, quando passa a permitir que seus alunos tenham preparo intelectual necessário para que pudessem seguir, *a posteriori*, as carreiras liberais, mudança essa que mais tarde resultaria no ensino profissional que hoje conhecemos, considerado um ensino público de excelência.

Palavras-chave: Ensino Profissional, Trabalho, Ensino público.

Introdução

Esse artigo é resultado de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento, que consiste em analisar como se deu o processo de implementação das cotas sociais e raciais por meio da promulgação da Lei nº 12.711/2012 no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Para tanto, foi necessário conhecer o histórico do ensino profissional no país no intuito de identificar os argumentos sobre essa modalidade de ensino, seus pensadores, assim como suas rupturas e permanências.

Esse estudo consiste num levantamento bibliográfico sem a intenção de optar pela opinião de um ou outro autor, sendo suas ideias serão colocadas assim como foram defendidas no contexto histórico de suas obras.

Muitos foram os argumentos em defesa do ensino profissional no Brasil, mas para que seja possível compreendê-los, se faz necessário conhecer o histórico de quando se começou a pensar sobre o ensino de ofícios. Tendo isso em vista, esse artigo vai ser dividido em duas partes: surgimento do ensino de ofícios na Europa medieval e histórico do ensino profissional no Brasil.

Ensino de ofícios na Europa medieval

Para descrever essa trajetória, no entanto, é preciso retroceder à Idade Média, momento em que a pobreza era tida enquanto instrumento de salvação, conforme ideia difundida pela Igreja Católica, e o trabalho era visto na sociedade como uma forma de castigo. Isso só vai mudar com o surgimento do pauperismo na Europa, momento em que começa a ocorrer a valorização do trabalho, no intuito de possibilitar a subsistência por meio deste, difundindo o princípio de uma vida laboriosa. Cremos ser necessário, assim, ressaltar que a pobreza e o trabalho nem sempre foram vistos como hoje, uma vez que ganharam novos sentidos sociais, proporcionando mudanças nas estratégias de se manter a ordem pública e, em alguns momentos, as estruturas econômicas, políticas e sociais em diferentes países da Europa¹.

Conforme Geremeck:

Só durante os séculos XI e XII – na esteira da mensagem dos Padres da Igreja ... – é que a pobreza começa a ser vista como um valor espiritual. Por outro lado, as transformações ao nível de estruturas sociais obrigam os grupos possidentes a confrontar-se com uma pobreza que, no seu constante crescimento, toma foros de fenômeno social e lhes reclama uma justificação para as riquezas possuídas. É neste contexto que se desenvolve a atividade das instituições caritativas e das Ordens Mendicantes. Naturalmente inspirada, em grande parte, por sentimentos de compaixão e caridade, esta beneficência nem por isso está menos isenta de premeditação: ela constitui, em primeiro lugar, o meio mais seguro de obter a salvação e, em segundo, uma ocasião para o doador ostentar as suas riquezas e manifestar publicamente os seus sentimentos piedosos.²

Nesse recorte histórico, o trabalho tinha um sentido diferente do que é hoje para a sociedade, sendo compreendido como uma atividade humilhante, à semelhança de um castigo, e praticado apenas pela população pobre para que pudesse subsistir. Como sua conotação era muito negativa, muitos preferiam a mendicância. Segundo Geremeck, “A esmola apresenta-se então como um instrumento que permite a remissão dos pecados e, nessa óptica, a presença dos pobres na sociedade cristã inscreve-se naturalmente no plano da salvação”. Convém destacar que nesse período, era muito comum que os pobres fossem assistidos pelas esmolas distribuídas nas ruas; em hospitais que davam passagem a peregrinos e, em alguns casos, até moradia permanente. Também era hábito comum aos ricos distribuir durante as festas religiosas, grandes quantidades de esmola fazendo com que vários pobres migrassem para as regiões onde aconteciam tais festividades.

Com o passar dos anos, a presença dos mendigos passa a não mais ser encarada com tamanha aceitação, dando início a um processo de distinção entre os mendigos considerados

¹ GEREMECK, Bronislaw. A piedade e a força: história da miséria e da miséria e da caridade na Europa. Lisboa: Terramar, 1986, 306 p.

² GEREMECK. A piedade e a força. p. 25-26.

“honestos” e “desonestos”. “Os mendigos ‘desonestos’ eram aqueles que, podendo trabalhar, preferiam mendigar e roubar”. Já os “honestos” eram basicamente aqueles que realmente dependiam de assistências como, por exemplo, viúvas, órfãos e encarcerados. Decorrente a essa situação, a partir do século XIII, surgem as primeiras tentativas de controle das populações pobres, para isso eram realizados recenseamentos, a fim de identificar quem realmente necessitava de auxílio e teria direito de recebê-lo³.

Com o processo de mercantilização, a partir do século XVI, início dos tempos modernos, a pobreza ganha um novo sentido através de surtos demográficos e outros problemas de ordem pública, sendo necessárias novas estratégias para conter o aumento exacerbado do crescimento da população pobre dependente do assistencialismo. Os hospitais-hospícios que antes assistiam aos pobres sem nenhuma contrapartida passaram a fortalecer um discurso a favor do trabalho no interior dessas casas ao introduzir o ensino de ofícios. Passou-se também a não mais permitir a entrada de novos pobres nas cidades com a vinda de peregrinos que vinham ocasionalmente recolher doações e esmolas, e migravam entre diferentes localidades em busca de esmolas. As crianças desvalidas passaram a ser encaminhadas para as casas de ofício, onde deveriam aprender profissões e é nesse contexto que surgem as primeiras casas de ofícios na Europa, a fim de manter a ordem pública.

À época, a educação das crianças era difundida com princípios semelhantes aos que seriam praticados séculos depois no Brasil. Através da educação, buscava-se no ensino “uma formação nos ofícios manuais assegurada por mestre artesãos” e que fosse capaz de promover a qualificação profissional às crianças pobres e desvalidas dos orfanatos a possibilidade de sustentarem pelo trabalho no futuro, e não mais necessitassem da mendicidade. O maior objetivo dessas casas era a de criar uma vida laboriosa pelo trabalho⁴.

Uma das grandes transformações no âmbito do trabalho ao longo dos séculos XVII e XVIII foi criar a disciplina no trabalho, não apenas por uma questão de ordem pública, mas também em favor do desenvolvimento econômico e industrial. Antes do desenvolvimento econômico a ideia de que um sujeito possa se sustentar, seria dizer que o trabalho sustenta, dignifica e por ele não é preciso contar com a misericórdia alheia, nem auxílio do Estado.

³ GEREMECK. A piedade e a força, p. 35.

⁴ GEREMECK. A piedade e a força, p. 243.

Histórico do ensino profissional no Brasil

A primeira aproximação com o ensino profissional no Brasil⁵ aconteceu, segundo Chamon, “com iniciativas pontuais no setor. A primeira dessas iniciativas parece ter sido o Colégios das Fábricas, fundado por D. João VI, em 1809, na cidade do Rio de Janeiro. Esse Colégio não prosperou, tendo sido fechado em 1812”⁶. Além disso:

Dentre as iniciativas da primeira metade do século XIX, destacam-se as Casas de Educandos Artífices que o governo imperial mandou criar em dez províncias brasileiras, entre 1840 e 1856, alguma das quais chegaram a ser bem sucedidas. Essas eram instituições assistenciais que de alguma forma incluíam o ensino de ofícios em suas atividades e, assim como os asilos para meninos pobres, tinham como objetivo cuidar do desenvolvimento nos aspectos físicos e morais, mas também intelectuais e profissionais desses meninos⁷.

Apenas em meados do século XIX começam a surgir argumentos a favor do ensino profissional no Brasil. Esses discursos, contudo, vão ser aprimorados em meados deste século e início do seguinte, sendo vários os autores que dedicaram suas pesquisas no processo de construção e defesa do ensino profissional no Brasil.

Na obra de José Liberato Barroso, o cerne do seu argumento seria que o ensino evita a revolução social e aumenta a riqueza. Isso demonstra que a Educação Profissional em primeiro lugar não vem resolver um problema de mão de obra, mas tratava-se de uma questão de ordem pública, de tirar as crianças da rua evitando que partissem para a criminalidade. Em sua visão, através da educação seria possível aumentar a produção de riqueza no país. Importante salientar, contudo, que sua ênfase no ensino profissional é destinada aos processos agrícolas, ainda que o contexto econômico da época fosse a industrialização⁸.

Antônio de Almeida Oliveira também defendia uma educação profissionalizante para os pobres. Defendia ainda a ideia de que era importante preparar o aluno diariamente para um ofício, o que poderia acontecer nas casas de aprendizagem, e da forma mais rápida possível. Acerca das escolas profissionais, o autor cita que as Escolas Agrícolas, Comerciais e Industriais seriam aquelas responsáveis pela difusão de saberes profissionais entre a população. A novidade trazida por Oliveira, contudo, seria a coeducação dos sexos até o momento que seria feita uma separação do ensino por uma questão de gênero; as meninas iriam aprender a cozinhar e costurar e os meninos

⁵ Aproximação institucionalizada, uma vez que o ensino profissional já era uma realidade na América portuguesa, através do ensino por mestres e a aprendizagem por aprendizes. Nesse interim, se destacam profissões várias como fiadores, tecelões, sapateiros, curtidores, seleiros, boticários, barbeiros e cirurgiões mecânicos, dentre outras.

⁶ CHAMON, Carla Simone. Escolas de Artes e Ofícios Mecânicos em Minas Gerais em fins do império. Cadernos de História da Educação, v.13, n. 2 – jul/dez. 2014.

⁷ CHAMON. Cadernos de História da Educação, p. 570.

⁸ BARROSO, José Liberato. A instrução pública no Brasil. RJ: Garnier, 1867.

aprenderiam outras atividades nas oficinas. Sua ênfase, assim como a de Barroso, era no ensino agrícola⁹.

Tarquínio de Sousa Filho defendia a ideia de que só seria possível combater a ignorância com a instrução e só seria possível suportar a pobreza com resignação. Assim como Adam Smith, vai dizer que quanto mais qualificado, maior será o rendimento do trabalhador¹⁰.

Enquanto Barroso e Oliveira percebem no ensino profissional a possibilidade de ordenamento público e de assistência aos desvalidos; para Tarquínio, os pobres e desvalidos não seriam o foco de seu trabalho, tanto que pouco aparecem em sua obra. Tarquínio vai direcionar suas teorias acerca do ensino profissional às necessidades da indústria de modo que sua preocupação não é mais a ordem pública e a assistência, o que não significa que o ensino profissional não seja uma forma de auxílio ou subsídio, mas sim um discurso que vai se aproximando do desenvolvimento econômico.

Rui Barbosa vai dar sua contribuição ao ensino industrial ao salientar a importância da técnica do desenho para a indústria. Para ele, um bom operário deveria ter condições de ler um desenho técnico¹¹. Outro importante autor do século XX, Fidélis Reis, defendia a ideia de que todos deveriam possuir uma formação profissional, ou seja, uma formação de uma escola técnica. Para Reis, apenas os que concluíssem o ensino técnico poderiam cursar o ensino superior. Pensando nisso, propôs um projeto de Lei que possibilitasse que todos fizessem o ensino profissional. A falta de recurso, contudo, inviabilizou seu projeto, ainda que fosse aprovado em 1927 sem ser, entretanto, colocado em prática devido ao orçamento¹².

Para Fonseca um marco importante nesse processo foi a criação do Liceu de Artes e Ofícios no Rio de Janeiro, em 1858, pois conforme o autor, a partir de então começava uma nova era para o ensino de ofícios, pois o Liceu passou a ser destinado a todas as classes sociais, o que representava uma reação contra a secular concepção do desprezo pelo trabalho das mãos¹³.

Entre os anos de 1870 e 1880, foram criados o Liceu de Artes e Ofícios do Recife (1871), da Bahia (1872), de São Paulo (1883) e de Maceió (1884). Em Minas Gerais, destacamos a criação

⁹ OLIVEIRA, Antônio de Almeida. "Das Escolas dos Meninos Desvalidos". In: O Ensino Público. Brasília: Senado Federal, 2003 (1ª ed. 1873), pp. 181-189.

¹⁰ SOUZA FILHO, Tarquínio. O ensino tecnico no Brasil. RJ: Imprensa Nacional, 1887.

¹¹ BARBOSA, Rui. "O desenho e a arte industrial". In: Obras Completas, vol. IX, tomo II, 1882. RJ: Ministério da Educação e Saúde.

¹² REIS, Fidelis. "Ensino técnico: base da organização nacional". In: Paris a organizar. RJ: A. Coelho Branco Filho, 1931, p. 5-134.

¹³ FONSECA, Celso Suckow. A evolução na filosofia do ensino industrial. In: História do ensino industrial no Brasil. RJ: 1961.

de seus liceus de artes e ofícios no Serro, em 1880, e em Ouro Preto, em 1886. “Nesse momento, o argumento mais recorrente defendia a instrução profissional como arma contra a pobreza, a miséria e a ignorância, condições nas quais proliferavam a criminalidade e toda a sorte de vícios”¹⁴.

Por meio do decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo então presidente Nilo Peçanha, foram criadas as Escolas de Aprendizes Artífices nas capitais dos estados com o objetivo de assistir as pessoas pobres e instrumentalizá-las para que pudessem vencer a pobreza pelo estudo e trabalho. Além disso, o “preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo” demonstrava a permanência da preocupação do Estado para com a manutenção da ordem pública, e uma das premissas e deveres do poder público fosse de “formar cidadãos úteis a Nação”. Juntamente com a observação das especificidades das industriais locais, buscava-se definir as modalidades de ensino a serem desenvolvidas nas diferentes localidades, indicando uma preocupação com o desenvolvimento econômico em nível regional. Cada escola poderia oferecer até cinco oficinas de trabalho manual ou mecânico, se adequando às conveniências econômicas de suas respectivas regiões¹⁵.

Para terem direito às vagas nessas instituições de ensino de artífices, o aluno deveria ter entre 10 e 13 anos, apresentar atestado fornecido por autoridade competente comprovando sua pobreza, enfatizando mais uma vez qual modalidade de ensino deveria assistir.

Foi apenas através do Decreto-Lei Nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que o acesso ao ensino primário foi facilitado a todos os estudantes, haja vista que antes havia uma diferenciação do ensino primário dos desvalidos, que era o ensino profissional, daquele ministrado aos alunos pertencentes à elite. A partir de então, o ensino primário seria regido sobre a mesma norma para todos e só a partir do ensino secundário que haveria tais diferenciações relacionadas ao ensino profissional¹⁶.

A partir desse momento, a ênfase no ensino profissionalizante passou a ser aquela ministrada ao longo do ensino secundário, não sendo necessário ser desvalido ou pobre para se ter acesso ao ensino profissional, bastando o ensino primário enquanto requisito básico para concorrer a uma vaga, geralmente a partir de uma prova de seleção.

Celso Suckow da Fonseca ainda hoje considerado um dos grandes estudiosos da área no Brasil, seria responsável por um extenso levantamento sobre a história do ensino profissional no

¹⁴ CHAMON. Cadernos de História da Educação, p. 573.

¹⁵ BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito.

¹⁶ BRASIL. Decreto nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial.

Brasil, chegando à conclusão de os que frequentassem o ensino técnico, alunos pobres ou da elite, teriam grandes chances de chegar ao ensino superior.

Segundo Fonseca, a Lei Orgânica do Ensino Industrial de 1942 fez subir o nível do ensino industrial¹⁷, pois estabeleceu que o mesmo se equipararia ao ensino secundário, de modo que:

Um rapaz que começasse seus estudos em estabelecimento próprio daquele ensino poderia, pelo seu esforço e pelas suas aptidões, chegar a engenheiro, arquiteto, químico, ou estudar belas-artes. Era uma velha aspiração que se concretizava, era a democratização do ensino necessário à indústria, pois seus alunos teriam, daí por diante, as mesmas possibilidades de acesso às carreiras liberais que, antes, só eram permitidas aos que cursassem escolas secundárias¹⁸.

Existiria a partir de suas reflexões a função de formar para o trabalho, mas também de formar para a continuidade nos estudos. Somente a partir desse cenário que as instituições de ensino profissional passaram a ganhar prestígio.

Atualmente a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é composta por 562 unidades em atividades no país, consideradas instituições de excelência, o que reflete em uma grande concorrência entre os candidatos que almejam ingressar no ensino técnico de nível médio, graduações, além dos cursos de mestrados e doutorados presentes hoje nas instituições¹⁹.

Considerações finais:

Buscamos apresentar neste artigo como se deu o surgimento das escolas de ofícios na Europa, surgidas no intuito de contornar o excesso de desvalidos e de pessoas que dependiam de assistências públicas e privadas naquele continente a instrução para o trabalho passou a ser considerada uma forma de assistência principalmente a partir do século XVI, quando as crianças dos orfanatos ou em casas de ofícios passavam a ser instruídas em oficinas para que pudessem obter sua subsistência pelo próprio trabalho quando adultos.

No Brasil, o ensino profissional se desenvolveu de maneira semelhante. Inicialmente a grande preocupação era a de manter a ordem pública, tanto que em 1909 para tornar-se aluno das Escolas de Aprendizes e Artífices era necessário ter entre 10 e 13 anos de idade e apresentar atestado de pobreza expedido por órgão competente, ou seja, ser possuidor de um perfil de criança desvalida ou possuidora de pouco amparo financeiro e social.

¹⁷ O velho ensino profissional, a partir de então passaria a ser chamado ensino industrial.

¹⁸ FONSECA. História do ensino industrial no Brasil. p. 663.

¹⁹ Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: http://institutofederal.mec.gov.br/images/pdf/linha_tempo_11042016.pdf. Acesso em: 15 de março de 2016.

Em 1942 ocorre uma das grandes mudanças no Ensino Profissional do Brasil. Conforme afirma Fonseca, foi nesse momento que essa modalidade de ensino inicia em seu processo de excelência na educação, uma vez que todos poderiam estudar nessas escolas. Para isso, era necessário apenas que tivesse concluído o primário e participasse de uma seleção que normalmente ocorria por meio de uma prova. A partir daí o ensino profissional possibilitava a seus alunos que continuassem estudando, inclusive que acessassem às carreiras liberais.

Especificamente no que diz respeito ao CEFET-MG antes da implementação da Lei nº 12.711/2012 – a Lei de Cotas – foi possível analisar a partir de um banco de dados oferecidos pela própria instituição, que grande parte de seus alunos classificados nos cursos técnicos de nível médio eram oriundos de escolas privadas e com um poder aquisitivo considerável, com isso é possível inferir que o ensino nessa instituição tornou-se bastante elitizado, e a lei teria enquanto função democratizar o acesso dos alunos que estariam ficando a margem desse ensino.

Um estudo mais detalhado dessas informações deve ser realizado em uma proposta à parte, mas de qualquer maneira, esses dados foram apresentados enquanto exemplo de mudanças ocorridas no percurso do ensino profissional público brasileiro que era caracterizado por se constituir como um sistema de ensino frequentado exclusivamente por alunos pobres e, a partir do reconhecimento de sua excelência, passa a ser ocupado por principalmente por alunos pertencentes a uma classe mais alta da população, por essa razão a supracitada lei torna-se necessária para a democratização do ensino.

Revoluções Brasileiras: uma proposta de leitura para a história do Brasil

Bruna de Oliveira Fonseca

Mestra em Educação
Universidade Federal de Minas Gerais
bna.oliveira@gmail.com

Resumo: o artigo tem por objetivo compreender a proposta para a história do Brasil de *Revoluções Brasileiras*, livro didático escrito por Gonzaga Duque (1863-1911), através da análise de um componente paratextual: o prefácio. Buscou-se nos prefácios autorais constantes em *Revoluções Brasileiras* perceber as intenções, seleções, bem como outras marcas do autor que colaborassem para o entendimento da leitura da história do Brasil proposta por Gonzaga Duque.

Palavras-chave: Livro didático; Paratexto; Gonzaga Duque.

O estabelecimento da República no Brasil suscitou a criação de uma nova tradição que rompesse com os mitos e ritos da velha Monarquia e legitimasse a nova ordem. Atendendo a essa demanda, vários grupos concorriam para a criação do imaginário republicano. Dentre os diversos veículos dos discursos, optou-se pelo estudo do livro didático, pois ele tem sido um dos responsáveis pela permanência dos discursos fundadores de nacionalidade.

Norteadas pelas considerações de Circe Bittencourt a cerca do livro didático compreende-se este como “um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização (...), um depositário dos diversos conteúdos educacionais (...). [e] um veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura”¹. Assim, partindo do pressuposto de que os livros didáticos são produtos de seu tempo e que, através dele, instituições são legitimadas e identidades construídas é que se insere Gonzaga Duque, e seu livro *Revoluções Brasileiras*, no âmbito dos estudos de História da Educação.

Buscando compreender as escolhas de Gonzaga Duque para a sua narrativa histórica optou-se pela análise dos prefácios autorais “Advertência” e “Por que Revoluções?” presentes em *Revoluções Brasileiras*. A escolha destes textos foi motivada pela característica deste tipo paratextual uma vez que este é percebido como um texto introdutório onde se estabelece relação entre título e o assunto da obra, entre o autor e o texto, bem como entre o leitor e o texto. Assim sendo, aproximou-se das intenções e anseios do autor que vislumbrou no ensino de História um elemento

¹ BITTENCOURT, C. M. F. Livro didático e saber escolar (1810-1910). Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p.14.

fundamental para a educação cívica do povo, assim como para a edificação de uma identidade nacional mais sensível aos valores republicanos.

Luis Gonzaga Duque-Estrada (1863-1911) nasceu e morou na cidade do Rio de Janeiro. Neste centro, Gonzaga Duque viveu e observou as diversas transformações ocorridas na cidade e em sua sociedade, incluindo mudanças políticas, nas relações sociais e urbanísticas. Reconhecido crítico de arte, Gonzaga Duque atuou intensamente na imprensa periódica colaborando e fundando várias revistas e, não muito diferente da intelectualidade de seu tempo, também trabalhou no funcionalismo público. Não se restringindo a imprensa Duque publicou várias obras, as mais importantes são: *A Arte Brasileira* (1888); *Revoluções Brasileiras* (1898); *Mocidade Morta* (1899); *Graves e Frívolos* (1910); *Horto de Mágoas* (1914) e *Contemporâneos* (1929), sendo que as duas últimas publicadas postumamente.

Para Gonzaga Duque, a ligação dos cidadãos com a República, passava pelo conhecimento da história nacional. Percebendo como uma obrigação a divulgação da história, Duque afirmava que “o conhecimento histórico das origens republicanas é um dever da educação de um povo livre, alenta a alma patriótica da mocidade e desenvolve a crença política no coração dos cidadãos”². Seu livro foi endereçado aos Conselhos de Instrução Pública, sendo recomendado pelos conselhos do Distrito Federal e dos estados do Paraná e Pernambuco.

Assim sendo, *Revoluções Brasileiras* edifica uma história escrita a partir de movimentos contestatórios da ordem vigente. Uma das principais características do conteúdo é destacada no subtítulo – “Resumos Históricos” –, ou seja, a obra é formada por pequenos textos, cada um dedicado a uma contenda ocorrida no Brasil.

Para a análise do texto recorreu-se as contribuições de Carlos Altamirano para quem a análise da obra deve ser feita lançando-se mão de elementos externos, contudo deve ter como norte “los hechos del discurso”, pois esse é o diferencial, o que lança luz à explicação histórica não obtida por outros meios³.

“Advertência” e “Por que Revoluções?”: os prefácios e uma proposta de leitura

Na primeira edição, antes de chegar aos resumos históricos escritos por Gonzaga Duque, o leitor de *Revoluções Brasileiras* perpassa pela capa, folha de rosto, uma página onde está descrita a outra obra publicada por Duque – *A Arte Brasileira* – e, imediatamente antes dos resumos – apenas

² DUQUE, Gonzaga. Advertência. In: DUQUE, Gonzaga. *Revoluções Brasileiras: resumos históricos*. HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera. (Orgs.). São Paulo: Fundação da Editora da UNESP: Giordano, 1998, p. 7.

³ ALTAMIRANO, Carlos. *Para un Programa de Historia Intelectual y Otros Ensayos*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

o leitor que antes de iniciar a leitura folheou o livro tem consciência disto –, um prefácio. Finalmente, após os resumos, o leitor encontra um índice e uma folha de errata.

O leitor da segunda edição encontra uma estrutura pouco modificada, entretanto acrescida de outro prefácio autoral de Gonzaga Duque. Publicada 93 anos depois da segunda edição, a terceira edição apresenta uma estrutura bastante distinta e compõe uma coleção de memória. Nesta edição, os organizadores agregaram prefácios de sua autoria, bem como um apêndice com uma carta de Duque e resenhas à primeira edição.

Essas partes do livro formam um conjunto que é nomeado de paratexto, entendido como uma zona intermediária entre o texto principal e as outras partes da obra e, como destaca Gérard Genette, na maioria das vezes “o paratexto é um texto: se ainda não é o texto, pelo menos já é *texto* (grifos do autor)”⁴. De maneira clara, Aulus Mandagará Martins ajuda a delimitar os contornos do que é o paratexto e, em suas palavras,

É tudo aquilo que acompanha ou rodeia um texto, instituindo-o como obra e inscrevendo-o no circuito de comunicação. A capa ou o projeto gráfico, o título, o nome do autor, o selo da editora, são exemplos desses elementos paratextuais que configuram o livro como objeto e, dotados de uma função pragmática, orientam os modos de aceder ao texto, estipulando, em diferentes dimensões, protocolos de leitura⁵.

A autoria é um aspecto do paratexto que deve ser observado. De acordo com Gérard Genette, o autor e o editor são as pessoas responsáveis tanto pelo texto quanto pelo paratexto, contudo eles podem delegar a um terceiro sua função autoral. Destaca-se também que as obras sofrem diversas interferências seja do editor ou até mesmo das tecnologias de impressão, assim sendo a autoria não responde exclusivamente à intenção ou à responsabilidade do autor. Completando, Roger Chartier⁶ afirma que não existe texto desligado de sua materialidade e que, portanto, o estudo da obra deve considerar as interferências sofridas pelo texto e como influenciaram as impressões dos leitores.

Outro aspecto observado do paratexto é o destinatário, que, à primeira vista, seria o público em geral. Todavia o público pode ser amplo ou restrito e essa variação está relacionada de acordo com o componente paratextual analisado, isto é, se o título for o componente do paratexto

⁴ GENETTE, Gérard. Paratextos Editoriais. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.p.14

⁵ MARTINS, Aulus Mandagará. As margens do texto nas margens do cânone: Paratexto, texto e contexto em Luanda e Mayombe IPOTESI, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 169 - 177, jul./dez. 2010. p.170

⁶ CHARTIER, Roger. Textos, impressos, leituras. In:_____. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990. pp- 121-139

analisado, o público presumido é o amplo, o que não ocorre caso o prefácio for o componente paratextual analisado, pois esse apresenta um público leitor mais restrito⁷.

Para Gérard Genette, “o paratexto sob todas as suas formas, é um discurso fundamentalmente heterônimo, auxiliar, a serviço de outra coisa que constitui sua razão de ser: o texto”⁸, em sequência destaca-se a necessidade de observar um último aspecto do paratexto, o funcional. Cada elemento paratextual (como título, dedicatória, prefácio e outros) tem definições rígidas e excludentes, entretanto as escolhas funcionais ligadas a esses elementos são flexíveis e, portanto, abarcam maior diversidade e se tornam reveladores dos recursos de que se lançaram mão na constituição da obra.

O objetivo deste trabalho é analisar um elemento paratextual em particular, o prefácio, restringindo a análise aos prefácios autorais de Gonzaga Duque. O prefácio é percebido por Antoine Compagnon como o começo do livro e o fim da escrita aquilo que estabelece relação entre título e o assunto da obra, entre o autor e o texto, bem como entre o leitor e o texto. Tais relações são assinaladas por Antoine Compagnon

Entre o título e o texto, o prefácio se define pela relação que se estabelece entre o título “desencorajador” e o “assunto do livro”, mais atraente, espera-se. O prefácio não é, senão secundariamente, uma relação entre o autor e o texto (o “projeto”) ou entre o leitor e o texto (a “utilidade”), jamais entre o autor e o leitor, separados pelo livro que *já está ali*⁹. (destaque do autor)

Desse modo, considera-se “Advertência” e “Por que Revoluções?” prefácios de *Revoluções Brasileiras*. Ambos são escritos por Gonzaga Duque, portanto autorais, todavia incorporados à obra em momentos distintos. “Advertência” é um prefácio original constante desde a primeira edição; já “Por que Revoluções?” é um prefácio tardio, incorporado a partir da segunda edição. Essa diferença permite inferir certa influência da recepção da obra, uma vez que houve a necessidade de o autor expor novamente as suas intenções para o público.

“Advertência” é o prefácio à primeira edição e retrata a seara que Gonzaga Duque vislumbrava adentrar. Seu conteúdo apresenta não só algumas das intenções do autor, como também uma breve explicação das escolhas feitas à construção da obra.

Era na então jovem República do Brasil, que ainda não havia completado dez anos, que Duque publicava *Revoluções Brasileiras*. A consolidação do novo regime de governo, tornou necessário um rearranjo dos elementos simbólicos que ligavam o povo ao regime, já que não era

⁷ GENETTE, Paratextos Editoriais. p.16

⁸ GENETTE. Paratextos Editoriais, p.17

⁹ COMPAGNON, Antoine. O trabalho da citação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996, p. 130.

mais possível utilizar-se do repertório da antiga Monarquia. Em decorrência deste cenário, procurou-se adaptar e (re)criar novos simbolismos que ressoassem no coração dos cidadãos e, para tal empreitada, recorreu-se à literatura, à memória nacional e, deliberadamente, à história, para significar tais símbolos, amalgamando os cidadãos, a nação e a República.

Essa ligação dos cidadãos com a República, para Gonzaga Duque, passava pelo conhecimento da história nacional, no entanto era preciso o conhecimento de uma história que destacasse as diversas passagens que uniam o povo brasileiro aos sentimentos republicanos e também às várias tentativas de implantação desse regime. Portanto, era primordial que a população reconhecesse as origens republicanas de sua nação. Para tanto, recorreu-se à educação dos sentimentos através do conhecimento da história nacional que mostrasse a ligação mais estreita dos brasileiros de outrora com a República de modo a se desenvolver, além do sentimento patriótico, a confiança nas instituições políticas republicanas. Percebendo como uma obrigação a divulgação dessa história republicana, Duque afirma que “o conhecimento histórico das origens republicanas é um dever da educação de um povo livre, alenta a alma patriótica da mocidade e desenvolve a crença política no coração dos cidadãos”¹⁰.

No entendimento de Gonzaga Duque, o povo brasileiro, mas, sobretudo a juventude, não encontrava no mercado editorial obras didáticas e historiográficas que seguissem tal orientação, porquanto aqueles que escreviam a história do Brasil não haviam rompido com o modelo de escrita consagrado ao longo da Monarquia. Tal panorama, marcadamente, paira nas preocupações de Duque acerca da escrita da história, sendo expresso em suas palavras “a história do Brasil, que até hoje tem sido escrita para uso das escolas e para a leitura dos nossos jovens patricios, não atende a este *desideratum* porque ficou restrita aos estreitos moldes convencionais do ensino monárquico”¹¹.

Nesse formato, o estudo da história pátria não favorecia a uma sensibilidade republicana, uma vez que continuava a omitir a participação popular nos processos históricos e, por conseguinte, perpetuava a frouxidão dos laços entre a política e o povo. Ao considerar a história sob a ótica monárquica “omissa e deficiente na referência às sucessivas e sangrentas guerras que vieram conduzindo a nova nação sul-americana à posse do governo do povo pelo povo”¹², Gonzaga Duque sentia a necessidade de superar o modelo em voga e de reescrever a história sob novos preceitos.

¹⁰ DUQUE, Gonzaga. Advertência. In: DUQUE, Gonzaga. *Revoluções Brasileiras*, p. 7.

¹¹ DUQUE. *Advertência*. p. 7.

¹² DUQUE. *Advertência*. p. 7.

Há, notadamente, uma preocupação por parte de Gonzaga Duque com a potencialidade inspiradora da história, uma marca da concepção clássica da história que a entendia como Mestra da Vida, tal marca replicada pelos fundadores do IHGB como uma história pragmática voltada para nortear e modelar a nação. Em “Advertência”, é destacado o caráter formativo da história e abertamente se endereça a obra à formação cívica dos jovens. Então, para Duque, sua obra qualificar-se-ia para formar os cidadãos da República, já que foi escrita sob o prisma republicano, destacando as aproximações dos brasileiros com esse regime de governo.

Consta assinalada no prefácio a utilização de dois recursos para que *Revoluções Brasileiras* alcançasse uma finalidade formativa: a criação de heróis, e de condutas exemplares, e uma narrativa cativante. O autor destaca que a mocidade precisava conhecer “os exemplos de civismo dos seus antepassados que, sem medir esforços, lutaram pela liberdade e pela civilização a que conseguimos chegar”¹³. Tal recurso não era desconhecido e fora propagado pelo IHGB, por meio de seus textos fundadores, que via na formação de um panteão de heróis um modo de se educar pelo exemplo, meio pelo qual se modelariam posturas enaltecendo virtudes e rechaçando vícios. Se a criação de heróis e a narrativa de condutas exemplares não eram um recurso novo, nessa obra de Duque aparecerão com objetivo de formar o cidadão participante e não o súdito fiel, como propunha o IHGB.

Buscando afastar-se de uma história factual e administrativa, Gonzaga Duque apontou o segundo recurso utilizado, a narrativa cativante. Essa característica de sua obra tinha por objetivo inspirar e impressionar o leitor, em suas palavras, “a sua exposição é feita de maneira a impressionar os seus jovens leitores, descrevendo as cenas mais notáveis e delas aproveitando as minudências mais características”¹⁴. Posteriormente, o autor declara que a opção por uma narrativa envolvente não implicaria qualquer prejuízo da verdade histórica. Ainda sobre a narrativa da obra, Vera Lins e Francisco Foot Hardman aproximam a construção narrativa de *Revoluções Brasileiras* da estética simbolista. Conforme os organizadores da terceira edição, a obra “valendo-se de uma construção épico-dramática e, portanto, incorporando elementos ficcionais, servindo-se de imagens simbolistas na descrição de cenários e personagens ou na produção dos efeitos suspensivos da trama”¹⁵. Portanto, seria, principalmente, a partir do uso dos recursos estéticos desse movimento literário que Duque construiria sua narrativa histórica que inspiraria a juventude.

¹³ DUQUE. *Advertência*. p. 7.

¹⁴ DUQUE. *Advertência*. p. 7.

¹⁵ HARDMAN, Francisco F.; LINS, Vera. Introdução. In: DUQUE, Gonzaga. *Revoluções Brasileiras: resumos históricos*.

Para além dos heróis e da narrativa, Gonzaga Duque destaca ainda que não pretendia inovar, ou preencher lacunas, e tão somente objetivava “reunir, o mais sucintamente possível, o histórico dos fatos que concorreram para a proclamação do atual regímen”¹⁶. E, com isso, deixa explícito o caráter teleológico da obra, que fora concebida tendo a Proclamação da República como fio condutor, evento que, então, orienta a escrita dos demais eventos historiografados.

Outras escolhas também foram explicitadas em “Advertência”, como as fontes utilizadas, a estrutura da obra e os temas abordados. Ao comentar sobre as fontes, Duque afirma que escreveu com o auxílio de “valiosos documentos, de jornais e publicações especiais”¹⁷ e complementa ressaltando a imparcialidade que empregou no estudo, procurando sempre criticar as fontes a fim de eliminar das mesmas “os íntimos interesses do cego partidarismo”¹⁸.

Com relação à estrutura da obra, o autor salienta que “o livro não está sujeito à metódica divisibilidade dos processos modernos”¹⁹, ou seja, sua estrutura narrativa é bastante diferenciada daquela consagrada por Varnhagen, dos pontos presentes na obra de Joaquim Manuel de Macedo assim como nas demais inspiradas nos autores referidos e observantes dos programas do Ginásio Nacional. Tal escolha de Duque certamente causou estranheza e, “talvez desperte censuras”²⁰, entretanto o autor defende que, ao selecionar alguns movimentos contestatórios e historiografá-los com uma narrativa envolvente, atenderia ao propósito de inspirar e fomentar valores nos jovens leitores.

Sobre os temas abordados, Duque argumenta de modo análogo ao da estrutura da obra. O autor sustenta que selecionou os eventos e ressaltou: “convém dizer que, propositalmente, foram excluídas destas páginas a revolta comercial de Beckmann, a luta de concorrência entre *Paulista e Emboabas* e alguns motins que não valiam ser historiografados”²¹ (grifo do autor). Logo, os movimentos foram historiografados levando em consideração a potencialidade formativa dos mesmos, como se pode perceber na passagem em que Duque justifica a narrativa sobre Palmares, consoante “o autor abre o livro com *Quilombo dos Palmares* e isto porque, ao seu ver, ele serviu de exemplo às tênues aspirações republicanas do chefe da *Guerra dos Mascates*”²² (grifo do autor). Como

¹⁶ DUQUE. *Advertência*.

¹⁷ DUQUE. *Advertência*. p. 7.

¹⁸ DUQUE. *Advertência*. p. 7.

¹⁹ DUQUE. *Advertência*. p. 7.

²⁰ DUQUE. *Advertência*. p. 7.

²¹ DUQUE. *Advertência*. p. 7-8.

²² DUQUE. *Advertência*. p. 8.

apontam Lins e Hardman, *Revoluções Brasileiras* é permeada por singularidades, no entanto tem como característica marcante algo bastante comum aos seus congêneres, o ideal formativo:

Obra didática e como tal pontuada, predominam no texto o ensaio descritivo factual e a exposição dissertativa exemplar. Construção imaginária e simbólica, os limites de sua retórica são o da intervenção pública e pedagógica, que pretende educar, na perspectiva do novo regime, a mocidade das escolas do país²³.

Consciente de suas escolhas e projetando uma recepção pouco acolhedora, Gonzaga Duque termina o prefácio apregoando sua contribuição para com a Nação. Em suas palavras “o livro aí está para ser julgado e, sem desprezar esse julgamento, fica com seu autor a consoladora convicção de que, pelo seu trabalho, desejou servir à sua pátria”²⁴.

Decorridos sete anos, *Revoluções Brasileiras* foi novamente publicada e a segunda edição, além de outras modificações, vem acrescida de um novo prefácio “Por que Revoluções?”. Esse prefácio é, certamente, um meio pelo qual se pode inferir como foi à recepção da obra, mesmo que permeada pela ótica de Duque que, como mostram as biografias, não recebia bem críticas as suas obras.

O autor inicia o prefácio afirmando que seu livro fora censurado por alguns em decorrência de uma leitura “num sentido restrito”²⁵ do plural Revoluções e prossegue afirmando que o “leitor destemperado”²⁶ não compreendeu o alcance do termo. A partir das definições e significados de Revolução de alguns dicionários, como o de Moraes e Silva, Frei Domingos Vieira e Caldas Aulete, Duque organiza a passagem do entendimento do conceito (proveniente da astronomia) em seu sentido literal ou antigo, que equivaleria à reorganização, retorno a uma dada situação até chegar ao sentido figurado, ou moderno, de mudança violenta e/ou radical na política.

Mostrando claramente que conhecia a diferenciação jurídica para cada movimento retratado de maneira genérica sob o conceito revolução, Duque justifica a escolha tendo em vista o quão comum era, no Brasil, o emprego genérico desse conceito. Conforme o autor, “assim posto, as guerras civis que, como guerras, são meios violentos de reação, e como insurreições alteram a ordem estabelecida, estão compreendidas nesse termo, que é genérico e tem a sanção vulgar”²⁷.

Duque continua a exposição expondo que essa convergência da nomenclatura dos movimentos contestatórios a um termo usual não encontrava correspondência em Portugal, todavia essa convergência era marcante no cenário brasileiro. Conforme Gonzaga Duque, “no

²³ HARDMAN; LINS. *Introdução*. p. XVIII.

²⁴ DUQUE. *Advertência*. p. 8.

²⁵ DUQUE, Gonzaga. Por que Revoluções? In: DUQUE, Gonzaga. *Revoluções Brasileiras*.

²⁶ DUQUE. *Por que Revoluções?*. p.3.

²⁷ DUQUE. *Por que Revoluções?*. p.3.

Brasil, revoluções é uma palavra usual, no falar do povo ela representa a forma genérica de todas as perturbações intestinas”²⁸ e prossegue afirmando que o período em que o Brasil estava sob a influência do “portuguesismo (...) o nosso falar era mais português, o termo revolução foi menos corrente na sua acepção política”²⁹. Duque apontou que no período regencial a palavra “rusgas” também era empregada numa acepção vulgar, designando diversos movimentos contestatórios, no entanto, “rusgas” era um termo pejorativo, usado como meio de desqualificação dos movimentos e impregnado de sarcasmo.

Insurreições, sedições, motins, levantes, revoltas e outros movimentos de contestação da ordem seriam denominados “de revoluções como tem feito e faz com todos os motins e todas as sedições mais ou menos duradouras”³⁰. Certamente questionado em decorrência dessa opção, Gonzaga Duque demonstra sua filiação ao uso popular dos termos desde que isso permita um melhor entendimento por parte do leitor. Cabe destacar que o leitor virtual de *Revoluções Brasileiras* era o aluno do ensino secundário, ou seja, leitor ainda em processo de amadurecimento e que, por isso, necessitava de uma leitura adequada ao seu estágio de desenvolvimento intelectual.

Gonzaga Duque classifica os eventos narrados em seu livro de guerras civis, com exceção de *Quilombo dos Palmares*, que seria um exemplo de República constituída, ainda que na visão de alguns historiadores. Os demais eventos são entendidos como guerras civis por objetivarem a “transformação de governo, senão completa como as que pretendiam a forma republicana, pelo menos parcial, porque alvejavam a substituição do governo local”³¹. Nota-se nessa passagem que a República seria para Duque a perfeição a ser alcançada, reforçando a leitura de *Revoluções Brasileiras* como uma obra didática cuja história é, notoriamente, teleológica e orientada pela proclamação da República. Por meio da emoção, o autor procura aproximar a classificação de “guerra civil” ao conceito genérico de revolução. Assim escreveu:

Com elas os abalos econômicos, políticos e sociais foram grandes; a ordem pública sofreu fundamente; a administração geral do país pejou-se de responsabilidades pelos gastos excessivos do erário nacional, e desequilibrou-se sob as divergências do partidarismo; a sociedade foi convulsionada, divida em parcerias, dizimada pelas lutas; a fortuna particular perdeu-se nos saques, nos incêndios e na perturbação de todos os negócios; a família foi desrespeitada; a vida de homens, mulheres e crianças, entregue aos instintos dos facciosos... E não bastam esses descabros para nos convenceremos de que foram revoluções,

²⁸ DUQUE. *Por que Revoluções?*. p.3.

²⁹ DUQUE. *Por que Revoluções?*. p.3.

³⁰ DUQUE. *Por que Revoluções?*. p.4.

³¹ DUQUE. *Por que Revoluções?*. p.4.

lexicologicamente revoluções, que fizeram o cenário de sangue e fogo da nossa passada existência nacional?...³²

Dessa maneira, recorrendo ao significado do conceito, ao seu uso popular, bem como à emoção decorrida das transformações no cotidiano, Gonzaga Duque defende-se das críticas, terminando o prefácio com certa soberba e ironia na seguinte frase “a censura fica reduzida ao que verdadeiramente foi, nem mais nem menos que uma nuga”³³.

Conclusão

Concebendo o prefácio como um texto que apresenta uma relação entre o autor e o texto – expondo a proposta de leitura de sua obra – considera-se que Duque foi bastante eficiente. Nos prefácios, o autor defendeu uma chave de leitura de *Revoluções Brasileiras* que guiaria o leitor a olhar para a história do Brasil marcada por disputas, pouco monárquica, que abria espaço para que a república encontrasse raízes na nação. Já no que tange a relação entre o leitor e o texto – destacando a relevância e utilidade – percebeu-se a pouca efetividade de Gonzaga Duque visto que sua obra, apesar de ter sido adotada pelo ensino público, não se constituiu um sucesso editorial se comparado a seus congêneres.

Por meio do segundo prefácio inferiu-se que houve um estranhamento na recepção de *Revoluções Brasileiras* uma vez que o autor sentiu necessidade de defender a escolha do conceito de Revolução como o organizador temático da obra. Por fim, com a análise dos prefácios foi possível delinear diversas intencionalidades de Gonzaga Duque para a seu livro didático dentre elas destaca-se o caráter formativo e a utilização da República como fio condutor de sua história do Brasil.

³² DUQUE. *Por que Revoluções?*. p.4.

³³ DUQUE. *Por que Revoluções?*. p.5.

Considerações de Cecília Meireles sobre o educador-professor: crônicas e confrontos por uma nova educação (Rio de Janeiro, 1930-1931)

Denilson de Cássio Silva

Mestre em História Social

Professor e pesquisador do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
denicult@hotmail.com

Resumo: A presente comunicação examina o pensamento político-pedagógico da educadora, professora, jornalista, tradutora, cronista e poeta Cecília Meireles, durante os anos de 1930 e 1931. O objetivo é compreender a concepção cecilianiana sobre a formação, a atuação e as qualidades do educador-professor, em concatenação com o movimento escolanovista. Mais especificamente, pretende-se analisar o tipo ideal de educador-professor, traçado por aquela, e o diálogo de tal convicção com a Escola Nova. Para tanto, o escopo documental utilizado é constituído por uma amostra de quatorze crônicas, publicadas no *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Cecília Meireles; Educador-professor; Escola Nova.

Introdução

O presente trabalho ocupa-se com a concepção de educador-professor, assinalada por Cecília Meireles, no decorrer dos anos de 1930 e 1931, no Rio de Janeiro e se situa no contexto de uma pesquisa mais ampla, em andamento.¹ O objetivo precípua é compreender as ideias cecilianas sobre a formação, a atuação e as qualidades do educador-professor, em concatenação com o movimento escolanovista.² Cecília Meireles (1901-1964) é considerada uma das mais significativas escritoras de língua portuguesa. Além de poeta, foi professora-educadora, desenhista, jornalista, cronista, tradutora e folclorista.³ São numerosas as pesquisas sobre sua obra poética, sobressaindo-se, em muitas delas, as imagens de uma poetisa “diáfana”⁴, “mais perto das nuvens que da cidade dos homens lá embaixo”⁵. Contudo, extrapolando tais considerações, uma revisão bibliográfica,

¹ Trata-se do projeto intitulado *Cecília Meireles e a construção da Educação Nova: a centralidade dos princípios didático-pedagógicos e da formação do professor* (Rio de Janeiro, 1930-1933), que conta com o apoio do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET MG), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e com a participação da aluna Ana Luísa de Oliveira Rocha na condição de bolsista de iniciação científica jr.

² Pelos comentários e sugestões, agradeço a todos os componentes da Mesa 3 do Simpósio Temático de História da Educação, Luísa Marques de Paula – mediadora – Carolina de Oliveira Silva Othero e Manuelle Araújo da Silva. De modo especial, sou grato a Fabrício Vinhas Manini Ângelo pelo convite em participar do EPHIS e pela interlocução.

³ Ver: DAMASCENO, Darcy. Notícia biográfica. In: MEIRELES, Cecília. *Flor de poemas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1972, p. 41-47; LÓBO, Yolanda. *Cecília Meireles*. Recife: Fund. Joaquim Nabuco, 2010.

⁴ BANDEIRA, Manuel. Apud: MEIRELES, Cecília. *Crônicas de educação*. Vol. 3. Apresentação e planejamento editorial de Leogedário A. de Azevedo Filho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, contracapa.

⁵ PAES, José Paulo. *Os perigos da poesia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 34.

desde pelo menos os anos 1990, vem matizando tal entendimento. Tanto em relação à criação poética, quanto a outros tipos de realização, a complexidade do pensamento de Cecília vem sendo desvelada em sua tensão entre a subjetividade lírica e a realidade social, política e cultural. Encontra-se em curso o delineamento de duas grandes tendências de estudo sobre tal obra. Uma centrada na produção poética e outra, que direciona a atenção para tipos distintos de atividade de Cecília, englobando investigações sobre a incursão da autora nos campos da educação, do jornalismo e do folclore.⁶

Uma das pesquisas que contribuíram para redimensionar o entendimento sobre a atuação de Cecília Meireles na literatura e na história foi *A farpa da lira*, da jornalista Valéria Lamego, publicada em 1996⁷. Lamego destaca o envolvimento de Cecília com a luta política pela Educação Nova, junto ao *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, de 1930 a 1933. Mais tarde, no ano de 2001, por ocasião do centenário de comemoração do nascimento de Cecília, veio à baila a obra “Cecília Meireles: a poética da educação”, organizada por Margarida de Souza Neves, Yolanda Lima Lôbo e Ana Chrystina Venancio Mignot, que se tornou uma das principais referências acerca da participação da poetisa nos rumos da educação brasileira⁸. Ainda no encalço da efeméride, a editora Nova Fronteira passou a reunir e a publicar as crônicas cecilianas, espalhadas por diferentes jornais das décadas de 1930 e 1940.⁹

O estudo, ora apresentado, alinha-se ao interesse em torno da atuação de Cecília Meireles como educadora e jornalista nos anos de 1930 e 1931. Precavendo-se do risco de incorrer à teleologia, formadora de uma “ilusão biográfica”¹⁰, é dada atenção à imprevisibilidade do processo

⁶ Para uma listagem da bibliografia sobre o trabalho da autora, ver: PIMENTA, Jussara Santos. *As duas margens do Atlântico: um projeto de integração entre dois povos na viagem de Cecília Meireles a Portugal (1934)*. 374 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio de Janeiro, 2008.

⁷ LAMEGO, Valéria. *A farpa na lira: Cecília Meireles na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

⁸ NEVES, Margarida de Souza; LÔBO, Yolanda Lima & MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Orgs.). *Cecília Meireles: a Poética da Educação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC RJ: Loyola, 2001.

⁹ MEIRELES, Cecília. *Crônicas de educação*. Apresentação e planejamento editorial de Leogedário A. de Azevedo Filho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. Vols. 1 a 5.

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta M. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191. Para um balanço historiográfico concernente à análise biográfica, conferir: SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 187-205. Nessa direção, vale atentar para o ângulo prioritário de análise, ora proposto, distinto do empregado em estudos literários, amiúde ancorados na emissão de juízo de valor ético e, mormente, estético. Não sustentamos o sofisma de que os historiadores são isentos de preferências e, em última instância, de subjetividade e, sim, a percepção de que vem adotando “procedimentos descritivos mais do que avaliativos na apresentação de seus objetos”, fazendo “sobressair a pluralidade de pontos de vista sobre um mesmo evento, pelo confronto de versões antagônicas ou interpretações divergentes.” SOUZA, Roberto Acízelo de. *História da literatura: trajetória, fundamentos, problemas*. 1. ed. São Paulo: É Realizações, 2014, p. 94. O processo de controle crítico-compreensivo sobre a subjetividade e o objeto de pesquisa é dinâmico e tensionado por fatores múltiplos, devendo ser considerado para além de possíveis simpatias ou antipatias.

histórico, às tensões e às possibilidades de ação e de acomodação dos diferentes indivíduos e interesses em jogo. A identificação de um possível dilema entre as imagens de uma poetisa “pastora das nuvens” e de uma educadora jornalista “engajada”, é repensada a partir da compreensão de uma relação dialética, regada por influências mútuas entre a atividade criativa, artística e humanística, e os dramas, pessoais e interpessoais, experimentados por Cecília e seus interlocutores.¹¹ Assim, entendemos que o problema concernente às “fases”, supostamente ora menos ora mais “engajadas” de Cecília possa ser arrostado por meio da consideração do devir da história, apreendendo-se as imbricações entre as experiências e as expectativas, entre o realizado e o ainda-não acessado¹².

A base empírica, na qual essa comunicação se respalda, é constituída por uma amostra de quatorze crônicas publicadas no *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro¹³. Dentre 46 escritos, foram selecionados quatorze, com base no critério de reconhecimento, no título, de referências diretamente relacionadas com a formação e a atuação docentes. Feita essa escolha, passou-se à transcrição dos trechos mais significativos para a análise almejada e, a seguir, à identificação de vocábulos e/ou expressões que se destacassem no processo de caracterização do educador-professor. Na sequência, os dados foram organizados em dois quadros, visando tornar a análise mais clara, em contato com a bibliografia pertinente. O texto divide-se em três partes. A primeira situa a atuação de Cecília Meireles junto à *Página de Educação* do *Diário de Notícias*. Na sequência, é encetado o estudo das qualidades do educador-professor e suas aproximações com a Escola Nova, na perspectiva ceciliana. Por último, seguem as considerações finais.

Cecília Meireles e a Página de Educação

Os artigos em que Cecília Meireles expunha suas opiniões acerca da formação e da ação do educador-professor possuíam um suporte material – folha impressa – social, político e intelectual. Sem pretender esgotar a apreciação de tais aspectos, cabe salientar que o

[...] sentido dos movimentos que conduzem de uma posição a outra (de um posto profissional a outro, de uma editora a outra, de uma diocese a outra etc) se define na relação objetiva entre o sentido e o valor, no momento considerado, dessas posições num espaço orientado.¹⁴

¹¹ Sob esse prisma, tendemos a matizar a colocação de Valéria Lamego, que parece sugerir uma incompatibilidade entre a imagem da poetisa e a da jornalista. LAMEGO, *A farpa na lira*, p. 17-18.

¹² KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma P. Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

¹³ MEIRELES. *Crônicas de educação*. Leogedário Azedo Filho organizou a seleção das crônicas por meio de núcleos temáticos. Os textos ora considerados para análise, integram o sétimo núcleo, intitulado “Nova Educação, Escola Nova, Escola Normal e ensino público. Formação do magistério e qualidades do professor”.

¹⁴ BOURDIEU, *A ilusão biográfica*, p. 190.

Interessa, pois, indagar: por que e como Cecília conseguiu o cargo em tal jornal? Quais eram os proprietários desse periódico? Qual a orientação política de tal veículo de informação? Como a *Página de Educação* se situava no corpo do jornal? Quais eram as características dessa seção? Como esta se organizava e de que era composta?¹⁵ O *Diário de Notícias* foi lançado em 12 de junho de 1930, fundado por Orlando Dantas, Nóbrega da Cunha e Alberto Figueiredo Pimentel, tendo como redator João Maria dos Santos. O periódico expressava simpatia à Aliança Liberal e à Revolução de outubro daquele ano. Dentre suas seções, havia a de política nacional e internacional, economia e esportes. Destacava-se ainda uma divisão – a *Página da Educação* – dedicada, especificamente, a assuntos educacionais, indicando o valor desse tema para os debates públicos sobre os projetos de país em curso.¹⁶ Cecília Meireles aproximou-se dessa empresa por meio de sua rede de sociabilidade, que vinha sendo tecida no decurso dos anos 1920¹⁷. Nota-se, por exemplo, que Nóbrega da Cunha era amigo de Cecília Meireles e de Correia Dias – seu primeiro marido –, tendo sido, inclusive, padrinho de uma das filhas do casal¹⁸. Tal trabalho, além de permitir a amplificação do alcance das ideias de Cecília, de constituir um âmbito de luta intelectual e de possível consagração¹⁹, garantiria também uma fonte de renda para a família.

Uma vez assumida a direção da *Página de Educação*, Cecília passou a organizar seu trabalho, enriquecendo esse espaço com uma coluna intitulada “Comentário”, assinada diariamente por ela, e com entrevistas, artigos de autores convidados, notícias, reportagens e fotografias. De junho de 1930 a janeiro de 1933, ao longo de mais de 700 publicações, a gama de eventos e de educadores abrangidos pela *Página* foi extensa e revela as vinculações educacionais e ideológicas de Cecília, confluindo para a defesa da Escola Nova²⁰. Em seus textos, Cecília pautava-se pela exposição de argumentos e pelo caráter denotativo. Por se tratar de um agente que faz de seu ofício a arte de

¹⁵ Sobre a exploração de jornais como fonte histórica, ver: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

¹⁶ LAMEGO, *A farpa na lira*; LÔBO, *Cecília Meireles*. Sobre o conturbado cenário político, social, econômico e cultural dos anos 1930, ver: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. (Coleção O Brasil republicano, v. 2).

¹⁷ Dentre outros contatos e círculos de sociabilidade, Cecília participou do grupo literário de tradição simbolista e “espiritualista”, reunido em torno da revista *A Festa*, que agregava escritores como Tasso da Silveira e Murilo Mendes. Ver: BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 50. ed. São Paulo: Cultrix, 2015, p. 366-367.

¹⁸ LÔBO. *Cecília Meireles*, p. 21. Cecília e Correia Dias tiveram três filhas, nascidas nos anos 1920.

¹⁹ Ver: ENGEL, Magali G. et. al. (Orgs.). *Os intelectuais e a imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. VIEIRA, Carlos Eduardo et. al. (Orgs.). *História intelectual e educação: trajetórias, impressos e eventos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

²⁰ Os seguintes trabalhos abordam, de forma não exaustiva, a problemática das leituras efetivadas por Cecília Meireles: ALVES, Daniela Utescher. *A crônica de Cecília Meireles: uma viagem pela ponte de vidro do arco-íris*. 188 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira, São Paulo, 2012. ALMEIDA, Patrícia Vianna. Lacerda de. *Crônicas de Cecília Meireles: leitura e literatura em prol da renovação educacional (1930-1933)*. 157 f. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio de Janeiro, 2014.

escrever, convém atinar para a singularidade de tais crônicas, por um lado, pautadas por certa objetividade, de feição jornalística, por outro, acolhedoras da técnica e da sensibilidade literárias. Nas palavras de Darcy Damasceno,

Registro do mundo circundante, a crônica de Cecília Meireles é também uma projeção de sua alma no universo das coisas. Alimenta-se da referencialidade, das coisas concretas, de fatos e situações que envolvem o ser humano em seu comércio diário, mas matiza subjetivamente tudo isso.²¹

Esses textos não são vistos, aqui, de maneira estritamente instrumental, ou seja, como meras fontes de pesquisa, reduzidas à função de reflexo da realidade educacional, social e política. A despeito de não mirar a investigação dos aspectos estético-formais da escrita, em si, o presente estudo considera a linguagem como produto e expressão da sociedade, mas também, por um viés dialético, como produtora da realidade e dotada de regras de funcionamento próprio.²²

O educador-professor e a Escola Nova

Os assuntos abordados por Cecília Meireles foram os mais variados, tais como didática, pedagogia, direitos humanos, guerra, política, religião, pacifismo, arte e família. Em meio a essa pluralidade temática, como seriam tratados e delineados os aspectos relativos à formação e à atuação do educador-professor? Por que esses profissionais deveriam se adaptar aos valores da Escola Nova? Quais seriam esses valores didático-pedagógicos? Para que os educadores precisariam se atualizar? Quais procedimentos urgiam ser tomados para o aperfeiçoamento do corpo docente e, por extensão, da educação? Mais: Por que seria importante tratar de tais questões, mediante um suporte informativo, que excedia os círculos de especialistas e atingia um público mais amplo? O quadro abaixo lista as datas de publicação e os títulos das quatorze crônicas selecionadas para análise.

²¹ DAMASCENO, Darcy. Introdução. In: MEIRELES, Cecília. *Ilusões do mundo*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976, p. 10.

²² Reinhart Koselleck, ao enfatizar a irreduzibilidade da história à linguagem, pondera: “[...] Sem dúvida, para serem eficazes, quase todos os elementos extralinguísticos dos acontecimentos, os dados naturais e materiais, as instituições e os comportamentos, dependem da mediação da linguagem. Mas não se restringem a ela. As estruturas pré-linguísticas e a comunicação linguística, graças à qual os acontecimentos existem, permanecem entrelaçados, embora jamais coincidam diretamente.” KOSELLECK, *Futuro passado*, p. 267. Já Luiz Costa Lima, chamando mais a atenção para as limitações de análises de caráter sociológico, assinala: “[...] Não levar em conta a existência dessa dupla ordem de regras [dos fenômenos sociais e políticos e dos processos linguísticos] levará ao reducionismo socializante ou [...] ao reducionismo formalizante.” LIMA, Luiz Costa. *Teoria da literatura em suas fontes*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 664. De nossa parte, almejamos considerar o entrelaçamento entre a história e a linguagem, priorizando a primeira, sem, contudo, simplificar ou subestimar os elementos linguístico-comunicativos, inerentes à experiência intelectual e educacional. Sobre o agir comunicativo, aproximamo-nos da perspectiva habermasiana. Ver: HABERMAS, Jürgen. *Teoria do agir comunicativo*. Vols. 1 e 2. Trad. Flávio Beno Siebenechler. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

Quadro 1 – Datas de publicação e títulos das crônicas

Data	Título	Data	Título
24/06/1930	Ser professor	24/08/1930	Formação do professor [I]
26/06/1930	O professor moderno e a sua formação	01/10/1930	A consciência dos educadores
08/07/1930	Professoras de amanhã	18/10/1930	As qualidades do educador
30/07/1930	Sacrifícios do educador	19/10/1930	A esperança dos educadores
10/08/1930	Qualidades do professor [I]	16/01/1931	A formação do professor [III]
16/08/1930	Qualidades do professor [II]	17/01/1931	A atuação do professor moderno
22/08/1930	Como se distingue o educador	14/08/1931	O novo tipo de educador

Fonte: MEIRELES, Cecília. *Crônicas de Educação*. Vol. 3. Apresentação e planejamento de Leogédario A. de Azevedo Filho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Biblioteca Nacional, 2001, p. 127-204.

Todos os textos foram publicados no primeiro ano do trabalho de Cecília, junto à *Página de Educação*, com exceção do último, que aqui foi incorporado devido ao seu teor, potencialmente, elucidativo. A recorrência dos termos “professor” e “educador”, presentes, um ou outro, em todos os títulos, assinala que Cecília, com efeito, parecia ter “[...]” como objetivo marcar as posições ideológicas e filosóficas com as quais conduziria seu trabalho”.²³ Dentre essas posições, a formação e a atuação do professorado, conforme revelam os indícios, ocupavam um espaço de destaque, regular e reiterativo. Ainda nos títulos são identificadas duas ocorrências do termo “moderno”. As palavras “amanhã”, “esperança” e a expressão “novo tipo”, aparecem uma vez cada. Somados, tais termos emergem cinco vezes e remetem a uma ideia de tempo, situando educadores e educandos em um processo histórico, que se diferencia do passado, ainda não superado, e anseia por um futuro, em vias de construção, mas ainda não atingido. Na esteira dessa percepção da necessidade de mudanças na educação brasileira, então vista como chave crucial para a superação do autoritarismo e do analfabetismo, que grassavam no país²⁴, Cecília apontava nos títulos de seus textos uma “experiência de transição”, a qual aglutinaria o professorado e se caracterizaria pela “diferença de qualidade que se espera para o futuro” e pela “mudança dos ritmos temporais da experiência: a maior rapidez com que o tempo presente se diferencia do passado”.²⁵ Mesclando convicções autênticas e diagnósticos de sua época com estratégias de retórica, voltadas para criação de contrastes entre o “novo” e o “velho”²⁶, em defesa do projeto escolanovista, os apontamentos

²³ LAMEGO. *A farpa na lira*, p. 33.

²⁴ Malgrado a complexidade e a variedade dos posicionamentos ideológicos e políticos, as idiosincrasias individuais e grupais, a convicção de que a educação era o caminho para a superação dos problemas nacionais e para o desenvolvimento cultural, político, econômico e social do país, perpassava a mentalidade de vários intelectuais. Nesse afã, muitos desses agentes da educação viam-se como responsáveis pelo esclarecimento da nação e tomavam para si o papel de guia. Ver: VELLOSO, Mônica Ribeiro. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA & DELGADO, *O tempo do nacional-estatismo*, p. 145-180. BOMENY, Helena. *Os intelectuais da educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

²⁵ KOSELLECK. *Futuro passado*, p. 288.

²⁶ Marcus V. da Cunha e Aline V. de Souza avaliam a atuação de Cecília no *Diário de Notícias*, lançando mão da teoria da análise retórica. Esses autores assinalam que “[...] Esse tipo de veículo de comunicação [o jornal] facilita ao autor

de Cecília traçavam as qualidades indispensáveis aos professores. O quando 2 permite visualizar alguns trechos textuais, que incrementam as noções preconizadas nos títulos.

Quadro 2 – Expressões e vocábulos*

Alma do aluno; personalidade.	[...] Formação cultural, formação técnica, - mas, acima de tudo, - formação da personalidade, constituição do caráter.
Paixão pela psicologia infantil.	Sua profissão é de exemplo. [...] coragem de se corrigir.
Flama interior; esperança da humanidade.	Contínuo buscar; constante aprender.
Sacrifício; renúncia.	Autômatos; criaturas humanas.
Personalidade segura e complexa [do professor]; [Capacidade de] se emocionar, ter imaginação, ter conhecimentos.	Reforma de Ensino Primário [do Distrito Federal]; Escola Normal atrasadíssima.
Vaidade, ambição e cálculo está completamente errado, em matéria de educação.	[Precisamos] do [ser humano] que não queira ser professor para mandar, mas para servir, do que não queira deixar sobre a terra edificada a sua opressão...
Há uma coisa necessária a quem vai educar, essa é, sem dúvida, ser educado, primeiro...	[O educador] dever ser um tipo humano capaz de se poder desiludir todos os dias, e de todos os dias renascer em ilusões. [...]. Precisa haver um acordo geral, não só na <i>maneira de agir</i> , mas na <i>maneira de ser</i> , antes de agir. Desta, naturalmente, é que há de resultar aquela. É por esses motivos que o problema da formação do <i>professor</i> , por ser o problema da formação do <i>educador**</i> , se reveste, dia a dia, de uma gravidade maior. O tipo do profissional, apenas, já não é suficiente. [...] Precisamos de idealistas. Em educação, como em tudo mais.

Fonte: MEIRELES, Cecília. *Crônicas de Educação*. Vol. 3. Apresentação e planejamento de Leogedário A. de Azevedo Filho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Biblioteca Nacional, 2001, p. 127-204.

* A ordem dos excertos corresponde, respectivamente, à dos títulos no quadro 1. **Itálicos originais.

Um primeiro vislumbre sobre a terminologia supracitada revela que as considerações de Cecília, atinentes ao educador-professor, confluem para a centralidade do aluno no processo educativo; a indispensabilidade de estudos psicológicos para a compreensão da criança, entendida como um ser complexo; o idealismo norteador das convicções do educador-professor, contrário a ambições alheias ao bem comum da educação e atento à formação técnica e humana, em constante processo de aprendizagem. Em todos esses quadrantes, condicionantes e qualificativos da atividade docente, manifestam-se os eixos orientadores da Escola Nova, plasmada pelo ativismo.²⁷ Cecília reconhece o papel da criança no processo educativo (“descobrir a alma do aluno”), chama a atenção

expressar suas paixões – sinceridade, fé [...] - que outros meios não permitem. Tendo a chance de expor seus sentimentos dessa maneira, o orador caminha pela linha tênue que o separa de seu auditório, visualizando a diferença que almeja eliminar por meio da negociação de sentidos.” CUNHA, Marcus V. da & SOUZA, Aline V. de. Cecília Meireles e o temário da Escola Nova. *Cadernos de Pesquisa*. Vol 41. n. 144. set./dez. 2011, p. 864. Embora pensemos que os jornais, nas primícias dos anos 1930, talvez não facilitassem tanto a livre expressão de “paixões” de seus articulistas – os quais negociavam com outros agentes da empresa seus espaços de autonomia e pagavam, às vezes, um alto preço político por tais escolhas - vale atentar para as estratégias discursivas de Cecília Meireles, voltadas para o convencimento de seus leitores em torno das vantagens da Escola Nova. Além disso, as retóricas cecilianas e escolanovistas recorriam à ideia de pioneirismo e de novidade, apesar de as experiências e as concepções do escolanovismo internacional já encontrarem alguma ressonância, há décadas, em determinadas iniciativas no país. Ver: SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

²⁷ CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999, p. 515.

para a importância do despertar no educando o interesse pela aprendizagem (seres humanos não devem ser “autômatos”), opõe-se ao autoritarismo (em vez de “mandar”, “servir”) e desconfia do intelectualismo verbalista (acima da erudição e da técnica, a capacidade de “se emocionar”, a “constituição do caráter”). O primeiro e o segundo aspectos abarcam, mais diretamente, a situação dos alunos, o terceiro e o quarto, dos educadores-professores. Percebe-se, pois, que a visão educacional de Cecília buscava projetar os ideais escolanovistas, estabelecendo um equilíbrio entre os diferentes vetores e reconhecendo a relevância de cada um. Em outras palavras, ao avaliar as condições da atuação e da formação professorais, a figura do educando continua central, mas compreendida por meio da interligação com outros agentes da educação.²⁸

Ao apregoar suas ideias, sintetizando leituras e influências variadas, entrelaçadas com os princípios escolanovistas, Cecília exprimia sua singularidade e, ao mesmo tempo, suas limitações. O idealismo ceciliano apresentava uma faceta pragmática, ao enveredar pelas sendas da imprensa e se engajar na luta por uma proposta educacional. Concomitantemente, no desempenho de Cecília podem ser identificadas características dos intelectuais “ideólogos”, mais do que dos “expertos”. Segundo Norberto Bobbio, o primeiro tipo pode ser entendido como “aqueles que fornecem princípios-guia” e, o segundo, “aqueles que fornecem conhecimentos-meio”.²⁹ Tal nomenclatura não é concebida de forma estanque e, sim, operacional, explorando ângulos distintos de observação. Insta enfatizar que os intelectuais podem condensar em sua atuação e sua trajetória atributos de ambos os feitos, uma mesma pessoa pode “[...] ser tanto um ideólogo quanto um experto”.³⁰ Trata-se de avaliar qual a função, em determinados contextos, circunstâncias, campos e redes de sociabilidade, externa-se de modo proeminente, sobressaindo-se em relação a outras particularidades.

²⁸ Esse empenho em atentar para todos os sujeitos envolvidos no referido processo manifesta-se também na participação da família e do Estado. Ver: MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. A poesia no mundo: educando educadores. In: NEVES et. al. *Cecília Meireles*, p. 146.

²⁹ BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 1997, p. 73. Embora Bobbio investigue, prioritariamente, a relação dos intelectuais com a esfera política, pensamos serem válidas as observações para o campo educacional, que, em nosso estudo, é percebido na intersecção com as dimensões da imprensa e da política. Esse autor ressalta ainda que, embora tal tipologia – “ideólogos” e “expertos” – possa se aproximar da distinção gramsciana entre intelectuais orgânicos e tradicionais, e da distinção entre humanistas e técnicos, não corresponde a elas. Conforme a terminologia proposta por Bobbio, não se trata de mencionar a dependência ou a independência dos intelectuais em relação às classes sociais, em disputa pela hegemonia, nem de distinguir as diferentes formações e competências, e, sim, de identificar a “diversa tarefa que desempenham [os intelectuais] como criadores ou transmissores de ideias ou conhecimentos politicamente relevantes”, revelando a “diversa função que eles são chamados a desempenhar no contexto político.” _____ *Os intelectuais e o poder*, p. 72. Sobre os conceitos de campo intelectual e campo de poder, a ser aprofundados no decorrer da pesquisa, ver: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Trad. Sérgio Micelli et. al. São Paulo: Perspectiva, 2013.

³⁰ BOBBIO. *Os intelectuais e o poder*, p. 72.

Nesse sentido, é inequívoco o fato de que Cecília Meireles detinha conhecimentos técnicos, capazes de resolver problemas específicos da área educacional, tanto em relação ao cotidiano das práticas escolares, quanto às articulações sociais e político-institucionais – a exemplo das reformas do ensino, tão debatidas nos anos 1920 e 1930. Sustentamos, porém, que essa intelectual primou sua atuação, junto ao *Diário de Notícias*, pelo exercício da função de criadora de concepções de mundo, mais do que pela atuação direta nos meandros das realizações políticas e institucionais, encetadas, de modo acentuado, por educadores reformistas como Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira.³¹ No que concerne à possível figura do educador-professor essa hipótese mostra-se ainda mais plausível, pois Cecília afunila sua análise nos predicados daquela, não dando semelhante ênfase aos problemas referentes, por exemplo, às condições de trabalho, de profissionalização e de salário dos docentes – embora tenha se lembrado desses temas.³² Não por acaso, ao discutir os meandros da formação e da atuação docentes, Cecília observa, antes de tudo, a posição ética do professorado diante dos educandos. Assinala a demanda de sacrifícios, o desenvolvimento de sensibilidade em relação às criaturas humanas, sob seus cuidados, o ímpeto em perceber e assumir a responsabilidade de intervir na elaboração do futuro da humanidade. Nas entrelinhas das crônicas, pode ser notado o confronto com a realidade de então, na qual a articulista verificava sujeitos encaminhando-se para a área de ensino, visando, prioritariamente, ganhos monetários e de *status*, encarando a docência como um serviço mais ou menos burocratizado.³³ O educador-professor, na perspectiva ceciliana, deveria envolver-se com a educação, a partir da tomada de consciência da importância de sua função e de uma postura aberta a um constante processo de aprendizagem e de aperfeiçoamento.³⁴ Por um lado, tais colocações poderiam abrir flancos para interpretações outras, voltadas para a

³¹ O estudo de Diana Gonçalves Vidal tende a corroborar a perspectiva aqui explorada, a despeito de não se valer da conceitualização indigitada por Norberto Bobbio. Vidal recorre às imagens de “sonhadora” e “arquiteto”, referindo-se, respectivamente, a Cecília Meireles e Fernando de Azevedo. Acautelando-se de incorrer a uma possível dicotomia, a autora acentua: “[...] Confortáveis, essas imagens teimam em suscitar a desconfiança, por fixarem em posições muito definidas as duas personagens. Invertidas, as figuras não se opõem. A Cecília, sonhadora, era também arquiteta da felicidade. (Seria Fernando, em seu reverso, um sonhador?)” Entendemos que o emprego das categorias “ideólogos” e “expertos”, atravessadas de permeabilidades, seja preferível ao uso das noções de “sonhadora” e “arquiteto”, quicá mais suscetíveis, pelas imagens que evocam, a interpretações bifurcadas.

³² Cecília também se preocupou com as condições salariais e de trabalho dos professores. Ver: MEIRELES, *Crônicas de educação*, vols. 1 a 5. Contudo, ao longo das crônicas em que abarcou a formação do magistério e as qualidades do professor, aqueles motes foram postos em um plano secundário e, escassamente, interconectados com estas.

³³ Tal aspecto foi também percebido pela análise de Yolanda Lôbo. Ver: LÔBO, Yolanda L. O ofício de ensinar. In: NEVES et. al. *Cecília Meireles*.

³⁴ Essa ponderação ceciliana sugere a imagem de pessoas partícipes de um processo histórico móvel, dinâmico e mutável. Esses aspectos são identificados por diferentes autores como traços de determinada noção de modernidade. Ver: KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. BAUMAN, Zygmunt. *A modernidade líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991. VALLE, Ione Ribeiro et. al. (orgs.). *Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. v. 2.

responsabilização do professorado e a acomodação das autoridades; por outro, frisavam a autonomia docente, vinculada no protagonismo desse agente em sua própria formação e atuação.

Nesse processo, almejava-se ainda a reestruturação das instituições formadoras de professores – como as reformas do ensino primário, que vinham ocorrendo no Distrito Federal e no Espírito Santo. A essas medidas, vistas por Cecília como indispensáveis para uma “mudança estrutural”, percebida e transformada em “evento”³⁵, haveria empecilhos e resistências, com os quais se defrontariam a colunista e seus colaboradores escolanovistas.³⁶ O enfrentamento de tais circunstâncias seria empunhado por Cecília pela via comunicativa, ou seja, com um “tipo de discurso em que os participantes tematizam pretensões de validade controversas e procuram resolvê-las ou criticá-las com argumentos.”³⁷ Também por essa busca de pretensão à validade de suas palavras, Cecília, provavelmente, entendida como relevante investir em um meio de comunicação, que transbordava do *métier* educacional para um público mais abrangente.

A última crônica na berlinda é esclarecedora acerca do afincamento de Cecília em elaborar e difundir valores ou princípios, norteadores da educação. Ao intitular o texto de “O novo tipo de educador”, a autora assinala uma diferenciação entre os termos “professor” e “educador”. O primeiro estaria mais próximo de saberes, competências e procedimentos instrumentais, da “maneira de agir”. O segundo, da capacidade de “se poder desiludir” e de “renascer em ilusões”, da “maneira de ser”. Parece haver, aqui, uma distinção entre “instrução” e “educação”, correlata, respectivamente, àquela entre “professor” e “educador”, “tipo profissional” e “idealista”.³⁸ Cecília, assim, afirmava, peremptoriamente, a precedência do idealismo sobre a mera profissionalização. Da “maneira de ser” resultaria, “naturalmente”, a “maneira de agir”. O equacionamento do problema da “formação do professor” passaria também pela “formação do educador”.

Considerações finais

A análise em pauta revela que os fundamentos didático-pedagógicos assumidos, enunciados e anunciados por Cecília Meireles, estavam entrelaçados pelas propostas da Escola Nova. Ao mesmo tempo, a concepção de Cecília sobre a educação, a formação e a atuação docentes, denota

³⁵ Segundo Koselleck, a possibilidade da percepção imediata de tal mudança [estrutural] seria a característica da modernidade, ao amalgamar diferentes estratos de tempo, tornando o futuro objeto de expectativa, a ser modelado pela experiência do presente. KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo*, p. 221.

³⁶ LÔBO, Yolanda L. O ofício de ensinar. In: NEVES et. al. *Cecília Meireles*. SAVIANI, *História das ideias pedagógicas*.

³⁷ HABERMAS, *Teoria do agir comunicativo*, p. 48.

³⁸ Todavia, essa terminologia foi utilizada de forma funcional pela cronista, não constituindo compartimentos fixos e, sim, meios flexíveis de expressão. Portanto, os significados das palavras e dos conceitos precisam ser inquiridos no interior do texto e do contexto de cada crônica. Vale destacar, por exemplo, que, em determinados artigos, Cecília utiliza os vocábulos “professor” e “educador”, basicamente, como sinônimos, evitando a repetição constante de um ou outro termo, a fim, provavelmente, de tornar mais fluente a leitura.

a presença de um idealismo, imbuído de subjetividade autoral e de certas limitações, alusivas às ações de institucionalização. Os confrontos e as resistências às ideias propaladas na *Página de Educação* serviram como contraposição às convicções de Cecília, então reafirmadas a cada edição. Tais princípios foram alterados no decorrer do período? Há características do educador-professor, realçadas pela articulista, em outros textos e contextos? Essas e outras perguntas deverão ser respondidas no decorrer da pesquisa.

Da Sociedade Pestalozzi ao Guia de Orientação da Educação Especial na rede estadual de ensino de Minas Gerais: uma análise da escolarização do mineiro com deficiência

Esther Augusta Nunes Barbosa

Licenciada em História
Universidade Federal de Minas Gerais
augustaesther@gmail.com

Resumo: A comunicação que se segue visa apresentar a criação da Sociedade Pestalozzi e sua importância para o acolhimento da infância “anormal” a partir da década de 1930 em Minas Gerais, mostrando as modificações ocorridas até a criação do Guia de Orientação da Educação Especial na rede estadual de ensino de Minas Gerais, documento que norteia a implementação de uma educação inclusiva no estado. Não há a intenção de estabelecer comparações entre os modelos de acolhimento do aluno com deficiência, tampouco de apontar resultados promovidos por uma perspectiva homogeneizadora ou de modelos inclusivos. O objetivo é expor o desenvolvimento da educação formal deste público procurando mensurar as mudanças e permanências da primeira metade do século XX ao início do século XXI, apontando a importância das ações no contexto a qual estavam inseridas. A base bibliográfica utilizada foram documentos legais que normatizaram a educação especial e literatura específica que aborda este tema, principalmente Borges (2015) e Jannuzzi (1985). A partir da pesquisa realizada é possível concluir que o trabalho de Helena Antipoff propiciou práticas inovadoras no acolhimento e escolarização da pessoa com deficiência no estado de Minas Gerais.

Palavras-chave: Helena Antipoff; educação especial; políticas públicas.

Helena Antipoff e a Experiência Isolada

O ano de 1927 marca, em Minas Gerais, a Reforma de Ensino implementada no governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrade e planejada pelo então secretário dos Negócios do Interior e da Justiça do Estado de Minas Gerais Francisco Campos. Buscando adequar o ensino às novas demandas sociais a Reforma se baseou nos ideários da Escola Nova, colocando a criança como centro da organização pedagógica. Neste contexto, o ensino primário era a etapa obrigatória no Brasil e a conquista do diploma de conclusão passou a ser exigida para se exercer um trabalho remunerado formal. No entanto, como em outros lugares do mundo, a democratização do ensino trouxe às escolas desafios em relação à educação de públicos distintos e com habilidades diferentes. A determinação de classificação e separação dos alunos por meio da análise de seu desenvolvimento mental em classes homogêneas foi a solução utilizada no período.

A ação de implementação da Reforma do Ensino que mais gerou impacto à escolarização da criança “anormal” em Minas Gerais foi a contratação da psicóloga e educadora russa Helena

Antipoff. Com seus estudos constituídos em Genebra, onde foi assistente de Édouard Claparède, Antipoff desembarcou no Brasil em 1929 para lecionar na Escola de Aperfeiçoamento e assumir o Laboratório de psicologia da Escola, onde iniciou a classificação dos alunos para organização das classes.

As classes homogêneas já eram utilizadas na Europa quando Campos propôs a sua implantação em Minas Gerais. O objetivo de homogeneizar as turmas era uma tentativa de adaptar os métodos pedagógicos às aptidões das crianças e não uma desistência do aprendizado dos alunos com dificuldade. Tal qual a Escola Nova preconizava, o ensino deveria respeitar a individualidade de cada um e as classes homogêneas auxiliariam em um planejamento que respeitasse os níveis de desenvolvimento de cada aluno de modo que “não é a homogeneidade dos alunos que determina o seu sucesso, mas é, cremos nós, o ensino correspondendo ao desenvolvimento das crianças”.¹

Em 1931, iniciaram-se os trabalhos de classificação dos alunos por meio dos testes psicológicos sob a orientação de Antipoff. Antes, porém, ela empreendeu uma investigação acerca do universo de interesses e realidades da criança mineira.

Em 1932, menos de três anos depois do desembarque de Antipoff no Brasil, a Sociedade Pestalozzi foi fundada, sendo uma associação civil que tinha por objetivo acolher a infância anormal e preservar a sociedade do perigo da anormalidade. Tendo a própria Antipoff à frente de suas ações a Sociedade prestou atendimento à infância negligenciada no estado de Minas Gerais por meio do atendimento em escolas, internatos, semi-internatos, consultórios, além da realização de pesquisa e outras ações que acolheram crianças com deficiência, órfãs e crianças de rua. A manutenção da Sociedade encontrava-se ancorada na filantropia e na ciência e tinha como um dos objetivos proteger a infância anormal e, segundo seu estatuto, preservar a sociedade e a raça das influências nocivas da anormalidade mental.²

Um dos possíveis fatores para criação da Sociedade Pestalozzi foi o atendimento insatisfatório que o poder público oferecia à população infantil. A partir de sua abertura, outras instituições para acolhimento e assistência da infância anormal foram criadas, também no âmbito da filantropia.

Por um lado, Antipoff é retratada como uma profissional humanista que modificou o atendimento às crianças “anormais” por meio de sua experiência adquirida na Europa. Após

¹ BORGES, Adriana Araújo Pereira. De anormais a excepcionais: História de um conceito e de práticas inovadoras em educação especial. 1. Ed.- Curitiba, PR: CRV, 2015, p. 86.

² BORGES. *De anormais a excepcionais*

encontrar um atendimento precário e negligente desta infância em Minas Gerais foi transformando esta realidade por meio do seu trabalho.³ De modo que Antipoff teria ido além de ações localizadas ao trabalhar na formação de professores e na construção de novos conceitos, influenciando positivamente o cenário educacional da época, com reflexos nos dias de hoje.

Por outro lado, há uma corrente que defende que Antipoff não desempenhou um trabalho realmente transformador nas vidas das pessoas com deficiência, uma vez que a base metodológica de educação utilizada por Antipoff era ancorada na execução de trabalhos manuais sem que os alunos atingissem compreensão científica do que faziam, tendo o tecnicismo como apreensão. Com base neste argumento, a pesquisadora alega que Antipoff reforçou estigmas e o lugar social dos “anormais” de origens mais pobres, contribuindo para manutenção da estratificação social dos quais pertenciam.⁴

É importante salientar que o trabalho realizado em Minas Gerais em prol da infância “anormal” é uma ação isolada no contexto nacional. Até o ano de 1957, os atendimentos às crianças excepcionais não eram regulamentados por nenhuma legislação nacional e todos os casos de atendimento a este público eram exemplos particulares de ações filantrópicas ou de alguns estados brasileiros.

Anormalidade

No Regulamento da Assistência e Proteção a Menores Abandonados e Delinquentes, o termo “anormal” era usado para definir as crianças em situação de vulnerabilidade e em condição inferior às demais. As naturezas e causas desta condição eram inúmeras: por déficit físico, cognitivo, afetivo, intelectual, situações de abandono e pobreza. A palavra anormal era muito utilizada, sem haver o objetivo de desqualificação do sujeito. Tratava-se de um conceito amplo, de difícil definição, circulante nos meios científicos dos Estados Unidos e Europa, abrangendo questões ligadas à inteligência, ao comportamento e às questões biológicas do sujeito.

Sendo a esta infância que Antipoff dedicou seu trabalho em Minas Gerais, em busca da melhor maneira de educar estas crianças, não podemos reduzir o trabalho da psicóloga e educadora russa ao universo da pessoa com deficiência. Antipoff dava atenção especial aos desassistidos, aos vulneráveis, aos que não eram adequadamente atendidos pelo poder público.

³ BORGES. De anormais a excepcionais.

⁴ RAFANTE, Heulália Charalo. Helena Antipoff e o Ensino na Capital Mineira: A Fazenda do Rosário e a Educação pelo Trabalho dos Meninos "Excepcionais". Dissertação. Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, Brasil. Ano de Obtenção: 2006.

Mesmo o conceito de anormalidade sendo amplamente utilizado em meados do século XX Antipoff propôs, de forma mais sistemática em 1939, a modificação conceitual no meio médico e educacional para o termo “excepcional” para diminuir os estigmas, criados com o uso corriqueiro da palavra anormal, sofrido por esta população. Este é um marco para as crianças excepcionais, uma vez que as atenções se voltam para as necessidades da criança, e não a seus rótulos de “imbecil”, “prejudicado”, “retardada” ou “fraca de espírito”.⁵

A utilização do termo “excepcional” é oriunda de estudos e publicações norte-americanos e passou a ser utilizada com o intuito de diminuir a carga pejorativa das terminologias utilizadas até então⁶. No entanto, a terminologia é pouco relevante, uma vez que a substituição de termos diminuiu a carga pejorativa temporariamente, logo depois a nova palavra passaria a determinar a “falta”, incorporando as normas e valores enaltecidos socialmente.⁷

Atualmente, o conceito de pessoa com deficiência está relacionado às barreiras do meio, que em interação às condições destas pessoas geram limitações para participação em nível de igualdade com os demais sujeitos. Logo, quando um termo for utilizado, é necessário atentar-se ao contexto em que a pesquisa está focada.

Educação Especial Assumida Nacionalmente

A educação dos excepcionais foi assumida a nível nacional após o Decreto Federal nº 42.728 de 3 de dezembro de 1957 e concretizado com a Portaria Ministerial nº 114 de 21 de março de 1958. O ponto inicial foi a criação de Campanhas voltadas para esta finalidade.

A Campanha para Educação do Surdo Brasileiro, instalada no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), tinha por objetivo alcançar a educação e assistência dos surdos, por meio de iniciativas públicas ou particulares. No mesmo ano a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão, inicialmente vinculada ao Instituto Benjamin Constant, passou a se chamar Campanha Nacional de Educação de Cegos (CENEC) após a desvinculação com o Instituto. A CENEC promovia capacitação de professores, reabilitação, produção de materiais e equipamentos para educação para deficientes visuais. A Campanha foi um meio para oferecer oportunidades diversas aos deficientes da visão.

⁵ BORGES. De anormais a excepcionais.

⁶ BUENO, José Geraldo Silveira. Educação Especial Brasileira: questões conceituais e de atualidade. São Paulo: EDUC, 2011.

⁷ JANNUZZI, Gilberta. A luta pela educação do deficiente mental no Brasil. 2. ed. Campinas. SP: Editora Autores Associados, 1985. p. 4

Em 1960, “por influência dos movimentos liderados pela Sociedade Pestalozzi e Associação de Pais Amigos dos Excepcionais, ambas do Rio de Janeiro”, foi instituída a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME), a qual Helena Antipoff fez parte da Primeira Comissão Diretora. A CADEME teve por finalidade promover a educação, reabilitação e treinamento das crianças retardadas em todo o território nacional.⁸

As Campanhas chegaram ao fim no governo de Garrastazu Médici, com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) pelo decreto nº 72.425 em 1973. A finalidade de sua criação era a promoção do desenvolvimento da educação especial, da pré-escola ao 2º grau em todo território nacional.

A organização da educação especial foi modificada diversas vezes, e as verbas destinada a esta finalidade também foram instáveis. Contudo, fica claro que ela foi assumida enquanto política a nível nacional no final da década de 1950, deixando de ser uma ação isolada em algumas cidades e tendo sido, legalmente, assumida em todo território brasileiro.

Minas Gerais do Século XXI

Atualmente, a Secretaria de Educação de Minas Gerais possui uma política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, mantendo ainda algumas escolas especiais sob sua gestão. Buscando a efetivação da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas comuns, a Secretaria de Educação deste estado disponibiliza alguns suportes para garantir o direito ao acesso e à permanência dos alunos nas escolas.

A política inclusiva mineira foi constituída a partir de movimentos internacionais e nacionais, que objetivavam construir um modelo escolar no qual todo ser humano pudesse estar inserido no processo educativo formal, sem segregação. Não havendo, assim, exclusão por motivo de cor, etnia, origem social, desenvolvimento motor e intelectual, nem por qualquer história de vida que o tenha caracterizado como alguém que fuja dos padrões, sejam eles quais forem, estabelecidos pela nossa sociedade. A educação inclusiva tem por objetivo incluir no processo educacional quem está fora dele, em muitos casos por inadequação do próprio sistema educacional em receber as demandas de um público específico.

Podemos considerar a viabilidade e a urgência dessa política em um contexto em que o acesso à educação é um direito do aluno e uma obrigação do Estado, de modo que não está em

⁸ MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

pauta se o aluno teria ou não direito de frequentar a escola: já há um consenso, ao menos na legislação, quanto a este direito.

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988⁹ o Brasil registrou que a educação é um direito social de todo cidadão brasileiro. Na mesma linha, em 1996 com a lei 9.394¹⁰, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, esclareceu-se que neste país a educação é para todos, sendo, um dos princípios do ensino ministrado, a garantia do acesso e da permanência do aluno na escola. Para que esse compromisso contemple os alunos com necessidades educacionais diferentes dos demais educandos, o Estado deve oferecer um atendimento educacional especializado, preferencialmente em escolas e turmas comuns.

O objetivo de uma educação inclusiva é, além de garantir o acesso ao ambiente escolar, criar meios para que o aluno permaneça dentro das escolas e usufrua de tudo que elas podem propiciar ao educando. Sendo o aluno com deficiência caracterizado atualmente como “(...) aquele que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem restringir sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade (...)”¹¹ é papel da escola que objetiva incluir verdadeiramente o aluno na educação comum, com auxílio do Estado, eliminar as barreiras que o impedem à plena participação em todas as atividades escolares.

Buscam-se, hoje, formas de se aplicar a legislação, o que não é suficiente para efetivação de uma política. Para que alunos com deficiências, atrasos cognitivos, dificuldades motoras e transtornos psicóticos tenham acesso a uma educação com vistas ao exercício pleno da cidadania e ao preparo para o trabalho, eles precisam mais do que de uma vaga na escola comum: há a necessidade de um planejamento e uma estrutura que objetivem a eliminação de obstáculos entre o aluno e todos os componentes da vida escolar.

⁹ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

¹⁰ BRASIL. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

¹¹ MINAS GERAIS. Guia de Orientação da Educação Especial na rede estadual de ensino de Minas Gerais. Junho, 2014.

Reconversão de capitais em busca da distinção na Vila Rica setecentista: um estudo de caso sobre o papel da família na longevidade educacional de seus herdeiros

Fabrizio Vinhas Manini Angelo

Mestre em História

Doutorando em Educação pela FAE/UFMG

fabriciovinhas@gmail.com

Resumo: O presente trabalho busca, por meio de um estudo de caso, analisar o papel da família na longevidade educacional de seus herdeiros. Para isto será posto em exame o testamento do Tenente Coronel Manoel Francisco da Costa Barros registrado na Comarca de Vila Rica em 1761. O vocábulo herdeiro ganha um sentido único na obra de Pierre Bourdieu. Em verdade, este vocábulo vira um conceito plenamente operacional para o objeto investigado por Bourdieu: o sentido da educação francesa na segunda metade do século XX. Então este trabalho, utilizando-se do referencial teórico-metodológico bourdiesiano, busca compreender a estratégia educativa escolhida por uma família na Vila Rica do século XVIII. O desafio proposto é duplo, pois busca de um lado compreender a reconversão de capitais empregada por esta família a partir do registrado pelo testador em seu testamento e de outro a operacionalização de conceitos, elaborado para pensar o século XX, em outro contexto histórico. Por isso, um dos focos deste texto é contribuir para o aperfeiçoamento do aparato conceitual elaborado por Pierre Bourdieu e também contribui para uma compreensão mais complexa e integral daquela sociedade. Sendo assim, utilizando conceitos fundamentais da teoria bourdiesiana como *habitus* e *capital cultural, social e econômico*, este trabalho vai analisar ação da família para garantir a educação de seu herdeiro. Daí a importância de pensar o herdeiro em outro contexto histórico, social e cultural. Neste sentido, este trabalho busca indicar como o aparato conceitual cunhado por Pierre Bourdieu pode ser utilizado para pensar fenômenos ligados à História da Educação mesmo que para tempos pretéritos. Ainda que pese a inexistência de um sistema educacional massificador e reproduzidor como o dos dias atuais o aporte teórico-conceitual cunhado por Pierre Bourdieu tem muito a contribuir para a compreensão das estratégias familiares no século XVIII mineiro. A pesquisa em História da Educação para América portuguesa é bastante rarefeita e por isso urge um trabalho que busque se inserir nesta seara.

Palavras-chave: História da Educação, Vila Rica, Século XVIII.

Introdução

É curioso saber que na busca pela distinção em pleno século XVIII algumas famílias utilizavam-se de estratégias de reconversão de capitais similares às que Pierre Bourdieu¹ e seus

¹ Para este trabalho estou pensando principalmente nos seguintes livros: BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk; São Paulo: EDUSP, 2007. 556 p.; BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. ; BOURDIEU, Pierre; NOGUEIRA, Maria Alice de Lima Gomes.; CATANI, Afranio M. Escritos de educação. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 251p. (Ciências sociais da educação); BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 311 p.; BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: 1975. 238p., dobrada ((Educação em questão)); BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. Os Herdeiros: os estudantes

parceiros apontam para a França na segunda metade do século XX. No entanto, esta primeira similitude nos faz duvidar que existia alguma diferença daquele tempo para a França da segunda metade do século XX. Ter isso como ponto de partida é fundamental para analisar os documentos buscando evitar anacronismos e cair na fácil armadilha da constatação das semelhanças e não enxergando as diferenças. Ao que indica o testamento que vamos trabalhar neste texto as famílias que já possuíam algum capital econômico o investiam no que fosse possível na busca pela distinção naquela sociedade, mas aquelas que detinham em seu volume total de capital uma quantidade especial capital cultural investiam muito nesta modalidade de capital e também em outros tipos de capitais (econômico e social) para que as gerações² seguintes estabelecessem uma sólida posição social de destaque ou distinta. No entanto, em famílias que nutrem uma forte valorização do capital cultural, parecem investir solidamente a cada geração mais e mais nesta modalidade de capital. Sendo assim, quando se caracteriza Minas do Ouro no século XVIII como uma sociedade de arrivistas isso não é mera coincidência. Muitas pessoas de várias partes do “Império lusitano” vieram para cá a partir descoberta do ouro em algum momento do final do século XVII. No caso dos brancos portugueses vinham principalmente no norte de Portugal, atraídas justamente pela possibilidade e enriquecimento e com isso pela oportunidade de se livrar da condição em que viviam em Portugal e ascender socialmente. Em geral estas pessoas não eram exatamente pobres e na maior parte das vezes eram membros de famílias que tinham alguma riqueza em sua terra natal e aqui buscavam melhorar sua condição. Isto é, viam em Minas a oportunidade de ascender socialmente, por isso não se pode caracterizar estas pessoas como sendo exatamente pobres ou paupérrimas, mas sim oriundas de camadas médias e que disporo já de algum capital podiam investir suas posses na possibilidade de alguma distinção para si mesmas e para as gerações seguintes de sua linhagem. Mas o que pode ser entendido por “melhorar sua condição” nos mais das vezes é melhorar as condições de sua família. Portanto, estamos falando de um projeto familiar e intergeracional, bem ao gosto do antigo regime. Para isso estas famílias buscavam garantir a transferência destes bens/capitais às gerações seguintes e isso pode muito bem ser visualizados nos testamentos do período e região em tela. Com isso, o que este texto busca apresentar é um estudo de caso que nos permite aventar as estratégias de reconversão de capitais para a busca ou

e a cultura. Trad. Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.;BOURDIEU, Pierre. O senso prático. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 471 p.

² Neste texto utilizamos dos termos geração, gerações seguintes ou futuras gerações, mas aqui eles nada mais são que uma referência às diferenças etárias entre as gerações familiares e nada tem a ver com o conceito social de gerações como Karl Mannheim a utiliza. Além disso, para este período é fundamental compreender de maneira distinta a ideia de família, bem como aquilo que chamo de gerações seguintes e isto neste contexto significa todos aqueles que estão sob responsabilidade do testador além de filhos, falamos de sobrinhos, afilhados, filhos de escravos que são “crias da casa”, órfãs, enjeitados e todo tipo de pessoas que podem aparecer nos testamentos como herdeiros destes testadores.

Anais do V EPHIS – V Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

06 a 10 de Junho – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016.

www.ephisufmg.com.br

manutenção de uma distinção naquela sociedade e com isso compreender aquilo que eles consideravam como família.

Exemplo disso tudo que foi falado até agora é o testamento do Tenente Coronel Manoel Francisco da Costa Barros³ feito em 1761 no qual ele registra ser natural e batizado na freguesia de “São Loã da ponte termo da villa de guimaraeas arcebispado de Braga”, ou seja mais uma vez norte de Portugal. No mesmo trecho ainda afirma que é “filho legitimo de Jeronimo Marques e de sua Jeronima Francisca já falecidos” e que é casado conforme a Igreja com Dona Inês Eufrasia da Silva e Avila com quem até aquele momento não tinha filhos, porém a sua esposa estava grávida e em breve daria luz a uma criança, sua herdeira. Portanto o que temos aqui é uma família com alguma importância para região, pois ostenta patentes e títulos, insígnias de distinção, como sugerem os títulos de “Tenente Coronel” e “Dona”, que indica sua posição social de destaque. Em geral este hábito foi produzido pela chegada de pessoas de outra região culturalmente dominada pelas práticas de distinção pautadas pela sociedade de Antigo Regime. Além disso, deve-se mencionar que estas estratégias de enviar membros das famílias para fora da região pode se tratar de um velho hábito da família estirpe ou tronco (já tratada por Pierre Bourdieu e por Frédéric Le Play e que curiosamente parece chegar até o norte de Portugal⁴) que na impossibilidade de manter todos os herdeiros e as famílias destes em uma mesma propriedade buscava enviar alguns de seus herdeiros para outra atividade ou regiões ou na impossibilidade disso mantinha os herdeiros na mesma propriedade, mas em condição de segunda categoria, sendo até mesmo impedidos socialmente de constituírem família. Portanto, falamos de famílias que ao menos tinham alguma propriedade, economias e contatos para enviarem suas novas gerações para outra região na expectativa de melhorarem de vida. Mais uma vez aqui existe uma coincidência com as características apontadas por Bourdieu para as camadas médias francesas da segunda metade do século XX e os *habitus* destas famílias do século XVIII que é justamente a estratégia de reverterem capitais para a busca pela distinção, pois estão completamente cientes que isso é possível e até provável e dificilmente seria impossível⁵.

Porém, surge algo de novo quando observamos que muitas dessas famílias de arrivistas

³ Para este trabalho farei um estudo de caso deste testamento: IBRAM/MI/AHCP – volume 460 – Testamento do Tenente-coronel Manoel Francisco da Costa Barro – 1761. No entanto, devo ressaltar que estou desenvolvendo uma pesquisa de doutoramento com um *corpus* documental consultado muito mais amplo. Por isso, se às vezes as minhas conclusões parecem ser um tanto quanto amplas, é por que tenho em mente uma realidade documental que permite isso, ainda que na realidade de um texto fruto de uma comunicação em congresso com um teto de 10 páginas apenas posso ensaiar isto.

⁴ BOTELHO, T. R.. A família na obra de Frédéric Le Play. Dados (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 45, n.3, p. 513-544, 2002. BOURDIEU, Pierre. EL BAILE DE LOS SOLTEROS. Editorial Anagrama, Barcelona, 2004, 258 pags.

⁵ Isto está registrado principalmente no Capítulo 1 de BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *Os Herdeiros...* 2014.

incluíam herdeiros que, em princípio, não eram legítimos, mas que mesmo assim algumas destas famílias não poupavam esforços de estratégias de reconversão de capitais similares às que já eram adotadas em relação às gerações anteriores como uma forma de garantir sua distinção daquela linhagem/família naquela sociedade. Mais uma vez o caso do Tenente Coronel Manoel Francisco é paradigmático, pois ele declara em seu testamento que tem “huma filha natural de mais branea que tive anos antes de cazar chamada Innocencia a qual por entender que deve herdar igoalmente com os filhos que me resultarem do matrimônio atrás dituo igoalmente”. No entanto, para que isso ocorra o Tenente coronel Manoel Francisco informa que gostaria de conduzir a sua filha Inocencia à um Convento ou Mosteiro até “ter idade de tomar estado de Religioza” ou até mesmo o “estado de matrimônio”. Mais uma vez seguindo um costume das famílias no velho mundo, o qual determina que os demais filhos não fiquem na mesma propriedade e aqueles que ficarem permaneceriam solteiros e em uma condição de subserviência ao principal herdeiro. E durante todo este período sua filha Inocência estaria sob a tutela de sua esposa e madrasta de sua filha.

A busca pela distinção se dá de diversas maneiras e na sociedade do século XVIII mineira uma dessas estratégias se dava pela associação às entidades religiosas e entre elas estavam as Irmandades e Ordens terceiras. No testamento tratado aqui não seria diferente, o testador declara ser irmão terceiro da Ordem de Nossa Senhora do Carmo. Esta estratégia garantiria um funeral pomposo bem ao gosto barroco⁶ além de toda atenção daquela comunidade e com isso a distinção para o defunto e sua família.

Em que pese a necessidade de distinção para a família nuclear do defunto, o sentido de família vai mudando ao longo do século XVIII e vai se modificando sem abandonar completamente alguns sentidos que tinha antes. Sendo assim, o conceito de família aqui deve ser compreendido de maneira alargada compreendendo, mais ampla parentela, amigos, padrinhos, afilhados, vizinhos e até mesmos escravos mais próximos ou domésticos como também parentes mais distantes e isso fica claro no trecho reproduzido a seguir:

Deixo as orfas do defunto Bernardo Ferreira da Assumpção moradoras nesta freguesia quatrocentos mil reis; cem para cada huma e caso que alguma falecer antes de Receber o legado, caduque o mesmo a respeito só da que falecer. Deixo a minha sobrinha que por nome não perca filha de francismo Ferreira lalaú e de minha Irmãa chamada Joanna duzentos mil reis para tomar estado e sendo falecida caducara esta deixa e para o estato de se lhe entregar os ditos duzentos mil reis sendo viva mandará fazer meu testamenteiro na cidade de Braga as delegencias necessárias.⁷

⁶ CAMPOS, Adalgisa Arantes. *A terceira devoção do setecentos mineiro : o culto a São Miguel e almas*. 432 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

⁷ IBRAM/MI/AHCP – volume 460 – Testamento do Tenente-coronel Manoel Francisco da Costa Barro – 1761.

A partir do trecho é possível aventar o projeto, a meta que as gerações anteriores almejavam para as seguintes. Em especial compreendemos com o trecho reproduzido o que se esperava das mulheres/meninas: educadas em conventos, recolhimentos e monastérios para se manterem castas, devotas e distintas. A educação feminina passava neste período, pelo menos para as famílias mais destacadas da região, como um projeto de manutenção da distinção dessas famílias. Isto é, parece ser um projeto de reprodução das desigualdades sociais. Mas, ao mesmo tempo, parece estar relacionado às outras questões como necessidade de tirar outros herdeiros da propriedade e enviá-los para fora no intuito de preservar a velha tradição da família tronco/estirpe. E por fim este projeto, ao que parece, intergeracional sempre objetivavam a distinção daquela família. Toda essa mirada não nos permite desconsiderar o testamento, neste período como sendo um documento profundamente marcado pela religiosidade e isso nos faz retomar o sentido da boa ação e a necessidade de se destacar como bem feitor, o projeto é: a salvação nem que seja com uma passagem pelo purgatório, algo que está presente nos testamentos do período.⁸

Outra estratégia presente no testamento tratado aqui é a busca pela distinção com a ostentação de talheres de prata e joias buscando demonstrar requinte, sutileza e apreço pelo gratuito. Como o testador informa no trecho reproduzido a seguir:

Declaro que os trastes de prata ouro e diamantes e mais pedras finas que pessuo são as seguintes seis talheres da prata de igoal feitio hum espadim de frança de prata dourado dois pares de botois de aopario engastados em ouro e cor amarela grandes e tronaes. Dois bastois e abada hum com castão de prata dourada e outro sem aparelho huma cana da India com castão de prata iadia retrocida hum anel de brilhahe com digo de brilhante de dois quilates escasas de peso de custoa cem oitavas hum adereço de lasso e brincos de diamantes rosas em ouro que costou cento cincoenta mil reis três anéis de toasios dois encarnados e hum cor de cada com dois diamantes pequenos fivelas de sapatas de legas e percosenho de paro que custarão noventa e oito mil reis quatro pares de botões de terra. Hum par de fivelas de prata huma boceta de lexaprita com seis colheres e huma escumadeira de prata de amas xá humas esporas de prata de botas. Huma faca de sinto e aparelhada de prata hum lasso e bincos de topázio marelo ediamantes em prata huma corrente de pano de peso de des ou onse oitavas hum feitio de huma Imagem de christo crucificado crus tasca fitalo com compeo de prata libras de ouro diadema e cravas do mesmo ouro com huma pedra de Topazio encarnado nomeyo do deadema, feitio de huma imagem de nossa senhora da concepção com comoadiprino que empartoso de peso de feitio desaseis mil e oitocentos, desaseis fivelas de prata polidas e atacarbofas que emportarão desaseis mil e oitocentos.⁹

A rusticidade nas Minas do período é algo notório e justamente a necessidade de citar a posse de

⁸ CAMPOS, Adalgisa Arantes. *A terceira devoção..* 1994. 432 . DUARTE, Denise.. Os testamentos e a salvação: as atitudes diante da morte na Freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto na primeira metade do século XVIII. In: CAMPOS, Adalgisa Arantes (org). *De Vila Rica à Imperial Ouro Preto: aspectos históricos, artísticos e devocionais*. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. v. 1. 225p.

⁹ IBRAM/MI/AHCP – volume 460 – Testamento do Tenente-coronel Manoel Francisco da Costa Barro – 1761.

utensílios como estes parece indicar uma estratégia de distinção e ao mesmo tempo de transmissão de bens que antes de serem apenas monetários econômicos são fundamentalmente culturais. A busca pela distinção por meio da posse do capital cultural faz o testador possuir e registrar em seu testamento todo o seu guarda-roupa e móveis dando inclusive detalhes sobre seus ornamentos e talha, bem como de material, o que evidencia mais uma vez seu bom gosto e o gosto pela gratuidade. Além disso, em alguns casos é possível observar uma troca ou empréstimos deste utensílio o que indica a constituição de um grupo de pares, daqueles que podem e querem ostentar estes objetos. Isto também é ressaltado por Bourdieu quando trata do investimento em capital social.

Apesar de este testamento ser típico em muitos aspectos, a condição de o testador ser um letrado, ou seja, saber ler e escrever, como registra em seu testamento: “o qual depois de eu o ler e o achar conforme aqui tenha ditado o assignei com o meu signal de que uso villa Rica dia mês e era ut supra”. Isto gera uma série de características que ao que tudo indica, e é o que pretendo defender aqui, uma estratégia típica de pessoas letradas para garantir o destaque/distinção das gerações seguintes, como apresentadas anteriormente, que é justamente o investimento em educação formal, a transmissão da cultura erudita para época e a posse de livros, e contato com o código escrito desde a mais tenra idade mesmo que indiretamente pelo convívio com a atividade dos pais ou por meio da atuação de algum professor particular, ao que parece este tipo de prática é independente do sexo, pelo menos é o que podemos notar neste testamento, mas tendo em via o debate historiográfico¹⁰ isso precisa ser melhor pesquisado.

Exemplo do que falei acima é indicado no testamento o Tenente Coronel Manoel Francismo e a posse de livros mais uma vez indica a especificidade deste testamento e indica a posse e a valorização de um capital cultural: “hum livro intitulado fanca e Sousa que narra a historia Ponta goisa três oitavas= uma estante pintada de per em vima da mesa em que se ache vinte e seis volumes de quatro e vinte de oitava que tratão os Referidos livro de varia matérias trinta e duas oitava”. Justamente a citação do nome de algumas obras e a própria matéria de que trata alguns dos livros é um indicador, já que isto era bem raro¹¹, do qual é importante o investimento em capital

¹⁰ Aqui estou pensando sobre o papel das mulheres deste período, mas em especial nos textos que buscaram relativizar o papel da família patriarcal e enfatizar o papel das mulheres, especialmente como chefes de família, a partir de pesquisa de cunho demográfico pelos anos de 1980: ALMEIDA, ANGELA Mendes de. (Org.). *Pensando a família no brasil*. Rio de Janeiro: espaço e tempo, 1987.

¹¹ Entre os textos que tratam disso cabe lembrar: ABREU, Márcia. Quem lia no Brasil colonial? In: XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2001, Campo Grande - Mato Grosso. *Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Campo Grande - MT: Intercom, 2001. setembro 2001. VILLALTA, L. C.. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e. (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 1, p. 331-385.

cultural para aquela família. Além disso, o projeto das gerações seguintes fica evidente no trecho a seguir: “Item declaro que devo ao lencenciado João Lopes da Fonceca de ensino de hum menino quize oitavas pelo ensino de dois annos e meyo e assim mais o ensino da minha filha innocencia”. Mais uma vez fica evidente a indistinção entre meninos e meninas, pelo menos para esta família, quando o assunto é ensino/educação formal que primava pela distinção cultural.

Considerações finais

Pode-se perceber a partir deste documento e da interpretação/leitura que traçamos anteriormente dele que a estratégia educativa com forte investimento em capital cultural parece ser preponderante em famílias oriundas de camadas médias/abastadas que já tem em seu histórico alguma familiaridade com o capital cultural e com a cultura erudita da época. Bourdieu chegou a uma conclusão próxima desta quando pesquisava a França da segunda metade do século XX o que nos faz crer que isso não é exatamente uma novidade e algo que foi até evidenciado pelo próprio autor como uma maneira de reproduzir as desigualdades. Isto parece ser evidente e até necessário quando tratamos de uma sociedade de antigo regime que se pauta justamente pelas diferenças e hierarquias estabelecidas entre os diversos grupos sociais. Na verdade, estas diferenças e hierarquias são normatizadas por meio do ordenamento jurídico proposto para o mundo luso-brasileiro do período. No entanto, o que pretendemos apresentar e defender aqui é que parece não existir uma ruptura muito drástica entre, pelo menos no que se refere à educação formal/instrução do período para esta família, entre herdeiros legítimos ou ilegítimos. Ainda que não seja possível identificarmos neste testamento se existe alguma diferença de cor entre os herdeiros, podemos aventar baseado em outros casos que parece realmente não haver muitas diferenças entre filhos, brancos, mulatos ou pardos. O mais importante seria compreender a composição do volume total do capital da família na qual a criança é socializada. E, em geral, quanto maior o capital cultural daquela família maior será a proporção de investimento na obtenção deste capital. Porém, no que se refere a diferenciação de educação entre meninos e meninas parece ser evidente que a maior preocupação dos pais ou das gerações anteriores era garantir com que as filhas ou suas descendentes tomassem estado (de casadas) o quanto antes o que dispensaria um educação mais prolongada. O que pretendemos ao apresentar este texto e a tese nele embutida é que as famílias de Minas setecentistas percorreram um caminho *sui generis* na sua formação marcado pelo encontro de diferentes como brancos, índios, negros, pardos, mulatos e etc.. Isso fez com que a sociedade que aqui se formou foi marcada pela união consensual a margem da legitimidade e isto gerou herdeiros ilegítimos o que permitiu a constituição de uma sociedade mais aberta onde foi possível que algumas pessoas que em princípio não teriam acesso à educação formal conquistar isto e conseguirem inserções

vantajosas no espaço social como está apresentado ao longo do documento. De outra maneira, a observação de Pierre Bourdieu parece ser pertinente em relação à organização familiar mesmo para sociedades pré-capitalistas de antigo regime. No entanto, mesmo esta família sendo muitas vezes marcada pela ilegitimidade isto não impediu de transmitir a seus herdeiros, legítimos ou não, seus capitais, mesmo os fortemente baseados na cultura. Ou seja, mesmo uma regra de produção das desigualdades, em algumas sociedades podem produzir sociedades distintas ainda que não igualitárias.

História, educação e imprensa: um estudo de caso sobre os escritos do Prof. Coelho Sampaio nos jornais cearenses dos anos 1940

Manuelle Araújo da Silva

Graduada em História (UFC)

Mestranda do Programa de Pós Graduação em História Social (UFC)

manuelle.araujosilva@yahoo.com.br

Resumo: Em 1944, o diário fortalezense *Gazeta de Notícias* publicou o primeiro número da coluna intitulada *Ensino e Educação*, assinada por Coelho Sampaio. Com periodicidade irregular, mas sendo, via de regra, semanal, a referida seção perdurou até janeiro de 1950. Essa coluna, que se concretizava através de cartas enviadas pelo autor à Redação do jornal, destaca-se por ser um espaço fixo destinado a refletir sobre motes educacionais. Esta pesquisa busca compreender, a partir da coluna *Ensino e Educação*, assinada pelo Prof. Coelho Sampaio no jornal cearense *Gazeta de Notícias*, de 1944 a 1950; como se articulam discursos sobre uma instrução escolar e uma educação social pautada na moral, na disciplina e no civismo, sob a égide do progresso pátrio. As fontes deste estudo se caracterizam principalmente como hemerográficas, mas traça diálogos com outros documentos. No que concerne aos aspectos metodológicos, utiliza-se o conceito de jogos de escala, delineado por Jacques Revel.

Palavras-chave: Educação Social, Instrução Escolar, Imprensa.

Quando a família está à mesa, tomando o café, passam os meninos “gazeteiros” gritando “Gazeta, Unitário, Estado!”. Conduzem os matutinos em capas improvisadas dos “flãs”, espécie de forma onde os jornais foram moldados. São feitas de um papelão especial, duro, que dão dificuldade de dobrar. (...) [Lá pelas três horas] E passam, novamente, os “gazeteiros”, gritando os vespertinos: “Correi Pô!”. Confesso que durante muito tempo, aquele “Correi Pô” me intrigou. Que diabo seria? “correi pô”. Dentro daqueles papelões dobrados... Só muito depois descobri que se tratava dos jornais da tarde “Correio e Povo”, melhor explicando: “Correio do Ceará” e “O Povo”, os dois jornais de maior circulação que rodavam na parte da tarde. Alguns meninos apregoam, também, “O Democrata”, que tem pouca aceitação porque é um jornal comunista.¹

No Ceará dos anos 1940, os jornais eram o principal veículo de comunicação daquele momento. Não havia a presença da televisão, trazida para o Brasil apenas na década seguinte, em 1950. E o rádio, que iniciou sua popularização nos anos 1930, não poderia equiparar-se, ainda, à potência de difusão da imprensa, consolidada desde o século XIX em terras cearenses.

A Epígrafe acima, cujo trecho remete ao livro memorialístico de Marciano Lopes (1935-2015), intitulado *Royal Briar: A Fortaleza nos Anos 1940*; aponta para o aspecto da presença dos jornais nos três turnos do dia, no cotidiano fortalezense nesse período. O primeiro jornal

¹ LOPES, Marciano. *Royal Briar: a Fortaleza dos anos 40*. 4 ed. Fortaleza: ABC, Coleção Nostalgia, 1996, p. 187 e 189.

rememorado por Marciano Lopes, que na fala do gazeteiro é mencionado por seu nome corriqueiro, *Gazeta*; trata-se da *Gazeta de Notícias*, um dos mais populares jornais da capital. Esse matutino foi fundado por Antonio Drummond e tinha como slogan ser um *Diário Matutino Independente*. Como poucos à época, não era um jornal integrante dos *Diários Associados*, rede nacional criada por Assis Chateaubriand.

No periódico em questão, existiu uma coluna intitulada *Ensino e Educação*, assinada pelo Professor Coelho Sampaio, e que foi publicada na *Gazeta de Notícias* entre janeiro de 1944 e janeiro de 1950, somando em seus seis anos de circulação mais de 87 cartas². Isto é, colunas que antes de se tornarem públicas, se situavam na lógica dos trâmites epistolares, pois eram enviadas, por meio de cartas, à Redação do periódico³. A título de exemplificação, ao final de cada artigo do Prof. Sampaio, consta a cidade onde as cartas foram redigidas, Fortaleza, seguido de uma data sempre precedente ao dia da publicação. Há também, nos escritos dessa seção, amiúde, notas que buscam corrigir erros de transcrição da coluna publicada mais recentemente.

Assim, é importante explicitar que não são cartas na feição de confissões da intimidade, pois o mote principal dos assuntos era sempre ligado à Educação, Instrução e ao Ensino, ou seja, assuntos públicos. Também são estabelecidas conexões entre o íntimo e o público, na medida em que, sua escrita em primeira pessoa busca, como estratégia discursiva, estabelecer uma relação de proximidade com o leitor, ao mesmo tempo em que magnetiza para si a responsabilidade de sua fala⁴ no jornal *Gazeta de Notícias*⁵. Seu propósito era de ser semanal, mas, variava a periodicidade, tornando-a irregular por alguns anos.

² A falta de precisão em moldes quantitativos dos números da coluna, diz respeito a dois fatores: 1) ela só foi enumerada até a 12ª carta pública, deixando de existir a numeração em publicações posteriores. 2) Embora a coluna *Ensino e Educação* tenha sido pesquisada por mim em dois acervos distintos – Biblioteca Pública Menezes Pimentel e Instituto Histórico e Antropológico do Ceará – houve a percepção de que, em função dos defeitos de conservação dos documentos afetaram a coleta de alguns números dessa seção, na medida em que o autor fazia referência ao número seguinte que iria escrever e a próxima seção por mim pesquisada tratava-se de uma coluna divergente da que Coelho Sampaio sumariou.

³ A título de exemplificação, ao final de cada artigo do Prof. Sampaio, consta a cidade onde as cartas foram redigidas, Fortaleza, seguido de uma data sempre precedente ao dia da publicação. Há também nas colunas seguintes, amiúde, notas que buscam corrigir erros de transcrição.

⁴ Uma das referências basilares ao estudo da especificidade da(s) escrita(s) epistolar(es) remete ao livro *O Coração Desvelado*, cuja autoria é de Peter Gay. A referência completa da obra está situada na seção “Bibliografia” deste Projeto de Pesquisa.

⁵ O jornal diário *Gazeta de Notícias* manteve seu slogan de ser *O Matutino Independente do Ceará* durante toda a delimitação temporal desta pesquisa, buscando afastar-se do caráter político-partidário. O slogan pode dizer muito sobre como um jornal intenta se auto-representar para a sociedade. Ademais, essa representação de si mesmo também deve ser problematizada, na medida em que esse periódico publica eminentemente editoriais moralistas que buscavam promover a brasilidade, a ordem, o civismo, a religião cristã nos indivíduos. Isto é, embora ele não tenha se declarado como um *Diário de orientação católica*, como fez *O Nordeste* no mesmo período, subsidiado pela Arquidiocese de Fortaleza; o seu posicionamento deve ser compreendido nas sutilezas do não dito.

Entretanto, a existência de um espaço fixo, com um mesmo autor, destinado a discutir a temática educacional, em um jornal de grande circulação, como foi o matutino *Gazeta de Notícias*, no Ceará dos anos 1940, é fato nada desprezível. Isto é, isso significou a possibilidade de um espaço específico para discutir as mais variadas sub-temáticas dentro do tema maior, qual seja, o da temática instrutiva e educativa. Afora isso, existem, concomitante à coluna *Ensino e Educação*, outros escritos jornalísticos esporádicos, de variados autores, que escreveram sobre assuntos análogos.

Desse modo, é relevante o seguinte questionamento: o que poderia significar, no período estudado, manter uma coluna semanal em um jornal de grande circulação? Tendo em vista que os jornais são artefatos culturais que, apesar de possuírem linhas editoriais, não deixam de priorizar o interesse do público leitor, de forma a fomentar sua vendagem, veja-se o seguinte anúncio:

O Sr. Abdias Lima dará aos leitores, através de jornal ou revista, lições práticas de português. O jornal que aceitar a coluna do estudioso dos problemas de nossa língua, de certo verá aumentar, por centenas, o número de seus leitores e assinantes.⁶

O trecho acima citado foi retirado do jornal *Gazeta de Notícias* em momento contemporâneo à coluna de Antonio Coelho Sampaio. Anuncia-se a disponibilidade de um especialista no assunto gramatical a ser tratado em moldes colunares, julgando como correlato a isso o aumento dos seus assinantes em função do interesse dos leitores sobre o assunto. Compreende-se que esse anúncio pode ser indício para uma das possibilidades de resposta ao porquê da colaboração do Prof. Sampaio ter possuído extensa duração.

Ainda na tentativa de circunstanciar o que significa ser um colaborador assíduo de um jornal nesse período, como é o caso do professor Coelho Sampaio na coluna *Ensino e Educação* na *Gazeta de Notícias*, observe-se o que publicou o autor identificado apenas como H. Firmeza⁷, em sua coluna chamada *Aos Domingos*⁸, nesse mesmo periódico, com o sub-título *Ligeira Explicação*:

Há uns dois domingos, que me tem faltado tempo para dirigir-me, como costume fazer semanalmente aos leitores da GAZETA. Devo explicar que tenho estado numa fase de ocupações muito grandes, a ponto de andar privado até do convívio dos meus melhores amigos. (...) A minha última fala foi pelo Natal desejando boas festas às pessoas amigas e agora ainda aqui quero retribuir votos de felicidades que recebi, em cartões e telegramas de varias procedencias, pela

⁶ Lições Práticas de Português. Jornal *Gazeta de Notícias*. Fortaleza, p. 5, 02 abr.1947.

⁷ Hermenegildo de Brito Firmeza escreveu com recorrência para a *Gazeta de Notícias* no período estudado. Nascido em 1881, iniciou jovem as colaborações no jornalismo, ainda em 1903. Além disso, formou-se em Direito; fundou o seu próprio jornal, *Folha do Povo*, que em 1921 se transformou em *Diário do Ceará*; ingressou na vida política e foi professor de História da Civilização e História do Brasil no Liceu do Ceara na década de 1910. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FIRMEZA,%20Hermenegildo.pdf>>. Acesso em 05 de ago. de 2014.

⁸ Logo abaixo o seu nome, consta: "especial para a <Gazeta>".

entrada do ano de 1945. (...) Confio que da próxima semana em diante já poderei acudir mais pontualmente aos deveres desta coluna.⁹

A coluna *Aos Domingos*, difere da coluna de Coelho Sampaio, por se propor a tratar de temas de ordem distinta, na forma de crônicas sobre casos cotidianos ou, nos termos do jornalista, de *assuntos inofensivos*. Outra diferença é que a de H. Firmeza, como o título sublinha, era sempre publicada no mesmo dia da semana e a de Coelho Sampaio não dispunha de dia fixo para publicação. No entanto, é possível notar uma semelhança relevante entre as duas colunas em questão. Ambas possuíram o propósito de ser semanal, o que permite que o autor das seções dirigisse ao público leitor com a intenção de diminuir o distanciamento entre eles, já que haveria algo como um encontro semanal marcado.

Isto é, o trecho de H. Firmeza torna-se relevante para destacar a responsabilidade que traz consigo a oportunidade de manter a colaboração em moldes colunares, em um jornal de grande circulação naquele período. Ademais, esse excerto também possibilita entrever o alcance desses escritos, visto que o autor agradece os inúmeros contatos que recebeu em resposta aos seus votos de feliz ano novo, em editorial próximo ao período natalino.

Vejam-se outras colunas do mesmo jornal: *Odontologia e Saúde*¹⁰, *Lições de Civismo*¹¹, *Em Torno da Crise*¹² e *Educação: O Problema Vital para a Paz*¹³. Problemas odontológicos, crise, paz, educação: ambos parecem despertar interesse contínuo nas pessoas, por afetarem – ainda que uns mais e outros menos – seus cotidianos. Será a colaboração de Coelho Sampaio, sobre Educação, um artifício de atração do leitor ao jornal *Gazeta de Notícias*? Como se processou a abordagem da questão educativa nos seus escritos na década de 1940?

O uso de jornais como fontes históricas situadas temporalmente no período do Estado Novo, exige o cuidado metodológico de atentar ao importante elemento de análise das condições de produção das fontes: a questão da censura. Cumpre explicitar que a primeira metade da década de 1940 foi permeada por ações de repressão à imprensa, dentre outros âmbitos, por parte do

⁹ FIRMEZA, H. A os Domingos. Ligeira Explicação. *Gazeta de Notícias*, p. 7, 14 jan. 1945.

¹⁰ Assinadas pelo Prof. Paulo Firmeza, alia as instruções práticas da educação sanitária ao incentivo ao patriotismo e aos princípios da moral cristã.

¹¹ A autoria desta seção é de Pereira e Silva. Até pelo seu título, nota-se que o objetivo é *ensinar* aos seus leitores, definições de símbolos e conceitos cívicos, bem como as datas e os vultos da História do Brasil, sob o viés factual e político. São artigos que buscavam despertar uma *consciência cívica* – que também foi título de um editorial da *Gazeta de Notícias* – nos cidadãos brasileiros, incitando o amor à Pátria.

¹² Seção que objetivava expor a origem dos problemas sociais do período, assinadas por Heitor Cavalcanti, no jornal *Gazeta de Notícias*. Eventualmente falava-se sobre assuntos do setor educacional.

¹³ Coluna publicada a partir do fim de 1944, discutindo mundialmente as relações entre Educação e Segunda Guerra no jornal *Gazeta de Notícias*.

governo e que a coluna *Ensino e Educação* iniciou suas publicações no penúltimo ano de vigência desse governo de exceção.

No Ceará, há alguns registros que enfatizam esse aspecto do período. O historiador Geraldo da Silva Nobre, que era jornalista durante os anos 1940, sobretudo com atuação na *Gazeta de Notícias*; chamou a atenção em seu livro *Introdução à História do Jornalismo Cearense*¹⁴, que nos decênios de 1930-1939 e de 1940-1949 houve um considerável aumento na tiragem dos jornais, em virtude principalmente da conflagração da Segunda Guerra Mundial até 1945, e entretanto, nas palavras do autor, “a situação nacional, com a vigência do Estado Novo até aquele mesmo ano, impossibilitou a saída de novos órgãos jornalísticos, na capital cearense, no quinto decênio do século XX”¹⁵.

Essas ponderações, que até ganham contornos de registro memorialístico, pelo fato de o autor ter vivenciado o período como jornalista, são importantes elementos de análise por fornecer aspectos da forma de produção desses editoriais, compondo intenção de fazer dialogar análises textuais - as matérias do jornal - e exames contextuais - mais notadamente a eclosão da Segunda Guerra Mundial e a vigência do Estado Novo. Embora Geraldo Nobre em livro, intitulado *Democracia à Prova*, obra editada, entre outras comemorações, por ocasião do cinquentenário da redemocratização¹⁶, afirma que quem estivesse atentamente acompanhando a situação nacional nos anos findos desse governo autoritário, poderia, de certa forma, até mesmo prever seu final e enfatiza que no decurso de 1944, as manifestações a favor da Democracia tinham aumentado de frequência¹⁷.

Em 1944, no sétimo número da coluna *Ensino e Educação*, Coelho Sampaio condensou em poucas palavras, um dos seus pensamentos mais latentes do início ao fim de sua atuação colunar: “Entretanto, a moralização dos costumes não devia estar apenas nas escolas. Mas sim, em tôda¹⁸ parte onde se pudesse influir na mentalidade humana, direta ou indiretamente”¹⁹. A partir desse trecho conciso, é possível compreender que estavam em voga abordagens sobre o problema

¹⁴ Publicado inicialmente em 1975 pela *Gráfica Editorial Cearense* e, em 2006, saído em edição fac-similar na coleção *Outras Histórias*, pelo NUDOC - Núcleo de Documentação Cultural da Universidade Federal do Ceará.

¹⁵ NOBRE, Geraldo. *Introdução à História do Jornalismo Cearense*. Fortaleza, Grecel, 1976, p. 149.

¹⁶ O marco estabelecido pelo autor para redemocratização é o ano de 1947, em função da primeira legislatura cearense após o Estado Novo. Trata-se de um livro editado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará - INESP. Cf. NOBRE, Geraldo da Silva. *Democracia à prova: legislativo estadual cearense, 1947-1997*. Fortaleza. INESP, 1998.

¹⁷ Geraldo Nobre concede o título ao primeiro capítulo da obra como "Colapso - O Ceará na Era Vargas - O Desfecho esperado", no qual disserta sobre a situação do Estado Novo nos anos finais de sua vigência.

¹⁸ A grafia da época será mantida em toda esta dissertação.

¹⁹ SAMPAIO, Coelho. *Ensino e Educação: Criança – o homem do futuro (conclusão)*. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, p. 4, 20 out. 1944.

educacional que transcendiam o espaço escolar. Embora o âmbito da educação escolar estivesse também densamente em pauta, nota-se que os ideais de fortalecimento da moral cristã e a formação de cidadãos úteis à Pátria, não somente instruídos, mas moralmente educados para a vida em sociedade; mostravam-se tão latentes quanto os problemas escolares, senão mais. Dessa maneira, não se objetivava apenas o aprimoramento das intelectualidades sem fins utilitários para a Pátria. Advogava-se que “instrução escolar” e “educação social” deveriam se processar sinergicamente.

Pode-se destacar também como epíteto sintetizador dos ideais de Coelho Sampaio sobre *Ensino e Educação*, o anseio de “moralizar os costumes e reprimir as más tendências”²⁰. Desse modo, tendo em vista que os indivíduos considerados portadores de maus costumes são comumente classificados como mal educados, o presente tópico tem por objetivo investigar as nuances de significados atribuídas ao conceito de educação, em sentido amplo, nos anos 1940, atentando à alguns questionamentos norteadores: o que poderia significar ser um sujeito bem educado ou mal educado nesse período? Quais seriam os costumes considerados como maus que estariam na mira da moralização? Em contrapartida, quais seriam os costumes considerados bons e louváveis para esses intentos moralizantes?

É notável como questão basilar na escrita de Antônio Coelho Sampaio a sua diligência em explicitar as diferenças entre as denominações Ensino e Educação ou seus variantes que representassem o âmbito da escola em contrapartida a um sentido social. Deduz-se isso até mesmo a partir do título da coluna, sendo sintomática a conjunção existente entre os dois termos; até o fato dessas divergências se constituírem, não por acaso, a temática central dos seus dois artigos de estreia e por constar nos últimos números da coluna.

No primeiro número da coluna *Ensino e Educação*, intitulado *Ensinar e Educar*, o autor é incisivo:

Ensinar não é só formar valores em matéria de conhecimentos, com fins objetivos. A par do ensino das ciências, letras e artes, deve-se procurar formar o caráter do aluno. É a educação moral e espiritual; humanitarista e de solidariedade; econômica e religiosa. Esta disciplinação, bem dirigida, criará no espírito do discípulo uma ideia segura da verdadeira finalidade do homem, que é praticar o bem sempre e incansavelmente.²¹

Como é possível compreender, as disciplinas escolares não eram desconsideradas em critérios de relevância. No entanto, o que o autor denomina acima como educação moral, exigiria uma educação, sobretudo, fora da escola. Em seu segundo texto da coluna jornalística em questão,

²⁰ SAMPAIO, Coelho. Ensino e Educação: Criança – o homem do futuro (conclusão). *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, p. 4, 20 out. 1944.

²¹ SAMPAIO, Coelho. Ensino e Educação: Ensinar e Educar. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, p. 5, 19 jan. 1944.

denominado “Instruir e Educar”, Coelho Sampaio ratifica que a similaridade desses termos não deve ser capaz de dissolver as divergências – que ele julga acentuadas – entre essas duas ações: “O mestre, procura apenas formar valores, com fins objetivos. O educador, incentiva e desenvolve, no educando, as qualidades morais; o sentimento cívico; a religiosidade; e o amor à pátria”²². Tratava-se de destinar a ênfase às divergências entre essas duas práticas, ao buscar transmitir uma explicação didática, sob a legitimação do saber pedagógico, aos seus leitores. Nesse sentido, o seguinte excerto é entendido como central nesta pesquisa, na medida em que ele sintetiza qual seria esse sentido mais amplo de educação e a sua pretensão totalizante em meio social:

Como meios eficazes de instrução moral temos a leitura de obras escolhidas e o cinema educativo. Naturalmente, como a finalidade é moralizar os costumes e reprimir as más tendências, é difícil de se encontrar nos nossos dias, filmes que tenham tais finalidades.²³

O que se apresenta no excerto citado acima como algo naturalizado – buscando se respaldar nas aproximações entre Psicologia e Educação e advogando uma “educação das personalidades”²⁴ – urge ser interpretado sob a ótica do problema: quais parâmetros de aquilatação são utilizados por Coelho Sampaio na classificação do que seria uma boa ou má tendência no indivíduo? De que maneira ocorre a separação entre o que deveria ser considerado um costume moral ou amoral? Quais conteúdos veiculados no cinema, no rádio e no jornal seriam julgados virtuosos e quais seriam os avaliados como corruptíveis?

Em um dos últimos números de sua coluna, denominado *Há Educação Cívica?* Coelho Sampaio continua a refletir entre as fronteiras e aproximações entre o ensino ministrado nas escolas e a educação processada em sociedade:

Pouco poderá conseguir a escola, se os pais ou outros adultos, na rua e em toda parte, demonstram os peores costumes, destruindo, podemos dizer, o que alicerçam os professores. (...) São rapazes e moças estudantes, senhores e senhoras, respeitáveis, que não sabem cantar o hino nacional de nossa extremada pátria; são crianças, de menos de 10 anos, que fumam, acintosamente, a vista das próprias autoridades, encarregadas de manter a ordem; são jovens que assobiam e vão, por outros meios anárquicos, as mais altas dignidades da nação, principalmente o presidente da República - assim ultrajadas e desrespeitadas em público; são crianças desocupadas, que sacodem [ilegível] ou casca de fruta nas pessoas que transitam pelas ruas; são adultos "respeitáveis" que cospem quase na cara dos transeuntes, pelas janelas, e muitas outras falhas que seria impossível enumerar... Que impressão poderá ter quem nos visita?²⁵

²² SAMPAIO, Coelho. Ensino e Educação: Instruir e Educar, *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, p. 6, 01 jun. 1944.

²³ SAMPAIO, Coelho. Ensino e Educação: Criança – o homem do futuro (conclusão). *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, p. 4, 20 out. 1944.

²⁴ SAMPAIO, Coelho. Ensino e Educação: Psicologia na Educação. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, p. 3, 29 set. 1944.

²⁵ SAMPAIO, Coelho. Ensino e Educação: Há Educação Cívica?. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, p. 7, 24 jun. 1949.

Nesse excerto, situado temporalmente no fim da década de 1940, Coelho Sampaio parece partir do entendimento de que os hábitos considerados como maus costumes em meio social, na Fortaleza daquele momento, inculcariam seus exemplos nas crianças e jovens. E a instituição escolar, em contrapartida, não seria capaz de alcançar sua finalidade moralizadora. A escola e os discursos teóricos seriam menos eficazes do que os hábitos escancarados nas ruas. A força do exemplo, no cotidiano, soa mais mordaz do que aulas consideradas propagadoras da moral.

A lista de comportamentos citados por Coelho Sampaio como falhas de conduta - todos relativos ao que estava exposto em espaço social - e o questionamento feito pelo autor ao fim do excerto citado - preocupado com a impressão dos não-moradores sobre a cidade - indicam uma inquietação latente com o âmbito público. Para Sampaio, quanto mais esses hábitos considerados ruins ganhassem às ruas, tanto mais eles seriam preocupantes. É necessário ter-se em vista que as os projetos de delimitações - sempre em conflito - entre o público e o privado, são imbuídas em relações de poder.

Por fim, têm-se por hipótese que essa preocupação muito maior com uma educação em âmbito social em detrimento à educação escolar tenha assim se processado, em função de que o público escolar era uma fração bastante reduzida da população cearense – podendo-se estender a afirmação para nível nacional – no período examinado. Assim, se muitos não frequentavam a escola, os intelectuais do período pensaram formas outras de formular e repassar o que eram tidos como valores educacionais.

As normatizações para a instrução pública em Minas Gerais na primeira metade do século XIX: entre regulamentos, sujeitos e práticas

Vanessa Souza Batista

Mestranda em Educação
Universidade Federal de Ouro Preto
vsouzabatista@gmail.com

Resumo: Por meio da análise de fontes de quatro ordens: periódico, legislação, relatórios e memórias, objetivou-se compreender a organização da instrução na província de Minas Gerais entre 1835 a 1850, os métodos de ensino utilizados, as dificuldades enfrentadas e a identificação dos sujeitos envolvidos nesse processo escolar, principalmente professores e alunos. Na busca de entender como diferentes segmentos da sociedade mineira utilizaram a instrução pública, considerando principalmente a raça e a condição social. Como procedimento metodológico, realizou-se a análise das fontes citadas sempre em diálogo com a bibliografia que tratou da escolarização no século XIX e em Minas Gerais. A legislação e sua análise, juntamente com as memórias escolares permitiram identificar os sujeitos envolvidos nesse processo, alunos pobres e negros.

Palavras-chave: Escolarização em Minas Gerais, Perfil dos alunos, Organização do ensino.

A educação no império e o processo de escolarização da sociedade

Este artigo discute o processo de escolarização que teve início no século XIX no Brasil, a partir do direito constitucional à instrução pública em 1824. O objetivo foi compreender os mecanismos que possibilitaram o seu desenvolvimento e os sujeitos envolvidos nesse processo. As análises se referem mais diretamente à província de Minas Gerais. Tal escolha perpassa a necessidade de discutir as particularidades da organização da instrução pública nessa província, pois foi a primeira que estabeleceu a obrigatoriedade da instrução primária de 1º grau, em 1835.

A instrução primária e gratuita a todos os cidadãos foi garantida no Art. 179, parágrafo 32 da Constituição de 1824¹, outorgada dois anos após a independência (1822). A partir dessa garantia constitucional a instrução foi regulada pela Lei de 15 de outubro de 1827². Esses estabelecimentos legais visavam estabelecer a criação de escolas e delimitar o que deveria ser ensinado. Para além disso, instruir a população era um mecanismo essencial para a construção da nação brasileira, pois cumpria o papel de civilizar, principalmente as camadas mais pobres da sociedade. Como apontado

¹ CONSTITUIÇÃO política do Império do Brasil. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1824, pág. 7, v. 1 (Publicação Original). Captada em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 16 de abril de 2015.

² IMPÉRIO BRASILEIRO. Lei Imperial de 15 de outubro de 1827. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1827, pág. 71, v. 1, pt. I (Publicação Original).

por Faria Filho, era necessário instruir a população para garantir as condições de governabilidade e a consolidação do Império.³

A preocupação com a educação da população mais pobre pode ser constada antes mesmo da Lei de 1827. Um exemplo é o jornal *Universal*⁴, da cidade de Ouro Preto, que tratou, entre outros temas, da educação na província de Minas Gerais. Esse jornal circulou por dezessete anos, de 1825 a 1842. Sua linha editorial foi atribuída a Bernardo Pereira de Vasconcelos até 1835 e posteriormente a seu proprietário José Pedro Dias de Carvalho, com a colaboração de Joaquim Antão Fernandes Leão, ambos eleitos como deputados provinciais no período regencial.⁵

A partir de sua primeira edição, de 18 de julho de 1825 até a 16ª do dia 18 de julho de 1825 foi apresentado uma série de ensaios sobre a instrução pública, com o título *Educação Elementar*. Segundo o redator, o objetivo era apresentar o método mútuo⁶ e demonstrar a necessidade de sua aplicação e difusão na província de mineira. Além disso, é necessário considerar que a linha editorial do jornal estava ligada a Bernardo Pereira Vasconcelos. Identificado com ideias liberais, Vasconcelos foi uma figura de destaque na política imperial.⁷ O fato da matéria sobre a educação ser publicada na primeira edição e se desenvolver uma série de ensaios sobre a questão, foi um indício da intenção em divulgar a instrução pública como uma das estratégias de produção de um povo ordeiro e civilizado, dentro de uma perspectiva liberal de progresso para o país.⁸

Segundo o redator do jornal, “os meninos, as meninas, aprendendo a ler, escrever e contar, segundo o novo systema, se habituão necessariamente a hum comportamento bem regulado de obediência, e de subordinação methodica, e de humas classes a outras”⁹. Além da obediência e subordinação, foi apontado que os alunos desenvolveriam a ideia de merecimento próprio, de justo e injusto, se tornando cidadãos uteis, pois com o tempo ocupado na escola se afastariam do perigo da ociosidade e do contágio com os vícios. Essa matéria confirma que a preocupação com a instrução para todas as camadas estava presente nos discursos e debates após a independência de

³ FARIA FILHO, Luciano Mendes. A instrução elementar no século XIX. In. LOPES, E. M. T. et. al. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 135-149.

⁴ O UNIVERSAL. Ouro Preto. 1825. Captado em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>>. Acesso em 15 de agosto de 2015.

⁵ REZENDE, Irene Nogueira. O Universal: um jornal mineiro no tempo da regência (1825-1842). In.: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25º, 2009, Fortaleza. *Anais...Fortaleza*, 2009.

⁶ Tratava-se de um método de ensino no qual os alunos estavam divididos em classes, independentes de suas idades, os mais adiantados auxiliavam os colegas das classes inferiores. Foi posteriormente indicado na Lei 15 de outubro de 1827 como o método de ensino obrigatório do Império.

⁷ CARVALHO, José Murilo de (org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos, 1795-1850*. São Paulo: Editora 34, 1999.

⁸ Tendo como referencial Tania Regina Luca, o jornal foi analisado considerando o público a que se destinava e os objetivos das publicações. LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C.B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

⁹ Universal, 1825, 1ª edição, p.3-4.

1822. Deveria ser ofertada principalmente às camadas mais pobres da sociedade, entendida como uma forma de construir cidadãos úteis e obedientes. Dessa forma, o trecho do jornal permitiu observar que a lei foi uma resolução para discussões que já estavam sendo realizadas pela sociedade de modo mais amplo.

Concordando com Faria Filho, a legislação não deve ser compreendida como um campo de imposição única e exclusivamente dos interesses das classes dominantes, mas um espaço de lutas políticas. Percebe-se a lei, dessa forma, não como uma imposição, mas como resultado de uma tensão na construção de representações e significados sociais. Nessa perspectiva, é possível pensar o conflito entre o estabelecimento da lei e a forma de seu cumprimento no espaço escolar, um embate da legislação com a prática cotidiana, sendo a lei também estabelecadora e demarcadora de identidades profissionais.¹⁰ Conhecer as leis, assim, foi significativo, pois se revelou um instrumento que pretendeu estabelecer normas e regras para o funcionamento da educação em um contexto de início do processo de escolarização no país.

O método mútuo, defendido pelo jornal *Universal*, foi estabelecido na Lei de 1827 como o método que deveria ser utilizado para as novas escolas de instrução. Para o editor do jornal *Universal* o método mútuo possuía três grandes vantagens: abreviar o tempo necessário para a educação das crianças, diminuir as despesas da escola e generalizar a instrução necessária às classes inferiores da sociedade. Para alcançar esses benefícios às escolas deveriam seguir uma rotina de funcionamento e observância a algumas regras, horário específico para entrar na escola, rezar antes de entrar na sala, sentar em fileiras.¹¹ Por meio do estabelecimento da lei de 1827 e da apresentação do funcionamento da educação elementar feita pelo jornal *Universal*, pode-se perceber o processo de construção da forma escolar no Brasil, como apresentado por Guy Vicent, Bernard Lahiere e Daniel Thin. A educação realizada em um local específico, com um tempo social próprio e uma forma de organização distinta, com a construção de um espaço separado da sociedade. No qual se tem uma prática de socialização que começava a ser voltada para a prática da escrita.¹²

A normatização da instrução em Minas Gerais a partir da Lei N. 13 de 1835

Pensando a condição das províncias e a relação com a instrução pública, até o ano de 1834, a instrução primária esteve sob a responsabilidade do Império, não tendo as províncias autonomia

¹⁰ FARIA FILHO, Luciano Mendes. A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

¹¹ *Universal*, 1825, 5ª edição, p.19-20.

¹² VICENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v.1, n. 33, p.7-47, jun. 2001.

legislativa para organizar o ensino. A situação se alterou com o Ato Adicional à Constituição de 1824, a Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834¹³. Com autonomia para legislar sobre a instrução foi promulgado na província de Minas Gerais a Lei N.13¹⁴, em 07 de abril de 1835. A lei era composta por 30 artigos, na qual apresentava a organização do ensino, o público alvo, como seria feita a fiscalização e informações sobre os professores e sua formação.

Uma particularidade da Lei Mineira N. 13, estava nos artigos 12º e 13º. Sendo a instrução pública estabelecida como gratuita pela constituição de 1824, a lei provincial foi além, e instituiu que a instrução era obrigatória para meninos de 8 a 14 anos. Seriam punidos os pais que não ofertassem a instrução para seus filhos. Embora a legislação procurasse impor a frequência dos alunos nas escolas, Marcus Vinícius Fonseca expõe que a obrigatoriedade do ensino nesse período possuía um caráter simbólico, pois era algo praticamente impossível de ser cumprida. A maioria da população não possuía uma tradição de escolarização e nem os recursos necessários para o cumprimento dessa exigência. O autor considera que a obrigatoriedade poderia estar relacionada com o perfil racial da população mineira, pois Minas Gerais era a província brasileira com maior número de escravos e negros livres em meio à população.¹⁵

No que se refere à questão racial é necessário destacar que a Lei mineira de N. 13 estabelecia que somente as pessoas livres poderiam frequentar as Escolas públicas. Diante da sociedade escravocrata do período, o escravo não era considerado cidadão, sendo diretamente excluído das políticas de instrução oficial. Porém, é necessário ressaltar que a lei não proibia alunos negros e sim escravos, confusão existente por muito tempo na historiografia da História da Educação Brasileira, questão discutida por Marileia Cruz e Fonseca.¹⁶

Quanto a método que deveria ser utilizado na província mineira a Lei Mineira n.13 não especificava, apenas apontou a autorização de enviar cidadãos mineiros ao exterior para aprenderem um método que pudesse aperfeiçoar a instrução pública. O que foi efetivado com o envio de cidadãos à Paris, entre eles Francisco de Assis Peregrino que voltou da viagem em 1840 e

¹³ IMPÉRIO BRASILEIRO. Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1834, pág. 15, v.1 (Publicação Original). Captada em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 13 de maio de 2015.

¹⁴ MINAS GERAIS. Instrução Pública. (1835). Coleção das Leis Mineiras. APM. Captado em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>>. Acesso em: 20 de julho de 2015.

¹⁵ FONSECA, Marcus Vinícius. População negra e civilização: uma análise a partir do estabelecimento da obrigatoriedade escolar em Minas Gerais (1830-1850). *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v. 25, n. 02, p.43-72, ago. 2009.

¹⁶ CRUZ, Marileia. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In.: ROMÃO, Jeruse (org.). *História da educação do negro e outras histórias*. Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, 2005, p. 21-34.

FONSECA, Marcus Vinícius. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. *Revista brasileira de história da educação*, v.1, n.13, jan./abr. 2007.

ficou responsável por organizar e dirigir a Escola Normal de Minas Gerais. Peregrino pronunciou-se pela adoção do método de ensino simultâneo e se tornou o organizador da Escola Normal, porém faleceu em 1842, com isso o esforço para a disseminação do método simultâneo enfraqueceu.¹⁷

Segundo Marcilaine Soares Inácio o método mútuo defendido nas décadas iniciais do século XIX, passou por muitas dificuldades para sua implantação e difusão, entre elas a falta do material escolar, ausência de prédios adequados e carência de professores habilitados. Este seria um dos motivos para a lei provincial N. 13 não especificar o método de ensino a ser adotado nas escolas mineiras. O método individual ainda estava presente em muitas escolas e o mútuo, quando ocorria, não era da forma ideal. Entretanto, os dirigentes provinciais não deixaram de acreditar que a utilização de um método de ensino eficiente fosse um dos fios condutores do processo de organização do ensino público em Minas Gerais. Nesse movimento ganhou centralidade o método de ensino simultâneo, que passou a ser defendido a partir do final dos anos trinta como aquele que possibilitaria melhorar e expandir a escolarização elementar.¹⁸

Memórias escolares: alunos, professores e práticas escolares

A fim de compreender o desenvolvimento da instrução pública foi realizada, na última parte desse artigo, a análise de um livro de memória. Trata-se de *Minhas recordações*, organizado por Francisco de Paula Ferreira de Rezende, que aborda traços dos anos iniciais da difusão da instrução pública em Campanha, Minas Gerais.¹⁹ As memórias foram analisadas considerando o que Michael de Certeau²⁰ definiu como tática, a apropriação e o uso que as pessoas que estão fora de um lugar de poder fazem da normalização estabelecida por aqueles que detém o poder. Desse modo, procurou-se compreender que os sujeitos envolvidos no processo de escolarização durante o século XIX, principalmente alunos e professores, não se mantiveram inertes frente as regulamentações da instrução, utilizando-se desse para obter benefícios.

No que se refere a memória, considerou-se Michel Pollak²¹ que enfatiza que a memória aparentemente pode parecer um fenômeno individual, algo íntimo, próprio da pessoa, mas deve

¹⁷ MINAS GERAIS. Relatório dos presidentes de província. 1840. Center for Research Libraries. Captado em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais>. Acesso em: 18 de abril de 2015.p. 38-42.

¹⁸ INÁCIO, Marcilaine Soares. *O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852)*. 232 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Educação, Belo Horizonte, 2003. p.77.

¹⁹ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas recordações*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944.

²⁰ CERTEAU, Michel de. Fazer com: usos e táticas. In.: CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3^{ed.}. Trad. Ephain Ferreira Alves. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. p. 91-106.

²¹ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212, 1992.

ser entendida também como um fenômeno coletivo e social, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a transformações e mudanças, pois um indivíduo não pensa sozinho, mas está envolvido e em constante relação com uma coletividade. Mesmo a memória sendo um fenômeno construído e carregada de subjetividade. Buscou-se a análise dentro das suas particularidades, por meio do cruzamento de informações obtidas a partir de fontes diferentes.

Referente ao seu percurso escolar, Francisco Rezende expôs que frequentou a escola pública de Campanha de 1840 a 1842, entre os 8 e 10 anos de idade. Em seu relato apontou a precariedade do ensino, o número alto de alunos na sala, qualificou os mestres como ruins e afirmou, criticando a educação recebida em Campanha, que aprendeu mais em dois meses em que esteve em uma escola no Rio de Janeiro, do que nos anos em que esteve na escola pública em Campanha.²²

Esse foi um período de constituição da escola pública, com a obrigatoriedade para os meninos de 8 a 14 anos de se instruírem no 1º grau, sendo talvez um dos motivos da lembrança de Rezende de elevado número de meninos matriculado, além da escassez de escolas. Tratava-se de uma escola apenas para meninos. Quanto à idade, Rezende afirmou “naquela aula de mais de cem alunos e dos quais nenhum talvez tinha menos de dez ou doze anos e alguns estavam já barbando, só eu e o meu colega e constante companheiro, o atual senador Evaristo Ferreira da Veiga, éramos os únicos que tinham menos de nove”²³.

Segundo Cynthia Greive Veiga o processo de escolarização da infância deu ampla visibilidade às tensões nas relações geracionais. A autora identificou tensões entre os próprios alunos, na medida em que a “mistura de idades” nas aulas era frequente e a própria lei facilitava tal procedimento ao fixar a obrigatoriedade para uma larga faixa etária de 8 aos 14 anos. Em sua pesquisa encontrou alguns registros de brigas entre alunos, principalmente praticados por monitores de mais idade, implicando também relações de poder. A autora verificou como parte do processo de escolarização um movimento dos educadores no sentido de homogeneizar as idades das crianças nas classes escolares, acentuadamente no século XX. Ao mesmo tempo, desenvolveu-se a ideia de que a mistura de idades era um problema moral e a necessidade de maior vigilância das crianças.²⁴

²² REZENDE. *Minhas recordações*, p.114.

²³ REZENDE. *Minhas recordações*, p.168.

²⁴ VEIGA, Cynthia Greive. O processo escolarizador da infância em Minas Gerais (1835-1906): geração, gênero, classe social e etnia. In.: OLIVEIRA, Lindamir C. V.; SARAT, Magda (orgs.). *Educação infantil: história e gestão educacional*. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009, p. 29-30.

As recordações de Rezende oferecem também algumas pistas sobre o método de ensino utilizado na escola pública de Campanha. Pelo período (1840-1842) e pelas informações, supõe-se que era utilizado o método mútuo mesclado com o método individual. Pois o autor indicou que os alunos, independentemente de suas idades, eram divididos em classes segundo o grau de conhecimento, logo que um aluno se sobressaísse e conseguisse alcançar os objetivos propostos, seria passado para a outra classe superior.²⁵

Outra característica apresentada por Rezende foi a alta rotatividade dos professores, sendo a escola pública de Campanha destinada para meninos, suas memórias indicam apenas professores do sexo masculino, que pouco tempo permaneciam no cargo. Destaca-se José Antônio Mendes, um mestre muito rigoroso que fazia uso da palmatória com frequência.²⁶ Segundo Veiga pelo fato da obrigatoriedade do ensino atingir apenas os meninos, a maior parte do professorado era composta por homens. Provavelmente isto pode ter contribuído para o uso indiscriminado da violência física como costume de afirmação da identidade masculina, ou até mesmo para a longa permanência de uma cultura pedagógica marcada pelo medo.²⁷

Destaca-se que Rezende apresentou críticas a escola pública de Campanha e ao fato de não ter aprendido. Entretanto, o referido realizou em dezembro de 1842 seu exame de primeiras letras e foi habilitado juntamente com apenas seis colegas. Não se sabe ao certo quantos alunos permaneceram na escola até 1842 e em que classe estavam, contudo, para uma escola que contava com grande quantidade de alunos, apenas sete serem habilitados nos exames é um índice muito baixo. E o fato de Rezende estar entre os habilitados, levanta a hipótese de que alguma coisa ele aprendeu, pois, ao que parece, houve muitas reprovações. Possivelmente Rezende terminou a Escola de Primeiras Letras e aprendeu o conteúdo previsto para aquele nível de ensino.²⁸

Rezende apresentou alguns indícios do perfil dos alunos que frequentaram a aula com ele. Foi possível perceber a existência de alguns alunos pobres, quando narrou o material que os alunos deveriam levar as aulas: “os alunos eram obrigados a levar os livros e tudo o mais que era necessário para o ensino; se, porém, eram pobres, tudo vinha da província”²⁹. Dessa forma, era possível indicar alguns alunos que não tinham condições de comprar seus livros e demais materiais. Um desses alunos era um colega de primeiras letras que, segundo o autor, foi sempre muito mais atrasado do

²⁵ REZENDE. *Minhas recordações*, p.169.

²⁶ REZENDE. *Minhas recordações*, p.166-167.

²⁷ VEIGA, Cynthia Greive. O processo escolarizador da infância em Minas Gerais (1835-1906): geração, gênero, classe social e etnia. In.: OLIVEIRA, Lindamir C. V.; SARAT, Magda (orgs.). *Educação infantil: história e gestão educacional*. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009. p.31.

²⁸ REZENDE. *Minhas recordações*, p.167.

²⁹ REZENDE. *Minhas recordações*, p.166.

que ele, mas que possuíam certa proximidade por serem mais ou menos da mesma idade. Chamava-se João Amado Damasceno, tinha sido um enjeitado que nunca conheceu a mãe, criado por duas irmãs descritas como pobres, mas que, apesar das dificuldades, o puseram na escola. É preciso considerar que, segundo o trabalho de Veiga a escola nesse período foi destinada a crianças pobres, negras e mestiças, com o objetivo de cumprir seu papel no sentido de civilizar e homogeneizar culturalmente a população brasileira.³⁰

Para além da questão social dos alunos destaca-se também a questão racial, pois mesmo durante o período de vigência da escravidão, não houve nenhum impedimento legal que restringisse os alunos negros de frequentarem a escola pública. Tais considerações são essenciais para compreender as memórias de Francisco Rezende ao se referir a amizade construída com um jovem negro durante o tempo que frequentou a escola de primeiras letras. Segundo o autor, seu amigo provinha de uma família pobre e conseguiu estudar pela ajuda de sua madrinha. Nos tempos da escola, Rezende lembrava que o amigo era muito querido por todos, “naturalmente feito para o bem e para a paz, não havia na escola um só menino que o não estimasse e não lhe quisesse muito; e como não era inimigo de ninguém, ele não queria também que o seus amigos fossem inimigos uns dos outros”³¹. Chamava-se Francisco de Paula Vitor, um crioulo retinto, “ele nunca foi bonito; mas verdadeiro coração de ouro, ele tem e sempre teve a sua alma tão branca quanto é a negra a cor da sua pele”³².

O fato de ser negro em um período escravocrata aparentemente não se constituiu como um impedimento para Vitor frequentar a escola e não o impediu de construir uma boa relação com os demais alunos. A justificativa para o carinho recebido por Vitor era sua *alma branca*. Pelo o que foi apresentado, Vitor poderia ser livre ou liberto, mas não há dados suficientes para ter clareza se ele poderia ser filho de escravos, uma vez, que não foram encontradas informações sobre a procedência de seus pais. Alunos negros frequentarem a escola pública não deve ser compreendido como raras exceções. Trabalhos recentes que analisaram o processo de escolarização em Minas Gerais durante o século XIX, apontam um predomínio de alunos negros nas escolas públicas, entre eles Fonseca e Veiga.³³

³⁰ VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v.13, n.39, set./dez., 2008.

³¹ REZENDE. *Minhas recordações*, p.172.

³² REZENDE. *Minhas recordações*, p.173.

³³ FONSECA, Marcus Vinícius. *Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*. 256 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Paulo, 2007. 256p.

VEIGA, Cynthia Greive. *Crianças negras e mestiças no processo de institucionalização da instrução elementar, Minas Gerais, século XIX*. Congresso da Sociedade Brasileira de História da Educação, 3º, 2004, Curitiba. Anais... Curitiba, 2004, CD-Rom.

Vitor se tornou pároco e professor, abrindo uma escola na cidade de Três Pontas. Apesar dos poucos recursos ele conseguiu estudar na escola de primeiras letras e posteriormente fez aulas de latim. Em um segundo momento conseguiu estudar no seminário de Mariana, no qual se tornou padre. A partir da discussão de Certeau é interessante observar que em uma sociedade escravocrata, Vitor fez uso de táticas para conseguir estudar, criando oportunidades de se apropriar desses locais de poder e realizar algo pouco provável para alguém de sua condição social e racial.³⁴ Outro ponto é o fato de se tornar um professor permite uma reflexão sobre a importância que a escolarização poderia ter para a população negra e pobre. Fonseca ao comprovar a presença majoritária dos negros nas escolas de instrução elementar³⁵, afirma que essa presença indicava que a instituição escolar era um dos elementos acionados por esse grupo com objetivo de sua afirmação no espaço social. Dessa forma, a escolarização representava a inserção dos negros na cultura letrada, mas também uma forma de demarcar um distanciamento do mundo da escravidão e uma demonstração do domínio dos códigos de conduta das pessoas livres.

Considerações finais

Na busca de compreender o processo de regulamentação e construção da escolarização da sociedade mineira durante o século XIX, destaca-se que a documentação utilizada permitiu constatar que a instrução pública em Minas Gerais se construiu lentamente. Até na primeira metade do século, houve um baixo número de escolas de primeiras letras na região e os métodos não eram praticados conforme prescrito, havendo uma mescla e adaptação.

Apesar dessas dificuldades, as fontes analisadas indicaram resultados positivos para alguns alunos. Francisco Rezende mesmo com as precariedades apontadas sobre a escola da cidade de Campanha, conseguiu concluir seus estudos em três anos, foi habilitado no exame junto com apenas mais seis colegas e logo em seguida iniciou a instrução secundária. Mesmo apontando inúmeras dificuldades da escola primária, conseguiu se habilitar.

Considera-se, a existência de alunos pobres nas escolas primárias de Campanha, assim como a presença de negros. O acesso de crianças negras na instrução pública não foi vedada, as fontes indicaram que aparentemente são sofreram impedimentos em frequentá-la. A educação pode ter significado para os negros um distanciamento da escravidão. Em uma sociedade na qual poucos possuíam domínio dos códigos da escrita e escravos eram impedidos legalmente de frequentar a escola, tornava-se significativo professores negros conseguirem um distanciamento

³⁴ CERTEAU, *Fazer com: usos e táticas*.

³⁵ FONSECA, *Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*.

com o mundo da escravidão por meio da escolarização. De todo modo, são necessárias mais pesquisas que abarquem essa questão. É preciso uma problematização mais ampla dos professores negros que atuaram em Minas Gerais, e o significado da educação para esse grupo durante o século XIX.

Simpósio Temático 05: História, Gênero e Sexualidade: balanços e abordagens

Polyana Aparecida Valente Vareto

Doutoranda

UFMG

polyvalente2007@yahoo.com.br

Isabela de Oliveira Dornelas

Mestranda

UFMG

isadornelas@gmail.com

Eliza Teixeira Toledo

Doutoranda

Fundação Casa de Oswaldo Cruz COC - Fiocruz

elizattoledo@gmail.com

Deivid Aparecido Costruba

Doutorando em História

UNESP - Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis

costrubahistunesp@hotmail.com

Débora Raiza Carolina Rocha Silva

Mestranda

UFMG

deboraraizarocha@gmail.com

Átila Augusto Guerra de Freitas

Mestrando

UFMG

atilaaugustofreitas@gmail.com

Proposta do Simpósio:

Este Simpósio Temático tem por objetivo a mobilização da categoria gênero para a compreensão da construção de relações de gênero em diversas dimensões históricas, simbólicas e imaginárias. Entre os eixos a serem debatidos, elencamos a problematização da categoria sexo como construto histórico e a edificação da noção de incomensurabilidade de gênero elaborada a partir da diferença percebida entre os sexos. Há quase 30 anos, Joan Scott (1989) colocou na pauta

historiográfica a categoria de “gênero”, apresentada pela autora como “útil para análise histórica”. Desse período em diante, inúmeras pesquisas foram elaboradas, tendo como principal objeto de estudo: as mulheres, antes invisibilizadas e excluídas da história. Reflexões importantes e significativas foram construídas ao longo desses anos e se estenderam para além da história das mulheres, questionando identidades, sexualidades e relações de gênero em diversas dimensões históricas, simbólicas e imaginárias. Nas palavras de Scott (1995), esses estudos possibilitaram uma visão mais ampla de gênero que incluía não somente o cenário doméstico, mas o campo do trabalho, educação, cultura, política, sociedades e instituições. Nessa perspectiva, abrimos espaço para possibilidade de pensar as mais diversas temáticas afins às nossas pesquisas. Como o trabalho filantrópico feminino nos séculos XIX e XX como uma maneira de questionamento a organizações de gênero vigentes naquele contexto, uma vez através desse trabalho as mulheres participaram da vida política e criaram redes de sociabilidades, saindo dos limites da esfera privada e transitando pela esfera pública. Ao “sair” dos lares as mulheres criaram agendas próprias, tais como: proteção à maternidade, saúde pública, segurança social, educação e bem estar social. Os temas relacionados à sexualidade e à reprodução ganham especial enfoque, sob a concepção de que esses campos desempenham relevante atuação no que tange à normatização e à normalização da sociedade, sobretudo a partir do século XIX, quando se intensifica a produção de discursos biomédicos em torno desses temas.

A negra e o tabuleiro: o personagem feminino e sua atuação nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX

Clara Abrahão Leonardo Pereira

Graduanda em História
UFMG/FAFICH
claraalpereira@gmail.com

Resumo: Este trabalho objetiva aprofundar as discussões acerca do personagem que se convencionou chamar “negra de tabuleiro” e sua atuação nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX, e será pautado por algumas perguntas-guia que planejamos responder ao longo do texto que segue. Tais questões são relativas especificamente ao sujeito histórico em questão, e inquerem seu universo, práticas e saberes específicos. São elas: como compreender a presença da mulher negra escravizada ou forra na esfera do trabalho e na esfera pública das Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX? Quais as especificidades da prática de comércio dessas mulheres no período e região citados? Quais as possíveis relações entre o comércio de “gêneros da terra” e sua legislação em Minas Gerais com a África e Portugal? Todas essas indagações servirão de base para compreender como a cor, a qualidade e a origem dessas mulheres permitia-lhes uma moralidade mais pusilânime, e como escravas e forras poderiam beneficiar-se disso para sua atividade, de forma a alcançar propósitos pessoais a princípio impraticáveis na estrutura social teoricamente rígida do período.

Palavras-chave: Minas Gerais, escrava de tabuleiro, agência feminina.

A existência de uma personagem como a negra de tabuleiro em Minas Gerais no século XVIII e XIX suscita uma série de questões acerca de sua presença no mundo colonial. Considerando o poder metropolitano e a extensão de seu controle sobre os habitantes, a autoridade eclesiástica e seu braço a respeito da moralidade e costumes, e o papel social feminino esperado – e em grande parte desempenhado – pelas mulheres da colônia brasileira, o estudo sobre esta personagem torna-se relevante, na medida em que demonstra brechas (ou mesmo regras) nesse sistema pretensamente rígido.

Os estudos acerca da atuação da negra de tabuleiro em Minas Gerais nesses séculos até este momento, têm centrado-se, principalmente, em sua presença entorno das minas de exploração aurífera e diamantífera, no tipo de produtos que possivelmente comercializava e na problematização de sua presença exclusivamente no universo colonial mineiro. Poucos questionam suas origens, ou relacionam-nas às práticas que desempenhavam na colônia. Também pouco se considera como a realidade de Portugal e de África podem ser comparadas, nesse aspecto, à colonial, ou se houveram relações e influências entre esses locais.

Nesse sentido, o uso da História Comparada, da História Atlântica e da Micro História demonstram-se úteis no estudo dessa personagem histórica, e podem revelar novos espectros a serem considerados pelos historiadores. Para este artigo específico, entretanto, as questões

aventadas pretendem aclarar especificamente como o ofício da negra de tabuleiro nas Minas Gerais do setecentos e oitocentos permitia-lhe abrir espaços de negociação e sociabilidade comumente velados às mulheres desse período e região, buscando compreender como essa prática relaciona-se com África e Portugal.

Chamamos “negra de tabuleiro” a personagem feminina brasileira, escravizada ou forra, que poderia ou não se fixar em um local específico, comercializando principalmente alimentos na região urbana, sempre em pequena escala e de consumo imediato. Para este artigo, consideraremos, como já dito, sua presença na urbe em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX, período do auge e da deterioração da mineração, e onde sua presença e atividade comercial representaram importante fatias do abastecimento alimentício interno da região, onde era responsável pelo comércio ambulante de gêneros da terra, que poderiam ser broas, leite, aguardente, fumo, etc.

Compreender o contexto mineiro é, por isso, relevante para analisar a atuação desses sujeitos históricos naquele *locus* específico. Era necessário um grande contingente de mão de obra trabalhadora naquela região, devido à importância da mineração para a Capitania, Colônia e Metrópole, e o abastecimento alimentício interno tornou-se aspecto de importante relevância para o bom funcionamento político e social mineiro. Também deve-se levar em conta a posterior queda da extração minerária, e a conseqüente valorização da economia agrária e a diversificação econômica. Tal diversificação foi responsável por configurar um complexo quadro social em Minas Gerais, onde as vilas e arraiais tornaram-se espaço propício para o desenvolvimento de atividades comerciais concomitantes à minerária.

Dessa forma, e em vistas da intensa urbanização vivida pela Capitania, tornou-se necessário a conformação de um mercado interno que fosse capaz de abarcar as diversas qualidades¹, que possuíam conhecimentos e saberes (mercadológicos e acerca de alimentos e outros produtos) específicos, o que contribuiu, de certo modo, para a diversificação de mercadorias que se pôde observar a partir da segunda metade do oitocentos.

É neste universo que inserem-se as negras de tabuleiro analisadas por esse artigo, mulheres escravizadas ou forras – também chamadas “quitadeiras” ou, quando escravizadas, “escravas de ganho” – que vendiam suas quitandas (o termo de origem em quimbundo, *kitanda*, significa, literalmente, tabuleiro) articulando em seu ofício, muitas vezes, as práticas lícitas e ilícitas, como o

¹ “A “qualidade” (assim como a “casta”), no geral, congregava as dezenas de “qualidades” ou “castas”, entre as quais as pessoas e os grupos sociais eram distribuídos e às quais eram vinculados.” PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p.48.

meretrício, o contrabando, auxílio à cativos em suas fugas, etc. De fato, essas mulheres eram capazes de articular, em torno de si, redes de sociabilidade e clientelas que se serviam de seu ofício das mais variadas formas. Elas mesmas utilizavam essas redes em seu próprio benefício, e, conscientes ou não dessa sua atuação específica, foram capazes de redimensionar seus círculos sociais no interior do próprio aparelho administrativo.

Aparelho administrativo que, de fato, procurou limitar sua atuação, em uma relação dual de necessidade e rejeição. Existem inúmeros registros de queixas contra essas mulheres por parte de senhores de escravizados nas regiões mineradoras: acusadas de desviarem jornais e provocarem desordens nos lugares por onde passavam, seriam culpadas pela redução da extração dos mineradores. Sua atividade foi por vezes cerceada à um local específico onde deveriam realizar suas atividades, determinado pelas Câmaras Municipais², que visavam, desta forma, exercer maior controle sobre as atividades dessas mulheres, afastando-as dos centros mineradores, o que demonstra como o poder administrativo poderia se manifestar na esfera particular e nas práticas cotidianas.

Essa mesma situação pôde ser verificada em Luanda no século XVII, onde o mesmo órgão determinou que as mulheres – que naquela região vendiam preferencialmente apenas um gênero alimentício, no qual se especializavam – deveriam tirar licença para exercer seu ofício. Em Minas Gerais, entretanto, elas tiveram que adaptar suas quitandas à realidade local, e passaram a vender diversos gêneros.

Não há estudos profundos sobre qual era a etnia ou a identificação étnica ou meta-étnica dessas mulheres, de modo que “mina” é a que a maioria dos pesquisadores determina como predominante no comércio de quitandas em Minas Gerais. De acordo com Carlos Soares, no Rio de Janeiro havia uma predileção senhorial por ter escravizadas minas como vendedoras.

Este prestígio decerto resvalou para as livres e libertas. Este olhar senhorial sobre as negras minas sem dúvida tinha sua contrapartida no seio da população escrava e de livres de baixa condição, que via estas africanas como poderosas comerciantes, senhoras de pontos cobiçados da rede de comércio urbana.³

² “Em 1729, Manoel Afonseca de Azevedo, secretário do governador, redige um bando, no qual proibia a prática do comércio das “negras de tabuleiro”: não consentam, nem possam vender coisas comestíveis ou bebidas negras ou mulatas escravas ou forras nem em ranchos, nem com tabuleiros [...] no dito morro, a distância referida de duzentos passos a roda dele podem seus donos convindo-lhes vender por sua mão, ou ter negras que vendem, mas nenhuma sorte terão negras ou mulatas forras, vendendo nos ditos ranchos [...]” VIANA, Kelly Cristina Benjamim. *Em nome da proteção real: mulheres forras, honra e justiça na Capitania de Minas Gerais*. 2014. 284f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014, p. 67.

³ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *Comércio, Nação e Gênero: As Negras Minas quitandeiras no Rio de Janeiro 1835 – 1900*. Revista Mestr. Hist., Vassouras, v. 4, n. 1, p. 55-78, 2001/2002. p. 65.

Não há motivos para acreditar que a mesma fama das mulheres mina como vendedoras no Rio de Janeiro não existisse em Minas Gerais. Pode-se pensar que essa identificação tenha também sido usada pelas mulheres escravizadas de forma a se valerem das possibilidades que poderiam abrir-se a partir daí. A “nação” poderia ser usada, assim, como forma de suprir interesses específicos. Elas poderiam inclusive, ser naturais da colônia brasileira, de qualidade diversa, e utilizar-se das categorias que lhe aproovessem. De fato, há registros de viajantes sobre essas mulheres vendedoras em trajes africanos, de forma a demonstrar sua origem pretensamente propícia à confecção de quitandas e à prática comercial. Atitude esta é curiosa, na medida em que demonstra um interesse que não tendia à ocidentalização europeia, mas à valorização de uma origem teoricamente africana.

Essas relações são sintomáticas de nossa proposição nesse artigo: deve-se compreender as técnicas e saberes configurados no Brasil e, nesse caso, na Capitania de Minas Gerais, pelas negras de tabuleiro, configurados a partir de outros saberes e técnicas de origens diversas que confluíram em um local e tempo específicos, com existências simultâneas ou não, e que carregam especificidades características próprias. Não nasceram espontaneamente e nem têm uma origem exclusiva, mas, pelo contrário, foram fruto de intercâmbios e relações diversos no espaço e no tempo.

Nesse sentido, vale ainda ressaltar a existência de mulheres vendedoras ambulantes em Portugal; e em Minas, o uso de ingredientes e técnicas reinóis no preparo das quitandas: na Capitania, tentou-se reproduzir ou se aproximar dos mesmos alimentos e utilizar as mesmas técnicas, adaptando-os ao ambiente mineiro colonial. O uso do milho, por exemplo, foi adotado na confecção das quitandas aqui em Minas Gerais, de modo que, até hoje, destacam-se no estado a quantidade de alimentos que provêm do cereal, ao mesmo tempo que os bolos, gênero tão importante em Portugal⁴, foram (e são) em larga medida feitos em Minas Gerais.

A comida, de fato, configurou uma importante parte do conjunto sociocultural mineiro, e as quitandas passaram a ter valor simbólico nessa Capitania que perdura até hoje. A “hospitalidade” mineira de receber com a mesa farta, comentada por viajantes como John Mawe e Saint Hilaire, ficou marcada quase que como um símbolo local, e demonstra como o estudo desses registros é necessário também para a compreensão da importância e do impacto que as quitandas tiveram em Minas Gerais.

⁴ Segundo Câmara Cascudo, “o bolo possuía uma função social indispensável na vida portuguesa.” CASCUDO, L. C. *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: Global, 2004, 3ªed. p. 302

Retomando a análise sobre as negras de tabuleiro, deve-se insistir na rede de solidariedade que essas mulheres eram capazes de configurar entorno de si. Ela demonstra como seu ofício permitia-lhe abrir espaços de negociação e sociabilidade comumente velados às mulheres desse período e região. Dominando o pequeno comércio de gêneros da terra, mulheres negras e forras se ocuparam desse ofício e muitas deixaram, inclusive, inventários onde constam balanças, formas e utensílios de cozinha específicos dessa produção, o que indica que conseguiram acumular pecúlio suficiente para seu sustento e alcançar determinada posição na hierarquia social. Os inventários, assim, configuram uma fonte a ser explorada e que pode revelar aspectos da vida desses sujeitos históricos⁵.

Essas escravas de ganho, por sua vez, poderiam lidar com mais facilidade com universo da escravidão, já que agiam longe da vista de seus senhores. O contrabando poderia ser utilizado a seu favor, na medida em que poderiam ficar com uma porcentagem do montante desviado, por exemplo. Poderiam, também, se prostituir sem ordem do senhor – apesar dessa ordem não ser incomum – como forma de acumular vintém. As forras também poderiam utilizar dessa prática em suas atividades, até porque a ascensão econômica de indivíduos forros era muitas vezes árdua. Também poderiam desempenhar, paralelamente, outras atividades além do meretrício supracitado e das vendas de tabuleiro.

Reconhece-se que o controle moral coordenado pela religião e pelos costumes eram mais intransigentes com o sexo feminino. Apesar disso, percebe-se como o tipo de controle era mais restrito às mulheres brancas, enquanto que as de cor, apesar de terem mais liberdade de ação, eram comumente culpadas dos “desvios” e “imoralidades” ocorridos⁶. Pode-se dizer, entretanto, que essas mulheres souberam lidar com os diversos obstáculos que poderiam limitar sua atuação, e,

⁵ “Outrossim, a pesquisa sobre estes sujeitos permite constatar um papel ativo e consciente dos mesmos no mercado local. Sobressai, na análise de editais e bandos, contrapostos aos testamentos e inventários, o deslocamento entre o nível do discurso das autoridades e a prática das comerciantes de cor.” CAMILO, Débora C. de Gonzaga. Vendendo secos e molhados: Estudo de caso de uma comerciante negra no setecentos mineiro. Revista Temporalidades, Belo Horizonte, vol. I, n. ° 1, p.258-268, 2009. p. 263.

⁶ “As Minas Gerais do século do ouro parecem ter sido um lugar privilegiado para a atuação das mulheres. As mulheres de origem européia eram disputadas pelos homens de elite e tinham elas todo o poder de barganhar um casamento que melhor lhes apeteceesse. As de cor, principalmente as mais formosas, também tinham grande possibilidade de se afirmar socialmente, mesmo que através de seu companheiro. Cada uma (branca, negra, mestiça) tinha que responder a cobranças sociais. Da mulher branca se exigia uma conduta moral incorruptível e o não cumprimento de tal exigência geralmente significava sua desgraça ermanente. Às de cor, permitia-se uma moralidade mais frouxa, mas uma vida muito mais dura, de sobrevivência. Além dos já citados estigmas da cor e da escravidão. Numa relação paradoxal, a Igreja, ao mesmo tempo em que as consideravam inferior e menos capazes que os homens, as culpavam por toda a devassidão e moléstias terrenas. O que fazia com que sua afirmação social fosse, de forma geral, muito mais penosa.” COSTA, Henrique. R. A. *Poder Feminino: Mulheres brancas, negras e mestiças nas Minas Gerais do Século do Ouro* 2007. No prelo. Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/pac/colonia/orientacoes/mulheres_mg.pdf. Acesso em: 18/07/2016. p.8.

conscientes das normas sociais, situações econômicas e mesmo limitações legais de onde atuavam, utilizaram-se de subterfúgios para contornar tais dificuldades. Sua ocupação era não só um modo de obter pecúlio, mas uma forma de sobrevivência frente às dificuldades que poderia enfrentar como mulher, egressa da escravidão, e em necessidade de obter os meios para se sustentar.

Portanto, resta a pergunta: como escravas e forras poderiam beneficiar-se dessa moralidade mais pusilânime para desenvolver suas atividades entorno do tabuleiro?

Em seu ofício utilizaram-se, conscientes ou não, de sua mobilidade física para enfrentar a ordem vigente e beneficiar-se de situações e possibilidades determinadas. Ocupando um papel de certa forma marginal na sociedade, as vendedoras de tabuleiro, ao contrário do que se pode pensar, foram personagens ativas e poderiam, inclusive, independer da figura masculina nas suas práticas cotidianas. Esse grau autonomia econômica e social tornou-as muitas vezes malquistas nos locais que transitavam, já que representavam um conflito e mesmo quebra entre a pretensa rigidez moral, religiosa e hierárquica vigente, de mulheres que deveriam responder a papéis determinados. Pelo contrário, essas mulheres demonstram como essa sociedade era, na verdade, diversa.

Em conclusão, o que se pretendeu nesse artigo foi fazer uma análise simples da situação dessas mulheres, demonstrando a necessidade de pensar seu ofício como fruto de experiências históricas e geográficas diversas, que se reuniram na Capitania de Minas Gerais em um jogo de forças e de interesses. Também procuramos demonstrar a importância de análise de fontes como os inventários e os relatos de viajantes, e, por fim, refletir como sua própria na colônia brasileira representava uma quebra no pretensamente inflexível modelo social colonial.

O que buscamos nesse curto espaço é apontar caminhos que ainda podem ser percorridos nas pesquisas sobre essas ricas personagens históricas e o local e época em que atuaram, e que podem revelar ricas descobertas e contribuições historiográficas.

Gênero e sexualidade: a (re) produção do desejo e de subjetividades nas práticas discursivas da revista *G Magazine* (1997-2008)¹

Gerferson Damasceno Costa

Mestrando em História

Universidade Estadual de Montes Claros

gerfersonafim@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem como propósito analisar as práticas discursivas (re) produzidas pela revista *G Magazine* acerca de gênero, sexualidade, desejo e corpo, procurando detectar os sentidos e significados referentes aos afetos, desejos e comportamentos, bem como à pornografia e ao prazer sexual direcionados aos *Gays* brasileiros a partir da década de 1990, período de profundas transformações nas relações sociais, políticas e culturais das sexualidades dissidentes. As fontes para a pesquisa constituem-se os conteúdos editoriais da *G Magazine* (1997-2008). Os referenciais teórico-metodológicos são fundamentados na epistemologia feminista pós-estruturalista e na Nova História Cultural do Imaginário, das Representações Sociais e da Análise do Discurso. Dessa forma, pretende-se investigar os jogos de poder presentes na revista e suas interferências no processo de subjetivação dos gays, os padrões de normatização que procuram criar categorias coerentes e estáveis dentro de uma lógica normalizadora, como também verificar as subversões aos modelos estabelecidos.

Palavras-chave: Desejos, Comportamentos, Subjetivação.

Introdução

A revista *G Magazine* chegou às bancas do Brasil em abril de 1997, através da Fractal Edições, lançada de início com o título de *Bananalouca*,² tornou-se um grande fenômeno editorial. Direcionada aos homossexuais masculinos, o periódico se destaca entre as demais publicações que tem como foco o nu masculino, por exibir ensaios fotográficos de nudez frontal com personalidades famosas – como cantores, atores, esportistas e modelos – com uma excelente produção gráfica. Suas publicações contêm ainda temas ligados a comportamento, militância, lazer, cultura, saúde, beleza, moda, dentre outros conteúdos informativos. O sucesso alcançado pela *G Magazine* entre os homossexuais brasileiros fez com que outras revistas com o mesmo perfil editorial começassem a surgir no mercado, não obstante tais publicações não conseguem alcançar o mesmo êxito e qualidade da *G Magazine*. Por dez anos a revista ficou sob a responsabilidade editorial de Ana Fadigas, sua idealizadora, e contou com a colaboração de nomes importantes da militância homossexual, como João Silvério Trevisan, um dos fundadores do grupo Somos (Grupo

¹ Este trabalho é parte da pesquisa em desenvolvimento no Mestrado, que conta com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.

² Com o título de *Bananaloca* foram distribuídas quatro edições, a quinta edição teve como título *Bananalouca apresenta G Magazine*, e em outubro de 1997 a revista recomeça com o número um, já com o nome definitivo: *G Magazine*.

de Afirmação Homossexual) e do Jornal *Lampião da Esquina*; André Fisher, um dos idealizadores do Festival Mix Brasil da Diversidade Sexual; bem como de personalidades famosas como a transexual Nany People e o promotor David Brazil. Depois de passar por reestruturações editoriais, tem sua última publicação em junho de 2013.³

A década de 1990 constitui-se um contexto peculiar de transformações na configuração social, política e identitária das sexualidades tidas como “abjetas”⁴ no Brasil. Podemos evidenciar o surgimento de aspectos relacionados à cultura e ao mercado que influenciam nas relações sociais dos sujeitos “desviantes” no país, e várias mudanças no processo de organização e atuação do que hoje é conhecido como “Movimento LGBTI” (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais).

A partir desse período, o movimento é marcado por um “reflorescimento” do ativismo pelos direitos dos homossexuais e volta a crescer a quantidade de grupos com essa finalidade no âmbito nacional, em contraposição aos anos de 1980 que teve uma drástica diminuição desses grupos. Esse contexto se caracteriza também pela consolidação de propostas em torno da AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) e da construção de uma “resposta coletiva” acerca da doença que possibilitasse retirar sua ligação quase que exclusiva com as práticas homossexuais. Observa-se ainda a relação do movimento com outros “atores sociais”⁵ e o surgimento das “Paradas” como manifestações estratégicas para a visibilidade da diversidade de maneira massiva. Percebe-se nesse momento o início de várias discussões concernentes às questões da representatividade no movimento, influenciadas pelo deslocamento que ocorre na política das identidades.⁶

³ Em 2008, devido a problemas financeiros, a revista é vendida para o grupo norte-americano *Ultra Friends International*, que modificou o caráter das publicações, diminuindo o espaço para as colunas sobre comportamento e militância, e aumentando o número de matérias sobre moda, beleza, saúde e entretenimento, a quantidade de ensaios de nudez também foram aumentados.

⁴ Por sexualidades “abjetas”, seguindo as reflexões de Butler (2001), entende-se aqui o conjunto de práticas sexuais que não se enquadram na norma naturalizada socialmente no binarismo heterossexual, no qual os indivíduos com sexualidades fora do padrão de oposição entre sexo/desejo são categorizados como “anormais” e inferiores. (BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.).

⁵ Regina Facchine analisa o envolvimento do movimento com esses “outros atores sociais” que se constituem pela mídia, agências estatais ligadas às questões jurídicas e de saúde, parlamentares que incluem alguns direitos dos homossexuais em suas plataformas, o mercado especializado, organizações internacionais e grupos religiosos empenhados nos dilemas da sexualidade. (FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.).

⁶ A partir do final do século XX, uma mudança estrutural contribui para que houvesse transformações nas sociedades modernas, fazendo com que as identidades culturais de classe, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade se fragmentassem e se deslocassem. As identidades, antes, com sólidas localizações, em que os indivíduos se fixavam socialmente, descentralizaram-se, com fraturas, tornaram-se mais indefinidas, provocando uma “crise de identidades”. Dessa forma, politicamente, também as identidades se apresentaram com fissuras que impossibilitava uma representação política

No Brasil, nos anos 1990, acompanhamos a efervescência mercadológica pautada na especialização de produtos destinados a públicos ditos “minoritários”, dessa forma vimos surgir revistas, jornais, livros, agências de turismo etc. voltados especificamente para os homossexuais. Definido como GLS (*gays*, lésbicas e simpatizantes) esse tipo de mercado se pautou na ampliação e na construção positiva da visibilidade de seu público. Segundo aponta França⁷, o surgimento desse mercado se destaca pela busca em expandir as fronteiras do “gueto”, uma vez que procurava alcançar consumidores não necessariamente se identificavam enquanto homossexuais, conforme sugere a inserção dos simpatizantes.

Elementos históricos que se caracterizam pela repercussão, variedade e visibilidade de discursos concernentes às sexualidades dissidentes no cenário brasileiro, e que nos últimos anos vêm aumentando cada vez mais. Neste sentido, destaca-se a importância de investigar nesses discursos o estabelecimento de comportamentos e identidades a partir de padrões normalizadores fundamentados em concepções estáveis, coerentes e regulares, e a maneira como eles agem na produção de verdades e de subjetividades.

Neste trabalho procuro mostrar alguns apontamentos sobre a revista *G Magazine*, no que concerne à emergência de um novo discurso referente aos afetos, desejos e comportamentos, bem como à pornografia⁸ e ao prazer, para os *gays* brasileiros, entre os anos de 1997 e 2008, e suas interferências no processo de subjetivação desses atores. A partir de algumas reflexões sobre a epistemologia feminista pós-estruturalista⁹ e das potencialidades dos suportes teórico-metodológicos da Nova História Cultural¹⁰ do Imaginário, das Representações Sociais e da Análise do Discurso.

baseada em concepções identitárias universalizantes. (HALL, Stuart. A identidade em questão. In: HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.)

⁷ FRANÇA, Isadora Lins. *Cercas e pontes: o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, São Paulo, 2006.

⁸ Seguindo a perspectiva de Beatriz Preciado, a noção de pornografia neste trabalho não pretende emitir um juízo moral ou estético, mas identificar novas práticas de consumo e da imagem, suscitadas por novas técnicas de produção e distribuição, e codificar um conjunto de relações entre imagens, prazer, publicidade, privacidade e produção de subjetividade. (PRECIADO, Beatriz. *Pornotopia: Arquitectura y sexualidad em “Playboy” durante la guerra fria*. Barcelona: Anagrama, 2010.)

⁹ Em síntese, o pós-estruturalismo marcado pelos estudos de Michel Foucault, Jacques Lacan, Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Félix Guattari, dentre outros, segundo Silvana A. Mariano, contribui para a teoria feminista, sobretudo, para a crítica ao universalismo, ao essencialismo, ao binarismo e ao racionalismo iluminista. Dessa forma, a crítica feminista pós-estruturalista inclui a compreensão acerca da constituição do sujeito por meio de significados e de representações culturais, os quais por sua vez encontram-se marcados por relações poder. Baseada em Joan Scott, a autora lembra que um ponto importante de contribuição do pós-estruturalismo para o feminismo é o método de desconstrução, que tem a função de desmontar a lógica interna das categorias, a fim de expor suas limitações. (MARIANO, Silvana A. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 483-505, set./dez. 2005.)

¹⁰ Em resumo, por Nova História Cultural, entende-se aqui uma virada no campo historiográfico, em que, a partir do diálogo interdisciplinar com as ciências sociais, a linguística, a psicologia, a filosofia, a noção do documento como

Anais do V EPHIS – V Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

06 a 10 de Junho – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016.

www.ephisufmg.com.br

Gênero, sexualidade e subjetividade

A teoria feminista, em decorrência de um amplo debate, construiu o gênero enquanto uma categoria analítica, política, histórica e relacional, na qual as distinções sociais – baseadas no sexo (homem e mulher) e nos determinismos biológicos – e a lógica binária naturalizada que fundam uma ordem dicotômica e hierarquizada no mundo, tornam-se concepções problemáticas, reconhecendo as relações de poder que as tornam possíveis em diferentes contextos.

Neste sentido, Tereza de Lauretis discorre que o "sistema de sexo-gênero" institui culturalmente os papéis de masculino e feminino como duas categorias complementares, porém excludentes, que classificam os indivíduos dentro de "um sistema de gênero, um sistema simbólico ou um sistema de significações", no qual o sexo estabelece uma relação com os conteúdos culturais, conforme os valores e hierarquias sociais. Esse sistema é “tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado”, identidades, valores, posições e hierarquias aos sujeitos dentro da sociedade.¹¹ Entender como esse sistema funciona e a construção histórica das identidades de gênero, bem como a constituição dos sujeitos por meio das várias práticas discursivas coloca-se como principal inquietação das/os estudiosas/os feministas.

A concepção de sujeito elaborada pelos pós-estruturalistas tornou-se preponderante para fundamentação teórica feminista, caracterizada pela dissolução da noção de sujeito como agente soberano e estável. O sujeito passa a ser encarado como provisório e mutável, que está em processo permanente de construção, por meio de práticas e discursos sociais que se estabelecem nas relações entre saber e poder em articulação com as diversas interações sociais (e não apenas as de sexo e gênero), no qual a linguagem é central. O sujeito passa a ser concebido como resultado das relações de poder, em articulação com as diversas interações sociais (e não apenas as de sexo e gênero), no qual a linguagem é central. Guacira Louro¹² ressalta que as múltiplas e distintas identidades – raça,

“espelho do real” é problematizada, assim, os documentos não são considerados como reflexos transparentes do passado, mas ações simbólicas com significados diferentes conforme a intenção de quem os elaborou. Caracteriza-se pelo rompimento da ideia de cultura popular e cultura erudita, bem como pela reflexão das relações sociais e econômicas como campos de produções culturais.

¹¹ LAURETIS, Tereza de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Trad. Suazana Funck. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 213.

¹² LOURO, Guacira Lopes. *Pedagogias da Sexualidade*. In: LOURO, Guacira Lopes. (org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

nacionalidade, classe, etc. – formam o sujeito, no sentido de que esses são perpassados por diversas situações, instituições e agrupamentos sociais.

As dinâmicas de poder que interpelam o processo de subjetivação são constituídas de várias práticas discursivas histórico-sociais que criam efeitos de verdade socialmente naturalizados. Dessa forma, o poder na perspectiva foucaultiana, deve ser compreendido como:

[...] a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes, as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de forças encontram umas nas outras, formando cadeias e sistemas, ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais.¹³

O poder está em toda parte, pois parte de todos os lugares, não se adquire, se exerce e em todas as direções. As correlações de poder implicam embates com as múltiplas resistências que lhes são implícitas. Assim, o “tornar-se sujeito” envolve ainda a resposta do próprio indivíduo à interpelação social que, “mediante os símbolos, imagens e categorias que o sujeito tem a sua disposição para identificar-se, ou seja, o universo de representações sociais que o constitui, ele recorta aquelas que vai utilizar”.¹⁴

A divisão do sexo como natural e o gênero socialmente construído se coloca como alvo da crítica feminista pós-estruturalista, pois esta dicotomia envolve a discussão das relações de poder na constituição destas categorias. Destarte, trata-se de pensar o sexo e o corpo não apenas como dados biológicos e naturais, mas como categorias históricas e produzidas por meio de práticas discursivas. Butler problematiza essa distinção e sugere uma “[...] descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos”.¹⁵ Assim, a própria noção de gênero se torna alvo de crítica pela autora que considera “[...] a ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei natural inexorável”.¹⁶ Nesta perspectiva, a autora questiona a normatividade do gênero e da sexualidade, bem como a lógica binária que institui sobre os sujeitos as identidades de masculino e feminino, em que a prática sexual

¹³ FOCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 1. ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e terra, 2014, p. 100-101.

¹⁴ MAIA, Cláudia de Jesus. *A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral – Minas Gerais 1890-1948*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2011, p. 39.

¹⁵ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 10. ed. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016, p. 26.

¹⁶ BUTLER. *Problemas de gênero*, p. 28.

deva acontecer com uma pessoa de sexo/gênero oposto. Pressupõe-se, assim, uma crítica à concepção em relação à ordem reguladora do sexo, gênero, prática sexual e desejo.

A sexualidade compreendida como um dispositivo histórico do poder, de acordo com a proposta foucaultiana, permite pensar a atuação das “tecnologias de poder” que postula uma “verdade sobre o sexo” e produz corpos sexuados. O funcionamento desse dispositivo se faz de acordo “com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder”; ele constrói “uma extensão permanente dos domínios e das formas de controle”; nele, o que importa são “as sensações do corpo, a qualidade dos prazeres, a natureza das impressões”; sua relação com a economia se faz por meio “de articulações numerosas e sutis, sendo o corpo a principal – corpo que produz e consome”.¹⁷ Este dispositivo sublinha o corpo como uma categoria discursiva, histórica e socialmente construída, que deve estabelecer um alinhamento com as normas regulatórias sobre o sexo.

Para Butler, tais normas “trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual”.¹⁸ Segundo Louro,¹⁹ vale dizer que a matriz heterossexual, em seu processo de produção e reiteração, fundamenta-se na continuidade e coerência da lógica binária para instituir sobre os sujeitos os limites de suas práticas, no qual todos/as fora dessa ordem são impensáveis e ininteligíveis. Assim, determina-se as sexualidades “anormais” e “desviantes”, as práticas e desejos sexuais que não se enquadram na organização “heteronormativa” da sociedade.

A heteronormatividade é entendida aqui, seguindo Richard Miskolci²⁰, como um conjunto de disposições sociais que visa regular e controlar os sujeitos, e não apenas aqueles que se encontram legitimados e normatizados na sua lógica fundamental (a continuidade sexo/gênero/sexualidade), com a finalidade de instituir a heterossexualidade como padrão de organização coerente, superior e ‘natural’. Ou seja, também no interior das ditas “minorias sexuais” as normas agem estabelecendo modelos pautados em outros marcadores sociais, como raça, etnia, nacionalidade, religião ou classe, que não se encontram desvinculados da sexualidade.

¹⁷ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I*, p. 116.

¹⁸ BUTLER, Judith. *Corpos que pesam*, 155.

¹⁹ LOURO, Guacira Lopes. O “estranhamento” queer. In: STEVENS, Cristina M. T.; SWAIN, Tania N. (orgs.). *A construção dos corpos: perspectivas feministas*. Florianópolis: Mulheres, 2008.

²⁰ MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, ano 11, nº 21, Porto Alegre, jan./jun. 2009.

A *G Magazine*: produção de sentidos e significados

Para análise das fontes utilizo algumas técnicas da Análise do Discurso (AD) que destina-se à compreensão da produção de sentidos e significados em um determinado texto, não obstante ressalto que, nesta pesquisa, a aplicação dos dispositivos da AD se delimita em procedimentos, termos e conceitos que possibilitam a abordagem e análises dentro de uma perspectiva bem definida, a da História.

Dessa forma, seguindo Eni Orlandi²¹, a análise dos discursos selecionados na revista *G Magazine* se sustenta a partir do entendimento das condições de sua produção, que demonstram seu funcionamento, sua relação com os sujeitos, com a situação e contexto sócio-histórico (ideológico) em que foram produzidos. Conforme a análise das condições de produção dos discursos é possível evidenciar suas relações com outros tantos produzidos antes, anunciando o “Interdiscurso”, que é “memória discursiva” – “[...] o saber discursivo, que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”.²² Os interdiscursos se agrupam em uma formação discursiva que abarca o sujeito, que ocupa uma posição para que o seu dizer faça sentido, produza efeito.

Procuro compreender as “práticas discursivas” e a produção de “sentidos” que se mobilizam na construção de gênero, corpo e sexualidade, desejo e prazer, a produção e instituição de modelos e valores sociais aceitáveis e idealizados, ao mesmo tempo instituindo aqueles que não integram os regimes de verdade estabelecidos, como “estranhos” e “anormais”.²³

Neste sentido, a análise discursiva desenvolvida neste trabalho parte do entendimento dos lugares de produção dos discursos e daqueles a quem se direcionam, no sentido de detectar a formação imaginária em que estão inseridos, o modo pelo qual são construídos, suas intenções e suas interferências e atuação na produção de significados.

Ainda, faço uso dos recursos teórico-metodológicos do imaginário e das representações sociais, que orientam a análise das revistas não como registros fiéis da realidade, mas como práticas sociais que atuam de acordo com determinadas condições de produção.

²¹ ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1999.

²² ORLANDI. *Análise de Discurso*, p. 31.

²³ Considero o *sentido* como “uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo”, em que as pessoas – de acordo com as relações sociais histórico-culturais específicas – “constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta”. E as *práticas discursivas* dizem respeito às “maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas”. (SPINK, Mary. J.; MEDRADO, Benedito. Produção de Sentido no Cotidiano. In: SPINK, Mary Jane (org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas*. Rio de Janeiro: Centro edelstein de pesquisas sociais/edição virtual, 2013, p. 22 e 26).

Para Baczko²⁴, por meio dos imaginários sociais, uma coletividade é capaz de constituir sua identidade, elaborar representações e estabelecer a distribuição de papéis que serão desempenhados por seus integrantes. O imaginário auxilia na compreensão dos sentidos e significados veiculados pela revista, e dos valores e ideais simbólicos construídos para os *gays* no Brasil. Conforme Tânia Swain, na medida em que define estereótipos e paradigmas, incorporados e normatizados socialmente, o imaginário, por meio de diversas linguagens, atua de maneira preponderante e “atravessa obliquamente as formações sociais, penetrando todos seus meandros, em todos os níveis, todas as classes sociais – inter-classe – modelando conjuntos/pacotes de relações sociais hegemônicas, cuja duração compreende maior ou menor lapso de tempo”.²⁵ A análise histórica, a partir da perspectiva do imaginário, permite verificar tanto a preservação das significações correntes, quanto os deslocamentos, as mudanças que possibilita a criação de novos sentidos e implantação de novas práticas. Swain indica que o imaginário atua em duas vertentes, “o da paráfrase, a repetição do mesmo sob outro invólucro; e o da polissemia, na criação de novos sentidos, de um deslocamento de perspectivas que permite a implantação de novas práticas”.²⁶

As representações sociais possibilitam na percepção de como o imaginário elaborado através das práticas discursivas da revista se verifica como um campo constitutivo do real para os atores sociais a que está ligado, nesse caso os *gays*. Por Representações Sociais entende-se, seguindo a acepção de Denise Jodelet, como “uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”.²⁷ São, neste sentido, “um processo de apropriação da realidade exterior pelo pensamento, assim como a consequente elaboração mental dessa realidade”.²⁸ Acredito que a noção de representações sociais possibilita refletir, a partir das fontes, os mecanismos discursivos que buscam significar a realidade em seus aspectos individual e social. As representações sociais, conforme Jodelet, “nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva”.²⁹ Ainda, nesta perspectiva, procuro perceber como

²⁴ BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi* (Anthropos-Homem). v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985.

²⁵ SWAIN, Tânia Navarro. "Você disse imaginário?". In: SWAIN, Tânia Navarro. (org.). *História no Plural*. Brasília: Edunb, 1994, p. 49.

²⁶ SWAIN. "Você disse imaginário?", p. 52.

²⁷ JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise. (org.) *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001, p. 22.

²⁸ ULHÓA PIMENTEL, Helen. *Casamento e sexualidade: A construção das diferenças*. Florianópolis: Mulheres, 2012, p. 39.

²⁹ JODELET, Denise. Representações Sociais, p. 17.

elas circulam nos discursos analisados, como são trazidas pelas palavras e se cristalizam em condutas e organizações materiais e espaciais.

Partindo desses pressupostos, neste texto apresento algumas considerações referentes à *G Magazine* que, em sua estrutura editorial um conjunto diversificado de discursos.³⁰ 1) Nos ensaios analisados, percebe-se que as imagens, predominantemente com homens másculos, brancos, jovens, musculosos, viris com pênis de tamanhos e espessuras avantajadas (alguns somente na descrição), apontam para a essencialização e padronização do desejo e do prazer dos *gays* e de suas práticas sexuais; uma valorização do pênis, muitas vezes descrito como “dote”, associando o sucesso do prazer aos seus, no mínimo, 19 cm, não encontrei nos ensaios descrições que fossem inferiores a essa medida, ainda que a imagem, nitidamente, “diz outra coisa”. 2) A revista (re) produz valores e padrões sobre os corpos e órgãos do desejo, reafirmando a virilidade como mecanismo de classificação e hierarquização de identidades, em muitos ensaios os modelos aparecem segurando em armas ou outros objetos de “instrumentalização do poder” que, ligados aos pênis eretos, acabam por estabelecer uma relação entre os objetos de violação e os do prazer. 3) Vários discursos produzem significados relacionados à saúde, beleza, consumo e comportamentos que buscam forjar valores e padrões ideais a serem seguidos pelo público, no qual categorias de raça, etnia e classe se interligam a de gênero e sexualidade nos sistemas de normatização, conforme foi possível observar na vinculação de propagandas de roupas; ambientes voltados para sua sociabilidade – como restaurantes, saunas, bares, boates etc.; produtos higiene pessoal, de necessidades domésticas, entre outros. 4) Por fim, evidencia-se as subversões e os desvios aos regimes normativos presentes na revista e quais os lugares a eles reservados, ora nos silêncios, ora em discursos de pouco destaque em alguma de suas páginas.

Com essas breves considerações tenho como propósito destacar as possibilidades da revista *G Magazine* como um veículo de (re) produção de subjetividades dos *gays* no Brasil a partir do final dos anos de 1990.

Considerações finais

A partir dos anos 1990 ocorreram várias mudanças sócio-culturais no âmbito das sexualidades dissidentes no Brasil, o que acaba por proporcionar a emergência e a circulação de diversos discursos sobre gênero, sexo, corpo e sexualidade, ligados a esses indivíduos, trata-se de práticas discursivas construídas na relação entre saber e poder. Assim, essas práticas procuram criar

³⁰ As considerações analíticas que apresento neste texto referem-se às edições da *G Magazine*: ed. 22, julho/1999; ed. 72, setembro/2003; ed. 77, fevereiro/2004.

padrões e valores concernentes aos desejos, afetos e comportamentos pautados em sistemas de normatização hierárquicos e classificatórios. Perceber o processo histórico de construção dos arranjos que criam sistemas de classificações pautados em regimes de normatização, bem como os mecanismos utilizados para reiterar sua lógica, pode contribuir para desmontá-lo. Por isso a importância em investigar os jogos de poder que perpassam a formação do *gay* enquanto sujeito, os padrões que procuram criar categorias coerentes e estáveis, como também verificar as subversões aos modelos estabelecidos, as práticas e os corpos que escapam aos “regimes de verdade” produzidos. Esta perspectiva torna possível desestabilizar o sistema que produz hierarquias identitárias e “marginaliza” aqueles que não se enquadram nas normas, o que pode significar desnaturalizá-lo e/ou desconstruí-lo.

A coluna de Alceu Novais e a educação do corpo feminino em Uberaba no início do século XX

Igor Maciel da Silva

Graduado em Educação Física
Universidade do Estado de Minas Gerais
deigorparalaboratorios@gmail.com

Ana Claudia Avelar

Mestranda em Educação
Universidade Federal de Minas Gerais
avelar_anaclaudia@yahoo.com.br

Resumo: Objetivamos neste texto apresentar as considerações do professor Alceu Novais, presentes no periódico *Lavoura e Commercio* (Uberaba, 1933), sobre o movimentar-se feminino. Para tal, foi empregado o uso de fontes primárias coletadas na Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa (Belo Horizonte, Minas Gerais). A discussão se fundamentou em referências que dizem sobre o processo de urbanização no país e seus reflexos na educação dos corpos citadinos, e também as que dizem respeito a história do esporte feminino.

Palavras-chave: Educação do corpo feminino, Imprensa, Uberaba.

Introdução

A experiência da urbanização no Brasil fez com que o corpo no início do século XX estivesse na centralidade dos discursos de ciência e modernização¹. Transitar sobre a cidade neste recorte exigia comportamentos diferentes dos hábitos considerados “sujos” vindos do século XIX².

A urgência de civilizar o país, modernizá-lo, espelhá-lo nas potências industriais e inseri-lo no mercado de capitais redefine hábitos, atitudes e comportamentos de homens e de mulheres na medida em que modificam-se, também, a oferta de serviços e produtos, as possibilidades de trabalho e de divertimento.³

Segundo Gumbrecht⁴, “quem opera com conceitos como os de modernidade e modernização [...] não pode deixar de confrontar-se com o fato de uma sobreposição “desordenada” entre uma série de conceitos diferentes de modernidade e modernização”.

¹ MELO, Victor Andrade de. Desejo de velocidade: o automóvel, o automobilismo e a educação da sensibilidade moderna no Brasil da transição dos séculos XIX e XX. In: Sentidos e sensibilidades: sua educação na história/ Marcus Aurélio Taborda de Oliveira (Org.). – Curitiba: Ed. UFPR. 2012. 180 p. P. 127-148.

² SILVA, Igor Maciel da; MAYOR, Sarah Teixeira Soutto. As normativas da imprensa periódica em meados do século XIX: diálogos entre Minas Gerais e Pernambuco na regulamentação de práticas e costumes das “horas vagas”. In: ANAIS DO V CONGRESSO SUDESTE DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. Lavras, 2014. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/5sudeste/lavras/paper/viewFile/6256/3193> Acessado em 24 fev. 2016.

³ GOELLNER, Silvana Villodre. A educação física e a construção de imagens de feminilidade no Brasil dos anos 30 e 40. Revista Movimento – Ano VII- n. 13 – 2000/2, p.63.

⁴ GUMBRECHT. 1998, p.9 apud Dias, Cleber. Esporte e cidade: balanços e perspectivas. Revista Tempo, vol. 17 n. 34. Jan-Jun, 2013: 33-44, p.14. Disponível em <http://www.historia.uff.br/tempo/site/wp-content/uploads/2013/06/v17n34a04.pdf> Acessado em: 3 out. 2015.

Deste modo, citamos o período intitulado modernidade como um novo ciclo na história, representado por eventos que requereram novas sensibilidades. Como afirmou Dias (2013), modernidade "é o resultado de um extenso e eclético conjunto de experiências sociais, que alteraram de maneira radical formas e estilos de pensamento, teorias e epistemologia, inauguraram novas crenças e convicções"⁵, que de certo modo "transfiguraram os sujeitos através de seus corpos"⁶.

Ressaltamos que concordamos com os estudos de Gomes (2011)⁷ e Melo (2013)⁸, em que dizem sobre o entendimento do conceito de modernidade não resumido as experiências eurocêntricas; compreendendo que o regional não se desintegra de experiências de caráter mais amplos, nacionais, e sim, formata toda o acontecimento dito moderno de uma sociedade.

Silva (2012)⁹, diz que o processo de modernização da sociedade brasileira no início do século XX "muda a relação do indivíduo com o espaço em que ele vive. A vida torna-se mais pública e esse espaço palco de novas experiências que, oriundas das transformações sociais do período, muitas vezes, possuem um forte apelo educativo".

Sobre a experiência de modernidade em Belo Horizonte (Minas Gerais), Cunha (2008)¹⁰ apresenta o fato de a imprensa ter fomentado a disseminação dos novos hábitos e práticas que se desejavam aos corpos cidadãos. Cita que os esportes foram prescritos para tal propósito:

É na centralidade do corpo como objeto de intervenção que estratégias foram construídas e instituídas para educar sentidos e comportamentos. Uma delas foi o esporte, que apareceu como um forte elemento nos discursos de instauração e desenvolvimento da modernidade na capital. O desejo de modernizar-se perpassava a necessidade de prática e de presença nos momentos destinados ao esporte, seja ele profissional ou amador.

Goellner (2005)¹¹, relata de um país na virada do século XIX para o XX, motivado por "novas tecnologias, urbanização das cidades, mão-de-obra imigrante e manifestações operárias";

⁵ GUMBRECHT. Esporte e cidade, p. 13-14.

⁶ VAGO, Tarcísio Mauro. Cultura escolar, cultivo de corpos: a gymnastica como prática construtiva de corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920), 2000. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602000000200009 Acessado em 25 dez. 2015.

⁷ GOMES, Christianne Luce. Estudos do lazer e geopolítica do conhecimento. Licere, v. 14, n. 3, p. 1-26, 2011. Disponível em: <https://seer.lcc.ufmg.br/index.php/licere/article/view/489> Acessado em 1 maio 2016.

⁸ MELO, V. A. de. Sobre o conceito de lazer. Sinais Sociais, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 23, p. 16-35, set./dez. 2013.

⁹ SILVA, Luciano Pereira da. Em nome da modernidade: uma educação multifacetada, uma cidade transmutada, um sujeito inventado (Montes Claros, 1889-1926). Tese - (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, 2012.

¹⁰ CUNHA, Luciana Bicalho da. A imprensa periódica como fonte para a educação do corpo. In: V Congresso Brasileiro de História da Educação, Aracaju. In: Anais – V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2008. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/289.pdf> Acessado em 02 jan. 2016.

¹¹ GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazer história. Revista Pensar a Prática, v.8, n° 1, 2005. Disponível em <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/106/2275> Acesso em 14 março 2015.

uma série de acontecimentos outros que diziam da “experimentação de novas possibilidades culturais”. Segundo a autora, os exercícios físicos ocuparam lugar destacado na educação dos corpos no Brasil. Mas, pode-se dizer que para corpos femininos e masculinos foram geradas expectativas diferentes?

Para a autora, “a prática esportiva é identificada como impulsionadora da modernização da mulher e da sua auto-afirmação na sociedade e, pelo seu contrário, como de natureza vulgar que a aproxima do universo da desonra e da prostituição”¹².

O corpo da mulher no século XX foi retratado pela sociedade e pela imprensa, em experiências que o remeteu ao cuidado. Dimensão importante para a perpetuação da espécie. A mulher do lar e a representação da mulher-mãe são iconografias elementares neste recorte. Silvana Goellner (2000) afirma que, a mulher neste recorte precisava “ousar sem com isso, esquecer de preservar suas virtudes, suas características gráceis e feminis nem abandonar o cumprimento daqueles deveres que, ao longo da existência, lhe foram designados: o cuidado com o lar e a educação dos filhos”¹³.

Sobre a experiência de modernidade em Uberaba, sabe-se que:

por causa da sua situação de entreposto comercial obrigatório entre Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro, foi considerada como ponto de referência simbólico e geográfico para toda a região do Triângulo Mineiro, a “Princesa do Sertão”, como era conhecida; lugar de intermediação entre a modernidade civilizada do litoral e a ruralidade atrasada do sertão. No início dos anos 20, quando jovens de Anápolis [Goiás] estavam interessados em praticar o futebol, era até Uberaba que viajavam para comprar bolas, chuteiras e uniformes.¹⁴

O time de futebol local, Uberaba Esporte Clube, foi considerado o primeiro de Minas Gerais a enfrentar os times de São Paulo¹⁵. O que denota destaque ao mesmo, pois São Paulo já tinha seu destaque capital/comercial/esportivo e cultural neste momento¹⁶. Além de serem citados no trabalho de Silva e Lima (2016)¹⁷, os investimentos na infraestrutura local para receber os times do Estado vizinho.

Outras experiências, envolvendo o corpo, perpassaram este recorte na sociedade mineira certamente. Cabe a nossa reflexão apontar os exercícios físicos como uma das principais

¹² GOELLNER. A educação física e a construção de imagens de feminilidade no Brasil, p.62.

¹³ GOELLNER. A educação física e a construção de imagens de feminilidade no Brasil, p.62-63.

¹⁴ DIAS, Cleber. Primórdios do futebol em Goiás, 1907-1936. Revista de História Regional 18(1): 31-61, 2013, p.39. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/4000> Acesso em: 30 abril 2015.

¹⁵ SILVA, Igor Maciel; LIMA, Cássia Danielle Monteiro Dias. A bola rolando no “Triângulo”: apontamentos sobre a história regional do futebol no Triângulo Mineiro e seus diálogos com São Paulo no início do século XX”. In: Revista Vozes Pretérito e Devir. 5ª edição, Universidade Federal do Piauí, 2016. Disponível em: <http://revistavozes.uespi.br/ojs/index.php/revistavozes/article/view/97/110> Acesso 9 jun. 2016.

¹⁶ SANTOS, Ricardo Pinto dos. Comemorando o Brasil: que Brasil? In: SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia; MELO, Victor Andrade de. 1922: celebrações esportivas do centenário. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012a, p.163-182.

¹⁷ SILVA; LIMA. A bola rolando no “Triângulo”, 2016.

prescrições para a educação destes. Entretanto, sabemos que a negação do movimento ou dos corpos considerados não modernos se relaciona diretamente com o que aqui consideramos como educação do corpo.

Antes que nos comprometamos em assumir um conceito para educação do corpo, falamos aqui de um corpo social¹⁸. Ou seja, falar de educação do corpo é falar dos instrumentos doutrinadores da vida em sociedade, de um conjunto complexo e multifatorial de discursos que a fim de civilizar corpos, o *domesticaram*¹⁹.

Ressaltamos que quando estudamos a história do corpo estamos em busca de mediações. Taborda de Oliveira e Alexandre Vaz (2004)²⁰, citam mediações como as marcas que os corpos (sociais) deixam, não são tão claras como as outras categorias de linguagem. O que reflete, por exemplo, nos “resultados” das pesquisas das ciências sociais, dialogando diretamente com o entendimento de Santos (2010)²¹, ao dizer que as conclusões das ciências sociais são sempre subjetivas, ao passo que as ciências exatas e biológicas se representam de forma mais objetiva, “concreta”.

Isto posto, trazemos como objetivo central a análise da coluna do “cintilante jornalista sr. Professor Alceu de Souza Novais, nome sobejamente conhecido e acatado no nosso meio intelectual, dono de um brilhantíssimo espírito e de poliforme e invejável cultura”²², presente em alguns números do periódico *Lavoura e Commercio* (Uberaba, 1933); apresentando como este se preocupou com a educação do corpo feminino através da prescrição de exercícios físicos.

A coluna de Alceu Novais

Antes de iniciarmos a análise das prescrições de Alceu Novais, faz-se importante emprendermos a apresentar o periódico analisado e quem seria o jornalista que teria seu nome anunciado com tantas honrarias nos números referentes ao ano de 1933 do *Lavoura e Commercio*.

O periódico *Lavoura e Commercio* foi “fundado no ano de 1.899 em Uberaba, por um grupo de produtores rurais insatisfeitos com a política fiscal do Estado”. Sua primeira edição data de “06

¹⁸ Ver SOARES, Carmen Lúcia. Notas sobre a educação no corpo. In: Educar, Curitiba, n. 16, p. 43-60. 2000. Editora da UFPR

¹⁹ Apoiados em MORENO, Andrea et al. Notícias do Minas Gerais: Rastros da Educação do corpo na Escola Normal Modelo da Capital (Belo Horizonte, 1906-1930). In: V CONGRESSO DE ENSINO E PESQUISA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2009. Disponível em: http://www.congressods.com.br/vcopeche/images/trabalhos/7.institucoes_educacionais_e_ou_cientificas/2.Andrea%20Moreno.pdf Acesso em 20 março 2016.

²⁰ OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. A educação do corpo: teoria e história. Revista Perspectiva, Florianópolis, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/10335/9600>. Acesso em: 28 abr. 2015.

²¹ SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010

²² Lavoura e commercio. Uberaba, 27 set. 1933, n. 6407, p.2.

de julho de 1899, perdurando por 104 anos ininterruptos”. Sua última edição foi impressa em 27 de outubro de 2.003. Seu lema era “se o Lavoura não deu, em Uberaba não aconteceu”²³.

Alceu Novais, uberabense, nascido em 1886, foi membro do *Conselho de Instrução do Estado de Minas Gerais* e um dos fundadores beneméritos do *Sanatório Espírita de Uberaba*. Sua escrita esteve presente no periódico *A Flama Espírita*, o primeiro em Uberaba a ser referir a doutrina. Também contribuiu para outros periódicos locais, como o que referenciamos neste texto.

Vidal e Filho (2005) recortam um texto de Alceu Novais – *Cem anos de ensino e a Revolução ‘coperquiana’* – para enunciarem que ele almejava uma escola onde a relação entre professora e estudantes fosse amistosa, o que facilitaria o aprendizado: “as crianças aguardam ansiosas a chegada da professora que, risonha e gentil, recebendo e retribuindo os cumprimentos, sente que é o centro de atração daquele pequeno mundo”²⁴.

No texto inaugural de sua coluna no periódico *Lavoura e Commercio, Os Desportos*, diz que “ao mesmo tempo que o esporte desvia os jovens da madraçaria, faz nascer o espírito da camaradagem, serve para sublimação dos impulsos”, corroborando com os ideias de saneamento dos hábitos vigentes, que fez da prática desportiva motivo para cultivar os corpos com “alegria e sentido de saúde”²⁵ para servir à nação.

Afirmou que é pelas mulheres “que devemos começar a educação do homem”, pois só assim proles saudáveis estariam garantidas. E ainda, que na cidade, “as dezenas de jogos com balões, as corridas, etc. viriam como complemento ao foot-ball, que exigem músculos novos e vigorosos e que não se presta as mulheres”²⁶.

Às mulheres aconselha a gymnastica²⁷. Contudo, interpreta sua prática como sem atrativos, árida. Seus repetidos movimentos uniformes como algo danoso, sem muita utilidade para que se atraíssem pela prática: “esses exercicios, que ainda se praticam por ai, si bem que possam prestar bons serviços, quando adotados como complementares, conservam dos jogos apenas o esforço físico, perdendo todo o seu encanto”²⁸.

Alceu nos parece ser um crítico ao modelo de higienização social deste recorte. A fonte supracitada contrapõe-se a ambiência feita, em que se sabe que a prática da ginástica foi considerada fator elementar para a educação física das crianças e “racionalização do social”, desde 1906, quando

²³ Disponível em <http://www.codiub.com.br/lavouraecomercio/pages/main.xhtml> Acessado em 19 março 2016.

²⁴ NOVAIS s/a apud VIDAL, Diana Gonçalves; FILHO, Luciano Mendes Faria. As lentes da História: estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados. 2005.

²⁵ NOVAIS, Alceu de Souza. *Lavoura e Commercio*, Uberaba, 27 set. 1933, n. 6407, p.2.

²⁶ NOVAIS. *Lavoura e Commercio*, Uberaba, 27 set. 1933, n. 6407, p.2.

²⁷ As ginásticas chegam ao Brasil, a partir da circulação dos métodos europeus. Os principais métodos que a historiografia cita como os que aqui chegaram são o Alemão, Francês e o Sueco. Mais informações ver SOARES, Notas sobre a educação no corpo, 2000.

²⁸ NOVAIS. *Lavoura e Commercio*, Uberaba, 30 set. 1933, n. 6409, p.2.

foi aderida à prática de exercícios físicos pela *Reforma do Ensino de 1906*²⁹, e no contínuo das implementações do *Reforma Francisco Campos de 1931*, que também teve parágrafos exclusivos para as práticas³⁰.

Vago(2000), conta que as duas primeiras décadas do século XX foram permeadas por discursos que fizeram da educação escolar forma de educação das crianças, principalmente as pobres. A escola corroboraria com os discursos racistas e higienistas que circulavam no país, que “pressupunha um movimento que combinava a destruição dos hábitos e das maneiras culturalmente aprendidos pelas crianças e a imposição de condutas e práticas corporais autorizados pelas representações estéticas vigentes”³¹. Assim, ao falar do ensino em Belo Horizonte, conta que a inserção da ginástica,

nas práticas de escolas primárias fundamentou-se, dentre outras razões, na crença em suas possibilidades de transformar os corpos das crianças, representados como raquíticos, débeis e fracos, em desejados corpos saudáveis, belos, robustos e fortes. Esperava-se dela uma participação decisiva no processo de constituição de corpos infantis.³²

Cabe ressaltar que a prática da ginástica, apoiada nos métodos europeus, direcionou o método sueco às meninas, e aos meninos coube principalmente o ensino de marchas e evoluções militares, apoiado no método francês (VAGO, 2000)³³.

Retomada as prescrições de Alceu, este diz que a prática da ginástica rítmica deve ser mais cultivada do que a da ginástica alemã. Segundo o colunista, o método alemão, “age sobre um grupo especial de músculos, produzindo uma fadiga local, em vez de fadiga generalizada, que se deve procurar”³⁴.

Na crítica que faz a “ginástica de quarto”, considera-a “exaustiva, junto à sensibilidade dos exercícios – o ar confinado e a falta de recreio para a vista”³⁵. Segundo suas pesquisas, este método pode romper os vasos sanguíneos, “com grande perigo de vida”³⁶.

No contínuo da nota afirma que “a corrida, os saltos e os jogos” devem ser praticados em grupo, para jogos “alegres e vividos. Diz que os jogos prendem a mocidade e aos campos de esportes acorrem todos. Depois do impulso dado, cada um procurará espontaneamente os exercícios ginásticos de que tiver necessidade para fortalecer determinados músculos”³⁷.

²⁹ VAGO, Cultura escolar, cultivo de corpos, 2000.

³⁰ Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto%2019.890-%201931%20reforma%20francisco%20campos.htm Acessado em 20 março 2016.

³¹ VAGO. Cultura escolar, cultivo de corpos, p.5.

³² VAGO. Cultura escolar, cultivo de corpos, p.9.

³³ Referenciando seus estudos sobre Belo Horizonte.

³⁴ NOVAIS. Lavoura e Commercio, Uberaba, 30 set. 1933, n. 6409, p.2.

³⁵ NOVAIS. Lavoura e Commercio, Uberaba, 30 set. 1933, n. 6409, p.2.

³⁶ NOVAIS. Lavoura e Commercio, Uberaba, 30 set. 1933, n. 6409, p.2.

³⁷ NOVAIS. Lavoura e Commercio, Uberaba, 30 set. 1933, n. 6409, p.2.

Ou seja, o exercício ginástico foi apresentado como complemento e não como preferência para o cuidado com o corpo, indicando a prática para ambos os sexos. Entretanto, Alceu nos parece não contrapor os ideais segregacionistas presentes na prática da ginástica como um todo.

No texto *Ginastica e Puberdade*, comenta que “os jogos e a ginastica sem exageros, feita de ritmo, de harmonia e de graça, exercem sobre o organismo feminino a mais decidida e benéfica influencia, maximé na fase péri-pubertaria”³⁸, e que:

Quando as formas da menina se vão acentuando, quando passa rapidamente da alegria ruidosa á tristeza dolorida; quando se distrai e se põe abstrata, ensimesmada, alheia ao mundo, então é a hora solene da grande transformação da menina em mulher, fato que certos povos solenizam com poeticos rituais. Nessa ocasião, idade ingrata de uns fisiologistas, é necessario “substituir-se a consumpção intelectual na literatura de cordel, pela euforia dos movimentos amplos, ageis e euritmicos”³⁹.

“Os fisiologistas reconhecem no movimento um dos meios mais eficazes e uteis para o auxilio dessa transição do organismo humano”, e defendem alguns benefícios dos exercícios ao corpo das adolescentes, afirma Alceu Novaes. Dentre os benefícios elenca o “aperfeiçoamento geral da atividade do corpo, sempre sujeito a deformações na fase de crescimento”, o que era de considerável valor, pois a prática dos exercícios físicos era destinada a um proposito principal: “perpetuação das espécies”⁴⁰, e as meninas, futuras mães deveriam ter hábitos condizentes com esta função natural e esperada.

Em *Ginastica Analítica x Sintética* apresenta o melhor tipo de ginástica para os sexos. Têm mais efeito sobre o corpo enfraquecido e feminino a do tipo terapêutica e ortopédica, denominada ginástica analítica: “forja o colete muscular, muito superior aos de barbatana, e aos artificios dos soutiens”, além dos exercícios serem levados a cada grupo muscular, “conforme os efeitos que se procura obter”, pois “todo o corpo trabalha em detalhe”⁴¹.

Prescreveu as pessoas mais fortalecidas a ginástica sintética, ou profilática e higiênica: “acelera as pulsações cardíacas e os movimentos respiratórios”. E diz que no esporte se dá a somatória das duas ginásticas, analítica e sintética, o que pela prática tomará forte e sadio os corpos de homens e mulheres⁴². Mais uma vez defendendo a prática das modalidades esportivas como opção de destaque.

A popularidade dos esportes no início do século XX, segundo Goellner (2000)⁴³, cabe também ao fato de que:

³⁸ NOVAIS. Lavoura e Commercio, Uberaba, 11 out. 1933, n. 6018, p.2.

³⁹ NOVAIS. Lavoura e Commercio, Uberaba, 11 out. 1933, n. 6018, p.2.

⁴⁰ NOVAIS. Lavoura e Commercio, Uberaba, 11 out. 1933, n. 6018, p.2.

⁴¹ NOVAIS, Alceu de Souza. Lavoura e Commercio, Uberaba, 28 ou. 1933, n. 6032, p.2.

⁴² NOVAIS, Alceu de Souza. Lavoura e Commercio, Uberaba, 28 ou. 1933, n. 6032, p.2.

⁴³ GOELLNER. A educação física e a construção de imagens de feminilidade no Brasil, 2000.

O esporte contém um forte componente emocional ao mexer com sentimentos nem sempre passíveis de serem controlados. Sua dimensão aventureira, mobiliza paixões e energias tanto em quem pratica como em quem observa e assiste, despertando sensações e desejos. Pletora de emoções que deleitam e assustam, algumas vezes, desestabilizando o que haveria de estabilizar.⁴⁴

A autora prossegue dizendo que o caráter de imprevisibilidade “inerente a prática esportiva permitiu interpretações distintas com relação a participação feminina, oscilando entre proibição e o irrestrito apoio”⁴⁵ neste recorte. Em outra pesquisa sobre a presença das mulheres nos esportes em Uberaba, Silva (2015)⁴⁶, percebeu que as experiências que desencadearam a prática feminina iniciaram de forma não prática, organizando eventos nos clubes recreativos cidadão e na torcida das partidas de futebol⁴⁷.

No contínuo das experiências esportivas femininas prescritas pelo periódico *Lavoura e Commercio*, para além da análise da coluna do professor Alceu Novais, percebe-se que se sugeriu principalmente as práticas que compreenderam o âmbito escolar/acadêmico, incluindo as modalidades cestobol e voleibol⁴⁸.

Para além da ginástica para as mulheres, Alceu Novais, aconselha a “dansa”. Porém, alerta que elas “acordam os apetites e dão satisfação a impulsos que deveriam ser sublimados em atos generosos” e que o mais aconselhável é “a danza clássica, pois promove ao mesmo tempo a educação dos músculos e dos nervos, e é sem dúvida, entre os exercícios praticados pela mulher, um dos mais antigos submetidos a uma regra prática”⁴⁹.

“Cada um faz sózinho suas evoluções, pelo menos sem contatos suspeitos”. Até “Isadora Duncan”⁵⁰ provou que a dança clássica ao ar livre tem uma elevada função educativa e é um dos maiores fatores da regeneração plástica”.⁵¹ O que vai contra a promoção dos “bailes dançantes” nos clubs recreativos vigentes na cidade.⁵²

⁴⁴ GOELLNER. A educação física e a construção de imagens de feminilidade no Brasil, p.64.

⁴⁵ GOELLNER A educação física e a construção de imagens de feminilidade no Brasil, p.64.

⁴⁶ SILVA, Igor Maciel da. “Nem tudo que faz “gol” é homem: a história esportiva das mulheres de Uberlândia (A Tribuna, 1923-1944)”. Seminário América Latina: cultura, história e política. Uberlândia, 18-21 maio 2015. Editora Pueblo, 2015, p.1-11. Site: <http://seminarioamericalatina.com.br/wp-content/uploads/2015/07/Nem-tudo-que-faz-%E2%80%99Gol%E2%80%99D-%C3%A9-homem-a-hist%C3%B3ria-esportiva-das-mulheres-de-Uberl%C3%A2ndia-A-Tribuna-1923-1944-Igor-Maciel-da-Silva.pdf>. Acessado em 5 maio 2016.

⁴⁷ SILVA; LIMA. A bola rolando no “Triângulo”, 2016.

⁴⁸ SILVA, Igor Maciel. As “flores do sertão” em campo: análise histórica da relação mulher e esporte, narrando os casos de Uberaba e Uberlândia (1909-1944). Revista Temporalidades, v. 7, p. 275-284, 2015. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/19p1.pdf> Acesso em 9 jun. 2016.

⁴⁹ NOVAIS. *Lavoura e Commercio*, Uberaba, 6 nov. 1933, n. 6039, p.2.

⁵⁰ Bailarina, natural dos Estados Unidos da América, precursora do estilo de Dança Moderna, contestou os movimentos fixos do balé clássico, inspirando sua coreografia em movimentos livres, associados aos movimentos naturais, dançando descalça e apenas com uma túnica de seda cobrindo o corpo. Disponível em <http://www.arte.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=102#moderna> 30 abril 2015.

⁵¹ NOVAIS. *Lavoura e Commercio*, Uberaba, 6 nov. 1933, n. 6039, p.2.

⁵² Sobre a presença dos bailes dançantes em Uberaba ver: LAVOURA E COMMERCIO. Uberaba, 23 dez. 1933, n.6084, p.4.

Agrega a pratica da dansa “a expansão dos nossos sentimentos, usada como descarga nervosa reconduzindo o organismo no equilíbrio”⁵³. Contudo, desaconselha que seja uma prática de simples diversão e encontro, segundo a nota. Termina com o seguinte dizer: “praticuem ás moças a ginastica rítmica, as dansas helênicas, e também o cestobol e a natação, exercicios que farão, mais tarde, a mulher de maternidades fáceis e de belos filhos. Mas não se esgotem prematuramente nos bailes”⁵⁴.

Sobre a natação, é notório destacar que esta modalidade não pareceu ter muitas adeptas em Uberaba. A análise de uma reportagem do periódico *A Tribuna* (Uberlandia)⁵⁵ citou a existência de um poço no âmbito de um sanatório em Uberaba, ou comumente referenciado como *Santa Casa de Misericórdia*.

O poço foi celebrado pela imprensa local como um investimento esportivo. No entanto, sabe-se que o uso de um poço no âmbito clínico faz alusão aos tratamentos da balneoterapia, em que banhos de imersão foram usados para tratamentos psiquiátricos principalmente. Deste modo é forçoso convir que o poço possa ter sido realmente um aparelho esportivo de destaque na cidade. Resta a dúvida de o porquê de a imprensa fazer alusão ao poço como de uso para a finalidade esportiva.

Talvez por questões políticas, ou mesmo de disputas na constituição do campo esportivo da região do Triângulo Mineiro, qual Uberaba é uma das cidades inclusas na região, vale dizer que a cidade vizinha, Uberlândia na primeira metade do século XX se destacou nos investimentos do esporte natatório pelo fato de ter um rio e um clube (*Praia Club*) para as práticas da natação, inclusive, este clube foi considerado na pesquisa de Silva (2015)⁵⁶, como de fator elementar para a prática da natação feminina na cidade, e também sediou as primeiras competições da modalidade pelas cidadinas.⁵⁷

Considerações

Entender que a imprensa de Uberaba inferiu nos modos das cidadinas em prol da função qual foram direcionadas no início do século XX, é basilar para enxergarmos qual corpo foi proferido. Falar de educação do corpo é pensar nas fronteiras que a ciência quis impor ao movimento através de uma matriz disciplinar; das pedagogias criadas para o controle das fronteiras

⁵³ NOVAIS. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 6 nov. 1933, n. 6039, p.2.

⁵⁴ NOVAIS. *Lavoura e Comercio*, Uberaba, 6 nov. 1933, n. 6039, p.2.

⁵⁵ A tribuna. Uberlandia, 15 jul. 1943, n. 1691, p.3.

⁵⁶ SILVA. *As “flores” do sertão*, 2015.

⁵⁷ SILVA. *As “flores” do sertão*, 2015.

do corpo⁵⁸, em prol da modernidade que um tempo proferiu. Assim, as prescrições de Alceu Novais para que o corpo feminino praticasse as *gymnasticas* e a *dansa* principalmente, no periódico analisado são apresentadas neste texto, como instrumentos de potencialização do controle e aperfeiçoamento dos corpos das uberabenses; valendo destacar toda a restrição que este impôs a estas práticas. De certo, este texto é somente uma entrada para outros caminhos que conduzirão aos estudos sobre a curiosa pessoa de Alceu Novais.

⁵⁸ VAZ, Alexandre Fernandez. Educação do corpo, conhecimentos, fronteiras. Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 24, n. 2, p. 161-172, jan. 2003.

Imprensa e gênero: o decorrer da subjetividade na escrita de Soledad Acosta de Samper

Juan Pablo Calle Orozco

Mestrando em História Social
Universidade Federal do Ceará
callejuanp@hotmail.com

Resumo: Soledad Acosta de Samper foi uma das mais prolíficas escritoras colombianas do século XIX: escreveu romances, biografias, ensaios e relatos breves. Entre 1878 e 1906 fundou e publicou cinco jornais destinados à mulher. Este estudo tem como intuito demonstrar que esses jornais foram um projeto cultural que se opôs ao imaginário patriarcal oitocentista. Neste artigo se analisa como ela repensou através deles a forma em que a mulher era representada socialmente e como criou um discurso acerca da função social da mulher republicana.

Palavras-chave: Soledad Acosta de Samper, Gênero, Imprensa.

As exclusões da história literária

A narrativa da história literária é seletiva: escolhe, visibiliza e oculta. Através desse processo, se estabelecem as regras sobre o que pode ser dito, se autoriza quem pode dizer e se determina qual verdade pode ser expressa. Essa instrumentalização da história literária como mecanismo de organização cultural evidenciou-se nos processos de constituição das nações hispano-americanas no século XIX. A geração de letrados posterior aos processos independentistas não só tinha como missão o estabelecimento e a administração do Estado, mas também o imperativo de unificar a nação por meio dum sistema de símbolos e representações impulsados pela escrita. Daí que os campos de poder institucionais valerem-se dela para legitimar a organização social e a estrutura política. Dessa forma, a história literária marchou a mesmo ritmo dos poderes externos à esfera cultural.

Quando José María Vergara y Vergara (1831-1872) decidiu escrever a primeira história da literatura colombiana¹, encontrou-se com uma paralisante escassez de informação. Depois de ter lido trabalhos semelhantes, como *Historia de la Nueva Granada desde la conquista hasta 1810*, escrita por José Antonio de Plaza, Vergara y Vergara deu-se conta de que por trás dessa ausência de fontes escondia-se a falta duma tradição literária nacional. Mais do que um nó górdio, Vergara y Vergara assumiu o preenchimento desse vazio como um chamado iniludível. A fim de cumprir essa tarefa,

¹ Durante o século XIX Colômbia teve seis constituições e, com cada uma delas, mudou o nome do país: Grã-Colômbia (1819-1831), Nova Granada (1832-1861), Confederação Granadina (1862-1863), Estados Unidos de Colômbia (1863-1886) e República de Colômbia (1886 até hoje). Para efeitos práticos, este trabalho utilizará em todos os casos o nome atual.

elaborou dois pressupostos de trabalho para reconstruir os antecedentes literários da nação. O primeiro consistia na servidão religiosa do labor historiográfico. Como justificativa da sua obra, Vergara e Vergara afirmava que seu livro é “un largo himno cantado a la Iglesia”.² De acordo com este princípio, a tentativa inicial de sistematizar a literatura nacional devia repousar, então, sobre a base da glorificação dos valores cristãos. Os autores e as obras escolhidos para iniciar o percurso histórico da tradição literária colombiana precisavam passar pelo filtro desse critério confessional. O segundo pressuposto era entender a história literária como um sumário do pensamento dos homens notáveis que fundaram a pátria, pois eles são “la síntesis y no el paréntesis de una generación”.³ Ou seja, como uma história predominantemente masculina, uma história que reservava aos homens livres o privilégio da produção simbólica. Com efeito, esses dos poderes institucionais, o eclesiástico e o político, definiram o destino das letras nacionais.

A publicação da *Historia literaria* de Vergara y Vergara serviu como fundamento do discurso dominante para traçar o destino da literatura colombiana. Sobre esse ato fundador se assinou um pacto narrativo que tentou universalizar os valores dum sector social específico (uma comunidade letrada masculina e hierárquica) como se fossem a síntese da nacionalidade, o que dissociou a mulher, os negros e os índios do espaço da cultura. Portanto, a função principal da história literária do século XIX consistiu em silenciar e universalizar por meio da imposição dum padrão estético. Porém, o sistema literário⁴ não é uma realidade homogênea que possa ser reduzida a uma unidade harmônica, senão que constitui um conjunto de representações discursivas que coabitam num mesmo lugar, com certo nível de conflito e dominação. A heterogeneidade conflitiva da literatura latino-americana “trata-se, em síntese, dum processo que tem pelo menos um elemento que não coincide com a filiação dos outros e que cria, necessariamente, uma zona de ambiguidade e conflito”.⁵ Evidentemente, o caso colombiano não está isento dessas contradições.

² VERGARA Y VERGARA, José María. *Historia de la Nueva Granada: desde la Conquista hasta la Independencia* (1538-1820). 1. ed. Bogotá: Imprenta Echavarría Hermanos, 1867, p. XXII.

³ *Historia de la Nueva Granada*, p. XIV.

⁴ Antonio Cândido considera a literatura como “um sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes numa fase. Estes denominadores são, além das características internas (língua, temas, imagens), certos elementos de natureza social e psíquica [...] Entre eles se distinguem: a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes do seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público [...] um mecanismo transmissor, (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos), que liga uns a outros”. CANDIDO, Antonio. *A formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*. 6. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 2000, p. 23.

⁵ CORNEJO POLAR, Antonio. *El indigenismo y las literaturas heterogêneas: su doble estatuto sociocultural*. *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, Lima, ano IV, 1 e 2 semestre, n. 7 e 8, p. 12.

O projeto jornalístico de Soledad Acosta de Samper

Soledad Acosta de Samper (1833-1913), escritora e jornalista do século XIX, elaborou um projeto literário no qual a mulher foi a personagem central. Desde seu primeiro romance, intitulado *Novelas y cuadros de la vida suramericana*, até seus incontáveis artigos nos jornais, assim como seus ensaios, biografias e livros de história, manifestou uma preocupação constante por visibilizar a mulher e destacar a silenciada voz feminina.

O seu percurso como escritora começa em 1853 com seu diário íntimo, onde reflete sobre as limitações impostas à mulher, expõe suas leituras pessoais e discute consigo mesma acerca dos destinos da república. Esse exercício inicial ajuda a formar seu estilo, define os temas da sua escrita e constrói uma subjetividade que amadurecerá na sua obra posterior.

Em 1859 muda-se a Paris com seu marido, José Maria Samper⁶, um dos intelectuais mais reconhecidos naquela época, quem foi sua porta de entrada ao mundo das letras e quem respaldou com seu nome a publicação da sua escrita. Desde França ela escreve como correspondente dos jornais *Biblioteca de Señoritas*, *El Mosaico* e *El Comercio*. Na primeira dessas publicações, Acosta de Samper intervém na seção *Revista Parisiense*, na qual reflete sobre os aspectos destacáveis da vida social francesa: comenta sobre o movimento artístico, a moda, as obras literárias, teatrais e operísticas europeias. O deslocamento pelo espaço público francês implica um ato de pensamento, uma análise detalhada sobre o entorno e uma maneira de cogitar acerca do que é ser mulher. Isso já significa abandonar o ideal de leitora passiva para começar a transitar como sujeito criador pelo caminho da cultura.

A relação de Soledad Acosta de Samper com os jornais se inaugura nessas publicações a meados do século XIX e se estende ao longo da sua vida pública. Como se analisará no primeiro capítulo, os jornais foram ferramentas para divulgar o projeto nacional da elite letrada. Por isso, resulta transgressor o fato de que Soledad Acosta de Samper irrompesse num meio masculino e elitista para repensar a função social da mulher. Porém, no discurso que ela constrói naqueles anos ainda não se percebe uma posição abertamente política em relação à estrutura social, já que o fato

⁶ José María Samper (1828-1888), escritor e político colombiano, foi um homem muito respeitado na esfera pública colombiana do século XIX. Entre as obras dele se incluem biografias, peças de teatro, quadros de costumes, relatos de viagens, tratados jurídicos e históricos, e artigos jornalísticos. Desde jovem, ele pertenceu ao Partido Liberal Colombiano e difundiu as ideias do liberalismo radical. No entanto, nos últimos anos da sua vida, seu pensamento teve uma viragem: começou a militar no Partido Conservador e se converteu num fervoroso defensor da Igreja católica. A influencia dele foi decisiva na escrita de Soledad Acosta de Samper. Antes de se casar com ela, José María presenteou-lhe uma escrivadinha, ato simbólico com o qual incentivava a atividade literária da sua futura esposa. Anos depois continuaria apoiando-a prologando sua primeira novela e resenhando os artigos jornalísticos que ela enviava aos jornais.

de ser escritora num mundo comandado por homens impedia que ela pudesse expressar ideias que afetassem a estabilidade do pacto narrativo.

Depois de ter construído um capital simbólico próprio, Soledad Acosta de Samper radicalizou seu discurso sobre a educação e a formação feminina. No jornal *La Mujer*, o primeiro fundado e dirigido por ela, assegurava que para salvaguardar a virtude e a moral social era preciso que as mulheres, sobretudo as mais pobres, aperfeiçoassem as capacidades intelectuais. Portanto, ela exigia nas páginas do seu jornal que os legisladores e os governantes garantissem o acesso da mulher ao ensino público. Daí se deduz que para a autora a instrução feminina representava um caminho para procurar a emancipação laboral das mulheres e romper a relação de dependência que elas estabeleciam com o homem na estrutura social do século XIX. Liberar o pensamento por meio do ensino significava para ela uma liberação do corpo através do trabalho. Dessa forma, Soledad Acosta de Samper se opunha aos tópicos de obediência e abnegação que nessa época foram difundidos pela literatura e pelos manuais de conduta. Contudo, Soledad Acosta de Samper não rompeu totalmente com os princípios da moral cristã; pelo contrário, ela utilizava os dogmas da religião como recursos argumentativos da sua escrita.

Um tópico transversal da sua obra jornalística, por exemplo, foi a concepção da liberdade da mulher como uma vontade de Deus que não podia ser contradita. Se essa vontade divina provinha duma faculdade superior ao homem, ninguém podia impedir sua realização. A ideia de Deus como um juiz da liberdade respaldou um discurso de gênero que se filtrava no círculo cultural hegemônico, androcêntrico e decididamente excludente, do século XIX. Desde o interior desse círculo, Soledad Acosta alterou a ordem dos símbolos e representações culturais sobre o feminino para plantear uma mudança na função doméstica da mulher, ressignificar os valores religiosos e reafirmar a liberdade, mas sem propor a eliminação absoluta desses princípios cristãos.

Nos jornais *Lecturas para el hogar* e *El domingo de la familia Cristiana*, também fundados por ela, se expressaram essas tensões entre moral religiosa e liberdade individual. Esses textos tentam conciliar o pensamento cristão com estudos científicos e sociais encaminhados ao ensino feminino, pois para ela a união entre ciência e religião constituía a síntese da plenitude e da sabedoria humanas. Desde este ponto de vista, a liberdade não se concebia como uma concessão masculina nem como um direito, senão uma consequência do senso comum, ou seja, como um elemento desejável e inerente aos seres humanos. Esse conceito de liberdade atravessou a obra jornalística de Soledad Acosta de Samper e converteu-se em uma reflexão recorrente na sua escrita.

As ideias que ela plasmou nos jornais em relação à liberdade e à autonomia feminina também foram desenvolvidas no Congresso Pedagógico Hispano-Lusitano-Americano, feito em Madrid em 1892. Nesse evento, Soledad Acosta de Samper pronunciou um discurso sobre a capacidade que tem a mulher para desempenhar-se em diferentes profissões. No texto, a autora apela à memória coletiva e ao conhecimento histórico para validar suas ideias, de sorte que faça um percurso pelas intervenções da mulher nos eventos mais destacados da história. A proposta de Acosta de Samper encaminhava-se pela necessidade de abrir os espaços do mundo do trabalho e repensar a função social da mulher dentro do projeto nacional.

Esta preocupação por reafirmar a autonomia da mulher encontra-se também nos primeiros textos que ela escreve na adolescência. No diário dela, escrito entre 1853 e 1855, Acosta de Samper se pergunta: “Onde está a liberdade [da mulher] se sempre nós estamos escravas da sociedade, sem esperança de poder fugir dela jamais”.⁷ Essas primeiras tentativas íntimas da sua escrita revelam uma reflexão sobre si mesma numa interação constante com seu entorno. Por isso, mais do que uma construção individual e isolada, o *Diário* reafirma um reconhecimento de si próprio enquanto mulher, uma inquietação permanente por questionar tanto a imagem de escrava do lar quanto os valores sociais que reproduziam esse imaginário. Essa escrita íntima demonstra um afã de construir uma subjetividade à margem dos valores marianos e das imposições sociais sobre o dever ser feminino.

Em consequência, a obra jornalística de Acosta de Samper estabeleceu uma relação entre identidade e alteridade. Sua escrita atuava tanto como um conhecimento reflexivo de si próprio quanto uma meditação sobre o agir da mulher nas sociedades modernas. Assim, utilizou a escrita como elemento de singularização, distinção e reconhecimento, ao mesmo tempo em que seu discurso virou uma demarcação de identidade feminina. Daí que seu projeto jornalístico não só fosse uma aposta estética individual, senão também um mecanismo para construir um ser social feminino e republicano que se situava à margem do projeto nacional hegemônico. Para ela, escrever foi uma expressão simbólica, mas, sobretudo, uma irrupção no espaço público através da palavra, uma tentativa de negar exclusões e ampliar as possibilidades de realização pessoal para a mulher.

⁷ ACOSTA DE SAMPER, Soledad. *Diário íntimo*. Bogotá, Universidad de los Andes, 1. ed. 2015, p. 346.

O gênero em foco: ausência/presença das mulheres na narrativa dos livros didáticos de história

Laura Jamal Caixeta

Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
laurajamal@gmail.com

Resumo: O objetivo dessa apresentação é fazer uma análise, ainda incipiente e em desenvolvimento, do conteúdo de alguns livros didáticos de História na perspectiva da invisibilidade das mulheres como sujeitos históricos atuantes nesses materiais. É preciso pensar nas funções do livro didático no ambiente escolar para compreender a relevância da análise a ser realizada. Como afirma Circe Bittencourt: “juntamente com as dimensões técnicas e pedagógicas, o livro didático precisa ainda ser entendido como veículo de um sistema de valores, de ideologias de uma cultura de determinada época e de determinada sociedade” (Bittencourt, 2009: 302). Isso nos permite compreender a ausência ou a presença muito reduzida das mulheres nesses materiais como reflexo de um sistema social, cultural e econômico que marginaliza as mulheres e as discussões de gênero - pensando o gênero na perspectiva defendida por Scott, uma categoria de análise histórica de grande utilidade para conceber e analisar diferentes sociedades em diferentes épocas. A historiografia tradicional deslegitima, em certa medida, a história das mulheres, considerando-a uma mera ideologia, garantindo lugar apenas no campo do sexo e da família e excluindo-a de áreas comumente consideradas mais sérias, como a política e a economia. Entretanto, para as historiadoras feministas a compreensão que se tem do passado, a partir dessa perspectiva, é parcial, já que a história das mulheres não está circunscrita na História. Pretende-se, portanto, uma revolução na concepção tradicional: “inscrever as mulheres na história pressupõe necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante. Tal metodologia implica não só em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história”. (Scott, 1990: 04). Nessa perspectiva, pensando a sala de aula como um reflexo, em certa medida, da realidade social, decidi por analisar como as questões de gênero se reproduzem ou se modificam no ambiente escolar, a partir do material didático utilizado. Para tanto, escolhi, por hora, trabalhar dois conteúdos básicos do ensino fundamental: *Revolução Francesa* e *o voto feminino no Brasil*. Acredito que a invisibilidade das mulheres nos instrumentos de educação aliena as meninas na compreensão de si mesmas como agentes de sua própria história e impossibilita a construção de novas relações de gênero que sejam mais igualitárias e democráticas em um local privilegiado para que esse projeto se concretize, a escola.

Palavras-chave: Gênero; Ensino de história; Livro didático; História das mulheres; PNLD

Pretendo com este trabalho analisar livros didáticos de história do ensino fundamental com o objetivo de entender como as mulheres aparecem nesses materiais. Considerando a necessidade da historiografia utilizar efetivamente o gênero como categoria de análise histórica a fim de que os livros didáticos, se apropriando dessa nova historiografia, apresentem uma nova história que dê visibilidade aos diversos sujeitos históricos, inclusive as mulheres, em sua multiplicidade. Acredito que a escola, como espaço primeiro de formação humana, seja um local privilegiado para construir novas relações de gêneros que sejam mais igualitárias e democráticas. Porque ela carrega em si um

potencial transformador: “a escola [tem] um importante papel como instituição social perturbadora de discursos que mantêm relações de poder entre grupos humanos”¹; (Cavalcanti, 2003, p.184.) e criador:

a educação é, por certo, uma atividade profundamente estética e criadora em si própria. Na educação joga-se com a construção do sentido – do sentido que deve fundamentar nossa compreensão do mundo e da vida que nele vivemos. [...] Não somos apenas veículos para transmissão de ideias de terceiros: repetidores de opiniões alheias, neutros e objetivos. A relação educacional é, sobretudo, uma relação de pessoa a pessoa, humana e envolvente.²

Livro didático e suas dimensões

O livro didático é um objeto cultural complexo e de difícil definição. Para compreendê-lo é preciso analisar suas funções e usos. Em primeiro lugar, ele deve ser entendido como uma mercadoria. A partir da perspectiva de Robert Darnton, todos os livros estão envolvidos em um circuito de comunicação em que há a interferência de vários sujeitos durante o processo de produção, circulação e consumo desses materiais, ou seja, o livro é resultado da influência de diversos agentes envolvidos em uma teia complexa de relações culturais que acabam por refletir na produção final. No livro didático essas interferências são ainda mais visíveis.

O livro didático de História se organiza em partes distintas, que nem sempre se integram de modo equilibrado na obra. Isso acontece porque a produção de um livro com finalidades mercantis é complexa e, cada vez mais, sujeita à fragmentação de atividades e sujeitos à autoria. Nem sempre um autor de livro didático é, ele próprio, o único responsável e mentor central da coleção. Muitas vezes, textos, atividades, leituras complementares e imagens são resultantes do trabalho de pessoas diferentes. Essa distinção, em graus diferentes, se manifesta na obra de modo bem demarcado.³

Além do seu aspecto mercadológico, o livro didático é também mediador do processo de aquisição do conhecimento, bem como facilitador da apreensão de conceitos de cada disciplina. Segundo Circe Bittencourt, autora sobre a qual me apoio, “o livro didático tem sido o principal responsável pela concretização dos conteúdos históricos escolares”⁴, apesar de que os usos que se pode fazer desse material são variados ele ainda assim continua como o centro do processo educacional. Isso se dá, para a autora, devido a uma realidade ainda pulsante no universo educacional brasileiro, o despreparo profissional dos professores, resultante de cursos sem

¹ CAVALCANTI, E. L. S. A apreensão do conhecimento escolar numa perspectiva de gênero. In: FAGUNDES, T. C. P. C. Ensaios sobre Identidade e Gênero. Salvador: Helvécia, 2003, p. 184.

² DUARTE JR., João Francisco. Fundamentos estéticos da educação. Campinas SP: Papirus, 1991, p. 74.

³ Guia de livros didáticos: PNLD 2011: História. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010, p. 14.

⁴ BITTENCOURT, Circe. Materiais didáticos: concepções e usos. In: BITTENCOURT, Circe. Ensino de História: fundamentos e métodos. Editora Cortez, 2009, p. 313.

qualificação adequada e condições de trabalhos ruins que acabam fazendo com que esses profissionais se debrucem sobre esse material, logo “o livro didático brasileiro ainda hoje é uma das principais formas de documentação e consulta”⁵.

Em terceiro lugar, “o livro didático precisa ainda ser entendido como veículo de um sistema de valores, de ideologias, de uma cultura [classes dirigentes e Estado – PNLD] de determinada época e de determinada sociedade”⁶. Talvez essa seja a perspectiva do livro didático mais importante para a minha pesquisa. O livro como objeto cultural de uma época e de uma sociedade constitui-se como reflexo dos valores dessa época, ou seja, em alguma medida, reflete a sociedade que o produz. Isso não significa dizer que o livro didático é um simples espelho, os sujeitos envolvidos em sua produção tem um importante papel modificador e carregam uma intencionalidade ao produzi-lo. “os autores de livros didáticos não são simples espectadores de seu tempo: eles reivindicam um outro status, o de agente”⁷.

Por fim é preciso entender que os livros didáticos, assim como todos os outros livros, estão sujeitos a diferentes usos e leituras. Logo, é necessário questionar a influência dos livros didáticos no ambiente escolar. Como se dão seus usos? “Que tipo de consumo se faz deles?”⁸. É preciso entender como os livros são lidos e apropriados pelos diferentes sujeitos do processo educacional, para entender como esses livros “contribuem para difundir a imagem sobre ‘nós’ e sobre os ‘outros povos’”⁹.

Na concepção de Chartier os livros possuem duas dimensões de leitura essenciais, o poder do livro sobre o leitor e a liberdade, por parte dos leitores, na produção de sentidos. Ou seja, aquilo que pretende o autor ou autores *versus* aquilo que criam os leitores no momento da leitura. O livro, portanto, não é uma produção estática

O leitor, de certa maneira, reescreve o texto que lê. Por isso, a página impressa não é uma letra morta: ela é o lugar onde se produz o encontro, sempre diferente, entre a palavra já escrita e os novos sentidos que os leitores lhe vão dando.¹⁰

Circe Bittencourt analisa as diferentes práticas de leitura especificamente dos livros didáticos. Ela “procura verificar ao mesmo tempo as imposições de normas de leitura escolar e as

⁵ BRISOLLA, Livia. O livro didático não morreu. Está agonizando? Aproximações Teóricas Sobre um Objeto de Estudo. Captado em: <<http://www.anpap.org.br/2007/artigos/092.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016, p. 905.

⁶ BITTENCOURT. Materiais didáticos: concepções e usos, p. 302.

⁷ CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Educação e pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004, p. 557.

⁸ CHOPPIN. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte, p. 565.

⁹ VILLALTA, Luiz Carlos. O Livro Didático de História no Brasil: perspectivas de abordagem. In: Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História, 3º, 1997, Campinas, p. 1-16, p. 12.

¹⁰ BELO, André. História & Livro e Leitura / André Belo. – 2. ed.; 1. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 52.

transgressões dos leitores”¹¹. Ou seja, considera o processo de inventividade dos leitores, sejam eles os professores ou os alunos, nos usos do material. “Todos nos sabemos que a eficácia de um livro didático reside, sobretudo, nos usos, apropriações, invenções, reinvenções feitas pelo professor [e pelos alunos], cotidianamente, no interior da sala de aula”¹².

As mulheres na produção do conhecimento histórico

Existe uma tendenciosidade masculina na produção do conhecimento em geral. O sujeito universal da história, “O Homem” – branco, heterossexual, ocidental, cis – segundo o discurso científico, representaria toda a humanidade, o que não corresponde à realidade, uma vez que a ciência cria padrões (de maneira artificial) de normatividade científica que reproduzem valores masculinos, ou seja, não há neutralidade como ela prega, “mas cumplicidade com a discriminação”¹³. A ciência apresenta um “caráter particular [racista, ideológico e sexista] de categorias dominantes, que se apresentam como universais”¹⁴.

A noção de um sujeito universal exclui a compreensão de que existe o outro. Daí a histórica invisibilidade das mulheres. Para Margareth Rago, o esquecimento das mulheres é proposital, “sua amnésia é estratégica e serve para assegurar as bases patriarcais do conhecimento”¹⁵, uma vez que “Inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante”¹⁶.

A história das mulheres surge como uma nova forma de produção do conhecimento que se pretendia emancipador. As feministas envolvidas com esse projeto

pretendiam o fim da subordinação, da invisibilidade e da impotência, criando igualdade e ganhando um controle sobre seus corpos e sobre suas vidas [...] exigindo reconhecimento das mulheres como participantes ativos (e iguais) nos movimentos políticos para a mudança social.¹⁷

¹¹ VILLALTA. O Livro Didático de História no Brasil, p. 11.

¹² Guia de livros didáticos: PNLD 2011 : História. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

¹³ SCOTT, Joan Wallach. História das mulheres. In. BURKE, Peter.(Org.) A Escrita da História: Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp. 1992, p. 72.

¹⁴ RAGO, Margareth. Epistemologia feminista. In: Pedro, Joana; Grossi, Miriam (Orgs.). Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998, p. 21-42. Disponível em: <<https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2015/07/20/881/>>, p. 23.

¹⁵ RAGO. Epistemologia feminista, p. 28

¹⁶ SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica.” Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990, p. 3, 4.

¹⁷ SCOTT. História das mulheres, p. 68.

Elas incorporaram a dimensão subjetiva no processo de produção do conhecimento. Criticavam a neutralidade que a ciência tradicional pregava, afirmando ser impossível a construção de um conhecimento neutro, livre de interferências subjetivas.

A história das mulheres denunciava o caráter incompleto e parcial da história e pretendiam não só reparar uma exclusão, mas fornecer legitimidade e reconhecimento ao que as mulheres fizeram e ainda fazem. O trabalho da história das mulheres implicava em responder essa questão:

Através de que processos as ações dos homens vieram a ser consideradas uma norma, representativa da história humana em geral, e as ações das mulheres foram subestimadas, subordinadas ou consignada a uma arena particularizada, menos importante?¹⁸

A história das mulheres expandiu, de fato, os limites da história, mas uma ambiguidade, a partir da perspectiva da Scott, foi colocada: “ao mesmo tempo em que [a história das mulheres] é um suplemento que não causa danos à história estabelecida, [ela] também desempenha uma transformação radical dessa história”¹⁹. Trata-se de um suplemento que revoluciona e que transforma porque resiste e desorganiza oposições naturalizadas na história tradicional. A inclusão das mulheres questiona as verdades científicas. “O suplemento é uma dessas ‘indefinições’ [...] ele significa tanto uma adição, quanto uma substituição”²⁰. A “história precisa ser reescrita”, pois como está é incompleta e parcial, “as mulheres estão ao mesmo tempo adicionadas à história e provocam sua reescrita, são supérfluas e indispensáveis”²¹.

Análise dos livros didáticos

A noção de suplemento desenvolvida pela Scott me possibilitará fazer a análise dos livros didáticos em questão. Mas inicialmente é preciso entender que os livros didáticos utilizados nas escolas públicas de todo o país passam por uma avaliação nacional que permite ou não sua circulação, realizada pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). As obras são avaliadas pelo MEC, por uma comissão de professores e pesquisadores especialistas em ensino de história (no caso dos livros de história). Sobre as coleções aprovadas são produzidas resenhas a serem consultadas pelos professores que farão a escolha dos livros. Os livros aprovados devem atender aos requisitos básicos da avaliação. Dentre os critérios avaliados, que podem mudar a cada ano no PNLD, mas que tendem permanecer iguais, existem os que dizem respeito à presença das mulheres

¹⁸ SCOTT. História das mulheres, p. 78.

¹⁹ SCOTT. História das mulheres, p. 75.

²⁰ SCOTT. História das mulheres, p. 76.

²¹ SCOTT. História das mulheres, p. 76.

e às questões de gênero nos livros didáticos. A exemplo citarei os critérios 51 e 52 do grupo “Desenvolvimento de ações positivas à cidadania”, do PNLD de 2011:

“51. Promove positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder; 52. Aborda a temática de gênero e da não violência visando à construção de uma sociedade não sexista, justa e igualitária, inclusive no que diz respeito ao combate à homofobia”.²²

Infelizmente não é possível ver como foi avaliado cada critério, mas a simples presença de requisitos básicos que avaliam questões de gênero e participação das mulheres nos permite saber que reflexões acerca dessas questões são realizadas no momento de análise dos livros. O próprio texto de apresentação do PNLD de 2014 aponta para a importância dada à presença de “afrodescendentes, de descendentes das etnias indígenas brasileiras, da mulher em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, reforçando a visibilidade destes sujeitos históricos”²³.

Farei a análise de dois livros didáticos de história do ensino fundamental, o História Temática (volume 8), da editora Scipione, e o História nos Dias de Hoje (volumes 8 e 9), da editora Leya. Nesses livros analisarei dois conteúdos específicos, a Revolução Francesa e o voto feminino no Brasil, pois acredito que esses conteúdos são contemplados por todos os livros didáticos de história e, especificamente sobre revolução francesa, há uma maior consideração por parte da historiografia da participação ativa das mulheres nesse movimento. Também por se tratarem de movimentos em que houve participação incisiva das mulheres no campo da luta política, lugar normalmente ocupado na historiografia por homens.

Livro história temática

O livro História Temática foi o mais bem avaliado de todas as coleções do ano de 2011, devido a uma proposta mais complexa e analítica da história, que não leva em conta a história cronológica tradicional quadripartite e linear, e sim que parte de eixos temáticos para desenvolver os conteúdos históricos (assim como propõe os PCN's). Envolve noções de experiência social e utilização complexa da categoria tempo. O texto base conta com situações problematizadoras de temas e conceitos. Na resenha desse livro os avaliadores afirmam que “o conceito de sujeito histórico é tratado de forma plural, atendendo à diversidade das experiências sociais, no tempo e no espaço, o que evita anacronismos e formação de preconceitos”²⁴, mas eu discordo, em partes,

²² Guia de livros didáticos: PNLD 2011: História. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010, p. 118.

²³ Guia de livros didáticos: PNLD 2014: história: ensino fundamental: anos finais. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2013, p. 17.

²⁴ Guia de livros didáticos: PNLD 2011: História. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010, p. 61.

dessa análise, de fato os afro descendentes e os indígenas são tratados como sujeitos históricos, substituindo a noção do sujeito universal da história e englobando uma pluralidade de experiências. Entretanto, no que diz respeito as mulheres o silenciamento e a invisibilidade ainda são presentes, os sujeitos pluralizados continuam sendo masculinos. Nesse livro não foram encontrados nem mesmo textos complementares discutindo a presença da mulher na Revolução Francesa, ou a luta das mulheres pelo sufrágio feminino no Brasil. A narrativa principal se atém aos vários sujeitos masculinos, mantendo a invisibilidade das mulheres.

Livro história nos dias de hoje

O livro História nos dias de hoje da editora Leya é muito tradicional, ele mantém a abordagem histórica linear. Não conta com muitas problematizações e parece trazer um conhecimento histórico embebido no positivismo, buscando apresentar algumas verdades históricas. Na resenha do PNLD, os avaliadores afirmaram que “como destaque positivo, ressalta-se a atenção aos papéis femininos em todos os volumes da coleção, assim como a luta de diversos povos pelos direitos civis e políticos a partir da difusão do ideário liberal.”²⁵. Entretanto não enxergo essa atenção aos papéis femininos, uma vez que elas aparecem raramente na narrativa desses materiais, a não ser em textos complementares.

No capítulo sobre Revolução Francesa encontrei apenas uma atividade que tratava das mulheres, em um apêndice de título “bate-bola”, definido no próprio livro como “quadros localizados ao longo do texto básico” que tem como função “aprofundar e complementar conteúdos, levantar algum tipo de polêmica ou estabelecer alguma relação com o presente” (Campos, Claro e Dolnikoff, 2012: 04). A atividade em questão diz respeito à Declaração dos direitos da mulher e da cidadã, escrita por Olympe de Gouges. Propõe uma reflexão interessante a respeito dos direitos das mulheres brasileiras nos dias de hoje. Entretanto, ao colocar a participação da mulher nos movimentos sociais e políticos restritos aos textos complementares à narrativa principal (mais legitimada e valorizada pela cultura escolar) acaba por continuar relegando à história das mulheres um lugar separado da História. Complemento que não perturba. Em relação ao voto feminino no Brasil, aparece apenas um apontamento na narrativa principal do livro sobre o direito ao voto feminino que foi garantido em 1932.

²⁵ Guia de livros didáticos: PNLD 2014: história: ensino fundamental: anos finais. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2013, p. 54.

“Gênero: uma categoria útil de análise histórica”

A história das mulheres, que se centrava nas abordagens descritivas, questionavam os conceitos dominantes da história, mas não de forma a abalar o poder e transformar a disciplina já que ela foi colocada em um domínio separado, ela “foi tolerada, mas permaneceu fora das preocupações dominantes da disciplina, seu desafio subversivo [estava] aparentemente contido em uma esfera separada”²⁶. Como se a história das mulheres dissesse respeito apenas a temas como mulheres, crianças, famílias, só o que implica relações diretas entre os sexos. Logo, guerra e alta diplomacia não teriam explicitamente a ver, era como se fosse irrelevante ao político e ao econômico pensar as relações de gênero.

Surge então a necessidade de usar o gênero como categoria de análise histórica. Na perspectiva de Scott o gênero é entendido, em primeiro lugar, como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos; e em segundo lugar como a forma primeira de significar as relações de poder²⁷. Ou seja, para a autora todas as estruturas hierárquicas baseiam-se na compreensão de que há uma relação natural entre o masculino e o feminino, logo, o gênero passa a ser a forma principal de significar a diferenciação “O gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana”²⁸.

O gênero está em todos os campos de estudo histórico. É usado literalmente ou analogicamente pela teoria política, ou outros domínios como a alta diplomacia e a economia que alegam que esses campos não são lugares para gênero. As relações são sempre significadas em termos de gênero, independente do campo de estudo que as analisa. O exemplo analógico, a seguir, dado por Scott, deixa claro como o gênero está presente em todas as relações

quando, por exemplo, na França os reformadores burgueses descreviam os operários em termos codificados como femininos (subordinados, fracos, sexualmente explorados como as prostitutas), os dirigentes operários e socialistas respondiam insistindo na posição masculina da classe operária (produtores fortes, protetores das mulheres e das crianças).²⁹

Neste caso os termos do discurso não diziam explicitamente do gênero, mas eram reforçados na medida em que se referenciavam a ele.

²⁶ SCOTT. História das mulheres, p. 85.

²⁷ SCOTT. “Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica.”, p. 21.

²⁸ SCOTT. “Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica.”, p. 23.

²⁹ SCOTT. “Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica.”, p. 26.

É preciso que utilizemos o gênero como uma categoria de análise histórica, é preciso entender como é que o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como é que o gênero dá um sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico? Se passarmos a tratar o gênero como uma categoria útil de análise teremos uma nova compreensão de todas as velhas questões e especialmente será verdadeiramente possível tornar as mulheres visíveis como agentes históricos e sociais. Será feita uma nova história.

Conclusão

Sem dúvida, a historiografia avançou bastante no que diz respeito aos estudos das relações de gênero, mas esse é um campo ainda atual e pouco reconhecido, muitas vezes deixado de lado, exatamente em um domínio separado da história. Mas é preciso, urgentemente, que ele seja de fato considerado para que as mudanças na historiografia reflitam nos materiais didáticos, reflexo esse que é muito lento.

É preciso ainda pensar que não existe um livro didático ideal, mas é urgente que as questões referente às relações de gênero apareçam nesses materiais, a fim de motivar a reflexão dos educadores a respeito da questão de gênero e de incluir discussões de gênero no ambiente escolar. Acredito que a invisibilidade das mulheres nos instrumentos de educação aliena as meninas na compreensão de si mesmas como agentes de sua própria história e impossibilita a construção de novas relações de gênero que sejam mais igualitárias e democráticas em um local privilegiado para que esse projeto se concretize, a escola.

Gênero, culturas políticas e sociabilidades - alguns apontamentos

Mariane Ambrósio Costa

Doutorado em andamento

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

mariane.ambrosioc@gmail.com

Resumo: O presente artigo abarca reflexões acerca da relação entre movimentos organizados de mulheres no Cone Sul na década de 1980 e a formação de culturas políticas e sociabilidades feministas. O período de redemocratização política e reorganização social, aliado ao retorno de exiladas políticas da Europa beneficiadas pela Lei de Anistia em 1979, tornou-se propício para a ampliação de demandas de mulheres que buscavam difundir o feminismo para outras esferas além da teórica, como a implantação de políticas públicas que se voltassem para direitos das mulheres, centros de ajuda a mulheres vítimas de violência, produção de revistas e jornais feministas, aumento da participação feminina em grupos de pesquisa social, entre outras áreas. A luta organizada por direitos sociais, juntamente com as reivindicações para que assuntos antes considerados de âmbito privado, como por exemplo, a violência doméstica, a sexualidade, os desafios da maternidade, se tornassem assuntos discutíveis publicamente, criou um movimento definido por Michelle Perrot como de tomada de consciência de gênero.

Palavras-Chave: Gênero, Culturas Políticas, Sociabilidades.

Os estudos políticos têm passado, nos últimos anos, por um profundo movimento de renovação. Esse movimento pode ser inserido em uma crise de paradigmas estruturalistas¹, em um movimento de mudança de orientações teóricas que assolaram as ciências sociais na segunda metade do século XX.

Algumas das ressignificações que se deram nesse período versavam sobre o caráter fluido que as fronteiras do político poderiam assumir, dialogando com outros campos da realidade social, uma vez que suas interpretações abarcavam tanto fenômenos sociais e culturais, podendo-lhe garantir a possibilidade de novos temas de estudo. Dialogar com outras disciplinas e metodologias abriu espaço para que novas preocupações nascessem de velhas temáticas, analisadas por um ponto de vista mais plural.

A abertura para novas temáticas incluiu uma aproximação com as Ciências Sociais, o que levou à apropriação de conceitos e métodos desta disciplina. Para os fins deste texto, interessa-nos pensar sobre as culturas políticas e as sociabilidades, conceitos adaptados aos estudos históricos,

¹ GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. In: *Estudos Históricos* - Historiografia, Rio de Janeiro, v.9, n° 17, p.59-84, 1996.

dentre eles o político, e que podem ser úteis para levar protagonismo a experiências até então consideradas secundárias à historiografia.

O objetivo deste texto é estabelecer conexões entre as discussões acerca de culturas políticas e sociabilidades, aliadas ao estudo de gênero, que vem ganhando destaque nos estudos sociológicos e historiográficos nos últimos anos. Busca-se analisar, em especial, o movimento de organização de grupos de mulheres no Brasil, entre as décadas de 1970 e 1980. Defendo a hipótese de que, influenciadas pelas discussões geradas pela 2ª onda do feminismo, tais mulheres formaram espaços de sociabilidade nos quais as discussões – que giram em torno, principalmente, de questões sobre sexualidade, representatividade política, maternidade, entre outros – geraram uma cultura política feminista, que reverberou em discussões que atravessaram tais décadas e chegaram até os dias atuais.

Os debates acerca do gênero enquanto conceito social despertaram o interesse de vários estudiosos a partir da segunda metade do século XX.² Mas é a noção defendida por Scott³ que será utilizada aqui. Segundo a autora, as relações de gênero passaram a ser definidas como elementos constitutivos das relações sociais, baseados nas diferenças entre os sexos e, além disso, como um modo de significar relações de poder.

No Brasil, o período de repressão política, contexto no qual a 2ª onda do feminismo se difunde no país, trás a tona a pouca voz ativa que a mulher tinha no ambiente social e até mesmo, dos partidos políticos. Portanto, o feminismo insere-se como um protesto contra a exclusão política das mulheres, objetivando eliminar as diferenças sexuais na política, sendo uma representação em nome das mulheres. Em suma, dedica-se a pensar na diferença sexual como forma de conquista de igualdade, sendo as políticas do corpo e suas sexualidades os temas centrais dos debates.⁴

Com a intenção de analisar este momento singular no qual os sujeitos envolvidos se estruturam em torno da questão de gênero e se vinculam a organizações sociais criando, assim, redes de sociabilidades femininas, e o subsequente nascimento de uma cultura política são trazidos, em um primeiro momento, elementos teóricos que analisam historiograficamente a nova história

² Segundo AUAD (2004), estudiosos como Robert Stoller e Gayle Rubin se debruçaram sobre o tema “gênero” antes de o mesmo ser adotado pela pauta feminista. Aquele, em 1964 mencionava o termo “identidade de gênero” e, esta, em 1975 defendia a ideia de “sexo-gênero”. Ver: AUAD, Daniela. *Relações de Gênero nas práticas escolares: da escola mista ao ideal de co-educação*. Tese (Doutorado em Educação, área de Sociologia da Educação). São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2004.

³ SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

⁴ COSTA, Suely Gomes da. Culturas políticas e sensibilidades: pedagogias feministas, Rio de Janeiro, anos 1970-80. In: ALMEIDA, Mª Regina celestino de; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca; SOIETH, Rachel. *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

política nascida a partir da segunda metade do século passado, além de um breve debate que situará o leitor sobre quais aspectos se sustentam os conceitos de cultura política e sociabilidades aqui utilizados. Na sequência, o debate acerca dos estudos feministas e a abordagem do gênero enquanto categoria de análise. Por fim, serão analisados como estes elementos podem ajudar na compreensão do nascimento e disseminação de um *feminismo à brasileira*, influenciado por ideias francesas, mas que encontrou aqui sua própria forma de ver e pensar os problemas acerca da representação da mulher na sociedade em que viviam.

A chamada “renovação” da história política, movimento que ganhou relevância a partir da década de 1980, fez com que os assuntos relacionados ao político recuperassem sua posição na historiografia. Através da aproximação com outras disciplinas, tais quais a antropologia, a sociologia, a linguística, entre outras, o campo se reestruturou e adquiriu novamente sua posição nos estudos histórico.⁵

O contato com estas disciplinas garantiu que a história política ganhasse novos atores e novas temáticas, fator diretamente relacionado como uma continuidade com os ideais defendidos nos últimos anos pelos *Annales*. Contrapondo às propostas do movimento, a nova história política demonstra interesse pelos sujeitos, as narrativas, os discursos, sendo o político como o local de domínio da articulação do ser social.

Longe de dizer que ocorreu uma drástica ruptura entre os *Annales* e a história política renovada, conseguimos verificar alguns pontos de continuidade, e mais que isso, de reapropriação. A longa duração, característica principal da primeira, principalmente entre os historiadores da chamada 2ª geração, ganha novas funções na segunda. Buscando propor uma “pluralidade de ritmos”, a história política busca na longa duração o nascimento de culturas políticas e ideologias, combinando com eventos que seriam considerados de curta duração. Conclui-se, portanto, que a renovação da história política é antes um desdobramento de propostas dos *Annales*, combinadas a métodos já utilizados nos estudos clássicos do político, do que um movimento de oposição a chamada Revolução Francesa da historiografia.⁶

Este movimento insere-se em uma perspectiva descrita por Pierre Rosanvallon como o nascimento de uma história conceitual do político, que podemos compreender na seguinte passagem:

O objeto da história conceitual do político é a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que

⁵ RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

⁶ Utilizando-me da alcunha dada ao movimento dos *Annales* por Peter Burke.

comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação encaram seu futuro. Partindo da ideia que estas representações na são uma globalização exterior à consciência dos atores – como o são por exemplo as mentalidades – mas que elas resultam, ao contrário, do trabalho permanente de reflexão da sociedade sobre ela mesma, tem por objetivo: 1) fazer a história da maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais procuram construir as respostas àquilo que percebem mais ou menos confusamente como um problema, e 2) fazer a história do trabalho realizado pela interação permanente entre a realidade e sua representação definindo os campos histórico-problemáticos. Seu objeto é assim a identificação dos “nós históricos” em volta dos quais as novas racionalidades políticas e sociais se organizam; as representações do político se modificam em relação às transformações nas instituições; às técnicas de gestão e às formas de relação social. Ela é a história política na medida em que a esfera do político é o lugar da articulação do social e de sua representação. Ela é história conceitual porque é ao redor de conceitos – a igualdade, a soberania, a democracia, etc. – que se amarram e sem comprovam a inteligibilidade das situações e o princípio de sua ativação.⁷

Desta forma, a historiografia do político assume uma nova forma de interpretar o político. O foco havia se deslocado dos grandes feitos e instituições para uma esfera na qual atores sociais seriam investigados através de seu pertencimento a organizações políticas, quais fossem partidos, organizações civis, religiosas, entre outras, em um movimento de investigação das novas racionalidades políticas, tal qual descritas por Rosanvallon.

Os períodos de transformações políticas e sociais que assolaram o mundo na segunda metade do século XX, em especial aos países da América Latina, com o advento das ditaduras militares, são exemplares para compreendermos na prática as novas aspirações historiográficas aqui defendidas. Durante os períodos de repressão política, novos atores surgiram, reinterpretando a realidade na qual estavam inseridas, buscando formas alternativas de exercer a cidadania em um momento histórico de restrição à participação política. Estudantes, operários, intelectuais, grupos organizados de mulheres, entre outros, passaram a ter na política seu campo de articulação do social para combater o inimigo comum: a repressão política e a perda dos direitos civis.

Pensar nestes grupos organizados nos leva a pensar que a história política renovada nos possibilita diversas chaves de interpretação do momento em tela. Uma delas é tentar compreender os fatores invisíveis que cercavam e uniam pessoas em torno de uma causa e/ou de uma ideia. A aproximação dos conceitos do político com outras disciplinas auxiliam na compreensão de articulações entre indivíduos e suas relações com o contexto social em que viviam. Pensar os

⁷ ROSANVALLON, Pierre. Por uma História conceitual do político. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 15, nº 30, 1995.

ambientes de socialização e a circulação de ideias existentes em seus âmbitos é levar para a esfera do micro discussões e propostas que dialogam com as circunstâncias do macro.

Como já destacado anteriormente, a história política renovada foi considerada por Rémond como “pluridisciplinar”, uma vez que é através do diálogo com outras disciplinas que seus problemas são pensados. Para os fins deste trabalho, interessa-nos analisar algumas possíveis contribuições de uma co-irmã da História para se pensar questões políticas. Defendendo a hipótese de que a sociedade é o resultado da interação entre os indivíduos e pensando na questão “como a sociedade é possível?”, o sociólogo George Simmel⁸ propõe um novo olhar para se caracterizar a nova ciência da sociedade, algo que vá além da soma das partes. Para ele, a Sociologia era a ciência da socialização, das interações sociais, das relações entre os indivíduos e a sociedade, os jogos, os processos idealizados das relações.

Nos jogos sociais, certos conteúdos vão se perdendo ao longo do tempo, adquirindo nova significação. E nesse esvaziamento de conteúdo vai deixando mais clara a interação dos indivíduos na constituição de novas formas, e tão importante quanto este movimento, são os resultados a que se chegam. Não é apenas uma análise do resultado pelo resultado, mas sim o processo que leva até ele.

Simmel defende por sociabilidade uma interação quase ideal, na qual o que interessa é o gosto do convívio. Abstrai-se de interesses e hierarquias, e o que importa é estar com o outro, de maneira que forma e conteúdo se misturem. É uma relação democrática, com uma ligação direta com a civilidade. Nas sociedades modernas, nas quais teoricamente há um conceito vigente de igualdade, esse conceito é totalmente relevante, pois fazer parte de grupos de interação social se tornou imprescindível. Quem estava de fora era considerado marginalizado.

Outra contribuição do sociólogo alemão foi reconhecer que nos jogos de interações, nem sempre essa convivência é pacífica, pelo contrário, no conflito também há interação. Existem diversos tipos de sociabilidades, que se chocam e se entrelaçam a todo instante na vida dos indivíduos e geram conflitos de todas as naturezas. Logo, é esta interação entre as sociedades que deve ser o objeto de estudo da História, sempre tendo em mente que os universos se perpassam, e que um sempre influencia o outro.

Através deste olhar pioneiro de George Simmel, consideram-se os espaços de sociabilidades como lugares de circulação de ideias, pensamentos e interesses, onde os atores interagem todo o

⁸ SIMMEL, Georg. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. In: _MORAIS FILHO, Evaristo de (org). *Georg Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

tempo, gerando conflitos e concordâncias, ambos de suma importância para que a lógica do espaço permaneça. Como Pilar González Bernaldo de Quirós defendeu, na sociabilidade, os indivíduos se reconhecem enquanto membros da associação os qualquer outro espaço de convivência a qual pertencem, por manterem interesses comuns.⁹ E assim como Simmel, defende que a sociabilidade não se dá apenas na unificação, mas também no que causa conflito, no que separa. A autora diz que o uso da sociabilidade como espaço para se alcançar a civilização é a perspectiva histórica do termo. É preciso adentrar nos espaços associativos e perceber a sua dinâmica interna, seus limites e suas divergências, deixando a discussão mais densa, saindo da dimensão organizacional e partindo para o indivíduo, o que o leva a participar dos espaços.¹⁰

Essa noção de sociabilidade pode ser usada também para o estudo dos grupos de intelectuais. Rebeca Gontijo, ao abordar o pensamento de Michel Trebitsch, afirma que, para o autor francês, três aspectos servem de norteadores para um estudo da sociabilidade intelectual: a relação com o político, a definição de valores próprios de cada época e o papel das representações, uma vez que em cada época o intelectual tem uma definição diferente.¹¹

Já ao analisar os ponderamentos de Jean François Sirinelli, Gontijo afirma que todo grupo de intelectuais organiza-se a partir de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum de afinidades, que alimentam o desejo e o gosto de conviver. Esta estrutura de sociabilidade varia conforme as épocas e os sub grupos de intelectuais analisados pelos historiadores. Estes formam um microcosmo particular, onde se tem a máxima importância de se analisar as influências de tais microcosmos, tais como as demandas sociais, os afetos e a tradição. O campo intelectual possui certa autonomia, uma vez que seus membros procuram construir diferenças capazes de lhes assegurar identidades individuais e coletivas. Nas palavras Gontijo:

A abordagem da História Intelectual por meio do estudo das sociabilidades aponta caminhos interessantes de investigação, chamando a atenção para pistas importantes e alertando para possíveis armadilhas. Basicamente, busca um tipo de análise histórico-sociológica que rejeita conceitualizações demasiadamente rígidas e previamente definidas, assim como recusa construir modelos explicativos, que, uma vez estabelecidos, parecem suscitar mais repetição do que análise crítica. A marca desse tipo de análise é o investimento na pesquisa empírica. É a partir dela que se torna possível pensar a sociabilidade como um tipo de comportamento histórico, derivado de experiências sociais vividas por indivíduos em locais específicos através do tempo. Uma experiência dinâmica,

⁹ QUIRÓS, Pilar González Bernaldo de. La “sociabilidad” y la historia política. In: __ PEIRE, Jaime (comp.). *Actores, representaciones e imaginários: homenaje a François-Xavier Guerra*: Caseros: Edunfred, 2007.

¹⁰ SIMMEL, George. 1983.

¹¹ GONTIJO, Rebeca. História, cultura e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Rachel ET alii (org). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

que depende de atitudes ou práticas individuais, ainda que essas sejam submetidas a condicionamentos diversos.¹²

O pensamento de Jean Sirinelli fundamenta a noção de sociabilidade que se baseia neste artigo. Compreendendo o campo do estudo dos intelectuais como um campo aberto, transitando entre a história política, a social e a cultura, o francês destaca ainda a frágil definição do que é “ser” um intelectual, chegando a duas possíveis definições: a mais ampla considera que qualquer um que se destaque como um mediador social pode ser considerado um intelectual, como um jornalista ou um professor, por exemplo; e uma mais restrita, que é baseada em uma noção de engajamento na vida da cidade como ator.¹³

Para Sirinelli, as duas formas de considerações de intelectuais devem ter a atenção do historiador, que para além disso, deve se atentar a analisar não apenas as trajetórias dos chamados “grandes” intelectuais, mas principalmente aqueles que ele acredita estarem nas camadas intermediárias, de menor notoriedade, pois mesmo sem o reconhecimento de seus papéis reais, representam um fermento para as gerações seguintes, exercendo influência cultural e até mesmo política.

Desta forma, o mundo intelectual constitui um pequeno mundo estreito onde laços de sensibilidade se atam em torno de objetivos comuns. Esses laços são chamados de redes pelo autor francês, que ainda afirma que dentro destas redes as relações de atrações e amizades, de hostilidade, de ruptura e, principalmente, de afeto, são características fundamentais de um microcosmo intelectual.

É através do fluxo de ideias que se encontram em um microcosmos social que temos o nascimento de formas de pensamento comuns, em geral com fortes conotações políticas, convergindo para um objetivo em comum. Por isto, defendemos a hipótese de que a circulação de ideias em uma rede de sociabilidade gera culturas políticas.

O estudo das culturas políticas ganha relevância a partir dos debates sobre os usos e métodos da história política renovada. A autora Eliana Dutra afirma que, desde a década de 1960, o debate acerca da busca por uma definição exata sobre o que seriam as culturas políticas preocupa estudiosos das Ciências Sociais.¹⁴ Através de uma genealogia do conceito, a autora demonstra que o conceito ganhou destaque na década de 1960 através da ciência política comparada, que o

¹² GONTIJO, Rebeca. História, cultura e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Rachel ET alii (org). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

¹³ SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

¹⁴ DUTRA, Eliana R.F. História e Culturas Políticas – definições, usos e genealogias. In: *Vária História*. n° 28. 2002.

compreendia como um condicionamento ambiental e psicológico que modelaria crenças, valores e opiniões políticas, elegendo grupos sociais como seus objetos de análise.

Passando por formulações de Clifford Geertz, que definiu um sistema de análise baseado no tripé sistema social, sensibilidade e sociabilidade, a partir das experiências dos autores, assim como de Daniel Cefai, que contradiz esta visão, afirmando que tais experiências dos atores sociais englobam fenômenos individuais e coletivos, e que o estudioso das culturas políticas deveria se atentar para os acontecimentos de fora do ambiente no qual os atores estão inseridos.

Mas é analisando a definição de Serge Bernstein que autora traça um diálogo do estudo das culturas políticas no campo da História, definição esta com a qual este trabalho dialoga intimamente. Afirma o autor que a definição de cultura política deve ser plural, sendo um código e um conjunto de referentes formalizados dentro de uma tradição política como um conjunto coerente onde todos os indivíduos estariam em estreita relação uns com os outros, permitindo-se definir, desta forma, uma identidade comum aos indivíduos que dela participam.¹⁵ No ambiente de uma nação, várias culturas políticas coexistem nem sempre de forma pacífica entre si. São elementos da cultura de uma sociedade, que diz respeito aos fenômenos e as ideias políticos.

Desta forma, reconhecemos nos grupos femininos formados, em especial, nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, círculos de sociabilidade intelectual, nos quais ideias acerca da representação feminina eram expostas e debatidas, criando assim culturas políticas feministas nesses locais. Estas mulheres, organizadas em revistas, associações, grupos de ajuda a outras mulheres e etc., difundiram suas ideias de protagonismo feminino, sexualidade, participação política e representatividade social durante a década de 1980.

Com o aumento dos estudos sobre a condição das mulheres na sociedade, as mulheres inseridas nestes ambientes de sociabilidade regiam seus interesses baseados na diferenciação social que tinham em relação aos homens. Desta forma, para compreendermos suas ideias, não podemos deixar de lado o estudo do gênero enquanto modalidade de análise histórica, tal qual proposto por Joan Scott.

Segundo a autora, gênero seria a percepção sobre diferenças sexuais, quando tais diferenças são hierarquizadas dentro de uma forma de pensamento, sendo o gênero masculino geralmente dominante ao gênero feminino. Esta diferença se daria, segundo a autora, no contexto da linguagem e do discurso, sendo tais diferenças entre os gêneros construções simbólicas que organizam a forma

¹⁵ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editora Estampa, 1998.

com que enxergamos as relações sociais, por exemplo. Os historiadores que se utilizarem do gênero enquanto categoria de análise deveriam, mais do que reafirmar as diferenças entre masculino e feminino, analisar como as diferenças entre os gêneros, os corpos e os sexos são traduzidos para a prática social, e no nosso caso, nos estudos historiográficos.

Ao reconhecer que há uma inferioridade na historiografia, Scott defende que historiadoras feministas deem ênfase ao papel das mulheres enquanto sujeitos históricos em todos os eventos, não considerando a história das mulheres como acontecimentos a parte, mas sim, como sujeitos por vezes silenciados pela história oficial.

Desta forma, conclui-se que, através da proposta de Joan Scott, as historiadoras feministas devem destacar em seus estudos a participação feminina em eventos ao longo da História, dando ênfase a sua participação social tantas vezes apagadas pelos discursos tradicionais. Ao utilizar o gênero como categoria de análise, a condição dos sujeitos deve ser problematizada a partir do gênero o qual este foi socialmente encaixado. Somente ao privilegiar pontos de vista que reconheçam a participação do gênero feminino nas análises históricas, teremos uma visão que privilegia novas abordagens de velhos problemas.

Ao propormos um exame que privilegie o estudo do nascimento de grupos de sociabilidade e o nascimento de culturas políticas feministas, conseguimos perceber um outro lado do período de redemocratização política no Brasil, em um período o qual os debates sobre direitos humanos mostravam que diversos grupos reivindicavam seu espaço na nação que estava se reestruturando após mais de duas décadas de repressão social e política.

Simpósio Temático 06:

Culturas políticas, artes e sensibilidades nos séculos XIX e XX

Virgílio Coelho de Oliveira Júnior
Doutorando em História e Culturas Políticas
UFMG
virgiliocoelhobh@gmail.com

Henrique Brener Vertchenko
Doutorando em História e Culturas Políticas
UFMG
henriquevertchenko@yahoo.com.br

Davi Aroeira Kacowicz
Mestrando
UFMG
daviaroeira@gmail.com

Proposta do Simpósio:

A história política é uma das vertentes historiográficas que mais tem se renovado nas últimas décadas, o que pode ser verificado pelo menos desde os anos 1970. Como argumentou Bronislaw Baczko (1985), principalmente a partir do emblemático ano de 1968, os símbolos, os mitos, os ritos e as utopias, deixaram, paulatinamente, de serem considerados ilusões ou produtos de uma realidade dita séria, objetiva e coercitiva. Nesse sentido, os historiadores e os demais estudiosos das humanidades têm se voltado para os processos de percepção e imaginação que marcam a vida em sociedade, incluindo a sua dimensão política. Considerando essa perspectiva, propõe-se reunir neste simpósio temático, propostas que se dediquem às relações entre os domínios das artes e da política nos séculos XIX e XX. Pretende-se dialogar com pesquisas em que as artes plásticas, o cinema – bem como outras representações ligadas à cultura visual - a literatura e o teatro, por exemplo, são tomados não apenas como desdobramentos do contexto social e político em que se desenvolvem. Com efeito, o mundo social é construtor de e é construído por processos de sensibilidade. Essa premissa é fundamental para a compreensão dos projetos, das expectativas, dos comportamentos e dos movimentos políticos nos séculos XIX e XX; período em

que se formaram ou consolidaram diferentes culturas políticas, como: a liberal, a socialista, a anarquista, a integralista e a nazista. Entretanto, consideramos importante também os trabalhos que discutam as (re) significações de outras temporalidades no período em questão, uma vez que essas apropriações podem ser reveladoras de escolhas, importantes em seus significados. Vale destacar, por último, que se as artes transformam as formas como a realidade política é edificada e pensada, a própria historiografia sobre o político pode ser - e por vezes é – modificada a partir dos debates desenvolvidos nesse campo. Por essa razão, trabalhos que se proponham a tecer análises teóricas ou historiográficas sobre a relação exposta, também são bem vindos.

“Passados presentes”: memórias da ditadura na Arte

Alice Costa Souza¹

Mestre em Artes Visuais

Escola de Belas Artes - Universidade Federal de Minas Gerais (EBA-UFMG)

alicearte1@gmail.com

Resumo: O artigo fala dos recentes trabalhos de reparação simbólica através da memória, especialmente pela Arte, em relação aos efeitos da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) que se estendem até a contemporaneidade. A atenção ao passado para compreender o presente e modificar o futuro exprime o que Andreas Huyssen denominou como “passados presentes”, comum desde a década de 1980 com o *boom* de memória. Essa “cultura da memória”, entretanto, é um fenômeno que ainda não se firmou no Brasil, uma vez que passados traumáticos costumam ser recalçados no país. Alguns artistas se interessaram por atender ao “dever de memória” em obras de resistência à ditadura e de resgate dessa memória no período democrático. Muitos destes trabalhos insinuam a repetição da barbárie, nos quais estão em jogo não apenas a representação, mas a presentificação, ou seja, tornar útil o passado atualizado em memória.

Palavras-chave: Ditadura, memória, presentificação.

Os “passados presentes” ou cultura da memória

A atenção ao passado para compreender o presente e modificar o futuro, exprime o que Andreas Huyssen em *Seduzidos pela Memória* denominou como “passados presentes”², característico desde as décadas finais do século XX. Huyssen contrasta esse fenômeno com a cultura modernista das primeiras décadas do século XX, energizada por aquilo que poderia ser chamado “futuros presentes”, mas que a partir da década de 1980 desloca o seu foco para “os passados presentes”. Eclode uma “globalização da memória”³, com o trauma do Holocausto, além de muitas outras tramas secundárias que contrastam com as ideias “futuristas” do início do século XX. Assim como Huyssen, o historiador Jacques Le Goff chama a atenção para a relação entre passado e presente pela qual passou o século XX:

A ligação com o passado começa por adquirir formas inicialmente exasperadas, reacionárias; depois, a segunda metade do século XX, entre a angústia atômica e a euforia do progresso científico e técnico, volta-se para o passado com nostalgia e, para o futuro, com temor ou esperança. Entretanto, na esteira de Marx, os historiadores esforçaram-se por estabelecer novas relações entre presente e

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Artes da EBA-UFMG, membro do Grupo Estratégias da Arte Numa Era de Catástrofes e bolsista CAPES.

² HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*: arquitetura, monumentos, mídia. Tradução de Sergio Alcides. Seleção de Heloisa Buarque de Hollanda. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p .9. O tema é retomado em HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente*: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Tradução de Vera Ribeiro. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.

³ HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*, p. 12.

passado. Marx tinha já denunciado o peso paralisado do passado – de um passado reduzido à exaltação das “memórias gloriosas” [...].⁴

Os adeptos de histórias alternativas como a História Nova passam a exaltar não mais as “memórias gloriosas”, e posteriormente, na década de 1980, com o “boom de memória”, eclode um “discurso público que logo se estabeleceu como um grande foco de pesquisas e estudos políticos e culturais transnacionais: o discurso da memória, especialmente, mas não apenas, da memória traumática”⁵.

A emergência da memória torna-se uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais a partir do fim das ditaduras latino-americanas tais como Brasil, Argentina, Paraguai (década de 1980) e do Chile (em 1990), da queda do Muro de Berlim (1989) e do fim do *apartheid* na África do Sul (1994). Para Huyssen, tais eventos assinalam o papel-chave das memórias traumáticas e do imaginário urbano na atual transformação da experiência de espaço e tempo e apontam para o nascimento de uma cultura e de uma política da memória e sua expansão global.

Desde o final da década de 1990 os discursos sobre a memória e a análise das histórias traumáticas tornaram-se além de debates nacionais, transnacionais: os tropos discursivos e as iconografias do Holocausto emergiram, por exemplo, “na América Latina com referência aos desaparecidos, especialmente na Argentina, Chile e, mais tarde, noutros países latino-americanos, depois das ditaduras militares”⁶. Além disso, os debates públicos sobre a memória no Brasil, no Chile, na Guatemala ou no México seguiram os exemplos daqueles ocorridos na Argentina e o modelo sul-africano das Comissões da Verdade multiplicou-se mundo afora.

A guinada transnacional dos estudos sobre a memória influenciou claramente a política nacional, os processos judiciais, as Comissões da Verdade e os debates populares de muitos países, e se articulou de maneira vigorosa na literatura, nas artes plásticas, em filmes e documentários, e até na arquitetura de museus e memoriais.⁷

No Brasil, os silêncios começam a se quebrar ainda durante a ditadura através de certo afrouxamento da repressão a partir da distensão de 1974 e, principalmente, da Anistia em 1979. Começam a surgir os primeiros testemunhos através de projetos tais como o abaixo-assinado conhecido como *Bagulhão*, firmado por presos políticos de São Paulo em 1975; outro exemplo é o *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, encampado pelo governo federal que lançou em 2007 um dossiê semelhante, desta vez “oficial” no livro *Direito à Memória e à Verdade*.

⁴ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* 5ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. 544p., p.225.

⁵ HUYSEN, *Culturas do passado-presente*, p.12.

⁶ HUYSEN, *Culturas do passado-presente*, p.14.

⁷ HUYSEN, *Culturas do passado-presente*, pp.14-15.

Há também o *Projeto Brasil: Nunca Mais*, realizado clandestinamente entre 1979 e 1985, sob a coordenação do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e do Reverendo Paulo Wright.

Foi importante também a instauração, finalmente, da *Comissão Nacional da Verdade* (CNV, 2012-2014), criada “para esclarecer casos de violação de direitos humanos ocorridos entre 1946 e 1988 – inclusive a autoria de tortura, mortes, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres”⁸. Porém, à comissão coube apenas investigar e reconstruir fatos ocorridos durante a ditadura, mas não julgar e punir os agentes da repressão acusados de tortura e demais crimes, conforme ocorreu em outros países tais como a Argentina.

A memória da ditadura é revelada também através de museus, associações e arquivos públicos, lançamentos de livros, em que a literatura de testemunho recupera histórias de crueldade e opressão esquecidas daquele período, além da inserção em camadas populares através da exibição de minissérie e novela na televisão, e de uma crescente produção cinematográfica acerca desse passado recente.

Mas foi somente no final do século XX e mais fortemente no século XXI que as memórias da ditadura passam a ser mais exploradas pelos artistas visuais no Brasil. Para termos uma ideia, dentre os mais de trinta monumentos construídos no país em memória às vítimas da ditadura, apenas três são do século XX: o *Monumento Tortura Nunca Mais* (1993) em Recife (PE), o *Monumento aos Mortos e Desaparecidos Políticos da Bahia* em Vitória da Conquista (BA, 1998) e o *Memorial aos Mortos e Desaparecidos* (1995) em Porto Alegre (RS). Uma onda desse tipo de monumentos só ocorreria mais tarde, a partir de 2008 e impulsionada pelas discussões da CNV e eventos por ocasião do cinquentenário do golpe de 1964. Dentre eles, destacam-se o *Memorial em homenagem aos membros da comunidade USP que foram perseguidos e mortos por motivações políticas durante o regime militar (1964-1985)* (2012) na Universidade de São Paulo (USP) e o *Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos* (2014), no Parque do Ibirapuera, ambos na capital paulista.

Também ocorreram algumas exposições tais como *Memóri.Antonia* – realizada em 2003, no *Centro Universitário Mari.Antonia* em São Paulo – que é uma das mais relevantes do ponto de vista artístico, com a colaboração dos artistas Marcelo Brodsky, Fúlvia Molina, Horst Hoheisel e Andreas Knitz, e outra versão *Memóri.Antônia: Alma dos Edifícios* (2004) ocorrida no *Salão Negro do Congresso*

⁸ As ações teriam que seguir a “Lei da Anistia (6.683/79) e as leis que criaram a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (9.140/95) e a Comissão de Anistia (10.559/02)”, segundo informações da Agência Câmara de Notícias. Captado em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/DIREITOS-HUMANOS/148111-PROJETO-CRIA-A-COMISSAO-NACIONAL-DA-VERDADE,-SEM-CARATER-PUNITIVO.html>> Acesso em: 6 jun. 2011.

Nacional, Brasília, com fotografias dos prédios e de momentos históricos vividos pela USP à época da ditadura.

Outra exposição importante ocorreu em 2013 no *Centro Cultural Banco do Brasil*, chamada *Resistir é preciso*, idealizada pelo Instituto Vladimir Herzog, com apoio do Ministério da Cultura através da Lei de Incentivo à Cultura, para contar a história da resistência à ditadura militar no Brasil com espaço para fotojornalismo, vídeo-depoimentos e documentação do período.

Mais recentemente, em 2016, o *Centro Cultural São Paulo* recebeu a exposição *Antonio Benetazzo, Permanências do Sensível*, com 90 obras do artista plástico, professor de Filosofia e de História da Arte e dirigente do Movimento de Libertação Popular (Molipo), que foi morto em 1972 pela ditadura.

Todas as lembranças pela arte no Brasil mostram que só muito recentemente iniciou-se um processo de passagem da documentação para o questionamento, importante e necessária para o país tornar-se, eventualmente, uma cultura da memória. Mas a memória é ainda muito escassa e limitada a segmentos da sociedade tais como ativistas dos direitos humanos, familiares das vítimas, aqueles que têm acesso à “alta cultura”.

Presentificação, uma estratégia

O conceito de presentificação remonta à atribuição da memória ao tempo presente, e não ao passado, conforme é mais aceita pelo senso comum. Edmund Husserl nas *Lições para uma fenomenologia da consciência íntima do tempo*, nos fala da continuidade e atualização do presente através do termo *presentificação* ou *re-(a)presentação*⁹, por ele cunhado. O termo significa o ato pelo qual um objeto se torna presente sob a forma de imagem, é uma característica do tempo vivido, sentida como presente e integrada como tal na memória.

A presentificação difere da apresentação: a última, sob a forma da percepção, constitui a apresentação pura e simples (e não intuitiva), enquanto todos outros atos sensíveis são classificados como presentificações, que por sua vez não apresentam o objeto propriamente. Quando Husserl fala de imagem, se refere às “presentificações que descrevem alguma coisa de maneira indireta:

⁹ *Vergegenwärtigung*, sendo o termo traduzido também por *re-(a)presentação* para não ser confundido com *representação* (*Vorstellung*), já que a última palavra, após Kant, agrupava todos os correlatos de atos sensíveis, intuitivos, distintos do juízo. Ver mais em RICCEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. 536p., p. 62.

retratos, quadros, estátuas, fotografias, etc.”¹⁰. Na contemporaneidade, como Huysen mostra, a presentificação é bastante aceita e utilizada, mas também confundida com a apresentação:

Não é preciso muita sofisticação teórica para ver que toda representação – seja em linguagem, narrativa, imagem, ou som gravado – é baseada na memória. Re-(a)presentação sempre vem depois, ainda que algumas mídias tentem nos dar a ilusão de presença pura. Mas ao invés de nos levar a alguma origem autêntica ou nos dar um acesso verificável ao real, a memória, mesmo e especialmente em sua extemporaneidade, é em si baseada na representação. O passado não está simplesmente na memória, mas deve ser articulado para se tornar memória. Ao invés de lamentá-lo ou ignorá-lo, esta divisão deveria ser entendida como um forte estimulante para a criatividade cultural e artística.¹¹

A arte também viria a atender a uma demanda pelo dever de memória das sociedades atuais para presentificação dos eventos-limite desde quando se localiza nas fronteiras entre arte e vida, ou arte e política. Assim, a arte dialoga com a rememoração proposta por Walter Benjamin de abrir-se aos brancos, ao esquecido, ao recalcado pela história oficial ou dominante, de atentar-se às “ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente”¹².

A presentificação tem sido uma estratégia comum entre os artistas no pós-guerra, que lidam com negociações tensas entre história, memória e esquecimento. Dentre aqueles que rememoram a *Shoah*, estão Anselm Kiefer e Cristan Boltanski, que sugerem uma elaboração da memória, e não o seu recalque, expressando claramente um dever de memória e um exemplo de presentificação.

Presentificação da ditadura brasileira pela Arte

No Brasil, em contraste com a literatura de testemunho que surgiu com força ainda no fim da ditadura, quando a censura já havia afrouxado, as artes visuais no imediato pós-ditadura não se atentou muito para a memória dos “anos de chumbo”. A chamada “Geração 80”, especialmente, buscou outras temáticas, dedicou-se à arte pela arte, alheia às patrulhas ideológicas comuns nos anos 1960 e 1970. Exposições artísticas acerca do tema só começaram a surgir nos anos finais do século XX.

¹⁰ RICCEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. 536p., p.63).

¹¹ “It does not require much theoretical sophistication to see that all representation – whether in language, narrative, image, or recorded sound – is based on memory. Re-presentation always comes after, even though some media will try to provide us with the delusion of pure presence. But rather than leading us to some authentic origin or giving us verifiable access to the real, memory, even and especially in its belatedness, is itself based on representation. The past is not simply there in memory, but it must be articulated to become memory. Rather than lamenting or ignoring it, this split should be understood as a powerful stimulant for cultural and artistic creativity.” HUYSEN, Andreas. *Twilight Memories - Marking Time in a culture of Amnesia*. Nova York: Routledge, 1995, p. 2-3, tradução nossa.

¹² GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Memória e esquecimento: linguagens e narrativas*. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. p.91.



Figura 1: Cildo Meireles. *Um Cruzeiro - Quem matou Herzog?* (1975). Papel moeda, 7 x 15 cm. Inserções em Circuitos Ideológicos: Projeto Cédula. (Fonte: Anjos; Brett; Meireles, 2009, p.66).



Figura 2: Cildo Meireles. *O que aconteceu com Amarildo?* (2013). Inserções em Circuitos Ideológicos: Projeto Cédula. (Fonte: Revista Carbono).

Alguns artistas fazem referência à própria obra artística durante a ditadura, como é o caso de Cildo Meireles, quando dá continuidade às *Inserções em Circuitos Ideológicos: Projeto Cédula*, iniciado na década de 1970, cujo mote é “gravar informações e opiniões críticas nas cédulas e então devolvê-las à circulação”¹³. O artista prolonga um gesto antigo, da década de 1970, quando, pela primeira vez, carimbou uma cédula – então de cruzeiro – com uma provocação: “Quem matou Herzog?” (FIG. 1) em referência ao jornalista Vladimir Herzog, morto em 1975 pela ditadura, que insistia em dar a versão oficial como suicídio, embora houvesse evidências de assassinato dentro do DOI-CODI.

O artista insere no cotidiano das pessoas a arte, burla a censura de forma simples e eficiente uma vez que a veiculação do trabalho não dependia de meios de divulgação previamente censurados nem do mercado. O controle das cédulas de dinheiro é difícil e lento, portanto as mensagens poderiam circular por muito tempo e por muitas pessoas rapidamente. Dando continuidade à série que é um exemplar da arte conceitual dentro do contexto brasileiro, desta vez carimba cédulas de R\$2, R\$5 e R\$10, com as perguntas: “Cadê Amarildo?”, “O que aconteceu com

¹³ MEIRELES, Cildo. *Inserções em circuitos ideológicos*. 1970 In: FERREIRA, Glória; COTRIM, Cecília. *Escritos de artistas: anos 60/70*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 265.

Amarildo?” (FIG. 2) ou “Por que Toninho do PT foi assassinado?” (2012); “Porque Celso Daniel foi assassinado?” (2012); reatualizando um problema da violência desde a ditadura.

A presentificação também é estratégia da arte de Rosângela Rennó, que seleciona memórias, questiona a história oficial, atualiza as lembranças, tocada por alguns posicionamentos teóricos sobre a memória social ao longo do século XX com forte conotação política, conforme em *Operação Aranhas/Arapongas/Arapucas* (2014). A série – exibida pela *Galeria Vermelho*, em São Paulo – conta com 36 impressões digitais a partir de fotografias realizadas por José Inácio Parente (“Passeata dos Cem Mil” contra a ditadura, Rio de Janeiro, 1968), pela própria artista (Movimento “Diretas Já”, Belo Horizonte, 1984) e pela Cia de Foto (Movimento “Passe Livre”, São Paulo, 2013), organizadas em 12 trípticos com 53x80cm, cada impressão digital.

Cada foto foi recoberta por uma folha de papel de seda com relevo seco, cuja leve transparência nos remete à penumbra do esquecimento. Lentes de câmera e filtros deixam entrever rostos destacados na multidão. Em um olhar desatento, poderíamos até nos confundir na identificação das fotografias através dos olhares e gestos, mas as distinguimos pelos escritos nas faixas. As imagens são presentificações: apesar dos distintos momentos políticos, mostra a força das massas no desejo de mudanças na história recente do país, como uma cadeia de acontecimentos de certa forma interligados por uma força latente.

Também em referência às Jornadas de Junho de 2013, mas, principalmente ao *happening Bandeiras na Praça General Osório* (1968), a exposição *Bandeiras na Praça Tiradentes* (2014), no *Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica* (CMAHO) no Rio de Janeiro, faz a presentificação desses eventos. A diretora do CMAHO, Izabela Pucu, procurou “reativar no esteio dos protestos de 2013, a força do evento de 1968, recolocando em pauta as ligações entre arte e manifestações políticas”¹⁴. O *happening* de 1968, ocorrido no intervalo entre festa e manifestação, confundiu as autoridades com as presenças da bateria da Mangueira e da Banda de Ipanema em data próxima ao carnaval, uma vez que não houve qualquer repressão policial, apesar de muitas bandeiras de cunho político. O evento de 2014, por sua vez, inaugurado com um cortejo, celebrou o fim da residência artística *Remixofagia* e o início da exposição que une passado e presente.

¹⁴ RIVERA, Tania. *Bandeiras no Tempo. In: A arte como inscrição a violência*. Revista Cult. N°197. Ano 17, dez 2014. p. 48.



Figura 3: Hélio Oiticica. *Seja Marginal, Seja Herói* (1968). (Coleção Mustapha Barat, Rio de Janeiro).



Figura 4: Gustavo Speridião. *O único que se libertou com a Revolução Industrial foi o cavalo* (2014). (Foto: Eduardo Coelho/ Revista Cult nº 197, p. 50).

A mostra atualiza o passado ao cumprir a tarefa histórica de um museu com a recuperação da memória de um evento artístico esquecido, bem como um momento histórico – da ditadura – com fotografias e documentos da época, e vídeos com depoimento de artistas participantes. Além disso, aos sete estandartes originais e nove réplicas de obras dos artistas Hélio Oiticica, Nelson Leirner, Flávio Mota, Carlos Scliar, Marcelo Nietzsche, Carlos Vergara, Rubens Gerchman, Glauco Rodrigues, Anna Maria Maiolino, Pietrina Checcacci e Cláudio Tozzi, se unem mais doze novas bandeiras do *Coletivo Norte Comum* e *Coletivo Gráfico*.

Dentre os novos trabalhos, destaca-se no contexto da presentificação aquele de Gustavo Speridião, artista que, a convite da curadoria, idealizou uma bandeira a partir de *Seja marginal, seja herói* (1968), de Hélio Oiticica (FIG. 3). A famosa bandeira de 1968 trazia a imagem do marginal Alcir Figueira da Silva, conforme explicado em texto de Oiticica, chamado *O herói anti-herói e o anti-herói anônimo*. Com a obra (que também esteve na boate *Sucata*, na qual ocorreu o incidente que encerra o movimento vanguardista da *Tropicália* no mesmo ano) assim como a *Bólido-caixa nº18 - B33 – Homenagem a Cara de Cavalo* (1965), Oiticica não deixa cair no esquecimento a arbitrariedade do Estado na época, inclusive comparando esse “herói anti-herói”, ao “anti-herói anônimo” militante político¹⁵.

Na nova bandeira (FIG. 4), Speridião acrescenta à figura de Alcir morto estendido no chão, dois policiais armados que lhe puxam pelos braços, arrastando-o pelo chão. À maneira das histórias em quadrinhos, os policiais dialogam: “– Me parece que o elemento roubou uma imagem do grande

¹⁵ OITICICA, Hélio. “O Herói Anti-Herói e o Anti-Herói Anônimo, 1969. Reproduzido no panfleto Soro da revista Cultura e Barbárie Captado em: <<http://www.culturaebarbarie.org/sopro/arquivo/heroioticica.html>> Acesso em: 8 nov. 2015.

Hélio...”; “– E uma frase de Carlos Zílio...”, completa o outro. A referida frase está abaixo das figuras: “O único que se libertou com a revolução industrial foi o cavalo”, que também nomeia a bandeira de Speridião. O artista atualiza e sublinha a violência ao mesmo tempo em que a subverte através do humor, além de colocar-se no lugar do marginal, atendendo ao imperativo “seja marginal, seja herói”, uma vez que participou das manifestações de 2013, quando os policiais militares ainda se utilizaram de violência excessiva.

Considerações Finais

No Brasil, a falta de uma política de memória em governos imediatamente pós-ditatoriais acerca do tema da violência de Estado, que inclui a instauração muito tardia de uma Comissão Nacional da Verdade e o caráter não punitivo da mesma, mas também o abandono do tema ditadura pelos artistas foram prejudiciais à construção de uma cultura da memória no país, diferente do que aconteceu em países como a Argentina. A preservação dessas memórias surgiu na maioria das vezes por iniciativa da sociedade civil através do trabalho de organizações pelos direitos humanos, grupos de familiares das vítimas de violência, artistas individualmente e só muito recentemente foram apoiadas pelas esferas públicas de poder. A produção artística em geral acerca do tema ditadura cresceu consideravelmente nos últimos anos (especialmente no cinema), mas ainda é necessário que aumente o incentivo às mesmas.

Quando memória oficial e memórias subterrâneas se cruzam em um país acostumado a homenagear os seus algozes, muitas questões surgem. Dentre elas, os debates éticos e estéticos envolvidos na construção desses suportes da memória, levam em consideração os usos ou abusos que fazem da memória. Outra questão ficou muito visível nas celebrações pelo cinquentenário do golpe de 1964: os agentes que orbitavam em torno da CNV entre 2012 e 2014 até organizaram eventos culturais, inauguração de monumentos, escrachos contra torturadores, dentre outras ações, mas, restritos aos familiares das vítimas e ativistas dos direitos humanos, não chegando a atingir variados setores da sociedade. Ou seja: a política da memória só é feita por e para quem já tem conhecimento sobre o assunto, e têm sido, na maioria das vezes, pouco efetiva na questão educacional, daqueles que ainda não acessam essas informações.

A pouca efetividade em implantar uma cultura da memória fica ainda mais evidente na atual conjuntura em que vemos novamente um golpe de Estado ser dado com aval de grande parte da população, que insiste em repetir chavões desde 1964 tais como chamar àqueles que lutaram contra a ditadura de “terroristas”. Recalcar esse passado obscuro tende então a repeti-lo, e com o lamentável apoio da população, simplesmente por falta de conhecimento histórico. Uma ampla

rememoração feita em vários países fez com que enaltecer o nazismo fosse criminalizado, assim como a Argentina fez em relação à ditadura civil-militar naquele país, onde é difícil ver alguém saudoso da ditadura. Nesses países, a arte também teve papel preponderante.

O desafio da representação de uma memória recente – como a ditadura civil-militar – encontra obstáculos na busca por implementar políticas de memória inclusivas, o resgate da cidadania e a presentificação da catástrofe. As diferentes estratégias a partir das quais se representam os passados de repressão e violência estatal e as ressignificações do passado se situam no intervalo entre o afetivo e o político, por isso não pode ser vertical, mas demandar a participação da sociedade como um todo. Desde que a Arte se misturou com a vida, os artistas se interessam por essa demanda da sociedade civil pelo “dever de memória”, nos brindando com trabalhos desde resistência à ditadura ainda nos anos de chumbo até os trabalhos de rememoração da barbárie no período democrático.

Por fim, a implantação de memoriais e monumentos – que são muito explorados no exterior como apoio às políticas da memória – são ainda muito recentes e pouco representativas para a extensão do país. Quase nenhum deles resultou de concurso, então, possivelmente a falta de competição e incentivo financeiro tenha desestimulado a participação de grandes artistas e escritórios de arquitetura, comprometendo a possibilidade criativa, o que resulta muitas vezes em monumentos pouco inspirados. Espera-se que os monumentos e memoriais tornem-se verdadeiros “lugares de memória”¹⁶, espaços que recebam celebrações, que de fato, colaborem para informar a população sobre as atrocidades ocorridas durante o regime militar. Ou seja, devem ser identitários, relacionais, históricos, desejados pela comunidade, além de ter contínua ressignificação segundo as demandas do presente.

Nos trabalhos artísticos que fazem a presentificação, o que vem à tona são fragmentos da memória e uma reflexão sobre a condição da arte e do artista com a História como campo de atrações, de forma simultânea e não linear, anacrônica, na tentativa de atualizar o passado e não neutralizá-lo, e muito menos recalá-lo. Eis o que caracteriza um estado presente e de presença: não negligencia o passado, nem tampouco se prende a ele. A presentificação do passado, além do trabalho de memória e reparação simbólica, evidencia a denúncia, talvez as únicas possibilidades da Arte e dos artistas diante das catástrofes.

¹⁶ NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire* – I: La République. Paris: Gallimard, 1984, p. VII-VIII.

O Teatro brasileiro entre a formação da identidade nacional e a sátira "Antônio José e o Poeta e a Inquisição" e "O Juiz de Paz na Roça"

Andréa Sannazzaro

Mestranda PPGAC/IFAC/UFOP
deasannazzaro@gmail.com

Resumo: Em 1838, pouco mais de uma década da Independência brasileira junto ao Império Português, sobem ao palco do então Teatro Constitucional Fluminense na corte do Império o Rio de Janeiro, peças considerados na Historiografia do Teatro brasileira como sendo precursoras de um teatro tipicamente nacional: a tragédia de Gonçalves de Magalhães: "Antônio José e O Poeta e A Inquisição" e a comédia de Martins Pena "O Juiz de Paz na Roça". Ambas pelas primeira vez levam ao palco personagens brasileiros. O que elas revelam, contudo, é um envolvimento com projetos políticos e reformadores da sociedade, questões estas que surgem diante das perspectivas de um futuro a ser construído após a independência. Magalhães se volta com sua peça para uma forma de educação estética do homem fundamentado nos princípios de Schiller já o teatro de Martins Pena revela as especificidades daquele presente, bem como uma identidade coletiva permeada de anseios políticos, devido às circunstâncias do período.

Palavras-chave: Teatro; Identidade- nacional; Brasil.

O presente trabalho tem como recorte parte da dissertação de mestrado no qual é apresentado pesquisa de como Martins Pena e suas comédias são capazes de elaborar a presença¹ de elementos específicos da jovem nação, contribuindo assim para a constituição do sentimento de nacionalidade. O recorte aqui empreendido tratara da discussão em torno de duas peças de autores distintos: Gonçalves de Magalhães e Martins Pena, o primeiro com Antônio José o Poeta e a Inquisição, o segundo com o Juiz de Paz na roça, ambas que se aproximam não apenas pelo ano, já que tem sua estreia em 1838, no então teatro Constitucional Fluminense, mas também, pelo fato de serem consideradas pela Historiografia teatral como as primeiras a levarem a cena personagens brasileiras². O primeiro voltado para o destino trágico de um poeta dramaturgo nacional, o segundo colocando em evidência personagens típicos e costumes sendo delineados por meio da estratégia da elaboração cor local, ou mesmo por um fim crítico ao elaborar um personagem social através do uso da sátira. Nossa intenção aqui é revelar espécie de educação estética ética política orientada voltada para um projeto de formação da identidade nacional.

Iremos a um primeiro momento entender a estratégia de Gonçalves de Magalhães em sua peça considerada uma transição entre o classicismo e o romantismo, tal hibridez na definição se dá

¹ GUMBRECHT, H. U. Produção de presença – o que o sentido não consegue transmitir. Tradução de Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto e PUC-Rio, 2010.

² PRADO, Décio de Almeida. História Concisa do teatro Brasileiro. São Paulo: EDUSP, 2008.

primeiramente pela escolha da tragédia com a orientação de uma interpretação expressiva e natural. Já em um segundo momento vamos ver a inserção de Martins Pena com a criação de uma peça que pode ser considerada uma denúncia a corrupção e os desvios de um personagem social de grande importância no período O Juiz de Paz.

Gonçalves de Magalhães em sua estadia na França, teve contato com as idéias de Frederich Schiller, percussor de uma educação estética para o homem³. Assim em sua peça utiliza de estratégias de uma educação sentimental com fins para formação da consciência histórica. Antônio José o protagonista de sua peça nasceu no Brasil, poeta e dramaturgo judeu, viveu boa parte da vida em Lisboa onde morreu em um auto da inquisição. Em seu prefácio o mesmo diz: "Desejando encetar minha carreira Dramática por um objeto nacional, nenhum me parece mais capaz de despertar as simpatias e as paixões trágicas: as desgraças de um homem de letras, de um poeta"⁴.

A Educação Estética teria a capacidade de orientar o homem, em busca de um ideal de harmonia que equilibrasse razão com beleza e liberdade. Estes conceitos equilibrados à razão e à beleza seriam, portanto, capazes de trazer o homem a um estado natural de liberdade; era necessário, contudo, um estado estético que o educasse para essa liberdade. Portanto, era imprescindível levar a experiência do Belo para os palcos; através dele, o homem entraria no mundo sensível encontrando saída através do sublime. Para Schiller, o sublime é a liberdade sentida graças à condição de elevação perante uma ameaça, no caso da tragédia, ela causaria o desejo de buscar autodeterminação, cativando, assim, um homem moral, aquele que não era movido apenas pelo estado das emoções, mas no equilíbrio entre razão e emoção. Desse modo, o homem estaria pronto para atuar nas contradições do mundo através do uso da razão, esta que deve servir como fonte autodeterminadora do homem. Magalhães quer, ao formar seu herói Antônio José, cativar a paixão de seus espectadores, buscando sentimentos bons, como compaixão, diante de seu destino trágico.

A plateia teria contato com sentimentos sublimes, uma liberdade sentida, e com a condição de elevação perante uma ameaça, cativando, dessa maneira, a sua bondade e sendo assim educada a viver com princípios elevados para constituir uma nação. Experiência nada mais oportuna para uma jovem nação que experimenta um novo presente após a Independência, em que as expectativas devem ser positivas e o homem deve estar preparado para as novas condições impostas pelas mudanças; deveria ser preparado com sentimentos bons, como o amor e a compaixão, princípios elevados para a vida em sociedade. Gonçalves de Magalhães revela em seu herói que sua obstinação

³ SCHILLER.F. A educação estética do homem. São Paulo: Iluminuras, 2002.

⁴ MAGALHÃES, Gonçalves de. Tragédias. Rio de Janeiro, Garnier, 1865.

diante do destino é em prol das letras e do teatro, um exemplo para constituir a consciência histórica da jovem nação de um passado que revela possuir riquezas artísticas.

Contudo, a questão de se repensar um teatro não ocorria apenas no conteúdo moral e nacionalista para uma educação estética, surgia também na forma teatral. Juntamente com João Caetano, ao romper com a forma de declamação e introduzir aos palcos brasileiros uma dramaturgia expressiva e natural, podemos pensar isso como uma tentativa de reaproximação com o público, tendo em vista seu projeto voltado para a construção de um teatro brasileiro e de uma constituição da identidade nacional, o que era feito, principalmente, através de símbolos, sejam eles discursivos ou representações capazes de formar interação social para que os indivíduos se reconhecessem pertencentes à nação brasileira.

Se o passado brasileiro, através das peças de Gonçalves de Magalhães daquele momento, é remetido através da experiência trágica de Antonio José, ao transpor isso, através da forma da tragédia despertando assim emoções fortes, pretende que seu público seja cativado à compaixão pelo judeu que fora queimado vivo em Lisboa em um auto da fé, em 1739. A tragédia aqui é uma estratégia de ampliação da sensibilidade para um mundo complexo, passível de organização dada às mudanças que aconteciam no âmbito político e social no Brasil após 1822.

Por sua vez Martins Pena se volta para o presente, usando de muitos elementos da tradição teatral, a saber, a comédia clássica, o teatro de bonecos e o entremez, gênero popular em Portugal e na Espanha no período, sendo caracterizado por peças curtas encenadas entre os atos de peças mais longas. Com a estreia de sua peça. O juiz deixa de ser aqui, uma simples figura arquetípica do gênero da comédia e da farsa para ser alvo e denúncia de grande falha nas instituições burocráticas, a corrupção passando ainda por outros descompassos sociais. Em uma peça de um único ato, são múltiplos os aspectos locais que lhe servem de inspiração.

A Independência Brasileira exigia uma nova organização da unidade nacional em termos políticos e burocráticos. Alguns fatos demonstram como este processo foi conturbado. Após a Assembleia Constituinte de 1823, emblemática para a ruptura com Portugal, houve a elaboração da Constituição de 1824. Ao mesmo tempo em que a Constituição dividia os poderes, entre o legislativo, o judiciário e o executivo, ela também conferia autoridade ao Imperador com o Poder Moderador. O poder judiciário, por sua vez, foi composto por juízes de fora, juiz de vintena, juiz de ordinário.

Somente em 1827, uma lei esparsa, idealizada pelos liberais⁵, permitiu a criação da figura do Juiz de Paz. Cabia a eles atuar em freguesias longe da sede da corte, onde eram também eleitos sem interferência do Imperador, e deveriam resguardar a Constituição. Suas funções se baseavam em promover conciliações, dispersar desordens, conter ameaças. Sem qualquer tipo de treinamento específico e garantia de pagamento, atuavam como uma espécie de reformador social da comunidade.

[...] não é casual que no Império do Brasil, no início da década de 1830, se possa observar um movimento no sentido de exigência de responsabilidade de juízes que coincide também com um momento de maior instabilidade política e radicalização na projeção das alternativas de futuro com a abdicação do imperador.⁶

Após a abdicação de D. Pedro I em 1831, em 1834, já na Regência, marcada por disputas entre liberais, conservadores e liberais exaltados, foi elaborado o ato institucional que confere mudanças à constituição. A partir dela houve a criação das assembleias legislativas provinciais, foi estipulado seu funcionamento e atribuições. Segundo Slemian, a ideia era concretizar uma forma em que os municípios se tornassem subordinados às Províncias e estas interdependentes com os poderes centrais. Todas essas mudanças conferem o intenso debate em torno da jurisdição no período. Martins Pena escreve *O Juiz de Paz na Roça* em 1837, entre a criação do ato em 1834, e momentos antes da extinção dos Juizes de Paz em 1841, no início do Segundo Reinado, juntamente com uma reforma no código do processo penal

Assim o Juiz de paz, é não só figura representativa de uma parcela do poder do estado, como também a representação da Constituição em um lugar afastado da corte: a roça. Na peça, o mesmo deverá executar a prisão de recrutas que se recusam a servir na Guerra dos Farrapos. Sublinho aqui que, devido a duração de dez anos, entre 1835 a 1845, esta foi uma guerra que exigiu certo empenho político e econômico em vários setores, mostrando empenho por parte da coroa em prol dos interesses do Sudeste em relação ao sul. A cadeia, ou mesmo a referência ao quartel de Sant'anna para prisão oficial, é uma forma de elaboração de presença da violência que a guerra provocava; o juiz em vários momentos se refere a ela em tom de ameaça, e ainda manda prender o recruta que se recusa a ir para o confronto. Para a elaboração em sua peça dos meios sociais, vemos outros aspectos que produzem a presença das instituições nacionais: lavradores pobres, como no caso dos personagens Manuel João, José da Silva, Francisco Antônio e Manuel André, representando a classe produtora primária, os escravos, referência aos latifundiários e aos atores de

⁵ FLORY, Thomas. El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

⁶ GARRIGA, Carlos e SLEMIAN, Andréa. "Em trajes brasileiros": justiça e constituição na América ibérica (c. 1750-1850). Revista de História São Paulo, n. 169, p. 181-221, julho/dezembro de 2013.

teatros: “JOSÉ - Eu te digo. Há três teatros, e um deles maior que o engenho do capitão-mor [...]” (CENA II). Há ainda a representação dos aparelhos do estado como no caso do próprio Juiz, a Assembleia provincial, a Guarda Nacional. E por fim a Igreja: “JOSÉ - O vigário está pronto para qualquer hora” (CENA II)⁷.

É ainda através do Juiz, que a peça articula o que aparenta ser o interesse central da peça: os julgamentos, como o próprio título da peça sugere. Vemos, que, além do protagonismo, o Juiz se ocupa de determinados assuntos que conferem a maior parte de comicidade da peça dado o seu caráter aparentemente não sério:

ESCRIVÃO - [lendo] - diz Inácio José, natural desta freguesia e casado com Josefa Joaquina, sua mulher na face da Igreja, que precisa que Vossa Senhoria mande a Gregório degradado para fora da terra, pois teve o atrevimento de dar uma umbigada em sua mulher, na encruzilhada do Pau-Grande, que quase a fêz abortar, da qual umbigada fez cair a dita sua mulher de pernas para o ar. Portanto pede a Vossa Senhoria mande o dito Gregório degradado para Angola, E.R.N.
JUIZ - É verdade, Sr. Gregório, que o senhor deu uma umbigada na senhora?
(CENA XI)

Notamos que muitas das cenas são construídas usando de estratégias para efeito cômico com o uso dos animais e a forma em que eles são introduzidos pela personagem, incapazes de sentimentos mais intensos como, por exemplo, ódio, vingança etc.⁸. Porém a inserção do cômico, nada mais é uma tentativa de forjar a sátira em torno da figura do juiz. Artefato este que parece servir para expor ao ridículo determinados comportamentos. Patrice Pavis, ao definir a comédia satírica, a associa com aquela que critica determinada prática social. A respeito de todos esses elementos na criação de sua comédia, vemos onde se encontra o cerne crítico da obra inaugural de nosso dramaturgo, já que podemos notar como à figura do juiz, movimenta toda teatralidade da peça, sendo possível, assim, questões temporais que envolvem um personagem social serem transpostas de maneira simbólica para os palcos

Atribuindo sentido para ao cômico, Bergson⁹, com sua função social, diz que “o cômico exige algo como certa anestesia momentânea do coração para produzir todo seu efeito”, gerando, assim, determinada visão crítica. Para ele, o cômico é visto de maneira bastante produtiva, uma vez que é capaz de promover sociabilidade, contribuindo com uma forma de equilíbrio: “ao organizar o riso, ela aceita a vida social como um meio natural chega mesmo a acompanhar uma das impulsões na vida social”. O autor vê no riso a capacidade de um juízo de valor, uma vez que o

⁷ PENA, Martins. Comédias (1833 – 1844). Organização de Vilma Arêas. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

⁸ ARÊAS, Vilma. Iniciação à Comédia. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1990.

⁹ BERGSON, Henri. O riso: ensaio sobre a significação da comicidade. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

objeto cômico, ao se afastar do vivo e do social, tornando-se ridículo, reflete um desvio e uma deformação social; ao ser exposto ao riso, tem a capacidade de ser corrigido. Aquele que porta certa comicidade não o percebe, enquanto, os outros, sim, pois ele se afasta de determinada naturalidade social e aquele que o vê é dominado por certa distância racional. Dessa forma, o riso torna-se capaz de aprimorar a moral.

Na peça em questão, o personagem do Juiz se mostra oposto à figura projetada pela sociedade que o assiste, é um agente que se vale de inúmeros oportunismos, vejamos o trecho a seguir:

JUIZ - [...] [batem à porta] - Quem é? Pode entrar. [entra um preto com um cacho de bananas e uma carta, que entrega ao juiz]. Juiz lendo a carta: “Ilmo. Sr.? Muito me alegro de dizer a V.S.a. que a minha ao fazer desta é boa, e que a mesma desejo para V.S.a. pelos circunlóquios com que lhe venero”. [deixando de ler] Circunlóquios... Que nome em breve! O que quererá êle dizer? Continuemos. [lendo] “Tomo a liberdade de mandar a V. As. Um cacho de bananas maças para V.S.a. comer com a sua bôca e dar também a comer à Sra. Juiza e aos Srs. Juizinhos. V.S.a há-de reparar ma insignificância do presente; porém, Ilmo. Sr., as reformas da Constituição permitem a cada um fazer o que quiser, e mesmo fazer presentes; ora, mandando assim as ditas reformas V. As. Fará o favor de aceitar as ditas bananas, que diz minha Teresa Ova serem muito boas. No mais, receba as ordens de quem é seu venerador e tem a honra de ser Manuel André de Sapiruruca.” Bom, tenho bananas para a sobremesa. Ó pai, leva estas bananas para dentro e entrega à senhora. Toma lá um vintém para teu tabaco. [sai o negro] O certo é que é bem bom ser juiz de paz cá pela roça. De vez em quando temos nossos presentes de galinhas, bananas, ovos, etc., etc. [Batem a porta] Quem é? (CENA IX)

Na cena é explícita a menção à Constituição, outra forma de elaboração de presença de um tema do momento, de forma sarcástica e debochada, o senhor que presenteia o juiz o faz claramente como uma espécie de bajulação, certamente para obter algum favor. Dada a interpretação de Bergson sobre o cômico sendo capaz de ser utilizado como uma função social, o juiz torna-se réu do público ao ser submetido ao riso. O juiz é construído a partir da figura arquetípica da farsa¹⁰, combinada ainda com aspectos de outros gêneros como do teatro popular de fantoches, e sua linha de personagens ligada a espertalhões. Assim sendo, cenicamente o personagem com características populares torna-se um pouco familiar para o público brasileiro. Ainda vemos, através das ações do personagem, a presença de sua forma autoritária e tirana, como em determinada cena ao se justificar sobre sua ignorância a respeito de como fazer um despacho:

¹⁰ Gênero que, segundo Patrice Pavis (2011), apenas se constitui enquanto tal na Idade Média, com inúmeros exemplos, embora se encontre características dele desde Aristófanes e Plauto na Grécia antiga, sempre excluído do bom gosto se associando a uma espécie de riso grosseiro, ligado ao corpo, à realidade social e ao cotidiano. In.: PATRICE, Pavi. Dicionário de teatro. São Paulo, Perspectiva 2011.

ESCRIVÃO - Vossa senhoria não se envergonha, sendo um juiz de paz?
 JUIZ - Envergonhar-me de que? O Senhor ainda está muito de cor.
 Aqui para nós, que ninguém nos ouve, quantos juizes de direito há por
 estas comarcas que não sabem onde têm sua mão direita, quanto mais
 juizes de paz. E além disso, cada um faz o que sabem (CENA XXI).

Em meio a relação da peça com seu próprio tempo, o que permitiu que Martins Pena fosse denominado o “criador da comédia de costumes” no Brasil, vemos que o desfecho conciliador e feliz, ao contrário da tragédia em que não se tem esta possibilidade e já na comédia a convenção é permitida, Martins Pena o faz trazendo uma atmosfera cultural, transmitindo o clima das festas populares. Vejamos a cena final, uma festa organizada pelo juiz em sua casa:

JUIZ - Bom. [PARA OS OUTROS] Vamos arranjar a roda. A noiva dançará comigo, e o noivo com sua sogra. Ó Sr. Manuel João, arranje outra roda... Vamos, vamos! [ARRANJAM AS RODAS; O ESCRIVÃO ENTRA COM UMA VIOLA] Os outros senhores abanquem-se... Sr. Escrivão, ou toque, ou dê a viola a algum dos senhores. Um fado bem rasgadinho... Bem choradinho...
 [...]
 JUIZ - bravo, minha gente! Toque, toque! [UM DOS ATORES TOCA A TIRANA NA VIOLA; OS OUTROS BATEM PALMAS E CAQUINHOS, E OS MAIS DANÇAM]
 TOCADOR – [cantando] Ganinha, minha senhora, Da maior veneração; Passarinho foi-se embora, Me deixou penas na mão. TODOS - Se me dás que comê, Se me dás que bebê, Se me pagas as casas, Vou morar com você. [DANÇAM]
 JUIZ - Assim, meu povo! Esquenta, esquenta!...
 MANUEL JOÃO - Afervente!...
 TOCADOR – [Cantando]
 Em cima daquele morro
 Há um pé de ananás
 Não há homem neste mundo
 Como o nosso juiz de paz.
 TODOS - Se me dás que comê,
 Se me dás que bebê,
 Se me pagas as casas,
 Vou morar com você.
 JUIZ - Aferventa, aferventa!... (CENA XXIII)

Câmara Cascudo¹¹, inclusive, é um dos que sustenta que o fado tem sua origem no Brasil e descende do lundu: “já divulgado entre o povo quando a corte portuguesa se estabeleceu no Brasil”. Na cena, ela é introduzida em tom festivo, vemos que não há mais a existência de nenhuma diferença nem desavença, mesmo em personagens que se distinguem tão claramente em termos de estrutura social e durante todo o enredo da peça tais diferenças se acentuam. Na rubrica notamos, ainda, como o autor sugere como ela deve ser feita, os atores devem tocar os instrumentos e dançarem. Dessa forma, elemento cultural do período é transformado em potente artifício de

¹¹ CÂMARA CASCUDO, Luís da. Dicionário do Folclore Brasileiro. Instituto Nacional do Livro, 1972.

teatralidade dado a musicalidade que ela traz a peça e a movimentação em torno dos atores que articula vários elementos como os instrumentos musicais.

O que gera certa distensão, ou descongelamento das emoções ao mesmo tempo em que transforma a inserção de um elemento cultural junto ao final feliz. Permitindo assim a abertura de determinados sentimentos como a simpatia e o afeto em torno daquilo que está sendo exposto.

Ambos, Magalhães e Martins Pena, movidos por necessidades temporais, o primeiro a constituição de um passado, já o segundo colocando no mesmo ritmo as várias faces do Brasil. Influenciados por expectativas em aberto no qual o presente necessitava ser colocado em cheque para ser avaliado.

Sobre outro potencial que o teatro orientado por fins nacionalistas apresenta é que podemos pensar acerca da ideia de nação como algo que necessita ser pensado e compartilhado, algo que o teatro como vemos aqui se propôs, em um só tempo "A essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum e que também tenham esquecido outras tantas". Coisas que parece Martins Pena querer fazer lembrar ao remeter em forma de presença, ou mesmo as tradições teatrais e musicais que evoca, o *entremez* e o *fado*, como vimos acima. Magalhães por sua vez relembando um passado por vias também da tradição teatral, o destino trágico de um comediógrafo.

Benedict Anderson¹² ao trabalhar o conceito de nação enquanto comunidade imaginada, defende o caráter construtivo de Estado- Nação. Pois este seria fruto de uma unidade. o Estado – Nação viria após o sentimento nacionalista estar consolidado. A Nação seria antes de tudo imaginada por aqueles que nelas estão inseridos, o sentimento de pertencimento o de uma comunhão seriam fatores relevantes para construção do Estado- Nação. O fato de ela ser imaginada traz o sentido de comunhão daqueles que imaginam seus antepassados (em comum), daqueles que comungam do mesmo estilo em que imaginam a própria comunidade o que garante, desta maneira, um vínculo entre os membros da comunidade. Para ele, a possibilidade de se imaginar uma nação surgiu historicamente a partir de três conceitos culturais básicos, em um primeiro momento a língua escrita capaz de oferecer acesso privilegiado à verdade ontológica; depois a crença de que a sociedade era organizada em torno de e sob "centros elevados" –monarcas; que eram pessoas distintas dos outros seres humanos e que governavam por alguma forma de disposição cósmica (divina); e, por fim, uma concepção de temporalidade, na qual cosmologia e história não se

¹² ANDERSON, Benedict R. Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

distinguem, sendo, porém idênticas às origens do mundo e dos homens. É a partir destes três conceitos culturais básicos que pode, então, ser imaginada a nação como comunidade. Dessa maneira, Benedict Anderson propõe que a consciência nacional é imaginada a partir destes elementos que são constitutivos e comuns a todas as experiências de formação da nação. Elementos culturais que o teatro, ao trazer ao palco, eram capazes de formar interação indo de encontro assim para concretude de um projeto de construção do sentimento nacionalista tão caro para a independência ser consolidada.

O espetáculo *Maria, Maria* na canção de Milton Nascimento: Identidade Negra e lutas sociais no contexto da Ditadura Militar brasileira (1976-1982)

Hudson Leonardo Lima Públio

Graduado em História
Universidade Federal de Minas Gerais
hudsonlpublio@hotmail.com

Resumo: Milton Nascimento se insere no cenário da Música Popular Brasileira (MPB) como um artista que soube levar para o consumidor médio canções que exaltavam a identidade negra. Partindo da carreira do músico em seu início, e posterior consolidação, a proposta central do trabalho é pesquisar o nascimento do espetáculo *Maria, Maria* com roteiro de Fernando Brant e música de Milton Nascimento, identificando as repercussões que teve na cultura brasileira à época de sua encenação (1976-1982). Organizado e celebrado pelo coletivo de dança *Grupo Corpo*, o espetáculo *Maria, Maria* se insere no contexto cultural brasileiro em um ambiente artístico consumido preferencialmente pela elite. A ideia do estudo é perceber como a apropriação de um grupo de dança com formação clássica serviu para divulgar a cultura de uma minoria social no contexto da ditadura militar no Brasil (1964-1985), utilizando de um roteiro que dialogava música e dança com elementos próprios da cultura negra e também fazendo uso do sincretismo religioso.

Palavras-chave: Canção, Ditadura militar brasileira, Identidade negra.

Apresentação: Milton Nascimento

Era uma tarde como outra qualquer na cidade do Rio de Janeiro de 26 de outubro de 1942. Às 6 horas da tarde nasceria Milton do Nascimento. Apenas Nascimento, pois o seu pai biológico havia abandonado Maria do Carmo do Nascimento quando ainda estava grávida. Como diria Carlos Drummond de Andrade, o tempo não havia ainda chegado “de completa justiça”¹. Porém para essa mulher, que fazia serviços de empregada doméstica em uma casa de classe média alta, a justiça não chegaria: morreria de tuberculose abandonada pelo desconhecido homem quando Milton Nascimento ainda não havia completado dois anos.

Em Três Pontas, Minas Gerais, residia uma jovem recém-casada que se apegara bastante a Milton Nascimento quando ainda morava com seus pais em Juiz de Fora, patrões da avó do futuro músico. Com a morte de sua mãe, Milton ficaria sob os cuidados da avó materna que também fazia serviços de empregada doméstica e também para uma família de classe média alta. Lília Silva Campos, que não conseguia engravidar, resolve então adotar Milton com o consentimento de sua avó. Viaja com o marido de Três Pontas para Juiz de Fora e convence à avó de Milton que o queria

¹ ANDRADE, Carlos Drummond de. Flor e a Náusea, A. In: *Antologia Poética*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 32.

adotar, pois se havia apegado muito a ele. Aceitaria com apenas uma condição: que o sobrenome de sua filha “do Nascimento”, fosse mantido. Milton Nascimento muda-se então com os seus novos pais para Três Pontas, onde seria essencial para sua formação de músico. Ainda não havia completado três anos de idade.

Diferente do meu artigo anterior no EPHIS, que resolvi tratar de três canções do Clube da Esquina ligadas ao contexto de Abertura Política no Brasil nos anos finais da Ditadura Militar, optei por começar o texto aqui apresentado tratando de Milton Nascimento e o processo de sua carreira que o levaram a ser convidado por Rodrigo Pederneiras a musicar o roteiro da apresentação de Ballet *Maria, Maria*, em 1976. Antes de entrar no Ballet propriamente dito, é importante explicar o que da carreira de Milton Nascimento o indicaria a ser alguém que soubesse falar de identidade negra e exclusão social vistas a partir de uma descendente do processo escravista.

Fiz esse breve resumo como forma de dar início ao trabalho por um motivo: Milton, mesmo não tendo sido criado por sua mãe biológica ou avó (provavelmente nem guarda lembrança delas) sabe de suas origens e que mesmo cercado de todo o carinho e conforto ainda assim era um negro sendo criado por uma família tradicional de classe média alta e branca. Isso em um país socialmente racista, que tinha seus contrastes mais acentuados nas décadas de 1940 e 1950, não deixaria de influenciar o cantor em sua trajetória. Vale lembrar que o nome de sua mãe biológica “Maria”, aparece em sua obra de forma constante, mesmo que não fazendo referências diretamente a ela.

As raízes negras nas canções de Milton Nascimento

Residindo em Belo Horizonte a partir da primeira metade da década de 1960, Milton conheceria vários músicos essenciais para a sua formação profissional. Além de Wagner Tiso, que era seu amigo dos tempos de Três Pontas, o músico faria contato com vários outros músicos, poetas e cineastas. Com Márcio Borges comporia as primeiras canções em conjunto (geralmente, Milton compunha a melodia e outro músico escrevia a letra). Dessa primeira parceria surgiram três canções: *Novena*, *Gira-Girou* e *Crença*. Tirando a primeira, fariam parte do repertório do primeiro álbum de Milton em 1967. Desse disco também podemos ouvir a canção que sagraria o músico no cenário nacional: *Travessia*, que foi a sua primeira parceria com Fernando Brant. Alcançando o segundo lugar do Festival da Canção de 1967, dividiria o disco com a primeira composição de Milton Nascimento que trata diretamente da questão da comunidade negra e dos conflitos raciais: *Morro Velho*.

A canção *Morro Velho*, com letra e melodia de Milton, apresenta uma história musicada das relações existentes em uma fazenda entre dois amigos, um branco e um negro. Retomando o

processo de relações escravistas, que denunciam o abismo existente entre diferentes classes impulsionadas pelo fator racial, a pretensa harmonia existente entre os dois amigos é totalmente apagada com a herança deixada pelo escravismo. A aproximação que existia entre os “camaradas” se torna cada vez mais improvável quando o branco se torna patrão e o negro mais um dos empregados da fazenda:

No sertão da minha terra/Fazenda é o camarada que ao chão se deu/Fez a obrigação com força/Parece até que tudo aquilo ali é seu/Só poder sentar no morro/E ver tudo verdinho, lindo a crescer/Orgulhoso camarada/De viola em vez de enxada/Filho de branco e do preto /Correndo pela estrada atrás de passarinho/Pela plantação adentro/Crescendo os dois meninos, sempre pequeninos/Peixe bom dá no riacho/De água tão limpinha/Dá pro fundo ver/Orgulhoso camarada/Conta histórias pra moçada/Filho do sinhô vai embora/Tempo de estudos na cidade grande/Parte, tem os olhos tristes/Deixando o companheiro na estação distante/Não me esqueça amigo, eu vou voltar?/Some longe o trenzinho ao deus-dará/Quando volta já é outro/Trouxe até sinhá-mocinha para apresentar/Linda como a luz da lua/Que em lugar nenhum rebrilha como lá/Já tem nome de doutor/E agora na fazenda é quem vai mandar/E seu velho camarada/Já não brinca, mas trabalha.²

Retomando os escritos de Gilberto Freyre, essa harmonia que é mostrada na canção pode servir como comparação às conclusões tomadas pelo autor pernambucano em sua obra *Casa-grande & senzala*³. As relações existentes no contexto de latifúndio nos canaviais de Pernambuco são, para Freyre, marcadas pela harmonia existente entre o branco proprietário e o escravo negro submisso ao poder senhorial. Dentro desse contexto, o autor traça o convívio dentro das fazendas como marcado por certa harmonia entre os indivíduos ali presentes. Harmonia essa que seria perpetuada no conflito entre classes do Brasil Republicano. Na canção de Milton Nascimento, essa relação é transportada para a inocência de duas crianças que levam sua amizade sem notarem as diferenças abissais existentes entre o indivíduo branco e negro no Brasil. Milton ao escrever a letra joga por terra o convívio pacífico, pois ao se dar conta do papel que o amigo branco (e na aceitação disso) tem diante de sua propriedade herdada, coloca o seu velho “camarada” negro na condição de subalterno que nada mais é do que uma das cicatrizes deixadas pela escravidão no Brasil.

O sucesso proporcionado pela apresentação no Festival Internacional levou Milton a ter contato com vários músicos que exploravam gêneros diversos. Um desses músicos foi o percussionista Naná Vasconcelos, que gravaria junto com Milton Nascimento vários discos e participaria de shows pelo Brasil e o mundo. Importante acrescentar Vasconcelos não só por ter sido um dos mais respeitados percussionistas do mundo, mas também por ter dado às produções

² NASCIMENTO, Milton (Compositor). Morro Velho. In: NASCIMENTO, Milton. *Milton Nascimento*: Codil, 1967. 1 CD (Faixa 6)

³ FREYE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Global, 2006.

de Milton toques que mesclavam elementos das raízes negras com tradições pernambucanas. Naná Vasconcelos gravaria junto com Milton Nascimento no álbum que será tratado a seguir.

A segunda composição de Milton Nascimento com a temática negra é talvez a mais marcante relacionada à diáspora africana no Brasil. Para fins de melhor percepção e impacto da obra, optei por analisar a versão lançada em 1970 do álbum *Milton*. Além disso, o trabalho gráfico do disco é bastante significativo e possui outra canção de importante análise relacionada à questão da luta negra e que mais tarde serviria de inspiração para o roteiro da apresentação de ballet do *Grupo Corpo: Maria Três Filhos*.

Assim como a canção analisada anteriormente, *Pai Grande* também possui letra e melodia compostas em sua totalidade por Milton Nascimento. Nesta obra o músico vai atrás do passado africano de seus antepassados, trazendo através dele a presença forte do “Pai”, tão evocado nas crenças afro-brasileiras:

Meu pai grande/inda me lembro/e que saudade de você/dizendo, "eu já criei seu pai/hoje vou criar você /inda tenho muita vida pra viver" /Meu pai grande/quisera eu ter sua raça pra contar/a história dos guerreiros/trazidos lá do longe/trazidos lá do longe/sem sua paz.⁴

Percebe-se na letra que o compositor faz alusão a vinda forçada dos negros para o Brasil. O eu-lírico dos versos apresenta um sentimento de nostalgia em relação à figura do pai grande, que poderia ser um chefe de determinada comunidade no continente africano ou um símbolo de uma identidade que ainda permanece nos descendentes dos negros africanos. Pablo Castro, músico mineiro, em análise da canção afirma que “*Pai Grande* é um signo de toda uma ancestralidade atávica que Milton, e só ele, carrega dentro da música mineira”⁵. Em conversas com o próprio Nascimento, Castro salienta que o compositor ao descobrir suas exatas origens em uma região da África teve a ideia de pesquisar mais a respeito da comunidade africana onde seus antepassados foram tirados e escreveu a letra a partir dessa experiência. Na letra podemos notar como a presença marcante do Pai é transmitida para os mais novos da comunidade ou então de quem descende dela, como no caso do Milton. Apesar de não fazer parte dessa suposta comunidade, Milton carrega dentro de si sua “ancestralidade”. Por outro lado, o compositor se mostra em parte distante por não ter a mesma “raça”, o que poderia ser traduzido como força ou experiência, para relatar os guerreiros que foram retirados à força pelo tráfico negreiro sem o aval ou simplesmente uma benção pelo Pai.

⁴ NASCIMENTO, Milton (compositor). *Pai Grande*. In: NASCIMENTO, Milton. *Milton*. EMI, 1970. 1 CD (Faixa 7).

⁵ CASTRO, Pablo. Captado em: http://massacriticampb.blogspot.com.br/2012/12/as-30-mais-geniais-do-clube-da-esquina_5.html. Acesso em 29 de junho de 2016, às 14:14.

[...]De minha saudade vem você contar: /De onde eu vim/é bom lembrar/todo homem de verdade/era forte e sem maldade/podia amar, podia ver/todo filho seu seguindo os passos/e um cantinho pra morrer/...Pra onde eu vim/não vou chorar/já não quero ir mais embora/minha gente é essa agora/se estou aqui/trouxe de lá/um amor tão longe de mentiras/quero a quem quiser me amar...[...].⁶

Nesses versos Milton Nascimento imagina essa hipotética figura metafórica africana o relatando como era a vida no seu local de origem. A saudade surge aí como a incapacidade do compositor ter um contato com os seus ancestrais. O Pai aparece então como algo imaginado que vai buscar em suas raízes africanas sua essência. E ela está muito ligada à liberdade e humanidade que foram retiradas dos que foram transformados em mercadoria e posteriormente escravos. Entretanto, Nascimento ao voltar à realidade enxerga seu povo brasileiro como sua identidade. Mesmo estando longe de sua terra, ainda traz consigo algo que para ele é caro em qualquer lugar. Em vez de viver nesse passado hipotético, o compositor prefere lutar pela sua comunidade a que está inserido. Mesmo que isso tenha ocorrido de forma forçada.

A canção *Maria Três Filhos* ocupa a terceira faixa do álbum e foi composta por Milton Nascimento na melodia e Fernando Brant na letra. Como afirmei anteriormente, serviria mais tarde como inspiração para a criação da apresentação de ballet *Maria, Maria*. No roteiro do espetáculo não fica claro, mas as origens da história ficcional da personagem “Maria” remontam à infância de Fernando Brant na cidade de Diamantina, onde morou durante cinco anos:

[...]Negra voz de velha só /numa igreja interior/me falando de seu tempo/conta a idade, conta o que restou/Onde os filhos que eu criei?/vida presa no quintal/me lembrando desse tempo/vejo quem vem meu leito festejar/Três meninos nascendo do ventre negro, sem cor/meninos sentados no chão/quem veio por eles buscar?/Hoje eu digo 83/sem diamante, escravidão/nem pergunto pelos filhos/ligo o rádio, durmo no colchão[...].⁷

Milton Nascimento gravou acompanhado do conjunto *Som Imaginário* essa canção. Tal grupo foi criado para ser a banda de apoio do músico em shows e teria Naná Vasconcelos como percussionista de apoio. *Maria Três Filhos* apresenta uma pegada de Jazz com o uso de baixo elétrico tocado por Luiz Alves (a única participação de Alves no disco, além dessa canção, foi na faixa que abre o álbum, “Para Lennon e McCartney”). Acompanhando desde o início da canção com o baixo de Luiz Alves, a percussão de Naná Vasconcelos dá um toque de samba para a canção com a voz de Milton Nascimento marcando as batidas de violão de Tavito. Os demais instrumentos, órgão

⁶ NASCIMENTO, Milton (compositor). Pai Grande. NASCIMENTO, Milton. Álbum: *Milton*. EMI, 1970. 1 CD (Faixa 7)

⁷ NASCIMENTO, Milton; BRANT, Fernando (compositores). *Maria Três Filhos*. In: NASCIMENTO, Milton. *Milton*. EMI, 1970. 1 CD (Faixa 3)

por Wagner Tiso e bateria também por Vasconcelos, complementam a canção que apresenta um ritmo bastante acelerado reforçando a mensagem contida na letra da passagem rápida do tempo através da história de vida de Maria. Naná Vasconcelos dá um toque característico para a melodia com suas vocalizações de tom africano, acompanhando Milton no canto.

Aliás, a capa do disco de 1970 é a primeira de Milton a ressaltar suas raízes negras. Feita pelo designer brasileiro Kélio Rodrigues, que por sua vez se inspirou em uma famosa obra do estadunidense Milton Glaser (o mesmo do logo *I Love NY*) que retratava o músico Bob Dylan para o álbum *Bob Dylan's Greatest Hits*, de 1967, mostra um Milton idealizado em uma figura de um rei africano. Assim como na obra de Glaser para Bob Dylan, Rodrigues desenhou os contornos do rosto de Milton na cor preta parecendo uma sombra do músico. Entretanto, diferente da imagem de Dylan onde seus cabelos ressaltam a “psicodelia” através das cores vibrantes, Milton recebe seu colorido nas suas roupas tanto para representar vestimentas habituais dos antepassados africanos quanto no próprio vestuário que estaria utilizando em seus shows.

Maria, Maria

Encenada pela primeira vez em 1976 no Palácio das Artes de Belo Horizonte, a ideia do espetáculo *Maria, Maria*⁸ partiu do encontro de Rodrigo Pederneiras e o coreógrafo Oscar Araiz durante o Festival de Inverno da UFMG celebrado em Ouro Preto (MG) no ano de 1975, e que mais tarde seriam convidados Milton Nascimento e Fernando Brant. Inspirado no trabalho do coreógrafo argentino, Pederneiras teve a ideia de organizar um espetáculo de dança e música com um teor mais popular, visando assim a inclusão no roteiro de minorias sociais (a mulher negra marginalizada). Além disso, quando da criação do *Grupo Corpo* havia poucas manifestações de dança profissionais em Minas Gerais com origem no próprio estado.⁹ Entretanto, vale ressaltar que a formação essencial dos dançarinos que criaram o *Grupo Corpo* e mais tarde fariam parte do espetáculo *Maria, Maria*, tiveram sua formação ligada ao Ballet Clássico. É possível perceber tal característica em uma gravação de *Maria, Maria* disponibilizada no canal do *Grupo Corpo* no Youtube. Os movimentos corporais dos dançarinos que fazem os papéis principais se inserem mais em estilos tradicionais. Por outro lado, o que os coreógrafos buscaram é a introdução de danças

⁸ A famosa música homônima foi composta para esse espetáculo, mas a letra só apareceria dois anos depois. Importante não confundir música e canção nesse momento.

⁹ Reis, Sérgio Rodrigo. *Rodrigo Pederneiras e o Grupo Corpo: dança universal*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. p. 38.

modernas e melodias com raízes em regiões do continente africano para incrementar a apresentação do espetáculo.¹⁰

A ideia para o nome do espetáculo veio antes da criação da sua música-tema. Mesmo sendo uma obra do *Grupo Corpo* em conjunto com Milton Nascimento e Fernando Brant, vários membros do Clube da Esquina dariam sua contribuição para o espetáculo. De um deles saiu o nome para a peça: o músico Tavinho Mineiro. Natural de Juiz de Fora, Moura se dedicou durante anos ao estudo da cultura interiorana brasileira, em especial a folclórica. Suas adaptações de temas do folclore nacional foram interpretadas por vários outros membros do Clube, entre eles o próprio Milton Nascimento. Da leitura das obras do também mineiro João Guimarães Rosa, Tavinho Moura tiraria o nome do espetáculo. No conto *Meu tio o Iauaretê* Maria-Maria é uma onça que na história é antropomorfizada pela descrição de seu personagem principal.¹¹ Que, aliás, Milton aproveitaria o nome indígena *Iauaretê* (que significa “onça”) em uma canção e álbum de sua autoria.

Na apresentação do espetáculo escrita por Fernando Brant e recitada por Milton Nascimento, é possível encontrar elementos que indicam como a imagem da onça Maria-Maria no conto de João Guimarães Rosa foi apropriada por Brant a partir da indicação de Tavinho Moura para demonstrar as características da personagem principal do Ballet que se aproximam ao que era a onça antropomorfizada do escritor mineiro:

Maria, Maria: Um simples nome de mulher. Corpo negro de macios segredos. Olhos vivos farejando a noite, braços fortes trabalhando o dia. Memória da longa desventura da raça, intuição física da justiça. Alegria, tristeza, solidariedade, solidão. Mulher pantera, fera; mulher vida, vivida. Uma pessoa que aprendeu vivendo e nos deixou a verdadeira sabedoria: a dos humildes, dos sofridos, dos que tem o coração maior que o mundo.¹²

Antes de analisar a fala de Milton Nascimento, é importante apresentar trechos do conto *Meu tio, O Iauaretê* como forma de demonstrar o uso da imagem da onça por Fernando Brant:

Onça fêmea mais bonita é Maria-Maria... [...] Antes, de primeiro, eu gostava de gente. Agora eu gosto é só de onça. Eu aprecio o bafo delas... Maria-Maria — onça bonita, cangussú, boa-bonita. [...] Ela é nova. Cê olha, olha — ela acaba de comer, tosse, mexe com os bigodes, eh, bigode duro, branco, bigode pra baixo, faz cócega em minha cara, ela muquirica tão gostoso. Vai beber água. O mais bonito que tem é onça Maria-Maria esparramada no chão, bebendo água. Quando eu chamo, ela acode. [...] De madrugada, eu tava dormindo. Ela veio. Ela me acordou, tava me cheirando. Vi aqueles olhos bonitos, olho amarelo, com as pintinhas pretas bubuiando bom, adonde aquela luz... [...] Maria-Maria é bonita, mecê devia de ver! Bonita mais do que alguma mulher. Ela cheira à flor

¹⁰ As características da coreografia do espetáculo podem ser vistas na gravação feita em 1996 disponibilizada na página: <https://www.youtube.com/watch?v=LjIj9ajKhQ>. Acesso em 30 de junho de 2016, às 15:47.

¹¹ Reis, Sérgio Rodrigo. *Rodrigo Pederneiras e o Grupo Corpo: dança universal*. p. 49.

¹² BRANT, Fernando (Letrista). *Maria, Maria*. In: NASCIMENTO, Milton. *Maria, Maria*. EMI, 2002. (Faixa 1)

de pau-d'algo na chuva. Ela não é grande demais não. É cangussú, cabeçudinha, afora as pintas ela é amarela, clara, clara. Tempo da seca, elas inda tão mais claras. Pele que brilha, macia, macia. Pintas, que nenhuma não é preta mesmo preta, não: vermelho escuronas, assim ruivo roxeado.¹³

Nos vários recortes apresentados, onde Iauretê, um homem com raízes brancas e indígenas, faz uma narrativa em primeira pessoa carregada de linguagem regional, apresenta as relações que teve como uma onça-pintada que encontrara na região onde fora contratado por um fazendeiro local para caçar os animais que matavam o gado. Ao longo do conto, o personagem vai tomando dimensões animais, se transformando nas onças que antes caçava. Por outro lado, Maria-Maria se antropomorfiza, cada vez mais convivendo com Iauretê e adquirindo sentimentalismos humanos. Comparando os trechos apresentados, da abertura do espetáculo *Maria, Maria* e do conto *Meu Tio, o Iauretê*, é possível perceber o que Fernando Brant assimilou para construir sua personagem. Já no início do trecho de abertura, Maria, Maria é uma mulher com “olhos vivos farejando a noite” e “braços fortes trabalhando o dia”. É uma junção entre os hábitos noturnos das onças-pintadas, que caçavam à noite com visão aguçada e grande perícia, trazendo assim a imagem da onça construída por Guimarães Rosa. Por outro lado, “os braços fortes” aludem ao trabalho extenuante empreendido pelas mulheres que herdaram o sistema escravocrata em sua pele, sofrendo da exploração nas antigas regiões onde imperava a escravidão. Complementando esse diálogo, Brant ainda acrescenta que Maria, Maria é “mulher pantera, fera; mulher vida, vivida”, aludindo assim novamente ao conto e transportando para a personagem do espetáculo a força demonstrada pela Maria-Maria de *Meu tio, o Iauretê*.

Retomando a canção *Maria Três Filhos*, o roteiro do espetáculo não trata diretamente da história real da Maria retratada na canção. Porém, em textos em periódicos é indicada a inspiração para o Ballet:

A princípio Fernando [Brant] pensou numa personagem – Maria Três Filhos – uma preta velha ligada à sua família lá em Diamantina. A idéia do tema é dele, mas decidimos depois que Maria seria um pouco todas as mulheres, quer dizer, os milhões de mulheres que sofrem o drama da gente do povo.¹⁴

Em notas e entrevistas em periódicos, Fernando Brant dá um indicativo dessa inspiração. Assim como em trechos da trilha sonora de *Maria, Maria*:

Casamento que em seis anos, seis filhos lhe concedeu. Os filhos se amontoavam nos quatro cantos da casa. Enquanto ela estendia roupa à beira dos trilhos, os

¹³ ROSA, João Guimarães Rosa. *Meu Tio, o Iauretê*. In: *Estas Histórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 191-235.

¹⁴ Texto sem assinatura. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 de março, 1976.

seis meninos sentados brincavam na terra fofa (...). De repente notícia vinda dos trilhos: Maria, Maria era viúva.¹⁵

Por se tratar de um tema ligado à identidade negra, Fernando Brant procurou retratar Maria, Maria como alguém que carregava dentro de si as marcas da opressão deixadas pelas relações de dominação ainda vigentes como herança do passado escravocrata. Um desses indicativos no roteiro, é a fala da personagem principal lida por Nana Caymmi:

Minha mãe já me dizia, que a mãe da mãe de meu pai era sábia em misturar pimentas e ervas da terra e a comida acalmava com seu cheiro africano a raiva de ser escravo dos tristes negros cativos. Minha mãe já me contava casos já acontecidos do povo da nossa raça, vindo de longe amarrado, tristonho, sujo, oprimido, largado no meio da praça pra ser vendido e usado feito um simples cavalo.¹⁶

O sincretismo presente no espetáculo é expresso através da resistência dos escravos em não deixar sua cultura religiosa morrer com a imposição da cultura cristã feita pelo dominador. Como forma de manter suas tradições, os escravizados não negaram os preceitos do Catolicismo. Na faixa *Santos Católicos x Candomblé* é exposto que os negros “apenas mudaram o nome de seus santos”¹⁷. No entanto, as modificações em torno das crenças africanas ultrapassam a simples troca na denominação do que era venerado. Pelo contrário, houve em parte uma aceitação das crenças cristãs que se incorporariam a cultura africana, fazendo assim com que surgisse crenças como o Candomblé. Isso pode muito bem ser visto na própria adoração das imagens, aonde a correspondência entre os santos católicos e os orixás vai além dos próprios nomes semelhantes. Muitas vezes a figura expressa nas imagens acaba sendo correspondente, como é o caso da aproximação entre Maria e Iemanjá. Ou então na própria adoração de santos católicos por algumas religiões afro-brasileiras, como é o caso de São Jorge incorporado inicialmente em Ogum. O tema seria tratado de forma mais profunda dentro da obra de Milton Nascimento, quando da realização da *Missa dos Quilombos* na década de 1980.

Além disso, o sincretismo, apesar de ser algo que trate de sua essência à mescla de diferentes crenças e doutrinas, pode servir também para entendermos a incorporação da cultura negra de forma geral feita no Brasil. Uma dessas manifestações é a própria música popular. Na já citada faixa *Santos Católicos x Candomblé*, Milton Nascimento para compor a trilha optou por adicionar como exemplo de junção de culturas faixas que evocavam tradições tanto dos negros quanto dos brancos

¹⁵ BRANT, Fernando (Compositor). Maria, Maria. In: NASCIMENTO, Milton. *Maria, Maria/Último Trem*, O. EMI, 2002.

¹⁶ BRANT, Fernando (Compositor). Cozinha. In: NASCIMENTO, Milton. *Maria, Maria/Último Trem*, O. EMI, 2002

¹⁷ BRANT, Fernando (Compositor). Maria, Maria. In: NASCIMENTO, Milton. *Maria, Maria/Último Trem*, O. EMI, 2002.

no Brasil. A canção *Sentinela*, por exemplo, evoca um canto ligado a tradições funerárias católicas construídas nas cidades interioranas brasileiras. Por outro lado, a canção *Raça* e a música *Tema dos Denses* buscam em sua letra e suas melodias um rito mais ligado aos cantos africanos, assim como suas crenças e venerações.

Conclusão

O espetáculo teve enorme sucesso e atraiu grande público ao longo dos seus seis anos de encenação. Entretanto, como salientei no início do artigo, *Maria, Maria* foi concebido visando atingir o público de elite. O ballet no contexto das décadas de 1970 e 1980 não atingia camadas mais populares. Sua inauguração aconteceu no Palácio das Artes de Belo Horizonte, um espaço à sua época de pouca inclusão e com altas taxas de seus ingressos. O que é válido na ideia do *Grupo Corpo* é a introdução de elementos populares em um ambiente marcado por temas ligados exatamente ao seu público alvo. No que pese a participação de Milton Nascimento em sua elaboração, ainda assim não podemos falar de uma inclusão absoluta de camadas populares no roteiro de *Maria, Maria*. De qualquer forma, a presença de uma mulher marginalizada como personagem principal de um ballet foi uma forma encontrada pelos organizadores de tentar sair do senso comum de espetáculos destinados às classes mais bastadas da população.

Nina Simone, “a voz que cantou os direitos civis”

Jacqueline Maia dos Santos

Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
jacqueline.historia@gmail.com

Resumo: Estudar o movimento de direitos civis dos negros norte-americanos durante os anos 50 e 60 é importante para compreender a mudança da sociedade nos EUA, que até então era conivente com a prática segregacionista no país, que inclusive era legalizada por leis. A luta pelo banimento destas leis se difundiu pelo país de forma gradual, mas sistemática e disciplinada, e conquistou várias vitórias, usando diversas estratégias de protestos, desde boicotes e caminhadas, passando por comícios e shows. Neste contexto a música se transformou em uma importante ferramenta de engajamento. A cantora Nina Simone foi uma ativista engajada no movimento negro, chegando a ser elevada por parte de seus pares como a voz que cantava os direitos civis. O objetivo deste artigo é demonstrar a atuação de Nina Simone pelos direitos civis nos EUA e fazer uma breve reflexão da influência deste engajamento em sua carreira, vida pessoal e na história do movimento negro americano.

Palavras-chave: Direitos Civis, Negros, Nina Simone

Introdução

O movimento de direitos civis dos negros americanos, ocorrido ao longo das décadas de 50 e 60 do século XX, foi fundamental para a transformação da sociedade nos Estados Unidos, já que tinha como principal objetivo o banimento da prática segregacionista no país, que até então era legalizada por lei. Nascido no Sul, esse movimento se difundiu por todo aquele país de forma gradual, mas sistemática e disciplinada, e conquistou várias vitórias. Diversas estratégias foram utilizadas pelos ativistas em seus protestos, desde boicotes e caminhadas, passando por comícios e shows.

Neste contexto a música se transformou em uma importante ferramenta de engajamento, e várias composições foram feitas com objetivo de difundir a causa do movimento negro. A cantora Nina Simone aderiu a luta pelos direitos civis de forma intensa, chegando a ser alçada por parte de seus pares como a voz que cantava os direitos civis. Simone preenchia vários dos pré-requisitos para se tornar uma diva do jazz, bela voz, a técnica e o talento no piano. Todavia optou por não se manter omissa em relação a luta dos negros por respeito e igualdade e criou composições que expressavam o sentimento de revolta e a demanda por justiça.

O objetivo deste artigo é demonstrar os meandros da militância de Nina Simone pelos direitos civis nos EUA e fazer uma breve reflexão dos impactos e entrelaçamentos deste engajamento em sua carreira, vida pessoal e em parte da história do movimento negro americano.

O movimento de direitos civis

Em 1963, ainda havia pouca esperança de que o projeto de lei dos direitos civis fosse aprovado no Congresso norte-americano. Reinava entre a população negra no sul dos Estados Unidos um sentimento de ceticismo e tristeza em relação a humanidade. Apesar disso, continuavam na luta.

Segundo Chappell o sucesso político do movimento negro do Sul dependia de uma aliança com os liberais.¹ Essa parceria era importante porque os liberais, além de serem detentores de poder econômico, já faziam discussões sobre questões raciais, uma vez que entendiam a necessidade de igualdade racial como forma de promover os direitos civis, que foi uma das bases da doutrina liberalista. Porém apesar da defesa e da crença na liberdade, achavam que ela fluiria naturalmente, logo não agiram pró-ativamente na efetivação na promulgação das leis dos direitos civis. Abrir mão da liberdade individual, em prol de uma causa maior era necessário, mas ia contra os princípios dos liberais, na medida em que pressupunha um maior papel do Estado, que deveria intervir com melhorias que contribuiriam com o fim das condições sociais desiguais. Para os liberais o grande problema do Estado era que o mesmo regravava os indivíduos de acordo com interesse coletivo, sendo que do ponto de vista liberal o que deveria prevalecer era o interesse individual. Eles tinham um modo de atuação que não era capaz de mobilizar massas e uma ideologia que era paradoxal em relação às demandas do movimento negro.

Os liberais criticavam as religiões, mas reconheciam que as mesmas estavam ligadas a muitos impulsos considerados mais humanos: solidariedade e humanidade para com o próximo além da generosidade e auto – sacrifício. Acreditavam que um substituto moderno para a religião era necessário. Em paralelo havia a corrente que acreditava que o liberalismo carecia de uma “fé sólida”, mas em contrapartida havia o medo de ideologias irracionais. Havia os traumas da segunda guerra e do pós-guerra, o Nazismo, o Stalinismo, o Maoísmo, então eles acreditavam que a ideologia era um corpo perigoso de noções mobilizadoras ou integradoras.

Os liberais passaram a apoiar o direito dos negros no pós - segunda guerra mundial, uma vez que houve um aumento da militância negra concomitante ao sentimento de revolta contra o racismo nazista. Havia ainda a necessidade política de garantir o voto negro no Norte (onde já podiam votar), uma vez que houve um aumento da migração dos negros do sul rural para o norte urbano.

¹ CHAPPELL, David. Uma pedra de esperança: a fé profética, o liberalismo e a morte das leis Jim Crow. Tempo, vol.13, n.25, p.67, 2008.

É interessante observar que os liberais tinham ceticismo em relação a existência de características positivas da natureza humana no estrangeiro mas persistiam na fé no progresso natural dos norte-americanos, influenciados provavelmente pela doutrina do destino manifesto. Essa doutrina é uma construção do imaginário americano, que expressa a crença de que eles são o povo eleito por Deus para comandar o mundo, portadores e defensores do modelo ideal de valores, moral e princípios republicanos, sendo o expansionismo geopolítico norte-americano apenas uma expressão desta vontade divina, para a promoção da conquista da liberdade universal, da igualdade e da salvação do homem.²

A prática de discriminação racial estava em conflito com a defesa americana de oportunidade igual para todos. James Cone, teólogo negro mencionado por Jürgen Moltmann em seu livro aponta a ironia de apenas naquela geração ter surgido a discussão da incompatibilidade entre ser cristão e o racismo.³ A Bíblia já fornecia uma tese igualitária em Atos 17, o qual tem como ponto principal a tese de que Deus criou todos os homens a partir de um mesmo sangue.

Em meados da década de 50, os negros do movimento por direitos civis fizeram pressão por dez anos, através de protestos disciplinados e eficientes. Os liberais desconsideravam a opinião dos líderes negros e as evidências do conflito. E eles mantinham a persistência na crença no mito do progresso, principalmente o progresso pela educação. Os liberais americanos estavam comprometidos com o otimismo a respeito do desenvolvimento humano. Já os pensadores do movimento dos direitos civis, tais como Martin Luther King e Malcom X, se recusavam em acreditar que os processos sociais se desenvolvem automaticamente. Além disso, não tinham a mesma fé no poder da educação e nutriam descrença no desenvolvimento econômico para curar a sociedade opressiva.

Em seu artigo Chappell fala de alguns líderes do movimento por direitos civis, dos quais destacamos três, Martin Luther King, Bayard Rustin e Modjeska Simkins. Sobre Martin Luther King destaca-se a postura de ter rejeitado desde cedo o otimismo liberal sobre o homem. Enquanto a segunda vinda do Senhor não acontecia (quando a justiça e paz reinariam), era necessário ser realista sobre a vida do homem nesta terra antes deste momento. A crença de King de que o problema no mal não podia ser resolvido nesta terra vai contra o pensamento liberal.

² DOMINGUES, Beatriz Helena. Deus e ideologia política nos Estados Unidos: a doutrina do Destino Manifesto. In: DAIBERT, Robert; SIMOES, Bárbara. (Orgs.). Escrituras de Deus e do Diabo: ensaios de religião, história e literatura. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012. p. 95-118.

³ MOLTSMANN, Jürgen. Teologia negra para brancos. In: MOLTSMANN, Jürgen. Experiências de reflexão teológica: caminhos e formas da teologia cristã. São Leopoldo: Unisinos, 2004, p. 164.

Bayard Rustin também acreditava que a prática da discriminação racial vai contra as crenças éticas americanas. Para contornar isso os brancos racionalizaram a desumanização do negro que ao ser caracterizado como menos humano merecia e até mesmo gostava do status de categoria inferior e era simplesmente um caso a parte na crença generalizada no progresso. A mudança passou a entrar em curso quando os negros do Sul começaram a reavaliar o seu papel naquela sociedade. Modjeska Simkins também compartilhava da perspectiva escatológica e pessimista dos outros dois líderes, porém ela tinha a crença de que Martin Luther King era o líder escolhido por Deus, para a libertação dos negros.

Malcom X também foi uma importante liderança dentre dos movimentos de direitos civis, com um perfil oposto ao citado anteriormente. Antes de falarmos dele, é pertinente observar que os segregacionistas brancos entraram em alterações com a própria religião. O desejo de segregação e o sentimento de superioridade foram maiores que o apelo religioso feito pelos pastores em prol dos direitos civis. Os segregacionistas passaram a ter pouco entusiasmo, frustração e raiva com a religião.

Além disso, a medida que leis segregacionistas foram dando lugar a leis de integração, os pastores apoiaram a luta dos direitos civis em respeito a decisão da autoridade constituída, já que a suprema corte já havia decretado as leis segregacionistas como inconstitucionais. E o prestígio dos clérigos entre os fiéis declinou ainda mais. Antes da Guerra Civil, o papel dos pastores era fundamental para a manutenção da segregação do sul. Cem anos depois essa importância migrou para os juristas e advogados segregacionistas, afinal as bases legais passaram a parecer mais sólidas que as religiosas. No final e após muito sofrimento para os negros, provou-se que as bases tanto religiosas quanto segregacionistas eram frágeis.

A luta pelos direitos humanos não se referia apenas a promoção da igualdade jurídica. Segundo Moltmann o movimento também era “uma luta pela equiparação legal com os brancos e pelo soerguimento das almas curvadas dos negros visando ao apreço por si mesmos e dignidade própria”⁴.

No que se refere aos principais líderes, não havia unanimidade em relação a direção da luta. Martin Luther King defendia a integração e a princípio iniciou sua teologia se preocupando com o sofrimento dos negros nos EUA, mas posteriormente estendeu a preocupação pela liberdade individual de todos os seres humanos. Já Malcom X defendia a segregação, uma vez que acreditava que o que os brancos chamavam de sonho americano, para os negros era um grande pesadelo. Ele

⁴ MOLTSMANN. Teologia negra para brancos, p.172.

era cético sobre a possibilidade de integração entre as vítimas, os negros e os algozes, os brancos, e por isso a premissa de um movimento *Black Power* de fortalecimento e conscientização do povo negro deveria envolver primeiramente “a separação da cultura branca dominante e de seus valores, depois a descoberta de uma identidade e de valores próprios e por fim talvez um dia uma nova integração com base no reconhecimento mútuo, mas não nos termos da raça branca.”⁵ Porém, os negros americanos, além da opressão do racismo, eram subjugados pela pobreza, o que tornava difícil até mesmo uma integração entre a comunidade negra, já que a divisão econômico-social fazia com que a burguesia negra não quisesse colocar em jogos os privilégios conquistados. Essa consciência de classe, aliada a prática da fé islâmica, colocava Malcom X em um lugar de fala diferente de Martin Luther King. A intersecção entre raça e classe, a percepção de que o problema do negro nos Estados Unidos era uma questão política, econômica e civil fez com que a atuação de Malcom X fosse considerada mais eloquente por parte do movimento, inclusive por reconhecer a violência como método de autodefesa e metodologia de transformação, já que todas as mudanças e conquistas históricas teriam ocorrido de maneira violenta. Veremos ao longo do artigo que a cantora Nina Simone se alinhou aos princípios defendidos por Malcom X..

A inserção da canção como estratégia de protesto

De acordo com a historiadora Tammy L. Kernodle, foram feitos poucos estudos nos EUA em relação as canções de liberdade da segunda metade da década de 60. Essas músicas refletem a transição e a coexistência do movimento de direitos civis baseado na não – violência com o nacionalismo dos panteras negras e organizações similares.⁶ Além disso, as músicas de Nina Simone estouraram no contexto em que o movimento dos direitos civis não são apenas mais manifestações no Sul rural, mas também um movimento urbano do Norte. As músicas passaram a ser crônicas da crescente raiva que explodiu entre os anos de 64 e 65.

Antes de meados dos anos 60 ainda não se compunham e cantavam canções de protesto. As marchas e manifestações tinham como trilha sonora hinos gospel. A partir de 63, a SNCC (Student Nonviolent Coordinating Committee, algo próximo de comitê de coordenação dos estudantes não violentos) e a CORE (Congresso on Racial Equality - Congresso da igualdade racial) se transformaram no centro das atividades do movimento e fizeram do “cantar canções de liberdade” um importante elemento da estratégia de luta.

⁵ MOLTSMANN, Jürgen. Teologia negra para brancos, p.173.

⁶ KERNODLE, Tammy L. “I Wish I Knew How It Would Feel to Be Free”: Nina Simone and the Redening of the Freedom Song of the 1960s. *Journal of the Society for American Music*, vol? 2, p. 29. Disponível em: <<http://journals.cambridge.org/SAM>>. Acesso em 28 outubro 2015.

Eram construções simples e inicialmente adaptadas do gospel e do spiritual. Faziam uma conexão e supriam o *gap* cultural entre os ativistas do sul rural e os ativistas da classe média. Algumas destas músicas colocavam em versos o significado das táticas do movimento. Muitas lideranças de base emergiram através de performances destas canções. Nina Simone está no centro dessas mudanças.

Havia duas categorias da música engajada dos movimentos de direitos civis: a profissional, composta por tópicos que constituem o movimento e que narram alguns eventos ocorridos; e adaptações do gospel e do spiritual, nas quais se destacam a substituição dos pronomes do singular para o plural para gerar o senso de comunidade.

A comunidade de música *folk* se interessou em apoiar o movimento negro pelos direitos civis. Fizeram canções e shows para angariar fundos e até concertos no qual os instrumentistas negros interagiam com os brancos. A autora Tammy L. Kernodle afirma que Bob Dylan⁷, até então intensamente atuante, no ápice do movimento abandonou seu papel de orador político em prol da própria subsistência.

Nina Simone, a voz do movimento negro

Nina Simone interpretava *spirituals*, *jazz*, *folk*, mas a escalada da violência e a amizade com a escritora Lorraine Hansberry e outras personalidades políticas influenciaram a mudança em sua carreira musical. O contato com o público politizado que frequentava os bares onde ela cantava em Nova York, contribuirão para a transformação da sua consciência política.

A cantora era filha de uma dona de casa, que a noite era ministra na igreja metodista e o pai era um “faz tudo.” Foi uma criança prodígio, e antes de ser uma pianista clássica, cantou gospel. Nina Simone queria ser uma pianista clássica, tocar em grandes concertos musicais, e apesar do suporte da comunidade e da família, a admissão na Curtis Institute, tradicional escola de música da Filadélfia, foi negada. Por isso, apesar do sucesso de público e da crítica, ela via a sua carreira na música popular como uma pobre substituta de uma carreira na música clássica. Ela cantava canções populares com estilo e técnica do clássico e influenciada pelo *jazz*, o que dificultava o seu enquadramento em algum estilo. Seu nome de batismo era Eunice Kathleen Waymon, porém devido a necessidade de tocar em bares para se sustentar, fez a opção pelo nome artístico.

Simone tornou-se “a voz do movimento” após 1963, devido ao impacto causado pela

⁷ KERNODLE. “I Wish I Knew How It Would Feel to Be Free”: Nina Simone and the Redening of the Freedom Song of the 1960s, p.299.

bomba lançada na Igreja Batista da 16th Street em Birmingham, que feriu e matou vários fieis. A música *Missipi Goddam* foi composta como válvula de escape para o sentimento de raiva e revolta gerado por esse atentado. A expressão *goddam* foi considerada ofensiva por muitos, mas é usada para exprimir intensidade, principalmente quando se está bravo ou irritado. O tema da música foi inovador e tornou-se um sucesso no movimento, por explicitar a articulação da raiva e do ódio que borbulhavam sob o norte e sob o setor da juventude do movimento de direitos civis; o crescimento do senso de secularismo (já que a música não tinha a base gospel que até então era predominante), que indica uma guinada na laicização; e o desvio da retórica da não violência e a crítica a classe média negra que até então adotava a política de assimilação e respeitabilidade da cultura branca desde o século 19. Em um dos trechos da música ela canta “Tudo que quero é a igualdade para a minha irmã, meu irmão, meu povo e eu” e continua: “Ah, mas este país está cheio de mentiras”.⁸ A letra deixa claro o ceticismo em relação ao progresso natural da nação, tão defendido pelos liberais.

Os selos de R&B evitavam o lançamento de músicas que falavam de igualdade ou perspectivas políticas. A música não foi lançada no sul dos EUA, alguns distribuidores viram a palavra *goddam* como profana e usaram isso como justificativa para não fazer propaganda da música. Outros simplesmente não concordavam com a mensagem e falavam isso de várias formas.

Os sucessivos hinos de liberdade se tornaram um forte embasamento para as crenças do movimento e um forte link que conectava as diferentes militâncias que se desenvolviam ao redor do país. No início, Simone também acreditava que o movimento não - violência estava vencendo as batalhas contra a segregação, porém a escalada de violência, principalmente contra os ativistas, à fez acreditar (e a muitos outros), que os métodos pacifistas utilizados nem sempre eram bem-sucedidos. E por isso a cantora compôs e cantou cada vez mais músicas nesta linha, de promoção da autoestima negra, expressão de raiva e enquadramento dos brancos como algozes.

Se a música de Nina Simone foi popular entre aqueles envolvidos no movimento, falhou em atingir um público ampliado de negros e brancos. Eles aplaudiam a qualidade da música dela, mas o que estava em voga era o pop e o R&B, e ela não se enquadrava nestes estilos.

Em 68, Simone já não era considerada como a vanguarda da música de protesto, desde que James Brown tinha lançado *I am black and I am proud* (Eu sou negro e tenho orgulho), que não era mais carregada de teor nacionalista. Era um novo período de protesto, onde se falava do negro,

⁸ PASSOS, Walter. Nina Simone — uma diva pan-africanista. Disponível em :<<http://cnnba.blogspot.com.br/2011/04/nina-simone-uma-diva-pan-africanista.html>> Acesso em 28 abril 2016.

mas sem o intenso diálogo da comunidade negra com o mundo. A música negra de Nina Simone falava de problemas sociais e de identidade racial, e não era a raiz do sucesso da *black music* que atraía os consumidores brancos.

Uma das coisas que se destaca na personalidade de Nina Simone é que apesar do talento artístico ela era caracterizada por muitos ao seu redor como uma pessoa difícil de trabalhar. No documentário *What Happened, Miss Simone*⁹ a filha da cantora informa que muitos anos depois ela foi diagnosticada como portadora de transtorno bipolar. É crível afirmar que a doença não tratada tenha contribuído para a forma conturbada como Simone administrou sua carreira em diversos momentos. Todavia é sabido que mulheres negras são apontadas como agressivas ao defenderem suas pautas em um contexto de luta por igualdade ao invés de aguardarem de forma passiva uma mudança na sociedade. Sobre isso Sandra Bello, liderança negra brasileira na década de 80, afirma que:

[...]ao invés de reclamarmos, nos organizamos, fomos quebrando os sorrisos simpáticos do maternalismo e passamos a rejeitar...por isso, fomos chamadas de agressivas, malucas, etc..claro!!!quando se desafia o poder.¹⁰

Logo, não podemos creditar a agressividade de Nina Simone somente ao transtorno bipolar. É notório o fato de que ativistas negras que não se atermem a um discurso conciliador tem seu protagonismo visto como sendo de forma agressiva e nervosa. Logo, no caso da cantora é ténue a linha da agressividade como consequência de uma doença e/ou de uma opressão de gênero e raça. É viável pensar inclusive que o machismo e o racismo tenham potencializado os efeitos nocivos do transtorno bipolar.

A cantora também sofria violência doméstica do marido, que a explorava economicamente e sempre enfatizava o quanto o seu envolvimento político prejudicava seus ganhos financeiros na música. Sobre isso, a autora bell hooks¹¹ compartilha conosco sua vivência de mulher negra estadunidense. Nascida na época da segregação racial ela afirma que nas escolas e igrejas negras que ela frequentava, os homens negros tinham mais poder e autoridade que as mulheres negras. “No mundo real onde cresci, eu tinha visto homens negros ocupando as posições de autoridade patriarcal, exercendo formas de poder masculino e apoiando o sexismo institucionalizado”¹².

⁹ What Happened, Miss Simone? Direção: Liz Garbus. Produção: Netflix (2015).

¹⁰ SILVA, Joselina da. I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras na década de 1980. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da. O Movimento de Mulheres Negras escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte. Nandyala, 2014. p. 21.

¹¹ Gloria Jean Watkins é mais conhecida pelo pseudônimo bell hooks (escrito em minúsculas a pedido da autora, que prefere essa forma, para que a atenção seja concentrada em sua mensagem ao invés de em si mesma. Watkins tirou o nome "bell hooks" de sua bisavó materna, Bell Blair Hooks.

¹² HOOKS, Bell. Estudos Feministas. In: Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. 1 ed. Trad.

Apesar de estar envolvida em uma luta pela igualdade de direitos civis, na época em que a cantora mais se engajou, a igualdade de gênero ainda não era uma pauta em voga. Logo, mesmo sendo uma mulher financeiramente autônoma, com uma forte consciência política e firmemente engajada, Nina Simone sofreu de forma intensa a opressão de gênero. O marido e empresário Andrew Stroud, apesar de ser um homem negro, não era militante e mesmo que a riqueza do casal fosse proveniente do trabalho dela, a explorava através da violência física e psicológica.

O divórcio de Simone coincidiu com o momento no qual a mesma caía no plano do esquecimento. A artista tinha problemas financeiros diversos, até mesmo com a Receita Federal Americana. Isto levou-a viver em diversos locais do mundo, inclusive na Libéria, país fundado e colonizado por ex-escravizados americanos libertos entre 1821 e 1822. O país foi criado na expectativa de que o povo negro teria maior liberdade e igualdade na nova nação. É crível afirmar que Nina Simone também buscava isso na Libéria. A mudança também estava relacionada as mortes de líderes como Malcolm X, Martin Luther King, Fred Hampton (dos Panteras Negras) e a crescente violência contra os ativistas negros, o que a leva a constatar o crescente desinteresse da sociedade na busca pelos direitos civis.

Após a passagem pela Libéria, a cantora morou na Europa; na Suécia, na Holanda e por fim na França, lugares onde não usufruiu uma vida de luxo e retomou sua carreira de cantora de forma esporádica, com o lançamento de alguns álbuns, sendo o último lançado em 1993. Alcançou destaque quando a canção *My Baby Just Cares for Me* de 1958 foi usada em um comercial para o perfume Chanel N° 5, no Reino Unido. No mais, a cantora envelheceu sob o estigma de não ter se tornado a grande instrumentista que sempre sonhou e faleceu em fevereiro de 2003, em consequência de um câncer de mama.

Considerações Finais

Em seus discursos e em sua teologia Martin Luther King afirmava que os oprimidos são os únicos que arcarão com o peso da sua luta contra a opressão. E aqueles que já pagaram o preço da injustiça têm de pagar mais ainda pra desfazer a injustiça enquanto os beneficiários da injustiça podem se livrar inteiramente dela.

Nina Simone pagou intensamente pela injustiça e por suas tentativas de combatê-la. Pagou pela frustração de não se tornar uma pianista clássica, pagou com sucateamento financeiro, ao escolher compor canções de protesto em detrimento das voltadas para o *mainstream*. Sua história

Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. p.16.

de vida artística e pessoal ecoa a história de muitas mulheres negras que foram oprimidas pelo racismo e pelo machismo, relações de poder que possuem a característica de serem barreiras difíceis de serem superadas para o alcance de uma vida com sucesso profissional e um relacionamento afetivo respeitoso e estável.

Todavia suas canções e sua história de vida permanecem na memória daqueles que viveram naquele período, e para as novas gerações são as reminiscências de uma batalha árdua, e ainda não vencida, uma luta que ainda continua.

(Re)pensar a(s) Modernidade(s): experiências estéticas simbolistas no Brasil finissecular*

Mariana Albuquerque Gomes

Mestre em História

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

mariana.albuquerque.gomes@gmail.com

Resumo: Neste artigo, propõe-se trabalhar com as questões acerca da Modernidade, entendendo aqui a concepção do moderno como uma nova compreensão do mundo. Mais especificamente, serão abordados aspectos da experiência estética simbolistas na literatura brasileira de fins do século XIX, com vistas a apreender a experiência da Modernidade brasileira em suas especificidades e promover um alargamento da percepção dessa, para além da Semana de Arte de 1922, compreendendo as experiências finisseculares.

Palavras-chave: Modernidade; experiências estéticas simbolistas; literatura brasileira finissecular.

Ao propor trabalhar com questões relativas à Modernidade no Brasil finissecular é necessário, primeiro, delinear que a Modernidade aqui trabalhada é aquela tida como uma nova compreensão do mundo possibilitada pela irrupção “vulcânica”¹ da obra do poeta francês Charles Baudelaire – considerando a poesia baudelaireana como força motriz que provoca uma oscilação na cena literária parisiense quando de seu surgimento e dos efeitos de sua recepção nos momentos posteriores – em especial com os poemas de *As flores do mal* (1857). A partir daí se constitui uma reflexão em que se tenciona apreender a Modernidade no contexto brasileiro de fins do século XIX e início do século XX, a partir das nossas experiências estéticas simbolistas. Assim, ao pensar a Modernidade no Brasil finissecular, partimos das propostas de Hans Robert Jauss em sua teoria da estética da recepção, acompanhando a recepção baudelaireana na geração de literatos de 1870 e seus impactos sobre a geração de simbolistas brasileiros.

A abordagem proposta por Jauss desprende o texto de sua materialidade ao introduzir como elemento fundamental da análise literária a figura do leitor. Para o teórico, o valor estético produzido pelo encontro leitor-obra reside no horizonte de experiência do leitor e como – a partir desse, ele acessasse seu conjunto de referências – se dá a recepção da obra. A esse valor estético da

* Este artigo é uma adaptação de parte da minha dissertação de mestrado, *Marginalidade literária na Modernidade: revistas literárias e experiências estéticas simbolistas no Brasil finissecular*. Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2016.

¹ Referência ao estudo de Dolf Oehler, intitulado “Terrenos Vulcânicos”, no qual o crítico analisa a produção literária de Heinrich Heine, Gustave Flaubert e Charles Baudelaire e suas leituras da Modernidade, a partir das expectativas revolucionárias de 1848, bem como suas frustrações, e suas representações – seja do substrato social, seja da estrutura psíquica – nas obras dos autores selecionados. OEHLER, Dolf. *Terrenos vulcânicos*. (Trad. José Bento Ferreira, Luis Repa, Marcio Suzuki, Samuel Titan Junior). São Paulo: Cosac Naify, 2004.

literatura, soma-se o valor histórico, que se dá à medida que uma obra é publicada e recebida pelo público-leitor desde sua primeira publicação até o presente, através de uma perspectiva temporal da recepção. Nesse sentido, a obra literária é renovada e (re) atualizada a cada leitura, a cada leitor, ou seja, sua existência é sempre atual. É possível, então, compreender a história de obras literárias como um processo de recepção e produção estética que se realiza na atualização dos textos literários pelos seus leitores – escritores e críticos, que também se fazem leitores em algum momento do processo. Desse modo, o acontecimento literário – a obra – continua produzindo efeito na medida em que sua recepção se estende ou é retomada por gerações posteriores.²

Segundo Jauss, no momento histórico de aparição de uma obra literária, a maneira como ela é recebida pelo público – atendendo, superando ou decepcionando sua expectativa – apresenta um critério para que se pense o seu valor estético. É a distância estética entre o horizonte de expectativa preexistente – do já conhecido pelo espaço de experiência estética de obras anteriores – e a aparição da nova obra – bem como da sua recepção – que o caráter artístico dela pode ser determinado. Ademais, de acordo com o teórico, a reconstrução desse horizonte de expectativa permite que se apresentem os questionamentos aos quais a obra constituiu uma resposta quando do momento de sua recepção. Assim, torna-se possível, igualmente, compreender a maneira pela qual o leitor encarou e compreendeu a referida obra. Desse modo, a oposição – comumente estabelecida – entre o aspecto estético e o histórico de uma obra, passa a ser mediada e a coexistir, ao contemplarmos a dimensão da recepção e do efeito destas.

A partir dessa chave de leitura, para pensarmos a Modernidade e as experiências simbolistas no Brasil, consideramos, primeiramente, a recepção da poesia de Charles Baudelaire no cenário finissecular tropical para, então, refletir acerca dos impactos dessa nova estética sobre as experiências estéticas simbolistas e a geração de simbolistas brasileiros. Nos versos de “Auréloas”³, de Cruz e Sousa, fala-se de um poeta audaz que é o timoneiro na barca do Ideal e cujo verso possui muita vez um *spleen* satânico que dói. O poema deixa transparecer a importância de Baudelaire para os poetas da Modernidade. A recepção do poeta no Brasil, e, por conseguinte, os efeitos e

² Sob essa perspectiva, pode-se dizer que a obra literária como acontecimento se relaciona diretamente com o horizonte de expectativa dos seus leitores – contemporâneos e futuros – quando se experiencia a mesma. Vale ressaltar que “o horizonte de expectativa da literatura distingue-se daquele da práxis histórica pelo fato de não apenas conservar as experiências vividas, mas também antecipar possibilidades não concretizadas, expandir o espaço limitado do comportamento social rumo a novos desejos, pretensões e objetivos, abrindo, assim, novos caminhos para a experiência futura.” JAUSS, Hans-Robert. *História da literatura como provocação à teoria literária*. (Trad. Sérgio Tellaroli). São Paulo: Ática, 1994. p. 52.

³ “[...] Conheço um poeta audaz que faz das suas rimas / Estrelas colossais de rútilos clarões, / Rimadas que vão buscar os mais estranhos climas / Onde a vida palpita em novos corações. [...]”. CRUZ E SOUSA, João da. *Obras completas: poesia*. (Org. Lauro Junkes). Jaguará do Sul: Avenida, 2008. v. 1. Domínio Público. Captado em: http://fcc.sc.gov.br/cruzesousa/cruzesousa_vol1_poesia.pdf. Acesso em: 27 de junho de 2016.

entendimentos apreendidos em sua leitura, também podem ser cotejados por diferentes momentos, desde o primeiro momento de sua recepção até os dias atuais. Esse cotejo de recepções em diferentes temporalidades possibilita, conforme Jauss, uma compreensão histórica das variações dos significados das experiências simbolistas finisseculares, e que tem por veículo sua dimensão estética.

Embora o momento culminante da recorrência da obra baudelairiana em poetas brasileiros seja com as experiências simbolistas, no final do século XIX, Antonio Candido adverte que já em 1870, existe um grupo inicial de baudelairianos.⁴ Desse primeiro momento, evidencia-se a escolha desses primeiros baudelairianos pela temática da sexualidade acentuada e do satanismo.⁵ Segundo Candido, tal classificação se dava pela “deformação” efetuada pelos novos em função das necessidades expressivas de adequar o poeta francês à renovação que pretendiam promover e que viria a particularizar as experiências simbolistas no Brasil. A recepção e a apropriação de Baudelaire realizada por esses jovens poetas brasileiros, que enfatizavam uma ideia de amor canibalístico, não existente no original, pode ser percebida como uma possibilidade proporcionada pela flexibilidade inerente ao processo dinâmico e criativo de circulação de ideias, imagens e linguagens e adequada às suas necessidades.

Para Néstor Garcia Canclini⁶, o erro que alguns historiadores – bem como historiadores da arte e da literatura – cometem, consiste justamente na interpretação que fazem das experiências inovadoras da Modernidade latino-americana como simples “transplantes” e “enxertos” que eram desvinculados da nossa realidade. Conforme o historiador, o erro surge de comparar nossa Modernidade – periférica, se pensarmos junto a Beatriz Sarlo⁷ – com imagens otimizadas de como esse processo aconteceu nos países centrais – europeus. Para Sarlo o que existe é uma mescla da Modernidade europeia e da especificidade local na cultura dos intelectuais dessas Modernidades periféricas. Portanto, a exemplo de Sarlo, devemos levar em consideração as particularidades dessa experiência no Brasil e procurar por uma modernidade que nos seja própria.⁸ Desse modo, levando

⁴ CANDIDO, Antônio. Os primeiros baudelairianos. In. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987. p. 23-38.

⁵ Esses poetas, então, deram às suas traduções – e versões, já que no século XIX, a tradução possuía certa liberdade criadora – e a alguns poemas próprios uma dimensão sensual e satânica.

⁶ CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade*. (Trad. Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa). São Paulo: EDUSP, 1997.

⁷ SARLO, Beatriz. *Modernidade periférica* – Buenos Aires: 1920-1930. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

⁸ Não que não haja paralelos entre ambas as experiências, pois estas, ainda que se deem de modo historicamente distinto, não se dão de modo inteiramente diferenciado. À vista disso, há que se ter cuidado com algumas noções extraídas da experiência francesa, que possuem forte historicidade, como *flanerie*. Esse alerta teórico-metodológico é ressaltado por Sarlo, no que se refere aos estudos de Benjamin acerca da Modernidade e suas utilizações: “Trabalhar com essas noções implica um processo de fixação que os próprios textos de Benjamin sobre Paris não comportam. Por outro lado, são noções fortemente históricas [...] Não estão ali para serem levadas, como manequins, de uma vitrina

em consideração o cenário nacional de fins do século brasileiro, marcado pela recém proclamada República, pela herança do regime escravocrata e pela formação acanhada de uma sociedade que se via industrializar e se inserir o mercado do capital-industrial – contexto esse bem diferente da Paris de Baudelaire, das mudanças urbanas do Segundo Império e do espírito *fin-de-siècle* da decadência desencantada com o mundo moderno – não poderíamos transpor, então, a Modernidade experienciada lá com o que se vivia aqui nos trópicos.

Não obstante, a dimensão da Modernidade como um cenário de perdas também está presente nas margens – não à toa, a metáfora da demolição estará presente nos processos de modernização realizados nas cidades, que buscam por “luz, sol e racionalidade, projetando um desenho habitacional urbanístico irrealizável, mas, ao mesmo tempo, necessário para o desenvolvimento estético e projetual do estilo moderno”.⁹ Frente às transformações que alteravam relações socio-econômicas – bem como perfis urbanos, topografias naturais, planos e perspectivas da paisagem – a cultura elaborava estratégias simbólicas e de representação, nas quais a própria cidade se inseria como objeto do debate ideológico-estético que se encarnava na literatura e revistas literárias.¹⁰ José Murilo de Carvalho¹¹ ressalta que os fatores econômicos também estariam presentes nesse cenário finissecular, e se inter-relacionariam com as funções político-administrativas, capitaneados por dois eventos: a tentativa de controle da dívida externa¹² e as reformas urbanísticas realizadas na capital.

O valor simbólico dessas reformas margeava a ideia da entrada na Modernidade pela cidade carioca – o Rio, nas esteiras do Progresso, civilizava-se.¹³ O plano de urbanização traçado no início

parisiense para outra cidade de San Juan ou Catamarca.” SARLO, Beatriz. Esquecer Benjamin. In. *Paisagens Imaginárias: intelectuais, artes e meio de comunicação*. (Trad. Rubia Prates Goldoni e Sergio Molina). São Paulo: EdUSP, 2005. (Ensaio Latino-Americano; 2). p. 103. Não obstante, o novo cenário pintado na virada do século, da cidade urbanizada e reconfigurada, torna possível, “literariamente verossímil” e “culturalmente aceitável”, nessa Modernidade periférica, a figura do *flâneur*. SARLO. *Modernidade periférica*, p. 34.

⁹ “É uma purificação da cidade, pensada como resposta aos desenvolvimentos caóticos inscritos na história da cidade real”. _____, *Modernidade periférica*, p. 53.

¹⁰ “A nova paisagem urbana, a modernização dos meios de comunicação, o impacto desses processos nos hábitos são o marco e o ponto de resistência em torno dos quais se articulam as respostas produzidas pelos intelectuais. [...] As revistas são um instrumento privilegiado de intervenção no novo cenário.” _____, *Modernidade periférica*, p.53-54.

¹¹ CARVALHO, José Murilo de. Aspectos históricos do pré-modernismo brasileiro. In: *Sobre o pré-modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

¹² O período foi capitaneado pela política econômica do Encilhamento, que se configurou na vasta emissão de moeda e de ações, gerando enormes especulações e disparando a inflação.

¹³ Nicolau Sevcenko ilustra o impacto que a remodelação da cidade sob a consagração do progresso exercia sobre a sociedade, com um trecho de uma crônica de Olavo Bilac: “O Brasil entrou – e já era tempo – em fase de restauração do trabalho. A higiene, a beleza, a arte e o ‘conforto’ já encontraram quem lhes abrisse as portas desta terra, de onde, andavam banidos por um decreto da Indiferença e da Ignominia coligadas. O Rio de Janeiro, principalmente, vai passar e já está passando por uma transformação radical. A velha cidade, feia e suja, tem os seus dias contados.” SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 42.

do século modificava a antiga cidade colonial com o Bota Abaixo e os desmontes de morros. O processo de modernização implementado por Rodrigues Alves e Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro, que se baseava no modelo parisiense desenhado pelo Barão Haussmann durante o Segundo Império, se orientava pelos fins progressistas na tentativa de tornar o Rio uma cidade moderna nos padrões europeus. Não obstante, para realizar essa transformação da cidade colonial em capital moderna nos trópicos, era preciso modificar os hábitos e os costumes da sociedade carioca, incluindo a mentalidade, que deveria, então, incorporar as características do mundo moderno. Nesse sentido, o processo de transformação de uma mentalidade colonial para uma moderna, capitaneado pela ideia de “regeneração”, foi fundamental para a dissolução da velha sociedade imperial e a montagem da nova estrutura urbana.

Dentro desse novo modelo de pensar, sentir e agir, a produção intelectual e literária não se manteve a parte. Das várias correntes políticas e estéticas incorporadas vindas da Europa, as de viés realistas e cientificistas foram as que mais repercutiram no campo literário nacional, que abandonava a subjetividade romântica em razão do progresso assentado nas teorias positivistas, darwinistas e spenceristas direcionadas ao âmbito social e da tematização do nacional. No mesmo período em que manifestou a literatura de base realista – na prosa, com o Naturalismo e na poesia, com o Parnasianismo – ocorreram simultaneamente outras experimentações estético-literárias como o Simbolismo, o Decadismo e o *Art Nouveau*. Essa pluralidade de estilos coexistia com divergências, mas, por vezes, apresentava pontos de contato – como o rigor técnico e o apuro formal verificado tanto em parnasianos quanto em simbolistas, mais ainda em decadentes. Nesse sentido, podemos pensar essas experiências estéticas – considerando seus afastamentos e aproximações – agrupadas em torno de uma literatura *fin-de-siècle*.

Para Vera Lins¹⁴, o que os simbolistas brasileiros fazem, na cena finissecular, é apresentar uma oposição ao caráter oficial – dos cânones da literatura nacional representados pelo Naturalismo e Parnasianismo – buscando uma transformação no campo literário a partir da imaginação em que haja autonomia e liberdade – portanto, independência – estética, artística e literária. Nesse sentido, seu pensamento e comportamento divergentes os confiariam a uma recusa social que os marginalizava.¹⁵ Conforme Sevcenko, as primeiras décadas do século XX foram o cenário de tensões e embates existentes no seio da sociedade acerca do futuro da nova República.

¹⁴ LINS, Vera. *Novos pierrôs, velhos saltimbancos: os escritos de Gonzaga Duque e o final do século carioca*. Curitiba: Secretaria do Estado da Cultura; Câmara Brasileira do Livro; The Document Company-Xerox do Brasil, 1997.

¹⁵ “Pensamento dissidente, deslocado, numa sociedade em que o senso comum violenta qualquer tentativa de um olhar pessoal; fora das “burocracias de espírito”, configura uma corrente sombria dentro do modernismo, uma vanguarda desencantada.” LINS, Vera. *Gonzaga Duque: a estratégia do franco-atirador*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. p. 15.

Segundo o autor, é possível identificar duas linhas divergentes de propostas, uma que se balizava pela “crença no mito novecentista da ciência [...] como o único meio prático e seguro de reduzir a realidade a leis, conceitos e informações objetivas [...] única maneira de garantir uma gestão lúcida e eficiente de seu destino”¹⁶; e outra pertencente aos grupos marginalizados, que no caso dos simbolistas assumia uma resistência “à vitória do materialismo e do individualismo”¹⁷ que reduziam valores à padrões de mercado e consumo. Em meio ao turbilhão de transformações urbanas, sociais e enfrentamentos literários, Carvalho observa o Rio de Janeiro como centro culturalmente cosmopolita que importava e consumia vorazmente as produções europeias, mas ressalta que em função de uma preocupação em “imitar” a Europa, as construções daqui se davam no vazio. De acordo com o historiador, por essas questões, o que haveria se configurado aqui teria sido um pré-modernismo.¹⁸

Nesse sentido, a posição que tomamos nesse trabalho é um contraponto a questão levantada por Carvalho de ver as experiências estéticas finiseculares como “imitação” das ideias europeias, aglomerando todas em uma noção de um pré-modernismo que desconsidera as diversas e diferentes experiências estéticas e suas produções literárias e artísticas, do período em questão. Como propõe Canclini, é preciso entender as sinuosidades das Modernidades latino-americanas e a dimensão inovadora de suas experiências estéticas, pois não se trataram de “adoção mimética de modelos importados, nem de buscas de soluções meramente formais”.¹⁹ Assim, se faz mister repensar essas experiências estéticas como tentativas de intervenção nesse mundo moderno periférico, no qual se entrecruzavam “uma ordem dominante semi-oligárquica, uma economia capitalista semi-industrializada e movimentos sociais semitransformadores”.²⁰

Propomos, então, uma reflexão acerca da produção cultural desse período que leve em consideração as particularidades de suas experiências estéticas. Afinal, se não eram modernos, o que poderíamos dizer então das crônicas de João do Rio – literato-jornalista que assumiu as vestes

¹⁶ SEVCENKO. *Literatura como missão*, p. 105.

¹⁷ SEVCENKO. *Literatura como missão*, p. 133.

¹⁸ “A diversidade social do país e, particularmente, da cidade, era incompatível com o modelo oficial. De fato, como seria possível recuperar a realidade do Rio, sua cultura popular, sua riquíssima cultura popular, se essa cultura tinha muito a ver com a população ex-escrava, com a população negra, com a população marginal? Esta cultura não cabia nos moldes da imaginação europeizada do país. Daí as contradições e os bloqueios que se interpunham no caminho da criatividade dos intelectuais. Eles produziam sobre uma base oficial falsa e enganadora. Consumindo e imitando tudo o que vinha de fora, o Rio apresentava traços de Pré-Modernismo e talvez até mesmo do Pós-Modernismo, o pré e o pós às vezes justapostos. Mas não produziu o próprio Modernismo [...]”. CARVALHO. Aspectos históricos do pré-modernismo brasileiro, p. 19.

¹⁹ CANCLINI. *Culturas híbridas*, p. 83.

²⁰ CANCLINI. *Culturas híbridas*, p. 83.

do *flâneur* – que retratavam a alma das ruas cariocas, das charges de Raul Pederneiras²¹ – contraponto crítico à realidade política e social – da atuação independente de Gonzaga Duque – crítico que, inconformado com a situação, investia contra tudo o que era oficial – da poesia dissonante²² de Cruz e Sousa, da “barricada”²³ erigida pelas revistas simbolistas? Como bem escreve Canclini, o conjunto das experiências estéticas desses artistas do fim do século “não se trata de um transplante [...] mas de reelaborações desejosas de contribuir com a transformação social”.²⁴

Para avançarmos em nossa proposição de repensar a questão da Modernidade no Brasil como um momento anterior à Semana de Arte Moderna de 1922, é preciso pôr em xeque algumas noções estabelecidas, como a ideia de “pré-modernismo”. Segundo Francisco Foot Hardman, a historiografia, de modo geral, ao privilegiar a dimensão da vanguarda artística – do movimento da Semana de 1922, em São Paulo – como índice de modernidade cultural, desconsiderou o significado do movimento de ideias iniciado já na década de 1870. Nessa perspectiva valoriza-se certo domínio da ideia de ruptura – sob os auspícios da vanguarda “demolidora” – sem levar em consideração aspectos das continuidades culturais. Segundo o autor, essa visão cria três grandes problemas:

a) exclusão de amplo e multifacetado universo sociocultural, político, regional que não se enquadrava nos cânones de 1922, em se tratando, embora, de processos intrínsecos aos avatares da modernidade; b) redução das relações internacionais na cultura brasileira a eventuais contatos entre artistas brasileiros e movimentos estéticos europeus, quando, na verdade, o internacionalismo e o simultaneísmo espaço-temporal já se tinha configurado como experiências arraigadas na vida cotidiana do país; c) *definição esteticista para o sentido próprio de modernismo, abandonando-se, com isso, outras dimensões políticas, sociais, filosóficas e culturais decisivas à percepção das temporalidades em choque que põem em movimento e fazem alterar os significados da oposição antigo/moderno muito antes de 1922.*²⁵ (Grifos nosso)

²¹ A dissertação apresenta a singularidade da narrativa visual e humorística na produção de Raul Pederneiras na Modernidade carioca, em seu esforço de compreensão sobre as experiências e transformações decorrentes da modernização vivida. Cf. NERY, Laura Moutinho. *Cenas da vida carioca: Raul Pederneiras e a belle époque no Rio de Janeiro*. / Laura Moutinho Nery; orientadora: Margarida de Souza Neves. (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, 2000. 268 p. A produção de Raul é realizada ao mesmo tempo em que ocorrem as experimentações estéticas da geração simbolista brasileira, da qual seu irmão Mário Pederneiras, faz parte. Inclusive, Raul contribui graficamente para algumas revistas do período e alguns livros de Mário.

²² Conforme Rodrigo Santos, é possível identificar na lírica cruz-sousiana aspectos do grotesco sob a forma de imagens inesperadas – nas quais é difícil distinguir o grotesco do sublime – que sugerem um universo lírico rebelde, muitas vezes, dissonante, oposto às convenções estéticas tradicionais. Cf. SANTOS, Fabiano Rodrigo da Silva. *Lira dissonante: considerações sobre aspectos do grotesco na poesia de Bernardo Guimarães e Cruz e Sousa*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

²³ De acordo com Vera Lins, as revistas simbolistas representavam uma barricada a tudo que era oficial – arte, literatura, atitudes – na cena finissecular brasileira, com seus colaboradores dando forma a uma reflexão radical capaz de configurar outras relações além na cena cultural. Cf. LINS. *Novos pierrôs, velhos saltimbancos*, 1997.

²⁴ CANCLINI. *Culturas híbridas*, p. 79.

²⁵ HARDMAN, Francisco Foot. Antigos modernistas. In. NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 290.

Nesse sentido, recuperamos o método apresentado por Jauss para pensar a recepção da obra de Baudelaire no Brasil, anterior ao momento Simbolista, no qual se teria identificado a efetiva “influência” baudelaireana, bem como as alterações provocadas pelo horizonte de recepção da obra que, pensado criticamente, possibilitou aos leitores uma abertura para experimentar efeitos novos e extrair novas interpretações. Ora, respeitando as singularidades circunscritas ao cenário brasileiro, propomos uma interpretação mais plástica da Modernidade, que se desprende da noção de pré-modernismo, percebendo os traços de sua aclimatação e transformação, a partir da experiência simbolista. Acreditamos, portanto, que a estética simbolista – e não apenas ela – se (re)configura em território nacional tornando-se experiência – e assim, única, particular e criadora.²⁶

No texto *O que significa “Estética”*²⁷, o filósofo Jacques Rancière apresenta de modo mais direto sua concepção acerca do termo, definindo-o como uma “matriz de percepções e discursos que envolve um regime de pensamento, bem como uma visão de sociedade e da história”²⁸, sendo que, para ele, a “estética designa uma forma de experiência e um regime interpretativo”.²⁹ A partir dessa definição, o filósofo traça o eixo transversal constituinte do seu pensamento acerca da relação entre estética e política, ao apresentar o que considera os três grandes regimes de identificação da arte. É importante ressaltar que da perspectiva rancieriana abandonam-se noções como “modernidade artística”, “vanguarda” e “pós-modernidade” para trabalhar com o conceito operacional de *regime de identificação das artes*, subdividido em três: regime ético, regime poético ou representacional e regime estético.³⁰ No regime estético das artes, há um colapso nas regras de

²⁶ Por conseguinte, se levarmos em consideração a diversidade de manifestações estéticas literárias do período – incluindo aqui os cânones da literatura nacional – bem como suas proposições e visões – muitas vezes, díspares – incorreríamos em um erro se englobássemos todas suas produções na noção de pré-modernismo. Não obstante, é preciso ressaltar que essas manifestações estéticas, plurais e distintas, combinavam-se em formas culturais híbridas, em razão de *continuum mental* – expressão Hardman (1992) – presente no universo moderno da cultura ocidental. Segundo o autor, que também refuta a ideia de um pré-modernismo, tal *continuum* apresentaria dois polos que estariam ligados às concepções de mundo, iluminista e romântica, que se desenvolveram como tradições fundantes da Modernidade: “[...] formas culturais híbridas e combinadas movimentavam-se – por aproximação ou por oposição – entre, de um lado, o que poderíamos nomear como sendo um polo *eufórico-diurno-iluminista*, lugar da adesão plena e incontida aos valores próprios da civilização técnica industrial [...] e, de outro lado, na extremidade oposta, o que chamaríamos de polo *melancólico-noturno-romântico*, lugar por excelência da rejeição, às vezes sob o signo da revolta [...]” (Grifos do autor). _____, *Antigos modernistas*, p. 292. Ao considerarmos, então, que, apesar de suas particularidades, as manifestações estético-literárias do Brasil finissecular não ficaram isentas desse hibridismo, é possível perceber a congruência de distintos elementos nas produções simbolistas. Essas “desiguais combinações” podem ser observadas, sobretudo, nas revistas literárias – onde coexistem textos simbolistas e ornamentações e ilustrações artenovistas, como é o caso das revistas *Pallium*, de Curitiba, e a carioca *Galaxia*.

²⁷ RANCIÈRE, Jacques. *O que significa “Estética”*. (Trad. de R. P. Cabral), Project YMAGO, 2011. Captado em: <http://cargocollective.com/ymago/Ranciere-Txt-2>. Acesso em: 06 de junho de 2016.

²⁸ RANCIÈRE. *O que significa estética*, p. 2-3.

²⁹ RANCIÈRE. *O que significa estética*, p. 2-3.

³⁰ Conforme Rancière, as noções elencadas configuram-se tendo como norteadores as decisões de ruptura e/ou antecipação que ocorrem no interior dos regimes de identificação das artes, desconsiderando, assim, a historicidade própria a esses regimes. Nesse sentido, nossa escolha por trabalhar com o conceito rancieriano de regime de identificação das artes reforça a perspectiva e a proposta de encarar as experiências estéticas simbolistas brasileiras

correspondência no interior das maneiras de fazer – entre temas, formas de representação e modos de expressão. A hierarquia existente no regime representativo dá lugar a outra forma de identificação, que se faz pela “distinção de um modo de ser sensível próprio aos produtos da arte”, ou seja – nas palavras de Rancière – “no regime estético das artes, as coisas da arte são identificadas por pertencerem a um regime específico do sensível”.³¹ E nesse sentido, desobriga a arte de toda e qualquer regra específica, bem como de toda e qualquer hierarquia – seja de temas, de gêneros ou de artes. O pensamento estético é habitado por uma potência heterogênea, constituindo-se em um “jogo livre das faculdades”, um estado de pura suspensão, no qual “a forma é experimentada por si mesma”.³²

Sendo assim, no regime estético das artes, o que é autonomizado não é a obra de arte em si ou o poder do artista, mas sim um modo de experiência específico – estético – que envolve inúmeras maneiras de experimentar um mundo sensível transcendente às limitações do “necessário e útil” – como no regime ético – e às hierarquias – como no regime poético. Se outrora o sistema da representação definia os temas, os gêneros, as situações e formas de expressão em uma hierarquia do que era conveniente ao *high* (elevação) ou ao *low* (baixeza), o regime estético desfaz essa correlação hierárquica entre temas e formas de representação. A perspectiva apresentada por Rancière ajuda a compreender a presença de uma personagem da cultura popular ocupando um lugar privilegiado em uma revista de Artes, outrora restrita aos elementos de uma alta cultura, como é o caso da personagem Pierrot que assume no hebdomadário simbolista homônimo – *Pierrot* – o papel da personagem principal da folha impressa, na qual também se abordam os mais distintos temas, desde poemas e as variedades teatrais à situação dos bondes de rua. Rompida essa barreira referente ao regime representativo das artes, também é possível estabelecer um espaço que proporcione o entrelaçamento de diferentes linguagens, como é o caso estabelecido entre tipografia e iconografia utilizado, sobretudo, nas revistas simbolistas. Essa manifestação híbrida da letra e da imagem é simultaneamente estética e política, pois, como ressalta Rancière, “uma superfície não é simplesmente uma composição geométrica de linhas. É uma forma de partilha do sensível”.³³ Ou seja, as revistas simbolistas, ao se utilizarem das artes decorativas aplicadas em sua superfície

como parte de uma Modernidade que se constrói ao largo dos séculos XIX e XX. RANCIÈRE, Jacques. *A Partilha do sensível: estética e política*. (Trad. Mônica Costa Neto) São Paulo: EXO experimental org; Editora 34, 2009.

³¹ RANCIÈRE. *A Partilha do sensível*, p. 32.

³² Para desenvolver suas pontuações acerca do “livre” jogo existente no pensamento estético, Rancière recorre à noção de *juízo estético* elaborada por Kant. Para tal, demonstra o constructo do pensamento kantiano a partir do exemplo do filósofo alemão sobre a apreciação de um palácio e os critérios envolvidos nessa. Já para a referência do *estado estético*, Rancière recorre aos estudos sobre estética de Schiller, também leitor de Kant.

³³ RANCIÈRE. *A Partilha do sensível*, p. 21.

tipográfica, funcionam, ao mesmo tempo, como intervenção formal de uma arte e como princípio de “re-partição” política da experiência comum, uma vez que:

É na superfície plana da página, na mudança de função das “imagens” da literatura [...] *nos entrelaces da tipografia, do cartaz e das artes decorativas*, que se prepara uma boa parte da “revolução antirrepresentativa” [...] na interface criada entre “suportes” diferentes, nos laços tecidos entre o poema e sua tipografia ou ilustração [...] entre objeto decorativo e o poema, que se forma essa “novidade” [...] *Essa interface é política* porque revoga a dupla política inerente à lógica representativa [...] o *entrelaçamento* igualitário das imagens e dos signos na superfície pictural ou tipográfica [...] *trata-se de todo um recorte ordenado da experiência sensível que cai por terra.*³⁴ (Grifos nosso)

É nessa reordenação da experiência do sensível que as revistas simbolistas apresentam-se em seu potencial disruptivo, o que nos possibilita questionar a afirmação da Modernidade somente em 1922. Nesse sentido, esse trabalho se configura como uma tentativa de rever algumas noções da Modernidade para repensá-la a partir de suas experiências ao longo dos séculos XIX e XX, abstendo-se de modelos teleológicos e lineares subsidiados por marcos históricos encarados como “rupturas”, em um sentido estreito. Diferentemente, buscamos congregiar as percepções duais da Modernidade, bem como alargar o entendimento dessa e promover um deslocamento espaço-temporal dessa na cena brasileira. No caso desse estudo, o esforço aqui realizado consiste em promover o deslocamento da Modernidade da vanguarda modernista paulistana da Semana de Arte Moderna de 1922 para as experiências estéticas finisseculares, mais especificamente, as simbolistas.

³⁴ RANCIÈRE. *A Partilha do sensível*, p. 22-23.

A palavra como esperança: uma leitura de Bernardo Élis

Pauliane de Carvalho Braga

Mestre em história

Universidade Federal de Minas Gerais

paulianecb@gmail.com

Resumo: Bernardo Élis, escritor goiano considerado por muitos o introdutor do modernismo no centro-oeste, guia intelectual da região por muitas décadas, primeiro goiano a ingressar na Academia Brasileira de Letras, comunista “notório”, produziu uma obra de espessura crítica, cujo tema central foi o sertão goiano. Considerando que autor praticou a *literatura como problema*, exercendo sua criação artística como *missão*, nos perguntamos: em que medida e em que termos sua obra pode ter contribuído para a formação de um novo olhar sobre o campo brasileiro? É essa questão que buscaremos investigar através da análise de duas obras de Bernardo Élis: *A Terra e as Carabinas* e *O Tronco*. Caracterizadas pelo que chamamos aqui de “princípio esperança da vontade utópica”, esse recorte nos permite identificar uma das muitas leituras realizadas pelo autor sobre o campo brasileiro.

Palavras-chave: Literatura, Comunismo, Campo.

Durante os anos de 1952 e 1953 Bernardo Élis publicou os 16 capítulos de sua novela *A terra e as carabinas* no jornal comunista *O Estado de Goiás*. A novela foi publicada em livro em 1987¹, mas até hoje permanece quase que desconhecida dos leitores. Dos estudos realizados nas últimas décadas sobre o autor goiano, raros são os que incluem *A terra e as carabinas*, comumente citada como obra de pouco valor literário, por ter sido escrita sob os moldes do Realismo Socialista. Para este trabalho, contudo, a novela é de grande importância por deixar patente o grau de envolvimento do autor com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) durante a década de 1950, assim como com suas teses para o campo.

Em *A terra e as carabinas* Bernardo Élis constrói uma narrativa linear, simples e direta. Há, no correr dos capítulos, uma progressiva mudança na paisagem e no espírito dos personagens centrais – o lavrador Totinha e sua esposa Bila -, o que nos permite dividir nossa análise em dois momentos: 1. A crítica de um passado-presente de opressão, exploração e miséria; 2. A proposta do *princípio esperança*² de um horizonte aberto à hipótese comunista, ao engajamento político e à dignidade humana.

¹ *A terra e as carabinas* foi publicada em 1987 na Coleção Alma de Goiás – obra reunida de Bernardo Élis. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, vol. 2; e posteriormente pela editora R&F; ÉLIS, Bernardo. *A terra e as carabinas*. Goiânia: R&F, 2005.

² BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Tradução de Nélio Schneider. Rio de Janeiro: UERJ, Contraponto, 2005. 3v.

A primeira paisagem que Bernardo Élis nos apresenta é a de um velho engenho, no qual Jeromão, seu dono, trabalhava com a família e com alguns camaradas. A decadência do lugar obrigava todos a uma labuta pesada, sobre-humana, para que se alcançasse um mínimo de produção. O trabalho ali era tamanho que a fama da fazenda corria o mundo. Se um sujeito era duro no trabalho diziam: “Este é um Jeromão”. Jeromão era um homem bruto, autoritário, que mantinha seus empregados na fazenda através do antigo sistema de dívidas: de tudo o que era produzido pelos camaradas, 50% era entregue à Jeromão; mantimentos, ferramentas, remédios, eram fornecidos pelo fazendeiro a preços exorbitantes; por fim, os trabalhadores estavam sempre endividados, e não podiam deixar o engenho.

Totinha, um dos empregados de Jeromão, é o personagem central da novela. Casado e com filhos, vivia uma vida miserável, de muito trabalho e pouco conforto. A mulher clamava para que saíssem daquele lugar “mais pió que o inferno” - numa retomada da imagem já consagrada por Graciliano Ramos e Guimarães Rosa -, mas Totinha não podia abandonar a roça: devia à Jeromão duzentos mil réis, valor que aumentava mais a cada dia, com os juros e adiantamentos. Certa vez tentou fugir, mas Jeromão deu parte à polícia e dois soldados o trouxeram de volta para o retiro “como um negro fujão”. Por fim, na mixórdia do engenho, Totinha escorregou na lama, perdeu o equilíbrio e teve a mão mascada pela moenda. Não recebeu assistência do patrão e foi expulso da fazenda.

Partindo para a cidade, Totinha seria apresentado a um novo personagem: o oportunista Dr. Agostinho dos Anjos. Latifundiário, Dr. Agostinho vivia, contudo, na cidade, onde sustentava uma vida de luxo e jurisdição sobre o delegado, o promotor e o médico. A princípio seu personagem é apresentado como personificação da lei, esclarecendo Totinha de seus direitos: “Jeromão não podia desobedecer às leis vigentes no país, porque lei é lei e não é brincadeira de coronel burro da roça”.

Na narrativa construída por Bernardo Élis, enquanto Jeromão encarna a figura do coronel em decadência, em seu engenho obsoleto, obrigado a empenhar a si e à sua família na lida, Dr. Agostinho dos Anjos corresponderia ao coronel moderno, cuja fonte de poder continua a ser a terra, mas que a modernidade arrastou para a cidade. Em cadências temporais distintas, Jeromão e Dr. Agostinho se encontram para marcar a soberania do coronel sobre o lavrador: Jeromão paga sete contos de réis ao Dr. Agostinho dos Anjos para que este não desse continuidade ao processo. Com o dinheiro recebido, Dr. Macioso subornou as autoridades locais, que concluíram, por fim, que Totinha se embriagou e meteu a mão, de propósito, no engenho, para obrigar o patrão a lhe dar uma indenização. Como último momento de sua sina de humilhado, Totinha é apreendido pelo

Dr. Agostinho dos Anjos como garantia de pagamento de uma dívida, da qual só seria libertado após algum tempo de trabalho em sua fazenda.

Polos opostos, a relação dos personagens apresentados até aqui é permeada de tensão. A ênfase na dominação exercida pelo latifúndio, o sentimento preponderante de propriedade, que mais do que simples instinto de posse é uma disposição geral do espírito, uma atitude geral diante das coisas, evidencia o poder total exercido pelo patrão. Por seu lado, o lavrador, humilde, miserável, ingênuo, ignorante e inadaptado à cidade, é um joguete nas mãos dos poderosos, sem perspectiva de mudança. O vínculo estabelecido entre essas duas partes é marcado pela desigualdade de direitos, definidora de exclusões e inclusões, numa típica relação de mando e subserviência. Cabe ainda a reflexão sobre o modo como os camponeses eram institucionalmente tratados: seduzido pela oportunidade de acessar coisa tão distante – a lei –, o camponês se convence de sua força e justiça, para em seguida ser por ela aviltado, não só economicamente, mas principalmente moralmente. De vítima Totinha passava a bandido.

Em um segundo momento, entram em cena personagens antagônicos à Jeromão e Doutor Agostinho dos Anjos. Totinha os conhecerá em uma de suas voltas pela cidade em busca por emprego. Era época de eleições, e pipocavam comícios pela região. Um deles, contudo, chamaria a atenção do lavrador:

O homem dizia uma coisa diferente das que Totinha estava habituado a ouvir. Dizia que os lavradores estavam indo para a cidade porque na roça eles tinham de dar metade da sua produção para o patrão que lhes arrendava o chão. Os lavradores deixavam a roça porque ali não tinham dinheiro nenhum, não tinha remédio, ganhavam o jornal muito pequeno e assim mesmo pequeno não recebiam, pois os patrões lhes vendiam as coisas por preços da hora da morte. Se reclamassem, os patrões mandavam bater e mandavam matar. Se o governo quisesse ver o pessoal na roça trabalhando, que desse terra ao lavrador, emprestasse dinheiro a ele e não deixasse os comerciantes safados comprar arroz e outros gêneros, na safra, por preços miseráveis. – Muito bem! – Totinha deu um pulo, tacou o chapéu pra riba, de tão satisfeito. O povo só faltava se arrepiar de bater palmas. Totinha sentia os cabelos arrepiados de ouvir pela primeira vez alguém dizendo a verdade. Até que enfim alguém entendia o sofrimento dos pobres.³

Eram militantes do PCB que, ao conhecerem a história de Totinha e sua família, os acolheram em sua casa. Lá o lavrador e sua família receberam abrigo, mas ficaram desconfiados de costumes tão diferentes: não recebiam ordens, exigências ou xingamentos. Bila passou a ajudar nas atividades da casa e Totinha no jornal mantido pelo Partido. Nesses lugares não haviam empregados: “trabalhamos para nossa própria vida, isto é, para acabar com o arrendo que mata os

³ Grifo nosso. ÉLIS, Bernardo. *A terra e as carabinas*. Goiânia: R&F, 2005, p. 35.

lavradores, para acabar com a miséria em que vive o trabalhador”.⁴ Totinha e Bila suspeitavam de tanta generosidade, e se portavam de acordo com as experiências pregressas: Bila, temendo ser expulsa e ficar novamente à mingua, tirava da casa panos, mantimentos e vasilhas; no jornal, Totinha fazia o mínimo de esforço possível: “Vou lá me apressar nada. Não lucro com esse serviço”.

Naqueles espaços, contudo, os lavradores passaram a acessar um novo tipo de informação. Falava-se da carestia de vida, do descaso do governo, do desemprego, da fome, da falta de escola, de hospitais, da feitura de greves. Os camaradas liam jornais e revistas que contavam da luta do povo em outros países, principalmente “num país chamado União Soviética. Nesse país o povo tinha trabalho, alimentos, escolas, médicos e remédios em abundância. Nesse convívio, Bila e Totinha compreenderam a situação de dificuldade em que sempre viveram, e começaram a desejar uma nova vida.

Neste trecho, a narrativa ganha movimento ascendente: por um lado, Bila e Totinha intimidados, desconfiados, ignorantes daquele modo de vida, e a situação degradante vivida até então impelindo-os ao malfeito. Por outro lado os comunistas, valentes e generosos, e a epifania provocada pelas conversas e discussões. Esse momento da narrativa é permeado pela ideia de vanguarda, do partido como salvaguarda de destinos, e seu argumento não deixa de reforçar um visão pejorativa sobre o homem do campo, como sujo, preguiçoso, obtuso, simplório, e às vezes até ladino. O processo que se dá com Totinha e Bila é quase um processo civilizatório: na casa dos militantes foram convencidos da necessidade de tomar banho, lavar as mãos, andar limpos, calçar sapatos ou chinelos, cortar e pentear os cabelos, sentar a mesa; “era preciso ir se educando”.

O próximo momento já seria de engajamento dos personagens no quadro partidário. Participavam agora de reuniões de células, ligas, uniões, passeatas. Enfrentavam a polícia, as repressões e as perseguições. Estavam convencidos da justiça daquela causa. Bila, ao participar de uma manifestação das ligas das donas de casa,

sentia que nas veias o sangue corria de um modo diferente. [...] Na sua cabeça surgiam as companheiras da fazenda de Jeromão: a mulher do velho Damas que só conhecia da vida o trabalho duro da enxada, os partos e as pancadas do marido bêbado; a filha do Casemiro fugindo do noivo, um negro velho e bruto. Bila estava ali para tirá-las da miséria e do sofrimento...⁵

Já Totinha, auxiliando na entrega do jornal clandestino, sentia que “junto ao coração que pulava, iam os jornais, ia o protesto de milhares de pessoas, ia a verdade que ajudaria a destruir

⁴ ÉLIS. *A terra e as carabinas*, p. 42.

⁵ ÉLIS. *A terra e as carabinas*, p. 59.

todo um velho mundo de injustiça, miséria, sofrimento, fome e pavor”.⁶ Os personagens, agora transformados, deixavam a condição de resignação para adotar uma postura de comprometimento, participação.

Ao explorar literariamente a violência no sertão – a mão esbagaçada, o braço zangado e catinguento, o embuste da indenização, as torturas e a cadeia, a condição de cativo, e todos os suplícios enfrentados por Totinha – Élis reforça um discurso anti-burguês. Por outro lado, ao narrar sua *redenção* em cenas de resistência e contestação, o autor constrói um discurso sobre direitos, sobre reordenação de lugares sociais, sobre uma gente capaz de se insurgir contra fazendeiros e coronéis.

Novela ou panegírico? A novela, enquanto gênero literário, caracteriza-se por seu tom mais popular, sua linguagem simples, despojada, de imediata compreensão.⁷ A opção feita por Bernardo Élis ao construir sua narrativa nesses moldes justifica-se pelo *momento*, quando o autor acreditava que “a única maneira de fazer com que as ideias tivessem força, realizassem-se, seria através da mobilização popular [...] era preciso conscientizar o povo”.⁸ Com este ímpeto elucidativo, Bernardo Élis, movendo-se como repórter ou cronista, dirige-se ao leitor de modo direto, construindo uma narrativa acessível. Por outro lado, *A Terra e as Carabinas* apresenta um forte tom de panegírico, com suas muitas páginas de louvor ao comunismo e sua justa causa, com reproduções de trechos do programa do Partido e de manifestos de Prestes, e alusões a lutas reais empreendidas pelo PCB no campo.

Se para muitos críticos esses aspectos diminuem o valor literário de *A Terra e as Carabinas*, para nós eles representam uma tentativa de intervir na cena pública por meio da escrita. Através de um jornal que era lido por centenas de pessoas, Élis expôs situações e práticas próprias do mundo rural. O arrendo, a meia, o barracão, o aprisionamento por dívidas, as violências, a subserviência das forças policiais aos coronéis, a corrupção das autoridades, as porteiras das fazendas como obstáculo intransponível para a lei, a incipiente organização camponesa, são indicações relevantes de um tempo de reivindicações, quando o país caminhava para o entendimento de seus problemas sociais, e do qual Bernardo Élis participou ativamente.⁹

⁶ ÉLIS. *A terra e as carabinas*, p. 66.

⁷ MASSAUD, Moisés. *A criação literária*. São Paulo: Cultrix, 2012, p. 334-380.

⁸ Entrevista de Bernardo Élis concedida à Eliane Dayrell. In: DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB - GO: 1936-1948*. 622 f. Tese. (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 1984, p. 502.

⁹ TELES, Gilberto Mendonça. *O conto brasileiro em Goiás*. Goiânia: Editora UFG, 2007, P. 65.

O *Tronco*, por sua vez, embora temporalmente distante dos fatos ocorridos em *A Terra e as Carabinas*, guarda pontos de contato com a obra em termos de motivação literária. Quando Bernardo Élis iniciou suas pesquisas sobre o conflito ocorrido em São José do Duro (atual Dianópolis) nos anos de 1917 e 1918, o autor pretendia escrever um ensaio de sociologia sobre a região, seus aspectos geográficos, sociais, econômicos e políticos. Para tanto Élis recolheu farto material, registrando características da fala local, fauna, flora, história do lugar, árvores genealógicas de seus moradores e estudos subsidiários ao tema. Quando, contudo, partiu para as entrevistas com as pessoas envolvidas direta ou indiretamente no conflito, encontrou “na narrativa delas uma carga emocional tão intensa, tão poderosa, que meus instintos científicos foram absorvidos pelo meu pendor ficcionista”.¹⁰ Movido pela vigorosa narrativa dos personagens, Bernardo Élis decidiu-se por escrever um romance terrível, como eram os sertões analfabetos e desumanizados, como havia sugerido Monteiro Lobato¹¹ quando do lançamento de *Ermos e Gerais*:

eu também procurava na literatura um pretexto para denunciar os males sociais a que estava condenado o sertão. Desse modo, uma certa ironia, o tom brincalhão e a busca de refinamento por acaso existentes em *Ermos e Gerais*, isso foi abandonado, em troca de um tom mais sério, marcado pela tragédia do atraso, da ignorância e da doença. Quisera fazer uma história para o povo [...] mas não levava em conta o analfabetismo e a miséria, que impediam o acesso à literatura. Então sem o saber eu estava me dirigindo a um público errado. Para atingir o povo, usei o coloquial médio goiano, estruturei o livro de acordo com a estrutura das sagas populares ou das narrativas orais, firmemente marcando o lugar, o tempo, e os aspectos de começo meio e fim. [...] Era um protesto contra a marginalização das populações sertanejas, da exploração mais impiedosa do camponês sem terra, da opressão dos senhores do poder, escrito numa linguagem coloquial sem complicações nem preocupação de ordem estilística. [...] Estava protestando também contra uma literatura altamente elaborada...¹²

Lançado em 1956, *O Tronco* estrutura-se pela *tríade hegeliana* - “tese, antítese e síntese”¹³ -, em uma perspectiva dialético-materialista, orientada pelo impulso transformador da realidade.¹⁴ Neste romance, Bernardo Élis nos apresenta um cenário bucólico de vila interiorana, de manhã “fria e neblionosa”, de “casinhas caiadas de branco, por trás das quais erguiam-se tufos verdes de laranjeiras, abacateiros, jenipapeiros, bananeiras e outras plantações”, “exalando tristeza e abandono”¹⁵: a Vila do Duro. O cel. Pedro Melo, patriarca da família, foi o primeiro desbravador

¹⁰ ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000, p. 118.

¹¹ Carta de Monteiro Lobato dirigida à Bernardo Élis, quando do lançamento de *Ermos e Gerais*. Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.

¹² ÉLIS. *A vida são as sobras*, p. 152-153.

¹³ ÉLIS. *A vida são as sobras*, p. 124.

¹⁴ No sentido atribuído, por Marx e Engels, à XI Tese sobre Feuerbach, onde se trata da proposição que serviu como pedra de toque para o conceito de práxis no pensamento marxista: “Os filósofos só *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; do que se trata é de *transformá-lo*” (grifos no original) MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p.103

¹⁵ ÉLIS, Bernardo. *O tronco*: romance. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p. 05.

da região, onde construiu sua fortuna; seu filho, Artur Melo, ingressou cedo na política, conquistando grande prestígio na capital do estado. Ante a personalidade dominadora do clã, toda a cidade se amesquinhava, frágil e distante. A modalidade de força que exerciam, contudo, transcendia ao sentimento de propriedade: eram deles a cidade, a região, as pessoas e seus bens, e a lei. Através da liquidação de adversários, da corrupção de funcionários, e da brutalização dos subordinados, exerciam seu poder ilimitado.¹⁶

Dentro da Vila do Duro, contudo, os Melo enfrentavam uma vívida oposição: Vicente Lemos, nomeado outrora por eles ao cargo de Coletor Estadual, inconformado com “o hábito que tinham os Melo de roubar o povo” passou a exigir o estrito cumprimento da lei, tornando-se assim homem de confiança do governo estadual – adversários confessos dos Melo. Embora o conflito seja latente, nesse trecho da narrativa predomina a conciliação e o entendimento advindos do respeito aos mais velhos e da submissão à hierarquia da parentela, visto que Vicente era sobrinho de Pedro Melo: “Sangue não briga com sangue [...] O coronel Pedro Melo também sabia levar em conta o parentesco, e reconhecia que o sobrinho Vicente, como os demais, tinha um respeito plantado fundo, um temor biológico para com o chefe da família”.¹⁷ Para Élis, essa seria a *tese* de uma sociedade que se auto-equilibra e se mantém em harmonia graças às relações de parentesco e à lógica dos favores.

Esse estado de coisas seria alterado com a tentativa de Artur Melo em fraudar um inventário – já que naqueles sertões a pressão da lei não se fazia sentir, e a ordem privada desempenhava funções do poder público -, prática à qual Vicente Lemes se opõe veementemente. O conflito é deflagrado no momento em que há a negação das relações de poder e pessoalidade como condutoras da política local – Vicente insiste em executar os códigos legais, e solicita ao governo do estado “garantia para o exercício das funções públicas e para a vida das autoridades estaduais”.¹⁸ Com a denúncia dos abusos e irregularidades cometidas por Artur Melo, uma comissão formada por juiz, promotor, escrivão e um considerável contingente policial armado é enviada ao Duro, deflagrando um guerra. Este seria, para Bernardo Élis, o momento da *antítese*, quando o acirramento das contradições provocou o fim daquela sensível estabilidade social.

A luta que se segue será fatal para ambos os lados. O juiz se retira da Vila do Duro (numa assertiva do descaso do poder público com os problemas do sertão), deixando para trás uma fragilizada tropa, composta de sertanejos miseráveis e munições imprestáveis. Os soldados eram,

¹⁶ CANDIDO, Antonio. *Vários Escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

¹⁷ ÉLIS. *O tronco*, p. 19.

¹⁸ ÉLIS. *O tronco*, p. 57.

em sua maioria, jovens pobres obrigados a ingressar nas fileiras estaduais como meio de sobrevivência, para substituir rapazes ricos, ou ainda para pagar dívidas de coronéis. Eram eles que perdiam a vida nas inúmeras lutas empreendidas pelos poderosos, e por isso nutriam por eles um imenso ódio e rancor, manifestado no assassinato do já rendido Cel. Pedro Melo, e no castigo dado aos reféns da família Melo: o tronco.¹⁹

Com o Duro em ruínas, o conflito se encerra com o assassinato dos homens do tronco, com a tomada do poder pelos jagunços e cangaceiros contratados por Artur Melo, e com a fuga envergonhada de Vicente Lemes. No caminho do desterro, ao ser questionado sobre a validade “daquela canseira [...] que resultou em sofrimento, morte de inocentes, e miséria para nós”, Vicente asseverava que “era preciso acabar com o poderio absoluto do Coronel Melo, com a soberba das famílias poderosas, para que ali pudessem vigorar as leis e não a vontade de um potentado”; da luta empreendida, “do sangue derramado, da miséria, da dor, das lágrimas espalhadas nas terras do Duro, uma vida melhor iria despontar”.²⁰

Em seu intento de *síntese* transformadora, Bernardo Élis igualou coronéis, estadistas, soldados e jagunços em sua selvageria, desumanidade e baixo senso moral, para em seguida solapá-los, demolindo as estruturas sobre as quais exerciam seu poder. Nasceria daí uma *terceira margem*²¹, uma via alternativa aos desmandos de coronéis, ao descaso do governo, e à vulnerabilidade das populações sertanejas.

Nesta chave, os personagens de Bernardo Élis são marcados por uma vontade de transformação imediata – a “vontade utópica” nos termos do filósofo Ernst Bloch²² –, e são dotados da capacidade de alterar a ordem das coisas: pretendem construir um *homem novo* para um *mundo novo*. Nesta proposta literária politicamente engajada, o autor sugere a superação do reino da *necessidade* pelo da *liberdade*, aspirando, no presente, a um horizonte de esperanças aberto, carregado de oportunidades e possibilidades alternativas. Aqui, há a possibilidade de *desalienação* e *revolução*,

¹⁹ “Era constituído de dois compridos esteios de madeira forte. De espaço a espaço, possuíam esses esteios um corte em meia-lua. Justapostos, os cortes formavam buracos, nos quais se metia as canelas do cristão, que ali ficava jungido. De um lado, unindo os dois esteios, havia uma dobradiça de ferro, grosseira, feita ali mesmo, e de outro, uma espécie de aldrava com cadeado”. In: ÉLIS, Bernardo. *O tronco*: romance. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p. 171.

²⁰ ÉLIS. *O tronco*, p. 276.

²¹ Fazemos aqui uma alusão ao conto *A Terceira Margem do Rio*, de João Guimarães Rosa, publicado pela primeira vez no livro *Primeiras Estórias*, em 1962, no sentido de uma solução inesperada, uma linha de fuga não prevista, uma possibilidade inventada. STARLING, Heloisa Maria Murgel. Outras bossas: João Gilberto, Guimarães Rosa e a língua poética do Brasil. In: GARCIA, Walter (org.). *João Gilberto*. São Paulo: Cosac Naify, 2012, 190-206.

²² Nas palavras de Bloch: “A vontade utópica autêntica não é de forma alguma um almejar infinito, ao contrário: ela quer o meramente imediato e, dessa forma, o conteúdo não possuído do encontrar-se e do estar-aí [Dasein] finalmente mediado, aclarado e preenchido, preenchido de modo adequado à felicidade.” BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Tradução de Nélio Schneider. Rio de Janeiro: UERJ, Contraponto, 2005. v.1, p.23

único meio que permitiria realizar as potencialidades do povo e da nação.²³ A marca de seus personagens é o *princípio esperança* dos “amanhãs que [hoje] cantam”.²⁴

²³ RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000; RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade Revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

²⁴ BLOCH. *O princípio esperança*.

Simpósio Temático 07: Arte, Devoção e Sociedade

Vinícius de Freitas Morais

Mestrando

UFRJ-Universidade Federal do Rio de Janeiro
vinicius.freitas94@hotmail.com

Patrícia Marques de Souza

Mestranda em História Social (Bolsista Capes)
UFRJ-Universidade Federal do Rio de Janeiro
marquesdesouzap@gmail.com

Maria Clara Caldas Soares Ferreira

Doutoranda em História Social da Cultura
UFMG
mccsferreira@yahoo.com.br

Leandro Gonçalves de Rezende

Mestre em História Social da Cultura
UFMG
leandro9rezende@yahoo.com.br

Kellen Cristina Silva

Doutoranda em História Social da Cultura
UFMG
ma.kellcs@gmail.com

Diomedes de Oliveira Neto

Mestrando em História Social (Bolsista Capes)
UFRJ-Universidade Federal do Rio de Janeiro
diomedesneto85@gmail.com

Proposta do Simpósio:

O Simpósio Temático tem como fio condutor o enlace entre a arte e a religiosidade na sociedade cristã ocidental, reunindo pesquisas que envolvam o campo da cultura visual, em sua vertente devocional, ou seja, a produção artística de cunho religioso nas mais diferentes formas, técnicas e suportes. Da mesma forma, partimos do pressuposto que a obra artística devocional não é uma ideia desencarnada ou simples ideologia, sem raízes no seu tempo; nem um mero reflexo do contexto sociocultural em que se situa. Assim atentaremos para o meio social em que ela está

inserida, as experiências e expectativas de religiosos e leigos promotores da fé e da arte. O meio religioso sempre se destacou como espaço de fortalecimento identitário e hierárquico, forjando mecanismos de representação e de sociabilidade. Nesta oportunidade destinaremos nossa atenção para os diálogos entre a Arte e as práticas religiosas, percebendo a produção de signos e significados junto à sociedade, uma vez que a mentalidade devocional deixa marcas indeléveis no pensar, agir e portar-se das populações. Dessa forma, temos um amplo recorte temporal-espacial que abrange desde a Antiguidade à multiplicidade do contemporâneo. Seja em sua especificidade material ou técnica ou na sua função primeira de culto, os espaços arquitetônicos, as esculturas e as imagens sagradas agregam, ao mesmo tempo, funções sociais e religiosas. Para além do espaço e do calendário cristão, a relação entre arte e devoção permite a extensão dos recortes cronológicos, abraçando tempos e sociedades que conferiram importância na produção e no uso das imagens e dos lugares de culto. Deste modo, atentamos para o fato dos objetos visuais se circunscreverem dentro de uma perspectiva social e destacamos tanto os seus diversos usos e funções quanto os seus meios de produção e recepção. Logo, abordar-se-á, de forma ampla, a interiorização e exteriorização do fenômeno religioso nas sociedades cristãs do ocidente sobre os múltiplos campos do saber, amparados pela teoria e metodologia da História e da História da Arte. As análises construídas serão tecidas a partir de elementos documentais, bibliográficos e iconográficos diversos, sejam esses dados escritos ou produtos de manifestações artísticas remanescentes ao dispor do pesquisador. Portanto, a cultura artística religiosa e os seus processos devocionais, as festas, o mecenato, a iconografia, o lugar social dos artistas, a fé e a religiosidade serão analisados num diálogo interdisciplinar.

Os calvários do Museu Mineiro: primeiras percepções

Adalberto Andrade Mateus

Graduado em Comunicação Social – PUC Minas
Técnico de Gestão, Proteção e Restauro
Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de MG
beto.mateus@yahoo.com.br

Resumo: O artigo aborda peças do acervo do Museu Mineiro, de Belo Horizonte/MG, no contexto das determinações do Concílio de Trento (1545-1563) e sua repercussão no universo luso-brasileiro durante os séculos XVIII e XIX. As peças selecionadas para esse estudo são os chamados Calvários, que constituem peculiar representação da cena da crucificação de Cristo.

Palavras-chave: Museu Mineiro; Calvário; Arte Sacra.

*Na cruz está a salvação, na cruz a vida, na cruz o amparo
contra os inimigos, na cruz a abundância da suavidade divina,
na cruz a fortaleza do coração, na cruz o compêndio das virtudes,
na cruz a perfeição da santidade¹*

Museu Mineiro

Previsto na Lei Estadual nº 126, de 11 de julho de 1895, o Museu Mineiro teve sua criação determinada pela Lei Estadual nº 528, de 20 de setembro de 1910, com sede em Belo Horizonte e dedicado à “história natural, etnografia e antiguidades de Minas Gerais”². Apesar das pretensões iniciais e da própria legislação em tela que, dentre outras, informava que o museu seria instalado somente “quando as circunstâncias financeiras do Estado o permitissem”, o Museu só foi definitivamente inaugurado em 1982, após a autorização de sua instalação ser autorizada por meio do decreto estadual nº 18.606, de 19 de julho de 1977.³

À época de sua implantação, o Museu Mineiro foi constituído por três coleções de origem e caráter diverso, reunindo significativo conjunto de peças que documentavam os chamados principais períodos evolutivos da cultura e arte mineira, a saber: Coleção Arquivo Público Mineiro, Pinacoteca do Estado de Minas Gerais e a Coleção Geraldo Parreiras, sendo essa última de nosso interesse, haja vista a sua formação por peças da imaginária mineira. Destaca-se também, para nossa

¹ KEMPIS, Tomás de. Imitação de Cristo. Ed. Vozes. Rio de Janeiro: Petrópolis, 14ª ed. 1969.

² Lei Nº528, de 20 de setembro de 1910. In: Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes. Bello Horizonte, Imprensa Official, 1910. p.16.

³ INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. Documentação técnica e administrativa sobre a criação do Museu Mineiro. 1982.

avaliação, peças procedentes da Coleção Amigas da Cultura e do IEPHA/MG, incorporadas ao acervo posteriormente à instalação do Museu.

A Coleção Geraldo Parreiras foi comprada pelo Estado de Minas Gerais no ano de 1978⁴ dos herdeiros do engenheiro Geraldo Parreiras. Totalizando 187 itens, a Coleção apresenta 117 peças da imaginária, sendo a maioria peças de origem mineira e datada dos séculos XVIII e princípios do XIX. “Carente de documentação, torna-se difícil a identificação de autoria, assim como da origem da maioria das peças da coleção. Sabe-se, no entanto, que o colecionador mineiro obteve grande parte de suas imagens e objetos sacros na região compreendida por Sabará, Caeté, Santa Bárbara, São João del-Rei e outros centros integrantes das antigas comarcas de Sabará e do Rio das Mortes”⁵.

O Concílio de Trento e suas Disposições sobre o Cristo

O Concílio de Trento, realizado entre os anos de 1545 e 1563, implantou, na Igreja Católica, reformas que reafirmaram e redefiniram, segundo Paiva⁶, pontos basilares da doutrina e promoveram a composição de um novo programa, centrado no papado, episcopado e clero, com configurações que se estenderam até a segunda metade do século XIX. Considerado um dos concílios mais marcantes da história, Trento perdurou com suas disposições por mais de trezentos anos e deixou marcas em instituições religiosas e políticas, na mentalidade e em questões culturais, que vão ao encontro do que Paolo Prodi chamou de “paradigma tridentino”.

De fato, a posição assumida por Trento se deu em um cenário marcado por dois pontos fundamentais apontados por Hubert Jedin: resposta ao “alastramento do protestantismo”, após o movimento da Reforma iniciado por Martinho Lutero, e pela necessidade de reforma interna da Igreja, repercutida pela renovação espiritual da *devotio moderna*.

Assim, em nossa análise, nos cabe entender alguns pontos determinados pelo Concílio de Trento que irão, posteriormente, ser traduzidos e implementados pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707)⁷, documento que se estrutura a partir dos decretos tridentinos e necessário ao entendimento da legislação eclesiástica em vigor quando se dá o início da presença

⁴ Compra efetuada conforme Escritura Pública de Compra e Venda datada de 28 de abril de 1978, registrada no Livro N°632-D, Fls. 56v a 61v no Cartório do Segundo Ofício de Notas de Belo Horizonte.

⁵ ÁVILA, Cristina. Arte Sacra no Museu Mineiro. Museu Mineiro: Coleção de Arte Sacra. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura: Superintendência de Museus do Estado de Minas Gerais, 1994. p.9.

⁶ PAIVA, José Pedro. A recepção e aplicação do Concílio de Trento em Portugal: Novos problemas, novas perspectivas. In: O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. Centro de Estudos de História Religiosa, 2014.

⁷ VIDE, Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia / feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

da Igreja Católica no território da Capitania das Minas Gerais, durante o surgimento dos arraiais e vilas.

De acordo com as determinações tridentinas, era necessário qualificar a recepção do cristianismo e, para isso, buscava-se a purificação da liturgia e dar mais decência e cerimonialidade ao culto. Isso implicou no afastamento às práticas da religiosidade popular e seus rituais extravagantes e a busca de embelezamento dos templos e vigor à arte sacra que assumiria um papel de catequese junto aos fiéis, os sensibilizando para os preceitos do cristianismo estabelecidos pela Igreja: “Intensificou-se o culto dos santos, das relíquias e de outras devoções, como a do Rosário, das almas do purgatório, da paixão de Cristo e de Cristo menino, os lausperenes, o culto das 40 horas”.

Ainda que tenhamos que nos aprofundar no que Paiva defende de “forma mais sistemática e profunda os impactos das decisões conciliares sobre a arquitetura, a escultura e pinturas sacras e o modo como estes suportes conformaram a percepção e prática do cristianismo pelos fiéis”, podemos considerar, pelos acervos estudados, a presença das disposições tridentinas na constituição do repertório iconográfico presente nas Igrejas mineiras, em especial da coleção de Crucificados presentes no acervo do Museu Mineiro, também originários desses templos.

Para Trento, e as disposições que se seguem a partir da realização dos sínodos, a importância das imagens sacras foi tratada a tal ponto de passarem a ser identificadas como veículos de doutrina e fonte de inspiração da piedade.

A imagem como objeto de representação do sagrado, de devoção, cumpria também funções de conforto e até, numa dimensão que depois de Trento será cada vez mais vista com algum receio, podia ser ponto de partida para a visão, para visões místicas, consentindo, facilitando e até estimulando a passagem da contemplação à visão [...]

De modo que, aqui é importante destacar, as indagações de Paiva quanto, a partir de seu compartilhamento, a imagem passar a servir como instrumento para a construção de identidades locais e de grupo, o que leva a interpretação dos sentidos que as mesmas tiveram ao longo da história, com diferentes funções, competências e significados.

Ao legitimar e reafirmar o uso das imagens sagradas, em especial de Cristo, da Virgem e de outros Santos, Trento abre espaço para a expressão da arte sacra com “consequências, para além dos cânones artísticos, nos suportes, forma e modo de transmissão de idéias, doutrinas e práticas religiosas”. E, contestando a idolatria criticada pela Reforma, o Concílio postula que a honra tributada às imagens sagradas é dada pelos originais que elas representam. Assim estaria na devoção à Cristo, à Virgem e aos Santos, a origem e a finalidade da veneração.

A Lembrança do Cristo

O incentivo ao culto de Cristo Crucificado pelo Concílio de Trento, segundo Flexor⁸, parte da ideia de que ele deveria atrair “todos os olhares dos fiéis, que quisessem alcançar a salvação”. As Constituições Primeiras são explícitas no tratamento da Cruz como lembrança do sacrifício do Cristo. “O Apóstolo S. Paulo nos ensina, que todo o Catholico deve glorificar-se da sagrada arvore da Cruz, tropheo, e insígnia gloriosa dos fieis Christãos, em que nosso Salvador Jesus Christo nos remio com seu precioso sangue, por cuja causa é bem que de todos seja tratada com toda a reverencia” (Item 702, Título XXI, p. 257). Para isso, as Constituições evocam o Concílio Tridentino para que “nas Igrejas se ponhão as Imagens de Christo Senhor nosso, de sua sagrada Cruz, da Virgem Maria Nossa Senhora, e de outros Santos” (Item 696, Título XX, p.257).

Centrando e trazendo para lugar de destaque a figura do Cristo Crucificado, Trento busca voltar o olhar dos fiéis às “diversas passagens do sacrifício do Filho de Deus, chamadas então Passos dos Mistérios” (FLEXOR, 2014, p.201). Os mistérios seriam interpretados a partir da lógica de que, penalizados pelo pecado original, estaria na Paixão do Senhor a redenção dos fiéis. De acordo com Flexor, os mistérios tiveram origem na Idade Média e tiveram grande incremento em sua interpretação pelos jesuítas que, a eles recorreram em seus trabalhos de evangelização.

Iconografia

*“Junto à cruz de Jesus estavam de pé sua mãe, a irmã de sua mãe, Maria, mulher de Cléofas, e Maria Madalena. Quando Jesus viu sua mãe e perto dela o discípulo que amava, disse à sua mãe: “Mulher, eis aí teu filho.” Depois disse ao discípulo: “Eis aí tua mãe.” E dessa hora em diante o discípulo a levou para sua casa.” (Jo 19, 25-27)*⁹

Ainda que incerta a localização exata do local da crucificação, é extraída do evangelista João a passagem acima que relata os participantes do exato momento da crucificação e morte do Cristo. Após percorrer os trechos da chamada Via dolorosa levando a cruz às costas, Jesus sobe em direção ao Gólgota, ou Monte Calvário, para ali ser crucificado. Calvário quer dizer lugar da caveira (do crânio) e as razões para esse nome é apontada principalmente por duas versões: em primeiro, lugar que possuía pilhas de crânios de outros condenados ali mortos; em segundo, pelas similaridades da encosta que, com fendas, se assemelharia à imagem de um crânio.

Às suas várias interpretações artísticas, a cena da crucificação recebeu dos artistas merecida atenção, por considerar-se em momento decisivo e cruel na vida do salvador da humanidade e por

⁸ FLEXOR, Maria Helena Ochi. Religiosidade e suas manifestações no espaço urbano de Salvador. Anais do Museu Paulista. São Paulo: N. Sér. v.22. n.2. Jul.-dez. 2014. p. 197-235.

⁹ Bíblia Sagrada. São Paulo: Ed. Ave Maria, 2008.

consistir em ação que deveria ser reverenciada pelos fiéis em tributo àquele que era filho do Altíssimo. Segundo Castello Branco¹⁰, “a Paixão e Morte de Cristo sempre foram os temas primordiais e, por isso mesmo, os mais recitados plasticamente. Afinal, para o cristianismo ocidental, foi por intermédio da morte de Cristo que veio a salvação da humanidade e a vitória divina”.

FLEXOR¹¹ lembra que “bastante comuns no mundo português do século XVIII, tanto no ocidente quanto no oriente, as cenas da paixão de Cristo foram alvo principal da devoção dos católicos de então”. Mas, para a representação específica da cena da morte do Cristo em um Calvário à que se recorrer, necessariamente ao trecho do evangelho acima citado, que orienta e indica os personagens presentes no momento da crucifixão. De acordo com CAMPOS,

Se a representação do Calvário incluir Nossa Senhora, São João Evangelista (e até mesmo Maria Madalena) é costume a denominação “calvarinho”. Essa iconografia refere-se ao Evangelho de João que não deixou Cristo sozinho no Calvário, confortando-o com a presença da Mãe, do discípulo amado e das santas mulheres.

Passaremos, adiante, a trabalhar alguns levantamentos sobre a história resumida de cada um dos personagens, de modo a entender os partícipes do momento da crucifixão.

De acordo com Reau¹², o momento da crucifixão, poderia ser entendido por duas fases distintas. A primeira, em que Cristo estaria pregado na cruz, receberia o nome de *Crucifcamiento*. Já o momento da morte do Cristo seria interpretado pelo nome de *Crucifixión*, por corresponder a uma ação. Mas, o próprio autor destaca que na linguagem usual não seria feita essa distinção. Para nosso estudo, também não estabeleceremos tal distinção, mas identificaremos as distintas iconografias para o Cristo retratado nos Calvários.

Reau destaca de forma resumida a evolução do tema da Crucificação, essencial ao cristianismo, compreendendo que a imagem do Cristo apareceu na cruz em sua forma humana somente a partir do século VI. Antes, a crucifixão era evocada somente por símbolos. Até meados do século XI, o Cristo na cruz aparece representado vivo, com os olhos abertos e, a partir de então, passa a ser representado morto, com os olhos fechados. De acordo com Reau, “por lo tanto, deben

¹⁰ CASTELLO BRANCO, Maria Alice Sanna. Oratório Dom José I – Análises formal, estilística e iconográfica. Boletim do CEIB. Centro de Estudos da Imaginária Brasileira. Belo Horizonte: vol. 7, nº25, Julho/2003.

¹¹ FLEXOR, Maria Helena Ochi. A imagem do Cristo Crucificado na Bahia setecentista. Boletim do CEIB. Centro de Estudos da Imaginária Brasileira. Belo Horizonte: Ano 1, nº3, Junho/1997.

¹² REAU, Louis. Iconografía del Arte Cristiano. Iconografía de la Biblia: Nuevo Testamento. Barcelona: Tomo I, vol. 2, 1996.

diferenciarse tres fases em la iconografía de Cristo crucificado, que se han empleado sucesivamente: mediante símbolos, vivo em la cruz y, finalmente, muerto”.

Para a análise dos Calvários do acervo do Museu Mineiro, somaremos as interpretações definidas pelo catálogo do próprio museu, quanto à tipologia dos Cristos representados. Esses, em três diferentes formas, corresponderiam a momentos decisivos iniciados a partir da crucificação. O Cristo em Clemência ou da Misericórdia seria o representado com os olhos semiabertos voltados para baixo, na direção do fiel. Em Agonia estaria o Cristo que tem a cabeça voltada para o alto e os olhos abertos, expressando angústia e sofrimento. Por fim, teríamos o Cristo Morto ou Senhor do Bonfim, com a cabeça inerte e pendida sobre o peito, com os olhos fechados¹³. Dentre as tipologias acima, Campos¹⁴ destaca ainda a do Bom Jesus de Bouças ou de Matosinhos, em que o Cristo é representado vivo, com olhar divergente, sendo um voltado para o alto, em direção a Deus, e o outro para baixo, em direção à humanidade.

A Virgem Maria, como proclamada pelo Concílio de Éfeso (431) abre a descrição dos personagens do Novo Testamento. Cerinotti¹⁵ destaca que “o fato de que Deus Pai a tenha escolhido para que em seu corpo encarnasse o Filho dileto faz da sua santidade um caso particular e único”. Os evangelistas apresentam-na já adulta, como esposa, ainda virgem, de José. Mãe de Cristo, Nossa Senhora aparece em vários momentos da vida pública de seu filho, mesmo que de maneira discreta e, no Calvário, tem sua presença evidenciada.

São João Evangelista, filho de Zebedeu e de Salomé, irmão de Tiago Maior, é considerado o discípulo amado por Cristo. João teria conhecido Jesus quando já era discípulo do Batista. A predileção do Cristo é apontada por Cerinotti como fruto do entusiasmo, pela generosidade e candura juvenil do discípulo. Na última ceia Cristo permitiu que o discípulo “encostasse a cabeça sobre o seu peito; no Calvário, onde era o único Apóstolo presente, pediu-lhe para que o substituísse nos deveres de filho para com Maria”. Depois da ascensão permaneceu com Pedro na condução da Igreja, mas sempre estava por perto da Virgem. É autor do último Evangelho e do livro do Apocalipse, e tem na águia um símbolo associado à potência divina.

Maria Madalena, ou Maria de Magdala, é a “mulher que, depois de ser libertada de sete demônios, seguiu Jesus ao lado de outras mulheres igualmente abençoadas, mas também a pecadora

¹³ Coleção “Geraldo Parreiras”. Arte Sacra: Imaginária e Prataria. Museu Mineiro: Coleção de Arte Sacra. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura: Superintendência de Museus do Estado de Minas Gerais, 1994. p.49.

¹⁴ CAMPOS, Adalgisa Arantes. A cruz e crucifixos em acervos mineiros. Boletim do CEIB. Centro de Estudos da Imaginária Brasileira. Belo Horizonte: vol. 19, nº61, Julho/2015.

¹⁵ CERINOTTI, Angela. Santos e beatos de ontem e de hoje. Tradução Esníder Pizzo e Maria Margherita De Luca. São Paulo: Ed. Globo, 2004.

que o visitou durante uma ceia para ungi-lo com um vaso de bálsamo e foi perdoada pelos seus pecados porque muito amou”. Depois da Contrarreforma, a Igreja Católica se deteve sobre o passado de Madalena, defendendo a ideia de que, após a ascensão de Cristo, fez a escolha por uma vida que seria caracterizada por uma rígida penitência. Além de estar presente no momento da crucificação, Maria Madalena assistiu o sepultamento e foi ao túmulo terceiro dia, sendo considerada a primeira testemunha a ver o Cristo ressuscitado.

A presença dos personagens pode variar nas diferentes representações da Crucificação. De acordo com Reau, que nos informa que esse número cresceu sem cessar entre o século XII e o final da Idade Média, quatro tipos de Crucificação estariam sendo representadas. Em primeiro, ele apresenta a Crucificação somente com Jesus Cristo, representação frequente no espaço sacro por meio dos crucifixos de pousar presentes nas banquetas e sobre o sacrário, conforme as prescrições tridentinas. Em segundo, a cena com três personagens, “a cada lado de la cruz están la Virgen y San Juan. Es el tema de las cruces triunfales erigidas sobre mástiles o em los trascoros”. Em terceiro lugar, estariam os crucificados com a presença de mais três personagens com “María Magdalena arrodillada al pie del crucifijo se suma a la Virgen y san Juan”. O quarto tipo, apesar de menos frequente em nossos acervos escultóricos, estando mais próximos da representação pictórica, seria o da Crucificação como grande espetáculo, “com la multitud invadiendo el Calvario”.

O Calvário no Acervo do Museu Mineiro

Do levantamento das peças do acervo do Museu Mineiro¹⁶ que poderiam constar de nossa investigação somente quatro peças se enquadram na tipologia ora estudada dos chamados Calvários ou Calvarinhos, que representam a crucificação do Cristo e a presença de sua Mãe, São João Evangelista e Maria Madalena. São de salientar que, à época da formação do acervo do Museu Mineiro, em 1982, foram relacionados como peças que deveriam constar do livro de Tombo nº1 do Museu¹⁷ 19 crucificados que não tiveram, naquele momento, especificação dos Calvários, objetos de nosso estudo. Dentre essas peças, somente duas podem ser objeto de nosso estudo, e são parte integrante da chamada Coleção Geraldo Parreiras.

Codificado inicialmente sob o número 81.1.34 (atual MMI/988.0019), esse crucificado é datado do século XVIII e apresenta-se incompleto, com ausência das peças que, posicionadas na peanha, completariam a cena do Calvário. O destaque dessa peça é sua feitura em marfim, material

¹⁶ SUPERINTENDÊNCIA DE MUSEUS E ARTES VISUAIS/SEC. Documentação técnica e administrativa sobre o acervo.

¹⁷ A listagem com descrição e codificação das peças da formação inicial do acervo do Museu Mineiro, foi publicada no jornal Minas Gerais, de 09 de junho de 1982.

raro e que confere à peça sua exposição na Sala das Colunas em vitrine dedicada ao uso desse material para a confecção da imaginária sacra no século XVIII. O Cristo representado é o Cristo em Agonia, expressando a angústia e sofrimento em sua crucificação.

Já a peça inicialmente identificada com o número 81.1.46 (atual MMI/988.0126), é denominada como um crucifixo do século XVIII, incompleto por não apresentar as peças que deveriam compor a penha estabelecendo a iconografia do Calvário. A peça, que atualmente encontra-se na reserva técnica do Museu, também tem representado o Cristo em Agonia.

Essas duas peças levantam em nosso estudo, a perspectiva da análise sobre a fragilidade do conjunto escultórico do Calvário quando esse permite que as peças sejam removidas ganhando outros entendimentos e significações enquanto peças individuais, que também podem servir ao fiel devoto, ou garantirem seu reposicionamento em oratórios junto a outros conjuntos escultóricos. Por certo, removidas de “seu lugar” original, reconfiguram a peça anteriormente identificada como Calvário em um crucificado que, mesmo que não reclame essa presença, empobrecem-na de sua real feitura, ficando a peanha incompleta e acusando-a em seus vazios.

Nosso estudo prossegue com uma peça de Calvário que, apesar da completude dos personagens participantes da crucificação, não apresenta elementos essenciais à cena do Calvário como a peanha representando os rochedos do Gólgota e o elemento de suplício da crucificação, a cruz. Essas peças, confeccionadas em terracota, receberam codificações isoladamente, sendo 82.1.6 (Cristo); 82.1.4 (N. Sra. Das Dores); 82.1.5 (Madalena); 82.1.3 (S. João); (atuais MMI/988.0042; 0043; 0045; 0044). Esse conjunto, mesmo que assim não seja identificado, é procedente de compra realizada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG)¹⁸. As peças em questão, de acordo com a documentação da Superintendência de Museus e Artes Visuais, gestora do Museu Mineiro, foi comprada pelo IEPHA em 04 de novembro de 1975, no Largo do Rosário Antiquidades Ltda., em Ouro Preto. Na observação da ficha de inventário consta “dois braços quebrados sem mãos; sem pés”. Interessante notar que, no documento “Relação das imagens que se encontram no cofre do IEPHA/MG e quadro que se acha na Sala da Presidência”, datado de 27 de abril de 1982, em que constam vários itens adquiridos no Largo do Rosário para incorporação ao acervo do Museu Mineiro na caracterização de Coleção IEPHA, a peça é assim descrita: “Um Cristo de Terra Cota, faltando pés e mãos”.

¹⁸ Ao IEPHA/MG, à época de implantação do Museu Mineiro, cabia a gestão da recém-criada Superintendência de Museus e todo processo de criação da nova instituição, competindo-lhe a formação da coleção e sua instalação. Somente posteriormente é que a Superintendência foi desvinculada do IEPHA e diretamente subordinada à Secretaria de Estado de Cultura, quando é essa é criada em 1983.

Sendo assim, as demais peças, constituintes do Calvário, como Nossa Senhora, São João Evangelista e Maria Madalena, são completamente omitidas. Mais uma sinalização da falta de percepção do sentido de conjunto escultórico que deveria prevalecer para sua correta preservação enquanto tal. Mas, em sua respectiva ficha de inventário, todas as peças são relacionadas e identificadas, mesmo que isoladamente. O Cristo dessa peça é o Cristo em Clemência, e todo o conjunto é definido como de extrema erudição escultórica, em que se destaca a ornamentação das vestes de todas as quatro peças. Para solução de sua exposição, na Sala das Colunas do Museu Mineiro, o Cristo foi posicionado preso à haste metálica e todo o conjunto pousa sobre base acrílica.

Por fim, nossa análise chega à única peça de Calvário completa em seus elementos constituintes, em perfeita assimilação do conjunto escultórico. Procedente da Coleção Sociedade Amigas da Cultura, a peça com numeração AC-014 é identificada como sendo de meados do século XVIII e originária de Portugal. Esculpido em madeira, todas as peças que compõem a cena são entalhadas na própria peanha que simula o rochedo do Gólgota, à exceção do Cristo, que é preso à cruz. O Cristo representado é o da Agonia, com os olhos abertos voltados para o alto. A peça é de extrema erudição e requinte e, em uma das informações da documentação da Superintendência, é apontada como sendo proveniente da região de Sabará.

Conclusões

Um rápido recorte sobre o acervo de Calvários do Museu Mineiro abre perspectivas de um estudo aprofundado e dedicado à investigação desse conjunto escultórico no variado acervo mineiro, hoje disperso em templos, museus e coleções particulares. Inicialmente, propostos para atender às recomendações expressas pelo Concílio de Trento, em meados do século XX o conjunto escultórico chamado de Calvário parte em ressignificações em outros ambientes, extrapolando o universo sacro. Pelo acervo estudado, levantam-se especulações quanto aos entendimentos da preservação do conjunto escultórico que, quando formado por peças soltas, raramente como no caso do acervo em questão, mantiveram sua unidade, partindo a reinterpretar as peças como elementos isolados.

Peça rara dentre os conjuntos estudados, o Calvário procedente da Coleção Amigas da Cultura, com suas peças constituintes esculpidas na própria peanha, é a única que apresenta a completude da cena proposta, o que, apresenta-se como questionamento: estariam os Calvários ameaçados pela sua própria característica liberal de posicionamento das peças? Perguntas e dúvidas que surgem e reaquecem o estudo da imaginária sacra mineira produzida no século XVIII e podem



produzir novas perspectivas para a sua preservação e manutenção de sua unidade devocional e estética.

Arquitetura neogótica e o culto do Sagrado Coração de Jesus: estética e devoção nos sertões da neocristandade brasileira

Diomedes de Oliveira Neto

Mestrando em História Social

PPGHIS-UFRJ

diomedesneto85@gmail.com

Resumo: A arquitetura no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, recebeu influências de estilemas arquitetônicos inspirados em tradições europeias não-ibéricas. Dentre essas tradições houve uma profusão de elementos do gótico medieval, aqui reinterpretados como um neogótico. Sua adoção se deu principalmente em programas religiosos, destacando-se os propostos pelas dioceses católicas. Esta comunicação pretende, portanto, compreender os usos dessa arquitetura adotada pelos programas das dioceses brasileiras nas três primeiras décadas do século XX, então um período de profusão de novos territórios diocesanos no interior do país e de uma predisposição da Igreja Católica em reafirmar sua autoridade e tradição através de rearranjos institucionais, naquilo que foi chamado de neocristandade. Paralelo a isso, cultos tradicionais como o do Sagrado Coração de Jesus foram consagrados a muitas igrejas neogóticas brasileiras deste período. O exemplo da Catedral de Petrolina, na década de 1920, ilustra essa relação entre programa arquitetônico e elementos devocionais católicos reafirmadores de uma tradição católica.

Palavras-chave: Neogótico; Neocristandade; Sagrado Coração de Jesus.

Introdução

Nas primeiras décadas do século XX, a Igreja católica no Brasil passou por transformações institucionais diante da sociedade, numa época de consolidação dos ideais e arranjos republicanos. Terminadas as relações de padroado com o fim do império, havia uma necessidade de alargar o poder de influência católico diante de uma sociedade que se construía com base em princípios republicanos, liberais e laicizantes. Uma reaproximação da Igreja com os governos e elites locais se fez necessária, no intuito de reafirmar o poder de influência política, moral e social dessa instituição. Tratou-se de posturas reconhecidas pela historiografia como "neocristandade". Dentre as estratégias adotadas, destacou-se o poder de influência das dioceses, incluindo-se a criação de novos bispados no território nacional, e o fortalecimento das arquidioceses nos grandes centros urbanos.

Prezando por ideais como de "ordem" e "tradição", a Igreja também recorreu a cultos e vocabulários artísticos reconhecidos então como tradicionais na história da Igreja católica europeia para auxiliar nessas estratégias das dioceses. Tratou-se, como exemplo, da escolha das formas arquitetônicas do gótico medieval para compor novas construções eclesiásticas. Além disso, o culto do Sagrado Coração de Jesus, oficializado no século XIX, seria uma manifestação devocional

também adotada pelos partidários da neocrisandade, consagrando-se muitas igrejas neogóticas brasileiras sob esta invocação. Neste cenário das dioceses brasileiras, se insere a recente Diocese de Petrolina, instituída no ano de 1923 em Pernambuco.

O objeto tomado para esta comunicação é a construção da Catedral neogótica de Petrolina, cuja edificação se estendeu por quatro anos (1925-1929). O objetivo desse artigo é evidenciar, portanto, as relações tecidas entre o culto do Sagrado Coração de Jesus, a arquitetura neogótica eclesiástica no Brasil e as atitudes de neocrisandade das dioceses nos chamados "sertões" brasileiros. Sertão, aqui, se considerado aquelas regiões donde se pretendiam implementar estratégias de uma "civilização", integrando esses territórios no projeto republicano nacional. Para a questão dos "sertões", Petrolina torna-se um caso interessante por estar situada às margens do Rio São Francisco, historicamente uma região de povoamentos e navegabilidades, além de se encontrar entre fronteiras próximas da Bahia, Ceará e Piauí, uma encruzilhada de caminhos.

Tomaram-se como base teórica os pressupostos de uma História Cultural repousada sobre a produção arquitetônica, a fim de evidenciar não apenas as questões formalistas da Catedral, mas também um movimento de suas práticas e representações. Práticas presentes naquilo que se entende como programa e partido na constituição de um projeto arquitetônico, neste caso tomado como um programa religioso de uma catedral diocesana; e representações expressas nas apropriações e usos desse espaço pela população e nas interpretações dos discursos oficiais da Diocese e na imprensa local, estadual e nacional acerca da construção da nova Catedral e de seu impacto na paisagem e na rotina urbana de Petrolina.

Como metodologia, recorreu-se nessa pesquisa a fontes locais da região como periódicos e documentos da Diocese a fim de perceber os processos e escolhas na construção da Catedral neogótica, as relações estabelecidas entre o bispado e as diferentes instâncias dos governos durante sua edificação, bem como as repercussões que se estenderam para além dos sentidos e funções religiosas.

A Catedral de Petrolina: uma expressão neogótica sertaneja

A década de 1920 no Brasil foi marcada por fenômenos sociais e artísticos complexos que giraram dentro de um turbilhão de ideais liberais de progresso e modernização que se fizeram sentir em muitos de seus centros urbanos. Na produção artística e cultural, apesar de já se pensar na construção de identidades brasileiras nas artes e na literatura entre os intelectuais da Semana de 1922 na esteira das vanguardas estrangeiras, muitos dos modelos estéticos europeus do século XIX na música, literatura, nas artes plásticas e na arquitetura ainda se faziam recorrentes entre as elites

e instituições políticas e religiosas. Na arquitetura, um modelo ainda prevalecente seria o do neogótico.

Com sua pedra fundamental lançada em dois de fevereiro de 1925, a nova Catedral neogótica de Petrolina substituiria a antiga Catedral de feições coloniais, numa Diocese criada apenas dois anos antes em 1923. Neste tópico, vamos discutir a escolha do neogótico para este determinado programa religioso, apresentando, inclusive outros exemplos contemporâneos que recorreram a esses estilemas, numa época em que já se discutia uma arquitetura mais nacionalista e moderna no Brasil.

O neogótico enquanto um movimento arquitetônico, tal como o neoclassicismo, pode ser pensado a partir da primeira metade do século XIX, tendo se desenvolvido com maior expressividade na Inglaterra e França, onde se buscou, nas tintas e projetos de críticos de arte e arquitetos, uma tendência revivalista desta arquitetura a atender anseios e necessidades contemporâneos. O *gothic revival* na Inglaterra ou o *neogothique* na França não prezavam apenas pela escolha e uso dos ornamentos góticos, mas sim num direcionamento artístico, funcional, social e moral das formas do gótico medieval para novas construções, sejam elas civis ou religiosas¹.

Num discurso proferido na data de lançamento da pedra fundamental em Petrolina, em fevereiro de 1925, o Padre Alencar Peixoto, então pároco da cidade próxima de Granito e Vigário Forâneo nomeado pelo bispo D. Malan², declarou sobre a nova Catedral:

Abri os livros santos, esses livros que Deus inspirou, que Moyses escreveu, que Salomão illustrou, e os profetas illuminaram com o verbo da revelação do futuro; abri os livros santos, e vereis que a sorte dos povos, e a do mesmo mundo está, por assim dizer, ligada à sorte ou às vicissitudes desses edifícios sagrados. [...] Consoante pois o que está escrito nestes livros, a sorte de Petrolina, desde já, pode-se dizer está lançada, isto é, não só unida, mas aunada à sorte de sua Catedral.³

No jornal petrolinense *O Pharol*⁴, que divulgou com frequência o andamento das obras da Catedral, um poema escrito por Antônio Santana Padilha na edição de quinze de agosto de 1929

¹ ARGAN, Giulio Carlo. *A arte moderna na Europa*. São Paulo: Cia das Letras, 2010; CLARK, Kenneth A. *The Gothic Revival: An Essay in the History of Taste*. New York: Scribner's, 1929

² CAVALCANTE, Francisco José. *Padres do Interior II: Os padres da paróquia de Nossa Senhora do Bom Conselho de Granito*. Petrolina: Diocese de Petrolina, 2010.

³ PEIXOTO, Alencar. *Deus e o homem*. Discurso proferido aos dois de fevereiro de 1925 por ocasião da bênção da primeira pedra da Cathedral de Petrolina. Recife: Tipografia do Jornal do Brasil, 1930.

⁴ Periódico de referência em Petrolina. Fundado em 1915 por João Ferreira Gomes, circulou periodicamente na cidade até a década de 1980. Foi um órgão divulgador de atos da prefeitura e sobretudo da Diocese, tendo apresentado as etapas e discussões do processo de construção da Catedral nos anos 1920. In: NASCIMENTO, Luiz. *História da Imprensa em Pernambuco*. Recife: UFPE, 1967.

(então o ano de sacração da edificação), evoca a relação dessa construção neogótica para com a fé católica local:

[...] Dando um exemplo raro à christandade,
Serenos, à deanteira
D. Malan trouxe – gesto de humildade – A pedra primeira
[...] Embora sendo a dádiva menor,
E obscura até,
Tinha de todos o maior valor
O abulo da fé
Ei-la serena, altiva, magestosa
Torres para os céus!
Erguendo na mudez pétrea, gloriosa
Supplicas a Deus!⁵

Escritos e discursos como ambos acima mencionados evidenciam uma construção tecida entre a arquitetura neogótica e a experiência da fé cristã que remontam ainda a interpretações na Europa cristã desde o século XVII, mas que ganharam força ao longo do século XIX entre os partidários por um movimento do neogótico europeu. Na obra *Génie Du Christianisme* (1802) do literato François-René de Chateaubriand (1768-1848), por exemplo, a fé católica é identificada em relação direta com a arquitetura gótica. Para este autor, tal como os tratados de arquitetura clássica defendem leis universais de construção e proporção, a arquitetura gótica possuiria as “proporções genuínas” e universais para uma arquitetura cristã, além de carregarem um sentimento moral cristão religioso que remeteria a um passado medieval:

Você não poderia entrar numa igreja gótica sem experimentar um certo temor e um vago sentimento do Divino [...] Você seria transportado de uma vez de volta àqueles tempos[...] quanto mais remotos eram esses tempos, mais mágicos eles apareciam e mais inspiravam ideias que terminavam com uma reflexão sobre a pequenez do homem e a efemeridade da vida.⁶

A arquitetura neogótica, portanto, era vista como uma arquitetura eminentemente cristã, apesar de nem sempre ser aplicada a programas de construções religiosas, ou mesmo nem ser exclusiva para a construção de novas igrejas ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX. No entanto, na Petrolina da década de 1920, este fora o modelo adotado para compor a nova construção sede da Diocese, cujas razões se encontram não só em conjunturas da época, como também em condições sociais de seus agentes responsáveis.

Naturalizado francês, o então bispo nomeado de Petrolina D. Antônio Malan, contou também com a ajuda do vigário de Afogados da Ingazeira⁷, Carlos Cottart (engenheiro e francês),

⁵ PADILHA, Antônio Santana. A Cathedral de Petrolina. *O Pharol*. Petrolina, 15 de ago. 1929. p.4

⁶ CHATEAUBRIAND, François-René. *The Genius of Christianity*. Trad. Charles White, Baltimore, 1856. p. 385 (tradução do autor)

⁷ Município também situado no sertão pernambucano.

para o projeto e elaboração das obras da Catedral a partir de 1925. O modelo francês se fez, portanto, presente a partir desses padres estrangeiros, tanto no que se dizia respeito às ideias de um neogótico como uma arquitetura cristã moralizante, assim como nas escolhas de estilemas mais franceses, como as torres duplas e o uso da rosácea⁸.

O neogótico, na França, assume no século XIX uma postura de projeto na direção de uma prática arquitetônica sistemática aliada aos movimentos católicos, firmados num compromisso de fortalecimentos identitários da devoção cristã. Tais discursos não apenas se colocavam como citações de uma inspiração medieval a ser buscada, mas também num “retorno em direção ao Deus que a França revolucionária renegou”⁹. O teor de reação contra ideais revolucionários e liberais era explícito.

Tal sentido de tradição e ordem, em fortalecer os laços entre a Igreja e a sociedade liberal assemelha-se a uma mesma tendência das dioceses brasileiras no início do século XX, no que ficou conhecido por neocristandade¹⁰. Aqui, adotou-se uma postura de militância por parte de membros da diocese e de intelectuais católicos, em garantir os privilégios e atuações política, moral e espiritual da Igreja Católica frente à sociedade, rejeitando-se mudanças ou doutrinas que pusessem em risco a tradição e os dogmas católicos, como as religiões protestantes, revoluções políticas e a laicização liberal.

Novas dioceses são criadas no país logo após a instauração da república, o que possibilitou um florescimento católico no território brasileiro e a busca por uma legitimação maior de seu poder, encontrando a influência da Igreja enfraquecida em tempos de padroado no império. Nas primeiras décadas republicanas, entre 1890-1930, por exemplo, foram criadas no total 68 novas dioceses, quando antes havia apenas no Brasil, doze.¹¹ Dentre as recém-instauradas encontrava-se a de Petrolina (1923), nascida sob signos de uma nova “construção institucional da Igreja católica”¹² em princípios de ordem, autoridade e tradição, com caráter expansionista de suas dioceses.

⁸ Na referida obra, Hitchcock diferencia, sobretudo os modelos e partidos arquitetônicos ingleses e franceses, sendo o segundo mais adotado no Brasil. A rosácea trata-se de um elemento comum no gótico francês, correspondendo a uma espécie de janela circular em vitral situada na fachada principal da igreja, geralmente acima da portada. In: HITCHCOCK, Henry-Russel. *Architecture: Nineteenth and Twentieth Centuries*, Baltimore: Penguin Books, 1956.

⁹ BOUTRY, Philippe, Y a-t-il une spiritualité néogothique ? Réflexions sur un « passage à l'acte ». *Sociétés & Représentations* 2005/2. n. 20. p. 48

¹⁰ AZZI, Riolando. *A neocristandade, um projeto restaurador*. São Paulo: Edições Paulinas, 1994.

¹¹ ROSENDAHL, Zeny; CORREA, Roberto Lobato. Difusão e territórios diocesanos no Brasil 1551-1930. *Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales*. V. 10 n. 218. Captado em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-65.htm>> . Acesso em: 14 jan. 2016.

¹² MICELI, Sérgio. *A Elite Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988

A arquitetura neogótica acompanhou, assim, a própria expansão de novas construções católicas: capelas, paróquias e catedrais que buscavam se ocidentalizar aos moldes de Roma e da Europa, seja na educação religiosa, na liturgia e na filosofia cristã, seja nas artes e na arquitetura, desvencilhando-se das antigas tradições da Cristandade colonial, substituídas por uma “predominância europeia na interpretação da realidade brasileira e preocupação básica com a ortodoxia doutrinal”.¹³

Essas representações discursivas construídas em torno da arquitetura neogótica ainda no século XIX, possibilitaram a profusão de novas práticas e soluções construtivas onde tal vocabulário seria recorrente. Para entender melhor a dinâmica dessas práticas dentro da produção de arquitetura, é válido se debruçar brevemente sobre os conceitos acadêmicos de *tipologia*, *programa* e *partido*, aplicados ao campo do projeto arquitetônico.

O conceito de *tipologia*, comum ao longo do século XIX na produção arquitetônica eclética, inclusive a brasileira, se colocava como a prática em associar determinadas formas e vocabulários de arquitetura a um tipo ou uso específico de edificação, como se as formas carregassem determinados valores e significados associativos. Por exemplo, o uso de formas greco-romanas se destinaria a edifícios públicos (como prédios administrativos e universidades), já as formas do medievo (góticas, românicas, bizantinas) eram recomendadas para construções religiosas, ponto no qual nos interessa.¹⁴

Dentro também dessa concepção de um projeto arquitetônico, os conceitos de *Programa* e *Partido* foram importantes para se definir um uso do neogótico nas produções acadêmicas, sendo este mais popular que o românico ou outras variações medievais. Por *programa*¹⁵ costuma-se definir em como os ambientes e elementos arquitetônicos se relacionam e se adéquam a uma determinada função do edifício.

Assim, o neogótico, apesar de não ter sido exclusivo ao programa religioso no Brasil (já que se fez presente em construções civis e militares, sobretudo no século XIX), foi nas edificações religiosas que se percebeu uma maior adoção, havendo, inclusive, uma diversidade de usos em programas religiosos distintos, a exemplo: programa educacional religioso de Congregações europeias (Igreja do Sagrado Coração de Jesus – atual Imaculada Conceição - em Botafogo, Rio de Janeiro - 1886); em igrejas reformadas, de influências germano-britânicas (Catedral Presbiteriana

¹³ AZZI. *A neocristandade, um projeto restaurador*, p.31

¹⁴ PEREIRA, Sonia Gomes. *A historiografia da arquitetura brasileira no século XIX e os conceitos de estilo e tipologia*. Estudos ibero-americanos, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p.143-154, Dez. 2005.

¹⁵ NEVES, Laert Pedreira. *Adoção do partido na arquitetura*. Salvador: UFBA, 1989.

do Rio de Janeiro – década de 1920); igrejas em comunidades de imigrantes germânicos e do leste europeu (Catedral São João Batista em Santa Cruz do Sul/RS – 1928); e não menos importante, programas das dioceses (Catedral de São Luís em Cáceres/MT – década de 1910).

No que tange aos programas diocesanos, diversificados também são seus *partidos*, um conceito comum associado também ao projeto arquitetônico, que se constitui como a estratégia inicial de implantação e distribuição do programa, da estrutura da edificação e das relações entre seus espaços. O *partido*¹⁶ seria, portanto, uma ideia base da projeção, posta muitas vezes como um esboço inicial, que se molda e se transforma de acordo com variáveis e limitações externas ao projeto.

Dentre os programas religiosos de dioceses no Brasil, verifica-se, por exemplo, as variações de seus partidos, seja no formato das plantas, na distribuição e quantidade das torres, na prevalência de determinados estilemas neogóticos em detrimento de outros, etc. Num breve levantamento, algumas catedrais se assemelham nos partidos, como as de Petrolina, Aracaju e Vitória/ES, por apresentarem planta cruciforme e duas torres na fachada ocidental. Porém, outras catedrais se diferenciam, pela apresentação de apenas uma torre central, como as catedrais de Belo Horizonte ou Uberaba, ou mesmo com a presença de uma cúpula, como a de São Paulo e a de Botucatu/SP. Complexos são os usos da arquitetura neogótica no Brasil, não possibilitando um estudo de suas manifestações em bloco.

Por fim, o processo de construção da catedral de Petrolina também evidencia algumas relações percebidas entre dioceses e instâncias governamentais durante o período da neocristandade. Em telegrama endereçado ao governador de Pernambuco Estácio Coimbra, o então bispo de Petrolina D. Malan, agradece o apoio:

Agradeço em nome de toda a Diocese o caloroso apoio de V. Exa. ao meu projecto relativo à construção de uma cathedral aqui com a **colaboração do Estado**. Certamente o generoso exemplo e a acatada palavra de V. Exa., com cuja valorosa cooperação sempre contei, muito influirá para o êxito da ideia.¹⁷ (grifo nosso)

Esperava-se das dioceses não apenas uma postura expansionista de suas circunscrições como também uma reaproximação com os governos “seculares”, para que o binômio Deus e Pátria ganhasse força numa república que deveria adotar o catolicismo como religião oficial. Contribuições financeiras de governadores estaduais e lideranças locais, além de projetos de isenção

¹⁶ BISELLI, Mario. Teoria e prática do partido arquitetônico. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 134.00, Vitruvius, jul. 2011. Captado em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.134/3974>> Acesso em: 28 mar 2016

¹⁷ VARIAS. *Diário de Pernambuco*, Recife, 24 mar. 1927. p. 3

de impostos para transporte e importação de materiais para a construção da Catedral de Petrolina também foram subsidiados.¹⁸ Como forma de agradecimento, D. Malan providenciou vitrais com os brasões dos Estados que contribuíram financeiramente com as obras, instalando-os ao longo da nave central e da abside na Catedral.

O culto do Sagrado Coração de Jesus: mais um instrumento da neocrisandade?

Além de se apresentar como uma construção neogótica, a Catedral de Petrolina também foi consagrada, no ano de sua sagração em 1929, ao Sagrado Coração de Jesus, um culto que remete a tempos do medievo, mas que apenas no século XVII se configura como hoje é conhecido, a partir de uma suposta visão do próprio Coração testemunhada pela freira francesa Margaret Marie Alacoque.

No século XIX, o culto será oficializado e romanizado pelo Papa Leão XIII, na sua Encíclica de 25 de maio de 1899, consagrando o Sagrado Coração de Jesus¹⁹ a toda raça humana. No Brasil, com a europeização das devoções experimentadas desde a romanização, o culto ao Sagrado Coração será debatido na Pastoral Coletiva de 1915²⁰, sendo uma devoção atestada como suprema e atribuída apenas a Deus, alinhando a Igreja brasileira à Roma, num movimento de supressão de irmandades e cultos mais populares, em prol de uma devoção mais universal.

Entre todas as **devoções** aprovadas pela Igreja, tem a primazia a devoção do **S. Coração de Jesus**, que o mesmo S.S Redentor declarou oportuníssima para estimular no **povo cristão** o espírito de fé, afervorar a piedade e desenvolver a perfeição e a santidade em **todas as classes** de pessoas.²¹ (grifo nosso)

A devoção se estende a diversas dioceses, e anos mais tarde, em 1939, o culto ao Sagrado Coração é incrementado e recomendado pelos padres do Concílio Plenário Brasileiro, realizado na cidade do Rio de Janeiro. Recomenda-se altares em honra a essa devoção não apenas nas catedrais, como também nas igrejas matrizes e capelas principais das comunidades. “Com grande alegria dos nossos corações, o vemos [o S. C. de Jesus] difundido em nossas dioceses, e queremos que se desenvolva cada vez mais [...] não poupem esforços para propagar esta devoção”²².

¹⁸ Periódicos locais como *O Pharol*, e estaduais como *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Recife* e *A Província*, apresentam as articulações da diocese petrolinense para arrecadação de fundos e isenção de impostos referentes à construção da Catedral. As viagens e telegramas de D. Malan, assim como projetos que circulavam no Congresso em prol da nova edificação aparecem nas páginas desses jornais na década de 1920.

¹⁹ BALL, Ann. *Encyclopedia of catholic devotions and practices*. Huntington: Our Sunday Visitor, 2003, p. 166

²⁰ NOVA edição da Pastoral Coletiva de 1915. Canoas: Tip. La Salle, 1950.

²¹ NOVA edição da Pastoral, p. 147.

²² NOVA edição da Pastoral, p. 147.

O curioso é que muitas vezes o Sagrado Coração de Jesus aparece consagrado a novas construções neogóticas erigidas nas dioceses brasileiras. Esse indício não significa que o Sagrado Coração de Jesus possua uma relação direta com o neogótico ou mesmo com o gótico medieval, mas que seja provável a junção contemporânea de uma estética arquitetônica tradicional da Cristandade do medievo, com um culto unificado e reconhecido pela igreja romanizada no século XIX, em prol do que se esperava a neocristandade das dioceses: enaltecer o poder de influência moral e político da Igreja brasileira alinhado-a aos preceitos e estéticas da Igreja romana, europeia.

A Catedral de Petrolina se coloca como um exemplo interessante dessa junção do neogótico com o culto do Sagrado Coração, por apresentar diversos elementos dessa devoção ao longo de sua estrutura e programa iconográfico. Logo na fachada ocidental, acima do pórtico, encontram-se três nichos, donde ao centro se localiza uma imagem em bronze de Jesus expondo seu Sagrado Coração. Mas o que destaca a sacração ao Coração de Jesus é a presença de vitrais que remetem a essa devoção.

Numa das capelas das absidiólas, localiza-se um vitral doado pelo Colégio Sacré-Couer do Rio de Janeiro, representando Santa Madalena Sofia Barat, uma devota do Sagrado Coração no século XIX. Na abside, sete vitrais em momento do Sagrado Coração de Jesus, sendo o central representando a aparição à Margarida de Alacoque no século XVII. Sobre o Coro, uma rosácea com o Sagrado Coração de Jesus.

Além da Catedral de Petrolina, outros exemplos de neogóticos consagrados ao Sagrado Coração de Jesus aparecem, como a atual Igreja da Imaculada Conceição em Botafogo, Rio de Janeiro (consagrada inicialmente em 1886 ao Sagrado Coração de Jesus); a Igreja do Sagrado Coração de Jesus na Glória, Rio de Janeiro (1908); a Igreja do Sagrado Coração de Jesus em Belo Horizonte (1901); Igreja do Sagrado Coração de Jesus em Petrópolis (1874).

Conclusão

Apesar de não ter sido uma escolha oficializada pela Igreja, o uso do neogótico para compor programas religiosos de catedrais e paróquias foi recorrente durante o período da neocristandade no Brasil, associando-se também a um fortalecimento de cultos tradicionais como do Sagrado Coração de Jesus ou da Imaculada Conceição (também oficializado no século XIX) no sentido de reafirmar o poder espiritual e político da Igreja Católica junto à população.

A Catedral do Sagrado Coração de Jesus em Petrolina se ergue na região do Sertão do São Francisco como um espaço simbólico, a expressar não apenas o sentimento religioso de sua comunidade, mas também os anseios de uma Diocese recém-criada num espaço ainda distante de

grandes centros de influência como Recife, Salvador e a capital federal. O novo bispado, na esteira da neocristandade, buscou se aliar a poderes locais e nacionais, que viabilizaram inclusive a efetivação do projeto neogótico, revestido de vestes estéticas e políticas.

Também sendo Petrolina um pequeno punhado de casas, o impacto de uma construção tão verticalizada se fez sentir na psicologia de seus habitantes. Uma edificação anunciada como profética, donde a partir dela a cidade se expandiria para um novo centro, deslocado de seu antigo arruado colonial. Sua vizinha do outro lado do rio, Juazeiro da Bahia, enxergava nas flexas das torres neogóticas a energia de uma Catedral em novo sítio, tal como se experimentava nas regiões do medievo europeu: afluência de peregrinos, dinamização do comércio, elites locais orgulhosas.

A música sacra em Minas setecentista: a divergência em comum

Felipe Novaes Ricardo

Graduando em Música

Universidade do Estado de Minas Gerais

f.novaesr@gmail.com

Resumo: O presente artigo é resultado de pesquisa desenvolvida através de financiamento da Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG). Na fase atual do projeto foram editadas as peças dispostas na pasta MOT-01, pertencente ao catálogo Chico Aniceto, respectiva ao gênero Moteto; além da revisão das obras *Missa de Suassny*, *Missa em Fá*, *Solo do Pregador*, *Féria Quarta Cineris* e *Sonata 2ª “Sabará”*. Durante a edição e revisão apresentou-se necessário o levantamento bibliográfico relativo à classificação formal do gênero Moteto assim como a análise de estruturas divergentes às propostas do mundo europeu, identificadas nos documentos trabalhados. Observamos tais procedimentos divergentes às regras à época como indicativos de sensibilidades musicais que possibilitaram uma maneira de se conceber e de se criar música própria em Minas Colonial.

Palavras-chave: Musicologia, Análise musical, Barroco mineiro

Introdução

O presente trabalho é resultado de pesquisa desenvolvida através de financiamento da Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) sendo subproduto do projeto Acervo Maestro Chico Aniceto: Continuação da Edição de Obras Raras.

Na fase atual do projeto foram editadas as peças dispostas na pasta MOT-01, pertencente ao catálogo Chico Aniceto, respectiva ao gênero Moteto; além da revisão das obras, *Missa de Suassny*, *Missa em Fá*, *Solo do Pregador*, *Féria Quarta Cineris* e *Sonata 2ª “Sabará”*. Durante o processo de edição demonstrou-se necessário o levantamento bibliográfico respectivo à classificação formal do gênero Moteto em dicionário de termos musicais dos séculos XVIII a XX e tratados contemporâneos de estruturas musicais. Não obstante, a partir da análise harmônica (SOLANO, 1779 e 1790), identificamos procedimentos de condução de vozes e tratamento de dissonâncias divergentes às regras preconizadas na Europa, tais como a ocorrência de estruturas de “tensão sobre repouso”.

Observamos tais procedimentos divergentes ao cânone europeu como representações coletivas do universo colonial na Capitania, no âmbito de concordâncias lingüísticas à racionalização de um mundo barroco culturalmente reconhecido, expressos nos desvios regionalmente específicos da música sacra; sensibilidades musicais que possibilitaram uma maneira de se conceber e de se criar o barroco em Minas. Um corpo de concordâncias que se dá no caráter orgânico da vida em sociedade, assumindo um contorno de significados comuns.

A sociedade da Capitania: indícios, redes e significados

Observar esta sociedade, através dos rastros pelos quais a pesquisa documental se vale, é investigar de maneira interpretativa suas características, suas marcas locais e seus fazeres específicos. Neste sentido o direcionamento ao paradigma indiciário de Carlo Ginzburg demonstra-se como útil ferramenta. Tal paradigma fornece diretrizes ao olhar interpretativo de uma determinada sociedade distanciada pelo tempo. De acordo com o historiador italiano “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”.¹ Estes sinais, disposto ao olhar coetâneo, figuram indícios a interpretação das realidades dispersas naqueles locais, grupos ou fazeres específicos e comuns de imaginários de práticas reconhecidas. Neste sentido as diversas fontes documentais quando observadas, assumindo tal paradigma, operam dentro de um sistema de significados à interpretação da sociedade que os produziu.

Não obsta ao paradigma indiciário de Ginzburg observar tais sinais como dispersos em um campo vasto de discursos. Atenta-se, também, às características do próprio indício como inscrito em um sistema de significados e tendo seu caráter variável e relativo; quando questionado perde sua evidência, indicando somente um campo complexo de discursos no qual se constrói.² Nesta observância têm-se o indício como um sinal disperso em rede, um nó em um sistema de remissões a outros indício e sinais³.

Observam-se, neste campo de significados entrelaçados, os fazeres e práticas de determinados grupos em determinados locais circunscritos na sociedade mineradora da Capitania de Minas Geraes; tendo em vista que este horizonte de discursos se dá nas relações de significação da ação humana. Neste sentido, assume-se como cultura esta rede de significados humanos⁴; teias constituídas de sinais e significados próprios àquela sociedade. Desta maneira tais indícios dispersos em rede, e relativos aos significados específicos também são, por sua vez, compartilhados em hábitos de linguagens⁵; reina uma similitude de técnicas. Estes hábitos de linguagem inscrevem-se num conjunto de convenções compreendidas em representações de certas experiências e coisas

¹ GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de uma paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlos. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.177.

² FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, p.26.

³ FOUCAULT. *A Arqueologia do Saber*, p.26.

⁴ GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p.4.

⁵ BLOCH, Marc Léopold Benjamin. *Apologia da História, ou, o Ofício do Historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p.111.

culturalmente reconhecidas, ordenadas a uma expressão significativa⁶. Neste sentido, a própria constituição dos hábitos de linguagem opera no “aspecto coletivo da cultura”⁷.

Nesta sociedade, observada e interpretada através de seus indícios, os significados dispersos em suas teias de fazeres compõem um campo vasto de discursos socialmente convencionalizados e reconhecidos, destinados a uma expressão de experiências também culturalmente reconhecidas. Uma maneira de racionalizar o mundo em contínua invenção.

Desta maneira, tendo em vista seus processos singulares de racionalização do mundo, tendem à diferenciações sociais e regionais no âmbito da “objetificação lingüística”⁸, uma vez que os contextos nos quais a linguagem é aplicada também são diferenciados social e regionalmente. Os hábitos de linguagem compartilhados se especificam a maneira daquele determinado grupo de racionalizar o mundo e, como contínuo inventivo, as convenções culturalmente reconhecidas se especificam social e regionalmente ao passos das transformações particulares que operam em cada processo histórico de constituição e configuração social. Desta maneira há uma regionalização das práticas discursivas, tendo como motor o fluxo inventivo daquele mundo culturalmente reconhecido que, por sua vez, também é específico.

A linguagem barroca entre centros e periferias

Neste universo, de práticas partilhadas e reconhecidas, a similitude que reina constrói-se na dessemelhança do pensamento barroco, da ilusão cômica, dos sentidos enganadores⁹; e neste âmbito operam as concordâncias dos elementos de racionalização. A sociedade da Capitania das Minas, mesmo regionalmente inscrita em processos singulares de leitura e significação, desdobra, em suas próprias criações e invenções, as partículas do barroco. O ponto genético da dobra barroca é a inflexão¹⁰ que curva e recurva aos tecidos de significados desta sociedade, possibilitando resultados múltiplos de sensibilidades que viabilizaram “uma forma de se criar e conceber”¹¹ em Minas o barroco. Neste sentido esta lingüística ressoava à intencionalidade das dobras e curvaturas, dos sentidos enganadores e das metáforas e alegorias que definem o espaço poético da linguagem¹²

⁶ WAGNER, Roy. *A invenção da Cultura*. Trad. Marcela C. de Souza; Alexandre Morales. São Paulo: Cosac Naify, 2012, p. 252.

⁷ WAGNER. *A invenção da Cultura*, p.253.

⁸ WAGNER. *A invenção da Cultura*, p.265.

⁹ FOUCAULT. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.70.

¹⁰ DELEUZE, Gilles. *A Dobra: Leibniz e o Barroco*. Trad. Luiz B. L. Orlandi. Capinas: Papyrus, 1991, p.29.

¹¹ BRANDÃO, Domingos Sávio Lins. O potlatch sonoro e social. *Modus*, Belo Horizonte, ano I, n.1, p, 3-10, 2000. p.13.

¹² FOUCAULT. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*, p.70.

barroca, contudo inscritas em contextos singulares e específicos às geografias humanas de significados dispersos nesta teia local.

Ao delinear limites repertoriados - recortes arbitrários “num conjunto indefinidamente móvel”¹³- referentes à sociedade inscrita na Capitania das Minas, relacionado-os à classificações dos processos históricos e suas características posta em paridade aos do continente europeu, compreende-se uma sociedade inscrita em períodos mais ou menos irregulares. Certamente, se algum, ou muitos destes indícios repertoriados, deixam de corresponder a certa área de fatos observados, isto ocorre devido à constituição do modelo, sendo este “deduzido e estendido para fora, e não construído por indução”.¹⁴

Operam através da ação de racionalização e representação do mundo em constructos de significados os elementos lingüísticos inseridos em realidades específicas às socialmente reconhecidas àquela sociedade do barroco em Minas. Para produzir significado as convenções de uma linguagem operam mediante alguma inter-relação de fala¹⁵, e sendo os agentes desta localidade não somente os de tradição européia, a expressão significativa da fala e, sua produção de significados, engendra lógicas discursivas não européias.

Observar o território colonial, e cada uma de suas regiões, como centros e periferias “num xadrez de estratégias indentitárias”¹⁶ é observar que a constituição destas malhas de significados não se dá exclusivamente pela transplantação de lógicas discursivas de uma localidade à outra, e neste sentido, a cultura, como resultado das práticas e concordâncias destas localidades, também figura um xadrez de significantes locais. Neste sentido, a observância à determinada localidade, através de lógicas discursivas externas àquela que permeava as relações de fala, elimina do exame crítico dos significados seus processos de constituição singular.

Todavia, a expressividade discursiva da lingüística barroca remete a uma função operatória, um *traço*¹⁷; apesar de circunscritos a falantes específicos os significados particulares de determinado local, e seus processos de constituição através de convencionalização de “experiências e coisas

¹³FOUCAULT. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*, p.69.

¹⁴ WAGNER. *A invenção da Cultura*. Trad. Marcela C. de Souza; Alexandre Morales. São Paulo: Cosac Naify, 2012, p. 20.

¹⁵ WAGNER. *A invenção da Cultura*, p. 254.

¹⁶ NERY, Rui Vieira. Dicotomias de fundo na música luso-brasileira [...]. In: ENCONTRO DE MUSICOLOGIA HISTÓRICA, 5º, 2004, Juiz de Fora. *Anais...* Juiz de Fora: Centro Cultural Pró-Música, 2002. *Anais...*Juiz de Fora: Centro Cultural Pró-Música, 2004, p.12-14. p.14.

¹⁷DELEUZE, Gilles. *A Dobra: Leibniz e o Barroco*. Trad. Luiz B. L. Orlandi. Capinas: Papyrus, 1991, p.13. Grifo meu.

culturalmente reconhecidas”¹⁸, dão-se em lógicas gerais de uma intencionalidade discursiva. O traço operatório barroco.

Estas concordâncias lingüísticas dirigidas às convencionalizações e racionalizações de experiências reconhecidas operam no âmbito de um sistema de percepções e classificações do mundo sob a forma de “representações coletivas”¹⁹. Concordâncias e desvios regionalmente específicos na constituição de um “ser-percebido”²⁰ em “estratégias simbólicas”²¹ no espaço lingüístico do qual a música se constrói. Assim, opera na linguagem as representações daquele universo, nos “atos ordinários da vida em sociedade”²², em concordâncias lingüísticas próprias à expressão e reconhecimento deste mundo pelos seus falantes; os indícios desta lógica discursiva barroca como um aspecto da cultura que se percebe representante do “conjunto da vida cultural”²³.

Desvios regionalmente específicos: 5ª e 8ª paralela

Durante a edição das obras dispostas na pasta MOT-01 o levantamento bibliográfico respectivo à classificação formal do gênero Moteto demonstrou-se necessário, tendo em vista a diversidade estrutural observada. Não obstante, deu-se o levantamento dos procedimentos adotados à constituição do discurso musical verificados nas obras dispostas na pasta. Relativo às estruturas morfológicas gerais do gênero indica J.J. Rousseau, em *Dictionnaire de Musique*, que “no presente momento [1779], a designação Moteto é atribuída a toda peça de música escrita em Latim, como do ordinário Romano-Católico, como salmos, hinos, antífonas, &c”²⁴; indicativo de uma diversidade no trato composicional.

O lexicógrafo D. Raphael Bluteau classifica o gênero como “breve composição Música, que do ordinário se canta nas Igrejas [...] ainda que figurado e enriquecido com todos os primores da Arte, em breves momentos se acaba”²⁵. Assim como Bluteau o musicólogo português Ernesto Vieira, em 1899, atribui classificação relativa à duração da obra e sua função litúrgica, sendo esta

¹⁸ WAGNER. *A invenção da Cultura*, p. 252.

¹⁹ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.5, n.11, jan./abr. 1991, p.183.

²⁰ CHARTIER. *O mundo como representação*, p.184.

²¹ CHARTIER. *O mundo como representação*, p.184

²² WAGNER. *A invenção da Cultura*, p. 270.

²³ WAGNER. *A invenção da Cultura*, p. 273.

²⁴ ROUSSEAU, J.J. *A complete dictionary of music [...] translated from the original French of J.J. Rousseau by William Waring*. London; Printed for J. Murray, n° 32, Fleet-Street; and Luke White, Dublin, 1779, p.254-255, tradução nossa.

²⁵ BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino, áulico, anatómico [...]*. v.5. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1716, p. 604.

uma “pequena composição de música religiosa para uma ou mais vozes, que se canta no ofício da missa antes ou depois do evangelho, ou durante o ofertório, ou em qualquer outra festividades”²⁶.

Diferentemente das atribuições anteriores, relativas à duração da obra e sua função cerimonial, Zamacois indica que o gênero “não apresentava nenhuma estrutura fixa. Sua construção estava subordinada ao desenvolvimento expressivo do texto”²⁷. Contudo Kiefer disserta sobre a composição estrutural do Moteto indicando sua constituição a partir de “leis puramente musicais”²⁸. Tendo em vista a diversidade das estruturas formais – seções e relações harmônico-articulatórias, número de vozes, textura, etc. - assim como a multiplicidade morfológica observadas nas obras dispostas na pasta MOT - 01, observa-se uma prática composicional plural e vasta na acepção formal do Moteto; indicativo de uma intencionalidade discursiva no âmbito do traço barroco de dessemelhanças.

Contudo, verificou-se a divergência nas propostas de condução de vozes assumidas nos Motetos do barroco mineiro aos congêneres europeus, tendo na sucessão de 5ª e 8ª paralelas indícios em comum nas obras dispostas na pasta MOT -01 e confirmadas também no documento RAR – 01/690. Tais procedimentos de condução de vozes figuravam entre os tratadistas do velho continente, sobretudo os tratados em língua portuguesa “do mais simples ao mais complexo”²⁹, como uma das “regras mais principais, que há na Música”³⁰ e que há de ser evitado seu emprego. No entanto, observa-se na constituição do discurso musical das obras do barroco mineiro seu emprego constante; indício de uma práxis musical presente também no *Caderno de Motetos de Piranga* (RAR – 01/690), “um dos mais antigos conjuntos de cópias de música até hoje encontrados no país, e o maior documento musical brasileiro em notação branca”³¹.

²⁶ VIEIRA, Ernesto. *Diccionario musical contendo todos os termos technicos* [...]. 2 ed. Lisboa: Lambertini; Typ. Lallemand, 1899, p. 359.

²⁷ ZAMACOIS, Joaquin. *Curso de Formas Musicales*. Barcelona: Labor, 1960, p.261, tradução nossa.

²⁸ KIEFER, Bruno. *História e significado das formas musicais: do moteto gótico à fuga do século XX*. 4 ed. Porto Alegre: Movimento, 1981, p.173.

²⁹ FAGERLANDE, Marcelo. *O baixo Contínuo no Brasil: os tratados em Português (1751-1851)*. Rio de Janeiro: 7Letras/Faperj, 2011, p.110.

³⁰ SOLANO, Francisco Ignacio. *Novo tratado de música métrica, y rythmica, o qual ensina* [...] Lisboa: Regia Officina Typografica, 1779, p.46.

³¹ CASTAGNA, Paulo. O Manuscrito de Piranga. *Revista Música*, São Paulo: Dep. de Música da ECA – USP, v.2, n°2, p.116-133, Nov.1991, p. 117.

Imagem 1 – 5ª e 8ª paralelas no documento RAR - 01/690: *Caderno de Motetos de Piranga*³²; unidades *Pueri Hebraeorum* (compassos 41 a 43; 53 a 55) e *Deus Deus Meus* (compasso 4 e 5).

Imagem 2 – 5ª e 8ª paralelas no documento MOT - 01/656a: *Senhor dos Passos*³³; unidades *Triste est anima* (compassos 31; 39 e 40; 47 e 48) e *Angariaverunt* (compassos 80 e 81; 86 e 95)

Tensão sobre repouso

A partir do levantamento dos postulados da harmonia setecentista dispostas em *Novo tratado de Musica, Metrica e Rhythmica* (1779) e *Exame instructivo sobre a musica* (1790), do lusitano Francisco Ignácio Solano, e análise dos procedimentos de condução de vozes e tratamento de dissonâncias no barroco mineiro, identificamos estruturas divergentes ao trato composicional europeu, dispostas nas obras *Missa de Suassuy*, *Missa em Fá*, *Solo do Pregador* e *Feria Quarta Cineris*, sobretudo nos processos cadenciais ou conclusivos. Não obstante, identificamos na obra *Sonata 2ª “Sabará”* – “a única do gênero do período colonial brasileiro encontrada até a presente data”³⁴ – procedimento semelhante. Observamos as estruturas de “tensão sobre repouso” como unidades próprias à morfossintaxe musical compreendidas em constructos que agregam sincrônica, ou articulariamente, elementos característicos de um repouso efetivo e uma tensão estrutural.

A concepção de campo tonal, para Solano, se dá na observância da 4ª e 7ª de determinado tonalidade, pois “com a natureza deles se *organiza o Tom*. Ela é quem lhes dá o ser”³⁵. Obtêm-se o caráter da tonalidade a partir do tratamento destes elementos estruturantes na harmonia setecentista, sendo próprios à confirmação de um centro através do repouso efetivo conduzido a

³² BRANDÃO, Domingos S. Lins; CORRÊA, Marcio Pereira; SILVA, Guilherme Matozinhos da. *ANONIMO, Caderno de Motetos de Piranga*. Belo Horizonte: Núcleo de Acervos da ESMU/UEMG, 2009.

³³ BRADÃO, Domingos S. Lins; RICARDO, Felipe Novaes. *ANONIMO, Senhor dos Passos*. Núcleo de Acervos da ESMU/UEMG, 2015.

³⁴ BRADÃO, Domingos S. Lins; MELO, Raissa Anastásia de Souza. A formação do campo artístico-musical em Minas Barroca. *Modus*, ano V, nº7. Belo Horizonte, 2010, p.9-30, p.10.

³⁵ SOLANO. *Novo tratado de música métrica, y rhythmica, o qual ensina [...]*, p.64, grifo do autor.

“concluir em qualquer *Espécie Consonante* 5.^a, 3.^a, 8.^{av}”³⁶. Contudo, no documento anônimo MIS – 04/550: *Missa de Suassuy*³⁷ e, na congênere de J.J.E. Lobo de Mesquita, *Missa em Fá*³⁸ tais elementos são posto de forma sincrônica, engendrando uma tensão estrutural e repouso efetivo, devido à natureza duplamente estruturada do grau tonal alcançado no encadeamento harmônico.

MIS - 04/550: *Missa de Suassuy; Qui tollis*
c.190

Missa em Fá: Glória
c.33

○ elementos de tensão
● elementos de repouso

Imagem 3 – Estruturas de “tensão sobre repouso” nas obras *Missa de Suassuy* e *Missa em Fá*.

O compasso c.190 da anônima *Missa de Suassuy* apresenta a 4^a (Fá) e a 7^a (Sí) do centro tonal de Dó Maior, contudo sobrepostos à 3^a (Mí), 5^a (Sol) e 8^a (Dó) do grau basilar da tonalidade; o I grau. Por sua vez, o compasso c.33 do Glória da *Missa em Fá* de J.J.E. Lobo de Mesquita apresenta a 4^a (Lá) e a 7^a (Ré#) do centro tonal de Mi Maior, sobrepostos à 3^a (Sol#) e 5^a (Sí) do grau integrante do processo harmônico pertinente à seção.

Procedimento semelhante ocorre no compasso c.101 da peça *Solo do Pregador* de Tristão José Ferreira, contudo com leve variação. Há nos procedimentos de condução de vozes e resolução do percurso cadencial a presença da 4^a (Ré) e da 7^a (Sol), do centro tonal de Lá menor, sobrepostos à 3^a (Dó) e a 8^a (Lá), porém não se constitui o *tritono* próprio ao impulso harmônico à resolução, uma vez que a sétima não é elevada em um semitom alterando a configuração do V grau do modo menor.

Solo do Pregador [não catalogado]
c.101

○ elementos de tensão
● elementos de repouso

Imagem 4 – Estruturas de “tensão sobre repouso” na peça *Solo do Pregador*

³⁶ SOLANO, Francisco Ignacio. *Exame instrutivo sobre [...]*. Lisboa: Regia Officina Typ., 1790, p.46, grifo do autor.

³⁷BRADÃO, Domingos S. Lins; RICARDO, Felipe Novaes. *ANONIMO, Missa de Suassuy*. Núcleo de Acervos da ESMU/UEMG, 2015.

³⁸ OLIVEIRA, Arnon Sávio Reis de. *LOBO DE MESQUITA, J.J.E. Missa em Fá*.

De acordo com o tratadista lusitano “aprova a Arte o uso de *Espécies Dissonantes*”³⁹ quando “passando com presteza por elas”⁴⁰ ou quando “postas em *ligadura*”⁴¹; ou seja, quando do caráter movido do andamento, ou da duração da figura de tempo na qual a dissonância se constitui, ou quando preparada anteriormente em consonância. Não obstante o tratadista acena à objeção do emprego de dissonância “no bater de cada *parte do compasso*”⁴² indicado o emprego nas “*partes entremedias* das mesmas, e isto é, a que chamamos passar uma *Nota má* por outra *boa*”⁴³; indicando, além do caráter de tempo o local no qual se constituirá a dissonância aceita, sendo esta em tempo fraco ou parte fraca do tempo. Contudo, no documento RAR – 01/688: *Féria Quarta Cineris*⁴⁴, de Manoel Camelo, nos compassos c.60, c.63, c.66 e c.69 da unidade *Et resurrexit* há o emprego de dissonância no primeiro tempo (tempo forte). Aquém da natureza dissonante do intervalo sobreposto a um repouso de consonâncias, o elemento é utilizado de forma estruturante no discurso musical do compositor, apresentado como elemento de articulação. Não obstante, o compositor utiliza o mesmo procedimento no c.10 da unidade *Patrem*.

The image shows two musical excerpts. The first is from 'Et resurrexit' (c.59) and the second is from 'Patrem' (c.10). Both excerpts show SATB parts with dissonant intervals. A legend on the right explains the symbols used: a curved arrow for 'Resolução' (Resolution), a dashed line for 'Bordadura' (Border), a circle with a dot for 'Nota de Passagem' (Passing Note), a circle with a cross for 'Intervalo: nona menor' (Interval: minor ninth), a circle with a plus sign for 'Intervalo: quarta aumentada' (Interval: augmented fourth), and a bracket for 'Articulação: estruturas' (Articulation: structures).

Imagem 5 – Dissonância em tempo forte: documento RAR – 01/688: *Féria Quarta Cineris*

Diferentemente de uma configuração intervalar interna própria a um elemento discursivo inserido em fluxo discursivo, o procedimento de articulação da seção destinada ao *Desenvolvimento* à destinada a *Reexposição*, presente no primeiro movimento da *Sonata 2ª "Sabará"*⁴⁵, apresenta equivalência à ocorrência de um agregado de elementos característicos de um repouso efetivo e uma tensão estrutural. Proporcionada pelo desvio às relações morfo-tonais respectiva à estruturação do gênero e seu emprego europeu, a obra apresenta em sua seção destinada à *Reexposição* o seguimento do “trabalho temático típico ao *Desenvolvimento*”⁴⁶ findando o primeiro

³⁹ SOLANO. *Novo tratado de música métrica, y rythmica, o qual ensina [...]*, p.80, grifo do autor.

⁴⁰ SOLANO. *Novo tratado de música métrica, y rythmica, o qual ensina [...]*, p.80, grifo do autor.

⁴¹ SOLANO. *Novo tratado de música métrica, y rythmica, o qual ensina [...]*, p.80, grifo do autor.

⁴² SOLANO. *Novo tratado de música métrica, y rythmica, o qual ensina [...]*, p.80, grifo do autor.

⁴³ SOLANO. *Novo tratado de música métrica, y rythmica, o qual ensina [...]*, p.80, grifo do autor.

⁴⁴ BRANDÃO, Domingos S. Lins; SILVA, Guilherme Matozinhos da. *CAMELO, Manoel. Féria Quarta Cineris*. Belo Horizonte: Núcleo de Acervos da ESMU/UEMG, 2007.

⁴⁵ BRANDÃO, Domingos S. Lins. *Sonata 2ª (Sonata Sabará)*. Belo Horizonte: Editora Pontes, 2007.

⁴⁶ BRANDÃO; MAGALHÃES. *Sonata nº2 - "Sabará"* - Anônimo. *Barroco*, v. 20. Belo Horizonte: Centro de Pesquisas do Barroco Mineiro, 2013, p.283-296, p.288.

movimento da obra em uma “coda (compassos 87 a 93), na tonalidade da subdominante da tônica, fugindo assim da práxis composicional de então”⁴⁷; ou seja, há a supressão da seção destinada a recapitulação de uma idéia geral temático-discursiva na qual há a confirmação de um elemento argumentativo, destinando, assim, à região da subdominante o “ser”⁴⁸ final do movimento, subvertendo a lógica europeia na qual a “reexposição é tradicionalmente transposta à tônica”⁴⁹.

Nesta obra a *tensão* expressa o desvio morfológico do gênero Sonata na conclusão do primeiro movimento na região da subdominante, divergindo uma intencionalidade temático-discursiva. Contudo, o estabelecido dá-se em lógicas gerais da harmonia setecentista, tendo nos elementos internos uma *resolução*, ou, estabilidade das idéias apresentadas. Apesar de externa à liturgia, não figurando em nenhum rito católico específico, a setecentista *Sonata 2ª “Sabará”* apresenta, através de suas estruturas de tensão e repouso discursivo, também um exemplo aos desvios regionalmente específicos da música do barroco em Minas.

Sonata <i>gerérica</i>													
Exposição				Desenvolvimento				Reexposição					
A		ponte	B		desenvolvimentos dos materiais de A e B				A		ponte não	B	
(a; a'...)		modu -	(b; b'...)						(a; a'...)		modu -	(b; b'...)	
I; ou i		lante	V; ou III						I; ou i		lante	I; ou i	
			coda										coda

Sonata 2ª “Sabará”											
Exposição				Desenvolvimento				...		Coda	
A		ponte	B		desenvolvimentos dos materiais de A e B				materiais de A e B; tercinas; arpejos		coda
(a; a'; a'')		modu -	(b; b'; b'')								
I		lante	V								IV
			coda								

Imagem 6 – Estruturas morfo-temática da Sonata.

Conclusão

Observamos os desvios regionalmente específicos da linguagem musical barroca em Minas como indicativos de sensibilidades que possibilitaram uma maneira própria de se conceber e criar música. Procedimentos divergentes ao cânone europeu como representações coletivas do universo colonial da Capitania através dos processos de racionalização do mundo em concordâncias lingüísticas próprias à expressão e reconhecimento deste mundo pelos seus falantes; um corpo de significados que se dá no caráter orgânico da vida em sociedade. Para tanto assumimos como cultura esta teia de significados comuns, e, através do paradigma indiciário, sinais à interpretação

⁴⁷ BRANDÃO; MAGALHÃES. *Sonata nº2 - "Sabará" – Anônimo*, p.288.

⁴⁸ SOLANO. *Novo tratado de música métrica, y rythmica, o qual ensina [...]*, p.64.

⁴⁹ STEIN, Leon. *Structure and style: the study and analysis of musical forms*. Evanstone: Summy-Birchard Company, 1962, p.115, tradução nossa.



desta sociedade em uma lógica discursiva que perpassa todos os significantes em teia. Não obstante, encaramos a música como linguagem e sendo parte do aspecto coletivo da cultura.

Tapetes sagrados, perecíveis serragens em cor: os saberes e fazeres presentes na festa, rito e memória popular sabarense

Frederico Luiz Moreira

Mestrando em Educação
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
fredmoreir@gmail.com

Resumo: O presente trabalho é parte integrante de uma pesquisa de mestrado em andamento, desenvolvida na faculdade de Educação da UEMG. O objetivo da pesquisa é identificar como se estabelecem as trocas geracionais para a preservação de uma tradição religiosa em Sabará, cidade localizada na região metropolitana de Belo Horizonte – MG. Trata-se da feitura anual dos tapetes de serragens, utilizados no festejo religioso católico do *Corpus Christi*. Parto da hipótese de que as relações de sociabilidade estabelecidas entre os moradores, no espaço público da rua, durante a feitura dos tapetes, instauram situações de aprendizagem, reforçam valores identitários e laços de pertencimento. A pesquisa valeu-se da observação participante, de cunho etnográfico, como abordagem metodológica e utilizou como procedimentos para a coleta de dados o registro em diário de campo, a gravação de entrevistas semiestruturadas com moradores e a captura de dados visuais.

Palavras-chave: Educação, Memória, Cultura.

Introdução

A pesquisa que apresento parte de uma inquietação sobre os processos de educação presentes entre gerações. No Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação, FaE/UEMG, na Linha de pesquisa I – Culturas, Memórias e Linguagens em Processos Educativos, faço dos tapetes de serragens, que ornamentam a celebração do *Corpus Christi* católico, meu lócus de estudo. Com a pretensão de investigar e interpretar a dinâmica de transmissão dessa tradição, observei saberes, fazeres, e sociabilidades presentes em relações sociais intergeracionais. O recorte que utilizo é a Rua Dom Pedro II, em Sabará/MG, onde possibilidades educativas ocorrem na rua, expressas pelo trato gestual e pelas oralidades que delineiam com cores a formação e perpetuação - sempre renovada - de uma prática cultural de cunho religioso.

No cenário desse festejo, venho observando que a dimensão material e simbólica dessa prática religiosa e cultural se reconstrói anualmente, apresentando diferentes expressões de pertencimento e novos alcances estéticos. O tapete ganha materiais diversos e sua feitura é dinamizada pelas novas gerações, que fluem em concomitância aos antigos *tapeceiros*.

Apoiando-me em referenciais socioantropológicos, no decorrer dos trabalhos de campo, coletei dados por meio entrevistas semiestruturadas [por gravação direta], dados visuais, por meios

fotográficos e filmicos, e notas em diários de campo, utilizando as múltiplas fontes de dados adquiridos, para propor reflexões e análises, flagrando relações de um universo fluido, de casualidades.

Os sujeitos da pesquisa são moradores e feitores dos tapetes da mencionada rua. Foram entrevistadas cinco pessoas. Duas moradoras dessa rua e dois dos feitores mais jovens presentes no dia e momento da construção do tapete, além do padre que presidiu a celebração neste dado dia, o *Corpus Christi*.

Pretendo nesta pesquisa, por meio da observação participante, descrever significativas atuações dos sujeitos antes e durante a feitura dos tapetes. Propondo entender, por meio das relações intergeracionais, potencialidades educativas que se apresentam por meio desse processo.

Lócus e recorte

Nos arredores da metrópole mineira, esconde-se uma cidade barroca: *Sabará*. Ladeada por rios, Rio Sabará, Rio das Velhas, pertencente à bacia do São Francisco, e o Ribeirão Arrudas, que atualmente conecta as duas cidades. A cidade, cujo nome é uma abreviação da palavra tupi *tesáberabusu* que significa “grandes olhos brilhantes” foi, no início da sua formação, um arraial de bandeirantes. No século XVIII, mais precisamente em 1711, Antônio de Albuquerque fundou a Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, após o fim da Guerra dos Emboabas (1707-1709). Com o passar dos anos, a vila se ampliou, principalmente devido à mineração aurífera, ganhando grande destaque no crescimento urbano e cultural, tornando-se assim uma importante cidade do período colonial. Nesse momento, igrejas foram erguidas e as irmandades religiosas se implantaram.

Com o declínio da mineração aurífera e com a fundação da então capital - Belo Horizonte - Sabará se “esquivou” de seu lugar de proeminência. Como Drummond, em seu tempo, já havia percebido: “A dois passos da cidade importante a cidadezinha está calada, entrevada”¹. Entretanto, grande parte de sua memória foi conservada em sua paisagem cultural e edificada – hoje - seus patrimônios imateriais e materiais.

Antes de caminhar pela cidade com o fito de nela apreender memórias do passado, reconstruídas no presente, e relações sociais que nela se entretecem no dia da celebração do *Corpus Christi* e nos dias que lhe antecedem, compreendi, logo de início, que caminhar na Sabará é

¹ ANDRADE, Carlos Drummond de. *Alguma Poesia* [1930], p. 15. In: *Carlos Drummond de Andrade nova reunião – 23 livros de poesia*. Companhia das Letras, SP. 2015.

desvendar a cidade entre seus muros e ruas, chafarizes e praças, casarões e janelões. Nos seus quintais há jabuticabais. No alto, acima dos telhados, veem-se outros telhados - sempre acima - numa subida em que os olhos caminham até encontrar sinos, cruzeiros, montanhas e o céu azul.

Assim, a cidade foi vista e apreendida no decorrer da pesquisa, com um olhar etnográfico e arguto, como o de um sensível leitor - Pois que - “o olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e enquanto você acredita estar visitando [...], não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes.”².

O trajeto do tapete é o da procissão, ou poderia dizer que o percurso da procissão é o trajeto do tapete, enfim, ambos se inscrevem no mesmo lugar, e delimitam uma extensão do poder católico. Sua composição se inicia na Praça Mello Viana, localizada no centro da cidade, onde encontramos inacabada a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, local sede do início da celebração e procissão. Desse local, os tapetes com suas *perecíveis serragens em cor*, enfeitam as ruas num trajeto bem delimitado: a procissão desce a Rua Dom Pedro II vira à esquerda na Rua do Fogo, depois à direita na Rua do Carmo, depois pela Rua Marquês de Sapucaí e segue nessa direção até a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (Praça Getúlio Vargas). Ao todo são dois quilômetros³ de percurso parcialmente ornamentado com os tapetes. Para fins desta pesquisa, procedi a um recorte na sua extensão. Selecionei o trecho compreendido pela Rua Dom Pedro II:

Implantada no início do século XIII, a rua D. Pedro II, antiga rua Direita, constituía a principal via do primitivo núcleo da Barra, alocando inclusive a própria sede da vila. Seu conjunto, pelo expressivo número de edificações remanescentes do período colonial, é considerado o mais significativo do acervo arquitetônico de Sabará.⁴

Como única rua tombada por seu conjunto arquitetônico, na cidade, sendo também a mais tradicional e mais completa em sua ornamentação, por fim, a que mantém expressivas modificações materiais na decoração dos seus tapetes, ela foi escolhida como lugar/recorte da pesquisa. O restante das ruas foi excluído por não manter uma continuidade na ornamentação de suas vias, devido à presença de estabelecimentos comerciais e instalações afins. Assim, a Rua Dom Pedro II foi analisada e balizada sob o olhar singular dos *tapeceiros*, sujeitos da pesquisa que, em cada tempo se transforma e apreende novos sentidos, numa atuação presente.

² CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. 1972, p.09. Disponível em: <https://monoskop.org/images/c/c7/Calvino_Italo_As_Cidades_Invisiveis.pdf>. Acesso em: 07 de maio de 2016.

³ Referenciais de distância analisados no sítio de busca por satélite, *Google Maps*. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-19.8895994,-43.8072336,16z>. Acesso em: 07 de nov 2015.

⁴ *Rua Dom Pedro II: conjunto arquitetônico e urbanístico* (Sabará, MG). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1427. Acesso em: 05 de nov. 2015.

Nesse recorte, obtive a possibilidade de observar e capturar os laços e minudências partilhadas pelas memórias coletiva e individual dos sujeitos envolvidos na produção dos tapetes, mediadas pelas influências do lugar e pelas relações e experiências que acontecem nesse tempo festivo.

No religioso, a festa

O contexto da pesquisa é a festa religiosa do *Corpus Christi*, que acontece todo ano, numa quinta-feira, entre maio e junho, quando se completam 60 dias após a Páscoa. Nesse dia os católicos comemoram, em lembrança, a Santa Ceia, que é narrada pela liturgia cristã [pela bíblia] por um jantar cerimonial de partilha.

Beatriz Catão Cruz Santos⁵ descreve que, por meio da bula *Transiturus*, o Papa Urbano IV instituiu a extensão da festa para toda cristandade. São Tomas de Aquino por sua vez, preparou a pedido de Urbano IV todas as liturgias que até hoje são utilizadas na celebração do *Corpus Christi*. Beatriz Santos reproduziu, pela tradução de Inácio Barbosa Machado, parte da Bula papal, que dizia “[...] na solenidade da missa **frequentamos** este venerável sacramento, contudo nos pareceu conveniente, e acertado, que ao menos uma vez a cada ano, se faça deste sagrado Mistério particular **memória**⁶ [...]”⁷. Desta forma, a tradição percorreu os séculos chegando mais tarde a Portugal e em demais terras Lusitanas como em Algarve e nos Açores, tendo desaguado, futuramente, no Brasil.

Como ilustra Léa de Freitas Pérez, a tradição do festejo de *Corpus Christi* em Minas Gerais teve início em Ouro Preto, como a “primeira festa com registro documental em Minas Gerais”⁸. Anunciada como exposição artística popular, a festa em Vila Rica foi localizada no chamado Triunfo Eucarístico, (1733). Marco da trasladação do Santíssimo Sacramento da Igreja do Rosário conduzido até a Igreja do Pilar. O festejo teve a atenção da guarda do Santíssimo pelos negros do Rosário até culminar na construção da Matriz do Pilar. Pérez descreve que,

O Triunfo Eucarístico foi celebrado em comemoração ao traslado do Santíssimo Sacramento da igreja do Rosário, onde estava provisoriamente, para a igreja do Pilar, matriz da paróquia. A festa foi cuidadosamente preparada durante vários dias. Luminárias enfeitaram a cidade, colchas de seda e damasco ornavam as janelas. Arcos foram dispostos ao longo das ruas.⁹

⁵ SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *O Corpo de Deus na América; a procissão de Corpus Christi nas cidades da América portuguesa – século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2005, p. 24-26.

⁶ Grifos da autora.

⁷ SANTOS. *O Corpo de Deus na América*, p.29.

⁸ PEREZ, Léa Freitas. *Festa religião e cidade: corpo e alma do Brasil*. Porto Alegre: Medianiz, 2011, p.103.

⁹ PEREZ. *Festa religião e cidade*, p.103.

Grupos leigos e irmandades religiosas, como a Irmandade do Santíssimo Sacramento, se organizam para apoiar e erigir a celebração. Elas tomam frente para ornamentar e cuidar dos itens necessários ao ritual e à celebração, movimentando doações e serviços voluntários.

Na festa, possibilidades de um educar

Observei e registrei, visualmente, a sociabilidade proporcionada no momento da construção dos tapetes, no qual as mulheres, moradoras desse trajeto, preparam quitutes que foram compartilhados entre os moradores e pessoas envolvidas na montagem dos tapetes, pela madrugada afora, como aludido por João do Rio “A alma da rua só é inteiramente sensível a horas tardias [...]”¹⁰. Vi que há, entre eles, uma rede de colaboração coletiva, disponibilizando banheiros, oferecendo água, além de toda a troca culinária. Relações entre o material do tapete, sua técnica de construção e a sociabilidade engendram este rito, no qual o tapete, por ser de serragem, tão efêmero, não pode ser montado com antecedência. Assim, é construído na madrugada, partilhando um aspecto instigante ligado à sociabilidade, fator este, que atua como uma espécie de delimitador do grupo envolvido no trabalho, que, por sua vez, reforça também os vínculos identitários desta comunidade.

Ademais – a rua invisível - tornou-se novamente visível [*le città invisibili*]¹¹. Pois que as sensibilidades correspondem “a percepção e tradução da experiência humana que se encontra no âmago da construção de um imaginário social”¹². Assim, a cidade mais uma vez aportava a “espetacularização da vida”, que “[...] na sua compreensão, é também *sociabilidade*: ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos.”¹³.

O tapete, sendo percebido como mediador entre a memória, a festa e o rito de seu uso, é identificado no encontro do patrimônio material e imaterial. Já que, como um suporte na construção e expressão de um povoado, ele revela possibilidades de uma educação de valores subjetivos e, talvez, contribua no repasse de sua história, construção e dinamismos culturais.

¹⁰ RIO, João do. *A Alma Encantadora das Ruas*. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional Departamento Nacional do Livro, 115p. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/alma_encantadora_das_ruas.pdf> Acesso em: 07 de out de 2014.

¹¹ CALVINO. *As Cidades Invisíveis*, p.09.

¹² PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades Visíveis, Cidades Invisíveis, Cidades Imaginárias, p.01. *Rev. Bras. Hist.* vol.27 no. 53, São Paulo, Jan./June 2007, p. 13. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n53/a02v5327.pdf>. Acesso em: 12 de mar de 2016.

¹³ PESAVENTO. *Cidades Visíveis*, p.14.

Diante disto faz-se necessário o entendimento das práticas e expressões culturais presentes nesse festejo, no tempo e espaço investigados. Assim como também é necessário a compreensão dos saberes e fazeres (a gestualidade utilizada na feitura dos tapetes, e a sensibilidade e de seus criadores) presentes na construção desse *objeto*, apreendendo assim a construção de um novo olhar, de uma educação dos sentidos para ressignificar a história, a cidade e seu povo.

Primeiras considerações da pesquisa

Com a pesquisa ainda em processo, empreendo apenas análises iniciais dos dados. O contexto evidenciado na festa, pela ritualística católica do “Corpo de Cristo” assim como sua efetivação (o caminhar da procissão pelo/no tapete) é posta como prova maior do sacrifício, elucidando assim o tema ritual, a própria composição do festejo. Observei que a festa se iniciava desde o arrecadar da primeira saca da serragem, ao cumprimento do tapete, como “sacrifício inútil”¹⁴, como “efemeridade estética”.

Os dados coletados até o momento me permitem compreender que, quando o tapete se inicia, a festa se inicia, o rito se inicia, assim, ambos se tornam um e em seguida, cumprido seus papéis, ele[s] perece[m]. Contudo, diante desse entrecruzamento, mediações são estabelecidas. Sentidos são constituídos por esse tempo ligado pelo e no processo, elaborando por transmissões uma formação singular: a cultura, o sujeito, a tradição.

A princípio, inclino para o entendimento *durkheimiano* de que não somos capazes de entender qualquer sistema educacional se não analisarmos antes o contextos no qual essa foi concebida: como a religião e a política (por exemplo). Uma vez que “[...] os modos de ser e de viver não são transmitidos pela hereditariedade genética, faz-se necessário, então, um trabalho sistemático de socialização que garanta, de uma geração a outra, a preparação dos “cidadãos requeridos” para configurações sociais específicas.”¹⁵.

Minhas observações apontam que as ações educativas, entre as gerações presentes nessa tradição, acontecem entusiasmamente por uma divisão etária que delibera as formas tradicionais de procedência, como um professor do ensino básico em sala de aula, reproduzindo suas mesmas experiências e práticas apreendidas em outros tempos, para os seus alunos. Porquanto,

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não se encontram preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais reclamados

¹⁴ DUVIGNAUD, Jean. *El Sacrificio inútil*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

¹⁵ TOMIZAKI, kimi. Transmitir e Herdar: o estudo dos fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional. p.322. In: *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 111, p. 327-346, abr-jun, 2010. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 17 de maio de 2016.

pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina.¹⁶

As análises balizam que essa ação se apropria de recursos simbólicos religiosos, que alimentam, por assim dizer, a *poética* presente nesse ato [ação], através das narrativas, da imagem, e, especialmente das práticas sociais. A sequência da tradição pela prática educativa integra as faixas etárias e as permite compreender cada qual, não apenas o seu próprio tempo, mas o tempo do outro. Assim, a alteridade se manifesta e o entusiasmo advindo da festa, da religião e da aprendizagem pelas relações sociais, aduba a cooperação nas famílias e na comunidade para que essa cultura continue. Assim,

[...] a educação, como de alguma forma já afirmara Durkheim, possui um lugar de fundamental importância nas possibilidades e nos limites de se transmitir, de uma geração a outra, determinados modos de viver, de pensar, de sentir, de interpretar o mundo e suas hierarquias. Não sendo, contudo, autônoma em relação a outras dimensões das interações sociais.¹⁷

¹⁶ DURKHEIM. E. *Educação e sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1978, p.41.

¹⁷ TOMIZAKI. *Transmitir e Herdar*, p.326.

As pinturas em perspectiva das capelas de São Francisco em Sabará e Santo Antônio em Itaipericica, Minas Gerais

Gustavo Oliveira Fonseca¹

Doutorando em História
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
gofhistoria@yahoo.com.br

Resumo: O artigo discorre sobre a análise de duas pinturas em perspectiva existentes nas Capelas de São Francisco em Sabará e de Santo Antônio em Itaipericica, Minas Gerais. Ambas produções artísticas foram resultado do mecenato exercido por irmandades da mesma devoção e tipologia: as arquiconfrarias do cordão de São Francisco, atuantes no território mineiro desde meados do século XVIII. As pinturas mencionadas, produzidas na segunda metade do século XIX, apresentam um programa iconográfico semelhante, o que permite traçar relações entre a fatura das duas obras, técnicas de produção, mecenato artístico e também compreender a circulação de modelos e gravuras pelo amplo território mineiro. Além do mais, este trabalho possibilita a discussão sobre a permanência prolongada em Minas Gerais, de uma tradição artística vinculada às pinturas perspectivadas de linguagem rococó, utilizando-se para isto, de duas obras artísticas ainda pouco estudadas e que podem contribuir com as pesquisas acadêmicas em andamento no meio historiográfico que se relacionem a mesma temática.

Palavras-chave: Arquiconfraria de São Francisco, pintura de forro, rococó.

Na última década do século XVIII, duas Arquiconfrarias de São Francisco, deram início a construção de suas igrejas-sede. Tratam-se das Capelas de São Francisco de Assis em Sabará e de Santo Antônio em Itaipericica, ambas em Minas Gerais. Característica em comum, o processo de construção e ornamentação destes dois templos prolongou-se por todo o século XIX atingindo até mesmo as primeiras décadas do século seguinte.

A Capela de Santo Antônio da Arquiconfraria de São Francisco da Vila de São Bento do Tamanduá (antiga denominação da atual cidade de Itaipericica), foi construída entre 1790 e 1800, por iniciativa do confrade de São Francisco Antônio Tristão Barbosa². Já a Capela de São Francisco de Assis da Vila de Sabará foi iniciada por volta de 1798, em substituição a uma pequenina capela

¹ Pesquisador apoiado pelo CNPq.

² O processo de construção e ornamentação desta capela foi analisado em minha pesquisa de mestrado em História. FONSECA, Gustavo Oliveira. *Produção artística no centro-oeste mineiro nos séculos XVIII e XIX – Estudo sobre a igreja de Santo Antônio da Arquiconfraria de São Francisco em Itaipericica*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal de São João del-Rei, Programa de Pós-Graduação em História, 2014. 263f.

dedicada a Nossa Senhora Rainha dos Anjos, de cerca de 1761, onde os confrades do cordão de São Francisco se reuniam em princípio³.

As duas igrejas possuem, nos forros de suas respectivas capelas-mores, pinturas em perspectiva com programa iconográfico bastante semelhante: Um muro-parapeito, ao longo das laterais, abriga os quatro evangelistas com seus respectivos símbolos (águia, leão, touro e anjo). Ao centro da composição, Nossa Senhora Rainha dos Anjos rodeada por uma nuvem de querubins e serafins. Nos dois casos, tanto a datação, quanto a autoria de semelhantes obras permanecem, até o momento, desconhecidas.

A pintura em perspectiva da Capela de Santo Antônio de Itapecerica



Figura 1: Pintura do forro da capela mor, igreja de Santo Antônio, Itapecerica, MG. Foto do autor, 2016.

Encontra-se, nesta pintura, o disseminado esquema do muro-parapeito como forma simplificada de ilusão perspéctica, ao invés de uma elaborada trama de falsa arquitetura. Este balcão

³ PASSOS, Zoroastro Viana. *Em Torno da História do Sabará – Segundo Volume*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1942.

está representado nas cores vermelha e azul e ornado de rocalhas e vasos floridos. Cada mureta é ocupada por dois evangelistas, tendo abaixo de cada um uma inscrição com seus nomes.

No balcão esquerdo, no canto superior, vê-se São Lucas, pintado ao lado de seu símbolo, o touro. No canto inferior esquerdo, tem-se a figura de São Marcos, representado junto a um leão, animal que o representa. No balcão do muro direito, no canto superior, tem-se a figura tradicionalmente imberbe de São João, e está representado junto ao animal que o simboliza, a águia, que, praticamente, passa despercebida sobre o fundo escuro do manto do evangelista. Já no canto inferior direito, encontra-se São Mateus escrevendo, no momento em que um anjo lhe sopra com uma trombeta ao ouvido. A representação de São Mateus comparada às demais é, de longe, a mais expressiva. Seu rosto encontra-se todo contraído, com a testa franzida na difícil tarefa de escrever em seu livro. O anjo, por sua vez, vindo em uma nuvem colorida, olha para o evangelista e aponta para o alto, como a mostrar que a escrita do evangelho é fruto do céu.

No centro da composição do forro, a pintura encontra-se representada de maneira frontal ao espectador, sem a ilusão de ascendência que caracteriza as pinturas em perspectiva. Trata-se da figuração de Nossa Senhora Rainha dos Anjos, ladeada por um medalhão oval em formato de nuvens, no qual sobrevoam a cena vários querubins e serafins. Nossa Senhora segura, em sua mão direita, um ramo de lírios, tradicionalmente símbolo de pureza, enquanto sua mão esquerda repousa sobre o coração. Seu rosto, levemente virado para sua esquerda, deixa entrever a orelha direita, ornada com brincos vermelhos. Sobre sua cabeça, repousa uma grande coroa. Os longos cabelos são negros e seu manto em tons de azul, com panejamento profuso, na tentativa de criar os contornos do corpo. O fundo desta composição é em gradações de amarelo intenso, evocando a iluminação da figura de Maria.

Observa-se que todo forro sofreu repinturas, o que torna qualquer análise de cores e desenho mais difícil. O resultado foi que os contornos do desenho se tornaram pesados e as cores muito fortes, por isso não é possível, nem mesmo saber com segurança, se as cores originais foram alteradas ou apenas reproduzidas.

Na pintura de Itapecerica, os vasos do muro-parapeito não chegam a tocar a cena central por muito pouco mas a composição toda se mostra bem aproximada, revelando os ajustes que teve o pintor (ou pintores) de fazer para transpor o desenho para o espaço e formato possibilitados pelo forro, que não forma uma tradicional abóbada de berço, mas possui o centro retificado e os vértices em elevação, dividindo-se em três partes e criando, nitidamente, duas quinas na composição, que acompanham as cimalthas, conhecido como abóbada facetada. A ligação ou proximidade entre as

figuras não necessariamente deriva de imperícia técnica, mas, possivelmente, da tentativa de agrupar, na mesma cena, todos os aspectos ornamentais tradicionalmente usados em grandes forros, para forros de menores dimensões, como é caso do forro da capela de Santo Antônio. Esta possibilidade de adaptar e reapropriar modelos é, sem dúvida, a característica mais enriquecedora da produção de arte em Minas, nos séculos XVIII e XIX. As localidades “periféricas” (na falta de termo melhor), se comparadas aos grandes centros de então, mostram-se como um terreno fecundo para se analisar estas releituras regionais que, apesar de singulares, dialogam com uma tradicional cadeia produtiva.

Sabe-se atualmente que grande parte dos pintores mineiros buscavam suas referências em gravuras e impressos vindos da Europa, fossem eles missais, figuras avulsas ou, até mesmo, tratados de pintura e arquitetura. O esquema representado no forro da Igreja de Santo Antônio, do muro-parapeito nas laterais, centralizado pela visão celestial, como destaca Myriam Ribeiro, difundiu-se em Minas “sem que se possa detectar com precisão as origens deste partido”⁴. O fato é que este esquema compositivo tornou-se bastante popular.

Para a representação de Nossa Senhora Rainha dos Anjos, o artista responsável pela pintura do forro, provavelmente, se utilizou de um modelo impresso para servir de parâmetro. A escolha iconográfica da obra era tratada diretamente com a mesa administrativa da arquiconfraria, que indicava as preferências, escolhia modelos e pagava por todo trabalho. Em alguns casos, chegava-se a firmar um contrato público entre a irmandade e os pintores e, estando a irmandade insatisfeita com o resultado, poderia recorrer judicialmente, a fim de resolver a pendência⁵. No caso da arquiconfraria de São Francisco, não foi localizado um contrato firmado. Porém, não seria incomum se as condições da obra fossem tratadas diretamente com a mesa administrativa sem contrato formal. Em alguns casos, os pintores, até mesmo, eram membros da irmandade para qual trabalhavam e descontavam o pagamento em anuais⁶.

Seguindo esta tradição, possivelmente a arquiconfraria de São Francisco de Tamanduá tratou com o pintor (ou pintores) da escolha dos modelos a serem utilizados para representar as

⁴ OLIVEIRA, Myriam A. R. de: *O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 283.

⁵ Jeaneth Xavier de Arújo, relata que por volta de 1823, um trabalho de Manoel da Costa Ataíde para a Capela de N. Sra. do Rosário de Mariana, terminou em disputa judicial, por não estarem os contratantes satisfeitos com a obra concluída. ARAÚJO, Jeaneth Xavier de. A pintura de Manoel da Costa Ataíde no contexto da época moderna. In: CAMPOS, Adalgisa Arantes. (org.). *Manoel da Costa Ataíde: aspectos históricos, estilísticos, iconográficos e técnicos*. Belo Horizonte: C/Arte, 2005. p. 59.

⁶ SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. *Usos e impactos de impressos europeus na configuração do universo pictórico mineiro (1777-1830)*. 350 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2009, p. 98.

figuras sacras da pintura do forro da capela-mor. Não se sabe se o modelo impresso para esta pintura existiu e se foi manuseado pelos irmãos de São Francisco antes da pintura ser feita, mas a possibilidade é grande. É fato conhecido, atualmente, que a arquiconfraria possuía em seu acervo diversos livros sacros e missais. No inventário de bens, que a mesma remeteu à diocese de Mariana, em setembro de 1893, o procurador Vicente Carvalho da Rocha menciona a existência de “1 estante com livros velhos[sic]” e ainda “1 Missal usado e outro muito velho e alguns livros de culto”⁷. A presença de dois missais é relevante, pois este livro, obrigatório para o culto religioso, continha, muitas vezes, imagens gravadas que poderiam ser utilizadas como referência para pintores. Ora, se estes impressos já estavam “muito velhos” em 1893, poderiam muito bem ser dos primórdios da arquiconfraria e alguns deles, servido como modelo para a pintura do forro. Infelizmente, estas obras não foram localizadas no acervo remanescente da arquiconfraria.

Uma gravura atualmente encontrada na coleção da Biblioteca Nacional apresenta semelhanças na representação de Nossa Senhora. Trata-se de uma gravura avulsa, conhecida como “registro de santo”, imagens que eram utilizadas por devotos para adoração privada.



Figura 2: Nossa Senhora da Conceição. Gravura de Guilherme Francisco Lourenço Debrie. Lisboa 1750. Coleção Augusto de Lima, Biblioteca Nacional RJ. (Nº200).

⁷ Arquivo Eclesiástico Arquidiocese de Mariana (AEAM) – Inventário de Bens das Irmandades de Tamanduá. Doc. 3231.

Consta de uma representação de Nossa Senhora da Conceição, impressa em Lisboa, no século XVIII. Ao comparar esta gravura com a pintura de Nossa Senhora dos Anjos, a analogia entre ambas é inegável. A cabeça de Nossa Senhora encontra-se em ambas levemente inclinada para o ombro esquerdo, deixando entrever a orelha direita. A coroa sob a cabeça também acompanha este movimento. A mão esquerda repousa sobre o peito e a direita segurando um ramo de lírios. Nas vestes, uma fita circula a cintura, prendendo a túnica, ao redor do corpo e o manto, apoiado nos ombros, apresenta pequenas variações. Destaca-se ainda a maneira parecida que o manto se torce em volta das pernas de Nossa Senhora.

A gravura lisboeta retrata Nossa Senhora da Conceição e não Nossa Senhora dos Anjos. Caso tenha servido de inspiração para a pintura tamanduense, alguns ajustes foram necessários, no sentido de readaptar iconograficamente o modelo para que servisse ao propósito de representar outra devoção mariana. Neste aspecto, pode-se ver a necessidade deliberada do artista de suprimir determinados elementos que poderiam levar a uma identificação equivocada da imagem pintada. Neste ponto, o item mais evidentemente omitido, seria a meia-lua nos pés de Nossa Senhora, que remete diretamente à figura de Nossa Senhora da Conceição. Outro ponto que, também, deveria desaparecer da gravura para o forro, é o rosário na mão direita da Santa, que, se inserido na pintura, também, poderia gerar uma confusão com a representação de Nossa Senhora do Rosário. Na estampa impressa, Nossa Senhora tem ao seu redor uma nuvem de querubins, contudo o medalhão com rocalhas que orna a composição, não se repete na pintura do forro da Igreja de Santo Antônio, que prioriza a nuvem de querubins.

Dentro da liberdade condicionada do nosso anônimo pintor, coube, além de fazer as readaptações iconográficas necessárias, redimensionar a gravura para um suporte bem maior e transformar as diversas escalas de preto e branco do papel impresso em um sistema de cores e sombreado. Entretanto, no que diz respeito às cores, não é possível no presente momento, uma análise satisfatória, pois esbarra-se no excesso de repinturas. Através da convergência entre dados documentais sobre a situação econômica da arquiconfraria de São Francisco de Tamanduá, aliados à análise iconográfica, foi proposto em pesquisa de mestrado que esta pintura tenha sido executada entre 1840 e 1880, sendo esta proposta de datação, obviamente, aberta a novas pesquisas⁸.

⁸ FONSECA, Gustavo Oliveira. *Produção artística no centro-oeste mineiro*, p. 155.

A pintura em perspectiva da Capela de São Francisco de Sabará.

Esta pintura, não por acaso, também foi executada na capela-mor da Igreja da arquiconfraria de São Francisco de Assis de Sabará. Tem-se nela, com pequenas alterações, o mesmo partido da analisada anteriormente. O muro-parapeito, ao longo das laterais, abriga os quatro evangelistas com seus respectivos símbolos (águia, leão, touro e anjo). Ao centro da composição, Nossa Senhora Rainha dos Anjos rodeada por uma nuvem de querubins e serafins.



Figura 3: Pintura do forro da capela mor, Igreja de São Francisco de Assis, Sabará, MG. Foto do autor, 2016.

Sobre esta pintura, pouco se sabe. A data e autoria de execução, assim como a pintura de Itapecerica, permanecem no anonimato. Zoroastro Vianna Passos, referência em pesquisa documental do acervo sacro sabaraense, em sua coletânea de documentos sobre a arquiconfraria de São Francisco de Sabará, nada menciona sobre a pintura do forro⁹.

A documentação produzida pela arquiconfraria de São Francisco encontra-se, atualmente, no acervo do Museu do Ouro/Casa Borba Gato, de Sabará. Infelizmente, o estado do acervo da arquiconfraria se encontra bastante fragmentado, com poucos documentos restantes. Portanto, a probabilidade de datação e autoria documentadas para a pintura do forro da igreja de São Francisco é bastante pequena. Contudo, é possível retomar etapas construtivas do templo que, inicialmente,

⁹ PASSOS, Zoroastro Viana. *Em Torno da História do Sabará*, p. 71.

era dedicado à Nossa Senhora dos Anjos, quando se fundou a arquiconfraria em 1761¹⁰. A capela de Nossa Senhora dos Anjos foi sendo gradativamente substituída pela Igreja de São Francisco, que foi construída em torno da primitiva capela, durante o século XIX, assim como a igreja da irmandade do Rosário também de Sabará, que começou a construir um templo maior em volta da pequena capela, mas, por falta de recursos, nunca chegou a concluí-lo.

Se não se tem um limite “anterior a...” para a pintura da capela da arquiconfraria de São Francisco de Sabará, há ao menos um limite “posterior a...”. O Bispo Dom Frei José da Santíssima Trindade, esteve em visita diocesana à Sabará, no ano de 1822, quando visitou a capela da Arquiconfraria de São Francisco e relatou suas condições naquele momento: “com 3 altares muito pobres, mas com ornamentos decentes para o diário e acha-se por acabar”¹¹. A igreja de São Francisco, pelo visto, ainda estava em processo de construção, quando da visita diocesana e existia, em seu interior, a pequena capela de Nossa Senhora dos Anjos. Esta primitiva capela foi destruída em 1864, conforme atesta um recibo encontrado no arquivo do Museu do Ouro de Sabará, onde o procurador da arquiconfraria paga a um oficial “cinco dias de serviço de ajudar a desmanchar a capelinha do corpo da igreja”¹².

Normalmente, as igrejas desse período, eram construídas do fundo para frente, ou seja, da capela-mor para o frontispício¹³. A obra da Capela de São Francisco, como atestam inúmeros recibos, prolongaram-se por todo século XIX¹⁴. Entretanto, a capela-mor muito possivelmente, estava já edificada, quando demoliram a capelinha de Nossa Senhora dos Anjos e, eventualmente, a pintura pode ter sido feita em algum momento, entre 1822 e 1864. Porém, como se sabe, os trabalhos de ornamentação pictórica constituíam, normalmente, a última fase das obras das igrejas. Portanto, a pintura do forro da capela-mor pode ser então posterior a 1864, pois, apenas neste momento, foi destruída a primitiva capela de Nossa Senhora dos Anjos, para dar início ao processo de ornamentação interno. A hipótese, baseada nos documentos encontrados, é que a pintura do forro da capela-mor de Sabará tenha sido executada em algum momento entre 1822 e 1870, não sendo esta uma proposta de datação definitiva e, sim, uma possibilidade encontrada entre o confronto estilístico e os poucos documentos disponíveis.

¹⁰ PASSOS. *Em Torno da História do Sabará*, p. 71.

¹¹ TRINDADE, Frei José da Santíssima. *Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais/Fundação João Pinheiro/IEPHA, 1998. p. 286.

¹² Museu do Ouro Sabará/Casa Borba Gato (MOS/CBG). Pasta Arquiconfraria de São Francisco. Recibos avulsos.

¹³ As ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Sabará atestam que as construções se faziam de trás para frente, assim a capela-mor poderia ser utilizada durante o longo período de obras.

¹⁴ MOS/CBG. Pasta Arquiconfraria de São Francisco. Recibos avulsos.

Se considerarmos, portanto, o ano de 1864 como uma referência *post quem* para a pintura do forro da capela-mor da Igreja de São Francisco de Sabará, tem-se, então um parâmetro para compreender um pouco melhor a pintura da Igreja de Santo Antônio de Itapeçerica, uma vez que ambas, aparentemente, beberam da mesma fonte. Não é possível atestar com segurança se uma influenciou a outra, ou qual das duas é mais antiga (ou se são contemporâneas) ou, sequer, sabiam da existência uma da outra. Deve-se levar em conta, porém, que as arquiconfrarias de São Francisco tinham suas redes relacionais e, provavelmente, conheciam-se umas às outras. A arquiconfraria de Tamanduá, por exemplo, surgiu inicialmente como presidía da Arquiconfraria de Mariana¹⁵.

Contudo, estes paralelismos por si só não são indicadores seguros de que houve uma relação entre as arquiconfrarias de Tamanduá e Sabará, e mais especificamente, entre as duas pinturas. Deste modo, uma análise estilística comparativa entre as duas obras pictóricas similares poderá esclarecer melhor este aspecto.

Apesar das pinturas de Tamanduá e Sabará apresentarem um programa iconográfico semelhante, atestado nas figuras representadas e no gosto rococó, tem-se ainda alguns detalhes que marcam a diferenciação entre as duas obras.

Começemos pelo muro-parapeito, onde se encontram os evangelistas. Em primeiro lugar, nota-se que a disposição dos evangelistas pela bancada, não é a mesma nas duas pinturas. O único evangelista a ocupar a mesma posição em ambas as pinturas é São Mateus, no canto inferior direito. Os demais evangelistas na pintura do forro de Sabará, se comparados aos de Tamanduá, trocam de lugar em sentido anti-horário. Desta forma, temos, então, em Sabará, São Lucas passando a ocupar o lugar marcado em Tamanduá por São João, ou seja, o canto superior direito. São Marcos passa a ocupar o lugar que, em Tamanduá, é de São Lucas, o canto superior esquerdo, e São João, no canto inferior esquerdo, lugar que, na pintura de Tamanduá, é ocupado por São Marcos.

Outra diferença notável entre a pintura do forro de Tamanduá e da pintura do forro de Sabará é a simplificação ornamental do muro-parapeito. Enquanto na Igreja de Santo Antônio o muro-parapeito é ornado com molduras e rocalhas vermelhas, seu exemplar da capela de São Francisco em Sabará é liso, sem elementos decorativos. As cores também não se assemelham. O muro-parapeito da capela de São Francisco é azul-claro, enquanto que na pintura de Tamanduá é azul-escuro e vermelho, aproximando-se mais da paleta de Joaquim Gonçalves da Rocha para o forro da igreja de Nossa Senhora do Carmo, também de Sabará. Assim como na igreja do Carmo, também o muro-parapeito da Igreja de Santo Antônio de Tamanduá contém inscrições informando

¹⁵ Arquivo Paróquia de São Bento – APSB. *Livro de Compromisso da Arquiconfraria de São Francisco e Santo Antônio da Vila de São Bento do Tamanduá*.

os nomes dos Santos representados, elemento ausente na Capela de São Francisco de Sabará. No entanto, a estrutura arquitetônica do muro-parapeito é, em tudo, semelhante entre as pinturas da Igreja de Santo Antônio e da Igreja de São Francisco. As mísulas de sustentação do friso, marrons e as reentrâncias são bastante parecidas. Porém, em Sabará, tem-se, no muro-parapeito, a figura de quatro *putti*¹⁶, segurando guirlandas de flores, no local onde, em Tamanduá, têm-se apenas vasos floridos.

Uma análise individualizada de cada evangelista poderá oferecer respostas sobre estas pinturas. Começando por S. Lucas, observa-se que as duas representações aparentam semelhança na fisionomia: o rosto arredondado, olhos amendoados, orelha esquerda aparente entre os cabelos longos. Enquanto o São Lucas Tamanduense mira um ponto perdido, o São Lucas de Sabará olha piedosamente para cima, com a cabeça levemente inclinada. A mão esquerda de ambos segura um livro, porém o S. Lucas Sabaraense está escrevendo no livro, e o S. Lucas de Tamanduá molha sua pena no tinteiro apoiado sobre a cabeça do boi. Qualquer semelhança entre os desenhos desaparece, entretanto, quando se comparam os dois bois. Os animais são, em tudo, diferentes: o boi da pintura de Tamanduá tem os chifres torsos e os olhos esbugalhados nas laterais e o focinho aquilino; já o boi da pintura de Sabará tem olhos puxados e o chifre curvado para cima.

As figuras de São Marcos têm sua proximidade na escolha das cores. De resto, o desenho se afasta. O S. Marcos de Sabará mira o espectador com o livro fechado em suas mãos; diferente do S. Marcos de Tamanduá, que se encontra ocupado no ato de escrever. O S. Marcos representado em Tamanduá é calvo, oposto ao Sabaraense. Outro ponto dissonante é o leão que, em ambos os casos, parece ter sido um problema para os pintores, que, provavelmente, não conheciam semelhante animal. A posição dos leões também encontra-se invertida.

Na representação de São Mateus, as diferenças se acentuam. Os dois encontram-se ocupados escrevendo, porém, enquanto o S. Mateus de Tamanduá parece fazer um grande esforço para receber a mensagem que o anjo lhe sopra pela trombeta; o S. Mateus Sabaraense olha calmamente para nuvem onde está Nossa Senhora, com o anjo se apoiando no seu ombro direito. Os dois anjos, apesar de se assemelharem na posição do manto vermelho, distanciam-se no detalhe das asas: na pintura da igreja de Santo Antônio a asa do anjo aponta para o alto, e na pintura de Sabará as asas se voltam para baixo.

¹⁶ Anjos em forma de criança. MELLO, Magno Moraes. *A pintura de tectos em perspectiva no Portugal de D. João V*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

Já na figura de São João, existem algumas semelhanças. As cores das vestes são as mesmas, porém, invertidas. O rosto de São João, sereno em ambas as figurações, se movimenta em cada pintura para um lado. Em Sabará, o rosto do evangelista encontra-se levemente inclinado, olhando para cima. A posição das mãos é a mesma, porém, na pintura da igreja de Santo Antônio, o livro está abaixado, quando, em Sabará está levantado. A águia em Sabará é retratada de asas abertas, e, em Tamanduá, as asas estão fechadas.

Finalizando a análise comparativa entre as duas obras pictóricas, há a representação central de Nossa Senhora Rainha dos Anjos. Aqui se encontram de fato as semelhanças mais marcantes entre as duas obras. Com relação ao gestual, o único ponto de desencontro é a direção do movimento das cabeças. As mãos encontram-se ocupadas com os mesmos atos, a esquerda, sobre o peito e a direita segurando lírios. A vestimenta apresenta diferença nas cores, porém o desenvolvimento do panejamento é em tudo semelhante. A veste de Nossa Senhora, presa na cintura por um laço, com a mesma espécie de gola ao redor do pescoço. O manto enrola-se pelo corpo, seguro no braço esquerdo da Santa em ambas as composições. Até mesmo o véu, que cobre a cabeça da Santa nas duas pinturas, apresenta a mesma elevação no ombro esquerdo da Rainha dos Anjos. A fisionomia serena, também, se assemelha, com as sobrancelhas arqueadas. O fundo das duas pinturas se afasta. Em Tamanduá a tonalidade alaranjada vem se clareando nas extremidades até atingir o amarelo; na pintura de Sabará o fundo laranja emite raios amarelos.

A analogia entre as imagens deriva muito certamente, da utilização de uma gravura impressa em comum que serviu como referência na execução da principal figura a ser retratada no forro. Mantem-se a hipótese de que ambas as pinturas possam ter se inspirado em um registro de Nossa Senhora da Conceição, pois é sabido que os pintores mineiros tinham acesso a estes impressos.

A pintura do forro da Igreja de São Francisco de Sabará não se encontra tão repintada como sua similar da Igreja de Santo Antônio de Itapeçerica. As cores são mais suavizadas e os contornos mais harmônicos. Devido a isto, fica difícil uma afirmação categórica sobre a relação entre as duas pinturas. Um fato inegável é que se utilizaram de um modelo muito semelhante. Porém, levando-se em conta a diferença apontada entre o desenho das figuras, notadamente dos animais, parece pouco provável terem sido executados por um mesmo pintor. Talvez pintores de uma mesma equipe, mas não há marcas de um estilo individualizado. Observa-se então ao analisar estas duas obras, que, na segunda metade do século XIX, as pinturas de gosto rococó, ainda tinham grande aceitação entre o público consumidor, especificamente, as irmandades religiosas leigas.

Conclusão

A hipótese, portanto, é que as pinturas dos forros das capelas-mores de Tamanduá (Itapeçerica) e Sabará foram executadas em algum momento entre os anos de 1822 e 1880, para se trabalhar ainda com uma margem de atuação grande, porém mais segura. Lembrando que esta não é uma proposta de datação categórica, mas apenas uma possibilidade aventada através dos dados documentais disponíveis neste momento. Considero que 58 anos ainda é um prazo longo; o ideal seria termos uma data mais aproximada, o que, infelizmente, não é ainda possível. Neste ponto, considero a pesquisa ainda aberta a novas possibilidades que trabalhos vindouros poderão trazer. Independentemente de as hipóteses aqui propostas mostrarem-se bem-sucedidas ou não, busca-se, trazer para discussão historiográfica novos objetos, obras artísticas pouco conhecidas fora do circuito regional e que ao serem estudadas podem fornecer novas respostas sobre o contexto da produção artística mineira em meados do século XIX.

O livro de horas 50,1,1 da Real Biblioteca Portuguesa

Maria Izabel Escano Duarte de Souza

Mestre em História Social
CHA/UFRJ e Studiolo/UERJ
mariaizabeleds@gmail.com

Resumo: Livros de horas podem ser definidos como livros de orações que continham, além do Pequeno Ofício da Virgem Maria, outros ofícios, salmos e textos – a maioria deles em latim - para a edificação e recitação diárias dos leigos, de acordo com as horas canônicas. Tais livros continham, ainda, iluminuras. Eles chegaram ao Brasil com a Real Biblioteca Portuguesa em 1808, e permaneceram aqui na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Dentre os quatro remanescentes desta coleção, destaca-se o livro de horas 50,1,1, anteriormente dito de D. Fernando. Com um colofão aparentemente falso que por anos levou a uma identificação errônea, este manuscrito é com certeza a joia da coleção, com 77 iluminuras de tamanhos variados. Pretende-se neste artigo analisar as questões que envolvem seu conteúdo, sua iluminação, sua datação e proveniência para assim tentar estabelecer uma identidade correta para este manuscrito. Para isso serão levados em consideração estudos preliminares feitos por outros pesquisadores sobre este livro, bem como análises iconográficas e comparações com outros manuscritos iluminados.

Palavras-chave: livros de horas, Real Biblioteca Portuguesa, Pembroke Psalters

Introdução

No século XIII a Cristandade latina é marcada por uma gama de mudanças, tanto no campo socioeconômico quanto no campo religioso. Neste último, uma transformação fundamental é a humanização do divino, “termo pelo qual se pode designar a uma só vez a promoção do culto eucarístico, a insistência sobre a historicidade de Cristo e de sua mãe e o desenvolvimento da promoção do corpo na espiritualidade”¹.

Como consequência desta humanização, a relação entre o cristão e o mundo divino se personaliza, extrapola o âmbito do culto público, das igrejas, dos mosteiros, das grandes procissões, e vai para dentro das casas das pessoas, para o culto particular, para a devoção pessoal. Antes reservadas aos clérigos, a experiência da devoção pessoal e da meditação são agora acessíveis aos leigos, que praticam a devoção a fim de se sentirem agraciados pela santidade, participando, desse modo, da vida dedicada a Deus. Assim, eles demandam novos instrumentos que lhes permitam levar a cabo tais práticas.

É dentro dessas novas necessidades que surgem os primeiros livros de horas, originários dos breviários e antifonários dos religiosos, como instrumentos dessas novas práticas religiosas especialmente da devoção e meditação pessoais, e também como símbolos da expansão do culto

¹ SCHMITT, J-C. *O Corpo das Imagens: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média*. São Paulo: EDUSC, 2007, p. 88.

mariano. Eles podem ser definidos como livros de orações que continham, além do Pequeno Ofício da Virgem Maria, outros ofícios, salmos e textos – a maioria deles em latim – para a edificação e recitação diárias dos leigos, de acordo com as horas canônicas. Sua leitura também era considerada um meio eficaz de preparação para a hora da morte e para se alcançar a salvação.

A popularidade desses livros é grande durante os séculos XIII ao XVI: eles foram o tipo de livro mais produzido nesse período, mais até mesmo do que a Bíblia², e os que sobreviveram em maior número até os nossos dias. Eram muito comuns como presente de núpcias entre noivos. Também eram utilizados para alfabetização de crianças³. Por serem bens de alto valor monetário, tanto pelos materiais utilizados para sua confecção quanto por sua iluminação, eram preciosos símbolos de status, e figuravam até mesmo em testamentos. Além disso, eram objetos que constituíam importante faceta da piedade laica durante a Idade Média, e nos ajudam a compreender algumas de suas práticas devocionais, principalmente a devoção privada ligada à oração silenciosa e à contemplação.

Os outros três livros de horas da Real Biblioteca Portuguesa

Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro há cerca de uma dezena de livros de horas manuscritos e dois impressos. Quatro dos manuscritos são provenientes da Real Biblioteca Portuguesa que veio para o Brasil com a transferência da Corte⁴. Eles são ricamente iluminados, e infelizmente não contam com muitos estudos que atestem seu local de origem e sua datação. São eles o 50,1,1; 50,1,16; 50,1,19 e 50,1,22, todos com carimbo da Real Biblioteca Portuguesa e localizados, atualmente, na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

² WIECK, R. *Painted prayers: the book of hours in Medieval and Renaissance Art*. New York: George Braziller Inc, 1997, p. 7.

³ WIECK. *Painted prayers*, p. 13.

⁴ A Transferência da Corte portuguesa para o Brasil foi motivada pela invasão francesa em 1807. Como antigos aliados da Inglaterra, os portugueses se viram acuados pelas ameaças de invasão de Napoleão, que desejava derrotar os ingleses através de um bloqueio econômico. Para não se ver obrigado a aderir ao Bloqueio nem perder sua coroa, D. João IV decide transferir-se, junto com o aparato administrativo e com sua corte para o Brasil, contando com a proteção inglesa. Eles embarcaram um dia antes de Napoleão alcançar Lisboa, deixando Portugal sob os cuidados de uma junta de governo inglesa.

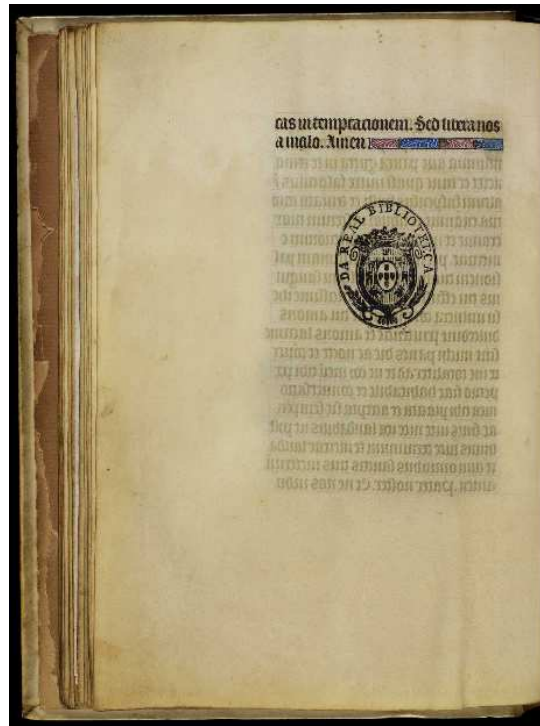


Figura 1: Carimbo da Real Biblioteca – Casa do Infantado, f. 16v. Livro de Horas para Uso de Sarum de Salisbury, Bruges, c. 1460. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional (M.S. 50,1,1). Fonte: BN Digital.

A primeira pergunta a ser feita sobre tais livros diz respeito às suas origens: eles foram encomendados para os infantes e sobreviveram ao grande terremoto de 1755 em Lisboa, ou passaram a integrar a coleção Real depois de 1755, adquiridos de um antigo dono ou livraria? Segundo Vera Faillace⁵, o monarca da época, D. José I, começou a reconstruir a coleção adquirindo novos livros. No Palácio da Ajuda, duas coleções foram reunidas: a Livraria Real e a Livraria da Casa do Infantado, de onde provém a coleção de livros de horas, que era destinada à formação dos príncipes.

Foram essas duas coleções que vieram para o Brasil em 1810, divididas em três lotes, e acomodadas no Hospital da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, através de decreto real. A data de assinatura deste decreto, 29 de outubro de 1810, é a data oficial de fundação da Biblioteca Nacional. Foi dessa maneira que as referidas coleções chegaram ao Brasil.

O livro 50, 1, 16, segundo o Uso⁶ de Paris, apresenta 160 fôlios, texto dos ofícios em latim, calendário e sufrágios dos santos em francês e um texto ao final do manuscrito que parece estar

⁵ FAILLACE, Vera Lucia Miranda. *Catálogo dos livros de horas da Biblioteca Nacional do Brasil*. 99f. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, Rio de Janeiro. 2009, p. 29.

⁶ Um tipo específico de liturgia (conjunto de versos, respostas, antifonas e capítulos) praticado em uma região particular ou por um grupo de pessoas. Os textos das missas e do ofício divino, bem como sua ordem durante o ano, variam de acordo com esses ritos, com celebrações relacionadas a santos locais sendo particularmente variáveis. Durante a Idade Média, alguns usos foram regulamentados por grandes catedrais ou ordens religiosas. Os mais usados são o de Roma (maior parte dos livros), Paris (livros franceses), Rouen, Sarum de Salisbury (livros ingleses ou feitos para clientes ingleses), Besançon, Poitiers e Utrecht (livros flamencos). BROWN, Michelle P. *Understanding Illuminated Manuscripts: a guide to technical terms*. Los Angeles: The J. Paul Getty Museum, 1994, p. 123.

escrito em holandês. Consta do Catálogo de Manuscritos⁷ que sua datação é do século XV. Ele possui doze miniaturas de página inteira e cinco vinhetas marginais.

François Avril atribui a este códice a data provável de 1460⁸. Para ele, pelo estilo, as doze miniaturas do livro aparentam-se às obras do Mestre de Coetivy (Colin d'Amiens). Porém, Avril não deixa de apontar suas semelhanças com dois outros livros de outro iluminador francês: o ms 2685 da Bibliothèque Sainte-Geneviève⁹, em Paris, e o ms. Stowe 25 da British Library¹⁰ em Londres.

O livro 50, 1, 19, segundo o costume de Rouen, tem 158 fólios, texto dos ofícios em latim e calendário em francês. Possui doze miniaturas de página inteira. Tanto em termos de conteúdo quanto em termos de iluminação este é o livro mais completo da coleção, embora esteja bastante desgastado, principalmente nas partes em azul e dourado, o que sugere a utilização de alguma substância diferente, pouco resistente ao tempo.

Para Avril, ele seria datado de circa 1430 e seria um representante tardio da estética do estilo gótico internacional. Apesar do iluminador não ter sido identificado e de seu uso litúrgico rouanense, ele acredita que esse volume possa ter sido feito em um centro vizinho, situado mais ao norte, em Artois ou Picardia¹¹.

Já o livro 50, 1, 22, cuja data de confecção é final do século XV¹², possui o *super libris*¹³ do marquês de Pombal. Seu Uso é segundo Rouen, com texto dos ofícios em latim e calendário em francês, 132 fólios e oito miniaturas de página inteira. Para Avril, este livro é obra de um iluminador intimamente aparentado com o Mestre de Echevinage de Rouen¹⁴.

Nas três folhas de guarda¹⁵ iniciais foram aplicadas seda verde, e a segunda serve de fundo a um pergaminho rendilhado, onde está pintado um medalhão representando Nossa Senhora do Rosário, com uma inscrição *Regina S. S. Rosary*, provavelmente uma adição posterior ao manuscrito.

⁷ FAILLACE. *Catálogo dos livros de horas da Biblioteca Nacional do Brasil*, p. 6.

⁸ AVRIL, François. *Le fonds des livres d'heures enluminés de la Biblioteca Nacional do Brasil*. Obra em vias de publicação.

⁹ Disponível no site BVMM do Institut de Recherche e d'Histoire des Textes <http://bvmm.irht.cnrs.fr/consult/consult.php?COMPOSITION_ID=8231&corpus=decor>.

¹⁰ Disponível no Catalogue of illuminated Manuscripts of the British Library, <<http://www.bl.uk/catalogues/illuminatedmanuscripts/records.asp?MSID=1291&CollID=21&NStart=25>>.

¹¹ AVRIL. *Le fonds des livres d'heures enluminés de la Biblioteca Nacional do Brasil*.

¹² AVRIL. *Le fonds des livres d'heures enluminés de la Biblioteca Nacional do Brasil*.

¹³ Uma inscrição que registra a inclusão de um livro em uma livraria ou coleção, seja ela pública ou privada. Tais inscrições oferecem valiosas evidências sobre a proveniência do manuscrito. BROWN. *Understanding Illuminated Manuscripts*, p. 55.

¹⁴ Artista assim denominado em razão do número importante de manuscritos que iluminou, nos anos 1460-1470, para as autoridades municipais da cidade.

¹⁵ Folhas de guarda no início ou fim de um livro servem para proteger o texto de um eventual dano causado pela encadernação. BROWN. *Understanding Illuminated Manuscripts*, p. 57.

Ao fim do livro há uma *Pietà*, onde aparece uma mulher em oração diante da Virgem com o Cristo, e um borrão dourado, sugerindo algo escrito que foi apagado. Esta mulher poderia ser uma antiga proprietária do livro, o que reforça a hipótese da aquisição pós-terremoto pela Real Biblioteca Portuguesa.

Em relação a estes três manuscritos iluminados, portanto, podemos perceber uma certa homogeneidade da coleção: os três têm proveniência francesa, teriam sido feitos por artistas franceses e são datados do século XV. Uma pista que talvez nos ajude a compreender a presença destes livros na Real Biblioteca vem da obra *A longa viagem da Biblioteca dos Reis*, de Lília Moritz Schwarcz, em que a pesquisadora diz que, durante o reinado de D. João V, responsável pela reforma e reestruturação do acervo da Real na primeira metade do século XVIII, “as peças de estimação eram os Livros de horas que haviam pertencido a Francisco I, rei da França, com estampas de muitas iluminuras”¹⁶. Mais à frente, já se referindo ao reinado de D. Maria I (1777-1816) antes da vinda para o Brasil, a pesquisadora também afirma que, segundo relatos da época, havia muitos livros de horas iluminados na coleção¹⁷.

Ou seja, desde o século XVIII havia livros de horas iluminados franceses na coleção, adquiridos posteriormente à sua confecção, demonstrando haver uma relação comercial-artística entre Portugal e França. Resta saber, e para isto necessitamos de pesquisas mais aprofundadas, se os manuscritos que temos hoje na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro são os mesmos citados por Schwarcz como pertencentes ao rei francês.

O livro de horas 50,1,1

O livro de horas 50,1,1 difere totalmente dos outros três livros apresentados, e por isso ele pode ser considerado a jóia da coleção. É um livro singular, tanto por seu conteúdo, quanto por sua iluminação, e pelas dificuldades que envolvem a correta identificação de sua origem, produção e destinatário. Ele é todo escrito em latim, possui 200 folios, 32 miniaturas de página inteira, 12 miniaturas menores que ilustram o calendário e 33 outras miniaturas intercaladas no texto, totalizando 77 iluminuras. Seus caracteres são góticos, e faltam-lhe dois folios, o 22 e o 23.

Em seu conteúdo estão as Quinze Orações a Jesus Cristo, as Commemoratio a Santíssima Trindade, a São João Batista, a São Jorge, a São Cristóvão, a Sant’Ana, a Santa Catarina, a Santa Maria Madalena, a Santa Margarida e a Santa Bárbara. Também contêm o Ofício da Virgem, os

¹⁶ SCHWARCZ, Lília Moritz. *A longa viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, p. 73.

¹⁷ SCHWARCZ. *A longa viagem da Biblioteca dos Reis*, p. 179.

Louvores à Virgem Maria, as duas orações Obsecro te e O Intemerata, o Ofício das Chagas de Cristo, Nossa Senhora e João Batista, a Oração a São Beda, as Sete Orações a Nosso Senhor, os Cinco Prazeres de Nossa Senhora, Os Sete Salmos Penitenciais, os Quinze Salmos Graduais, a Lítania, o Ofício dos Mortos, o Saltério da Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo, o Saltério de São Jerônimo e a oração Glória.

Logo no folio 1v, há uma iluminura de página inteira do martírio de São Sebastião, onde aparece o brasão de Portugal.



Figura 2: O Martírio de São Sebastião. Livro de Horas para Uso de Sarum de Salisbury, Bruges, c. 1460. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional (M.S. 50,1,1). Fonte: BN Digital.

Em seu calendário aparecem, em cada mês, vinhetas com a iconografia dos trabalhos do mês. A iconografia do Ofício da Virgem inclui dois ciclos iconográficos, o da Infância e o da Paixão de Cristo. Assim, as matinas apresentam Cristo no Horto das Oliveiras e a Anunciação; nas laudes a Traição de Judas e a Visitação; nas primas Cristo diante Pilatos e a Natividade; nas terças a Flagelação de Cristo e o Anúncio aos Pastores; nas sextas o Caminho para o Calvário e a Epifania; nas nonas a Crucificação e a Circuncisão; nas vésperas a Deposição da Cruz e o Massacre dos Inocentes; e nas completas o Sepultamento de Cristo e a Fuga para o Egito.

No folio 199v do livro de horas, há um colofão, que traz a identificação completa do manuscrito:

Ipsa dipictura que conti//net hoc libro fuerunt manufacte//per Spinello Spinelli ET illas deri//gebat Rmo. P. Ioachinus desa ora//tor amplissimus in oratorio Re/gis D. Ferdinandi Portugalie et //proipssio Rege Menistrus Lusitanie //apud Sanctissimum P. Gregoriû //XI. Anno 1378¹⁸.

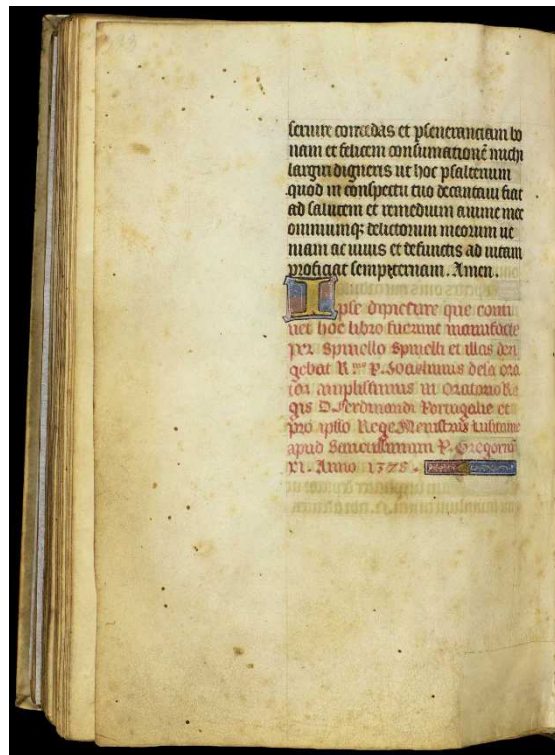


Figura 3: Colofão, f. 199v. Livro de Horas para Uso de Sarum de Salisbury, Bruges, c. 1460. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional (M.S. 50,1,1). Fonte: BN Digital.

Segundo esta citação, o manuscrito teria sido iluminado por Spinello Spinelli em 1378 a pedido do padre Joaquim de Sá, pregador de el-rei D. Fernando de Portugal e ministro português junto ao Papa Gregório XI¹⁹. Alguns estudiosos desse manuscrito, Damião Berge²⁰ e os historiadores da arte James Marrow e François Avril contestam tal informação, e dizem que este colofão é falso.

Evidentemente, trata-se de um post-scriptum um tanto posterior. A letra gótica, em tinta encarnada, se bem que imite a dos textos precedentes, não lhe consegue a firmeza e perfeição. O latim bárbaro destoa por completo da linguagem correta

¹⁸ FAILLACE. *Catálogo dos livros de horas da Biblioteca Nacional do Brasil*, p. 49.

¹⁹ BERGE, Damião. Um livro de horas do século XIV na Biblioteca Nacional. *Revista Verbum*, Rio de Janeiro, Tomo II, n.1, p. 49-99, mar. 1945.

²⁰ Frei franciscano que se dedicou ao estudo desta coleção de livros, particularmente do livro de horas 50,1,1, durante os anos 40.

usada pelo compilador do texto. Na grafia de 1378, segundo me lembrou atenciosamente o dr. Bartholo da Silva, o 7 não é do século XIV²¹.

Como eu lhe informei durante a minha visita, a informação dada no colofão do folio 199v, que o manuscrito data de 1378 e foi iluminado por Spinello Spinelli, é incorreta. O colofão é uma adição pós-medieval ao manuscrito (ou seja, uma falsificação) que dá falsa informação²².

Damião Berge analisa mais profundamente o colofão. Ele traz, primeiro, informações sobre Spinello, D. Fernando e o padre Joaquim de Sá. Segundo ele, Spinello nasce por volta de 1350, em Arezzo na Toscana, e ali falece em 1410. Há registros de trabalhos seus em Casentino, Florença, Acconia e Pisa, mas nenhum em Roma. Seu grande patrono foi o monge beneditino Dom Jacopo de Arezzo, seu conterrâneo. Já D. Fernando reinou em Portugal entre 1367 e 1383, e apesar de manter boas relações com o Papa Gregório, não há informações sobre um embaixador ou ministro padre Joaquim de Sá²³. Tal fato é curioso, uma vez que tais nomeações costumam ser registradas. Isto não quer dizer que ele nunca existiu, mas é um indício que reforça a falsidade da informação do colofão.

A estas informações, Berge ainda acrescenta outras, relativas ao conteúdo do livro. Primeiro, ele identifica uma forte influência beneditina no calendário e na ladainha, pela presença de santos desta ordem no códice. Ele também aponta dois santos presentes no códice, Santa Oncomera, venerada a partir de 1400, e São Bernardino de Siena, canonizado em 1450; se o manuscrito tivesse sido realmente feito em 1378, estes dois santos não poderiam aparecer. Ele estranha, inclusive, a ausência de típicos santos portugueses, como Santo Antônio de Lisboa, no códice.

Em relação à iluminação, Berge acredita que o brasão português contido no folio 1v é uma adição posterior, e que teria sido feito pela mesma pessoa que escreveu o colofão. Para a autoria do resto do manuscrito, ele sugere o filho de Spinello, Parri Spinelli (1387 – c. 1453).

Já James Marrow refuta todas as informações contidas no colofão.

O manuscrito 50,1,1 foi feito no sul da Holanda (Bruges), para ser exportado para a Inglaterra (segundo o Uso de Sarum) provavelmente em circa 1460. Ele relaciona-se estritamente a um pequeno subgrupo de Livros de Horas de luxo, produzidos em Bruges para clientes ingleses, dos quais os dois manuscritos que me são mais conhecidos são o 'Pembroke Psalter-Hours' no Museu de Arte da

²¹ BERGE. Um livro de horas do século XIV na Biblioteca Nacional, p. 69.

²² Carta de James Marrow à coordenadora de Acervo Especial da Biblioteca Nacional, Georgina Staneck, de 24/08/2004.

²³ BERGE. Um livro de horas do século XIV na Biblioteca Nacional, p. 69.

Filadélfia e um livro de horas, também para o Uso de Sarum, em Cambridge na Inglaterra, no Museu Fitzwilliam²⁴.

Ele traz inúmeros argumentos para comprovar suas hipóteses: identifica um grande número de santos de precedência inglesa no calendário e na litania do livro de horas, como Agostinho da Cantuária, Santo Eduardo e Santo Edmundo; diz que a estrutura e a sequência dos textos são características de livros de horas feitos para uso inglês, como as Quinze Orações a Jesus Cristo, os Cinco Prazeres de Nossa Senhora, o Saltério de São Jerônimo e outros.

Em relação ao escudo português do folio 1v, o especialista é categórico.

Dentre as muitas coisas que não são autênticas em relação à localização e execução deste brasão de armas eu cito: iluminuras de santos, como esta representação de página inteira de São Sebastião no fol. 1v, não são normalmente encontradas antes dos calendários nos Livros de Horas. Tal iluminura faz pouco sentido como um frontispício para um Livro de Horas.

A localização do brasão de armas também não faz sentido, uma vez que brasões de armas não aparecem, normalmente, em árvores de paisagens de cenas narrativas. Isto contradiz todas as regras de posicionamento e função da heráldica.

Os pigmentos usados para o brasão de armas diferem daqueles encontrados no restante do manuscrito, o que por si só indica que o brasão foi adicionado após o livro ter sido finalizado.

A pintura do brasão de armas não é refinada e é notavelmente tosca, algo que não se deveria esperar de um brasão feito para glorificar um importante proprietário. Em suma, o brasão de armas no folio 1v NÃO é original e não parece ser uma indicação autêntica de propriedade²⁵.

Para James Marrow, este manuscrito faz parte de um grupo particular de livros de horas, produzidos em Flandres para serem exportados para a Inglaterra durante o terceiro quarto do século XV. Além deste livro, os outros que pertencem a este grupo são um livro de horas no Museu Fitzwilliam em Cambridge (Ms. 53) e o Pembroke Psalter-Hour no Museu de Arte da Filadélfia (acc. no. 45-65-2).

²⁴ Carta de James Marrow à coordenadora de Acervo Especial da Biblioteca Nacional, Georgina Staneck, de 24/08/2004.

²⁵ FRÓES, Vânia Leite. O livro de horas dito de D. Fernando – maravilha para ver e rezar. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Vol. 129, 2011, p. 120.



Figura 4: Cristo carregando a Cruz. Livro de Horas para Uso de Sarum de Salisbury, Bruges, c. 1460. Cambridge: The Fitzwilliam Museum (Ms. 53). Fonte: http://webapps.fitzmuseum.cam.ac.uk/explorer/index.php?qu=Category:illuminated*&oid=169713



Figura 5. Anunciação. Livro de Horas para Uso de Sarum de Salisbury, Bruges, c. 1465. Filadélfia: The Philadelphia Museum of Art (acc. no. 45-65-2). Fonte: <http://www.philamuseum.org/collections/permanent/49732.html>

Em comum, eles têm a decoração das margens, as miniaturas estilisticamente similares e iniciais decoradas que são características apenas deles²⁶.



Figura 6: Nestas três iluminuras do Juízo Final, pertencentes aos livros do Rio de Janeiro, da Filadélfia e de Cambridge, respectivamente, podemos ver a semelhança estilística e iconográfica entre os três manuscritos apontados por James Marrow.

Outra similitude é a presença de um ciclo iconográfico alternado nas Horas da Virgem: o ciclo da Paixão de Cristo e o Ciclo da Infância da Virgem no verso do fólio.

Segundo Saskia van Bergen, esta configuração com os dois ciclos iconográficos combinados nas Horas da Virgem representa um tipo de padronização, já estabelecida em meados do século XV, para livros flamencos produzidos para o mercado inglês. Ela diz respeito não somente a esta iconografia, mas também à iconografia de outras partes do livro, bem como ao seu próprio conteúdo. Possivelmente, segundo ela, os iluminadores usavam modelos de outras regiões – Utrecht, Bruges – ou até mesmo trabalhavam com miniaturas em estoque²⁷.

Também James Marrow acredita que um artista flamenco o tenha iluminado, e aponta discípulos de William Vrelant, um dos principais iluminadores de Bruges em meados do século XV, como os autores de suas imagens. François Avril concorda com James Marrow em relação à datação e à produção artística do manuscrito.

²⁶ MARROW, James. The Pembroke Psalters Hours. In.: *Als Ich Can: liber amicorum in memory of professor Dr. Maurits Smeyers*. Leuven: Uitgeverij Peeters, 2005, p. 882.

²⁷ BERGEN, S. The production of Flemish books of hours for the English market: standardization and workshop practices. In.: DEKEYZER, Brigitte; STOCK, Jan Van der. *Manuscripts in Transition: recycling manuscripts, texts and images*. Leuven: Uitgeverij Peeters, 2005.

Conclusão

Podemos então concluir, baseados nas análises destes três pesquisadores, que o livro de horas da Real Biblioteca não pertenceu a D. Fernando. Ele é, assim, um representante da arte flamenga da iluminação do século XV, feito em Bruges para um cliente inglês em meados dos anos 1460. É importante salientar que, segundo Christopher de Hamel²⁸ e Roger Wieck²⁹, Paris e Flandres foram os dois maiores centros produtores de livros de horas, e são portanto as duas maiores tradições estilísticas para este tipo de obra de arte.

Assim, as perguntas que ficam por responder, pois carecem de maiores pesquisas são: quem adicionou o brasão português à iluminura de São Sebastião no primeiro fólio do livro? Quem adicionou o colofão com as informações falsas? Provavelmente, como indica Damião Berge, a mesma pessoa teria adicionado os dois falsos indícios. Por que esta iluminura está colocada na ordem errada dentro do livro? Mais ainda, quando estas informações teriam sido adicionadas? Por que inserir informações que dizem respeito a uma época anterior à confecção do livro, após a confecção deste? Provavelmente tal colofão foi adicionado ao livro quando este chegou à Portugal. Resta saber, assim, quando, por quem e por quê.

²⁸ HAMEL, Christopher. Books for Everybody. In: *A history of illuminated manuscripts*. Londres: Phaidon Press, 2006, p. 59.

²⁹ WIECK. *Painted prayers*, p. 27.

Imaginárias em marfim: arte e devoção nas Minas Setecentistas

Mariana Rabêlo de Farias

Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
mariana.rabelofarias@gmail.com

Resumo: A partir do levantamento dos acervos em marfim em Minas Gerais, são apresentados neste paper os resultados parciais acerca das imaginárias em marfim catalogadas. A imaginária devocional em Minas Gerais seguiu dois vieses: um de cunho externo, que seguia a tradição portuguesa e cristã de representar os santos de devoção, o outro, condicionado por fatores específicos concernentes à formação de Minas Gerais, que moldou profundamente as características sociais e culturais da capitania. Portanto, pretende-se analisar a arte devocional nas Minas Gerais setecentistas a partir das imaginárias em marfim identificadas na fase de catalogação de acervos institucionais.

Palavras-Chave: Comércio Atlântico, Arte e Devoção, Imaginárias em Marfim.

Apresentação

Inserida no *ball* de estudos da História Atlântica, esta pesquisa tem como visão metodológica a “perspectiva das conexões, trocas, intercâmbios, circulação e transmissão estabelecidos por diferentes regiões e povos, a partir do oceano Atlântico”¹. Como analisa David Armitage (2014):

É a história das pessoas que cruzaram o Atlântico, que viveram em seu litoral e que participaram das comunidades que ele tornou possíveis, de seu comércio e de suas ideias, assim como doenças que carregavam, da flora que transplantaram e da fauna que transportaram².

A pesquisa está sendo elaborado a partir da perspectiva de interação entre Portugal e suas colônias ultramarinas, com foco no intercâmbio entre pessoas, objetos, hábitos e culturas. A cultura material produzida nesse contexto se deu, especialmente, através do estabelecimento das rotas comerciais marítimas. O intercâmbio de mercadorias, mentalidades e tecnologia promoveu o surgimento de um prisma cultural plural e inovador, proveniente dessa trama relações.

Parte deste processo pode ser percebida por meio das imaginárias em marfim, oriundas de diferentes possessões portuguesas no ultramar. De acordo com Lucília Santos (2002), “o marfim

¹ DIÓRIO, Renata Romualdo; ALVES, Rogéria Cristina. “Na rota do marfim”: a circulação do marfim africano em terras brasileiras (Século XVIII). In: *Estudos sobre África Ocidental: dinâmicas culturais, diálogos atlânticos*. Curitiba: Editora Prismas. No prelo, 2015, p. 2.

² ARMITAGE, David. Três Conceitos de História Atlântica (Tree concepts of Atlantic History). Tradução de Juliana Martins de Oliveira. Revista online História Unisinos. Volume 18, número 2. Maio/ Agosto 2014. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/7035/4260>>. Acesso em 30 jun. 2016.

sagrou-se testemunha dos momentos marcantes da riqueza do homem e de sua sensibilidade artística desde a pré-história”³. Esta sacração do marfim como objeto de status social, possibilita entender aspectos concenteres à demanda, comercialiação, recepção e marcadores de distinção no império português.

A possibilidade de existência uma rota comercial transatlântica de marfim entre África e Portugal, já foi aventada por Russell-Wood (2006),⁴ apesar disso, esse aspecto ainda não foi objeto de estudo sistemático. Desta forma, esta pesquisa busca justamente a sistematização das informações presentes nos acervos institucionais, com a finalidade de elucidar os modos de circulação do marfim no Brasil Colônia.

Com o intuito de localizar peças em marfim, bem como possível documentação existente acerca desses artefatos, surgiu a pesquisa intitulada *A Circulação de Marfim entre Portugal, Guiné, Angola e Minas Gerais (1700-1800)* estando vinculada ao projeto internacional entre a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade de Lisboa, que contempla a circulação de marfim no espaço luso-afro-brasileiro.⁵ O levantamento do trânsito das imaginárias em marfim e os aspectos concernentes à tipologia e acervo documental elucidarão a questão da circulação e da posse de do marfim durante o século XVIII em Minas Gerais.

Se valendo dos acervos institucionais do estado, foram localizadas 68 peças em marfim,⁶ o que já permitiu o mapeamento da localização dessas peças em Minas Gerais, a partir do recorte geográfico/ espacial das cidades onde os acervos foram coligidos, bem como a posse das peças identificadas, sendo estes os primeiros resultados das investigações sobre o marfim, iniciadas em 2014. Os resultados obtidos até o momento ainda não permitem fazer afirmações conclusivas sobre a origem das peças encontradas em Minas Gerais. Contudo, apresentam subsídios para o aprofundamento do trabalho no que tangencia a identificação da origem destas peças.

³ SANTOS, Lucila. *A sacração do Marfim*. Museu Histórico Nacional – IPHAN/RJ. Catálogo da Pinacoteca do estado de São Paulo. São Paulo, 2002.

⁴ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Porto: Difel: 2006, p.430.

⁵ Projeto The Luso-African Ivories: Inventory, Written Sources, Material Culture and the History of Production, coordenado pelo professor Peter Mark (Universidade de Lisboa e University of Wesleyan), há também o projeto do convênio entre UFMG e Universidade de Lisboa, A produção, circulação e utilização de marfins africanos no espaço atlântico entre os séculos XV e XIX, coordenado por Vanicléia Silva Santos (UFMG) e José da Silva Horta (FLUL).

⁶ No acervo do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), foram identificados 17 objetos. Nos inventários do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Regional Minas Gerais (IPHAN/MG) foram identificadas 18 peças. No acervo do Museu Regional de São João del Rei (MRSJDR) foram localizados quatro crucifixos, e por fim, 29 peças na Superintendência de Museus e Artes Visuais de Minas Gerais (SUMAV) todas em marfim.

Produção historiográfica sobre marfins no Brasil

O marfim é material biológico, obtido a partir da dentina de alguns animais, como baleia cachalote, elefante, hipopótamo, javali africano, leão-marinho, morsa, narval (baleia unicórneo), rinoceronte, além dos marfins fósseis de mamute e mastodonte siberiano. Dada as suas características termoplásticas, “foi um dos primeiros materiais orgânicos poliméricos naturais conhecido e dominado pelo homem”⁷.

Na Idade Antiga os gregos foram os primeiros a desenvolver técnicas que possibilitassem a utilização do material. Os egípcios usavam marfim de elefante e rinoceronte para a confecção de amuletos. Roma também utilizou o marfim para adornar templos e para esculpir as consulares, que “eram placas com insígnias que representavam os magistrados romanos”. Durante a Idade Média, o marfim utilizado era oriundo da região da Sibéria, dos grandes cemitérios de mamute. Contudo, durante o Renascimento, a eboraria⁸ foi praticamente abandonada, dada ao seu status de arte menor.

A chegada dos marfins africanos em Portugal tem datação do século XV, sendo este um fator diretamente ligado à expansão do mundo atlântico português, pautada, sobretudo na exploração comercial da região da costa ocidental africana, principalmente da região de Serra Leoa:

Mais tarde irão chegar também a Portugal marfins produzidos mais para o oriente, vindos da região do Benim, um território que se situava na atual Nigéria, e igualmente mais para sul, com marfins produzidos no importante reino do Congo, com a qual a coroa portuguesa procurou estabelecer alianças diplomáticas e onde se procurou promover a introdução do cristianismo em larga escala ⁹.

Como José Horta e Luís Afonso indicam, a circulação do marfim era parte do sistema mundo do Império português e da expansão do cristianismo na África Ocidental. O marfim africano esculpido, de acordo com Horta e Afonso, se apresentaram de diversas maneiras, como colheres, saleiros e olifantes sapi-portugueses, representando, sobretudo, cenas de caça, com fauna claramente de raiz europeia, “sendo constituída por veados de hastes longas, javalis, lebres e cervos, tal como cães de caça e cavalos ajaezados que apoiam os caçadores”¹⁰.

⁷ FRANÇA, Conceição Linda de; BARBOZA, Kleumany de Melo; QUITES, Maria Regina Emery. Estudo da tecnologia construtiva das esculturas em marfim. Disponível em <http://www.anpap.org.br/anais/2010/pdf/cpcr/conceicao_linda_de_franca_2.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2016.

⁸ Eboraria é a arte específica de realizar escultura em marfim juntamente com esmaltes, prata, ouro e bronze. Teve um grande desenvolvimento na época românica, especialmente nas zonas de influência carolíngia.

⁹ AFONSO, Luís U; HORTA, José da Silva. Olifantes afro-portugueses com cenas de caça \ C.1490-C1521. In: *Revista de História da Arte e Ciências do Patrimônio*. Portugal, n. 1, p. 20, 2013.

¹⁰ AFONSO, Luís U; HORTA, José da Silva. Olifantes afro-portugueses com cenas de caça \ C.1490-C1521, p. 20

Estudos apontam para a produção de cunho decorativo e utilitário das peças esculpidas em marfim, sendo confeccionadas possivelmente sob encomenda realizada por mercadores e outros representantes da Coroa Portuguesa no continente africano. Horta e Afonso mostram que a entrada de peças de marfim em Lisboa, consta nos “poucos livros de contas da Casa da Guiné, em Lisboa, que sobreviveram ao terremoto, especialmente para os anos de 1504 a 1505, encontram-se também registros alfandegários que referem à chegada de colheres e saleiros africanos”¹¹.

Trabalhos realizados por pesquisadores portugueses apontam para a grande produção de peças provenientes de Serra Leoa durante o século XVI, especialmente de peças menores, como os cabos de adagas, colheres e saleiros. Dada à produção e entrada contínua desses artefatos em Portugal, é possível inferir que havia uma rede de comercialização das peças oriundas de Serra Leoa. Rafael Moreira (2010) cita a literatura de viagem escrita por Duarte Pacheco Pereira em 1506, e este afirma que, “nesta terra [Serra Leoa] se fazem as mais sotas colheres de marfim e melhor lavrado que em nenhuma outra parte”.¹² No mesmo trabalho Moreira, traz outro relato acerca da habilidade dos africanos em lavrar o marfim, fazendo referência ao comerciante alemão Valetim Fernandes, que em 1508 escreveu, “em Serra Leoa os homens são mui sutis e engenhosos, e fazem em marfim qualquer obra de que lhe dão o debuxo (desenho)”.¹³ Nesse mesmo artigo, Rafael Moreira levanta a hipótese da existência em Portugal de oficinas destinadas à produção dessas peças, colocação que vai ao encontro da proposição de José Horta e Luís Afonso.

Embora os trabalhos sobre o marfim em Portugal já estejam mais avançados, no Brasil, a bibliografia utilizada mostrou-se rasa no que se refere à especificação acerca de origem e datação dos marfins presentes em coleções e acervos brasileiros. Todavia, alguns trabalhos já vêm sendo realizados com a finalidade de esclarecer a circulação dos marfins pelo país.

Nesse sentido, merece destaque a dissertação de mestrado elaborada por Jorge Lúzio Matos Silva (2011), a única até então que trabalha exclusivamente com a questão dos marfins. Trabalhando com os acervos em marfim disponíveis no Museu de Arte Sacra da Bahia, Jorge Lúzio Silva, direcionou seus estudos para as peças de origem indo-portuguesa, mais especificamente para “a estatuária produzida no sul da Índia, sob o jugo português, nas confluências culturais e políticas de

¹¹ AFONSO, Luís U; HORTA, José da Silva. Olifantes afro-portugueses com cenas de caça \ C.1490-C1521, p. 21

¹² PEREIRA *apud* MOREIRA, Rafael. *Pedro e Jorge Reinel (at.1504-60), dois cartógrafos negros na corte de d. Manuel de Portugal (1495-1521)*. Lisboa: 2010. Disponível em: <<http://3siahc.files.wordpress.com/2010/08/rafael-moreira-3siahc.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

¹³ PEREIRA *apud* MOREIRA, Rafael. *Pedro e Jorge Reinel (at.1504-60), dois cartógrafos negros na corte de d. Manuel de Portugal (1495-1521)*.

cristãos e hindus, e na fusão de modelos do Ocidente e Oriente”.¹⁴ O trabalho de restauração da Coleção de Mário de Andrade realizado pela pesquisadora Yacy-Ara Froner (2014). Há outros levantamentos importantes¹⁵ no que tangencia as coleções de imaginária em marfim no Brasil, que na sua grande maioria está sob a posse de Museus de Arte Sacra, Museus Históricos ou em coleções particulares.

A historiografia brasileira referente à da presença dos marfins na arte sacra colonial, chegam a uma convergência, a maioria dos pesquisadores afirmam que as peças que integram essas coleções são de origem oriental, mais precisamente das áreas de colonização portuguesa na Índia e China. No Maranhão, os traços orientais das esculturas, como os olhos puxados ou as vastas cabeleiras (não restritas as imagens femininas) são atribuídos ao oriente¹⁶. Em razão das hipóteses apontadas por esses estudos, é importante considerar, o comércio de marfim entre o Brasil e as referidas regiões orientais.

Escolas regionais de arte religiosa no Brasil colonial e nas Minas Setecentistas

O culto das imagens religiosas no Brasil é tão antigo como a própria história do país, de acordo com Wolfgang Pfeiffer (2005). A maioria das obras criadas na Colônia durante os séculos XVI e XVII eram confeccionadas em argila, que era um material abundante nos rios e várzeas.¹⁷ Observa-se, porém, que as imaginárias sacras foram manufaturadas em variados suportes, como madeira (cedro, cambará e jacarandá), barro (terracota), pedra, marfim ou a partir da combinação de diversos materiais, como carapaças de tartaruga, prata, ouro e panarias. A partir do final do século XVIII, foram introduzidos novos materiais, como o gesso e a porcelana.

A maior parte das esculturas religiosas produzidas no Brasil Colônia durante os séculos XVI e XVII são de oficinas conventuais e escolas regionais das Ordens Religiosas. Esse fato se deu principalmente quando ocorreu instalação das primeiras olarias jesuítas no Brasil. Além disso, as

¹⁴ SILVA, Jorge Lúzio Matos. *Sagrado Marfim, O império português na Índia e as relações intracoloniais Goa e Bahia, século XVII: iconografias, interfaces e circulações*. 2011. 170f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, p. 12.

¹⁵ Ver os trabalhos de MALTA, Marize; NETO, Maria João. *Coleções de arte além-mar: encontros e perspectivas entre Portugal e Brasil*. SANTOS, Lucila. *A sacração do Marfim*. Museu Histórico Nacional – IPHAN/RJ. Catálogo da Pinacoteca do estado de São Paulo. São Paulo, 2002. FERREIRA, Reinaldo. *O marfim e a imaginária*. Arte do marfim: do sagrado e da história na Coleção Souza Lima do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: CCBB, 1993. FARIA, Patrícia Souza de. *A cultura barroca portuguesa e seus impactos sobre os espaços coloniais: política e religião na Índia portuguesa*. Dissertação de Mestrado em História. UERJ/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. BATISTA, Marta Rossetti. *Coleção Mário de Andrade: Religião e Magia, Música e Dança, Cotidiano - série “Uspiana Brasil 500 anos”*. São Paulo: Imprensa Oficial / Edusp, 2004.

¹⁶ FABRINO, Raphael João Hallack. *Guia de Identificação de Arte Sacra*. IPHAN – 2012, p. 75-76.

¹⁷ PFEIFFER Wolfgang. *Imaginária seiscentista e setecentista na capitania de São Vicente*. In: TIRAPELI, Percival [org.]. *Arte Sacra Colonial: barroco memória viva*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 82.

áreas que eram mais desenvolvidas economicamente, como Pernambuco e Bahia, atraíam o maior interesse da Coroa, daí o maior investimento arquitetônico e artístico nestas localidades.

Já durante o século XVIII, dada as grandes transformações econômicas na Colônia, deslocou o poder econômico e político para Minas Gerais e Rio de Janeiro. Estas capitanias acabaram por congregar os polos produtores de imagens sacras, pois poderiam sustentar os artífices contratados para a elaboração desses trabalhos. Segundo Myriam Oliveira (2008), as imagens sacras acabaram por refletir de maneira extraordinária os aspectos significativos da arte colonial brasileira, “condicionados pelos valores religiosos da nova sociedade aclimatada nos Trópicos, a milhares de quilômetros da Europa”¹⁸.

As primeiras povoações de Minas Gerais do século XVIII são consequência direta da descoberta e da exploração de ouro e diamante. Com o intuito de manter controle rígido sobre a produção aurífera, a Coroa Portuguesa, por meio da Ordem Régia, de 1709, proibiu a instalação de Ordens Primeiras e Segundas em Minas Gerais. Dada a essa proibição, a população se organizou em torno das irmandades, chamadas de Ordens Terceiras, que desempenharam o papel de espaço agregador na vida nas Minas Gerais, já que essas organizações, afirma Caio Boschi (1986):

Surgiram como instituições nas quais as pessoas buscavam apoio mútuo e solidariedade. Em seus primórdios, diante de uma realidade instável e insegura, elas serviam como ponto de apoio tanto para indivíduos, como para os aglomerados urbanos que se formavam. Num momento em que o Estado ainda não se fizera presente, foi no interior dessas associações que o habitante da região mineradora encontrou ajuda espiritual e material. Mesmo quando o Estado se implantou e se consolidou, elas não perderam a sua função social. Pelo contrário solidificaram-na¹⁹.

A imaginária mineira não se baseou na padronização encontrada em outras contemporâneas como a imaginária baiana. Dada a uma série de limitações inerentes ao isolamento de suas regiões, os artífices mineiros se viram impossibilitados de importarem matéria-prima e bens sacros de Portugal ou das regiões litorâneas da Colônia. No trabalho acerca da identificação de peças sacras, Raphael Fabrino (2012) destaca a singularidade das peças sacras provenientes de Minas Gerais,

Alguns aspectos distintivos das imagens mineiras são a originalidade das peças, que não apresentam aspectos repetitivos. As imagens mineiras são geralmente mais sóbrias que as litorâneas e sua policromia e douramento são mais discretos, com certa uniformidade de cores. Nas feições aparecem certa ingenuidade e taciturnidade²⁰.

¹⁸ Oliveira, Myriam Andrade Ribeiro de. *História da Arte no Brasil: Textos de Síntese/ Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, Sonia Gomes Pereira e Angela Ancora da Luz*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p.48.

¹⁹ BOSCHI, Caio C. *Os leigos e o poder, irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo. Ática, 1986, p. 177.

²⁰ FABRINO, Raphael João Hallack. *Guia de Identificação de Arte Sacra*. IPHAN – 2012, p. 74.

Pode-se dizer que a fabricação de esculturas e os demais trabalhos artísticos realizados nas Minas Gerais, estavam diretamente ligados às demandas das irmandades e ordens terceiras. É importante ressaltar que as imaginárias eram utilizadas, a partir de quatro funções distintas, como destaca Myriam Oliveira. 1) Para a exposição em retábulos de igrejas e capelas, podendo ser destinadas a invocação central quando localizadas no trono central, ou de devoção secundária, quando dispostas nos nichos laterais das igrejas. 2) O emprego dessas imagens também se dava em procissões e outros rituais a céu aberto. 3) As imagens devocionais eram usadas como parte integrante de conjuntos escultóricos, elaborados para festas religiosas. 4) Para a inclusão em oratórios particulares, destinados aos cultos domésticos²¹.

No que tangencia os produtores dessas imaginárias, Marcia Bonnet, destaca a os ofícios estavam divididos em três ocupações principais, sendo: os entalhadores, que realizavam trabalhos em talha, nos suportes de madeira ou pedra, além de produzir moldes para trabalhos em ferro, ouro e gesso. Os escultores eram caracterizados pela realização de trabalhos escultóricos, como imagens de santos e anjos tocheiros. E por fim, os santeiros e imaginários, que de acordo com a autora, estes termos designam a mesma função do escultor, sendo utilizadas as três expressões ao longo do século XVIII²².

Instituições pesquisadas tipologia iconográfica das peças localizadas

A etapa referente ao levantamento e catalogação das peças em marfim iniciou com dados disponibilizados pelo IEPHA/ MG, por meio da Gerência de Patrimônio Imaterial (GPI), e pela Gerência de Identificação (GID). A base de dados usada foi o Inventário de Proteção ao Acervo Cultural de Minas Gerais (IPAC/MG), disponível para consulta local, é uma ferramenta focada na identificação dos acervos culturais do estado, abrangendo 63 municípios de Minas Gerais. Em seguida, a pesquisa foi realizada no acervo do IPHAN/ MG, através do Centro de Documentação e Informação do IPHAN/ MG. O acervo pesquisado corresponde ao Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados, disponível para consulta na sede do instituto. No Museu Regional de São João Del Rei (MRSJDR), foram localizados quatro crucificados em marfim. E por fim, referente à fase de identificação de acervos, foi pesquisada a SUMAV, por meio da Diretoria de Gestão de Acervos Museológicos e o setor de Documentação e Pesquisa.

²¹ Oliveira, Myriam Andrade Ribeiro de. História da Arte no Brasil: Textos de Síntese. p, 49.

²² BONNET, Marcia C. Leão. Entre o artifício e a arte: pintores e entalhadores no Rio de Janeiro, setecentista. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2009, p. 34-35.

Embora um grande número de peças localizadas tenha informações imprecisas acerca da procedência, a maioria das peças identificadas estão em antigas zonas de mineração, erigidas no período colonial: Mariana, Diamantina e São João del Rei, por exemplo. Sendo localizadas peças em Chapada do Norte, Itacambira e Minas Novas, municípios do Vale do Jequitinhonha, locais onde a atividade de mineração aurífera também foi relevante durante o período colonial. Dessa forma, tornou-se possível inferir a ligação com a mineração e a presença das peças de marfim em determinadas localidades de Minas Gerais, uma vez que, estas peças estavam em locais de grande circulação de pessoas e de capital. Além disso, caso houvesse oficinas de produção local dessas imaginárias, o mais provável seria que estas estivessem instaladas nessas regiões, pois como afirma Alessandra Rosado (2004), “era comum o deslocamento dos artesãos para locais onde seus serviços eram solicitados”²³.

A partir da tipologia das peças encontradas, para melhor identifica-las, utilizou a classificação em sacras e utensílios. As peças sacras foram categorizadas em duas subcategorias: uso litúrgico e devocional. Há um total de 60 itens sacros e oito categorizadas como utensílios. Nota-se a predominância das imaginárias de iconografia cristã, com destaque para o crucificado²⁴, que corresponde a mais de 50% do total das peças, seguido pelas imagens marianas²⁵ e os santos²⁶. As peças não-sacras foram organizadas em dois subgrupos: utensílios²⁷ e decorativos²⁸.

A predominância do crucificado é recorrente na representação da imaginária cristã, com o intuito de propagar a fé e os preceitos católicos, as imaginárias em marfim foram produzidas com a finalidade de cumprir este preceito. Desta forma, “a religiosidade do povo brasileiro foi profundamente marcada por esta influência portuguesa e a grande devoção destas imagens permitiu que adornassem altares e oratórios de ordens religiosas, conventos, igrejas e residências”²⁹. De acordo com Jorge Lúzio, o crucificado foi o maior emblema para o conversor e o convertido, contudo, a condição paradoxal do barroco, proporcional a essa imaginária a “iconografia como arte-sacra, artigo de luxo e testemunho da dominação”³⁰.

²³ ROSADO, Alessandra. Conservação Preventiva da Escultura Colonial Mineira em Cedro: um estudo preliminar para estimar flutuações permissíveis de umidade relativa. Dissertação (Mestrado) 2004 – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Belo Horizonte. p. 29.

²⁴ Um Cristo da Agonia; 29 Crucifixos; cinco Senhores do Bonfim; um Calvário e um Sagrado Coração de Jesus.

²⁵ Nossa Senhora da Conceição (foram identificadas três imagens), Nossa Senhora da Purificação, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Soledade, Nossa Senhora do Pé da Cruz, Nossa Senhora do Rosário e Santana Mestra.

²⁶ Santo Antônio de Pádua, São Domingos, São João Evangelista e São Luís Rei da França.

²⁷ Adaga, cachimbo, espátula, pena de escrita e revólver.

²⁸ Caçador de borboleta.

²⁹ SANTOS, Lucila. *A sagração do Marfim*. 2002.

³⁰ SILVA, Jorge Lúzio Matos. Sagrado Marfim, *O império português na Índia e as relações intracolônias Goa e Bahia, século XVII: iconografias, interfaces e circulações*. p. 20.

Considerações Finais

Dado ao tamanho das peças localizadas e as referências encontradas acerca da arte sacra, pode-se inferir que boa parte delas provavelmente compunha os ornamentos dos oratórios de culto privado, isso se explica, inclusive pela procedência de diversas peças do acervo ser de coleções particulares. Percebe-se que a descrição das imaginárias analisadas seguem em linhas gerais as especificidades técnicas dos órgãos de proteção patrimonial, caracterizando-as como provenientes da região asiática e com datação relativamente semelhante entre as peças. Contudo, nota-se por questão de coloração, que algumas peças apresentam a coloração aproximada dos tons rubros, o que leva a acreditar que possivelmente são de origem africana, pois “os dentes dos elefantes provenientes da Ásia eram mais brancos que o africano, de textura menos fechada, porém, não susceptível ao polimento. O tipo mais refinado e bonito era proveniente da região chamada Pagani, no leste da Costa da África”³¹. Por questões de iconografia não há presença de características marcantes que possibilitem afirmar que são traços orientais, tais como as vastas cabeleiras, olhos amendoados, ou até mesmo presença de elementos antropomorfos, recurso extremamente comuns nas representações orientais.

Como forma de dar continuidade a pesquisa empreendida, prevê a realização de levantamento em livros de tombo, receitas e despesas, das irmandades onde foram identificadas as peças. Pretende-se com isso, elucidar a forma com que os objetos sacros em marfim foram adquiridos pelas ordens religiosas de Minas Gerais no século XVIII. Com isso, será possível encontrar pistas que possibilitem o esclarecimento da forma que os marfins chegaram a Minas Gerais: na forma *in natura* para ser esculpido pelos escultores locais, ou se as imaginárias já chegavam prontas. Serão realizadas ainda pesquisas nos arquivos do Museu do Ouro, Anexo Casa Borba Gato, em Sabará, que conta com documentos administrativos dos séculos XVIII e XIX, produzidos pelo Cartório do 1º e 2º Ofício da Comarca do Rio das Velhas, como forma de possibilitar a identificação de peças em marfim nos testamentos e inventários *post mortem* desta comarca. Além disso, será investigada a documentação referente ao Inventário do Fundo Câmara Municipal de Sabará, disponível no Arquivo Público Mineiro (APM), com a finalidade de localizar referências acerca de peças em marfim na referida Comarca.

A partir das pesquisas arquivísticas e documentais empreendidas, serão reunidos dados que possibilitem apontamentos mais consistentes acerca da circulação de peças em marfim em Minas

³¹ FRANÇA, Conceição Linda de; BARBOZA, Kleumanery de Melo; QUITES, Maria Regina Emery. Estudo da tecnologia construtiva das esculturas em marfim.

Gerais. Além disso, pretende-se desenvolver análise iconográfica das peças já identificadas nos levantamentos realizados, com a finalidade de elaboração um banco de dados que possibilite a identificação de características iconográficas semelhantes entre as peças catalogadas.

Estas análises se fazem importantes para o projeto global, pois contribuirão para o esclarecimento de questões referentes à circulação de peças em marfim na América portuguesa, mais especificamente, na Capitania de Minas Gerais, pano de fundo diante do qual se desenvolvem os processos focalizados, onde devoção e sociedade se relacionavam de maneira extremamente próxima. Entretanto, se faz importante ressaltar que a constituição de um campo do saber que verse sobre o trânsito de cultura material em marfim ainda se encontra em processo de estruturação e todas as hipóteses e contribuições até aqui elaboradas têm de ser consideradas.

A iconografia de Guilherme de Norwich e a lenda de crime ritual no Ocidente Medieval

Vinícius de Freitas Morais

Mestrando em História
PPGH/ UFF - Bolsista CAPES
vinicius.freitas94@hotmail.com

Resumo: As acusações de crime ritual foram escritas e disseminadas a partir do século XII, com a morte do menino de doze anos conhecido como Guilherme de Norwich (1144). Por vezes a tese proposta por Philippe Ariès, a qual afirma que não havia um conceito de infância até o século XVIII, pode ser debatida com o exemplo desta lenda que surgiu em torno do assassinato desse garoto. As imagens atribuídas a Guilherme de Norwich, principais fontes deste trabalho, se restringem à região do extremo leste da Inglaterra, com exceção da xilogravura da Crônica de Nuremberg, e foram produzidas majoritariamente no século XV. Busca-se demonstrar como a história de uma criança supostamente assassinada pelos judeus e intitulada como mártir por um monge beneditino pode demonstrar um reconhecimento do conceito de infância no século XII. A associação da morte de um menino de doze anos no período de Páscoa a um martírio é um indício de concepções extraoficiais, acerca deste grupo específico de santos, existentes na Igreja ao decorrer da Idade Média Central.

Palavras-chave: Crime ritual; infância; antijudaísmo.

A infância na Idade Média

A santidade e a infância foram, por diversas vezes, vistas como incompatíveis¹. Ainda a existência da infância como conceito ao longo da Idade Média foi desacreditada por historiadores como Philippe Ariès. Este último argumenta que há uma ausência de um *sentimento de infância* anterior ao século XVIII². Esta afirmação, amplamente criticada pela historiografia a partir da década de 1990, demonstra uma generalização e um certo pessimismo de Ariès em relação à percepção do estágio inicial da vida humana no período medieval e moderno. Shulamith Shahar, em seu livro *Childhood in the Middle Ages*, aponta como as fontes demográficas da grande quantidade de óbitos infantis e de crianças órfãs, selecionadas por Ariès, podem ofuscar a concepção de

¹ Premissa apontada pela autora Patricia Healy Wasyliw logo no início da introdução de um de seus principais livros sobre uma história da infância. A autora argumenta que apesar da infância ter sido definida como o sinônimo de pureza e ingenuidade, muitos clérigos eram avessos à santidade atingida por crianças. A principal dúvida que permeava o clero era: uma criança seria capaz de atingir, pelas suas ações, o patamar de santa? Ver: WASLIW, Patricia H. *Martyrdom, murder and magic: child saints and their cults in medieval Europe*. New York: Peter Lang Publishing, 2008. p.1.

² Philippe Ariès ainda cita que a sua primeira tese no livro *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime* se pauta na ausência do sentimento de infância na Idade Média. Contudo Ariès não deixa de citar que ainda no momento em que escreve o seu livro, esta afirmação já era debatida por alguns historiadores já na década de 1970, quando lançou seu livro. ARIÈS, Philippe. *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris: Éditions du Seuil, 1973. p.11.

infância existente durante o período medieval³. Na esteira do franciscano do final do século XIII Bartholomeus Anglicus, Shahar divide a infância em duas etapas a saber: *infantia* e *pueritia*⁴.

O primeiro estágio da infância seria a *infantia* e este começaria no nascimento e findaria aos sete anos de idade. Nesta primeira fase, Bartholomeus evidencia a importância e a necessidade do cuidado materno e paterno para com os filhos. Crianças menores de sete anos, geralmente só tinha acesso a um dos sete sacramentos no caso: o batismo⁵. Os clérigos, em geral, não atribuíam pecados aos meninos e meninas desta faixa etária, já que as crianças não teriam o intelecto completamente desenvolvido para conhecerem em sua plenitude, os valores cristãos.

Ao que diz respeito à segunda etapa da infância, a *pueritia*, essa fase se iniciaria aos sete anos e terminaria aos doze para as garotas e aos quatorze para os garotos. Neste período da vida, Bartholomeus aponta que há um desenvolvimento físico e intelectual rápido. Durante estes anos, as crianças poderiam aprender ou um ofício com seus parentes e pais ou partir para uma iniciação na vida clerical ou cavaleiresca, no caso dos meninos. Portanto esta fase era percebida como uma fase de um desenvolvimento cognitivo para atividades intelectuais ou manuais⁶.

As pessoas que se encontravam nesta faixa etária possuíam diferenças até mesmo em relação às leis de certos locais. No reino francês, como aponta Shahar, as crianças envolvidas com crimes de roubo cumpriam penas mais brandas e algumas vezes eram até liberadas de sua sentença⁷. Como escreve o jurista Felipe de Beaumanoir no final do século XIII:

Às vezes uma criança de dez ou doze anos é tão corrompida e má [...] e então se uma criança cometer um assassinato por sua livre e espontânea vontade ou ser agente de uma outra pessoa, ela será executada. Contudo, ela não será punida pelo laço dos membros ou pela execução por um crime de roubo e sim perdoada por causa de sua idade.⁸

³ SHAHAR, Shulamith. *Childhood in the Middle Ages*. New York: Routledge, 1990. p. 1-2.

⁴ Não há um consenso acerca dos estágios da vida entre os intelectuais no período medieval. Shulamith Shahar destaca a concepção do clérigo Bartholomeus Anglicus e por vezes a compara com outros autores de outros períodos como Isidoro de Sevilha ou Guilherme de Conches. Ver: *Stages of Childhood* in: SHAHAR, Shulamith. *Childhood in the Middle Ages...* p.21-31.

⁵ SHAHAR. *Childhood in the Middle Ages...* p.23.

⁶ SHAHAR. *Childhood in the Middle Ages...* p.24-26.

⁷ SHAHAR. *Childhood in the Middle Ages...* p.25.

⁸ Tradução nossa do trecho: "Sometimes a child of ten or twelve is so corrupt and evil... and if such a child commits a murder of his own free will or as agent of some other person he is to be executed. But he will not be punished by lopping of limbs or execution for the crime of theft but will rather be pardoned because of his age." Grifo da autora em: SHAHAR, Shulamith. *Childhood in the Middle Ages...* p.25.

Ainda nesta segunda etapa da infância, desencorajava-se a união matrimonial e até os doze anos não se precisava fazer um voto contra às heresias⁹.

As diferentes concepções de martírio e a canonização local

Um grupo de “santos” infantis masculinos se formou no decorrer da Idade Média. André Vauchez caracteriza brevemente estes meninos, supostamente vítimas dos judeus, como canonizados em âmbito local pelos estratos populares¹⁰. A devoção popular, assim como denomina Vauchez, era sensível à efusão de sangue e à morte vertida injustamente. “As vítimas se tornavam mártires, logo santas pois, aos olhos da opinião leiga, estas duas noções se interligavam”¹¹. Os cultos às crianças martirizadas estariam relacionados às crenças populares acerca do martírio que se diferenciavam da concepção proposta pelo alto clero.

Contudo uma análise mais precisa ao caso de Guilherme de Norwich (1144), apesar de que já existisse relatos de cinco milagres atribuído ao corpo desse menino morto na Semana Santa, o monge beneditino Tomás de Monmouth foi o principal entusiasta do culto ao Guilherme. Este clérigo motivou-se a redigir o conjunto de textos hagiográficos destinado ao garoto encontrado sem vida na floresta adjacente à cidade de Norwich. Pontos cruciais para o texto redigido por Tomás são: apropriar-se do título de mártir para nomear Guilherme e atribuir um ritual de crucificação aos judeus que supostamente ocorreria anualmente. Estas acusações eram as principais causas desse infanticídio.

O historiador Peter Brown defende que a ideia de martírio, para o cristianismo desde a antiguidade tardia, estaria relacionada a um ato consciente e voluntário de sacrifício vindo do fiel em testemunho da fé. Os mártires eram os mortos especiais que, de acordo com Agostinho de Hipona, faziam parte da *Membra Christi*¹². Mais importante do que a morte do mártir, era justamente o seu posterior triunfo no céu o que era o principal alicerce para a justificação do culto a esta categoria de santos. Contudo, ao que diz respeito ao caso de Guilherme de Norwich, um infanticídio não se configuraria como um martírio. Tendo em vista que o menino não se sacrificou de forma voluntária em prol da fé cristã. O título de mártir logo atribuído a Guilherme por Tomás de Monmouth demonstra uma apropriação da concepção de martírio que se diferenciava daquela proposta desde Agostinho e aceita majoritariamente pela Igreja.

⁹ SHAHAR. *Childhood in the Middle Ages...* p.24

¹⁰ VAUCHEZ, André. *La sainteté en Occident aux derniers siècles du Moyen Âge*. Rome: École française de Rome, 2014. p.178

¹¹ VAUCHEZ. *La sainteté en Occident aux derniers siècles du Moyen Âge...* p.178.

¹² BROWN, Peter. *The Cult of the Saints*. Chicago: University of Chicago Press, 1981. p.72.

Como aponta Miri Rubin, as narrativas de martírio na Idade Média Central tornaram-se um receptáculo de tradições, assim como estabeleciam uma ligação com o passado¹³ da perseguição cristã no império romano. Desta forma, já que os cristãos não se constituíam como minoria perseguida, a possibilidade do martírio se ampliou para outros tipos de morte¹⁴.

É interessante observar como um grupo de clérigos enfatizava a questão da escolha do auto sacrifício em prol da fé e a morte seria apenas mais uma confirmação da perfeição da vida terrena dos mártires. Nesta vertente de martírio pouca ênfase é atribuída à dor da vítima, a atenção volta-se para o grau da tortura que, no entanto, é bem suportada graças à retidão na fé¹⁵.

Já o que diz respeito a uma outra vertente acerca do martírio, tal qual seguida pelo Tomás de Monmouth, argumenta que o martírio possuiria uma prerrogativa divina¹⁶, destinada aos santos que teriam sido sujeitos a uma morte excepcional causada pela fé em Cristo e confirmada posteriormente pelos seus milagres destinados aos seus fiéis. Desta forma, tornava-se possível uma justificativa para atribuição da morte de Guilherme de Norwich como martírio. Embora Guilherme de Norwich não tivesse nenhum passado de retidão na fé, sua morte trágica causada por judeus e motivada por sua fé em Cristo como alegava o monge Tomás, teria concedido à graça do título de mártir ao menino morto na Semana Santa.

O caso de Guilherme de Norwich (1144)

A morte de Guilherme de Norwich (1144), inicialmente aparentava ser apenas mais um infanticídio numa das principais cidades da região de Norfolk. Contudo tornou-se um pretexto para a acusação de crime ritual contra os judeus, formulada pelo monge beneditino Tomás de Monmouth aproximadamente seis anos após a morte de Guilherme. Esta lenda que preconizava a crucificação anual de crianças cristãs feita pelos judeus, apesar de ter sido alvo do ceticismo local, difundiu-se rapidamente pelo reino inglês e alcançou, no mesmo século, o continente europeu e permaneceu no Ocidente até meados do século XX.

Vários historiadores evidenciam a dificuldade de se ponderar a veracidade histórica dos fatos narrados pelo monge Tomás¹⁷. Contudo, como aponta Gavin I. Langmuir, um conjunto de

¹³ RUBIN, Miri. *Choosing death? Experiences of martyrdom in Late Medieval Europe* in: WOOD, Dana. (Org.) *Martyrs and Martyrologies*. Cornwall: Blackwell Publishers, 1992. p. 154-155.

¹⁴ RUBIN. *Choosing death?* p. 156.

¹⁵ RUBIN. *Choosing death?* p. 168.

¹⁶ RUBIN. *Choosing death?* p. 169.

¹⁷ Os importantes artigos publicados no livro *Toward a definition of antisemitism* são importantes exemplos da análise minuciosa do historiador Gavin I. Langmuir, o qual demonstra como a acusação de Tomás de Monmouth contra os judeus se diferencia de todas as outras anteriores semelhantes a de crime ritual. Este autor evidencia a importância de se estudar o teor da acusação e não se ater a detalhes do crime ou a um jogo de adivinhações para se indagar quem

livros *Vita et passio Sancti Willelmi Martyris Norwicensis* constitui-se como a fonte principal para demonstrar a originalidade da acusação formulada por Tomás na escrita do seu texto hagiográfico¹⁸.

Apontar o grande interesse do beneditino Tomás de Monmouth pela morte de Guilherme é necessário para se entender o contexto da escrita dos sete livros que compõem os textos hagiográficos relacionados ao culto do menino em questão¹⁹. Provavelmente, como afirma Gavin I. Langmuir, Tomás tomou conhecimento inicialmente do crime ocorrido na Semana Santa de 1144 pelos rumores dos monges sobre o corpo de um garoto que havia sido enterrado no monastério em que viviam²⁰.

Apesar de existir relatos de apenas cinco milagres, mesmo após cinco anos do infanticídio, este número reduzido da manifestação sagrada por intermédio dos restos mortais de Guilherme não impediu o monge Tomás de apoiar o culto não só pela escrita dos milagres relatados por fiéis, mas também o monge busca relatos de testemunhas do crime ocorrido em 1144. Gavin Langmuir e E. M. Rose apontam como estes relatos e confissões acerca do assassinato de Guilherme de Norwich são problemáticos e muitas vezes contraditórios. Ambos historiadores concordam como o monge buscou diversas evidências para confirmar não só a santidade de menino suposta vítima de uma crucificação, mas também culpar os judeus pela morte seguida de tortura.

O culto a Guilherme de Norwich entre os séculos XII e XV e as suas imagens

O culto de Guilherme se manteve no âmbito local da região de Norfolk, há registros das doações de fiéis feitas ao suposto menino mártir²¹ ao longo dos séculos XIII e XIV. Como

teria sido o verdadeiro assassino de Guilherme de Norwich assim como teria feito diversos autores ao longo do século XX. Como aponta este autor e posteriormente E. M. Rose recentemente em seu livro *The Murder of William of Norwich* publicado em 2015, o conjunto de livros escritos por Tomás de Monmouth intitulado *Vida e a Paixão de Guilherme de Norwich* não se constituem como uma fonte para evidenciar culpados, contudo é o único documento mais detalhado sobre o caso do assassinato de Guilherme conhecido até hoje pela historiografia. Ver: LANGMUIR, Gavin *Toward a definition of antisemitism* Los Angeles: University of California Press, 1990. ROSE, E. M. *The Murder of William of Norwich*, New York: University of Oxford Press, 2015.

¹⁸ Gavin I. Langmuir no capítulo *Historiographic Crucifixion* demonstra o ineditismo da acusação de Tomás de Monmouth, ao argumentar como ninguém antes havia acusado os judeus de crucificar crianças no período da Páscoa. O teor da acusação era inusitado até para época e tornou-se alvo do ceticismo local. Langmuir conclui que a acusação teria sido forjada como uma maneira de justificar o culto ao menino Guilherme de Norwich. in: LANGMUIR, Gavin. *Toward a definition of antisemitism...* p. 282-298.

¹⁹ Gavin Langmuir e E. M. Rose destacam o entusiasmo de Tomás para a defesa e divulgação do culto a Guilherme de Norwich. Ambos autores afirmam que o monge levou cerca de 20 anos na organização dos fatos, na coleta de testemunhos não só dos milagres mas também sobre o crime. Ver: LANGMUIR, Gavin. *Toward a definition of antisemitism...* ROSE, E. M. *The Murder of William of Norwich...*

²⁰ O texto de Tomás de Monmouth menciona como os monges falam quando o corpo de Guilherme chegou ao monastério beneditino e foi enterrado com os “maiores cuidados”. Assim como relata também a translação do corpo do menino da floresta adjacente à Norwich, local do crime, para o cemitério dos monges.

²¹ JESSOPP, Augustus; JAMES, Montague Rhodes. *The Cult and Iconography of William of Norwich* In: *The Life and Miracles of William of Norwich*. Cambridge: University of Cambridge Press, 1892. p. lxxxii.

menciona E. M. Rose, Guilherme de Norwich tornou-se o santo patrono da guilda dos vendedores e confeccionistas de couro²² no século XIV. É interessante observar como todas as imagens de Guilherme de Norwich são do século posterior, provavelmente financiadas por devotos pertencentes a este grupo de comerciantes.

Há apenas cinco imagens sobre painel de madeira ainda existentes até os dias atuais que representam Guilherme de Norwich. Este número reduzido é, de certa forma, explicado pelos autores Augustus Jessopp e Montague Rhodes James. Ambos mencionam como a reforma anglicana na Igreja foi responsável por uma certa iconoclastia no reino inglês, a qual, fez muitas imagens serem apagadas ou destruídas no século XVI. Não só a reforma na Igreja, como também restaurações e pinturas ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX foram responsáveis por apagar algumas imagens de Guilherme²³.

Ralph Segrym é um exemplo de um encomendador de uma imagem de Guilherme, que hoje se encontra no museu Victoria and Albert, em Londres (Figura 1). Este painel possui a representação visual de dois santos: à esquerda encontra-se Santa Ágata e à direita Guilherme de Norwich. Este objeto é originário da capela de Santa Maria localizada na igreja de São João em Norwich. Foi feito por volta de 1470, data sugerida pelas iniciais de Ralph que se encontram na parte superior da peça, logo acima da cabeça dos dois santos, nela presentes.

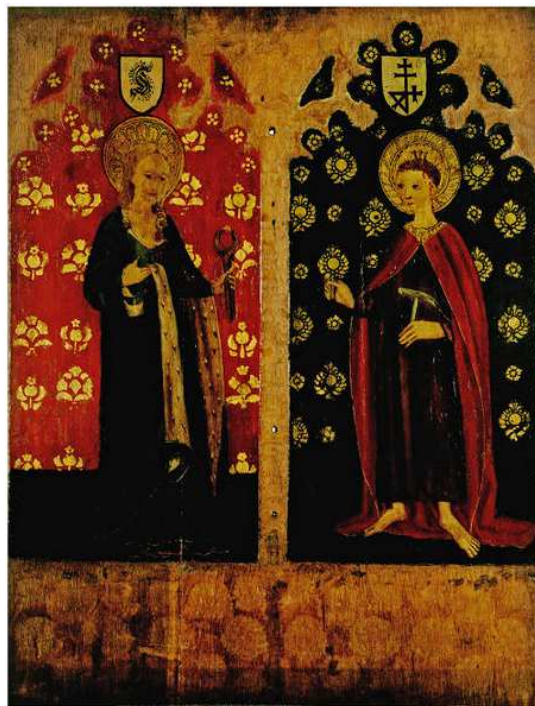


Figura 1: *Guilherme de Norwich com três pregos na cabeça à direita.* Painel de cancelo. Victoria and Albert Museum Londres. Ca. 1450 – 1470.

²² ROSE, E. M. *The Murder of William of Norwich...* p.30.

²³ JESSOPP, Augustus; JAMES, Montague Rhodes. *The Cult and Iconography of William of Norwich* In: *The Life and Miracles of William of Norwich*. *Op. Cit.* p. lxxx – lxxxviii.

É interessante observar como Guilherme está coberto com um manto vermelho, geralmente associado ao sangue do sacrifício dos mártires no momento de suas mortes. Em sua mão esquerda, o garoto segura um martelo. Já na direita, carrega três pregos, assim como há outros três cravados em sua cabeça. Atrás de seu rosto, nota-se uma auréola dourada e radiante, um dos símbolos da confirmação da sua santidade nos céus. É importante notar como Guilherme encontra-se descalço o que pode estar associado à uma origem humilde deste garoto²⁴.

Desta forma, esta imagem faz um contraste simbólico entre o martírio e o triunfo de Guilherme com a oposição entre os pregos, o martelo, a auréola e o manto vermelho. Neste conjunto, propõe-se, ao fiel, a rememoração dos dois momentos chaves na vida deste menino: o seu sacrifício na Terra e o seu esplendor no Paraíso. Contudo o seu triunfo se sobressai, nesta representação já que os símbolos associados ao seu título de mártir estão em destaque se comparados aos do momento do sacrifício.



Figura 2: Michael Wolgemut e Hans Pleydenwurff. Guilherme, uma criança. *A Crônica de Nuremberg*, 1493. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, f. 201v.

Por diversas razões, é interessante se atentar para o fato de uma imagem do Guilherme de Norwich estar presente no folio CCI *versus* da *Crônica de Nuremberg*. Não há casos de imagens deste pequeno mártir conhecidas fora da Inglaterra e a xilogravura presente no livro escrito por

²⁴ Apesar da tradição hagiográfica de Guilherme de Norwich associá-lo a uma origem humilde, E. M. Rose argumenta que Guilherme teria pertencido à uma família com privilégios e constituinte de uma classe emergente da reigão de Norfolk. Ver: ROSE, E. M. *The Murder of William of Norwich...* p.33-37.

Hartmann Schedel parece ser a única que se refere a Guilherme e sobreviveu até o nosso século. Esta gravura faz referência direta à quinta parte do primeiro capítulo do livro *Vita et passio Sancti Willelmi Martyris Norwicensis*. Este trecho é intitulado *Como depois de entrar na casa dos judeus ele foi capturado, torturado e morto*²⁵.

O trecho que descreve o caso de crime ritual de Norwich em 1144 é curto, possui apenas cinco linhas que se encontram ao extremo canto direito desta página e está ao lado da xilogravura que representava visualmente o Martírio de Guilherme. O texto mencionado na crônica não traz detalhes do acontecimento: “Guilherme, uma criança na Inglaterra, foi naquele tempo, crucificado pelos judeus na sexta-feira santa, na cidade de Norwich. Depois começou a ver-se a história dos seus milagres”.²⁶

Diferentemente do caso de Simão de Trento (1475) também apresentado nesta crônica, Schedel não menciona a idade de Guilherme, os nomes dos envolvidos no crime e nem o monge Tomás de Monmouth como responsável pela apologia do culto ao garoto. O curto trecho apenas menciona as duas características básicas que identificam o caso como crime ritual que são, os judeus como responsáveis pela morte de um menino cristão e a data específica do calendário litúrgico em que este sacrifício ocorreu: a Semana Santa. A consequência como sempre a esses martírios, como já apontada anteriormente, são os milagres associados ao corpo da vítima.

Na figura 2, há algumas características que vão além do pequeno texto escrito por Schedel. Na cena encontram-se três judeus, o primeiro, localizado no topo da cruz, laça um dos nós que prendem Guilherme. O suposto mártir está presente no centro da gravura. Já o segundo homem, que está ajoelhado, faz o movimento para pregar a mão esquerda do menino. O terceiro judeu faz um buraco na base da cruz por meio de uma ferramenta. Esta cena da crucificação ocorre num campo e de longe, ao fundo, avista-se duas árvores.

A falta de detalhes na narração de Schedel acerca do caso de crime ritual ocorrido em Norwich e as diferenças entre a xilogravura presente no folio CCI *versus* da *Crônica de Nuremberg* e o livro *Vita et passio Sancti Willelmi Martyris Norwicensis* abre possibilidades para algumas perguntas que

²⁵ Tradução nossa para o título: *How after entering the jews' house he was captured, mocked and killed*. MONMOUTH, Thomas of. *The Life and Passion of William of Norwich*. Edição traduzida do latim para o inglês por Miri Rubin. London: Penguin Books, 2014. p.16

²⁶ Tradução nossa do trecho: „*Gwïlhelmus ein kind in engelland wardt diser zeit von de juden amb karfreytag in der statt norwico gekreütziget von dem liset man danach ein wunderlichs gesichte*.“ SCHEDEL, Hartmann. *Liber Chronicarum*. Incunábulo. Nuremberg: 1493. Caracteres góticos. Ex-libris: Cristiano Benedito Ottoni. Setor: Obras Raras, FBN. Referência na base: Z1,5,2. Folio CCI *versus*.

ainda não possuem respostas. Como Hartmann Schedel tomou conhecimento do caso de Guilherme de Norwich? E ainda, por que foi dedicado a este suposto martírio uma xilogravura?

Considerações Finais

O culto a Guilherme de Norwich iniciado no século XII, estendido até o século XVI, mantido majoritariamente forma local e oficializada por parte do clero da região de Norfolk pode se constituir como um indício da existência de um conceito de infância na Idade Média. A partir da morte considerada injusta, que Guilherme foi supostamente sujeito, pelos judeus. Criou-se um santo local, o qual, apesar de não ter sido oficializado pela cúria papal, conseguiu manter o seu culto até a reforma anglicana.

É importante observar como Guilherme é o primeiro caso do grupo de santos masculinos infantis que foram cultuados em âmbitos locais em diferentes regiões da Europa Ocidental entre elas: na península Ibérica e Itálica, nos reinos francês e inglês e no Sacro Império Romano Germânico²⁷. Além do período litúrgico, ao que parece, a idade das vítimas também é de extrema importância para a efetivação da acusação ao longo da Idade Média, já que nenhuma vítima dos judeus possuía mais do que doze anos. Se a faixa-etária dos supostos martirizados era um ponto chave para a acusação de crime ritual, este pode ser mais um dentre tantos outros indícios para a existência de um conceito de infância na Idade Média.

²⁷ André Vauchez cita os casos principais de acusações de crime ritual que resultaram em cultos locais, contudo o autor não cita o célebre caso ocorrido na cidade de Toledo em 1490, que resultou em um culto ao Santo Niño de la Guardia. VAUCHEZ, André. *La sainteté en Occident aux derniers siècles du Moyen Âge...* p.176-177.

Simpósio Temático 08:

Redes Sociais, poderes e administração nos séculos XVIII e XIX

Regina Mendes de Araújo

Doutoranda em História/ FAPEMIG
Universidade Federal de Minas Gerais
rearaujo33@yahoo.com.br

Pedro Brandão de Sousa Culmant Ramos

Mestrando
Universidade Federal do Rio de Janeiro
pedroculmant@gmail.com

Natália Ribeiro Martins

Doutoranda em História/ CAPES-Proex
UFMG
nribeiro.his@gmail.com

Maria Beatriz Gomes Bellens Porto

Doutoranda
Universidade Federal do Rio de Janeiro
mbporto@gmail.com

Fabiana Léo Pereira Nascimento

Mestra em História
UFMG
fabianaleohistoria@gmail.com

Débora Cazelato de Souza

Doutoranda em História/ CAPES-Proex
UFMG
deboracazelato@yahoo.com.br

Proposta do Simpósio:

A historiografia, nas últimas décadas, tem lançado luz sobre temáticas ligadas as novas interpretações e enfoques que buscam compreender as relações de poder, as atuações individuais e as práticas cotidianas desenvolvidas no século XVIII e XIX. Ressalta-se que o simpósio terá para o século XIX a delimitação cronológica até 1850 que tem como marco a proibição do tráfico de

escravos que leva a transformações das relações econômicas e políticas e por consequência uma mudança em que o Brasil paulatinamente se distancia da lógica colonial, e surgem novas questões fundamentais para o período, o que fugiria da intenção do Simpósio Temático. Seguindo por este campo de debate, nossa proposta é promover um Simpósio que se apresente como espaço de discussão entre os pesquisadores que se dedicam aos estudos desta temática, seja pela perspectiva da problematização das instituições e as estruturas administrativas e seus agentes, como também à análise das trajetórias individuais e dos grupos, as vivências e redes de sociabilidades dos personagens que conformaram o espaço colonial e Imperial. Serão privilegiadas pesquisas que versem sobre política e administração, o exercício da justiça no âmbito civil e eclesiástico, assim como as análises dedicadas ao estudo das redes sociais e mercantis, sua constituição e seus agentes além das investigações que examinem os conflitos e motins ligados aos mecanismos de repressão e controle social, relações entre Brasil e outros impérios, bem como os debates que levantem questões sobre a religiosidade, a cultura popular e a escravidão. Pretende-se contemplar trabalhos que lancem mão das diversas fontes disponíveis, sejam testamentos e inventários, além dos processos administrativos, jurídicos e inquisitoriais, e que contem com as múltiplas metodologias de pesquisa, como a micro-história, prosopografia, análises de redes sociais, histórias conectadas, entre outras. Portanto, o presente simpósio temático tem por objetivo acolher os trabalhos que debruçam sobre a questão da colônia e do Império no século XVIII e XIX a partir de propostas que possibilitem a discussão e o intercâmbio de conhecimento.

A venalidade de ofícios: alguns aspectos preliminares

Rafael Jose de Paula Braga

Mestrando em História
Universidade Federal de Juiz de Fora
rafaelpbjf@hotmail.com

RESUMO: O objetivo principal desse trabalho é apresentar alguns aspectos da venalidade de ofícios na sociedade colonial da primeira metade do século XVIII, especialmente em Minas Gerais, buscando-se entender melhor como essa prática se encaixava na lógica de funcionamento do Antigo Regime português. Para a monarquia lusitana os estudos sobre a venda de cargos e postos políticos, da administração e militares são escassos, necessitando de uma definição maior de sua presença e frequência de modo a determinar sua importância nessa sociedade. Assim, a intenção aqui é fazer um exercício inicial de reflexão sobre pontos chave da maneira pela qual a venalidade acontecia. Sempre tendo em mente as características mais destacadas da cultura política de Antigo Regime que permeava esse contexto, tais como as mercês régias, a economia do dom e a possibilidade de enobrecimento por serviços (nobreza civil ou política).

PALAVRAS-CHAVE: Economia do dom, Venalidade, Ofícios.

Os estudos da prática da venalidade na monarquia portuguesa apenas começam a se fixar, sendo que durante muito tempo se acreditou que ela não havia acontecido em Portugal. Diferentemente da coroa espanhola, onde a venda de ofícios era clara e até mesmo oficial (em grande parte para financiar os vários conflitos em que a Espanha se envolveu), na metrópole lusitana a identificação dessa atividade é mais escusa. Assim, por esse motivo, a análise dessa temática se mostra de grande importância e interesse no sentido de se revelar os principais aspectos dessa prática e de trazer a luz mais um elemento constitutivo dessa sociedade de Antigo Regime portuguesa. Dessa forma, apresenta-se necessário uma exposição geral do tratamento que a historiografia dispensou ao tema até o momento.

Fernando Dores Costa coloca que a ausência de sinais de compra de postos diretamente da Coroa não significa que não se realizasse essa transação através de vendedores informais na cadeia administrativa, sendo a questão chave aqui a identificação desses vendedores. Além disso, ele levanta a situação do jogo de influências no que diz respeito a nomeação de indivíduos a certos postos, em que nomes são “lembrados” para certas posições. Essas ofertas seriam apenas espontâneas e pessoais, ou haveria algo mais envolvido?¹

¹ COSTA, Francisco Dores. Observações para o estudo das nomeações dos postos militares. In: STUMPF, Roberta (Org.); CHATURVEDULA, Nandini (Org.). Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas: provimento, controle e venalidade (séculos XVII-XVIII). 1ª. ed. Lisboa: CHAM, 2012, p. 52-53.

São perguntas como essas que começam a movimentar esse campo de pesquisa. O próprio conceito de venalidade não é consensual, sendo questionado por diferentes autores e interferindo diretamente na frequência com a qual essa prática é encontrada em Portugal. Dores Costa, por exemplo, cita que em Portugal existe uma espécie de “compra” de postos na cavalaria em que o indivíduo que reunisse certo número de cavalos receberia uma patente de capitão de cavalos². Roberta Stumpf, por outro lado, considera que “cargos e honras teriam sido vendidos pela monarquia não somente quando esta recebera um montante de dinheiro, mas também quando oferecia tais mercês em retribuição a serviços pecuniários extraordinários”³. Importante destacar que esses serviços pecuniários se referem apenas a particulares que buscavam por seus próprios recursos mostrar zelo e lealdade à monarquia, e não às despesas que os oficiais régios deveriam custear no exercício diário de suas atividades. E mesmo assim, Stumpf coloca que era raro essas contribuições financeiras, vindas de distintos territórios do reino e das conquistas, serem recompensadas pelo monarca com ofícios, com as mercês solicitadas não sendo consideradas condizentes com a despesa ou esse auxílio financeiro não sendo entendido como indispensável⁴.

Por sua vez, quando a iniciativa partia da Coroa, sendo ela mesma a definir como o dinheiro deveria ser gasto e qual a mercê a ser concedida, a situação era outra⁵. Pode-se citar como exemplo o caso de António Barroso Borralho, que em 1717 conseguiu a propriedade do ofício de provedor da Casa de Saúde de Lisboa pela doação de 300 mil réis para uma obra na rua dos Ourives do Ouro. Nesse exemplo a Câmara da cidade tinha um decreto real definindo exatamente o destino do dinheiro e o ofício oferecido, levando a transação a ocorrer sem maiores problemas⁶.

Porém, Stumpf também demonstra que parecia haver certa rejeição da prática da venalidade pela alta oficialidade da monarquia portuguesa. Em 1801, o Conselho Ultramarino foi contrário a confirmação de 587 patentes militares honoríficas concedidas pelo vice-rei 2º Conde de Resende em troca de contribuições financeiras para o reparo de fortalezas e para a construção de um cais no Rio de Janeiro. Obviamente que a questão do número de patentes ser bem alto e do vice-rei ter feito a oferta por conta própria influenciou na negativa, mas havia também outros motivos em jogo. Na sua argumentação, os conselheiros repudiam a prática, considerando resultar numa

² COSTA. Observações para o estudo, p. 53.

³ STUMPF, Roberta. Formas de venalidade de ofícios na monarquia portuguesa do século XVIII. In: STUMPF, Roberta (Org.); CHATURVEDULA, Nandini (Org.). Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas: provimento, controle e venalidade (séculos XVII-XVIII). 1ª. ed. Lisboa: CHAM, 2012, p. 279-280.

⁴ STUMPF. Formas de venalidade, p. 280.

⁵ STUMPF. Formas de venalidade, p. 280-281.

⁶ Desembargo do Paço – Repartição das Justiças e Despacho da Mesa, consultas 1717, maço 1000.

diminuição do valor das honras militares e num aumento indesejado dos privilégios⁷. Dessa forma, se torna complicado afirmar que a Coroa portuguesa tenha se utilizado com frequência da venalidade de maneira a obter vantagens econômicas.

Aprofundando mais essa questão, Stumpf analisa a postura adotada pela monarquia portuguesa frente a momentos de grande necessidade financeira, momentos esses em que a venda de ofícios poderia ser encarada como alternativa⁸. Nessas situações, salvo alguns momentos de exceção, parece de maneira geral que a Coroa encarou a venalidade como um último recurso, um mal menor⁹, e que quando as vendas de fato aconteceram, foram quase que exclusivamente realizadas para cargos referentes às conquistas ultramarinas. Assim, em 1675 o Conselho Ultramarino defendeu a venda de quatro ofícios nas capitânicas americanas para levantar recursos no sentido de socorrer Angola, apesar de deixar claro que a prática era de mau exemplo e nem um pouco justa. Um desses postos foi o de provedor da fazenda da Capitania de Pernambuco, vendido a João do Rego Barros que já havia sido capitão-mor da Paraíba. Além da justificativa da necessidade, o Conselho usava também o argumento de que a prática já havia sido utilizada em outras situações pela monarquia lusitana, principalmente no Estado da Índia¹⁰.

Apesar disso, para Stumpf não há indicativos de que a Coroa portuguesa abusou excessivamente do recurso da venalidade, sendo sempre cautelosa e prudente quando tomava a decisão de usar essa prerrogativa. Assim, evitando ir contra o próprio mecanismo de provimento de ofícios, a escolha geralmente feita era a de vender poucos, mas importantes cargos, arrecadando mais dinheiro e reduzindo quantitativamente a prática. Além disso, se procurava negociar os ofícios com homens que possuíam prestígio e experiência, homens esses que poderiam muito bem ter sido providos por seus serviços e que trariam dessa maneira a garantia de que a administração nas colônias americanas continuaria sendo eficiente¹¹.

Alguns fatores que tentam explicar os motivos pelos quais Portugal foi tão contido no que tange a venalidade, principalmente quando comparado a outras monarquias como a espanhola, podem ser levantados. Em primeiro lugar a Coroa lusitana se envolveu muito menos em conflitos e guerras¹². As próprias receitas das conquistas são cogitadas como causas dessa situação, já que outros artifícios como a criação de impostos ou o fim da isenção daqueles que a possuíam poderiam

⁷ Arquivo Histórico Ultramarino/Rio de Janeiro/(AHU/RJ)/cx.: 209, doc.: 14567.

⁸ STUMPF. Formas de venalidade, p. 282-283.

⁹ OLIVAL, Fernanda. As ordens militares e o Estado moderno: Honra, mercê e venalidade: moderno (1641-1789), Lisboa, Coleção Thesis, 2001, p. 240.

¹⁰ Arquivo Histórico Ultramarino/Pernambuco/(AHU/PE)/cx.:11, doc.: 1023.

¹¹ STUMPF. Formas de venalidade, p. 283.

¹² STUMPF. Formas de venalidade, p. 283-284.

ser utilizados¹³. As censuras morais, especialmente dos tratadistas¹⁴, também podem ser apontadas, já que indicam uma resistência da sociedade em relação à venalidade e a força da imagem de um rei mais justo, que premiava aqueles de elevada condição. Além desse suposto dano à imagem, aliás, essas transações de ofícios em troca de dinheiro prejudicavam a própria justiça distributiva¹⁵, tão cara na sociedade corporativa portuguesa. Diminuir o prestígio e a quantidade de mercês a serem concedidas podia acabar abalando a relação do monarca com seus vassallos, comprometendo a legitimidade advinda do ato de honrar seus compromissos. Por fim, a preocupação com a eficácia da máquina administrativa¹⁶ traz uma outra possibilidade desse comedimento português, preocupação essa que pode ser vista pelas constantes tentativas da Coroa de controlar as transmissões de ofícios em propriedade, buscando garantir que os postos fossem ocupados por pessoas com as qualidades necessárias, tais como importância social, dignidade e experiência administrativa.

Como ficou claro pelas circunstâncias descritas acima, a monarquia lusitana tomava muito cuidado nas matérias relativas a transações monetárias de ofícios, tratados como mercadoria livremente despendida. No entanto, quando pressionada pela situação, houve uma flexibilização dessas convicções, especialmente quando estava em jogo a honra do proprietário ou de sua família. Stumpf coloca que, em alguns casos, era até permitida a negociação entre particulares, embora dificilmente se autorizasse que o valor da venda ficasse com os proprietários. Geralmente a quantia era depositada nos cofres reais ou revertida para alguma instituição religiosa¹⁷.

Alguns exemplos dessa questão podem ser trazidos a tona. D. Maria de Albuquerque, ao herdar de seu pai em 1699 os ofícios de tabelião e escrivão dos órfãos da Vila de Cachoeira na Bahia, conseguiu permissão para vendê-los dez anos depois por 8 mil cruzados, de maneira que “mais facilmente pudesse conseguir o estado de religiosa”¹⁸. Diogo da Silva Castelo, dono de um dos cargos de tabelião e escrivão do judicial da Vila de Santarém, conseguiu autorização para vender o segundo ofício, não só pelas dívidas que contraíra, mas por alegadamente ter sido roubado em setenta moedas de ouro pertencentes à Coroa¹⁹. Outro caso é do capitão Caeiro de Brito, proprietário do ofício de tabelião do público judicial e notas da Vila de Setúbal, que requereu ao

¹³ STUMPF. Formas de venalidade, p. 284.

¹⁴ HESPANHA, Antonio Manuel. História das Instituições. Épocas medieval e moderna. Coimbra, Livraria Almedina, 1982, p. 391-392.

¹⁵ BETHENCOURT, Francisco. A América portuguesa. In: BETHENCOURT, Francisco (dir.); CHAUDHURI, Kirti (dir.). História da expansão portuguesa, volume 3, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1998.

¹⁶ STUMPF. Formas de venalidade, p. 248-249.

¹⁷ STUMPF. Formas de venalidade, p. 288-289.

¹⁸ Arquivo Histórico Ultramarino/Bahia/(AHU/BA)/cx.:53, doc.: 4647.

¹⁹ Desembargo do Paço – Repartição das Justiças e Despacho da Mesa, consultas 1717, maço 1003.

rei a possibilidade de renunciar do posto devido aos “empenhos” que acumulou²⁰. Aqui, apesar da palavra venda não ser explicitada, não existe dúvidas de que era isso que a renúncia solicitada significava, devido à menção do requerente aos “empenhos” dos quais queria se libertar.

Em relação aos ofícios providos pelas Câmaras, a Coroa lusitana também podia autorizar a venalidade quando fosse necessário encorpar as rendas desempenhadas por esses órgãos administrativos²¹. Assim, um exemplo interessante foi a requisição feita pelos camaristas de Lisboa em 1670, na qual, diante da proibição do então regente D. Pedro II de se venderem os ofícios da dita Câmara, eles argumentam lembrando que no período de D. João IV essa prática era permitida em caso de necessidade. Além disso, apontam, em tom de denúncia, que o próprio D. Pedro II consentia a alguns particulares a prerrogativa dessas vendas, sem nenhum motivo aparente além do benefício pessoal desses homens²².

Assim, de maneira geral e por uma série de motivos, alguns dos quais já apresentados, a monarquia portuguesa claramente procurou controlar a venalidade dos ofícios. Quando foi permissiva com essa prática, a justificativa utilizada foi a de situações excepcionais que colocavam em causa razões “nobres”, não exclusivamente econômicos. No caso do capitão Caeiro de Brito, por exemplo, é importante destacar que o pagamento de dívidas não era nessa sociedade um assunto estritamente financeiro, mas envolvia a dignidade e a honradez relacionadas ao empenho do nome. Quanto ao requerimento da Câmara de Lisboa, pela posição ocupada por esse órgão, sua sustentação monetária era também considerada uma questão que afetava o bem comum²³.

Obviamente que, apesar de toda essa tentativa de controle por parte da Coroa, é impossível afirmar que não havia vendas entre particulares das quais ela não tomava conhecimento, ou não queria tomar. Em 1743, por exemplo, Inácio Gabriel Lopes Furtado, provedor-mor da Fazenda do Maranhão, denunciou a renúncia de um ofício feita através de falsas assinaturas, a qual o proprietário do cargo não tinha recebido a autorização para fazer. O procurador da Fazenda do Reino não tomou atitude em relação a essa denúncia, respondendo com indiferença e ordenando que se cumprisse a carta de ofício já emitida²⁴. O fato já havia sido consumado e, além do mais, o excesso de zelo de Inácio Gabriel Lopes Furtado não era desejado na medida em que dava visibilidade a uma prática ilegal e expunha a incapacidade das autoridades de coibi-la completamente. Fazer vista grossa pode ser considerado mesmo, em muitos casos, como uma

²⁰ Desembargo do Paço – Repartição das Justiças e Despacho da Mesa, consultas 1717, maço 1003.

²¹ STUMPF. Formas de venalidade, p. 290-291.

²² OLIVEIRA, Eduardo Freire de. Elementos para a história do município de Lisboa, VII, 1.ª parte, p. 199ss.

²³ STUMPF. Formas de venalidade, p. 291.

²⁴ Arquivo Histórico Ultramarino/Maranhão/(AHU/MA)/cx.:27, doc.: 2809.

estratégia da monarquia exatamente no sentido de evitar demonstrar publicamente suas fragilidades nesse regime político pluralista, com inúmeras dificuldades logísticas relativas a um império tão extenso quanto o português e que acabavam concedendo uma autonomia relativamente grande no cumprimento das funções administrativas por parte dos funcionários régios²⁵.

Por fim, é diante desse cenário que Roberta Stumpf busca compreender e explicar o decreto de 1741, durante o reinado de D. João V, que representa uma mudança nessa política da Coroa ao incentivar a venda régia de serventias de ofícios americanos. A autora acha difícil afirmar que a venalidade foi nesse momento legalizada e sistematizada simples e exclusivamente para arrecadar fundos à Fazenda Real, especialmente pelo fato do reinado de D. João V se constituir numa fase extremamente positiva para Portugal no que tange à exploração do ouro americano. Porém, os benefícios econômicos da prática certamente parecem ter sido considerados, levando a Coroa portuguesa a lucrar com uma atividade que só era realizada por quem não tinha direito de fazê-la²⁶.

Além dessas questões eminentemente econômicas, havia uma vantagem política que pode ter sido levada em consideração pela monarquia lusitana nessa mudança de direção na diretriz do provimento de ofícios. De acordo com Alberto Gallo, essa medida busca trazer para o Reino as nomeações dos funcionários régios do Ultramar, atuando no mesmo sentido que a tendência centralizadora que perpassou a política portuguesa por todo o século XVIII²⁷. Até então, a maior parte dos cargos na América, quando vagavam, eram preenchidos pelos governadores (e outras importantes autoridades coloniais), e principalmente pelas Câmaras, ao invés da metrópole lusitana, hipótese essa que reforça a vontade de controle desses provimentos por parte da Coroa.

Entretanto, apesar dessa vantagem, Roberta Stumpf não encontra indícios de que a velha preocupação com a qualidade e a eficiência dos homens escolhidos estivesse presente nesse momento em consonância com a venalidade. Pelo contrário, esse critério parece ter sido deixado completamente de lado, sendo mesmo a riqueza o principal atributo requerido para a ocupação desses postos na América²⁸. O exemplo de António da Silva Porto é claro nesse sentido. O homem, apesar de já ter sido denunciado anteriormente por erro de ofício, quando serviu no cargo de escrivão da Ouvidoria de Vila Rica, comprou a serventia de sete cargos intermediários entre 1742 e 1747, para serem servidos cada um por três anos em duas capitanias diferentes, Minas Gerais e

²⁵ STUMPF. Formas de venalidade, p. 292-293.

²⁶ STUMPF. Formas de venalidade, p. 293-294.

²⁷ GALLO, Alberto. La venalidad de oficios públicos durante el siglo XVIII. In: BELLINGERI, Marco (coord.). Dinámicas de Antiguo Régimen y orden constitucional. Representación, justicia y administración. Siglos XVIII-XIX, Otto Editore (2000), p. 128-130.

²⁸ STUMPF. Formas de venalidade, p. 294-295.

Rio de Janeiro²⁹. Os motivos principais dessa brusca guinada, após um longo período priorizando a qualidade dos súditos, ainda fica por se explicar.

O que se sabe definitivamente é que essa alteração, por sua vez, não significou o começo de uma mudança linear e progressiva que ganhará continuidade nos reinados seguintes. No governo de D. José, a venalidade de ofícios americanos foi temporariamente interrompida por Aviso de 10 de Julho de 1757, sendo novamente instituída em 1758 mas com importantes transformações levadas a cabo por Pombal. Nesse momento, o ideal da qualidade e idoneidade dos postulantes a compradores dos ofícios volta a ser considerada, sendo inclusive enviado à América um representante da Coroa, e conselheiro do Conselho Ultramarino, para exercer um controle mais forte sobre essas vendas e coibir as transações de postos entre particulares³⁰. Assim, se restabeleceram as diretrizes dessa forma de provimento que dominaram os séculos anteriores, com um adendo feito por Alberto Gallo. O autor aponta que a ideia de aptidão utilizada aqui para definir os mais capazes a servir nos ofícios da monarquia sofreu uma fundamental reconstrução. Se por um lado a dignidade continuava a ser avaliada pela importância social e pela experiência dos aspirantes, por outro a “aptidão profissional” e a riqueza cresceram substancialmente em importância³¹.

Fernanda Olival no livro *As Ordens Militares e o Estado Moderno*³² também faz algumas considerações importantes sobre a prática da venalidade nessa sociedade. Apesar de seu enfoque na obra se voltar basicamente para as ordens militares, como o título sugere, ao tratar especificamente sobre a venda ligada a honrarias e mercês em Portugal a autora abrange os cargos e ofícios para mostrar a presença de tal artifício como uma possibilidade aberta aos homens daquele mundo no sentido de alcançar seus objetivos de ascensão. Para a historiadora, a venalidade, apesar de não estar escrita nem prevista em nenhum texto ou legislação, fazia parte da sociedade moderna lusitana sustentada principalmente na natureza própria da mercê. Tendo o vassalo realizado um bom serviço à Coroa, era necessário que ele recebesse uma premiação de algum tipo pela lealdade e sacrifício mostrado; o “algum tipo” sendo o aspecto essencial. Eram várias as maneiras pelas quais poderia vir esse benefício, podendo o agraciado comutar a mercê inclusive em ganhos monetários:

²⁹ AHU/MG/cx.: 41, doc.: 25; cx.: 45, doc.: 28; AHU/RJ/cx.: 38, doc.: 2, f. 9; cx.: 38, doc.: 81; cx.: 39, doc.: 39; ANTT/HOC, letra A, maço 53.

³⁰ STUMPF. Formas de venalidade, p. 296.

³¹ GALLO. La venalidad de ofícios, p. 161.

³² OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado moderno: Honra, mercê e venalidade: moderno (1641-1789)*, Lisboa, Coleção Theses, 2001. 571.p.

Do ponto de vista da economia da mercê, quem somara determinado número de anos de serviços devia vê-los recompensados. Este princípio era axial. Por isso, a pessoa que obtinha como remuneração um hábito e não o podia efectivar, fosse por falta de dinheiro, de qualidades, ou outras circunstâncias, impunham-se-lhe várias alternativas: não lograr o despacho e deixar a acção aos herdeiros; com os mesmos desempenhos pedir outro pagamento ao centro político; renunciar ou vender os serviços a outrem; ou, a título particular, converter a benesse noutra, nem que fosse em dinheiro. Se o hábito equivalia a pagamento, havia que encontrá-lo, se não no preciso instante, noutra futuro. A mercê correspondia também a um direito e a um valor material; não era só código de distinção.³³

Dessa forma, Fernanda Olival apresenta a venalidade inserida dentro da lógica de funcionamento dessa sociedade de Antigo Regime. Embora tenha sido frequentemente criticada, especialmente em Portugal, e não possuir uma base que a regulamentava legalmente, a sua existência era fundada em elementos presentes na própria maneira de enxergar o mundo desses homens, no jeito com que lidavam com uma esfera público/privada ainda não nitidamente separada nos seus entendimentos cotidianos. Apesar de parecer uma prática contraditória e irremediavelmente irreconciliável com a economia do dom, a venalidade parece assim ter encontrado um modo de se conectar a essa economia, se tornando mais um elemento a ser considerado na sua caracterização.

Seguindo no texto, a autora faz alguns apontamentos interessantes. Em primeiro lugar, Olival afirma que a monarquia mesmo utilizou a venalidade em vários momentos de sua existência, mostrando uma série de exemplos que confirmam esse postulado. Na maioria dessas situações, e especialmente no que concerne aos Áustrias, a necessidade de dinheiro em momentos de conflito ou escassez levou a adoção da venda como uma alternativa de acumulação de recursos para a Coroa. Porém, mesmo posteriormente a venalidade nunca deixou de ser um mecanismo a que se pudesse voltar quando preciso fosse, apesar de, para a historiadora, isso aparentemente ocorrer em menor escala em Portugal do que em outros lugares, como França e Espanha.³⁴ O que não significa dizer que era irrelevante, muito pelo contrário; ao que tudo indica sua frequência era muito maior em terras lusitanas do que por muito tempo se supôs.

De fato, como mostra Fernanda Olival, a venda de ofícios era proibida apenas entre particulares, com nenhum impedimento legal a que o Rei fizesse uso dela. Inclusive, havia aqueles que consideravam a prática uma prerrogativa dos monarcas, desde que a “compra fosse feita por pessoa idônea e a preço moderado”.³⁵ Apesar disso, se não havia limitações legais, em Portugal

³³ OLIVAL. As ordens militares, p. 238.

³⁴ OLIVAL. As ordens militares, p. 241.

³⁵ OLIVAL. As ordens militares, p. 239.

poderiam existir obstáculos de outras ordens, como a maneira pela qual a venalidade era vista quando levada a cabo pela Coroa. A autora aponta o efeito que a “murmuração”³⁶ podia ter em relação às vendas, causando um impacto na sua adoção. Segundo ela, “na opinião pública, as práticas de venalidade produziam eco fácil; tendiam a ser mal recebidas.”³⁷; e “insistia-se muito na ideia de que a possibilidade de comprar a honra destruía o esforço dos vassalos para servir com valor a *res publica*.”³⁸ Por isso, no que se refere à monarquia lusitana, quando ocorria a transação era realizada com cautela, sem grande alarde e sem a publicação de editais, de uma maneira mais velada. Um exemplo é a menção a donativos que, como bem coloca Olival, geralmente encobria casos de venalidade.³⁹ Entretanto, mesmo com esses limitadores, sua presença é inegável, estando esse instrumento, como já foi dito, amplamente presente nessa sociedade.

Uma última coisa importante que a autora destaca sobre a prática da venalidade se refere a uma das principais formas que ela assumiu, não só em Portugal como em outros lugares da Europa. A renúncia foi um dos artifícios mais utilizados para se realizarem transações envolvendo a venda de postos, muitas vezes escondendo o fato de que essa venda tinha acontecido:

No que respeita a ofícios – a única realidade abordada nos tratados e pelos praxistas coevos –, teoricamente, os particulares não podiam vendê-los. Os proprietários eram, contudo, autorizados pelos juristas a renunciá-los, desde que tivessem licença régia para o efeito. E esta última só os monarcas a podiam conceder. De outro modo as resignações não eram válidas. Quer isto dizer que dois particulares não podiam negociar entre si sem a conivência régia.⁴⁰

Sobre o que foi dito, algumas considerações são necessárias. Em primeiro lugar, a necessidade de confirmação régia da renúncia colocava o monarca mais uma vez no centro da negociação. A venalidade, no caso lusitano, não poderia assim acontecer sem a autorização do Rei, o que denota um controle, ou ao menos esforço de controle, da prática por parte da Coroa, além do fato dela também lucrar com a transação em si, geralmente recebendo contrapartidas financeiras no momento de conceder a mercê que tinha previamente sido acertada entre comprador e vendedor. Em segundo lugar, como bem coloca Fernanda Olival, a aceitação das renúncias por parte da monarquia podia também ser uma maneira de não permitir muitos ofícios simultaneamente na mesma pessoa, levando a se tornar comum a presença de serventuários exercendo os cargos.⁴¹ Por fim, apesar da participação do poder central no processo e da proibição

³⁶ OLIVAL. As ordens militares, p. 240.

³⁷ OLIVAL. As ordens militares, p. 241.

³⁸ OLIVAL. As ordens militares, p. 240.

³⁹ OLIVAL. As ordens militares, p. 241.

⁴⁰ OLIVAL. As ordens militares, p. 243.

⁴¹ OLIVAL. As ordens militares, p. 245.

expressa dos juristas de se receber um valor monetário pela renúncia, essa restrição praticamente não saiu do papel. A renúncia de ofícios terá sido, assim, a principal maneira pela qual os particulares, sancionados pela Coroa, encontraram para desenvolver um certo “mercado de compra e venda”⁴² destes cargos, ocorrendo quase sempre a troco de pagamento ao vendedor, que renunciava em favor do comprador:

Desta forma, a figura da renúncia com toda a sua capacidade para abranger e camuflar um conjunto vasto de realidades, estava não só muito divulgada nos séculos XVII e XVIII, como era amplamente aceite e tinha vasta cobertura por parte do centro político: a Coroa também a usava; aliás, só o rei a podia conceder.⁴³

⁴² OLIVAL. As ordens militares, p. 245.

⁴³ OLIVAL. As ordens militares, p. 245.

Do Antigo Regime da Europa ao Novo Mundo: hierarquias, devoções e sociabilidade a partir das associações leigas em Minas Gerais

Vanessa Cerqueira Teixeira

Mestranda em História

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

vanessa_vct@hotmail.com

Resumo: Com o objetivo de apresentar algumas considerações quanto às temáticas do Antigo Regime e das Associações Leigas, com destaque para Minas Gerais no século XVIII, propomos a discussão de algumas questões, como as hierarquias, as devoções e a sociabilidade. Através das hierarquias abordaremos questões referentes à distinção, ascensão e mobilidade sociais; através das devoções, discutiremos a religiosidade indissociável das questões políticas e socioeconômicas; e através da sociabilidade mostraremos a importância da análise das relações sociais com a formação de grupos no interior das irmandades. Discutiremos como categorias como “Estado”, “centralização” e “poder absoluto” perderam destaque nas análises políticas para as abordagens centradas nas autonomias locais, redes sociais e relações de poder. Mostraremos também como tal discussão chegou aos territórios recém-povoados, se adaptando às condições encontradas na América Portuguesa. Sendo assim, para além de uma revisão, almejamos também ressaltar as possibilidades de pesquisa, abordagens e documentações na temática das irmandades mineiras.

Palavras-chave: Irmandades, religiosidade, sociedade corporativa.

Introdução

Com o objetivo de apresentar algumas considerações quanto às temáticas do Antigo Regime e das Associações Leigas¹, com destaque para Minas Gerais no século XVIII, discutiremos a seguir algumas questões tidas por nós como fundamentais: as hierarquias, as devoções e a sociabilidade. Através das hierarquias abordaremos também questões referentes à distinção, ascensão e mobilidade sociais; através das devoções, discutiremos a religiosidade indissociável das questões políticas e socioeconômicas e, por fim, através da sociabilidade mostraremos também a importância da análise das relações sociais com a formação de grupos no interior das irmandades. Discutiremos uma importante modificação historiográfica na forma de analisar o paradigma vigente antes de meados do XVIII na Europa, em que categorias como “Estado”, “centralização” e “poder absoluto” perderam seu destaque nas análises políticas para as abordagens centradas nas autonomias locais, redes sociais e relações de poder. Mostraremos também como tal discussão chegou aos territórios recém-povoados, se adaptando às condições encontradas na América

¹ Destacamos aqui que utilizamos “associações leigas” para nos referirmos às “irmandades” e “confrarias”, e utilizamos ambas com o mesmo sentido, tendo em vista que as próprias documentações do período não fazem distinção clara. Contudo, explicaremos as particularidades de cada denominação mais adiante.

Portuguesa. As comunidades, as câmaras, as famílias, as corporações de ofício e as irmandades são alguns exemplos das temáticas que ganharam maior espaço.

Divididas por critérios como origem social, cor, condição e profissão, as irmandades são organizações de pessoas que se uniam por interesses e devoções em comum, originadas na Idade Média europeia com objetivos assistencialistas e religiosos. Para isso, edificam seu templo e administram a vida religiosa local. Tais irmandades eram, portanto, instituições que possibilitavam manifestações sociais, principalmente para os negros, crioulos, mulatos e mestiços que, de certa forma, ganhavam voz e representatividade em um espaço específico. Reforçavam demarcações hierárquicas, mas também possibilitavam a constituição de identidades e a ascensão social.² Discutiremos adiante a caracterização das sociedades de Antigo Regime na Europa e suas adaptações nos territórios além-mar, para em seguida adentrarmos na temática das irmandades.

O Antigo Regime: da Europa ao Novo Mundo, do litoral às montanhas

Nas últimas décadas ocorreram grandes alterações na análise do Antigo Regime, e a visão tradicional sobre a centralização monárquica foi contestada em prol das limitações éticas, doutrinárias e institucionais do poder real. Novas pesquisas mostraram uma nova face do absolutismo, em que a visão tradicional de uma centralização absoluta deu lugar a uma perspectiva baseada em relações sociais existentes entre centro e periferia; Coroa, Corte e famílias nobres; comunidades locais e rei. Sendo assim, uma nova concepção foi formada a partir de uma monarquia corporativa³, válida pelo menos até meados do século XVIII.⁴

O modelo corporativo equilibrava o poder real através das autonomias locais e das redes sociais formadas, não deixando de legitimar a supremacia simbólica da realeza. Mesmo não sendo um poder centralizado, em uma sociedade de aparências e exuberâncias, o rei era uma autoridade

² SALLES, Fritz Teixeira. *Associações Religiosas no Ciclo do Ouro*. Belo Horizonte: UFMG, 1963; BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*. Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986; BORGES, Célia Maia. *Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: Devoção e Solidariedade em Minas Gerais, Séculos XVIII e XIX*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

³ Dentre as principais características dessa sociedade corporativa, ressalta-se: a divisão do poder Real com os poderes inferiores no espaço político (famílias, municípios, corporações, universidades, Igreja); a lei estatutária limitada e constituída pela doutrina jurídica comum europeia; os deveres políticos e jurídicos cedendo espaço aos deveres morais ou afetivos expressos através das relações sociais, redes de amizade, patronato, etc.; e a proteção dos direitos dos oficiais régios, junto à autorização de defendê-los contra ordens reais. HESPANHA, António Manuel. Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Na trama das redes*. Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

⁴ HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: BICALHO, Maria F.; FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

máxima, mas não era a única.⁵ A sociedade era um todo e suas partes possuíam funções específicas, dependendo umas das outras por uma ordem preestabelecida em que os homens são desiguais por natureza.⁶ Além disso, era composta por indivíduos que formavam vínculos de pertencimento através de formações coletivas, como corpos sociais e comunidades territoriais que atuavam enquanto coletividade na vida do reino. Sua dinâmica se constituía pelas rivalidades, alianças e redes de relações pessoais, assim como pela articulação entre as comunidades e a província.⁷ No Antigo Regime se constituiu uma tríade de obrigações: dar, receber e retribuir. Dessa forma, Hespanha e Xavier⁸ chamam a atenção para a “economia do dom”, uma relação de troca de favores mútuos. Relações assimétricas de amizade, baseadas na gratidão e no serviço prestado, poderiam se transformar em relações clientelares. Laços de dependência eram formados criando relações entre desiguais, indo desde o ambiente doméstico até às alianças políticas.⁹

Com a expansão marítima e a colonização de novos territórios foi possível transferir as análises intimamente relacionadas aos casos português e espanhol para o Novo Mundo, e o conceito de “Antigo Regime nos Trópicos” ganhou espaço adaptando-se à realidade da América portuguesa com o mesmo sistema de mercês, tramas clientelares e hierarquias existentes em Portugal. É possível perceber que entre os colonos e o rei existia uma verdadeira teia de reciprocidades tecidas, em que lealdade e submissão se constituíam sob um amplo sistema de mercês. Ao monarca cabia a garantia da paz e a mediação entre comerciantes, camponeses, nobres e a Igreja, sempre respeitando os direitos e as autonomias locais.¹⁰ Uma centralização do poder

⁵ O poder do monarca seria incapaz de se sobressair às autonomias locais sem a constituição de alianças e verdadeiras redes de contatos criadas através de negociação, mercês e reconhecimento político-simbólico mútuo. LOUREIRO, Marcello J. Gomes. “Sistema Colonial” ou “Império Português”? Batalhas historiográficas e história militar. XXXVII Congresso Internacional de História Militar. Rio de Janeiro. 2011; HESPANHA. *Antigo regime nos trópicos?*

⁶ GOUVÊA, Maria de Fátima; FRAZÃO, Gabriel Almeida; SANTOS, Marília Nogueira dos. Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735. *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 96-137.

⁷ IMÍZCOZ. J.M. (dir.). Comunidad, red social y élites. Un análisis de la vertebración social en el Antiguo Régimen. In: *Elites, poder y red social. Las élites del País Vasco y Navarra en la Edad Moderna*, Bilbao, Universidad del País Vasco, 1996.

⁸ XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, Antônio Manuel. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal. O Antigo Regime. Vol. 4*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

⁹ IMÍZCOZ. *Comunidad, red social y élites*; IMÍZCOZ. J.M. Élités administrativas, redes cortesanas y captación de recursos en la construcción social del Estado Moderno. *TROCADERO*. (19), pp. 11-30, 2007.

¹⁰ Entretanto, muitos ainda discordam dessa visão descentralizadora e da ausência de polarização do poder do Estado. Hespanha ressalta que a colonização sempre foi muito violenta, e mesmo a negociação deve ser entendida a partir disso, mas há a necessidade de revisão da história política do Império português, rompendo uma única visão opressora. Há uma insistência da historiografia tradicional na separação e oposição entre metrópole e colônia, além das visões de submissão e exploração. O que, para Hespanha, fica claro no discurso anticolonial da mais tradicional historiografia brasileira. Como exemplo, aponta que autores clássicos como Caio Prado Jr. e Oliveira Vianna mostraram certo grau de autonomia no governo do Brasil colonial, mas tenderam a interpretar isso como produto de uma dinâmica local de zonas periféricas e isoladas, além de legitimar assim uma ineficiência do controle do centro sobre a periferia. Para o autor, essa ineficiência não é algo específico do caso colonial, mas algo constante da política de Antigo Regime também nas metrópoles. A administração das colônias pelo rei não teve como projeto pré-determinado um controle centralizador de todo o território, o que nem seria possível, mas tal fato não rompia com o poder simbólico do rei, sua

poderia ser observada pelo fato de Lisboa deter o monopólio formal sobre o processo de elaboração e manutenção das regras governativas de todo o Império, assim como o monopólio da nomeação dos indivíduos para os cargos governativos, mas a descentralização estaria na administração local pelos oficiais nas colônias em suas redes de poder. Estas eram um importante dispositivo governativo utilizado pela Coroa para o “bom governo” no além-mar.¹¹

Além das redes de contatos e relações hierárquicas, a desigualdade também era um fator fundamental para as sociedades de Antigo Regime, e sua manutenção era proporcionada pelas relações e laços sociais existentes. Também discutindo a visão de sociedade corporativa, buscando a compreensão da América portuguesa, Hebe Mattos de Castro¹² a analisou como um corpo naturalmente ordenado e hierarquizado por vontade divina, em que o rei é a cabeça. A nobreza se expandia junto aos seus privilégios redefinindo suas funções, e o povo passava a ser subdividido entre estados ‘limpos’ e ‘vis’. As categorias de classificação definiam função e lugar social dos povos recém-convertidos, como mouros, judeus, indígenas e africanos. As sociedades de Antigo Regime legitimariam e naturalizariam as desigualdades e hierarquias sociais, incorporando a escravidão à sua lógica. As novas condições na América portuguesa trariam diferentes demandas hierárquicas, assim como novas possibilidades de relações e mobilidade. O escravo, o forro e seus descendentes teriam de se encaixar, formando um novo campo de relações de poder e novas categorias sociais hierarquizadas.

O Antigo Regime e as Associações Leigas em Minas Gerais

A quem desejasse conhecer uma das movimentadas cidades mineiras a partir de meados do século XVIII, encontraria, em meio às montanhas e às estradas recém-desbravadas, uma grande proliferação de igrejas correspondentes às mais variadas irmandades sempre destinadas a uma particular devoção. As ruas estreitas e movimentadas possuíam visadas para as altas torres que badalavam constantemente seus sinos. De uma rua a outra, sempre a surpresa de uma nova igreja, tendo em vista também os grandes canteiros de obras e sua mão-de-obra diversificada. O sagrado

legitimidade e o respeito de seus súditos. Laura de Mello e Souza reagiu contra esse revisionismo, apontando que o paradigma corporativo das monarquias do Antigo Regime europeu não se adaptava a uma situação colonial. Contudo, os colonos brasileiros eram formados por portugueses e seus descendentes que tinham projetos de uma vida, ambição de ir e vir entre colônia e reino, e até retornar à Europa. HESPANHA. *A constituição do Império português*; SOUZA, Laura de Mello e. *Política e administração colonial: problemas e perspectivas*. In: *O sol e a sombra: Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Cia das Letras, 2006; HESPANHA, Antônio M. Depois do *Leviathan*. *Almanack Brasiliense*, n. 5, Maio 2007, p. 55-66.

¹¹ GOUVÊA. *Redes de poder e conhecimento*; HESPANHA. Manuel. *Antigo regime nos trópicos?*

¹² CASTRO, Hebe Maria Mattos de. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

se fazia presente por todos os lados. No período em questão, muito importava a família a que se pertencia, os laços de amizade, os arranjos de casamento e a agremiação religiosa escolhida. Pertencer a uma irmandade era garantia de uma rede de relações sociais possíveis, auxílio mútuo, demarcação de lugar ocupado em uma sociedade hierarquizada e desigual, além dos benefícios religiosos que proporcionariam a salvação após a morte. Em dias festivos ou em momentos de procissão todas as irmandades, subdivididas em grupos específicos, batalhariam pelo maior destaque e não economizariam na pompa. Aparecer era legitimação de poder, e a exteriorização da fé caminhava lado a lado à manutenção da estratificação social.

Desde a Idade Média as agremiações possuíam um papel complementar à Igreja, baseadas em caridade e assistencialismo. Da mesma forma como as corporações de ofício demonstravam uma forma de associação por interesses profissionais, as irmandades e as Casas de Misericórdia representavam as associações espiritualizadas, assistenciais e com interesses de solidariedade grupal em meio à religião e à realidade social de seus membros.¹³ Segundo Russel-Wood¹⁴, as irmandades surgiram em Portugal desde o século XI sob a forma de hospedarias de rota de peregrinação. Com a colonização das terras recém-povoadas, a Coroa se preocuparia com o papel desempenhado pelas irmandades em suas colônias. Na região mineradora a vida religiosa passaria a ser guiada de forma diferenciada pelas associações leigas¹⁵ através do clero secular. A proibição da entrada do clero regular na região acontecera sob as alegações de que ele se envolvia no extravio do ouro, estimulava a população ao não pagamento de impostos, dava grande atenção às questões financeiras através de vendas e empréstimos, e não se subordinava ao Padroado¹⁶.

¹³ BOSCHI. *Os leigos e o poder*.

¹⁴ RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

¹⁵ Segundo Boschi, em sua análise ao Código Canônico, há distinções quanto à tipologia das associações leigas. As pias uniões possuíam o objetivo de exercer obras de caridade, diferente das irmandades que possuíam sua organização fixada em Livros de Compromisso, formando laços de ligação entre seus membros. Quando as instituições eram reguladas por Estatutos seriam chamadas de irmandades, enquanto as confrarias existiam unicamente pra promover os eventos e cultos religiosos. Entretanto, há grande dificuldade de coerência quanto aos conceitos de irmandade e confraria, e muitos autores acabam não fazendo distinção entre eles. As ordens terceiras eram as associações que se preocupavam com os ideais de perfeição da vida cristã, sendo administradas pelas normas e costumes específicos da ordem a que pertenciam. Em suma, as irmandades e confrarias respondiam ao bispo diocesano e eram subordinadas ao clero secular, enquanto as ordens terceiras respondiam à ordem monástica à que se filiavam, ou seja, ao clero regular. BOSCHI. *Os leigos e o poder*.

¹⁶ Durante o período colonial em Portugal, as diretrizes da Igreja ficavam sob o domínio da Coroa, união criada desde a origem do Estado português. Apesar do elo existente entre Igreja e Estado, este temia o crescente poder daquele. Solicitando a colaboração de Roma, através de inúmeras bulas papais foi conferido o poder de gerenciamento religioso aos reis lusitanos, originando-se o Padroado. O rei se relacionaria com os assuntos eclesiásticos, assim como os bispos com os problemas do Estado. HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil*. Tomo 2. Vol. 1. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1992. Cf. HOORNAERT, Eduardo. A Igreja no Brasil Colonial. In: Bethell, Leslie (Org.). *História da América Latina: América Latina Colonial*. Vol. 1. Trad. Maria Clara Cescato. 2. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

As irmandades agregavam, a partir de um grupo, indivíduos que compartilhassem de uma mesma devoção. Elas tinham como função a realização dos cultos, das festas e dos ritos; o auxílio aos irmãos; a construção das igrejas e a manutenção de toda vida religiosa. Constituía-se assim uma família confrarial para o amparo material frente às instabilidades e espiritual durante a vida e a morte. Desempenhando obras para o bem viver e o bem morrer, tinham como grande obrigação socorrer os irmãos zelosos que precisassem de auxílio a qualquer instante. Como espaços de socialização onde ocorriam trocas culturais, transformavam-se em uma certeza de encontro com seus semelhantes.¹⁷ Além disso, é preciso destacar que em uma sociedade hierárquica e desigual, as ideias religiosas não se isolavam dos interesses políticos ou socioeconômicos; sendo assim, intenções devocionais e busca por *status* não se excluía. Da mesma forma como o Estado e a Igreja possuíam um elo, também as questões políticas, socioeconômicas e religiosas caminhariam sempre juntas.¹⁸

Cada grupo social possuía uma irmandade e vários fatores definiam seus membros, como sua profissão, cor, origem social e naturalidade. Em meio às distinções sociais, Fritz Teixeira Salles¹⁹ pontuou as preferências de cada grupo ao escolher uma agremiação. Os homens brancos geralmente se assentavam nas irmandades do Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora da Conceição, São Miguel e Almas e Bom Jesus dos Passos. Em meados do XVIII surgiram as Ordens Terceiras de São Francisco de Assis e Nossa Senhora do Carmo, que também atraíam as elites locais. Os negros, africanos escravos ou forros, se associavam à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia, já os pardos se associavam a São Gonçalo e os crioulos²⁰ à

¹⁷ Consagraram-se pela função de assistência frente à “economia das almas”, como a quantia de missas oferecidas a cada irmão morto, o número de pessoas presente nos enterros e os lugares ocupados no sepultamento. Os ritos fúnebres, além de representarem o último momento do fiel na busca pela salvação de sua alma, também seriam utilizados como práticas de demarcação social. A afirmação da estratificação social, da hierarquia e da ordem era pensada durante toda a vida, com ênfase em seus momentos finais, sendo expressas sempre através da pompa e da dramatização. Aqui vale ressaltar o exemplo dos que deixaram suas heranças para as irmandades e as dezenas de missas pagas em função da rápida estadia de suas almas no purgatório, como também dos que disputavam os melhores locais de sepultamento dentro das igrejas. Tal mentalidade, como o próprio imaginário do purgatório, esteve presente em todo Antigo Regime. CAMPOS, Adalgisa Arantes. Escatologia, iconografia e práticas funerárias no barroco nas Geraes. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de.; VILLALTA, Luiz Carlos. (Org.) *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas*. Vol. 2. Belo Horizonte: Cia do Tempo: Autêntica, 2007; CAMPOS, Adalgisa Arantes. *As Irmandades de São Miguel e Almas do Purgatório: Culto e iconografia no Setecentos Mineiro*. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2013; FURTADO, J. F. *Transitoriedade da vida, eternidade da morte: ritos fúnebres de forros e livres nas Minas setecentistas*. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris. (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. 1ed. São Paulo: Edusp, Hucitec, 2001, v. 1, p. 397-416; BORGES. *Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário*.

¹⁸ PRECIOSO, Daniel. *Terceiros de cor: pardos e crioulos em ordens terceiras e arquiconfrarias (Minas Gerais, 1760-1808)*. 2014. 356 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014, p. 132.

¹⁹ SALLES. *Associações Religiosas no Ciclo do Ouro*.

²⁰ Para Libby e Frank, termo *crioulo* se refere ao negro nascido no Brasil com pai ou mãe de origem africana. Já o termo *pardo* seria usado para designar os nativos de alguma ascendência africana, fazendo referência à tonalidade da pele, se tratava principalmente da miscigenação de origens africanas e europeias. LIBBY, Douglas; FRANK, Zephyr. Voltando

Irmandade de Nossa Senhora das Mercês. A partir de inúmeros estudos recentes e de nossas pesquisas, observamos como pode ser fluida tal estruturação de grupos sociais no interior das irmandades. Quanto a isso, Imizcoz²¹ já alertava ao abordar a categoria de grupo social. Trabalhar apenas com a categoria sem considerar os indivíduos agrupados pode, ao mesmo tempo, unir em um mesmo grupo pessoas que não se relacionam e segregar as que poderiam viver em interação. Ao analisarmos, por exemplo, os membros filiados à Irmandade de Nossa Senhora das Mercês da cidade de Mariana entre meados do XVIII ao início do XIX encontramos, entre livres, escravos e libertos, brancos, pretos, pardos e crioulos, sendo este o principal organizador da associação. A análise das relações sociais²² e dos pontos de contato se torna, portanto, mais importante do que uma visão rígida de segregações dos grupos.

Apesar das possibilidades de mobilidade em Minas, as irmandades expressavam claramente a necessidade da demarcação de fronteiras em suas normas, afirmando também suas identidades. O compartilhamento do espaço de sociabilidade construído por elas era um prolongamento de outros espaços de convívio, como os promovidos pelas relações servil, matrimonial e familiar. Através da sociabilidade promovida pelas irmandades também observamos as alianças verticais ou horizontais formadas, como a amizade, o compadrio e as relações entre vizinhos, comerciantes, casais, pais e filhos, credores e devedores, senhores e escravos, testadores e testemunhas, e muitos outros. A demarcação de fronteiras abriria brechas, portanto, para a interação promovida por diferentes grupos em meio a diferentes tipos de relações sociais. Os indivíduos compartilhavam diversos espaços de sociabilidade, muitas vezes até contrastantes. Encontramos membros filiados às Mercês que também se reuniam na Arquiconfraria de São Francisco destinada aos pardos, nas Ordens Terceiras de Nossa Senhora do Carmo e São Francisco e na Irmandade do Santíssimo Sacramento que se destinavam aos brancos; nas irmandades negras do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia; além de irmandades de outras cidades. Tal situação expressa a complexidade e a fluidez da vivência cotidiana nas sociedades estamentais, não sendo possível conceber padrões rígidos que segreguem grupos distintos. As uniões entre esses indivíduos de cores e condições

aos registros paroquiais de Minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. *Revista Brasileira de História*, v.29, n. 58, p. 383-415, 2009.

²¹ IMIZCOZ. *Comunidad, red social y élites*.

²² Em busca de uma análise cultural através das relações sociais no interior das irmandades, destacamos o papel da sociabilidade como uma categoria analítica. Entretanto, é preciso esclarecer que tanto a prosopografia como a análise de redes podem auxiliar o historiador. As diferentes metodologias de pesquisa não precisam se anular, mas podem complementar as análises. A sociabilidade nos ajuda, pois buscamos a interação social, relações e redes de poder, contextos relacionais e vínculos entre indivíduos nas pesquisas sobre irmandades. NAVARRO, Javier. *Sociabilidad e historiografía: trayectorias, perspectivas y retos*. *Saitabi*, 56 (2006).

distintas também nos mostram a amplitude de possibilidades de interações, provando que nem sempre havia a necessidade da ruptura com um grupo para a adesão a outro.

Apesar de possuírem certa autonomia²³, as associações leigas em Minas sempre estiveram subordinadas às jurisdições civil e eclesiástica. No início do povoamento de Minas não havia uma política efetiva de controle das associações, e o único mecanismo utilizado foram as visitas eclesiásticas enviadas por representantes do bispado do Rio de Janeiro. Com a criação do bispado em Mariana em 1745 e a governação pombalina, a situação se modificaria. O rei exigiu exclusividade no direito de aprovar a ereção das irmandades. Ao lado do poder temporal estava o Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens que possuía a função de controlar as irmandades por regulamentação das Ordenações do Reino. O controle exercido aumentaria posteriormente com o regalismo²⁴, quando o Estado exerceu efetivamente sua jurisdição sobre as associações.²⁵ Em 1765 foi expedida uma provisão pela Mesa da Consciência que notificava a obrigatoriedade das irmandades confirmarem seus Livros de Compromisso, documentos que estipulavam as normas e principais questões que envolviam as agremiações. No mesmo ano seria definida ainda a posse definitiva da fiscalização dos Livros de Receita e Despesa por parte da Provedoria das Capelas, Ausentes e Resíduos. Tais obrigações, entretanto, não se limitavam à região mineradora.²⁶

²³ Tais associações representavam a possibilidade de organização de pessoas impedidas de exercer qualquer função e reivindicar direitos. O fato de negros, escravos ou forros, poderem exercer funções em um espaço específico para sua condição, já legítima uma maior participação na vida social. A sociedade colonial mineira atingira um grau de complexidade que possibilitaria a mobilidade social, inclusive para os escravos que poderiam conseguir sua alforria, enriquecer e até comprar seus próprios escravos. Aqui vale lembrar o estudo feito por Júnia Furtado mostrando a possibilidade de filiação de pretas forras, que buscavam a ascensão social, em inúmeras irmandades, inclusive de brancos. FURTADO. *Transitoriedade da vida, eternidade da morte*.

²⁴ Segundo Hespanha, “o regalismo nasce como uma atitude de subordinação do religioso, mas acaba, pela mão dos episcopalistas, por ter proteção interna na Igreja. Os bispos de meados do Setecentos acompanham o pensamento regalista sempre que este seja de cariz episcopalista. A frente de batalha comum é o curialismo”. E complementa que “o regalismo é inseparável da secularização do Estado que se intenta à sombra da razão” HESPANHA, Antônio Manuel. A Igreja. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal. A Monarquia Feudal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, v. 2, p. 264.

²⁵ Boschi esclarece as distinções entre a administração e a supervisão das irmandades pela Coroa. D. José I destacou a abolição dos critérios de pureza de sangue para a admissão; a redução das esmolas dos cargos; a proibição de eleição e coroação de reis e rainhas em irmandades de negros; a proibição de alterações nos compromissos e a constante condenação da incompetência eclesiástica quanto aos sodalícios leigos. Já D. Maria complementou as regras anteriores com a proibição de aplicação de multas pecuniárias, castigos e penitências pelos irmãos; a regulamentação de taxas de juros cobradas em seus empréstimos em dinheiro; e a proibição de poderem pedir esmolas e construir capelas sem prévia licença régia. D. João estabeleceu ainda a proibição de sepultamentos no interior dos templos; a preservação dos direitos paroquiais e da fábrica das matrizes; a proibição de pedidos públicos de esmolas; a obrigatoriedade de prestação de contas ao Provedor das Capelas e a necessidade de aprovação régia para as alterações dos compromissos. BOSCHI. *Os leigos e o poder*.

²⁶ BORGES. *Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário*; AGUIAR, Marcos Magalhães de. *Vila Rica dos confrades*. A sociabilidade confrarial entre negros e mulatos no século XVIII. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História - FFLCH/USP, 1993.

Além disso, as irmandades precisavam se submeter a outros tipos de “vigilância”, como o processo de construção das igrejas e a necessidade da presença do pároco em eleições de cargos administrativos ou datas importantes, o que gerou inúmeros conflitos e estratégias. Dessa forma, a partir de Roger Chartier e Pierre Bourdieu²⁷ vemos que para cada objeto de análise é possível pensar, ao mesmo tempo, um espaço de coerção e interdependências que são percebidas pelos indivíduos e localizar dentro dessa rede de coações um espaço de estratégia, pois tais indivíduos possuem suas singularidades vivendo em meio às relações sociais, e as imprimem em suas visões. Ou seja, é possível compreender as irmandades inseridas em um contexto maior de controle social enquanto determinação externa, mas também como instituições que produziam suas estratégias em resposta. Muitas irmandades se reuniam antes mesmo da legitimação de seus Compromissos. Algumas normas eram estabelecidas pela Coroa, mas em muitos casos a falta de legislação específica gerava grandes confusões no cotidiano das associações, envolvendo os pontos de vista de irmãos, párocos, bispos, visitantes eclesiásticos, oficiais, ouvidores, Mesa da Consciência e Ordens e rei. Mesmo com a existência de regras, elas poderiam ainda não ser acatadas ou as diferentes instâncias de poder poderiam entrar em conflito. Tensões e disputas geravam longos pleitos com a possibilidade de articulação de grandes estratégias.

Considerações Finais

Em meio à nova corrente historiográfica com suas inovações sobre o Antigo Regime e a descentralização do poder real, tanto na Europa quanto na América portuguesa, foi possível pontuar que a situação dos trópicos não foi um obstáculo para a ampliação do modelo político que se adaptou às condições encontradas. Para os portugueses e seus descendentes, a colônia era uma continuação, um prolongamento da metrópole, compartilhando tradições comuns. Contudo, Hespanha²⁸ acredita não apenas em uma continuação complementar e adaptada do Antigo Regime, mas uma formação própria, de acordo com as especificidades encontradas. As exceções e especificidades não devem ser vistas como um desvio da regularidade, mas como soluções comuns frente às necessidades locais. A “categoria gnoseológica” de Antigo Regime não significa um modelo rígido de organização política e social, mas uma lógica de representação e organização frouxa, fluida e aberta às adaptações.

A temática das irmandades é rica, pois concilia questões como hierarquias, sociabilidades, assistencialismo e religiosidade. A partir de uma breve discussão, mostramos algumas reflexões

²⁷ BORDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

²⁸ HESPANHA. *Antigo regime nos trópicos?*

sobre seu estudo no Brasil, com destaque para Minas Gerais. Eis um grande desafio, compreender a dinâmica mineira no século XVIII. O sobe e desce das ruas, as bruscas mudanças de clima, uma mineração hostil, a imprevisibilidade da mineração, do status, da mobilidade, dos novos impostos, das lutas e reivindicações. A aventura, a crença e o protesto. A rapidez das construções, com cidades inteiras levantadas do zero em décadas, disputava lugar com a instabilidade. A escravidão, a miscigenação e a constante manutenção do tráfico se desenvolviam juntos aos costumes do Antigo Regime, adaptado às particularidades da localidade. Após as discussões expostas nesse artigo, é preciso constatar que a dinâmica das irmandades se enquadrava antes em uma lógica de Antigo Regime, baseada em uma sociedade corporativa pautada em hierarquias e na legitimação das desigualdades. Contudo, elas foram espaços que possibilitaram também a formação de interações sociais e culturais, estratégias e negociações que garantiram a fluidez das normas estamentais e das limitações que lhes eram impostas.

Simpósio Temático 09:

Dinâmicas de um Império: as interfaces culturais, administrativas e sociais entre as diferentes partes dos domínios portugueses (Séculos XVI ao XVIII)

Rogéria Cristina Alves

Doutoranda

UFMG

rogeriaufmg@gmail.com

Renata Romualdo Diório

Pós-Doutoranda

UFMG

rendiorio@gmail.com

Josimar Faria Duarte

Doutorando

Universidade Federal do Rio de Janeiro (História Social)

josimar.duarte@ufv.br

Débora Cristina Alves

Doutoranda

Universidade Federal de Juiz de Fora

dediliber@yahoo.com.br

Ana Paula Sena Gomide

Doutoranda

UFMG

ape.gomide@gmail.com

Proposta do Simpósio:

Este Simpósio Temático é um espaço de reunião e integração entre pesquisadores interessados nas análises históricas e antropológicas da administração política e dos modos de viver característicos do Império Português. Esse espaço é definido como um conjunto de relações ultramarinas e coloniais que se conectaram ao longo dos séculos XVI e XVIII, e que tiveram demarcados os interesses de indivíduos e instituições nos três pontos dispersos conquistados pelos lusitanos - África, Ásia e América. Os conceitos de império, colônia e colonizadores, por sua vez,

Anais do V EPHIS – V Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

06 a 10 de Junho – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016.

www.ephisufmg.com.br

têm movido uma profunda revisão historiográfica no que tange às formas de se examinar as diretrizes estabelecidas na extensão do poder da metrópole aos seus domínios ultramarinos, bem como no acolhimento deste por seus súditos. Se faz, assim, cogente analisar os diferentes sujeitos históricos, seus trânsitos culturais e materiais, desde as Américas, perpassando pela África, até o Oriente, enfocando as importantes dimensões da expansão ibérica no mundo moderno, tais como: ideias e práticas no contexto colonial; as conexões estabelecidas entre diferentes personagens, comunidades e instituições nos espaços coloniais; os diversos modos de atuação de indivíduos, grupos e instituições civis e religiosas; e as mestiçagens biológicas e/ou culturais estabelecidas pelas experiências do contato entre diversos grupos no mundo moderno. Nesta perspectiva, o intuito do Simpósio é reunir pesquisadores e estudiosos das relações intercontinentais entre África Lusa, Ásia, Portugal e Brasil, dentro do contexto do Império Português, durante os séculos XVI ao XVIII. Acredita-se que tal perspectiva possibilita evidenciar as “simbioses” e as diferenças nas relações construídas cotidianamente, no encontro de populações tão diversas, integrantes de um império vasto e que tinha como sua tônica principal, a diversidade.

Os jesuítas e a consolidação da Índia Portuguesa: uma análise dos primeiros contatos políticos e culturais¹

Ana Paula Sena Gomide

Doutoranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
Ape.gomide@gmail.com

Resumo: O presente estudo tem por objetivo central analisar o contexto inicial da chegada dos religiosos da Companhia de Jesus na então denominada Índia Portuguesa, a partir do ano de 1542 com a ida de Francisco Xavier à cidade de Goa. Compreendendo como importante aspecto da consolidação da presença portuguesa no Oriente, os jesuítas foram responsáveis não somente pela propagação do Evangelho entre as comunidades locais, mas também por expandir os espaços de atuação política e econômica da coroa portuguesa na Ásia. Além disso, este trabalho tem como intuito discutir o uso do termo *Império* para definir as relações políticas, econômicas e culturais que foram empreendidas pela expansão portuguesa no Oriente durante o decorrer dos séculos XVI e XVII, levando em consideração as mais distintas formas de contatos que foram estabelecidas pelos reinóis nos espaços asiáticos.

Palavras-Chaves: Companhia de Jesus; Índia Portuguesa; Império português.

A historiografia recente que se tem a respeito da expansão portuguesa sobre o Oriente vem discutindo as muitas interfaces de atuação política, econômica e cultural que Portugal empreendeu no território indiano. Fruto de trabalhos que buscam romper com o olhar etnocêntrico e dicotômico, baseado na relação puramente colonizado *versus* colonizadores, os historiadores da temática investigam seus objetos de estudos levando em consideração as mais diversas e complexas estruturas socioculturais existentes no espaço asiático, estruturas essas que portugueses e europeus tiveram que lhe dar ao entrar em contato.

Assim, na corrente dessa nova perspectiva analítica, este trabalho busca analisar o contexto inicial da chegada dos religiosos da Companhia de Jesus no Estado da Índia a partir do ano de 1542 com a ida de Francisco Xavier à cidade de Goa. Compreendendo como importante aspecto da consolidação da presença portuguesa no Oriente, os jesuítas foram responsáveis não somente pela propagação do Evangelho entre as comunidades locais, mas também por expandir os espaços de atuação política e econômica da coroa portuguesa na Ásia, atuando em muitas áreas onde sequer a

¹ Esse texto integra parte da dissertação intitulada Sob outro olhar: a narrativa jesuítica sobre o hinduísmo e sua relação com a prática missionária no sul da Índia (Século XVII) defendida em março de 2014 pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro/Faculdade de Formação de Professores.

presença portuguesa propriamente dita houvesse chegado como é o caso da região do Maduré, localizada ao sul do território.

Contudo, antes de investigar a atuação jesuítica e suas diferentes abordagens de evangelização frente as comunidades locais, cabe em primeiro momento definir o que foi o Estado da Índia e como este nos leva para uma questão chave de interpretação: entender o que significa para a presença portuguesa na Índia o conceito de *Império* português.

De acordo com o historiador Luís Filipe Thomaz, o Estado da Índia, que no ano de 1505 se tornou uma entidade política, engloba um conjunto de territórios, estabelecimentos, bens e pessoas controlados ou tutelados pela coroa portuguesa que circularam entres os espaços do cabo da Boa Esperança ao Japão². Da sua enorme imprecisão geográfica, uma vez que sua área de extensão é gigantesca, o Estado da Índia abarca uma gama de elementos de ordem físicas, geopolíticas e culturais. Assim, ao pesquisador que se debruça sobre a presença portuguesa no Oriente deve-se sempre delimitar muito bem seu recorte espacial, e até mesmo temporal, pois este se modificada bastante³.

Se o Estado da Índia não deve ser compreendido em termos geográficos muito bem delineados, como então entender a formação de um Império português no Oriente? De qual império estamos falando? Como ele se constrói e se desenvolve ao longo dos séculos? Perguntas como estas são de extremas importâncias para entender não somente a atuação política e econômica de Portugal na Índia, mas também as ações culturais empregadas pelos missionários das ordens religiosas.

António Manuel Hespanha e Catarina Madeira Santos lançaram luz sobre essas questões ao destacar como principais características do império português: suas descontinuidades espaciais, de trocas econômicas e de diversos modelos de instituições politico-administrativo⁴. Trata-se de um império pensado no seu aspecto marítimo em detrimento de fixação territorial. Coube aos portugueses, inaugurar um novo tipo de império no qual não se pensava a princípio ao menos, dominar os espaços terrestres, mas sim controlar os marítimos e suas rotas comerciais, características muito bem estudas por Charles Boxer em sua obra o Império marítimo português

² THOMAZ, Luís Filipe. De Ceuta a Timor. Lisboa, Difel, 1994, p. 207.

³ THOMAZ. De Ceuta a Timor, p.208.

⁴ HESPANHA, António Manuel; SANTOS, Catarina Madeira. Os poderes num Império Oceânico. In: MATTOSO, José (dir.). História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807). v.4, Editorial Estampa, 1998, p.351-366.

ao analisar principalmente o papel importante do comércio do ouro da Guiné e de escravos no financiamento da expansão portuguesa e seus avanços marítimos⁵.

Se a dominação marítima era algo concreto para os portugueses, a sua fixação territorial foi bem diferente. Conforme indicou Thomaz, a presença portuguesa na Índia deu-se sobre vários modelos. A região de Goa, principal ponto de fixação portuguesa na Índia possuiu o estatuto de conquista, pois foi incorporada pela coroa por meio de guerra.

A cidade de Ormuz, localizada na entrada do golfo Pérsico, apesar de ter sido dominada por Afonso de Albuquerque em 1507 e de destronar o rei de Ormuz, este não deixou de administrar e de exercer influências sobre os territórios vizinhos, levando na prática, a uma partilha de soberania com o rei de Portugal. Já para as regiões vizinhas à cidade de Goa, como Baçaim, Salcete, o estado português conseguiu exercer seu poder através de tratados e acordos com reis locais⁶.

Outro tipo de conjunto de estabelecimento portugueses na Índia foi àquela baseada por meio de feitorias e fortalezas através de uma série de concessões dos reis locais aos portugueses, em que não exerciam um controle total sobre a região. As áreas do Malabar, como Cochim, Cranganor, entre outras, foram adquiridas através de contratos. Eram regiões em que se compartilhavam soberania política⁷.

Andréa Doré também salientou que o estabelecimento da presença portuguesa na Índia se fez em torno de fortalezas e feitorias, criando assim, uma dominação cercada em locais mínimos, relativizando, portanto, a ideia da plena conquista portuguesa sobre os espaços indianos. Para a autora, “o modelo de construção de fortalezas fez do encarceramento a marca do Estado da Índia”⁸.

Como se vê, podemos entender que houve diferentes tipos e modos com que Portugal atuou em suas possessões terrestres na Índia, sendo que em muitas, seu poder era bastante limitado ou até mesmo compartilhado com as estruturas locais já existentes.

Foi em Goa, conquistada em 1510 por Afonso de Albuquerque, que se localizou a capital da presença política e econômica portuguesa, assim como a religiosa. Em Goa se constituiu uma série de repartições públicas, tal como se encontrava em Lisboa: como a Casa dos Contos, da Pólvora, uma Casa da Relação da Índia, bem como o estabelecimento de um tribunal da Inquisição,

⁵ BOXER, Charles. O império marítimo português (1415-1825). Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 31-53.

⁶ THOMAZ, Luís Felipe. De Ceuta a Timor, p.224.

⁷ THOMAZ. De Ceuta a Timor, p.233.

⁸ DORÉ, Andréa. Império Sitiado: as fortalezas portuguesas na Índia 1498-1622. São Paulo, Alameda, 2011. p. 136.

o único erguido no além-mar português. Criada para ser o alto ego de Lisboa, Goa também contava com o Desembargo do Paço, criado em 1570 e a Mesa de Consciência em 1571⁹.

A centralidade de Goa também pode ser apreendida para além da criação de órgãos ordinários do governo, como tribunais, conselhos, magistrados e oficiais, através da presença eclesiástica a partir da elevação da cidade a condição de diocese em 1532 e em 1557 da diocese metropolitana e do arcebispo em Goa. Assim tanto o poder civil quanto o eclesiástico se localizam em Goa¹⁰.

Se os esforços de dominação marítima, e depois, territorial formaram as bases do projeto de expansão portuguesa, a cristianização dos povos foi um importante pilar dentro da ambiciosa construção do império português. De acordo com João Paulo Oliveira e Costa, a partir do reinado de D. João III, com a criação de bispados ultramarinos e, especialmente, da ação militante dos padres da Companhia de Jesus, a propagação do cristianismo foi iniciada e o empreendimento português no Oriente ganhou novos contornos¹¹. A história da presença jesuítica no Oriente tem início com a chegada de Francisco Xavier (1506-1552) em Goa, no ano de 1542, que logo constatou o despreparo dos clérigos locais para com os assuntos religiosos que, cada vez mais se afastavam dos votos de pobreza e castidade, além de verificar o desrespeito dos já convertidos à Igreja.

Através de cartas escritas pelo próprio inaciano, Célia Cristina da Silva Tavares ressaltou que, em contato com comunidades locais, Xavier escreveu para a Europa sobre as características dos indianos, em especial os brâmanes, sobre a necessidade de se enviar missionários com boas condições de saúde para aguentar o árduo trabalho na Índia e a importância do aprendizado da língua local para a melhor evangelização. Ainda segundo a autora, entre os feitos do inaciano ao longo dos dez anos em que atuou no Oriente, podemos destacar seus textos catequéticos, como *A Declaração do símbolo da fé* (1546) e *O modo de rezar e salvar a alma* (1548), além dos milhares de batismos atribuídos e da expansão da atividade missionária para além do centro goês, avançando para as regiões da Costa da Pescaria, Cochim, Meliapor, Malaca e Japão¹².

No Japão, por exemplo, o jesuíta buscou se “aproximar” dos valores nipônicos, como, a ostentação de riqueza, que era vista como sinal de respeito entre os clérigos, estabelecendo, assim,

⁹ SANTOS, Catarina Madeira. “Goa é a chave de toda a Índia”: perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999, p.153-200.

¹⁰ FARIA. A conquista das almas do Oriente: franciscanos, catolicismo e poder colonial português em Goa (1540-1740). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013, p.59-68.

¹¹ COSTA, João Paulo Oliveira e. Mare Nostrum: em busca de honra e riqueza. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013. p. 191.

¹² TAVARES, Célia Cristina da Silva. Jesuítas e Inquisidores em Goa: a crmandade insular (1540-1682). Roma Editora: Lisboa, 2004. p. 113.

uma base para uma história da missão portuguesa no Japão, que seria suspensa posteriormente pela oposição do poder nipônico à divulgação do cristianismo.

No Oriente a missão jesuítica foi dividida em três espaços: Norte da Índia – com o centro em Goa – e Sul da Índia – tendo Cochim como eixo –, além de China e Japão. De acordo com Maria de Deus Beites Manso as missões jesuíticas giravam em torno de Damão, Baçaim e Chaul, na chamada Província do Norte, onde a presença dos portugueses era intensa, o que não eliminava, por sua vez, a dificuldade em fazer a evangelização. Segundo a autora, muitos missionários reclamavam da diversidade dos povos e da não aceitação ao cristianismo¹³.

Em locais onde o poder régio não alcançou, a Companhia de Jesus se apresentou como a forma mais viável de dar continuidade à expansão portuguesa, como é o caso da região do Malabar. Firmando o Padroado Português no Oriente, a ordem jesuítica, com seu zelo missionário, visou a submissão dos cristãos locais, o que agradava as autoridades régias, uma vez que, conseguiam, assim, manter algum poder sobre essas regiões afastadas de seu poderio. De acordo com Maria Manso, a presença missionária representou, inclusive, a base das relações diplomáticas entre o “Estado da Índia” e os poderes locais¹⁴.

Dispersos, por assim dizer, nas várias regiões da Índia, os jesuítas tiveram de lidar com distintas realidades para que o trabalho missionário pudesse ser desenvolvido, dispondo de diferentes mecanismos de cristianização frente às populações locais.

Desse modo, destacamos entre os suportes adotados pelos inicianos na busca pela implantação do cristianismo na Índia, a preparação religiosa das crianças de origem tanto luso-asiáticas como locais. De acordo com Maria de Deus Beites Manso, o ato de ensinar as crianças nativas foi um dos principais mecanismos usados pelos jesuítas para a que a evangelização obtivesse maior êxito. Além desse princípio pedagógico, as crianças cristianizadas poderiam vir a servir como intérpretes da doutrina cristã para seus familiares¹⁵.

Neste sentido, é preciso destacar que a Companhia de Jesus também fez uso do ensino e da ciência como importante ferramenta de transmissão da mensagem cristã. Os colégios e seminários foram essenciais não apenas para formação de naturais, mas também como meios de divulgação dos valores ocidentais cristãos.

¹³ MANSO, Maria de Deus Beites. *A companhia de Jesus na Índia (1542-1622): actividades religiosas, poderes e contactos culturais*. Universidade de Macau e Universidade de Évora, 2009. p. 23.

¹⁴ MANSO. *A companhia de Jesus na Índia (1542-1622)*, p.59.

¹⁵ MANSO. *A companhia de Jesus na Índia (1542-1622)*, p.48.

A realização do batismo também se tornou significativa no trabalho missionário. O cerimonial deste sacramento causava impacto tanto nos convertidos como nos não convertidos, servindo, também, como instrumento de incentivo para a permanência na religião recém-adquirida. Já os batismos coletivos levantavam uma problemática: a formação de cristãos apenas de nome. Em outras palavras, muitos indianos passavam anos sem praticar a comunhão e a confissão, ou mesmo acabavam por aceitar o batismo em troca de melhores condições de vida, revelando uma religião apenas externa, sem qualquer reflexão minimamente religiosa¹⁶.

Outra importante ferramenta evangelizadora dos jesuítas foi o aprendizado da língua local. Este domínio se baseou em dois principais objetivos: estabelecer comunicação direta com os cristãos da terra, dispensando o uso de intérpretes, e divulgação da doutrina cristã através de livros de catecismos e manuais. Neste sentido, podemos destacar o trabalho pioneiro de Francisco Xavier que, enquanto esteve na Costa da Pescaria, compreendeu a importância do aprendizado da língua tâmul, transferindo esta difícil tarefa para o jesuíta português Henrique Henriques, que dedicou todo seu trabalho em traduções e elaboração de dicionários e gramáticas em tâmul. Vale lembrar que, segundo Inês Županov, os jesuítas da missão da Costa da Pescaria acabaram por rejeitar definitivamente o português como língua evangelizadora, em detrimento do tâmul. O próprio padre português Henrique Henriques promulgou, segundo a autora, uma norma segundo a qual não se deveria falar português de nenhuma forma¹⁷.

Porém, como bem ressaltou Maria de Deus Beites Manso, nem todos missionários se preocuparam em utilizar esse mecanismo, o que reflete a falta de unidade nas ações jesuíticas e no modo de evangelização. Desse modo, que desde o início do trabalho evangelizador jesuítico no Oriente coexistiram métodos violentos de conversão na tentativa de erradicar os “emblemas do culto gentílico”, com os métodos que buscavam uma aproximação com a cultura local¹⁸. E foi, especialmente fora dos espaços da presença portuguesa, como é o caso do Maduré, que tal abordagem missionária de “respeito” às tradições locais.

Diferente da região de Goa, a presença portuguesa em Maduré foi mínima. Localizada ao noroeste do cabo de do Cabo do Comorim, no Malabar, de forma geral o poder político estava nas mãos dos hindus e o econômico na mão dos muçulmanos, o que muito dificultou a presença de Portugal e sua relação com estes reinos, bem como a relação missionária nesta área.

¹⁶ MANSO. A companhia de Jesus na Índia (1542-1622), p.156-157.

¹⁷ ŽUPANOV, Inês G. Do sinal da Cruz à Confissão em Tâmul, Gramáticas, Catecismos e Manuais de Confissão Missionários na Índia Meridional (Séculos XVI-XVII). p. 157-160.

¹⁸ MANSO, Maria de Deus Beites. A companhia de Jesus na Índia (1542-1622), p.134-135.

Um dos grandes missionários que atuaram em Maduré foi o jesuíta italiano Roberto de Nobili, que entre os anos de 1606 a 1612 desenvolveu na região seu método de conversão baseado na adaptação cultural. Desde que juntou a missão Maduré, o jesuíta observou que o grande obstáculo para as conversões eram os brâmanes. Converter-los era a chave para converter as demais castas. Assim, o jesuíta passou a conviver com os brâmanes, vivendo em meio aos seus costumes e práticas. Adotou por exemplo, a vestimenta amarela dos saniasses, passou a se alimentar somente de refeições vegetarias. Foi a partir desse encontro e adaptação com as estruturas culturais locais, que Nobili conseguiu iniciar seu trabalho de conversão religiosa, o que não eliminou as tensões políticas e culturais ali existentes¹⁹.

Entendemos assim, que a evangelização se apresentou como um dos melhores meios para garantir o processo de expansão portuguesa na Índia, além de que a aliança entre o poder político e o poder religioso, possibilitou que a coroa portuguesa se estendesse a lugares mais distantes.

Ressaltamos por fim que, se a Companhia de Jesus teve um papel central na integração entre o poder régio e o religioso na Índia, não significa que não houve uma presença religiosa nesse espaço por parte de outras ordens religiosas. Dominicanos e franciscanos, por exemplo, já haviam se firmado no Oriente antes mesmo dos inicianos, assumindo uma importância no próprio corpo régio português na Índia. Assim, jesuítas, franciscanos, dominicanos entre outras ordens religiosas, buscaram cada qual ao seu modo e por diversos métodos, fazer da Índia e seus mais variados espaços um lugar de vivência cristã.

¹⁹ TAVARES, Célia Cristina da Silva. Mediadores Culturais Jesuítas e a missionação na Índia (1542-1656). In: Acervo. Rio de Janeiro, v. 16, no 2, 2003. p. 173-190.

“Entre Joias e Santos”: a presença do marfim em objetos no Brasil (Séculos XVIII-XIX)

Rogéria Cristina Alves

Doutoranda em História Social da Cultura
Universidade Federal de Minas Gerais
rogeriaufmg@gmail.com

Resumo: A descoberta, pelos europeus, de vastas quantidades de marfim na África Ocidental, entre os séculos XV e XVI, transformou as negociações entre africanos e portugueses e gerou um controle cuidadoso sobre o comércio desse material. Conhecido na Europa como “ouro branco”, o marfim atingiu um alto valor comercial e foi apreciado enquanto um bem de luxo e material exótico, ao longo dos séculos. A contribuição desta pesquisa para os estudos sobre a circulação de marfins africanos se faz inédita e justifica-se por aventar problemáticas e hipóteses relativas à origem, circulação e posse dos objetos em marfim no Brasil. A tese central desta pesquisa contraria a afirmação unânime da bibliografia existente, de que a Índia seria o local exclusivo de procedência das peças em marfim existentes no Brasil. Defende-se a teoria de que o marfim de origem africana chegou ao Brasil, por meio do comércio transatlântico e, em muitos casos, permaneceu, tendo sido comercializado e apreciado pela população de diferentes regiões brasileiras.

Palavras-Chave: Marfins; comércio; brasil.

Introdução:

A existência de um comércio transatlântico do marfim, envolvendo o continente africano e a América Portuguesa foi apontada pelo historiador Russel-Wood (2006, p. 430), todavia ainda não foi objeto de estudo. Por sua vez, a proposta do presente estudo é elucidar aspectos desse comércio, para além dos fatores econômicos, inserindo-o numa dinâmica cultural e social, que considera a atuação dos sujeitos envolvidos nesse trânsito, bem como os usos e valores desse material nas diferentes margens do Atlântico. Na definição de Armitage:

É a história das pessoas que cruzaram o Atlântico, que viveram em seu litoral e que participaram das comunidades que ele tornou possíveis, de seu comércio e de suas ideias, assim como doenças que carregavam, da flora que transplantaram e da fauna que transportaram.¹

Nesse sentido, as relações possíveis construídas entre europeus, africanos e americanos mundo afora são vistas a partir do intercâmbio de pessoas, objetos, hábitos e culturas. Enfatiza-se a existência de um mundo interligado, habitado por sujeitos cosmopolitas - agentes ativos no trânsito intercontinental - que ao passarem de um lugar para o outro, carregavam consigo a *naturalia*

¹ ARMITAGE, David. *Três conceitos de História Atlântica*. Traduzido por Juliana Jardim de Oliveira. Revista de História da Unisinos. Vol.18, nº2, maio/agosto de 2014. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/viewFile/7035/4260>. Acesso em: 24/08/2015. P. 29.

e a *mirabilia*² que conheciam na forma de plantas, animais, objetos e materiais. Louças, tecidos, corais, pérolas e marfins eram mercadorias valorizadas, integrantes de um sistema econômico, social e cultural tecido em torno do Atlântico. A análise do marfim enquanto um material próprio dessa *naturalia* e *mirabilia* no mundo português é uma premissa desse estudo.

O marfim: definições

O marfim é um material orgânico, de aparência branca, muito resistente, utilizado na confecção de diversos objetos que variam entre aqueles de uso pessoal, religioso, doméstico e decorativo. É obtido a partir da extração das presas dos elefantes, dos hipopótamos, das morsas, do narval³, do javali africano, do cachalote⁴, dos extintos mamutes e dos mastodontes siberianos (nessas duas últimas espécies, o marfim é utilizado em sua forma fossilizada). Ossos e chifres de diferentes animais também são utilizados no fabrico de objetos e muitas vezes são confundidos com o marfim.⁵ Nos elefantes, as presas de marfim são o par de dentes incisivos superiores.

Existem, atualmente, três espécies de elefantes conhecidas no mundo: o elefante asiático, o elefante africano das savanas e o elefante africano das florestas. Embora pareçam semelhantes à primeira vista, é cediço que os elefantes africanos são diferentes dos asiáticos - por uma série de fatores e características físicas. Nos elefantes asiáticos, os machos possuem as famosas presas de marfim, já nas fêmeas elas são vestigiais ou inexistentes.⁶ O marfim proveniente dos elefantes é o mais utilizado e também mais apreciado. França, Barboza e Quites ressaltam que as características

² *Naturalia* e *Mirabilia* são termos em latim e significam respectivamente, natural e maravilhoso. Foram utilizados muitas vezes para identificarem os produtos, vindos de outros continentes e que circulavam no Novo Mundo. In: PAIVA, Eduardo F. *Mandioca, pimenta, aljôfars: trânsito cultural no império português – Naturalia & Mirabilia*. Disponível em: <http://www.esclavages.cnrs.fr/IMG/pdf/Louvain_Texto.pdf>. Acesso em 27/03/2015, às 19h50min.

³ O Narval (*Monodon monóceros*) é um mamífero cetáceo (parente das baleias), que vive nas águas frias do Ártico. Essa espécie possuiu um dente incisivo de marfim, em forma espiral, que pode medir até 3 metros. Esse dente lhes serve como instrumento de luta durante os combates rituais que realizam os machos para estabelecer a ordem hierárquica pela posse das fêmeas, do mesmo modo como os cervos utilizam os seus cornos. Informações disponíveis em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/planetinha/fique-ligado/baleia-unicornio-narval-artico-daniel-botelho-745668.shtml> e http://www.brasil247.com/pt/247/revista_oasis/68601/Narval---A-espetacular-migra%C3%A7%C3%A3o-do-unic%C3%B3rnio-do-%C3%81rtico.htm. Acesso em 26/01/2016.

⁴ Os cachalotes (*Physeter macrocephalus*) são mamíferos cetáceos com dentes, facilmente reconhecido pela sua enorme cabeça quadrada e maxilar inferior estreito. Informações disponíveis em: <http://escola.britannica.com.br/article/574445/cachalote>. acesso em 01/02/2016, às 23h: 45min.

⁵ Não se pode deixar de registrar a existência de uma ave chamada calau-de-capacete. Habitante das florestas tropicais do leste asiático, essa espécie possui capacete natural – também chamado de elmo. Composta por queratina, tal estrutura se estende do bico até o crânio dessas aves, é utilizada em entalhes e é chamada por alguns de “marfim” – embora não seja um dente. Informações disponíveis em: <http://noticias.terra.com.br/ciencia/ameacada-de-extincao-ave-rara-tem-cabeca-mais-valiosa-que-marfim,2afcf8b237cd5abcc721350a5f5996ffdfc19evq.html>. Acesso em 27/01/2016. marfim,2afcf8b237cd5abcc721350a5f5996ffdfc19evq.html. Nos Estados Unidos, no National Museum of American History, as peças feitas com a carcaça das baleias é também chamado de marfim.

⁶ Informação disponível em: <http://www.zoologico.sp.gov.br/mamiferos/elefanteafricano.htm>. Acesso em 01/11/2015.

do marfim variam também em função das diferenças entre as espécies de elefantes e os lugares em que vivem:

Por exemplo, os dentes dos elefantes provenientes da Ásia eram mais brancos que o Africano, de textura menos fechada, porém, não susceptível ao polimento. O tipo mais refinado e bonito era proveniente da região chamada Paganí, no leste da Costa da África. Conhecido como marfim verde ou marfim guiné, era apreciado por sua transparência e seu tom creme ou, amarelo pálido. Este tipo de marfim, ao contrário dos demais, tornava-se mais branco com o tempo. Na Índia, mais precisamente na região de Ceilão, era bastante apreciado o marfim de cor rosa-pálido. Cada um destes tipos de animais apresentam características específicas que podem facilitar ou dificultar o entalhe.⁷

O marfim foi utilizado como matéria prima para esculturas em diversos períodos históricos e civilizações, na elaboração de objetos que variavam dos primitivos bastões de mando do homem pré-histórico aos olifantes - também chamados trompetes ou chifres de caça – talheres, cibórios, saleiros, pentes, adorno de móveis e esculturas religiosas.⁸ Como testemunhas materiais, muitos objetos de marfim estão presentes até os dias atuais nos acervos de museus nacionais e internacionais.⁹ Dentre esses se destacam as peças de origem africana, elaboradas com detalhes minuciosos, tais peças são fontes de estudo de diversos pesquisadores.

As fontes documentais desse estudo não especificam de qual animal provinha o marfim em questão. Assim, não é possível afirmar que todo o marfim mencionado seja originário dos elefantes - o que leva à adoção de uma ampla significação do termo marfim, no âmbito dessa reflexão. Atualmente existem estudos que buscam, por meio de características macroscópicas e microscópicas, determinar a origem do marfim – inclusive com base no valor atingindo pelas peças compostas nesse material. Contudo, é importante lembrar que o comércio internacional de marfins foi proibido em 1989. Desde então, vários países destruíram as presas ou objetos confeccionados com esse material, com o objetivo de não estimular a captura e morte dos elefantes.

⁷ FRANÇA, Conceição L.; BARBOZA, Kleumanery de M.; QUITES, Maria Regina E. . *Estudo da tecnologia construtiva das esculturas em marfim*. In: 19º Encontro da Associação Nacional de pesquisadores em artes plásticas. "Entre territórios" - 20 a 25/09/2010 - Cachoeira, Bahia, Brasil. P. 2639 a 2653. Disponível em:< http://www.anpap.org.br/anais/2010/pdf/cpcr/conceicao_linda_de_franca_2.pdf>. Acesso em 02/02/2015. p. 2645.

⁸ FRANÇA. *Estudo da tecnologia construtiva das esculturas em marfim*. p. 2639.

⁹ Peças em marfim, de origem africana ou indiana, estão abrigadas em vários museus do mundo e chamam a atenção pela riqueza de detalhes e habilidade de seus produtores. Há exemplares de olifantes de marfim, por exemplo, no Museu Hermitage, em São Petesburgo (Rússia); no Musée National de la Renaissance, em Écouen, na França. No Brasil, destaca-se coleção de peças em marfim presente no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro (RJ); no Museu Carlos Costa Pinto, em Salvador (BA) e também no Museu da Inconfidência, em Ouro Preto (MG).

Os usos do marfim no Brasil Colônia: joias, santos e outros objetos

Na América Portuguesa, o comércio dos marfins ainda é um assunto a ser estudado. No entanto, há importantes trabalhos de autoria de técnicos, curadores e pesquisadores ligados a Museus. Nesse sentido destacam-se as publicações “*A arte do marfim: do sagrado e da história na Coleção Souza Lima do Museu Histórico Nacional*”, de 1993; e “*A sagração do marfim*”, de 2002. Ambos os catálogos do Museu Histórico Nacional, abordam a Coleção Souza Lima – a maior coleção de peças sacras em marfim existentes no Brasil. Outro conjunto importante é a coleção Orlando de Castro Lima, exibida no Museu de Arte Sacra da Bahia.¹⁰ O que prevalece, contudo, nos poucos estudos sobre a temática é uma afirmação unânime sobre a procedência indiana do marfim existente no Brasil colonial. Ocorria que no século XVI, embarcações saídas da Índia portuguesa, com destino à metrópole, chegavam ao porto de São Salvador, na Bahia – por variados motivos.

A Bahia foi sede do Governo Geral e estabelecia comércio com outros portos do Império Português, em razão de sua conexão marítima com as Índias. A “*Carreira das Índias*” era designação atribuída à ligação marítima entre Lisboa e os portos do oriente (Goa, Cochim e por vezes Malaca). No entanto, devido ao regime de correntes marítimas e ventos, o percurso dessa rota passava pela Bahia. No porto de Salvador, objetos de origem indiana eram deixados – num intercâmbio de mercadorias e produtos que acontecia também em outros portos mundo afora. Entre esses produtos, se destacavam pequenas esculturas de marfim.¹¹

Segundo Jorge Lúzio, autor de um dos principais trabalhos sobre a circulação do marfim na colônia brasileira, a iconografia indo-portuguesa em marfim, procedente da Índia esteve presente na Bahia seiscentista. O curioso dessas peças – ligadas em sua maioria à imaginária católica – é a mescla de elementos tipicamente europeus com elementos da cultura indiana. Algumas imagens religiosas apresentavam o rosto com traços orientais e eram esculpidas em posições remetentes à prática da meditação budista.¹² Tais peças materializaram a amálgama de culturas que formavam o império português, impregnadas de significados múltiplos.

Existem alguns apontamentos de que o comércio de marfim, em especial aquele saído da costa angolana, chegava à América Portuguesa juntamente com o tráfico de escravizados. Miller

¹⁰ MAIA, Pedro M. *O Museu de Arte-Sacra*. Universidade Federal da Bahia. São Paulo: Banco Safra, 1987; FRAGA, Myriam. *Marfins: Coleção Orlando de Castro Lima*. Salvador: Banco Safra, 1987.

¹¹ FRANÇA, Conceição L.; BARBOZA, Kleumany de M.; QUITES, Maria Regina E. . *Estudo da tecnologia construtiva das esculturas em marfim*. P. 2644.

¹² LÚZIO, Jorge M. S. *Sagrado marfim - O Império português na Índia e as relações intracoloniais Goa e Bahia, século XVII: iconografias, interfaces e circulações*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

chega a afirmar que o comércio de marfim, cera e látex substituíra o comércio de escravos entre Angola e Brasil, no século XIX, após o fim do comércio de escravos.¹³ Contudo, as ligações entre a costa angolana e o Brasil remontam aos primeiros séculos da expansão portuguesa.¹⁴ Além disso, sabe-se que o comércio de marfim existira paralelamente ao comércio de escravizados. E que com a proibição desse último, em meados do século XIX, o comércio de marfim foi afetado:

Depois que a exportação de escravos dessa Província se tem tornado mais difícil, está o commercio licito soffendo grave transtorno, pela dificuldade de obter transportes para a conducção, principalmente da cera e marfim, do sertão para essa Cidade. Quando havia em Loanda e immediações, grandes depósitos d'escravos, esperando o momento oportuno de serem contrabandeados para alem mar, tinha então os feirantes do interior a economia facilidade de mandar para baixo, avultuadas porções daquelles productos, pellas comitivas dos ditos escravos que aqui se dirigiam. Hoje faltando esse meio de barata conducção, e de em parte pagar a importação nessa Alfandega, tem se tornado mui difficeis as conducções do mato por meio de carregadores livres e pagos, e ainda muito mais, pelos obrigados.¹⁵

O marfim esteve presente na colônia brasileira sob variadas formas. Sheila de Castro Faria¹⁶ e Simone Trindade¹⁷ afirmam em seus trabalhos a recorrência do uso das figas de marfim¹⁸, em pencas de balangandãs usadas por muitas mulheres africanas no Brasil colonial.

As pencas de balangandãs eram joias do tipo amuleto, usadas pelas mulheres africanas e pelas afro-brasileiras desde o século XVIII.¹⁹ Existem vários trabalhos que analisam a composição dessas peças, assim como os simbolismos presentes no uso das mesmas. Contudo, ainda não há um trabalho que se detenha a estudar a presença e a origem desse marfim nas pencas de

¹³ MILLER, Joseph. A economia política do tráfico angolano de escravos no século XVIII. In: PANTOJA, Selma e SARAIVA, José F. S. *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. P. 43.

¹⁴ DELGADO, Ralph. O reino de Benguela (do descobrimento à criação do governo subalterno). Lisboa: Imprensa Belleza, 1945. Apud: CANDIDO, MARIANA P. Negociantes baianos no porto de Benguela: redes comerciais unindo o Atlântico setecentista. In: GUEDES, Roberto (Org.). *África: brasileiros e portugueses. Séculos XVI-XIX*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013. P. 67.

¹⁵ Ofício nº 261 do Governador Geral de Angola ao Ministro da Marinha e Ultramar sobre a necessidade de jumentos na Província. In: SANTOS, Eduardo. *Angolana (Documentação sobre Angola)*. Instituto de Investigação Científica e Tropical. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga. Lisboa, 1995. P. 931-932.

¹⁶ FARIA, Sheila de Castro. "Damas mercadoras: as pretas minas no Rio de Janeiro, século XVIII-1850". In: SOARES, Mariza de Carvalho (Org.). *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*. Niterói: Ed. UFF, 2007. P.101-134.

¹⁷ SILVA, Simone Trindade V. da. *Penca de Balangandãs*. In: Cadernos do MAV- EBA-UFBA. Ano 3, Número 3; 2006. P. 65.

¹⁸ O Museu Carlos Costa Pinto, situado em Salvador, na Bahia, possui 27 pencas de balangandãs em prata, que datam dos séculos XVIII e XIX, e que é, segundo pesquisa de Simone Trindade V. da Silva, o maior conjunto existente em museus.

¹⁹ HARDMAN, Aline Souza. *Pencas de balangandãs: construção histórica, visual e social das "crioulas" no século XIX*. Dissertação. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Artes Visuais (FAV), Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual, Cidade de Goiás, 2015.

balangandãs, constituindo-se assim, mais uma possibilidade de pesquisa sobre a presença, circulação e consumo do marfim no Brasil.

Presente na constituição de joias, o marfim adornou mulheres alforriadas - como foi o caso do par de brincos que Caetana Maria dos Santos – moradora do arraial de Antônio Dias, em Vila Rica - possuía: “um par de brincos com seus olhos feitos de marfim [Angola?] que pesam três quartos e quatro vinténs com seus olhos de mosquito, que foram vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de um mil e quinhentos réis.”²⁰

Márcio Mota Pereira, em artigo inédito, elenca os usos medicinais que se fazia do marfim em Lisboa, na Índia e também na América Portuguesa. O autor destaca que o marfim era um elemento quase onipresente nas boticas: “[...] os cabos de instrumentos diversos como pincéis, colheres e facas também poderiam ser confeccionados em marfim, bem como almofarizes e suas mãos, também chamados gral e o pistilo.”²¹ Nesse sentido também, *o Regimento dos preços por onde os boticários das Minas do Ouro Preto hão de vender seus medicamentos*, de 1729 - um instrumento que propunha regular a venda de produtos por parte das boticas e dos boticários na Capitania de Minas Gerais – determinava que o marfim devesse ser vendido a doze vinténs a onça – unidade de medida de massa.²²

Ainda sobre os usos medicinais do marfim, Júnia Ferreira Furtado pontuou que no inventário do boticário Francisco Marcos de Almeida, morador de Vila Rica, havia arrolados objetos de variadas procedências como, “folhas de flandres”, “jarros e frascos da Índia”, “espátulas de ferro e de latão” e um “almofariz” acompanhado de um “grau de marfim”.²³

A circulação de marfim em ampla medida no Brasil, já no século XIX, é apontada por dois documentos. O primeiro, um requerimento de 1834, encaminhado ao Ministério do Império, no qual o negociante Adão de Oliveira de Carvalho solicita garantias para a instalação de uma fábrica de pentes de marfim, tartaruga e chifre, no Brasil.²⁴ O segundo documento é uma representação²⁵ elaborada pelo advogado Francisco de Carvalho Figueira de Mello, na qual solicitou a proteção do

²⁰ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência (Casa do Pilar). Inventário *post-mortem* de Caetana Maria dos Santos. 1787. 2º Ofício. Códice 47, auto 518.

²¹ MOTA, Márcio Pereira. *Marfim e medicina na modernidade portuguesa: aportes pontuais*. No prelo: 2016. Texto gentilmente cedido pelo autor. P. 9.

²² Disponível em AHU-RJ, acl_cu_017-1, cx. 45, doc. 10612. Projeto Resgate da Biblioteca Nacional.

²³ FURTADO, Júnia F. Barbeiros, cirurgiões e médicos nas Minas colonial. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 41, jul.-dez. 2005, p. 101-102.

²⁴ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Catálogos online Biblioteca Nacional. Referência: 03, 02, 005 n° 318.

²⁵ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Catálogos online Biblioteca Nacional. Localização I-29, 33, 054. Para a elaboração desta proposta de pesquisa, consultou-se o resumo do documento, assim não foi possível precisar a data de elaboração do documento. Já foi solicitada à Fundação uma reprodução desse documento.

Estado para instalar, na província do Pará, estabelecimentos destinados à manufatura do marfim animal e vegetal. Especula-se que o marfim vegetal ao qual o documento faz referência seria a jarina. Jarina é o nome da semente da palmeira de igual nome, a *Phytelphas*, encontrada no sudoeste e oeste da região amazônica, estendendo-se além das fronteiras brasileiras. Essa semente, em especial a sua amêndoa, que há muito tempo chama atenção por suas propriedades físicas similares às do marfim, é conhecida há mais de um século como marfim vegetal, sendo, hoje, considerada como substituto à altura do marfim animal.²⁶

Importante destacar que a pesquisa de Iaci Iara Cordovil de Melo, tratou dos inventários das igrejas jesuítas no Pará, para os séculos XVII e XVIII e encontrou naquela localidade marfim, no formato de peças e presas. Há também a menção a um índio escultor, que teria sido escravo daqueles padres – o que sugere uma produção local das peças.²⁷

Considerações Finais:

De usos variados, dando forma a adornos pessoais, peças sacras e objetos diversos, o marfim esteve sem dúvidas presente no Brasil. O valor financeiro e simbólico dessas peças ainda é um ponto a ser estudado e insere-se nas discussões sobre a cultura material e sobre a circulação de objetos e materiais pelo mundo Moderno. Eugenia Soledad Martinez afirma que é impossível conhecer a história completa dos objetos, pois estes carregariam uma história invisível – detentora de um significado contextual adicional que nunca é recuperado totalmente.²⁸ Nesse sentido, acredita-se que os objetos em marfim seriam mais que meros objetos utilitários, decorativos ou devocionais. As peças em marfim retratam a expressão cultural e as identidades – de seus produtores, e em parte, de seus proprietários e assumiram diferentes significados para seus portadores.

Kessler afirma que, o uso do marfim retinha conotações políticas e sociais para várias sociedades. Por ligar-se à suntuosidade e à realeza, teria sido o material eleito para retratar Cristo e outros santos.²⁹ Dessa forma, cogita-se que a escolha do marfim para a confecção de objetos no Brasil poderia envolver vários significados, que precisam ser estudados sob o ponto de vista da

²⁶ COSTA, Marcondes L. da; RODRIGUES, Suyanne F. S.; HOHN, Helmut. *Jarina: o marfim das biojoias da Amazônia*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rem/v59n4/v59n4a059.pdf>>. Acesso em 08/08/2015.

²⁷ MELO, Iaci I. C. de. *As imagens jesuítas nos séculos XVII e XVIII no Pará*. Dissertação (Mestrado em Artes). Universidade Federal de Minas Gerais. 2011. P. 201.

²⁸ MARTINEZ, Eugenia S. *Crossing-cultures: Afro Portuguese ivories of the fifteenth and sixteenth century Sierra Leone* [S.L.]: [S.N.], 2007. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade da Flórida. P.75.

²⁹ KESSLER, Herbert L. *Seeing Medieval Art*. Ontario: Broadview Press, 2004, P. 27-29.



produção das peças, a posse e uso das mesmas, assim como os valores assumidos por esse material no Brasil ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Simpósio Temático 10:

Produção do conhecimento histórico no ensino e pesquisa: historiografia e prática em diálogo interdisciplinar

Bruna Reis Afonso

Mestranda

UFMG

reisafonsob@yahoo.com

Claudia Patrícia de Oliveira Costa

Doutoranda

Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

cliouerj@yahoo.it

Fernando Rosa do Amaral

Mestrando

UFMG

fernandohistor@gmail.com

Luana Carla Martins Campos Akinruli

Doutoranda Antropologia

UFMG / INSOD

luanacampos@insod.org

Proposta do Simpósio:

A formação do professor-pesquisador ou pesquisador-professor, pensada em conjunto com os métodos de pesquisa, ensino e aprendizagem, aparece como um grande desafio nos cursos de licenciatura e bacharelado em história. Nesse sentido, é importante estabelecer um debate que contemple as lacunas entre a escrita e o ensino da história. Segundo Jörn Rüsen, a manutenção dessa lacuna “limita ideologicamente a perspectiva dos historiadores em sua prática e nos princípios de sua disciplina” (RÜSEN, 2011, p. 23-24). Entretanto, tal temática vem ocupando cada vez mais espaço nos recentes debates dentro e fora do ambiente acadêmico. Pesquisadores animados pela possibilidade do estreitamento de laços entre a pesquisa histórica e suas mobilizações em sala de aula, mediada por saberes de professores e alunos, têm se debruçado com vigor sobre o campo do

ensino de história. Partindo desses pressupostos, o presente simpósio temático se articulará em dois eixos, tendo em vista a amplitude do debate que envolve as várias esferas em que o saber histórico está presente. O primeiro eixo abarca a produção do conhecimento histórico no âmbito escolar e, portanto, a educação formal. O segundo procura ampliar o debate, dando ênfase à interdisciplinaridade do conhecimento e do relacionamento entre as ciências. Assim, buscamos estimular o encontro de trabalhos que discutam o uso da historiografia e da teoria da história com enfoque em um ensino e pesquisa mais reflexivos e críticos, compreendendo tanto a produção do conhecimento histórico no âmbito escolar e nas diversas dinâmicas que emergem na sala de aula; como também outros espaços formativos, com novas concepções de relacionamentos entre as ciências, o conhecimento e a educação; que abarquem sequências didáticas e relatos de experiências que contemplem os espaços formais também não formais de educação.

Educação Tecnológica como alternativa de emancipação

Ana Carolina de Oliveira Teixeira

Mestranda em Educação Tecnológica, bolsista Capes
CEFET-MG
acoteixeira@hotmail.com

Silvani dos Santos Valentim

Ph.D em Educação. Professora Associada
CEFET-MG
silvanisvalentim@gmail.com

Resumo: A educação assume papel de grande relevância na formação humana a partir do momento que permite que a sociedade passe a orientar-se por ela. Esse tipo de pensamento possibilitou que fossem discutidas várias maneiras de se educar e ao longo do tempo a concepção de educação foi sendo reelaborada a partir das novas descobertas oriundas de pensadores de sua época. As principais finalidades da educação viriam a ser discutidas por meio de sua teologia, apontando como principal atribuição a emancipação humana, requisito indispensável para que o homem exercesse plenamente sua cidadania. A educação profissional e tecnológica seria de grande importância para essa concepção, pois trataria de questões diretamente relacionadas na busca pela emancipação humana à medida que constitui uma educação contra-hegemônica, pública, unitária, universal, gratuita, laica e voltada para uma formação politécnica.

Palavras-chave: Educação Tecnológica, Politécnica, Emancipação Humana.

Introdução

A educação assume papel de grande relevância na formação humana a partir do momento que permite que a sociedade passe orientar-se por ela. Esse tipo de pensamento possibilitou que ao longo dos anos fossem discutidas várias maneiras de se educar, sendo sua concepção reelaborada a partir das novas descobertas oriundas de pensadores de sua época.

O ideal grego de educação, conhecido como *Paidéia*, surgiu na Grécia e, em seu conceito, só seria possível que o homem se educasse a partir do momento que ele alcançasse um determinado grau de desenvolvimento, pois a educação faria parte da evolução da formação humana, pelo fato de que o homem já possuiria características inatas em seu ser que deveriam ser desenvolvidas ao longo do tempo possibilitando assim o auge de sua descoberta: a educação¹.

As características inatas do homem vêm a ser questionadas a partir do século XVII, quando passa a ser discutida a teoria da “tábula rasa”. Essa, por sua vez, consistia em dizer que o homem

¹ JAEGER, Werner. Lugar dos gregos na história da educação. In: JAEGER, Werner. *Paidéia: A formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 03-20.

não possuiria características inatas, mas que, ao nascer, seria como uma folha em branco a ser preenchida sendo, portanto, fruto de sua formação através da qual viria a desenvolver seus talentos por meio de uma didática pré-estabelecida, responsável por transmitir-o conhecimento por teorias devidamente reconhecidas².

As principais finalidades da educação viriam a ser discutidas por meio de sua teologia, apontando como principal atribuição a emancipação humana, na qual seria requisito indispensável para que o homem exercesse plenamente sua cidadania³.

A educação profissional e tecnológica seria de grande importância para essa concepção, pois trataria de questões diretamente relacionadas na busca pela emancipação humana à medida que constitui uma educação contra-hegemônica, pública, unitária, universal, gratuita, laica e voltada para uma formação politécnica⁴.

Esse artigo será dividido em duas partes. Inicialmente trabalharemos com alguns conceitos da tecnologia e depois discutiremos por meio de autores da área a importância da educação tecnológica na busca da emancipação humana.

Conceitos de Tecnologia

Uma vez que vamos discutir a educação profissional e tecnológica, é importante relatar quais são as definições dadas à tecnologia, que adquirem diferentes concepções de acordo com os autores que estudam a temática: entre eles encontram-se Álvaro Vieira Pinto; Mírian Grinspun; Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavata.

Para Álvaro Vieira Pinto a tecnologia pode perpassar por diferentes significados tendo pelo menos quatro como suas principais definições:

1. Segundo o significado etimológico de tecnologia se concentraria nas habilidades do fazer ou modo de produzir alguma coisa, seria o “logos da técnica”;
2. Outro significado possível equivaleria “pura e simplesmente a técnica” também conhecido como “*know how*”;
3. A tecnologia poderia também ser descrita como “conjunto de todas as técnicas de que dispõe uma determinada sociedade”;

² LOCKE, John. As ideias em geral e sua origem. In: LOCKE, Jonh. Ensaio acerca do entendimento humano. Livro II: As ideias. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 159-163.

³ ADORNO, Theodor W. Educação para quê? In: ADORNO, Theodor. W. Educação e Emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 138-154.

⁴ FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. Perspectiva. Florianópolis, vol. 19, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2001.

4. Por fim, ao longo de seu ensaio “A Tecnologia”, Álvaro Vieira Pinto demonstra uma maior inclinação por essa última definição de tecnologia que trata da “ideologização da técnica”⁵.

Grinspun diferentemente do que procurou mostrar Vieira Pinto, teria uma definição para tecnologia que se aproximaria da finalidade da educação tecnológica ao descrevê-la como instrumento que possibilita a formação crítica e reflexiva do homem. Ao buscar explicar o que seria a educação tecnológica menciona que:

Nesse sentido, poderia assim indagar como uma instigação pedagógica: para que serve, então, uma educação tecnológica? Arrisco uma resposta: para formar um indivíduo, na sua qualidade de pessoa humana, mais críticos e consciente para fazer a história do seu tempo com possibilidade de *construir* novas tecnologias, fazer uso da crítica e da reflexão sobre a sua utilização de forma mais precisa e humana, e ter as condições de, convivendo com o outro, participando da sociedade em que vive, transformar essa sociedade em termos mais justos e humanos⁶.

Frigotto por sua vez tende a entender a educação tecnológica como educação profissional e tecnológica, tendo como seu principal papel uma função emancipadora do trabalhador, sendo uma educação contra-hegemônica, pública, e voltada para uma formação politécnica⁷.

Ciavatta apresenta sua reflexão sobre a emancipação do homem pela educação e as principais dificuldades enfrentadas para que seja implementada devido à ideologia dominante que ronda nossa sociedade quando diz que:

A síntese da utopia sobre o ser humano é sua humanização, processo permanente de resistir à própria tendência a se corromper, a se destruir, a se desumanizar e a desumanizar os outros. A defesa da educação emancipadora tem como inspiração essa idéia necessária, mas de difícil realização⁸.

Educação Tecnológica na busca pela emancipação humana

⁵ PINTO, Álvaro Vieira. A Tecnologia. In: PINTO, Álvaro Vieira. O conceito de tecnologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p. 219-355.

⁶ GRINSPUN, Mirian P. S. Zippin. Educação Tecnológica. In: GRINSPUN, Mirian P. S. Zippin (Org.). Educação Tecnológica: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2002, p. 25-73.

⁷ FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100, out. 2007, p. 1129-1152.

⁸ CIAVATTA, Maria. Os Centros Federais de Educação Tecnológica e o Ensino Superior: duas lógicas em confronto. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96, out. 2006, p. 912.

A partir de uma Educação Profissional e Tecnológica centrada numa perspectiva de emancipação do trabalhador no embate da ideologia dominante mantido pelas forças conservadoras que governam o Brasil, por exemplo, Frigotto destaca cinco aspectos importantes:

1. No que diz respeito à sociedade há uma reflexão que envolve o embate da construção contra-hegemônica situada segundo ele no terreno ético-político. Tem como sua principal crítica a ideologia dominante do mercado, e preza pela democracia efetiva, igualdade e maior solidariedade entre os seres humanos;
2. No âmbito educativo, retoma a ideia de que devesse centrar num esforço maior por uma educação básica de qualidade que seja pública, laica, gratuita e universal, direcionada a formação subjetiva do ser humano numa perspectiva omnilateral, tecnológica ou politécnica tendendo a uma emancipação humana;
3. Defende a ideia de que a formação técnico-profissional deve estar articulada à educação básica, rompendo com a dualidade que existe no sistema educativo atual, pois isso permitiria a “formação de sujeitos autônomos e construtores de processos sociais radicalmente democráticos, solidários e equalitários”;
4. A Educação Profissional não pode tomar como referência o mercado ou o lucro apenas, mas deve estar relacionada em políticas de emprego, renda, “num projeto alternativo de desenvolvimento humano, social, político, cultural e econômico”, onde o ser humano seria tomado como referência;
5. E, por fim, uma sociedade onde a educação geral e/ou profissional, teriam como sua principal função “articular organicamente as relações sociais de produção e as relações políticas, culturais e educativas”. A fim de que o Estado governe juntamente às organizações da sociedade e para a sociedade, diferentemente do que vem ocorrendo atualmente, onde há um governo em nome da sociedade, sem a participação da sociedade e que não contempla as necessidades de grande parte da população⁹.

Frigotto defende a ideia de uma formação que permita a leitura da sociedade é importante para qualquer cidadão. Com essa afirmativa, é possível inferir que essa leitura de mundo permitiria ao cidadão lutar pelos seus direitos como ser humano e contra sua exploração a fim de atingir a sua completa emancipação. O autor descreve ainda que a melhor alternativa para alcançar o ideal de educação que permita essa leitura seria por meio da educação profissional e tecnológica, e concentra seus esforços para descrever o dualismo que existe entre essa educação e a educação básica a fim

⁹ FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. *Perspectiva*. Florianópolis, vol. 19, n. 1, jan./jun. 2001, p. 71-87.

de apontar em qualquer perspectiva o fato de que a educação brasileira tem se concentrado a atender os interesses do mercado de trabalho e não da formação humana como desejado, assim como no que diz respeito à educação profissional e tecnológica que estão sendo alvo de disputa política do interesse capitalista não atendendo aos objetivos que deveriam em sua totalidade no sentido de uma educação politécnica que tem como intuito formar o homem em todos os seus sentidos¹⁰.

Saviani corrobora com a visão de Frigotto acerca do dualismo existente na educação ao constatar que a Revolução Industrial seria uma das principais responsáveis por levar a uma separação da instrução e do trabalho produtivo, estimulando que a escola se ligasse de “alguma maneira, ao mundo da produção”. Com isso, houve a “divisão dos homens em dois grandes campos: aqueles das profissões manuais” que necessitariam de uma formação limitada direcionada à prática dispensando fundamentações teóricas mais abrangentes e outros homens que desempenhariam funções intelectuais que consistiria numa formação das elites por meio de um domínio técnico amplo e, dessa maneira, poderiam ocupar a classe dirigente dos “diferentes setores da sociedade”. Esse distanciamento modificou o sistema educacional para uma situação de dualismo, de um lado seriam formados os trabalhadores nas escolas profissionais e de outro os “futuros dirigentes” nas “escolas de ciências e humanidades”. Era de se esperar que a partir disso os educandos ocupassem posições de acordo com suas “funções sociais” que, na maioria das vezes, decorriam de sua “origem social”¹¹.

Segundo Frigotto, a educação tem sido ainda nos dias de hoje muita das vezes utilizada como instrumento de afirmação das desigualdades de classes em nosso país uma vez que, comumente, não existe a preocupação de promover por meio da educação a formação completa do ser humano de maneira mais abrangente e crítica, sendo que o ideal traçado tem sido direcionado a atender os interesses da sociedade dominante brasileira. “Certamente na mesma linha podemos perceber ansiedade dos trabalhadores adultos e dos jovens, mesmo de classe média, para se agarrarem em diferentes cursinhos que lhes prometam ‘empregabilidade’¹²”.

É possível, através dessas leituras, constatar a dualidade presente no sistema de ensino que nos permite ainda verificar o jogo de interesses no sistema educacional ao passo que os defensores de uma educação emancipadora irão lutar para que a mesma seja mais abrangente e capaz por

¹⁰ FRIGOTTO, Educ. Soc., p. 1139.

¹¹ SAVIANI, Dermeval. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, vol. 12, n.34, jan./abr., 2007, p. 152-180.

¹² FRIGOTTO, Perspectiva, p. 79.

formar o cidadão em todos os sentidos. Os capitalistas, ao contrário, estarão preocupados em formar para o mercado de trabalho, desenvolvendo nos estudantes apenas capacidades relacionadas à sua mão de obra:

Os clássicos do pensamento social, político e econômico brasileiro nos permitem apreender as forças que disputaram os projetos societários e entender o que nos trouxe até aqui e suas determinações. Permitem-nos entender, por outro, lado, por que o projeto da classe burguesa brasileira não necessita da universalização da escola básica e reproduz, por diferentes mecanismos, a escola dual e uma educação profissional e tecnológica restrita (que adestra as mãos e aguça os olhos para formar o “cidadão produtivo” submisso e adaptado às necessidades do capital e do mercado. Por outro lado, permitem também entender por que combatem aqueles que postulam uma escola pública, unitária, universal gratuita, laica e politécnica¹³.

Ao se tratar da educação escolar básica e de formação profissional e tecnológica a pergunta mais frequente estaria relacionada ao fato de sua importância para uma sociedade que prioriza o atraso em determinados setores levando a elevação do trabalho informal em detrimento do formal, o que fomenta ainda mais a desigualdade social.

Frigotto infere que para esse questionamento existem diferentes estudos históricos que definem que a educação escolar básica pública, laica, universal, unitária e tecnológica não foi em nenhum momento utilizada como necessidade, mas como instrumento para conter a classe trabalhadora brasileira. Além disso, uma escolaridade e formação técnico-profissional para a maioria dos trabalhadores nunca foi vista como necessidade que permitisse aos mesmos se tornarem aptos a lidar com trabalhos complexos, o que agregaria valor e efetivaria a competição intercapitalista. Situação que pode ser percebida pela trajetória de interrupções dos projetos societários que tinham como interesse principal a reformulação das estruturas e investimentos direcionados à educação, ciência e tecnologia em prol da construção de uma nação soberana.

Historicamente, a trajetória educacional passou por inúmeras adequações, mas foi no contexto do golpe civil-militar de 1964 que surge a ideologia do capital humano que reduz o ser humano à ideia do capital, como uma moeda de troca no direito à vida. A pedagogia que regia a educação era a do mercado, da profissionalização compulsória do ensino médio e da formação técnico-profissional com uma função principal; “adestrar para o mercado”.

A esperança da implementação de melhores horizontes no setor educacional concentrou-se na Constituição de 1988 durante certo tempo, quando se acreditou que a educação seria vista de

¹³ FRIGOTTO, Educ. Soc., p. 1131.

maneira mais relevante de modo a permitir avanços na democracia social. Os setores ditos conservadores da sociedade, no entanto, findaram com essa perspectiva por meio de decretos e medidas provisórias que iriam contra essa finalidade, conforme apontou Frigotto¹⁴.

Ciavatta também pactuava dessa expectativa de mudança da educação por meio da Constituição Federal de 1988 pois, segundo a autora, “essa utopia estaria expressa no artigo 3º” dessa Constituição que tinha como objetivos fundamentais “I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Assim como indica que “a mesma Constituição, no seu artigo n. 205, prevê que a educação deve visar ‘ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho’”¹⁵.

O que senso comum nos leva a acreditar é que a não inserção no mercado de trabalho em uma colocação estratégica seria resultado do baixo nível de escolaridade dos trabalhadores e que isso poderia ser solucionado com um maior investimento em sua “empregabilidade”. Porém, diante de tudo que foi desmistificado sobre a educação para o trabalho, é possível inferir que na verdade não existe interesse da classe dominante brasileira na universalização da educação básica uma vez que seu interesse é formar cada vez mais pessoas para o trabalho simples deixando-as, por fim, subordinadas ao capital.

O pequeno número de ensino médio integrado existente até 1996, constituído principalmente pela rede CEFET¹⁶ vem perdendo força e diminuído sua intensidade, refletindo no real interesse do capital, pois segundo Frigotto esse ensino descrito por Saviani como espaços que possuíam as bases para uma educação politécnica, que seria aquela que ‘oferece fundamentos científicos gerais de todos os processos de produção e das diferentes dimensões da vida humana’¹⁷.

Sendo a educação profissional e tecnológica foco desse percurso, é importante salientar a visão de Frigotto em relação ao Sistema “S” que durante a década de 1980 sofreu considerável pressão da sociedade para que houvesse por sua parte um empenho voltado ao lado social, porém

¹⁴ FRIGOTTO, 2007.

¹⁵ CIAVATTA, Educ. Soc., p. 912.

¹⁶ A rede constituída pelos Centros Federais de Educação Tecnológica foi alterada pela Lei 11.892/2008 instituindo a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Centros Federais de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro e Minas Gerais, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e Colégio Pedro II.

¹⁷ FRIGOTTO, Educ. Soc., p. 1139.

na década de 1990 quando além de abandonar os princípios sociais, muitos de seus departamentos, em particular o SENAI, passaram a trabalhar para o capital, sendo intitulado por isso de unidades de negócio¹⁸.

Diante de toda a argumentação apresentada ao longo desse estudo é possível constatar a partir da perspectiva dos diferentes autores apresentados e tendo como base a ideologia de Frigotto, que se espera para Educação Profissional e Tecnológica uma universalização da educação básica mais vinculada a formação técnico-profissional e de preferência pública, gratuita, laica e universal em que sua concepção baseie-se na politécnica, de modo a permitir a eliminação da educação dualista possibilitando ainda uma maior articulação entre cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho enquanto garantias de cidadania e democracia efetivas sendo que apenas desse modo será possível a real emancipação do trabalhador.

Considerações finais

A presente pesquisa permitiu traçar conceitos acerca da Educação Profissional e Tecnológica assim como demonstrar sua importância para uma formação humana que seja capaz de viabilizar ao homem a prática plena de sua cidadania.

Porém, foi diagnosticado algo diferente do pretendido pelos defensores da educação profissional e tecnológica emancipadora, uma vez que o mercado exerce uma pressão muito grande sobre a educação de modo a dificultar essa formação, tendo como interesse principal a perpetuação de uma educação dual como existe hoje, na qual os esforços se concentram em uma educação do trabalhador distinta dos que seriam preparados a ocupar cargos de destaque nas grandes empresas. O que mais agrava essa situação é o fato de que na maioria das vezes a educação empreendida ser determinada pela posição social ocupada pelo indivíduo que conseqüentemente vem a inviabilizar sua ascensão social.

Portanto, o estímulo à educação profissional e tecnológica, principalmente no que diz respeito ao ensino básico assim como por uma educação integrada tenderia a cumprir com os objetivos propostos na formação humana na busca pela emancipação, exercício de sua cidadania, leitura de mundo e construção de sua própria história.

¹⁸ FRIGOTTO, Educ. Soc., p. 1140.

Travessia: uma experiência discente em busca de uma formação continuada e complementar

Bruna Reis Afonso

Mestranda em História e Culturas Políticas
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Bolsista CAPES
E-mail: brunareisafonso@gmail.com

Ivangilda Bispo dos Santos

Graduando em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
E-mail: ivangildabispo@yahoo.com.br

Pollyanna Rodrigues Alves Chaves

Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
E-mail: pollyanna012@hotmail.com

Rafael Vinicius da Fonseca Pereira

Mestrando em História Ciência e Cultura na História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Bolsista CNPq
E-mail: rafaelfonseca85@hotmail.com

Renan Cerqueira Dias

Professor Licenciado e Bacharel em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Instituto Educacional Gabriela Leopoldina
E-mail: renancd19@gmail.com

RESUMO: O Grupo de estudos e pesquisa em ensino de história Travessia surgiu no início do ano de 2015, a partir da iniciativa autônoma de um grupo de estudantes da graduação e da pós-graduação do curso de história da UFMG. O principal motivo que mobilizou os estudantes na criação do grupo, foi a sensação de que havia uma lacuna em suas formações naquilo que se refere à formação docente. As primeiras reuniões aconteciam quinzenalmente e tiveram como função realizar o mapeamento das necessidades de cada membro do grupo, seja no campo da prática de ensino, seja no campo teórico do ensino de história. A partir desse levantamento coletivo o grupo passou a traçar estratégias de estudo e pesquisa, além de definir tarefas, conteúdos e textos para serem debatidos em forma de seminário nos encontros quinzenais.

Palavras-chave: Grupo de Estudo, Ensino, Pesquisa e Didática

Estereótipo da superioridade do professor da universidade frente ao professor do ensino fundamental ou médio e esse professor é alçado à condição de objeto e não sujeito do processo. A ideia, por nós defendida, é dialogar com o professor, trocar saberes experiências.¹

O Travessia - Grupo de estudos e pesquisa em ensino de história surgiu no início do ano de 2015, a partir da iniciativa discente de graduandos e pós-graduandos do departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O grupo se reúne quinzenalmente e é aberto à participação da comunidade. A estrutura organizacional do grupo se pauta pela horizontalidade entre os participantes. Sendo seus eixos de atuação divididos em três seguimentos, a saber, a) formação continuada, b) extensão e c) projetos de ensino.

Para nossa proposta de formação continuada, buscamos realizar atividades de leitura e discussão bibliográfica. A definição dos temas a serem discutidos obedece as demandas dos participantes. A bibliografia deverá privilegiar temáticas relacionadas aos eixos preestabelecidos como ensino de história, educação, formação de professores, dentre outros.

Os projetos de extensão tem caráter coletivo, sendo planejados no início do ano e aplicados durante, aproximadamente 12 meses, com o objetivo de produzir práticas e reflexões que nos possibilitem aprofundarmos os saberes relacionados à formação docente e ao exercício profissional, constituindo-se também como uma forma de diálogo entre os discentes e o professor da escola básica.

Os projetos de ensino têm por objetivo adotar um viés lúdico, reflexivo e que ampliem a agência dos estudantes, partindo das discussões teórico-metodológicas feitas pelo grupo.

Tendo em vista a crescente demanda dos graduandos e docentes em qualificar sua formação e em face do descompasso entre as discussões teóricas desenvolvidas na academia e a prática profissional, o grupo tem como finalidade: *I) Ser um ambiente de discussões teóricas sobre o ensino de história e a educação básica, procurando promover seminários abertos de debate sobre temas contemporâneos e de diálogo entre a universidade e a educação básica em espaços escolares. O grupo nos últimos anos dedicou-se a discutir sobre a Consciência Histórica, História da Disciplina, Cultura Escolar e Saberes Docentes. Como culminância, foram promovidos dois seminários intitulados “Temas Contemporâneos em Ensino de História” O primeiro seminário (2015) contou com a participação de professores da UFOP e FaE-UFMG e contemplou temas como a Base*

¹ RASSI, Marcos Antônio Caixeta; FONSECA, Selva Guimarães. Saberes docentes e práticas de ensino de história na escola fundamental e média. Arquivo digital disponível em: [periodicos.ufpb.br /index. Php /srh/article/download/11360/6474](http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/download/11360/6474). Acessado pela última vez em 01/09/2016.

Nacional Curricular, Comum, Propostas e Programas de Governo para Ensino de História, Memória: Dilemas Contemporâneos. Já o segundo seminário (2016) teve a parceria com a Escola Estadual Pedro II, a Escola Municipal Anne Frank, UFOP e UFF. Além das discussões teóricas sobre “Ensino de História e passados traumáticos” e “O movimento conservador no Brasil e a educação básica”, o evento também ofertou oficinas sobre História dos Bairros, História e Literatura e Rádio Clio (web rádio e ensino de história);

II) Propor práticas pedagógicas, por meio de projetos de extensão, que utilizem uma abordagem que procure diminuir a distância entre universidade e sala de aula, tendo em vista, porém, as especificidades dos conhecimentos produzidos nestes ambientes. Desse modo, desenvolvemos o Projeto de Extensão História e Literatura Infantil, aplicado na Escola de Educação Básica e Profissional Centro Pedagógico (CP-UFMG), durante o ano letivo de 2016. O projeto tem como objetivo introduzir conceitos históricos básicos para compreensão dos fenômenos sociais, como historicidade, o tempo como produção humana, alteridade e cultura, por meio da análise de obras literárias, fílmicas, e atividades lúdicas;

III) Dialogar com as disciplinas Análise/Prática de Ensino de História visando construir um espaço de compartilhamento de materiais produzidos na disciplina de prática de ensino e pelo grupo, informações, experiências pedagógicas, dando visibilidade e circularidade às produções desenvolvidas no meio acadêmico.

IV) Ser um espaço de formação continuada e em permanente discussão sobre as lacunas na nossa formação docente, estabelecendo parcerias com as diversas unidades da UFMG, UFOP e outras que atuem na formação do profissional de ensino.

V) Criar canais de comunicação que proporcionem visibilidade ao grupo e um meio de divulgação de informação sobre a educação.

Como pretensões e projetos futuros para os próximos anos, o grupo de estudo Travessia, pretende:

I) Criar um site contendo um banco de dados que disponibilizasse os trabalhos e intervenções desenvolvidos pelos estudantes do grupo e da disciplina Prática de Ensino e desenvolvidos pelo grupo.

II) Produção de material didático e paradidático em diferentes suportes com a intenção de apoiar o trabalho docente na educação básica.

III) Produzir pesquisas relacionadas a área de educação e ensino de história que busquem suprir as lacunas observadas ao longo da nossa formação docente, contribuindo também para a formação continuada dos professores.

Representações e Empoderamento: possibilidades de contribuição do ensino de história no processo de formação de jovens negros e negras.

Camila Neves Figueiredo

Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
camilanfigueiredo@yahoo.com

Resumo: A partir da experiência de participar da produção do documentário (In)Consciência Negra, pretendemos analisar qual é o papel do acadêmico no processo de representação de jovens negros(os) e como um trabalho nesse formato pode contribuir para o empoderamento dessas pessoas. Na produção do documentário procuramos, primeiramente, escutar o que esses alunos tinham a dizer e a partir desse exercício de escuta, organizar o material e prepará-lo para a exibição. O que percebemos, após o evento de lançamento do trabalho, foi uma mudança, associada a uma maior identificação racial de boa parte dos alunos (as) negros (as) que participaram do projeto. A partir disso, buscamos pensar em como e para quem as representações acadêmicas da juventude negra vêm sendo feitas. Nesse sentido, analisar se chegam e como chegam essas representações até essas pessoas de quem falamos, visto que muito têm sido produzido nessa temática e muito pouco chega efetivamente aos interessados e realmente afetados por esta discussão.

Palavras chave: Empoderamento, Identidade Negra, Representações.

O presente trabalho foi pensado a partir da experiência de participar da produção do documentário (In) Consciência Negra, no ano de 2015, elaborado e produzido pela equipe de professores e bolsistas do PIBID de História. A questão principal deste trabalho é pensar o papel da academia e dos professores/as nos processos de representações e empoderamento de alunos negros e negras.

O documentário foi produzido pela área de História do PIBID, nas escolas em que o projeto atuava na época: a Escola Estadual Alaíde Lisboa e a Escola Estadual Pedro II. O objetivo era, a partir de perguntas base, escutar o que os alunos tinham a dizer sobre o tema e, num segundo momento, organizar o material coletado e montar o produto final, o documentário. Foram feitas, aos estudantes, perguntas como: “você se considera negro/a?”; “o que é ser negro/a?”; “como é ser negro/a na sociedade brasileira?”.

A partir dessas perguntas, foi permitido e incentivado que eles falassem livremente a respeito do tema, na tentativa de valorizar a vivência e a experiência de cada um e os diferentes lugares de fala de onde partiam. Isso, tendo em vista que as escolas apresentavam perfis de alunos muito diferentes, a Pedro II, localizada na região central da cidade, atende majoritariamente alunos

de classe média, enquanto a Escola Alaíde Lisboa, localizada no bairro Taquaril, é uma escola composta por alunos do próprio bairro, de baixa renda e periféricos.

Uma das autoras utilizadas para pensar este trabalho é a crítica indiana, Gayatri Spivak, autora do livro *Pode o subalterno falar?*, que pensa o papel do intelectual com os sujeitos subalternos e conceitos como o de representação. No prefácio da própria obra a professora Sandra Regina Goulart Almeida, uma das tradutoras do livro, resume bem a ideia de Gayatri Spivak:

Segundo Spivak, a tarefa do intelectual pós-colonial deve ser a de criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar para que, quando ele ou ela o faça, possa ser ouvido (a). Para ela, não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar 'contra' a subalternidade, criando espaços nos quais o subalterno possa se articular e, como consequência, possa também ser ouvido¹.

A crítica indiana adverte em seu trabalho não apenas sobre a impossibilidade de fala dos sujeitos subalternos, mas sobre a impossibilidade de ele se fazer ouvir. O uso do termo subalterno, para ela, não deve ser usado para se referir a todo e qualquer sujeito marginalizado, mas pensa o termo, resgatando o significado de Gramsci, que pensa no sujeito subalterno como aquele cuja a voz não pode ser ouvida.

(...) o termo subalterno, Spivak argumenta, descreve 'as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante'².

O que a autora propõe em seu trabalho é que existem dois sentidos do termo representação, um está ligado à ideia de “falar por”, como acontece na política e ‘re-presentação’ “no conceito filosófico da representação como encenação ou, de fato, significação, que se relaciona com o sujeito dividido de uma forma bem indireta”³. A ideia geral é que o papel do intelectual, em seu ofício, seja menos o de falar pelo sujeito subalterno e mais de abrir espaços onde ele possa falar por si mesmo e ser escutado. Nesse sentido, o trabalho realizado pelo documentário – considerando a forma como foi feito e mesmo depois de pronto, com a escolha de realizar uma exibição de lançamento na universidade, contando com a presença dos alunos que participaram – parece ser, de certa forma, um espaço criado para que esses estudantes secundaristas pudessem falar e, principalmente, para que fossem escutados.

¹ SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 16.

² SPIVAK, *Pode o subalterno falar?*, p. 13.

³ SPIVAK, *Pode o subalterno falar?*, p. 52.

Para pensar essa apresentação, foram selecionados algumas alunas(os) para entrevistas, feitas via Facebook. Em nossas conversas termos como “assumir”, “aceitar”, “libertar”, “identificar”, “reconhecer”, foram extremamente recorrentes. Quando questionados sobre a importância de trabalhos que caminhem nesse sentido, todas as respostas caminharam num sentido de representatividade, conscientização, visibilidade e lutas contra o racismo. Uma das alunas toca no ponto do autoidentificação racial, ainda, como um fator de importância para a realização de trabalhos nesse estilo. Segundo a aluna Rafaela L., aluna da Escola Estadual Pedro II, projetos como o documentário “São de extrema importância, porque somos [negros] grande parte da população. Falta representatividade e grande parte de nós tem dificuldade de se reconhecer como negro”⁴.

As representações que vemos de pessoas negras ao longo da vida são, em sua grande maioria, negativas, pejorativas e tendem a inferiorizar as pessoas negras. Kabengele Munanga, aponta que existe, ainda hoje, a consideração da cor branca como referencial da beleza humana. E que por meio dessa ideologia, as pessoas negras introjetaram e internalizaram a feiura do seu corpo forjada contra eles, enquanto os brancos internalizavam a beleza do seu corpo forjada em seu favor⁵. No documentário, um aluno aponta que as pessoas,

(...) não conseguem ver o negro, assim, como uma imagem de algo bom. É sempre pejorativo, com brincadeiras de insignificâncias, assim, de infância: “ah, chup-chup de petróleo”, é uns trem assim que vai te tacando pra baixo, sem a pessoa perceber ela tá multiplicando o racismo⁶. (Bruno M., 19 anos, Escola Estadual Pedro II)

Munanga considera que, por motivos como esse, para as pessoas negras, existe uma necessidade de reverter a imagem negativa do corpo do negro, através de um processo de desconstrução da imagem anterior e reconstrução de uma nova imagem positiva. Construção de novos cânones positivos da beleza e da estética que trazem positividade às características corporais do negro.

Sobre o mesmo assunto, Nilma Lino Gomes aponta que a construção da identidade das pessoas negras, passa invariavelmente pelo corpo, visto que ele é um fator determinante tanto para os preconceitos sofridos, quanto para a ressignificação desse corpo e dessa imagem. A autora afirma que, para as pessoas negras, a intervenção no cabelo e no corpo é mais do que uma questão

⁴ Trecho retirado das entrevistas realizadas em Maio de 2016.

⁵ MUNANGA, Kabengele. *Negritude: Usos e Sentidos*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988, p. 15.

⁶ PIBID-UFGM. Documentário: (In)Consciência Negra. Captado em:

<https://www.youtube.com/watch?v=DhWl8cz0pYE>. Acesso em: 06 de agosto de 2016. (Transcrição Literal)

de vaidade ou de tratamento estético. É identitária⁷. Caminhando nesse sentido, o objetivo, aqui, passa pela análise de como trabalhos e projetos que retirem o aluno do lugar de escuta e o coloque em uma posição de fala, semelhantes ao que foi feito no documentário, contribuem para a construção e para o fortalecimento da identidade de alunos negros e negras com os quais trabalhamos. Além disso, pensar em como esse tipo de trabalho contribui para o empoderamento desses alunos e alunas.

Um dos principais objetivos do documentário foi o de colocar os alunos num espaço ocupado normalmente por um sujeito do saber, na escola, expresso na figura do professor. Com isso, era esperado que eles incorporassem uma postura mais ativa e fossem capazes de se expressarem e colocarem suas opiniões. A ideia era que o simples fato de ocuparem aquele lugar, produzisse neles uma sensação de poder que pudesse ser convertida em algo próximo de uma autoestima, um empoderamento e, ainda, que esse empoderamento auxiliasse no processo de formação escolar, social, cultural e política desses(as) alunos(as). Para os(as) alunos(as) entrevistados, trabalhos como o documentário *(In)Consciência Negra* são de grande importância para esse desenvolvimento das próprias pessoas negras. Para eles(as):

É de extrema importância para que o negro que, de certa forma, não teve conhecimento sobre sua cultura. Passando por uma experiência dessa, ele vai se identificar e ver que sim ele é negro que teve muita luta para se "libertar". (Bruno M., 19 anos, Escola Estadual Pedro Segundo)

Hoje estamos tendo bastante visibilidade em vista de alguns anos atrás. Estamos nos assumindo cada dia mais e nos aceitando, mas isso não quer dizer que o preconceito acabou ou até mesmo diminuiu. Vemos cada dia mais ataques de preconceitos e intolerância sobre ser negro e assumir sua identidade, por isso acho importante que abordem esse assunto cada dia mais até todos se assumirem ou, pelo menos, se aceitarem e para que a sociedade tenha uma atitude diferente e de respeito. (Nathália N., 19 anos, Escola Estadual Alaíde Lisboa)⁸

Ainda pensando a importância de projetos como esse em escolas públicas, outra pauta foi apresentada por uma aluna, a da abertura de espaços dentro da própria sala de aula, onde assuntos vinculados aos estudantes e suas experiências possam ser tratados, problematizados e elaborados. O trabalho de assuntos que se relacionam, têm importância e, conseqüentemente, que fazem sentido para os(as) alunos(as) pode, também, ser considerado uma forma de atrair esses(as) estudantes para o ambiente escolar, para o estudo e fortalecer e ampliar seus horizontes e expectativas.

⁷ GOMES, Nilma Lino. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 21.

⁸ Trechos retirados da entrevista posterior ao documentário, realizada via Facebook, em maio de 2016. Foram realizadas alterações simples na pontuação do texto, com o objetivo de facilitar a leitura.

Tratar desses assuntos, além de ser importante para atrair os alunos, é fundamental para a compreensão de questões muito presentes no cotidiano, como as questões raciais. Esse trabalho pode funcionar ainda como forma de conscientização racial e política de todos(as) alunos(as), além de contribuir para o fortalecimento e o empoderamento do(as) alunos(as) negros(as).

O pouco que eu falei da minha vivência em voz alta reforçou na minha cabeça o fato de que o Brasil ainda é um país muito, muito, MUITO racista. [Destaque da entrevistada.] Eu sempre tive a consciência disso por vir de uma família militante, mas a partir do momento que esse projeto se integrou na minha escola e que eu consegui que a vivência do negro fosse abordada em sala de aula, que eu vi o quanto o racismo é normalizado e é velado. Principalmente em sala de aula. O que eu mais gostei foi de ver gente preta assistindo ao documentário, que foi feito por gente preta, que falava de gente preta no espaço racista e elitizado que é a UFMG. (Tainá E., 16 anos, Escola Estadual Pedro II)

Pensando nas colocações da estudante, parece pertinente pensar que o evento de lançamento do trabalho, organizado na universidade, representou um momento importante para as pessoas envolvidas no projeto. Esse momento do lançamento do vídeo parece semelhante ao momento analisado por Sonia Maria Giacomini, e retomado por Amanda Palomo Alves em sua dissertação, quando trabalha com as festas do Clube Renascença na década de 1960. Alves aponta que em uma das festas, a “Noite do Shaft”, “(...) além da discotecagem, havia a projeção de slides com cenas dos filmes do Shaft e fotos dos frequentadores do baile”⁹, tiradas em edições anteriores. Através dos relatos, apresentados por Giacomini é possível perceber como o momento de projeção dessas imagens representa um momento importante para os frequentadores do baile.

Os relatos recolhidos junto a habituais ou eventuais frequentadores do Shaft, porém, não deixam pairar qualquer dúvida quanto ao fato de que, tanto do ponto de vista dos idealizadores quanto daquele dos frequentadores, aquele era um momento muito especial da festa. Era fascinante para os novatos e deixava ansiosos mesmo os frequentadores mais experimentados. Estar bem composto no estilo Shaft, mais que necessário, era particularmente compensador e gratificante, o que se entende quando se tem em vista a organização e apelos da festa: slides projetados nas paredes exibiam, alternadamente, imagens do Shaft e closes dos frequentadores. Nesses instantes, o participante se via em tamanho aumentado e era visto por todos. Celebrados e cotejados, lado a lado, o Shaft e o anônimo participante da festa, ambos nas mesmas dimensões, em cada qual igualmente presentes os signos que expressavam a adesão comum ao *soul*, à *alma* e ao *orgulho negros*, sintetizados e coagulados, de maneira perfeita, na figura do Shaft¹⁰.

⁹ ALVES, Amanda Palomo. O Poder Negro na Pátria Verde e Amarela: Musicalidade, Política e Identidade em Tony Tornado (1970). (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-graduação em História, Maringá, 2010, p.48.

¹⁰ GIACOMINI, Sonia Maria. A Alma da Festa: família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro – o Renascença Clube. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/IUCAM, 2006, p.195-196.

Como apresenta Giacomini, esse efeito era conscientemente visado pelos idealizadores da festa, que tentavam promover uma celebração do “orgulho negro” em seus eventos através dessa prática. Era um dos momentos mais importantes da festa, pois, como aponta Alves, aquela celebração dava vida a um evento que simbolizava o núcleo de afirmação e vivência de um orgulho étnico¹¹. Sobre o “orgulho negro”, Giacomini aponta que aquele momento era importante num sentido de fortalecimento étnico entre os frequentadores do baile.

Nas narrativas dos entrevistados, pode-se notar que uma forte característica associada ao *orgulho negro* é a de se fortalecer, à medida em que se difunde e se dissemina por um número crescente de pessoas. Nesse sentido, é um sentimento diferente, por exemplo, da honra, que aumenta e se alimenta da desonra do outro, posto que construída em contextos competitivos ou agonísticos. Ao contrário da honra, para a qual um aspecto essencial é que apenas alguns a possuam, o *orgulho negro* supõe, propõe e promove uma coesão, ou uma espécie de solda, entre os indivíduos que se reconhecem como iguais, operando como uma base fomentadora de vínculos, ligações, cimentando e conformando o grupo étnico consciente de si mesmo – do fato de ser negro – e, dessa forma, simultaneamente, se fortalecendo no próprio processo de sua difusão¹².

As alunas que participaram do documentário e estiveram presente no dia do lançamento, compartilharam da sensação de orgulho e gratidão ao se verem na tela e perceberem que todo o público ali presente reservou algum tempo para ouvir o que elas tinham a dizer. Além disso, de ver o espaço da universidade como um local que pode e deve ser ocupado por pessoas negras, conseguiram se imaginar naquele ambiente.

É muito gratificante ver pessoas que parem pra escutar o que falamos e, melhor ainda, parem para pensar a respeito do que foi falado e mudar suas atitudes sobre o assunto... Foi uma experiência grandiosa e eu espero ter outras oportunidades como aquela. (Nathália N., 19 anos, Escola Estadual Alaíde Lisboa.)
Foi muito bom. Estar num lugar acadêmico e falar para pessoas que estudam e trabalham ali. Senti que aquele lugar pode ser o meu. Consegui me imaginar numa faculdade fazendo e falando sobre coisas que me dizem respeito. (Tainá E., 16 anos, Escola Estadual Pedro II.)¹³

Com relação à estética, houve uma grande motivação para pensar esse trabalho, principalmente por considerar a importância da representatividade e empoderamento de mulheres negras. No evento onde foi exibido o documentário, algumas meninas negras estavam passando pelo processo de aceitação dos seus cabelos naturais, ou pensando em iniciar esse processo, e vieram com dúvidas sobre cabelos crespos e cacheados. Através do Facebook, foram observadas as mudanças ou uma inserção mais forte delas, no que diz respeito à discussão racial após esse

¹¹ ALVES, O Poder Negro na Pátria Verde e Amarela, p.49.

¹² GIACOMINI, A Alma da Festa, p.209-210.

¹³ Trechos retirados das entrevistas realizadas em Maio de 2016.

momento. Em entrevista, já meses após a conclusão do documentário, uma das alunas apontou que havia falado “besteiras”, no documentário, pois não estava envolvida nesse tipo de debates. Essa mesma aluna, coincidentemente, também está passando pelo processo de volta ao cabelo natural. Sobre a importância dessa aceitação do próprio corpo e cabelo, Nilma Lino Gomes aponta que “o apelo à naturalidade do corpo negro trata de uma construção ideológica, de uma crítica às relações de poder nas quais negros e brancos estão inseridos na sociedade racista”¹⁴. Nesse sentido, a conscientização política de pessoas negras serviria para despertar a importância da negritude e para uma ação reivindicatória, com objetivo de diminuir as distâncias sociais impostas a elas. A ressignificação do corpo negro, nesse sentido, se mostra novamente importante, assim como a representatividade¹⁵.

Adolescente sempre quer se inspirar em alguém, pra poder definir o seu eu. Então, quando você não vê ninguém parecido com você ou alguém que tem alguma característica física que tem a ver com você, então aí você fala: “Uai, o que tá acontecendo comigo? Eu sou uma alienígena pra não ter ninguém parecido comigo?” (Tainá E., 16 anos, Escola Estadual PedroII)¹⁶

É importante atentar para a importância do cabelo na subjetividade feminina, já que estruturalmente o cuidado com o cabelo, seu comprimento, assim como o cuidado do corpo, passam por toda a formação das mulheres e socialmente determinam, medem e qualificam a sua subjetividade e feminilidade. No caso da mulher negra, marcada desde a primeira infância com o estigma da cor e textura capilar, esse processo pode ser imensamente doloroso e conturbado, mas também libertador.

Para a mulher negra, existe ainda a pressão, que nem sempre é percebida como tal, relacionada ao cuidado com a aparência. A forma como o corpo da menina negra é tratado difere do tratamento que é dado, tanto a homens negros, quanto a mulheres e homens brancos. Gomes analisa a forma como a aparência da mulher negra está ligada ao seu desenvolvimento, já que, nas casas de famílias negras, muitas vezes há um dia, um espaço, onde as mulheres da família se reúnem para arrumar os cabelos e cuidar do corpo. Fazer parte desse momento, segundo a autora, representa uma transição para a menina, que deixa de ser criança e se torna uma mulher e, com

¹⁴ GOMES, Nilma Lino. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 126.

¹⁵ Entende-se por representatividade, aqui, o sentimento de se ver ou de poder se identificar com outras pessoas. Ter pessoas com as quais pode se identificar em lugares de destaque, que sejam semelhantes, tenham ideais semelhantes e, dessa forma, representem suas lutas em maior ou menor escala.

¹⁶ PIBID-UFMG. *Documentário: (In)Consciência Negra*. Captado em: <https://www.youtube.com/watch?v=DhWl8cz0pYE>. Acesso em: 06 de agosto de 2016. (Transcrição Literal)

isso, precisa cuidar da aparência e “dar um jeito” em seu cabelo. Gomes nos contempla, quando afirma que

Dessa forma, podemos afirmar que a identidade negra, conquanto construção social, é materializada, corporificada. Nas múltiplas possibilidades de análise que o corpo negro nos oferece, o trato do cabelo é aquela que se apresenta como a síntese do complexo e fragmentado processo de construção da identidade negra¹⁷.

A partir disso, compreendemos que o cabelo é uma parte de grande importância no corpo da mulher negra e na construção de sua identidade individual e política. Consideramos nesse trabalho a ideia de Gomes sobre a identidade negra, já que concordamos que essa construção extrapola a esfera da racionalidade e atinge a emocional, já que se relaciona tão diretamente com o corpo e a subjetividade do sujeito para a sua formação. Partindo dessa ideia e tomando-a como base do processo de construção da identidade negra é que pretendemos analisar a relação estabelecida entre a mulher negra e o cabelo, durante o seu crescimento e a maneira que se dá a construção da sua identidade, a partir dessa relação. É importante pensar essa relação entre as pessoas negras e o cabelo, pois foi a perceptível mudança dos cabelos das(os) participantes do documentário que inspirou o presente trabalho. Durante os meses que seguiram o lançamento do documentário, um número significativo de participantes decidiram deixar seus cabelos naturais, parando com os tratamentos químicos de alisamento. Além disso, essa mudança aconteceu não somente em um nível estético, mas também político, ligado ao fortalecimento da identidade negra.

Na verdade, eu nunca me senti bonita ou bem com o cabelo escovado e sempre me incomodava o estereótipo de que pra ser bonita tinha que ter cabelo liso, isso ficou na minha cabeça. Um dia eu acordei e meu cabelo estava caindo e tive que cortar ele curto, então decidi não escovar ele mais até porque eu não sabia o motivo dele estar caindo. Quando eu descobri e ele parou de cair eu decidi fazer as tranças, por querer assumir a minha cor. Eu tinha um amigo que morreu e a identidade dele é ser negro ele assumia isso e me incentivou muito, ele foi quem me inspirou a assumir essa identidade. Quando eu fiz o documentário, eu tinha medo de colocar as nagôs e o cabelo cair porque várias pessoas disseram que estragava. (...) Então minha amiga fez em mim [as tranças] e eu realmente gostei! Não pela estética, mas pela importância que aquilo tinha pra mim, eu queria ter aquela identidade que meu amigo tinha, eu passei a realmente amar as minhas origens. Alguns dias depois ele morreu no Rio de Janeiro afogado e desde então eu resolvi abraçar essa causa e com ou sem nagôs lutar pelo o que eu realmente era, negra... E eu hoje posso falar que eu entendo o que ser negro, é muito mais que um nome, é uma luta, uma identidade, uma história que você carrega pra que o final dela seja diferente do começo, é uma paixão pelo o que se é, é você se amar e ter orgulho de ser negro, de ter origem de um povo guerreiro... É ser um guerreiro. (Nathália N., 19 anos, Escola Estadual Alaíde Lisboa)

¹⁷ GOMES, Sem perder a raiz, p. 25.

Foi através de discursos como o anterior, apresentados pelas(os) participantes do documentário que foi notada a importância de projetos como esse na formação de alunas(os) negras(os). Tomando o caso do trabalho realizado no documentário *(In)Consciência Negra*, pensamos em como a abertura de espaços desse tipo, que tiram o aluno do lugar de passividade e escuta e o colocam em outra posição, mais ativa, participativa e de fala, pode servir para promover o empoderamento desses alunos e alunas.

Outro ponto de extrema importância ligado a realização de trabalhos nesse formato é a popularização da História e do conhecimento. É inegável que a produção acadêmica ligada a juventude negra aumentou e vem aumentando nos últimos tempos. Apesar disso, pouco dessa produção é acessível para os mais interessados, que é a própria juventude negra. Detalhes como a linguagem, o formato textual, o uso de termos acadêmicos, dificultam a leitura e, conseqüentemente, afastam a História e o conhecimento de grande parte da sociedade. Iniciativas como a do documentário, podem atingir um público completamente diferente do que seria atingido por um artigo acadêmico e contribuir, dessa forma, com a popularização do conhecimento e da História. A presença de temas referentes à vida e à experiência dessas pessoas no ambiente escolar e a possibilidade de se debater e construir conhecimentos de forma conjunta, se mostra profundamente importante para o desenvolvimento dos(as) alunos(as). Trabalhos como esse contribuem para a formação de um espírito crítico, dá aos(às) alunos(as) a oportunidade de elaborar discursos próprios que eles(as) mesmos(as) pensem e sejam capazes de criar argumentos que os justifiquem. Conseqüentemente, e no caso dos(as) alunos(as) negros(as), fica claro que trabalhos nesse formato contribuam para a construção e fortalecimento de uma identidade negra positiva e pautada no orgulho negro.

A utilização de manuscritos em sala de aula: um paralelo entre escolas públicas e privadas

Gabriel Afonso Vieira Chagas

Mestrando em História Social da Cultura
Universidade Federal de Minas Gerais
gabriel.afonso.v.chagas@gmail.com

Leandro Gonçalves de Rezende

Mestre em História Social da Cultura
Universidade Federal de Minas Gerais
lgrufmg@gmail.com

Luíza Rabelo Parreira

Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
luizarabeloparreira@hotmail.com

RESUMO: Este artigo busca inserir-se no debate sobre as diversas estratégias que podem ser utilizadas pelos docentes com o objetivo de tornar mais atrativa a disciplina de História no Ensino Básico, pautando-se em duas experiências, uma realizada em escola pública e outra em escola privada, com a utilização de documentos manuscritos nas salas de aula. Objetivou-se proporcionar o contato dos alunos com a documentação manuscrita, fazendo-os perceber que a História é construída através da interpretação dos historiadores, e que essa leitura deve-se muito a própria experiência do pesquisador e de seus objetivos. Essa aplicação levou os alunos a percepção de que o documento não é isento de imparcialidade em sua produção e que sua interpretação também não escapa desse fardo. Assim, buscou-se auxiliar os discentes a desenvolverem um olhar crítico, não apenas em relação aos temas discutidos pela disciplina, mas também perante as várias informações da atualidade que chegam até eles através das mais variadas fontes, não raras vezes com diversas versões de um mesmo fato. Em suma, pretende-se discutir uma técnica que possibilita ao docente uma maior dinamização de suas aulas, tornando-as atrativas e construindo com os discentes um olhar crítico sobre a história (currículo escolar) e a própria atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Documentos Manuscritos, Ensino de História, Experiência Didática.

Pensar sobre o “fazer História” é tão importante quanto pensar o “ensinar História”. Ao professor de História não cabe apenas entender a historiografia e aplicar teorias, métodos e procedimentos em seu trabalho com as fontes de pesquisa. É importante que ele saiba transmitir seus conhecimentos, de forma dinâmica e atrativa, interagindo com os alunos que também se tornam construtores do conhecimento histórico. Nessa oportunidade, analisaremos uma bem sucedida experiência didática, na qual manuscritos foram usados em sala de aula, numa tentativa de diversificar e tornar mais atrativo o ensino de História.

A experiência aqui relatada surgiu de uma iniciativa conjunta realizada pelos autores, quando eles ainda faziam parte da coordenação da Oficina de Paleografia-UFMG, uma iniciativa

discente que congrega alunos da graduação e pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais e tem por objetivo o trabalho paleográfico com fontes históricas manuscritas em Língua Portuguesa¹. Desde então os autores desenvolveram variados estudos para melhor se incluírem no debate acerca da utilização de fontes manuscritas e iconográficas como uma estratégia didática eficiente e dinâmica, que tende a tornar mais leve e produtiva as aulas de História para os Ensinos Fundamental e Médio. Dessa forma, serão brevemente relatadas, neste artigo, duas experiências: a primeira ocorrida entre os dias 8 e 10 de outubro de 2014, na Escola Estadual Pedro II e a segunda nos dias 9 e 10 de junho de 2015, no Colégio Imaculada Conceição, ambos em Belo Horizonte.

No primeiro caso o público alvo foi primeiramente os alunos de 1º ano do Ensino Médio, entretanto, o público presente extrapolou positivamente o esperado, ultrapassando as fronteiras da série almejada, o que levou a realizar a experiência com os 2ºs e 3ºs anos do Ensino Médio. O minicurso foi proposto em três dias, na parte da tarde, ou seja, no contra turno dos alunos, com duração total de 6h/aulas distribuídas igualmente: dias 7, 8 e 9 de outubro de 2014, sempre de 13h às 15h. Os coordenadores que participaram da atividade separaram a documentação a ser trabalhada, tendo em vista a introdução gradativa de caligrafia, da mais simples até a mais complicada. O conteúdo dos documentos também foi considerado; priorizaram-se documentos referentes ao período colonial, que abordavam o cotidiano, o trabalho e a escravidão, conforme conteúdo visto em sala de aula anteriormente.

No primeiro dia, os coordenadores exploram as características do suporte dos manuscritos: papel de trapo, tinta ferrogálica e demais produtos utilizados em documentos ornados, como no caso dos Compromissos e Estatutos de associações religiosas (Irmandades e Ordens Terceiras) do século XVIII, produzidos com lápis de cor, tinta ferrogálica (vermelha) e metais (ouro e prata), bem como tecido fino (veludo de várias cores) e couro nas capas². Ressaltaram a característica do envelhecimento da tinta, que tende a oxidar com o passar dos anos, dificultando a leitura.

¹ Os autores permaneceram como integrantes da Coordenação da Oficina de Paleografia da UFMG até 2015. À Oficina agradecemos pelas valorosas oportunidades. Sobre a Oficina de Paleografia da UFMG cf. ANDRADE, M. R.; CAMILO ROCHA, Igor Tadeu; CHAGAS, G. A. V.; COSTA, R. P. A.; FERREIRA, Maria Clara C. S.; FRIZZONE, M. F. R.; LÉO, Fabiana; LIMA, Douglas; PARREIRA, L. R.; PINTO, G. G. D.; REZENDE, L. G.; TORRES, L. M. P. O.. A Oficina de Paleografia — UFMG: a construção de uma experiência discente. In: ANDRADE, M. R.; CAMILO ROCHA, Igor Tadeu; CHAGAS, G. A. V.; COSTA, R. P. A.; FERREIRA, Maria Clara C. S.; FRIZZONE, M. F. R.; LÉO, Fabiana; LIMA, Douglas; PARREIRA, L. R.; PINTO, G. G. D.; REZENDE, L. G.; TORRES, L. M. P. O. (Org.). *Cadernos de Paleografia*. Número 1. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 2014, p. 21-38. Disponível em: <<http://www.oficinadepaleografia.org/ufmg/cadernos>>.

² Sobre manuscritos ornados cf. ALMADA, Márcia. A escrita iluminada. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, n.2, p.148-158, jul-dez. 2006; ALMADA, Márcia. *Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

Apresentaram ainda o contexto da escrita no período, destacando que saber ler e escrever era também sinal de distinção social.

Como os alunos ficaram interessados, os coordenadores viram a necessidade de, já nesse momento, ler algum manuscrito, deixando o ambiente didático mais atrativo. Essa atividade havia sido proposta no plano de aula, no entanto de forma breve e sucinta. Assim, percebemos que no decorrer da atividade docente, interesses, percalços e a mais variada gama de situações podem interferir no plano de aula inicialmente elaborado. Nesse caso, positivamente, uma nova demanda, em decorrência do interesse dos alunos, surpreendeu a todos coordenadores presentes, que logo trataram de expor os documentos para a leitura e interpretação mediada dos mesmos. Partes do Compromisso da Irmandade de São Miguel de Prados foram lidas em conjunto, quando projetadas pelo Datashow³. No decorrer da leitura, os coordenadores explicaram que a gramática atual não se aplicava ao contexto de produção do documento, pois os alunos estranharam alguns termos como: “calidade” (qualidade). Explicaram também que muitas palavras apareciam grafadas juntas, porque o instrumento da escrita (pena) não possibilitava a sua retirada do papel, o que poderia manchar a página. Também destacaram que na época não havia normatização no que se refere à gramática e à ortografia. Ao término de cada parágrafo, um dos coordenadores lia o texto em voz alta e arguia a turma acerca do conteúdo, sempre o explicando. Os alunos ficaram bastante curiosos e fizeram várias perguntas.

Para encerrar a dinâmica do primeiro dia, os coordenadores apresentaram documentos originais do ano 1812⁴. Na ocasião, chamaram a atenção para a marca e linha d’água do papel, para o desgaste da tinta (oxidada, migrada para outra folha e, em alguns casos, provocando perda de suporte) e para a ação dos insetos xilófagos no papel. Os alunos foram capazes de ler um pequeno recibo, se atendo à abreviatura e curiosos pelo significado de Fran^{co}. (Francisco). Então, destacou-se a importância do dicionário de abreviatura, indicando obra de Maria Helena Ochi Flexor⁵.

O segundo dia foi marcado pela apresentação de um *Prezzi* retomando a explicação do processo de modificações sofridas pela caligrafia portuguesa desde os finais do primeiro milênio até a escrita humanística no século XVIII. Tratava-se de uma adaptação do Curso Introdutório de Paleografia, que é realizado na Oficina de Paleografia em seus encontros iniciais do semestre. Houve uma adaptação de linguagem, especialmente, em relação aos termos técnicos, para

³ A utilização de manuscritos em sala de aula requer uso de variada tecnologia, uma vez que nem sempre o manuscrito pode ser usado em sua forma física. Nessa experiência utilizamos manuscritos fotografados e projetados na parede.

⁴ Agradecemos à Maria Clara Caldas a licença para o uso de documentos manuscritos originais.

⁵ Cf. FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

possibilitar a apreensão do conteúdo pelos discentes. Por sua vez, o terceiro e último encontro foi marcado pela dinâmica em grupo referente às dez atividades previamente selecionadas da sessão da *Revista de História da Biblioteca Nacional*: “Decifre se for capaz”. Os textos tratavam de temas variados e foram produzidos entre o século XVI e XX. Para nossa grata surpresa, havia nesses dois últimos dias cerca de cinquenta alunos tal como no primeiro encontro, significando uma excelente adesão por parte deles. Os alunos, durante a dinâmica, comportaram com considerável seriedade, além de se apresentarem curiosos pelos documentos trabalhados, perguntando sobre o contexto histórico de cada documento e sobre os atores neles envolvidos. O *feedback* dos mesmos durante as aulas na semana seguinte foi o melhor possível!

No segundo caso, no Colégio Imaculada Conceição, a atividade foi feita com as turmas de 7º ano. Como tínhamos avaliado a experiência na Escola Estadual Pedro II como longa, decidimos mudar o formato para dois dias, com uma hora e meia de duração em cada dia. Dessa forma, a proposta ocorreu nos dias 9 e 10 de junho de 2015, conforme já foi mencionado acima. O primeiro dia foi reservado para falar sobre as características do suporte dos manuscritos, com o mesmo conteúdo dado no encontro inicial da escola anterior. Os alunos ficaram empolgados, interagindo com os coordenadores a todo momento.

No segundo dia, foi ministrada uma aula sobre “Inquisição” e foi feita a leitura de documentos previamente selecionados no site da Torre do Tombo⁶. A escolha do tema foi acordado previamente com a professora das turmas envolvidas e a coordenação da escola, cujo critério foi a temática que estava sendo trabalhada no momento nas aulas de História.

Segundo José Francisco Soares⁷ a escola juntamente com o professor, a família e o aluno são os grandes grupos de fatores associados ao desempenho escolar. Há em grande parte, discordância sobre o peso que cada um desses fatores têm na trajetória escolar e nos resultados obtidos nesse processo, materializando-se em sucesso ou fracasso. Percebemos que é complexa a relação existente entre esses quatro fatores, uma vez que cada um possui, em maior ou menor grau, almejos e expectativas que muitas vezes são complementares, visando ao sucesso escolar, porém podem ser antagônicas, comprometendo o futuro e os resultados dos envolvidos. No que diz respeito à escola existe grande dificuldade de se utilizar inovadores recursos didáticos quando o colégio não possui estrutura que permita a disponibilização desses recursos de forma ampla. No

⁶ <http://antt.dglab.gov.pt/pesquisar-na-torre-do-tombo/tt-online/>

⁷ SOARES, José Francisco (Org.). *Escola eficaz: um estudo de caso em três escolas da rede pública do estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Segrac Editora e Gráfica Ltda, 2002.

caso específico da experiência no Colégio Imaculada, as salas de aula são equipadas com Datashow, mas para a realização da experiência didática foi-nos liberado um pequeno auditório.

Percebemos que a recepção dos alunos em ambos os casos foi muito positiva. Independente de a escola ser classificada como pública ou particular, a sala de aula constitui-se em um ambiente aberto, interativo e receptivo à construção do conhecimento por parte dos alunos, cabendo ao professor e a direção da escola fazer e propor meios para que isso aconteça. Luísa Teixeira Andrade, em sua dissertação de mestrado, argumenta que a sala de aula mostra-se complexa e multifacetada e “deve ser compreendida como uma cultura com suas normas e expectativas, papéis e relacionamentos, direitos e obrigações próprios”⁸. Na sala de aula forma-se um grupo social, que interagem entre si, produzindo significados na convivência cotidiana. Como lembra Luísa:

À medida em que se relacionam e convivem entre si, esses indivíduos desenvolvem seu próprio modo de trabalhar junto e interagir em busca de seus objetivos específicos, criando, assim, padrões de vida e práticas culturais construídos ao longo do tempo. É isso que distingue uma sala da outra. Esses padrões de vida e práticas culturais incluem modos específicos de agir e interagir nesse grupo, modos de interpretar as ações e práticas sociais de seus membros e modos de avaliar o que é significativo para si mesmos⁹.

Assim, percebemos que a aula de História é um momento de mediação¹⁰ entre o professor e os alunos. Percebemos que uma boa aula deve ser construtiva, na qual o professor garante e orienta o acesso à cultura historicamente acumulada de modo a criar aptidões que são inicialmente externas aos indivíduos e que estão dadas como possibilidade nos objetos materiais e intelectuais da mesma cultura. O aluno não é passivo ou apenas um receptáculo de informações, mas sim um agente construtor do conhecimento. O professor não é a única autoridade na sala de aula, uma vez que os alunos devem participar ativamente, de modo a propor respostas e soluções às questões-problemas.

É preciso salientar que parte significativa do labor do professor de História é possibilitar que os alunos se apropriem do discurso histórico, percebendo-o, assim, como um discurso construído e historicamente datado – suscetível a intervenções por parte de quem o produz. Dessa

⁸ ANDRADE, Luísa Teixeira. *Aula de História: Cultura, discurso e conhecimento* - Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2006, p. 56.

⁹ ANDRADE, Luísa Teixeira. *Aula de História*, p. 57.

¹⁰ Vygotsky enfatizava o processo histórico-social e o papel da linguagem no desenvolvimento do indivíduo. Sua questão central é a aquisição de conhecimentos pela interação do sujeito com o meio. Para o teórico, o sujeito é interativo, pois adquire conhecimentos a partir de relações intra e interpessoais e de troca com o meio, a partir de um processo denominado *mediação*. Cf: OLIVEIRA, Marta Kohl de. *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento – um processo sócio-histórico*. São Paulo: Scipione, 1997.

forma, concluímos que, como agentes produtores do saber histórico, há poucas diferenças entre os alunos da escola pública e privada. Quando estimulados, ambos reagiram de forma satisfatória enquanto sujeitos ativos na elaboração do discurso didático da História. A experiência mostra que entre as escolas pode sim existir uma grande diferença, que se corrobora na estrutura, nos mecanismos didáticos, nas opções pedagógicas e na liberdade de ação confiada ao professor. Não obstante, o interesse dos alunos não apresentou diferenças. Assim, o uso de manuscritos como estratégia para tornar mais atrativa e dinâmica a disciplina de História no Ensino Básico, desconstruiu a visão negativa em relação às escolas públicas presente no senso comum, na medida em que revelou alunos com um olhar crítico, não apenas em relação aos temas discutidos pela disciplina, mas também perante as várias informações da atualidade.

Livro didático de História: as escolhas dos professores¹

Paula Ricelle de Oliveira

Mestra em Estudos de Linguagens – CEFET-MG
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
pesquisaldcefet@gmail.com.br

Resumo: A comunicação que se pretende socializar consiste em um recorte oriundo da pesquisa *O processo de escolha do livro didático de História numa perspectiva discursiva* (2015), desenvolvido no âmbito do mestrado em Estudos de Linguagens do CEFET/MG, a qual teve como objetivo analisar as atitudes dos professores nos processos de escolha do livro didático de História no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Nessa perspectiva, o foco privilegiado para o presente trabalho é identificar e discutir os critérios e elementos que influenciam nas escolhas dos livros didáticos por professores de História em seus contextos. Os resultados apontam que os docentes, ao realizarem essa atividade, observam a adequação da obra à realidade dos alunos e das suas práticas pedagógicas cotidianas. Receberam destaque por esses profissionais, a consulta ao livro didático e a conversa com os colegas. Os professores consideram os tipos de atividades e de linguagens presentes na obra como os principais critérios para determinar a escolha desse material.

Palavras-chave: Livro didático, Processo de escolha, Professor de História.

Introdução

Este artigo é parte da dissertação de mestrado concluída em 2015 no *Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Estudos de Linguagens (POSLING)* do *Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)*, e elaborada na linha de pesquisa *Linguagem, Ensino, Aprendizagem e Tecnologia*. A investigação teve como objetivo analisar o discurso dos docentes de História sobre o processo de seleção dos livros didáticos desta disciplina, tomando por base as escolhas linguísticas presentes nos dizeres desses profissionais. Neste texto, procura-se evidenciar e discutir quais foram os critérios e elementos que influenciaram os professores nas escolhas dos livros didáticos de História.

Essa discussão ganha importância na medida em que se insere em um contexto educacional de política de promoção e distribuição gratuita desse material por programa do governo que visa prover a democratização do acesso e permanência das classes populares nas escolas. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), criado em 1985, constitui-se hoje como um dos maiores programas de política pública do país². O livro didático representa um importante objeto de

¹A pesquisa que deu origem a este artigo recebeu financiamento da CAPES sob a orientação do Prof. Dr. Renato Caixeta da Silva, e encontra-se vinculado ao Grupo de Pesquisa em Materiais e Recursos Didáticos do CEFET/MG.

²De acordo com o site oficial do *Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE)* foram investidos no PNLD/2014 R\$1,2 bilhões e no PNLD/2015 R\$1,3 bilhões. Isso significa uma cifra considerável no investimento da educação

trabalho e estudo de muitos pesquisadores, professores e alunos, sendo um dos motivos o fácil acesso a esse material, viabilizado pelo PNLD. Também representa a principal fonte de lucro de muitas editoras³. Chartie e Roche (1995)⁴ afirmam: “Objeto de inesgotável riqueza, o livro exerce há muito sua fascinação” (p. 111).

Ao escolher um livro didático, o professor deve considerar as propostas definidas pelo Projeto Político-Pedagógico (PPP) de sua escola e certificar-se que sua escolha atenda à demanda da sua ação pedagógica, da comunidade escolar e do seu público⁵. Nessa perspectiva, estarão em foco à discussão de dados a respeito do processo de escolha do livro didático de História no âmbito do PNLD/2014 (Ensino Fundamental) e/ou PNLD/2015 (Ensino Médio) do ponto de vista dos professores.

Para debater essa questão, foram utilizados como fonte de informação professores de História, que lecionam no Ensino Fundamental II e Ensino Médio, envolvendo as redes públicas de ensino Municipal, Estadual e Federal, dentro da delimitação territorial de Belo Horizonte e Região Metropolitana.

Como instrumento para coleta de informação, foi utilizado questionário desenvolvido a partir da ferramenta Formulários disponível no *Google Docs*. Esse instrumento, acessível no domínio *google.com* permite a elaboração, distribuição, coleta e registro das respostas, de maneira descritiva e em gráficos. O questionário foi estruturado em duas partes: a primeira contempla a caracterização do docente, com questões sobre formação e atuação dos professores; a segunda parte, composta de questões abertas, com foco no processo de seleção do livro didático de História.

O questionário foi elaborado com 18 perguntas, contudo, pelas limitações impostas pelo caráter desta exposição, serão analisadas as questões 14 e 15, que consiste em identificar e discutir os critérios e elementos que influenciam nas escolhas dos livros didáticos pelos professores de História em seus contextos. Contudo, caso seja necessário, serão retomadas as outras questões para melhor elucidação da proposta, tendo em vista que todos os assuntos encontram-se entrecruzados nas respostas desses profissionais.

pública. Captado em: <<http://www.fnede.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>> Acesso em 12/02/2016.

³ SILVA, Isaíde Bandeira da. *O livro didático de História no cotidiano escolar*. Curitiba: Appris, 2014.

⁴ CHARTIER, Roger e ROCHE, Daniel. O livro: uma mudança de perspectiva. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Org.) *Fazer História: novos objetos*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

⁵ BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos: PNLD/2014: História: Ensino Fundamental: anos finais*. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2013.

A coleta de dados aconteceu no período de novembro de 2014 a abril de 2015, ao todo 27 professores responderam as perguntas em foco⁶. A questão 14 solicitava aos professores que respondessem o que eles consideram determinante para a escolha do livro didático de História. E a questão 15 solicitava aos professores que indicassem quais elementos foram consultados para a escolha do livro didático

As escolhas dos docentes

A primeira questão em análise constituía da seguinte forma: 14. No momento da avaliação, o que foi considerado determinante para a escolha desse livro? Essa pergunta configurava-se em questão aberta, possibilitando ao informante abordar questões peculiares que remetem aos contextos específicos diferenciados e com pluralidade da realidade da prática do exercício profissional.

Após a coleta das informações, foi possível levantar dados que levaram a entender o que os docentes consideram determinante para a escolha do livro didático de História, assim foi possível organizá-los da seguinte forma:

Critérios de escolha dos professores:

O que os professores consideram determinante para a escolha do livro didático de História.	Quantidade.
Atividades.	16
Linguagem (verbal).	14
Linguagens (não verbal).	11
Conteúdos abordados.	06
Qualidade gráfica da obra.	05
Atende-se a realidade do aluno.	03
Coerência com o Conteúdo Básico Comum (CBC) ⁷ .	02
Algum conteúdo em específico.	02

⁶ Foram coletados, ao todo na pesquisa, 38 questionários, sendo que os outros respondentes correspondem aos professores que não participaram do processo de escolha do livro didático de História, pois consistia em um dos objetivos da pesquisa de mestrado entender quais os motivos que levaram esses profissionais a não participarem desse momento, tendo em vista que ao utilizar a obra, esses profissionais são capazes de expressar suas avaliações quanto a sua adequação a realidade da escola e dos alunos, bem como o docente poderia estar presente na escola e não ter participado, ambos os casos ocorreram na pesquisa. Dessa forma, dos 38 participantes da pesquisa, 11 se enquadram nessa modalidade.

⁷ O Conteúdo Básico Comum (CBC) constitui-se na proposta curricular desenvolvida pela *Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais (SEE-MG)* voltada para as escolas da rede pública mineira estabelecendo os conteúdos que todas as disciplinas deve obrigatoriamente ensinar nas unidades de ensino que oferecem os anos finais do Ensino Fundamental e Médio, respeitando as especificidades e identidade de cada escola (Resolução nº 666, de 7 de abril de 2005).

Organização dos conteúdos.	02
Conceitos históricos.	01
Pertinência histórica.	01
Recursos extras para o professor.	01
Tempo de mercado da editora.	01
Análise dos pareceristas.	01

Quadro 1 – Critérios de escolhas dos professores.⁸

A maior parte dos respondentes afirmou que analisa as atividades presentes no livro didático, seja pelo volume, tipo, qualidade ou adequação à realidade e/ou nível dos discentes. Também foi expressiva a quantidade de professores que levam em consideração a adequação da linguagem dos livros ao nível educacional dos alunos. E, não menos relevante, foram os professores que afirmaram considerar determinante a presença de variedade de recursos didáticos que compõem as obras, tais como mapas, documentos e, mais expressivamente, o uso de imagens.

Em menor proporção, os professores citaram que observaram quais conteúdos foram privilegiados: a qualidade gráfica da obra como tipo e tamanho da fonte; se o livro atendia às propostas do Conteúdo Básico Comum (CBC) da escola; se era adequado à realidade dos alunos; alguns conteúdos em específico, como diversidade brasileira e História africana e indígena; clareza na organização dos conteúdos; atualização dos conceitos e pertinência histórica; se o livro do professor apresentava algum recurso extra; tempo da editora no mercado; e comparação da análise dos pareceristas.

Um dos elementos considerados determinantes por muitos professores nesta pesquisa e pouco considerado nos PNLD em questão consiste na análise das atividades. A pesquisa de Carie⁹ pode auxiliar nessa questão. A autora analisou e contrastou os critérios dos professores de História e do PNLD/2005 e concluiu que os critérios de avaliação utilizados pelo PNLD são diferentes daqueles usados pelos professores. Isso acontece de acordo com a apropriação que cada docente faz desse material e se encontra completamente ligado ao fato de que os professores têm preferências por obras cuja proposta lhes permita adaptá-la às suas condições de trabalho.

⁸ OLIVEIRA, Paula Ricelle. *O processo de escolha do livro didático de História numa perspectiva discursiva*. 137 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Centro Federal de Educação Tecnológica, Programa de pós-graduação em Estudos de Linguagens, Belo Horizonte, 2015, p. 94.

⁹ CARIE, Nayara Silva de. *Avaliações de coleções didáticas de história de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental: um contraste entre os critérios avaliativos dos professores e do programa nacional do livro didático*. 139 F. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de pós-graduação em Educação. Belo Horizonte, 2008.

Caso semelhante pode ser encontrado no *corpus* da presente pesquisa. Essa constatação se torna evidente com a resposta esclarecedora de um dos professores. Segue a passagem:

Foram observados vários aspectos. Um dos critérios mais importantes foi o tipo de atividade sobre os conteúdos. Os alunos da escola, principalmente no Ensino Médio, não costumam levar os livros. Muitos vêm direto do trabalho e não se sentem bem carregando o peso dos livros durante o dia (a escola funciona no noturno para esse nível). As atividades têm servido muito para complementar as aulas expositivas e os textos paradidáticos. Livros com atividades que exploram pouco o conteúdo acabam não ajudando nesse contexto. (Prof. 07).

É importante observar o número de professores que contemplam o tipo de linguagens (seja verbal e não verbal) utilizadas nas obras. A conjunção de ambos representa a opção de 25 professores no universo de 27 respondentes. Esse dado mostra a importância do uso de tal recurso para a compreensão do aluno no conteúdo abordado no livro didático.

Dado equivalente foi constatado na pesquisa de Siman; Pereira e Silva¹⁰ que discutem os dados sobre a escolha do livro didático por professores do Ensino Fundamental de Belo Horizonte – MG. Os autores perceberam que a apreciação que os professores fazem acerca das potencialidades dos livros didáticos de História recai na presença de propostas escritas e leituras de textos. Segundo os autores, isso é compreendido como um componente indispensável da aprendizagem histórica visto que os professores de todas as disciplinas são pressionados por demandas relacionadas ao desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita.

Corroborando essa ideia, o Guia do Livro Didático de História/2014 orienta aos professores que utilizem a obra, mediante textos escritos e iconográficos, a fim de desenvolver competência leitora dos alunos. “São as contribuições provenientes das práticas de pesquisa e ensino de História que também começam a se generalizar no material didático.”¹¹

Além disso, é possível perceber outras concordâncias do que os professores consideram determinante para a escolha do livro didático com os critérios específicos da disciplina de História utilizados no PNLD/2014 e PNLD/2015, como: coerência da obra com CBC da escola, bem como a adequação do livro a real situação local do aluno; abordagem da História da África e afrodescendente e indígena; atualização dos conceitos e pertinência histórica.

¹⁰ SIMAN, Lana Mara de Castro; PEREIRA, Júnia Sales; SILVA, Marco Antônio. Processo de escolha de livros didático de História: atores, cenários e tramas. *Livro Didático: Educação e História. Simpósio Internacional* – São Paulo, USP. 2007.

¹¹ BRASIL. *Guia de livros didáticos*. p. 10.

Elementos utilizados para a escolha do livro didático de História

Em outro momento solicitei aos professores que indicassem quais elementos foram consultados para a escolha do livro didático (15. Assinale abaixo os elementos que foram utilizados para a escolha deste livro didático de História.). Essa questão foi elaborada tendo em vista um relato de oficina a respeito da avaliação/seleção de livros e materiais didáticos para o ensino de línguas¹². Considerando as peculiaridades da disciplina de História e a contextualização dessa pesquisa, as opções foram: Guia do livro didático; Manual do professor; Consulta ao livro didático; Conversa com os colegas; Consulta à coordenação pedagógica; Catálogo ou outros materiais impresso da editora; Conversa com representantes de editora; e Outros. Podendo o professor marcar todas as opções da lista que realmente utilizou na escolha do livro.

Com os dados dos 27 respondentes que participaram do processo de escolha do livro didático de História do PNLD/2014 e/ou PNLD/2015, foi elaborado um quadro que indica quantos respondentes marcaram cada um dos elementos:

Elementos utilizados pelos professores

Elementos:	Quant.
Consulta ao livro didático.	23
Conversa com os colegas.	23
Guia do livro didático.	16
Manual do professor.	12
Catálogo ou outros materiais impresso da Editora.	6
Conversa com representante de editora.	4
Outros.	4
Consulta a coordenação pedagógica.	2
Conversa com autores.	2

Quadro 2. Elementos utilizados pelos professores¹.

A opção “Outros” foi preenchida com as seguintes alternativas: consulta ao cd do livro didático com conteúdos digitais; debate entre os membros da comissão interna de avaliação (Rede Federal); e visita ao site do PNLD.

¹² SILVA, Renato Caixeta. Avaliação e seleção de livros / materiais didáticos para o ensino de línguas – relato de uma oficina. In: *Anais do II SILID / I SIMAR*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Edição Entrelugar. 2010. p. 53-63. Captado em: < http://www.letras.puc-rio.br/eventos_let/4silid/anais/SILID-SIMAR.pdf > Acesso em 12/02/2016.

Dos 27 professores participantes da pesquisa 23 apontam que consultaram os livros didáticos para realizarem suas escolhas. Contudo, todos os 27 professores que participaram da escolha do livro didático relatam, em algum momento do questionário, que os processos de escolha do livro didáticos de História acontecem pautando-se na análise de obras presente no momento da escolha. Vejamos alguns deles: “Foi feita pelos professores uma análise dos livros enviados pelas editoras.” (Prof. 02); “Recebemos os livros e dividimos as coleções entre os professores da escola.” (Prof. 13); “A biblioteca recebe vários exemplares de livros, os livros são expostos na biblioteca, os professores vão até lá, examinam os livros [...]”. (Prof. 30); “Recebemos os livros. Analisamos e escolhemos.” (Prof. 31).

É importante observar a necessidade que o professor tem de consultar a obra de sua preferência, esses dados vêm ao encontro de outros trabalhos¹³. Isso pode ser melhor acompanhado especialmente na passagem a seguir, extraída dos questionários: “[...] sem conhecer a coleção, fica impossível avaliar qual a melhor opção.” (Prof. 15).

O envio de livros didáticos, por parte das editoras, para os professores consiste em uma prática comum. Essa ação é legalizada pela publicação da Portaria Normativa nº 7, de 2007¹⁴, que dispõe sobre as normas de conduta no âmbito da execução dos Programas do Livro. O envio de obras para análise dos professores, catálogos, folders e outros materiais, exclusivamente por remessa postal, é liberada.

Contudo, essa mesma Portaria proibiu a divulgação dos livros diretamente nas escolas, assim como eventos ou palestras dentro destes locais públicos e/ou o oferecimento de brindes durante o processo de escolha do livro didático. Contudo, essa prática parece ser ainda, realizada nas escolas, conforme evidencia a afirmação do Professor: “[...] os professores receberam, na escola, a visita de representantes de algumas editoras, e uma lista de sites para que pudéssemos avaliar o material a ser escolhido.” (P. 03).

Os altos investimentos das editoras na divulgação de exemplares influenciam diretamente na escolha do professor. Soares discutiu sobre a eficiência do governo na compra de livros didáticos

¹³ FERNANDES, Magda Carvalho. O acesso ao livro didático de História no Programa Nacional do Livro Didático, dos anos iniciais do Ensino Fundamental, entre 1999 e 2008. in: *VII Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2013, Cuiabá. Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil, 2013. v. 1. QUEIRÓZ, Carolina Penafiel de. *Só quero saber do que pode dar certo, não tenho tempo a perder: escolhas e usos dos livros didáticos de História em escolas municipais*. 171 f. (Dissertação em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Programa de pós-graduação em Educação. Rio de Janeiro, 2013. Captado em: <<http://www.maxwell.vrac.pucRio.br/21326/21326.PDF>>. Acesso em 10 de dezembro de 2013.

¹⁴ BRASIL. Ministério da Educação (FNDE). *Portaria Normativa nº 7, de 5 de abril de 2007*. Dispõe sobre as normas de conduta no âmbito da execução dos Programas do Livro.

e percebeu que: “[...] a concentração das compras não é uma consequência da concentração da oferta, tampouco da melhor qualidade de algumas obras, e sugere que a concentração das compras decorre dos gastos elevados das editoras com divulgação.”¹⁵.

Em consonância com essa alegação, essa pesquisa constata essa afirmação com a fala emblemática de um dos respondentes: “[a escolha do livro didático] Prestigiando quase sempre as editoras maiores e com histórico de fornecimento de livros para escola.” (Prof. 04).

Se há a necessidade do professor de consultar o livro didático para melhor analisá-lo, Fernandes ao pesquisar o acesso ao livro didático de História no PNLD dos anos finais do Ensino Fundamental entre 1999 e 2008, propõe que o governo disponibilize na íntegra, pela internet, todas as obras por meio de sistema de senha individualizada, assim como é feito o processo de escolha do livro. A autora acrescenta:

Se o PNLD disponibilizasse esse material pela internet, o quantitativo de professores participantes poderia proporcionar uma ampla discussão tornando o processo de seleção e escolha mais viável e democrático, posto que o Guia não atende às necessidades de uma avaliação das obras.¹⁶

Outro elemento muito utilizado pelos professores ao realizarem a escolha do livro didático de História é a conversa com os colegas. Dados equivalentes foram obtidos por Silva¹⁷ na oficina que promoveu sobre a avaliação/seleção de livros e materiais didáticos para o ensino de línguas, aqui já citado. Dos 21 professores participantes da oficina 19 marcaram o elemento Conversa com o colega. Segundo o autor, essa ocorrência remete à procura de um apoio, a opinião de outro profissional que auxilie na escolha.

Além do que Silva levantou e considerando as peculiaridades da presente pesquisa, acrescento o fato de que, dentro do PNLD, para realizar a escolha do livro didático, faz-se necessária a participação de todos os professores, com objetivos claros de discutir e chegar ao consenso da melhor obra a ser adotada mediante as necessidades da escola. Por isso, um número expressivo de professores optou por esse elemento.

Diante desses dados é oportuno observar o número de professores que indicaram utilizar o guia do livro didático de História, dos 27 professores 16 fizeram uso desse material. Entretanto,

¹⁵ SOARES, Ricardo Pereira. *Compras governamentais para o Programa Nacional do Livro Didático: uma discussão sobre a eficiência do governo*. Brasília. IPEA, 2007. p. 37. Captado em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4546>. Acesso em 10 de novembro de 2014.

¹⁶ FERNANDES, O acesso ao livro didático de História no Programa Nacional do Livro Didático, dos anos iniciais do Ensino Fundamental, entre 1999 e 2008. P. 15.

¹⁷ SILVA. Avaliação e seleção de livros / materiais didáticos para o ensino de línguas.

ao considerar todos os dizeres dos professores quanto aos processos de escolha dos livros didáticos presente nos dados coletados, nenhum respondente relata a utilização desse material. Segundo Castilho o guia do livro didático de História, “(...) constitui-se em importante material de orientação e organização da ação docente e deve ter continuidade, objetivando promover a excelência da ação docente do livro didático de História.”¹⁸.

Porém, a pesquisa de Siman; Pereira e Silva¹⁹ aponta que os professores desconhecem o processo de elaboração do guia, alguns pensam ser material das editoras ou elaboradas diretamente pelo Ministério da Educação (MEC), o que pode transmitir a concepção de políticas públicas do governo vigente. Nem todos os docentes leem o guia, devido à sua extensão. Na conclusão dos autores o guia não atinge plenamente a sua pretendida funcionalidade. Isso acontece devido à estrutura desse material, pois as resenhas das obras não apresentam informações efetivas a respeito dos perfis dos livros didáticos.

Outro elemento considerado por 12 professores é o manual do professor. Segundo o Guia do Livro Didático de História²⁰, esse material contempla adequada apresentação da proposta e da estruturação da obra. Essa publicação expõe os pressupostos teórico-metodológicos e a construção do ensino-aprendizagem da disciplina de História e fornece informações adicionais ao livro do aluno, sendo um importante orientador na escolha do livro didático.

Contudo, Amaral²¹ constatou que o docente “sequer considera o uso do manual do professor para subsidiar a escolha do livro didático.”²². A autora analisou o uso que os professores de História do Ensino Fundamental fazem do manual do professor; como fazem isso e se seu uso tem reflexo na prática cotidiana. Ao perguntar aos docentes se os manuais do professor contribuem para a escolha do livro didático, obteve os seguintes resultados: a maioria (54,5%) informou que o manual do professor pouco contribui para essa prática; enquanto que 31,8% consideram que esse material auxilia muito para a escolha do livro didático; e 9,10% dos professores afirmaram que o manual não contribui para a escolha do livro (4,50% não informaram). A autora buscou testar esta

¹⁸ CASTILHO, Maria Augusta de. Os Alicerces da Cidadania no Ensino Fundamental (1ª à 4ª série). In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira (Org.). *O livro didático de História: políticas educacionais, pesquisa e ensino*. Natal: EDUFERN, 2007. P. 120.

¹⁹ SIMAN; PEREIRA; SILVA. *Processo de escolha de livros didático de História*. P. 76.

²⁰ BRASIL. *Guia de livros didáticos*: p. 17.

²¹ AMARAL, Sandra Regina Rodrigues do. *Significações do professor de História para sua ação docente: o livro didático de História e o manual do professor do segundo segmento do ensino fundamental no PNLD 2008*. 156 f. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação – UEL. Londrina, PR. 2012. P. 142. Captado em: <http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2012/2012_-_AMARAL_Sandra_Regina_Rodrigues.pdf>. Acesso em 08 de maio de 2015.

²² AMARAL. *Significações do professor de História para sua ação docente*. p. 142.

resposta e perguntou para os professores para que serve o manual do professor dos livros didáticos chegando à seguinte conclusão:

Os dados que serviriam para confirmar a resposta anterior, na realidade reduziram a 0% a quantidade de professores que acreditam na contribuição do manual do professor para a escolha do livro didático, sendo que nenhum professor citou a “orientação para a escolha do livro didático” como uma das funções do manual do professor.²³ (AMARAL, 2012, p. 123).

Dado semelhante foi possível de obter no *corpus* da presente pesquisa. 12 professores selecionaram a opção Manual do Professor como um dos elementos utilizados para auxiliar na escolha da obra, porém em todo o decorrer das respostas dos professores, nenhum relata a utilização desse material, mesmo dado obtido aqui em relação ao uso do guia do livro didático.

Algumas conclusões

A proposta inicial dessa comunicação de identificar e discutir os critérios e elementos que influenciam nas escolhas dos livros didáticos pelos professores de História em seus contextos leva a várias discussões e suscitam outras questões. O que foi possível perceber, nesse momento, e que os docentes ao escolher o livro didático observam a adequação dessa obra à realidade do contexto dos alunos e das suas práticas pedagógicas cotidianas. Isso se fez perceptível pela quantidade de professores que informaram observar as atividades e os tipos de linguagens disponíveis no livro didático.

Não cabe a essa pesquisa julgar e/ou homogeneizar as escolhas dos professores. Também não é o caso de dizer que os critérios dos professores são melhores ou piores que aqueles utilizados pelo PNLD. Contudo, precisamos entender que, nesse caso, pode haver uma lógica diferente de ambos, como já constatado em outras pesquisas²⁴.

Com relação aos elementos utilizados pelos docentes para realizarem suas escolhas, destacam-se as necessidades e as realidades de cada escola e professor. O contexto específico do PNLD, que visa à participação de todos os docentes da escola com objetivos claros de discutir a melhor obra a ser adotada, leva a pensar ser esse o principal motivo pelos quais a conversa com o colega obteve um número significativo de ocorrências. Por outro lado, apesar do processo de escolha do livro didático no âmbito do PNLD ter melhorado visivelmente no contexto histórico e educacional²⁵, a necessidade do professor de consultar a obra de sua preferência precisa ser revista

²³ AMARAL. *Significações do professor de História para sua ação docente*. p. 123.

²⁴ CARIE. *Avaliações de coleções didáticas de história de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental*.

BATISTA, Antônio Gomes e VAL, Maria da Graça (org). *Livros de alfabetização do português: os professores e suas escolhas*. Belo Horizonte: Ceale. Autêntica, 2004.

²⁵ OLIVEIRA, O processo de escolha do livro didático de História numa perspectiva discursiva. 2015

por esse Programa, levando em conta os resultados desta e de outras pesquisas aqui já mencionadas, que apontam para a necessidade dos professores de analisarem o livro didático a ser adotado.

Além disso, o fato de os professores terem a consciência de que é por meio das linguagens que se adquire o conhecimento necessário e sendo este um ponto importante para escolha de uma obra. Então, este trabalho contribui para evidenciar a percepção do livro didático de História como um importante meio de ensino/aprendizagem dos recursos linguísticos disponíveis na sociedade.

Os dados aqui levantados mostram que os professores recorrem a diversos meios que os ajudem a avaliar e selecionar um livro didático. A relevância de cada elemento é dada mediante as necessidades e realidade de cada escola e/ou professor. Fato é que ao fazer a escolha cada uma dessas opções tem sua importância, “mas não pode, isoladamente, determinar a escolha de um livro.”²⁶.

²⁶ SILVA. Avaliação e seleção de livros / materiais didáticos para o ensino de línguas – relato de uma oficina. p. 61.

Simpósio Temático 12:

História e linguagens: ficção, poética e biografia

Ana Carolina de Azevedo Guedes

Doutoranda

Pontifícia Universidade Católica - Rio de Janeiro

anaazevedoguedes@gmail.com

Edson Silva de Lima

Mestrando

UNIRIO

edson_hist@yahoo.com.br

Evander Ruthieri da Silva

Mestrando em História

UFPR- Universidade Federal do Paraná

evander.ruthieri@gmail.com

Maycon da Silva Tannis

Mestrando

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

ms.tannis@yahoo.com

Proposta do Simpósio:

A proposta de Simpósio Temático visa abordar, através da tríade conceitual Ficção-Poética-Biografia, uma chave interpretativa, qual seja, o questionamento das fronteiras do fazer histórico com relação à linguagem e à literatura, a partir da problemática: o que do fazer histórico com relação à linguagem e à literatura, a partir da problemática: o que fazem os historiadores quando se veem num mundo de linguagens? Tal questão nos leva a um debate sobre alguns de nossos objetos - a literatura, as ficções, as biografias e a poesia. Destarte, esse simpósio visa agregar trabalhos que lidem com esses temas e problemas, não de modos isolados, mas de forma a atravessar por um questionamento metodológico, pela via da linguagem, capaz de orientar uma escrita da História que tenha a sensibilidade de tocar temas que foram explorados com maiores minúcias a partir da expansão dos métodos e dos campos de análise, enfim, das transformações na relação epistemológica entre historiador e objeto de estudo. Neste Simpósio Temático, pretende-se uma emolduração historiográfica com atenção especial aos seguintes temas: a literatura e sua relação

com a História, compreendendo as ficções literárias enquanto objetos culturais, capazes de construir e representar articulações com o mundo social ou ainda uma perspectiva analítica que parte de fontes literárias ou portadoras de certa literariedade, das trajetórias de autores, editores, livreiros e leitores, para a investigação histórica; a biografia como um elemento híbrido, que apresenta a trajetória e a possibilidade de abordagem sociológica e em outra medida a ficcionalização da vida; a ficção, abordada aqui não como uma prisão fotográfica do mundo real, mas como uma irrealização do próprio real e mesmo assim, apregoada nesse, portanto, deixa de ser um construto observado e passa a ser desmanche e parte constitutiva desta realidade. Trata-se de estabelecer a ficção como um dos cortes epistemológicos a fim de atravessar os três temas acima citados, para compormos um diálogo metodológico entre os objetos de pesquisa histórica (Literatura, Biografia e Poesia) e também como dimensão integrante da escrita histórica, além de sua funcionalidade da divulgação histórica.

As recordações impertinentes de Isaías Caminha: relações entre história, autobiografia e literatura na produção do escritor Lima Barreto

Carlos Alberto Machado Noronha

Doutorando em História

Universidade Federal de Minas Gerais/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

Baiano

calhis2@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo visa analisar as relações entre história, autobiografia e escrita de romance do literato Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922). Para tal, selecionamos suas anotações pessoais que sinalizam seus projetos de escrita de uma história da escravidão no Brasil bem como seus anseios de reconhecimento enquanto escritor, o romance *Recordações do escravidão Isaías Caminha* e correspondências que evidenciam suas discussões acerca da mensagem daquele romance. Desse modo, pretendemos discutir as experiências sociais do autor Lima Barreto que o levaram a lançar o romance acima citado e sua proposta de contrapor-se às premissas das teorias raciais predominantes em princípios do século XX e inserir protagonistas negros na narrativa literária.

Palavras-chave: Lima Barreto, História, Literatura

O romance *Recordações do escravidão Isaías Caminha* foi a primeira obra publicada do literato Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922). Esse texto foi lançado em 1909 através do editor português A. M. Teixeira, sendo que dois anos antes, no terceiro número da revista Floreal - editada pelo próprio autor -, havia se tornado público os seus dois primeiros capítulos. O personagem principal e narrador daquele romance é um jovem mulato e letrado que sai do interior para a cidade do Rio de Janeiro, então capital federal do Brasil, com a intenção de realizar seu sonho de se tornar doutor.

A sua trajetória nessa cidade é marcada por grandes dificuldades financeiras, preconceitos racial e social que o levam a várias frustrações e à desistência de seu sonho. Nesse percurso, ele vivencia as contradições de uma cidade que assumia aspectos cada vez mais arrivistas e cosmopolitas, indo trabalhar como contínuo num grande órgão da imprensa da época, *O Globo*, numa clara alusão ao jornal Correio da Manhã, propriedade de Edmund Bittencourt e periódico melhor organizado segundo os moldes modernos de início do século XX.

Lima Barreto, através de uma linguagem simples e direta, construiu uma narrativa composta de caricaturas representativas de sujeitos da imprensa moderna e versões sobre acontecimentos de grande repercussão, ocorridos durante o mandato do presidente Rodrigues Alves (1902-1906). Dentre esses, podemos destacar a Revolta da Vacina, transfigurada no romance pelo motim em

virtude da lei que obrigava o uso de sapatos na cidade, e os empréstimos para a realização da reforma urbana na capital federal.¹

A partir das recordações de Isaías, Lima realizou uma denúncia da manipulação pela imprensa e de sua seleção dos autores e políticos que deveriam ser prestigiados. Além disso, aprofundou suas críticas em relação à escrita utilizada pelos autores na imprensa bem como aos assuntos que primavam pelo sensacionalismo e superficialidade. Ao realizar isso na sua narrativa, Lima abordou situações que ele mesmo havia vivenciado nas redações pelas quais passou e que dificultaram sua inserção no mundo das letras.

Diante de tal narrativa, a imprensa de um modo geral se silenciou quanto ao seu lançamento, embora o romance fosse bem vendido, levando o autor a pedir ao editor português Teixeira a publicação de uma segunda edição.² Contudo, isso não satisfazia Lima, pois o retorno financeiro e sim o reconhecimento intelectual.³ As poucas críticas que vieram a público tocavam praticamente nos mesmos pontos: o excesso de personalismo, o descaso com a linguagem e o tom caricatural.⁴

Contudo, essas críticas não se preocuparam em destacar uma questão fulcral discutida ao longo da narrativa barretiana: a permanência do preconceito racial no Brasil. Para que isso fique claro, voltemos às recordações de Isaías no momento em que este justifica sua escrita.

Eu me lembrei de escrever estas recordações, há dois anos⁵, quando, um dia, por acaso, agarrei um fascículo de uma revista nacional, esquecida sobre o sofá de minha sala humilde, pelo promotor da comarca.

Nela um dos seus colaboradores fazia multiplicadas considerações desfavoráveis à natureza da inteligência das pessoas do meu nascimento, notando a sua brilhante pujança nas primeiras idades, desmentida mais tarde, na madureza, com a fraqueza dos produtos, quando os havia, ou regra em regra geral, pela ausência deles.

Li-o a primeira vez com ódio, tive desejo de rasgar as páginas e escrever algumas verrinas contra o autor.

Considerarei melhor e vi que verrinas nada adiantam, não destroem; se, acaso, conseguem afugentar, magoar o adversário, os argumentos deste ficam vivos, de pé.

O melhor pensei, seria opor argumentos a argumentos, pois se uns não destruíssem o outro, ficariam ambos face a face, à mão de adeptos de um e de outro partido.⁶

¹ BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. Erichim: EDELBRA, s/d, p.181.

² BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1952, p. 177.

³ BARRETO, Lima. *Correspondência*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 69.

⁴ BARBOSA. *A vida de Lima Barreto*, p. 176-183.

⁵ O suposto prefácio escrito por Isaías tem a seguinte data: 12 de julho de 1905.

⁶ BARRETO. *Correspondência*, p.9.

Diante disso, passou a lembrar sua vida desde o nascimento até a mocidade, chegando a concordar com o “autor do escrito” objeto de sua crítica. Entretanto, ao analisar mais detidamente os fatos de seu passado (em muitos aspectos, esses fatos são parecidos com os da trajetória do próprio Lima), conclui que, quando se dispunha “a tomar na vida o lugar que parecia de” seu “dever ocupar”, encontrava “hostilidade”, “estúpida má vontade” lhe vinha ao encontro, levando-o ao abatimento e à sensação de fuga de toda “aquela soma de idéias e crenças” que o alentaram na sua “adolescência e puerícia”.

E foram tantos os casos dos quais essa minha conclusão ressaltava, que resolvi narrar trechos de minha vida, sem reservas, nem perifrases, para de algum modo mostrar ao tal autor do artigo, que, sendo verdadeiras as suas observações, a sentença geral que tirava, não estava em nós, na nossa carne e no nosso sangue, mas fora de nós, *na sociedade que nos cercava*⁷, as causas de tão feios fins de tão belos começos.

Com isso, não foi minha tenção fazer obra d’arte, romance, embora aquele Taine [...] dissesse que a obra d’arte tem por fim dizer aquilo que os simples fatos não dizem.

[...] é meu propósito [...] fazer [...] uma defesa a acusações deduzidas superficialmente de aparências cuja essência explicadora, as mais das vezes, está na sociedade e não no indivíduo desprovido de tudo, de família, de afetos, de simpatias, de fortuna, isolado contra inimigos que o rodeiam, armados da velocidade da bala e da insídia do veneno.⁸

Vemos, nesses trechos, o mulato Lima Barreto através do personagem Isaías estabelecendo a forma que considerava mais eficaz de debates entre os intelectuais e o critério mais apropriado para a análise da situação dos negros na sociedade brasileira, sendo seus argumentos uma crítica lançada, principalmente, aos literatos “intoxicados” pela perspectiva cientificizante presente na apropriação dos modelos evolucionistas e deterministas.

Esse ideário cientificizante era buscado na tentativa de propiciar uma reforma no país no sentido de levá-lo ao grau de civilidade europeu e evitar, o que era um receio extremamente difundido, uma possível invasão das potências imperialistas. A crença na ciência era o que ditava os procedimentos mais eficazes para o domínio da realidade, reduzindo-a a leis, conceitos e informações objetivas. Dessa forma, seu conhecimento e a aplicação de seus fundamentos eram considerados um dos critérios para o estabelecimento do estágio civilizacional em que se encontrava uma determinada nação, levando muitos intelectuais brasileiros a seguirem-no, principalmente a partir dos acontecimentos que promoveram a abolição da escravidão e a substituição da monarquia pelo regime republicano.

⁷ Grifo nosso.

⁸ BARRETO. *Correspondência*, p. 10-11.

A reorganização política e social advinda desses eventos fez com que a categoria cidadão fosse estendida a um maior contingente populacional, incluindo aí os negros libertos. Como, diante daquele objetivo de tentar igualar o Brasil às nações civilizadas, lidar com a presença dos negros na sociedade brasileira, um grupo visto como por aquela perspectiva científica européia como inferior? Nesse contexto, a apropriação desse “conhecimento científico” serviu com um “instrumento conservador e mesmo autoritário na definição de uma identidade nacional e no respaldo a hierarquias sociais já bastante cristalizadas. Daí a acolhida por intelectuais como Silvio Romero, Afrânio Paixoto, João Batista Lacerda e Joaquim Nabuco de teses que preconizavam a hierarquia entre as “raças humanas”.

A miscigenação tornou-se um ponto central nessa questão, sendo Silvio Romero um personagem de grande destaque tanto pela forma com discutiu o tema com seus contemporâneos quanto pelo modo como assimilou as teorias raciais. Esse autor trouxe para a crítica literária o racismo científico como base norteadora, travando polêmicas, iniciadas em fins do século XIX, com Araripe Júnior e Manoel Bonfim que apresentavam muitas vezes caráter personalista, chegando ao ponto de por em xeque a honra e a capacidade intelectual dos envolvidos. Ou seja, um tipo de discussão que não era considerado adequado por Lima Barreto para se atingir a compreensão da realidade, pois, como argumentava, “verrinas nada adiantam”.

Romero via na miscigenação a possibilidade de extinção dos grupos africanos e indígenas pela sua incorporação à raça branca e a uma cultura brasileira de base europeia.

[...] Sua teoria do branqueamento se baseia no “cruzamento” entre os princípios racistas e as leis darwinistas e evolucionistas: “Aplicando as leis de Darwin à literatura e ao povo brasileiro, é fácil perceber que a raça que há de triunfar na luta pela vida, neste país, é a raça branca”. Ainda que negasse a superioridade absoluta do mestiço, considerava-o um ganho evolutivo, por ter ajudado o colonizador branco a se adaptar à “luta pela sobrevivência” nos trópicos, ao mesmo tempo que incorporava o negro e o indígena à civilização. A mescla entre portugueses, negros, índios e imigrantes traria, em três ou quatro séculos, uma população brasileira branca e homogênea, já que as leis evolucionistas tornavam “inevitável” a vitória do branco.⁹

Temos, nesse pensamento, a realidade reduzida a conceitos, evadindo-se das condições concretas de sobrevivência e apresentando a ação humana como nula, uma vez que é impossível qualquer tentativa de mudança que não estivesse em concordância com as leis da “seleção natural”. Lima propõe um caminho diferente, destacando que a causa do não alcance pelo negro de uma posição de destaque na sociedade deve ser buscada nas relações sociais historicamente estabelecidas

⁹ VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.64.

e não na sua suposta inferioridade, como foi sinalizado no trecho acima do prefácio do romance em análise.

Se recuarmos no tempo em relação à publicação das recordações de Isaías, veremos que Lima tinha projetos de escrita que trouxesse à tona uma discussão sobre a situação dos negros no Brasil, revelando o silenciamento de outros autores quanto à continuidade do preconceito racial no Brasil. Em 1903, Lima Barreto apresentava-se nas suas anotações pessoais da seguinte maneira: “Eu sou Afonso Henriques de Lima Barreto. [...] No futuro, escreverei a História da Escravidão Negra no Brasil e sua influência na nossa sociedade”¹⁰. Já no ano seguinte, novamente entre suas anotações, ele registra uma relação de temas que deveriam ser abordados para a compreensão do período em que Dom João VI esteve no Brasil.

Naquela relação, além de temas já consolidados quanto se referia àquele momento da História do Brasil – uma história focada nos acontecimentos de ordem político-administrativa e nas realizações dos chamados “grandes homes” - como, por exemplo, “causas que obrigaram Dom João VI a partir para o Brasil”, seu desembarque no Rio de Janeiro entre outros, Lima acrescentou: “A escravatura. Leis relativas. Aumento progressivo. Relações entre senhores e escravos. Tronco. [...]. Cantos da senzala. Caráter dos negros. Mulatos. O banzo [...]”. A intenção desse registro tornou-se mais compreensível quando realizamos a leitura de uma carta sua endereçada a seu amigo Antonio Noronha Santos, datada de 11 de junho de 1904.

Nessa, Lima convida-o para a escrita de uma monografia que seria inscrita num concurso de memórias históricas sobre o reinado de Dom João VI no Brasil promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), projeto que não se concretizou. Essa busca pela produção de textos que representassem a presença negra na história nacional persiste entre os seus objetivos. Ainda no ano de 1904, no primeiro esboço de *Clara dos Anjos*, Lima procura relacionar a trajetória de suas personagens aos momentos de surgimento das leis que antecederam à da abolição da escravidão até o início do regime republicano.¹¹

Essas preocupações levaram Lima, diante de um cenário como vimos de hegemonia das teorias raciais, a hesitações quanto à continuidade daqueles projetos. Em 1905, ele escreve sobre o seu objetivo de elaborar um romance que contasse a vida de escravos numa fazenda. Lima resolve

¹⁰ BARRETO. *Diário íntimo*: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 33

¹¹ BARRETO. *Diário íntimo*: memórias, p. 57-58.

adiar sua escrita, pois considerava que esse texto poderia levá-lo à glória literária ou a descomposturas como a acusação de negrismo.¹²

Contudo, mantém seus projetos de escrita nos quais personagens negros escravizados são protagonistas como o conto incompleto *O escravo* no qual um homem negro se esforça para lembrar o seu passado antes de sua chegada como escravizado no Brasil e o esboço de uma peça, intitulada *Os negros*, em que é narrada a fuga de escravizados de uma fazenda, ambos de, provavelmente, 1905.¹³ Esses textos, portanto, são escritos paralelamente ao *Recordações do escrivo Isaias Caminha* cujo prefácio é de 12 de junho de 1905, inserindo-o naquelas tentativas de cumprir o objetivo que traçou para si de escrever uma história que contemplasse a influência da escravidão negra na nossa nacionalidade.

Entre finais do século XIX e inícios do XX, a reflexão acerca da realidade nacional recaia sobre um tipo étnico ou social como definidora da nacionalidade brasileira. Temos como exemplo disso o sertanejo de Euclides da Cunha, o mestiço de Romero, o bandeirante de Rocha Pombo e o caipira de Lobato. Lima, pelos indícios apresentados, também procurava discutir essa realidade nacional, problematizando-a a partir de personagens que serviram como denunciadores de um silenciamento em relação ao preconceito racial que, por sua vez, estava entranhado na definição da identidade nacional.

Para aprofundarmos essa reflexão, vejamos duas obras de grande repercussão no cenário intelectual brasileiro daquele período. A primeira é *Por que me ufano do meu país* de Afonso Celso, publicada em 1900 e comemorativa do IV centenário da chegada dos portugueses no Brasil. Afonso Celso afirma no capítulo 28 de sua obra que os “negros africanos” contribuíram “em tantos serviços” no Brasil, possibilitando a não existência de “preconceito de cor no país. E essa situação já se apresentava nos “tempos coloniais”.¹⁴

A segunda obra é a *História do Brasil*, também de 1900, escrita pelo filólogo e historiador João Ribeiro. Este, a partir do conceito de desmoralização, identificava no Brasil uma falta de espírito nacional, de uma tradição de homogeneidade.¹⁵ Essa situação teve início, segundo o autor, no período da colonização com a barbarização dos costumes facilitada pela presença do negro africano.

¹² BARRETO. *Diário íntimo*: memórias, p.84.

¹³ SCHWARCZ, Lília (org.). *Contos completos de Lima Barreto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 347-352; 590-591.

¹⁴ CELSO, Afonso. *Por que me ufano do meu país*. Disponível em: www.ebooksbrasil.org Acesso em: 28 de mar.2014, p.74-75.

¹⁵ HANSEN, Patrícia. *Feições e fisionomia: a História do Brasil de João Ribeiro*. Rio de Janeiro: Access, 2000, p. 95.

Ribeiro aponta no item *As três raças. A sociedade*, presente no capítulo III- A tentativa de unidade e organização da defesa, o negro como “principal elemento econômico” e “máximo agente diferenciador da raça nacional”, mas o único que não possui nenhuma qualidade positiva se comparado ao branco e ao indígena.¹⁶ Desse modo, percebemos que nas duas obras o negro está sempre associado à atividade laboriosa que acaba se remetendo ao passado escravocrata brasileiro.

Além disso, podemos destacar que Afonso Celso nega a existência do preconceito racial no Brasil, sinalizando uma certa harmonia nas relações entre brancos e negros, contrariando a narrativa barretiana publicada nove anos depois. Já Ribeiro, na sua tentativa de explicar a formação da sociedade brasileira, apresenta o negro como um sujeito atuante naquela formação, mas inferior. Ou seja, mais um discurso que vai de encontro ao pensamento de Lima Barreto e que este percebe como disseminado na sociedade brasileira, como bem representou ao narrar a história de Isaías.

Vemos, portanto, como o romance *Recordações do escrivo Isaías Caminha* tinha muito mais a apresentar ao público do que o mero personalismo, descuido com a linguagem e tom caricatural, apontados pelos seus críticos.

Considerações finais ou leituras possíveis do romance

Lima Barreto, através da narração das recordações do escrivo Isaías, promoveu uma crítica ao pensamento hegemônico da época quanto à inserção do negro na sociedade brasileira. Ao articular vivências pessoais e criação literária, o autor procurou dialogar com outros intelectuais e publicizar representações que estimulassem a reflexão acerca do silenciamento em relação ao preconceito racial.

Um dos primeiros artifícios elaborados por Lima na sua narrativa a fim de construir sua crítica social foi a criação de um personagem mulato narrador de sua própria história. Ele seleciona um tipo étnico objeto do pensamento dos seguidores das teorias raciais, nas suas tentativas de conformação de uma identidade nacional, e eleva-o a categoria de sujeito/ produtor de conhecimento. Nessa mutação do mulato de objeto para sujeito, Lima sinaliza a urgência de se levar em consideração a permanência de ideias e ações oriundas do passado escravocrata brasileiro para compreensão daquele início republicano, especialmente do seu processo de marginalização de determinados grupos sociais.

¹⁶ RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Disponível em: www.fundar.org.br/bbb/index.php/project/historia-do-brasil-joao-ribeiro/ Acesso em: 24 de mar. 2015, p.87-92

Nesse sentido, podemos destacar outro artifício presente nessa narrativa através do qual Lima põe em discussão o quanto o olhar dos intelectuais brasileiros sobre sua própria realidade ainda estava impregnado por uma mentalidade colonizada. Estamos nos referindo à aparição de um personagem no capítulo XI do romance aqui em destaque.

Trata-se da figura de um preto velho que circula entre os personagens representantes das elites cariocas quando esses aguardavam pela chegada do redator português, contratado pelo grande jornal O Globo, no cais do porto do Rio de Janeiro.

[...] Além do ministro, intrometeu-se uma nova personagem; um preto velho, quase centenário, de fisionomia simiesca e meio cego. Trazia na mão esquerda em caniço que distendia um arame de pescaria; com a direita, auxiliado por uma varinha, vibrava dolentemente a corda, enquanto balbuciava qualquer coisa. Ia de grupo em grupo, tangendo o seu monocórdio extravagante. Cantava talvez uma ária de uma extravagante beleza, certamente só percebida e feita pela sua alma para sua alma... Tocava e esperava esmolas. Em todas as fisionomias, havia decerto piedade, comiseração, e mais alguma coisa que não me foi dado perceber. Era constrangimento, era não sei o quê... O preto tinha os pés espalmados e, com a cecidez e a velhice, andava de leve, sem quase tocar no chão, escorregava, deslizava – era como uma sombra...
[...] Ele, com a sua resignação e miséria, e o sol, com a sua força e indiferença, tinham um certo acordo oculto, uma relação entre si quase perfeita. O negro ia... Ia tocando já sem forças a plangente música das recordações do adusto solo da África, da vida fácil de sua aringa e do cativoito semi-secular.¹⁷

Essas linhas escritas por Lima Barreto trazem uma dimensão simbólica que se remete a outras temporalidades, trazendo elementos culturais que poderíamos considerar, utilizando uma categoria elaborada pelo teórico e crítico literário Raymond Williams, como residuais.¹⁸ A capoeira e a música dos negros, forjadas no passado mas ainda efetivas naquele presente da narrativa, são trazidas à tona através da aparição do preto velho. E, pela incompreensão e até constrangimento das elites no cais, somo levados a interpretar como uma representação criada por Lima Barreto a fim mostrar a seus leitores – aqui tomamos de empréstimo novamente o pensamento de Williams – a exclusão operada por uma tradição seletiva e hegemônica da intelectualidade brasileira daquele momento, interessada em aproximar o Brasil das nações europeias.

Dentro dessa possível leitura que pretendemos realizar desse texto barretiano, temos as elites do Brasil com seus olhos voltadas para o oceano Atlântico, aguardando um europeu, representante de sua ex-colônia, que irá ser responsável pela produção de textos de um grande

¹⁷ BARRETO. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, p. 170-171.

¹⁸ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 125.

veículo de comunicação nacional. Isso nos leva para um último artifício de Lima que merece nosso destaque: o nome dado ao seu personagem-narrador.

Isaías é um nome de origem hebraica que significa salvação do senhor.¹⁹ Já Caminha pode ser uma alusão ao escrivão da frota de Cabral Pero Vaz de Caminha, autor da carta que anuncia a chegada dos portugueses nas terras hoje conhecidas como Brasil a qual é considerada, por uma perspectiva que aponta o elemento branco como principal na formação de nossa nacionalidade, como documento de “fundação do Brasil”. Desse modo, podemos inferir que o Isaías de Lima Barreto faz o papel daquele que, através de suas recordações, sinaliza uma outra possibilidade de narrar a História do Brasil, especialmente a da presença dos negros no país, salvando do esquecimento as memórias que desmascaram o preconceito racial existente.

Notamos, portanto, como o romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha* insere-se numa grande discussão que se estava realizando no início do século XX em torno da configuração de uma memória do passado nacional, servindo de fonte para a problematização das relações étnico-raciais no Brasil bem como das aproximações entre as representações de uma dada realidade promovidas pelos textos literários e historiográficos.

¹⁹ Site consultado: www.dicionariodenomesproprios.com.br/isaias/ Acesso em: 16 de jul. 2016.

In Trânsito: Identidades Possíveis na Prosa Contemporânea Brasileira

Davidson Maurity Lima Araújo

Bacharel em Estudos Literários pela Faculdade de Letras – UFMG
Mestrando em Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras, Pós-Lit - UFMG

Resumo: “Literatura de ficção é alteridade.”¹ É a oportunidade do contato com um outro. Sendo assim, sabemos que a transexualidade, a travestilidade e a homossexualidade são temas recorrentes dentro da literatura brasileira, retratos de inúmeras práticas sociais e vivências pessoais que, tomadas por discurso, são passíveis de uma abordagem produtiva e legitimadora. Este trabalho visa demonstrar a potência da literatura enquanto discurso de representação no que tange às identidades de gênero não-heterossexuais em obras brasileiras contemporâneas, citando como exemplo obras de autores brasileiros contemporâneos, como João Gilberto Noll, em *A fúria do corpo* e *Acenos e afagos*, e Caio Fernando Abreu, em *Limite Branco*.

Palavras-chave: Literatura; identidade; representação; corpos.

A literatura brasileira é rica em personagens taxados de transgressores, desajustados ou errantes, devido ao fato de deterem em si uma sexualidade considerada “complexa”, por fugir dos padrões heterossexuais vigentes e uma liberdade que os tornam substrato para os mais diversos estudos. Porém, entendo que essas personagens só ganham algum destaque na crítica literária, no período pós-1964.

A literatura brasileira anterior à ditadura militar, segundo Silviano Santiago, é apresentada tendo como tema principal

a exploração do homem pelo homem. Esse tema foi dramatizado pelo processo de conscientização político-partidário e personagens pertencentes ao campesinato e ao operariado, acompanhada de crítica ao empresariado e as oligarquias rurais, antecipando uma ascensão otimista e utópica das forças de esquerda no país. Uma literatura engajada no ideal desenvolvimentista, na libertação do homem e otimista politicamente.²

Após o golpe militar, a literatura vai abandonando essa temática e opta por refletir sobre as estruturas do poder, dando início a uma crítica radical sobre qualquer forma de autoritarismo, abrindo prerrogativas para a discussão do conceito de democracia, que passa a fazer parte dos discursos tanto da direita quanto da esquerda política.

A literatura não queria apenas mostrar os desmandos de uma classe abastada, pois se percebeu que o poder ganhava outras faces. Negando as diferenças, surgiram forças opressoras que

¹ BLOOM, Harold. *Como e porque ler*. Tradução: José Roberto O’Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 15.

² SANTIAGO, Silviano. *Nas malhas da letra: ensaios*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002, p. 13.

buscavam uma uniformidade sexual, racial e comportamental. “Há uma descoberta assustada e indignada da violência do poder, que é a principal característica temática da literatura brasileira após 1964.”³

Esse poder que oprime, rechaça e silencia aquele que o transgride reverbera na produção literária que faz com que a opção dramática, segundo Santiago, seja,

de maneira geral, pelos temas que, no particular e no cotidiano, na cor da pele, no corpo e na sua sexualidade, representariam uma alavanca que pudesse balançar a sólida e indestrutível planificação do Estado militarizado e o aprisionamento de uma população pelas fronteiras ‘naturais’ do país.⁴

Na contramão da opressão e do silêncio, surgem vozes que reivindicam a existência. Pois só existe aquilo que se é discutido, falado, escrito. É preciso ser texto, tornar-se linguagem. Apoio-me em Judith Butler, a partir da releitura de Sara Salih, entendendo o sujeito, não como um indivíduo formado, mas como

uma estrutura linguística em formação. A “sujeitidade” [subjecthood] não é um dado, e, uma vez que o sujeito está sempre envolvido num processo de devir sem fim, é possível reassumir ou repetir a sujeitidade de diferentes maneiras.⁵

Isso quer dizer que a existência está condicionada a uma profusão de discursos responsáveis pela construção social dos corpos. O surgimento dos discursos (aqui, no caso, a literatura) que legitimam a existência de outras sexualidades, de outras identidades é que são responsáveis por criar os espaços desses sujeitos no mundo, a fim de abolir as distâncias que são criadas em detrimento de um poder controlador.

Várias são as vozes que surgem, várias são as identidades por trás desses novos discursos que emergem nesse contexto pós-1964. Analisar personagens que considero desviantes da norma heterossexual, *Queers*⁶, trans, ante às suas descrições pela própria narrativa, alocados dentro de obras brasileiras contemporâneas consideradas homoeróticas, revelam um estado de trânsito e de um não-lugar, responsáveis por uma dissolução e conseqüente busca por uma identidade.

Obras como *Limite Branco*⁷, primeiro romance do escritor Caio Fernando Abreu, publicado em 1970 e *Onde andaré Dulce Veiga*, publicado em 1990, são os únicos dois romances do autor,

³ SANTIAGO. Nas malhas da letra: ensaios, p. 15.

⁴ SANTIAGO. Nas malhas da letra: ensaios, p. 19.

⁵ SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Tradução: Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

⁶ Termo proveniente da língua inglesa, historicamente considerado um gíria, significava estranho, esquisito, e era usado de forma pejorativa em pessoas LGBTI. Foi apropriado e ressignificado pela comunidade LGBTI, tornando-se um termo utilizado para designar pessoas que não seguem, não se adequam ou não possuem práticas sociais dentro dos padrões da heteronormatividade.

⁷ Vale ressaltar que nessa obra não é focada na sexualidade da personagem principal, mas é possível inferir sobre isso, pois toda ela é construída numa narrativa em 3ª pessoa, entremeada com passagens de diários escritos pelo próprio autor, abertamente gay.

escritos em fases bem distintas de sua carreira, mas que tem em comum, mesmo que em primeiro plano não esteja aparente, narrativas que privilegiam a busca das personagens por si mesmas, perpassadas pela questão da sexualidade e identidade de gênero que, segundo Alós, “não é essência, mas um processo de caráter performativo que se constitui na materialidade da linguagem e se estende através do tempo.”⁸

João Gilberto Noll, em toda sua obra, compartilha com Caio F. Abreu, guardada as diferenças entre eles, essas mesmas temáticas em seus livros. Mas considero que *A Fúria do Corpo*, livro de 1981 e *Acenos e Afagos*, de 2008, tragam para nós narrativas mais apuradas dentro desse tema.

Errantes, as personagens centrais de Noll nesses dois livros são figuras sem nome e sem pouso fixo. Em *A Fúria do Corpo* tem-se um mendigo e, em *Acenos e afagos*, a personagem é um pai de família que, ao longo da narrativa, torna-se uma mulher (de pau). Tanto uma personagem quanto a outra são levadas pelos desejos da carne a uma odisseia, numa tentativa de reconhecimento de si mesmas.

Os desejos, múltiplos, são a justificativa. Fazem com que as personagens de “*A Fúria do Corpo*” e de “*Acenos e afagos*” sejam tradutores de uma contemporaneidade que fragmenta a rigidez das identidades modernas e também quebram com a lógica de que é preciso nomear para existir. “O que não vou te declarar é o nome e todos os dados que me confrangem a uma certidão que além de me embalsamar num cidadão que desconheço servirá de pista a esse algoz (...). O meu nome não.”⁹

E mesmo negando um nome ou uma possível identidade, ainda sim, reivindicam o direito ao sexo e o poder ser aquilo que se quer ser.

Entendendo a Literatura como aquela que dita possibilidades, que influi sobre o pensamento, na compreensão da delimitação e definições de padrões, mas podendo, sabiamente, transgredi-los, possibilitando a construção de outras realidades, a construção de outros corpos para além da norma vigente - corpos trans¹⁰, *queers* - através da linguagem.

⁸ ALÓS, Anselmo Peres. Gênero e ambivalência sexual na ficção de Caio Fernando Abreu: um olhar oblíquo sobre *Onde Andará Dulce Veiga?*. In. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea: Estética dos Vestígios*. Brasília, n° 40, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/7994/6086>>. Acesso em: 26 ago. 2015, p.179.

⁹ NOLL, João Gilberto. *A fúria do corpo*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p.9.

¹⁰ Dentro das obras escolhidas para compor o corpus literário desse projeto, apenas uma das personagens poderia configurar sua identidade de gênero como transexual. Mas, quando necessário, utilizaremos o termo Trans enquanto um prefixo que designa uma situação de ação, um “movimento para além”. A partir dessa definição e considerando

É possível, para além das análises referentes às personagens dessas obras citadas, que consigamos, segundo Antônio Cândido, “averiguar como uma realidade social se transforma em componente de uma estrutura literária, a ponto dela poder ser estudada em si mesma e como só o conhecimento desta estrutura permite compreender a função que a obra exerce.”¹¹

Se no pós-1964 romper com uma sexualidade hegemônica era uma possibilidade de desestruturação do poder do Estado militarizado, nos dias atuais, em que há claramente uma escalada do fundamentalismo religioso e político que quer restringir a diversidade de ser e de sentir, regulando os afetos, fazer uma análise destas obras, evidenciando as sexualidades e as identidades de gênero não-hegemônicas, entendendo-as como um elemento social que afeta a produção artística e não como mero fator externo ou expressão de época, que permite situar a obra num determinado tempo histórico, reconheço na literatura uma força de resistência ante as opressões e uma função legitimadora dessas identidades.

Para Antoine Compagnon, em seu livro “Literatura para quê”

a literatura deve, portanto, ser lida e estudada porque oferece um meio (...) de preservar e transmitir a experiência dos outros, aqueles que estão distantes de nós no espaço e no tempo, ou que diferem de nós por suas condições de vida. Ela nos torna sensíveis ao fato de que os outros são muito diversos e que seus valores se distanciam dos nossos.

Ele também lembra-nos que se a literatura

pode ser vista como contribuição à ideologia dominante, “aparelho ideológico do Estado”, ou mesmo propaganda, pode-se, ao contrário, acentuar sua função subversiva [...]. [...] pode estar de acordo com a sociedade, mas também em desacordo; pode acompanhar o movimento, mas também precedê-lo.¹²

Partindo das perspectivas de Cândido e Compagnon sobre a função da literatura, e partindo do pressuposto de que toda expressão artística é política, analisar e legitimar a presença de figuras que fogem da norma sexual vigente dentro das obras escolhidas de Caio F. Abreu e de João G. Noll, é reconhecê-las como um elemento que desempenha um papel fundamental na constituição da estrutura destas obras e, também, como uma possibilidade concreta de existência desses corpos no mundo. Com isso, empreende-se a tarefa de legitimar a Literatura enquanto discurso de representação, entendendo que cristalizar e excluir outras formas de subjetivação corrobora com a

que todo aquele ou aquela que foge das normas da heterossexualidade, escapando das certezas da Modernidade, torna-se ilegível e incompreendido.

¹¹ CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006, p.9.

¹² COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão, Consuelo Fortes Santiago. 2ª ed. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 37-38.

norma heterossexual vigente, o binarismo homem x mulher e deixa escapar outras representações dos corpos.

“Literatura de ficção é alteridade.”¹³ É a oportunidade do contato com um outro. Sendo assim, sabemos que a transexualidade, a travestilidade e a homossexualidade são temas recorrentes dentro da literatura brasileira, retratos de inúmeras práticas sociais e vivências pessoais que, tomadas por discurso, são passíveis de uma abordagem produtiva e legitimadora.

E mesmo que não consigamos identificar com facilidade personagens, dentro das primeiras identidades de gênero citadas, diversos autores brasileiros canônicos, entre eles, Aluísio de Azevedo, em *O Cortiço*, Lúcio Cardoso, em *Crônica da Casa Assassinada*, bem como autores contemporâneos como Marcelino Freire, Bernardo Carvalho, Sérgio Santana, Caio Fernando Abreu, João Gilberto Noll – sendo os dois últimos objetos da minha pesquisa – entre outros, já usufruíram da potência que carregam essas figuras que performam orientações, identidades sexuais não-hegemônicas e que fogem ao binarismo mulher/ homem.

Este trabalho possui um caráter interdisciplinar, numa pesquisa bibliográfica que busca suporte na Teoria da Literatura e Antropologia a fim de discutir a dificuldade na abordagem dessas personagens, ligada possivelmente ao trânsito ou à experiência do não-lugar em que esses corpos estão sujeitos, posto que estão alocados em um mundo regido pela heteronormatividade.

A noção de não-lugar, definição de “um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico”¹⁴ desenvolvida por Marc Augé, na caracterização da supermodernidade (superabundância factual, espacial e a individualização das referências),

de imediato remete à dinâmica do nomadismo, dos movimentos de desenraizamento e de desterritorialização. Nesse sentido, *o outro lugar* tanto pode ser visto como diluidor das raízes, dos laços familiares, quando estes existem, assim como estratégia de redimensionamento dos espaços originais.¹⁵

Se refletirmos todo esse processo a partir dos estudos que relacionam a Literatura ao Homoerotismo, que “trata-se de identificar, circunscrever e analisar temas e subtemas homoeróticos nos textos literários.”¹⁶ e também dos estudos de gêneros, dentro do campo de

¹³ BLOOM, Harold. *Como e porque ler*. Tradução: José Roberto O’Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 15.

¹⁴ AUGÉ, Marc. *Não lugares*: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução: Maria Lúcia Pereira. 9ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012, p.73

¹⁵ MARTINS, Analice de Oliveira. *Identidades em voz cega*: estratégias de pertencimento na prosa brasileira contemporânea, 2004. 160 f. Tese (Doutorado em Letras) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2004, p.15.

¹⁶ BARCELLOS, José Carlos. *Literatura e Homoerotismo Masculino*: perspectivas teórico-metodológicas e práticas críticas. In: JOSÉ LUIZ FOUREAUX DE SOUZA JUNIOR (org.). *Literatura e Homoerotismo*: uma introdução. São Paulo: Scortecci, 2002, p.19.

produção discursivo *queer*, veremos que é possível problematizarmos a existência desses corpos pelo viés da performatividade, uma vez que,

O performático quer dizer uma construção cultural imitativa e contingente. O gênero é um estilo corporal, um ato, por assim dizer, que tanto é intencional (institucional) como performativo; onde o performativo sugere uma construção dramática e contingente de sentido.¹⁷

A não fixidez das personagens é responsável pela sua desterritorialização, e isso

[...] institui a possibilidade e a necessidade do voltar-se sobre si próprio, abrindo possibilidades para a configuração da subjetividade. O não-lugar é o espaço da identificação, atrelada a descontinuidades e deslocamentos que marcam a experiência social dos sujeitos contemporâneos.¹⁸

É preciso analisar a que ponto o trânsito da personagem para compreender o não-lugar identitário a que ela se propõe.

A análise das obras citadas junto aos textos teóricos com o recorte definido tem com objetivo provocar a reflexão acerca da função da literatura como expressão política e de como a presença desse elemento *queer* possui relevância na concepção da estrutura da obra literária.

¹⁷ BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/gênero/desejo in *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003, p.197.

¹⁸ GOMES, Ricardo Cordeiro. “O nômade e a geografia (Lugar e não-lugar na narrativa urbana contemporânea)”. *Revista SEMEAR*, n° 10, p. 1-8, 2004, p.4.

Na terra dos lírios azuis: política colonial, relações interétnicas e a "questão sul-africana" em *Jess* (1887), de H. Rider Haggard

Evander Ruthieri S. da Silva

Doutorando em História
Universidade Federal do Paraná
Bolsista CAPES
evander.ruthieri@gmail.com

Resumo: A mobilização da literatura como fonte de subsídios para as pesquisas históricas associa-se a um momento de expansão das abordagens que os historiadores dispõem em seu afã de investigar a experiência humana no tempo pretérito. Esta perspectiva encontra-se relacionada à capacidade das narrativas literárias em expressar múltiplas vias de significação e interpretação do mundo social, portanto, decorre a necessária mobilização da “operação historiográfica” para conectar textos ficcionais a processos históricos. Este posicionamento teórico-metodológico, tributário à história cultural e da cultura escrita, orienta o objetivo e problemática central do estudo em questão, o qual consiste na análise articulada entre relações interétnicas e política colonial no romance *Jess* (1887), do literato britânico H. Rider Haggard (1856-1925). Gestado a partir das experiências do jovem letrado junto à administração da Colônia de Natal e na condição de secretário de uma comissão especial enviada à república bôer do Transvaal, o romance narra o triângulo amoroso entre um soldado inglês, o Capitão John Niel, e duas jovens irmãs no Transvaal, a delicada Bessie e a intelectual Jess Croft, por quem se apaixona durante um cerco militar na guerra sul-africana de 1880-1881. Por intermédio deste microcosmo de figuras sociais, Rider Haggard almejou abordar o período de expansão econômico-territorial, o impacto de políticas imperialistas conflitantes nas relações afetivas e, simultaneamente, as fragilidades e limitações dos projetos coloniais em vigência na administração liberal. A análise integra a pesquisa de doutorado do proponente, a qual almeja o escrutínio de visões contraditórias e complementares a respeito do território sul-africano, interpretado pelo romancista enquanto espaço de revitalização política, unidade e constituição de heróis viris ou aventureiros, mas simultaneamente de feminilização, ressentimento, declínio imperial e miscigenação racial.

Palavras-chave: África do Sul, história e literatura, Rider Haggard.

A problemática central que compõe a pesquisa de doutorado que ora apresenta-se consiste no estudo articulado entre figurações de identidade nacional e relações interétnicas na produção literário-intelectual de Henry Rider Haggard (1856-1925) com especificidade na formulação de representações textuais da nação sul-africana, do processo de sua unificação política e ocupação territorial. Trata-se de uma literatura ambientada no território sul-africano do final do século XIX, politicamente dividido entre as colônias britânicas do Cabo e de Natal, as repúblicas bôeres do Transvaal e o Estado Livre de Orange, além dos protetorados africanos de autonomia parcial: Bechuanalândia, Suazilândia e Basutolândia. Esta divisão instável decorre dos impactos das políticas imperialistas no continente e desdobra-se em constantes embates e negociações entre

grupos europeus e populações africanas¹. No cerne de tais conjunturas, as guerras Anglo-Bôer assinalam um momento de tensão nos processos que cercam os debates a respeito da unificação sul-africana. Os conflitos foram travados por oficiais britânicos contra fazendeiros bôeres, descendentes de holandeses e alemães que habitavam o Transvaal e o Estado de Orange, situação emblemática do que se considera como uma “partilha da África”.

A primeira guerra (1880-1881), ocasionada após tentativas de imposição de uma confederação de estados por parte da administração colonial britânica, conduz a uma série de batalhas problemáticas para os ingleses que encerram-se com uma concordata de paz em março de 1881. Os ressentimentos políticos, intensificados após a fracassada tentativa de anexação do Transvaal no chamado Jameson Raid (1895), culminam na deflagração da segunda guerra Anglo-Bôer (1899-1902). Apesar da derrota e extinção das repúblicas bôeres e da formação da União Sul-Africana em maio de 1910, estas situações acarretam uma série de ansiedades em meio aos britânicos com relação à continuidade de seu império. No ínterim, as denúncias concernentes aos campos de concentração sul-africanos e as críticas aos sistemas coloniais em vigência na África levam a desavenças políticas e querelas intelectuais concernentes aos rumos das administrações ultramarinas. Constroem-se, pela cultura escrita e por meio da imaginação literária, expressões de sentimentos de perda territorial e desarranjo político, que urgem parte da intelectualidade a propor figurações de unidade nacional e imperial.

A estas circunstâncias fáticas, somam-se a relativa polarização entre ingleses e bôeres, as resistências africanas, notadamente na Guerra Anglo-Zulu (1879), a constituição de um nacionalismo *afrikaner*², os debates a respeito da criação de políticas de tratamento às populações nativas e a efetivação de uma legislação segregacionista no território sul-africano³, as quais reverberam nas trajetórias, experiências sociais e produções culturais de inúmeros letrados envolvidos, direta ou indiretamente, nas discussões sobre a constituição da unidade política sul-africana, interligados pelas “estreitas e tensas relações entre intelectuais e política”⁴. A análise detém-se sobre as experiências coloniais por intermédio de suas formas literárias de representação

¹ BARROS, Antônio Evaldo A. John Dube e os desafios da segregação na África do Sul. In: *Revista Eletrônica do Tempo Presente*, v.3, n.3, 2013.

² Segundo Raquel G. Alves Gomes (2010), o termo *afrikaner* refere-se a uma identidade social construída em torno da colonização do território sul-africano por alemães, franceses e holandeses. No século XIX, o termo passa a ser utilizado enquanto força política, para demarcar a distinção com os ingleses, e era de uma notável fluidez com conceitos como *bôer*, *dutch* e *dutchman*.

³ M'BOKOLO, Elikia. As práticas do apartheid. In: FERRO, Marc (org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004..

⁴ GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.9, nº 17, 1996, p.65.

dos territórios em conflito e dos grupos étnicos envolvidos na ocupação – ingleses, bôeres e africanos – em suas tentativas de constituir “mitos fundadores” ou de “unidade política”, produtores de paradigmas de igualdade e exclusão⁵, nos quais sentimentos de pertencimento nacional ou étnico, identificação política ou social, desempenham um papel importante nas relações entre colônia e metrópole.

A temporalidade circunscrita a esta problemática – as visões díspares e complementares a respeito do território colonial – está associada à chamada “questão sul-africana”, a qual se vincula a um processo histórico no qual as nações europeias lançam-se à corrida imperial⁶ com o afã de conquistar ou subjugar colônias ultramarinas por intermédio de estratégias políticas, econômicas ou militares. Este entusiasmo intensifica-se entre os ingleses no último quartel do século XIX, pois passam a deter influência sobre vastos territórios na Ásia, na África e na Oceania. A historiografia recente tem demonstrado que a expansão do império britânico serviu de tema de debate a expressivos setores da esfera cultural e da intelectualidade oitocentista⁷, e se expressa de modo latente ou diretamente manifesto na literatura oitocentista⁸. Parte desta produção literária visa reforçar a suposta superioridade anglo-saxônica e naturalizar as distinções entre europeus e não-europeus, associados a um estado primitivo, e, destarte, passíveis de serem colonizados e conduzidos ao que então se compreendia como um ideário de civilização⁹. As distinções étnicas, compreendidas em termos raciais e explanadas por balizas teóricas fornecidas pelo cientificismo oitocentista de vertente determinista, são mobilizadas pelo pensamento político para legitimar o que, entre letrados e leitores no final do século XIX, interpretava-se como um “fardo do homem

⁵ BREPOHL, Marion. Os pangermanistas na África: inclusão e exclusão dos nativos nos planos expansionistas do império. In: *Revista Brasileira de História*, v.33, n.66, 2013, p.14.

⁶ O conceito de “imperialismo” torna-se fonte de contendas para historiadores, literatos, políticos e jornalistas que, ao longo do século XIX, engajam-se na consolidação do moderno império britânico. O termo comumente abrangia uma vasta gama semântica que incluía, mas não se limitava a participação estatal no estabelecimento formal de colônias e a um conjunto de posicionamentos ideológicos, demarcados pelo ímpeto militar, por sentimentos vagos de patriotismo e de superioridade étnica ou racial (BRANTLINGER, 1990: x). Ciente da polissemia do termo, utilizo-o na esteira da definição fornecida por Edward Said, para o qual o imperialismo consiste na “prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante governando um território distante” (SAID, 2011: 42), neste caso em questão, historicamente localizado no último quartel do século, sobretudo após a Conferência de Berlim (1884-1885), que oficializa a partilha da África. Tal definição complexifica as elaborações de Hannah Arendt, para a qual o imperialismo estabeleceu novas formas de economia e política global com base na emancipação política das classes médias: “o conceito de expansão, a exportação da força do governo e a anexação de todo território em que cidadãos tivessem investido a sua riqueza ou seu trabalho, parecia a única alternativa para as crescentes perdas econômicas e demográficas. O imperialismo e a sua idéia de expansão ilimitada pareciam oferecer um remédio permanente para um mal permanente” (ARENDRT, 1989: 180).

⁷ BELL, Duncan. Empire and imperialism. In: JONES, Gareth Stedman; CLAEYS, Gregory (org.). *Nineteenth-Century Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p.863-892.

⁸ SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011, p.17.

⁹ SMITH, Bonnie. *Imperialism: a history in documents*. NY: Oxford University Press, 2000, p.93-96.

branco”¹⁰. Investigar a extensão destes elementos na escrita de Rider Haggard constitui o cerne do estudo em questão, para analisar as reverberações de processos macro-políticos na tonalidade das instâncias individuais, sobretudo na utilização e na atualização do insidioso e pernicioso discurso biológico do racismo enquanto artefato capaz de estruturar a política neocolonial¹¹.

Os fios condutores desta proposição de pesquisa derivam de três situações emblemáticas na produção historiográfica recente: a) complexificação das análises sobre as práticas e políticas imperialistas, as quais, por meio de diálogos com os estudos pós-coloniais, atentam-se aos tropos discursivos e às narrativas que legitimam ou problematizam as atuações de sujeitos nas colônias e metrópoles; b) ampliação dos estudos sobre a história africana no Brasil, pelo “surgimento de inúmeras pesquisas fora do âmbito da África de colonização portuguesa” graças à “pluralidade e diversidade das fontes, de objetos e abordagens”¹²; c) acentuado interesse, por parte da História Cultural, pelas tessituras que ligam as narrativas literárias a dimensões culturais, políticas e sociais, a partir de uma concepção ampla de literatura que leva em conta todos os protagonistas históricos e práticas letradas em torno da experiência literária. Desta perspectiva, que considera a ficção enquanto elemento efetivamente capaz de mobilizar formas de pensar e agir, parte a necessidade de cercar a espessura do texto literário a partir de sua “força integradora, bem como explicativa do real”¹³, capaz de dar significado ao mundo social e pautar ações políticas.

A formulação de uma dimensão imaginária do imperialismo na cultura escrita mobilizou sentimentos frequentemente contraditórios de amor ao império e, em menor escala, de repúdio à violência engendrada por tais práticas. Com efeito, ao longo do período vitoriano, não apenas as ficções literárias, mas também diários de viajantes e narrativas de exploradores provocaram significativo interesse público pelas recentes descobertas no interior da África e da Ásia, com imaginosas descrições da variação humana localizada nas regiões limítrofes dos interesses imperiais. Além dos romances aventurecos, dos quais muitos visavam a formação moral de seus leitores e sustentavam-se nos relatos dos viajantes, poesias patrióticas e publicações de missionários entrelaçavam sensibilidades religiosas e paixões políticas, nas quais preocupações de miscigenação

¹⁰ A expressão, popularizada no final do século XIX, derivava do título do poema de Rudyard Kipling, o “poeta do império”: *The White Man's Burden*. O poema foi publicado originalmente em 1899, na revista *McClure's*, e tornou-se emblemático das teorias racialistas e do eurocentrismo típico daquele momento histórico.

¹¹ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p.88.

¹² CARVALHO FILHO, Sílvio de Almeida. Um convite à leitura do dossiê "história e historiografia da África no Brasil". In: *Revista Eletrônica do Tempo Presente*, v.3, n.3, 2013, p.6.

¹³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p.39.

e degenerescência racial conectavam-se com impasses de gênero e sexualidade tramados nas colônias¹⁴.

Esta literatura aventureira, repleta de figurações românticas dos embates interétnicos e dos encontros interculturais ambientados nos limites dos interesses imperiais, desempenhava importante função na construção de fulcros de identificação individual ou coletiva dos personagens responsáveis pela conquista dos territórios coloniais. Em meio a este contexto, emerge a figura do aventureiro, não mais como uma personagem nos limites da legalidade, um usurpador estigmatizado ou errante, intruso no espaço cotidiano, mas um indivíduo capaz de romper com o espaço europeu, isto é, de evocar o domínio e a exploração de territórios distantes¹⁵. Por isso a necessidade de compreender estes romances enquanto parte integrantes da cultura e da política imperial, pois mobilizam narrativas repletas de “lógicas de ação e de situação”, as quais permitem “desvelar a coerência da movimentação dos atores presente na produção de sentidos, nas suas tentativas de se compreenderem nas suas controvérsias, disputas e compromissos, na resolução de seus problemas”¹⁶. O caso do romancista inglês Henry Rider Haggard recebe atenção especial no estudo em questão, não apenas devido à força de suas produções literárias no mercado editorial do período, mas também, e sobretudo, face à sua atuação junto à administração colonial no território sul-africano.

Uma conjuntura de particularidades históricas e traços individuais devem ser levados em consideração ao problematizar as linhas que convergem na vida e na escrita de Rider Haggard. Oriundo de uma família de conservadores no interior rural inglês, Haggard migrou para a África do Sul em agosto de 1875, para atuar na administração de Henry Bulwer, governador recém designado para a Colônia do Cabo. No ano seguinte, o jovem foi transferido para a comissão de Theophilus Shepstone, responsável pela anexação da república bôer do Transvaal em abril de 1877. Na condição de secretário de Shepstone, Haggard estivera envolvido com os conflitos entre o Reino Zulu e as forças militares britânicas em 1879, bem como a vitória bôer na guerra contra a administração imperial entre dezembro de 1880 e março de 1881, entrave bélico interétnico que culminou no reconhecimento britânico da independência do Transvaal. Estes conflitos eram emoldurados por um contexto complexo de forças políticas adensadas a partir das décadas de 1860

¹⁴ BRANTLINGER, Patrick. *Victorian literature and postcolonial studies*. 1ª. Edição. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009, p.2-4.

¹⁵ VENAYRE, Sylvain. Une histoire des représentations : l'aventure lointaine dans la France des années 1850-1940. In: *Cahiers d'histoire. Revue d'histoire critique*, v. 84, 2001, pp.93-112.

¹⁶ DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. In: *Revista Varia História*, n.28, dez/2002, p.19.

e 1870, momento em que o subcontinente sul-africano deixara de ser um recanto de escassa atração para os interesses britânicos devido à descoberta de campos de mineração de diamantes, situação que levou ao escoamento de vasto número de imigrantes oriundos dos mais distintos lugares do Império Britânico.

Entender o posicionamento de Rider Haggard neste campo político e cultural é emblemático para pesquisa. Para tanto, é preciso lembrar, tal qual aponta Anne McClintock, que a formação do jovem de Norfolk estava profundamente demarcada por um contexto de recrudescimento das teorias degeneracionistas, temores dos quais Rider Haggard, desprezado por familiares como “apto somente a ser um verdureiro”¹⁷, não estaria imune. Em termos simbólicos, reafirmados posteriormente pela sua incursão à cultura escrita, a migração para o território sul-africano representava possibilidade de revitalização física e moral para Rider Haggard, circunstância altamente sugestiva das táticas de construção de sua identidade intelectual. Por outro lado, a condição de membro atuante nas administrações coloniais na África do Sul – enfim, suas experiências de viagens pelo interior do continente africano – permitiram ao intelectual reflexões circunstanciadas a respeito das práticas políticas em vigência, bem como o registro de suas impressões, afinal, ao regressar para a Inglaterra publicou um extenso relato a respeito dos embates interétnicos, *Cetywayo and His White Neighbours* (1882), e uma série de romances ambientados nas regiões coloniais, ao exemplo de *King Solomon’s Mines* (1885) e *She: A History of Adventure* (1886). Além disso, convém frisar que, pelo menos desde 1877, Rider Haggard desempenhava funções de correspondente para periódicos como o *The Gentleman’s Magazine*, e que posteriormente tornou-se membro fundador do *Anglo-African Writers’ Club* em Londres.

Como se vê, suas experiências sul-africanas serviram de fonte para a produção de uma série de romances ambientados no interior do chamado “continente negro”, nos quais visões políticas convivem com uma retórica paternalista mobilizada para justificar a hierarquia racial e legitimar o domínio de outros territórios¹⁸. Contudo, observar os romances de Rider Haggard enquanto mero esforço propagandístico de amor ao império e aos seus agentes de efetivação impossibilita uma problematização de suas ambiguidades, dos espaços de negociação, enfim, das formas de interpretação de processos históricos mobilizados pelo letrado. Convém igualmente demarcar que, entre as décadas de 1870 e 1890, intenso esforço pode ser vislumbrado na cultura escrita para historicizar e legitimar um território fragmentado e conectá-lo enquanto “comunidade imaginada”

¹⁷ MCCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial*. Campinas: UNICAMP, 2010, p.348.

¹⁸ MONSMAN, Gerald. H. *Rider Haggard on the Imperial Frontier*. Greensboro: ELT Press/University of North Carolina, 2006, p.17.

(expressão de Benedict Anderson). É possível identificar, neste período, a constituição de narrativas de interpretação histórica que visavam definir, observar e explicar a situação contemporânea da África do Sul. John Noble, com seu *South Africa: Past and Present* (1877) e George McCall Theal em *Compendium of South African History and Geography* (1873-77), assim como Alexander Wilmot e John Chase em *History of the Cape Colony* (1869), almejam produzir um passado linear que partia do período que decorre o primeiro estabelecimento colonial europeu. Além destes escritos de caráter histórico e geográfico, profundamente interessados em definir protagonismos históricos responsáveis pela constituição e ocupação do território sul-africano, destacam-se os romances aventurecos ambientados nas colônias britânicas e, na outra ponta do espectro literário, o brilhantismo de Olive Schreiner em *The Story of an African Farm* (1883), o qual, como se sabe, constava entre as leituras de Rider Haggard no contexto de produção de seu romance ambientado na primeira guerra Anglo-Bôer: *Jess* (1887)¹⁹.

Jess foi escrito em 1885 – mesmo ano em que se iniciavam as construções de diversas linhas ferroviárias que conectavam o interior sul-africano e se encerravam as negociações da Conferência de Berlim, a qual oficializou a “partilha da África” entre as potências europeias. Ambientado no Transvaal durante o período de ocupação britânica, a obra literária narra o triângulo amoroso entre o capitão inglês John Niel, Bessie e Jess Croft, duas irmãs que habitam a fazenda de seu tio, o idoso e patriótico bretão Silas Croft. A jovem e delicada Bessie é representada na trama como uma figuração conservadora de feminilidade, movida por sentimentos suaves e limitações intelectuais; sua irmã, de cabelos negros e feições severas, é destacada desde o início pela inteligência e força de vontade, com aspirações à Europa e ao mundo das letras. A trama, uma narrativa romântica e aventureca, de ênfase na subjetividade feminina e nos impasses apresentados pelo impacto das políticas coloniais, é permeada pela instabilidade derivada dos entraves interétnicos entre ingleses e bôeres. Com efeito, o antagonista da trama, Frank Muller, fruto da miscigenação entre os grupos étnicos, é retratado como um homem cruel e ambicioso, que almeja usurpar as terras do fazendeiro Croft. Além disso, por suas paixões incontroladas por Bess Croft, Frank Muller desponta como uma verdadeira ameaça, simultaneamente sexual e racial. O romance conclui-se com a perda do Transvaal para os bôeres, o assassinato de Frank Muller pela jovem Jess, e a subsequente morte da

¹⁹ Ao discutir as produções literárias contemporâneas em seu artigo *About Fiction* (1887), Rider Haggard menciona Olive Schreiner e seu *The Story of an African Farm* como uma das principais representantes do romance finissecular (HAGGARD, Rider. *About Fiction*. *Contemporary Review*, n.51, fev.1887). Além disso, as correspondências de Olive Schreiner deixam perceber que o literato enviara livros para ela e a visitara em 1885 (para transcrições das correspondências de Schreiner, cf. <https://www.oliveschreiner.org/>).

jovem. A perda da fazenda, destruída durante a guerra, força o casal Bessie e John a retornar para a Inglaterra, onde o militar passa a exercer funções administrativas em uma propriedade rural.

O domínio de outros territórios e a posse de terras figura como questão central em *Jess*, pressuposto de uma defesa de Rider Haggard do capitalismo agrário enquanto alternativa à economia aurífera e à “febre dos diamantes” com fôlego entrecortado pela instabilidade financeira ainda na década de 1870²⁰. Mais do que isso: o encerramento da trama, com a independência do Transvaal reconquistada pelos bôeres em cercos militares é metaforizada pela morte de Jess, “a alma de tudo”, cujo desaparecimento tornava “inútil reerguer algo sem vida, ao invés disso, esforcemo-nos a seguir com as elevações do espírito”²¹. A respeito do Transvaal, Rider Haggard já havia exposto suas opiniões em um artigo escrito para o *Macmillan's Magazine* em 1877, no qual o letrado reforçava um ideário de incivilidade em torno de sua etnia predominante – os bôeres holandeses – e afirmava que “o governo inglês, além de ser a regra de uma raça conquistadora, era de uma natureza demasiadamente progressiva para ser muito popular entre os conservadores bôeres”, de modo que preferiam aceitar a morte entre “as tribos nativos selvagens além de seus limites do que permanecerem como súditos do governo britânico”. O relato do jovem Rider Haggard, então com pouco mais de vinte anos, encerrava-se com as esperanças imperialistas de que a flâmula do Império Britânico se erguesse sobre o Transvaal, transformando-a na “mais nova e bela irmã”²² das possessões coloniais.

O Transvaal é representado na obra literária de Rider Haggard a partir de certa “sensibilidade romântica”²³, por intermédio da qual a paisagem sul-africana passa a ser estilizada pela óptica do letrado e incrementada com impressões de sentimentos e razões. A protagonista Jess, por exemplo, admira a “gloriosa tarde, tal qual por vezes ocorre na primavera africana, embora fosse tão intensa. Por todos os lados havia evidências e provas da vida. O inverno estava finalizado e agora, da tristeza e esterilidade de sua época seca, erguia-se o jovem e amável verão envolto em luz do sol”²⁴. Com efeito, o Transvaal ocupava importante lugar nos escritos de Rider Haggard e de outros letrados contemporâneos. Localizado ao norte do rio Vaal, a república bôer do Transvaal (*Zui-Afrikaansche Republiek*) havia declarado sua existência política em janeiro de 1852, momento em que o Império Britânico assinou um tratado de reconhecimento de independência da região. Em abril de 1877, Theophilus Shepstone anexou a república às possessões do Império em meio

²⁰ Cf. MEREDITH, Martin. *Diamond's, Gold and War: the British, the Boers and the Making of South Africa*. Nova York: Public Affairs, 2008.

²¹ HAGGARD, H. Rider. *Jess*. Londres: Smith, Elder & Co., 1887, p.336.

²² HAGGARD, H. Rider. The Transvaal. In: *Macmillan's Magazine*, v.36, maio de 1877, p.71-79.

²³ NAXARA, Márcia Regina. *Cientificismo e sensibilidade romântica*. Brasília: UNB, 2004.

²⁴ HAGGARD, H. Rider. *Jess*. Londres: Smith, Elder & Co., 1887, p.50.

aos conflitos étnicos entre bôeres e zulus, situação que conduziu, ao final de 1880, à guerra anglo-bôer. Os problemas políticos ganham fôlego quando tropas bôeres massacram a guarda inglesa na batalha em Majuba Hill. Gerald Monsman afirma que devido à localização estratégica da fazenda de Rider Haggard – na fronteira com o Transvaal – esta foi utilizada para as negociações do tratado de paz que restabeleceu a independência bôer. Haggard interpretava o resultado como um retrocesso, uma “grande traição” por parte do primeiro-ministro britânico, o liberal William Gladstone. Para Haggard, a perda do Transvaal, reimaginado como um lugar paradisíaco em *Jess* – um paraíso perdido, de fato – convertia-se em fonte de ressentimentos e assinalava o encerramento de suas experiências na África do Sul²⁵.

Os ressentimentos políticos – raízes para múltiplos conflitos e violências na passagem do século XIX para o século XX²⁶ – deslocam-se da trajetória de Rider Haggard para sua ficção, sobretudo por intermédio do personagem Silas Croft. Em primeiro lugar, seu passado, revelado ao protagonista John Niel na primeira parte do romance, ilustra as experiências de inúmeros homens e mulheres que abandonaram a metrópole para tentar a vida nas colônias, situação que não implicava necessariamente em um rompimento afetivo com a pátria-mãe. Em segundo lugar, a fazenda africana de Silas, as referências aos campos agrícolas e aos seus empregados nativos, deixam em evidência aquilo que Edward Said denominou de uma “estrutura de atitudes e referências”²⁷ ao imperialismo britânico, projetadas e moldadas a partir da literatura de entretenimento. Estes sentimentos de pertencimento e de amor à nação são proferidos pelos lábios de Silas Croft ao defender sua fazenda da insurreição bôer no clímax do romance: “Eu sou um inglês, e não acredito que eles me tocarão, pois vivi entre eles por vinte anos. (...) Se atirarem em mim, terão de prestar contas com a Inglaterra”. A despeito de suas esperanças reavivadas com o envio de tropas inglesas, o eventual descaso da administração liberal e a destruição da fazenda de Croft conduzem-no a uma acentuada sensação de perda e derrota, explícita ao afirmar que a “Inglaterra nos abandonou e eu não tenho uma nação”, “perdi minha honra, meu lar e meu país; porque não devo perder minha vida também?”²⁸.

Os insidiosos paradigmas do racismo enquanto via de interpretação social podem ser vislumbrados em *Jess* sobretudo por intermédio de seu antagonista, o “*half-breed*” Frank Muller, filho de pai bôer e mãe inglesa. Na trama, o personagem é descrito como uma figura de poses

²⁵ MONSMAN, Gerald. *H. Rider Haggard on the Imperial Frontier*. Greensboro: ELT Press/University of North Carolina, 2006, p.39.

²⁶ ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (Res) sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004, p. 15-36

²⁷ SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

²⁸ HAGGARD, H. Rider. *Jess*. Londres: Smith, Elder & Co., 1887, p.233; pp.280-281.

territoriais e ambições descomedidas, apresentado como um “um homem grande e excessivamente bonito”, com “olhos azuis e frios e uma barba dourada que recaía sobre o peito”. Por intermédio deste personagem, visto como uma ameaça racial e sexual devido aos seus constantes avanços sobre a juvenzinha Bessie, Haggard aborda o que considerava como os falsos patriotismos, movidos pelo puro interesse financeiro. Assim, quando lhe é conveniente, Frank reforça sua inglesidade, afirmando que “eu não sou um bôer. Eu sou um inglês. Minha mãe era inglesa; e além do mais, graças ao Lord Carnarvon, somos todos ingleses”, em referência ao esquema de confederação do território sul-africano projetado em 1876 pelo então secretário do Estado britânico para as colônias, e que resultou na anexação do Transvaal por Shepstone. Posteriormente, Muller assume o manto de liderança bôer e conduz seus compatriotas à perseguição de ingleses e ao cerco às cidades do interior sul-africano, com sonhos em tornar-se “supremo general de uma grande nação, destruindo as forças da Inglaterra com terrível carnificina”. Para Haggard, não restavam dúvidas da periculosidade apresentada pela miscigenação racial nas colônias, o que situava Muller, a despeito de sua fisionomia anglo-saxônica, em uma “junção entre as águas da civilização e do barbarismo”²⁹.

Ainda há muito que pesquisar: o cotejo entre os romances de Rider Haggard no que se refere ao processo de unificação política e ocupação territorial da África do Sul, sua produção ensaística e jornalística, bem como as missivas do letrado – fontes já mapeadas para a pesquisa – apresentam-se como procedimentos a serem circunscritos com maiores minúcias. Contudo, e a título de considerações parciais, pode-se perceber que *Jess*, ao enredar relações conflituosas entre microcosmos de figuras sociais, sobretudo bôeres e ingleses, participa ativamente na construção de narrativas a respeito de uma nação que, imaginava Rider Haggard e muitos dos seus contemporâneos, era iminente, embora incerta. No âmago destas produções culturais encontram-se formações ideológicas e posicionamentos políticos que constituem o império e suas colônias enquanto tema de atenção central. O desfecho do romance, com a morte de sua protagonista e o retorno do herói John Niel para a Inglaterra, deixa em evidência as dúvidas do literato com relação ao futuro da nação sul-africana, bem como seus ressentimentos políticos, decorrentes tanto da ocupação do Transvaal pelos bôeres no final dos conflitos, quanto das decisões políticas da administração liberal britânica em vigência.

²⁹ HAGGARD, H. Rider. *Jess*. Londres: Smith, Elder & Co., 1887, p.25; p.35; p.189; p.244.

A história de um intelectual provinciano: a análise de Lindolfo Gomes no viés da biografia intelectual

Fabiana Aparecida de Almeida

Doutoranda em história
Universidade Federal de Juiz de Fora
fabiana.almeidajf@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho pretende abordar, através da biografia intelectual, a vida de Lindolfo Gomes (1875-1953) e sua importância para a cidade em que viveu grande parte de sua vida: Juiz de Fora (MG). Professor, “homem de letras”, folclorista, filólogo, historiador e jornalista, Lindolfo foi acima de tudo um renomado intelectual de seu tempo, muito conhecido e admirado em seu meio. Por isso, nosso objetivo é fazer aqui uma abordagem sobre ele mas não de uma forma biográfica tradicional, e sim analisar seus feitos pessoais e profissionais conectando-os com o contexto social e o pensamento de sua época para assim entendermos como um professor que vivia em uma cidade provinciana mineira se destacou nacionalmente no cenário cultural e intelectual de seu tempo e qual foi a sua importância para o pensamento literário, cultural e preservacionista de Juiz de Fora durante a primeira metade do século XX.

Palavras-chave: Lindolfo Gomes; biografia intelectual; Juiz de Fora.

Nota introdutória

Giovanni Levi, ao falar sobre biografia e o contexto social do indivíduo, disse que “a época, o meio e a ambiência também são muito valorizados como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que exemplificaria a singularidade das trajetórias”.¹ Nosso objetivo com esse texto não é muito diferente. Ele consiste em apresentar Lindolfo Gomes através da análise do ambiente e dos círculos sociais frequentados por ele e não apenas destacando os fatos mais importantes de sua vida, fazendo uma lista de suas obras e as críticas das mesmas, listando amigos e seus feitos principais. Faremos também sobre a biografia intelectual para demonstrar como essa forma de análise torna mais rica a abordagem sobre um determinado personagem e como ela vem sendo usada nas últimas décadas, levando em conta o ambiente social em torno do indivíduo.

Lindolfo Gomes

Nascido em Guaratinguetá (SP) em 1875, Lindolfo Eduardo Gomes pertencia a uma família importante e tradicional da região: era neto do Barão de Mambucaba e filho do médico Dr. Antônio Francisco Gomes. Aos dois anos de idade, com o falecimento de sua mãe foi morar em Volta Redonda (RJ) com as tias paternas e mais tarde foi para a cidade do Rio de Janeiro concluir os

¹ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 175.

estudos secundários, onde também começou a colaborar com alguns jornais. Foi residir em Juiz de Fora em 1894, aos 19 anos de idade.

Descrito por Wilson de Lima Bastos como:

Professor emérito, jornalista infalível, filólogo consagrado, historiador de grande reputação, teatrólogo aplaudido, pesquisador metuculoso, folclorista eminente, podendo ser considerado como um dos pioneiros dos estudos folclóricos no Brasil, ao lado de João Ribeiro, Sílvio Romero e outros, escritor aclamado, conferencista e orador de grandes recursos [e] técnico de ensino com notável folha de serviços prestados à causa pública.²

Lindolfo Gomes foi o que podemos chamar de “intelectual multifuncional” e é considerado também como um dos “poetas esquecidos” de Juiz de Fora, na visão de Leila Barbosa e Marisa Rodrigues, tendo sido, segundo as autoras, um “escritor de uma erudição linguística requintada [...] extremamente arguto e engenhoso, pois através de pesquisas e estudos, correlacionou cenas discursivas as mais diversas em busca das identidades [...]”.³

Como jornalista, atuou em diversos jornais de Juiz de Fora, São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente, tendo sido presidente honorário e um dos fundadores da Associação de Imprensa de Minas. Foi ainda membro e fundador da Academia Mineira de Letras (fundada em Juiz de Fora em 25 de dezembro de 1909), membro das Academia Carioca de Letras, Academia Brasileira de Filologia, Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Instituto Histórico e Geográfico de Ouro Preto e Academia Fluminense de Letras e representante da Academia Mineira de Letras na Federação das Academias de Letras do Brasil.⁴ Como historiador, dedicou grande parte de suas pesquisas a descobrir quem teria sido o juiz de fora que deu o nome de seu cargo a cidade onde passou a maior parte de sua vida, dúvida essa que até hoje não foi esclarecida.

Esse interesse de Lindolfo pelo magistrado acabou lhe chamando a atenção para o imóvel que tal juiz residira, a Fazenda Velha, levando-o a dar uma grande contribuição para a cidade de Juiz de Fora: foi principalmente através da iniciativa do professor em tombar o imóvel através do então SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) que começou a se desenvolver o pensamento preservacionista em Juiz de Fora. Interessado no imóvel (um dos poucos exemplares coloniais que Juiz de Fora possuía), Rodrigo Melo Franco de Andrade, então diretor do SPHAN, incumbiu Lindolfo de fazer um memorial sobre o casarão para seu melhor conhecimento. Tal memorial resultou em uma série de cerca de 77 documentos diversos que

² BASTOS, Wilson de Lima. *Lindolfo Gomes*. S. L., Ministério da Educação e Cultura, 1975, p. 7.

³ BARBOSA, Leila Maria Fonseca; RODRIGUES, Marisa Timponi Pereira. *Letras da cidade*. Juiz de Fora, Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage, 2002, p. 41.

⁴ BASTOS. *Lindolfo Gomes*, p.8.

destacavam a importância de se preservar a Fazenda Velha⁵. No entanto, todos os esforços do professor não foram suficientes para evitar a demolição do imóvel, em 1946, mas o fato chama a atenção por Lindolfo ter tentado sua preservação apenas alguns anos após a criação do SPHAN (sendo esse criado pelo decreto-lei n. 25 de 1937 e as primeiras manifestações do professor para com a Fazenda dataram de 1939) e por essa ter interessado ao próprio Rodrigo Melo Franco de Andrade que se correspondia diretamente com Lindolfo sobre os assuntos referentes ao citado casarão, tendo sido assim, como já destacamos acima, o passo importante para os inícios das discussões sobre preservação e patrimônio em Juiz de Fora.

A Juiz de Fora de Lindolfo Gomes

Terezinha Silva resume bem, em apenas algumas palavras, como se caracterizava a cidade de Juiz de Fora nos fins do século XIX e início do XX:

Distinguindo-se do resto do contexto mineiro e de sua tradição barroca, Juiz de Fora ingressou eufórica nos tempos modernos. No lugar dos conservadores sinos das catedrais chamando os católicos às rezas, os apitos das progressivas fábricas convocando-os para trabalhar.⁶

A cidade se desenvolveu através dos capitais ali investidos da lavoura cafeeira e depois os da industrialização. Essa característica, como destacado na fala de Teresinha, a fez se diferenciar das mais antigas cidades mineiras cujo aparecimento e desenvolvimento deveu-se à produção aurífera. Já nos tempos da monarquia, Juiz de Fora era a cidade-pólo do estado, apesar da capital de Minas Gerais ser Ouro Preto. Ela era mais próxima do Rio de Janeiro e do porto marítimo, possuía uma forte produção agropecuária (café) e atraía mais capitais, industrializando-se nos fins do século XIX. O importante centro educacional e industrial atraiu uma grande população que cresceu ainda mais com a chegada dos imigrantes,⁷ mas segundo Douglas Fazolatto, já no censo populacional de 1855 havia a informação de que no município havia 27.722 habitantes, sendo 16.428 escravos, “o que incluía a cidade entre os principais centros de mão-de-obra escravas do país”.⁸ Se havia tanta mão-de-obra, havia também uma alta produção cafeeira na região, que levou, por exemplo, a Zona da Mata Mineira produzir, entre 1850/51, 99,76 % de todo o café de Minas

⁵ SILVA, Daniel Roberto dos Reis. As cidades e suas retóricas patrimoniais: considerações sobre o caso de Juiz de Fora. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures (coord.). *Arqueologia da Zona da Mata Mineira*. Juiz de Fora. Juiz de Fora, Editar, 2006, p. 63.

⁶ SILVA, Teresinha V. Zimbrão. Murilo Mendes: registros de uma Belle Époque. In: NEVES, José Alberto Pinho, et.ali. (orgs.). *Juiz de Fora: história, texto e imagem*. Juiz de Fora, Funalfa, 2004, p. 102.

⁷ OLIVEIRA, Almir. O centenário da Academia Mineira de Letras. *Revista da Academia Mineira de Letras*, Belo Horizonte, ano 88, v. LI, jan./mar. 2009. p. 17.

⁸ FAZOLATTO, Douglas. Juiz de Fora. Primeiros tempos. In: NEVES, José Alberto Pinho, et.ali. (orgs.). *Juiz de Fora: história, texto e imagem*. Juiz de Fora, Funalfa, 2004, p. 16

Gerais.⁹ Com o desenvolvimento do café no oeste paulista e depois com a abolição da escravatura, a produção cafeeira sofreu uma queda na região mineira, mas Juiz de Fora, longe de entrar em crise, passou a ser conhecida por seu desenvolvimento industrial. Anderson Pires nos chama a atenção para esse desenvolvimento ao nos apresentar o dado de que entre 1901 e 1910, das 19 fábricas fundadas em Minas Gerais, 7 estavam em Juiz de Fora. “Sendo assim, já no início do século XX, Juiz de Fora mantinha a posição de principal centro industrial de Minas, superando, inclusive, sua capital, Belo Horizonte.”¹⁰

Com todo esse crescimento econômico, Juiz de Fora também se desenvolveu muito urbanisticamente e artisticamente. Grandes casarões e teatros foram construídos na cidade para atender a demanda de uma elite cafeeira e industrial que aqui passou a viver. Esses fatores, somado a sua proximidade com o Rio de Janeiro, então capital do Brasil, tornou a cidade atrativa também para muitos profissionais liberais e comerciantes, fazendo-a desenvolver-se nessas áreas.

E foi nesse ambiente próspero que Lindolfo Gomes resolveu morar, juntamente com seu pai, em 1894, e lá participou de todo o florescer artístico, cultural e intelectual da cidade.

O ambiente deve ser levado em consideração dentro da biografia intelectual para mostrar a época em que o indivíduo vivia, mas também deve-se considerar o fato que tal indivíduo é um agente social que participa da construção social, política e econômica do meio em que ele vive. Tão importante quanto entender o ambiente em que o indivíduo se insere, é perceber como ele via a cidade em que vivia e como ele ajudava a construí-la.

Lindolfo Gomes teve uma vasta contribuição para o desenvolvimento cultural e intelectual de Juiz de Fora, e esse fato nos dá uma proporção de como foi vasta e influente os círculos sociais frequentados por ele. Colaborou, foi editor e fundador de vários jornais da cidade que, inclusive, ficou conhecida também como a “capital intelectual de Minas”, pelo seu grande desenvolvimento da imprensa no estado. Só para citarmos um dado, na primeira década do século XX, enquanto que na capital havia 3 jornais diários, Juiz de Fora contava com 7, todos eles com a mesma qualidade dos que circulavam em Belo Horizonte.¹¹ Ele também se destacou na educação, tendo feito uma carreira no magistério e como inspetor de ensino de Minas Gerais; como historiador ajudou nas

⁹ PIRES, Anderson. *Café e indústria em Juiz de Fora: uma nota introdutória*. In: NEVES, José Alberto Pinho, et.al. (orgs.). *Juiz de Fora: história, texto e imagem*. Juiz de Fora, Funalfa, 2004, p. 33.

¹⁰ PIRES. *Café e indústria em Juiz de Fora: uma nota introdutória*, p. 37.

¹¹ OLIVEIRA, Paulino de. *A imprensa em Juiz de Fora antes de 1930*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora*. Juiz de Fora, ano II, n. 2, jan. 1966. p. 24.

pesquisas sobre a história de Juiz de Fora e em 1909 foi um dos fundadores da Academia Mineira de Letras, que nas palavras de Paulino de Oliveira, foi criada por:

Um grupo ilustre e numeroso de beletristas que, deliberando comemorar o centenário de nascimento de um escritor, julgaram que deveriam fazê-lo condignamente com a fundação de uma sociedade de homens de letras. Foi assim que nasceu a Academia Mineira de Letras numa reunião preparatória da comemoração do centenário de Alexandre Herculano, realizada em 25 de dezembro de 1909.¹²

Em todas essas áreas de atuação, Lindolfo esteve em contato e se tornou amigo de grandes nomes do jornalismo, da educação e das letras de sua época. Esses círculos sociais ajudaram a moldar, sem dúvida, a sua forma de pensar e trabalhar assim como também demonstra o fato de ele ter sido um grande influenciador de seu tempo, como mostra documentos e jornais da época.¹³

A biografia intelectual

Nos últimos anos, a biografia tem sido cada vez mais entendida como parte da história. Segundo Giovanni Levi, “a maioria das questões metodológicas da historiografia contemporânea diz respeito à biografia”, sobretudo através de suas “relações com as ciências sociais, os problemas das escalas de análise e das relações entre regras e práticas, bem como aqueles, mais complexos, referentes aos limites da liberdade e da racionalidade humanas”.¹⁴ No entanto, para evitar as interpretações unívocas das trajetórias individuais, Levi destaca o fato das biografias individuais só serem consideradas se ligadas às condições sociais do indivíduo. A época vivida, o meio e a ambiência seriam fatores que poderiam explicar trajetórias, assim, o caráter de destino individual se perde por ser típico de um meio social. O contexto também se torna importante nesse processo, pois pode cobrir lacunas documentais, embora a estratégia em si, de buscar trajetórias similares seja possível através de outros indivíduos que tinham a vida parecida com a da personagem principal.¹⁵ Essa análise do contexto social do indivíduo, ligando-o a sua trajetória pessoal é o que busca abordar a biografia intelectual, ou biografia histórica, que acabou renovando o gênero biográfico.

Sabe-se que o retorno da biografia foi um movimento internacional e perceptível em diversas correntes historiográficas como a nova história francesa, o grupo contemporâneo de historiadores britânicos de inspiração marxista, a micro história italiana, a nova história cultural norte-americana (através da *Intellectual History*) e a historiografia alemã e brasileira da década de

¹² OLIVEIRA. *A imprensa em Juiz de Fora antes de 1930*, p. 25.

¹³ Tais documentos não serão abordados nesse trabalho por não serem pertinentes ao tema proposto, mas fazem parte de uma pesquisa maior para a obtenção do título de doutoramento.

¹⁴ LEVI. *Usos da biografia*, p. 168.

¹⁵ LEVI. *Usos da biografia*, p. 174 a 176.

1990. “Apesar das diferenças entre estas tradições historiográficas, é marcante em todas elas o interesse pelo resgate de trajetórias singulares”.¹⁶

A biografia histórica deve reproduzir o interior do personagem, suas fantasias, seus sentimentos e suas aspirações.¹⁷ Fundamental também é ligar o indivíduo ao seu contexto, como destacou Benito Schmidt: “uma das tarefas fundamentais do gênero biográfico na atualidade é recuperar a tensão, e não a oposição, entre o indivíduo e o social”.¹⁸ Segundo Pierre Bourdieu, não se pode compreender uma trajetória individual sem construir previamente “os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado [...] ao conjunto de outros agentes envolvidos no mesmo campo”, confrontando-se com os mesmos espaços,¹⁹ ou seja, não se deve analisar ou descrever uma vida e suas obras como fato isolado, fora de seu contexto social.

A reconstrução do contexto social é importante pois percebeu-se que os estudos de trajetórias individuais gera conhecimento desde que ocorra um mapeamento dos laços de amizade, do universo profissional e outros espaços que o indivíduo ocupou. Assim, seria possível identificar traços do cotidiano do sujeito que protagonizou sua própria vida e ajudou ao mesmo tempo construir, de alguma forma, a sociedade em que viveu. Como já foi destacado acima, hoje pode-se dizer que a interpretação de uma trajetória de vida se faz através de múltiplas reconstruções dos caminhos que o sujeito seguiu.²⁰

Dessa forma, depois do que aqui foi apresentado, podemos concluir esse pequeno estudo afirmando que o ambiente e os ciclos sociais frequentados pelo biografado são fundamentais para uma análise mais rica de tal personagem e nos mostra como o mesmo conseguiu contribuir e sofrer influências desse meio. Nosso objetivo em apresentar Lindolfo Gomes nessa perspectiva é, além de fazê-lo conhecido, mostrar que o pensamento intelectual e os trabalhos nessas áreas também se desenvolviam fora das grandes capitais e que não apenas os homens que realizaram grandes feitos devem ser lembrados pela história. Todos os personagens de um local, independente do grau de

¹⁶ SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 19, 1997, p. 5.

¹⁷ SCHMIDT. *Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos*, p. 7.

¹⁸ SCHMIDT. *Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos*, p. 16.

¹⁹ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janáina (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 190.

²⁰ FERREIRA, Leonardo da Costa. *Memória, política e folclore na obra de Amadel Amaral entre 1916 e 1928*. Dissertação. (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós Graduação em História, Rio de Janeiro, 2007. p. 9 e 10.



escala de sua atuação, ajudam a construir a história do lugar que vivem assim como deixam sua própria história ser construída pelo local.

Vida e obra de Reinaldo Arenas: a saga de um escritor gay durante a Revolução Cubana

Jorge Luiz Teixeira Ribas

Mestrando em História

Universidade Estadual de Montes Claros/ Bolsista Capes

Jorge_luiz_moa@hotmail.com

RESUMO: A partir da narrativa autobiográfica *Antes que Anoiteça* do escritor e poeta cubano Reinaldo Arenas, esta pesquisa busca analisar em suas memórias uma interpretação do processo revolucionário que se desenvolveu em Cuba após 1959, por meio de sua experiência e vivência dos acontecimentos, demonstrando a importância que o testemunho pela escrita e as narrativas autobiográficas podem ter para a pesquisa histórica. Desse modo, pretende-se indicar e refletir aspectos da Revolução pouco pesquisados até então, como a sistemática segregação de minorias sexuais em função de um ideal revolucionário que se almejava alcançar. Além disso, busca-se apontar que a eficácia das políticas de segregação se deu por uma consonância entre os valores pregados pelo regime e os presentes na sociedade, gerando uma coesão em torno do autoritarismo, legitimando-o, estabelecendo uma relação intrínseca entre o Estado e a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Reinaldo Arenas, Revolução Cubana, Autobiografia.

Introdução

Regimes autoritários em geral, que o século XX não economizou exemplos, manifestam-se pela imposição do silêncio às dissidências, a perseguição, censura, tortura e morte. Não se deve esquecer que regimes autoritários se sentem ameaçados e desestabilizados não apenas pela diversidade ideológica e política que configura as sociedades, como são comumente pensados, mas também e não menos importante pela diversidade cultural, sexual, pelas variadas formas de expressões de vida. Para além de aspirar uma forma de pensar única e direcionada, fundamentada no interesse de um grupo, que é imposta e deve ser seguida por todos, ambicionam muitas vezes um modelo de vida único, idealizado, delineado pela ordem das regras, inspirados geralmente numa determinada moral supostamente superior, propagada pelas instituições do aparato estatal.

Delinear regras acarreta, necessariamente, em identificar erros e exceções. Aplicando essa lógica à sociedade, implica marcar posicionamentos corretos e identificar desvios e dissidências para eliminá-los, na intenção de constituir um corpo social “puro” e ideal. As perseguições, os extermínios em massa, campos de concentração e genocídios de maior ou menor escala demonstraram o alcance dessas medidas, a ruína de inúmeras vidas pela predominância da intolerância, pela imposição ideológica de um grupo, pela pretensão de uma totalidade homogênea.

O autoritarismo perpassa diversas vertentes ideológicas e se expressou de variadas formas durante o século XX, numa instigante capacidade de sedução. Para aqueles a que se voltam a

Anais do V EPHIS – V Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

06 a 10 de Junho – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016.

www.ephisufmg.com.br

repressão estatal e a supressão de direitos, suprime-se também o acesso à palavra, à existência, impõe-se o silêncio, o esquecimento.

A princípio aqui propomos analisar a autobiografia *Antes que anoiteça* (1995) do escritor e poeta homossexual cubano Reinaldo Arenas, que foi perseguido e preso pelo regime instaurado pela Revolução Cubana em 1959, devido ao teor dos seus escritos e às suas práticas sexuais, mas que sobreviveu e se dispôs, num último suspiro de existência e resistência, narrar suas experiências para a posteridade. Sua escrita, para além de registrar um caso individual, possibilita descortinar uma dimensão da Revolução Cubana inexistente na história oficial, testemunha a realidade de pessoas perseguidas pelo Estado por terem condutas não condizentes com o ideal revolucionário, por serem sexualmente “desviantes”, “pervertidos”, por representarem uma ameaça ao regime, à sociedade, à ideologia dominante e que foram condenados ao silêncio, sistematicamente apagados da memória histórica.

Além disso, contudo, a análise da escrita autobiográfica elucidada outras questões. Partimos do pressuposto de que compreender regimes autoritários e sua existência exige considera-los como produto social, não apenas imposto pela força e sua eficácia sendo suficientemente explicado pelo terror. O autoritarismo não é exterior à sociedade, sendo a barbárie gestada em seu meio.¹ Em outras palavras, muitas vezes regimes autoritários adquirem legitimidade e são sustentados sobre um certo consenso social, em variadas dimensões. Interessa-nos investigar, então, as muitas relações possíveis da sociedade com o regime autoritário cubano, responsável pela desgraça de muitos opositores políticos, mas também de “indesejáveis”, que de uma forma ou de outra agradava muitos e mobilizava outros tantos.

Reinaldo Arenas escreveu sua autobiografia no último ano de sua vida, 1990, padecendo da AIDS, exilado nos EUA depois de fugir de Cuba pelo porto Mariel dez anos antes. Essa condição, sua trajetória e experiências fundamentam a constituição de sua memória, que é objetiva, cumpre com um interesse e a função de não apenas lembrar indiscriminadamente, mas do que lembrar, os acontecimentos que marcaram sua vida, a forma como os recorda através das armadilhas da memória e atribui sentidos e significados, acarretando assim numa maneira de se ver no mundo, de se situar, de disputar símbolos e possibilitar uma interpretação plural da realidade.

Posto isso, dentro das possibilidades da utilização da Memória pela História, ao analisar a narrativa de Arenas em *Antes que anoiteça*, é possível sondar diferentes condutas e participações de

¹ ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha. Apresentação. In: _____. (Orgs.) *A construção social dos regimes autoritários*. Brasil e América Latina, vol. II.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 11-32.

diversos indivíduos no cotidiano da Revolução Cubana entre as décadas de 1960-1980, principalmente em relação à perseguição aos homossexuais que foram confinados a guetos e condenados como indesejáveis “aberrações” contrarrevolucionárias, bem como as limitações dessa perseguição demonstradas por formas encontradas de resistência.

Dessa forma, enseja-se discutir o regime autoritário cubano sob uma ótica que o compreende como produto social, que se sustenta em vários aspectos com o apoio efetivo da sociedade que, malgrado as perseguições, prisões e torturas, até mesmo participa de todas elas, por haver uma convergência de valores entre o regime e a sociedade, que o legitima e o sustenta. Procura-se, afinal, identificar os valores e referências culturais que, como apontam Denise Rollemberg e Samantha Quadrat², sinalizam relações de identidade social e consentimento, criando consensos sociais e práticas coletivas em consonância com o autoritarismo e seus desmandos, concretizando a perseguição sistemática porque passaram os homossexuais em Cuba, apontando para uma dinâmica do funcionamento do Estado em sua relação com a sociedade em que se insere. Em suma, interessa-nos investigar pela escrita autobiográfica a relação entre a moral e o autoritarismo, de forma a compreender como o autoritarismo cubano fundamentou-se em velhos preceitos morais, presentes já na sociedade, viabilizando a segregação, fortalecendo a intolerância e a violência em nome da utopia.

História e Memória: Homossexualidade, Cultura e Revolução em *Antes que Anoiteça*

Na produção historiográfica sobre Cuba revolucionária pouco se pesquisou ou escreveu no objetivo de compreender as relações da sociedade cubana com o regime inaugurado em 1959. Menos ainda sobre a perseguição sistemática às minorias, sejam elas políticas ou sexuais. A Revolução inspirou seu próprio povo e o continente como uma libertação dos subalternos e como alternativa ao imperialismo e opressão, e assim prefere ser lembrada.

Diante dessa imagem que se consagrou, a experiência “periférica e marginal”, “subterrânea”, para utilizar os termos de Michel Pollak³, rompe com certo silêncio sobre outras formas de viver e sentir esses acontecimentos, como os homossexuais, impedindo que traços do passado sejam esquecidos sob a poeira da história, permitindo que a memória sobreviva por meio de autobiografias, correspondências e na própria literatura, lutando contra o silêncio, o esquecimento e contribuindo para uma melhor compreensão do processo histórico.

² ROLLEMBERG; QUADRAT. Apresentação. p. 11-32.

³ POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

Como já dissemos, Reinaldo Arenas, na condição de homossexual perseguido pela ditadura, notavelmente escreve em sua biografia um tipo de memória a partir das condições concretas de sua vivência – e limitadas por ela –, pela escrita se constituiu enquanto sujeito, resultando numa representação muito específica da história. A escrita é onde indivíduos excluídos tiveram oportunidade de falar, expor seus sentimentos e atitudes, registrar um ponto de vista outro, disputar a versão dominante da memória sobre o ocorrido. A história é vivida e sentida de diferentes formas, mas nem sempre entendida como tal, quando paira sobre acontecimentos uma homogeneidade explicativa. Assim, o testemunho pela escrita é uma importante ferramenta que amplia o repertório de experiências e representações sobre determinados contextos, de indivíduos que tiveram a fala limitada e a vida negada.

Sobre o início da Revolução, Reinaldo Arenas escreve:

Nos primeiros dias, muitas pessoas foram assassinadas sem direito a qualquer julgamento. Em seguida, foram criados os chamados “tribunais revolucionários” e as pessoas eram fuziladas sumariamente, bastava uma simples delação diante de um juiz improvisado pelo novo regime. Os julgamentos eram verdadeiros espetáculos teatrais onde o público se divertia, vendo ser condenado ao *paredón* um pobre coitado que talvez só tivesse dado uma bofetada em alguém que agora aproveitava o momento para se vingar. [...] Esses fuzilamentos eram diários. O ano de 1960 foi de fato um ano de imensa alegria coletiva; continuavam sendo fuzilados os chamados “tiras”, mas a grande maioria da população, é preciso reconhecê-lo, em meio a toda aquela euforia, ainda apoiava os fuzilamentos.⁴

Esses relatos chamam a atenção para o apoio da sociedade ao regime Castrista, e a participação social legitimando a violência promovida pelo Estado. Mais que a figura de um ditador todo-poderoso, compreender o autoritarismo implica discutir a participação social no mesmo, o consenso em torno das políticas repressivas. Não satisfaz, como muitas vezes ocorre⁵, uma análise que centraliza na figura do líder e do Estado toda a dimensão da violência. Na escrita de Reinaldo Arenas, é possível perceber a sociedade como parte da engrenagem da violência estatal, gestando-a, fortalecendo-a, colaborando.

A construção da sociedade comunista envolvia a identificação dos seus obstáculos e inimigos, os herdeiros da sociedade burguesa e de seus valores, seus “vícios”. No início da década

⁴ ARENAS, Reinaldo. *Antes que Anoiteça*. Rio de Janeiro: Record, 1995. p. 70-71.

⁵ ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha. Apresentação. In: _____. (Orgs.) *A construção social dos regimes autoritários*. Brasil e América Latina, vol. II.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 11-32.

de 1960 o Estado já se ocupava da questão sexual da sociedade e as medidas necessárias para enquadrá-las na “moral socialista”, base do futuro sonhado a ser construído. Esses ecos estão presentes na narrativa de Arenas, quando escreve sobre sua experiência de estudante bolsista numa escola politécnica:

Sofria então de todos os danos típicos de uma sociedade machista, exaltados pela Revolução; naquela escola marcada por uma virilidade militante, não parecia haver espaço para o homossexualismo que, já nesse período, era severamente punido, chegando inclusive a dar cadeia. No entanto, entre aqueles jovens praticou-se com certeza o homossexualismo, embora de forma bastante velada. Os rapazes que eram apanhados em pleno ato tinham que desfilarem com suas camas e todos os pertences até o almoxarifado, onde, por ordem da direção, deviam devolver tudo; os outros colegas tinham que sair dos alojamentos para apedrejá-los e enchê-los de socos. Era uma expulsão sinistra, pois existia um documento que iria perseguir aquele jovem durante toda a sua vida e impedi-lo de estudar em outra escola do Estado – o Estado já estava começando a exercer um controle sobre absolutamente tudo. Muitos dentre aqueles jovens que passavam com suas camas nas costas pareciam bastante viris. Ao ver aquele espetáculo, eu me sentia envergonhado e aterrorizado. “Entendido, é isso que você é”, eu voltava a ouvir a voz do meu colega de turma na escola secundária, e percebia que ser “entendido” em Cuba representava uma das maiores desgraças que podem acontecer a um ser humano.⁶

A prática homossexual passou a ser severamente condenada. E era dever de todos, numa sociedade em que Che Guevara personificava o símbolo masculino revolucionário, prezar pela masculinidade heterossexual, viril. Talvez muitos buscassem representar-se de tal maneira para fugir da perseguição. E os exemplos de punição enchiam Arenas do horror de ser descoberto e apedrejado pelos colegas. O Estado, em consonância com os valores já presentes na sociedade, impulsionava essas condutas sociais de intolerância e violência, onde o indivíduo que violentava seguia os ditames do regime ao mesmo tempo que o legitimava. O cidadão tomava o papel do Estado para si, ampliando ainda mais seu poder de alcance e controle.

Certa vez, com um amante chamado Raúl foram a um bar para homossexuais. Segundo Arenas,

Havia um grande número de homens; uns muito machos, outros extremamente efeminados, mas o ambiente era simpático e de absoluta cumplicidade. Naquela época ainda existiam lugares assim em Holguín, e em todas as partes da ilha. Logo depois desapareceriam.⁷

Os relatos apresentam fatos, outros acontecimentos, uma oportunidade para se pesquisar as relações sociais, resistências, “cumplicidade”, estratégias de assegurar suas formas de viver e amar

⁶ ARENAS, *Antes que anoiteça*. p. 73.

⁷ ARENAS, *Antes que anoiteça*. p.92.

a que o regime declarou uma guerra implacável. O cotidiano, possíveis sensações, os guetos que permitiam as práticas que o Estado definiu como “aberrantes”, “desvios”, “crimes”, podem ser observados pela escrita autobiográfica de Arenas, pelo uso da Memória pela História.

Por fim, um último exemplo para elucidar algumas possibilidades e importância da escrita autobiográfica para a investigação histórica, na iluminação de um contexto, pelo aflorar de experiências que dissonam do discurso dominante:

Seja como for, a juventude dos anos sessenta deu um jeito não para conspirar contra o regime, e sim para atuar em prol da vida. Clandestinamente, continuávamos a nos reunir nas praias ou em casas de amigos, ou simplesmente desfrutávamos de uma noite de amor com algum recruta de passagem ou com um estudante bolsista, ou com um adolescente desesperado que procurava uma forma de escapar da repressão. Houve um momento em que se desenvolveu, às escondidas, uma grande liberdade sexual em todo o país; todo o mundo queria transar desesperadamente e os rapazes ostentavam imensas cabeleiras [...], usavam roupa justa e adesivos, copiando a moda ocidental; ouviam os Beatles e falavam de liberdade sexual. Em grupos enormes, nós jovens reuníamos na Coppelia, na cafeteria do Capri ou no Malecón, e curtíamos a noite apesar das ruidosas perseguições policiais.⁸

Traços cotidianos, percepções e experiências. Ao lembrar a perseguição que sofreu, aponta outros elementos que contribuem para compreender o funcionamento do regime cubano, o autoritarismo, além de impedir o esquecimento de setores sociais segregados pelo regime, marginalizados na vida e na história.

Como qualquer outra fonte, lidar com autobiografias requer certos cuidados. Um clássico para a reflexão da memória no qual se inspira esta pesquisa é Maurice Halbwachs⁹, que chama a atenção para a característica da memória como representação do passado e como fenômeno social. Para Halbwachs a memória é uma experiência de apropriação do vivido, e aquilo que é lembrado está sujeito às relações sociais, aos condicionantes culturais e sociais sob os quais vive o sujeito que narra. Portanto, a atividade mnêmica, a forma de lembrar, é um importante portal de acesso para interpretar uma *experiência* social, os sentidos desta e as diferentes possibilidades de lidar com o que aconteceu. Além disso, segundo Halbwachs, a memória, mesmo que individual, é compartilhada, de alguma maneira, pelos outros indivíduos do círculo de convivência do sujeito que lembra. Dessa forma, ao investigar a experiência narrada numa autobiografia, as lembranças e acontecimentos

⁸ ARENAS, *Antes que anoiteça*. p. 121.

⁹ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

que o indivíduo não participou diretamente, emerge também a experiência de outros sujeitos, de um grupo que tem significados e sentidos compartilhados.

Sabe-se também, como afirma Denise Rollemberg em *Esquecimento das Memórias*¹⁰, que “na construção da memória, lembra-se esquecendo, esquece-se lembrando, desloca-se o foco, num movimento, entretanto, não estranho à história, no qual a história, ela mesma, deixa de ser importante, criando-lhe outros significados”.

Além disso, como atesta Ângela de Castro Gomes¹¹, o olhar investigativo deve estar atento aos detalhes que esses escritos podem revelar, pelos assuntos que podem registrar. Pois a autobiografia demonstra vestígios do ambiente privado, a intimidade, o cotidiano, a subjetividade, a “verdade” de quem escreve. Noutro plano, essa prática cultural da “escrita de si” encena múltiplos papéis sociais pelos assuntos e temas que envolvem, através dela é possível captar “indícios culturais de uma época e de uma certa configuração das relações sociais”.

Considerações Finais

Não se trata de estabelecer as verdades nem de identificar e apontar a mentira na narrativa, mas fazer emergir a pluralidade do real, principalmente em sociedades em que a diversidade e a imprevisibilidade humana é obstruída pela imposição de uma formação ideológica insistente em homogeneizá-la. A pesquisa ainda está em sua fase embrionária, e o que apresento aqui são apenas apontamentos iniciais sobre o desenvolvimento da mesma e das possibilidades da utilização da escrita de si, da autobiografia como fonte para análises do passado.

¹⁰ ROLLEMBERG, Denise. “Esquecimento das memórias”. In: FILHO, João Roberto Martins (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed.UFSCar, 2006, p. 81-91

¹¹ GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo*. In: _____. (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 7-26.

Uma leitura da memória e do esquecimento em “Resíduo”, de Carlos Drummond de Andrade

Joubertth Maia Oliveira

Graduando em Letras
Universidade Federal de Minas Gerais
joubertth.maia@gmail.com

Ana Clara Pinho Ferraz

Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
ferraz_aninha@hotmail.com

RESUMO: Neste trabalho propomos uma reflexão embasada na relação entre literatura e história. Se a primeira por vários momentos depende da segunda para sua existência, esta, por diversas vezes só pode ser “desvendada” com o auxílio daquela. Tal relação de cumplicidade é tão próxima e antiga que cabia aos poetas tanto o papel de narrar os feitos do passado quanto o de reinterpretar o presente. Como tentativa de estabelecer essa análise, escolhemos o poema “Resíduo” de Carlos Drummond de Andrade presente no livro “A Rosa do Povo”. Este é associado pela crítica como uma das mais ricas obras do poeta de Itabira, tanto pelo amadurecimento poético do autor quanto pela riqueza temática ligada às denúncias e o desnudamento dos sombrios tempos que lhe cercavam o contexto de produção. “Resíduo” é uma ode à memória e ao esquecimento, capaz de evocar reflexões sobre o passado e o presente; um convite à cautela no fazer futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Carlos Drummond de Andrade, memória, literatura

A relação entre a história e a literatura é tão longínqua que nos remete diretamente a Homero, o grande poeta da Grécia Antiga. Tradicionalmente atribuído como autor dos épicos *Ilíada* e *Odisseia*, sua importância não reside apenas no campo estético, mas também na bagagem histórica de sua época. A força de seus versos sobreviveu ao teste do tempo de tamanha forma que, ainda hoje, ecoam no substrato ocidental. Nos tempos de Homero, tempos pré-escrita, onde não havia sequer a palavra “literatura”, restava ao poeta e sua *poiesis* o papel de narrar os feitos do passado, de geração a geração. Passados os anos, ainda hoje a literatura cumpre o papel de ser, por vezes, um objeto de memória, seja nos livros, poemas, cantos, romances, cartas, crônicas, (auto)biografias, etc.

Tal como Homero foi um porta-voz de seu tempo, várias vozes anunciaram, denunciaram, refletiram ou abordaram fenômenos sociais ao longo da história. Hoje, por exemplo, é quase impossível pensarmos nos estudos da ditadura militar no Brasil sem citar versos de Chico Buarque, Geraldo Vandré, Caetano Veloso, Gilberto Gil e tantos outros artistas que vivenciaram este tenebroso período da história brasileira. Da mesma forma, qualquer estudo sobre a vinda dos

portugueses ao Brasil que não cite trechos da famosa carta de Pero Vaz de Caminha estará, em alguma dimensão, incompleto.

Mas qual a importância de compreendermos e simpatizarmos com a relação entre o poeta e a história? Em quê isso nos acrescentaria como indivíduos ou como agentes de um corpo coletivo? Segundo o filósofo alemão Walter Benjamin, a história oficial é sempre reducionista e parcial, pois é narrada através de um determinado viés, o daqueles que estão no poder. Assim, essa história se torna um instrumento de perpetuação dos discursos dos vencedores, da mesma forma que o esquecimento, constitui-se em uma importante ferramenta de dominação. Segundo Michael Pollak:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturais minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial”, no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa.¹

Em meio a este processo o poeta figura, portanto, como agente revolucionário, que não estabelece relações de empatia com o vencedor, nem compactua dos cortejos triunfais em que os chamados “bens culturais” são carregados. Seu instrumento de trabalho, a linguagem, é abstrata o suficiente para que possa sobreviver aos ataques da censura e do tempo. Nós, homens, somos capazes de bombardear monumentos, podemos queimar livros e quadros facilmente, demolir museus como sugerem os futuristas e isso tudo sem muito esforço. Tudo aquilo que se encontra no plano físico, não é um grande desafio se pensarmos em uma perspectiva destrutiva. No entanto, os objetos, versos e imagens que se apoderam da nossa memória coletiva dificilmente podem ser destruídos por mãos humanas. Estes objetos, imagens e versos possuem uma importância cultural, social e histórica ímpar, pois neles habitam os traços históricos metamorfoseados em objetos figurativos. Essa combinação é responsável pelo desencadear de “lampejos repentinos” e “iluminações momentâneas”, pois são como uma “imagem paralisada no tempo”.

Neste trabalho, iremos analisar brevemente alguns versos de um poema do poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade, chamado “Resíduo”. Este poema integra o volume de poesias lançado em 1945, nomeado como *A Rosa do Povo*. O volume em questão é amplamente reconhecido

¹ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3. 1989. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arg/43.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2016. p. 3.

pela crítica brasileira como uma das mais importantes obras da literatura brasileira, pois conseguiu conciliar o sublime poético de Drummond com um desnudar dos tempos sombrios em que o Brasil e o mundo viviam na época. Para lembrar, o Brasil passava pela ditadura de Getúlio Vargas e seu Estado Novo, enquanto o resto do mundo presenciava os horrores da 2ª Guerra Mundial. Os poemas que compõe *A Rosa do Povo* são, portanto, cheios de imagens e metáforas que trazem a tona e refletem sobre os fenômenos sociais que ocorreram na época de produção. O poema se inicia com os versos:

De tudo ficou um pouco
Do meu medo. Do teu asco.
Dos gritos gogos. Da rosa
ficou um pouco²

Logo no início do poema já podemos observar a conflituosa relação entre o “Tudo” e o “Pouco”. Relação esta intermediada pelo verbo “ficar” no tempo passado, que sugere o movimento natural de todas as coisas e seres ao esquecimento e à transformação. Este movimento riocorrente a maneira heraclitiana salienta à transformação dos objetos, dos tempos, das pessoas; da totalidade que se perde resta sempre um pouco, do presente que tornar-se-á passado. E o que resta? Nos primeiros versos: o medo, o asco, os gritos e a rosa. Ao dicotomizar “o meu medo X o teu asco” o sujeito lírico sugere uma reflexão à sobrevivência dos embates humanos sob a visão do sujeito derrotado, provido de medo, versus o sujeito provido de asco. Os gritos gogos que persistiram ao tempo, são marcas de uma imagem cristalizada pelo horror. A rosa pode ser uma metáfora à esperança em meio aos temores, ao cenário caótico que se evidenciará ao longo do poema. No texto “Imagens do trauma e sobrevivência das imagens: sobre as hiperimagens”, o autor Márcio Seligmann-Silva defende que:

(...) o choque também pode servir para conservar essas imagens, que são assim, petrificadas. A “placa fotográfica da recordação” guarda as imagens independentemente do tempo de exposição às impressões: o decisivo é a intensidade que advém dos choques, das quebras e rupturas no habitual – o salto (*Sprung*) fora da “catástrofe contínua” é que determina a cristalização das imagens. Estas são ruínas: marcas tanto da destruição como também da conservação: para Benjamin “a destruição fortalece” a eternidade dos destroços. As ruínas da memória, em parte soterradas, guardam o esquecido que choca aquele que se recorda com o segredo que ele (i.e. o esquecido) encerrava.³

Em “Resíduo”, sentimentos e objetos são apresentados como produto tanto da

² ANDRADE, Carlos Drummond de. Resíduo. In: *A rosa do povo*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 92.

³ SELIGMANN-SILVA, Márcio. Imagens do trauma e sobrevivência das imagens: sobre as hiperimagens. In: CORNELSEN, Elcio Loureiro; VIEIRA, Elisa Maria Amorim; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs.). *Imagem e Memória*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2012. p. 77.

cristalização do tempo, quanto da passagem do tempo. Nos versos seguintes, por exemplo:

Ficou um pouco de luz
captada no chapéu.
Nos olhos do rufião
de ternura ficou um pouco
(muito pouco).

Pouco ficou deste pó
de que teu branco sapato
se cobriu. Ficaram poucas
roupas, poucos véus rotos
pouco, pouco, muito pouco.⁴

O pouco de luz no chapéu e a ternura nos olhos do rufião podem ser lidos como imagens cristalizadas no tempo. No entanto, as roupas, o véu e o sapato são objetos concretos que persistiram a passagem do tempo. Interessante notar que nesses versos não temos a aparição de uma imagem humana, detentora desses objetos. Essa ausência reforça o poder que objetos e memórias tem em resistir ao tempo quando comparados à perecível condição humana.

Mas de tudo fica um pouco.
Da ponte bombardeada,
de duas folhas de grama,
do maço
- vazio - de cigarros, ficou um pouco.

Pois de tudo fica um pouco.
Fica um pouco de teu queixo
no queixo de tua filha.
De teu áspero silêncio
um pouco ficou, um pouco
nos muros zangados,
nas folhas, mudas, que sobem.⁵

Esses versos dão continuidade a “ausência” vista anteriormente. A ponte bombardeada e o maço de cigarros vazio em sua natureza próxima a extinção, paradoxalmente asseguram sua resistência no tempo num movimento descrito por Benjamin ao defender a destruição como agente responsável pelo fortalecimento da eternidade dos destroços.⁶

Interessante notar que a “ausência” recorrente em todo o poema nunca é realmente vazia de significados. Nos versos que aludem ao “silêncio”, por exemplo, podemos observar uma natureza mais próxima ao retorno do recalcado freudiano do que a extinção completa de ruídos (Afinal, não seriam justamente estes ruídos os produtos do pouco que ficou?). Então, se há

⁴ DRUMMOND. Resíduo, p. 92 – 93.

⁵ DRUMMOND. Resíduo, p. 93.

⁶ BENJAMIN, Walter. *Rua de Mão Única*. São Paulo. Brasiliense, 1987.

recalque, de que maneira se manifesta esse retorno no poema? Podemos sugerir a resposta no verso que apresenta a imagem dos “muros zangados”, estes como forma de expressão, de protesto, palco anônimo das vozes silenciadas ao longo do tempo. Cabe aos muros, aos destroços, às folhas mudas que sobem nos conectar com um passado Michael Pollak, afirma que:

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.⁷

A metáfora dos muros zangados, como espécie de palco onde é dito aquilo que todos guardam em silêncio, pode revelar uma espécie de sintoma social estudado pela professora Maria Rita Kehl no texto “Tortura e Sintoma Social”. Segundo a autora:

Fruto dos abusos históricos que aparentemente “perdoamos” sem exigir que opressores e agressores pedissem perdão e reparassem os danos causados, o ressentimento instalou-se na sociedade brasileira como forma de “revolta passiva” (Bordieu) ou “vingança adiada” (Nietzsche), ao sinalizar uma covarde cumplicidade dos ofendidos e oprimidos com seus ofensores/opressores. A mágoa “irreparável” do ressentido indica que ele sabe, mas não quer saber, que aceitou se colocar em uma condição passiva diante dos abusos do mais forte; por covardia, por cálculo (“mais tarde ele há de conhecer e premiar meu sacrifício”) ou por impotência autoimposta, o ressentido acaba por se revelar cúmplice do agravo que o vitimou.⁸

Nos versos seguintes, o poema continua apresentando imagens de objetos que podem ser capazes de desencadear diversas memórias:

Ficou um pouco de tudo
no pires de porcelana,
dragão partido, flor branca,
ficou um pouco
de ruga na vossa testa,
retrato.

Se de tudo fica um pouco,
mas por que não ficaria
um pouco de mim? no trem
que leva ao norte, no barco,
nos anúncios de jornal,
um pouco de mim em Londres,
um pouco de mim algures?
na consoante?

⁷ POLLAK. *Memória, Esquecimento, Silêncio*, p. 4.

⁸ KEHL, Maria Rita. Tortura e Sintoma Social. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). O que resta da Ditadura: A Exceção Brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010. p 123.

no poço?⁹

Além de reconhecer o papel dos objetos e das coisas que o cercam como desencadeadores de memórias, o sujeito lírico reflete nesses versos a influência que este possui diante o mundo externo. Se objetos são capazes de aludir a memórias, só o são porque houve em algum momento uma influência humana sobre eles, cristalizando o tempo em algum momento específico. Portanto, cabe a nós lembrarmos que a todo o momento somos agentes que atuam sobre esse meio, a todo o momento algo de nós fica entre o mundo ao nosso redor. Um movimento tipicamente reflexivo entre o sujeito e o mundo.

Os versos seguintes podem sugerir a imagem do silêncio imposto pela história oficial:

Um pouco fica oscilando
na embocadura dos rios
e os peixes não o evitam,
um pouco: não está nos livros.¹⁰

O verso final da quadra, “um pouco: não está nos livros” pode ser visto como uma alusão à censura, à manipulação da história, como também da preferência em não dizer para não rememorar. Talvez seja esse um pouco que não está nos livros que apresente a visão do dominado, no entanto, sua ausência compromete toda a compreensão dos “fatos”. Um pouco: não está nos livros. Segundo Michael Pollak:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor.¹¹

Após a abordagem desse pouco ausente, o poema segue com versos que indicam a fragmentação das coisas, objetos, sentimentos, etc:

De tudo fica um pouco.
Não muito: de uma torneira
pinga esta gota absurda,
meio sal e meio álcool,
salta esta perna de rã,
este vidro de relógio
partido em mil esperanças,
este pescoço de cisne,
este segredo infantil...¹²

⁹ DRUMMOND. Resíduo, p. 93 - 94.

¹⁰ DRUMMOND. Resíduo, p. 94.

¹¹ POLLAK. Memória, Esquecimento, Silêncio, p. 5.

¹² DRUMMOND. Resíduo, p. 94.

As imagens dos versos acima sugerem a fragmentação (“*este vidro de relógio partido em mil esperanças*”) como também, podem indicar a mutilação (*sala esta perna de rã; este pescoço de cisne*). O “segredo infantil” remetendo ao silêncio auto imposto pelo indivíduo a ponto de tornar-se proibido, secreto. O vidro do relógio partido em mil esperanças sugere a fragmentação do tempo, da história. Esses fragmentos de memória do passado “revistos” pelo presente seriam, segundo Benjamin, os responsáveis por formar o conceito de “constelação”. Leticia Botelho analisa o conceito afirmando que:

Quando uma imagem do sofrimento das gerações anteriores, do passado oprimido, confronta-se com uma imagem do presente como o momento do “agora”, no qual a redenção, tanto do passado quanto do próprio presente, é possível, tem-se uma constelação – na qual o pensamento do crítico-historiador se imobiliza, transmitindo-lhe um choque – saturada de tensões, de “agoras”, na qual passado e presente se encontram, em uma relação dialética imobilizada.¹³

As imagens dos “fragmentárias”, dos corpos mutilados (o cisne e a rã) podem sugerir também um olhar atento a violência vista nos conflitos humanos. É interessante lembrar novamente que no ano de publicação de *A Rosa do Povo*, o mundo vivenciava os terrores da 2ª Guerra Mundial. Como corpos, somos todos agentes da memória, a mutilação do ser representa também uma tentativa de mutilação da memória. O uso de imagens animais remete o corpo torturado/mutilado enquanto carne. Ao abordar a visão do senso comum sobre o “animalesco” enquanto representação da dor, Kehl afirma que:

Por que animalesco, se é um homem que urra? Talvez porque o grito de dor não represente mais o sujeito/homem, mas apenas o que agora é carne em sofrimento. O urro de dor não é mais expressão do sujeito – assim como a palavra extorquida pelo torturador também não. Mas talvez seja um mero preconceito chamar de animalesca a expressão extrema desse homem-corpo. Talvez ele evoque o terror a tal ponto que seja conveniente considerá-lo animalesco para não correremos o risco de nos identificar com ele.¹⁴

Os versos seguintes apresentam ideias semelhantes aos versos anteriores, dando ênfase aos fragmentos e objetos minúsculos.

De tudo ficou um pouco:
de mim; de ti; de Abelardo.
Cabelo na minha manga,
de tudo ficou um pouco;
vento nas orelhas minhas,
simplório arrote, gemido
de víscera inconformada,

¹³ BOTELHO, Leticia Olano Morganti. Walter Benjamin e as imagens da história: Possibilidades de uma crítica social a partir da arte. *Pólemos*, Brasília, vol. 1, n. 1, maio 2012. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/polemos/article/download/5867/5538>>. Acesso em 5 jun. 2016. p. 110.

¹⁴ KEHL. *Tortura e Sintoma Social*, p. 131.

e minúsculos artefatos:
campânula, alvéolo, cápsula
de revólver... de aspirina.
De tudo ficou um pouco.¹⁵

A imagem do “gemido de víscera inconformada” remete novamente a tortura e a dor, analisadas anteriormente. A “cápsula de revolver” reforça a ideia do conflito armado. “Vento nas orelhas minhas, simplório arrote”, pode ser uma alusão à dinâmica comunicativa entre receptor e emissor dos segredos que não estão nos livros, que vivem nos muros zangados, a memória sobrevivendo e sendo passada para frente através da oralidade. As três pessoas: eu, tu e ele, sugerindo a ideia de integração dos indivíduos na história, memória coletiva; de tudo e todos fica um pouco.

Nos próximos versos lemos uma das imagens mais fortes de todo o poema:

E de tudo fica um pouco.
Oh abre os vidros de loção
e abafa
o insuportável mau cheiro da memória.¹⁶

O passado e suas velharias, seu mau cheiro, seus traumas ainda persiste sobre o presente. O homem do presente vive sob os efeitos de um passado anterior a ele. Fugir desse passado é impossível, profanar a memória é profanar a si próprio. O sujeito lírico, consciente da impossibilidade de reter o cheiro, sugere “abafar” com “vidros de loção”. Mas não há loção que possa fazer isso. Mesmo o presente reescrevendo a história, de tudo sempre fica um pouco.

Mas de tudo, terrível, fica um pouco,
e sob as ondas ritmadas
e sob as nuvens e os ventos
e sob as pontes e sob os túneis
e sob as labaredas e sob o sarcasmo
e sob a gosma e sob o vômito
e sob o soluço, o cárcere, o esquecido
e sob os espetáculos e sob a morte escarlate
e sob as bibliotecas, os asilos, as igrejas triunfantes
e sob tu mesmo e sob teus pés já duros
e sob os gonzos da família e da classe,
fica sempre um pouco de tudo.
Às vezes um botão. Às vezes um rato.¹⁷

O poema termina apresentando um apanhado de imagens de várias possíveis significações: o desespero (o soluço, o cárcere), o ódio (as labaredas, o sarcasmo), a ausência (o esquecido) a

¹⁵ DRUMMOND. Resíduo, p. 94.

¹⁶ DRUMMOND. Resíduo, p. 94.

¹⁷ DRUMMOND. Resíduo, p. 95.

memória (as bibliotecas, os asilos, as igrejas triunfantes) etc. Dessa série de imagens, trabalharemos rapidamente sobre aquelas que estão ligadas a memória e a ausência. É interessante notar a escolha feita pelo sujeito lírico: as igrejas, asilos e bibliotecas são lugares tipicamente ligados a memória, a resistência do tempo, ao caráter “arquivista”. Não seria exagero dizer que homens que insistem na batalha do resistir ao tempo povoam os asilos; assim como bibliotecas abrigam os conhecimentos culturais, científicos e históricos de uma sociedade; as Igrejas, por sua vez, são instituições que se valem da memória (e do esquecimento) para a sua persistência.

Ao destacar “o esquecido”, podemos fazer duas leituras, como sujeito esquecido por algo/alguém, como também o sujeito que de nada se recorda. Essas leituras ganham ainda mais força quando observamos as palavras que cercam este sujeito no verso: “o soluço, o cárcere”, imagens típicas do desespero e da dor. Seria o cárcere um lugar físico onde vive o esquecido? Ou seria algo voltado ao plano psicológico: A memória como um cárcere? O soluço seria a manifestação corpórea do choro? Ou o tímido brando de dor daquele que se recusa a falar, encarcerado em suas memórias? Não podemos concluir grandes certezas, apenas a de que de tudo fica um pouco. E o que fica é quase sempre ínfimo: um botão, um rato. Não seriam nossas memórias assim? Um botão que se perde pela casa até que involuntariamente seja descoberto? Um rato que se esconde nos esgotos da cidade sem nos darmos conta de sua existência, até sermos surpreendidos?

O poema nos possibilita duas pequenas conclusões: a de que o tempo segue, a memória e a história vão se construindo no presente na medida em que o passado se revela; e por fim, a de que de tudo sempre fica um pouco de algo, de nós, do outro, dos objetos a nossa volta, das nossas memórias e histórias, dos nossos cantos e dos nossos silêncios. Concluímos com as palavras de Hugo Achugar:

A memória viva será substituída, no melhor dos casos, pela história e, no pior, pelo mero esquecimento. Seremos, seja matéria para o documento, a memória da pedra, seja a matéria debulhada, esquecimento involuntário e não escolhido. Nesse sentido, a angústia nasce da mais do que provável possibilidade de nos transformarmos de sujeitos da memória em objetos da memória, mas também de nos transformarmos de senhores de nossa memória em escravos da memória de outros.¹⁸

¹⁸ ACHUGAR, Hugo. Planetas sem boca: Escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Trad. Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 171.

Produção de conhecimento histórico a partir da análise dos poemas “Essa Negra Fulô” de Jorge Lima e “A outra Nêga Fulô” de Oliveira Silveira: uma abordagem histórica e literária

Kátia Luzia Soares Oliveira

Mestranda em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia/Campus V;
Professora da Educação Básica, Técnica e Tecnológica – Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia da Bahia.
katialuziasoares@yahoo.com.br

RESUMO: O trabalho que ora se apresenta traz uma proposta pedagógica para o ensino de história e cultura afro-brasileira. Tal proposta parte da apresentação e análise de dois poemas que representam o negro sob diferentes óticas, sendo possível verificar a existência de dois tipos de discurso: um que o apresenta de forma submissa ou com valores estereotipados, e outro que se apresenta como reação ao modelo de conhecimento eurocêntrico, buscando, inclusive, contrapor-se às estereotípias fundamentadas no preconceito. A elaboração desse trabalho parte das discussões de Conceição Evaristo (2005) Sandra Jathay Pesavento (2008) e Selva Guimarães Fonseca (2003). Para a análise dos poemas, levou-se em consideração, principalmente, os fatores de textualização abordados pelo linguista Marcuschi (2008); Por fim compreende-se que a articulação entre História e Literatura, numa abordagem comparativa, pode favorecer a problematização dos diferentes discursos sobre o outro, auxiliando a construção de um olhar menos etnocêntrico, abrindo caminho para a promoção de uma aprendizagem histórica voltada à positivação das relações étnico-raciais.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem histórica, Literatura, História e cultura afro-brasileira.

O trabalho que ora se apresenta traz uma proposta pedagógica para o ensino de história e cultura afro-brasileira. Tal proposta traz como pressuposto inicial o entendimento da linguagem Literária, como campo do saber em que o racismo também encenou suas múltiplas dimensões, mas também como uma linguagem que pode trazer a possibilidade de outro discurso, como é possível inferir a partir da fala de Conceição Evaristo, que “se há uma literatura que nos inviabiliza ou nos ficciona a partir de estereótipos vários, há um outro discurso literário que pretende rasurar modos consagrados de *representação*”¹. Aqui a literatura pode ser entendida como uma área de problematização da realidade, ou ainda, como uma fonte de problematização histórica.

Sobre a relação entre a História e a Literatura, Sandra Jathay Pesavento (2008) elucidada:

Se a História Cultural está em busca do resgate das representações passadas, se almeja atingir aquele reduto de sensibilidade e de investimento primário na significação do mundo, a Literatura é uma fonte realmente especial: ela pode dar

¹ EVARISTO, Conceição. Da representação a auto-representação da mulher negra na literatura brasileira. Brasília: Revista Palmares Cultura Afro-brasileira ano 1, n. 1, ago. 2005, p.52.

ao historiador aquele algo a mais que outras fontes não fornecerão. A Literatura permite o acesso [...], ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. [...] ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário. Porque se fala disto e não daquilo em um texto? O que é recorrente em uma época, o que escandaliza, o que emociona, o que é aceito socialmente, o que é condenado ou proibido? [...] É a Literatura que fornece os indícios para se pensar como e porque as pessoas agiam desta e daquela forma².

Assim, a Literatura se apresenta como fonte que fala sobre as representações do acontecido, permitindo se captar as sensibilidades, os valores, as relações de força que atuaram naquele representar narrativo. Didaticamente, a incorporação dessa linguagem, bem como de diferentes fontes, é uma alternativa para que professor e alunos possam ampliar o olhar historiográfico. Conforme Selva Guimarães Fonseca (2003), "as diversas linguagens expressam relações sociais, relações de trabalho e poder, identidades sociais, culturais, étnicas, religiosas, universos mentais constitutivos da nossa realidade sócio-histórica. As linguagens são constitutivas da memória social e coletiva"³. Nesse sentido, toma-se como pressuposto básico para elaboração dessa proposta, a abordagem comparativa, por entender que apresentar e contrastar textos literários com diferentes abordagens pode abrir espaço para que se problematize como no "jogo das diferenças" se institui uma memória que se quer única, oficial ocultando a heterogeneidade da memória social.

A abordagem comparativa, que pode ser adotada tanto por professores de História quanto pelos de Literatura, é significativa uma vez que o tema de um grupo de comparação de textos pode mostrar como um imaginário certo é modulado no tempo, através de certas formas literárias e dentro de espaços culturais, definida e estabelecida vínculos com a história das ideias, ideologias, a mentalidade e sensibilidade⁴.

Na perspectiva da aprendizagem histórica, a abordagem comparativa, permite a consideração de diferentes perspectivas sobre o passado narrado. A percepção dessa variância, na elaboração dos sentidos atribuídos ao passado, possibilita que os alunos sejam envolvidos em um raciocínio próprio ao conhecimento histórico, a saber, a compreensão de que o passado não é fixo, não é dado, compreensão fundamental na construção da aprendizagem histórica.

Côncios dessa possibilidade, apresentar-se-á o relato de uma estratégia pedagógica operacionalizada em sala de aula, sob uma perspectiva de análise com base na comparação entre distintos textos. Perseguindo essa linha de trabalho, a proposta faz uso de textos que, na maioria

² PESAVENTO, Sandra Jatahi. História e história cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p.82.

³ FONSECA, Selva Guimaraes. Didática e prática de ensino de história. 2 ed. São Paulo: Papiros Editora, 2004, p.164.

⁴ ALVES, Poliana Nunes. A história da literatura comparada. Disponível em <<http://www.webartigos.com/articles/69277/1/>> Acesso em 08 set. 2011, p. 1.

das vezes, tem tradicionalmente representado o africano ou o afrodescendente com submissão ou com valores estereotipados em oposição a uma outra perspectiva, a saber a de textos literários que e em reação ao modelo de conhecimento eurocêntrico reage aos valores repletos de preconceito sobre a África, os africanos e os afro-brasileiros.

Como sugestão, foram apresentados, na mesa de comunicações, a título de exemplo, os poemas *Essa Negra Fulô* de Jorge de Lima e *A Outra Nêga Fulô* de Oliveira Silveira.

Essa Negra Fulô e a Outra Nêga Fulô: relações intertextuais numa abordagem histórica comparativa

A intertextualidade, como um dos sete critérios de textualização, será o elemento chave da presente análise, já que todos os textos “mantêm algum aspecto intertextual, pois nenhum texto se acha isolado e solitário”⁵. Tendo em vista o fato de os poemas analisados estarem presentes no mesmo campo semântico e apresentarem relações explícitas de referência entre eles, percebe-se claramente uma ligação intertextual e esta foi estabelecida pelo autor Oliveira Silveira em seu poema *A Outra Nêga Fulô* fazendo alusão explícita ao poema inspirador deste, no caso *Essa Negra Fulô* do consagrado poeta da literatura canônica, Jorge de Lima.

Segue abaixo o poema *Essa Negra Fulô*:

“Ora, se deu que chegou
(isso já faz muito tempo)
no banguê dum meu avô
uma negra bonitinha,
chamada negra Fulô.

Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!

Ó Fulô! Ó Fulô!
(Era a fala da Sinhá)
— Vai forrar a minha cama
pentear os meus cabelos,
vem ajudar a tirar
a minha roupa, Fulô!

Essa negra Fulô!

Essa negrinha Fulô!
ficou logo pra mucama
pra vigiar a Sinhá,
pra engomar pro Sinhô!

⁵ MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008, p. 129.

Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!

Ó Fulô! Ó Fulô!
(Era a fala da Sinhá)
vem me ajudar, ó Fulô,
vem abanar o meu corpo
que eu estou suada, Fulô!
vem coçar minha cocêira,
vem me catar cafuné,
vem balançar minha rede,
vem me contar uma história,
que eu estou com sono, Fulô!

Essa negra Fulô!

"Era um dia uma princesa
que vivia num castelo
que possuía um vestido
com os peixinhos do mar.
Entrou na perna dum pato
saiu na perna dum pinto
o Rei-Sinhô me mandou
que vos contasse mais cinco".

Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!
Ó Fulô! Ó Fulô!
Vai botar para dormir
esses meninos, Fulô!
"minha mãe me penteou
minha madrasta me enterrou
pelos figos da figueira
que o Sabiá beliscou".

Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!

Ó Fulô! Ó Fulô!
(Era a fala da Sinhá
Chamando a negra Fulô)
Cadê meu frasco de cheiro
Que teu Sinhô me mandou?
— Ah! Foi você que roubou!
Ah! Foi você que roubou!

Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!

O Sinhô foi ver a negra
levar couro do feitor.
A negra tirou a roupa,
O Sinhô disse: Fulô!
(A vista se escureceu
que nem a negra Fulô).

Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!

Ó Fulô! Ó Fulô!
Cadê meu lenço de rendas,
Cadê meu cinto, meu broche,
Cadê o meu terço de ouro
que teu Sinhô me mandou?
Ah! foi você que roubou!
Ah! foi você que roubou!

Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!

O Sinhô foi açoiatar
sozinho a negra Fulô.
A negra tirou a saia
e tirou o cabeção,
de dentro dêle pulou
nuinha a negra Fulô.

Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!

Ó Fulô! Ó Fulô!
Cadê, cadê teu Sinhô
que Nosso Senhor me mandou?
Ah! Foi você que roubou,
foi você, negra fulô?

Essa negra Fulô!?”

É possível perceber, no poema, uma série de situações pelas quais passou a Negra Fulô, e nessas situações se constrói a imagem da negra representando o africano que foi trazido ao Brasil submetido à condição de escravo. As primeiras estrofes apresentam a sua chegada a uma fazenda para servir de mucama a uma sinhá. Diariamente trabalhava em inúmeros serviços domésticos e assim que fosse chamada, teria que comparecer prontamente para fazer tudo o que a sinhá lhe ordenasse (aqui pode-se abrir espaço para ensinar aos alunos sobre o fato das pesquisas históricas já terem nos informado das diversas tarefas a que um escravo poderia ser submetido, tanto no campo quanto na cidade combatendo a visão dominante de que o trabalho escravo se restringia à lavoura da cana-de-açúcar). Mas há uma informação importante desde a primeira estrofe que traz ao poema uma conotação que, a princípio, poderia ser positiva, entretanto, constitui-se a raiz de todos os males inerentes ao desencadear das situações – o fato dessa negra ser “bonitinha”. Sua beleza exótica ou sensual, como em alguns outros versos se deixa subentendida, é o que a faz “musa” desse poema. É também o motivo do encanto que deixa o senhor louco de desejo. Essa

configuração imagética de conotação sexual está associada a modelos socialmente reprováveis. Dessa forma, a mulher africana ou afrodescendente é vista, numa perspectiva reducionista e preconceituosa, como corruptora e destruidora da paz familiar.

Para uma abordagem histórica sugere-se aproveitar essa discussão inicial para, com base na teoria das temporalidades múltiplas, levar os alunos a analisarem as permanências ou rupturas com essa “mentalidade” em relação às mulheres e em especial às mulheres afrodescendentes. Essa prática pode conduzir o aluno a observar a possibilidade de cristalização de modelos estereotipados para representar a identidade afrodescendente. Também abre espaço, em sala de aula, para discutir em perspectiva histórica, temas tão atuais como gênero e sexismo.

Outro momento de fundamental importância para análise do poema é quando Fulô é acusada de roubo, o que a atribui mais uma característica negativa, com relação ao caráter do negro, cuja imagem está mais uma vez estereotipada. Assim que o senhor foi aplicar-lhe o devido castigo, viu a beleza da pele da negra desnuda e não resistiu ao seu encanto, de modo que criava situações de roubo para que a negra fosse acusada e ele pudesse, agora sem a ajuda do feitor, aplicar-lhe o “castigo merecido”. Ao trazermos essas discussões abrimos espaço também para denunciar um contexto histórico de abuso e exploração sexual da mulher negra, que por ocasião da situação de dominação, era muitas vezes obrigada a se submeter aos desejos eróticos dos seus senhores. Mas estas são imagens representativas, ou constructos representativos que podem contribuir para uma cristalização de modelos depreciativos para representar a identidade do negro, podendo perpetuar estereótipos.

Com o objetivo já anunciado de se estabelecer uma abordagem comparativa/intertextual, foi analisado o texto de Oliveira Silveira intitulado A Outra Nega Fulô.

“O sinhô foi açoitar
a outra nega Fulô
- ou será que era a mesma?
A nega tirou a saia
a blusa e se pelou
O sinhô ficou tarado,
largou o relho e se engraçou.
A nega em vez de deitar
pegou um pau e sampou
nas guampas do sinhô.
- Essa nega Fulô!

Esta nossa Fulô!,
dizia intimamente satisfeito
o velho pai João
pra escândalo do bom Jorge de Lima,
seminegro e cristão.
E a mãe-preta chegou bem cretina
fingindo uma dor no coração.

- Fulô! Fulô! Ó Fulô!

A sinhá burra e besta perguntava
onde é que tava o sinhô
que o diabo lhe mandou.

- Ah, foi você que matou!

- É sim, fui eu que matou –
disse bem longe a Fulô
pro seu nego, que levou
ela pro mato, e com ele
aí sim ela deitou.

Essa nega Fulô!Essa nega Fulô!”

No poema “A Outra Nega Fulô” “também aparece a conotação sexual, porém de uma forma bem diferente da abordada no primeiro poema analisado. Aqui a mulher negra sofre com o assédio do seu senhor, mas não é colocada como ingênua e subserviente. Independente das consequências que pudesse sofrer, a Outra Nega Fulô (ou será a mesma? Como o próprio Oliveira Silveira deixa em incógnita) enfrenta seu maledicente senhor usando a arma que dispunha no momento “pegou um pau e sampou nas guampas do sinhô”. Esse posicionamento desconstrói o estereótipo de covardia ou passividade atribuído ao negro muito bem subentendido no discurso do poema de Jorge de Lima (bem como em outros textos literários, tanto na poesia quanto na prosa). Além disso, mais adiante o eu lírico expõe que a Outra Nega Fulô foi manter relações sexuais com o homem que ela escolhera - “seu nego, que levou ela pro mato, e com ele aí sim ela deitou”, afirmando a humanidade, tantas vezes negada, daquele que fora escravizado: movido por paixões e desejos como qualquer outro e também por vontade própria, capacidade de escolha, poder de decisão, ainda que dentro de pequenas brechas. Muitos textos ainda têm contribuído para reforçar a imagem do negro submetido à escravização como um ser que se resumia apenas ao trabalho braçal e sofrimento, suprimindo ou apagando a sua subjetividade, assim como suas lutas e resistências.

Se no primeiro poema existe a possibilidade de cristalização de um modelo identitário comprometido com essas estereotípias, aqui pontua-se as resistências a esses modelos de representação do negro, tão presentes na Literatura Brasileira, em que sua história e identidade se constroem, colocando-os como sujeitos passivos e determinados. A passividade no discurso literário é questionada no segundo poema que os mostra como sujeitos ativos, protagonistas de sua própria história, mesmo num contexto limitado.

Considerando os limites dessa proposta, conclui-se que é possível, a partir da análise de poemas, considerar e problematizar no saber histórico escolar, as diferentes memórias-históricas subjacentes ao texto literário. O ensino de história que ora se pretende empreender é um ensino

comprometido com a problematização das diferenças e a inclusão dessa proposta figura também como uma possibilidade de apresentar uma memória não mais unilateral, mas uma memória histórica que se propõe à valorização da diversidade étnico-racial e cultural.

"Gosto mais de ser interpretado do que de me explicar": Getúlio Vargas do fim ao começo

Marcela Andrade da Silva

Mestranda em História
Universidade Federal de Juiz de Fora
le.marcela@hotmail.com

RESUMO: O objetivo do presente estudo é analisar a trajetória política de Getúlio Vargas ainda que tantos anos da existência de um homem, tratados assim de forma tão ligeira, com certeza não são suficientes para explicar sua projeção no cenário político brasileiro. Levaremos em conta para atingir tal proposta a trajetória de Getúlio Vargas em seus muitos anos de governo, fazendo uma análise das suas relações interpessoais que criavam solidariedades, alianças, ou ainda, inimizades, rivalidades que propiciaram a formação de grupos sociais dentro dos quais esteve envolvido. Nosso espaço de tempo para abordar a trajetória de Vargas compreenderá por sua peculiaridade o período referente ao Estado Novo.

PALAVRAS-CHAVE: Trajetória, Getúlio Vargas, Poder.

“Pode-se escrever a vida de um indivíduo?” Se pergunta Giovanni Levi. Muitos foram os debates sobre a possibilidade da escrita da vida de um indivíduo e sobre os limites da biografia. O problema, segundo Levi, é querer engessar os atores históricos dentro de uma racionalidade anacrônica e de um modelo linear; torná-los personalidades coerentes e estáveis dotados de “ações sem inércias” e de “decisões sem incertezas”. É preciso considerar os elementos contraditórios que forjam a identidade de um indivíduo¹.

As considerações de Bourdieu sobre a ilusão biográfica atestam que não se pode enclausurar a existência, torná-la simplesmente “o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção”. Pelo contrário, essa sequência conduziria à construção da noção de trajetória, uma série de mudanças que ocorrem com um mesmo indivíduo, ou grupo, em um espaço que está também sujeito a transformações. Assim, os acontecimentos biográficos tornam-se uma sucessão de colocações e deslocamentos nos espaços sociais. Para Bourdieu, é indispensável reconstruir o contexto, a “superfície social” em que age o indivíduo².

Nesta perspectiva, o micro é representado pelo próprio ator e o macro pelo contexto ao qual ele pertence. É o estudo do micro que permite perceber o ambiente em que o ator esteve envolvido e ao mesmo tempo nos dá uma noção estrutural. Este é também o enfoque próprio das

¹ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína. (Org.). Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.170.

² BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína. (Org.). Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.185.

pesquisas de micro-história que acredita que “toda configuração social é o resultado da interação de incontáveis estratégias individuais: um emaranhado que somente a observação próxima possibilita reconstituir”³.

Tantos anos da existência de um homem, tratados assim de forma tão ligeira, com certeza não são suficientes para explicar sua projeção no cenário político brasileiro. A trajetória de Getúlio Vargas em seus muitos anos de governo permite também atentar para o modo como as relações interpessoais criavam solidariedades, alianças, ou ainda, inimizades, rivalidades que propiciaram a formação de grupos sociais dentro dos quais esteve envolvido.

Getúlio Dornelles Vargas, um dos mais conhecidos político brasileiro do século XX, teve um talento especial para fazer aliados, desnortear e eliminar inimigos, inovar nos métodos da administração pública e estabelecer metas para o Estado brasileiro.

Vargas chegou federal em 1930, de uma forma pouco convencional,

Quatro e meia. Aproxima-se a hora. Examino-me e sinto-me com o espírito tranquilo de quem joga um lance decisivo porque não encontrou outra saída digna para seu estado. A minha sorte não me interessa e sim a responsabilidade de um ato que decide do destino da coletividade. Mas esta queria a luta, pelo menos nos seus elementos mais sadios, vigorosos e ativos. Não terei depois uma grande decepção? Como se torna revolucionário um governo cuja função é manter a ordem? E se perdermos? Eu serei depois apontado como o responsável, por despeito, por ambição, quem sabe? Sinto que só o sacrifício da vida poderá resgatar o erro de um fracasso⁴.

Até 1930 Vargas era um político comum, típico representante do pacto do café com leite que privilegia os interesses dos cafeicultores, principalmente no ano de 1926 quando foi ministro da Fazenda de Washington Luís, o café nessa época respondia por 69% das exportações brasileiras, ou seja, um produto estratégico na economia.

Vargas lançou-se na política nacional em 1922, quando ocupou seu primeiro mandato de deputado federal, herdeiro de uma política autoritária e centralizadora, que foi a marca dos políticos gaúchos que disputavam a política estadual.

Segundo suas próprias palavras: “Não sou um oportunista. Sou um homem das oportunidades. Se o cavalo passar encilhado na minha frente, eu monto”.

³ GINZBURG, Carlo. O fio e os rastros: Verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 277.

⁴ VARGAS, Getúlio. Diário. São Paulo: Siciliano, 1995, p. 4-5.

Sua transformação para chefe revolucionário se deu em função das circunstâncias políticas e de sua habilidade em tirar proveito das situações. Sua maneira de avançar e recuar, morder e assoprar renderam muitas frases, charges e anedotas ao longo de toda sua carreira política.

Getúlio Vargas sempre providente enviava cartas de apoio incondicional ao Catete, enquanto João Neves da Fontoura costurava com sua permissão uma aproximação com Minas Gerais. Nessa época Washington Luís apoiava abertamente a candidatura de Júlio Prestes à sua sucessão ao governo federal.

Antonio Carlos deliberava apoiar o nome do líder gaúcho, o Rio Grande do Sul era a terceira força eleitoral do país. Getúlio flertava com Minas, mas sem demonstrar grande entusiasmo. Aguardava a liberação da solicitação de um empréstimo feito ao governo federal para aumentar a linha de crédito do recém criado BERGS.

Dentro de toda essa expectativa Getúlio utilizava seu modo de “falar sem nada dizer”, sorrir e calar sempre que a situação o convinha ou fosse livrá-lo de uma contenta gratuita.

O Brasil contava nessa época com cerca de 2 milhões de brasileiros aptos a votar, ou seja, homens, maiores de idade, com renda comprovada e alfabetizados. Um quarto desse eleitorado pertencia ao colégio mineiro, somando esses votos aos eleitores do Rio Grande do Sul, Getúlio teria quase certo metade dos votos, somando-se as abstinências era bem possível que o gaúcho conseguisse vencer o candidato da situação.

Vargas, porém não se deixava convencer pelos se e quase, para ele “postergar uma luta incerta era a vitória”⁵. Sua habilidade em adiar decisões desesperava seus auxiliares, João Neves queria que Getúlio assinasse para ontem o pacto com Minas Gerais. Como ele não o fazia, Neves assinou por sua conta e risco em um quarto de hotel do Rio o acordo que unia os estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul em um levante rumo ao Catete.

Para lançar a candidatura era necessário um vice, mas antes disso imprescindível o apoio dos demais partidos gaúchos, Vargas se reuni com os principais líderes desses partidos e aceita as reivindicações dos mesmos para ter apoiada sua investidura ao governo federal.

Com o apoio do partido rival riograndense, faltava preencher a chapa, astuto Getúlio sabia que o cargo de vice, poderia servir como moeda de troca em negociação por mais apoio. Recusas ocorreram. Porém a frente gaúcha agora tem um vice, ele vem da Paraíba.

⁵ VARGAS, Getúlio. Diário. São Paulo: Siciliano, 1995.

Em seus discursos Getúlio falava ao povo a céu aberto, quebrando uma tradição republicana, o jornal *Correio da Manhã* caracterizou o futuro presidente:

A sua voz, embora não seja forte, torna-se à leitura facilmente inteligível ao auditório, e encanta e prende a atenção porque tem um timbre sereno e macio, tocado de ligeiro magnetismo. É uma voz fraca e aveludada que flui naturalmente dos lábios com a mesma homogeneidade em todos os momentos; mas firme e enérgica, ao mesmo tempo que suave e delicada. (...)

Lendo a sua plataforma, documento de 31 páginas datilografadas, o dr. Getúlio Vargas nem uma só vez quebrou o tom natural dessa voz, nem interrompeu por falta de fôlego nenhum período. (...) Sereno ao falar e sereno ao ouvir as mais delirantes aclamações, sóbrio de gestos e de movimentos, não manifestava surpresa, nem emoção, diante dos quadros imprevistos daquele imponente espetáculo da multidão reunida para ouvir suas palavras e suas ideias (...).

Ele estava diante de um tribunal de 100 mil jurados como se estivesse isolado num deserto, pois toda a vibração do ambiente que faria estremecer os homens mais impassíveis não o atingiu nem lhe distraiu sequer a atenção⁶.

Como era previsível o candidato oficial saiu vitorioso e com grande vantagem. O resultado das urnas, porém só fez iniciar o que ficou conhecido na historiografia brasileira como Revolução de 30.

Getúlio Dornelles Vargas, nascido em São Borja no Rio Grande do Sul, em 19 de abril de 1883, filho de Manuel do Nascimento Vargas e Cândida Dornelles Vargas, fazendeiros de prestígio na comunidade local. Os estudos de Vargas foram inicialmente orientados para a carreira militar, mas deu baixa no Exército e acabou formando-se em Direito no ano de 1907. Casou-se em 1911 com Darcy Lima Sarmanho, de família tradicional com quem teve cinco filhos: Lutero, Jandira, Alzira, Manoel e Getúlio⁷.

Em 1930 chegava ao poder supremo da nação onde ficaria por 15 anos ininterruptos e voltaria mais tarde aclamado pelo apoio popular para servir ao seu segundo governo até aquele fatídico 24 de agosto de 1954.

A forma como chegou ao poder era indício de que Vargas não se intimidaria diante dos adversários. E, realmente, ele anulou a Constituição de 1891, depôs os governadores dos estados e nomeou interventores de sua confiança. Ao adotar essas práticas, mudou de forma substancial o “funcionamento do sistema político, rompendo com a política da República Velha”⁸.

Em 9 de julho de 1932, os paulistas iniciaram uma guerra civil exigindo que houvesse eleição e uma nova Constituição. Vargas, com apoio do Exército, isola São Paulo e o derrota. Tão logo terminou a guerra civil iniciaram-se os trabalhos da Assembleia Constituinte, que estava

⁶ *Correio da Manhã*, 3 de janeiro de 1930.

⁷ D'ARAÚJO. Celina Maria. *A Era Vargas*. São Paulo: Moderna, 2004. p. 14-5.

⁸ D'ARAÚJO. *A Era Vargas*. p.21

encarregada de formular a nova Constituição. A redação da Constituição de 1934, no entanto, não agradou o presidente Vargas, conforme escreveu em seu diário no dia 3 de março de 1934,

Recebi, pela manhã, os três membros da Comissão dos 26 escolhidos para redigir o projeto de Constituição. (...) Após o regresso dos deputados, fui ler o projeto, do qual não tive boa impressão. Achei-o um tanto inclinado ao parlamentarismo, reduzindo muito o poder do executivo e, principalmente, complicando a máquina burocrática, de modo a dificultar a administração⁹.

Em julho, quando a Constituição é aprovada, Getúlio desabafa em seu diário no dia 16: “Afim, chegou esse dia. Entre festas e demonstração de regozijo, foi promulgada a nova Constituição. Parece-me que ela será mais um entrave do que uma fórmula de ação”¹⁰. Mais uma anotação no Diário reafirma a insatisfação de Vargas com a nova Constituição: “é preciso uma diretriz segura e flexível para a monstruosa Constituição que devemos cumprir”¹¹. Vargas rasgaria essa Constituição poucos anos depois, em novembro de 1937.

Segundo a constituição de 1934, em janeiro de 1938 haveria novas eleições. Diante do fato, a Ação Integralista Brasileira lançou como candidato à presidência Plínio Salgado e meses depois o Partido Constitucionalista apoiava Armando Salles. Vargas incumbiu o governador de Minas Gerais, Benedito Valadares, de lançar um candidato da base governista. O escolhido foi José Américo de Almeida. Entretanto, o apoio a José Américo não passou de uma estratégia de Vargas e no dia 07 de novembro de 1937, Vargas anotou em seu *Diário* “(...) não é mais possível recuar. Estamos em franca articulação para um golpe de Estado, outorgando uma nova constituição e dissolvendo o Legislativo”¹². Ele não cederia a vez facilmente a outro.

O golpe estava marcado para o dia 11 de novembro, porém discórdias e divisões entre os militares fizeram com que a data fosse alterada, segundo o próprio Vargas¹³, “em vista disso, era preciso precipitar o movimento, aproveitando a surpresa”. Assim, no dia 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas outorgou a nova Constituição. Fechou a Câmara Federal, os Legislativos estaduais e municipais, e o Senado, pronunciando pelo rádio um manifesto à nação informando a implantação de um novo regime político. Segundo seu discurso,

O homem de Estado, quando as circunstâncias impõem uma decisão excepcional, de amplas repercussões e profundos efeitos na vida do país, acima das deliberações ordinárias da atividade governamental, não pode fugir ao dever de tomá-la, assumindo, perante a sua consciência e a consciência de seus

⁹ VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Siciliano, 1995, p. 273.

¹⁰ VARGAS. *Diário*. p. 307

¹¹ VARGAS. *Diário*. p. 310

¹² VARGAS. *Diário*. p. 82

¹³ VARGAS. *Diário*. p. 83

concidadãos, as responsabilidades inerentes à alta função que lhe foi delegada pela confiança nacional¹⁴.

Para o historiador Boris Fausto¹⁵, Vargas teve realmente intenção de inaugurar novos tempos e seu discurso apresentava o Estado Novo como a fórmula que permitiria unificar o país, promover o desenvolvimento econômico e criar nova representação da classe trabalhadora. Para o autor, o novo regime político pode ser definido como autoritário, mas não como fascista, sintetizando, um autoritarismo modernizante.

Na visão do próprio Vargas, o golpe de 1937 foi uma ação preventiva, capaz de sanar os equívocos da constituição liberal de 1934. Assim, essa atitude política passa a ser neutralizada pelos benefícios advindos da manutenção da ordem, pois de acordo com sua visão, a democracia liberal até então vigente não seria capaz de impedir as várias ameaças de golpe que o país nos últimos anos estava sofrendo por parte dos comunistas e integralistas¹⁶. Com o advento do Estado Novo, acabavam-se os “infrutíferos” debates parlamentares, e não haveria mais mediadores entre o líder da nação e o povo. A política nacional estava ajustada à “moderna sociedade de massas”.

Getúlio foi o “homem mais poderoso do Brasil, amado por muitos milhões e odiado por outros milhões – e por isso, mais poderoso ainda, pois foi capaz de se apoderar do amor e do rancor dos demais”¹⁷.

Seu poder, quase ilimitado, vinha acompanhado da solidão na presença da corte e de seus aduladores, exemplo disso era sua preferência por ausentar-se nos 19 de abril

O velho hábito que tenho de afastar-me no dia do meu aniversário não é para evitar os cumprimentos dos amigos e conhecidos, e as homenagens usuais nessas ocasiões, mas o desejo de não molestar os outros com essas demonstrações mais ou menos convencionais.

Vargas tinha um talento incomum para atingir seus objetivos,

Tinha um jeito labiríntico de fazer as coisas. (...) O seu populismo consistia nisso: fazer o que o povo queria e pedia. Mas, antes, induzir o povo a querer (e pedir) o que ele, Getúlio, pensava e queria. Talvez esse fosse o dom supremo de sua sensibilidade social, popular e nacional, que fez dele um líder¹⁸.

Interpretar Getúlio, lançar diferentes olhares sobre ele, decifrá-lo, já foi tentando por muitos autores. Segundo Lúcia Lippi poderia essa interpretação seguir o caminho de sua formação política

¹⁴ VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, p. 21-22.

¹⁵ BORIS, Fausto. Getúlio Vargas: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 90.

¹⁶ VARGAS, Getúlio. Diário. São Paulo: Siciliano, 1995, p. 82-3.

¹⁷ TAVARES, Flávio. O dia em que Getúlio matou Allende. Rio de Janeiro, Record, 2004, p. 50.

¹⁸ TAVARES. O dia em que Getúlio matou Allende. p. 51.

Uma linha de interpretação de Getúlio vai buscar em sua origem e formação as raízes de sua ação política. O Rio Grande do Sul, território de fronteira disputado no período colonial por portugueses e espanhóis, teve sua ocupação estimulada pela metrópole portuguesa, que distribuiu sesmarias onde se formaram estâncias de gado. Nessa terra emerge a figura do gaúcho – o homem e seu cavalo, nômade, livre, libertário. Tais qualidades, exacerbadas, produzem o caudilho, condutor de homens e chefe político. Do isolamento da vida na estância, decorreria o paternalismo; da proximidade dos chefes com os mais pobres, o trabalhismo. Em consonância com essa versão, segundo a qual o meio define a vida social e política, tem-se a construção de uma genealogia de caudilhos. Ela começa com Júlio de Castilhos, passa por Borges de Medeiros e chega a Getúlio Vargas. Nessa trilha, a do castilhismo, os políticos seriam marcados tanto pelo autoritarismo e pelo gosto do poder quanto pela proibição na administração dos bens públicos¹⁹.

Quase todos os autores que se propuseram a analisar Getúlio Vargas, começaram ou acabaram mencionando Maquiavel, ainda em consonância com Lucia Lippi

Virtú e fortuna, segundo Maquiavel, são conceitos-chave para se dar conta da ação política do indivíduo, tema estudado desde o Renascimento. A *virtú* é a “qualidade do homem que o capacita a realizar grandes obras e feitos”. É a força de vontade, a motivação interior, o *élan* que induz o homem a enfrentar *a fortuna*. Esta significa o acaso, o destino cego, o fatalismo, a necessidade natural, o curso da história. O homem de ação, ou seja, o homem político, se move entre essas duas forças. A fortuna apresenta a oportunidade que, sem a virtude, seria desperdiçada; a virtude, sem a ocasião, seria inútil. As qualidades do homem político têm a ver com sua capacidade de apoderar-se da oportunidade, não ficar sujeito às surpresas do acaso²⁰.

O lado sombrio de Vargas

Nada mais posso vos dar a não ser o meu sangue.

Em se tratando de Getúlio, há uma quantidade expressiva de anotações que deixa entrever que quando confrontado com situações que o afligiam, poderia usar da autoimolação que segundo ele seria uma forma decente de confrontar seus agressores.

A primeira passagem data da Revolução de 30, ele anota em seu diário, (...) e se perdermos? Eu serei depois apontado como o responsável, por despeito, por ambição, quem sabe? Sinto que só o sacrifício da vida poderá resgatar o erro de um fracasso²¹.

¹⁹ OLIVEIRA, Lucia Lippi. Vargas: para além da vida. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/AlemDaVida/VariosOlhares>. Acesso em: 02/10/2015.

²⁰ OLIVEIRA. Vargas: para além da vida. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/AlemDaVida/VariosOlhares>. Acesso em: 02/10/2015.

²¹ VARGAS, Getúlio. Diário. São Paulo: Siciliano, 1995, p. 5.

Dias depois em 7 de outubro de 1930, usa mais uma vez o diário para desabafar, “Começo a fazer meus preparativos a fim de seguir para o teatro de operações, no Paraná. Desejo fazê-lo, porque esse é o meu dever, decidido a não regressar vivo ao Rio Grande, se não for vencedor”²².

Sabemos que a Aliança Liberal foi vencedora e Getúlio se tornou presidente. Porém a ideia da morte como a saída para seus flagelos ainda o acompanhava como ficou registrado na carta de despedida escrita em 10 de julho de 1932, dia seguinte a Revolução Constitucionalista de São Paulo.

(...) reservava para mim o direito de morrer como soldado, combatendo pela causa que abraçara. A ignomínia duma revolução branca não m'o permitiu. Escolho a única solução digna para não cair em desonra, nem sair pelo ridículo²³.

Os paulistas foram derrotados e Vargas seguiu governando o país, porém nova entrada em seu diário demonstra mais uma vez que seu cadáver seria a insígnia de sua altivez. O ano é 1938, Getúlio é ameaçado por um golpe “esta ameaça repetida não me impressiona, nem preocupa. Trabalho em benefício do país. E se for eliminado a traição ou por surpresa? Não será um meio de sair dignamente da vida!?”.

Em 19 de janeiro de 1942, em conversa com Sumner Welles, sobre a participação do Brasil na guerra, Getúlio reafirma sua aspiração de preferir o sacrifício de sua vida a passar como um líder fraco e vencido “respondi-lhe que ele poderia contar com o Brasil, mas que nessa decisão, eu jogava a minha vida, porque não sobreviveria a um desastre para minha pátria”²⁴.

O Brasil entrou na guerra como parceiro dos Aliados, e o eixo foi derrotado. Tramava-se então no seio do Exército a deposição de Vargas, sabendo dessas intenções ele escreve de forma ainda mais enfática.

Nenhum problema político fundamental nos preocupa presentemente, o país vive em ambiente de tranquilidade e confiança e o seu prestígio internacional nunca foi maior. O fim da guerra se aproxima e o único perigo que nos pode ameaçar é o da desordem interna. (...) não tenho inimigos senão os que o forem dos interesses da minha pátria. Não cultivo ódios, não exercerei vinganças, não praticarei violências. (...) tenho, porém meu dever a cumprir. Responderei por ele com a própria vida. (...) Resistir à violência para me depor do governo é um dever. Primeiro, porque não resistir seria um ato de fraqueza, incompatível com a dignidade do cargo e a felonía dos agressores. Segundo, porque constituiria um mau exemplo para o futuro. Lúcido e consciente, estou resolvido ao sacrifício para que ele fique como um protesto, marcando a consciência dos traidores. (...)

²² VARGAS. Diário. São Paulo: Siciliano, 1995, p. 8.

²³ Carta-testamento de Getúlio Vargas expondo os motivos que o levariam a cometer suicídio, em decorrência da Revolução Constitucionalista de 32. Rio de Janeiro. Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GV c 1932.07.10/7, Data: 10/07/1932, Qtd. de documentos: 1 (2 fl.), disponível em: <<http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=CorrespGV2&pasta=GV%20c%201932.07.10/7>>. Acesso: 02/10/2015

²⁴ VARGAS, Getúlio. Diário. São Paulo: Siciliano, 1995. Vol.2, p. 454.

sinto que o povo brasileiro, a quem nunca faltei, no amor que por ele tenho e na defesa de seus direitos e legítimos interesses, está comigo. Ele me fará justiça!²⁵.

Getúlio arquitetou o plano de sua morte por diversas vezes, sempre comungando da opinião de que o povo o absolveria, ficaria ao seu lado e contra a sanha de seus inimigos.

Quando de regresso a São Borja, após sua derrubada do poder pelos militares, em 1945, Vargas escreveu uma carta em que mais uma vez cogitava aniquilar os seus dias:

A situação dramática da minha vida no desenrolar dos últimos acontecimentos políticos pode ser resumida em poucas linhas.

Um grupo de políticos, sob o pretexto de democratizar o Brasil, lançou mão de um militar como candidato à presidência da República, para com ele fazer a desordem. Eram os golpistas.

Lançaram sobre mim, através de uma imprensa sem categoria moral, a conhecida campanha de ódios e difamações.

(...) Não satisfeitos com isso, querem arrancar-me ao solo da pátria ou sequestrar-me a liberdade. Talvez só com o meu sacrifício eu consiga remir os inocentes que estão sendo perseguidos e libertar-me das mesquinhas do governo de um títere togado influenciado por colaboradores odiosos ou covardes, muito inferiores à missão que se arrogaram (...)²⁶.

Em 1951 Getúlio voltaria ao poder máximo da nação. Um governo marcado por grandes intrigas, opositores afiados e alta repercussão na imprensa.

O país assistiria a uma comoção popular jamais vista. Getúlio morreu por suas próprias mãos conforme cogitado por diversas vezes como podemos observar nos períodos narrados acima. Sua morte, porém muito longe de significar um gesto de fraqueza e covardia, o transformou em um mártir e para o imaginário nacional um símbolo de resistência.

(...) Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História²⁷.

²⁵ Carta-testamento de Getúlio Vargas expondo os motivos que o levariam a cometer suicídio, em decorrência da tentativa de um golpe militar. Rio de Janeiro. Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GV c 1945.04.13/2, Data: 13/04/1945. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=CorrespGV2&pasta=GV%20c%201945.04.13/2>>. Acesso em 12/09/2015.

²⁶ Notas de Getúlio Vargas sobre sua deposição do Governo, a campanha difamatória de que foi vítima, analisando as candidaturas para a Presidência da República e sua situação como cidadão. Arquivo CPDOC-FGV (Documento GV C 1945.11.00/2).

²⁷ Carta testamento de Getúlio Vargas. Arquivo CPDOC-FGV (Documento GV C 1954.08.24/2).

Getúlio Vargas tinha o costume de escrever cartas ou fazer anotações em seu diário sobre as situações que o incomodavam. Ele reclama não ter feito uso do diário em sua juventude época de grandes acontecimentos. Certamente essas anotações era seu modo de desabafar em meio a toda sua solidão. Decepcionado no entanto fica quem pensa que encontrará em seu diário coisas muito íntimas do presidente, ele não o faz.

O nome de Getúlio Dornelles Vargas está associado a desenvolvimento industrial, direitos sociais, mas também a autoritarismo, crises e perseguições políticas o que torna utópico conhecê-lo completamente.

O sentido no Fim: a importância da morte na construção de sentido da existência ficcional

Mariana Machado Rodrigues e Silva Martins

Bacharel/Licenciada em História (UFRJ)
Programa de Pós-Graduação em História Social – UFRJ
marianamrsmartins@hotmail.com

Resumo: Na perspectiva heideggeriana o homem seria um ser lançado no mundo, um ser-para-a-morte jogado no tempo e na história, fadado a conviver constantemente com a consciência de sua finitude. Dessa forma, estaria desde sempre posto a ele o problema de dar sentido à sua existência, estando confrontado com a insuperável dificuldade de depender do balizamento de um começo e de um fim definidos para conceber esse sentido. Entretanto, o homem não é capaz de perceber-se fora de sua vida, ou seja, fora desse intervalo determinado. Na literatura, contudo, tal delimitação poderia ser construída. Estabelecidas concordâncias ficcionais de início e de término na vida dos personagens, os leitores ou até mesmo os próprios personagens seriam capazes de dar um sentido àquelas existências. Pretendo refletir acerca da composição desses balizamentos temporais nas obras *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), de Machado de Assis, e *O Falecido Mattia Pascal* (1904), de Luigi Pirandello, na perspectiva de uma construção de sentido para a existência do homem como ser-lançado-para-a-morte.

Palavras-chave: Balizamento temporal; Finitude; Identidade.

Ao longo da história, o homem buscou diferentes formas de dar sentido à sua existência. Deparou-se sempre, porém, com o problema insuperável de, ao procurar fazê-lo, estar ele mesmo vivendo sua própria vida, ou seja, lançado no “entremeio” entre seu nascimento e sua morte. Essa auto-compreensão envolve, portanto, a consciência pelo homem de sua própria finitude, marcando a transformação na concepção de fim – que na modernidade perde seu sentido de mera iminência e torna-se uma consciência antecipativa imanente na vida do indivíduo. Com isso, atrelada à ideia de ser-lançado (presente no quadro conceitual de pensadores como Heidegger¹ e Frank Kermode², crítico literário inglês), estaria a perspectiva do ser-para-morte – que reforça a importância da consciência de sua própria finitude para o homem.

Dada a impossibilidade de darmos um sentido fechado definitivo para nossa própria experiência, visto que somos incapazes de posicionarmo-nos fora da totalidade de nossa própria vida, voltamo-nos para o estudo de narrativas – como a História, com a análise de realidades passadas, e como a Literatura, com a análise de realidades possíveis. Nestes dois campos do saber pode-se estabelecer o balizamento temporal de início e de fim que seria fundamental ao homem

¹ Cf. HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. 4. ed. Trad. Marcia Schuback. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

² Cf. KERMODE, Frank. *The Sense of an Ending*. New York: Oxford University Press, 2000.

para dar sentido à sua própria existência, uma vez que seria necessária uma concepção do todo para se dar sentido a ele. Darei ênfase aqui à possibilidade de atribuição de sentido à própria existência, ou seja, essa totalidade fechada, no campo da Literatura – cuja importância para os historiadores vai além do mero prazer da leitura, mas abarca também o estímulo à capacidade crítica, hermenêutica e narrativa.³

Tratarei de dois casos particulares e bastante distintos entre si, mas que nos proporcionam uma possibilidade de análise do problema da tentativa de atribuição de sentido por meio de um “fechamento” da totalidade da existência – ou seja, da morte. De um lado, temos o Brás Cubas de Machado de Assis, o renomado “defunto autor” que narra sua própria vida na obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, publicada em 1881. De outro, Mattia Pascal, personagem de Luigi Pirandello em *O Falecido Mattia Pascal*, de 1904, que nos conta de suas duas falsas mortes: narrando tanto as conjunturas que o levaram a elas quanto as consequências por elas geradas.

Nos dois romances, os personagens principais deparam-se com a completude de suas vidas – *strictu senso*, no caso de Brás Cubas, e em um sentido mais lato, no caso de Mattia Pascal, em que isso ocorre duas vezes em sua narrativa. Isso porque, em *Memórias Póstumas*, o narrador-protagonista, como sugere o título, está de fato morto. Narrando sua vida do além-túmulo, Brás Cubas possui um ponto de vista privilegiado, totalizador, contando os episódios que viveu de uma perspectiva externa, ciente dos acontecimentos que ainda ocorreriam com ele em vida. Já Mattia Pascal não morre no sentido estrito, mas por duas vezes tem a possibilidade de mudar sua identidade a partir de supostas mortes. Com isso, por duas vezes empreende uma busca por sentido considerando que sua vida (com determinada identidade) esteja finalizada – pode-se dizer até mesmo que ele assume este artifício de supostas mortes como mecanismo para atribuir sentido à sua vida que, vista por ele de dentro, parecia tomada por um vazio intransponível a não ser pela morte (mesmo que forjada).

Dado este panorama inicial da relação estrutural dos dois romances com a ideia de morte, podemos analisar mais detidamente a importância do balizamento temporal e o efeito desse “fechamento da vida” na formulação de cada uma dessas narrativas e nas tentativas de seus narradores de atribuir sentido a elas.

Em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, o narrador – que se auto-intitula “defunto autor”, e não um “autor defunto”, justifica assim sua preferência por dar início ao seu relato a partir do final – a partir de sua morte. É essa a premissa inicial que o leva a escrever, a contar ao leitor (a quem

³ Cf. LACAPRA, Dominick. *History and the Novel*. In: *History and Criticism*. New York: Cornell University Press, 1987.

diversas vezes dirige-se diretamente) a história de sua vida. Considerando esta obra como um “romance autobiográfico” do personagem Brás Cubas, devemos destacar que a particularidade dessa autobiografia é, claro, o fato de ser escrita postumamente – é, portanto, uma autobiografia bastante peculiar, uma vez que o seu autor (e narrador) encontra-se fora de sua vida, possuindo, nessas condições, um ponto de vista em tese externo e completo. É então capaz de contemplar todas as suas vivências, tendo já havido a extinção do seu poder-ser, realizado plenamente com a morte, o que permitiria ao narrador-protagonista uma hermenêutica totalizante de sua vida.

Brás Cubas inicia sua narrativa, portanto, pelo momento de sua morte e os detalhes de seu enterro, seguido da explicação da causa de seu falecimento. Nesse ínterim, faz também uma rápida digressão, traçando uma breve genealogia de sua família⁴ – a obra é repleta de digressões semelhantes, uma vez que segue o fluxo de pensamento do narrador.

Apesar dessa ruptura com a concepção tradicional de romance, não só pela ficcionalização de uma autobiografia, mas também pelo constante direcionar-se diretamente ao leitor em um tom dialógico, não se pode considerar que a obra de Machado apresente um fluxo de consciência como nos autores modernistas (James Joyce, Virginia Woolf, *etc.*), na medida em que não há uma imersão plena no pensamento do personagem, pois o narrador ficcionalizado emprega ainda uma estrutura narrativa tradicional na sua autobiografia. Entretanto, o caráter digressivo da narrativa e o emprego da metalinguagem geram uma constante descontinuidade na leitura, provocando um distanciamento do leitor em relação à ficcionalidade da obra, o que leva, por sua vez, a uma aproximação entre o real e o ficcional.⁵ Não sendo capaz de imergir-se completamente nessa ficcionalidade, o leitor é constantemente impelido a lidar com essa relação tangencial entre real e ficcional – apesar de a obra ser claramente uma obra de ficção com uma premissa básica fantástica.

Após contar-nos como morreu, Brás Cubas retoma um fio narrativo mais tradicional, cronológico, relatando os principais fatos e acontecimentos de sua infância, juventude, vida adulta e amadurecimento, respectivamente. Personagens que foram apresentados nos capítulos iniciais são progressivamente retomados, e não são poucas as referências ao longo da obra a fatos, lembranças e comentários feitos pelo narrador anteriormente.

Esse vai-e-vem de personagens e referências cruzadas ao longo da obra reproduzem o fluxo de relações que se tem ao longo da vida – e, ao chegarmos ao final da obra, tem-se a impressão de

⁴ Cf. ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Editora Record, 2009. Capítulo 3, p.16-17.

⁵ SOUSA, Roberto da Costa de. *Autor, narrador e discurso no século XIX: Machado de Assis*. Captado em: <http://www.ciencialit.letras.ufri.br/garrafa12/robertadacosta_autor.html> Acesso em: 03 jun. 2016.

termos de fato flanado pela vida de Brás Cubas, passando em revista os principais momentos que definiram os rumos de sua vida e de seu caráter, sua personalidade.

O protagonista dessa história é um anti-herói – comete erros, arrepende-se de alguns, de outros não, age em interesse próprio e mostra-se, no geral, perdido em busca de um sentido – assim como todos nós. No entanto, por falar agora a partir do além-túmulo, seu ponto de vista é diferenciado e, com esse encerramento da possibilidade de novas escolhas, ou seja, um fechamento à abertura inerente à condição humana, Brás Cubas reflete acerca da sua vida, extraindo dela um sentido um tanto quanto negativo. O encerramento da narrativa em si, o famoso capítulo das negativas⁶, dá um fecho à narração de sua vida – que ele considera ter em geral correspondido a um vazio. O desejo de ter filhos, manifesto diversas vezes ao longo da obra e irrealizado ao final, é a chave para esse fechamento – a aspiração a uma descendência assume, no encerrar-se de sua vida, um caráter negativo. O que vira ao longo da vida como grandioso, valorizando a si e a certas situações como deveras importantes, ele considera agora esvaziado – o intervalo entre nascer e morrer seria em si insignificante para ele, que estaria já na eternidade.

Já na história de Pirandello, o protagonista não passa para a eternidade. Suas duas "mortes" são em vida, sendo a primeira uma oportunidade que lhe é dada e a segunda provocada intencionalmente, ambas fruto de ensejos da “sorte”, como classifica o próprio personagem. De origem abastada, mas que por mau gerenciamento de um “amigo” da família aos poucos perde sua fortuna após a morte do pai, Mattia Pascal acaba buscando dar sentido à sua vida profissional e pessoal de diversas maneiras, mas nunca de todo bem-sucedidas, de forma semelhante ao Brás Cubas de Machado.

Mattia Pascal, por outro lado, ao contrário de Brás Cubas, sofre duras dificuldades financeiras e domésticas. Preso em um casamento infeliz, pressionado pela mulher e a sogra, ganha apenas um pequeno salário, trabalhando na biblioteca local, para sustentar a família. Soma-se a isso a perda das duas filhas, ainda bebês. Desolado, Pascal acaba indo a Monte Carlo, onde, como diversas vezes invoca, a sorte sorri a seu favor. Ganhando diversas vezes em jogos de cassino, quando decide voltar para casa já possui 82 mil libras. No trajeto de volta, porém, depara-se com a notícia um tanto inusitada de sua morte. Tendo sido encontrado um corpo afogado em um riacho durante a sua ausência, fora reconhecido pela mulher, pela sogra e por amigos, e declarado morto por suicídio devido à sua difícil situação.

⁶ Cf. ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Capítulo 160, p.212.

Ao lançar um olhar sobre sua “vida passada”, Pascal considera-a esvaziada de sentido e de uma personalidade própria, julgando que vivera com base meramente nas expectativas alheias, cumprindo mecanicamente obrigações e papéis sociais com os quais não se identificava. Tomando essa inesperada reviravolta como uma oportunidade única de fugir da vida que levava, Pascal assume outro nome, muda sua aparência e lança-se em viagens pela Europa, sustentando-se com o dinheiro ganho no cassino. Entretanto, essa suposta liberdade para reformular sua identidade e tentar enfim dar um sentido à sua vida logo esvai-se, e Pascal percebe que viver a vida perambulando só, sem forjar laços, é não só infrutífero como psicologicamente impossível.

Alugando um quarto em Roma, esforça-se para conseguir conviver com a família da casa e com a outra inquilina sem dar indícios de sua real situação. No entanto, essa sua busca por uma atribuição de sentido à sua existência revela-se vã. Sua nova identidade, construída por ele a partir de uma justaposição de aspectos de diferentes pessoas e situações recordadas ou imaginadas por ele, revela-se esvaziada. A nova condição que ele inicialmente julgara como libertadora ao possibilitar-lhe essa construção de um novo *eu* para ele próprio acaba provocando, na verdade, um distanciamento de si ao invés de proporcionar-lhe uma vivência mais autêntica, como pretendia. O protagonista recusa-se a identificar-se com o falecido Mattia Pascal, mas também não consegue dar vida plena a Adriano Meis, prendendo a si mesmo em um limbo de existir numa “não-existência” (tanto para si quanto para a própria lei).

Essa angústia existencial em torno da sua “não-existência” é agravada quando apaixona-se pela filha de seu anfitrião e é correspondido, mas não pode concretizar esse amor devido ao inextricável nó no qual encontrava-se enredado. Sufocado pela sua incapacidade de identificação consigo mesmo, sua não-existência perante a lei e o dar-se conta que nem mesmo a oportunidade de um recomeço *post mortem* dera-lhe a possibilidade de uma vida autêntica, livre, totalmente determinada pelas suas vontades (e não impostas pelo meio social), Pascal lança mão, conscientemente, do mecanismo que lhe dera essa nova vida. Forjando um suicídio, retorna à sua terra natal, em uma pequena cidade no interior, e à vida de Mattia Pascal.

Mas um retorno ao antigo *self* não é mais possível – o que vemos então é um terceiro personagem. Há o primeiro Mattia Pascal, que vivera sob a sombra de obrigações externamente impostas, que, após uma extraordinária oportunidade de recomeçar, tornara-se Adriano Meis, entregue à suposta plena liberdade de descobrir-se, experimentando os prazeres de uma vida sem laços e obrigações. Viaja, lê, apaixona-se.... Mas sempre com um inabalável sentimento de estranhamento de si, ao qual em tempo sucumbe. Enfim, o segundo Mattia Pascal depara-se com a frustração de suas expectativas anteriores – tanto de construção de sentido em sua vida original,

na qual, passivo, entregara-se ao turbilhão à sua volta e passara a ser levado pelos acontecimentos em vez de posicionar-se; e em sua segunda vida, como Adriano Meis, na qual tentara agir de fato como protagonista da sua própria história, construindo uma identidade para si e tomando decisões segundo seus interesses.

Dado o duplo fracasso, Pascal, em conversa com seu colega bibliotecário (que o incentivara a pôr em escrito suas aventuras) chega a questionar-se acerca do que poderia tirar de tudo isso, ao que seu colega responde: “Ao menos isto: que fora da lei e fora daquelas singularidades, alegres ou tristes, com as quais nós somos o que somos, meu caro senhor Pascal, não é possível viver”⁷. Esse é um indício do diferente tom que a narrativa de Pirandello assume frente à tentativa de atribuir sentido à existência humana em comparação à obra de Machado de Assis. Enquanto *Brás Cubas* inicia sua narração dedicando a obra ao “verme que primeiro roeu as frias carnes do [seu] cadáver”⁸ e termina constatando que o “pequeno saldo”⁹ de sua vida fora o fato de não ter tido filhos, não transmitindo “a nenhuma criatura o legado da nossa miséria”¹⁰; *Mattia Pascal* inicia sua narrativa afirmando sua identidade, simbolizada na afirmação de seu nome, ao constatar, na primeira frase, que “uma das poucas coisas, talvez a única que soubesse com certeza era esta: que me chamava Mattia Pascal”¹¹, e encerrando a obra dizendo: “Ora, meu amigo... Eu sou o falecido Mattia Pascal”¹².

Nas duas obras, portanto, percebemos um desvelamento ao longo da vida das diferentes possibilidades de ser, que se constituem na existência a cada momento, e que se fecham com a morte (seja a morte de fato, como no caso de *Brás Cubas*; seja uma morte forjada, como ocorre com *Mattia Pascal*). Por conta disso, seríamos incapazes de, estando dentro da nossa própria existência, compreender o seu sentido numa visão de todo, limitando-nos à possibilidade de descrever nossas experiências e impressões do passado (por meio da memória) e do presente (um tanto quanto efêmero), e também projetar nossas expectativas para o futuro.

Assim, para tentamos atribuir um sentido para a nossa existência, procuraríamos fazer um balizamento temporal, fechando a abertura do poder-ser, das possibilidades futuras, que é inerente à condição de existência. A construção de modelos narrativos temporais na ficção pretende dar conta das inquietações do homem por estar nesse “entremeio” e, portanto, limitado, sem a

⁷ PIRANDELLO, Luigi. *O Falecido Mattia Pascal*. São Paulo: Ed. Nova Alexandria, 2011, p. 200.

⁸ ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*, p. 5.

⁹ ASSIS. *Memórias póstumas de Brás Cubas*, p. 212.

¹⁰ ASSIS. *Memórias póstumas de Brás Cubas*, p.212.

¹¹ PIRANDELLO. *O Falecido Mattia Pascal*, p. 7.

¹² PIRANDELLO. *O Falecido Mattia Pascal*, p. 200.

possibilidade de uma hermenêutica totalizante que lhe propiciasse uma compreensão do sentido de sua existência. A consciência do fim, portanto, acaba reverberando ao longo da própria existência em si, deixando de ser apenas iminente e tornando-se imanente.¹³ Com isso, seria estabelecida uma consonância entre início, meio e fim, propiciando a construção de sentido pretendida por nossas “ficções explicativas”¹⁴, como denomina Kermode.

A narrativa de Brás Cubas e as experiências de Mattia Pascal, embora bastante idiossincráticas e adentrando o fantástico, são exemplos de diferentes formas em que narrativas ficcionais buscaram dar conta desse enfrentamento da finitude humana e, a partir daí, de uma atribuição de sentido com base num ponto de vista externo à própria existência. As conclusões, porém, divergem entre si, apontando ora para uma negação esvaziadora, ora para uma afirmação reconstituidora, ambas porém expondo a inescapável angústia existencial humana do “entremeio”.

¹³ KERMODE. *The Sense of an Ending*, p. 6.

¹⁴ KERMODE. *The Sense of an Ending*, p. 36.

O riso medieval como metáfora histórica

Maycon da Silva Tannis

Mestrando no Programa de Pós Graduação de História Social da Cultura
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC – Rio)
ms.tannis@yahoo.com

Resumo: O Presente trabalho visa debater, a luz da metaforologia de Hans Blumenberg, a compreensão de que o Riso em si garante uma experiência histórica tão ampla e impossível de se contextualizar em sua totalidade que apenas uma proposta de escrita da História que parta da Metáfora, como poder explicativo e formulador do real. Acolho aqui o Riso Medieval de forma a abrir uma nova frente de trabalho, marcada pela ideia de que os fundamentos da cultura ocidental surgem justamente no momento em que a consolidação do saber com evento das Universidades no século XIII, se torna unívoco em sentido e em produção de um conhecimento.

O Poema é considerado nos currículos do ensino de literatura como uma forma, estritamente isso, no qual se vão conteúdos variantes historicamente definidos por estilos de época, pelo léxico e por qualquer outra forma que dialogue com a configuração desses poemas. Mesmo sendo uma definição advinda de um livro didático, ainda em uso no Estado do Rio de Janeiro, não poderia estar mais errada. Principalmente se tomarmos como guia Octávio Paz, que parte, em seus ensaios que compõem sua obra “O Arco e a Lira”, da compreensão de que o Poema, mais precisamente a Poesia, não é meramente uma forma a qual se completam com conteúdos pré-definidos, mas a criação mais subversiva que a linguagem pode conceber, pois o autor localiza o poema como parte da linguagem mesmo sendo ela, problemática.

O autor critica o uso da linguagem por conta do reducionismo que é feito nos estudos sobre a língua, pois quando se reduz todo um idioma a um objeto a ser estudado se reduz racionalmente (isto é, analiticamente.) todos os aspectos que formam a linguagem enquanto estrutura de comunicação, fora isso, quaisquer outros movimentos vitais presentes da língua, são esquecidos ou simplesmente renegados por essas análises. Assim, segundo o autor, a crítica na linguagem não está, de modo muito significativo, voltada para a própria e sua existência, mas, na redução peremptória que se faz ao reduzir a linguagem ao mero ato de comunicar uma informação. Aqui a capacidade comunicativa da linguagem é colocada em cheque quando ela empoe ao leitor o lugar de passividade. Quer dizer quando o leitor não tem abertura para interrogar ele se torna refém do mesmo. Sua interpretação, portanto, é dirigida e controlada. De certa forma isso implica em uma intenção quase exclusiva do autor em relação ao seu texto. Nesse sentido o caminho

hermenêutico é interrompido, dando apenas lugar ao leitor empírico submisso a língua que não comunica, apenas apresenta.¹

Portando, ocupando um lugar de proeminente ligação com a própria existência humana a Linguagem não pode ser tomada apenas como um reduzido objeto de estudo, mas ela deve ser restaurada enquanto elemento formador do real e do próprio homem. Entrementes, a linguagem é, significa, transmite informação, ela é parte viva de uma comunidade, faz isso ao mesmo tempo e o desnudamento dos vários simulacros de linguagem que se formam entre nós é que podemos compreender a linguagem em toda a sua vitalidade, a linguagem enquanto imagem poética, poesia.

Repetindo as palavras do autor: Como se comunica o dizer poético? Para isso precisamos ter em mente que o autor considera que o poema é um berro silencioso e violento no seio da linguagem, pois como primeiro movimento do Poema, desarraiga-se violentamente da linguagem comum, esse movimento de separação se dá na criação como uma violência contra a linguagem, retirando as palavras de seus costumeiros usos cotidianos e banalizados:

A linguagem funda o povo, pois recua na correnteza e bebe na fonte original. No Poema a sociedade se confronta com os fundamentos de seu ser, com suas palavras primeiras. Ao proferir essa palavra original o homem se criou. Aquiles e Odisseu são mais que duas figuras heroicas: São o destino grego se criando. O Poema é a mediação entre a sociedade e aquilo que a funda. Sem Homero, o povo grego não seria o que foi. O Poema nos revela o que somos e nos convida a ser o que somos.²

A imagem é, definitivamente, o elemento mais importante do poema, ela tem a capacidade de unir em si, duas instâncias diferentes, sem a necessidade de uma síntese ou de reduzir as palavras a meros termos representacionais e ainda manter pleno o sentido e o diálogo entre os dois. Octávio Paz elege a escrita por imagens como a mais verossímil em relação a tudo o que o autor considera em relação a linguagem e ao retorno a um sentido mais puro e único de cada palavra. “Épica, Lírica ou Dramática, condensada numa frase ou desenvolvidas em mil páginas, toda imagem aproxima ou acopla realidades opostas, indiferentes ou afastadas entre si. Isto é submete a unidade à pluralidade do real.”³

Na formulação de imagens segundo Octávio Paz, a tese e a antítese existem em um espaço tensionado, marcadamente imóvel, que não se pretende uma resolução dialética e por não se ter reduzido a uma generalização a unicidade de cada objeto, as leis das ciências não podem ser aplicadas pelas pluralidades dos objetos. Para o autor, a experiência poética é a irredutibilidade das

¹ ISER, Wolfgang. O Ato de Leitura. Volume 2. São Paulo, Editora 34, 2012

² PAZ, Octávio. O Arco e a Lira. São Paulo: Editora Cosac-Naify 2012. Pág 48.

³ PAZ. O Arco e a Lira. p.104.

palavras e bem como seu tensionamento no espaço da imagem. Essa forma de escrita apresenta uma situação, não representa de modo que não pode ser transcrita em palavras, a não ser as palavras que a formam.

E como isso se realiza ou se choca com uma “História do Riso”? Rosenfeld, afirma que a dificuldade de uma história do riso se destaca pela complexidade do tema e como a própria autora define, a capacidade do poema de criar em si labirintos de imagens que não são definidos por momentos e instâncias apriorísticas que forneceriam portas de entrada no texto. Muito pelo contrário, Hans Robert Jauss afirma que, a capacidade do texto medieval só é compreendida pelo próprio texto, justamente por sua existência “entre-momentos”, onde podemos empreender uma interpretação que parta da existência de forças e experiências temporais que comprimem a existência medieval no sentido de que o presente, dentro da experiência do *telos* da história da salvação, é muito curto pois se situa entre o passado presente – para tomarmos uma definição de Ricoeur e de Husserl se apropriando de Santo Agostinho –. Isto é, uma formulação de passado que se faz presente, nos resquícios agora transformados em conceitos operáveis, mas ainda assim, presentes. A isto se soma a configuração da garantia de um futuro, sempre próximo, determinado pelo naufrágio do mundo – para usar a formulação de Blumenberg sobre a Metáfora de Naufrágio⁴ -. Ao mesmo tempo em que o futuro puxa para si toda a importância da existência, então, não é incomum termos uma necessidade, explicitadas por Verger, de uma purificação que fica evidenciada pela capacitação de instituições, mentalidades e práticas que visam limpar o corpo e a alma, ora de forma a se afastar do mundo e nisto resultam todas as regras monásticas da *ascese* que ficaram famosas no nosso renascimento, mas que tem uma certa derrota no advir de um humanismo salvador, principiado por São Francisco e que unifica as duas instâncias - mundana e religiosa – e segue como a grande vitória católica por resolver a tensão que havia entre as duas partes fundadoras da sociedade.

Para nós historiadores ficam as resoluções, mais ainda as tensões que levam a esse tipo de pensamento e como são representados, primeiramente por se deter a uma série de complexas divisões, que acabam resultando na criação de outras categorias interpretativas do mundo que são

⁴ Blumenberg toma a metáfora do naufrágio como uma forma de explicar toda a trajetória humana, claro ao mesmo tempo que faz um paralelo tomando como se formulou o conceito de naufrágio em determinadas épocas. Para o autor,, a idéia de um naufrágio faz parte de um elemento formador da consciência humana que está sempre sob aviso de seu fim, próximo e físico ou mesmo um final escatológico, para o autor não são coincidências ter uma mentalidade salvífica isto é, dotada da capacidade de salvação entre a experiência real de salvação ante a um naufrágio físico, por exemplo, e a experiência esperada do fim escatológico apocalíptico, isto é, a de ser salvo. Esses paralelos nos são interessantes pois podemos compreender o auge da explicação escatológica na Idade Média que viveu em toda a sua intensidade a tensão de um cristianismo cujo o caminho era a História da Salvação Humana após a verticalização do seu naufrágio.

em última instância, marginais, mas que não se formam nas margens da sociedade. Essa contradição está presente nos textos goliárdicos que tratam da sorte, a qual prefiro chamar de Fortuna. Então, como apontei ao tratar de Blumenberg, a metáfora absoluta toma forma de um discurso histórico e ao mesmo tempo historiográfico o que me faz concordar com Iser e Jauss no sentido de que ambos tomaram os textos literários como artefato que dão não um acesso ao tempo em que são escritos, mas um meio a síntese de representar o tempo em que são produzidos, ao modo como nós historiadores tentamos fazer em nossa intencionalidade. Esse tipo de viés explicativo recai na idéia de um perpétuo jogo de representar, mas que, como difere Ricoeur, não tem intencionalidade de explicar, mas sim se produzir um sentido que seja válido e ao mesmo tempo sintético da experiência do real, que já no medievo é reconhecidamente inalcançável, apenas sob a forma presente nas imagens poéticas dos poemas, das imagens e dos sermões de alguns religiosos.

Interessante notarmos que essa visão sobre a imagem já estava presente em Walter Benjamin, que em sua obra monumental, o livro “Passagens” o autor comenta que: *“A Verdadeira imagem do passado perpassa veloz. O Passado só se deixa fixar como imagem, que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido”*.⁵ A concepção de imagem para ambos os autores se faz concordante no sentido de que ambos compreendem que na imobilidade da imagem, que é capaz de sustentar a contradição de dois objetos tão avessos é que se dá a realidade de uma apresentação (*darstellung*) que torna possível a compreensão mais pura de ambos os termos bem como uma escrita, ora ligada ao poema, com Octávio Paz, ora Materialista Histórica, com Walter Benjamin, mas ambas operando por uma imagem poética, ainda que não nomeada dessa forma.

Para Benjamin a única forma de se escrever o passado, isto é, de se escrever história é a partir do tensionamento que é propiciado pela escrita por imagens. Para o autor a imagem anuncia um espaço de imobilidade conflitante, devido à contradição gerada pelos dos objetos de fricção, no caso, passado (*tese*) e presente (*Antítese*), contradição essa que não tem a menor intenção de ser resolvida em uma síntese (*futuro*). Por dois pontos, primeiramente, Benjamin trata de uma escrita da história que não é, em nenhum sentido, permeada pela lógica do progresso, assim, para o autor, não há uma experiência de futuro pré-programado pelas constantes progressões humanas, sendo assim o futuro não foi “colonizado” e ele aparece na obra de Benjamin como um dado de incerteza e imprevisibilidade.

⁵ BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. Página 225.

Mas que pode ser apresentado ao leitor sob a forma de uma imersão, na qual o tempo histórico é o espaço de operação, isto é tensão, que ajusta o sujeito às suas ações, no ambiente (*Stimmung*)⁶ histórico, essa existência, aqui novamente as linhas de Benjamin e Gumbrecht se cruzam, é tensionada e levada até o leitor por meio do texto, não mais enquanto discurso, mas na pureza obtida através o tensionamento entre passado e presente, isto é, da nova forma que se apresenta de escrita da história, a escrita por imagens.

E dessa forma, temos um inexorável encaminhamento para o Riso como uma questão prática de observação desse aspecto totalizante que tem os objetos formulados na imobilidade da tensão dialética. Pois se de modo curioso o Riso sobrevive ao mesmo às condenações por parte dos Agelastas, como demonstra Minnois sobre a condenação do Riso na Alta Idade Média, que é baseada na tradição da leitura da bíblia que ao mesmo tempo identifica uma risibilidade apenas punitiva, por parte de Deus e Zombeteira, por parte daqueles que serão condenados, ou seja, um riso que condena ou que é condenado, mas ao mesmo tempo e paralelamente, não há, segundo os teólogos da alta Idade Média, uma vertente que explicita uma risibilidade clara e criadora na bíblia, a começar da solenidade da fundação do mundo no Gênesis.

São João Crisóstomo em seus sermões define então que a possibilidade de rir deve ser preservada por conta da diferenciação proposta por Aristóteles em relação ao homem e o reino animal sendo o primeiro o único capaz de rir, então, a humanidade estava certamente preservada, mas não necessariamente deveria ser utilizada, tendo em vista uma concepção de que Cristo, sendo humano e Deus, não ri mesmo podendo fazer, e como cada vez mais na Idade Média as metáforas acerca a da trajetória de Cristo foram tomadas como uma pragmática da ação, como por exemplo a “Imitação de Cristo”, é comum vermos essas resoluções da síntese da tensão dialética ser aos poucos modelada em uma presentificação da questão. Para os medievais uma mudança e uma nova regra para se seguir, para nós historiadores da cultura, cada vez mais o Riso, enquanto formado de elementos tensionados, podemos observar a formação de uma metáfora explicativa de uma relação de longo prazo que atravessa a Idade Média por inteiro com condenações e liberações, mas sempre provocando um tensionamentos por onde passa. Seja na concepção teológica, seja no agir mundano, o Riso cria tipos tópicos e certos *topos* físicos, como figuras que usavam o Riso como material de contestação como foram os goliardos ou o Riso para demonstrar o que era uma vida de riscos e abundante vida determinada pelas inações da Fortuna e entregue a decadência moral de

⁶ GUMBRECHT, Hans Ulrich (2012). *Atmosphere, mood, Stimmung: on a hidden potential of literature*. Stanford: Stanford University Press

uma experiência pautada nos prazeres, dentre eles o Riso e certamente todas as vicissitudes de rir, como fica claro nos dois *Carminas*:

Estuans intrinsecus ira vehementi
in amaritudine loquor mee menti.
factus de materia levis elementi
folio sum similis, de quo ludunt venti.

Cum sit enim proprium viro sapienti,
supra petram ponere sedem fundamenti,
stultus ego comparor fluvio labenti,
sub eodem aere numquam permanenti.

Feror ego veluti sine nauta navis,
ut per vias aeris vaga fertur avis;
non me tenent vincula, non me tenet clavis,
quero mei similes et adiungor pravis.

Michi cordis gravitas res videtur gravis,
iocus est amabilis dulciorque favis.
quicquid Venus imperat, labor est suavis,
que numquam in cordibus habitat ignavis.

Via lata gradior more iuventutis,
implico me vitiis immemor virtutis,
voluptatis avidus magis quam salutis,
mortuus in anima curam gero cutis.

Fortune plango vulnera
stillantibus ocellis,
quod sua michi munera
subtrahit rebellis.
verum est, quod legitur
fronte capillata,
sed plerumque sequitur
Occasio calvata.

2.
In Fortune solio
sederam elatus,
prosperitatis vario
flore coronatus;
quicquid enim florui
felix et beatus,
nunc a summo corruí
gloria privatus.

3.
Fortune rota volvitur:
descendo minoratus;
alter in altum tollitur;
nimis exaltatus

rex sedet in vertice -
caveat ruinam!
nam sub axe legimus
Hecubam reginam

Nesse caso temos uma produção que ressalto somente os 4 primeiros versos. A confissão do Archipoeta que apresenta a confissão de um clérigo vagante, um goliardo, hospedado na corte de Frederico Barbaroxa que é acusado pelo seu Bispo de Heresia e Sodomia, dois pecados muito comuns nas cortes e no meio da intelectualidade, justamente por conta de sua vida desregrada e licenciosa, mas ele se defende das acusações em forma de poesia cujas as primeiras estrofes da versão mais comum⁷ que apresentei acima. O Archipoeta, segundo afirmam todos os analistas do período, se salvou da condenação e viveu todos os anos de sua vida na corte de Frederico. Para nós, o lembrar anedótico não significa em uma porta para o texto, mas ao perceber que há uma necessidade de rememorar toda a sua história, vemos aqui que antes do momento de conversão temos que a trajetória da vida do Archipoeta era medido dentro de um conforme metafórico que é justamente a essência de uma vida devotada ao prazer, ao riso e ao jogo, onde já há um reconhecimento de condenação (*Mortuus in anima, Curam Gero Cutis*). Isto é, uma atenção dada aos motivos e motivações humanas, a diferença aqui, sobre o Humanismo de Abelardo, que torna a necessidade do conhecimento uma demanda humana para reestabelecer o contato com uma condição divina de legibilidade do mundo, é uma necessidade que se reergue partindo da gramática, cruzando a dialética e a Escolástica como forma terminada e finalmente chegando no Humanismo do século XVI. Não como continuidade, mas como uma longa duração de uma contingência humana e de suas necessidades e vicissitudes.

Dessa forma, o que há dentro desse humanismo que escapa e, ao mesmo tempo em que reagem em uma razão afirmativa que se plasma em um discurso histórico, por conta dos pecados relacionados a condição de uma vida modelar, mas que serve de reconhecimento quanto a algo que não se quer mais ser, essa condição amada por muitos provavelmente tinha sua própria garantia escatológica, como fica evidenciado no segundo poema, onde há o reconhecimento de um ciclo inevitável de ascensão e queda advindos de uma condição extremamente humana, formulada na mais humana das deusas, Fortuna, que não é nada sem aqueles que podem viver ou não sob seu Império, mais ainda, uma Deusa que dentro do conjunto de mentalidades aos quais chamo, acompanhando Verena Alberti e Georges Minois de Humanismo Goliárdico.

⁷ Considerando que existem até hoje 43 versões do mesmo poema.

Tendo essas duas considerações em vista, reúno os dois argumentos em uma só pergunta: De que forma se ligam a experiência do Riso e do Renascimento do Século XII? A partir de uma visão onde compreendemos essas duas formas como metáforas que se plasmam em uma única força que empurra e desloca o real, se por um lado o Riso se funda em cima de uma tradição realizada na concepção de um desolamento e deslocamento e acaba se revelando mais que uma estratégia retórica mas uma metáfora que carrega em si uma explicação histórica que pode ser desvelada por meio de um procedimento de imobilização do real, mas que corresponde a uma outra mobilização que é justamente o reconhecimento de uma outra instância de formação que é a metáfora de um renascimento, isto é, de uma série de características que ocorrem, enquanto fenômenos físicos em vários momentos da história do ocidente, onde nosso ímpeto cartesiano nos infunde fenômenos que são separados, mas comuns a uma série de características, mas a guisa do que propuseram Panofsky e Haskins, não pode ser limitado, então, creio eu que a retomada da metáfora de Brooke, do Renascimento como uma misteriosa estrada, entre misteriosos montes indo a um lugar misterioso, vai além da explicação de um renascimento que ocorre dentro do espaço entre duas forças maiores que ele mesmo (Antiguidade Clássica e Escolástica), mas que é só um lugar de passagem pois a chama que acendeu apagou-se com a mesma velocidade.

Madame du Châtelet, uma mulher na corte dos homens de letras (1706-1749)

Renata Lopes Marinho

Mestranda

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

marinho.lrenata@gmail.com

Resumo: O Iluminismo francês foi um marco histórico construído sobre o pilar da busca por esclarecimento pensando o indivíduo enquanto ser social e também no âmbito privado. Entretanto, por mais inovador que fosse tal discurso no setecentos, a temática feminina e sua representação na sociedade ainda era custosa e abstrata aos intelectuais da época. Para tal, o presente trabalho tem como finalidade refletir sobre a figura feminina na sociedade letrada, tendo por base autores como Elisabeth Badinter, Michelle Perrot, Georges Duby, dentre outros. E, através do estudo de caso de Madame du Châtelet em sua obra *Discurso sobre a felicidade* analisar as possibilidades de uma escrita preocupada em valorizar o conhecimento feminino, assim como, a participação e relevância das mulheres no cenário iluminista.

Palavras-Chave: Châtelet, História das Mulheres, letrados, iluminismo.

*Escrever história das mulheres é sair do silêncio que elas estavam confinadas.*¹

A historiografia acerca do Iluminismo francês reforça a importância masculina na construção e consolidação de uma nova mentalidade e leitura de mundo, tanto no que tange o lugar do homem na sociedade, quanto para o planejamento de um espaço novo, livre das amarras e dogmas religiosos e de um governo que só governa para si. Mas tende a subtrair a participação de outros atores, inclusive no meio letrado masculino, apresentando-se através da dicotomia entre limitador e agregador.

Ao pensar sobre os principais nomes do movimento iluminista na França, geralmente lembramos imediatamente de Voltaire, Montesquieu, Rousseau, Diderot e alguns outros. Suas publicações são ainda na atualidade difundidas e utilizadas para a compreensão do movimento e cunham conceitos importantes ao discurso histórico. Contudo, o Iluminismo não fala somente aos homens ou sobre eles, não fala simplesmente acerca dos letrados, não fala apenas sobre difundir conhecimento. O Iluminismo está dialogando com o futuro, com uma nova composição de mundo, dos saberes e dos homens, mesmo que em seu início não consiga prever essa totalidade². Assim, a proposta do presente texto é alumiar vozes quase silenciosas, que foram desaparecendo ao longo do tempo e sendo deixadas nas margens pela historiografia, como no caso das mulheres.

¹ PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: editora contexto, 2013, p. 16.

² BEAUREPAIRE, Pierre-Yves. *La France des Lumières*. Paris: Belin, 2014.

Para tal, iremos aproveitar como estudo de caso a vida de uma das mulheres mais influentes de seu tempo, com publicações que na atualidade permanecem sendo editadas, publicadas e lidas, contudo, ainda desperta pouco interesse da historiografia moderna, se compararmos aos homens citados no início do texto, Madame du Châtelet – ou marquesa du Châtelet-Laumont (1706-1749). Brevemente, Gabrielle Émilie Le Tonnelier de Breteuil³, foi uma importante autora francesa e cientista no campo da física e da matemática. É considerada pela historiadora Elisabeth Badinter como o exemplo perfeito de uma mulher iluminista.

Mas nosso foco consiste em apresentar essa mulher dentro de sua obra *Discurso sobre a felicidade*, publicação póstuma completamente distinta de seus textos habituais, possuindo escrita quase que em forma de desabafo, um diário, notadamente sem pretensão de ser lida por outros. Nesse livro observamos duas questões custosas ao Iluminismo, a educação e a felicidade, entretanto por um viés feminino.

Georges Duby aponta em seu livro *Images de femmes* que as mulheres não representavam a si mesmas, elas eram espectadoras da própria vida. A partir dessa afirmação podemos nos indagar acerca dos papéis sociais da mulher no Iluminismo e também, das suas reais contribuições para a construção de um saber, seja ele para o próprio movimento ou até mesmo feminino. O século XVIII está aberto às mulheres que escrevem e são anfitriãs nos salões. Mas é necessário considerar que a república das letras⁴, a qual pregava ser democrática, tinha algumas regras bem específicas em relação à essa participação feminina. Isso sem contar a diferenciação entre prestígio e possibilidades de temáticas.

Os homens do Iluminismo trocavam informações e debatiam assuntos da época, inclusive com a participação das mulheres, mas não estavam de todo certos das capacidades intelectuais delas⁵. A igualdade e as noções universais defendidas pelo discurso iluminista ficava basicamente restrito aos pares, tanto no que tange a intelectualidade, quanto ao gênero masculino. Acreditava-se que a mulher não evoluía da mesma maneira que o homem, pois estava condicionada aos deveres, função e papel social distinto.

A mulher do Iluminismo era uma grande leitora, tanto as que sabiam ler e faziam desse hábito um vício, quanto aquelas que se aproveitavam das histórias contadas por outros, das leituras e declamações para aguçar sua imaginação. Ela tinha acesso a romances da moda, autores clássicos,

³ MAZENOD, Lucienne; SCHOELLER, Ghislaine. *Dictionnaire des femmes célèbres*. Paris: Robert Laffont, 1992.

⁴ VOVELLE, Michel. *O homem do iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

⁵ GASPAR, Adília. *A representação das mulheres no discurso dos filósofos: Hume, Rousseau, Kant e Condorcet*. Rio de Janeiro: Uapê: SEAF, 2009.

tratados de educação, revistas, panfletos políticos, textos filosóficos e livros de história. É interessante analisar nas cartas que são trocadas entre elas e que além de assuntos cotidianos, encontramos resumos de obras lidas e reflexões acerca dos temas debatidos tanto nos livros quanto nos salões que participavam.

A História das Mulheres nascida na década de 1960 na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos e, posteriormente, em 1970 na França, colocou em debate a mulher enquanto sujeito, ou seja, tendo um papel ativo em sua vida e pensando como se deram as experiências de mundo para esses indivíduos⁶. Quando dizemos que a História das Mulheres colocou esse grupo em evidência, estamos afirmando que lhes foi reconhecido a possibilidade de ter uma história própria⁷.

Ao que parece, a escrita da história era feita costumeiramente através do ponto de vista masculino, principalmente quando analisamos os séculos passados⁸. Até mesmo quando mulheres tomavam o lugar de sujeitos nessa produção, nos deparamos com o uso de nomes masculinos para passar maior credibilidade aos escritos ou ainda, o posicionamento masculino contido dentro de discursos femininos, inclusive os preconceitos e exclusões que deveriam ser ponto de reflexão e repúdio, não percebendo a perpetuação de preconceitos.

A grande questão acerca da nossa reflexão teórica sobre o Iluminismo segue o debate realizado por Robert Darnton⁹, no que diz respeito à definição de um movimento preocupado em criar uma estrutura de difusão de ideias e conhecimento impresso e lucrativo para os seus envolvidos. Não buscamos “romantizar” a Ilustração defendendo que seus expoentes acreditavam numa sociedade por igual esclarecida. Podemos observar essa reserva nos próprios textos, em que nos deparamos com uma escrita rebuscada e sem grandes pretensões em alcançar a sociedade como um todo. Voltaire, por exemplo, não previu que os camponeses aprenderiam a ler¹⁰, assim como não conseguiam enxergar a mulher enquanto um ator ativo e relevante para o processo¹¹.

Assim, é possível compreender que quando esses filósofos falam na elaboração de uma política mais igualitária e da construção de uma sociedade fincada no conhecimento, o qual precisa ser amplamente difundido, não estão pensando propriamente na totalidade dessa sociedade, mas

⁶ PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: editora contexto, 2013.

⁷ SOIHET, Rachel. “História das mulheres”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

⁸ BADINTER, Elisabeth. *As paixões intelectuais, v. 1: Desejo de glória 1735 – 1751*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁹ DARNTON, Robert. *O iluminismo como negócio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹⁰ DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

¹¹ GASPAR, Adília Maia. *A representação das mulheres no discurso dos filósofos: Hume, Rousseau, Kant e Condorcet*. Rio de Janeiro: Uapê: SEAF, 2009.

sim, estão falando aos seus pares, muitas vezes nem ao menos enxergando outros grupos sociais, se resguardando no papel de detentores de maior esclarecimento. Talvez por esse motivo que D'Alambert dizia que o Iluminismo não se revelou suficientemente iluminado.

Através do primeiro parágrafo do livro *História das Mulheres*, escrito por Georges Duby e Michelle Perrot, justificamos a necessidade dessa escrita feita por e para mulheres, na tentativa de diminuir o silêncio historiográfico em torno do tema:

As mulheres foram, durante muito tempo, deixadas na sombra da história. O desenvolvimento da antropologia e a ênfase dada à família, a afirmação da história das <<mentalidades>>, mais atenta ao cotidiano, ao privado e ao individual, contribuíram para as fazer sair dessa sombra. E mais ainda o movimento das próprias mulheres e as interrogações que suscitou <<Onde vivemos? Para onde vamos?>>, pensavam elas; e dentro e fora das universalidades levaram a cabo investigações para encontrarem os vestígios das suas antepassadas e sobretudo para compreenderem as raízes da dominação que suportavam e as relações entre os sexos através do espaço e do tempo.¹²

O advento do Iluminismo, proporcionou importantes debates em inúmeros temas que permeavam a sociedade, mas as reflexões e possibilidades acerca do sexo feminino ainda era em instância comparativa e investigativa. Os filósofos da época querem saber se haveria a possibilidade de a mulher ser “racional” sendo capazes das mesmas ações que os homens ou estariam mais próximas aos hábitos dos animais. Debates que iram durar até o século seguinte e que ainda hoje encontramos discursos similares.

Assim, o Iluminismo nos garante observar essa mudança no foco da participação feminina, mostrando as oscilações da mulher entre o público e o privado. Por mais que suas definições estivessem constantemente atreladas a outros, ou sua obrigação em executar da melhor maneira o papel que lhe foi socialmente imposto – mãe, dona de casa, esposa, filha etc – elas também são projetadas no meio público através dos salões, encontros sociais, eventos e outros.

No Século XVIII, o saber ainda é contrário à feminilidade, principalmente se for técnico e científico. Retrocedendo um pouco, na Contrarreforma, a educação feminina passa a ser vista como uma forma de lucratividade, pois começa a ser percebido que tal grupo é influente em seu meio, aumentando o número de leitores. Retornando ao nosso recorte, as Luzes para as mulheres surgem de maneira freada, ou seja, os discursos são transmitidos, mas acompanhados da reiteração do dever delas na sociedade.

¹² DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres: do Renascimento à Idade Moderna*. Porto: edições Afrontamento, 1994, p. 7.

Rousseau¹³ irá dizer que a educação feminina, desde seu início, deveria estar direcionada aos homens de sua vida, conquistando o amor deles, criando bem seus filhos e depois que eles estejam crescidos, aconselhá-los, consolá-los e fazer com que suas vidas sejam agradáveis. Ou seja, lhe cabia o direito doméstico e deveria ser educada para isso, pois tinha um elo tão forte com a natureza que lhe seria incapaz de conseguir um nível de abstração e razão necessários para lidar com o que fosse mais exato.

O interessante é que Rousseau não está defendendo uma inferioridade feminina, pois ele não está colocando na balança as virtudes e defeitos dos sexos, inclusive afirma que a mulher vale mais em seu próprio sexo do que tentando agir como um homem, isso devido a fraqueza de seu corpo. Ele simplesmente acreditava que cada indivíduo possuía um papel específico na sociedade e que para manter o equilíbrio do mundo, era necessário que todos dessem conta de suas devidas funções.

Em contrapartida, Condorcet¹⁴ acreditava que esse pensamento é o responsável pelas diferenças entre homens e mulheres, pois a mulher estava condicionada, através da educação, a ser inferior e servir ao homem. Mas se modificasse a maneira como as mulheres recebiam ensino, também veríamos respostas distintas em seu comportamento e produção. Podemos dizer então que o fator limitador da intelectualidade feminina, é a perpetuação do discurso acerca desse gênero, pois é por conta desse posicionamento, que a exclusão, limitação e a diferenciação delas é conservado na sociedade.

Condorcet defende que como todos os indivíduos possuem as mesmas capacidades de construir ideias morais, as quais estão relacionadas à noção de bem e mal, certo e errado, deveriam ser também guardados dos mesmos direitos, inclusive em relação à cidadania e educação. Talvez o mais interessante de ser apontado na percepção de Condorcet é a ideia de que a diferença aparente entre os gêneros não está na natureza e discussões biológicas, e sim, na forma como eles são criados, educados, se socializam e nas oportunidades que são submetidos ao longo da vida.

Madame du Châtelet transitava por um grupo específico, homens letrados, com tamanha naturalidade que não era comum às mulheres. Ao longo de sua trajetória, desde a infância, ela recebeu educação e tratamento incomum ao normalmente ofertado ao sexo feminino, encontramos

¹³ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Émilie ou de l'Éducation*. Amsterdã, Jean Neaulme. 1762.

¹⁴ CONDORCET. *Sur l'admission des femmes au droit de cité*. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/condorcet/admission_femmes_droit_de_cite/condorcet_droit_de_cite_des_femmes.pdf. Acesso em 10/03/2016.

a informação que ela estudava as mesmas matérias que seu irmão. Teve tutores para aprender física e matemática e se tornou fluente em cinco idiomas, realizando no futuro algumas traduções.

Mas ainda assim estava condicionada a regras sociais impostas, como o casamento. Ela precisou se casar em 1725 e teve três filhos, mas não conseguia se ajustar a rotina de dona de casa e esposa, pois possuía ambição para produzir e inovar. Amava artes e estudar, ler e escrever coisas novas e se entediava com a rotina de uma vida pacata à sombra da família. Então em 1733 ela entrou em acordo com seu marido – diga-se de passagem, algo bastante incomum para o período e também para ser aceito por um homem – e passam a viver separados. É nesse momento que suas publicações e aparições nos salões se iniciam.

Rompeu com os dogmas tradicionais que defendiam a incapacidade das mulheres em produzir ciência, contribuindo com textos para compor a obra de outros filósofos como Voltaire, em 1737 compete sob o pseudônimo masculino no concurso da Academia de Ciências com o texto intitulado *Dissertation sur la Nature et la propagation du feu*, não ganha mais fica entre as primeiras posições e publica o livro posteriormente já usando seu verdadeiro nome. Publicou também outras importantes obras como *Institutions de Physique* em 1740 e, talvez, o principal trabalho de sua vida, a tradução com comentários de *Principes mathématiques de la philosophie naturelle de Newton* publicado em 1759. Ao todo, Châtelet publica mais de 10 obras, sendo a maioria no campo das ciências, pois tinha o sonho de ser reconhecida como cientista¹⁵.

Entretanto, em sua obra *Discurso sobre a felicidade*¹⁶, publicado em 1779 após sua morte, obra essa que foi escrita já no final de sua vida como uma reflexão para si é que ela mobiliza importantes questões que definem perfeitamente seu pensamento e essência, nos fazendo perceber que ela teve, ao longo de sua vida, total consciência do lugar da mulher na sociedade, das limitações enfrentadas por elas e demonstra não ter se importado, ao contrário de muitas, com sua reputação.

Nessa obra, ela oferece uma perspectiva feminina da ideia de felicidade, mostrando a dicotomia da experiência iluminista para homens e mulheres. Com o intuito de melhor elucidar essa defesa, podemos nos voltar ao verbete escrito por Voltaire para a Enciclopédia de Diderot e d'Alambert¹⁷. Intitulado como *Feliz, felizmente* apresentando uma definição abstrata e de alguma

¹⁵ BADINTER, Elisabeth. *As paixões intelectuais, v. 2: Exigência de dignidade 1751 – 1762*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹⁶ CHÂTELET, Madame du. *Discurso sobre a felicidade*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002.

¹⁷ PIMENTA, Pedro Paulo; SOUZA, Maria das Graças (org.) *Enciclopédia, ou dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios. Volume 5: Sociedade e artes / Denis Diderot, Jean Le Rond d'Alambert*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

forma relacionada ao prazer. O verbete também não distingue a experiência da felicidade entre homens e mulheres, dizendo que irá depender dos indivíduos analisados.

Já Châtelet afirma que a felicidade feminina irá depender de três pontos básicos, usando o próprio exemplo: o jogo, o amor e a educação. No jogo porque adorava carteados e encontrava nessa brincadeira momentos de relaxamento e diversão. No amor, seria no sentido do prazer, mas em conjunto com a liberdade, como em poder escolher a quem amar. E o considerado como mais importante entre os três, a educação, defendendo a instrução feminina como maior possibilidade de emancipação da opressão masculina, pois a instrução levaria à independência, coragem, força moral e por fim, felicidade.

Exorta que o amor aos estudos é menos necessário aos homens, pois eles tinham muitos outros meios de conquistar a felicidade e serem realizados, e ainda, não precisavam se esforçar tanto para provar seu valor e lugar. Partilhando da mesma lógica que Condorcet, Châtelet acreditava que as diferenças entre homens e mulheres estavam diretamente determinadas pelos fatores educacionais e não biológicos, tomando sua vida como comprovação. Dessa maneira, Châtelet conseguiu construir um pensamento afastado da reprodução masculina, pensando a mulher a partir de sua experiência e não pelos discursos masculinos acerca desse grupo.

Seu “esquecimento” após sua morte pode ser, de alguma forma, pela necessidade de silenciamento de uma voz que incomodava, discordava do que estava consolidado e poderia levantar questionamentos ou servir de exemplo a seguir por outras mulheres, o que durante o conturbado cenário francês da época, não poderia acontecer. Mas é interessante pensar que Châtelet, ainda no Século XVIII já estava divagando sobre teorias para alcançar a felicidade e conseguia prever que a mesma dependia das escolhas e caminho que cada indivíduo escolhia para sua vida e dizia mais, colocava o esclarecimento como centro dessa felicidade, pois dependeria da inteligência intelectual e emocional que cada pessoa tivesse, para lhe garantir as boas escolhas feitas para si.

Simpósio Temático 13:

Cultura, economia e política na América Independente

Caroline Maria Ferreira Drummond

Mestrado

UFMG

caroldrummond@gmail.com

Mahira Caixeta Pereira da Luz

Mestrado

UFMG

mahira.caixeta@gmail.com

Natália Iglésias da Silva Scheid

Mestrado

UFMG

iglesias.nat@gmail.com

Raphael Coelho Neto

Mestrando

UFMG

raphaelcneto@yahoo.com.br

Thiago Henrique Oliveira Prates

Mestre

UFMG

thoprates@gmail.com

Warley Alves Gomes

Doutorando

UFMG

warleyalvesgomes@yahoo.com.br

Proposta do Simpósio:

Busca-se, com este simpósio, reunir pesquisadores e interessados nas temáticas pertencentes ao campo da historiografia da América e áreas afins, em seus aspectos políticos, culturais e econômicos entre os séculos XIX e XXI. Várias são as possibilidades de discussões que

perpassam a História das Américas, entre elas os estudos com foco na cultura, como expressão dinâmica das relações sociais e políticas. Com efeito, pretende-se atrair trabalhos que demonstrem a grande pluralidade de manifestações artísticas que podem ser encontradas no continente, seja no teatro, na literatura, no cinema, nas histórias em quadrinhos, na música, na novela televisiva e nas artes plásticas e conceituais. Nos interessam pesquisas que analisam as produções provenientes tanto das elites econômicas e culturais, assim como aquelas produzidas por artistas e intelectuais originários dos mais diversos estratos sociais, sendo suas obras de vanguarda ou não. Pretende-se atrair também trabalhos que analisem o papel e envolvimento dos intelectuais – nas diversas concepções do termo - na construção de identidades nacionais e projetos políticos e educacionais, assim como que abordem as questões do engajamento e da resistência. Buscamos ainda congregarmos pesquisas que partilhem uma compreensão multifacetada do político, levando em consideração as complexas relações entre as dinâmicas culturais, valores, crenças, normas e representações com os fenômenos políticos, assim como as conexões entre processos econômicos, projetos políticos e transformações sociais. Dentro desta perspectiva múltipla, abre-se um leque de oportunidades para se discutir as construções de identidade nacionais e continentais, assim como o multiculturalismo, incluindo as aproximações e as peculiaridades políticas embutidas nas noções do que é constituir-se latino-americano, indoamericano, hispanoamericano, dialogando também com o ideal pan-americano; os ideais de progresso, de civilização e os projetos técnico-científicos que influenciaram e impactaram os modos de vida; as problemáticas da modernidade e modernização; a História dos Estados Unidos e os diversos matizes de sua relação com a América Latina e Caribe; os processos revolucionários latino-americanos; as guerras e as disputas fronteiriças; a consolidação dos Estados Nacionais; os governos ditatoriais, as experiências autoritárias e os processos de transição e construções da democracia; o exílio, a migração e as práticas transnacionais, assim como a globalização e os processos econômicos neoliberais e, por fim, as lutas dos movimentos sociais e identitários em distintos momentos e regiões das Américas.

A crítica dialética de Antonio Candido e Leopoldo Zea: uma interseção possível no horizonte latino-americano

Cairo de Souza Barbosa

Graduando em História
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
cairosbarbosa@gmail.com

RESUMO: A segunda metade do século XX marca o alvorecer de um novo pensamento social nos países de capitalismo dependente. Com a barbárie do holocausto e da bomba-atômica e a crise do modelo civilizacional europeu, tal qual apontam Theodor Adorno e Max Horkheimer em *Dialética do Esclarecimento* (1947), o esforço de se auto-definir a partir de parâmetros próprios ganha força no horizonte latino-americano. Nesse sentido, o presente texto tem por objetivo mostrar, sucintamente, a partir de *Literatura e Subdesenvolvimento* (1970), de Antonio Candido, o lugar da dialética local-universal na construção de uma identidade do “subcontinente”, em uma interseção possível com o pensamento de Leopold Zea, especialmente em seu livro intitulado *El pensamiento latino-americano* (1965 [1976]), apontando para uma indagação central: na América Latina, a projeção do futuro deve necessariamente se afastar do acúmulo decorrente do passado colonial? A resposta passa, sem dúvidas, pela ideia de tradição.

PALAVRAS-CHAVE: América Latina, dialética, identidade

Esse breve texto pretende apenas esboçar alguns debates no âmbito de meus objetos centrais de pesquisa. A intenção aqui é delinear, de forma rudimentar, uma discussão que aponte intersecções possíveis entre o pensamento de Antonio Candido¹, crítico literário brasileiro, e Leopold Zea², filósofo mexicano. Contemporâneos, ambos procuraram refletir sobre a condição do ser latino-americano, seja pelo caminho do fenômeno civilizatório da literatura, como Candido, pautando o papel da tradição de escrita ficcional na construção de identidades possíveis, seja no campo da filosofia, como Zea, colocando luz sob a discussão da ontologia, isto é, buscando entender uma espécie de natureza do ser social que emerge na América Latina ao longo do processo histórico que vai desde a colonização até os anos 1970, período em que escreve suas obras seminais.

Antes, é necessário um breve excuro. O dilema da busca por uma auto-compreensão do que seja a América Latina é praticamente um arquétipo³ fundamental no pensamento que floresceu

¹ Antonio Candido de Mello e Souza nasceu no ano de 1918, no Rio de Janeiro. Sociólogo de formação, aos poucos foi se consolidando como um dos maiores críticos literários brasileiros, lecionando em universidades como a USP (Universidade de São Paulo) e UNESP (Universidade Estadual Paulista).

² Leopold Aguilar Zea nasceu na Cidade do México no ano de 1912. Graduado, mestre e doutor em Filosofia, se formou e lecionou na UNAM (Universidade Autônoma do México), foi um dos mais importantes intelectuais do pensamento latino-americano do século XX.

³ Esse termo aqui foi pego emprestado da obra de Jung, segundo o qual os arquétipos são conjuntos de “imagens primordiais”, armazenadas no inconsciente coletivo, originadas de uma repetição progressiva de uma mesma experiência durante muitas gerações. As ideias de liberdade e autonomia, no Terceiro Mundo, funcionam como

aqui ao menos desde o século XVIII. Especificamente nos anos 1960 e 1970, que sediam parte das obras dos intelectuais aqui explorados, a questão latino-americana possuía reverberações mais amplas, inseridas nas discussões acerca da ideia de Terceiro Mundo⁴, no seio de uma temporalidade marcada pela forte polarização da Guerra Fria, na qual se encontravam em choque o "Primeiro Mundo", compreendido como o bloco dos países desenvolvidos capitalistas, e o "Segundo Mundo", que reunia os países desenvolvidos socialistas⁵. Essa era, portanto, a marca inalienável do contexto.

A esse terceiro mundo foi legado, ao longo de boa parte da história, até o século XIX, o papel de colônia. A América, como parte das regiões conquistadas ao longo do processo das Grandes Navegações, foi quase sempre vista como projeção unicamente do futuro de seus “descobridores”, isto é, um prolongamento da Europa. Contudo, é necessário contrapor a essa ideia uma noção de que, a despeito da dominação e da usurpação, “nascemos” já como território inserido na lógica da emergência do capitalismo monopolista, como afirma Caio Prado⁶ com relação ao Brasil, ou seja, com uma lógica própria e única no funcionamento do sistema mundial⁷. A reverberação disso se encontra claramente em alguns textos de Antonio Candido, tornando-se uma espécie de dilema intelectual e filosófico em direção à construção de uma identidade mais . A partir dos estudos literários, sua obra dá subsídios importantes para o entendimento da formação da América Latina.

Em *Literatura e Subdesenvolvimento*⁸, por exemplo, texto publicado na 1ª edição da Revista *Argumento*⁹, seu objetivo é mostrar como se deu a mudança de características da produção literária continental na passagem da fase da consciência amena do atraso, isto é, os anos de 1930 com a ideologia de “país novo”, para a fase da consciência catastrófica do atraso, correspondente ao

imagens que se repetem, de geração à geração, seja no campo da luta política, seja no campo das formulações intelectuais mais amplas. Ver JUNG, Carl. Arquetipos e o inconsciente coletivo. Trad. Maria Luíza Appy e Dora Mariana R. Ferreira da Silva. Petrópolis: Vozes, 2000.

⁴ Cabe dizer que, como aponta Wallerstein, essa expressão, cunhada pelo demógrafo Alfred Sauvy nos anos 1950, tinha o mérito de lembrar da “existência de uma imensa zona do planeta para a qual a questão primordial não era a do alinhamento em um ou outro campo, mas qual seria a atitude dos Estados Unidos e da União Soviética em relação a ela. Em 1945, a metade da Ásia, a quase totalidade da África, bem como o Caribe e a Oceania permaneciam colônias. Sem falar dos países ‘semi-colonizados’. Para esse vasto mundo tutelado, onde a pobreza ultrapassava — e muito — a dos países “industrializados”, a prioridade era dirigida à “libertação nacional”. WALLERSTEIN, Immanuel. O que era mesmo o Terceiro Mundo? *Le Monde Diplomatique*, ago/2000. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=50>. Acesso em: 15/08/2015.

⁵ HOBBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁶ PRADO JR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

⁷ Para uma discussão sobre teoria do sistema mundial, ver MARTINS, Carlos Eduardo. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2011. v. 1. 367 p.

⁸ CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. *Argumento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, n. 1, p. 6-24, 1973.

⁹ *Argumento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, n. 1, out. 1973.

período posterior à Segunda Guerra Mundial. Em outras palavras, a primeira fase corresponde ao período de falência do modelo oligárquico e do alvorecer da industrialização nacional em boa parte dos países da América Latina, enquanto a segunda corresponde mais à época da decadência da civilização europeia no pós-guerra¹⁰ e de extremo otimismo com os governos nacional-populares latino-americanos. O objetivo maior de Candido, com isso, é, a partir de uma sociologia da criação, perceber traços dessa consciência catastrófica na produção literária latino-americana.

Candido mostra como a consciência amena estava totalmente atrelada à ideia do Mundo Novo da colonização, de modo que eram ressaltadas as maravilhas naturais do além-mar, a surpresa, o grandioso, o paraíso, ou seja, uma predestinação ao futuro glorioso. Com isso se criava uma literatura que “compensava o atraso material e a debilidade das instituições por meio da supervalorização dos aspectos regionais, fazendo do exotismo razão de otimismo social”¹¹. O que estava em jogo na literatura latino-americana, especialmente no Romantismo, na passagem do século XIX ao século XX, era uma contaminação eufórica entre terra e pátria, considerando-se que a grandeza da segunda era quase um desdobramento natural da primeira.

O que acontece com a passagem à consciência de subdesenvolvimento é a percepção de uma realidade cuja dimensão temporal passa a se basear em uma visão pessimista do presente e desconfiada do futuro. É por isso que o efeito na consciência causado por essa passagem, onde se verifica o quanto o atraso é catastrófico, suscita novas formas de ação política. Deste modo,

o precedente gigantismo de base naturalista aparece então na sua essência verdadeira, - como construção ideológica transformada em ilusão compensadora. Daí a disposição de combate que se alastra pelo Continente, tornando a ideia de subdesenvolvimento uma força propulsora, que dá novo cunho ao tradicional empenho político dos nossos intelectuais¹².

Com relação ao chamado influxo externo no que tange às literaturas latino-americanas, reverberando em certa dependência cultural, Candido considera-as como galhos da produção metropolitana, ainda que ao longo do tempo tenham ganhando autonomia e critérios próprios, isto

¹⁰ O debate da decadência do modelo civilizacional iluminista está muito presente na obra de Adorno e Horkheimer. Em *A Dialética do Esclarecimento*, por exemplo, está em discussão o modo como o progresso da razão e da ciência, isto é, o modo de produção capitalista moderno e o Esclarecimento (*Aufklärung*) levaram o mundo à barbárie do Holocausto e da Segunda Guerra Mundial. Essa vereda aberta ecoou na chamada periferia do capitalismo através do desenvolvimento de novas formas de compreensão do mundo, sejam as pautadas a partir da (re)formulação concebida pelo próprio Iluminismo, sejam as chamadas “decoloniais”, que de forma geral tentam se afastar das filosofias da história ocidentais. Ver ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *A Dialética do Esclarecimento*. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.

¹¹ CANDIDO. *Literatura e subdesenvolvimento*, p. 09

¹² CANDIDO. *Literatura e subdesenvolvimento*, p. 09.

é, são fruto de relações reflexas¹³ entre centro e periferia do capitalismo¹⁴. Em outros termos, a ideia de uma influência inevitável aponta que desde a conquista colonizadora houve um transplante cultural forçado da cultura europeia com a finalidade de conceber a dominação no além-mar. Isso nos legou uma espécie de “vínculo placentário” com as literaturas europeias, ao passo que até o próprio Romantismo e os diversos nativismos literários nacionais pautavam mais a variação de temas e sentimentos do que a inovação da forma. Também o modernismo hispano-americano, que é definido como “episódio sociologicamente importante do processo de fecundação criadora da dependência – modo peculiar dos nossos países serem originais”¹⁵, representa menos uma ruptura literária a partir de recursos expressivos originais do que uma adaptação de processos e atitudes já assimilados na Europa.

Consonante a isso se dá, diante da realidade trágica do subdesenvolvimento, um desejo do ser latino-americano de se ver livre do jugo econômico e político do imperialismo e do controle externo, além de prover mudanças na estrutura interna. Contudo, se antes essa percepção se restringia ao âmbito nacional, nos anos 1970, sobretudo, essa consciência se alarga, intelectual e materialmente, à América Latina.

A partir (...) da crise de desenvolvimento econômico e do experimentalismo técnico dos anos mais recentes, - começamos a sentir que a dependência caminha para uma interdependência cultural (se for possível usar sem equívocos esse termo, que adquiriu recentemente acepções tão desagradáveis no vocabulário político e diplomático). Isto não apenas dará aos escritores da América Latina a consciência da sua unidade na diversidade, mas favorecerá obras de teor maduro e original, que serão lentamente assimiladas pelos outros povos, inclusive dos países metropolitanos e imperialistas. O caminho da reflexão sobre o desenvolvimento conduz, no terreno da cultura, ao da integração transnacional, pois o que era imitação vai cada vez mais virando assimilação recíproca¹⁶.

É justamente nesse ponto que se abre o caminho para uma análise de uma possível intersecção com o pensamento de Zea. Em 1976, especificamente, poucos anos depois da publicação de um dos textos de Candido nas páginas da *Argumento*, o filósofo mexicano, partindo

¹³ Anos antes, mais especificamente em 1968, Darcy Ribeiro publicava “O processo civilizatório – etapas da evolução sócio-cultural”, onde discutia abertamente a noção de “modernização reflexa” como uma inserção subordinada de povos “atrasados” em formações socioculturais estruturadas a partir de sistemas tecnologicamente superiores, implicando a perda da autonomia, pelo processo adaptativo, ou a destruição, quando se opta pela resistência, de entidades étnicas mais frágeis. Ver RIBEIRO, Darcy. O processo civilizatório. Etapas da evolução sociocultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹⁴ A diferença entre o desenvolvimento do centro e da periferia do capitalismo no mundo moderno é tema de infindáveis debates no campo das humanidades. Cf., por exemplo, LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Outubro, n. 1, 1998, p. 73-80; SANTOS, Theotônio dos. Teoria da dependência: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 e SADER, Emir (org.). Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

¹⁵ CANDIDO. Literatura e subdesenvolvimento, p. 17.

¹⁶ CANDIDO. Literatura e subdesenvolvimento, p. 17

de uma leitura do nosso processo de colonização, procurava pensar filosoficamente o ser latino-americano se perguntando: “qual o nosso lugar no mundo? Ou melhor: onde fica o latino-americano na tripla dimensão - passado, presente e futuro - que forma a história?”¹⁷. Ainda que se valha de certa discussão ontológica, em que a priori se pense em buscar uma natureza possível da existência, sua compreensão, devota especialmente do pensamento orteguiano do homem, relaciona o ser às condições materiais de existência, atrelado necessariamente ao espaço-tempo no qual está inserido.

A leitura de Zea procura traçar um ponto de bifurcação do pensamento latino-americano, dividindo a América ocidental/saxã/do norte da América Ibérica/latina/do sul em duas vertentes com operações distintas. Na segunda delas, nosso objeto de interesse, o passado é comumente visto, segundo ele, como um fardo, algo que precisa ser esquecido. De outro modo, o presente toma o lugar desse passado e se torna a base de sustentação dos projetos de futuro. Entretanto, a ressalva que ele faz é de que essa operação não gera frutos. Sua percepção é de que o futuro latino-americano devia se orientar por um passado escolhido ou selecionado¹⁸. A diferença, assim, é que a orientação para o futuro não poderia partir do passado que foi recebido pronto, imposto; antes, deveria partir da própria autoimagem ou da consciência que o latino-americano tem de si próprio.

Ni renuncia radical del pasado, ni aceptación plena del futuro. El dilema no era tan radical, aunque tomaba caracteres radicales: la América Latina, al igual que todos los pueblos, ligaba su pasado, un determinado pasado, renunciando a outro, para hacer su futuro; pero no um futuro cualquiera, sino el futuro por el cual habian soñado em el pasado otros hombres como ellos¹⁹.

O movimento intelectual de Zea, com isso, abre caminho justamente para a proposição de Candido: não se deve renunciar ao passado colonial, violento, agressivo, usurpador, destruidor, perverso; antes, é necessário orientar-se pela nossa tradição, mas uma tradição outra que não a hegemônica, da colonização; é necessário orientarmo-nos pelo que nos é peculiar, pelo que é local, sem abandonar do horizonte a ideia de universalidade. Sua crítica indica que a passagem a um estágio fundamental na superação da dependência requer uma capacidade de produzir obras de primeira ordem, influenciadas antes por exemplos nacionais (ou latino-americanos, no caso) anteriores, o que representa, em outros termos, a ideia de tradição²⁰.

¹⁷ ZEA, Leopoldo. *Dialéctica del pensamiento latinoamericano*. In: *El Pensamiento Latinoamericano*. Barcelona: Ariel, 1976, p. 05.

¹⁸ ZEA. *Dialéctica del pensamiento latino-americano*, p. 11

¹⁹ ZEA. *Dialéctica del pensamiento latino-americano*, p. 12

²⁰ Para fins de aprofundamento na discussão, ver CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6a ed., Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.

Em suma, Candido, pensando a partir de uma literatura de dois gumes²¹, numa imagem de um objeto que tem ambos os lados cortantes, acaba por se posicionar ao lado do desenho de uma América Latina dialética, entrecruzada e “cortada” pelo que há de local e universal. A saída que encontra não é um pensamento em direção às teorias “decoloniais/pós-coloniais”, no sentido de buscar uma pureza epistemológica e filosófica capaz de apagar os danos da colonização ocidental europeia²². Sua proposição, tal qual aquela presente em boa parte da obra de Angel Rama pós anos 1970²³, é a da seleção intelectual, pautada em condições objetivas, materiais e metodológicas, de um passado nacional e latino-americano que seja capaz de auxiliar na projeção de um horizonte, de um futuro emancipador. Candido e Zea, portanto, acreditavam no futuro sem esquecerem do peso e da necessidade do passado que, no caso latino-americano, necessita passar de fardo e entrave histórico a combustível para a emancipação e a autonomia.

²¹ Ver CANDIDO, Antonio. Literatura de dois gumes. In: A Educação pela noite e outros ensaios. Ed. Ática, São Paulo: 1989.

²² Essa temática tem encontrado, pelo menos desde os anos 1980, na América Latina, discussões cerradas que dividem posições. Um de seus principais expoentes, com o qual nossa pesquisa constitui uma discussão aberta, é Walter Mignolo, argentino, estudioso da literatura e da identidade latino-americanas, professor da Universidade de Duke (EUA) e autor, em especial, de *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007

²³ Ángel Antonio Rama nasceu em Montevideo, Uruguai, em abril de 1926. Foi um dos maiores escritores, críticos literários e historiadores da América Latina no século XX. Para uma melhor compreensão da obra do uruguaio, cf. RAMA, Ángel. *Literatura, cultura e sociedade na América Latina*. Org. de Pablo Rocca. Trad. de Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

As impressões de Duarte da Ponte Ribeiro sobre o tratado de aliança de 24/03/1843 entre o Império do Brasil e a Confederação Argentina

Cristiane Maria Marcelo

Doutoranda - PPGH – UERJ
cris.maria.marcelo@gmail.com

Resumo: Por uma série de razões e interesses, a década de 1840 foi marcada pelo acirramento das relações entre o Império do Brasil e os Estados platinos. As fronteiras abertas da província de São Pedro e o envolvimento dos chefes farrapos nas disputas políticas da República Oriental e da Confederação Argentina acabavam funcionando como uma correia de transmissão dos conflitos da região para dentro do território brasileiro. Atuando como ministro residente junto à Confederação Argentina, entre 1842 e 1843, Duarte da Ponte Ribeiro testemunhou um capítulo dessas desavenças e teve participação direta nas discussões de um tratado ofensivo e defensivo entre o Império do Brasil e o governo de Juan Manuel de Rosas para desarticular os seus respectivos inimigos. Levando em consideração o complexo quadro de interesses e alianças que marcou o processo de construção dos Estados do antigo vice-reino do Rio da Prata e o lugar ocupado por Ponte Ribeiro, o objetivo desta comunicação é explorar a visão do diplomata sobre a não ratificação daquele acordo de aliança pelo chefe portenho e as consequências daí advindas.

Palavras-chave: Diplomacia; Tratado de aliança; Duarte da Ponte Ribeiro.

Nomeado ministro residente do Império na Confederação Argentina, por decreto de 12 de abril de 1842, aquela era a primeira vez que Duarte da Ponte Ribeiro (1795-1878) representava os interesses do Império na região platina, mas carregava uma larga experiência diplomática. Aos 47 anos, o diplomata já tinha passado pela Espanha, pelo México e duas vezes pelas repúblicas do Peru e da Bolívia. A missão em terras portenhas era um desafio à parte, especialmente pelo jogo de hostilidades e desavenças ali existente.

No início da década de 1840, a bacia platina era um verdadeiro barril de pólvora que precisava ser constantemente esfriado. Os enfrentamentos políticos na república do Uruguai entre Manuel Oribe, representante dos *Blancos*, e Frutuoso Rivera, líder dos *Colorados*, tinham se exacerbado e Juan Manuel de Rosas (chefe da Confederação Argentina) buscava se aproveitar do momento para promover o seu poder político e militar. Eram cada vez mais evidentes as suas perspectivas de coibir a navegação internacional dos rios que formavam a bacia platina e de tomar o controle sobre a Banda Oriental, então sob domínio de Frutuoso Rivera¹. Se concretizadas, os impactos destas medidas sobre o Império seriam bastante negativos pois, além de afetarem os

¹ FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

históricos laços comerciais entre as províncias ao sul do país e os orientais, comprometeria a integridade do Império ao impedir o acesso aos territórios de Mato Grosso e de parte de São Paulo. À revelia do que acontecia, a monarquia tentou evitar o envolvimento naquelas problemáticas, mas acompanhava de perto o desenrolar dos acontecimentos, pois tinham efeito imediato sobre a fronteira sul do país.

A continuidade da revolução farroupilha, iniciada em setembro de 1835, reforçou ainda mais a conduta de neutralidade adotada pelo Império e abalou a instável geografia política do Prata. Ao longo do conflito, como observa Miguel Torres, os chefes farrapos se serviram do apoio tanto de lideranças da Confederação Argentina quanto da Banda Oriental, se imiscuindo assim nas múltiplas possibilidades de arranjos políticos e de projetos nacionais daí derivadas².

O despontar de um foco de subversão justamente no ponto mais nevrálgico da fronteira sul do país colocou em evidência os frágeis laços que uniam a província de São Pedro à estrutura do Estado brasileiro. Este temor ficou ainda mais real quando, em setembro de 1836, os rebeldes declararam a independência da província sob um governo republicano, ameaçando a própria unidade territorial da monarquia. A proximidade geográfica e o histórico de relações com o Uruguai era também um campo aberto para a proliferação e adesão aos ideais federalistas e republicanos que ecoavam pelos dois lados da fronteira³.

À política de neutralidade do Império, Juan Manuel de Rosas respondeu com ações intervencionistas e de apoio político e econômico sobre seus vizinhos. Investido da soma de todos os poderes, desde 1835, o governador da província de Buenos Aires, ao contrário da monarquia, ignorou abertamente as definições da Convenção Preliminar de Paz de 1828 e buscou ampliar os seus tentáculos, se imiscuindo nas disputas políticas que envolveram o complexo processo de construção dos Estados oriundos do antigo vice-reino do Rio da Prata, deixando em evidência o desejo de reconstruí-lo sob o poder de Buenos Aires⁴. Amado Cerro destaca que a decisão da

² TORRES, Miguel Gustavo de Paiva. *O Visconde do Uruguai e sua ação diplomática para a consolidação da política externa do Império*. Brasília: FUNAG, 2011, p.67-68.

³ FIGUEIREDO, Joana Bosak; GUAZZELLI, César A. Barcellos. *Región y nación: el Rio Grande insurgente, entre el império de Brasil y las repúblicas del Rio de la Plata (1838-1842)*. In *Revista de Historia Social y de las Mentalidades*. Santiago de Chile: Departamento de Historia, vol.16, n. 2, 2012, p.12

⁴ Como muitos de seus aliados políticos, Rosas parecia partilhar da concepção de que a Confederação Argentina era a herdeira legítima do antigo vice-reino do Rio da Prata, não apenas pelo fato de Buenos Aires ter sido a capital daquela formação política, mas especialmente, por ter encabeçado o processo de independência. Neste sentido, os Estados da Bolívia, Paraguai e Uruguai eram tratados como territórios perdidos que deviam ser reincorporados ao vice-reino já que defendia-se a existência de uma continuidade entre o Estado colonial e o Estado independente. Cf. CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos. (orgs). *Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina*. Tomo I (Conceptos: la formación del Estado y la construcción de la identidad). Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1998. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/1/1-027.htm>. Acesso em 10/03/2016.

monarquia brasileira de se manter como mera espectadora dos acontecimentos que se desenrolavam no Prata ajudou a construir externamente a imagem de um Estado fraco, que se acovardava diante dos conflitos externos, e contribuiu para o fortalecimento de forças inimigas⁵.

Rosas tirou muito proveito da política adotada pelo Império e, aos poucos, se transformou em uma liderança de grande expressividade política, econômica e militar no subsistema platino com quem a monarquia teria que rivalizar para garantir a proeminência na região. O governador portenho não mediu esforços para fazer crescer o seu poderio no Prata e adotou um comportamento bastante ofensivo diante dos seus desafetos internos e externos. A implacável perseguição aos chefes unitários – que buscaram refúgio em Montevideu e na região fronteiriça do Brasil –, a luta contra proeminência política de Santa Cruz na Confederação Peru-Boliviana, em 1837, o suporte financeiro e militar a Oribe e a resistência a dois bloqueios impostos ao porto de Buenos Aires por França e Inglaterra são só alguns dos exemplos fortaleceram a imagem e o poder de mando do caudilho portenho⁶.

Os impactos da prática política de Rosas sobre o Império eram grandes e só tenderam a piorar a relação entre os dois governos depois do início da chamada Guerra Grande, em 1839, quando o governador portenho se uniu a Manuel Oribe para destruir as forças de Frutuoso Rivera e tomar o controle sobre o Uruguai. Mais uma vez, as disputas sobre o território uruguaio apareciam como foco de tensão e eram agravadas com a instabilidade gerada pela revolução farroupilha e pelas clivagens políticas no interior da Confederação Argentina e da república oriental. A troca de notas, cada vez mais agressivas entre a Confederação e o Império, os protestos e contraprotestos sobre a política adotada por ambos os governos no Prata tornaram-se bastante comuns a partir da década de 1840. O desrespeito às prerrogativas internacionais dos naturais do Império e da Confederação residentes em cada um daqueles territórios transformou-se em mais um ponto de atrito entre os dois governos. Criticavam-se os assassinatos, o contrabando e o embargo aos bens dos brasileiros residentes em Buenos Aires. A política de neutralidade do Império, dada as relações com Rivera e o constante movimento de rebeldes pela fronteira aberta ao sul do território, passou a ser bastante questionada, a partir de 1841, por Tomás Guido, representante da Confederação no Império.

⁵ CERVO, Amado Luiz. Intervenção e neutralidade: doutrinas brasileiras para o prata nos meados do século XIX. in *Revista brasileira de política internacional*. Rio de Janeiro: IBRI, ano XXVI, n.º 101-104, 1983, p. 107-108

⁶ PAYRÓ, Roberto P. *Historia del Río de la Plata*. Tomo II (peripecias de la organización nacional en los países del Río de la Plata y sus vecinos, 1810-1852). 2008, p.403. disponível em: <https://rppayro.files.wordpress.com/2008/10/historia-del-rio-de-la-plata-tomo-2.pdf>. Consultado em 10/03/2016.

A emergência de um novo governo no Paraguai com pretensões expansionistas, ao contrário do estrito isolacionismo sobre as questões platinas que até então era adotado por Gaspar Rodríguez de Francia, foi mais um fator que convulsionou os atritos ao sul da América, levando Rio de Janeiro e Buenos Aires a repensarem suas estratégias de ação. As perspectivas do presidente Carlos Antonio López, eleito em 1844, de ampliar os laços comerciais do Paraguai para fora do continente encontraram um empecilho na insistência de Rosas de proibir a livre navegação do estuário platino mantendo-o, assim, dependente do porto de Buenos Aires. As relações entre os dois governos foram ainda mais agravadas pela resistência de Rosas em reconhecer a independência do Paraguai, por considerá-lo parte desgarrada da Confederação Argentina⁷.

A década de 1840 se iniciava então com uma série de questões a serem resolvidas pelo Império na região platina. Era mais que urgente frear as pretensões rosistas sobre os territórios e rios da bacia platina para garantir a própria sobrevivência da posição e dos interesses da monarquia no estuário. Foi, portanto, diante deste complexo quadro de desconfianças, interesses, e conflitos diversos, características próprias do processo de formação dos Estados americanos, que Duarte da Ponte Ribeiro atuou e teve de fazer valer seus dotes diplomáticos.

Assim que chegou em Buenos Aires, em junho de 1842, Ponte Ribeiro buscou manter o Império informado sobre a marcha da Guerra Grande que se arrastava entre Rosas, Oribe e Rivera. Em seus ofícios, o diplomata deixou evidente a superioridade bélica do chefe portenho, especialmente depois da grande derrota sofrida por Frutuoso Rivera na batalha de Arroio Grande, ocorrida na província de Entre Rios em 6 de dezembro de 1842. A partir de então, o poder do chefe *colorado* ficou restrito à Montevideu, de onde sofria forte pressão, enquanto Oribe, estabelecido em Cerrito, dominava quase toda região de campanha e passou a praticar retaliações contra os brasileiros ali residentes, especialmente no que se refere à proibição da passagem de gado em pé pela fronteira⁸.

Mesmo que fosse evidente a superioridade dos exércitos de Rosas e Oribe sobre as desgastadas e mal organizadas tropas riveristas, a ameaça real de intervenção franco-inglesa, caso o governador portenho avançasse sobre Montevideu, obrigou aqueles líderes a agirem com cautela e

⁷ DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: uma história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 46.

⁸ De acordo com Figueiredo e Guazelli, a derrota de Rivera em território entrerriano se explica por um conjunto de fatores. Rivera contava com um grupo bastante heterogêneo de 6500 homens com pouca experiência de guerra, enquanto os 9000 soldados que seguiam Oribe eram mais aguerridos e com a experiência de vários anos de luta. Rivera ainda teve que lidar com as desconfianças e as desavenças entre os dirigentes litorâneos, o que levou José Maria Paz a abandonar o comando do exército destinado a lutar contra Rosas. Ferré também não respondeu aos apelos de mais efetivos. Cf. FIGUEIREDO, Joana Bosak; GUAZZELLI, César A. Barcellos. *Región y nación: el Rio Grande insurgente, entre el Império de Brasil y las repúblicas del rio de la plata (1838-1842)*. In *Revista de Historia Social y de las Mentalidades*. Santiago de Chile: Departamento de Historia, vol.16, n. 2, 2012, p.33-39.

a buscarem alguma forma de aliança que os ajudassem a combater uma possível retaliação estrangeira. Foi neste contexto que se fortaleceu a ideia da configuração de forças com o Império, apesar das históricas rusgas e dos interesses concorrentes que envolviam aquelas duas potências regionais.

Deve-se sublinhar, no entanto, que, desde 1841, quando passou a representar os interesses da Confederação Argentina na corte do Rio de Janeiro, o ministro plenipotenciário Tomás Guido vinha tentando cooptar as autoridades brasileiras para a causa portenha mostrando que Rivera era um inimigo de ambos os governos e que se fazia conveniente a união de forças contra aquele chefe tanto para estabilizar o extremo-sul do Brasil quanto para pôr fim à guerra e às hostilidades recíprocas que desestabilizavam o cenário político e econômico do Prata. A realização do Congresso de Paissandu, em outubro de 1842, foi a oportunidade encontrada pelo ministro para reunir diversas provas, encaminhadas à Aureliano de Sousa Coutinho, que mostravam o grau de proximidade entre Rivera e Bento Gonçalves – recepcionado com honras de chefe de Estado – bem como a disposição do governo de Montevideu de franquear o comércio aos farrapos e provê-los com cavalos, vestuário e armamentos de guerra.

A formação de um novo ministério, logo no início de 1843, empenhado em restabelecer a ordem no sul e no subsistema platino também contribuiu para uma rápida e tênue mudança no comportamento do Império frente aos conflitos que envolviam a Banda Oriental e a Confederação Argentina. A partir do dia 20 de janeiro, Honório Hermeto Carneiro Leão passou a responder interinamente pela pasta dos Negócios Estrangeiros e impôs um novo ritmo àquele ministério.

Em memória escrita em 25 de maio de 1844, poucos meses depois de seu retorno à Corte, Ponte Ribeiro rascunhou os capítulos daquela rápida confluência de interesses entre o Império e o governador Rosas que acabou resultando na desconfortável assinatura do tratado de 24 de março de 1843 pelo governo brasileiro, não ratificado por Rosas. A proposta de aliança, apresentada por Guido, em nota de 4 de janeiro de 1843, era bem pragmática. Tratava-se de unir forças contra Rivera, fragilizado pelas perdas de homens e munições em Arroio Grande, para restabelecer a “autoridade legal” no Uruguai e impedir a provável passagem do líder colorado à província Rio Grande para se restabelecer e “animar causa contra o Império”⁹, com já fizera outras vezes. Em troca da comunhão de interesses, a Confederação se comprometia a auxiliar o exército legalista com o número de cavalos necessário para derrotar os farrapos, pois sabia que a carência daquele

⁹ RIBEIRO, Duarte da Ponte. *As relações do Brasil com as repúblicas do Rio da Prata de 1829 a 1843*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Archivo Nacional, 1936, p.55.

animal era uma das principais razões que comprometia a eficiência e agilidade das tropas brasileiras¹⁰.

O maior temor, no entanto, vinha das públicas e notórias ameaças de intervenção anglo-francesa no conflito, caso Montevideu fosse bloqueada, e que poderia comprometer a soberania dos países americanos, como fica evidente na seguinte passagem:

Parece que os ministros plenipotenciários de Inglaterra e França em Buenos Aires notificaram ao governo argentino a vontade de seus respectivos soberanos de fazer cessar a guerra entre a Confederação e a República do Uruguai, invocando para esta intervenção os interesses da humanidade e dos estrangeiros residentes naquele país [...]. Já é demasiado eloquente para os Estados banhados pelo Rio da Prata e seus afluentes o anúncio dos ministros de quererem afiançar a livre navegação do Rio da Prata, liberdade em que o comércio estrangeiro não tem sido interrompido para os habilitados, e que somente pode referir-se ao Paraná e Uruguai. [...] Acabaria a independência para os novos Estados da América Meridional, se uma ou mais potências europeias se reservam o direito de assestar os seus canhões, e de impor as condições de sua vontade ou de seu interesse¹¹.

Mesmo ciente das reais intenções de Rosas de tomar o controle do Uruguai e das consequências que uma intervenção estrangeira podia provocar, Carneiro Leão mostrou-se bastante favorável à aliança com a Confederação, pois via naquela convenção a possibilidade de fixar os limites com o Uruguai – tão reivindicados pelo Império –, definir os direitos de navegação dos rios interiores pelos súditos das nações ribeirinhas e apaziguar os ânimos no extremo-sul do Brasil com o fornecimento de seis mil cavalos, garantidos pela Confederação. Assim, pelo despacho de 10 de fevereiro de 1843, Ponte Ribeiro era orientado a “explicar a nova conduta política que o governo imperial queria seguir [...] e a repugnância que sempre tivera pelo sistema de rapina e traição constantemente praticado por Rivera”. Cabia ainda ao ministro residente sondar as disposições do governador Rosas e do ministro Arana sobre o dito tratado¹².

As negociações, entretanto, não atenderam às expectativas iniciais de Carneiro Leão. A correspondência que se seguiu entre a primeira nota de Guido e a assinatura do tratado pelo governo brasileiro em 24 de março de 1843 evidenciou uma série de empecilhos que só tendeu a complexificar as relações entre os dois governos. Enquanto Carneiro Leão insistiu em vincular o abandono da neutralidade à assinatura de um tratado definitivo de paz, de uma convenção

¹⁰ Spencer Leitman observa que, embora também encontrassem dificuldades, por mais de dez anos, os farrapos controlaram os distritos de Alegrete e Missões, grandes fornecedores de cavalos, aos passo que o exército imperial não podia adentrar a campanha e renovar seus estoques. Cf. LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*: um capítulo da história do Brasil no século XIX. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p.37-38.

¹¹ *O tratado de 24 de março de 1843 entre o Brasil e a Confederação Argentina*. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp, 1845, p.3.

¹² RIBEIRO. *As relações do Brasil*, p.66.

comercial e de um acordo de navegação, o general Guido buscou demonstrar que a urgência da situação não podia esperar pelo cumprimento daquelas condições, pois demandariam um tempo precioso. A ausência de credenciais foi o argumento utilizado por pelo agente da Confederação para não poder discutir sobre aquelas questões.

Em sua avaliação sobre o comportamento do general Guido, Duarte da Ponte Ribeiro considerou que o plenipotenciário, embora parecesse “sincero” e “simpático”, era “argentino” e “ocupa um posto em que muitas vezes é obrigado a produzir argumentos contra a sua convicção, mas próprios do governo que representa”¹³. Conhecedor da causa sobre a qual refletia, Ribeiro entendia que, enquanto representante de um Estado “inimigo”, as alegações elaboradas por Guido podiam camuflar objetivos que iam na contramão do que realmente propunha. Parece evidente que por trás de toda aquela urgência destacada pelo plenipotenciário da Confederação havia, como já argumentamos, o perigo da confirmação da intervenção estrangeira. Por isso, era necessário proceder à tomada de Montevideu, com o apoio do Império, antes que os representantes da Inglaterra e da França orientassem suas forças a conterem a movimentação das tropas de Rosas e Oribe.

Para além do poder de convencimento de Guido, defende Ponte Ribeiro que foi a recepção de cartas comprovando os compromissos de Rivera com os rebeldes do Rio Grande que fez Carneiro Leão não esperar pelos plenos poderes do ministro da Confederação, abrir mão do tratado definitivo de paz – e o acordo de limites nele embutido – e assinar no dia 24 de março de 1843 o tratado de aliança ofensivo e defensivo “persuadindo-se que Rosas se apressaria em ratificá-lo”¹⁴. Concomitante a isso, o chefe da Secretaria dos Negócios Estrangeiros encaminhou despachos ao governador da província do Rio Grande, ao representante brasileiro no Uruguai e ao próprio Ponte Ribeiro orientando o primeiro a movimentar as tropas do Império para bloquear Montevideu, apresentando ao segundo as justificativas que deviam explicar a aliança com Rosas na guerra contra Rivera e mandando o terceiro empregar todos os meios para que o governador portenho ratificasse o tratado¹⁵.

O entusiasmo de Carneiro Leão, entretanto, não encontrou abrigo na capital portenha. Desde que começou a colocar em prática as orientações do despacho de 10 de fevereiro, Ponte Ribeiro destacou a maneira fria e descompromissada com que Arana e Rosas tratavam as negociações que, por iniciativa da própria Confederação, vinham sendo encetadas na corte do Rio

¹³ RIBEIRO. *As relações do Brasil*, p.58.

¹⁴ RIBEIRO. *As relações do Brasil*, p.69.

¹⁵ RIBEIRO. *As relações do Brasil*, p.69.

de Janeiro. Na primeira daquelas entrevistas, relatada em ofício reservado de 21 de março, Rosas alegou que não recebia as notas de Guido e demonstrou total desconhecimento dos detalhes do acordo discutido no Brasil e por isso se recusou a conversar sobre o assunto¹⁶. As notícias das exigências iniciais de Carneiro Leão para a assinatura do tratado só aumentaram as suspeições e as desconfianças de Arana e Rosas sobre os proveitos que Império queria tirar daquela situação. Disse Ponte Ribeiro:

Rosas é homem sumamente desconfiado e difícil a variar as opiniões que uma vez forma, e posto que tenha hoje melhor conceito da política do governo imperial, contudo, estou persuadido que a recusação de V.Ex. a entrar na aliança proposta, e a insistência em que ela nasça do tratado preliminar, é tomada por ele como um pretexto do governo imperial para aproveitar a oportunidade de fazer de súbito um vantajoso tratado de limites¹⁷.

Parecendo antecipar-se aos fatos, Ponte Ribeiro tinha razões para acreditar que aquele tratado não seria concluído e que Rosas só aceitaria concordar o tratado definitivo “se os negócios da Banda Oriental continua[rem] a apresentar o mau aspecto que já tem”. Mesmo nessas condições, exigiria que Oribe fosse ouvido, “a quem não consultará se sair vitorioso contra Rivera”¹⁸.

Como previsto, o tratado de 24 de março teve uma recepção bastante negativa entre as autoridades da Confederação e contribuiu sobremaneira para o aumento das desavenças do ministro residente com Rosas e Arana. Em longo ofício datado de 13 de abril, o representante do Império apresentou os pormenores dos diálogos travados com o ministro das Relações Exteriores da Confederação nos dias 7 e 9 daqueles mês e as escusas de Rosas para não concordar com a convenção. O argumento central encontrava-se nos entraves causados pelas discordâncias em torno do papel político de Oribe. Enquanto seu aliado, o governador portenho reconhecia o líder *blanco* como o legítimo presidente da Banda Oriental e por isso condenava o fato de “disporem os dois contratantes da sorte dos orientais, e do seu território sem ter parte, nem ser ouvido Oribe”¹⁹.

Embora admitisse uma convenção secreta ou um artigo adicional, sem invalidar o tratado já ratificado, “com prévio acordo e solene declaração de Oribe, de estar pelo tratado e adotá-lo logo que ocupe em plenitude a presidência do Estado”, argumentou Ponte Ribeiro que para o Império era temerário reconhecê-lo como presidente efetivo e como parte contratante no acordo se o mesmo atuava “como general em chefe do exército de outra nação” e fazia guerra contra o

¹⁶ AHI (ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY) /205/2/19. LIB (LEGAÇÃO DO IMPÉRIO DO BRASIL) em Buenos Aires. Ofício reservado de 21 de março de 1843.

¹⁷ AHI /205/2/19. LIB. Ofício reservado de 21 de março de 1843.

¹⁸ AHI /205/2/19. LIB. Ofício reservado de 21 de março de 1843.

¹⁹ AHI/205/2/19. LIB em Buenos Aires. Ofício reservado de 13 de abril de 1843.

governo que dizia representar. Ribeiro considerou “caprichosa” aquela “pretensão de obrigar o governo Imperial a seguir a política de Rosas a respeito do reconhecimento de Oribe”²⁰.

O governador portenho também foi contra a declaração da convenção do número de cavalos em que era obrigado a fornecer ou vender ao Império e não concordou com o fato de que as tropas que adentrassem o outro território para combater deviam passar ao comando do general do país em que se achar estranho “alegando que podendo suceder que Oribe entre na província do Rio Grande, não podia, sendo presidente de um Estado independente, ficar sob as ordens de uma autoridade subalterna como é o Barão de Caxias”²¹.

Contra cada uma daquelas discordâncias enumerou Ponte Ribeiro uma série de justificativas que não fizeram efeito algum. O ministro ainda apelou para ter uma entrevista com Rosas a fim de mostrar as vantagens do tratado e evidenciar “que a rejeição era um ato demasiado sério para ser resolvido antes de esgotar todos os meios de conciliar a sua opção”²², mas não foi atendido sob a alegação da extrema ocupação do governador.

A atitude de Rosas aprofundou o distanciamento entre os dois governos e a percepção de que a manutenção da posição do Império no Prata implicava necessariamente a adoção de uma postura mais ativa frente aos eventos platinos. Esta nova postura explica, por exemplo, o despacho de 22 de maio de 1843 encaminhado por Carneiro Leão ao Barão de Caxias, então governador da província do Rio Grande, mandando-o adentrar o território oriental “seja para bater nossos rebeldes, seja para conter os dois partidos de Oribe e Rivera”²³. Explica também as instruções encaminhadas ao novo representante brasileiro em Montevidéu, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, em 6 de junho daquele ano, que devia se aproximar de Rivera e nos “encontros pessoais e verbais demonstrar alguma inclinação para abandonar a neutralidade” e apoiar a luta contra Rosas”²⁴.

De uma maneira geral, a historiografia tende a associar a não ratificação do tratado pelo general Rosas à dissipação do temor de intervenção estrangeira no conflito entre a Confederação Argentina e a Banda Oriental, que era o objetivo primeiro daquela aliança. Argumenta-se que as reivindicações em torno da legitimidade política de Oribe, embora importante, podem ser encaradas como uma estratégia de Rosas para postergar a assinatura do tratado enquanto seus agentes na Europa tentavam dissuadir a ordem de intervenção. Internamente, Rosas também vinha

²⁰ AHI/205/2/19. LIB em Buenos Aires. Ofício reservado de 13 de abril de 1843.

²¹ AHI/205/2/19. LIB em Buenos Aires. Ofício reservado de 13 de abril de 1843.

²² AHI/205/2/19. LIB em Buenos Aires. Ofício reservado de 13 de abril de 1843.

²³ RIBEIRO. *As relações do Brasil*, p. 73.

²⁴ RIBEIRO. *As relações do Brasil*, p.74.

buscando persuadir separadamente os agentes da Inglaterra e da França com vantagens sobre a navegação dos rios o que, inicialmente, surtiu o efeito desejado²⁵.

Envolvido, muito provavelmente, pela causa fronteiriça, Ponte Ribeiro considerou que o verdadeiro motivo da rejeição de Rosas resumia-se a uma discordância sobre a questão de limites presente na segunda parte do artigo VI do tratado. Para fins de regular a substituição do comando das tropas que necessitassem avançar sobre o território estrangeiro, o supracitado artigo definiu que a fronteira entre a província do Rio Grande e o Estado do Uruguai seria aquela “reconhecida antes da independência”, firmada em 1819, ao passo que a Confederação julgava o tratado de 1777 mais conveniente aos seus interesses²⁶.

Em um dos últimos ofícios em que voltou a discutir com Carneiro Leão os motivos da não conclusão do tratado, Duarte da Ponte Ribeiro foi categórico ao afirmar que “Rosas nunca quis a aliança com o Império”, mas sim “instigá-lo a fazer a guerra a Rivera ao mesmo tempo que ele a fazia”²⁷. De todo modo, a negativa do governador portenho abalou de vez o relacionamento entre as duas autoridades que só tendeu a piorar com os efeitos negativos causados pelo cerco imposto a Montevideú aos comerciantes do Império, em fins de 1843, o que, por si só, demonstrou a pouca intenção de Rosas em entrar aliança com o governo brasileiro.

A breve experiência diplomática adquirida por Ponte Ribeiro em Buenos Aires foi crucial para ele compreender a visão desfavorável que ali se tinha sobre a monarquia e que, naquela conjuntura, já não era mais possível ignorar a natureza dos fatos e sustentar a neutralidade. Até o início da década de 1850, quando a monarquia finalmente decidiu adotar um posicionamento mais ofensivo e relações aos conflitos platinos, Duarte da Ponte Ribeiro se firmou como uma das principais vozes que se incomodava com a imparcialidade adotada pelo Brasil e buscou chamar a atenção das autoridades imperiais para os crimes, as injúrias e o desrespeito praticados contra o Império e seus súditos, exigindo sempre uma pronta resposta que quase sempre não era atendida.

²⁵ O tratado de 24 de março de 1843, p.9-10.

²⁶ AHI/205/2/19. LIB em Buenos Aires. Ofício de 13 de abril de 1843.

²⁷ AHI/205/2/19. LIB em Buenos Aires. Ofício de 2 de junho de 1843.

Cidade e literatura: uma breve viagem por Buenos Aires

Daiana Pereira Neto

Doutoranda em História
Universidade Federal de Juiz de Fora
daianapneto@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar algumas obras de Domingo Faustino Sarmiento e Ezequiel Martínez Estrada sobre a cidade de Buenos Aires, compreendendo como ambos a descreveram e vivenciaram em diferentes épocas.

Palavras-chave: Domingo Faustino Sarmiento, Ezequiel Martínez Estrada, Buenos Aires.

Introdução

O objetivo deste trabalho é realizar uma comparação entre as formas como Domingo Faustino Sarmiento e Ezequiel Martínez Estrada apresentaram a cidade de Buenos Aires em algumas de suas obras. Considerarei as observações de Sarmiento feitas, principalmente, no *Facundo* (1845), em *Argirópolis* (1850) e alguns artigos do mesmo período, e as colocações de Martínez Estrada feitas em *Radiografía de la Pampa* (1933) e em *La Cabeza de Goliat* (1940).

A presença de Sarmiento em Martínez Estrada vem sendo muito discutida na Argentina. Inegavelmente Sarmiento foi um dos autores mais admirados por Estrada, sendo dedicadas a ele algumas de suas obras como, *Sarmiento* (1946), *Meditaciones Sarmientianas* (uma coletânea de artigos de 1946) e *Las Invariantes Históricas en el Facundo* (1947).

Neste trabalho irei discutir como ambos imaginaram, vivenciaram e descreveram a capital, Buenos Aires. Temporalmente seus escritos estão separados por quase um século, o que possibilita que visualizemos percepções acerca de períodos históricos diferentes, observemos mudanças e continuidades sobre o papel de Buenos Aires em relação ao restante do país, sua condição de capital nacional e a influência cultural exercida sobre as províncias. Analisaremos aqui ensaios de grande importância para a história latino-americana, seguindo os passos de autores que como Marshall Berman, interpretaram o papel das cidades a partir, sobretudo, de textos literários. Iniciemos, então, nossa viagem pela maior cidade argentina, a emblemática Buenos Aires.

Sarmiento e Buenos Aires

A cidade de Buenos Aires teve duas fundações, a primeira em 1536, por Pedro de Mendonza, abandonada em 1541 após vários conflitos com os indígenas, e a segunda em 1580 por

Juan de Garay. Nesta primeira fase de sua história esteve vinculada ao Vice-Reino do Peru. Em 1776 foi elevada a capital do recém-criado Vice-reinado do Prata, como a principal provedora de riquezas da região.¹ O distanciamento do império espanhol veio após uma série de acontecimentos que adentraram o século XIX.²

Neste artigo me dedicarei primeiramente a alguns apontamentos de Domingo F. Sarmiento acerca de Buenos Aires, autor emblemático da intelectualidade argentina. Início minha análise pelo clássico *Facundo*, de 1845. É interessante observarmos como Sarmiento imaginou a cidade na qual ainda não havia colocado os pés, mas que mesmo assim provocava-lhe tanta admiração. Após um breve histórico da fundação da cidade, Sarmiento afirma que a Espanha não tinha em seus domínios outra cidade comercial como Buenos Aires.

Tomada por tal sentimento de grandeza, principalmente devido a expulsão dos ingleses, a capital inicia o processo independentista que Sarmiento denomina revolucionário, sendo que a influência europeia e cosmopolita já se fazia presente neste período, e assim como mais tarde Martínez Estrada irá reafirmar, a cidade se enxergava como uma continuação da Europa:

Buenos Aires pensa ser uma continuação da Europa, e se não confessa francamente que é francesa ou norte-americana em seu espírito e em suas tendências, nega sua origem espanhola, por que o governo espanhol, diz ela, tinha-a recolhido depois de adulta.³

Nessas condições Sarmiento afirma que se iniciou um processo de *despanholização* e de *europização* do país, que só foi alcançado por Buenos Aires, que atingiu tal objetivo em menos de dez anos. Na década de 1820, a cidade mudaria de feição devido à ascensão de Bernardino Rivadavia. Para Sarmiento, quando retornou da Europa, Rivadavia trouxe consigo um projeto que mesmo na França pós-revolucionária ainda não havia sido executado: “Lei da anistia, segurança individual, respeito a propriedade, responsabilidade da autoridade, equilíbrio dos poderes, educação pública”,⁴ tudo implementado de forma pacífica.

Para Sarmiento as ideias europeias eram as que prevaleciam dentro dos limites da urbe, assim sendo, o autor defendeu que os portenhos deixaram-se levar pelas ideias muitas vezes absurdas provindas dos “sábios” europeus que, segundo o argentino, até a década de 1820 eram

¹ SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo ou Civilização e Barbárie*. Tradução Sergio Alcides. São Paulo: Cosacnaify, 2010.

² BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. Da Independência a 1870. Vol. III. Tradução de Maria Clara Cescato. 1.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

³ SARMIENTO. *Facundo ou Civilização e Barbárie*, p. 211.

⁴ SARMIENTO. *Facundo ou Civilização e Barbárie*, p. 211.

falhos nas questões referentes à organização política. A influência francesa continuou pós-Revolução de 1830, sendo que um novo panorama teria se aberto aos portenhos, na perspectiva de Sarmiento, quando chegaram a América textos de Benjamin Constant, Thierry, Michelet, Guizot e talvez o mais caro ao sanjuanino, Alexis de Tocqueville, que teria aberto o caminho para se conhecer a grandeza norte-americana.

Para Sarmiento o projeto implementado por Bernardino Rivadavia foi o de trazer a Europa para a Argentina, sendo assim o sanjuanino se apresenta como um admirador do governo deste, inclusive concordando no entendimento de que a imigração europeia dissiparia a barbárie. A cultura e o refinamento idealizados por Sarmiento, durante o governo de Rivadavia, são essencialmente europeus, sobretudo, franceses: “[...] não é fácil dar uma ideia da cultura e do refinamento da sociedade de Buenos Aires por volta de 1828. Todos os europeus que chegavam pensavam estar na Europa, nos salões de Paris.”⁵

Sarmiento afirma que na Argentina existiu uma federação das cidades, na qual forças antagônicas coexistiram, para exemplificar sua teoria comparou Córdoba a Buenos Aires. A primeira encarnaria os ideais espanhóis que religiosa e culturalmente resistia aos ideais revolucionários, ao contrário da segunda que seria completamente revolucionária e aberta as inovações estrangeiras, sobretudo aos pensadores franceses. Para Sarmiento as duas cidades retratavam o que acontecia na esfera política do país, na qual havia duas forças em constante embate, de um lado os retrógrados ou conservadores e, de outro uma força revolucionária e progressista.

Esses embates também se referiam às questões econômicas do porto de Buenos Aires. Rivadavia desejava que os proventos fossem nacionais e não apenas da cidade portenha, para ele e seus aliados, os povos argentinos iriam reclamar essa coparticipação mais tarde valendo-se das armas. Para Sarmiento eles se vingaram de forma muito mais cruel, não através das armas, mas sim da barbárie. Apresenta-se, desta forma, a clássica dicotomia civilização/barbárie. A barbárie que vinha do interior, representada pelos caudilhos, sendo Facundo e Rosas os mais fortes, e a civilização representada por Buenos Aires e a Europa.

Em outros textos deste mesmo período as principais preocupações de Sarmiento no que se refere à cidade porto foram as questões políticas. Até a derrota de Rosas, Sarmiento permaneceu no exílio, portanto, Buenos Aires foi para ele durante boa parte deste momento o símbolo da

⁵ SARMIENTO. *Facundo ou Civilização e Barbárie*, p. 217.

civilização corrompida pela barbárie, dominada por Rosas. Dessa forma, foi palco dos mandos e desmandos do tirano, que por sua vez destruiu boa parte da herança rivadaviana.⁶

Em 1850, Sarmiento escreveu um livro chamado *Argirópolis*, pouco estudado inclusive dentro de seu próprio país. Nesse texto Sarmiento apresentou um novo programa de organização nacional com a fundação de uma capital, na ilha de Martín García, pertencente hoje à Argentina. A cidade imaginária de Sarmiento previa a criação de uma nova capital em um local geograficamente estratégico, visando terminar com os conflitos que assolavam a região no período, principalmente o cerco a Montevideu. O projeto utópico caiu no esquecimento, mas mesmo assim questionou a supremacia de Buenos Aires como capital.

Sarmiento só pisou na cidade portenha em 1852, e devido a discordâncias com Urquiza, que se tornou um de seus inimigos políticos, não se estabeleceu, retornando apenas em 1855. Sarmiento é indiscutivelmente, uma pessoa interessante para se compreender a importância da emergente intelectualidade do país e de como estar familiarizado com a cidade era uma tarefa importante para a sua ascensão política e intelectual, porém, afirma Ricardo Rojas, em Buenos Aires o sanjuanino era tratado como um intelectual do interior, e por sua vez, no interior era visto como um portenho. Existia, portanto, uma questão identitária, ou melhor, de pertencimento, questão que na visão de Rojas, foi algo positivo, uma vez que Sarmiento despertou a simpatia de ambos os lados.⁷

Adentrar, porém, o mundo portenho não foi algo fácil. Após muitos anos de exílio no Chile e viagens ao exterior, Sarmiento teve que galgar novamente os degraus para ascender no campo intelectual e político da cidade. Ao contrário dos demais membros da chamada Geração de 1837, Sarmiento era de uma província do interior, autodidata, nunca frequentou a Universidade de Buenos Aires. Todavia, vencendo as barreiras e sendo um grande estrategista, doze anos após sua entrada, em 1855, em Buenos Aires foi eleito presidente da República.

Ricardo Rojas afirma que nesses primeiros anos da década de 1850 a cidade portenha ainda lembrava pouco a metrópole com a qual hoje nos deparamos.⁸ Rojas nos apresenta a cidade como “una aldea presuntuosa e sencilla”, com poucas casas baixas no entorno da Plaza Mayor e passando pelo início da ocupação de muitas áreas. Sarmiento viveu outra Buenos Aires, no que diz respeito

⁶ Exemplo do poderio de Rosas foi a faixa vermelha que deveria ser usada obrigatoriamente para compor a vestimenta, como símbolo de adesão ao caudilho, seu não uso acarretava punições severas.

⁷ ROJAS, Ricardo. *El profeta de la pampa: vida de Sarmiento*. Buenos Aires: Editora Guillermo Kraft Limitada, 1962.

⁸ CVITANOVIC, Dinko. *Radiografía de la Pampa en la historia personal de Martínez Estrada*. In: _ ESTRADA, Ezequiel Martínez. *Radiografía de la Pampa*. Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Rio de Janeiro; Lima: ALLCA, 1996. p. 327-348.

à de Ezequiel Martínez Estrada, o próximo intelectual que discutiremos e, sem dúvida foi um dos sujeitos responsáveis pela organização e construção da cidade na qual este último viveu.

Martínez Estrada e *La Cabeza de Goliat*

Ezequiel Martínez Estrada nasceu em 1895, sendo que viveu de seus primeiros anos de vida até a adolescência, entre o pequeno povoado de San José de la Esquina e o de Goyena, no sul da província de Buenos Aires, como nos conta Dinko Cvitanovic. Foi durante trinta anos empregado do Correio de Buenos Aires, atividade burocrática, que ainda de acordo com Cvitanovic, foi uma oportunidade de contato com a realidade nacional, o que contribuiu para seus diagnósticos pessimistas em relação ao Estado, visto que este não conseguia romper com a burocracia que travancava o desenvolvimento do país.

Estrada, portanto, vivenciou uma Buenos Aires diferente da de Sarmiento e mais do que isso teve outras motivações, não era necessário para ele consolidar a nação, mas diante da crise que se instaurava era necessário um diagnóstico da situação do país.⁹ Nesse contexto, o autor escreve seu livro clássico, *Radiografía de la Pampa* (1933), dividido em seis partes: *Trapalanda, Soledad, Fuerzas Primitivas, Buenos Aires, Miedo e Seudoestructuras*.

Em meio à crise econômica e política, de acordo com Richard Morse, Estrada viu em Nietzsche, um pensador que com suas ideias de “ressentimento coletivo, vontade de potência e medo do individuo por parte da sociedade”¹⁰ se dirigia diretamente à Argentina. Para traduzir os pensamentos do filósofo alemão para seu país Martínez Estrada recorreu à história nacional, que a seu ver era estática. O caráter pessimista de seus escritos prevalece em *Radiografía de la Pampa* e em *La Cabeza de Goliat*. Como minha preocupação se detém na percepção de Buenos Aires, me dedicarei a esta parte do primeiro, buscando também demonstrar a presença de Nietzsche.

A parte de *Radiografía* dedicada especificamente a Buenos Aires se divide em três partes. A primeira “Argirópolis”, que alude as questões sarmientianas, a segunda “La Gran Aldea”, de mesmo título da obra de Lucio López, de 1884, na qual Estrada busca discutir as questões culturais da metrópole, e por fim “La Ciudad Indiana”, que faz uma retomada dos temas discutidos.

Se para Sarmiento, na metade do século XIX, Buenos Aires consistia em parte da Europa, Martínez Estrada, por sua vez, lançou a polêmica afirmação: Buenos Aires é um fragmento da

⁹ MORSE, Richard M. O Multiverso da identidade Latino Americana, c. 1920- c.1970. In: _ BETHEL, Leslie (org.). *História da América latina: A América latina após 1930: Ideias, Cultura e Sociedade*. Tradução Gilson Cesar Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011. p. 83.

¹⁰ MORSE. O Multiverso da identidade Latino Americana, c. 1920- c.1970, p. 83.

Espanha. O autor explica tal declaração afirmando que após a independência os interesses portenhos consistiam basicamente na política aduaneira e no livre tráfico marítimo, suplantado o poder espanhol, Buenos Aires teria sobrepujado o monarca na administração do país, tornando-se após o processo de independência uma inimiga dos ideais republicanos.

A cidade portenha cresceu dessa forma em rivalidade com o restante do país. Essa oposição, segundo Estrada, fez com Buenos Aires fosse vista como a “ideal”, pelas outras províncias, o distrito federal sustentado pelo todo que, no entanto, não se reconhecia nela. A grandeza da cidade era, portanto, a tradução do investimento que as demais partes da república fizeram nela.

Buenos Aires é para ele uma cidade única no mundo, que embora tenha sua característica cosmopolita, é muito diferente de Paris ou Nova Iorque, devido a sua população, que se assemelha muito mais aos povos do interior de San Juan ou Salta. É, no entanto, uma cidade sem segredos, onde tudo está à vista e, uma vez visto, perde o interesse: “Es hermosa porque ha surgido venciendo enormes dificultades, las peores debidas al trazado, al área, a la ubicación y al habitante. [...] Para el que ve Buenos Aires como ciudad y no como esfuerzo, es fea.”¹¹

É interessante ressaltar que a Buenos Aires de Estrada é uma cidade que passa por uma nova fase de crescimento com a chegada de uma nova leva de imigrantes, as novas edificações, os prédios de apartamentos, são para ele um dos elementos mais novos e que denotam preocupação. Por outro lado, as novas formas de distinção, como a derrubada de prédios para a construção de quadras de tênis, são formas de mostrar o poder econômico de quem é proprietário. Desse modo, cada uma dessas construções era uma forma de mostrar a individualidade dos donos, sua fortuna, o que fazia com que a estética da cidade se visse comprometida. Para Estrada, não há dessa maneira como se construir uma cidade que é a casa de milhões.

Em “La Gran Aldea” o autor se dedicou em grande parte a analisar a famosa diferença entre Boedo e Florida, famosos pela disputa entre dois grupos literários nos anos 1920. O de Boedo com vertentes mais voltadas para o social, do qual fez parte Roberto Arlt, e o de Florida de cunho mais estético, que teve entre seus expoentes Jorge Luiz Borges.

Boedo ilustrou, na visão do autor, o que seria Buenos Aires. Suas análises se iniciam com uma apresentação da rua, que foi por muito tempo um dos limites da cidade, sendo, portanto, uma área que manteria características de zonas de fronteira. Boedo, defendeu Estrada, era um espaço

¹¹ ESTRADA, Ezequiel Martínez. *Radiografía de la Pampa*. Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Rio de Janeiro; Lima: ALLCA, 1996. p. 149.

onde a pampa imperou por muito tempo e, no qual ainda seria possível existir o homem do campo que adentrou a cidade, cujo expoente seria a figura do guarango.

Já Florida, seria um estado de espírito. Ao ler as páginas de Estrada é impossível não fazer uma correlação com a Nevski de Gogol e tantos autores russos, resgatados por Marshall Berman ao tratar de Petersburgo.¹² Assim como a Nevski, Florida seria um espaço alheio e ao mesmo tempo interno a cidade, um lugar onde as pessoas construiriam um teatro em torno de si. A seguinte passagem ilustra bem tal comparação:

Florida es la fachada de la ciudad y el traje del traseúnte. Es un salón al aire libre, donde se hace sociedade sin conversar, marchando. [...] Florida deja sin asociados al club, porque satisface la necesidad de sociedad sin ninguna exigencia. [...] Todas las clases sociales desfilan iguales en el aspecto, bajo la apariencia del bienestar. Sólo se exige que se conozca el rito y se crea en el dogma.¹³

A *Calle Florida* se torna assim um local de ficção que só existe para quem está inserido em seus códigos. Todos compreendiam que era necessário colocar suas melhores roupas para desfilar entre as lojas, que exibiam seus variados produtos pelas vitrines, ninguém se aventurava pela Florida com suas roupas de trabalho, independentemente da classe social. Acredito ser impossível não imaginar a descrição da rua Nevski feita por tantos autores russos no século XIX, como foi o caso de Gogol e Dostoievski. Em Gogol, especialmente em o *Projeto Nevski*, a rua aparece como uma entidade, um lugar único em Petersburgo:

A Nevski é o ponto de reunião e a linha de comunicações de São Petersburgo. Nenhum livro de endereços ou departamento de informação lhe dará informes tão corretos quanto a Nevski. Projeto Nevski onisciente! (...) Quão rápida é a fantasmagoria que aqui se desenvolve no curso de um único dia! Por quantas metamorfoses passa no decorrer de vinte e quatro horas!¹⁴

A Florida de Estrada, assim como a Nevski de Gogol, são quase que entidades, lugares de fuga e de fascínio que existem por si mesmas em uma atmosfera urbana. Porém, é necessário que se acredite no teatro, nas ilusões que as ruas proporcionam, que se compreenda os códigos para que nelas se possa adentrar. Em *La Cabeza de Goliath*, Estrada admitirá que tanto Florida, quanto Boedo eram formas de encarar a vida.

Outra semelhança aos autores russos é a preocupação com a noite da cidade. Um cenário melancólico se delineia na Buenos Aires do autor. Para começar, no entender de Estrada, Buenos

¹² BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

¹³ ESTRADA. *Radiografía de la Pampa*, p. 157.

¹⁴ GOGOL, Nicolai. *O projeto Nevski*. Apud. BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 188.

Aires não possuía vida noturna, ficando os cafés e os cabarés a “recolher as almas pecadoras”, que não se recolhiam às dez da noite. Os cabarés seriam um café de maior extensão, salões onde os frequentadores não queriam ser reconhecidos, um lugar aonde se ia para dançar e para beber, sendo que as mulheres se dedicavam também a tais atividades para conseguir seu sustento. Uma tarefa que não as divertia, e nem mesmo divertia os homens. No entender de Estrada, isso gerava uma indiferença por parte dos frequentadores, o que criava uma atmosfera de “coisa vendida e comprada”, que não divertia ninguém.¹⁵

A mulher também não ajudaria a mudar a situação, uma vez que não possuía o espírito da cortesã, sendo até recatada demais. O tango retrataria, assim, esse mundo de ilusão, sendo ainda uma dança de humilhação para a mulher que se entregaria aos comandos do homem em tom de submissão. Tal questão foi um dos pontos mais polêmicos das afirmações diagnósticas de Estrada sobre a cidade portenha, visto que o tango é um dos símbolos da cidade, “[...] es el baile humillante para la mujer, a quien se ve entregada a un hombre que no la dirige, que no la obliga a estar atenta a sus veleidades, a ceder a su voluntad. Es humillante por eso; porque el hombre es tan pasivo como ella y parece obligado a su vez”.¹⁶ Essa visão se estende também as festas nacionais como o carnaval, uma festa que em sua opinião era marcada por uma teatralidade triste.

Em *Radiografía de la Pampa* podemos ver que as análises de Estrada são visivelmente diferentes das de Sarmiento, e que esse bebeu de fontes diferentes para seus apontamentos, tendo estas um caráter muito mais voltado para a psicologia e a terapia nacional, do que pelos pressupostos políticos e sociais que imperavam em Sarmiento. Não é de se estranhar, portanto, que mesmo que se inspirasse em Sarmiento, Martínez Estrada chegasse a uma conclusão diferente do que seria verdadeiramente a essência nacional. No último parágrafo de seu clássico de 1933 conclui assim sua radiografia: “Lo que Sarmiento no vio es que civilización y barbarie eran una misma cosa, como fuerzas centrífugas y centrípedas de un sistema de equilibrio.”¹⁷

La Cabeza de Goliath, de 1940, coroa a visão do autor acerca da cidade, em uma metáfora na qual esta se apresenta como a cabeça de uma criatura teratológica separada de seu corpo. Embora recupere muito o que foi dito em *Radiografía de la Pampa*, neste livro Estrada realiza uma análise muito mais psicológica da cidade que apresenta em um tom ácido. Buenos Aires é aqui a capital, a cabeça da nação, nutrida pelas demais partes do corpo, partes estas que se tornaram pequenas perante a grandeza de sua cabeça. Buenos Aires tornou-se, portanto, a capital de si mesma, nutrida

¹⁵ ESTRADA. *Radiografía de la Pampa*, p. 161.

¹⁶ ESTRADA. *Radiografía de la Pampa*, p.164.

¹⁷ ESTRADA. *Radiografía de la Pampa*, p. 256.

pelas províncias que esperavam que ela pensasse no todo, mas que como todo ser teratológico, “vivia para si mesma, e não para a espécie”.¹⁸ De sua metáfora parte o resto da interpretação. Sendo a cabeça, Buenos Aires necessitaria de braços para alcançar o restante do corpo, membros que consistiriam nas oito estradas de ferro que desembocavam na capital trazendo as riquezas do interior.

Parte da análise empreendida no livro apreende a cidade a partir dos cinco sentidos: visão, audição, tato, olfato e paladar. É, portanto, necessário sentir a metrópole para que possamos compreendê-la. A visão e a audição na cidade também são órgãos de tato, uma vez que as mãos não apreendem o todo: o entorno que nos envolve, as explosões de cores, a multidão. Visão que a fotografia demonstrou que se torna cega na cidade, que coloca os transeuntes em um cabresto, impedindo-os de ver os detalhes cotidianos que a lente consegue capturar. Desta forma, observar a cidade oferece detalhes de Buenos Aires antes não percebidos, elementos que fariam com que o indivíduo sentisse falta de sua terra, quando estivesse distante.

Considerações finais

Este trabalho buscou correlacionar às percepções de Domingo Faustino Sarmiento e Ezequiel Martínez Estrada, pensadores de fundamental importância para a história argentina e latino-americana. Aqui me aprofundi em alguns de seus escritos sobre a emblemática Buenos Aires. Dado o corpus documental de ambos, compará-los é uma tarefa de peso, que muitos argentinos vêm buscando realizar. Ler as obras de Ezequiel Martínez Estrada abre nossa visão para outra Buenos Aires, uma cidade implacável sobre as demais partes do país, a cabeça separada do corpo, mas que continua sendo nutrida por este. Para Sarmiento a cidade se via como uma continuação da Europa, olhar para o seu interior não era mirar os pampas, mas encarar o Velho Mundo.

Outro aspecto importante ao compararmos estes autores diz respeito às diferentes bases teóricas adotadas por ambos. Sarmiento lia e citava principalmente os autores franceses, Guizot, Michelet e mais tarde Tocqueville. Seu intento era construir uma nação, civilizá-la. Estrada, por sua vez, buscava um diagnóstico para a doença nacional, um diagnóstico que partiu principalmente de seu estudo da história argentina, uma história estática, de um povo por excelência insatisfeito e teatral. Assim sendo, viu nas teorias de Nietzsche, um autor que falava diretamente ao povo argentino, com suas noções de ressentimento coletivo.

¹⁸ ESTRADA, Ezequiel Martínez. *La Cabeza de Goliat*: Microscopia de Buenos Aires. Buenos Aires: Editora Losada, 1983.

Sarmiento e Estrada experimentaram Buenos Aires distintas, perceberam-na de diferentes formas e priorizaram pontos diversos em suas análises, influenciados também por suas conjunturas históricas, experiências pessoais e profissionais, e por suas expectativas para o país. Sarmiento, ao contrário de Estrada, sentia em relação a capital certa positividade no seu futuro, baseando, sobretudo essa esperança *en el porvenir* na política imigratória e na educação pública, chaves em sua percepção para o avanço do país.

Allende e os generais. Golpe e Forças Armadas nas representações da imprensa chilena nos meses finais da Unidade Popular

Emmanuel dos Santos

Mestrando em História

UFMG

emmanuelufmg@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como propósito analisar como as Forças Armadas foram representadas pela imprensa chilena durante o período de crise final da chamada *via chilena para o socialismo*. Como enfoque central, analisaremos a reprodução recorrente da ideia de uma pretensa neutralidade profissional, apolítica e constitucionalista dos militares chilenos, imagem apoiada na evocação de um passado constitucionalista e de estabilidades das instituições do regime democrático chileno. Para tanto, utilizaremos como fontes os editoriais e colunas políticas dos jornais chilenos *La Nación* e *El Mercurio*.

Palavras chave: Unidade Popular; *La Nación*; *El Mercurio*.

Quando Salvador Allende chegou ao Palácio *La Moneda*, em outubro de 1970, tornou-se o sexto presidente eleito democraticamente desde o fim da ditadura do general Carlos Ibañez del Campo, em 1932. Entre 1932 e 1970, o Chile foi governado por coalizações partidárias dos mais variados matizes políticos, dos radicais, com apoio dos comunistas e socialistas, passando pela Democracia Cristã e pelo Partido Nacional. Todos esses governos, mesmo vivenciando profundas crises, terminaram seus mandatos sem que houvesse interferências significativas das Forças Armadas no funcionamento do regime político. Algo que é quase uma exceção na América Latina, continente que, no mesmo período, foi crivado por inúmeros golpes militares. Essa imagem de um Chile com sólidas instituições democráticas, com Forças Armadas legalistas e profissionais que exerciam seu papel constitucional de não intervir nas questões políticas foi um dos aspectos que fundamentaram o projeto da Unidade Popular (UP)¹. Projeto que tinha como perspectiva uma revolução por meio das instituições democráticas sem uma ruptura, embora buscasse transformá-la, da institucionalidade vigente, ou seja, não se considerava a perspectiva de uma revolução armada ou da destruição do Estado existente.²

Neste trabalho, iremos refletir como essas imagens sobre o Chile democrático e da mistificação dos militares chilenos como intransigentes forças profissionais garantidoras da Constituição exerceram nítida influência sobre os rumos políticos do governo, principalmente

¹ Coalização partidária formada principalmente pelo Partido Comunista e pelo Partido Socialista que levou a vitória de Salvador Allende nas eleições de setembro de 1970.

² WINN, Peter. *La revolución chilena*. Santiago: LOM Ediciones, 2013.

sobre Salvador Allende. Para tal, analisaremos discursos do Presidente eleito e, como foco principal, as representações e interpretações que o jornal *La Nación*, veículo da grande imprensa vinculado ao Estado chileno, veiculou sobre a natureza e o papel das Forças Armadas. Paralelamente, analisaremos como o jornal *El Mercurio*, principal jornal da oposição de direita, tratava esse tema, ao evocar, em suas páginas, a conduta dos militares ao longo da história chilena e a função que poderiam cumprir na resolução das crises e conflitos do governo da UP.

Desde o início, a questão militar era uma das preocupações entre os partidos da UP, os recentes golpes nos países vizinhos traziam à baila a preocupação com a atuação das Forças Armadas em um governo que pretendia levar o Chile ao socialismo. Na perspectiva de Allende, a tese de que os militares chilenos cumpririam o dever de defender um governo constitucionalmente eleito era justificada pela história recente do país. O seguinte trecho, de um discurso proferido por Allende no Congresso, em 21 de maio de 1971, é emblemático a respeito de sua confiança no papel dos militares em garantir as transformações socialistas e a ordem institucional:

Os céticos e catastrofistas dirão que não é possível. Dirão que um Parlamento que tão bem serviu às classes dominantes é incapaz de transfigurar-se para tornar-se o Parlamento do povo chileno. E mais: afirmam enfaticamente que as Forças Armadas e os Carabineiros, até agora elementos de sustentação da ordem institucional que superaremos, não aceitariam garantir a vontade popular decidida a edificar o socialismo em nosso país. Esquecem a consciência patriótica das nossas Forças Armadas e dos Carabineiros, sua tradição profissional e sua submissão ao poder civil. [...] E afirmo que as Forças Armadas chilenas e o Corpo de Carabineiros, mantendo fidelidade a seu dever e a sua tradição de não interferir no processo político, serão o apoio de uma ordem social que corresponda à vontade popular expressa nos termos estabelecidos pela Constituição.³

Dessa forma, o problema constituía-se em avaliar e identificar com precisão os movimentos e as disputas internas entre os militares, ao mesmo tempo em que se colocava a necessidade de uma política por parte do governo para as Forças Armadas. Sobre essa questão, a historiadora Verónica Valdívía O. de Zárate analisou o projeto delineado pela UP para integrar as Forças Armadas na implementação da via chilena para o socialismo. Esse projeto tinha dois eixos principais: reafirmar a subordinação dos militares ao comando civil, reiterando sua tradição constitucionalista e integrá-los ao processo de transformações socioeconômicas.⁴

³ALLENDE, Salvador. A via chilena para o socialismo. Tradução nossa. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/allende/1971/21-5-71.htm>>. Acesso em 02 mai. de 2016.

⁴ORTIZ DE ZÁRATE, Verónica Valdívía. Todos juntos seremos la historia: venceremos. Unidad Popular y Fuerzas Armadas. In: PINTO VALLEJOS, Julio (Org.). *Cuando hicimos historia. La Experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM Ediciones, 2005

Contudo, nos meses finais do governo, principalmente a partir da grave crise de 1972, os setores que viam na destituição de Allende a única saída para resolver os problemas do país ganharam força na corporação militar. Nesse aspecto, as representações e interpretações divulgadas pela imprensa oposicionista, sobretudo no jornal *El Mercurio*, tiveram um importante papel de influenciar um imaginário que via na UP o perigo de um governo comunista totalitário que pretendia romper com a democracia, destruir as Forças Armadas e instaurar uma ditadura comunista no país. Ao mesmo tempo, a confiança de Allende e de parte do governo no papel constitucionalista das Forças Armadas, expressas em seus discursos e, também, nas representações do jornal *La Nación*, contribuíram para que não se conseguisse caracterizar com clareza os elementos do golpe que se agigantavam, deixando de se desenvolver uma política eficaz contra a ofensiva golpista.

A primeira participação direta dos militares no governo da UP foi em outubro de 1972. Naquela ocasião, uma forte greve de donos de empresas de ônibus e caminhões, apoiada pelos partidos da direita, paralisou boa parte do país.⁵ Como forma de tentar resolver o conflito, e buscando respaldo político nas Forças Armadas, Allende decidiu por nomear quatro ministros militares. Situação que levou a uma intensa polêmica nas esquerdas, fragilizando ainda mais a unidade política em torno da UP. Tal polêmica tinha como centro o debate sobre a função legitimadora da integração dos militares ao governo ante o olhar de setores da classe média e do centro político, os críticos dessa integração, por outro lado, afirmavam que tal medida recrudesceria ainda mais a polarização social. No período posterior, a tática de recorrer a incorporação de militares ao governo foi tentada mais de uma vez, contribuindo, na nossa opinião, ainda mais para a ideia de que os militares seriam o ator político supremo para a resolução dos conflitos sociais. Como veremos, tanto em *La Nación* quanto em *El Mercurio* essa questão, nos meses finais do governo, exerceu grande relevo, com a exaltação do papel constitucional dos militares e com o sentido da atuação política das Forças Armadas sendo disputado folha a folha pelos jornais.

No final de maio de 1973, *El Mercurio* repercutiu uma carta enviada a Salvador Allende por generais e almirantes aposentados. Na missiva, os militares criticavam duramente o governo, culpavam-no pela crise econômica e, sobretudo, pelo descontrole em lidar com o que definiam como um caos reinante que dividia os chilenos, referindo-se às ações terroristas quase diárias que afligiam várias regiões do Chile. Sugerindo que, como o governo não demonstrava estar disposto

⁵ BITAR, Sergio. *Transição, socialismo, democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

a respeitar a Constituição, as Forças Armadas poderiam sentir-se “desobrigadas tacitamente da sujeição que lhes impõe a norma como instituições essencialmente profissionais, hierarquizadas, disciplinadas, obedientes e não deliberantes.”⁶ Além de publicar a carta, o editorial de *El Mercurio* afirmava ao analisar o seu conteúdo:

[...] essas declarações não podem ser mais graves, pois apontam o processo de demolição do Estado em que se empenham as forças marxistas e que traz por consequência não só, como se acredita, um crescente poder aos integrantes do regime, como também certa autonomia das instituições fundamentais a respeito do Estado. O que é muito sério para a estabilidade e seguridade do país⁷.

Essa questão esteve aberta nas semanas seguintes, período no qual vários editoriais foram escritos sobre o papel das Forças Armadas como guardiãs do funcionamento das instituições democráticas chilenas. Caso fosse necessário, na visão do jornal, os militares poderiam assumir o controle do país para garantir o funcionamento constitucional do Chile, uma vez que o governo da UP ameaçava com suas práticas “totalitárias” a liberdade democrática e paulatinamente instaurava um regime de terror e caos.

A questão da participação dos militares no governo, como dissemos, levou a uma acirrada polêmica. O jornal *El Mercurio*, dedicou vários editoriais ao problema. Em agosto de 1973, após a formação de um novo gabinete civil-militar, o jornal fez um balanço da participação dos militares no poder, afirmando que tal política governamental, iniciada após o paro de outubro, teve como principal objetivo o fortalecimento da ordem pública. Nessa perspectiva, segundo *El Mercurio*, os militares tiveram o papel de garantir a ordem constitucional, sem uma atuação política, até o momento em que saíram do Gabinete, após as eleições de março. Contudo, para o jornal, a atuação dos militares foi limitada, uma vez que não podiam nem deviam se submeter às exigências partidárias do governo, ressaltando, ainda, que o governo tentou, por diversas vezes, comprometer os militares em projetos marxistas. Entretanto, o novo gabinete que se formava teria características distintas do anterior. Em editorial, afirmava que, diferentemente de outubro, no qual a atuação dos militares teve um caráter “apolítico”, agora Allende procurava vinculá-los aos projetos políticos da UP como forma de buscar legitimar as ações do governo. Tal postura levaria a uma tensão nas Forças Armadas, insatisfeitas com o papel que o General Prats cumpria, o de tentar articular uma frente de militares comprometidos com a atuação política dentro do governo⁸.

Pouco menos de um mês antes do golpe, buscando legitimar o novo gabinete civil-militar, *La Nación* continuamente publicava declarações em defesa das Forças Armadas, e desenvolvia a

⁶ Carta pública de Generales y almirantes. *El Mercurio*, 03 de junho de 1973. p.3, tradução nossa.

⁷ Carta pública de Generales y almirantes. p.3, tradução nossa.

⁸ Atuações ministeriais do General Prats. *El Mercurio*, Santiago de Chile, 25 de agosto de 1973. p.3.

imagem de que os interesses dos setores populares e dos militares combinavam-se na defesa da democracia. Em 17 de agosto, o jornal publicou, em meia página, um anúncio da UP (mesmo o jornal sendo um jornal estatal, as veiculações oficiais do governo eram feitas por meio de espaços publicitários) no qual sintetiza a crença na tradição democrática chilena como elemento que salvaria o país do “golpe fascista”. No anúncio ocorreu a reprodução de uma foto bastante simbólica. Nessa imagem, Allende mira nos olhos o constitucionalista General Prats, observados com atenção por Augusto Pinochet. Na legenda da foto os dizeres: “e mesmo com o desespero fascista... Seguiremos nos apoiando em nossa tradição democrática!”, deixando clara a evocação do passado constitucionalista chileno para reforçar a ideia de uma excepcionalidade profissional das Forças Armadas. Nessa altura, aparentemente, não havia nenhuma desconfiança sobre o papel que viria a cumprir Pinochet.

Depois de sofrer fortes pressões e intrigas, além de manifestações públicas contrárias, o general constitucionalista Carlos Prats renunciou ao comando das Forças Armadas em 23 de agosto. Seu sucessor seria o então pouco conhecido Augusto Pinochet. Essa troca de comando significou um momento crucial na crise política. Durante o *tanquetazo*, tentativa frustrada de golpe em 29 de junho, Prats havia enfrentado de peito aberto os golpistas nas ruas de Santiago. Dessa forma, tanto no imaginário popular quanto na cúpula do governo, assim como em amplos setores militares, Prats constituiu-se com um símbolo da legalidade democrática e do profissionalismo das Forças Armadas. Sua saída indicava que as articulações golpistas removiam do caminho um dos últimos obstáculos na direção do golpe.

Nesse período, *La Nación* exaltava o papel que havia cumprido Prats. Modelo, segundo o jornal, a ser seguido pela armada chilena. Recorrentemente, em editoriais, manchetes de capa, artigos e charges o periódico retomava a ideia da neutralidade profissional das Forças Armadas. O jornal, no dia 25 de agosto, ao analisar a renúncia do Comandante do Exército, trazia na capa uma foto de Prats ao lado da manchete “*Homens como Prats forjam uma pátria*”. No editorial, a conduta exemplar de Prats, assim como havia sido a de seu antecessor assassinado, general Rene Schneider, era representada como sendo não apenas uma questão de cunho pessoal ou ideológico, senão que a expressão da definição patriótica e característica inerente das Forças Armadas:

De acordo com esta posição das Forças Armadas [de profissionalismo patriótico], cuja origem já está na Constituição Política do Estado e que faz parte das melhores tradições desses Institutos Castrenses, os fardados chilenos não podem estar a serviço de interesses particulares [...] tal conduta só é possível, precisamente, porque a doutrina Scheineider-Prats não é fruto de um

⁹ La Nación, Santiago de Chile, 17 de agosto de 1973, Primeiro caderno, p. 16.

personalismo ou de uma inspiração repentina, senão que o reflexo da própria natureza das Forças Armadas.¹⁰

Dessa forma, tanto as representações veiculadas por *La Nación* quanto por *El Mercurio* tiveram o papel de exaltar um dos aspectos que era bastante caro ao discurso de Allende, o de reforçar, no imaginário social, o papel constitucionalista dos militares. Foi em nome desse papel que os generais anunciaram, em 11 de setembro de 1973, que salvariam o Chile do caos e da ditadura totalitária. Em geral, os governos ditatoriais chegam ao poder anunciando planos de salvação orientados por um discurso de ordem e moralidade. O golpe de Pinochet não foi diferente. Seu discurso salvador instaurou uma sangrenta ditadura que mergulhou o Chile em um regime político de terror e de agressiva política neoliberal. Segundo números oficiais da Comissão Valech¹¹, estima-se que o total de vítimas entre executados, desaparecidos e torturados, durante os dezessete anos da ditadura (1973-1990) atingiu 40.280 pessoas.

¹⁰ Grandeza del General Prats. *La Nación*, Santiago do Chile, 25 de agosto de 1973, Primeiro caderno, Editorial, p. 3, tradução nossa.

¹¹Disponível em <<http://www.derechoshumanos.net/paises/America/derechos-humanos-Chile/informes-comisiones/Informe-Comision-Valech.pdf>>. Acesso em 05 mai. 2016.

Adhemar de Barros: o sujeito e as contradições do político

Henrique Afonso Esteves

Mestrando em Educação
Universidade Federal de Ouro Preto
henrique_afonsoesteves@yahoo.com.br

Resumo: Adhemar de Barros é filho digno da elite paulista. Nascido no interior do estado, embora envolto às atividades cafeicultoras de seus pais, graduou-se médico, aperfeiçoando-se na Europa de onde retornou renomado doutor. Ao desembarcar, encontrou seu estado bipartido; de um lado a oligarquia tradicional cafeeira apoiando-se no Partido Republicano Paulista (PRP), do outro, a burguesia urbana paulista em ascensão, fundadora do Partido Democrático (PD). Adhemar alistou-se na Revolução Constitucionalista de 1932 e devido ao seu desempenho e capacidade de liderança, chegou ao fim do conflito armado como Capitão Médico, mas sem a vitória. Com forte apoio da família, aderiu à causa perrepista protagonizando uma oposição ferrenha a Armando de Sales Oliveira (PD), interventor paulista. Em suma, o ponto que motivava suas críticas, propagadas entre as assembleias de 1933 e 1934, era o alinhamento do então interventor aos anseios do ‘ditador’ Vargas como forma de retribuição pela nomeação, justamente o que Adhemar fez mais tarde, quando aceitou, do próprio ‘ditador’, a interventoria federal no Estado Novo. Convém enxertá-lo de valores imorais e descrevê-lo como traidor, ou compreendê-lo enquanto político e articulador? Das disputas nas assembleias até 1937, este recorte perpassa quase cinco anos em que Adhemar de Barros movimentava-se de maneira não previsível. Sendo assim, nosso estudo opera sob a luz das discussões teóricas de René Rémond e Serge Bernstein. Tais discussões oferecem uma renovação metodológica no campo da História Política e nos permitem compreendermos o protagonismo e a complexidade das ações dos sujeitos, evitando transformá-los em personagens míticos, pela descrição exacerbada de suas biografias, ou normatizá-los, através da origem de seus partidos. Seguindo as propostas teóricas, visamos partir de uma análise singular das ações políticas do sujeito, para contribuirmos à construção da História de caráter geral. Adhemar de Barros apresenta-se à pesquisa enquanto político que, por sua rede de relações, extrapola os limites impostos pelas siglas partidárias e se adapta às variadas condições que lhe convém, assim como, enxergamos em seu partido, o distanciamento entre sua origem e seu discurso, denominado campo de mediação pelos autores referenciados. Portanto, as normas que prendem o sujeito ao seu partido e seus discursos, não se fazem viáveis à construção da História, tampouco corresponderão às expectativas dos que, equivocadamente, assim o analisam.

Palavras-chave: Getúlio Vargas, Adhemar de Barros, Oligarquia cafeeira, Partidos Políticos, Estado de São Paulo.

Dos políticos que se destacaram na História do estado de São Paulo e na Era Vargas, Adhemar de Barros tem seu espaço garantido e, mesmo entre notáveis, consegue uma posição singular. Entre os motivos que nos levam a levantarmos seu nome diante à História estão sua extensa vida política e o longo tempo em que se mantém em cargos públicos relevantes. Nas produções provindas do campo da política, por exemplo, podemos encontrá-lo ao estudarmos a Revolução Constitucionalista de 1932, ou mesmo, nas listas dos políticos paulistas exilados durante

o Governo Militar pós 1964. No primeiro caso, Adhemar de Barros também se entrelaça à História dos partidos políticos, no segundo, sua figura é descrita em conjunto aos apoiadores do golpe que rapidamente decepcionaram-se com os rumos traçados pelos militares, tornando-se as próprias vítimas do Ato Institucional nº5.

Encararmos sua figura nos exige foco, só assim suas inúmeras e repentinas mudanças de percurso não serão um empecilho aos resultados ou um prato cheio aos adjetivos que acompanham subjetivamente a paixão do pesquisador pela política. Refletindo sobre suas perceptíveis nuances, neste primeiro momento, surge o que nos prende a esse exercício e nos serve como objetivo: os antagonismos políticos de Adhemar de Barros. Evitando uma história moralizante, também visamos nos afastar das descrições maniqueístas do lado “do bem ou do mal”, pois, além do mais, o único lado que Adhemar de Barros parece manter-se fiel é o lado da máquina política do Estado.

Entendemos que a trajetória política de Adhemar de Barros seja um ótimo exemplo para compreendermos a prática historiográfica baseada no sujeito e em sua ação em relação ao ambiente. Mais precisamente, como age o sujeito em detrimento às suas convicções e as disputas que estas o proporcionam. Nesta tríade, Homem, sujeito e ação, é que Adhemar de Barros e quase todos os sujeitos políticos que com ele interagem são vistos no desenvolvimento da pesquisa de mestrado denominada, ainda provisoriamente, *A Universidade de São Paulo e a interventoria de Adhemar de Barros: Retratos de um conflito político*. Utilizaremos, de maneira sucinta, algumas experiências teóricas levantadas ao longo do processo da pesquisa, no que diz respeito à sua trajetória política e partidária. Entretanto, com fins que se ajustam à apresentação em Simpósio Temático, executando uma guinada metodológica, desconsideraremos, para tal momento, as teorias que envolvem as instituições escolares e os debates acerca da categoria política e dos intelectuais.

Com seu nome tão recorrente nas listas de cargos e campanhas políticas eleitorais na História republicana brasileira, é difícil imaginarmos que Adhemar de Barros também teve singular formação médica. Sua desenvoltura à pesquisa lhe rendeu a Medalha de Ouro Visconde de Sabóia e uma viagem à Europa. Especializou-se em Parasitologia, Helmintologia e Microbiologia no Instituto Oswaldo Cruz e conquistou o título de doutor *honoris causa* pela Universidade de Boston, além de várias comendas, entre as quais, a Grande Cruz da Coroa da Itália e a Grande Cruz da Ordem do Mérito da Alemanha. Adhemar de Barros retornou ao Brasil também poliglota.¹

Ainda enquanto clínico, Adhemar de Barros alistou-se na Revolução Constitucionalista de 1932 e foi promovido a capitão como reconhecimento de seu espírito de liderança e estratégia.

¹ CANNABRAVA FILHO, Paulo. *Adhemar de Barros: Trajetórias e realizações*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2004.

Após o período de conflito brasileiro e o autoexílio, donde também se alistou em movimentos como a Guerra do Chaco, Adhemar passou a direcionar seu tempo à carreira pública.² Foi eleito deputado na Assembleia Constituinte e Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, em 1933 e 1934. Para a referida empreitada, recebeu do seu tio, líder do Partido Republicano Paulista, orientações e o convite à própria sigla.

Filho de comerciante cafeeiro, Adhemar de Barros, cuja família pertencia à elite paulista, defendeu nas assembleias a devida atenção ao estado de São Paulo e às atividades relacionadas ao café. Por suas convicções perrepistas, se opôs ferozmente, através de discursos, a Getúlio Vargas e a Armando Salles de Oliveira. Incansavelmente os acusou pelo uso indevido do poder pessoal e negligência democrática.³

No discurso transcrito da Assembleia Legislativa do estado de São Paulo (1934) acima referenciado, Adhemar de Barros expõe que Armando de Salles Oliveira traiu o verdadeiro espírito paulista, pois ao aceitar o cargo de interventor federal ficou sob o chicote do “ditador”; e devendo os favores pela nomeação esqueceu-se dos valores paulistas. Convém lembrarmos que a ascensão política de Armando de Salles Oliveira, entusiasta e um dos responsáveis pela fundação da Universidade de São Paulo e do Partido Constitucionalista visava, propositalmente, ser a base de diálogo entre as vontades paulistas expostas em 32 e as tenentistas e getulistas em 30.⁴

Em 1937, com o golpe que instaura o Estado Novo, Adhemar de Barros é obrigado reelaborar todo o seu discurso, pois aceita de Getúlio Vargas o cargo de interventor federal, o mesmo que, segundo ele, colocava São Paulo de joelhos aos caprichos do ditador. No cargo que sempre ocupou lugar em suas críticas, Adhemar de Barros passa a representar a fiscalização e a repressão aos ditos extremismos políticos existentes. Tal ação que servia ao governo como pressuposto para a eliminação da oposição política que se organizava ao desaprovar a suspensão das eleições que marcariam, constitucionalmente, o fim do mandato de Getúlio Vargas.

O poder exacerbado do executivo e a suspensão da Constituição, desta vez, não lhe arrancaram discursos indignados, porque Adhemar de Barros se encontrava nomeado. O motivo que legitimou o golpe do Estado Novo relacionava-se às sistemáticas hipóteses de levantes comunistas desde a Intentona Comunista de 1935, este último sim, organizado para a derrubada

² BARROS, Frederico Ozanam Pessoa de. *Adhemar de Barros na Assembleia Constituinte e na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo: 1935/1937*. São Paulo: Editora Nacional, 1986.

³ BARROS. *Adhemar de Barros na Assembleia Constituinte e na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo: 1935/1937*.

⁴ RAMOS, Plínio de Abreu. CPDOC – FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Captado em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-constitucionalista-de-sao-paulo>. Acesso em: 10 jul. 2016.

de Getúlio Vargas. Sobre um governo anti-comunista, convém levantarmos que Adhemar de Barros, ainda em oposição a Getúlio Vargas, leu a carta de Caio Prado Jr na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, cujo conteúdo pedia liberdade aos presos políticos revoltosos.

O deputado paulista considerou um abuso tê-los como culpados sem que haja um fato para isso, além do de serem comunistas. Adhemar de Barros pede, então, respeito democrático e agilidade aos promotores para que os homens – presos à espera de julgamento – possam ser liberados a tempo para passarem as festas com a família. Na carta, o conteúdo escrito por Caio Prado ainda expõe que a acusação de ser “comunista” já não engana mais o povo, sendo apenas uma ferramenta de repressão do governo para aniquilar sua oposição.⁵

Na Universidade de São Paulo, ainda sob o mesmo regime, Adhemar de Barros nomeou para a direção da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras um dos mais antigos e ferrenhos inimigos da instituição, Alexandre Corrêa. O católico da Faculdade de São Bento teria tido a intenção de desdobrar a Cadeira de Filosofia, a fim de nela introduzir o ensino de Santo Tomás de Aquino. Com Alexandre Corrêa e Adhemar de Barros, o tradicionalismo da elite oligárquica paulista teria mais espaço em relação àqueles que, como Armando de Salles e Fernando de Azevedo, apoiavam uma educação laica e livre, ou como eles mesmos intitulavam, puramente científica.⁶ As tentativas do setor tradicionalista não vingaram, entretanto, ficaram para a História as ações de Adhemar de Barros em coro com os anseios da Igreja Católica que, posteriormente, voltou-se contra o próprio político.

O Estado Novo degingolou, mas não a vontade de Adhemar de Barros em perpetuar-se no cenário nacional. Sendo assim, o homem da elite paulista cafeicultora, buscando o posto de governador do estado de São Paulo soma suas habilidades políticas com o Partido Comunista Brasileiro. E foi assim, 10 anos após o regime de fortes características ditatoriais em que foi nomeado interventor, fiscalizando, censurando, e alinhando-se à repressão, que Adhemar de Barros, em busca de sua própria projeção política, foi retratado alinhando-se ao partido de maior representatividade comunista e sindical-operária do Brasil.

O acordo fez com que Adhemar de Barros perdesse todos os votos da Liga Eleitoral Católica que propagava, por meio das esposas dos fazendeiros, até uma possível possessão demoníaca por tamanho pacto com os comunistas⁷. No entanto, já eleito, o governador

⁵ BARROS, F. *Adhemar de Barros na Assembleia Constituinte e na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo: 1935/1937*. p. 257.

⁶ WITTER, José Sebastião. *USP 50 Anos: Registros de um Debate*. 2ªed. São Paulo: Edusp, 2006.

⁷ CANNABRAVA FILHO. *Adhemar de Barros: Trajetórias e realizações*.

preocupava-se em dar atenção à infraestrutura, à saúde, à educação e em suas possíveis reeleições. Nesta fase, como apresenta Frederico Ozanam Pessoa de Barros em sua obra, Adhemar de Barros já havia fundado o Partido Republicano Progressista, mas com poucas alianças, um ano depois resolve coordenar a fusão do Partido Popular Sindicalista com o Partido Agrário Nacional, resultando no Partido Social Progressista. Antes de qualquer ideologia ou plano, o partido representou a extensão de seus poderes pessoais e a ferramenta para sua permanência nos quadros políticos mais fortes de São Paulo.

Em 1950, volta a alinhar-se a Getúlio Vargas na coligação trabalhista entre Partido Social Progressista e Partido Trabalhista Brasileiro. Desde então, trava uma disputa direta, e bem conhecida, com Jânio Quadros. Adhemar de Barros perdeu para este último, que já tinha um aparelho político favorável por estar terminando o mandato de prefeito, na disputa para governador do estado de São Paulo em 1954. Em 1957, Adhemar de Barros, ainda com o PSP, derrota Jânio Quadros na disputa para a prefeitura. Posteriormente, em 1962, obtêm êxito na disputa para governador do estado de São Paulo derrotando seu inimigo recém-chegado da presidência. A década que acompanha este parágrafo foi ponto de grande investida nas denúncias de corrupção envolvendo o nome de Adhemar de Barros, coordenadas entre outros, por Jânio Quadros, o político que manuseando a “vassoura” iria varrer a corrupção do Brasil. Portanto, se não era pelo empreendedorismo visionário para São Paulo, Adhemar de Barros era lembrado, segundo a oposição de sua época, como corrupto, cobrador de propina e ágil no desvio de recursos públicos. O homem que “rouba, mas faz”.⁸

Com a experiência de muitos acordos em três décadas políticas, Adhemar de Barros simpatiza-se com os movimentos pela família e pela tradição. Afirma compreender as insatisfações populares e, em 31 de março de 1964, declara em rede estadual o apoio do estado de São Paulo à causa militar e ao anti-comunismo. Mais uma vez, Adhemar de Barros utiliza em seus discursos valores religiosos reafirmando-se como representante dos bons costumes.

O governador do estado de São Paulo optou pela declaração de apoio formal à nomeação indireta do general Humberto Castelo Branco para presidência, mas ainda assim, não conseguiu assegurar influência alguma do “seu” PSP nas decisões tomadas pela Câmara Federal. Não demorou muito para que Adhemar de Barros percebesse que os militares não dariam lugar a um novo processo democrático e muito menos ao seu partido, e passou a criticar com veemência tal

⁸ COTTA, Luíza Cristina Villaméa. *Adhemar de Barros (1901-1969): A origem do “rouba, mas faz”*.128f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em História, São Paulo, 2008.

poderio. Seu manifesto contra o “continuismo” e seus discursos que exigiam – sem o poder de exigir – a renúncia de Castelo Branco e a imediata restauração democrática surtiram outro efeito. Diferente da década em que seu declarado inimigo Getúlio Vargas o nomeou para um dos cargos de sua maior confiança, ignorando seu passado:

Em 4 de junho de 1966, Castelo Branco se reuniu com os generais Golberi do Couto e Silva (chefe do Serviço Nacional de Informações) e Ernesto Geisel (chefe do Gabinete Militar da Presidência), e os ministros Mem de Sá (da Justiça), Otávio Gouveia de Bulhões (da Fazenda) e Pedro Aleixo (da Educação), decidindo cassar o mandato e suspender por dez anos os direitos políticos de Ademar. Assim, sua cassação foi assinada no dia 5 de junho de 1966.⁹

Adhemar de Barros faleceu em 1969 em Paris onde se auto-exilou. Até sua morte, o experiente político brasileiro pode administrar seus diversos negócios, assim como era atividade costumeira de sua família paulista.

Neste breve histórico, a primeira questão que aproxima-nos da Nova História e sua proposta de renovação epistemológica é a relação entre sujeito e partido. Percebemos que Adhemar de Barros, em toda a sua trajetória, relaciona-se como bem entende com as siglas. De fato, o início de sua carreira causa-nos uma fixação pela correspondência lógica entre sua família cafeicultora e o Partido Republicano Paulista. Porém, os “desvios” ao longo de sua vida, se pensarmos na lógica partidária, deixam de ser uma exceção e tornam-se a regra; motivo que nos coloca mais próximos às vontades humanas e suas ações.

A associação entre o sujeito central ao texto, Adhemar de Barros, e sua trajetória política precisa ser cuidadosamente pensada. Como nos mostra Philippe Levillain¹⁰, a biografia traz em seu histórico a proximidade com a criação de mitos e heróis. Encomendadas, principalmente pela elite que se autojulgava ilustre, esta prática distanciou-se da Ciência, fato que gerou uma espécie de aversão e descrédito à história do Homem e de seu protagonismo. Somado isso ao apogeu da História das Massas, visão global ou macro, os marxistas e estruturalistas negaram a análise particular das elites, fadando-as a posições predeterminadas de domínio e exploração através da ordem do capital, prática que veio a ser repensada nos anos 70 na França.

A proposta francesa de renovação metodológica no campo da História Política não deslegitima tais percursos, porém, com a contribuição de outros campos da ciência e a consciência de seus desvios, inclusive utilizando-se da biografia, compreende que diversos fatores se entrelaçam nas ações e disputas políticas não necessariamente dependentes de uma estrutura que privilegia a

⁹ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

¹⁰ LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (org). *Por uma História Política*. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ordem econômica. Vejamos que se as estruturas fossem sólidas ao ponto de engessarem os próprios sujeitos, Adhemar de Barros não teria relações com grupos de ordem comunista por ser um defensor da política agrária e protecionista. Também, não devemos cair na ingenuidade de acreditarmos que um político não sofre influências externas diferentes e conflitantes às suas perspectivas, portanto, evidencia-se um conflito de forças que buscam a imposição de suas próprias visões de mundo que acabam por reformularem a possibilidade do agir do sujeito. Em outras palavras, o político não faz apenas o que ele quer, mas o que ele consegue fazer em busca do que ele quer.

Ainda sobre o entrelaçamento de campos, cujo objetivo é reconstruir o retrato social do sujeito recortado, a análise econômica não se encontra no topo da pirâmide em relação à cultura e a subjetividade, portanto, não há preferências em relação às necessidades metodológicas. As disputas que compõem a trajetória do político revelam-se através de discursos, da imprensa e diversos outros campos para além do domínio da História, como por exemplo, a linguística e a sociologia. Dessa maneira, a Nova História se apresenta em um vasto espaço das ciências humanas e sociais ampliando seus recursos e modos de operar. A diferença neste tratamento, como nos afirma René Remond¹¹, é que os elementos interpretativos estão todos sobre uma mesma mesa, e por razão, se escolhe o que mais convém à problemática, assim, todos os outros acabam por contribuir já que comporam a possibilidade da escolha.

A possibilidade destas escolhas acabou por alimentar a crítica que apontou à inexistência metodológica própria da Nova História, como uma história fragmentada ou história das elites. Além da necessidade desta defesa, ainda é exposta uma nova visão para o tempo, na verdade, diferentes tempos, o que também não era praticado por aqueles que concentravam-se nos sistemas globais interpretativos. Para René Rémond e diversos autores que compõem a História Cultural, este tempo é visto como um movimento de “zoom” histórico aos conflitos particulares, que assim, servem à inteligibilidade política geral.

A motivação que aqui se insere, não é a de propagarmos a superioridade de uma perspectiva à outra, mas de justificarmos tal escolha e assim, ilustrarmos quais contribuições esta combinação pode oferecer à Ciência e ao próprio desenvolvimento da dissertação que nos acompanha. Sendo assim, a obra organizada por René Remond, cujo próprio se desassocia da imagem de fundador de uma nova metodologia, nos permite compreendermos o protagonismo e a complexidade das ações dos sujeitos, evitando transformá-los em personagens míticos pela descrição de suas biografias,

¹¹ RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org). *Por uma História Política*. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

normatizá-los através da origem de seus partidos ou encobri-los de adjetivos pejorativos pelas nossas reprovações.

Sobre as contribuições desta utilização metodológica, ainda que as pesquisas se debrucem na trajetória política de indivíduos, suas ações e redes de relacionamento promovem conhecimentos que compõe uma história maior, que contribuem diretamente para análise de um todo. Ainda que Adhemar de Barros corresponda principalmente à sua própria vontade – o que pensamos ser uma máxima válida – suas ações e compreensões do mundo nos demonstram como era possível pensar política em seu tempo e como o sistema brasileiro respondia aos seus anseios. Para finalizarmos, convém retomarmos à vontade que sustenta tal trabalho, a de compreendermos a influência que um indivíduo exerce sobre os resultados políticos em escalas maiores do que suas próprias redes de relacionamento, e quais os interesses, não só particulares e econômicos, que compõe estas múltiplas disputas pelo poder.

A revista *Chiapas*: intelectuais e o combate transnacional contra o neoliberalismo

Mahira Caixeta Pereira da Luz

Mestranda em História e Culturas Políticas
Programa de Pós-Graduação em História da UFMG
mahira.caixeta@gmail.com

RESUMO: Este trabalho se propõe a investigar a revista *Chiapas*, que foi uma coedição produzida pelo Instituto de Investigaciones Económicas (IIEC), da Universidad Nacional Autónoma de México, em parceria com as Ediciones Era. A publicação, que contou com a direção da economista Ana Esther Ceceña, circulou no formato digital e impresso, tendo sua duração compreendida entre os anos de 1995 e 2004. Os intelectuais que a produziam tinham como objetivo inicial analisar a formação do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e como sua atuação afetava o estado de Chiapas e a nação mexicana. Nosso objetivo para esse texto é analisar de que modo *Chiapas* configurou-se não somente como uma revista de publicização do conhecimento acadêmico, mas também como um espaço de sociabilidade intelectual, que teve como marca a luta contra o neoliberalismo.

PALAVRAS-CHAVE: revistas, intelectuais, EZLN.

A utilização da história intelectual como aporte teórico para o estudo de revistas vem se tornando, já há algumas décadas, uma prática usual no âmbito universitário latino-americano. Se durante muitos anos as revistas eram tidas como fontes secundárias, hoje muitos estudos as colocam em um lugar central, tornando-as objetos complexos para os historiadores¹. A história intelectual consegue contextualizar essas publicações, problematizando a leitura texto-contexto, tornando-as mais compreensíveis e possibilitando o melhor entendimento das sociedades que as produziram. Utilizando como base teórica a história intelectual, bem como alguns apontamentos da história dos intelectuais, analisaremos como a revista *Chiapas* configurou-se como um projeto intelectual iniciado por professores de diferentes áreas da *Universidad Nacional Autónoma de México*. Nosso objetivo é demonstrar de que modo diferentes intelectuais utilizaram a publicação não só como um suporte de publicização do conhecimento, mas também como um espaço de sociabilidade intelectual, para pautar críticas a diferentes aspectos da realidade das sociedades latino-americanas, seja através da análise da problemática indígena ou do combate ao neoliberalismo.

A revista *Chiapas* foi uma coedição produzida pela *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM), em parceria com as Ediciones Era. A publicação, que contou com a direção da

¹ Beatriz Sarlo foi uma das primeiras autoras a problematizar o uso de revistas como objeto para o estudo historiográfico. Cf. SARLO, Beatriz. *Intelectuales y revistas: razones de una práctica*. *America, Cahiers du CRICCAL*. Paris, Sorbonne la Nouvelle, n 9-10, 1992, p. 9-15.

economista Ana Esther Ceceña, circulou no formato digital e impresso, tendo sua duração compreendida entre os anos de 1995 e 2004. A motivação para a criação da revista veio da insurreição do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), movimento social de maioria indígena que promoveu sua primeira aparição armada no estado mexicano de Chiapas no dia 1º de janeiro de 1994, data em que o *Tratado de Livre Comércio* (TLC) ou *North American Free Trade Agreement* (NAFTA) entrava em vigor². O movimento social despertou o interesse de diferentes intelectuais, tanto no México, quanto internacionalmente, de modo que a publicação nasceu com o objetivo de analisar sua formação e atuação e problematizar de que modo o estado de Chiapas, palco do levante, poderia ser representativo do México como um todo. Desde suas primeiras declarações o EZLN traçou questionamentos e críticas a aspectos da realidade mexicana, seja no que se refere as desigualdades sociais, políticas ou econômicas, fazendo frente ao governo mexicano e a política econômica neoliberal, que vinha sendo implementada desde a década de oitenta no país³.

Ao utilizarmos a história intelectual, nos interessa recuperar as ideias que circularam em *Chiapas* em relação com o contexto e o local em que essas foram produzidas, ou seja, nossa preocupação está centrada na restituição das ideias⁴. A história dos intelectuais também nos é cara, na medida em que alguns sujeitos foram centrais para a existência da revista. Como aponta Jean François Sirinelli⁵, a compreensão de certos indivíduos nos possibilita entender melhor os diferentes âmbitos das sociedades nas quais eles estão inseridos, de modo que retomar aspectos de seus itinerários⁶, os espaços de sociabilidade e as gerações⁷ também nos auxiliam a entender *Chiapas* enquanto uma produção intelectual.

Tomando como base o trabalho de Edward Said, definimos o intelectual como um indivíduo que possui um papel público na sociedade, sendo central a importância da sua ação como figura representativa: cabe a esse sujeito “dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público”⁸. Nesse sentido, acreditamos que os autores que escrevem na revista *Chiapas* podem ser entendidos como intelectuais, uma vez

² O TLC promoveu a consolidação de uma parceria comercial entre Estados Unidos, Canadá e México, criando um dos maiores blocos econômicos mundiais.

³ Iremos abordar de forma mais detalhada a adoção do neoliberalismo posteriormente.

⁴ SILVA, Helenice Rodrigues da. *Fragments da História Intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas: Papyrus, 2002. p.13

⁵ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: Rémond, René (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

⁶ Ainda que a questão dos itinerários enriqueça qualquer análise que utilize da história dos intelectuais, nesse texto optamos por dar enfoque aos espaços de sociabilidade e a questão da geração.

⁷ Entendemos por geração a noção de “experiência de vida compartilhada”, estando mais associada a eventos e os impactos que esses geram nos sujeitos, em contraposição a noção de “geração” que utiliza a faixa etária como elemento central de sua definição.

⁸ SAID, Edward W. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 25.

que utilizam da revista para divulgar, debater ideias e atuar de forma engajada⁹ na defesa de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Contudo, é importante ressaltar que atuação dos intelectuais toma novos contornos no mundo pós-moderno, como afirmam Josep Picó e Juan Pecourt. De acordo com os autores, durante a modernidade os intelectuais atuavam impondo uma visão sobre as massas, enquanto que o intelectual pós-moderno, em contrapartida, pode ser considerado um intérprete, na medida em que sua função estaria centrada em facilitar o diálogo entre os diferentes coletivos que convivem nas sociedades multiculturais¹⁰. Picó e Pecourt também apontam que intelectualidade tem buscado diferentes formas de renovar seu compromisso com a sociedade e sua prática, como é o caso daqueles que se associam aos novos movimentos sociais, afirmação que é verdadeira quando pensamos em nos intelectuais que colaboraram com *Chiapas* se aproximaram do movimento zapatista. Acreditamos, aliás, que tornar o EZLN objeto de estudo, e eixo central da publicação, também representou para esses intelectuais uma forma de criticar diferentes aspectos da realidade mexicana e mundial.

Tratando-se especificamente da análise da revista, utilizamos como referência o trabalho elaborado por Alexandra Pita González e Maria del Carmen Grillo¹¹. As autoras indicam que o estudo pormenorizado de uma revista deve levar em conta três categorias amplas: a material – que diz respeito aos aspectos técnicos do impresso; a imaterial – a qual se referem como sendo a “geografia humana”, ou seja, está relacionada aos sujeitos que estiveram envolvidos na produção da publicação; e uma última, que compartilha aspectos da material e imaterial – que diz respeito ao conteúdo que a revista. Através dos apontamentos de Grillo e Pita González, buscaremos demonstrar de que modo a revista configurou-se como um espaço de sociabilidade e auxiliou na configuração de uma rede intelectual em torno da discussão da problemática indígena e da crítica ao neoliberalismo.

Como bem aponta Adriane Vidal Costa¹², o final da década de 1980 e início dos anos 1990 foram marcados por diversos acontecimentos importantes, dentre eles a queda do Muro de Berlim, o desaparecimento da URSS e o fim da experiência socialista na Europa, bem como o desfalecimento do marxismo como referência para a prática política. A América Latina, por sua

⁹ A noção de engajamento intelectual é explorada por Jean Paul Sartre: Cf. SARTRE, Jean P. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994.

¹⁰ PICÓ, Josep; PECOURT, Juan. El estudio de los intelectuales: una reflexión. *Reis. Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, num. 123, 2008, p. 49.

¹¹ PITA GONZÁLEZ, Alejandra; GRILLO, Maria del Carmen. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*, vol. 5, n. 01, 2015, p. 3-30.

¹² COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina. O debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 309.

vez, foi marcada pela violência dos movimentos guerrilheiros, a derrota sandinista na Nicarágua e o desgaste econômico, político e cultural da Revolução Cubana. Todos esses fatores, cada um com um impacto diferente, provocaram um arrefecimento do debate intelectual latino-americano sobre revolução e socialismo e, conseqüentemente, um recuo no papel que os intelectuais de esquerda representaram durante décadas, na medida em que houve uma perda de paradigmas e pontos de referência.

Ainda que o levante do EZLN não tenha provocado uma mobilização tão grande por parte dos intelectuais de esquerda quanto a gerada pela Revolução Cubana, podemos afirmar que o movimento gerou um certo “reencantamento de mundo”¹³, visto que despertou o interesse e aproximação de muitos intelectuais, sejam eles acadêmicos, artistas ou escritores, como afirmam Kristine Vanden Berghe e Anne Huffschmid:

(...) En efecto, tanto en la escena latinoamericana como en la latinoamericanista, la rebelión de Chiapas provocó la reaparición de actitudes, respuestas y acciones que ya se creían relegadas al pasado. Reapareció la figura del compañero de ruta, apareció una nueva destinación latinoamericana para los llamados “turistas revolucionarios”, y volvieron a tomar posición intelectuales como Régis Debray y Carlos Fuentes, emblemáticos en los años sesenta en el discurso comprometido con respecto a América Latina. Sin embargo, este “reencantamiento del mundo”, como lo llamó en algún momento Yvon Le Bot, y que “encantó” sobre todo al mundo intelectual, artístico y académico, no fue unánime pues también se activaron fobias y esperanzas perdidas, actitudes de revisión crítica y de resentimiento histórico¹⁴.

Ainda assim, as reações ao movimento, como sugerem Berghe e Huffschmid, não foram unânimes, visto que o movimento foi capaz de mobilizar medos e esperanças, revisões críticas e o passado histórico mexicano, mas também latino-americano e mundial. A diretora de *Chiapas*, ao retomar esse primeiro momento, quando da aparição do levante, deixa evidente que essas reações não podem ser tidas como monolíticas. Mesmo dentro da sociedade mexicana, e especificamente entre a parcela dos intelectuais que se expressaram sobre o movimento, houve uma grande dissonância de reações:

Las primeras reacciones fueron muy ilustrativas de lo que, incluso luego, ha ido ocurriendo. Los intelectuales más vinculados al sistema político -aún los intelectuales de izquierda- condenaron inmediatamente el levantamiento porque decían que estaba en riesgo la democracia. ¿Cuál democracia? podría preguntarse uno, pero en fin. Periódicos, como La Jornada, que ahora publican los comunicados zapatistas, inicialmente también estuvieron en contra del levantamiento. Hubo, no obstante, otra fracción de la intelectualidad -y de la

¹³ A ideia que o EZLN teria provocado uma reencantamento de mundo, o qual as autoras supracitadas também defendem, faz referência a uma posição defendida por Yvon Le Bot. Cf.: LE BOT, Yvon. *El sueño zapatista*. México: Plaza y Janes, 1998.

¹⁴ BERGHE, Kristine Vanden; HUFFSCHMID, Anne. Prólogo. In: BERGHE, Kristine Vanden; HUFFSCHMID, Anne; LEFERE, Robin (eds). *El EZLN y sus intérpretes: resonancias del zapatismo en la academia y la literatura*. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2011, p. 18.

sociedad misma- que era muy crítica frente al sistema político y económico y entonces se fascinó por estos nuevos planteos y se acercó muy rápidamente a los zapatistas para ver qué estaba pasando¹⁵.

É perceptível que a Ceceña, enquanto intelectual, incluía-se no último grupo ao qual se refere, formados por aquela parcela da intelectualidade que se posicionava crítica ao sistema político e econômico do México, motivo pelo qual esses teriam se aproximado do EZLN. Desse modo, entendemos *Chiapas* como um espaço de sociabilidade intelectual contra o neoliberalismo e crítico ao sistema político mexicano, uma vez que a vemos como um lugar onde intelectuais reuniam-se para discutir, se aproximarem, tecer críticas e apontar caminhos futuros, seja referente a realidade mexicana, latino-americana ou mundial.

Neoliberalismo e problemática indígena

Perry Anderson, ao fazer um balanço do neoliberalismo, aponta que o mesmo deve ser entendido não somente como uma corrente econômica, mas também como um movimento teórico e político que nasce como uma forma de reação ao Estado intervencionista e do bem-estar social. O autor defende que o ano de 1947 pode ser compreendido como um marco inicial, na medida em que foi nessa data que diferentes pensadores se reúnem em Mont Pelerin na Suíça para teorizar sobre as bases de um novo tipo de capitalismo¹⁶. Vale ressaltar que a primeira experiência sistemática do neoliberalismo ocorre justamente na América Latina, mais especificamente com a ditadura de Pinochet no Chile, a partir de 1973. Ao longo da década de 1980 a solução neoliberal aos problemas econômicos foi sendo adotada por diferentes países da América Latina, como é o caso mexicano.

A economia mexicana foi marcada por uma grave crise desde os princípios dos anos 1980, em que imperavam estagnação, um alto nível de desemprego e inflação. Durante décadas, a base da sua economia era a produção para um mercado interno e a proteção alfandegária, projeto que foi se alterando já no governo de Miguel de la Madrid (1982-1988), que favoreceu mudanças que visavam a demanda do mercado mundial e o intercâmbio comercial. Essa guinada neoliberal promoveu uma grande aproximação com os Estados Unidos, que se tornou ainda mais sólida com a assinatura do Tratado de Livre Comércio (TLC) durante o governo de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994). Salinas mostrou uma subordinação à política externa estadunidense durante todo seu mandato e institucionalizou a política neoliberal com a assinatura de um tratado internacional. Por

¹⁵ Entrevista com Ana Esther Ceceña: “Aprender del zapatismo”. Lavaca, 2/12/2003. Disponível em <<http://www.lavaca.org/notas/ana-esther-cecena-aprender-del-zapatismo/>>. Acesso em 14/06/2016.

¹⁶ ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

sua vez, o presidente Ernesto Zedillo (1994-2000) deu continuidade à “cartilha neoliberal”, insistindo na “desregulación, apertura financeira y a la no intervención del Estado”¹⁷.

As mudanças no plano econômico e no papel do Estado causaram profundo impacto social, uma vez que geraram uma maior concentração de renda nas mãos de poucos, aumentando a desigualdade social e aprofundando os níveis de pobreza. Além disso, a diminuição de gastos públicos afetou diretamente a educação e a saúde. O neoliberalismo, como bem define Pablo Dávalos (2005, p. 18), pode ser caracterizado pela sua forma “autoritária, violenta [e] e impositiva”, em consonância com Anderson, nesse sentido, esse movimento econômico e político não tem em si a democracia como um valor central.

O Exército Zapatista de Libertação Nacional, ao escolher a data de seu levante para o dia primeiro de janeiro de 1994 trazia consigo um peso simbólico para seu ato, uma vez que nessa data entraria em vigor o Tratado de Livre Comércio. Punha-se, assim, contrário a consolidação do neoliberalismo, configurando-se como uma forma de resistência ao projeto que propunha colocar o México no rol dos países desenvolvidos. Tal posição vinha para questionar a forma com que essa política econômica visava resolver os problemas econômicos, uma vez que tal movimento já vinha mostrando, desde a década de 1980, que a desigualdades sociais seriam ainda mais acentuadas. Vale lembrar, que a entrada do México no NAFTA foi condicionada a alteração da Constituição mexicana, a qual deu-se em 1992. Com a alteração do Artigo 27 e a adoção de uma nova Lei Agrária, que determinava que a reforma agrária estava terminada, bem como a proteção a não alienação dos *ejidos*- as terras comunais indígenas - de modo que essas populações assistiram à perda de uma das mais importantes conquistas tidas durante a Revolução Mexicana¹⁸. Consequentemente, a entrada no NAFTA e a consolidação do neoliberalismo no México afetava diretamente as populações indígenas, mas não apenas: na medida em que esse pressupõe um Estado mínimo e privilegia a livre economia em detrimento do social, a sociedade mexicana seria afetava como um todo.

A crítica ao neoliberalismo em *Chiapas*, no entanto, não se limitou ao impacto que esse gerava no México. Na medida em que esse é um movimento de proporções transnacionais, a resistência a esse também necessitava tomar essa característica, ponderação que faz parte do texto de Ana Esther Ceceña, intitulado *Neoliberalismo e Insubordinación*, como em:

La mayoría se construye a partir de minorías autoconscientes, mediante el diálogo entre puntos de vista y experiencias diferentes. Contra la atomización que nos impone la competencia en el sistema capitalista, la construcción de colectivos solidarios, de puentes que nos resignifiquen, de diálogos que nos permitan descubrir confluencias y nos enseñen a respetar diferencias, de redes que nos

¹⁷ ORTIZ WADGYMAR, Arturo. *Política económica de México 1982-2000: el fracaso neoliberal*. 9ª ed. México: Editorial Nuestro Tiempo, 2001, p. 150.

¹⁸ HARVEY, Neil. *The Chiapas Rebellion: The Struggle for Land and Democracy*. Durham: Duke University Press, 1998.

integren mundialmente como insubordinados, como rebeldes ante la negación de nosotros mismo, como sujetos de la transformación hacia un mundo nuevo, es el único espacio de resistencia posible pero es, simultáneamente, el espacio de la subversión antineoliberal, anticapitalista¹⁹.

A revista, desse modo, buscou se firmar como um espaço em que os diferentes impactos do neoliberalismo eram expostos, criticados e diferentes formas de resistência buscavam ser traçados, como afirma Julio C. Gambina: “Son viejos e nuevos actores sociales subordinados que intentan articular una respuesta global a la ofensiva del capital”²⁰. Assim, em alguns de seus volumes o peso maior está na crítica aos seus impactos, ora relacionado a problemática indígena – não somente no México, mas Bolívia e na Guatemala – ora enfocando em outros países, como é o caso do décimo terceiro volume, em que diversos artigos exploram a questão na Argentina. A questão do neoliberalismo via a assinatura de tratados internacionais também é abordada na publicação, sendo um exemplo o caso a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)²¹, que é longamente debatido no décimo quinto volume de *Chiapas*, ou o Plano Colômbia²² e o Plano Plueba-Panamá²³. Nessa medida, podemos dizer que a revista fez parte de uma rede de sociabilidade intelectual de esquerda, no sentido que diferentes atores se encontravam em um complexo sistema de interações, que estavam ligados por convicções ideológicas compartilhadas²⁴.

A publicação dedicou uma centralidade a problemática indígena, elemento que deve ser enfatizado e analisado de forma mais aprofundada. Como afirmado anteriormente, um dos maiores motivadores para o início da publicação foi o levante armado e a aparição pública promovida pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional, movimento social que se auto define como um sendo um movimento de maioria indígena. *Chiapas* buscou, dessa forma, trazer a questão indígena e as críticas que o EZLN teceu a realidade mexicana para uma perspectiva mais ampla, de modo que os textos conseguem articular a realidade chiapaneca a outros contextos, através da análise da questão indígena em outros países da América Latina; da questão agrária; da comparação com

¹⁹ CECEÑA, Ana Esther. Neoliberalismo e Insubordinación. *Chiapas*. Vol 4, 1997.

²⁰ GAMBINA, Julio C. Resistencia internacional a la globalización neoliberal. *Chiapas*. Vol. 12, 2001.

²¹ A ALCA foi um projeto impulsionado pelo governo dos Estados Unidos no ano de 1994 e tinha por objetivo a formação de um bloco econômico de livre comércio entre os países do continente americano através, principalmente, da dissolução das barreiras alfandegárias.

²² O Plano Colômbia foi um acordo entre o governo dos Estados Unidos e o governo da Colômbia e tinha por objetivo combater a produção e o tráfico de cocaína na Colômbia através de investimentos estadunidenses militares e econômicos.

²³ O Plan Puebla-Panamá, que posteriormente desdobrou-se no como Projeto Mesoamérica, foi um projeto elaborado pelo governo mexicano como intermediário do governo estadunidense, que visava construir na região da América Central uma área de serviços e aprimorar a infraestrutura.

²⁴ PITA GONZÁLEZ, Alejandra. Las revistas culturales como fuente para el estudio de redes intelectuales. In: PALÁCIO MONTIEL, Celia del; MARTÍNEZ MENDOZA, Sarelly (coord.). *Voces en papel. La prensa en Iberoamérica de 1792 a 1970*. México, Universidad Autónoma de Chiapas, 2008, p. 81.

outros movimentos sociais ou, ainda, das diferentes críticas tecidas ao neoliberalismo e seus impactos.

Além disso, a centralidade da problemática indígena também pode ser relacionada com um processo que ocorria no âmbito acadêmico mexicano. Segundo nos aponta Amador Gil²⁵, as universidades mexicanas, desde a década de 1960, passavam por um processo de reformulação, que tinha como um de seus pontos a crítica à política indigenista do Estado. Fizeram parte dessa renovação diversos professores universitários, historiadores, antropólogos e linguistas. Tal renovação tem como um de seus palcos a *Universidad Nacional Autónoma de México*, local onde atuam muitos dos intelectuais que colaboraram com a revista e onde ela era produzida.

Nessa medida, acreditamos que a questão indígena, tão cara a publicação, promoveu uma ressonância entre aqueles intelectuais, na medida em que deslocou o olhar desses para um problema de longa data na realidade latino-americana e promoveu entre eles a busca por novas formas de repensar a economia, a política e a cultura, como sugere a própria diretora da publicação em entrevista:

(...) Realmente la problemática indígena quedó instalada como una de las problemáticas del siglo XXI y de eso ya no puede salir. Pero esto requiere un aprendizaje y una apertura que muchas veces el intelectual no tiene. Se supone que un intelectual de izquierda, un revolucionario del pensamiento, debería ser el más preparado para estos casos y, a veces, tiene más dificultades para acercarse y entender el discurso zapatista una señora que es ama de casa pero que tiene la sensibilidad necesaria como para darse cuenta de lo que está ocurriendo ahí. Porque acercarse a un pensamiento tan diferente y tan complejo requiere una disposición para cambiar esquemas, para desplazarse a un terreno un poco virgen en el que hay que construir los conceptos. Es decir: hay que discutir con los zapatistas pero también hay que construir conceptos que nos permitan a nosotros apropiarnos de lo que ellos están planteando. Y no es una tarea fácil²⁶.

A ideia de que o movimento zapatista teria promovido uma ressonância no meio intelectual acadêmico, uma vez que influenciou pesquisadores e professores a repensar conceitos também se faz presente no texto de John Holloway, *El Zapatismo e las Ciencias Sociales en América Latina*, como fica claro em:

La dignidad, una categoría central en el levantamiento zapatista, es el rechazo a la desilusión: el rechazo, por lo tanto, a lo que subyace el desarrollo actual de las ciencias sociales. Está claro, pues, que tomar como tema 'el zapatismo y las ciencias sociales' no implica constituir el zapatismo como objeto de las ciencias sociales, sino implica más bien entender al zapatismo como el sujeto de las ciencias sociales, el sujeto de un ataque contra la tendencia prevalente de las ciencias sociales actuales. Tratar al zapatismo como objeto de la investigación

²⁵ GIL, Antonio Carlos Amador. *O lugar dos indígenas na nação mexicana: tensões e reconfiguração da identidade nacional mexicana no século XX*. Vitória: Aves de Água, 2013, p.91

²⁶ Entrevista com Ana Esther Ceceña: “Aprender del zapatismo”. Lavaca, 2/12/2003. Disponível em: <<http://www.lavaca.org/notas/ana-esther-cecena-aprender-del-zapatismo/>>. Acesso em 14/06/2016.

sería violentar a los zapatistas, sería negarse a escucharlos, forzarlos dentro de las categorías que ellos están desafiando, imponerles la desilusión contra la cual ellos están en revuelta²⁷.

A fala de Ceceña e o trecho extraído do texto de Holloway expressam ideias próximas: a partir do levante do EZLN a problemática indígena se fez mais urgente e esses intelectuais coube o papel de repensar a atuação que tinham enquanto intelectuais acadêmicos, levando, assim, a um desdobramento epistemológico. Tais apontamentos vão ao encontro da perspectiva que acreditamos existir na atuação do intelectual no mundo contemporâneo, na medida em que esses não vêm em si mesmos como sujeitos que serviriam para iluminar a sociedade através de seus conhecimentos, mas sim, como afirmamos anteriormente, para atuar enquanto facilitadores no diálogo entre os diferentes coletivos que convivem numa mesma sociedade.

No entanto um ponto deve ser relativizado e problematizado: se a luta indígena é uma longa tradição na realidade mexicana e se a questão da problemática em torno da questão indígena já estava sendo posta em debate no âmbito acadêmico desde a década de 1960, por que somente com o levante zapatista essa questão tomou maior corpo?

Acreditamos que isso pode ser respondido, em partes, pelo fato de o neoliberalismo teve um grande impacto para o universo acadêmico, e em particular, para as universidades públicas. Iván Azuara Monter²⁸ resalta o fato de que o governo mexicano não dava grande apoio em termos de recursos materiais e financeiros à educação universitária e à investigação científica, especialmente ao que se refere às ciências sociais. O autor aponta que a Academia Mexicana de las Ciencias²⁹, em 1994, se ocupava com uma agenda voltada a aquelas áreas que pudessem auxiliar no desenvolvimento nacional, ou seja, prezava por setores ligados as áreas de tecnologia. A ideia de que as universidades públicas estavam perdendo a posição que ocupavam, desde a década de 1980, também é levantada por Carlos Monsiváis³⁰, quando afirma que o neoliberalismo representa não somente numa falta de investimento por parte do governo no ensino público, mas também na diminuição do prestígio destas frente à sociedade. Tendo isso em vista, acreditamos que o ELZN conseguiu congrega em si diversas pautas e mobilizar uma atenção a problemas locais, federais,

²⁷ HOLLOWAY, John. El Zapatismo e las Ciencias Soociales en América Latina. *Chiapas*, vol. 10, 2000.

²⁸ MONTER, Iván Azuara. Resonancias Zapatistas en el ámbito científico. ¿ Otra forma de hacer ciencia es posible? In: BERGHE, Kristine Vanden; HUFFSCHMID, Anne; LEFERE, Robin (eds). *El EZLN y sus intérpretes: resonancias del zapatismo en la academia y la literatura*. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2011.

²⁹ A Academia Mexicana de Ciencias, anteriormente denominada Academia de la Investigación Científica, é uma organização civil que reúne os cientistas mexicanos que trabalham nas mais diversas instituições do país. Ela tem por compromisso a divulgação de conhecimento e busca proporcionar a melhoria da qualidade da educação, além de buscar fortalecer a presença da ciência nos diferentes âmbitos da sociedade mexicana. Informações retiradas do site da própria instituição www.amc.mx

³⁰ MONSIVÁIS, Carlos. De los intelectuales en América Latina. *América Latina Hoy*. Universidad de Salamanca, n.47, diciembre, 2007, p. 15-38.

continentais e mundiais – sejam eles em torno da economia, da participação política ou da inclusão social. Dois pontos em específico, sendo eles a problemática indígena e o embate ao neoliberalismo – ambos pontos centrais do movimento – funcionaram como eixos aglutinadores em torno de *Chiapas*.

O mundo contemporâneo globalizado, em que o papel do Estado-Nação se enfraquece juntamente com as economias nacionais, como nos aponta Stuart Hall³¹ (1991), requer também que os intelectuais atuem de forma diferenciada, sendo capazes de acompanhar as transformações no âmbito universitário, na onipresença dos meios de comunicação e na redefinição da esfera pública³². Nessa medida, acreditamos que os intelectuais que colaboraram com *Chiapas* se inserem numa configuração contemporânea que a prática intelectual tem adquirido. Ainda que muitas de suas características sejam marcas da atuação intelectual de muitas décadas precedentes, como o fato de serem dotados de um saber, de atuarem de forma engajada e de trazerem suas reflexões para o espaço público, outras características podem ser entendidas como aspectos de renovação da atuação desses sujeitos. Como já afirmado anterior, um aspecto que julgamos importante é o fato de esses atuarem como facilitadores do diálogo entre os diferentes grupos que convivem nas sociedades. Além disso, no mundo globalizado, a atuação dos intelectuais também foi impactada, de modo que os diálogos, embates e aproximações tomam uma perspectiva transnacional que ocorre de maneira muito mais dinâmica. Acreditamos que revista *Chiapas*, faz parte de uma rede de sociabilidade intelectual transnacional contrária ao neoliberalismo, no sentido que foi capaz de agrupar alguns sujeitos que questionavam essa política econômica, bem como os seus mais diversos impactos. Tendo em vista que o espaço público adquire uma nova conformação, esses intelectuais também têm que reaprender a se fazer ouvir nesses novos espaços, o que pode ser percebido na medida em que eles buscavam também atuar em rádios, tv, jornais e na internet. Nesses, o denso discurso acadêmico, que marca *Chiapas*, necessitava passar por adaptações, para ser, em algum nível, compreendido por um número maior de pessoas.

³¹ HALL, Stuart. The Local and the Global: Globalization and Ethnicity. In: KING, Anthony D (ed), *Culture, Globalization, and the World System: Contemporary Conditions for the Representation of Identity*. Macmillan Press, 1991.

³² PICÓ, Josep; PECOURT, Juan. El estudio de los intelectuales: una reflexión. *Reis. Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, num. 123, 2008.

Olhares sobre Havana: a cidade como arena cultural na literatura de Guillermo Cabrera Infante e José Lezama Lima

Pedro Henrique Leite

Doutorando em História

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

pedrohenriqueleite@mail.com

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar através de uma metodologia comparada as representações sobre Havana expressas na literatura de Guillermo Cabrera Infante (1929-2005) e José Lezama Lima (1910-1976), levando em conta o duplo movimento de vivência da cidade por esses autores e a sua representação na literatura. Inspiro-me no texto “As cidades ‘Periféricas’ como Arenas Culturais: Rússia, Áustria, América Latina” (1995), do historiador norte-americano Richard Morse, buscando acessar não só as reproduções literárias do espaço urbano, como também a condição humana existente nesse ambiente, através de uma análise das novelas *Três Tristes Tigres* (1967), de Cabrera Infante, e *Paradiso* (1966), de Lezama Lima. Parto do pressuposto de que Havana tem um papel de destaque como arena cultural e política ao longo do século XX, e acredito que acessar esse espaço através da literatura resulta num importante movimento de compreensão de seus atores, de suas representações sobre a sociedade e de sua história.

Palavras-Chave: Havana, Guillermo Cabrera Infante, José Lezama Lima.

Introdução

Este texto tem como tema central a cidade. Mais precisamente, as visões sobre a cidade a partir daqueles que a vivenciam e a constroem no dia a dia: cidadãos marcados pelo tempo e pela história, intérpretes e, ao mesmo tempo, atores no palco desse grande teatro urbano. Segue portanto a linha de estudos que se alicerçam na definição de Roland Barthes (1993),¹ compreendendo a cidade como um discurso e, conseqüentemente, como uma linguagem dinâmica, onde ela se comunica com seus habitantes e estes, por sua vez, leem-na, observam-na, vivenciam-na e, por fim, expõem suas interpretações sobre a mesma. Sua existência está condicionada a uma soma de olhares, graças aos quais ela se converte em um organismo vivo que se reinventa a cada interpretação.

De maneira complementar, a cidade aqui também é vista como uma *Arena Cultural*, como bem definiu o historiador norte-americano Richard M. Morse (1995).² Ou seja, como espaço

¹ Segundo Barthes: “La ciudad es un discurso, y este discurso es verdaderamente un lenguaje: la ciudad habla a sus habitantes, nosotros hablamos a nuestra ciudad, la ciudad en la que nos encontramos, sólo con habitarla, recorrerla, mirarla.” Cf. em: BARTHES, Roland. *La Aventura Semiológica*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993, pp.260-261.

² MORSE, Richard M. “As cidades ‘periféricas’ como Arenas Culturais: Rússia, Áustria, América Latina”. *Estudios Históricos*. Rio de Janeiro, vol.8, nº 16, 1995, p.205-225.

experimentado e expresso por interpretes preocupados mais com a “condição humana” do que com a “condição urbana”. Arenas vistas a partir da conjunção de múltiplas perspectivas originais e sensíveis, pensadas através das “fontes ou recursos intelectuais e psíquicos” disponíveis no contexto da modernidade.³

Assim, a partir dessa perspectiva dupla, buscarei recuperar alguns traços da relação afetiva entre o homem e a urbe por ele descrita, através de uma análise que entende a obra literária como um espaço de criação que carrega em si muito das visões de seus autores sobre a cidade. Entendo que os romances se apresentam como espaços privilegiados de observação, uma vez que lidam não só com as representações do campo social, como também carregam em si a sensibilidade das relações humanas apontadas por Morse, sempre complexas e que são componentes essenciais da vida nas cidades.

Restrinjo minha análise aos complexos contextos que circundam a Revolução Cubana, em 1959. Momento que resultou em profundas mudanças no seio da sociedade insular caribenha e que também criou o ambiente propício para o surgimento de leituras variadas sobre a cidade. Havana aparece aqui como uma paisagem comum a ser explorada, tornando-se musa e cenário central de contemplação, cidade presente na mente de seus escritores e interpretes. Tomada desde pontos de observação distintos, a capital cubana ganha contornos próprios nas obras: *Três Tristes Tigres* (1967), de Guillermo Cabrera Infante (1929-2005), e *Paradiso* (1966), de José Lezama Lima (1910-1976), dois dos mais importantes intelectuais cubanos vinculados ao contexto da Nova Narrativa. Nessas obras, Havana surge como a soma de experiências e olhares marcados pelo tempo, adquirindo contornos fluidos e labirínticos. É a imagem final de um quebra-cabeças composto por múltiplas peças, entre as quais tentarei realçar alguns encaixes a seguir.

Breves apontamentos sobre uma cidade em convulsão.

A Revolução Cubana inscreveu-se na história como um dos eventos mais significativos ocorridos durante o século XX. Num primeiro estágio, a deposição de Fulgêncio Batista e a instauração de um novo governo representaram os anseios urgentes por um duplo fim: o fim de uma era sob o julgo de um ditador peculiar, conhecido por ser “jogador, populista, viverdor” e ao mesmo tempo “sanguinário”,⁴ e o fim de uma identidade nacional maltratada por uma metrópole – dessa vez não mais a áurea Coroa espanhola de outrora, mas outra mais nova e mais próxima,

³ MORSE. “As cidades ‘periféricas’ como Arenas Culturais”, p.205.

⁴ MACHOVER, Jacobo (org.). *La Habana 1952-1961: El final de un mundo, el principio de una ilusión*. Madrid: Alianza Editorial, 1995, p.20.

vizinha ao Norte, que não se “atrevia a se apresentar como tal”,⁵ mas que estabelecia um poder análogo, mostrando suas garras sempre que preciso. Tais anseios eram reforçados, como elucidada o historiador Eric Hobsbawm (1995), pelo resgate da imagem de libertadores históricos como Simón Bolívar e José Martí e pela incorporação da retórica “anti-imperialista e social revolucionária da esquerda pós-1917”.⁶

Ao mesmo tempo que tentava romper com essas formas de dominação, o advento revolucionário também representou a mudança definitiva no panorama das cidades cubanas. Havana, o modelo mais significativo, sofreu transformações radicais que buscavam livrá-la de todo o imaginário presente no inconsciente coletivo, de uma cidade marcada pela corrupção, pelos jogos de azar e pelos prazeres fáceis, uma espécie de “prostíbulo dos Estados Unidos”.⁷ A capital tornou-se uma espécie de tábula rasa para os movimentos de esquerda, convertendo-se no coração pulsante de um novo país e, pelo menos durante os estágios iniciais, no centro dos olhares do mundo socialista. Em suma, era o destino para o qual confluíram muitos intelectuais: “El viaje a La Habana se convierte en una peregrinación obligada”.⁸ Do ponto de vista interno, a cidade também exercia um magnetismo sem precedentes, convidando os homens à ação e, naturalmente, fortalecendo-se como centro cultural da ilha. Muitos escritores e artistas que se encontravam fora do país durante a ditadura de Batista retornaram à capital, unindo-se a outros tantos que, vindo de cidades próximas ou distantes, buscavam as novas oportunidades geradas pela Revolução.

A mudança crucial no ambiente de grande expectativa existente em Havana ocorreu, sobretudo, a partir de 1961, quando do rompimento político entre Cuba e Estados Unidos. A partir desse momento, que confirmou a orientação socialista do regime cubano e que resultou na ostensiva centralização do poder nas mãos de Fidel Castro, iniciou-se uma nova fase no país marcada por duras repressões que causaram fraturas na própria base de apoio ao movimento revolucionário. De agora em diante, todas as formas de expressão cultural deveriam refletir os valores defendidos pela Revolução, e posicionamentos marginais já não seriam mais permitidos. Logicamente, qualquer crítica ao regime passaria a ser vista como atitude contrarrevolucionária, o que transformou profundamente o ambiente da cidade: a outrora buliçosa Havana agora parecia sufocar.

⁵ MACHOVER. *La Habana 1952-1961*, p.20.

⁶ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.427.

⁷ MACHOVER, Jacobo (org.). *La Habana 1952-1961*, p.17.

⁸ MACHOVER. *La Habana 1952-1961*, p.22.

O exílio despontou então como um dos horizontes possíveis para muitos intelectuais, uma alternativa considerada por todos aqueles que mantinham a crença inabalável na liberdade artística e no pensamento crítico, e que por isso entravam em choque direto com o “freio político e espiritual”⁹ estabelecido pelo regime. Escritores como Severo Sarduy, Reinaldo Arenas e Guillermo Cabrera Infante, seguiram por essa linha após experiências individuais de desgaste com a oficialidade, não encontrando outra alternativa senão a saída definitiva do país. Ao optar por um caminho autônomo, como explica Jacobo Machover, eles: “prefirieron el individuo a la masa, la escritura en libertad a la cultura teledirigida, la marginalidad, el no-reconocimiento o inclusive la prisión a los puestos oficiales confortables.”¹⁰

Outro caminho igualmente difícil foi o daqueles que se tornaram exilados em sua própria pátria. Além do isolamento característico, o silêncio, fruto da repressão governamental, ou a autocensura, utilizada como estratégia de sobrevivência, faziam parte dessa existência conturbada. Lezama Lima, por exemplo, escrevia à sua irmã: “Existen los cubanos que sufren fuera, y los que sufren igualmente, quizás más, estando dentro de la quemazón y la pavorosa inquietud de un destino incierto”.¹¹ Nem mesmo a reconhecida representatividade de Lezama para a cultura cubana garantiam-lhe paz. O silêncio auto imposto sobre seu posicionamento político, sempre alvo de críticas, aliado à dificuldade do governo em lidar com sua homossexualidade, tornaram-se fatores preponderantes para que o poeta fosse progressivamente deixado de lado, resultando numa existência obscura e na maioria das vezes solitária.

Essas distintas experiências decorrentes das implicações do campo político, aliadas às observações individuais e aos modos pessoais de experimentar o espaço urbano, contribuíram para o surgimento de interpretações bastante originais e variadas sobre Havana. Através da voz de seus intérpretes a capital tornou-se exemplo vivo de uma cidade barroca, carregada de tensões e contradições próprias que demarcavam sua singularidade frente a outros espaços no mundo e que, ao mesmo tempo, conectava-a com a América Latina.

Assim, *Três Tristes Tigres* e *Paradiso* surgem então como interessantes espaços de observação, uma vez que foram novelas que trouxeram representações extremamente originais sobre a cidade, dando vãsão ao imaginário e à memória de seus autores. Em ambos os casos, os romances serviram

⁹ BERMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.152.

¹⁰ MACHOVER, Jacobo. *La memoria frente al poder: Escritores cubanos el exilio - Guillermo Cabrera Infante, Severo Sarduy, Reinaldo Arenas*. D’aquesta edició: Universitat de València, 2001. p.14.

¹¹ LIMA, José Lezama. “Cartas a Eloísa”. *deLIRAS*, Piñar del Río, n.11, abr.-jun. 2001, p.28. Captado em: <http://www.vitral.org/vitral/deliras/11/lezama.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2016.

como espaços de fuga pela memória, tanto de Cabrera Infante quanto de Lezama Lima que, vivendo em constante tensão no presente, buscaram nas memórias afetivas da cidade um caminho para uma existência mais aceitável.

Sobre as interpretações e representações sobre Havana nas referidas obras é o que tratarei a seguir.

A Havana em ruínas em *Três Tristes Tigres* de Guillermo Cabrera Infante.

Como apresentado previamente, tanto a experiência política conturbada com oficialidade cubana, quanto a experiência de exílio vivida por Guillermo Cabrera Infante em decorrência desse evento, tiveram uma importância crucial nas formas com que o autor experimentou, interpretou e representou o espaço urbano. Vista do exterior, Havana tornou-se uma obsessão na vida do escritor, aparecendo representada não só em suas novelas, mas também em seus principais ensaios e artigos publicados ao longo dos quase quarenta anos em que viveu como dissidente. Tentando justificar sua fixação pela cidade, ele afirmava numa entrevista em abril de 1984:

El gran descubrimiento de mi vida fue la ciudad de La Habana. No solamente descubrí la ciudad sino descubrí un cosmos, descubrí un hábitat y descubrí un mundo particular. Para mí eso fue decisivo. Yo tenía doce años, venía de un pueblo de campo. El deslumbramiento que me produjo La Habana no me lo ha producido ninguna otra ciudad. La más hermosa de todas las ciudades que yo conozco, Río de Janeiro, no me produjo nunca esa gran explosión sensual. Porque era la explosión de la vista, la explosión del olfato, del oído, del gusto. Todo eso yo lo recordaré toda mi vida y, cuando lo estaba apreciando, no pensaba que lo iba a recordar tanto. [Grifo nosso] ¹²

Esse sentimento de surpresa do autor diante da recordação excessiva da cidade ausente é um dos aspectos mais significativos do choque que se opera na mente do exilado. De uma hora para outra, as relações com o espaço são modificadas e tudo aquilo que a nova condição de desterro lhe retira, volta-se contra ele como objeto de desejo. Em *Tudo que é sólido desmancha no ar* (1982), Marshall Berman expressa essa relação em termos de uma “ironia ambivalente”, uma atitude comum diante da cidade moderna: “quanto mais o falante condena a cidade, mais vividamente a evoca, mais atraente ela se torna; quanto mais ele se afasta dela, mais profundamente se identifica com ela, mais claramente mostra que não pode viver sem ela”.¹³

Para resolver essa necessidade, esse desejo do espaço ausente, o exilado encontra diante de si apenas uma alternativa: a recorrência à memória. É através da memória que ele pode acessar não

¹² MACHOVER. *La memoria frente al poder*, p. 225.

¹³ BERMAN. *Tudo que é sólido desmancha no ar*, p. 237.

só o espaço perdido, mas os sentidos inerentes ao mesmo. A Havana das explosões da visão, do olfato, da audição e do paladar toma forma na memória de Cabrera Infante, recuperando traços do vivido, e leva-o a abandonar, mesmo que brevemente, a dura condição do presente para fundar suas raízes num passado glorioso, numa era mítica. Esse espaço mítico acessado pela memória aparece como um dos aspectos fundamentais da literatura de Guillermo Cabrera Infante. É com base nele que o autor recria a Havana pré-revolucionária em *Três Tristes Tigres* (1967),¹⁴ numa representação da cidade que apela para os sentidos. De acordo com Jacobo Machover a cidade mítica de Infante é o lugar em que tudo é permitido, é o espaço da emancipação: “el decorado natural de la errancia de los personajes, que buscan en la noche la justificación de su existencia, de sus interrogaciones y sus deseos.”¹⁵

Em sua ode à noite tropical, Havana é representada através de pequenas imagens, como *flashes* de um filme desgastado pelo tempo. As sequências de pequenas histórias narradas acabam criando um efeito parecido com uma película de cinema, onde cada quadro colocado em perspectiva acaba gerando o efeito de movimento. É a cidade do *Tropicana* – “o cabaré MAIS fabuloso do mundo”,¹⁶ para onde se dirigem os mais diferentes tipos de pessoas: desde turistas estrangeiros e importantes personalidades políticas, até pessoas mais simples dispostas a dançar. É a cidade da música, da confluência de idiomas (o inglês e o “cubano” emulativo de Infante, carregado de gírias), é o espaço das mulheres, do sexo, dos encontros fortuitos entre trabalhadores que desfrutam dos prazeres da noite e da boemia.

Em *Três Tristes tigres*, Cabrera Infante foge das longas descrições e dos detalhes pormenorizados sobre a arquitetura da cidade. O objetivo do escritor não é o de criar um guia turístico sobre Havana. Interessa-lhe, sobretudo, acessar a cidade a partir das relações humanas, dos costumes, das conversas, dos “mexericos”, do riso, e especialmente das sensações – características que para o autor foram suplantadas pela nova ideologia enrijecida do regime socialista através de uma política do silêncio: “Não pode haver final mais triste, no laconismo de uma cidade que era loquaz, faladeira, a pátria dos *hablaneros*. Agora os lacônicos moram nela, e havana tornou-se uma cidade-fantasma para turistas torpes” [grifo do autor].¹⁷

Vista em seu contexto político, sua representação de Havana pode ser encarada como uma resistência do autor frente ao regime político de Fidel Castro. Uma cidade que está acima de

¹⁴ INFANTE, Guillermo Cabrera. *Três Tristes Tigres*. Trad. Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

¹⁵ MACHOVER. *La memoria frente al poder*, p.23.

¹⁶ MACHOVER. *La memoria frente al poder*, p.21.

¹⁷ INFANTE, Guillermo Cabrera. *Mea Cuba*. Trad. Josely Vianna Baptista. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.128.

qualquer ideologia, colocando no centro do relato a vida, a noite, a música, a dança, e não os discursos revolucionários e os comícios de massa. A urbe inventada por Infante foge das noções políticas de sacrifício e culto ao trabalho que se tentava promover em Cuba no período da publicação da obra, fato que também explica o porquê de o romance ter sido banido no país.

Do ponto de vista interno da obra, ao mesmo tempo que a recuperação do passado mítico pela memória possibilita a sobrevivência das relações humanas e dos sentidos, provocando o rompimento momentâneo com a realidade de uma cidade arruinada no presente, ela também carrega em si um sentido forte de angústia. Isso porque a memória não se desconecta completamente do presente, e a realidade pungente da Havana castrista sempre lançará sua sombra sobre a Havana imaginária criada por Infante. Disso resulta que mesmo que a cidade criada em *Três Tristes Tigres* se apresente com cores vivas e alegres, ela sempre carregará um fundo melancólico de uma cidade em ruínas.

Será sempre a sombra imperfeita da cidade que foi um dia, um fantasma que assombra e perturba a memória do exilado.

Havana e o Paraíso poético de José Lezama Lima.

Assim como a novela de Cabrera Infante, *Paradiso* (1966) de José Lezama Lima oferece uma perspectiva igualmente original sobre a cidade. Em sua interpretação, a memória também exerce a função de fio condutor para a representação do espaço urbano, possibilitando o acesso a uma Havana igualmente fundada no passado. Todavia, trata-se de um tipo memória sutilmente diferente: não é aqui a memória por vezes vacilante do exilado, sujeita a distorções referenciais provocadas pelo tempo e pela distância, mas sim a que se faz presente no indivíduo que tem a possibilidade cotidiana de encarar a cidade transformada, recordando minuciosamente dos espaços antigos, das relações afetivas, enfim, de todo o universo que se relaciona com seu passado e com o da cidade. Assim, embora num primeiro momento o exercício de Lezama pareça semelhante ao de Cabrera Infante em *Três Tristes Tigres* – propondo um retorno ao passado perdido, a uma Havana fundada no mito, paradisíaca –, quando visto de forma mais próxima torna-se uma experiência diferente, na medida em que seus referenciais e níveis de memória são distintos dos de Cabrera.

Lezama faz de *Paradiso* uma recordação da própria vida. Através de uma linguagem poética e barroca ele recria nesse romance semiautobiográfico a trajetória de infância e juventude do personagem José Cemí, uma espécie de álter ego do autor. Aspectos da história de Cemí fundem-se com episódios reais vividos por Lezama, e misturam-se com outras múltiplas referências,

transformando a novela num hipertexto barroco. Em retrospectiva, analisando sua criação, José Lezama Lima justificava a proximidade com o real da seguinte forma:

Yo creo que *Paradiso* parte de su circunstancia, de su realidad inmediata. Ofrece las dos cosas: lo muy inmediato, lo más cercano – la familia – y lo que se encuentra en la lejanía, lo arquetípico – el mito –. Toda novela es siempre algo biográfica; todo novelista emplea recursos idiomáticos, recuerdos de su infancia, entrevisiones, momentáneas fulguraciones, una visión, una totalidad.¹⁸

A Havana recriada por Lezama em *Paradiso* passa necessariamente pelo núcleo familiar, ela é uma extensão natural do lar: é a cidade das reuniões ao redor da mesa, das discussões em família, dos jogos de infância, dos sabores da cozinha, das fofocas entre vizinhos, etc. Mesmo quando transposta para os espaços públicos, subsiste na cidade um espírito aconchegante dado pelas conversas na calçada, pela sociabilidade da praça pública, pelos passeios à beira mar. É uma cidade diurna acima de tudo, o oposto da Havana noturna pintada por Guillermo Cabrera Infante.

Para Lezama a cidade possui um ritmo próprio: “Ritmo de pasos lentos, de estoica despreocupación ante las horas, de sueño con ritmo marino, de elegante aceptación trágica de su descomposición portuaria porque conoce su trágica perdurabilidad”.¹⁹ Uma cidade que se desenvolveu segundo uma tradição, através de conflitos, simbioses e sobreposições: Havana não surgiu da noite para o dia “en una semana de planos y ecuaciones”. Diferente das megalópoles, absorvidas em suas próprias preocupações expansivas, criando um homem desenraizado, Havana, embebida em cultura, tornou-se cada vez mais próxima do homem. Trata-se de uma relação dupla de vivência e absorção: o homem vive na cidade e ela o absorve, assim como a cidade vive no homem e ele a absorve. Segundo Ana Casado Fernández: “hay una influencia bidireccional entre hombre y ciudad por la que ambos forman un todo: espacio corporal humano y espacio monumental urbano se funden constituyendo al hombre-ciudad o a la ciudad-hombre”.²⁰

Um dos espaços presente na Havana poética de Lezama, que representa essa relação de simbiose entre homem e cidade, é a rua. Na novela, a rua ganha vida através das representações das *calles* Obispo e O’Reilly, famosos caminhos da Havana Velha, que são descritas como as favoritas do personagem José Cemi:

Esas dos calles fueron siempre sus preferidas, en realidad, son una sola en dos tiempos: una para ir a la bahía, y otra para volver a internar-se en la ciudad. Por una de esas calles parece que se sigue la luz hasta el mar, después al regreso por

¹⁸ LIMA. *Paradiso*, pp.49-50.

¹⁹ MACHOVER (org.). *La Habana 1952-1961*, p.63.

²⁰ FERNÁNDEZ, Ana Casado. “El espacio urbano de La Habana como discurso: entre la historia y la memoria”. *Ángulo Recto*. Madrid. v.3, n.1, 2011, p.68.

una especie de prolongación de la luz, va desde la claridad de la bahía hasta el misterio de la médula de saúco.²¹

Obispo e O'Reilly são apresentadas como espaços de passagem que levam a direções opostas: uma em direção ao mar e outra de volta à cidade. A iluminação se dá em perspectivas reversas: uma se faz naturalmente intensa levando o caminhante à amplitude da baía, e a outra se apresenta como uma prolongação da luz natural, saindo da claridade absoluta e seguindo em direção ao interior, como se fosse atraída pelo magnetismo da cidade. O autor continua:

El obispo baja por una de esas calles, bajo palio, rodeado de farolas. Va a llevarle a la extremaunción a un alférez que se muere en un galerón. Sube por la otra calle un general de origen irlandés, rubio muy tostado por largas estancias en el Líbano, porta un bastos florecido, adquirió la costumbre de usar aretes en las camapañas de Nápoles. Esas dos calles tienen algo de barajas. Constituyen una de las maravillas del mundo. Raro era el día que Cemí no las transcurría, extendiéndose por sus prolongaciones, la plaza de la Catedral, la plaza de los Gobernadores generales, la plaza de San Francisco, el templete, el embarcadero para la Cabaña, Casa blanca o Regla.²²

Aqui ocorre a metamorfose. As ruas passam a ser dotadas de características humanas numa operação transhistórica de resgate da imagem de seus patronos. Obispo – homenagem a Pedro Agustín Morel de Santa Cruz, bispo de Havana da segunda metade do século XVIII – ressurgue no tempo, vestindo seu manto e seu pálio adornado, e iluminado pela luz dos postes segue a levar a extrema-unção a um alferes que morre numa festa. Trata-se aqui de uma imagem sobre outra imagem. Lezama mistura propositadamente as referências – a rua Obispo também foi palco de uma tragédia ocorrida um século antes da chegada do famigerado clérigo: a morte de Maria de Cepero, filha do Governador Diego Rivera y Cepero, durante uma festa que ela mesma promovia no palácio de governo, vítima de um tiro de arcabuz.²³ Assim, a rua Obispo torna-se palco de um encontro improvável, entre personagens separados por um século de distância. É como se os fantasmas do bispo de Santa Cruz e de Maria Cepero dividissem espaço com José Cemí a cada vez que o jovem personagem frequentasse aquela rua. Esse efeito é intencional, Lezama projeta sobre o espaço urbano sua visão imagética de mundo: a história para o autor, assim como a vida, não é mais que mera sucessão de imagens que se inscrevem no tempo. A rua transforma-se então numa tela de sucessivas imagens possíveis.

O mesmo processo ocorre ao descrever o movimento na rua O'Reilly, onde sobe pela rua “un general de origen irlandés”. Trata-se do General Alejandro O'Reilly, que chegou à Havana em

²¹ LIMA. *Paradiso*, p.386.

²² LIMA. *Paradiso*, p.386.

²³ Sobre a origem do nome da rua Obispo e da morte de Maria de Cepero, cf. Em: TORRE, José M. de La. *Lo que fuimos y lo que somos ó La Habana Antigua y Moderna*. Havana: Librería Cervantes, 1913, p.52.

1763 para inspecionar as tropas no período da restauração da cidade. O movimento inverso das ruas (o Bispo desce a rua, e o General sobe) descrito por Lazama não é ao acaso: converte-se em mais uma sobreposição de imagens históricas. Conta-se que, ao chegar em Havana, o General O'Reilly: “hizo su entrada por esta calle, saliendo el conde de Albermale por la del Obispo”.²⁴ Esse movimento oposto das ruas funciona como um espelho, como uma carta de baralho – “estas calles tienen algo de baraja” –, é a *dobra* barroca lezamesca²⁵ circunscrita no espaço urbano através de imagens sobrepostas.

A Havana de *Paradiso* é a fuga poética de Lezama ao passado de uma cidade acolhedora, capaz de incorporar as mais diversas culturas (egípcia, grego-romana, hindu, ameríndia) e conjugá-las com a realidade crioula de Cuba. Ela é ao mesmo tempo a cidade contrapontística: religiosa e de descobertas sexuais de seus personagens. Mas se inscreve sobretudo como uma cidade inocente, é o paraíso bíblico livre de qualquer pecado, é a Havana de seus sonhos.

Sua cidade-poema é plural e abundante, diferente da cidade real ameaçadora que gera angústia e aprisiona Lezama na vida real. É farta, em contraposição à realidade de racionamento dos primeiros anos de infortúnio revolucionário. Enfim, é uma cidade dos sonhos pueris de um escritor que jamais perdeu sua inocência insular. É a Havana de um homem que conhece a medida de sua cidade: “Siente el artista su ciudad, su contorno, la historia de sus casas, sus chismes, las familias en sus uniones de sangre, sus emigraciones, los secretos que inician, las leyendas que se van extinguiendo por el cansancio de sus fantasmas”.²⁶

²⁴ TORRE. *Lo que fuimos y lo que somos ó La Habana Antigua y Moderna*, p.52.

²⁵ Sobre a ideia de dobra barroca cf. Em: DELEUZE, Gilles. *A Dobra: Leibniz e o Barroco*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1991.

²⁶ MACHOVER (Org.). *La Habana 1952-1961*, pp.61-62.

Simpósio Temático 14:

Poder e fé na Antiguidade Tardia e na Idade Média

Aléssio Alonso Alves

Doutorando

UFMG

alessioalves@gmail.com

Felipe Augusto Ribeiro

Doutorando

UFMG

felipeaur@gmail.com

Letícia Dias Schirm

Doutoranda

UFMG

letschirm@gmail.com

Caroline Coelho Fernandes

Mestranda em História.

UFOP- Universidade Federal de Ouro Preto

carolfernandes1989@yahoo.com.br

Stephanie Martins de Sousa

Mestranda em História.

UFOP- Universidade Federal de Ouro Preto

stephannemartins@hotmail.com

Proposta do Simpósio:

A proposta desse Simpósio Temático é consolidar os Encontros de Pesquisa em História da UFMG como espaço para debate, meio de intercâmbio, consolidação e expansão das pesquisas sobre a Idade Média realizadas no Brasil. Entende-se que eventos desse tipo são importantes para aprofundar as reflexões e os diálogos historiográficos, bem como apresentar novas fontes ou abordagens ainda pouco conhecidas. O objetivo principal é contribuir para a compreensão das relações entre poder e fé nos períodos convencionados como Antiguidade Tardia e Idade Média. As comunidades políticas desses períodos teriam possuído especificidades no que diz respeito ao exercício do poder e ao lugar que a crença cristã ocupava nas relações cotidianas. Reflexões

relacionadas à estruturação desses dois tópicos, em suas múltiplas dimensões, permitiriam a compreensão dos discursos construídos em torno de diversas questões, como o “Outro”, a magia, a criação artística, o gênero, a justiça, o governo urbano, o Império, entre outros. A temática proposta, portanto, é bastante ampla e possibilita a inclusão de problemáticas, regiões e tempos diversos. Propomos que seja realizado um debate interdisciplinar, ancorado na percepção do tema pela História, o que permita a troca experiências entre pesquisadores que se dedicam ao estudo dessas épocas em áreas do conhecimento como teologia, direito, artes, literatura, linguística, filosofia e afins. A metodologia adotada pelo Simpósio Temático será a apresentação de comunicações, agrupadas pelos coordenadores e tendo como base a proximidade temática, seguida por debates, de forma que possibilite a participação dos ouvintes.

Um balanço historiográfico sobre os estudos acerca das santas merovíngias

Bárbara Vieira dos Santos

Mestranda
UFRJ/PPGHC
bazinha_vs@hotmail.com

Resumo: Nossa dissertação de mestrado tem o interesse de analisar a participação feminina na conjuntura política e religiosa do período merovíngio, tendo como referência a historiografia e duas hagiografias sobre duas mulheres que viveram no século VII. Para tal, temos analisado trabalhos produzidos sobre esses documentos específicos, *vita Sadalberage* e *vita sanctae Balthildis*, e sobre as concepções de santidade do período. Assim, temos como objetivo nesta comunicação apresentar uma síntese sobre o que tem sido produzido sobre essa temática e a importância desses estudos para a historiografia.

Palavras-chave: dinastia merovíngia, mulheres santas, hagiografia

Considerações iniciais

Nossa pesquisa de mestrado tem tido interesse na participação da mulher no *campo religioso*¹ na sociedade merovíngia do século VII. Para tal, utilizamos como documentação duas hagiografias produzidas no período, a *Vita Sadalbergae abbatissae Laudunesis* e a *Vita domnae Balthildis reginae*².

Temos interesse pela produção eclesiástica do reino franco durante o século VII, especialmente as hagiografias produzidas sobre mulheres nesse período. A partir da leitura de diversas vidas³ á luz da historiografia percebemos que a participação da mulher no decorrer da dinastia merovíngia não passava despercebida. É possível notarmos a atuação delas especialmente no contato com a Igreja⁴ pela participação na expansão do cristianismo e principalmente pela via

¹ O campo é um espaço multidimensional de relações sociais entre agentes que compartilham interesses em comum e disputam, mas não dispõe dos mesmos recursos e competências. Dessa forma, é um espaço entre dominantes e dominados sendo estruturado de maneira hierárquica. Ver BOURDIEU, Pierre. Gênese e Estrutura do Campo Religioso. In: _____. Economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1987, p. 27-79.

² *Vita Sadalbergae abbatissae Laudunesis* é uma hagiografia anônima escrita por volta de 680, contém 31 capítulos e conta a trajetória de Sadalberga, abadessa do mosteiro de Laon. A *Vita domnae Balthildis reginae*, é também anônima, escrita por volta de 680, contém 18 capítulos e fala da trajetória da rainha Balthilde. Ambas estão no livro: MACNAMARA, Jo Ann; HALBORG, Jhon, WHATLEY, Gordon. *Sainted Women of the Dark Ages*. Durham e Londres: Duke University, 1992.

³ Para a seleção da documentação utilizada em nossa pesquisa, fizemos um levantamento prévio de vidas de santa e fizemos a leitura priorizando o século VII e aspectos que pudessem relacionar com o campo. Fizemos a leitura das seguintes vidas: *Vita sanctae Gertrudis*, Monegund, window and recluse of Tours, Glodesind, Abess of Metz, Burgundofara, Abess of Faremoutiers, *Vita Sadalbergae*, Rictrude, Abess of Marchiennes, Aldegund, Abess of Maubeuge e *Vita Balthidis*. Ver _____. *Sainted Women of the Dark Ages*.

⁴ Ao nos referirmos à Igreja estamos fazendo menção a uma instituição que ainda se encontrava em processo de consolidação e expansão.

monástica⁵. No entanto, apesar da constatação da participação das mulheres no período, poucos trabalhos exploram sua inserção no campo ou no âmbito político. Assim, alguns exemplos de autoras que tocam nesse ponto são Jo Ann Mcnamara, Suzanne Fonay Wemple, Jane Schulenburg e o autor Paul Fouracre.⁶ Assim, temos como objetivo nesta comunicação, apresentar uma síntese sobre o que tem sido produzido sobre essa temática e a importância desses estudos para a historiografia.

As mulheres no mundo merovíngio

O processo de levantamento de obras e posterior análise das mesmas, nos levou a alguns questionamentos relacionados à historiografia dessa temática. Por quê análises específicas sobre a vida dessas mulheres são escassas? Como se encontra atualmente? Quais são as temáticas mais trabalhadas? Dessa forma se fez necessário a divisão desse artigo em dois blocos, um relacionado à produção de modo geral sobre as mulheres do período alto medieval e mais especificamente no reino franco e outro relacionado à hagiografia, nosso documento de interesse.

O período alto medieval foi um momento no qual as mulheres tiveram mais oportunidades de ascensão social. Os argumentos dos autores são semelhantes⁷, ao afirmarem que durante o processo de estruturação da sociedade merovíngia, elas encontravam liberdade para participar da organização pastoral, das fundações monásticas e em alguma medida da dinâmica política. No entanto, conforme a hierarquia eclesiástica foi se concretizando, especialmente no século VII essas mulheres foram sendo excluídas dos cargos importantes e pouco a pouco proibidas de promover atividades pastorais ou litúrgicas. Contudo, ainda era possível que elas se destacassem.

Assim como em outros períodos da história, não podemos enxergar as mulheres como um grupo homogêneo, elas tinham suas particularidades sociais, religiosas, de classe, status e ainda que fossem negligenciadas eram também agentes de mudanças na sua sociedade⁸. Tendo isso em mente, podemos inserir a dominação masculina⁹ que por meio da *violência simbólica* impede ou limita

⁵ Se considerarmos a bibliografia analisada alguns autores como Yniv Fox, Sarah L. Greer e Atumn Dolan abordam o monacato como a forma de expressão religiosa na qual as mulheres encontraram mais espaço para se destacar.

⁶ Especialmente nas seguintes obras: FOURACRE, Paul; GERBERDING, Richard. *Late Merovingian France: History and Hagiography, 640-720*. Oxford: Manchester University Press, 1996. MACNAMARA; HALBORG. *Sainted Women of the Dark Ages*. SCHULENBURG, Jane Tibbetts. *Women's Monastic Communities, 500-1100: Patterns of Expansion and Decline*. Signs: University of Chicago, v. 14, n. 2, p. 261-292, 1989. WEMPLE, Suzanne Fonay. *Women in Frankish society: marriage and cloister: 500 to 900*. Pennsylvania: Pennsylvania University, 1985.

⁷ Algumas autoras fazem esse apontamento como: Suzanne Fonay Wemple, Ruth Adam e Jo Ann Mcnamara.

⁸ A autora Sandy Bardsley, analisa as possibilidades de estudos sobre as mulheres no período medieval na introdução do seu livro. Para mais ver: BARDSLEY, Sandy. *Medieval Women*. In: _____. *Women's roles in the Middle Ages*. Santa Barbara: Greenwood Publishing, 2007, p. 1-27.

⁹ O livro *A dominação masculina*, publicado em 1998, tem como objetivo mostrar, a partir do estudo etnográfico de uma sociedade androcêntrica, que os elementos de dominação masculina estão incrustados em nossa sociedade. Ele faz esse

a participação da mulher na dinâmica na qual está inserida, sendo necessária uma percepção que a impulse a combater seu lugar subjugado. Defendemos que as mulheres relatadas nas hagiografias merovíngias são muitas vezes uma referência àquelas que conseguiram agir de forma mais enfática para modificar sua posição de dominada. Devido a disputa dentro do campo, predominantemente masculina, as possibilidades de participação na disputa se tornam ínfimas, sendo assim, preferencialmente um privilégio das mulheres nobres que vemos exemplificadas nas vidas de santas.

Consideremos então que as mulheres participavam do *campo religioso* na posição de dominadas por não terem a possibilidade de ascensão dentro da hierarquia contida nele. Essa limitação acontecia devido à dominação masculina que, de acordo com Bourdieu, “constitui as mulheres como objeto simbólico cujo esse é um ser percebido tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica”¹⁰. Isso ocorria, pois, a dominação estava naturalizada por cair sempre nas mesmas invariáveis: diferenciação sexual e função social¹¹. A dificuldade de romper com essa ordem seria porque, inconscientemente, as estruturas de ordem masculina eram incorporadas pela sociedade¹². Partindo dessa perspectiva, é possível compreender que as mulheres da aristocracia, mesmo que continuassem marginalizadas dentro do *campo religioso*, tinham mais oportunidades de participar da ordem social¹³.

Tendo isso em mente, elas poderiam tornar-se viúvas consagradas, mães, ascéticas, peregrinas, abadessas, mediadoras, negociadoras, santas e professoras. Ruth Adam¹⁴ investiga porque essa variedade de papéis foi sendo reduzida de forma gradual. A hipótese é que a frágil aliança entre a Igreja e reino, junto à dificuldade da dinastia merovíngia de centralizar o poder,

exercício utilizando conceitos importantes como *violência simbólica*, *habitus* e *campo* tendo como pressuposto uma análise materialista, isso significa que o autor entende a assimetria entre os sexos pelas condições de produção da sociedade. Para ele, as instituições como a escola, Estado e Igreja são responsáveis pela produção e reprodução da dominação masculina.

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Porto Alegre: Bertrand Brasil, 2003. p. 90

¹¹ BOURDIEU, A dominação masculina, p. 8

¹² No primeiro capítulo do livro, ele aborda que a diferença anatômica entre os órgãos sexuais pode ser vista como justificativa natural das diferenças. Não cabe aqui fazermos uma análise completa do livro, mas ele argumenta que a raiz da dominação está na diferenciação sexual e a posição subjugada que o órgão feminino sempre teve, sendo apenas o receptor. Na sociedade Cabila é dito que a mulher é dotada das coisas do amor e por isso maléfica e consequentemente não pode participar da sociedade.

¹³ Em nossa pesquisa estudamos santas de trajetórias diferentes que conseguem se destacar, uma pela ação política e pelo monacato e a outra pelo monacato e origem nobre. Balthild tornou-se rainha e Sadalberga ficou com a herança de terras da família. O que elas têm em comum é a santidade, um bem de salvação. No caso dessas mulheres é como se a santidade fosse uma oportunidade no terreno e no espiritual. Dessa forma, acreditamos que a santidade possibilita a participação delas na disputa mesmo que não fosse possível, devido à *violência simbólica*, alcançar um lugar de destaque na hierarquia religiosa.

¹⁴ ADAM, Ruth. Unveiling Precedent: Reclaiming the Power of Women in the Early Church. Michigan: Michigan University, 2006. p. 50-81.

permitiu às mulheres terem um grau de autonomia. Ainda assim, ao mesmo tempo que ocorria a limitação das atividades pastorais a autonomia delas na vida monástica, por exemplo, melhorou¹⁵. O que mudou foi a forma como elas podiam agir mesmo com as limitações impostas.

Obras de referência e principais temas abordados

Ao estudar as mulheres do período merovíngio, os autores vêm priorizando os documentos legais, como concílios, leis e testamentos¹⁶. Isso ocorre por algumas razões, a primeira é a escassez documental, em segundo, a maioria dos documentos são escritos por homens e por último, a historiografia carece de diversidade temática sobre essas mulheres. Política, economia e religião, o que nos interessa, são menos explorados. Contudo, esse quadro vem mudando especialmente devido ao interesse pelo documento hagiográfico, que no caso do período que estudamos é bastante relevante, por ser utilizado, não só para fins de instrução religiosa, mas como uma ferramenta política para a aristocracia na disputa pelo poder.

A obra de maior referência sobre as mulheres no reino franco é a obra da historiadora Suzanne Fonay Wemple¹⁷, o estudo dela é pautado nos documentos legais e na análise da realidade social. Para a autora, as mulheres da cristandade eram mais visíveis do que aquelas na sociedade pagã, no entanto apesar de se destacarem no reino franco, elas não conseguiram nenhum tipo de igualdade, na verdade em fins do período medieval elas eram mais subjugadas do que eram no início. Os francos foram propagadores da cultura ocidental e o estudo sobre as mulheres dessa sociedade é uma luz para essa afirmativa, assim como a participação delas nessa construção. A complicada organização dos merovíngios para consolidação da hierarquia e as mudanças que os carolíngios promoveram no momento posterior despontaram algumas afirmativas sobre as limitações das mulheres no período. A estratificação social e administrativa afetaram a possibilidade de igualdade, e em segundo a emergência da monogamia e de uma família nuclear que aprimorou o poder das mulheres, mas também o limitou¹⁸.

¹⁵ A influência do monacato de Columbano mudou consideravelmente a vida monástica da região da Gália e as religiosas também foram contempladas de maneira positiva. Em nosso terceiro capítulo abordaremos com mais ênfase as mulheres no monacato.

¹⁶ Alguns exemplos de autoras que usam esses documentos como fonte principal são: Bardsley, Suzanne Wemple, Jo Ann McNamara e Jaime Krainer.

¹⁷ O livro é dividido em duas partes, uma sobre a vida social priorizando o casamento a construção da monogamia e outro sobre a vida religiosa, analisando especialmente o monacato as experiências das mulheres. Ver WEMPLE, Women in frankish society.

¹⁸ WEMPLE, Women in frankish society, p. 114

Em outro trabalho, em coautoria com Jo Ann Macnamara, Wemple¹⁹ explora a partir de documentos legais como a Lei Sálca e os códigos dos Burgundos, dos Visigodos e Alamanos, as formas que as mulheres conseguiam alcançar o poder. O argumento do trabalho é que elas utilizaram a estrutura familiar, que teria sido constituída especialmente por meio de documentos legais, como casamento, maternidade e herança para melhorar sua situação social. As regulamentações relacionadas ao casamento foram pouco a pouco permitindo alguma segurança, como por exemplo o presente nupcial e a obtenção terras²⁰.

A sociedade merovíngia teve bastante influência das culturas romana e germânica, variando de região para região especialmente no que tange à produção legislativa. Os códigos abordavam as mais variadas demandas e auxiliaram na organização do reino. Direitos e obrigações das mulheres foram definidos por leis que contemplavam especialmente o casamento. A mulher que era solteira vivia em poder do pai e a casada em poder do marido, mas pelas leis, toda e qualquer ação dependia da sua aprovação. Nesse sentido, existiam três momentos relacionados a união, um deles era a oferta, era negociado os valores, vantagens e termos do casamento; em segundo ocorria o noivado, e o que tinha sido prometido anteriormente não poderia ser descumprido; e por fim o casamento no qual a garantia era o presente de núpcias.

Jaime Krainer²¹, estuda especificamente o documento hagiográfico e aponta que podiam ocorrer algumas contestações em relação ao que era relatado, pois os autores de vidas de santo utilizam de diversos *topói* para sua escrita, além de serem pretenciosos sobre a divulgação de um local ou santo. Uma solução encontrada para evitar esse debate era a utilização de instrumentos retóricos como por exemplo, relatos de experiências empíricas nesse caso, as leis seriam uma das formas de fazer isso. A abordagem da autora indica a importância dos documentos legais na cultura merovíngia e chama atenção da falta de interesse dos monarcas em relação a produção e cumprimento de leis.

Outra temática constante nos estudos sobre as merovíngias são as análises das regras religiosas. A primeira conhecida é a de Cesário de Arles²² para sua irmã Cesária, datada do século

¹⁹ MCNAMARA, Jo Ann; WEMPLE, Suzanne. The Power of Women through the Family in Medieval Europe: 500-1100. Feminist Studies: Special Double Issue Women's History, University of Maryland, v. 1, n. 3/4, p. 126-141, 1973.

²⁰ "In addition to her bride gift, a woman received a morgengabe, or morning gift, after the consummation of her marriage. That settlement usually consisted of real property, and customs varied as to whether she held the usufruct or had outright possession of the gift". MCNAMARA; WEMPLE, Sainted Women of the Dark Ages, p. 129

²¹ KREINER, Jaime. The social life of hagiography in Merovingian kingdom. Nova Iorque: Cambridge University, 2014. p. 39 e 72

²² Cesário de Arles originário da Burgúndia foi monge no mosteiro de Lérins e mais tarde tornou-se bispo de Arles. Ele presidiu diversos concílios e escreveu duas regras monásticas uma delas voltada para monjas do mosteiro de Arles no qual sua irmã era abadessa. Ver FARMER, David H. (Org.) The Oxford dictionary of saints. Nova Iorque: Oxford University Press, 1978.

VI que previa uma vida mais isolada e assim com mais possibilidade de liberdade, ele incentivava elas a não se casarem e se instruírem para poder ensinar. No século VII, o isolamento proposto pelo bispo de Arles não era mais uma boa possibilidade, pois devido aos conflitos dos reinos, especialmente nas fronteiras. Assim, acabava sendo perigoso se fixar em locais mais distantes. A chegada de Columbano²³ e a influência do monacato irlandês foi uma nova possibilidade. Ele defendia que os monges e monjas tinham igualmente a possibilidade de se locomover com o intuito de promover a fé e apostar no crescimento de seus mosteiros. A regra dele não era específica para mulheres, mas seu discípulo Waldeberto teria escrito uma regra²⁴ voltada para mulheres utilizando seus ideais.

A autora Autumn Dolan²⁵, analisa a mudança entre os séculos VI e VII a partir do estudo sobre essas regras monásticas. Ela defende que o mosteiro de Laon, no qual Sadalberga era abadessa, foi o exemplo ideal para a administração de um mosteiro feminino do século VII. Ruth Adam, pontua aspectos das trajetórias de Cesário e Columbano apontando que eles tinham outras ideias acerca da participação feminina na vida religiosa. O primeiro exaltou a mulher, criticou o pensamento misógino e encorajou a ingressarem na vida monástica e a persuadir o marido ao celibato. O tipo de fundação ideal para ele permitiria, com o distanciamento, que a abadessa fosse a única autoridade possível, limitando assim a ação dos bispos naquela região. Devido a conjuntura de conflito do reino, para Cesário a vida isolada era o que as protegeria²⁶. Columbano, foi o responsável pelo florescimento monástico do século VII, o monge estava interessado em manter contato com as famílias aristocráticas e construir uma vasta quantidade de mosteiros nos quais seus preceitos ascéticos predominariam e acreditava nas mulheres como aliadas a instituição monástica as inserindo em seu conjunto de fundações tanto femininas quanto mistas.

Assim, podemos pensar o monacato como o espaço de maior expressão e participação dessas mulheres, especialmente a partir do século VII. O que as impedia de aumentar sua influência eram os limites pragmáticos do cristianismo²⁷. O que ambos trabalhos evidenciam é que apesar de

²³ Columbano foi um monge irlandês que evangelizou no continente. Nobre de nascimento em 590 viaja para a Gália e inicia uma trajetória pautada especialmente na fundação de mosteiros com patrocínio da nobreza. Seus mosteiros seguiam os preceitos irlandeses de monacato, tendo a páscoa em um dia diferente e o bispo sob autoridade do abade. Essas diferenças obviamente causaram conflitos com os reis, mas sua influência continuou. FARMER, *The Oxford dictionary of saints*.

²⁴ Também de origem nobre, foi o terceiro abade do mosteiro de Luxeuil. Teve destaque na formação de bispos e pela criação de uma regra para mulheres inspirada das de Columbano e Bento. Ele também foi fundamental na trajetória monástica de Sadalberga de Laon.

²⁵ DOLAN, Autumn. *Revival of female spirituality: adaptations of nun's rules during the Hiberno-Frankish monastic movement*. MFF, v. 46, n. 1, p. 38-62, 2010. p. 49.

²⁶ ADAM, Ruth. *Unveiling Precedent: Reclaiming the Power of Women in the Early Church*. Michigan: Michigan University, 2006.

²⁷ ADAM. *Unveiling Precedent*, p. 68.

pouco a pouco ter sua participação limitada pensar na consolidação da igreja no reino franco não é possível sem levar em conta a participação feminina.

Outro tipo de evidência são as hagiografias porque relatam a experiência religiosa dessas mulheres e mostram sua influência na religiosidade que estava sendo construída, temática de nosso maior interesse. O período merovíngio é por excelência o momento em que mais hagiografias foram produzidas, isso ocorreu especialmente porque os santos eram não só utilizados como exemplos morais e religiosos, mas seu culto também servia para valorizar famílias, regiões e registros da conjuntura na qual estavam inseridos. Assim, dada a abundância de relatos hagiográficos é possível considerar esse tipo de documento como parte constitutiva da história dos francos²⁸.

O relato hagiográfico foi grande promotor do estilo de vida monástico e representava em suma figuras nobres. Isto posto, os merovíngios procuravam acelerar a divulgação dos santos santificando famílias inteiras a partir do incentivo a criação de comunidades para agilizar a ascensão desses personagens. Dada a existência de uma rede de fundações cenobíticas, como defende Krainer²⁹, podemos apontar que essas hagiografias eram também um investimento por parte das camadas mais altas chamando a atenção mais uma vez a refletirmos sobre o conteúdo dessas vidas porque elas tinham intenção e público. Provavelmente, por essa razão, comparado a outros momentos ou reinos da alta idade média constatamos que essa foi a época de maior registro de hagiografias sobre mulheres, sendo importante para construção da nossa problemática.

A medievalista Jo Ann Mcnamara³⁰ junto a outros autores publicou uma compilação com a tradução de 18 vidas de santas que viveram no reino franco entre os séculos VI e VII, permitindo uma maior acessibilidade para os demais pesquisadores. Essa obra não apresenta apenas a tradução, mas explora cada uma delas com a intenção de expandir o campo do estudo das hagiografias femininas do período³¹. Algumas das temáticas apresentadas são por exemplo, a existência de hagiógrafas mulheres³², a relação da produção com o contexto e, o que nos chamou mais atenção, a época merovíngia como o momento do surgimento de um outro tipo de santidade: a mulher monástica, mas que não está isenta dos conflitos do mundo externo e que é menos austera em

²⁸ Jaime Krainer fala que a dinastia merovíngia teve seu pontapé inicial possivelmente devido a influência de Clotilde na conversão de seu marido, o rei Clovis I. Apenas com esse exemplo já seria possível afirmar a importância da participação feminina.

²⁹ KREINER, The social life of hagiography in Merovingian kingdom.

³⁰ MCNAMARA; HALBORG, *Sainted Women of the Dark Ages*.

³¹ WASYLIW, Patricia H. Review of *Sainted Women from the Dark Ages*. *Speculum*, v. 71, n. 2, p. 467-469, 1996.

³² No caso de Balthid existem discussões sobre a possibilidade de a vida ter sido escrita por um a monja em Chelles e no de Radegunda, Baudonívia uma monja de Potier escreveu uma das versões de sua vida.

relação a influência oriental monástica³³. Apesar de conterem os lugares comuns das hagiografias, as mulheres relatadas podiam ser casadas, viúvas, mães, e suas trajetórias nem sempre continham milagres ou um ascetismo rigoroso. Isso mostra que a vida religiosa para as mulheres era uma forma de se afastar do poder da família, evitar o casamento, conquistar autonomia e para a construção da santidade era uma promoção política, familiar ou do próprio local de culto.

Nesse sentido, um dos aspectos que a autora Lynda Coon³⁴ trabalha é em relação ao público e demanda dessas vidas. Ela defende que para além dos usos políticos essas hagiografias continham um discurso que promovia a divulgação dos textos bíblicos porque serviam também para a instrução oral dos fiéis, sendo vantajoso para evangelização. Os relatos sobre rainhas, por exemplo, encontravam nesse tipo de narrativa uma outra oportunidade de mostrar habilidades. Para nós, essas hagiografias nos permitem verificar como elas costumavam agir, suas relações e se exerciam alguma influência.

A mesma autora ainda destaca alguns aspectos frequentes nos relatos como o serviço doméstico, os trabalhos de caridade, a inspiração em virtudes dos bispos como a valorização da mortificação e o claustro³⁵. Para Coon essas mulheres eram retratadas como o prenúncio da salvação o que ela justifica com o tratamento que Tácito dá as mulheres em seus escritos acerca das potencialidades femininas na santidade. Além disso, ela acredita que o discurso bíblico é a chave para compreendermos o significado simbólico das vidas feminina³⁶. Outro relevante apontamento, o qual concordamos e percebemos em nossa documentação, é que a presença de figuras de autoridade masculina aparece nas hagiografias não apenas para legitimá-las como abadessas, santas ou religiosas, mas sim como uma demonstração de obediência àqueles que estavam no topo da hierarquia³⁷. Essa afirmativa ratifica a necessidade de que essas mulheres acabavam tendo de se relacionar com autoridades monásticas e episcopais a fim de estabelecer a sua autonomia.

Considerações finais

Com a nossa breve discussão é possível apontarmos alguns elementos que ficam mais evidentes quando estudamos as mulheres santas do período merovíngio. Um deles é a evidência de

³³ MCNAMARA; HALBORG, *Sainted Women of the Dark Ages*, p. 8-9.

³⁴ COON, Lynda. *Sacred fictions. Holy Women and Hagiography in Late Antiquity*. Philadelphia-Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1997.

³⁵ Isso é relativo e caracteriza mais os elementos dos séculos V e VII, pois no século VII a possibilidade de sair dos muros do mosteiro era muito mais atraente e real. Esse aspecto isso é bastante abordado na vida de Sadalberga. Ver COON. *Sacred fictions*, p. 50.

³⁶ COON. *Sacred fictions*, p. 151

³⁷ COON. *Sacred fictions*, p. 153

que a consolidação do reino merovíngio teve sim a participação efetiva de mulheres e é possível percebermos isso devido a presença delas em documentos do período. No caso específico do reino franco, essas mulheres foram participantes da consolidação especialmente pela via religiosa e pelo casamento, como apontam os autores abordados.

Outro aspecto está relacionado a prática religiosa dessas mulheres, um dos caminhos possíveis para elas se destacarem, especialmente pelo ingresso no monasticismo. O resultado de um curso preocupado com o ascetismo, acabava sendo uma possibilidade para o alcance da santidade. Nesse caso, abordamos as hagiografias como o tipo de documento que possibilita observar e problematizar a santidade, especialmente por sabermos que em sua maioria essas mulheres eram das famílias aristocráticas e que a trajetória religiosa poderia influenciar no prestígio de seus pares.

Por ultimo, podemos apontar que apesar de atualmente a produção ter aumentado, a historiografia abordava pouco a questão das mulheres no período merovíngio especialmente no que tange os estudos acerca do documento hagiográfico. Dessa forma, temos construído a nossa pesquisa pensando nesses aspectos e privilegiando as vidas de Sadalberga e Balhild.

Reflexões iniciais acerca da santidade no *Pasionario Hispánico* e a construção de um perfil de santo mártir nas paixões visigóticas escritas entre o século VI e o princípio do século VIII

Flora Gusmão Martins

Mestranda

PPGHC-UFRJ/CAPES

flora_gusmao@hotmail.com

Resumo: O presente artigo faz parte de uma etapa inicial de nossa pesquisa de mestrado, na qual pretendemos construir um perfil de santidade martirial a partir de uma análise comparativa das paixões escritas no período de hegemonia do reino visigodo (VI – princípio do século VIII), relacionando-o ao processo de fortalecimento da instituição eclesiástica visigoda. Neste trabalho objetivamos, por um lado, valorizar a discussão bibliográfica sobre martírio e santidade, apresentando os principais autores estudados, e, por outro, refletir sobre este fenômeno nas paixões visigóticas do período mencionado, a partir de uma primeira análise da fonte por nós estudada, o *Pasionario Hispanico*.

Palavras-chave: Reino Visigodo, Santidade, Mártir

Introdução

Temos como objetivo apresentar neste artigo uma discussão bibliográfica acerca dos temas da santidade e do martírio, uma reflexão inicial de nossa pesquisa que tem como objetivo construir um perfil de santidade martirial a partir da análise comparativa de nove paixões escritas no reino visigodo dos séculos VI, VII e princípio do VIII, momento de chegada dos árabes no território. O reino em questão, situado na região da Península Ibérica, no período por nós analisado passava por um processo de fortalecimento tanto político quanto religioso. Após a conversão de Recaredo (586-601) ao cristianismo niceno¹, a instituição eclesiástica intensificou ainda mais o seu processo de consolidação na região, principalmente com medidas como as normatizações conciliares, a difusão do culto aos santos e unificação da liturgia. Relacionada às duas últimas podemos ressaltar a preocupação em produzir e divulgar hagiografias, textos estes que relatam a vida de um santo, focando nos aspectos da santidade do personagem. Em nossa pesquisa temos como objetivo

¹ O cristianismo niceno foi aquele definido como ortodoxo pela instituição eclesiástica no concílio de Niceia (325), em grande parte contra a interpretação antitrinitária ariana, interpretação esta que o monarca anterior a Recaredo, Leovigildo (c. 569 – 586) teria baseado sua política de unificação que, segundo García Moreno, teria gerado ainda mais conflitos. GARCÍA MORENO, Luis. *Historia de España Visigoda*. Madrid: Catedra, 1989.

analisar as paixões, um tipo específico de hagiografia que, segundo a filóloga Izabel Velázquez, é uma das primeiras manifestações da literatura hagiográfica, junto com as atas de martírio².

O termo mártir

A historiografia demonstra que o perfil do santo vai se modificando ao longo do período medieval. De acordo com o historiador André Vauchez tudo provém do culto aos mártires, que em um momento inicial foram os únicos santos venerados pelos cristãos, e conservaram na Igreja um prestígio considerável³. A teóloga Candida Moss apresenta a dificuldade em definir o fenômeno do martírio e saber suas origens. De acordo com ela o termo *martys* fazia referência a testemunha ou ao testemunho apresentado por um indivíduo em um julgamento, tendo sido utilizado primeiramente em um contexto legislativo. Com o tempo e sua maior difusão, o termo foi gradualmente modificando seu significado para como o entendemos hoje: um indivíduo que prefere morrer a renunciar a sua fé em Cristo ou à obediência aos seus ensinamentos. De acordo com ela, em dois séculos após a morte de Jesus, o significado do termo teria se transformado de testemunha ocular para um cristão executado. Moss afirma que o significado do termo *martys* foi transformado discursivamente pelas primeiras comunidades cristãs mesmo depois de sua primeira aplicação para definir um cristão executado. Assim a autora trabalha com uma noção mais ampla do termo, inclusive fazendo uso de documentos que tratam de mártires que não morreram por sua fé⁴.

Neste sentido ressaltamos aqui que o bispo contemporâneo à conjuntura com a qual nos preocupamos, Isidoro de Sevilha (c.560-636), na sua obra denominada *Etimologías*, afirma que mártir é a palavra grega para significar testemunha, pois os mártires sofreram e padeceram para dar testemunho de Cristo e lutaram até a morte para defender a verdade. O bispo também ressalta que, apesar de ser factível chamar os mártires de testemunhas, é preferível chamá-los pela palavra grega por ser já mais familiar à igreja⁵. Apesar de compreender que o termo mártir assume diferentes características ao longo do tempo, em consonância com nossos objetivos na pesquisa e com o período que analisamos, consideramos mártir como o personagem que foi de alguma forma

² VELAZQUEZ SORIANO, Isabel. *Hagiografía y culto a los santos en la Hispania Visigoda: Aproximación a sus manifestaciones literarias*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, Asociación de Amigos del Museo. Fundación de Estudios Romanos, 2005. (Cuadernos Emeritenses, 32).

³ VAUCHEZ, A. O santo. In.: LE GOFF, J. (Dir.). *O Homem Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

⁴ MOSS, Candida R. *Ancient Christian Martyrdom – Diverse practices, theologies, and traditions*. New Haven, e Londres: Yale University Press, 2012. p. 1-22.

⁵ ISIDORO DE SEVILHA. *Etimologías*. Biblioteca de Autores Cristianos. Edición Bilingüe. Texto latino, versión española y notas: Jose Oroz Reta y Manuel Marcus Casquero. 1911.

perseguido, preso ou morto por sua crença no cristianismo, e cujo sofrimento e morte foram relatados de forma a ressaltar a sua santidade.

Relação mártir e herói

Alguns autores defendem uma analogia entre os mártires e heróis gregos e romanos, perspectiva esta que o historiador Vauchez discorda. Para ele a morte seria o ponto essencial de diferenciação entre os dois, pois, na Antiguidade Clássica, a morte seria uma fronteira intransponível entre os homens e os deuses, enquanto que para o cristianismo, seria justamente por terem morrido como seres humanos, seguindo Cristo e sua mensagem, que os mártires teriam acesso ao paraíso e à vida eterna. Ainda neste sentido, Vauchez afirma que o santo é o homem por meio do qual se estabelece um contato entre o celestial e o terreno. Assim, o historiador defende que o culto aos mártires teria se enraizado na característica mais autêntica do cristianismo em relação às outras religiões, a salvação.

Apesar disso, o historiador ressalta que no período denominado Antiguidade Tardia⁶ já existia uma crença bastante difundida em seres protetores dos indivíduos, como demônios, gênios, anjos, etc., e alguns bispos teriam se empenhado em transferir para seres humanos, os santos, a relação que as pessoas tinham com esses seres. Desta forma o culto aos mártires teria, segundo o autor, se democratizado por meio do santo patrono, que tem uma relação com os cristãos baseada nas mesmas noções daquela mencionada acima: os santos seriam protetores de seus devotos, agindo como intercessores na vida dos fiéis e mediadores em sua salvação⁷.

O historiador González Fernández apresenta um panorama do debate que relaciona o culto aos santos com o culto aos heróis antigos. De acordo com ele atualmente é aceito que certas características da mentalidade religiosa pagã sobreviveram sob fórmulas cristãs, e que é possível que essa cristianização de modelos pagãos tenha sido motivada, em certa medida, por dar conta de um novo mundo cristão para fiéis que haviam nascido em um universo cultural e religioso pagão. González Fernández sublinha que a discussão sobre este assunto, iniciada já em princípios do século XX, tem sido fundamental para o estudo dos mártires e seu culto. Segundo ele, já nos primeiros anos do século XX autores como Saintyves e Lucius propuseram que os mártires e santos eram sucessores dos deuses e heróis pagãos (proposta esta que tinha influência da obra de Gibbon

⁶ Conceito utilizado por diversos historiadores para se referir ao período final do Império Romano e início da Idade Média. Para maiores informações consultar MACHADO, Carlos. A Antiguidade Tardia, a Queda do Império e o debate sobre o “Fim do Mundo Antigo”. *Revista de História*, São Paulo, n. 173, p. 81-114, 2015.

⁷ MACHADO. A Antiguidade Tardia, a Queda do Império e o debate sobre o “Fim do Mundo Antigo”, p. 81-114.

do século XVIII, *Declínio e Queda do Império Romano*, a qual apresenta uma perspectiva negativa da instituição eclesiástica).

Segundo González Fernández a perspectiva contrária, que discordava da influência do mundo pagão no cristianismo, teve como grande defensor o bollandista Delahaye. Outros autores, de acordo com o historiador, defendem uma progressiva substituição da personalidade dos heróis pela dos santos, porém com uma nova escala de valores. González Fernández também ressalta que frequentemente lendas mitológicas que contam as façanhas e proezas dos heróis, ao serem comparadas com relatos hagiográficos, apresentam numerosos aspectos coincidentes. O autor, porém, atenta que, apesar das evidentes semelhanças, existem também uma série de diferenças substanciais, sendo a principal que o herói pagão não apresenta a capacidade de interceder pela salvação dos fiéis, já que não é eterno como o mártir, que adquire a salvação eterna, o dom profético e é, essencialmente, intermediário e intercessor entre os seres humanos e o divino⁸, concordando assim com Vauchez.

Neste sentido os filólogos Sanz, Codoñer Merino e Martín exemplificam essa relação entre o culto pagão e cristão em seu livro sobre a Hispania visigótica e mozarabe com uma história contada em uma das obras de Santo Agostinho: de acordo com eles, o santo conta que sua mãe tinha o costume, do norte da África, de celebrar o aniversário dos mártires indo aos seus santuários com uma cesta de alimentos, pão e vinho principalmente, e dividi-los com outras pessoas que também estivessem no local. Porém, quando a mãe vai visitá-lo em Milão, descobre que esse costume havia sido proibido por Ambrósio, bispo da cidade, e somente a eucaristia poderia ser celebrada nos santuários dos mártires. Para os autores, Agostinho, ao mencionar este episódio em sua obra, condena esta prática realizada por sua mãe por ser muito similar ao festival pagão em honra dos mortos. De acordo com eles refeições comemorativas partilhadas em tumbas eram de fato um recurso padrão da prática memorial romana, e bispos como Ambrósio e Agostinho, que estavam empenhados em formar a prática religiosa cristã nos primeiros séculos, claramente desencorajavam-na devido a sua similaridade com o paganismo. Os autores também atentam para a própria natureza do culto aos santos, que estava ainda sendo moldada por debates e recomendações realizadas por bispos como os dois acima mencionados⁹.

⁸ GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Rafael. El culto a los mártires y santos em la cultura cristiana. Origen, evolución y factores de su configuración. *Kalakorikos*, v. 5, p. 161-185, 2000.

⁹ SANZ, María Adelaida; CODOÑER MERINO, Carmen; MARTÍN, José Carlos. La Hispania Visigótica y Mozárabe. Dos Épocas en su Literatura. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2010.

Neste sentido, pensamos que o debate acerca da relação entre o herói e o mártir, apesar de relevante para nossa pesquisa, está mais inserido nos estudos de uma conjuntura anterior. Defendemos, portanto, que no reino visigodo dos séculos VI e VII, o cristianismo ainda está em construção e o episcopado se preocupa em unificar e normatizar as práticas cristãs, inclusive o culto aos santos, independentemente de sua relação com os heróis pagãos.

Origens do fenômeno

O professor de História Antiga, G. W. Bowersock, também trata martírio em seu livro *Martyrdom and Rome*, no qual ele defende a especificidade deste fenômeno cristão em relação a outras religiões. De acordo com ele o sofrimento e a morte pelas mãos de magistrados romanos elevavam presumivelmente os cristãos ao status de mártir, posição esta que garantia a salvação e até mesmo a santidade, de tal forma que já no final do século II, havia cristãos que buscavam a própria morte como mártires. Este fenômeno de martírio voluntário, segundo o autor, era uma excentricidade do período e continuou por mais de um século.

Bowersock afirma que mesmo muito tempo depois do Império Romano, tanto o fato quanto o conceito de martírio continuaram a ser uma força poderosa na relação entre política e religião. Segundo ele o martírio não era um fenômeno conhecido no mundo antigo, e o que se pode observar nos séculos II, III e IV é algo completamente novo. Para o autor o cristianismo traz uma novidade, discordando assim com autores que defendem alguns antecedentes paralelos, como a morte de Sócrates no início do século IV A.E.C. e dois episódios na história dos Macabeus na Palestina no II século A.E.C. Para Bowersock nenhum destes dois episódios demonstra que a ideia de martírio deveria ser associada a sociedades anteriores – para ele este fenômeno era algo desconhecido tanto para os gregos como para judeus. De acordo com o autor a menção de Sócrates como mártir em escritos cristãos, por exemplo, era um argumento retórico utilizado pela instituição eclesiástica em um contexto de empenho em persuadir os pagãos de que o fenômeno do martírio cristão não era irracional¹⁰.

A professora de Letras e Literatura na Universidade de Coimbra, Carlota Miranda Urbano, afirma que a compreensão do fenômeno do martírio é essencial para se conhecer o significado das outras tipologias de santidade, pois a todas elas precede a figura do mártir da antiguidade cristã. Segundo ela, do ponto de vista literário, o modelo de mártir cristão teria se configurado nas origens, no cristianismo nascente, ou seja, em um contexto de rupturas e continuidades, e tinha relação com

¹⁰ BOWERSOCK, G. W. *Martyrdom and Rome*. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 1995. p. 1-21.

o tipo ideal de veneração pública da antiguidade pagã – o herói. Além desta característica a autora ressalta outros dois elementos que teriam também influenciado a configuração do martírio: a herança da tradição hebraica e a interpretação neotestamentária da morte de Cristo como sacrifício.

Esta autora, diferentemente de Bowersock, defende que há várias referências ao martírio no Antigo Testamento, como por exemplo os profetas, que são considerados não apenas homens inspirados pelo Espírito Santo, mas sim mártires no sentido original do termo, como testemunhas, na medida em que testemunharam ao seu povo a mensagem de Deus. Para ela testemunho e profecia são identificados no profeta que frequentemente passa pelo julgamento e condenação dos homens, mostrando já uma tipificação do martírio de Jesus. Além disso, a autora defende que há outro tipo de martírio que aparece no Antigo Testamento: o mártir fiel à lei e à tradição hebraica. Aqui a autora utiliza como exemplo o caso dos Macabeus, mencionado por Bowersock, como um dos modelos mais influentes da hagiografia dos mártires cristãos, perspectiva esta que o autor mencionado acima discorda¹¹. Como dito, Bowersock defende a especificidade do fenômeno cristão, concordando aqui também com os autores apresentados inicialmente, que defendem que características como a morte, a salvação, a relação do santo com o fiel e a ênfase na construção da santidade são os principais elementos diferenciais do martírio cristão. Porém aqui lembramos que Bowersock analisa o tema a partir de uma perspectiva histórica e Urbano apresenta uma análise do ponto de vista literário.

Um ponto bastante ressaltado pela historiografia é a identificação de Jesus com o mártir, e posteriormente com os outros tipos de santidade, sendo Cristo o principal modelo de santidade a ser seguido. Urbano afirma que a identificação entre Jesus e o mártir é um traço quase constante nos relatos de martírio e na hagiografia no geral. Segundo ela, na Igreja Antiga o martírio é concebido como um privilégio – não pode ser conquistado somente pelo cristão com suas próprias forças, mas apenas pode ser recebido como um dom de Deus¹².

Neste ponto consideramos que, para a nossa pesquisa, devemos pensar o martírio como fenômeno cristão, não por discordar que tenha certas influências de outros fenômenos e das culturas pagã e hebraica, mas sim porque temos como objetivo analisar o discurso sobre ele produzido pela instituição eclesiástica alguns séculos após o período das perseguições. Na conjuntura na qual se insere nosso *corpus* documental, o cristianismo ainda está em construção,

¹¹ URBANO, Carlota Miranda. Tipologias literárias do martírio na hagiografia – as origens. *Theologica*, v. 41, n. 2, p. 331-358, 2006.

¹² URBANO. Tipologias literárias do martírio na hagiografia – as origens. *Theologica*, v. 41, n. 2, p. 331-358, 2006.

porém o martírio já não é mais um fenômeno recorrente¹³, e os relatos, no geral, referem-se a acontecimentos do período das perseguições. Na conjuntura em que as paixões a serem analisadas foram produzidas, o mártir já não era mais o principal modelo de santidade a ser seguido, mas ainda conservava grande prestígio e estava diretamente relacionado com a difusão do culto aos santos e o processo de fortalecimento da instituição eclesiástica. Desta forma, pretendemos analisar o martírio e suas principais características cristãs, relacionadas à construção da santidade, tema este de maior prioridade em nossa pesquisa.

Martírio e santidade

Notamos que é consenso entre os autores a relevância do martírio para a difusão do culto aos santos e para os estudos sobre santidade. O mártir, como mencionado, foi o primeiro modelo de santo, e o conceito de martírio foi se modificando e se adaptando a novas demandas da construção da santidade. Neste sentido, o modelo posterior ao mártir, o asceta, idealmente viveria em constante martirização do próprio corpo. No caso do santo bispo, modelo também de santidade, o santo mártir patrono de determinado local trazia prestígio para a comunidade episcopal e, conseqüentemente, para o bispo responsável por esta comunidade.

Sobre os estudos do fenômeno do martírio, González Fernández afirma que falar de um santo é falar de um personagem cristão, ilustre por suas virtudes e que tenha sido reconhecido pela instituição eclesiástica como merecedor de um culto público¹⁴. Desta forma, segundo o autor, o historiador deveria se concentrar, ao estudar tal fenômeno, na existência de um culto, ou seja, na manifestação pública de honra prestada pela comunidade de fiéis em memória de um santo. Segundo ele, a glorificação de um mártir seria composta principalmente das seguintes manifestações: o aniversário de morte do mártir celebrado oficialmente pela comunidade, possivelmente tendo como centro a tumba do santo ou suas relíquias; o panegírico (atas de martírio ou milagres) do homenageado seria pronunciado por um membro do corpo eclesiástico; os fiéis invocariam a proteção do santo e em certos casos sua intercessão.

A autora Sofia Boesch Gajano afirma que a santidade constitui um fenômeno notável no Ocidente medieval, e que possui múltiplas dimensões: espiritual, como expressão da busca do divino; teológica, pois é uma manifestação de Deus no mundo; religiosa, por ser um momento

¹³ Na conjuntura com a qual nos preocupamos o martírio não é mais um fenômeno recorrente, porém não inexistente. No período do século VII há ainda martirizados por judeus e posteriormente à chegada dos árabes, cristãos que teriam sido perseguidos e martirizados por pelos mesmos.

¹⁴ Discordamos do autor que o processo seja tão simples assim. O culto ao santo não necessariamente é iniciado pela instituição eclesiástica, ele pode ser originado dos próprios fiéis e apropriado por ela.

privilegiado da relação do cristão com o sobrenatural; social, pois é um fator de coesão e identificação dos grupos e das comunidades; institucional, por estar no fundamento das estruturas eclesiásticas e monásticas; e por último, política, pois é um ponto de interferência ou coincidência da religião e do poder. Todas essas dimensões perpassam de diferentes formas o período medieval, e todas serão importantes para pensarmos a santidade nas paixões que analisaremos em nossa pesquisa e sua relação com o contexto de produção.

De acordo com esta autora a santidade é uma construção, a percepção e o reconhecimento do caráter excepcional de um homem ou mulher, ou seja, a santidade existe para os outros e através dos outros, dependendo do reconhecimento, e baseando-se em um processo no qual este homem ou mulher constrói sua própria santidade, fazendo certas escolhas, como a prática de certos exercícios espirituais (oração, virtudes, ascese) e inspirando-se em modelos (Cristo como o principal modelo). Ela ressalta que as escolhas devem ser visíveis e reconhecíveis, questão esta que estaria relacionada com a importância dada ao corpo dos santos, pois, para ela, o corpo é a realidade física no qual o percurso espiritual é evidenciado. Segundo a autora, esta importância central dada ao corpo na construção da santidade ajuda a explicar as relíquias, ou seja, atribuir a este corpo, inclusive depois da morte, um poder taumatúrgico¹⁵. Essa questão vemos claramente nas paixões por nós analisadas, pois todas elas apresentam uma preocupação em explanar o que aconteceu com o corpo do mártir, e seus milagres após a morte.

Considerações finais

A partir desta leitura inicial sobre o tema da nossa pesquisa, consideramos que devemos pensar o martírio como fenômeno cristão, devido ao nosso objetivo de analisar os relatos sobre ele escritos na conjuntura do reino visigodo dos séculos VI e VII e a prioridade que os elementos de construção da santidade têm em nossa investigação. Acreditamos também que as dimensões apresentadas pela autora Boesch Gajano auxiliarão na análise das fontes - na busca por um modelo de santo mártir e na relação dos relatos com o contexto em que foram produzidos. Consideramos que essas paixões são parte de um esforço empreendido pelo episcopado de fortalecer e unificar a instituição eclesiástica no reino, e que a utilização de um perfil específico de santo mártir teria uma motivação. Assim, as dimensões social, institucional e política podem auxiliar na inserção do *corpus* documental neste processo de consolidação da instituição eclesiástica, enquanto que as dimensões espiritual, teológica e religiosa podem auxiliar na construção de um perfil de santidade.

¹⁵ GAJANO, Sofia Boesch. Santidade. In: Le Goff, Jacques; Schmitt, Jean-Claude (Coord). *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Bauru: Edusc. 2002. 2V. v.2. p. 449-463.

A construção do ideal clerical crúzio na segunda metade do século XII: um estudo da *Vita Sancti Theotonii*

Jonathas Ribeiro dos Santos Campos de Oliveira

Mestrando

PPGHC-UFRJ/PEM-UFRJ/ CAPES

RESUMO: Nossa proposta tem por objetivo analisar a primeira parte de uma obra, a *Vita Sancti Theotonii*, buscando observar como, nela, está desenvolvido o ideal clerical crúzio e, na medida do possível, refletir sobre o sentido de tal construção. A narrativa, produzida por um anônimo do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, na segunda metade do século XII, reflete, segundo acreditamos, o intento de uma comunidade regrante enfraquecida, no que concerne ao seguimento das observâncias norteadoras, buscando reestabelecer e enquadrar os membros da comunidade agostiniana nos princípios aos quais se fundavam. Em virtude de sua própria hipertrofia, verificada durante o priorado de Teotônio (1132-1152), em meio ao processo de expansão do Condado Portucalense, os regrantes e seus associados teriam se afastado dos princípios religiosos da casa crúzia, demandando, assim, a necessidade de um resgate das observâncias e o consequente enquadramento de seus membros. A *Vita*, produzida após a reunião do primeiro capítulo geral (1162), cuja ênfase na reestruturação se fez presente, trazia justamente os princípios nele apregoados, todos refletidos na imagem construída de Teotônio, seu primeiro prior, sendo ele o modelo a ser seguido pelos demais. Dado que a comunidade agostiniana reunia não só o seguimento regular, mas também expoentes, em vários níveis, da Igreja romana, nossa preocupação vem a ser a de delinear o ideal proposto que marca a primeira parte da narrativa, isto é, aquele relacionado ao corpo eclesiástico secular.

PALAVRAS-CHAVE: Teotônio; Santa Cruz de Coimbra; Cônegos Regrantes

Introdução

A *Vita Sancti Theotonii*, escrita pouco tempo depois da morte de seu homenageado, D. Teotônio, primeiro Prior-mor do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, traz, em sua narrativa, os mais variados elementos discursivos que integram o percurso de vida transmitido pelo seu hagiógrafo. Não se limitando pura e exclusivamente a uma lógica de promoção de culto, a narrativa traz, segundo concebemos, em suas linhas manuscritas, um exemplo a ser seguido, um discurso de enquadramento aos integrantes da comunidade regrante agostiniana.

Dividida em duas partes, a *Vita* relata, em cada uma delas, os dois períodos que teriam marcado o trajeto do falecido prior quando em vida: um relacionado ao recorte que antecede seu ingresso na comunidade de cônegos regrantes de Santo Agostinho; e outro, relacionado ao seu priorado na Casa crúzia. Os dois momentos, muito mais do que retratarem o caminho trilhado pelo Santo, desenvolvem, em nossa hipótese, à luz do panegírico, ideais propostos para pelo menos dois segmentos eclesiásticos: na primeira parte, relacionado ao clero secular; e, na segunda, aos regulares

regrantes da comunidade.

Perceber e entender os discursos e possíveis sentidos constantes na obra é um exercício que demanda dos investigadores uma reflexão mais atenta e incisiva em relação ao próprio contexto de produção da narrativa. Aprender as interconexões possíveis de serem feitas entre a densa malha que compõe a conjuntura e a lógica de feitura da obra torna evidentes os elementos discursivos que entretecem a produção, permitindo assim, uma aproximação plausível dos possíveis sentidos que a integram.

Tomando por base tal posicionamento, nossa proposta tem por objetivo analisar a primeira parte da *Vita*, buscando observar como, nela, está desenvolvido o ideal clerical crúzio e, na medida do possível, refletir sobre o sentido de tal construção. Identificar quais elementos o autor utilizou para elaborar a noção produzida, além dos possíveis fatores de causa para tais formulações.

Para desenvolvermos nosso artigo, fizemos uso da edição da *Vita* publicada por Aires A. do Nascimento, em: *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra: Vida de D. Telo, Vida de D. Teotônio, Vida de Martinho de Soure*, de 1998.¹

A construção do perfil clerical crúzio na *Vita Sancti Theotonii*

A *Vita Sancti Theotonii*, obra anônima escrita por um regrante do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, na segunda metade do século XII, traz, na composição de sua estrutura, como antes aventamos, as preocupações que então ocupavam os ânimos da comunidade regrante de Santo Agostinho. Refletindo o resultado dos princípios morais que acreditamos provenientes da reunião do primeiro capítulo geral (1162), a narrativa seria organizada de forma a fazer com que seu maior homenageado, Teotônio, reproduzisse os ideais delineados pelas observâncias capitulares, sendo consolidado em sua imagem um referencial de orientação a ser seguido pelos demais.

O primeiro dos dois momentos nos quais a vida do Santo é dividida, aquele que para nós é o cerne de nosso artigo, de vivência *in seculo*,² compreende informações de sua experiência terrena, indo desde seu nascimento, em 1082,³ até o momento de retorno de sua segunda peregrinação à

¹ VIDA do beatíssimo D. Teotônio, primeiro prior do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. In: NASCIMENTO, Aires A. do. *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra: Vida de D. Telo, Vida de D. Teotônio, Vida de Martinho de Soure*. Lisboa: Edições Colibri, 1998, p. 138-222.

² “[...] *qualiter in seculo conversatus fuerit* [...]” Ibid., p.162. [Grifo nosso]

³ A datação de nascimento de Teotônio é incerta, no entanto, alguns autores, como José Marques, trabalham com a hipótese de ser ela em 1082. Cf. MARQUES, José. A realidade da Igreja no tempo de S. Teotônio. *Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto, Vol. VII, 1990. p. 11. Disponível em: <ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2220.pdf>. Acesso em: 02 Jun 2016; MARQUES, José. *S. Teotônio e a cultura do século XII*. Porto, 2014, p. 4. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/72412/2/JornadasTeotonianas2014000223946.pdf>. Acesso em: 02 Jun 2016.

Jerusalém.⁴ No referido recorte, a ênfase do autor, com os elementos discursivos que trabalha, parece recair sobre uma perspectiva de vida em constante ascensão, na qual uma trajetória marcada pela retidão aos preceitos cristão então defendidos delineava sua virtuosidade, o aproximando das qualidades consideradas dignas dos santos.⁵

A educação religiosa primária, quando ainda jovem, *in pueritiam*, marca a etapa inicial da narrativa da vida de Teotônio,⁶ imprimindo na obra uma lógica interpretativa de sua iniciação ainda precoce na “Palavra”. A escolha, por opção, em seguir pelo caminho da vida eclesiástica (*dextrum*), tendo por alternativa a “*seculi uoluptate*”,⁷ parece intentar um reforço, por parte do hagiógrafo, do pendore espiritual do Santo em meio às possibilidades terrenas. É, justamente, no constante e invariável apelo à construção de uma imagem equilibrada e incorruptível, caracterizada pelas linhas que definem a base da vida apostólica⁸, conforme podemos perceber, que o autor da narrativa orienta seu discurso. Não obstante, aspectos como castidade, humildade, pobreza, entre outros, aparecem nessa primeira parte da obra, no todo, como elementos característicos de Teotônio.

O percurso secular narrado pelo hagiógrafo traceja uma ascensão na hierarquia eclesiástica, por parte do Santo, motivada, sobretudo, pelo mérito pessoal. É a partir da retidão com a qual

⁴ De acordo com o próprio hagiógrafo, na primeira parte da obra ele teria tratado da “[...] passagem e sumariamente do nascimento e do desenrolar da vida do mencionado venerável varão [Teotônio], de como passou seus dias no mundo.” Ibid.,p.163. Escrita na versão latina: “In superiore parte huius operis de predicti uenerabilis [Teotônio] uiri exortu et processu, qualiter in seculo conuersatus fuerit, sumatim perstrinxi.” Ibid.,p.162.

⁵ “Foi na verdade divino e santo, pois, qualquer que tenha sido o lugar em que tenha vivido desde os primeiros anos, sempre se manteve alicerçado na firmeza da fé católica e bem assim teve uma vida cheia de hábitos e de virtudes dos mais santos.” NASCIMENTO, Aires A. do. Hagiografia de Santa Cruz..., p. 141 e 143. Escrita na versão latina: “Vere diuinus ille fuit et sanctus, qui quocumque ab ineunte etate conuersatus fuerit loco, semper catholice fidei firmitate fundatus extitit, uitam quoque suam sanctissimis moribus et uirtutibus plenam habuit.” Ibid.,p.140.

⁶ “Tendo ele sido educado religiosamente pelos cuidados mais que diligentes de seus pais, quando chegou à idade conveniente para aprender, entregou-se ao estudo espiritual dos textos.” NASCIMENTO, Aires A. do. Hagiografia de Santa Cruz..., p. 143. [Grifo nosso]. Escrita na versão latina: “Qui diligentissima ‘parentum cura nutritus’, cum ad etatem discipline congruam peruenit, spiritualibus litterarum studiis traditus est.” Ibid.,p.142. [Grifo nosso]. É razoável crer que haja uma intencionalidade do editor, com o sentido da tradução, por motivos que fogem ao interesse do trabalho proposto, em transmitir a ideia de uma educação religiosa juvenil iniciada pela iniciativa do próprio Teotônio, uma vez que a passagem em latim não parece dar sentido a uma ação tomada por si, mas a uma iniciação.

⁷ “Efectivamente, tendo ultrapassado já por completo o tempo de uma infância esperançosa, ao chegar à bifurcação da letra pitagórica, sem delongas, pôs de lado o ramo esquerdo com os prazeres do século e começou a deixar-se atrair pelo direito com todas as veras em desejo do céu [...]” NASCIMENTO, Aires A. do. Hagiografia de Santa Cruz..., p. 143. Escrita na versão latina: “Nam cum iam ad plenum transacto tempore surgentis infancie ‘ad biuium pictagorice littere peruenisset,’ incunctanter sinistrum ramum cum seculi uoluptate dereliquit, et ad dextrum cepit ‘cum celesti Desiderio totis uiribus anhelare’ [...]” Ibid.,p.142. [Grifo nosso]. Para reflexões mais específicas sobre a utilização discursiva da letra “Y”, ver: NASCIMENTO, Aires A. do. Hagiografia de Santa Cruz..., p.213, nota 15; GOMES, Saul António. A littera pythagorae e a sua simbologia cristológica na Idade Média portuguesa. Humanitas. Coimbra, n.60, p.177-203, 2008.

⁸ A forma de vida apostólica, cuja Ecclesia primitiuae forma é o referencial, tinha por fim o resgate dos preceitos (humildade, castidade, pobreza, etc.) então entendidos como atinentes ao período inicial do cristianismo, sendo eles, portanto, elementos norteadores da conduta moral à comunidade cristã. A partir desta iniciativa, há uma busca “[...] al testimonio de los Apóstoles y al mensaje evangélico la respuesta a los problemas puestos por una sociedad en mutación.” VAUCHEZ, André. La espiritualidad del Occidente Medieval. Madrid: Cátedra, 1985, p. 71.

exerceu cada um dos cargos na organização eclesial local, que obteve, na lógica discursiva, o devido merecimento às promoções internas alcançadas. O foco do hagiógrafo, nos detalhes que compõem a estrutura narrativa da primeira parte, parece recair sobre a conduta do religioso. Nela, o projeto almejado de enquadramento moral do clero, que para nós é o sentido último da obra, parece ficar evidenciado, sendo destacados os atributos que então eram esperados daqueles que tais cargos ocupassem.

Teotônio, segundo seu hagiógrafo, antes da vida *in regula*, teria ocupado as seguintes funções: em um primeiro momento, a de ostiário, subdiácono e diácono.⁹ Em virtude da “boa” conduta apresentada na execução das obrigações nos papéis desempenhados,¹⁰ teria passado ao sacerdócio sendo ordenado presbítero.¹¹ Por fim, teria se tornado prior da igreja de Viseu.¹²

Às cátedras ocupadas por Teotônio, o autor faz questão de descrever o que, a nosso ver, seriam as observâncias mínimas de atribuição das funções. Este é, segundo acreditamos, o ponto nevrálgico que alimenta e dá sentido ao intento nutrido pelo hagiógrafo, qual seja, o de enquadramento moral. Detalhadamente, ele disserta desde questões relacionadas às práticas litúrgicas,¹³ até às de caráter geral atinente à organização interna do templo.¹⁴ Todas, sendo perpassadas pelos predicados pessoais que compunham caracteristicamente a imagem do religioso e, portanto, os aspectos que delinearíamos a sua virtuosidade.

Nesse sentido, são destacados, em linhas iniciais, direta ou indiretamente, para as funções de ostiário, subdiácono e diácono, qualidades como: o zelo e piedade com a igreja, fidelidade às

⁹ Cf. NASCIMENTO, Aires A. do. Hagiografia de Santa Cruz..., p.143-145.

¹⁰ “[...] com tal comportamento, chegou grau a grau, ao sacerdócio, não pela presunção, como alguns, mas de acordo com os usos da Igreja universal.”. Escrita na versão latina: “*Talibus [...] moribus ‘per gradus singulos ad sacerdotium uenit,’ non iuxta quorundam presumptionem, sed secundum consuetudinem universalis ecclesie.*” O mérito, aqui, aparece como um elemento importante na ocupação dos cargos eclesiásticos. Conforme realça o hagiógrafo, “Foi realmente a Igreja que o chamou a si, não foi ele que se introduziu despidoradamente.”. Escrita na versão latina: “*Ecclesia quippe illum sibi requisivit, non ipse se impudenter ingressit.*” NASCIMENTO, Aires A. do. Hagiografia de Santa Cruz..., p. 144-145.

¹¹ NASCIMENTO. Hagiografia de Santa Cruz, p.145.

¹² NASCIMENTO. Hagiografia de Santa Cruz, p.147.

¹³ A título de exemplo, narra o hagiógrafo que, como diácono: “[...] fazia em voz clara perante todos as admoestações para ajoelharem ou rezarem, dispensava os sacramentos divinos, pregava o evangelho, assistia os sacerdotes em todos os sacramentos de Cristo, trazia as oblações ao altar e aí as dispunha, compunha e revestia a mesa do Senhor.” Ibid.,p.145. Escrita na versão latina: “[...] *sine ad orandum, clara uoce cunctos admonebat, sacramenta dei dispensabat, euangelium predicabat, et in omnibus Christi sacramentis sacerdotibus assistebat, in altari oblationes inferebat, et disponebat, mensam domini componebat et uestiebat.*” Ibid.,p.144.

¹⁴ Como ostiário, conta o autor que: “[...] são-lhe entregues as chaves da igreja, que ele fechava com zelo e piedade. Com efeito, antes, ao que dizem, por negligência, ficava escancarada a animais imundos, como fossem cabras e porcos. Do mesmo modo, a abria, às horas devidas, afugentava, com zelo cristão, os excomungados e os infieis [sic], e guardava religiosamente tudo o que estava dentro e fora.” Ibid.,p.143. Escrita na versão latina: “[...] *traduntur ei claves ecclesie, quam ille pio studio clauderat.*’ *Prius enim, ut dicunt, immundis animalibus, capris uidelicet et porcis, negligenter patebat. Et item oris competentibus aperiebat, excommunicatos et infideles zelo christianitatis reiciebat, et omnia que intus extraque erant religiose custodiebat.*” Ibid.,p.142. É interessante notar que os possíveis sinais que refletem pouco zelo com a igreja ficam aparentes na narrativa do autor, deixando claro as transformações promovidas com a chegada de Teotônio.

leituras bíblicas, entonação vocal de “bom som”,¹⁵ retidão ao ofício e humildade. Estes são os atributos que, na narrativa, integram a conduta capital esperada do corpo clerical em sua base. São as propriedades que, na lógica narrativa do autor, parecem constituir o fundamento dos condutores da Fé cristã.

Em ato contínuo, quando ordenado presbítero, predicados outros, ligados de igual forma à conduta moral, são destacados, como: a pobreza voluntária,¹⁶ o afastamento de questões seculares¹⁷ e a castidade.¹⁸ Estas, por suposto, cumulativas às qualidades anteriores, seriam, contudo, inerentes à nova condição, a do próprio sacerdócio.

Conforme podemos notar, ao passo que Teotônio ascendia nas funções desempenhadas, as dignidades morais de conduta o acompanhavam, compartimentando assim os atributos a elas atrelados. Aos cargos ocupados, que na narrativa aparecem detalhadamente, comportamentos devidos eram descritos, dando ao público esperado a orientação moral conveniente.

Assim, conforme pensamos, o caminho de construir na primeira parte da *Vita* uma noção de exemplaridade de conduta, erigida nos elementos que compõem a estrutura imagética de Teotônio, parece não fugir ao objetivo alimentado pelo hagiógrafo. Ele fica evidente, por exemplo, quando este questiona:

Quem, por sua vez, poderá descrever a grandeza das suas boas obras e como, sobressaindo naquela cidade pelas qualidades do seu comportamento, ao longo de trinta e mais anos, estimulou o amor de todos os habitantes para Deus com a palavra e com o exemplo?¹⁹

Portanto, o período de vida *in século*, que na obra se resume a descrever a fase que antecede a vida regular do Santo, muito mais que um simples expoente da homenagem almejada pelo seu discípulo, cujo culto parece em primeira instância permear o produto final, objetiva antes a orientação dos membros da *ecclesia*. Este, supomos, composto não somente por cônegos da

¹⁵ O autor admoesta a entonação “efeminada” (*sonum femineum*), “requebrada” (*effractum*), “mal acentuada e mal soante” (*rusticum e aggrestem*). Vale destacar que o orar e pregar bem fazem parte, dentre outros, da linha de preocupações nutridas pelo corpo eclesial, cuja vida apostólica se torna o referencial, em relação à liturgia. Cf. VAUCHEZ, André. *La espiritualidad del Occidente...*, passim.

¹⁶ “[...] *la vita apostolica*, al poner el acéto en la comunidad de benes, abolia la distinción entre ricos y pobres.” VAUCHEZ, André. *La espiritualidad del Occidente...*, p.74.

¹⁷ “[...] desprezava o luxo e as seduções do século já condenado à morte. Não se deixava arrebatado pelo louvor, não se envaidecia com as riquezas, não se apoucava com a pobreza [...]” NASCIMENTO, Aires A. do. *Hagiografia de Santa Cruz...*, p.146-147. Escrita na versão latina: “*Preterea spernebat luxus, et lenocinia pereuntis seculi. Non laude extollebatur, non divitiis tumebat, non paupertate contrabebatur [...]*” Ibid., p.144;146.

¹⁸ “[...] tendo sido circumspecto e prudente em todas as suas acções levou sempre vantagem em hábitos de castidade.” Escrita na versão latina: “[...] *omnibus suis actionibus circumspectus et prouidus semper pudicie habitu pollebat.*” É interessante destacar que a prudência aparece na obra como um elemento extra na luta contra os desvios da vida casta. NASCIMENTO, Aires A. do. *Hagiografia de Santa Cruz*, p. 147.

¹⁹ NASCIMENTO. *Hagiografia de Santa Cruz*, p.153.

comunidade regrante, mas sim também pelo corpo secular, principal alvo, em nossa hipótese, do recorte narrativo em perspectiva.

A necessidade de construção de um ideal clerical secular pelo mosteiro de Santa Cruz de Coimbra teria nascido tanto em virtude da associação desta Casa aos interesses nutridos pelo papado, quanto de possíveis desvios de conduta de clérigos locais. Quando narra as atribuições do hostiário, por exemplo, o autor menciona que, antes de Teotônio, “[...] por negligência, [as portas da igreja] ficava escancarada a animais imundos, como fossem cabras e porcos.” Para o caso de Coimbra, documentos testamentários também dão mostra de posse de bens por parte de cônegos não regulares integrados à diocese, o que de certa forma passou a ser alvo de constantes críticas em um contexto em que a *vita apostolica* se torna o referencial de conduta moral.

O relativo alinhamento às observâncias conciliares estabelecidas pela Santa Sé, que em momento oportuno teria reconhecido a iniciativa fundacional da comunidade regrante coimbrã, fazia desta um interessante parceiro, na parte mais ocidental da Península, para a difusão das orientações que, no discurso, passavam a nortear a Igreja romana. Nesse sentido, ambas encontravam, no relacionamento mútuo, a partir de interesses em comum, ambiente favorável para se desenvolverem.

É justamente na proximidade entre os discursos defendidos, naquilo que, para a Casa agostiniana, permanece como elemento imprescindível para a composição do clero secular, que identificamos as bases que delineiam o ideal clerical crúzio. Assim, tendo sido estabelecido o primeiro capítulo geral em 1162, em um momento em que resgatar as observâncias regulares se tornava uma forma de enquadrar o clero desviante, a comunidade coimbrã lançaria as bases morais de conduta. A *Vita Sancti Theotonii*, escrita pouco tempo depois da reunião capitular, refletiria justamente os intentos daí provenientes, sendo Teotônio a figura na qual a exemplaridade seria estabelecida, a partir das qualidades nele projetadas, se tornando assim, o norteador de conduta moral.

Considerações finais

Tais aspectos integram o cabedal discursivo do anônimo, sendo trabalhados de forma a satisfazerem, no processo de elaboração de um referencial, os valores religiosos ansiados no público esperado. Este, que acreditamos direcionado, *a priori*, mas, contudo, possivelmente mais vasto, conduz os contornos que definem a imagem do santo. No caso em estudo, é a partir das necessidades identificadas pela comunidade religiosa, em relação aos leitores acreditados que o discurso do autor se define e, conseqüentemente, o santo ganha forma. Esta é uma das dimensões

causais que compõem o universo complexo das produções hagiográficas. É a leitura que pensamos ser a mais próxima do caso hagiográfico teotoniano. A promoção do culto é menos um fator de causa aqui identificado do que a construção de uma figura modelar e, necessariamente, base para a constituição moral do corpo eclesial.

Com um primeiro priorado marcado pela hipertrofia da comunidade crúzia agostiniana, cuja aquisição de bens e membros levaria a um afrouxamento em relação às observâncias norteadoras da vida regrante, o capítulo geral reunido em 1162 buscaria resgatar os preceitos a muito abandonados. A redefinição dos princípios regentes da comunidade, com conseqüente enquadramento de seus membros apareceria como fator primordial. Alinhado às diretrizes provenientes da Sé romana, cujo apoio e reconhecimento garantiam sem interdições as ações promovidas e direitos angariados no ocidente peninsular, a conduta moral do clero secular de igual forma se faria presente no discurso. Assim sendo, em virtude dos possíveis desvios identificados e da associação estabelecida entre os interesses nutridos pelo papado e o mosteiro coimbrão, encontraríamos o devido sentido na constituição de um ideal clerical crúzio, sendo a primeira parte da vida de Teotônio o espaço destinado a tal fim.

Tais aspectos integram o cabedal discursivo do anônimo, sendo trabalhados de forma a satisfazerem, no processo de elaboração de um referencial, os valores religiosos ansiados no público esperado. Este, que acreditamos direcionado, *a priori*, mas, contudo, sempre mais vasto, conduz os contornos que definem a imagem do santo. É a partir das necessidades identificadas nos leitores acreditados que o discurso do autor se define e, conseqüentemente, o santo ganha forma. Esta é uma das dimensões causais que compõem o universo complexo das produções hagiográficas. É a leitura que pensamos ser a mais próxima do caso hagiográfico teotoniano. A promoção do culto é menos um fator de causa aqui identificado do que a construção de uma figura modelar e, necessariamente, base para a constituição moral da *eclesia*...

Fundado em 1131, tendo por referencial as observâncias provenientes da Regra agostiniana, a comunidade crúzia de cônegos regrantes de Santo Agostinho teria experimentado, em meio ao próprio processo de desenvolvimento e expansão do Condado Portucalense, uma espécie de hipertrofia tanto de sua orbita de influência, quanto de seu patrimônio particular. Em meio aos interesses nutridos entre o mosteiro coimbrão e as orientações político-militares de Afonso Henriques,²⁰ o apoio concedido pela comunidade regrante ao Infante, assim como as atuações

²⁰ Afonso Henriques, para nós, não é pensado como um indivíduo que, por excelência e pelo pendor militar, promove, a partir de iniciativas próprias, as ações combativas na Península, assim como os discursos narrativos portucalenses o transmite. Pensamos, ele, antes, como sendo uma espécie de representante legitimado por/de determinados grupos,

promovidas por ela no âmbito religioso, teriam levado a Casa agostiniana a um progressivo acúmulo de prestígio, fundamentalmente no condado, confluindo para lá, além de novos integrantes, um número considerável de bens.

O primeiro priorado do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, exercido por D. Teotônio de 1132 à 1152/62,²¹ teria sido, justamente, o período no qual melhor podemos observar os indícios do apogeu experimentado pela comunidade regrante. Se por um lado caracteriza a fase de estabelecimento das bases orientadoras que comporiam religiosamente a vida em comunidade dos cônegos agostinianos, por outro, representa a etapa em que, de forma mais perceptível, identificamos uma proximidade entre o Mosteiro e a monarquia portugalense.

armados ou não, cujos interesses coadunavam em momentos específicos, levando com isso, à promoção conjunta das ações. Ele representa antes um conjunto de interesses que exclusivamente vontades próprias.

²¹ A atuação de Teotônio aparece como sendo até 1152/1162 dado que, mesmo com a transmissão do priorado para D. João Teotônio em 1152, motivada por uma possível doença do primeiro prior (informação constante em sua hagiografia), sua assinatura continuaria a aparecer na documentação produzida pela Casa crúzia e somente em 1162, após sua morte e reunião do primeiro capítulo geral, D. João Teotônio seria oficialmente reconhecido como prior da Comunidade Regrante de Santo Agostinho.

Possibilidades de investigação e análise: o episcopado e as hagiografias nos reinos merovíngio e visigodo (séculos VI-VII)

Juliana Prata da Costa

Mestranda em História Comparada
PPGHC – UFRJ/CAPES
jujuprata@ig.com.br

RESUMO: Ao longo da Alta Idade Média, a consolidação do fenômeno do culto aos santos e a grande quantidade de textos hagiográficos produzidos nos reinos romano-germânicos foram bastante significativos. Além disso, o papel desempenhado pelos bispos como autoridade local, ultrapassando as atribuições estritamente relacionadas ao âmbito religioso, e como agente social de fundamental importância na organização da Igreja, foi outro aspecto que contribuiu para a expansão do cristianismo no medievo. Para este trabalho, preocupamo-nos, com o debate historiográfico associado a dois eixos: o episcopado e o texto hagiográfico.

PALAVRAS-CHAVE: Hagiografia, Episcopado, Reinos romano-germânicos.

Considerações introdutórias

Este trabalho está associado à pesquisa que desenvolvemos no curso de mestrado, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nossa preocupação tem sido os temas relacionados ao Ocidente medieval, com destaque para a Alta Idade Média, sobretudo em relação ao papel do bispo nos reinos romano-germânicos, a partir da documentação hagiográfica.

Aqui trataremos especificamente das referências que dialogam com dois grandes eixos presentes em nossa pesquisa: o episcopado e as hagiografias. Deste modo, trataremos primeiramente da apresentação da documentação, composta por três relatos de *Vidas de Santos*, logo em seguida, propomos uma análise acerca do texto hagiográfico e suas principais características, posteriormente uma discussão sobre o episcopado, suas funções e atribuições naquelas conjunturas específicas. Por fim, buscaremos levantar alguns aspectos que relacionem os bispos e a produção hagiográfica, além de trazermos as considerações parciais sobre as questões levantadas neste trabalho.

Apresentação da documentação

O *corpus* documental sobre o qual temos nos debruçado é constituído por três relatos

hagiográficos: a *Vita Albini*¹, de Venâncio Fortunato; a vida de Nicetius de Lyon, inclusa na *Vita Patrum*², de Gregório de Tours e o relato sobre a morte e os milagres de Paulo e Fidel, bispos emeritenses, presente nas *Vidas de los santos Padres de Mérida*³.

O primeiro⁴ teria sido escrito nas últimas décadas do século VI, composto por dezesseis capítulos e é atribuído a Venâncio Fortunato. O hagiógrafo destaca a origem nobre de Albino e logo depois desconstrói esta característica afirmando o abandono dos privilégios terrenos que a condição social de sua família poderia lhe oferecer em favor de sua vocação cristã. Por volta dos vinte anos, ingressou no mosteiro Cincilacense e iniciou a carreira monástica. A partir daí, Fortunato destaca a superação diária das limitações humanas pelo santo, principalmente por conta de um elemento essencial: o controle do corpo. São citados vários milagres ao longo do texto, atribuídos a ele, como recompensa concedida pelo poder divino por conta da dedicação e fidelidade. Por fim, após quinze anos como monge, o autor ressalta sua escolha como abade e, pouco tempo depois, a posterior indicação para o bispado de Angers.

A Vida dos Padres⁵ é uma obra de cunho hagiográfico composta por vinte pequenas narrativas sobre figuras veneradas, escrita por Gregório de Tours, no final do século VI, incluindo a de Nicetius de Lyon, seu tio-avô. A vida de Nicetius é composta por um prefácio, no qual é explorado o tema da predestinação, e doze capítulos que tratam sobre a educação, a vocação religiosa e as experiências familiares, sendo que a relação entre ele e a mãe recebe bastante destaque, com ênfase na submissão como uma das principais qualidades do santo. Em relação aos milagres que teriam sido realizados pelo santo podemos ressaltar a considerável relevância dada para aqueles exercidos após a sua morte.

A Vida dos santos Padres de Mérida⁶ é um relato anônimo do reino visigodo que descreve a cidade emeritense no século VI, escrito certamente, nas primeiras décadas do século seguinte, tendo como enfoque central as ações dos principais bispos locais: Paulo, Fidel e Masona, e suas

¹ A edição crítica da Vida de Albino utilizada em nosso trabalho foi traduzida e organizada por Serafin Bodelón dentro de uma proposta maior que contemplou a análise de diversas obras de Fortunato e que traz também uma versão da hagiografia de Albino, ao final. Cf.: FORTUNATO, Venancio. Vida de San Albino, obispo Andegaviense. In: BODELÓN, Serafin. Venancio Fortunato y las letras en el Medievo y el Humanismo. Tiempo y sociedad, 13, p. 133-160, 2013-2014.

² A versão da *Vita Patrum*, na qual está inclusa a vida de Nicetius, utilizada neste trabalho é: GREGORY OF TOURS. Life of the Fathers. In: JAMES, Edward. (Org.), Translated Texts for Historians, v. 1, Liverpool: Liverpool University Press, 1985.

³ O relato sobre Paulo e Fidel em questão corresponde à edição presente no material crítico traduzido e organizado por Velázquez. Cf: Vidas de los santos Padres de Mérida. In: VELÁZQUEZ, Isabel. _____. Madrid: Trotta, 2008. p. 70-86.

⁴ Doravante, para facilitar a leitura e a escrita, chamada de VA.

⁵ A partir de então denominada de VP.

⁶ Doravante abreviada como VSPE.

relações com as autoridades políticas. Como uma das características principais da obra ressaltamos o panorama urbano, os conflitos religiosos e políticos, para além dos elementos recorrentemente encontrados em hagiografias, como a intervenção da santa patrona Eulália e os feitos miraculosos. Além disso, o relato oferece um panorama bastante sugestivo das construções, mosteiros e igrejas de Mérida.

O texto hagiográfico

O considerável desenvolvimento do fenômeno de valorização da santidade que caracterizou os primeiros momentos da Idade Média está diretamente relacionado ao processo de organização e expansão da Igreja no Ocidente. Assim, os recursos de cristianização nos reinos romano-germânicos também estão associados a este período, mais especificamente aos séculos VI e VII da era cristã, nosso recorte temporal de pesquisa. Entre esses elementos podemos mencionar a institucionalização do monacato, incluindo o substancial número de construções de mosteiros, o fortalecimento da hierarquia eclesiástica e a grande quantidade de relatos hagiográficos.

O termo hagiografia deriva de raízes gregas (hagios = santo; grafia = escrita) e é empregado desde o século XVII para indicar tanto a análise crítica dos diferentes aspectos relacionados ao culto aos santos, assim como os textos que tenham como temática fundamental estes personagens e sua veneração⁷. Cabe destacar que a documentação hagiográfica, que se desenvolveu de maneira vasta no início do cristianismo⁸, é um conjunto bastante diverso no que tange à tipologia de registros⁹. Entre eles mencionamos os Martirológios, Calendários, Legendas, Processos de Canonização, Atas.

Em relação às fontes hagiográficas cabe destacar que o sucesso da receptividade desse tipo de texto nos reinos romano-germânicos pode ser explicado por vários motivos. Entre eles a adaptação de uma linguagem mais acessível do que aquela utilizada comumente nos sermões, por exemplo, e a escrita em forma de narrativa, que também facilitava a compreensão por parte das populações locais. Eram textos para serem lidos durante missas ou dias festivos de santos e constituem uma importante tradição oral coletiva. Além disso, a multiplicidade de questões

⁷ SILVA, Andréa C. L. F. da (Org.). *Hagiografia e História: reflexões sobre o fenômeno da santidade na Idade Média Central*. Rio de Janeiro: HP Comunicação, 2008. p. 7.

⁸ LINAGE CONDE, A. La tipologia de las fuentes de la Edad Media Occidental. *Medievalismo*, Madrid, v. 7, n. 7, 1997, p. 265-290. p. 267.

⁹ Segundo Silva, a literatura hagiográfica surgiu ainda durante o Império Romano associada principalmente às Actas de Martírio e Paixões e ao momento de perseguição aos cristãos e aos poucos passou a compreender um conjunto de registros muito heterogêneo. In: _____. *Monacato e literatura hagiográfica: Vita Sancti Frutuosi e Vita Sancti Amandi em perspectiva comparada*. In: TEIXEIRA, Igor Salomão (Org.). *História e Historiografia sobre a Hagiografia Medieval*. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 164-177. p. 165.

possíveis de serem abordadas na análise das *vitae* permite uma ampla variedade de trabalhos que estão sendo produzidos pelos especialistas no medievo.

As *Vidas de Santos*, categoria a que são associados os documentos analisados em nossa pesquisa, serão os escritos privilegiados aqui. A veneração dos diferentes modelos de santos desde o mártir, passando pelo monástico e, posteriormente, o episcopal, impulsionou a redação das vidas que se dedicam a narrar a trajetória de tais figuras. As fontes hagiográficas citam os bispos como intercessores entre o celeste e o terreno, defensores da população e por sua obra de assistência e caridade diante dos mais necessitados¹⁰. Essas obras citam a evangelização, a disponibilidade, a perfeição ética, a construção de edifícios sacros e a oração como práticas fundamentais exercidas por eles. Neste tipo de discurso, de maneira geral, há a preponderância de uma narrativa moralizante exemplificada pela conduta irrepreensível dos santos.

Alguns elementos são recorrentemente encontrados nesses textos que visam a edificação dos leitores, os chamados *topoi*. São eles a origem nobre atribuída aos santos, a valorização da santidade, o poder taumatúrgico, o domínio de fenômenos naturais, a exaltação da vocação religiosa, a ênfase no momento de conversão e a capacidade de realização dos mais variados milagres. As hagiografias são, sobretudo, discursos baseados no comportamento virtuoso inserido em uma perspectiva baseada no exemplo¹¹.

Ronaldo Amaral afirma que a fonte hagiográfica é por natureza um escrito subjetivo, e como tal, não teria como intenção abarcar a “vida” de uma figura em toda a complexidade e pluralidade como pretende um escrito biográfico¹². Objetivar conhecer algo ou alguém na totalidade já é difícil, buscar tal propósito por meio da análise das *vitae* nos parece inviável. Como citamos anteriormente, esta modalidade narrativa se encaixa em um tipo de literatura ocupada com a santidade e voltada para os modelos de santos. Concordamos com a proposta de que existem dados nesse tipo de narrativa possíveis de serem cotejados com referências em outros documentos, como por exemplo a verificação da linhagem nobre do santo, suas posses, os lugares percorridos e as pessoas com as quais manteve vínculos.

¹⁰ Cf. GURIÉVICH, Arón. Las categorías de la cultura medieval. Madrid: Taurus Humanidades, 1984. p. 27.

¹¹ Cada texto está baseado em uma escolha e em uma organização específica das virtudes cristãs. Sendo assim, os milagres indicam o maior reconhecimento do poder de Deus em favor dessas figuras religiosas protagonistas. Cf. CERTEAU, M. de. Uma variante: a edificação hagio-gráfica. In: _____. A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense, 1982. p. 266-278.; VELÁZQUEZ, Isabel. Hagiografía y culto a los santos en la Hispania visigoda: aproximación a suas manifestaciones literarias. Mérida: Museo Nacional Romano, Asociación de Amigos del Museo. Fundación de Estudios Romanos, 2005. (Cuadernos Emeritenses, 32). p.22.

¹² VELÁZQUEZ, I. Hagiografía y culto...Op.Cit., p. 72-73.

A contribuição de Velázquez é relevante para fomentar esta discussão dada às características propostas de diferenciação entre a hagiografia e a biografia¹³. Segundo ela, os dois conjuntos se relacionam estreitamente. Por exemplo, desde o I século, o gênero biográfico transmite a narração das vidas dos personagens. Enquanto, por outro lado, os hagiógrafos procuram escrever uma obra de conteúdo espiritual. Assim, os traços fundamentais que separam os dois conjuntos literários são não somente os conteúdos, mas também o tratamento dado aos personagens e as escolhas feitas em relação a uma característica específica: o padrão de comportamento. Por isso, apontamos que as três narrativas utilizadas nesta pesquisa estão associadas, segundo a nossa perspectiva, com o bloco denominado de hagiografias.

O papel de persuasão que deveria ser cumprido pelas hagiografias pautado, sobretudo, em um rígido sistema moral e social¹⁴. Esta discussão nos interessa em particular por conta da associação dos discursos hagiográficos como um dos instrumentos de legitimação da Igreja. Ou seja, a instituição eclesiástica impulsionaria o fortalecimento da normatização social por meio da produção de hagiografias, propagando modelos de condutas e exemplos a serem seguidos.

O episcopado

Com a desagregação do Império Romano, o assentamento dos grupos germânicos após as migrações e a posterior disposição em reinos fragmentados, alguns acordos foram estabelecidos, baseados em concessões que favoreciam tanto as autoridades políticas, os monarcas, como as religiosas, os integrantes da alta hierarquia eclesiástica. Em meio a este processo, destacamos a significativa atuação dos bispos como figuras centrais na expansão cristã nos reinos romano-germânicos ao longo da Alta Idade Média. Apesar da desorganização decorrente das instituições romanas, o segmento eclesiástico manteve seu papel ativo de intervenção nas cidades e suas ações destacaram-se não só estritamente no âmbito religioso, mas também no civil.

O episcopado, no início do Cristianismo, tinha como principais funções aquelas relacionadas à administração. Aos poucos, suas atribuições passaram a estar atreladas ao papel de liderança que exerciam junto às comunidades, com um notável aumento no prestígio social desempenhado por tais figuras, sobretudo a partir do IV século¹⁵.

¹³ VELÁZQUEZ, I. Hagiografia y culto. p.37-39.

¹⁴ VELÁZQUEZ. Hagiografia y culto. p. 1-2.

¹⁵ Cf: SILVA, Leila Rodrigues da. Algumas considerações acerca do poder episcopal nos centros urbanos hispânicos nos séculos VI-VII. In: História: Questões e debates: instituições e poder no medievo. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em História da UFRP / Editora da UFRP, (37), p. 67-84, jul-dez. 2002.

É a partir deste momento que a alta hierarquia eclesiástica atua na ampliação da esfera de atuação da Igreja junto às populações locais e, conseqüentemente, como um encadeamento, na consolidação da instituição eclesiástica. Dentre outras iniciativas, podemos mencionar a fundação de mosteiros, principalmente em áreas mais afastadas dos centros urbanos, com objetivo de estabilização das fronteiras, a promoção de reuniões conciliares e a confecção de um vasto material contendo obras de distintas tipologias¹⁶, como por exemplo: sermões, regras monásticas, cartas, atas e hagiografias¹⁷.

Os temas abordados pelo episcopado nesses escritos foram variados, mas de maneira geral, direcionam normas de conduta voltadas para os distintos grupos, certamente, associadas a uma tentativa de normatização da sociedade. Não acreditamos que este processo tenha sido algo previamente pensado ou desempenhado por todos os bispos no medievo, mas que funcionou como um conjunto de aspectos compartilhados pelo bispado, que visam um propósito em comum: aumentar a quantidade de fiéis¹⁸. Encontramos inclusive alguns elementos direcionados à própria elite eclesiástica, como a presença de referências a um modelo idealizado destas figuras. É a partir deste período que há um deslocamento do modelo de santidade até então representado pelo mártir para dois novos personagens: o monge o bispo¹⁹.

Segundo Leila Rodrigues da Silva, a importância da religião cristã somada à solidez que os segmentos eclesiásticos garantiram, mesmo que paulatinamente, a preponderância do episcopado sobre a sociedade²⁰. A autora destaca dois eixos principais, a partir dos quais, as ações desempenhadas pelos bispos nos reinos romano-germânicos produziram significância: assistência material e assistência jurídica²¹.

¹⁶ O bispo era detentor de uma autoridade reconhecida pronunciando um discurso considerado legítimo na conjuntura social em que estava inserido. Por isso, nos parece bastante significativo atentar para a produção documental escrita pelos membros do episcopado, sobretudo ao analisarmos as referências a um direcionamento sobre um perfil episcopal, como propomos ao trabalharmos com os textos hagiográficos. Cabe destacar, que além de uma autoridade religiosa, por conta da estreita relação entre os âmbitos político e religioso, o bispo apresentava-se como uma figura de destaque também na esfera civil.

¹⁷ Cf. SILVA, Leila Rodrigues da. Algumas considerações acerca do poder episcopal nos centros urbanos hispânicos nos séculos VI-VII. In: História: Questões e debates: instituições e poder no medievo. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em História da UFRP / Editora da UFRP, (37), p. 67-84, jul-dez. 2002.

¹⁸ SILVA. Algumas considerações acerca do poder episcopal nos centros urbanos hispânicos nos séculos VI-VII. p. 67-84.

¹⁹ SILVA, Gilvan V. da. Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da Basileia (337-361). Vitória: EDUFES, 2003. p. 28.

²⁰ SILVA, Leila R. da. Episcopado e relações de poder nos *De Ecclesiastici Officiis e Sententiarum Libri Tres* de Isidoro de Sevilha. Acta Scientiarum. Education (Online), v. 36, p. 181-187, 2014. p. 182.

²¹ SILVA. Episcopado e relações de poder nos *De Ecclesiastici Officiis e Sententiarum Libri Tres* de Isidoro de Sevilha. p. 182.

Lizzi Testa caracteriza o bispo como alguém respeitável, incorruptível, solícito, modesto, rigoroso e enérgico, sem, ao mesmo tempo, apresentar presunção²². A descrição a respeito destes estava fundamentada nas virtudes cristãs a partir de um exemplo de conduta, característica responsável por impulsionar grande parte de sua influência. A elevação da prática virtuosa está vinculada à condição de exemplaridade esperada do episcopado naquele momento. A exigência presente nas fontes provenientes do início da Idade Média corresponde a um comportamento modelar por parte dos bispos baseado na serenidade, paciência, moderação, abstinência, castidade e sobriedade²³.

Martín Viso agrega as circunstâncias de consolidação do poder dos bispados ao caráter de elevação à religião oficial alcançado pelo cristianismo e a consequente relação da instituição com a monarquia. Segundo ele, desde o momento de Constantino o bispo intervinha em questões judiciais e havia alcançado uma posição de grande liderança. Para o historiador é a partir daí que a maioria dos membros do episcopado já se torna proveniente das distintas famílias aristocráticas importantes²⁴.

O papel do bispado, segundo García de la Borbolla²⁵, combinava dois modos distintos de ação pastoral junto à comunidade em sua diocese, sendo um novo modelo de espiritualidade que surge após a cristianização dos reinos romano-germânicos. O primeiro seria o ativo, como mediador por meio das palavras e do discurso produzido pelo episcopado, e o outro contemplativo, que incluía as tarefas voltadas para as práticas espirituais, como a oração.

A documentação hagiográfica e o episcopado

O bispo era responsável pelas decisões relacionadas à promoção do culto aos santos, envolvendo as relíquias sagradas e como patrono da região era quem indicava o clero local. As hagiografias funcionavam como um recurso de confirmação e promoção das virtudes desses indivíduos e como ferramentas que comprovavam a necessidade de tributação e reverência aos personagens considerados como adequados, os exemplares. Isso porque, a santidade de uma localidade dependia em grande medida do grau de sacralidade que possuíam as pessoas a quem esses lugares foram consagrados, os santos protetores.

²² LIZZI TESTA, R. The late antique bishop: image and reality. In: ROUSSEAU, P. (Ed.). A Companion to late antiquity. Londres: Blackwell Publishing, 2009. p. 525-538.

²³ Esse conjunto de virtudes atribuído ao comportamento exemplar que deveria ser desempenhado pelos membros do episcopado está associado aquelas propagadas no texto bíblico como virtudes cristãs em oposição aos vícios.

²⁴ MARTÍN VISO, Iñaki. Organización episcopal y poder entre la Antigüedad Tardía y el Medievo (siglos V-XI): Las sedes de Calahorra, Oca y Osma. Iberia, v. 2, p. 151-190, 1999. p. 155.

²⁵ BORBOLLA, Ángeles G. de la. La imagen del obispo hispano en la Edad Media. Pamplona: EUNSA, 2004. p. 38.

Nesse contexto, os bispos exerciam um poderio lógico sobre o acesso ao espaço espiritual com objetivo de garantir a integridade de seu espaço, o campo religioso. O episcopado detinha o monopólio do sagrado por meio do contato direto que mantinham com a manifestação do poder divino e a realização dos milagres. Assim, eram considerados os representantes da vontade de Deus e, portanto, os mais indicados para resolver questões diversas como aquelas envolvendo monarcas²⁶, aconselhando autoridades políticas e participando ativamente da vida pública.

Particularmente em nosso caso, é imprescindível realizar não somente a discussão desses dois eixos separadamente como temas abrangentes que são o episcopado e as hagiografias, mas identificar ao mesmo tempo, a relação entre eles. A VSPE é a primeira fonte hagiográfica do reino visigodo dedicada a bispos. A VP é uma coletânea de vidas do período merovíngio sobre eremitas, monges e membros do episcopado. Por fim, a VA trata de Albino de Angers que, apesar de ter iniciado a carreira monástica, vai ter como eixo fundamental de sua trajetória religiosa as atribuições episcopais.

Gregório de Tours e Venâncio Fortunato são dois exemplos de hagiógrafos inseridos nessa rede de relações que envolvem os membros do bispado e os documentos hagiográficos. Isso porque, ambos foram bispos e deixaram *vitae* escritas tendo como personagens principais outros bispos. Defendemos, conforme já ressaltamos anteriormente, que estes indivíduos compartilham de um mesmo *habitus* e por isso, grande parte dessa documentação veicula aspectos muito próximos quanto aos modelos de santidade difundidos, mas se diferenciam, por exemplo, nas virtudes privilegiadas e nos milagres relatados.

A partir destes elementos e das leituras feitas acreditamos ser possível e, ao mesmo tempo, instigante articular esses dois grandes blocos com o objetivo de realizar uma investigação que se interesse pela análise das intersecções possíveis, a partir das referências das três narrativas hagiográficas. Visto que, duas são atribuídas a dois importantes bispos do cenário merovíngio e a terceira é o primeiro documento deste tipo que tem como temática central o episcopado.

Considerações finais

A partir de nosso interesse e da pesquisa desenvolvida privilegiando a análise do perfil episcopal presente em dois relatos hagiográficos merovíngios e um visigodo, identificamos a

²⁶ Notamos a proeminência deste aspecto com mais ênfase no reino merovíngio, já que, em muitos momentos o reino estava dividido em mais de duas regiões nas quais governavam monarcas diferentes. Sendo assim, nos casos de embates entre eles, o episcopado agia como uma figura de respeito e autoridade a ser ouvida em conflitos desse tipo, por exemplo.

importância de uma sistematização de elementos que aproximasse esses dois grandes blocos: as hagiografias, com ênfase nas *Vidas de Santos*, e o episcopado.

Isto porque, apesar dos textos hagiográficos caracterizarem-se como um conjunto diverso de registros, as *vitae* apresentam, em grande parte dos casos, uma estrutura semelhante. Entre os aspectos recorrentemente empregados neste tipo de relato, ressaltamos a indicação da origem nobre do santo, a realização de milagres diversos, a ênfase no momento de conversão dos protagonistas e uma conduta exemplar.

Além disso, grande parte dos hagiografados nos reinos franco e visigodo naquele momento, alcançaram a posição de bispos na hierarquia eclesiástica, como os três casos investigados em nosso trabalho. O santo-bispo será uma categoria de santidade que receberá bastante destaque nas vidas provenientes deste recorte temporal e espacial. Muitas vezes, a carreira monástica e a ocupação de cargos anteriores serão tidos como instrumentos de paulatina elevação até o momento de assumir o comando de uma diocese. Ou seja, os momentos privilegiados em suas trajetórias são aqueles relacionados ao episcopado.

As disputas episcopais na hagiografia de Amando de Maastricht

Juliana Salgado Raffaelli

Mestre e doutoranda em História Comparada
Programa de Estudos Medievais – Programa de Pós-graduação em História Comparada –
Universidade Federal do Rio de Janeiro
julianaraffaelli@hotmail.com

Resumo: Esse trabalho se dedica às relações de poder narradas pela *Vita Sancti Amandi*, entre o bispo Amando de Maastricht e os bispos merovíngios do século VII. Visando compreender a dinâmica e as disputas do campo religioso no reino franco do período mencionado, buscaremos analisar os conflitos e as interações do bispo-peregrino Amando com outras autoridades episcopais presentes na sua hagiografia.

Palavras-chave: Bispo, Hagiografia, Amando de Maastricht

Introdução

Amando de Maastricht foi um monge peregrino, experimentado no eremitismo, fruto de uma forma de monacato que era influente nas altas camadas da sociedade franca do século VII. Em sua trajetória, desenvolveu alianças e relações pessoais com a família real, que mesmo possuindo disputas políticas internas, manteve seu apoio ao monge, endossando sua posição e legitimando sua abordagem religiosa, marcada pela sua nomeação como bispo.¹

O trabalho que se segue tem por objetivo analisar como as relações entre o monge-bispo-peregrino Amando de Maastricht e os bispos do reino merovíngio são retratadas pelo hagiógrafo anônimo da *Vita Sancti Amandi*. Para cumprir esta finalidade é necessário pensar em como se estabeleciam as questões relativas a formação do monacato na Gália merovíngia, bem como o alcance do poder episcopal e a concorrência – presente nesse documento e destacada por nós – entre o poder eclesiástico e o poder monárquico na atribuição de legitimidade religiosa, durante o século VII.

A documentação que nos interessa é hagiográfica. Ela privilegia os atores sagrados e visa a edificação dos seus leitores. Tal tipologia é atribuída para todo manuscrito inspirado pelo culto aos santos e/ou com o intuito de difundir-lo. Ela traz em seus textos um discurso de virtudes – as suas unidades de base –, dentro de uma perspectiva moralizante. Cada narrativa oferece uma escolha e uma organização desses valores cristãos. Os milagres, sempre presentes, em maior ou menor escala,

¹ FLETCHER, Richard. *The barbarian conversion: from paganism to Christianity*. New York: Henry Holt, 1998. p. 154.; FOX, Yaniv. *Power and Religion in Merovingian Gaul. Columbanian Monasticism and the Frankish Elites*. Cambridge: Cambridge University, 2014. p. 34; 132.

aparecem como uma interferência do poder divino em reconhecimento dessas qualidades da figura religiosa protagonista.²

Segundo Jamie Kreiner, as hagiografias merovíngias, especificamente, seriam documentos essenciais para o entendimento da história da transformação cultural da Gália. Esse *corpus* teria um papel fundamental na formação de um consenso social, pois para a autora a identidade cristã teria um importante conjunto de interesses, incentivos e práticas para assegurar a integridade do reino.³ No plano discursivo, os hagiógrafos merovíngios tinham liberdade para evitar detalhes do que “realmente aconteceu” em favor de relacionar uma compreensão mais profunda do mundo, transmitida por meio de um uso sofisticado de pistas simbólicas, convenções narrativas e reescrita inventiva. As vidas de santos - encarnadas de um sistema moral e social - deveriam ser levadas a sério para serem convincentes.⁴ Considerando essa definição hagiográfica como ponto de partida, buscaremos ponderar os confrontos sinalizados pelo hagiógrafo da *Vita Sancti Amandi* dentro do seu contexto. Nesse sentido, entendendo o documento como parte de um sistema de persuasão – consciente e inconsciente – que perpassava questões morais e sociais, com o objetivo de fortalecimento eclesiástico e político do reino franco, que se encontrava dividido e em disputa dinástica.

Acreditamos que a atividade de peregrinação de Amando trazia benefícios políticos e religiosos para o reino, uma vez que suas ações de conversão e pregação se concentravam em áreas de conflito e em regiões limítrofes do território franco. Percebemos, dessa forma, que sua atuação na área de dioceses de outros bispos causava atritos referentes à competência episcopal da diocese. O principal conflito entre os representantes da instituição eclesiástica se estabeleceu por Amando conseguir a autorização monárquica para pregar em regiões de alçada de outros bispos, sua obra missionária colocava em conflito a autoridade do responsável pela diocese, tornando sua atividade um ponto de concorrência para a legitimidade episcopal.

No contexto franco, podemos observar no início da hagiografia de Amando de Maastricht que existe alguma tensão entre ele e as autoridades – produtores legítimos⁵ – no início de sua

² CERTEAU, M. de. Uma variante: a edificação hagio-gráfica. In: _____. A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense, 1982. p. 266-278.; VELÁZQUEZ, I. Hagiografía y culto a los santos en la Hispania Visigoda: aproximación a sus manifestaciones literarias. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 2002. p. 22.

³ KREINER, Jamie. The social life of hagiography in the merovingian kingdom. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 8.

⁴ KREINER. The social life of hagiography in the merovingian kingdom, p. 1-2.

⁵ Nosso olhar sobre o conflito e a disputa dentro da esfera religiosa está pautado nos conceitos desenvolvidos pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, concernentes a *Gênese e estrutura do campo religioso* e ao *Poder Simbólico*. Temos interesse em especial nos elementos que ele desenvolve em seu artigo que dizem respeito à divisão do trabalho místico e à lógica de produção de bens de salvação. BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: _____. Economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1987. p. 27-78.

carreira, uma disputa que começou a se estabelecer no interior do campo religioso. Entretanto, pela sua atuação, a estratégia da monarquia aliada a hierarquia episcopal é a primeira nomeação do monge como bispo. Observamos, então, a absorção de Amando pelas estruturas dominantes, dentre aqueles grupos sociais que detinham a dominação da produção simbólica legítima. Dessa maneira, o monge passou atuar a favor do *status quo* das instituições política e eclesiástica, utilizando da sua forma de ação religiosa para trazer novos integrantes - os consumidores desses bens simbólicos - para reforçar o poder de seu grupo.

O monacato irlandês no reino merovíngio

As tradições monásticas cristãs se originaram no Oriente, no século IV. Seus praticantes, a princípio identificados como eremitas - que buscavam o isolamento e a fuga dos prazeres mundanos - em pouco tempo instituíram outras experiências monásticas. Sob a nova denominação de cenobitas, os ascetas valorizavam a vida em comunidade com diferentes graus de isolamento, organização e hierarquização. A grande difusão dessas ideias monásticas - já diversa na sua origem - agregou as distintas influências das regiões em que chegava. No Ocidente Medieval, muitas tradições se fundaram a partir dessas duas modalidades principais e continuaram a se expandir e modificar mutuamente, gerando novos entendimentos sobre o que significava ser eremita ou cenobita.⁶ Tal quadro dos primeiros séculos do monacato expõe uma forma de religiosidade multifacetada, com diversos pontos comuns, além de elementos distintivos que estavam profundamente ligados às suas origens e aos contextos sócio-políticos.

Na Gália, a predominância monástica seria a cenobítica, por ser o modelo que apresentava a maior facilidade de controle episcopal. A instituição de maior destaque na região sul foi Lérins. Algumas turbulências políticas do início do século V contribuíram para a expansão monástica de modo geral, uma vez que serviam de refúgios para os aristocratas. Essas figuras importantes, que chegaram a Lérins nos momentos de crise, acabavam rapidamente tornando-se bispos, que passavam a exportar o modelo da instituição em suas atividades episcopais e nas suas produções literárias de promoção do ascetismo.⁷

No sexto século, o monacato já se encontrava muito mais institucionalizado e com grandes variações tipológicas de fundação, também é possível afirmar que os monarcas e suas consortes

⁶ DUNN, Marilyn. The emergence of monasticism. From the Desert Fathers to the Early Middle Ages. Cornwall: Blackwell, 2000. p. 1-15.; p. 59-63

⁷ DUNN. The emergence of monasticism, p. 82-83.; FOX, Yaniv. Power and Religion in Merovingian Gaul. Columbanian Monasticism and the Frankish Elites. Cambridge: Cambridge University, 2014. p. 4.

estavam bastante envolvidos na construção de instituições monásticas e religiosas.⁸ A recepção das famílias reais não era, necessariamente, um reconhecimento da fama dos monges. O patrocínio monástico era uma prática estabelecida, que vinha com um conjunto de expectativas, aceitando inclusive ideias nem sempre ortodoxas. Entre reclusos e grandes estabelecimentos reais, o monacato foi parte de uma construção religiosa da sociedade gaulesa, que servia como agente de mudanças e propagador dos interesses das instituições.⁹

Entre o final do século VI e o VII, chega a Burgúndia - região da Gália - o monge irlandês Columbano, fundador diversos mosteiros, sendo o de Luxeuil o mais importante. Sua chegada teve um grande impacto sobre a vida religiosa da Gália e no número de fundações no norte e nordeste do reino. A fundação desse mosteiro desenhou o patrocínio da corte merovíngia, que também contou com a participação econômica das grandes famílias próximas. No período em que seu fundador desfrutou da proteção do rei, o mosteiro permaneceu fora do alcance dos bispos vizinhos. Quando a relação de Columbano e o monarca deixou de ser cooperativa, Luxeuil ficou vulnerável aos conflitos e a crescente pressão do episcopado local.¹⁰ Com o fundador, veio também uma das influências irlandesas,¹¹ a *peregrinatio pro Christo*, no qual se unia a vontade de deslocamento para outras regiões com os objetivos evangelizadores e a ascese.¹² Tal forma de monacato era atraente para os merovíngios, pois configurava-se como postos avançados nos limites dos territórios controlados. Afetavam também o seu entorno - seja na provisão de infraestrutura, no alcance político ou proprietário gerados por tais empreendimentos.¹³

Além da estrutura monástica patrocinada, foi atribuído como uma influência do fundador irlandês a utilização de bispos monasteriais para a orientação espiritual de suas casas. Essa ação liberaria seus integrantes da dependência da diocese competente. Apesar do emprego desse tipo de supervisão episcopal por alguns mosteiros, eles ainda eram uma minoria no quadro geral de construções irlandesas do reino franco. A grande parte ficava ainda sob o domínio diocesano regular. Tal característica, inclusive, não foi particular dos mosteiros irlandeses, foi aproveitada também por casas de outras tradições, até mesmo anteriores a chegada de Columbano. Outra estratégia que seria empregada por eles consistia na utilização de bispos errantes ou de dioceses

⁸ WOOD, The merovingian kingdoms. 450-751, p. 184.

⁹ FOX, Power and Religion in Merovingian Gaul, p. 3; 9.

¹⁰ WOOD. The merovingian kingdoms. 450-751, p. 185.; FOX. Power and Religion in Merovingian Gaul, p. 9.

¹¹ Columbano não foi a única influência irlandesa na Gália, outro personagem marcante foi Fursey, que saiu de Ulster para a Gália, trazendo junto o culto a Patrício e fundando um mosteiro em Lagny. Cf.: WOOD, The merovingian kingdoms. 450-751, p. 189-190.

¹² MÍTRE FERNANDEZ, Emílio. Las comunidades célticas. Cuadernos de História. 16, Madrid, n. 59, p.13-16, 1985. p. 15.

¹³ FOX. Power and Religion in Merovingian Gaul, p. 23-24; 43-44.

vizinhas.¹⁴

Maior do que o prestígio pessoal de Columbano, foi o da geração seguinte de monges de Luxeuil. Eles representavam a associação do modelo do monacato columbaniano com a força das elites locais. Após a morte do irlandês, a aristocracia manteve o patrocínio, que propiciou com bens materiais e políticos a construção de novas casas. Esse interesse ia além da motivação religiosa, eles utilizavam a via monástica para promover seus objetivos políticos mais amplos, levando ao prolongamento de outras rivalidades entre grupos nobiliárquicos. Os monges das casas columbanianas originais passaram a erigir seus próprios mosteiros, deixando nos registros escritos elementos que indicam um pertencimento a uma rede monástica mais ampla.¹⁵ Da mesma forma que Columbano recebeu do rei o *castrum* abandonado para a construção de Luxeuil, Amando de Maastricht recebeu Elnone.¹⁶

***Vita Sancti Amandi*: a hagiografia de Amando de Maastricht**

A *Vita Sancti Amandi*, de autoria anônima, foi provavelmente produzida por um clérigo de Noyon-Tournai. A datação do documento foi determinada como posterior à produção da *Vita Audoini* – do início do século VIII – e anterior ao ano 750.¹⁷ Amando teria vivido entre 589 e 675, nascido na Aquitânia e falecido no mosteiro de Elnone,¹⁸ atualmente localizado em Saint-Amand-les-Eaux. De origem cristã e nobre, Amando teria decidido pela vida religiosa contra a vontade paterna. Sua família não estava inserida na rede de patrocínio monástico pela aristocracia - que via a atividade como uma forma de viabilizar uma agenda política mais ampla.¹⁹

Na juventude procurou um mosteiro em Ile d'Yeu, no qual passou por experiências fantásticas que reafirmaram sua fé.²⁰ Após declarar o desejo de nunca mais voltar a sua terra natal e passar a vida em “exílio”, Amando experimentou viagens por diversas regiões, como Tours; Bourges, onde passou quinze anos como eremita; Roma, local no qual recebeu a benção do então

¹⁴ BITTERMANN, Hellen Robbins. The influence of Irish monks on merovingian diocesan organization. *The American historical review*, Bloomington, v. 40, n. 2, p. 232-245, 1935. p. 232-237.

¹⁵ FOX. *Power and Religion in Merovingian Gaul*, p. 11; 14.

¹⁶ FOX. *Power and Religion in Merovingian Gaul*. p. 44.

¹⁷ GANSHOF, François-Louis. *Hagiographie belge*. *Revue belge de philologie et d'histoire*, t. 5, f. 1, p. 256-260, 1926. p. 257.

¹⁸ MOREAU, Édouard de. *Saint Amand: Apotre de la Belgique et du nord de la France*. Louvain: Museum Lessianum, 1927. p. 50.

¹⁹ FOX. *Power and Religion in Merovingian Gaul*, p. 130.

²⁰ VSA, c. 2, p. 158. Utilizaremos para o corpo do texto a tradução da versão portuguesa, sob a sigla VSA, publicada em *Vita S. Amandi, episcopi et confessori*. In: HILLGARTH, J. N. *Cristianismo e Paganismo, 350-750: A conversão da Europa Ocidental*. São Paulo: Madras, 2004. Para o original latino, presente nas notas e com a sigla VAE, utilizaremos a edição *Vita Amandi episcopi*. In: KRUSCH, Bruno. *Passiones vitaeque sanctorum aevi Merovingici: Monumenta Germaniae Historica*. Hannover: Brepols, 1910. t. V, p. 437-449.

“papa”; depois retornou para a Gália, para começar seu ofício de pregação; em Ghent começou sua ação contra os “adoradores de árvores e pedaços de madeira” com a autorização do bispo e do rei.²¹

Após outras viagens se dirige à pregação aos bascos nos limites do território franco e depois foi para Elnone, local no qual construiu um mosteiro para monges que haviam professado a mesma forma de vida missionária. Posteriormente, em Nant, edificou outro mosteiro com a ajuda monárquica, que acenderia um conflito com o bispo da região, Mumolus de Uzès. Em outro momento, passa a pregar no condado de Beauvais, local em que, de acordo com sua *vita*, realiza milagres de cura em pagãos.²²

Em seu percurso religioso é nomeado bispo por duas vezes: na primeira, recebe a titulação, mas não uma sede, o que permitiu que continuasse sua atividade pelos limites territoriais. Na segunda ocasião, recebe a sede de Maastricht, o que também não impede de permanecer em suas atividades missionárias pelo reino.²³ O que nos chama atenção, nesse ponto, é que sua hagiografia narra à interação, positiva ou negativa, do asceta com diversos outros bispos, nobres e pelo menos três monarcas do reino franco.

Como já traçado anteriormente, Amando era fruto de uma forma de monacato influente nas altas camadas da sociedade franca, tendo sido beneficiado de recursos providos pelo rei Dagoberto I, seus dois filhos e alguns netos. Apesar de não ter pertencido a uma casa columbaniana em sua formação, suas ligações com essas atividades sugerem que ele fazia parte do esforço dessa rede monástica. Sua inserção possibilitou o desenvolvimento de alianças e relações pessoais entre o monge e a família real, nos moldes já estabelecidos pelo monge irlandês. Apesar das disputas políticas internas da monarquia merovíngia, o grupo manteve seu apoio ao monge, endossando sua posição e legitimando sua abordagem religiosa, marcada pela sua dupla nomeação como bispo. Amando claramente possuía uma posição de prestígio nas cortes da Nêustria e da Austrásia, o que permitiu que ele obtivesse recursos para seu estabelecimento monástico.²⁴

As relações episcopais na *Vita Sancti Amandi*

Dentro da trajetória religiosa narrada por seu hagiógrafo anônimo, Amando de Maastricht conheceu diversos bispos, alguns identificados pelo nome, localidade ou apenas coletivamente. Colocando em análise as relações estabelecidas com as figuras episcopais dentro dessa narrativa,

²¹ *VSA*, c. 4-13, p. 158-161.

²² *VSA*, c. 20-24, p. 163-165.

²³ FOX. Power and Religion in Merovingian Gaul, p. 123.

²⁴ FOX. Power and Religion in Merovingian Gaul, p. 118; 123.

percebemos que partes dessas menções são positivas e outras – negativas – sinalizam conflitos. Não desconsideramos os possíveis *topoi* hagiográficos presentes nesse tipo de relato, mas ponderamos sua análise qualitativa, relevante para o estudo sobre as relações de poder existentes entre os bispos francos e o monge-bispo-peregrino de Maastricht.

Dentre as situações positivas com a hierarquia eclesiástica, a primeira menção ocorre quando Amando era apenas um monge, começando seu período como eremita - que manteria por quinze anos - momento no qual valorizava mais o isolamento ascético do que a cristianização como peregrino: “... Ele [Amando] viajou a Bourges, para o santo Bispo Austregésilo, que era então possuidor de excelência e fama nas Coisas Divinas. Ele foi recebido pelo bispo e pelo seu arqui-diácono [...], o santíssimo Sulpício, com grande gentileza”.²⁵

Levando em consideração o grande prestígio alcançado pelos monges na sociedade franca do século VII,²⁶ um tratamento honrado por parte de membro da instituição religiosa não causaria estranhamento. Nesse momento, Amando não possuía consagração episcopal, que só ocorreu por influência monárquica: “Após pouco tempo, Amando foi forçado pelo rei [Clotário II] e pelos bispos a ser consagrado bispo”.²⁷ A decisão de nomear o monge partiu do interesse real, com o endosso episcopal garantido na narrativa. Acreditamos que poderia significar um reconhecimento sobre a necessidade da presença das autoridades religiosas, para reforçar a decisão monárquica.

Segundo apresentamos anteriormente, consagrar bispos monasteriais era uma característica atribuída ao monacato columbaniano, para servir aos propósitos do grupo. Outra possibilidade é que pudessem se beneficiar das funções de bispos vizinhos e/ou itinerantes para os sacramentos e as ordenações, em detrimento dos episcopos responsáveis pela diocese que se encontravam.²⁸ Amando não recebeu, nessa cerimônia, uma sede que desse a característica diocesana de sua nova função. Ele estava livre, então, para pregar e construir casas monásticas pelo território e suas fronteiras, servindo aos monges que lhe solicitassem.

Em outros momentos, Amando solicitou apoio episcopal junto ao rei,²⁹ para realizar sua pregação e cristianização de populações não cristãs ou acusadas de práticas supersticiosas. Nesse

²⁵ VSA, c. 5, p. 159. Os grifos dos trechos dos documentos são nossos. “... ab abbate ispius loci vel a fratribus benedictione percept, civitate Bituricas ad sanctum pediit Austrigisilum, qui tun in Dei rebus magnificus atque insignis habebatur. Cumque ab eo vel ab eius archidiacono, sanctissimo videlicet Sulpicio, postae vero episcopum, clementissime, fuisset susceptes, omnique ei humanitatis exhibita”. VAE, c. 5, p. 433.

²⁶ FOX. Power and Religion in Merovingian Gaul, p. 43-44.

²⁷ VSA, c. 8, p. 159. “... paucis post transactis diebus, coactus a rege vel sacerdotibus, episcopopus ordinatus est”. VAE, c. 8, p. 434.

²⁸ BITTERMANN. The influence of Irish monks on merovingian diocesan organization, p. 232-237.

²⁹ VAE, c. 13, p. 437.

sentido, a atuação amandina reforça as instituições eclesiásticas vigentes e também a legitimidade monárquica junto as localidades que buscava atingir. A necessidade de apoio monárquico para as atividades religiosas que estavam direcionadas às fronteiras do território franco fica evidente mais uma vez no episódio que envolve o rei Dagoberto I e o batizado de seu primeiro herdeiro, Sigeberto III. A hagiografia conta que depois de muitas dificuldades para gerar um filho, o monarca busca a benção de Amando, que a concede. A ocasião do convite demonstra não só o prestígio de Amando junto ao monarca, mas também conflitos anteriores que abalaram a relação dos dois e levaram a um período de exílio forçado do monge-peregrino. Essa tentativa de reaproximação por parte do rei, poderia significar uma nova oportunidade para as peregrinações e o um estreitamento dos laços com a família real.³⁰

Ao aceitar o convite, Amando não demoraria a encontrar os benefícios dessa relação, como sua nova nomeação episcopal.³¹ Outro relato de sua boa relação com episcopado surge após o fracasso de sua tentativa de cristianização junto aos bascos, que fez com que ele se deslocasse para de outra região. Na narrativa, o bispo da cidade reconheceu a santidade do monge-peregrino. “Com os bascos insistindo em sua cegueira, o santo homem chegou a certa cidade. Honoravelmente recebido pelo bispo enquanto ele, como é costume dos anfitriões, derramava água sobre as mãos de Amando.”³² A atribuição de reconhecimento é tanta, que o bispo da cidade guarda a água e com ela realiza milagres de cura em nome de Amando.

Sob os auspícios de outro rei, Chiderico II, o bispo de Maastricht recebeu novos benefícios territoriais, que permitiriam que continuasse a construção de mosteiros. É nesse momento que temos o relato mais claro de como a interferência monárquica poderia causar a inimizade entre bispos diocesanos. O bispo Momulos, da cidade de Uzès, provocado pelo presente recebido por Amando, prepara uma elaborada armadilha para que o monge fosse assassinado. A narrativa indica que o insucesso da emboscada foi um reconhecimento divino da santidade de Amando.³³

Conclusão

A análise da interação de Amando de Maastricht e dos bispos do reino merovíngio, retratados em sua hagiografia, demonstra o quanto o monge estava inserido em uma relação político-religiosa pré-estabelecida, com dinâmicas e expectativas próprias de seu contexto. A

³⁰ VAE, c. 17, p. 440-441.

³¹ VAE, c. 18, p. 442.

³² VSA, c. 21, p. 163. “*Illis autem adhuc in eorum caecitate permanentibus, et vir sanctus ad alia deigraret loca, pervenit ad civitatem quendam. Ubi eum ab episcopo civitatis illius honorifice fuisset susceptu, dum ei hospitalitatis more episcopus aquam in manibus funderet*” VAE, c. 21, p. 444.

³³ VAE, c. 23, p. 446

associação entre mosteiros columbanianos e o patrocínio monárquico ou das elites aristocráticas definiu a forma como era instituída a construção dessas casas, que não se restringiam às de tradição irlandesa. Apesar do peregrino não ser diretamente vinculado a uma habitação de Columbano, os laços estabelecidos são identificados em diversos momentos, seja pela família monárquica a qual se associava, seja pela proximidade com monges.

Mais uma característica dessa tradição predecessora ficou identificada no período em que Amando se torna um bispo *peregrini*, dando assistência aos monges e cidades que necessitassem de sua orientação religiosa, mesmo que isso significasse o conflito com o clero. Apesar de não ter sido inaugurada ou motivada pela presença dos monges columbanianos, estes fizeram uso da estrutura para seus objetivos religiosos, replicados por Amando e passados adiante pelos seus seguidores.

As referências aos conflitos de interesse e competência entre bispos é discreto, contudo não foi excluído na narrativa da *Vita*. Em alusões quantitativas, as boas relações entre os bispos e Amando são maioria. Qualitativamente, elas se equiparam em gravidade quando lembramos do episódio de Momulos de Uzès. Nesse sentido, o empenho do hagiógrafo na descrição detalhada da emboscada demonstra a intenção do seu destaque. Concluímos que era interesse do hagiógrafo indicar tanto o prestígio de Amando entre seus iguais e admiradores, quanto demarcar as contendas existentes em sua trajetória religiosa. As mesmas oscilações são apontadas na sua relação com o rei Dagoberto, mas que findam proveitosas para ambos.

Reflexões sobre a relação entre poder a moda nas leis suntuárias da península ibérica no século XIV

Thaiana Gomes Vieira

Mestranda

PPGACL-IAD-UFJF

thaianavieira@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho é elaborado sob a orientação da Professora Maria Claudia Bonadio, da Universidade Federal de Juiz de Fora. O mesmo refere-se às reflexões da minha pesquisa individual, com a finalidade de redigir a dissertação do mestrado em Artes, Cultura e Linguagens na linha de pesquisa “Arte e Moda: História e Cultura”. O objetivo não é realizar uma simples descrição linear sobre a história da moda, mas pensar a moda como objeto representativo da história, pois se articula a diversos fenômenos sociais.

Nessa comunicação vamos tratar da moda na Baixa Idade Média na Península Ibérica, a partir de leis suntuárias, no caso as atas cortes de Valladolid da segunda metade do século XIV, especificamente sobre o que regulamentam com relação à aparência. Considerando a vestimenta um fenômeno completo, como apontado anteriormente, o estudo de leis que tratam desse aspecto é legítimo e permite analisar relações ainda pouco exploradas. Em muitos casos essas leis, que normatizavam sobre o consumo, não tiveram êxito no objetivo de controlar o luxo desmedido.

Palavras-chave: Leis suntuárias, Moda, Idade Média.

Ao longo dos períodos históricos a relação dos sujeitos com os corpos se alteram. Em determinados momentos estes são exaltados e exibidos, de modo que a roupa é utilizada justamente para favorecer essa mostra. Muitas vezes, a utilização da vestimenta com o objetivo de mostrar é também para o reconhecimento do alcance ao corpo perfeito e idealizado por toda uma sociedade. Mas há também períodos em que há a ocultação do corpo, quando as peças são empregadas para cobrir e tornar discreto aquele corpo perante à sociedade. E ainda, espaços temporais em que as opções vestimentares situam os sujeitos na sociedade, ou seja, mostram alguns corpos e omitem outros.

Segundo Mara Rúbia Sant’Anna

A mais surpreendente das potencialidades significacionais do vestuário encontra-se na sua propriedade de movimento e tutilidade, ou seja, sua relação de completude com o corpo que vivifica o traje, dando-lhe movimento ao mesmo tempo em que se impregna de sensações de bem-estar, maciez, frescura ou aperto, aspereza, calor, etc., numa infinidade de combinações. Nesse conjunto de aspectos físicos e implícitos ao uso do vestuário, observa-se sua principal característica: a de possuir ritmo, de cadenciar sua apreensão e atribuir ao corpo que o veste, prioritariamente, sentido.¹

¹ SANT’ANNA, Mara Rubia. *Teoria de Moda: Sociedade, imagem e consumo*. Barueri: Estação das Letras, 2009. p. 80.

Nem sempre as vestimentas eram trajes de moda. Durante determinadas temporadas históricas era fundamental cobrir o corpo. A lógica é, a difundida pelo cristianismo, que a partir do pecado original, quando, após comer do fruto proibido, Adão e Eva percebem seus corpos nus e sentem vergonha. A partir daí o cristianismo apresenta que, os personagens começam a cobrir ao menos as partes que incitam o instinto sexual. Conforme explica um pregador inglês:

Primeiro talharam uma túnica de peles para tapar o corpo nu, em sinal de que através do seu pecado o homem se tinha tornado como os animais que por natureza estão apenas cobertos com um vestuário de peles. Mais tarde, à medida que o seu orgulho cresceu, os homens passaram a usar roupas feitas de lã. Num terceiro momento, à medida que alimentaram cada vez mais o prazer carnal, usaram roupas feitas a partir das plantas da terra, nomeadamente o linho, e em quarto lugar roupas de seda, que são fabricadas a partir das entranhas de vermes – e todas estas espécies de vestuário são agora usadas mais por vanglória e pompa mundana do que por necessidade da natureza... e seguramente, acima de tudo, para excitar a luxúria.²

Conceitos: moda e luxo

A moda é, em sentido geral, a adoção de uma postura, apreensão de uma realidade, de um comportamento, de uma identidade. A roupa marca, representa e comunica algo. Considerando o contexto e os dispositivos de uma época, aquela permite a produção e a compreensão do cenário, configura uma linguagem específica, e, por fim, a percepção de uma encenação da realidade. Moda é, neste caso, uma intervenção que organiza e hierarquiza o mundo e as relações sociais; é uma linguagem de um grupo e de uma época, materializa e oferece sentido aos sujeitos históricos e concretiza um estilo de ser e de estar numa sociedade. Sublinhamos que a moda não consegue ser, efetiva e longamente, privativa de um grupo. Ao tornar-se pública, ao ganhar as ruas, ela pode ser partilhada por outros grupos ou sofre uma releitura. Esta valoriza uma “distância” entre os sujeitos, e ao realizar tais processos ela significa e ressignifica os sentidos.

Muitas são as transformações ocorridas na Baixa Idade Média, mas a inovação no aspecto social interfere em diversos outros segmentos. Surge uma nova camada, a burguesia.³ Eles viviam nas cidades e constituíam os núcleos principais de atividade econômica e cultural. Nos centros urbanos, o contato com diversos grupos é direto, real e cotidiano. Assim, a emulação, profissional,

² SANT'ANNA. *Teoria de Moda*. p. 195

Conforme a autora indica: Citado de British Library Ms. Harl. 4894, f. 176b by G. R. Owts, *Literature and Pulpit in Medieval England*, 2.^a ed., Oxford, Brasil Blackwell, 1961, p.404.

³ Destaco que nesse momento é uma burguesia incipiente, não como teremos nos séculos XVI e XVII. De qualquer forma, nesse período ela incomoda demais a aristocracia e quer se distanciar das camadas baixas, então se estabelece com características próprias.

alimentar, postural, de linguagem e também de vestuário, acaba acontecendo. Sobre o que António Marques destaca:

Ao sair da igreja, ao tomar assento na assembleia camarária, ao participar nas festividades da sua cidade, o burguês sentia sempre o desejo de superar o seu concidadão. Pretendia chamar a atenção sobre si através da qualidade de tecido que envergava e da forma como o talhava. Queria, em suma, mostrar-se diferente, mais rico, e mais belo.⁴

Durante séculos, o traje de moda permaneceu um consumo luxuoso e prestigioso confinado às classes nobres e o vestuário respeitava a hierarquia das condições. Com a emulação insistente dos burgueses com relação às modas da aristocracia, a elite decide elaborar normatizações que os impeça de ter aparência semelhantes. As leis suntuárias proibiam as camadas baixas de se vestirem como os nobres. Segundo Diana Crane “...leis suntuárias especificavam os tipos de material e ornamento que podiam ser usados por membros de diferentes classes sociais”.⁵ Fica claro, desde esse período inicial (século XIV principalmente), que a moda já revelava seus traços sociais e estéticos característicos, mas apenas para grupos muito restritos que monopolizavam o poder de criação e iniciativa.

Segundo Gilles Lipovetsky, “Só a partir do final da Idade Média é possível reconhecer a ordem própria da moda, a moda como sistema, com suas metamorfoses incessantes, seus movimentos bruscos, suas extravagâncias.”⁶ Desse modo, o que consideramos comumente como moda surgiu no final da Idade Média, particularmente no século XIV, quando apareceu um tipo de vestuário diferenciado para os dois sexos: curto e ajustado para o homem, longo e justo para a mulher⁷. O autor acrescenta: “Se o lugar do aparecimento importante revolução do vestuário é controvertido, sabe-se em compensação que muito depressa, entre 1340 e 1350, a inovação difundiu-se por toda a Europa ocidental.”⁸ Foi a partir desse momento que as mudanças começaram, intensificaram e as variações tornaram-se mais correntes em toda a Europa ocidental. Segundo Daniel Roche,

A moda era, portanto, antes de tudo, um ponto de equilíbrio entre o coletivo e o individual, uma maneira de marcar a hierarquia social, ao mesmo tempo fixa e móvel. À medida que floresceram as distinções indumentárias, a fantasia de

⁴ MARQUES, António Henrique Rodrigo de Oliveira. *Op. Cit.* p. 45.

⁵ CRANE, Diana. *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*. Tradução de Cristiana Coimbra. 2 ed. São Paulo: Editora Senac, 2013. p.24.

⁶ LIPOVETSKY, Gilles. *O Império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.24.

⁷ LIPOVETSKY. *O Império do efêmero*, p.31.

⁸ LIPOVETSKY. *O Império do efêmero*, p.32.

alguns e o conformismo de outros desencadearam ação defensiva de parte de instituições (a Igreja) ou grupos (a burguesia) que haviam ficado para trás.⁹

O gosto pelo luxo confirma-se especialmente na segunda metade do século XIV e durante o século XV. Era um momento em que a sociedade estava habituada às epidemias mais intensas e devastadoras, o que conferia aos contemporâneos uma necessidade de viver intensa e plenamente, afinal, acreditava-se que a morte os rondava em todos os momentos. Desse modo, houve uma descrença nos valores acreditados, que acabaram resultando em grandes heresias, uma valorização incipiente do individualismo e a falência dos quadros sociais estabelecidos. O traje acompanhou as transformações, as perturbações e inquietações dos espíritos, bem como refletiu as preocupações daquele mundo que angustiava.

Segundo Christopher Berry, os artigos de luxo podem ser alimentação, indumentária, moradia e lazer, ou seja, necessidades humanas básicas.¹⁰ Para o autor luxo é um refinamento das necessidades, e ainda, é universal e independente de momentos históricos ou modelos econômicos. Gilles Lipovetsky e Elyette Roux apontam que em todas as sociedades sempre existiu uma forma de luxo, de excesso, mas que nem sempre o conceito de luxo foi o mesmo. Destacam que na Antiguidade o luxo era extremamente restrito, privilégio de reis e faraós. Sobre a Baixa Idade Média o autor aponta que “Em plena era de desigualdade aristocrática, o luxo tornou-se uma esfera aberta às fortunas adquiridas pelo trabalho, o talento e o mérito, uma esfera aberta à mobilidade social”.¹¹

Gilles Lipovetsky e Elyette Roux destacam “O luxo é o sonho, o que embeleza o cenário da vida, a perfeição tornada coisa pelo gênio humano.”¹² O dicionário Priberam da Língua Portuguesa¹³ define luxo como “modo de vida que inclui um conjunto de coisas ou atividades supérfluas e aparatosas; bem ou atividade que não é considerado necessário, mas gera conforto ou prazer.”. Sobre o que os autores anteriores destacam que Max Weber e Nobert Elias já ressaltaram insistentemente “nas sociedades aristocráticas, o luxo não é algo supérfluo, é uma necessidade absoluta de representação decorrente da ordem social desigual.”¹⁴ Ainda:

com a dinâmica do enriquecimento dos comerciantes e dos banqueiros, o luxo deixa de ser privilégio exclusivo de um estado baseado no nascimento, adquire um estatuto autônomo, emancipado que está do vínculo com o sagrado e da

⁹ ROCHE, Daniel. *A cultura das aparências: Uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)*. São Paulo: Edita Senac. São Paulo, 2007. p.61.

¹⁰ BERRY, Christopher. “The Idea of Luxury: A Conceptual and Historical Investigation”. p. 37

¹¹ LIPOVETSKY, Gilles, ROUX, Elyette, *O Luxo Eterno*. Da Idade do Sagrado ao Tempo das Marcas. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.p. 35.

¹² LIPOVETSKY; ROUX. *O Luxo Eterno*, p.19.

¹³LUXO. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/luxo> [consultado em 01-02-2016].

¹⁴ LIPOVETSKY; ROUX. *O Luxo Eterno*. p. 34.

ordem hierárquica hereditária. Em plena era de desigualdade aristocrática, o luxo tornou-se uma esfera aberta às fortunas adquiridas pelo trabalho, o talento e o mérito, uma esfera aberta à mobilidade social. Foi assim que a extensão social do luxo precedeu a revolução da igualdade moderna.¹⁵

Os dois conceitos são complementares para o sentido da pesquisa, só podemos falar de moda concebendo que nesse momento ela é um aspecto de luxo na sociedade. Segundo Gilles Lipovetsky, “Com a moda instala-se a primeira grande figura de um luxo absolutamente moderno, superficial e gratuito, móvel, liberto das forças do passado e do invisível”.¹⁶ Sobre o individualismo, aponta “Como dizia Simmel, a moda sempre une gosto pela imitação e gosto pela mudança, conformismo e individualismo, aspiração a fundir-se no grupo social e desejo de diferenciar-se dele, ainda que por pequenos detalhes”.¹⁷ Desse modo conclui:

A moda é outra manifestação dessa preocupação com a particularidade do indivíduo, quaisquer que sejam os movimentos miméticos que aí se manifestem. Novo grande dispositivo do luxo, a moda deriva menos do consumo ostentatório e das mudanças econômicas do que das transformações do imaginário cultural.¹⁸

Em resumo, moda não é apenas a renovação de roupas, mas também o restauro dos traços de inserção e distinção entre os sujeitos. Inserção no grupo que copiam, no caso os incipientes burgueses copiam os nobres buscando pertencimento àquele grupo. Não possuíam títulos para cumprir a introdução efetiva na nobreza, mas tinham riquezas e demonstravam na aparência que alcançaram essas fortunas. E distinção individual, que fica mais evidente em tempos posteriores. Na sociedade baixo-medieval isso é bastante introdutório, os personagens não pensavam em distinguir-se individualmente, ocorria mais no sentido de aproximação a outro grupo mais abastado e afastamento de coletivos humildes. De qualquer forma, é o momento de surgimento da noção de indivíduo, e isso exteriora na vestimenta, com as vestimentas que permitem a associação do sujeito ao grupo a que pertence (ou ao que busca associação de pertencimento) e algum detalhe, realmente pequeno, diferente dos demais.

Legislação suntuária

As leis suntuárias são atas parlamentares, proclamações dos monarcas, ordenações locais e até éditos religiosos que regulamentam sobre o consumo de alimentos, móveis, tapeçarias, roupas, adornos, matérias-primas e outros itens comercializados nessa sociedade. São normatizações que pretendem manter os consumos adequados às hierarquias da sociedade, impedindo ou

¹⁵ LIPOVETSKY; ROUX. *O Luxo Eterno*. p.35.

¹⁶ LIPOVETSKY; ROUX. *O Luxo Eterno*. p.40.

¹⁷ LIPOVETSKY; ROUX. *O Luxo Eterno*. p.41.

¹⁸ LIPOVETSKY; ROUX. *O Luxo Eterno*. p. 42

minimizando a mobilidade social, ou pelo menos, a visibilidade dessa mobilidade. Eram sancionadas pelas autoridades, seja o monarca, a autoridade local ou religiosa¹⁹ e direcionadas, sobretudo, às camadas em ascensão e mulheres. Segundo Roche “As leis suntuárias eram uma forma de expressão da economia política cristã, na qual o consumo devia obedecer a uma hierarquia de regras e condições, sendo a mobilidade social limitada e denunciada.”²⁰ Em resumo, o objetivo era o de aproximar os iguais e distanciar os diferentes.

Na prática, a regulamentação funcionava de dois modos no sentido de afirmar um código de aparências e moralização²¹: impedida que valores excessivos fossem gastos nas roupas completas para determinadas ocasiões, peças isoladas ou matérias-primas; e reservava peças, cores, tecidos e adornos para grupos específicos, independente da riqueza que o sujeito possuísse. No sentido econômico: determinada a alguns grupos o consumo local, aumentava taxas sobre produtos estrangeiros que entravam na região e impunham multas aos que violassem as leis.

As leis tinham como motivações: reforçar as hierarquias sociais, administrar a economia e a entrada e saída de riquezas da região e moralizar algum grupo especificamente. Sobre o que os estudiosos divergem quanto à prioridade. Maria Giusephina Muzzarelli, que estuda as leis na Itália na Idade Média, aponta intenções de afirmação de um código detalhado de aparências somado aos benefícios econômicos; Daniel Roche, pesquisador focado na região de Paris nos séculos XVII e XVIII, inclina-se para uma justificativa prioritariamente econômica; Joanne Entwistle, cientista interessada em Cultura, Mídias e Indústria Cultural, corrobora a perspectiva de Muzzarelli; Alan Hunt, que trabalha com as leis suntuárias na Inglaterra, destaca que estas não funcionavam para a nobreza, pois para ela o esbanjamento de riquezas é necessário, assim, considera as funções econômicas e hierárquicas das normatizações, mas o autor ressalta a relevância das leis no sentido de estabilizar as identidades de gênero²²; Hughes, pesquisadora de Idade Média e Primeira Idade Moderna corrobora a perspectiva de Hunt.

Uma das maiores implicações desse tipo de normativa era com relação às cores. A natureza é rica em pigmentos vibrantes, mas os corantes necessários para tingir tecidos restringiam-se a poucos. Muitos destes corantes eram bastante caros para a maioria da população, de modo que a escolha da cor da roupa na Baixa Idade Média ocorria mais por concepções monetárias e práticas

¹⁹ Majoritariamente as leis eram de iniciativa secular.

²⁰ ROCHE, Daniel. *Op. Cit.*, p.42.

²¹ Nesse caso não é possível separar a hierarquização da moralização. Por exemplo: no caso das vestimentas femininas, a mesma ordem pode ser interpretada como exercício de demarcação rígida das camadas sociais (função de hierarquização) ou como controle da vaidade, pecado condenado pela Igreja (moralizante).

²² HUNT, Alan. *Op. Cit.*, p. 216.

do que por razões estéticas. Ou seja, os modelos de roupas eram basicamente os mesmos, o que mudava eram as cores e tecidos que eram utilizados. Estes são fáceis de verificar, portanto propiciam identificar logo em um primeiro olhar a classificação social do sujeito que o veste. Os pobres utilizavam majoritariamente roupas beges e marrons em tecidos grosseiros e brutos. Os nobres utilizavam a cor púrpura, azul, vermelho, além de muito outro nos tecidos e adornos. A burguesia incipiente não possui cores próprias, mas ela não vai utilizar tecidos grosseiros e assimilar sua aparência às camadas baixas. O foco desse grupo é distanciar das camadas baixas, e o modo que pensam para mostrar esse afastamento é aproximando sua imagem das camadas altas.

Além da imposição e proibição de cores, de modo geral, as atas da corte de Valladolid de 1351 apresentam normatizações sobre diversos aspectos: trabalhadores dos artigos de luxo e regras sobre seus modos de trabalho e remunerações, maneiras de tingir as peças, peças específicas, quem e como poderia usá-las e quanto poderiam gastar nas mesmas, modos de utilizar e "esculpir" prata, cuidados e preços de sapatos dourados, modos de fazer e manter escudos e armas, cuidados com o gado e ovelhas. Todos esses aspectos possuem, de algum modo, relação com a aparência e em muitos casos percebe-se uma intenção de reforçar a hierarquia vigente. Em outros fica claro a relevância econômica dos trabalhos com artigos de vestuário de luxo e venda desses artefatos.

Além da normatização social, essas leis tinham uma justificativa econômica de contenção de gastos, mas não foram eficazes na minimização do consumismo. Como aponta Daniela Calanca, “o luxo e suas proibições desencadeiam análises acerca das normas suntuárias”.²³ Inclusive o papel do legislador é ambíguo, pois nas leis há a proibição, mas há também a saída para aqueles que descumprissem as regras: uma multa altíssima. Nesse sentido, a autora aponta que as leis também funcionavam como um sistema para harmonizar “consciências e substâncias cidadinas”.²⁴

Gostaríamos de destacar um aspecto de especificidade com relação à lei elaborada e outorgada em Valladolid em 1351. Esta apresenta trechos empenhados em elaborar um padrão de remuneração aos trabalhadores de artigos de luxo. Conforme o fragmento a seguir que segue um aspecto anterior enunciado “E aos alfaiates que lhes deem, por cortar e costurar”: “Pelo pelote do homem que não for forrado, dois maravedis, se for forrado em cendal ou em pena, três maravedis, e se for forrado de tafetá ou de outros adereços quatro maravedis, e se for sem forrar com enfeites,

²³ CALANCA, Daniela. *Op Cit*, p. 49.

²⁴ CALANCA. p. 47.

três maravedis.”²⁵ E o trecho: “Pelo pelote da mulher pague-se: sem forro, tres maravedis; com forro, quatro maravedis e meio; com forro e adereços/adornos, seis maravedis.”²⁶

A peça em questão é conhecida também como surcote ou camisa. Ela que se transforma, mas não se abandona durante o período da Baixa Idade Média. Em breve definição é uma roupa de cima sem manga que é usada tanto por homens como por mulheres, a única diferença é comprimento. As mulheres tinham pelotes mais longos do que os homens, muitas vezes maiores do que sua estatura. Sua característica principal são as grandes aberturas para os braços, as cavas, chegando à cintura ou quadril dependendo da opção de seu portador, bem como o aperto no peito e nas costas. A diferença entre o pelote das camadas superiores e das camadas mais baixas eram o tipo de tecido (materiais, corantes) utilizados, mas não a forma. A riqueza dos materiais refere-se ao status de seu dono.

Ou seja, no trecho destacado, conforme a peça fica mais sofisticada, em proporção, o valor pago ao alfaiate aumenta. Entendemos que isso ocorre, principalmente, para evitar, ou dificultar, que as camadas em ascensão, principalmente a incipiente burguesia, utilizem roupas elaboradas demais e aproximem a sua aparência da utilizada pelos estratos altos. O que acontece, no entanto, é que essa burguesia que se forma possui riquezas e deseja um reconhecimento social e pagar esses valores aos que farão as roupas acaba sendo um valor baixo se comparado ao *status* que adquirem vestindo peças mais vistosas.

Ainda, as peças femininas possuem valores mais altos que as masculinas, e além da lógica anterior que também se aplica a essas peças, pensamos duas possibilidades inicialmente que isso aconteça justamente para que dificulte a compra em excesso das roupas femininas. Mulheres são nesse momento as que mais aparecem com vestes luxuosas, encarecer o produto pode resultar em alteração dessa realidade, ou, ao menos, uma diminuição nos gastos com roupas que são artigos de luxo. O argumento de que as peças femininas gastam mais tecido, afinal são bem mais longos que os masculinos, não se aplica, pois, o valor estabelecido aqui refere-se apenas ao que será pago ao alfaiate, não aos gastos com matéria-prima. Ademais, o aumento também pode acontecer pela utilização de adornos e adereços. Esses aparecem em outros momentos da lei sob diferentes aspectos, resultando inclusive em punição com multas aos sujeitos por utilização em determinados casos. Em resumo, sem dúvida a utilização de adornos é muito emblemática nessa sociedade e

²⁵ Traduzido pela autora das Atas da corte de 1351 de Valladolid: “Et por el pellote de ome que non ffuer ffornado dos mr., et ssi ffuer ffornado en çendal o en penna tres mr., et ssi fuer sin fforrar con adobos tres mr.”

²⁶ Traduzido pela autora das Atas da corte de 1351 de Valladolid: “Et por el pellote dela muger ssin ffornadura tres mr., et ccon forradura quatro mr. et medio, et con ffornadura et guarnimento sseys mr.”

causa transtornos às camadas mais altas quando usados por outros, principalmente por serem significativos, antes eles eram de uso exclusivo dos nobres, daí elas aparecerem tanto nas normatizações. E consideramos que dificultar, por meio do preço alto desde a confecção, o mais alto dentre todas as opções, seja um modo de inviabilizar a peça adornada aos compradores. Novamente, essas medidas não parecem ter minimizado esse consumo.

Muzzarelli destaca que as leis suntuárias não eram eficazes e raramente eram cumpridas. Verificamos isso com a insistência em normatizar sobre as mesmas coisas repetidas vezes. Ou seja, se há a necessidade de insistir e reforçar na lei alguma coisa é porque isso não está sendo cumprido. Nesse sentido, para a autora, as penas determinadas na lei tinham como objetivo justamente a manutenção da cidade e do governo. Em resumo, ela confirma que havia um duplo objetivo: a determinação do código de aparências, mas também, a manutenção econômica da cidade, a partir das multas pagas pelo descumprimento das leis. Sobre a competência das leis Hunt aponta “O alcance das leis e do Estado, em geral, era limitado e é mais seguro tratar das leis como evidência sobre os projetos de governança do que assumir que eram um sistema de regras e procedimentos”.²⁷ E destaca o que Hughes apresenta "A história provou que todas as leis suntuárias foram, em todos os lugares, depois de algum tempo, evitadas ou ignoradas. A vaidade sempre inventa mais formas de se distinguir do que as leis são capazes de proibir."²⁸ Reforçando a ineficácia as normatizações sobre consumo.

Considerações finais

O uso das normatizações suntuárias não é tão recorrente no estudo da Idade Média. Entretanto, fontes como leis, de modo geral, são bastantes pesquisadas para compreender o momento da Baixa Idade Média. A partir do século XIII elas efervesceram na Europa e são meios eficazes de alcançarmos aquela sociedade. Como o objetivo é tratar de moda e aparência, éditos que regulamentam sobre o consumo de vestimentas e adornos e, por essa razão, os descrevem tão detalhadamente, são bastante competentes. No estudo da moda no período da Idade Média, especialmente a partir do século XIII, esses documentos são recorrentes. Entretanto, ainda são poucos os que se debruçam sobre esse período e o estudo de leis suntuárias ainda é muito incipiente.

²⁷ Traduzido pela autora do original: " ... the reach of booth law and generally the Estate was limited and it is safer to treat law as evidence about the projecta of governance than it is to assume that it was a system of enforced rules and procedures." HUNT, Alan. *Op. Cit.*, p. 325.

²⁸ Traduzido pela autora do original: "history has proved that all sumptuary laws have been everywhere, after a brief time, evade or ignored. Vanity will always invent more ways of distinguishing itself than the laws are able to forbid." HUGHES, 1983, p.69 apud HUNT, Alan. *Op. Cit.*, 1996, p.358.

Mesmo com a concordância da maioria dos estudiosos sobre a baixa eficácia das leis. Consideramos que são relevantes para compreender e constatar a utilização de certas peças do vestuário, de diversos adornos e até de cuidados pessoais, afinal nas normatizações são definidas com riqueza de detalhes o que poderia ser usado ou não, conferindo-nos dados sobre as tendências em diferentes camadas sociais.

A aparência é bastante relevante nessa sociedade, afirma a identidade social dos sujeitos, daí a preocupação de fazê-las alvo do poder. Esta se distinguia especificamente nos detalhes, cores e materiais, não nas peças. Estas eram basicamente as mesmas, no que se refere ao modelo, para a grande maioria dos sujeitos. Inclusive essas peças eram mais eficazes na diferenciação dos sexos do que dos estratos sociais, como analisado anteriormente, tão burlados. Além disso, em Valladolid, na segunda metade do século XIV, apesar de ter exemplificado com um caso masculino e um feminino, a maioria das normatizações são voltadas à mulheres, o que indica que os homens demonstravam na aparência de suas esposas e filhas o poder que possuíam.

As conclusões estão abertas nesse estágio da pesquisa, mas as reflexões apontam para motivações econômicas e sociais, aparentemente equilibradas, no sentido de manutenção da hierarquia vigente, para elaboração das leis. Sublinhamos que nesse momento e região a relação é estreita entre aparências, situações políticas, sociais, econômicas e morais.

Simpósio Temático 15:

Justiça, Fé e Relações de poder na Época Moderna

(séculos XVI-XVIII)

Alex Rogério Silva

Mestrando em História e Cultura Social
UNESP/Franca- Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho
alex465@gmail.com

Marcus Vinicius Reis

Doutorando
UFMG
mv.historia@gmail.com

Juliana Torres Rodrigues Pereira

Doutoranda
USP- Universidade de São Paulo
julianatrp@gmail.com

Proposta do Simpósio:

Nas últimas décadas é notável o crescimento de estudos que se debruçam nas inúmeras facetas relacionadas às intuições de poder e suas relações tendo em vista a Religião como um dos seus motes principais, abarcando diferentes temporalidades e espaços bem como suas interseções com outros campos do conhecimento. É, nesse sentido, que o Simpósio Temático aqui proposto tem por objetivos reunir em seus diversos contextos e recortes, pesquisas que busquem refletir os diversos modos de manifestação da fé, tanto no âmbito das expressões institucionais como na esfera das práticas cotidianas, das justiças e de suas interações, sejam elas cooperativas ou conflituosas, destacando suas formas de controle, abusos de poder e ação prática, bem como seu impacto sobre as sociedades. Desta forma, a temática em questão visa possibilitar discussões em diversas frentes de trabalhos que busquem contemplar pesquisas nas áreas relacionadas aos estudos inquisitoriais, eclesiásticos, às diversas tentativas de controle da Igreja Católica sobre as consciências e comportamentos, às práticas desviantes das doutrinas religiosas. Este Simpósio Temático buscará abranger, também, estudos que versem sobre as relações entre as múltiplas

instituições que de muitas formas se sobrepujam em seus direitos de controle e disciplinamento das populações. Por fim, serão aceitas contribuições que se debruçam em perspectivas teóricas relacionadas ao objetivo deste Simpósio, tais como, “Connected Histories”, “História Atlântica”, “História Global”, “Micro-História”, enfim, abordagens interessadas nos diálogos apontados.

O *criptojudaísmo* nos conventos: as religiosas e a atuação da Inquisição lisboeta

Alex Rogério Silva

Mestrando em História e Cultura Social

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Franca)

Bolsista do Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP

E-mail: alex465@gmail.com

RESUMO: A instauração do Tribunal do Santo Ofício em Portugal, no ano de 1536, com o intuito de zelar pela pureza da fé católica, dá início a um processo de perseguição àqueles que de alguma forma cometeram, pronunciaram ou defenderam heresias, na qual os cristãos-novos seriam suas principais vítimas. Apesar das leis que impediam o judaísmo, não são poucos os exemplos da continuidade das práticas da antiga fé, embora de maneira oculta e adaptada ao limite do possível. Neste sentido, observamos o redesenhar do papel das mulheres na religião judaica, na qual em tempos anteriores ficavam à margem a religião, e, com a atuação do Santo Ofício levam-nas a subverterem tal quadro, ocupando um papel decisivo na resistência e formação de um judaísmo possível, um *criptojudaísmo*. Mesmo nos conventos, tal prática se mostrava recorrente devido ao fato de inúmeras cristãs-novas reclusas serem provenientes de uma mesma família, encontrando um ambiente livre para manter as práticas do *criptojudaísmo* apreendidas no seio familiar. Este artigo, fruto do desenvolvimento do projeto de mestrado, tem como objetivo investigar a atuação do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa no tocante as religiosas, analisando através de processos os desvios de conduta, aspectos relativos às origens e a espiritualidade das religiosas.

Palavras-chave: Inquisição, Cristãs-Novas, Portugal, Mulher, Religiosas.

A preocupação com os desvios da ortodoxia sempre foi uma constante para a Igreja de Roma. Sua história apresenta diversos episódios de querelas, disputas, esforços e tentativas no sentido da manutenção de uma unidade, tanto doutrinária quanto organizacional e hierárquica. Desde seus primórdios, a Igreja se encontrou às voltas com diversas dissidências, tendo-as tratado, em uma perspectiva geral, de duas maneiras. Uma destas vias de ação era a perseguição e eliminação física da dissidência, como ficou patente na cruzada contra os cátaros no sul da França em 1209. A outra via de ação era a incorporação das dissidências, quando as ideias divergentes sofriam um processo de conformação à norma prescrita. Um exemplo deste *modus faciendi* pode ser encontrado no caso da criação da ordem franciscana em 1210, possível graças à adaptação das ideias de São Francisco.

O Tribunal do Santo Ofício medieval foi criado com a finalidade de preservar a unidade dogmática no seio da cristandade, então abalada pela disseminação de movimentos heréticos, dentre os quais se destacavam os cátaros, que professavam uma doutrina de caráter fortemente

maniqueísta. Esta primeira Inquisição – também conhecida como Inquisição Medieval¹ - teve seu âmbito de ação restrito à Itália, França, Aragão e à região que hoje compõe a Alemanha, sendo que o ritmo de sua atividade foi declinando com o passar do tempo, sem contudo, ter sido em momento algum formalmente extinta, como foi a Inquisição Moderna.

Na Península Ibérica, a Inquisição Moderna apareceu em primeiro lugar em Castela e Aragão, em 1478, e, posteriormente, em Portugal, onde foi estabelecida em 1536, com a bula *Cum Ad Nihil Magis*, expedida pelo papa Paulo III, embora tenha passado a funcionar, neste reino, definitivamente 11 anos depois, em 1547, através da bula *Mediatio Cordis* transferindo os poderes de tal tribunal à responsabilidade do monarca, como já tinha sido feito anteriormente com o tribunal espanhol.²

Cada um dos tribunais inquisitoriais lusitanos tinham jurisdição por extensões de terras próximas, de acordo com a sua região geográfica. Era um total de quatro³: o primeiro deles, estabelecido em 1539, em Lisboa, ficou responsável por manter a ordem nas regiões da Estremadura, parte da Beira, Brasil e todos os domínios e conquistas de Portugal até o Cabo da Boa Esperança. O Tribunal de Évora, o segundo deles, instituído em 1541, jurisdicionou sobre o Alentejo e reino do Algarves, Trás-os-Montes e parte da Beira e incluía ainda quaisquer outras regiões pertencentes aos bispados da cidade. Ao Tribunal de Coimbra foi creditado responsabilidade sobre as regiões de parte de Beira, Entre-Douro e Minho e Trás-os-Montes. No além-mar, foi instituído um Tribunal em Goa, com jurisdição sobre as posses lusitanas, além do Cabo da Boa Esperança, ou seja, nos domínios asiáticos e a costa leste africana.

O contexto em que ocorreu o surgimento destas inquisições era outro, bastante diverso do momento de instalação de sua congênere medieval. No caso em questão, a atuação do Santo Ofício estava direcionada primordialmente para a repressão dos judeus convertidos ao cristianismo, denominados *conversos* na Espanha e *cristãos-novos* em Portugal, e de seus descendentes.

É difícil precisar quando os judeus chegaram à Península Ibérica. Estes estiveram em tal região durante todo período antigo e medieval, na qual, consolidaram um pacífico convívio com as

¹ FALBEL, Nachman. Heresias Medievais. São Paulo, Perspectiva, 1977. BETHENCOURT, Francisco. História das inquisições. Portugal, Espanha e Itália (séculos XV-XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 2000. ARNOLD, J.H. 'Inquisizione Medievale' In: PROSPERI, Adriano (Dir.). Dizionario Storico dell'Inquisizione. Pisa: Edizioni della Normale, 2010.

² MARCOCCI, Giuseppe & PAIVA, José Pedro. História da Inquisição portuguesa (1536-1821). Lisboa: Esfera dos livros, 2013. MARCOCCI, Giuseppe. I custodi dell'ortodossia: Inquisizione e cheisa nel Portogallo del cinquecento. Roma: Edizione di Storia e Letteratura, 2004.

³ A princípio, foram criados em Portugal seis tribunais. Metade deles – Lamego, Tomar e Porto, entretanto, foram extintos pouco tempo depois da instauração, não deixando muitos registros de suas passagens pela História Portuguesa. BETHENCOURT, História das inquisições, p. 23-25.

outras duas culturas presentes na península: a cristã e a islâmica. Isto fica evidente no *Scriptorium*⁴ de D. Afonso X, o Sábio, na qual, contava com sábios e artistas de diferentes procedências e das três culturas então reinantes na Península Ibérica: a cristã, a judaica e a muçulmana. Nesse sentido, Anita Novinsky afirma que:

Durante a Idade Média, a Espanha mostrou-se como um dos países mais tolerantes da Europa em relação aos hereges. Durante esse período, cristãos, muçulmanos e judeus coexistiram num mesmo território de forma pacífica e até mesmo em solidariedade. Por essa razão, até o século XV a Inquisição não obteve quase nenhuma penetração no país⁵.

Neste âmbito a Inquisição ibérica atuava, ultrapassando os limites de um tribunal de fé, tornando-se um importante instrumento de repressão aos costumes do povo judeu que, convertido por meio da força, em Castela no ano de 1492 e em Portugal entre os anos de 1496 e 1497, não foi totalmente integrado à população cristã do Reino. Alguns elementos recalcitrantes a esta conversão forçada ainda continuavam na prática de sua religião ancestral às escondidas, outros mesclavam rituais judaicos e católicos. Esta prática da religião judaica pelos cristãos-novos era qualificada como heresia⁶ na medida em que, como cristãos, deveriam seguir a ortodoxia cristã – o que levava a justificar a atuação inquisitorial.

Com a perseguição aos seguidores da Lei de Moisés, há uma alteração do *status* do papel da mulher no desenvolvimento do *criptojudaísmo*. Ângelo Assis afirma que, ao passo que os alicerces da religião judaica se enfraqueciam tanto por proibições quanto pela ação inquisitorial, o judaísmo caminhou em direção a alterações das mais diversas formas, na intenção de se adaptar às novas

⁴ Enorme escritório onde [o Rei Sábio] abrigava, sob o seu mecenato, poetas de todo ocidente românico, especialmente da Provença. Mas não só poetas; também desenhistas, miniaturistas, músicos e tradutores de várias origens, sem falar dos mestres em todas as artes liberais e também dos sábios de coisas do oriente. Esse conjunto extraordinário de colaboradores do rei Afonso X, formados em três culturas diferentes – a muçulmana, a judaica e a cristã – passou a História com o nome de Escola de tradutores de Toledo.” *Apud*. LEÃO, Ângela Vaz. *As Cantigas de Santa Maria*. Extensão, Belo Horizonte, v.7, n.3. p. 27-42, ago 1997.

⁵ NOVINSKY, Anita. *A inquisição*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 21.

⁶ Grayce Souza salienta a partir da passagem de Luiz Mott em *Sodomias não é heresia: dissidência moral e contra cultura*, que Heresia, no “sentido eclesiástico entende-se por um erro fundamental em matéria de religião, no qual se persiste com pertinácia. Objetivamente, é uma proposição contra um artigo de fé. Subjetivamente é um erro pertinente de um cristão contra uma verdade de fé divina e católica. O erro se encontra na inteligência e a pertinácia da vontade.” Já Ronaldo Vainfas em *Inquisição como Fábrica de Hereges: os sodomitas foram exceção?* apresenta uma definição histórica de heresia, ensejando que tal conceito dentro do próprio domínio teológico conhece subdivisões e comportou mediações na qual estimulou o exame de seus significados no decorrer do tempo em um dado espaço, conforme a conveniência da ação inquisitorial. Segundo as palavras de Vainfas: “Não por acaso na história das Inquisições, quer as medievais, quer as modernas, foi possível com um forte amparo teológico, conforme a conveniência da instituição inquisitorial e o contexto histórico, priorizar este ou aquele delito, considerá-lo mais ou menos heretical, pois a orientação teológica era suficientemente larga para incluir ou excluir pecados da lista dos erros de fé.” SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. *Para remédio das almas: comissários, qualificadores e notários da Inquisição Portuguesa na Bahia Colonial. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2014, p. 41 (nota de rodapé)*. VAINFAS, Ronaldo. *Inquisição como Fábrica de Hereges: os sodomitas foram exceção?* In.: FEITLER, Bruno; LAGE, Lana; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *A Inquisição em Xequê: Temas, controvérsias, estudos de caso*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

conjunturas de modo a não desaparecer. Devido a tais proibições, observa-se um redesenhar da religião. Em tempos de liberdade, era creditado aos homens o papel de destaque na prática da religião hebraica. Porém, com o advento da perseguição inquisitorial em Portugal, foi ampliado o raio de atuação da mulher na tentativa de tornar o judaísmo clandestino uma religião possível⁷.

Não tardaria que a Inquisição percebesse o papel desempenhado pelas mulheres na continuidade da fé judaica. A proibição do judaísmo e de quaisquer exhibições ou manifestações contrárias ao catolicismo monopolizante levou aos adeptos da religião dos hebreus a uma reestruturação da crença. Proibidas escolas, sinagogas, posse e leituras de textos judaicos, existência de rabinos, celebrações de toda sorte, o judaísmo, para sobreviver, encontrou na intimidade do lar seu *locus* preferencial. Escondido dos olhos populares, na intimidade e no particular, ao abrigo da ínfima privacidade existente, uma parcela dos antigos judeus continuou a comungar os preceitos de sua antiga Lei, de forma adaptada, dentro do possível, repassando os conhecimentos de geração a geração através da memória e da lembrança das agruras e delícias de pertencer à fé que não podia dizer o nome. Neste quadro de impedimentos, o papel das mulheres foi fundamental, alçadas a grandes baluartes da resistência no âmbito do lar – que se torna também ele, o espaço por excelência da continuidade hebraica –, responsáveis por ensinar as primeiras letras, os cantos dos antepassados, os preceitos morais e as lições históricas de seu povo. Nathan Wachtel ratifica esta importância das mulheres para a preservação judaica:

As práticas judaizantes eram geralmente dissimuladas nos mais secretos recantos da casa, e daí o papel essencial das mulheres na transmissão de uma herança que tendia a reduzir-se a uma tradição cada vez mais doméstica. Não faltam, por isso, na documentação inquisitorial, as matronas “dogmatistas” e “rabinas”, simultaneamente iniciadoras, oficiantes e guias espirituais.⁸

O *criptojudaísmo* possível foi, em grande parte, um criptojudaísmo feminino, só concebível por conta do sacrifício destas mulheres, verdadeiras “rabinas” em um mundo que lhes negava a existência, esforçando-se por compartilhar com as novas gerações os ensinamentos que vinham do passado.

Nesse sentido:

As mulheres eram vistas pelos inquisidores como as hereges mais perigosas. (...) Suas atitudes e opiniões sobre os cristãos-velhos, sobre a igreja, sobre os padres,

⁷ Ver ASSIS, Ângelo Adriano Faria de. As ‘mulheres-rabi’ e a Inquisição na Colônia: narrativa de resistência judaica e criptojudaísmo feminino – os Antunes, macabeus da Bahia (séculos XVI-XVII). In: VAINFAS; FEITLER; LAGE, A Inquisição em Xequê; ROTH, Cecil. História dos Marranos. Os judeus secretos da Península Ibérica. Porto: Civilização Editora, 2001.

⁸ WACHTEL, Nathan. A fé da lembrança. Labirintos Marranos. Lisboa: Editorial Caminho, 2002, p 115.

a confissão (...) e principalmente sobre a inquisição, escoam das páginas dos processos e nos fornecem material, às vezes únicos, sobre o cripto-judaísmo...⁹

Tais práticas, além de serem desempenhadas no espaço doméstico, encontraram local fecundo dentro dos conventos, pois, inúmeras cristãs-novas reclusas eram provenientes de uma mesma família, encontrando, assim, um ambiente livre¹⁰ para manter as práticas do cripto-judaísmo apreendidas no seio familiar.

Georgina da Silva dos Santos aponta que:

O compromisso com os ofícios divinos foi insuficiente para apartar essas mulheres enclausuradas da vida pregressa. O parentesco sublinhava todo o tempo o sentido de pertença à família de origem e rivaliza com os princípios espirituais da comunidade religiosa em que estavam inseridas. Deve-se dizer, porém, que a liberdade na utilização do espaço conventual contribuiu muitíssimo para afirmar essas afinidades, que não se baseavam na fé católica, muito menos na disciplina religiosa.¹¹

Com isso, averiguamos que o *criptojudaísmo*, no ambiente conventual, segue de modo análogo o que acontece fora dos muros, pois a origem judaica, mesmo em ambiente eclesiástico cristão, associada ao contato com familiares também reclusos, fez com que fosse partilhada entre as religiosas a cultura judaica familiar.

Nesse sentido, há a hipótese de que tal prática fosse regular, pois, segundo Ana Hatherly¹², o número de religiosas e religiosos era elevadíssimo no século XVII e XVIII. Só na cidade de Lisboa havia 15 conventos femininos e 26 conventos masculinos no século XVII. Além disso, na obra *El Burlador de Sevilla*, de autoria de Tírsio de Molina, publicado em 1630, é relatado que havia no Mosteiro de Odivelas mais de 1.200 freiras e beatas.

⁹ NOVINSKY, Anita. O papel da mulher no cripto-judaísmo português. Anais do Congresso Internacional: o rosto feminino da expansão portuguesa. Lisboa: S/Ed, 1995, p. 550.

¹⁰ Segundo Maria Marta Lobo de Araújo, após o Concílio de Trento foi imposto aos mosteiros e conventos o regime de clausura, uma verdadeira tentativa de reformar a vida monástica, trazendo mais rigor, disciplina as regras morais e o enclausuramento. Entretanto, Georgina da Silva Santos apresenta casos de conventos femininos, no século XVII, como os da Estremadura ou do Alentejo que garantiam comodidades às freiras, na qual feriam diretamente as regras monásticas, tornando assim os conventos vulneráveis à inserção de assuntos de ordem secular e conseqüentemente a possibilidade de disseminação de heresias entre as freiras. ARAUJO, Maria Marta Lobo de. Dotes de freiras no mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Braga (século XVII). New noroeste. Revista de História, 2005, n° 1, p.113-136; SANTOS, Georgina Silva dos. A face oculta dos conventos: debates e controvérsias na mesa do Santo Ofício. In: VAINFAS, Ronaldo; MONTEIRO, Rodrigo Bentes (orgs.) Império de várias faces. Relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna. São Paulo: Alameda, 2009, p. 142.

¹¹ SANTOS, Georgina Silva dos. Isabel da Trindade: o cripto-judaísmo nos conventos portugueses seiscentistas. In: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos; NEVES, Guilherme Pereira das (orgs.) Retratos do Império. Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX. Niterói/RJ: EdUFF, 2006, p. 333.

¹² HATHERLY, Ana. Tomar a palavra. Aspectos de vida da mulher na sociedade barroca. Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, n° 9, Lisboa, Edições Colibri, 1996, p. 270.

Entretanto, não podemos considerar tal fenômeno típico somente da comunidade lusitana. Encontramos casos nas sociedades coloniais da América Espanhola. No trabalho de Solange Alberro¹³, é visível a tentativa por parte das religiosas de se conservar a identidade judaica, gerando, assim, um hibridismo entre o judaísmo e o catolicismo e, com isso, uma fragmentação identitária.

O criptojudáismo nos conventos portugueses não deve ser visto, portanto, como algo curioso ou absurdo, porque o absurdo faz parte da condição humana e a condição humana é fraca e corrupta (...). O próprio Santo Ofício tratava a matéria sem estranheza (...). O objetivo da Inquisição era descobrir heresias, extirpando do corpo social crenças opostas ao credo católico e, no limite, dos hereges incorrigíveis. É certo que acabou por produzir gerações de homens e mulheres com uma identidade fragmentada, que esposaram Cristo, mas haviam escolhido Moisés.¹⁴

¹³ ALBERRO, Solange. *Inquisición y sociedad en México, 1571-1700*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.

¹⁴ SANTOS, Georgina Silva dos. *Isabel da Trindade*. Op. Cit. p. 340.

Deus e o homem na filosofia de Marsilio Ficino: a representação do divino no primeiro livro de Teologia Platônica

Everton de Souza Teixeira

Graduado em História

Universidade de Santo Amaro

evertonsouzateixeira1@hotmail.com

Resumo: Esta proposta de pesquisa apresenta em sua temática e problemática o estudo da relação entre Deus e o Homem estabelecida no primeiro livro de *Teologia Platônica* pelo filósofo e humanista florentino Marsilio Ficino (1433-1499). Desta maneira, indagamos como o referido autor representou e se apropriou de sua imagem de Deus a fim de justificar a dignidade do Homem por meio da imortalidade da Alma e diante do discurso civilizacional da *civitas* humanista. Para tanto, partimos da hipótese de que Ficino se utiliza da imagem do divino expressada em sua obra enquanto um instrumento de dignificação do Homem, satisfazendo o compromisso cívico-político de sua respectiva obra, enaltecendo o domínio da razão humana sobre a lei divina. Entre os resultados, reconhecemos que a dignidade do Homem consiste na imortalidade da Alma através do estudo da Natureza, detentora de toda a sabedoria divina. Portanto, Deus em Ficino é a capacidade e fonte de conhecimento humano.

Palavras-chaves: Humanismo, Renascimento, Marsilio Ficino.

Introdução: abordagem teórico-metodológica

Dentre tantos autores selecionados para o desenvolvimento desta pesquisa, alguns se destacam, como é o caso de Adone Agnolin, autor do capítulo *Religião e civitas no Renascimento*¹ presente em sua obra *História das Religiões*. De acordo com o autor, o Renascimento foi caracterizado por um projeto civilizatório. Assim, os renascentistas buscavam pensar um novo significado e modelo de Homem e cidadão, com o objetivo de se distinguir da civilização medieval, reconhecida enquanto bárbara e degenerada. Este novo discurso civilizatório entendido enquanto uma *civitas* humanista apresentava em seu principal apanágio a substituição de Deus pelo Homem no centro do Universo e da superioridade da razão natural e humana sobre a lei eterna e divina. Tratava-se, portanto, de um processo civilizatório em que o Homem assegura sua preeminência e conquista racional sobre a Natureza e a própria divindade.

¹ AGNOLIN, Adone. *Religião e civitas no Renascimento*. In: _____. *História das Religiões: perspectiva histórico-comparativa*. São Paulo: Paulinas, 2013, p. 249-304.

Tão importante quanto Agnolin que nos revela o significado de Humanismo no Renascimento, é Paul Oskar Kristeller², que vai além do autor anteriormente mencionado e pensa o Humanismo na condição de um movimento cultural e educacional, ressaltando a dignidade do Homem. Entre os *Studia Humanitatis* (estudos humanos), compostos pelas disciplinas de Gramática, Retórica, Poesia, História, destaca-se a importância da Filosofia Moral, cujo objetivo era pensar um ideal desejável de ser humano e a contribuição da filosofia platônica para a realização de tal empreendimento. Portanto, reiteram-se em Kristeller o que é apresentado em Adone e os pontos abordados por Eugenio Garin³, salientando-se o envolvimento da filosofia humanista com a esfera político-civil. Desta forma, a importância de nos debruçarmos sobre estes tais autores é que os mesmos abrem espaço para pensarmos o contexto renascentista e o relacionamento com o pensamento de Marsilio Ficino, sua obra *Teologia Platônica* e os aspectos político-civis atinentes à dignidade do Homem e seu significado moral. Tendo estes pontos em perspectiva, *Teologia Platônica* e sua respectiva representação de Deus devem ser entendidos na qualidade de artifícios tomados por Ficino, visando assegurar a supremacia do Homem sobre a Natureza, sua dignidade e divindade, tal como satisfazer o discurso civilizacional da *civitas* humanista na construção de um ideal de Homem, apresentado por Adone e reforçado por Kristeller e Garin.

Estas questões cívicas e o envolvimento de Ficino com a política são reiterados pelos autores Stephen Clucas⁴ e Christopher Celenza⁵, cujos trabalhos nos permitem elaborar uma breve descrição biográfica do presente humanista, que se faz essencial para uma melhor compreensão de seu pensamento e importância. Nascido no ano de 1433 em *Figline del Val d' Arno*, cidade próxima à Florença, Ficino foi ainda muito cedo viver neste centro cultural renascentista. Foi neste ambiente ilustre e abastado que o filósofo encontrou o suporte necessário para se dedicar aos estudos platônicos e romper com sua futura carreira médica. Sob o patrocínio de Cosme de Médici e depois seu neto Lorenzo de Médici, Ficino se dedicou, entre as décadas de 1460 e 1490 em sua Academia Platônica alocada em *Careggi*, à tradução de uma série de obras platônicas e à elaboração de comentários sobre as mesmas em Latim e depois em língua vernácula.

² KRISTELLER, Paul Oskar. The Philosophy of Man in the Italian Renaissance. *Italica*, American Association of Teachers of Italian, vol. 24, n. 02, p. 93-112, jun. 1947. Captado em: <http://www.jstor.org/stable/476554>. Acesso em: 18 jul. 2009.

³ GARIN, Eugenio. Prefácio. In: _____. *Ciência e vida civil no Renascimento italiano*. Trad. Cecília Prada. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista – UNESP, p. 07-20.

⁴ CLUCAS, Stephen; FORSHAW, Peter J.; REES, Valery (eds.). Introduction. In: ____; ____; ____ (eds.). *Laus Platonicæ philosophi: Marsilio Ficino and his influence*. Leiden/Boston: Brill's studies in intellectual history, vol. 198, 2011, p. 01-09.

⁵ CELENZA, Christopher. The revival of Platonic philosophy. In: HANKINS, James (ed.). *The Cambridge Companion to Renaissance Philosophy*. New York: Cambridge University Press, 2007, p. 72-96.

Concomitantemente ao seu esforço efetuado nas traduções, Ficino elaborava sua *Teologia Platônica: sobre a imortalidade da Alma*, finalmente publicada em 1482. A finalidade de todo seu trabalho era reeducar as elites florentinas e as demais ao longo da Europa com uma nova moral religiosa a partir do prisma platônico. Marsilio Ficino, que também foi padre, acreditava que a sociedade europeia sofria de uma crise espiritual e que o platonismo seria o melhor caminho para permitir aos fiéis cristãos alcançar o estágio de purificação moral de suas almas.⁶ Portanto, está claro que a principal obra de Marsilio Ficino – *Teologia Platônica* – não se tratou somente do compromisso de desenvolver um novo pensamento religioso, mas também de um discurso cívico-político que orientasse moralmente os cidadãos florentinos, satisfazendo seus interesses filosóficos e religiosos, salientando o significado de Homem do Renascimento Humanista italiano, reiterando a dignidade humana e sua posição central no Universo.

A partir destes dados bibliográficos levantados, adquirimos o referencial teórico-metodológico para indagarmos no primeiro livro de *Teologia Platônica* a maneira pela qual Marsilio Ficino se apropriou de sua representação de Deus utilizando-a para dignificar o Homem e fortalecer a *civitas* humanista. Por conseguinte, procedemos agora através de uma revisão bibliográfica sobre o respectivo tema e problemática, além de uma introdução sobre a obra.

O primeiro livro de *Teologia Platônica* serve de apresentação filosófica ao conteúdo restante de mais 17 livros. Nesta produção o autor estabelece sua hierarquia cosmológica dividida em cinco segmentos: Corpo (Matéria), Qualidade, Alma, Mente Angélica e Deus. Ademais, define seu conceito de imortalidade da Alma, que não pode ser interpretado necessariamente como uma condição, mas um estado de beatificação na qual o Homem contempla e ama a sabedoria divina. Para Ardis Collins⁷, Paul Oskar Kristeller⁸ e Michele Schiavone⁹, a busca pela imortalidade da Alma é uma busca por Deus. Deus é em Ficino um ser onipresente, onipotente e onisciente. Deus é tudo na medida em que está em tudo, criador de tudo e conhecedor de toda a Natureza. Portanto,

⁶ Cf.: CELENZA. *The revival of Platonic philosophy*, p. 72-96. Cf.: HANKINS, James. Marsilio Ficino and the Religion of the Philosophers. *Rinascimento 48*, Digital Access to Scholarship at Harvard, p. 01-28, 2008. Captado em: <http://nrs.harvard.edu/urn-3:HUL.InstRepos:2961670>. Acesso em: 23 out. 2015. Cf.: FICINO, Marsilio. Summary of *Phaedo*. In: FARNDELL, Arthur. *Gardens of Philosophy: Ficino on Plato*. London: Shephard-Walwyn, 2006, p. 131-139.

⁷ COLLINS, Ardis. *The Secular is Sacred: Platonism and Thomism in Marsilio Ficino's Platonic Theology*. Netherlands: Martinus Nijhoff, 1974. 223 p.

⁸ Cf.: KRISTELLER, Paul Oskar. The theory of immortality in Marsilio Ficino. *Journal of the History of Ideas*, University of Pennsylvania Press, vol. 01, n. 03, p. 299-319, jun. 1940. Captado em: <http://www.jstor.org/stable/2707089>. Acesso em: 18 jul. 2009. Cf.: KRISTELLER. The Platonic Academy of Florence. *Renaissance News*, The University of Chicago, v. 14, n. 3, p. 147-159, 1961. Captado em: <http://www.jstor.org/stable/2858191>. Acesso em: 18 jul. 2009. Cf.: KRISTELLER. *The Philosophy of Man in the Italian Renaissance*, p. 93-112. Cf.: KRISTELLER. Ficino and Pomponazi on the Place of Man in the Universe. *Journal of History of Ideas*, University of Pennsylvania Press, v. 5, n. 2, p. 220-226, abr. 1944. Captado em: <http://www.jstor.org/stable/2707386>. Acesso em: 18 jul. 2009.

⁹ SCHIAVONE, Michele. Introduzione. In: FICINO, Marsilio. *Teologia Platônica a cura di Michele Schiavone: volume primo*. Bologna: Zanichelli di Bologna, 1965, p. 03-52.

descobrir o mundo é descobrir Deus, a essência divina e razão que é permeada ao longo de todo o mundo. Desta maneira, por meio de uma contemplação piedosa na qual o Homem ama todas as criaturas divinas, o ser humano é capaz de se apropriar da verdade divina por meio de um processo de experiência interna da Alma humana. Na metafísica ficiniana, a Alma ocupa o centro do Universo e é responsável pela união do mundo e de todas as entidades inteligíveis em si. Neste processo epistemológico, a Alma enquanto essência da vida humana se apropria do Corpo e da Qualidade das criaturas divinas na condição de conteúdo inteligível que é compreendido pela Mente. Ao decifrar a ideia divina que existe na Natureza, o Homem alcança Deus – seu maior objetivo – e vislumbra a imortalidade.

Destarte, utilizando-se de uma série de argumentos dialéticos e metafísicos, Ficino condiciona a dignidade do Homem em meio à conquista da razão humana sobre Deus e a Natureza. Conseqüentemente, afirma-se sua centralidade e superioridade cósmica, reiterando a *civitas* humanista.

Pesquisa documental: estudo do primeiro livro de Teologia Platônica

Esta primeira obra é composta de um próêmio mais seis capítulos no qual Marsílio Ficino busca provar a existência de toda sua estrutura metafísica e cosmológica, tal como a ascensão da Alma a Deus por princípios dialéticos no qual reúne uma série de argumentos. Portanto, buscamos encontrar em seus detalhes como Ficino representou Deus para dignificar o Homem.

A sabedoria humana é um conhecimento sobre Deus

Desde seu próêmio, Marsílio Ficino busca traçar uma conexão entre Homem e Deus a partir do conhecimento humano. Neste ponto em específico, Ficino compara Deus ao Sol, acreditando que não há nada no mundo que podemos conhecer sem Deus da mesma forma que tudo aquilo que o Homem enxerga somente é possível devido à luz solar.

[...] our minds bear the same relationship to God as our sight to the light of the Sun, and that therefore they can never understand anything without the light of God, considered it just and pious that, as the human mind receives everything from God, so it should restore everything to God. [...] in the examination of causes, the final object of our search into them should be the cause of causes, and once we find it we should venerate it.¹⁰

¹⁰ FICINO, Marsílio. The Proem to the Platonic Theology Concerning the Immortality of Souls Written by Marsílio Ficino the Florentine and dedicated to Lorenzo de' Medici, a Man of Noble Soul. In: _____. *Platonic Theology*: vol. I. English translation by Michael J. B. Allen with John Warden; Latin text edited by James Hankins with William Bowen. Cambridge/Massachusetts: The I Tatti Renaissance Library Harvard University Press, 2001, p. 09. Tradução nossa: “[...] nossas mentes sustentam a mesma relação com Deus que nossa visão com a luz do Sol, e, portanto, elas nunca podem entender nada sem a luz de Deus, considera-se justo e piedoso que, como a mente humana recebe tudo de

Neste trecho, Ficino compreende que toda a sabedoria humana e capacidade que o Homem tem de aprender é oriunda de Deus por ser a luz do mundo. Assim sendo, é papel moral do humano retribuir tudo de volta a Deus por meio do estudo da Natureza perscrutando o divino, que além de ser uno, é a causa de todas as causas. Uma vez que o encontramos, devemos venerá-lo através do conhecimento e da piedosa contemplação, que mais do que um ato epistemológico, é também um ato de louvor a Deus e purificação da Alma. Nossas almas e mentes devem ser como espelhos que refletem o intelecto divino que existe em suas criaturas. Portanto, o Homem é em certa medida um ser divino não somente por estar no centro do Universo, mas por decifrar as leis de Deus e absorver seu conhecimento. Desta maneira, segundo Ficino é impossível separarmos a filosofia da religião. A primeira é uma busca pela verdade, enquanto a segunda é uma busca por Deus. Na metafísica ficiniana, Deus é a verdade e fonte de sabedoria. À vista disso, Ficino desenvolve desta forma suas primeiras justificativas para provar a dignidade, divindade e imortalidade do Homem.

A imortalidade da Alma e a dignidade do Homem

O capítulo I começa com a afirmação ficiniana de que se a Alma humana não é imortal, nenhuma outra criatura seria mais infeliz, miserável e frustrada do que o Homem, à medida que sua vida é árdua e seu corpo é frágil, não passando de fútil matéria. Contudo, por meio da adoração e da piedosa contemplação a Deus, o Homem se aproxima do divino, o autor da felicidade. Assim, Ficino reitera a importância da sabedoria humana e do estudo sobre a Natureza. Trata-se de um exercício moral de purificação da Alma que conecta o Homem a Deus. Porém, este estado de benção da Alma somente pode ser alcançado após a morte do Corpo humano, no qual a entidade espiritual se liberta e se vê livre para satisfazer seu desejo por Deus sem nenhum entrave. Esta paixão ou apetite natural que a Alma tem por Deus é mais um dos argumentos utilizados por Ficino a fim de justificar a imortalidade da Alma e provar a transcendência do Homem além da Matéria.¹¹

Entretanto, não é somente a destruição do Corpo que permite a Alma conquistar a plenitude da imortalidade, seu desejo por Deus e a contemplação piedosa do divino por parte do Homem. Marsilio Ficino estabelece um quarto argumento: a posição central da Alma em sua cosmologia.

Because the genus of rational soul, which occupies the middle point of these five levels, appears to be the link that holds all nature together – it controls qualities and bodies while it joins itself with angel and with God – I shall demonstrate:

Deus, ela deve restaurar tudo a Deus. [...] no exame das causas, o principal objeto de nossa busca sobre elas deve ser a causa de todas as causas, e uma vez que nós a encontramos devemos venerá-la.”

¹¹ FICINO, Marsilio. First Book. In: _____. *Platonic Theology*: vol. I. English translation by Michael J. B. Allen with John Warden; Latin text edited by James Hankins with William Bowen. Cambridge/Massachusetts: The I Tatti Renaissance Library Harvard University Press, 2001, p. 15-17.

[first,] that it is in fact completely indissoluble, because it holds together the different levels of nature; next, that it is preeminent, because it presides over the framework of the world; and finally, that it is most blessed when it steals into the boson of the divine.¹²

Neste trecho o autor explica que a posição central da Alma humana entre os cinco níveis hierárquicos é condição basilar para a contemplação piedosa e compreensão do Homem sobre Deus. A Alma Racional é *vinculum naturae*. Apresenta um caráter preeminente de sustentação de toda a estrutura metafísica do Universo, controlando o Corpo e Qualidade para se unir à Mente Angélica e Deus. Neste quinto e último nível hierárquico, a Alma se torna o ser mais abençoado por se apropriar da partícula de Deus, isto é, toda a verdade e razão divina que é permeada na Natureza.

Portanto, Ficino justifica a dignidade do Homem em função de sua centralidade no Universo, além de explicar o porquê de referido posicionamento e suas respectivas consequências e possibilidades. É justamente a centralidade da Alma que permite ao Homem conquistar racionalmente a Natureza e garantir a supremacia da razão natural sobre a lei divina na busca pela imortalidade.

A Qualidade do mundo físico e sua estrutura metafísica

Nos capítulos II e III Ficino trabalha para provar que além do mundo material e visível existe uma força incorpórea responsável por sua existência. Seus argumentos nos remetem a uma análise comparativa entre os dois pólos de sua cosmologia metafísica: Corpo (Matéria) e Deus. Segundo o humanista, o Corpo nada mais é do que uma matéria múltipla, altamente divisível, perecível e desprovida de potência suficiente para sustentar sua própria existência. Do outro lado, Deus é o ser uno e o mais poderoso. Toda a vida no Universo depende de sua potência. Assim, Ficino descreve a comparação entre Deus e Corpo: “[...] in the highest unity, being infinite, there exists an infinite power of acting, then in infinity plurality there exists no power of acting at all but rather an infinite capacity for being acted upon.”¹³ Portanto, o autor caracteriza Deus como onipresente e onipotente. Toda a força da qual o mundo goza para agir e existir de alguma maneira provém de Deus. A esta potência que se manifesta na Matéria, Ficino batiza de Qualidade.

¹² FICINO. *First Book*, p. 17. Tradução nossa: “Devido à espécie da alma racional, que ocupa o ponto mediano destes cinco níveis, parece que é o vínculo que segura toda a natureza reunida – ela controla qualidades e corpos enquanto junta-se ao anjo e Deus – eu devo demonstrar: [primeiro] que ela é de fato totalmente indissolúvel, porque ela segura reunido os diferentes níveis da natureza; depois, porque ela é preeminente, por causa de que preside toda a estrutura do mundo; e finalmente, é a mais sagrada quando se apropria da partícula do divino.”

¹³ FICINO. *First Book*, p. 23. Tradução nossa: “[...] na maior da unidade, sendo infinita, existe um poder infinito de ação, então em uma infinita pluralidade absolutamente não existe poder para agir, mas ao invés, uma infinita capacidade para sofrer ação.”

Contudo, Ficino esclarece que nem mesmo a Qualidade é um princípio de vida e que ela somente existe na Matéria. Uma vez que esta se desfaz, a Qualidade de um objeto também se transforma ou deixa de existir. Consequentemente existe algo além e superior à Qualidade. Embora Ficino busque tratar da Alma no terceiro capítulo, o autor somente cita o termo Alma Racional no último parágrafo. O tempo todo aborda Deus. O divino é representado em Ficino como uma unidade e potencialidade infinita que concede vida a toda a existência e, inclusive, fornece Qualidade à Matéria, permeando sua essência eterna ao longo de toda a Natureza, permitindo ao mundo adquirir forma e se tornar inteligível. Nas palavras de Ficino: “What gives it strength and direction is a kind of life, which can create life [...]. Life brings scattered bits of matter into order. Order comes from reason. Reason consists in life. Life consists in one indivisible power.”¹⁴ Assim, Ficino explica que Deus é o poder indivisível que fornece vida, ordem, razão e unidade à Natureza. Deus é em si a mais pura verdade e sabedoria cuja essência eterna permeia-se através do mundo material, construindo uma estrutura metafísica e universal. O mesmo é impossível de ser aplicado à Qualidade, pois ela está submetida ao corpóreo. Se Qualidade fosse a essência eterna, isso significaria dizer que destruir o material é destruir parte de Deus e dividi-lo. Isto é, Deus não pode estar conectado diretamente com o físico. Ficino precisou estabelecer um intermediário que conectasse ambos indiretamente, que é a própria Qualidade.

Em vista disto, para o Homem, compreender a Qualidade que existe nos corpos, é compreender limitadamente Deus, a causa de todas as causas, decifrando a razão de ser da Natureza. Como diz o filósofo: “[...] the divinity of the created mind [...] as in a mirror at the center of all things, we should first observe the works of the Creator, and then contemplate and worship the mind of the Creator.”¹⁵ Isso significa que de acordo com Ficino o Homem necessita estudar a Natureza para então entender Deus. Pautados em autores como Agnolin¹⁶, Kristeller¹⁷, Collins¹⁸ e Schiavone¹⁹, podemos interpretar que a compreensão sobre a Qualidade das criaturas divinas é uma apropriação humana sobre a Natureza, justificando sua supremacia e dignidade.

¹⁴ FICINO. *First Book*, p. 43-45. Tradução nossa: “O que dá força e direção a isso [mundo físico] é um tipo de vida que pode criar vida [...]. A vida traz as partes dispersas da matéria em ordem. Ordem vem da razão. Razão consiste na vida. Vida consiste em um único indivisível poder.”

¹⁵ FICINO. *First Book*, p. 11. Tradução nossa: “[...] a divindade da mente criada [...] como em um espelho no centro de todas as coisas, nós devemos primeiro observar as obras do Criador, e então contemplar e adorar a mente do Criador.”

¹⁶ AGNOLIN. *Religião e civitas no Renascimento*, p. 249-304.

¹⁷ KRISTELLER. *The Theory of Immortality in Marsilio Ficino*, p. 299-319.

¹⁸ COLLINS. *The secular is sacred*. 223 p.

¹⁹ SCHIAVONE. *Introduzione*, p. 03-52.

A representação de Deus e a dialética entre Alma e Mente

Nos dois capítulos anteriores, Ficino disserta que a Matéria e sua forma, a Qualidade, somente existem em função da potencialidade e essência infinita de Deus, que concede razão e unidade à Natureza. Contudo, isso diz respeito às demais criaturas, não ao Homem. No caso humano, a Alma é o que concede Qualidade ao Corpo. A Alma fornece a energia necessária para a vida do Homem. No entanto, a fim de evitar qualquer confusão entre os dois níveis, Ficino logo trata de explicar que a Alma somente existe devido a Deus.²⁰

A Alma é definida em três segmentos: essência (poder eterno de Deus), potência e ação (Qualidade ou vida). A essência de Deus na Alma é eterna, enquanto a Qualidade que ela fornece ao Corpo humano é finita e um dia perecerá. Assim, o Corpo humano morrerá, mas a Alma continuará imortal, desde que Deus é eterno. Por esta abordagem Ficino prova a onipotência de Deus pela limitação da Alma para sustentar sua própria vida.²¹ Entretanto, isso não explica o porquê da Qualidade ser finita enquanto a Alma é infinita. A resposta para isto reside em um arranjo tomado por Ficino que define a Alma como o centro do Universo. Desejando alcançar a imortalidade, a Alma controla o Corpo e a Qualidade, para atingir a Mente e Deus. Portanto, podemos entender que a Alma goza de uma vida própria por ser o centro do Cosmos e independente do Corpo por ser totalmente espiritual. É exatamente esta centralidade e imortalidade que assegura a dignidade do Homem.

Destarte, houve por parte de Ficino a fim de assegurar a imortalidade da Alma e a dignidade do Homem conceituar Deus como um ser uno, infinito e incorpóreo. Esta definição de Deus permitiu a representação da Mente como plural, incorpórea, mas infinita; e Alma como plural, finita e incorpórea; a partir do princípio da gradação entre unidade (superior) e pluralidade (inferior), infinidade (superior) e finitude (inferior). Portanto, entendemos que esta definição de Deus permitiu a dialética entre Alma e Mente, garantindo a posição central do Homem e sua Alma. O conceito ficiniano destes três segmentos foi uma medida para favorecer a dignidade humana. Caso Ficino não houvesse representado a Mente como um ser plural, mas infinito em poder, não haveria necessidade para sua existência e a Alma não possuiria uma posição central.

Deus é a sabedoria da Alma através da Mente

No sexto e último capítulo do primeiro livro de *Teologia Platônica*, Marsilio Ficino reitera e definitivamente expressa sua representação de Deus enquanto um ser onipresente e onipotente,

²⁰ FICINO. *First Book*, p. 59-79.

²¹ FICINO. *First Book*, p. 59-79.

em meio a sua escala de dois pólos: unidade e pluralidade, infinidade e finitude. Considerando que Deus é um ser uno e infinito em poder e que Ficino necessita alocar a Alma no centro de sua cosmologia, esta entidade espiritual somente poderia ser plural e finita, enquanto a Mente plural e infinita. Portanto, a Mente sustenta uma posição acima da Alma e está para ela como os olhos estão para o Corpo humano. Ou seja, toda a contemplação piedosa e adoração à sabedoria divina somente pode ser conquistada graças a Mente humana, que possui a capacidade de compreender. Desta maneira, a Alma ao alcançar a Mente passa por um processo de transformação, na qual deixa de ser irracional para se tornar racional. Em sua racionalidade consiste a dignidade do Homem.

No entanto, apesar de toda sua potencialidade e capacidade de compreender tudo em um só momento, a Alma Racional é desprovida de unidade. Ela entende algo exterior a ela, que é Deus, a única unidade do Universo. Isto demonstra que, apesar de Ficino em dado ponto defender que o intelecto humano conhece o mundo inatamente devido à memória, é na Natureza que consiste toda a fonte de sabedoria do Homem. Como dito em momento anterior, primeiro o Homem deve observar as criaturas divinas para então compreender Deus. Segundo Marsílio Ficino, é o desejo pela imortalidade enquanto um estado de benção que motiva a Alma desejar conhecer Deus.

[...] what is moved may be changed through [its] desire for improvement, it cannot improve except by acquiring a nature better or superior to its own. Nor can it have the things it seeks during motion. It can only acquire it after motion, and not from itself [...], but from something else richer and fuller.²²

Ficino explica neste trecho que a Alma caminha na direção de seu aperfeiçoamento que é a imortalidade, buscando algo melhor do que a si própria, que é Deus. Neste sentido, Deus é definido no fim de sua obra como a bondade e a verdade. A Alma deseja Deus porque ele é bom e verdadeiro, fonte de todo o conhecimento. Entretanto, ela somente alcança o divino ao se tornar racional, apropriando-se da Mente, que está além do movimento²³ uma vez que seu poder de compreensão é infinito. Desta maneira, Deus é a sabedoria da Alma através da Mente e a vida humana é uma constante busca por Deus e pela imortalidade da Alma.

Conclusão

Portanto, concluímos que Marsílio Ficino no primeiro livro de *Teologia Platônica* se utiliza de sua representação de Deus e toda a série de argumentos atinentes ao divino na qualidade de

²² FICINO. *First Book*, p. 61. Tradução nossa: “[...] o que é movido deve ser transformado por seu desejo de aperfeiçoamento, isso não pode ser aperfeiçoado ao menos que adquira uma natureza superior do que a sua própria. Também não pode ter as coisas pela qual procura durante o movimento. Isso apenas adquire isto [Deus] depois do movimento, e não por si mesmo [...], mas de algo mais rico e preenchido”.

²³ Movimento e descanso são duas medidas tomadas por Ficino a fim de configurar o poder finito e infinito. Os seres que não se movimentam para exercer alguma ação possuem um potencial infinito. Portanto, Deus e Mente são imóveis, enquanto a Alma é móvel.

dispositivos de dignificação e divinização do Homem por meio do estudo da Natureza. À medida que Deus em Ficino é representado como um ser uno, significa dizer que tudo na Natureza é Deus e que para conhecer a divindade, primeiro o Homem deve conhecer suas criaturas. Deste modo, Deus é a fonte de toda sabedoria humana e alimento da Alma para alcançar a imortalidade, que não deve somente ser interpretada como uma condição de ser eterna, mas sim como um estado de beatitude, na qual o Homem descobre Deus por meio da Natureza e do conhecimento. Assim, entendemos que Ficino se apropriou de Deus para satisfazer o discurso civilizacional da *civitas* humanista, afirmando a centralidade do Homem no Universo e a supremacia da razão natural e humana sobre a razão e lei divina. Em Marsilio Ficino a dignidade do Homem consiste na imortalidade de sua Alma e na conquista racional de Deus.

Rei incógnito, rei vivo: a “batalha de versões” sobre a sobrevivência de D. Sebastião após a batalha de Alcácer Quibir

Filipe Duret Athaide

Doutorando em História Social
Universidade Federal do Rio de Janeiro
fduret@gmail.com

Resumo: Este trabalho pretende fazer uma apresentação de alguns aspectos da conjuntura política que contribuíram para a configuração do sebastianismo como crença messiânica. A partir das questões relativas à crise sucessória, intende analisar a produção de textos políticos que debatiam a sobrevivência de d. Sebastião no início do século XVII, com destaque para os escritos de Frei José Teixeira.

Palavras- chave: Sebastianismo, União Ibérica, História Política.

A migração da “Alma”, isto é, da parte imortal da realeza, de uma encarnação para outras conforme expressa pelo conceito da transmissão do rei é certamente um dos fundamentos de toda a teoria dos Dois Corpos do Rei. (...) Contudo, o interessante é o fato de que esta “encarnação” do corpo político em um rei de carne não somente desfaz as imperfeições humanas do corpo natural, mas transmite “imortalidade” para o rei individual como Rei, isto é, em relação ao seu supercorpo.¹

Considerado um dos mais controversos reis lusitanos, D. Sebastião nasceu em 20 de janeiro de 1554, no seio da dinastia que, cingindo os mares, ampliou os horizontes do reino e do mundo. Ele foi depositário, antes mesmo de seu surgimento, de grandes esperanças de manutenção e expansão dos domínios imperiais, assim como da garantia de autonomia do reino lusitano. Se o casamento de D. João III (avô de D. Sebastião) com Catarina de Áustria deve ser compreendido dentro de um contexto mais amplo e longo de disputas e alianças entre Lisboa e Madrid, assim também deve ser considerado o enlace de D. João (pai de D. Sebastião) com sua duplamente prima, Joana de Áustria e de Filipe II de Espanha (e irmão de Dona Joana) com Maria Manuela (irmã de D. João). É neste cenário rico e complexo que D. Sebastião foi gerado. A morte prematura de seu pai acentuou entre os portugueses o temor de que o reino pudesse passar ao controle dos Habsburgos. Assim sendo, o ainda não nascido rei quando do falecimento de seu progenitor, recebeu a designação de “O Desejado”, que o acompanhou por toda a sua vida.²

¹ KANTOROWICKZ, Ernst. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre a teologia política medieval*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 25.

² Para a relação entre os casamentos ibéricos e os projetos políticos a eles relacionados, ver: HERMANN, Jacqueline. *No reino do Desejado: a construção do sebastianismo em Portugal (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 76-78

Dessa forma, o penúltimo dos Avis veio ao mundo cercado de expectativas, dentro e fora do palácio. Segundo alguns cronistas e críticos de sua trajetória, o jovem rei teve sua educação e formação voltada para a manutenção da grandiosidade dinástica da qual era herdeiro, promovendo a reconquista e expansão dos territórios sob o domínio lusitano³. Em que pese todas as críticas sobre o vício e o juízo de valor que estas fontes e historiografia carregam quando se voltam para o reinado do Desejado, o fato é que não se pode deixar de considerar que sua trajetória foi marcada por estas questões.

Assim, em 1574, aos 20 anos de idade, D. Sebastião parte na sua primeira jornada ao norte africano. Esta primeira expedição, na qual o rei passou em revista a Tanger e Ceuta, foi pouco documentada e compreendida pelos cronistas da época, e teve como objetivo divulgado o “reconhecimento das condições das praças portuguesas para uma futura e conseqüente incursão ao Marrocos.”⁴ A organização para a segunda jornada foi lenta e difícil. O contexto geopolítico marroquino foi determinante para a decisão do Desejado em retornar à África: em 1576 o trono do reino africano foi conquistado por Moulay Abd Al-Malik, do qual havia sido impedido de assumir em 1574 pelo sobrinho (e filho do antigo xarife), Moulay Mohammad. Na verdade, a crise sucessória da dinastia saadina que, ironicamente parece antecipar a lusitana, manifestou contornos igualmente complexos. O xarife Moulay Abdallah Al-Ghalib Billah, para assumir e consolidar o seu controle sobre seu reinado, estabeleceu uma disputa fratricida. Os irmãos derrotados acabaram por se refugiar na região da Turquia. Alguns estudiosos, como Lucette Valensi indicam que, após a morte de Al-Ghalib em 1574, o natural é que ele fosse sucedido por seu irmão mais velho, Malik, e não por seu filho, Mohammad⁵. De todo modo, é com apoio turco que Malik empreende a campanha vitoriosa de 1576. E é justamente o apoio turco que acaba por precipitar a decisão de D. Sebastião em apoiar a causa do sobrinho usurpado em seu trono. Mesmo sem total apoio solicitado ao tio Filipe II (que já havia se comprometido secretamente com Malik, opondo-se assim, às ambições portuguesas), e igualmente contrariando os conselhos de parte da nobreza e as dificuldades de mobilização das tropas, o Desejado partiu para a África⁶. A batalha teve lugar a quatro de agosto de 1578. O resultado, para além da derrota das tropas portuguesas foi o desaparecimento dos três monarcas envolvidos, fato pelo qual a Batalha de Alcácer Quibir também

³ Sobre o estabelecimento do reinado de D. Sebastião e as questões relacionadas à sua educação e a retomada do projeto de expansão portuguesa, ver: HERMANN, Jacqueline. O grande castelo de D. Sebastião. In: HERMANN, Jacqueline. *No reino do Desejado*, p. 73-124.

⁴ HERMANN. *No reino do Desejado*, p. 101.

⁵ VALENSI, Lucette. Fábulas da memória: a batalha de Alcácer Quibir e o mito do Sebastianismo. TRad. Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 12.

⁶ Para os preparativos da batalha, ver: VALENSI. Fábulas da memória, p. 13.

é conhecida como a Batalha dos três Reis. Para Braudel, esta teria sido a “última cruzada da Cristandade mediterrânea”⁷.

Não caberia aqui o debate sobre as motivações e ações que levaram Filipe II a não apoiar plenamente a aliança de D. Sebastião com Mohammad, em detrimento de Malik. O fato é que, ao extraviar-se no combate, o jovem e celibatário rei desejado lançou o reino numa tensa e complexa disputa sucessória. Paralelamente a isso, as notícias sobre o resultado da batalha chegaram em Lisboa de maneira desencontrada e esparsas. Os primeiros registros datam de 12 de agosto, e o anúncio oficial da derrota foi feito dez dias depois⁸. Em 16 de agosto, o parente vivo mais próximo de do Desejado, seu tio-avô, o Cardeal D. Henrique chegou a Lisboa. Velho e doente, o religioso atendia ao chamado da junta governativa nomeada pelo rei antes de sua partida à África. A informação sobre o destino dado ao corpo real chegou ao reino em 24 de agosto. Contrariando a todas as expectativas, reforçadas pelos inúmeros depoimentos que afirmavam ter visto o monarca se retirar do campo de batalha, ferido à cavalo, acompanhado de seu séquito, ou embarcado numa galé sem destino certo. O fato é que ninguém queria (ou poderia) assumir que viu o rei morto. A notícia de seu sepultamento em Fez, assim como o traslado do corpo para Lisboa já em 1582 fora cercado por forte desconfiança.

Os relatos de que o rei havia morrido e sido inumado no norte africano abriram caminho para o ritual das exéquias, realizado em Lisboa, mesmo sem a presença do cadáver. A elas, seguiu a cerimônia de aclamação e levantamento do Cardeal D. Henrique a rei, em 28 de agosto de 1578. O cumprimento de todo o protocolo ritual não evitou, porém, que os portugueses acreditassem e divulgassem que seu rei, outrora desejado, não havia morrido na batalha.

Tendo assumido o trono já com 66 anos, o Cardeal investiu, de várias maneiras, em encaminhar uma solução para a crise sucessória que se projetava. Tanto a tentativa de dispensa de seus votos junto à Santa Sé, encaminhada ao Papa, quanto às articulações para a realização de suas núpcias mostraram-se ineficazes. Em junho de 1579, convocou, por fim, uma junta de cinco governadores e 11 juizes, que tiveram como função arbitrar a questão sucessória, uma vez que alguns pretendentes já haviam se apresentado, e agiam abertamente para garantir o seu direito à assunção da coroa lusa. Deste conjunto, merecem destaque a Duquesa de Bragança, D. Catarina;

⁷ BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*. Lisboa: Dom Quixote, 1984. Vol. II. pp. 558-63.

⁸ Sobre as datas e repercussão das notícias do desfecho da Batalha de Alcácer Quibir, ver: VALENSI. *Fábulas da memória*, pp. 17-19.

D. Antônio, Prior do Crato. Ambos eram netos de D. Manoel por via paterna. E pela via materna de sucessão do Venturoso, concorria Filipe II, rei de Espanha.⁹

A morte do Rei-Cardenal em janeiro de 1580 sem que a questão sucessória tivesse sido determinada pelas Cortes de Almeirim acabou por agravar o quadro da sucessão. A junta governativa estabelecida anteriormente era majoritariamente favorável a Filipe II. Entretanto, sua vitória na disputa não se deu somente por via diplomática e jurídica. O uso de força militar foi decisivo para que a coroa fosse conquistada pelo representante Habsburgo.¹⁰

É, portanto, neste contexto de incertezas e disputas que surgiram as manifestações eruditas ou populares que mesclavam elementos culturais já presentes no horizonte cultural português, como a espera messiânica e a busca por espaços edênicos como as ilhas afortunadas, aos acontecimentos traumáticos relacionados ao reinado do Desejado.¹¹ A existência de reis desaparecidos em condições suspeitas não foi privilégio de Portugal. Ao analisar casos contemporâneos ao de D. Sebastião, Yves-Marie Bercè busca apreender os possíveis significados dos mitos que tais monarcas encarnaram¹², a saber: o *rei sacrificial*, modelo que tem como pano de fundo o horizonte cultural no qual a vida religiosa, monástica e reclusa era uma possibilidade e um modelo de vida; o *rei tutelar*, que oculto de forma quase mágica, em ilhas, grutas ou outros mundos,

⁹ No total, seis concorreram à sucessão do Cardeal D. Henrique. Além de D. Catarina, D. Antônio e Filipe II, pretenderam ainda: o Duque de Sabóia, Emanuel Filisberto, filho de Carlos III e da Infanta Beatriz, sendo assim, neto por via materna, de D. Manuel. Ranuccio Farnese, filho de Alexandre Farnese, Duque de Parma e de Maria de Portugal, portanto sobrinho, por via materna, de D. Catarina de Bragança e bisneto de D. Manoel. Catarina de Médici, com base em remota ligação com o rei D. Afonso III. Os debates jurídicos acerca da sucessão podem ser aprofundados em: CUNHA, Mafalda Soares da. A questão jurídica na crise dinástica. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal*: no alvorecer da modernidade. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 552-559. Vol. 3.

¹⁰ Para Rafael Valladares, “o que ocorreu em Portugal entre 1578 e 1583 foi, para além da óbvia crise dinástica, uma guerra civil, em conformidade com o significado que esta expressão tinha na Idade Moderna. (...) A violência militar exercida por Filipe II em Portugal, reforçada pelos problemas internos do país, vai ser muito mais importante, além de necessária para seus objetivos, do que até hoje a historiografia estabeleceu.” VALLADARES, Rafael. *A conquista de Lisboa: violência militar e comunidade política em Portugal (1578-1583)*. Lisboa: Texto Editores, 2010, Introdução (livro digital).

¹¹ Sobre o contexto social e imaginário português à época da União Ibérica, Valladares afirma que a guerra de conquista e principalmente a batalha de Alcântara e sua influência no contexto social e imaginário, “provocou milhares de mortos e feridos, talvez poucos em comparação com outras guerras da época, como a de Flandres, ou as de natureza civil e causa religiosa em França, mas com impacto quantitativo não inferior, quando se pensa que aquela invasão sucedeu um reino que não conhecia guerra no seu interior havia séculos e, além disso, estava já abalado por uma sucessão de infortúnios como a Grande Peste de 1569, a derrota em Marrocos em agosto de 1578 e mais outra vaga de peste precisamente em pleno caos político e militar (entre 1579-1581). (...) Em apenas uma geração, entre 1560 e 1580, toda a ordem se transformou, de modo que, quando se deu a extinção da dinastia de Avis, a entronização de outra, qualquer que fosse, foi entendida como o auge de uma ruptura geral do corpo da república, dando lugar à manifestação de conflitos domésticos tão intensos que, por vezes, levaram os vassallos aos limites da revolta social e até à guerra civil?”.
_____. *A conquista de Lisboa*, Preâmbulo: um afresco pintado em Gênova, (livro digital)

¹² Além de D. Sebastião, Bercè se debruça sobre os casos do príncipe russo Dimirtri, morto obscuramente em 1598 e que reaparece em 1604 para reivindicar seu trono; e Luis XVII em 1595, pretense filho do rei francês Carlos IX. BERCÉ, Yves-Marie. *O Rei oculto: salvadores e impostores. Mitos políticos populares na Europa moderna*. Trad. Maria Leonor Loureiro. Baruru: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.

aguarda o momento exato para retornar ao reino; e finalmente o *rei cauteloso*, aquele que sabia melhor usar as informações que obtinha, das mais variadas formas, com objetivo de manter e proteger o reino. Tais aspectos contribuíram para a conformação da crença messiânica em torno dos três reis, mesmo que a mais destacada, estruturada e longeva tenha sido a portuguesa. Nesse sentido, a delimitação dos possíveis sentidos do messianismo régio lusitano, a partir de sua manifestação erudita ou popular, possibilita também a sua análise como uma manifestação cultural associada à política. E é nesse campo que pode ser arrolado o debate letrado acerca da do reinado e sobrevivência de D. Sebastião, agora *Encoberto* após a batalha. Produzidas sob suas sombras, tais obras podem traçar um panorama bem rico não só sobre a expectativa do monarca, mas de questões outras que perpassavam toda a sociedade portuguesa à época.

Deste vasto universo textual que não se restringe ao espaço ibérico do final do século XVI, destaco para análise o texto intitulado “*Adventure admirable par dessus toutes le otres des ciecles passez & present par aquella il appert evidenmmnt, Que D. Sevastian vrai e legitima Roi de Portugal, incongnu depuis la bataille qu’il perdit contre les infideles en Afrique, l’an 1578, est celui mesme que les seigneurs de Venise ont detenu prisonnier deuz ans et vingt deuz jours finis ai XV decembre dernier passe*”. Esta obra tem sua autoria atribuída ao frei português José Teixeira, tendo sido impresso em Paris, no ano de 1601.

Nascido em 1543, Teixeira foi, juntamente com D. João de Castro, seguidor de D. Antônio, Prior do Crato. Martim Albuquerque, em seu “*Estudos de Cultura Portuguesa*”¹³ indica que o religioso português teve uma produção textual relevante, com declarado cunho político. Além de “*Adventure Admirable*”, publicou em 1595, “*Le miroir de la procedure de Philippe Roy de Castille en l’usurpation du Royaume de Portugal*”. Para Albuquerque, a escrita de Teixeira se não inaugura, reforça uma modalidade de discurso sebastianista que oscila entre o religioso e o político. Além de defender a sobrevivência de D. Sebastião após a Batalha de Alcácer Quibir, Frei Teixeira teria sido um dos inúmeros religiosos que compunham a corte do Desejado. Existem, por exemplo, indícios de que Teixeira teria participado das negociações do casamento de D. Sebastião com Marguerite de Valois. Assim, ao sobrepor sua biografia e seus escritos, Martim Albuquerque aponta para a necessidade de estudos sobre este personagem, e o teor político do seu discurso¹⁴.

Analisando de maneira mais acurada a *Adventure*, algumas particularidades são relevantes para pensar sua confecção, objetivos e circulação. O primeiro diz respeito à língua do texto e o local de sua impressão. O texto consultado foi impresso na língua francesa, em 1601, conforme apontado anteriormente. Entretanto, é impossível lidar com tal escrito sem levar em consideração

¹³ ALBUQUERQUE, Martim. *Estudos de cultura portuguesa*. Lisboa: Imprensa nacional / Casa da moeda, 1984 p. 286.

¹⁴ ALBUQUERQUE. *Estudos de cultura portuguesa*, p. 287.

a provável existência de seu original em português. A cópia francófona disponível na seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro¹⁵ traz consigo tais informações. Seu editor, Carlo Lauro (sobre o qual nenhuma informação adicional foi rastreada até o momento), adverte que tomou conhecimento em Veneza, via uma carta em castelhano, da existência de tal texto:

Assim, como ele teve a obrigação e interesse neste fato, desde a recepção desta carta, eu tenho como dever compreender as notícias de seu estado e situação. Então eu havia entendido que um religioso da Ordem dos Irmãos Pregadores (de nome Frei Jose Teixeira Português, personagem conhecido dos grandes e dos pequenos na Europa e por ela) escreveu desta cidade a um bispo seu amigo, um discurso das coisas que se passaram desde que o dito Rei começa a empreender a viagem à África até o presente. Eu fui tão importunado [por] um sobrinho do dito Bispo, que tomei este discurso de suas mãos para enviá-la a seu tio, que ele não se desculpou de me enviar as mesmas. A leitura me foi tão agradável e prazerosa, que ela me deu coragem, e me facilitou a pena de traduzi-la rapidamente.¹⁶

Essa passagem inicial traz a tona não só a questão de a impressão ter sido executada na França, mas sobre a circulação do texto por vários espaços geográficos até o momento em que foi publicado. Tendo o autor participado do séquito que seguiu D. Antônio, após a derrota imprimida pelas tropas de Filip II em 25 de agosto de 1580 na Batalha de Alcântara, em seu exílio¹⁷, não é de se espantar que seu texto tenha sido divulgado pelos espaços que percorreu junto aquele que ele acreditava ser o legítimo sucessor do trono português. Entretanto, não encontrei até o momento nenhum outro vestígio da existência deste texto publicado em português, ou em Portugal (mesmo que em outra língua). Uma vez que os antonistas se dispersaram a partir do último local de estadia

¹⁵ Sob a cota W1, 4, BIS, 20, nº1.

¹⁶ TEIXEIRA, José (Frei). *Adventure admirable par dessus toutes les autres des siecles passez e presentes*. Paris: Carlo Lauro, 1601. pp. 3-4. Originalmente: “Ainsi, comme luy ayant de l’obligation, & de l’interest en ce fait, depuis la reception de cette lettre, je me suis toujours mis en devoit d’entendre des nouvelles de son estat & succès. Ayat donc appris qu’un Religieux de l’Ordre des freres Prescheurs (nommé frere Joseph Terxere Portugais, personage conu des grands & des petis em l’Europe, & par-delà) avoit escrit de cette ville à um Evesque sien amy, um discours des choses qui se sont passes depuis que ledit Roy comença d’entreprendre le Voyage d’Aphrique, jusqu’à present: i’ay tant importune vn neuveu dudit Eusque, qui tenoit ce discours em ses mains pour l’enuoyer à son oncle, qu’il ne s’est peu excuser de me le remettre és miennes. La lecture m’em fut si agreable & plaisante, qu’elle me donna courage, & me facilita la peine de le traduire em diligence.”

¹⁷ Ferido na batalha, D. Antônio conseguiu escapar das garras do Duque de Alba. Iniciou assim um exílio no qual transitou entre a Inglaterra, França, Açores, tendo terminado em Paris, onde morreu pobre e solitário em 1595. Durante boa parte deste trajeto, foi acompanhado por um séquito composto, além de José Teixeira, por D. João de Casto, importante nome para a consolidação letrada da crença sebastica. Após a morte do Prior do Crato, e tendo por ele sido abandonado, Castro publicou, em Paris, no ano de 1602 o *Discurso da vida do sempre apparecido Rey D. Sebastião o Encoberto* e em 1603, também na capital francesa, a famosa *Paráfrase e Concordância*, a qual traz, pela primeira vez impressa, as conhecidas trovas de Bandarra, sapateiro de Trancoso, texto fundamental para o estabelecimento da crença messiânica régia em Portugal. Sobre a trajetória política de D. Antônio, ver: HERMANN, Jacqueline. Um rei indesejado: notas sobre a trajetória política de D. Antônio, Prior do Crato. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 30, n 59, p. 141-166 – 2010. Para a ação militar de Filipe II comandada pelo Duque de Alba, ver: VALLADARES. *A Conquista de Lisboa*.

de D. Antônio, a impressão em Paris, e não em Lisboa, corrobora a tese de que tais escritos tinham um papel político na resistência à Dominação Habsburgo.

A segunda questão importante a ser considerado quando da análise da obra do Frei Teixeira é a sua relação com os casos de falsos reis que proliferaram na Europa nos anos iniciais da Dominação Filipina¹⁸. Neste sentido, refiro-me especificamente ao caso do Falso de Veneza. Preso em novembro de 1598, sob a acusação de se fazer passar pelo rei desaparecido no norte da África, a trama encabeçada pelo calabrês Marco Tulio Catizone assumiu proporções consideráveis. Ele conseguiu atrair a atenção e defesa de vários ex-antonistas, tendo sido D. João de Castro um de seus principais defensores. Este, rapidamente contactou Frei Teixeira, que a esta altura integrava a corte do francês Henrique IV, de quem fora nomeado capelão. Teixeira tentou aproximar o monarca gaulês à trama de Veneza, sem muito sucesso. Henrique IV, por mais que tenha ordenado Teixeira a prestar o apoio necessário à causa, recomendou-lhe prudência, e que tentasse revelar as dúvidas sobre o caso¹⁹. É neste contexto que é possível pensar a produção e impressão do texto de Frei Teixeira na França.

O terceiro tópico diz respeito à própria forma e estrutura do texto. Este, após a justificativa do editor, segue com uma carta de autoria atribuída a Giovanne Capugno. Nesta, há a defesa da tese de que o preso em Veneza seria de fato, o rei desaparecido no Marrocos, pois “ele tem as mesmas feições, as mesmas mãos, pés (sabemos ser os direitos serem maiores que os esquerdos) grandes, marcados e com a mesma marcha, com os joelhos recurvados para dentro, como D. Sebastião, Rei de Portugal.”²⁰ Além desta, Teixeira afirma ter recebido inúmeras outras cartas de Veneza que afirmavam categoricamente ser o prisioneiro o rei português. Assim, a sua obra teria como objetivo responder aos questionamentos sobre a sobrevivência do agora rei Encoberto à batalha no norte da África, assim como confirmar a identidade do veneziano como verdadeiro Avis. Nesse sentido, o religioso se debruça sobre seis pontos: 1) A negação da morte de D. Sebastião na batalha; 2) a dúvida sobre a identidade do corpo sepultado no Marrocos e posteriormente transportado para Lisboa; 3) o desaparecimento do monarca; 4) estando ele vivo, em quais locais esteve perdido ou cativo; 5) como conseguiu escapar após a batalha de Alcácer; 6)

¹⁸ Até o momento foram identificados quatro casos de falsos d. Sebastião: o de Penamacor, em 1584; o de Ericeira, em 1585; o de Madrigal, em 1594 e o de Veneza, em 1598. Para uma análise de cada caso, ver: HERMANN. No reino do Desejado, pp. 249-273.

¹⁹ A relação entre Teixeira e Henrique IV, e o possível apoio deste à causa antonista e ao falso de Veneza é ponto que merece uma análise mais detalhada.

²⁰ Tradução livre do original: “Il a la mesme effigie , les memes mains, pieds (sçavoir est les droits plus longs que les gauches) lage, marques, & la mesme démarche, avec les genoux recoubez em-dedãs, que D. Sebastian Roy de Portugal”. in: TEIXEIRA. *Adventure admirable par dessus toutes les autres des siecles passez e presentes*, pp. 6-7.

sendo o prisioneiro de Veneza o verdadeiro rei, quando este retornará ao seu reino? Dentre os seis, elegerei o segundo para uma sucinta análise.

Nesse quesito, Teixeira é categórico: D. Sebastião não morreu na batalha, e o corpo que foi trasladado para o Mosteiro dos Jerônimos não pode ser o do Desejado. O autor estrutura a sua argumentação sobre duas considerações. A primeira, de que a jornada foi acompanhada de religiosos de várias ordens, inclusive a dos Dominicanos, que havia enviado 30 representantes. Estes acompanharam todos os preparativos da batalha. Dentre eles, encontrava-se o tio do autor, Manoel Teixeira, que relatou ter visto D. Sebastião “se retirar da batalha e embarcar em seu galeão, e que por certo ele estava vivo.”²¹ Tal afirmação é corroborada por vários outros testemunhos citados por frei Teixeira, que afirmam terem combatido ao lado do Desejado, e que mesmo ele estando ferido no braço, sobreviveu ao combate.

Entra aqui a segunda consideração: as qualidades positivas do monarca, que impediriam seu fracasso. Teixeira afirma que

Deus então deu (meu pai) aos cristãos um príncipe valente, ousado, corajoso, sábio, bom e justo, e sua ousadia em tão pouco tempo (ele estava na idade de 24 anos, sete meses e 15 dias) ele se mostra cruel e inútil em seu lugar, e quanto a mim, eu o levaria para tal.²²

Além de tais virtudes, originadas e legitimadas por Deus, havia ainda as profecias que justificariam a sobrevivência do rei. Se a origem dos vaticínios de cunho sebastianistas pode ser relacionada ao texto cuja autoria é atribuída ao Bandarra – as suas conhecidas *Trovas* – estabelecer a quantidade de outras que se seguiram a ele, e as que poderiam ter lhe influenciado previamente, apesar de tarefa extensa, pode apontar o sentido que tais textos poderiam ter assumido nos distintos momentos em que foram elaborados. Além disso, tal “arqueologia” também permite refletir sobre a circulação desses textos (e das imagens e símbolos por eles operados), nos mais diferentes contextos sociais. Assim, Teixeira recorre não só aos vaticínios relativos à trajetória de Afonso Henriques e o desfecho da Batalha de Ourique (1139), mas também a outras profecias conhecidas, como a de San Isidoro de Sevilha e de São Cirilo. O objetivo seria reforçar a infalibilidade do Desejado no comando do reino.

²¹ Tradução livre do original: “Le Roy Sebastien s’estoit retiré de la bataille, & s’estoit embarque dans son galion; que pour certain il estoit em vie.”. in: _____. *Adventure admirable par dessus toutes les autres des siecles passez e presentes*, p. 16.

²² Tradução livre do original: “Dieu donques ayant donné (mom Pere) aux Chrestiens vn Prince si vaillant, hardi, courageux, sage, bon, & le seur ostant em si peu de temps (il estoit em l’age de 24 ans, 7 mois & 15 jours)il se monstre cruel & iniuste em leur endroit, & quando à moy j ele prendrois pour tel.” In: TEIXEIRA. *Adventure admirable par dessus toutes les autres des siecles passez e presentes*, p. 17.

As reflexões do religioso sobre estes tradicionais vaticínios teria como função fundamentar a argumentação de que não só o Desejado não havia morrido, mas, principalmente de que ele não poderia morrer. Ao coloca-lo como herdeiro da tradição de Ourique, por exemplo, Teixeira investe numa linha argumentativa que valorizaria seu aspecto salvacionista, ou sacrificial como definiu Berce²³. Da mesma forma, as reflexões do religioso dominicano parecem condizer com a imortalidade real analisada por Ernst Kantorowicz. Para o historiador inglês, apesar da simbiose entre o que chamou de “*corpo natural*” e o “*corpo político*” dos monarcas, há prevalência do corpo *político* sobre o *natural*, e a capacidade que aquele tem em encobrir as fraquezas deste. Nesse sentido, a crença e divulgação de que o corpo *natural* de D. Sebastião teria sobrevivido à Batalha de Alcácer Quibir se inscreveria na teoria política dos *dois corpos*, que Kantorowicz destaca ser possível de ser observada em outros espaços e tempos europeus, não sendo, portanto, uma inovação inglesa, ou exclusividade de sua cultura política²⁴. A imortalidade do corpo *político* garantiria, assim, a imortalidade do corpo *natural*²⁵. Consequentemente, considerando a vida regrada do jovem monarca *desejado*, sua conhecida condição celibatária e associando tais aspectos à crença da imortalidade do corpo *político*, não era difícil que se divulgasse e acreditasse na ideia de que ainda no governo de Filipe III, o então rei português *encoberto* estivesse na condição de vivo. Política e biologicamente.

Desta forma, a articulação entre relatos de religiosos e familiares que acompanharam a batalha e de profecias conhecidas, assim como dos outros cinco questionamentos levantados por Frei Teixeira e não analisados aqui, fundamentaram a defesa de que o falso de Veneza era, de fato, o rei desaparecido na Batalha de Alcácer Quibir, e que todos os outros casos anteriores se tratavam de embusteiros. Ele afirma que

Nós sabemos que em Castela um pasteleiro de Madrigal se fez acreditar que ele era o rei D. Sebastião, e ele divulga inicialmente em segredo, depois como ele convenceu a cada um esta falsa opinião, ele foi reconhecido como um embusteiro, e por ter cometido um crime muito grave, executado pela justiça.

²³ O autor afirma que: “A fé na função expiatória do rei podia paradoxalmente conjugar-se com a esperança de sua sobrevivência. Talvez, com efeito, o rei não tivesse morrido na batalha, talvez tivesse escolhido morrer para o mundo e encontrado o expediente da guerra para desaparecer aos olhos de todos, súditos fiéis assim como inimigos. A louca esperança começava com a busca do corpo do rei. Quando o silêncio caíra sobre os lugares dos combates, à luz de lanternas, servidores sobreviventes iam percorrer o campo de batalha, examinando as túnicas ensanguentadas dos cadáveres e escrutando seus rostos imóveis. Esses companheiros devotados queriam dar uma sepultura cristã ao príncipe mártir, mas desejavam no fundo de si mesmos não descobrir a macabra evidência do infortúnio da nação. A ausência do corpo do rei no monte de corpos era um índice de esperança; ela evocava a possibilidade de uma fuga oportuna, de um abrigo inesperado e de uma sobrevivência extraordinária.” In: BERCÉ. *O rei oculto*, p. 194.

²⁴ Para o autor, “embora não haja nenhuma dúvida de que a ficção legal dos Dois Corpos do Rei foi um aspecto característico do pensamento político inglês na era elisabetana e dos primeiros Stuarts, seria impróprio inferir que tais especulações se limitassem aos séculos XVI e XVII ou carecessem de antecedentes.” In: KANTOROWICZ. *Os dois corpos do rei*, p. 48.

²⁵ KANTOROWICZ. *Os dois corpos do rei*, p. 48.

Estes exemplos são revelados aos olhos, pois depois da perda do rei D. Sebastião em África, todos os portugueses sempre consideraram vivo e por este meio ele aparece suficientemente, que ele não estava morto, e que seu corpo não é o dele que foi enterrado como seu em Belém. De qualquer forma, por estes mesmos exemplos, V.S. ilustríssima poderá facilmente julgar, que este homem que está preso em Veneza, é o rei D. Sebastião mesmo, esperado em dois anos e cinco meses que passaram depois que ele começa a se manifestar, esta senhoria sempre retornava dia após dia, e mais parecia verdade, sem poder encontrar algum vestígio que o levaria a crer que certamente o que o embaixador de Castela disse contra este prisioneiro.²⁶

Por mais que o caso do Falso de Veneza tenha sido julgado como farsa, e numa primeira condenação à expulsão da cidade italiana (tendo o criminoso fugido para Espanha, onde foi condenado ao enforcamento seguido de esquartejamento)²⁷, e que por mais que não se tenha até o momento, notícias de outros falsos depois de Marco Túlio Catizone, o fato é que não diminuiu, após este episódio, a espera sebastiana. Ao longo do século XVII vários eventos associados ao sebastianismo tiveram lugar na Península Ibérica e mesmo fora dela. Por sua vez, a restauração da autonomia portuguesa em 1640 pelas mãos do Duque de Bragança não extinguiu a crença no retorno do monarca perdido no norte da África. Se para o jesuíta Antônio Vieira, o rei desejado prometido nas trovas de Bandarra era o restaurador D. João IV, é possível que, entre os populares, a figura de D. Sebastião se mantivesse como detentor do binômio (e de seu simbolismo) rei desejado/encoberto.

²⁶ Tradução livre do original: “Nous sçauons qu’em Castille vn patissier de Madrigal se fit accroire qu’il estoit le Roy Sebastian, & le publiá du commencement ens ecret; puis comme il eut abreuué chacun de cette faulse opinion, il fut reconu comme vn abuseur, & pour auoir commins vn crime tres-grief, executé par iustice. Ces exemples sont conoistre à l’œil, que depuis l’aperte du Roy Dom Sebastian em Aphrique, tous les Portugaiz l’ont toujours estimé viuant, & par ce moyen il appert susfisamment, qu’il n’est point mort, & que son corps n’est point celuy qui fut enterré comme sien em Bethlehem. D’ailleurs, par ces mesmes exemples V. S. Tres-illustre pourra facilement iuger, que cet homme qui a este Prisionnier à Venise, est le Roy Dom Sebastian mesme; attendu qu’em deux ans & cinc mois qui sont passez depuis qu’il commença de se manifester, cette Segneurie a toujours trouué de iour em iour plus d’apparence de verité, sans pouuoir rencontrer aucune chose qui l’ait induit à croire pour certain ce que l’Ambassadeur de Castille alleuoit contre ce Prisionnier.” In: TEIXEIRA. *Adventure admirable par dessus toutes les outres des siecles passez e presentes*, p. 22..

²⁷ HERMANN. *No reino do Desejado*, p. 271.

Um panorama sobre a atuação do Conselho Geral das Inquirição de Lisboa no mundo português setecentista

Luís Antônio de Castro Morais

Mestrando em História

Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

luisantonio_morais@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo realizar um breve panorama da atuação do Conselho Geral do Santo Ofício da Inquirição de Lisboa no mundo português. O órgão assistia junto ao Inquisidor Geral e, através das documentações podemos perceber os embates e discussões que estavam no seio do tribunal, revelando os conflitos e caminhos adotados pelos inquisidores até se obter o despacho final.

PALAVRAS-CHAVE: Inquirição, Conselho Geral, Instituição.

Introdução

Pouco sabemos sobre a atuação do Conselho Geral e os trâmites institucionais do Santo Ofício, segundo Bethencourt o órgão assistia junto ao Inquisidor Geral e permitia uma outra consistência de funcionamento da instancia superior da decisão¹.

No título XXIII do livro II do Regimento do Santo Ofício da Inquirição de 1640,² encontramos as “cousas reservadas ao Inquisidor-Geral e ao Conselho”, há assuntos que por conveniência do Tribunal foram reservadas ao Conselho Geral e com o intuito de simplificar a consulta, quando necessário, julgou-se pertinente uni-las em um só título. Das matérias reservadas ao Tribunal, os Inquisidores remeteriam, ou por carta ou consulta, para que resolvesse as providências que deveriam ser tomadas. Já o que for concernente ao Conselho os documentos iam aos Inquisidores por consulta à Mesa ou pelos próprios autos, seja com ou sem assento da Mesa, dirigidas ao secretário para apresentar ao Conselho, que daria sua apreciação.

No mesmo título encontramos as formas que se deve dirigir ao Conselho, que apresento juntamente com alguns exemplos: por carta ao Inquisidor-Geral, quando suceder inquietação ou diferença entre os inquisidores ou algum tiver notícia que o outro cometeu culpa digna de castigo. Por consulta, quando não houver dinheiro na arca ou o Tesoureiro do fisco disser que o não tem para alimento dos presos. Por consulta ao Conselho Geral, quando for necessário confrontar

¹ BETHENCOURT, Francisco. História das Inquirições: Portugal, Espanha e Itália séculos XV-XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.26.

² FRANCO, José Eduardo; ASSUNÇÃO, Paulo de. As metamorfoses de um polvo: religião e política nos Regimentos da Inquirição portuguesa (séc. XVI-XIX). Lisboa: Prefácio, 2004, p. 231-481.

alguma pessoa culpada com as testemunhas da justiça. Autos sem assento na Mesa, ao Conselho, as informações das pessoas que pretendem ser admitidas ao serviço do Santo Ofício. Decretos de prisão ao Conselho, as culpas que resultarem da visita quando parecer que são bastantes para prisão. Processos com assento ao Conselho, os processos dos defuntos, ausentes, os que o Visitador do Santo Ofício e o ordinário não concordar nos votos, assim como os que empatarem os votos no despacho final, entre outros.

As Ordens do Conselho nos mostram toda a complexidade que o envolve, a criação do Conselho Geral, em Portugal e é acompanhada da afirmação de um papel de Tribunal de última instância, bem como de uma intervenção regular na vida dos tribunais de distrito. A análise dos documentos é muito interessante, pois neles podemos perceber as instâncias que os mesmos percorriam até se obter o despacho final, revelando os constrangimentos e possibilidades do sistema.³ Além de avaliar que as aprovações e análises das petições e outros casos iam ao encontro da conjuntura da Mesa do Conselho, os Inquisidores avaliavam os casos de acordo com o regimento, mas também levavam em consideração suas interpretações sobre o mesmo, sua subjetividade. Demonstrando assim que havia sim uma interpretação/apropriação dos estatutos tanto por parte dos Inquisidores, que por sua vez, os analisavam sob a luz de seus conhecimentos e de suas representações; e também por parte dos próprios réus que, na condição de presos, se valiam dos mesmos regimentos, mas com interpretações distintas, cada um a seu modo, de forma que pudessem alcançar, com êxito, seus objetivos.

Uma das diferenças entre as Inquisições medievais e as modernas está em suas estruturas de comunicações. Durante o período medieval, predominou uma comunicação horizontal entre os Inquisidores de uma mesma província⁴, e não contavam com um órgão, como o Conselho mediando as ações dos inquisidores, diferentemente das Inquisições modernas. As comunicações da Inquisição de Portugal assumem um caráter vertical, marca da hierarquia presente no Tribunal, e o Conselho assume um papel de centralizador das ações dos oficiais do Tribunal, todas as comunicações entre os inquisidores passavam pelo crivo do Conselho Geral.

Como exemplo dessa marca verticalizada da Inquisição portuguesa podemos encontrar ao longo de todos os códices do Conselho Geral, petições e comunicados do secretário da Mesa que ilustram bem essa característica. Enquanto os documentos provenientes de “fora” do Conselho eram escritos de forma rebuscada, com demonstrações explícitas dessa hierarquia, os documentos que circulavam entre os inquisidores e até mesmo as próprias ordens que o Conselho emanava são

³ BETHENCOURT. História das Inquisições, p.38.

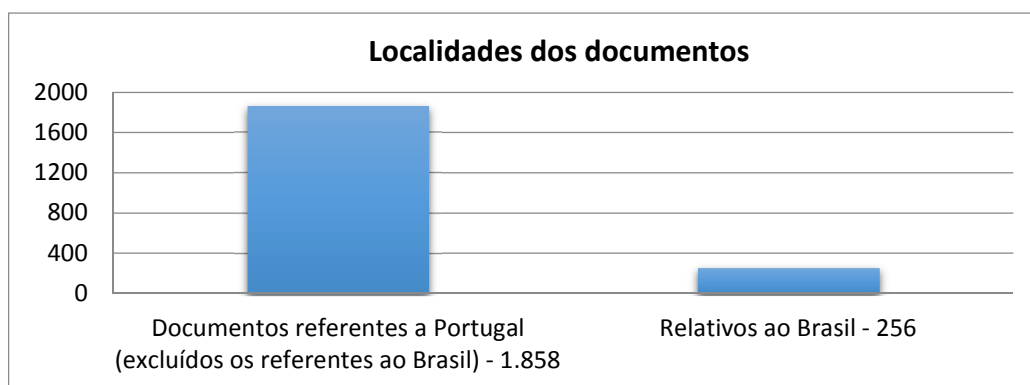
⁴ BETHENCOURT. História das Inquisições, p.34.

notadamente mais diretas, coesas, demonstrando o respeito pelos pronomes de tratamento (Vossa Senhoria, Vossa Mercê), mas não enfatizando prolixamente essa hierarquia, sendo mais objetivas.

O Conselho Geral na península

A diversidade temática é uma das características marcantes dos documentos reunidos nos nove cadernos da série. Encontramos documentação de conteúdo mais amplo como consultas, lista de presos, eleições para que os Oficiais sirvam na festa de São Pedro Mártir; e também correspondências entre outros Tribunais, inquisitoriais ou não. Essa série documental está depositada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), em Portugal, que disponibiliza acesso online de grande parte de seu acervo.⁵ Podemos perceber um pouco como o órgão funcionava e quais eram seus dispositivos para fazer-se respeitar perante os próprios oficiais e os indivíduos.

Ao longo dos nove códices⁶ referentes ao século XVIII foram encontrados 2.114 documentos – conforme mostrado na tabela abaixo - com diversas temáticas e procedências. Como já sinalizado anteriormente, a diversidade dos documentos é a grande característica dessa série documental. Entretanto, o elo entre todos esses documentos é que foram enviados ao Conselho Geral para serem apreciados e o órgão emitir seu parecer. Grande parte da documentação é composta por petições de réus que desejam obter a comutação ou até mesmo o perdão de suas penas, eleições de oficiais para servir na *festa do Glorioso São Pedro Mártir*, patrono da instituição, lista de presos prontos para ouvirem suas sentenças ou serem sentenciados, entre outros.



Fonte: Cadernos das Ordens do Conselho Geral (século XVIII) - IANTT.

Outro ponto importante da documentação é a relação, demonstrada através das correspondências, entre o Tribunal inquisitorial lisboeta com os outros Tribunais inquisitoriais, da

⁵ Disponível em: <<http://digitarq.dgarq.gov.pt/>>.

⁶ Segundo informações do próprio ANTT, o caderno 11º, abrangendo o fim da década de 1760, não foi localizado.

Itália, Espanha e os outros do império português – Évora, Coimbra e Goa – e também com os oficiais eclesiásticos e civis. Por se tratar de um fundo documental burocrático, mais voltado para questões administrativas do Tribunal lisboeta não aparecem questões mais gerais sobre essa relação, as documentações que demonstram esse elo são alguns pedidos para verificar se há culpas – ou pedir informações - de algum indivíduo em algumas das inquisições, ordens para que algum Deputado, proveniente de outro Tribunal que não o lisboeta, ocupe lugar na Mesa do Conselho, pedido de traslado de processos, entre outros. Há também muitas solicitações dos próprios oficiais para ocuparem as casas pertencentes ao Santo Ofício, ou passá-las para os herdeiros de quem a ocupa.

No presente trabalho apresentamos alguns dos casos – que não dizem respeito ao Brasil – para elucidar a dinâmica do órgão e o tipo de documentação que ele avaliava.

No primeiro dos códices do século XVIII – o 5º caderno (1696-1721) – um documento que nos saltou aos olhos é um relato de um escândalo que o familiar Joseph do Valle ocasionou com uma presa que levou. O familiar se portou tão inquietamente com a dita presa que a maioria das pessoas que assistiram o Auto da fé reparou no familiar. Outro familiar tinha dito que o repreenderia por haver dado alguns beliscões na ré e, após o tumulto, outros familiares ofereceram à dita presa uma xícara de sorvete⁷. O documento não nos dá mais informações sobre os motivos desse “incidente”, mas deixa claro que haviam diversas atitudes tomadas pelos próprios oficiais, talvez por se acharem superiores por fazerem parte de uma instituição como o Santo Ofício, que não condiziam com os cargos que ocupavam e, assim como esse, há outros casos que a Mesa repreende esse tipo de atitude.

Há também diversas petições para realizarem obras, ordem para que os mestres pedreiros e carpinteiros averiguem qual obra é mais necessária, para que assim possam realizar, corroborando para a diversidade temática das Ordens do Conselho. Nesses documentos referentes a obras contém o orçamento do serviço, materiais que seria necessário utilizar.

Outro assunto recorrente em todos os cadernos é sobre a proibição ou avaliação de livros, onde a obra era enviada a um qualificador para emitir seu parecer sobre ela, às vezes havia divergências entre os qualificadores, pois um dava seu parecer favorável pela censura e o outro não via motivos para que isso ocorresse. No presente caderno há, entre outros, o pedido para qualificar a obra *Tratada de Guindénios*, impressa em Roma, e nele se diz a respeito da existência da papisa Joana, que não foi considerado em termos para se proibir por ser “de pouca substância e não de

⁷ ANTT, 5º Caderno das Ordens do Conselho, fólio m0301.

escandalosa consequência”, o qualificador Antônio de Souza emite seu parecer e diz que não se deve proibir, pois “há quem diga coisas piores e não vê o livro como escandaloso”⁸.

Já no início do sexto caderno (1722-1729) encontramos um documento que diz respeito às finanças do Tribunal⁹, dizendo que se devem cessar as ajudas de custos que se fazem aos Ministros e Oficiais, seja por motivos de doença ou qualquer outro, o motivo seria “as rendas que se chegam para tantas despesas”, ou seja, uma contenção de gastos. Outro documento interessante é a petição do padre Manoel Teixeira que ouviu sentença por solicitar mulheres na confissão, ele recorre “pedindo faculdade para poder confessar pessoas do sexo masculino somente, para efeito de se poder conservar em uma capela, de que se sustenta”. É apresentada uma pequena discussão sobre as penas dos solicitantes regulares e seculares e o parecer final é de que não seria conveniente fazer-se uma *dispensação* de que se não acha exemplo no Santo Ofício, havendo tantos pelo dito crime condenados na dita privação de confessar¹⁰.

Podemos observar não apenas documentos burocráticos nas Ordens do Conselho, mas também alguns casos que fogem a essa “regra”, como uma consulta feita, em 1724, sobre os presos Rodrigo Pires, Felício Pereira, Antônio Branco e Salvador Feira, que invocaram o demônio, dando-lhe suas almas, para que os tirassem da prisão onde estavam, e o dito Felício Pereira teria dito que o sangue usado para escrever a carta era dele. O despacho dos inquisidores foi que os réus deveriam ser processados pelo Tribunal do Santo Ofício¹¹.

No ano de 1728 a ré Izabel Josepha enviou petição ao Conselho pedindo licença de seis meses para curar-se fora da prisão, na casa de seu pai, e dará fiança que voltará à prisão quando o prazo terminar. Após passar por uma série de visitas médicas – remetidas ao Conselho – os inquisidores julgam positivamente para a presa.

Outro documento que chama a atenção e nos atentou para algumas questões sobre uma possível questão de interesses do Tribunal sobre seus agentes é o documento que diz que o familiar Antônio Feyo Cabral, representou que estava se ajustando para casar com D. Margarida Elena de Castelo Branco e foi informado de um impedimento que tinha essa família. Foi determinado que o dito familiar fosse chamado à mesa e aconselhado que lhe não conviesse casar-se com a dita D. Margarida¹².

⁸ ANTT, 5º Caderno das Ordens do Conselho, fólios m1049 a m1056.

⁹ ANTT, 6º Caderno das Ordens do Conselho, fólios m0359 a m0361.

¹⁰ ANTT, 6º Caderno das Ordens do Conselho, fólios m0387 a m0390.

¹¹ ANTT, 6º Caderno das Ordens do Conselho, fólios m0489 a m0492.

¹² ANTT, 6º Caderno das Ordens do Conselho, fólios m1247 a m1248.

Continuando pelo sétimo caderno (1729-1738) encontramos a consulta feita pelo frei Francisco Maria de Dovado que durante uma confissão teve notícia de uma solicitação que a confitente sofreu, sem saber se deveria, ou não, denunciar escreve ao Conselho que lhe responde que “sem expressa licença da pessoa não pode denunciar, porque está obrigado ao sigilo”¹³. Nesse documento podemos observar com clareza como a confissão era importante e prezada pelos inquisidores, caso o frei tivesse denunciado o crime, estaria incorrendo no crime de sigilismo, ou seja, não guardar segredo sobre a confissão.

Outro documento interessante é uma ordem datada de quinze do mês de outubro de 1729 e que diz para “advertir aos familiares que não permitam que os presos falem uns com os outros nem com outras pessoas, igualmente quando estiverem no cadafalso”¹⁴. Os fólios m0415 e m0416 referem-se a um documento que diz que *judeus de sinal* se têm conservado na corte, mesmo com o tempo limitado pela Mesa. Há um entendimento que os familiares que os acompanham, por serem pobres e humildes vivem bem com os judeus e os deixam andar e falar livremente. Os inquisidores sugerem à mesa que acrescente maior quantia para escolher melhores familiares e que sejam de confiança. A decisão do Conselho é de que “a mesa escolha familiares de confiança para acompanharem estes e outros judeus que aqui vierem, os quais se arbitrará o tempo que parecer necessário, conforme a quantidade do negócio que tiverem: e os ditos familiares se obrigaram por termo a não os deixar comunicar em segredo com pessoas de suspeita”.

Sabemos o regimento é a pedra sobre a qual as práticas dos oficiais inquisitoriais se sustentam, mesmo que o interpretem a seu modo e ajam com subjetividade em cada caso, mas era necessário haver uma consonância entre a prática e o que estava impresso no regimento. No ano de 1739 foi emanada uma ordem para que chamassem à Mesa o alcaide dos cárceres secretos e o advertissem “das faltas que tem cometido em não observar o seu regimento dando aos presos o que lhe pedem com o fundamento de que o tem poupado da sua ordinária”¹⁵.

Como já mencionado anteriormente, um dos principais pontos que a documentação nos permite observar são as relações entre os Tribunais inquisitoriais lisboetas, podemos exemplificar essa relação com um documento contido no oitavo caderno. A ordem informa sobre oito ou nove presos que foram mandados irem de Coimbra e Évora para Lisboa, e dá ordem para que o alcaide

¹³ ANTT, 7º Caderno das Ordens do Conselho, fólios m0785 a m0786.

¹⁴ ANTT, 7º Caderno das Ordens do Conselho, fólio m0069.

¹⁵ ANTT, 8º Caderno das Ordens do Conselho, fólios m0161 a m0163. O Regimento de 1640 no Livro I; título XIV; §10º e §11º trata sobre *as despesas dos presos e como se haverá nela* e que *nada dará aos presos consa fora da pauta e da visita*. Os presos eram obrigados a não receber nem dar nada para os guardas dos cárceres ou alcaides.

os recebam e acomode, verificando a procedência e parentescos dos réus, para evitar qualquer tipo de comunicação¹⁶.

Ainda sobre as relações entre os Tribunais podemos ilustrar algumas das contendas que havia entre os oficiais inquisitoriais e membros de outras instituições. Em 1750, o corregedor da Comarca de Castelo Branco, Manoel Carneiro Sarneiro, enviou uma representação ao Conselho sobre uma implicância que teve com o comissário da mesma vila, Simão da Costa Moutozo, sobre o embargo de uma besta, o ministro necessitava para ir fazer uma diligência para o Rei e o dito comissário a queria para remeter um preso para o Santo Ofício. Após ser lido a representação no Conselho Geral, foi servido “ordenar que escrevam ao dito Comissário dizendo para se evitarem questões entre Ministros Régios e comissários, será conveniente que necessitando de algumas bestas para conduções de presos, diga aos Ministros seculares que lhas mandem embargar e deixá-las prontas”¹⁷.

A relação entre o Tribunal inquisitorial e outros Tribunais, principalmente o eclesiástico, era uma relação de ajuda mútua e concorrência direta, um ajudava o outro, mas também havia algumas diferenças entre ambos, sobretudo entre seus membros. Eram duas esferas de poder da igreja, ambas desejosas de ampliar e manter suas jurisdições, e até mesmo demonstrar suas forças. Eram instituições distintas, porém se complementavam, como exemplo, podemos citar as visitas pastorais.

Ao longo de toda a documentação observamos o zelo que a Mesa do Conselho tinha com seus membros e suas práticas, a todo o momento, preocupada com o bom andamento dos trabalhos. No décimo caderno encontramos uma ordem para que tanto o réu José Álvares de Britto e Domingos da Silva de Oliveira, ambos sacrílegos, não saíssem no auto da fé e que o Conselho “participaria o destino que deviam seguir”¹⁸. Considerando a gravidade de *tão abominável delito* foi ordenado que todas as vezes que houver um sumário contra algum réu deste delito, se remeta ao Conselho primeiramente, ficando os processos afeitos ao Conselho.

No ano de 1760 encontramos uma carta em que o nomeado para o cargo de Inquisidor Geral, Dom José de Bragança, desiste de assumir o cargo, alegando que “seu temperamento não é compatível”¹⁹. Nesse período, não podemos esquecer, Portugal estava sendo governado por Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal, que realizou diversas reformas políticas

¹⁶ ANTT, 8º Caderno das Ordens do Conselho, fólios m0233 e m0234.

¹⁷ ANTT, 9º Caderno das Ordens do Conselho, fólio m0125.

¹⁸ ANTT, 10º Caderno das Ordens do Conselho, fólio m0775.

¹⁹ ANTT, 10º Caderno das Ordens do Conselho, fólio m0071.

no reino e utilizou da instrumentalização do Tribunal do Santo Ofício para obter seus objetivos, servindo como aparato religioso e político²⁰. Segundo José Pedro Paiva, essa “abdição” do cargo de Inquisidor teria sido influência do próprio Pombal, uma vez que seu irmão seria alçado ao cargo de Inquisidor de corte, governando como se fosse um Inquisidor geral²¹.

Pombal utiliza do Tribunal como mais um instrumento régio, vários são os oficiais Inquisidores que foram os membros do Conselho Geral nomeados por ele, para que o tornasse mais alinhado a seus ideais, como o ministro Nicolau Torel, presente na documentação. Durante o período pombalino, em Portugal, houve uma série de nomeações de bispos que fossem alinhados às políticas pombalinas. O Conselho Geral, sendo o órgão “administrativo” do Tribunal do Santo Ofício, era o alvo central de Pombal que não desejava extingui-lo, mas sim adaptá-lo aos interesses da coroa, nessa época do Conselho fora equiparado a todos os outros tribunais régios, inclusive as designações a ele nas correspondências deveriam estar precedidas das designações usuais de Majestade²².

No décimo caderno um documento interessante que novamente ilustra a diversidade e riqueza do acervo diz respeito a uma cópia de uma revelação, a qual foi achada no sepulcro. Que tem Sua Santidade em Seu Oratório, e Sua Majestade em uma lâmina, a qual foi revelada a Santa Isabel Selatud, e Santa Brígida, que sendo irmãs e estando em oração mental, pedindo ao Senhor lhes dissesse e revelasse os martírios da sua Sagrada Paixão, o Senhor lhe apareceu e disse-lhes²³.

Assunto recorrente nos cadernos são as petições para se tornar um “familiar do número dos vinte”, ou extranumerário. Pouco sabemos ainda sobre os familiares privilegiados, ou “do número”. Segundo Bruno Feitler havia uma limitação no número de familiares que poderiam usufruir desses privilégios, concedidos aos que tinham mais tempo de serviço, no caso de Lisboa o número máximo de familiares privilegiados era fixado em 100, provando que ocorreu um deslizamento nas funções primeiras da própria instituição inquisitorial: do controle religioso e social à promoção social.²⁴ no presente caderno encontramos um breve histórico, feito pelos inquisidores

²⁰ PAIVA, José Pedro; MARCOCCI, Giuseppe. Sob tutela do Marquês de Pombal. In: PAIVA, José Pedro; MARCOCCI, Giuseppe. História da Inquisição portuguesa, 1536-1821. Porto: A Esfera dos Livros, 2013. p. 333 - 357.

²¹ PAIVA; MARCOCCI. Sob tutela do Marquês de Pombal, p. 344.

²² PAIVA; MARCOCCI. Sob tutela do Marquês de Pombal. p. 353.

²³ ANTT, 10º Caderno das Ordens do Conselho, fólios m0349 a m0361. Todos os fólios são iguais.

²⁴ FEITLER, Bruno. Nas malhas da consciência: Igreja e Inquisição no Brasil: Nordeste 1640-1750. São Paulo: Alameda: Phoebus, 2007. p. 87. Ver: WADSWORTH, James E. Os familiares do número e o problema dos privilégios. In: VAINFAS, Ronaldo. FEITLER, Bruno e LAGE, Lana (orgs.), A Inquisição em xeque: temas controversias, estudos de casos. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2006, pp. 97-111.

da Mesa do Conselho ao analisarem a petição de Jerônimo Gonçalves Chaves e Ribeiro e José Freire, onde diz que

estes lugares extranumerários foram introduzidos pela Mesa por ocasião de não bastarem os que se achavam desimpedidos dos 20 privilegiados, e dos que assim escolhia a Mesa provia depois o Senhor Inquisidor Geral o número dos vinte, passando-lhe então seu provimento, e privilégio até que D. José alterando este costume ordenou vocalmente, que semelhantes petições e escolha lhe pertencia, e assim se executou em alguns que se proveram depois. Examinando aos que havia extranumerários além dos vinte achamos mais dez, como consta do rol junto, sendo coisa desnecessária no tempo presente o fazerem-se mais²⁵.

Nos últimos três cadernos a maior parte da documentação diz respeito a petições de réus que desejam obter comutação ou perdão de suas penas – o que, na maioria das vezes, é acatado pelo Conselho -, nomeações de oficiais para compor o quadro institucional do Tribunal (principalmente o cargo de tesoureiro), lista de réus prontos para serem despachados e para ouvirem suas sentenças, nessas listas continham o nome do réu, idade, procedência, crime e penas que sofreu, e as eleições para a festa de São Pedro Mártir. Para as eleições, havia apenas o nome e título do oficial e o cargo que mesmo ocuparia na festa.

Apesar de haver alguns documentos que não tratam dessas questões ditas acima, são em quantidade muito menor, comparados às listas de réus, petições para comutar e ou perdoar as penas e eleições para a festa de São Pedro Mártir. Não encontramos mais as discussões sobre proibições de livros, dúvidas regimentais, correspondências entre os oficiais do ultramar com os inquisidores lisboetas. É difícil compreender, sem uma análise mais profunda e conectando esse estudo a outras peças fundamentais, a atuação do Conselho Geral, principalmente após a segunda metade do século XVIII. Apesar de o Tribunal já estar vivendo seu ocaso, não podemos esquecer da última – e única – visitação enviada ao Brasil no mesmo período e a que mais foi atuante em terras coloniais.

²⁵ ANTT, 10º Caderno das Ordens do Conselho, fólios m0349 a m0361.

Da visitação inquisitorial ao Grão-Pará (1763-1773)

Mayara Aparecida de Moraes

Graduada em História

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

marryawn@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho tem como finalidade estudar a Visitação do Grão-Pará, ocorrida no século XVIII, nos anos de 1763 a 1773, tendo como foco principal as práticas-mágicas, sobretudo o curandeirismo. Tais práticas, além de estarem presentes na Colônia, também estavam presentes na Metrópole portuguesa, a qual também analisaremos, com o objetivo de tentar entender as causas da ida da Inquisição ao Brasil no século XVIII. Assim, tendo como palco o século XVIII, o objetivo principal do trabalho é comparar e compreender o por quê de alguns processos terem sido julgados pela Inquisição e outros não. Levando-se em conta, a quantidade de vezes que cada indivíduo foi denunciado e o resultado de cada processo.

Palavras-chave: Inquisição, curandeirismo, práticas-mágicas.

A Inquisição Portuguesa, realizou várias Visitações ao Brasil, mas três são mais conhecidas. Nelas, pretendia-se realizar perseguições aos hereges, principalmente a judeus, práticas de feitiçaria e desvios contra a moral católica. As duas primeiras, datadas respectivamente em 1591 a 1593 na Bahia, Pernambuco, Itamaracá e Paraíba; e a segunda em 1618 a 1620 no Recôncavo baiano e em Salvador; tiveram como principal foco, à perseguição aos judeus. No entanto, a terceira Visitação, datada de 1763 a 1773, realizada no Grão-Pará e Maranhão, percebeu-se um maior número de denúncias e processos sobre as práticas mágico-religiosas como o curandeirismo, adivinhação, feitiço de amor, desfazer mau-olhado ou alguma magia negra, além de fornicação e sodomia. Sendo assim, pouquíssimas denúncias sobre judaísmo tiveram.

Dessa maneira, este trabalho delimitou sua análise na terceira Visitação. Principalmente a respeito dos processos de cura, com o intuito de analisar e comparar os processos de curandeirismo, juntamente com outras práticas de mágico-religiosas, levando-se em conta que foram práticas muito frequentes na Visitação do Grão-Pará e, provavelmente, há muito enraizadas na população colonial. Pretende-se perceber como os inquisidores as julgavam de acordo com a fé católica que se chocava contra o cotidiano místico colonial, seja para levá-las a condenação, seja para suspendê-las. Com isso, pode-se entender melhor a relação do visitador com as práticas mágicas, para, posteriormente, comparar os processos de curas que foram levados a condenação e outros não, buscando desvendar as causas dessa diferença na sentença, frente a mesma prática que diversas pessoas recorriam.

Tratando-se de uma Visitação, na qual, vários ritos da Inquisição foram resgatados, como as pomposas procissões e sermões, nos Éditos de Fé, realizados na presença de várias autoridades civis e eclesiásticas, juntamente com a população local e redondeza. Mas, contando com a longa presença do inquisidor Geraldo José de Abranches, pois geralmente os inquisidores eram transferidos para outras localidades, e Abranches ficou em Belém, durante quase toda a Visitação. Essa retomada de ritos grandiosos, seja nos Éditos quanto nos Autos de Fé, em Portugal haviam enfraquecido, ocorrendo com pouca frequência. Fato que constataria posteriormente a fragilidade do poder inquisitorial pela Europa, o qual tem o seu fim definitivo no século XIX. No entanto, com uma demonstração tão poderosa, o qual foi a apresentação da Inquisição no Grão-Pará, vem a ser um tanto contraditório, diante da metrópole portuguesa, em que os Autos de Fé estavam aparecendo menos. Mas, um fator que convergem, tanto metrópole quanto colônia, é o aumento dos casos de magia, sobretudo de curandeirismo.

Assim, realizando uma análise do século XVIII, é sabido que as ideias iluministas surgiam e iam se espalhando pelo Velho Continente. No entanto, da mesma forma que as denúncias e processos sobre feitiçaria iam diminuindo pelo continente, em Portugal isso se mostrou de forma oposta. Os crimes de feitiçaria aumentaram. Timothy Walker, em sua obra “Médicos, Medicina Popular e Inquisição”, afirma que entre 1715 e 1755, de 304 processos alegados mágicos, pelo menos 127 envolveram práticas de curandeirismo. Segundo o autor, esse período que corresponde o mais intenso de “caça às bruxas”, corresponde exatamente em que os médicos e cirurgiões portugueses começaram a estar mais a par das técnicas da medicina científica racional desenvolvida no estrangeiro. Esse período coincide também, com uma época em que havia um número substancial de médicos licenciados que haviam se introduzido nas fileiras do Santo Ofício. Então, o autor diz que houve uma política a favor dos profissionais da medicina integrados no Santo Ofício, que agiam, em conjunto com seus colegas do clero, com interesses comuns, no sentido de desacreditar a medicina popular e os que praticavam, com o objetivo de eliminar o curandeirismo supersticioso de Portugal.¹

No Brasil, como foi mencionado logo no início desse trabalho, houve também mudanças quanto ao tipo de perseguições feitas. Assim como Portugal, os casos de magia se multiplicaram. Com uma atmosfera mística que pairava na colônia desde o século XVI, é de se colocar em questão as causas que levaram, somente dois séculos depois, essa preocupação da Inquisição com os ritos

¹ WALKER, Timothy D. *Médicos, Medicina Popular e Inquisição: A Repressão das Curas Mágicas em Portugal durante o Iluminismo*. São Paulo: Editora FIOCRUZ, 2014, p.27.

mágico-religiosos. Houve denúncias sobre eles, mas a quantidade da presença deles nas três Visitações possuem proporções diferentes.

Ao estudarmos as denúncias organizadas no Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763-1769) do historiador Amaral Lapa, aparece muitas denúncias mencionando denunciados já citados por outras pessoas na Mesa da Visitação, como a Índia Sabina, o Negro José e a branca Ludovina Ferreira. Cada qual sofrendo um destino diferente. Esses personagens trabalharam com procedimentos mágico-religiosos de cura ou para desfazer algum feitiço. Eram chamados pela população local, em que muitos casos, como da Índia Sabina, conseguia-se êxito nos procedimentos mágicos. Normalmente, tais procedimentos eram marcados pelo seu sincretismo religioso, com o catolicismo, e os ritos indígenas e dos escravos. Ao mesmo tempo em que se rezava a Ave Maria, se usava chocalhos e objetos defumadores. Hóstias eram roubadas de igrejas, que juntamente com unguentos e ervas, eram usados nas rezas, para fazer ou desfazer feitiço, ou até mesmo para a cura. Assim a fama desses personagens se espalhava pela região. Ao mesmo tempo que eles eram solicitados, eles foram denunciados.

Um exemplo dessas denúncias é o da Índia Sabina. O denunciante Raimundo José de Bitencourt, que estava gravemente enfermo, ficou sabendo da fama da índia em fazer curas, e que ela morava na casa de um padre chamado José Carneiro. Ela pediu um cachimbo, ascendeu e cachimbou um pouco. Fazendo cruces com o dedo polegar na testa, acompanhado de palavras não tão inteligíveis, sendo só algumas captadas pelo denunciante como Virgem Maria, Pai, Filho e Espírito Santo. Depois, a dita índia voltou a cachimbar, defumando o olho direito do enfermo, ao que este vomitou vários bichos. Em seguida, ela havia receitado que o enfermo tomasse água benta, e caso suas curas não funcionassem, que ele recorresse aos exorcismos da igreja. Em muitas das narrativas sobre os casos da índia, também atestam a crença de poderes maléficos para com o corpo, os defumadores usados por Sabina eram prática de ação protetora e de combate as forças adversas, malévolas e agressivas, das quais se difundiram pelo Brasil, principalmente no Norte. Ela também realizava a sucção, uma forma de terapêutica comum para se extrair os humores malignos.²

De modo geral, não era comum as pessoas pedirem ajuda aos médicos. Normalmente eram através dos padres, feiticeros e curandeiros que a população pedia socorro. A fé e a crença, era o que movia a sociedade colonial. O pensamento racional ainda caminhava a passos delicados. Diferente da Metrópole, que esse pensamento se mostrava mais presente. No entanto, ao analisar

² DOMINGUES, Evandro. *A pedagogia da desconfiança: o estigma da heresia sobre as práticas de feitiçaria colonial durante a Visitação do Santo Ofício ao Grão-Pará (1763-1772)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2001, 82 p.

os estudos referente a feitiçaria e a magia, tanto Laura de Mello e Souza quanto a historiadora Daniela Bueno Calainho, demonstraram que as práticas mágico-religiosas eram semelhantes na metrópole portuguesa e na colônia brasileira. O uso de tesouras, peneiras, as borras de café, bacias com água, eram itens comuns para a adivinhação ou procurar objetos perdidos; ovos, azeites e ervas para a cura; saliva, cabelos, unhas ou qualquer excremento do corpo humano, seja de um bem amado, seja de um inimigo, eram usados para se forjar feitiçarias de amor ou de malefício para uma determinada pessoa. Eram práticas consideradas mágicas, por se relacionarem com o sobrenatural, e por aparentarem eficiência no que eram destinadas. Certamente que alguns itens comuns na metrópole, como o vinho, por exemplo, era substituído no Brasil pela cachaça, por ser de mais fácil acesso a população do que o vinho. Uma espécie de “continuidade” de metrópole para a colônia, mas com algumas adaptações da última.

Outro exemplo de continuidade das práticas mágico-religiosas entre metrópole e colônia, são as bolsas de mandingas – que a historiadora Daniela Calainho encontrou em sua pesquisa na Torre do Tombo. Tais bolsas foram muito utilizadas e frequentemente apareciam entre os processos inquisitoriais, tanto na América quanto em Portugal. Geralmente, elas eram usadas pelos negros e mulatos, no entanto, no século XVIII, elas experimentaram o ápice de utilização, sendo também encomendadas e confeccionadas por homens brancos³. Eram usadas como forma de trazerem sorte, atrair mulheres, proteção de doenças, catástrofes e inimigos. Assim como a autora afirma na sua obra, *Metrópole das Mandingas*, boa parte dos cultos e de certos procedimentos considerados como feitiçaria e demonizados pela Igreja católica, foram motivos de perseguição, dado a sua característica fundamentalmente Africana, mas também sincrética, incorporando elementos do cristianismo, tal como a evocação do nome de Jesus e Maria. Vale ressaltar que em vários processos, esses elementos católicos também estavam presentes, como em ritos indígenas, no qual a Índia Sabina é um dos maiores exemplos. Esse último, demonstra a mistura das práticas religiosas, seja pela forte presença da Igreja, seja na utilização na forma de camuflar as práticas locais. Exemplificando melhor com as palavras de Mello e Souza: “toda uma rede de instituições e de práticas, algumas certamente muito antigas, constituíam a trama de uma vida religiosa que se desenrolava a margem do culto cristão”.⁴

Logo, na obra *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*, Laura de Mello e Souza nos deixa claro que sua intenção em analisar a feitiçaria, práticas mágicas em ressonância ao cotidiano da população, é

³ CALAINHO, Daniela Bueno. *Metrópole das Mandingas: religiosidade negra e Inquisição portuguesa no Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Garamont, 2008, p. 96.

⁴ MELLO E SOUZA, Laura. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.98.

o modo pelo qual elas se combinaram e em função do contexto, pois diferente da caça as bruxas da Europa, a feitiçaria colonial estava a par da vida da colônia nos seus três séculos; certamente que é dado maior enfoque ao século XVIII. Dessa forma, pensando na vida precária que o colono estava inserido, a autora considerou que o universo místico foi uma das formas de “ajuste” que o colono encontrou para se proteger daquele meio hostil, que muitas vezes refletia as tensões do seu cotidiano, aprendendo então a “[...] prender a amante, matar o rival, afastar os invejosos, lutar contra os opressores, construir uma identidade cultural”.⁵

Com base nas denúncias, Laura define como os maiores curadores do Brasil colonial os africanos, índios e mestiços, devido ao seu grande conhecimento de ervas e de procedimentos rituais específicos do seu universo cultural que se juntou ao conhecimento europeu da medicina popular. Porém, o ambiente do século XVIII aproximou a noção de feitiçeiro com curador, permitindo que muitas pessoas chamassem aquele que podia curar para desfazer algum feitiço, gerando uma função ambivalente do curandeiro, usando o mesmo exemplo da autora de um negro de Minas, que por meio de suas preces, conseguia fazer ambas as funções.

Tendo como referência esses estudos, não apenas as denúncias do Grão-Pará setecentista, mas também os séculos XVI e XVII, percebe-se esse prolongamento de Metrópole para Colônia de técnicas extremamente semelhantes, que se diferem em poucos aspectos. Portugal, seguindo o imaginário moderno, criou os personagens do medo que deveriam ser combatidos pela Inquisição, cuja maioria provinha de camadas rurais e menos abastadas, que devido aos poucos meios, construíam suas esperanças e temores envoltos da imagem de uma constante batalha entre Deus e Diabo.

Assim, mesmo vivendo em contextos diferentes, Brasil e Portugal combatiam a mesma coisa: a feitiçaria e o curandeirismo. Certamente em meio as questões colocadas acima, a Visitação ao Grão-Pará ainda desperta muitas indagações a serem estudadas. Dessa maneira, este trabalho continuará com as investigações acerca dessa Visitação e os processos de curandeirismo e feitiçaria, dos quais trazem personagens que gozavam de alguma credibilidade pela população quanto ao sucesso de suas curas, chegando até mesmo a tribuírem características sagradas a eles. Como a Índia Sabina, que pensava-se que ela tinha uma cruz no céu de sua boca.

⁵ MELLO E SOUZA, *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*, p. 155.

O irenismo combativo dos cronistas do Império Português: uma análise dos escritos de Francisco Álvares e Damião de Góis

Thays Alves Rodrigues

Graduanda em História pela Universidade Federal de Viçosa
Thays.alves@ufv.br

Resumo: O *corpus* deste trabalho, o opúsculo *Fides, Religio Moresque Aethiopum*, do humanista Damião de Góis, e *Verdadeiras informações das terras do Preste João da Índia*, do Padre Francisco Álvares, oferece-nos um retrato nítido da profunda crise que transformou o período renascentista numa época de contradições. Isto porque, o Renascimento cultural, que germinou na Itália e se propagou para o restante da Europa, veio promover o resgate do saber e a valorização das potencialidades humanas. Contudo, a Igreja romana temerosa das consequências deste saber para a fé e a ortodoxia católica, passa a manter – juntamente com o Soberano D. João III, num esforço de centralização do poder político e religioso – um rígido controle sobre o desenvolvimento dos estudos humanísticos, mais especificamente o de cunho evangélico. Assim, nos anos que compreendem a viragem da primeira metade do século XVI, observamos a reiteração ou mesmo a substituição de uma série de elementos que irão compor o *modus operandi* do Império, incidindo na cronística quinhentista. Diante disso, nos propomos a realizar uma análise dos conceitos irenistas presentes nas obras de Góis e Álvares, a fim de recuperarmos a operacionalidade destes no âmbito de seu contexto.

Palavras-chave: Etiópia, Irenismo, Guerra justa.

Introdução

Damião de Góis nasceu em 1502 e morreu em 1557. O autor foi um dos mais notáveis humanistas portugueses e desfrutou do convívio na corte lusitana desde os nove anos de idade, onde desempenhou diversas funções; tendo sido moço de câmara em 1523 e também secretário da Feitoria Portuguesa. Como letrado, publicou diversas obras, demonstrando grande interesse pela história.¹ Algumas destas, lhe valeu a perseguição por alguns elementos do clero, motivada pelo forte apelo ao espírito de tolerância e união entre os cristãos, demonstrado, por exemplo, em *A fé, a religião e os costumes da Etiópia*.

Em relação a Francisco Álvares não possuímos muitas informações. O sacerdote e viajante nasceu provavelmente em 1490 e morreu em 1540. Destaca-se na cronística lusitana do século XVI, devido a obra *Verdadeira Informação das Terras do Preste João*; onde relata sua experiência como

¹ As principais foram: *Legatio Magni Indorum Imperatoris Presbyteri Ioannis* (Antuérpia 1532); *Ecclesiastes de Salamam, com algumas anotações necessárias* (Veneza, 1538); *Livro de Marco Tullio Ciceram chamado Catam maior, ou da velhice, dedicado a Tito Pomponio Attico* (Veneza, 1538); *Fides, religio, moresque Aethiopum* (Lovanii 1540); *Deploratio Lappianae gentis* (Lovanii 1540); *Urbis Olisiponis descriptio* (Évora, 1554); *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* (Lisboa 1566–67) e *Crónica do Príncipe D. João* (Lisboa, 1567).

capelão da primeira embaixada portuguesa enviada à Etiópia (17 de Abril de 1515), chefiada por *Duarte Galvão*.²

Ao passo que nossa investigação se debruça sobre os enunciados das referidas obras, torna-se imperativo compreendermos o “horizonte histórico” de tensões e inovações assistidas por seus autores principalmente entre as décadas de 1530 e 1540; para que, num esforço hermenêutico compreendamos os significados das categorias acionadas por Góis e Álvares – neste trabalho, a mediação da linguagem e da tradição são fundamentais.

Tanto Góis, quanto Álvares, ainda sob o cetro de D. Manuel, vivenciaram maior tolerância religiosa por parte dos membros da corte, frades e clérigos que muitas das vezes acompanhavam as embarcações. D. João III, no início de seu reinado deu continuidade às leis manuelinas, mas, o rei humanista, amante das belas artes e do progresso científico acabou cedendo à pressões integristas, instaurando a inquisição em 1536, autorizada pela Bula do papa Paulo III. Em 1547 assiste-se a criação da Mesa da Consciência e Ordens, numa clara tentativa de recuperação do catolicismo. A partir de então a política do reino torna-se mais pragmática, visando a centralização. Objetivo expresso no fato de o rei ter-se tornado, a partir do estabelecimento do Santo Ofício, a suprema autoridade política e religiosa.³

Posteriormente a Companhia de Jesus assumiria o controle de todos os centros preparatórios de ensino, inclusive o do Colégio das Artes em 1555, depois de vários dos seus mestres terem sido condenados pelo Santo Ofício. Neste contexto - o da contra-reforma -, o humanismo evangélico encabeçado por Erasmo e defendido por André de Resende, Diogo de Teive, Damião de Góis, entre outros, passou a ser associado às ideias luteranas, portanto, condenado pelo clero.⁴

Não apenas o clero, mas também a nobreza pressentia que a libertação do homem pelas ideias ameaçaria o arranjo político-social estabelecido. A igualdade estimulada pelo renascimento e, mais especificamente pelo humanismo evangélico, anulava a autoridade necessária ao pleno exercício do poder. Foi provavelmente esse temor que assolou o espírito de D. João III e o fez retroceder em sua política cultural.⁵

² Cf. C. F. Beckingham. “Francisco Alvarez and his book on Ethiopia.” *In: Between Islam and Christendom...* London, Variorum Reprints, 1983, p.3.

³ RODRIGUES, Manuel Augusto. *Do humanismo à contrarreforma em Portugal*. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias e Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1981, p. 163-164.

⁴ C. f. A. G. Dickens, *The Counter Reformation*, Londres, Thames and Hudson, 1968; John Bossy, "The Counter Reformation and the People of Catholic Europe", *Past & Present* 47, 1970, pp.51-70.

⁵ Autores como Joaquim Verrísimo Serrão, Elisabeth Hirsch, Ana Isabel Buescu entre outros assinalam uma visível divisão do reinado de D. João III em dois momentos distintos: o primeiro de maior abertura a vida cultural no reino

Estudiosos do Império lusitano compreendem, portanto, que os anos vinte a sessenta do século XVI, não constituíram um bloco, político e culturalmente uniformes, em termos de humanismo. Numa primeira fase, que vai até cerca de 1540, as correntes humano-evangelistas tiveram livre curso e acolhimento. Enquanto que, na década de 1540 a 1550, assistiu-se a um processo de questionamento sobre as correntes progressistas, mas estas ainda dominariam. Até que, finalmente, na década de cinquenta e sessenta as forças integristas conquistam os aparelhos do Estado e preparam-se para a eliminação política do progressismo.⁶

Além da escola e da censura que, engendravam os esforços de rompimento com a problemática e os veículos literários do humanismo cristão, outros fatores justificam a agonia deste último. Como a própria política ultramarina que negava o anticruzadismo, apelando para uma unidade ideológica pouco compatível com o minimalismo dogmático, o pluralismo teológico, a tolerância religiosa, e com a negação à cultos externos, defendidos por àquela corrente humanista.

O declínio do humanismo laico e do humanismo cristão – e conseqüentemente de seus ideais, como o irenismo defendido por Erasmo de Roterdã⁷ - situa-se nesta conjuntura de instabilidade, onde o humanismo e o cristianismo passaram a ser considerados coisas opostas. O triunfo das ideias veiculadas na tese contra-reformista e a noção de defesa católica colocaram as letras humanas ao serviço do Estado e da Fé.

Ao passo que os escritos de Damião de Góis e Francisco Álvares incorporam tensões e embates inerentes ao contexto em que foram elaboradas - já que ambas foram publicados em 1540, sendo que a elaboração de *Verdadeiras informações* é anterior a de *A fé, a Religião e costumes dos Etiópes*; o primeiro foi produzido pelo padre Francisco Álvares entre 1520-1526, no decorrer de sua participação na muito conturbada e aguardada embaixada ao lendário reino do Preste João, enquanto que o segundo foi escrito por Damião de Góis provavelmente após 1534, quando recebe

em direção ao humanismo erasmista; e o segundo marcado pela presença de forças integristas no aparelho do Estado que, se preparam ou ensejam a eliminação política do progressismo. Com efeito, tal forma de interpretação tem sido revisada pela atual historiografia brasileira que refuta a concepção teleológica da história a partir da tese de que não existe uma relação necessária entre um determinado fato do passado e algum tipo de desdobramento tido como seu resultado. Em nosso ponto de vista, embora a crítica seja coerente em termos teóricos, é preciso notar que a história se detém no homem e nas transformações que o tempo imprime a ele. Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Figuras e caminhos do Renascimento em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994; HIRSCH, Elisabeth Feist. *Damião de Góis*. 2 ed. Trad. Lia Correia Raítt. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002; BUESCU, Na Isabel. D. João III (1521-1557). 2 ed. Lisboa: Temas e Debates, 2008. Cf. tbm. CURTO, Diogo, Ramada. *Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

⁶ RODRIGUES, Manuel Augusto. Op. Cit., p. 164.

⁷ Para Pina Martins, a repressão a Erasmo e às ideias erasmianas aconteceu com maior intensidade em toda a Europa a partir de 1540, a teria se finado por completo em Portugal com D. Jerônimo Osório. Cf. MARTINS, José V. de Pina. *Humanismo e erasmismo na cultura portuguesa do século XVI*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1973, p. 153-158.

em Pádua (onde completava seus estudos humanísticos) o relato do bispo etíope Zaga-Zabo, a quem teria prometido, quando de passagem por Portugal, levar ao conhecimento do papa e de toda a Europa informações corretas da sociedade abexim – vale ressaltar que neles, o apelo a um catolicismo pacífico e irênico aparece com frequência associado à guerra justa contra os mouros.

Irenismo *versus* Guerra Justa

O irenismo, que na teologia cristã corresponde às tentativas de unificar os sistemas apologéticos cristãos utilizando a razão como um atributo essencial, contribuiu para aprofundar a consideração humanista de temas relacionados à conciliação e paz religiosa, cujo campo lexical envolve palavras como conciliação, amizade, união; frequentemente utilizadas pelos defensores do irenismo.

Erasmus de Roterdã (1466- 1536) foi quem mais contribuiu para o desenvolvimento das noções irênicas. Considerado uma das grandes lideranças do humanismo evangélico, sua intensa dedicação aos estudos dos clássicos da Antiguidade e da literatura religiosa constituiu a base do seu pensamento, que defendia uma religião católica aberta e não dogmática. Com efeito, o príncipe do humanismo passa a sofrer constantes ataques difamatórios e satíricos em um momento de grande circulação literária na Europa, dividindo opiniões: de um lado aqueles que acreditavam na necessidade de renovação da igreja e, de outro, os que reprovavam o seu “irenismo”.⁸

Embora seja complicado definir o tamanho da influência de Erasmo em Portugal, suas ideias podem ser identificadas em alguns dos mais importantes letrados portugueses do século XVI como, João de Barros, André de Resende, Jerônimo Osório, Damião de Góis, entre outros.⁹ Deste último, uma de suas obras mais representativas do ideal conciliador difundido por Erasmo, é a *Fides, Religio Moresque Aethiopum*.¹⁰ Nela identificamos a concepção de uma cristandade universal e

⁸ As críticas decorreram do espiritualismo de Erasmo que, restringia o valor atribuído às cerimônias e aos rituais, valorizando em maior grau a volta a um evangelismo puro, sendo este marcado pelo retorno às Escrituras e à desvalorização da escolástica. Cf. REBELO, Luís de Sousa. *A tradição clássica na literatura portuguesa*. Lisboa; Livros Horizonte, 1982. P. 34-36.

⁹ A iniciativa do Rei em modernizar o ensino proporcionou apoio aos bolsistas para realizarem seus estudos fora de Portugal. Isso estimulou a entrada de novas influências e, conseqüentemente, facilitava a recepção do erasmismo nos segmentos letrados de Portugal. D. João III trouxe, em 1536, o espanhol Juan Fernandez, um fervoroso erasmista, para lecionar na Universidade de Coimbra. Evidentemente isso não significa que a influência de Erasmo em Portugal tenha sido igual a que ocorreu na Espanha, entretanto é preciso ressaltar que ela aconteceu e influenciou um grupo de eruditos portugueses que compartilhavam o ideal da *Philosophia Christi*. Cf. SOARES, Nair Nazaré Castro. “Retórica de corte no primeiro humanismo em Portugal”. In: *Máthesis*. Viseu. n° 20, 2011. P. 238-338.

¹⁰ Em *Deploratio Lappiannae Gentis* Góis, apresenta o mesmo sentimento exposto na *Fides*. Tal obra sobre os Lapões foi escrita pelo humanista em princípios do século XVI por influências do Bispo de Upsala, Johannes Magnus Gothus (1488 – 1544), que os supervisionar este povo tentou convertê-los ao catolicismo, mas como o rei sueco Gustavo Vasa havia se convertido ao letenismo, isso não foi possível; ainda sim, temia que o mesmo explorasse os lapões economicamente. Góis culpava a não cristianização destes à ganância dos reis, que “preferiam que eles permanecessem pagãos, para que pudessem ser mais pesadamente tributados.” Cf. HEB, Cordelia; ADAMS, Jonathan (ed.). *Fear and*

a exortação à necessidade de efetuar a reconciliação cristã, isso desde a primeira carta – a que Góis escreve ao Papa Paulo III- até as últimas correspondências – como a carta da regente Helena, da Etiópia, a correspondência do Preste para os reis portugueses D. Manuel I e D. João III, além da carta de D. João III ao Papa, recomendando a missão de Francisco Álvares.

O espírito conciliador de Góis pode ser apreendido principalmente no que tange a descrição das diferenças nas práticas religiosas. Assim, a respeito da circuncisão - praticada pelos etíopes e condenado pelos portugueses-, enquanto observamos em Francisco Álvares a seguinte manifestação:

E nisso chega um seu clérigo homem branco filho de Libete [...] dizendo este porque não éramos nos circuncidados pois o Cristo o fora. Eu lhe respondi que verdade era que o Cristo fora circuncidado, e que ele o quisera por cumprir a lei que neste tempo se usava, e para não ser acusado de quebrantador da lei, e logo mandara cessar a circuncisão.¹¹

Em Góis, na carta do frade Zaga-Zabo, deparamo-nos com as respectivas considerações:

Ora, a nossa Circuncisão não é imunda, mas lei e graça concedidas ao nosso pai Abraão, que as recebeu de Deus como sinal, não para com ela se salvar a ele e a seus filhos, mas para os filhos de Abraão se distinguirem dos demais povos.¹² [...] como diz São Paulo, mostrando que não nos salvamos pela circuncisão, mas pela fé, pois em Cristo ela nada vale nem o prepúcio, mas só a criatura renovada. Ora, Paulo não pregou a destruição da lei mas a sua estabilização, ele que também foi circuncidado, e Timóteo, [...].¹³

Coincidência ou não, a filosofia religiosa adotada por Zaga-Zabo dialoga com o Pensamento de Erasmo, ao ponto de assim como Bataillon, também nos questionarmos: “É o bispo etíope quem diz estas palavras de tolerância ou é o erasmista Damião de Góis, seu tradutor, que as escreve?”¹⁴

Independentemente da resposta, é fato que muitas das práticas abexins – mesmo sendo reconhecidas pelas Escrituras - não foram apropriadas pela religião católica romana, por isso, geraram tanto estranhamento aos olhos dos portugueses; todavia, também é uma constante que tais práticas não contradizem nem a Erasmo, nem ao Apóstolo Paulo, pois são manifestações exteriores, e como tais, não interferem na pureza da fé.¹⁵

loathing in the north: Jews and muslims in medieval Scandinavia and the Baltic region. Berlim: De Gruyter, 2015, p. 44. A tradução do inglês é minha.

¹¹ ÁLVARES, P. Francisco. Ibidem. p. 118. Refere-se ao Clérigo de Abima Marcos.

¹² GÓIS, Damião. Ibidem. p. 172

¹³ GÓIS, Damião. Ibidem. p. 172

¹⁴ BATAILLON, Marcel. *O Cosmopolitismo de Damião de Góis*. 2 ed. Trad. Castelo Branco Chaves. Lisboa: República, 1935. P. 40

¹⁵ Gênesis, XVII, 10-13, In: *Bíblia Sagrada*. São Paulo: Paulus, 1990, 28.

Assim, suprimindo as adversidades, os interlocutores do Opúsculo, organizado por Góis, conclamam com insistência a amizade e a união da cristandade etíope com a cristandade portuguesa, inclusive exortam os próprios reis cristãos da Europa a não guerrearem entre si, pois até os infiéis que são “maus” estão sempre unidos.

Ó senhor Rei, irmão meu, estreitai a amizade firmada entre nós por El-Rei vosso pai, enviando freqüentes embaixadores e cartas, que muitos os desejo receber de um irmão, porque ambos somos cristãos. Os infiéis sendo maus estão sempre unidos na sua seita [...]. De forma alguma, Senhor meu Rei, me posso alegrar com os Reis cristãos da Europa, ouvindo dizer que, não acordando entre si, se guerreiam uns aos outros.¹⁶

Com efeito, contrariando os seus inerentes ideais de tolerância, as expressões irênicas presentes tanto em Góis quanto em Álvares, mostram-se com frequência relacionadas à noção de Guerra justa contra os mouros. Em *Verdadeiras informações*, os senhores locais do reino do Preste João expressavam a seguinte opinião:

Mandou outra vez o capitão-mor a ele António Saldanha e o embaixador Mateus e então concertaram que ambos abalassem, a saber, o capitão-mor e o barnagais. [...] e entre muitas coisas que falaram, principalmente era darem ambos muitas graças a Deus por seu ajuntamento, dizendo o barnagais que escrito tinham em livros que cristãos de longas terras haviam de vir àquele porto a se juntar com a gente do Preste João e que fariam um poço de água e que não haveria aí mais mouros e, pois Deus isto cumpria, que afirmassem e jurassem amizades.¹⁷
[...]os abexins tinham por profecia [...] que os frangues do cabo da terra viriam pelo mar e se juntariam com os abexins e destruirão Judá e o Toro e Meca [...].¹⁸

Não muito diferente, serão as considerações veiculadas na *Fides*, onde observamos, por exemplo, o Preste João comemorar a presença de embaixadores portugueses na Etiópia, pois da amizade entre eles seria possível a expulsão dos mouros de ambos os reinos¹⁹

O combate ao infiel sempre foi uma constante no imaginário europeu e, remonta a períodos anteriores ao do descobrimento. Os conceitos sobre este tema foram erigidos pela Igreja, no momento de queda do Império Romano, que se viu obrigada a conciliar o espírito pacifista do cristianismo originário com as responsabilidades seculares e políticas da Igreja Triunfante. A doutrina da guerra justa, portanto, corresponde a um conjunto de regras de conduta que justificam em quais condições a guerra é moralmente aceitável.

¹⁶ GÓIS, Damião. Op. Cit. p. 146/147. “Carta do mesmo Davide, Imperador da Etiópia a D. João III, Rei de Portugal, etc, escrita em 1524.”

¹⁷ ÁLVARES, P. Francisco. p. 11.

¹⁸ ÁLVARES, P. Francisco. Livro II. P.36.

¹⁹ “E assim também exulte de prazer com a vinda dos embaixadores que me trouxeram as palavras do mesmo Rei, pelas quase se estabeleceram entre nós laços de singular afeto, conhecimento e amizade, para afastar e expulsar os maldosos mouros e pagãos que habitam os vossos e os meus reinos”. C.f. GÓIS, Damião. Op. cit. P.145.

O primeiro a ponderar sobre este tema foi Santo Agostinho (354-430), inspirado no que Cícero expôs no *De Officiis*.²⁰ Segundo Yoram Dinstein, o autor da *Cidade de Deus*, foi responsável por reviver a doutrina do *bellum justum* como dogma moral, assim na obra *De Civitate Dei*, compreendia a guerra como um fenômeno lamentável, mas necessária devido aos erros provocados pelas mãos do adversário.²¹ Na *Suma Teológica*, Tomás de Aquino nos apresenta a seguinte afirmativa de Agostinho: “Costumamos definir como guerras justas aquelas que punem as injustiças, por exemplo, castigar um povo ou uma cidade que foi negligente na punição de um mal cometido pelos seus, ou restituir o que foi tirado por violência.” Ou seja, para que uma guerra fosse justa, precisava ter justa causa.²²

Com efeito, a igreja do século V, mais que procurar um sancionamento divino para a ação bélica, pretendia harmonizar o ato político que é a guerra, com o preceito ético que deveria guiar o Estado cristão. No contexto perturbado pela queda do Império, a doutrina sobre a guerra justa pode ser considerada como o primeiro esboço do Direito internacional, que no século XVI ganhará as dimensões de uma teoria com o jurista italiano, Alberico Gentili.²³

Após Santo Agostinho, outros pensadores irão teorizar sobre o assunto, como Santo Isidoro, bispo de Sevilha (570-636), que na sua *Etimologias*, classificará as guerras em justas - as que se destinam a repelir um invasor -, injustas - as que não foram aprovadas pela Igreja -, civis -entre cidadãos- e mais que civis - as que envolvem os familiares.²⁴

No entanto, seria S. Tomás de Aquino (1227-1274) o responsável por estabelecer as balizas determinantes da moralidade da guerra, ou seja, as condições para a sua legitimidade, que seriam a autoridade do príncipe, a justa causa e a reta intenção. Para Aquino a finalidade última da guerra, seria o bem comum e a paz.²⁵

²⁰ “[...] a razão porque (e certamente por esta causa) deverão eclodir as guerras – que se possa viver em paz e sem injustiça [...]”, cf. CÍCERO. *Dos deveres*, p. 27. Sob a influência do Universalismo estoico, *Dos Deveres*, constitui uma ambiciosa tentativa de retirar os ensinamentos político-morais do âmbito restrito da polis grega para inseri-los em um plano cosmopolita. Deste modo, foi um dos primeiros a salientar a necessidade de construção de um paradigma jurídico-normativo da guerra. Os assuntos explorados por Cícero na referida obra constituem, portanto, a via de construção da doutrina da guerra justa.

²¹ DINSTEIN, Yoram. *Guerra, agressão e legítima defesa*. Tradução Mauro Raposo de Mello. Terceira Ed. Barueri, SP: Manole, 2004. P. 89.

²² AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica*. Volume V. II Seção da II parte – Questões 1-56. São Paulo: Loyola, 2004, p. 518.

²³ GENTILI, Alberico. *O direito de guerra*. Trad. Ciro Mioranza. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2005. P. 49.

²⁴ SEVILHA, Isidoro de. *Etimologias*. Texto latino, version española y notas por Jose Oroz Reta y Manuel A. Marcos Casqueiro. Introducción general por Manuel C. Diaz y Diaz. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004, Libro XVIII, 1. Acerca de la guerra y los juegos. P. 1215. A primeira referência histórica que conhecemos do problema da guerra justa em Portugal, aparece na exortação do Bispo do Porto, D. Pedro Pilões, aos Cruzados nórdicos que auxiliaram D. Afonso na conquista de Lisboa, quando recorre aos ensinamentos de Santo Isidoro de Sevilha.

²⁵ AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica*. Volume V. II Seção da II parte – Questões 1-56. Ibidem p. 516-521.

O Movimento Ibérico cristão de reconquista (iniciado no século VIII) fará uso destes ensinamentos do doutor Angélico. A Espanha, por exemplo, observará integralmente sua doutrina, devido a sua dupla natureza; a religiosa, que opunha os valores cristãos aos valores islâmicos; e a política, que apresentava uma justificativa ética para a guerra continuada.²⁶

A noção de guerra continuada ao infiel permaneceria no imaginário europeu, Maquiavel aconselha aos seus contemporâneos da Renascença, mais especificamente ao príncipe, que este “deve, pois, não deixar nunca de se preocupar com a arte da guerra e praticá-la na paz ainda mais mesmo que na guerra”.²⁷ Nota-se que o espírito de cruzada perpetuará nos Estados da Península ibérica, muito além da queda de Granada em 1492 - que por ser a última possibilidade de expansão territorial dos reinos cristãos frente aos muçulmanos, significou o fim da Reconquista, lançando as bases para a política Imperialista -, sendo um dos preceitos da política expansionista ultramarina, e que por este motivo poderá ser apreendido na cronística quinhentista.²⁸

Neste sentido, em nosso *corpus* documental identificamos ainda nas palavras de Francisco Álvares, o esforço de seu embaixador em convencer o “Preste João para que tivesse coração de juntar as suas gentes com as de El-Rei de Portugal e destruíssem Meca e lançassem fora os mouros e a má seita de Mafamede.”²⁹ O mesmo intento é notado nas palavras do rei etíope transcritas por Damião de Góis. Em uma das cartas, o *Negus* comenta a facilidade dos portugueses em dilatar suas fronteiras, pois contavam com a bênção da “Vossa Santidade” e, ressalva que havia em seus arquivos “uma carta enviada em tempos pelo Papa Eugênio, com a sua bênção, ao Rei descendente de Jacob.”³⁰

Ao lançarmos um olhar mais criterioso, identificaremos nos excertos apresentados as bases legais e espirituais da guerra justa contra os mouros como, o combate a injustiça, o desejo de paz, a aprovação por parte da autoridade eclesiástica, entre outras. De acordo com Henrique Quinta Nova, estas balizas conceituais seriam desenvolvidas em Portugal ainda no século XIV pelo teórico

²⁶ Cf. KRITSCH, Raquel. “Tomás de Aquino, leitor e comentador dos Antigos”. In: *Soberania: a construção de um conceito*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002. P. 303- 332. Segundo Kritsch, a reinterpretação de Aristóteles realizada por Tomás de Aquino, tornou possível pensar a capacidade de criar e impor a lei – fosse em nome de um legislador divino ou humano – como um atributo do conceito que seria sintetizado na idéia de soberania.

²⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Tradução de Lívio Xavier. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os pensadores, 9). P. 65. Ver também: MAQUIAVEL, Nicolau. *Escritos Políticos/ A Arte da Guerra*. Trad. Jean Melville. São Paulo, Martin Claret, 2008 P 111. “[...]o príncipe será obrigado a fazer continuamente a guerra, mantendo-os a soldo, ou correrá o risco de que o apeiem do trono [...]”. “

²⁸ Cf. NOVA, Henrique Quinta. *A guerra justa ou injusta da guerra no pensamento português*. P. 171. Disponível em << http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1565/1/NeD79_HenriqueQuintaNova.pdf >> Acesso em 10 de Novembro de 2015.

²⁹ ÁLVARES, P. Francisco. Livro II. P.43.

³⁰ GÓIS, Damião. *Ibidem*. P. 155.

Francisco Álvares Pais (1280-1349), através das obras *Planatll Ecclesiae* e *Speculvntl Regunl*. Nelas o autor se debruça sobre a noção de guerra justa presente nos escritos de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Destas leituras acaba teorizando que a guerra para ser justa deverá conter cinco requisitos: *Persona*, quem pode combater que, seria o príncipe e o povo; *Res*, a guerra é justa quando procura sanar uma injustiça; *Causa*, a guerra seria o único meio de obter a paz; *Animus*, a guerra sem ódio, onde a violência se restringiria ao mínimo indispensável; e por último *Auctoritas*, quem declara guerra deve obter o consentimento do Papa.³¹

Considerações finais

Neste trabalho, priorizamos a reflexão dos conceitos de Irenismo e Guerra Justa por se fazerem majoritariamente presentes em *Verdadeiras Informações* assim como na *Fides*, e por nos permitir percorrer a alteridade psicológica e cultural no âmbito da formação dos Estados modernos.

32

A partir da reflexão apresenta compreendemos que, Irenismo e Guerra Justa não se configuram em noções opostas. Pelo contrário, no reinado de D. João III trata-se de uma estratégia conciliatória dos autores com seus próprios sistemas de referências - neste caso, nos referimos ao humanismo e as determinações do clero secular que, encontram-se voltadas para o público em geral e para os leigos – e, com a política expansionista da monarquia portuguesa que, em última instância sempre fundamentou seu *modus operandi* na religião.³³

Damião de Góis e Francisco Álvares, apesar das diferentes funções que desempenhavam, demonstraram um forte sentimento de tolerância ao descreverem as práticas religiosas da sociedade abexim. No entanto, como interpretavam as conquistas no ultramar à luz da difusão do cristianismo por terras de pagãos ou de infiéis, não podiam conceber que os mulçumanos e os judeus fizessem parte do mundo espiritual europeu. Principalmente para Góis, a tolerância para com todas as religiões destituiria Portugal de sua glória, que o mesmo havia comparado ao da própria Antiguidade. Perece-nos que seu nacionalismo – outra forte característica do humanismo – tinha

³¹ NOVA, Henrique Quinta. *Ibidem*. P. 172.

³² É pertinente ressaltarmos que, tanto a noção de irenismo quanto a de guerra justa encontram-se inseridas numa categoria mais ampla, que denominamos Usos e Costumes.

³³DORÉ, Andréa. “Relações entre Oriente e Ocidente (SÉC. XIII-XVII): mercadores, missionários e homens de armas”. *Biblos*, Rio Grande, 2007, p, 124. Neste brilhante artigo, Doré nos assinala as continuidades presentes na relação entre Oriente e Ocidente no que remete às motivações expansionistas; onde o fundamento religioso se fará presente em todas as fazes do projeto colonial.

por vezes competido e vencido a largueza de espírito necessária para ver em todas as religiões a contribuição para uma convivência pacífica.³⁴

³⁴ Cf. HIRSCH, Elisabeth Feist. Op. Cit, p. 185.

Simpósio Temático 16:

Patrimônios Culturais: o historiador como agente de preservação cultural

Adson Rodrigo Silva Pinheiro

Mestrando em História Social
Universidade Federal do Ceará - UFC
adson.rodrigo@gmail.com

Ana Luiza Rios Martins

Doutoranda em História Cultural
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
Luiza_sky@yahoo.com.br

Marcelo Renan Souza

Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural (Iphan)
Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - Fundarpe
marcelo.renan.souza@gmail.com

Proposta do Simpósio:

Os patrimônios culturais são, em sua essência, reconhecidos através de símbolos que representam as identidades culturais de um povo. Esses são declarados por meio da identificação das formas de pertencimento afetivo e político-social que os indivíduos mantêm com bens culturais materiais e imateriais instalados em seu cotidiano. Nesse sentido, evidenciam-se os agentes que atuam na identificação e reconhecimento dessa diversidade cultural em virtude do valor simbólico desses bens. Assim, tomando a experiência dos órgãos de preservação cultural em diferentes países, especialmente as experiências brasileiras, se vê a atuação efetiva do historiador nos processos de reconhecimento dos patrimônios culturais, bem como na interferência para sua preservação. Refletir sobre o papel do historiador como agente de preservação do patrimônio cultural se faz necessário principalmente quando acompanhamos a evolução dos instrumentos de preservação da diversidade cultural, evidentes quando observamos a evolução histórica dos conceitos que regem a preservação cultural e ainda os instrumentos e métodos de pesquisa. Desse modo, o simpósio tem o objetivo reunir discussões em torno das temáticas do patrimônio cultural, a fim de promover

entre os pesquisadores do patrimônio, sobretudo historiadores dos arquivos, das artes e dos museus, a reflexão sobre as diversas áreas do conhecimento circunscritos a preservação e valorização dos bens culturais. A finalidade, nesse sentido, é debater e divulgar pesquisas, experiências institucionais, práticas de preservação e políticas públicas, ações de salvaguarda e de educação patrimonial produzidos pelos historiadores e dialogam com o seu ofício.

Trajetórias e estratégias para a preservação do Patrimônio Cultural Imaterial em Fortaleza no âmbito das Políticas Públicas Municipais entre 2008-2012

Adson Rodrigo Silva Pinheiro

Mestrando em História Social Universidade Federal do Ceará - UFC
adson.rodrigo@gmail.com

Marcelo Renan Oliveira de Souza

Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - Fundarpe
marcelo.renan.souza@gmail.com

RESUMO: Este artigo busca realizar reflexões acerca das políticas culturais, voltadas para preservação do patrimônio cultural, especificamente a do patrimônio imaterial na cidade de Fortaleza. Como parâmetro, tomamos a Lei Municipal 9.347/2008, que dispõe sobre a proteção do patrimônio Histórico-Cultural e Natural do município de Fortaleza. Ainda analisaremos o marco estratégico da gestão cultural municipal concebido pela Lei 9.989 que constitui o Plano Municipal de Cultura de Fortaleza de dezembro de 2012. No íterim dessas questões, destacamos a articulação e mobilização social na construção e efetivação dessas políticas públicas culminado no acionamento do instrumento do Registro no âmbito municipal. O objetivo, portanto, é analisar as trajetórias dessas políticas e perceber como o patrimônio cultural imaterial é percebido nas estratégias para a preservação dos bens intangíveis da cidade de Fortaleza.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio imaterial, políticas públicas, Plano Municipal de Cultura de Fortaleza.

Introdução

O Brasil, após os anos 2000, vivenciou o estabelecimento de novos instrumentos jurídicos voltados à preservação do patrimônio cultural de natureza imaterial, a exemplo do Decreto nº 3.551/2000, que criou no âmbito Federal o Registro do Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI¹. Por essa determinação, a fim de eleger de forma mais democrática a memória e a identidade social do país, e compreender de forma mais ampla à formação da sociedade brasileira, instituiu-se o instrumento do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, dividido em quatro livros, dispostos da seguinte forma:

¹ A fundamentação jurídica para a construção da ferramenta do Registro está presente nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, e sua formulação tiveram como base os debates feitos tanto pelo IPHAN, já com experiências no campo do patrimônio cultural, construídos ao longo do tempo, quanto pelas instituições nacionais, estaduais e municipais, públicas e privadas, e de indivíduos e grupos que se dedicaram a estudos, pesquisas, preservação e documentação e também apoio das mais diversas manifestações da cultura de nosso país.

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas².

Com esse alargamento, o conceito de patrimônio cultural se expande para além da materialidade e abriga também elementos da cultura imaterial, alargando a compreensão como bem cultural também aos aspectos simbólicos e da representação do cotidiano dos grupos e indivíduos; absorve-os como elementos importantes a ser considerado como referência de identidade da sociedade brasileira³.

Cabe notar que essa concepção ampla de patrimônio é também consequência das reivindicações dos movimentos sociais a partir dos anos de 1970. A partir desse período, a sociedade civil reclamava pelo direito à memória e a plena cidadania no entendimento do que era o universo cultural e a identidade nacional. Pedia-se voz aos indivíduos que compunham os diversos setores sociais como comunidades indígenas, quilombolas, imigrantes, trabalhadores e outros sujeitos sociais.

Partindo dessas referências, tendo no Brasil a política federal como parâmetro para a formulação e implementação deste modelo conceitual em todos os territórios, considera-se um grande desafio a efetivação dos instrumentos jurídicos garantidores da preservação do patrimônio cultural imaterial junto às esferas estadual e municipal. Ainda sobre o Decreto nº 3.551/2000, este também estabelecia a possibilidade da cooperação de outros entes federativos para a efetividade de proteção dos bens culturais, para além das instituições vinculadas ao Ministério da Cultura. Previa também o estabelecimento de registros realizados pelas secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal e as sociedades ou associações civis.

Contudo, a difusão dessas políticas contava com alguns obstáculos. Segundo Laura Castro, a extensão territorial, os entraves possíveis das articulações burocráticas- legais e o ainda incipiente investimento em capacitação na gestão pública configuram-se, podemos dizer que ainda nos dias

² BRASIL. Decreto n. 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Diário Oficial da União, 07 ago. 2000.

³ Para saber mais ler: FONSECA, Maria Cecília L. *Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio*. In: SANT'ANNA, Márcia G. (Org.). *O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. 2 ed. Brasília: MINC-IPHAN/FUNARTE. 2003. SANT'ANNA, Márcia. *Políticas públicas e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. In: FALCÃO, Andréa (Org.). *Registro e políticas públicas de salvaguarda para as culturas populares*. Rio de Janeiro: Iphan, 2005.

atuais, como obstáculos à regulamentação “do direito de salvaguardar o conjunto de conhecimentos tradicionais, a oralidade, os saberes e as manifestações artísticas da população brasileira e para ela como um todo”⁴.

É importante lembrar que, diferente do tombamento que se propõe a “conservar” e “preservar” bens móveis e imóveis de natureza material, aos quais recai ao poder público o papel de monitorar, fiscalizar e defender de eventuais descaracterizações, a fim de assegurar uma possível “autenticidade” ou um registro histórico ou arquitetônico, o mesmo não acontece na preservação do patrimônio intangível. Nestes casos, busca-se por meio de parcerias entre o poder público e os detentores dos bens culturais estratégias de preservação adequadas à realidade de cada bem.

Nos art. 5º e 6º do Decreto nº 3.551/2000 não aparecem recomendações de como o Estado deva agir junto aos detentores das manifestações e/ ou expressões culturais tituladas como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro. O Registro conforme estabelecido nesta política de preservação cultural não é indutor de fórmulas inertes, inalteráveis aos detentores dos bens culturais, tão pouco sugere que o Estado interfira alterando as formas como se posicionarem diante suas visões de mundo. Ao poder público cabe garantir a identificação e a produção de conhecimento sobre o bem a fim de “assegurar” a ele registros documentais pelos meios adequados e a ampliação de recursos para a sua divulgação e promoção, conforme trata o artigo 6º. Isso nos permite caracterizar o Registro, como um instrumento de políticas públicas voltado para o reconhecimento e a difusão dos saberes em torno das expressões e das manifestações. A partir do conhecimento produzido sobre cada bem cultural⁵ se verificam quais as estratégias mais adequadas para efetivar essa promoção e difusão, e ainda, as linhas de atuação para a salvaguarda desses bens culturais.

A esse respeito, em julho de 2014, o IPHAN publica o Termo de Referência para a Salvaguarda de bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil, pautando a atuação do Instituto junto aos detentores em quatro eixos estruturantes: Produção e reprodução cultural; Mobilização social e alcance das ações; Gestão participativa e sustentabilidade; Difusão e valorização. Dessa forma recomenda que a articulação para a salvaguarda de um bem cultural atenda estruturas básica para a sua manutenção e durabilidade, entretanto, essa não é uma tarefa exclusiva do Governo Federal como mencionado anteriormente.

Nessa conjuntura, os estados e municípios puderam acompanhar as discussões e aplicações

⁴ CASTRO, Maria Laura Viveiros de. Patrimônio imaterial no Brasil. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

⁵ É possível conferir estas informações no Banco de Dados dos Bens Culturais Registrados no Brasil, mantido pelo IPHAN, disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/bcrE/pages/indexE.jsf>>.

de conceitos e das estratégias de preservação e valorização relacionadas ao patrimônio cultural imaterial, inserindo-os nos seus planos estaduais e municipais de cultura, e desenvolvendo leis específicas para preservar os bens culturais assim classificados, tal como aconteceu na cidade de Fortaleza. A partir da Lei Municipal 9.347/2008 e da Lei 9.989/2012 que institui o Plano Municipal de Cultura do município, a capital cearense refletiu sobre sua atuação com o patrimônio imaterial. Como se desenvolveu essas ferramentas, suas caracterizações e estratégias é o que apontaremos a seguir.

A Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza e o Patrimônio Cultural

A partir dos anos de 2000, sobretudo nos três anos seguintes, as políticas públicas culturais passam por uma importante transformação. É nesse percurso cronológico que ocorre a reestruturação administrativa do Ministério da Cultura com a criação da Secretaria de Articulação Institucional e de Difusão Cultural, atual Secretaria de Articulação Institucional (SAI), tendo como missão central a construção do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

A partir da apresentação no Congresso Nacional da PEC nº 150/2003, que vincula a receita orçamentária da União, estados e municípios ao desenvolvimento cultural e a apresentação no Congresso Nacional da PEC nº 416/2005, que institui o SNC. A partir da realização das Conferências Municipais, Estaduais e da I Conferência Nacional de Cultura, que definiu em 2005, como uma das prioridades, a implementação do SNC, conforme na Constituição Federal no artigo 216-A.

Para a inclusão dessas políticas na cidade, podemos considerar que em 2007, pela Lei complementar nº 0054 de 28 de dezembro foram aprovadas a criação da Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR). Substituindo e incorporando as competências da Fundação de Cultura, Esporte e Turismo de Fortaleza (FUNCET), relacionadas à cultura, o órgão seguiu vinculado ao Gabinete do Prefeito e integrado ao Sistema Municipal de Cultura, cujas finalidades estiveram circunscritas na formulação e coordenação das políticas públicas de Cultura no Município de Fortaleza, desenvolvendo ações que visem à proteção da memória e do patrimônio histórico, artístico e cultural; promoção de programas que fomentem a formação, criação, produção e circulação das expressões culturais entre outras atividades⁶.

Tocante ao tema das atribuições cabe pela lei, em seu artigo 2º no seu sétimo item “restaurar

⁶ FORTALEZA. Texto consolidado da Lei Complementar nº 0054, de 28 de dezembro de 2007, publicada no DOM nº13.770, de 04 de março de 2008. Disponível em <http://legislacao.fortaleza.ce.gov.br/index.php/Lei_Complementar_n%C2%BA_54/2007>. Acesso em 30 mai. 2016.

e preservar os bens culturais materiais e imateriais, móveis e imóveis pertencentes ao patrimônio histórico e cultural do Município”, protegendo-o e valorizando-o. Ainda no décimo, administrar o tombamento total ou parcial de bens materiais e o registro de bens de natureza imaterial, móveis e imóveis, públicos e particulares, existentes no Município de Fortaleza, de acordo com as condições estabelecidas na Lei no 9.060, de 05 de dezembro de 2005. Manter os livros do tombamento, e preservar o bem tombado, quando for o caso é também previsto nessa lei. Pelo artigo 3º que trata sobre a estrutura organizacional da Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR) em sua composição institui a Coordenação de Patrimônio Histórico-Cultural (CPHC)⁷.

Lei Municipal 9.347/2008 – O Patrimônio Imaterial

A lei municipal de cultura de nº 9.347/2008 acabou estabelecendo relações seguindo definições do patrimônio cultural, para a realidade local. O artigo primeiro, por exemplo, define o patrimônio histórico-cultural e natural do Município de Fortaleza, constituído a partir dos bens “de natureza material e imaterial, móveis e imóveis, públicos e privados tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade fortalezense [...]”. O capítulo VI que trata, na lei, do registro de patrimônio imaterial do artigo 35 aos 41⁸.

O novo dispositivo de proteção presente na lei - o “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural do Município de Fortaleza”, apresentou-se então como recurso de valorização e proteção ao patrimônio imaterial, atribuindo à Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR), através de sua Coordenação de Patrimônio Histórico-Cultural o papel de promover a manutenção de um banco de dados com a documentação gerada ao longo da instrução do processo de registro, ampla divulgação e promoção do bem registrado.

É importante considerar que o pronunciamento para abertura do processo de registro de determinado bem cultural pode ser feito por qualquer cidadão ou pelo Município, cabendo à Coordenação de Patrimônio Histórico-Cultural da Secretaria de Cultura de Fortaleza receber o pedido e analisar sobre a abertura do processo. Diferente da prática do Iphan que entendeu com vistas a não sobrecarregar o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural com um volume extenso

⁷ FORTALEZA. Texto consolidado da Lei Complementar nº 0054, de 28 de dezembro de 2007, publicada no DOM nº13.770, de 04 de março de 2008. Disponível em < http://legislacao.fortaleza.ce.gov.br/index.php/Lei_Complementar_n%C2%BA_54/2007>. Acesso em 30 mai. 2016.

⁸ FORTALEZA. LEI-9347-2008. Dispõe Sobre a Proteção do Patrimônio Histórico-Cultural e Natural do Município de Fortaleza, por meio do Tombamento ou Registro, cria o Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico - Cultural (Comphic) e dá outras providências. Disponível em < <http://legislacao.fortaleza.ce.gov.br/index.php/LEI-9347-2008>>. Acesso em 30 mai. 2016.

de pedidos devido à amplitude do cenário nacional, o pedido de abertura deve sempre se dar de forma coletiva, sendo partes legítimas para propor sua instauração às instituições governamentais de cultura federais, estaduais e municipais bem como as sociedades e as associadas civis⁹.

Dada às atribuições da SECULTFOR e da Coordenação de Patrimônio Histórico- Cultural no cumprimento da Lei Municipal 9.347/2008 evidenciou-se, neste período a ausência de diretrizes que apontem os procedimentos administrativos, de pesquisa e inventário a serem seguidos por esta instituição. Assim, conforme o art. 36 da Lei Municipal nº 9.347 de 2008, cabe à SECULTFOR solicitar que no ato da abertura do processo de registro seja apresentada documentação adequada contendo informações suficientes para a elaboração da instrução de registro do bem. Deverá ainda conter anuência dos detentores confirmando o interesse coletivo em se ver tal representação para suas referências culturais. Sem essa documentação a Coordenação de Patrimônio Histórico- Cultural da Secretaria de Cultura de Fortaleza, não se instrumentaliza para a elaboração do parecer que deverá ser encaminhado para a apreciação do COMPHIC após os prazos de manifestação sobre o referido registro.

Mesmo com essa ausência de orientações normativas e de suporte aos processos de registro a serem conduzidos pela SECULTFOR, encontram-se registrados como patrimônio cultural imaterial em Fortaleza três bens, sendo um no Livro de Celebração e outros dois no Livro de Lugar. A Farmácia Oswaldo Cruz, situada à Praça do Ferreira, no centro de Fortaleza está registrada no Livro dos Lugares através do Decreto Municipal nº 13.034; a Igreja de São Pedro está registrada no Livro de Lugares, através do Decreto Municipal nº 13.031; e a Festa de São Pedro tem registro no Livro das Celebrações, pelo Decreto Municipal nº 13.030, todos de 10 de dezembro de 2012.

Convém ressaltar que a efetivação desses registros em Fortaleza não ocorreu com a mesma fluidez e agilidade que as políticas públicas de preservação do patrimônio recaíram sobre o caso dos tombamentos. No período que versa este artigo o número de bens protegidos pelo município através da Lei nº 9.347/2008, como o instrumento do tombamento aumentou consideravelmente. Antes de 2005, Fortaleza contava com 09 bens tombados, e de 2005 ao início de 2008, através da Lei nº 9.060/2005, passaria a ter mais 05, totalizando 14 bens protegidos, e entre 2008 e 2012, já sob a lei 9.347/2008 passou de 14 para 26 bens tombados pelo Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico – Cultural (COMPHIC).

⁹ FONSECA, Maria Cecília Lourdes. Referências Culturais: Base para Novas Políticas de Patrimônio. In: O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial, 2ª ed. Brasília: IPHAN, 2003.

¹⁰ A Igreja de São Pedro e a Festa do Santo são bens associados.

Nota-se que as ações do COMPHIC voltaram-se, sobretudo a um preservacionismo pautado nos bens materiais, valorizando elementos artísticos e estilísticos; da história dos grandes feitos e de indivíduos célebres. Essa foi a postura que imperou nas práticas de preservação do patrimônio cultural no país. Assim, os patrimônios já consagrados se elevam, enquanto as formas de expressão baseadas em saberes e vivências cotidianas continuam aguardando o espaço e o protagonismo nas pautas do COMPHIC. Por outro lado, dado o cenário em Fortaleza, há de se questionar ainda o protagonismo da sociedade civil no lançamento de pedidos de registro em âmbito municipal.

Se entre 2008 e 2013 temos somente três bens culturais registrados pelo município através da Lei de 2008, vê-se também que temos nesse mesmo período um número inexpressivo de abertura de novos processos.

Tabela 1 - Registro de bens culturais imateriais em Fortaleza entre 2008 e 2013

	Bens registrados	Novos pedidos de registro
2011	-	3
2012	3	1
2013	-	1
Total	3	5

Fonte: Ofício CPHC - ECULTFOR nº 2014/2013

Neste período os bens culturais fortalezenses que se encontravam sob avaliação para ser Registrados pela SECULTFOR temos: o Maracatu do Ceará¹¹ (registro no Livro das Celebrações); Samba de Zé Bezerra (registro no Livro dos Lugares); Festa de Iemanjá (registro no Livro das Celebrações); Espaço Cultural Maculelê (registro no Livro de Lugares); Festejos da Paróquia Bom Jesus dos Aflitos (registro no Livro de Celebrações). Desses cinco bens citados, dois receberam maior atenção quanto à instrumentalização para efetivação do registro – o Maracatu e a Festa de Iemanjá, haja vista a relevância e repercussão desses bens para segmentos importantes na esfera pública e na representação social e cultural do município.

Assim, esse cenário nos revela tanto a mudança do paradigma preservacionista clássico no

¹¹ A demanda para o Registro do Maracatu do Ceará como Patrimônio Cultural Imaterial, anunciada pela Associação Cultural Maracatu Rei do Congo em 2011 simultaneamente ao Iphan e à SECULTFOR. In: MARACATU REI DO CONGO, Associação Cultural. Ofício s/n de 23 de agosto de 2011 (Solicitação do registro do Maracatu de Fortaleza e/ou Ceará como Patrimônio Cultural Imaterial). Fortaleza, 2011. Contudo, só passou a ser tratado com prioridade pela gestão municipal entre 2014 e 2015, através de diferentes estratégias de visibilização este segmento cultural que inclui a elaboração do dossiê para o Registro do Maracatu do Ceará, finalizado em 2015. O Maracatu do Ceará obteve o registro pela lei de nº 13769 de 14 de março de 2016.

panorama legislativo, quanto nos coloca diante da fragilidade dessa mudança quando esta ocorre desguarnecida de meios para a sua aplicabilidade. Não obstante, nos faz reiterar a necessidade de se colocar os sujeitos à frente dos processos de patrimonialização de bens culturais imateriais, permitindo a maior definição dos bens e sentidos “patrimonializáveis”, com os quais dialogam ações de salvaguarda que contemplem a preservação, difusão e promoção dos bens.

As mudanças produzidas pelas políticas de patrimônio sobre as culturas locais estruturam-se pelo menos segundo dois eixos conhecíveis em quase todas as práticas humanas: seu valor de uso e seu valor de troca, que correspondem grosso modo a sua natureza simbólica ou alegórica¹².

A partir do que Arantes nos apresenta, entende-se que a utilização das políticas de patrimônio representa significativas mudanças na estrutura de organização e nas expectativas das comunidades locais. Nos processos de patrimonialização de um bem cultural visualiza-se, portanto, o acirramento das expectativas em relação à utilização do bem patrimonializado frente à simbologia que ele exerce para os grupos ligados a este bem. Quando falamos de patrimônios imateriais estamos lidando com um panorama complexo, em face da variedade de formas que esses bens culturais se apresentam e também de como são atribuídos os seus valores e significações. De modo semelhante, lidamos com a categorização dos patrimônios culturais em contextos políticos e sociais, nos quais já não se sobrepõe a ideia da existência de culturas definidoras da identidade nacional, mas sim de expressões culturais que constituem a diversidade cultural dos Estados.

Embora seja questionável a linearidade dessa forma de pensar nos Estados contemporâneos ocidentais, vemos claramente que as políticas de patrimônio imaterial no Brasil se encaminham neste sentido. Os bens culturais imateriais já registrados nacionalmente desde a criação do Decreto Lei nº 3.551/00 apontam para a construção de uma teia de referências culturais focada na diversidade de expressões culturais. Vê-se que estados e municípios acompanham este pensamento desenvolvendo instrumentos de gestão conectados em especial com os valores simbólicos elencados em consulta às comunidades locais através dos processos de pesquisa e inventário.

Atrelado a estes instrumentos da preservação do patrimônio cultural imaterial está a efetivação de uma política cultural mais abrangente por meio do Plano Municipal de Cultura de Fortaleza, criado por meio da Lei Municipal nº 9.989/2012, a qual que falaremos adiante.

¹² ARANTES, A. A. “Patrimônio Imaterial e referências culturais”. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, nº147, p.129-139, 2001, p.135.

Lei nº 9.989/2012 – A presença dos bens intangíveis no Plano Municipal de Cultura de Fortaleza

Promulgado pela Lei Municipal nº 9.989/2012 de 28 de dezembro de 2012, o Plano Municipal de Cultura de Fortaleza é um importante documento que consolida um trabalho construído coletivamente pelo poder público e pela sociedade civil organizada com a participação de vários segmentos culturais locais e gestores públicos nos últimos anos, em consonância com as diretrizes do Sistema Nacional de Cultura.

O objetivo foi desenvolver no município de forma mais democrática de um paradigma de gestão cultural pautada na institucionalização de políticas públicas construídas de forma participativa, sistêmica e articulada com outros segmentos da ação governamental, com duração de médio e de longo prazo, atravessando mandatos políticos.

Nesse viés, para atingir as metas presentes no plano foram estabelecidas diferentes linhas de atuação, desde linguagens artísticas, economia da cultura, manutenção de equipamentos à preservação e valorização dos bens culturais. Sobre ações referentes ao patrimônio cultural estava em promover a constituição e manutenção de acervos, estimular ao acesso do público aos acervos municipais e privados; fomentar e desenvolvimento de programas de educação para o patrimônio, garantir restauro, uso e manutenção dos bens patrimonializados; e nas preocupações do patrimônio imaterial estavam em apoiar e incentivar as práticas, representações, expressões e conhecimentos populares tradicionais reconhecidos por suas comunidades e o fomento as manifestações culturais de natureza imaterial¹³.

Nesse sentido, há atribuições que o poder público, objetivamente, precisa cumprir. Dessas funções estão inscritas as metas e ações. Das 28 metas do plano, a segunda que prevê a criação de um Sistema Municipal de Indicadores e Informações Culturais implantado até 2016, coloca em sua segunda ação de mapear e inventariar continuamente o patrimônio cultural material e imaterial de Fortaleza em todas as suas possibilidades de expressões e a dezessete que trata que 100% dos grupos, indivíduos e comunidades atuantes nas práticas da cultura tradicional popular contemplados por ações anuais de valorização, reconhecimento e fomento até 2022.

Diante dessas novas premissas se anuncia na cidade, a partir de 2012, um novo cenário favorável à preservação do patrimônio cultural imaterial conectado com novos instrumentos de gestão, e também aliado ao amadurecimento da sociedade civil está imbuída da responsabilidade

¹³ FORTALEZA. Lei Nº 9989 DE 28 de dezembro de 2012 - Institui o Plano Municipal de Cultura de Fortaleza e dá outras providências. Publicado no DOM em 7 jan. 2013.

de motivar a gestão por meio dos pedidos de registro e de participar no Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural (COMPHIC). É neste cenário que o Maracatu do Ceará, por exemplo, obtém o registro municipal em 2016, bem como outros bens culturais passam a ser mais bem observados por este prisma analítico da preservação do patrimônio cultural.

No final, é preciso que se considere que o mais importante do que a atribuição de valor de um determinado patrimônio imaterial consolidado pelo poder público pela ferramenta do Registro, é que os bens de natureza intangível expressem o seu direito de participação em todo o processo que atribui o valor “patrimoniável” de sua manifestação. Eles devem fazer suas escolhas e atribuir seus sentidos de valorização deles como patrimônio cultural, e não ser determinados apenas por saberes de técnicos com obrigações legislativas de órgãos federais, estaduais ou municipais.

Devem o poder público, assim, primar no estabelecimento constante de diálogo com os grupos culturais, estabelecendo medidas que promovam à valorização do Patrimônio Histórico e Cultural imaterial constituído, a fim de garantir a interação da sociedade em todo o processo: antes, durante e depois. Só assim, pode ser assegurada a voz de grupos e legitimar o sentimento de pertencimento social que se quer considerar.

A pesquisa histórica e museológica para o desenvolvimento do Projeto de Extensão de Implantação do Museu Xakriabá

Leonardo Souza Miranda

Mestre em História e Culturas Políticas
Universidade Federal de Minas Gerais
miranda.raposo@gmail.com

Maria Letícia Silva Ticle

Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável
Universidade Federal de Minas Gerais
leticiaticle@gmail.com

Resumo: O artigo recupera a experiência da pesquisa com relação à implantação do Memorial Xakriabá, destinado a potencializar a relação da comunidade indígena com seu patrimônio cultural, desenvolvendo pesquisa histórica e museológica em consonância com as demandas da comunidade.

Palavras-chave: Xakriabá, Museu, Pesquisa histórica

Introdução

Este artigo nasce da experiência vivida por ocasião do envolvimento dos autores no Projeto de Extensão de Implantação do Museu Xakriabá¹, no município de São João das Missões/MG. O projeto é resultado de uma demanda da comunidade local, empenhada em resgatar suas tradições culturais e história, como estratégia de afirmação da identidade do grupo indígena, o maior de Minas Gerais. Os Xakriabá foram reconhecidos pela FUNAI nos anos 1970 e na década seguinte, em 1987, tiveram suas terras demarcadas, após intenso conflito com fazendeiros da região. Estes fatos resultaram no assassinato de lideranças indígenas, entre as quais Rosalino Gomes de Oliveira, fato que é um divisor de águas na história da comunidade.

A memória da luta pela terra, marcada pelo massacre de 1987, constitui, uma espécie de fato gerador, a partir do qual as ações de musealização deverão ser desenvolvidas, alargando-se no território Xakriabá, de modo a estender-se a diferentes manifestações culturais locais. O núcleo inicial deverá constituir-se em um Memorial a ser construído em Sapé, sítio onde estão enterradas as lideranças indígenas assassinadas.

¹Projeto inscrito na Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP): Projeto 21131 UFMG (MINC)/ECI/OTI/XAKRIABA.

A ideia de Memorial por remeter ao que é memorável, a monumento construído em alusão a fato digno de ser lembrado, deverá figurar como elemento simbólico da luta dos Xakriabá pela terra e sobrevivência étnico cultural. O papel do Memorial será o de reunir e transmitir informações sobre o evento numa perspectiva histórica sem, contudo, desconhecer suas ligações com o presente. O Memorial deverá funcionar como um espaço de presentificação de uma memória responsável: vocacionado para reconstruir coletivamente a memória do massacre colocando-a a serviço de um projeto emancipador do presente.

Caminhos

A pesquisa é o processo que antecede o planejamento museológico de uma instituição como o Memorial Xakriabá. Seu objetivo é apresentar uma narrativa que articule possíveis temas, conceitos e acervo para que, com a exposição e demais ações e produtos institucionais gerados por ela², determinado assunto seja comunicado ao público.³

O desenvolvimento da pesquisa histórica e museológica para o Memorial Xakriabá se deu, inicialmente, com o levantamento e leitura do material bibliográfico. O material consultado elucidou as principais representações da existência Xakriabá, que foram colocadas no contexto da pesquisa como conceitos e temas norteadores do Memorial e sua (s) exposição (ões). Em seguida, os conceitos e temas se tornaram referências na busca por fontes históricas. As instituições nas quais se deu a busca por documentação e possível acervo para compor o Memorial foram identificadas, contatadas e visitadas pela equipe de pesquisadores e bolsistas.

O Povo Xakriabá

Antes de entrar no mérito dos conceitos e temas propostos, trata-se aqui de abordar de forma sintética alguns aspectos da história do povo Xakriabá. Os Xakriabá são classificados como pertencendo ao tronco linguístico Gê, subdivisão Akwê. No que diz respeito à sua localização, se deslocaram por um amplo território distribuído pelas bacias dos rios São Francisco, Tocantins e Araguaia. Os primeiros contatos entre os portugueses e os Xakriabá datam do século XVII. Era de suma importância para a Coroa portuguesa o controle da região do médio São Francisco, local estratégico para expansão da frente pastoril. A missão de controlar a região combatendo os

² Ação educativa, folders, catálogos, sítio na internet e material de divulgação em geral.

³ WERNECK, Ana Maria Azeredo Furquim; COSTA, Thiago Carlos; PEREIRA, Angelina Gonçalves de Faria. Planejamento de Gestão de Exposições em Museus: caderno 03. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2010.

indígenas ficou a cargo do bandeirante paulista Matias Cardoso de Almeida. Matias Cardoso logo teve contato com os Xakriabá, escravizando os indígenas e utilizando sua mão de obra.

No século XVIII, os Xakriabá se uniram a Januário Cardoso de Almeida para combater um inimigo em comum: os Kaiapó. Como recompensa, foram libertados e receberam uma gleba, – que já lhes pertencia antes da chegada do pai de Januário, Matias Cardoso – que incluía terras que equivalem ao que são hoje os limites do município de Itacarambi. Como parte desse “contrato de doação” foi instituída uma missão, cujo aldeamento recebeu o nome de Missão do Sr. João.

Os Xakriabá enfrentaram violentas ações e perda da terra “doada” já entre os séculos XIX e XX. Data dessa época a presença de não índios na região com interesses na posse da terra Xakriabá. Muitos posseiros eram retirantes da seca nordestina que passaram a conviver, algumas vezes de forma harmoniosa, com os indígenas. Nos anos sessenta do século XX a inclusão das terras Xakriabá em um programa governamental de desenvolvimento agrícola, levado a cabo pela RURALMINAS, valorizou as terras na região e desencadeou uma onda de grilagens e invasões. O que gerou, em contrapartida, não somente no século XX, mas em tempos precedentes, uma aguerrida resistência Xakriabá.

As décadas de 1970 e 1980 foram intensas em tentativas de grilagem e coações contra os Xakriabá. Por outro lado, foi um momento profícuo em organização da resistência indígena, da luta Xakriabá por seus direitos, da defesa da sua terra e reafirmação étnica e cultural desse povo. Em 1973 o Posto Indígena Xakriabá foi criado pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio). A terra indígena Xakriabá foi demarcada em 1979 pelo mesmo órgão e homologada por decreto presidencial em 14 de julho de 1987.

Conceitos

A partir de determinados aspectos da trajetória do povo Xakriabá, compreendidos durante o processo de pesquisa, alguns macro conceitos balizadores foram levantados e cotejados à história desse grupo indígena. Gerando, assim, algumas possibilidades vocacionais para a futura instituição museal. Estes vetores gerais ramificam-se em eixos temáticos que ganham concretude com as possibilidades de repertório patrimonial apontadas.

Questão fundiária no Brasil

O tema da terra é uma questão que permeia a formação do Brasil. Segundo Caio Prado Júnior “o passado que nos constitui”. O processo de colonização, através das capitânicas hereditárias e da organização da economia colonial através da grande exploração agrária, caracterizada pelo

latifúndio e pelo trabalho escravo de africanos e índios, transformou os grandes proprietários de terras em senhores com autonomia administrativa, econômica e política. Esse estado de coisas gerou como uma constante na nossa história, a prática da “[...] auto produção de normas pelos proprietários da terra, assim como a sua não subordinação a uma normatividade mais ampla instaurada pelo poder político”⁴. Disso resultam duas consequências: primeira, o papel fundamental que a grande propriedade adquire no exercício de funções públicas e administrativas; segunda, o rotineiro uso da violência no campo⁵.

Isso explica, em parte, porque existe uma narrativa sobre a questão agrária que se tornou hegemônica no imaginário brasileiro: narrativa liberal de modernização agrária. Esse discurso, que percorre diferentes épocas da nossa trajetória, se caracteriza pela “defesa positivada do direito incondicionado de propriedade”, pela organização da produção visando o mercado em detrimento dos direitos sociais e de perspectivas ecológicas⁶. Por outro lado, a narrativa liberal da modernização agrária se contrapõe “[...] as formas e culturas camponesas ou de agricultura familiar, entendidas como retrocesso ou atraso”⁷.

Se esta é a situação do camponês brasileiro, a questão ganha contornos ainda mais acentuados em se tratando das populações indígenas nacionais. Nossos índios estão em luta contra diversos atores históricos que almejam ilegalmente suas terras desde os primeiros contatos no século XVI até os dias atuais⁸. Não obstante os desmandos que grassam no campo, a história dos Xakriabá é prodigiosa em exemplos de luta pela posse da terra e reivindicações de maior possibilidade de participação política e de direitos. O enredo que envolve a trama da história do povo Xakriabá permite defrontar a narrativa da modernização agrária com outras perspectivas: proximidade simbólica e material com a terra, a organização familiar comunitária da vida cotidiana, a valorização associativa do trabalho, considerando a capacidade de mobilização dos membros da

⁴ AVRITZER, Leonardo. Terra e Cidadania no Brasil. In: STARLING, Heloísa Maria Murgel; RODRIGUES, Henrique Estrada; TELLES, Marcela (org) Utopias Agrárias. Belo Horizonte: UFMG, 2007.155.

⁵ Idem: 156.

⁶ GUIMARÃES, Juarez Rocha. Do Sentimento à Imaginação Republicana: em busca de uma narrativa para reforma agrária do século XXI. In: STARLING, Heloísa Maria Murgel; RODRIGUES, Henrique Estrada; TELLES, Marcela (org) Utopias Agrárias. Belo Horizonte: UFMG, 2007: 276.

⁷ GUIMARÃES, Juarez Rocha. Do Sentimento à Imaginação Republicana: em busca de uma narrativa para reforma agrária do século XXI. In: STARLING, Heloísa Maria Murgel; RODRIGUES, Henrique Estrada; TELLES, Marcela (org) Utopias Agrárias. Belo Horizonte: UFMG, 2007: 277.

⁸ MARQUES, Danilo Araújo; RODRIGUES, Márcio dos Santos. Os indígenas Brasileiros e a Luta pela Terra. In: STARLING, Heloísa Maria Murgel; BRAGA, Pauliane de Carvalho (org) Sentimentos da Terra: imaginação de Reforma Agrária, Imaginação de República. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2013: 207.

comunidade para gestão dos recursos, inclusive a terra, o empenho com a defesa do sistema ecológico.⁹

“Escovar a História a contrapelo”

O projeto do Memorial Indígena Xakriabá pode ser idealizado com base na tese de “escovar a história a contrapelo”. Recusar a história oficial e o cotejo dos vencedores em nome da valorização da tradição de resistência Xakriabá em sua luta pela terra e pelo reconhecimento de seu direito legítimo a ela e, ainda, pela reafirmação da sua identidade¹⁰. Pensar a história da perspectiva do oprimido não imaginada como uma série de derrotas, lamentações e vitimizações, mas sim a partir da reelaboração das lutas daqueles que sofreram injustiças históricas. O olhar do Memorial deve ser pautado pela experiência do olhar do etnógrafo: ver com os olhos do outro.

A escolha da narrativa histórica pelo viés da resistência Xakriabá na luta pela propriedade da terra e pela reafirmação da sua cultura é importante porque quebra estigmas e representações negativas que caracterizam os indígenas segundo padrões etnocêntricos. A própria iniciativa dos Xakriabá de criar um museu é uma iniciativa de se colocar como ator que narra seu passado de uma perspectiva própria, compatível com seus anseios. O Memorial pretende criar espaços discursivos através dos quais os Xakriabá se coloquem como agentes da recriação da sua memória coletiva, sujeitos das suas escolhas e lutas, atores das suas narrativas.

Refundação

Uma ação fundadora “chama à existência o que antes não existia”¹¹, criando novas formas de vida em comum. O Memorial pode ser concebido como um evento que reinaugura e refunda as identidades da sociedade Xakriabá, tendo como base um movimento de retorno à visão produzida pela experiência histórica vivida por eles no tempo. A narrativa criada pelo museu em conjunto com os Xakriabá vai reconstruir referências que constituíram e ainda constituem o ser Xakriába, como marcos iniciais, acontecimentos, personagens, percepções, sentimentos. Uma volta

⁹ CLEMENTINO, Alessandro Medeiros; MONTE-MÓR, Roberto Luís. Xakriabás - economia, espaço e formação de identidade. Trabalho apresentado ao XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006. 1-18: 11.

¹⁰ BENJAMIN, Walter. Sobre Conceito de História. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7º ed. São Paulo: Brasiliense, 1994: 225; LOWY, Michael. Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o Conceito de História”. São Paulo: Boitempo, 2005: 74.

¹¹ STARLING, Heloísa. Maria Murguel. Lembranças do Brasil: teoria política, história e ficção em Grandes Sertões: Veredas. Rio de Janeiro: Revan, 1999: 41.

a certos temas de origem para uma devida compreensão do hoje e o planejamento de possibilidades futuras¹². Recriações que buscam possibilidades de inspiração no passado.

No caso dos Xakriabá podemos falar em uma nova categoria de refundação: a refundação museológica. O Memorial como instrumento que mobiliza o legado simbólico e imaginário, fundamental para a preservação dos valores e práticas referenciais que formam a identidade dos Xakriabá¹³, tais como: a terra enquanto pertencimento e memória dessa origem comum, a miscigenação, a ancestralidade não apenas como vínculo sanguíneo, mas também como conhecimento dos costumes e crenças.¹⁴

Hospitalidade

Se o Memorial Xakriabá tem como marco fundador um ato de opressão e violência (Chacina Xakriabá, ocorrida em 1987) cabe repensar o espaço como um local de libertação. O Memorial emerge como um porto seguro para essa viagem no tempo. Lembrando que porto significa saída, solução, remete à experiência da hospitalidade, que mobiliza valores como amizade, civilidade, amor. O Memorial como espaço da experiência da hospitalidade, “gesto pelo qual se acolhe o outro”, proximidade da alteridade, sensibilidade que requer que eu me coloque no lugar do próximo. Enfim, “tratar como um dos seus aquele que justamente não o é, afirmá-lo como partícipe de um mesmo corpo social, podendo permanecer estrangeiro, pois a assimilação negaria a hospitalidade”¹⁵. Como realizar essa experiência de hospitalidade no Memorial? Através da narrativa.

Narrativa e Reparação

Narrar é refigurar uma experiência temporal, “seguir e compreender uma história”¹⁶. No caso, a história Xakriabá. A narrativa mobilizada pelo Memorial irá veicular o mundo cultural Xakriabá para um público que, apropriando-se dessa narrativa, “reencontra a si mesmo, a realidade vivida, e o outro”. O prazer da catarse que “une cognição, imaginação, sentimento, ação”, que é o

¹² BIGNOTTO, Newton. Três Maneiras de se Criar Uma Cidade. Mimio. S/D: 1-3.

¹³ BIGNOTTO, Newton. Problemas atuais da Teria Republicana. In: CARDOSO, Sérgio. (org) Retorno ao Republicanismo. Belo Horizonte: UFMG, 2004: 34.

¹⁴ SANTOS, Ana Flávia Moreira. Xakriabá: identidade e história. Relatório de pesquisa. UNB: Brasília, 1994. 31 páginas: 22-23.

¹⁵ MATOS, Olgária Chain Féres. Cerimônias da Destruição. In: Benjaminianas: cultura capitalista e fetichismo contemporâneo. São Paulo: UNESP, 2010: 103.

¹⁶ REIS, José Carlos. A Especificidade Lógica da História. In: História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: FGV, 2003: 143.

prazer de “aprender pelo reconhecimento”¹⁷. Reconstruir a história da luta pela terra do povo Xakriabá para que o outro se reconheça nela.

Narrar articula a rememoração histórica como reparação das injustiças passadas e permite a “realização dos objetivos pelos quais lutaram e não conseguiram alcançar.”¹⁸ O que, no caso do Memorial Xakriabá, passa pelo reconhecimento da luta pela terra, pela reafirmação positiva da identidade indígena, pela conciliação e pacificação de conflitos interétnicos regionais, contribuindo, assim, para a aceitação da multiplicidade cultural do mundo.

Eixos Temáticos

A partir do que foi dito e do que foi levantado na pesquisa preliminar alguns caminhos e temas para exposição foram idealizados: origens, resistência, identidade e cultura, Chacina, miscigenação. Em razão do limite de páginas pré-estabelecido iremos expor apenas uma síntese de alguns aspectos de dois eixos: resistência; identidade e cultura. Alguns exemplos no que diz respeito ao repertório patrimonial mapeado serão apresentadas.

Resistência

Existe entre os Xakriabá uma tradição de recusa a se submeter à progressiva expropriação de suas terras ao longo dos séculos. Essa tradição se constitui através da luta pela terra e da resistência ativa ou passiva à opressão. A história dos Xakriabá é rica em exemplos de seu esforço em resistir e se adaptar. Além das formas mais aguerridas de luta pela defesa do território, a resistência pode ser concebida como a criação de formas de defesa e ação política que visam mobilizar para conquistar e garantir direitos. Além do uso da violência, "houve diversas formas do que se pode chamar de resistência adaptativa, através das quais os índios encontravam formas de sobreviver e garantir melhores condições de vida na nova situação em que se encontravam"¹⁹.

Pode-se traçar uma tipologia da resistência Xakriabá que engloba ações mais excessivas, como ocupações, matar gado, destruindo cercas, queima de fazendas dos invasores, quebras. E outra linha mais pacífica, que se caracteriza pela mobilização política para o diálogo e se efetiva na busca dos direitos legais, na procura das instituições governamentais e na aproximação como poder

¹⁷ REIS, José Carlos. A Especificidade Lógica da História. In: História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: FGV, 2003: 139.

¹⁸ BENJAMIN, Walter. Sobre Conceito de História. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7º ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 222-232.

¹⁹ SILVA, Cleube Alves. Confrontando mundos: os Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá e os contados com os conquistadores da Capitania de Goiás. Dissertação mestrado. Dourados: MS: UFGD, 2006: 22.

público em suas várias esferas, incluindo alianças com não índios, acordos, viagens, envio de cartas, acionar a justiça em nível municipal.

Nesse caso, a rememoração dessa tradição exige conceber uma constelação da resistência formada por nômadas, momentos privilegiados dessa tradição, eventos exemplares dessa história²⁰. Alguns eventos substanciais foram listados. Dentre eles, mencionamos dois. Primeiro, com a assistência do CIMI, Conselho Indigenista Missionário, os Xakriabá iniciaram, em fins da década de 1960, uma série de viagens a Brasília para reivindicar a proteção da FUNAI. Como resultado dessa movimentação foi criado o Posto Indígena Xakriabá em dezembro de 1973. Segundo, a década de 1980 foi época de muitos conflitos. Em 1985, 47% das terras indígenas estavam ocupadas de forma irregular. Houve uma grande mobilização da comunidade para conter os invasores e resistir aos abusos. Rosalino Oliveira, importante liderança Xakriabá, organizava, desde 1985, mutirões para derrubar cerceamentos e outras construções feitas por invasores dentro da Área Homologada.

Uma alternativa para criação da narrativa museal relativa à resistência Xakriabá em sua luta empreendida pelo direito a terra seria o recurso à oralidade própria a cultura indígena.

Indicamos o depoimento tomado da Xakriabá Anisia Nunes, sobre o papel da mulher na resistência do seu povo. A gravação foi realizada pelo etnofotógrafo Xakriabá, Edgar Corrêa Kanaykô. O vídeo se encontra sob salvaguarda da Coordenação Regional de Minas Gerais e Espírito Santo da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) em Governador Valadares, Minas Gerais.

Identidade

Resistir, pensando enquanto re-existir. No jogo simbólico das representações o papel do Memorial Xakriabá é, através da reconstrução da memória relativa à seu passado, combater preconceitos acerca dos Xakriabá valorizando sua identidade. Conservando, reunindo, divulgando sua cultura, sua arte, cosmovisão, etnociência. Abordar a identidade Xakriabá pela sua cultura material e imaterial (cosmologias, mitos, artesanato, ritos, danças, etc). Citaremos duas possibilidades dentre as muitas pesquisadas e mapeadas: a pintura corporal Xakriabá e a prática das pinturas Toá.

²⁰ BENJAMIN, Walter. Sobre Conceito de História. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7^o ed. São Paulo: Brasiliense, 1994: 231.

Pintura corporal

Fazer da pintura corporal Xakriabá matéria de exposição. Trabalhar o uso e os significados culturais dessa arte. Conforme o próprio conceito de museu de território, é fundamental a incorporação da comunidade interessada nos processos de planejamento e gestão do museu, contemplando suas ideias, ouvindo opiniões, debatendo com a população. Destarte, nesse caso um nome que pode contribuir de forma significativa como curadora da exposição é o de Célia Nunes Correa Xakriabá. Formada em Ciências Sociais pela UFMG, a Xakriabá pesquisa e recupera os usos e sentidos da pintura corporal com ênfase na reconstrução da identidade cultural do seu povo, pensando as relações desta arte com a espiritualidade dos Xakriabá.

As casas pintadas de Toá

Prática cultural de algumas aldeias, que consiste em pintar as casas e os adornos desenhados pelas mulheres em suas residências. A Toá é uma pintura feita com argila colorida ou cal e que serve como elemento decorativo. A arte é realizada quando se inicia os tempos de seca e dura até começar o tempo de chuva, sendo apagadas. O nome Toá é dado em razão do tipo de terra usado para fabricar as tintas. Os temas das pinturas "são cenas do cotidiano: um boi, uma galinha-d'angola, um 'pica-pau', galhos e flores..."²¹

As mulheres riscam os desenhos nas paredes com um graveto ou uma faquinha, fazem as tintas com o barro (toá) e as pedras. Socam as pedras no socador até virarem um pó muito fino, que é passado por uma peneirinha para retirar as pedras grandes e, por fim, misturam-no com água, e a tinta está pronta! Depois pintam as paredes das casas, por dentro e por fora, usando pincéis (feitos de gravetos e algodão) ou penas. Pintam até com os dedos²².

Porque não imaginar um museu em que todos os cômodos do museu, tanto externos como internos, sejam pintados de Toá, assim como são as casas de algumas das aldeias Xakriabá. O museu se tornaria um museu-tela, sem molduras, sendo as paredes o suporte. Aconselha-se a curadoria das mulheres Xakriabá que são artistas do Toá como, por exemplo, D. Clementina, D. Libertina, D. Marcelina, D. Lurdes, Ambrosina. Todas residentes na aldeia da Caatinginha, Reserva Indígena Xakriabá.

²¹ PEREIRA, Verônica Mendes. A cultura na escola ou escolarização da cultura? Um olhar sobre as práticas culturais dos índios Xacriabá. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: FAE-UFMG, 2003: 93.

²² PEREIRA, Verônica Mendes. A cultura na escola ou escolarização da cultura? Um olhar sobre as práticas culturais dos índios Xacriabá. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: FAE-UFMG, 2003: 92.

Conclusão

À guisa de concluir, trata-se de realizar um balanço autocrítico da experiência que constitui o artigo apresentando o que consideramos o principal hiato da pesquisa. Segundo Lévi-Strauss, as diferenças metodológicas entre a história e etnologia não encontram-se em seus objetos uma vez que ambas podem consagrar suas análises “aos elementos inconscientes da vida social”²³ e dedicar-se a sociedades caracterizadas pela presença ou ausência de documentos escritos. No entanto, se os caminhos são parecidos, as orientações apresentam uma diversidade fundamental: a etnologia busca ir do consciente ao inconsciente e historiadores mantêm seu foco nas atividades particulares concretas. A historiografia na pós-modernidade se readequou ao contexto, dentre outras coisas, via valorização da alteridade, respeito à diferença e através da abertura a fenômenos humanos como as representações e o imaginário²⁴. Viveiros de Castro, concebeu a noção ameríndia de perspectivismo que mostra “que os estilos de pensamento praticados pelos povos que estudamos são a força motriz da disciplina [etnologia]”²⁵.

A noção de patrimônio corrente parte da premissa de que patrimônio é toda produção humana, material ou imaterial que possibilita a consciência do homem sobre si mesmo ou sobre o mundo²⁶. A partir dessa definição, ideias e problemas – mais que coleções de objetos - geraram proposta de processos de musealização de referências patrimoniais. Uma pergunta ainda ficou em aberto: qual o conceito de patrimônio dos Xakriabá? Para lidar com essa questão, a estratégia da pesquisa foi incorporar e indicar, quando possível, nomes de alguns Xakriabá como curadores e co-autores com liberdade para (re)criarem os eixos temáticos pré estabelecidos e na (re)definição do acervo da futura instituição.

Responsável pelos destinos do povo Xakriabá, a Onça Cabocla é um Oráculo mítico, mutável em forma e essência que pode transformar-se em ser humano e falar. Era consultada pelos mais velhos, que se retiravam para o mato com intenção de escutar as opiniões da Onça sobre questões de interesse comum. Destarte, há no processo uma troca entre as visões de mundo da Onça que é incorporada e do Xakriabá que a incorpora. Todo rito envolvendo a Onça é metáfora

²³ LÉVI-STRAUSS, Claude. História e Etnologia. In: Antropologia Estrutural. São Paulo: Cosac Naify, 2012, p.50.

²⁴ REIS, José Carlos. História da História: civilização ocidental e sentido histórico. In: História Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 60.

²⁵ CASTRO, Eduardo Viveiros. Um Notável Reviravolta. In: Metafísicas Canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Cosac & Naify, 2015, p.24.

²⁶ Caderno de Diretrizes Museológicas. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centro Culturais: Belo Horizonte: Superintendência de Museus, 2006, p. 10



inspiradora de como esboçar uma tentativa, ainda que tímida, de conversão de perspectivas quanto à noção de patrimônio.

Conceitos nos discursos sobre o patrimônio: o caso da Praça da Estação de Belo Horizonte

Vitória Beatriz de Araujo Oliveira Silva

Graduada em História
Universidade Federal de Minas Gerais
vitoriasud@gmail.com

Resumo: O presente texto refere-se à participação no Simpósio Temático “Patrimônios culturais: o historiador como agente de preservação cultural” no V Encontro de Pesquisa em História da UFMG ocorrido em 2016 no qual foi divulgada a pesquisa “Conceitos nos discursos sobre o patrimônio: o caso da Praça da Estação de Belo Horizonte”. Tal pesquisa condensa a discussão acerca do Patrimônio e da Memória acerca da História da Cidade de Belo Horizonte, utilizando como objeto a Praça da Estação e buscado compreender à luz das fontes históricas como determinadas palavras são evocadas como construções de discursos que atendem à interesses definidos pelos diferentes atores sociais. Buscamos, nesse sentido, explicitar palavras – entendidas aqui como Conceitos, ou seja, excertos linguísticos referentes a um contexto histórico – presentes nas fontes e analisá-las enquanto componentes de um discurso.

Palavras-chave: Patrimônio, Praça da estação, Belo Horizonte

O presente texto refere-se à participação no Simpósio Temático “Patrimônios culturais: o historiador como agente de preservação cultural” no V Encontro de Pesquisa em História da UFMG ocorrido em 2016 - na ocasião foram discutidas as experiências de quatro pesquisadores de diferentes localidades e áreas de interesses, que possuíam, entretanto, como ponto comum em todos os seus trabalhos o papel dos historiadores na preservação e apropriação do patrimônio histórico e cultural por meio das instituições de guarda e/ou de divulgação de memória.

Em minha pesquisa tive como ponto de partida as políticas do patrimônio em âmbito estadual e municipal e estas em articulação com as especificidades históricas da cidade de Belo Horizonte e também com a discussão teórica da História dos Conceitos Koselleckiana, a qual foi utilizada como fio condutor metodológico. Belo Horizonte tem em sua História características que merecem muito de nossa atenção: “Noiva da República”, planejada e esperada como símbolo da Modernidade, a cidade desenvolveu-se sob a égide da urbanização e também do higienismo pungentes no século XIX. Para muitos autores e também poetas, no ínterim entre ser uma metrópole, para o qual fora criada, e as profundas raízes do tradicionalismo mineiro. Por tais características dissonantes o que vemos se descortinar é, de fato, um espaço em constante disputa: de poder e também de memória e isso nos instigou. No jogo da exclusão/apropriação, ou do apagamento e proteção, Belo Horizonte cresceu e se modificou profundamente nos mais de cem anos de existência. A História demonstra-nos que tais disputas envolviam os mais diversos atores

e jogos de força, apoiados nas muitas justificativas e interesses que se desenrolavam no cotidiano cidadão. Visando compreender esta trajetória de contendas interessou-nos, portanto, dar a ver a relação da cidade com sua memória.

A memória urbana torna-se, então, algo em disputa, na medida em que, se a memória dos lugares perdidos trabalha buscando e selecionando origens e identidades, as novas perspectivas que se impõem já procuram construir uma determinada imagem, durável – também uma memória – para a cidade e, sobretudo, destroem concretamente os seus lugares antigos, acabando por tornar concreto o seu próprio discurso. (CHACHAM, Vera, 1996).¹

As palavras de Vera Chacham nos motivaram a buscar o entendimento dos processos em que a memória em sua relação com o patrimônio (aquilo que é herança, que é deixado aos descendentes) na cidade se desenham e também se chocam. O processo não é pacífico: é entrecortado por interesses e por disputas de diversas esferas, como já dissemos e é repetidamente evidenciado. Nesse sentido é que buscamos compreender o espaço público em movimento: relacioná-lo aos habitantes da cidade, mas também ao poder público e às empresas privadas que por ventura tivessem algum tipo de interesse no local, a fim de esclarecer as diferentes frentes em disputa na e pela Cidade.

A escolha da Praça da Estação como objeto da pesquisa deu-se, deste modo, especialmente pelo fato de que o local é um notório campo de disputas por espaço e expressão na cidade desde seus primórdios, tendo sido vista como uma área marginalizada por sua característica de prestação de serviços e por receber fluxo da população mais empobrecida. Em sua origem, fora construída para receber carregamentos de materiais que chegavam de trem para a cidade que se erguia rapidamente, e também o fluxo intenso de trabalhadores que vinham imigrados de diversos lugares. Anos depois de sua construção se destaca como espaço de expressão cultural, lutas sociais, etc. Sendo, contudo, a Praça relegada à posição marginal no amplo contexto histórico e social de Belo Horizonte.

À luz de fontes extraídas de arquivos públicos da cidade de Belo Horizonte durante levantamento para Iniciação Científica – *Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG)* e a *Diretoria de Patrimônio Cultural (DiPC/PBH)* – buscamos por temas relativos ao Patrimônio, Memória e o Poder público, trazendo a questão de como estes elementos se articulam em diferentes esferas da vida na cidade. Nas instituições foi possível adquirir o escopo documental que fundamentou a pesquisa levada à conhecimento no evento deste ano: através do

¹ CHACHAM, Vera. A memória urbana entre o panorama e as ruínas – a Rua da Bahia e o Bar do Ponto na Belo Horizonte dos anos 30 e 40. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *BH – Horizontes Históricos*. Belo Horizonte, Arte, 1996, pp.183-220.

levantamento e registro fotográfico dos dossiês de tombamento de nível estadual e municipal ficaram mais evidentes os modelos de cidade colocados em pauta, na década de 1970 – quando do tombamento estadual – e nos anos 1990, momento do tombamento municipal. Encontramos, ainda, diversos projetos dos anos 1990 e 2000, nos quais a Praça recebera inúmeras sugestões para intervenção. A pesquisa se dispôs, finalmente, a investigar e compreender as relações entre conceitos acadêmicos e a experiência cotidiana relativa ao patrimônio em âmbito oficial, através das ações do poder público, mas sem perder de vista o impacto real da mesma sobre a população que habita ou transita pela cidade. E com isso queremos dizer que a documentação analisada fez surgir o interesse por determinados termos que se repetiam nas fontes e, ao mesmo tempo, sinalizavam para questões implícitas nas mesmas. Como recorte temporal, demos o enfoque para a documentação referente ao período dos anos 1990 - 2005, durante o tombamento municipal e a onda de reformas/modificações do espaço urbano característico deste período.

Nos anos 1990, acompanhando as tendências internacionais de revalorização dos Centros Históricos, em Belo Horizonte – como em outras cidades brasileiras – os projetos de intervenção, física e simbólica, na região central se afirmaram de forma mais sistemática e concreta. Nesse período, a região passou a ser objeto de diferentes diagnósticos, sendo que mereceu destaque o concurso nacional BH-Centro (1990), promovido pela Prefeitura de Belo Horizonte, que visava à seleção de ideias para revitalização de algumas áreas de maior valor simbólico no centro.²

O que observamos através de leituras de fontes oficiais, projetos pedidos pela Prefeitura de Belo Horizonte e também por fontes jornalísticas, trouxe-nos uma inquietude quanto às movimentações talvez despercebidas aos olhos desatentos: as políticas de proteção e a ideia de memória são campos de contestação e de embates de poder e interesses, fundamentados em discursos constituídos por meio de palavras-chave que evocam determinados conceitos. Compreendendo essas palavras como evocações de um determinado discurso, direcionado para cumprir com determinados interesses, voltamo-nos, então, para Reinhart Koselleck e sua História dos Conceitos: alicerçado na ideia de que a História está intimamente ligada e referenciada na linguagem, e flexionando um pouco mais esta chave de análise,

Koselleck chama a atenção para a importância da análise lingüística e semântica na investigação das variadas dimensões do mundo social em diferentes épocas. Segundo o autor, o estudo dos conceitos e da variação dos seus significados ao longo do tempo é uma condição básica para o conhecimento histórico. Koselleck denomina História dos Conceitos o procedimento que permite apreender o complexo processo de ressignificações de alguns conceitos ao longo do tempo. Mais do que um método a ser aplicado ou uma disciplina autônoma, a História

² JAYME, Juliana Gonzaga; TREVISAN, Eveline. Intervenções urbanas, usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte. *Civitas-Revista de Ciências Sociais* 12.2 (2012).

dos Conceitos seria um instrumento complementar e necessário para a interpretação histórica.³

A hipótese de análise surgida durante a pesquisa centrara-se, portanto, nas premissas koselleckianas acerca do conceito: explicando melhor, extraímos dessas palavras-chaves, evocadas e reelaboradas nos textos das fontes, seu significado amplo, sua existência como Conceito, como partícula da língua que traz marcas, significantes de uma determinada realidade, num determinado contexto. A palavra não é apenas palavra, mas uma ideia, historicamente referenciada (tempo e espaço) e no caso a que nos referimos, palavras que foram sublimadas para a função de aporte a um determinado discurso. “Cada palavra, mesmo cada substantivo, comprova as suas possibilidades linguísticas para além do fenômeno particular que ela caracteriza ou denomina em certo momento”⁴. Explicando melhor, utilizamos a metodologia da História dos Conceitos de modo a caracterizar, explicar e compreender os termos em uso nos documentos.

Foi possível notar um determinado discurso – algumas vezes sutil – nos levantamentos feitos a respeito da Praça da Estação, no qual percebíamos que a mesma era alvo de intensa movimentação para que o Estado realizasse determinadas intervenções em sua estrutura (não apenas física) e modificasse, nesse sentido, as possibilidades de apropriação por parte da população, uma requalificação, enfim, como sinalizavam alguns documentos. Argumentava-se em favor da preservação e da requalificação, desenhando um cenário em que o poder público municipal se envolvia em dois movimentos: um “primeiro movimento”, sinalizando os mecanismos que se encontram por trás da definição do interesse de tombamento e o que ele acarreta uma vez efetivado. Ao determinar que a referida área enquadra-se como de interesse de preservação, podem dar início ao processo de tombamento da mesma, com vistas a protegê-la da destruição, de alterações e descaracterizações. O tombamento apresenta-se como argumento favorável à reversão do patrimônio em outro uso, teoricamente, menos danoso, e através do qual outro órgão (empresa, Estado ou parceria público-privada) fará o restauro – ou outras ações que sejam vistas como necessárias, como a criação de um espaço cultural – que poderá manter a segurança do mesmo. Reafirma-se aqui, portanto, a interessante leitura do Professor Doutor Mário Chagas, ao creditar ao movimento de preservação patrimonial duas palavras-chave, quais sejam “perigo” e “valor”⁵,

³ KIRSCHNER, Tereza Cristina. A reflexão conceitual na prática historiográfica. *Textos de História*, vol. 15, nº 1/2, p. 49-61, 2007. p. 49.

⁴ KOSELLECK, R. Futuro passado. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. Citado em BENTIVOGLIO, Júlio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. *Dimensões*, vol. 24, 2010, p. 114-134.

⁵ CHAGAS, Mário. Casas e portas da memória e do Patrimônio. Em *Questão*, Porto Alegre, v.13, n.2, p 207-224, jul/dez 2007

estas, em articulação, definem os critérios para que um determinado lugar seja de interesse de preservação.

A partir deste ponto, pode-se, então, dar início a um “segundo movimento”: no qual o poder público conduz ações de adequação dos referidos espaços a padrões estéticos, comportamentais e à interesses e projetos políticos, promovendo alterações profundas naquela localidade. Isso é observável de maneira clara na Praça da Estação em Belo Horizonte: inúmeros projetos foram criados e desenvolvidos na mesma no intuito de modificar, em última instância, sua existência na cidade. Criação de Museus, reforma da Esplanada, diversas regras restritivas de uso do espaço físico, etc, foram impostas ao longo dos anos na capital. Para tanto, faz-se uso de determinados termos os quais convergiam para o interesse de determinados setores na cidade: topofobia, topofilia, requalificação, revitalização são palavras que vimos algumas vezes nos documentos referentes à Praça da Estação e instigaram-nos a investigar mais a fundo sua importância para o discurso desenvolvido no período.

Tais questões acabam por demonstrar, no período coberto pela pesquisa, uma frágil apropriação da Praça pela população, que a princípio vê-se impotente, uma vez que as mudanças e as regras se desenvolvem seguindo padrões delineados pelos agentes que promoveram os processos de “requalificação”. Uma hipótese possível é que estas ações acabassem por gerar um afastamento, elisão da população no local, culminando no que se propõem ser, em alguma medida, o topocídio dos espaços públicos da cidade – esta afirmação é difícil mensurar, mas julgamos medidas como a “Praia da Estação”, e outros movimentos iniciados na segunda década deste século, tentativas de manter ocupação e apropriação destes espaços públicos em disputa na capital.

O topocídio é um conceito proposto pelo geógrafo britânico Porteous (apud Amorim F.,1996: 142) e significa um contínuo processo de degradação ou aniquilação deliberada de lugares, paisagens naturais ou construídas, ou ainda monumentos valorizados. Porteous enfatiza o caráter traiçoeiro e secreto dos processos que conduzem ao topocídio, isto é, ao desaparecimento definitivo de lugares e paisagens carregados de sentimentos topofílicos.⁶

Nosso trabalho centrou-se na discussão e questionamento acerca destes pontos e intencionamos levar à outros mais a partir de discussões produtivas com outros pesquisadores, tal como se deu no Encontro promovido neste ano pela UFMG. É uma grata oportunidade de receber outras leituras e contribuições enriquecedoras para os trabalhos desenvolvidos na academia. Tais

⁶ COELHO, Suely dos Santos. Uma revisão literária da percepção dos lugares na cidade do Salvador. In: PINHEIRO, DJF., and SILVA, MA., orgs. *Visões imaginárias da cidade da Bahia: diálogos entre a geografia e a literatura* [online]. Salvador: EDUFBA, 2004. 184 p. ISBN 85-232-0339-7. Available from SciELO Books. <http://books.scielo.org/id/myv39/pdf/pinheiro-9788523209223-17.pdf> Acesso em 06/12/2015.

contribuições são significativas para o processo de produção de conhecimento e nos motivam a seguir com o trabalho e incorporam, também, novos questionamentos e visões acerca do tema, somando ainda mais para o corpo discente da Universidade e os presentes no Encontro.

Simpósio Temático 17:

Ditaduras, historiografia e memórias na América Latina

Janaina Martins Cordeiro
Doutorado
Universidade Federal Fluminense
janainamcordeiro@gmail.com

Isabel Cristina Leite da Silva
Doutorado
Universidade Federal do Rio de Janeiro
ic.leite@yahoo.com.br

Lívia Gonçalves Magalhães
Doutorado
Universidade Federal Fluminense
livinhagm@gmail.com

Proposta do Simpósio:

Este Simpósio Temático propõe refletir sobre as diversas experiências autoritárias – em seus aspectos mais plurais – que se disseminaram pela América Latina na segunda metade do século passado. A proposta é refletir sobre a produção historiográfica a respeito do tema, bem como sobre as políticas de memória adotadas e seus reflexos sobre o tempo presente. Cabe, então, perguntar: como as ditaduras civis-militares na América Latina vêm sendo pensadas no alvorecer do século XXI? Como as recentes pesquisas sobre o período olham para e dialogam com o passado? Sob este aspecto, o ST propõe adotar uma perspectiva comparada, situando o Brasil em um continuum latino-americano – estabelecendo não apenas semelhanças, mas sobretudo as diferenças entre os diversos processos históricos do continente.

Arte comprometida: reflexões sobre o movimento *Escena de Avanzada* e o grupo *CADA* no contexto ditatorial chileno (1979-1989)

Isadora Bolina Monteiro Vivacqua¹

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

isadora.vivacqua@yahoo.com.br

RESUMO: *Escena de Avanzada* é um termo cunhado pela crítica literária Nelly Richard para descrever um conjunto de ações artísticas desenvolvidas no período ditatorial chileno. Os artistas pertencentes a tal movimento destacavam a necessidade de uma produção engajada, capaz de denunciar práticas de violência existentes no país, em especial o autoritarismo do governo de Augusto Pinochet. Dentro deste cenário, um dos grupos que se destacou foi o *Colectivo Acciones de Arte (CADA)*, criado por intelectuais como Diamela Eltit, Lotty Rosenfeld e Raul Zurita. Neste trabalho analisaremos o contexto de surgimento deste coletivo, suas concepções de “arte” e “artista”, além de discutir algumas de suas intervenções urbanas, em especial *Para no morir de hambre en el Arte* e *Inversión de escena*, ambas executadas em 1979.

PALAVRAS-CHAVE: *Escena de Avanzada*, *CADA*, Ditadura chilena.

Introdução

O golpe militar ocorrido em 11 de setembro de 1973, liderado por Augusto Pinochet no Chile, levou o país a vivenciar por dezessete anos uma ditadura extremamente violenta. Logo após a destituição do então presidente socialista Salvador Allende do poder, o general estipulou vários “decretos-lei”² responsáveis por reduzir as forças opositoras a seu comando além de concentrar gradativamente o poder Executivo em suas mãos. A pesquisadora Priscila Antunes destaca a criação, em 1974, da *Dirección de Inteligencia Nacional*, por meio do decreto-lei 521³. A *DINA*, como ficou mais conhecida, tornou-se uma das responsáveis pelo aparato repressivo no Chile, interrogando os suspeitos de atuarem contra o governo, os repreendendo, e muitas vezes assassinando tais sujeitos. Antunes também ressalta a criação da “Operação Condor”, responsável por coordenar de modo mais intenso a repressão sobre militantes contrários à ditaduras no Cone Sul, detendo inclusive dissidentes que tentavam fugir de seus países de origem.⁴ Visando a manutenção do seu governo, Pinochet ainda colocou partidos políticos opositores na

¹ Bolsista de iniciação científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG.

² Os decretos-lei foram, segundo Heraldo Muñoz: “Normas jurídicas impostas por um regime de facto, tendo a força de uma lei decretada pelo Legislativo”. In: MUÑOZ, Heraldo. A sombra do ditador: Memórias políticas do Chile sob Pinochet. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010, p. 79.

³ ANTUNES, Priscila. O sistema de inteligência chileno no governo Pinochet. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 23, n° 38, Jul/Dez 2007, p. 399-417.

⁴ ANTUNES. O sistema de inteligência chileno no governo Pinochet, p. 406.

clandestinidade, interviu nos programas de ensino das escolas e universidades excluindo conteúdos “subversivos”, censurou grupos artísticos de “viés de esquerda”, e criou campos de aprisionamento e tortura para os “inimigos do regime”.

No campo econômico, o ditador aderiu a políticas neoliberais, influenciadas por economistas norte-americanos. Como consequência, o país passou a realizar maiores acordos internacionais e a economia se desenvolveu, todavia, esse avanço não se configurou em benefícios para os membros das camadas mais pobres, que tornaram-se ainda mais marginalizados ao verem findadas as medidas assistencialistas criadas durante o governo de Allende. A proposta neoliberal também trouxe impactos significativos para o rumo da cultura no país. Durante o governo da Unidade Popular (UP) de Salvador Allende (1970-1973) foram estabelecidas medidas para popularização da arte. Embora estas ações não tenham sido o “carro-chefe” do governo, ocorreu uma ampliação do acesso, por exemplo, a importantes obras literárias através da nacionalização da editora *Zig Zag*, em 1971, que passou a se chamar *Editora Nacional Quimantú*, responsável pela distribuição de livros a baixíssimos preços. Joaquín Gutiérrez, um dos organizadores do projeto da editora nacional, afirmou:

La gente andaba con sus libritos en la mano para leer en los buses. Era muy lindo el cariño que se despertó en los trabajadores por la cultura. [...] Logramos cambiar socialmente el panorama del libro, porque hasta ese momento era privilegio de una elite.⁵

Durante o governo de Pinochet, os incentivos estatais à difusão de obras culturais foram reduzidos. Em especial de 1973 a 1976, quando a repressão e as políticas de censura foram extremamente rígidas, praticamente não ocorreu a formação de grupos artísticos, e movimentos antes consolidados no país, como a *Nueva Canción Chilena*, foram desarticulados pela repressão ditatorial.⁶ Em fins dos anos 1970, novos grupos políticos de resistência conseguiram elaborar outras maneiras para “driblar” a censura e atuar no país. Surge neste período, diversos periódicos opositores ao governo, como a famosa *Revista Apsi*, e organizações religiosas de amparo às vítimas da ditadura, como a *Vicaría de la Solidaridad*. A partir de 1977, despontam também novos

⁵ Nueva revista - Memoria chilena. Disponível em: <<http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-97241.html>>. Acesso em 25 de abril de 2016.

⁶ Segundo Ariel Mamani: “La identificación del sonido y la estética de la NCCh con las ideas y postulados de la UP fueron tales que las nuevas autoridades emanadas del golpe entendieron necesaria la completa extinción de este movimiento musical. Las compañías discográficas fueron compelidas a dejar de grabar música que tuviera relación alguna con la experiencia cultural de la UP. La mayor parte de los músicos de la NCCh fueron perseguidos y sus hogares allanados”. In.: MAMANI, Ariel. Exilio, resistencia y adaptación de la Nueva Canción Chilena (1973-1978). Jornadas de trabajo - Exilios políticos del Cono Sur en el siglo XX. La Plata, Setembro de 2012, p. 04. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/32026/Documento_completo.pdf?sequence=1>. Acesso em 25 de abril de 2016.

movimentos artísticos, intensificando o debate político por meio de produções diversificadas, compondo, por exemplo, a famosa *Escena de Avanzada*, que analisaremos a seguir.

***Escena de Avanzada* e as poéticas do acontecimento**

Escena de Avanzada é um termo cunhado pela crítica literária Nelly Richard para descrever um conjunto de ações de arte que despontaram no contexto ditatorial chileno a partir, principalmente, de 1977.⁷ A *Avanzada*, como ficou mais conhecida, constituiu-se como um campo não oficial de produção artística em oposição ao regime militar vigente no Chile.⁸ Os artistas integrantes desse movimento agiam em defesa de uma arte engajada, mas que não se subordinasse ideologicamente a nenhum partido político. Deste modo, acreditavam dispor de mais autonomia em suas produções, ansiando pela maior liberdade possível naquele contexto.

Os intelectuais da *Avanzada* também tinham como proposta o rompimento com uma concepção tradicional de “artista”, visto como alguém distante ou superior às camadas populares, embora muitas vezes tentasse se colocar como “porta-voz” das mesmas. Para tentar modificar esta situação propunham a criação de uma “arte-ação”, desenvolvida em vivência cotidiana com a população. Na interação com o *outro* produziram obras multifacetadas, plurais, que poderiam inclusive serem direcionadas de um modo diferente do que haviam planejado inicialmente. Conforme afirmou Richard:

Se les llamó ‘acciones de arte’ a esas obras cuyas estructuras operacionales se mantienen abiertas y cuyos materiales (acontecimientos biográficos, transcurros comunitarios) permanecen inconclusos, garantizando así la *no-finitud* del mensaje artístico para que el espectador intervenga en la obra y complete su plural de significaciones heterogéneas y diseminadas.⁹

Tais obras se constituíram, para a autora, como “poéticas do acontecimento”, propondo uma ampliação do que poderia ser considerado como arte.¹⁰ Dentre os integrantes dessa “linha” podemos destacar Eugenio Dittborn, Carlos Leppe, Francisco Smythe, Gonzalo Mezza, além dos membros do grupo *CADA*, que analisaremos posteriormente. Para estes intelectuais era necessário conceber a produção artística como vinculada diretamente à realidade social, utilizando-se de todos os espaços, e inclusive do próprio corpo, como suportes para a difusão de alguma mensagem relacionada ao contexto em que estavam inseridos. É neste período que a arte da *performance* ganha força no Chile, visto que diferentemente do teatro ela não possui um roteiro definido, explorando

⁷ RICHARD, Nelly. *Márgenes e Instituciones. Arte en Chile desde 1973*. Santiago de Chile, Ediciones Metales Pesados, março de 2014.

⁸ RICHARD. *Márgenes e Instituciones. Arte en Chile desde 1973*, p. 15.

⁹ RICHARD. *Márgenes e Instituciones. Arte en Chile desde 1973*, p. 17.

¹⁰ RICHARD. *Márgenes e Instituciones. Arte en Chile desde 1973*, p. 17.

ambientes diversos da cidade e dialogando com seus transeuntes.¹¹

Diante do contexto político em que este movimento despontou, grande parte de suas produções foram direcionadas para denunciar a violência empregada pelo governo pinochetista, porém, devido à censura existente no período não era possível a construção de um discurso direto. As metáforas foram, assim, amplamente empregadas e uma das fontes para as suas criações eram eventos da própria história chilena. Segundo Nelly Richard, muitos artistas produziram obras abordando tragédias do passado - como algum caso antigo de desaparecimento de uma criança - mas que se relacionariam com eventos contemporâneos, denunciando indiretamente as arbitrariedades e o autoritarismo do Estado.¹² Outros elaboravam produções relembrando conquistas históricas dos trabalhadores chilenos, mas que foram minadas durante a ditadura criticando, assim, o agravamento das desigualdades sociais no governo militar.

Conforme mencionamos, neste período um dos grupos que se destacou pela produção engajada e diversificada foi o *Colectivo Acciones de Arte (CADA)*, e nos deteremos agora em discutir melhor o seu surgimento e algumas de suas “poéticas do acontecimento”.

A arte comprometida do grupo CADA

Em 1979, um grupo de cinco intelectuais chilenos, até então pouco conhecidos no país, começam a divulgar um manifesto anunciando a criação do *Colectivo Acciones de Arte* e as bases nas quais se fundamentavam. O grupo - fundado pelos escritores Diamela Eltit e Raúl Zurita, pelo sociólogo Fernando Balcells, e pelos artistas visuais Lotty Rosenfeld e Juan Castillo - tinha uma proposta ousada, chamada de “fusão arte-vida”¹³. Defendiam que o país encontrava-se submetido a um governo ilegítimo, violento, que cerceava os direitos da população e propunha uma transformação radical no “espírito” chileno, tornando-o mais individualista e com menos capacidade de promoção de um estilo de vida coletivo e igualitário. Era então urgente que os artistas produzissem obras que tentassem alterar as estruturas repressoras impostas e modificassem o cotidiano da população. Conforme escreveram:

La organización, la práctica y la apreciación del arte y de la cultura, vinculados a los más diversos momentos de la vida cotidiana, contituye en estas condiciones una opción necesaria e ineludible en la lucha por la construcción de una historia y de un espacio mejor para la vida de todos. [...] El individualismo, que es el sistema de ese momento individual, se refuerza en la desarticulación de la

¹¹ PEDRON, Denise Araújo. *Um olhar sobre a performatividade na cultura contemporânea: a performance como conceito e a produção artística de Diamela Eltit*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras (FALE-UFMG), Belo Horizonte, p. 11.

¹² RICHARD. *Márgenes e Instituciones. Arte en Chile desde 1973*, p. 37.

¹³ NEUSTADT, Robert. *CADA Día: la creación de un arte social*. Santiago, Editorial Cuarto Propio, 2001, p. 33.

colectividad [...].¹⁴

Em seu manifesto, os intelectuais ainda afirmam que a arte, para eles, não deve ser compreendida ou reduzida a uma disciplina auto referencial, a “arte pela arte”, atenta somente às suas próprias estruturas e elaborações técnicas ou textuais. Ela também não deve ser condizente com uma leitura histórica que se propõe como “oficial” ou “linear e homogênea”, mas deve servir para desestabilizar tais discursos, evidenciando suas contradições e as inúmeras outras dimensões possíveis de interpretações históricas. A arte deve proporcionar a elaboração de um “espírito social” mais coletivo e no contexto em que se encontravam, deveria auxiliar na luta contra o regime ditatorial e na recuperação de uma cultura política democrática:

La perspectiva cultural que proponemos, valora en el arte la producción de estructuras de reconocimiento de la identidad contra dictatorial de la vida. [...] Proponemos entonces un arte que tiene los problemas de su perspectiva en la cultura democrática, que rompe con las facilidades y certezas adjetivas de su historia y recupera su sociabilidad como verificación de su valor en el arte.¹⁵

Os integrantes do grupo *CADA* tinham também a proposta de experimentar novas formas de suporte para as suas construções artísticas. Eles criticavam a ideia de que somente os objetos que se encontrassem alocados em museus corresponderiam a uma produção a ser valorizada. Para eles, não deveria ser preciso submeter as obras ao aval de alguma instituição oficial. Além disso, grande parte dos museus encontravam-se em espaços urbanos frequentados majoritariamente pela classe média e alta chilena, não sendo acessíveis para a população pertencente às camadas econômicas mais baixas. Mesmo algumas galerias cujas entradas não fossem caras (ou até mesmo gratuitas), tornaram-se ambientes elitistas, pouco receptivos para moradores de zonas marginalizadas. Para romper com isso propunham que toda a cidade fosse compreendida como um museu a ser ocupada pelos cidadãos. As ruas e praças deveriam ser percebidas como espaços destinados não apenas a circulação de pessoas, mas também como locais propícios ao debate, a articulação de movimentos sociais, e a criação artística. A luta contra a ditadura envolveria a reconquista da liberdade de se expressar e atuar na cena pública.

Além disso, estes artistas inovaram, como já mencionamos, com a utilização dos próprios corpos como suportes para a arte e para a denúncia política. Diamela Eltit chegou a produzir cortes em seus próprios braços e os fotografar machucados, divulgando as imagens em seu livro *Lumpérica* (1983)¹⁶. A proposta era de criar cenas fortes, capazes de mostrar de modo metafórico diversos tipos de cortes existentes no país: o corte da democracia, o corte dos avanços de políticas sociais,

¹⁴ NEUSTADT. *CADA Día: la creación de un arte social*, p. 108-109.

¹⁵ NEUSTADT. *CADA Día: la creación de un arte social*, p. 113.

¹⁶ ELTIT, Diamela. *Lumpérica*, 2a edición, Santiago de Chile, Planeta Chileno S.A., 2012, p. 169.

o corte representando as agressões físicas e psicológicas sobre aqueles que ousassem discordar do projeto de Estado imposto por Pinochet.

A primeira “arte-ação” desenvolvida por Eltit e outros integrantes do grupo *CADA* ocorreu em 1979, em Santiago, tentando articular tais ideias destacadas de ocupação urbana e inovação da concepção de arte. O coletivo intitulou-a de *Para no morir de hambre en el arte*¹⁷ e desenvolveu-a em quatro etapas. Primeiramente, compraram cem bolsas de meio litro de leite e as distribuíram entre os habitantes de uma comunidade pobre na periferia da cidade. Nestas bolsas haviam colado um papel onde estava impressa a frase “1/2 litro de leite”. O objetivo dessa intervenção era realizar indiretamente uma denúncia sobre a situação de profunda pobreza dos habitantes das zonas periféricas de Santiago, lembrando as políticas assistencialistas que haviam sido desenvolvidas pelo governo da Unidade Popular, mas que foram extintas com o golpe de Estado.

Dentre as ações do governo Allende, uma das que se tornou mais famosa e obteve bons resultados, foi a distribuição diária de meio litro de leite para as crianças que moravam nos *pobladores* do Chile. Com a implementação do neoliberalismo o Estado passou a não assumir mais esta e outras ações de combate à pobreza. Contudo, na propaganda do regime militar veiculada pela grande imprensa, a imagem transmitida era do Chile como um país que estava se modernizando, avançando através do governo pinochetista e de suas políticas de privatização. A ação de arte do grupo *CADA* visava assim denunciar as contradições dessa visão difundida sobre o país, além de construir uma memória positiva sobre o governo da UP.

A ação de arte prosseguiu com os membros do *CADA* publicando na revista *Hoy*¹⁸, ainda em 1979, uma das poucas contrárias ao governo e que ainda se mantinha em circulação, uma poesia em uma página branca. O grupo inicialmente propôs ao editor da revista que a página tivesse apenas a sigla “*CADA*”, mas o pedido foi recusado e solicitou-se ao coletivo à inclusão de algum texto. Então, publicaram:

Imaginar esta página completamente blanca/Imaginar esta página blanca/Accediendo a todos los rincones de Chile/como la leche diaria a consumir./ Imaginar cada rincón de Chile/privado del consumo diario de leche/como páginas blancas para llenar.¹⁹

¹⁷ NEUSTADT. *CADA Día: la creación de un arte social*, p. 117.

¹⁸ ZURITA, Raúl; ROSENFELD, Lotty; CASTILLO, Juan; BALCELLS, Fernando; ELTIT, Diamela. Poesia: Imaginar esta página completamente blanca. Revista *Hoy*, Santiago de Chile, nº 115, 3 de outubro, 1979 (página não identificada). Captado em: <<http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-96760.html>>. Acesso em 19 de junho de 2016.

¹⁹ NEUSTADT. *CADA Día: la creación de un arte social*, p. 137.

Analisando o texto percebemos que o grupo usa da poesia como uma ferramenta de contestação política. Novamente denunciam como diversos sujeitos passaram a viver em uma situação de abandono do Estado, sem ter acesso a bens básicos de sobrevivência. O poema nos convida a imaginar o que não mais existe: a folha completamente em branco, a distribuição diária de leite, e pode-se pensar na própria ausência de democracia.

A terceira parte desta “arte-ação” consistiu na elaboração de outro manifesto intitulado *No es una aldea*²⁰, no qual os intelectuais pretendiam realizar uma denúncia não apenas do governo pinochetista, mas também alertar para a situação de autoritarismo e desigualdade existente em outros países da América Latina, que também estavam submetidos a governos ditatoriais. Essa proposta explica o título do texto, que destaca o fato do Chile não ser uma aldeia isolada do resto do mundo, mas era uma localidade, que assim como várias outras, estava sob o comando de um regime autoritário. E, os países cujas estruturas democráticas fossem mais consolidadas poderiam também realizar ações políticas, artísticas, econômicas, etc. visando ajudar na recuperação da liberdade das nações reprimidas. O manifesto propunha, assim, uma solidariedade entre os povos. Conforme escreveram:

Nosotros hablamos de un sitio que no es sólo su pobreza, sino de un cielo y de una pampa que en el norte de Chile se confunde con ese cielo. [...] Pero es el mismo cielo y la construcción colectiva de su significado será también la construcción del cielo de Bolivia, de Paraguay, del cielo de Zaire, de Bangladesh, de Grecia. Será también el cielo de Nagasaki, de Estados Unidos, de Brasil, de la Unión Soviética, de la India, de Noruega, de México.²¹

Nota-se, por esse trecho, que os membros do *CADA* afirmam falar de uma região do mundo que não deve ser compreendida apenas como um espaço da pobreza, ou desigualdades. Eles combatem a visão simplista sobre o país (muitas vezes recorrente sobre toda a América Latina, vista como o espaço do atraso, ou um “terceiro mundo”), defendendo que sob o Chile está o mesmo céu que cobre todas as regiões. Ou seja, embora existam particularidades em *CADA* país, a ideia é evitar o estabelecimento de hierarquias entre as nações e intensificar um espírito de união, ou de empatia entre elas. Este manifesto foi traduzido nas línguas oficiais da *Organização das Nações Unidas (ONU)* - além do espanhol, o inglês, francês, chinês, árabe e russo - e declamado na porta do edifício sede da *Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)*, em Santiago. A escolha deste espaço para esta parte da intervenção se deve ao fato desta comissão ter sido fundada com o propósito de contribuir para o “desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com

²⁰ NEUSTAD. *CADA Día: la creación de un arte social*, p. 128.

²¹ NEUSTAD. *CADA Día: la creación de un arte social*, p. 128.

as outras nações do mundo”²², se assemelhando com as ideias do manifesto.

A última parte dessa ação de arte consistiu em intervir em um museu da cidade, a *Galeria Centro Imagen*. O grupo *CADA* colocou no meio de um saguão da galeria uma grande caixa de acrílico contendo embalagens vazias de meio litro de leite, um exemplar da revista *Hoy* aberta na página do poema publicado pelo coletivo, e um gravador reproduzindo a declamação do manifesto apresentado na porta da *CEPAL*. Ao lado da caixa havia um vídeo mostrando a realização de outras etapas desta intervenção. A proposta era utilizar de um espaço “oficial” de exibição de arte para subvertê-lo ao apresentar algo fora dos padrões artísticos daquele contexto, e que fosse capaz de realizar uma crítica política.

A segunda ação de arte do coletivo foi realizada em apenas duas etapas, porém, assim como a primeira, tornou-se bastante conhecida no Chile e em outros países. A ela o grupo denominou de *Inversión de escena*²³ e, de certa forma, pode ser compreendida como uma continuidade do primeiro projeto. Os artistas do *CADA* convenceram alguns motoristas responsáveis pela condução de transporte de leite da famosa marca *Soprole* de realizarem um desfile com os caminhões em frente ao *Museu de Belas Artes do Chile*, alocado em uma região nobre de Santiago. Afirmando que o desfile serviria para a divulgação dos produtos da empresa, dez caminhões foram conduzidos lentamente pela cidade até estacionarem na porta do museu, conquistando ampla atenção da população que passava por aquela região. Quando os transeuntes interromperam a sua caminhada e começaram a direcionar o olhar para os carros e para a porta do museu, os artistas do *CADA* realizaram a segunda parte desta intervenção: eles cobriram com um grande pano branco a fachada do edifício de Belas Artes. A proposta era inverter a ideia de que apenas nos espaços “oficiais” e restritos existiriam produções de arte, convidando a população a perceber as ruas da cidade como propícias para a construção de outra forma artística, capaz de intervir de modo mais direto no cotidiano dos cidadãos.

A pesquisadora Cecilia Katunaric, em seu trabalho *CADA: um ejemplo de la resistencia del poder cultural*²⁴, ressalta que esta ação também tinha por objetivo reconstruir o golpe de Estado no Chile: o museu simbolizava o palácio presidencial, os caminhões se aproximando enfileirados, representariam os tanques militares e o pano cobrindo a fachada do edifício poderia estar

²² Sobre a *CEPAL*. Comissão econômica para a América Latina e o Caribe. Captado em: <<http://www.cepal.org/pt-br/about>>. Acesso em 28 de abril de 2016.

²³ NEUSTADT. *CADA Día: la creación de un arte social*, p. 31.

²⁴ KATUNARIC, Cecilia. *CADA: un ejemplo de la resistencia del poder cultural chileno bajo la dictadura*. In: Pandora: revue d'études hispaniques, n° 08, 2008, p. 297-308. Captado em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2926034>>. Acesso em 29 de abril de 2016.

sinalizando o ataque ao *La Moneda* e/ou o luto diante dos mortos.²⁵ É importante destacar que determinados elementos simbólicos mobilizados nesta segunda intervenção se assemelham à primeira ação de arte do coletivo, como o uso do leite (ou de uma marca de leite) como mecanismo de denúncia. Por isso, alguns pesquisadores como a própria Katunaric algumas vezes tratam destas duas ações como um único projeto fragmentado em várias etapas.

Por fim, gostaríamos de ressaltar outra forma encontrada pelos integrantes do *CADA* de contestar o regime ditatorial: a participação em revistas culturais. Os membros do coletivo publicaram diversos artigos, poemas, etc., em revistas de oposição ao governo que circulavam, seja de modo legal ou clandestino, pelo país. Eles percebiam esses periódicos como propícios para o debate com outros intelectuais, aproximando-os de novos grupos e artistas. Além disso, entendiam as revistas como instrumentos de intervenção na vida social, propagadoras de ideias, valores, símbolos, que poderiam dialogar diretamente com questões políticas e culturais de seu tempo. A historiadora Regina Crespo destaca que as revistas são tradicionalmente resultado de uma ação coletiva e serviriam como ferramenta de intervenção político/ideológica.²⁶

O grupo *CADA*, além de colaborar em periódicos variados, criou um projeto de elaboração da própria revista do coletivo. Ela se chamou *Ruptura* e teve um claro caráter engajado. Todavia, o grupo não conseguiu nenhum tipo de auxílio financeiro, dificultando a concretização do projeto. Em 1982, lançaram com recursos próprios o primeiro e único número da *Ruptura*. Ela foi elaborada pelos membros do coletivo mas contou também com a participação de outros intelectuais, como: José Joaquín Brunner, Soledad Fariña e Marcela Serrano, que também escreveram para a revista.

A temática central que perpassava a edição de número 01 era a divulgação de ações de arte comprometidas com a luta pelo retorno à democracia no país. A revista descrevia algumas ações do *CADA* e de outros artistas e explicava a sua proposta de perceber toda a cidade como espaço cultural. Além disso, outro foco da *Ruptura* foi a divulgação de obras de “vídeo-arte”, apresentando o cinema experimental como uma ferramenta importante de resistência política. Se não era possível conseguir auxílio financeiro para a realização de grandes obras cinematográficas, esse tipo de vídeo poderia ser realizado e divulgado com baixos custos e ainda serviria na elaboração de uma produção que poderia apresentar outra visão sobre a realidade chilena, diferente da propagada pela “grande mídia”. Os intelectuais do *CADA*, inclusive, lançaram diversos “vídeos-arte” cumprindo com tal proposta. *Ruptura* não teve um segundo número, contudo, os membros do grupo continuaram

²⁵ KATUNARIC. *CADA: un ejemplo de la resistencia del poder cultural chileno bajo la dictadura*, p. 303-304.

²⁶ CRESPO, Regina. *Las revistas y suplementos culturales como objetos de investigación*. Coloquio Internacional de Historia y Ciencias Sociales. Colima, Universidad de Colima, 2010, publicação em CD-ROM, p. 03.

contribuindo com outras revistas, além de darem prosseguimento às suas intervenções urbanas. O coletivo passou a agregar mais artistas ao longo dos anos 1980, tornando-se conhecido inclusive em outros países.

Considerações finais

Por meio de sua produção engajada o *Colectivo Acciones de Arte*, bem como outros sujeitos integrantes do movimento *Escena de Avanzada*, conseguiram articular maneiras diversificadas de contestação política. Suas obras dialogavam diretamente com questões de seu tempo, realizando denúncias principalmente das práticas de violência empregadas pelo regime militar de Augusto Pinochet. Além disso, os trabalhos cumpriram um importante papel de auxiliar a questionar a ideia de “arte” e “artista” como distantes das “pessoas comuns”. Para os membros do *CADA* qualquer sujeito poderia ocupar tal papel, e as obras não precisariam ser reconhecidas por alguma instituição para serem valoradas pela população.

O coletivo artístico também trouxe (ou ajudou a consolidar no Chile) a ideia de se utilizar dos próprios corpos como suportes para a arte e como mecanismos de contestação do controle que o Estado tentava assumir sobre as ações dos sujeitos. Com isso, as *performances* ganharam maior destaque, compondo diversas “ações de arte” do grupo.

É também importante destacar a busca dos artistas da *Avanzada* pela elaboração de uma memória crítica sobre o período da Unidade Popular. O governo de Pinochet criou diversas estratégias para tentar legitimar o seu regime, e uma destas consistia na criação de uma imagem negativa sobre o governo de Allende, caracterizando-o como envolto ao caos e em crise econômica, o que supostamente validaria o golpe de Estado ocorrido em 1973. Em crítica a esta leitura histórica alguns artistas realizaram intervenções urbanas objetivando apresentar as contradições do discurso pinochetista, e ressaltar os avanços sociais frutos da gestão de Allende. O grupo *CADA*, e outros intelectuais da *Avanzada*, cumpriram assim um importante papel na luta contra o regime militar. Embora nem todos os seus projetos tenham se consolidado como desejavam, torna-se essencial rememorá-los para demonstrar que a população chilena não foi passiva às ações do governo militar e elaborou importantes e diversas formas de resistência político-cultural.

Simpósio Temático 18: História do Pensamento Político

Pedro Henrique Barbosa Montandon de Araújo
Mestrando
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Pedrobarbosa89@gmail.com

Proposta do Simpósio:

O simpósio "História do Pensamento Político" propõe agregar estudos que têm como mote a análise de ideias políticas em sua produção e recepção historicamente contextualizadas. Afastando-se de perspectivas que cindem o campo das práticas e ações das ideias, doutrinas e pensamentos, esse simpósio alinha-se às preocupações de Quentin Skinner ao conceber o pensamento proferido em discurso uma conotação ativa, destacando a sua efetivação como ação. Não seria de interesse desse simpósio, portanto, estudos que hierarquizam o valor das práticas sobre as ideias ou do pensamento sobre a ação. Aproximando-se de Cornelius Castoriadis em respeito à instituição simbólica da realidade, defende-se que compreender a formulação ou a recepção de ideias é parte fundamental da autonomização do ser em busca de constituir-se. Para tanto, a história emerge como instrumento necessário para a compreensão de si e do outro. Dessa forma, o simpósio requer de seus proponentes uma contextualização do pensamento a ser analisado, evitando a crença em ideias atemporais ou historicamente perenes. Por esse caminho chegamos à última ressalva metodológica, a do sentido do discurso. Acreditando que uma ideia, expressa em discurso, tem uma direção ao ser proferida, em que o autor ataca, defende, contesta ou reformula a ideia de outros autores e crenças, esse simpósio distancia-se da concepção de uma ideologia ou pensamento em seu estado puro ou da descoberta de suas raízes mais profundas, onde seu núcleo estaria alojado, para afirmar o caráter transitivo das próprias, em que conceitos são reinterpretados, ideias são expulsas ou convidadas a participar de uma nova interpretação da arte da convivência humana. Propende-se a aceitar estudos que tratem da pragmática discursiva das ideias da Escola de Cambridge, da hermenêutica de fusões de horizonte gadameriana e que se estende para as preocupações de Ricoeur e da análise de conceitos políticos na vertente alemã ou francesa, em conluio com Koselleck e Rosanvallon. Obviamente, serão bem avaliados trabalhos que discutam tais escolas em sua epistemologia, teoria ou metodologia ou que ainda proponham o olhar do pensamento político sob outra perspectiva.

A aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos na obra de Salvador de Mendonça (1889-1913)

Elion de Souza Campos

Mestre em História Social
PPGHIS-UFRJ
elioncampos@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar os discursos de Salvador de Mendonça sobre a aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos nas primeiras décadas após a instalação do regime republicano brasileiro. Os discursos analisados objetivaram dialogar com o ambiente político e intelectual da Primeira República, especificamente o da década de 1910, em que se vivia a consolidação do regime oligárquico no Brasil e no Itamaraty vigoravam as diretrizes diplomáticas do barão do Rio Branco, de adesão pragmática ao pan-americanismo. O intelectual publicou suas representações do período em que trabalhou na diplomacia em artigos na imprensa brasileira, após ser removido forçadamente da função por ser considerado incompatível com o grupo político que ocupava o governo. Consideramos que os discursos na imprensa foram utilizados por Mendonça para contradizer seus acusadores, justificar sua atuação e oferecer um termo de comparação ao então atual estado das relações internacionais brasileiras.

Palavras-chave: pan-americanismo; republicanização; Salvador de Mendonça.

Salvador de Mendonça¹ foi um intelectual fluminense formado na segunda metade do século XIX, durante o Segundo Reinado no Brasil. Nasceu em 1841 no município de Itaboraí, província do Rio de Janeiro e como muitos dos intelectuais do seu período formou-se bacharel em direito pela Faculdade do Largo de São Francisco em São Paulo. Atuou como jornalista, professor, advogado e diplomata, tendo travado contato direto com diversos dos principais intelectuais brasileiros do período. Não foi um escritor de destaque e embora seus escritos políticos na imprensa tenha alcançado relativo relevo na época, foi mais reconhecido pela sua carreira diplomática. Participou da “Geração de 1870”, tendo sido signatário e coautor do Manifesto do Partido Republicano de 1870².

Seu ingresso no Republicanismo se deu no contexto da crise política de 1868³. Salvador de Mendonça encontrava-se em São Paulo, trabalhava como secretário do presidente da província, o

¹ MENDONÇA, Carlos Süssekind de. *Salvador de Mendonça: democrata do Império e da República*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura, 1960. 375p.; JUNQUEIRA, Cecília Costa. *Salvador de Mendonça: cadeira 20, ocupante 1 (fundador)*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; São Paulo: Imprensa Oficial, 2014. 63p.

² ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.98-104.

³ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; teatro das sombras: a política imperial*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p.205-207; LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014. p.74-75.

liberal Saldanha Marinho, e também atuava como diretor da folha “O Ipiranga”, jornal patrocinado pelo governo liberal da província. Quando D. Pedro II dissolveu o gabinete progressista, cujo presidente era Zacarias de Góis, fazendo valer o poder moderador, a reação liberal foi forte. O imperador tomou a decisão tendo em vista a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, buscando um gabinete mais afinado com o comando militar. Os liberais, vendo-se aliçados do poder, tomaram um ato como um golpe e acusaram o imperador de traição na imprensa. Muitos ingressaram nas fileiras do liberalismo radical, que exigia reformas na estrutura política do Império. Salvador de Mendonça, que perdera os empregos junto ao poder público, estava entre eles. No entanto, o desenvolvimento de suas ideias logo desembocou no republicanismo e, em 1870, fundou junto com outros intelectuais o Partido Republicano no Rio de Janeiro, cujo manifesto⁴ foi publicado no jornal “A República” e pedia a mudança de regime, o federalismo e a inserção do Brasil na América, rompendo os laços que remetiam o Brasil à Europa e ao atraso do Antigo Regime.

Salvador de Mendonça foi atuante nos primeiros anos do partido, no entanto, afastou-se dos cargos de direção num momento de recrudescimento do movimento. Este teria se dado por motivo da indefinição do partido sobre a questão da abolição⁵. Muitos republicanos, especialmente de São Paulo possuíam ligações com as oligarquias rurais e suas demandas, portanto, o assunto era polêmico entre os correligionários. Outro motivo era a promoção de reformas modernizadoras pelos Gabinetes conservadores do Império – especialmente o Gabinete Rio Branco – vide a Lei do Ventre Livre em 1871. Somado a isso, o governo imperial iniciou na década de 1870 uma estratégia de cooptação de quadros republicanos e liberais radicais⁶. Dentro desta iniciativa, Salvador de Mendonça recebe o convite para integrar a diplomacia brasileira nos Estados Unidos como Consul Geral do Império brasileiro em Nova Iorque, e mesmo reafirmando seu republicanismo, ingressou na burocracia imperial.

Como cônsul imperial, Salvador de Mendonça trabalhou pelo estreitamento de laços entre o Brasil e os Estados Unidos, privilegiando o aspecto comercial. À época os Estados Unidos já eram o principal importador do café brasileiro, enquanto as importações brasileiras daquele país eram irrisórias. O momento coincidiu também com o surto industrializante expansionista estadunidense, em que o país buscava mercados para a absorção de sua produção industrial. A legitimação ideológica estadunidense para a corrida imperialista era a Doutrina Monroe – “América

⁴ Manifesto: aos nossos cidadãos. *A República*. Rio de Janeiro, 3 de dez. 1870. Editorial, p.1-4.

⁵ CARVALHO. *A construção da ordem*, p.209.

⁶ ALONSO. *Idéias em movimento*, p.110.

para os americanos”, ressignificada para os objetivos expansionistas de fins do século XIX⁷. O Brasil, era visto por vários políticos e empresários daquele país como um dos principais alvos e Salvador de Mendonça buscou, sem sucesso, estabelecer um tratado bilateral de isenção total de tarifas entre os países, vetado pelos Gabinetes imperiais, tanto conservadores quanto liberais. Uma das estratégias buscadas pelo governo estadunidense para formar um subsistema continental de poder – que viria a ser conhecido como pan-americanismo –, foi a convocação em 1889 da I Conferência Internacional Americana⁸. O principal objetivo da Conferência Pan-americana, como foi batizada pela imprensa estadunidense, foi consolidar o comércio no continente, estabelecendo a América Latina como área de influência dos Estados Unidos. Mendonça foi então elevado a ministro plenipotenciário do Império em missão especial na Conferência. No entanto, as diretrizes imperiais para a conferência eram de bloquear os avanços estadunidenses, mantendo a preferência da parceria comercial já consolidada com a Grã-Bretanha⁹ – país de quem era dependente das importações de capital¹⁰.

Em meio à Conferência, no Brasil, ocorre a transição para o regime republicano. Por sua reconhecida reputação republicana e seus vínculos antigos com os homens que formaram o novo governo republicano do Brasil, Salvador de Mendonça foi mantido no cargo e passou a trabalhar pelo reconhecimento da República pelos Estados Unidos. Neste momento do desenvolvimento dos Estados Unidos como potência capitalista, a Doutrina Monroe já era reconhecida e relativamente respeitada pelas demais potências e havia o entendimento de que antes dos Estados Unidos, nenhum dos países centrais reconheceria o novo governo no Brasil¹¹. Mendonça, como diplomata brasileiro, foi o responsável pelas negociações com as autoridades estadunidenses para o reconhecimento que foi conseguido com relativa rapidez – em janeiro de 1890. Após o reconhecimento, Salvador de Mendonça, com o consentimento do novo ministro das relações exteriores da República – Quintino Bocaiuva, outro republicano histórico – aplicou “interpretação republicana” às diretrizes imperiais e esforçou-se na Conferência de Washington para a implantação do pan-americanismo¹².

⁷ SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos, poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Trad. Raul Fiker. Bauru: EDUSC, 2000. p.101-113; SMITH, Robert Freeman. *Os Estados Unidos e a América Latina, 1830-1930*. In: BETHHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*: v.4, de 1870 a 1930. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EDUSP; Brasília: FUNAG, 2009. p.609-649.

⁸ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4.ed. Brasília: Unb, 2012. p.154-156.

⁹ MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Unesp; Moderna, 1997. p.200-205; CERVO; BUENO. *História da política exterior do Brasil*. p.139-160.

¹⁰ AZEVEDO, José Afonso Mendonça. *Vida e obra de Salvador de Mendonça*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1971. p.189.

¹¹ CERVO; BUENO. *História da política exterior do Brasil*. p.163-167.

¹² CERVO; BUENO. *História da política exterior do Brasil*. p.185; MAGNOLI. *O corpo da pátria*, 192.

Salvador de Mendonça ajudou na aprovação do tribunal de arbitramento – que seria responsável por mediar todas as questões diplomáticas entre os países do Continente. Embora aprovado na Conferência, o tribunal foi rejeitado pelos parlamentos dos países representados. No entanto, Salvador de Mendonça continuou atuando em prol da aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos. Em 1891 negociou em nome do governo Deodoro, um Convênio Aduaneiro entre os dois países¹³. O tratado foi duramente criticado na imprensa, pela oposição monarquista¹⁴ e por políticos ligados ao governo. A época, difundia-se a ideia industrializante, capitaneada no governo pelo ministro da Fazenda Rui Barbosa, e o acordo foi visto como prejudicial pelos entusiastas da industrialização por derrubar barreiras protecionistas e facilitar a entrada de produtos industriais estadunidenses¹⁵. Salvador de Mendonça defendeu o acordo afirmando que a prova de que foi benéfico para o Brasil foi a denúncia do mesmo pelos Estados Unidos, quatro anos depois. Além do Convênio aduaneiro, Salvador de Mendonça elaborou junto com James Blaine – secretário de estado dos Estados Unidos – um projeto de dieta internacional, uma espécie de embrião de uma futura confederação americana. O projeto não foi à frente, pois fazia parte da plataforma de Blaine para concorrer à presidência e foi encerrado pelo veto ao seu nome pelo Partido Democrata. Ficou conhecido na época como “plano Blaine-Mendonça”.

A atuação mais polêmica de Salvador de Mendonça ocorreu durante a Revolta da Armada¹⁶ (1893-1894), quando a Marinha de guerra brasileira bloqueou o porto do Rio de Janeiro ameaçando bombardear a cidade caso o Marechal Floriano Peixoto não renunciasse à presidência da República. Mendonça, temendo a desestabilização da nova República e um possível retorno à monarquia – temor disseminado por facções florianistas –, negociou com o governo dos Estados Unidos o não reconhecimento da beligerância aos revoltosos, a compra de embarcações e o armamento para uma esquadra improvisada que viria em defesa do governo florianista, bem como o rompimento do bloqueio do porto por navios da marinha estadunidense. A intervenção foi considerada por muitos

¹³ CERVO; BUENO. *História da política exterior do Brasil*. p.186-187.

¹⁴ PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. Brasília: Senado Federal, 2003. 118p.

¹⁵ FRANCO, Gustavo H.B.; LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. O processo econômico. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (coord). *História do Brasil nação, 1808-2010*: volume 3, a abertura para o mundo, 1889-1930. Rio de Janeiro: Objetiva; Fundación Mapfre, 2012. p.179-183; CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente-Campos Sales. In: FAUSTO, Boris (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira; t. 3, o Brasil republicano*: volume 8, estrutura, poder e economia (1889-1930). 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. P.36-42.

¹⁶ FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano; v.1, o tempo do liberalismo excludente*: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p.66-72; CERVO; BUENO. *História da política exterior do Brasil*. p.188-189.

uma violação da soberania nacional e a atuação de Mendonça foi duramente criticada na imprensa e nos meios políticos¹⁷.

Em 1898, Salvador de Mendonça foi exonerado pelo governo Prudente de Moraes do serviço diplomático, sob a alegação de problemas de saúde. Há indícios que a demissão tenha sido motivada pela atitude de seu irmão, Lúcio de Mendonça, ministro do Supremo Tribunal Federal, que contrariava as intenções do presidente. Lúcio de Mendonça aproximava-se da facção jacobina de republicanos, que se opunha aos liberais, dos quais o presidente era representante. Após um atentado contra sua vida¹⁸, no Rio de Janeiro, Prudente decretou estado de sítio, prendeu e desterrou diversos militantes, políticos e militares jacobinos. Lúcio de Mendonça decretou o habeas corpus dos prisioneiros e, em retaliação, seu irmão seria exonerado do serviço diplomático¹⁹. Apenas em 1903, no Governo Rodrigues Alves e com o barão do Rio Branco na chancelaria do Itamaraty, Mendonça seria reintegrado ao serviço diplomático e posto em disponibilidade. Tentou sua reintegração ao serviço efetivo até 1907, quando seu nome foi preterido para chefiar a delegação brasileira na Segunda Conferência Internacional de Haia.

Entre 1898 e 1913 – quando faleceu – Salvador de Mendonça escreveu na imprensa brasileira suas representações sobre a política interna e externa no Brasil, se defendendo dos detratores e criticando o rumo tomado pelas relações internacionais brasileiras após seu desligamento, principalmente sobre as relações entre o Brasil e os Estados Unidos. São esses artigos, tomados aqui como discursos políticos, as fontes primárias de nossa pesquisa.

Esses discursos foram publicados em forma de artigos de opinião em periódicos, entre 1898 e 1913, e posteriormente compilados nos livros “Ajuste de Contas” e “A Situação Internacional do Brasil”²⁰. São discursos referentes ao período em que Salvador de Mendonça atuou na diplomacia brasileira com os Estados Unidos da América (1875-1898), bem como do período entre seu afastamento do cargo público, em 1898, até seu falecimento em 1913. Embora o assunto recorrente nesses artigos seja o período em que atuou como diplomata nos Estados Unidos, reforçamos que a maioria dos discursos utilizados na pesquisa foram escritos no final da vida do intelectual, e se prestam a responder ao contexto político e diplomático do início da década de 1910. Como fonte auxiliar, para a compreensão desses artigos, utilizamos a série “Cousa do meu

¹⁷ NABUCO, Joaquim. *A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893*. Brasília: Senado Federal, 2003. 150p.

¹⁸ LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. P.84-88.

¹⁹ MENDONÇA, Lúcio. Salvador de Mendonça e a República. *O Paiz*, 25 de set. 1898, p.1.

²⁰ MENDONÇA, Salvador de. *Ajuste de contas*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1904. 268p.; MENDONÇA, Salvador de. *A situação internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1913. 268p.

tempo”²¹, publicada por Mendonça em periódicos em 1913 e que viriam a ser compiladas apenas em 1960. Nela Mendonça traça perfis de personalidades que conheceu e trata de situações vivenciadas nos tempos do Império. Outras fontes que analisamos na pesquisa são correspondências oficiais escritas por Salvador de Mendonça e endereçadas a autoridades brasileiras.

O objetivo da pesquisa é analisar os artigos de Salvador de Mendonça sobre a aproximação entre o Brasil e os Estados, percebendo-os como discursos políticos dotados de intencionalidade, buscando observar seus propósitos no contexto em que foram produzidos, compreendendo tais discursos como ações históricas dotadas de intencionalidade e inseridas em um contexto intelectual e político específico²². Dessa forma, pretendemos compreender o sentido dos discursos de Salvador de Mendonça no tempo em que foram produzidos, a saber, fins do século XIX e início do XX.

A escolha do tema se justifica pelo valor dos discursos de Salvador de Mendonça para a interpretação da política interna e externa do Brasil na Primeira República, bem como pelo quase total esquecimento de sua figura pela historiografia.

Seu ostracismo político se deu pela não identificação com os grupos políticos que se perpetuaram no poder a partir dos governos civis da República²³. Estes identificavam Salvador de Mendonça com o militarismo florianista florianismo, apoiado principalmente por setores jacobinos e positivistas e, embora o intelectual assumisse uma postura retórica alinhada com o Republicanismo liberal histórico, sua atuação diplomática na Revolta da Armada, em favor do governo Floriano Peixoto, apontava o contrário. Quando se deu o Rompimento de seu irmão, Lúcio de Mendonça, ministro do STF, com a política do Governo Prudente de Moraes, Mendonça foi afastado do Cargo e levou a culpa pela ofensa à soberania nacional pela intervenção estrangeira na Revolta. Tempos depois, quando da subida de antigos quadros liberais monarquistas (Nabuco e Rio Branco) ao Itamaraty, durante o Governo Rodrigues Alves²⁴, foi ignorado em suas intenções de voltar ao serviço diplomático. Mendonça não era um estadista nem um intelectual de primeiro

²¹ MENDONÇA, Salvador de. Cousa do meu Tempo. *Revista do livro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do livro (Ministério da Educação e Cultura), v.5, n.20, p.107-198, dez. 1960.

²² SKINNER, Quentin. *Visões da política: sobre os métodos históricos*. Trad. J.P. George. Algés: Difel, 2005. 293p.; POCOCK, John G. A. *Linguagens do ideário político*. Trad. Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003. 452p.; CARNEIRO, Gabriel Barroso Vertulli. *O problema da intencionalidade autoral na teoria da história de Quentin Skinner*. 147f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2015. 147p.; CARVALHO, José Murilo. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, v.1, n.1, p.123-152, jan./dez. de 2000.

²³ LESSA. *A invenção republicana*, p.49-72; LYNCH. *Da monarquia à oligarquia*, 83-98; CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.17-34.

²⁴ CASTRO, Fernando Vale. *Pensando um continente: a Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul*. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2012. p.35-54.

escalão, mas conviveu em meio a elite política da época, e justamente por não se vincular a ela quando da escrita de seus discursos, suas representações se fazem valiosas para a interpretação do período.

Sobre seu esquecimento pela historiografia, pudemos encontrar ao menos dois trabalhos recentes abordam sua atuação²⁵. O de Gabriel Terra Pereira “a diplomacia da americanização de Salvador de Mendonça” aborda sua atuação enfatizando que ela teria de dado mediante a fragilidade interna da República brasileira em seus primeiros anos. O diplomata buscava então uma aproximação com os Estados Unidos como um meio de salvaguardar o sistema republicano e o território diante das ameaças internas e externas. Américo Lyra Junior em “o Brasil na América” analisa a atuação diplomática de Mendonça a partir da sua percepção da ressignificação da Doutrina Monroe (pelas autoridades e opinião pública) na direção do imperialismo expansionista. Mendonça teria então buscado meios de limitar esse avanço sobre a soberania brasileira, sobretudo por tratados internacionais. Ambas as interpretações utilizam textos escritos na década de 1910 para explicar a atuação do diplomata nas décadas de 1880 e 1890. Buscamos produzir uma interpretação que não apenas levasse em consideração os contextos interno e externo, mas que inserisse os discursos analisados em seu contexto intelectual de produção²⁶.

A principal hipótese que tentamos comprovar é a de que Salvador de Mendonça escreve seus discursos como uma contraposição retórica às diretrizes do Ministério das Relações Exteriores que vigoraram durante o período em o barão do Rio Branco ocupou a pasta²⁷. Portanto Salvador de Mendonça pretende com seus artigos justificar sua criticada atuação diplomática contrapondo-a às de Rio Branco e Joaquim Nabuco, respectivamente chanceler e embaixador do Brasil nos Estados Unidos. A partir desta, pretendemos comprovar hipóteses secundárias que dela podem se desprender.

Sustentamos que Salvador de Mendonça defende o regime republicano como um estágio político avançado da civilização ocidental e como um regime natural ao espírito americano, tornando-se um elo de unidade institucional entre os Estados do continente²⁸. Portanto, para o

²⁵ PEREIRA, Gabriel Terra. *A diplomacia da americanização de Salvador de Mendonça (1889-1898)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 178p.; LYRA JUNIOR, Américo Alves de. *O Brasil na América: a história das relações internacionais brasileira durante o período de transição entre o Império e a República*. Curitiba: Juruá, 2014. 216p.

²⁶ CAMPOS, E. S.; CASTRO, F. L. V. (orientador). *Republicanização e pan-americanismo: a aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos nos discursos de Salvador de Mendonça (1889-1913)*. 193 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2016. 193p.

²⁷ MENDONÇA. *A situação internacional do Brasil*, p.245; 255.

²⁸ MENDONÇA. *A situação internacional do Brasil*, p.131-132.

intelectual, ao tornar-se uma República, o Brasil rompia com o isolamento legado ao país pelo Império e pela colonização europeia, responsável pelo atraso e subdesenvolvimento nacionais.

Acrescentamos à estas, que o intelectual via os tratados e legislações internacionais como formas ideais de se garantir a integridade, a autonomia e a soberania dos países latino-americanos, notadamente do Brasil, frente aos imperialismos predatórios europeus²⁹. E que, por perceber a escalada do expansionismo estadunidense e as consequentes modificações de sentido da Doutrina Monroe na direção do imperialismo, Mendonça concebia que, se assinados na década de 1890, os tratados serviriam para garantir também relações mais horizontais entre países latino-americanas e os Estados Unidos. Aqui, o intelectual pensa em contraposição ao que julga uma subserviência em relação aos Estados Unidos, existente no período que se segue ao corolário de Roosevelt à Doutrina Monroe. Uma sujeição, conforme esta lógica, aceita passivamente pela diplomacia capitaneada pelo barão do Rio Branco.

Defendemos também que Mendonça sobrepuja a manutenção do regime republicano à possíveis perdas econômicas que uma aliança com os Estados Unidos poderia trazer e que baseado nisso, defendeu a necessidade da assinatura do Convênio Aduaneiro em 1891, ou seja, pela necessidade que a fragilizada República Brasileira apresentava da proteção estadunidense contra ameaças internas e externas³⁰.

Buscamos comprovar também que, baseado no mesmo princípio, Mendonça defendeu que a intervenção estadunidense na Revolta da Armada não feria a soberania nacional, visto que visava a manutenção do regime estabelecido pela constituição e se tratava de uma ação aliada contra agressões que feriam a unidade institucional do continente, nos moldes do pan-americanismo sustentado pelo intelectual³¹.

Por último, que este pensamento pan-americano, se sustentava na noção de que as boas relações entre as nações americanas, especialmente entre o Brasil e os Estados Unidos, deveriam ser assentadas no bem comum e que o comércio era via fundamental para o estabelecimento deste, pois geraria o progresso material mútuo gerando um espírito de fraternidade entre os povos do continente³².

²⁹ MENDONÇA. *A situação internacional do Brasil*, p.135-166; 173-180.

³⁰ MENDONÇA. *A situação internacional do Brasil*, p.187-198; AZEVEDO. *Vida e obra de Salvador de Mendonça*, p.159-164; 291.

³¹ MENDONÇA. *A situação internacional do Brasil*, p.199-210.

³² MENDONÇA. *A situação internacional do Brasil*, p.211-218.

Salvador de Mendonça escreve seus principais artigos sobre o estreitamento das relações entre o Brasil e os Estados Unidos aproximadamente quinze anos após sua retirada forçada do serviço diplomático brasileiro em Washington. Portanto, suas representações não se referem ao período em que atuou como diplomata, ainda que este seja o principal assunto abordado. Antes, seus discursos políticos querem responder a um contexto intelectual posterior à sua atuação, a saber, do início da década de 1910. Neste momento, as relações exteriores brasileiras acabavam de sair de um período de aproximadamente dez anos de chefia do barão do Rio Branco à frente do Itamaraty, em que, entre outras políticas, consolidaram-se as relações entre o Brasil e os Estados Unidos dentro da lógica pan-americanista. Esta aproximação era vista por muitos intelectuais da época como um passo fundamental para a inserção brasileira na modernidade e o barão, junto a Joaquim Nabuco – que fora o primeiro embaixador brasileiro em Washington, tendo atuado de 1905 a 1910 – eram apontados por muitos como os fundadores dessas boas relações. É nesta conjuntura política que Mendonça escreve seus discursos, tendo seu nome removido dos créditos dessa aproximação. Ele que em sua atuação e produção há muito defendia o pan-americanismo como parte da “republicanização” do país.

Por isso, o tom de ressentimento transparece em seus discursos. Salvador de Mendonça escreve-os a partir de uma expectativa de República não realizada, também, sob acusações e críticas quanto à sua conduta no serviço público. Escreve para se justificar, para defender seu procedimento em princípios republicanos progressistas, para reivindicar sua parte nos louvores que se distribuía, relativos à aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos, e para mostrar que defendeu um parâmetro político muito mais elevado nas relações internacionais.

Um Carvalho de Justiça na fala de um Jurista: O Mundo Natural na Inglaterra Moderna

Tiago Oliveira Tardin

Bolsista do CNPQ e Graduando em História
Universidade Federal de Viçosa (UFV)
t.o.tardin@gmail.com

Resumo: A apresentação tem como intuito apresentar conclusões de uma monografia em andamento, fruto de dois projetos de pesquisa, a partir da fonte de um tratado do final do século XVI por um jurista, John Manwood, acerca das *Royal Forest* (Florestas Reais), a fim de veicular o Estado Moderno em formação com leituras acerca da conservação de um espaço natural, e as implicações e motivos por trás do uso e desuso desse espaço, por meio de um esforço pioneiro de investigação e análise do autor e texto, inseridos no contexto contemporâneos a ambos.

Palavras-chave: Manwood; Tratado; Florestas.

Apresentação

Aproximadamente em meados do século XVI, no cenário político de uma Tudor assentada ao trono, Rainha Elizabeth I, em meio a uma família cujo sobrenome refletia representatividade na corte elisabetana, os Manwood, surge um jurista que, até aquele momento, seria responsável pelo esforço de copilar um dos maiores tratados de Florestas Reais na Inglaterra – John Manwood.

Possibilidade de um parentesco para com um outro Manwood de relevância ainda maior dentro do cenário político inglês – Roger Manwood. Similar a John, também foi um jurista, nascido em inícios do século XVI (1525), filho de Thomas Manwood, residente de Sandwich, em Kent. Do que se tem ciência, recebeu o título de Ministro do Tesouro do Estado (um dos cargos políticos de maior prestígio). Em 1578, prestou serviços à Rainha, ingressando ao Parlamento, assentando na Câmara dos Comuns, até 1592, ano de sua morte.

Foi um advogado que tratava de assuntos referentes à alta corte inglesa, atuando em um dos quatro principais tribunais do parlamento; guarda-floresta (gerente das atividades de caça e execução de atividades afins) na Floresta Real de Waltham; por fim, recebeu o título de maior grandeza no Magistério no que tange à administração das Leis da Floresta e punição aos infratores da mesma, na New Forest. O trabalho do jurista selecionado para a pesquisa: *Um tratado de leis da floresta onde são declaradas não apenas essas leis, que estão em vigor atualmente, mas também as que deram origem*

*e início às florestas, e o que é uma floresta dentro do seu próprio contexto natural*¹. Sua obra, produzida e finalizada em 1592, publicada seis anos depois, define-se por um esforço de copilar leis da floresta ainda em vigor nas Florestas Reais remanescentes, mas também a recuperação de costumes e jurisdição presentes desde a origem da administração das Florestas pelo rei e sua nobreza, a fim de estabelecer uma lógica jurídica para preservação e avanços dessas leis, simultaneamente, identificar os principais conceitos e termos que define uma Floresta Real.

A fala de um jurista: O Tratado

Ao todo, o tratado divide-se em vinte e cinco capítulos, acerca dos quais Manwood recorre aos estatutos e leis presentes na história política inglesa, sobretudo à *Carta da Floresta*, bem como letrados que tratavam, não especificamente e não somente, de questões no que tange à Lei da Floresta: Henry de Bracton (1210-1268); dois advogados ingleses aos quais Manwood os cita sempre com o uso do termo Mestre (Master), Richard Hesketh (1475-1520) e George Treherne (X-1528), e a recorrência de um não-nativo – um escolástico francês contemporâneo a seus dois mestres, Guilherme Budé (1467-1540). Para além de autores contemporâneos, o jurista recorre a outras obras de autoridade à época, como a referência a passagens da Bíblia (Gênesis, Salmos, Jeremias) servindo como justificativa à determinadas práticas, bem como para revelar a historicidade de alguns conceitos, na mesma proporção e medida, citações de pensadores clássicos, exemplificados por Aristóteles e Cícero.

Em torno de seus capítulos identifica-se, num esforço geral, uma estrutura similar: primeiro tópico de cada capítulo pautado na definição do conceito ou da prática selecionada; tópicos seguintes atuando como desenvolvedores do assunto, suas principais características e exemplos históricos assegurando a legitimidade da fala; por fim, um tópico pensando a origem linguística do conceito ou prática, ou seja, o sentido nativo atribuído à determinada palavra e a relação com a mesma expressão em outros idiomas, com ênfase ao latim e ao francês. Além disso, percebe-se que a obra aponta para três grandes assuntos – caros ao jurista e ao presente trabalho –, a saber: A apresentação da Floresta, elementos básicos, tais como o conceito de Floresta, autoridade do Rei, e as criaturas da Floresta (Capítulos I-IV); A apresentação dos espaços físico e jurídicos da Floresta, o que torna a Floresta Real um território legal e composto por regras e termos, tais como limites e fronteiras, espaço das criaturas de caça e criaturas comuns, locais desmatados, regiões com construções, particularidade dos cães, e áreas de caça (Capítulos V-XVIII); A apresentação

¹ Do original: *A treatise of the laws of the forest wherein is declared not only those laws, as they are now in force, but also the original and beginning of forests, and what a forest is in its own proper nature* (1598). 3a edição, Londres: Company of the Stationers, 1665.

Institucional da Floresta, justificativa da Floresta Real enquanto instituição por meio das Cortes e Oficiais da Floresta, acerca da Lei da Floresta e sua diferenciação com a Lei Comum (Capítulos XIX-XXV). A seguir, serão expostos e argumentados elementos de cada segmento².

Um Carvalho de Justiça: O Mundo Natural Inglês

Na primeira temática, percebe-se a preocupação inicial do jurista de conceituar o termo por excelência de seu tratado – As Florestas Reais (*Royal Forest*). Segundo ele, uma Floresta Real – no sentido legal do termo – prescinde de três espaços: Área Comum de Caça (*Chase*), Área Fechada (*Park*), e Área Preservada de Caça (*Warren*). Além da demarcação, compete a historicidade do conceito Floresta no que Manwood classificou como a junção de duas palavras, For & Rest (Para & Descanso), justificando a preocupação de sempre visar o que é de interesse ao Rei, figura de destaque aos privilégios e deleite da Floresta, nesse caso, as criaturas e feras que legitimam a prática da caça. No que tange à autoridade e prerrogativa real nos espaços que compõem a floresta, ele afirma: “*Que nenhuma outra pessoa ou pessoas pode fazer uma floresta, mas apenas o Rei, e os que são especialmente autorizados, por ele, para fazê-la*”³⁴. Por fim, a apresentação das criaturas da floresta, segmentadas conforme as demarcações anteriores (*Forest*, *Chase*, e *Warren*⁵) onde vê-se a centralidade de uma dessas criaturas – o Cervo – definido como o mais nobre de todos, bem como a criatura mais desejada e de maior interesse para o Rei e seus favoritos na caça. De certa forma, a centralidade e majestade do cervo entre os homens em compração às demais criaturas equipara-se ao que o Rei representa entre os demais ingleses, dado que ele mesmo confirma que *O cervo é o mais nobre de todos*⁶⁷.

Na segunda temática, nos serve para compreender os termos e divisões espaciais e legais dentro da Floresta, e apontar a finalidade de serem descritos e argumentados por Manwood. O jurista apresenta os limites e fronteiras da Floresta, que servem para demarcar regiões em que são concedidas aos homens comuns direito à extração de lenha e derrubada de árvores para criação de

² A pesquisa serviu de um recorte de quinze capítulos, aos quais estão distribuídos entre os três temas.

³ Do original: That no other person or persons whatsoever, can make a Forest, but the King only, and such as are especially authorized by him to do so.

⁴ *A treatise of the laws of the forest wherein is declared not only those laws, as they are now in force, but also the original and beginning of forests, and what a forest is in its own proper nature (1598), Capítulo III.*

⁵ Listagem das criaturas conforme apresentadas na obra: Feras presentes em toda a floresta – Veado (*Hart*), Corça (*Hind*), Lebre (*Hare*), Javali (*Boar*) e Lobo (*Wolf*) –; Feras localizadas na Área Comum de Caça – Macho da espécie Cervo (*Buck*), Fêmea da espécie Cervo (*Doe*), Raposa (*Fox*), Marta (*Marten*) e Pequeno Cervo (*Roë*) –; Feras e aves localizadas na Área Preservada de Caça – Lebre (novamente citada), Coelho Europeu (*Cony*), Faisão (*Pheasant*) e Perdiz (*Partridge*). Outros animais são descritos e localizados na floresta, contudo, a esses Manwood confere o título de criaturas silvestres.

⁶ Do original: The deer is the noblest of all.

⁷ *A treatise of the laws of the forest wherein is declared not only those laws, as they are now in force, but also the original and beginning of forests, and what a forest is in its own proper nature (1598), Capítulo IV.*

seu gado particular, demarcações essas feitas sempre por autoridades servindo aos interesses do Rei, a saber: Bosques e Coberturas (*Woods and Coverts*), regiões de uso às criaturas da caça, especialmente os cervos de orma que a derrubada e corte entre os comuns é considerado um desperdício (*Waste of the Forest*), bem como desmatamento das mesmas (*Assart of the Forest*) práticas passivas de punição⁸; Dando sequência, três conceitos legais veiculados à práticas realizadas na Floresta são definidos e exemplificados: Uso de espaços silvestres para construções que prejudiquem o território das criaturas de caça, logo, tornando-se uma prática ilegal (*Purpresture*). Interessante que mesmo o jurista definindo a prática como fruto da negligência do sherife ou do próprio Rei, a punição é similar ao do desmatamento, não havendo espaço para execução, mas sim, prisão, até que se pague o referente aos danos causados; A prática, não ilegal, de forragem da floresta, a fim de alimentar e cuidar dos animais da floresta (*Agist*) e a recompensa por aqueles que realizam essa prática (*Agistment*), atividade aberta às pessoas comuns, desde que possuindo a licença do Rei (*Regard of the Forest*), mesmo em se tratando de sua própria criação de gado, ganso, bode, caprino e suíno. Aos que possuem o direito são chamado *Agisters*, realizando a alimentação tanto das criaturas do Rei, bem como das espécies dos comuns que não possuem o direito para realizarem em sua própria posse, em troca do pagamento previsto; O ato de criar porcos e cães, alimentá-los, e o lucro do que é conquistado por meio dessa criação (*Pawnage*). Forragem e o lucro da criação de porcos ao alimentá-los aparentam ser exercícios similares, pensando nisso, o jurista apresenta a diferença entre ambos, citando um de ses mestres, Hesketh: “Pois, a alimentação de Cães ou Suínos com as Árvores usadas como alimento para os mesmos nos bosques é chamado de forragem da floresta, mas o lucro dessas Árvores é chamado de Pastagem”⁹¹⁰. Por meio dessas três práticas vê-se que toda a instituição e toda a jurisdição favorece a soberania e exclusividade do Rei, seja pela obediência dos seus súditos, seja pela desobediência, garantindo-lhe a posse de mais terras, bens, e animais.

No que diz respeito aos animais, Manwood centraliza atividades relacionadas à criaturas campesinas e silvestres, bem como o uso de uma espécie delas para auxiliar na proteção e caça de outras. Para isso, dedica uma explicação mediante a Lei Comum (*Common Law*), em se tratando de atividades realizadas também na legalidade da Lei da Floresta (*Forest Law*), por exemplo, quanto ao direito de animais de criação. Enquanto a Lei Comum concede o direito à criação de gansos, bodes,

⁸ Casos como esses eram punidos, segundo Manwood, desde pagamento da infração em moedas gregas (pledges) até a morte, onde as posses do infrator seriam entregues ao Rei, até que o herdeiro fosse capaz de quitar a dívida e os reparos da área em questão.

⁹ Do original: For, the feeding of Dogs or Swine with the Mast of the woods is called the agisting of the woods, but the profit of the Mast is called the Pawnage.

¹⁰ *A treatise of the laws of the forest wherein is declared not only those laws, as they are now in force, but also the original and beginning of forests, and what a forest is in its own proper nature (1598), Capítulo XII.*

caprinos e suínos, a Lei da Floresta proíbe que homens simples as tenha, como consta na sua explicação, sempre visando às criaturas silvestres: “*Aquelas ovelhas, cabras e cães, não são feras a atender o direito comum da Floresta, pois eles causam o exílio aos animais selvagens na mesma*”¹¹². Em outras palavras, são proibidos porque, aos nobres animais de caça perderiam seu espaço e seriam exilados de sua área de lazer e descanso com a chegada dos animais comuns. Aqui ve-se novamente como a hierarquização da sociedade inglesa (nobres e homens comuns), reflete também entre os animais, dando legitimidade e, de certa forma, continuidade a essa ordem social. Da mesma forma que ao cervo guarda um significado majestoso e nobre na Floresta, o jurista dedica a outra criatura um sentido funcional e necessário à ordem desejada nesses espaços, a saber, o cão – especialmente o Mastim. Segundo ele, essa espécie que serve para auxiliar na caça das criaturas da floresta, bem como à proteção e segurança dos homens pelo fato de serem animais leais, sendo lícito para esses homens mantê-los. A exceção, quando o Mastim, ou outras espécies de cães, Cachorro Galgo (*Greyhound*) e *Spaniels*, afetam o território do Cervo, definindo-se como transgressão, a ambos, dono e animal. O cão não consta entre os animais listados silvestres, mas sua presença na Floresta conserva a sobrevivência dos homens e a praticidade da caça, atividade por excelência dos nobres, de forma que sua lealdade para com seu dono seja, nesse aspecto, proporcional a lealdade nele para com a manutenção da Lei da Floresta. Concluindo, o jurista reforça e aprofunda na prática da caça – uma das atividades por excelência da nobreza e aristocracia inglesa e europeia –, de maneira a justificar o porquê da exclusividade do cervo dentro das Florestas Reais inglesas. Para isso, uma fala de Cícero lhe serviu para a defesa em questão: “*E Cícero usa essa expressão, Opes confectari, que é a cobiça em caçar após as riquezas. E alguns oficiais da Floresta, de fato, afirmam que essa palavra Inglesa caçador (hunter) é derivado de caçar Cervos*”.¹³¹⁴ Além disso, ele classifica as licenças possíveis, bens obrigatórios, para que se faça legítimo a prática da caça entre os homens – que já foram citadas e explicadas anteriormente: Licença de Prazer (*License of Pleasure*) e Licença de Proveito (*License of Profit*)¹⁵, que servem para reflexão do peso social que caçar concedia aos homens ingleses, ainda que não pudessem ter a posse do que foi caçado (Licença de Prazer), mas já era um ganho no prestígio e proximidade com o ser nobre – ser próximo ao Rei, o maior governador, e autoridade, na Floresta,

¹¹ Do original: Because that sheep, goats, and dogs, are not beasts meet to common in a Forest, for they do cause the exile of the wild beasts in the same.

¹² *A treatise of the laws of the forest wherein is declared not only those laws, as they are now in force, but also the original and beginning of forests, and what a forest is in its own proper nature (1598), Capítulo XIV.*

¹³ Do original: And Cicero used this phrase, *Opes confectari*, which is greedily to hunt after riches. And some old Foresters do affirm, that this English word Hunter is derived of haunt Deer.

¹⁴ *A treatise of the laws of the forest wherein is declared not only those laws, as they are now in force, but also the original and beginning of forests, and what a forest is in its own proper nature (1598), Capítulo XVIII.*

¹⁵ Licenças asseguradas para a caça: a primeira, o sujeito tem o direito de caçar mas não tem a posse sobre o que conseguiu na caça; a segunda, o sujeito tem o direito de caçar havendo a posse sobre o que obteve na caça.

e na Inglaterra como um todo; e a Licença pela Lei (*License in Lam*) e Licença pela *Fait*¹⁶, sugerindo que, mesmo a sociedade inglesa e europeia como um todo abrindo suas portas e mente para uma cultura letrada, cada vez mais legitimada pela palavra escrita, ainda na Floresta Real, a fala do Rei (Licença na Lei) personificava a própria Lei, valendo-se tanto quanto direitos escritos e selados (Licença pela *Fait*). Dado que o tratado foi escrito em finais do século XVI, esse exemplo reflete o período de transição da Europa Medieval, das juras faladas e leis orais para a Europa Moderna, marcada pelas regras registradas, escritas e impressas.

Na terceira temática, Manwood ocupa-se na exposição e caracterização da dimensão institucional da Floresta – suas Cortes e oficiais, retratando os três principais oficiais do Rei, a cujas atividades possibilitam entender o regime e controle desse território. Ao todo, o jurista contempla três ofícios, a saber: O Oficial responsável pelas feras e seu espaço da Floresta (*Verderer*), o Oficial responsável pela vigia e descoberta de transgressores da Floresta (*Regarder*), o Oficial que inspeciona florestas e conduz os transgressores aos tribunais e cortes (*Forester*). Cabe frisar que outros oficiais são apontados no tratado, tais como o Oficial que faz a forragem da floresta – já apresentado tópico anterior (*Agister*) –, Sherife e Guarda-floresta (*Woodward* ou *Gamekeeper*). Ao sherife não é explorado como os oficiais, uma vez que sua função não é tributária apenas na Floresta Real, mas a todo o território – ofício de executar ações do Rei em um condado. Já o guarda de caça não é compartilhado junto com os três acima, mesmo que venha a ser um ofício exclusivo de uma Floresta Real¹⁷.

Considerações Finais

Em uma Inglaterra que, a exemplo da Europa, experimenta os primeiros passos de uma Modernidade – humanismo na corte elisabetana, discurso protestante, calvinista e anglicano; corrida marítima, no sentido de assegurar o status e força de um Estado em formação, a existência de um tratado tornado relevante práticas e leis feudais e de uma Inglaterra pré-Magna Carta, pautado numa leitura jurídica da floresta enquanto uma instituição, ainda, favorável à aos interesses e prerrogativa real, leva a reflexão de que à identidade da Inglaterra Moderna – marcada pela Indústria, Urbanização e surto marítimo – possui uma face que recupera e renova espaços e ideias de um período medieval, sem, contudo, abrir mão do discurso de um Estado pautado pela ordem e justiça. Pela biografia e vida do jurista, vimos seu compromisso em conservar o mundo natural

¹⁶ Outro gênero de licenças para caça: a primeira, o sujeito tem o direito à caça baseado na palavra e fala do Rei ou uma autoridade jurídica; a segunda, o sujeito tem o direito à caça baseado em escritos legítimos e selados.

¹⁷ A hipótese que o trabalho sustenta é que, uma vez que Manwood era, ou estava no ato da escrita exercendo esse ofício – como dito em sua biografia –, a rígida educação do jurista, refletiu-se na prudência de não dedicar ao seu ofício, mas a outros que possuíssem relevância e consideração na manutenção da jurisdição e ordem dessa instituição.

(as Florestas Reais) bem como conservar uma jurisdição embasada em leis feudais e textos clássicos. Pelo Tratado, identificamos a proposta de uma compilação coesa e com pretensão de ser suficiente ao entendimento legal e espacial dessa porção pertencente à Coroa Inglesa; adentrando nele, em cada temática observamos a retórica de Manwood em delimitar, e assegurar uma existente ordem e moral nesse espaço campesino, agrário, dessa forma, fazendo dessas Florestas uma instituição que reflita e caminhe na legitimidade de uma Monarquia com autoridade, recursos e soberania para desenvolver um Estado em formação – Um Carvalho de Justiça.

Simpósio Temático 19:

Contestações contemporâneas: movimentos sociais, lutas recentes por direitos no Brasil e história do tempo presente

Carlos Eduardo Frankiw de Andrade

Doutorando em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP)
maledictu@gmail.com

Igor Thiago Moreira Oliveira

Doutorando em Educação
Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG)
igor1871@gmail.com

Proposta do Simpósio:

O presente Simpósio Temático detém como proposta atrair pesquisadores e trabalhos que procuram focar suas perspectivas de estudo na abordagem analítica e crítica de sujeitos envolvidos na atuação em movimentos sociais e políticos e suas concepções e práticas desenvolvidas em lutas por direitos no Brasil e na América Latina no contexto compreendido entre a década de 1990 e os dias atuais.

O contexto iniciado a partir dos anos 1990 pode ser caracterizado pelos reflexos e transformações oriundas da acelerada inserção da região nos processos mundiais de globalização em desenvolvimento. As profundas transformações nas estruturas econômicas, políticas e sociais e a continuada reformulação do papel das instâncias estatais e suas atribuições em meio às sociedades latino-americanas ocorridas deste então tiveram por consequência impactos dramáticos sobre o desenvolvimento histórico destas sociedades: da precarização de condições de trabalho, moradia, transporte, educação, saúde, cultura e lazer à reformulação/redução/flexibilização de direitos, as mudanças iniciadas a partir deste período temporal vieram a se reverter em um descontínuo processo de cristalização e ampliação de diversas desigualdades historicamente construídas e ainda existentes na região. Paralelamente a este cenário, e em resposta a estes

impactos, este período veio igualmente a assistir à insurgência de um inovador conjunto de atores, demandas, práticas e formas de organização e de luta em favor da manutenção ou ampliação do arcabouço de direitos em diversas temáticas e espaços. Sejam inspirados em movimentos de resistência ocorridos em outros países num contexto pautado pela crise das alternativas forjadas ao longo do século XX, sejam se organizando a partir de demandas locais e fazendo usos criativos de diversas tecnologias de informação e comunicação contemporâneas, tais atores estariam trazendo em sua atuação significativas transformações na esfera pública regional passíveis de recuperação e análise a partir de instrumentos oriundos das áreas da História Oral e da História do Tempo Presente, bem como de outros campos do saber em Humanidades.

Tendo em vista o recorte temporal proposto por este Simpósio Temático, é igualmente intenção atrair pesquisadores e estudos situados em outras ramificações do saber no campo das Humanidades imersos nesta temática, de modo a propiciar a construção de um espaço de discussão interdisciplinar ao longo do andamento do encontro.

Intolerância Contra as Religiões de Matriz Africana

Marcelo Martins Lazzarin

Licenciado em História, graduando em Antropologia
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
E-mail: marcelolazzarin@hotmail.com

RESUMO: O Brasil é uma nação multicultural, e uma de suas diversidades mais marcantes são as manifestações religiosas presentes em seu território. Visando a garantir o respeito e pluralidade dessas expressões, o Art. 5º Inc. VI da Constituição Federal de 1988 garante a liberdade de crença e de culto e a proteção dos locais e das liturgias religiosas. A luta dos negros é histórica no Brasil, e suas religiões sempre foram instrumentos de ancestralidade e resistência. Os ataques às religiões de matriz africana demonstram a persistência da intolerância contra pessoas ou grupos adeptos da umbanda e candomblé. Pessoas ou instituições religiosas fundamentalistas promovem agressões físicas e simbólicas contra aqueles que, em sua visão, representam o mal. Para realizar a pesquisa foram feitas entrevistas, visitas a terreiros, eventos em espaços públicos e análise do banco de dados do Núcleo de Estudos sobre Populações Quilombolas e Tradicionais Nuq/UFMG, do Catálogo das Expressões Culturais Afro-brasileiras de Belo Horizonte, ainda não publicados. As representações sociais, muitas vezes, se fazem por meio de relações assimétricas, deslegitimam o lugar do “outro”, o colocando em um patamar inferior. A ignorância, o preconceito e a discriminação são noções cuja análise permitirá entender as raízes do problema.

Palavras-chave: Intolerância religiosa; religião afro-brasileira; antropologia.

Apresentação

O Brasil é uma nação multicultural e, uma de suas diversidades mais marcantes são as manifestações religiosas presentes em seu território. As crenças dos povos indígenas e toda sua diversidade, da tradição cristã europeia e das religiões dos negros desterrados da África e trazidos, compulsoriamente, para o novo mundo se fazem presentes nesse país multicultural. O encontro entre esses mundos na América gerou transformações profundas tanto para colonos como para os colonizados. Os negros trouxeram consigo uma bagagem cultural rica de saberes, valores, costumes e cosmologias e que lhe serviram como instrumentos de resistência contra a dominação. Essa ancestralidade, juntamente com as outras culturas, constitui a nação brasileira. Não estamos dizendo, com isso, que a África ficou no passado e que há uma democracia racial no Brasil. Estruturas de dominação e exclusão ainda se fazem presentes nessa nação. Elementos simbólicos, como a noção do sagrado, servem para a disputa, muitas vezes encarados como uma luta entre o bem e o mal, por lugares de poder.

Visando a garantir o respeito e pluralidade dessas expressões religiosas, o Art. 5º Inc. VI da Constituição Federal de 1988 garante a liberdade de crença e de culto e a proteção dos locais e das liturgias religiosas. O Estatuto da Igualdade Racial em seu Art. 26. Afirma que cabe ao poder público a adoção de medidas de combate à intolerância contra as religiões de matriz africana e a discriminação de seus seguidores para coibir a exposição de pessoas ou grupos fundados na religiosidade. A lei Nº 10.639/2003 torna obrigatório o Ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, que inclui o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil e sua contribuição para a formação da nação.

Apesar de a legislação brasileira ser clara quanto ao direito à diversidade, as religiões de matriz africana, como o candomblé e a umbanda, têm sido alvo de discriminação e preconceito que, muitas vezes, levam a agressões físicas e simbólicas aos seus praticantes ou a ataques aos seus terreiros, geralmente efetuada por grupos que não aceitam a diversidade. A discriminação e perseguição aos negros e suas práticas é Histórico no Brasil¹. O candomblé, por exemplo, foi perseguido por meio de “políticas específicas de repressão das atividades religiosas ou culturais dos negros”².

Entretanto, a prática do candomblé entre as comunidades negras apresentou-se como uma forma de resistência, pois:

Significaram uma defesa cultural para os africanos e seus descendentes [...] salvaguardaram as maneiras de ser e pensar que constituíram seu patrimônio específico, impedindo que a cultura ocidental, fortemente hegemônica [...] destruísse e totalmente anulasse tudo quanto os caracterizava enquanto coletividades específicas³.

Nas últimas décadas igrejas pentecostais têm promovido sucessivas perseguições às religiões de matriz africana. Isso ajuda a entender um pouco o contexto atual da intolerância religiosa no Brasil. Uma vez que o discurso dessas igrejas tem sido o de “imbuir seus fiéis do espírito do combate ao mal”, atitude que transforma os cultos afro-brasileiros em alvo preferencial de suas ações e demonstrações, pois o candomblé e umbanda são interpretados como religiões constituídas

¹ CORRÊA, Mariza. As Ilusões da Liberdade: a escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil. Bragança Paulista. EDUSF, 2000; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Identidade Cultural, Identidade Nacional no Brasil. Ver. Social USP, S. Paulo, 1(l): 29-46. Sem. 1989; e SCHWARCZ, Lília Moritz. O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

² CORRÊA, Mariza. As Ilusões da Liberdade: a escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil. Bragança Paulista. EDUSF, 2000. p. 43.

³ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Identidade Cultural, Identidade Nacional no Brasil. Ver. Social USP, S. Paulo, 1(l): 29-46. Sem. 1989. p. 33.

dessa mal⁴. De acordo com a autora, a fé cristã das igrejas contemporâneas não admite outra forma de relacionamento que não seja a sua⁵. Isso tem causado muitos transtornos para adeptos de religiões afro-brasileiras, por terem que passar por constrangimentos em virtude de sua fé. Como relatado num fragmento de uma entrevista realizada em Belo Horizonte, em 2012, com um adepto de religião de matriz africana e, retirada do banco de dados do Núcleo de Estudos de Estudos em Populações Quilombolas e Tradicionais da Universidade Federal de Minas Gerais (NUQ/UFMG).

Na minha rua sofremos muito e no bairro também. Temos vizinhos que chegam a jogar pedra na porta quando fazemos sessão. São muitos os evangélicos vizinhos e não vizinhos que nos excomungam. Se não for religião de branco não presta. Na cidade vejo muita discriminação.

O preconceito, a discriminação e a falta de informação sobre as manifestações da cultura afro-brasileira faz com que muitos considerem legítimo “esse poder, que tem a possibilidade tanto de vigiar quanto de constituir, sobre aqueles que vigiam, a respeito deles, um saber”⁶. A intolerância religiosa figura estar ligada, em parte, a construção dessas “verdades” sobre os rituais do candomblé e umbanda. Uma liderança de um terreiro de umbanda me testemunhou que perto de seu templo tem uma escola, e que muitas crianças ao passar em frente ao terreiro falam palavras ofensivas contra ela. Ela diz que se o preconceito se aprende, muitas vezes no âmbito familiar, ele pode, então, ser superado pela educação. Sendo assim, ela questiona qual seria o papel da escola para acabar com a intolerância.

A igreja universal do reino de Deus tem sido uma das principais instituições a promover esses ataques. Em Belo Horizonte, a IURD realiza semanalmente, e em vários momentos do dia, o culto do descarrego. Nessas sessões, a igreja intercede para expulsar todos os infortúnios causados pelas religiões do mal. Percebe-se que o discurso ritual e simbólico dialoga a todo o tempo com os princípios das religiões de matriz africana. Uma hora antes e uma hora após os cultos os fiéis podem se orientar na Mesa da verdade. Trata-se de várias mesas brancas dispostas de lado a lado, formadas por pessoas, todas vestidas de branco e que já foram da umbanda e candomblé. Esses conselheiros espirituais são agora denominados pelo pastor de ex-bruxos que, segundo ele, sabem como desfazer os feitiços da casa dos espíritos.

⁴ SOARES, Mariza de Carvalho. 1990. "Guerra santa no país do sincretismo". In: Sinais dos tempos: diversidade religiosa no Brasil. Cadernos do ISER, 23:75-104. p. 76.

⁵ SOARES. "Guerra santa no país do sincretismo". p. 93.

⁶ FOUCAULT, Michel. A Verdade e as formas jurídicas. Nau Editora. Rio de Janeiro, 2002.p. 88.

Sherry B. Ortner afirma que “a história faz as pessoas, mas as pessoas fazem a história”⁷. Dessa forma, apesar da perseguição as religiões de matriz africana constituir um processo histórico e atual, vários adeptos de religiões afro-brasileiras, conscientes desse contexto, são também agentes que exercem um poder de resistência sobre essa coerção cultural que tenta moldá-los. Assim “o poder, em si, é uma faca de dois gumes, operando de cima para baixo como dominação, e de baixo para cima como resistência”⁸. Festas e celebrações anuais são realizadas pelo povo de terreiro em diversos locais públicos de Belo Horizonte, como a Praça de Iemanjá e a Praça 13 de maio, mais conhecida como Praça do Preto Velho.

Para Habermas “O Estado Constitucional moderno deve servir para a criação de possibilidades para um pluralismo religioso pacífico”⁹. O autor afirma que o Estado deve garantir convivência tolerante e proteger seus cidadãos, sejam eles religiosos ou não religiosos. Entretanto, ele afirma que “o ato de tolerar traz impressa a mácula de uma exclusão arbitrária. Há um limite para a própria tolerância. É preciso extrair da tolerância o agulhão da intolerância”¹⁰. Os praticantes de religiões de matriz africana consideram, por sua vez, que a antítese da intolerância não é a tolerância, mas sim o respeito.

A constituição federal de 1988 e outras leis que a sucederam trouxeram um importante apoio jurídico para que os adeptos de religiões de matriz africana tivessem suas práticas, crenças, liturgias e preservação dos seus locais de culto asseguradas pelo Estado brasileiro. Apesar disso, nossa democracia ainda enfrenta diversos entraves sociais e ideológicos para que seja de fato efetiva.

A visão negativa construída em torno da cultura africana e afro-brasileira tem origem no passado, mas como afirma Bourdieu, as estruturas das sociedades são estruturadas e estruturantes¹¹. Portanto, é preciso acabar com o racismo para romper estas estruturas.

⁷ ORTNER, Sherry B. Teoria da Prática. Poder e Projeto. Conferência da 25ª Reunião Brasileira de Antropologia – Goiânia 2006. p. 277.

⁸ ORTNER. Teoria da Prática. p. 58.

⁹ HABERMAS, Jurgen. Entre naturalismo e religião: estudos filosóficos. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2007. p. 11.

¹⁰ HABERMAS. Entre naturalismo e religião. p. 284.

¹¹ BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.

Os Movimentos Contra-hegemônicos na América e sua Epistemologia Decolonial

Miriam Gomes Alves

Graduanda em Pedagogia

Universidade Federal de Minas Gerais

war6miriam@gmail.com

Resumo: O artigo visa compreender os processos de luta de identidade étnica na América, sua interconexão com a Revolução Haiti. Os conceitos de Identidade e Negritude e como influenciou nas lutas por libertação, a contestação de negros e indígenas às teorias eugenistas, a colonialidade do saber e a busca por uma epistemologia decolonial, considerando as lutas anticoloniais e antiimperialistas que ocorreram e ainda ocorrem na América.

Palavras Chaves: Identidade, colonialidade, episteme

Introdução

Há um provérbio africano que diz “*é preciso olhar para trás, para seguir adiante,*” parte da cultura iorubá, que tem como elemento o símbolo Adinkra¹. Para ir adiante é preciso retornar ao passado. É uma maneira de dizer que, apesar do pássaro (Sankofa) voar para frente; olha continuamente para trás. A memória é fruto da identidade coletiva de um povo, é através dela que construímos nossa subjetividade. Somos sujeitos mutáveis e em constante construção, mas principalmente somos seres sociais, culturais e históricos. É essa identidade que vai caracterizar as lutas de negros e indígenas na América Latina e África. Nesse contexto, busca-se a partir desse artigo, a reconstrução de um pensamento crítico, anti-hegemônico, nas experiências de luta, sobre uma nova episteme baseada na interculturalidade, descolonização e transformação a partir de grupos subalternizados.

A origem das lutas decoloniais na América Latina

A afirmação da identidade étnica leva a identidade a um campo político, ou seja, a identidade coletiva define a comunidade política, produzindo novos sujeitos e subjetividades. Para Hall², o sujeito que possui uma identidade unificada e estável, tem sofrido transformações, essa identidade torna-se fragmentada, composta por várias identidades, às vezes contraditórias e não resolvidas. A ideia de uma identidade centrada, unificada e dotada de razão do sujeito cartesiano,

¹ Adinkra: O conjunto desses símbolos, chamados adinkra, formam um sistema de preservação e transmissão de valores acumulados pelos akan, grupo cultural presente no Gana, Costa do Marfim e no Togo, países da África do Oeste.

² HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997 p.12

individualista e essencialmente masculina, é uma identidade ultrapassada, ela provoca uma série de crises frente à mobilidade extraterritorial do capital financeiro, social, simbólico e humano. As narrativas construídas entorno de uma identidade nacional ou culturas nacionais, influenciam nas ações e concepções que temos de nós mesmos, a identidade nacional, é, portanto para o autor, uma “comunidade imaginativa”.

O Estado Moderno, fruto dessas comunidades imaginativas, tende a apagar a noção de territórios e identidades, em nome de sua soberania, que suprime e inviabiliza a soberania e emancipação dos grupos étnicos, formando uma estrutura de poder cultural e simbólico, que está em constante embate com as identidades. “Esse colapso, provado por mudanças estruturais e institucionais, produz o sujeito pós-moderno”³, conseqüentemente o sujeito liberal, cartesiano, destituído de uma identidade coletiva, encontra-se debilitado frente à ação do Estado e de suas políticas de viés eugenistas, tendo que se adequar a sua soberania/tiranía.

“Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos.”⁴ Diante a violência de um Estado repressor, que exerce domínios sobre os corpos, tornando-os dóceis e úteis ao sistema, encontra-se na luta dos grupos subalternizados uma resistência invisível, que vai ganhando corpo e visibilidade junto às juventudes, tendo maior destaque na década de 60, com a eclosão dos Novos Movimentos Sociais. A formação da identidade passa a ser então um projeto para os movimentos sociais que desafiam a cultura hegemônica existente.

Para Alonso, “esses movimentos, não visavam à revolução política, no sentido de tomada do poder do Estado. Não eram reações irracionais de indivíduos isolados, mas movimentação concatenada, solidária e ordeira de milhares de pessoas.”⁵ A partir da reflexão sobre esses movimentos, buscamos vislumbrar a luta dos povos por outra perspectiva, que não a luta de classes, deslocando o olhar do centro para as periferias globais. Destituindo o poder cultural, construído por uma narrativa hegemônica, para a construção de uma nova geopolítica do poder, a partir do conhecimento construído pelas subjetividades subalternizadas dos ex-regimes coloniais. “A descolonialidade representa uma estratégia que vai além da transformação da descolonização, ou seja, supõe também construção e criação. Sua meta é a reconstrução radical do ser, do poder e do saber.”⁶ Ao tentar deslocar o olhar, que partem das experiências europeias e norte-americanas,

³ HALL. *A Identidade Cultural na Pós Modernidade*. p.12

⁴ CANDAU. Vera Maria Ferrão; Oliveira. Luis Fernandes de. *Pedagogia Decolonial e Educação anti-racista e intercultural no Brasil*. Educação em Revista. Belo Horizonte, v6.p.15-40, 2010

⁵ ALONSO. *As teorias dos movimentos sociais*. p.49

⁶ ALONSO. *As teorias dos movimentos sociais*. p.49

desconsiderando as lutas anticoloniais e antiimperialistas que ocorriam e ainda ocorrem na América e África, propõe-se um novo viés teórico, com base em uma epistemologia descolonizadora.

Para isso, retornamos à Revolução do Haiti e a sua importância para construção de uma nova episteme, sendo uma das primeiras revoluções de caráter anticolonial e antiimperialista na América. A conquista da Revolução Haiti (1791-1804), não foi apenas a sua independência, embora por um curto prazo, mas a transposição das barreiras nacionais, com seus ideais de luta pela unidade do povo negro. De acordo com Césaire⁷, foi no Haiti onde, pela primeira vez, a Negritude se pôs de pé, sendo um evento ímpar na história, que apesar de ainda permanecer encoberto, representa um momento definidor.

As raízes do movimento pan-africanista na América

O continente americano é onde se concentra a maior parte da diáspora Africana, a emersão dos afro-latino-americanos se acentuava nos espaços e nos discursos transnacionais. A conexão com a África se manteve através dos valores civilizatórios, que por mais que os colonizadores tentassem suprimir a identidade de africanos e seus descendentes, essa se manteve através dos valores civilizatórios, por meio da oralidade, circularidade, comunitarismo (ex. os quilombos) e ancestralidade (religião) [...] “a cultura africana, renascida em terras alheias, tornou-se a força da união e o sistema de comunicação que ajudaram a colocar em movimento alguma das mais bem-sucedidas revoltas de escravo na história do mundo.”⁸

A comunicação no transatlântico foi fundamental para o impulso de diversas insurreições escravas no século XVIII, além da Revolução do Haiti (1791-1804), ocorreram rebeliões em Guadalupe e Santa Lúcia (1794), Cuba e Venezuela (1795); o que despertou o receio do império brasileiro principalmente no Grão Pará, onde as notícias de idéias revolucionárias na Europa, abolições e rebeliões de escravos circulavam por meio de viajantes franceses e pela tradição da maroonage (grupos de escravos fugidos) ou maroon, tradição de luta pela liberdade e posse da terra⁹. Onde insurgiu a Cabanagem (1835-1840) e posteriormente outras insurreições na América, a exemplo da Jamaica em 1865. O historiador Clarke, aponta que a integração dessas culturas e as revoltas travadas é parte de uma organização quilombola, de habilidade gerencial e administrativa

⁷ CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre a Negritude*. Aimé Césaire; Carlos Moore (Organização) – Belo Horizonte: Nandyala, 2010. (Coleção de Vozes da Diáspora Negra, Volume 3).

⁸NASCIMENTO, Elisa Larkin. *A Matriz Africana no Mundo*/Elisa Larkin Nascimento,(org.). São Paulo: Selo Negro,2008 p.159

⁹ SOARES, Carlos Eugênio. GOMES, Flávio. *Sedições, Haitianismo e Conexões no Brasil escravista*. Outras Margens do Atlântico Negro. Novos Estudos n°63. 2002

ioruba com a liderança akan, técnica de matriz banta, a mesma utilizada pela rainha e guerreira Nzinga, no século XVII¹⁰.

Para além da matriz cultural comum, para Nascimento o pan-africanismo representa “a luta pela libertação dos povos africanos em todos os lugares onde se encontram.”¹¹ E embora o termo “Pan-africanista” tenha sido cunhado no século XIX, já estava presente nas lutas por libertação contra os regimes colonialistas, dos quilombolas, na Revolta dos Malês na Bahia; assim como dos *cimarrones* no México, dos *palanques* em Cuba, dos *cumbes* na Venezuela. Essas organizações quilombolas constituíram basicamente a luta anticolonial na América. “O funcionamento dessa identidade na ação libertadora representa, para nós, a essência do pan-africanismo. Por isso, identificamos na tradição de resistência quilombista, um primeiro momento de sua articulação na prática.”¹²

Os Conflitos Raciais na América

A emancipação das colônias latino-americanas, asiáticas e africanas com o fim do sistema escravista, não significou de fato a descolonização, pois manteve-se a colonialidade nas estruturas do Estado. A colonialidade refere-se a um padrão de poder que emerge do colonialismo, como forma de limitar as relações de poder entre os povos, formulando uma concepção de subalternidade da raça e do conhecimento, ela sobrevive às estruturas subjetivas, dando base à colonização epistemológica¹³. Conforme discutimos anteriormente, as narrativas são construídas, em torno da identidade nacional, nas ex-colônias europeias reproduzem o *lôcus* do colonizador, na produção do trabalho, do conhecimento, e do mundo simbólico, destruindo as múltiplas identidades, invisibilizando e subalternizando o outro, ou seja, o não-europeu.

A ideologia do branqueamento foi fundamental para a construção desse imaginário, colocando os negros e indígenas em completa invisibilidade, ou os dizimando. As teorias de miscigenação na América Latina defendidas como algo positivo, produziram e produzem uma relação perversa, criando um sistema classificatório e de valor, a qual, quanto mais próximo do idealtipo branco, mais aceito o indivíduo será na sociedade¹⁴. A positividade da mescla, serviu como base a expansão do neo-colonialismo em toda América Latina, através da aculturação de seus povos, assimilando a ideologia dominante e a cultura eurocêntrica, assim como seu modo de

¹⁰ NASCIMENTO. *A Matriz Africana no Mundo*. P.159

¹¹ NASCIMENTO. *A Matriz Africana no Mundo* p.161

¹² NASCIMENTO. *A Matriz Africana no Mundo*.p.161

¹³ CANDAU.. *Pedagogia Decolonial e Educação anti-racista e intercultural no Brasil*. .p.15-40.

¹⁴ MOURA, Clovis. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: Editora Anita, 1994.p.150

produção. Por meio da inferioridade das raças, cria-se um sistema de dominação sofisticado, a qual se pode manter a segregação, sobre práticas “veladas”. Para o psicanalista Frantz Fanon: “quanto mais o colonizado se amoldar aos valores culturais da metrópole, tanto mais se afastará da sua própria cultura. Ele será tanto mais branco quanto mais tiver rejeitado sua negrura.”¹⁵.

As teorias imersas no imaginário social colocavam o papel do negro, não apenas de subalternidade, mas de degenerância, associando a este a idéia de “marginalidade ou “marginal”, quando não animalizado pela hipersexualização dos corpos, tido como “mulato” ou “mucama”. No sul dos Estados Unidos, esse fator foi preponderante, para que ocorresse uma série de linchamentos de homens negros. De acordo com Hall: “Os estereótipos têm a capacidade de desenvolver estratégias para estabelecer a divisão, ditando o que pode ser considerado o “normal e o aceitável”, o “anormal e o inaceitável.”¹⁶ Diferente do Brasil e dos demais países da América Latina, os Estados Unidos não adotaram o projeto integracionista, seu método de segregação “Jim Crow” assemelhava-se ao apartheid na África do Sul.

Com o aumento das tensões raciais, as organizações iam ganhando cada vez mais e mais adeptos. Na década de 20 a 30 a UNIA (Associação Mundial para Melhoramento da Condição dos Negros), contava com entorno de 10 a 15 milhões de afiliados e tinha como slogan: “Europa para os europeus. Ásia para os asiáticos. A África para os africanos, no continente e no além mar!”¹⁷ O projeto político transnacional garveyista, ultrapassava fronteiras, e conquistava a valorização defensiva da raça negra e o reconhecimento da Negritude ou Identidade Negra. Foi com Marcos Garvey¹⁸ que o Panafricanismo atingiu uma etapa superior de militância anticolonialista e antiimperialista

Nos anos seguintes, as lutas no continente africano pela libertação, se unirão aos ideais da juventude nacionalista africana, que buscava uma ideologia mais radical, centrada nas realidades do mundo negro, conforme afirma Césaire. Concomitante, incia-se as lutas por Direitos Cívicos nos Estados Unidos, tendo seus principais protagonistas Martin Luther King e Malcolm X. O primeiro ganhou milhares de adeptos por meio dos protestos pacíficos inspirado na idéia de “Desobediência Civil”, utilizada por Ghandi, o mesmo era integralista, propunha a igualdade racial, não sendo adepto das posturas radicais e de segregação, como as de Malcolm X, principal defensor do

¹⁵ FANON, Frantz. *Peles negras, máscaras brancas*. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

¹⁶ HALL. *A Identidade Cultural na Pós Modernidade*. 2006

¹⁷ CÉISARE, Aimé. *Discurso sobre a Negritude*. Aimé Césaire; Carlos Moore (Organização) – Belo Horizonte: Nandyala, 2010. (Coleção de Vozes da Diáspora Negra, Volume 3)

¹⁸ Marcos Garvey: o pan-africanismo messiânico, nascido em 1885 na Jamaica, foi membro fundador da UNIA (Associação Mundial para Melhoramento da Condição dos Negros).

nacionalismo negro e Stokely Carmichael, membro dos Panteras Negras, que cunhou o termo “Black Power”.

Em 1968, o país estava em meio a uma grave convulsão sócio-racial criada pelo crescimento de várias tendências de um amplo movimento conhecido pelo termo cunhado por Carmichael “Black Power.”¹⁹ Essas tensões não deixam de ser diferente entre as diversas correntes antagônicas que existiram e ainda existem, embora menos sangrenta, entre marxistas e pan-africanista. Conforme dito anteriormente, as identidades do sujeito pós-moderno são identidades contraditórias, não-resolvidas, em constante conflito. Essas identidades produzem sujeitos distintos, com ideologias diversas, sendo estes marxistas, zapatistas e pan-africanistas. Essas duas últimas, com caráter mais radical, na defesa da comunidade, da “identidade cultural” enquanto identidade política.

As aspirações de 68 não se limitaram apenas ao cenário político norte-americano, foi neste ano que vários movimentos estudantis, ganharam as ruas em protestos de proporções globais, no Brasil, Tchecoslováquia, México e Souborne-França, entre outros. Os jovens tinham como inspiração os 3M (Martin Luher King, Herbert Marcuse, Mao Tsé Tung). Este último aderido pelos Panteras Negras, mas logo dispensado, por seus ideais tirânicos. Os estudantes que se mobilizaram em manifestações “pacíficas”, foram duramente reprimidos por seus governantes, sobre o medo da “ameaça do comunismo”. O que mais chama a atenção nessas manifestações é seu caráter identitário, ao levar a afirmação da identidade a um campo político. No México, a ação organizada pelos estudantes, resultou no Massacre da Praça das Três Culturas, a partir daí encontramos singularidades, com a origem de outro movimento social com caráter autônomo na América Latina.

A organização indígena zapatista

Em 1974, um grupo de estudantes remanescentes do Massacre da Praça das Três Culturas, participa do Congresso Indígena de San Cristóbal de las Casas, entrando em contato com quatro etnias Tzeltal, Chol, Tojolabal e Tzotzil; que posteriormente tornam-se a base do EZLN. “Graças à conscientização política e étnica, influenciada pela teologia da libertação, representada pelo bispo Samuel Ruiz García, tornou-se frutífera a relação entre o grupo urbano que se instalou na Selva Lacandona na década de 1980 e entre as comunidades indígenas.”²⁰

¹⁹ NASCIMENTO. *A Matriz Africana no Mundo*. p.236

²⁰ ANDREO, Igor. Congresso de San Cristóbal de las Casas, 1974 *Raízes indígenas do Exército Zapatista de Libertação Nacional (reflexões iniciais)*. Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC Vitória – 2008 ISBN - 978-85-61621-01-8 1.p.3

Experiência esta que serviu de aprendizado mútuo, fazendo com que a vanguarda perdesse aos poucos a ideologia marxista-leninista e aderisse cada vez mais à lógica e a cultura indígena em Chiapas, e sua tradição secular, abandonando a lógica de guerrilha e constituindo o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), nascido no 1º de janeiro de 1994.²¹

É importante ressaltar, que o universalismo marxista, não encontra aqui solo fértil a disseminação de sua ideologia, uma vez, que os indígenas de Chiapas, não estavam dispostos a abrir mão de suas tradições, para disputa política em sistemas partidários, muito menos, visavam à revolução política, ou a tomada de poder do Estado. Estes buscavam formas autônomas de auto-gestão e organização prática, que se assemelham a tradição de resistência quilombista.

Para o neozapatismo, a unidade política básica é os *pueblos* e o Estado estaria a serviço dos *pueblos* e das comunidades. O EZLN não acredita na separação do Estado, ou tomada do poder, acreditam que o poder vem de baixo, na reformulação do Estado, com a dissolução do poder, onde tenham autonomia, para também exercê-lo, a partir do reconhecimento identitário indígena, e de suas comunidades autônomas, que estabelecem formas de interação menos prejudiciais, como a manutenção de seus traços culturais, identidade étnica e seus valores comunitários. Rompem as barreiras territoriais, à medida que se identificam com uma luta global, anticolonial e antiimperialista, contribuindo com novas epistemologias do saber político, que diferem do modelo da “democracia francesa” incorporado na América, e seu sistema de representação partidária. “A idéia de mudar a sociedade por meio do Estado repousa no conceito de que o Estado é, ou deveria ser soberano”²². Essa idéia é a antítese da autodeterminação dos *pueblos*, quer seja pelo movimento zapatista ou o pan-africanismo, ambos adeptos da soberania popular, liberdade e posse da terra, como principal elemento para uma vida digna.

É também fundamental ressaltar a importância da Revolução Mexicana, para o surgimento do Neozapatismo. Conforme dito no provérbio africano, é preciso retomar o passado para seguir adiante, buscar a sabedoria de nossos ancestrais para a construção dos nossos pensamentos e ações. Por isso, estudar a lutas e processos anteriores contra a “modernização” e a “política agrária” de Porfirio Diaz, por Francisco “Pancho” Villa e Emiliano Zapata, foi fundamental para EZLN, pois, encontram-se similaridades nas políticas neoliberalistas. Se até a década de 70, os povos oriundos da Selva de Lacandona, encontravam-se isolados dos efeitos da Revolução, pois, esta não chegou a triunfar em Chiapas. Ao resgatar o processo histórico, os indígenas encontraram bases para a luta

²¹ ANDREO. *Raízes indígenas do Exército Zapatista de Libertação Nacional*. P.11

²² HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje*. São Paulo: Viramundo, 2003. p.32-301

anticolonial, e contra o domínio das terras pelo agronegócio, e auto-preservação de sua identidade, que ameaçam as comunidades indígenas da região.

As políticas agrárias, o aumento do conservadorismo e o indigenismo, de 1917 a 1970, foram cruciais para a formação do Neozapatismo no México. Diante dos constantes conflitos com o Exército Nacional e a dura repressão sofrida pelo movimento em diversos períodos, foi necessário organizar as Juntas de Bom Governo, em cada município rebelde, formando assim os Caracóis, que são bases do Exército, embora parte de suas lideranças nunca tenham sido militares, a organização de auto-defesa é fundamental diante as ameaças externas. Também é importante ressaltar o êxito em seu processo de constituição e autoconsciência como coletividade indígena em armas e rebeldia, e não somente camponesa e proletária, contra o governo mexicano, conforme nos aponta Brancalone, isso se deve a natureza do vínculo que foi possível estabelecer com a sociedade civil nacional e internacional²³, finaliza.

Conclusão

É importante ressaltar que a luta dos *pueblos* índios e negros de diáspora na América, encontram similaridades, elas partem de um contexto único, em que o processo de construção histórica, a identificação e solidariedade dos povos com a luta, são fatores fundamentais e subjetivos, que contribuem para uma nova organização de pensamento e retomados de valores étnicos, como paradigma de vida. Todavia a exclusão causada pela segregação e pelas ideologias eugenistas, foram cruciais para a origem desses movimentos de caráter contestatórios, a expansão do neoliberalismo, ameaçam as comunidades indígenas em diferentes partes do globo, tornando necessária a transnacionalização da luta em busca da emancipação, autonomia e afirmação dessas identidades, o que nos leva a ampliação de suas idéias nas décadas de 80 e 90, auge da formação do Exército Zapatista de Libertação Nacional, das lutas do movimento negro pela redemocratização do país, a busca pela dignidade e vida. O *Civil Rights* não foi apenas para inclusão de negros, acabou por torna-se bandeira de outros grupos marginalizados, pela afirmação da identidade, como mulheres, gays, estudantes (...); ultrapassou as fronteiras nacionais e ganhou adeptos mundialmente, deixando um legado de luta e mobilização diante das constantes ameaças. Conforme podemos denominá-los são movimentos “rebeldes” de autodefesa, que buscam visibilidade as inúmeras diferenças “étnicas”, de “gênero” ou “classe social”, lutam contra o controle e a dominação de seus

²³ BRANCALEONE, Cassio. *A experiência de auto-governo zapatista em questão*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires. p.3



corpos, ou seja, é a luta dos invisíveis, que tentam tornar visível a situação de exploração e opressão a qual enfrentam.

Identidade americana e a questão dos direitos civis homossexuais: uma análise do documentário *For the Bible Tells Me So*

Ulli Christie Cabral¹

Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
ulli.cristie@yahoo.com.br

Resumo: Esse trabalho tem como objetivo analisar alguns aspectos da sociedade norte-americana quanto a sua história e política. Tendo conhecimento de sua associação com ideias religiosas puritanas, a proposta foi a de tratar sobre suas origens e formação de identidade nacional. Por fim, usando como elemento de análise o documentário *For the Bible Tells Me So*, falar sobre os entraves em relação aos direitos civis dos homossexuais e como essa religiosidade mantém-se presente nas decisões políticas dos Estados Unidos.

Palavras-chave: Puritanismo, Estados Unidos, Religião, Direitos Civis, Política, Homossexuais.

Introdução

As práticas religiosas, desde tempos remotos, influenciam as atividades e modos de pensar das sociedades. A forma que se entende o mundo, as relações entre os indivíduos, os eventos naturais, as religiões procuram apresentar justificativas e as condutas morais e éticas dos que estão sob sua esfera de influência. Obviamente que tal fenômeno pode ser lido como uma produção cultural, ou seja, as religiões são criadas e desenvolvidas pela coletividade justamente para os fins acima exemplificados além de outros, o que não diminui sua importância, tornando-as ainda algo ainda mais interessante em se analisar. Dificilmente se escapa desses modelos ao viver junto à comunidade. O que se pode observar, dentro desse contexto, é que algumas culturas mostram-se ligadas de forma mais explícita às suas bases sacras, como é o caso dos Estados Unidos da América.

A religião é parte integrante e fundamental da sociedade norte-americana. Está presente na cultura, na economia, na política e na sociedade em geral. Pode se dizer que as bases da formação da identidade estado-unidense são os princípios cristãos que enxergaram, entre os séculos XVIII e XIX, nos chamados *pilgrim father*, ou simplesmente “pais peregrinos” em tradução livre. A partir do estabelecimento dessas bases, os Estados Unidos (de um modo amplo) se desenvolveu com ideais republicanos de progresso, mas sem se afastar de sua “essência puritana”. A partir disso o que se observa no país é uma disputa ideológica em larga escala sobre direitos civis e liberdade de expressão e diversas dicotomias, que muitos leem como contradição quanto ao que os Estados

¹ Bolsista de iniciação científica pelo programa *Pronoturno* oferecido pela Pró-Reitoria de Graduação da UFMG.

Unidos pregam. Uma nação que se diz pautada na defesa da liberdade que, contudo, impediu (e ainda impede) o exercício irrestrito dos direitos civis de seus cidadãos. Durante o percurso da história americana, principalmente do século XX em diante, o que se nota são as intensas disputas sociais, e sendo os Estados Unidos a grande potência que é suas discussões internas exercem influência nos demais países ocidentais. Mas é importante analisar brevemente a formação de sua identidade.

Destino Manifesto

Ao fim de uma longa guerra de independência as Treze Colônias, em 1783, viam-se livres da “tirania inglesa”, todavia outro problema surgia para os dissidentes: como unir os territórios em uma só nação. Segundo Mary Anne Junqueira², encontrar um passado comum foi a forma que os republicanos encontraram para criar um sentimento de união entre as Colônias. Aí então que a história dos puritanos foi trazida à tona já que possuía elementos que poderiam ser facilmente associados com o momento que o país vivia.

Segundo se conta, um grupo de calvinistas mais radicais conhecidos como *The Separatists* (Os Separatistas), embarcaram rumo ao Novo Mundo onde poderiam exercer livremente sua vertente religiosa, escapando das imposições da Igreja Anglicana. Esse conjunto chegou ao continente americano a bordo do navio *Mayflower*, após enfrentar o oceano Atlântico. Esse grupo de puritanos se autodenominava como os “novos hebreus” que construiriam a “nova Jerusalém” na América. Como os hebreus que escaparam do jugo faraônico atravessando o Mar Vermelho os novos hebreus escapavam agora da opressão anglicana atravessando o Atlântico. A associação entre as duas realidades era amplamente divulgada e cabia a eles restaurar os valores perdidos pela Europa, que estaria corrompida e decadente. No navio, os peregrinos teriam firmado o famoso *Mayflower Compact*: o Pacto do *Mayflower*. Junqueira conta ainda que tal pacto foi considerado posteriormente como o primeiro conjunto de regras do Novo Mundo, e estabelecia que as decisões seriam tomadas em conjunto e que todos os homens seriam ouvidos, formando ainda a bordo do navio uma assembleia em que construiriam uma nova sociedade, virtuosa e coesa.

Em fins do século XVIII os norte-americanos passaram a se considerar descendentes diretos dos navegantes do *Mayflower*, os “país peregrinos”. Essa perspectiva dava aos americanos um caráter exclusivo, por se considerarem herdeiros dos hebreus, e uma referência mundial a ser seguida. Era a formação da “sociedade *WASP*”: *White, anglo-saxon and protestant* (branco, anglo-saxão

² JUNQUEIRA, Mary A. Os discursos de George W. Bush e o excepcionalismo norte-americano. *Margem*, São Paulo, n.º. 17, p. 163-171, 2003.

e protestante). O plano político, social e cultural excluía quem escapasse desse perfil, dando ainda mais legitimidade para seu aspecto excludente, definindo de forma enfática o caminho a ser trilhado e seguido pelos demais³. Colocaram-se como detentores dos valores morais e republicanos e usaram isso como motor e justificativa do intenso processo de expansão que se seguiu no século XIX. A criação de uma sociedade forte e poderosa que deveria levar esses valores ao resto do mundo, era seu “destino manifesto” fazê-lo.

A incorporação desse ideal foi profusa e tornou-se parte fundamental do que era ser americano. Essa noção foi presente nos discursos políticos presidenciais e em militantes dos direitos civis, com Martin Luther King Jr. Recorrer à noção de que os Estados Unidos têm uma tarefa a desempenhar no mundo, pois são detentores de valores éticos superiores de liberdade e justiça, é algo que os americanos reconhecem facilmente, mesmo que não concordem com ele. Porém esse ideal com raízes religiosas trará conflitos internos na sociedade estado-unidense.

A Política Cristã

O fato de a sociedade americana identificar-se como cristã protestante fere um dos princípios que mais defendem: a liberdade de expressão e, ainda, a separação entre Igreja e Estado. De fato, a Primeira Emenda trata especificamente disto:

[...]o Congresso não fará nenhuma lei a respeito do estabelecimento de uma religião, ou proibindo o livre exercício dela; ou cerceando a liberdade de expressão ou de imprensa; ou o direito do povo se reunir pacificamente e dirigir petições ao governo para a reparação de injustiças [...]⁴.

Com uma análise mais detalhada, o fato da liberdade religiosa ser a primeira preocupação na formulação da Constituição americana é interessante. Uma sociedade que se considera descendente de um grupo de pessoas que fugiram da perseguição religiosa dará especial enfoque à liberdade da fé. Influenciados pelos ideais iluministas e republicanos, defenderão a liberdade de expressão. O problema está na questão em que o Estado não interferirá na religião, mas o contrário não está claro. Não se fala abertamente em Estado laico. Daí as doutrinas religiosas terão influência

³ O que se configurou como um problema já que grande parte da população norte-americana foge desse padrão. Ao longo dos séculos se incluem aí as etnias negras levadas como escravas, os imigrantes de demais regiões da Europa (principalmente irlandeses e italianos) e do mundo e outras denominações cristãs que, mesmo protestantes, não necessariamente combinavam com o puritanismo. Porém, o que vai se notar é como mesmo esses grupos variados irão se identificar com o discurso fundador norte-americano. O que prevalecerá entre eles serão os ideais de democracia, justiça e liberdade associados à fundação da república norte-americana e a declaração de independência assinada em 1776. Fundamentados nisso, o que se observa no país é uma disputa ideológica em larga escala sobre direitos civis e liberdade de expressão.

⁴ *Liberdade de expressão nos Estados Unidos.* Captado em: <http://iipdigital.usembassy.gov/st/portuguese/pamphlet/2013/05/20130503146797.html#axzz3tzN6vDkC>. Acesso em 14 de maio de 2016

direta sobre a tomada de decisões políticas nos Estados Unidos, dando a entender que a liberdade individual dos cidadãos vai até o ponto em que essa não fira os valores morais cristãos.

Hugh Hefner, criador da revista *Playboy* chamará a atenção em um artigo⁵ veiculado pelo próprio periódico sobre a falta de liberdade sexual imposta pelos valores puritanos na América. Em artigo publicado em agosto de 2012, Hefner lembrará o caso de Charles Costner, um homem preso e condenado a três anos de prisão por fazer sexo anal consensual com sua esposa. Ele lembra ainda das leis que limitavam as práticas sexuais na maioria dos estados americanos, leis motivadas por um ideal cristão conservador em que o ato sexual é visto unicamente pelo ponto de vista reprodutivo. Qualquer ação que desvie disso é condenável.

Como a sociedade americana é profundamente cristã em suas raízes, a maioria das pessoas condenará as leis que desviem de suas interpretações bíblicas sobre pecado. Dessa forma, o Estado será usado para cercear a liberdade dos que destoem do padrão estabelecido pela ética protestante. Por exemplo, no início dos anos 60, tanto o sexo oral quanto o sexo anal eram ilegais em 49 dos 50 estados. Em 10 destes, a sodomia – que era definida de diversas formas e poderia, em alguns estados, incluir o sexo oral – chegavam a ter uma sentença de até 20 anos. Em Connecticut quem praticasse sexo oral poderia ter uma pena de 30 anos de prisão – 60 anos para pessoas que viviam na Carolina do Norte. Em Nevada a penalidade chegava a ser perpétua. Em 37 estados não era permitido o sexo entre pessoas não casadas e 45 criminalizavam o adultério. No meio disso vários setores da sociedade terão sua plena cidadania limitada, como é o caso das mulheres, dos negros, dos não cristãos⁶, dos homossexuais e etc. É nesse campo que os grupos de minorias verão a necessidade de lutar por seus direitos, já que se veem em uma sociedade opressiva que demarca sua autonomia.

Tomando a título de ilustração dois dos casos mais conhecidos: das mulheres e dos negros. A partir do século XIX, toda uma geração de mulheres inspiradas pelos ideais da época e pós Guerra Civil, segundo Eliane Moura da Silva⁷, sentiu-se encorajada a participar e ampliar seus limites de inserção no horizonte religioso, repensando a experiência nacional. O feminismo e a luta pelos direitos das mulheres dentro das Igrejas e na sociedade civil nasceram ao mesmo tempo e como parte de um mesmo movimento histórico. Muitas associações evangélicas voluntárias

⁵ HEFNER, Hugh. *Sexual freedom*. Original em inglês disponível em: <http://www.playboy.com/articles/sexual-freedom>. Acesso em 12 de dezembro de 2015. O mais interessante sobre o artigo de Hugh Hefner é que ele utiliza a mesma retórica de evocação sobre a liberdade para defender o que ele chama de “*sexual revolution*”.

⁶ Aí podem se incluir vertentes cristãs que fogem da lógica protestante ou puritana, como o próprio catolicismo.

⁷ SILVA, Eliane Moura. Gênero, religião, missionarismo e identidade protestante norte-americana no Brasil ao final do século XIX e inícios do XX. *Mandrágora*, São Bernardo do Campo, v. 14, p. 25-37, 2008.

apoiadas em grupos locais femininos tornaram-se essenciais. As igrejas na segunda metade do século XIX começaram a transformar-se em lugares onde as mulheres passaram a exercer papéis autônomos e de liderança além dos limites familiares. Outro aspecto, segundo a historiadora, foram as *Sociedades Missionárias Femininas* em que mulheres eram recrutadas e preparadas profissionalmente para evangelizar de forma autônoma pequenas comunidades e ir a missões internacionais, além de receber e auxiliar os imigrantes e trabalhar em obras de caridade. Em pouco tempo, as mulheres superaram os homens nessa área, tornando-se referência. Isso lhes deu mais força para aspirar posições mais elevadas dentro das Igrejas e fora delas. A resistência que enfrentavam por parte dos homens para conseguir sua autonomia foi encarada de forma coletiva e mais contundente, e em fins do século XIX em diante, mulheres não só assumiram posições de liderança religiosa como conquistaram direitos trabalhistas, direito ao estudo formal e o sufrágio universal. Ou seja, mulheres feministas e cristãs existem, ao menos nos Estados Unidos, desde o século XIX. Mesmo que tenha havido um movimento reacionário por volta das décadas de 40 e 50, Eliane Moura da Silva avalia que antes disso as ideologias não podem ser totalmente distintas.

Claro que as devidas restrições devem ser levadas em conta, já que esse movimento feminista cristão abarcou, nesse primeiro momento, apenas mulheres brancas. A opressão social sofrida pelas mulheres de outras raças perdurou de forma legal e institucional até o século XX, sendo que para as mulheres negras tais leis só caíram nos anos 60. E aqui entra um fenômeno que teve seu expoente mais forte nos Estados Unidos: a teologia negra. Tal vertente cristã apoiava-se na Bíblia e nos ideias de libertação para defender sua posição social. Assim como, de forma geral, os americanos se identificavam como os novos hebreus, a teologia negra identificava os quase 300 anos de escravidão negra nos EUA com o período de escravidão que os hebreus viveram no Egito. A vivência cristã dos negros foi diferente da que os brancos tiveram: primeiro foram massivamente cristianizados enquanto estiveram na situação de escravos; depois acrescentaram elementos próprios como os *spirituals*, suas congregações próprias (já que não podiam frequentar as igrejas dos brancos) - identificaram-se mais com a vertente batista - e as celebrações religiosas se davam de forma mais exaltada e expressiva, por assim dizer. Esse foi o ambiente que deu origem a teologia negra, e teve seu líder mais proeminente no Pr. batista Martin Luther King Jr., nos anos 60. O Dr. King (como era mais conhecido) se apropriou do mito fundador norte-americano, do discurso de liberdade, partindo da sua vivência dentro da teologia negra.

O que queria mostrar com esses exemplos é justamente que por mais excluídos socialmente que fossem, os movimentos por direitos civis de grupos feministas e negros não se dissociaram da lógica opressora. Aproveitaram-se dela e a transformou em seu favor. Muitos desses grupos de

minorias não se afastarão da religião, pelo contrário: procuraram pautar suas causas na ideologia cristã, buscando sua legitimidade nos mesmos preceitos que são utilizados como justificativa de sua opressão. Contudo, o caso dos grupos LGBT é mais peculiar, pois seus representantes não eram aceitos nas denominações e nunca foram parte do cristianismo ou dos processos de cristianização (não como homossexuais assumidos e praticantes, claro). Mas mesmo assim vai existir uma forte busca em vincular a luta desse grupo com o cristianismo.

Os pesquisadores Maria Cristina Rocha Barreto e José Evaristo de Oliveira Filho⁸, dirão que, historicamente, o processo de inserção de homossexuais em igrejas protestantes foi complexo. Inicialmente a prática era abominada e não era aceita dentro do círculo de fiéis. Porém, com a flexibilização gradual de algumas denominações, os “sodomitas” passaram a ser aceitos desde que renunciassem às suas práticas pecaminosas. De fato a crença de que a conversão seria uma “cura” para essas pessoas ainda é aceita por diversas pessoas. Logo se nota que a homossexualidade é vista como uma doença em muitos casos. O interessante é que, mesmo após romper com a Igreja Católica, as denominações protestantes e suas vertentes não abandonaram a visão moralizante e normativa da mesma. É evidente que essa perspectiva é fundamentada em versículos bíblicos, mas mesmo tendo desfeito outras características a parte que se refere às condutas sociais permaneceu. De fato, as matrizes protestantes reforçaram esse aspecto, chegando a considerar os “desvios morais” como marcas da decadência social e “falta da benção de Deus”. Claro que não se deve generalizar e destacar que algumas linhas do protestantismo aceitam e não condenam suas atividades sexuais. No século XX surgirão ainda as “igrejas inclusivas”, que aceitam homossexuais ou são dirigidas especificamente para esse grupo de fiéis, diversificando mais ainda a pluralidade protestante.

For the Bible Tells Me So⁹

Sobre a relação entre homossexuais e a igreja, em 2007 o diretor Daniel G. Karlake apresentou o documentário “*For the Bible Tells Me So*”, em que ele entrevista gays¹⁰ e suas famílias (quando possível) que tenham uma relação íntima com a religião cristã. O diretor mostrou o dia-a-dia dessas pessoas, como elas conciliam ou não a fé com uma prática condenável por grande parte da sociedade norte-americana. O documentário foi bastante elogiado pela crítica, chegando a

⁸ BRRETO, Maria Cristina Rocha. FILHO, José Evaristo de Oliveira. *A Inclusão de Homossexuais no Protestantismo*. Captado em: <http://www.rbhcs.com/rbhcs/article/viewFile/160/154>. Acesso em 14 de maio de 2016.

⁹ “Porque a Bíblia me diz Assim”, em tradução livre. Documentário escrito, produzido e dirigido por Daniel Karlake e distribuído pela First Run Features em outubro de 2007.

¹⁰ As entrevistas são feitas com mulheres e homens homossexuais, em momento algum são mencionadas pessoas transexuais ou travestis.

ganhar diversos prêmios, em uma época que as lutas LGBT se intensificaram nos Estados Unidos. A película começa mostrando protestos organizados por grupos conservadores que são contrários aos direitos dos homossexuais, além das associações feitas entre política e religião. Um dos pontos ao qual o diretor dá destaque é como esses protestos são agressivos.

Ao longo da produção, o que se vê é a opinião de diversos especialistas, como teólogos ou pessoas ligadas a alguma ordem clerical (protestante ou não) quanto a interpretação das passagens bíblicas que condenam a homossexualidade. Há a presença de figuras conhecidas mundialmente e o que eles procurem fazer é dizer que Deus não odeia gays, mas os ama assim como a qualquer outra pessoa. Que a Bíblia Sagrada deve ser entendida de acordo com o contexto histórico em que foi escrita e que é perigoso e contraditório tentar lê-la de forma literal, já que na contemporaneidade seria impossível segui-la dessa forma. O diretor inclusive acrescenta uma cena do seriado “*The West Wing*”¹¹, em que o personagem Josiah Bartlet, um presidente fictício dos Estados Unidos, tem uma discussão com uma apresentadora fundamentalista que afirma que a homossexualidade é uma abominação. Bartlet então segue citando diversos outros versículos bíblicos impraticáveis na atualidade e que são ignorados pela maioria dos fiéis.

Uma perspectiva interessante que o documentário traz é a de que os homossexuais seriam o “novo inimigo” da sociedade, escolhidos para serem combatidos por representarem uma ameaça à sociedade heteronormativa. É baseado no entendimento de que para existir um grupo coeso e forte é preciso que haja o diferente para criar o contraste. Uma análise que o diretor explora ao mostrar pregações em que líderes religiosos dizem de forma clara que a homossexualidade é um pecado abominável e que representa um risco para as formações familiares tradicionais. No contexto de 2007, ficam gratos pelo presidente George W. Bush estar no poder, um político abertamente conservador que não permitiria a legalização do casamento igualitário, como de fato não o fez. Há ainda um pregador que avisa seus fiéis de que Deus os vigia quando votam, por isso precisam votar com a consciência cristã. O voto é uma extensão da prática religiosa. Há uma clara falta de desvinculação entre igreja e Estado nesse aspecto, que entrou a legalização do casamento igualitário até o ano de 2015 nos Estados Unidos.

Mas parte que o diretor foca mais detalhadamente são os relatos familiares e de alguns homossexuais quanto a aceitação desse fato em núcleos profundamente religiosos. Tirando a família Gephardtts desse meio, as famílias tenderam a rejeitar seus filhos homossexuais em uma

¹¹ Série de televisão exibida originalmente pela rede televisiva NBC entre setembro de 1999 e março de 2006, trazia Martin Sheen no papel do personagem principal Josiah Bartlet. No Brasil a série recebeu ainda o subtítulo de “Nos Bastidores do Poder” e foi exibida no mesmo período pelo canal pago *Warner Channel*.

primeira impressão. Disseram-se chocados com a revelação e sua primeira reação foi a de negação. Os pais de Jake Reiton chegaram a sugerir que ele que procurasse algum tratamento para curar-se do que poderia ser apenas uma fase. Já Mary Lou Wallner rejeitou por completo a filha Anna que acabou se suicidando alguns anos depois que se assumiu lésbica para a família. A parte principal disso tudo é que se pretendeu mostrar núcleos familiares religiosos, que criaram seus filhos dentro de rígidas normas religiosas e que, ao se depararem com filhos gays souberam aceitar isso sem abrir mão de sua fé. A ideia é que não é necessário deixar de ser cristão para aceitar a homossexualidade, pelo contrário, é parte importante do “ser cristão” ama-los também. Vê-se que o diretor tem a percepção de que a religião é fundamental para os americanos e tenta mostrar uma perspectiva menos radical, mais conciliadora, sobre um assunto que afeta suas crenças básicas.

O enfoque no caso do bispo anglicano Gene Robinson, o primeiro bispo assumidamente homossexual de uma igreja cristã em todo o mundo, demonstra justamente que é possível seguir com a fé e incorporar os gays nesse meio. De fato, se seguir a lógica apresentada pela obra, o trecho em que o pregador afirma que Deus ainda vigia seus fiéis na hora do voto, pode ser entendido em um sentido diverso do que ele originalmente intencionou: pelo documentário a mensagem é a de que Deus observa quando os cristãos vão às urnas e votam em candidatos contrários aos direitos homossexuais, o que seria conflitioso quanto a ideia cristã de que o amor de Deus é irrestrito e incondicional.

O que é importante destacar é a necessidade que se vê nos Estados Unidos de permanecer ligados com sua base cristã, mesmo em tópicos que são contrários ao que tradicionalmente se acredita. *For the Bible Tells Me So* é sobre pessoas que aceitaram a homossexualidade por que entendem como algo cristão de se fazer. Existe um grande esforço em associar as visões, é uma linguagem conciliadora em que tanto a liberdade individual e a fé cristã podem andar juntas. É a sensibilidade do diretor em mostrar uma perspectiva menos radical. É a defesa dos direitos civis sem abandonar a base fundadora americana. O impacto do documentário foi extenso, sendo levado a diversas pessoas e instituições, apresentadas a um ângulo diferente, que concilia religião e a luta dos direitos humanos, com bases históricas, sociais e científicas. É uma das maiores expressões da capacidade de adaptação religiosa frente às questões da modernidade.

Simpósio Temático 20:

A natureza na História: possíveis diálogos entre os campos historiográficos

Rute Guimarães Torres

Mestranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
rutetorres@gmail.com

Darcio Rundvalt

Mestrando em História
Universidade Estadual de Ponta Grossa
darcio_rundvalt@hotmail.com

Jamerson de Sousa Costa

Mestrando em História
Universidade Federal de Minas Gerais
jamersonscosta@gmail.com

Jonathan Coulis

Doutorando em História
Emory University - USA / Universidade Federal de Minas Gerais (Doutorado Sanduiche)
joncoulis@gmail.com

Proposta do Simpósio:

O objetivo deste Simpósio Temático é discutir como as representações, apropriações e ideias sobre a natureza estão presentes nas atuais pesquisas historiográficas. Apesar do crescimento do campo específico da História Ambiental, muitos trabalhos inseridos em outras linhas da pesquisa histórica revelam as interações entre as sociedades humanas e o mundo natural ao longo do tempo. Isso porque essas interações perpassam as esferas cultural, política, social e econômica, nas quais a natureza foi documentada e analisada ou, outras tantas vezes, encoberta pela falta de um olhar direcionado especificamente para a sua presença nos temas, objetos e fontes trabalhadas.

Desde a conferência da Organização das Nações Unidas, em 1975, até os Parâmetros Curriculares Nacionais para a educação básica no Brasil, há duas décadas, é observada a necessidade de pesquisadores e professores transpassarem fronteiras disciplinares para entender, debater e

trabalhar questões ambientais. A História, nesse sentido, tem se mostrado uma área privilegiada para essa discussão, para refletir sobre os planos de dominação e manejo dos recursos naturais; a conquista e conformação de territórios e territorialidades; a formação, circulação e intercâmbio de ideias sobre a natureza e de agentes científicos e intelectuais; a criação, divulgação e debate sobre tecnologias de apropriação da natureza; o espaço e os elementos naturais como objetos de disputas sociais e políticas; a apropriação da natureza na formação das identidades nacionais ou locais; a constituição dos patrimônios naturais; as construções culturais e sociais das paisagens, bem como as representações sobre fauna, flora e lugares tidos como naturais; as legislações e os marcos regulatórios que envolvam o uso dos recursos naturais; as pesquisas sobre saúde, pragas, saberes locais que envolvem o conhecimento das dinâmicas naturais; dentre vários temas possíveis.

Procuramos, portanto, promover um enriquecimento das abordagens acadêmicas, tanto para aqueles que trabalham diretamente com as questões socioambientais como para os que falam de culturas políticas, de intelectualidades, de ciência e técnica, de artes, de redes sociais e outros vieses aplicáveis. Sendo assim, este Simpósio pode contribuir para um profícuo diálogo historiográfico ao fomentar a importância dos estudos sobre as interações entre sistemas humanos e naturais.

O avanço das fronteiras nos Sertões da Comarca do Rio das Mortes: análises das interações entre os espaços naturais em regiões de transformações

Marcelo do Nascimento Gambi

Doutorando em História
Universidade Federal Fluminense - UFF
marcelongambi@yahoo.com.br

RESUMO: Este trabalho propõe analisar o avanço das fronteiras para as regiões interioranas da Comarca do Rio das Mortes, Capitania de Minas Gerais. Neste contexto, adotamos como viés de estudo a relação existente entre a percepção dos espaços naturais e os indivíduos que se deslocaram para estas áreas. Nosso recorte temporal de análise compreende a segunda metade do século XVIII e início do XIX, período em que ocorreram os avanços das fronteiras, bem como o seu processo de fechamento. Quanto à análise espacial de estudo, focaremos nas regiões compreendidas como os sertões a oeste desta comarca, áreas que se destacaram pelo desenvolvimento das práticas agropastoris e que atraíram um número significativo de indivíduos no período em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Comarca do Rio das Mortes, Fronteiras, Sertão.

A Comarca do Rio das Mortes foi um dos três primeiros centros administrativos da Capitania de Minas Gerais¹ e a sua criação se deu pelo Alvará de 1714. Embora não fosse a maior comarca em extensão territorial possuía uma população expressiva, principalmente na segunda metade deste século em questão, apresentando uma estimativa de 49.485 indivíduos².

Como em outras localidades da Capitania de Minas Gerais, o seu povoamento nos momentos iniciais do século XVIII se deve pela busca do metal precioso. Desse contexto em questão, podemos identificar duas etapas que caracterizam a formação espacial nesta comarca. Primeiramente temos um crescimento ocupacional oriundo em sentido centrípeto, através do deslocamento de indivíduos de outras partes da colônia ou mesmo da metrópole, para as áreas onde se concentravam o metal precioso. Entretanto, posteriormente, percebe-se um povoamento em sentido centrífugo, ou seja, desencadeado das regiões mineradoras para as regiões mais interioranas³. Também cabe destacarmos que este processo de interiorização em sentido centrífugo, provocou a abertura de variados caminhos que serviam como áreas de escoamento do metal

¹ A Comarca do Rio das Mortes, juntamente com a Comarca da Vila Real de Sabará e a Comarca de Vila Rica, formavam os primeiros centros administrativos no início do setecentos. Posteriormente, no ano de 1720 se constituiu a quarta comarca da Capitania de Minas Gerais, sendo esta a de Serro Frio. Ver: GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste de Minas e o Mito da Decadência de Minas Gerais*. São Paulo. Ed.:Annablume, 2002, p. 31.

² ALMEIDA, Carla Maria. De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas colonial. In.: *Locus* (Juiz de Fora), v. 11, 2006, p. 142.

³ IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, v.2. São Paulo. Ed.:DIFEL, 1960, p. 366.

precioso e também, para o abastecimento dos centros urbanos. É nesta expansão do processo de interiorização que focaremos as nossas análises neste trabalho, a fim de correlacionar as representações e as características dos espaços naturais presentes nestas regiões.

Deste contexto exposto dois pontos devem ser destacados, sendo estes, o crescimento populacional ocorrido ao longo da segunda metade do setecentos, bem como também o aumento da atividade agropastoril. A pesquisa realizada por Carla Almeida⁴ demonstra que entre os anos de 1767 a 1776 a Comarca do Rio das Mortes teve um crescimento populacional de 67,3%, ou seja, passando em números absolutos de 49.485 para 82.781 habitantes. Ademais, ainda neste sentido, destacamos o segundo ponto mencionado, portanto, a produção agropastoril que representa um ponto crucial para economia desta comarca. Ainda segundo Almeida, as roças referiam um percentual de 72,6% das unidades produtivas, enquanto as lavras um total de 27,4% já no início da segunda metade do século XVIII⁵. Destes dados, é possível identificar a necessidade constante de ocupar novas unidades de terras, uma vez que o crescimento populacional, conseqüentemente, provoca a necessidade de ocupar novas unidades de terras. Portanto, cabe considerarmos que a “necessidade de mais terras, isto é, de novas unidades de produção para atender ao crescimento demográfico, era respondida com o avanço da fronteira”⁶. Neste contexto, os sertões passam a desempenhar um papel crucial para absorção da população e também, como espaços para o desenvolvimento e práticas econômicas.

Neste momento em questão, cabe adentrarmos na apresentação dos sertões, a fim de compreender este espaço em transformação. O conceito de sertão esta intrinsecamente relacionado à percepção dos povoadores acerca da natureza que lhes rodeavam. A busca pela riqueza e o povoamento de áreas remotas, distantes dos principais centros povoados e do litoral, contribuíram para a formação da mentalidade destas áreas. As definições variavam de região para região, cada uma reservando as suas próprias características e peculiaridades, sempre relacionadas com a percepção e a impressão do espaço que o circundavam.

Iniciemos então com a apresentação de algumas imagens criadas a respeito destas áreas, portanto, buscar a sua terminologia pode representar um ponto importante nesta análise. A palavra sertão é oriunda do radical latino “desertanu” que remete a uma ideia geográfica e espacial de

⁴ ALMEIDA, Carla Maria. De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas colonial. In.: *Locus* (Juiz de Fora), v. 11, 2006, p. 139.

⁵ ALMEIDA. De Vila Rica ao Rio das Mortes. p. 146.

⁶ CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais*: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674-1807. Juiz de Fora: UFJF, 2000. p. 160.

deserto, de interior e de vazio, caracterizando assim, na ausência de elementos civilizados⁷. Segundo o dicionário de Raphael Bluteau de 1728, o sertão compreende a região “afastada do mar, e por todas as partes, metida entre terras”⁸. Nota-se, segundo esta definição para o século XVIII, o destaque para o distanciamento destas áreas em relação ao litoral.

Para ilustrar o imaginário do sertão, basearemos nossas análises na obra de Diogo de Vasconcelos, *Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitania de Minas Gerais*, para demonstrar algumas das representações destas regiões. Entretanto, cabe apresentarmos de forma breve quem foi o autor desta obra. Vasconcelos é português nascido na cidade do Porto no final do século XVIII, veio para a região das Minas Gerais, quando tinha apenas nove anos de idade. Teve participação em vários cargos administrativos da Capitania de Minas, exercendo o ofício como vereador, procurador da fazenda, tesoureiro vitalício da intendência de Ouro Preto, juiz criminal entre outros. Segundo suas próprias palavras, quando escreveu a obra apresentada neste trabalho, não teve a intenção de fazer um estudo histórico, mas sim, “escrever a situação geográfica e algumas das produções e conteúdos físicos com os institutos políticos do país, o que não requer os enfeites e ornatos consagrados pelo uso aos escritos históricos”⁹. Focaremos nossa apresentação baseada no primeiro capítulo de sua obra, onde descreve os rios, o clima, a natureza vegetal e animal das Minas Gerais.

Apresentando o seu relato, iniciamos com a sua descrição acerca do rio São Francisco, importante pela sua navegação e como fonte de alimentos, sendo

(...) abundante de variedade de peixes, quais o surubi, o dourado, os mandis, corvinas, pias, curumatãs, mantrinchãs, piabanhas. As piranhas são de modo carnívoras que, arrojadas pelas cheias aos lagos, devoram os animais de todas as espécies que neles entram a beber: deu-lhes a natureza dentes agudíssimos e muito rijos¹⁰.

Neste pequeno fragmento já podemos observar inicialmente dois pontos de destaque. Primeiramente uma representação da natureza em uma perspectiva ambígua, ou seja, retratada de maneira edênica e ao mesmo tempo ameaçadora. Neste contexto, o rio São Francisco representado como provedor de alimentos, com uma grande variedade de espécies de peixes, sendo importante para a alimentação dos ocupantes destas áreas. Entretanto, em outro momento, a ameaça existente

⁷ AMANTINO, Márcia. *O Mundo das Feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais - século XVIII*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro/IFCS, Rio de Janeiro, 2001, p. 26.

⁸BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Captado em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/002994-07#page/620/mode/1up>>. Acesso em: 10 mar. 2016, p. 613.

⁹ VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994, p. 28.

¹⁰ VASCONCELOS. *Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitania de Minas Gerais*, p. 52.

em suas águas, caracterizado pelas piranhas, ameaçadora por seus “dentes agudíssimos” que devoram os animais “de todas as espécies”, segundo o autor.

Outro importante ponto, ainda se referindo aos rios da região, são os períodos de enchentes que acarretam a destruição de fazendas e as casas nas suas proximidades, percebido neste outro trecho que diz,

de maneira caudaloso, mormente em tempos de chuvas, que se tem por vezes alargado a dez léguas das suas margens, deixando submergidas todas as fazendas e casas, compreendidos neste espaço, e afogando todos os animais que encontra em sua correnteza¹¹.

Destacamos que a necessidade de compreender os ciclos de chuva nesta região, retrata o conhecimento dos ocupantes como fonte de informação necessária tanto para o plantio como também, para a sobrevivência das sociedades localizadas próximas as águas do São Francisco, uma vez que as enchentes podem causar grandes prejuízos. O ponto principal e que cabe ressaltarmos é, novamente, a interação entre o homem e a natureza em um processo de codificação dos fenômenos naturais para a sobrevivência destes ocupantes.

A descrição de alguns animais também constituem parte dos relatos de Vasconcelos, predominando as criaturas ameaçadoras aos ocupantes destas áreas ou mesmo dos que utilizam os rios para a sua navegação. Um exemplo disto, é quando o autor menciona os animais como os “jacarés de prodigiosa grandeza e sucuris de comprimento e grossuras descompassados, tão perigosos e temíveis que costumam abalroar as canoas e devorar os naufragantes”¹².

Quanto a sua observação ao clima da Capitania de Minas Gerais, o autor ressalta a boa qualidade para a vivência, fazendo paralelos com a longevidade dos moradores destacando a saúde dos indivíduos, como se observa na seguinte passagem,

debaixo de um céu temperado e saudável, as Gerais desconhecem as enfermidades agudas que despovoam a maior parte dos países da terra. Não maravilha ver nelas homens centenários, e de mais anos¹³.

No entanto, como em quase todo o seu relato, o clima também não deixa de apresentar suas ambiguidades, neste caso, demonstrado neste outro trecho,

(...) conhecem-se, contudo as moléstias análogas aos climas úmidos e quentes: a frouxidão, de que no andar dos tempos (se originam) doenças mortais, é uma das endêmicas de Minas. Também nos sertões, as águas encharcadas e os pântanos, com os ardores do sol, produzem sezões e febres malignas¹⁴.

¹¹ VASCONCELOS. *Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitania de Minas Gerais*, p. 52.

¹² VASCONCELOS. *Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitania de Minas Gerais*, p. 52-53.

¹³ VASCONCELOS. *Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitania de Minas Gerais*, p. 54.

¹⁴ VASCONCELOS. *Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitania de Minas Gerais*, p. 54.

Passando agora para as descrições referentes à flora, Vasconcelos ressalta a sua grande variedade de espécies, destacando a sua utilidade para os moradores destas regiões. Neste tema, cabe destacarmos a seguinte passagem em sua obra,

Dão-se várias frutas da Europa, não só as das outras partes do globo e as indígenas. A banana, ou da terra, ou de São Tomé, como lhes chamam, é a fruta de todo o ano, e sem dúvida por isso em menos cabo no país, sendo, alias, uma das melhores do mundo. O ananás não tem par. Em toda a parte se acham excelentes laranjas e limões, principalmente a tangerina, que começando na comarca do Rio das Mortes se estendeu depois às outras; há a seleta, transplantada do Rio de Janeiro. As limas são menos más. Temos a melancia, pouco melões; e as uvas, maçãs, a ameixa, a castanha, além de raras, não têm o bom sabor das da Europa. Pouquíssimas peras, porém muito bons figos, pêssegos, alguns damascos, mormente para as partes do Pouso Alto; romãs e marmelos em grande cópia¹⁵.

As comparações com as frutas encontradas na Europa e a sua qualidade, são constantemente ressaltadas pelo autor do relato, fato advindo da marcante influência portuguesa em sua vida pessoal. Outras frutas também são apresentadas, sendo por vez, as silvestres, como a jabuticaba, a mangaba, a goiaba, o araçá, a pitanga, o maracujá dentre outras. Algumas dessas frutas, como exemplo, o mamão, o autor menciona que é muito consumida em forma de doces. Já para as regiões dos sertões, o típico sustento destes ocupantes origina-se do imbu, juntamente com o leite¹⁶. Novamente, cabe destacarmos a importância da relação existente entre a natureza e os indivíduos neste ambiente de interação.

Continuando a abordagem da flora mas agora, destacando as árvores, o autor sempre ressalta a utilização desta, como fonte de recurso para os moradores da Capitania de Minas Gerais. Em destaque a extração de tintas que juntada com outros elementos da natureza como pedras, por exemplo, produzem variadas cores que servem para tingir o algodão. Enfim, a questão prática da utilização da natureza como fonte de recurso para a região compõe a principal parte do seu relato pertinente a flora, como se nota na seguinte passagem,

há uma árvore a que chamam drago, de que se extrai por incisões uma espécie de licor escarlate que se emprega pelo carmim na pintura. Da açafroa pisada e fervida com pedra hume se compõe a tinta amarela, com que se tingem algodões e roupas; também do pau braúna fervido se extrai a tinta preta e das serragens do aipé, chamado também pau mulato, desfeitas em água com sabão, que se lhe ajuntou, sai a cor de rosa¹⁷.

¹⁵ VASCONCELOS. *Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitania de Minas Gerais*, p.66.

¹⁶ VASCONCELOS. *Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitania de Minas Gerais*, p.66.

¹⁷ VASCONCELOS. *Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitania de Minas Gerais*, p. 67.

Como demonstramos neste texto, os espaços naturais possuem variadas representações, que vão sofrendo transformações na medida em que as fronteiras avançam e o seu processo de ocupação se intensifica. Dessa maneira, a dicotomia existente representada na forma edênica e também ameaçadora, fazem parte de experiências pessoais e culturais da sociedade, seja ela qual período for, como destaca Schama, “a natureza não faz isso, nós fazemos”¹⁸. Por fim, destacamos que as interações existentes entre os indivíduos e o espaço natural, representa uma fonte rica para a pesquisa histórica, pois é possível identificar elementos da sociedade, ou seja, a relação direta existente entre os indivíduos e a natureza presente em uma determinada região.

¹⁸ SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 18.

A criação dos primeiros parques nacionais brasileiros e a preservação ambiental no primeiro governo Vargas

Márcio Mota Pereira

Doutorando em História – UFMG

Bolsista CNPq

drmmota@yahoo.com.br

RESUMO: A década de 1930 e suas transformações políticas marcaram uma nova fase da história brasileira incidindo profundamente os setores social, econômico e ambiental, inclusive. Atendidos às particularidades que nos interessam – aquelas que tratam das políticas ambientais a partir da Segunda República –, é nossa intenção fazer uma retrospectiva dos instrumentos legais criados durante a gestão do Presidente Getúlio Vargas e de suas importâncias para a preservação do patrimônio natural. Várias foram as ações realizadas em governos anteriores – incluindo aqui os períodos Colonial e Imperial da história brasileira – que ambicionaram a preservação ou a exploração racional do meio ambiente. Por poucas vezes, no entanto, tais políticas surgiram efeitos positivos, sendo a maioria suprimida pelo tempo e por circunstâncias várias como a necessidade de exploração dos recursos naturais. A partir do Estado Novo, contudo, o poder público voltou novos olhares ao setor, criando agências e legislações específicas para fiscalizar a exploração das matas, assim como outros instrumentos legais como as polícias florestais, responsáveis por gerenciar a proteção vigente e multar infrações. A política ambiental do Estado Novo atinge seu auge com a criação dos parques nacionais, a partir de 1937, utilizando para tal o modelo norte-americano do Parque Nacional de Yellowstone.

PALAVRAS-CHAVE: Estado Novo; Parques Nacionais; Itatiaia.

Introdução

A década de 1970 é marcada por importante ascensão do número de estudos em distintas áreas acadêmicas evocando a temática ambiental bem como por ações do terceiro setor que, desde então, vêm sendo responsáveis por políticas tão variadas quanto a recuperação das matas em ambiente amazônico ou a multiplicação das tartarugas marinhas no litoral da região Nordeste do Brasil, práticas que vêm ao encontro das deficiências públicas na que toca a gestão e manutenção do ambiente em que vivemos.

A própria história ambiental brasileira emerge nesse contexto a partir das pesquisas realizadas pelo historiador americano e Warren Dean seguido, *à posteriori*, pelo também historiador José Augusto Pádua e pelo cientista social José Augusto Drummond, ambos brasileiros. Desde então, esta vem se consolidando em associação a estudos que tecem abordagens à exploração dos recursos naturais ou o convívio do homem em ambientes degradados. Apesar desta pluralidade de visões sobre a interação que fazemos com o meio que nos cerca, muitos pormenores se encontram abertos e receptivos ao estabelecimento de novas visões como o mote que aqui trazemos, o

estabelecimento dos parques nacionais no Brasil e as políticas públicas de salvaguarda do patrimônio ambiental brasileiro.

Em relação aos processos de exploração do território brasileiro, não é necessário realizar grande exercício de reflexão para concluir que as atividades desenvolvidas durante a Colônia e o Império, ou seja, os ciclos de exploração do pau-brasil, do cultivo da cana de açúcar, da exploração aurífera e do café foram responsáveis por considerável parcela de todo o prejuízo ambiental acumulado. Ainda que, de fato, seja clara essa certeza, também se faz necessário, por outro lado, lançar mão aos instrumentos que nestes quase quinhentos anos de efetiva ocupação do território foram publicados de modo a tentar controlar a exploração dos recursos naturais, cada um ao seu tempo como as Cartas Régias, as Ordens Reais e os modernos – e mais numerosos – instrumentos pautados pelas constituições republicanas e demais legislações específicas.

Apesar dos ocasionais estados de consciência apresentados por um ou outro letrado do século XVIII quanto à necessidade de preservação do ambiente comum, como as ideias proferidas pelo naturalista luso-brasileiro José Vieira Couto, em discussões sobre a necessidade de conservação das matas próximas ao Distrito Diamantino, apenas no século seguinte vamos encontrar a teoria sendo transformada em prática, com as propostas de reflorestamento da floresta da Tijuca, projeto concebido por dom João VI na década de 1830 mas que só seria implementado na década de 1870 por dom Pedro II diante da demanda pelo abastecimento de água para algumas regiões da cidade do Rio de Janeiro, além da Tijuca ser considerada um “refúgio para os mais abastados, que evitavam a cidade nos períodos de epidemias”¹. Segundo Heynemann, “onze anos haviam se passado desde a criação da Floresta Nacional da Tijuca quando o major Manuel Gomes Archer, seu administrador, havia plantado mais de sessenta mil árvores” na região².

Nesta mesma época estava sendo criada, nos Estados Unidos, outra metodologia responsável pela preservação dos ambientes que se destacavam perante os demais seja por sua beleza cênica ou sua importância geológica ou biológica, e que receberia a denominação de *parque nacional*. Pressionada pela indústria madeireira que ao longo daquele século foi responsável pelo desmatamento de grande parte das florestas do Oeste do país, a região de *Yellowstone* viu nas poucas áreas ainda intactas de vegetação que possuía bem como no importante conjunto de fatores

¹ ALMEIDA, Gilmar Machado. Dos mananciais para as freguesias: a distribuição da água no espaço urbano do Rio de Janeiro no decênio 1850 – 1860. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo: 2011, p. 6.

² HEYNEMANN, Cláudio. *Floresta da Tijuca: natureza e civilização*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995, p. 50. O major Archer não era oficial do Exército brasileiro, sendo sua patente provavelmente decorrente de sua participação na Guarda Nacional. Aparentemente, ele não tinha qualquer treinamento formal em botânica ou engenharia florestal mas em 1861 já era um reconhecido especialista na flora regional, especialmente no tocante às árvores. In: DRUMMOND, José Augusto. O jardim dentro da máquina: breve história ambiental da Floresta da Tijuca In: *Revista Estudos Históricos*, n.º 2, 1988, p. 288.

geológicos (montanhas, vulcões e águas termais e sulfurosas) o gatilho para políticas efetivas de preservação e manutenção do meio ambiente. Apesar do conceito de parque nacional ter encontrado em alguns brasileiros terreno fértil, tal concepção ficaria adormecida por muitos anos até ser ressuscitada em finais de década de 1930.

Segundo Paes, “a ideia de proteção de áreas naturais surgiu durante a Revolução Industrial nos Estados Unidos da América quando algumas pessoas conscientizaram-se dos crescentes efeitos negativos das ações humanas na natureza e tentaram enfatizar a necessidade de cada geração tornar-se responsável por Yellowstone, assegurando a sobrevivência dessas amostras representativas de ecossistema e dos cenários paisagísticos ali existentes”³.

De volta ao Brasil oitocentista vamos encontrar na pessoa de André Rebouças um dos mais importantes contundentes ideais preservacionistas. Este engenheiro civil, botânico, geólogo e também abolicionista se inspirou na criação do Parque Nacional de Yellowstone para defender de forma vigorosa e eloquente a necessidade de criação de parques nacionais no território brasileiro. Urban e Dean também creditam a Rebouças a proposta de “criação de um gigantesco parque nacional que se estenderia de Sete Quedas até as Cataratas do Iguaçu”, o que poderia parecer bastante contraditório frente a sua posição de homem de negócios e proprietário de “uma gigantesca serraria nas bordas da Serra do Mar, no Paraná”⁴.

Desde a promulgação da primeira Constituição da República, em 1891 – desprovida de Artigos, Parágrafos ou Incisos responsabilizando o Governo Federal, os Estados ou as municipalidades como fiéis detentores e protetores do patrimônio ambiental – vários Decretos foram publicados ao longo dos anos subsequentes de modo a complementar esta legislação no tocante a necessidades de preservação ambiental ou então criando e, posteriormente, modificando órgãos administrativos de modo a adequá-las as necessidades técnicas.

De forma inédita, o Estado do Paraná publicou em 1907 um Código Florestal (Lei nº 706, de 1º de abril), sendo que apenas em 1934 seria elaborado um Código Florestal federal. O Código Florestal do Paraná estabelecia como de “utilidade pública” as áreas possuidoras de florestas naturais cabendo ao Estado demarcar as áreas assim a serem denominadas. Diferentemente do que podemos pensar, esta legislação não pretendia salvaguardar plenamente as matas e florestas paranaenses, mas estabelecer uma série de normas sobre a exploração madeireira no sentido de

³ PAES, Maria Luiza Nogueira. *A paisagem emoldurada do Éden imaginado à razão do mercado: um estudo sobre os Parques Nacionais do Vulcão Poás, na Costa Rica, e do Iguaçu, no Brasil*. Brasília, 2003, p. 33 (Tese de Doutorado, Universidade de Brasília).

⁴ URBAN, Teresa. *Saudades do Matão: relembando a história da conservação da natureza no Brasil*. Curitiba: Editora da UFPR / Fundação O Boticário de Proteção à Natureza / Fundação MacArthur, 1998, p. 81; DEAN, Warren. *A Conservação das Florestas no Sudeste do Brasil, 1900-1955*. *Revista de História da Universidade de São Paulo*. São Paulo, nº. 133, dezembro de 1995, p. 4.

racionalizá-la, ou seja, buscando a otimização da produção e estabelecendo normas para o período do corte ou mesmo o diâmetro mínimo das árvores. A conservação da floresta era, pois, postulada como um fator de “defesa do solo e um dos principais elementos da salubridade pública”⁵.

Outros personagens do início do século XX que também não mediram esforços para práticas de conservação ambiental foram Gonzaga de Campos, primeiro Diretor do Serviço Geológico Brasileiro, responsável por elaborar um Mapa Florestal, em 1912, volumoso compêndio que reunia aspectos dos biomas dos Estados e Territórios do país sendo este trabalho, segundo o próprio autor, a “base aos primeiros estudos para criação das reservas florestais”⁶.

Alberto José de Sampaio, botânico do Museu Nacional, frequentemente discursava acerca da manutenção das matas e sua recuperação quando degradadas bem como os reflexos políticos que favoreciam ou que obstruíam tal temática. Em uma delas Sampaio discursava:

De nenhum modo se pode demonstrar a possibilidade de renovação de nossas florestas e pugnar por esta renovação que transplanta vergôntees de essências florestais e deixando que as arvores em que ellas se transformarem, sejam as provas vivas, incontestáveis dos argumentos valiosos que a todo o momento esgrimem os que tão patriótica e humanitariamente se batem pela conservação e renovação das selvas.

Patrioticamente porque restituir às terras a vegetação que outrora as revestia é restituir à Pátria querida uma grande parte de sua riqueza perdida; humanitariamente, porque conservar e renovar a vegetação é garantir a estabilidade do clima, isto é, as condições indispensáveis às colheitas abundantes, é garantir, portanto, a abastança, é prevenir a miséria consequentemente⁷.

Posteriormente, o botânico sueco Alberto Löefgren liderou em 1913 uma iniciativa para a criação de um futuro parque nacional na região de Itatiaia, ideia que foi “apresentada e defendida pelo naturalista e geógrafo sueco Joseph Hubmayer em Conferência da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, atual Sociedade Brasileira de Geografia, tendo sido sua proposta aprovada com a justificativa de que a região era possuidora de um inesgotável potencial de pesquisas, além de oferecer um retiro ideal para a reconstrução física e psicológica após o trabalho exaustivo nas cidades”⁸.

Se durante o século XIX poucos formam os expoentes dos ideais preservacionistas no Brasil, já no início do século XX, como vimos, vários acadêmicos e pesquisadores já estavam

⁵ CARVALHO, Ely Bergo de. Legislação Florestal, território e modernização: O caso do Estado do Paraná 1907 – 1960. In: *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História* – ANPUH. 2007, p. 7.

⁶ GONZAGA DE CAMPOS, Luís Felipe. *Mapa Florestal*. Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia da Diretoria de Serviços de Estatística, 1912, p. 3.

⁷ SAMPAIO, Alberto José de. Sobre as matas. In: *Chácaras e quintais*. vol. V, nº 3, Rio de Janeiro: 1912, p. 15.

⁸ BARROS, Maria Isabel Amado de. *Caracterização da visitação, dos visitantes e dos impactos ecológicos e recreativos no planalto do Parque Nacional do Itatiaia*. Piracicaba, 2003, p. 36. (Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – USP). Convém destacar que vários foram os trabalhos acadêmicos em que é imputado a Hubmayer a iniciativa em propagar o conceito de parque nacional, ainda que seja notório que André Rebouças tenha a divulgado quase 50 anos antes.

imbuídos para com tais responsabilidades. E apesar de não abordarmos nesta pequena reflexão todos os escritores que em algum momento fizeram referências à preservação ambiental, podemos perceber uma crescente exposição do assunto capaz de refletir a disseminação destes ideais mesmo com resultados físicos tão inexpressivos. Se os resultados eram poucos, ao menos foram responsáveis por preparar o caminho para as mudanças que se observam nas décadas de 1930 e 1940.

A política ambiental em Vargas e a criação do Parque Nacional de Itatiaia

A década de 1930 e suas transformações marcaram definitivamente uma nova fase política no Brasil atuando como divisor de águas nos setores social, econômico, político e ambiental, inclusive. Atendo-nos às particularidades que nos interessam – aquelas que tratam das políticas ambientais a partir da Segunda República, faremos uma retrospectiva dos instrumentos legais criados durante a gestão do Presidente Getúlio Vargas assim como uma análise dos resultados alcançados pelos mesmos no intuito de buscar certa compreensão acerca de como foram responsáveis pela evolução da política ambiental brasileira.

A promulgação de uma nova Constituição da República, em 16 de julho de 1934, tornou-se o instrumento definitivo para a consolidação deste novo período político-administrativo, momento em que pela primeira vez foi atribuída à União e aos Estados o dever da assistência à natureza através da responsabilidade de proteção das “belezas naturais e dos monumentos de valor histórico ou artístico”.⁹ Nestas poucas palavras que não ocupam pouco mais que duas linhas estão resumidos todos os atributos do Estado para com a proteção ambiental. Responsabilidades sucintas, diga-se de passagem, mas representativas uma vez que o Estado passa a reconhecer tal dever como necessário. Os instrumentos posteriores a estes fragmentos textuais seriam, pois, elaborados de modo a complementar esta nova Constituição.

Dentre eles, cabe-se ressaltar o Código Florestal, instituído pelo Decreto nº. 23.793, de 1934, atribuindo ao Ministério a responsabilidade de sua execução fiscalização¹⁰. Analisando este Decreto, constata-se a complexidade de especificações referentes à proteção ambiental como a regularização das explorações mediante concessões, a liberdade concedida aos Estados para a criação de polícias florestais capazes de gerenciar e aplicar a proteção vigente bem como sobre a criação de conselhos para gerir os fundos florestais. Previa que “as florestas existentes no território nacional, consideradas em conjunto, constituem bem de interesse comum a todos os habitantes,

⁹ BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em 28 de outubro de 2011.

¹⁰ BRASIL. Decreto nº. 23.793 de 23 de janeiro de 1934. *Aprova o Código Florestal*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm>. Acesso em 29 de outubro de 2011.

do país”¹¹. Ao mesmo tempo em que o Estado procurava modernizar sua legislação criando novos fatores de proteção ambiental, verifica-se a dualidade entre a preservação ambiental e o desenvolvimento.

Dando sequência ao Código Florestal e vindo a complementar a própria Constituição, datam do ano de 1934 o Código de Caça e Pesca,¹² o Decreto de Proteção aos Animais¹³, o Código das Minas¹⁴ e o Código das Águas¹⁵, todos apresentando em seu conteúdo medidas protecionistas aos recursos naturais. Uma análise mais criteriosa, contudo, nos revela que o Estado se aproveitou destes instrumentos não apenas para criar uma rede de proteção aos recursos naturais, mas também para regulamentar a exploração econômica e comercial de fontes primárias e dos demais recursos.

O exemplo mais claro dessa situação é o próprio Código das Águas, imaginado para controlar a utilização desse recurso. Segundo Schwartzman, não seria possível “imaginar industrialização intensiva e extensiva num país sem, pensar em aparelhá-lo para produzir e fornecer energia elétrica abundante e barata”¹⁶. Para tanto, o Estado passava a incorporar à Nação “as quedas d’água e outras fontes de energia hidráulica existentes” além de outorgar concessões e autorizações para sua exploração de acordo com seus interesses¹⁷.

Schwartzman buscando desconstruir uma possível visão totalitarista e centralizadora do Código das Águas afirma que suas medidas “nada têm de violentas, não são das que se podem chamar de revolucionárias, nem tampouco constituem novidade”, mas medidas consideradas “velhas em outros países” podendo ser utilizadas também no Brasil¹⁸.

Aspectos interessantes a serem verificados no Código Florestal de 1934 são a multiplicidade de amparos passíveis de serem aplicados e que dependiam da necessidade de se “conservar o regime das águas”, “auxiliar a defesa das fronteiras de modo julgado necessário pelas autoridades militares”

¹¹ BRASIL. Decreto nº. 23.793 de 23 de janeiro de 1934. *Aprova o Código Florestal*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm>. Acesso em 29 de outubro de 2011.

¹² BRASIL. Decreto nº. 23.672 de 02 de janeiro de 1934. *Aprova o Código de Caça e Pesca*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23672-2-janeiro-1934-498613-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 29 de outubro de 2011.

¹³ BRASIL. Decreto nº. 24.645, de 10 de julho de 1934. *Estabelece medidas de proteção aos animais*. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=39567>>. Acesso em 29 de outubro de 2011.

¹⁴ BRASIL. Decreto nº 24.642, de 10 de julho de 1934. *Decreta o Código de Minas*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24642.htm>. Acesso em 29 de outubro de 2011.

¹⁵ BRASIL. Decreto nº 24.643, de 14 de junho de 1937. *Decreta o Código das Águas*. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24643-10-julho-1934-498122-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 29 de outubro de 2011.

¹⁶ SCHWARTZMAN, Simon. *Estado Novo: um auto-retrato*. Brasília: Ed. UnB, 1983, p. 556.

¹⁷ BRASIL. Decreto nº 24.643, de 10 de Julho de 1934. *Decreta o Código das Águas*. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24643-10-julho-1934-498122-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 29 de outubro de 2011.

¹⁸ SCHWARTZMAN, Simon. *Estado Novo: um auto-retrato*. Brasília: Ed. UnB, 1983, p. 592.

ou “assegurar condições de salubridade pública”¹⁹. Outro aspecto interessante a ser mencionado no referido Código é a preocupação da legislação na preservação em áreas “cuja conservação se considerar necessária por motivo de interesse biológico ou estético”, demonstrando a inserção de conceitos que privilegiam a beleza cênica e não apenas aquelas de ordem natural ou biótica²⁰.

A Constituição promulgada em 1934 traria singelas mudanças no tocante a preservação ambiental como a necessidade de “proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico”²¹. Importante verificar a presença nesta nova Constituição de certa sensibilidade para a proteção das “belezas naturais” bem como a equiparação dos monumentos de valor histórico ou artístico ao patrimônio ambiental assim como a regulamentação de “investimentos estrangeiros” tal qual apontou Warren Dean²², de modo a regular a aquisição de terras por pessoas civis e jurídicas estrangeiras, claro reflexo dos ideais nacionalistas que prosperaram em Vargas.

Três anos depois, em 1937, outra Constituição seria promulgada para, novamente, atender às necessidades de administração do governo federal frente aos acontecimentos políticos e sociais que vigoravam naquela década.

Assim como na Constituição promulgada anteriormente, nesta nova versão as referências à necessidade de preservação do patrimônio natural são escassamente presentes. Apenas no Artigo nº 134 desta nova Constituição, no item “Da Educação e Cultura”, vem a constar que:

Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional²³.

Diferentemente das versões anteriores, chama a atenção nesta nova Constituição a referência de que os atentados cometidos contra “as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza” serão equiparados aos “cometidos contra o patrimônio nacional” demonstrando novamente a apropriação pelo Estado do patrimônio natural²⁴.

¹⁹ BACHA, Carlos José Caetano. O uso de recursos florestais e as políticas econômicas brasileiras: uma visão histórica e parcial de um processo em desenvolvimento. In: Estudos Econômicos (São Paulo), vol. 34, 2004, nº 2. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v34n2/v34n2a07.pdf>>. Acesso em 08 de novembro de 2011, p. 408.

²⁰ BRASIL. Decreto nº. 23.793, de 23 de janeiro de 1934. *Aprova o Código Florestal*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm>. Acesso em 29 de outubro de 2011.

²¹ BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Promulgada em 16 de julho de 1934, p. 39. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em 28 de outubro de 2011.

²² DEAN, Warren. A Conservação das Florestas no Sudeste do Brasil, 1900-1955. *Revista de História da Universidade de São Paulo*. São Paulo, nº. 133, dezembro de 1995. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003483091995000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 de setembro de 2011.

²³ BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Promulgada em 10 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em 28 de outubro de 2011.

²⁴ BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Promulgada em 10 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em 28 de outubro de 2011.

Apenas em 1937 o Estado brasileiro buscaria uma metodologia mais eficaz que os Decretos e demais legislações que ano a ano se sucederam demonstrando poucas perspectivas para a preservação dos recursos ambientais. Regressando setenta anos no tempo, o governo Vargas foi buscar na já consolidada e disseminada política americana de parques nacionais uma metodologia eficaz de proteção ambiental.

Seguindo o exemplo de Yellowstone, várias outras áreas dedicadas à preservação ambiental foram surgindo pelo mundo enquanto o modelo de parque nacional era sendo difundido. São exemplos o Abisko National Park, primeiro parque nacional da Suécia, criado em 1909²⁵; o Parque Nacional de Virunga, criado em 1925 nas montanhas do Oeste do Congo Belga (compreendendo os atuais Burundi e Ruanda), tendo por intenção diminuir preservar a cada vez mais diminuta população de gorilas das montanhas²⁶ e o Parque Nacional Perez Vicente Rosales, no Chile, em 1926²⁷.

Do planejamento à efetivação do primeiro parque nacional brasileiro se passaram poucos meses e apenas com a assinatura do Decreto nº 1.713, de 14 de junho de 1937, teríamos criado a primeira unidade de conservação com observância a esse modelo, o Parque Nacional de Itatiaia. Para o Ministério da Agricultura, os novos parques nacionais passariam a ser os “estabelecimentos padrões de proteção à natureza no país” onde o Estado poderiam manter “sob sua guarda nossas regiões florísticas naturais onde se encontram paisagens e acidentes topográficos privilegiados”.

O Parque Nacional de Itatiaia foi inserido nas terras da antiga Estação Biológica de Itatiaia, subordinada ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ. Podemos suscitar que sua escolha e não outra pode ter sido influenciada pelo fato de estar diretamente relacionado à uma importante instituição de pesquisa, o JBRJ, assim como por outros fatores que seriam responsáveis pelo sucesso da iniciativa como a visão de continuidade ao processo de guarda ambiental e a proximidade dos grandes centros urbanos, o que tornaria viável o acesso de pesquisadores e turistas.

No ano de 1939 seriam criados mais dois parques nacionais; um no Oeste paranaense compreendendo as Cataratas do Iguaçu e outro na Serra dos Órgãos, interior do Estado do Rio de Janeiro, locais considerados não só como “pontos de atração para o turismo” mas capaz de oferecer

²⁵ SATHLER, Evandro Bastos. *Conselhos de unidades de conservação: entre o consultivismo e o deliberalismo na gestão participativa de áreas naturais protegidas*. Niterói, 2005, p. 20. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense).

²⁶ NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. *Vale do Medo*. Novembro, 2011, p. 85.

²⁷ MARSH, John. Parks in Chile: Progress and problems. *In. Parks Research Forum of Ontario Proceeding*, 2003, p. 296.

uma complexa infraestrutura de pesquisa com “museus onde poderão ser estudadas as nossas fauna e flora”²⁸.

A criação de outros parques nacionais na sequência foi proposta ainda nos últimos anos da década de 1930,²⁹ citando os projetos para outras unidades sendo uma na divisa dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo (Parque Nacional dos Aimorés) ou outro na Ilha do Bananal, o que refletia, segundo o autor, “os vivos cuidados que o Governo” prestava “à causa florestal no país”.

O final da década de 1930 e início da década seguinte, bem como a onda de hostilidades por parte da Alemanha para com o Brasil seguido pelos debates políticos gerados no período pré-guerra e a própria entrada do Brasil no cenário mundial de combate fizeram com que maiores atenções foram direcionadas para a Europa e para as consequências dos conflitos para o país. O governo, de fato, passou a exercer forte controle para com as despesas direcionando os investimentos para setores mais estratégicos, o que acabou culminando em novo período de estagnação dos processos de preservação do meio ambiente brasileiro, o que pode ser facilmente verificado na inexistência de criação de parques nacionais ou de outras unidades de conservação nesta década. A latência para a criação de novos parques nacionais duraria pouco mais de 20 anos. Apenas em 1959, outras unidades seriam criadas; o Parque Nacional do Araguaia (TO), o Parque Nacional Ubajara (CE) e o Parque Nacional Aparados da Serra (RS/SC).

Conclusão

Apesar de cientes da importância dos diversos instrumentos jurídicos criados durante as três primeiras décadas do século passado, a efetivação da proteção ao patrimônio ambiental brasileiro apenas se viu subscreta a partir do ano de 1934, com a criação dos diversos aprovados naquele ano, os quais viriam a complementar a Constituição promulgada em 1937, haja vista que ao longo da Constituição anterior o conceito da arte sobre a necessidade da preservação ambiental era por demais vago, transformando a prática preservacionista em uma tarefa de difícil conclusão. Logo, a Constituição de 1934 mostrava-se bastante pobre no tocante a tal temática.

Somente no ano de 1937 um passo maior seria dado para difusão das práticas ambientalistas. A criação do Parque Nacional do Itatiaia veio para sanar um atraso de quase 70 anos de diferença entre o Brasil e os criadores dessa modalidade de unidade de conservação; os Estados Unidos. O fato de vários outros países (e territórios coloniais, inclusive) possuidores de

²⁸ COSTA, Rafael Navarro. *As memórias do Comandante. Amaral Peixoto e a política fluminense*. S/L, 1940, p. 27.

²⁹ COSTA, Fernando. *Realizações do Presidente Getúlio Vargas no Ministério da Agricultura*. S/L: Ministério da Agricultura, Dep. de Imprensa e Propaganda, 1941, p. 69.

menor prestígio perante a comunidade internacional criarem seus parques nacionais antes do Brasil também não pode deixar de ser visto como certo atraso de nossas políticas públicas para as causas ambientais. Logo, podemos perceber a criação de nossos três primeiros parques nacionais (Itatiaia, Cataratas do Iguaçu e Serra dos Órgãos) de uma hora para outra como sendo o início do desenvolvimento de nossa política ambiental moderna e, ao mesmo tempo, como uma ação de fuga do país de um estágio de letargia cultural e ambiental; uma resposta ao nosso atraso ambiental frente a outras Nações.

Entre a amizade e o serviço: discursos de proteção aos animais no Brasil (1930-1945)

Natascha Stefania Carvalho De Ostos

Doutora em História*

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

nataschaostos@hotmail.com

Resumo: A história da interação entre os seres humanos e os animais, bem como as representações criadas sobre os bichos, integram o campo de estudos da História Ambiental. Nosso trabalho visa contribuir para o alargamento dessa área de investigação no Brasil, propondo analisar como, entre os anos de 1930 e 1945, cresceu o interesse do poder público e da sociedade organizada em torno da temática da proteção aos animais. No decorrer do século XX as discussões sobre a necessidade de se estabelecer formas “racionais”, menos destrutivas, de lidar com a natureza adquiriram força e impulso no país. Ancoramos nossa pesquisa no estudo da legislação da época – precursora no que se refere a tal matéria – e em impressos que buscaram divulgar a importância do cuidado com os bichos, com ênfase na educação das crianças. A delimitação dessa esfera de debate nas publicações consultadas permite entrever que a defesa dos animais se alinhava com a promoção de valores morais e de projetos políticos específicos, com ênfase no desejo de formar brasileiros cooperativos e patriotas.

Palavras-chave: Proteção aos animais, representações, Era Vargas.

A necessidade de desenvolver estudos voltados para a investigação das relações entre os homens e os animais ao longo do tempo está afinada com a preocupação da sociedade atual com a natureza. As diversas formas de interação entre o homem e o meio natural têm sido problematizadas pelo debate político, mobilizando governos e a sociedade civil. O tema adquiriu tal sentido de urgência no mundo hodierno que motivou até mesmo uma inédita Encíclica Papal sobre o tema.¹ Sob as mais variadas perspectivas, a natureza vem sendo objeto de debate insistente não só no meio acadêmico, mas na mídia, nos círculos empresariais e políticos, também integrando a pauta dos movimentos sociais. A história, sempre atenta ao presente, tem devotado esforços importantes para a compreensão das diversas representações da natureza construídas pelo homem no tempo, ciente de que não existe apenas uma noção de

* Bolsista de Pós-doutorado Júnior do CNPq. O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (processo: 165936/2015-0). Pesquisa sob a supervisão da Prof.ª Dr.ª Regina Horta Duarte, do Departamento de História da UFMG, a quem agradecemos pelas sugestões.

¹ A Encíclica, publicada em maio de 2015 pelo Papa Francisco, se intitula *Laudato Si* (Louvado sejas, meu Senhor), em referência à louvação de São Francisco de Assis a Deus, agradecendo pela natureza. Em certo trecho o pontífice diz: “Portanto, é verdade também que a indiferença ou a crueldade com as outras criaturas deste mundo sempre acabam de alguma forma por repercutir-se no tratamento que reservamos aos outros seres humanos”. Captado em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 20 jul. 2015.

natureza e sim várias, produzidas no próprio devir histórico, pelas diferentes sociedades humanas.² O Brasil, conhecido pela sua exuberante natureza, ocupa o centro das discussões globais sobre o tema. Mas apesar da grande visibilidade do assunto nos dias de hoje, as reflexões sobre a natureza integram o campo intelectual e governamental brasileiro há muito tempo, tendo mobilizado diversos sujeitos históricos segundo os aportes culturais, políticos e econômicos peculiares a cada conjuntura.³ Contudo, é possível afirmar que foi no decorrer do século XX, notadamente nas décadas de 1920, 1930 e 1940, que as discussões sobre a necessidade de se estabelecer formas “racionais”, menos destrutivas, de lidar com a natureza adquiriram grande força e impulso no Brasil.

Os governos de Getúlio Vargas representaram uma nova etapa no redimensionamento da questão ambiental, principalmente em matéria legislativa. Entre 1934 e 1940, códigos legais e reservas naturais foram criados pela primeira vez no Brasil. Notadamente, o Código Florestal, de 1934, que classificou os espaços florestais do país, o de Caça e Pesca e o Código de Águas, do mesmo ano; em 1940 entrava em vigor o Código de Minas.⁴ A Constituição outorgada de 1937 reforçava esse corpo normativo, estabelecendo que os aspectos destacados da natureza brasileira integrariam, doravante, o *patrimônio nacional*.⁵

Contudo, para efeito desta pesquisa, a norma mais importante editada à época foi o Decreto de 1934 que estabelecia “medidas de proteção aos animais”.⁶ A partir desse dispositivo legal todos os animais existentes no país passaram a ser tutelados pelo Estado e os maus tratos a eles dispensados tornaram-se passíveis de gerar multas e até mesmo prisão. A norma elencava uma série de práticas consideradas como maus tratos, definindo também o que considerava como *animal*, “Artigo 17. A palavra animal, da presente lei, compreende todo ser irracional, quadrúpede ou

² CRONON, William (org.). *Uncommon Ground – rethinking the human place in nature*. New York: W. W. Norton & Company, 1996, p. 50-51.

³ Diversos autores tem se dedicado às pesquisas sobre a História Ambiental do Brasil, em vários períodos. Dentre outros citamos: DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo – A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996; DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997; DUARTE, Regina Horta. *A Biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil - 1926-1945*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010; PADUA, José Augusto. *Um sopro de destruição. Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

⁴ Respectivamente: Decreto-lei n. 23.793, de 23 jan.1934; Decreto-lei n. 23.672, de 02 jan.1934; Decreto-lei n. 24.643, de 10 jul. 1934 e Decreto-lei n. 1.985, de 29 jan. 1940.

⁵ Art.134 “Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional”. BRASIL, *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. 1937. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, p. 36.

⁶ Decreto n. 24.645, de 10 jul. 1934. Captado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24645.htm. Acesso em: 13 maio 2015.

bípede, doméstico ou selvagem, exceto os daninhos”. Tratava-se, portanto, de um conceito limitador, que excluía do manto protetor da lei, por exemplo, as cobras, bem como os seres tidos como daninhos, isto é, aqueles que de algum modo prejudicassem a atividade produtiva e econômica humana. Temos aí um forte indício de que a classificação dos animais para fins de proteção à época obedecia a um critério de *utilidade progressiva*, isto é, quanto mais próximos do ser humano e mais amplo o seu papel na lida diária (principalmente no campo), maior o grau de amparo que mereciam. O artigo 3º da lei especificou, em 31 dispositivos, o que “considera maus tratos”, destes pelo menos 20 tipificações se aplicavam a animais usados como força de trabalho, consumo ou produção, como, “XII - descer ladeiras com veículos de tração animal sem utilização das respectivas travas, cujo uso é obrigatório; [...] XXI - deixar sem ordenhar as vacas por mais de 24 horas, quando utilizadas na exploração do leite”. Tais detalhes são fundamentais para compreendermos quais concepções de natureza predominaram no período, incluindo aí os tipos de animais considerados como dignos do amparo humano.

A separação entre animais “bons” e “maus” – para o homem – não foi algo exclusivo dos anos 1930 e 1940⁷, contudo, nesse momento a separação se revestia de justificativas e de linguagem científica, buscando motivações e explicações racionais para a necessidade de preservar ou de combater certas espécies. Os cientistas da época preconizavam a necessidade de se disseminar informações úteis, acessíveis e esclarecedoras para a população, notadamente para as crianças, de modo a educá-las não apenas respeitando os seres vivos, como também sabendo tirar proveito dos recursos que eles poderiam dispensar.⁸ Assim, a chamada Era Vargas foi palco de um processo de sistematização legal do patrimônio natural, revelando o desejo de valorizar a natureza do ponto de vista afetivo, símbolo maior da brasilidade, e ao mesmo tempo estabelecer o aproveitamento racional dos bens disponíveis, garantindo sua exploração ao longo do tempo.

Nossa pesquisa, em andamento, trata sobre a formação e o fortalecimento de discursos em defesa dos animais no Brasil da Era Vargas (1930-1945), em especial aqueles voltados para o universo infantil, em publicações especializadas sobre o tema, destacadamente em *O amigo dos animais*, *O Zoophilo Paulista* e no *Boletim do Ministério da Agricultura*. A partir de consulta prospectiva feita em periódicos da época temos como hipótese de que a ampliação e a maior visibilidade da

⁷ DEL PRIORE, Mary. Mil e uma utilidades. A relação de amor e ódio dos homens com os animais chamou a atenção de diversos pensadores. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Captado em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/mil-e-uma-utilidades>. Acesso em: 24 jun. 2015.

⁸ DUARTE, Regina Horta. Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte: A Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-1934). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 33-56, 2004; OSTOS, Natascha Stefania Carvalho De. O Brasil e suas naturezas possíveis (1930-1945). *Revista de Índias*, Madri, v. 72, n. 255, p. 581-614, 2012.

causa dos direitos dos animais no período indicado estavam relacionadas, dentre outros fatores, com o desejo de se formar cidadãos brasileiros cooperativos, moralmente sãos e cientes dos seus deveres cívicos. Nesse sentido, os animais se destacavam como elemento de afirmação da nacionalidade por diversas razões: pela origem endêmica de algumas espécies, “típicamente brasileiras”, verdadeiros símbolos do Brasil; pelo benefício prático da sua existência para o ser humano, integrando um projeto político de valorização do mundo “real”, segundo o qual cada ente vivo precisava ser útil e proveitoso para a sociedade; e pela “vocaçãõ” de cooperaçãõ supostamente demonstrada por várias espécies, configurando exemplo de solidariedade e harmonia para os humanos, já que o instinto animal trabalharia a favor da sobrevivência do grupo, da coletividade, e não tanto em prol do indivíduo.⁹

No que toca à documentação selecionada, no *Boletim do Ministério da Agricultura* é possível encontrar artigos explicativos e notícias sobre as iniciativas governamentais da época. Editado mensalmente durante quase todo o período estudado, o impresso contém informações valiosíssimas sobre os projetos levados a cabo em todos os estados e regiões do país, contendo uma grande quantidade de material dedicado ao cuidado dos animais, ao combate das pragas e a necessidade de se promover no território nacional a iniciaçãõ das criações no mundo agrícola. Interessa-nos menos a efetiva implantaçãõ dessas propostas do que a intencionalidade que revelam. Assim é que o *Boletim* dá conta da atuaçãõ do Departamento de Indústria Animal de São Paulo, que teria instalado um programa de “criaçãõ em cativeiro das espécies animais ameaçadas de extinçãõ [...] como a anta, o veado galheiro”;¹⁰ ao mesmo tempo em que divulgava com frequência a atuaçãõ dos Clubes Agrícolas infantis, como o de Santa Cruz do Escalvado, em Minas Gerais, “Duas campanhas contra insetos nocivos foram feitas: a 1ª em março – das borboletas – pragas das hortas, sendo destruídas 4.885; a 2ª em outubro, das tanajuras [...] os vencedores foram premiados com livros recebidos do Ministério da Agricultura”.¹¹ Nesses dois trechos temos exemplos claros do que se considerava então como animais úteis e inúteis (nocivos), e como cada segmento era tratado dentro do projeto nacional mais amplo de incentivo à preservaçãõ ou extinçãõ de certas categorias de viventes, estabelecendo punições ou estímulos de acordo com as práticas

⁹ Fábio Luz Filho, jurista, precursor dos estudos do cooperativismo no Brasil nas décadas de 1930 e 1940, tratou de fundamentar a naturalidade do comportamento cooperativo: “Há, na natureza, exemplos de seres de espécies distintas que se auxiliam entre si, encontrando-se os mesmos em uma “relaçãõ mútua de caráter inteiramente cooperativo” [...]. Por que não se unirãõ os homens? No próprio reino animal [...] pululam os exemplos de ajuda mútua como ‘lei da natureza e principal fator da evoluçãõ progressiva’”. In: *Teoria e Prática das Sociedades Cooperativas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Olímpica Editora, 1945, p. 20 e 22.

¹⁰ Parques de Criaçãõ. *Boletim do Ministério da Agricultura*, Rio de Janeiro, ano 27, n. 1/3, p. 124, jan./mar. 1938.

¹¹ As criações do interior integradas na campanha da produçãõ. *Boletim do Ministério da Agricultura*, Rio de Janeiro, ano 32, n. 12, p. 120-121, dez. 1943.

consideradas corretas e com os resultados desejados. Privilegiamos no referido impresso as rubricas dedicadas ao universo infantil e escolar, que apareciam com frequência a cada edição, noticiando as iniciativas implantadas pelos educandários no que toca à vida agrícola e ao contato com a natureza, bem como campanhas e projetos lançados pelo governo visando atingir as crianças, esclarecendo-as sobre o mundo natural, em particular os animais.

Já a revista *O amigo dos animais* era publicada mensalmente em São Paulo pela Sociedade União Infantil, cujo lema era “Pela Educação moral da criança e proteção dos animais”. Tratava-se de publicação voltada para crianças e adolescentes, mas que continha material a ser explorado por pais e professores. Dedicava-se a instruir os pequenos leitores de forma divertida sobre temas variados, mas com foco principal na relação homens/animais. Suas páginas continham contos, fábulas, concursos, desenhos de animais, fotografias de crianças com seus bichinhos de estimação, seção de consulta veterinária por correspondência, etc. Em nota dirigida à imprensa do Brasil a revista indagava, “Por que não consagram os nossos jornais uma coluna diária à proteção aos animais [...] tal como fazem para os esportes, as artes, as letras, as ciências, etc.?” E para justificar a pretensão de destaque e do mérito do assunto lançou mão de argumento caro aos projetos políticos e científicos da época, “Não é somente uma questão de humanidade, é também, na maior parte das vezes, uma questão de simples higiene”.¹² Em outro trecho percebemos que mesmo a publicação tendo como proposta principal a edificação moral das crianças, os animais são enaltecidos não apenas como “bondosos companheiros”, mas também como “auxiliares do homem”,¹³ evidenciando que apesar dos periódicos estudados terem público alvo e projeto editorial diferentes, suas propostas se entrecruzavam no desejo de fundar uma sociedade orgânica, que ao ser expurgada dos seus elementos nocivos ou daninhos (humanos ou animais), daria lugar a uma realidade de cooperação entre os diferentes, cada qual cumprindo o seu papel, sem conflito ou competição.

Já o raríssimo periódico o *Zoophilo Paulista* era editado mensalmente pela União Internacional Protetora dos Animais de São Paulo. A revista “Traz artigos e gravuras referentes ao programa da União, que é propugnar pelo amor e carinho aos animais”.¹⁴ O conteúdo versava sobre as experiências de proteção aos animais em outros países, o movimento de proteção aos animais pelo mundo, artigos de divulgação científica sobre animais diversos, a utilidade dos bichos

¹² À imprensa do nosso país. *O amigo dos animais, revista mensal ilustrada para meninas e meninos*, São Paulo, ano IV, n. 36, p. 3, abr. 1934.

¹³ Uma bela demonstração educativa. *O amigo dos animais, revista mensal ilustrada para meninas e meninos*, São Paulo, ano IV, n. 42, p. 27, p. 3, out. 1934.

¹⁴ Publicações. *Diário Nacional*, São Paulo, ano IV, n. 1.122, 07 mar. 1931, p. 5.

para o ser humano, as riquezas da fauna brasileira, as qualidades enobrecedoras dos animais, etc. A publicação fazia parte da estrutura organizacional da referida associação, que abarcava várias frentes de trabalho, contando até mesmo com um “Hospital, Cemitério e Asilo Zoófilos”.¹⁵ Assim, esse periódico traz informações importantes para a pesquisa no sentido de que ele integrava um projeto amplo e concreto de proteção aos animais, de modo que a revista tinha como intuito – além de educar os leitores (incluindo as crianças) –, divulgar as ações da entidade que incluíam: diligências em socorro aos animais abandonados nas ruas, denúncia às autoridades em caso de maus tratos, recolhimento de instrumentos que pudessem ferir os animais, campanhas de arrecadação de fundos, etc.

No âmbito internacional, no ano de 1931, na Itália, um grupo de cientistas estabeleceu que o dia 04 de outubro seria dedicado aos animais. No Brasil tal data não tinha conotação oficial, mas, após algum tempo, foi adotada pelos grupos de proteção. A cada ano as publicações dessas entidades noticiavam as comemorações realizadas nas escolas, que promoviam concursos de composição entre os alunos e até mesmo desfiles das crianças com seus bichinhos de estimação. Tal data coincide com o dia devotado a São Francisco de Assis pela Igreja Católica, considerado o padroeiro dos animais. A consagração de um dia especial a esses seres dava ensejo à promoção de atividades especiais voltadas para as crianças, estimulando o convívio das mesmas com os animais de modo a encorajar seu interesse no cuidado dos bichos e a avivar a formação de um vínculo que deveria ser ao mesmo tempo prático, utilitário e afetivo.

Assim sendo, tais publicações trazem um material inédito de pesquisa sobre tema pouco estudado no Brasil, mas que suscita grande interesse na sociedade contemporânea, cada vez mais preocupada em problematizar as relações entre o homem e a natureza e as balizas éticas dessa interação, particularmente no que toca à convivência com os animais.¹⁶ Portanto, a indagação

¹⁵ *Diário Nacional*, São Paulo, ano III, n. 822, 04 mar. 1930, p. 4.

¹⁶ O IBGE divulgou, em junho de 2015, Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) com dados coletados no ano de 2013. As informações obtidas evidenciam a grande importância dos animais de estimação na vida cotidiana dos brasileiros. “Em 2013, 44,3% dos domicílios do país possuíam pelo menos um cachorro, o equivalente a 28,9 milhões de unidades domiciliares. [...] A população de cachorros em domicílios brasileiros foi estimada em 52,2 milhões, o que indicou uma média de 1,8 cachorro por domicílio, considerando-se o conjunto de domicílios com este animal. Em relação à presença de gatos, 17,7% dos domicílios possuíam pelo menos um, o equivalente a 11,5 milhões de unidades domiciliares. [...] A população de gatos em domicílios brasileiros foi estimada em 22,1 milhões, o que representa aproximadamente 1,9 gato por domicílio com este animal”. Captado em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/pt/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=2902&busca=1&t=pns-2013-tres-cada-quatro-brasileiros-costumam-buscar-atendimento-medico-rede-publica>. Acesso em: 04 jul. 2015. A imprensa deu grande destaque à pesquisa, ressaltando que o resultado revelava que existiam mais cachorros do que crianças nos domicílios brasileiros, já que o número de crianças somava 44,9 milhões. Captado em: <http://f5.folha.uol.com.br/bichos/2015/06/1636937-brasileiros-tem-mais-cachorros-que-criancas-segundo-pesquisa-do-ibge.shtml>. Acesso em: 04 jul. 2015.

colocada pela revista *O amigo dos animais*: “Por que devemos ser bons para com os animais?” (tema de composição proposto aos pequenos leitores)¹⁷, está longe de ser simplória, ela encerra inúmeras possibilidades de resposta, além de implicações complexas, de cunho ético, cultural, econômico, etc. As respostas a essa pergunta dialogam com os ideais de cada sociedade e só podem ser analisadas na especificidade do devir histórico. Ao propormos investigar os valores, as escolhas e as condições culturais, econômicas e políticas que alicerçavam a percepção das diferenças, no período estudado, entre humanos e animais, buscamos compreender qual (ou quais) projeto político e de nação foram privilegiados nos discursos de proteção aos animais, entendendo que para além da afirmação de um protagonismo dos bichos é preciso analisar como essas falas visavam impactar a formação prática e moral do chamado *homem brasileiro*.

¹⁷ *O amigo dos animais*. São Paulo, ano IV, n. 42, p. 18, out. 1934.

Simpósio Temático 21: História do Esporte e das Práticas Corporais

Gustavo Cerqueira Guimarães

Doutor em Literatura Comparada e Teoria da Literatura
UFMG
gustavocguimaraes@hotmail.com

Thiago Carlos Costa

Mestre em Literatura Comparada e Teoria da Literatura
UFMG
thiagoc_costa@yahoo.com.br

Raphael Rajão Ribeiro

Mestre em História
UFMG
raprajao@gmail.com

Proposta do Simpósio:

O objetivo desse simpósio temático é promover a troca de ideias e experiências de pesquisa, que têm o esporte e as práticas corporais como objeto de investigação. Nas últimas duas décadas, no Brasil, a História do esporte e das práticas corporais vem se consolidando no âmbito do campo acadêmico da História. A complexidade do campo esportivo e a aderência da população global despertaram o interesse de pesquisadores que vislumbram em tais fenômenos a possibilidade de ampliar a compreensão de contextos sociais complexos. Hoje, o tema encontra-se disseminado em programas de pós-graduação de diversas áreas, tais como sociologia, antropologia, psicologia, letras, educação física e história. Destaca-se, sobretudo na última década, a criação de laboratórios em universidades de São Paulo, Bahia, Paraná, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro, o que potencializou a publicação de livros, capítulos e artigos em periódicos. Nesse percurso, é fundamental a troca de experiências, debates e o compartilhamento de pontos de vista teóricos, metodológicos e epistemológicos entre os pesquisadores. Nos encontros nacionais e regionais de História, os simpósios dedicados ao tema estão estabelecidos desde o início dos anos 2000. Nessa medida, este Simpósio Temático busca congrega os pesquisadores interessados no esporte e nas diferentes práticas corporais institucionalizadas: dança, educação física, ginástica, atividades físicas “alternativas” (antiginástica, eutonia, ioga, etc.), alguns fenômenos análogos de períodos anteriores

à Era Moderna (as práticas de gregos, os gladiadores romanos, os torneios medievais, um grande número de manifestações lúdicas de longa existência), entre outras (como, por exemplo, a capoeira). Trabalha-se, assim, com a perspectiva de utilizar o esporte como uma chave para compreender, interpretar e/ou explicar cenários culturais, políticos, econômicos e sociais, sobretudo dos séculos XIX e XX.

Primeiras intervenções da Prefeitura de Belo Horizonte na política de esporte e lazer na cidade: 1894-1948

Luciana Cirino Lages Rodrigues Costa

Doutoranda em Lazer na EEEFTO/UFMG
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer/UNIFEMM
lucianacirino@pbh.gov.br

Marilita Aparecida Arantes Rodrigues

Doutora em História pela FAFICH/UFMG
Centro de Memória do Esporte e do Lazer/Secretaria Municipal de Esporte e Lazer/PBH
marilita.rodrigues@pbh.gov.br

RESUMO: O estudo, ainda em andamento, avalia as primeiras ações públicas realizadas nos setores do esporte e do lazer na cidade de Belo Horizonte, entre os anos de 1894 a 1948 – período em que ainda não existia um órgão responsável por políticas estruturadas para essas áreas. O nosso olhar esteve voltado para a análise do conteúdo e a natureza das ações administrativas que foram realizadas pelo Executivo e o Legislativo municipal, nas áreas do esporte e do lazer. Esse olhar foi igualmente direcionado para os atores sociais que estiveram envolvidos nos processos de difusão dessas práticas e suas articulações com o Poder Público para a sua efetivação. O que se pode avaliar é que, até os anos de 1920, os apoios eram justificados, principalmente, porque a cidade lucraria com práticas higiênicas, salutaras e divertidas, em moda nos centros civilizados. Nos anos 30/40 as finalidades de um plano de aperfeiçoamento da raça e embelezamento da cidade passou a ser observado.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas, esporte, lazer, Belo Horizonte.

Este estudo, ainda em andamento, é parte integrante de uma pesquisa financiada pela FAPEMIG, realizada junto ao grupo de estudos Polis-CELAR/UFMG, que analisa a história das políticas municipais de esporte e lazer em Belo Horizonte, de 1894 a 2012. O recorte aqui apresentado avalia as primeiras ações públicas realizadas nesses setores, na cidade.

Pesquisas realizadas sobre o esporte e o lazer em Belo Horizonte nos mostram que, como fenômenos modernos, eles possuem uma estreita relação com a cidade, criada no final do século XIX para ser a capital moderna de Minas Gerais¹. Nesse período, o processo de urbanização das cidades se encontrava no cerne das questões colocadas pela emergência do mundo moderno. Como um espaço de intensa inserção das transformações trazidas pela revolução industrial, as cidades

¹ RODRIGUES, M. A. A. *Constituição e enraizamento do esporte na cidade: uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894-1920)*. 2006. 335p. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte; RIBEIRO, R. R. *Bola em meio a ruas alinhadas e a uma poeira infernal: os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1904-1921)*, 2007, 180 p. Dissertação (História Social da Cultura) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

passaram a contemplar vivências tanto do esporte como do lazer, que podem ser compreendidos, como fruto dessas transformações². Assim, Belo Horizonte, desde a sua concepção, passou a ser o espaço e o tempo de realização da modernidade, com o esporte e o lazer passando a fazer parte da sua cultura.

Se Belo Horizonte foi construída pelo Poder Público para ser a capital moderna dos mineiros, quais foram as primeiras ações públicas realizadas nos setores do esporte e do lazer na cidade?

Para responder a essa questão, eixo de investigação desse estudo, nosso olhar esteve voltado para a análise do conteúdo e a natureza das ações administrativas que foram realizadas pelo Executivo e o Legislativo municipal nas áreas do esporte e do lazer, nesse período. Esse olhar foi igualmente direcionado para os atores sociais que estiveram envolvidos nos processos de difusão dessas práticas e suas articulações com o Poder Público para a efetivação dessas ações, uma vez que ainda não existiam políticas estruturadas para essas áreas na cidade.

Para tanto, recortamos o período de 1894 a 1948, cujo marco inicial é o planejamento da nova capital para o Estado de Minas Gerais e o final a criação de um órgão específico para gerir políticas de esporte na cidade: o Conselho Municipal de Esportes. As fontes utilizadas foram os relatórios de prefeitos, as legislações, jornais e estudos realizados sobre a temática.

Esse período é marcado por um arranjo administrativo no qual a Prefeitura Municipal ainda não possuía uma autonomia administrativa. O estatuto jurídico e político do Poder Executivo Municipal definia essa instância como um departamento diretamente vinculado e subordinado ao Poder Estadual, sendo o próprio prefeito nomeado pelo presidente do Estado³.

Essa situação foi vivenciada até 1947, marco do fim da subordinação da Prefeitura ao Estado. No contexto da redemocratização nacional, Belo Horizonte conquistou sua verdadeira autonomia política, elegendo Octacílio Negrão de Lima como o primeiro prefeito eleito por voto popular. Em 12 de dezembro de 1947 ele assumiu a Prefeitura⁴. É nessa administração que o primeiro órgão para gerir uma política municipal ligada ao esporte foi criado.

Mas como a cidade foi se constituindo na sua relação com o esporte e o lazer anterior à

² BRACHT, V. Esporte, história e cultura. In: PRONI, M. W.; LUCENA, R. F. (Org.). *Esporte: história e sociedade*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. p. 191-205.

³ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Históricos e Culturais. *Omnibus: uma história dos transportes coletivos em Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 1996, p. 34.

⁴ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Históricos e Culturais. *100 anos de modernidade: anuário da arquitetura de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 2001. v. 1: Políticas públicas, p. 174.

esse marco?

A cidade e o esporte e o lazer na sua cultura

No final do século XIX, o mito do progresso e o desejo universal de modernizar as cidades constituíam a tônica da época. Ao ser planejada para sediar a capital de Minas Gerais, no período de 1894 a 1897, a cidade foi pensada como espaço e o tempo de realização da modernidade. Minas Gerais deveria possuir uma capital que pudesse atender às necessidades de seus habitantes, livre de problemas de saneamento, livre de doenças, e que pudesse ser um polo irradiador de progresso do Estado⁵. Nesse sentido, “o estado assumiria o controle da urbanização, orientaria a expansão e o processo de ocupação, e uso do solo urbano da nova capital. Dito de outra forma, o governo seria o construtor e o planejador de sua capital”⁶.

Assim, além dos espaços físicos, projetava-se também a forma de seus habitantes se fixarem material e culturalmente na cidade. Baseando-se nos exemplos das cidades europeias, propunha um novo padrão de sociabilidade voltado para o espaço público, cosmopolita e urbano⁷. Novos valores seriam projetados como forma de divertimentos, aliados, principalmente, a argumentos higiênicos. A cidade deveria ser equipada com parques, praças e jardins que trariam condições cotidianas para os divertimentos saudáveis.

Deste modo, desde o seu planejamento, seus espaços foram traçados conforme uma lógica funcional, com lugares distintos para a habitação, o trabalho e a diversão. Em sua planta original, foram reservados locais específicos para duas modalidades esportivas muito em voga na Capital Federal e na Europa: o turfe e o ciclismo e, projetados também, espaços especificamente para o lazer⁸, como o Parque Municipal, o Jardim Zoológico e algumas praças⁹.

Ações públicas voltadas ao incentivo ao lazer na cidade

Durante o período analisado, diferentes intervenções do Poder Público municipal ocorreram e impulsionaram a sua conformação como a nova capital de Minas Gerais. Apesar de

⁵ SILVA, R. H. A. da. Belo Horizonte: o que marca sua singularidade. In: ARRUDA, Rogério P. (Org.). *Álbum de Bello Horizonte*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 145-154. Edição fac-similada.

⁶ KAMEL, R. C. A.K. *Gestão municipal e o processo de organização do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte (1894-1960)*, p.15.

⁷ JULIÃO, L. *Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920)*. 1992. 200f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 1992. p. 77.

⁸ Nas fontes analisadas não identificamos a presença da palavra *lazer*, mas encontramos termos que remetiam à ideia de divertimento e diversão. Desse modo, utilizamos nesta pesquisa o termo lazer considerando a expressão de divertimento, diversão, tal qual se encontra nos documentos pesquisados.

⁹ RODRIGUES, M. A. A. *Constituição e enraizamento do esporte na cidade*.

alguns prefeitos expressarem um discurso de crise econômica¹⁰, que indicariam um constante desafio para a administração, a nova capital foi se expandindo e ampliando a urbanização. As intervenções físicas iniciais ocorreram dentro do limite da Avenida do Contorno, ultrapassando essa delimitação com o passar das décadas. Entre 1930 e 1950, almejava-se uma paisagem urbana atraente por meio dessas intervenções, e também, teve o início da verticalização da área central da cidade¹¹. O Poder Público municipal foi atuando na transformação da cidade, no impulso de concretizar o projeto de modernidade.

Entre as ações, encontravam-se aquelas direcionadas para o divertimento na cidade. A construção e a manutenção de praças, do Parque Municipal, da Biblioteca Pública e do Teatro Municipal evidenciaram essa atuação da Prefeitura, que incentivou a diversão da população, o ideário de progresso e os hábitos saudáveis.

As praças foram citadas em diferentes relatórios dos prefeitos, expressando o empenho do Poder Público em urbanizar a capital e também as (im)possibilidades que poderiam representar para a população. A Praça da Liberdade teve grande importância nesse período. Prevista no projeto inicial da nova capital, foi construída na parte alta da cidade, próxima à sede do governo e das primeiras secretarias. Ajardinada e ampla, favoreceu a conformação do ideário de hábitos saudáveis e da presença da população.

A exemplo da Praça da Liberdade, outras praças e o Parque Municipal também foram ajardinados. Essa era uma prática realizada pela prefeitura para o embelezamento da cidade e a aproximação da população nesses espaços públicos. Identificamos a tensão entre a expectativa da Prefeitura e a presença da população, nesses espaços, quando o prefeito Benjamim Franklin Silviano Brandão expressou os danos que os jardins e os gramados do Parque Municipal e de outros espaços da cidade sofriam, descrevendo algumas medidas que foram tomadas a respeito: “Para impedir em parte taes abusos principalmente no Parque, taes como as incursões do povo nos canteiros e tableiros de relva, pensamos em protegel-os, com uma cerca de arame mais ou menos apropriada, certa altura; (...)”¹²

Lugar de encontro, de festas, de embelezamento e de descanso, as praças se destacaram

¹⁰ BELO HORIZONTE. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito* Prefeitura Municipal. *Relatório Dr. Bernardo Pinto Monteiro. 12 de setembro de 1899 – 31 de agosto de 1902*. Relatórios. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1902.

¹¹ JAYME, J. G.; TREVISAN, E. *Intervenções urbanas, usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte*. Civitas - Revista de Ciências Sociais, [S.l.], v. 12, n. 2, p. 359-377, nov. 2012. ISSN 1984-7289. Captado em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/11933/8133>>. Acesso em: 14 Jul. 2016.

¹² BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Relatório Apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Benjamin Brandão em janeiro de 1910*. Relatórios. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1910, p. 15. Optamos por manter a ortografia original das fontes por entendermos que a língua também tem sua história.

também no processo de expansão territorial da cidade. Segundo o Relatório do prefeito Octacílio Negrão de Lima, em dezembro de 1936, Belo Horizonte contava com 130 praças¹³.

O Parque Municipal foi mencionado por diferentes prefeitos. Ele fazia parte da planta de construção da nova capital, que previa em sua área de 60 hectares (ou 600 mil m²)¹⁴, alguns lagos alimentados pelas águas de diferentes ribeirões, cascatas e ilhas, assim como a construção de sete pontes que cortariam os ribeirões. Utilizado por diferentes grupos, e nas primeiras décadas, em especial pelas elites, foi locus do carnaval, da prática de atividades físicas ao ar livre, e de esportes como o ciclismo e a natação. Comportou também o zoológico da cidade, que inicialmente seria construído próximo à Praça da Liberdade, mas que terminou indo para o Parque.

Em relatório apresentado ao prefeito Luiz Penna, em 1933, a Diretoria Geral de Obras manifestou a demanda de manutenção do Parque Municipal, e também da construção nele, de um espaço para a diversão sadia das crianças, que estariam alicerçados em argumentos de utilidade para a saúde. Conforme consta no relatório, construíram algumas “secções de brinquedos infantis, como balanços, ‘sliders’, etc”¹⁵. Alcançar as crianças, em seu momento de divertimento, seria uma possibilidade para executar esse propósito.

A Biblioteca foi parte da paisagem da cidade desde os primeiros anos. Tendo a sua gênese na *Sociedade Literaria Bello Horizonte*, fundada por membros da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), funcionou no Largo da Matriz¹⁶ e buscou difundir o conhecimento. Mencionada por diferentes prefeitos, em 1900, foi doada à Prefeitura, que a organizou, e posteriormente, construiu uma sede para seu melhor funcionamento. Os relatórios anunciaram que a quantidade de usuários e o seu acervo aumentaram nas diferentes administrações. A biblioteca foi espaço e tempo de educação¹⁷ da população, da propagação da cultura e de incentivo ao acesso à arte.

Em 1899, foi aberto o primeiro teatro na cidade e, em 1909, foi inaugurado o Teatro Municipal de Belo Horizonte¹⁸. O Teatro foi um espaço de divertimento que se destacou nos

¹³ BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Relatório Apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Octacílio Negrão de Lima*. Relatórios. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1933, p. 25.

¹⁴ RODRIGUES, M. A. A. *Constituição e enraizamento do esporte na cidade*.

¹⁵ BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Relatório da Diretoria Geral de Obras, Relativo ao Ano de 1931, Apresentado ao Prefeito Luiz Penna*. Relatórios. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1933, p. 209.

¹⁶ BRETTAS, A. P. *A Sociedade Literária de Belo Horizonte: um legado cultural da Biblioteca Municipal para a cidade*. 2004. 227p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

¹⁷ BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Relatório de 1937 Apresentado a S. Excia. O Sr Governador Benedito Valladares Ribeiro pelo Prefeito de Bello Horizonte*. Relatórios. Belo Horizonte: Graphica Queiroz Breyner. 1937, p. 4.

¹⁸ REIS, G. Belo Horizonte e o movimento teatral: trajetórias. In: SOUZA, F. J.; REIS, G.; OLIVEIRA, L. J. (Orgs.). *A arte e a cidade: lugares e expressões teatrais de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, 2015, p. 25-66.

relatórios dos prefeitos. Ofereceu à cidade espetáculos tais como: líricos, de operetas, comédias, concertos e festivais, incentivando a sociabilidade e a aproximação da população às práticas voltadas para o espaço público e cosmopolitano. Mas que não atendia a todos. Assim, os diferentes espaços e práticas de diversão foram (re)construídos, tensionando ou conformando o projeto de implementar a modernidade desejada na nova capital.

Ações públicas voltadas para o incentivo ao esporte na cidade

Na edificação de Belo Horizonte, a cargo da Comissão Construtora, seus membros assumiram, também, a postura de serem educadores na formação de uma mentalidade para ela, impregnada de ideias racionais, higienistas e assépticas, na busca de uma civilidade desejada¹⁹. Assim, além de desenharem a cidade, procuravam (re)definir, também, a trajetória das pessoas, numa tentativa de propor novas formas de convivência e práticas sociais nas quais as de esporte passam a ser valorizadas. Considerado no final do século XIX uma prática moderna, higiênica e que propiciava, principalmente, divertimento, o esporte teve espaços planejados especificamente para a sua prática, como o velódromo e o hipódromo. O velódromo, espaço para o ciclismo, foi construído no Parque Municipal, em 1898, com a criação do *Velo Clube*. A construção do hipódromo, para o turfe, iniciou-se somente em 1905²⁰.

A modalidade esportiva que se desenvolveu nos anos iniciais da cidade foi o ciclismo. O Poder Público cedeu espaços, construiu e ainda contribuiu com a melhoria dos mesmos. As arquibancadas do pavilhão de tábuas, coberto de zinco, foram construídas pelo prefeito dr. Adalberto Ferraz²¹, bem como a iluminação da pista do parque, que realçou as corridas e possibilitou avançarem no anoitecer²². Apesar dos incentivos, o *Velo Clube*, criado por um engenheiro da CCNC e por pessoas influentes na cidade, teve vida efêmera.

A prática do esporte realizada espontaneamente, no parque, por aquelas pessoas interessadas em aprendê-lo, ainda se podia visualizar. Mas, as corridas foram proibidas: “Attendendo aos repetidos desastres que se devem á imperícia ou imprudência de alguns cyclists, o dr. Francisco Salles baixou uma portaria proibindo terminantemente as corridas de bicicleta no Parque, enquanto não se reorganizar o Velo-Club ou outra associação (...)”²³. O ciclismo em Belo

¹⁹ Essa análise da CCNC como “grande educadora” foi feita por: VEIGA, C. G. *Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. 347p.

²⁰ RODRIGUES, M. A. A. *Constituição e enraizamento do esporte na cidade*.

²¹ BARRETO, A. *Os desportos antigos na capital II: Ciclismo e o Velo Club*. Belo Horizonte, [s.d.]. Museu Histórico Abílio Barreto. ABPi 4/012. Manuscrito. p. 5.

²² RODRIGUES, M. A. A. *Constituição e enraizamento do esporte na cidade*, p. 11.

²³ DIÁRIO DE MINAS. Cidade de Minas, p. 1, 14 abr. 1899. (Nota sem título).

Horizonte não teve o desenvolvimento que se esperava. Sem um clube que organizaria competições, a sua prática autônoma acabou não sendo incentivada.

Na administração do prefeito Bernardo Pinto Monteiro, o incentivo aos exercícios físicos fazia parte das suas intenções. Em seu relatório de 1899-1902, já destacava que:

Os exercícios físicos da mocidade, certo, devem se constituir um dos objetivos das administrações municipais. Em algumas cidades, com esse intuito, têm sido creados premios em recompensa áquelles que sobresaem e manifestam maior proveito nos concursos públicos de exercício de equitação, gymnastica, tiro ao alvo, esgrima, etc. Não sendo inovação, portanto, trata-se de um benefício real, imprescindível, que deve aqui também ser posto em prática²⁴.

Não foram encontradas fontes que revelassem a concretização dessas intenções. Mas, o apoio à equitação foi evidenciado na construção do hipódromo, também, apoiado pelo Poder Público. Como uma prática em voga na Europa e na Capital Federal o turfe foi, naqueles anos iniciais da cidade, por diversas ocasiões, cogitado de ser aqui organizado, mas não se concretizou. Somente em 1904, o Relatório do Prefeito cita o contrato feito entre a Prefeitura e a *Sociedade Anonyma Prado Mineiro*, com a cessão, por 25 anos, do terreno para construção, uso e gozo de um prado de corrida²⁵. Apesar dos apoios do Poder Público, o Prado acabou sendo extinto em 1912, pois o interesse da população belo-horizontina, pouco afeita aos divertimentos nos locais públicos até então, se mostrava somente quando as novidades se apresentavam²⁶.

As práticas que faziam parte do imaginário da CCNC e de pessoas da elite da cidade, na busca de construir hábitos modernos para capital, eram constituídas de um conjunto de valores culturais que não apresentavam significados para a maioria da população da cidade. Não se enraizaram na sua cultura. Contudo, a cidade foi se constituindo não só a partir dos interesses da CCNC, mas, também, pelos interesses das pessoas que foram dela se apropriando, reinventando e ressignificando os seus espaços. O apoio às iniciativas particulares de pessoas, principalmente ligadas à elite da cidade, interessadas em fundar associações esportivas, foi recorrente. Com isso, o tecido urbano foi sendo redesenhado por agremiações esportivas que passaram a fazer parte da cultura da cidade²⁷. Essas ações, ligadas inicialmente ao futebol, se estenderam às outras práticas posteriormente.

O incentivo ao futebol foi notado desde o início da década de 1910. Concessões de terrenos

²⁴ BELO HORIZONTE. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito* Prefeitura Municipal. *Relatório Dr. Bernardo Pinto Monteiro. 12 de setembro de 1899 – 31 de agosto de 1902.* p. 57.

²⁵ BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Relatório Apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em 16 de setembro de 1905.* Relatórios. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1905, p. 119.

²⁶ RODRIGUES, M. A. A. *Constituição e enraizamento do esporte na cidade*, p. 138.

²⁷ RIBEIRO, R. R. *Bola em meio a ruas alinhadas e a uma poeira infernal*, p.155.

e/ou reconhecimento/legitimação da sua ocupação foram dadas a clubes como: *Yale Athletic Club* (1911)²⁸; *Club Athletico Mineiro* (1916)²⁹; *América Futebol Club* (1920)³⁰; *Societá Sportiva Palestra Itália e Sport Club Lusitano* (1922)³¹, dentre outros. Assim, o Poder Público deu mostras de que percebia tal modalidade como prática útil à cidade e a Avenida Paraopeba, onde se localizavam a maioria desses campos, foi se constituindo o “lugar” dos clubes de futebol³². Mas o que se pode perceber é que essa não era uma política para todos. Aqueles apaixonados pelo futebol que queriam se apropriar da rua ou de praças, não eram vistos com bons olhos. Uma política de controle e repressão era realizada por guardas da prefeitura³³.

No final da década de 1910, o futebol foi a prática esportiva que encontrou maior receptividade na capital mineira, tornando-se a mais conhecida e a que efetivamente foi se enraizando na cidade. O Prado Mineiro, com o fim do turfe, passou a ser apropriado pelo futebol. Mas, por ser afastado do centro da cidade e ainda não possuir gramado, a importância de se constituir espaços condizentes com o desenvolvimento da modalidade passou a ser discutida³⁴.

O *América Futebol Clube* foi quem teve a iniciativa de construir um estádio, após ter recebido a concessão do terreno, atualmente, abriga o Mercado Central de Belo Horizonte. Esse seria o primeiro campo gramado da cidade. Foi inaugurado em 1923, mas, em virtude da necessidade de construção do novo Mercado de Belo Horizonte, a Prefeitura fez uma permuta com o clube, se comprometendo a dar outro campo em troca, no Parque Municipal³⁵. A sua inauguração aconteceu no dia 7 de setembro de 1929³⁶. Uma mesma permuta foi realizada com o *Clube Atlético Mineiro*, que tinha um campo onde hoje se encontra o *Minas Centro*, que foi trocado por um terreno em Lourdes, além de ser indenizado³⁷.

A apropriação do Parque Municipal por grupos restritos da elite, por meio de “favores” concedidos pela Prefeitura foi mencionada em diferentes relatórios de prefeitos e artigos de jornais.

²⁸ Belo Horizonte. Lei nº 53, de 30 de setembro de 1911.

²⁹ Belo Horizonte. Lei nº 121, de 18 de outubro de 1916.

³⁰ Belo Horizonte. Lei nº 187, de 6 de outubro de 1920.

³¹ Belo Horizonte. Lei nº 213, de 7 de Abril de 1922 e Belo Horizonte. Lei nº 223, de 18 de Abril de 1922.

³² Espaços demarcados e apropriados se tornam “lugares”.

³³ RIBEIRO, R. R. *Bola em meio a ruas alinhadas e a uma poeira infernal*, p. 158.

³⁴ RIBEIRO, R. R. *Bola em meio a ruas alinhadas e a uma poeira infernal*.

³⁵ BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Mensagem apresentada pelo prefeito Christiano Monteiro Machado ao Conselho Deliberativo de Belo Horizonte em 6 de Outubro de 1927*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927, p. 9.

³⁶ BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Mensagem apresentada pelo prefeito Christiano Monteiro Machado ao Conselho Deliberativo de Belo Horizonte em 10 de Outubro de 1929*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929, p. 7.

³⁷ Belo Horizonte. Decreto n. 50 - 26 de novembro de 1929.

Citamos o *Sport Club*, em 1908³⁸ e o *Club de Sports Higiénicos*, em 1913³⁹. Esse apoio foi criticado por cronistas da época que esclareciam o amparo oficial para poucos, diante de justificativas de que a cidade lucraria com práticas higiênicas, salutareis e divertidas, em moda nos centros civilizados. Mas, como Belo Horizonte possuía poucas possibilidades de divertimentos, a cobrança por incentivos à eles e à prática esportiva na cidade eram uma constante⁴⁰.

Além de apoiar grupos, o Poder Público criou espaços para desenvolver, na população, o “gosto por (...) salutareis exercícios ao ar livre”, incentivando-a a vivenciá-los nos espaços públicos⁴¹. Alguns exemplos são a construção do *rink* de patinação da Praça da Liberdade, em 1913, de um campo de tênis e outro *rink* de patinação, no Parque Municipal, em 1926⁴². A “construção de uma piscina, aproveitando as águas nascentes [do] logradouro”⁴³ também foi idealizada para o parque. Mas, pensada em 1928, a construção de uma piscina pública foi concretizada não no Parque Municipal, mas em outro local – o Parque de Santo Antônio.

Sua construção foi iniciada em 1935, por iniciativa do então prefeito Octacílio Negrão de Lima. A preocupação com espaços de divertimento, associados às práticas esportivas e aos exercícios físicos, estava na pauta do movimento já iniciado pela Secretaria de Educação e Saúde Pública do Estado, no final dos anos de 1920, traduzido pela implantação de praças de esporte nos estabelecimentos de ensino públicos. O destaque à educação física era sentido como um reflexo da Reforma Francisco Campos, que entendia a Educação como uma das bases para o progresso da Nação, capaz de criar raças sadias e moralmente fortalecidas⁴⁴.

Octacílio Negrão de Lima enfatizava o embelezamento da cidade. Em sua administração foram iniciadas as obras da barragem da Pampulha, o prédio da Prefeitura, o viaduto da Floresta e também a piscina pública do Parque Santo Antônio, que foi idealizado inicialmente como um parque público. Durante a sua construção teve uma nova finalidade: seria arrendado para ajudar a cobrir os custos e auxiliar na manutenção. Assim, o parque edificado foi arrendado ao *Minas Tênis Clube*. Planejado e construído como um espaço público de lazer passou a atender os interesses particulares de um grupo da elite da cidade que desejava construir ali um clube fechado para os

³⁸BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Benjamim Jacob em 16 de setembro de 1908*. Relatórios. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1908, p. 25.

³⁹ Em nome da moralidade. *A Capital*, Belo Horizonte, p. 2, 7 maio 1913.

⁴⁰ BARRETO, A. Chronica. *Diário de Notícias*, Belo Horizonte, p. 3, 22 fev. 1907.

⁴¹ *O Estado*, Belo Horizonte, p. 1, 24 abr. 1913.

⁴² BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Mensagem apresentada pelo prefeito Christiano Monteiro Machado ao Conselho Deliberativo de Belo Horizonte em 6 de Outubro de 1927*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927, p.125.

⁴³BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Mensagem apresentada ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Christiano Monteiro Machado - de Outubro de 1928*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1928, p. 146.

⁴⁴ RODRIGUES, M. A. A. *Constituição do sentido moderno de esporte: pelas trilhas históricas do Minas Tênis Clube*. 1996. 325p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) Escola de Educação Física da UFMG, Belo Horizonte. 1996, p.53.

seus associados. Nesse período, havia sido iniciada, no nível nacional, a sistematização de uma política de esportes e o *Minas Tênis Clube* foi, em Belo Horizonte, seu “polo irradiador”⁴⁵.

No fim dos anos 30, a construção da barragem da Pampulha evidenciou a preocupação do Poder Público com o saneamento não só no espaço físico, mas, também, nos hábitos e costumes. Os bailes, as festas, os jogos, as práticas náuticas trouxeram à Pampulha novos elementos para uma mudança de mentalidade. O aperfeiçoamento físico do homem seria conquistado, também, no *Yacht Golf Club*, por meio das novidades náuticas. Segundo Juscelino Kubitschek, “não hesitamos em dar à Pampulha os elementos destinados ao aprimoramento do corpo”⁴⁶. Dotado de instalações para que esportes como o remo e a vela pudessem ser praticados pela mocidade, completaria as finalidades de um plano de aperfeiçoamento da raça, de uma política entendida como sinônimo de educação física, cívica e eugênica, iniciada no primeiro governo Vargas (1930-1945)⁴⁷, da qual o *Minas Tênis Clube* era o “espelho”.

Considerações finais

O que se pode avaliar, acerca das ações públicas no esporte e no lazer na cidade é que, inicialmente, com a CCNC, foi edificada uma cidade, refinada, moderna, bonita e, sobretudo, repleta de divertimentos que as práticas esportivas e de lazer, que eram sucesso no mundo civilizado poderiam oferecer. No entanto, às práticas esportivas idealizadas se concretizaram somente em curto espaço de tempo, pois não se enraizaram na sua cultura.

O Poder Público, incentivador de práticas modernas na cidade, naqueles anos iniciais, além de construir e ceder espaços esportivos e de lazer, ainda contribuía com a melhoria dos mesmos. Algumas ações motivaram o uso de espaços públicos para a prática de atividades esportivas e culturais, pela população que, por diversas vezes, mostrou-se pouco afeita a eles e às modernas formas de convivência. Mas essa não era uma política para todos na cidade.

O apoio às iniciativas particulares de pessoas, principalmente ligadas à elite da cidade, interessadas em fundar associações esportivas, foi uma ação recorrente. Até os anos vinte, eram justificados, principalmente, porque a cidade lucraria com práticas higiênicas, salutar e divertidas, em moda nos centros civilizados. Nos anos 30/40 as finalidades de um plano de aperfeiçoamento da raça passaram a ser observadas, reflexo da política nacional estadonovista.

⁴⁵RODRIGUES, M. A. A. *Constituição do sentido moderno de esporte*, p. 99.

⁴⁶BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Relatório do prefeito Juscelino Kubitschek Oliveira para o Governador Benedito Valladares Ribeiro* [título atribuído]. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1941-1942, p. 43.

⁴⁷MANHÃES, E. P. *Política de esportes no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

Como um trabalho em construção, essas primeiras considerações não são conclusivas, mas podem ser pensadas como ponto de partida para busca de novas fontes que possam ampliar a visão sobre o as ações públicas no campo do lazer e do esporte na cidade, no período avaliado.

As condições de produção dos periódicos dos clubes de futebol de Belo Horizonte (1946-1950)

Marcus Vinícius Costa Lage

Doutorando em História e Culturas Políticas

Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Minas Gerais
mvclage@gmail.com

RESUMO: No presente artigo sistematizei algumas condições materiais e humanas de produção de cinco periódicos que circularam entre 1946 e 1950 em Belo Horizonte e cujos títulos e/ou subtítulos mencionavam os três principais clubes de futebol da capital mineira. O mapeamento dos vínculos de seus principais responsáveis evidenciou, em especial, a existência de um grupo de jornalistas esportivos profissionais associados a alguns dirigentes esportivos dos clubes de futebol da capital mineira naquele contexto. Essas informações serão consideradas como pressuposto para a análise de discurso desse noticiário esportivo belo-horizontino a ser desenvolvida, que enfatizará, em linhas gerais, as disputas e hierarquias entre clubes de futebol e seus atores sociais relacionando-as à distribuição e estruturação de poder existentes na própria sociedade, objeto de estudo de minha pesquisa de doutorado.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa esportiva; clubes de futebol; identidade cultural.

A partir da consulta ao *Catálogo de periódicos: 1895-1954* e de seus respectivos *Índices*, elaborados por Joaquim Nabuco Linhares¹, bem como da própria Coleção Linhares sob a guarda da Biblioteca Central da UFMG, estima-se que, entre 1917 e 1953, tenha circulado em Belo Horizonte cerca de 300 números de 38 publicações dedicadas ao esporte, em sua maioria, de existência curta e/ou instável do ponto de vista temporal. Fracionando por décadas, os anos de 1940 representam mais de 60% dos títulos e cerca de 80% dos números de periódicos esportivos da Coleção consultada, o que pode ser entendido tanto pelo crescente interesse público pelo setor, sobretudo em relação ao futebol, como pela consolidação do jornalismo empresarial e profissional belo-horizontino orientado para a produtividade e o lucro, também conhecido como “grande imprensa”².

Desse conjunto de periódicos esportivos constantes na Coleção Linhares, apenas cinco títulos, todos publicados na segunda metade dos anos de 1940, faziam menção explícita, em seus títulos e/ou subtítulos, ao “pertencimento clubístico”, identidade cultural que possibilita o engajamento afetivo do público futebolístico e um dos principais elementos culturais desse tipo de

¹ LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995, p. 43-582.

² Cf. LUCA, Tânia Regina de. A grande imprensa no Brasil da primeira metade do século XX. In.: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA BRAZILIAN STUDIES ASSOCIATION (BRASA), 9ª, 2008, Nova Orleans. *Anais...* Nova Orleans: Tulane University, 2008, p 1.

espetáculo³, sendo eles: *A Raposa: a palavra da torcida cruzeirense* (1946) e *Olímpica: o Cruzeiro em foco* (1946-1949), sobre o *Cruzeiro Esporte Clube*; *Vida Esportiva: sob os auspícios do Clube Atlético Mineiro* (1946-1950) e *O Campeão: o Atlético em Revista* (1949), sobre o *Clube Atlético Mineiro*; e *América: a voz dos americanos* (1947-1950), sobre o *América Futebol Clube*. Ao todo, esses cinco periódicos de clubes totalizaram 40 números; algo próximo a 20% dos títulos e 15% dos números da imprensa esportiva dos anos de 1940.

As revistas *América: a voz dos americanos*, com doze números publicados entre novembro de 1947 e janeiro de 1950, e *Vida Esportiva*, com dezoito números entre julho de 1946 e maio de 1950, representam mais de 75% desse conjunto de periódicos clubísticos, o que demonstra a efemeridade e/ou instabilidade temporal das demais publicações. A revista *Olímpica: o Cruzeiro em foco*, por exemplo, editou seis números durante o quadriênio de novembro de 1946 e novembro de 1949, tendo interrompido sua publicação por quase três anos após a publicação de seu número inaugural. O jornal *A Raposa: a palavra da torcida cruzeirense* publicou apenas três números, entre 16 de junho e 1º de julho de 1946, enquanto a revista *O Campeão: o Atlético em revista* parece ter sido a publicação dedicada e/ou vinculada a um clube de futebol com existência mais curta, com apenas um número publicado em dezembro de 1949.

As informações relacionadas à periodicidade e produtividade associadas ao exame do “expediente”, dos autores e dos anunciantes⁴, revelam que essas publicações eram uma iniciativa de dois segmentos sociais que, por vezes, se interseccionavam, quais sejam: i) a dos jornalistas esportivos profissionais ligados a veículos da “grande imprensa” belo-horizontina, explorando o sentimento de “pertencimento clubístico”, preocupados com a perspectiva mercadológica da produção e com o próprio processo de popularização do futebol; e, ii) a dos dirigentes amadores de clubes de futebol da capital mineira interessados em legitimar suas ações políticas. Vejamos a seguir especificamente os casos de *A Raposa* e de *América*, esta última associada à *Olímpica* e *O Campeão*.

³ Cf. DAMO, Arlei Sander. A dinâmica das emoções no futebol de espetáculo. In.: *Do dom à profissão: formação de futebolistas no Brasil e na França*. SP: Aderaldo & Rothschild Ed., Anpocs, 2007, p. 49-67. Para uma história do “pertencimento clubístico” em Belo Horizonte, cf. SOUZA NETO, Georgino Jorge de. *A Invenção Do Torcer Em Bello Horizonte: da assistência ao pertencimento clubístico (1904-1930)*. 2010. 134 f. Dissertação (Mestrado em Lazer). Universidade Federal de Minas Gerais. Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação, Belo Horizonte.

⁴ Esses dois aspectos investigados (periodicidade e produtividade; “expediente”, autores e anunciantes) são aqui considerados como algumas das condições materiais e humanas de produção de uma publicação impressa, respectivamente. Cf. LIE, Nadia. *Casa en cifras*. In.: *Transición y transacción*. La revista cubana Casa de las Américas (1960-1976). Bélgica: Ediciones Hispamérica. Leuven University Press, 1996, p. 25-57.

A Raposa, primeiro periódico do gênero, era impresso pela *Folha de Minas*⁵, veículo da “grande imprensa” belo-horizontina de extrema relevância para o noticiário esportivo e, mais ainda, para o imaginário futebolístico da capital mineira, já que um ano antes, em 1945, seu ilustrador, Fernando Pieruccetti, de pseudônimo Mangabeira, lançou as mascotes dos clubes de futebol de Minas Gerais que registraram e, ao mesmo tempo, reforçaram elementos, significados e tendências responsáveis por caracterizar as comunidades afetivas existentes, principalmente, entorno do *Atlético* e do *Cruzeiro*⁶. Embora também pertencesse aos quadros da *Folha de Minas*, José Fialho Pacheco, repórter policial consagrado pelo Prêmio Esso de Jornalismo nos anos de 1970⁷, era identificado como diretor de *A Raposa* e, ao mesmo tempo, como dirigente esportivo do *Cruzeiro*, ocupando o cargo de 1º secretário. Mais ainda, os periódicos aqui analisados evidenciam sua proximidade com o grupo político de Mario Grosso, presidente do clube entre 1942 e 1947 e uma das inspirações de Mangabeira para representar o *Cruzeiro* através de uma raposa⁸. Em determinada ocasião, a revista *Vida Esportiva* chegou a considerar Fialho Pacheco integrante do “quartel general”⁹ de Grosso, o que explica, dentre outras questões, o enaltecimento que o jornal *A Raposa* fazia de sua gestão, por exemplo, ao tratar da construção do Estádio Juscelino Kubitschek de Oliveira¹⁰, de propriedade do *Cruzeiro*, ou ainda promovendo campanhas de arrecadação de fundos para que o clube se sagrasse tetracampeão em 1946, sob anuência e incentivo do presidente¹¹.

Já a revista *América*, lançada em novembro de 1947, explicitou sua vinculação a um grupo de dirigentes *americanos* articulados entorno da presidência de Alair Couto logo em seu número inaugural. A capa de seu primeiro número, inclusive, foi ocupada inteiramente por uma foto de Couto. A partir de seu segundo número, lançado após uma interrupção de sete meses e identificado prematuramente como “início de uma nova e promissora fase”¹², *América* passou a publicar o seu “Expediente” ao lado do editorial, apresentando hierarquicamente os atores e suas funções dentro

⁵ LINHARES, Joaquim Nabuco. *A Raposa*. In.: *Itinerário da imprensa de Belo Horizonte*, p. 427.

⁶ Cf. SILVA, Marcelino Rodrigues. A cidade dividida nas charges de Mangabeira. In.: *Quem desloca tem preferência: ensaios sobre futebol, jornalismo e literatura*. Belo Horizonte: Relicário, 2014, p. 157-169.

⁷ Cf. EXXONMOBIL Química Limitada. 1974. Captado em: http://www.premioexxonmobil.com.br/site/premio_principal/index.aspx?year=1974. Acesso em: 27 jun. 2016.

⁸ Cf. SILVA. A cidade dividida nas charges de Mangabeira, p. 159.

⁹ SANTOS, Cesar. *Cruzeiro Esporte Clube. Padrão de glórias e celeiro inesgotável do futebol brasileiro. Vida esportiva: uma revista a serviço do esporte*, Belo Horizonte, ano I, n. 4, p. 4-7, jun. 1947, p. 6.

¹⁰ Respectivamente: PACHECO, José Fialho. Trabalho e dedicação dos Cruzeirenses. *A Raposa*, Belo Horizonte, ano I, n. 3, p. 1-8, 1 jul. 1946, p. 2. / FERNANDES, Otaviano. Doze meses a serviço do futebol mineiro. *A Raposa*, Belo Horizonte, ano I, n. 3, p. 1-8, 1 jul. 1946, p. 2-3.

¹¹ Respectivamente: QUANTO você daria para o Cruzeiro ser tetra-campeão. *A Raposa*, Belo Horizonte, ano I, n. 1, p. 1-4, 16 jun. 1946, p. 1. / QUANTO você daria para o Cruzeiro ser tetra-campeão. *A Raposa*, Belo Horizonte, ano I, n. 2, p. 1-6, 22 jun. 1946, p. 1-2. / QUANTO você daria para o Cruzeiro ser tetra-campeão. *A Raposa*, Belo Horizonte, ano I, n. 3, p. 1-8, 1 jul. 1946, p. 7.

¹² SEGUNDO numero. *América: a voz dos americanos*, Belo Horizonte, ano 2, n. 2, p. 1-32, jun. 1948, p. 3.

da revista, indício de que a publicação assumia maior clareza e solidez em seu projeto. A maior parte de seus colaboradores, que oscilou de 15 a 18 membros, era de adeptos do clube, vários deles dirigentes esportivos, jogadores e técnicos ligados à gestão de Alair Couto, como, por exemplo: o vice-presidente Osvaldo Nobre, que foi identificado no segundo número como “Diretor” da revista, além de ter sido eleito, em 1949, para presidência do clube; o Diretor de Futebol Francisco Ferreira Alves Junior; o presidente do Conselho Deliberativo de 1948, Sandoval Castro; e o técnico do time de futebol do *América* durante alguns meses de 1948 e em 1949, Yustrich. Havia ainda aqueles jornalistas esportivos profissionais conselheiros do clube entre os colaboradores, como os casos de Álvaro Celso da Trindade, o Babaró, locutor esportivo da *Rádio Guarani*, e Cipião Martins Pereira, colunista do jornal *Estado de Minas* e de periódicos cariocas, como o *Jornal do Brasil*, *Manchete* e *O Cruzeiro*. A idealização clubista da publicação ficou ainda mais evidente após o seu décimo número, que passou a identificar, em seu “Expediente”, o “dr. Alair Gonçalves Couto” como seu fundador.

Apesar de sua clara vinculação com grupos políticos do clube, acredito que o segundo número da revista representa sua integração à “grande imprensa” e em uma espécie de rede de jornalistas esportivos profissionais de Belo Horizonte da qual fazia parte Januário L. Carneiro, identificado como “Secretário” e, a partir do terceiro número, como “Diretor” de *América*. A atuação de Carneiro é mais reconhecida a partir de 1952 quando então adquiriu e dirigiu a *Rádio Itatiaia*¹³, mas sua presença no noticiário esportivo da cidade parece ter sido marcante entre 1946 e 1950. Ainda em relação à mídia radiofônica, Carneiro dirigiu alguns programas de rádio, como o *Boletim Mineiro*, da carioca *Emissora Continental*¹⁴. Na imprensa escrita, foi também diretor das revistas *Olimpica*¹⁵ e *O Campeão*¹⁶, além de *Minas Clube* (1950), “[r]evista social esportiva”¹⁷, e das sucursais do *Jornal dos Sports* e *O Globo Sportivo*¹⁸, ambos dirigidos por Mário Filho a partir do Rio de Janeiro, jornalista pioneiro da abordagem popular do noticiário esportivo brasileiro¹⁹.

¹³ Cf. PRATA, Nair. A história do rádio em Minas Gerais. In.: CONGRESSO ANUAL EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, XXVI, 2003, Belo Horizonte. *Anais...*, Belo Horizonte: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2003, 19 f. Captado em: <<http://www.locutor.info/Biblioteca/A%20HISTORIA%20DO%20RADIO%20EM%20MINAS%20GERAIS.pdf>>. Acesso em 27 jun. 2016.

¹⁴ EMISSORA Continental [propaganda]. *América: a voz dos americanos*, Belo Horizonte, ano 2, n. 11, p. 1-20, jul.-ago.-set. 1949, p. 8.

¹⁵ LINHARES, Joaquim Nabuco. *Olimpica*. In.: *Itinerário da imprensa de Belo Horizonte*, p. 437.

¹⁶ LINHARES. *O Campeão*. p. 485.

¹⁷ LINHARES. *Minas Clube*. p. 498.

¹⁸ SERVIÇO especial do *Jornal dos Sports* e do *O Globo Esportivo* [propaganda]. *América: a voz dos americanos*, Belo Horizonte, ano 2, n. 12, p. 1-20, jan. 1950, p. 7.

¹⁹ Cf. SILVA, Marcelino Rodrigues. *Virada de jogo na imprensa esportiva*. In.: *Quem desloca tem a preferência*, p. 191-203.

O vínculo de Carneiro especificamente com a “grande imprensa” belo-horizontina parece ter sido sua direção das páginas esportivas do jornal *O Diário*, periódico que, inclusive, foi identificado como gráfica de impressão dos números dois ao seis da revista *América*, e cuja propaganda aparece em todas as suas edições a partir do terceiro número. Além disso, *América*, *Olímpica* e *O Campeão* faziam propaganda uma das outras, sempre referenciando seu diretor, Januário L. Carneiro, além de usar o mesmo clichê de anúncio de suas reportagens e a mesma diagramação em algumas capas, indício de que essas revistas podem ter sido produto de um mesmo interesse empresarial jornalístico.

Apesar de ser um periódico da Arquidiocese de Belo Horizonte, as características de *O Diário* nos permite defini-lo como um veículo da “grande imprensa”. Sua relevância em relação ao noticiário esportivo da capital mineira nos anos de 1940, por exemplo, se evidencia quando observamos a sua iniciativa com o semanário especializado em esportes intitulado *O Diário Esportivo* que, apesar de ter circulado por pouco mais de 16 meses, entre 1945 e 1946, foi o periódico do gênero de maior produtividade na cidade até 1954, com 68 números publicados²⁰. Os procedimentos retóricos de *O Diário Esportivo* muito se aproximavam do jornalismo esportivo popular, como atesta, por exemplo, o lançamento, em suas páginas, das mascotes dos clubes que disputavam o campeonato mineiro de futebol profissional de 1945 desenhadas por Aroeira²¹, no mesmo ano que Mangabeira lançava o coelho, o galo, a raposa e demais mascotes, consagradas ao longo dos anos, na *Folha de Minas*.

A revista *Vida Esportiva* trata-se de um caso a parte. Assim como *América*, a capa inaugural de *Vida Esportiva* trazia a foto do presidente do *Atlético* em 1945, Edward Nogueira, demonstrando sua vinculação com grupos políticos do clube. Mais ainda, em editorial de apresentação, o diretor-proprietário Nilton Isaias reforçava informação explicitada no título da revista, definindo-a como “uma publicação (...) sob o patrocínio do Atlético”²² explicitando, em “Agradecimento”²³, quais os dirigentes do clube, considerados como “verdadeiros atleticanos”²⁴, eram responsáveis pelo empreendimento.

Ao mesmo tempo, diversos jornalistas esportivos profissionais figuraram em seus quadros, demonstrando a proximidade da publicação com a “grande imprensa” belo-horizontina. Nilton

²⁰ LINHARES, Joaquim Nabuco. *O Diário Esportivo*. In.: *Itinerário da imprensa de Belo Horizonte*, p. 414.

²¹ A PARADA de 1945. *O Diário Esportivo*, Belo Horizonte, vol. I, n. 6, p. 1-12, 30 ago. 1945, p. 12.

²² VIDA Esportiva é um sonho que se tornou realidade na vida do Clube Atlético Mineiro. *Vida esportiva*: sob os auspícios do Clube Atlético Mineiro, Belo Horizonte, ano I, n. 1, p. 1-26, jun. 1947, s/n [folha de rosto].

²³ VIDA Esportiva, s/n [folha de rosto].

²⁴ VIDA Esportiva, s/n [folha de rosto].

Isaias, seu diretor-proprietário, por exemplo, já havia dirigido a revista *Minas Esportiva*²⁵ entre 1943 e 1946 com alguns jornalistas esportivos da cidade, como o caso de José de Araújo Cotta, que também dirigiu *O Diário Esportivo*²⁶ e mais tarde tornou-se produtor de cinejornais²⁷, e João Lino de Mattos, este último, inclusive, identificado como secretário no primeiro número de *Vida Esportiva*. Ainda nesse número inaugural, o próprio Januário Carneiro aparece como redator-chefe da revista, figurando, posteriormente e em diferentes momentos, como seu colaborador.

Embora a relação de *Vida Esportiva* com jornalistas esportivos profissionais tenha sido constante até maio de 1950, seu vínculo clubístico aparentemente se desfez após um dos maiores períodos de interrupção de sua circulação, de até nove meses²⁸, quando o quarto número, de junho de 1947, trouxe o subtítulo *uma revista a serviço do esporte* em substituição ao original *sob os auspícios do Clube Atlético Mineiro*, tornando-se, ao menos em tese, uma publicação esportiva independente dos clubes da cidade. Nesse sentido, me pergunto se, justamente por essa mudança de orientação, a análise discursiva de *Vida Esportiva*, e uma investigação um pouco mais detida sobre seu grupo de redatores e colaboradores poderá tornar essa revista em uma fonte paradigmática para a compreensão da relação entre imprensa e clubes de futebol da cidade.

De qualquer maneira, considerando ao menos os três primeiros números de *Vida Esportiva*, concluo que esses cinco periódicos se constituíram em publicações vinculadas e, em vários momentos, impressas e/ou patrocinadas, por um veículo da “grande imprensa”, sendo, inclusive, dirigidas por um jornalista profissional “providencial”²⁹ de seus quadros. Mas, ao mesmo tempo, como procurei demonstrar, esses projetos só se viabilizaram com colaborações de alguns dirigentes dos clubes de futebol da cidade. Assim, tendo em vista essa dupla vinculação de seus grupos produtores, avento a hipótese, para as análises discursivas a serem desenvolvidas, que, nesses periódicos, os assuntos políticos dos clubes foram enquadrados, em um momento ou outro, na cobertura popular do futebol, contemplando tanto a perspectiva do lucro e do mercado editorial, características da “grande imprensa”, como a preocupação dos dirigentes esportivos com a legitimação de suas ações.

²⁵ LINHARES, Joaquim Nabuco. Minas Esportiva. In.: *Itinerário da imprensa de Belo Horizonte*, p. 398.

²⁶ LINHARES. *O Diário Esportivo*. p. 414.

²⁷ CENTRO DE REFERÊNCIA AUDIOVISUAL. *Projeto 100 anos de cinema 100 anos de BH*. José de Araújo Cotta [entrevista]. Belo Horizonte: Museu da Imagem e do Som; Prefeitura de Belo Horizonte, 16 jan. 1996 [edição 2015], 98'21". Captado em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rq8Ktoi-YnI>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

²⁸ Como a Coleção Linhares não possui o terceiro número de *Vida Esportiva*, é impossível precisar o período que a revista ficou sem ser publicada entre agosto de 1946 e junho de 1947.

²⁹ Noção desenvolvida por ROCCA, Pablo. Por qué, para qué una revista (Sobre su naturaleza y su función en el campo cultural latinoamericano). *Hispanica*, año XXXIII, n. 99, p. 3-20, dic. 2004, p. 14.

O crescimento urbano de Belo Horizonte e a distribuição dos campos de futebol amador na capital mineira (1953-1981)

Raphael Rajão Ribeiro

Mestre em História

Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte

raprajao@gmail.com

Resumo: O presente texto objetiva traçar um panorama do processo de metropolização de Belo Horizonte entre a década de 1950 e o início dos anos 1980, relacionando o desaparecimento/surgimento dos campos de futebol amador com a trajetória dos bairros da cidade, buscando identificar casos exemplares em que esses equipamentos esportivos servem como indícios de transformação do tecido urbano e de formas de viver na capital mineira. Por meio de um mapeamento histórico dos espaços de jogo, pode-se observar o impacto que fenômenos como a especulação imobiliária, as obras de estruturação da metrópole emergente, o crescimento acelerado e a mobilização comunitária tiveram sobre o desenvolvimento dessa vertente popular do futebol.

Palavras-chave: Futebol Amador; Belo Horizonte; Espaço Urbano

Introdução

A perspectiva geográfica, há muito, foi incorporada aos estudos do futebol brasileiro como um fenômeno social. Pioneiro nessa iniciativa, Gilmar Mascarenhas, apresentou interessante debate sobre a difusão desse esporte no país durante seu processo de introdução. Relativizando a visão de que teria havido um centro irradiador da prática pelo território nacional, demonstrou que, ao contrário disso, a mesma chegou simultaneamente em diferentes capitais, impulsionadas pela presença inglesa ou pelo retorno de estudantes que haviam tomado contato com essa modalidade atlética em sua estadia na Europa.¹

Essas e outras análises apresentadas pelo geógrafo chamaram a atenção para a necessidade de se observar os aspectos espaciais da trajetória histórica do futebol. Ao se examinar a distribuição física dos times e dos campos e a temporalidade desses fenômenos foi possível rever algumas leituras consagradas sobre o processo de popularização desse esporte no Brasil. Leonardo Pereira, por exemplo, identifica como ainda nos primeiros anos após a introdução da nova modalidade atlética na cidade do Rio de Janeiro, a mesma já alcançava os subúrbios cariocas, com a formação de agremiações dedicadas a prática compostas por membros das classes trabalhadoras que

¹ Cf. JESUS, Gilmar Mascarenhas de. Futebol e Modernidade no Brasil: A geografia histórica de uma inovação. *Lecturas: Educación Física y Deportes* [online]. Mayo 1998, Año 3, n. 10. Disponível em Internet: <http://www.efdeportes.com/efd10/geoe.htm>. Acesso em 3 de julho de 2016.

habitavam aquelas regiões.² Tal constatação confrontava a interpretação clássica de que apenas na década de 1920 se formaram as primeiras equipes com extração nas camadas mais pobres da população.

Igualmente, no caso de Belo Horizonte constata-se que, já na década de 1910, os bairros suburbanos mantinham suas equipes de futebol, demonstrando que também ali a popularização se dera de forma rápida.³ Ainda sobre a capital mineira, pode-se examinar as diferentes apropriações dos espaços nos momentos iniciais dessa modalidade esportiva na cidade, com as variadas recepções à utilização do tecido urbano, notando-se as múltiplas percepções sobre aquela atividade atlética e as interdições colocadas para a conversão de determinadas áreas em campo de jogo.⁴

Nessa perspectiva, são muitas as possibilidades de análise que se abrem a partir da utilização de referenciais geográficos, sendo esse um rico percurso para o exame da trajetória histórica do futebol. No caso de Belo Horizonte, esse viés se torna ainda mais interessante para o estudo dessa prática na segunda metade do século XX, uma vez que a partir dessa época iniciou-se a produção sistemática de levantamentos aerofotogramétricos, material que serve de base para a elaboração de mapas da cidade e que consiste em fotografias de toda a extensão do município realizadas a partir de sobrevôos. Seja por encomenda do poder público municipal ou do estadual, esses registros vêm ocorrendo regularmente desde 1953, em intervalos de aproximadamente uma década, constituindo uma consistente série documental.

Esse material tem sido consultado para a elaboração dos estudos com vistas à produção do Inventário do Futebol Amador em Belo Horizonte, iniciativa da Fundação Municipal de Cultura em parceria com a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, por meio do Centro de Memória do Esporte e Lazer – CEMEL, que se propõe a reunir informações de modo a contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas de esporte, bem como oferecer subsídios para a avaliação do reconhecimento dessa prática como patrimônio cultural da cidade.

Lançando mão dessa documentação, pretende-se aqui realizar uma análise da distribuição dos campos de futebol amador em Belo Horizonte entre os anos 1950 e o início dos 1980, para o

² Cf. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: Uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 230-255.

³ Cf. RIBEIRO, Raphael Rajão. *A bola em meio a ruas alinhadas e a uma poeira infernal: Os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1904-1921)*. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2007, p. 72.

⁴ RIBEIRO, Raphael Rajão. Em busca de um campo: o futebol belo-horizontino e a transformação dos espaços da cidade. In: BORGES, Maria Eliza Linhares (org.). *Campo e cidade na modernidade brasileira: Literatura, Vilas Operárias, Cultura Alimentar, Futebol, Correspondência Privada e Cultura Visual*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2008, p. 97-125.

que serão utilizados três levantamentos aerofotogramétricos realizados respectivamente em 1953, 1967 e 1981. A sobreposição desses momentos apresenta informações sobre alguns processos que marcaram o fenômeno de metropolização da capital mineira, evidenciando relações entre a transformação do tecido urbano e o desenvolvimento dessa modalidade esportiva.

A distribuição espacial dos campos de futebol amador entre os anos 1953 e 1981

A constituição de um circuito do futebol amador em Belo Horizonte trata-se de um processo que se estende por décadas e que teve início antes mesmo do advento da profissionalização do esporte. Ainda em sua fase de consolidação, é possível observar o estabelecimento de distinções entre as agremiações mais tradicionais sediadas, via de regra, na área urbana da nova capital e aquelas de perfil mais popular localizadas nos bairros suburbanos, como a Lagoinha, o Carlos Prates e o Calafate. Essa diferenciação era percebida, por exemplo, na precoce criação de uma segunda divisão já nos primeiros anos de disputa do campeonato organizado pela Liga Mineira de Desportes Terrestres, a LMDT⁵.

Essa separação se aprofundou com a profissionalização na década de 1930, que levou a completa distinção entre as competições disputadas por aquelas agremiações. Assim, é a partir do referencial das entidades de caráter mais popular, que não fizeram a transição para o circuito oficial, mantendo seu perfil amador, que se realizou o levantamento de seus campos de jogo, o qual está sintetizado no Mapa 1.

⁵ RIBEIRO. *A bola em meio a ruas alinçadas e a uma poeira infernal*. p. 90.

Campos de futebol amador em Belo Horizonte - 1967-1981

Legenda

- Existentes apenas em 1953
- ◆ Existentes entre 1953-1967
- Existentes entre 1953-1981
- ◆ Existentes apenas em 1967
- Existentes entre 1967-1981
- Existentes apenas em 1981

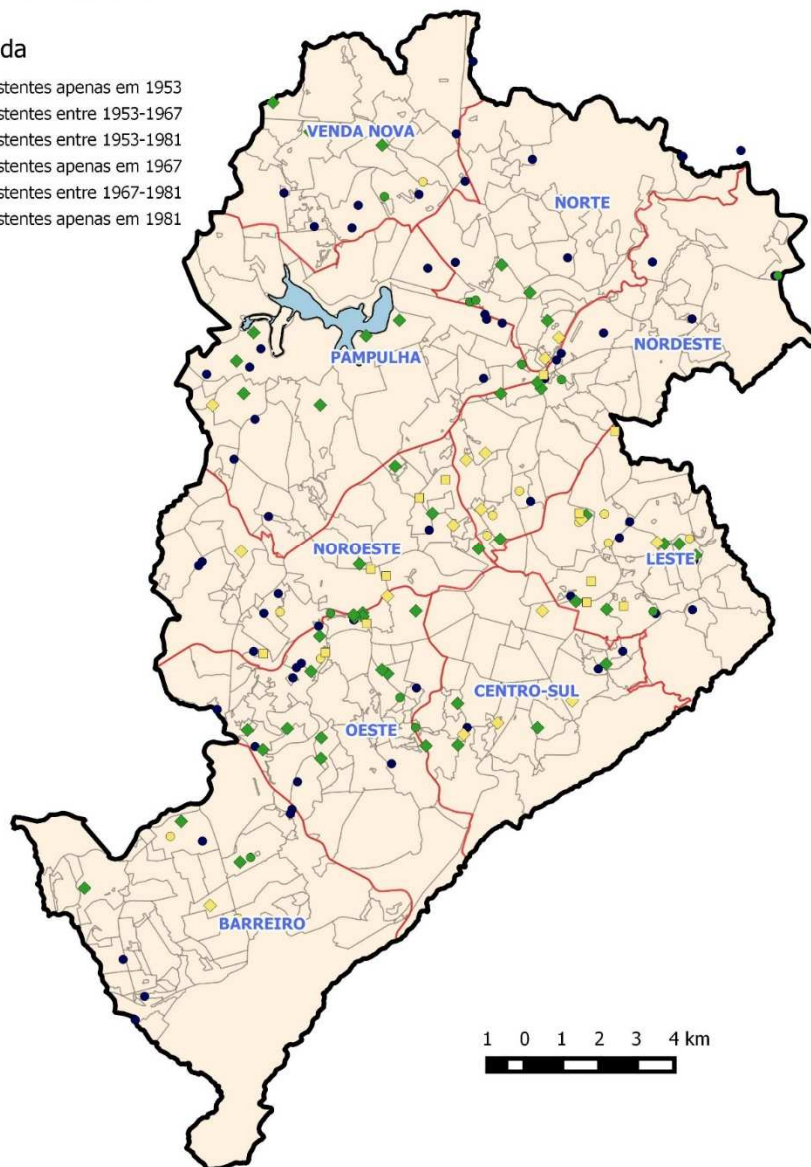


Imagem 1: Levantamentos aerofotogramétricos do Município de Belo Horizonte 1953, 1967 e 1981. Acervo: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – APCBH e Empresa de Processamento de Dados do Município de Belo Horizonte – PRODABEL

Ao observar-se o cenário existente em 1953, relativo a todos os campos pontuados em amarelo no mapa, percebe-se que já naquele momento uma importante transformação havia ocorrido. Se durante a introdução do futebol em Belo Horizonte fora possível aos clubes tradicionais, a exemplo do *Atlético*, do *América*, do *Yale* e do *Palestra*, ocuparem a área central da cidade, mais precisamente terrenos ao longo da Avenida Paraopeba, atual Augusto de Lima⁶, neste

⁶ RIBEIRO. *Em busca de um campo*. p. 119.

momento eram cada vez mais raros os espaços de jogo nas proximidades do anel da Avenida do Contorno. Mesmo na área suburbana mais imediata, identificava-se uma escassez dos locais destinados ao esporte amador, fruto de uma primeira onda de desaparecimento dos espaços que se deu com a expansão vivenciada entre fins da década de 1920 e os anos 1940.

Por outro lado, alguns campos apontam para importantes eixos de ocupação que vinham se constituindo na cidade, sendo que dois deles se destacam mais nitidamente. Foi na década de 1940 que se deu a expansão da Avenida Amazonas, com vistas a conectar a Cidade Industrial ao centro da capital, bem como foi aberta a Avenida Pampulha, que levava à represa homônima, região então destinada ao lazer campestre dos belo-horizontinos.

A criação dessas duas vias associada, à instalação de indústrias e equipamentos estatais constituiu um impulso de povoamento dos eixos oeste e norte da cidade com o surgimento ou a ocupação de inúmeros bairros ao longo de sua extensão para abrigar as famílias de trabalhadores que atenderiam às demandas de mão de obra das empresas e das repartições públicas. Fortemente vinculados a um lazer de tipo popular, não tardou para que os campos de futebol amador aparecessem nessas áreas.

A existência de espaços de jogos em regiões afastadas também representa evidência interessante, já que aponta para a antiguidade de algumas ocupações que hoje se integram ao tecido urbano da capital mineira, mas que, naquele momento, viviam uma dinâmica independente de desenvolvimento, a exemplo dos núcleos originais de Venda Nova e do Barreiro.

Ao examinar-se o desaparecimento de campos no intervalo entre 1953 e 1967 – indicado pelos quadrados em amarelo –, nota-se uma tendência de transformação dos bairros no eixo leste-oeste, onde estava a maioria dos espaços de jogo que deixaram de existir. São áreas que, inicialmente ocupadas sem qualquer tipo de urbanização, foram sendo, com o tempo, alvo de arruamentos e outras melhorias que pressionaram a presença daqueles equipamentos esportivos, forçando a sua extinção. Contudo, trata-se de um número pequeno de subtrações, mostrando ser um fenômeno pontual.

Isso fica mais evidente quando se compara a quantidade de campos extintos com o número daqueles criados nesse mesmo intervalo – indicados por todos os pontos em verde. Vale lembrar que entre as décadas de 1950 e 1960, Belo Horizonte passou pelo maior crescimento demográfico de sua história, ultrapassando a barreira de um milhão de habitantes. Impulsionada por um processo de industrialização que teve suas bases lançadas na década de 1940, por um aumento da demanda de mão de obra para serviços e para construção civil e por um intenso fluxo de migrantes

vindos de áreas rurais, a cidade vivenciou uma expansão nunca registrada, que se dava de forma acelerada e precária, com a criação de bairros sem qualquer tipo de infraestrutura.

A percepção das diferentes áreas que passaram a ter campos de futebol nesse período oferece uma boa medida de como a expansão da cidade se deu nas mais variadas direções, forçando uma considerável ampliação da mancha urbana.

Naquele momento, entre as décadas de 1950 e 1960, o futebol já havia se consolidado como prática reconhecida no país, sendo amplamente difundido em todos os territórios e tendo sido incorporado como parte da cultura física nacional e como uma das principais formas de lazer popular. Os campos de jogo constituíam-se em referências espaciais importantes nos mais diferentes cenários, seja nos bairros pobres das grandes cidades, onde geravam centralidades, seja nas localidades rurais, onde rivalizavam com os adros das igrejas como lugares de sociabilidade.

Nessa medida, a implantação dos campos nos bairros em formação da cidade repercute o significado alcançado pelo futebol e sua forte penetração nas culturas populares urbanas e rurais. Interessante notar como, nesse curto espaço de tempo, um grande número de espaços de jogos surgiu de maneira quase simultânea às ocupações, para o que contribuía a atuação dos moradores, os quais, mesmo sem a participação do poder público, viabilizavam, ainda que a base de enxadas, a abertura dos equipamentos esportivos comunitários.

Nesse processo de constituição de novas comunidades em torno de vilas e bairros que surgiam num curto espaço de tempo, reunindo pessoas originárias das mais diversas cidades e regiões, lugares de sociabilidade como os campos de futebol amador eram importantes suportes para a criação de vínculos entre os vizinhos e de laços de pertencimento ao território. Não raro, os clubes adotavam o nome de seu bairro de origem, evidenciando seu desejo de representar uma identidade gestada a partir da localidade.

A explosão demográfica vivenciada pela cidade levou a uma rápida e descontrolada expansão territorial da cidade que alcançava a condição de metrópole. Nesse processo, a ausência de infraestrutura de diversas regiões era flagrante, demandando do poder público ações no sentido de garantir condições de habitação e circulação pelos territórios. Especialmente a partir da segunda metade da década de 1960, identifica-se uma série de projetos de âmbito municipal e metropolitano com vistas à transformação da capital mineira e adequação à sua nova condição.

Tendo em conta esse fenômeno, ao se observar o desaparecimento de campos de futebol amador no intervalo entre 1967 e 1981, representados pelos losangos em amarelo e verde, tem-se a medida do impacto dessas transformações, uma vez que a grande maioria desses equipamentos

esportivos comunitários foi extinta ao longo do processo. Um exame mais cuidadoso demonstra que sob esse representativo número de espaços de jogo eliminados, há diferentes dinâmicas de modificação do tecido urbano. Contudo, o quadro geral aponta para a falta de percepção dos gestores locais para as formas de organização popular e seus lugares de lazer e sociabilidade, soterrados durante as obras de estruturação da metrópole.

Um dos grandes focos de atuação do poder público foram as ações de adequação viária que, em boa medida, articulavam-se com intervenções sanitárias, com a canalização fechada dos cursos d'água. Nesse processo, muitos campos que se constituíram a partir da várzea desses rios e córregos acabaram sendo extintos em obras que criaram avenidas como a dos Andradas, a Via Expressa, a Prudente de Moraes e a Silva Lobo. Em outros casos, espaços de jogos foram igualmente eliminados por grandes vias de circulação, como a Avenida Cristiano Machado.

A especulação imobiliária também representou outra força importante nesse processo de extinção dos campos, especialmente na região centro-sul da cidade, que se valorizava, aumentando a pressão sobre uma ocupação de tipo mais popular, sistematicamente substituída por uma urbanização que privilegiasse a ampliação das vias de circulação e a construção de casas e prédios de padrões altos e médios. Esse foi um momento em que bairros como Carmo, São Pedro, Anchieta, Serra e Coração de Jesus perdiam seus últimos campos de futebol, reservando esse equipamento apenas às vilas e favelas que sobreviviam naquela porção da capital mineira.

A tendência observada no intervalo anterior, entre as décadas de 1950 e 1960, repetia-se nesse novo período, com o desaparecimento de campos para dar lugar a uma melhoria de infraestrutura em bairros que se formaram de maneira abrupta, sem qualquer medida inicial de urbanização. Muitas vezes, seus terrenos eram ocupados por equipamentos públicos, conjuntos habitacionais, trechos de ruas etc. Essa remoção dos espaços de jogos nem sempre eram acompanhadas de sua realocação, que evidenciaria o reconhecimento da importância dessa alternativa de lazer para as populações do lugar. Contudo, observa-se que, ao contrário do que se dava nas regiões mais valorizadas, onde a extinção do campo representava a completa interrupção da prática, nesses casos poderia haver alternativas, com a constituição de novas áreas destinadas àquela atividade esportiva.

Se a dinâmica de desaparecimento dos campos entre o final dos anos 1960 e o início dos 1980 aponta para uma agressiva política de estruturação do tecido urbano, o movimento de surgimento de novos equipamentos esportivos comunitários aponta para um fenômeno de conurbação em plena ocorrência. Examinando-se os pontos em azul, percebe-se que cada vez mais

os espaços de jogo se constituíam nas áreas mais afastadas do centro, no sentido dos limites com os municípios vizinhos. Observa-se ainda, o processo citado acima de constituição de novas áreas destinadas àquela modalidade esportiva nas proximidades de antigos campos, então extintos.

Ao longo desse fenômeno, os espaços de jogo progressivamente foram se deslocando para as áreas periféricas da cidade, afastados das principais vias de circulação, em bairros com pouca dinâmica econômica e sem muita movimentação, o que reforçava a ideia de que o futebol amador era cada vez menos praticado na capital mineira. Tal dinâmica, há anos, contribui para uma invisibilidade da modalidade, que, apesar disso, ainda é bastante presente.

Quando se analisa a permanência dos campos ao longo do processo de transformação urbana efetivado durante o final da década de 1960 e o início dos anos 1980, fenômeno esse que ainda teve novos capítulos ao longo das décadas seguintes, percebe-se que há uma relação entre a atuação dos clubes vinculados àqueles espaços remanescentes e sua manutenção no tempo. Não se trata de mera coincidência ou caso fortuito, sendo fruto de, dentre outras circunstâncias, articulações estabelecidas com o poder público, as quais dialogavam com outras medidas de mobilização comunitária que se davam nos bairros populares da capital mineira.

Uma referência importante para esse exame são as medidas de reconhecimento dessas entidades, especialmente as declarações de utilidade pública em âmbitos municipal e estadual e as doações, concessões e permissões de uso de terrenos para estabelecimento de campos. Esses mecanismos, no mais das vezes, dependiam de uma articulação entre as agremiações e políticos locais, como vereadores e deputados estaduais, que encaminhavam proposições de lei objetivando algum desses propósitos.

A título de exemplo, quando observamos os espaços de jogo criados até a década de 1960 que existem ainda nos dias de hoje, percebemos que, de um total de 18, no caso de 12 deles alguma das medidas de reconhecimento citadas acima foram realizadas até o início dos anos 1980, o que, inclusive, aponta para esse período como um momento de estabilização da situação dos campos mais tradicionais⁷. Após essa data, ainda dentro da mesma década, outros 3 desses equipamentos esportivos ou clubes a eles vinculados foram igualmente alvo de atos similares⁸.

⁷ São os casos dos campos vinculados às seguintes agremiações: Comercial do Barreiro, Ferroviário, Inconfidência, Nacional do Carmo, Pitangui, Popular, Renascença, Santa Maria, Suzana, Tupinambás, Umuarama e Venda Nova.

⁸ Referem-se aos campos vinculados ao Paraíso, ao Riviera e ao São Bernardo.

Essas medidas de reconhecimento ainda podem ser associadas a clubes que perderam seus campos originais, mas que conseguiram viabilizar a construção de novos espaços de jogo em áreas próximas⁹.

Observando-se o quadro completo de surgimento/desaparecimento dos campos de futebol amador, pode-se afirmar que a década de 1970 foi o momento de maior reconfiguração desses espaços, especialmente com um grande movimento de extinção desses equipamentos esportivos comunitários.

Considerações finais

Prática social e cultural já enraizada em Belo Horizonte nos anos 1950, o futebol, especialmente em sua matriz amadora, teve uma marcante presença no processo de desenvolvimento e crescimento pelo qual a capital mineira passou na segunda metade do século XX. Os campos de jogo permearam o tecido urbano, sendo percebidos nas mais diferentes regiões da cidade.

Pelo seu forte vínculo com o lazer e as formas de sociabilidade das camadas pobres e médias, esses espaços de jogo são altamente recorrentes nas regiões periféricas e de perfil popular, servindo, nessa perspectiva, como indícios de processos mais amplos de transformação e permanência de Belo Horizonte. Ao se construir séries históricas de desaparecimento/surgimento dos campos do futebol amador não se alcançam evidências apenas referentes à prática dessa modalidade esportiva, senão referências de inúmeros outros processos que se articulam à manutenção dessa atividade, tais como pressões da especulação imobiliária, ações do poder público e articulação das comunidades e grupos sociais.

O fato de reconhecer nos campos de futebol amador índices de um tipo de apropriação popular do espaço urbano, não retira deles outras importantes dimensões, uma vez que em cada um desses pontos assinalados sobre o mapa da cidade forma-se um espaço que abriga um sem número de narrativas, histórias de vitórias e derrotas que se deram dentro e fora das quatro linhas. Assim, se a partir da vista panorâmica permitida pelos vôos que se fizeram sobre Belo Horizonte na construção dos levantamentos aerofotogramétricos pode-se perceber fenômenos abrangentes que se vincularam à transformação da capital mineira, ao se aterrissar e pisar sobre a terra que cobre esses campos, uma nova perspectiva de análise se abre, com trajetórias igualmente ricas para a compreensão da formação dessa metrópole.

⁹ Por exemplo, pode-se citar os casos dos campos do Pompéia e do Santa Tereza.

Simpósio Temático 22:

Liberdade e pós-abolição: histórias sobre a população negra no Brasil

Jonatas Roque Ribeiro

Mestrando

UNICAMP-Universidade Estadual de Campinas

jonatashistoria2010@hotmail.com

Ana Flávia Magalhães Pinto

Doutora

UNICAMP-Universidade Estadual de Campinas

anaflavia79@gmail.com

Josemeire Alves Pereira

Mestra

UNICAMP-Universidade Estadual de Campinas

josemeire@gmail.com

Proposta do Simpósio:

Este Simpósio Temático, em estreito diálogo com os objetivos do GT Emancipações e Pós-Abolição da ANPUH, visa promover um espaço acadêmico favorável ao debate teórico-metodológico entre pesquisadores(as) interessados(as) nas questões referentes às experiências de liberdade e saída da escravidão no Brasil. Resultado de uma dinâmica de acesso à alforria mais intensa que a observada em outras sociedades escravistas modernas, o país chegou às primeiras décadas do século XIX contando com uma expressiva parcela de pretos e pardos vivendo na condição de livres e libertos. Nos anos seguintes, esse contingente populacional seguiu crescendo em número e importância, paralelamente à permanência do escravismo legal até 1888. O reconhecimento das peculiaridades de tal cenário, ao passo em que fundamenta uma crítica à rígida dicotomia entre escravidão e liberdade, convida à reflexão sobre possíveis fontes e acervos documentais, procedimentos metodológicos e categorias analíticas que tendem a melhor subsidiar as abordagens sobre as trajetórias e práticas sociais desses “outros” sujeitos que passam a ganhar a atenção dos(as) historiadores(as), para além dos escravizados e senhores. De tal sorte, interessamos dialogar sobre as ações políticas, sociais, econômicas e culturais empreendidas por e sobre

negros(as) livres e libertos(as) (ou em luta por liberdade) no Brasil e ainda no período de crise do sistema colonial. A proposta, pois, pressupõe (mas não se restringe) trabalhos voltados à(s): formação da cidadania brasileira; construções identitárias e categorias raciais; participação de negros/as na política; associativismo negro; trabalho livre e imigração; representações da África e dos africanos; imprensa negra; comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais; racismo e antirracismo; religiosidades; gênero e sexualidades; trajetórias individuais ou coletivas de negros; e políticas de memória da e sobre a população negra.

Raça, cidadania e ordem social no Brasil: uma análise dos processos-crime de homicídios na cidade de São Paulo em fins do século XIX e início do XX

Angélica Calderari Brotto

Graduanda em História

Universidade Estadual de Campinas

angelicabrotto@hotmail.com

RESUMO: A pesquisa em questão analisou algumas maneiras pelas quais as teorias científicas, sobretudo as racialistas e social- darwinistas, tiveram espaço na jurisprudência brasileira em fins do século XIX e início do XX. Para tanto, foram utilizados os processos- crime de homicídios na cidade de São Paulo, na temporalidade que vai de 1879 a 1899 (recorte delimitado pelas fontes). Recuperando nestes documentos os discursos e mecanismos pelos quais as idéias científicas, em voga na Europa e amplamente discutidas no Brasil, permearam os campos *práticos* da jurisprudência neste período, que é marcado por significativas mudanças histórico- sociais.

PALAVRAS-CHAVE: RAÇA, CIDADANIA, CRIMES

Assassinos da Ordem: Ciência e Direito no Brasil em fins do século XIX

Ao chegar à casa de Maria Sabina da Conceição, Joaquim Innocêncio de Sant’Anna pede por comida, sendo surpreendido quando sua amásia lhe responde que “vá arrumar comida no lugar onde passou a noite [...]”, Joaquim vai se deitar e mais tarde, outra discussão surge acerca de determinada quantia de dinheiro, que ele a acusou de ter lhe roubado. Sabina responde que “não roubou, pois havia ganhado 400 réis naquele dia [...]”. Após o conflito, Joaquim sai de casa e quando retornou já era tarde da noite. Sabina foi atacada a facadas por ele, no momento em que lhe abriu a porta, vindo a falecer horas depois. O caso é detalhado em um longo processo criminal, e conta com o depoimento de muitas testemunhas, que separavam suas vidas da de Sabina e Joaquim apenas “por um tabique”, como retratou uma vizinha, moradora no mesmo Cortiço.

Este poderia ser mais um caso de violência doméstica terminado em tragédia, mas não é só. Através das contradições no depoimento do réu, recuperamos relações mais amplas, destes sujeitos com o mundo social no qual estavam inseridos¹. Iniciado em 1888, este julgamento se prolonga até 1889. Este íterim marca os principais fatos da época: a abolição da escravidão e a proclamação da República, acontecimentos que norteiam as discussões e pensamento social do

¹ Sobre a metodologia utilizada na leitura dos processos ver: CHALHOUB, Sidney. *Lar, Trabalho e Botequim: O cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

período. A problemática se insere a partir das possibilidades de cidadania que seriam ampliadas para a população liberta e da preocupação com a manutenção da ordem e hierarquia social.

Para a historiadora Wlamyra R. de Albuquerque notar a articulação entre a questão racial e o desmonte do escravismo no Brasil é fundamental quando se pensa as disputas pela cidadania, travadas nesse momento. Segundo a autora, muitas políticas discriminatórias foram baseadas em critérios raciais e faziam parte de um projeto social excludente². A tese da autora é de que as medidas racialistas se efetuaram nas entrelinhas dos discursos e práticas, de maneira *intencionalmente* velada. Este comportamento se deu, principalmente, diante das rivalidades afloradas entre brancos e negros norte-americanos, e o temor de que no Brasil se instalasse o mesmo clima³.

Em meio a tais debates, quando focamos no campo da jurisprudência, é necessário retomar uma discussão de época entre o Direito Clássico e a Nova Escola Penal. Esta última representada pelos simpatizantes das novas teorias criminológicas, que defendiam a utilização da ciência como auxiliar nas questões práticas e teóricas da justiça. Marcos César Alvarez afirma que a incorporação das ideias científicas marcaram um discurso da desigualdade no campo da lei que, conseqüentemente, se estendeu para a noção da cidadania⁴. Em outras palavras, o questionamento feito era se todos estavam aptos a exercer sua liberdade de maneira “civilizada” na nova sociedade, que adotou como princípio a liberdade de ação do indivíduo.

Para o autor, o diálogo com as teorias européias acerca do *homem criminoso*⁵ tiveram respaldo no interior da jurisprudência brasileira, pois ofereceram alternativas para lidar com as principais urgências históricas⁶. Esta vertente jurídica via o delinqüente como uma figura que foge aos padrões de normalidade pretendidos para a vida social. De maneira geral, seus métodos depreendiam maior atenção ao sujeito criminoso, que a composição dos crimes em si. Uma das propostas era planejar penas diferenciadas para os diferentes *tipos* de criminosos, de acordo com sua maior ou menor *responsabilidade* sobre o ato que praticou.

A Nova Escola Penal defendia que certas *categorias* de pessoas carregavam uma maior tendência para o crime. Esta tendência poderia ser justificada e, também, prevista por características biológicas/ físicas. Portanto, nem todos os criminosos possuíam o *livre arbítrio* ou consciência plena

² ALBUQUERQUE. Wlamyra R. de. O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.p.47.

³ ALBUQUERQUE. O jogo da dissimulação, p.77.

⁴ ALVAREZ, Marcos César. Bacharéis, Criminologistas e Juristas: Saber Jurídico e Nova Escola Penal no Brasil. São Paulo: Método, 2003.p.16.

⁵ Cita-se aqui, especificamente, as idéias vinculadas ao trabalho *O Homem Delinqüente*, do renomado criminalista italiano Cesare Lombroso.

⁶ ALVAREZ. *Bacharéis, Criminologistas e Juristas*, p.33.

sobre suas atitudes, principio adotado pelo Direito Clássico. As propostas de lei baseadas nas idéias da Nova Escola Penal foram as mais diversas, desde a defesa do retorno da pena de morte até a adoção de prisões - manicomiais para:

[...] Ao assassino instintivo, isto é, ao que matou, provada que sua natureza é tal, deve-se aplicar unicamente a pena de morte, porque é a única pena eficaz em tal caso, a que tem por efeito toda a segurança para a sociedade, a que inspira toda a tranqüilidade aos pacíficos e honestos: a seu favor com a possibilidade de se evadir, como também porque não pode reproduzir-se, isto é, não pode ter filhos assassinos como ele⁷.

O trecho acima não é de um médico criminalista, nem de um jurista, mas do senador João Vieira e diz respeito aos debates em torno do projeto da nova carta constitucional da República. O ápice das discussões entre as duas vertentes jurídicas se deu com a promulgação do Código Penal de 1890. Alvarez salienta que este Código já nasceu sob o alvo de muitas críticas, pois foi considerado como incapaz de dar conta dos novos desafios colocados pelas transformações sociais e políticas do período republicano. Nesse sentido, apesar de não haver sucesso quanto à mudança explícita nos textos da lei, grande parte das políticas públicas de controle social foram fundadas com influência nestas discussões.

No entanto, poucos trabalhos apontam como estas idéias se consolidaram na *prática* da jurisprudência. Ou seja, uma vez que a bibliografia sobre o tema retome as discussões teóricas surgidas acerca das novas concepções de crimes e criminosos procuramos com esta pesquisa avançar no assunto. Para isso, analisamos os processos- crime de homicídios ocorridos na cidade de São Paulo entre 1880- 1913 em busca de evidências sobre a prática que tais teorias ganhavam nos tribunais. Assim, mapeamos a existência de dez processos criminais dentro recorte proposto, dos quais alguns trechos serão expostos a seguir.

Destacamos alguns termos utilizados pelo promotor ao compor o Sumário de Culpa de Joaquim Innocência Sant’Anna, réu no caso com o qual abrimos este texto. Encontramos expressões como: “[...] autor do *nefasto crime* que passo a relatar (...) *dissimulando* uma calma e tranqüilidade deitou-se (...) homem de *maus instintos*, de uma *perversidade* (...) passado tempo, sabido pelo júri desta capital quando ele respondeu pela morte do marido da vitima atual e *contando mais uma vez* com a impunidade [...]”⁸.

Caso semelhante foi encontrado no processo do réu Donatto Gacovetti, que se envolve numa briga com João Huggo, em uma fábrica de cervejas conhecida como “fábrica de Amália

⁷ Anais do senado Federal, sessão de 28 de janeiro de 1891, p. 287.

⁸ Coleção Auto-Crimes de São Paulo. Processo de Joaquim Innocência Sant’Anna (réu), nº de ordem 4019, Rolo140, Notação 2304.

Lchneider”. Donatto fere Huggo com uma navalha e é processado por homicídio, na formação de culpa, o promotor também faz uso de um vocabulário peculiar em sua descrição do crime: “[...] Donatto, qual *fera sedenta de sangue*, arremessou-se sobre o *infeliz* Huggo [...]”⁹.

Nos trechos percebemos uma excessiva adjetivação do criminoso, sua figura é moldada como um personagem. Apetece ao promotor acrescentar até mesmo julgamentos morais em sua narrativa do crime. Vide, por exemplo, quando descreve que Joaquim estava *dissimulando* uma calma. Como é possível que saiba, se o promotor não estava presente no momento do crime? Tal informação não consta no depoimento das testemunhas. Além do que, a escolha na forma narrativa delimita bem quem é o indivíduo criminoso composto por *instintos ferozes* e incontroláveis e quem é a vítima inofensiva, ainda que pelos depoimentos seja possível saber que, ambos os crimes, aconteceram em momentos de desavenças mútuas entre os envolvidos.

Notamos através dos termos utilizados, que o promotor estava em contato direto com as teorias científicas explicitadas anteriormente. Por exemplo, quando apresenta Joaquim como um homem de maus *instintos* e faz questão de enfatizar ao juiz a *reincidência* do réu no crime, ainda que as únicas fontes para tal acusação sejam o depoimento das testemunhas que “ouviram falar” sobre ser o réu, o responsável pela morte do ex-marido de Sabina. Estes profissionais tinham seus interlocutores dentro do próprio campo jurídico e as teorias científicas podiam circular, mesmo que implicitamente, como argumentos de disputas no campo da lei.

Jurisprudência como campo de disputas: Apropriação dos discursos científicos para diminuição das penas nos casos de homicídios

Quando se compreende os mecanismos pelos quais se dão as práticas de controle social, desvelam-se, também, as formas de resistências, associação e contra discursos agenciados por parte dos sujeitos subjugados. Para isto, basta desviar o olhar e as inquietações sobre as fontes de pesquisa e é possível observar incríveis estratégias de sobrevivência silenciadas por séculos de fazer histórico. Inspirados pelo trabalho do historiador E. P. Thompson notamos, por exemplo, como o campo da Jurisprudência pode ir além de uma ferramenta de dominação de classe, tornando-se um espaço de disputas e revelador de diferentes concepções de mundo¹⁰.

Mariza Corrêa parte da leitura de processos criminais no quais os réus são acusados de uxoricídio (assassinato de mulheres) para expor como o discurso científico foi usado na construção

⁹ Coleção Auto-Crimes de São Paulo. Processo de Donatto Gacovetti (réu), nº de ordem 4022, Rolo143, Notação 2387.

¹⁰ THOMPSON, E.P. Senhores & Caçadores: A Origem da Lei Negra. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1987.

da defesa destes homens¹¹. Os principais argumentos eram a existência, comprovada cientificamente, de extintos sexuais e violentos mais ativos nos homens que nas mulheres, argumento que, somado à uma boa retórica conseguiu, muitas vezes, reduzir ou mesmo absolver as penas iniciais destes sujeitos, com acometidos pela “paixão”:

Os advogados de defesa de maridos, noivos, namorados ou amantes, assassinos de suas companheiras, passaram a afirmar então que a paixão era uma espécie de loucura momentânea, tornando irresponsáveis na ocasião do crime os que estavam por ela possuídos (...) Num só argumento, os defensores dos criminosos passionais demonstravam assim sua discordância com um código penal que, segundo eles, estava ultrapassado em termos do direito moderno, e a adesão da sociedade brasileira aos argumentos mais sutis dos psicólogos e criminalistas europeus seus contemporâneos [...]¹².

Outra obra que ilustra muito bem os usos dos debates científicos nas brechas abertas pela justiça nesta época é de Joseli Maria Nunes de Mendonça¹³. A autora estuda a trajetória de Evaristo de Moraes para recuperar aspectos mais gerais da sociedade em questão, com destaque para o âmbito jurídico, no qual Evaristo dedicou grande parte de seu trabalho. Nos tribunais ele se destacou pela defesa de casos difíceis, sobretudo, dos uxoricidas. Momento em que fez larga citação de idéias contidas nas obras de criminalistas europeus, como fundamentação de suas defesas.

Portanto, a autora mostra aspectos da ciência utilizados e debatidos na prática judicial, através da trajetória de Evaristo de Moraes nesse espaço. Mendonça observa que a tendência dos tribunais levava um julgamento não apenas a responsabilizar criminalmente os indivíduos acusados de determinados atos, mas a qualificá-los socialmente¹⁴. Analisar historicamente estes discursos é, também, perceber as contradições nas quais estão imersos:

Também, ao tempo em que se apontava a necessidade de que o direito penal se tornasse mais e mais exato, imparcial e objetivo -, os valores sociais, as paixões, as emoções pesavam nas contas feitas, tanto pelos jurados quanto por juristas e jornalistas que avaliavam a forma com que ele deveria ser administrado na sociedade. Talvez para juristas ou pensadores da área criminal, essas concepções fossem excludentes: uma havia que prevalecer para neutralizar a outra. No fim das contas, a administração da justiça penal parecia imersa numa rede de avaliações ambivalentes, nas quais a ciência e a paixão estavam absolutamente imbricadas [...]¹⁵.

De maneira similar, encontramos nas fontes dessa pesquisa contradições e jogo de argumentos que evidenciam um diálogo com as idéias científicas do período. O réu Sant’Anna faz

¹¹ CORRÊA, Mariza. Os crimes da paixão. São Paulo: Brasiliense, 1981.

¹² CORRÊA. Os crimes da paixão, p.22.

¹³ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Evaristo de Moraes: tribuno da República. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

¹⁴ MENDONÇA. *Evaristo de Moraes: tribuno da República*. p.191.

¹⁵ MENDONÇA. *Evaristo de Moraes*, p.237.

a confissão do crime em seu primeiro interrogatório, porém, depois de ter a curadoria de um advogado, o réu deixa de admitir a culpa, alegando que:

[...] não pode confessar e nem contestar que tivesse sido ele o réu autor do mesmo crime porquanto se se lembra voltou completamente embriagado para a sua casa no dia em que diz ter acontecido o crime, que ele réu não sabe explicar a contradição que se acha no seu interrogatório hoje, no inquérito e na provação da culpa, não se recordando de haver declarado o que se lhe atribuiu na provação da culpa. [...] ¹⁶.

Em seguida, o advogado de defesa de Joaquim pergunta se “O réu, quando cometeu o crime, estava em *estado de loucura?* [...]” quesito que o júri responde negativo, por unanimidade de votos. Quando perguntado se havia circunstâncias atenuantes em favor do réu, o júri aponta para o Art.18º do Código Penal, incisos 1º: “não ter havido no delinqüente *pleno conhecimento do mal* e direta intenção de o praticar” e inciso 9º: “Ter o delinqüente cometido o crime no estado de embriaguez”. A pena que inicialmente era de galés perpétuas, após a apelação passa para doze anos de prisão com trabalho.

Estratégia semelhante aparece no processo de Donatto Gacovetti, que declara *não se lembrar* de ter dado a facada em João Huggo, apenas se recorda de estar embriagado na fábrica de cervejas, quando quebrou um copo e iniciou um desentendimento com Huggo. Essa narrativa se repete pelas três vezes, nas quais o réu passa por interrogatório no último, o Juiz questiona como pode se dar o fato do réu lembrar que quebrou um copo, mas não recordar de ter ferido um homem. Posteriormente, o advogado de Donatto apresenta como quesito de defesa a seguinte pergunta ao júri: “O réu cometeu o crime *sem ter pleno conhecimento do mal e direta intenção* de o praticar?”

No processo de Carlos Lasso se dá o inverso, o réu acusado de assassinar Miguel Lesppi é encontrado com um lenço e uma navalha sujos de sangue. Em seu primeiro depoimento, Carlos nega a acusação e justifica o lenço sujo por conta de um machucado que havia feito na sua mão. Logo após ter a curadoria de um advogado ele muda a versão da história, assumindo a participação na briga com Miguel, e afirma que o atrito se deu por motivos de legítima defesa. Segundo o réu, Miguel teria lhe encurralado de tal maneira contra a parede, que somente sua reação física e a ameaça com a navalha puderam lhe salvar a vida.

Na narrativa construída, Carlos tem o cuidado de dizer que “*não se recorda* de ter com ela [a navalha] ofendido Lesppi, tendo apenas levantado e a mostrado ao ofendido [...]”¹⁷. Após o depoimento do réu, seu advogado propõe como quesito de defesa o seguinte: “O réu *tem certeza* do

¹⁶ Coleção Auto-Crimes de São Paulo. Processo de Joaquim Innocência Sant’Anna (réu), nº de ordem 4019, Rolo140, Notação 2304.

¹⁷ Coleção Auto-Crimes de São Paulo. Processo de Carlos Lasso (réu), nº de ordem 4021, Rolo142, Notação 2343.

mal que se propôs a executar?”, pergunta que o júri não responde. Mais adiante, sobre se existiam circunstâncias atenuantes em favor do réu é reconhecido pelo júri que existem: menoridade e embriaguez, reconhecidos nos incisos 9º e 10º do Art.18º do Código Criminal. Assim, Carlos foi condenado a seis anos de prisão com trabalho.

Nota-se, portanto, que os réus eram orientados a não declararem a lembrança do *ato* criminoso, afinal no depoimento dos três casos é como se houvesse um *apagamento da memória* no momento ápice do crime: o esfaqueamento. Consegue-se inferir tais alegações, a partir das contradições encontradas em dois dos casos: o de Joaquim, que se embaraça para explicar sua “falta de consciência” e negar o que havia afirmado no depoimento anterior, sobre ser o autor da morte de Sabina Maria da Conceição; e Carlos, que mentiu sobre a desavença com Miguel num primeiro momento, para confessá-la, de maneira orientada, depois, contudo, sem assumir a lembrança de ter praticado o ato final.

Convém observar que em todos os casos houve muitas testemunhas e depoimentos da própria vítima, colhidos antes da morte, que delatam a autoria dos réus no crime. Com tudo isso, a estratégia para que ao menos se livrassem da pena maior era modificar a versão em que a cena ocorreu e pontuar alguns fatores para a condição do criminoso. O argumento implícito no jogo dos advogados e de aceitação, ou não, pelos júris e juízes, disse respeito à *responsabilidade* do indivíduo criminoso no *ato* do crime. Os esforços foram por comprovar uma versão da história, que atenuasse a responsabilidade do réu provando sua *inconsciência* ao ter praticado o assassinato de outrem. Aqui, pode-se observar que o discurso científico, utilizado para segregar e hostilizar certas camadas da população foi apropriado, também, como maneira de subverter a punição de alguns criminosos neste fim de século XIX e início do XX.

Porém, não foi encontrada nos processos lidos menções explícitas às idéias científicas em voga no período. Constatou-se que o debate existiu através da linguagem de promotores, que apresentaram os réus usando caracteres do criminoso, cientificamente determinado. Bem como, nas apropriações que advogados fizeram das imprecisões da Lei, para fundamentarem em idéias científicas a defesa de seus clientes, quando não restava mais saídas frente às testemunhas, provas ou confissão do próprio réu.

Portanto, vimos com este trabalho que tais ideias científicas importadas da Europa estiveram na prática da jurisprudência brasileira nesse momento histórico, de maneira velada, porém operativa. No entanto, investigar quais as hipóteses para tal característica ter se dado no interior da prática jurídica, ocupa o espaço para uma nova pesquisa.

Personagens negras em narrativas sobre Belo Horizonte

Josemeire Alves Pereira

Doutoranda em História

Unicamp

josemeire@gmail.com

RESUMO: A presença de “pretos” e “mestiços” na população de Belo Horizonte é apontada em registros policiais e hospitalares, desde os primeiros anos após sua fundação. Contudo, por meio da historiografia muito pouco se conhece a respeito de ex-escravizados e seus descendentes que permaneceram no território do Arraial do Curral Del Rei, transformado para abrigar a Capital do Estado. Também pouco sabemos sobre população negra que afluía para a nova cidade, em ritmo constante e em número cada vez maior, atraída pela possibilidade de acessar novas oportunidades para sustentar a vida. Partindo desta lacuna, coloco em discussão, nesta comunicação, a produção de conhecimentos sobre o passado da cidade de Belo Horizonte, sob o prisma das referências (ou da escassez delas) à população negra que a constituía, em narrativas literárias caras à memória da cidade. Serão analisados, nesta perspectiva e em caráter exploratório, o romance *A Capital* (1903), de Avelino Fóscolo e as *Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte antes Curral Del Rei* (1947), de Raul Tassini.

PALAVRAS-CHAVE: Belo Horizonte – População Negra – Pós Emancipação

A transferência da sede administrativa do Governo de Minas Gerais para outra localidade, discutida com frequência pelas classes dirigentes, durante as últimas décadas do século XIX, é coetânea às mudanças econômicas e políticas que ocorreram no país a partir do processo emancipacionista e da instauração do regime republicano. Estas mudanças estão relacionadas ao surgimento de novas forças econômicas no Estado que, com a emergência da República – que em alguma medida também as representava – se mobilizaram em torno da garantia de poder político correspondente à sua expansão econômica.¹

A concepção e instituição de uma nova capital é tributária destas transformações, segundo Maria Efigênia Lage de Rezende.² As preocupações das elites políticas e econômicas de então, quanto à necessidade de criação de um novo centro administrativo já se anunciavam nos debates políticos, entre as décadas de 1880 e 1890³. De acordo com Tito Flávio Rodrigues Aguiar⁴,

¹ Cf. Rezende, Maria Efigênia Lage de. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, UFMG (30) p. 601. *Apud* Dutra, Eliana Regina de Freitas. Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República. São Paulo: Hucitec; Editora UFMG (com apoio do MinC-Pró-Memória Instituto Nacional do Livro), 1988, p. 82.

² REZENDE. Uma interpretação.

³ Cf. AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. Vastos Subúrbios da Nova Capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. 2006. 443 p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006, p. 34.

⁴ AGUIAR. Vastos Subúrbios.

esperava-se que o empreendimento viabilizasse a superação do atraso no desenvolvimento em relação aos centros econômicos do país – Rio de Janeiro e São Paulo –, que atraíam municípios mineiros situados próximos às fronteiras com estas regiões, representando risco de desagregação político-administrativa do Estado de Minas Gerais. Em tais debates, conquistava espaço a noção de “modernização mineira”, remetendo, à defesa de uma política favorável ao progresso econômico do Estado. A nova Capital teria surgido, pois, como elemento fundamental deste projeto, que envolvia ainda uma política de fomento à “modernização agrícola” por meio de investimentos iniciais na tentativa de formação da mão-de-obra constituída agora por trabalhadores nacionais livres; mas também através do estímulo à imigração de trabalhadores europeus.⁵

A então Cidade de Minas emergia, assim, a partir de 1894, dos Planos produzidos sob a coordenação do Engenheiro Aarão Reis⁶, orientada pelos signos da modernidade e do progresso – representados pela República recém-instaurada no país: suplantava-se o velho Arraial e com ele o passado colonial e tudo aquilo que nele representava “atraso”.⁷

Escolhido o Curral del Rei como localidade que abrigaria a nova cidade, procedeu-se à desapropriação devidamente remunerada dos antigos proprietários de terra, que se instalaram em regiões relativamente próximas ao futuro núcleo urbano da nova cidade.⁸

Quanto à população outrora ali escravizada e/ou liberta, a despeito de sua relevância sobre o total da população da região⁹, dela aparecem raros indícios na narrativa do historiador Abílio

⁵ Os núcleos coloniais agrícolas constituíam o cerne desta outra vertente da política de modernização, que posteriormente se apresentou inviável. Cf. AGUIAR, 2006.

⁶ A escolha do Arraial do Curral Del Rei, para sediar a Nova Capital, foi precedida de debates políticos fundamentados a partir do estudo elaborado por uma Comissão dirigida pelo engenheiro paraense Aarão Leão de Carvalho Reis. O estudo indicou as regiões do Curral Del Rei, Paraúna, Barbacena e Várzea do Marçal, além de Juiz de Fora. Após intensas disputas políticas entre representantes e defensores das diferentes regiões, por razões políticas foi escolhida a do Arraial do Curral Del Rei. Instituiu-se, a partir daí, uma Comissão Construtora da Nova Capital, chefiada pelo mesmo Aarão Reis, que a integrou até 1895, dando início às obras de construção da nova cidade. Cf. a respeito: SALGUEIRO, Heliana Angotti. Engenheiro Aarão Reis: O Progresso Como Missão. Belo Horizonte: Ed. Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997. (Col. Centenário).

⁷ É importante ressaltar, contudo, que este discurso não propunha um completo rompimento com a tradição colonial, aliando-se as concepções de modernidade e modernização, nas práticas e interesses políticos e econômicos em Minas Gerais, aos elementos de tradição que se apresentassem conciliáveis com tais interesses. Ver, a respeito: BOMENY, Maria Helena B. Guardiães da Razão: modernistas mineiros. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1994.

⁸ Cf. Como no ocorre com a família proprietária da Fazenda do Leitão, que se mudou para a região nordeste da cidade. ROMANO, Olavo. Muito Além da Cidade Planejada: uma contribuição à História da região nordeste da Capital. Belo Horizonte: Colégio Magnum Agostiniano, s/d.

⁹ Os mapas de população do Curral Del Rei apontam a preponderância da população de pardos (ou mulatos) e pretos, livres ou escravizados, como uma constante, ao longo do século XIX. A população livre e mestiça também se destaca, nos registros censitários de diferentes momentos, durante o século. Cf. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Mapa da População do Termo da Vila de Sabará, 1816 e Mappa da População existente no Distrito da Parochia do Curral D’El Rei, anno de 1840; TASSINI, Raul. Relação de habitantes da então Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rei (1828). In: Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte antes Curral Del Rei. Belo Horizonte: s. n., 1947. (Acervo da Biblioteca do Arquivo Público Mineiro), p. 31-42; BRASIL. Recenseamento do Brasil em 1872. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & filhos. s.d.

Barreto¹⁰ sobre o Arraial. Ali são mencionados, vez ou outra, como personagens secundários: um escravizado fugido que teria assassinado um major, ou como outros, descritos em atividades laborais. Qual o destino destas pessoas, depois de emancipadas por meio da lei nº3.353, de 13.5.1888 (“Lei Áurea”), ou mesmo antes, mediante outras formas legais de aquisição da liberdade de que se apropriaram ou foram beneficiárias? Alguns teriam continuado a trabalhar com os antigos senhores, como parece ter sido recorrente no imediato período pós-abolição¹¹ e como ocorreu com alguns dos trabalhadores de Cândido Lúcio da Silveira, que aparecem nos depoimentos de familiares deste como operários na nova Fazenda do Retiro, onde se instalou a família do antigo proprietário da Fazenda do Leitão, depois da desapropriação.¹² Quanto aos outros tantos, teriam migrado para outras localidades, após a emancipação? Teriam se integrado à população de trabalhadores migrantes e imigrantes pobres que habitavam aqueles que seriam considerados os primeiros núcleos de favelas que se formavam na futura cidade, antes mesmo de sua inauguração?¹³

Na memória histórica¹⁴ sobre a cidade não há referências significativas à presença da população negra. Poder-se-ia argumentar, eventualmente, que Belo Horizonte, ao contrário das principais sedes administrativas do país, não testemunhou a escravidão, que é, em geral, o tema por meio do qual se aborda a população negra. Além disso, alega-se comumente, os principais registros por meio dos quais o assunto poderia ser abordado – em especial os de cunho demográfico – não assinalam a categoria cor/raça, durante grande parte da primeira metade do século XX.

Não obstante, algumas fontes, se indagadas a este respeito, podem auxiliar na construção de respostas às questões acima suscitadas. Para além dos mapas de população do Curral del Rei, já

¹⁰ Cf. BARRETO, Abílio. Belo Horizonte: memória histórica e descritiva. ed. atual. rev. e anotada. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. v.1.

¹¹ Para o sul do Recôncavo Baiano, a historiadora Edinélia Souza estudou, por meio das memórias de descendentes de trabalhadores afrodescendentes e de registros e de outros registros memorialísticos produzidos após a Abolição, as relações sociais e de trabalho forjadas pelo campesinato negro/mestiço da região. De acordo com a autora, nas novas relações de trabalho engendradas no advento do período emancipacionista, estes trabalhadores e trabalhadoras constituíram-se como “rendeiros, meeiros ou proprietários de parcelas de terras nas proximidades de antigas fazendas senhoriais localizadas entre os municípios de Dom Macedo Costa, Nazaré das Farinhas e Santo Antonio de Jesus.” Cf. Souza, Edinélia Maria de Oliveira. História Oral, memórias e campesinato negro/mestiço na Bahia pós-abolição. In: *História Oral*, v. 16, n. 2, p. 55-71, jul./-dez. 2013. Ver também: Souza, Edinélia Maria de Oliveira. Cruzando memórias e espaços de cultura: Dom Macedo Costa – Bahia (1930-1960). In: *Projeto História*, São Paulo, (18) mai. 1999. Fenômeno semelhante foi abordado para o sudeste, nas pesquisas de Ana Lugão Rios e Hebe Mattos, publicadas no livro *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*.

¹² ROMANO. *Para além da cidade planejada*.

¹³ As favelas da *Estação* e da *Fazenda do Leitão*, segundo Barreto, já eram notadas desde 1895. A da *Estação* era um dos primeiros elementos da paisagem com que tinha contato quem chegavam à cidade. Cf. Barreto, 1996, op. cit.

¹⁴ Referenciando-se nos trabalhos de Pierre Nora sobre a memória, o historiador Antônio Torres Montenegro entende a memória histórica como o “movimento de congelamento da memória”, lembrando que para Nora, “o próprio da história é a crítica, a desconstrução permanente de significados em razão de todo o conjunto de experiências e práticas do presente. Mas, quando esse movimento de resignificação é interrompido, a história se torna Memória.” (Cf.: FLORES, E. C.; Behar, R. Memórias, percursos e reflexões: com Antônio Torres Montenegro. *Sacculum: Revista de História*, João Pessoa, n. 18, p.187-208, jan./jun. 2008, p. 197).

mencionados, é possível encontrar nas ocorrências policiais e nos mapas de movimentação de doentes da Santa Casa de Misericórdia¹⁵, indícios sobre a presença constante e percentualmente superior de pessoas classificadas como “pretas” ou “mestiças” na composição da população habitante de Belo Horizonte.

Em meio ao aparente silêncio das fontes, é possível captar ainda, nas obras aqui analisadas, sinais – ainda que por vezes (aparentemente) tênues – das experiências de negras e negros no território onde se instituiu a cidade de Belo Horizonte, mesmo antes de sua fundação e, ao longo da primeira metade do século XX. Produzidas em dois momentos distintos, *A Capital* (1903)¹⁶, de Avelino Fóscolo e as *Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte antes Curral Del Rei* (1947)¹⁷, de Raul Tassini documentam, respectivamente e por meio da representação literária, os primeiros anos de construção da cidade, marcados pela euforia da população migrante que para lá aportava, em busca de oportunidades econômicas diversas; e o final dos anos 1940, quando ganhava maior impulso o desenvolvimento industrial da cidade e também se ensaiavam as primeiras iniciativas governamentais de representação do passado da cidade, como a criação do *Museu Histórico de Belo Horizonte*.¹⁸ Os anos de 1940 também são marcados por um novo e maior *boom* migratório, sendo grande parte desta nova população que ali se instalava composta por “pretos” e “mestiços”, oriundos de diversas regiões do estado, mas em especial, da região central – onde outrora se estabelecera a exploração de recursos minerais, com forte utilização do trabalho escravo.¹⁹

Obras tão distintas, seja quanto ao gênero – uma, romance naturalista; outra, registro de cunho memorialístico –, ou aos contextos de sua produção, estas obras, têm em comum o fato de terem sido subsidiadas pelas próprias experiências de seus autores, na cidade: Fóscolo, nascido em Sabará, em 1864, testemunhou, através de seus percursos por Minas e outras regiões do país²⁰, os

¹⁵ Ambas as fontes estão sob a guarda do Arquivo Público Mineiro. Cf., respectivamente: Fundo da Chefia de Polícia e Relatórios da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte.

¹⁶ FÓSCOLO, Avelino. *A Capital*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979. (Coleção Mineiriana II).

¹⁷ TASSINI, Raul. *Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte antes Curral Del Rei*. Belo Horizonte: s. n., 1947. (Acervo da Biblioteca do Arquivo Público Mineiro).

¹⁸ Cf. a respeito, dentre outros: ALVES, Regina Célia de Araújo. *Preciosas memórias, belos fragmentos: Abílio Barreto e Raul Tassini – a ordenação do passado na formação do acervo do Museu Histórico de Belo Horizonte (1935-1956)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

¹⁹ Cf. BOTELHO, Tarcísio R. *A migração para Belo Horizonte na primeira metade do século XX*. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 9, n. 12, p. 11-33, 2º sem. 2007.

²⁰ Antônio Avelino Fóscolo nasceu em Sabará (Minas Gerais), em 14 de novembro de 1864. Órfão aos onze anos, foi entregue, juntamente com a irmã, a um tutor, do qual fugiu, passando a trabalhar para o próprio sustento, atuando em diversas funções, dentre as quais, a de trabalhador da mina de Morro Velho. Acompanhou um “artista de feira” norte-americano, percorrendo o Brasil e algumas repúblicas no Sul. Aprendeu Inglês e outros idiomas. Frequentou, depois, escolas em Minas e no Rio de Janeiro. Tornou-se jornalista e escritor. Fundou periódicos, e atuou, em Sabará, na redação de *O Contemporâneo*, juntamente com Luís Cassiano Martins Pereira Júnior, seu amigo de infância, e Artur Lobo. Colaborou também com imprensa de Belo Horizonte e do interior. Estabeleceu-se, em Tabuleiro Grande (hoje

primeiros anos de construção da cidade, tendo escolhido, nela viver a partir de 1915 até sua morte, em 1944; Tassini, desenhista, ilustrador, poeta e museólogo nascido Belo Horizonte, em 1910, atuou, nos anos 1940, como um dos responsáveis pela consolidação do já referido Museu Histórico de Belo Horizonte Cidade (atual Museu Histórico Abílio Barreto), inaugurado oficialmente em 1943.²¹

As obras foram, amiúde, referenciadas por pesquisadores e intelectuais como importantes registros de memória da cidade – especialmente, no caso de *A Capital*, considerado, nas palavras de Oscar Mendes, “o primeiro trabalho de ficção inspirado na mudança da Capital de Minas Gerais de Ouro Preto para Belo Horizonte [Arraial do Curral Del Rei].”²² Mendes, membro da Academia Mineira de Letras e do Conselho Estadual de Cultura, responsável pela publicação da 2ª edição do livro de Fóscolo, justifica a decisão pelo relançamento da obra, por ocasião do 80º Aniversário da cidade, em 1977, afirmando o valor da obra não apenas por suas qualidades literárias, “mas igualmente por testemunho que era de quem fora contemporâneo dos acontecimentos”²³

Por esta razão, em especial, elas são aqui consideradas, em nossa investigação sobre a presença e atuação de pessoas negras em Belo Horizonte, na primeira metade do século XX. O propósito é atentar para as referências ao protagonismo destas pessoas (e para a natureza destas referências), no curso destas narrativas – seja por meio do debate político proposto por Fóscolo, acerca de suas desilusões com a República e com o legado negativo de uma Abolição feita a partir de interesses das elites políticas e econômicas brasileiras, ou ainda, nas memórias e registros documentais utilizados por Tassini, para compor suas “verdades históricas” sobre a cidade.

A população de pessoas não brancas que nos dão a conhecer as fontes policiais e hospitalares são, em geral, trabalhadores e trabalhadoras que migram do interior do estado para a capital, em busca de trabalho – estabelecendo-se na construção civil da cidade que permaneceu,

Paraopeba), onde se casou e constituiu família, tendo ali atuado como boticário e fundado alguns periódicos. Foi também, na juventude, artista de teatro, viajando com sua *troupe* pelo interior de Minas. Deixou impressas: *A Mulher* (em colaboração com Luís Cassiano Martins Pereira), romance. Prefácio dos Autores, intitulado “Viver às claras”. Rio de Janeiro, Tip. Moreira Maximino & C., Rua da Quitanda, 90, 1890. 222 págs. e 1 folha de errata. *O Caboclo*. Costumes mineiros. Imprensa Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1902. 90 págs. *A Capital*. Tipografia Universal, Porto, Portugal, 1893 (Data errada, em vez de 1903). *O Mestiço*. Imprensa a vapor de Joviano & C., Belo Horizonte, 1903. 247 págs. *O Jubileu*. Romance social. Tip. A Comercial, João Madeira & C., Juiz de Fora, 1920. 162 págs. *Vulcões* (Romance Social). Livraria Católica Portuense, Porto, Portugal (1920?). 214 págs. *O Semeador*. Drama em três atos. Segunda edição. Tip. Renascença, Belo Horizonte, 1921. 42 págs. Obras inéditas: *No Circo*, *Indesejáveis* e *Morro Velho*, romances; *O Demônio Materno*, drama em três atos/ *Cá e lá... águias há*, comédia em três atos.

²¹ Cf.: ALVES, Regina Célia de Araújo. *Preciosas memórias*.

²² MENDES, O. Razões desta edição. In: FÓSCOLO, Avelino. *A Capital*. Prefácio de Eduardo Frieiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979. (Coleção Mineiriana II). p. 7.

²³ MENDES, p. 7. Segundo Mendes: “Os leitores de hoje encontrarão em suas páginas, como moldura ao drama dos personagens da ficção, o ambiente, os acontecimentos daqueles dias em que uma nova cidade surgia e iria passar de arraial pobre a metrópole tentacular.”

por décadas, em construção; ou como jornalheiros, trabalhadoras domésticas, lavradores, meretrizes, militares e outros ofícios. Mígram, também, em busca de recursos para cuidar da saúde e, ao que indicam fontes orais produzidas no âmbito da pesquisa de doutorado que desenvolvo, valem-se de redes de parentes e amigos que já haviam se estabelecido na cidade, nas mesmas condições. A partir destas fontes, a Belo Horizonte que se configura aos nossos olhos é bem distinta da imagem da capital construída quase que exclusivamente por operários estrangeiros europeus que se legou aos registros oficiais de sua história-monumento.²⁴

Talvez por esta razão, cause estranhamento depararmos com uma narrativa, como a de Fóscolo, que toma por referência a nova Capital de Minas, na qual poucas personagens são descritas explicitamente como negras: apenas a “mulatinha viva Rita, lépida, falando ‘pelos dedos da mão’, distraíndo a patroa [Lená] com as suas histórias, contando-lhes as mazelas de Congonhas, a terra natal, com o seu movimento irrequieto de centro cosmopolita; ou a “negra velha”, “assentada num banco ancestral”, provavelmente empregada na casa de um dos personagens d’*A Capital*, que ali residia desde os tempos do arraial – ela e a casa compondo um cenário idílico de um passado desejado com nostalgia por alguns personagens decepcionados com o fracasso econômico da Capital que se anunciara como promessa de progresso e de lucros fabulosos.

É como se também esta narrativa primeira sobre a cidade a representasse a partir de uma branquitude configurada pela invisibilidade dos tantos “pretos” e “mestiços” que para ali também afluíam, ao mesmo tempo em que os imigrantes italianos, espanhóis, portugueses e outros europeus, ou mesmo os migrantes do interior de Minas, brancos e economicamente mais abastados, funcionários da administração pública e suas famílias; ou, ainda, da gente representada por parte da família da personagem Lená – antigos fazendeiros dos arredores da nova cidade ou mesmo de outros estados, que para ali migravam almejando usufruir das possibilidades oferecidas pela especulação imobiliária, tal como o personagem Sérgio.

Contudo, outra leitura é possível, se observarmos com atenção – como o faz a historiadora Regina Horta Duarte²⁵ –, a crítica contumaz feita pelo autor à própria República e aos desdobramentos da Abolição, no Brasil, por meio de *A Capital*. Crítico da escravidão, em seus escritos na imprensa, durante as últimas décadas do século XIX, Fóscolo expressa, também em suas obras, decepção profunda com as continuidades do modo de vida e de dominação que prevalecem nas relações sociais e de trabalho, no alvorecer da República. Seus escritos, muito

²⁵ DUARTE, Regina Horta. *A Imagem Rebelde: A trajetória libertária de Avelino Fóscolo*. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

influenciados pelo romance naturalista/realista europeu, expressam o entendimento do autor de que o escritor deveria postar-se como um arguto observador da realidade. Assim, os romances de Fóscolo *O Mestiço* (1902) e *O Mulato* (1903), como *A Capital* e os demais, denotam a expressão de um autor que se manifesta como testemunha crítica de seu próprio tempo.

Na trama desta última obra, a personagem Lená, pode ser tomada como alegoria da República. A personagem, apresentada ao público n’*O Mestiço*, é filha de um abastado fazendeiro, Lima, que pretendia casá-la com um médico. No entanto, Lená cresce ao lado de João, o filho de uma escravizada. Esta última fora violentada por um familiar de Lima. A criança, passa a ser criada pelos pais de Lená. João, apaixonado pela “prima” e não correspondido por ela, a estupra e engravida, recebendo como punição a castração, efetuada pelo pai de Lená. O filho do incesto não vingou, o médico noivo de Lená suicida-se, ao saber do ocorrido, e ela é entregue em casamento a um antigo funcionário da fazenda, o Cunha, com quem parte para a nova cidade, onde Lená vislumbra uma vida luxuosa e, em nada, semelhante ao passado.

No entanto, em *A Capital*, a cidade – tal como a República – é morta no nascedouro, justamente pelo vínculo estreito com o passado de corrupção e opressão que anuncia desejar superado, e por negligenciar transformações que estabeleceriam os alicerces para a consolidação da cidadania: educação, condições dignas de trabalho e de vida. Na nova cidade, prepondera a fraude e a atuação predatória de personagens como Sérgio, que visam explorar, ao máximo, as oportunidades do nascente mercado imobiliário. Ainda que à custa da inúmeros operários que afluíam para a construção da cidade mas que viam-se logo desempregados, aumentando a população de miseráveis, representados por uma “mulher macilenta” que, junto a uma criança – descrita quase como um vulto –, perambula pelas ruas a esmolar. Enquanto ela passa, da sacada da casa do então falecido Lima, Sérgio e sua futura esposa – Rosa, irmã de Lená – miram o por do sol adiante, enquanto tecem planos.

Lená, sentindo-se culpada pela morte acidental do marido e desapontada pela expectativa fracassada de ser correspondida por Sérgio, a quem desejava como amante, despede-se da cidade, ao fim, profundamente desolada.

Alguns desses personagens secundários do romance *A Capital* figuram como elementos importantes da denúncia feita por Fóscolo, quanto aos descaminhos da república. Muitos deles poderiam ser, por certo, migrantes descendentes de libertos e escravizados com os quais o próprio autor conviveu em sua infância de trabalhador da Mina de Morro Velho, ou em Taboleiro Grande (atualmente, Paraopeba), sede das fábricas de tecido Cedro e Cachoeira, pertencentes à uma

poderosa família de antigos fazendeiros que, no século XIX, chagara a possuir mais de 150 escravizados, dos quais muitos descendentes, provavelmente tornaram-se funcionários das fábricas. Os mesmos funcionários, cuja exploração Fóscolo denunciara em momentos diversos.

Sujeitos com perfil similar ao destes trabalhadores, que também habitam e constroem cotidianamente a cidade, desde então, aparecem na obra de Tassini.²⁶ Escrevendo 44 anos depois da publicação de Fóscolo em apreço, e já no cinquentenário da cidade, Tassini recorre, como mencionado, às próprias memórias, mas também a relatos de antigos moradores de Belo Horizonte e também do Arraial que deu origem à cidade; utiliza ainda, documentação escrita, com a qual tinha contato, provavelmente, a partir de seus trabalhos como conservador-pesquisador do Museu Histórico de Belo Horizonte. O autor lança mão de todas essas fontes, no intuito de escrever uma história “verdadeira” da cidade. O apelo à verdade, curiosamente, apoia-se no viés memorialístico que expressa o caráter testemunhal do próprio autor que se apresenta, por meio da metodologia empregada, como filho e observador da cidade, no tempo; portanto, como alguém apto a oferecer “verdades” legítimas sobre a história.

Nesta obra, a despeito do tom ainda laudatório de algumas passagens referentes a pessoas e fatos locais, a cidade não emerge meramente como obra da Comissão Construtora ou da “competência” de construtores, arquitetos e operários estrangeiros. Ali é possível ouvir os tambores e cantos da folia promovida pela negra Maria dos Reis. Ou as festas de congada frequentadas pelo autor, no bairro do Cruzeiro.

Somos apresentados às antigas fazendas remanescentes do Arraial, cujas construções são minuciosamente descritas, a partir da observação do autor e dos depoimentos por ele colhidos junto a antigos moradores e proprietários. Nesta descrição não são omitidos os espaços de trabalho e vida de mulheres, homens e crianças outrora escravizadas/os – as senzalas. A respeito de uma delas, a Fazenda Bom Sucesso, contudo, não há referência nesta obra de Tassini, sobre um fato que ficou conhecido na cidade, por volta de 1916: o assassinato de um italiano, documentado pelas autoridades policiais, e que decorreu de uma disputa por terras da mesma fazenda. O italiano

²⁶ Raul Tassini nasceu em Belo Horizonte, em 1902 e ali faleceu em 1992. Era filho de imigrante italiano por parte de pai e neto de italiano por parte de mãe. Formou-se em Odontologia e Farmácia, mas não exerceu estas profissões, em função de um acidente em que perdeu a mão direita. Atuou como funcionário do Banco da Lavoura por 22 anos. Foi também poeta e artista plástico, tendo participado da organização da Sociedade Artística Osvaldo Teixeira, em 1944. De acordo com Célia Regina Araújo Alves, “era um autodidata em vários campos do conhecimento como arqueologia, história, museologia e, sobretudo, um antiquário e colecionador.” Trabalhou, também, como funcionário do Arquivo da Prefeitura de Belo Horizonte, de onde foi solicitado a integrar a equipe de profissionais que organizariam o Museu da cidade, a partir de 1942. Ali permaneceu durante 5 meses. Após sua saída do museu, devido a um desentendimento com Abílio Barreto, criou em sua própria casa, o Museu Tassini, cujo acervo está, em parte, sob a guarda do Museu Histórico Abílio Barreto, na Coleção Tassini. Cf.: ALVES, Regina Célia de Araújo. Preciosas memórias.

assassinado, Antonio Caramate, fora escolhido como representante por um grupo constituído por várias famílias negras, descendente de trabalhadores outrora escravizadas/os na fazenda, e que haviam recebido parte dela como herança por parte da proprietária original. No entanto, sobre estes herdeiros, Tassini denota ciência ao mencionar que ela fora antes de “André Nogueira, que a deixou para os negros ou a “Decima” passando parte a ‘Nossa Senhora’(...)”.²⁷ Da Fazenda Bom Sucesso nos é dado conhecer ainda a existência de 22 mulheres e homens escravizados relacionados na já mencionada lista de Habitantes da Freguesia de N. Senhora da Boa Viagem do Curral D’El Rey, de 1828.²⁸

Quase que podemos ouvir, ainda, a vivacidade do violão do Zé Capeta, nas palavras do autor: “um mulato de olhos claros agataiados”, “dotado de dons sobrenaturais, na crença rude do povo (...). Isso, quando empunhava a sua viola, caixa ôca, em cedro rosado”.

As “Verdades históricas” de Tassini nos possibilitam vislumbrar uma Belo Horizonte bem mais diversa e viva, pela presença da população negra que nela habita e que a constrói cotidianamente, com trabalho, mas também com sua forma de existir culturalmente referenciada nas experiências de origem africana.

Por fim, cabe observar que a análise das duas obras em apreço reafirma-nos a relevância de, enquanto historiadores/as, apuremos o olhar e os sentidos, para melhor apreender a expressão de sujeitos tradicionalmente negligenciados nas narrativas históricas sobre a cidade. Narrativas que, assim construídas, produzem representações pretensamente neutras da sociedade, quando, ao promover e naturalizar invisibilidades em relação à diversidade de expressões e relações que compõem a cidade, terminam por negar a existência simbólica da população negra, negando-lhe também a experiência da cidadania.

²⁷ TASSINI. Verdades históricas, p. 29.

²⁸ TASSINI. Verdades históricas, p. 40-41.

Notas sobre a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário no pós-abolição (1889-1930) *

Mariana de Mesquita Santos

Mestranda¹

Programa de Pós-Graduação em História – Universidade de Brasília
marianademesquitas@gmail.com

Resumo: Apresentamos, na presente comunicação, reflexões primeiras sobre a Ordem de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho, de Salvador (Bahia), no período pós-abolição. O compromisso registrado em 1900 da Venerável Ordem Terceira, importante agremiação negra católica atuante até os dias atuais, é a fonte priorizada até o presente momento da pesquisa. Enfocamos aspectos das atividades diárias da instituição indicadas no referido estatuto. Percebemos que as atribuições e ações de suas irmãs e de seus irmãos negros permitiram garantir e manter seus direitos apesar de um Estado laico, socialmente ausente e ideologicamente racista e excludente.

Palavras-Chave: Irmandades Negras, Pós-Abolição, Bahia.

As irmandades religiosas leigas constituem objeto de estudo da História do Brasil desde meados do século XX.² A atuação de seus membros, sobretudo na América Portuguesa, compreende uma importante experiência histórica para se entender a dinâmica da Igreja Católica, suas relações com o Estado e com a sociedade, bem como os diferentes aspectos da vivência de indivíduos e grupos. No âmbito geral das confrarias leigas, observa-se que aquelas compostas por irmãs e irmãos negros tiveram destaque nas relações e vivências sociais, entre os séculos XVI e XIX, como confirmam diversas obras historiográficas relativas ao tema.³ Contudo, são ainda poucas as análises históricas sobre a permanência dessas agremiações após o regime imperial e após o fim da escravidão, mantendo o estudo dessas irmandades quase restrito às experiências da escravidão e do Estado religioso, embora existam ordens destas linhagens até os dias atuais. É o

*Comunicação apresentada no Simpósio Temático “Liberdade e pós-abolição: histórias sobre a população negra no Brasil”, no V EPHIS.

¹ Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.

² Algumas das obras mais antigas que tratam de irmandades no Brasil são de MULVEY, Patricia. “The Black lay brotherhoods of colonial Brazil: a history”. Tese de Doutorado. City University of New York. Nova Iorque, 1976. SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão. A Irmandade de N. S. Do Rosário dos Pretos do Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Editora Nacional, 1978. BOSCHI, Caio Cesar. *Os Leigos e o Poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Ática, 1986. RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981.

³ QUINTÃO, Antônia. *Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência* (São Paulo: 1870-1890). São Paulo: Anablumme/Fapesp, 2002. REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas. Irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista*. São Paulo: Alameda, 2011. REIS, João José. “Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão”. In.: *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1996. p. 7-33. SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor – Identidade Étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. VIANA, Larissa. *O Idioma da mestiçagem. As irmandades de pardos na América Portuguesa*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

caso, por exemplo, da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho, agremiação localizada na capital baiana que já ultrapassa três séculos de existência.

A partir das perspectivas teóricas que orientaram a renovação da abordagem da história social da escravidão no Mundo Atlântico e dos estudos do pós-abolição e pós-emancipação, analisaremos algumas vivências de irmãs e irmãos da referida irmandade na passagem do século XIX para o século XX. É justamente o contexto brasileiro de grandes mudanças, marcado pela queda do Império e instalação da República, laicização do Estado, romanização do catolicismo, modernização dos costumes, difusão do racismo científico. Acrescente-se alguns aspectos específicos do contexto político e sócio-cultural soteropolitano do pós-abolição, que abordaremos de forma mais aprofundada a seguir.

As irmandades negras como espaço de resistência

Segundo Caio Boschi, as irmandades leigas podem ser entendidas, fundamentalmente, como associações compostas por indivíduos que buscam, a partir da comunhão fraternal, do crescimento do culto público, da celebração eucarística e da assistência material, somar as necessidades do espírito às do corpo físico. O mesmo autor reforça que elas são instituições que permitiram que a Igreja Católica e o catolicismo se amoldassem às realidades por onde se propagaram.⁴ No contexto da América Portuguesa, as confrarias reproduziram hierarquias sociais e se dividiram, basicamente, conforme critérios de classe, cor da pele e ofício.

De acordo com o historiador João José Reis, as irmandades de “homens de cor” foram as mais numerosas e se dividiam entre as de “crioulos” (negros nascidos no Brasil), mulatos e africanos.⁵ A criação das irmandades negras ocorreu no processo de colonização portuguesa sobre parte do continente africano e americano, com a objetificação dos corpos negros imposta pelo comércio atlântico de escravizados. A conversão ao cristianismo era uma das etapas e condição de trânsito pelo Atlântico e inserção no trabalho escravo, entretanto, a difusão da fé católica se propagou pelo mundo luso-americano e luso-africano em grande medida graças ao esforço dos fiéis e de forma não muito ortodoxa, uma vez que as missões evangelizadoras não chegavam em todos os pontos do mundo colonial. Para o historiador James Sweet, “a grande quantidade de escravos e a constante entrada de africanos, combinadas com a fragilidade da Igreja enquanto

⁴ BOSCHI, Caio. *Os Leigos e o Poder*, p. 12.

⁵ REIS, João José. *A morte é uma festa*. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 54.

instituição, levavam a que a adoção dos ensinamentos católicos fosse muito mais gradual e incompleta”.⁶

Por se tratar de um mecanismo de organização da metrópole, algumas análises que trataram do catolicismo leigo no Brasil, ao se referir à devoção e ao envolvimento da população africana e afro-brasileira nas confrarias, consideraram-na apenas como mais um instrumento da dominação colonial e senhorial, ou de “enquadramento do negro aos padrões culturais do branco”,⁷ por mais que se reconhecesse sua importância como espaço de sociabilidade próprio da população negra devota. Defendemos que as agremiações compostas por mulheres e homens negros, escravizados, libertos e livres, representaram também um espaço de relativa autonomia para seus membros haja visto que a sua composição era majoritariamente negra e eram os irmãos e irmãs que deliberavam sobre seu funcionamento, a partir da elaboração negociada do *compromisso*⁸ e a maior parte das funções administrativas, isto é, da *mesa administrativa*⁹, ficavam sob sua alçada. Aquelas funções que, a princípio, caberiam somente aos brancos, posteriormente passaram a ter o acesso restrito para membros negros, devido às frequentes denúncias de desvios dos tesoueiros,¹⁰ cuja função, a princípio se reservava aos brancos devido ao “despreparo” dos irmãos de cor para o seu exercício, conforme determinava a regulamentação eclesiástica. O afastamento de brancos dos cargos da mesa será conquistado pela irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Pelourinho em 1816, quando o Tribunal atende ao pedido dos confrades¹¹ e a Igreja também passa a permitir e autorizar.

Para o historiador João José Reis, as irmandades negras atuaram como mais um espaço de negociação dentro do regime escravocrata. Embora, “idealizadas pelos brancos como um mecanismo de domesticação do espírito africano, através da africanização da religião dos senhores, elas vieram a constituir um instrumento de identidade e solidariedade coletivas”.¹² Isto porque essas associações constituíram-se, ao fim e ao cabo, como um espaço de convivência, sociabilidade e criação de laços perdidos na diáspora negra. Além disso, elas possibilitaram aos seus membros o socorro nos momentos de necessidade e a garantia de um enterro digno em caso de falecimento,

⁶ SWEET, James. *Recriar África*. Cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770). 1. ed. Trad. João Reis Nunes. Lisboa: Edições 70, 2007. p. 238.

⁷ BOSCHI, Caio. *Os Leigos e o Poder*, p. 69.

⁸ Estatuto que regulava o funcionamento das irmandades.

⁹ Composta por membros que ocupavam cargos eletivos com funções administrativas e rituais específicas a ser desempenhadas na irmandade, cuja divisão e normas para ocupação variavam de confraria para confraria.

¹⁰ A historiadora Sara Farias discorre sobre esses conflitos entre os irmãos negros e os mesários brancos na Irmandade de N. Sra. Do Rosário do Pelourinho no segundo capítulo de sua dissertação. FARIAS, Sara Oliveira. *Irmãos de cor, de caridade e de crença. A Irmandade do Rosário do Pelourinho na Bahia do século XIX*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997. p. 49.

¹¹ FARIAS. *Irmãos de cor, de caridade e de crença*. p. 50.

¹² REIS, João José. *Identidade e Diversidades Étnicas nas Irmandades Negras*, p. 10.

rito fundamental para a salvação eterna segundo a mentalidade católica da época. A ocupação do espaço por meio da construção de um templo próprio e da realização dos seus festejos em torno dos seus santos de devoção também nos dão uma ideia acerca da importância das irmandades como um espaço de representatividade social, cultural e política da população negra, apesar e por conta do regime escravocrata.

As manifestações rituais e festivas das diversas irmandades coloniais marcaram e tipificaram o catolicismo brasileiro como “barroco”. Segundo este mesmo pesquisador, esta classificação se deve à grandiosidade do espetáculo que os irmãos e irmãs organizavam, de modo que a manifestação externa da fé deveria ser suntuosamente elaborada, para assim a devoção ser demonstrada.¹³ Nesse sentido, a riqueza da ornamentação das celebrações também constituía importante demonstração de representatividade política e religiosa da confraria, pois, “quando se tratava da terra baiana, sua riqueza é considerada somente enquanto realidade visível”.¹⁴

As historiadoras Larissa Vianna e Martha Abreu também chamam atenção para as possibilidades abertas pelas festividades para o exercício de “outras dimensões da cidadania, para muito além do voto ou das representações instituídas pelas constituições imperial e republicana”.¹⁵ Elas evidenciaram, no caso da capital fluminense, que “as camadas livres pobres, especialmente através de membros das irmandades e de seus empresários barraqueiros, politizavam suas festas e afirmavam em praça pública seu direito à diversão e à expressão.”¹⁶

A partir das pesquisas até agora realizadas, identificamos alguns aspectos da atuação dos membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho entre os anos de 1888 e 1930, chamando atenção para a sua elevação, em 1900, para Venerável Ordem Terceira e o seu novo Compromisso, alinhado às especificidades do contexto sócio-político e cultural soteropolitano deste mesmo recorte. Tais registros compõem os primeiros esforços de nossa pesquisa de Mestrado que se encontra em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília.

¹³ REIS, João José. *A morte é uma festa*, p. 49.

¹⁴ MATTOSO, Katia M. de Queirós. A opulência na província da Bahia. In. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). *História da Vida Privada: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 149.

¹⁵ ABREU, Martha. VIANNA, Larissa. Festas religiosas, cultura e política no império do Brasil. In. GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial*. Vol. III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 237.

¹⁶ ABREU; VIANNA. p. 237.

Na capital baiana, uma Venerável Ordem Terceira Negra

Em relação aos mundos pós-emancipação, a historiadora Sílvia Lara define que liberdade significa ter direito de ir e vir, ter acesso à terra, manter linhagens e laços de solidariedade arduamente construídos¹⁷. A importância da liberdade no pós-abolição mobiliza nosso interesse em pesquisar as vivências dos irmãos e irmãs do Rosário do Pelourinho, em razão de sua antiguidade e de sua importância como “espaço de resistência, autonomia e construção de cidadania negra”, como identificado pelo Prior Irmão Leomar Borges, atual ocupante do cargo na referida irmandade.¹⁸ Além disso, foi, provavelmente, no cenário baiano que o paralelismo religioso¹⁹ herdado da diáspora se manteve de forma mais evidente, efeito, também, da população predominantemente negra ali presente. Essa proeminência negra, que é perceptível até hoje na demografia baiana, nos leva a pensar sobre os processos de construção deste paralelismo e de sua dinâmica para buscar compreender sua permanência até os dias atuais, apesar das forças europeizantes ativas na sociedade brasileira. Particularmente no contexto da passagem para a República, quando separam-se religião e Estado. Refletir acerca da atuação dessa agremiação de negras e negros devotos ao catolicismo nos auxilia na percepção da diversidade e complexidade que há por trás das classificações raciais e também religiosas, quando se atenta para os povos negros em suas particularidades, estratégias de luta e de resistência.

Na passagem do século XIX para o século XX, percebe-se, entre as autoridades e os estratos sociais superiores e médios da sociedade brasileira, uma difusão das ideias de progresso calcadas em padrões europeus de civilização, que não incluíam as remanescentes práticas culturais diaspóricas²⁰. No final do século XIX, a difusão das ideias baseadas no cientificismo e no racismo

¹⁷ LARA, Sílvia. *Blowin' in the wind*: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. In. *Projeto História*, vol. 12, outubro de 1995. p. 56.

¹⁸ Entrevista concedida pelo Prior Irmão Leomar Borges ao programa *Brasil Místico*, no episódio “Religião e Coletivo”, exibido no canal fechado *Globosat*, no dia 16/07/2014.

¹⁹ O historiador James Sweet entendeu que, no processo diaspórico emergente com a colonização, a religiosidade na América Lusa não era nem portuguesa e nem africana. De modo que, no Brasil, ocorreu “a soma de partes distintas e, por vezes, contraditórias”, onde elementos espirituais africanos foram adotados por parte de padres católicos e aspectos do catolicismo foram aceitos por africanos, constituindo um paralelismo religioso. In. SWEET, J. *Recriar África*. Cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770), p. 265. Anália Santana também identifica a “dupla pertença” dos membros atuais da irmandade em questão, verificando a presença e devoção recorrente dos irmãos e irmãs no Rosário tanto nas Igrejas como nas Casas de Religiões de Matriz Africana. In. SANTANA, A. *A Participação Política das Mulheres na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho (1969-2001)*. Dissertação (Mestrado). Salvador, Universidade do Estado da Bahia, 2013.

²⁰ No Código Penal de 1890, por exemplo, estava estabelecida a proibição a “capoeiragem”, prática típica da população afro-brasileira, vista como uma atividade “atrasada”, isto é, não condizente com os valores “modernos”. (Ver BRASIL. “Código Penal dos Estados Unidos do Brasil”. Decreto nº 847, de 11 de Outubro de 1890. Capítulo XIII. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Consultado no dia 29/05/2016). De forma similar, a tradicional lavagem da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, protagonizada por adeptos do Candomblé em Salvador, foi interdita pela ação de autoridades eclesiásticas junto às civis no ano de 1889, evidenciando o intento

justificava a discriminação de indivíduos por sua “raça” negra, condição social de classe e ocupação. A difusão deste ideário ocorreu em meio ao processo urbanizador e sanitário colocado em prática nos grandes centros urbanos brasileiros do período, que incluía medidas de estímulo ao embranquecimento da população brasileira, dentre elas, o incentivo à imigração europeia para o Brasil para compor uma mão de obra “inteligente e moralizada”.²¹

Salvador, cidade que abrigou a capital colonial, correspondeu a um dos cenários alterados pelos ventos modernizadores do período pós-império e abolição, sobretudo sob o governo de Joaquim Seabra nas primeiras décadas do século XX. As construções antigas que remetiam ao período de domínio luso foram, em grande medida, substituídas pela arquitetura moderna de inspiração parisiense, identificada com as propostas republicanas de mudança. As avenidas foram alargadas para dar espaço aos costumes e comportamentos identificados com os padrões de civilização, que não incluíam as festividades tradicionais das agremiações negras, identificadas com o “atraso”, já que eram ritmadas por cantorias, por batuques e regadas a bebidas e comidas vendidas nas ruas.²²

As manifestações externas de devoção praticadas por irmãos e irmãs também não agradavam às autoridades eclesiais, ciosas em disseminar um projeto romanizador da Igreja Católica, de modo a adequar as práticas devocionais brasileiras à ortodoxia do culto romano, às prescrições do Código de Direito Canônico, promulgado em 1918.²³ Nesse projeto romanizador, cabia ao clero zelar para a manutenção dos dogmas e do culto católico e também das ordens religiosas consoante o disposto naquele código. Nesse redirecionamento, os irmãos e irmãs do Rosário conseguiram sobreviver com o título de Ordem Terceira, o mais elevado das confrarias leigas, posição que traduz a força daquela irmandade negra e sobretudo de seu prestígio junto às autoridades eclesiais. Percebemos como esta nova titulação representava uma promoção, uma distinção entre as confrarias negras e demais irmandades da cidade. Ao longo de nosso projeto de pesquisa, investigaremos no Compromisso de 1900 e nos demais documentos da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário as estratégias delineadas por esta para manter-se nesta reordenação da Igreja e permanecer promovendo suas políticas de assistência e das práticas de

“purificador” da Igreja Católica e a adesão do Estado a suas propostas. In: COUTO, Edilece. Devoções leigas na Bahia republicana. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Maringá (PR), n° 15, Janeiro/2013. p. 97-98.

²¹ ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 101.

²² ABREU, Martha. VIANNA, Larissa. *Festas religiosas, cultura e política no império do Brasil*. p. 239-253.

²³ COUTO, Edilece. Devoções leigas na Bahia republicana, p. 98.

celebração. Estas, segundo a historiadora Wlamyra Albuquerque, permanecem exibindo os aspectos profanos ao lado dos símbolos sagrados, mas agora com menos frequência.²⁴

A pesquisa dos termos do Compromisso não dá conta, porém, de toda a dimensão da atuação de seus irmãos e irmãs, dentro e fora da instituição, das suas relações com a sociedade. Tal fonte é apenas um primeiro suporte para avaliar o papel da Ordem na história da comunidade afro-brasileira em Salvador no pós-abolição. Conscientes disso, observamos aqui o estatuto de 1900 como um projeto e também como guia para a ação da irmandade, dando destaque na presente comunicação para três elementos presentes no estatuto, inscritos nas condições históricas de sua produção: o fator da cor da pele como elemento definidor dos membros; o alinhamento institucional pragmático à política romanizadora e civilizadora; o reforço das práticas ritualísticas e de assistência como fiador de direitos para os membros da ordem.

No dia 2 de julho de 1899, a irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Pelourinho foi elevada ao grau de Ordem Terceira. Com essa titulação, seus irmãos e irmãs foram promovidos à mais alta hierarquia das organizações católicas leigas, posição que certamente contribuiu para a preservação do templo e da Ordem até os dias atuais. As ordens terceiras são associações pias que se preocupam, fundamentalmente, com a perfeição da vida cristã de seus membros, extraíndo e adaptando regras da ordem religiosa para uma vida cristã no mundo.²⁵ Em maio de 1900, os irmãos e irmãs do Rosário do Pelourinho tiveram seu primeiro compromisso como Ordem Terceira aprovado; nele há algumas modificações em relação ao estatuto anterior, registrado em 1820, relativas à estruturação de sua redação, ao conteúdo das normas, às exigências e direitos dos associados e associadas.

Em seu primeiro capítulo, onde é definido o caráter da ordem, afirma-se que “é uma associação religiosa de pessoas de cor preta de ambos os sexos de exemplar procedimento que possuam meios de sua honesta subsistência”.²⁶ Apesar de não utilizar da terminologia biologizante de “raça”, que já havia aparecido no censo de 1872 como um critério diferenciador, os irmãos e irmãs se valem da concepção da cor da pele para afirmar sua identidade e seu local de fala, sem usá-lo como um fator desqualificador, na medida em que, em seguida, reforça-se a exigência de “honestidade e exemplar procedimento” dos seus membros de ambos os sexos. Nesse sentido,

²⁴ ALBUQUERQUE, Wlamyra. “Santos, Deuses e Heróis nas ruas da Bahia: identidade cultural na Primeira República”. In. *Afro-Asia*, nº 18, p. 109.

²⁵ BOSCHI, Caio. *Os Leigos e o Poder*, p. 19.

²⁶ Arquivo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Caixa 01, Doc 03, sem paginação. (Referência obtida em SANTANA, Analia. *A Participação Política das Mulheres na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho*. p. 64.)

Albuquerque nos alerta para o fato de que a *racIALIZAÇÃO* é uma construção ideológica e um produto histórico, de modo que o conceito de “raça” deve ser entendido em seus contextos e realidades sociais particulares.²⁷ Assim, podemos observar que grupos distintos da população afro-brasileira operaram os critérios étnicos, de raça ou de cor de forma diversa. Observamos o caso da organização catarinense Sociedade Recreativa União Operária (SRUO), por exemplo. Segundo o historiador Thiago Sayão, na primeira metade do século XX, essa associação negra, herdeira da irmandade de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Laguna, não afirmou nenhuma identificação étnico-racial. Segundo ele, este ocultamento pode ter sido uma estratégia de ascensão social para seus membros, “uma tática localizada que, ao evitar o confronto direto com o discriminador, possibilitou a conquista e manutenção de um novo território negro”.²⁸

A afirmação do espaço da confraria para irmãos e irmãs “de cor preta” também demonstra como “os recursos materiais e simbólicos das comunidades, formados durante a escravidão, foram fundamentais para a concepção de estratégias de sobrevivência após o fim do cativo, sobretudo quando os ex-escravos buscaram alargar alternativas de vida dentro e fora dos antigos engenhos”.²⁹ Nesse sentido, salientamos a importância de buscarmos nas fontes do período em que medida a população liberta vinda do interior da Bahia³⁰, ao chegar na capital, buscou filiar-se a associações tais como a de Nossa Senhora às Portas do Carmo, visando espaços de sociabilidade, representatividade e ascensão social.

O segundo ponto que gostaríamos de destacar do Compromisso de 1900 se refere ao seu vigésimo sexto artigo, onde lê-se “o Irmão Prior (principal cargo da irmandade) fará que seja fielmente executada as deliberações do compromisso, chamando a Ordem com prudência e caridade a qualquer irmão que se desvie das boas regras da *civilidade*. Contudo, onde consta “civilidade”, esta palavra foi rasurada, colocando-se acima, como substituto, o termo “moral cristã”. Só por este documento, não conseguimos identificar quando a alteração foi feita, mas, ainda assim, ela nos instiga questionamentos interessantes. Até aqui, percebemos que num primeiro momento, enquanto grifou-se “civilidade”, as regras de boa conduta entre os irmãos e irmãs podem ter ido ao encontro das normas de conduta gerais de todos os civis, seguindo o modelo pregado

²⁷ ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação*, p. 35.

²⁸ SAYÃO, Thiago. “As heranças do Rosário: associativismo operário e o silêncio da identidade étnico-racial no pós-abolição, Laguna (SC)”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, nº 69. p. 148.

²⁹ FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006. p. 25-26.

³⁰ A cidade de Salvador era a grande promessa de vida nova para grande parte dos egressos do cativo e houve muitos destes que migraram para a capital às vésperas e logo depois da abolição. In.: FRAGA, Walter. *O cotidiano moveido do pós-abolição: ex-escravizados na cidade de Salvador, 1889-1890*. In: GOMES, Flávio. DOMINGUES, Petrônio. *Políticas da Raça. Experiências e legados da abolição e pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.

pela modernidade ocidental, pelo menos na impressão do seu estatuto. E, segundo autores que analisam a atuação da Igreja na Primeira República, é claro que tanto o catolicismo ortodoxo quanto o positivismo republicano se preocupavam com o “reerguimento moral da sociedade” brasileira,³¹ mas se os significados da “moral cristã” e da “civildade” fossem exatamente os mesmos, não haveria motivo para a substituição dos termos. Desse modo, é provável que as ideias de civildade como modo de ser e de comportar-se segundo os preceitos cristãos católicos não se identificavam como aqueles desenhados pelo Estado laico, que incentivava os atributos burgueses e não a civildade cristã.

A rasura e alteração para “moral cristã”, apontam-nos para a importância de se entender, no novo contexto, e sobretudo pelo pragmatismo da entidade, a função religiosa da irmandade como espaço para exercício dos preceitos morais cristãos, que podem ser tidos como mais relevantes que uma “civildade” possivelmente “profana”, evidenciando, assim, a efetiva separação dos deveres civis e dos deveres cristãos impressos na constituição de 1891. Pode ter sido que, num primeiro momento, priorizou-se a “civildade” tendo em vista o contexto turbulento da promulgação da Lei Áurea, em que as autoridades, sobretudo as soteropolitanas, temiam pela “completa subversão de normas do convívio social”.³² Assim, no âmbito da agremiação do Rosário do Pelourinho, essa parcela da população negra e liberta também se colocava ajustada à “ordem” para ter seu estatuto aprovado. Por outro lado, a observância da “moral cristã” também ampliaria as possibilidades de manifestações dos irmãos e irmãs em sua vida pública. Sob esta orientação de cunho moral, seria possível subtrair-se dos princípios europeizantes norteadores do processo de modernização dos costumes no país, tidos como avessos às práticas festivas tradicionais das irmandades negras. Somente a análise dos registros de discussões e das atividades práticas da irmandade poderá nos trazer alguma análise mais complexa acerca desta colocação e da sua rasura.

O terceiro elemento do compromisso da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário às Portas do Carmo que gostaríamos de destacar se refere aos mecanismos apontados no estatuto para manter e ampliar a assistência e as garantias aos membros. Além dos quesitos convencionais de socorro em momentos de carência financeira, ajuda no sepultamento, registra-se também o interesse dos irmãos e irmãs em montar um espaço específico, como um asilo, para abrigar os membros em situação precária de saúde (Art. 11 § 5º). Assim, substituía-se o auxílio em dinheiro nestes casos. A ideia de ter um lugar próprio e apropriado para o cuidado de enfermos demonstra

³¹ RODRIGUES, Anna Maria. Introdução. In.: *A Igreja na República*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 6.

³² RODRIGUES. Introdução. p. 112.

que a ordem se preocupava em atingir metas semelhantes às outras confrarias de renome, que tinham essa orientação assistencialista e um espaço próprio para tal.

A historiadora Sara Farias aponta que, na segunda metade do século XIX, a irmandade passou por uma crise financeira devido aos gastos empreendidos na reforma estrutural do templo exigida pelas autoridades civis. Inclusive, em 1889, os mesários tiveram de pedir auxílio ao Arcebispo para que este mandasse fiscais de sua confiança para que averiguassem a reforma da igreja e confirmassem suas habilitações para ser reaberta. Trata-se de iniciativa que contrariava o relatório da Provedoria que determinou que a irmandade entregasse tudo ao Arcebispo e que este deveria mandar extinguir a confraria.³³ Para esta autora, “a atitude das autoridades civis em fazer desaparecer a irmandade talvez refletisse o medo do negro organizado depois da abolição”.³⁴

A crise financeira da ordem evidencia-se todo momento em que os auxílios financeiros são condicionados à “verificação do estado pecuniário da Ordem e julgado suficiente” (Art. 11, § 5º); ou em “logo que a Ordem esteja em condições socorrerá aos irmãos pobres e dará o enterro quando falecerem” (Art. 11 § 4º). Mesmo assim, a ordem não se exime de seu papel de apoio aos irmãos e às irmãs necessitadas, mas demonstra a sua possível incapacidade em fazê-lo devido a problemas de caixa. Para Farias, estes registros também imprimem uma ressignificação da caridade naquele contexto. Neste caso, viver da caridade não era mais associado à ordem das coisas, mas à preguiça, à ociosidade, à vadiagem, comportamentos reprovados após o fim da escravidão. Com efeito, as elites e a Igreja passam a discutir acerca da necessidade de uma “caridade comedida”, que fosse voltada apenas para os verdadeiros necessitados.³⁵ Assim, colocava-se à Ordem esta tarefa e esta condição, de modo que seus membros não pudessem e nem quisessem ser associados à ideia de seres ociosos.³⁶

A problematização dos três aspectos notados no compromisso e selecionados dentre vários outros presentes, apontaram-nos para reflexões interessantes acerca das vivências de irmãos e irmãs da Venerável Ordem Terceira de N. Sra. do Rosário do Pelourinho como um eixo de compreensão histórica da experiência da população negra livre e liberta da cidade de Salvador. A observação de suas atividades nos revelam valores compartilhados que dialogam com o contexto de rupturas e permanências ativas na passagem do século XIX para o século XX no Brasil. As dinâmicas de atuação dos seus membros, revelam o vigor da atuação da ordem não só em prol de seu estatuto

³³ FARIAS, Sara. Irmãos de cor, de caridade e de crença. p. 81.

³⁴ FARIAS. Irmãos de cor, de caridade e de crença. p. 82.

³⁵ FARIAS. Irmãos de cor, de caridade e de crença. p. 16.

³⁶ FARIAS. Irmãos de cor, de caridade e de crença. p. 17.

religioso, mas também no sentido de garantir aos seus membros espaços de relevância social e política, apesar de uma mentalidade dominante essencialmente positivista, racista e excludente em relação à população de cor.

Folias carnavalescas de uma comunidade negra no pós-abolição: a Associação José do Patrocínio em Santa Rita do Sapucaí-MG

Paola Nery de Carli

Mestranda

Universidade Federal de Juiz de Fora

paolaccarli@gmail.com

Resumo: O presente artigo aborda o associativismo de uma comunidade negra no período pós-abolição na cidade de Santa Rita do Sapucaí. O estudo parte da criação e atuação de dois importantes elos da história e memória negra sul-mineira: a Associação José do Patrocínio e a agremiação carnavalesca Mimosas Cravinas, ambos fundados e frequentados por homens e mulheres negros no século XX. Tanto o clube, quanto a agremiação, possibilitaram a ampliação das relações sociais e memórias do grupo através de suas atividades administrativas e de lazer. Aqui, não os tomamos somente como espaço de sociabilidade, mas, também como uma forma de luta política desses sujeitos, que não tinham acesso fácil a outros clubes e blocos carnavalescos da cidade.

Palavras-chave: Pós-abolição, Associativismo, Carnaval.

O presente texto tem como proposta elucidar algumas reflexões sobre a atuação de uma parcela da população negra da cidade de Santa Rita do Sapucaí, cidade localizada na região do sul do estado de Minas Gerais, no período do pós-abolição, mais especificamente entre os anos 1940 e 1960. Estes homens e mulheres de cor fundaram e dirigiram duas associações de cunho recreativo e beneficente: a Associação José do Patrocínio e o bloco carnavalesco Mimosas Cravinas. Na expectativa de traçar um diagnóstico da trajetória destas associações, este artigo dialogou com as recentes produções historiográficas sobre associativismo negro no pós-abolição no Brasil e, também, com a documentação sobre estes espaços, como imprensa e livros e atas de funcionamento daqueles clubes.

Introdução

Os estudos das festas como uma expressão das práticas culturais e sociais dos grupos sociais, têm demonstrado o quanto o território das festividades é complexo, múltiplo e permeado por tensões, disputas e, também, por solidariedade, camaradagem e conagração entre os festeiros ou os participantes da festa. O carnaval também é uma prática cultural e festiva, portanto,

um território multifacetado e recheado de disputas e valores.¹ Assim, analisamos a criação dos blocos carnavalescos e dos clubes recreativos de Santa Rita do Sapucaí à baila destes argumentos e, deste modo, foi possível elucidar – ainda que de maneira inicial – as propostas, os anseios e as disputas que envolveram clubes, blocos de carnaval e sujeitos brancos e negros em Santa Rita do Sapucaí na segunda metade do século XX.

Analisamos a festa carnavalesca na cidade de Santa Rita, através da de três blocos: Ride Palhaço, Bloco dos Democráticos e Mimosas Cravinas. Os dois primeiros foram formados pela elite local e o terceiro pelos negros que não tinham acesso aos festejos elitistas e ao corso. Através da análise, a pesquisa acabou revelando um festejo extremamente hierarquizado e racializado, onde os espaços de ricos e brancos e pobres e negros eram claramente definidos e demarcados. A investigação concentrou-se nas relações sociais e raciais entre brancos e negros durante as festividades do carnaval, demonstrando que os blocos Ride Palhaço e Bloco dos Democráticos oficializaram uma história e memória excluindo os demais blocos e sujeitos sociais que compunham a folia. Segundo Maria Clementina Pereira Cunha, ao estudar a festa carnavalesca, devemos pensá-la:

Nos termos de uma história social da cultura que o faça retornar ao leito dos conflitos; da mudança e do movimento próprio da história; chegar perto de tensões e diálogos entre sujeitos que nem sempre estão reconciliados no reinado do momo.²

Ao romper com a ideia de uma festa considerada “patrimônio cultural da sociedade brasileira” a autora desconstrói a ideia de festa harmônica e homogênea, em que diferentes sujeitos sociais apagavam suas diferenças e conflitos nos meandros da folia. Diante disso novas questões e indagações surgiram, como por exemplo: qual a finalidade de um grupo de homens e mulheres negros criar uma associação recreativa e beneficente em Santa Rita nas primeiras décadas do século XX? Qual o papel da Associação José do Patrocínio no cotidiano desses homens e mulheres e qual o papel dos frequentadores da Associação no seu funcionamento? Estas são algumas interrogações surgidas do contato entre as fontes a bibliografia sobre associativismo negro no pós-abolição e que compõem a problemática aqui apresentada.

¹ A ideia da festa como uma das expressões da sociabilidade humana e objeto de investigação histórica, é defendida por CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

² CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.59.

Protagonismo negro em Santa Rita do Sapucaí: Clube 13 de Maio, Mimosas Cravinas e Associação José do Patrocínio

O surgimento do associativismo negro, especificamente o associativismo recreativo, é uma característica visível nas primeiras décadas do século XX, sobretudo nas regiões sul e sudeste do país. Durante muito tempo, as associações negras foram interpretadas pela sociologia, produzida nos anos de 1950 e 1960, exclusivamente como sociedades dançantes. Estes estudos abordaram os sujeitos que frequentavam esses espaços como um grupo homogêneo e as associações apenas como espaços de divertimento e ludicidade.³

Essas abordagens acabaram perdendo de vista outras questões pertinentes em relação a essas associações. Considerá-las apenas como sociedades dançantes nos parece uma interpretação limitada, pois, em seus estatutos estava evidente que os objetivos iam além da diversão, preocupando-se também com a instrução e o auxílio mútuo.

Recentemente, novas pesquisas têm abordado a heterogeneidade desses espaços e de seus frequentadores, analisando essas associações como lugares beneficentes e culturais, mas, também locais de estratégias em meio a uma sociedade que os alijava de toda forma. Esses territórios foram locais de intervenção de uma parcela da população negra que, nesses ambientes, tinha a possibilidade de estabelecer laços de solidariedade e compadrio, de estudar, ascender social e economicamente e também se divertirem com suas festas.⁴

Em Santa Rita do Sapucaí, o surgimento das organizações negras data do tempo do Império, com a atuação de irmandades leigas ou religiosas, como a Irmandade Nossa Senhora do Rosário e a Irmandade de São Benedito.⁵ Ainda não existem estudos específicos sobre as irmandades religiosas na cidade, contudo, é certo que aqueles espaços congregaram, durante grande

³ Cf. BASTIDE, Roger. *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. 4º ed. São Paulo: Global, 2008. CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional*. São Paulo: Nacional, 1965. FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca*. 5º ed. São Paulo: Globo, 2008. PINTO, L. A. Costa. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança*. 2º ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

⁴ Conferir, entre outros: DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: SENAC, 2004. CARDOSO, Paulino. *A luta contra a apatia: estudo sobre a instituição do movimento negro antirracista na cidade de São Paulo (1915-1931)*. Itajaí: Editora da UDESC, 2012. ESCOBAR, Giane. *Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial*. Dissertação de Mestrado em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010. SILVA, Fernanda. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)*. Dissertação de Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. GOMES, Fabrício. *Sob a proteção da Princesa e de São Benedito: identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1934-1988)*. Jundiá: Paco Editorial, 2013.

⁵ SILVA, Lucimara Maria. *A capela de Nossa Senhora do Rosário em Pouso Alegre*. Monografia de Licenciatura em História, Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2004, p. 27.

parte do século XIX e XX, a população negra da cidade.⁶ A primeira entidade desvinculada das irmandades a aparecer foi o Clube 13 de Maio:

De acordo com o primeiro estatuto da Associação Santarritense José do Patrocínio, a entidade havia sido reorganizada em 10 de janeiro de 1929. Essa data se refere, provavelmente, ao Club 13 de Maio, cuja existência já era documentada no início da década de 1920. O informativo do Clube 28 de Setembro, de Pouso Alegre, publicou, por exemplo, uma nota em junho de 1922 acerca de convite em que fora enviado pelo Club 13 de Maio pro ocasião do 34 aniversário da abolição da escravatura.⁷

Paralelamente à atuação do Clube 13 de Maio, existiu o bloco carnavalesco Mimosas Cravinas, igualmente criado e frequentado por negros. Em 1944, estas entidades passaram a constituir a Associação José do Patrocínio. Sobre os motivos que levaram os negros locais a fundarem uma associação recreativa, convém, enfatizar que, em Santa Rita do Sapucaí, a discriminação racial foi forte, consubstanciando-se, nos primeiros anos do regime republicano, no impedimento em utilizar alguns espaços, como frequentar clubes e festas e até mesmo uma limitação ao utilizar espaços públicos, como praças e ruas. Essa situação provocava resignação em alguns negros, mas, foi combatida por outros, muitos destes, integrantes de associações negras. Certamente a necessidade da luta contra o preconceito foi uma das raízes da complexa organização negra na cidade de Santa Rita do Sapucaí, pois tomou-se atitudes compensatórias e de defesa contra a segregação, o que levou a formação de extensa rede associativa.

No ano de 1937, foi publicado no jornal *Correio do Sul*, uma notícia que faz alusão a criação do Clube Santarritense, local em que ganhava forma as reuniões da elite santarritense e também onde acontecia os bailes carnavalescos dos blocos Ríde Palhaço e Bloco dos Democráticos, que se assemelhavam ao carnaval burguês das Grandes Sociedades Carnavalescas do Rio de Janeiro, em que uma das principais características era o luxo e o carnaval espetáculo.⁸ Sob o título de “O sumptuoso e moderno Clube Santarritense” o jornal anunciava:

A sociedade santarritense já há longo tempo estava desprovida de um centro ou de uma sala de visitas, onde fosse possível receber hospedes e levar a efeito suas reuniões sociaes. Não demorou muito e uma comissão de figuras representativas de nossa sociedade tomou a cargo essa grandiosa tarefa de dotar nossa urbs de um Club, que por todos os seus aspectos, deixasse transparecer bem claro o grau de cultura e a força emprehendedora dos habitantes de Santa Rita [...] Torna-se necessário também, que o santarritense se habitue novamente a frequentar essa casa de sociabilidade e se predisponha a se inscrever no seu

⁶ SILVA, *A capela de Nossa Senhora do Rosário em Pouso Alegre*. Monografia de Licenciatura em História, Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2004, p. 27.

⁷ COSTA, Jonas. *A rainha operária e sua colméia negra*. Joinvile: Clube dos Autores, 2010, p. 56.

⁸ Cf: CARLI, Paola. *Entre a folia e o conflito: o carnaval na cidade de Santa Rita do Sapucaí - MG*. Monografia de Licenciatura em História, Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2015.

quadro social emprestando assim, seu apoio e suas amabilidades de cidadão culto, para maior brilho das reuniões sociais da elite santarritense.⁹

Além dos bailes carnavalescos dos dois blocos, através do discurso do jornal, podemos perceber que o clube foi idealizado por membros da elite para ser um local frequentado pelos mesmos, como sede e mediador de reuniões, excluindo os demais sujeitos sociais dessa cidade. O Bloco Mimosas Cravinas, assim como a população negra não tinha acesso ao Clube Santarritense. Assim, as desigualdades na cidade não ficavam restritas apenas ao trabalho e educação, mas também aos espaços de lazer da população. Dessa forma, “emprestar sua amabilidade de cidadão culto” era uma forma de se reafirmar naquela sociedade, não sendo o clube apenas uma “casa de sociabilidade”, mas, também local de alianças matrimoniais, políticas e econômicas.

O jornal sugere, ainda, que a população santarritense se inscreva no recém-inaugurado clube da cidade, contudo questionamos os próprios critérios dessa seleção, uma vez que o discurso apresentado traz inúmeras barreiras. Pede-se que o “cidadão culto” faça parte, entretanto, o acesso a educação e a instrução nos anos 1930 na cidade, ainda era limitado aos sujeitos que possuíam condições financeiras mínimas de arcar com os estudos. Edward Thompson,¹⁰ diz que já nos séculos XVIII e XIX a cultura popular começa a sofrer tentativas de reformas pelas classes dominantes. A transmissão oral passar a ser substituída pela alfabetização formal, excluindo a importância do conhecimento transmitido entre gerações. Portanto, o jornal provavelmente refere-se ao “cidadão culto” que esteja de acordo com as regras sociais exigidas e difundidas pelas elites, excluindo, portanto, outras experiências cotidianas. Além disso, era necessário poderio econômico para arcar com as altas taxas mensais e anuais cobradas e um papel de destaque nessa sociedade, sendo, portanto, um discurso excludente.

Dessa maneira, a população de cor santarritense, impossibilitada de frequentar o Clube Santarritense, devido aos preconceitos de cor e de classe dos membros daquela associação, empreenderam projetos de construção da Associação José do Patrocínio, local de lazer dos homens negros e pobres da cidade. Beatriz Sarlo nos ajudar a problematizar a relação entre os dois clubes:

Olhar politicamente é por as dissidências no centro do foco [...] Um olhar político aguça a percepção das diferenças como qualidades alternativas frente as linhas respaldadas pela tradição estética e pela inércia [...] supõe descobrir as fissuras no consolidado, as rupturas que podem indicar a mudança tanto nas estéticas quanto no sistema de relações entre a arte, a cultura em suas formas prático-institucionais e a sociedade.¹¹

⁹ O Suntuoso e moderno Clube Santarritense. Jornal O Correio do Sul. 18.05.1937, p.5.

¹⁰ THOMPSON, E. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹¹ SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: Intelectuais, Artes e Meios de Comunicação*. São Paulo: EDUSP, 1997, p.60.

Ao repensarmos essas dissidências, entendemos que o surgimento da Associação foi uma forma de inserção dessa população excluída. Essa assertiva pode ser corroborada por uma notícia, publicada no Jornal Correio do Sul por esse discurso do jornal: local onde ocorriam os bailes carnavalescos do Mimosas Cravinas, mas também local de casamentos, solenidades referentes ao 13 de maio, congadas, tambu, e demais práticas de sociabilidade, não excluindo a luta política dos negros na cidade que viam o espaço como uma maneira de pertencer a um grupo social através de experiências e memórias compartilhadas.

Considerações finais

Essas são as primeiras reflexões de uma pesquisa ainda em fase inicial. Contudo, o diálogo com a literatura específica e as investigações empíricas, tem demonstrado o quanto os espaços e manifestações constituídos por negros em Santa Rita do Sapucaí, foram importantes para aqueles sujeitos. Numa cidade marcada pelo preconceito de cor, pela racialização e hierarquização sociorracial dos espaços e das práticas culturais, fundar um clube social e um bloco carnavalesco poderia significar mais do que a construção de um espaço de diversão, mas igualmente um posicionamento político que, por certo, pretendia dar aos membros daquelas associações, a possibilidade de se divertirem e expressarem suas concepções de mundo com autonomia e liberdade.

Modos de crer no bairro Dois de Julho no município de Alagoinhas-BA

Rosemary de Jesus Santos

Especializanda em História da África e suas representações
UNEB, Campus II
rosedeala@hotmail.com

Resumo: Este artigo apresenta a pesquisa os modos de crer no bairro Dois de Julho, no município de Alagoinhas-BA, realizada de maio a julho de 2009, com pessoas acima de cinquenta anos de idade. Os saberes que tem matriz não ocidental são historicamente depreciados, especialmente os de matriz africana que são relacionados a superstições, a saberes do mal, próprios de indivíduos mental e intelectualmente atrasados. Conceituando cultura como um sistema simbólico, objetivamos identificar a presença do Legado Africano nas rezas a Santo Antônio realizadas em residências do bairro Dois de Julho no município de Alagoinhas-BA.

Palavras Chaves: Legado africano, memória, rezas.

A Dupla Pertença nas Festas de Junho:

Este artigo aborda as manifestações festivas religiosas que acontecem na primeira quinzena do mês de junho, nas casas de mulheres negras que cultuam o santo padroeiro do município de Alagoinhas-Ba. Apresentamos a problemática: Quais os elementos da africanidade estão presentes nas rezas a Santo Antônio? Objetivamos identificar formas de resistência da religiosidade afro-brasileira além de identificar elementos do cultos a Ogum que podem ser articulados com elementos dos cultos católicos a Santo Antônio. Desta forma, visamos desconstruir discursos etnocêntricos e abordar os modos de vida das camadas populares. A oralidade, as fotografias, a memória e as imagens produzidas por estas devotas que têm dupla-pertença; é de grande significação, pois propicia um novo olhar, onde surgem novas, contudo antigas, concepções de mundo.¹

Para saber mais sobre o cotidiano, as experiências de vida e para nos aprofundarmos no campo-objeto-sujeito optamos por uma entrevista aberta; utilizamos também a observação participante das festas (desde a preparação até a conclusão) a das rezas (realizadas semanalmente) contamos também com e a análise de fotografias das festas. O uso de imagens não pode ser limitado às evidências que elas transparecem e omitem.² O uso do testemunho das imagens levanta muitos problemas. Elas são testemunhas, sendo difícil traduzir em palavras, o seu testemunho, podendo

¹ RIZÉRIO, Antônio. As Cores da Mudança. Salvador: UFBA, Afro-Ásia, 1995. n.16.

² FERREIRA, Edson Dias. Fé e Festa nos janeiros da cidade da Bahia: São Salvador/ Edson Dias Ferreira – 2004.250 f.: il. Orientador: prof^ª Dr^ª Terezinha Bernardo, tese Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

ter sido criadas para comunicar uma mensagem própria, mas historiadores não raramente ignoram essa mensagem a fim de ler nas “entrelinhas”.

Ao estudarmos os diferentes propósitos dos realizadores das imagens, percebemos que não há olhar inocente, tanto literalmente quanto metaforicamente. As imagens registram pontos de vista, evidenciando muitas visões às vezes estereotipadas. Segundo Peter Burke³ (1994), da mesma forma que outras formas de evidência, as fotografias podem ser consideradas evidências históricas e a própria história, sendo essencial haver uma crítica à fonte, interrogá-la e para isto faz-se necessário o conhecimento prévio para a compreensão do significado da imagem lendo as inúmeras formas de presenças e ausências. A elaboração e difusão de imagens da África e suas diásporas são pautadas em silêncios e omissões que reproduzem esteriótipos e lugares comuns reforçando o imaginário com o exótico, o subdesenvolvido, o inferior.

No Brasil, onde cada um dos segmentos consagrados _índios, negros e brancos_ traz em seu contexto desdobramentos de grupos sociais que potencializam muitos devires, a realidade expõe contextos extremamente plurais de referências culturais, mas também conservando traços referenciais antigos e longínquo em ambiente onde a tradição e a inovação dialogam permanentemente, em fusões e rupturas, acréscimos e exclusões...⁴

Feijoada e Rezas:

Desde a observação participante, ficou claro que não houve um apagamento do Legado africano na memória dessas mulheres.

Não se pode fazer um estudo do duplo sentido ou dos sentidos das crenças das pessoas, sem tomar suas memórias, e através das mesmas, perceber as fronteiras e a identidade, uma vez que, tanto a identidade como as fronteiras fornecem referências de natureza própria.⁵

Mas como explicar esta manutenção do Legado Africano? De quais maneiras, quais caminhos preservaram a visão de mundo de uma cultura não hegemônica. Segundo Pollak⁶, existe uma dimensão chamada memória subterrânea que possibilita perceber latências e/ ou bloqueios em razão de traumas. Essa dimensão classifica-se em memórias indizíveis, envergonhadas e proibidas. Discutir o legado africano presente nestas rezas é como lermos as entrelinhas dessa história. É ver

³ BURKE, Peter. Testemunha Ocular. São Paulo: EDUSC, 2004.

⁴ CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. Teatros de Memórias, Palcos de Esquecimentos: Culturas africanas das diásporas negras em exposições museológicas.in: Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v.40, p.149.

⁵ SANTANA, Marise de. O Legado Ancestral Africano na Diáspora e o trabalho docente desaficanizando para cristianizar. PUC/SP, São Paulo, 2004 p.46(tese de doutorado).

⁶ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol2,n.3,1989,p.3 a 15.

e enxergar mais do que nos possibilita um simples olhar. Para analisarmos estes cultos domésticos recorreremos a teóricos que elucidem o conceito de cultura.

Geertz⁷ define a cultura como um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporados em símbolo, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolve em seus conhecimentos e suas atividades em relação à vida. Comungamos com Muniz Sodré que designa a cultura como Um fenômeno discursivo que tem suas especificidades de uso em cada sociedade nacional enfatizando que outras perspectivas são possíveis, outras histórias podem ser contadas, além daquelas que a ideologia produz de si mesma, a fim de que talvez se vislumbre algum termo social de paridade entre a ARKHÉ e o logos da atualidade. È importante ressaltar que os grupos e as instituições com acesso diferenciado a mecanismos geradores de poder, tais como renda, emprego, educação e força repressiva constituem as elites e vão renovando as modalidades institucionais mantenedoras do racismo.

A visão pejorativa atribuída aos cultos afro-brasileiros foi construída historicamente com a intenção de associá-los as coisas ditas ruins, ao inferno cristão. Partindo desse contexto sócio histórico repleto de singularidade, dotado de diferentes formas de saber, ver e crer, buscando novos prismas para repensar a religiosidade brasileira. Comungamos com a perspectiva de que sempre existe uma continuidade africana na Bahia entre mesclas e empréstimos sem nunca perder a perspectiva de um legado africano:

Entendo por legado africano um conjunto de saberes trazidos em situação de diáspora pelo grupos étnicos e africanos, no período do tráfico escravo, e hoje chamado de cultura afro-brasileira. A África tem saberes tradicionais e milenares que antecedem a cultura cristã moderna e letrada.⁸

Este conjunto de saberes que tem uma matriz não ocidental são constantemente depreciados, relacionados com superstições, saberes de povos mental e intelectualmente atrasados. A riqueza de ritos e mitos permitiu uma atualização criativa, das instituições negro-africanos, em terras brasileiras. A exemplo o terreiro de candomblé que é um micro-cosmos, uma síntese de várias instituições sociais africanas. Se cada cidade-estado africana cultuava apenas uma divindade, no Brasil o panteão da tradição dos Orixás cultua pelo menos 16 Orixás, que em África, encontravam-se espalhados pelos territórios políticos sendo muitas vezes, inimigos de vizinhança.

⁷ GERTZERTZ, Clifford. A religião como sistema cultural In. A Interpretação das culturas. Rio de Janeiro. Ed. LTC. 1989 p. 100 – 173.

⁸ SANTANA. O Legado Ancestral Africano na Diáspora e o trabalho docente desafrikanizando para cristianizar. PUC/SP, São Paulo, 2004 p.46 (tese de doutorado).

O candomblé é uma instituição social que, em situações adversas, souber manter e recriar valores civilizatórios de seu lugar de origem, ao mesmo tempo em que incorporou os valores civilizatórios dos nativos do Brasil, bem como admitiu em sua cosmogonia aspectos da cultura europeia. A umbanda, as Irmandades Negras, são exemplos dessas respostas criativas que as instituições calcadas na cosmovisão africana deram à sociedade brasileira.

Sob o manto do que se convencionou chamar de “sincretismo religioso” ocultou-se no Brasil, uma série de fenômenos sociais e religiosos tributários de uma lógica religiosa pouco explorada. Ao se falar em sincretismo tem-se a idéia da convivência harmônica entre religiões diferentes ou a fusão de culturas diferentes resultando numa síntese que equilibra as influências das culturas envolvidas. No Brasil colonial a hegemonia, sem dúvida, era mantida pela religião do senhor de engenho. O catolicismo foi declarado como religião oficial do Estado.⁹ Qualquer religião que não fosse a católica era considerada herética. A religião dos negros escravizados, então, se quer era considerada religião, mas práticas de feitiçaria. As rezas de Santo Antônio, contempladas como expressões de fé de sujeitos históricos com uma dupla – pertença é de grande significação, pois nos possibilita compreender os caminhos, experiências, modos de socialização onde o sagrado e o profano coabitam os mesmos espaços. Presenciamos a sacralização do cotidiano e a imanência do religioso; desta maneira a vida é um diálogo constante com o sagrado.

“Houve uma estratégia de preservação de um código religioso que por estar subordinado a uma estrutura de dominação econômica e social só poderia sobreviver fingindo assimilar a cultura do senhor quando, na verdade, a partir da artimanha da dissimulação, preservava os aspectos civilizatórios e a cosmovisão do seu grupo de origem. Mesmo dissimulando seu culto sob o verniz dos rituais católicos”. (OLIVEIRA, 2006)¹⁰

Ao abordar a relação fé e festa Sodré¹¹ (1988) conceitua festa como uma marcação temporal do sagrado. A palavra “festa” vem de “vesta”, princípio sagrado da vitalidade indiferenciada. As festas de Santo Antônio realizadas nas residências pesquisadas contemplam duas visões de mundo contemplando a dupla pertença de seus realizadores. Assim, observamos que o sagrado circula por vários âmbitos no cotidiano engendrado nas palavras proferidas, nos segredos, na alimentação, no trabalho, no ritmo de vida e até mesmo na personalidade dos devotos¹². Vê-se aí a reza como um momento especial de religação e comunicação com o sagrado. A devoção é periodicamente

⁹ ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e Identidade Nacional. São Paulo, Brasiliense, 1994

¹⁰ OLIVEIRA, David Eduardo de. Cosmovisão Africana no Brasil: Elementos para uma filosofia afro-descendente. Curitiba. Editora Gráfica Popular, 2006

¹¹ SODRÉ, Muniz. Sobre Inpresa Negra. Lumina-Facon/ UFRJ-v.1,p.23-32,jul./dez.1998.

¹² OLIVEIRA. Cosmovisão Africana no Brasil: Elementos para uma filosofia afro-descendente.

reforçada com as rezas no dia 13 de junho e semanalmente as terças-feiras, quando familiares e amigos reúnem-se para rezar o terço às 18:00 horas.

De 1º a 13 do mês de junho, comemora-se a festa do Padroeiro da cidade de Alagoinhas com uma trezena na igreja matriz, na igreja de Santo Antônio, realiza-se uma festa com cantores nacionais e regionais nos últimos três dias. Paralelo a este evento, em bairros próximos ao centro ocorrem rezas em residências que reúnem pessoas de vários sexos, idades e orientações religiosas. Para as realizadoras destas festas no âmbito doméstico, entre os motivos pessoais encontramos em comum, a fé.

“Olhe! Acontece o seguinte; eu sou católica, mas gosto um pouquinho da Umbanda. E no catolicismo Santo Antonio é Santo Antonio, mas na Umbanda é Ogum. E o dono da minha cabeça é ogum de Ronda, então bom! Eu disse: vou postar a homenagem a Ogum de Ronda fazendo essa feijoada meio dia pra sete homens comer dessa feijoada. É uma oferenda pra Ogum de Ronda, só que já teve ano de invés de sete homens já come setenta, entendeu?... Quando é de noite eu faço a minha fogueira, minha rezinha, meu negócio. É a homenagem que eu posso prestar em agradecimento ao meu filho” (Dona Litinha, em 13 de agosto de 2006)

A religiosidade pode ser associada à luta dos negros, como um símbolo de resistência cultural e preservação da memória coletiva dos africanos e seus descendentes. Por isso foi severamente combatida pela classe dominante, numa frenética tentativa de silenciá-la, de enquadrá-la. Durante muito tempo a história oficial nos mostrou apenas um lado da história vilipendiando os mitos e símbolos que pertenciam aos povos escravizados todas as etnias são potencialmente iguais contudo como reflexo do racismo muitas pessoas acreditam que para o povo negro só a cozinha ou a enxada. Não dão importância ao pensamento negro recriado na diáspora com o intuito de baixar estima dos afro-brasileiros. Assim a cosmovisão africana foi silenciada e envergonhada mas não foi apagada.

Após alguns encontros com as depoentes elas, mesmo se dizendo católicas, nos revelam uma dupla pertença onde os orixás e inquices são contempladas, fazendo reverências à ancestralidade afro-brasileira.

Corroborando com as idéias de Halbwachs¹³ e Pollak, lembranças proibidas, indizíveis ou vergonhosas são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante. Neste prisma Ogum e Santo Antônio, não se tornaram uma única entidade. Por mecanismos complexos, o mito de Ogum sobrevive como parte de uma

¹³ HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução Beatriz Sidou – São Paulo: Centauro 2006.

religiosidade de dupla pertença, que representa a contribuição de diversas etnias africanas reconhecidas no Brasil, como construtoras de um saber ancestral.

Nesta perspectiva o mito aparece como uma realidade que faz parte da própria constituição dessas mulheres enquanto seres humanos. Estas recorrem aos seus protetores não apenas no dia da “Festa de Santo Antônio” que também se configura como uma homenagem a Ogum. Elas vivenciam no seu cotidiano uma relação de cumplicidade, amor, fé e respeito com seus Santos e seus Orixás.

Simpósio Temático 23:

A ditadura militar brasileira entre a memória e a História

Gabriel Amato Bruno de Lima

Mestre
UFMG
amatolgabriel@gmail.com

Juliana Ventura de Souza Fernandes

Doutoranda
UFMG
julianavsf@yahoo.com.br

Carolina Dellamore Batista Scarpelli

Doutoranda
UFMG
carolinadellamore@yahoo.com.br

Gustavo Bianch Silva

Doutorando
UFMG
gbianch@gmail.com

Proposta do Simpósio:

Nos últimos anos, grupos sociais se mobilizaram visando o aprofundamento de discussões sobre a ditadura em debates acerca da Lei de Anistia e a Comissão Nacional da Verdade. Por outro lado, parte das memórias sociais subterrâneas sobre o regime vieram a público em manifestações de rua e nas redes sociais. Todo esse movimento, que engloba tanto as “batalhas de memória” como os esforços historiográficos de significação da ditadura, sugere a relevância de questões ligadas ao nosso recente passado ditatorial. Com o objetivo de intervir nesses debates, este simpósio tem como eixo privilegiado de investigação as relações entre sociedade, política, cultura e economia no transcurso da ditadura brasileira (1964-1985) partindo dos lugares sociais reservados aos historiadores. Sendo assim, interessa a discussão acerca das condições que conferiram legitimidade e proporcionaram a manutenção do regime autoritário por mais de duas décadas, como também das experiências de enfrentamento, resistência e oposição em contexto regional ou nacional.

Privilegia-se temas aventados pela historiografia recente acerca dos comportamentos ambíguos com relação ao autoritarismo; estudos que problematizem as batalhas e apropriações da memória; reflexões sobre o caráter da ditadura (militar, civil-militar, militar-civil) e sua delimitação cronológica; análises das características das resistências e das repressões fora e dentro do país, em suas diferentes linhas de ação, densidade e expressividade; e estudos sobre o funcionamento do Estado brasileiro no decorrer do período que se convencionou chamar de Regime Militar. Pretende-se, portanto, colocar em evidência uma historiografia que mostrou novos interesses traduzidos em temas e objetos ainda pouco explorados, que se distanciam de eixos clássicos como a repressão política, os sistemas de informação e de segurança, e a atuação dos grupos de esquerda armada. Essas questões certamente são fundamentais para a compreensão do contexto autoritário, mas não são suficientes para explicar a permanência dos militares no poder durante tanto tempo. Assim, a proposta deste simpósio consiste em estimular discussões que ajudem a compreender as diversas facetas da adesão social conquistada pelo regime militar, bem como trazer à tona novas abordagens sobre as oposições à ditadura – sempre em diálogo com as memórias construídas pelos sujeitos que vivenciaram o período e atentando para a especificidade da historiografia no esforço de compreensão do regime.

As igrejas evangélicas no contexto da ditadura militar brasileira: doutrina, perseguição e censura

Danielle de Souza da Silva Alves

Mestranda-UFJF

danielle_gatti@live.com

Resumo: Na década de 1960, a Guerra Fria fazia o cenário político mundial. No Brasil, o medo do comunismo e o conservadorismo levou as Igrejas Evangélicas aderirem ao golpe civil-militar de 1964. No entanto, os jovens religiosos e ecumênicos que se mantiveram contra a ditadura militar tiveram que resistir às censuras e o cerceamento da liberdade de expressão. Lutaram para não perderem suas convicções de um evangelho voltado para o social (Deus teria preferência pelos pobres), tema bastante polêmico e censurado pelos governos e pelas Igrejas Protestantes. Essa presente atividade pretende trazer luz a questão de doutrina e perseguição que evangélicos sofreram no âmbito político-militar e até mesmo dentro das Igrejas, entre 1962 e 1985 no Brasil e compreender os processos de delação-resistência e tortura-censura que permeiam um discurso recente movido por projetos e tentativas de recuperar a Memória dos Evangélicos na Ditadura.

Palavras-chave: Ditadura; Evangélicos; Censura.

O cenário político evidente no Brasil e no mundo anterior à 1964, era de tensão ideológica entre duas superpotências e do mundo dividido em dois, a famosa guerra fria em que de um lado estavam os países capitalistas e democráticos e, do outro lado, os países comunistas (socialistas) que existem hoje apenas em poucos países, numa disputa econômica, política e bélica. A guerra fria alimentava uma disputa sem armas de fogo, mas não menos mordaz. Quando o modelo econômico capitalista saiu vitorioso, após a queda do muro de Berlim, que separava as duas Alemanhas, e ficou patente para o mundo todo o fracasso do Comunismo como alternativa viável, o mundo se rende ao capitalismo e, a derrota do comunismo passou a ser vista por muitos como uma vitória cristã, uma vitória sobre o mal (comunismo – “perigo vermelho”). Tem-se mitos sobre a época, bastante utilizados pela política externa norte-americana com a intenção de propagar um discurso do medo que alcançasse a maior parte da população contra os comunistas, receando que estes pudessem dominar o mundo ou boa parte dele. Um discurso do medo muitas vezes é criado através de mitos e histórias distorcidas a fim de disseminar esse sentimento para todos ou o máximo possível, um exemplo que causou o ódio e o medo de vários anticomunistas principalmente na época da guerra fria foi o mito de que os comunistas comiam crianças na hora do almoço ou “pequeno-almoço”, acredita-se que a razão por trás desse mito é um tanto histórica, a URSS passou por um período, entre 1921 e 1925, de grande fome, a I Guerra Mundial, seguida pela Revolução e por uma guerra civil, destruíram a vida normal do país levando milhões de pessoas a sobreviverem através da prática

do canibalismo, contudo esse fenômeno não foi exclusivo da URSS, ou sequer dos regimes comunistas; ao longo da História aconteceu outras vezes, em épocas e em países muito diferentes mas foi aproveitado, distorcido e propagado pelos inimigos do socialismo marxista. Pouco tempo depois da Revolução Russa, em países anticomunistas e nos EUA já se tornara relativamente comum ouvir a ideia de que os comunistas comiam bebês. O mito então, tornou-se legítimo para que outras pessoas que não simpatizavam pelo comunismo disseminassem o medo e histórias de que o mesmo era um mal que precisava ser combatido.

O Brasil mesmo não sendo protagonista ou um país atuante na Guerra Fria, foi influenciado pela doutrinação dos norte-americanos, assim também, como às ditaduras fomentadas pelos EUA no Brasil em parceria com as direitas brasileiras e em outros países latino-americanos, com o objetivo de conter qualquer possível tentativa de aliança entre tais países e a União Soviética (ou seus aliados), lembrando é claro, que os Estados Unidos não impuseram ditaduras na América Latina mas as influenciaram. Com isso, não é de grande surpresa que a ditadura civil-militar brasileira tenha realizado forte perseguição aos comunistas e praticantes de outras ideologias de esquerda. A doutrinação e a propaganda realizadas nesse período tem impacto ainda nos dias de hoje, e a aversão de muitos brasileiros a essas ideologias vem daí. Sabemos então que a perseguição feita pelos militares e também por boa parte da sociedade civil nos anos do regime militar no Brasil aos “comunistas” ou “subversivos”, “militantes” ou outros nomes que tiveram os opositoristas do governo, tem forte base e raízes sólidas e históricas de décadas anteriores ao golpe que depôs João Goulart.

No momento em que o golpe civil-militar se concretizou a população imediatamente precisou definir de que lado ficaria. Muitos líderes evangélicos, considerados de grande influência social e intelectual, também se mobilizaram ideologicamente, uns a favor da implementação da Ditadura Civil-Militar e outros que se mantiveram a favor das liberdades individuais e de ações sociais, através da livre pregação do evangelho. Foi neste momento de pós golpe que de fato, os protestantes evangélicos, assunto de interesse neste trabalho e também a Igreja Católica, passaram a sofrer intimamente com o regime instaurado, quando o governo passou a censurar duramente os ideais de uma sociedade que não sofresse tanto com o caos da desigualdade econômica, social e cultural e a reprimir os direitos à cidadania e de livre expressão da população. Um pouco antes do golpe, no Brasil os evangélicos não esquerdistas se puseram a orar. Em 15 de novembro de 1963 foi proclamado um dia nacional de jejum e oração pela pátria, liderado pelo Pr. Enéas Tognini e que teve grande apoio da massa dos evangélicos apavorados e ameaçados pelo medo de uma implantação do comunismo (medo este fundamentado, sobretudo, nas reformas de base que João

Goulart vinha defendendo). Os religiosos oraram e mais cedo que do imaginavam veio o golpe de 31 de março de 1964. O que inicialmente seria apenas por um curto período, até que se pudessem ter eleições no Brasil, livres da pesada propaganda comunista internacional, durou um pouco mais de duas décadas. Os civis foram cada vez mais se envolvendo no círculo do poder militar. Os evangélicos, em boa parte, apoiaram o regime e tiraram proveito da corrupção que envolvia o governo, as camadas civis e empresariais, a mídia, e os setores majoritários das igrejas, dentre outros. Neste contexto, como citado anteriormente, o período de estudo deste trabalho “encheu de euforia o coração de um presbítero de Petrópolis (RJ). Reconhecendo na “revolução” a chance de um novo país, livre do comunismo ateu que ameaçava a cristandade, o padre deslocou-se até o Rio de Janeiro com um só objetivo: dar a bênção às tropas do general Olímpio Mourão Filho, que tinham vindo desde a mineira Juiz de Fora para ocupar a Guanabara. Dois anos depois, esse religioso, chamado Paulo Evaristo Arns, foi ordenado bispo e em 1970, assumiu como arcebispo de São Paulo”¹. Desde então, esse religioso que anteriormente havia saudado a ascensão do regime militar tomou uma decisão de lutar incisivamente contra a tortura e a denunciar os crimes da ditadura. Assim como Paulo Evaristo Arns, protestantes evangélicos também tiveram postura semelhante, num primeiro momento acreditaram nos militares como a única salvação, mas após o regime dar as cartas e caras perceberem que os métodos usados pelos mesmos, na verdade, eram antidemocráticos e não condiziam com os ideais de liberdade de expressão e opinião, tão essenciais para a igreja no momento. No entanto, nem todos os evangélicos apoiaram o golpe e depois voltaram atrás, e também nem todos, estiveram a favor dos militares em algum momento, ou seja, uma boa parte de evangélicos na época, se mantiveram contra o golpe e o regime em todo o tempo e uma outra parcela continuou apoiando e lucrando com os militares no poder.

A Igreja Presbiteriana do Brasil

No momento que os militares alcançam o poder (ainda que a ideia inicial fosse livrar o país da “ameaça comunista” e permanecerem no poder apenas até o ano de 1965, quando aconteceria uma nova eleição para a presidência), uma parte das camadas civis religiosas que apoiaram o golpe se envolveram além com os militares. Passaram a lucrar bastante com esse apoio; se transformaram em porta-voz do governo, perseguindo e delatando os próprios irmãos da fé. Tudo o que fosse necessário fazer para auxiliar o governo na luta contínua contra os “comunistas”, “militantes”, “rebeldes”, “oposicionistas” era feito pelos evangélicos que se renderam ao poder e círculo militar.

¹ NATUSCH, Igor. Igreja e ditadura: Como os religiosos se tornaram o maior inimigo dos militares. Captado em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/igreja-ditadura-como-religiosos-se-tornaram-maior-inimigo-militares-797115.shtml>. Acesso em: 20 fev 2016.

É importante ressaltar que a Igreja Presbiteriana do Brasil não atuou de modo isolado em relação a outras “instituições protestantes”² e até mesmo a católica. Em paralelo, outras instituições religiosas como, por exemplo, Metodistas, Luteranas e Batistas também estavam interagindo política e socialmente. Num primeiro momento, os evangélicos que se viam contra o regime ofereceram resistência, ainda que pacífica. O fato é que para compreender melhor o comportamento da Igreja Presbiteriana, neste contexto, é necessário não desvincular essa instituição de dois importantes aspectos que permeiam os embates políticos no Brasil da época como o processo de mudanças políticas e socioeconômicas e a conservação do status quo. Assim, a IPB se relaciona e interage de maneira intensa com esses conflitos sendo necessário visualizá-la não apenas como uma instituição religiosa, mas em sua dimensão política e atuação em relação ao Estado.

Sobre a ideia de que o golpe militar havia sido preparado bem antes de 1964 e de como as igrejas evangélicas já se posicionavam, o sociólogo presbiteriano Waldo César que durante o período de 1962 a 1964 era secretário executivo do Setor de Responsabilidade Social da Igreja da extinta Confederação Evangélica do Brasil (CEB)³ em uma entrevista concedida a revista *Ultimato* em 2006, explicitou que para as igrejas membros da CEB não foi fácil conciliar as novas ideias, consideradas até certo ponto revolucionárias, mas que num período de dez anos, por meio de um compromisso e envolvimento com a realidade brasileira, conseguiram avançar significativamente realizando quatro consultas no Brasil. A última consulta aconteceu em Recife, PE em 1962 com o tema “Cristo e o processo revolucionário brasileiro” e foi realizada num ano de muitos tumultos sociais e da preparação do golpe militar, que já permeava na mentalidade de partes da sociedade na época.

A IPB representando um dos maiores segmentos de evangélicos no Brasil, até o final da década de 1970 era reconhecida como uma Igreja inserida na classe média e alta, sobretudo dos centros urbanos. Desde a sua organização como Igreja, em 1859, construiu seu corpo doutrinário fundamentado nos escritos de João Calvino, principalmente nas Institutas. Por um tempo acreditou-se que diferentemente da Igreja Católica, a Presbiteriana procurou se manter afastada da política na década de 1950 e início da década de 1960. Hoje, essa posição teológica é crescentemente combatida, ao analisar o órgão de imprensa oficial da Igreja, o jornal *Brasil Presbiteriano* fica

² É importante ressaltar que o uso do termo “instituições protestantes” utilizado ao longo deste trabalho, é entendido aqui como um conjunto de grupos/denominações evangélicas, estudadas no período da ditadura militar brasileira, em que serão destacadas principalmente, a Metodista e a Presbiteriana.

³ A Igreja Presbiteriana do Brasil até a década de 1960 fazia parte das seis denominações que integrava a CEB, fundada desde 1934.

evidente que setores significativos da IPB, influenciados pela teologia do Evangelho Social formulado por teólogos europeus e estadunidenses (já na década de 1940 estavam repensando o papel das Igrejas evangélicas na sociedade) passam a chamar a atenção para uma responsabilidade social da Igreja, tendo em vista as rápidas transformações sociais, políticas e econômicas pelas quais passavam o Brasil⁴. Por outro lado, “no início da década de 1960, setores tidos como conservadores e de direita da IPB, estavam empenhados na manutenção do status quo (a aceitação das posições e condições sociais dentro e fora da Igreja). Apresentam-se preocupados e amedrontados com o crescente avanço comunista nas Igrejas e com a possibilidade de concretização das reformas de bases. E responsabilizavam os defensores do Evangelho Social por divulgarem tais ideias e reformas”⁵.

Para entendermos um pouco mais sobre os conflitos que influenciavam a Igreja Presbiteriana acerca da sua atuação social e também para compreendermos como um setor majoritário dessa instituição se manteve unido, de certa forma, aos militares, Vasni Almeida⁶, ao escrever sobre a Igreja Metodista (o qual podemos trazer também para a Presbiteriana) afirma que “estrategicamente, o discurso conservador das entidades antirreformistas não mirava o presidente e nem as propostas reformistas, pois as mesmas eram bem recebidas pelas populações pobres, mas se voltava para o sentimento religioso dos brasileiros. Sutilmente, os conservadores desviavam o foco de suas investidas, ao alardearem que as reformas não chegavam a ser um problema, mas sim o comunismo embutido em seus princípios”. Deixando claro que a força do conservadorismo que permeava a IPB era mais de teor político que religioso, vinha medo e combate ao comunismo. É esse elemento que alinha a igreja aos militares em apoio ao golpe de 1964. Para os segmentos mais conservadores das Igrejas protestantes, o golpe de 1964 foi como uma ação intervencionista e salvacionista, de ordem teológica, uma vez que Deus ouvindo as orações e pedidos dos fiéis, mandaria a solução (salvação) para o povo brasileiro. Essa mentalidade de uma grande massa evangélica ficou marcado no dia de Jejum e Oração para livrar o Brasil do perigo do comunismo, convocado pelo pastor Batista Enéas Tognini em 15 de novembro de 1963. O sonho dos conservadores seria o fim do governo de João Goulart, mesmo que para isso, fosse necessário a intervenção das forças armadas. Seguindo nesta perspectiva de alinhamento e apoio de setores protestantes ao golpe, José Ferreira de Lima Junior, analisando o Protestantismo e o golpe militar

⁴ MATTOS, Domício Pereira. *Posição social da Igreja*. 2ª edição. Rio de Janeiro: editora Praia, 1965.

⁵ VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Ditadura militar e sociedade: a inserção da Igreja Presbiteriana do Brasil em questões políticas e sociais no Brasil entre 1962 a 1964*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História–Anpuh, 2011, p.5.

⁶ ALMEIDA, Vasni. *Os metodistas e o golpe militar de 1964*. Revista Estudos de Religião, v. 23, n° 37: 53-68.

de 1964 em Pernambuco, entende que “o golpe militar encontrou nos setores protestantes um eficiente aliado⁷”.

Passado o momento inicial do golpe militar, não incomodados com a resistência ou com o governo autoritário que se iniciava, os setores atuantes da Igreja, continuaram manifestando o seu apoio ao regime, como pode ser observado durante as comemorações do primeiro aniversário de um ano do golpe, (golpe este que a igreja costumava chamar de Revolução Redentora e Gloriosa Revolução), em 2 de abril de 1965. Sobre este acontecimento, Márcio Ananias, cita em um artigo publicado em 2011⁸ que o jornal do Comércio divulgou uma matéria falando da realização de um culto de agradecimento pela presença militar no Brasil organizado pela Igreja Presbiteriana da Boa Vista, com a participação de representantes das forças armadas e vários políticos locais.

Do outro lado no cenário político da ditadura civil-militar brasileira, em que estava talvez a parcela minoritária dos evangélicos presbiterianos, era possível encontrar alguns corajosos pastores e membros da igreja que seguiram lutando em prol das liberdades e de seus ideais liberais, assim como o mineiro Zwinglio Mota Dias que na época era um jovem, engajado em ações sociopolíticas, congregava na Igreja Presbiteriana da Penha no Rio de Janeiro, foi delatado, preso e torturado (teve seu irmão Ivan Mota Dias desaparecido nas mãos dos militares). Dias afirma em uma entrevista para a revista Isto É de 2011: “fui expulso, com mais oito colegas, do Seminário Presbiteriano de Campinas, em 1962, porque o nosso discurso teológico de salvação das almas passava pela ética e a preocupação social”. Atualmente ele é pastor emérito da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil e decidiu lutar pela preservação da memória. Antigo membro do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), que promovia reuniões para, entre outras ações, trocar informações sobre os companheiros que estavam sendo perseguidos, ele passou quase um mês preso no Doi-Codi carioca, em 1971. Assim como Zwinglio Mota Dias, essa parcela dos evangélicos que defendiam o direito à cidadania, geralmente, não abriram mão de lutar contra a violação dos direitos humanos e a violência e não tinham medo de falar em púlpitos de igrejas e em congressos sobre as questões sociais, religiosas e até políticas que rondavam o Brasil na época. Estes, foram os evangélicos que mais sofreram com o autoritarismo e a violência do regime, e que por várias vezes, foram perseguidos, delatados, presos, torturados, mortos ou se tornaram sobreviventes com as marcas do horror dos porões da ditadura.

⁷ JUNIOR, José Ferreira de Lima. *Protestantismo e golpe militar de 1964 em Pernambuco: uma análise da Cruzada da Ação Básica Cristã*. 121 f. Dissertação (mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Recife, 2008, p.12.

⁸ VILELA. *Ditadura militar e sociedade: a inserção da Igreja Presbiteriana do Brasil em questões políticas e sociais no Brasil entre 1962 a 1964*, p.12.

Resistência e censura

“Após o golpe de 1964, o Brasil iniciou uma longa ditadura que perdurou até 1985. Lideranças políticas e sindicais foram presas, parlamentares cassados, militantes políticos exilados. A ditadura fechou os partidos políticos existentes e criou dois novos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB) — um partido de situação e outro de “oposição consentida”. O novo governo editou Atos Institucionais com os quais criava condições excepcionais de funcionamento “legal” para atos ilegais e arbitrários. Durante todo esse período muitos brasileiros resistiram e lutaram contra a ditadura de variadas formas. Em dezembro de 1968, foi promulgado o Ato Institucional nº 05. O AI-5 fechou o Congresso Nacional por tempo indeterminado; cassou mandatos de deputados, senadores, prefeitos e governadores; decretou o estado de sítio; suspendeu o habeas corpus para crimes políticos; cassou direitos políticos dos opositores do regime; proibiu a realização de qualquer tipo de reunião⁹”. A tortura, durante os anos de chumbo, era bastante usada como método para arrancar informações e segundo Ana Castro, “tinha apenas um objetivo: separar o corpo da mente, transformando a pessoa não mais um ser livre, mas em objeto. Ao sentir dor, pânico, desequilíbrio psíquico, o corpo torna-se um inimigo. Para evitar mais violência, a boca fala o que se exige. Ou decide se calar para sempre. Diante do horror, cada pessoa encontra uma estratégia¹⁰”. Dessa forma, os militares usavam e abusavam deste método para arrancar informações das pessoas que eram capturadas e presas. Nem mesmo os religiosos, pastores ou mulheres escaparam das torturas, fossem elas físicas, morais ou psicológicas.

No campo protestante, a resistência se consolidou fortemente através dos seminários ecumênicos e pregações que iam além de temas religiosos, uma vez que o social também permeava o religioso e o político. Zwinglio Mota Dias, presbiteriano, conta em um tom cômico no documentário *Muros e pontes: Memória Protestante na ditadura*¹¹, que na época foi expulso com mais uns amigos do Seminário Presbiteriano de Campinas realizado em 1962, por serem taxados de “ecumenistas” (mistura de ecumênicos com comunistas). Ele fez parte de uma resistência pacífica, como boa parte dos organismos presbiterianos durante a ditadura. Zwinglio Mota Dias passou quase um mês preso no Doi-Codi carioca, em 1971, no artigo para a revista Isto É ele afirma:

⁹ SANTOS, Desirree dos Reis (org.). *Ditadura Militar e Democracia no Brasil: História, Imagem e Testemunho*. 1. ed. – Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.48 p.

¹⁰ CASTRO, Ana. Tortura no Brasil e os 50 anos da ditadura militar: como não esquecer. Captado em: <http://papodehomem.com.br/tortura-no-brasil-e-os-50-anos-da-ditadura-militar-como-nao-esquecer/>. Acesso em: 30 mar.2016.

¹¹ Documentário lançado em 2014 pelo projeto "Memórias Ecumênicas Protestantes no Brasil", realizado por Koinonia Presença Ecumênica e Serviço e pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, no âmbito do projeto Marcas da Memória.

“Levei um pescoção, me ameaçavam mostrando gente torturada e davam choques em pessoas na minha frente”. Seu irmão Ivan Mota também foi preso, porém está desaparecido desde 1971. Dias lembra que, enquanto estava no Doi-Codi, militares enviaram observadores para a sua igreja, para analisar o comportamento dos fiéis.

Para Rubem Cesar Fernandes, antropólogo de origem presbiteriana, preso em 1962, antes do golpe, por participar de movimentos estudantis, em uma entrevista para a revista Isto É, diz que a igreja evangélica possui uma mancha em sua história por ter convidado a repressão a entrar na Igreja e perseguir os fiéis. “Os católicos não fizeram isso. Não é justificável usar o poder militar para prender irmãos¹²”. Ainda no mesmo artigo da revista citada acima Rubem Fernandes e Anivaldo Padilha contam suas experiências em razão da censura e perseguição que sofreram pela igreja em que congregavam e pelos militares. Rubem Fernandes, diretor da ONG Viva Rio, era membro da Igreja Presbiteriana de Niterói (RJ) e afirma que “pastores fizeram uma lista com 40 nomes e entregaram aos militares. Um almirante que vivia na igreja achava que tinha o dever de me prender. Não me encontrou porque eu estava escondido e, depois, fui para o exílio”. Anivaldo Padilha, metodista, também foi delatado e preso pelos militares. No primeiro dia foram oito horas de torturas patrocinadas por sete militares. Pau de arara, choque elétrico, cadeira do dragão e insultos, na tentativa de lhe quebrar a resistência física e moral. “Eu tinha muito medo do que ia sentir na pele, mas principalmente de não suportar e falar. Queriam que eu desse o nome de todos os meus amigos, endereços... Eu dizia: ‘Não posso fazer isso’. Como eu poderia trazê-los para passar pelo que eu estava passando?”. Foram mais de 20 dias de torturas a partir de 28 de fevereiro de 1970, nos porões do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), em São Paulo. Onde pensou em colocar fim na própria vida, com medo de trair os companheiros de igreja que comungavam de sua sede por justiça social. Acredita ainda, que só conseguiu manter o silêncio por causa da fé. Conta, ainda, no documentário *Muros e Pontes* que quando foi preso e estava sendo torturado, os torturadores perguntavam várias vezes se ele era comunista e respondendo que não, eles argumentaram que o pastor que o havia delatado dizia que ele era comunista. Foi assim, que Anivaldo Padilha descobriu que tinha sido delatado por um pastor. Na tese de pós-graduação Daniel Augusto Schmidt¹³ teve acesso ao diário do pastor

¹² CARDOSO, Rodrigo. Os evangélicos e a ditadura militar. Captado em: http://istoe.com.br/141566_OS+EVANGELICOS+E+A+DITADURA+MILITAR/. Acesso em: 31 mar. 2016.

¹³ SCHIMIDT, Daniel Augusto. O protestantismo brasileiro: Entre a colaboração e a resistência no período da ditadura civil e militar (1964-1974). 354f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) - Faculdade de Humanidades e Direito, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2015, p. 333.

José Sucasas irmão do bispo Isaías Fernandes Sucasas da Igreja Metodista, e descobriu que ele tinha sido um dos delatores de Anivaldo Padilha.

Conclusão

Os 21 anos que solidificaram um regime muito aclamado pela elite brasileira, pela mídia, setores empresariais, religiosos e militares, esteve envolto de duas correntes distintas, de um lado a corrente que acredita que o golpe na verdade foi uma “revolução” e que era necessária para a salvação do país da ameaça do perigo vermelho; por outro lado, a corrente que vê o golpe e o regime autoritário como um retrocesso e que combaterem determinadamente os avanços da violência e a repressão nos anos de terror e medo causado pelos militares. Vale destacar que consideramos frutíferas as discussões feitas pelas duas correntes de pensamentos da época aqui apresentadas. Cada vez mais, tem culminado em trabalhos, pesquisas e projetos de muito valor teórico, metodológico e com respaldo de corpos documentais valiosos. No que se refere à luta de uma parcela de protestantes contra a ditadura militar, fica claro que toda luta pela liberdade de expressão e pelos direitos humanos é válida. Ainda neste panorama, os evangélicos que foram presos, torturados e conseguiram sobreviver, décadas depois tiveram coragem para relembrar os momentos vividos nas mãos dos militares e para reescreverem uma parte da nossa história que permaneceu por anos esquecida cuja luta e resistência foi minimizada e até subestimada pelos militares e boa parte da sociedade civil brasileira.

É indiscutível que a trajetória de importantes nomes como Zwinglio Mota Dias e Anivaldo Padilha, por exemplo, foram necessários para traçar uma linha comportamental e representativa das instituições religiosas metodistas e presbiterianas. Através da história destes religiosos representantes de uma luta mordaz contra a ditadura é possível descobrir mais a fundo as razões e as variações de parcelas evangélicas que apoiaram o golpe e lucraram com o regime e de outra parcela que se manteve fiel aos irmãos de fé e ao verdadeiro evangelho que prega o Reino de Deus e a sua justiça. Outra ainda que apoiou o golpe mas depois se orientou contra o regime instaurado. Tudo isso só é possível através de uma profunda pesquisa e estudos acerca do tema e da ajuda de projetos e documentos que carregam em si informações riquíssimas sobre o período. Nesta perspectiva, um grande exemplo de projeto é o “Brasil: Nunca Mais” desenvolvido por Dom Paulo Evaristo Arns, o rabino Henry Sobel, o pastor presbiteriano Jaime Wright e outros, que digitalizou mais de 700 processos políticos que tramitaram pela Justiça Militar, entre abril de 1964 e março de 1979. Seu resumo se encontra no livro que recebeu o mesmo nome do projeto lançado pela editora Vozes em 1985. Outra fonte de pesquisa de enorme importância, são os documentos

apurados na Comissão Nacional da Verdade, que foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012 e tinha por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Dessa forma, podemos concluir que a memória e a resistência não podem se desvincular, na medida em que uma procede e legitima a outra. A lei da Anistia de 1979 promulgada pelo presidente Figueiredo em 28 de agosto de 1979, após uma ampla mobilização social, ainda durante o regime militar, que concedeu a todos que cometeram crimes políticos, crimes eleitorais e aos que tiveram seus direitos políticos suspensos, a anistia ampla e irrestrita, foi essencial para se colocar uma pedra, parcialmente e temporariamente, em cima do tema, contudo, ainda não o suficiente para trazer justiça ou para apagar as marcas mais profundas que os 21 anos de regime deixou.

Para finalizar, passados os anos do regime ditatorial para aclamada democracia, torna-se importante então, não deixar que os fatos acontecidos se tornem poeira e fiquem marcados apenas na memória dos que vivenciaram, mas que sejam conhecidos por muitos, para assim, contribuir ainda mais para a nova história do país que começou a ser reescrita a partir de sua redemocratização.

Conflitos trabalhistas entre bancários durante a ditadura militar no Estado da Bahia

Douglas Mota Oliveira

Graduando em Direito
Universidade Federal da Bahia
douglasmota96@gmail.com

Resumo: Este trabalho toma como objeto as relações constituídas entre os trabalhadores bancários baianos durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), num contexto de frequentes ataques à autonomia sindical e aos direitos dos trabalhadores por parte do regime junto a uma conjuntura de superexploração que pesa sobre o trabalhador, partindo do caminho percorrido pelo Sindicato dos Bancários da Bahia, desde os primeiros momentos do golpe até a reorganização e retomada da diretoria pela oposição bancária. Trata-se da tentativa de descrever uma cultura cotidiana de resistência produzida pelo comportamento criativo da oposição frente à ação desmobilizadora do regime, com seu aparato repressivo, bem como expor a disputa por modelos contrapostos de sindicalismo no interior da categoria bancária.

Palavras-chave: Sindicalismo; ditadura; Bahia.

Introdução

É possível apontar, entre os elementos característicos da ditadura civil-militar brasileira (1964/1985), a conjuntura de superexploração que se coloca para o trabalhador em paralelo ao estreitamento, pelas vias repressivas estruturadas pelo regime, de suas perspectivas e mecanismos de organização e resistência coletivas.¹

Segundo Giannotti, tratava-se de adotar “medidas sociais visando a domesticação da classe operária” e de redirecionar a atividade sindical; “o objetivo era passar do ‘sindicalismo baderneiro’ de antes para um novo ‘sindicalismo construtivo’”². Este “sindicalismo baderneiro de antes” teria sido aquele produtor de diversas mobilizações e greves desde o início da década de 1950 e que o golpe de 64 viria desarticular, fazendo das intervenções, num momento inicial, sua marca comum.

A Comissão Nacional da Verdade estima intervenções em 409 sindicatos e 43 federações já no primeiro ano do regime militar: “Entre 1964 e 1970, foram efetuadas 536 intervenções

¹ Para além da ampla aplicação da legislação sindical vigente, em si mesma pouco modificada – e que já previa, vale dizer, a possibilidade de intervenção, mesmo que como medida extrema –, é possível citar, ainda: o reforço da política de arrocho salarial; a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), pelo Decreto nº 53.914 de 02/05/1964, que veio extinguir a estabilidade aos dez anos de serviço e cujos recursos seriam administrados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH); a vedação do direito fundamental de greve, pela Lei nº 4330 de junho de 64; além da configuração de um forte sistema de controle e repressão, responsável por prisões, perseguições, torturas e assassinatos, e da projeção de um modelo de sindicato fundamentalmente assistencialista.

² GIANNOTTI, Vito. A liberdade sindical no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 32.

sindicais – das quais 483 em sindicatos, 49 em federações e em quatro confederações”. Conta ainda em dez mil o número de dirigentes cassados.³

No Estado da Bahia, o golpe militar veio interromper um importante processo de fortalecimento e articulação de várias categorias que já estavam organizadas e atuantes desde o início dos anos 1960 ou que começavam a fazê-lo no decorrer das mobilizações que tiveram lugar ao longo do governo Jango. Seu potencial repressivo foi rapidamente exposto: de imediato, procedeu com declarações de intervenções, invasões e depredações às sedes dos sindicatos, prisões de lideranças e cassação de seus direitos políticos. Foi o caso do Sindipetro/Refino, Sindicato dos Trabalhadores Petroleiros, que teve sua sede invadida já no primeiro dia, e, na figura de seu presidente, Mário Lima, à época também Deputado Federal, o primeiro preso político a ser conduzido para o Forte do Barbalho, em Salvador⁴ - aquele que viria a se tornar o principal centro de tortura na Bahia. Os sindicatos baianos mais combativos foram os primeiros a serem atingidos.

O regime contou também com estruturado sistema de vigilância para o enfrentamento da oposição, que incluiu a atuação de agentes infiltrados em órgãos e instituições baianos com potencial formador de uma militância de resistência; o que garantiu, relativamente aos sindicatos, uma presença ativa mesmo após as intervenções, nas eleições da diretoria, com constantes vetos a chapas e cassações de seus membros. Tudo isso colaborou para a produção de um ambiente de apreensão e desconfiança, dificultando ainda mais a atuação da oposição na disputa com a categoria.

A proposta deste trabalho é observar as relações travadas na categoria dos trabalhadores bancários do período, a partir do percurso traçado pelo Sindicato dos Bancários da Bahia, desde sua atuação no período que precedeu o Golpe até a vitória da Oposição bancária na eleição de 1981. Pretendo com isso analisar a ação desmobilizante e repressiva do Estado sobre esses trabalhadores, ao mesmo tempo que pensar o comportamento ativo/criativo da oposição ao longo de sua formação e organização, e da resposta do regime no sentido de seu enfrentamento e desarticulação, buscando compreender a pluralidade de relações e perspectivas constituídas nesse processo.

³ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório: textos temáticos. Brasília: CNV, 2014. Capítulo 2. p. 60-61. Acessado em 21/06/2016.

⁴ IVO, Alex de Souza. Uma “revolução” contra o comuno-peleguismo: o golpe de 1964 e o sindicalismo petroleiro. In. ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.). Ditadura militar na Bahia: Novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 65.

O movimento bancário no início da década de 1960

Os bancários realizaram diversas greves, campanhas e paralisações nos primeiros anos da década de 1960. Ao visualizar essas mobilizações, tem realce a presença não apenas de pautas de reivindicação específicas da categoria, mas também com teor eminentemente político, referentes à conjuntura política nacional e contando com articulações com outras entidades e agentes políticos baianos.

Em agosto de 1960, o Sindicato dos Bancários da Bahia, juntamente com diversos sindicatos baianos, declarou apoio à candidatura do mal. Henrique Teixeira Lott para Presidente da República e de João Goulart para Vice, enaltecendo a condição de “grande líder trabalhista” deste último.⁵ Entre as “Razões do Comitê Nacionalista Lott-Jango na Bahia”, publicadas no Jornal O Semanário, contam pautas como: Reforma agrária; defesa da Petrobras e dos minérios; a solução dos problemas da seca e da restauração do Nordeste brasileiro⁶.

Quando da renúncia de Jânio Quadros em 61, a diretoria do sindicato lançou manifesto e os bancários mantiveram-se em assembleia permanente, assim como a categoria dos petroleiros, pela imediata posse de João Goulart. O sindicato também participou, com outras entidades sindicais, de um comício convocado pela União dos Estudantes da Bahia (UEB), em frente à Câmara dos Vereadores de Salvador, na Praça da Sé, em defesa do nome de San Tiago Dantas, que em 62 havia sido indicado por João Goulart para Primeiro-Ministro, em substituição a Tancredo Neves, que havia renunciado. A aglomeração foi duramente reprimida pela “polícia de Juraci”, e várias lideranças foram espancadas, entre elas, o então secretário-geral do Sindicato dos Bancários da Bahia e um dos fundadores da Comissão Permanente das Organizações Sindicais da Bahia (CPOSB), Raymundo Ramos Reis. Nesta ocasião, o sindicato publicou nota em que decretava greve geral por 24h para o dia 28 de junho de 1962, “como expressão de seu veemente protesto contra tais prepotências e violentação das liberdades democráticas pelo Governo Estadual”⁷. Em solidariedade, outras categorias também paralisaram suas atividades.

Outro setor que ocupava papel destacado no cenário político baiano era o Movimento Estudantil, que possuía uma relação de entrosamento com o movimento sindical. Emiliano José comenta que ao mobilizar os estudantes, o movimento estudantil provocava positivamente os trabalhadores:

⁵ NEVES, Euclides Fagundes. Bancos, bancários e movimento sindical. 2ª ed. Salvador: Bureau, 2008. p. 230.

⁶ LAVIGNE, Eusínio. Razões do Comitê baiano Lott-Jango. O Semanário, Rio de Janeiro, 11-17 de jun. 1960. p. 6.

⁷ ONDA de protestos na Bahia: Polícia de Juraci usa de métodos fascistas!. O Semanário, Rio de Janeiro, 12 de jul. 1962, p. 7.

O movimento operário podia unir-se ao estudantil em bandeiras de luta nacionais, como na defesa do monopólio do petróleo, na política antitruste, na luta contra a indústria de enlatados, na defesa da soberania nacional, pela reforma agrária, contra a indústria farmacêutica multinacional, pela autodeterminação dos povos.⁸

Fala também do protagonismo político, no movimento sindical na Bahia, da categoria dos petroleiros, que produziu o primeiro presidente da CPOSB, Wilton Valença – presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Exploração do Petróleo (STIEP) e deputado estadual. A CPOSB, entidade eleita no III Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos, em 1960, foi na Bahia a equivalente regional da CPOS (Comissão Permanente das Organizações Sindicais do Rio de Janeiro), organização intersindical criada em 1958 e que, ao lado do PUA (Pacto de Unidade e Ação), do PUI (Pacto de Unidade Intersindical) e do FSD (Fórum Santista de Debates) constituiu-se no embrião do que viria a ser o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)⁹. Raymundo Reis, funcionário do Banco do Brasil, foi o segundo presidente da CPOSB, e presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia cassado em 1964; “uma liderança séria e lúcida”¹⁰.

Intervenção e tentativas de retomar o sindicato

De acordo com a Comissão Estadual da Verdade - BA, os sindicatos ligados à CPOSB foram os primeiros a serem atingidos pelo Golpe.¹¹

Em 1º de abril de 1964, o Sindicato dos Bancários teve sua sede, na Ladeira de São Bento, em Salvador, invadida e seus documentos confiscados. A sede do sindicato seguiu fechada até que o Delegado Regional do Trabalho, Amadiz Barreto, designou como interventor, cinco dias após a invasão, Edilson Carlos Teixeira – funcionário do Banco do Brasil, que em 1963 havia entrado com recurso para anular a eleição que elegera a diretoria vigente, e, embora não tivesse atuação sindical, “já era um direitista conhecido”¹². Fazia parte da estratégia das intervenções a imposição de um funcionário da categoria, o que, além de facilitar a sua aceitação pelos trabalhadores, dificultava que os antigos dirigentes apontassem os ataques à autonomia do sindicato.

⁸ JOSÉ, Emiliano. Galeria F: Lembranças de um mar cinzento – parte I. Captado em: <http://www.emilianojose.com.br/capitulo-4/>. Acessado em: 15 jun. 2016.

⁹ OLIVEIRA Jr, Franklin. A usina dos sonhos: Nascimento, ascensão e refluxo da organização sindical dos trabalhadores da indústria da destilação e refinação do petróleo no Estado da Bahia: 1954-1964. 441f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em História, Salvador, 1995, p. 60.

¹⁰ JOSÉ. Galeria F: Lembranças de um mar cinzento.

¹¹ COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE BA. Relatório de atividades 2013/2014. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2014, p. 64-65.

¹² NEVES. Bancos, bancários e movimento sindical, p. 229.

Raymundo Reis, que à época presidia o Sindicato e a CPOSB e militava no Partido Comunista Brasileiro (PCB), teve seus direitos políticos cassados por dez anos, foi condenado pelo Superior Tribunal Militar a 1 ano e 2 meses de reclusão por:

[...] delitos praticados anteriormente à Revolução de 1964, quando os indiciados [Raymundo Reis, bancário, e Washington de Souza, do Sindicato dos Eletricistas] praticaram agitação no meio dos nossos trabalhadores fundando associações espíritas, como a Comissão Permanente das Organizações Sindicais da Bahia – CPOSB, além de atos outros atentatórios à segurança.¹³

Diversas outras lideranças bancárias que integraram a diretoria cassada também foram presas.

O interventor Edilson Teixeira incorporou em sua gestão o modelo de “sindicalismo sadio” propalado pelo regime; não, contudo, sem enfrentar mal-estar com parte dos trabalhadores, que viravam as costas quando o interventor entrava na agência¹⁴.

O sindicato foi transformado numa entidade amorfa. O sindicalismo de combate e de luta cedeu lugar para o de ações assistenciais. Inaugura-se o salão de beleza e era ampliada a assistência médica. O Comando militar e a DRT eram informados das reuniões, assembleias ou qualquer outra atividade sindical. Nas assembleias, lembra Antônio Soares de Azevedo, sempre existia um oficial presente, designado pela 6ª Região Militar.¹⁵

As intervenções mostraram-se mais interessantes do que fechar propriamente o sindicato, o que poderia motivar alguma resposta no sentido de resistência por parte da categoria, além de garantir uma atuação voltada à cooptação dos trabalhadores, propondo um modelo enfraquecido de sindicalismo e esvaziando o acúmulo e potencial de organização que as entidades vinham angariando no período pré-64. Aconteciam respaldadas no art. 528 da CLT¹⁶, e havia a possibilidade de volta da diretoria ou convocação de novas eleições¹⁷.

Euclides Neves informa que se organizou uma oposição que pressionava o interventor relativamente à eleição e que “os opositores telefonavam dia e noite para exigir a convocação das eleições”¹⁸. Assim é que, em 1965, são convocadas novas eleições para a diretoria do Sindicato.

¹³ ERAM meros interesseiros e foram absolvidos ontem. A Tarde, 21 de jun. 1969. In. SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (ASV). [Informação] 17 dez. 1969, Salvador [para] SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (ARJ), Rio de Janeiro. 9f. Julgamento pela auditoria militar da 6ª RM, p. 2.

¹⁴ NEVES. Bancos, bancários e movimento sindical, p. 269.

¹⁵ NEVES. Bancos, bancários e movimento sindical, p. 271.

¹⁶ Posteriormente, a redação do art. 528 foi alterada, pelo Dec. Nº 3 de 27.01.1966, para inserir também “motivos relevantes de segurança nacional” como fundamento para intervenções.

¹⁷ NAGASAVA, Helene Chaves. O sindicato que a ditadura queria: o Ministério do Trabalho no Governo Castello Branco. 202f. Dissertação (Mestrado em História) – Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-graduação em História, política e bens culturais, Rio de Janeiro, 2015, p. 92.

¹⁸ NEVES. Bancos, bancários e movimento sindical, p. 294.

Inscreveu-se uma chapa de oposição, a chapa Azul, que foi vitoriosa, porém completamente desmembrada: teve três de seus membros vetados pela Delegacia Regional do Trabalho, tendo sido substituídos. Após a vitória, vários diretores foram transferidos ou mesmo responderam a processos pela DRT para sua exclusão da diretoria. A gestão foi repleta de irregularidades e marcada pelo desinteresse político do presidente eleito, Áureo Rocha.

A oposição se organizou outra vez para disputar as eleições em 1968, por meio da chapa Verde, encabeçada por George Antônio Sá – funcionário do Banco do Estado da Bahia (BANE) que havia sido vetado na eleição de 65. A chapa teve sua inscrição cassada e, novamente, vários de seus membros foram transferidos.

A cassação e prisão das antigas lideranças, a dispersão dos membros da chapa por meio das transferências e demissões, somados à deflagração do Ato Institucional nº 5 e ao recrudescimento do regime levaram à completa desestruturação da oposição, que não chegou a disputar a eleição quando esta foi convocada em 1972.

Da reorganização da oposição bancária à vitória em 1981

A chapa única eleita para a gestão 1972-75 tinha à sua frente José de Oliveira Torres, funcionário do Banco do Brasil, que já havia presidido o sindicato na gestão precedente (1968-1972) e integrara outras diretorias anteriormente ao golpe de 64. Neves o descreve como “um dos principais articuladores no tocante à indicação de interventor e administradores”¹⁹.

Também em 1972, começa a se rearticular um movimento de oposição na categoria bancária, materializada na atuação precursora de Geraldo Coelho Guedes, Jadson Oliveira e Valdimiro Lustosa, todos funcionários do Banco do Estado da Bahia (BANE). Geraldo Guedes, que havia se sindicalizado pela influência de seu irmão, simpatizante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), aproximou-se de Jadson Oliveira a partir de marcações nas listas de empréstimo dos livros da biblioteca do BANE e convidou-o a acompanhar as reuniões do sindicato; os dois filiaram-se juntos ao PCdoB, em junho do mesmo ano²⁰. Lustosa havia conhecido Guedes em 71, quando veio transferido da cidade de Santana dos Brejos para Salvador. O Banco do Estado da Bahia cumpriu importante papel na formação da oposição bancária nesse período – de lá, vieram as principais lideranças responsáveis pela reorganização do trabalho de oposição; mais tarde, passou

¹⁹ NEVES. Bancos, bancários e movimento sindical, p. 283.

²⁰ GUEDES, Geraldo. Entrevista coletiva no dia 03 de julho de 2015.

a funcionar também no banco uma comissão específica dos trabalhadores banebianos, sem o conhecimento dos banqueiros, para a discussão de suas pautas próprias²¹.

Nas reuniões da diretoria do sindicato, Torres contava com a assessoria do advogado Eurípedes Brito Cunha, que se utilizava de um linguajar técnico para atravancar as propostas dos opositores e garantir-lhe o controle sobre as decisões. O presidente possuía também “informantes” em cada empresa, que lhe mantinham a par de toda a movimentação da categoria²². Como se percebe, apesar de seu distanciamento dos interesses da classe e alinhamento aos dos banqueiros, como acusavam os opositoristas, não se tratava de um dirigente desinteressado ou mesmo alheio às questões relativas ao sindicato e aos bancários, tendo se utilizado inclusive da estrutura da repressão na disputa pela diretoria – Torres entrara com recurso junto à DRT denunciando a presença de elementos subversivos na chapa da oposição na eleição que venceu em 1968 –, e representando nesse aspecto, para a oposição, quase que uma extensão do controle e vigilância do regime; e acabando por ilustrar também a disputa por modelos contrapostos de sindicalismo no interior da categoria bancária.

À época, Geraldo Guedes editava um jornal mimeografo, intitulado “O Bancário”, que distribuía clandestinamente. As estratégias para distribuição do jornal, recebido com apreensão pelos colegas, refletem as próprias alternativas construídas pela oposição para a disputa com os trabalhadores: por vezes, o boletim era entregue dentro de caixas de fósforo; Guedes conta também a estratégia de pagar as contas em agências diversas para criar oportunidades de diálogo com os funcionários e recolher contatos para os quais enviaria o jornal²³.

A oposição contou nesse período com a assessoria de George Sá, também do BANEB, integrante vetado nas chapas de oposição em 1965 e 68, e que operou como ponte entre os novos militantes da oposição e aqueles dos primeiros anos pós-golpe. Assim é que se organizou uma chapa de oposição, a chapa Verde, para a disputa da eleição em 1975. A chapa, que era encabeçada por Corinto Soares Joazeiro, funcionário do Banco Econômico que integrara a chapa de oposição em 65, tinha pouca influência entre os bancos privados, mais numerosos – a maior inserção da oposição nos bancos oficiais não era gratuita: os opositores relatam sentir, talvez pela sua extensão, menor vulnerabilidade nestes que nos privados, e por isso se expunham mais²⁴. Tinha como slogan “Renovação de Verdade”, em resposta ao discurso de renovação utilizado pela chapa apoiada pela

²¹ MORAIS, Paulo. Entrevista coletiva no dia 03 de julho de 2015.

²² LUSTOSA, Valdimiro. Entrevista coletiva no dia 03 de julho de 2015.

²³ GUEDES, Geraldo. Entrevista coletiva no dia 03 de julho de 2015.

²⁴ OLIVEIRA, Smitson. Entrevista coletiva no dia 03 de julho de 2015.

situação, encabeçada por Eraldo Paim, funcionário do Banco do Brasil que vinha de fora do “círculo de pelegagem” de Torres²⁵. Os opositores foram comunicados, verbalmente pela diretoria do sindicato, que órgãos de segurança haviam vetados três membros da chapa; decidiram seguir na disputa, e foi anunciado o veto de mais dois integrantes. Não bastasse, chamados à sede do sindicato, a diretoria lhes apresentou a carta de renúncia de outros três dos componentes, o que retirou da chapa a composição mínima exigida para concorrer. A chapa Azul, de Eraldo Paim, venceu como chapa única.

A partir de 1976, a oposição consolidou-se com a construção do Movimento Bancário Participação e Organização e manteve-se articulada e atuante até a convocação das novas eleições para a gestão 1978-81. Inscreveu a chapa encabeçada por Edelson Ferreira dos Santos, funcionário do Banco Nacional do Norte (BANORTE) organizado pelo PCdoB, e levou para a campanha o slogan “É hora de voto e não de veto” como resposta aos vetos nas tentativas anteriores da oposição de retomar o sindicato²⁶. Apesar de não serem relatados vetos na eleição, a vigilância manteve-se presente, como se percebe da solicitação de informações, da DRT à Agência de Salvador do Serviço Nacional de Informações (SNI), que desabonassem a candidatura de diversos dos inscritos em ambas as chapas – desaconselhava, inclusive, a participação de Paulo Morais, funcionário do BANEBA e integrante do movimento de oposição, que à época cursava Ciências Sociais na UFBA e possuía um vasto currículo de atuação no movimento estudantil²⁷. Nesta ocasião, a oposição efetivamente disputou a eleição para a diretoria do sindicato, perdendo-a para a chapa da situação, fortalecida pela política assistencialista que Paim herdara – e à qual havia dado continuidade – da gestão de José Torres.

Pouco depois de passada a eleição, integrantes da oposição foram demitidos, como Edelson dos Santos, cabeça da chapa e Smitson Oliveira, também funcionário do BANEBA e militante do PCdoB, candidato à tesouraria. Os dois protagonizaram importantes mobilizações encampadas pelo movimento de oposição em seu processo de reorganização, como as campanhas salariais que culminaram na histórica aprovação, em 1979, da fixação da data-base para o dia 1º de setembro.

Em todo esse período, e mesmo após a derrota em 78, a oposição conseguiu manter a unidade e participou ativamente da vida política do sindicato, sendo maioria nas assembleias,

²⁵ OLIVEIRA, Jadson. Oposição bancária da Bahia/1975: Primeira tentativa de derrubar a pelegagem no pós-AI-5 (Parte 2). Captado em: <http://blogdejadson.blogspot.com.br/2013/03/oposicao-bancaria-da-bahia1975-primeira.html>. Acesso em: 15 jun. 2016.

²⁶ NEVES. Bancos, bancários e movimento sindical, p. 335.

²⁷ DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO. [Ofício] 28 abr. 1978, Salvador [para] SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (ASV), Salvador. 27f. Sindicato dos funcionários em estabelecimentos bancários da Bahia – eleições, p. 21.

expondo e pressionando a diretoria, o que garantiu a ampliação e fortalecimento da frente que foi vitoriosa na eleição de 1981, com uma chapa presidida por Oswaldo Dias Laranjeiras. Laranjeiras era funcionário do Banco do Estado de São Paulo (BANESPA) e atuava na oposição sindical desde 1972, em São Paulo, antes de vir transferido para Salvador. O candidato à presidente pela chapa derrotada, que tinha o apoio da diretoria anterior, era funcionário do BANEBA e já havia pertencido ao mesmo grupo político cassado em 64, razão pela qual chegou inclusive a ser preso na ocasião do golpe; é descrito pelos opositores como alguém com pouca firmeza ideológica, o que teria facilitado sua cooptação por Torres, tendo sido um dos aliados do ex-presidente do sindicato no BANEBA²⁸.

A eleição de 1981 representou um marco importante para o movimento bancário e sindical na Bahia, repercutindo mesmo entre os funcionários do interior do estado e mobilizando mais trabalhadores à composição do movimento sindical.

Considerações finais

Mesmo após a intervenção, o regime manteve uma presença ativa nas eleições da diretoria, por vezes inviabilizando totalmente a disputa pela oposição ou mesmo a manutenção de uma unidade programática na chapa – como ocorreu na eleição de 1965. A vigilância, que pesava sobre todas as chapas inscritas, serviu para identificar aqueles que representavam uma ameaça; e os vetos e transferências para afastá-los da possibilidade de alcançar a direção. Os diretores eleitos no período deram rosto à política assistencialista propalada pelo regime e mantiveram relação de colaboração com os instrumentos da repressão: ora atuando como extensão da vigilância no sindicato, ora utilizando-se desses mecanismos para garantir sua vitória nas eleições e manutenção na diretoria, materializando a tensão entre projetos antagônicos de sindicalismo que caracterizou o movimento bancário até 1981.

A vitória na eleição de 1981 expressou o resultado do longo trabalho de reorganização da oposição bancária que se operou e foi se fortalecendo ao longo da década de setenta – desde a atuação inicial de Geraldo Guedes, Valdimiro Lustosa e Jadson Oliveira no BANEBA, em 1972 - e que se tonou expressivo sobretudo nos anos de 1978 e 1979, em arranjo com os movimentos grevistas que se desencadearam nacionalmente e redimensionaram o movimento sindical brasileiro. Nesse percurso, os novos militantes, em contato com aqueles que atuaram nos anos 60 por meio da assessoria de George Sá, reinventaram os métodos de disputa com a categoria de modo a driblar a repressão e a vigilância constantes do regime e a reconstruir o movimento de oposição num

²⁸ LUSTOSA, Valdimiro. Entrevista coletiva no dia 03 de julho de 2015.

ambiente de perseguição e insegurança. A maior influência, num momento inicial, do movimento entre os bancos oficiais, onde os trabalhadores sentiam-se menos vulneráveis, é expressivo do receio das demissões e transferências que se somavam aos vetos, cassações e intervenção como mecanismos de controle e desmobilização largamente utilizados desde o primeiro dia do golpe militar.

Como se percebe, a busca pela retomada da diretoria do sindicato em paralelo à necessidade de se reinventar para contornar a repressão deu norte ao projeto de esquerda na categoria bancária e garantiu o tom não meramente econômico, mas também político das pautas da oposição, que se formou num processo sobretudo crítico ao atrelamento do sindicato ao Estado – diferentemente do que havia sido o movimento bancário nos anos anteriores ao golpe, que mesmo atuante alinhava-se a uma estrutura sindical ainda dependente do governo, delineada pela legislação getulista – e constituído de baixo para cima, em disputa direta com a base.

A historiografia do movimento estudantil: de João Goulart à Ditadura (1961-1979)

Gustavo Bianch Silva

Doutorando

UFMG

gbianch@gmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo é levantar uma síntese historiográfica dos principais trabalhos que abordaram o Movimento Estudantil no Brasil, especificamente, do governo de João Goulart (1961) até a ditadura militar. A escolha deste contexto refere-se à constatação do período de auge do movimento até seu momento de desarticulação e reorganização (1979). O movimento estudantil oscilou entre o ativismo em prol das mudanças educacionais e a luta por questões políticas de cunho mais gerais e estruturais. Questões como a reforma universitária e políticas assistenciais estudantis se imiscuíam com a luta contra o imperialismo e o capitalismo. Diante disso, o objetivo deste texto corresponde à problematização da associação entre movimento estudantil e a militância política. Diversos autores se debruçaram para explicar o fenômeno associativo dos estudantes na promoção da reforma universitária e na luta contra o autoritarismo. A associação direta que se faz entre o engajamento dos estudantes e a participação política nos induzem a questionar: Como a historiografia explicou a radicalização do movimento estudantil?

Palavras-chave: Movimento estudantil; radicalização; militância política.

Introdução

O objetivo deste texto é levantar uma síntese historiográfica dos principais trabalhos que abordaram o Movimento Estudantil no Brasil, especificamente, do governo de João Goulart até a ditadura militar. A escolha deste contexto refere-se à constatação do período de auge do movimento até seu momento de desarticulação e reorganização no final da década de 1970.

O movimento estudantil oscilou entre o ativismo em prol das mudanças educacionais e a luta por questões políticas de cunho mais gerais e estruturais. Questões como a reforma universitária e políticas assistenciais estudantis se imiscuíam com a luta contra o imperialismo e o capitalismo. Em certos momentos assumiu-se uma retórica revolucionária que delimitava a separação entre as lideranças do movimento e o restante dos estudantes não engajados em partidos políticos ou ideologias de esquerda.

Somado a isso, a militância dos estudantes nas universidades também contava com diversas tendências e correntes de pensamento político no seu interior. Inúmeras organizações clandestinas, partidos revolucionários e grupos de esquerda influenciavam o movimento em sua dinâmica de ação e pressupostos teóricos que fundamentavam suas pautas reivindicatórias. O ponto alto dessa aproximação foi após a sofisticação do aparato repressivo do Estado – sobretudo a partir de 1969

–, quando muitos militantes do movimento estudantil trocaram o ativismo nas instituições educacionais para formação de grupos guerrilheiros contra a ditadura militar.

Diante das muitas limitações impostas ao envolvimento político dos estudantes nas universidades, o movimento estudantil se desestruturou. A União Nacional dos Estudantes (UNE) como entidade foi ilegalizada e as UEEs (União Estadual e Estudantes) também tiveram suas estruturas finalizadas pela legislação autoritária da ditadura. Juntamente com a prisão e morte da liderança envolvida com o movimento, a militância estudantil diminuiu seu aporte geral para o engajamento em escala local, em grande parte, nos diretórios acadêmicos ou em organizações não reconhecidas pelas instituições (os chamados DCEs livres), porém, com atuação política relevante. A reorganização da UNE foi sacramentada em 1979, no bojo das manifestações a favor da redemocratização.

É evidente que também existiam estudantes pouco interessados no engajamento político do movimento, seja na instância universitária local ou nacional. Havia o envolvimento dos chamados “estudantes democráticos”, que pertenciam às fileiras da direita do movimento estudantil. A direita estudantil, dentre outras coisas, enfatizou a denúncia contra a influência da esquerda na UNE. Porém, seu caráter de menor engajamento às questões políticas e educacionais gerais juntamente com seu contínuo afastamento da liderança da UNE, faz com que a prioridade de estudo neste artigo restrinja-se aos estudantes vinculados à “vanguarda” estudantil.

Portanto, o objetivo deste texto corresponde à problematização da associação entre movimento estudantil e a militância política. Diversos autores se debruçaram para explicar o fenômeno associativo dos estudantes na promoção da reforma universitária e na luta contra o autoritarismo. A associação natural que se faz entre o engajamento dos estudantes e a participação política nos induz a questionar: Como a historiografia explicou a radicalização do movimento estudantil?

Movimento estudantil e radicalização política

Nada melhor do que começar essa análise por um clássico. O texto de Arthur Poerner¹, composto no calor das manifestações de 1968, resgata a história e a memória da militância

¹ Há de se questionar se a escrita de Arthur Poerner não estaria mais próxima de um trabalho memorialístico do que da historiografia propriamente dita. Obviamente, a abordagem de Poerner está mais para a defesa da UNE do que um esforço historiográfico de selecionar a documentação, interpretar seus vieses e assim, produzir um conhecimento historicamente relevante. Porém, o pioneirismo do autor associado ao seu trabalho com as fontes o coloca próximo à historiografia, ainda que sua narrativa esteja carregada de ideologias que sem dúvida estruturou sua interpretação e impediu o distanciamento do autor com seu objeto de análise. Mesmo assim, a alcunha de clássico permanece e sua relevância não pode ser menosprezada.

estudantil desde os primórdios do Brasil até os embates entre a UNE e os governos militares. O livro ganhou novas versões com o acréscimo de capítulos que adiciona algumas questões mais recentes na história do movimento, tais como a reconstrução da UNE no fim da década de 1970 e a participação dos estudantes no período de Collor até o governo Lula.

O mérito indiscutível de Arthur Poerner está em consultar uma documentação ainda inédita no tocante à história do movimento estudantil. Sua narrativa bem construída é dotada de muitos dados, fatos e evidências que buscam demonstrar o protagonismo do estudante na sociedade brasileira. Por outro lado, a categoria “jovem” e “estudante” contém um elemento quase mítico, sobretudo na perspectiva do autor em associar a rebeldia ao caráter geracional.

A força da juventude perpassa o tempo e mantém sua vitalidade contra a tirania e o caos político. Sua visão, neste caso, é essencialista: o jovem mantém sua combatividade no tempo, sem perder de vista o aspecto contextual e as particularidades de cada época. Tampouco é considerada a infinidade de diferenças entre jovens de classes sociais distintas ou pertencentes às mais variadas origens étnicas. Todos os estudantes apresentam ter algo em comum: o espírito combativo. De acordo com Poerner,

Esse algo mais, que torna o estudante brasileiro muito mais maduro, politicamente, do que o seu colega europeu ou norte-americano, consta de uma profunda decepção quanto à maneira como o Brasil foi conduzido no passado, de uma violenta revolta contra o modo pelo qual ele é dirigido no presente e de uma entusiástica disposição de governá-lo de outra forma no futuro².

Neste raciocínio, o jovem sempre foi e será o elemento central no desencadeamento dos principais fatos históricos. Em outras palavras, a supervalorização do jovem como protagonista da história homogeneizou a figura do estudante, como se juventude fosse sinônimo de engajamento político de maneira quase universal.

Por outro lado, o contexto de produção em que Artur Poerner estava inserido explica bastante do seu ponto de vista conceitual. Seu objetivo de fazer conhecida a história de militância estudantil em plena ditadura possuía um elemento político importante: defender o caráter democrático e nacionalista do movimento estudantil. De acordo com Pellicciota, sua obra buscava recuperar o significado da resistência que o movimento carrega no tempo, neste caso, o estudante como parte da juventude rebelde³.

² POERNER, Arthur. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 5. ed. ilustrada, rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Booklink, 2004, p. 39.

³ PELLICCIOTTA, M. M. B.: *Uma aventura política: as movimentações estudantis da década de 70*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas-SP, 1997, p. 23.

Porém, ao contrário da abordagem conceitual do trabalho de Poerner, a tese de João Roberto de Martins Filho corresponde uma das obras mais relevantes sobre o tema. Sua linha interpretativa rechaça a valorização idealística do chamado “poder jovem”. O autor critica a “romantização” da atuação estudantil, geralmente divulgada pela produção memorialística do próprio movimento.

O ponto de partida da crítica de Martins Filho é a suposta autonomia do movimento estudantil diante do universo social existente. Para o autor, muitos estudiosos identificaram na “classe estudantil” a capacidade de reinterpretar simbolicamente as pressões sociais. Somado a isso, essa autonomia garantiu aos estudantes um afastamento ideológico das classes que as deram origem. Porém, para Martins Filho,

É possível afirmar que uma das características centrais dos trabalhos dedicados ao tema do movimento estudantil brasileiro é a ênfase na autonomia ideológica e no desvinculamento social do movimento, perdendo-se, assim, a relevância crucial de sua adscrição [condição que está dependente, sujeição] de classe.⁴

Nesse aspecto, Martins Filho busca superar a ideia da militância estudantil como revolucionária, uma vez que ele parte do pressuposto que existe relação direta entre o radicalismo estudantil e as aspirações da classe média. Conforme citamos, o autor retira o caráter quase místico do radicalismo sobre os ombros do movimento estudantil.

Para descrever melhor essa ideia, Martins Filho lança mão da análise de Octavio Ianni sobre o Movimento. De acordo com Ianni, a autonomia ideológica e desvinculação social do estudante têm como origem a sua “condição juvenil”. Sendo assim, a militância contradiz sua origem social. Segundo seu enfoque,

a contestação juvenil se inicia com o enfrentamento das contradições relacionadas ao mercado de trabalho, mas a rebelião só apareceria como traço característico no momento em que o jovem ingressa no “mundo do trabalho”, quando ele vivencia a situação de assalariado⁵.

Como João R. Martins Filho desmonta esse argumento? Pois bem. Martins Filho identifica que antes de 1930, os estudantes eram majoritariamente oriundos da burguesia comercial. Há uma mudança substantiva com a integração política da classe média nos anos posteriores à Revolução de 1930. O sistema político reconhece a possibilidade da classe média de influenciar as decisões políticas. Neste aspecto, o sistema educacional torna-se o *locus* dessa integração. Isso se acelera até

⁴ MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e a militarização do Estado no Brasil, 1964-1968*. 1986. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UNICAMP, Campinas, p. 9.

⁵ MARTINS FILHO. *Movimento estudantil e a militarização do Estado no Brasil, 1964-1968*. p. 12.

a década de 1960, pois, segundo o autor, “camadas superiores e tradicionais estavam cedendo lugar, na universidade, à crescente predominância dos estratos médios”⁶.

Como consequência a escolarização superior torna-se um instrumento da classe média para a ascensão social de sua descendência. Somado a isso, o contato do jovem com o conhecimento acadêmico, segundo o autor, não modifica a vinculação de classe do estudante. Para João Martins Filho, a educação é reprodutora da hierarquia social.

O radicalismo estudantil, portanto, está sujeito à questão de classe. Para o autor, “as relações que ele passa a estabelecer com seu projeto de carreira assumem importância fundamental na formação da sua consciência radical”⁷. Quando o estudante começa a perceber que seu horizonte torna-se incerto e que sua formação pode não ser suficiente para a ascensão social, ele se radicaliza:

O radicalismo estudantil tem suas raízes referidas à situação de classe do jovem universitário, não sendo necessário buscá-las em fatores externos como o “contato com o conhecimento” ou a “equiparação à condição proletária”. Na origem do radicalismo do estudante estariam os ressentimentos e as aspirações frustradas da classe média ascendente. Ao tentar ultrapassar os limites que se antepõe à ascensão de sua classe, ele passa a ser o agente racial do processo de sua superação e o seu desvinculamento se define como a busca por atingir o engajamento pequeno-burguês⁸.

A abordagem de Marcelo Ridenti sobre a radicalização do movimento estudantil ofereceu outro olhar a respeito da vinculação de classe dos discentes e sua imersão na militância. Para o autor, as lutas estudantis não podem ser explicadas apenas pela origem social dos universitários. Neste caso, a questão determinante é a situação de transitoriedade da condição do estudante, que está “entre as classes de origem e as classes que ajudarão a constituir depois de formados”⁹.

Junto a isso, Ridenti aponta que no contexto do populismo foi oferecido às classes médias e populares promessas de novas condições de ascensão social. Porém, a decepção dos estudantes no tocante a essas possibilidades, segundo o autor, contribuiu para mobilizar as massas estudantis contra o Estado, os governos e posteriormente, contra a ditadura.

É evidente que essa leitura também associa a luta estudantil à necessidade de ascensão social. No entanto, Ridenti desmonta o argumento de João Roberto M. Filho que aponta esse caráter como um projeto exclusivo da classe média. Existiam diversos estratos das camadas médias nas universidades, inclusive de estudantes-trabalhadores que estavam mais próximos das classes

⁶ MARTINS FILHO. *Movimento estudantil e a militarização do Estado no Brasil, 1964-1968*. p. 15.

⁷ MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e a militarização do Estado no Brasil, 1964-1968*, p. 18.

⁸ MARTINS FILHO. *Movimento estudantil e a militarização do Estado no Brasil, 1964-1968*, p. 20.

⁹ RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo. Editora UNESP, 1993, p. 141.

populares. Ridenti demonstra também que a possibilidade de ascensão tornava-se ameaçada, seja pela estrutura econômica, pelo arcaísmo das universidades ou pelo projeto autoritário do regime militar. Dessa forma, todo esforço canalizado nos estudos pareciam transformar-se em coisa vã, o que forneceu

condições para que os estudantes-trabalhadores se revoltassem, quer no sentido da rebelião para concretizar seus sonhos frustrados de ascensão (...) quer no limite, transformando a insatisfação num ímpeto revolucionário que os irmanaria aos demais trabalhadores, no sentido da superação da ordem capitalista e da hierarquização social que ela supõe¹⁰.

Contudo, a questão da transitoriedade da condição estudantil não explica sozinha a radicalização do movimento. A Universidade, herdeira da tradição cultural europeia – marcada pelos valores humanistas – estava ameaçada pela modernização-autoritária preconizada pela ditadura. Esse choque de concepções de mundo atingiu em cheio grande parte do estudantado, “cuja consciência crítica (...) não podia admitir o novo modelo político e econômico, que parecia estancar o desenvolvimento econômico e democrático do país”¹¹.

Para finalizar seu argumento, o autor reconhece que juntamente com os fatores classistas e ideológicos, havia um mal-estar mundial em direção à estrutura das universidades. Dessa forma, a luta dos estudantes brasileiros é somada a uma conjuntura de revoltas em várias partes do mundo, o que o autor identificou como “crise da cultura burguesa”, o que será melhor explorado adiante.

Na perspectiva de Luiz Groppo, a radicalização estudantil não se limita à reprodução dos aspectos classistas das camadas médias. Partindo da análise dos movimentos de juventude do emblemático ano de 1968, o autor percebe a juventude como agente de transformação social. No bojo das novas lutas sociais da década, em que novos atores entram em cena em busca de seus interesses – negros, mulheres, veteranos de guerra, movimentos pacifistas e etc – a juventude também se impôs em movimentos contestatórios.

A variabilidade temática que motivou o movimento estudantil foi grande. Groppo cita as contraculturas e propostas de sociedades alternativas; democracias diretas, a busca por relações geopolíticas harmoniosas, o pacifismo e a integração entre o político e o pessoal. A contraposição de um mundo em constante mudança em detrimento do conservadorismo das universidades foi determinante para a inquietação da juventude.

¹⁰ RIDENTI. *O Fantasma da Revolução Brasileira*, p. 158.

¹¹ RIDENTI. *O Fantasma da Revolução Brasileira*, p. 148.

Mais especificamente em relação aos movimentos contestatórios de 1968, Groppo identifica o caráter mundial das manifestações – que também se aplica ao contexto mais geral das décadas de 1960 e 1970. Dentre as explicações para esse ecumenismo de práticas e ideias, Groppo separa três: a) Geopolíticos: Guerra Fria, descolonização, movimentos anti-imperialistas no Terceiro Mundo; b) socioeconômicos: ascensão das classes médias, *boom* econômico mundial; c) político-culturais: questão da universidade, nova esquerda, contracultura, indústria cultural.

Nesse aspecto, o estudante se vê antenado ao mundo e aos problemas sociais existentes. O próprio contexto da Guerra Fria explica a posição dos estudantes contra as superpotências. Para Groppo, “ao menos indiretamente, todas as revoltas juvenis ‘radicais’ dos anos 60 tiveram como objeto algum elemento que compunha a ordem determinada pela bipolarização mundial”¹². A expansão da modernização aos moldes americanos, a divisão do mundo em primeiro, segundo e terceiro; a definição desses padrões pautados pela proximidade com o modelo ideal de civilização moderna, tudo isso incide na reação estudantil contra o *status quo*. De acordo com o autor citado,

a reação em cadeia do ‘Terceiro Mundo’ e a anti-reação das superpotências será quase sempre o fermento que fará as revoltas estudantis ultrapassarem as fronteiras da universidade, levando-as a contestar todos os aspectos da vida política, econômica e cultura da sua sociedade no âmbito mundial¹³.

Em relação aos fatores socioeconômicos que ofereceram o pano de fundo das manifestações da juventude, é importante frisar que os anos 1950 e 1960 são considerados como a “Era de Ouro”. Groppo ressalta a grande prosperidade da época, que permitiu o aumento do consumo da classe média. Somado a isso, existiu um grande crescimento populacional no “mundo em desenvolvimento”, acompanhado com o aumento na expectativa de vida e o avanço da industrialização¹⁴.

Isso redundou, obviamente, na melhora de vida das camadas médias nesse contexto, inclusive na América Latina. Porém, essa classe média não tinha participação política relevante. E, portanto, os jovens desse segmento social, sobretudo os universitários se incomodaram com essa imobilidade¹⁵.

Especificamente no que se refere aos estudantes na década de 1960, Groppo analisa a crise universitária do período. O crescimento industrial e a melhora nos padrões de vida não foram

¹² GROPPPO, Luis Antônio. *Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis nos anos 1960*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000, p. 28.

¹³ GROPPPO, Luis Antônio. *Uma onda mundial de revoltas*, p. 58.

¹⁴ GROPPPO. *Uma onda mundial de revoltas*, p. 34.

¹⁵ GROPPPO. *Uma onda mundial de revoltas*, pp. 36-37.

acompanhados por modificações relevantes nos sistemas educacionais. Segundo o autor, a crise gerada significou, entre outras coisas,

o confronto entre um modelo tradicional/elitista de universidade (formador de elites intelectuais, baseado em relações pedagógicas autoritárias e com uma concepção contemplativa do saber e da ciência) e um novo modelo tecnicista/profissionalizante (formador de técnicos especializados em dadas áreas de ciência aplicada, baseado em uma pedagogia que valoriza a ciência no seu aspecto tecnológico e instrumental)¹⁶.

Em contraponto, a Universidade era cada vez mais invadida pela classe média que estava ávida pela ascensão social a partir do diploma. No entanto, as instituições educacionais já não eram produtoras instantâneas de elites, mas de mão de obra especializada. Nessa esteira, os estudantes teriam que assumir funções limitadas e de mandos intermediários, sem poder decidir sobre sua função ou até mesmo sobre sua vida. Quanto aos rumos que as universidades tomavam, surgem os diversos protestos estudantis¹⁷.

Em complemento, os movimentos estudantis incorporaram em sua retórica de luta a temática do não-alinhamento às potências estrangeiras. Os protestos da juventude em várias partes do mundo na década de 1960 postavam-se em favor dos governos do Terceiro Mundo, contra o imperialismo americano e europeu; pela descolonização da África. Portanto, ao contrário de João Roberto Martins Filho, Luiz Groppo interpreta o radicalismo estudantil além da questão de classe – embora a mesma tenha relevância, porém, associada a outros fatores conjunturais. Sua noção associa a militância estudantil dentro de “uma onda mundial de revoltas” contra as contradições decorrentes da modernidade.

O trabalho de Renato Cancian significou outra abordagem sobre a radicalização estudantil. Sua pesquisa buscou explicar as razões do envolvimento dos universitários na militância estudantil. Para isso, o autor lançou questões para compreender os “graus de engajamento” dos estudantes e entender as influências dessa militância na vida pós-movimento¹⁸. A análise desse autor incluiu problematizar a ação política estudantil em sua historicidade, ou seja, se a militância consistia apenas à época da juventude ou se existia continuidade dessa participação após a formatura. Seu objetivo consistia em questionar a corrente interpretativa que associa militância estudantil apenas a critérios geracionais, ou seja, como um fenômeno típico da juventude.

¹⁶ GROPPPO. *Uma onda mundial de revoltas*, p. 39.

¹⁷ GROPPPO. *Uma onda mundial de revoltas*, p. 40.

¹⁸ CANSIAN, Renato. *Movimento estudantil e repressão política: o ato público na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1977) e o destino de uma geração de estudantes*. 2008. 295 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2008, p. 11.

Em seus estudos, o autor “constatou que a ‘adesão ideológica’ vinculada a ‘militância política’ são os fatores sociológicos determinantes que caracterizam um maior grau de participação no movimento estudantil”¹⁹. Neste caso, para compreender a associação entre ideologia e militância, o autor analisou a geração de líderes estudantis da década de 1970. Foi constatado que primeiro os militantes assumiram uma ideologia de esquerda e, depois, participaram de algum grupo, partido ou organização política²⁰.

Conseqüentemente, muitos dos líderes do movimento estudantil apontaram a participação ativa no movimento associada à formação política antes do ingresso no ensino superior, seja por influência familiar ou pela socialização e engajamento na vida escolar (ensino médio). Grande parte dos militantes também indicou a própria universidade como elemento de favorecimento ao engajamento e à militância política no meio estudantil. A questão “ideológica e a vinculação a uma organização política sustentam a participação mais ativa no movimento estudantil e constituem as bases para formação das lideranças estudantis”²¹.

Dessa forma, a militância política vem em primeiro lugar e, portanto, torna-se um fator decisivo no engajamento do estudante na universidade. A participação no movimento estudantil transforma-se em estratégia da tendência política a qual os estudantes se vincularam²². O que determina esse engajamento é o que Cancian chama de “projeto pessoal de tipo societal”. A construção do ideal societário por parte desses estudantes, neste caso, oferece as bases para sua militância política. Para o autor, “há uma articulação do interesse pessoal com o coletivo, isto é: o estudante projeta seu destino profissional tendo como referência o destino da própria sociedade em que vive”²³.

Portanto, o engajamento na universidade tem como pressuposto inicial a militância política. A participação no movimento estudantil torna-se uma estratégia dos militantes envolvidos com o ativismo político. Segundo Cancian, “é a militância política que explica a militância estudantil. Ou seja, a militância estudantil assume a característica de uma variável dependente”²⁴.

Em outras palavras, pode-se afirmar que Cancian interpretou as conseqüências da formação das lideranças estudantis engajadas em partidos ou grupos políticos clandestinos em relação ao restante dos “estudantes comuns”, ou seja, não engajados. De acordo com o autor, “a adesão das

¹⁹ CANCIAN. *Movimento estudantil e repressão política*, p. 12

²⁰ CANCIAN. *Movimento estudantil e repressão política*, p. 214

²¹ CANCIAN. *Movimento estudantil e repressão política*, p. 232

²² CANCIAN. *Movimento estudantil e repressão política*, p. 233

²³ CANCIAN. *Movimento estudantil e repressão política*, p. 207

²⁴ CANCIAN. *Movimento estudantil e repressão política*, p. 232

lideranças estudantis às ideologias e organizações de esquerda levou a vanguarda do movimento estudantil a um processo de gradual afastamento da massa estudantil”²⁵.

Em determinados momentos, a predominância das reivindicações políticas sobre as questões educacionais está relacionada à subordinação da participação estudantil à militância política. Há críticas também ao caráter “profissional” dos estudantes militantes. Muitos eram “acusados” de se dedicarem totalmente ao programa político da UNE sem valorizar a prática acadêmica. Alguns mudavam de curso ou fazia outra graduação apenas para prosseguir na ação política estudantil. Esse fato também servia como arma para os grupos opositores do movimento estudantil.

No tocante à continuidade da atividade política após a carreira acadêmica, Cancian critica a vertente que reconhece a militância estudantil como critério geracional. Nessa perspectiva teórica, a participação do jovem no movimento político é transitória, sendo finalizada após a formatura com a integração ao mundo do trabalho. Porém, segundo o autor, “padrões de comportamento, valores e ideais políticos, como aqueles que servem de orientação aos movimentos de protestos juvenis, podem perfeitamente persistir na vida adulta”²⁶. Isso foi observado na pesquisa com os ex-líderes estudantis, uma vez que todos eles tiveram alguma participação política após a formatura, porém, com características distintas do movimento estudantil, obviamente.

O padrão de participação política no período da vida adulta dos ex-líderes estudantis é diversificado. Cancian observa que parte dessa liderança assume a política institucional – em partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos – como continuidade da militância iniciada no período acadêmico. Outros ex-ativistas estudantis escolheram carreiras profissionais que compatibilizasse com suas posições políticas, seja na área do “ensino (principalmente o ramo da intelectualidade), do jornalismo, das burocracias governamentais e de atividades variadas característica do Terceiro Setor”²⁷.

De qualquer forma, a análise da trajetória de vida dos ex-ativistas estudantis “revela que todos, sem exceção, tentaram conciliar (sobretudo após o término do curso superior) a atividade política com determinadas atividades profissionais”²⁸.

Considerações finais

²⁵ CANCIAN. *Movimento estudantil e repressão política*, p. 241

²⁶ CANCIAN. *Movimento estudantil e repressão política*, p. 250

²⁷ CANCIAN. *Movimento estudantil e repressão política*, p. 276.

²⁸ CANCIAN. *Movimento estudantil e repressão política*, p. 276.

As questões iniciais produzidas neste texto consistiam em compreender como a historiografia explicou a radicalização do movimento estudantil e se as motivações centrais para a militância dos estudantes residiam nas demandas educacionais ou políticas.

A abordagem de Poerner foi questionada por muitos historiadores por analisar o movimento estudantil diante de um viés geracional e essencialista. A concepção de João Roberto Martins Filho de associar a militância estudantil ao caráter de classe rechaçou completamente o “mito do poder jovem” tão propagado pela própria UNE.

Porém, nem toda historiografia encarou a militância estudantil como fator de classe. Ridenti e Groppo consideraram a posição social dos estudantes como elemento explicativo para a participação política na universidade. Porém, somente com a associação aos outros fatores – os movimentos estudantis mundiais, a situação de transitoriedade da condição do estudante, o choque de concepções de mundo – a militância estudantil consegue ser explicada.

Neste aspecto, a linha explicativa de Renato Cancian contribui definitivamente com a questão. Conforme analisado, o envolvimento dos estudantes no movimento estudantil é explicado por meio da militância política. Dessa forma, o movimento estudantil torna-se um meio pelo qual o estudante engajado se envolve politicamente, ou seja, praticamente um pretexto para o jovem se envolver com a política através da universidade.

Diante das obras apresentadas, obviamente as unanimidades são descartadas. Atualmente, o trabalhos historiográficos têm se afastados da “mitologização” do movimento estudantil e buscado explicações mais holísticas para o fenômeno.

"Quem não pode fazer nada, avacalha e se esculhamba": o Cinema Marginal Baiano e a contestação à Ditadura Militar (1968-1973)

Lais de Araújo Macêdo

Mestranda no programa de História Social
Universidade Federal da Bahia
estacaopiraja@gmail.com

RESUMO: Este trabalho busca identificar o processo pelo qual representações vinculadas à crítica ao regime militar se fizeram presentes nos filmes marginais baianos, tornando o cinema desse período um espaço privilegiado de expressão de descontentamento. Compreender a trajetória desse cinema, bem como sua relação com a arte moderna e pós-moderna e o uso político do humor, são caminhos para a escrita da sua história. Com isso, pretende-se lançar outro olhar sobre os anos que se seguiram ao AI-5(1968), período tido como de esvaziamento cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Cinema, Bahia, ditadura.

Este trabalho busca identificar o processo pelo qual representações vinculadas à crítica ao regime militar se fizeram presentes nos filmes marginais baianos, tornando o cinema desse período um espaço privilegiado de expressão de descontentamento. Compreender a trajetória desse cinema, bem como sua relação com a arte moderna e pós-moderna e o uso político do humor, são caminhos para a escrita da sua história. Com isso, pretende-se lançar outro olhar sobre os anos que se seguiram ao AI-5(1968), período tido como de esvaziamento cultural ou bastante explorado sob o ponto de vista da resistência armada à ditadura militar. Neste trabalho é evocada tanto a dimensão do indivíduo enquanto criador de linguagem no cinema, somando ao trabalho algumas reflexões da psicanálise e da filosofia, quanto a dimensão da estrutura de Estado, vinculada ao abuso de poder e repressão por parte dos militares e grandes empresários.

Entre 1968 e 1973 foi feito na Bahia um cinema que se tornou conhecido como um dos ciclos que marcaram a cinematografia baiana, assim como o Ciclo Baiano de Cinema e o Cinema Novo¹. Quase todos os filmes de longa metragem produzidos nesse momento na Bahia, com exceção de apenas *Bahia por exemplo* (1971)², podem ser identificados como cinema marginal. O seu

¹ “No quadro atual, quando a nossa atenção se volta para o processo que envolveu o Cinema Novo e o Cinema Marginal, entre final da década de 1950 e meados dos anos 1970, tal processo se apresenta como dotado de uma peculiar unidade. Foi, sem dúvida, o período estético e intelectualmente mais denso do cinema brasileiro. As polêmicas da época formaram o que se percebe hoje como um movimento plural de estilos e idéias que, a exemplo de outras cinematografias, produziu aqui a convergência entre a “política de autores”, os filmes de baixo orçamento e a renovação da linguagem, traços que marcaram o cinema moderno, por oposição ao clássico e mais plenamente industrial.” XAVIER, Ismail. O cinema brasileiro moderno. São Paulo: Paz e Terra. 3ª ed, 2001, p. 14.

² Projeto em forma de site com a catalogação de toda a cinematografia baiana. Filmografia baiana. Acesso em: 19 julho de 2016.

nome exige alguns esclarecimentos prévios. O cinema marginal foi uma vanguarda do cinema vivida em alguns estados brasileiros, sendo São Paulo talvez o primeiro deles a pronunciar nas películas uma proposta diferente da que vinha sendo trabalhada com o cinema novo, que marcou a produção nacional. O marginal no nome deste cinema não vem tanto por uma caracterização dos próprios cineastas ou, pelo menos, é importante dizer que não havia entre eles um consenso com este nome, mas por seus personagens marginais e talvez por conta dos críticos que percebiam neste cinema um “contra lugar” nos circuitos exibidores comerciais. Sem que tenham sido financiadas pelo governo ou empresa privada, as películas buscavam um rompimento com as exigências mercadológicas da indústria cinematográfica. Essa característica aparentemente funcionou como causa e efeito do teor subversivo presente nas cenas dos filmes, sendo uma necessidade o financiamento próprio ou coletivo. Há uma crítica expressa através do humor nas tramas que faz referência às classes média e alta baianas e à ditadura militar, identificada nas representações de repressão policial e familiar e na transgressão delas a partir dos personagens centrais. Suas tramas faziam frente a uma série de lugares comuns na arte moderna, bem como traziam citações de vanguardas europeias do cinema e da arte pop. Os personagens principais dos filmes carregavam implicitamente em sua personalidade o lema “seja marginal, seja herói” criado por Hélio Oiticica, artista plástico que inspirou o tropicalismo e a cultura marginal, movimentos que se desenvolveram também a partir da poesia e da música. O tipo marginal desses filmes, porém, não correspondia ao marginal que podemos enquadrar na lei de uma maneira convencional. O marginal dos filmes é um tipo de marginal desiludido, desencantado. Estes personagens subvertiam alguns comportamentos esperados para uma pessoa tida como “normal”, sobretudo dentro do padrão cotidiano da família burguesa tradicional e cristã. Em geral eram jovens, assim como seus diretores roteiristas. Para Ismail Xavier:

Nessa tônica de ruptura, o espírito da colagem e da fragmentação se afirma, com toda força, no filme de Rogério Sganzerla, *O bandido da Luz Vermelha* (1968), onde se faz presente a atmosfera tropicalista e o domínio da paródia. Ao bom humor da ironia de 1968, o Cinema Marginal opõe a sua dose amarga de sarcasmo e, no final da década, a “estética da fome” do Cinema Novo encontra seu desdobramento radical e desencantado na chamada “estética do lixo”, na qual câmera na mão e descontinuidade se aliam a uma textura mais áspera do preto-e-branco que expulsa a higiene industrial da imagem e gera desconforto. Página 17. *Cinema Brasileiro Moderno*, 2006.³

Nesse fragmento Ismail Xavier faz referência ao filme *O bandido da Luz Vermelha*, ícone para

³ XAVIER, Ismail. *O cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Terra. 3ª ed, 2001, p. 17.

o cinema marginal por ter sido fundante dessa nova proposta estética em âmbito nacional. A produção baiana se restringiu, segundo André Setaro, em *Panorama do Cinema Baiano* (1976), a três longa-metragens, um média-metragem e alguns curtas, todos estes compreendidos entre 1968 e 1973. Dos oito filmes identificados por Setaro, apenas seis se encontram preservados: *Doce Amargo* (1968) de André Luiz Oliveira e José Umberto Dias; *Perâmbulo* (1968) de José Umberto Dias; *Caveira, My Friend* (1970) de Álvaro Grimarães; *Meteorango Kid, o herói intergalático* (1969) de André Luiz Oliveira; *Vôo Interrompido* (1969/1971) de José Umberto Dias e *O Anjo Negro* (1972) de José Umberto Dias. Dentro das possibilidades fílmicas possíveis, um longa-metragem nos servirá de base para análise ao longo do texto, o *Meteorango Kid, o herói intergalático*. O filme trata de temas como a dúvida e o desespero, mas consegue fazê-lo com humor. Representa a procura de uma saída ou expressão para uma geração que se encontra sufocada. As drogas, nesse sentido, ocupam grande espaço na trama, o que confirma a historicidade do filme em relação ao momento vivido pela contracultura no país e no mundo e a importância dada ao papel das drogas por esses movimentos. Assim, o crítico de cinema André Setaro define a narrativa do filme:

No dia de seu aniversário, Lula passa por experiências reais e fantásticas: pela manhã transforma-se em batmã e surra os pais; na escola, assiste a uma assembleia que não o convence; realiza um filme de Tarzan e comparece ao enterro de um amigo homossexual, recordando-se dele em vida. E, finalmente, participa de uma sessão barra pesada de maconha e, na rua, é atacado por um vampiro no Pelourinho. Ao chegar à sua casa, seus familiares aguardam-no para uma festa. Mas Lula permanece como que crucificado no meio das palmeiras - como no início.⁴ *Panorama do cinema baiano*.

O personagem principal é um jovem universitário de classe média que parece não ter ambição com sua vida profissional e não se interessa por política. Lula é um personagem que delira no seu fantasioso mundo dos quadrinhos e super-heróis, vivendo na paranóia de ser preso por um policial imaginário. É a partir deste comportamento que o filme consegue criar uma alternativa à referência dicotômica marcante daquela época, entre ser militante ou ser alienado. Lula vive o universo do desencanto, da desilusão, do não-futuro.

Explorando os limites de uma expressão artística que dialogou com os paradigmas da geração de 1968 e com a polarização política perigosa configurada a partir do golpe militar no Brasil⁵, por um lado, e o caráter valioso de testemunho, próprio do cinema de autor, por outro, é

⁴ SETARO, Andre. *Panorama do cinema baiano*. Fundação de cultura do estado da Bahia. Salvador. 2014.

⁵ Entre 1968 e 1973 o mundo vivia uma polarização política entre socialismo e capitalismo, com este primeiro sistema político já bastante fragilizado depois do fracasso de algumas tentativas revolucionárias. No Brasil do pós golpe militar, pouco escapava à dicotomia entre direita e esquerda, reação e revolução. Com os militares no poder e o apoio de grandes empresas nacionais e internacionais, ser simpatizante dos ideais de esquerda podia implicar numa repressão criminosa de Estado que praticava tortura e perseguição, ainda que esses ideais não encerrassem um posicionamento

que a dimensão psicológica e política possível deste cinema se destaca.

Como ponto de partida o trabalho de Frederic Jameson é promissor para este tipo de análise. O autor busca relacionar conceitos lacanianos de esquizofrenia à arte pós moderna e à sociedade pós industrial de uma maneira mais ampla no artigo *Pós modernidade e sociedade de consumo*. Segundo Jameson, “a arte pós moderna se caracteriza a partir de reações específicas às formas canônicas da modernidade, opondo-se a seu predomínio na Universidade, nos museus, no circuito das galerias de arte e nas fundações.”⁶. Para tanto, caracteriza a arte moderna como produtora de estilos subversivos que chocavam a sociedade até a década de 60, mas que desde então perderam essa capacidade e passaram a ser ensinados nas escolas.

A dissolução entre as fronteiras da cultura erudita e da cultura popular é também um traço marcante do pós modernismo, incorporando aí uma série de referências da cultura de massa, incluindo livros de bolso, seriados enlatados, propaganda e toda sua ferramenta estética desqualificada para a cultura erudita. Com o objetivo de relacionar o surgimento de novos estilos na cultura à uma nova conjuntura econômica e social de consumo que teve na década de 60 seu período de transição e consolidação, ao menos na parte ocidental, à exemplo dos Estados Unidos, Jameson desenvolve dois conceitos que podem ser úteis para a análise do cinema marginal baiano, quais sejam, o pastiche e a esquizofrenia. Segundo Jameson, o pastiche não deve ser confundido com a paródia, carrega em comum o caráter de imitação, mas sem o senso de humor característico desta última. Aliado ao pastiche, a capacidade de não ser única e excêntrica da arte pós moderna, a separa da ideia de uma identidade pessoal, deixando pra trás certo individualismo, tão valorizado na modernidade clássica. Entender porque essa mudança aconteceu não é simples. Entre rupturas, permanências e ajustes em função de um capitalismo mais desenvolvido, o autor aponta como fator importante o fato de quase tudo já ter sido criado, restando apenas a imitação ou arte sobre a arte.

Finalmente, ao incorporar o conceito de esquizofrenia para pensar a relação da pós modernidade com o tempo, Jameson retoma Jacques Lacan, mas seu intuito com isso não é diagnosticar uma sociedade, e sim decrevê-la. Portanto, não há aí um rigor com a aplicação da teoria psicanalítica do ponto de vista clínico. A esquizofrenia para Lacan funciona como uma desordem de linguagem, onde a rivalidade edipiana, outrora formulada por Freud, se aplicaria à aquisição da linguagem. Linguagem essa, que só pode ser entendida a partir de uma noção de temporalidade, é o tempo que dá às palavras sentido dentro de uma frase, carregadas de significados de passado e

político. A guerra ao inimigo interno era instrumento de legitimação para permanência dos militares no poder, por isso foi montado um aparelho repressivo que dotava os militares de poderes absolutos.

⁶ JAMESON, Fredric. *Pós-modernidade e sociedade de consumo*. São Paulo: Novos estudos, CEBRAP, nº12, 1985.

futuro. “Para Lacan, a experiência da temporalidade, da temporalidade humana (passado, presente e memória), a persistência da identidade pessoal através de meses e anos – a própria sensação vivida e existencial do tempo – são também um efeito de linguagem.”⁷ A esquizofrenia se mostra, então, como um distúrbio de relacionamento entre significantes que resulta numa sensação de vivenciar um presente contínuo, fazendo o indivíduo ter mais intensidade na vivência do instante presente. A sensação arrebatadora de irrealidade, dado a perda da capacidade de planejar e se enxergar no tempo, faz com que cada palavra isoladamente tenha sua materialidade exacerbada, aguçando o seu sentido literalizante, assim como sua sonoridade e características específicas, e comprimindo o seu sentido temporal. É o “fascínio ininteligível” pela palavra, expressão utilizada por Jameson, que a transforma em imagem. Da mesma maneira, a insistência em uma única nota ou no silêncio, por exemplo, demonstram essa forma esquizofrênica aplicada à arte pós moderna. A arte pós moderna, portanto, inserida na lógica do pastiche, assume um caráter de isolamento de sentido, já que possui uma referência oculta que por vezes faz parecer sua obra sem sentido. Ainda que a produção artística do passado apresentasse identidade semelhante, essa característica é primordial e evidente na arte pós moderna, que perdeu ou deixou de lado a competência de chocar e incomodar da modernidade clássica. A fragmentação do tempo distribuída em presentes eternos que o autor associa de forma curiosa a novos tipos de consumo e à invasão dos meios de comunicação na experiência cotidiana, reflete, segundo ele, uma lógica mais profunda do sistema social e uma ruptura com a sociedade anterior à Segunda Guerra Mundial. Essa lógica é a do fim da história, da não preservação de um passado a partir da saturação, por exemplo, do número de informação veiculadas pela indústria da grande mídia, voltando a atenção para o presente.

Essa reflexão de Jameson serve a este trabalho não só como base epistemológica para pensar o cinema marginal baiano, mas para iluminar aspectos específicos dessa estética do cinema. Por diversos motivos, o cinema marginal pode se enquadrar na transição entre a arte moderna clássica e a arte pós moderna ou contemporânea. Ele ainda não foi incorporado à universidade no modo canônico que as vanguardas modernas foram, ainda hoje é pouco conhecido, faz um série de referências à cultura popular e à cultura urbana, incorpora ruídos, barulhos, fragmentações e escatologias na sua narrativa, brinca com a imagem turística estereotipada e desgastada da Bahia, faz referência a filmes das vanguardas européias como a *nouvele vague*, mas também a heróis dos quadrinhos norte americanos e ironiza o tom dos jornais televisivos e da rádio. Essas e outras ferramentas estéticas do cinema marginal o caracterizam como pós moderno, no entanto ele

⁷ JAMESON, Fredric. Pós-modernidade e sociedade de consumo. Novos estudos CEBRAP, São Paulo, nº12, 1985, p. 22.

permanece perturbador, subversivo em sua afronta aos bons costumes e ao bom gosto tidos como burgueses; esse dado marcante poderia situar o cinema marginal como uma arte do contra, como arte de vanguarda, portanto, como arte moderna.

A reflexão de Jameson, tanto quanto a de outros autores utilizados aqui, pode servir tanto para entender o cinema marginal dentro do seu tempo, quanto para entender conjunturas e acontecimentos históricos específicos que envolveram o cinema. Este cinema está imerso num sistema de valores que pertencem a um período ditatorial, onde o peso da censura na cultura e a perseguição política davam um tom de terrorismo de Estado à vida dos engajados politicamente, mas também aos simpatizantes a qualquer tipo de política de esquerda. Mais de cinquenta anos após o golpe civil-militar, os estudos que se dedicam ao período, consideram que a violência de estado praticada pelos militares afetou sobretudo a parte sempre preterida da sociedade, mulheres, homossexuais, transexuais, negros e trabalhadores de uma forma geral, se é que se pode separar esta última categoria de todas as outras anteriores. Os olhares que se voltam agora para o cidadão comum e menos para a luta armada, parecem querer chamar a atenção para a conjuntura social e para a participação de civis na manutenção do regime militar. Advogo que esta participação deve ser investigada, mas não se pode perder de vista a noção estrutural colocada por um poder militarizado muito mais equipado e eficaz que a possibilidade do cidadão comum. Dentro desse limite e perspectiva, é possível adentrar no imaginário da geração de 1968 na Bahia buscando não ceder aos encantos do insondável e meramente descritivo na personalidade humana.

Recorrendo a ligação entre a psicanálise e a história, é possível pensar ainda a pós modernidade a partir do Mal-estar na civilização de Freud. O trabalho de Joel Birman constrói a ponte entre o texto conhecido de 1929 e a condição pós moderna do indivíduo em sociedade, traçando uma análise do mal-estar freudiano no Brasil em linhas gerais. Em *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*, Birman coloca que a psicanálise, como saber do final do século XIX, foi uma tentativa de resposta e de solução para o mal-estar existente na modernidade, formulando conseqüentemente uma teoria de crítica à ela. O desamparo gerado pela condição de existência, fruto do conflito entre as exigências pulsionais e a moral sexual civilizada fundante da modernidade, é o que provocaria o mal-estar. Dito de outra forma, simplificada por conta do espaço restrito para a discussão que esse trabalho propõe, o modelo civilizatório que implicou certo discurso da ciência e da técnica, assim como uma sexualidade recalcada, trouxe conseqüências nefastas para a moral, que em lugar do silenciamento, se desdobrou em insatisfações crescentes nas individualidades. Com uma civilização que abandonou os desígnios divinos da antiguidade ocidental para adotar uma razão científica que colocou o homem frente à gama de possibilidades

de construção da sua liberdade - ideal iluminista de felicidade - o narcisismo veio à tona. Junto com ele a intensificação da violência e a destruição, sendo a guerra sua expressão máxima. Assim, a falta de uma autoridade estabelecida em prol de um pacto civilizacional e a substituição desta pela figura do múltiplo, resultaria num sentido de comunidade. Contudo, a possibilidade de muitos tipos de interpretação do mundo contribui para o desamparo na subjetividade do indivíduo. As possibilidades amplas que pretendem tornar o ser humano soberano, por sua vez, provocam o centramento do indivíduo no eu (sua consciência) e o descentramento do eu em relação ao seu inconsciente. O desejo então assume o papel de dar forma ao descentramento na modernidade, uma vez que está sempre projetado sobre um objeto que jamais será alcançado, assim como o inconsciente do indivíduo desejante. É neste ponto que a descrição de modernidade para Birman se encontra com a de Jameson. O desejo perpétuo causa um modo criativo sempre recomeçado e uma atração pela novidade. Sobre isso:

(...) seria a partir do lugar estratégico conferido ao desejo que se poderia reencontrar a posição crucial atribuída pelo modernismo às duas figuras que lhe são exemplares. Refiro-me aqui à vanguarda, no registro da arte e da estética, por um lado, e à revolução, no registro da política, por outro.

Com efeito, o desejo está no fundamento dos processos de criação das vanguardas artísticas, uma vez que no modernismo sempre se acreditou que era possível a invenção permanente de outras linguagens que implicassem reconstituição do mundo, tanto no registro literário como nos registros plástico e cinematográfico.⁸

Assim, a gestão do desamparo, como coloca o autor, implica os registros ético e político, que se expressam na sementeira dos laços sociais e na produção de obras nos campos desses laços, sendo, nesse caso, a utopia, os projetos políticos e as vanguardas artísticas, expressões características do desejo na modernidade. Desejo esse que se coloca como instrumento da reinvenção constante do sujeito. Para Birman essa característica se perdeu na pós modernidade. Segundo ele:

(...) é preciso reconhecer que, na passagem da modernidade para a dita pós-modernidade, algo da ordem do sujeito e do desejo se transformou radicalmente. Aquele não consegue mais acreditar, como anteriormente, que pode transformar a si mesmo e ao mundo com seu desejo, de maneira a poder reinventar a si mesmo e a ordem social.

Com efeito, a modernidade foi construída em torno do ideário da revolução, que materializava, como metáfora, a crença transformadora do sujeito coletivo. Marx foi a materialização teórica da utopia que marcou de forma indelével os séculos XIX e XX, até que a atualidade pós-moderna lançou uma pá de cal em tal pretensão, lançado-a na lata de lixo da história.⁹

⁸ BIRMAN, Joel. Arquivos do mal-estar e da resistência. Civilização brasileira: Rio de Janeiro, 2006, p.46.

⁹ JAMESON. Pós-modernidade e sociedade de consumo. p. 82-83.

Ainda que Birman não traga para o centro de suas preocupações a comparação entre modernidade e pós modernidade com o rigor historiográfico devido, pois que a teoria marxista não foi jogada na lata do lixo da história junto com sua utopia, seu trabalho serve de apoio para situar o cinema marginal baiano enquanto sintoma do seu tempo, caracterizado por uma transição na gestão do desamparo. O tempo em que o cinema marginal está situado é apontado pelos dois autores como um período de transição entre a modernidade e a pós modernidade. Defendo aqui, portanto, que ele pode se caracterizar também como uma expressão estética dessa transição, se comportando ora como moderno, ora como pós moderno.

O cinema marginal baiano, no sentido colocado da arte moderna, demonstra sua força para romper com uma série de restrições sociais, colocadas pelo momento histórico de repressão moral e policial e pelo rompimento com formas anteriores de fazer cinema. O valor desse cinema também é o de testemunho de determinada experiência durante a ditadura militar na Bahia. Jovens de classe média com pouco dinheiro para produzir cinema, mas o suficiente para fazer um filme de mínimos recursos e com equipes que se revezavam em funções técnicas e dramáticas, se viam imersos em contradições de classes e em condições políticas de autoritarismo, perseguição, censura e tortura. A situação era mais complicada já que havia um desencantamento com os projetos revolucionários que até então fracassaram. O limite de barbárie que a ditadura podia atingir, dentro das condições globais já trágicas, davam a estes jovens certo sentimento de desistência perante os ideais antes emcampados pela esquerda de um modo geral.

É preciso destacar, no entanto, que esses acometimentos à psiquê humana atuam de forma diferenciada a depender da classe social que o indivíduo pertence. Se é trabalhador, pobre, negro, mulher e/ou foge a normatividade cisgênero, essas formulações tendem a se intensificar ou distorcer. Como os realizadores dos filmes em estudo, na sua maioria, são oriundos da classe média, é possível manter essas noções e autores.

Já que o modernismo é um *sintoma* da modernidade, o cinema marginal revela a essência do próprio fazer artístico e a condição psíquica do indivíduo de classe média naquele momento. Se “A modernidade clássica ou mais antiga era uma arte do contra; despontou dentro da sociedade comercial da época dourada ao mesmo tempo como escândalo e insulto para o público burguês – feia, dissonante, boêmia, sexualmente chocante.”¹⁰, como Jameson colocou, o cinema marginal cumpriu um papel de insulto à própria modernidade que lhe imputava desejos desviantes e utópicos. A destruição da alteridade como valor fundamental na modernidade tomou forma na

¹⁰ JAMESON. Pós-modernidade e sociedade de consumo. p. 25.

estética provocativa do cinema marginal, seja na sua imagem suja e ruidosa, seja nas representações de violência e do uso de drogas. Para entender melhor a que tipo de violência esses cineastas respondiam com uma arte disposta a provocar o público e exorcizar seus fantasmas, a tese de Beatriz de Moraes Vieira, *A palavra perplexa: experiência histórica e poesia no Brasil nos anos 70*, faz uma minuciosa análise da conjuntura nacional e internacional:

(...) é de praxe dizer que a década de 1970 iniciou-se em 1968. Um ano vertiginoso em muitos sentidos, um marco no contexto histórico internacional, tanto do ponto de vista político quanto cultural. Vivia-se a guerra fria, a guerra do Vietnã, o macartismo, os golpes militares na América Latina; atos de terrorismo internacional; a decepção com os rumos do socialismo soviético-stalinista, com a atuação submissa dos partidos comunistas europeus e com as notícias de repressão às artes em Cuba, após o fim da guerrilha boliviana e a morte de Che Guevara em 1967.¹¹

Já no contexto nacional, de 1964 e 1968 houve certa organicidade entre as atividades artísticas e as atividades políticas, resultando um extenso volume na produção cultural dos primeiros anos após o golpe. “Vivia-se uma ditadura suficientemente forte para reprimir os movimentos sociais e políticos, mas taticamente moderada para permitir que a esquerda derrotada na política parecesse triunfar na cultura.”, de acordo com Marcos Napolitano, o mito da “ditabranda” pode encontrar raízes na relação complexa entre cultura de oposição no Brasil e o governo militar, já que nesse momento inicial havia tanto uma rearticulação da esquerda como uma “guerra psicológica da subversão” por parte dos militares para não perder o apoio de sua principal base social, a classe média. Segundo o autor, nessa fase a cultura crítica de esquerda era tolerada somente se o artista ficasse restrito aos circuitos culturais da classe média, isolando as conexões entre cultura de esquerda e classes populares. O ano de 1968, no entanto, interrompeu essa dinâmica com a implantação do AI-5 que estabeleceu, entre outras restrições, o controle intenso do meio cultural, artístico e intelectual. As mudanças a partir desse período são notáveis na censura que o cinema esteve submetido, segundo Carlos Fico, em artigo sobre a Divisão de Censura de Diversões Públicas e seu acolhimento por parte da sociedade:

As “comunidades de informações e de segurança”, isto é, os membros da “linha dura” que criaram e passaram a controlar a espionagem e a polícia política, transformaram-se, em pouco tempo, na “voz autorizada” do regime, situando-se como guardiões dos fundamentos da “Revolução”.(...) a frenética troca de papéis secretos que empreendiam tinha por objetivo não apenas municiar as autoridades de informações, mas constituir uma espécie de narrativa

¹¹ VIEIRA, Beatriz de Moraes. *A palavra perplexa: experiência histórica e poesia no Brasil nos anos 70*. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, 2007, p.75.

legitimadora dos atos repressivos. Uma das tópicas dessa narrativa desenvolvia a tese de que a “crise moral” era fomentada pelo “movimento comunista internacional” com o propósito de abalar os fundamentos da família, desencaminhar os jovens e disseminar maus hábitos – sendo, dessa maneira, a ante-sala da subversão. (*Prezada censura: cartas ao regime militar*, Topoi n°5, volume 3. 2002)

Essa lógica que buscava garantir a segurança nacional e a integridade da família conservadora brasileira, operava tanto na censura prévia intensificada a partir do Decreto-lei de 1970, mais vinculado à imprensa, quanto em obras teatrais e cinematográficas, sujeitas a nova Lei de Censura implantada em novembro de 1968. Essa última, efetuada pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), regulava, antes mesmo do golpe militar, os conteúdos da TV, do cinema e do teatro.

Dessa forma, a formação sócio-histórica de uma prática cultural pautada nas representações acerca da violência e da marginalidade social brasileira foi se moldando conjuntamente a essas restrições e dando forma ao que ficou conhecido como Cinema Marginal Baiano. Se persamos ainda o humor como meio de se vingar do mundo como função libertadora do medo e somarmos à ideia de que “O homem sério é frágil e vulnerável, uma vez que enfrenta o destino de peito aberto, num combate em que se engaja totalmente, expondo-se aos golpes da sorte; pronto para morrer por seus ideais, ele recusa a fuga. A ironia, ao contrário, permite usar de artimanhas com a vida.”¹², chegaremos a conclusão de que o irônico sempre pisa em falso, pois não adere completamente ao presente, não corre, dessa forma, o risco do desencanto. Assim, o cinema marginal pode ser entendido como uma forma de evitar também a polarização política colocada no final da década de 60, não tomando como seu nenhum valor e assumindo uma postura diante do cenário desesperador.

Finalmente, o cinema marginal assumiria então uma conduta anti-fóbica com relação ao contexto de repressão e desencantamento. Ele obriga a imoralidade a sair do esconderijo ou do lugar confortável que se encontra na parcela conservadora da sociedade, vinculada aos ideais da ditadura militar, e do desgastado projeto socialista àquele momento apresentado. Se estabelece, portanto, no limite tênue entre a loucura e a sensatez, marginalidade e crime de Estado, modernidade e pós modernidade. Pode ser visto então como uma revisão das repressões psíquicas sofridas e forma transgressora de avaliar a realidade, numa busca ambígua desejante e desistente de mudar a estrutura política e econômica.

¹² MINOIS, George. História do riso e do escárnio. Trad. Maria Elena O. Ortiz Assumpção. São Paulo: Editora Unesp, 2003, p. 570.

Pretas e pretos em movimento: o Movimento Negro Unificado e pautas para segurança pública - Belo Horizonte por volta da década de 1970

Luciano Jorge de Jesus

Pós-graduando em Gestão de Políticas públicas em Gênero e Raça
Universidade de Brasília
proflucianojj@gmail.com

RESUMO: O artigo apresentado se inscreve como um conjunto de observações do trabalho de conclusão de curso para a especialização da Universidade de Brasília em Gestão de Políticas públicas em Gênero e Raça e os apontamentos apresentados se configuram como os primeiros passos em torno de um tema que ainda necessita de muitas pesquisas: a mobilização de homens e mulheres negras durante a ditadura civil militar brasileira. Assim sendo, o presente trabalho tem por objetivo apresentar a forma como militantes do Movimento Negro Unificado (MNU) construíram pautas sobre segurança pública durante a ditadura civil militar, inscrevendo o recorte histórico no fim da década de 1970 e a década de 1980. Para a construção dessa narrativa recorreremos aos relatos de militantes que viveram o momento buscando compreender a complexidade da organização do MNU e a forma como o movimento construiu suas pautas.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura civil militar, Movimento Negro, Segurança Pública.

Introdução – ou a invisibilidade negra nos estudos sobre ditadura no Brasil

Poucos são os trabalhos que possuem um recorte racial sobre a ditadura civil militar brasileira, contudo, muitos foram as(os) nos diferentes espaços de contestação ao regime: Osvaldão, Carlos Marighella, Luiz José da Cunha, Abdias Nascimento, Lélia Gonzalez e Maria Beatriz do Nascimento, são alguns exemplos para essa mobilização em diferentes instâncias e diferentes formas de participação em movimentos, partidos, coletivos ou grupos de guerrilha. Esses exemplos mostram que o silêncio nas narrativas sobre a ditadura militar está no olhar da historiografia sobre o tema, pois pretos e pretas estiveram presentes em diferentes frentes, sendo inclusive, perseguidas(os) pelos sensores da época. Thula Rafaela de Oliveira Pires constrói uma argumentação muito interessante para justificar a ausência de uma lente para as questões raciais e de gênero para narrativas durante a ditadura militar:

O fato do Regime Militar ter adotado o mito da democracia racial como um dos seus mecanismos ideológicos de controle, consubstanciado, entre outros na famigerada Lei de Segurança Nacional, faz com que o relato responsável do período passe necessariamente por essa lente, sob pena de serem reproduzidas as falaciosas memórias incolores que reforçam os lugares de subalternidade e encobrem as agências de negros e negras que, sempre a duras penas, determinam

seus percursos políticos em primeira pessoa, com sangue, suor e gritos (de ordem e de dor)¹.

Esse relatório da comissão da verdade nos convida a pensar em dois pontos importantes sobre a questão racial na ditadura: 1) a existência de vários grupos formados por pretos e pretas que construíram espaços de resistência. 2) A forma como o regime ditatorial utilizou diferentes espaços de opressão. Aqui nos interessa pensar, por exemplo, na força policial que oprimiu diversos setores da população negra. Nesse sentido, talvez uma análise que leve em consideração o recorte de raça e gênero, precise considerar também outro olhar, elencando por exemplo a forma como a população negra sofreu com a violência policial. Um exemplo dessa opressão eram as *blitz*² realizadas nos bairros de periferia, vilas e favelas do Rio de Janeiro na qual a polícia “escoltava” vários homens negros unidos por uma corda amarrada ao pescoço. Aqui temos um sinal interessante para pensar no tema em questão: o amálgama entre ditadura e racismo brasileiro. Com isso, a lente de análise passa a ser mais complexa, existe a necessidade, como veremos a seguir, de notar também a violência policial cotidiana contra população negra como mais um rastro da ditadura civil militar brasileiras. Para isso recorreremos aos relatos orais de militantes que viveram esse momento: recorrendo as falas de Rita Cupertino e Isabel Cupertino, além de Marcos Cardoso, importantes militantes do MNU de Belo Horizonte.

Experiência e construção identitária durante a ditadura civil militar

O MNU possui como importante momento de interlocução o ato realizado em 07 de julho de 1978 nas escadarias do Teatro Municipal na cidade de São Paulo. Com isso não queremos dizer que o ponto de partida é esse momento, até por que outras mobilizações, como por exemplo, a organização da coluna Afro-latino-América, do Jornal *Versus*³ já ocorria. O ato em São Paulo ocorre em protesto a morte de Robson Silveira Luz e contra a discriminação de 4 rapazes do time juvenil de vôlei do Clube Regatas Tietê proibidos de vivenciar o clube⁴.

¹ PIRES, T. R. O. *Colorindo memórias e redefinindo olhares: Ditadura Militar e Racismo no Rio de Janeiro*. 2015. Relatório da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, p. 4-5.

² PIRES, T. R. O. *Colorindo memórias e redefinindo olhares*, p. 19.

³ *Versus* foi um jornal alternativo de esquerda idealizado por Marcos Faerman e dirigido por ele de 1975 a 1978 que possuía colaboradores do Brasil e da América Latina que tratavam de temas sobre sofrimento e resistência dos trabalhadores e minorias, denunciando o extermínio de povos e culturas inteiras e denunciando também a violência e repressão das ditaduras militares. Era um jornal eclético que publicava discussões de interesse dos militantes do movimento negro e dos movimentos feministas, entre outros movimentos. A publicação chegou a vender 35 mil exemplares por edição, entre julho e novembro de 1977. Com a gradual abertura política, a equipe de *Versus* decidiu - democraticamente e com o aval de Marcos Faerman - mudar a linha editorial do jornal, que acabou por se descaracterizar de sua proposta original - cultural, política e apartidária, para se tornar porta-voz das plataformas da organização trotskista Convergência Socialista. Em setembro de 1978, após 24 edições, descontente com os rumos da publicação que havia criado, Marcos Faerman saiu do jornal.

⁴ CARDOSO, M. *O movimento negro*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002, p. 40.

Em Belo Horizonte o MNU começa a se organizar um ano depois e se coloca na luta antirracista junto a outras entidades, grupos, coletivos que compõem o movimento negro em Belo Horizonte⁵. Imerso nessa rede o movimento se configura como principal “força politizadora do Movimento Social Negro em Belo Horizonte”⁶, uma entidade que compôs a resistência negra durante a ditadura militar.

Contudo, pensando nos militantes em questão e seus relatos: como esses se inserem no MNU? Marcos Cardoso relata que sua entrada para o MNU se dá por uma via interessante, o espaço da já citada coluna Afro-latino-América, organizada pelo jornal *Versus*. Cardoso já tinha uma militância operária importante ocupando um dos espaços importantes da resistência operária naquele momento, a região do Barreiro:

eu iniciei no movimento negro nesse período ai final dos anos 1970, 77, não assim no movimento negro praticamente em 79, mas na militância de esquerda, como um jovem ainda meio perdido, ainda nos anos 77, 76, por ai, por causa da região onde que eu morava, ser uma região operária, um berço do movimento operário, importante aqui de Belo Horizonte, região industrial, Barreiro né? E ali em contato, com sobretudo o movimento sindical clandestino, resistência operária, então é por ai que a gente começa essa militância do movimento...

Sua inserção no MNU se dá no contato com a coluna Afro-latino-América, os espaços ocupados por ele em sua militância não possibilitaram uma reflexão racial mais contundente, apesar da luta operária e de alguns grupos de esquerda influenciarem a militância negra, o espaço do MNU é que favorece a reflexão sobre raça, sobre as questões raciais e temas afim. A partir da leitura do jornal e da interlocução com figuras como Hamilton Cardoso, militante do MNU que escrevia para a coluna Afro-latino-América, Marcos Cardoso se insere no movimento e tem a possibilidade de notar nesse espaço um amplo espaço de interlocução e reflexão para as questões raciais e os debates correlatos.

As irmãs Isabel Cupertino e Rita Cupertino já demonstram uma construção identitária diferente daquela realizada por Marcos Cardoso. A família foi um espaço muito importante para a construção da identidade racial, pois ali existia, primeiramente, uma rica interlocução sobre a identidade de seus cabelos, ou seja, essa valorização é mais que uma prática individual, ela se configura necessariamente como experiência compartilhada⁷. No mais, é importante lembrar que

⁵ CARDOSO, M. *O movimento negro*, p. 144.

⁶ CARDOSO. *O movimento negro*. p. 165.

⁷ GOMES, Nilma L. *Corpo e Cabelo como Símbolos da Identidade Negra*. II Seminário Internacional de Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais: Identidade, Diferença e Mediações. Santa Catarina: UFSC. Abril, 2003, p. 2.

essa construção pelo cabelo de mulheres negras é algo muito importante. bell hooks⁸ nos lembra que a sociedade patriarcal pressiona mulheres negras a buscarem valores embranquecidos, principalmente com o objetivo de mudar o aspecto de seus cabelos alisando-o. A corporalidade⁹ de mulheres negras é silenciada, na medida em que o pensamento patriarcal pressiona a notar seus cabelos como algo a ser domado, dominado e moldado a um padrão embranquecido. Assim, bell hooks nos mostra como a aceitação a um padrão embranquecido das mulheres negras está diretamente ligada a uma negação de sua corporalidade:

Em uma de minhas conversas que se concentravam na construção social da identidade da mulher negra dentro de uma sociedade sexista e racista, uma mulher negra veio até mim no final da discussão e me contou que sua filha de sete anos de idade estava deslumbrada com a ideia do cabelo loiro, de tal forma que ela havia feito uma peruca que imitava os cachinhos dourados. Essa mãe queria saber o que estava fazendo de errado em sua tutela, já que sua casa era um lugar onde a condição de negro era afirmada e celebrada. Mas ela não havia considerado que o seu cabelo alisado era uma mensagem para a sua filha: nós mulheres negras não somos aceitas a menos que alteremos nossa aparência ou textura do cabelo¹⁰.

Outra face interessante da identidade racial das irmãs é justamente a relação com as religiões de matriz africanas. Nela podemos até notar um dos aspectos da segurança pública, na opressão de terreiros de Umbanda e Candomblé. No relato de Isabel Cupertino, percebemos como a opressão policial esteve presente em alguns terreiros:

(...) a nossa família teve a sorte dos nossos pais já ter consciência racial. Ambos eram umbandistas, então eu me lembro, lá no morro do Papagaio, quando o pessoal fala de repressão aos terreiros e essa repressão a gente já vivenciou desde criança. E o meu pai bem firme né? Ele falava: ‘Vou terminar a sessão Sá’, ele chamava a minha mãe de Sá “e prepara os documentos que eles vão vir me prender. Alguém já me denunciou.” E aí ele ficava atrás do portão já esperando a polícia. Então nós vivenciamos a história da repressão policial, por causa da religião que ele já assumia (...).

Então, essa repressão continuou né? Que são vizinhos que denunciavam né? (...) tinha uma senhora que, pelo fato da gente assumir a nossa religião, ela tava fervendo uma água e essa água ela ia jogar em um dos meus irmãos. Só que a água caiu nela. Queimou uma filha dela também. Então assim, tinha muita repressão...

(...) muita denúncia. E discriminação. Porque o pessoal, poucos brincavam com a gente. A socialização com a vizinhança era muito difícil. Por causa que na nossa casa tinha um centro espírita.

⁸ Gloria Jean Watkins é mais conhecida pelo pseudônimo bell hooks (escrito em minúsculas). Watkins tirou o nome “bell hooks” de sua bisavó materna, Bell Blair Hooks.

⁹ OLIVEIRA, Marcus Aurélio Tabora de. *Práticas pedagógicas da educação física nos tempos e espaços escolares: a corporalidade como termo ausente?* In: BRACHT, Valter; CRISÓRIO, Ricardo (Coords.). *A educação física no Brasil e na Argentina: identidade, desafios e perspectivas*. Campinas, SP: Autores Associados; Rio de Janeiro: Prosul, 2003, p. 157.

¹⁰ HOOKS, bell. *Alisando nosso cabelo*. Revista Gazeta de Cuba – União de escritores y artista de Cuba, jan-fev. 2005, p. 05-06.

Esse relato sugere uma possibilidade de interlocução com a obra de João José Reis que demonstra que na cidade de Salvador do século XIX os membros do candomblé sofreram com a opressão da polícia¹¹. É importante um cuidado na análise realizada, por se tratar de uma narrativa construída em outro recorte histórico, com outra dinâmica social, inclusive no modo como o racismo possuía desdobramentos diferentes ao que estão submetidos pretos e pretas durante a ditadura civil militar. Contudo é interessante pensar no já citado amalgama de nossas relações raciais construídas durante a ditadura militar, com as práticas escravocratas, além disso é importante seguir o rastro para que tenhamos maior profundidade do modo como as religiões de matriz africanas estiveram presentes durante a ditadura.

Pautas para segurança pública: protagonismo do Movimento Negro Unificado de Belo Horizonte

A principal pauta do MNU é a violência policial. O ponto importante é que a leitura da militância ganha um contorno diferente, pois as reivindicações do movimento apontam para a opressão policial contra pessoas comuns, que não tinham necessariamente ligação com grupos de contestação ou enfrentamento à ditadura civil militar. Segundo relatos de Marcos Cardoso, uma das primeiras ações do MNU de Belo Horizonte, ocorreu durante um evento realizado no antigo prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH). Naquela ocasião o movimento também denunciou a violência policial contra um homem negro morador da Pedreira Prado Lopes,¹² aglomerado na região XXX de Belo Horizonte. O relato de Marcos Cardoso aprofunda ainda mais essa questão

Eu tava chegando! (...) Já chegando fui fazendo jornal, rodando jornal de madrugada, pra distribuir em evento... é tanto que nós rodamos um jornal a madrugada inteira, que eu acho que chamava 'O Quilombo' né? Primeiro nome do jornal que eu rodava em mimeografo a tinta, rodava no DCE aqui na rua... era na Guajajaras ali, rodado à noite pra distribuir pros participantes da primeira semana de... Não sei era de comemoração do 13 de maio na FAFICH... então nós fomos, foi um seminário bacana, teve alguns intelectuais importantes, inclusive Kabengele... (...) e ai nós fomos pra esse seminário, denunciar a violência policial e tal. Essa era a pauta né? Inclusive a capa do jornal era o assassinato do Bolão que era um cara aqui da Pedreira Prado Lopes, morto pela polícia, e ai já chegamos lá com essa... (...) Pra mim esse foi um evento bacana em função que eu tava chegando e era uma discussão interessante e essas pessoas a gente não conhecia, porque a gente não tava... No meu caso particularmente, a gente não era da academia, a gente vem de outro lugar, então pra gente era uma novidade, era bacana e a gente... (...) Olha isso foi em maio de 79, por que eu entrei pro movimento em maio de 79, isso que eu tô dizendo. O que eu já tinha

¹¹ REIS, João José. *Domingos Sodré, um Sacerdote Africano: Escravidão, Liberdade e Candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹² Vila Localizada na região noroeste da cidade de Belo Horizonte.

de informação era de... Eu conhecia o movimento negro unificado naquela semana. O movimento disse ‘olha vai ter esse evento lá na FAFICH era importante vocês participarem, vão distribuir o jornal lá...’ já era tarefa!

Essa intervenção do MNU se liga muito a já citada atividade do dia 07 de julho de 1978, pois serviram para denunciar o racismo presente no Brasil contrariando a propaganda do governo ditatorial que apresentava o país como um paraíso da democracia racial ao mesmo tempo em que serviu para denunciar a violência policial contra pretos e pretas das periferias, morros e favelas, outra face do racismo.

Em diálogo com o relato de Marcos Cardoso, a historiadora Karin Sant’Anna Kössling reforça que o MNU, em suas publicações, ações, pautas e reivindicações tocam na face do racismo presente na perseguição da polícia à população negra:

A repressão policial que se abate principalmente sobre a população negra, tem como objetivo mantê-la desorganizada, bloqueando qualquer iniciativa política que ela possa fazer, visando melhores condições de vida e uma participação igualitária na sociedade. Impedindo o negro de andar livremente nas ruas, obrigando-o à apresentar Carteira de Trabalho assinada, matando menores, invadindo casas e entidades negras, o regime policial procura amedrontar e desestimular o Negro de lutar contra o racismo existente na sociedade brasileira¹³.

Isabel Cupertino nos lembra a forma como o MNU, construía suas pautas em diferentes eventos construídos pela entidade:

Olha só, o que eu me lembro né, é que havia as reuniões com os representantes estadual... Municipal, estadual e nacional. A gente ia as delegações pra esses grandes congressos. As discussões eram calorosas, profunda mesmo, porque discutiam teses que davam rumo ao movimento e fazia alguma discussão racial de raiz. Não superficial. Inclusive, o que hoje tanto fala sobre questão da violência contra a juventude negra.

Um ponto importante a ser acrescentado é justamente a possibilidade do notarmos que a pautas que tocam que falam sobre a violência policial serem bem próximas daquelas que vários grupos e entidades dos diferentes setores dos movimentos negros contemporâneos se orientam. Em seu trabalho *O Mundo Negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)* o historiador Amílcar Araújo Pereira constrói sua narrativa, também recorrendo aos relatos de vários/as militantes dos movimentos negros brasileiros, dentre eles estão os relatos de Sueli Carneiro, importante militante dos movimentos negros do Brasil. Nessa oportunidade, Sueli demonstram algo interessante sobre a importância do MNU para a politização das questões raciais:

¹³ KÖSSLING, Karin Sant’Anna. *As Lutas Anti-racistas de Afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)*. Dissertação de Mestrado orientada pela Professora Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História. Universidade de São Paulo, 2007, p. 185.

Em 1978 nasceu o MNU, [...] que traz uma nova perspectiva para se pensar a questão racial do ponto de vista do ativismo, articulando os temas raça e classe. O MNU traz um nível de politização maior para o debate racial e situa o movimento negro em uma perspectiva mais de esquerda, que eu acho que foi a influência fundamental de toda a militância da minha geração. Acho que o fato político mais importante do movimento negro contemporâneo foi aquele 7 de julho de 1978, porque tudo o que ocorre depois se referencia a esse ato inaugural de re-fundação, digamos, do movimento negro contemporâneo. Muita das organizações que existem hoje são releituras das teses que existiam, porque a visão estratégica que foi colocada naquele momento orienta até hoje. Não foi criada uma outra grande tese tão abrangente como a que o MNU traz e provavelmente é possível dizer que ela teve e tem uma influência política maior do que a do próprio MNU enquanto instituição. No tempo, as teses acabaram sobrevivendo mais do que a própria instituição tal como foi concebida originalmente¹⁴.

Outra pauta importante debatida pelo MNU naquele momento é a participação da entidade no Congresso Nacional pela Anistia. O evento foi organizado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia e ocorreu em duas oportunidades. O primeiro congresso ocorreu em novembro de 1978¹⁵ e o segundo – do qual o MNU participou – foi realizado em novembro de 1979, contando com a participação de várias entidades, grupos e pessoas que tinham por interesse o retorno de exilados e a restauração das instâncias democráticas, assim, o congresso foi uma importante instância de luta no sentido de “(...) restaurar a dignidade política e histórica de todos aqueles que foram assassinados e torturados pela repressão política instaurada no Brasil (...)”¹⁶.

Nessa oportunidade o MNU marca sua posição de forma contundente, demonstrando que a população negra sofreu com o racismo da ação policial e que essa não ocorreu de forma gratuita. Voltando na obra de Marcos Cardoso, “O Movimento Negro”, a proposta da entidade apresentada ao Congresso Nacional demonstra preocupação com o papel da segurança pública e sua seletividade. Dessa forma o MNU levou para o evento:

(...) uma tese sobre o papel do aparato policial no processo de dominação do negro, denunciando a violência policial contra os negros no Brasil, as condições sub-humanas da população carcerária e as torturas nos presídios. Este documento defende que a perseguição policial ao negro não é uma perseguição comum, mas uma perseguição política¹⁷.

¹⁴ CARNEIRO *apud* PEREIRA, Amílcar Araujo. *O Mundo Negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)*. 2010. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, p. 189.

¹⁵ Informações encontradas no site <<http://www.memorialdademocracia.com.br/card/anistia>>. Acesso em: 19 de julho de 2016.

¹⁶ CARDOSO, M. *O movimento negro*, p. 61.

¹⁷ CARDOSO, M. *O movimento negro*, p. 45.

Já em seu relato, Marcos Cardoso aprofunda um pouco mais nos meandros da proposta apresentada no congresso. Inclusive demonstrando que a tese proposta durante o evento não foi tão bem aceita:

Inclusive nós vamos participar do congresso nacional pela anistia no Brasil com uma tese. Que é essa tese que tá um pouco na boca de Hamilton Borges na campanha Reaja que é: “o preso comum é um preso político” (...) esse texto, é claro que hoje se fosse fazer uma tese seria diferente, mas na época esse texto foi exaustivamente discutido dentro do movimento negro unificado, então as pessoas foram para o congresso, pra defender essa tese e pedir que a anistia, que o vestibular da tortura ao preso político na qual... Então a gente arrumava muita briga gente... O povo da anistia lá tá querendo discutir pra trazer as pessoas que tavam fora do Brasil, foram torturadas e era foda isso né? E a gente discutindo o seguinte o vestibular daquela tortura era nós. Eram os presos do dia-a-dia. Então a gente queria... O preso comum daquela cadeia daquela época, não é a cadeia hoje, a cadeia daquela época, o preso comum é um preso político.

O MNU estava preocupado com quem a invisibilização de pretos e pretas durante a ditadura, a preocupação com o olhar interseccional trouxe um desdobramento muito mais complexo do que poderíamos imaginar para a ditadura civil militar brasileira. O encarceramento e a opressão policial eram políticas em um país que olhava para seu espelho e via seu reflexo distorcido, mesmo acreditando que viviam em um paraíso racial. A violência policial contra a população negra era cotidiana e o próprio movimento ligava-a ao modo como o período escravocrata tratou pretos e pretas¹⁸. Assim, não seria exagero afirmar que a ditadura brasileira afetou diferentes classes, raças, espaços de forma diferente. O mais importante, é que o MNU estava ciente do modo como a violência policial, que foi utilizada para confrontar possíveis focos “subversivos” também foi utilizada oprimir a população negra, moradores das periferias. Desse modo, a tese apresentada pelo MNU foi uma oportunidade em lembrar que a violência policial e o encarceramento da população negra são ações políticas e essas se inserem no modo como o racismo se estrutura, no modo como as relações raciais se estruturam em nosso país¹⁹.

Considerações finais e contribuições para futuras narrativas sobre o tema

Primeiramente, é importante notar que o Espaço do Movimento Negro Unificado, de fato, se configurou como um rico espaço de construção identitária. Pretos e Pretas se conheceram melhor no momento em que ocuparam esse espaço e ensinaram mutuamente as necessidades das lutas antirracistas e seus vários desdobramentos. Ou seja, aprenderam em movimento, na construção de pautas, no encontro com militantes mais velhas/os, na realização de eventos,

¹⁸ KÖSSLING, Karin Sant’Anna. *As Lutas Anti-racistas de Afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)*, p. 183

¹⁹ CARDOSO, M. *O movimento negro*, p. 47.

construindo enfrentamentos que possibilitasse as mulheres negras outro olhar sobre sua corporalidade e ensinaram aos homens que as opressões vividas por elas, sentida na pele, possui um aprofundamento muito diferente e que precisava (e precisa) ser notado a todo tempo.

O MNU sempre esteve preocupado com as reivindicações por outras formas de se fazer segurança pública, basta lembrar que um ponto importante para sua existência foi a denúncia da violência policial cometida contra trabalhadores pretos e pobres. O ponto mais importante sobre as pautas para segurança pública é o fato dessa não ser entendida meramente como ação policial. O sistema carcerário, a violência contra juventude negra, os diálogos com a saúde, educação e habitação, por exemplo, mostram que o Movimento Negro Unificado buscou ampliar seu olhar para segurança pública. Outra observação é sobre a importante participação do MNU no Congresso Nacional Pela Anistia no Brasil, disputando seu olhar sobre a violência policial e o vestibular da tortura nas prisões contra os presos “comuns”. Esses, para o Movimento Negro Unificado, eram presos políticos, assim como aqueles que contestaram a ditadura civil-militar de outras formas. A grande questão é buscar aprofundar ainda mais nas narrativas sobre a participação da entidade nessa instância.

Novos desdobramentos, novas perguntas nasceram durante a escrita desse trabalho. Existe a necessidade em aprofundar ainda mais as investigações sobre os coletivos, entidades negras durante a ditadura militar, mesmo antes da fundação do Movimento Negro Unificado. É importante lembrar que o MNU não surge do nada, espontaneamente. Ele é um desdobramento para um coletivo de ações, de ideias, um conjunto de pessoas na luta antirracista. Essas histórias podem (e precisam) ser equalizadas. A participação do MNU no Congresso Nacional Pela Anistia no Brasil, precisa ser melhor investigada. É possível tomar como objeto de pesquisa histórica esse evento, seja limitando a tese apresentada pelo MNU no evento, ainda estudando o evento como um todo. Além disso, outras perguntas podem ser pensadas sobre esse congresso: quais os personagens do MNU estiveram presentes no evento? Ouve uma preparação para esse evento? Ouve disputas internas para a escolha dessa tese? Quais outras foram construídas?

Finalmente, podemos pensar numa interessante interlocução entre outros/as membros do MNU de Belo Horizonte, acrescentando novos relatos e também cruzando com outras fontes, como materiais construídos pelo Movimento Negro Unificado, periódicos produzidos pela militância, dentre outros.

As Diretas Já em Minas Gerais: o movimento e seus discursos

Rochelle Gutierrez Bazaga

Mestranda em História
Universidade Federal de Uberlândia
rochelle_gutierrez@hotmail.com

RESUMO: O processo de transição política brasileira é fruto de vários fatores que impulsionaram o fim do regime militar, sendo que as “Diretas Já” constituem esse momento. A campanha reuniu diversos grupos sociais e políticos, que uniram e organizaram manifestações públicas para forçar o Congresso Nacional à aprovação da Emenda Dante de Oliveira. Embora já houvesse um movimento de abertura, o Brasil ainda vivia sob um regime militar, que também impôs obstáculos a campanha das diretas. Logo, vários foram os discursos produzidos e disputados nesse momento. Sendo assim, esse trabalho pretende apontar e discutir o movimento pelas diretas em Minas Gerais, seus atores e os discursos construídos e refletir sobre quais eram os conflitos ideológicos que estavam em disputa, principalmente em torno dos conceitos de consenso e da conciliação, comumente utilizados na imprensa, nos discursos políticos, nos comícios e pelos intelectuais.

Palavras-chave: Diretas, discursos, Minas Gerais.

Introdução

O processo de transição política brasileira é fruto de vários fatores que o impulsionaram, sendo que as “Diretas Já” constituem esse momento. A campanha reuniu diversos grupos sociais e políticos, que uniram e organizaram manifestações públicas para forçar o Congresso Nacional à aprovação da Emenda Dante de Oliveira.

Embora seja a maior manifestação de massa na história brasileira até os dias atuais, há uma grande ausência de literatura no campo historiográfico sobre o tema, tendo as ciências sociais, o jornalismo, se debruçado e constituído a literatura existente sobre o tema.

Sendo assim, o objetivo desse trabalho é compreender mediante o contexto de transição política brasileira, o movimento pelas diretas em Minas Gerais, através dos editoriais do jornal *Estado de Minas*, dos anos de 1983 e 1984.

A conjuntura política das “Diretas Já”

O Brasil vivia um momento de várias crises, entre elas crises de Estado, crises do regime, crises econômicas e várias tensões sociais latentes, além de ter se comprometido internacionalmente com o FMI no início de 1983, em um plano que previa de redução do crédito, déficit e subsídios públicos, a desvalorização da moeda e restrições ao aumento de salários. Essas

medidas agravaram ainda mais a situação e a tensão entre trabalhadores e o Estado, gerando greves de várias categorias, em 1983 foram 393 contra 144 do ano anterior.

[...] o governo cedeu às pressões dos credores internacionais e recorreu ao FMI para obter empréstimos que permitissem financiar os desequilíbrios no balanço de pagamentos, sob a condição de que adotasse medidas necessárias para ajustar a economia à geração de novos saldos crescentes na balança comercial para o pagamento dos serviços da dívida externa e permitir a redução do déficit em transações correntes. Foi adotada uma estratégia ainda mais recessiva, que incluía a contenção da demanda interna, a desvalorização cambial e a redução do déficit do setor público e da inflação.¹

A inflação também não parava de crescer, atingindo em 1983, 211% e em 1984 223,8%. Isso fez com que vários setores da economia fossem prejudicados, justamente pelo controle do déficit público e acabasse por gerar uma série de desempregos. No campo, os conflitos de terra se tornavam cada vez mais frequentes e violentos.

Outra questão importante, era a dívida externa que em 1983 chegou a atingir o montante de 95 bilhões de dólares. Juntamente com o aumento das dívidas, aumentava-se também a impopularidade do governo, demonstrado principalmente na figura de Delfim Neto, que tentava driblar as situações econômicas, com medidas financeiras e explicações, além dos casos de corrupção, que quase não eram apuradas e responsabilizadas.

Aumentando o descrédito crescente do governo junto à população, explodem, como bombas, vários escândalos financeiros – como Tieppo, Coroa-Brastel, Capemi, e Comind – envolvendo somas vultuosíssimas, empresários e banqueiros cujos interesses eram favorecidos pelas medidas econômicas do governo. Os responsáveis, embora tenham lesado milhões de brasileiros, foram poupados. A mesma impunidade valeu para os envolvidos em corrupções no governo, em sua quase totalidade não apuradas. Enfim, estamos no país do “vale-tudo!”²

Tudo isso, fez com que o mito da boa administração fosse destruído, e aos olhos da sociedade e principalmente do setor empresarial, ficou evidente a ausência de uma estratégia para a retomada do crescimento econômico em longo prazo. Merece destaque ainda, as divisões dentro do PDS (Partido Democrático Social), o que colocava em dúvida a sucessão presidencial dentro do próprio partido.

As “Diretas Já” no contexto de transição política brasileira

O aprofundamento da crise do regime e a contagiante campanha pelas eleições diretas, fizeram com que as atenções se voltassem para as disputas no campo do jogo político e

¹ BERTONCELO, Edison. A campanha das Diretas e a democratização. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2007. P.34.

² RODRIGUES, Marly. A Década de 80 – Brasil: quando a multidão voltou às praças. São Paulo: Editora Ática. 1992. P.43.

nos possíveis caminhos a democracia brasileira, esses caminhos passavam pelas discussões dos conceitos de ruptura, negociação, consenso, conciliação, revolução, que circulavam os debates acadêmicos, políticos e sociais.

A votação da Emenda Dante de Oliveira e sua consequente derrota trouxeram um rico debate no que se refere a transição política brasileira para a democracia, que colocou de um lado, o regime que via seu governo submergir em um desgoverno e a desagregação da sua base político-parlamentar e de outro, as oposições viram-se em uma situação inédita, em que tinham de um lado o clamor das ruas por avanços e de outro a necessidade de fazer uma solução negociada, correndo simultaneamente o risco de trair a vontade popular e assim reproduzir a conciliação elitista tão conhecida na nossa trajetória histórica.

Esse quadro colocou um grande problema as oposições que se viram com o risco de perder a oportunidade de promover a ruptura com o autoritarismo a partir de um amplo consenso nacional, o que fez crescer seus desafios, problemas e possibilidades. Nesse ponto esbarramos com outra questão, a sociedade estava desacostumada em conviver com questões da nação e seja qual fosse o desfecho, o povo teria que romper com uma crise de sociabilidade.

Ponto que merece destaque, a implantação do regime autoritário no Brasil se deu de cima para baixo, por um golpe de Estado Militar, cujo êxito ocorreu em grande parte da debilidade da sociedade civil, que não é nova e tem suas raízes passadas, e que de certa forma foi obrigada a seguir no processo de modernização capitalista, em que os aparelhos coercitivos e executivos do Estado, se tornaram fortalecidos.

Não que os golpistas não tenham buscado e, em certos momentos, até mesmo desfrutado do consenso de amplas camadas da população; mas se tratou sempre de um consenso passivo, que pressupunha a restrição (e não a socialização totalitária) da esfera política, isto é, a limitação do protagonismo político a uma elite militar e/ou tecnocrática, que fazia inclusive do antipoliticismo (“a política agita e divide, impedindo assim a segurança que garante o desenvolvimento”) o seu principal sustentáculo ideológico. Nesse sentido, o regime pós-64 foi “apenas” a encarnação extremada da velha tendência elitista e a encarnação externada da velha tendência elitista e excludente que sempre caracterizou a sociedade brasileira.³

Diante desse quadro, é fato que a grande dificuldade enfrentada, principalmente pela oposição ao regime, é a luta para o fortalecimento e a autonomização da sociedade civil, que saia da noção de abertura controlada e que seja protagonista de uma efetiva transição democrática.

³ Presença. Revista de política e cultura. n° 2. Editora Caetés. Fevereiro de 1984. P.13

Aqui é importante refletirmos os conceitos de transição e de revolução, segundo Luiz Werneck Vianna, autor que pode ser considerado um cronista da situação, pois os termos e conceitos que apresenta estão fortemente sendo vivenciados do tempo em que está falando, ou seja do contexto do movimento por eleições diretas:

Na linguagem corrente, a referência a processos de transição geralmente alude a um certo tipo de movimento social e político com sentido oposto ao de revolução. Transição se confundiria com a idéia de conservação, enquanto que mudança se constituiria num privilégio das revoluções. Ainda avaliando o significado desta acepção usual, transição se identificaria a processos transformísticos, com a administração dos caminhos do futuro pelas forças do passado. Transição: negociação, conciliação, mudança administrada pelas elites, preservação, “aggiornamento” do tradicional. Revolução: o oposto.⁴

Mais uma vez é necessário apontar que o processo de abertura, e conseqüentemente de transição, tem a modernização político-cultural como impulso, essa modernização que alterou socialmente a estrutura social e a composição demográfica no país, modernismo este que alterou as antigas formas de controle social das classes subalternas ao longo da nossa história, como por exemplo a CLT, coronelismo, populismo, etc. Logo, essas formas “criam e liberam as forças sociais que, autonomizadas das forças de controle social tradicional, se chocam contra a ordem autoritária, alargando assim o espaço para sua movimentação.”⁵. Com isso, a transição se cumpre, principalmente pelos temas impostos pelo regime.

A transição brasileira é marcada por uma herança de equívocos, onde a democracia é usada como instrumento e o golpe se torna uma pratica habitual, seja pela força, seja pelo consenso. O perfil da transição do golpe militar que começa em 1979 e caminha até as primeiras eleições diretas depois desse processo, se faz pelo “alto”, fazendo com que permaneça uma certa continuidade política, em que as mudanças acontecem, mas os laços com o antigo regime permanecem e uma possível revolução, que romperia com todas essas amarras, tornar-se-ia impossível.

O grande problema desta concepção da atividade política é que – se continuar predominando – a democracia que teremos daqui para a frente será tão capenga quanto a que já tivemos no passado. Mais ainda, a continuar prevalecendo esse conceito conservador de política, se a democracia será capenga, uma revolução será simplesmente impossível.⁶

Nesse sentido, o povo que deveria ser protagonista desse processo de mudança, continua a margem, o que pode ser expressamente refletido no processo sucessório que intercorreu a

⁴ Presença. Revista de política e cultura. n° 3. Editora Caetés. Maio de 1984.p.30

⁵ VIANNA, Luiz Werneck. Travessia: da abertura a constituinte 86. Rio de Janeiro. Editora Taurus. 1986.p.18.

⁶ WEFORT, Francisco. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense.1984.p.30.

votação da emenda Dante de Oliveira, pelo voto indireto do Colégio eleitoral em 1985. É nesse momento também, que está presente o debate sobre democracia.

Merece destaque, que o discurso pela democracia, presente na pauta de discussões brasileira desde os anos de 1940, apesar de seu teor mudar de tempos em tempos, reaparece mais aparente nesse momento, embora esse debate já viesse acontecendo há algum tempo.

É nesse momento também que começam discussões entre os intelectuais e a sociedade, podemos citar aqui como exemplo a criação da Revista Presença, que nasceu da iniciativa de se pensar e discutir questões que estavam ocupando o centro da vida social, política e cultural, como por exemplo as discussões sobre ética, corrupção, liberdade de expressão, entre diversos outros temas, gerando uma pauta de debate dentro do processo de transição democrática.

O caráter contraditório e ambíguo de uma transição que se começa por cima se acentua sobre o pano de fundo dos fortes contrastes entre o “país legal” submetido a leis e instituições anacrônicas, e o “país real”, em processo de modernização acelerada. Compreende-se, pois, que a transição seja um assunto polêmico, difícil de explicar, até mesmo de escrever.⁷

Segundo, Suzeley Kalil Mathias (1995), em seu livro *Distensão no Brasil – o projeto militar*, essa preocupação quanto a explicação da transição, por conta das oscilações que aparecem ao longo desse processo, das perdas da violência pelo Estado, de um reforço na manutenção dessa violência, gerando assim distensões dentro do próprio Estado, o que demonstra que essa transição embora contraditória carregava consigo algumas transições ideológicas.

Os caminhos de uma revolução e de uma democracia podem se encontrar, criando uma democracia revolucionária, onde o sentido de revolução não se baseia somente pela questão da violência, mas sim pelos mecanismos de representação e de garantia dessa representação, sendo a democracia direta o seu caminho.

Nesse sentido, no Brasil, houve uma democracia de representação, onde a figura do político como representante aparece muito mais de forma pessoal, do que como um projeto coletivo. Aqui cabe também refletir o sentido de cargo público, sendo um conjunto de atribuições e deveres que devem ser dirigidos para todo um público e não somente para um determinado grupo como se fosse o cargo uma propriedade pessoal.

Isso é visível em toda a história brasileira, onde o público se confunde com o privado a todo o momento, gerando assim muitas vezes processos sucessórios, como se fossem heranças por direito, tornando-se processos de continuidade e não de ruptura e de mudanças. Pode-se ainda

⁷ WEEFFORT. *Por que democracia?*, p.57.

encontrar essas características nos clássicos Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda, Os Donos do Poder, de Raymundo Faoro, entre outros.

Ainda existe a confusão dos conceitos de negociação e conciliação pelas elites, que implica em retomar, situações do passado e torná-las paradigmáticas para a resolução dos problemas colocados na pauta do dia, abrindo margem mais uma vez para a revolução passiva.

Segundo Luiz Werneck Vianna (2004),

Mobilizar a revolução passiva gramsciana, contudo, trazia consigo a necessidade de distinguir suas duas possibilidades: como programa de ação das elites conservadoras, com sua forma expressiva contida no binômio conservar-mudando, ao iniciar um processo de transformações sob a cláusula de restrição de que este confirme e atualize seu domínio; como “critério de interpretação”, para o ator que se invista da representação de portador das mudanças, capacitando-o, a partir de uma adequada avaliação das circunstâncias que bloqueiam seu sucesso imediato e fulminante, a disputar a hegemonia numa longa “guerra de posições” e a dirigir seu empenho no sentido de um transformismo “de registro positivo”, assim desorganizando molecularmente a hegemonia dominante, ao tempo em que procura dar vida àquela que deve sucedê-la.⁸

E ainda,

A revolução passiva fora uma obra da cultura política dos territorialistas, e seus momentos de reformismo, [...] teriam produzido o efeito negativo da cooptação dos seres subalternos, o cancelamento de sua identidade e o aprofundamento das condições do estatuto da sua dominação. [...] Romper, no plano da política, com o contexto intelectual da revolução passiva, se fazia, assim, associar a uma idéia igualmente de ruptura com o próprio legado histórico formador da sociedade brasileira: a cultura política da Ibéria considerada como um peso opressor por seu autoritarismo-burocrático, parasitismo e natureza cartorial.⁹

Logo, as “Diretas Já”, foi um movimento de acordos políticos, tendo ficado nítido na votação da emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional, onde o seu êxito não se obteve pela discordância dos que deveriam votar, mas sim pela ausência dos que deveriam representar os anseios do povo e deveria ser o lugar central da votação, onde se percebe que ao invés de avaliações individuais dos deputados, foram feitas concessões em bloco pela decisão de cada grupo político naquele momento.

Porém não podemos descartar que a década de 1980, foi um divisor de águas no que se refere a construção de uma democracia brasileira, com uma agenda de pautas próprias; logo as “Diretas Já” foram preponderantes para esse processo, sendo o primeiro momento em que o povo

⁸ VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Revan. 2004. P.41

⁹ VIANNA. *A revolução passiva*, p.. 52.

retoma as ruas e um sentimento nacional de participação popular, volta a vigorar e fazer parte das discussões e debates.

As Diretas Já em Minas Gerais

A partir das pesquisas realizadas até o momento, e da análise dos editoriais do jornal *Estado de Minas*, apontaremos algumas questões, primeiro a disputa partidária entre o PDS e o PMDB, demonstrando que por trás do movimento que por ora tentava-se mostrar apartidário e amplo havia uma disputa de poder pelos partidos em torno da votação da Emenda Dante de Oliveira. O que o jornal demonstra é que Tancredo, principal mineiro no movimento posicionava-se na contramão dessa posição, mas que havia uma crítica ao fato dele estar levantando a bandeira do movimento em causa própria.

Isso gera também um debate bem aparente nos jornais sobre a questão sucessória, e a disputa entre políticos e povo, para o governo já estava dada como derrotada a emenda, e não estavam dispostos ao consenso para que houvesse eleições diretas, pressionando seus deputados a votarem contra ou se ausentarem, embora houvesse deputados do PDS que defendessem abertamente as diretas.

Outro ponto, é que o jornal acaba por retratar principalmente a cidade de Belo Horizonte e pontualmente cita sobre as cidades do interior no que se refere ao envolvimento com o movimento. Fato também que temas frequentes dos editoriais, no período em questão são as diretas, defesa da democracia, problemas de MG (cadeias, aeroporto, pautas regionais), católicos, empresários, crise econômica.

Porém embora houvesse desconfiança do PT com Tancredo, era um momento que se fez necessário a união entre as diversas correntes partidárias e dos movimentos sociais, fazendo com que o movimento fosse pacífico em torno de um direito revogado por tanto tempo pelos militares, destaca-se também o envolvimento de artistas nas diversas manifestações que ocorreram em Minas Gerais.

No dia da votação, em Belo Horizonte houve comício e repressão. A bancada do PDS mineira ficou dividida, e com a derrota da Emenda Dante de Oliveira, começa-se um debate em torno de Tancredo sobre a sucessão presidencial, ele em um primeiro momento diz que não negocia, que não aceitaria a vida da conciliação, mas depois acaba por ceder e se tornando o grande conciliador em torno das eleições indiretas.

Conclusão

Diante do exposto, podemos concluir especificamente sobre o processo sucessório, é importante frisar que a campanha tornou a emenda Dante de Oliveira o tema principal da agenda política, ampliou os espaços de debate de temas que faziam parte da disputa política, como por exemplo a questão da ruptura, da conciliação, negociação, consenso e revolução, que passaram a fazer parte da pauta de discussões, e que mesmo após a derrota da emenda, continuaram a ser ponto de partida para os debates políticos daquele instante.

Ponto importante, é que a cultura política de conciliação, esteve presente também nesse momento da história brasileira, embora seja por muitas vezes confusa e incompreendida. Aqui, compreendemos que o movimento pelas “Diretas Já”, reatualiza a forma como a cultura política de conciliação se manifesta.

Nesse sentido, o movimento em Minas Gerais por muitas vezes deu o tom ao movimento nacional, e de certa forma refletiu também esse momento, principalmente por conta das lideranças e artistas mineiros que foram protagonistas nesse momento.

Simpósio Temático 24:

História da morte: possibilidades de abordagens e diversidade de fontes

Régis Clemente Quintão

Mestrando

UFMG

regis.quintao@gmail.com

Denise Aparecida Sousa Duarte

Doutoranda

UFMG

ddenao@yahoo.com.br

Wesley Fernandes Rodrigues

Doutorando

UFMG

wesley_fernandes@yahoo.com.br

Proposta do Simpósio:

Em qualquer temporalidade, é possível dizer que a morte é uma temática da qual muito se fala. No regime de historicidade presentista, autores como Zygmunt Bauman (1998) e Norbert Elias (2001) nos deram impressionantes diagnósticos do que significaria a morte e o morrer para a sociedade contemporânea ocidental. É bem verdade que o parecer é pessimista: o homem pós-moderno não lida bem com a morte e dela tenta escapar. Uma novidade? Para tal constatação seria preciso investigar os períodos anteriores. O historiador João José Reis (1991) se debruçou sobre o modo de lidar com a morte no século XIX e percebeu sensíveis mudanças em comparação aos séculos precedentes, talvez em função das medidas higienistas que proibiram as inumações dentro das igrejas, além do surgimento dos novos cemitérios. Philippe Ariès (1977), por sua vez, ao escrever sobre a morte na Idade Média, afirmou que a interrupção da vida era algo “domesticado”, ou seja, esperada pelas pessoas como uma coisa boa, aceitável. Ainda nessa divisão de temporalidades, pode-se lembrar que, na Antiguidade Clássica, os gregos costumavam cremar os corpos com o objetivo de marcar a nova condição de quem morria. Os egípcios, como se sabe, juntavam todos os pertences do morto, a fim de serem depositados nas pirâmides. Como pode-se notar, sem sermos exaustivos nas referências, as visões a respeito da morte e do morrer variam

com o tempo. Nesse sentido, a proposta deste simpósio temático é discutir sobre essas mudanças e permanências ao longo da história. A partir daí, poderão ser debatidas as metodologias e fontes que têm norteado os estudos referentes à história da morte.

Possibilidades de uma história intelectual da morte: O martírio e as ordens mendicantes no século XIII

Dionathas Moreno Boenavides

Mestrando em História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
dionathas.boenavides@ufrgs.br

Resumo: O texto busca refletir teoricamente sobre como os campos da História Intelectual e da chamada História da Morte podem ser vinculados na prática de produção de conhecimento histórico sobre o período que ficou conhecido como Idade Média. Para isso, utiliza como exemplo, de forma breve, o objeto de pesquisa que norteou a elaboração do nosso Trabalho de Conclusão de Curso, a saber, o tema do martírio em documentos provenientes das Ordens Mendicantes dos Dominicanos e Franciscanos durante o século XIII.

Palavras-chave: História Intelectual, História da Morte, Martírio.

O presente texto tem origem em reflexões que permearam a elaboração da monografia de conclusão de curso que defendemos ao final do ano que passou (2015), assim como de reflexões teóricas que norteiam atualmente o incipiente desenvolvimento da nossa dissertação de mestrado. No que diz respeito ao seu objetivo, esperamos, com o retorno que essa oportunidade de participação em um Simpósio Temático específico para a História da Morte pode oferecer, ampliar as nossas referências e entrar em contato com outras perspectivas de estudo para esse fenômeno da morte, ao mesmo tempo tão refletido nas outras ciências e relativamente pouco estudado pela História.

A temática da História da Morte tem sido abordada, de forma esparsa, há pelo menos quatro décadas. Tendo como um dos principais precursores o historiador francês Philippe Ariès¹, trata-se certamente de uma área olhada muitas vezes com desconfiança. A História da Morte ou dos Mortos passou a receber mais atenção, acreditamos, a partir do momento em que ganhou outros adeptos, tais como Jean-Claude Schmitt e Michel Vovelle². Hoje não é difícil encontrar historiadores cujos esforços estão voltados para essa área e a notável concentração desses estudos em períodos históricos pertencentes ao que costumamos chamar, *grosso modo*, de Idade Média, não

¹ Cf. ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003 e *Idem. O homem diante da morte*. São Paulo: Editora da Unesp, 2014 (ambas obras foram publicadas pela primeira vez em 1977)

² Por exemplo: SCHMITT, Jean-Claude. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999 (primeira edição de 1994); VOVELLE, Michel. História dos homens no espelho da morte. In: BRAET, H. & VERBEKE, W. (eds.). *A morte na Idade Média*. São Paulo: Editora da USP, 1996, pp. 11-26 (primeira edição de 1982). Esse texto de Vovelle também é a introdução do seu *La mort et l'Occident de 1300 à nos jours*, e trata-se de uma versão ampliada do subcapítulo "Sobre a morte" no seu *Ideologias e mentalidades*.

parece obra do acaso³. Uma das razões primeiras que fazem com que os medievalistas se interessem por essa temática pode estar nas diferenças entre as relações que a sociedade ocidental guarda com seus mortos hoje e como essa relação funcionava naquele tempo. Se hoje o que caracteriza a nossa relação com os que trespassaram pode ser descrita, como fez Patrick Geary, em termos de abandono, o período medieval carregava outras características (apesar de podermos notar o início desse processo de abandono dos mortos ainda naquele período). Geary sintetiza essas diferenças ao afirmar que naquele mundo do Ocidente medieval (cito, em tradução livre):

o morto era onipresente, não apenas no sentido de que pessoas de todas as idades poderiam e de fato morriam com espantosa frequência e de forma repentina, mas também no sentido de que os mortos não deixavam de ser membros da comunidade humana. A morte marcava uma transição, uma mudança de status, mas não um fim. Os vivos continuavam a dever a eles certas obrigações, a mais importante sendo a de *memoria*, recordação. Isso não significava apenas recordação litúrgica nas orações e missas ofertadas pelo morto por semanas, meses e anos, mas também a preservação do nome, da família, das obras do defunto.⁴

É essa permanência dos mortos ao redor dos vivos após o trespassar, como comentado por Patrick Geary, que, mesmo que se dê no âmbito do imaginário, torna o período medieval portador de tantas possibilidades para a História da Morte. Outro ponto importante que motiva historiadores a se envolverem com essas problemáticas relacionadas à morte é o que Otto Gerhard Oexle chamou de relevância da atitude dos homens em relação à morte “para seu comportamento social”. Para esse autor, com quem concordamos, “são bastante reveladoras as relações que os indivíduos e os grupos travam entre si e com os mortos e o *status* social que atribuem aos mortos”⁵. Ora, somando essa ideia de que as atitudes dos homens para com a morte revelam questões importantes sobre uma dada época àquela da onipresença dos mortos entre os vivos no período medieval, o resultado é um caminho cheio de possibilidades de análise e de possíveis conclusões acerca de aspectos relevantes de uma sociedade.

A História da Morte, além de reveladora de funcionalidades sociais como afirmamos, pode ser escrita a partir de formas e objetos diversificados. Dentre as possibilidades de objetos estão os relatos de aparições de fantasmas como os trabalhados por Jean-Claude Schmitt⁶, a permanência

³ Ver, como reflexo do interesse nessa temática voltada para o medievo, o livro prefaciado por Chiara Frugoni que oferece uma seleção de capítulos originários de *O Outono da Idade Média*, de Huizinga, cuja temática é a morte na Idade Média: HUIZINGA, J. *Morte e religione nel medioevo*. Milão: RCS Libri, 2009.

⁴ GEARY, Patrick. *Living with the dead in the Middle Ages*. Ithaca: Cornell University Press, 1994, p. 2.

⁵ OEXLE, Otto G. A Presença dos Mortos. In: BRAET, H. & VERBEKE, W. (eds.). *A morte na Idade Média*. São Paulo: Editora da USP, 1996, pp. 27-78, p. 28.

⁶ SCHMITT. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*.

da existência dos mortos no âmbito jurídico⁷, as representações do mundo do além, destino dos que trespassaram⁸, e também sobre relações excepcionais, como é o caso dos estudos sobre os santos⁹. Podemos também fazer uma história sobre o luto a partir de pessoas próximas ao defunto ou dos locais de sepultamento¹⁰. Enfim, são diversas as possibilidades.

O nosso enquadramento nesse assunto é simples: buscamos entender a permanência de uma dada concepção de morte – o martírio – em um período para o qual alguns historiadores acreditam que essa morte não é tão “presente”, o século XIII. O que tentamos é identificar nas produções intelectuais de membros das ordens mendicantes – Dominicanos e Franciscanos - o martírio, para tentar responder: o martírio aparece como uma simples reminiscência de um passado no qual esse tipo de morte estava mais presente ou é tratado como algo que faz sentido (e quais possíveis sentidos seriam esses) no século XIII? É uma história de determinada concepção de morte, portanto.

É por objetivar entender como a temática do martírio era trabalhada nas obras dominicanas e franciscanas que acreditamos que as ferramentas estimuladas a partir das reflexões da História Intelectual são pertinentes. Trata-se de uma área da História que, apesar de problemática em alguns sentidos e de demandar alguns cuidados, possui uma importante carga de reflexão sobre a relação entre o texto e seu contexto de produção. Ademais, também oferece interessantes possibilidades nas análises diacrônica e sincrônica dos documentos.

Dado a variedade de formas de utilização da História Intelectual, ela acaba dificultando uma definição acurada. Essa dificuldade de um conceito fechado para essa área da História foi observada por alguns historiadores, como Carlos Altamariano, ao afirmar que

A História intelectual, como se sabe, é praticada de muitas maneiras e não possui em seu âmbito uma linguagem teórica ou modos de proceder que funcionem como modelos obrigatórios nem para analisar, nem para interpretar seus objetos – nem tampouco para definir, sem referência a uma problemática, a quais objetos conceder primazia.¹¹

⁷ OEXLE. A Presença dos Mortos.

⁸ Por exemplo: LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995 e ARIÈS, Philippe. Uma antiga concepção do Além. In: BRAET, H. & VERBEKE, W. (eds.). *A morte na Idade Média*. São Paulo: Editora da USP, 1996, pp. 79-87.

⁹ BROWN, Peter. *The Cult of the saints: its rise and function in Latin Christianity*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

¹⁰ LAUWERS, Michel. *O nascimento do cemitério*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

¹¹ ALTAMARIANO, C. Idéias para um programa de História Intelectual. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, 2007, pp. 9-19, p. 9. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a01v19n1>. Consultado em: 18 de novembro de 2014.

Ao afirmar essa ausência de linguagem teórica própria, ou modelos conceituais fechados, Altamariano sintetiza os principais causadores de dificuldade que podemos encontrar quando entramos em contato com a História Intelectual.

Agrada-nos particularmente a forma didática com que Robert Darnton explica as dificuldades conceituais da História Intelectual, principalmente por elencar os principais campos onde se concentram os trabalhos que se consideram História Intelectual. O autor, após mencionar a falta de uma “problemática norteadora” nessa área, assim como o fato de seus historiadores não se identificarem com temas ou métodos similares, aponta para quatro pontos principais de aglutinação dos trabalhos:

a história das ideias (o estudo do pensamento sistemático, geralmente em tratados filosóficos), a história intelectual propriamente dita (o estudo do pensamento informal, os climas de opinião e os movimentos literários), a história social das ideias (o estudo das ideologias e da difusão das ideias) e a história cultural (o estudo da cultura no sentido antropológico, incluindo concepções de mundo e *mentalités* coletivas).¹²

Longe de ser um consenso, essa listagem de Darnton demonstra-se útil por conseguir passar uma ideia geral das possibilidades presentes no campo da História Intelectual. Importante percebermos que essas definições só podem ser consideradas satisfatórias por não acarretarem metodologias obrigatórias de trabalho. No nosso caso, entretanto, não consideramos que o presente trabalho se enquadre propriamente em algum desses quatro grupos especificamente. Defenderíamos, em vez disso, que utilizamos uma combinação do que Robert Darnton chama “História da Ideias” – muito em conta do tipo de documento com o qual trabalhamos – e uma “História social das ideias”, principalmente pela preocupação que temos com o contexto no qual a documentação analisada neste trabalho foi produzida e os conflitos sociais em que os grupos que nos interessam estavam inseridos.

Por outro lado, podemos entender essa ausência de conceitos fechados e de métodos e problemáticas obrigatórias como algo positivo. Uma das consequências disso, por exemplo, é uma liberdade de trabalho bastante significativa. Aqueles que praticam a História Intelectual podem assumir problemáticas que vão desde as clássicas da História Econômica e Política às mais diversificadas e recentes da Antropologia escolástica. Além disso, é possível agregar outras ferramentas, como a História Comparada, para auxiliar as análises. Juntando-se a isso as diversas possibilidades que também caracterizam a História da Morte, como já mencionamos

¹² DARNTON, Robert. História Intelectual e cultural. In: *Idem. O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, pp, 204-231, p. 219.

anteriormente, temos um campo de possibilidades vastíssimo que, se não nos desorientarmos em meio a tanta liberdade de ação, pode gerar frutos bastante significativos em termos de conhecimento histórico.

Também acreditamos ser a História Intelectual uma forma pertinente de abordar a concepção de morte que pretendemos analisar por auxiliar na resolução de um problema enfrentado por alguns historiadores que estudam a morte. Esse problema, como afirma Michael Lauwers, diz respeito à “ausência de reflexão sobre as configurações sociais nas quais a morte encontrou-se inserida”¹³. Ora, concordamos com Jean-Claude Schmitt quando este afirma, se referindo à morte, que “as crenças e o imaginário dependem antes de tudo das estruturas e do funcionamento da sociedade e da cultura em uma época dada”¹⁴.

Seria, pois, incoerente deixarmos de lado a análise do contexto social do período que analisamos. Percebemos uma preocupação em Schmitt de não se deixar levar para uma análise de um estrato abstrato de cultura, correndo o risco de desvincular esse estrato da realidade histórica. Reprendendo os historiadores cuja prática reflete uma ilusão de uma suposta história das “mentalidades” que não se preocupa em tocar no chão e só sobrevoa através de uma ideia abstrata de “ideias” ou “crenças”, dando uma falsa impressão de total continuidade, Jean-Claude Schmitt ainda afirma que

As “mentalidades” não consistem apenas nos estratos antigos e persistentes dos pensamentos e dos comportamentos, mas nas crenças e nas imagens, nas palavras e nos gestos que encontram plenamente seu sentido na atualidade presente e bem vivida das relações sociais e da ideologia de uma época.¹⁵

São significativas as aspas utilizadas pelo autor no termo “mentalidades”. Ademais, essa passagem carrega uma indicação pertinente em tempos de trabalhos historiográficos que muitas vezes se esquecem da historicidade dos seus objetos que, por mais que sejam considerados do âmbito cultural, não podem ser dissociados das características e acontecimentos sócio-históricos de um período, como tão bem já foi lembrado por Antoine Prost.¹⁶ No nosso ponto de vista, deve ser essa uma preocupação constante: não deixar que a morte perca seu caráter histórico. Em verdade, Schmitt não foi o único historiador que assumiu a morte como objeto de análise e demonstrou preocupações desse tipo. Um exemplo é Michel Vovelle, que afirmou certa feita seu

¹³ LAUWERS, Michel. “Morte e mortos”. In: LE GOFF, J. & Schmitt, J.-C. (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru: Edusc, 2006, pp. 243-261, p. 243.

¹⁴ SCHMITT. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*, p. 17.

¹⁵ SCHMITT. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*, p. 18.

¹⁶ Cf. PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, J.-P. & Sirinelli, J.-F. *Para uma nova História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 123-137.

mal-estar em relação à ideia de uma “morte acrônica”, porque acredita que “a morte sempre foi histórica. Ela sempre se inscreve num movimento que é o da história”¹⁷.

Acreditamos que agora, após essa breve explanação, podemos descrever como essas reflexões atuaram no desenvolvimento da nossa pesquisa. Nosso trabalho de mestrado é sobre o martírio no século XIII. Objetivamos discutir a seguinte questão: qual foi a importância desse tipo de morte para os membros as ordens dos dominicanos e dos franciscanos. A estratégia que adotamos vai no sentido de analisar a “literalização” da temática martirológica em alguns documentos aos quais tivemos acesso ao longo da nossa pesquisa. Ou seja, mais do que focar casos de martírios propriamente ditos, nosso olhar se deteve sobre como alguns frades mendicantes pensaram a temática do martírio e como registraram suas impressões, pensamentos e considerações a respeito.

O recorte geográfico se estende da França à região centro-setentrional da Península Itálica. Isso porque é nessas regiões que algumas das personagens que aqui evocamos, principalmente Tomás de Aquino, atuaram com mais ênfase. Uma das justificativas para a nossa pesquisa é a ideia mais ou menos aceita de que a temática martirológica não é uma preocupação presente ao século XIII, sendo uma característica apenas de séculos anteriores. É, em grande medida, com intuito de apresentar um contraponto a essa ideia que desenvolvemos o nosso trabalho.

Concluimos defendendo que o martírio não é algo “ausente” no século XIII, ou um tema utilizado apenas como recurso retórico. Para alguns setores daquela sociedade, como as camadas mais populares e as ordens mendicantes, falar em martírio era falar em um assunto extremamente latente e em voga. A análise da relação Texto/Contexto auxiliou essa nossa interpretação, ao nos atentar para os vínculos existentes entre as produções intelectuais que estudamos e os conflitos em que as ordens mendicantes estavam inseridas no século XIII. No século XIII a temática era utilizada como forma de dialogar com questões polêmicas do momento, como as dúvidas em relação ao estilo de vida mendicante motivadas pela querela universitária e as disputas com seitas heréticas que, inclusive, colocavam em dúvida a validade do culto aos santos. Além disso, vale lembrar, dezenas de casos de martírio que, de fato, ocorreram no século XIII, não devem ser ignorados.

¹⁷ VOVELLE. História dos homens no espelho da morte, p. 16.

Ser para a vida: uma reflexão sobre a morte na pós-modernidade

Régis Clemente Quintão

Mestrando, História Social da Cultura
Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista CAPES-PROEX.
regis.quintao@gmail.com

Resumo: Ser para a vida não quer dizer que os homens não saibam que vão morrer. O pós-moderno sabe que sua morte chegará, mas a encara como uma afronta. Talvez ele saiba mesmo que, apesar de temida, ela é a justificativa para o *carpe diem*. Assim, pode aproveitar enquanto estiver vivo, acumular, consumir, ter uma vida melhor, dar sentido à sua vida absurdamente breve. O medo da morte é tão nefando que faz com que as pessoas evitem dela falar, mas não hesitam em prestar longas homenagens às personalidades mortas. Nas redes sociais, essas pessoas escrevem longas mensagens carregadas de sensibilidades, postam fotos e acreditam terem feito sua parte. Não precisam mais ir ao cemitério, local sujo e triste. Alguns cemitérios, aliás, tornaram-se “museus a céu aberto”. Essas são algumas das maneiras de lidar com a morte na pós-modernidade que serão discutidas a partir de autores como Zygmunt Bauman, Norbert Elias, Fernando Catroga e Martin Heidegger.

Palavras-chave: Pós-modernidade, Morte, Vida.

“Conte a sua história”, lê-se no *site* do Museu da Pessoa¹, que tem como missão registrar, preservar e expor histórias de vidas de toda sorte de seres humanos espalhados pelo globo. No museu virtual, cada história torna-se fonte de conhecimento, compreensão e conexão entre homens e mulheres. Todo e qualquer indivíduo pode contar sua história e colocar-se para a posteridade, basta gravar um depoimento e depositá-lo na *web*. Fortuna das próximas gerações de historiadores que poderão finalmente dizer, guardadas as devidas proporções, que as fontes literalmente falam por si sós.

É bem verdade que talvez esses historiadores podem se espantar com a temporalidade contemporânea, presentista ou, como preferem alguns, pós-moderna. Marcada pelo presente, suas palavras-chave “são ‘produtividade’, ‘flexibilidade’, ‘mobilidade’, que expressam o tempo empresarial capitalista dominante.”² Outra característica do homem contemporâneo é a manipulação do tempo. Ele “pretende prever o futuro, planejar sua atividade, predeterminar com muita antecedência o desenvolvimento da ciência, das técnicas, da produção e da sociedade.”³

¹ O Museu da Pessoa é um museu virtual e colaborativo fundado em São Paulo no ano de 1991. Captado em <<http://www.museudapessoa.net/pt/home>>. Acesso em 15 mar. 2016.

² REIS, José Carlos. O tempo como “representação”. In: *Teoria e História: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 55.

³ GOUREVITCH, A. Y. O tempo como problema da história cultural. In: RICOEUR, P. (Org.). *As culturas e o tempo*. Petrópolis: Vozes, 1975, p. 264.

Perante ao incomensurável ritmo das vidas na civilização contemporânea, os seres têm “[...] uma obsessão de nada esquecer. A inquietação é com a ameaça de destruição universal.” “Inquieto, o presente busca raízes e identidades, frequenta mais assiduamente arquivos e museus, que foram modernizados e descentralizados.”⁴ Num incessante apelo à existência, a morte é uma possibilidade que não é muito bem aceita. O medo da morte é tão nefando que faz com que as pessoas evitem dela falar. Mas elas sabem que vão morrer, tanto é que decidiram contar suas histórias e expô-las antes que seja tarde demais.

Ao contar sua vida, tornando-a pública, o homem receoso do que lhe reserva o futuro quer “[...] ser seu próprio ponto de vista sobre si mesmo [...]”.⁵ Assim, ele mesmo faz questão de gravar um vídeo e narrar suas glórias e desacertos ao longo dos anos em que caminhou pela terra. Diariamente, ele produz seu passado e futuro de acordo com seus interesses. Este ser humano, na maioria das vezes, toma o presente como histórico, como já passado. Num processo contínuo diante do insondável desconhecido, reinventa-se.

Agora, a história daquele sozinho na multidão pode ser relatada por ele mesmo! Há espaço para todos na “realidade” virtual. Diante de todas as vicissitudes, a vida deve ser celebrada. Alegrar-se-ão os povos futuros da sua força e perseverança. É tempo de felicidade e liberdade. O homem presentista será uma fonte histórica do tipo audiovisual. Mas, por favor, ao gravar seu vídeo não fale das suas angústias em relação à morte. A ideia é fazer sua autobiografia, na qual deve-se ressaltar a quantidade de dinheiro que você conseguiu acumular, como você venceu na vida, ou o quanto você foi ou é feliz...

Ser para a vida não quer dizer que os homens não saibam que vão morrer. Para Bauman, “[...] estar ciente da mortalidade significa imaginar a imortalidade, sonhar com a imortalidade, trabalhar com vistas à imortalidade [...]”.⁶ O homem pós-moderno sabe que sua morte chegará, mas a encara como uma afronta. Talvez ele saiba mesmo que, apesar de temida, ela seja a justificativa para o *carpe diem*. Aproveite enquanto estiver vivo, acumule, consuma, tenha uma vida melhor, dê sentido à sua vida absurdamente breve.

O homem presentista quer ser imortal. A sociedade protesta e a imortalidade biológica é prometida pela ciência. Segundo Bauman, é uma “[...] época em que a mensagem cultural é o excesso ou redundância de vida, e quando, por conseguinte, o impedimento, a prevenção e

⁴ REIS. O tempo como “representação”, p. 56.

⁵ HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 156.

⁶ BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 191.

limitação da vida se transforma em valor culturalmente aprovado e incentivado.”⁷ Nesse sentido, fica claro o motivo pelo qual conversar sobre a morte é deselegante, reprovável.

Há, inclusive, estratégias para se evitar falar da morte e do morrer. Para Bauman, é visível nas sociedades contemporâneas a tendência em esconder de vista a morte dos conhecidos. Essa atitude também pode ser notada ao permitir que os doentes terminais fiquem aos cuidados profissionais; ao confiar os idosos em asilos; ao transferir os funerais para longe dos locais públicos; ao conter a demonstração pública de luto e pesar, que deve-se resumir em poucas e estereotipadas expressões; ao explicar os sofrimentos da perda como casos de problemas psicológicos.

Tais posturas de dissimulação, no entanto, dizem respeito somente à morte de familiares, amigos ou conhecidos. O paradoxo é que do mesmo modo que alguns evitam falar da morte, outros desenvolveram curioso apreço. Por exemplo, “[...] a morte dos anônimos e ‘generalizados’ outros, é exibida espalhafatosamente, convertida num espetáculo de rua findo que, não mais evento sagrado ou de carnaval, é apenas um dentre muitos dos acessórios da vida diária.”⁸ Devido à banalização midiática, a morte tornou-se habitual, não desperta emoções. Os telejornais, sobretudo os sensacionalistas, exibem com frequência cenas de corpos sem vida. O espectador não se afeta pelo fato de que, na maioria das vezes, esses mortos são considerados as impurezas da sociedade. Não se afetam porque a polícia estava fazendo seu trabalho. Pobre e negro, o marginal reagiu e teve o que merecia.

Por outro lado, a morte de personalidades torna-se um evento que perdura por semanas na televisão e entre os comentários populares. As pessoas vão ao local da morte depositar flores, presentes e preces. Afinal, aquela atriz ou aquele cantor eram símbolos do bem viver. Conseguiram destacar-se na multidão. São ricos e belos. Uma pena terem suas vidas interrompidas no auge de suas carreiras. Eram exemplos a serem seguidos, eram felizes. “Queríamos ser iguais a eles”, não raro poderá se ouvir num desses momentos.

Seja como for, eles serão imortalizados nas memórias dos fãs, que todos os anos chorarão ao assistirem as homenagens aos seus ídolos. Nas redes sociais, essas pessoas vão escrever longas mensagens carregadas de sensibilidade, vão postar uma foto e acreditarão terem feito sua parte. Não precisam mais ir ao cemitério, que se tornou um objeto de pesquisa em razão das possibilidades de análises artísticas e patrimoniais. Para a maioria, é preferível lembrar-se dessas pessoas em seus melhores momentos, ainda que seja comum uma espécie de interesse mórbido em

⁷ BAUMAN. *O mal-estar da pós-modernidade*, p. 197.

⁸ BAUMAN. *O mal-estar da pós-modernidade*, p. 199.

divulgar fotos de cadáveres de celebridades. A mídia alimenta-se da morte. O cessar da vida torna-se um acontecimento.

Os mortos são cultuados. De acordo com Bauman, pode-se dizer que há um fenômeno que “[...] está abolindo [...] a mortalidade dos vivos em favor da imortalidade dos mortos.”⁹ A reverência aos mortos é tão intensa que alguns cemitérios se tornaram espécies de “museus a céu aberto”, como, por exemplo, o Cemitério do Bonfim de Belo Horizonte.

Durante as visitas, todos poderão observar os jazigos monumentais do Cemitério do Bonfim, que são considerados verdadeiras obras de arte. Obras que têm um sentido: a busca da imortalidade terrena. A esse respeito, o historiador português Fernando Catroga nos diz que foi a partir dos cemitérios oitocentistas que houve a tentativa de acentuar “[...] a monumentalidade funerária ao enfatizarem a memória como um segundo imortalizador”.¹⁰ Desse modo, a monumentalidade, muito presente no referido cemitério, principalmente nos túmulos de personalidades e de ilustres políticos como Raul Soares e Olegário Maciel, tem esse sentido de memorar e, de certa forma, de imortalizar o falecido.

Além disso, é importante salientar que o surgimento dessa nova afetividade com relação aos mortos está ligado ao que Catroga chamou de o “[...] aumento da incerteza na imortalidade transcendente [...]”¹¹, ou seja, na descrença escatológica, que faz com que a atitude do homem mude frente à morte. Com isso, este homem passa a buscar uma imortalidade terrena, materializada nos jazigos, mausoléus, estátuas, fotografias e nas lápides poéticas, que têm um objetivo, por assim dizer, terapêutico, visando, por meio da memória e dos monumentos, superar a perda e imortalizar o ente querido. E, como um alguém que mora longe, vamos ao cemitério visitá-lo. Assim, pode-se apaziguar a angústia diante do reconhecimento da finitude humana.

Mas os cemitérios que passaram a ser tratados como museus são frequentados por pessoas interessadas por história e arte, não por morte. Daí a facilidade de ir ao cemitério. É bem verdade que são emocionantes algumas histórias contadas pela historiadora que realiza as visitas, porém há diversão e sorrisos. O clima não é pesado como num velório ou enterro. Pouco se reflete sobre a morte em si. É provável que isso aconteça porque os homens de quem falamos creem na sua própria imortalidade. Os outros morrem, tais homens não. Indesejada, a morte continua sendo

⁹ BAUMAN. *O mal-estar da pós-modernidade*, p. 202.

¹⁰ CATROGA, Fernando. *O céu da Memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal, 1756-1911*. Coimbra: Livraria Minerva, 1999, p. 30.

¹¹ CATROGA. *O céu da Memória*, p. 30.

evitada pela ideia de imortalidade. Quiçá essa atitude diante da morte tenha relação com o aumento da expectativa de vida. Hoje, as pessoas morrem mais velhas, de modo que a morte é adiada.

Para Norbert Elias, “[...] por trás da necessidade opressiva de acreditar em nossa própria imortalidade, negando assim o conhecimento prévio de nossa própria morte, estão fortes sentimentos de culpa recalçados [...]”.¹² Daí, cria-se o sentimento de que a morte é uma punição pelos pecados, que Deus teria instituído a partir de Adão e Eva. Por outro lado, acredita-se numa vida eterna em outro lugar, o que torna a morte menos afanosa e angustiante. Mas a questão continua sendo a dificuldade em deixar a vida, o que permite a fantasia do pós-morte, porque espera-se que as coisas não acabem por aqui.

Há, também, os que já se desvincilharam dos pensamentos de cunho religioso ou espiritual e desejam alcançar a imortalidade de outra forma. Constatando que a morte é inevitável, o homem pós-moderno a “[...] encobre pelo empenho em adiá-la mais e mais com ajuda da medicina e da previdência, e pela esperança de que isso talvez funcione.”¹³ Multiplicam-se os medicamentos e cosméticos que prometem o rejuvenescimento do corpo humano. Nesse tempo empresarial, onde tudo é mercadoria, com a máxima de que é preciso viver mais e melhor, as pessoas entregam-se ao consumo desenfreado. Mas uma coisa é certa: a morte chegará e a vida deve ser plena.

É por isso que, segundo Elias (2001), a maneira como uma pessoa morre depende de como ela tenha conseguido viver, se foi capaz de formular objetivos e alcançá-los, de imaginar tarefas e realizá-las. “Depende de quanto a pessoa sente que sua vida foi realizada e significativa – ou frustrada e sem sentido.”¹⁴ Assim, Elias supõe que morrer deva ser mais fácil para aqueles que acreditam terem feito sua parte, e mais difícil para aqueles que fracassaram na busca de seus objetivos e, por fim, sobretudo penoso para aqueles que, apesar de bem-sucedidos, não veem sentido na morte.

Diante desse cenário, Elias se pergunta como aplacar todos esses terrores em relação à morte? “O que as pessoas podem fazer para assegurar umas às outras maneiras fáceis e pacíficas de morrer [...]”? Ele conclui que “talvez devêssemos falar mais aberta e claramente sobre a morte, mesmo que seja deixando de apresentá-la como um mistério.”¹⁵

¹² ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos, seguido de envelhecer e morrer*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 17.

¹³ ELIAS. *A solidão dos moribundos*, p. 56.

¹⁴ ELIAS. *A solidão dos moribundos*, p. 72.

¹⁵ ELIAS. *A solidão dos moribundos*, p. 76.

O questionamento não é novo. O filósofo Emmanuel Levinas¹⁶, ao escrever sobre suas percepções a respeito do tempo, mencionou um ser muito parecido com o homem pós-moderno. Reis afirma que o homem solitário, o qual Levinas refere-se, quer controlar sua existência, almeja um poder ilimitado, mas seu poder é colocado em xeque pela chegada da morte. “A morte chegue sem que ele possa fazer algo contra ela. A morte é a alteridade do sujeito solitário, um outro misterioso, inantecipável e inapreensível, que virá surpreendê-lo.”¹⁷ Haveria, então, alguma forma de vencer a alteridade da morte e do tempo?

De acordo com Reis, Levinas sugere duas maneiras. “A primeira é não acolhê-lo e conservar-se em si, fazer-lhe face. O evento chega a um sujeito que não o assume, que nada pode contra ele, mas que faz face a ele.”¹⁸ A segunda forma de vencer a alteridade é por meio da “paternidade”.

Para Levinas, na paternidade o eu de certa forma assume o outro. Na paternidade, o sujeito aceita a alteridade: a morte, o futuro, o outro. Na paternidade, o sujeito mantém uma relação com o outro que, sendo outro, também é ele. O filho é como a morte e o outro: não é propriedade, posse, domínio, mas, o pai é o filho, de alguma forma. O eu está presente no tu. A alteridade do filho não é a alteridade misteriosa, inapreensível, da morte. [...] O pai sai da solidão e não está mais submetido à alteridade da morte. [...] o pai aceita sua morte, porque sabe que renascerá no filho e, transferindo-lhe seu nome e todo o seu patrimônio, continuará nele, potente e livre.¹⁹

De certa forma, o homem pós-moderno tenta vencer a morte por meio da paternidade, uma vez que não haveria outra razão para construir carreira, trabalhar e acumular. Dá sentido à sua vida saber que poderá transferir seu sobrenome e patrimônio aos seus descendentes, de forma que permanecerá na memória destes. Contudo, tal atitude não se mostra suficiente, uma vez que nem todas as pessoas terão filhos. Porventura, outra maneira de lidar com a morte seria o ser para a morte de Martin Heidegger.

Para Heidegger, a morte é entendida como um fenômeno da vida. Por isso, deve haver um conceito existencial da morte em sentido próprio²⁰. É na morte de si mesmo que o homem completaria sua presença no mundo, por isso, ele precisa aceitá-la enquanto possibilidade sem atenuantes de qualquer natureza. Ele não pode fugir, encobrir ou alterar seu sentido. A atitude do homem diante da morte deve ser a de pensar em sua probabilidade. Heidegger alerta que “[...]”

¹⁶ LEVINAS, E. [1946]. *Le temps et l'autre*. Paris: PUF, 1989.

¹⁷ REIS. O tempo como “representação”, p. 61.

¹⁸ REIS. O tempo como “representação”, p. 61.

¹⁹ REIS. O tempo como “representação”, p. 61-62.

²⁰ Em oposição à morte em sentido impróprio, que se refere às pessoas que se perdem na cotidianidade ou no mundo das ocupações. Conhecem a morte como ocorrência alheia. Além de não assumirem a angústia com a possibilidade irremissível da morte, o ser impróprio dela foge e tenta encobri-la.

esperar não é apenas desviar ocasionalmente o olhar do possível para a sua realização, mas é, em sua essência, esperar por ela.”²¹ Ao antecipar sua morte no sentido de aceitar sua possibilidade de caráter irremissível, o homem revela as condições mais singulares no que se refere à sua existência.

Sendo para a morte, o homem, no entanto, angustia-se diante da sua certeza, pois ainda que certa, ela é indeterminada. Seja como for, ele pode planejá-la sem que se lhe atormente profundamente, assim como deve projetar sua vida e cuidar de si. Tendo-a como certa, ele se liberta diante das contingências da vida que se antepõem às insuperáveis, como a própria morte. Liberta-se das fantasias coletivas, que a despeito de serem concebidas como formas de amparo, recrudescem ainda mais o sofrimento humano. Segundo Heidegger, ter por verdadeira a própria morte mostra a certeza do “[...] estar-certo de ser-no-mundo.”²² É dessa forma que homem pode reivindicar a “[...] plena propriedade de sua existência.”²³ Assim, as proposições de Heidegger parecem uma interessante saída para as inquietações do homem pós-moderno no que se refere à morte.

Esse homem sabe que a vida não é um romance de José Saramago²⁴ em que a morte pode ser interrompida. No caso da literatura, a intermitência da morte causou ainda mais angústia, pois as personagens chegaram à conclusão de que morrer faz parte de um processo socialmente natural. A ausência de morte colocou em xeque o próprio sentido da vida. Sem morte, o mundo inventado por Saramago transformou-se num caos. Os hospitais ficaram abarrotados de pacientes agonizantes e Elias²⁵ já evidenciou o desprezo ao qual estão sujeitos os moribundos; as agências funerárias não tinham mais clientes; a igreja entrou em crise, já que sem morte não poderia haver ressurreição e sem ressurreição a igreja perde sua razão de ser; máfias surgiram com o objetivo de “traficar” a morte. O cotidiano ficou comprometido. Não se vivia bem sem o transcurso inerente à vida.

A ficção de Saramago, no entanto, acaba sendo um modo de tratar mais da vida do que da morte. E é o que interessa ao homem sobre o qual se reflete neste texto. É provável que o pós-moderno tenha mesmo razão em querer viver plenamente, ainda que sem utopias, ainda que perdido na busca de si, ainda que angustiado pela liberdade que outrora almejou. Depois de tantas adversidades ao longo da história, e elas continuam, o ser humano já deveria compreender ou, pelo

²¹ HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Tradução: Márcia Sá Cavalcante Schuback. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 339.

²² HEIDEGGER. *Ser e tempo*, p. 342.

²³ HEIDEGGER. *Ser e tempo*, p. 342.

²⁴ SARAMAGO, José. *As intermitências da morte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

²⁵ ELIAS. *A solidão dos moribundos*, 2001.

menos, enxergar a morte de outra maneira. Talvez o ser para a vida pós-moderno devesse conhecer o ser para a morte de Heidegger. Possivelmente, ele viveria melhor e poderia, enfim, reclamar à autenticidade de sua existência.

A (Pré-) História da Morte nos primórdios da História das Religiões

Thales M. M Silva

Bacharel em História e especialista em Arqueologia
Universidade Federal de Minas Gerais
thalesmms@gmail.com

RESUMO: Dentre as várias definições possíveis, para o conceito de religião entende-se um “conjunto de crenças baseadas em uma perspectiva única de como o mundo possivelmente é, comumente reveladas através do surgimento da noção de um poder sobrenatural e partilhadas por uma comunidade”.¹ Nessa lógica, os primeiros incidentes na história considerados como o possível princípio das ideias e crenças religiosas teriam ocorrido no decorrer do Paleolítico Médio e, a partir de então, continuado a se desenvolver até a Idade do Bronze, quando finalmente se tornaram reconhecíveis como hoje o são. De fato, o maior problema encontrado por historiadores da religião ao tentar estudar e entender os sistemas religiosos desses períodos é a inexistência de registros e sistemas de escrita. Entretanto, é durante esse longo período de tempo que os primeiros de nossos ancestrais começaram a enterrar seus mortos, prática que teoricamente indicaria a crença ou a fascinação com o conceito de pós-vida.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia; História das Religiões; História da Morte.

Como seres humanos modernos, somos tão acostumados com a ideia de enterrarmos os mortos, que levamos algum tempo para perceber o quão particular esse comportamento realmente é. Muitos animais ignoram despreocupadamente os cadáveres de outros membros de seu grupo ou bando. O que nos faz tão diferentes? Como e quando os enterros começaram?

Entre os hominídeos, não possuímos nenhuma evidência para o trato dos mortos até cerca de 300.000 anos atrás. Mas durante as centenas de milênios de desenvolvimento humano anteriores ao presente, podemos prever alguns tipos de comportamentos funerários adicionais àqueles observados entre os primatas superiores modernos. Cadáveres se deterioram e devem ser removidos dos acampamentos ou cavernas. Parece provável que os corpos de membros de um grupo fossem descartados em locais de significância da paisagem – talvez em rios ou orifícios naturais, no topo de árvores, ou até mesmo no pico de montes sagrados. É claro, isso é algo que nunca poderemos provar. Um cadáver largado ao ar livre não deixa rastros arqueológicos.²

¹ GUEST, Kenneth. *Cultural Anthropology: A toolkit for the Global Age*. Nova York: W. W. Norton & Company, 2013. p.577.

² Cf. PETTIT, Paul. *From morbidity to mortuary activity: developments from the australopithecines to Homo heidelbergensis*. In: *The Palaeolithic Origins of Human Burial*. Nova York: Routledge, 2011. p.41-56.

Algumas das mais antigas evidências para o descarte deliberado dos mortos foi encontrada em *Pontnewydd Cave*, no País de Gales. Nesse local, os restos fragmentários – dentes – de antigos Neandertais sugerem que pelo menos cinco e possivelmente até 15 corpos podem ter sido deliberadamente deixados na longínqua escuridão há cerca de 225.000 anos atrás.³ Outros exemplos desses “esconderijos” funerários – em oposição aos sepultamentos stricto sensu – podem ser encontrados na Europa desse mesmo período. Por exemplo, na *Sima de los Huesos* (“Poço dos Ossos”), em Atapuerca, na Espanha, mais de 32 indivíduos *Homo heidelbergensis* datando de mais de 200.000 anos foram encontrados dentro de um profundo poço.⁴

É possível que esses ossos, além dos dentes de *Pontnewydd*, tenham aparecido lá acidentalmente – mas tal afirmação é duvidosa. Cavernas e fossos são locais escuros e misteriosos; eles ecoam os estranhos sons dos ventos e das águas. Em períodos posteriores foram considerados passagens para o “outro mundo”. Parece ser muito mais provável acreditar que os antigos Neandertais compartilhavam uma percepção semelhante desses locais. É interessante notar que algum tipo de seleção pode ter ocorrido nesses primeiros “enterros”. A maioria dos dentes de *Pontnewydd* era de indivíduos masculinos com menos de 20 anos de idade. Por que esse tratamento seletivo dos homens jovens? Como caçadores esses indivíduos eram certamente membros muito importantes de seu grupo, merecendo tratamento especial após sua morte. Atualmente podemos datar esqueletos e vestígios ósseos com suficiente precisão ao ponto de sabermos que homens idosos praticamente não existiam entre os grupos Neandertais. Avôs e “ancestrais sábios e idosos” eram praticamente desconhecidos. Poucos viviam mais do que 30 anos. Era um mundo de jovens homens.⁵

A prática dos esconderijos funerários continuou existindo após esses antiguíssimos exemplos. Evidências anteriores a 100.000 AP incluem os restos cranianos fragmentários de pelo menos 22 Neandertais de *La Quina*, no Charente⁶, e do sítio arqueológico da fenda de *L'Hortus* – ambos na França – onde traços de pelo menos 20 indivíduos foram encontrados, dentre os quais jovens Neandertais eram especialmente comuns.⁷ Em *Krapina Cave*, na Croácia, mais de 70

³ ALDHOUSE-GREEN, S. H. R. *Ex Africa aliquid semper novi: the view from Pontnewydd*. In: MILLIKEN & COOK, S. & J. (eds), *A Very Remote Period Indeed: Papers on the Palaeolithic Presented to Derek Roe*. Oxford: Oxbow, 2001. p. 114–19.

⁴ CASTRO, MARTINÓN-TORRERS, CARBONELL, SARMIENTO & ROSAS, J. M. Bermúdez de, M., E., S. & A. *The Atapuerca sites and their contribution to the knowledge of human evolution in Europe*. *Evolutionary Anthropology*, Hoboken, v.13, n.1, fevereiro. 2004. p.25–41.

⁵ ALDHOUSE-GREEN. *Ex Africa aliquid semper novi: the view from Pontnewydd*. p.116

⁶ VERNA, HUBLIN, DEBÉNATH, JELÍNEK & VANDERMEERSH, C., J., A., A. & B. *Two new hominin cranial fragments from the Mousterian levels at La Quina (Charente, France)*. *Journal of Human Evolution*, Amsterdã, v.58, n.3, março. 2010. p.273–8.

⁷ LUMLEY, H. de. *Les Néanderthaliens*. In: LUMLEY, H. de (ed), *La Grotte de L'Hortus (Valflaunès, Hérault)*. Marselha: Université de Provence, 1972. p.375–86.

Neandertais foram encontrados, amontoados em depósitos da caverna cuja idade é superior a 100.000 anos. Esses vestígios possuem natureza altamente fragmentária – provavelmente foram quebrados pelo peso excessivo dos sedimentos que os cobriram – e alcançaram notoriedade uma vez que certa quantidade desses claramente possuía marcas de cortes deixadas por ferramentas de pedra.

Originalmente foi proposto que Neandertais teriam praticado canibalismo em *Krapina*, mas análises recentes têm demonstrado que as marcas de corte e de “raspagem” foram criadas, no entanto, pela retirada da carne dos cadáveres – as marcas são exatamente iguais às de ossos descarnados conhecidos a partir de registros etnográficos, ao invés das deixadas em ossos cortados durante a alimentação. Essa retirada da carne dos cadáveres ocorria provavelmente após um período de escarnação, e antes do enterro.⁸

Descarnar, raspar e retirar toda a carne de um cadáver para revelar seus próprios ossos, é – para a mente moderna – uma prática bizarra. Por que fazê-lo? Por que mutilar o corpo de um ente querido? Novamente, podemos apenas especular a respeito. Na pré-história posterior e no período histórico, ossos eram algumas vezes tratados como relíquias sagradas. Observamos evidências claras dessa prática desde, pelo menos, a metade do Paleolítico Superior (ou período Gravetiano), um pouco depois de 27.000 anos atrás, quando crânios individuais ou ossos longos eram tingidos com uma quantidade excessiva de ocre e enterrados separadamente. Seria razoável presumir que as origens das relíquias sagradas podem ser encontradas no período Neandertal. Descarnar era um meio de se alcançar tal fim.⁹

Traços de escarnação e de remoção de partes do corpo foram encontrados em vários outros sítios arqueológicos Neandertais na França e na Bélgica. Em *Moula Guery Cave*, no Sudeste da França, pelo menos seis Neandertais foram descarnados ou possivelmente canibalizados¹⁰, e em *Kebara Cave*, em Israel, um adulto do sexo masculino sepultado no centro da caverna teve seu crânio removido pouco após ser enterrado. Dessa forma, as evidências certamente nos inclinam a concluir que os Neandertais, pelo menos ocasionalmente e em algumas áreas da Eurásia, praticavam uma variedade de atividades mortuárias, antes ou durante os enterros.¹¹

⁸ RUSSEL, M. *Mortuary practice at the Krapina Neanderthal site*. *American Journal of Physical Anthropology*, Hoboken, v.72, n.3. 1987. p.381–97.

⁹ Cf. PETIT, Paul. *From fragmentation to collectivity: human relics, burials and the origins of cemeteries in the Later Upper Palaeolithic and Epipalaeolithic*. In: *The Palaeolithic Origins of Human Burial*. Nova York: Routledge, 2011. p.215-261.

¹⁰ DEFLEUR, WHITE, VALENSI, SLIMAK & CRÉGUT-BONNOURE, A., T., P., L. & E. *Neanderthal cannibalism at Moula-Guery, Ardèche, France*. *Science*, Washington, v.286, n.5436. 1999. p.128–131.

¹¹ BAR-YOSEF, VANDERMEERSCH, ARENSBURG, BELFER-COHEN & GOLDBERG, O., B., B., A. & P. *The excavations in Kebara Cave, Mt Carmel*. *Current Anthropology*, Chicago, v.33, n.5. 1992. p.497–550.

Os primeiros sepultamentos stricto sensu, no entanto, são de humanos anatomicamente modernos. Podemos encontra-los em vestígios que datam de pouco antes de 100.000 anos atrás, nos portões da Europa – em Israel e no Vale do Nilo. Em *Skhul* e *Qafzeh*, cavernas do Monte Carmelo, um grande número de homens, mulheres e crianças foram enterrados, alguns deles, aparentemente, com bens tumulares.¹² Em *Taramsa*, no Egito, uma criança foi, aparentemente, sentada de costas a um poço de extração de seixos e enterrada entre 40.000 e 80.000 anos atrás.¹³ Esses sepultamentos intencionais, particularmente com bens tumulares, são possivelmente uma das mais antigas formas detectáveis de práticas religiosas, uma vez que podem significar uma “preocupação com os mortos que transcende a vida diária”.¹⁴

Até mesmo em locais tão distantes quanto *Lake Mungo*, na Austrália, um adulto foi encontrado enterrado dentro de uma duna de areia, que data do mesmo vasto período de tempo que a criança de *Taramsa*.¹⁵ É intrigante perceber que esses primeiros sepultamentos são todos de humanos modernos, fato que levou alguns pesquisadores a sugerir que os sepultamentos cronologicamente posteriores de Neandertais na Europa possam ser uma ideia que foi transmitida a partir de nossa própria espécie para esses humanos arcaicos. Nada disso pode ser confirmado, mas dada a atividade mortuária não tumular de grupos Neandertais mais antigos, é possível que tenham cunhado sua própria ideia de sepultamentos de forma independente.

A imagem de enterros, em si, só se tornou mais clara com a ascensão dos Neandertais na Eurásia. Pelo menos duas dezenas de exemplos claros de seus sepultamentos são conhecidas datando de depois de 70.000 AP.¹⁶ Todos foram encontrados dentro de quatro áreas geográficas bem delimitadas – sem nenhuma evidência convincente de sepultamentos em qualquer outro local. Essas covas são encontradas no Sul da França, no Norte dos Balcãs, no Oriente Próximo (Israel e Síria) e, possivelmente, na Ásia Central, incluindo os prováveis sepultamentos de bebês em *Mezmaiskaya Cave*, no Cáucaso¹⁷, e na caverna de *Teshik Tash*, no Uzbequistão, próximo à fronteira afegã¹⁸. Nessas áreas, Neandertais deitaram seus mortos em covas simples, sem nenhuma preocupação aparente em relação a bens tumulares ou marcações elaboradas. Ocasionalmente

¹² PETTIT. *The Palaeolithic Origins of Human Burial*. p.59-72

¹³ VERMEERSCH, PAULISSEN, GIJSELINGS & JANSEEN, P. M., E., G. & J. *Middle Palaeolithic chert exploitation pits near Qena (Upper Egypt)*. *Paléorient*, Paris, v.12, n.1. 1986. p.61–5.

¹⁴ LIEBERMAN, Phillip. *Uniquely Human: The Evolution of Speech, Thought, and Selfless Behavior*. Cambridge: Harvard University Press, 1994, p.162.

¹⁵ PETTIT. *The Palaeolithic Origins of Human Burial*. p.75-76.

¹⁶ Cf. PETTIT, Paul. *The Neanderthals*. In: *The Palaeolithic Origins of Human Burial*. Nova York: Routledge, 2011. p.78-139.

¹⁷ GOLOVANOVA, HOFFECKER, KHARITONOV & ROMANOVA, L. V., J., V. M. & G. P. *Mezmaiskaya Cave: a Neanderthal occupation in the Northern Caucasus*. *Current Anthropology*, Chicago, v.40, n.1, fevereiro. 1999. p.77–86.

¹⁸ PETTIT. *The Palaeolithic Origins of Human Burial*. p.121

encontramos blocos de calcário dentro ou sobre as covas, possivelmente representando algum tipo de marco para o túmulo – mas isso é algo difícil de ser provado.

Muitos dos vestígios Neandertais encontrados em cavernas pertencem a crianças. A mortalidade infantil era especialmente alta entre os esses hominídeos e parece-nos que os jovens eram comumente depositados em pequenos fossos, possivelmente após seus tecidos moles terem apodrecido. Uma criança enterrada em um fosso dentro de *Dederiyeh Cave*, na Síria, por exemplo, parece ter sido depositada após suas juntas terem se desarticulado, mas com certa preocupação de forma que suas partes corpóreas foram recolocadas seguindo a ordem anatomicamente correta.¹⁹

Mesmo possuindo um escasso trato cronológico das covas Neandertais, sabemos que seus mais tardios sepultamentos, já descobertos na Europa – em *St. Cézaire*, na França – foram realizados cerca de 35.000 AP.²⁰ Após isso, possuímos uma lacuna no registro arqueológico que dura cerca de 6.000 ou 7.000 anos, uma vez que não há enterros convincentes pertencentes às mais antigas ocupações do continente europeu por nossa própria espécie. É somente na metade do Paleolítico Superior, no Gravetiano, que exemplos claros de sepultamentos foram encontrados da Ibéria e do País de Gales até o Nordeste de Moscou. Até recentemente, apenas uma vaga cronologia era conhecida para esses casos, mas agora, uma imagem mais precisa emergiu a partir da datação direta de covas através do radiocarbono. Os resultados mostram que esses sepultamentos foram realizados dentro de um curto período de tempo, entre 27.000 e 23.000 anos atrás.²¹

Todos esses enterros incorporaram um grande uso do ocre vermelho, e incluíram ossos de grandes herbívoros, tais como os aurogues, mamutes, bisões ou renas – animais totêmicos muitas vezes representados em pinturas nas paredes de cavernas desse período. Os mais antigos exemplares desse grupo de covas são a “Dama Vermelha” de *Paviland*²² e três outros jovens adultos enterrados juntos em *Dolní Věstonice*, na República Checa.²³ Pouco posteriormente temos o sepultamento de uma pequena criança em *Lagar Velho*, em Portugal, usando uma concha de

¹⁹ DODO, KONDO, MUHESEN & AKAZUMA, Y., O., S. & T. *Anatomy of the Neanderthal infant skeleton from Dederiyeh Cave, Syria*. In: AKAZAWA, AOKI & BAR-YOSEF, T., K. & O. (eds), *Neandertals and Modern Humans in Western Asia*. Nova York: Plenum, 1998. p.323–38.

²⁰ MERC IER, VALLADAS, JORON, LÉVÊQUE & VANDERMEERSCH, N., H., J., F. & B. *Thermoluminescence dating of the late Neanderthal remains from Saint-Césaire*. *Nature*, Stuttgart, v.351, junho. 1991. p.737–8.

²¹ PETTIT. *The Palaeolithic Origins of Human Burial*. p.168.

²² JACOBI & HIGHAM, R. M. & T. F. G. *The ‘Red Lady’ ages gracefully: new ultrafiltration AMS determinations from Paviland*. *Journal of Human Evolution*, Amsterdã, v.55, n.6, junho. 2008. p.898–907.

²³ KLIMA, B. *A triple burial from the Upper Palaeolithic of Dolní Věstonice, Czechoslovakia*. *Journal of Human Evolution*, Amsterdã, v.16, n.8, dezembro. 1987. p.831–5.

caramujo²⁴, e um jovem adulto do sexo masculino em *Brno*, na República Checa. Seu traje denso e sobrecarregado, a presença de uma boneca ou marionete e de uma provável coxa de ave em sua cova, fizeram com que alguns estudiosos acreditassem que ele fosse um xamã.²⁵

Ainda, um pouco mais tardias são as espetaculares covas de dois adolescentes e de um homem adulto em *Sungir*, Rússia, ambas acompanhadas por vários milhares de contas feitas com pedaços de presas de mamute, muitas centenas de pingentes de dente de raposa e uma panóplia de artefatos de marfim.²⁶ Em *Arene Candide Cave*, no Noroeste da Itália, um jovem do sexo masculino – batizado de “O Príncipe” – foi esplendorosamente enterrado durante o período do Gravetiano Médio. Em adição à usual pintura em ocre vermelho, ocre amarelo foi usado para cobrir uma mordida que arrancou parte de seu pescoço – presumivelmente a ferida que o matou. Ele foi sepultado com um ornamento de cabeça feito com contas de marfim de mamute, quatro cornos furados e incisados, enigmáticamente moldados, conhecidos como “bastões”, uma lamina lascada, retirada de uma pedreira que dista 100 km do local, além de várias outras possessões valiosas.²⁷

Essas covas gravetianas compõem um estranho conjunto. Com a exceção da “Dama Vermelha” de *Paviland*, todas apresentam traços patológicos em seu conteúdo e alguns desses homínídeos podem ter vivido em considerável agonia por grande parte de suas vidas. Por exemplo, três indivíduos enterrados juntos em *Barma Grande Cave*, no Noroeste da Itália, possuíam, todos, colunas deformadas pela degeneração de seus discos vertebrais, similarmente aos jovens encontrados em *Dolni Věstonice*.²⁸ O homem de *Brno* sofreu com uma severa doença óssea por anos, o que pode ter, até mesmo, causado algumas desordens neurológicas. O jovem garoto de *Lagar Velho* tinha uma aparência estranha e desproporcional – membros muito curtos. Tais desordens patológicas encontradas entre quase todos os sepultamentos do Gravetiano são, certamente, demasiado comuns para serem tratadas como uma simples coincidência. Provavelmente a natureza deficiente desses indivíduos – que com uma ou duas exceções, são todos homens – indicava que eles eram, de alguma maneira, especiais. Talvez fossem todos xamãs ou curandeiros.

Há sugestões de que todos esses indivíduos teriam sido assassinados. Se alguma coisa dá errado com a comunidade, o xamã é convocado para concertá-la. Se ele não pode fazê-lo, ele é

²⁴ VANHAEREN & D'ERRICO, M. & F. *The body ornaments associated with the burial*. In: ZILHÃO & TRINKAUS, J. & E. (eds), *Portrait of the Artist as a Child: The Gravettian Human Skeleton from the Abrigo do Lagar Velho and Its Archaeological Context*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2002. p.154–86.

²⁵ OLIVA, M. *Mladopaleolitický hrob Brno II jako pr'ispe'vek k poc'tku'm s'amanismu*. *Archeologické Rozhledy*, Praga, v.48, n.3. 1996. p.353–83.

²⁶ BADER & MIKHAILOVA, N. O. & L. A. *Upper Palaeolithic Site Sungir (Graves and Environment)*. Moscou: Scientific World, 1998. p.165-188.

²⁷ PETTIT. *The Palaeolithic Origins of Human Burial*. p.182.

²⁸ FORMICOLA, V. *The triplex burial of Barma Grande (Grimaldi, Italy)*. *Homo*, Amsterdã, v.39, n.3-4. 1988. p.130–43.

morto. Um raciocínio similar pode ter sobrevivido por milhares de anos até os “corpos dos pântanos” da Idade do Ferro, do Norte da Europa.²⁹ É uma ideia atraente, mas o que está claro, no entanto, é que os sepultamentos nunca foram a norma para as pessoas “comuns”. Devemos presumir que a maioria dos indivíduos era descartada – como deve ter ocorrido por centenas de milhares de anos – sob uma forma respeitosa e ritualística, mas, atualmente, arqueologicamente invisível.

Aproximadamente no mesmo período dos enterros gravetianos presenciamos o florescimento das “estatuetas de Vênus” – geralmente esculturas femininas em marfim de mamute, pedra-sabão ou outros materiais. A maioria delas foi escavada durante os primórdios da arqueologia; mas utilizando o material que possuímos, parece-nos que elas se encontravam inseridas nos fundos das cavernas ou enterradas em fossos. Trata-se de um contraste interessante – praticamente todos os indivíduos enterrados eram homens, mas quase todas as estatuetas enterradas eram femininas. Se essas figurinhas fossem a representação das mulheres em geral, e não de uma deusa, em particular, elas poderiam prover um sombrio vislumbre da dinâmica social das sociedades do Paleolítico Superior. Isso sugere, pelo menos aparentemente, uma diferenciação social entre homens e mulheres. Notavelmente, algumas dessas estatuetas, encontradas na Rússia, foram deliberadamente quebradas; enquanto a “Vênus Negra” de *Dolni Vestonice* foi repetidamente apunhalada por algum tipo de instrumento afiado. Talvez essas figurinhas, também, como os homens enterrados, teriam sido “assassinadas”?³⁰

O sacrifício de figuras importantes da comunidade parece algo estranho para a mente moderna. No entanto, pode ter sido uma característica deveras comum das sociedades pré-industriais. Durante o Egito dinástico, faraós celebravam o festival do “Sed”, em Karnak, onde o rei era ritualmente morto e renascido, simbolizando o reabastecimento de suas energias. O Sed pelo qual passou o faraó Aquenáton, no século XIV A.C, foi meticulosamente registrado em relevos. Alguns egiptólogos sugeriram que esse festival reflete uma prática muito anterior, de um verdadeiro sacrifício de governantes. A ideia parece ter sido a de que o poder devia permanecer novo e forte³¹.

Após o Gravetiano, aparentemente, há outra lacuna de vários milhares de anos antes de começarmos a encontrar atividades mortuárias convincentes, no final do Paleolítico Superior, há

²⁹ TAYLOR, T. *The Buried Soul: How Humanity Invented Death*. Boston: Beacon Press, 2002. p.213.

³⁰ Cf. PETTIT, P. B. *The living dead and the dead living: burials, figurines and social performance in the European Mid Upper Palaeolithic*. In: GOWLAND & KNUSEL, R. & C. (eds), *Social Archaeology of Funerary Remains*. Oxford: Oxbow, 2006. p. 292–308.

³¹ CLAESSEN & VELDE, Henri J.M. & Pieter Van De (eds), *Early State Dynamics*. Leiden: Brill, 1987. p.123.

15-10.000 anos atrás. Mas as antigas tradições parecem ter perpetuado. Por exemplo, na Itália, mais de 20 homens, mulheres e crianças foram enterrados na mesma caverna que “O Príncipe” fora sepultado muito mais que 10.000 anos antes. Todas essas covas foram delineadas pelas paredes da caverna e por grandes blocos de calcário. Seus sepultamentos são muito semelhantes e compartilham uma série de características – conchas, joias de marfim de mamute e ocre – que remetem aos tempos do “Príncipe”. Algumas covas são duplas, contendo um homem adulto e uma criança do sexo masculino enterrada ao seu lado. Trata-se, claramente, de um “cemitério”, no sentido moderno da palavra. A exumação e a realocação de antigos sepultamentos para abrir espaços para novos enterros é algo comumente observado e, onde isso ocorreu, ossos foram, normalmente, recolhidos e acomodados nas bordas das novas covas. Assim como as pessoas, atualmente, deixam vasos de flores junto às lápides de seus parentes, um par de cornos tingidos com ocre vermelho, provavelmente, foi repousado em estacas dentro da caverna. Grandes pedras podem ter atuado como marcadores funerários.³²

Nós normalmente esquecemos que é somente no mundo ocidental moderno que os sepultamentos se tornaram uma prática, quase que, universal e corriqueira. Não apenas nos seus primórdios, mas por toda história, seres humanos descartaram os corpos de seus amados de diversas formas, e a maioria dessas não deixou vestígio algum, podendo ser, apenas, conjecturada pelos estudiosos de hoje. Mas, de alguma maneira, as sociedades modernas estão voltando ao início de um ciclo e recriando uma variedade de rituais do passado. Em décadas recentes, a cremação se tornou, mais uma vez, palatável no mundo cristão; e somos inclinados a espalharmos as cinzas de nossos mortos nos locais “significantes” da paisagem atual, tais quais a nossa cidade-natal, um amado local de descanso, praias ou o estádio de futebol favorito do falecido. Seriam esses locais reflexos modernos das montanhas e rios sagrados do passado?

³² PETTIT. *The Palaeolithic Origins of Human Burial*. p.251-253.

Elegia para os reis: a concepção de boa morte nas orações fúnebres dos monarcas portugueses

Denise Aparecida Sousa Duarte

Doutoranda em História Social e da Cultura
Universidade Federal de Minas Gerais
ddenao@yahoo.com.br

Wesley Fernandes Rodrigues

Doutorando em História Social e da Cultura
Universidade Federal de Minas Gerais
wesley_fernandes@yahoo.com.br

Resumo: A comunicação discutirá como a concepção de boa morte estava presente nos textos fúnebres de alguns dos monarcas portugueses. A boa morte foi uma das ideias mais ressaltadas pela Igreja pós-Trento, tida com meio fundamental para a salvação das almas. Esse ideário se relaciona a uma vida “(...) pautada pela interiorização e prática dos valores ético-cristãos”, isto é, a observação atenta dos preceitos religiosos durante toda a vida do fiel¹. Pretendemos avaliar em que medida as narrativas fúnebres dos reis apresentavam relações com as propostas religiosas e quais as características são tomadas para esse relato. Desse modo, apreciaremos a noção de “Boa Morte” para a Igreja Católica, a diferenciação entre a morte do homem comum e a morte do santo e o que deveria sobressair na narrativa de ambos os casos. Tencionamos, assim, examinar em quais termos a morte de um soberano se enquadraria ou se existem outras influências que também contribuem para salientar a dignidade da morte de membros da realeza.

Palavras-chave: Textos fúnebres, Boa Morte, Monarquia portuguesa.

Introdução

Em seus estudos sobre a morte, o historiador Michel Vovelle apresenta a ideia de que “(...) não há nada mais diferenciador do que a morte”. Para o autor, a maioria dos discursos provindos da documentação dos mais diferentes períodos da história, e que são utilizados para a reconstrução das atitudes e crenças diante do fim da vida, como, por exemplo, os testamentos, não se constituem como indícios da morte de uma “massa anônima de pobres”, mas sim de indivíduos com certa condição financeira ou social de destaque nessas sociedades; daí a ideia de uma “história de silêncios”.² Segundo essa perspectiva, os modelos comumente abordados ressaltam aspectos da morte de homens mais abastados, o que por si já apresenta uma discrepância entre a morte dos mais diferentes segmentos sociais em uma dada região e período.

¹ SANT’ANNA, Sabrina Mara. *A boa morte e o bem morrer: culto, doutrina, iconografia e irmandades mineiras (1721 a 1822)*. 2006. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. p. 69-72.

²VOVELLE, Michel. A história dos homens no espelho da morte. In: BRAET, Herman.; VERBEKE, Werner. (eds.) *A morte na Idade Média*. São Paulo: EDUSP, 1996, p.18-19.

Dentre essa porção de homens melhores posicionados na sociedade – e que por essa razão puderam testar e deixar registradas as últimas vontades no momento derradeiro, legando a posteridade seus anseios e expectativas – a busca pela “boa morte” foi constante. Além do recebimento dos sacramentos finais, esses homens doaram seus bens em favor da caridade, deixaram estipulados os ritos funerários e inúmeras missas por suas almas, para que o tempo de seu padecimento no Purgatório³ fosse abreviado e com isso a salvação no Paraíso fosse alcançada.

Ao homem comum, que não teve sua trajetória marcada pelas virtudes piedosas tais quais aquelas que eram sublinhadas nas vidas dos santos (que voltavam sua existência totalmente a Deus e seus ensinamentos), restava à busca pela remissão de seus pecados perto da morte. Enquanto pecadores⁴, cabia a eles se preparar para o fim da vida, estabelecendo ritos que poderiam ajudá-los previamente.

Os membros da realeza, contudo, tinham sua vida comparada a dos santos e mártires da Igreja, especialmente como uma maneira de homenageá-los postumamente, e essa distinção se estendia aos ritos solenes de exéquias a eles dedicados. O costume de “evocar ou comemorar” os mortos é uma prática que remonta ao período medieval ocidental, e os ritos aos falecidos eram explorados por famílias aristocráticas e por instituições religiosas. Com o passar dos séculos se desenvolve um mercado em torno dos preparativos fúnebres, com instituições encarregadas de interceder pelos defuntos, e as celebrações passam a ser estabelecidas pela preocupação com a salvação individual, prevalecendo sobre a vontade de preservar a memória ancestral.⁵ No entanto, para os membros das casas reais europeias a preservação da memória através dos ritos ainda era indissociável das suas práticas relativas à morte, cujas atitudes prevalecem mesmo no período determinado como Idade Moderna.

A disparidade entre os modelos de morte dos homens de diferentes parcelas das sociedades se faz ainda mais evidente quando se trata da comparação entre um homem comum (os súditos, mesmo os que possuíam condições materiais favoráveis) e aqueles provindos da aristocracia, em

³Segundo Jacques Le Goff, o Purgatório “(...) é um além intermediário onde certos mortos passam por uma provação que pode ser abreviada pelos sufrágios – ajuda espiritual – dos vivos. (...) A crença no Purgatório implica antes de mais a crença na imortalidade e na ressurreição, em que algo de novo para um ser humano pode acontecer entre sua morte e a sua ressurreição. É um suplemento de condições oferecidas a certos homens para que alcancem a vida eterna”. LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Editorial Estampa: Lisboa, 1993. p.18-19.

⁴ Assim como tratou Alexandre Daves, os homens que cometeram apenas pecados veniais, isto é, aqueles que não se constituíam como extremos e, por isso, passíveis de perdão, tinham esperança de que, ao se arrependeram a tempo de sua morte, poderiam se redimir de seus pecados no Purgatório, e com isso alcançarem a salvação. DAVES, Alexandre Pereira. *Vaidade das Vaidades: os homens, a morte e a religião nos testamentos da comarca do Rio das Velhas (1716-1755)*. 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, p.45.

⁵LAUWERS, Michel. Morte e Mortos. In: LE GOFF, Jacques.; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo; EDUSC, 2002, p.244-254.

especial os reis e as rainhas. As orações fúnebres e textos panegíricos constituem-se como bons exemplos dessa discrepância. Esses elementos compõem-se de textos oferecidos à memória de pessoas com destaque na sociedade e, comumente, podem provir dos sermões realizados durante as exéquias, para celebrar a vida e morte grandiosa do homenageado, ou somente descrevem a exuberância das cerimônias dedicadas ao fim de sua vida. Contudo, aos reis e rainhas cabiam alguns aspectos ligados a “boa morte”, ainda que a rememoração de sua vida seja marcada pela comparação de sua vida gloriosa, tal qual as dos santos reconhecidos pela comunidade cristã. Por sua conduta ilibada e marcada pela piedade, esses monarcas poderiam, portanto, estarem isentos das celebrações religiosas em favor do perdão de seus pecados, pois a salvação de suas almas (pelos nuances levantadas por essas prédicas) seria certa. Mas além do caráter de homenagem que marcava essas cerimônias, elas eram também creditadas como essenciais para o bem de suas almas.

Nas obras póstumas dedicadas a figura de D. João V, destacaremos três textos consagrados a sua memória. Uma característica comum entre os textos analisados se dá pelo fato de todos terem sido escritos por homens da igreja, o que confere grande relevância ao tema proposto, uma vez que como religiosos esses indivíduos possivelmente terão como prioridade os aspectos relacionados à características que podem mostrar que ao rei caberia também a busca por uma boa morte.

O primeiro exemplo é a *Oração Fúnebre que nas Reais exéquias do muito alto, muito poderoso, e fidelíssimo Rey D. João V. Nosso Senhor de saudosa memória*, recitado pelo reverendo licenciado Manoel de Cerqueyra Torres, publicado no ano de 1753. Logo na introdução, o religioso destaca que o texto serve para que “(...) fique na memória da posteridade a fama, que sua Majestade defunta conseguiu por suas heroicas virtudes, e memoráveis ações (...)” e espera “(...) que esta pequena oblação de meu afeto será bem recebida (...)”.⁶ O enredo prossegue destacando como D. João V foi admirado em todo o mundo, morrendo muito alto e poderoso, e aos seus vassallos cabia chorar eternamente essa incomparável perda. Para o autor, “morre o maior monarca, que tinha a terra. É possível terra, tal infelicidade? (...) Já é sombra fria o rei mais potente (...). Já é cinza, e pó, quem regeu Europa, dominou América, subjulgou Ásia e triunfou África?” Mas salienta, contudo, um erro considerar “(...) que o nosso soberano Sol de Portugal, por ter as luzes no ocaso eclipsadas, perdeu a majestade; engana-te; porque ainda no ocaso conserva a soberania; pois no ocaso está elevado em merecimentos (...)”.⁷ A figura do rei era destacada, assim, como possuidora de um

⁶ TORRES, Manoel de Cerqueyra. *Oração Fúnebre que nas Reais exéquias do muito alto, muito poderoso, e fidelíssimo Rey D. João V. Nosso Senhor de saudosa memória*, por ordem do preclaríssimo, e ilustríssimo Senado da Villa da Cachoeira recitou no dia 10 de dezembro. Coimbra: Officina de Francisco de Oliveira, 1753, p.3.

⁷ TORRES. *Oração Fúnebre que nas Reais exéquias do muito alto, muito poderoso, e fidelíssimo Rey D. João V*, p.5-7.

poder que permanecia além da morte, cujo respeito e dignidade provinham de seus feitos grandiosos em vida. Sua fama e glória resistiam, portanto, a sepultura. Aspectos da vida do soberano, desde seu nascimento, são ressaltados, assim sua devoção e zelo ao culto divino. A fé católica era um elemento indissociável da vida dos monarcas portugueses, e sublinhar que sua vida e morte seguiram essas orientações era imprescindível.

A *Oração Fúnebre* de autoria do Arcebispo D. Inacio de Santa Teresa, proferida em 29 de agosto de 1750 na catedral de Faro, compara a morte de D. João V a de grandes reis, que foram exemplos para a fé cristã por sua luta em favor dos preceitos de Deus, causando desalento em seus súditos. Em uma passagem, o autor compara D. João V a Josias que, segundo a bíblia, foi rei um rei justo e reto de Jerusalém (2 Rs 22):

(...) como Josias, o Sereníssimo D. João V zelou o culto divino, e ornato das igrejas, e na conquista da Índia fez demolir os pagodes da idolatria, e levantar aí o troféu da Cruz de Cristo; e por todo o seu reino, induziu a reforma dos costumes por muitos decretos, e nova pragmática em benefício público; cuidando sempre do que melhor conduz ao serviço de Deus, e bem das almas, como também se viu no exato recato dos mosteiros.⁸

A vida devota de D. João também foi bastante ressaltada pelo religioso, que destaca sua frequência aos sacramentos, assistia os ofícios e mandava dizer todos os dias muitas missas, com muitas esmolas para sufragar as almas do Purgatório. Com relação a sua morte, o texto destaca sua força frente à longa enfermidade que o abateu, e lutou contra ela com extrema sabedoria.⁹

O último texto analisados tem referências – além dos termos enaltecendores da figura do rei como as demais orações fúnebres – às cerimônias fúnebres ocorridas na Bahia com o recebimento da notícia da morte de D. João V. Segundo a narrativa, assim que a notícia chegou ao senado da câmara (no mês de outubro de 1750), o magistrado retirou suas insígnias, fechou as janelas, suspendeu os tribunais, e estabeleceu um luto rigoroso. No dia 5 de novembro, os senadores saíram para a quebra dos escudos nos lugares públicos da cidade. Desse modo, estavam autorizadas as celebrações religiosas destinadas à alma do monarca, sendo determinado um oitavário de missas de esmola de quatrocentos e oitenta réis aos sacerdotes que desejasse participar das cerimônias. Uma circular foi expedida recomendando a todos os párocos do Arcebispado que celebrassem as exéquias em suas igrejas, formalidades que também ocorreram na catedral, que foi ornamentada

⁸ SANTA TERESA, Inacio de. *Oração Fúnebre nas exéquias, que a magestade fidelíssima do Muito Alto, e Poderoso Rey, e Senhor D. João V.* celebrou na cathedral do Faro em 1750 (Recitada e oferecida ao Sereníssimo Senhor Infante D. Pedro pelo Dr. Miguel Luiz Teixeira, provisor e vigário geral do mesmo bispado). Lisboa: Officina de Francisco Luiz Ameno, 1751, p.5.

⁹ SANTA TERESA. *Oração Fúnebre nas exéquias, que a magestade fidelíssima do Muito Alto, e Poderoso Rey, e Senhor D. João V,* p. 5.

com veludo negro, franjado de ouro, dentre outros elementos. No terceiro dia de solenidades, a mesma catedral foi palco do sufrágio mais solene, um ofício com a presença de uma decoração ricamente elaborada, seguindo cantos e missas pela alma de D. João. Tais solenidades se espalharam pelas mais diversas vilas, com túmulos magníficos, músicas, teatros, sufrágios. O mausoléu construído em homenagem ao rei na Bahia e possuidor de preciosa matéria, foi ricamente iluminado.¹⁰

Os relatos das exéquias reais remontam, entretanto, de tempos mais remotos e sobreviveram por séculos, o que mostra a importância dessas narrativas para a sociedade absolutista portuguesa. A longevidade de tais obras é verificada se como objeto de análise consideramos a obra datada do ano de 1600, referente às exéquias do Rei D. Felipe, em comparação com aquele que trata do falecimento de Dona Carlota Joaquina, do ano de 1831. As características dos relatos são muito similares, apesar do espaço de tempo que separam a publicação de ambas, o que mostra que a vontade de enaltecer a realeza e suas virtudes pias resistiu às mudanças dessa sociedade.

A obra sobre as exéquias de D. Felipe, falecido em 1598, relatam que sua morte levou seus súditos a tristeza extrema. Seguiram-se por dias cerimônias em sua homenagem, contudo, a obra do seu túmulo foi marcada por atrasos devido ao crescimento do mal da peste, na tentativa de “(...) evitar o ajuntamento de muitos oficiais, que andavam nela, e diferente as exéquias para quando o Senhor usando de sua misericórdia levantasse a mão daquele castigo”¹¹, que se realizou no ano seguinte. As pregações ocorridas durante as exéquias, como nas demais, igualam a figura do rei a dos grandes homens da história da humanidade, sendo a fé a virtude mais destacada:

Das virtudes d’este príncipe (...) diremos algumas, e começando pela fé, que é fundamento de todos os bens, e da religião cristã, e tamanho o ódio as heresias, que onde ele entrava, ali havia uma fé católica, e donde se saía, ali se perdia, e entrava a heresia.¹²

Por último, apontaremos certos aspectos ligados à concepção de boa morte presentes na oração fúnebre de D. Carlota Joaquina, em 1831, encomendada pelo príncipe D. Miguel I. A morte de Carlota Joaquina ocorreu durante o período de crise na sucessão do trono português, portanto, a oração fúnebre reflete em vários momentos o momento político pelo qual passava o reino. Em vários trechos da oração a Rainha, que havia morrido um ano antes da celebração das exéquias, ela

¹⁰ BARROS, João Borges. *Relação panegyrica das honras funeraes, que às memórias do muito alto, e poderoso Senhor Rey Fidelíssimo D. João V consagrou a cidade da Bahia Corte da America Portuguesa...*/ pelo Doutor João Borges de Barros, Mestre-Escola da Santa Sé da Bahia, Protonotario Apostolico de sua Santidade, e Desembargador Numerario da Relação Ecclesiastica. Lisboa: Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1753, p.8-10.

¹¹ RELAÇÃO DAS EXÉQUIAS DO Rei D. FILIPE. *Relação das exéquias d’El Rey Dom Filipe nosso senhor*, primeiro deste nome dos reys de Portugal com alguns sermões que neste reino se fizerão. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1600. f.2.

¹² RELAÇÃO DAS EXÉQUIAS DO Rei D. FILIPE. *Relação das exéquias d’El Rey Dom Filipe nosso senhor*, f. 15v-16.

foi exaltada por ser uma defensora da verdadeira religião e por lutar para “destruir, e desfazer os iníquos estratagemas do refalsado Liberalismo.”¹³

Contudo, é possível também analisar determinados aspectos do texto onde a concepção da boa morte é expressa. Um dos ritos mais importantes que o moribundo deveria aceitar antes de partir era o recebimentos dos três sacramentos, a penitência, a eucaristia e a extrema-unção. Ao frade João de São Boaventura, escritor e orador da referida oração fúnebre, além de confessor da rainha, não escapou o fato de mencionar esse aspecto da boa morte ao descrever os últimos momentos de dona Carlota. O autor sublinha que d. Carlota pediu “os sacramentos da Igreja, que durante sua vida eram o seu alimentos diário; e consolada com os socorros da Religião, já não se deseja senão o Céu. Que espetáculo enternecedor e tocante!”¹⁴ Boaventura prossegue mais adiante na oração, destacando dentre os três sacramento o da eucaristia, importante para a remissão dos pecados veniais e para a preparação da alma para o juízo particular:

O mal entretanto se faz perigoso, e a última hora se avizinha. Ministros da Religião, acudi; Ela reclama ainda o vosso Ministério... Antes de aparecer no Tribunal da Divina Justiça, quer purificar-se no da Misericórdia. Apressai-vos em consolar a sua alma o Adorável Corpo de Nosso Senhor Jesus Cristo, que ela requer; a Devota Rainha o recebe cheia de Fé, e lançando seus moribundos olhos para o Céu, e para o dileto Filho [...]¹⁵

Outro aspecto descrito na oração de d. Carlota Joaquina e que busca comparar sua morte a dos santos é relativo a tranquilidade com qual aquela havia aceitado sua própria passagem:

A imagem da morte se lhes apresenta. Com o aspecto deste últimos momentos a piedosa Rainha nada perde da sua natural tranquilidade, e heroica fortaleza. Sustentada por aquela força, e incrível valor, que a tinham feito admirar em todas as nações, Ela previu em paz o instante último, que devia roubá-la ao nosso amor.¹⁶

E ainda continua mais a frente:

Morreu como tinha vivido, cheia de paz, de fortaleza e resignação. Ela deve estar, ó meu Deus, no seio da vossa Misericórdia, nossa esperança é fundada nas heroicos virtudes, que praticou em desastrosas crises.

As narrativas de vida e morte dos reis e rainhas podem aparentar, portanto, serem possuidoras de aspectos contrastantes: de um lado se apresentava a vida dos monarcas marcada pela piedade e devoção – tal qual a dos santos – e, desse modo, um comportamento que garantiria a salvação de suas almas, uma vez que por sua ausência de pecados e a conduta impoluta, esses indivíduos eram inocentes e alcançariam facilmente o Paraíso; ao mesmo tempo em que os textos

¹³ BOAVENTURA, Fr. João de S. *Oração fúnebre da muito alta e poderosa imperatriz e rainha de Portugal, a senhora D. Carlota Joaquina de Bourbon, e que na solenes exéquias, que mandou celebrar el rei nosso senhor D. Miguel I.* Impressão Régia: Lisboa, 1831, p. 7.

¹⁴ BOAVENTURA. *Oração fúnebre da muito alta e poderosa imperatriz e rainha de Portugal*, p. 26.

¹⁵ BOAVENTURA. *Oração fúnebre da muito alta e poderosa imperatriz e rainha de Portugal*, p. 27.

¹⁶ BOAVENTURA. *Oração fúnebre da muito alta e poderosa imperatriz e rainha de Portugal*, p. 26.

mostram que, além do tom de homenagem, inúmeros ritos que ajudavam na purificação das almas cabiam aos monarcas, elementos comumente buscados pelos homens que tinham fé nos preceitos da Igreja, mas eram, no entanto, pecadores, pois cometeram falhas e desvios da vivência religiosa durante a vida.

Se a princípio esses elementos em destaque nas orações fúnebres parecem contraditórios, pois os ritos eram desnecessários para um homem cujas atitudes podem ser comparadas as dos santos, na realidade eles eram complementares. Os reis e rainhas foram, também, símbolos de comportamento para seus súditos, e quando buscavam pelos sacramentos da Igreja, ou recebiam os ritos destinados aos mortos, eles estavam, assim, servindo de modelo, mostrando o que era necessário aos fiéis. Ter uma vida ílibada e participar dos ritos da Igreja era, portanto, essencial para todos os homens, independente de sua posição na sociedade, por isso a necessidade que todos buscassem garantir uma “boa morte”.

Simpósio Temático 25: Diálogos entre História e Comunicação Social

Gabriela Silva Galvão

Mestre em História (História e Culturas Políticas)
UFMG
gabisgalvao@gmail.com

Marina Helena Meira Carvalho

Doutoranda em História (História e Culturas Políticas)
UFMG
marinahmc@yahoo.com.br

Márcio dos Santos Rodrigues

Mestre em História (História e Culturas Políticas)
UFMG
marcio.strodrigues@gmail.com

Proposta do Simpósio:

A relação entre as diversas mídias e o conhecimento da História tem conquistado crescente espaço nos trabalhos acadêmicos, principalmente em razão da recente valorização das abordagens interdisciplinares e transdisciplinares. Os meios de comunicação são excelentes lócus para o conhecimento da História não só da mídia, como também, por meio da mídia. Se o primeiro significado aponta para a historicização dos meios, os colocando como objeto de pesquisa e informado sobre determinada cultura material, a segunda abordagem os utiliza como fontes responsáveis por representações de experiências humanas, às quais se ligam com problemáticas contemporâneas ao meio. As mídias também são instrumento de difusão do conhecimento. O presente simpósio visa a reunir trabalhos que utilizem as diversas formas de meios de comunicação, tais como jornais, revistas, fotografias, propagandas, histórias em quadrinhos (HQs), programas de televisão, rádio, cinema, redes sociais, entre outras, como fonte ou objeto de pesquisa, não só no campo histórico, como também das demais áreas. Existe amplo e pouco estudado leque de possibilidades investigativas acerca das mídias.

Pensar em uma pesquisa de interface entre História e Comunicação é investigar o contexto semântico de elocução e de produção, a cultura material e simbólica de determinada época, as

representações e os discursos construídos, as relações com o poder, dentre muitas outras questões. Analisa-se, destarte, o que foi produzido, para quem, por quem, de que forma, como, com quais intencionalidades e como se deu a recepção pelo público. Esses elementos também podem ser levados em conta para pensar nas mudanças pelas quais a propagação do saber vem sendo feita nos últimos anos. É notório que os meios de comunicação são usados como forma de divulgação de pesquisas desde pelo menos o final do século XIX, tendo esse fenômeno crescido consideravelmente durante o século XX, sobretudo a partir da popularização de meios como o rádio, as revistas e a televisão. Entretanto, essa ocorrência cresceu exponencialmente nos últimos dez anos por meio da internet e, sobretudo, das redes sociais.

Como podemos ver, as relações entre o conhecimento histórico e a Comunicação Social são amplas e não é intenção esgotá-las, pelo contrário. O Simpósio Temático será uma maneira ímpar de discutir e problematizar essa interface, contribuindo para o incremento e divulgação da pesquisa na área.

O jovem em cena: representações da contracultura em *Meteorango Kid, o herói intergalático* (1969)

Fábio Santiago Santos

Mestrando em História

Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES/Bolsista CAPES

fabiosantiagosantos@hotmail.com

Resumo: Este trabalho toma como fonte o filme baiano *Meteorango Kid, o herói intergalático*, produzido e lançado em 1969, com o objetivo de realizar uma análise fílmica que possibilite uma compreensão do modo com que o ideário contracultural foi abordado e construído enquanto representação cinematográfica pelo diretor André Luiz Oliveira. Buscar-se-á, por meio da análise, entender a construção do protagonista e da narrativa a partir da crítica às instituições sociais e políticas estabelecidas, bem como a emergência de novos comportamentos e sensibilidades ante a vida social, sobretudo por parte dos jovens. Utilizar-se-á, também, entrevista concedida pelo cineasta a uma revista especializada, como complemento extrafílmico que permita uma contextualização da produção: as vivências e impressões do cineasta enquanto sujeito histórico capaz de significar a realidade.

Palavras-chave: Contracultura, Cinema Marginal, Ditadura militar.

O cinema marginal e a ebulição cultural dos anos 1960

O longa-metragem *Meteorango Kid, o herói intergalático*¹ foi produzido e lançado em 1969 pelo diretor André Luiz Oliveira, na época com apenas 21 anos de idade. Trata-se de um filme que mescla diferentes gêneros cinematográficos, como a comédia e o drama, além de referências ao universo dos filmes de super-heróis e das histórias em quadrinho. Do conjunto de referências mobilizadas pelo cineasta configurou-se uma produção com teor autobiográfico, que, além de revelar aspectos da vida e dos sentimentos de seu realizador, dá a ver o modo como parte da juventude urbana atribuía sentido à realidade em que vivia. Tal constatação parte da análise empreendida sobre o filme, em que se torna perceptível o entrelaçamento entre duas questões próprias àquele contexto que se opõem diametralmente: a repressão ligada à ditadura militar, que se manifesta em forma de censura e violência, e a contracultura, fenômeno internacional que reúne uma série de rupturas e transformações nos hábitos e costumes de parcelas da população jovem. Este trabalho busca, nesse sentido, compreender o modo com que a contracultura foi representada no filme, com atenção especial ao fato de que esta experiência teve no Brasil a particularidade de se desenvolver sob os “anos de chumbo”, período em que se intensificaram a violência e a vigilância

¹ *Meteorango Kid, o herói intergalático*, Salvador, 1969, 85 min. Dir./Roteiro: André Luiz Oliveira. Elenco: Antonio Luís Martins, Carlos Bastos, Milton Gaúcho, Manoel Costa Júnior, Antonio Vianna, Nilda Spencer.

estatais sobre os opositores do regime e mesmo sobre aqueles que contestavam as regras morais e convenções culturais em que se este se ancorava.

Meteorango Kid é um dos principais expoentes do Cinema Marginal,² também conhecido como Cinema de Invenção. Este conjunto de produções realizadas entre os anos de 1968 e 1973, aproximadamente, mesmo não formando um movimento ou escola cinematográfica, compartilhava certas características, sobretudo no que diz respeito aos temas abordados nos filmes e questões técnicas e estéticas, marcadas muitas vezes pela precariedade e pela experimentação. O Cinema Marginal tem sido pensado, de maneira recorrente, a partir de sua tensão com o Cinema Novo, movimento cinematográfico de grande impacto no campo cultural brasileiro na primeira metade da década de 1960. O Cinema Novo é considerado uma das principais frentes de crítica social, antes do golpe militar de 1964, e de resistência cultural, já no período da ditadura, e esteve alinhado a certas perspectivas do pensamento de esquerda, o que se nota, inclusive, nas temáticas preferencialmente encenadas: mazelas e especificidades da vida do homem do campo, do sertanejo e dos moradores de favelas. Sustentado por um pensamento nacional-popular, o Cinema Novo conferia à arte um potencial de transformação social, e muitos dos cineastas inseridos nesse movimento criaram estratégias de intervenção social por meio dos filmes, que deveriam agir como instrumentos de conscientização do público, incitando-o à reflexão, e, por fim, à adesão aos projetos revolucionários. Ao longo dos anos 1960, porém, o Cinema Novo sofre o choque do golpe militar e, cerceado, acaba encontrando uma viabilidade de existência dentro das condições oferecidas pela indústria cultural, que começa a se consolidar no país a partir de medidas modernizadoras implantadas pelo regime militar³, o que leva a uma amenização de seu discurso radical.⁴ O radicalismo abandonado por parcela do Cinema Novo será retomado, de certo modo, a partir de 1968, por estes jovens cineastas que começam a fazer filmes de modo independente, à margem dos grandes sistemas de produção do cinema industrial ou das políticas estatais de incentivo à produção artística. A intenção de construir um cinema com potencialidade crítica, porém, será norteadada, no caso dos “marginais”, por novos interesses, e esse grupo de jovens

² Em entrevista para a revista *Zingu*, em 2009, André Luiz Oliveira discorda deste rótulo. Para o diretor, marginal é a condição de todo o cinema brasileiro e não apenas deste conjunto de filmes autorais realizados nos anos 1960. Ele afirma preferir o termo “cinema atormentado” para se referir a *Meteorango Kid*.

³ ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira* – cultura brasileira e indústria cultural. 2ª ed. Ed. Brasiliense: São Paulo, 1988. p.114.

⁴ Além da censura e de outros percalços de motivação político-ideológica, há uma questão importante que leva à adesão de cinemanovistas ao cinema-espetáculo: a comunicação com o público, objetivo fracassado do grupo desde os seus primórdios. Não logrando um acesso satisfatório ao público por vias alternativas às do cinema industrial, os cinemanovistas veem a inserção no mercado como uma possibilidade de existência e realização (RAMOS, 1987, p.27).

cinastas se distancia da intenção pedagógica e da ideia de revolução ou transformação social nos moldes em que eram pensados no âmbito das esquerdas.

O Cinema Marginal, como outras manifestações artísticas de vanguarda que surgem no final dos anos 1960, oferece outra visão do Brasil: não mais o Brasil profundo, tido como “autêntico”, escondido no sertão e visível na resistência dos camponeses e retirantes, mas o Brasil em acelerada transformação do final dos anos 1960, em que a urbanização ganhava importância, a sociedade de consumo se fortalecia, os modos de vida na cidade se chocavam com tradições arcaicas do passado nacional e outros sujeitos sociais emergiam com reivindicações e questões específicas, no bojo da agitação sociocultural que abalava os pilares da sociedade ocidental. Os filmes marginais, assim, ao mesmo tempo em que se distanciam – em maior ou menor medida – das pretensões da arte ligada às esquerdas tradicionais, se aproximam de outras expressões artísticas de vanguarda de sua época, como a Tropicália, que propunha uma deglutição crítica dos elementos estrangeiros, a fim de se chegar a uma síntese cultural, esta sim representativa da realidade nacional. É possível perceber claramente esta oscilação entre influências díspares em *Meteorango Kid*.

Rebeldia, agressividade e deboche: faces da contracultura no Brasil

Feita a distinção entre duas das mais importantes cinematografias brasileiras da década de 1960, pode-se refletir sobre como o Cinema Marginal - em particular o filme *Meteorango Kid* - rompe com o ideal de arte alinhado a perspectivas de esquerda, e passa a dialogar com o movimento internacional da contracultura, veiculando representações dessa experiência sociocultural em suas produções. A contracultura, nesse sentido, deve ser entendida como um fenômeno histórico concreto, localizado entre o final dos anos 1960 e começo dos anos 1970.⁵ Se caracteriza, sobretudo, pela rebeldia juvenil contra os modos de vida, convenções culturais e as instituições sociais estabelecidas no ocidente. Um dos pioneiros no estudo desse conjunto de manifestações de contestação foi o historiador Theodore Roszak, que, já no final dos anos 1960, tentou diagnosticar aquela ebulição cultural. Para esse autor, a contracultura, pensada principalmente no contexto estadunidense, era um protesto radical realizado por setores da juventude urbana contra a sociedade tecnocrática. A tecnocracia é vista por Roszak como o ápice da integração organizacional da sociedade, na qual a técnica perpassa todos os âmbitos da vida social: de políticas econômicas pensadas para um país a intervenções mais íntimas no cotidiano das pessoas, ligadas a hábitos de

⁵ Segundo Luís Carlos Maciel, um dos porta-vozes e principais difusores dos ideais contraculturais no Brasil, o conceito de contracultura pode ser compreendido de dois modos: como um fenômeno histórico particular do final da década de 1960 ou como qualquer postura crítica em relação à cultura vigente, independente do contexto (MACIEL apud PEREIRA, 1986, p.13).

saúde e higiene, tudo passa por um exame de peritos, de especialistas, que se colocam e são vistos como ideologicamente neutros. A tecnocracia é sempre associada às ideias de racionalização e planejamento, de modo que Roszak chega a afirmar que “as raízes dessa tecnocracia mergulham fundo no nosso passado cultural, acabando por se confundir com a visão científica do mundo característica da tradição ocidental”⁶. É contra essa visão científica e essa organização racionalizada da sociedade que os protestos contraculturais vão se voltar. Percebe-se, no período, nas manifestações culturais e nas novas representações sociais, a valorização dos impulsos, dos sentimentos e da irracionalidade contra os ditames opressivos da potencialidade humana vigentes na sociedade ocidental. A flexibilização sexual, o surgimento de movimentos de minorias étnicas e sexuais, o uso recreativo de substâncias alucinógenas, a valorização de religiões e filosofias orientais e a difusão de formas inovadoras de organização social, como as comunidades alternativas, inserem-se em um panorama de transformação cultural, em que novas propostas de construção e representação do mundo se impõem pela ação impetuosa de jovens estudantes, militantes, intelectuais e artistas.

O historiador Eric Hobsbawm, ao tratar da contracultura, a qual designa como uma Revolução cultural, observa que uma de suas peculiaridades foi o internacionalismo. “O *blue jeans* e o *rock* se tornaram marcas da juventude moderna, das minorias destinadas a tornar-se majorias, em todo país onde eram oficialmente tolerados e em alguns onde não eram”⁷. A abrangência dessa novidade pode ser explicada em parte pela expansão da indústria cultural, que no Brasil, por exemplo, se consolida a partir das medidas modernizantes implantadas pelo regime autoritário já na década de 1960. Tendo em vista que estas ideias chegaram ao Brasil no momento mesmo em que eram debatidas nos Estados Unidos e na Europa, e influenciaram inúmeras formas de produção artística e práticas culturais, cabe refletir sobre as especificidades desse fenômeno no país. O cinema marginal, nesse sentido, pode oferecer fontes privilegiadas para esta iniciativa.

O filme *Meteorango Kid*, particularmente, possibilita pensar o modo como essas transformações culturais da década de 1960 foram vividas, pensadas e dadas a ler pela perspectiva da própria juventude, uma vez que seu diretor, André Luiz Oliveira, tinha apenas 21 anos à época e, como é possível notar em alguns de seus depoimentos, se identificava com a ideia de uma consciência nova, uma ruptura com o passado. Em 2009, ao ser questionado, em uma entrevista para a revista de cinema *Zingu*, sobre o significado do filme, o diretor afirmou: “A única certeza

⁶ ROSZAK, Theodore. *A contracultura*. Reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1972. p.24.

⁷ HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p.320.

que eu tinha é de querer expressar tudo o que estava sentindo e vendo ao meu redor. O filme é uma catarse, reflexo das minhas inquietações e angústias pessoais e da minha geração”⁸. A ideia de angústia está também presente na sua visão sobre o período da ditadura, sob o qual o filme foi realizado. Quando o entrevistador o pergunta a respeito de uma possível interferência do regime militar sobre a produção, André Luiz afirma que dispôs de “toda a liberdade” em seu processo criativo, mas que a ditadura afetou na medida em que “o filme se configurou como uma reação consciente e inconsciente à opressão que ela impunha a todos nós”⁹. Pode-se depreender dos posicionamentos de André Luiz e da própria observação do filme que sua produção está impregnada da ideia de contestação, ainda que o seu alvo às vezes pareça difuso, haja vista a variedade de formas de opressão com as quais o personagem central deve lidar: das amarras familiares e patriarcais aos percalços de se viver sob um regime político autoritário. É nesse sentido que *Meteorango Kid* pode ser considerado uma fonte profícua para a reflexão sobre uma cultura urbana jovem, contemporânea às ondas de rebeldia que se intensificavam em todo o mundo ocidental, na qual símbolos, discursos e sentidos são compartilhados por uma coletividade. No âmbito desta cultura é que emergem modos singulares de se construir, pensar, compreender e “comunicar” uma realidade, indelevelmente marcados pelos interesses do grupo que os forjou¹⁰.

A análise fílmica, desse modo, volta-se para os elementos mobilizados pelo diretor do filme para a construção de sua ficção, representação do real. O exame das representações fílmicas deve atender para a própria linguagem cinematográfica, posto que esta diz respeito aos modos de comunicação, aos usos e apropriações de imagens e símbolos culturais, às hierarquias sociais e às identidades e, por fim, à própria visão de mundo inteligível para determinado grupo social. Pretendendo-se a superação de uma visão objetivista acerca das fontes audiovisuais, que as tomam como testemunhos diretos da história, sobretudo pelo seu alto poder ilustrativo, e, por outro lado, de uma visão subjetivista que considera estas fontes como meras construções estéticas, individuais, de uma realidade percebida, apoiamos a análise na proposta, sintetizada pelo historiador Marcos Napolitano¹¹, de articular a linguagem técnico-estética com o conteúdo narrativo. Segundo este autor, uma análise que dê conta da fonte audiovisual em sua especificidade deve realizar uma dupla decodificação: a primeira de natureza técnico-estética, na qual se examina os mecanismos formais

⁸ OLIVEIRA, André Luiz. Dossiê André Luiz Oliveira. Entrevista com André Luiz Oliveira. In: Revista Zingu. ed. 33, jul.2009. Captado em: <http://revistazingu.blogspot.com.br/2009/07/dalo-entrevista-parte1.html>. Acesso em: 15 maio, 2016.

⁹ OLIVEIRA, André Luiz. Dossiê André Luiz Oliveira. Entrevista com André Luiz Oliveira. Captado em: <http://revistazingu.blogspot.com.br/2009/07/dalo-entrevista-parte1.html>. Acesso em: 15 maio, 2016.

¹⁰ CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990. p. 17.

¹¹ NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. In: PINSKY, Carla (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

mobilizados pela linguagem cinematográfica, e uma outra, de natureza representacional, quando se tenta apreender os eventos, os personagens e processos históricos representados.

O longa foi filmado em Salvador, em 1969, e retrata a vida do personagem Lula, um jovem de classe média alta que leva uma vida desregrada e boêmia. O enredo não se baseia em uma estrutura linear, não se trata de uma história com início, meio e fim; pelo contrário, apresenta uma variedade de situações aleatórias vividas pelo personagem, de modo a caracterizá-lo e situá-lo naquele contexto específico. Tomaremos como exemplo uma das cenas iniciais: vemos Lula andando pelo centro da cidade, a câmera em primeira pessoa se movimenta freneticamente, revelando uma série de elementos que ajudam a pensar a composição do próprio personagem e do espaço em que se insere. Percebemos a ebulição da cidade grande, concebida enquanto lugar ameaçador e caótico pela presença incômoda de ruídos urbanos e intenso tráfego de carros e pessoas; notamos, por meio de *flashes*, a presença de policiais que perseguem e algemam pessoas – a câmera focaliza o movimento repressivo das mãos dos policiais sobre as outras que são algemadas – que transitam pelo mesmo espaço em que se encontra Lula. Soma-se a trilha sonora, que embla toda essa movimentação com os acordes distorcidos de um rock psicodélico. Em outro momento, o personagem lê quadrinhos de super-heróis na cantina da universidade em que estuda, enquanto ao fundo uma assembleia de estudantes debate questões políticas, o que denota um desprezo de Lula em relação às formas tradicionais da ação política. Estes dois breves exemplos possibilitam compreender o recorte da realidade empreendido pelo cineasta André Luiz: as imagens iniciais de Lula enfrentando a “selva de pedra” ressaltam a localização do personagem em um mundo marcado pela multiplicidade de informações e possibilidades, que se apresentam em ritmo frenético e propiciam a fragmentação das identidades. Não por acaso, o segundo exemplo – Lula lendo quadrinhos – reforça a ruptura ou a desilusão com modos de intervenção social considerados mais “nobres” ou adequados naquele contexto específico.

Considerações finais

Ao se analisar *Meteorango Kid*, o que se pode perceber dessa articulação de imagens, símbolos e discursos, é uma negação, por parte do personagem, de certas representações vigentes à época, seja no campo conservador ou em alas mais progressistas. O personagem, ao se mostrar desiludido e sem expectativas em relação ao futuro, revela uma contradição em relação ao próprio discurso da ditadura militar naquele período, que incentivava por meio de propaganda uma atitude ufanista, baseada na euforia das classes médias quanto à expansão do consumo e ao enorme crescimento econômico verificado à época. Ao enfatizar sua descrença no futuro, o personagem, e é simbólico que seja um jovem, renega essa euforia, marginaliza-se e explicita, assim, as tensões entre, de um

lado, um regime autoritário e o conservadorismo que lhe dá legitimação e, de outro, sua posição de jovem, que não consegue se situar nesse modo de organização social. Por outro lado, o Lula não mais consegue canalizar suas energias em uma ação política de contestação a essa situação. O personagem afasta-se, também, de uma possível militância à esquerda e passa a ocupar, assim, uma posição à margem, na qual a contestação aos paradigmas sociais é simbolizada por atos e práticas transgressores, tais como fumar maconha ou abrir mão de uma carreira profissional.

É importante ressaltar, com base em Marcos Napolitano¹² que o filme não deve ser analisado como um espelho da sociedade ou um veículo neutro das ideias do diretor, mas como um conjunto de elementos que buscam encenar – ou representar – uma sociedade. E esses elementos que são mobilizados por André Luiz Oliveira na encenação da vida de um jovem, que oscila entre o descrédito na política, o hedonismo e a falta de expectativas em relação ao futuro, são elementos que evocam certos significados partilhados, certos símbolos reconhecíveis, sobretudo para o possível público alvo do filme, composto igualmente de jovens.

¹² NAPOLITANO. *A história depois do papel*, p. 276.

Estudo sobre a repercussão do filme *A Dama do Lotação*

Gabriel Felipe Silva Bem

Graduando

Universidade Federal de Minas Gerais

gabriel.f.bem@hotmail.com

Resumo: Esse trabalho buscou entender o impacto que o filme *A Dama Do Lotação*, de Neville D’Almeida, teve nos jornais e na sociedade brasileira no seu ano de lançamento, 1978. Para tanto, foram mobilizados várias críticas de jornais de grande circulação, anúncios, cartas e documentos da Divisão de Censura de Diversões Públicas. O resultado foi uma melhor compreensão de tal impacto sobre a Embrafilme, que era a coprodutora, para qual o filme teve um efeito negativo, apesar do enorme sucesso de público. Além de estabelecer uma relação do filme com a censura da época, que foi considerada falha e ineficiente por parte da população, e com a posição da mulher na sociedade, abordando uma rica discussão que isso gerou na mídia por causa do filme.

Palavras-chave: *A Dama do Lotação*; Cinema; Censura; Embrafilme

Introdução

A segunda metade da década de 1970 e a década 1980, foram profundamente marcadas por um cinema de massa e com objetivos comerciais, era a época do povo no cinema.¹ O ano de 1978, que é muito conhecido pelo fim do AI5, foi também o ano que um fato inédito aconteceu nas salas de cinema, um filme nacional estreava em todo o território brasileiro simultaneamente, levando uma multidão aos cinemas e quebrado recordes de estreias, inclusive de filmes internacionais. O filme *A Dama do Lotação*, um drama erótico, conseguiu em pleno Regime Militar um público total de 6.509.134 pessoas, sendo até hoje a terceira maior bilheteria do cinema nacional.² Todo o sucesso acabou gerando um grande impacto na sociedade brasileira, com resultados inesperados para seus realizadores.

A película adaptada de um conto de mesmo nome, de Nelson Rodrigues, foi rodada por Neville D’Almeida, e conta a história de Solange, interpretada por Sonia Braga, que ao ser violentada na noite de núpcias pelo próprio marido, que também foi seu único namorado, começa a realizar encontros sexuais com desconhecidos que encontra nos ônibus do Rio de Janeiro. Os parceiros sexuais de Solange eram velhos, jovens, pobres, ricos, negros e brancos sendo que entre eles, também haviam alguns conhecidos, como o pai e o melhor amigo do marido. Outro ponto

¹ PINTO, Leonor E. Souza. *(Des)caminhos da censura no cinema brasileiro: Os anos de ditadura*. Disponível em: <http://www.memoriacinebr.com.br/>. Acessado em: 02/02/2016

² Os dados estatísticos foram retirados do “Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual”. Disponível na internet através do endereço: www.oca.ancine.gov.br

que causou grande polêmica foi a locação das cenas de sexo, que envolviam lugares como um cemitério e uma cachoeira.

É difícil dizer com certeza o que teria levado o filme a atingir tal sucesso, mas o roteiro extremamente polêmico e erótico contribuiu de maneira significativa para tal. A década de 70 foi o auge do cinema erótico no mundo, a pornochanchada era um gênero que mais fazia sucesso no âmbito nacional. Outro motivo foram os grandes nomes dos envolvidos no filme, como Nelson Rodrigues e Sônia Braga. Apesar disso, o principal motivo do sucesso do filme é coprodução da Embrafilme, que investiu pesado em publicidade, veiculando incessantemente propagandas nos jornais e nas rádios, também foi a responsável por uma distribuição inédita no Brasil, possibilitando que o filme chegasse ao grande público.

O sucesso do filme fez com que a repercussão nos jornais e na sociedade daquela época fosse enorme, o que nos legou uma grande quantidade de fontes³ para que pudéssemos entender como a sociedade e governo da época lidaram com o filme e com temas relacionados ao machismo e ao erotismo.

Vencendo a guerra nas estrelas: A dama e Embrafilme

Uma propaganda estampada no Jornal do Brasil de 16/04/1978, pela Embrafilme anunciava: “Esta dama acaba de derrotar o tubarão, superar o king-kong e vencer a guerra nas estrelas”. A exaltação da grande bilheteria que o filme atingiu, superando grandes sucessos estrangeiros, vinha acompanhada do lema da empresa, usado em outras propagandas, “Estamos ocupando espaço: a casa é nossa”. A Embrafilme, que foi uma empresa estatal de capital aberto, tinha como objetivo inicial a distribuição de filmes nacionais no exterior, passando mais tarde a produzir filmes.

A criação entra no contexto das políticas de incentivo ao cinema nacional desenvolvidas pelo Regime Militar, que contavam com incentivos fiscais, mobilização de recursos públicos e reservas de mercado para filmes nacionais. Essas políticas combinavam com o projeto nacionalista dos militares, sendo que uma das vertentes é o incentivo a cultura nacional e exaltação dessa cultura, como pode ser percebido nas propagandas da *A Dama Do Lotação*. As ideias nacionalistas do regime se comunicavam, de certa forma, com as ideias dos cineastas, ainda cheios do espírito do Cinema Novo, sendo que a Embrafilme foi a ligação entre o regime e os cineastas, que eram em sua maioria

³ Todas as fontes primárias desse artigo foram retirados do acervo do projeto “Memória da Censura no Cinema Brasileiro – 1964/1988”. Disponível na internet através do endereço: www.memoriacinebr.com.br.

opositores dos militares.⁴ Durante administração de Roberto Farias, um cineasta renomado, a Embrafilme conseguiu se tornar decisiva no mercado nacional e impulsionou grandes bilheterias, sendo que grande parte do sucesso foi graças as melhorias na distribuição. O lançamento de *A Dama do Lotação* foi um teste para a Embrafilme, pois o seu lançamento em todo o território nacional simultaneamente exigiu uma grande complexidade logística, sendo o exemplo prático do tamanho do investimento no filme.

Apesar do sucesso de público e de todo apelo nacionalista que a Embrafilme fazia nos jornais, *A Dama do Lotação*, maior investimento da estatal até então, teve um repercussão muito negativa na maior parte das críticas e na sociedade, chegando ao ponto de trazer efeitos negativos para a empresa e dando início a reputação de que a Embrafilme era na verdade uma usina de financiamento de filmes pornográficos.

Em uma crítica que saiu no jornal Folha de São Paulo, Jairo Ferreira escreve:

A Dama do Lotação não é mais que um “lixo de luxo”, conforme escrevi no folhetim de domingo último, trata-se realmente de uma pornochanchada de luxo, o “Belle de Jour” dos pobres, Ela foi feita em cima das pornochanchadas mambembes, esse lixo cinematográfico que, apesar de tudo, serviu para ampliar o mercado de exibição de filmes nacionais.⁵

Nessa mesma crítica, que mantém o tom negativo para quase todos os envolvidos no filme, Ferreira fala de um movimento que ele chama de “cinemão”, que consiste em simplificar a narrativa para conseguir atingir um público maior e agradar a Embrafilme. Na cabeça de muitos críticos, existe uma clara distinção entre um cinema de qualidade e o “Cinemão” da Embrafilme. Em uma crítica, Temo Martinho escreve: “Neville d’Almeida desistiu de qualquer resistência e contemporizou com a bilheteria, vendendo Nelson Rodrigues para a Pornochanchada” (O Estado de São Paulo 1978). A. Carvalho na revista Visão de 01/05/1978, em um artigo chamado “papa-fila” diz que Neville d’Almeida desiste de ser Godard e lança um filme para engolir filas. A Embrafilme também foi acusada, pela Folha da Tarde na edição de 10/05/1978, de ser monopolista e beneficiar certos grupos. No texto de Alfredo Sternheim, a estatal é vista como uma empresa que prejudica o cinema nacional, pois ao fazer obras tão caras como *A dama do lotação*, atua contra a maioria das produções nacionais, que com os baixos orçamentos disponíveis não teriam condições de competir com os lançamentos da Embrafilme. Além disso, a empresa é acusada de favorecer grupos de realizadores e produtores do Rio de Janeiro frente aos demais.

⁴ GATTI, André Piero. *Embrafilme e o cinema brasileiro*. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 2007.

⁵ Folha de São Paulo, 1978

O filme que venceu a guerra nas estrelas e era o carro chefe da Embrafilme para celebrar o sucesso do cinema nacional e o sucesso da própria Embrafilme, perdeu a guerra nos jornais e acabou contribuindo para desgaste da empresa, sendo taxada como uma empresa de filmes puramente comerciais, monopolista e que usava e abusava do erotismo para atingir o grande público, causando assim a queda de qualidade das produções. O desgaste da Embrafilme não foi sentido em 1978, mas alguns anos mais tarde na segunda metade da década de 1980, já que as críticas que se ensaiavam no lançamento da *A Dama do Lotação*, foram se aprofundando cada vez mais, chegando ao ponto de a Embrafilme ser alvo de uma campanha moralista no congresso encabeçada pelo senador Dirceu Cardoso alguns anos mais tarde, o que ajudou a aprofundar ainda mais a crise da empresa que causou o seu fechamento.

Um caso de Polícia: A dama e a censura

A partir do ano de 1975 com a abertura política, mas principalmente após o fim de AI5 em 1978, o cinema brasileiro vai gradativamente abandonando o estilo mais metafórico que foi obrigado a aceitar, e tenta alcançar o grande público. Filmes como *Dona Flor e seus Dois Maridos* (1976) de Bruno Barreto e *Xica da Silva* (1975) de Carlos Diegues, atingiram um grande sucesso de público. Apesar de a censura ter mudado, ela não foi abandonada pelo regime, apenas mudou o foco, como explica Leonor Souza Pinto.

No entanto, o maior equívoco de avaliação deste período é a de que a censura termina com a abertura. Na contramão dos ares de liberdade ditados pela abertura política, e diferentemente do que se costuma inferir, a censura, mantida para os espetáculos de diversões públicas, inclusive para o cinema, apenas muda seu foco, mas continua atuante. Para as salas de cinema, libera os filmes com uma política de cortes mais moderada, enquanto para a televisão, onde agora se concentra o grande público, a censura, competente e atenta, investe pesadamente nas proibições. Quando não consegue proibi-los, são destruídos por cortes que os tornam, muitas vezes, incompreensíveis, e liberados somente para horários tardios 23.⁶

Mesmo com a abertura, *A Dama do Lotação* não passou impune às tesouras morais da censura, ao todo cinco cenas foram censuradas, quatro cenas de sexo e uma cena que a melhor amiga da sogra da personagem de Sonia Braga, revela que as duas na realidade eram amantes. Mesmo com os cinco cortes, o filme foi classificado para maiores de dezoito anos, recebendo os carimbos de filme de “boa qualidade” e “livre para exportação”, o que garantia o direito de o filme poder ser reproduzido integralmente no exterior, isso ajudava o Regime a manter a imagem de um Brasil democrático lá fora.

⁶ PINTO, Leonor E. Souza. O Cinema Brasileiro face à censura imposta pelo regime militar no Brasil -1964/1988. P:14 Disponível em: <http://www.memoriacinebr.com.br/>. Acessado em: 02/02/2016

A censura moral não era surpresa, *A dama do loteação* foi apenas mais um dos vários filmes que sofreram mutilações antes de serem projetados no cinema. Tanto os envolvidos nos filmes quanto à sociedade em geral, sabia da existência da censura e esperava que ela agisse, e com o tempo sabiam como ela agia, isso causou a autocensura nos artistas. No caso de *A Dama do Lotação*, o que chama a atenção não é como os autores lidaram com a censura, mas sim como algumas pessoas consideraram que a censura foi branda de mais, o que acabou causando indignação e reclamações por parte do público.

Amea Campos Carvalho, que na altura do lançamento do filme tinha quarenta e oito anos, escreveu uma carta indignada ao Ministro da Justiça.

Sr. Ministro qual não foi minha surpresa, vendo não algumas cenas, mas sim todo o filme pesado. Estou com tanta revolta dentro do meu coração que não resisti a vontade de lhe escrever.

Será meu Deus, que o mundo está realmente perdido que nada mais tem valor, tem sentido, tem amor. Não Sr. Ministro alguém tem que zelar pela juventude, pelos princípios que norteiam a moral e o bem estar social. Existe uma censura no país, e ela infelizmente não funcionou neste caso. O filme é um caso de polícia. Tem cenas que nem mesmo os mais vividos dos mortais pode suportar. Não sou puritana, pois conheço a vida como ela é. Mas daí a concordar com filmes que deturpam a mente de jovens inexperientes, de jovens que amanhã deverão ser mães de família, e que vendo filmes como esse só poderão ser prostitutas como é o caso da “dama do loteação”. Não Sr. Ministro, se a censura não deixou passar filmes com “O último tango”, “Emanuelle”, não poderia nunca deixar passar a “Dama do Lotação”, é uma afronta aos mais elementares princípios da moral. Não é possível que o dinheiro seja tão valioso a ponto de corromper uma nação. Sim porque nesse caso o filme é para ganhar dinheiro fácil e a censura deixou passar. A propaganda é imensa e o pobre coitado que vai para prestigiar o cinema nacional sai de lá revoltado, amolado e arrasado. No meu caso Sr. Ministro sinto nojo de ser mulher. Estou com vergonha de me olhar no espelho. O senhor já assistiu esse filme, acredito que não. Vá ver Sr. Ministro tenho certeza que o senhor fara algo por nos brasileiro. Tirando de cartaz essa aberração. Não sou puritana repito, mas sou humana e tenho um pouco de vergonha na cara.”⁷

É interessante perceber que apesar do filme não tratar de política e não defender nenhuma ideologia considerada subversiva, a autora da carta considera o filme extremamente perigoso para a sociedade, a ponto de corromper a juventude. A moralidade cristã e principalmente a defesa dessa moralidade que tem raízes profundas na sociedade brasileira, é tratado com seriedade por muitas pessoas, como demonstrado na carta.

Em outro caso, um leitor do Jornal do Brasil também indignado, resolve escrever para o jornal, que por sua vez pública a carta com o seguinte conteúdo:

“A ninfômana do loteação seria titulo mais adequado para o filme brasileiro em exibição em quase uma centena de cinemas a protagonista é uma mulher doente,

⁷ (Memória da Censura no Cinema Brasileiro – 1964/1988, 1978)

cuja a patologia sexual está marcadamente caracterizada por alto grau de andromania ou ninfomania, muito do agrado do autor. A película é profundamente indecorosa. Fere frontalmente todos os códigos de decência. A cena do cemitério é um acinte descarado e escabroso, sobretudo porque, desrespeitosamente, destaca a cruz de um túmulo, ferindo o respeito devido aos mortos. Por tudo isso, está a censura de parabéns”⁸

Em ambos dos casos, os indignados com a falta de censura estavam também demonstrando o seu apoio ela. Por questões morais, religiosas e de bem estar social, jugam a censura como algo legítimo e fundamental para a defesa da sociedade sonhada por eles. Devemos sempre lembrar que a censura moral é um ato político, fruto de uma ideologia conservadora, sendo peça fundamental para o Regime Militar conseguir se manter no poder.

A ditadura não resistiu mais de duas décadas sem o apoio de grande parte da população brasileira, sendo que a censura moral foi uma das bases desse apoio, agindo como força de captação de apoio. A sociedade conservadora não conseguia conceber, por exemplo, que duas mulheres pudessem ser amantes, então o Governo censurava as cenas, como no caso da *A Dama do Lotação*, que mostrava que essas pessoas existiam e que acima de tudo eram normais. O que chama a atenção na carta ao ministro é que apesar da indignação, a mulher confiava que o Ministro e o Governo pudessem zelar pelos valores que ela achava tão importantes, e por esse motivo lhe escreve a carta, ou seja, só por existir censura moral a mulher acreditava que o governo também fosse antro de moralidade. Quantas pessoas acham o mesmo? Quantas pessoas aceitaram ou até pediram a censura e a Ditadura por acreditar que sem elas seria pior? Com certeza foram muitas, essas muitas pessoas foram, em grande parte, responsáveis pela criação e durabilidade do regime.

Praticamente violada: A dama e a posição da mulher

Nas décadas de 1970 e 1980 o cinema erótico, beneficiado pela revolução sexual, atingiu seu auge. Na Europa, filmes desse gênero são dirigidos por diretores consagrados, como *O Último Tango em Paris* (1972) de Bernardo Bertolucci e *A Bela da Tarde* (1972) de Luis Buñuel, outros se tornam franquias de sucesso a ponto de serem rodados vários filmes em países diferentes, como no caso do *Emanuelle* (1974). Além do sucesso, os filmes eróticos, em sua maioria, tinham em comum o público alvo masculino, e para agradar esse público não faltam cenas de nu feminino, o que fez com que muitos desses filmes fossem acusados de serem machistas e objetificarem a mulher. ⁹*A Dama do Lotação* bebeu muito na fonte do cinema erótico europeu, valorizando o corpo da sua protagonista em longas cenas de sexos. O que causou comparações com a obra de Luis

⁸ (Jornal do Brasil, 1978)

⁹ SELIGMAN, Flavia. Um certo ar de sensualidade: O caso da pornochanchada no cinema brasileiro. *Seções do imaginário*. Porto Alegre, N.09, P. 38-40, maio 2003.

Buñuel e até acusações de plágio por parte dos críticos e também houve alegações de que o filme seria machista.

Em uma crítica, Marcos Ribas de Faria fala sobre o filme que “O grande equívoco está em ser um discurso machista que veicula uma visão moralista e preconceituosa da mulher e do sexo onde o desejo e o prazer são confundidos com perversão e inferno.” (Jornal do Brasil, 1978) É interessante observar que *A Dama do Lotação*, que foi considerado imoral por muita gente, é considerada moralista pelo crítico. Um dos pontos que leva alguns a acreditarem que o filme é moralista é explicado na crítica de Flavio Marinho.

A proposta aparentemente erótica poderia ter uma função revolucionária—enquanto transgressora de uma interdição – mas, no caso, *A Dama* limita-se a utilizar a mulher enquanto objeto – posição francamente reacionária. Tratando, superficialmente, as causas do comportamento da personagem-título—convenções sociais, condicionamentos psicológicos - explorando as fantasias sexuais de Solange (Sônia Braga), a câmera de D’Almeida prefere julgá-la segundo os mais rígido padrões de um moralismo gaga”¹⁰

Nessa crítica o autor coloca a objetificação da mulher com um dos motivos de considerar o filme moralizante, já que essa postura era recorrente no cinema. É possível também perceber que o segundo motivo é questão da posição que o sexo ocupa no filme. Não sendo tratado com naturalidade, com algo normal e sim como algo obsessivo, patológico e fruto de uma mente perturbada.

É muito comum em filmes eróticos o tom moralizante, que acontece muitas vezes de forma sutil, como a morte do personagem que pratica sexo.¹¹ *A Dama do Lotação* não esconde seu teor moralista quando veicula no pôster do filme uma frase justificando o comportamento de Solange “Ela se entrega a todos para continuar amando o marido”, então apesar do comportamento depravado da protagonista, o fim era nobre, continuar dando o amor devido ao marido. Além disso, alguns diálogos também parecem manter um tom conservador e moralista, por exemplo, quando Solange diz que não quer sujar seu amor com sexo, ou ainda o fato de Solange dizer que ama o marido apesar do estupro da noite de núpcias e do enorme asco que ela demonstra sentir por ele.

Em entrevista ao *Jornal Última hora*, Neville d’Almeida rebate as críticas dando o seguinte depoimento:

A promiscuidade sexual da personagem certamente irá chocar muita gente, mas as atitudes da personagem vivida pela Sônia, são comuns entre os homens, ou

¹⁰ Jornal do Brasil, 1978)

¹¹ GERBASE, Carlos. *Imagens do sexo: as falsas fronteiras do erótico com o pornográfico*. In *Revista Famecos*. Porto Alegre. N. 31, P 39-46, dezembro de 2006.

seja, se alguém sair chocado do cinema, será simplesmente porque o papel é vivido por uma mulher, e não por um homem. A nossa sociedade aceita fato de um homem manter um grande numero de relações sexuais com mulheres diferentes, num curto espaço de tempo, mas não aceita essa mesma atitude quando ela parte de uma mulher.¹²

A alegação de Neville d’Almeida vai de encontro à ideia de que o filme trata o sexo de maneira doentia, mas apenas inverte os personagens tradicionais, sendo que na *A Dama do Lotação* é a mulher que trata os homens como objetos descartáveis. O diretor também rebateu as críticas sobre o teor machista do filme:

O filme não é machista. O filme mostra, documenta, não toma partido. Em nenhum momento entendi que era preciso intervir, vestir a camiseta de um ou de outro personagem. Os críticos não o tem visto assim. Muitos deles – sua maioria- confundem as coisas, falam de si mesmo, e esquecem a obra em si. Em suma o público se projeta na história e se perdem em subjetivismo que não tem nada a ver com minha fita. ¹³

Neville D’Almeida, apesar de pregar uma posição neutra, é claro ao dizer que o filme não é machista. Não havendo motivos para duvidar das alegações do diretor, como é possível então conciliar a relação conflitante da sua intenção com o filme e a opinião dos críticos? Jairo Ferreira dá uma solução a esse problema em sua crítica no jornal Folha de São Paulo, argumentando que as posições conflitantes entre o diretor e o autor do conto, Nelson Rodrigues, que é conhecido pelo seu posicionamento mais conservador, seriam o motivo do desajuste da intenção de Neville D’Almeida e o produto final, ele escreve o seguinte:

Ora, se é isso que Neville quis mostrar houve uma defasagem entre ele e Nelson Rodrigues as dose de sadomasoquismo (“me bate, me xinga”) só atrapalham a proposta do cineasta que alias detesta a palavra “proposta” e abomina também o termo “mensagem” e toda aquela inútil conclusão psicanalítica quando a personagem sai do divã berrando que o analista é um “canalha”, “porque não conseguiu fazer que ela sofresse” também tem pouca haver com a linha central da narrativa, que o diretor mesmo diz girar em torno da liberação sexual feminina. Trata-se então, de mais um filme equivocado material na qual aliás o cinema brasileiro é pródigo.¹⁴

De fato, a proposta de liberação da sexualidade feminina não combina com a necessidade de Solange de sofrer pelos seus atos, o que torna ainda mais claro a ideia de desajuste entre Neville D’Almeida e Nelson Rodrigues, já que apesar de a direção e roteiro serem do primeiro, os diálogos do filme são do segundo. Mesmo Neville D’Almeida assumindo papéis importantes na realização da obra, outros agentes podem ter contribuído para que a visão do diretor não fosse bem

¹² Última Hora, 1978

¹³ Correio do Povo, 1978

¹⁴ Folha de São Paulo, 1978

compreendidos ou bem colocados no produto final, como os produtores, que podem ser os responsáveis pela frase no pôster do filme.

É muito difícil dizer se o filme é machista ou não para os parâmetros da época, mas vale a pena lembrar que a sociedade brasileira de 1978 era profundamente conservadora, exemplos são encontrados nas próprias sinopses e críticas do filme, onde os autores parecem recusar a admitir que a protagonista tenha sido estuprada pelo marido e substituem essa palavra por outras que soam mais agradáveis, usando “praticamente violada” (O Estado de São Paulo, 1978) e “desvirginada brutalmente” (Última Hora, 1978) até o próprio diretor preferir usar o termo “noite de núpcias traumática” (Última Hora, 1978) em uma entrevista. Outro exemplo é a pequena quantidade de críticas escrita por mulheres, fazendo com que quase toda a discussão sobre o machismo e sexualidade feminina representada no filme, fosse feita por homens. A única crítica encontrada escrita por uma mulher é de Maribel Portinari, que também diz que o filme objetifica a mulher e nos passa uma ideia de como a plateia feminina poderia reagir ao filme.

Para a plateia feminina, de qualquer maneira, o filme é irritante. Não há na narrativa qualquer preocupação de aprofundar um pouco mais a visão da problemática de Solange: as duas sequências no divã do analista, por exemplo, que a isto se prestaria, acabaram por tornar-se caricatura tendenciosa do trabalho do terapeuta e recado sobre a inutilidade do assunto - o que aliás se enquadra na perspectiva que Nelson Rodrigues tem sobre o Assunto. Em vez de explicar a personagem, se faz dela mero atrativo para cenas eróticas que algumas vezes se avizinham a pornochanchadas. O filme parece assim destinado a agradar a um certo tipo de público masculino, sobretudo aquele que ultrapassou a década dos 40.¹⁵

Portinari chama a atenção para como a personagem de Sônia Braga era superficial, apesar de ser a protagonista. Ela chega à conclusão que o filme tinha um público alvo, e não era as mulheres. De fato, o cinema erótico era feito por homens e para homens. A sub-representação das mulheres no cinema não é exclusividade do gênero erótico e nem da década de 1970, mas só pelo fato de haver críticas a esse comportamento conservador, é sinal de que as mulheres estavam conquistando espaço, vindo a ampliar esse espaço com o passar das décadas.

Conclusão

A Dama do Lotação fez um sucesso inegável, mas todo esse sucesso fez com que o filme tivesse um estranho impacto na sociedade. Pelo grande número de pessoas que viram o filme, as relações com ele foram paradoxais e complexas.

¹⁵ O Globo, 1978

Para Embrafilme, o filme que tanto foi tão comemorado, também foi o início das críticas a empresas, acusações de monopólio, beneficiamento de diretores e produção de filmes pornográficos, foram tomando proporções cada vez maiores. Essas críticas que se ensaiaram no caso da *A Dama do Lotação*, unida a outras, como a acusação de que a empresa produzia filme subversivos, ajudaram a aprofundar a crise dentro da empresa alguns anos mais tarde.

Para a censura, que no cinema, além de outros objetivos, era usado como ferramenta de captação de apoio para o Regime Militar, o filme também teve efeito negativo, fazendo com que a Divisão de Censura de Diversões Públicas recebesse críticas por ter liberado o filme. Isso deixa claro que a defesa da liberdade de expressão e de opinião não era defendida por todos, sendo que a permanência das restrições a essas era considerado extremamente importante por parte da população.

Paradoxal também é a relação que o filme teve como a posição da mulher na trama, representada pela protagonista. Alguns acreditavam que era a protagonista que usava os homens como objetos, invertendo a ordem tradicional, sendo que o comportamento de Solange era fruto da liberação sexual feminina. Outros acreditaram que o filme acabou objetificando Solange através de longas cenas de sexo e tratando-a de maneira superficial, para agradar o público masculino. Opinião essa que parece ir contra a intenção do diretor com relação ao filme. Essa divergência pode ter sido causada por pessoas envolvidas na realização do filme que fugiam do controle e da intenção do diretor.

Mais do que um simples filme, *A Dama do Lotação*, tanto pela obra em si, quanto pela repercussão gerada, é um relato muito interessante da época em que foi produzida, merecendo uma maior atenção dos historiadores, sendo que ainda existem muitos assuntos que não foram abordados aqui, que diz respeito tanto ao filme quanto ao cinema brasileiro produzido durante as décadas de 1970 e 1980.

Cinema *Western* e a construção da identidade nacional norte-americana: um estudo do filme *Rastros de Ódio* (1956), de John Ford

Isadora Bolina Monteiro Vivacqua¹

Graduanda
História UFMG
isadora.vivacqua@yahoo.com.br

Hudson Leonardo Lima Públio²

Graduado
História UFMG
hudsonlpublio@hotmail.com

RESUMO: este artigo objetiva analisar o modo como o Cinema *Western* ajudou na construção da identidade nacional estadunidense, constituindo-se como uma das manifestações artísticas representativas da cultura deste país. Buscaremos também realizar um “estudo de caso”, analisando o filme *Rastros de Ódio* (no original: *The searchers*) de 1956, dirigido por John Ford, debatendo sobre como essa e outras produções do gênero *Western* contribuíram para formar a ideia dos norte-americanos como heróis exemplares, e a civilização *WASP* (branca, anglo-saxã, protestante) como sua principal representante, sendo superior às outras. Acreditamos que tais elementos são marcantes na identidade norte-americana e foram por eles mobilizados para tentar legitimar as suas políticas expansionistas.

PALAVRAS-CHAVE: Cinema *Western*, Identidade nacional norte-americana, Expansionismo.

Introdução: a formação das nações

Ao tentar compreender o que seria uma “nação” o cientista político estadunidense Benedict Anderson propôs a seguinte definição: toda nação é “uma comunidade política imaginada - e imaginada tanto como limitada quanto soberana por excelência”³. Para o pesquisador, as nações seriam “imaginadas” porque seria praticamente impossível que todos os seus membros se conhecessem e convivessem, todavia, haveria um sentimento de “camaradagem” entre eles, permitindo-os se identificarem como compatriotas. Esse sentimento não seria algo natural, mas historicamente desenvolvido, através da elaboração e mobilização de símbolos, ritos, heróis, etc., que fariam as pessoas se identificarem como pertencentes a um mesmo grupo. As nações seriam

¹ Bolsista de iniciação científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG.

² Bolsista de Iniciação Científica pelo PIBIC/CNPq, graduado em Licenciatura e Bacharelado em História pela UFMG.

³ ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 30.

“limitadas” por suas fronteiras serem finitas, contudo elas poderiam ser expandidas, ampliando seu domínio e sua soberania sobre outras terras e povos, sendo por isso, também caracterizadas por Anderson como “elásticas”. Para o pesquisador, “As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas”⁴.

Partindo das análises de Anderson podemos considerar que, assim como qualquer outra, a nação norte-americana também foi imaginada e construída. A historiadora Mary Anne Junqueira ressalta que tal construção ocorreu a partir da elaboração de alguns mitos, sendo um destes a ideia de que os Estados Unidos seriam um “povo eleito”⁵. Sua população seria descendente dos puritanos, os “pais peregrinos” que vieram da Inglaterra em busca da terra prometida onde construiriam uma nação pautada na liberdade e na igualdade. Estes puritanos foram caracterizados como *WASP* – *white, anglo-saxon, protestant*; traduzindo: sujeitos brancos, anglo-saxões e protestantes. Em plena embarcação do navio *May Flower*, que usaram para partir da Inglaterra, eles já teriam firmado um pacto em que se comprometiam a construir uma sociedade livre da decadência dos impérios europeus, capaz de incluir todos os homens e de se firmar como um modelo a ser seguido por todo o mundo. Conforme ressalta Junqueira, a construção de tal mito não leva em conta diversos outros sujeitos que também vieram para as treze colônias e que ajudaram a fundar os EUA (negros, católicos, indígenas, europeus posteriormente, etc.). Além disso, desconsidera os valores e culturas das pessoas que já habitavam a região americana (as populações indígenas). A autora ressalta que esta exclusão ocorreu também em um plano internacional, visto que qualquer povo que diferia da cultura *WASP* era visto como inimigo, ou ao menos como uma nação inferior.⁶ Esta falta de alteridade que marca a cultura fundacional norte-americana ainda foi embasada pela crença no chamado “Destino Manifesto”. Esta teoria, surgida no século XIX, defendia que os EUA eram um povo excepcional que teriam uma missão a cumprir, ditada pela Providência, de levar os seus valores virtuosos para todas as sociedades. Esta ideia, segundo a pesquisadora Beatriz Domingues, muitas vezes foi utilizada para tentar justificar o expansionismo dos EUA, sendo este não apenas territorial, mas também político e cultural, marcado pelo desrespeito ao diferente.⁷ Associando com as ideias de Benedict Anderson, poderíamos dizer que a defesa do “Destino Manifesto” ajudou a ampliar as fronteiras da nação norte-americana e a sua área de influência.

⁴ ANDERSON. Comunidades imaginadas, p. 33.

⁵ JUNQUEIRA, Mary Anne. Os discursos de George W. Bush e o excepcionalismo norte-americano. In: Margem, São Paulo, N° 17, Junho, 2003, p. 166.

⁶ JUNQUEIRA. Os discursos de George W. Bush e o excepcionalismo norte-americano, p. 167.

⁷ DOMINGUES, Beatriz Helena. Deus e ideologia política nos Estados Unidos: a doutrina do Destino Manifesto. In: DAIBERT, Robert; SIMOES, Bárbara (Orgs.). Escrituras de Deus e do Diabo: ensaios de religião, história e literatura. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012, p. 95-118.

Para auxiliar na propagação dos mitos ressaltados sobre as origens dos EUA ocorreu, dentre outras coisas, um amplo investimento em produções culturais capazes de difundir os valores fundacionais deste país, objetivando fazer com que estes fossem tidos como verdadeiros e os norte-americanos associados a um povo vencedor. Um de tais tipos de produção que se tornou característica da cultura americana é a elaboração e divulgação de filmes do gênero *Western*, ou Faroeste. A seguir, vamos especificar algumas características deste tipo de produção cinematográfica, visando ressaltar o modo como ela contribuiu para a construção da identidade nacional dos EUA.

O Cinema *Western*

O cinema *Western*, embora não seja exclusivo dos EUA, tornou-se um símbolo da cultura deste país. Foram muitas as produções deste gênero elaboradas por cineastas norte-americanos que se tornaram famosas em vários países, recebendo prêmios reconhecidos internacionalmente. Este gênero cinematográfico se desenvolveu no começo do século XX, servindo como instrumento de veiculação de ideais políticos, culturais, etc. A obra *Kit Carson*, dirigida por Wallace McCutcheon e lançada em 1903, é considerada por muitos como o primeiro filme do gênero *Western* da história dos EUA.⁸ Depois dele seguiram-se vários outros como o famoso *The Great Train Robbery* (1903), de Edwin S. Porter. Dentre as características mais marcantes desse gênero fílmico (pelo menos no que tange à *Hollywood Clássica*⁹, até a década de 1960) podemos destacar que em suas histórias há sempre a figura de um herói, normalmente representado por um homem forte e branco. Esse herói é responsável por salvar o grupo social a que pertence de algum inimigo, restaurando a paz na região. Além disso, ele consegue expandir as fronteiras de domínio de seu grupo, sendo responsável por levar os valores de um mundo “civilizado” para regiões dominadas por sujeitos caracterizados como “selvagens”. Ele ainda consegue conquistar a mulher que deseja e o respeito de todos. As figuras femininas normalmente são representadas de acordo com a ética ascética puritana. Elas usam vestidos que cobrem boa parte do corpo, são vistas como provedoras, pacíficas, criadas para servir o marido. Não cabe à elas ir lutar ou portar armas, seu dever é cuidar da casa e gerar bons filhos. Nota-se assim uma forte influência de valores religiosos que restringem os direitos das mulheres e regulam o seu comportamento. Elas são colocadas na posição de incapazes de se

⁸ Correio do Povo. O dia 21 de setembro na história. Porto Alegre, 21 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=116&Numero=356&Caderno=0&Noticia=339985>>. Acesso em 10 de abril de 2016.

⁹ Por *Hollywood Clássica* entendemos como o período que vigorou na indústria do cinema dos Estados Unidos desde a criação da linguagem cinematográfica por D. W. Griffith no início do século XX, passando pelas grandes produções da primeira metade daquele século até a decadência dos temas que vigoravam nos filmes até então. O período que daria lugar a este foi denominado *Nova Hollywood*, que será tratada ao decorrer do texto.

protegerem, sendo necessária uma figura masculina para lhes salvar.

Os belos cenários são outra marca desse tipo de produção. Aparecem imagens de vales, rios, animais, grandes terras, sempre esperando para serem conquistadas pelos heróis. Esta ideia da conquista inclusive deu origem ao nome desse gênero fílmico: *Western* significa “ocidental”, e foi empregado em referência ao processo de colonização do Oeste realizado pelos EUA. Nota-se assim uma referência também ao mencionado “Destino Manifesto”, que coloca os americanos como responsáveis pela expansão de seus valores ditos “superiores”. A nação americana estaria destinada ao sucesso, assim como o *cowboy*, personagem clássico desses filmes. Ela ainda estenderia suas “fronteiras elásticas” cada vez mais, abarcando os novos belos cenários retratados.

O homem protagonista é, muitas vezes, a personificação da cultura *WASP*. Mesmo quando o *cowboy* mata seus inimigos normalmente não apresentam esse ato como contrário a referências bíblicas. Seu gesto é justificado por estar em defesa do seu território, de sua família, de sua gente. Ele está combatendo o “mal”. E aí se encontra outro elemento característico deste tipo de produção – a dualidade. Há um lado visto como o “civilizado”, “bom”, “correto” e outro como o “impuro”, “inimigo” e “selvagem”. No processo de extermínio desse outro lado caracterizado pejorativamente, o *cowboy* estaria impedindo o desenvolvimento de uma cultura pagã e, de certo modo, ajudando a salvar a nação. Percebe-se que nestes filmes a figura do indígena muitas vezes é caracterizada como negativa e a dos homens brancos como positiva. Ao conquistar as regiões dominadas por estes povos o *cowboy* exerceria não apenas um domínio territorial, como a sua cultura, os valores fundadores da nação americana. Essa imposição cultural é apresentada como algo justificável, de modo que o conquistador é visto como o “salvador”, ajudando a consolidar no imaginário norte-americano a ideia de que seriam destinados por Deus a salvar todos os outros povos, e a tentar legitimar as práticas de extermínio indígenas e de demais povos portadores de algum comportamento indesejável. A violência dos duelos de tiros, outra marca desses filmes, também ajuda a fortalecer a imagem do americano como o vencedor, visto que o *cowboy* representativo desta nação normalmente ganha estes duelos e derrota os seus opositores.

Outra marca da identidade norte-americana que estas produções ajudaram a difundir é a ideia do *self made man*, o homem que se faz por si mesmo. A cultura liberal-meritocrática, que desconsidera as diversidades dos contextos em que os sujeitos vivem, defendendo que qualquer pessoa alcança o que deseja bastando “que se esforce para isso”, é um elemento presente nos filmes de Faroeste. Basta lembrar que em vários filmes o *cowboy* inicia sem grandes terras e poder aquisitivo e alcança isso ao longo da história. Muitas vezes solitário, mas persistente, esses sujeitos fazem por si mesmo a sua fortuna e impõe medo e respeito perante a sociedade. Conforme destacado, os

filmes *Western* são então elaborados muitas vezes com o intuito de divulgar certos valores da cultura americana e de apresentar os EUA como superiores aos outros povos. O seu verdadeiro povo seria originado dos puritanos, destinados a uma terra prometida. São homens fortes, batalhadores, que sozinhos conseguem alcançar seus objetivos. São portadores de uma cultura protestante, que valoriza o trabalho como forma de enobrecimento do sujeito e de gratidão a Deus. Se necessário for, para honrar o seu destino ditado pela Providência, irá exterminar todos os povos que permanecem com uma cultura vista como “pagã”, “inferior”.

Rastros de Ódio e o Faroeste de John Ford

John Ford (1894-1973) foi um importante cineasta, considerado um dos maiores produtores de filmes *Western* dos EUA. Dentre os filmes que dirigiu podemos destacar *Stagecoach*, traduzido para *No tempo das diligências* (1939); *Young Mr. Lincoln* lançado no Brasil como *A mocidade de Lincoln* (1939) e *The Searchers*, traduzido para *Rastros de Ódio* (1956), como algumas de suas produções mais famosas. Ford dirigiu uma quantidade impressionante de filmes, ajudando a produzir mais de 130 obras. O diretor não se limitou aos filmes de Faroeste, todavia, foi por estes que ficou conhecido internacionalmente. Neste trabalho optamos por analisar brevemente um de seus filmes, *The Searchers*, por considerar que ele produz um tipo de herói capaz de veicular elementos importantes da identidade norte-americana.

Em *Rastros de Ódio*, John Ford nos conduz para a emocionante história de Ethan Edwards (John Wayne), um veterano da Guerra de Secessão (1861-1865). Ethan lutava ao lado das forças confederadas, derrotadas no confronto. O filme começa em 1868, três anos após o fim da guerra, com o protagonista retornando ao Texas e reencontrando o seu irmão e a família dele. A primeira cena mostra as portas da casa do irmão se abrindo para o veterano de guerra, em uma espécie de convite para que ele adentre com toda a sua história. Ethan vem de uma região característica pela grande presença de uma ética protestante e de uma visão negativa sobre tudo aquilo que fuja dos padrões *WASP*. Ao reencontrar a sua família é recebido com certa resistência por parte do seu irmão que acredita que ele não irá contribuir para as despesas da casa. Ethan então retira um pacote de moedas demonstrando a sua contribuição financeira. Em seguida, ele é convidado a jantar com a família e adentra na sala de estar o jovem Martin Pawley (Jeffrey Hunter). Pawley foi salvo, quando bebê, de um grupo de indígenas por Ethan, que lhe entregou ao seu irmão, sendo assim Martin seu sobrinho adotivo. Contudo, a imagem que Ethan possuía de Pawley era de um jovem branco e quando ele entra na sala de jantar o tio observa que ele se tornou um homem com a pele mais avermelhada do que ele esperava, indicando que havia salvado um provável mestiço. Ethan passa a

demonstrar um claro preconceito em relação a Martin, recusando-se a considera-lo como sobrinho, visto que não aceitaria alguém com descendência indígena em sua família.

Após a chegada de Martin, entra em cena a figura de Sam (Ward Bond), o pastor principal da região. Ele vem acompanhado de outros moradores que estão pedindo ajuda para encontrar os sujeitos que roubaram a sua criação de gados. Ethan logo se oferece para ajudar e Martin também. Os dois partem com estes moradores e com o pastor, mas após longa caminhada percebem que caíram em um “golpe” indígena – alguns índios soltaram os gados dos moradores para afastar os homens defensores das terras e colocarem fogo em suas casas e plantações. No filme esse ataque aparece como gesto de selvageria sem fundamentação, todavia, muitos destes eram comuns tendo em vista a perda de terras dos indígenas para homens brancos colonizadores. Ao retornar e encontrar a casa de seu irmão pegando fogo, Ethan encontra alguns vestígios de duas sobrinhas suas, indicativo de que os indígenas haviam lhes capturado para levar para a sua tribo. O resto de sua família mais próxima havia sido assassinada. Pelo tipo de ação realizada o protagonista acredita que sejam os índios da tribo Comanche quem empreenderam aquela emboscada. Juntamente com o pastor, com o jovem Martin e com Brady (namorado de uma de suas sobrinhas capturadas), Ethan parte em busca das duas meninas que restam vivas de sua família. Interessante destacar que o pastor Sam ocupa papel central na trama, participando das lutas, portando arma de fogo e assassinando indígenas. Através de sua figura torna-se claro a ideia difundida neste e em vários outros filmes de Faroeste da cultura protestante como a superior às outras, sendo necessária levá-la para todas as regiões “impuras”.

Outro elemento importante presente no filme é a ideia de que os colonizadores conheciam bem os rituais e as crenças indígenas. Claramente não era uma busca por conhecer para respeitar o outro, para lidar com o diferente. Era uma busca do conhecimento com a intenção de destruir mais facilmente culturas que não se enquadravam no padrão *WASP*. Isso se torna claro quando, na busca pelas sobrinhas, Ethan encontra um índio Comanche morto. O *cowboy* poderia apenas continuar a sua busca, entretanto ele para a sua caminhada para atirar nos olhos do índio já falecido. O pastor Sam lhe pergunta qual o motivo desta ação e Ethan responde que para a cultura Comanche se um de seus membros for enterrado com os olhos feridos não iria entrar na “Terra dos Espíritos”. Quando outro índio visse seu companheiro sem os olhos possivelmente se desestabilizaria emocionalmente, o que facilitaria o processo de conquista.

Ao longo da busca pelas sobrinhas Ethan encontra uma delas morta e violentada. Ele a enterra com as suas próprias mãos e prossegue buscando pela outra possível sobrevivente – sua sobrinha mais nova, Debbie (Natalie Wood). Após muito tempo de busca, e sem sucesso, os

homens retornam para alimentar seus cavalos e buscar mais suprimentos. Ethan já se encontrava desiludido e acreditando que se um dia encontrassem a sua sobrinha ela possivelmente já teria assimilado valores da cultura indígena, de suas práticas religiosas, de suas vestimentas, etc., não podendo mais ser vista como “humana”, mas como uma “selvagem”. Apesar da desesperança de Ethan, Martin deseja que voltem a buscar por Debbie e começa a buscar mais pistas sobre o seu paradeiro. A busca se estende por anos, e nesse período Martin e seu tio descobrem que a menina foi capturada por um índio conhecido pelo nome de *Scar*, ou Cicatriz (será que “Cicatriz” também é em itálico?) (Henry Brandon), chefe dos Comanches. Para a surpresa dos dois, um soldado da cavalaria Ianque os procuram dizendo que buscam homens para lutar em uma ação conjunta punitiva contra o Comanches. Os dois, juntamente com o pastor Sam e outros soldados partem atrás de Cicatriz.

Depois de muita caminhada encontram o chefe da tribo e travam um duelo contra ele e outros indígenas. A superioridade bélica dos homens brancos fica clara no filme. Alguns indígenas são representados portando armas de fogo, mas a maior parte aparece utilizando instrumentos como arco e flecha, sendo facilmente assassinados pelos colonizadores. Após matar o chefe dos Comanche, Ethan realiza o mesmo ritual de retirada de seus olhos, visando abalar toda a comunidade indígena sobrevivente. Martin fica inicialmente muito feliz ao conseguir reencontrar Debby, visto que a considerava como a sua irmã. A menina, porém, em um primeiro momento se recusa a voltar para casa. Como previsto por Ethan ela havia passado muitos anos sendo criada por indígenas, assimilado suas crenças e estabelecendo vínculos com eles. O veterano da guerra civil chega inclusive a querer assassina-la, pois não desejava ter nenhum parente que “manchasse o sangue da família”. Martin o impede de matá-la e posteriormente o convence da necessidade de salvar Debby. Ethan age então como o verdadeiro herói americano e salva a menina da tribo indígena, leva-a de volta para uma região “civilizada”, com intuito de que ela reaprendesse os “verdadeiros valores do ocidente”. Nota-se assim que a mulher é representada na posição de vítima, a espera de ser salva por um homem forte. No filme existem outras histórias paralelas em que as mulheres representadas também ocupam esse papel de indefesas, criadas para o casamento, sem capacidade de realizar outra tarefa que não seja cuidar da casa. O homem já é destinado a salvar a família, a salvar a nação. O pastor é representado como alguém de comportamento exemplar, que além de portar a sabedoria sobre os valores cristãos ainda coloca a sua vida em risco para cumprir a missão de expansão das “crenças divinas”. Ethan Edwards, *cowboy* solitário, é o *self made man*, que valoriza a luta diária para alcançar os seus objetivos.

Partindo para uma análise mais ampla é válido recordar do contexto histórico em que o

filme foi produzido e lançado – anos 50 do século XX. Nesse momento, pós Segunda Guerra Mundial e período de Guerra Fria, os EUA buscavam se consolidar como a grande potência mundial e derrotar a sua principal inimiga – a URSS. Analisando mais atentamente a obra de John Ford podemos perceber que o gênero “Western” foi apropriado neste período para reforçar a necessidade de um combate intenso a todos que ameaçassem a soberania dos valores norte-americanos, seja no plano nacional ou internacional. Conforme destacaram os estudiosos Rafael Quisani e César Almeida:

O contexto de Guerra Fria disseminou o ideal anticomunista nos meios de comunicação e na sociedade. O desejo de Ethan de matar sua sobrinha parece corroborar a alteração dos argumentos da política externa dos E.U.A. Em vez dos argumentos “busca e salvamento” propagava-se o: “cercar e destruir”. Os conflitos externos e internos do país estão refletidos nos conflitos pessoais e étnicos dos personagens. A estabilidade da casa da família depende da tranquilidade externa mantido por um aparato militar.¹⁰

O filme *Rastros de Ódio* pode então, ser também compreendido como um chamado a uma postura mais agressiva por parte dos norte-americanos para o combate ao avanço do Comunismo. Se no plano interno do filme destaca-se a luta contra a cultura dos indígenas em fins do século XIX, nos anos 1950 já era necessário que esta luta fosse direcionada para combater a URSS e defender a supremacia internacional dos EUA. Importante relembrar que a visão dualista permanece nesse período, e os americanos ajudaram a difundir a imagem dos comunistas como sujeitos pecadores, que não acreditavam em Deus e não respeitavam os valores da Providência. Os norte-americanos, em especial os homens brancos e protestantes, deveriam lutar para combater essa civilização pagã, indesejável. A inspiração para esta luta estaria na própria história do país – marcada pela presença de homens fortes, exemplares, vencedores, que lutaram para salvar a nação. A cena final de *The Searchers* é também muito significativa. O filme encerra após Ethan resgatar Debbie e devolvê-la para um local seguro. Ele parte solitário, enquanto as portas se fecham nas suas costas, podendo representar que já não havia mais nada para ele fazer naquele lugar. Sua missão estava cumprida. Se ele saiu da Guerra de Secessão como perdedor agora poderia considerar que cumpriu um importante papel, tornando-se um verdadeiro herói americano.

¹⁰ QUISANI, Rafael; ALMEIDA, César. *The Searchers* ou o *Western* americano por excelência? In: O Olho da História, nº 16, Salvador (BA), julho de 2011, p. 15. Captado em: <<http://oohodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/03/rafael-3.pdf>>. Acesso em 11 de abril de 2016.

Considerações finais

É importante considerar que, mesmo sendo um filme que se enquadre na *Hollywood Clássica* tanto pelos temas tratados como pela construção do roteiro, em *Rastros de Ódio* é possível encontrar elementos que mais tarde seriam tratados com maior vigor pela *Nova Hollywood*. A *Nova Hollywood* foi a denominação criada pelos críticos para definir uma nova geração de produção da indústria cinematográfica nos Estados Unidos. Acompanhando uma tendência mundial de nova configuração do cinema na década de 1960, cujos exemplos temos o *Cinema Novo* no Brasil e a *Nouvelle Vague* na França, a *Hollywood Clássica* passava por um momento de decadência de crítica e público, e principalmente em relação a esse último um dos fatores apontados pelos estudiosos está a expansão e popularização da televisão que dava uma nova opção de lazer e entretenimento para os cidadãos estadunidenses. Vale lembrar que a indústria hollywoodiana, a nível internacional, não era tão difundida como hoje. Principalmente se formos levar em conta que em um mundo dividido ideologicamente o cinema americano não chegava a todos os países. Portanto, a grande massa que enchia os cinemas e consumia os produtos ligados direta ou indiretamente aos filmes americanos estava concentrada nos Estados Unidos. A televisão apareceu então como uma adversária que estava tomando o público que antes estava ligado ao cinema. Além disso, os canais abriam espaço em sua programação para a reprise de filmes e também algumas produtoras começaram com a prática de produzir obras para serem exibidas direto na televisão.

Por outro lado, a nova geração estadunidense que estava formando público pra o cinema não estava interessada nos temas tratados pela *Hollywood Clássica*. As grandes histórias amorosas, os épicos colossais, o *Western* clássico do “mocinho *versus* bandido”, entre outros, começaram a se tornar monótonos para os jovens nascidos no pós-Segunda Guerra. Com os movimentos sociais que estavam surgindo (ou ampliando) nos Estados Unidos, como o movimento Hippie e o Feminismo, além da intensificação de outros, como o movimento negro com os Panteras Negras, obrigavam *Hollywood* a se reinventar para atender as novas demandas do público. E nada melhor do que buscar diretores que encarnavam essa geração. Dentre eles podemos citar Francis Ford Coppola, Robert Altman, Sam Peckinpah, Martin Scorsese, Mike Nichols, Arthur Penn, entre outros. O ano marcante para situar o início da *Nova Hollywood* foi 1967, que teve os lançamentos dos polêmicos *Bonnie & Clyde*, de Penn, e *A Primeira Noite de um Homem*, de Nichols. O primeiro filme mostrava uma relação conflituosa entre dois assaltantes e assassinos durante a “Grande Depressão” nos Estados Unidos da década de 1930. Utilizando de uma violência extremada e fora do comum na *Hollywood Clássica*, chocaria a crítica conservadora estadunidense. Por outro lado, o filme foi um grande sucesso de público e crítica renovadora, levando a obra a ser indicada a vários

Oscars. Mesmo efeito teve no filme *A Primeira Noite de um Homem*, onde um triângulo amoroso envolvendo uma mãe casada e sua filha, que se relacionavam com um jovem recém-formado na universidade. Esse filme seria uma afronta aos valores tradicionais preconizados pela sociedade *WASP*.

No filme *Rastros de Ódio* é possível encontrar alguns elementos do que seria a *Nova Hollywood*. Um dos exemplos é a presença e seu significado do personagem Martin Pawley na história. Pegando um gancho nas tensões raciais existentes nos Estados Unidos, John Ford procurou inserir um descendente de brancos e índios na sociedade estadunidense do *WASP*. Enquanto Ethan despreza Pawley, ele é aceito pelos demais da história e o racismo do personagem atuado por John Wayne não foi construído positivamente nesse aspecto por Ford. Além disso, o que antes era algo comum nos filmes de *Hollywood*, o índio aqui não é totalmente visto como “perverso”. Apesar da imagem chocante do massacre e posterior captura das jovens, a presença positiva de Pawley ameniza um pouco a imagem que se tem do índio pelo público. Podemos acrescentar também que Ethan é mostrado ao longo do filme como o clássico herói do Velho Oeste, que está lá para salvar a civilização massacrando os índios. Em uma cena do filme, enquanto está obcecado em continuar atirando com seu rifle em índios que já estavam em fuga, o personagem Sam o impede de continuar o massacre segurando seu rifle e afirmando que os índios também têm direito de enterrar os seus mortos. Finalizando, a cena final do filme é passível de outra interpretação. *Rastros de Ódio* termina semelhante ao seu começo. Enquanto no início do filme as portas se abrem para a chegada do herói confederado, representante da sociedade tradicional estadunidense para que cumpra uma missão que vai ser jogada em seu colo, no final as portas se fecham a ele, não sem antes ele querer fazer parte de todo aquele conforto dentro da casa que é a sociedade que estava sendo formada nos Estados Unidos e ter que dar passagem para o novo casal, de um índio e uma branca (Pawley se junta com Laurie Jorgensen), que querem entrar na sociedade e não serem impedidos por uma figura tradicional e conservadora. A cena final deixa espaço então para que o espectador perceba tanto que Ethan cumpriu o papel de recapturar as suas sobrinhas, sendo um “herói clássico”, quanto para entender, ao mesmo tempo, que o seu tipo de “herói” pode estar começando a ser superado.

Jesus Cristo, um publicitário pioneiro? As narrativas dos publicitários de uma origem mítica para a propaganda

Marina Helena Meira Carvalho

Doutoranda do PPGHIS UFMG

marinahmc@yahoo.com.br

Resumo: Nas décadas de 1930 e 1940 a área publicitária no Brasil passava por uma ascensão de status social. É comum encontrarmos memórias de publicitários relatando que anteriormente a esse momento eles eram mal vistos pela sociedade. Entretanto, percebemos que nas referidas décadas existiu um duplo movimento de valorização daquela atividade profissional: um maior papel político e uma construção identitária profissional. Uma das formas que eles elencaram para construir uma identificação com seus colegas de profissão foi por meio da construção de uma origem comum da área profissional. Neste trabalho pretendemos analisar como os publicitários brasileiros construíram uma narrativa mítica (apropriando-nos aqui principalmente da conceituação de Raoul Girardet) para tratar da origem da propaganda. Destacamos, principalmente, a curiosa atribuição feita pelos mesmos da qualidade de publicitário pioneiro à Jesus Cristo. Analisaremos as construções dessas narrativas, bem como as motivações para que as mesmas fossem feitas.

Palavras-chaves: narrativa mítica; identidade profissional; Jesus Cristo.

É comum encontrarmos em depoimentos de publicitários a menção de que, nas primeiras décadas do século XX, tal área de trabalho era má vista socialmente. Esses homens que então trabalhavam com a captação de empresas à serem anunciadas eram tratados como pessoas a serem evitadas. Castello Branco rememora que para se entrar em uma empresa, era demandada apenas aos publicitários sua identificação prévia, por meio da apresentação de documento de identidade.¹ Tantos outros, como Armando Moraes Sarmiento, Júlio Corsi e Renato Castello Branco, lembram que diversas companhias dependuravam em suas portas placas que diziam “Não atendemos agentes de propaganda nem damos esmolas”². Publicidade e mendicância se aproximavam, então, enquanto atividades marginais e realizadas por atores insistentes, os quais deveriam ser evitados. O publicitário Roberto Santos ainda ressaltou que naquele tempo eles precisavam bater de porta em

¹ MARCONDES, Pyr. *70 anos APP: a história de uma entidade presente*. São Paulo: Associação de Profissionais de Propaganda, 2007. p 25

² SARMENTO, Armando Moraes. As agências estrangeiras trouxeram modernidade, as nacionais aprenderam depressa. In: BRANCO, Renato C.; MARTENSEN, Rodolfo L. e REIS, Fernando. (org.) *História da Propaganda no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2002. Depoimento de Júlio Corsi. ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE PROPAGANDA. *Depoimentos*. Gravação das entrevistas: Hesther Ungar. Transcrição e revisão: José Roberto Pontes Castro. Produção Geral, comentários e diagramação: Alberto H. de Arruda e Miranda. São Paulo: Gráfica Editora Hamburgo Ltda, 1973. MARCONDES, Pyr. *70 anos APP*. p 25

porta para “mendigar” um anúncio e depois redigi-lo. Segundo ele, eles eram recebidos como se fossem vagabundos, como se corretar anúncios não fosse um trabalho³.

Esse detalhe da relação entre a profissão e a mendicância é frequentemente repetido, como vimos, quando a memória da publicidade é narrada. A linguagem, então, foi capaz de cristalizar imagens. Aqui me refiro tanto à imagens no sentido estrito da palavra, porque a linguagem cristalizou a cena das placas ou cartazes, quanto ao sentido mais amplo ligado à imagem do publicitário como um personagem que tem status social baixo. Esse eixo cristalizado, pois é repetido diversas vezes, dá legitimidade ao discurso e ajuda na criação da identidade de um grupo. Ou seja, aqueles que repetem o mesmo fato se apoiariam um nos outros para atestar a veracidade do mesmo, ao mesmo tempo que demonstram compartilhar um passado comum, uma mesma vivência.⁴

Nos anos de 1930 e 1940, entretanto, a propaganda e a figura do publicitário passam por uma ascensão de seu status, sendo atribuídos (e, inclusive, auto-atribuídos) de importantes funções sociais. O homem da propaganda passou a ser visto como mensageiro da modernidade, anunciador do novo e, para além disso, difusor da civilização, capaz de ensinar a população hábitos de higiene, saúde, comportamentais e sociais. A propaganda comercial seria capaz, ainda, de unir e integrar o mercado brasileiro, gerando progresso nacional, pelo incentivo ao comércio e à industrialização.⁵

A ascensão de status dos publicitários brasileiros deveu-se, por um lado, à crescente importância dada pelas políticas governamentais às mesmas, tanto no Brasil quanto internacionalmente. Podemos citar, por exemplo, os governos Vargas, Roosevelt e Hitler, os quais se inspiraram nas técnicas da propaganda comercial para desenvolver propaganda política, ao mesmo tempo em que inspiravam também àquelas. Nesse momento, inclusive, não havia tamanha especialização e distinção nos homens da propaganda brasileira, sendo que por vezes os mesmos confeccionavam propagandas políticas e comerciais. Além disso, a propaganda comercial foi vista por alguns desses governos como capaz de auxiliar em difusão de ideias políticas, ajudando a nação. O caso do governo norte-americano é notório, uma vez que ele cria, em 1942, um projeto, o

³ MARCONDES, Pyr. *70 anos APP*. p 79

⁴ Cf. ALBERTI, Verena. “Além das versões: possibilidades da narrativa em entrevistas de história oral”, “Dramas da vida: direito e narrativa na entrevista de Evandro Lins e Silva”. In: *Ovir Contar- Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

⁵ CARVALHO, Marina Helena Meira. “Brasil brasileiro”. IN: *Right man com bossa: as representações do Brasil e do American way of life nas propagandas comerciais em revistas de variedades brasileiras (1937-1945)* Dissertação (mestrado). Belo Horizonte: UFMG, Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

Cooperation with U.S. Advertisers in the other American Republic, subordinado ao *Office of Coordinator of Inter-American Affairs* destinado à propaganda comercial para fomentar a Política da Boa Vizinhança.

Por outro lado, essa ascensão de status passa também por uma lenta construção da própria área publicitária, que começou a formular acerca da profissionalização, da regulamentação, da padronização das práticas, da construção de papéis na sociedade para os mesmos, os quais já citamos parte deles anteriormente, e da auto-representação identitária.

Uma das formas que eles elencaram para construir uma identificação com seus colegas de profissão e legitimação da mesma foi por meio da construção de uma origem comum. Neste trabalho pretendemos analisar como os publicitários brasileiros construíram uma narrativa mítica para tratar da origem da propaganda, destacando principalmente as menções à Jesus Cristo enquanto publicitário pioneiro.

Encontramos dois manuais de propaganda brasileiros da década de 1940, ambos destinados à orientar a prática publicitária. O primeiro deles, publicado em 1940⁶, é denominado *Publicidade e Propaganda*, de Ernani Carvalho⁷. Em 1943, Ary Kerner publica o livro *Nos bastidores da publicidade*.⁸ Em ambos os manuais, os escritores acharam relevante destinar um espaço para falar sobre a “História da propaganda”. Mas, a “história” que contam não é histórica, nem parte de pesquisas. Pelo contrário, constroem narrativas míticas que elencam elementos aglutinadores das práticas profissionais, atribuindo tradição e longevidade às mesmas. Podemos perceber a construção de uma tradição, apropriando-nos aqui das ideias de Hobsbawm.

Ernani Carvalho afirma que “a História da Publicidade e da Propaganda data dos Tempos Bíblicos” e que

não se pode negar a origem divina da Publicidade e da Propaganda, sendo absolutamente certo que elas foram consagradas pelo próprio Jesus Cristo, no dia em que Ele, despachando os Apóstolos para todos os quadrantes da Terra, lhes disse: -“Ide por toda a parte, pregai, ensinai o Evangelho a todas as criaturas”.⁹

Considera-as, logo em seguida, herdeiras das moedas, do Egito, da Grécia e de Roma. Ressalta, entretanto, que a publicidade e a propaganda contemporâneas ao autor pouco tem a ver

⁶ Segundo Chueiri, este livro teria uma versão de 1935. Entretanto, não encontramos nada a respeito nem mesmo alguma indicação na obra que esta não fosse a primeira edição. CHUEIRI, Carlos Roberto F. “E, no princípio, era a verba...” In: BRANCO, Renato Castelo; MARTENSEN, Rodolfo Lima; REIS, Fernando (orgs.). *História da Propaganda no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2002, p. 269.

⁷ CARVALHO, Ernani Macedo de. *Publicidade e propaganda*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

⁸ KERNER, Ary. *O homem sem a máscara*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Grafia Olímpica Editora, 1951. P 261

⁹ CARVALHO, Ernani Macedo de. *Publicidade e propaganda*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

com as que se faziam nos tempos primitivos até o aparecimento da Imprensa. Ainda assim, esta seria herdeira daquelas.

Ary Kerner, por sua vez, antecipa ainda mais o período ao qual atribui às origens da publicidade: para esse autor, ela teria surgido no período pré-histórico, ligada ao sexo, ao domínio das companheiras e das tribos. Em outro capítulo, denominado “A publicidade na História”, Kerner, tal qual Carvalho, aponta Jesus como importante figura para a propaganda enquanto “formidável campanha doutrinária”. Aponta ainda, o perigo de quando uma propaganda se opõe à outra, para dizer da perseguição de Jesus e seus discípulos. Nas páginas seguintes, explicita uma série de figuras históricas que teriam feito publicidade e propaganda, termos que usa indistintamente e sem critério: César, Cícero, Alexandre III, Napoleão, dentre outros. Essa enumeração de fatos históricos é mobilizada para endossar a citação de H Van Lonn¹⁰ que Kerner faz logo no início do capítulo, a qual diz que a publicidade não é coisa de origem recente.¹¹

Percebemos, então, que ao enumerar tais homens para ilustrar a história da propaganda, a coerência que os ligaria seria do ato de propagar ligado à conquista: seja ela de territórios, fiéis ou de mercado. Constroe-se, assim, uma identidade comum.

Em vez de fazerem História, esses escritores realizam uma narrativa mítica de suas origens. Relatam, portanto, o início como se tivesse lugar no tempo imemorial, fabuloso, dos começos. Segundo Girardet, para

os antropólogos e os historiadores do sagrado, o mito deve ser concebido como uma narrativa: narrativa que se refere ao passado (“Naquele tempo...”, “Era uma vez...”), mas que conserva no presente um valor eminentemente explicativo, na medida em que esclarece e justifica certas peripécias do destino do homem ou certas forma de organização social.¹²

Ainda segundo esse historiador, o mito político passa necessariamente por uma deformação, fabulação ou interpretação que não se justifica racionalmente no real. Ele “exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente, constituindo uma criptografia através da qual pode parecer odonar-se o caos desconcertante dos fatos e dos acontecimentos.”¹³

¹⁰ Kerner se refere ao historiador e jornalista neerlandês Hendrik Willem van Loon (1882-1944).

¹¹ H Van Lonn *apud* KERNER, Ary. O homem sem a máscara. 2ª edição. Rio de Janeiro: Grafia Olímpica Editora, 1951, p 25.

¹² GIRARDET, Raoul. “Para uma introdução ao imaginário político.” IN: Mitos e mitologias políticas. Trad: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.12-13

¹³ GIRARDET. “Para uma introdução ao imaginário político” p.13

Apesar de acharmos dificilmente possível considerar tais narrativas como mitologias políticas, a análise de Girardet serve-nos se alargarmos seus sentidos. Ao incubirem a Jesus um papel equivalente de pioneiro na publicidade, misturando aí os significados de propagação religiosa com os outros tipos de propaganda, encontram na narrativa mítica a promessa de um fio condutor. Esse possibilitaria dar coerência e continuidade de uma propaganda que é tida como realizada “desde sempre”, “tempos imemoriais”; de um status que vem desde Jesus e grandes personagens históricos até os publicitários de hoje. Ao mesmo tempo, a narrativa esvazia-se de sentidos Históricos, pois, desliga-se da historicidade e do tempo e ganha valores emocionais. Contribui assim na compreensão e na inserção da função do publicitário na sociedade mediante à divisão de trabalhos, ajudando na organização social.

Vale ainda ressaltar que a anexação de Jesus à história da publicidade, para conferir legitimidade e status à mesma, em sociedades altamente cristãs, não é feita apenas por escritores brasileiros. Em 1926, Bruce Barton, ¹⁴funcionário de uma agência de propaganda norte-americana que prestava serviço para a General Electric e General Motors, lançou o bestseller *The man nobody knows*. Nesse livro, Jesus aparece como imagem “*archetypal, advertising-minded businessman*”.¹⁵ Podemos perceber, ainda que de forma superficial, a circulação de ideias entre publicitários brasileiros e norte-americanos, bem como a apropriação das mesmas.

Outro apontamento é relevante: apesar de estudos frisarem que a origem do termo propaganda remete à *Congregação della Propaganda Fide* pelo Vaticano, no século XVII, em que se estabelecia a difusão da fé católica, não podemos considerar tal momento como a origem da propaganda comercial. Não pretendemos aqui discutir a origem da propaganda comercial no mundo, tema bastante controverso. Na história da propaganda no Brasil, por outro lado, existe certo consenso em se atribuir à 1808, data que a imprensa se estabelece aqui, como de nascimento da publicidade brasileira em periódicos, ainda que nesses períodos fossemos ainda território colonial português.

Apontamos, por outro lado, que os publicitários, ao indicarem Jesus como pioneiro dessa área, constroem uma ilusão biográfica de continuidade e coerência entre as duas ações que, por natureza, se distinguem. Ou seja, podemos inferir que ao tentarem ligar a figura de Jesus à área publicitária, considerando-o como precursor da mesma, em uma sociedade altamente católica como era o Brasil das décadas de 1930-1940, os publicitários pretenderam que sua profissão fosse

¹⁴ Bruce Fairchild Barton (1886-1967) foi um autor, publicitário e político republicano norte-americano.

¹⁵ MARCHAND, Roland. *Advertising the American Dream: making way for modernity 1920-1940*. California: University of California Press, 1985. p8.

tão valorizada socialmente quanto as pregações de Jesus Cristo eram valorizadas pelos católicos.¹⁶ Tanto que, para Ribamar Castelo Branco, não é Jesus que aparece como publicitário pioneiro, mas os primeiros publicitários brasileiros que seriam apóstolos. Segundo ele, “A imagem era de uma profissão sem ‘status’ social. [...] Éramos pioneiros, os apóstolos e talvez não chegássemos a doze.”¹⁷ A ocorrência de tais justificativas nos dois manuais encontrados por mim indicam o desejo que os publicitários sentiram que seu status perante a sociedade acompanhasse o aumento das suas funções política - partindo de demandas governamentais-, econômicas e sociais, em uma sociedade que se urbanizava, se industrializava e se pretendia “civilizada”. Dessa forma, a figura do publicitário não mais deveria ser colocada ao lado da figura do mendigo, como era o feito nas placas que negavam esmola e propaganda, mas sim como pertencente ao mesmo grupo de Jesus Cristo, uma vez que o mesmo seria um publicitário pioneiro. Essa construção mítica visava, dessa forma, uma reorganização do status social dos publicitários.

¹⁶ No caso norte-americano, semelhante justificativa pode ser empregada, uma vez que a sociedade é majoritariamente protestante e valoriza, tal como o catolicismo a doutrinação de Jesus e seus apóstolos.

¹⁷ Depoimento de Ribamar Castelo Branco. In: ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE PROPAGANDA, 1973, p85

JoutJout: A possibilidade do uso de *Youtubers* no diálogo sobre demandas sociais no ensino de História

Matheus Yago Gomes Ferreira

Licenciado em História
Universidade Federal de Minas Gerais
matheusygf@gmail.com

Resumo: Esse trabalho visa propor e relatar a experiência da utilização dos vídeos do canal do Youtube “JoutJout Prazer” em sala de aula no ensino de História. Tratando de assuntos como feminismo, estupro e diferentes formatos de família, os vídeos da jornalista Julia Tolezano podem ser utilizados para fomentar debate sobre essas temáticas, que se mostram cada vez mais contemporâneas aos discentes. Entendendo o ensino de História como um espaço de contribuição na formação crítica e cidadã do aluno, o trabalho tem como proposta defender que os debates dessas questões utilizem, para melhores resultados, esse tipo de suporte como material didático a ser problematizado. Para isso, é proposta uma análise desse tipo de material, sua utilização e os resultados adquiridos em práticas já realizadas.

Palavras-chave: Ensino de História; Youtubers; JoutJout.

Há dois anos, Julia Tolezano, popularmente conhecida na Internet como Jout Jout postou seu primeiro vídeo em seu canal no Youtube, o “JoutJout Prazer”¹, seguindo algumas características já comuns de demais *vlogers* ou *Youtubers*: vídeos curtos, dinâmicos, editados e despretensiosos. Hoje, aos vinte e quatro anos, mais de duzentos vídeos postados, campanhas publicitárias, convites para eventos, e mais de oitocentos mil seguidores, Jout se tornou referência para jovens em alguns assuntos, principalmente o feminismo. Júlia alterna em seu canal vídeos sobre cotidiano, sobre pequenos acontecimentos cotidianos, sobre cultura, sobre seu relacionamento com seu companheiro com assuntos de maior cunho social e engajado, sempre de maneira simples e didática. O dado trabalho tem como pretensão pensar na possibilidade da utilização de vídeos desse canal em sala de aula no que pensamos como um Ensino de História mais cidadão. A intenção ainda é pensar a utilização de demais canais, visto que este é hoje um dos principais veículos utilizados por adolescentes e essa possibilidade dos *vlogs* como fonte se estendem a outros canais, com mais, menos ou igual fama e número de seguidores. Mais do que a possibilidade, o trabalho

¹ YOUTUBE. Canal JoutJout Prazer. Captado em: <https://www.youtube.com/user/joutjoutprazer>. Acesso em: 04 jun. 2016.

conta com relato de experiência vivido por mim² enquanto bolsista do projeto Imersão Docente³, do Centro Pedagógico da UFMG.

Deve-se pensar ainda que as relações sociais discutidas, os discursos progressistas e sua represália conservadora, e a manutenção de determinadas estruturas e reproduções de falas fundamentalista também ocorre em um âmbito escolar. A escola é um ambiente que de fato reproduz aquilo que é social, do que está lá fora, pois é formada por indivíduos dotados de personalidades, formações, criações e possibilidades de informação distintas.

Coube a mim como Educador, por decisão própria, que as minhas disciplinas - aproveitando a especificidade que o Projeto nos coloca e a liberdade e oportunidade oferecida - teriam como norte o aguçar o senso crítico dos alunos. Considero que a faixa etária dos alunos, entre doze e quinze anos em sua maioria, é a que em geral observamos o afloramento sexual, o começo da imposição enquanto indivíduo e a intensificação de uma imposição social sobre determinados comportamentos. Logo, considero importante discutir tudo que envolve as relações de gênero e sexualidade dentro e fora do campo escolar. São diversas as estruturas a serem discutidas: relações de poder; de família; a história e a possibilidade do amor romântico (ou não) para todo o cidadão independente do gênero e da estruturação do casal; relações, existência e formação de gêneros; desigualdades, privilégios e obstrução de direitos; papéis sociais; manutenção, criação e propagação de violências, estereótipos e padrões. Nesse estudo, a importância da História e dos demais membros das Ciências Humanas, se dá a partir do momento que

[observa-se em âmbito escolar] alguns esforços no sentido de discutir a sexualidade, mas muitas vezes este tema é abordado apenas sob o viés da prevenção, do medo da doença e da morte, acrescido de um certo pânico moral. A perspectiva com a qual se trabalha em torno dessa temática quase sempre se limita a uma abordagem biológica: ensina-se, por exemplo, a anatomia dos órgãos sexuais, como se dá a fecundação, o nascimento, os métodos contraceptivos, bem como as estratégias de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis. Apesar da relevância dessas iniciativas, considero fundamental ampliar estudos e pesquisas que possam dar conta de outras discussões em torno da sexualidade,

² Devo, porém, colocar-me aqui no meu lugar de fala. Sou homem, cis, branco, classe média, homossexual. A utilização por mim de vídeos de Júlia por diversas vezes era para fomentar uma discussão acerca do feminismo. Durante essas discussões eu me colocava enquanto homem, e também como educador. Portanto, deixava claro que o protagonismo dessa luta não era meu – e quando dividi a docência com uma professora, ela que conduzia essa temática – mas que é importante na História, enquanto um dos principais canais da formação humana no ensino básico, que essa discussão, assim como outras mais progressistas, deveria estar em pauta.

³ O Projeto Imersão Docente foi criado em 2011 e tem como objetivo principal consolidar o Centro Pedagógico como espaço de formação docente. Objetivos Específicos: possibilitar aos graduandos de conhecer a rotina de uma escola de uma Escola Básica; realizar atendimento individualizado aos alunos e desenvolver Grupos de Trabalhos Diversificados (GTDs) sob orientação de um professor efetivo; realizar acompanhamento sistemático dos alunos e de forma constante; criar estratégias didáticas adequadas à especificidade da turma; elaborar materiais didáticos; possibilitar a experiência com alunos com dificuldades; refletir sobre as interações discursivas que ocorrem no fazer pedagógico da Educação Básica; elaborar relatórios e artigos.

ênfatizando os aspectos culturais e sócio-históricos aí envolvidos. Desse modo, não só a disciplina de biologia, mas outros campos do conhecimento, como geografia, história, matemática, física, química, língua portuguesa, literatura, artes, educação física, religião, a partir de suas especificidades, poderiam contribuir significativamente, de modo a desenvolver uma educação para a sexualidade para além dos limites restritos da prevenção⁴.

Pedagogicamente, a proposta dialoga com o que Paulo Freire chama de “ação dialógica”⁵ e também da “pedagogia da libertação”⁶. Através da filosofia freiriana, foi possível enfim, pensar na conscientização dos alunos das opressões presentes no seu meio e o questionamento das submissões e manipulações. Ainda tendo como base o filósofo e educador, entende-se que a horizontalidade entre docentes e discentes, proposta pelo autor na sua obra “*Pedagogia da Autonomia*”⁷, contribui para um modelo de aula mais dinâmico, tornando o aluno tão protagonista quanto o professor. Assim acontece uma confiança mútua, o que contribui bastante para essas temáticas ainda consideradas tabus. Usar algo do cotidiano dos alunos como material didático não só contribui para essa horizontalidade, como é uma estratégia para o aluno se sentir inserido, se sentir entendido.

Os canais dos *Youtubers* são hoje um dos principais veículos de comunicação dos adolescentes. O conteúdo, disponibilizado gratuitamente no site de compartilhamento de vídeos, adquirido pelo Google em 2006, pode conter diversas temáticas. A partir do momento que você posta o vídeo, você está sujeito a comentários, redes de compartilhamento, julgamentos através do Gostei/Não Gostei – ferramenta disponibilizada no site -, alcance e popularidade pelo número de *views* e inscritos no seu canal (pessoas que receberão as atualizações do canal). Além disso, uma grande vantagem do Youtube é o compartilhamento. A maior parte das informações que os jovens e até de grande parte dos adultos consomem chegam até o indivíduo através da *Timeline* do Facebook (e as vezes Twitter). De certo modo, essas novas mídias digitais e redes sociais se tornaram para a nova geração uma espécie de canal de informação. Nesse site, além do compartilhamento, há um discurso e um debate facilitado, onde a Internet entra como uma nova esfera pública de troca e debate de informações.

Devemos levar em consideração o alcance desses vídeos. JoutJout já passa de oitocentos mil inscritos, o que não contabiliza também os seus visitantes esporádicos. Outros canais, como o

⁴ FELIPE, Jane. Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação: possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas. *Pro-Posições*, Campinas, v. 18, n. 2 (53), 2007, p. 80.

⁵ Ação dialógica para Freire se dava pelo entendimento das opressões, manipulações e alienações para questioná-las e superar as contradições antagônicas das relações entre os homens.

⁶ Freire defendia um ensino em prol de um cidadão crítico, apto a transformação social.

⁷ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

5inco Minutos⁸, da vlogueira Kéfera o mais famoso dos canais desse estilo, já beira os nove milhões. Levando em conta a classificação de Alex Primo⁹ para blogs, o de Kéfera, que é um diário da sua vida enquanto garota de classe média, estaria como “Blog Pessoal Auto Reflexivo”, ou seja, ela faz reflexões a cerca de si mesma, enquanto JoutJout entraria em duas categorias: tanto o Auto Reflexivo, pois muitos vídeos falam de si mesma, das suas experiências, vivências e relações, como também o Blog Pessoal Reflexivo, onde a reflexão parte de discussões que não envolvem vivências pessoais, ou que as vivências pessoais não sejam exatamente o foco.

Tanto JoutJout quanto Kéfera, ainda, já escreveram livros tratando de assuntos que já são abordados nos seus canais. Ou seja, elas extrapolam o limite da Internet e despertam interesse do seu público de consumir sua visão sobre as coisas em outros tipos de fontes e linguagens. Podemos classifica-las, se pensarmos na interação e espaço que o Youtube oferece, como líderes de opinião.

Essa agregação dos sujeitos em grupos de interesse comprova a ideia de que os *Youtubers* podem ser considerados líderes de opinião, em função do volume de pessoas que recebem suas mensagens e da discursividade que se estabelece em seus vídeos.¹⁰

O líder de opinião difunde as mensagens (digamos, uma função propagação), mas ao fazerem isto não podem deixar de exercer uma função de selecionar aquelas que julgam pertinentes (função filtro), além disso, também podem, e frequentemente o fazem, “editar”, recortam, comentam, avaliam e, portanto, transformam estas mensagens.¹¹

Pensando nesse público, nesse filtro e nessa edição, é necessário pontuar ou levantar hipóteses do porque o discurso de *Youtubers* é tão efetivo para com a nova geração de adolescentes. Os vídeos geralmente têm entre três e dez minutos (quando muito). A estrutura se dá quase sempre como uma espécie de diário, ou seja, geralmente é um monólogo da pessoa em frente uma câmera como se falasse somente pra você. Os cenários geralmente são os mesmos, o que faz com que o espectador acabe se assimilando mais facilmente ao molde do canal, dando a ele sua própria identidade e sentido. Manias linguísticas (como gírias, bordões ou vícios de linguagem) também são recorrentes, e principalmente, o excessivo número de cortes e edições a fim de fazer com que a linguagem fique o mais clara possível. Se estamos presenciando uma geração de rápidas

⁸ YOUTUBE. Canal 5inco Minutos. Captado em: <https://www.youtube.com/user/5incominutos>. Acesso em: 04 jun. 2016.

⁹ PRIMO, Alex. Blogs e seus gêneros: Avaliação estatística dos 50 blogs mais populares em língua portuguesa. In: XXXI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 2008, Natal. Anais, Natal, 2008.

¹⁰ MOTTA, Bruna Seibert. ; BITTENCOURT, Maíra; VIANA, Pablo Moreno Fernandes. . A influência de Youtubers no processo de decisão dos espectadores: uma análise no segmento de beleza, games e ideologia. *E-Compós*, Brasília, v. 17, p. 1-25, 2014, p. 4.

¹¹ MARTINO, Luiz C. Dois Estágios da Comunicação versus Efeitos Limitados: Uma releitura. IN: XVIII ENCONTRO DA COMPÓS, jun. 2009, Belo Horizonte (PUC-MG). Anais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: www.compos.org.br.

informações, moldadas desde a troca de mensagens, às fotos no Instagram e aos curtos vídeos e imagens de *apps* como Snapchat e Vine, o Youtube se torna, portanto, eficaz nessa proposta. Parte-se de um propósito pré-estabelecido para o canal, que vai desde canais de culinária, análise de games, resenha de livros ou filmes, até os diários, como o *5inco Minutos*, e os mais reflexivos, como *JoutJout Prazer*. Dentro desse, o dono do canal insere ali um assunto para o vídeo, geralmente identificado no título, na miniatura congelada ou na descrição do vídeo.

Quais então as especificidades de *JoutJout* para que este se tornasse nesse trabalho referência para o uso em sala de aula? Ao contrário dos vlogs puramente auto reflexivos, como o de *Kéfera*, *JoutJout* fala de alguns assuntos que nem todos os *Youtubers* abordam, de cunho mais social e político.

A vantagem de se ter um canal no Youtube que aborde tais temas, é que como a própria Júlia disse em entrevista ao portal da revista *Trip*¹², ela consegue chegar nessas temáticas para gente que não chegaria caso esses assuntos não estivessem nessa plataforma. Nessa mesma fala, ela ressalta que ela recebe esse *feedback* de meninos e meninas de 13 e 14 anos, justamente a idade com a qual eu trabalho, e a idade em que começam-se a ter interesse sobre essas temáticas. É de se destacar, portanto, a didática e o vocabulário da *Youtuber* ao tratar desses assuntos, além de atrelar esses vídeos com outros de assuntos mais despretensiosos, o que é capaz de divertir o espectador e prende-lo ao canal.

Um dos vídeos mais assistidos do canal *JoutJout Prazer* se intitula “NÃO TIRA O BATOM VERMELHO”¹³, em Caps Lock, como usual no canal. Foi um dos responsáveis pela ascensão de Júlia enquanto *Youtuber*. É um dos vídeos de conteúdo mais denso e difícil de ser tratado, nesse caso, relacionamentos abusivos. No vídeo ela deixa claro que relacionamentos abusivos podem acontecer independentes do gênero que as duas pessoas são. Mas ao expor algumas situações que ela utiliza como identificadores de um relacionamento abusivo, a maior parte se escancara o machismo enraizado na sociedade nas relações amorosas.

A importância do trabalho com esse vídeo, é que grande parte dos alunos já estão tendo suas primeiras relações amorosas, e estão ainda numa idade em que quase sempre irão reproduzir o padrão e o papel que foi dado a si pela sociedade¹⁴. Observando as relações amorosas entre alunos

¹² Entrevista disponível em: <http://revistatrip.uol.com.br/tpm/entrevista-com-julia-tolezano-a-jout-jout-nas-paginas-vermelhas>. Acesso em: 04 jun. 2016.

¹³ YOUTUBE. Não tira o batom vermelho. Captado em: <https://www.youtube.com/watch?v=I-3ocjJTPHg>. Acesso em: 04 jun. 2016.

¹⁴ Guacira Lopes Louro, em sua obra “Gênero, Sexualidade e Educação” explica essas relações de poder, a normalização da conduta dos meninos e meninas, a produção dos saberes sobre a sexualidade e os corpos, as táticas e

do Centro Pedagógico UFMG, observa-se ainda a reprodução de machismos, a manutenção de relações de poder entre os meninos para com as meninas, e a preocupação constante de não cair na categorização machista de uma menina não apta para se relacionar, visto seus comportamentos inadequados para alguém intitulado como “recatada”¹⁵. Por fim, nota-se ainda uma cultura de competitividade entre as aulas, e a auto cobrança e dificuldades com sua autoestima baseada na aprovação ou não de um ou de um grupo de meninos.

Ao trabalhar com o “NÃO TIRA O BATOM VERMELHO”, é oferecido uma chance de reflexão tanto para as meninas não tolerarem determinados aspectos da relação de poder que os meninos exercem quanto um empoderamento e autossuficiência. Oferece-se aí ainda a chance de meninos refletirem sobre o seu comportamento com as meninas. Para a eficácia disso, é importante ressaltar dois pontos para a interpretação desse vídeo, assim como para os outros: 1- é necessário que o vídeo seja encarado como fonte para um debate, ou seja, o vídeo deve incitar o debate e não ser levado como algo absoluto. 2- Que o debate de fato aconteça, e o vídeo não seja tratado como mera ilustração ou entretenimento.

“VAMOS FAZER UM ESCÂNDALO”¹⁶ surgiu em um contexto específico. Publicado em Outubro de 2015 e com quase dois milhões de *views*, esse vídeo surgiu na época da famosa corrente realizada nas redes sociais #meuprimeiroassedio. Nessa corrente, meninas retratavam a lembrança mais antiga de assédio moral e sexual que sofreram.

Ao trabalhar com esse vídeo, a resposta é imediata. Alunas começaram a debater entre si, na presença do professor ou não, sobre os seus primeiros assédios. Algumas se mostraram surpresas, assim como JoutJout quando foi conversar disso com suas amigas (é relatado isso no vídeo) com a naturalização que fazemos do assédio, pois apesar de conhecer as amigas fielmente, falar sobre todos os assuntos, esse é um que se tornou tão normalizado que não é dito, o que é alarmante. Além disso, através das falas da vlogueira, os alunos expandiram seu conhecimento do que consideraram como “abuso”, já que pelo senso comum a grande maioria categorizava como abuso apenas uma relação sexual forçada para uma das partes.

as tecnologias que garantem o "governo" e o "auto-governo" dos sujeitos pela lente de Foucault e serviu de base para tal afirmação. Em: LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

¹⁵ Isso se baseia através do número de meninos que essa aluna se relaciona, o tamanho e o estilo de suas roupas, seus comportamentos em eventos sociais, seus “bons modos” e “etiqueta”.

¹⁶ YOUTUBE. Vamos fazer um escândalo. Captado em: <https://www.youtube.com/watch?v=0Maw7ibFhls>. Acesso em: 04 jun. 2016.

Mais recentemente, foi hospedado no canal JoutJout Prazer um vídeo sobre estupro, e como lidar com essa situação. Não como a vítima deve lidar, e sim como nós, meros espectadores, deveríamos nos portar diante de casos como o que aconteceu no último feriado de Corpus Christi. Nesse caso, uma adolescente no Rio de Janeiro, de dezesseis anos, foi abusada sexualmente por mais de trinta rapazes. É interessante observar que, no atual período letivo (primeiro semestre de 2016), os alunos cujo trabalho sobre as relações de poder, de gênero e sexualidade é realizado desde 2015, além de procurarem por conta própria se informar sobre o assunto (incluindo buscar vídeos no Youtube de vlogueiros que tratam de assuntos progressistas), levam para a sala de aula suas pautas por conta própria, a fim de incitar um debate sobre a questão, inclusive nas aulas do ensino formal, como História e Língua Portuguesa. Portanto a utilização dos vídeos do canal, juntamente com outras fontes como reportagens, estatísticas, textos, relatos, outros vídeos, imagens e filmes cumprem seu papel de aguçar o senso crítico dos alunos, fazendo com que isso ultrapasse as barreiras dos muros da escola, portanto, cumprindo o propósito de uma história cidadã.

É necessário observar que JoutJout costuma trazer em seus vídeos mais engajados assuntos que cumpram dois requisitos: 1- conhecimento prévio do assunto abordado¹⁷. 2- Assuntos que estejam já circulando em outras mídias e que se sinta uma necessidade de falar/opinar sobre adaptando-o para a linguagem de um *Vlog*, somado as particularidades do canal, ambos aqui já relatados. A partir do momento em que um canal se solidifica ao tratar de determinada temática ou grupo de temáticas, o espectador que acessa aquele canal por uma segunda vez, já está ali em busca de um conhecimento ou abordagem específico, além de demandar do locutor que este trate de um assunto em evidência que entraria dentro desse nicho que o canal criou.

JoutJout já relatou que não criou o canal com a intenção de ser um canal feminista, por exemplo, mas que a partir dos seus discursos, os espectadores mostraram que seu discurso era feminista, e esta passou a dialogar mais e a buscar mais conhecimento sobre o assunto e o repassar aos usuários, o que ficou evidente com o vídeo “NÃO É PRA SAIR”¹⁸. Neste vídeo, publicado em março desse ano, Júlia convidou a também Youtuber Nátaly Neri (do canal Afro e Afins¹⁹) para

¹⁷ Por diversas vezes, a Vlogueira mostra que pesquisou sobre o assunto, ou dá ao assunto uma luz através de vivências anteriores, dela ou de pessoas próximas.

¹⁸ YOUTUBE. Não é pra sair. Captado em: <https://www.youtube.com/watch?v=uTrLpclk3j4>. Acesso em: 04 jun. 2016.

¹⁹ YOUTUBE. Canal Afro e Afins. Captado em: <https://www.youtube.com/channel/UCjivwB8MrrGCMIuoSdKrQg>. Acesso em: 04 jun. 2016.

falar sobre feminismo negro, algo do qual Júlia considerou pertinente para seu canal, respeitando o protagonismo que não é dela.

Assim como no vídeo “TUTORIAL PARA IDENTIFICAR UMA FAMÍLIA”²⁰, que é um vídeo bem curto e direto. Nele, a *Youtuber* se coloca como uma mulher heterossexual, que vive um relacionamento heterossexual, mas indignada com uma “onda” das pessoas de classificarem o que é família ou não de acordo com o tipo de núcleo. Essa onda a qual ela se refere foi a votação do Estatuto da Família, proposto pelo legislativo brasileiro e colocado em pauta por uma enquete no site da Câmara Federal. De forma cômica, JoutJout coloca que para identificar uma família, é só observando o grau de felicidade e intimidade de determinado grupo de pessoas que se identifiquem como uma. Atrélado a outras fontes, esse vídeo foi uma exemplificação da simplicidade que é entender-se o que é uma família, deixando de lado o conceito do que é uma família tradicional como o único núcleo familiar possível. Esse vídeo abriu ainda um debate maior, sobre a homofobia enraizada dentro e fora da escola, dentro e fora da nossa política, além de abranger, por fim, uma discussão sobre a laicidade do Estado e os direitos LGBTTs.

Enxerga-se então que os temas apontados aqui e abordados nos vídeos do canal em questão dialoga com a História a partir do momento em que se considera toda uma estrutura dos quais essas problemáticas estão inseridas. Cabe ao educador responsável uma teorização sobre o assunto para uma melhor condução e maior sapiência no debate. No meu caso, a principal luz para se entender o debate, além da própria escolha de abordagem das temáticas se dá pela discussão das relações de poder de Michel Foucault²¹, em diálogo com a performatividade²² de Judith Butler.²³ Pensar o modelo escolar, principalmente a questão do panoptismo²⁴, bem como pensar nas relações de dominação entre homem e mulher e a exigência de performativizar uma sexualidade específica e pré-determinada através do que é anatômico.

Pensando na questão de rupturas e continuidades geradas pelos processos históricos, os vídeos abrem margem para o professor de História pensar e trabalhar na origem histórica e no passado dessas questões. Sobre as questões relacionadas ao feminismo, pensa-se em toda a luta do movimento, o papel social dado a mulher no decorrer da história, dos movimentos operários do

²⁰ YOUTUBE. Tutorial para identificar uma família. Captado em:

<https://www.youtube.com/watch?v=xAEU6NGrOmw>. Acesso em: 04 jun. 2016.

²¹ Teórico Francês cujas obras tratam bastante sobre relações de poder, inclusive nos gêneros e sexualidade.

²² Conceito usado por Judith Butler na proposta de que não se tem um gênero como realidade interna. É tudo construído e reproduzido o tempo todo.

²³ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. 236 p.

²⁴ Modelo de instituição descrito por Michel Foucault em FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

século XIX até a luta pelo sufrágio universal, e das estruturas de poder machistas e patriarcais. Sobre a questão do último vídeo aqui relacionado, podemos pensar sobre o conservadorismo na História do Brasil, passando pelas raízes católicas, tradicionalistas e principalmente, da moralidade que vieram desde a colonização até a manutenção do supracitado patriarcado e de um conservadorismo fortificado nos períodos liberais e/ou totalitários da nossa História. A questão africana e negra, aqui representado pelo canal “Afro e Afins”, pode ser inserido ao discutirmos o papel do negro na nossa história, das raízes do escravismo, até sua exclusão social e marginalização de costumes e culturas desde o início da nossa República. Em comum, podemos analisar a necessidade histórica dessas parcelas da população de se afirmarem, de aumentarem as suas conquistas e também da sua marginalização da nossa historiografia. Esta tende a privilegiar homens brancos e de classes abastadas como protagonistas da nossa História, deixando de lado a luta de lideranças de minorias e/ou de minorias inteiras²⁵.

O exemplo de JoutJout Prazer é significativo e nos mostra a possibilidade da ampliação dos tipos de fontes a serem abordadas no Ensino de História. Muito se fala sobre as novas fontes e as novas mídias, e os canais de Youtube – assim como demais conteúdos disponibilizados no website, como vídeos, vídeo-aulas, documentários, curtas e enxertos de programas – são um bom aditivo no que podemos chamar de chamado à reflexão e análise de fontes. São vários os canais que podemos abordar em sala de aula, e grande parte deles mantém contato e interlocução com JoutJout. Exemplo temos como o já citado Afro e Afins, sobre conteúdo de cultura, luta, beleza e resistência negra. Também temos o Canal das Bee²⁶, canal que produz de forma leve conteúdo que instigaria bons debates sobre as causas LGBTTs. Ainda nesse campo, temos o Para Tudo²⁷, da *Drag Queen* Lorelay Fox, que de forma bastante didática, explicam questões acerca de gênero e sexualidade capaz de ser entendível a diversos públicos. Para esses e para outros canais, deveríamos, portanto, aplicar as condições aqui já propostas para o entendimento de JoutJout, principalmente de problematização de suas falas, ou seja, a utilização dos vídeos não como verdade, mas como alimento para debate.

Se um dos propósitos do Ensino de História é a formação humana e cidadã, a utilização desse tipo de mídia torna o debate mais acessível. Incitar o debate a partir de algo da realidade dos alunos é

²⁵ Exemplo disso temos na afirmação de Guacira Lopes Louro: “É por isso que hoje se escreve uma “História das mulheres” e não uma História dos Homens — afinal essa última é a História geral, a História oficial.”. LOURO. *Gênero, Sexualidade e Educação*, p. 50.

²⁶ YOUTUBE. Canal Canal das Bee. Captado em: <https://www.youtube.com/user/CanalDasBee>. Acesso em: 04 jun. 2016.

²⁷ YOUTUBE. Canal Para Tudo. Captado em: <https://www.youtube.com/channel/UC-NW3bCGpuJm6fz-9DyXMjg>. Acesso em: 04 jun. 2016.

acima de tudo compreende-los como agentes ativos da produção de conhecimento. É importante que o caráter cidadão da História se dê pela construção de conhecimento, e cabe, portanto, ao professor de História dar uma base de sustentabilidade desses debates. Em minha experiência, vi isso acontecer a partir do momento em que conteúdos formais do Ensino de História ganham maior visibilidade pelos alunos quando estes conseguem fazer (ou também o não fazer) ligações com a história do tempo presente. Para uma maior eficácia do estudo desse tempo presente, não há motivos para a não abordagem de um conteúdo que os discentes consideram formadores de opinião. Há a possibilidade ainda de uma problematização em cima de canais cujos discursos reproduzem algo que vá a divergência desse caráter do Ensino de História, em contraste daqueles que nos apresentam material de análise e debate.

Se por fim, alunos se interessam pelo protagonismo de mulheres, como Dandara dos Palmares, pensamentos de Simone de Beauvoir, e uma análise crítica do poder que a mídia exerce no tempo presente (como hoje consigo ver em alunos do Centro Pedagógico da UFMG) é porque o discurso se tornou atrativo para eles. É importante que os alunos se enxerguem na própria História. Se o momento político atual tende a nos castrar esses discursos e possibilidades, é necessário que parta dos alunos também a necessidade e a vontade de tê-los. E JoutJout e demais conteúdos produzidos para circulação na Internet, em uma linguagem atrativa, deve ser somado a fontes primárias para que o propósito de uma História que aguace o senso crítico dos discentes seja executado com maior êxito.

Luz, câmeras, ações: a incorporação das produtoras independentes na TV brasileira

Rafael Paiva Alves

Mestrando em História

UNESP Assis

rafael_paiva_alves@hotmail.com

Resumo: A primeira metade da década de 1980 marca um período em que o Brasil vivia sobre promessas de democracia, as quais viriam a se confirmarem efetivamente, com as eleições diretas estaduais no ano de 1982, e a votação indireta para presidente, em 1985. Com uma estratégia de transição lenta, gradual e “segura” rumo à redemocratização, “assistia-se”, de certo modo, a uma reorganização social por parte da sociedade e, ao mesmo tempo, a uma organização política do meio televisivo brasileiro por parte dos militares. Introduzia-se assim, duas novas emissoras de televisão: o SBT em 1981, e a Manchete em 1983. Neste contexto é que surgem, práticas que questionaram a hegemonia e o acesso “democrático” às emissoras de TV, seja em termos de produção, ou no âmbito da divulgação dos produtos culturais veiculados. Este trabalho buscará pensar este processo histórico, a partir da incorporação na TV, de ideias e programas, da denominada “segunda geração” do vídeo independente, mais precisamente da produtora independente TVDO (lê-se TV Tudo ou Tvudo) e suas contribuições inovadoras na área da linguagem televisiva, tanto em espaço em emissora pública, como nas tevês privadas. Dentre as produtoras coletivas independentes que se destacaram no período, a TVDO e a Olhar Eletrônico são as duas experiências mais significativas deste movimento, que no início dos anos 1980, ousaram adentrar e modificar o meio televisivo. Esta “geração” do vídeo se insere assim, dentro de um processo mais amplo, em uma movimentação cultural, no qual, além de produtoras independentes, as tevês locais de pequeno alcance, bem como as tevês comunitárias, clandestinas e de livre acesso, pressionavam, no sentido de ocuparem os espaços midiáticos, afim de, reivindicar a diversidade de opiniões, as visões divergentes no meio e o acesso à divulgação de produtos culturais, buscando por finalidade, a própria democratização da palavra. O uso do conceito de “indústria cultural” elaborado por Theodor Adorno e Max Horkheimer, auxiliará para a análise aqui proposta.

Palavras-chave: Anos 80, Abertura política, Televisão

Principal fonte de entretenimento e informação no final do século XX, e para muitos a única, a televisão foi se firmando ao longo de sua existência como uma mídia de grande impacto. Sua grandeza expressiva e suas imagens pontuam e mobilizam em muitas formas a vida e as ações de milhões de pessoas. Intrínseca a partir de meados do século XX na vida nacional, a TV é inserida na estruturação da economia, da política e das culturas brasileiras¹. Sua formação e desenvolvimento no Brasil se deram sob a inspiração do modelo de exploração privado/comercial, ou melhor, por meio de concessões de serviço público cedido a particulares pelo Estado. Assim, políticos, empresários do ramo comunicacional e proprietários de jornais e revistas, além de

¹ RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco, (orgs.) *História da Televisão no Brasil: Do início aos dias de hoje*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 7.

concessionários de emissoras de rádio, tem sido o perfil comum dos concessionários de canais e redes de TV desde o início do meio no Brasil. Situação que resulta em maior poder destes, no campo da comunicação social do país e possibilitam-lhes influir, não raras vezes, mesmo que indiretamente, no campo político nacional².

A televisão brasileira permaneceu até o fim da década de 1950 com pouca amplitude social e restrita a círculo de telespectadores abastados. Com o passar das décadas, torna-se crescente a popularização do meio, alcançada com o crescimento do número de lares brasileiros que dispunham de televisores, e também, devido às alterações nas grades de programação. Em 1951, havia apenas 3,5 mil aparelhos de TV no Brasil em 1982, o que corresponderia na época a 73% dos domicílios brasileiros com televisores³

Ao se considerar os anos de 1940 e 1950 como os momentos incipientes de uma sociedade de consumo no Brasil, o sociólogo Renato Ortiz acrescenta, que com as transformações ocorridas na própria estrutura da sociedade, as décadas de 1960 e 1970 se definem pela consolidação de um mercado de bens culturais no país⁴. Este desenvolvimento não se deu de forma sincrônica em todos os setores, a TV, por exemplo, se tornaria um veículo de massa nos anos 1960, enquanto o cinema nacional se estruturaria como indústria apenas na década posterior. No decorrer de todo este processo cultural, e a partir daí, diversas áreas de comunicação e expressões artísticas se viram sem espaço para divulgarem suas ideias, sua arte ou mesmo seus produtos culturais, sejam eles por motivos econômicos, estéticos ou ideológicos. Termos como independente, nanico, underground e marginal foram empregados para identificar posturas que lutavam por espaços artísticos e midiáticos no cinema, no vídeo, na música, na imprensa, na literatura, na poesia e no teatro, entre outros.

No entanto, como sugere Gil Nuno Vaz, ao examinar a música independente, o que importa para além do termo adequado, é compreender o significado do fenômeno a que ele se refere⁵. Assim, para se compreender a segunda geração do vídeo independente, e em especial a produtora TVDO e suas contribuições no meio televisivo, é preciso pontuar brevemente, algumas características da incorporação da videoarte e do vídeo no Brasil, bem como da primeira geração que os antecederam.

² BUSSETO, Áureo. Relações entre TV e o poder político: dados históricos para um programa de leitura dos produtos televisivos no ensino e aprendizagem. In: PRÓ- REITORIA DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Núcleos de ensino: artigos de 2005. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2007, p. 195-196.

³ ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. 5 reimpr. da 5. ed. de 1994. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 130.

⁴ ORTIZ, *A moderna tradição brasileira*, p. 113.

⁵ VAZ, Gil Nuno. *História da Música Independente*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, p. 11.

Mas afinal, o que viria a ser o vídeo? O que pretendiam tais artistas? Arlindo Machado, ao analisar tais questões, chama atenção para o fato de se buscar compreender esta nova tecnologia da época, a partir principalmente da conjuntura, na qual a arte se inseria, pois,

A partir de 1960, muitos artistas tentaram romper com os esquemas estéticos e mercadológicos da pintura de cavalete, buscando materiais mais dinâmicos para dar forma às suas ideias plásticas. Entre os que se aventuraram para fora dos espaços tradicionais da arte, houve aqueles que foram buscar materiais para experiências estéticas inovadoras nas tecnologias geradoras de imagens industriais, como é o caso da fotografia, do cinema, e, sobretudo do vídeo⁶.

Deste modo, a primeira geração do vídeo no Brasil, ou os pioneiros do vídeo como também são chamados, não podem ser pensados fora deste movimento de expansão das artes plásticas, da reapropriação dos processos industriais e das novas possibilidades técnicas, devido suas características anamórficas de imagem eletrônica⁷. A respeito da constituição física das imagens eletrônicas, esta, diferentemente das imagens fotoquímicas,

É muito mais maleável, plástica, aberta a manipulação do artista, resultando, portanto, mais suscetível às transformações [...]. Pode-se nela intervir infinitamente, subverter seus valores cromáticos, inverter a relação figura e fundo, tornar transparentes os seres representados [...], assim, se definirá rapidamente como uma *retórica da metamorfose* (grifo do autor); em vez da exploração da imagem consistente, estável e naturalista da figura clássica, ela se definirá resolutamente na direção da distorção, da desintegração das formas, da instabilidade dos enunciados e da abstração como recurso formal⁸.

O baixo custo da produção e a independência de laboratórios para revelação ou sonorização, também privilegiaram alguns artistas para trabalharem com a nova tecnologia. Cabe lembrar que neste período o Brasil era regido por uma ditadura autoritária em sua fase mais violenta, e o centro de vigilância da censura se localizava, muitas vezes, nos próprios laboratórios audiovisuais⁹. Os trabalhos produzidos pela primeira geração de realizadores de vídeo consistiam em sua maioria, basicamente, no registro do gesto performático do artista em tempo real e em um único plano por uma câmera fixa. Para além do uso da *performance*, como alternativa criativa, os artistas associavam em suas obras o conceitualismo e a *body art*, bem como questionavam expedientes dos meios de comunicação de massa. Revelando assim, uma resistência e consciência crítica em torno do poder autoritário da mídia televisiva¹⁰.

⁶ MACHADO, Arlindo. (org.). *Made in Brasil: Três décadas do vídeo brasileiro*. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2007, p. 17.

⁷ MACHADO. *Made in Brasil*, p. 17.

⁸ MACHADO. *Made in Brasil*, p. 25-26.

⁹ MACHADO. *Made in Brasil*, p. 17.

¹⁰ MELLO, Christiane. Vídeo no Brasil: experiências dos anos 1970 e 1980. *INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação: V Congresso Nacional de História da Mídia – São Paulo, 2007*, p. 6-9.

Vale ressaltar as diferentes de situações tecnológicas encontradas pela primeira geração do vídeo, nos anos de 1970, quando comparados ao início da década posterior quando surge a segunda geração do vídeo. Tais transformações podem esclarecer alguns elementos importantes da cena artística brasileira na videoarte. Assim, percebe-se que, a primeira geração do vídeo no país, ainda não tinham o acesso aos equipamentos de edição para dispor em suas obras, situação que mudaria significativamente com a chegada ao país de alguns equipamentos portáteis semiprofissionais, como o U-Matic, $\frac{3}{4}$ de polegada, no início da década de 1980¹¹. Com preços bem menores do que os similares profissionais, então adquiridos pelo parque industrial dos conglomerados de comunicação, abria-se a possibilidade de obtenção, pelo menos em termos, ao acesso deste equipamento aos profissionais considerados independentes às grandes redes de comunicação.

Outros equipamentos que merecem destaque e que modificaram as formas de se fazer videoarte são os videocassetes¹² domésticos fabricados no Brasil no ano de 1982, no qual utilizavam o formato VHS, de $\frac{1}{2}$ polegada, e as primeiras câmeras VHS de vídeo comercializadas de forma oficial no país, ambas as iniciativas da marca Sharp, na qual disseminavam seus aparelhos nos lares brasileiros. Com tal oferta, segundo Mello, a indústria permitiria que pouco a pouco houvesse “a substituição dos processos caseiros de captação e edição de imagens em super-8, pela captação e edição de imagens em vídeo”¹³.

Cabe destacar ainda que, o projeto ético-estético do Cinema Novo no Brasil, com seu propósito de reinterpretar a produção cultural, a realidade social e a situação política do país a partir do periférico, do marginal e da perspectiva do não oficial, antecede o movimento do vídeo independente. Deste modo, os *videomakers* da segunda geração do vídeo independente buscavam como fonte o experimentalismo preconizado também pelo cinema, o que contribuiria muito para a produção audiovisual televisiva com vários profissionais. Ou ainda, na subversão dos modelos de representação, de linguagem e dos formatos na TV brasileira, com vistas a grandes inovações estéticas¹⁴.

¹¹ Apesar de não terem acesso a equipamentos de edição, alguns artistas da primeira geração do vídeo editavam diretamente na câmera durante a gravação, ou mais adiante, com lâmina de barbear e fita adesiva.

¹² Embora alguns modelos de videocassete desde os anos 1970 já haviam sido incorporados no Brasil.

¹³ MELLO, Christiane. *Extremidades do Vídeo*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008, p. 96.

¹⁴ FECHINE, Yvana. Televisão e experimentalismo: O núcleo Guel Arraes como paradigma. *INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – BH/MG, 2003, p. 3; O vídeo como projeto utópico de televisão. In: MACHADO, Arlindo. *Made in Brasil: Três décadas do vídeo brasileiro*. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2007, p. 95.

Composto em geral, por jovens recém-saídos das universidades, a segunda geração do vídeo já cresceram vendo a TV, e buscavam “explorar as possibilidades da televisão como um sistema expressivo, e transformar a imagem eletrônica num fato da cultura” de seu tempo¹⁵. Pretendia interferir artística e politicamente na realidade social imediata do país através de seus programas, postura que os diferenciam radicalmente dos pioneiros da videoarte, que eram ferrenhos críticos da rede comercial de televisão e difundiam sua arte em espaços como festivais e museus. Já a segunda geração surge com o intuito de explorar o vídeo na televisão *broadcast*, devido sua amplitude expressiva e seu potencial de agente promotor de mudanças socioculturais¹⁶. Assim, além de acrescentar àquela perspectiva crítica da TV, buscavam uma linguagem nova para o meio, além de gerar alternativas estéticas de relacionar-se com aquela mídia¹⁷.

Dentre as produtoras independentes que atuaram na segunda geração do vídeo, podemos citar como exemplo significativo e pioneiro, a TVDO TV e o Olhar Eletrônico, ambas sediadas em São Paulo e atuando com diálogo e troca de experiências artísticas e estéticas. Embora, muitas vezes se estabelecesse uma relação de rivalidade entre elas, a qual, entretanto, constituía-se no combustível gerador de motivação e criatividade para o par de produtoras¹⁸. As produções de ambas expressavam elos estéticos que dizem respeito ao questionar e fazer confundir as verdades e as mentiras das informações transmitidas pela mídia televisiva, representando, assim, uma espécie de resistência e ativismo político contra o poder hegemônico informacional a que o país estava submetido pelas redes de comunicação *broadcast*. Deste modo, ambas interferiram de forma radical na programação alternativa da TV e seus projetos nesse campo são dos mais experimentais quanto comparados aos dos conglomerados televisivos brasileiros¹⁹.

¹⁵ MACHADO. *Made in Brasil*, p. 18.

¹⁶ MACHADO, Arlindo. “A arte do vídeo no Brasil”. In: Catálogo da XVI Salão de Artes Plásticas, FUNARTE: Rio de Janeiro, 1998, p. 81-82.

¹⁷ MELLO. Vídeo no Brasil, p. 6-9.

¹⁸ TAS, Marcelo. A minha história da Olhar Eletrônico. In: MACHADO, Arlindo. (org.) *Made in Brasil: Três décadas do vídeo brasileiro*. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2007, p. 211.

¹⁹ TAS. Vídeo no Brasil, p. 12.

Cinema de animação: interlocuções de uma aproximação entre História e Comunicação

Simone de Novaes Costa Pereira

Mestranda em Ciências da Comunicação
PPG Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos
simonednovaes@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre possibilidades de diálogo entre a História e a Comunicação Social, no que concerne ao estudo do cinema de animação. Tal percurso será desenvolvido tendo em vista a experiência pessoal de formação acadêmica da autora, cuja graduação foi realizada no curso de História e a pós-graduação (mestrado) em Ciências da Comunicação, a qual se encontra em andamento. Buscar-se-á ponderar relações que podem ser tecidas entre a abordagem histórica escolhida para construir nosso trabalho de conclusão de curso, cujo intuito era compreender concepções teóricas sobre o conceito de tempo e analisar percepções do mesmo em longas-metragens de animação, e a pesquisa desenvolvida atualmente no mestrado, cujo foco encontra-se em discussões a respeito do próprio cinema de animação, enfatizando aspectos tecnoculturais, assim como as audiovisualidades referentes à animação do desenho, a partir, principalmente, da teoria de Henri Bergson.

Palavras-chave: Cinema de animação, história, comunicação.

Em curto período de tempo, no qual cursamos o primeiro ano do mestrado, ocorreu uma série de mudanças naquele que teria sido nosso primeiro movimento para a pesquisa de um objeto empírico durante a pós-graduação. O projeto inicial que visava analisar as narrativas de dois longas-metragens de animação, de épocas bastante distintas do século XX, cedeu lugar a novas indagações e percepções que moldariam perspectivas de acesso a uma materialidade pela qual já nos sentíamos atraídos desde a graduação, quando optamos por escrever um trabalho de conclusão de curso em História relacionado ao cinema de animação, cujo título é *Representações do tempo em longas-metragens de animação dos estúdios Disney: um ensaio*¹. Naquele momento, tínhamos interesse em investigar o cinema de animação dos Estúdios Disney, assim como referências teóricas que versassem sobre o tempo. Apesar de observados e problematizados alguns elementos da produção de animações por esse estúdio, o viés escolhido para o trabalho enfatizou a teoria da História, ao passo que à animação ficaram reservadas observações referentes ao seu estatuto como documento histórico, cujas particularidades deveriam ser compreendidas no sentido de preservar sua singularidade como objeto de pesquisa.

¹ Pereira, Simone de Novaes Costa. *Representações do tempo em longas-metragens de animação dos estúdios Disney: um ensaio*. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, 2013. 98 p.

No que concerne à discussão a respeito da teoria da História, enfatizamos o conceito de tempo, o qual é contemplado por áreas distintas do conhecimento, revelando suas diversas faces de acordo com a perspectiva a partir da qual é abordado. Em meio às análises para as quais é fundamental, há a sua aproximação com a investigação histórica. De acordo com José Carlos Reis, o tempo histórico é produto das ações, relações, construções dos indivíduos dentro de um determinado contexto:

O tempo histórico perde a continuidade, a homogeneidade e a linearidade conferidas pelo tempo-calendário, pois sua referência não é mais o número dos movimentos objetivos da natureza, e sim as relações de dependência, reciprocidade e descontinuidade das mudanças políticas e sociais. Ele torna-se, então, intrínseco à experiência vivida das sociedades particulares, isto é, sua relação particular ao seu passado e ao seu futuro antecipado, representado. Assim, não se pode falar de um tempo histórico único, mas de tempos históricos plurais, como são plurais as sociedades [...].²

A partir do momento em que a palavra “tempo” começa a integrar a sociedade como uma forma simbólica de entendimento, ele deixa de ser algo natural, uma vez que é socialmente construído. Tendo isso em vista, é importante considerar a heterogeneidade dessa construção, atentando para o fato de que o tempo não constitui experiência idêntica a todas as sociedades, como pontua Elias³. No intuito de compreender as especificidades da ideia de tempo, utilizamos o conceito de estruturas de sentimento, assim como o conceito de representação, dos quais trataremos a seguir.

A concepção de estruturas de sentimento, proposta por Raymond Williams⁴, se contrapõe a redução do social e das atividades culturais em formas fixas de entendimento. Segundo o autor, esse é um equívoco frequente de pesquisas sobre a sociedade e a cultura, pois ao delinear experiências em produtos acabados de forma imediata, o passado é sintetizado como algo objetivo, explícito e fixado, no qual são encontradas totalidades formadas ao invés de processos formadores e formativos. Para exercerem pressões palpáveis e limites efetivos sobre a experiência e a ação, elementos especificamente afetivos da consciência e das relações não precisam de uma definição, uma classificação ou uma racionalização, muito pelo contrário, pertencentes às estruturas de sentimento, essas mudanças contêm significados e valores tal como são vividos e sentidos ativamente. O sentimento não se coloca em oposto ao pensamento, mas de forma a se relacionarem: o pensamento como sentido e o sentimento como pensado, compreendendo uma

² REIS, José Carlos. *História, a ciência dos homens no tempo*. Londrina: EDUEL, 2009, p. 87

³ ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 17.

⁴ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. Barcelona: Ediciones Península, 1988, p. 150.

consciência prática dentro de uma vivência em constante relação. Portanto, estes elementos são definidos como uma estrutura com relações internas específicas que por vezes estão em tensão.

No caso do conceito de representação, buscamos dialogar com dois autores. O primeiro deles, Bourdieu⁵, visa problematizar a eficácia da linguagem e das representações como construções da realidade. É destacada a importância da eficácia simbólica para a estruturação do mundo social, o que possibilita refletir sobre as próprias representações do tempo. Não seriam as substâncias propriamente linguísticas, mas as relações sociais que definiriam a eficácia de uma palavra, naturalizando e legitimando sua existência. As classificações consideradas naturais são produtos de uma imposição arbitrária, cuja construção é desenvolvida a partir da relação de forças no campo das lutas entre representações para que seja constituída uma delimitação legítima. Dessa forma, a realidade é o lugar de uma luta permanente para a definição da mesma. A conceituação que não difere representação e realidade, proposta por esse autor, foi essencial para pensarmos percepções do tempo existentes nos Estados Unidos, no qual estavam circunscritas as produções das animações Disney. Chartier⁶, por sua vez, constitui o segundo autor com o qual dialogamos a respeito do conceito de representação. Para esse autor, não existe prática ou estrutura que não seja produzida por meio de representações. Assim, a estrutura social vai ser construída por meio das lutas de representação, as quais são postuladas através de estratégias simbólicas. E, é por meio destas, que o tempo se torna a designação simbólica estabelecida por um grupo para padronizar e referenciar diferentes processos.

Do mesmo modo essencial para que a temática tratada em nosso trabalho de conclusão de curso fosse cogitada, a análise de Thompson⁷ a respeito da modificação da disciplina do trabalho e da notação interna do tempo pelos trabalhadores ingleses, desde momentos pré-industriais, e, também, pelos meios externos que foram operacionalizados para viabilizar a internalização de uma nova percepção temporal, consistiu não só em uma imersão nas formas de interpretação e manipulação do tempo, tendo como referência a Grã-Bretanha, mas, acima de tudo, proporcionou entender como as referências em relação ao tempo são plurais e se modificam de acordo com cada contexto histórico. Ademais, a abordagem de Thompson constitui, também, uma forma metodológica de pesquisa. Ao analisar diferentes documentos, o autor problematiza a existência de uma interiorização do tempo. Portanto, é a partir de uma série de indícios apontados por

⁵ BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. 2. ed. Trad. Sergio Miceli. São Paulo: Edusp, 2008, p. 80.

⁶ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Tradução de Andrea Daher e Zenir Campos Reis. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, Jan./Apr., 1991. p. 177.

⁷ THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: _____. *Costumes em comum*. Trad. Rosaura Eicheberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 267-304.

documentos selecionados que o autor constrói a sua teoria, cuja ideia central está calcada na mudança cultural observada por meio das percepções contidas nos documentos.

Buscamos aplicar metodologia similar em nossa monografia, ao realizarmos análise de aspectos relacionados ao tempo em obras cinematográficas dos Estúdios Disney das décadas de quarenta e cinquenta, constituindo um estudo de Teoria da História, muito embora os principais documentos problematizados fossem animações. Essas duas décadas são relevantes haja vista que resguardam um momento crucial da história dos Estados Unidos da América, no qual ainda persistiam os impactos da Grande Depressão e então, posteriormente, ocorreu a participação do país na Segunda Guerra Mundial, o que conduziu à ascensão dos Estados Unidos como a maior potência mundial que seguiria em outro conflito, qual seja, a Guerra Fria. Durante a escrita de nossa monografia, foram analisadas percepções do tempo evidenciadas nos longas-metragens *Fantasia* (1940), *Cinderela* (1950), *Alice no País das Maravilhas* (1951) e *Peter Pan* (1953).

Contudo, não buscamos discutir no presente trabalho as observações que tecemos a respeito das representações de tempo nesses quatro filmes de animação, mas, antes, percebermos a construção da trajetória de pesquisa que foi empreendida no momento em que concluíamos nossa graduação em História. Passamos, agora, por uma nova experiência acadêmica na Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, na qual procuramos entender o cinema de animação de uma outra maneira, privilegiando-o em detrimento de uma análise que o concebesse como pano de fundo para buscar algo que não estaria relacionado à sua materialidade e forma específica.

Durante a primeira remodelação do projeto de pesquisa para o mestrado, percebemos que o estudo de narrativas – que consistia em nosso primeiro objetivo como foi apontado no início do presente trabalho – seria uma forma de realizar novamente uma incursão que deixaria de lado a materialidade do cinema de animação, tendo em vista a abrangência dos estudos que contemplam as narrativas nos mais diversos objetos empíricos que nos circundam. Apesar de estar presente em filmes de animação, não é a narrativa que faz dessa forma de cinema algo singular. Todavia, não podemos generalizar os estudos de narrativas, assim como é indevida a categorização do cinema de animação como um todo homogêneo. São variadas as formas de realizar uma animação, não só no cinema, mas nos diversos empreendimentos a partir dos quais ela é desenvolvida. Mas, no que concerne ao cinema, podemos citar, por exemplo, animação de recortes, animação digital, desenho animado, stop-motion, entre outras, como alguns dos métodos mais conhecidos de realizar uma produção de animação. O próprio termo “animação” é bastante amplo quando investigado semanticamente, podendo possuir diferentes significados, dentre os quais o ato ou efeito de animar-se, manifestação de vivacidade, atividade ou rebuliço, alegria ou entusiasmo. E, no que

concerne ao cinema, animação significaria a arte ou a técnica de animar desenhos, bonecos, fotografando em sequência uma série de imagens que ao serem projetadas por meio do filme, façam o que está fotografado obter movimento, segundo um dos dicionários pesquisados⁸. Dentre todas as técnicas existentes desse que é considerado um gênero do cinema, nosso foco se mantém sobre o desenho animado, mais especificamente, sobre o desenho animado produzido pelos Estúdios Disney.

Uma dentre as perspectivas conceituais que contribuem para que possamos compreender nosso atual objeto de pesquisa, a tecnocultura é proposta como um conceito profícuo para refletir acerca dos tensionamentos que perpassam a sua própria extensão, assim como os estudos sobre as audiovisualidades – as quais se caracterizam por sua irredutibilidade a qualquer mídia, tendo em conta que o audiovisual também é uma virtualidade que se atualiza nas mídias, mas que as transcende⁹ – vinculados ao Grupo de Pesquisa *Audiovisualidades e tecnocultura: comunicação, memória e design*, a tecnocultura é problematizada por Fischer¹⁰, considerando esse duplo aspecto. O interesse nas materialidades midiáticas, pensadas a partir de suas técnicas e estéticas, bem como um elemento que integra a cultura fundamenta o interesse das pesquisas que são realizadas por esse grupo.

Tendo em vista que o cinema resguarda múltiplas técnicas e formas pelas quais pode ser confeccionado, procuramos compreender as especificidades da criação de desenhos animados pelos Estúdios Disney, a partir da descrição dos doze princípios que constituem as animações desse estúdio, uma vez que o cinema de animação partilha dessa mesma pluralidade e inventividade, sendo ele mesmo uma dentre tantas maneiras de ser do cinema. Assim, a dimensão tecnocultural se mostra essencial para compreendermos os aparatos técnicos que definem essa relação entre cinema, desenho animado e a cultura na qual estamos imersos. De acordo com Alberto Lucena Barbosa Júnior¹¹, dentro do panorama dos aparelhos desenvolvidos na passagem do século XIX para o século XX, o cinematógrafo destaca-se como uma tecnologia que transformaria o cenário social, não só no que diz respeito as mais diversas criações culturais, mas também a configurações econômicas que se moldariam à consolidação de uma indústria calcada na sétima arte, assim como a percepções sociais que se transformariam por meio e conjuntamente com o cinema.

⁸ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

⁹ KILPP, Suzana; FISCHER, Gustavo. Janelas de Flusser e Magritte: o que é, afinal, um webvídeo? In: *Texto* (UFRGS. On-line), v.2, p.36-49, 2010.

¹⁰ FISCHER, G. D.. Tecnocultura: aproximações conceituais e pistas para pensar as audiovisualidades. In: KILPP, Suzana; FISCHER, Gustavo Daudt. (orgs.). *Para entender as imagens: como ver o que nos olha?* Porto Alegre: Entremeios, 2013, v.1, p.41-54.

¹¹ BARBOSA JR., Alberto L. *Arte da animação: técnica e estética através da história*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011, p. 28.

Articulando um compêndio de contextos, dentre eles, a Alemanha nazista do Terceiro Reich, na qual seu líder bania as formas de expressão artísticas que não considerava glorificadoras da raça ariana, os Futuristas italianos, os quais defendiam um afastamento do passado por meio da celebração das novas tecnologias que transformavam a cada dia o cotidiano daquele que corresponderia aos primórdios do século XX, até o período em que a Pop Art subverte as fronteiras entre arte entendida como de alta cultura e a chamada cultura de massa, Shaw¹² constrói um panorama onde é possível identificar diferentes conjunturas socioculturais e a fundamental importância da relação entre arte, tecnologia e cultura para a sua estruturação. A autora realiza esse apanhado contextual na tentativa de ressaltar o quão elementar é a tecnocultura, independentemente de em qual contexto histórico ela está imersa. Passando por um processo de criação e recriação, as técnicas se transformam conjuntamente com nossas sensibilidades. Um dos destaques propostos por Shaw para pensarmos a respeito das diversas técnicas que permearam a modernidade, consiste no ensaio *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, de Walter Benjamin¹³.

Xilogravura, litografia, imprensa, fotografia, todas essas formas de reprodução técnica foram desenvolvidas com o passar dos anos e proporcionaram novas percepções acerca da obra de arte. Para Benjamin, em sua essência a obra de arte sempre foi reproduzível. O que se transformou foram as técnicas, a partir das quais passaram a ser reproduzidas. Mas, mesmo a reprodução mais perfeita não resguardaria aquilo que o autor descreve como o “aqui e agora” da obra de arte. A sua aura, aquilo que determinaria a autenticidade da obra: “quintessência de tudo o que foi transmitido pela tradição, a partir de sua origem, desde sua duração material até o seu testemunho histórico”¹⁴. Portanto, a autenticidade estaria relacionada diretamente com a aura de uma obra de arte, com elementos temporais e espaciais que determinam a relação que é estabelecida entre ela e as pessoas com quem entra em contato.

Compreender essas primeiras reflexões tecidas por Walter Benjamin viabiliza adentrar nos tópicos que desenvolve mais especificamente sobre o cinema, no qual a reprodutibilidade técnica não faz parte de condição externa para a sua difusão, mas integra a sua própria técnica de produção. Assim, ao contrário de uma pintura que poderia ser reproduzida por alguma técnica específica após a sua conclusão, o cinema já parte do pressuposto que a sua difusão ocorrerá, tendo em vista que isso faz parte da proposta de sua produção. O filme é considerado por Benjamin como uma criação

¹² SHAW, Debra Benita. Technoesthetics. In: *Technoculture: the key concepts*. New York: Berg, 2008, p.125-145.

¹³ BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Magia, e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2011. p.165-196.

¹⁴ BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica, p. 168.

para a coletividade. E, da mesma forma que pode ser realizado um paralelo entre uma pintura e o cinema, no sentido de exemplificar a diferença da reprodutibilidade entre essas duas formas artísticas, um paralelo entre o valor de culto atribuído a uma estátua de Vênus e o tipo de valor que se constitui no cinema pode ser formulado. Sendo assim, se a reprodução técnica faz parte da gênese do cinema, e, se é a partir da reprodutibilidade que ocorre a possibilidade de emancipação do uso ritual de uma obra de arte, o cinema abarca uma forma de significação diferente daquela associada à aura: o valor de exposição da obra. Feita essa segunda comparação, fica evidenciada a especificidade do cinema, tanto na relação entre a sua produção e a reprodutibilidade, bem como na sua valorização por meio da exposição ao público.

Deste modo, Benjamin procura nas especificidades de técnicas relacionadas às obras de arte uma forma de pensar a respeito das modificações culturais e sociais. Para o autor, as técnicas modificariam a forma do humano se colocar no mundo e também a forma de percebê-lo, produzindo novas configurações artísticas, novas percepções da obra de arte, uma nova experiência sensível. Diante desse entendimento de que considerar a tecnocultura é fundamental para problematizarmos nossas experiências sensíveis, tentaremos compreender aspectos relacionados ao cinema de animação. Fundamento comum para qualquer forma de animação, a obtenção de movimento a partir de imagens originalmente fixas em algum suporte como, por exemplo, uma folha de papel no caso do desenho animado, constitui o pilar central para esse tipo de empreendimento cinematográfico¹⁵. Algo que para o cinema se daria intrinsecamente como uma engrenagem automatizada de sua confecção, para a animação integra um momento vital que necessita de composição planejada e exequível nas circunstâncias da produção dessa forma de arte.

Para refletirmos acerca das especificidades do cinema de animação, em especial do desenho animado, o método intuitivo praticado por Henri Bergson tornou-se fundamental em nossa dissertação, uma vez que proporciona a criação de um misto, o qual corresponde a observar nosso objeto de pesquisa levando em conta tanto seu modo de ser – virtualidade –, como seu modo de agir – atualidade, buscando intuir aquilo que dura no atual com o qual estamos trabalhando. Assim, quando escolhemos um filme, por exemplo, para observarmos, tentamos verificar quais são os seus elementos, aquilo que faz desse objeto uma obra cinematográfica, sua atualização, mas, ao mesmo tempo, refletimos sobre o que dura nesse objeto, o que está ali presente, mas que, não necessariamente, se restringe a essa atualização, ou seja, as audiovisualidades, de acordo com Kilpp e Fischer¹⁶. É a partir da criação do misto que é estabelecida uma concepção não dicotômica acerca

¹⁵ DENIS, Sébastien. *O Cinema de Animação*. Trad. Marcelo Félix. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2010, p.15.

¹⁶ KILPP, Suzana; FISCHER, Gustavo. *Janelas de Flusser e Magritte*, p.36-49.

do problema de pesquisa, em que para conhecer aquilo que estamos estudando, nosso objeto, é necessário conhecer a diferença que ele possui de si mesmo, isto é, observá-lo a partir de suas duas tendências, seu modo de ser – virtual, conectado à duração, ao devir – e seu modo de agir – atual, sua atualização na matéria. Dessa forma, quando a virtualidade se atualiza na matéria ela difere de si. A intuição do bergsonismo permite que nos instalemos na duração, experimentando o movimento, o fluxo que devém.

Tais apontamentos correspondem às três regras do método bergsoniano descritas por Deleuze¹⁷, a partir das quais se procura denunciar falsos problemas de pesquisa, os quais estão relacionados à criação de um problema inexistente, assim como a mistos mal construídos e analisados; compreender o misto levando em consideração suas tendências, as quais diferem por natureza e não por grau; e formular e resolver o problema mais em função do tempo do que do espaço, ou seja, pensar em termos de duração, onde a coisa difere por natureza de todas as outras e de si mesma, quando colocada em função de uma maneira de ser no tempo. As três regras do método relatadas por Deleuze tratam de alcançar a duração, transcender aquilo que Bergson¹⁸ chamou de mecanismo cinematográfico do pensamento, que, segundo este autor, reconstituiria artificialmente o devir, ao invés de viabilizar nosso contato com o real. Num primeiro momento do método, se estabelece a chamada viravolta, na qual se dividem os mistos em busca de suas duas tendências para, posteriormente, ser realizada à reviravolta, onde acontece um retorno ao plano dos conceitos, da generalidade, todavia, com a devida autenticidade no concreto.

A respeito dos apontamentos que tecemos durante a confecção do presente artigo, podemos concluir que, apesar de possuírem um objeto empírico em comum, a aproximação que construímos ao longo de nosso trabalho de conclusão de curso em História constituiu um caminho diverso daquele no qual nos debruçamos no presente momento do mestrado em Ciências da Comunicação. Contudo, levamos em consideração os diferentes contextos e diálogos nos quais estávamos envolvidos quando imersos em cada uma dessas áreas. Mas, da mesma forma, além de apontarmos as singularidades de cada abordagem, podemos observar aproximações entre elas. Se, em um primeiro momento, nos debruçamos sobre a teoria da história para refletirmos sobre o conceito de tempo, agora, por meio do método intuitivo, buscamos contemplar o cinema de animação, tendo em conta que ele não se restringe nele mesmo, mas que faz parte de um devir, um fluxo temporal que se atualiza na matéria. Não só a técnica a partir do qual é construído, mas atentamos também para a atuação da técnica na cultura, ou seja, a tecnocultura e uma nova

¹⁷ DELEUZE, Gilles. *Bergsonismo*. São Paulo: Editora 34, 2004, p.7-26.

¹⁸ BERGSON, Henri. *A Evolução Criadora*. Trad. Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 330.

experiência do sensível que é produzida conjuntamente com o cinema de animação e a possibilidade de relacionarmos essa perspectiva com aquilo que buscamos ao dialogarmos com a ideia de estruturas de sentimentos.

Dessa forma, percebemos que são muitas as diferenças de enfoque entre uma investigação histórica e uma pesquisa em ciências da comunicação, no que se refere ao nosso objeto de estudo. Contudo, também são muitos os elos que podem ser concebidos ao realizarmos interlocuções entre o cinema de animação, História e Comunicação.

Simpósio Temático 26:

O oitocentos de crise a crise: dinâmicas culturais, sociais, econômicas e políticas no Brasil (1808-1889)

Rodrigo Paulinelli de Almeida Costa

Doutorando

UFMG

rodrigopaulinelli16@gmail.com

Adriano Soares Rodrigues

Mestre

UFOP

adrianosrodriguess@yahoo.com.br

Wélington Rodrigues e Silva

Mestre

UFOP

wrsdivmg@hotmail.com

Proposta do Simpósio:

O presente simpósio temático objetiva promover debates sobre trabalhos que se debruçam no entendimento do século XIX no Brasil, tendo como marco temporal o período que estende a crise do sistema colonial à crise do Estado monárquico brasileiro, bem como a crise do sistema escravista (1808 – 1889).

Compreendendo o século XIX como um período de grandes transformações para o Brasil, observa-se o notável o crescimento da produção historiográfica sobre o período, tendo em destaque, os temas da crise do absolutismo monárquico na América, a transição da Colônia para o Império, o traslado da família real portuguesa à Colônia, a formação multifacetada da nação, assim como a as formas de administração e autonomias locais, a independência do Brasil, as rebeliões regenciais, o código comercial de 1850, processos políticos e sociais que culminaram na abolição da escravidão e na proclamação da República.

Em suma, trata-se de um período permeado de mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais, que tem sido amplamente revisitado pela historiografia atual. Desta maneira, objetiva-se aqui, reunir trabalhos que tratem das seguintes temáticas: a) organização social do trabalho e

[Anais do V EPHIS – V Encontro de Pesquisa em História da UFMG.](#)

06 a 10 de Junho – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016.

www.ephisufmg.com.br

reorientações econômicas: envolvendo escravidão, abolição, trabalho livre e imigração; b) disputas políticas: fim do sistema colonial e império luso-brasileiro, republicanismo, democracia, atuações administrativas regionais e entre as nações; c) cultura letrada: pensamento ilustrado, ideologização do progresso, academias de ciências e instrução escolar; d) cultura popular e sociabilidades: festividades, religiosidades e vida privada. Tratando-se de um espaço de trocas de experiência acadêmica com diferentes propostas e objetos de pesquisa, agregados pelo fio condutor do estudo do século XIX no Brasil, acredita-se que o Simpósio Temático “O oitocentos de crise a crise: dinâmicas culturais, sociais, econômicas e políticas no Brasil (1808-1889)” contribuirá de forma positiva para dar novas perspectivas as pesquisas acerca do oitocentos no Brasil. Assim sendo, a principal finalidade deste simpósio é promover o debate acerca do contexto, buscando intercambiar conhecimentos e reexames da produção historiográfica sobre o século XIX nos últimos anos.

As festas cívicas do 21 de abril em Ouro Preto na segunda metade do século XIX

Thaís Lanna Junqueira

Licenciada e Bacharel em História
Universidade Federal de Minas Gerais
thaislj@gmail.com

RESUMO: Este trabalho trata das festas cívicas em comemoração à Inconfidência Mineira realizadas na cidade de Ouro Preto na segunda metade do século XIX. Mais especificamente, procuramos entender de que maneira este “lugar de memória” interagia com o espaço urbano, ressignificando-o de alguma forma. Mostraremos, por meio da análise de relatos jornalísticos e da bibliografia referente ao tema, como os realizadores das festas cívicas construíam uma forte associação destes rituais com a paisagem e a dinâmica urbanas, ajudando a consolidar uma memória coletiva sobre a Inconfidência Mineira mais significativa para a identidade local do que para disputas políticas da época.

PALAVRAS-CHAVE: Festas cívicas, Inconfidência Mineira, Ouro Preto.

A instituição de comemorações públicas, em qualquer sociedade, se presta a perpetuar recordações de determinados acontecimentos ou pessoas tidas como prototípicos. Procura-se, por meio delas, abolir o esquecimento, suplantar divergências e garantir a coesão social, reforçando, assim, uma identidade coletiva, seja ela nacional, regional, local ou grupal. Um dos tipos de comemorações mais interessantes para o historiador são as festas cívicas, “rituais políticos que contribuem de maneira fundamental para a construção de um determinado conjunto de crenças e valores sociais”.¹ Sua relevância se dá não somente pelo caráter repetitivo, que faz com os grupos reanimem periodicamente o sentimento que têm de si mesmos e de sua unidade,² mas também porque os ritos, a simbologia e as representações coletivas que encerram carregam forte carga afetiva e emocional, permitindo-nos explorar significados vários que extrapolam a esfera do acontecimento político. Segundo Carla Chamon, a festa é não só o

momento em que o poder se dá a ver, em que se busca educar o povo para valores e virtudes cívicas, em que se busca alcançar sua adesão e o seu controle, [...] é também um momento de gratuidade, de alegrias e prazeres.³

¹ CHAMON, Carla Simone. *Festejos Imperiais: festas cívicas em Minas Gerais (1815-1845)*. Bragança Paulista: CDAPH, 2002, p. 18.

² DURKHEIM, Emile. Apud BEZERRA, Amélia Cristina Alves. Festa e Cidade: entrelaçamentos e proximidades. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 7-18, jan./jun. 2008, p. 10.

³ CHAMON. *Festejos Imperiais*, p. 16.

Por isso, não é suficiente conhecer as utilidades da festa, mesmo daquelas mais estritamente relacionadas com alguma pedagogia.⁴ Sua superabundância de sentidos requer do historiador uma exploração mais ampla, que abarque, além das intencionalidades políticas, os valores e sentimentos nela evocados, que compõem a rede de sentidos a partir da qual se constroem e se reafirmam identidades. Um desses sentidos encontra-se na relação que a festa estabelece entre o homem e o meio, uma vez que nela está refletido “o modo como os grupos sociais pensam, percebem e concebem seu ambiente, valorizam mais ou menos certos lugares”.⁵ Através dos desfiles e marchas cívicas, ou mesmo da eleição de determinados lugares como referências fundamentais para a realização e a legitimação dos festejos, os habitantes de uma localidade, que são, ao mesmo tempo, expectadores e participantes dessa manifestação coletiva, veneram suas cidades, criando a coesão comunal que embasa uma identidade urbana forte. Dessa forma, como afirma Bezerra, citando Guy Di Méo

a festa é [...] uma oportunidade de primeira ordem para compreender a natureza do laço territorial, pois ela permite ‘perceber os signos pelos quais os grupos sociais se identificam a contextos geográficos específicos que fortificam sua singularidade’.⁶

As festas, portanto, acabam criando símbolos territoriais que dão suporte aos cultos cívicos, importantes instrumentos de comunhão e inclusão afetiva nas sociedades modernas secularizadas.⁷ No Brasil, as festas cívicas sempre mantiveram grande proximidade com as festas religiosas, realizadas desde o período colonial para alegrar, divertir e educar o povo, mantendo vivos, nele, os valores e as ideias consideradas importantes pelo Estado e pela Igreja. Os festejos políticos, como afirma Thaís Fonseca, “organizavam-se incorporando muitos ritos religiosos e estavam impregnados de uma linguagem de base nitidamente cristã, tanto no desenrolar do cerimonial quanto nos discursos proferidos durante as solenidades”.⁸ Dessa forma, havia nas festas celebrações de missas, procissões cívicas e *te deum*, mas também espetáculos de fogos de artifício, apresentações teatrais, sessões literárias, música, discursos e luminárias pela cidade. No século XIX, após a Independência (1822), as festas cívicas ganharam novas motivações e funções, passando a

⁴ OZOUF, Mona. A Festa: sob a Revolução Francesa. In: NORA, Pierre; LE GOFF, Jacques (Orgs.). *História: novos objetos*. Trad. Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976, p. 223.

⁵ BEZERRA. *Festa e Cidade*, p. 8.

⁶ BEZERRA. *Festa e cidade*, p. 9.

⁷ É importante compreender que a historiografia que trata do tema da religião civil chama atenção para a compreensão do termo secularização como diminuição de práticas religiosas ou mesmo de sua penetração da política moderna. Não se trata, portanto, do simples arrefecimento do sentimento religioso.

⁸ FONSECA, Thaís Nívea de Lima e. Festas Cívicas e Universo Cultural. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho. (Orgs.). *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver - séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume, 2002, p. 341.

comemorar eventos históricos tidos como importantes para a história do Brasil,⁹ e, na segunda metade do século, já despontavam celebrações de exaltação patriótica que alimentavam sentimentos políticos formadores de uma identidade nacional. Foi neste contexto que se deu início às comemorações festivas da Inconfidência Mineira.

A primeira festa cívica realizada na data da execução de Tiradentes ocorreu no Rio de Janeiro, no ano de 1881. Contudo, é possível considerar a cerimônia de inauguração da pedra fundamental da Coluna Saldanha Marinho, erguida em Ouro Preto no dia 3 de abril de 1867, como um ensaio das festas em homenagem à Inconfidência Mineira, que se tornariam tradição na cidade. Mesmo não tendo ocorrido na data que relembra a execução do mártir (21 de abril), a cerimônia contou com alguns elementos e rituais típicos das festas cívicas em Minas Gerais, como a ornamentação da praça principal, a execução de hinos e a realização de discursos por diversas autoridades e figuras políticas locais.

A festa de 21 de abril de 1882, na celebração dos 90 anos da morte de Tiradentes, foi, de fato, a primeira grande comemoração pública do episódio na cidade. Organizada por uma comissão “popular”,¹⁰ que “contou com escassos recursos para ocorrer às enormes despesas”,¹¹ a festa durou quatro dias. Em sua programação estavam incluídos espetáculo de gala com apresentações musicais, discursos de representantes da imprensa e da comissão organizadora, salva de tiros, execução de hinos e peças musicais pela banda do corpo policial, missa solene à alma de Tiradentes, espetáculo de fogos de artifício e balões, tribuna livre para oradores que quisessem se manifestar, apresentações teatrais e uma *marche aux flambeaux*.¹²

Esta última, organizada pela União Escolástica dos estudantes da Escola de Minas, Liceu Mineiro e Escola Normal, percorreu, em procissão cívica, “todos os lugares tornados célebres na cidade pelos inconfidentes”, tendo ótima recepção dos moradores e recebendo os maiores elogios da imprensa. A marcha partiu do Liceu acompanhada de uma banda de música de Mariana e, ao longo do trajeto pela cidade, parou em seis pontos: na rua do Tiradentes, em frente à casa onde este vivera; na antiga Casa dos Contos, “onde a covardia asfixiou a Claudio Manoel da Costa”; na

⁹ FONSECA. *Festas Cívicas e Universo Cultural*, p. 342.

¹⁰ Este termo deve ser entendido não como um grupo de pessoas simples, do povo, mas sim como uma comissão não vinculada diretamente à Câmara Municipal, que era o órgão normalmente responsável pela iniciativa de realização de festas cívicas.

¹¹ *Liberal Mineiro*. Ouro Preto, 18/04/1882, p.4. Os trechos de fontes citados tiveram a grafia atualizada. É interessante notar que, usualmente, nas festas cívicas realizadas em Minas Gerais, os fundos para cobrir as despesas vinham da própria Câmara Municipal, contando, por vezes, com a ajuda de alguns cidadãos mais abastados. Era comum, também, o levantamento de recursos por meio de subscrições populares. Cf. FONSECA. *Festas Cívicas e Universo Cultural*, p. 342.

¹² Marcha festiva realizada à noite, com uso de balões ou archotes.

rua do Dr. Claudio, na frente da Secretaria de Polícia, casa onde morara Thomaz Antônio Gonzaga; no Largo do Dirceu, em frente ao palacete do Barão de Ouro Branco, onde morara Marília; na Praça da Independência, onde estava a “modesta e não concluída coluna” Saldanha Marinho; e, finalmente, no Palácio do Governo, onde estava o quadro da Independência.¹³

Essa descrição da procissão cívica nos oferece uma espécie de mapa afetivo da Inconfidência. Através dele, podemos perceber como se dava, durante as festividades, a configuração de territórios de culto no espaço urbano, que é, para Alvarez, o cenário mais propício à elaboração de políticas de memória,

das quais fazem parte o levantamento de estátuas e monumentos comemorativos [...], a maneira de nomear as ruas, praças e espaços públicos em geral [...] ou inclusive os itinerários eleitos para as procissões e celebrações cívicas, que configuram determinados espaços de memória e celebração oficiais.¹⁴

Ouro Preto também recebeu iluminação e ornamentação especiais, sobretudo na Praça da Independência, espaço do poder, mas que acabou tornando-se, também, “espaço do herói, quando sua cabeça decepada foi aí exposta em ‘poste de ignomínia’”.¹⁵ O embelezamento da cidade, do qual participavam os moradores, aconselhados pela Câmara a enfeitar e iluminar suas janelas e portas, era uma prática comum desses festejos, que contribuíam, juntamente com as outras atividades espalhadas pelo espaço urbano, para “criar um sentido de comunhão entre os habitantes do lugar”.¹⁶

Neste ano, durante as celebrações, também ocorreu a distribuição de uma edição especial do jornal *Liberal Mineiro*, que trazia notas sobre a história da Inconfidência associadas à história e à paisagem da cidade. É interessante como o jornal menciona a mudança da família de Tiradentes para Ouro Preto, aproveitando este momento para falar da importância da rua onde foram residir – que, nesta época, já possuía o nome de Rua do Tiradentes:

E nessa serpejante e principal rua, que ora confraterniza Ouro Preto em vivificante afã, decorando-se com a venerada antonomásia do protomártir da brasileira independência, veio a ditosa família erguer as aras do seus benignos penates.¹⁷

¹³ *Liberal Mineiro*. Ouro Preto, 25/04/1882, p. 4. Não encontramos informações sobre a autoria do mencionado quadro.

¹⁴ “[...] de la que forman parte la erección de estatuas y monumentos conmemorativo [...] la manera denominar las calles, las plazas y los espacios públicos en general [...] o incluso los itinerarios elegidos para las procesiones y celebraciones cívicas, que configuran determinados espacios de memoria y celebración oficiales”. Tradução livre. ALVAREZ, Jacobo Garcia. Lugares, Paisajes y Políticas de Memoria: una lectura geográfica. *Boletín de la A.G.E.*, Madri, n. 51, p. 175-202, 2009, p. 189.

¹⁵ FONSECA, Thaís Nívea de Lima e. A Comemoração do 21 de Abril: o cenário do jogo político (1930-1960). *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p. 437-486, jan./dez. 2005, p. 441.

¹⁶ CHAMON. *Festejos Imperiais*, p. 171.

¹⁷ *Liberal Mineiro*. Ouro Preto, 21/04/1882, p. 2.

A atenção dada pelo jornal à dimensão espacial da memória continua com a descrição do que a Coroa fizera com a casa do mártir, transformada em local sagrado:

Esse mesmo lugar que ouvira tantos votos de esperanças; esse teto que abrigara tantos sonhadores fagueiros; essas paredes que velarão tantos planos de liberdade; - esse lugar, dizemos, é arrasado e salgado; esse teto é maldito e derribado; essas paredes são fendidas e esboroadas; e... oprobrioso marco aí se levanta, patenteando ao transeunte cabisbaixo e apavorado – sobre fundo negro em alvadios caracteres – estas palavras de mísera, ultrajante e infernal degradação: - Infame foi o que aqui cresceu e morou!... Infame é e infames serão seus filhos e netos até a última geração!¹⁸

Além da Praça, com seus edifícios simbólicos – a Casa de Câmara e Cadeia e o Palácio dos Governadores – e das casas dos inconfidentes ou de pessoas a eles relacionadas, outros lugares também se constituíam, durante as festas do 21 de abril, como lugares simbólicos da celebração. Um deles era o Teatro, onde aconteciam muitas apresentações e também discursos de autoridades e pessoas importantes da cidade. No ano de 1882, quem subiu à tribuna para homenagear a Inconfidência foram três representantes da imprensa local: Henrique Sales, Antônio Olyntho e Xavier da Veiga. Os dois primeiros eram diretores de jornais de tendência republicana (*Liberal Mineiro* e *O Movimento*, respectivamente). Já Xavier da Veiga era monarquista convicto, redator da *Província de Minas*, folha do partido conservador que se transformou em *A Ordem* no início da República. Ele, inclusive, leu poesias dos inconfidentes durante uma cerimônia realizada na Praça, que contava com quatro mil pessoas, além de reivindicar, nas páginas de seu jornal, a coletivização da memória da Inconfidência por todas as tendências políticas. Fonseca afirma que “as festas cívicas carregam as cores de seus organizadores”.¹⁹ Nos parece, portanto, que a comemoração do 21 de abril em Ouro Preto era “multicolorida”, já que a festa era organizada, incentivada e realizada por políticos de ambos os lados.

Os festejos de 1890, os primeiros realizados na República, tiveram uma programação bem semelhante às dos anos anteriores, incluindo a iluminação das ruas e da Praça, a apresentação da banda marcial, que percorreu a cidade e, também, a procissão cívica. Esta partiu do Largo do Rosário e, em seu itinerário, passou pelos principais pontos da cidade ligados à história da conjuração. Algumas paradas foram feitas no trajeto, sendo a primeira delas em frente à redação do *Jornal de Minas*, de propriedade do senador Diogo de Vasconcellos. Ele fez um longo discurso aos presentes na marcha, tecendo vários elogios a Ouro Preto e ao seu povo, aí incluídos os inconfidentes. Vasconcellos afirmou ter sido naquela redação onde se preparou a comemoração

¹⁸ *Liberal Mineiro*. Ouro Preto, 21/04/1882, p. 3.

¹⁹ FONSECA. *A Comemoração do 21 de abril*, p. 439.

do 21 de abril de 1882, como forma de legitimação do periódico monarquista dentro do jogo político em torno da construção da memória. Ele ainda disse que Tiradentes era “o espírito que presidiu a organização política, que há pouco foi extinta”,²⁰ numa referência clara à monarquia. Nota-se, com este exemplo, como a memória do inconfidente era, e ainda é, apropriada e manipulada por diversos grupos sociais com objetivos os mais diversos, evidenciando aquilo que Michael Pollak chama de “enquadramento da memória”,²¹ isto é, o esforço de seleção e valorização de elementos do passado empreendido por um grupo, ao longo do tempo, para que seus membros compartilhem os sentimentos de unidade, continuidade e coerência.

Diogo de Vasconcellos ainda teceu algumas críticas sutis à República recém instaurada²² e sugeriu aos jovens da marcha que beijassem a base do monumento aos inconfidentes, localizado na Praça, como sinal de sua gratidão. A procissão seguiu para o Largo da Alegria, onde parou para ouvir o discurso de Dr. Cesarino, que fez fortes críticas à monarquia. É interessante notar que, na mesma procissão, que neste ano contava com algumas simbologias republicanas, como o barrete frígio e mulheres representando os estados brasileiros, havia espaço para posicionamentos políticos opostos. Na realidade, a festa que, por esforços da historiografia republicana, vem sendo exclusivamente creditada a este movimento, parece ser, em Ouro Preto, até mais impulsionada pelos seus opositores, os monarquistas. É claro que a imprensa republicana, representada, principalmente, pelo jornal *O movimento*, também prestava homenagens à Inconfidência e, em igual esforço por legitimação, manipulava a memória a seu favor, chegando a afirmar que há 98 anos Tiradentes recebia homenagens de seus compatriotas republicanos.²³ Contudo, no ano de 1890 foram os jornais monarquistas que mais deram destaque à festa cívica.

As Escolas de Minas e de Farmácia, tão simbolicamente ligadas ao Império, por terem sido criadas a pedido do Imperador dom Pedro II, também participaram dos festejos, não somente neste ano, mas em todos os outros que analisamos. Tudo isto nos leva a crer que, apesar de existir uma disputa política que, inclusive, aparecia nos relatos dos jornais, atestando que Ouro Preto não estava desconectada do contexto político nacional, as festas do 21 de abril eram celebradas por ambos os lados dessa disputa na cidade. Nelas, é possível notar as diferentes apropriações dos

²⁰ *O Jornal de Minas*. Ouro Preto, 23/04/1890, p. 1.

²¹ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Trad. Monique Augras. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992, p. 206.

²² Suas críticas foram relativas aos conturbados anos iniciais da República, quando a imprensa sofreu forte censura e o governo era instável. Para ele, haveria a possibilidade de surgirem tiranos no futuro e, por isso, ele faz um alerta aos jovens, recomendando que “vigiem a pátria”. Ele ainda sugere que a República instaurada não correspondia à República pretendida pelos inconfidentes, cuja herança os republicanos reivindicavam, dizendo: “Abracemos a ideia, mas a ideia sonhada por ele.” Cf. *O Jornal de Minas*. Ouro Preto, 23/04/1890, p. 1.

²³ *O Movimento*. Ouro Preto, 21/04/1890, p. 2.

significados atribuídos a Tiradentes e à Inconfidência, parte do “jogo de construção de representações”²⁴ cujo objetivo era a legitimação dos grupos que as elaboravam. Porém, o que sobressaía não eram as tentativas de definição do significado daquela memória (república ou independência), mas sim a importância da cidade para a sua sustentação.

Daí a importância de se enfeitar os espaços públicos, deixando-os com um “aspecto deslumbrante”. Naquele ano, por exemplo, foram colocados nas esquinas da Praça os bustos dos inconfidentes mais celebrados, além de Tiradentes: Thomaz Antônio Gonzaga, Cláudio Manoel da Costa, José de Alvarenga Peixoto e José de Rezende Costa. Segundo Pesavento, “não há memória que se efetive sem o recurso às imagens mentais”²⁵ e, por isso, as práticas de culto a certos lugares, com seus ritos e ornamentações, eram muito significativas. Para Fonseca, é nesses lugares que

o teatro da política se instala, para que os símbolos e as representações atuem, e sua escolha não é aleatória nem neutra. Esses lugares são revestidos de funções simbólicas e de referências fundamentais para a legitimação da festa em si e dos que a promovem, e no caso da comemoração exaltadora de eventos e heróis, eles tornam-se, também, espaços sacralizados nos quais os traços do religioso impregnam o político. As festas de 21 de abril sempre estiveram ligadas a esses espaços, sacralizados pela exaltação patriótica eivada de elementos religiosos, em suas referências simbólicas e em seus discursos.²⁶

Em 1891, houve um arrefecimento das festas. O jornal monarquista *A Época* denunciou a frieza das comemorações, que contaram somente com a já tradicional iluminação especial na Praça. A indiferença popular só teria sido interrompida com a breve euforia gerada pela “fanfarrinha da banda marcial” nas ruas. Logo Ouro Preto, berço da Inconfidência, que devia “guardar, como a mais preciosa relíquia do seu passado, a memória de ter sido teatro da primeira tentativa de libertação do Brasil”, não comemorava “a data mais gloriosa da história mineira”.²⁷ Tal desânimo parece ter levado o jornal *A Ordem* a publicar, ao longo do ano de 1891, uma sessão especial intitulada “Tradições históricas do Estado de Minas Gerais, especialmente da Cidade de Ouro Preto”, onde era contada, em seis edições, a história da Inconfidência Mineira, destacando o cenário da cidade. O texto começa afirmando que poucas cidades do mundo têm se tornado célebres como Ouro Preto. O motivo era porque ali havia se reunido um conjunto de brasileiros ilustres em 1789²⁸ – a partir daí o jornal ocupa a coluna com narrativas de escritores nacionais e estrangeiros.²⁹ Os autores

²⁴ FONSECA. *A Comemoração do 21 de abril*, p. 441.

²⁵ PESAVENTO, Sandra Jatthy. Cidades Visíveis, Cidades Sensíveis, Cidades Imaginárias. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 53, p. 11-23, jun. 2007, p. 21.

²⁶ FONSECA. *A Comemoração do 21 de abril*, p. 440.

²⁷ *A Época*. Ouro Preto, 23/04/1891, p. 1.

²⁸ *A Ordem*. Ouro Preto, 14/08/1891, p. 2.

²⁹ Os autores citados são Abetino Mineiro, Conselheiro Pereira da Silva, Joaquim Norberto de Souza, Casimiro de Delarigne, Robert Southey e João Manoel Pereira da Silva.

se empenham em relatar “os factos que se deram na nossa cidade natal”, assim como “a história de amores famosos que tiveram lugar em Villa Rica”,³⁰ se referindo aos personagens Dirceu e Marília, de Gonzaga. Sobre os inconfidentes escritores, o jornal afirma ter sido Villa Rica a cidade preferida de muitos poetas, que “já cantaram sua fundação”, “lhe pagarão o tributo do seu talento” e “a delinear[m] em seus versos como a Arcádia dessas cenas campestres”.³¹

A última parte da sessão é especialmente interessante, pois nela há uma defesa calorosa de Ouro Preto, por ter sido berço de muitas pessoas ilustres, como Honório Hermeto Carneiro de Leão, o Visconde do Paraná, e Bernardo de Vasconcellos, importante político do Império, além dos já aclamados inconfidentes. O jornal ainda justifica sua possível prolixidade com o argumento de que queria “provar que a cidade de Ouro Preto [era] digna da melhor sorte”.³² Precisamos compreender este ato do jornal *A Ordem* dentro do contexto de sua época, marcado pelo delicado período em que a proposta de transferência da capital ameaçava o *status* de Ouro Preto. A historiadora Janete Fonseca, que pesquisou a imprensa deste período, afirma ter verificado

através dos jornais não mudancistas, uma atitude pedagógica no sentido de contar a história da Inconfidência, exaltar suas figuras principais, glorificar Tiradentes, e mais, associar a ‘vanguarda’ por eles representada na colônia ao inovador caráter mineiro cujo ponto de partida era Ouro Preto.³³

Segundo a autora, no ano seguinte, em abril de 1892, as pessoas aglomeraram-se nas ruas, cantando hinos e carregando estandartes, provando, assim, que o esforço d’*A Ordem* surtira efeitos. Entretanto, havia outro motivo para o reaquecimento da festa: era a colocação da pedra fundamental do novo monumento a Tiradentes, que seria erguido na Praça. Os festejos, pelo que constatamos nos jornais, não foram tão grandes como os dos anos anteriores. Não obstante, houve discursos, apresentações musicais, embelezamento da Praça e das casas e muita gente nas ruas.

O principal ano da festa do 21 de abril, no entanto, foi 1894, quando se inaugurou a estátua de Tiradentes, colocada no lugar da antiga coluna que fora removida e, também, da cabeça do mártir, que um dia ali estivera exposta. Todas as escolas, instituições e corporações da cidade foram convidadas para os festejos, que contou com música, salva de tiros, procissão cívica e iluminação especial da praça e de quase todos os edifícios públicos e casas da cidade. Os deputados Camilo de Brito e Costa Sena discursaram para a população, que compareceu em massa, e “de todos os cantos

³⁰ *A Ordem*. Ouro Preto, 05/09/1891, p. 3.

³¹ *A Ordem*. Ouro Preto, 12/09/1891, p. 2.

³² *A Ordem*. Ouro Preto, 19/09/1891, p. 3.

³³ FONSECA, Janete Flor de Maio. *Tradição e Modernidade: a resistência de Ouro Preto à mudança da capital*. 146f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 1998, p. 71.

da cidade se ouviram tiros de dinamite e foguete”.³⁴ Pela análise dos jornais, é possível perceber que as festas possuíam uma forte conexão com a cidade. Elas não se concentravam somente em um local, sempre havia um percurso pelas ruas, e a escolha dos lugares onde cada comemoração se realizaria não era aleatória. Como afirma Fonseca,

os cenários foram cuidadosamente escolhidos, esquadrihados quase arqueologicamente, em busca de tudo aquilo que, relacionado à trajetória de Tiradentes, pudesse valorizar a festa. E alguns dos lugares havidos como mais significativos foram escolhidos para cenários da comemoração.³⁵

As festas cívicas do 21 de abril comemoradas em Ouro Preto traziam, como vimos, uma repetição de elementos, ritos e “tradições inventadas”,³⁶ sendo grande parte destes carregados com forte simbologia religiosa. Nos relatos dos jornais, constatamos a menção frequente ao divertimento que os festejos proporcionavam aos ouro-pretanos, que aderiam plenamente às festas, porém, é preciso ter cuidado ao interpretar essas fontes. Os relatos, como defende Chamon, não são inocentes. Eles são registros do que a elite mineira queria deixar à posteridade sobre sua época. Conformam, portanto, um ponto de vista que “comporta seus silêncios e esquecimentos, voluntários ou não, e que nos contam muito mais sobre uma festa idealizada e sonhada”.³⁷ Ainda assim, são válidos para o historiador, pois apesar de, por vezes, distorcerem a realidade, representam um olhar integrante dela. Além disso, Fonseca nos lembra que

o envolvimento da população nesses festejos era grande e não obstante sua preparação partisse, em geral, dos poderes públicos ou de grupos das elites, acabavam por congregiar vários segmentos da sociedade e permitir a manifestação de heranças e tradições culturais de origens diversas.³⁸

Portanto, a insistência dos relatos no caráter popular e na ampla participação da população não significa que as festas tivessem o mesmo significado para todos. Pelo contrário, as formas como eram realizadas “criavam as condições para o reconhecimento de múltiplos sentidos”.³⁹ Mesmo que os ouro-pretanos não pensassem, diretamente, no episódio glorioso, eles “se sensibilizavam para os valores políticos e sociais formadores de uma identidade de grupo”,⁴⁰ que, no caso de festas cívicas, normalmente é de caráter nacional. Entretanto, em Ouro Preto, as festas

³⁴ *O Estado de Minas*. Ouro Preto, 25/04/1894, p. 1.

³⁵ FONSECA. *A Comemoração do 21 de abril*, p. 440.

³⁶ Por invenção de tradições entende-se a elaboração de práticas reguladas, de natureza ritual ou simbólica, que inculcam valores e normas em um determinado grupo social e reivindicam uma continuidade artificial com algum passado histórico. Ressaltamos, porém, que a expressão deve ser usada com cautela, pois tende a supervalorizar a racionalidade dos sujeitos no uso dos bens simbólicos. Cf. HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. (Orgs.). *A Invenção das Tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23.

³⁷ CHAMON. *Festejos Imperiais*, p. 22.

³⁸ FONSECA. *Festas Cívicas e Universo Cultural*, p. 343.

³⁹ FONSECA. *Festas Cívicas e Universo Cultural*, p. 350.

⁴⁰ CHAMON. *Festejos Imperiais*, p. 173.

do 21 de abril parecem ter servido menos ao fortalecimento de uma identidade nacional do que territorial.

Para Bezerra, “um dos significados da festa está no seu poder de mobilizar ou forçar as identidades em nível sociogeográfico”, e isto foi muito bem feito em Ouro Preto, tanto pelos jornais, quanto pelos organizadores das festas, que souberam, por meio das constantes referências aos espaços públicos, relacionar a memória da Inconfidência com a memória da cidade. Esta afirmação vale, sobretudo, para o período de debates sobre a mudança da capital, quando vários políticos locais, como Costa Sena, Xavier da Veiga, Camilo de Brito, Rocha Lagoa, Diogo de Vasconcellos e outros, se engajaram na valorização histórica da cidade como instrumento de luta para tentar manter a sede do governo mineiro na cidade.

A festa, enquanto lugar de memória, é produtora “de identidade no tempo e no espaço social”.⁴¹ Em Ouro Preto, as comemorações festivas da Inconfidência Mineira colocaram tão em evidência as relações entre espaço e memória que a decadência da cidade, após a construção de Belo Horizonte, resultou na diminuição da importância da festa, como se Ouro Preto e Tiradentes se fundissem numa coisa só:

Nos anos seguintes à transferência da capital, a imprensa dá pouco realce às comemorações a Tiradentes que não foram, entretanto, interrompidas. Perderam o brilho e a intensidade, paralelamente à cidade ainda inconformada com a perda recente que sofrera. Em 1911, as festas do bicentenário de Ouro Preto representam um novo marco de comemorações cívicas. Tiradentes volta, anualmente a se transformar em centro das atenções.⁴²

⁴¹ GUARINELLO, N. L. Apud BEZERRA. Festa e cidade, p. 10.

⁴² DRUMMOND, Maria Francelina Ibrahim. Tiradentes – herói na imprensa de Ouro Preto do século XIX. In: *Anuário do Museu da Inconfidência*. Ouro Preto: Ministério da Cultura – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, 1993, p. 195.

Simpósio Temático 27:

Teoria da História, História da Historiografia e Historiografia da Ciência

Augusto Bruno de Carvalho Dias Leite

Doutorando

UFMG

augustobrunoc@yahoo.com.br

Danilo Araujo Marques

Mestre

UFMG

daniomarques.his@gmail.com

Deise Simões Rodrigues

Doutoranda

UFMG

deiseouropreto@yahoo.com.br

Walderez Simões Costa Ramalho

Mestre

UFMG

walderezramalho@gmail.com

Proposta do Simpósio:

Com o objetivo de continuar as atividades de um fórum voltado para discussões acerca da teoria da História, História da historiografia e historiografia da ciência no interior do EPHIS, prosseguimos a tradição de propor um Simpósio Temático dedicado ao estímulo de tais debates. Deste modo, pretendemos franquear uma oportunidade para o compartilhamento e interlocução tanto de trabalhos considerados ainda incipientes, quanto reflexões derivadas de resultados mais consolidados de pesquisa. Os terrenos, intersecções e fronteiras dos campos da teoria da História, História da historiografia e historiografia da ciência são suficientemente amplos para suscitar temas e abordagens das mais variadas. Certos disso, visamos propiciar um espaço suficientemente amplo para o acolhimento de todas elas. Todavia, mesmo que não seja evidente a princípio, as propostas devem versar, em comum, sobre questões essenciais que confirmam certa especificidade teórica às reflexões, tais como: “O que é a História?”, “É possível formular um conhecimento racional e

metódico sobre o passado?”, “Que necessidades são atendidas por esta forma de conhecimento?”, “Em que medida essas questões foram postas, destacadas, obliteradas ou rejeitadas na própria história da disciplina histórica?” “Quais os limites e/ou possibilidades de uma História da ciência realizada por historiadores?” “O que a História, enquanto forma de conhecimento do passado, tem a dizer a respeito da produção científica?” Enfim, as propostas devem girar em torno da extensa variedade de questões ontológicas, epistemológicas, éticas, estéticas, sociais e políticas provocadas pelo saber histórico – quaisquer que sejam os seus objetos. Assim, uma vasta gama de propostas é bem-vinda, cobrindo desde temáticas mais amplas e tradicionais à problemas considerados cada vez mais específicos e atuais; as relações da escrita da História, seus desafios e demandas contemporâneos; e as novas perspectivas sobre a História e historiografia da ciência. Com este Simpósio, pretendemos debater a respeito daquilo que de mais caro há na reflexão sobre a disciplina histórica: o potencial que o historiador tem de dar sentido ao passado, transformá-lo e permitir que com ele se conviva. E, para fazê-lo, almeja-se trabalhos capazes de historicizar a própria tradição, revirá-la, ressignificá-la e continuá-la criticamente, renovando os sentidos do fazer História.

Temporalidade, historicidade e ontologia – Ricoeur leitor de Heidegger

Breno Mendes¹

Doutorando em História
Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO: Não há dúvida que a filosofia de Martin Heidegger é uma das principais referências na obra de Paul Ricoeur. No entanto, Ricoeur, ao longo de sua trajetória intelectual fez uma leitura crítica das teses lançadas pelo filósofo alemão, sobretudo, em *Ser e tempo* (1927). Nosso objetivo central é analisar, especialmente, o entendimento que cada um dos filósofos tem dos conceitos de *temporalidade*, *historicidade* e *ontologia*. Como ponto de partida, iremos explicitar quais são as semelhanças entre os autores que procuram como fundamento a *fenomenologia hermenêutica* e acreditam que “fazemos a história e fazemos história, porque somos históricos” (RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*, p. 362). Uma das questões que procuraremos responder é: existe em *Ser e tempo* uma hierarquização entre a historicidade própria (autêntica) e imprópria (inautêntica) que dificulta a apropriação desta tese na história da historiografia? ” Dizendo de outro modo, “o estudo da história da historiografia pode contribuir de alguma forma para a compreensão da historicidade?” Outro tema sobre o qual iremos nos debruçar diz respeito à relação entre a analítica ontológica do ser histórico e a epistemologia da historiografia.

PALAVRAS-CHAVE: Fenomenologia; Hermenêutica; Historicidade; Ontologia; Filosofia da História

Introdução

Martin Heidegger foi um dos mais relevantes filósofos do século XX. Dificilmente alguém discordaria dessa afirmação por razões meramente filosóficas. Sua obra magna, publicada em 1927, *Ser e tempo* é considerada como um importante ponto de inflexão para a fenomenologia, a hermenêutica, a ontologia, a antropologia filosófica e a filosofia da história. Nesta apresentação minha proposta é analisar a leitura crítica que o filósofo francês Paul Ricoeur realizou das teses heideggerianas sobre a relação entre temporalidade, historicidade e ontologia. Para orientar a reflexão procurarei responder às seguintes questões: 1) Em *Ser e tempo*, existe uma hierarquização entre a historicidade autêntica e a inautêntica? 2) Em que medida os apontamentos ontológicos de Heidegger podem contribuir para a epistemologia do conhecimento histórico? 3) E, vice versa, como a epistemologia da história pode colaborar para a ontologia da historicidade. O pano de fundo da nossa investigação é a relação entre história e filosofia.

¹ Bolsista CAPES/Proex.

Ricoeur leitor de Heidegger: fenomenologia e hermenêutica

Em primeiro lugar, é preciso destacar que a filosofia heideggeriana é uma das principais referências na extensa obra de Ricoeur. Ainda assim, apesar de uma certa proximidade entre as duas perspectivas há também notáveis diferenças. Assim como François Dosse acredito que podemos ver na filosofia ricoeuriana um “heideggerianismo bem temperado”². Nesse sentido, destaco que, a princípio, irei me deter na coletânea de ensaios *O conflito de interpretações* (1969). Logo no primeiro capítulo do livro intitulado “Existência e hermenêutica” encontramos elementos importantes da leitura crítica feita por Ricoeur. Assim, o tratado de *Ser e tempo* é interpretado como uma forma de fundamentar a fenomenologia na hermenêutica que Ricoeur chama de via curta, na medida em que prescinde do debate metodológico em torno do conceito de compreensão (*verstehen*) para se deter no plano ontológico. A pergunta sobre as condições de possibilidade do conhecimento é invertida para a seguinte questão: “o que é um ser cujo ser consiste em compreender”³? Para Heidegger, o conhecer é um modo-ser-do Dasein enquanto ser-no-mundo, isto é, a relação entre o ser e mundo é intrínseca e não externa como na dicotomia epistemológica entre sujeito e objeto⁴.

Depois de dizer que presta “inteira justiça à revolução do pensamento apresentada pela ontologia da compreensão”, Ricoeur propõe outra alternativa de fundamentação da fenomenologia na hermenêutica que ele chama de *via longa*⁵. Este caminho também pretende chegar à ontologia mas, passo a passo, numa longa e gradativa jornada, através da inserção de mediações e desvios pelos sentidos linguísticos oriundos da semântica e da filosofia da reflexão. O cerne da crítica ricoeuriana, incide, portanto, sobre a possibilidade de fazer uma ontologia direta e imediata da nossa condição histórica, divorciada da problemática metodológica das ciências interpretativas, inclusive a historiografia.

² Em sua alentada biografia, Dosse oferece um relato sobre o encontro entre os dois filósofos no ano de 1955 por ocasião de um seminário organizado em Cerisy. DOSSE, François. Paul Ricoeur. Les sens d’une vie (1913-2005). Paris: La Découverte, 2008.

³ RICOEUR, Paul. O conflito das interpretações. Ensaios de hermenêutica. Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Imago, 1978, p. 8.

⁴ HEIDEGGER, Martin. Ser e tempo. 10ª edição. Tradução revisada e apresentação de Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2015.

⁵ A via longa ricoeuriana incide sobre uma característica problemática de *Ser e tempo*, qual seja, a da busca pela definição ontológica do sentido do ser caminhar para os limites da mediação da linguagem, ou melhor, caminhar para o que não se pode dizer. Nos limites do inefável, Ricoeur parece inverter a direção da investigação ao sugerir um cuidado com a linguagem através da narração. Enquanto o primeiro Heidegger dá pouco espaço para as mediações linguísticas, Ricoeur as recebe de braços abertos. Agradeço ao Marco Girardi por este comentário.

Ricoeur leitor de Heidegger: a temporalidade

Depois de apontar as linhas gerais da interpretação ricoeuriana de Heidegger gostaria de esmiuçar alguns aspectos mais específicos. Certamente, uma das principais contribuições que o tratado heideggeriano pode trazer à história da historiografia são suas reflexões acerca da temporalidade. Começarei, portanto, expondo os argumentos de Heidegger sobre esse tópico com os quais Ricoeur parece concordar. O primeiro deles é a tese segundo a qual a temporalidade é constitutiva do ser-aí (*Dasein*), isto é, da nossa condição humana⁶. Além disso, a principal originalidade de *Ser e tempo* para o filósofo francês é a dissolução da aporia fundamental da temporalidade que se traduzia na bifurcação de abordagens objetivistas ou subjetivistas sobre o tempo. Em geral, o discurso objetivista atribui ao tempo um ser objetivo, ligado à natureza. Assim como o número do movimento dos astros celestes o tempo também poderia ser mensurado. Ao passo que, para o discurso subjetivista, o tempo é interno ao homem, pois está na alma, no espírito ou na consciência. Aqui, o mais importante é a percepção que temos do tempo⁷.

Ora, desde as primeiras páginas de seu ilustre tratado, Heidegger salienta que tomará a interpretação do *tempo* como o horizonte possível de todo o entendimento do sentido do ser. Depois de denunciar que um dos principais erros da história da ontologia foi considerar o tempo como um ente entre outros entes, o caminhante da floresta negra dedica a primeira parte do seu tratado para argumentar como o *Dasein* já é sempre um ser-no-mundo, no sentido de que a existência humana não é extrínseca ao que chamamos de mundo.

Desse modo, a estrutura existencial do *ser-no-mundo* dissolve a dualidade entre sujeito e objeto, alma e natureza, tempo interno e tempo externo. No parágrafo 80 do tratado de 1927 encontramos uma passagem na qual o tempo do mundo aparece sem ser meramente objetivo, nem simplesmente subjetivo. Por um lado, ele não é meramente objetivo, uma vez que, aparece como a condição de possibilidade da ocorrência dos entes. Assim, o tempo seria mais objetivo que qualquer objeto no mundo. Por outro, o tempo do mundo também não é simplesmente subjetivo, porque possibilita o *ser si-mesmo* de qualquer sujeito.

O ‘tempo’ não é e nunca está simplesmente dado no ‘sujeito’, nem no ‘objeto’ e nem tampouco ‘dentro’ ou ‘fora’. O tempo ‘é’ ‘anterior’ a toda subjetividade e

⁶ “Adoto a ideia condutora de *Ser e tempo*, de acordo com a qual a temporalidade constitui não somente uma característica principal do ser que somos, mas também aquela que, mais que qualquer outra, assinala a relação desse ser o ser enquanto ser”. RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 359.

⁷ REIS, José Carlos. *Tempo, história e evasão*. Campinas: Papirus, 1994.

objetividade porque constitui a própria possibilidade desse ‘anterior’. Será que o tempo possui um ser?⁸.

Todavia, nem só de elogios é feita a interpretação ricoeuriana das reflexões de Heidegger sobre temporalidade. Nesse sentido, um ponto sensível são suas críticas à uma possível hierarquização entre os níveis de temporalidade presente em *Ser e tempo*, a saber, os níveis seriam: 1) A *temporalidade própria e autêntica* do gestar-se do *Dasein* que é orientada pela futuridade; O gestar-se do *Dasein* é um processo em que ele se torna presente ao projetar-se no porvir e retomar seu vigor de ter-sido. 2) A *historicidade* que pode ser definida como o intervalo que se estende entre o nascimento e a morte; de certa maneira existe aqui uma prevalência do passado. 3) A *intratemporalidade*, que está relacionada ao tempo vulgar; neste tempo público há uma prevalência do presente, pois nele o ser-aí (*Dasein*) se encontra ocupado junto aos entes e aos outros; aqui prevalece a clássica categorização aristotélica do tempo como sequência interminável de ‘agoras’ e instantes. À exceção da primeira acepção, todas as demais derivam das precedentes. Como é sabido, o ser-para-a-morte é o critério orientador dessa distinção, na medida em que, a partir da *resolução antecipadora* o *Dasein* realiza uma totalização da sua existência⁹. “Ora, o que se chama, aqui, de autenticidade não tem critério de inteligibilidade: o autêntico fala de si e se faz reconhecer como tal por aquele que a ele se dedica. É um termo auto-referencial no discurso de *Ser e tempo*”¹⁰.

Portanto, como afirma Jonathan Roberge, neste sentido Ricoeur está contra Heidegger¹¹, pois questiona a imprecisão do termo autenticidade e sua aplicação decrescente entre os três níveis de temporalização. O filósofo francês aponta que o risco maior desta derivação é reintroduzir, paradoxalmente, as aporias que outrora haviam sido dissolvidas.

A pergunta que me faço é a seguinte: existe mesmo uma hierarquização dos níveis de temporalização em *Ser e tempo*? Sem dúvida, o leitor da obra tem alguns elementos para pensar que sim, a começar pelo jargão *próprio/impróprio, autêntico/inautêntico, originário/vulgar* largamente mobilizado pelo pensador germânico. Além disso, Ricoeur resiste à sugestão heideggeriana de que, em virtude da totalização trazida pela resolução antecipadora a orientação para o futuro seja mais

⁸ HEIDEGGER, *Ser e tempo*, p. 419.

⁹ “Cabe indagar se toda a análise da temporalidade não é conduzida pela concepção pessoal de Heidegger a respeito da autenticidade, num plano onde ela entra em competição com outras concepções existenciárias”. RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*, Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010. Volume 3, p. 113.

¹⁰ RICOEUR, *A memória, a história, o esquecimento*, p. 361.

¹¹ Roberge destaca que Ricoeur não se opõe à ideia de que a compreensão é um modo de ser, porém se coloca contra a não comunicação entre a compreensão ontológica e a compreensão epistemológica, afinal, se a compreensão é um modo de ser ela não deixa de ser, também, um modo de conhecer. Em suma, Ricoeur está *com e contra* Heidegger. ROBERGE, Jonathan. *Paul Ricoeur, la culture et les sciences humaines*. Québec: Presses de L’université Laval, 2008, p. 44.

originária e autêntica que a orientação para o passado e para o presente¹². Por isso, ele sustenta que na filosofia heideggeriana, a assunção da morte como destino da existência levaria o *si-mesmo* a uma solidão intransferível e incomunicável – ninguém pode morrer a minha morte. No entanto, a questão não é tão simples assim. Françoise Dastur, historiadora francesa da filosofia, ressalta que, ao contrário do que Ricoeur pensou, o *ser-para-a-morte* não é um obstáculo, mas antes, é o fundamento para a constituição de um tempo comum ou tempo histórico¹³. Certamente, Ricoeur não era um leitor ingênuo, porém assim como outros intérpretes franceses ele associou a noção de *inautenticidade* à perda de densidade ontológica e concentrou suas objeções naquilo que Heidegger denominou o “conceito vulgar de tempo”. A cada dia mais estou convencido que essa interpretação não condiz exatamente com o projeto heideggeriano. A historicidade não é exatamente um derivação da temporalidade, mas sua elaboração mais concreta e a intra-temporalidade é co-originária à historicidade¹⁴. Em suma, a ideia de uma derivação parece querer indicar mais uma noção denexo e fundamento do que a perda de densidade ontológica.

Ricoeur leitor de Heidegger: historicidade e ontologia

No meu entendimento as críticas que Ricoeur dirige a concepção de temporalidade em Heidegger estão menos ligadas a uma exegese fiel de *Ser e tempo* do que ao modo como o filósofo francês concebe a relação entre ontologia e epistemologia. Em outras palavras, trata-se de um filósofo com seu projeto intelectual lendo outro filósofo e não tanto de um exegeta buscando entender o autor melhor que ele mesmo. Este tópico fica mais claro na questão da historicidade. Não há dúvidas que para o pensador alemão o lugar primordial da reflexão existencial sobre a história é o nível ontológico que precede a qualquer tematização historiográfica. No plano ontológico, a historicidade é deduzida da temporalidade originária constituindo-se, então como o solo ontológico e existencial que possibilita a historiografia. Vale lembrar aqui um célebre trecho:

A análise da historicidade do Dasein busca mostrar que esse ente não é “temporal” porque se encontra na história, mas ao contrário, que ele só existe e só pode existir historicamente porque no fundo do seu ser é temporal¹⁵ [Grifos no original].

¹² RICOEUR, A memória, a história, o esquecimento.

¹³ DASTUR, Françoise. La critique ricoeurienne de la conception de la temporalité dans *Être et temps* de Martin Heidegger. Archives de Philosophie, 4/2011 (Tome 74), p. 565-580.

¹⁴ Para sermos justos precisamos dizer que o autor de *O conflito das interpretações* não desconhece esse argumento, mas ainda assim insiste na ideia de hierarquização: “Certa competição trava-se, assim, entre derivação – que é chamada, algumas linhas acima, de ‘dedução’ (entre apsas) – e co-originariedade” RICOEUR, A memória, a história, o esquecimento, p. 388.

¹⁵ HEIDEGGER, Ser e tempo, p. 468.

Isto implica um verdadeiro *giro ontológico* na medida em que, a temporalidade deve ser entendida como algo constitutivo e originário, da existência humana e não como algo secundário, obtido artificialmente após uma reflexão intelectual e historiográfica. “A questão da historicidade já não é a do conhecimento histórico concebido como método; ela designa a maneira como o existente está com os existentes”¹⁶. Ricoeur não discorda que a historicidade seja constitutiva da nossa condição humana, pelo contrário, em *A memória, a história, o esquecimento* ele reescreve o trecho célebre que citei a pouco com um pequeno e decisivo acréscimo: “Fazemos história e fazemos a história, porque somos seres históricos”¹⁷. O que está em jogo é uma reserva contra a cisão entre ontologia e epistemologia. Em sua crítica ao *historicismo*, o autor de *Ser e tempo* chega a afirmar “Ter aparecido o problema do ‘historicismo’ é o sinal mais claro que a historiografia pretende alienar o *Dasein* da sua historicidade própria. Esta não precisa, necessariamente, da historiografia. Épocas sem historiografia não são, em si mesmas, sem história”¹⁸. Uma das metas do projeto ricoeuriano é reorientar a fenomenologia hermenêutica de modo que o conhecimento histórico não esteja subordinado à compreensão ontológica como uma forma *derivada* de uma forma mais *originária*. Desse modo, haveria uma troca recíproca entre a filosofia hermenêutica e a metodologia da pesquisa histórica. Se o caminho que vai da epistemologia a ontologia foi percorrido por diversos autores como Husserl, Heidegger e Gadamer, poucos fizeram o caminho contrário que leva da ontologia da historicidade à epistemologia da historiografia¹⁹. Ora, é este projeto que me parece fundamentar as críticas contra o tema da hierarquização.

Ao longo de suas diversas reflexões filosóficas sobre a história Ricoeur procurou trilhar essa via de mão-dupla em que não apenas o filósofo tem voz, mas também os historiadores. Em *A memória, a história, o esquecimento* ele defendeu que era possível um diálogo entre o filósofos e os historiadores no nível considerado por Heidegger como o mais originário: o *ser-para-a-morte*²⁰. “É para o campo de trabalho do historiador que eu gostaria de atrair o filósofo”²¹. Sendo assim, o filósofo francês concede espaço para as reflexões de Michel de Certeau a respeito da escrita da história como um processo análogo a um ritual de sepultamento dos mortos. O diálogo entre

¹⁶ RICOEUR, Paul. O conflito das interpretações. Ensaios de hermenêutica. Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Imago, 1978, p. 11.

¹⁷ RICOEUR, Paul. La mémoire, l'histoire, l'oubli. Paris: Éditions du Seuil, 2000, p. 374.

¹⁸ HEIDEGGER, Ser e tempo, p. 396.

¹⁹ RICOEUR, Paul. Histoire et hermeneutique [1976]. In DOSSE, François; GOLDENSTEIN, Catherine. Paul Ricoeur: penser la mémoire. Paris: Éditions du Seuil, 2013.

²⁰ Nesse sentido, para o autor de *A memória, a história, o esquecimento* existem duas maneiras pelas quais isso ocorre. Em uma delas, a relação do homem com a morte é tomada como um objeto da historiografia, sobretudo no campo da história das mentalidades e representações. O outro caminho passa por perceber a morte imiscuída à operação historiográfica, aquilo que Michel de Certeau chamou de o *ausente na história*.

²¹ RICOEUR, A memória, a história, o esquecimento, p. 388.

filosofia e história torna possível algo inviável em *Ser e tempo*, a saber, a possibilidade da escrita e a leitura de textos historiográficos contribuírem para a *resolução antecipadora*. Um dos efeitos da narrativa histórica no leitor pode ser, então, a percepção de sua condição finita, antecipada, de algum modo, na morte do outro. O nada ontológico, o não-ser que é a morte torna-se, assim, mais inteligível a partir da mediação da linguagem²².

Por fim, gostaria de assinalar que as críticas ricoeurianas a Heidegger me parecem estar fundamentadas, entre outras coisas, na visão do filósofo francês a respeito da relação entre filosofia e história. Para ele, a filosofia da história não deve se dar somente em um plano especulativo, antes, as reflexões epistemológicas acerca das condições de possibilidade do conhecimento histórico devem estar em interação com uma hermenêutica ontológica da nossa condição histórica. Em resumo, Ricoeur se dispôs a explorar o caminho em sentido contrário ao de Heidegger passando pela epistemologia da historiografia e adiando as especulações ontológicas para o final da filosofia da história. Se as críticas ricoeurianas à hierarquização entre os níveis de temporalização me parecem equivocadas, a objeção contra a ontologia que devora a epistemologia é bastante pertinente, na minha perspectiva. Assim, na *via longa* proposta por Ricoeur existe um desvio pelo mundo dos signos e da experiência histórica que enriquecem o plano reflexivo do sentido do ser. A ontologia deixa de estar no ponto de partida para figurar no horizonte, isto é, ela sempre algo por fazer, uma tarefa implicada na metodologia da operação historiográfica. Tal *ontologia quebrada* – no sentido de nunciar conseguir uma interpretação totalizante – tem pretensões mais modestas. “Assim, ontologia é bem a terra prometida para uma filosofia que começa pela linguagem e pela reflexão; mas, como Moisés, o sujeito que fala e reflete apenas pode percebê-la antes de morrer”²³.

²² CATROGA, Fernando. O céu da memória. Coimbra: Minerva, 1999.

²³ RICOEUR, O conflito das interpretações, p. 26.

O rural em estudo: História e Sociologia em “Parceiros do Rio Bonito”

Hugo Mateus Gonçalves Rocha

Mestrando em História

UFMG

hugogrocha@hotmail.com

RESUMO: A partir das questões tratadas no presente texto, temos como objetivo refletir sobre aspectos que, em nosso entendimento, associam quatro importantes obras do pensamento brasileiro no século XX. Desta forma, pretendemos analisar as interpretações de Euclides da Cunha, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior que versam sobre a centralidade meio rural no processo de formação da cultura e da sociedade brasileiras entre o período colonial e Primeira República. O empreendimento desta problematização se associa ao nosso objetivo de refletir sobre a importância deste debate no contexto de produção da obra “Os parceiros do Rio Bonito: estudo do caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida”, de autoria do sociólogo e crítico literário Antonio Cândido, no qual o autor trata sobre o processo de mudança operado no seio das sociedades caipiras paulistas na primeira metade do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos da ruralidade brasileira, História da historiografia, Parceiros do Rio Bonito.

O historiador, ao propor reflexões voltadas ao processo de construção social, político e cultural brasileiro, necessita operar escolhas frente à multiplicidade de propostas de análise em que são apresentadas teorias diversas acerca do processo de formação do Brasil. Neste grande grupo de textos e obras completas, além de análises historiográficas, encontram-se conformados estudos ligados às matrizes sociológica, antropológica e econômica, que propõem, a partir de diferentes eixos teóricos, importantes conjecturas sobre as interpretações da história brasileira.

Como refletido em uma série de textos nos quais a história da historiografia e a história da sociologia brasileiras são refletidas, a exemplo dos vários trabalhos escritos por historiadores e sociólogos nas últimas décadas em que o grupo de intelectuais convencionalmente nomeados como “intérpretes do Brasil” têm suas carreiras intelectuais e suas obras amplamente discutidas, ou mesmo em trabalhos nos quais a tradição da escola do pensamento brasileiro é problematizada como base a reflexões associadas a esta temática, a exemplo dos trabalhos de Fernando Nicolazzi¹ e André Moysés Gaio², a história da historiografia e da produção sociológica sobre o Brasil ganhou corpo na segunda metade do século XX.

¹ NICOLAZZI, Fernando. Um estilo de História; a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & senzala e a representação no passado. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

² GAIO, André Moysés. Modernismo e ensaio histórico. São Paulo: Cortez, 2004.

Estas reflexões podem ser entendidas como responsáveis pelo alargamento das possibilidades de interpretação acerca do processo de formação do Brasil, tendo se tornado campo fértil à oferta de novas problematizações que partiram de preocupações distintas dos autores e passaram a complexificar e oferecer importantes hipóteses no estudo da formação social brasileira, essencialmente entre as décadas de 1930 e 1950, período reconhecidamente fértil no tocante ao desenvolvimento das ciências humanas no país, como indicado por Antonio Cândido no artigo “A Sociologia no Brasil”³, no qual o autor oferece uma síntese do processo constitutivo deste campo de conhecimento entre os séculos XIX até o fim da primeira metade do século XX.

Entre os vários autores contemplados por Cândido no referido artigo, optamos por realizar um recorte, elegendo quatro autores que produziram interpretações do processo de formação do Brasil partindo desta perspectiva de análise. A nossa opção pela eleição dos quatro autores a serem tratados a seguir esteve pautada na importância dos trabalhos destes intelectuais no tocante à discussão sobre o tema da persistência da matriz rural no processo de formação da sociedade brasileira no período conformado entre o processo de colonização portuguesa e primeira metade do século XX. É característica desses trabalhos a procura de elaboração de hipóteses voltadas ao objetivo de melhor entender as carências e traços marcantes na formação da cultura e da sociedade brasileira até a primeira metade do século XX. Faremos a seguir uma breve apresentação de algumas obras, refletindo sobre os eixos de análise que levaram os quatro autores trabalhados a apresentar as suas perspectivas sobre o processo de formação da sociedade brasileira.

A primeira obra que entendemos como uma referência fundamental ao desenvolvimento dos estudos das questões associadas aos problemas sociais no campo é “Os Sertões”⁴, clássico registro de Euclides da Cunha que retrata o conflito de Canudos, no final do século XIX. O segundo trabalho que identificamos como importante ao desenvolvimento da nossa reflexão é a obra “Raízes do Brasil”⁵, a partir da qual Sérgio Buarque de Holanda desenvolve uma análise voltada a problematizar as particularidades do processo de formação psicossocial dos brasileiros, refletindo sobre a permanência dos padrões culturais das sociedades rurais na sociedade brasileira como um todo. A terceira obra que interpretamos como cara ao entendimento das questões aqui tratadas é “Casa Grande & Senzala”⁶, clássica obra do pensamento brasileiro onde Gilberto Freyre formula o raciocínio sobre o processo de formação da sociedade brasileira por meio da análise das

³ CÂNDIDO, Antonio. A sociologia no Brasil. In: Revista Tempo Social. Depto. de Sociologia da USP, v. 18, n.1, 2006. p.271-301.

⁴ CUNHA, Euclides da. Os Sertões. Ed. crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ática, 2004.

⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

⁶ FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49 ed. São Paulo: Global, 2004.

matrizes étnicas no processo de colonização português, refletindo sobre o processo de miscigenação étnica que singularizou a formação do povo brasileiro em relação a outros espaços coloniais, a exemplo da colônia americana inglesa, onde imperou a segregação racial como característica marcante do processo de formação dos Estados Unidos. Como quarto e último exemplo de obras clássicas em que questões associadas caras à relação entre o âmbito rural e o urbano são tratadas no processo de formação brasileiro, elegemos o clássico “Formação do Brasil Contemporâneo”⁷, de Caio Prado Júnior. A escolha desta obra como importante instrumento de reflexão ao nosso objetivo inicial na pesquisa se deu por considerarmos fundamental a aproximação à abordagem econômica do processo de formação nacional, a partir da qual Caio Prado Júnior lançou mão da teoria da história marxista para o desenvolvimento de sua teoria sobre a formação brasileira. Assim, Caio Prado reflete sobre questões associadas ao modelo de exploração português na colônia como ordenador do processo de construção da sociedade brasileira, voltando atenção às relações de produção agrárias como responsáveis por forjar o modelo econômico que baseou a estrutura de produção do Brasil.

É necessário aqui indicar o nosso conhecimento sobre a possibilidade de inclusão de um grande número de obras a partir das quais os autores tiveram como objetivo tratar a importância do meio rural no processo de formação brasileiro, a exemplo de trabalhos de Oliveira Viana, Cornélio Pires, Amadeu Amaral, Nilo Cairo, Otaniel Mota, entre outros, além de outras obras de Sérgio Buarque de Holanda como “Índios e Mamelucos na Expansão Paulista” e “Monções”, que não por acaso foram base bibliográfica de Antonio Cândido na escrita de “Parceiros do Rio Bonito”. No entanto, para a apresentação do debate acerca da construção do campo de estudos sobre o tema da ruralidade brasileira, optamos por tratar apenas sobre os textos acima indicados por entender ser possível, a partir da análise de parte destas obras, desenvolver uma boa reflexão sobre a centralidade do meio rural no processo de formação social, cultural e econômico brasileiro.

Como já apontado, ainda que de forma sucinta, a variedade das formas de abordagem, recortes temporais, contextos intelectuais e referências teórico-metodológicas adotadas por cada um dos autores na escrita de suas obras distinguem os trabalhos de forma a colaborar com a orientação e o desenvolvimento de pesquisas voltadas ao entendimento do processo de escrita da História e da Sociologia brasileiras. Em nosso estudo, essas possibilidades colaboraram à aproximação de eixos interpretativos, que, por meio de sentidos e formas distintas, dialogam com o tema da centralidade da matriz rural no processo de formação brasileira.

⁷ PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia/ Caio Prado Júnior.; entrevista Fernando Novais; posfácio Bernardo Ricupero. - 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Ainda sobre a escolha das referências para o desenvolvimento da reflexão ora proposta, as obras e autores indicados acima não foram escolhidos de forma aleatória. Em nossa concepção, todas elas - para além do fato de serem identificadas como tratados clássicos na tradição do pensamento histórico e social brasileiro - apresentam uma interseção no tocante às reflexões apresentadas nos textos nas quais têm destaque a importância do mundo rural como uma das matrizes do processo de formação social, econômica e cultural do Brasil. Em cada uma das quatro obras indicadas, os autores apresentam como ponto de reflexão algumas questões voltadas a interpretar o processo de formação da nação, baseando-se em dilemas originários no meio rural que se tornaram aspecto-chave à compreensão das diferentes realidades encontradas no país, a considerar os intervalos de tempo entre a publicação existente entre “Os Sertões”, publicada pela primeira vez no ano de 1902, e as obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e Caio Prado, publicadas respectivamente nos anos de 1933, 1936 e 1942.

Partindo das considerações acima realizadas, passamos a refletir acerca das direções tomadas por cada um dos autores nas análises que contemplam a centralidade do âmbito rural em suas leituras sobre o processo de formação do Brasil. Em “Os Sertões”, Euclides da Cunha tem como um de seus objetivos propor a reflexão acerca dos problemas enfrentados pelos sertanejos nordestinos que se uniram a Antônio Conselheiro no movimento de Canudos. Sobre a atuação como sociólogo do engenheiro de formação Euclides da Cunha, é também Antonio Cândido, que no artigo intitulado “Euclides da Cunha Sociólogo”, apresenta, já no primeiro parágrafo do artigo, uma boa síntese sobre os objetivos gerais do autor ao escrever a obra:

Indaguemos, de início, os fundamentos de uma possível sociologia euclidiana para, em seguida, analisar os seus princípios. Lembremos antes do mais que a fundamentação científica d’Os sertões visa inicialmente a explicar o comportamento dos fanáticos de Canudos e o perfil de seu chefe, Antônio Conselheiro. Para compreender um acontecimento histórico, Euclides pesquisa a psicologia dos protagonistas; para compreendê-la, vai até as influências da raça e do meio geográfico. Esquema que hoje nos pareceria demasiado mecânico, porque hoje, em sociologia, damos relevo a fatores de ordem especificamente social, mas que no seu tempo era de preceito, porque correspondia às concepções, então dominantes, do naturalismo científico.⁸

A origem do trabalho se encontra associada à missão de Euclides da Cunha, enviado ao sertão de Canudos como jornalista com o objetivo de cobrir o conflito entre o Estado e o movimento popular liderado por Antônio Conselheiro. Após a publicação dos textos em jornais, os foram textos em um livro de ensaios que se baseiam em reflexões acerca das questões

⁸ CÂNDIDO, Antonio. Euclides da Cunha Sociólogo. OESP, São Paulo, 13/12/1952. Disponível em: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/remate/article/viewFile/3553/3000> Acesso em: 15 mai. 2016.

geográficas.⁹

Mais precisamente, Cunha sugere a sua hipótese sobre o movimento de Canudos embasado no isolamento dos povos do sertão em relação à sociedade urbana brasileira como um dos focos dos problemas da situação de miséria e esquecimento por parte do Estado no qual viviam os revoltosos de Canudos. A essa concepção, o autor também trata sob a perspectiva étnico-racial, que poderiam apresentar possíveis problemas associados à miscigenação do povo sertanejo.

Continuando este breve exercício de delineamento das formas de abordagem acerca dos problemas da ruralidade nas obras acima indicadas, podemos pensar em como o tema da ruralidade se faz presente nas obras de Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, como indicado por Afrânio Garcia no artigo “A sociologia rural no Brasil: entre os escravos do passado e os parceiros do futuro”¹⁰. Neste texto, Garcia se dedica ao trabalho de empreender uma análise sobre as proximidades existentes nas obras dos três autores no que se refere à centralidade das relações desenvolvidas no âmbito rural como matrizes das relações sociais e culturais as quais os autores procuravam problematizar em seu presente. O Brasil da primeira metade do século XX.

Sobre o tratamento dado por Gilberto Freyre em “Casa Grande & Senzala” acerca dos traços rurais herdados pela sociedade brasileira em sua conformação no século XX, Garcia interpreta o caráter da persistência no tocante à preocupação sobre a temática da ruralidade, partindo da análise do próprio título da obra, para, em seguida, delinear questões que lhe parecem importantes à sua análise. Desta forma, o autor propõe que:

No próprio título de sua obra maior – Casa-grande & Senzala –, Gilberto Freyre (1933) assinalava como a sede dos domínios rurais era uma instituição que continuava a operar mesmo após a abolição da escravatura em 1888 e como a reunião de poderes econômicos, religiosos, culturais e políticos em uma só mão funcionava como princípio ordenador do mundo social, recriando, por uma lógica que supõe complementaridade, mas diferença irreduzível, o mundo dos descendentes dos senhores das casas-grandes e aqueles dos escravos das senzalas.¹¹

Em outro texto, produzido a partir da parceria entre Afrânio Garcia e Mario Grynspan¹², os autores refletem sobre questões associadas às matrizes da ruralidade no processo de formação nacional, indicando a preocupação de Freyre em relação à continuidade de traços marcantes

⁹ NICOLAZZI, Fernando. Um estilo de História; a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & senzala e a representação no passado. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p.225.

¹⁰ GARCIA, Afrânio. A sociologia rural no Brasil: entre os escravos do passado e os parceiros do futuro. In: Revista Sociologias. Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2008, p. 154-189

¹¹ Casa-grande & senzala, p.163.

¹² GARCIA, Afrânio. GRYNSPAN, Mario. Veredas da questão agrária e enigma do grande sertão. In: O que ler na Ciência Social brasileira? 1970-2002 (v. IV). São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, 2002.

nascidos no âmbito rural em relação à sociedade brasileira que passava por um processo de urbanização e modernização nas décadas iniciais do século XX. Segundo defendem os autores, Freyre pretende expor a sua questão sobre a permanência no meio urbano dos padrões culturais nascidos no âmbito rural ao propor a escrita da obra “Sobrados e Mocambos”, como é possível notar no trecho em destaque a seguir:

Nota-se também que a hierarquia instituída no binômio *casa-grande/senzala* não desapareceria, para Gilberto Freyre, como um simples efeito da mestiçagem: a urbanização que começava a se intensificar em todo o país foi pensada em seguida pelo binômio *sobrados/mocambos*, recriando-se assim as distancias sociais e as subordinações de outrora sobre novas bases.¹³

Dando continuidade a esta breve apresentação de algumas leituras acerca do tema da permanência dos padrões de sociabilidade rural no processo de formação da sociedade brasileira, é possível refletir sobre a obra “Raízes do Brasil”, publicada pela primeira vez no ano de 1936. Afrânio Garcia se baseia no prefácio¹⁴ escrito por Antonio Cândido à segunda edição do livro de Sérgio Buarque do Holanda. Neste texto, Cândido tem por objetivo atestar a importância da obra para a sua geração, que, ao lado de “Casa Grande & Senzala” e “Formação do Brasil Contemporâneo”, teve importância fundamental como referência obrigatória aos estudos sociais brasileiros entre as décadas de 1930 e 1950.

A seguir, o autor apresenta a sua interpretação sobre o texto de Sérgio Buarque, que, segundo ele, a exemplo de Freyre, também trata sobre “as marcas da hierarquia constitutiva do grande domínio rural construído a partir da escravidão de populações africanas negras sobre a psicologia íntima dos brasileiros.”¹⁵ No entanto, o autor chama a atenção à diferença dos trabalhos de Sérgio Buarque e de Gilberto Freyre na medida em que o primeiro se interessa pela interferência destas relações sociais nascidas na estrutura rural na vida pública e no comportamento político e como esta projeção das formas de sociabilidade nascidas no mundo rural constituem-se como “um empecilho à construção de um Estado moderno e democrático.”¹⁶

Dentre os textos que compõem a obra de Sérgio Buarque, podemos identificar esta preocupação da persistência das matrizes rurais no terceiro capítulo da obra, intitulada “Herança Rural”, no qual o autor discute, entre outras questões, noções associadas à adoção do regime escravagista como motor da economia colonial, o patriarcalismo como ordenador das relações

¹³ O que ler na Ciência Social brasileira?, p.313.

¹⁴ CANDIDO, Antonio. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. -26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹⁵ GARCIA, Afrânio. A sociologia rural no Brasil: entre os escravos do passado e os parceiros do futuro. In: Revista Sociologias. Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2008, p. 164

¹⁶ Revista Sociologias, p.164.

sociais ou mesmo ao que Sérgio Buarque denomina “decoro aristocrático”, associado ao modelo de produção latifundiário, para indicar apenas três linhas a partir das quais o autor desenvolve a sua análise.

De modo a exemplificar o tratamento das questões por Sérgio Buarque em “Raízes do Brasil”, Afrânio Garcia opta por voltar a atenção ao traço do modelo de sociabilidade nascido no âmbito rural na construção de um dos eixos da argumentação do autor, indicando a forma de persistência destes traços no “Homem Cordial”, categoria que se tornou clássica a partir da publicação de Raízes do Brasil. A esse respeito, Afrânio Garcia indica que:

O “Homem Cordial”, escravo de suas paixões, não aceita normas que transcendam seus desejos, nenhum espaço público moderno pode assentar-se sobre tais bases. Servo das leis livremente pactuadas contra servo dos desejos individuais de indivíduos habituados a serem servidos por escravos: tal dilema é o brasileiro na construção do Estado, em bases modernas e democráticas.¹⁷

Por fim, com o objetivo de examinar o foco das preocupações atidas ao tema da contribuição nascidas no âmbito rural ao processo de formação da sociedade brasileira, Afrânio Garcia indica o tratamento da questão da ruralidade na análise de Caio Prado Júnior em “Formação do Brasil Contemporâneo”. Segundo Garcia, Caio Prado Júnior:

(...)focaliza o grande domínio rural como unidade de base constituidora da “economia colonial”, cuja dinâmica está totalmente presa aos impulsos vindos dos centros internacionais de destino de suas lavouras comerciais. Para esse autor, a construção de uma “economia nacional”, em que as indústrias cumpram o papel de novo pólo articulador de todo o sistema produtivo da nacionalidade, implica a superação das principais características imprimidas pelo grande domínio à economia do país.¹⁸

Com o objetivo de encerrar esta seção a partir da qual pretendemos apresentar ao leitor as possibilidades de tratamento das questões que se associam à temática da ruralidade no pensamento brasileiro da primeira metade do século XX, mobilizamos novamente o texto produzido por Afrânio Garcia Júnior em conjunto com Mario Grynspan. Intitulado “Veredas da questão agrária e enigmas no grande sertão”¹⁹, o artigo tem como objetivo refletir, de forma mais ampla, sobre os estudos acerca dos temas rurais no campo das Ciências Sociais, pensado sobre as implicações e possibilidades geradas por estes trabalhos na produção do conhecimento sociológico.

Antes mesmo de tratar sobre a amplitude oferecida pela abordagem da temática da ruralidade no estudo social brasileiro, os autores realizam uma análise da presença dos debates em

¹⁷ Revista Sociologias, p.165.

¹⁸ Revista Sociologias, p.166.

¹⁹ GARCIA, Afrânio. GRYNSPAN, Mario. Veredas da questão agrária e enigma do grande sertão. In: O que ler na Ciência Social brasileira? 1970-2002 (v. IV). São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, 2002.

“Casa Grande & Senzala”, “Raízes do Brasil” e “Formação do Brasil Contemporâneo”. Assim, Garcia Júnior e Grynszpan apresentam a sua perspectiva sobre a importância das obras como importantes meios de aproximação do tema, como indicado no trecho em destaque a seguir:

Todos esses livros [as três obras acima indicadas] buscam investigar como as matrizes sociais ordenadoras do mundo rural do Brasil colonial, especialmente a *grande lavoura (engenhos e fazendas)*, incidiram diretamente sobre os rumos da modernização do Brasil, justamente à época em que se aceleravam os processos de urbanização, de industrialização e de construção do Estado federal capaz de gerir os destinos da coletividade nacional. O conhecimento das hierarquias sociais e das representações mentais e simbólicas herdadas do universo colonial apareciam, então, como um passo fundamental para a compreensão do leque de possibilidades dos destinos da nação.²⁰

Apresentar, ainda que de forma mais geral, as noções associadas ao estudo de temas voltados a reflexões sobre a centralidade da ruralidade no processo de formação do Brasil, se mostrou como tarefa essencial ao desenvolvimento da leitura historiográfica a qual pretendemos realizar sobre “Parceiros do Rio Bonito”. Pensar sobre o processo de pesquisa que teve como resultado a escrita da obra acima indicada por Cândido nos levou refletir sobre algumas questões centrais que norteiam o trabalho. No entanto, foi fundamental a aproximação à extensa produção intelectual de Antonio Cândido, para além de “Parceiros do Rio Bonito”. O aprofundamento no tocante ao conhecimento da obra de Cândido nos serviu como um atestado da importância dos três autores acima indicados como matrizes do pensamento brasileiro no século XX.

O mais representativo deles é sem dúvida o prefácio à segunda edição de “Raízes do Brasil”, publicada no ano de 1967, no qual o autor, para além do objetivo de apresentar o livro de Sérgio Buarque, realiza uma breve análise que destaca os três autores acima debatidos como fundamentais ao desenvolvimento do pensamento brasileiro na primeira metade do século XX, como indicado no trecho a seguir:

Os homens que estão hoje um pouco pra cá ou um pouco para lá dos cinquenta anos aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil sobretudo em termos de passado e em função de três livros: *Casa Grande & Senzala*, publicado por Gilberto Freyre quando estávamos no ginásio. *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado quando estávamos no curso complementa; *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Junior, publicado quando estávamos na escola superior. São estes os livros que podemos considerar chaves, os que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo.²¹

É também notório que, na segunda das três partes de “Parceiros do Rio Bonito”, Antonio

²⁰ O que ler na Ciência Social brasileira?, p.316

²¹ CANDIDO, Antonio. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. -26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.9

Cândido indique algumas obras de Sérgio Buarque de Holanda como referências fundamentais ao seu objetivo de aproximar e reconstruir a trajetória histórica das sociedades caipiras as quais pretende realizar a sua leitura socioantropológica. Esta aproximação de Cândido aos textos de Sérgio Buarque denota a escolha da perspectiva crítica do autor como uma das bases à reconstrução histórica que embasa a análise do processo de mudança a que as sociedades caipiras se encontravam sujeitas na primeira metade do século XX.

Ao discutir sobre a preocupação esboçada pelos quatro autores indicados acima em suas obras com questões associadas às matrizes rurais do processo de formação cultural e social brasileiro, tivemos como objetivo refletir sobre a centralidade das reflexões acerca do meio rural em interpretações tidas como clássicas sobre processo de formação nacional. Esta opção se baseia em nosso objetivo maior na pesquisa de mestrado que vem sendo desenvolvida a partir da qual pretendemos refletir sobre a relação de diálogo que entendemos estabelecer Antonio Cândido entre a pesquisa pautada em métodos sociológicos com a tradição dos ensaios no pensamento brasileiro da primeira metade do século XX na escrita de “Os parceiros do Rio Bonito”.

Ainda impossibilitados de oferecer aspectos conclusivos frente ao estágio de desenvolvimento da pesquisa, o que esperamos com a escrita deste texto é apenas apresentar os caminhos pelos quais pretendemos estabelecer algumas reflexões que serão melhor desenvolvidas no desenvolvimento do trabalho.

A instituição do saber científico: uma leitura de Michel de Certeau pela História e Sociologia das Ciências

Luiz Alves Araújo Neto

Doutorando e Mestre em História das Ciências de Saúde
Especialista Visitante do Instituto Nacional do Câncer
Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz
luizalvesan@hotmail.com

RESUMO: Esta comunicação discute as possibilidades de apropriação do trabalho do historiador francês Michel de Certeau pela história e sociologia das ciências, sobretudo na perspectiva do construtivismo social. Autor de importante ressonância na historiografia francesa de sua época e na brasileira contemporânea, Certeau dedicou parte de sua obra a analisar sistemas de pensamento e a epistemologia da operação histórica, compreendendo os saberes acadêmicos como "instituições do saber". Nessas instituições (não necessariamente materiais), os produtores de discursos teriam sua atividade pautada pela relação entre seu lugar, sua prática e sua escrita, cada dimensão com um papel fundamental na fabricação do conhecimento. Aproximando as observações de Michel de Certeau das análises sobre a ciência feitas por diversos autores, principalmente aqueles marcados pelo Programa Forte da Escola de Edimburgo (David Bloor, Barry Barnes, Steven Shapin, Bruno Latour, Simon Schaffer e Knorr Cetina), é possível traçar uma linha analítica sobre a atividade científica, especificamente sobre os processos de constituição de áreas do saber ou de especialidades. Nesse diálogo, a correlação entre conceitos como lugar, credibilidade científica, ciclo de credibilidade, arena transepistêmica, prática, redes, centrais de cálculo, escrita, enquadramento, estilo de pensamento, coletivo de pensamento, entre outros, é fundamental para que sejam propostos novos diálogos entre os historiadores "tout court" e os historiadores das ciências, uma demanda cada vez maior no campo historiográfico. Esta análise é parte do que discuti em minha dissertação de mestrado, na qual analisei o processo de conformação de uma prática médica específica, a cancerologia, no Ceará entre os anos de 1940 e 1960.

PALAVRAS-CHAVE: Michel de Certeau, História das Ciências, Construtivismo Social, Sociologia das Ciências, Instituição do Saber.

Introdução

Esta comunicação parte de reflexões que desenvolvi em minha dissertação de mestrado¹, na qual me apropriei de categorias utilizadas por Michel de Certeau² para balizar a análise sobre a atividade médica no Ceará em meados do século XX³. Esse esforço de aproximar um autor

¹ARAÚJO NETO, Luiz Alves. *O problema do câncer no Ceará: cancerologia, controle do câncer e a atividade coletiva da medicina (1940-1960)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2016.

²CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011a.

³Na dissertação, discuto as ações de um grupo de médicos para a afirmação do câncer como um problema médico-social relevante e a criação de espaços de prática da cancerologia no estado. No primeiro capítulo, analiso a construção de um lugar para a cancerologia; no segundo, a estruturação da prática médica; e no terceiro, o desenvolvimento de uma escrita sobre o câncer no Ceará.

importante como Certeau às discussões realizadas pela historiografia e sociologia das ciências partiu, sobretudo, de uma visão em torno do próprio ofício do historiador que tem perpassado minhas atividades de pesquisa. Para o autor, um dos aspectos mais importantes da “operação historiográfica”⁴ é o esforço auto reflexivo de pensar o lugar social dos autores/atores na construção do saber, fugindo definitivamente de visões objetivas sobre os processos históricos.

Em minha fala, procurarei ressaltar as plausíveis e interessantes associações entre as categorias discutidas por Michel de Certeau e os conceitos operados por autores da História e Sociologia das Ciências, especificamente de nomes que se vincularam ou foram ativados pelos chamados “estudos sociais das ciências”. O objetivo desta comunicação, mais do que pôr em discussão aspectos teóricos da história das ciências ou mesmo a relação entre historiadores “tout court” e historiadores das ciências, é apontar diálogos não trabalhados pelos pesquisadores interessados na história da atividade científica. Metodologicamente, a reflexão consiste num cruzamento entre discussões traçadas por alguns autores, em sua maioria historiadores e sociólogos, sobre o caráter coletivo e socialmente localizado da atividade científica. Primeiramente, abordarei os chamados “estudos sociais das ciências” em suas discussões centrais, e, posteriormente, traçarei as propostas de diálogo dos autores selecionados com os trabalhos de Certeau.

A ciência como uma atividade coletiva: os estudos sociais das ciências e uma nova visão de cientista

A partir da década de 1970, como fruto das discussões trazidas por Karl Mannheim, Robert Merton, Thomas Kuhn, entre outros, alguns estudiosos da história e sociologia das ciências delimitaram uma nova abordagem para a atividade científica em seus trabalhos, retomando as noções comunitárias de ciência dos autores anteriores e buscando superá-las. Outro ponto fundamental a ser retomado neste tópico foi a “descoberta” do estudo do médico polaco-germânico Ludwik Fleck, *Gênese e desenvolvimento de um fato científico* (1936), que trazia uma leitura da ciência bastante distinta do que fora produzido nos anos 1930, e mesmo no intervalo 1930-1970.

A partir dos conceitos chave de *estilo de pensamento* e *coletivo de pensamento*, Fleck não somente demarca que a ciência é fruto de ações coletivas, como também ressalta que diversos elementos além do conteúdo duro das ciências fazem parte da construção dos fatos científicos⁵. Ressalta também que, no âmbito da coletividade, há incongruências, interesses, desarmonias movendo o

⁴ CERTEAU. *A Escrita da História*.

⁵ FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

cotidiano de homens e mulheres de ciência, uma visão considerada por muitos autores mais complexa do que a de Kuhn, Merton e Manheim, por exemplo⁶.

Apesar de possuir um vocabulário em parte distante do usual na história e sociologia das ciências, Fleck conseguiu, quase meio século após o lançamento de seu trabalho original, prover grandes contribuições para os estudos sociais das ciências. Nos anos 1970, a partir do Programa Forte do Conhecimento Científico, protagonizado por David Bloor⁷, a visão construtivista da atividade científica ganhou espaço, considerando a prática e conhecimento das ciências frutos de negociações entre os diversos agentes sociais, e resultados de consensos entre os atores envolvidos, não verdades absolutas. Neste trabalho, centrarei atenção em três autores cujos percursos de reflexão sobre a ciência acredito estarem próximos aos de Michel de Certeau: Bruno Latour, Karin Knorr Cetina e Steven Shapin.

Bruno Latour, autor controverso entre historiadores e sociólogos das ciências, apresenta uma interpretação da ação científica diretamente associada à sua concepção de sociedade. Para o sociólogo francês, a ciência se organiza a partir de associações entre atores, objetos e lugares, os quais promovem intensa circulação de saberes, práticas, instrumentos e pessoas, as chamadas *redes*⁸. Na dimensão específica da rede, Latour⁹ reconhece o papel dos interesses dos atores envolvidos com a ciência (não somente os cientistas) na configuração de fatos e artefatos. Assim, a atividade científica perpassaria aos *ciclos de credibilidade* que os atores constroem para si próprios. Nesses ciclos, os cientistas acumulariam credibilidade a partir de atributos individuais (prestígio social, formação acadêmica, condição econômica etc.) e pela arregimentação de aliados (políticos, outros cientistas, empresários, filantropos etc.). Na concepção latouriana, a ciência é parte integrante da sociedade, não podendo ser colocada sob isenção de outras agendas, ainda que mobilize conteúdos duros para se colocar fora de outras questões, sob o signo da objetividade.

A socióloga austríaca Karin Knorr Cetina foi uma interlocutora de Latour em suas considerações sobre a ciência e a produção dos fatos científicos. Defensora assídua do construtivismo, Knorr Cetina argumenta que um fato da ciência só possui validade à medida em

⁶ MAIA, Carlos Alvarez. *História das Ciências: uma história de historiadores ausentes*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. FOX, Robert. Fashioning the discipline: History of Science in the European intellectual tradition. *Minerva*, 2006, 44: 410 – 432; GAVROGLU, Kostas. *O Passado das Ciências como História*. Porto: Porto Editora, 2008.

SHAPIN, Steven. Discipline and bounding: the history and sociology of science as seen through the externalism-internalism debate. *History of Science*, 1992. pp. 333-369.

⁷ BLOOR, David. *Knowledge and Social Imagery*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

⁸ LATOUR, Bruno. *A Ciência em Ação: como seguir cientista e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora Unesp, 2000. LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: EdUfba, 2004.

⁹ LATOUR, Bruno e WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório. A produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumerá, 1997.

que passa a ser comunicado e reconhecido como tal pela sociedade. Apesar de parecer idêntica a afirmações de outros autores anteriores e contemporâneos a ela (como Kuhn, Merton, Bourdieu e o próprio Latour), essa reflexão de Cetina retira dos cientistas sua autonomia como campo, pois não admite o reconhecimento dos fatos científicos somente pelos pares. Essa concepção da produção científica também baseia a própria interpretação de ciência constituída pela autora, pautada no conceito de *arena transepistêmica variável*¹⁰. Em linhas gerais, as arenas são coletivos heterogêneos formados por personagens de diversas dimensões da vida social, postos em conjunto por tratarem de uma mesma “cultura epistêmica”. Por exemplo, Knorr Cetina considera financiadores de laboratórios, políticos ligados à regulação estatal da ciência, fabricantes de materiais de escritório e, inclusive, cientistas como parte da arena científica. Embora apresente uma visão aparentemente radical, a autora aponta, a partir desse conceito, uma chave de interpretação que posiciona todos os atores envolvidos com a atividade científica como relevantes à construção dos fatos científicos, além do que admite a convergência de formas de pensamento distintas em uma mesma arena (religião, política, ciência, economia etc.).

Steven Shapin, por sua vez, explora um aspecto da vida científica bastante próximo das reflexões de Michel de Certeau sobre a instituição do saber histórico: o estatuto de produtor de verdades do cientista. Segundo Shapin¹¹, a própria ideia de verdade científica possui historicidade, estando diretamente ligada ao estatuto social dos cientistas em cada tempo e lugar específico. No caso da Royal Society de Londres analisada por Shapin, o *lugar social* (e aqui o trocadilho é proposital com Certeau) ocupado pelos “gentlemen” da academia, próximos ao rei e prestigiados por seus títulos de nobreza, é o que dava ao próprio lugar institucional a autoridade para, durante suas reuniões, definir verdades científicas. Essas verdades produzidas pelos cientistas estão, para o autor, diretamente ligadas à vida social dos cientistas, como demonstrou¹² no caso clássico do debate entre Hobbes e Boyle acerca da existência ou não do vácuo. Mais recentemente, Shapin¹³ desenvolveu suas reflexões sobre a relação entre o estatuto dos cientistas e suas capacidades de definirem “verdades” a partir de seu lugar de fala. Entre outros aspectos, o autor observa que, sobretudo após o fim da Segunda Guerra Mundial, os homens de ciência foram incorporados pelo

¹⁰ KNORR CETINA, Karin. “The Ethnographic Study of Scientific Work: Towards a Constructivist Interpretation of Science”. In: _____ e MULKAY, M (Eds.). *Science Observed. Perspectives on the Social Study of Science*. Beverly Hills: Sage, 1983. KNORR CETINA, Karin. *La fabricación del conocimiento*. Buenos Aires: Universidad de Quilmes, 2005. KNORR CETINA, Karin. Scientific Communities or Transepistemic Arenas of Research? A Critique of Quasi-Economic Models of Science. *Social Studies of Science*. 12 (1982), pp. 101 – 130.

¹¹ SHAPIN, Steven. *A Social History of Truth. Science and civility in the seventeenth century England*. Chicago: University Press, 1994.

¹² SHAPIN, Steven e SCHAFFER, Simon. *Leviathan and the air-pump: Hobbes, Boyle and the experimental life*. Chicago: University Press, 2011.

¹³ SHAPIN, Steven. *The Scientific Life*. Chicago: University Press, 2005.

aparelho estatal, em uma medida não somente de assegurar-lhes uma legitimidade institucional, mas também para dar ao Estado uma dimensão especializada mais clara.

No limite, para os três autores supramencionados, a ciência é produto da atuação dos cientistas em coletividade, negociando com seus pares e não-pares, em uma organização pautada por disputas e interesses (ainda que Knorr Cetina teça críticas à apropriação do arcabouço teórico da economia para a interpretação da ciência por sociólogos como Bourdieu). É na dimensão coletiva que a ciência se institucionaliza, produz seus fatos e artefatos, e se legitima como aspecto da vida social, enquadrando a sociedade e sendo enquadrada por ela. Com os estudos sociais das ciências, principalmente em seu viés construtivista, rompe-se com a ideia de ciência como vocação, da neutralidade do cientista e da objetividade do conhecimento científico, defendida por inúmeros autores.

Michel de Certeau: um autor e seus múltiplos diálogos

Mas, afinal, onde se encaixam as reflexões de Michel de Certeau nesse universo de discussões sobre ciência e cientistas realizadas pela história e sociologia das ciências desde os anos 1970? Quais contribuições o autor pode nos dar para pensar a atividade científica como um processo histórico? Em que nível é possível se apropriar das categorias mobilizadas por ele para falarmos de outras instituições do saber que não a história?

Um primeiro aspecto fundamental para defender uma apropriação de Certeau pela história e sociologia das ciências é o próprio interesse do autor pelas reflexões desses campos, como indica Luce Giard¹⁴. Em sua trajetória intelectual, Certeau traçou panoramas de discussão amplos, extrapolando a teologia (sua formação original) e se dedicando à história, antropologia, linguística e psicanálise (fundou, junto com Jacques Lacan, a Escola Freudiana de Paris). As leituras de Bruno Latour, Thomas Kuhn, Imre Lakatos, entre outros, abriu para Michel de Certeau um horizonte de reflexões acerca da atividade científica que, em certa medida, ele acreditava fazer parte do ofício do historiador.

Em seu texto clássico, “A operação historiográfica”, já comentado nesta mesa, Certeau dá indícios, ainda que não cite, de ter realizado uma leitura dessa nova sociologia e história das ciências que se desenhava nos anos 1970. Em um dos pontos do texto em que deixa transparecer que sua

¹⁴ GIARD, Luce. Um caminho não traçado. In: CERTEAU, Michel de. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

análise sobre a prática historiadora pode ser expandida para outros ofícios, o historiador francês demarca uma visão da ciência próxima ao Programa Forte de Bloor:

Supor uma antinomia entre uma análise social da ciência e sua interpretação em termos de história das ideias é a falsidade daqueles que acreditam que a ciência é “autônoma” e que, a título dessa dicotomia, consideram como não pertinente a análise de determinações sociais, e como estranhas ou acessórias as imposições que ela desvenda¹⁵.

É importante registrar que, até o fim dos anos 1970, a principal discussão que tomava conta da historiografia e sociologia das ciências era a dicotomia entre fatores internos e fatores externos ao cotidiano da ciência, distinção a qual os construtivistas buscaram derrubar veementemente, bebendo dos trabalhos de Kuhn e Fleck. Negar essa antinomia, na década de 1970, ao mesmo tempo em que fala de “fabricação do passado” por parte dos historiadores, significava se posicionar como um construtivista, ou mesmo um subjetivista, aproximando-se bastante dos estudos sociais das ciências. Esse diálogo silencioso, ao meu ver, pode se dar por diversas chaves de leitura, mas irei me deter a dois pontos que possibilitam falarmos em uma “instituição do saber científico”: o papel do lugar social e a organização do texto como uma estratégia de fabricação dos fatos.

Quanto ao lugar do historiador, Certeau o coloca como uma dimensão não necessariamente material, uma colocação no tecido social que conjunta o processo de formação, a vinculação institucional e as relações culturais com as quais os atores estão relacionados. Para ele, ressaltar essa dimensão da operação historiográfica era mais do que uma constatação metodológica, consistindo em uma crítica aos estruturalismos e outras interpretações da história que punham o historiador como um ator ausente de seu próprio discurso. Ao falar que “a instituição social (...) permanece como a condição de uma linguagem científica”¹⁶, o autor demarca que o historiador/cientista tem sua prática e escrita socialmente situados. Isso não significa, entretanto, considerar os atores reféns de seus lugares; existe, para Certeau, uma relevância inegável das individualidades dentro das coletividades¹⁷.

Trazendo Certeau para o universo de discussões dos autores dos estudos sociais das ciências listados acima, podemos colocar o lugar na dimensão do ciclo de credibilidade, da arena transepistêmica variável, ou mesmo na condição de um espaço de autoridade, como aborda Shapin no caso da Royal Society. Mais do que tomar o lugar de Certeau como uma forma de analisar a

¹⁵ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. p. 58.

¹⁶ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. P. 52-53.

¹⁷ CERTEAU, Michel de. *História e Psicanálise: entre a ciência e a ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011b.

autoridade científica, é importante pensa-lo como uma dimensão da prática que está sempre presente, seja em seu favor ou contrária a ela. O autor afirma:

Tal é a dupla função do lugar. Ele torna possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras impossíveis; exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na análise¹⁸.

Tal como se desenha nas interpretações Latour, Cetina e Shapin (e aqui poderia ser incluído sem dificuldades Fleck), o olhar de Certeau para a história e, creio eu, para a ciência, admite uma heteronomia da atividade científica, não podendo se construir pura e simplesmente pela sua condição de produtora do conhecimento. O exemplo dado por Knorr Cetina¹⁹, no caso de que um ministério de ciência e tecnologia proíba a realização de pesquisas genéticas em meio ao trabalho de um pesquisador, ou o de Latour²⁰ em que um corte de verbas feche uma seção de pesquisa de um laboratório, mostram que o lugar pode sim proibir, e não somente por dimensões ideológicas ou epistemológicas.

No que tange ao segundo ponto, Certeau discorre sobre a escrita dos historiadores, analisando-a não como conhecimento puro, e sim, como uma estratégia de fabricação de um passado a partir do lugar estabelecido pelo historiador na sociedade. Segundo o autor, a escrita da história pelos historiadores admite uma dupla composição, ao mesmo tempo narrativa e lógica, com a primeira servindo para dar ao historiador sua especificidade em relação à literatura e à ficção, e a segunda para posicioná-lo entre as ciências humanas. Para Certeau, a principal estratégia de constituição da autoridade de fala do historiador é o uso do recurso cronológico, que o põe como um “senhor do passado”, aquele que “ordena” os acontecimentos.

Outro aspecto interessante da análise de Certeau sobre o trabalho histórico está no trabalho da citação recorrido pelos historiadores para legitimar sua escrita. A citação, segundo o autor, tem a função de “fazer surgir” uma linguagem de suporte, um aliado do argumento historiográfico. Ou seja:

Assim, a linguagem citada tem por função comprovar o discurso: como referencial, introduz nele um efeito de real; e por seu esgotamento remete, discretamente, a um lugar de autoridade. Sob esse aspecto, a estrutura desdobrada do discurso funciona à maneira de uma maquinaria que extrai da citação uma verossimilhança do relato e uma validade do saber. Ela produz credibilidade²¹. (Ibidem: 101).

¹⁸ CERTEAU. *A Escrita da História*. p. 61.

¹⁹ KNORR CETINA, op. cit.

²⁰ LATOUR; WOOLGAR. *A vida de laboratório*.

²¹ CERTEAU. *A Escrita da História*. p. 101.

Essas considerações de Certeau sobre o caráter estratégico da escrita na construção da legitimidade do discurso histórico possui grande aproximação com as considerações de Latour, Cetina e Shapin. Para o primeiro, a escrita científica é o primeiro nível de aliados arregimentados para a constituição de um fato científico, com o uso recorrente da citação²²; a segunda, por sua vez, crê que a linguagem científica é um instrumento para colocá-la no entrecruzamento das culturas epistêmicas com as quais pretende dialogar²³; e o terceiro, finalmente, pensa a escrita de textos científicos como uma “tecnologia literária” para a comprovação dos fatos científicos²⁴.

As aproximações de Certeau com os estudos sociais das ciências vão bastante além dessas primeiras considerações, e podem trazer frutos interessantes para a prática de historiadores e sociólogos das ciências. Além de diminuir o distanciamento entre historiadores das ciências e historiadores “tout court”, um dos grandes problemas que insistem na dinâmica dos dois campos desde o século XIX, o diálogo com Michel de Certeau abre possibilidade para a reflexão sobre o “outro do discurso”, a heterologia que já comentada nesta mesa. Perceber que, ao produzir ciência, se elabora uma consideração sobre o outro e que, em uma articulação histórica, esse outro ausente precisa ser resgatado pelo olhar da história e sociologia das ciências, não como um objeto da intervenção científica, mas como produtor de seus próprios sentidos e ações, é um desafio para quem trabalha com as ciências em sua perspectiva histórica.

Compreendo que existam ainda alguns aspectos centrais a serem discutidos nesse diálogo, por exemplo, o estatuto de cientista do historiador, ou o estatuto de produtor de discurso do cientista. Porém, com base nos elementos apresentados acima, acredito já ser possível traçar um caminho de reflexão que traga Certeau para a tábua de discussões da história das ciências. Se a história das ciências teve facilidade em dialogar com autores de outros campos, como Michel Foucault e Pierre Bourdieu, não pode se privar de um diálogo com seu ente mais próximo, a história.

²² LATOUR, op. cit.

²³ KNORR CETINA, op. cit.

²⁴ SHAPIN; SCHAFFER. *Leviathan and the air-pump: Hobbes, Boyle and the experimental life*.

A história como “logos do outro”: Michel de Certeau e a operação historiográfica

Robson Freitas de Miranda Junior

Mestrando em História
Universidade Federal de Minas Gerais
rfm.juninho@gmail.com

RESUMO: A proposta deste trabalho é discutir como a articulação entre historiografia e psicanálise, operada por Michel de Certeau, influi e se faz presente em sua compreensão da operação historiográfica. Propomos analisar de que forma as aproximações e distanciamentos entre as diferentes estratégias para lidar com a temporalidade, empreendidas por estas duas disciplinas, encontram no discurso narrativo um meio de compreensão da alteridade; de um "outro" que se perdeu, de um ausente, que para Certeau é o objeto da história. A escrita, que envolve a construção de uma narrativa, é para o historiador francês parte fundamental da operação historiográfica, portanto as interfaces que ele identifica entre esses dois campos, constituem-se em um aspecto essencial de sua compreensão tanto do fazer historiográfico, quanto dos elementos que constituiriam uma identidade epistemológica para a história. Para tanto, concentraremos nossa análise seus textos em que essa problemática se inscreve de maneira mais evidente e que nos possibilita discutir esta dimensão ainda pouco explorada de sua obra.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia, Operação historiográfica, Heterologia, Michel de Certeau

Em 1973, Certeau publica “*O ausente da História*”, como conclusão de uma coletânea de artigos homônima¹. Nesse texto já se encontram delineadas algumas das principais questões que seriam, posteriormente, aprofundadas em “*A escrita da história*”. Nele, Certeau propõe uma importante questão, a qual pretendemos discutir em nosso trabalho: “qual é, portanto, o estatuto desse discurso que se constitui ao falar de seu outro? Como funciona essa *heterologia* que é a história, *logos do outro*?². Para Certeau, a história implicaria uma relação com o *outro* enquanto ele está *ausente*.

Lidando, então, com essas duas questões, Certeau analisa a construção do discurso histórico moderno, ressaltando que ele se constitui na medida em que transforma a própria diferença em seu objeto. Para ele, a historiografia “é incumbida da tarefa de investigar regiões exteriores à circunscrição de um presente; ao tomar o encargo desses hóspedes estrangeiros, ela pretende coloca-los em ordem e homenageá-los”³. No entanto, ao proceder dessa forma, como será o procedimento efetivo da historiografia, que envolve a fabricação da escrita que ela consagra, à semelhança de um cemitério, aos defuntos? Para Certeau, a missão social que é conferida à

¹ GIARD, Luce. Um caminho não traçado. In: CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 40.

² CERTEAU, Michel de. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2012 p. 181

³ CERTEAU. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*, p. 182.

historiografia, pelo seu próprio presente, tem como objetivo levar o outro para o campo de uma compreensão presente e, por conseguinte, de eliminar a alteridade que parecia ser o postulado do empreendimento. Desta forma, ele conclui que “o outro não seria a condição de possibilidade, mantida externa, do discurso filosófico, mas seria, modificado em objeto, o elemento, que o discurso histórico transforma em significantes e reduz a algo inteligível para suprimir seu perigo”⁴.

Convém aqui, destacarmos um ponto importante: é interessante notarmos que nas obras posteriores de Certeau, seja em “*A escrita da história*” ou em “*A cultura no plural*”, há tanto uma crítica a uma historiografia “descarnada” (por não considerar suas condições de emergência, o *lugar* de sua produção), como a uma historiografia *folclorista* (por caracterizar o *outro* de que fala sempre de maneira exótica, buscando nele, nesse *outro que passou*, as relíquias de nossa sociedade)⁵.

“*A escrita da história*” é, certamente, uma das principais obras de Michel de Certeau, e que teve um importante impacto na historiografia das últimas quatro décadas. A proposta do historiador francês neste texto é, sobretudo, analisar o que ele chama de história “moderna” da escrita⁶. No entanto, para além de proceder com uma reconstrução cronológica desta história, o autor se preocupa em tornar visível o lugar onde sua interrogação toma forma, a particularidade do campo, do material e dos processos da historiografia moderna que lhe permitiram analisar a operação escriturária e os desvios metodológicos que introduziram, segundo ele, outras possibilidades teóricas e práticas no funcionamento ocidental da escrita.

Para Certeau, a historiografia traz inscrito no próprio nome uma espécie de paradoxo, que diz respeito à relação de dois termos que, segundo ele, são antinômicos: o real e o discurso. A historiografia teria a tarefa de articulá-los ou “fazer como se os articulasse”⁷. Neste sentido, a questão que fundamenta a obra “*A escrita da história*” é a relação que o discurso mantém com o real, isto é, como se dá esta aliança entre a escrita e a história. Desta forma, tentar limitar as contribuições de Certeau ao seu conhecido texto intitulado “*Operação historiográfica*”⁸, presente neste mesmo livro, é não levar em conta a complexidade de sua obra, nem considerar a multiplicidade de possibilidades que o autor traz para pensarmos criticamente a historiografia,

⁴ CERTEAU. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*, p. 182.

⁵ Ver “A beleza do morto”, em CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. 7ª. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

⁶ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. XII.

⁷ CERTEAU. *A Escrita da História*. p. XIII.

⁸ Uma parte deste estudo havia sido publicada em LE GOFF, L; NORA, P. *Faire de l'histoire*. Paris: Gallimard. 1974. t. I, p. 3-41, sob o título “L'operation historique”. No livro publicado pela editora Forense Universitária encontramos uma revisão revista, corrigida e ampliada.

considerando a questão de seu estatuto epistemológico, as práticas que a caracterizam e a constituem como campo de saber, bem como o discurso que ela produz.

O autor levanta importantes questões sobre o fazer historiográfico, como o que fabrica o historiador quando “faz história”? Para quem produz? O que produz? A partir destas reflexões, ele procura refletir sobre a enigmática relação que o historiador mantém com a sociedade presente e com a morte, com seu passado ausente, através da mediação de atividades técnicas⁹. Certeau identifica três elementos fundamentais, que caracterizam o fazer historiográfico, que envolve *um lugar social*¹⁰, *práticas* ou *procedimentos técnicos* e, por fim, a *escrita*. Para o autor, a escrita histórica é ela mesma uma prática social que confere ao seu leitor um lugar bem determinado, redistribuindo o espaço das referências simbólicas. “Ela cria relatos do passado que são como cemitérios nas cidades; exorciza e reconhece uma presença da morte no meio dos vivos”¹¹. Ela opera construindo representações, atribuindo sentido e pretendendo compreender o passado, que lhe está ausente.

Desta forma, para Certeau,

O Outro é o fantasma da historiografia. O objeto que ela busca, honra e enterra. [...] „A única busca histórica do „sentido“ permanece, com efeito, a do Outro“, mas tal projeto, contraditório, visa „compreender“ e ocultar com o „sentido“ a alteridade desse estranho, ou, o que vem a ser o mesmo, acalmar os mortos que ainda frequentam o presente e lhes oferecer túmulos escriturários¹².

Ohara destaca que este fantasma de que fala Certeau é o que o discurso social corta de si e “conjura” para suas margens. Tal discurso só é possível porque a alteridade foi postulada, tornando o *outro* pensável e compreensível¹³. É desta maneira que Certeau caracterizaria o “fundamento do ofício do historiador: construir representações, túmulos, sepultando a alteridade que lhe é, ao mesmo tempo, sua condição”¹⁴.

Para Certeau, a ausência seria o operador do trabalho historiográfico, sua “condição de possibilidade”, que permitiria realçar a diferença entre o passado e o presente. A heterologia, portanto, este logos da alteridade, seria a marca discursiva da historiografia. Todavia, o outro, objeto do historiador é o que está ausente. O trabalho historiográfico teria como efeito a multiplicação das “marcas da alteridade” através da série de nomes, datas e outros pormenores.

⁹ CERTEAU. *A Escrita da História*. p. 45.

¹⁰ Portanto, implica “um meio de elaboração, circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc” (CERTEAU, 2011, p. 47).

¹¹ CERTEAU. *A Escrita da História*. p. 91.

¹² CERTEAU. *A Escrita da História*. p. XVI.

¹³ Para uma discussão mais específica desta questão ver: TERDIMAN, R. *The Response of the Other*. *Diacritics*, v. 22, n. 2, p. 2-10, 1992

¹⁴ OHARA, João Rodolfo Munhoz. L'Absent de l'histoire. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 5, n.1, jan./jun. 2012, pp. 70-81 . p. 75.

Certeau também pontua outro efeito da escrita da história, que seria o estabelecimento de uma marca de ausência no presente, causando uma falta semelhante ao efeito nonsense da irrupção do sonho para o sonhador conforme Freud: “A escrita historiográfica cria ‘a-topias’; ela abre ‘não lugares’ (ausências) no presente; [...] Ela coloca-se, então, do lado do sonho. [...] A análise freudiana, de maneira mais aprofundada, nos ensinou: a alteridade do real ressurgiu na ficção”¹⁵. Desta forma, os conceitos certeuniano de “heterologia” e “ausência” são marcas distintivas de sua concepção sobre a história.

Para Paul Ricoeur a principal contribuição de Certeau (o “momento de Certeau”) para sua reflexão sobre a história se dá na segunda fase de sua própria operação, ou seja, no plano da explicação/compreensão. Inicialmente, é como investigação que a prática historiográfica entra em sua fase crítica, segundo Ricoeur. Ele entende que Certeau deixa sua marca nessa operação inaugural, ao caracterizá-la como uma redistribuição do espaço, que faz da investigação uma modalidade da “produção do lugar”¹⁶, cujo gesto adequado consistiria em ressaltar as diferenças relativas às condições ou às unidades de onde parte a análise. Para Certeau a história seria um “trabalho no limite” ou uma “prática de desvio”¹⁷ que se oporia à uma pretensão de um discurso totalizador, ou às “formações discursivas” tal como concebidas por Foucault¹⁸. Ricoeur entende, desta forma, que Certeau teria concebido que a posição do particular, em história, situa-se “no limite do pensável”, posição que, por sua vez, requer uma retórica do excepcional, cujos contornos dependeriam de etapa de posterior de representação e da escrita literária. Segundo Ricoeur, em “*O ausente da história*”, Certeau teria ampliado ainda mais o espaço de sentido da ideia de desvio ao conjugá-la com a do *ausente*, a qual constitui, segundo de Certeau, a marca distintiva do próprio passado. Nesse sentido, o filósofo teria estado atento a concepção certeuniana que entende que a história constitui uma vasta *heterologia*, isto é, um percurso dos rastros do outro¹⁹.

No entanto, em “*Tempo e narrativa*”, Ricoeur postula que esta peculiaridade do pensamento de Certeau o teria levado a propor uma espécie de “ontologia negativa do passado”²⁰. Ao conceber o passado sob o signo da alteridade, Certeau teria realizado uma apologia da diferença. Esta noção de diferença, que para Ricoeur estaria relacionada a ideia de desvio, manteria uma proximidade com a linguística estrutural e com a semiologia (de Saussure e Barthes). Mas para Ricoeur, acima de

¹⁵ CERTEAU. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*, p. 185.

¹⁶ RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Tradução: Alain François [et al.] Campinas: Editora Unicamp, 2007. p. 213.

¹⁷ CERTEAU. *A Escrita da História*. p. 79.

¹⁸ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

¹⁹ RICOEUR. *A Memória, a História, o Esquecimento*. p. 213

²⁰ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. 3 O tempo narrado. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p. 253.

tudo, a diferença entendida como desvio estaria ancorada na epistemologia contemporânea da história, ligadas a questões colocadas, por exemplo, por Paul Veyne²¹. Uma questão: esta concepção da diferença proporciona uma melhor aproximação do “acontecimento histórico” como tendo sido? Interroga o filósofo, que responde que sim, mas até certo ponto²². Ele afirma que “o que Certeau chama trabalho com o limite põe o próprio acontecimento em posição de desvio relativamente ao discurso histórico. É nesse sentido que a diferença-desvio concorre para uma ontologia negativa do passado”²³. Desta forma, para uma concepção da história fiel à ideia de diferença-desvio, o passado é aquilo que falta – uma ausência.

É importante destacarmos que Ricoeur se distancia de Certeau em sua compreensão sobre o passado histórico. Para o filósofo, a perspectiva do historiador é unilateral, ao considerar apenas a dimensão da alteridade quanto a natureza do passado. Ele propõe, portanto, uma noção mais ampla a qual ele se refere como entendendo o passado “sob o signo do análogo” que seria capaz de mobilizar tanto sua “mesmidade” quanto sua “alteridade”²⁴. Ele considera que abordar a preteridade do passado, situando-o na dialética do “mesmo” e do “outro” e do “análogo” é a forma capaz de preservar seu caráter enigmático e sua complexidade inescapável.

Ricoeur também se apropria de Michel de Certeau para pensar a escrita da história no que diz respeito a sua relação com a questão da morte, na medida em que ela o remete a *ausência* do passado. Para Ricoeur há duas formas de pensar esta relação. Em primeiro lugar, podemos caracterizar a relação com a morte como uma das representações-objetos, cujo inventário a “nova história” se comprouve em fazer. Nesse sentido, existiria uma história da morte²⁵ que pode ser considerada uma das maiores conquistas no campo da história das mentalidades e das representações²⁶.

Em segundo lugar, Ricoeur destaca a relação que a morte possui com o próprio ato de fazer história. A morte se mistura com a representação enquanto operação historiográfica. A morte assinala o ausente da história, o ausente no discurso historiográfico²⁷. Ricoeur considera a operação historiográfica como equivalente escriturário do rito social do sepultamento. A historiografia transforma o gesto de sepultura, que é o trajeto do luto que transforma em presença interior a

²¹ VEYNE, Paul. Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história. 4ª edição. Brasília: Ed. UNB, 2014.

²² RICOEUR. *Tempo e Narrativa. 3 O tempo narrado*. p.254.

²³ RICOEUR. *Tempo e Narrativa. 3 O tempo narrado*. p.254.

²⁴ RICOEUR. *Tempo e Narrativa. 3 O tempo narrado*. p.255.

²⁵ Ver, por exemplo, ARIÉS, Philippe. *O homem diante da morte*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

²⁶ RICOEUR. *Tempo e Narrativa. 3 O tempo narrado*. p.375.

²⁷ RICOEUR. *A Memória, a História, o Esquecimento*. p. 376.

ausência física do objeto perdido, em escrita e, para Ricoeur²⁸. Michel de Certeau seria o mais eloquente porta-voz dessa transfiguração da morte em história, pelo discurso produzido pelo historiador.

Ricoeur entende que para Certeau, o morto é o que falta à história; é o seu ausente. A história seria, para ele, um discurso que se organiza em torno de um “presente que falta”. Ricoeur, ao analisar a influência exercida pela história especial dos místicos na teoria geral da história do historiador francês, afirma que “o notável é que, para Certeau, o passado seja, no discurso histórico, o que Deus é no discurso místico: ausente. Para Ricoeur, não se pode mais ouvir a voz dos vivos de outrora, pois, se valendo de Certeau, ele entende que “uma literatura se fabrica a partir de impressões definitivamente mudas, o que passou não voltará mais, a voz está perdida para sempre e é a morte que impõe o mutismo ao rastro”²⁹. Era necessário, portanto, esse avanço realizado por Certeau para dar toda sua força ao tema da sepultura. O decorrido é o ausente quase ‘místico’ do discurso histórico”³⁰.

Ricoeur nos lembra, portanto, que o discurso histórico, por possuir esta dimensão que o assemelha a um ato de sepultura “torna presente na linguagem o ato social de existir hoje e lhe fornece um ponto de referência cultural”³¹. Somente a autopoisição do presente social parece compensar o ato que remete o passado à sua ausência. Ele conclui dizendo que “a ausência não é mais um estado, mas o resultado de um trabalho da história, verdadeira máquina de produzir separação, de suscitar *heterologia*, esse “*logos do outro*”³². Desta forma, a linguagem permite a uma prática situar-se em relação ao seu outro, o passado.

Um outro elemento que pretendemos considerar em nossa análise é o que François Dossé destacou ao afirmar que Michel de Certeau teria definido o espaço epistemológico da historiografia como situado entre ciência e ficção. Para Dossé, ele teria recusado, assim como Paul Ricoeur, a falsa alternativa segundo a qual a história teria que escolher entre romper definitivamente com o relato para alcançar o status de ciência, ou pelo contrário, renunciar a sua vocação científica para instalar-se no regime da ficção³³. Pelo contrário, ele teria insistido na abertura pela história de um espaço inédito em torno da busca de uma verdade que a distingue fundamentalmente do simples “efeito de real”, segundo os termos de Roland Barthes³⁴. Tanto o objeto da história quanto a

²⁸ RICOEUR. *A Memória, a História, o Esquecimento*. p. 377.

²⁹ RICOEUR. *A Memória, a História, o Esquecimento*. p. 377.

³⁰ RICOEUR. *A Memória, a História, o Esquecimento*. p. 377.

³¹ RICOEUR. *A Memória, a História, o Esquecimento*. p. 378.

³² RICOEUR. *A Memória, a História, o Esquecimento*. p. 378.

³³ DOSSE, François. *História e ciências sociais*. Tradução: Fernanda Abreu. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 205.

³⁴ BARTHES, Roland. *O discurso da história*. In *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

própria operação do historiador remetem a uma prática, a um fazer que ultrapassa os códigos discursivos. Neste sentido, “a escrita da história situa-se portanto em um espaço intermediário, sempre em movimento, em uma tensão entre o dizer e um fazer”³⁵.

De fato, esta noção de um “espaço intermediário”, ou de um “entremeio”³⁶, evidencia uma das principais contribuições de Certeau para se pensar qual seria o estatuto epistemológico da história. Ele teria identificado pelo menos quatro possibilidades de funcionamento da ficção no discurso do historiador. Em primeiro lugar, a historiografia cria um distanciamento em relação ao dizer e ao crer comuns, se instalando nessa diferença que a credencia como erudita ao distingui-la do discurso ordinário. Em segundo lugar, a historiografia se coloca como um discurso técnico capaz de determinar os erros característicos da ficção e, por isso, autoriza-se a falar em nome do real. Em terceiro lugar, a historiografia utiliza-se de ficções quando faz funcionar, no espaço de um passado, hipóteses e regras científicas presentes e assim produz modelos diferentes de sociedade. Por fim, ele destaca que a ficção é acusada de não ser um discurso unívoco e, portanto, de carecer de limpeza científica³⁷.

A ficção, sob suas modalidades míticas, literárias, científicas ou metafóricas, seria, para Certeau, um discurso que dá forma ao real, sem qualquer pretensão de representá-lo ou ser credenciado por ele. Desta forma, ela se opõe a uma historiografia que se articula sempre “a partir da ambição de dizer o real – e, portanto, a partir da impossibilidade de assumir plenamente sua perda”³⁸. No entanto, a noção de ficção permanece fundamental para que Certeau desenvolva suas conclusões sobre a natureza do discurso historiográfico, destacando que, em primeiro lugar, o “real” produzido pela historiografia, constitui, também o legendário da instituição dos historiadores. Em segundo lugar, Certeau afirma que o aparato científico possui igualmente aspectos de ficção no trabalho do historiador. Por fim, que ao vislumbrar a relação do discurso com quem o produz “- ou seja, alternadamente, com uma instituição profissional e com uma metodologia científica -, é possível considerar a historiografia como uma mistura de ciência e ficção, ou como um lugar em que se reintroduz o tempo”³⁹.

Para Certeau, qualquer narrativa que relate “o que se passou” institui algo do real, na medida em que se considera como a representação de uma determinada realidade. Ela se apresenta como uma testemunha do que foi, portanto, sua autoridade se alicerça no real de que ela é a declaração.

³⁵ DOSSE, François. *História e ciências sociais*. Tradução: Fernanda Abreu. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 221.

³⁶ CERTEAU. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*, p. 179.

³⁷ CERTEAU. *A Escrita da História*. p. 44-47.

³⁸ CERTEAU. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*, p. 47.

³⁹ CERTEAU. *A Escrita da História*. p. 47.

No entanto, o “real”, o real representado não corresponde ao real que determina sua produção, isto porque, dentre outras coisas, ele esconde, por trás da figuração de um passado, o presente que o organiza. Isto leva o autor a concluir que “a encenação de uma efetividade (do passado), ou seja, o próprio discurso historiográfico, oculta o sistema social e técnico que a produz, isto é, a instituição profissional”⁴⁰. Para Certeau, a representação disfarça a práxis que a organiza.

Esta combinação, ou relação que envolve um retorno do passado no discurso presente, seria o que constituiria o próprio histórico do discurso do historiador. A mistura (entre ciência e ficção) que constitui esse discurso tumultua, segundo Certeau, o corte que instaurou a historiografia moderna como relação entre um “presente” e um “passado” distintos, em que “um é produtor do discurso e o outro representado. De fato, esse ob-jeto, *ob-jectum* – supostamente, exterior ao laboratório – determina de dentro suas operações”⁴¹. Esta combinação constituiria o índice de um estatuto epistemológico próprio e, portanto, de uma cientificidade a serem reconhecidas por si mesmas. Ciência e ficção combinam-se no discurso do historiador que, para Certeau, opera como “ficção-científica” que

funciona à semelhança de outras heterologias, no ponto de junção entre discurso científico e linguagem ordinária, exatamente no ponto em que o passado se conjuga com o presente e em que as indagações sem tratamento técnico retornam como metáforas narrativas⁴².

Essas relações entre presente e passado, mas, sobretudo, entre o *lugar* (que envolve um um recrutamento, um meio, uma profissão, etc) e a construção de uma escrita (de uma literatura, desta “ficção científica”) nele produzida e por ele possibilitada constituiu uma dimensão essencial da obra de Certeau. As relações e articulações dessas duas dimensões é absolutamente essencial para compreender, tanto a noção de “operação historiográfica”, bem como, a natureza epistemológica do próprio discurso produzido pelo historiador.

Destacamos, portanto, que toda esta discussão proposta por Certeau e que aqui delineamos de forma bem introdutória é de grande importância para a construção da pesquisa que temos desenvolvido. Considerar o conceito de “heterologia” por ele proposto e seus desdobramentos, seja as relações entre o *lugar social* e o *discurso histórico*, ou a concepção de Certeau sobre *ficção*, nos possibilitaria dar um tratamento a questões centrais de sua obra.

⁴⁰ CERTEAU. *A Escrita da História*. p. 49.

⁴¹ CERTEAU. *A Escrita da História*. p. 62.

⁴² CERTEAU. *A Escrita da História*. p. 63.

Historicidade e memorialismo em *Baú de ossos*

Walderez Simões Costa Ramalho

Mestre em História

Universidade Federal de Minas Gerais

walderezramalho@gmail.com

Resumo: Estudo de caráter introdutório da obra *Baú de ossos* (1972) de Pedro Nava, com foco na questão da historicidade e na relação entre história e memória.

Palavras-chave: Historicidade, Memorialismo, Historiografia

A memória e a história são duas formas distintas e privilegiadas de acesso e compreensão do passado. Mas de que forma podemos compreendê-las? Quais são os pontos de aproximação e distanciamento entre elas? E de que forma elas contribuem para uma reflexão sobre o problema maior da temporalidade do humano? Para refletir sobre tais questões, propomos uma interpretação histórica de uma das obras mais expressivas da literatura brasileira: *Baú de ossos*, do médico e escritor juiz-forano Pedro da Silva Nava (1903-1984) e publicada pela primeira vez em 1972. A hipótese é que o livro constitui uma “porta de entrada” promissora para se pensar sobre a questão da *historicidade do humano*.

Esta apresentação constitui uma primeira aproximação ao tema aqui proposto, e portanto se caracteriza muito mais pelo investimento em certas perguntas do que propriamente uma busca por respostas definitivas. Primeiro, vamos situar a nossa reflexão no âmbito da História da Historiografia. A seguir, vamos pontuar alguns aspectos da relação entre memória e história, entendidas como modos distintos (mas inter-relacionados) de compreensão do passado. Por fim, veremos como a narrativa memorialista de Nava pode ser lida à luz dos referenciais aqui propostos.

Os trabalhos de História da Historiografia são em geral concebidos como análises críticas de obras historiográficas “propriamente ditas”, isto é, que textos que apresentam uma estrutura identificada como uma narração histórica. Assim, esse campo de estudos se apresenta como uma autorreflexão do fazer história, o que constitui um objetivo legítimo e mesmo essencial para o avanço do conhecimento. Entretanto, é possível ampliar o escopo do campo para analisar formações discursivas variadas, além das narrativas historiográficas *stricto sensu*. É o que propõe o professor Valdeci Lopes Araújo, quando afirma, a partir da fundamentação teórica de Martin Heidegger, que a História da Historiografia deve se ocupar sobretudo em analisar um certo

conjunto de fenômenos que podem ser agrupados pelo conceito de *historicidade*, definido como “a estrutura do acontecer humano, ou a *temporalização de sua temporalidade*”.¹

O conceito de historicidade é bastante polissêmico. Muitas vezes, o termo aparece como a ideia de que uma ação ou discurso só podem ser entendidos “no seu tempo”, isto é, em referência ao contexto em que “se inseriam”. Caso contrário, o sentido do acontecimento é distorcido, levando a incompreensões que caracterizariam um grave anacronismo. Por outro lado, o conceito pode ser ampliado em sua significação para se referir a uma estrutura temporal do ser do homem, isto é, o sentido de sua existência mais própria. É nesse sentido que se deve entender a oposição heideggeriana entre *historicidade imprópria*, próxima da primeira concepção, a qual imagina que o homem vive “no tempo”; e *historicidade própria*, entendida como a estrutura temporal do acontecer do *Dasein*.

Na maioria das vezes, acusa Heidegger, nos encontramos numa “compreensão vulgar do tempo” segundo a qual imaginamos o homem como um ente simplesmente dado “no tempo”, como se este fosse uma dimensão do espaço, que faz ocultar sua constituição originária. Tal compreensão vulgar define o tempo como uma mera sucessão de “agoras” quaisquer, o que leva a outro problema de se confundir a existência/realidade com o ser-no-presente, como se este fosse a única dimensão propriamente “real” do tempo. À “compreensão vulgar do tempo” corresponderia também uma “compreensão vulgar da história”, pensada como uma mera sucessão de acontecimentos dentro de um modelo “vulgar” do tempo. Assim, seria função da historiografia apresentar a ligação entre passado e presente, sendo este o ponto de referência para se interpretar o que se passou.

Em contraposição à perspectiva “vulgar” do tempo e da história, Heidegger propõe outro horizonte de reflexão, afirmando que somente o entendimento mais sólido do modo de ser da história enquanto historicidade, permite “concluir de que maneira a história pode tornar-se *objeto* possível da historiografia”.² Assim, a História da Historiografia deve se ocupar com as “aberturas historiográficas da história”, isto é, as ações, discursos e acontecimentos que expressam de modo privilegiado os caracteres propriamente temporais do humano, bem como o desvelamento do modo de ser da história, transformando-se então numa *analítica da historicidade*, que

Teria como objeto próprio pensar as diferentes formas de acesso ao passado e como a experiência histórica revelada nesses momentos pode ser atingida por

¹ ARAUJO, V. L. DE. História da historiografia como analítica da historicidade. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 12, n. agosto, p. 34–44, 2013, p. 39, grifos do autor.

² HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo*. Petrópolis (RJ), Bragança Paulista (SP): Editora Vozes, Editora Universitária São Francisco, 2012, p. 307, grifos do autor.

uma investigação das formas de continuidade e descontinuidade, isto é, de transmissão. Portanto, *a transformação do tempo em tempo histórico* pode ser pensada como o campo de fenômenos que poderia orientar a construção de agendas de investigação de longo prazo para uma História da Historiografia com relativa autonomia.³

Tal proposta de renovação epistemológica poderia ampliar significativamente o escopo da História da Historiografia para a análise de formações discursivas variadas, uma vez que a ciência histórica não detém o monopólio da historicidade do *Dasein*, mas é esta quem dá origem à primeira, bem como a outras formas menos “metódicas” de narração do passado, dentre as quais a narrativa memorialista – na medida em que expressa de maneira especial a experiência da historicidade. Justifica-se, assim, nossa aposta de tomar as *Memórias* de Pedro Nava desde uma perspectiva “histórica”, isto é, do ponto de vista da Teoria e História da Historiografia enquanto *analítica da historicidade*. Mas antes de partir para a análise mais detida da obra que propomos investigar, é importante tecer algumas considerações sobre a relação entre memória e história.

Conforme afirmamos acima, memória e história constituem formas específicas de acesso ao passado. Elas possuem modos de ser particulares, mas não há consenso sobre como se daria a relação entre elas. A perspectiva mais aceita atualmente argumenta que não há oposição, mas sim um diálogo produtivo – ainda que mantendo as suas diferenças na forma de acessar o passado. Fernando Catroga, por exemplo, soube bem explorar as interseções entre elas, ao afirmar que:

Só a partir de uma concepção cientificista se pode aceitar esta radical separação entre a memória e a historiografia. Assim, se é verdade que a história vivida se distingue da história escrita, o certo é que outras características, apresentadas como típicas da memória (seleção, finalismo, presentismo, verossimilhança, representação) também se encontram no trabalho historiográfico. (...) Afinal, a historiografia contemporânea também opera com uma perspectiva não contínua de tempo e reconhece a impossibilidade de se aceitar o vazio entre o sujeito-historiador e seu objeto.⁴

Nem a história se configura como um discurso puramente “científico” do que houve, nem a memória se exime da confrontação com as lembranças dos outros e com os vestígios do passado – uma característica que, como veremos, é bastante presente na narrativa de Pedro Nava. Paul Ricoeur caracterizou como “indecidível” a questão da primazia entre memória e história, mas destacando que ambas são modos legítimos de acesso ao passado: a memória como matriz da história; a história instruindo a memória. Ambas contribuem para a elaboração da experiência da historicidade (própria), palco do diálogo possível entre elas.⁵

³ ARAÚJO, *História da Historiografia como analítica da historicidade*, p. 41, grifos do autor.

⁴ CATROGA, F. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001, p. 40.

⁵ RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

Mas esse diálogo não apaga as especificidades e divergências entre elas, como a questão e o lugar da verdade. Enquanto o texto historiográfico tem a pretensão de estabelecer afirmações verdadeiras sobre o passado, utilizando para isso uma série de procedimentos científicos, a memória, por sua vez, embora também tenha a mesma ambição veritativa, encontra-se mais suscetível à suspeição do ouvinte/leitor e do próprio autor das memórias, já que ela não põe entre parênteses “as paixões, emoções e afetos do sujeito-evocador”⁶. Enquanto na narrativa histórica são utilizados uma série de critérios de validação do seu relato (formas dos argumentos, apresentação e confrontação de fontes, comentários de outros historiadores, metodologia, notas de rodapé, etc.), na narrativa memorialista o critério fundamental é o apelo à fidelidade e boa-fé do narrador-evocador. Essa diferença é decisiva na forma como ambas representam o passado: a história pretende explicar e compreender, utilizando uma série de procedimentos de cunho científico; diferentemente, a memória “será sempre axiológica, fundacional, sacralizadora e reatualizadora de um passado que tende a fundir, no presente, a subjetividade com a objetividade”⁷. Ricoeur vai nessa mesma direção, quando diferencia as pretensões de cada uma: a história de “representar *em verdade* o passado”, a memória de “representar o passado *com fidelidade*”⁸.

Como foi dito, *Baú de ossos* foi publicado pela primeira vez em 1972, mas o projeto de sua escritura iniciou-se em 1968, quando Nava contava quase 65 anos de idade e se aposentava da carreira de médico reumatologista. Esse projeto foi levado a cabo por Nava até a sua morte, em 13 de maio de 1984, totalizando seis obras completas⁹. Cada uma dessas obras contempla uma parte da formação de Pedro Nava, e vão desde as reminiscências dos seus antepassados mais remotos, passando pela sua infância e juventude, e chegando até a sua maturidade. Mas não se trata de uma narrativa linear, pois são constantes as suspensões do eixo cronológico principal.

No momento em que a obra foi escrita e publicada, o mundo assistia a grandes transformações, que caracterizaram a famosa geração de 1968. Era o período de consolidação e recrudescimento da ditadura militar, “que tentava tapar com a censura e a mentira qualquer discurso inteligente sobre a história do país”¹⁰, e que o próprio Nava elencava como um dos fatores que o motivaram a escrever suas *Memórias*. O impacto desse contexto no livro se percebe pelo próprio fato do autor fazer referências ao seu presente: “À hora em que escrevo estas lembranças, há

⁶ CATROGA. *Memória, História e Historiografia*, p. 39.

⁷ CATROGA. *Memória, História e Historiografia*, p. 40.

⁸ RICOEUR. *A memória, a história, o esquecimento*, p. 240-241.

⁹ Além de *Baú de ossos* (1972), *Balão cativo* (1973), *Chão de ferro* (1976), *Beira-mar* (1978), *Galo-das-trevas* (1981) e *O círio perfeito* (1983), além de 36 páginas escritas de *Cera das almas*, inéditas até 2006

¹⁰ ARRIGUCCI JR., D. Móbile da memória. In: NAVA, P. *Baú de Ossos*. São Paulo: Cia das Letras, 2012. p. 434.

astronautas maculando a face da Lua com solas humanas. Pela segunda vez”.¹¹ Mas limitar nossa leitura histórica da sua obra a esses aspectos não apenas significaria reduzir o projeto memorialístico naviano, como também limitaria as possibilidades de uma leitura historiográfica de sua obra (no sentido da historicidade própria discutido acima).

A indicação de que tal leitura se mostra adequada é dada pelo próprio autor, quando, refletindo sobre o sentido de sua escrita, afirma numa entrevista que “escrever memórias é libertar-se, é fugir. Temos dois terrores, a lembrança do passado e o medo do futuro. Pelo menos um, a lembrança do passado, é anulado pela catarse de passa-la para o papel”¹². Expressa-se aí o enlaçamento do passado e do futuro no presente, enlaçamento que aparece sob o signo do terror e que o autor quer liberar pela experiência da *catarse* proporcionada pela escrita das memórias. A evocação do passado responde a uma angústia, ansiosa de encontrar o tempo perdido e dotá-lo de significação pela narrativa.

Assim, podemos seguir esta pista para propor a seguinte linha de raciocínio: a sua obra visa (futuridade) expurgar as sombras do passado (o ter-sido) pela escrita (tornar-presente), que pode dar novos sentidos às experiências vividas pelo evocador. Aqui, vale lembrar a famosa tese de Paul Ricoeur: “O tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal”¹³. É pela composição narrativa das suas memórias que Nava procura conferir sentidos à experiência do tempo. Com isso, estamos propondo que a escrita das suas lembranças (mesmo aquelas de caráter mais íntimo e pessoal) permite a Nava atribuir sentidos não apenas para a sua identidade pessoal na discrepância do tempo, mas expressa e elabora modos de compreensão da historicidade humana que transcendem o âmbito da sua intimidade.

Nesse sentido, é interessante refletir sobre a dimensão fortemente *coletiva* das *Memórias* de Pedro Nava. Embora o ato de lembrar seja uma faculdade estritamente pessoal, elas sempre possuem como referência o mundo e os outros. Com efeito, o próprio fato de *Baú de ossos* ter como eixo narrativo principal – entre muitas outras histórias que dele brotam – a rememoração dos seus antepassados (muitos dos quais Pedro Nava não chegou a conhecer), dá maior visibilidade à dimensão coletiva de suas memórias. Aliás, uma das inovações mais significativas das *Memórias* de Nava seria, segundo José Maria Cançado, que elas extrapolam uma certa tradição do memorialismo

¹¹ NAVA, P. *Baú de ossos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 279.

¹² Retirado de BOTELHO, A. As memórias de Pedro Nava: autorretrato e interpretação do Brasil. In: NAVA, Pedro. *Baú de Ossos*. São Paulo: Cia das Letras, 2012. p. 7.

¹³ RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2010, v. 1, p. 93.

brasileiro em situar os acontecimentos rememorados sob a gerência de um *eu* autoconsciente e contínuo, e de conter uma certa autoafirmação pessoal e do grupo (família e classe social) com o qual o evocador se identifica. Ainda segundo o crítico, a obra de Nava se direciona “para o aberto e para a universalização da memória e da sua matéria”.¹⁴

Em *Baú de ossos*, o narrador-Nava enfatiza em vários momentos as descontinuidades e pluralidades que formam a sua identidade pessoal, e também o acontecer histórico geral. Ao reconhecer os seus familiares no seu próprio “jeito de ser”, percebe a “si mesmo como um outro”, e as memórias dos antepassados estão entranhadas no seu próprio ser. Entretanto, vale ressaltar que a dimensão coletiva da memória (e a alteridade como elemento constitutivo da identidade pessoal) não se limita aos familiares, mas também faz referências aos grupos sociais mais amplos em que Nava e seus parentes conviveram e, em vários momentos de *Baú de ossos*, encontramos análises preciosas de interpretação do Brasil. Assinale-se, aqui, para uma verdadeira peça de interpretação da “mineiridade” no início do segundo capítulo da obra. Tais referências são tão importantes na obra que são partes constitutivas do próprio modo de Nava narrar o passado e situar a si mesmo na dispersão do tempo. Aliás, esse modo “heterobiográfico” de figuração da identidade pessoal não deixa de conter paralelo com a forma de se imaginar a própria identidade brasileira, como aponta alguns de seus críticos.¹⁵ Essa dimensão coletiva da memória e sua integração com a identidade pessoal, a qual vai sendo tecida ao longo da narrativa, aparece logo na abertura do livro:

Eu sou um homem pobre do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais. Se não exatamente da picada de Garcia Rodrigues, ao menos da variante aberta pelo velho Halfeld e que, na sua travessia pelo arraial do Paraibuna, tomou o nome de rua Principal e ficou sendo depois a rua Direita da Cidade de Juiz de Fora. Nasci nessa rua, no número 170, em frente à mecânica, no sobrado onde reinava minha avó materna.¹⁶

Desde o início, Nava se apresenta com referência a lugares espaciais e referências a figuras históricas, como o bandeirante Garcia Rodrigues, que dirigiu a abertura do Caminho Novo, e a Henrique Halfeld, um dos fundadores da cidade de Juiz de Fora e com quem sua avó materna foi casada. De saída, o narrador-evocador se coloca não como um eu isolado, mas pleno de historicidade e situado em relação aos outros. O autor compreende a si mesmo a partir de

¹⁴ CANÇADO, J. *Memórias viventes do Brasil: a obra de Pedro Nava*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 47.

¹⁵ ARRIGUCCI Jr. *Móbile da memória*; CANÇADO. *Memórias viventes do Brasil*.

¹⁶ NAVA. *Baú de ossos*, p. 35.

referências “externas”, como a identificação de traços característicos de seus antepassados na sua própria formação pessoal.

Além disso, Nava tinha claro que a dimensão coletiva da memória se impõe não também o seu papel de fortalecer os laços de união entre os indivíduos e a permanência de certas tradições. Além de coletiva no conteúdo, a memória é o fundamento da existência do grupo social – e, nesse medida, da própria identidade do narrador:

A memória dos que envelhecem (e que transmite aos filhos, aos sobrinhos, aos netos, a lembrança dos pequenos fatos que tecem a vida de cada indivíduo e do grupo com ele estabelece contatos, correlações, aproximações, antagonismos, afeições, repulsas e ódios) é o elemento básico na construção da tradição familiar. [...] E com o evocado vem o mistério das associações trazendo a rua, as casas antigas, outros jardins, outros homens, fatos pretéritos, toda a camada da vida de que o vizinho era parte inseparável e que também renasce quando ele revive – porque um e outro são condições recíprocas.¹⁷

Essa ênfase na coletividade também se encontra no fato de Nava produzir suas *Memórias* numa temporalidade que vai além do seu próprio nascimento, apropriando-se de reminiscências que ele mesmo não produziu ou vivenciou diretamente, mas que são partes constitutivas de suas memórias e da sua própria identidade. Para tanto, ele se vale de uma enorme variedade de *fontes*: as histórias que lhe foram contadas pelos seus próceres, a consulta em documentos escritos, bem como imagens e fotografias que Nava reuniu ao longo de toda a vida, e que são elementos estruturantes de sua obra.

O uso constante de fontes já indica uma segunda aproximação entre memória e história como modo de compreensão do passado. É possível ir além e afirmar que, ao longo da narrativa, ambas se instruem mutuamente, em vez de se manterem em polos dicotômicos e irreconciliáveis. Em certos momentos, esse diálogo se explicita, quando Nava faz nova menção ao Caminho Novo que ligava Minas ao Rio de Janeiro, e para tanto faz referência à obra histórica de Diogo de Vasconcellos, um importante historiador de Minas Gerais¹⁸. O uso desse recurso faz com que, por um lado, a memória se amplia e seja instruída pela historiografia e, por outro, essa história ganhe vida na sua interseção com a memória.

Em outra passagem, Nava nos conta a história de seu avô paterno, que foi para o Rio de Janeiro fugindo da grande seca de 1877 – que acometeu o Ceará e outras províncias do Nordeste – e abriu na antiga capital uma casa comissária. O narrador esclarece que não teve oportunidade de

¹⁷ NAVA. *Baú de ossos*, p. 39.

¹⁸ NAVA. *Baú de ossos*, p. 151.

conhecer essa casa comissária, mas que havia visitado uma outra, cujo dono era amigo de seu avô, e a partir desta é que afirma conjecturar o que poderia ser aquela de seu avô. Mas, para auxiliá-lo, Nava também recorre a um outro tipo de fonte:

Não conheço descrição viva e curiosa das casas comissárias do Rio de Janeiro como a que delas traçou meu tio afim Heitor Modesto d'Almeida, com suas reminiscências e as de seu pai, o velho Maneco Modesto. [...] O estudo de Heitor Modesto era resposta a um inquérito de Gilberto Freyre, feito quando da preparação de *Ordem e progresso*. [...] Tive-a em mãos e é um pouco de lembrança, um pouco pelas referências de Gilberto Freyre, que rememoro o que ali se dizia das casas comissárias.¹⁹

Mas essa imbricação não poderia levar a exageros. A obra de Nava não poderia ser classificada como uma narrativa histórica em sentido estrito, e isso nem tanto pela ausência de elementos formais, mas sobretudo pelo modo como o autor se apropria das fontes que utiliza: elas estão ali para iluminar aspectos da própria identidade narrativa do sujeito-evocador, algo que não acontece numa obra de história, que pressupõe justamente o distanciamento entre o historiador e seu objeto. As perspectivas, motivações e objetivos com que cada discurso manuseia e seleciona as fontes são sensivelmente distintas:

Atento agudamente nesses retratos no esforço de penetrar as pessoas que conheci (umas bem, outras mal) e cujos pedaços reconheço e identifico em mim. Nas minhas, nas deles, nas nossas inferioridades e superioridades. Cada um compõe o Frankenstein hereditário com pedaços dos seus mortos. Cuidando dessa gente em cujo meio nasci e de quem recebi a carga que carrego (carga de pedra, de terra, lama, luz, vento, sonho, bem e mal) tenho que dizer a verdade, só a verdade e se possível, toda a verdade.²⁰

Há nessa passagem outra questão que permite aprofundar o diálogo entre o discurso da memória e da história: a declaração e o lugar da *verdade* na escrita das *Memórias*. Porém, como vimos anteriormente, o lugar da verdade na narrativa memorial não é o mesmo da narrativa histórica. Nesta a imaginação se faz também presente na elaboração do passado, mas está submetida à referência das fontes que ele dispõe. Sem fontes, aliás, não é possível o trabalho do historiador. No discurso memorial ocorre de forma diferente. A utilização das fontes não representa obstáculo para a imaginação do narrador na reconstituição do passado – o que se apresenta, aos olhos do historiador, como mais um fator de suspeição, mas que permite ao sujeito-evocador explorar âmbitos mais profundos da existência humana, destacando as nuances e detalhes que geralmente não são tematizados pela historiografia, ocupada em descrever processos mais amplos.

¹⁹ NAVA. *Baú de ossos*, p. 89-90.

²⁰ NAVA. *Baú de ossos*, p. 243.

Dessa forma, o passado rememorado ganha em vivacidade, que se expressa pela atenção ao detalhe e ao inesperado (como as suas belas reflexões sobre o fenômeno da memória involuntária), assim como o papel maior da imaginação no trabalho de temporalização da experiência vivida. Um exemplo: apesar de não ter convivido com seu avô paterno, Nava consegue reconstituir alguns aspectos da sua vida cotidiana, como o caminho que fazia da casa ao trabalho: “Não é difícil imaginar como ele [seu avô] faria esse caminho [da casa ao trabalho] se juntarmos à verdade o verossímil que não é senão um esqueleto de verdade encarnado pela poesia”.²¹ Uma forma de aproximação do passado a partir de um olhar mais microscópico e imaginativo, mas nem por isso menos legítima ou reveladora da experiência do passado.

Ao propor juntar a verdade com o verossímil, Nava abre maior espaço para a imaginação na refiguração do passado. Ao mesmo tempo, porém, o seu discurso está em última instância sustentado pelo pacto estabelecido com o leitor, fundado numa relação “frágil”, já que este possui somente a credibilidade do testemunho, isto é, acreditar na fidelidade do narrador. Esse pacto de leitura se reflete não apenas pelas declarações constantes de que está relatando “a verdade”, como também recorre à confrontação com as lembranças dos outros. Ao relatar um caso envolvendo estudantes de medicina no Rio de Janeiro, entre os quais seu pai e alguns amigos, o autor faz a seguinte ressalva: “Essa história eu a ouvi de um contemporâneo de meu Pai, Levy Coelho da Rocha, médico em Belo Horizonte. Se não estiver conforme, outro, do tempo, que a conte melhor”.²² A memória não se exime completamente dessa confrontação com os outros testemunhos, tampouco esta seria uma característica exclusiva do discurso histórico.

A vivacidade que o passado adquire nas *Memórias* também é produzida por aquilo que alguns teóricos da história e da literatura denominam como *produção de presença*. Esse conceito faz referência à dimensão material das coisas do mundo, isto é, o fato de que os objetos ocupam um espaço e são tangíveis por mãos humanas ou sentidas pelo corpo – as emoções, as sensações e os afetos. “‘Presence’, in my view, is ‘being in touch’ - either literally or figuratively - with people, things, events, and feelings that made you into the person you are”.²³ A presença faz referência a tudo aquilo que escapa ao domínio da linguagem – embora a linguagem seja também capaz de produzir efeitos de presença –, mas que são também elementos constitutivos da vida cotidiana e da forma como as pessoas se relacionam consigo mesmas, com os outros e com o mundo.

²¹ NAVA. *Baú de ossos*, p. 91.

²² NAVA. *Baú de ossos*, p. 248.

²³ RUNIA, E. Presence. *History and Theory*, v. 45, n. February, p. 1–29, 2006, p. 5.

O conceito de presença permite-nos perceber melhor uma característica bastante presente na escrita naviana: o peso da corporeidade na experiência do passado. A dimensão afetiva e sensual não está de modo algum submetida a uma interpretação puramente “espiritual” do passado; pode-se dizer, inclusive, que *Baú de ossos* constitui uma obra paradigmática de produção de presença do passado, e isso através de certas estratégias narrativas utilizadas pelo autor, como a utilização extensiva de elementos dêiticos ou ressaltando as sensações e afetos do narrador²⁴. Um belo exemplo está na descrição da “batida”, uma espécie de rapadura típica do Ceará:

Se a batida do Ceará é uma rapadura diferente, a batida de minha avó Nanoca é para mim coisa à parte e funciona no meu sistema de paladar e evocação, talqualmente a madeleine da *tante* Léonie. Cheiro de mato, ar de chuva, ranger de porta, farfalhar de galhos ao vento noturno, chiar de resina na lenha dos fogões, gosto d’água de moringa nova – todos tem a sua madeleine. [...] Posso comer qualquer doce, na simplicidade do ato e de espírito imóvel. A batida, não. A batida é viagem no tempo. [...] Docemente mastigo, enquanto uma longa fila de sombras vem dos cemitérios para tomar o lugar ao sol das ruas e à sombra das salas amigas.²⁵

É interessante notar como o autor aproxima o sistema do paladar e da evocação, como se o gosto da batida fosse muito mais que um prazer momentâneo, mas uma verdadeira “viagem no tempo”. Por meio das sensações, o passado se faz presente através da memória, tal qual a famosa *madeleine* de Marcel Proust – um objeto qualquer que, por meio das sensações, ativa uma memória de forma involuntária, que nos apossa de forma quase inevitável, e faz com que o passado se “presentifica”, isto é, como se estivesse materialmente presente. Assim, abre-se uma dimensão do passado que toca os nossos corpos, afetos e sensações.

Este trabalho partiu do princípio que a historicidade própria do *Dasein* pode ser elaborada por outras vias que não seja o discurso historiográfico “canônico”. A memória, ou melhor, a narrativa memorial, apresentou-se como um suporte privilegiado para essa reflexão. Sendo ela uma forma de apropriação e elaboração da experiência do tempo diferente do que faz a história, ambas mantêm entre si relações profundas que problematizam uma certa visão dicotômica entre elas. Nesse sentido, *Baú de ossos* nos pareceu uma fonte preciosa para se pensar a questão da historicidade (própria) do humano. Como sugere um dos críticos da obra: “o grande feito de Nava – enigma de sua arte – parece ser o de arrancar o passado da imobilidade da coisa morta”.²⁶ Devido à própria natureza deste trabalho, preferimos antes levantar algumas possibilidades de reflexão, do que

²⁴ GUMBRECHT, H. U. A presença realizada na linguagem: com atenção especial para a presença do passado. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 3, n. 2, p. 10–22, 2009.

²⁵ NAVA. *Baú de ossos*, p. 57-58.

²⁶ ARRIGUCCI Jr. *Móvil da memória*, p. 473.

propriamente fechar questão sobre o tema. Trata-se, portanto, de um trabalho inacabado, mas que procurou apontar alguns caminhos para uma reflexão mais detida, além de ter a modesta intenção de contribuir para a História da Historiografia e o debate sobre memória e história.

Simpósio Temático 28: História da África e seu ensino no Brasil - IV

Thiago Henrique Mota

Doutorando

Universidade Federal de Minas Gerais

thiago.mota@ymail.com

Felipe Silveira de Oliveira Malacco

Mestrando

Universidade Federal de Minas Gerais

malacco@hotmail.com

Jeocasta Juliet Oliveira Martins de Freitas

Mestranda

Universidade Federal de Minas Gerais

jeocasta@hotmail.com

Proposta do Simpósio:

Este simpósio tem como proposta a continuidade do diálogo entre pesquisadores dedicados ao estudo da História da África e/ou seu ensino no Brasil, iniciado neste evento em 2013. Após mais de uma década da criação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História da África e dos africanos na educação básica, pareceu-nos premente a manutenção de uma mesa de debate acerca do tema no EPHIS. A importância desta discussão é reforçada pelo momento atual de formulação da Base Nacional Comum Curricular. Faz-se necessário valorizar a relevância da inclusão da história do continente africano na área de Ciências Humanas da BNCC, construindo um discurso sólido para combater visões históricas eurocêntricas. A proposta é garantir e perenizar a existência de espaços de troca e diálogo dedicados ao tema da presença dos africanos na construção da história como atores e autores. Entendemos que o crescimento da importância da área na graduação e pós-graduação em História deve ser parte central da discussão, pois representa dimensão quase direta da relação entre produção científica e acadêmica e o mundo social.

Por se tratar de um campo em formação, cuja expansão encontra-se vinculada à lenta modificação das instituições de ensino superior e básico de todo o país, este simpósio possui

propositalmente ampla receptividade de comunicações. Para tanto, esperam-se trabalhos sobre diferentes recortes cronológicos e geográficos e esforços de pesquisadores que queiram compreender as culturas africanas em sua historicidade. A dar unidade ao debate estaria apenas o tom que se deseja imprimir às discussões: como destaca Elikia M'Bokolo, historiador congolês, e vários outros historiadores brasileiros, o ST História da África e seu ensino no Brasil busca vislumbrar histórias possíveis, cujo ponto de partida seja o protagonismo e agência africanos.

Propomos a reunião de variados marcos cronológicos e objetos de pesquisa desenvolvidos em torno da História da África e seu ensino. Espera-se que diferentes perspectivas temáticas e teórico-metodológicas possam ser incluídas nas discussões a se desenvolverem. Almejamos, por fim, dar continuidade neste V EPHIS a um simpósio cujo foco central é a História africana, estabelecendo um espaço importante de abertura dos campos e dos olhares a outras perspectivas que não o tradicional ponto de vista eurocêntrico no interior das ciências humanas brasileiras, promovendo e afirmando as temáticas nas pesquisas em história da África na UFMG.

Os movimentos silenciados das ruas: Mulheres africanas no comércio das cidades afro atlânticas (século XVIII)

Beatrice Rossotti

Graduada

UFRJ

rossottibeatrice@gmail.com

Resumo: Neste trabalho buscamos observar alguns textos selecionados que refletem a bibliografia, publicada em língua portuguesa no Brasil, sobre a presença de mulheres africanas no comércio urbano das cidades afro atlânticas, no período entre os séculos XVIII e XIX. Assim, refletimos sobre as presenças e ausências femininas nas produções historiográficas analisadas, buscando textos com o tema da participação feminina nos ambientes públicos das cidades afro atlânticas com o intuito de contrapor a uma historiografia tradicional majoritariamente feita por homens brancos.

Palavras-Chave: Mulheres africanas, Comércio Transatlântico e Historiografia.

Introdução

O comércio interoceânico de africanos escravizados e diversas mercadorias entre os séculos XVI e XIX foi um grande e articulado sistema de compras e vendas que colocaram territórios globais em constante contato. Nesse complexo e vasto processo histórico escolhemos analisar alguns textos selecionados que podem representar a bibliografia, em Língua Portuguesa, sobre a presença de mulheres africanas no comércio urbano das cidades afro-atlânticas, no período entre os séculos XVIII e XIX.

Com a nossa proposta de estudo, precisamos abrir mão dos nossos olhares de uma história única sobre mulheres limitadas às suas residências, ou mesmo incapazes de entrarem nos jogos de articulação do grande setor do comércio ultramarino que era a venda de escravos. Pensar como esses documentos são escritos, e como estudiosos passam a enxergar essas mulheres é poder abrir novas ideias sobre como podemos caminhar no campo do estudo sobre as relações África-Brasil.

Para os possíveis apontamentos nesse trabalho mais sucinto, optamos por selecionar quatro obras com enfoque temático, que tratam de mulheres comerciantes entre cidades afro atlânticas. O intuito da seleção era trabalhar somente com produções em português, no entanto, abrimos exceção para a produção da estudiosa Mariana Candido, pois a mesma conta com uma significativa produção sobre a temática, o que fez com que o reconhecimento na área tornasse necessário o acréscimo de sua produção. No entanto, por atuar como docente no exterior, e ter feito parte de

sua graduação também fora do Brasil, as suas escritas estão em sua maioria em outros idiomas, como espanhol, idioma do texto que trabalhamos.

Inversões femininas frente ao universo do comércio atlântico

Iniciamos a discussão com o artigo de Philip J. Havik¹, estudioso que chama a atenção sobre como a produção historiográfica tradicional é controlada por personagens e autores do sexo masculino. No caso de representações de comerciantes referentes ao comércio com e no continente, esses “escritores” poderiam ser de carreira militar no além-mar, representantes de interesses institucionais e particulares e demais envolvidos em atividades mercantis. Havik utiliza esse elemento como um dado importante para a produção escrita sobre as mulheres e suas intervenções sociais nesse meio masculinizado e também questiona até que ponto enxergava-se esse território comercial como nulo para atuações femininas.

Essa perspectiva de ausência da mobilidade do agente social feminino seria um reflexo da visão europeia que se construía em torno da mulher. Havik trata de uma visão de mulher trazida da realidade europeia, que as põe como exemplo das figuras femininas tidas como mundanas que abarcam em si a dualidade do bem e do mal. Muito do cenário social que informava as descrições e análises sobre as trajetórias femininas nas cidades afro-atlânticas acabou por se moldar com base nessas ideias de uma separação entre o foro público e o privado, e de uma relação entre homens e mulheres, nas quais estas eram sempre tidas como seres infantilizados e fracos para qualquer decisão independente. Segundo o autor, essa interação precisaria ser revista quando estendida ao cenário ultramarino. Quando os comerciantes europeus conseguem perceber o protagonismo das mulheres africanas que atuam no espaço público, tomando suas decisões, tornando-se em muitos casos atores principais de suas famílias e espaços de vivência, acabam por interpretar essas condutas como indicativa de barbárie, e ressaltam os traços dessa condição ainda mais do que seus conterrâneos. Agregam a essa visão interpretações preconceituosas que advêm de sua incompreensão sobre costumes e práticas culturais locais.

Muitas mulheres africanas criaram, ao longo de suas trajetórias nas cidades afro atlânticas, novos espaços de manobra para tornarem-se atores sociais marcantes nesse novo ambiente de grande comércio, tanto na rota de escravos, dentro e fora da costa africana, quanto na venda de mercadorias menores. Tornaram-se mulheres com poderes econômicos, as quais se destacaram

¹ HAVIK, Philip J. Matronas e Mandonas: parentesco e poder feminino nos rios de Guiné (Século XVIII). In: PANTOJA, Selma (org.). Entre Áfricas e Brasis. São Paulo: Marco Zero/Paralelo 15, 2013, p. 13-34

conseguindo espaço em atividades até então consideradas – sobretudo no universo mental europeu – de domínio masculino, e era uma contraposição à imagem construída, no imaginário eurocêntrico, sobre a africana sendo alguém capaz de fazer valer seus interesses apenas por meio da sedução. A imagem da mulher africana como um ser com poderes advindos da sua sexualidade não era nova. Havik apresenta a ideia de que esse imaginário sobre o ser feminino já era, de antemão, idealizado por islâmicos e cristãos, que tinham contato com a nudez e a sensualidade dos corpos das mulheres africanas, dando brecha para a interpretação de uma libertinagem sexual despudorada por parte das mesmas.

Havik analisa, também, em seus estudos as comerciantes que tomavam alguns dos mercadores europeus como seus companheiros, mesmo que sem casamento católico nas cidades portuárias da África Central. Elas faziam alianças, atuavam como mediadoras nas compras de escravos, recebiam mercadorias menores e passavam a revendê-las nos centros urbanos e portuários de Luanda, ou seja, o autor apresenta uma intervenção direta dessas mulheres africanas no comércio de grande estrutura: a venda de negros africanos escravizados.

Com isso, Havik considera a existência de uma intenção de permuta entre elas e seus companheiros, por meio da quais muitas acabavam por enriquecer com tais atividades, outras, além disso, construíam fortes influências sócio-políticas. Mas, para o autor, todas pautavam suas ações a partir das trocas que perpetuavam com seus sócios, sendo maridos ou não, pois enquanto elas eram para eles a garantia de sobrevivência em terras estrangeiras, eles lhes dariam acesso aos bens atlânticos e, conseqüentemente a construção de influência no espaço de convívio.

Mulheres africanas e suas atuações comerciais no tráfico de escravos.

Outra autora que buscamos incluir no nosso estudo é Mariana Pinho Candido, que aborda a temática por um viés de africanas que participavam tanto do pequeno comércio quanto da intermediação na compra e venda de escravizados².

Mariana Candido escreve sobre o porto de Benguela que junto a Luanda, é um local de parada obrigatória para os comerciantes europeus no período. Era mais um espaço de convivência, que contava com inúmeras entradas e saídas de diversas pessoas diariamente, e o contato entre conterrâneos e estrangeiros, era o que definia tal espaço como ambiente fundamental na comercialização transatlântica. A autora inicia seu texto falando sobre as mulheres nomeadas Donas, que eram as que mantinham relações com os estrangeiros, que passavam ou viviam na

² CANDIDO, Mariana P. Las Donas: Mujeres Comerciantes de Esclavos. In: Fronteras de Esclavización. Esclavitud, comercio e identidad en Benguela, 1780-1850. El Colegio de México, 2012, p. 57-62.

cidade portuária de Benguela. Junto a estas mulheres, gerava-se uma nova camada populacional de mestiços, que a autora classifica como luso-africanos, os filhos de mães africanas e pais estrangeiros, comerciantes que eram principalmente portugueses e brasileiros.

Ocorria, nesses portos, a necessidade de abastecimento e compra de gêneros, principalmente alimentícios, o que torna esses espaços fundamentais no processo de comercialização no continente africano. No entanto, a atuação portuguesa ficava limitada a costa, e era isso que formava a necessidade da participação de agentes internos nesses comércios, junto ao território interiorano.

Nesse caso, Candido chama atenção para a atuação de mulheres africanas, que buscavam oportunidades econômicas, assim como os demais, e acabavam por terem maiores relações com esse contingente da população masculina e cosmopolita dos centros urbanos, que cada vez mais participavam do comércio escravista. A autora afirma que essas mulheres se tornaram fundamentais para o sucesso comercial de seus companheiros, e trabalhavam como agentes, tradutoras ou mesmo negociantes, além de formarem suas próprias riquezas, como pequenos comércios nas áreas urbanas e aquisição de escravos, o que no continente africano era a forma de obter posse e riqueza. Mas, para que toda esta atuação fosse executada, elas mantinham uma rede de apoio com personalidades, tanto políticos quanto econômicos. Essa interação se fazia necessária não somente por parte dessas mulheres comerciantes, mas também dos outros mercadores.

O que nos chama atenção na escrita de Mariana Candido é a afirmativa da formulação de uma aristocracia afro-portuguesa, com influência cultural, que convive nos espaços cristãos de poderio, como o caso de Igrejas, e incorpora práticas sociais, como vestimentas e modos de comportamento, europeias. Tudo isso rompendo com a ideia de uma sociedade construída no ambiente africano, apenas da dualidade entre portugueses ricos e dominantes versus africanos pobres e submissos. O estudo que realiza, traz interesse por tratar sobre como estas mulheres negras africanas fomentaram suas atuações e influências políticas, e acabavam por se calcarem nos moldes europeus para assim se manterem no comércio afro-europeu, que se moldava em conjunto com a atuação dos comerciantes do velho mundo. Sendo assim, aproveitam-se do sistema que lhes impunha uma submissão por suas identidades femininas na colônia, e passam a usar esses elementos a seu favor, na manutenção de seus interesses e privilégios.

O espaço público e o feminino, coexistências perturbadoras

Outra autora que trata sobre a história de mulheres africanas que atuavam na comercialização de produtos de primeira necessidade nas cidades portuárias do espaço atlântico,

em específico de Lisboa e Luanda no século XVIII, é a historiadora Suely Creusa Cordeiro de Almeida.

A mesma traz à tona a visão “da rua”, ou seja, o espaço público que não era visto como um lugar de convívio aceitável para as mulheres. Assim como Mariana Cândido, que trata a construção do comportamento feminino, Suely Almeida articula a ideia de que a rua não era um espaço de convívio para as mulheres ditas “bem-nascidas”, pois poderia significar que elas estavam a exercer algum tipo de trabalho manual, o que não era bem visto no período³. Toda a extensão da relação entre Lisboa e Luanda é apresentada como um amplo ambiente de trocas intercontinentais. No entanto, Suely Almeida chama a atenção para uma análise crítica do que se recebia do além-mar, pois não era somente o que poderia ser considerado como resultante de um avanço civilizatório, como alguns produtos e mesmo a população europeia, mas continha outros elementos como doenças, guerras, ou mesmo concepções morais, que “desembarcavam” no continente africano.

O enfoque da autora é dado sobre as mulheres africanas que abasteciam as cidades de Lisboa e Luanda, entre os séculos XVI e XVIII, dando relevância a que nessa atividade, não se limitavam a atuar no espaço doméstico, nem mesmo no caso das cativas, e que tampouco se tratava de um grupo apenas com mulheres de poucas posses. Coexistiam nas mesmas condições comerciantes mais pobres que praticavam a venda de rua, com menores recursos, mas também as comerciantes que enriqueciam com suas práticas, e essas diferenças podem ser interpretadas com posses de estalagens, vestimentas e adornos que passam a fazer parte de um aspecto de diferenciação das demais – fossem mulheres, cativas, libertas ou livres.

O enriquecimento por parte das práticas comerciais dessas africanas ligava-se ao fato de construírem forte influência no espaço urbano, pois atuavam no mesmo, e isso fazia com que abrissem ambientes de articulação entre os mandatários governamentais e suas decisões no âmbito da raia miúda. Colocando em questão a ideia do dinamismo social e rompendo com o olhar de mão única da dualidade entre dominados e dominantes, como sendo um espaço sem intervenções ou mesmo “substituições”, de papéis sociais. Refletindo sobre a diversidade de agentes comerciais, Suely Almeida chama atenção para as interações comerciais como as que ocorriam no “mundo islâmico”, demonstrando um novo olhar, de contatos anteriores que tinham como referência aspectos de compra, venda e trocas de mercadorias com a intenção de abastecimentos dos povoados africanos. Logo, a construção de uma rede de trocas comerciais já se fazia constante no

³ ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. O feminino ao leste do Atlântico. Vendedeiras, regateiras, peixeiras e quitandeiras: mulheres e trabalho nas ruas de Lisboa e Luanda (séculos XVI - XVIII). In: GUEDES, Roberto (org.) *África, Brasileiros e Portugueses*. Rio de Janeiro: Mauad, 2013, p. 207–227.

cotidiano de muitos desses africanos, principalmente no caso dos moradores da África Ocidental Portuguesa. A autora afirma que a interação entre povos de diferentes culturais acaba por gerar uma aglutinação de práticas, e utiliza como exemplo, o caso de Lisboa, que passou a receber negros escravizados desde o início do século XVI, quando lisboetas se lançaram às expansões marítimas.

Esses africanos entravam no território luso e interagiam com os demais que ali viviam, através de diversos modos; seja por intervenções mais concretas como comportamentos considerados como arruaças, feitos por comerciantes que queriam fazer valer os seus direitos como trabalhadores, seja por práticas rotineiras, como no caso de reformularem o modo de abastecimento das ruas citadinas portuguesas, que antes eram feitas exclusivamente pela população pobre portuguesa e passou a ser praticada pelos negros africanos que ali trabalhavam. Essa presença era algo marcante, tanto nas cidades costeiras do continente africano quanto no território Ibérico, onde ficava por parte dos profissionais governamentais regulamentarem seus espaços de atuação. Referências sobre as comerciantes são encontradas em alguns escritos, principalmente no espaço angolano, que tinham seus registros feitos por portugueses, os quais julgavam essas práticas de trabalho feminino como sinal de um grande empobrecimento sociocultural para a sua colônia africana.

Suely Almeida afirma ainda que essa interação era importante e poderia ser questionada com base na formulação de instâncias que organizavam o comércio, principalmente no caso feminino. A Câmara Municipal de Luanda, no século XVIII, ficava responsável por emitir e controlar as ambulantes que comercializavam nas ruas. Por ordem da Câmara, era necessário que todos os vendedores de produtos a varejo tirassem licenças e, quando não as possuíam poderiam até mesmo perder suas mercadorias.

Além disso, as comerciantes em sua maioria podiam contar somente com elas mesmas para as despesas do lar, e isso levava a que buscassem melhorias em seus espaços de atuação, o que ao olhar da escritora faz com que elas se tornassem elos entre as autoridades e os mais humildes. A autora faz um recorte sobre meados do século XVIII, pós-terremoto de 1755, e trata do que chama de classe média feminina de comerciantes. Nesse período a cidade de Lisboa passa por um processo de reconstrução urbana, além do desastre natural também conta com um momento rico do reinado de Dom João V, o que dá espaço para uma reordenação urbanística. Logo, a camada de mulheres comerciantes escravizadas passa a sofrer mais diretamente a institucionalização de seus espaços de trabalho e com isso ações como a cobrança de impostos e a delimitação de espaços para suas barracas.

Essas mulheres, por terem uma forte influência socioeconômica se utilizaram, assim como os homens da época, do não enfrentamento direto e físico com os agentes governamentais que são postos para lhes cobrarem ou mesmo tratarem de seus assuntos, como roubos, “badernas” e fiscalizações, tudo isso pensado na manutenção de privilégios já alcançados posteriormente, como o fato da permanência de suas ações comerciais de prestação de serviços. No entanto, até em suas mínimas atuações ou mesmo práticas eram referidas como incômodas por parte de outros personagens sociais. E por isso, o limite entre desobediência e apaziguamento era dado por elas e, conforme essas mulheres escravas comerciantes passavam a lidar com as autoridades portuguesas, deixavam evidente a força que exerciam no âmbito social de sua época.

O desenvolvimento Urbano à sombra do tráfico de escravos

Outra grande pesquisadora sobre a temática é a historiadora Selma Pantoja, um nome bastante mencionado nos estudos sobre a história da África no Brasil, principalmente quando nos referimos a trabalhos sobre as conexões atlânticas. Pantoja nos apresenta o cenário comercial da costa africana entre os séculos XVII e XIX, comparando com o que no mesmo período encontrávamos no espaço das cidades do litoral brasileiro. As cidades africanas desenvolviam suas atividades à sombra do tráfico de escravos. O foco central das atividades econômicas era a saída de escravizados, e eram as comerciantes locais que tornavam possível o abastecimento das cidades e mesmo dos navios que ali se instalavam. Produtos que incluíam desde alimentação básica como feijões, peixe seco e farinha, como também adornos femininos, vindos da Europa. O controle sobre esta atividade tão vital para a economia do comércio atlântico acabava por tornar-se um fator capaz de distinguir estas mulheres nas sociedades das cidades-portos da costa africana.

Pantoja, também, afirma que a cidade de Luanda era, no século XVIII, o maior porto de exportação de escravos do litoral ocidental africano. E por conta desse grande fluxo de gente, a autora acentua a importância desse pequeno comércio, e de um verdadeiro monopólio da venda dos gêneros alimentícios por parte destas mulheres africanas, que assim como Suely Almeida afirma, eram fundamentais para o abastecimento da cidade de Luanda, que tanto crescia com o comércio de escravos.

Por conta da grandiosidade mercantil que Luanda construía, houve o que Pantoja chama de a necessidade de ordenar o espaço urbano, principalmente o luandense, mas não ocorreu somente no continente africano, pois essa “organização” acabou por tornar-se uma prática nas cidades que se desenvolviam no momento e gerenciavam as suas atividades comerciais. Ao longo do século XIX, o espaço urbano de Luanda passou a sofrer uma nova remodelação tanto cultural

quanto político-econômica. E neste contexto, as mulheres comerciantes tinham suas influências e assim tomaram lugares nas ruas, que antes não tinham domínio, o que “assustava” os governantes. Pantoja exemplifica medidas de controle desse espaço público, como o caso da construção e reforma de mercados. Esses ambientes, junto à exigência de documentação, que são as licenças que as comerciantes passaram a precisar ter para comercializar, desde o século anterior, vêm para deter a proliferação das práticas comerciais femininas, que estivessem fora do que as autoridades consideravam o território da ordem e de seu controle. A busca por um afastamento das comerciantes dos centros urbanos fica ainda mais nítida por volta de 1900, contando com o redesenho da paisagem de Luanda, que é quando a segregação social se acentua e o encarecimento das moradias faz com que as comerciantes, aos poucos, sejam “empurradas” para os *musseques*, que são, até hoje, espaços periféricos de moradia da população pobre. A autora enfoca seus estudos nas mulheres de menor renda, que trabalham com o pequeno comércio e que acabam tendo o mesmo contato do que as demais com o universo do comércio escravista, porém permanecem empobrecidas ou com sorte mantêm pequenas posses. A importância deste pequeno comércio fica ainda mais visível quando a autora trata essa estrutura como o “sustentáculo dos grandes centros urbanos atlânticos, embora pareça de caráter marginal aos interesses que envolviam os grandes administradores e moviam a política do grande poder”⁴.

As obras acima citadas foram selecionadas com o intuito de guiar um estudo que tenha o enfoque no comércio das mulheres africanas nas cidades portuárias da costa atlântica africana. Para isso, buscamos trazer olhares diferenciados sobre como estes personagens femininos, aos quais foram dados papéis marginais, ou mesmo inexisteram, na historiografia tradicional, são pensadas e trabalhadas dentro de produções que as abordaram como agentes principais para analisar um processo tão grandioso como o tráfico de escravos. Dando possibilidade para que comecemos a pensar nas entrelinhas, nos não ditos, que também contam as histórias.

Considerações finais

Trabalhar com o que diz a bibliografia, em Língua Portuguesa, sobre a presença de mulheres africanas no comércio urbano das cidades afro-atlânticas, no período entre os séculos XVIII e XIX, nos abriu espaços para refletirmos sobre a questão do que seria a construção da História das mulheres e como isso, também, gerou a discussão, ainda mantida acalorada, do que

⁴ PANTOJA, Selma. A dimensão atlântica das quitandeiras. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.) Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para a história do império ultramarino. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p.47-67

seria classificar estudos de gênero e o que seria História das mulheres. Poderiam ambos serem analisados em separado, ou mesmo seguirem em setores historiográficos diferentes?

A ideia de que a questão de classificação quanto estudo de gênero, para temáticas antes vistas como História das mulheres, para distinguir algo mais próximo de um campo que poderia dar conta de aspectos políticos das análises, o que para muitos não estava tão presente nos estudos de mulheres, é uma distinção muito ingênua para lidarmos com a nomenclatura. Essa discordância aparece nas discussões apresentadas pela estudiosa Joan Scott.

Por isso, a autora afirma em seu texto *Gênero: Uma categoria útil de análise histórica*, que a utilização do conceito de gênero, por parte das feministas passou a ser relacionada à organização social da relação entre os sexos. Pois, quando estudiosas iniciam reflexões sobre as mulheres na história, tem como base a divisão em categorias que a autora reconhece como cruciais, que são: classe, raça e gênero, mesmo que os conceitos sejam bastante questionáveis e de análise complexa.

Concordamos com a autora quando afirma que não podemos, e nem devemos fazer estudos que isolem homens de mulheres, nem mesmo nos distanciarmos da história política e econômica. No entanto, a nomenclatura é algo fundamental em tal campo de estudos, pois a ideia de classificar uma produção como estudo de gênero, pode cair na tentativa errônea de busca por uma legitimidade acadêmica para os estudos feministas, assim como Scott afirma ter ocorrido nos anos 1980, na tentativa de uma legitimidade política para o estudo da História das mulheres.

Logo, a autora traz a questão de que o estudo de gênero é uma preocupação teórica que se inicia no final do século XX, e que trata do sistema de relações sociais ou sexuais, indicando construções culturais que se adequavam aos papéis sociais de homens e mulheres.

Ainda que a ação classificatória se perpetue em um campo de disputa, também devemos dialogar com a questão de novas formas de trabalharmos com a presença feminina na historiografia. No caso desta produção, ainda temos o catalisador da busca por tratar de mulheres africanas em cidades afro-atlânticas, com produções em português. Isso nos chama ainda maior atenção para as ausências femininas que se perpetuam na produção acadêmica internacional.

Pois o cenário que tivemos contato, com as produções analisadas, não era somente dessas deficiências ao tratarmos de mulheres na historiografia tradicional, mas também o de lidarmos com o fato de serem colocadas em espaços secundários mesmo quando deveriam ganhar destaque.

Sabemos da perpetuação de estruturas de produção de histórias feitas, em sua maioria, por homens e mesmo para homens, sendo assim, quando analisamos espaços nos quais as mulheres deveriam ganhar evidência, como casos de sucessão por matrilinearidade ou responsabilidades econômicas, elas são, na maioria das vezes, citadas quase que nominalmente, fazendo com que o aparecimento delas seja algo que beira a personificação de feitos.

Todo o nosso trabalho nos serviu para pensarmos como a presença das mulheres na bibliografia em português, ainda nos é apresentado como um campo que está se iniciando, mesmo que não seja uma temática nova. Porém, a análise dessas produções conta com exceções, como o caso do campo acadêmico estadunidense, no qual os estudos de História da África estão sendo levados por um novo viés, nomeado *Africana Studies*, no qual acaba-se levando em consideração os olhares e produções africanos para pensar a história. No entanto, ainda lidamos com intervenções europeias, pois a forma como construímos nossos olhares históricos academicistas ainda partem de bases eurocêntricas. Sendo assim, perpetua-se a questão de como ficará a análise das presenças femininas, se ainda lidamos com influências historiográficas que perpetuam a base tradicional.

“Gênero como uma categoria de análise útil para a História da África”

Flávia Gomes Chagas

Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
flaviagchagas@gmail.com

Resumo: Este breve estudo pretende iniciar uma discussão acerca da utilidade, e também da necessidade de se ter o gênero como categoria de análise e não apenas como campo complementar à historiografia generalista, onde se cria um campo de estudo demarcado e separado das discussões historiográficas. Se utiliza, aqui, a história e a historiografia africanista como campo de estudo da História que se beneficiaria imensamente de análises que contassem com o gênero como categoria. Além de pretender demonstrar como ambos os campos historiográficos se cruzam em seus objetivos teórico políticos de demarcar o sujeito e produzir um conhecimento posicionado acerca de seus objetos e produtores.

Palavras-chave: África, Gênero, Historiografia.

De certa forma, a historiografia africanista surgiu a partir de uma demarcação intelectual crítica e contestadora. Utilizando a coletânea “*História geral da África*”¹ como marco da expansão e da explícita criação de uma historiografia africana para além dos centros de estudos africanos diversos. Percebemos que tal empreendimento tem forte caráter contestatório à noção do senso comum de que a África não tem história. Pela organização editorial de seus oito títulos, mais marcadamente da explícita colocação do continente sob jugo colonial a partir do século XIX, percebe-se o confronto com a historiografia eurocêntrica. Tal perspectiva, marcadamente hegeliana, determinava a história da África como a história de europeus em solo exótico.

Na clássica análise historiográfica de Carlos Lopes em “*A pirâmide invertida*”², tal momento eurocêntrico, que de fato é a história do europeu em solo africano, é o momento da *inferioridade africana*. Os agentes históricos são restritos por limitações de raça, classe e gênero, limita-se, então, ao Homem Branco dominante, exclusivamente. Este agente histórico, mesmo que limitado, é construído como universal.

Se seguimos utilizando as categorias de Carlos Lopes, temos a segunda corrente da historiografia africanista, o momento em que os historiadores insistiam que África tinha, sim,

¹ Coleção “História geral da África” organizada pela UNESCO, composta de oito volumes, organizados em: Volume I: Metodologia e Pré-História da África; Volume II: África Antiga; Volume III: África do século VII ao XI; Volume IV: África do século XII ao XVI; Volume V: África do século XVI ao XVIII; Volume VI: África do século XIX à década de 1880; Volume VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 e Volume VIII: África desde 1935

² LOPES, Carlos. *A Pirâmide Invertida - historiografia africana feita por africanos*. In Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África. Lisboa: Linopazas, 1995, pp. 21-29.

história, de *superioridade africana*. Para tal, historiadores africanos e africanistas se apropriavam de conceitos externos ao contexto africano, propriamente dito. A dimensão política de uma história propriamente africana não se perde, mas ao manter a mesma base de experiência e expectativas europeias se mantem as mesmas, onde se mobilizam raça, gênero e classe como categorias de um sujeito universal, além dos temas que continuam a ser aqueles caros a historiografia tradicional. Exponentes de tal corrente, são justamente os primeiros volumes da “*História Geral da África*”.

Adiante em sua análise historiográfica Carlos Lopes trata de um momento de *emoções controladas*, um esforço de “afinar as técnicas, conhecer as tendências transnacionais, e quebrar as barreiras e tradições impostas pelas línguas oficiais”, a fim de tratar de uma história africana em seus próprios termos, dar agência ao africano em categorias africanas.

Seria o momento de dar voz a novos personagens e não renegar passagens desconfortáveis do continente, a fim de conhecer mais profundamente o passado africano em seus termos. Essa nova historiografia permitiria o uso de novos conceitos, novas fontes e novos personagens históricos, teoricamente. É estranho pensar que neste momento se questione, pois, as categorias de classe e raça da história mais tradicional, mas não a de gênero. Que exista uma preocupação em dar voz e agência aos que foram historicamente silenciados, mas só quando esses são identificados como figuras masculinas.

Bonnie Smith em “*The Gender of History*”³ faz uma discussão que me parece pertinente. Smith diz de uma imagem de história profissionalista, profissional no sentido de análise despida de sentimentalismo ou posicionamento político, é cara ao imaginário do historiador, como quando Febvre diz que olha para a história vê somente a história. É novamente a crença em um mitológico sujeito universal, que somente o historiador deslocado de suas experiências e ideologias poderia alcançar.

Smith trata, metaforicamente, do espelho da história, que erguido ao passado reflete somente eventos do passado, mostrando a realidade, sem sentimentos ou imaginação. Entretanto, o sujeito que segura o espelho é sempre um homem, visto que a simbologia do espelho na mão de uma mulher é notavelmente diferente, ligada à vaidade, à superficialidade e, finalmente, à falta de racionalidade de um suposto caráter feminino, inepto às análises racionais, necessárias ao fazer histórico.

³ SMITH, Bonnie. *Gênero e história*. Homens, mulheres e a prática histórica. Trad. Flávia Beatriz Rossler. Bauru, SP: EDUSC, 2003, p.13-85.

É o que Smith diz ser o gênero contra a verdade universal, ao que se estende dos produtores de conhecimento, significados como menos capazes de produzir “verdade histórica”, devido à sua necessária deslocação do sujeito capaz ideal, um intelectual racional, apolítico e desprovido de opiniões acerca de fatos. Além desse sujeito, capaz e possível, ser estendido a agentes históricos presentes nas narrativas históricas. Categorias presentes também na historiografia africanista, mesmo quando esta sofre das mesmas desconfianças de capacidade de produzir conhecimento válido que a dita “história das mulheres dos anos 70 e 80”, no que se diz ao seu caráter notavelmente político e deslocado do sujeito universal ideal.

Percebe-se uma confluência nos objetivos desses dois movimentos de contestação da escrita tradicional da História. Segundo Joan Scott “Muitos daqueles que escrevem a história das mulheres consideram-se envolvidos em um esforço altamente político, para desafiar a autoridade dominante na profissão e na universidade e para mudar o modo como a história é escrita”⁴, objetivo em comum com historiadores de África de uma nova corrente historiográfica. A utilização das análises que o conceito de “gênero” permite, parece então, natural em uma história autodenominada militante, que não se acanha de parecer política.

O grande desafio parece ser utilizar o conceito em análise de fontes referentes a sujeitos virtualmente inexistentes ou secundários em fontes primárias, suporte necessário para a concepção de história como disciplina ainda largamente utilizada. A discussão é recorrente e procura uma possível solução metodológica para historiadores que defendem a utilização de fontes disponíveis para a História da África, fontes europeias em sua maioria, na escrita de uma história africana de fato.

Segue-se o desafio teórico metodológico de se utilizar fontes europeias para se dizer de sujeitos africanos. Entretanto, existem evidências de história, da realidade histórica africana, nos relatos de viagem, como defende Sílvio Marcus de Souza Corrêa em seu artigo “*Evidências de História nos relatos de viajantes sobre a África pré-colonial.*”⁵ Os relatos não são, afinal, autopsias do real, mas construções de uma narrativa com filtros culturais do autor com base no real, como qualquer fonte o é. A polifonia, utilizando-se o conceito de fontes dialógicas presente nos relatos, torna possível fazer uma história de personagens pouco presentes ou totalmente silenciados na fonte.

⁴ SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p.65-98.

⁵ CORREA, Sílvio Marcus de Souza. “Evidências de história nos relatos de viajantes sobre a África pré-colonial,” *Aedos*, vol. 1, n. 1, 2008 p. 11-20.

Utilizar o gênero na perspectiva de este ser mais um filtro cultural, mais um filtro de linguagem do europeu no que se diz das suas próprias construções sociais e culturais, e no que o viajante vai entender como gênero nas sociedades que descreve em seus relatos, se encaixa perfeitamente no que Joan Scott configura como uma categoria útil para a análise histórica:

Esse tipo de interpretação torna problemáticas as categorias “homem” e “mulher” sugerindo que o masculino e o feminino não são característicos inerentes e sim construções subjetivas (ou fictícias). Essa interpretação implica também que o sujeito se encontra num processo constante de construção e oferece um meio sistemático de interpretar o desejo consciente e inconsciente, referindo-se à linguagem como um lugar adequado para a análise.⁶

É de fato um desafio tratar do que chamamos de “mulheres” como categoria engendrada e construída, tanto por análises europeias quanto pelas construções locais africanas, sendo que estas poucas vezes aparecem nas fontes. Uma possibilidade, além de se fazer um estudo extenso sobre os silenciamentos das fontes, mesmo que dialógicas, parece ser o estudo sobre práticas religiosas e sociais presentes, no que se diz da boa morte e, portanto, da boa vida e das categorias que se deveriam seguir para a ordem social.

Nesse sentido, temos em Butler⁷ que o gênero é performativo, construído a partir de práticas e imaginários que não existem a priori, de fato, uma construção histórica onde o feminino ou masculino são construídos no que são vividos, de acordo com as categorias sociais e comportamentos específicos determinados historicamente. Se é possível mapear quais são as práticas e os papéis esperados do masculino, podemos ter quais são as práticas esperadas do feminino, quando as categorias “homem” e “mulher” são vistas como complementares. Torna-se então claro o uso da categoria de gênero e não de “mulher” necessariamente, uma vez que a análise parte de como o feminino é construído, performado, especificamente.

Torna-se também necessário entender as práticas e papéis esperados para o feminino e, em última forma da mulher, no contexto europeu, para se decodificar o que era esperado da categoria nos filtros culturais específicos das fontes, para que se possa compreender os silêncios nestas e encontrar o que eram as categorias de feminilidade africanas e seus papéis em suas sociedades presentes nos relatos europeus, mesmo que indiretamente.

É importante notar que não se trata de “complementar” uma história com o objetivo último de se alcançar uma verdade histórica finita. É sim, como o próprio ato de fazer uma história

⁶ SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p.71

⁷ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p.15-60.

africana, uma proposta política, de dar agência e protagonismo a personagens que pouco tem papel histórico representado.

Como diz Chambers⁸ ao tratar sobre o atlântico negro, não é o bastante citar mulheres, é necessário contabilizá-las. É de fato entender que mulheres existem no mundo e existiam no passado, até pela obrigatoriedade biológica natural, e entender o papel de agência que elas ocupavam. É importante citar que existem belos trabalhos que tratam de mulheres⁹, sejam em África ou no trânsito atlântico, que mobilizam gênero como categoria, resgatando e ilustrando a agência de figuras africanas. Esses dão voz a personagens historicamente silenciados e demonstram que é possível fazer uma historiografia onde o historiador e seus sujeitos históricos são demarcados com as já ditas categorias de classe, raça e, não menos importante, gênero.

⁸ CHAMBERS, Douglas B. *The Black Atlantic: Theory, Method, and Practice*. In: FALOLA, Toyin; ROBERTS, Kevin D. *The Black Atlantic World*. 1450 - 2000. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press, 2008, pp.151-174.

⁹ Aproveito para dar destaque à obra de Philip Havik que mobiliza largamente os conceitos de gênero e também o trabalho de Rebecca J. Scott que consegue dar voz e protagonismo distinto e mobilizar a importância das permanências culturais fora de Rosalie nação Poulard em “Papeis da liberdade”.

Simpósio Temático 29:

História da polícia, do crime e da justiça criminal no Brasil: perspectivas historiográficas e teórico- metodológicas

Lucas Carvalho Soares de Aguiar Pereira

Doutorando

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

lucaspereirahistoria@gmail.com

Mateus Freitas Ribeiro Frizzone

Mestrando

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) / CAPES

mfrizzone@gmail.com

Proposta do Simpósio:

Desde a década de 1980, historiadores mobilizaram sistematicamente fontes criminais, judiciais e policiais, explorando, primeiramente, a vida social, cultural e política que estaria por trás dessas fontes e, posteriormente, buscando compreender as condições de produção dessa documentação, as instituições e os sujeitos que a produziu, bem como o papel da violência, do crime e da polícia no cotidiano de determinadas localidades e na sociedade em geral.

O objetivo deste Simpósio Temático é promover o encontro de historiadores que trabalham com fontes e temas da polícia, do crime, da punição, da justiça criminal e da violência em diferentes períodos da história do Brasil, estimulando tanto debates metodológicos, como apresentação de resultados de pesquisas. Influenciados por diferentes matrizes historiográficas internacionais, historiadores passaram a trabalhar com diversas fontes e temáticas, que podem ser expressas, resumidamente, nas seguintes linhas:

1) O crime e os criminosos. Variações ao longo do espaço e do tempo. Estudo tanto das práticas sociais e culturais criminalizadas pelo estado como dos grupos e indivíduos que foram historicamente identificados como autores de crimes e como criminosos.

2) As instituições públicas que tratam do crime. Surgimento e o funcionamento de aparatos legais, judiciários, policiais e prisionais como forma de lidar com o crime. Abordagens das normas legais, com ênfase na história do direito ou dos projetos de racionalização estatal envolvendo essas instituições. Abordagens de história social e/ou cultural dos agentes que participam dessas instituições: juízes, carcereiros, policiais, defensores públicos, etc.

3) A formação das polícias como instituições públicas e como parte da história da formação do estado. Análise dos projetos, objetivos e diferentes modelos policiais – que não se resumem no objetivo de “combate ao crime” – bem como das condições cotidianas e da vida social e cultural constituída entre os sujeitos que formaram os diferentes grupamentos policiais.

4) As representações sociais a respeito do crime, do criminoso, da polícia e do policial tendo como fonte principal a imprensa, mas também a literatura, as memórias, a música e outras formas públicas que produzem explicações e imagens partilhadas sobre a criminalidade.

5) Formas históricas de punição, o nascimento das prisões e das penas, o cotidiano e as memórias de presos e responsáveis pela administração das prisões.

O juízo de paz de Dores das Conquistas no século XIX: polícia, arbitragem, política e sociedade nos rincões oitocentistas mineiros

Marcus Vinícius Duque Neves

Mestre em História

UFMG

duqueneves@yahoo.com.br

RESUMO: O Juízo de Paz do subdistrito de Conquistas (atual Itaguara-MG) foi criado no ano de 1814 e funcionou durante todo o Período Monárquico, chegando mesmo ao século XX. Dores das Conquistas esteve sob a jurisdição de três comarcas diferentes e três municípios ao longo do século XIX: As Comarcas do Rio das Velhas (Sabará), de Ouro Preto e do Indaíá; e os municípios de Ouro Preto, Queluz e Bonfim. Nesse longo período, as autoridades que passaram por esse Juízo registraram seus afazeres e práticas em diversos documentos de caráter policial, administrativo e arbitral. Essa documentação serve ao historiador, hoje, como uma janela para o microcosmo da aplicação das práticas policiais e arbitrais nos pequenos distritos de paz pelos interiores de Minas Gerais e do Brasil. Para compreender mais profundamente esse microcosmo, esse trabalho apresenta uma discussão de como, nas teorias sobre a natureza e a aplicação da justiça que vigoravam no século XIX, o juízo arbitral de caráter conciliatório, costumeiro, prático e rabular era proposto e instituído nos rincões distantes das vilas e cidades, seguindo as formulações das práticas portuguesas do século anterior, onde as autoridades deviam se guiar em precário equilíbrio por princípios gerais e velhas fórmulas de proceder da cultura jurídica portuguesa, abandonando ou recriando formalidades e procedimentos. Com o mesmo intuito de clarificar os recônditos da prática policial no âmbito dos distritos de paz, analisamos o papel das autoridades em caráter precário nas pequenas jurisdições criminais, no mundo rústico dos desclassificados, escravos africanos e crioulos, rábulas e potentados do interior e suas relações recíprocas, assim como as constantes intromissões políticas ou regulatórias dos poderes superiores Provinciais e das Secretarias da Corte, que determinavam os níveis de controle e cuja correspondência e pedidos inquietavam o funcionamento do Juízo de Paz. Nos aspectos institucionais, analisamos brevemente as dimensões políticas e a influência dos poderes na prática policial e judicante do Juízo de Paz, através de comparações das experiências do período em que vigoraram mandados eletivos para as autoridades dos distritos e subdistritos (entre 1824 e 1840), com os modelos impositivos que dominaram os outros períodos (1814-1823 e 1841-1889).

PALAVRAS-CHAVE: Polícia, Arbitragem, Conciliação, Juízo de Paz.

Preliminares de uma pesquisa: o acervo do Juizado de Paz e outras fontes

A pesquisa que originou essas linhas se baseou na experiência da produção de um inventário preliminar dos documentos relativos ao Juizado de Paz do distrito de Dores da Conquista, atual município de Itaguara – MG, que funcionou entre os anos de 1827 até os anos iniciais do século XX. De suas atividades surgiu um acervo que se encontra depositado junto ao Museu Sagarana (MuSa) nessa mesma cidade. A partir desse inventário preliminar, foram pesquisados alguns

documentos em outros acervos e bibliografia relacionada para a confecção de um dossiê. Os trabalhos se processaram ao longo do segundo semestre de 2014 e primeiro de semestre de 2015.

Além dos documentos desse acervo foram consultados parte dos inventários existentes no Arquivo Municipal do Município de Bonfim e, no APM, em Belo Horizonte, os Mapas de População de Bonfim, principalmente o do ano de 1831, além de diversos documentos de outros fundos, encontrados pela busca remota utilizando várias chaves de busca.

No acervo do MuSa os documentos criminais presentes nos registros se distribuem da seguinte forma: 46 autos-crimes; 37 queixas-crimes; 75 autos de corpo de delito; 11 queixas de contravenções; 23 mandados de prisão ou captura; 4 livramentos; 4 termos de bem viver e alguns documentos com assuntos de natureza administrativa, com conteúdo relacionado às formas de proceder, avisos ou ordens relacionados de alguma forma com as atribuições criminais do Juízo de Paz. (Cartas, circulares, ordens ou cópias). Desses documentos, 31 apresentam de alguma forma a participação ou envolvimento de escravizados¹.

Contexto social e criminalidade nas Minas Gerais oitocentistas

Em linhas gerais, a análise de um acervo dessa natureza precisa ser situada em um contexto bibliográfico e de pesquisas similares, porém, isso costuma gerar longos textos. Impossível no espaço disponível, portanto, apresentamos linhas muito gerais.

No caso, a análise preliminar dos documentos afastou parte da bibliografia comumente associada aos crimes de banditismo, já que esses não se apresentaram no acervo. Restaram para análise os sentidos da criminalidade relacionados às desigualdades profundas que estão nas origens da sociedade Mineira. Nessa análise se impõem a escravidão e a desclassificação.

No primeiro caso, a grande população africana presente em alguns distritos interioranos, muitas vezes chegando a quase metade da população total, impõe uma análise diferenciada sobre a forma de lidar com os crimes que envolvem esses escravizados de origem africana em cujas sociedades o crime era tratado diversamente das formas brasileiras, que adquire características próprias no Brasil Colônia, e vai se configurando em instituições ainda mais peculiares com o processo da independência. Esse era o caso do distrito de Dores da Conquista, que possuía, em 1831, uma população de 748 livres e 627 cativos. Entre os livres, dezenas de pardos e africanos forros, e entre os cativos, uma maioria maciça de africanos. Essa configuração populacional é evidente da natureza da ocupação, voltada para a produção para o mercado interno, e a distribuição

¹ NEVES, Marcus Vinícius Duque. *Inventário Descritivo dos Documentos manuscritos e impressos do Arquivo Municipal de Itaguara – Museu Sagarana*. Itaguara (MG): Prefeitura Municipal de Itaguara, 2015.

dos escravos pelos planteis mostra o predomínio de um único grande proprietário, com 105 escravos, seguido de seis plantéis medianos, entre 10 e 40 escravos e o restante entre pequenos proprietários.

Nesse contexto, o aparato de repressão criminal que se delineia durante o século XIX no Brasil independente deve ser visto dessas especificidades: a manutenção da sociedade patriarcal, escravocrata e de referenciais eurocêntricos onde a estrutura herdada da colônia e o combate ao escravismo pelos ingleses produz uma concentração de africanos escravizados e trazidos em modo de urgência para o recém-independente país, sobretudo para as lavouras do Sudeste. Essa urgência era então justificada na manutenção da parte ainda dinâmica de sua variada economia, que sustentava exportações e um crescente mercado interno ².

A superestrutura econômica paira, assim, sobre as formas que toma a percepção social e legal da criminalidade no Brasil oitocentista. A escravidão e o fenômeno da desclassificação³, como a mostrou magistralmente Laura de Melo e Souza coloca em foco o que se percebe como periférico e perigoso aos documentos oficiais, e especificamente em Minas Gerais, essa superestrutura define diante de uma grande população escrava e um grande percentual de desclassificados, os locais pretensos para a criminalidade: a senzala, o quilombo e a vadiagem (que inclui a quase totalidade de índios e mestiços).

O início do século XIX em Minas é marcado pelo retorno de inúmeras autoridades de origem europeia aos seus países de origem e pelo aumento do fluxo de africanos escravizados, o período que vai do final das guerras napoleônicas, passando pela Independência do Brasil, até o início do Período Regencial foi de insegurança e preocupação com os rumos dos aparatos repressores e modelos institucionais.

Ainda vivo, o medo das revoltas negras se infiltrava nas discussões políticas sobre segurança nas Províncias com maior número de africanos escravizados, principalmente em Minas Gerais e na Corte. A precariedade dos nacionais, que se apresentavam em diversas comarcas pelos interiores, para ocupar os cargos policiais era clara e suscitava discussões sobre como adotar uma estrutura que aproveitasse da melhor forma possível uma descentralização compatível com os poderes locais, e um mínimo de controle, ou antes, homogeneização, dos procedimentos ditos ‘civilizatórios’ em

² VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça – Minas Gerais, século 19*. Edusc/Anpocs, 2004.

³ SOUZA, L. de M. e. *Os desclassificados do ouro: A pobreza mineira no século XVIII*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2004.

relação às polícias e ao julgamento de crimes e contravenções, além de outras funções de caráter público⁴.

Cotidiano e práticas no funcionamento do Juízo de Paz de Dores das Conquistas

Apesar de ser uma instituição criada ‘de cima para baixo’, os juízos de paz surgiram em um contexto de busca de descentralização administrativa que buscavam estender o poder do estado monárquico conforme uma demanda por policiamento e autoridade de parte de setores das próprias elites regionais. Ela foi exercida não em oposição aos mandonismo desses grupos mas, em geral, de acordo com eles, pois, apesar de eletivo, os cargos eram votados dentro de um sistema eleitoral censitário dominado por poucos eleitores. Assim, o sistema acabava por colocar pessoas dessa própria elite ou de sua confiança na chefia dos distritos e subdistritos. Isso ia ao encontro dos pensamentos dominantes entre as elites locais, e é interessante frisar que a origem da função conciliatória do Juízo de Paz é a mesma do Poder Moderador, que é originária da ideia de uma função conciliatória exercida por um nobre entre nobres, escolhido pelas partes pelo seu senso de justiça. Esse reconhecimento, tendo a justiça como termo aceitável para um certo tipo de liderança, tomou um aspecto legitimador que colocou o ‘mais justo’ acima aos demais de sua classe ou estamento, possibilitando acumulação de outros poderes e funções. A monarquia era um espelho poderoso nas relações paternalistas e autoritárias das elites regionais e locais. Isso refletia em que tal aspecto se reproduzisse e se mantivesse em escalas microsociais, criando cargos eletivos nos mais baixos estamentos, encontrando eco em meio à tradição herdada, parte entre o chamado ‘direito dos rústicos’, bem típico do Portugal medieval, como tão bem ensina Antonio Manuel Hespanha⁵.

Como percebe-se da documentação e confirmam diversos autores, o distrito funcionava como um centro de convergência da vida municipal e da organização judiciária, durante o século XIX. O Código de Processo concedeu poderes amplos para que o Juiz de Paz nos distritos, e mesmo que algumas reformas posteriores tolhessem parcialmente algumas de suas atividades ou lhes incumbisse de mais fardos burocráticos e censitários, o Juiz de Paz podia julgar pequenas causas, e sua função conciliatória tinha um poderoso esteio cultural nas tradições.

A difusão de ideais novos, porém, ia contra essa tradição, e um republicanismo incipiente pedia instituições mais estáveis e baseadas em um crescente bacharelismo, que se beneficiava de

⁴ ANASTASIA, Carla Maria Juno. *A Geografia do Crime: Violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

⁵ HESPANHA, Antonio Manuel. *Imbecillitas: As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010.

uma visão de progresso institucional que mirava uma vaga noção do que ocorria na França, Inglaterra e Estados Unidos, típicas nações-modelo no ideário brasileiro do século XIX.

Mesmo que houvesse juizes elogiáveis pela sua retórica, conhecimento e respeito às leis, entretanto, a falta de cultura jurídica de alguns dos juizes e subdelegados era muito clara e começou a tomar um viés negativo ao longo do século XIX. A nova sociedade, onde uma incipiente opinião pública se formava através dos principais jornais, e que desejava em grande medida um novo parâmetro de civilidade não aceitava bem esses juizes não togados e suas atribuições começaram a ser questionadas, culminando na retirada de parte de suas responsabilidades por uma lei de 1871.

Contexto geral das sucessivas divisões policiais e administrativas

Em 1832 o Curato do Bonfim foi elevado a Paróquia e o Curato de Conquistas ficou sendo uma de suas Capelas filiais, instituindo ali as funções cartoriais que dariam ensejo ao futuro Juízo de Paz laico. Em 1840, pela lei n. 184 de 3 de abril, sancionada pelo então Presidente da Província, Bernardo Jacintho da Veiga, elevou-se à Paróquia o Curato de Piedade dos Gerais, desmembrado da freguesia do Bonfim, e que compreendia as capelas do rio do Peixe e das Conquistas. Assim, é possível que parte dos assentos de nascimento e óbito desse período, esteja ainda nos livros paroquiais de Piedade dos Gerais⁶.

Em 1855 foi promulgada a Lei n. 719, que dividia a Província de Minas Gerais em 18 Comarcas e 52 Municípios, com mais de 200 freguesias. Segundo afirmação de Halfeld e Tschudi, o número de freguesias se alterava todos os anos, à medida que novas paróquias eram criadas pela Assembleia Provincial⁷.

É necessário neste ponto, explicar um pouco de como se dividiam as competências e a organização administrativa no século XIX, para melhor entendimento:

A Província tinha um Conselho Provincial para tratar dos seus negócios, desde a Constituição outorgada por D. Pedro I em 1824. Com o Ato Adicional, de 1840 esse Conselho foi substituído por uma Assembleia Provincial dotada de maiores poderes e receitas próprias, dando vazão ao sentimento autonomista que cresceu no período das Regências e que produziu certo medo de um retrocesso com a decretação da maioria de D. Pedro II, então com 14 anos. O Ato

⁶ O Universal, ano XVI, n.64 de 29/05/1840 p. 1.

⁷ HALFELD, H.G.F & TSCHUDI, J.J. von. *A província brasileira de Minas Gerais*. Trad. de Myriam Ávila. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

Adicional era, portanto, fruto de um acordo de manutenção de certos direitos de autonomia em troca do apoio das Províncias à Maioridade⁸.

Querendo fortalecer o poder monárquico, os conservadores, liderando o chamado *Regresso*, editaram a *Lei de Interpretação do Ato Adicional*, de 1841, além de aprovarem uma *Reforma do Código de Processo Criminal* e reestabeleceram o Conselho de Estado na Corte, com poderes sobre o jovem Imperador e sobre as Assembleias Provinciais recém-criadas, retirando-lhes parte de sua autonomia. Todo esse movimento tinha o intuito de retirar as liberdades que o Ato Adicional, conquista liberal, resguardava. Não aceitando tal atitude, os Liberais, fortes em Minas Gerais, eclodiram a Revolução Liberal, em 1842, derrotada pelas forças Governistas Conservadoras⁹.

O sistema de justiça e polícia locais, no período de 1824 até 1840 era eletivo, composto por Juízes, Juízes de Paz, Delegados e Subdelegados, por meio de eleições próprias. O Código de Processo Criminal acabava com esse processo eletivo, determinando a nomeação dos chefes de polícia nas Províncias pelo Ministro da Justiça, e delegados e subdelegados nomeados pelos Presidentes de Província, pela indicação dos chefes de polícia. Assim o Ministro da Justiça passava a controlar toda a máquina policial, do Governo Monárquico até o Distrito¹⁰.

A estrutura administrativa da Província de Minas Gerais no século XIX monárquico mudou inúmeras vezes, sendo, portanto, impossível resumi-la extirpando-lhe em seus detalhes. Porém, grosso modo, havia *Secretarias de Governo*, *Tesouraria Provincial*, *Diretoria de Obras Públicas* e *Força Policial*. Também havia uma *Inspetoria de Instrução Pública* que foi crescendo com o passar dos anos. Por vezes as *secretarias*, que concentravam o grosso do trabalho administrativo, se dividiam em *seções* com funções específicas ou, muito raramente, uma *seção* (divisão de menor tamanho que as secretarias) aparecia como auxiliar direta de algum órgão específico do Governo¹¹.

Entre 1876 e 1877, uma época muito profícua, com a inauguração da Escola de Minas em Ouro Preto e outras reformas positivas, na gestão presidencial do Barão da Vila da Barra, a administração provincial tinha duas diretorias e cinco seções, além das outras instâncias citadas no parágrafo anterior¹².

⁸ TORRES. João Camilo de Oliveira. História de Minas Gerais. Vol. III. 2ª ed. Belo Horizonte: Difusão Pan-Americana do Livro, 1971, 677-678.

⁹ IGLÉSIAS, Francisco. *Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835-1889)*. Rio de Janeiro: MEC, 1958.

¹⁰ TORRES. História de Minas Gerais. p. 742.

¹¹ TORRES. História de Minas Gerais. p. 742.

¹² TORRES. História de Minas Gerais. p. 742.

Todas as Seções produziram documentação presente no acervo do Juízo de Paz de Dores das Conquistas, que se encontra, hoje, sob a guarda do Museu Sagarana, em Itaguara.

A 1ª Seção da 1ª Diretoria cuidava das eleições gerais, provinciais e municipais; do culto público e cultos acatólicos; da catequese; das petições de graça, dos recursos à Coroa; dos agentes consulares; das naturalizações; da fazenda geral; da mineração e terrenos diamantíferos; das terras públicas; dos montes de socorro, das caixas econômicas e casas de penhores; do comércio, agricultura, indústria e artes; do elemento servil; do sistema métrico e dos correios.

As funções da 2ª Seção da 1ª Diretoria (Negócios da administração geral com sede na Província), órgão do governo - de que há profusa correspondência no acervo de documentos do Museu Sagarana (MuSa) - era gerir a magistratura e administração da justiça; polícia; conflitos de jurisdição; saúde; assistência; títulos, condecorações, honras e distinções; divisão administrativa, judiciária e eclesiástica; estatística de diversos dados, inclusive as criminais e judiciais.

A 3ª Seção da 1ª Diretoria lidava com a Força Pública Geral (Exército); Guarda Nacional; alistamento militar para o Exército e Armada; obras militares; colônias militares, armazéns e depósitos de guerra; institutos de artífices militares.

A 1ª Seção da 2ª Diretoria, que tratava de negócios propriamente provinciais, cuidava da instrução pública, dos ofícios de justiça, da Assembleia Provincial, das estradas de ferro, da Força Pública Provincial (polícia), da navegação e canalização de rios; das obras públicas, do ementário e índice alfabético de todas as leis e regulamentos provinciais, da desapropriação por utilidade pública.

Na 2ª Seção da 2ª Diretoria estava a Fazenda Provincial, - depois erigida em diretoria à parte, em 1887, com suas próprias seções - e as câmaras municipais, da colonização, das cadeias e prisões, dos presos pobres, das loterias, dos cortes de madeira, dos estabelecimentos pios e de beneficência, dos compromissos de irmandades e confrarias e dos seminários.

Porém, devemos lembrar que as circunscrições de administração municipais e provinciais não coincidiam. Para promover suas competências, a administração determinava divisões territoriais para atuação de seus subordinados de forma não coincidente com os territórios dos municípios e vilas. A administração da justiça era organizada em Comarcas, enquanto os serviços cartoriais eram organizados no âmbito das freguesias e paróquias, dentro das obrigações eclesiásticas. Assim como a administração comum do município era realizada nos âmbitos próprios.

Cada Comarca – em geral batizada com nomes de regiões, rios ou outros acidentes geográficos tanto quanto por nomes de cidades e vilas - era subordinada a um Juiz de Direito e tinha um Promotor Público. O Juiz de Direito devia ser sempre um bacharel formado, ou seja, portador de um diploma de ensino superior, e muitos dos Juízes togados, isto é, formados, na primeira metade do século XIX, ainda tinham estudado em Coimbra. Já os municípios, tinham como autoridade superior um Juiz Municipal, que por vezes era também o Juiz de Órfãos, além de possuir um Delegado de Polícia. As freguesias tinham, em 1855, quatro Juízes de Paz e um Subdelegado de Polícia. Eles eram apoiados pelos Inspetores de Quarteirão, que funcionavam como uma espécie de policiais de subdistrito, que podiam intervir contra crimes que estivessem ocorrendo em suas circunscrições territoriais, com apoio de moradores a quem convocavam para ajuda-los nas prisões em flagrante. Se o crime já tivesse ocorrido, eles apenas comunicavam, imediatamente, ao Subdelegado ou ao Juiz de Paz. Estes deveriam, então, ordenar as diligências necessárias, como a nomeação de peritos para realizar os Autos de Corpo de Delito; as Citações de Testemunhas; as Citações dos Réus (ex officio ou pelo pedido da vítima ou autor); ou ainda expedir os mandados de prisão ou captura, estes últimos no caso de escravos fugidos; além de outras diligências menos usuais¹³.

Os delegados e subdelegados eram subordinados ao Chefe de Polícia, que atuava na Capital Provincial, no caso, Ouro Preto, e que respondia diretamente ao Governador ou Presidente da Província¹⁴.

As Comarcas tinham competências tanto policial (criminal) quanto civil. Para fazer valer sua autoridade, a Comarca, regida de forma colegiada pelo Juiz de Direito, pelo Promotor Público, o Juiz Municipal e o Juiz de Órfãos, tinha seu corpo de funcionários que se compunha em um Conselho com nove membros e nove suplentes – contando os citados e seus suplentes, além de ter sob seu mando um fiscal e seu suplente para cada um de seus distritos, que davam notícia às autoridades sobre as ações dos Juízes de Paz, que eram eleitos regularmente pelos cidadãos do distrito, assim como sobre as ações do Subdelegado, com seus suplentes, e com eles os já citados Inspetores de Quarteirão¹⁵.

¹³ HALFELD, H.G.F & TSCHUDI, J.J. von. *A província brasileira de Minas Gerais*. Trad. de Myriam Ávila. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998, 132.

¹⁴ HALFELD; TSCHUDI. *A província brasileira de Minas Gerais*. p. 132.

¹⁵ HALFELD; TSCHUDI. *A província brasileira de Minas Gerais*. p. 132.

O Distrito de Nossa Senhora das Dores da Conquista esteve sob a jurisdição de três comarcas diferentes e três municípios ao longo do século XIX: As Comarcas do Rio das Velhas (Sabará), de Ouro Preto e do Indaiá; e os Municípios de Ouro Preto, Queluz e Bonfim.

Entre os documentos da subdelegacia de Dores da Conquista existem alguns documentos muito interessantes, que podem aumentar seu valor explicativo pelo cruzamento de fontes. Entre as investigações de crimes, por exemplo, um chama muito a atenção: sobre o assassinato de Manoel de Sá Fortes Bustamente Nogueira, que tinha sido arrematante de contratos das passagens do Porto Real do Rio das Mortes, nos anos de 1786 até janeiro de 1789. Ele arrematou e pagou 10:201\$000 no primeiro ano de contrato, mas, não temos notícia de como se finalizou¹⁶.

Mandados eletivos (1824 a 1840) e os modelos impositivos (1814-1823 e 1841-1889)

Há diferenças perceptíveis entre as práticas e a presença de diferentes documentos na época correspondente aos mandados eletivos e os dos períodos de mandados impositivos. O primeiro momento, que se conforma no modelo policial impositivo logo anterior à criação do Juízo de Paz com poderes policiais, não há informações diretas, apenas informes vindos de outras fontes fora do acervo do MuSa. Em primeiro lugar, há uma informação de que ali passa um caminho secundário e inseguro, apesar do uso de termos genéricos em cartas de sesmarias, como ‘deserto e devoluto’, que constitui mais uma fórmula cartorial que um estado de fato¹⁷.

É um período que foi pesquisado brevemente, em busca de motivações para a escolha do distrito para estabelecimento de um Juízo de Paz. Esse período é dominado por referências esparsas na região sobre uma insegurança crescente, por vezes citado um esvaziamento de postos de autoridade, ou queda nos efetivos policiais. Talvez isso se relacione à volta de estrangeiros que ocupavam essas posições para a Europa, ou migração para a Corte (RJ). Apesar dos clamores, apenas duas referências sobre crimes foram encontrados para a região próxima. Indicações de um aumento de proprietários podem corresponder a um aumento de população, não confirmado, pela falta de fontes censitárias para esse período. Talvez ainda existam em outros acervos não pesquisados, inquéritos e queixas, assim como dados esparsos para os proprietários e habitantes.

No período subsequente, onde se institui o padrão eletivo dos cargos policiais, a documentação aumenta em número, mas de forma descontínua. Com as amplas funções concedidas nesse período, a documentação transparece as relações econômicas e sociais

¹⁶ AHU – 311-22 fls. 82-84; OLIVEIRA, 1964: 205.

¹⁷ CARRARA, Ângelo Alves. Antes das Minas Gerais: Conquista dos sertões mineiros. In: *Vária História*, Belo Horizonte, vol. 23, n.38. 574-498, jul/dez 2007.

multidirecionais do distrito. Claramente se delinea o tropeiro e questões tipicamente produtivas, e a ação do juizado para dirimir principalmente problemas de vizinhança, roubos de animais, arrombamentos e com alguns crimes relacionados aos escravos de proprietários da região. As amplas funções esbarram nos costumes do mandonismo local. Há conflitos com o Juízo de Paz e terceiros: correspondência de 1832 mostra embates entre uma autoridade local e o Juiz de Paz e seu suplente, e o fazendeiro e capitão da Guarda Nacional, Custódio Nogueira Penido, já com 71 anos, recém afastado da mesma função de Juiz de Paz¹⁸.

No terceiro período, onde novamente são instituídos os mandados impositivos, após a reforma de 1841, as atribuições mais delimitadas e aumento das cobranças dos poderes centrais, representados pelos ofícios das diversas secretarias e da correspondência com a sede da Comarca de Bonfim se multiplicam no acervo. São perceptíveis picos de violência e aparecem crimes arrombamentos de casas comerciais a partir de meados da década de 1860. A qualidade dos relatos, testemunhos e outros documentos redigidos para compor os processos, assim como sua extensão aumentam, dando conta das exigências das autoridades da cabeça de Comarca, em Bonfim.

O empenho em desarmar a população de armas ‘ofensivas’ (armas de fogo) aparece em diversos documentos, assim como para restringir o porte de armas brancas pelos escravos e restringir sua circulação. Reaparecem conflitos de autoridade. Parece haver tensão quando são chamados grandes proprietários a testemunhar em crimes cometidos pelos seus escravos ou contra estes. Muitos outros integrantes da família do Capitão Custódio Nogueira Penido aparecem nos anos subsequentes, inclusive o Juiz de Bonfim, José Ignácio Nogueira Penido. O quadro dá ensejo às dores de um distrito que cresce rapidamente e no qual aumenta o trânsito de forasteiros, com criminalidade relacionada, inclusive diversos crimes sem autoria conhecida.

Concluindo, as linhas gerais dessa pesquisa preliminar apontam para uma profícua possibilidade de análise qualitativa, e comparativa a outros acervos similares existentes em diversos municípios de Minas Gerais.

¹⁸ O Capitão Custódio Nogueira Penido era proprietário de diversas fazendas e de um plantel local com 36 escravos, registrados no Mapa de População de 1831. Duas filhas suas, casadas, possuíam mais 9 escravos, residindo em casas separadas na mesma fazenda, e seu filho, mais 10 escravos, em fazenda contígua à sua. O total de escravos do plantel familiar era, portanto, de 55 escravos, o segundo maior do distrito. O Capitão era possuidor de outras propriedades em outros distritos, inclusive em outros municípios, seu plantel, portanto, era maior.

Simpósio Temático 30:

Dimensões do Mundo Rural: Territórios, gentes e suas lutas (Séculos XIX e XX)

Henrique Dias Sobral Silva

Mestrando

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

henriq_sobral@hotmail.com

Max Fellipe Cezario Porphiro

Mestrando

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)/ Bolsista CAPES

max_fcp@hotmail.com

Proposta do Simpósio:

O simpósio pretende integrar pesquisas sobre questões teóricas e estudos de caso que comportem questões voltadas à compreensão do mundo rural a partir da estrutura agrária brasileira. O objetivo é debater pesquisas que se dediquem a processos sociais vistos sob a ótica da História agrária renovada, redimensionando a influência de fatores ditos externos, legais, macroeconômicos ou macro políticos, tradicionalmente vistos como os motores das transformações no mundo rural.

Destarte, serão privilegiadas comunicações que se dediquem ao mundo rural em diferentes abordagens, com foco em reflexões sobre territórios, usos de terras coletivas, usos e costumes no campo, a relação entre direitos de propriedade e proprietários, formas de dominação, ação e resistência camponesa. Tendo prerrogativas os trabalhos com temporalidades referentes aos séculos XIX e XX, independente da curta ou longa duração, na História do Brasil. Ademais, estimulam-se apresentações de conceitos e técnicas de pesquisa, tecnologia de pesquisa para a área e abordagens pedagógicas que integrem o ensino às problemáticas em tela.

Assim, confiamos na importância do debate sobre o mundo rural, visto que comporta aspectos acadêmicos e sociais. Primeiro, pela renovação das pesquisas na área, somado a um esforço de integração com o direito e as ciências sociais. Segundo, a questão agrária, na atualidade, ainda gera sobreposições de direitos e carrega rastros de luta e violência, sendo um tema de relevo na construção de uma história engajada. Distante da utopia da revolução que não ocorreu, mas no

sentido atribuído pelo historiador Eric Hobsbawn (1998), de uma história comprometida com as problemáticas de seu tempo.

Considera-se ainda que o Simpósio exposto se filia à renovação da agenda investigativa da temática ocorrida nos últimos anos. Essa tarefa tem sido encampada especialmente pelos pesquisadores da Rede Proprietas e do Núcleo de História Rural, que reúnem historiadores orientados pela professora Márcia Motta (UFF). Ao reunirmos pesquisadores dedicados aos estudos sobre o mundo rural, será possível revalorizar especificidades e contribuições a problemáticas clássicas e atuais dessa área. Por fim, a proposta representa uma oportunidade para compartilhar experiências dando lugar ao caráter experimental da pesquisa em história, debatendo, aprendendo e sugerindo metodologias consolidadas ou em construção, contribuindo com o crescimento da reflexão sobre a História Agrária e Rural no Brasil.

Mediadores e camponeses: militância experimental e identidades em construção no movimento de luta pela terra na região da Baixada Fluminense (1950-1964)¹

Felipe de Melo Alvarenga

Graduado em História
Universidade Federal do Rio de Janeiro
f.m.alvarenga@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar a relação de identidade construída entre o militante comunista Bráulio Rodrigues da Silva e o Partido Comunista do Brasil (PCB) nas suas memórias, quando atuou enquanto mediador dos conflitos fundiários que começaram a se materializar na região da Baixada Fluminense no final da década de 1940 até inícios da década de 1960.

Palavras-chave: Identidade; Militante comunista; Partido Comunista do Brasil (PCB); Baixada Fluminense.

Introdução

Mais de 500 famílias de camponeses do município de São José da Boa Morte, no Estado do Rio de Janeiro, estão ameaçadas de serem expulsas das terras onde trabalham por grileiros gananciosos protegidos pelas autoridades estaduais. Reina um ambiente de terror na região, principalmente em virtude das violências e arbitrariedades cometidas pela polícia estadual a serviço dos grileiros. Mais de 30 famílias de posseiros já foram expulsas das terras que desbravaram e à custa de suor e sacrifício conseguiram lavrar durante vários anos.²

Em 1961, o jornal *Terra Livre* divulgava esta notícia na manchete da sua edição de março, noticiando a situação de angústia vivenciada por diversas famílias de lavradores fluminenses, que logo seriam despejadas pelas forças policiais e pelos chamados “grileiros”, interessados na apropriação daquelas terras, desbravadas e ocupadas durante muito tempo pelos “posseiros”. Quem são os grileiros? Quem estava sendo expulso das terras e por quê? Houve resistência? Estas e outras perguntas só podem ser respondidas se direcionarmos o nosso olhar retrospectivo para a primeira metade do século XX na região conhecida como Baixada Fluminense, localizada no

¹ Este breve artigo é uma versão resumida do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado para obtenção do título de Bacharel em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no ano de 2015. Para mais informações e detalhes dos argumentos apresentados aqui, ver: ALVARENGA, Felipe de Melo. *Memória Militante*. A construção de identidade em relação ao Partido Comunista do Brasil (PCB) nas lembranças de uma militância experimental nos sertões cariocas (Baixada Fluminense, 1950-1964). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

² Jornal *Terra Livre*, 1ª quinzena de março de 1961, nº 98, p. 1.

Estado do Rio de Janeiro, onde se assistiu a uma dinâmica social conflituosa. Quem sabe, poder-se-ia melhor compreender o conteúdo da notícia citada anteriormente a partir destas considerações.

Entre fins do século XIX e inícios do século XX, a região da Baixada Fluminense foi tida como área decadente e abandonada por conta da crise da economia cafeeira e da abolição da escravidão que comprometeram as atividades econômicas que ali tiveram espaço, interrompendo seu “passado de ouro”³. As grandes extensões de terras que constituíam as antigas grandes fazendas de café foram aos poucos sendo desocupadas e desmembradas. Este abandono, acompanhado pelo desinteresse, resultou na insalubridade daquelas terras; muitas delas se encontravam “cansadas” e algumas ainda “alagadas”, com fortes riscos de contaminação e de transmissão de doenças, como a malária, por exemplo.

Porém, mesmo com esta descrição infeliz da condição das terras na localidade da Baixada, presenciou-se a chegada de novos personagens que começaram a ocupar a região entre as décadas de 1920 a 1950⁴. Muitos deles foram atraídos pela possibilidade de cultivar e de estabelecerem posses para o próprio autossustento ou, até mesmo, por oportunidades reais de emprego, como na produção de laranjas em Nova Iguaçu. Segundo Manoela Pedroza:

a noção de ‘decadência’ e de ‘abandono’ da Baixada Fluminense deve ser usada entre muitas aspas. Para outro grupo social, esse ‘abandono’ abriu novas possibilidades de trabalho autônomo, já que o desinteresse dos grandes produtores e proprietários permitia que pequenos agricultores sem posses (arrendatários, parceiros e posseiros) pudessem mais facilmente viver e trabalhar naquelas terras.⁵

Mario Grynszpan chegou mesmo a dizer que a contínua fragmentação das antigas propriedades “abandonadas”, transformadas em lotes menores de acordo com o processo de ocupação da região por estes “posseiros” que chegavam, contribuiu para a diversificação da produção no Estado do Rio, o que potencializou a maior oferta de alimentos, principalmente no setor da fruticultura e da lavoura de gêneros alimentícios.⁶

Mas, a partir do final da década de 1930 e início da década de 1940, a situação mudou. O governo federal, interessado em criar um “cinturão verde” na Baixada com o intuito de abastecer a região metropolitana do Rio de Janeiro e criar condições propícias para uma colonização dirigida

³ Ver: GRYSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, Rio de Janeiro, 1987; PEDROZA, Manoela. *Terra de resistência: táticas e estratégias camponesas nos sertões cariocas (1950-1968)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 2003.

⁴ GRYSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*, p. 38-40.

⁵ PEDROZA, Manoela. “Sanear, despejar, resistir: Revisitando o debate sobre a luta pela terra nos sertões cariocas e Baixada Fluminense nas décadas de 1940 e 1950”. In: *Ruris* (Campinas), v. 4, 2012, p. 106.

⁶ GRYSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*, p. 28-40.

daquelas terras, investiu em obras de saneamento. Contudo, estes investimentos estatais, ao invés de incentivarem a produção agrícola e “absorverem” o fluxo populacional que se esperava, ajudaram a alimentar a especulação imobiliária, que tomou conta da região e acirrou a disputa no que tange à apropriação daquelas terras valorizadas.⁷

Os conflitos de terra na região da Baixada Fluminense começaram a surgir ainda no final da década de 1940 e início da década de 1950. O local foi considerado palco privilegiado de uma mobilização camponesa, mais especificamente, de um grupo de lavradores que reivindicavam a posse de terras que estavam sendo alvo de especulação imobiliária.

Mais do que a Baixada Fluminense, foram as regiões de fronteira as mais afetadas pelo avanço do capital especulativo.⁸ Foi por este motivo que Manoela Pedroza esboçou o conceito de sertões cariocas⁹ para sinalizar justamente aquela região na qual se passava a “linha” que dividia o que era interessante para o Estado e para o capital especulativo-imobiliário do que não era até então interessante, isto é, a região onde se instalaram os posseiros e onde a especulação começou a se fazer presente; foi justamente onde se materializariam os conflitos entre quem já vivia e quem agora queria lucrar.

Uma região que foi considerada “fronteira aberta”, desbravada por homens livres e pobres e posseiros de uma maneira geral, e que sofria os impactos de seu “fechamento” pelos interesses especulativos que buscavam lucrar devido à valorização daquelas terras. Neste sentido, o interesse pelas relações sociais dinâmicas se torna mais profícuo do que o interesse por meras fronteiras fisiográficas/geográficas¹⁰.

Segundo Grynszpan e Pedroza, as décadas de 1950 e 1960 foram significativas, pois durante este período histórico uma classe camponesa-posseira encontrava-se em processo de formação,

⁷ GRYSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*, p. 28-40.

⁸ VELHO, Otávio. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1976.

⁹ PEDROZA, Manoela. *Terra de resistência...*

¹⁰ Um dos primeiros trabalhos referentes ao tema foi o dos geógrafos Pedro Geiger e Myriam Mesquita que interpretaram a extensa região da Baixada Fluminense como aquela compreendida entre as altas encostas da serra do Mar e o oceano. Ver: GEIGER, Pedro & MYRIAM, Mesquita. *Estudos rurais da Baixada Fluminense (1951-1953)*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1956, p. 5. Já Frederico Araújo preferiu utilizar o termo “Baixada da Guanabara”, compreendendo aquela região que se situava no entorno da cidade do Rio de Janeiro, da malha e da fronteira urbanas. Ver: ARAÚJO, Frederico. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara (1950-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 1982. Mario Grynszpan mobilizou genericamente o termo “Baixada”, já que segundo ele, a Baixada Fluminense tinha uma conotação urbana, abrangendo bairros com características bem diversas. Ver: GRYSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*... Já Leonardo Soares dos Santos resgatou o termo “nativo” e de época – sertão carioca – que compreendeu a zona rural da cidade do Rio de Janeiro (o que corresponderia aos bairros da atual Zona Oeste da cidade). Ver: SANTOS, Leonardo Soares dos. *Um Sertão entre muitas certezas: a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro (1945-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da UFF, Niterói, 2005.

constituindo-se como classe social¹¹. As identidades se construíram de maneira conflituosa, mas não deixando de ser um processo de caráter relacional: de um lado, os posseiros ameaçados de expropriação, de outro, os chamados grileiros interessados na apropriação daquelas terras.¹²

Foi por conta desta inserção política do campesinato fluminense que se tornava cada vez mais “visível” na localidade em questão que a imprensa começou a noticiar casos de conflitos fundiários nos sertões cariocas. Grupos e partidos políticos de matrizes ideológicas diversas se direcionaram para a região a fim de disputar a representação política deste grupo de lavradores que lutavam pela permanência na terra. Um destes atores históricos foi o Partido Comunista do Brasil (PCB), mais especificamente, alguns militantes comunistas que começaram a atuar neste território com o intuito de mediar as lutas pela terra que se travavam. Estes eram os chamados mediadores que buscavam representar o campesinato fluminense.¹³

Segundo Grynszpan, se travou uma verdadeira disputa pela representação política para falar para/pelo campesinato fluminense em luta pela terra nestes sertões. Quanto mais se disputava esta representação, ou melhor, o monopólio da representação do mundo social destes lavradores mais ligada aos interesses de quem buscava realizar este trabalho representativo¹⁴, mais as lutas se radicalizavam no território em estudo. A dinâmica de formação da classe camponesa produziu rearranjos e instabilidades no campo da política e das forças sociais presentes. Não foi à toa que o autor disse que a Baixada era um verdadeiro “barril de pólvora” prestes a explodir a qualquer momento.¹⁵

Isto se traduziu nas pressões das bases camponesas e nas organizações dos lavradores: as resoluções espontâneas tiradas do próprio movimento camponês muitas das vezes ultrapassavam os limites programáticos estabelecidos pelos mediadores. Um reflexo disso se materializou nos conflitos internos entre o Partido Comunista do Brasil (PCB) e a sua militância.¹⁶

¹¹ THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Volume I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹² GRYSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*...

¹³ Outros agentes sociais também se tornaram presentes: a Igreja Católica e os Círculos Operários Fluminenses (COF), a figura do ex-deputado udenista Tenório Cavalcanti que aspirava se tornar governador do Estado do Rio de Janeiro, as Ligas Camponesas fluminenses, o governo estadual com seu Plano Piloto de Ação Agrária (PPAA), o governo federal, principalmente na época do mandato de João Goulart (1961-1964), com a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) interessada na desapropriação das terras para fins sociais, entre outros. Ver especialmente o capítulo 4 intitulado “As forças em cena”. In: GRYSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*, p. 222-285.

¹⁴ BOURDIEU, Pierre. “Une classe objet”. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 17-18, novembre, 1977. La paysannerie, une classe objet, p. 2-5. Tradução livre de Felipe Aguiar Damasceno.

¹⁵ GRYSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*, p. 365.

¹⁶ GRYSZPAN. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*, p. 365.

Tendo em vista esse contexto e conhecendo essa bibliografia, a inquietação desta pesquisa foi “despertada” na leitura dos livros de memórias biográficas dos militantes comunistas que atuaram na região. A problemática que me chamou a atenção na leitura destes relatos de memória foi a relação de identidade construída em relação ao Partido Comunista do Brasil (PCB) nas lembranças da militância das décadas de 1950 e 1960, quando estes militantes realizaram o trabalho político de organização e de mediação das lutas pela terra na Baixada Fluminense.

Os pesquisadores que trabalharam com o tema da mobilização camponesa fluminense trataram as memórias destes militantes comunistas e os seus depoimentos de maneira bastante instrumental. É interessante notar que as passagens e os “ditos” dos militantes foram citados simplesmente para exemplificar alguma luta e/ou conflito de terra. Em alguns casos, as memórias foram mobilizadas como recursos meramente descritivos de tais lutas pela terra.

Por este motivo, justifica-se esta pesquisa no sentido de complexificar a relação de identidade entre o militante e o seu Partido construída nos relatos de memória destes indivíduos. Pelo caráter “recortado” deste artigo, focalizaremos somente a trajetória de Bráulio Rodrigues da Silva¹⁷.

Como aporte teórico para esta questão busca-se analisar o objeto de estudo apontado anteriormente a partir das discussões sobre a relação entre a memória e a identidade e a importância das memórias subterrâneas e individuais que se opõem à memória oficial (neste caso, institucional do Partido Comunista do Brasil), significativas para problematizarmos o processo de construção e de “arrumação” das lembranças destes indivíduos no que tange a sua identidade em relação ao PCB.¹⁸

Outra contribuição teórica pode ser mobilizada nos âmbitos desta pesquisa, principalmente no campo da história social inglesa, com as considerações do historiador britânico Edward Palmer Thompson: as noções de experiência e agência humanas nos auxiliam a interpretar como os

¹⁷ Ver: SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*. Seropédica: Edur UFRRJ, 2008. Na minha monografia, analiso mais dois casos: o de José Pureza da Silva e o de Lyndolpho Silva. Ver os livros de memórias: PUREZA, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982; CUNHA, Paulo Ribeiro (org.). *O camponês e a história. A construção da Ulta e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira, 2004. Ver também capítulos 1 e 2: ALVARENGA, Felipe de Melo. *Memória Militante...*

¹⁸ Ver: POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. Tradução de Dora Rocha Flaksman. Rio de Janeiro: Revista *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15; POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. Tradução de Monique Augras. Edição de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Revista *Estudos Históricos*, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Ver também: CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. 1ª edição. Coimbra: Quarteto, 2001; TRAVERSO, Enzo. *O passado: modos de usar*. Lisboa, Edições Unipop, 2012.

militantes viveram suas vidas e racionalizaram suas ações de acordo com sua própria consciência e a partir da reflexão do que acontecia a eles e ao seu mundo.¹⁹

Entender como eles pensavam e como eles agiam pode também ser produtivo para os fins desta pesquisa, assim como resgatarmos estas experiências para complexificarmos a interpretação que “liga” diretamente o militante ao seu partido, a mediação concreta dos conflitos às orientações partidárias e a teoria à prática social do indivíduo.

O militante “sem ficha”: repressão e trauma na militância de Bráulio Rodrigues da Silva²⁰

Bráulio Rodrigues da Silva, nascido em 1923 na cidade de Januária, no norte de Minas Gerais, ingressou na Juventude Comunista na década de 1940, alegando não ter “feito ficha” no Partido. É interessante pontuar que esta lembrança do “ingresso informal” no movimento comunista e o “fato de não ter tido ficha” no Partido irão se repetir ao longo de seu relato, mesmo recordando que próximo às eleições de dezembro de 1945 e princípios de 1946 (momento em que o PCB se encontrava legalizado), já havia se filiado ao Partido.²¹

Por outro lado, na documentação policial do Departamento de Polícia Política e Social (DPPS) do Estado do Rio consta que Bráulio Rodrigues da Silva “em 1952 [foi] registrado no PCB conforme a ficha de recrutamento Luiz Carlos Prestes” na época em que militava na célula Garcia Lerca, no Comitê Municipal de Barra Mansa, distrital de Volta Redonda²². Mesmo que comprovada a sua filiação por meio destas “fichas” e sua situação de militante orgânico do Partido, há que se compreender a importância e o significado de seu discurso, visto que “revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais.”²³

Foi na segunda metade da década de 1940 que Bráulio Rodrigues se dirigiu ao Estado do Rio de Janeiro, primeiramente para a região de Volta Redonda e, posteriormente, para os sertões

¹⁹ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. Ver também: WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.

²⁰ Ver: ALVARENGA, Felipe de Melo. “Capítulo 3: Memórias de um militante apartidário (trajetória de vida e de militância nos relatos de Bráulio Rodrigues da Silva, 1923-1970)”. In: ALVARENGA, Felipe de Melo. *Memória Militante...*

²¹ SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*. Seropédica: Edur UFRRJ, 2008, p. 15.

²² Departamento de Polícia Política e Social do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1979, página de busca nº 145/78-JSPDN: “Em 1952, registrado no PCB conforme ficha de recrutamento Luiz Carlos Prestes. Pertenceu ao Comitê Municipal de Barra Mansa – distrital de Volta Redonda – célula Garcia Lerca.” In: APERJ. *Prontuário RJ* nº 22.147. No anexo de minha monografia, reproduzi as fotos que tirei das “fichas” de filiação de Bráulio Rodrigues da Silva. Ver: ALVARENGA, Felipe de Melo. *Memória Militante...*

²³ POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio”, p. 12.

cariocas. Foi lá que teve o contato com o movimento de luta pela terra impulsionado pelos lavradores fluminenses, abandonando o trabalho político na cidade que realizava no setor de construção civil.²⁴

Na região de Pedra Lisa, município de Nova Iguaçu, Bráulio Rodrigues da Silva conheceu Zé Matias, um cidadão que estava arregimentando os camponeses para distribuir terras pela região. Ao procurá-lo para ver se conseguia um pedaço de terra, Zé Matias alegou que a ocupação estava lotada, mas se ele frequentasse o lugar, conseguiria algum “pedacinho de terra” com o passar do tempo. Foi frequentando as reuniões, “mas não quis nenhuma especificação de liderança. Ia só para assistir. Entrei quase como clandestino, não a serviço do Partido, mas por minha livre e espontânea vontade, porque saí de Volta Redonda sendo perseguido pela polícia.”²⁵

Bráulio admitiu que o seu papel seria secundário e não dependente dos ditames do Partido. Como a perseguição em Nova Iguaçu era grande, propôs-se a ajudar, “fazendo uma coisa, fazendo outra, mas não como liderança.” Para ele, as lideranças “eram outras pessoas, bem capacitadas na época, como o Zé Matias”.²⁶ Eximir-se-ia assim do papel de porta-voz e de líder camponês e construiria sua militância a partir do âmbito das suas possibilidades, mesmo que na clandestinidade.²⁷

Logo quando começou a “ter certa liderança ali” foi novamente preso. Segundo o prontuário policial do DOPS, Bráulio Rodrigues foi preso no dia 1º de maio de 1950 e liberado depois de 8 dias. Segundo consta, foi detido e apresentado ao Setor de polícia de Queimados por conduzir faixas alusivas às comemorações do dia 1º de maio, tendo feito pichamentos, distribuição de boletins e colagens de cartazes. Teve, inclusive, “um problema de pulmão, por ter sofrido muita pancada... mas muita mesmo, não estou de brincadeira, não... Cheguei a escarrar sangue.”²⁸ Sua memória condiz com as arbitrariedades e com a violência política específica vivenciada no campo neste período²⁹, tendo que declarar que não mais frequentava as reuniões do ex-Partido para poder ser liberado da prisão preventiva, mesmo reconhecendo “ter sido Militante Comunista do extinto PCB”.³⁰

²⁴ SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*, p. 17-19.

²⁵ SILVA. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*, p. 19.

²⁶ SILVA. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*, p. 19.

²⁷ O'DWYER, Eliane Cantarino. *Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato*. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, Rio de Janeiro, 1988, p. 36.

²⁸ SILVA. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*, p. 20-21.

²⁹ MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. “Dimensões políticas da violência no campo”. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p. 126-141.

³⁰ No relatório de polícia consta que “em 1.05.50 foi detido e apresentado a esse Setor, procedente de Queimados, por conduzir faixas alusivas às comemorações do dia 1º de maio, pichamentos, distribuição de boletins e colagens de

“Em Pedra Lisa só tinha posseiro” e muita mata, pois os proprietários da área (os chamados irmãos Guinle) “largaram aquilo de lado” e as pessoas de Nova Iguaçu começaram a ocupar as fazendas para “tirar lenha para fazer carvão e vender”. Era justamente Zé Matias que arregimentava essas pessoas e distribuía adequadamente as terras, “sem interferência de nenhum partido político, sem interferência de ninguém.”³¹

O problema apareceu quando começaram os atritos com aqueles indivíduos interessados na expulsão das pessoas que lá viviam, os chamados grileiros. A forma de resistência encontrada foram as ocupações de terra que “se garantiam pela nossa força, a força de nós todos, juntos, com facão, com espingarda, com carabina, não sei o que mais. Não tinha nada de apoio por trás, cada um fazia o seu próprio sustento”³²

Bráulio Rodrigues da Silva acabou por construir uma militância “experimental”, que dialogava com as vivências e as expectativas da classe camponesa em formação, compartilhando condições objetivas e subjetivas semelhantes aquelas também “experenciadas” pelos lavradores e posseiros que estavam sendo expropriados das terras. Isto permitiu a construção de uma espécie de negociação “rica” entre aspectos da cultura popular tradicional e rebelde³³ dos posseiros que lutavam pela terra e alguns elementos “modernos” de ação política deste militante que vivenciou outra realidade nas cidades.³⁴ Esta “negociação” contribuiu na formação de uma identidade coletiva junto aos próprios lavradores do campo fluminense, ocorrendo, assim, de modo simultâneo, a instituição e o reconhecimento político deste grupo social e de seus porta-vozes. Segundo Eliane Cantarino O’Dwyer, a hipótese de que estes militantes eram meros executores de uma determinação política do PCB ou que sua escolha como liderança dos lavradores foi consequência de uma mera ação de carácter pedagógico se tornava equivocada, já que a militância exigiu todo um trabalho prático de organização e de mobilização em defesa de interesses comuns dentro dos espaços de deliberações locais.³⁵

A procura por “autonomia” em relação ao Partido foi lembrada por Bráulio em toda a sua memória, mas foi exatamente em 1962, no ano do “racha” do “Partidão”, que Bráulio alegou ter-

cartazes, declarando ainda, ter sido Militante Comunista do extinto PCB, não frequentando mais as reuniões do ex-Partido, tendo sido posto em liberdade em 8.5.50” (Superintendência Executiva do DOPS, nº 2930, de 21.3.67.). In: APERJ. *Prontuário* nº GB 43.477.

³¹ SILVA. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*, p. 21-22.

³² SILVA. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*, p. 25.

³³ Ver: THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³⁴ Ver: PEDROZA, Manoela. *Terra de resistência...*

³⁵ O’DWYER, Eliane Cantarino. *Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato...*

se desfiliado do PCB.³⁶ Contudo, continuou sua militância mesmo após a desfiliação. Mas a desmobilização se tornaria imperante logo após o golpe civil-militar de 1964. Na ditadura militar, Bráulio acabou sendo preso no Dops de Niterói, afirmando que a única tortura que sofreu foi física: “mas não tapa. Só levei choque.”³⁷ Foi exatamente neste momento de suas lembranças que alegou o seguinte:

Eu não era do Partido, eu não tinha cargo no Partido, nunca tive cargo no Partido. Fui para o Partido, mas não tinha ficha no Partido. Membro do Partido eu não era, nunca fui. Nunca tive ficha no Partido, nem aqui nem em Minas, em lugar nenhum, mas era comunista. Fazia tarefa para o Partido, fazia as tarefas que o Partido me dava.³⁸

Muitas vezes, compreender a possibilidade de uma pluralidade de destinos particulares, em função dos recursos próprios que cada ser social possui em determinados contextos, e analisar as estratégias de pessoas comuns que buscavam continuar sobrevivendo a qualquer custo, reintroduzindo noções como a de “fracasso”, “incerteza” e de “racionalidade limitada”, podem ser produtivas para o pesquisador que procura entender o contexto social em que viveram determinados indivíduos imersos dentro de uma teia de relações sociais complexas³⁹, como no caso da repressão e da tortura física durante o período da ditadura militar brasileira.

Estas estratégias, racionalizadas e realizadas no passado, possuem seu reflexo também nas memórias individuais sobre o evento. Como pudemos notar na lembrança citada acima, novamente percebe-se a cristalização de uma memória de “ingresso informal” no PCB, o que legitimaria sua constatação de que “nunca foi do Partido”. Como afirmei anteriormente, Bráulio tinha feito a “ficha” e, inclusive, alegou ter sido “filiado”. De qualquer forma, decidiu “apagar” este documento de sua lembrança, assim como o ato de “fichar-se”.

³⁶ SILVA. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*, p. 41.

³⁷ SILVA. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*, p. 45.

³⁸ SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*, p. 47.

³⁹ Ver: LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: FERREIRA, Marieta Moraes & AMADO, Janaina (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 167-182; REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 15-38.

Outra questão interessante: segundo ele, “O Pureza⁴⁰ era do Partido. Era militante há muito tempo.”⁴¹ Sua estratégia foi reconhecer o outro militante como orgânico desta instituição para se distanciar do Partido, sem ao menos levar em conta as percepções que o próprio José Pureza tinha em relação à “política partidária”, que eram, senão as mesmas, praticamente semelhantes e constitutivas de uma identidade bastante afastada, indireta e autônoma em relação ao PCB.

Considerações finais

Independente das contradições e dos “não-ditos” que ficaram explícitos em seu relato, é interessante avaliar como a repressão e o “medo” da tortura foram elementos decisivos para desconstruir toda uma relação identitária com uma instituição e como ele identificou no “outro” aquilo que ele mesmo desconstruiu para si. Por este motivo, estes indivíduos preferem construir uma memória *enquadrada* a partir de um cuidadoso trabalho de “arrumação” do passado relatado, trabalho este no qual se tornam aparentes processos de seleção, exclusão e silenciamento de alguns fatos/eventos pretéritos.⁴²

No caso de Bráulio Rodrigues da Silva, pudemos perceber que a necessidade de se “afastar” do Partido durante o período da ditadura militar acabou por se refletir nas suas memórias do pretérito, diluindo este “afastamento” em sua trajetória pessoal e de militância, o que comprometeu suas relações identitárias com o Partido Comunista do Brasil (PCB).

⁴⁰ José Pureza da Silva foi outro militante comunista que atuou também nos sertões cariocas durante este período. Interessante é notar que o próprio Pureza também construiu uma identidade afastada e autônoma em relação ao Partido. Segundo ele: “o movimento sindical deve aceitar o apoio e a ajuda de quem quer que seja. A questão é não comprometer a classe com posições político-partidárias (...). Na minha militância fui apenas um companheiro que ajudava os outros, um tarefeiro. Executava as resoluções tomadas pelos camponeses. No Estado do Rio de Janeiro e no Brasil inteiro, jamais houve líder insubstituível. O que fiz junto com os companheiros, outro teria feito do mesmo jeito. Não passamos de uns soldados.” Ver: PUREZA, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982, p. 92-93. Ver o capítulo 1 da minha monografia: ALVARENGA, Felipe de Melo. *Memória Militante...*

⁴¹ SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*, p. 47.

⁴² POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio”. *Op. Cit.*; POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Op. Cit.*

Desafios à posse da terra em um contexto de colonização oficial (Estado do Rio de Janeiro, 1950-1960)

Henrique Dias Sobral Silva

Mestrando em História

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

henriq_sobral@hotmail.com

Resumo: O objetivo dessa comunicação é analisar uma política de colonização agrícola no entorno da cidade do Rio de Janeiro com a Baixada Fluminense, com destaque para os desafios a manutenção da propriedade por pequenos colonos, concessionários de lotes de terra na referida colônia. Nosso estudo de caso privilegia as experiências ocorridas no núcleo colonial de Santa Cruz, em que a política executada pelo Estado, pretendia responder as crises de abastecimento da capital e a indefinição fundiária da região. Entretanto, tal política foi sempre denunciada pelos trabalhadores rurais, não só pela ineficiência do auxílio prestado, mas também pela morosidade na titulação dos lotes, pagos em parcelas, com os rendimentos da produção agrícola e/ou pecuária. Dessa maneira, o objetivo deste trabalho é investigar, sob uma perspectiva Thompsoniana, como se processaram diferentes estratégias e ações de homens e mulheres comuns em seus pleitos na luta pelo direito a terra. Para tal intento, nos dedicaremos à análise de cartas, matérias de jornal e relatórios de instituições públicas na tentativa de mapear o percurso de tais lutas e as táticas dos atores sociais envolvidos.

Palavras-chave: Colonos, Luta pela terra, Rio de Janeiro.

Este artigo consiste em uma exposição dos resultados preliminares de nossa pesquisa de mestrado. Tal trabalho se preocupa com a construção de uma História Social da colonização agrícola e dos colonos no núcleo colonial de Santa Cruz (NCSC), localizado na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, entre 1930 e 1961. Nossa intenção, nesse momento, é investigar como se processaram diferentes estratégias e ações de colonos em seus pleitos na luta pelo direito a terra. Todavia, para adentrarmos na discussão deste artigo vamos primeiro acompanhar a história do NCSC e desses trabalhadores rurais.

O projeto de colonização dirigida pelo Estado que serve de ponto de partida para o estudo deste trabalho foi iniciado no governo Washington Luís, a partir de 1930 teve na figura de Getúlio Vargas e de seus ministros, da pasta do trabalho e agricultura, os representantes das novas diretrizes para a colonização¹. Nesse período, um estado de instabilidade econômica assolava o Brasil e o mundo

¹ O núcleo colonial de Santa Cruz foi criado através do decreto-lei nº19.133 de 11 de março de 1930. Para levar a cabo tal projeto, o governo federal colocou tal tarefa sob a jurisdição do ministério do trabalho (1930-1934), posteriormente o ministério da agricultura (1934-1954). Em ambos, as determinações sobre os núcleos coloniais eram estruturadas pela Divisão de Terras e Colonização (1930-1954) sendo, mais tarde, o órgão incorporado ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), que deteve a organização e administração dos núcleos colonos até o ano de 1964. Cabia a essas instâncias o provimento de assistência infraestrutural para os colonos e suas famílias, além da

impulsionando transformações na indústria e nos setor agrário-exportador. Enquanto o primeiro alavancava o crescimento suprindo necessidades internas, o segundo sofria uma dura retração perdendo a capacidade de gerar divisas e, por sua vez, autonomia, recebendo atenção distinta pelo Estado. Nestas circunstâncias, mudanças nas estruturas administrativas, políticas e econômica foram necessárias no setor agrícola, demandando do Estado a realização de diversas reformas.²

Dentre as alternativas de desenvolvimento para o meio rural a colonização foi um dos projetos incentivados, sendo o NCSC a primeira e maior experiência ocorrida no Estado do Rio de Janeiro. Os desafios a superar, no entanto, eram grandes. Afinal, desde o Império, a região de Santa Cruz vivia um intenso processo de apropriação indébita de terras e por sua posição geográfica, abaixo do nível do mar, seus campos constantemente eram assolados por enchentes³. Na tentativa de prover tal projeto, a União – que já detinha o domínio dessas terras - estimulou o saneamento e o registro de terras, na consolidação de uma zona de abastecimento de gêneros agrícolas para a então capital federal.⁴

Preocupado com a posse da terra, o governo instituiu que a instalação dos camponeses, se daria através da divulgação de edital em jornais de grande circulação e rádios. A seleção privilegiava aqueles que tivessem famílias numerosas, com seus membros em idade ativa.⁵ A instalação dessas se dava mediante a assinatura de um contrato de pagamento das terras, ao valor de dez centavos de cruzeiro por hectare de terra ocupada, com a carência de três anos para o início da quitação das parcelas. No caso de Santa Cruz, esses lotes de terra variavam entre 10 e 20 hectares. Previa-se ainda que quando do pagamento dos lotes e com a emissão dos títulos de propriedade definitivos, somada a uma manutenção das unidades agrícolas com independência dos órgãos federais, seria considerada a emancipação dos núcleos, sendo as terras reintegradas à jurisdição e dinâmica dos municípios do qual faziam parte.

Para a viabilização desse empreendimento, o aproveitamento da mão de obra de agricultores se converteu numa condição inexorável. Tal política era direcionada para trabalhadores rurais sem terra,

responsabilidade pela indicação de um administrador que teria entre suas atribuições a condução organizativa do projeto, garantindo a boa relação entre os colonos e a venda da produção nas feiras e mercados previamente escolhidos.

² LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra Prometida*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

³ LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Guanabara*. 2. ed. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1948.

⁴ Especialmente na região da Baixada Fluminense, área entre a cidade do Rio de Janeiro e a Serra do Mar, que ocupa a banda ocidental da baía de Guanabara e que durante as décadas de 1930 e 1940 recebeu um amplo programa de saneamento ambiental promovido pelo governo Vargas. Sobre a polissemia do conceito de Baixada Fluminense, pode-se consultar maiores informações em: SILVA, Lucia Helena Pereira da. De Recôncavo da Guanabara a Baixada Fluminense: leitura de um território pela história. *Recôncavo Revista de História da UNLABEU*, Nilópolis, ano IV, v. 3, n. 2, p. 47-63, 2013. Sobre a política de saneamento: FERNANDES, Leonardo Jefferson. *O Remédio Amargo: as obras de saneamento na Baixada Fluminense 1890/1950*. 256 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, 1998. 244 p.

⁵ Ver: Decreto-lei nº 6.117, de 16 de dezembro de 1943.

funcionários públicos aposentados e estrangeiros, japoneses e austríacos em especial.⁶ Como agentes fundamentais da colonização, esse mosaico de camponeses passaria a contribuir com a arrecadação para o mercado interno e tomariam parte da execução de tal projeto.⁷

Exposto esse contexto, o eixo analítico que influenciará de forma direta a divisão deste artigo, será a luta pela terra. Para isso, mobilizaremos como fontes: cartas, memoriais e reportagens de jornal além de artigos e leis, disponíveis na Hemeroteca Digital da *Biblioteca Nacional* (HDBN), no *Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro* (APERJ), nos Anais da Câmara do Senado Digital (CSD) e no *Núcleo de Orientação a Pesquisa Histórica* (NOPH). Com isso, procuramos penetrar as relações sociais de camponeses pobres lançando olhares horizontais, privilegiando suas táticas e estratégias, e verticais, em suas relações com o governo federal e suas instâncias de poder.

Com a intenção de melhor delimitarmos esse artigo, abordaremos (1) o significado do segundo governo Vargas para o campo e a colonização (2) as táticas e estratégias dos colonos na luta pela terra (3) Ao fim, acreditamos que seja possível vislumbrar um panorama da luta dos colonos com base em algumas discussões do historiador Edward Palmer Thompson.

Quando o “Pai dos pobres” diz não: O segundo Governo Vargas e os colonos do núcleo colonial de Santa Cruz

O retorno de Getúlio Vargas à presidência foi marcado por uma votação de 48,73% no pleito de 1950, isso animou os colonos de Santa Cruz, haja vista, a imagem cristalizada do presidente benevolente e atencioso criada ainda nas décadas de 1940.⁸ Em sua plataforma de campanha, entre outros pontos, prometera a execução da reforma agrária⁹. Essa seria acompanhada da adequação do uso da terra a uma finalidade social em que previa-se o financiamento de pequenos produtores rurais, somado ao incentivo às cooperativas através de linhas de crédito no Banco do

⁶ Para maiores informações sobre os grupos estrangeiros que compuseram a colonização na região, pode-se consultar: SOUZA, Sinvaldo do Nascimento. *Singularidades da educação na colônia agrícola japonesa de Santa Cruz*. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Niterói, 2005, 180 p.; ALONSO, Denilda Martinez. Alguns aspectos geográficos do município de Itaguaí. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano IV, v.1, n. 7, p. 232-255, jul. - set. 1960.

⁷ Importante ressaltar que apesar da instalação do primeiro núcleo colonial em 1930 e da execução dessa política com constantes decretos sobre tal pauta, somente em 1943, através do decreto-lei nº 6.117 tal projeto recebeu a institucionalidade que carecia. Sendo consolidadas as legislações e atos acerca da colonização no país.

⁸ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

⁹ Levantamos quatro discursos do presidente em que a Reforma Agrária fora discutida ao longo do segundo governo. As análises apontam que a menção ao termo era feita especialmente em datas comemorativas, o que logicamente forjava uma maior atenção ao discurso presidencial e as plataformas explanadas. Acerca do projeto, ele era aventado como alternativa de ocupação para algumas regiões, especialmente na Amazônia, e constantemente encontrava-se em estado de estudo e avaliação por instâncias subordinadas à presidência. Podem-se consultar maiores informações em: VARGAS, Getúlio. *Discurso de Ano Novo*. Rio de Janeiro, 31 dez. 1951; VARGAS, Getúlio. *Discurso de comemoração do dia do trabalhador*. Rio de Janeiro, 1º mai. 1952; VARGAS, Getúlio. *Discurso no Palácio do Catete, em solenidade comemorativa do pleito eleitoral que três anos antes reconduzira Vargas à Presidência da República*. Rio de Janeiro, 3 out. 1953.

Brasil. Além dessas promessas de campanha, o candidato angariava as atenções e ânimos dos mais pobres, especialmente dos trabalhadores rurais, através da promessa de extensão dos direitos trabalhistas aos camponeses.¹⁰

No bojo dessa discussão sobre o campo, fora proposto pelo deputado Getúlio de Moura um dispositivo que autorizava o governo a expedir os títulos de posse dos lotes de terra dos três núcleos coloniais no entorno do distrito federal.¹¹ Em meio a esse debate, em julho daquele ano, ainda no governo Dutra, votou-se na Câmara dos Deputados e do Senado a proposta que autorizava o governo federal a expedir títulos definitivos de propriedade aos adquirentes de lotes nos dois núcleos referenciados.¹² Somente Ferreira de Souza, senador pelo estado do Rio Grande do Norte, combatera a proposta. Para o senador, os prejuízos com as enchentes de janeiro e fevereiro de 1950 ainda não haviam sido superados além do governo não ter indenizado os colonos. Terminando seu discurso dizendo que “Dar-lhes, de mão beijada, aquelas terras, seria absurdo”¹³.

Como se acompanhado das impressões do senador, em fevereiro de 1951, na mesa de despachos o presidente Vargas utilizara seu primeiro veto a um projeto de lei do Congresso Nacional, exatamente aquele voltado à expedição de títulos definitivos aos colonos. O presidente afirmara que a execução de tal lei cederia lugar a especulação. Vale lembrar que a emissão dos títulos de propriedade, por lei, era também a emancipação do núcleo, que ainda que legislativamente executada em 1949, não garantiria os títulos aos ex-colonos.

Refletindo sobre a atitude de Vargas, acreditamos que havia por trás do veto um sentido moralizador do projeto, sendo a justificativa presidencial pautada na alegação de que a lei desvirtuaria as finalidades da colonização, mas não só. Caso dispuséssemos de mais espaço, acreditamos que essa análise demandaria uma interpretação gramsciniana, a partir do conceito de Estado Ampliado, em que seria

¹⁰ REGAL, Débora Kfuri. *Getúlio Vargas volta ao Catete: a estratégia de propaganda varguista nas eleições de 1950*. 385 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2007. p.69.

¹¹ Para além do núcleo colonial de Santa Cruz, o de São Bento (município de Duque de Caxias) criado a partir do decreto nº 22.226, de 14 de dezembro de 1932 e Tinguá (município de Nova Iguaçu) criado através do decreto nº 2496, de 14 de março de 1938. Podem-se consultar análises sobre essas experiências de colonização em: SOUZA, Marlúcia Santos de; GONZAGA, Marisa. As políticas ruralistas instituídas no atual território do município de Duque de Caxias (1900-1961). *Revista Pílares da História*, Duque de Caxias, ano X, v. 10, n. 08, p. 58-70, out. 2011; MOREIRA, Marcelo Ipanema. Tinguá: uma experiência de colonização orientada. In: II SIMPÓSIO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR, 2º, 1962, Curitiba. *Anais do II Simpósio de professores universitários de História do Ensino Superior*, Curitiba: ANPUH, 1962. p. 311-318.

¹² CSD. *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. VIII, ano de 1951. Rio de Janeiro, Câmara do Senado/Departamento de Imprensa Nacional, 1951. p.45.

¹³CSD. *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. VIII, ano de 1951. Rio de Janeiro, Câmara do Senado/Departamento de Imprensa Nacional, 1951. p.47.

possível mapear as mudanças da direção intelectual e moral nos aparelhos hegemônicos do governo Vargas em sua passagem entre as décadas de 1930 e 1940 ao governo democrático de 1951¹⁴.

Logicamente, a conformação e reconfiguração dessa burocracia, junto a sua polifonia de discursos e interesses, ao longo desses períodos dariam novas tonalidades à política de colonização, conduzindo-a através de projetos específicos e, em muitos casos, particulares a uma fração da burocracia, mais ou menos adepta às demandas dos colonos. Em meio a esse imbróglio jurídico e visões dissonantes, importa-nos saber mais sobre a posição dos colonos nesse momento.

Os colonos de Santa Cruz em luta: Formas de ação

Assim, dias após o veto presidencial, uma equipe de reportagem do jornal *Imprensa Popular* esteve no NCSC e comprovou as condições da região. Segundo a matéria e através de dados do Ministério da Agricultura, havia em 1951 na colônia, 760 lotes, dos quais 694 estavam ocupados, 11 reservados, 46 em litígio e 9 disponíveis. Apesar desses dados, os colonos afirmavam que mais de 80% dos sítios encontravam-se abandonados e os demais não contavam com a assistência técnica prometida pelo Ministério da Agricultura, o cenário era composto ainda por canais assoreados e com uma produção agrícola pulverizada em pequenos lotes.¹⁵ Sobre a produção, o núcleo tivera uma queda de 600% na produção agrícola entre os anos de 1944 a 1951.

Estes números contrastam com os fornecidos por Pedro Geiger e Miriam Mesquita que apontam o ano de 1951 “711 lotes rurais medidos, sendo 507 ocupados por 664 famílias”¹⁶, possivelmente essa disparidade, ainda que pequena possa ter relação com as dessemelhanças encontradas também na documentação oficial. Notamos para os anos de 1950 diferenças entre os valores encontrados na documentação produzida pelo Ministério da Agricultura com relação aos da Divisão de Terras e Colonização (DTC) e da administração do núcleo. Situação que mais uma vez pode apontar para interesses divergentes de frações de classe dentro dos órgãos burocráticos gestores do NCSC.

Sobre o veto presidencial, os colonos acreditavam na supressão de informações e em má-fé na exposição das demandas do núcleo ao longo da exposição ao presidente, capitaneada pela DTC. Os lavradores apontam para uma terceira visão sobre a sua conquista, a consequência da emancipação do núcleo. Afirmavam que a manutenção do NCSC ia de encontro aos interesses dos burocratas

¹⁴ GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 8. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

¹⁵ HDBN. *Imprensa Popular*, “Golpe de morte contra centenas de lavradores”, 26 de fevereiro de 1951, edição nº 00628, p. 04.

¹⁶ GEIGER, Pedro Pinchas; MESQUITA, Miriam Gomes Coelho. *Estudos rurais da Baixada fluminense (1951-1953)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1956. p. 155.

da DTC, visto que geograficamente Santa Cruz era o núcleo mais próximo da capital, sendo a transferência de pessoal vista com maus olhos por aqueles servidores, uma vez que “o pessoal não quer sair do Rio de modo algum”¹⁷.

Segundo as informações, era a divisão que fazia vista grossa a especulação que já adentrava no núcleo colonial. A reportagem da *Imprensa Popular* contabilizara junto aos colonos alguns casos do temido desvirtuamento apontado pelo presidente. A título de exemplo, o colono do lote 71 foi obrigado a executar a venda do sítio por não conseguir saldar uma dívida de Cr\$ 78.000,000, além desse, casos de apropriação indevida se repetiam como a fábrica têxtil de sacaria, instalada no lote 43 em frente ao lote 44 que se encontrava sob a posse de “um ricoço que nunca ligou”¹⁸. Sobre essa situação e a inação da DTC, acompanhemos o relato do colono Francisco Lima Júnior:

Especulações desde o princípio. Lotes que pertencem a ricos que não os cultivam. Vivem abandonados. Os seus proprietários nunca lá apareceram. Ou se o fazem é apenas nos fins de semana. Se isso acontece é justamente por que a Divisão [de Terras e Colonização] assim o permitiu¹⁹.

O colono Francisco Lima Júnior, selecionado em janeiro de 1931, tinha em sua posse os lotes de nº 06, 85 e 186. Essa situação explica-se, pois, segundo os regulamentos, desde que o colono cultivasse um sítio, teria direito a adquirir outro²⁰. O que temos, contudo, é uma crítica ao veto, quando o colono confessa: “Tudo o que ganhei enterrei aqui. Não tirei um centavo para empregar fora dos meus lotes de terreno. Não se justifica, pois, no que me diz respeito, as alegações do veto”²¹.

Contudo, essa situação não os fez parar e em 31 de março uma equipe de repórteres foi ao núcleo realizar uma nova matéria sobre a situação dos colonos do NCSC, dessa vez denominada “A saúva e o instituto: Duas pragas de Piranema”²². A tônica dessa matéria era a possibilidade da perda dos lotes, para o novo órgão gestor da colonização, o recém-criado Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC).

Quem começara a discursar fora o astuto Djalma Ferreira que contara sua pequena aventura na confrontação ao administrador Waldemar Gadelha sobre a possibilidade de perder seu sítio com o crescimento do INIC. O colono narrara da seguinte maneira:

- Que deseja? – Perguntou a mim o administrador do núcleo colonial.

¹⁷ HDBN. *Imprensa Popular*, “Golpe de morte contra centenas de lavradores”, 26 de fevereiro de 1951, edição nº 00628, p. 04.

¹⁸ HDBN. *Imprensa Popular*, “Golpe de morte contra centenas de lavradores”, 26 de fevereiro de 1951, edição nº 00628, p. 04.

¹⁹ HDBN. *Imprensa Popular*, “Golpe de morte contra centenas de lavradores”, 26 de fevereiro de 1951, edição nº 00628, p. 04.

²⁰ Pode-se consultar o regulamento da colonização agrícola em: GEIGER; MESQUITA. *Estudos rurais da Baixada fluminense (1951-1953)*. p.158.

²¹ HDBN. *Imprensa Popular*, “Golpe de morte contra centenas de lavradores”, 26 de fevereiro de 1951, edição nº 00628, p. 04.

²² HDBN. *Imprensa Popular*, “A saúva e o instituto: Duas pragas de Piranema”, 31 de março de 1955, edição nº 1465, Capa.

- Carece dizer que o Instituto em nada auxilia a gente. Não sei o que atrapalha mais, se o Instituto ou se a saúva. E isso de que o Instituto vai tomar nossos lotes só pode ser anedota. No meu lote, estou eu, que tenho umbigo, e mais oito homens, três filhos e cinco genros, saiba disso!
Ele [o administrador] esbravejou, me chamou de audacioso e perguntou quem era eu e qual o meu lote.
- Lote 898. Minha graça? Djalma Ferreira... homem, sim senhor!²³.

De jeito divertido, Djalma após o ocorrido passara a chamar os colegas colonos por “Juarez Távora”²⁴, em referência jocosa ao político que supostamente amparava e garantia seus interesses classistas com a criação do INIC. Segundo seu relato aos jornalistas da *Imprensa Popular* “eles reclamam, indignados quando falo assim”²⁵.

Em 30 de novembro de 1953, foi assinada uma portaria pelo Diretor da DTC determinando uma nova modalidade de solicitação de terras. As futuras concessões deveriam ser feitas somente através de comprovação de capacidade financeira²⁶ e provas de conhecimentos agrícolas²⁷, além da apresentação de plano de trabalho para o lote solicitado. Acreditamos que, essa verdadeira saga burocrática era uma tentativa de barrar a apropriação indevida dos lotes por não agricultores e frear a venda irregular de carteiras de lavradores. Todavia, o que essa medida gerou foi a diminuição dos pedidos de ingresso dos agricultores nos núcleos de colonização.²⁸

Em janeiro de 1958 encontrava-se na Câmara do Senado “dormindo a sono solto”²⁹ a autorização para loteamento da área emancipada do núcleo, projeto esse de 1949. Sendo essa mais uma prova da morosidade com a situação fundiária da região. Devidamente emancipada ou não, o que se notava na região era o aumento da especulação dos lotes, segundo Geiger e Mesquita, nessa porção de Santa Cruz em 1956 um lote era vendido a Cr\$ 300 000, 00, o que demonstra um aumento de 2500% de valorização se comparado ao ano de 1943, em que o mesmo sítio era alienado por Cr\$ 12 000,00.³⁰

No plano nacional, desde agosto de 1954, pairava a instabilidade política e econômica, desde a morte de Vargas acompanhado dos curtos governos de Café Filho e Nereu Ramos. Na

²³ HDBN. *Imprensa Popular*, “A saúva e o instituto: Duas pragas de Piranema”, 31 de março de 1955, edição n° 1465, Capa.

²⁴ HDBN. *Imprensa Popular*, “A saúva e o instituto: Duas pragas de Piranema”, 31 de março de 1955, edição n° 1465, Capa.

²⁵ HDBN. *Imprensa Popular*, “A saúva e o instituto: Duas pragas de Piranema”, 31 de março de 1955, edição n° 1465, Capa.

²⁶ Fornecida por estabelecimentos bancários, comerciais, industriais ou pelas coletorias federais do local em que os futuros colonos residissem.

²⁷ A prova de conhecimentos agrícolas era fornecida pelos postos de colonização, núcleos ou colônias da DTC ou por outras divisões do Ministério da Agricultura, a mesma prova poderia ser executada nas secretarias de agricultura dos estados. Até o fechamento deste texto não foram encontrados os pormenores da referida avaliação.

²⁸ Até o fechamento desse artigo não foi possível averiguar novos editais e convocações de novos concessionários de lotes no NCSC.

²⁹ HDBN. *Correio da Manhã*, “Projetos que estão dormindo no senado”, 01 de janeiro de 1958, edição n° 19868, p. 02.

³⁰ GEIGER; MESQUITA. *Estudos rurais da Baixada fluminense (1951-1953)*, p.66.

tentativa de defesa de seus direitos, os colonos passaram a compor o Movimento Nacional Popular Trabalhista³¹ para o qual enviaram um memorial quando da elaboração do programa do movimento. Os termos do memorial eram os seguintes:

Nós, colonos do Núcleo Colonial de Santa Cruz, Estado do Rio, [...] pedimos que nos sejam dadas, a título definitivo, as áreas de terra que temos em nosso poder e que variam de dez a doze hectares. Temos em nosso poder um termo de posse dado pelo Departamento de Terras e Colonização, que nos foi entregue nos termos do decreto-lei 6.117, de 16 de dezembro de 1943, cujos termos relativos a direitos e obrigações rezam estarmos cientes e entre os quais a obrigação de pagarmos 10 centavos por metro quadrado de terra. Muitos colonos já quitaram com essa obrigação, mas estão encontrando dificuldades em adquirir o título definitivo. Nós os colonos queremos que essa reivindicação seja incluída no [...] Movimento Nacional Popular Trabalhista [...].³²

Meses depois, em 18 de setembro de 1955, no lote 717, instalou-se o comitê “Interpartidário JJ” do Movimento Nacional Popular Trabalhista (MNPT). Sua diretoria seria constituída pelos colonos José Tomás, José Nunes da Silva e Otávio Ferreira, respectivamente, presidente, secretário e tesoureiro. Na presidência de honra, Maurício Antônio da Silva e o ex-prefeito de Itaguaí³³, Vicente Cicarino. A representação do movimento no Piranema tinha como pauta a defesa da posse dos lotes e a reconstrução das pontes.³⁴

Assim, algumas considerações podem ser feitas. Primeiro, em mais um documento coletivo a aparição do termo “nós” como termo unificador dos colonos de Santa Cruz o que mais uma vez nos faz acreditar em uma possível, ainda que pequena e plástica, organização de classe. Segundo, o grau de organização política institucional dos colonos em seu atrelamento a campanha de JK/Jango através do MNPT e com a fundação de um comitê de campanha. De certo, temos consciência da possibilidade de arranjos políticos, especialmente com a presença de ex-prefeitos na organização, contudo, advogamos que esse espaço era essencialmente organizado a partir das demandas dos colonos. Todavia, não sabemos se o memorial foi entregue aos candidatos, o que sabemos é que as demandas dos colonos não foram questões que permearam as pautas dos candidatos vencedores. O que, mais uma vez, não fez os colonos de Santa Cruz desistirem.

³¹ Criado em 1955, foi uma coalização de forças políticas entre PTB e PSD que procurava ser na prática uma base de apoio da chapa presidencial encabeçada por Juscelino Kubitschek e João Goulart. O movimento contou ainda com a participação de sindicalistas urbanos e camponeses, além da atuação do PCB.

³²APERJ. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Polícia Política no Rio de Janeiro. Notação: 151-E. Memorial dos Colonos de Santa Cruz/ Estado do Rio de Janeiro à Comissão Executiva do MNPT. Enviado em 06 de julho de 1955.

³³ Cidade vizinha a capital feral que abrigada a porção norte do NCSC, com a denominação de gleba Piranema e Santa Rosa.

³⁴APERJ. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Polícia Política no Rio de Janeiro. Notação: 150-E. Camponeses de Piranema no MNPT. Enviado em 18 de setembro de 1955.

Essa série de pequenos litígios entre o INIC e os colonos gerou um novo memorial enviado ao presidente Juscelino Kubitschek e outros mandatários³⁵ no qual várias demandas ligadas às terras foram colocadas. Entre as questões aventadas estava a cessão das terras aos pequenos produtores e criadores já estabelecidos no núcleo; ao Prefeito do Distrito Federal solicitava-se a continuação das obras de saneamento e a conservação das estradas nas proximidades do núcleo, há tempos paradas com prejuízos para a lavoura e a pecuária da região.

Os colonos apelavam no memorial ao “elevado espírito de justiça do presidente”³⁶ e declaravam estar à margem do “substancial plano de desenvolvimento econômico ora em curso sob a égide do Governo Federal”³⁷. Pela primeira vez advogavam incentivos à pecuária na região, alegando estarem “desejosos de ampliar suas atividades na indústria do leite, para o que necessitavam de maiores áreas, tendo em vista o pequeno espaço de que dispõem em nossos lotes”³⁸. Por último, voltavam a frisar a necessidade de solicitar junto ao INIC a emissão dos títulos definitivos de propriedades para aqueles que completaram o pagamento das parcelas ao instituto.

Agravada a situação dos colonos, foi noticiado na *Imprensa Popular* que em reuniões feitas entre os colonos de Santa Cruz, fora decidido o envio de memoriais à Câmara dos deputados e aos demais órgãos competentes do governo³⁹. A intenção dos lavradores era divulgar a calamitosa situação que enfrentavam e reclamar ajuda técnica e financeira.

Tendo em conta a possibilidade de um golpe ainda nos primeiros meses após a vitória de JK nas urnas, os colonos enviaram um memorial ao general Henrique Teixeira Lott e ao exército. Em que, solidarizados com o movimento democrático e pedindo providências e a punição dos culpados, mostravam-se convencidos “de que lutando em defesa das liberdades, estamos garantindo um clima mais propício para conquistar nossas mais sentidas reivindicações, como seja a reforma agrária em primeiro plano”⁴⁰.

Mais uma vez sem respostas, no dia 29 de janeiro de 1956, data da posse de Juscelino como novo presidente, compareceram os colonos de Santa Cruz à Câmara dos Deputados com uma faixa com os dizeres: “Queremos títulos de posse definitiva. Mecanização e irrigação para combater alto custo da vida”.

³⁵Entre eles o Diretor da Carteira de Crédito Agrícola do Bando da Prefeitura do Distrito Federal, Faustino Figueira Alvim e para o prefeito Negrão de Lima.

³⁶NOPH. *Memorial dos colonos de Santa Cruz aos mandatários do país*. Sexta-feira, 27 de julho de 1956. Núcleo de Orientação a Pesquisa Histórica, Acervo: século XX.

³⁷ NOPH. *Memorial dos colonos de Santa Cruz aos mandatários do país*. Sexta-feira, 27 de julho de 1956. Núcleo de Orientação a Pesquisa Histórica, Acervo: século XX.

³⁸ NOPH. *Memorial dos colonos de Santa Cruz aos mandatários do país*. Sexta-feira, 27 de julho de 1956. Núcleo de Orientação a Pesquisa Histórica, Acervo: século XX.

³⁹ HDBN. *Imprensa Popular*, Memorial dos colonos de Santa Cruz, 23 de novembro de 1955, edição nº 1666, capa.

⁴⁰ HDBN. *Imprensa Popular*, Memorial dos colonos de Santa Cruz, 23 de novembro de 1955, edição nº 1666, capa.

Após uma década de lutas, somente no ano de 1960 foram concedidos os títulos definitivos de propriedade aos colonos. Longe de ser uma história de vitórias, fica a indagação, como pode o historiador interpretar esses dados sobre a luta dos colonos de Santa Cruz?

Breves conclusões

Em acordo às proposições do historiador inglês Edward Palmer Thompson, defendemos que os colonos tinham manifestações autênticas do seu interesse de classe, não se tratando de simples objetos de cooptação dos administradores tão pouco de lideranças políticas. Existe nas expressões dos colonos de Santa Cruz um grau de cobrança de obrigações legais para com a sua condição de lavradores acrescida da invocação da legislação na legitimação de suas demandas⁴¹. Em nível prático, a falta do título de propriedade, além da precariedade jurídica da ocupação, afetava também possíveis investimentos dos colonos, uma vez que os bancos não concediam dinheiro sem garantias. Assim, distantes dos títulos de propriedade, sem o auxílio governamental e tão pouco a possibilidade de recorrer ao crédito, a manutenção da condição de agricultor passava a ser um desafio.⁴²

Nesse sentido, há uma base moral para a conduta das queixas dos camponeses.⁴³ Acreditamos que está na elevação do descaso dos órgãos responsáveis para com o núcleo, a centelha das reclamações pela titulação. Situação que criava uma atmosfera de concordância de que as atividades não realizadas pelo governo, e que compunham suas obrigações, careciam de prioridade e justiça. Por isso, a potência dos discursos merecem atenção e avaliações mais detidas em futuros trabalhos. Na tentativa de aprofundar a multiplicidade das realidades da ocupação da terra no NCSC, possibilitando uma análise mais ampla sobre os desafios colocados aos pequenos agricultores na manutenção da posse da terra.

⁴¹ THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. 2. ed. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

⁴² Raramente recorria-se às instituições bancárias. As experiências de empréstimos bancários fizeram com que os lavradores dessa região se mostrassem quase sempre reticentes quanto aos financiamentos bancários. Tais agências situavam-se a grandes distâncias, demandando longos traslados; além disso, demandavam fiadores e garantias para a concessão de empréstimos, somam-se a isso eventuais barreiras financeiras e legais colocadas pelas casas bancárias.

⁴³ THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. p.32.

O homem e o campo: estudos sobre Graciliano Ramos e Juan Rulfo

Marcos Vinícius Gontijo Alves

Graduado em Licenciatura

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, FAFICH – UFMG

mvhistoria@ufmg.br

RESUMO: O trabalho a seguir tem como objetivo discutir as representações do campo e do mundo rural nas obras *São Bernardo* (1934) e *Vidas secas* (1938), do escritor brasileiro Graciliano Ramos (1892-1953), e as obras *Llano en llamas* (1953) e *Pedro Páramo* (1955), do escritor mexicano Juan Rulfo (1917-1986). A partir das perspectivas e métodos da História Intelectual, da História Comparada e das relações entre a História e a Literatura, pretende-se traçar as conexões entre as obras e o processo de modernização que tanto o México, quanto o Brasil, passavam no momento de produção das obras de ambos os autores.

PALAVRAS-CHAVE: Modernidade e modernização, Representações do campo, História da América Latina.

O campo tem suscitado reflexões e preocupações sociais, políticas e econômicas, invariavelmente e não só no Brasil; é objeto de debates e motivo de lutas também no México. A literatura, por sua vez, não poderia deixar escapar aos seus olhos a realidade do campo e sua relação direta ou indireta com a cidade¹. Cabe a nós, portanto, indagarmos sobre que forma a literatura abarcou o mundo rural, como o representou e qual sua relação com a sociedade num lugar e tempo específicos.

Este artigo se dispõe, então, a analisar, brevemente, o campo representado pelos escritores Juan Rulfo, mexicano, e Graciliano Ramos, brasileiro, a partir das obras *Llano en llamas* (1953) e *Pedro Páramo* (1955), do primeiro, e *São Bernardo* (1934) e *Vidas secas* (1938), do segundo escritor. Sempre, é claro, com vistas para o contexto em que as obras foram escritas. Por contexto, entendemos não só a vida do autor, mas também os fatos históricos e a sociedade em que aquele está inserido². Dito isso, apresentaremos um pouco da vida e alguns fatos históricos acerca de ambos os intelectuais e países. Nesse caso, nas décadas de 40 e 50 mexicanas e na década de 30, brasileira, do século XX.

Juan Nepomuceno Carlos Pérez Rulfo Vazcaíno (1917-1986), mais conhecido como Juan Rulfo, foi um escritor mexicano, nascido no estado de Jalisco, México, em um *pueblo*³ muito

¹ WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. 1. ed. Trad. Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

² LaCAPRA, Dominick. *Rethinking the intellectual History: texts, contexts, language*. 1. ed. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

³ Comunidade indígena mexicana, marcadamente camponesa.

pequeno, cerca de dois mil habitantes, chamado Pulco. Seu avô paterno era advogado, e o materno latifundiário. Este, segundo Rulfo, praticamente construíra toda Pulco⁴. Quando criança sofreu a perda de seu pai, mãe, avô e de vários outros parentes ao longo da Rebelião *Cristera* (1926-1928) durante a Revolução Mexicana (1910-1940)⁵. Órfão, Rulfo fora levado para a casa de sua avó, onde morou até os dez anos. Em seguida, fora enviado para um orfanato na cidade de Guadalajara, capital de Jalisco, no qual permaneceu por quatro anos. Mais tarde iniciou os estudos de literatura na Universidad Nacional Autónoma do México (UNAM), e, além de escrever, trabalhou como funcionário público no Instituto Nacional Indigenista, na Cidade do México.

Nascido em 1892 no interior de Alagoas, na cidade de Quebrangulo, Graciliano Ramos teve uma infância conturbada e violenta. Primeiro filho de dezesseis, sofria com a violência paterna, o que determinou a relação ríspida entre o escritor e o pai durante a vida adulta. Em 1895, com o comércio do pai indo de mal a pior, muda-se com a família para a fazenda de seu avô, Pintadinho, Buíque, interior de Pernambuco⁶. Foi prefeito de Palmeiras dos Índios, interior de Alagoas, onde publicou seus dois primeiros livros, *Caetés* (1928) e *São Bernardo*. Fora preso pelos militares, em 1936, acusado de participação na chamada Intentona Comunista, ocorrida em 1935, em relação a qual o escritor, aliás, sempre negou conhecimento sobre sua articulação. Dois anos após sua prisão, já em liberdade, publicou seu quarto livro, *Vidas Secas*.

Agora que temos certa noção das experiências vividas pelos autores é importante que nos detenhamos sobre as obras. *Llano en llamas*, em primeiro lugar, representa não só a questão latifundiária e os problemas vividos pelo *pueblo* com a reforma agrária mexicana [que se dera principalmente durante o governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940)], mas, também, com a miséria; a violência, banalizada por ser habitual; a opressão sofrida pelo homem do campo, não só institucional, como também geográfica, que o obriga a buscar meios de sobrevivência, seja no crime, na prostituição, na fuga etc. Ao mesmo tempo em que a sensibilidade profunda e angustiada do camponês permite o fantasiar da própria dor diante do existir e da terra, na qual a existência está arraigada de forma íntima e carnal.

Por sua vez, *Vidas secas* representa a condição de uma família de retirantes⁷, encabeçada por Fabiano, sua mulher, seus filhos e a cadela chamada Baleia, onde, enlaçados pela escrita de

⁴ Essas informações foram retiradas de uma entrevista concedida por Juan Rulfo, em 1977, ao programa televisivo *A Fondo*.

⁵ CÓRDOVA, Arnaldo. *La Revolución y el Estado en México*. Cidade do México: Editora Era, 1989.

⁶ MORAES, Dênis de. *O Velho Graça: uma bibliografia de Graciliano Ramos*. 1. ed. (rev. e ampl.) São Paulo: Boitempo (edição digital), 2012.

⁷ Situação bastante conhecida e representada, ao menos nesse período, sobre a cultura nordestina e sertaneja brasileiras, a qual se trata de famílias inteiras que abandonam suas casas e terras, levando mudas de roupas e tudo o que podem

Graciliano Ramos, o problema geográfico e social são ligados e conferem significado à realidade do personagem e sua família. Como tão bem analisa Antônio Cândido, “os lances da sua vida são corolários do meio físico e da organização social a ele ajustada”⁸. Fazem parte da mesma moeda, apesar de comporem o lado oposto, *Pedro Páramo* e *São Bernardo*. A primeira obra leva nome do latifundiário; a segunda, do latifúndio. Em ambas, os autores representam o latifundiário como um homem violento e reificado, dono de si, dos outros e de todas as coisas, fora ou ao redor de sua propriedade — exceto pelo fato de serem dominados, por sua vez, pelo desejo de domínio e pela própria ideia e vontade de posse.

A partir das representações do campo encontradas nas obras, na vida dos autores e seus contextos, que, em geral, estiveram ligados à modernidade, como visão de mundo, e à modernização — isto é, por uma série de transformações dos modos de vida, dos aspectos e tamanho da cidade, da velocidade das informações e da locomoção, da produção industrial⁹ —, surge nosso problema: como Juan Rulfo e Graciliano Ramos nasceram no campo, mas que, por outro lado, obtiveram acesso à educação letrada no seio de cidades e que, ao menos por um tempo, desempenharam funções públicas, qual seria a relação desses intelectuais com as representações acerca do campo produzidas pela modernização?

Ángel Rama, em *La Ciudad Letrada*, nos chama atenção para as relações que os intelectuais desenvolvem para com as tradições, devido à modernidade e a modernização:

A modernização executa similares operações em lugares entre si apartados do continente, pois em diversos graus, as culturas rurais golpeadas pelas pautas civilizadoras urbanas começam a desintegrar-se em todas as partes e os intelectuais passam a recolher literaturas orais que estavam em processo de esgotamento¹⁰.

Também contribui para nossa reflexão o trabalho de Durval Muniz de Albuquerque Junior sobre a construção da ideia de Nordeste brasileiro. Este seria,

(...) uma produção imagético-discursiva formada a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente, em relação a uma dada área do país [Brasil]. E é tal a consistência dessa formulação discursiva e imagética que dificulta, até hoje, a produção de uma nova configuração de ‘verdades’ sobre este espaço¹¹.

carregar, para desafiar a seca e o calor escaldante do sertão em busca de uma vida menos miserável. Decisão, inclusive, tomada por Fabiano ao fim da obra, consolidando, por fim, o círculo, representado pela cidade, do sertanejo.

⁸ CÂNDIDO, Antônio. *Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

⁹ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. 1. ed. e reimp. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Editora Schwarcz, 1986.

¹⁰ RAMA, Ángel. *La ciudad letrada*. Montevideo: Editora Arca, 1998. Tradução de minha autoria.

¹¹ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras partes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

O projeto de difusão da “civilização” e expansão dos centros urbanos, somados à modernidade enquanto visão de mundo que não compreende espaço para as tradições, colabora para a ideia de que os costumes mais enraizados e suas práticas estão fadados ao desaparecimento. Daí a necessidade de registrá-los na literatura, para que não se perca a memória desse passado. Em *Pedro Páramo*, Juan Preciado, o protagonista, vagar pelo *pueblo* de *Comala*, descreve sua sensação de estar num lugar que se desfaz no tempo e que somente remete ao passado:

Este *pueblo* está cheio de ecos. De tal forma que parece que estiveram encerrados no oco das paredes ou de baixo das pedras. Quando caminhas, sentes que te vão pisando os passos. Ouves ruídos. Risos. Uns risos já muito velhos, como cansados de rir. E vozes já desgastadas pelo uso. Tudo isso ouves. Penso que chegará o dia em que esses sons se apaguem¹².

Esse *pueblo*, chamado Comala, de origem indígena, explica Rulfo em entrevista ao jornalista Miguel Briante para a revista *Confirmado* em 1968, *Comala*, viria de *comal*, isto é, um recipiente de barro, que é colocado sobre as brasas, para assar as *tortillas*, e acrescenta “o calor que há nesse *pueblo*, é o que me deu a ideia do nome. *Comala*, lugar sobre as brasas”¹³.

Dessa forma, o *pueblo*, tema central em *Pedro Páramo*, para Juan Rulfo, se trata de um lugar seco, inóspito, violento, marcado por tradições que ficaram no passado e que, no mais, fora esvaziado pelo êxodo rural em direção à cidade.

Na mesma entrevista declara: “O verdadeiro protagonista de *Pedro Páramo* é o *pueblo*”, afirma Juan Rulfo. E explica,

O *pueblo* que nunca teve consciência do que podia lhe dar a situação em que estava. Em primeiro lugar, um *pueblo* fértil, cheio de água, de árvores, clima maravilhoso. Como aquela gente deixou morrer o *pueblo*. Como se justificava o querer abandonar as coisas. Suas casas, tudo. Por que não deixado, como quem diz, arruinar todas aquelas terras. Por que outra coisa senão por certos delitos do passado, certas atitudes do passado. Esse *pueblo* foi reacionário sempre. *Cristero*, partidário de Calleja durante a independência, partidário dos franceses durante a reforma, antirrevolucionário quando da revolução. E durante a cristiada, *cristeros*. Então, foi como pagar a culpa, não?

Como se pode notar, na verdade, Juan Rulfo via a região em que nascera, próxima à *Comala*, chamada de *Bajos de Jalisco*, como um lugar fértil, mas o camponês fora incapaz de fazer uso dela.

¹² Entrevista conferida por Juan Rulfo ao jornalista Miguel Briante para a revista argentina *Confirmado* em 1968, Buenos Aires, ano IV. Tradução de minha autoria.

¹³ RULFO, Juan. Entrevista a Miguel Briante, *Confirmado*, Buenos Aires, 1968, ano IV. Tradução de minha autoria.

José Carlos González Boixo nota isso: “Rulfo acentuou, simbolicamente, os aspectos negativos das terras que, em termos reais, não são tão desoladas como aparecem nos contos”¹⁴.

Por quê, então, representa o campo como um deserto, tomado pelo calor e pela seca? Onde os homens estão fadados a se apagarem no tempo, como os habitantes de *Comala*?

A Revolução Mexicana (1910-1940) e os momentos críticos durante seu decorrer, como a *Guerra Cristera* (1926-1928)¹⁵ — que abalou o estado de Jalisco (a Noroeste da Cidade do México), terra natal de Juan Rulfo —; o governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940), responsável pela maior taxa de distribuição proporcionada, embora frágil, pela reforma agrária¹⁶, sobre a qual se refere num de seus primeiros contos — *Nos han dado la tierra*¹⁷ — e, de maneira geral, o campo e a modernização mexicanos nos finais da década de 40 e metade da década de 50, são momentos cruciais à compreensão da obra rulfiana. Foi, inclusive, durante os anos quarenta e cinquenta que Rulfo escreveu seus principais textos, quando os governos mexicanos se impunham como herdeiros da revolução, cujo compromisso seria consolidar as transformações sociais, embora interessados na modernização da sociedade mexicana — iniciada durante o governo autoritário de Porfirio Díaz (1876-1910). Porém, com os olhos voltados para o modelo de desenvolvimento europeu, os governos assumiram a industrialização do país com base na substituição de importação como principal tarefa a se realizar.

A relação de Graciliano Ramos com o campo seria a mesma? O escritor alagoano pensaria, assim como Juan Rulfo, também num desaparecimento das tradições rurais do sertão brasileiro, num desfalecimento do campo e do camponês?

As obras *São Bernardo* e *Vidas secas* representam o campo do latifundiário e do camponês assolado pela seca e pela grande propriedade. Em *São Bernardo*, Paulo Honório, a partir da escrita, lida com seus problemas, enquanto o país passa por uma “revolução” e a grande propriedade permanece. Em *Vidas secas*, após tanto andar, Fabiano segue rumo ao Sul e sonha com o futuro dos filhos e com a velhice numa “terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão

¹⁴ BOIXO, José Carlos González. *La estética del ruralismo en los cuentos de Juan Rulfo*. In: *El cuento hispanoamericano del siglo XX*. Teoría y práctica, Eva Valcarcel (ed.). A Coruña: Universidade, 1997, p. 201-212. Captado em: <<http://hdl.handle.net/2183/9728>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

¹⁵ Ocorrida durante a Revolução Mexicana marcou regiões do oeste mexicano, onde está situado Jalisco. Foi definida pela resistência armada popular e camponesa frente a decisão do Estado de não só afirmar sua laicidade, mas tirar as igrejas do controle dos bispos e padres — muitos foram expulsos do México —, com base na constituição liberal progressista de 1917. Estima-se que a contagem final das vítimas desse conflito totalizou em vinte mil mortos.

¹⁶ Apesar do governo Cárdenas ter realizado a maior distribuição de terras desse período da História mexicana, não deixou de ser apenas quantitativo, pois a terra era de baixa fertilidade e sua localização desfavorável para o cultivo; terras que eram, em geral, próximas a declives, montanhas e lugares secos.

¹⁷ RULFO, Juan. *Nos han dado la tierra*. In: *El llano en llamas*. 15. ed. Introducción de Carlos Blanco Aguinaga. Madrid: Ediciones Cátedra, 2004, p. 37-42.

continuará a mandar gente para lá. O sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, sinhá Vitória e os dois meninos”¹⁸.

Em tempos de modernização e mudanças nacionais, Graciliano Ramos veria outra saída para o camponês a não ser a cidade? Comentando o discurso de Getúlio Vargas, em 1938, diria:

Em discurso pronunciado no dia primeiro de janeiro deste ano [1938] o sr. Presidente da república [Getúlio Vargas] se refere à necessidade de retomarem os brasileiros o caminho do Oeste, aberto pelos desbravadores do sertão. Nenhuma palavra poderia ser mais oportuna. (...) Apontando nossas deficiências, o sr. Getúlio Vargas mostra logo uma série de medidas que devem ser adotadas — e isto nos tranquiliza. O tom do discurso é em geral otimista. Ainda bem¹⁹.

As experiências de Graciliano Ramos no interior de Alagoas, seguidas pela década de trinta, quando Getúlio Vargas, encabeçando uma elite que estava alijada do governo, tomou o poder em 1930 e pôs fim à então chamada República Velha,²⁰ fora um período tumultuado por transformações de caráter nacional. O Brasil testemunhou uma reviravolta que retirava São Paulo e, sobretudo, o sudeste do país do controle das eleições presidenciais, que ficara conhecida como a Revolução de 1930, encabeçada pelo Rio Grande do Sul, terra de Vargas. Este, para contrariedade da elite paulistana, com apoio de outros estados — Minas Gerais e Paraíba —, destituiu o presidente Washington Luís antes que o candidato eleito à presidência apoiado por São Paulo, Júlio Prestes [no qual Graciliano Ramos, aliás, votou²¹], assumisse o cargo, o que findara com a chamada “política dos governadores”, também conhecida por “café com leite”, tutelada no passado pelo presidente Campos Salles (1898-1902), e que fora marcante nos anos seguintes da Primeira República (1889-1930). Desde então, o Estado se afirmou enquanto responsável pela industrialização e modernização do Brasil e sua economia. Os centros urbanos foram, portanto, destino de muitos que partiram do campo à procura de emprego nas indústrias, o que causou o aumento populacional das cidades. Momento, também, de luta e greve pelos direitos trabalhistas, sobretudo influenciadas por concepções trazidas pelos imigrantes europeus. Além disso, testemunhou-se cidades tomadas pelos bondes, estações de trem, telefone e o rádio. Por outro lado, apesar do desenvolvimento urbano e das críticas à primeira república, a estrutura latifundiária e o trabalho camponês em regime servil continuaram para além do fim do período Vargas.

¹⁸ RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 51. ed. São Paulo: Record, 1983, p. 126.

¹⁹ RAMOS, Graciliano. *Linhas tortas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

²⁰ A Primeira República, intitulada após 1930 de “República Velha”, foi marcada sobretudo pelo domínio latifundiário cafeeiro e o acordo político entre as elites governamentais dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, conhecido como “café com leite”, pois a principal produção paulista e mineira era respectivamente o café e o leite.

²¹ MORAES. *O velho Graça*, p. 99.

Dito isso, é importante ressaltarmos que as experiências e perspectivas acerca do rural dos autores são distintas uma da outra, mesmo que, no fim, suponhamos o desejo por parte de ambos os intelectuais de expandir em direção ao campo certos avanços trazidos pela modernização. Em relação a esta, estamos certos de que, ao longo de seu desenvolvimento — que se encontra ainda em processo — sua articulação se dera no seio de uma visão conservadora de mundo e sociedade, o que nos leva a indagar qual a relação entre as obras e as representações incluídas nelas e esse processo de modernização que parte da cidade para o campo. Sem dúvidas, elas chamam a atenção para as experiências negligenciadas por parte da sociedade sobre o campo e o camponês, ao mesmo tempo que, por si só, como escrita, já é uma resistência. Contudo, devemos problematizar até que ponto essa preocupação dos escritores — dois funcionários públicos letrados — pelo campo está ligada ou não há um projeto de mundo e sociedade que, em vias de fato, ignora, quando não age de forma violenta, não obstante as necessidades do campo.

Simpósio Temático 31:

História da Ciência e a construção de um campo de pesquisa: diálogos em torno da saúde, doença e a produção do conhecimento científico

Ana Carolina Rezende Fonseca

Mestre
UFMG
aninharezende@msn.com

Valquiria Ferreira da Silva

Mestre
UFMG
historiaval@hotmail.com

Proposta do Simpósio:

Este simpósio temático pretende promover um diálogo entre estudiosos, pesquisadores e demais interessados que se preocupam em refletir sobre a História da ciência, com especial atenção para os estudos dedicados a pensar a relação entre saúde, doenças e produção do conhecimento científico. A ampliação dos objetos de investigação ocorrida no campo historiográfico, a partir da década de 1970, possibilitou o uso desses e demais temas relacionados à ciência; um lugar de destaque para se compreender aspectos diversos que compõem sociedades distintas em determinadas épocas. Saberes relacionados às práticas de cura (científicos e populares), atuação de boticários, feiticeiros e outros agentes, representações sociais de doenças, ações governamentais acerca de doenças epidêmicas e endêmicas são algumas das abordagens encontradas em dissertações, teses e livros que indicam tanto a relevância do tema, como o seu potencial. Considerando as amplas complexidade e diversidade de discursos e práticas que envolveram os trabalhos voltados para essa temática, seja nos espaços privados ou nos espaços públicos, esse simpósio pretende acolher produções que contemplem uma abordagem histórica da ciência, em especial dos temas relacionados a saúde e doenças, almejando reunir pesquisadores e estudiosos desse campo, contribuindo para o debate e divulgação desses estudos.

Gorilas mais e menos peludos: imagens de gênero nos debates evolutivos da *Progressive Era*

Henrique Rodrigues Caldeira

Mestrando em História

UFMG

henriquercaldeira@gmail.com

RESUMO: A partir de charges, este trabalho analisa representações simbólicas de gênero na cultura científica, mais especificamente no contexto das controvérsias acerca do tema evolução nos Estados Unidos por volta da década de 1920.

PALAVRAS-CHAVE: Evolução, Gênero, Era Progressista.

Introdução

A penetração do evolucionismo na pauta intelectual norte-americana, decorrente da publicação de *A origem das espécies* (1859), forçou as principais discussões filosóficas, científicas e teológicas do país a uma era de grandes tribulações. Entre os naturalistas, tradicionalmente alinhados à doutrina da permanência dos tipos¹ e à teologia natural², a inserção desse novo espécime no *habitat* científico desencadeou o desenvolvimento de uma variedade extravagante de novas ideias e teorias evolutivas, em grande medida antidarwinianas.

Como resultado, especialmente durante a chamada *Progressive Era*³, uma malha grossa de discursos, técnicos e populares, vestiu o tema da evolução. Representações visuais, de diagramas científicos a charges de jornal, foram centrais nessa trama, e revelam de forma especialmente clara diversos elementos cruciais subjacentes à polêmica.

¹ Crença de que as espécies existentes se mantêm estáveis até que uma catástrofe providencial as elimine e novas criaturas sejam introduzidas por criação especial divina. Ver NARTONIS, David K. "Louis Agassiz and the Platonist Story of Creation at Harvard, 1795-1846. In: *Journal of the History of Ideas*, Vol. 66, No. 3, 2005, pp. 437-449.

² Postura consagrada pelo bispo anglicano William Paley (1743-1805), segundo a qual a investigação científica deve servir à glorificação da obra de Deus, especialmente através da busca por evidências de planejamento divino, ou *design*, gravadas na natureza. Ver TOPHAM, Jonathan R. "Natural theology and the sciences". In: HARRISON, Peter (org.). *The Cambridge Companion to Science and Religion*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, pp. 59-79.

³ Na periodização tradicional da historiografia norte-americana, o termo se refere ao efervescente período de 1890 a 1920, marcado pelo ativismo e as reformas políticas decorrentes da industrialização do país.

Esse trabalho, rápido e rasteiro, buscará *analisar e expor*⁴ particularmente um desses elementos: as representações simbólicas de gênero⁵, onipresentes na configuração e comunicação científica. Com sorte, apenas duas imagens, uma charge publicada na revista semanal *Judge*, em 1925, e um cartaz de recrutamento militar de 1917⁶, serão o suficiente para conduzir a discussão.

O homem da caverna (e sua mulher)

Em 1925, John Thomas Scopes, professor de ciências da cidade de Dayton, Tennessee, foi a julgamento por violar o *Butler Act*, lei estadual que proibia o ensino de “qualquer teoria que nega a História da Divina Criação do homem como consta na Bíblia, e de ensinar que o homem tenha descendido de uma ordem inferior de animais”⁷. O evento foi tão popular à época, que um zoológico em Nashville, para dar apenas um exemplo, reportou um aumento de 50% de procura nas semanas que o antecederam. Além disso, o caso foi transmitido ao vivo por rádio, uma excentricidade inédita no país.⁸

A produção de charges no período do julgamento foi naturalmente avassaladora. Uma delas, publicada na revista satírica semanal *Judge* é especialmente rica para a investigação das representações simbólicas de gênero presentes no debate. Nela vemos um homem da caverna acossado por uma mulher cheia de adereços que aponta para um felino pouco amigável. A legenda traz: “Esposa da caverna – Vá em frente, John. Não estou pedindo toda a pele – só preciso de meia jarda.”

⁴ Inspiramo-nos aqui no legado teórico da chamada “segunda onda feminista”, que, nas palavras de Keller visou, entre outras coisas, “facilitar a mudança no mundo da vida cotidiana analisando – e expondo – o papel que as ideologias de gênero desempenham (e têm desempenhado) no esquema abstrato subjacente a nossos modos de organização”. Ver KELLER, Evelyn Fox. “Qual foi o impacto do feminismo na ciência?”. In: *cadernos pagu* (27), 2006, pp. 13-34.

⁵ Gênero será entendido aqui conforme a sugestão clássica de Joan Scott: “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças entre os sexos”. Ver: SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1991. pp. 1-35.

⁶ O tratamento das imagens não será cronológico, apenas temático. As representações simbólicas de gênero destacadas em cada uma delas valem para ambas as datas.

⁷ “[...] any theory that denies the Story of the Divine Creation of man as taught in the Bible, and to teach instead that man has descended from a lower order of animals”. Texto completo disponível no link: <http://law2.umkc.edu/faculty/projects/ftrials/scopes/tennstat.htm> (acessado 28/11/2015).

⁸ MORAN, Jeffrey P (org.). *The Scopes Trial: A Brief History with Documents*. Boston: Bedford/St. Martin's, 2002, p. 1-2.



Figura 1: Charge publicada na revista semanal *Judge*, 5 de setembro de 1925. Fonte: *Judge*, 05 de set. 1925, p. 6.

O “homem da caverna” foi um dos símbolos mais importantes e populares do léxico cartunesco do período. Esse estereótipo, facilmente identificável pela roupa de pele, o tacape e o semblante confuso ou furioso, representava os antepassados humanos por um viés poderoso de gênero. Na charge da *Judge*, o homem parece estar indo caçar, sua roupa de pele lembra um terno e o tacape é seu material de trabalho, análogo mais à maleta do que a uma arma moderna. A mulher, como se segurasse o marido na porta de casa, faz uma última súplica antes de se despedirem. O papel dela, se há algum, é “da porta para dentro”. A divisão sexual do trabalho insinua-se nesse discurso imagético como um dado da natureza, dos paleantropídeos à sociedade industrial norte-americana.

O discurso do macho pré-histórico provedor prevaleceu entre leigos e especialistas até muito depois dos anos vinte. Foi pela década de 1970 que uma alternativa de grande impacto conquistou algum espaço na área. A hipótese da mulher coletora, proposta pelas antropólogas Slocum, Tanner e Zihlman, sustentava que a coleta de forragem entre plantas selvagens pelas fêmeas humanas, e não a caça liderada pelos machos, havia sido a principal fonte de subsistência da espécie no paleolítico. Além disso, ferramentas associadas à coleta e à atuação das fêmeas (cestas, varetas de cavar, tipóias para transportar bebês etc.) teriam sido fundamentais nos primeiros desenvolvimentos culturais da espécie, mas acabaram ignoradas pela velha arqueologia conformada

à imagem do homem provedor/inventor; as ferramentas associadas ao sucesso pela força (machados, projéteis), essas sim, foram consideradas os primeiros sinais de civilização.⁹

As representações simbólicas de gênero da *Progressive Era* sugeriam que não só a organização social e familiar, mas qualquer assunto do enfadonho cotidiano pré-histórico resumia-se a relações de violência macho *versus* macho e macho *versus* fêmea. É o proverbial *might makes right*, o direito feito pela força. Henry Fairfield Osborn, diretor do *American Museum of Natural History* à época do julgamento de Scopes, desenvolveu diversos artigos, panfletos e exposições visando combater essa imagem brutalizada do “homem da caverna”. Neles, Osborn preferiu ressaltar a inventividade das pinturas rupestres e a delicadeza das estatuetas antigas em vez da musculatura do macho pré-histórico ou sua utensilagem de caça. Numa autoavaliação profissional, ele afirmou: “Talvez eu tenha mais orgulho de ter ajudado a redimir o caráter dos homens da caverna do que de qualquer outra conquista minha no campo da antropologia”¹⁰.

De fato, a insinuação de que a violência, a lascívia e a estupidez fossem as constantes do desenvolvimento de nossa “Raça”, e não a razão, a religião e arte, era ubíqua nos discursos evolucionários mais difundidos e motivou os mais desagradados debates entre evolucionistas e fundamentalistas cristãos. Não espanta que nos anos 1920, o termo “homem da caverna” tenha se tornado um jargão popular nos Estados Unidos para designar sequestradores de mulheres. Outro adjetivo bastante popular associado a tais homens foi “gorila”.¹¹

Os grandes primatas (e os enormes)

Num cartaz de recrutamento de 1917, um gorila monstruoso, ao melhor estilo King Kong¹², aparece levando em seu braço esquerdo uma mulher desesperada, totalmente entregue, com os seios expostos e as mãos na cabeça. Na mão direita, a besta traz um tacape como aquele do “homem da caverna” com a inscrição *Kultur*. Um farto bigode germânico e um capacete prussiano com a inscrição *militarism* completam a figura. O símio emerge do Atlântico e já pisa com um dos pés nos

⁹ Schiebinger observa que a importante proposta da mulher coletora deixava passar sem questionamento o pensamento dual tipicamente ocidental, expresso, nesse caso, na aplicação da ideia de uma família nuclear e de uma divisão do trabalho baseada em gênero aos hominídeos do paleolítico. SCHIEBINGER, Londa. “Primatologia, arqueologia e origens humanas”. In: SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru: EDUSC, 2001, p. 261.

¹⁰ “I am perhaps more proud of having helped to redeem the character of cave men than of any other single achievement of mine in the field of anthropology.” CLARK, Constance Areson. “Evolution for John Doe: Pictures, Public, and the Scopes Trial Debate”. In: *The Journal of American History*, Vol. 87, No. 4, 2001, p. 1299.

¹¹ CLARK, Constance Areson. “‘You are Here’: Missing Links, Chains of Beings, and the Language of Cartoons”. In: *Isis*, Vol. 100, No. 3, 2009, pp. 571-589.

¹² O famigerado King Kong foi apresentado originalmente no filme norte-americano homônimo de 1933, portanto, mais inspirado do que inspirador de tal *cliché*.

Estados Unidos. Ao fundo, vemos a Europa arruinada. A guerra finalmente chegou. O cartaz conclama: “Destrua esse bruto insano. Aliste-se.”¹³

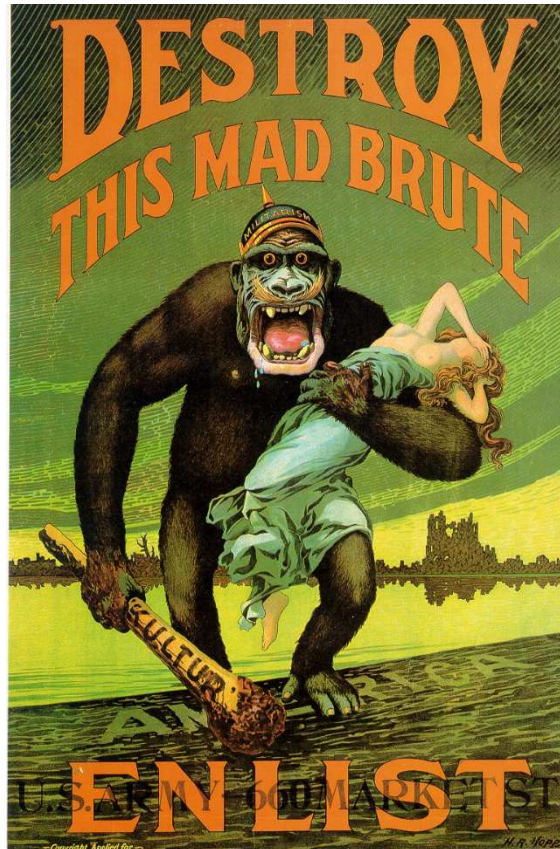


Figura 2: Cartaz norte-americano de recrutamento, 1917. Fonte: Captado em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:%27Destroy_this_mad_brute%27_WWI_propaganda_poster_\(US_version\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:%27Destroy_this_mad_brute%27_WWI_propaganda_poster_(US_version).jpg). Acesso em 02 ago. 2016.

Clark sugere que a mulher no cartaz represente a Bélgica, em alusão direta ao “Estupro da Bélgica”, como ficou conhecida a ocupação alemã no país¹⁴. Seja como for, o que importa é que a representação de homens e símios abduzindo donzelas, geralmente acompanhada pelo imperativo masculino de salvá-las, foi uma marca persistente nos discursos imagéticos da época. Pelo menos dois eixos podem ser facilmente identificados nessas poderosas representações: a fragilidade e dependência inerente da mulher; e a natureza atávica da violência e devassidão masculinas.

¹³ “Destroy this mad brute. Enlist.”

¹⁴ CLARK. “You are Here!: Missing Links, Chains of Beings, and the Language of Cartoons”. p. 582.

Quanto ao primeiro ponto, para evitar uma paráfrase frouxa, cito integralmente a análise de quadro mais geral feita por Joan Scott sobre as metáforas de gênero na “alta política”:

As relações de poder entre as nações e o estatuto dos súditos coloniais se tornaram compreensíveis (e, portanto, legítimos) em termos de relações entre masculino e feminino, a legitimação da guerra – sacrificar vidas de jovens para proteger o estado – tomou formas diversificadas, desde o apelo explícito à virilidade (a necessidade de defender as mulheres e as crianças, que de outra forma seriam vulneráveis) até a crença no dever de que teriam os filhos que servir aos seus dirigentes ou rei (seu pai), e até associações entre masculinidade e potência nacional.¹⁵

No caso do cartaz, o discurso de mulheres a perigo intensifica-se ainda mais na presença da palavra *Kultur*, gravada no símbolo máximo da dominação pré-histórica masculina, o tacape. No contexto da Grande Guerra, o termo alemão remetia os norte-americanos diretamente às ambições expansionistas do país, não só geográficas, mas artísticas e filosóficas. Entre os “perigos” da *Kultur*, destacava-se o materialismo fatalista da teoria evolutiva. Os discursos antievolucionistas da época eram explícitos quanto à íntima relação da ideia de Darwin com o vitalismo dionisíaco genocida alemão¹⁶. A vitória da “ética evolucionária” significaria o triunfo da lei dos brutos, uma degeneração rumo à velha anarquia dos símios, onde as fêmeas não têm vez.

Quanto ao outro ponto, isto é, a herança inelutável da violência e lascívia humanas, devemos pelo menos mencionar o quanto essa ideia foi influente nos desenvolvimentos da antropologia e de seu espelho distorcido, a primatologia¹⁷. Schiebinger observa que a imagem de “primatas engajados numa guerra hobbesiana de todos contra todos, uma visão plena de implicações sombrias para a natureza humana” triunfou até pelo menos a década de 1970¹⁸. Os babuínos, primatas realmente agressivos e devassos para nosso gosto vitoriano, foram os preferidos para atuar no papel de fósseis vivos em nosso teatro evolutivo. Espécies menos belicosas, como os bonobo, ainda teriam que esperar muito para receber alguma atenção dos especialistas.

Conclusão

A reificação de identidades e comportamentos foi conduzida em ritmo industrial durante o metódico século dezanove e seus prolongamentos no vinte. O ídolo da objetividade, especialmente na biologia experimental, conformou e foi conformado, em um ciclo pouco virtuoso, por metáforas

¹⁵ SCOTT. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. p. 27.

¹⁶ Ver EKSTEINS, Modris. *A sagração da primavera: a grande guerra e o nascimento da Era Moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

¹⁷ Para a relação entre antropologia e primatologia nas décadas iniciais do século XX, ver HARAWAY, Donna. *Primate Visions: Gender, Race and Nature in the World of Modern Science*. Nova York: Routledge, 1989.

¹⁸ SCHIEBINGER. “Primatologia, arqueologia e origens humanas”, p. 246.

de gênero que não se apresentavam como tais, mas como conhecimentos positivos, estruturantes de um discurso limitador e exclusivo. Como escreveu Scott, as “afirmações normativas dependem da rejeição ou da repressão de outras possibilidades alternativas [...] A posição que emerge dominante é, apesar de tudo, declarada a única possível”¹⁹.

Com sorte, analisar e expor as representações simbólicas de gênero desse período, apresentando sua historicidade, e, portanto, sua mutabilidade, poderá servir, mais do que como uma desconstrução, como um convite à edificação ativa e criativa de ciências e sociabilidades mais plurais para o nosso tempo.

¹⁹ SCOTT. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. p. 21.

Relações entre diversão e loucura: estudo da internação no Hospital Colônia de Barbacena, 1934 a 1946

Marcelle Rodrigues Silva

Mestranda em Estudos do Lazer (UFMG)

Turismóloga (UFMG)

marcelleturismo@gmail.com

Maria Cristina Rosa

Doutora em Educação (UNICAMP)

Professora Associada (UFMG)

m.crosa@hotmail.com.br

RESUMO: Discute-se como a diversão poderia ser compreendida como loucura, levando pacientes à internação no Hospital Colônia de Barbacena, no período entre 1934 e 1946. O Hospital Colônia foi escolhido para estudo por ser o primeiro hospital psiquiátrico público de Minas Gerais. Neste Hospital destaca-se pela frequente internação de pacientes que não eram doentes mentais e estavam ali por outros problemas. O recorte temporal, de 1934 a 1946, foi selecionado devido ao contexto médico vivenciado durante a Era Vargas (1930-1945) em que a gestão de Gustavo Capanema no Ministério dos Negócios de Educação e Saúde; o Serviço de Doenças Mentais (SDM) e os ideais médicos da Liga Brasileira de Higiene Mental (1935 a 1946) contribuíram para a internação de praticantes de divertimentos ilícitos no Hospital Colônia de Barbacena. A metodologia envolve pesquisa historiográfica, embasada na História Cultural. A população pesquisada inclui novos pacientes internados no Hospital, entre 1934 e 1946.

PALAVRAS-CHAVE: Diversão, Doença; Loucura; Internação.

Introdução

Este artigo faz parte de uma pesquisa de mestrado, ainda em desenvolvimento, intitulada Diversão, doença e Internação no Hospital Colônia de Barbacena, 1934 a 1946. Pretende-se aqui realizar discussões iniciais a respeito de como a diversão poderia ser compreendida como loucura, levando pessoas à internação no Hospital Colônia de Barbacena, no período compreendido entre 1934 a 1946.

O Hospital Colônia de Barbacena foi escolhido como objeto de estudo por ser o primeiro hospital público especializado em psiquiatria do estado de Minas Gerais, servindo de modelo para gestão de outros hospitais no país, tendo mais de 113 anos de história.

No Hospital Colônia era comum a internação de pacientes que “não eram doentes mentais e estavam ali por outros problemas, que não a necessidade de tratamento médico-psiquiátrico”¹. Afinal, 70% dos pacientes encarcerados nesse hospital entre as décadas de 1930 e 1970 não apresentavam problema mental².

A compreensão da relação entre o divertimento e as doenças mentais por meio do estudo da internação de pacientes no Hospital Colônia de Barbacena pode ampliar as discussões sobre a loucura e as motivações para a internação de pacientes.

Os divertimentos ilícitos (ou divertimentos inadequados³) são aqueles que abarcam práticas realizadas no tempo/espaço que se opõem à saúde, à produtividade e a legalidade, contemplando a predominante busca pelo prazer, “muitas vezes associada aos vícios”⁴. Já a loucura é considerada a impossibilidade de seguir as regras sociais e de compreender a necessidade e as benesses do trabalho, demandando “a institucionalização de novos espaços terapêuticos, como colônias agrícolas, reformatórios, manicômios judiciários, ambulatórios”⁵.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, está sendo realizado um trabalho historiográfico, sob a perspectiva da História Cultural⁶ tendo como aporte teórico obras de Michel Foucault. As fontes escolhidas para estudo situam-se em três arquivos principais: o 1) Arquivo Histórico Municipal Professor Altair José Savassi (AHMPAS); 2) Núcleo de Estudos e Pesquisa (NEP) e 3) Museu da Loucura de Barbacena, estes últimos pertencentes à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG).

O recorte temporal, de 1934 a 1946, foi definido devido ao contexto médico e político vivenciado neste momento, tendo início a partir de 1934, quando da criação do Decreto nº 24.559

¹ MAGRO FILHO, J. B. *A tradição da Loucura: Minas Gerais, 1870/1964*. Belo Horizonte: COOPMED/EDITORA UFMG, 1992. 1- 159 p. Arquivo: Biblioteca Pública Municipal Honório Armond, em Barbacena – MG, p. 138; 139.

² ARBEX, D. *Holocausto Brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil*. 1ª.ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

³ Termo em oposição aos divertimentos adequados de Victor Melo. Os divertimentos inadequados se apropriam de antigas práticas populares, proibidas e ou/reconfiguradas. MELO, V. A. D. O Lazer (ou a diversão) e os estudos históricos. In: ISAYAMA, H. F.; SILVA, S. R. D. *Estudos do Lazer: um panorama*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. Cap. Lazer, História e Diversidade Cultural, p. 71.

⁴ ROSA, M. C. *Da pluralidade dos corpos: educação, diversão e doença na Comarca de Vila Rica*. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 1-309. 2005. Tese (Doutorado em Educação).

MELO, V. A. D. *O Lazer (ou a diversão) e os estudos históricos*, p. 65-80.

SOUZA, J. T. Os jogos proibidos no tempo do império. In: MARZANO, A.; MELO, V. A. D. *Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 153-177.

⁵ PORTOCARRERO, V. *Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria*. Rio de Janeiro: Fiocruz. Coleção Loucura & Civilização, v. 4, 2002. 1-118 p. ISBN 978-85-7541-388-, p. 9.

⁶ BURKE, P. *O que é história Cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2005. 191 p.

PESAVENTO, S. J. *História & História Cultural*. 3a.ed. Belo Horizonte: Autêntica, v. História &. Reflexões, 2012.

de 3 de julho de 1934, durante a Era Vargas e encerrando-se em 1946, quando do fim da gestão de José Cezarini, um dos mais controversos gestores que o Hospital Colônia de Barbacena já teve⁷.

A população pesquisada inclui os “novos entrantes”, ou seja, os novos pacientes internados no Hospital Colônia, no período compreendido entre 1934 e 1946, de qualquer sexo, idade e estado civil.

Medicalização da Diversão

Durante o século XX havia uma compreensão higienista e, por vezes, eugenista, de que determinadas práticas de diversão não eram benéficas à população e que seus praticantes deveriam ser apartados do convívio social e medicalizados⁸. Esta compreensão reforçou múltiplos interesses sociais, políticos e médicos, que permitiram a internação de pacientes no Hospital Colônia de Barbacena.

Uma das organizações mais influentes para propagação desta compreensão foi a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) fundada em 1923, por Gustavo Riedel. A Liga era uma entidade civil, financiada pelo governo federal, composta pelos “mais importantes psiquiatras brasileiros”⁹, e tinha o objetivo de melhorar os serviços psiquiátricos brasileiros, modernizando o atendimento aos pacientes, que se encontravam reclusos em asilos superlotados, com baixo índice de sucesso terapêutico¹⁰.

A princípio, a LBHM orientava-se pelo pensamento higienista, que propunha melhorias sanitárias para costumes e modos de vida da população. A partir de 1926, influenciados pelo contexto político do entre guerras e pelas teorias eugenistas insurgentes, os conceitos de higiene mental se modificaram. De 1935 a 1946, a parte eugenista da Liga assume a direção da instituição

⁷ DUARTE, M. N. *Ares e Luzes para Mentas Obscuras: o Hospital Colônia de Barbacena 1992-1946*. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 1-172. 1996. (1653498-11). Dissertação (Mestrado em História). [mimeo].

⁸ Teoria apresentada nos trabalhos de:

DUARTE. *Ares e Luzes para Mentas Obscuras*.

MACEDO, C. F. A evolução das políticas de saúde mental e da legislação psiquiátrica no Brasil. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, 14 Abril 2006.

MAGRO FILHO, J. B. *A tradição da Loucura: Minas Gerais, 1870/1964*, p. 138; 139.

PICCININI, W. J. História da Psiquiatria: Eugenia e Higiene Mental. *Psychiatryonline Brasil*, v. 20, n. 9, outubro 2015. ISSN 13597620.

⁹ SEIXAS, A. A. A.; MOTA, A.; ZILBREMAN, M. L. A origem da Liga Brasileira de Higiene Mental e seu Contexto Histórico. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul – APRS*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 82, 2009.

¹⁰ PICCININI. *História da Psiquiatria: Eugenia e Higiene Mental*.

e, inspirada pelo contato com alemães, franceses e norte-americanos, “passa a pregar o aperfeiçoamento da raça”¹¹, numa “clara tentativa de ‘normalizar’ a população”¹².

Os ideais médicos eugenistas da Liga Brasileira de Higiene Mental influenciaram o tratamento psiquiátrico em Minas Gerais, a partir de 1927. A Liga estava preocupada com a assistência aos menores, campanhas contra o alcoolismo e o desaconselho do casamento entre deficientes¹³. Neste momento há uma ampliação na qualidade dos pacientes contemplados por tratamento psiquiátrico, incluindo alcoólatras e pessoas que não agradavam a sociedade, dentre elas aquelas que praticavam divertimentos, muitas vezes ilícitos.

O Decreto nº 24.559 de 3 de julho de 1934, promulgado durante a Era Vargas, foi baseado nos ideais eugenistas da Liga Brasileira de Higiene Mental e possibilitou a internação de usuários de drogas e álcool, além de pessoas que apresentavam determinados comportamentos, estado de abandono, reações perigosas, ameaças à própria vida ou a de outrem, perturbação da ordem pública ou ofensa da moral pública.

Quando Getúlio Vargas assumiu o poder e deu início a Era Vargas (1930-1945), Gustavo Capanema responsabilizou-se pela pasta do Ministério dos Negócios de Educação e Saúde, centralizando o “modelo psiquiátrico baseado na expansão das colônias agrícolas e dos macro-hospitais”¹⁴.

Ainda no governo de Vargas foi criado em 1941 o Serviço de Doenças Mentais (SDM) que coordenava, normatizava e fiscalizava os serviços de assistência psiquiátrica em todo o Brasil. Seu primeiro gestor, Adauto Botelho (1941- 1954) traçou um plano de ação que envolvia uma série de mudanças nas legislações que tratavam da internação de pacientes em hospitais psiquiátricos; a construção de novos hospitais-colônias e a criação de impostos destinados à assistência dos psicopatas e a higiene mental; além da formação de técnicos especializados¹⁵, o que impactou no aumento do número de pacientes internados no Hospital Colônia de Barbacena.

A concepção médica de loucura vivenciada nas décadas de 1930 e 1940 estava calcada em exigências sociais e políticas que discriminavam os praticantes de determinados divertimentos, fazendo com que características culturais, como percepções de moral e bons costumes, ditassem o

¹¹ MAGRO FILHO. *A tradição da Loucura*.

COSTA, J. F. *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. 4a.ed. Rio de Janeiro: Xenon, 1989.

¹² SEIXAS; MOTA; ZILBREMAN. *A origem da Liga Brasileira de Higiene Mental e seu Contexto Histórico*, p. 82.

¹³ MAGRO FILHO. *A tradição da Loucura*.

¹⁴ DUARTE, M. N. De “*Ares e Luzes*” a “*Inferno Humano*”, p. 47.

¹⁵ DUARTE. De “*Ares e Luzes*” a “*Inferno Humano*”, p. 48.

que seria considerado como patologia mental ou não. Isto provocava a internação de pacientes que não necessitavam de tratamento médico-psiquiátrico¹⁶.

Os loucos desta época eram os destituídos de razão, mas também “degenerados... sífilíticos, alcoólatras, criminosos, homossexuais, prostitutas”¹⁷. Determinadas práticas, realizadas no tempo livre, como bebedeira, prostituição, uso de drogas, libertinagem e jogatina eram inseridas na perspectiva dos divertimentos ilícitos e seus praticantes poderiam ser classificados como loucos, sendo, portanto, passíveis de internação em estabelecimentos de saúde, como o Hospital Colônia de Barbacena.

Nestas décadas a reclusão dos pacientes loucos era uma medida profilática muito usual, sendo considerada “não apenas como fator de cura, mas também como prevenção de contágio para a sociedade”¹⁸. Apesar de existirem pessoas internadas que não eram doentes mentais, determinados comportamentos, incluindo divertimentos ilícitos, eram considerados patológicos não saudáveis e por isso as pessoas eram internadas¹⁹.

Breve Histórico do Hospital Colônia de Barbacena

No Brasil até o fim do século VXIII a loucura ainda não tinha sido medicalizada e o comportamento do louco não era considerado como patológico, mas a partir do século XIX a psiquiatria começará a se constituir²⁰.

Criado no ano de 1903²¹, com o nome de Assistência aos Alienados, o Hospital Colônia localizava-se em uma área de “400.000 m², sendo 5.000 m² de mata virgem”,²² pertencente à Fazenda da Caveira de Cima, que foi Joaquim Silvério dos Reis, o traidor da Inconfidência.

A origem do Hospital recorda o governo de Chrispim Jacques Bias Fortes, presidente do Estado de Minas Gerais entre 1894 e 1897, momento em que houve a mudança da capital do estado. Barbacena foi cogitada para ser a nova capital de Minas, porém foi preterida em relação à Belo Horizonte. Como “prêmio de consolação” a cidade foi agraciada com a instalação da

¹⁶ MAGRO FILHO. *A tradição da Loucura*.

¹⁷ PORTOCARRERO, V. *Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria*, p. 9.

¹⁸ MAGRO FILHO. *A tradição da Loucura*.

¹⁹ MAGRO FILHO. *A tradição da Loucura*.

²⁰ MAGRO FILHO. *A tradição da Loucura*.

²¹ A partir dos decretos: n.º 508, de 21 de junho de 1890, que aprova o regulamento para a Assistência Médico-Legal de Alienados; n.º 896, de 29 de junho de 1892, que consolida as disposições em vigor relativas aos diferentes serviços da Assistência Médico-Legal de Alienados; n.º e 1.579A, de setembro de 1903, que Aprova o Regulamento que organiza a Assistência a Alienados; além da Lei estadual n.º 290, de 16 de agosto de 1900, que criou a Assistência aos Alienados de Minas Gerais.

²² DUARTE, M. N. *Ares e Luzes para Mentas Obscuras: o Hospital Colônia de Barbacena 1992-1946*, p. 172.

Assistência aos Alienados de Minas Gerais, que a partir de 1934 passou a se chamar Hospital Colônia de Barbacena.

Os objetivos para a instalação do manicômio em Barbacena foram dois: retirar pessoas indesejáveis da nova capital, Belo Horizonte, afastando-as do centro urbano, e criar empregos em Barbacena, mediante o preenchimento de vagas no hospital, por indicação política²³.

Os pacientes do Hospital Colônia de Barbacena

O Hospital Colônia de Barbacena foi inicialmente projetado para abrigar 200 alienados vindos de diversas cidades de Minas Gerais²⁴. Nas primeiras décadas do século XX, o Hospital tratava doentes mentais agudos vindos de outras cidades de Minas Gerais e abrigava loucos crônicos, incuráveis, insanos tranquilos e/ou alcoólatras convalescentes²⁵.

No ano de 1922 foi construído um novo setor do Hospital Colônia de Barbacena, denominado Asilo Colônia. Foram construídos dezesseis pavilhões anexos, em uma área de oito milhões de metros quadrados, que ficaram prontos até meados da década de 1940. Apesar do investimento na ampliação do Hospital, em 1929, sete anos após o início das obras, ele abrigava 1.650 pacientes, quase três vezes a sua capacidade naquele momento²⁶.

Em 1934, sob a direção do alienista José Jorge Teixeira, o Hospital foi ampliado novamente, recebendo dois novos galpões e melhoramentos no abastecimento de água²⁷, passando a se chamar Hospital Colônia de Barbacena, apesar de já funcionar no modelo de hospital-colônia, desde 1911. Entre os anos de 1934 e 1946, o Hospital recebeu, em média, 2.051 novos pacientes por ano, vindos de municípios de todo o Brasil e exterior.

Apesar do Hospital Colônia, desde sua criação, ter sido referência para a internação de doentes mentais, de Minas Gerais e de fora do estado, não era comum a internação de doentes barbacenenses no Hospital²⁸. Os loucos pobres que perambulavam por Barbacena conviviam bem como a população²⁹, já os loucos das famílias abastadas eram internados fora da cidade passando despercebidos.

²³ DUARTE, M. N. *Ares e Luzes para Mentis Obscuras: o Hospital Colônia de Barbacena 1992-1946*.

²⁴ DUARTE. *Ares e Luzes para Mentis Obscuras*.

²⁵ DUARTE. *Ares e Luzes para Mentis Obscuras*.

²⁶ DUARTE. *Ares e Luzes para Mentis Obscuras*.

²⁷ DUARTE. *Ares e Luzes para Mentis Obscuras*.

²⁸ PASSOS, I. C. F. *et al.* Significação da Loucura e Modos: estudo de caso na cidade de Barbacena-MG. *Vivência - Revista de Antropologia*, Natal, n. 32, 2007. ISSN 0104-306.

²⁹ PASSOS, I. C. F. *et al.* *Significação da Loucura e Modos*.

As internações de pessoas de outros municípios do estado de Minas Gerais e do Brasil, estavam em acordo com os ideais sociais e médicos das décadas de 1930 e 1940, reafirmando a teoria eugenista “que sustentava a ideia de limpeza social, fortalecia o hospital e justificava seus abusos”³⁰. No Hospital Colônia também eram internados estrangeiros: italianos e alemães³¹, trazidos para o município esperando encontrar tratamento.

Pacientes praticantes de divertimentos ilícitos eram internados no Hospital Colônia de Barbacena, desde sua criação. No entanto, entre as décadas de 1930 e 1940, o hospital passou a abrigar ainda mais pacientes com essas características, devido a mudanças em legislações federais e estaduais. Nesta época muitos dos internos deste Hospital eram classificados como alcoólatras, apostadores, prostitutas, homossexuais, histéricos, gatunos, nervosos, neurastênicos, paranoicos, psicopatas, psicóticos, drogadictos, surdos-mudos e mesmo não-loucos³².

Havia no Hospital Colônia de Barbacena uma expressiva quantidade de internações de pacientes alcoólatras, histéricos, maniaco-depressivos, não loucos ou que não tiveram suas doenças diagnosticadas no momento de suas internações, totalizando 49% dos pacientes internados, no período compreendido entre 1922 a 1946³³. O hospital também recebia indivíduos com desvios de conduta, que praticavam pequenos delitos³⁴.

Em 1934 o Hospital foi visitado pelo famoso escritor Guimarães Rosa, que atuou como médico da Polícia Militar de Minas Gerais. Guimarães Rosa retrata, em seu conto “Sorôco, sua mãe, sua filha”, lançado em 1962, a situação calamitosa do “Trem de Doido” ou “nau dos loucos”, que chega ao Hospital Colônia de Barbacena, trazendo pacientes³⁵. Neste trem noturno, pacientes de diversas regiões vinham de mãos e pés amarrados, acompanhados por policiais ou guardas de instituições. Eles desciam na estação de trem denominada Sanatório e dali seguiam a pé até o Hospital Colônia³⁶; seminus e sob o frio e o vento.

Somente em 1941, quando a estação Sanatório encerrou suas atividades e os loucos começaram a descer “na estação principal, no centro de Barbacena, distante 8 km do Hospital, é que começaram os protestos da população, alegando que isso causava má impressão aos ‘turistas’”

³⁰ ARBEX, D. *Holocausto Brasileiro*, p. 21.

³¹ DUARTE. *Ares e Luzes para Mentis Obscuras*.

³² DUARTE. *Ares e Luzes para Mentis Obscuras*.

³³ DUARTE. *Ares e Luzes para Mentis Obscuras*.

³⁴ DUARTE. *Ares e Luzes para Mentis Obscuras*. p. 135.

³⁵ ROSA, G. *Primeiras Estórias*. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

³⁶ DUARTE. *Ares e Luzes para Mentis Obscuras*.

³⁷. Os barbacenenses tinham duas visões sobre a loucura: constrangimento e compaixão³⁸, preferindo esconder as marcas provocadas pelo Hospital Colônia na cidade, uma vez que a loucura era estigmatizada.

Conclusão

As fontes pesquisadas apontam relações entre a loucura e o divertimento ilícito possibilitando a compreensão do pensamento médico da época, muito influenciado pelas concepções sociais daquilo que era certo ou errado.

Propõe-se, com a realização deste trabalho discutir as motivações para a internação de pacientes praticantes de divertimentos ilícitos. Espera-se ao longo da pesquisa encontrar casos de internação em que a prática de divertimentos ilícitos seja motivação principal para a internação e que possam auxiliar a compreender as relações entre os divertimentos e a loucura

³⁷ DUARTE, M. N. *De "Ares e Luzes" a "Inferno Humano": concepções e práticas psiquiátricas no Hospital Colônia de Barbacena: 1946-1979*. Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 1-273. 2009. Tese (Doutorado em História).

³⁸ PASSOS, I. C. F. *et al. Significação da Loucura e Modos*, p. 247. DUARTE. *Ares e Luzes para Mentis Obscuras.*, p. 108.

Simpósio Temático 33: Políticas Públicas no Brasil republicano

Fernando Marcus Nascimento Vianini

Mestre
UFJF - CAPES
fernandomvianini@gmail.com

Nittina Anna Araújo Bianchi Botaro

Mestre
UFJF - FAPEMIG
nittina.bianchi@hotmail.com

Proposta do Simpósio:

Neste Simpósio Temático, propomos reunir trabalhos que dialoguem com a temática das políticas públicas durante o período do Brasil República. Através do V Encontro de Pesquisa da UFMG – EPHIS, os coordenadores deste ST pretendem promover a divulgação e a discussão de estudos de caso e/ou novos enquadramentos teóricos propostos por alunos de graduação e pós-graduação, cujas pesquisas, concluídas ou que estejam em andamento, procurem examinar as políticas públicas durante o Brasil República.

As discussões podem ter um amplo recorte temático e temporal, abrangendo temas de políticas públicas e seus desdobramentos em saúde, educação, desenvolvimento industrial, a partir da Primeira República, passando pelo Estado Novo e pelo Regime Militar, e abarcando, enfim, o governo Dilma.

Devido a esta amplitude temática, serão aceitos trabalhos interdisciplinares, uma vez que este é um recurso cada vez mais utilizado no meio acadêmico. O diálogo entre a sociologia, ciências políticas e história, entre outras disciplinas, garante um arsenal mais amplo de recursos para a pesquisa e para o entendimento nas conjunturas passadas e presentes. Assim, abre-se um espaço para o diálogo entre as áreas das ciências sociais para o debate sobre políticas públicas no Brasil republicano, priorizando temas como: Brasil República, Brasil República e Políticas Públicas, Brasil República e Saúde, Brasil República e Educação, Brasil República e Desenvolvimento Industrial.

Enfim, os coordenadores do ST se dispõem a aceitar propostas de trabalho em larga dimensão cronológica e espacial, interessando-se em quaisquer tratamentos dos fenômenos do Brasil República e Políticas Públicas.

Política de re(inserção) de jovens infratores no mercado de trabalho: um estudo sobre experiências femininas no DEGASE

Carla Ribeiro Santos

Mestranda em História da Educação
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
carla.ribeiro.ufrj@gmail.com

RESUMO: Este trabalho teve como objetivo compreender a política de reinserção de adolescentes infratores no mercado de trabalho a partir da experiência de duas jovens que cumpriram suas medidas socioeducativas no DEGASE. No artigo, buscou-se entender em que medida uma oficina de fotografia oferecida pelo DEGASE contribuiu com a ressocialização e com a profissionalização de jovens que passaram pelo sistema socioeducativo no Estado do Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Socioeducação, Socialização, Profissionalização.

Introdução

O estudo em questão buscou compreender a política pública de atendimento ao jovem em conflito com a lei, bem como a perspectiva do ensino de um ofício voltado para esses sujeitos; uma vez que consideramos ser fundamental analisar a situação do adolescente infrator e o papel do *DEGASE* (Departamento Geral de Ações Socioeducativas) na estrutura de poder e de confinamento dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas no Estado do Rio de Janeiro.

Pretendemos delinear a iniciativa de criação de uma oficina de fotografia no interior do sistema socioeducativo, propondo o viés educativo e social como norteadores de políticas de reinserção do adolescente em conflito com a lei na sociedade, a partir da pesquisa de campo qualitativa, considerando que esse tipo de investigação pudesse explorar as características individuais e a complexidade do *DEGASE*. Deste modo, menos do que pensar os resultados da política pública por meio de dados e números, pretensamente incontestes, procuramos analisar a fala de jovens egressas que participaram do curso de fotografia, buscando uma investigação dos valores que elas atribuíam a essa participação e, concomitantemente, da qualidade do trabalho empreendido na oficina do *DEGASE*.

Essa instituição socioeducativa recebe adolescentes entre doze e dezoito anos incompletos, que foram apreendidos pela prática de uma infração ou por mandado de busca e apreensão;

entretanto, a medida socioeducativa pode ser estendida até os vinte e um anos a partir de uma determinação judicial¹.

O espaço de cumprimento da medida socioeducativa constitui um lugar de confinamento para jovens com problemas de convívio social: envolvimento com o crime organizado, exclusão da sociedade; agressividade; dependência de drogas e de bebidas alcoólicas. A violência juvenil desestabiliza, assim, tanto as concepções de formação e desenvolvimento humano como os processos de socialização e neste sentido:

As escolas e universidades estão sendo pressionadas para se tornarem mais públicas, mais de todos os coletivos diversos. Um caminho para se tornarem mais públicas é serem espaços de embate dos problemas que afetam toda a sociedade. É próprio dos espaços públicos abrirem-se aos debates públicos, coletivos, publicizando conhecimentos e análises, sentimentos, medos e emoções, valores e políticas que afetam os coletivos, sobretudo os mais vulneráveis e marginalizados como no caso das violências, a infância, a adolescência, as juventudes violentadas e temidas².

A infância violenta entra no embate público como um desafio a partir do princípio de proteção integral disposto no artigo 24, inciso XV, da Constituição Federal e do artigo 1º da Lei 8.069/90 que prevê crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e que os reconhece como pessoas em desenvolvimento. A Constituição Federal de 1988 dispõe, ainda, em seu artigo 227, que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão³.

Neste contexto de proteção como um pressuposto prioritário no que se refere à criança e ao adolescente, verifica-se que a história da juventude violenta provoca indagações tanto no que diz respeito à família e à educação quanto ao papel do Estado; posto que a caracterização negativa desses sujeitos na sociedade aponta para uma exclusão social “os menores aparecem como restos de demolição de seres humanos”⁴.

¹ BRASIL. Congresso Nacional. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990.

² ARROYO, M. G. Quando a violência infanto-juvenil indaga a pedagogia. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 28, nº 100 – Especial, 2007, p. 792.

³ BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

⁴ ARROYO, Quando a violência infanto-juvenil indaga a pedagogia, p.804.

Observamos que o *Departamento Geral de Ações Socioeducativas*, uma instituição criada através do decreto nº 18.493⁵, de 26/01/93, no âmbito da Secretaria de Justiça para socioeducar jovens em conflito com a lei, apresenta-se em desenvolvimento, segundo nossa interpretação, já que os parâmetros norteadores da socioeducação encontram-se em fase de implementação no Estado do Rio de Janeiro.

As mudanças no *DEGASE* iniciaram em 2007, um ano antes da transferência do órgão para a Secretaria Estadual de Educação, quando a instituição conquista autonomia financeira e transforma-se em unidade orçamentária através do Decreto nº 40.797⁶, de 06/06/2007.

O início de 2007 apresenta, portanto, uma nova perspectiva para o atendimento socioeducativo no Estado do Rio de Janeiro; com propostas mais próximas do que prevê o capítulo II artigo 94 da Lei 8.069/90:

Oferecer atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos; oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários à higiene pessoal; propiciar escolarização e profissionalização; propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer⁷.

Verifica-se, ainda, que o decreto da última vinculação do *DEGASE* nº 41.334⁸, de 30/05/08, é o único que ressalta a educação como um instrumento fundamental na reinserção do jovem em conflito com a lei na sociedade; já que o departamento busca um caráter socioeducativo conforme a exposição de motivos deste decreto:

Considerando o caráter socioeducativo do *DEGASE*, principalmente no veio educacional para a reinserção do menor apreendido na sociedade, bem como ao convívio de seus familiares; considerando que a Secretaria de Estado de Educação dispõe de métodos pedagógicos necessários e imediatos para o desenvolvimento de técnicas educacionais em conjunto com o *DEGASE* em prol dos menores apreendidos; e considerando a preocupação do Governo do Estado com a política educativa em todos os níveis⁹.

⁵ BRASIL. Decreto nº 18.493, de 26 de janeiro de 1993. Cria, sem aumento de despesa, na estrutura básica da Secretaria de Estado de Justiça, o Departamento Geral de Ações Socioeducativas – *DEGASE* e dá outras providências, 2010.

⁶ BRASIL. Decreto nº 40.797, de 06 de junho de 2007. Cria a unidade orçamentária do Departamento Geral de Ações Socioeducativas – *NOVO DEGASE* na estrutura da Secretaria de Estado da Casa Civil – abre crédito suplementar e dá outras providências, 2010.

⁷ BRASIL. Congresso Nacional. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990.

⁸ BRASIL. Decreto nº 41.334, de 30 de maio de 2008. Dispõe sobre o Departamento Geral de Ações Socioeducativas – *DEGASE* e dá outras providências, 2010.

⁹ BRASIL. Decreto nº 41.334, de 30 de maio de 2008. Dispõe sobre o Departamento Geral de Ações Socioeducativas – *DEGASE* e dá outras providências, 2010.

Em suma, as justificativas anunciadas pelo decreto nº 41.334 parece ser mais uma tentativa de proporcionar ao adolescente em conflito com a lei uma estrutura mais comprometida com o caráter pedagógico da medida socioeducativa.

Dentro dessa tentativa, observamos a hipótese de que se, de um lado o sistema recorre ao confinamento dos jovens que cometeram algum desvio de conduta; há a partir da autonomia financeira do *DEGASE* um investimento em projetos de qualificação e profissionalização do adolescente internado que visam sua ressocialização.

Configuração do projeto de fotografia

A política de reinserção de adolescentes infratores no mercado de trabalho foi analisada a partir de experiências femininas num projeto de fotografia que culminou na exposição *Sonhos Velados* a partir da parceria entre o *DEGASE*, a *Petrobrás* e a *ONG ACB/RJ* (Ação Comunitária do Brasil).

O investimento da *Petrobrás* no *DEGASE* faz parte do Programa de Desenvolvimento e Cidadania da empresa que possui processo de seleção pública para o repasse de recursos às iniciativas que fazem parte das linhas de geração de renda e oportunidade de trabalho, educação para a qualificação profissional e garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Quanto à parceria entre o *DEGASE* e a *Ação Comunitária do Brasil*, observa-se que o objetivo da organização social, uma entidade sem fins lucrativos, foi o de desenvolver e estimular o projeto a fim de que se tivesse o empreendedorismo e o protagonismo juvenil¹⁰. Como dispõe as orientações da *ACB/RJ* para o *PAN Social*, o projeto, assim, deveria:

Ser inovador, na medida em que apostava na autonomia dos sujeitos envolvidos; ser progressista, porque partia de uma concepção ativa de cidadania que diz respeito a um sujeito que usa os recursos disponíveis para atuar no espaço público de forma consciente e responsável; contribuir para a educação cidadã de jovens desenvolvendo sua capacidade de diálogo, de respeito à diversidade, valorizando suas experiências, expressões e manifestações, de forma a contribuir para a construção e o resgate de valores éticos, políticos, sociais e culturais; contribuir para a geração de trabalho e renda para os mesmos, visando melhorar sua qualidade de vida e das comunidades onde estavam inseridos¹¹.

Neste contexto, o objetivo da exposição fotográfica *Sonhos Velados* foi o de registrar a vida e os sonhos de adolescentes em conflito com a lei que cumpriam medidas socioeducativas na

¹⁰ PASTUK, M.; ARAÚJO, E.; AMOROSO, M. Razão por que fiz? Projeto PAN Social. Rio de Janeiro: Ação Comunitária do Brasil, 2010, p.30.

¹¹ PASTUK; ARAÚJO; AMOROSO, Razão por que fiz?.

Escola João Luís Alves – EJLA - e no Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente – CRIAAD - de Ricardo de Albuquerque.

A oficina de fotografia que culminou nessa exposição propunha o resgate da identidade e da autoestima dos adolescentes infratores - sua integração e seu aprimoramento social - atendendo, aproximadamente, sessenta jovens infratores, através de atividades que ocorriam duas vezes por semana, com turmas diferenciadas e duração diária de quatro horas cada. As turmas tinham a duração de quatro meses, perfazendo o total de oito meses de atividades no ano.

A equipe responsável pelo projeto era composta de: um coordenador pedagógico, responsável pela supervisão psicopedagógica do conteúdo da oficina; um coordenador de campo, responsável pelo monitoramento das atividades diretamente na unidade; um educador de fotografia, responsável pela aplicação do conteúdo de fotografia e um auxiliar de atividades, responsável pelo suporte e apoio técnico das atividades de fotografia.

O monitoramento e a avaliação da oficina de fotografia cabiam à Chefia de Gabinete e do Escritório de Projetos do Departamento Geral de Ações Socioeducativas, ficando um psicopedagogo responsável pela análise do conteúdo e do objetivo da oficina, a qual deveria estar em consonância com a proposta do projeto de oferecer ao adolescente infrator uma ferramenta para a sua ressocialização, conforme proposto no Projeto PAN Social, Oficina de Fotografia¹².

Pode-se observar que a iniciativa do projeto de fotografia era a de viabilizar uma melhoria das condições de atendimento e a perspectiva de qualificação profissional para a inserção no mercado de trabalho do jovem em conflito com a lei. O projeto buscava, ainda, reduzir as situações de desvantagem de oportunidades em relação ao jovem que não tinha passagem pelo sistema socioeducativo.

Todavia, a partir da análise da metodologia utilizada na seleção dos participantes do projeto, verifica-se que o adolescente infrator não fazia livremente a opção de participar da oficina, visto que:

Um criterioso sistema de escolha destes adolescentes levará em conta a sua participação nas atividades educativas já oferecidas e seu comportamento compatível com as normas do DEGASE. Tal metodologia premiará aqueles que apresentarem o perfil definido¹³.

¹² SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Departamento Geral de Ações Socioeducativas. Oficina de Fotografia, s/d.

¹³ SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Departamento Geral de Ações Socioeducativas. Oficina de Fotografia, s/d.

Para esse controle e seleção, havia um olhar durante todo o processo socioeducativo exercido por técnicos da coordenação de programas e projetos do *DEGASE* que acompanhavam e supervisionavam as atividades desenvolvidas no Departamento. Esse critério de escolha, quando define que as observações sobre o sujeito devam indicar que seu comportamento é compatível com as normas do sistema socioeducativo reflete uma espécie de vigilância hierárquica como ressalta Foucault:

O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam¹⁴.

Os adolescentes infratores que participavam das oficinas de fotografia não eram escolhidos, portanto, visando apenas seus próprios crescimentos como sujeitos autônomos, mas também, a partir de estratégias necessárias ao bom aproveitamento do sistema socioeducativo, de cujas diretrizes eles não participavam.

Verifica-se, desta forma, que há um modo de privilegiar uns, em detrimento dos outros e, portanto, somos inclinados a pensar se a participação nas oficinas não ressalta uma espécie de prêmio para os que se adequam aos comportamentos desejados pela instituição, denotando um cerceamento das liberdades individuais e, como diria Foucault, uma produção de sujeitos úteis.

O projeto de fotografia que culminou na exposição *Sonhos Velados* apresenta um discurso de reintegração do adolescente infrator na sociedade através da profissionalização, a fim de que ao cumprir suas medidas, o jovem infrator, se torne um cidadão pleno; entretanto não podemos deixar de considerar que tal oportunidade não é garantida a todos os jovens internos, mas fica à mercê de um julgamento moral por parte da instituição socioeducativa sobre esses mesmos jovens.

A política de profissionalização no DEGASE: a experiência de egressas

Os dois relatos de experiência sobre a oficina de fotografia do *DEGASE* são fruto de uma pesquisa realizada entre 2010 e 2011 para o curso de Políticas Públicas em Educação da UFRJ. Os discursos produzidos pelas jovens foram utilizados como pseudônimos de forma ética a fim de não prejudicar as participantes da pesquisa como previsto no termo de consentimento que as jovens assinaram para efeito de publicação do trabalho.

¹⁴ FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes, 1977, p.143.

Deste modo, ouvimos a voz de duas jovens que já tiveram suas medidas socioeducativas extintas pela Segunda Vara da Infância e Juventude para saber em que medida a participação na oficina de fotografia contribuiu com a produção de discursos próprios e a inserção no mercado de trabalho.

A pesquisa trouxe à tona duas realidades sociais distintas; a jovem que, aqui, será tratada como Fernanda é proveniente da classe média e relata que o período de cumprimento da medida privativa de liberdade no DEGASE serviu para que ela conhecesse as razões intrínsecas de uma sociedade desconhecida. Em contrapartida, a jovem que, aqui, será chamada de Bianca é oriunda de uma classe menos favorecida e diz que sua experiência no sistema socioeducativo possibilitou outros sentidos para a sua própria história.

A jovem Fernanda ressalta, na entrevista, que responderia apenas sobre o que quisesse e que não gostaria de falar sobre a parte desagradável do sistema, porque de alguma forma o tempo que ficou internada no *DEGASE* tinha sido importante para ela. A jovem Bianca também coloca que só falaria sobre o que sentisse vontade.

A partir do discurso de Fernanda, podemos observar a perspectiva de um novo olhar que se dá por meio da crise que vivenciou no sistema socioeducativo: “pra mim foi um choque; no começo foi um choque”. Foi através do choque que a jovem começou a enxergar o mundo de outra forma. A experiência com a socioeducação provocou-lhe uma tomada de consciência sobre a *fabricação da miséria humana* ao encontro do que coloca Deleuze:

No capitalismo só uma coisa é universal, o mercado [...] ora ele não é universalizante, homogeneizante, é uma fantástica fabricação de riqueza e de miséria [...] não há Estado democrático que não esteja totalmente comprometido nesta fabricação da miséria humana¹⁵.

Verifica-se que Fernanda tem uma nova percepção do confinamento juvenil através de sua própria experiência, uma vez que coloca que a internação de adolescentes infratores no DEGASE seja consequência de uma violência que transcende o próprio ato infracional e que muitos jovens têm necessidades básicas. Todavia, não podemos reduzir a infração juvenil aos fatores da pobreza; posto que nem todo jovem pobre seja um infrator em potencial, mas é notório que a história desses adolescentes infratores não começa numa instituição socioeducativa.

Considerando essas questões, quando indagamos à jovem Fernanda sobre a diferença entre fotografar no *DEGASE* e na sociedade aberta; ela defende que embora seja interessante fotografar

¹⁵ DELEUZE, G. Conversações. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992, p.213.

na sociedade e existam fotógrafos que tenham um retorno financeiro maior: “tem muito fotógrafo de moda [...] têm muitos que ganham muito mais do que eu [...] eu ganho pouco” – para ela, a recompensa, como fotógrafa, é a recuperação de um adolescente infrator; daquele que consegue sair do tráfico de drogas.

Fernanda argumenta, ainda, que a oficina de fotografia lhe possibilitou voz ativa, pois deu a ela um tipo de voz que tem crédito na sociedade: “qual a credibilidade eu tinha antes e qual credibilidade eu tenho agora?”. A jovem coloca que o adolescente infrator que passa pelo sistema socioeducativo “comendo, bebendo e dormindo começa a pensar coisa ruim” e que o projeto de profissionalização contribui com uma libertação do olhar, uma vez que o sistema acaba “privando muitas coisas que o mundo tem para mostrar [...] a gente não vê lá dentro”.

A jovem Bianca, por sua vez, ao ser indagada se a oficina de fotografia ajudou a modificar a sua vida na sociedade diz que o projeto contribuiu de forma significativa, uma vez que ela vivia um isolamento familiar:

Eu não falava com minha mãe, não falava com minha irmã, não falava com ninguém! Eu era sozinha no mundo, então a partir daí eu fui através da fotografia, observando as coisas com mais clareza e fui vendo que aquilo que eu adquiria pra mim, era uma coisa que estava me fazendo mal, simplesmente me isolando... me isolando e não fazia bem pra mim. A partir daí eu comecei a enxergar a vida com outra clareza, com outra visão e foi mudando muita coisa.

Observa-se que o projeto de fotografia produziu um olhar livre das amarras do confinamento; a fala de Bianca reflete, inclusive, uma dimensão mais concreta de libertação do seu próprio isolamento. Embora a liberdade vital, entendida como liberdade concreta do sistema socioeducativo, tenha sido concedida pelo juiz; a jovem compreende que adquiriu uma liberdade visual, que pode ser entendida como uma liberdade subjetiva através da fotografia e que se manifesta objetivamente em sua vida na decisão de reger suas próprias escolhas. Em suas palavras:

Eu acho que a liberdade é mais visual, não é liberdade; porque a liberdade [...] infelizmente, foi o juiz que decretou e a partir daí e do meu comportamento eu adquiri isso. É também na minha decisão em não repetir o erro, entendeu? Mas a liberdade visual foi muito mais clara, porque a partir do que eu observo no mundo. Se eu ando de ônibus, eu vejo uma criança passando fome, com necessidade; uma criança na rua. É um menino que está numa favela. São esses garotos que ficam aqui dentro!

Assim, verifica-se que a fotografia lhe possibilitou um desvio do olhar que, antes, limitava sua visão. A jovem Bianca adquire na experiência artística e estética um olhar sensível novo e liberto que engendra formas de poder das quais ela é detentora. Bianca ganhou o poder de falar - de dentro - e para seus próprios pares. O saber que foi produzido, através do projeto contribuiu para

que a jovem se reconstituísse em outra forma de *ser sujeito* cuja verdade vem sendo tecida por seu próprio discurso.

Considerações Finais

Nota-se a partir da fala das jovens egressas que a proposta de socioeducação e de reinserção do *DEGASE* através da oficina de fotografia representa um avanço no que diz respeito ao atendimento do jovem em conflito com a lei. Além disso, como colocou Fernanda durante a entrevista, o tempo de ócio no interior da instituição apresentava-se, em seu entender, como um dos agentes proliferadores da própria reincidência dos adolescentes no sistema socioeducativo.

Em contrapartida, as histórias de vida das jovens que participaram do projeto de fotografia revelam que o sistema socioeducativo, ainda, é um espaço de vigilância permanente e de controle dos corpos, na medida em que objetiva a adequação a um modelo externo de comportamento social (o que ficou notório no sistema de seleção de candidatos à participação das oficinas) e a inserção profissional do sujeito como se isso respondesse à totalidade do que se entende por socialização dos indivíduos, sem considerar a liberdade de expressão, de ideologias e de escolhas e a possibilidade da construção de discursos e verdades próprias.

Todavia, justamente por não atentar para as múltiplas consequências da expressão estética, a fotografia no interior do sistema funciona não só como instrumento de dominação, mas também como uma ferramenta de defesa e de transcendência e pode contribuir, inclusive, com a integração social daqueles que cumprem suas medidas restritivas e privativas de liberdade juvenil no *DEGASE*.

A fala das jovens egressas do sistema socioeducativo desvela a possibilidade de início de um novo caminho para o mesmo; um rumo mais humanista e menos policialista no trato dos adolescentes que cumprem as medidas privativas de liberdade no *DEGASE*. Não necessariamente pensando formas restritas, ambíguas e contraditórias de inserção no mercado de trabalho, mas considerando, como no caso da oficina de fotografia, meios do sistema socioeducativo criar situações nas quais os jovens infratores possam falar por si próprios. Neste sentido, observamos que a linguagem estética pode ser uma poderosa ferramenta.

Os relatos de Fernanda e de Bianca revelaram que o cumprimento da medida socioeducativa no *DEGASE* apresentou um caráter pedagógico e transformador, embora sob a natureza do confinamento. Desta forma, acreditamos que é preciso olhar com atenção os espaços de construção e socialização do saber que são colocados pelo sistema socioeducativo, já que o saber

produz uma relação de poder e pode ser na assunção desse poder, como premissa para a transformação dos sujeitos, que encontremos os caminhos da ressocialização.

O alvorecer da indústria automotiva no Brasil (1951-1954)

Fernando Marcus Nascimento Vianini

Mestre em História

Doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora

fernandomvianini@gmail.com

Resumo: Este artigo pretende analisar as medidas realizadas no governo de Getúlio Vargas, que se constituíram como a base para a implantação de uma indústria automotiva no Brasil, de acordo com a literatura especializada. Deste modo, destacamos: a Instrução 113 da Sumoc, o Aviso 288 da Cexim, o Aviso 311 da Cacex, a criação do BNDE e do Plano Nacional de Estímulo à produção de Automóveis e à Implantação Gradativa da Indústria Automobilística da CDI.

Palavras-chave: Vargas, Indústria Automotiva.

Introdução

O presente artigo objetiva destacar as principais medidas do governo Vargas, que serviram de base para a implantação do setor automotivo no Brasil. Cabe ressaltar que, no segmento de montadoras, o Estado brasileiro procurou atrair as principais multinacionais do setor, como a Volkswagen, a Ford e a GM, resultando, posteriormente, na ausência de empresas montadoras de automóveis nacionais de grande porte, enquanto procurou manter a dominância da propriedade privada nacional no segmento de fornecedoras.

Na virada do século XIX para o século XX, brasileiros e estrangeiros importaram seus primeiros veículos, que eram utilizados para demonstrar prestígio social e econômico, mais que para o transporte. Caros e luxuosos, apenas uma parcela da elite era capaz de importar automóveis produzidos na França, EUA e Itália. Muitas vezes, os proprietários não sabiam dirigir. Acompanhando os primeiros veículos, surgiram publicações voltadas para a pequena população letrada que, embora não tivessem meios de comprar um automóvel, poderiam acompanhar o desenvolvimento na tecnologia automotiva e conferir os últimos modelos produzidos. Aos poucos, surgiram as primeiras garagens que ofereciam abastecimento, pneus e reparos. Posteriormente tais garagens se desenvolveram nas primeiras fábricas de autopeças nacionais ou em empresas destinadas a importação e comercialização de peças e veículos.

Foi neste período que surgiu a ideia da construção de uma montadora no Brasil. Em 1915, a revista Auto-propulsão ressaltou o trabalho de artesãos brasileiros, sugerindo a criação de uma fábrica no país. Algumas iniciativas isoladas para a fabricação de peças, componentes, motores e até mesmo para construção de um veículo 100% nacional surgiram. Em 1927, por exemplo, a

Souza Noschese construiu o primeiro motor a combustão interna do Brasil. No ano seguinte, a Companhia A. Preses construiu um ônibus com quase todo conteúdo local, tendo que importar apenas o carburador e o equipamento elétrico. A estas iniciativas, somaram-se as transformações ocorridas nas garagens de revenda de peças e equipamentos que, aos poucos, passaram a produzir seus próprios componentes e se transformaram nas primeiras indústrias de autopeças do país.¹

As montadoras instalaram plantas de montagem no Brasil, no qual os veículos eram importados em kits completos (complete knocked-down ou CKD) ou parcialmente montados (semi knocked-down ou SKD) para driblar o sistema tributário. A Ford instalou sua primeira unidade de montagem no bairro do Ipiranga, em São Paulo em 1919. Nesta planta, a mão de obra era composta principalmente por imigrantes europeus e a qualificação não era urgente, devido à facilidade de se montar o Ford T.² Após a Ford iniciar a montagem dos kits de veículos no Brasil em 1919, a frota brasileira aumentou consideravelmente, atingindo 30 mil unidades em 1920, e oito vezes este número dez anos depois. Em 1923, a GM se instalou no mesmo local para a produção de veículos comerciais. A International Harvester e a Vemag também instalaram plantas no país, respectivamente em 1926 e 1946, para a montagem dos kits importados.³

Durante a Segunda Guerra, a importação de veículos no Brasil foi interrompida, evidenciando a necessidade do país em ter sua própria indústria automotiva. O consumo de bens importados, já restringido durante a grande depressão, se aprofundou com o conflito. As diversas restrições impostas à sociedade brasileira pela guerra mobilizaram o governo a fazer um grande esforço para a produção das mercadorias que antes eram importadas. Graças às divisas acumuladas no período da guerra, o decreto de nº 9.025 de 27 de fevereiro de 1946 estabeleceu um livre mercado de câmbio, permitindo a importação de bens. Através do decreto, o presidente, entre outras medidas, assegurou a liberdade de compra e venda e moedas estrangeiras através da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, autorizou a Sumoc a reduzir a porcentagem de 30% sobre estas operações e garantiu o retorno do capital estrangeiro, desde que a parcela anual não ultrapasse os 20% do capital registrado na Carteira de Câmbio.⁴ Esta medida ocasionou um *boom* de importação no Brasil, que levou a uma crise na balança de pagamentos. Helen Shapiro afirmou que apenas em

¹ WOLFE, Joel. *Autos and progress: the brazilian search for modernity*. New York: Oxford University Press, 2010, p. 17.

² WOMACK, James; JONES, Daniel; ROOS, Daniel. *A máquina que mudou o mundo*: baseado no estudo do Massachusetts Institute of Technology sobre o futuro do automóvel. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 15.

³ NEGRO, Antonio Luigi. Servos do tempo. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro (orgs.) *De JK a FHC: a Reinvenção dos carros*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 90.

⁴ LATINI, Sydney. *A implantação da indústria automobilística no Brasil: da substituição de importações ativa à globalização passiva*. São Paulo: Alaúde Editorial, 2007, p. 78.

1951 o setor automotivo representou 276 milhões de dólares em importações.⁵ Inicialmente, foi este quadro levou os *policy makers* a planejarem a implantação do setor automotivo no país para aliviar o peso dos automóveis sobre a balança comercial. Posteriormente, esta estratégia de industrialização ganhou contornos mais estratégicos.

O Governo Vargas: 1951-1954

Boa parte da literatura especializada atribuiu ao governo Vargas a origem do setor automotivo brasileiro. Em seus governos, Vargas conservou um caráter nacionalista, de fomento a indústria nacional e de criação e organização institucional. Para Renato Boschi⁶ e Eli Diniz⁷, neste período a burguesia industrial promoveu condições institucionais para a constituição da economia capitalista no Brasil. Deste modo, o corporativismo se originou e fundamentou as relações entre o público e o privado, num sistema em que ocorria uma interpenetração entre os dois setores, criando um sistema de representação de interesses fechado e excludente. De acordo com Joel Wolfe, Vargas procurou centralizar o poder e criar um Estado mais intervencionista em seus dois mandatos.⁸ Apesar de não ter construído uma indústria automotiva em seus mandatos, foram neles que os quadros legais, físicos e industriais foram estabelecidos para a posterior implantação do setor no Brasil.

Entendemos que, para fomentar o desenvolvimento econômico, o Estado criou instituições para este processo, como a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), a Carteira de Exportação e Importação (Cexim), o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) e o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI). Este aparato institucional exerceu um papel crucial para o estabelecimento do setor automotivo no país.

Criada como uma espécie de Banco Central coube à Sumoc a coordenação dos contatos das instituições governamentais com o FMI e a elaboração do orçamento cambial do país. Entre 1953 e 1957, a diferença entre as taxas de importação e exportação foram utilizadas pelo Estado para tornar as operações de câmbio em instrumento de financiamento estatal. A Sumoc determinou um sistema de leilão do câmbio no Brasil, no que foi chamado de Instrução 113. As firmas automotivas foram elegíveis para esta Instrução, permitindo que todo equipamento que entrasse no país como investimento direto estrangeiro (IDE) fosse importado sem cobertura cambial. O

⁵ SHAPIRO, Helen. *Engines of growth: the state and transnational auto companies in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 28.

⁶ BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia* (hegemonia burguesa e mudança política no Brasil). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 56.

⁷ DINIZ, Eli. *Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978, p. 107.

⁸ WOLFE. *Autos and progress*, p. 92.

governo sacrificou o que receberia como transação cambial em prol do investimento das empresas estrangeiras. A Instrução 113 foi um dos principais incentivos para a indústria automotiva, permitindo a importação de máquinas e equipamentos como IDE sem a cobrança de impostos. O setor automotivo foi responsável por quase metade dos investimentos que entraram no Brasil sob a Instrução. Foram ao todo 200,7 milhões de dólares.⁹

Em 1952, surgiu a Associação Profissional da Indústria de Peças para Automóveis e Similares, que mais tarde se transformou no Sindipeças (Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores). Esta associação reunia os produtores nacionais de autopeças, incluindo aqueles que produziam desde a construção das primeiras linhas de montagem dos kits importados, aos que surgiram após a Segunda Guerra Mundial, de fabricantes de peças simples, a fabricantes de peças mais complexas. A Associação fornecia dados à Cexim e à CDI, além de participar das discussões sobre as estratégias para a nacionalização da indústria automotiva. Em 1955, novecentas firmas estavam registradas na associação sendo responsáveis pelos 30% de conteúdo local nos veículos montados no Brasil. Logo a instituição passou a pressionar as autoridades federais para a proibição da importação de peças que já eram produzidas no país, com a finalidade de aumentar a nacionalização da produção e a proteção dessas empresas da concorrência. Utilizando do lobby, a associação conseguiu a aprovação do Aviso 288 em agosto de 1952, junto à Cexim.¹⁰

A Cexim foi estabelecida pelo decreto 3.293, de 21 de maio de 1941 e tinha a finalidade de estimular o comércio exterior através do financiamento à exportação e importação. Gerida pelo Banco do Brasil, a Cexim poderia emitir bônus, operar crédito no Brasil e no exterior e conceder o redesconto de títulos. Além de outras funções, cabia a Cexim a elaboração de acordos comerciais, financeiros e internacionais. Seu Aviso 288 proibia a importação de uma lista de cento e quatro grupos de autopeças que já eram produzidas nacionalmente e foi criado para proteger as empresas de autopeças. Esta medida permitia a importação de peças que não eram produzidas no Brasil, embora tornasse impossível a importação de uma lista de peças já produzidas nacionalmente. A legislação protecionista forçava as firmas que montavam veículos CKD e SKD a substituir os componentes e partes importados por aqueles produzidos nacionalmente.¹¹

⁹ SHAPIRO, Helen. *Engines of growth*, p. 51.

¹⁰ ADDIS, Caren. Cooperação e desenvolvimento no setor de autopeças. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro (orgs.). *De JK a FHC: a Reinvenção dos carros*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 135.

¹¹ ADDIS. *Cooperação e desenvolvimento no setor de autopeças*, p. 136.

Posteriormente, em abril de 1953, o órgão sucessor da Cexim, a Cacex (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil), lançou o Aviso 311, que limitou ainda mais as importações de peças e, em julho do mesmo ano, proibiu a importação de veículos montados. A partir deste momento, apenas kits CKD e SKD poderiam ser importados. Em janeiro de 1954, estas restrições foram aprofundadas, de modo a somente permitir a entrada no país de kits CKD que não possuíssem peças produzidas nacionalmente. Tais estratégias do governo tiveram como consequência um aumento da participação do conteúdo local na produção automotiva. Ambos os Avisos estimularam a indústria de autopeça e preservaram o mercado para a produção nacional.¹²

O BNDE foi criado no governo Vargas em 1952, num contexto em que a infraestrutura e a industrialização estavam em processo de expansão e consolidação. Segundo Limoncic, foi na Comissão Conjunta Brasil-Estados Unidos que surgiu a ideia de criar uma instituição para gerir os fundos provenientes dos financiamentos do Eximbank e do BIRD, que veio a se concretizar como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). O BNDE teve um papel discreto no financiamento da indústria automotiva brasileira, mas fundamental para a Fábrica Nacional de Motores, pois o financiamento era dado de acordo com a quantidade de capital nacional envolvido.¹³

Ainda durante o governo Vargas, foi criada a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), composta por representantes e ministros de várias áreas do governo e ainda contava com a presença de industriais. Tinha como objetivo a elaboração de uma política de desenvolvimento industrial geral e setorial. A CDI possuía várias subcomissões, sendo a Subcomissão para a Manufatura de Jipes, Tratores, Caminhões e Carros designada para formular a estratégia de industrialização do setor automotivo. Criada em 1952, esta Subcomissão tinha como objetivo o estudo sobre a possibilidade de se implantar uma indústria automotiva no Brasil.¹⁴

Desta forma, as grandes empresas do setor foram convidadas pelo governo para darem um parecer a respeito da instalação das montadoras no Brasil, e chegaram à conclusão de que o país tinha um mercado limitado para a formação de economias de escala e as fabricantes de autopeças desconheciam as técnicas modernas de produção.¹⁵ A Subcomissão foi então incumbida de levantar os dados sobre a existência de um mercado interno para a indústria automotiva e os pré-requisitos

¹² SHAPIRO, Helen. *Engines of growth*, p. 33.

¹³ LIMONCIC, Flávio. *A civilização do automóvel: a instalação da indústria automobilística no Brasil e a via brasileira para uma improvável modernidade fordista 1956-1961*. 230 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social, 1997, p. 97.

¹⁴ SHAPIRO, Helen. *Engines of growth*, p. 28.

¹⁵ ADDIS. *Cooperação e desenvolvimento no setor de autopeças*, p. 134.

para sua implantação no Brasil. Na direção oposta do relatado pelas empresas, a Subcomissão concluiu que o país possuía mercado e que a instalação do setor automotivo ajudaria tanto na questão dos transportes quanto no desenvolvimento da economia e da sociedade, muito embora, o Brasil não tivesse os pré-requisitos para a implantação de uma indústria deste porte, nem mão de obra especializada e nem as matérias primas necessárias. Com base nesta conclusão, foi elaborado o Plano Nacional de Estímulo à produção de Automóveis e à Implantação Gradativa da Indústria Automobilística. O presidente Vargas aprovou o relatório e pediu a CDI que criasse projetos de lei para discussão no congresso nacional. Após o despacho presidencial, a Subcomissão destacou a necessidade de mobilização de capital interno e externo e a reação desfavorável dos setores importadores nacionais com a substituição de importações.¹⁶ De acordo com Barros e Pedro (2012), esta ação pode ser considerada como o primeiro passo para o surgimento de uma política industrial específica para o setor automotivo.¹⁷

A CDI, em 1954, criou ainda a Comissão Executiva da Indústria de Material Automobilístico (CEIMA), que era responsável pelas decisões em todas as instâncias administrativas referentes à indústria automotiva e elaboraria um plano para as diversas linhas deste setor, além de assistência aos órgãos de controle de câmbio e comércio exterior. Com o suicídio de Vargas, a CEIMA não chegou a ser instituída, mas várias de suas funções foram anexadas ao Grupo Executivo da Indústria Automotiva do governo Juscelino Kubitschek.¹⁸

Conclusão

Ao longo deste pequeno texto, procuramos demonstrar algumas medidas adotadas pelo governo Vargas, entre 1951 e 1954, que se constituíram fundamentais para a instalação efetiva de um setor automotivo na malha industrial brasileira. Tentamos demonstrar como algumas medidas tomadas no governo Vargas para contornar os efeitos nefastos da importação de peças, componentes, motores e veículos completos sobre a balança comercial brasileira e sobre a indústria de autopeças nacional, resultaram no desenvolvimento do setor no Brasil. Cada vez mais se torna evidente o papel da Instrução 113 da Sumoc, do Aviso 288 da Cexim, do Aviso 311 da Cacex, da criação do BNDE e do Plano Nacional de Estímulo à produção de Automóveis e à Implantação

¹⁶ LATINI. *A implantação da indústria automobilística no Brasil*, p. 86.

¹⁷ BARROS, Daniel Chiari; PEDRO, Luciana Silvestre. O papel do BNDES no desenvolvimento do setor automotivo brasileiro, 2012, p. 103. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/938/4/O%20papel%20do%20BNDES%20no%20desenvolvimento%20do%20setor%20automotivo-final_P.pdf>. Acesso em: 10/03/2015.

¹⁸ LIMONCIC. *A civilização do automóvel*, p. 88.



Gradativa da Indústria Automobilística da CDI, no estabelecimento das bases para a criação de uma indústria automotiva no país.

Programa Mulher e Ciência – política pública necessária no combate a desigualdade de gênero na ciência

Maria Gabriela Evangelista Soares da Silva

Mestranda

Programa de História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia – HCTE/UFRJ
gabriela@hcte.ufrj.br

Resumo: As mulheres, no Brasil, obtiveram importantes conquistas na área educacional e profissional a partir do século XX, devido, em partes, a atuação dos movimentos feministas que contribuíram para questionar estereótipos, abrindo novas possibilidades para as mulheres atuarem na sociedade. Atualmente, já há paridade no acesso aos níveis básicos de educação e, com relação ao nível superior, as mulheres são maioria em matrículas e conclusões, mas ao analisar o campo específico das ciências exatas, esse padrão se inverte; e esse cenário se repete na atuação profissional, fazendo com que as mulheres passem a depender de políticas públicas que sejam capazes de diminuir e acabar com sua restrição a essa área das ciências. Nesse contexto, o artigo tem por objetivo elucidar de que maneira a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM) vem atuando na área da educação para as mulheres, com foco no programa - Mulher e Ciência, que tem por objetivos estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no país, bem como promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas.

Palavras-chave: Mulher; Políticas públicas; Ciência.

Introdução

A trajetória das mulheres na sociedade sempre foi feita à sombra de figuras masculinas, deixando-as, muitas vezes, invisíveis ao longo dos séculos.

As causas dessa invisibilidade estão centralizadas na influência da religião, que foi responsável por caracterizar a mulher como um ser submisso ao homem; na cultura patriarcalista, que determinava que a mulher devia obediência ao pai, posteriormente ao marido e na ausência de um desses, ela devia obedecer a figura masculina da casa; na divisão sexual do trabalho, que determinava que cabia à mulher os afazeres domésticos e o cuidado com o marido e os filhos; e ao homem, o trabalho remunerado para sustentar sua família; e na concepção da mulher como um ser biologicamente inferior ao homem, que foi defendida até mesmo por filósofos e cientistas.

Ao longo do tempo, muitos desses argumentos foram questionados e até mesmo considerados ilegítimos, através da atuação do movimento feminista, que contribuiu para questionar os estereótipos¹ sobre o papel feminino, abrindo novas possibilidades para as mulheres

¹ LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade. Portugal: Porto, 2001.

atuarem na sociedade, além do espaço doméstico.

O movimento feminista, no Brasil, surgiu ao final do século XIX, mas o seu fortalecimento se deu ao longo do século seguinte, através das bandeiras de luta, que em um primeiro momento eram comuns a todas as mulheres e depois começaram a se diferenciar de acordo com a multiplicidade de feminismos e suas necessidades.

Dentre as diferentes bandeiras, o presente trabalho dá destaque a luta pela inserção das mulheres no cenário político e na área educacional, que estão diretamente relacionadas às atuais políticas públicas para as mulheres na ciência.

No cenário político, as mulheres passaram a ter maior representatividade nos anos 80, pois o Estado identificou a necessidade de atender as solicitações das feministas para não tê-las como opositoras, mas, ao mesmo tempo, não queria que elas ocupassem cargos de decisão; assim, Ele permitiu a institucionalização de suas propostas através da criação de conselhos. Esses conselhos davam autonomia às mulheres, mas como eram financiados pelo próprio Estado, limitava a sua atuação, apesar disso, foram eles que permitiram a visibilidade da questão feminista na esfera pública.

Um importante conselho fundado em 1985, durante o processo de redemocratização do país, foi o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), vinculado ao Ministério da Justiça, para promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país. A criação deste conselho demonstra a nova maneira do Estado em pensar a questão do papel da mulher na sociedade.

Com o processo de democratização no país, os movimentos. Feministas e de mulheres conquistaram uma interlocução o Governo dando início outra fase, a de reconhecimento do Estado de que as discriminações e desigualdades nas relações de gênero constituem umas questões para ser enfrentada por meio da legislação e de políticas públicas. O marco fundamental nesse processo foi à criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1985.²

A atuação desse Conselho através da campanha Mulher e Constituinte, que mais tarde ficou conhecida como *Lobby* do Batom, promoveu uma série de debates sobre a questão da mulher, em todo o país e contemplando todas as raças e classes sociais, visando ter base para elaborar uma carta proposta, que contemplasse as principais reivindicações da mulher brasileira, para ser entregue ao Congresso.

² RODRIGUES, Almira. “Lugar de mulher é na política: um desafio para o século XIX”. In: SWAIN, Tania Navarro e MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. (orgs.). Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005, p. 30.

Ativamente organizada através daquilo que ficou conhecido, através da mídia, como o “lobby do batom” as mulheres brasileiras conseguiram aprovar mais de 80% de suas demandas, que oscilavam entre o princípio geral da igualdade de gênero e demandas específicas.³

Além disso, os partidos políticos passaram a incluir as mulheres em suas cadeiras e criaram departamentos específicos para as mesmas. Contudo, essa participação feminina não se deu de forma harmoniosa devido ao conflito de interesses, levando a expulsão das mulheres de alguns partidos.

Assim, em 1995, é promulgada a Lei nº 9.100 que garante a participação feminina nos partidos políticos e determina que:

Art. 11. Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara Municipal até cento e vinte por cento do número de lugares a preencher.
§ 3º Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres.⁴

Mais tarde, novas leis⁵ trouxeram alterações às anteriores, mas todas em favorecimento das mulheres, chegando a determinar que as vagas que por outrora não fossem preenchidas por mulheres, não poderiam ser preenchidas por homens e que os partidos deveriam promover e difundir a participação feminina política.

Essa década foi de extrema importância para garantir o acesso das mulheres ao cenário político, permitindo que elas passassem a criar e defender políticas para a sua classe. Contudo, apesar dos avanços, as mulheres ainda ocupam um número muito reduzido de cargos de decisão, nas diferentes esferas do governo, o que limita o seu poder de atuação.

No campo educacional, a história das mulheres foi por muito tempo inexistente já que a elas cabia apenas aprender os cuidados com o lar e a família, podendo ainda aprender a tocar piano, a dançar e a ler e escrever, que eram atividades socialmente aceitas para as mulheres. Além disso, todos esses ensinamentos só poderiam ser ministrados dentro de suas próprias residências ou em conventos.

As primeiras escolas para meninas são criadas em 1827, por D. Pedro II, que sancionou

³ SIMÕES, Solange e MATOS, Marlise. “Ideias Modernas e Comportamentos Tradicionais: a persistência das desigualdades de gênero no Brasil”. In: SOUZA, Márcio Ferreira de. (org.). Desigualdades de gênero no Brasil: novas ideias e práticas antigas. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010, p. 17-18.

⁴ Brasil. Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995, estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9100.htm>. Acesso em: 11 de jun. 2016.

⁵ Brasil. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, estabelece normas para as eleições. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm>. Acesso em: 11 de jun. 2016.

uma lei que criava nas cidades e vilas mais populosas as chamadas Pedagogias⁶.

A educação primária era totalmente discriminatória, cabendo às meninas, apenas disciplinas com conteúdo moral e social; além de aprenderem a escrever, contar, bordar e costurar; reforçando o papel da mulher na sociedade; enquanto os meninos possuíam disciplinas mais amplas.

A educação secundária visava, basicamente, o magistério - a formação de professoras para a educação primária; enquanto para os meninos, servia para prepará-los para o ensino superior, que ainda era exclusivamente masculino.

A dualidade no ensino só termina em 1890 com a Reforma Benjamin Constant, que visava a liberdade, laicidade e a gratuidade do ensino, bem como a co-educação de gênero. Além disso, também visou estruturar a formação científica substituindo a tradição humanista clássica que vigorava no país, há mais de 300 anos.

O acesso das mulheres ao ensino superior somente foi possível a partir de 1879, autorizado por D. Pedro II. A primeira mulher a ingressar em uma universidade foi Rita Lobato Velho Lopes (gaúcha), em 1887, no curso de medicina da Universidade de Salvador/BA.

Apesar da autorização para frequentar as universidades, as mulheres ainda sofriam muitos preconceitos nesse ambiente e por isso o aumento da inserção das mulheres no ensino superior só ocorre de maneira significativa na segunda metade do século XX.

Atualmente, os dados⁷ do Censo da Educação Superior, coletados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), confirmam que o universo acadêmico registra a participação feminina predominantemente nos números de ingressos (56,1%), matrículas (57,2%) e conclusões (60,2%) dos cursos de graduação.

Nesse cenário, percebe-se que o acesso das mulheres à educação, desde o nível básico até o superior e a igualdade de disciplinas no ensino foi uma trajetória de quase um século.

As conquistas das mulheres no campo educacional ainda não se esgotaram, pois apesar delas já serem maioria no nível superior, esse número não se repete em as áreas do conhecimento e, em determinadas campos, a desigualdade entre homens e mulheres é alarmante, como na área de ciências exatas e tecnológicas.

⁶ Brasil. Lei de 15 de outubro de 1827, manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm> Acesso em 08 de jun.2016.

⁷ Censo da educação superior 2013: resumo técnico. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015. 80 p.: il. ISBN 978-85-7863-044-7.

Essa desigualdade é fruto de uma construção social das profissões⁸, mas também está relacionada às décadas de exclusão das mulheres em frequentar bibliotecas, universidades e de produzir e/ou divulgar resultados de pesquisas científicas, o que gerou um desenvolvimento tardio da produção científica feminina reconhecida.

Essa conjuntura mostra que a dualidade e a segmentação de gênero estiveram, desde sempre, presentes na gênese do sistema educacional brasileiro e isso permite entender a tardia trajetória das mulheres no meio acadêmico.

Diante dos fatores que caracterizaram a marginalização das mulheres por séculos, vemos que a oportunidade de ingressarem mais mulheres nessas áreas não depende somente dos atributos individuais delas, mas sim de fatores macroestruturais, relacionados principalmente com as mudanças culturais e isso ocorre de forma lenta, principalmente quando estão associadas às relações de poder estabelecidas secularmente na sociedade. E nesse contexto, as mulheres passam a depender de políticas públicas que as ajudem a conquistar esses novos espaços.

Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres

A Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República⁹ (SPM-PR) foi criada em 2003, pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tendo como principal objetivo a promoção da igualdade entre homens e mulheres e o combate a todas as formas de preconceito e discriminação, visando construir um país mais justo, igualitário e democrático, valorizando a mulher e facilitando a sua inclusão no processo de desenvolvimento social, econômico, político e cultural do Brasil.

A atuação da SPM desdobra-se em três linhas principais de ação: 1-Políticas do Trabalho e da Autonomia Econômica das Mulheres; 2-Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e 3-Programas e Ações nas áreas de Saúde, Educação, Cultura, Participação Política, Igualdade de Gênero e Diversidade.

Na área da educação, cultura e ciência¹⁰, a SPM atua com o propósito de desconstruir os estereótipos de gênero presentes na sociedade brasileira, bem como de promover e dar visibilidade a ações culturais feitas por mulheres.

⁸ PACEY, Arnold. La Cultura de la Tecnología. Fondo de Cultura Económica, México, 1990.

⁹ Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Disponível em: <<http://spm.gov.br/sobre/a-secretaria>> Acesso em 10 de mai 2016.

¹⁰ Educação, Cultura e Ciência. Disponível em: <<http://spm.gov.br/assuntos/educacao-cultura-e-ciencia>> Acesso em 15 de mai 2016.

Os programas e ações buscam sensibilizar a juventude, pesquisadoras/es e professoras/es para a promoção da igualdade e do respeito entre meninos e meninas em todos os níveis de escolarização, através da inserção do debate sobre a igualdade de gênero no espaço escolar e do incentivo a mudanças nas práticas pedagógicas.

Os programas e ações dessa linha são: Programa Mulher e Ciência; Inserção do debate de gênero no currículo escolar; Dar visibilidade a produção cultural das mulheres e a Formação de Gestores públicos.

Programa Mulher e Ciência

O Programa Mulher e Ciência¹¹ começou a ser estruturado ao final de 2014 e ao longo de 2015, através de um grupo de trabalho interministerial, instituído pela SPM e pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia. O grupo contou com a colaboração do CNPq, MEC e ONU Mulheres, além da CAPES, ANDIFES e FINEP.

O objetivo do programa é estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no Brasil, bem como promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas.

O programa desdobra-se nas seguintes ações: 1- Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero; 2- Editais Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos; 3- Pensando Gênero e Ciências e 4- Meninas e Jovens Fazendo Ciência, Tecnologia e Inovação.

A primeira¹² é um concurso anual de redações, artigos científicos e projetos pedagógicos que tenham por objetivo estimular e fortalecer a reflexão crítica e a pesquisa acerca das relações de gênero e feminismos em nosso país, e sensibilizar a sociedade para tais questões.

O prêmio está dividido em cinco categorias: estudante de ensino médio; de graduação; graduados, especialistas e estudantes de mestrado; mestres e estudantes de doutorado; e Escola Promotora da Igualdade.

As ações diretas do prêmio são: Premiar projetos e ações pedagógicas para a promoção da igualdade de gênero desenvolvidos por escolas públicas e privadas; além de 27 textos de estudantes

¹¹ Programa Mulher e Ciência. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/educacao-cultura-e-ciencia/programas-acoas>> Acesso em 15 de mai 2016.

¹² Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/par/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17454-premio-construindo-a-igualdade-de-genero-novo>> Acesso em 15 de mai 2016.

do ensino médio e 6 artigos científicos. Todos os premiados têm seus trabalhos reunidos em uma publicação.

Nas dez edições já realizadas, o Prêmio recebeu aproximadamente 30 mil inscrições entre redações, artigos científicos e projetos pedagógicos. O que destaca a grande repercussão e apropriação dessa ferramenta para discutir a questão de gênero.

A segunda ação refere-se aos Editais Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos¹³ que é trienal e ocorre em parceria com o CNPq/MCTI. Ela tem por objetivo incentivar estudos e pesquisas nessas áreas, buscando contemplar a intersecção com as abordagens de classe social, geração, raça, etnia e sexualidade.

Essa ação já contou com três editais que receberam a inscrição de 1007 propostas de pesquisa, sendo que 511 delas foram apoiadas com um aporte total de recursos da ordem de 13 milhões de reais.

A terceira é o Pensando Gênero e Ciência¹⁴ que se trata de um encontro trienal com pesquisadoras e núcleos de pesquisas de gênero das universidades. A SPM já organizou encontros nacionais com a comunidade científica para discutir o papel das mulheres no setor de Ciência e Tecnologia.

O primeiro encontro ocorreu em Brasília, em 2006 e teve como objetivo mapear e analisar o campo de pesquisas e estudos sobre gênero e ciências no Brasil. O Encontro reuniu 330 pesquisadores e mais de 200 núcleos de pesquisa de todas as regiões do país.

O resultado desse encontro gerou algumas recomendações como a introdução da disciplina de gênero nos currículos universitários; a transformação do Programa Mulher e Ciência em política permanente; o aumento da participação feminina nos cargos de direção de órgãos financiadores de pesquisas científicas (CNPq/MCT, CAPES/MEC); e a inclusão de publicações no campo de estudos de gênero, feminismo e diversidade sexual nos acervos das bibliotecas nacionais.

O segundo encontro, realizado em 2009, contou com a participação de mais de 150 núcleos de pesquisas científicas do país e os temas abordados foram: a institucionalização dos estudos feministas e de gênero nos sistemas de educação, ciência e tecnologia; os mecanismos institucionais de ampliação, apoio e avaliação das publicações científicas como veículos de consolidação da área;

¹³ Editais Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos. Disponível em: <<http://cnpq.br/editais>> Acesso em 14 de mai 2016.

¹⁴ Pensando gênero e ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas — 2009, 2010/ Presidência da República. — Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010. 196 p.

e, ainda, o fortalecimento de medidas e ações voltadas para a promoção das mulheres nas áreas científicas e tecnológicas nas carreiras acadêmicas.

O último encontro ocorreu em 2013, tendo em suas mesas os seguintes temas: “O Programa Mulher e Ciência: Resultados e Desafios”; “Diretrizes Nacionais para Educação nas Relações de Gênero”; “Um olhar de gênero no Ensino Superior: a mística feminina” e “Obstáculos e Estratégias da Carreira Científica no Feminino” e nos grupos temáticos, os seguintes debates: Formação de professoras(es); Desafios da inserção das meninas nas Ciências Exatas; Educação do Campo e gênero e Desafios da Educação Superior na perspectiva de gênero.

A última ação é denominada Meninas e Jovens fazendo Ciência, Tecnologia e Inovação¹⁵, que busca ampliar o número de estudantes do sexo feminino em carreiras de ciências exatas, engenharias e computação. Ela consiste em um edital que seleciona propostas de pesquisas científicas de mulheres para conceder apoio financeiro aos projetos que contribuam de maneira expressiva para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação no Brasil.

O primeiro edital foi em 2014 e contou com um investimento de R\$10,9 milhões, que financiou bolsas e custos operacionais dos 325 projetos selecionados do total de 528.

Conclusão

O artigo evidenciou que a trajetória das mulheres para ter participação no cenário política e acesso à educação formal foi um processo longo e desigual, quando comparado aos homens. Não podendo deixar de resaltar a significativa participação do movimento feminista.

A trajetória política ganhou destaque, na década de 80, permitindo que as mulheres fossem consideradas iguais aos homens perante a lei e assegurando a participação das mesmas nos partidos políticos e demais órgãos do governo, como os conselhos nacionais; o que permitiu que as próprias mulheres passassem a defender seus interesses. Contudo, ainda há um longo caminho a percorrer, pois apesar das mulheres serem maioria na população, esta presença não se reflete nos espaços de poder e decisão, limitando a atuação das mesmas na luta pela igualdade de gênero.

O percurso de acesso à instrução, iniciado com as Pedagogias, em 1827, durou quase um século para garantir a igualdade de acesso em todos os níveis da educação e a paridade de disciplinas

¹⁵ Meninas e Jovens fazendo Ciência, Tecnologia e Inovação. Disponível em: <http://cnpq.br/chamadas-publicas?p_p_id=resultadosportlet_WAR_resultadoscnpqportlet_INSTANCE_0ZaM&filtro=abertas&detalha=chamadaDivulgada&idDivulgacao=4341> Acesso em 12 de jul 2016.

estudadas. Contudo, no ensino superior, as mulheres ainda estão limitadas a determinadas áreas do conhecimento, sendo excluídas, principalmente, das áreas de ciências exatas e tecnológicas.

Nesse contexto, as mulheres passam a depender de políticas públicas que sejam capazes de incentivar a participação feminina nessas áreas, mas, principalmente, de mudar o estereótipo de gênero associado a esse campo de estudo.

A Secretaria de Políticas Públicas para as mulheres com o programa Mulher e Ciência tem sido capaz de dar uma importante contribuição nesse cenário, através de suas diversas ações. O Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, que engloba desde estudantes do ensino médio até doutorandos, passando por escolas que têm como foco promover a igualdade de gênero. Essa medida tem destaque por incluir a discussão de gênero no ensino médio, possibilitando que jovens que ainda escolherão suas carreiras profissionais possam ter um novo conceito de gênero associado à ciência e tecnologia.

Os Editais Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos têm incentivado o aumento do número de pesquisas e publicações sobre o tema, dando visibilidade à questão. A ação Pensando Gênero e Ciências tem levado para dentro das universidades a discussão sobre a presença das mulheres nas ciências e essa proposta é de extrema importância, pois grande parte dos obstáculos enfrentados, pelas mulheres, nesse campo de estudo, está dentro desse espaço. Além do Edital Meninas e Jovens Fazendo Ciência, Tecnologia e Inovação que tem contribuído para patrocinar e incentivar o desenvolvimento de pesquisas científicas, por mulheres.

O Programa Mulher e Ciências, através de duas ações, tem tido grande adesão e repercussão e também tem impulsionado universidades, escolas e outras instituições a criarem suas próprias ações e programas de estímulo à participação feminina na área das ciências. Assim, a discussão de gênero na ciência vem se ampliando e se fortalecendo em diversos níveis da educação e da sociedade.

Nessa perspectiva, o trabalho evidenciou que existe a necessidade da ampliação da presença feminina em postos de direção, espaços de poder e de decisão dos governos, do meio acadêmico e do acesso às profissões na área de ciência e tecnologia para permitir uma nova configuração de construção e ocupação desses espaços, que contemple a igualdade de gênero. Além disso, ficou evidente que a mudança nesse cenário também depende do fortalecimento das políticas públicas destacadas, da criação de novas políticas públicas e da ampliação da atuação das mesmas, permitindo contribuir, cada vez mais, para a formação de uma sociedade justa, democrática e igualitária.

Trajетória histórica das políticas públicas municipais de esporte e lazer da Cidade de Belo Horizonte: Intervenções no período de 1983 à 2002

Rita Márcia de Oliveira

Mestre em Administração Pública
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer-SMEL/PBH
rita.marcia@pbh.ov.br

Ludmila Miranda Sartori

Bacharel em Educação Física
Universidade Federal de Minas Gerais
ludsartori@hotmail.com

RESUMO: O estudo objetivou mapear e analisar as principais intervenções do poder público municipal de Belo Horizonte no setor do esporte e lazer entre os anos de 1983 à 2003. As fontes mobilizadas para sua construção foram as legislações referentes ao setor e os relatórios dos prefeitos do período correspondente. Também foram coletadas informações provenientes de depoimentos de pessoas que testemunharam o desenvolvimento dessas políticas. As análises sinalizam que no período de 1983 à 1993, as ações se caracterizavam principalmente pela promoção de eventos e apoio a instituições esportivas, indicando uma condução da política em que o lazer não era compreendido para além das manifestações físico-esportivas e nem como um direito que deve ser garantido a todos. Por outro lado, no período de 1993 à 2002, há indícios que as iniciativas no setor procuraram fortalecer o esporte e lazer como direitos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas, esporte, lazer.

O presente estudo tem como marco inicial o ano de 1983, ano de criação da Secretaria Municipal Esportes - SMES, quando o esporte passa a ter um maior destaque na estrutura administrativa do município. Foi por meio do decreto nº 4.489, de 13 de julho de 1983 (Art.13)¹, que a Secretaria Municipal de Turismo e Esportes é extinta e conforme o seu Art. 14 inciso II transfere parte de suas competências, atribuições, atividades, pessoal, recursos orçamentários, direitos e encargos, para a recém-criada SMES.

A estrutura administrativa da nova Secretaria foi definida por meio do decreto nº 4.530, de 12 de setembro de 1983 Art. 3^o2 que organizava a SMES em órgãos: Órgão de Assistência e de Assessoramento Direto e imediato ao Secretário Municipal e ao Secretário Municipal Adjunto (composto pelo gabinete); Órgão de Planejamento, Administração e Finanças; e Órgãos

¹ BELO HORIZONTE. Decreto nº 4489, de 13 de JULHO DE 1983. Dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e dá outras providências.

² BELO HORIZONTE. Decreto nº 4530, de 12 de setembro de 1983. Dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Esportes e dá outras providências.

Operacionais (compostos por diversos setores, departamentos e seções, dentre eles o Departamento de Atividades Esportivas).

A SMES é criada durante o governo do prefeito Hélio Carvalho Garcia, mas é durante o mandato do prefeito Ruy Lage que é aprovado seu Regimento Interno. Durante esse período, a Secretaria contou com Wilson da Silva Piazza como Secretário Municipal de Esportes, que segundo o mesmo³, foi convidado a assumir o cargo pelo Hélio Garcia e continuou até a gestão de Prefeito Sérgio Ferrara.

Afonso Celso Raso, que atuou nesse período como Secretário Adjunto de Esportes, expõe como se deu a criação da nova Secretaria:

Quando o Hélio Garcia assumiu a Prefeitura, ele nos convocou, a mim e ao Piazza, para elaborarmos o anteprojeto, que afinal se transformou em projeto, da criação da Secretaria Municipal de Esportes. A nossa preocupação, em 1983, quando fizemos o Regimento Interno da Secretaria, era fixar a competência em área de atuação que se ampliou bastante. Programar, fazer projetos, atividades relacionadas com esportes, a recreação e a Educação Física, administração de prédios, praças de esportes, instalações municipais destinadas àquelas finalidades, coordenação, estímulos e incentivo às atividades esportivas e de lazer [...]⁴

A criação da SMES constituiu-se um marco no que diz respeito ao destaque que o esporte adquire na estrutura administrativa do município, uma vez que em períodos anteriores, o esporte sempre esteve vinculado a outras áreas, como cultura e turismo. Tal demanda em criar uma Secretaria exclusiva para o esporte pode ser notada no depoimento da ex-servidora municipal, Beatriz Hauck Magalhães Miranda, que atuou nesse contexto:

A criação da Secretaria não é só porque o departamento cresceu não, é porque o Hélio Garcia queria uma atividade, uma coisa do esporte, porque o esporte dava projeção à administração dele, daria, como já dava a Diretoria de Esportes no Estado, então ele queria uma Diretoria de esportes na prefeitura, maior.⁵

É importante ressaltar o contexto histórico que a SMES estava inserida. Assim, como no resto do país, Belo Horizonte também vivia a fase de transição da ditadura militar para a democracia, os prefeitos citados anteriormente,, Hélio Garcia e Rui Lage, assumiram seus cargos

³ PIAZZA, Wilson da Silva. As políticas públicas implementadas pela Secretaria Municipal de Esportes-SMES. Palestra proferida no I Seminário do Centro de Memória do Esporte e Lazer – CEMEL: Memória das políticas públicas de esporte e lazer da cidade de Belo Horizonte. Belo Horizonte - MG. Em 01 de novembro de 2013.

⁴ RASO, Afonso Celso. As primeiras políticas públicas de esporte e lazer em Belo Horizonte (1948/1983). Palestra proferida no I Seminário do Centro de Memória de Esporte e Lazer-CEMEL: Memória das políticas públicas de esporte e lazer da cidade de Belo Horizonte. Belo Horizonte-MG. Em 31 de outubro de 2013.

⁵ MIRANDA, Beatriz Hauck. Entrevista concedida a Rita Márcia de Oliveira, em 8 de outubro de 2015, p. 14.

pelo processo de nomeação⁶. Em 1986, é que foram realizadas eleições diretas e Sérgio Mário Ferrara foi eleito.⁷

No setor esportivo nacional a abertura democrática foi lenta. Muitos militares continuaram nos cargos do setor esportivo até a segunda metade da década de 1980. Dessa forma, permaneceram certas características da época da ditadura, como a visão, ainda restrita, do esporte como um celeiro de talentos para o alto nível⁸. Além disso, ficou evidenciada a forte relação entre o Estado e instituições esportivas de alto rendimento, com o financiamento de equipes/atletas e promoção de eventos⁹.

Tal característica, também, pode ser percebida em Belo Horizonte, como mostram os relatórios anuais da prefeitura:

Salienta-se, ainda, que a secretaria fomentou convenientemente o amadorismo mediante recursos aos clubes amadores, através das respectivas federações, bem como ao esporte especializado, e procurou elevar o nível técnico das promoções, proporcionando-lhes meios para execução do seu calendário desportivo, com essa finalidade, foi distribuído entre Associações e Federações, recursos para co-patrocínio, incluindo auxílio financeiro a 245 clubes e associações¹⁰.

Além disso, os relatórios¹¹ dessa década mostram que a atuação da SMES girava, principalmente, em torno da promoção e realização de eventos. Nota-se que diversos campeonatos e torneios foram realizados, dentre eles estão o II Triathlon das Montanhas, a II Maratona de Belo Horizonte o IV Torneio de Peteca e a IV Copa de Esportes do Povo.

⁶ Hélio Garcia foi nomeado prefeito pelo governador do Estado de Minas Gerais – Tancredo Neves -, que por sua vez renuncia ao cargo em 1984, cabendo a Hélio Garcia (que acumulava o cargo de vice-governador) substituí-lo, deixando a prefeitura de Belo Horizonte para Rui Lage.

⁷ Fundação Getúlio Vargas (FGV) Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Verbetes: Garcia, Hélio. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/helio-carvalho-garcia>>. Acesso em: 4 mar. 2016.

⁸ LINHALES, Meily. A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos. 1996. Dissertação (Mestrado em em Ciência Política)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

⁹ MELO, Marcelo. Esporte e Juventude Pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré. Campinas, SP: Autores Associados. 2005, 201 p.

¹⁰ BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Relatório do exercício de 1983. Enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Hélio Carvalho Garcia. Março de 1984. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1984. 232p; BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Relatório anual de atividades. Exercício 1986. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1986. p. 115.

¹¹ BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Relatório do exercício de 1983. Enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Hélio Carvalho Garcia. Março de 1984. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1984. 232p; Relatório anual de atividades. Exercício 1986. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1986. p. 115.

Ao ser indagado sobre a característica de promotora de eventos que a Secretaria possuía, Raso menciona que as ações eram feitas de forma pontual: “Vamos dizer que era imediatismo, pois as coisas eram feitas de forma eventual[...]”¹².

Vale ressaltar que a partir da segunda metade dessa década passa a ser mais frequentes realizações de ruas de lazer e de atividades voltadas para outras manifestações do lazer para além do esporte, e é nesse período que o local denominado “Campo do Lazer” é utilizado para o desenvolvimento de ações mais regulares voltadas para crianças e adolescentes. Tais características podem ser notadas através das principais atividades realizadas pela Secretaria apontadas no relatório da gestão do ano de 1986¹³.

O ano de 1988 é marcado pela promulgação da Constituição Federal do país, que insere o lazer como um direito social. Dessa forma, assim como a educação, saúde e outros, ele é um dos requisitos para a garantia da cidadania¹⁴. No entanto, as fontes pesquisadas não mostram, nesse final de década e nos primeiros anos de 1990, uma política consistente de lazer para além do esporte como uma de suas formas de manifestação. Nota-se que as ações da Secretaria ainda se caracterizavam por realizações de ruas de lazer e a eventos recreativos e esportivos isolados¹⁵.

Patrícia Zingoni de Moraes, ex-servidora que atuou no serviço público municipal no período de 1989 a 2000, confirma tal perfil da Secretaria: “[...] o esporte naquele período, ele era muito mais encarado como um produto, um produto de propaganda, *marketing*, era muito focado no produto e menos no sujeito [...]”¹⁶.

Nesse mesmo período, ao comparar tais ações da SMES com a atuação da Secretaria do Estado e Lazer de Minas Gerais (SELT-MG), percebe-se uma certa semelhança na condução das políticas dessas duas esferas públicas. A política estadual, também, se caracterizava pela realização de eventos, apoio a federações e clubes e por construções/reformas de espaços esportivos¹⁷.

¹² RASO, Celso Afonso. Entrevista concedida a Marilita Aparecida Arantes Rodrigues e Rita Márcia de Oliveira. Em 17 de Dezembro de 2014. p. 11.

¹³ BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Relatório anual de atividades. Exercício 1986. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1986. p. 121.

¹⁴ MENICUCCI, Telma. Políticas Públicas de Lazer: Questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, Hélder F; LINHALES, Meily A (Org). Sobre Lazer e Política: Maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 136-161.

¹⁵ BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Relatório anual de atividades. Exercício 1988 [Sérgio Ferrara]. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1989. p. 283.

¹⁶ ZINGONI, Patrícia. As políticas públicas implementadas pela Secretaria Municipal de Esportes-SMES. Palestra proferida no I Seminário do Centro de Memória do Esporte e Lazer – CEMEL: Memória das políticas públicas de esporte e lazer da cidade de Belo Horizonte. Belo Horizonte-MG. Em 01 de novembro de 2013.

¹⁷ VIANA, Juliana A.; OLIVEIRA, Rita M. Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo- Minas Gerais (1983-1996). ISAYAMA, Hélder; RODRIGUES, Marilita Aparecida (Org.). Um olhar sobre a trajetória das políticas públicas de esporte em Minas Gerais: 1927 a 2006. Contagem: MJR, 2014. p. 119-169.

Apesar de, até o ano de 1992, ainda se observar na SMES um perfil de promotora de eventos, mais de 50 foram realizados ou receberam alguma forma de apoio, apenas em 1991¹⁸. Nesse ano são criados alguns programas que sinalizam para o desenvolvimento de ações mais regulares, como o Programa Municipal de Treinamento Esportivo e as revitalizações e atendimento às pistas de *Cooper*, que promoviam de, forma acompanhada, esportes e atividades físicas em espaços públicos da cidade¹⁹. Esse panorama se alterou, de forma sutil, a partir de 1993, quando as atividades caracterizadas por ofertas mais regulares de atividades foram priorizadas.

SMES – Década de 1990 e anos iniciais do Séc. XXI

Em 1993, a Frente BH Popular, uma coalizão de partidos de esquerda assume a Prefeitura de Belo Horizonte²⁰. Tendo como prefeito Patrus Ananias e como vice Célio de Castro a frente BH popular teve apoio de amplos setores sociais.

Essa nova gestão introduziu mecanismos que buscavam incorporar a participação de diferentes parcelas da população nos processos de definição e decisão do poder público local. Esse fato provocou alterações significativas em termos da finalidade dos serviços executados pela Secretaria Municipal de Esportes – SMES. Além de continuar realizando eventos, com menor intensidade, as políticas de esporte e lazer realizadas pela SMES passaram a priorizar ações baseadas nessas novas orientações. Foram implantados diversos programas sócio-educativos destinados à diferentes faixas etárias. Na época eram denominados *Programas Comunitários*.²¹

Patrícia Zingoni, servidora da SMES naquele momento e que estava vinculada a gestões anteriores, revela que houve dificuldades do corpo técnico da época para entender essas novas formas de desenvolver políticas de esporte e lazer. Por outro lado, reconhece que houve investimento da Administração Pública Municipal na capacitação do corpo técnico, no sentido de sensibilizar e introduzir novos princípios e formas de governar.

[...]então, foram criados vários instrumentos de participação popular como o OP Cidade. A primeira Conferência Municipal de Esportes aconteceu nesse período também. É importante reconhecermos que os colegiados e os conselhos são

¹⁸ Nesse ano podemos citar a realização: Circuito Brasileiro de Vôlei de Praia, Olimpíada do Servidor Municipal, Corrida dos Correios, Copa Estudantil... Também houve o apoio de diversos campeonatos, Maratonas, Corridas Rústicas e Festas Juninas.

¹⁹ BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Relatório de atividades - 1991. Fevereiro de 1992 [Eduardo Brandão Azeredo]. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1992. 60p.

²⁰ BOSCHI, Renato R. Descentralização, Clientelismo e Capital Social na Governança Urbana: Comparando Belo Horizonte e Salvador. *Dados* [online]. 1999, vol.42, n.4.p.5. Captado em www.scielo.com.br. Acesso em: 17 jun 2016.

²¹ BELO HORIZONTE. Relatório de atividades-1994.p.20 e 21. Captado em: www.pbh.gov.br/aquivopublico/relatriodosprefeitos/1994. Acesso em: 08 abr.2016.

canais que estimulam a participação popular e, para nós, aquilo era tudo muito novo [...]”²².

[...]“nós participávamos de muitos cursos e seminários para a nossa formação para o serviço. Eles explicavam o que era orçamento participativo, etc. Então, eu acho que o primeiro passo na nossa formação foi a sensibilização que esse governo provocou no nosso quadro efetivo”²³.

Além da influência das diretrizes e princípios assumidos pela gestão 1993-1997, que orientavam para o desenvolvimento de práticas de esporte e lazer descentralizadas, autônomas, participativas e integradas com outros setores da Prefeitura de Belo Horizonte, outro fato que pode ter influenciado a incorporação de novas orientações para a condução dos trabalhos da SMES foi o panorama pós promulgação da Constituição Federal de 1988-CF/88. As mudanças introduzidas por esse documento caminharam em direção a um modelo mais universalista e igualitário no acesso aos direitos sociais. Esse fato pressionou para que as políticas sociais assumissem novos formatos e produzissem melhores resultados. A novidade da inscrição do esporte e lazer como direitos sociais na CF/88, conforme alerta Menicucci, nos faz pensar a necessidade de construção de uma política pública que realmente efetivasse esses direitos, inexistente na ocasião²⁴ e ainda, nos dias atuais.

A implantação dos programas comunitários impulsionou para uma reestruturação da SMES, tanto administrativa quanto técnica. Para atender as demandas geradas pelos programas houve, em 1994, a realização de concurso público para constituição do corpo técnico próprio e também a ampliação do orçamento da SMES, conforme depoimento de Patrícia Zingoni:

Obviamente, houve uma certa melhoria no orçamento porque, até então, a Secretaria de Esportes, praticamente, não recebia muita verba da Prefeitura. Ela vivia da busca de patrocínios e de recursos externos, e depois, passou a ter um orçamento maior.²⁵

Logo após esse período de consolidação dos direitos sociais, previstos na Constituição de 1988, o que se assistiu nos anos 90, de acordo com Oliveira e Oliveira, foi uma mudança na correlação de forças no País e a reorganização dos setores dominantes, que sempre se opuseram à ampliação dos direitos sociais no País, obstaculizando a implantação de direitos consagrados pela

²² ZINGONI, Patrícia. Entrevista concedida a Rita Márcia de Oliveira, em 17 março 2016, p. 6.

²³ ZINGONI. Entrevista concedida a Rita Márcia de Oliveira, em 17 março 2016, p. 7.

²⁴ Menicucci, Telma. Políticas Públicas de Lazer: Questões analíticas e desafios políticos. In: Isayama, Helder e Linhares, Meily A (org.). Sobre Política e Lazer: Maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p.141.

²⁵ ZINGONI, Patrícia, p.7.

Carta Magna²⁶. O cenário brasileiro era de grave crise econômica, com aumento dos níveis de pobreza e desigualdade social.

Essa conjuntura se articulou com a conjuntura internacional no contexto da crise do capitalismo e de sua reestruturação produtiva, e com o receituário dos centros hegemônicos do capital financeiro e de seus representantes institucionais – o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento²⁷ –, para a implementação do projeto neoliberal na América Latina. Melo e Carinhato²⁸ afirmam que esses organismos, por vezes, condicionavam a concessão de empréstimos internacionais aos países periféricos mediante adesão a algumas medidas neoliberais. Para os países em desenvolvimento as recomendações eram: a desregulamentação da economia e de busca do Estado mínimo, com privatizações de empresas e serviços públicos e redução de investimentos nas áreas sociais²⁹.

Um discurso muito disseminado pela ideologia neoliberal referia-se a ineficiência estatal para prover os serviços públicos. Propagou-se a ideia da maior capacidade e eficiência dos organismos da sociedade civil. Dessa forma, houve, durante a década 1990, a delegação da execução de políticas sociais para um grande número de diversas organizações da sociedade civil. No nível nacional, as políticas públicas de esporte e lazer não fugiram a essa regra. A quase totalidade das ações, no setor, foi desenvolvida em sistema de colaboração entre estado e sociedade civil e, também, entre estado e iniciativa privada.³⁰ Grande parte dos programas de esporte e lazer foram desenvolvidos por ONG's, subvencionadas pelo Estado ou recebiam apoio de organismos internacionais e cujos dirigentes eram atletas e ex-atletas de renome nacional³¹.

Nesse cenário de fortalecimento dos preceitos neoliberais no âmbito nacional a Prefeitura de Belo Horizonte, conforme reestruturações administrativas e ações implementadas, parece não adotá-los para o desenvolvimento das suas políticas sociais. Ao contrário, reforça os princípios explicitados na Constituição Federal para o seu desenvolvimento. Exemplo disso é o texto da Lei

²⁶ OLIVEIRA, Carlindo Rodrigues de e Oliveira, Regina Coeli de. Direitos sociais na constituição cidadã: um balanço de 21 anos. p. 22. Captado em www.scielo.br. Acesso em: junho de 2016.

²⁷ OLIVEIRA. Direitos sociais na constituição cidadã. p. 22

²⁸ MELO, Marcelo (2005). Esporte e Juventude Pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré. Campinas, SP: Autores Associados. 2005, p.12 e CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, reforma do estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. 2008, p. 39. Captado em www.marilia.unesp.br, acessado em: 11 mai. 2015.

²⁹ OLIVEIRA, Carlindo Rodrigues de; OLIVEIRA, Regina Coeli de. Direitos sociais na constituição cidadã: um balanço de 21 anos. p. 22.

³⁰ VIANA, Juliana A. e OLIVEIRA, Rita M. Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo- Minas Gerais (1983-1996): vestígios de uma história. p. 122.

³¹ MASCARENHAS, Fernando. Outro lazer é possível! Desafio para o esporte e lazer da cidade. In: CASTELLANI FILHO, Lino (org). Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

8146/2000 que estabelece uma reforma administrativa propondo um novo ordenamento para a estrutura organizacional da administração direta do poder executivo do município. O texto dessa lei orientava que para a gestão das políticas sociais se desenvolvesse ações descentralizadas, intersetorializadas e com foco nas práticas participativas³², conforme recomenda o texto constitucional.

Como consequência das novas mudanças propostas na Lei 8146/2000 a SMES passa a compor o quadro das Secretarias vinculadas à, então criada, Secretaria Municipal de Coordenação da Política Social - SCOMPS.

Para efetivar os princípios norteadores contidos na lei da reforma implementada no ano de 2000, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de práticas mais integradas e descentralizadas, foi criada nas administrações regionais da cidade, uma gerência específica para lidar com as questões relacionadas com o esporte e lazer. Essa gerência, de acordo com o texto da lei, deveria programar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de esporte, recreação e lazer na regional, em conjunto com a Secretaria Municipal de Esportes.³³

Ainda com o objetivo desenvolver um trabalho mais integrado com as outras secretarias da área social a SMES, no ano de 2002, aderiu a uma proposta de governo que aglutinava uma série de ações que tinha como objetivo garantir a inclusão social, facilitando o acesso a bens e serviços para uma população vulnerável, especialmente definida no município de Belo Horizonte. Essa proposta foi denominada de Programa BH Cidadania. Esse programa apresentava-se como novo modelo de atuação e gestão na área social, estruturado a partir dos princípios da descentralização, da intersetorialidade, da territorialidade e da participação cidadã.

Inicialmente a participação da SMES no Programa BH Cidadania ocorreu com o desenvolvimento de ruas de lazer, oficinas de esportes e festivais esportivos nas nove áreas piloto do Programa, uma em cada regional da cidade³⁴. Posteriormente, ocorreu a implantação de suas ações, especialmente dos programas iniciados na década anterior, em áreas que possuíam pouca, ou nenhuma, intervenção da SMES. Incorporar os princípios que balizavam o BH Cidadania exigiu

³² BELO HORIZONTE. Lei 8146/2000 – Dispõe sobre a estrutura organizacional da administração direta do poder executivo e dá outras providências. Captado em: www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/pesquisa. Acesso em: 05 mai. 2015.

³³ BELO HORIZONTE. Dec.10.496/2000. Dispõe sobre a alocação, denominação e atribuições dos órgãos de terceiro grau hierárquico da estrutura organizacional das secretarias municipais da coordenação de gestão regional e dá outras providências. Captado em: www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/pesquisa. Acesso em: 20 jun. 2015.

³⁴ BELO HORIZONTE. Principais ações de governo-2002-Fernando da Mata Pimentel, p.8. Captado em: www.pbh.gov.br/arquivopublico/relatoriodosprefeitos/2002. Acesso em: 12 jul.2014..

alterar a forma de condução das políticas que estavam sendo desenvolvidas pela SMES. Essas ocorriam de forma fragmentada e desarticulada das outras secretarias da área social da PBH.

Considerações finais

Nota-se que, no início década de 1980, diversas mudanças administrativas ocorreram e o esporte ganhou uma maior visibilidade dentro da estrutura municipal, devido a criação da Secretaria Municipal de Esportes.

O cenário nacional desse período é marcado por uma transição da ditadura para a democracia, o que exerceu influências no setor esportivo nacional e local, afetando assim, a forma que a política da recém-criada SMES fosse conduzida. As ações desse período foram fortemente marcadas por realizações de eventos voltadas para determinada modalidade esportiva e auxílio às instituições esportivas.

No início dos anos 1990, houve alterações na forma de desenvolver as políticas públicas municipais de esporte e lazer como consequência de orientações, princípios e diretrizes procedentes da gestão que assumiu o poder público municipal, de 1993 a 1997, e também influenciadas pelo panorama pós-promulgação da CF/88. Com isso, as ações adotaram mecanismos de participação popular e tornaram-se mais descentralizadas e intersetoriais.

Na segunda metade da década de 1990, o País vivia a implementação de medidas neoliberais. As políticas públicas de esporte e lazer, em nível nacional, foram desenvolvidas, em sua maioria, com a participação de organismos da sociedade civil, amparadas pela disseminação da ideia da ineficiência do estado para executá-las.

Ao contrário do que se passava no cenário nacional, marcado pelo fortalecimento dos preceitos neoliberais, a Prefeitura de Belo Horizonte, conforme demonstraram as reestruturações administrativas e ações implementadas, foi em direção oposta. No desenvolvimento das suas políticas sociais, dentre elas as de esporte e lazer, buscou reforçar os princípios explicitados na Constituição Federal de 1988.

Comunicações Livres 01-04:

Comunicações Livres 01, 02, 03 e 04

Rafael Vinicius da Fonseca Pereira

Mestrando

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Rafaelfonseca85@hotmail.com

Nathália Tomagnini Carvalho

Mestranda

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
nathaliatomagnini@gmail.com

Júlia Melo Azevedo Cruz

Mestranda

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
juliameloac@gmail.com

Marcos Vinícius Gontijo Alves

Graduado

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
agourovirtual@gmail.com

Igor Tadeu Camilo Rocha

Doutorando

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
igortcr@gmail.com

Robson Freitas de Miranda Junior

Mestrando

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
rfm.juninho@gmail.com

Allysson Fillipe Oliveira Lima

Mestrando

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
lima.historia@gmail.com

Ludmila Machado Pereira de Oliveira Torres

Mestranda

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
ludmila.machadopereira@gmail.com

O que é isso companheiro?

A memória conflitante da ditadura militar, o movimento revolucionário

Carolina Silva Horta Machado

Graduação em História
Universidade Federal de Minas Gerais
lina.shm@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho analisa o sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick em 1969, planejado e executado pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro - MR-8, através do filme *O que é isso companheiro?* – 1997, dirigido por Bruno Barreto e baseado no livro homônimo de Fernando Gabeira. Assim, pretende-se identificar as apropriações da memória do movimento revolucionário a partir do filme, que é compreendido como um produto cujas significações não são somente cinematográficas e sim integradas com o mundo que o rodeia e com o qual se comunica. Segundo a autora Elizabeth Jelin o sentido do passado é mutável e se faz a partir das intencionalidades e expectativas do presente e futuro da sociedade. Essa transformação de sentidos do passado é resultado de lutas políticas de diferentes atores sociais, que buscam de diversas formas legitimar sua versão do passado, sua memória. Dessa forma o filme *O que é isso companheiro?* foi percebido, a partir de suas escolhas cinematográficas, como uma rememoração conciliatória do passado com o presente brasileiro, gerando críticas e enriquecendo as lutas pela memória coletiva.

Palavras-chave: Ditadura Militar, Memória, Movimento revolucionário.

Introdução

No ano de 1964, através de um golpe civil-militar¹, é instaurada uma Ditadura Militar² no Brasil. O objetivo era inibir o crescimento das esquerdas comunistas, que se supunha haver com o governo de João Goulart, diante do terror vermelho generalizado que pairava com a Guerra Fria. A Ditadura Militar se fez valer através de Atos Institucionais, que mantinham a aparência de legalidade do regime e permitiam aos chefes políticos plenos poderes. Com o avanço da resistência à ditadura, em 1968 se instaura o Ato Institucional – 5³, que marcou o endurecimento do regime e o aumento da repressão. Os anos 60 também são marcados mundialmente por Revoluções de libertação nacional, como as empreendidas na África, resultando na independência de alguns países, a Revolução Cubana e a guerra anti-imperialista desenvolvida no Vietnã. Além disso, o movimento

¹ Golpe civil-militar, resultado de ilhas de conspiração contra o governo de João Goulart, com vários e distintos projetos de governo, sem planejar objetivamente a instauração de uma ditadura. Ver: FICO, Carlos. *Golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FVG Editora, 2014.

² FICO. *Golpe de 1964: momentos decisivos*. 2014.

³ O AI-5 concedia diversos poderes ao Presidente da República, entre eles cassar mandatos, intervir nos estados e municípios, suspender direitos políticos e decretar recesso do Congresso assumindo suas funções legislativas.

de Contracultura estava no auge, agitando a juventude com seu ideário contestador e questionador da cultura ocidental, propondo novas formas de ver o mundo.

Diante desse contexto conturbado, as esquerdas brasileiras se mobilizam na resistência contra a Ditadura Militar. São vários os grupos e as formas de mobilização contra o regime, havendo uma divisão ideológica entre os diversos movimentos. As ações vão desde reuniões e organizações de passeatas até a entrada no movimento guerrilheiro armado, que ganha forte adesão após o AI-5, já que para muitos ele foi a demonstração de que não haveria outra forma de combater o regime que não fosse pelas armas.

Assim, em setembro de 1969, um grupo de revolucionários planeja e executa o sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick, pedindo em troca do resgate a liberdade de 15 presos políticos, líderes e integrantes dos movimentos de esquerda. A ação foi liderada pela Dissidência Estudantil do PCB na Guanabara – DI-GB, que com o sequestro assumiu a sigla MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro, que era um movimento dado como aniquilado pelos órgãos de repressão, com isso a organização pretendia demonstrar que a repressão havia falhado e o movimento ainda se mantinha ativo. O MR-8 contou também com o apoio da Ação Libertadora Nacional – ALN para desenvolver o sequestro, que contou com a participação do então jornalista Fernando Gabeira.

Em 1979, Fernando Gabeira publica o livro *O que é isso companheiro?*, onde ele reconta o panorama das esquerdas brasileiras durante a Ditadura Militar, sua atuação na luta armada e no sequestro do embaixador americano e o período em que se manteve preso até ser libertado e exilado na Europa. Escrito de forma leve e em primeira pessoa, o livro se tornou um grande sucesso e foi posteriormente adaptado e lançado como filme por Bruno Barreto em 1997. O filme repetiu o sucesso do livro, porém foi alvo de várias críticas que questionavam os estereótipos e a apropriação da memória feita pelo filme. A resposta às críticas justificava o filme como uma obra de ficção, não tendo, portanto obrigações para com a realidade, mesmo retratando fatos e recuperando nomes reais.

Toda a polêmica gerada com o filme *O que é isso companheiro?* pode ser analisada através de vários autores, como Marc Ferro, que percebe o filme também como um produto cujas significações não são somente cinematográficas, integrando o filme no mundo que o rodeia e com o qual se comunica.⁴ A análise do filme portanto, parte do que o autor chama de visível e não

⁴ FERRO, Marc. O filme – uma contra-análise da sociedade?. In. LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 79-115.

visível, desde a narrativa, as opções cinematográficas de plano, corte, luz, figurino, etc., até as relações do filme com o que não é o filme: o autor, a produção, o público, a crítica e o contexto de produção. Dessa forma todo filme também é História, e registra a memória de determinado período. Assim *O que é isso companheiro?* suscita debates a cerca da memória da Ditadura Militar que foi recuperada e representada.

Constituição do movimento revolucionário

Desde a instauração do regime militar brasileiro, surgiria uma série de novos grupos guerrilheiros diante do dismantelamento dos movimentos populares pela repressão, e da interrupção das reformas de base propostas por Goulart. Segundo Marcelo Ridenti⁵, as esquerdas devem ser compreendidas diante de todo o contexto político-cultural nacional e internacional da década de 1960, que nas palavras de Daniel Aarão Reis Filho “foram anos de movimentos subversivos, de promessas de transformação, de desafios, em que os sistemas estabelecidos foram postos a rude prova”⁶.

A principal fonte de recrutamento para o movimento guerrilheiro se dava entre os integrantes do movimento estudantil, principalmente após o AI-5, quando para muitos ficou demonstrado que a única forma de combater o regime ditatorial se daria apenas com as armas. Flávia Santana aponta três motivos principais para a opção dos estudantes pela luta armada: a incredulidade de que a esquerda assumiria o poder por vias pacíficas diante do endurecimento do regime; as experiências de guerrilhas bem-sucedidas, como a de Cuba, que aumentava a confiança no movimento guerrilheiro e o avanço da repressão contra o movimento estudantil e os demais setores da sociedade, inviabilizando outras formas de resistência.⁷

Os diversos grupos que surgiam se dividiam diante da existência de várias esquerdas, com projetos e ideologias variadas. Marcelo Ridenti aponta que as divergências das organizações guerrilheiras se davam em diversos pontos:

Acerca do caráter da revolução brasileira (para algumas, a revolução seria nacional e democrática, numa primeira etapa; para outras, ela já teria caráter imediatamente socialista); sobre as formas de luta revolucionária mais adequadas para chegar ao poder (a via guerrilheira mais ou menos nos moldes cubanos; o cerco das cidades pelo campo, de inspiração maoísta; a insurreição popular, etc.);

⁵ RIDENTI, Marcelo. Que história é essa? In: REIS FILHO, Daniel Aarão. *Versões e Ficções: o sequestro da história*. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 11-31.

⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. Um Passado Imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *Versões e Ficções: o sequestro da história*, p. 31-47.

⁷ SANTANA, Flávia de Angelis. *Atuação política do Movimento Estudantil no Brasil: 1964 a 1984*. 248 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

bem como sobre o tipo de organização política a ser construída – discutia-se muito a necessidade ou não de um partido nos moldes leninistas da III Internacional.⁸

Por outro lado, o autor também percebe os aspectos em comum dos vários movimentos deflagrados no período, tais como:

A prioridade revolucionária da ação armada, contra o suposto imobilismo de partidos como o PCB; a interpretação da economia brasileira como vivendo um processo irreversível de estagnação – o desenvolvimento das forças produtivas estaria bloqueado sob o capitalismo, que aliaria indissolavelmente os interesses dos imperialistas, dos latifundiários e da burguesia brasileira, garantidos pelas forças militares. Só um governo popular, ou mesmo socialista, possibilitaria a retomada do desenvolvimento.⁹

Assim, inspirado em outras guerrilhas e se baseando em ideologias como as do socialismo de Lênin, o movimento revolucionário se constitui, principalmente por membros do movimento estudantil, e atuam ativamente na resistência à Ditadura Militar.

MR-8 e o Sequestro do embaixador americano

A organização MR-8 era originalmente a Dissidência Estudantil de Niterói, a nova denominação surgiu após a edição, pelos integrantes do movimento, de um jornal intitulado Movimento Revolucionário 8 de Outubro em referência a data de morte de Che Guevara. A organização foi uma das pioneiras entre os movimentos revolucionários, optando pela luta rural no final de 1968, perdendo grande parte de seus militantes. Seus membros se deslocaram para duas fazendas em Cascavel e Montelândia, no Paraná, onde se preparavam para atuar, posteriormente, na região de Foz do Iguaçu.¹⁰ Os órgãos de repressão da ditadura anunciaram o fim do MR-8 em 1969. É então quando outro movimento, a Dissidência Estudantil do PCB na Guanabara – DI-GB resolve assumir a sigla MR-8 para demonstrar que o movimento ainda se mantinha ativo.

São os dirigentes da nova organização MR-8, auxiliados pela ALN, que lideram o sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick, como uma forma de denunciar publicamente a Ditadura Militar e libertar presos políticos. O sequestro se dá em 4 de setembro de 1969, na semana das comemorações da Independência do Brasil, e em troca do resgate os revolucionários exigiam a divulgação de um manifesto revolucionário em rede nacional e a libertação de 15 presos políticos. Estavam envolvidos no sequestro: os membros da ALN - Virgílio Gomes da Silva (de codinome Jonas, comandante da operação), Manoel Cyrillo de Oliveira, Paulo de Tarso Venceslau, Joaquim

⁸ RIDENTI. *Que história é essa?* p. 17.

⁹ RIDENTI. *Que história é essa?* p. 18.

¹⁰ SANTANA. *Atuação política do Movimento Estudantil no Brasil*. 2007.

Câmara Ferreira (de codinome Toledo e principal dirigente da ANL depois de Carlos Marighella) e os membros do MR-8 – Franklin Martins (autor da carta-manifesto divulgada pelos guerrilheiros), Cláudio Torres, Cid Benjamim, João Lopes Salgado, Sérgio Torres, Sebastião Rios, Vera Sílvia e Fernando Gabeira.

Com a pressão exercida pelo governo americano, os militares cederam as exigências dos revolucionários pela segurança do embaixador, e assim ele foi libertado poucos dias depois. Esse foi o primeiro sequestro realizado por grupos guerrilheiros na América Latina, e seu sucesso desencadeou outros sequestros com as mesmas intenções. Os envolvidos foram capturados pela repressão, presos e torturados. Virgílio Gomes da Silva e Joaquim Câmara Ferreira morreram na prisão enquanto os outros foram exilados mediante o sequestro do embaixador alemão e voltaram ao Brasil somente após a anistia em 1979.

O que é isso companheiro? e sua repercussão crítica

Após sua experiência no movimento revolucionário, Fernando Gabeira escreveu suas memórias de forma leve e em primeira pessoa, publicando o livro *O que é isso companheiro?* em 1979. O livro rememora o panorama das esquerdas durante a Ditadura Militar e como se deu o sequestro do embaixador americano, trazendo também as memórias da prisão e da tortura sofridas por Gabeira. Resultando em um grande sucesso, posteriormente o livro é adaptado e se torna um filme, que obtém igual sucesso, dirigido por Bruno Barreto e lançado em 1997.

O filme apesar de retratar fatos reais, é posicionado como uma obra de ficção devido as fortes críticas que recebeu. Seus principais críticos, muitos que vivenciaram o período e estiveram envolvidos na luta armada e, até mesmo no sequestro do embaixador, questionam os estereótipos que são reforçados durante o filme, além da representação do movimento revolucionário como a realização de jovens rebeldes e sem profissionalização, entre outras.

É muito questionada a caracterização do personagem Jonas – Virgílio Gomes da Silva, interpretado por Matheus Nachtergaele, como um homem frio, calculista e disposto a matar qualquer companheiro que o desobedecer, que é capaz ainda de sabotar a escala de vigilância do prisioneiro, prejudicando Fernando Gabeira, interpretado por Pedro Cardoso. Que é colocado no filme como o mocinho e o intelectual da organização, e é quem redige a carta-manifesto¹¹. Em oposição a postura de Jonas, o torturador Henrique, interpretado por Marco Ricca, é caracterizado como um homem angustiado, que tem problemas pra dormir, mas que mesmo em conflito não

¹¹ A carta-manifesto foi redigida pelo atual jornalista Franklin Martins.

deixou de atuar como torturador do regime. Dessa forma, o torturador é posicionado de forma mais humana do que o guerrilheiro implacável, gerando muita polêmica ao usar o mesmo codinome utilizado por Virgílio da Silva e alegar ser um filme ficcional. Outro ponto fortemente combatido é a cena em que Renée, interpretada por Cláudia Abreu, seduz o secretário do embaixador, almejando um emprego para obter informações sobre a rotina do mesmo, o que nunca chegou a acontecer na realidade.

O autor Renato Tapajós se opõe a forma como a tortura é retratada no filme. A começar do posicionamento humanizado e angustiado do torturador, além de colocar a tortura como uma decisão racional do torturador.

Isso se aprofunda nas próprias cenas de tortura: ele se mantém frio, distante, burocrático. Interroga o torturado com bons modos, bate com bons modos, afoga o preso com bons modos. Como se estivesse datilografando um relatório ou limpando uma arma. A tortura é apresentada como uma atividade banal, burocratizada e, portanto, racional.¹²

Segundo ele, essa tortura racionalizada poderia até existir se tratando dos altos escalões dirigentes que permitiam e aceitavam a utilização de tais técnicas. Porém, no escalão do torturador, aquele que colocava a mão na massa, a tortura significa infringir dor, humilhação e até mesmo causar a morte de outro ser humano. A figura do torturador, no filme, fica distante de uma imagem condenável, passa por uma amenização, o que na visão de Renato compactua com a anistia que evitou que se fizesse justiça em relação aos torturadores, e é algo inaceitável.

Outro ponto destacado da crítica de Renato Tapajós é a ausência e falta de referência aos escalões superiores (comandos das Forças Armadas e outros) da Ditadura Militar. A impressão dada no filme é que a decisão de torturar é tomada pelo mesmo escalão que pratica a tortura, distorcendo a realidade de forma a absolver os dirigentes e condenar os agentes menores. Essa omissão fica bem clara em vários momentos do filme, por exemplo, no momento em que os agentes da repressão discutem se irão ceder ao pedido de resgate dos sequestradores, dando a entender que eles é que irão decidir sobre isso, quando na verdade essa decisão é de responsabilidade somente da Presidência da República. Assim,

Esse mecanismo – voluntariamente ou não – acaba por passar a ideia de que a repressão durante a ditadura “era independente” ou “fugia ao controle” do governo central. Essa interpretação dos fatos é extremamente interessante para todos aqueles que fizeram parte dos altos escalões da ditadura e que estão aí,

¹² TAPAJÓS, Renato. Qual é a tua companhia? In: REIS FILHO, Daniel Aarão. *Versões e Ficções: o sequestro da história*, p. 170.

como democratas em nossa democracia. Afinal, podem argumentar, agora com o aval do filme, que eles não sabiam do que se passava nos porões.¹³

Renato Tapajós ainda faz uma análise da linguagem cinematográfica utilizada por Bruno Barreto, percebendo que as opções feitas pelo diretor desdramatizam cinematograficamente muitas sequências que deveriam ser tensas, resultando mais uma vez em um retrato falso da realidade. Dessa forma o filme não consegue sugerir a tensão e a adrenalina que permeava a vida clandestina das organizações armadas.

Parece tudo muito burocrático, muito banal. Até mesmo as ações armadas (assalto ao banco, sequestro do embaixador), a tortura e a vida no aparelho são apresentadas sem muitos sobressaltos. Há certo clima blasé, uma ponta de tédio, uma banalidade suburbana em tudo que acontece. Isso é gerado pelas escolhas formais de direção: enquadramentos, cortes, ritmo, tom da interpretação.¹⁴

Mas que essas escolhas não surgiriam de uma deficiência no domínio da linguagem cinematográfica, já que em outros momentos Bruno Barreto consegue criar uma cena tensa e profundamente emocional, como por exemplo, a cena final do reencontro dos guerrilheiros no aeroporto após a prisão e tortura. Assim, a desdramatização é uma escolha, que resulta, segundo Renato Tapajós, em um falso retrato sobre a realidade, rememorando o passado de forma conciliadora.

As lutas políticas pela memória¹⁵ e seu resultado cinematográfico

A autora Elizabeth Jelin, em sua obra *Las luchas políticas por la memoria*¹⁶ percebe o passado como algo imutável, diferentemente de seu sentido, que é ativo e se altera ao longo do tempo. A alteração do sentido do passado se faz a partir das intencionalidades e expectativas do presente e futuro da sociedade. Essa transformação de sentidos do passado é resultado de lutas políticas de diferentes atores sociais, que buscam de diversas formas legitimar sua versão do passado¹⁷, sua memória.

Essas transformações de sentidos do passado são percebidos pela a autora principalmente nos momentos de conflitos políticos, como as Ditaduras, em que os dirigentes legitimam uma memória oficial favorável ao regime imposto, reprimindo e legando ao esquecimento¹⁸ a versão dos fatos dos “perdedores”. Com o declínio do regime opressor, abre-se espaço para novas

¹³ TAPAJÓS. *Qual é a tua companheiro?* p. 173.

¹⁴ TAPAJÓS. *Qual é a tua companheiro?* p. 179.

¹⁵ O subtítulo faz referência ao texto: JELIN, Elizabeth. *Las Luchas Políticas Por La Memoria*. In: *Los Trabajos de La Memoria*. Madrid: Século XXI, 2001. p. 39-62.

¹⁶ JELIN. *Las Luchas Políticas Por La Memoria*. p. 39-62.

¹⁷ Considera-se aqui o passado como múltiplo, possuidor de várias versões e possibilidades, de acordo com a Nova Historiografia que percebe a impossibilidade de uma verdade absoluta.

¹⁸ Essa memória se mantém clandestinamente, através de diários, relatos familiares, etc.

memórias, iniciando os conflitos entre os diversos grupos sociais que foram “esquecidos” e que agora desejam legitimar e fortalecer suas memórias tornando-as oficiais. Nesse processo a reconstrução do passado pode ser feita como uma ruptura drástica e conflituosa entre os detentores de memória, ou de forma conciliatória com o passado, em que os vários atores mais que avivar suas diferenças, dão lugar a possibilidade de negociação.

A recuperação de uma memória se vale para diferentes fins, principalmente políticos e sociais, como o reconhecimento e a reparação às vítimas de violências durante regimes ditatoriais. A autora se apropria da diferenciação feita por Todorov entre a memória literal e a memória exemplar. A memória literal se refere a rememorar apenas o evento específico, enquanto a memória exemplar busca através da rememoração de um evento, generalizá-lo tornando-o um exemplo para todas as sociedades. Um exemplo possível seria a apropriação do holocausto, que como memória literal, é rememorado de forma a evitar que se repita apenas para os judeus, negros e aqueles grupos que sofreram durante a Segunda Guerra Mundial. Já como memória exemplar, o holocausto pode ser rememorado a fim de evitar sua repetição em toda a extensão humana, não apenas os grupos sociais ligados diretamente ao evento.

A apropriação dessa memória é feita pelos empreendedores da memória¹⁹, que promovem a reconstrução desse passado, que demanda certo trabalho e tempo. Segundo Michael Pollack a memória é percebida como um processo de construção árduo, onde implica-se um trabalho de hierarquização e valorização de datas, personagens e acontecimentos. Assim, esses empreendedores de memória se valem de diferentes estratégias para legitimar sua memória, entre elas a utilização cultural e midiática através de documentários, filmes, músicas, etc. Com isso o cinema é largamente utilizado pelos empreendedores de memória, servindo aos seus interesses na difusão de suas ideias e ideologias. Isso porque, o cinema possui uma aparente reprodução da realidade, devido a sua dimensão de movimento, cor e sons, além do fato de ter suas imagens capturadas por uma máquina, reforçando seu caráter como verdade.

Porém, o filme é uma montagem, uma escolha de ângulos, planos e cortes, feitas pelo diretor e produtor, que a partir de suas escolhas reproduz seu ponto de vista e não uma realidade totalizante. Assim, a partir da análise de filmes é possível, através das escolhas cinematográficas feitas por seus produtores e diretores, perceber a forma como a memória foi apropriada e divulgada

¹⁹ Segundo Elizabeth Jelin, os empreendedores de memória são geradores de projetos, novas ideias e expressões de criatividade na defesa de uma memória.

de acordo com os interesses desses produtores e diretores, relacionando a produção com seu contexto. Ficando claro, por fim, os embates pela legitimação de tal memória.

A apropriação da memória em *O que é isso companheiro?* – Considerações finais

Com suas opções narrativas e cinematográficas o filme *O que é isso companheiro?* foi alvo de várias críticas que questionavam a forma como o filme se apropriou e reproduziu a memória do movimento revolucionário. Segundo o autor Daniel Aarão Reis Filho, a apropriação e a monopolização da memória é um objetivo crucial para os que estão em luta no presente, já que para ele, o controle do futuro passa pelo poder sobre o passado, que é dado àqueles que difundem sua versão dos fatos na memória coletiva. Assim,

Com o recuo da ditadura militar, e a abertura “lenta, segura e gradual”, vastos segmentos da sociedade queriam recuperar a história agitada dos anos 60, reconciliar-se com ela, mas na paz, na concórdia, sem revanchismos estereis, como aconselhavam os militares e os homens de bom senso. No contexto da anistia recíproca, não seria possível avivar a memória sem despertar os demônios do ressentimento e das cobranças? Seria como recordar esquecendo, esquecendo a dor. Não é pra isto que temos o recurso do humor?²⁰

Dessa forma, ele alega que o filme apresentou os movimentos revolucionários dos anos 60 como uma grande aventura irresponsável, de jovens ingênuos, incompetentes que buscavam um sonho, uma utopia inalcançável, e que por fim se ferram diante do profissionalismo da Ditadura Militar. Difundindo essa visão estereotipada e legitimando-a como memória coletiva. A rememoração através do filme se dá de forma conciliadora ao regime e ao passado, amenizando a realidade.

Por fim, conclui-se que o filme *O que é isso companheiro?* é uma obra cinematográfica que ao rememorar o movimento revolucionário se apropria de sua memória de modo conciliatório do passado com o presente, mas permite a análise e a crítica do período, justamente por suas escolhas. Enriquece as lutas pela memória coletiva se posicionando na área pública.

²⁰ REIS FILHO. *Versões e Ficções: a luta pela apropriação da memória*, p. 101-107.

Diversões na Ouro Preto de 1870-1900

Caroline Bertarelli Bibbó

Mestranda em Estudos do Lazer
Universidade Federal de Minas Gerais
carolinebbibbo@gmail.com

Maria Cristina Rosa

Doutora em Educação
Universidade Federal de Minas Gerais
m.crosa@hotmail.com

Resumo: Ouro Preto se estabeleceu Capital mineira em 1721 mas, com o advento da República, tentou se modernizar para manter seu posto. No mesmo momento, as diversões eram tidas como referencial de civilidade e modernidade, sendo ferramentas de construção, controle e correção de modos de vida e sociedade. Se Ouro Preto modificou o traçado urbano e investiu em mudanças comportamentais em busca do progresso, as diversões se incluíram nesse processo? Uma importante pista está na planificação do Morro da Força na década de 1880 para construção de um jardim de recreio, pavilhões e quiosques para receber restaurantes, cafés, bilhares, música, companhias líricas, dramáticas e equestres, jogos e diversões públicas. Além dessas práticas, muitas já vistas pela cidade, integraram as diversões as festas variadas como festejos de aniversário de um sacerdote, homenagem à família imperial e o Carnaval. Pode-se pensar também os esportes como diversão na cidade pelo envolvimento de figuras da história do esporte em Minas Gerais com a cidade de Ouro Preto no período de transformações.

Palavras-chave: Divertimentos, Século XIX, Minas Gerais, Capital.

Introdução

Este artigo apresenta indícios verificados no processo inicial de pesquisa de mestrado¹ que tem por objetivo estudar os divertimentos na cidade de Ouro Preto nas últimas três décadas do século XIX e sua relação com o processo de modernização da cidade na tentativa de manter-se Capital do Estado de Minas Gerais. Os elementos aqui apresentados são fruto de informações contidas em documentos governamentais, periódicos e produções bibliográficas.

Ouro Preto se estabeleceu Capital mineira em 1721. Com o advento da República em 1889, intensificaram-se discussões sobre a transferência da Capital de Ouro Preto para um local que oferecesse clima, topografia, riquezas naturais, condições de higiene, beleza, localização central, entre outros requisitos necessários para desenvolver os valores clamados pelo processo de urbanização e civilização.² Dessa forma, a cidade que até então fora o centro do Estado e referencial

¹ Ainda em andamento, pertencente ao Programa de Pós-Graduação Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, com previsão de defesa de dissertação em agosto de 2017.

² BARRETO, Abilio. *Bello Horizonte: Memória histórica e descritiva*. 2ed. Belo Horizonte: Livraria Rex., 1936. v.I: História Antiga.

em educação e vida social mineira, passou a ser considerada atrasada por apresentar características imperiais e arcaicas, impossibilitando o progresso almejado, que envolvia fatores estéticos/arquitetônicos, sociais, culturais, políticos, econômicos e materiais.³

Assim, Belo Horizonte foi inaugurada como Capital em 1897. Antes disso, principalmente a partir da década de 1880, Ouro Preto passou por tentativas de remodelações rumo ao desenvolvimento e modernidade para tentar alcançar ideais vigentes da época. Abílio Barreto, André Luiz Mantovani e Caion Menguello Natal descrevem algumas mudanças, como: alterações no traçado urbano da cidade, implementação da iluminação elétrica e da ferrovia, reformulação do sistema de água e esgoto, reformas nas fachadas das casas e chafarizes.⁴ Essas e outras mudanças contribuíram para a criação de novos hábitos e costumes, e mudança de antigos comportamentos.⁵

Pode-se pensar que, sejam novas ou antigas, as diversões se inserem entre hábitos e comportamentos e podem ser “ajuntamentos públicos ou particulares, festas, jogos, conversas, batuques, calundus, bebedice, banquetes, prostituição, bailes, passeios, danças, brinquedos, missas, serenatas, músicas e saraus”⁶, entre outros. Elas podem ser reconhecidas como práticas que possibilitam entretenimento, prazer, deleite, o aproveitar, passar o tempo; práticas que se associam a manifestações e vivências lúdicas⁷ Tanto quanto bailes, danças, circos, saltimbancos, clubes, cinema⁸, “termos [como] *recreio e jogo*, aliados a *divertimento que alegra, entretenimento, alimento do espírito, derivativo salutar, distração e gáudio*”⁹ representam meios de identificar as diversões entre os séculos XIX e XX. Estas, elementos da cultura, ganham sentidos e significados de acordo com o tempo e

³ BARRETO, Abílio. *Bello Horizonte*. NATAL, Caion Menguello. *Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933*. 2007, 239f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP: [s.n.], 2007. PAULA, João Antônio; MONTE-MÓR, Roberto L. M. *Formação Histórica: três momentos da história de Belo Horizonte*. In: LEMOS, M. B. et al. *Projeto Belo Horizonte no Século XXI*. CEDEPLAR, FACE/UFMG. Belo Horizonte; 2004. Disponível em <www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/pbh/arquivos/Mod1.pdf>. Acesso em 19 fev. 2013. VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. A capital controversa. Dossiê, *Revista do Arquivo Público Mineiro*. v.43, fasc.2, jul./dez. 2007, p.28-43.

⁴ BARRETO, Abílio. *Bello Horizonte*. NATAL, Caion Menguello. *Ouro Preto*. MANTOVANI, André Luiz. *Melhorar para não mudar: ferrovia, intervenções urbanas e seu impacto social em Ouro Preto-MG, 1885-1897*. 2007. 178f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 2007.

⁵ MANTOVANI. *Melhorar para não mudar*.

⁶ ROSA, Maria Cristina. *Da pluralidade dos corpos: educação, diversão e doença na comarca de Vila Rica*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2005, p.95.

⁷ RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes. *Constituição e enraizamento do esporte na cidade: uma prática moderna de lazer na cultura urbana de BH (1894-1920)*. 2006, 338f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 2006. ROSA, Maria Cristina. *Da pluralidade dos corpos*.

⁸ Diversões encontradas nas Minas Gerais dos séculos XIX – XX, como registram os trabalhos: DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses: Espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. 1993. 426f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 1993. ROSA, Maria Cristina. *Da pluralidade dos corpos*. RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes. *Constituição e enraizamento do esporte na cidade*.

⁹ RODRIGUES. *Constituição e enraizamento do esporte na cidade*, p.75.

espaço em que se inserem; fazem parte de práticas sociais e culturais da população.¹⁰

Nos escritos de Manuela Hasse, Maria Cristina Rosa e Marilita Aparecida Rodrigues é possível perceber influências de diversões na construção, no controle e na correção dos modos de vida e da sociedade.¹¹ A diversão é um elemento de ambivalências, presente no sagrado e profano; no lícito e ilícito; em tempos da alegria e angústia; no público e oculto; ora permitido, ora proibido; que educa e desvirtua.¹² Além disso, de acordo com Regina Horta Duarte e Kellen Nogueira Vilhena, os modos de se divertir são tido como referencial de civilidade e modernidade.¹³ Portanto, como em Ouro Preto houve necessidade de mudar hábitos e comportamentos, será que houve também tentativas de mudar e inserir novas práticas de diversão?

As diversões na capital em transformação

Uma das evidências sobre a preocupação dos ouropretanos com os divertimentos é apontada por André Luiz Mantovani ao escrever sobre possibilidades de recreio dos cidadãos. Ele cita informações extraídas de um documento da Diretoria Geral de Obras Públicas da cidade de Ouro Preto, de 1887:

O diretor geral [de Obras Públicas] também critica o jardim existente na praça da Independência, achando que ele estava “tosca e feiamente obstruindo a única praça que existe nesta Capital”. Afirmava que a praça deveria estar completamente desimpedida e se tivesse algumas árvores, elas deveriam estar localizadas em suas laterais. Mas, se esta não existisse, os habitantes de Ouro Preto não teriam um “ponto de recreio ou de reunião, onde possam, à tarde e, à noite, descansar das fadigas do dia, e entregar-se, assim, à um exercício necessário à saúde, e tão indicado pelos profissionais.” Este seria um grande motivo para a construção do jardim no Morro da Forca, teria vários pavilhões e quiosques para receber restaurantes, cafés, bilhares e muxuca[sic], contribuindo para a manutenção desta estrutura por meio do aluguel cobrado.¹⁴

Construir um novo ponto de recreio e diversão para além da praça da Independência, atual praça Tiradentes, foi uma preocupação registrada também por Caion Menguello Natal:

¹⁰ MELO, Victor Andrade de. O lazer (ou a diversão) e os estudos históricos. In: ISAYAMA, H. F.; SILVA, S. R. (orgs.). *Estudos do lazer: um panorama*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p. 65-80.

¹¹ HASSE, Manuela. *O divertimento do corpo: corpo, lazer e desporto na transição do século XIX para o XX em Portugal*. Lisboa: Temática, 1999. ROSA, Maria Cristina. *Da pluralidade dos corpos*. RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes. *Constituição e enraizamento do esporte na cidade*

¹² ADÃO, Kleber do Sacramento. *Diversões e devoções em São João del-Rei: um estudo sobre as festas do Bom Jesus de Matosinhos, 1884-1924*. 2001. 244f. Tese (doutorado) - Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n.], 2001. HASSE, Manuela. *O divertimento do corpo*. ROSA, Maria Cristina. *Da pluralidade dos corpos*. VILHENA, Kellen Nogueira. *Entre “Sãos Expansões do Espírito” e “Sarrilhos dos Diabos”: lazer, divertimento e vadiagem nas representações da imprensa em Belo Horizonte (1895 – 1922)*. 2008. 177f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2008.

¹³ DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses*. VILHENA, Kellen Nogueira. *Entre “Sãos Expansões do Espírito” e “Sarrilhos dos Diabos”*.

¹⁴ MANTOVANI. *Melhorar para não mudar*, p.90.

Na área aberta com a supressão do Morro da Forca seriam construídas 100 casas, de construção e estilo modernos e elegante feitas de pedra, tijolo, madeira [...] além de um jardim de recreio e um politeama que se preste ao funcionamento de companhias líricas, dramáticas e eqüestres, construindo no jardim pavilhões para restaurantes, jogos e diversões públicas.¹⁵

Ao que parece, pelos fragmentos acima, era preciso algo mais para desfrute de descanso e diversões além dos locais já existentes, como a praça da Independência (Imagem 1) e a Casa da Ópera, atual Teatro Municipal de Ouro Preto - Casa da Ópera.



Imagem 1: Praça da Independência – Guilherme Liebenau.¹⁶

Existente na Capital desde 1770, a Casa da Ópera foi e continuou sendo o local que recebia companhias de teatro no século XIX. Nas Atas de Sessões da Câmara, lê-se uma reclamação sobre a divulgação de espetáculos teatrais e equestres, possivelmente apresentados no referido teatro:

Leu-se um Officio do D.^{or} Chefe de Policia sollicitando providencias contra o costume inveterado de se pregar nas esquinas, e paredes das mais publicas da Capital cartazes annunciando espectaculos no Theatro e Circo equestre.¹⁷

¹⁵ NATAL. *Ouro Preto*, p.48.

¹⁶ Foto de Guilherme Liebenau, sem data. Título: Largo da Praça, Palácio[sic]. Disponível no acervo da Biblioteca Nacional, In: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/furto/fotos_arm_3_1_4_6.jpg. Por suas características, a praça foi retratada na segunda metade do século XIX.

¹⁷ *Ata da Sessão da Câmara*, Sessão extraordinária do dia 13 de setembro de 1880, f.134v.

O jornal *A Camélia*, de 4 de dezembro de 1887, divulgou a presença do exímio ator Brandão na cidade, com “uma companhia de primeira ordem, composta de escolhido pessoal”¹⁸. Interessante observar o valor dado a essa diversão:

Sabbado, 26 do passado, fez sua estréa no theatro desta capital a companhia dramatica dirigida pelo exímio actoe [sic] Brandão, a qual até hoje já tem dado alguns espectaculos que, **infelizmente**, por motivos de máo tempo e da pouca afeição que o povo ouro-pretano vota a **esta útil sorte de divertimento**, não têm tido a merecida concurrencia de que é tão digna, a importante companhia. [...]

Temos fê, porém, que, passado o cansaço proveniente das ultimas festas havidas na capital e não havendo o inconveniente das continuadas chuvas – o povo ouro-pretano irá prestar a devida homenagem a esse grande artista que se chama Brandão [...].

E’ pena [qne] seus espetaculos não sejam mais [concuridos] [...]¹⁹.

As últimas festas referidas pelo periódico foram os “festejos projectados para solemnizar o quinquagésimo anniversario da ordenação do virtuoso e respeitavel sacerdote conselheiro Joaquim José de Sant’anna”, que, de acordo com o escritor da matéria, “forão além do programma e excedeu muito a expectativa publica, tal foi o seu deslumbramento”. A “tão magnífica festa”, “capaz de fazer a felicidade de um povo”, durou dois dias e contou com a população como apreciadores e participantes na decoração e outras tarefas que compuseram o evento, como música executada por bandas e cortejo²⁰. Sobre isso, vale descrever um trecho da matéria que retrata como ocorreu a festividade:

Como estava anunciado, nas noites de 29 e 30 do passado todas as casas da capital forão magnificamente iluminadas; quatro bandas de musica percorrerão as ruas na noite de 29 e a aurora do dia 30 foi suada com grande numero de fogos e lindas peças de musica executadas pelas bandas que percorrerão as ruas, procurando cada uma como que fazer os respectivo instrumentos palentear em seus harmoniosos sons os sentimentos religioso, patriótico, abolicionista e liberal, de que se achavão relectos de corações de seus inteligentes executores! A’s 10 horas da manhã, pouco mais ou menos, o Exmo. E Rvdm. Sr. conselheiro conego Joaquim José de Sant’anna, acompanhado de diversas corporações e majestoso cortejo de povo, dirigio-se para a igreja matriz da freguezia de Ouro Preto, [atim] de assistir á missa solemne celebrada pelo Exmo. monsenhor José Augusto Ferreira da Silva. A’s 5 da tarde o festejado e respeitavel sacerdote atravessou, acompanhado de grande multidão que o saudava por tão longa vida sacerdotal, diversas ruas de Ouro Preto, e dirigio-se á Praça da Independencia, onde foi recebido pelos habitantes da freguesia Antonio Dias, os quaes mais engrossando a imensa multidão de povo, o levarão para a respectiva matriz [...], onde achavam se innumeradas [pessaôas]. Nas tribunas se acotovelavam centenas senhoras e sympathicas jovens com olhares faiscantes de indisivel e inocente curiosidade, majestosamente preparada a esforços do incansável vigário o Rvdm.

¹⁸ *A Camélia*, Ouro Preto, 4 dez. 1887, Ano I, n.3, Theatro Ouro-pretano, p.2.

¹⁹ *A Camélia*, Ouro Preto, 4 dez. 1887, Ano I, n.3, Theatro Ouro-pretano, p.2, grifo nosso.

²⁰ VICENTE, J. 50º anniversario. *A Camélia*, Ouro Preto, 4 dez. 1887, Ano I, n.3, p.1.

Sr. padre Camillo Velloso que, para conseguir o maior esplendor em tão bela igreja, foi circundado dedicadamente por um punhado de amigos prestimosos e fervorosos catholicos²¹.

A referida festa de aniversário, também festa religiosa, regada à música e aberta ao público que quisesse participar, tornou-se uma opção de divertimento para a população local e atraiu pessoas que chegaram à cidade para prestigiar a o evento. Essa variedade de possibilidades fora registrada por Maria Cristina Rosa e Odilon Nogueira de Matos ao relatarem diversões lícitas e ilícitas praticadas por pessoas de diferentes estratos sociais, em Ouro Preto no século XVIII e princípio do XIX, respectivamente. Além de apreciações artísticas, festejos de casamentos, batizados, nascimentos, bodas, aniversários e festas religiosas, alguns regados à música, canto e dança ou baile; são citados jogos de azar, batuques e calundus ocorridos em vendas, tabernas, ruas, praças, largos, passos das igrejas, casas e quintais.²²

Estendendo essa lista de diversões, poderia ser citado o Entrudo: manifestação carnavalesca que acontecia pelo menos desde o final do século XVII no Brasil.²³ Ao tratar do Entrudo em Minas Gerais no século XIX, Patrícia Vargas Lopes de Araújo cita a proibição da referida festa em Ouro Preto em 1887, ordenada pela Câmara Municipal e endossada em 1890 pela Intendência Municipal de Ouro Preto, numa tentativa de disciplinar comportamentos em direção à ordem social e individual. Esse fato sugere a popularidade do Entrudo como diversão na cidade, que a partir de sua proibição passou a concorrer com o Carnaval, uma nova opção de festejo. Os jornais *A Ortiga*, em 1885, e *O panorama*, em 1889, citam o Carnaval ao escrever sobre costumes dos cidadãos ouropretanos.²⁴

As diversões em Ouro Preto no final do século XIX são diversificadas e algumas foram indicadas em trabalhos com recorte temporal ou espacial distintos desta pesquisa, como mostram Georgino Jorge de Souza Neto e Silvio Ricardo de Silva que, ao perquirirem as primeiras manifestações de lazer na nova capital mineira Belo Horizonte, apontam

[...] práticas singulares de divertimento, atreladas à uma transição/passagem do tradicional para o moderno. Vivências trazidas da antiga capital, Ouro Preto,

²¹ VICENTE. 50º aniversário. *A Camélia*, p.1.

²² ROSA, Maria Cristina. *Da pluralidade dos corpos*. MATOS, Odilon Nogueira de. As cidades mineiras vistas por alguns viajantes estrangeiros do século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 7, 1974, Belo Horizonte. Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. A cidade e a História. São Paulo: [FFLCH-USP], 1974. v. 1, pp. 221-261. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/?p=18856>>. Acesso em 4 abr. 2015.

²³ ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. *Folganças populares: festejos de entrudo e carnaval em Minas Gerais no século XIX*. 2000. 200f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte 2000.

²⁴ *A Ortiga*, Ouro Preto, dias antes do carnaval (10 fev. 1885), n.10, Artigo com fundo, p.1. *O Panorama*, Ouro Preto, 1 mar.1889, Ano I, n.1, Discorrendo, p.6.

como bailes e partidas dançantes, palestras literárias e operetas musicais e teatrais; mas também novas formas de diversão, exigidas pela modernidade, como o esporte e o cinema²⁵.

A citação assinala alguns divertimentos adotados na antiga Capital, como bailes, partidas dançantes, palestras literárias, operetas musicais e teatrais, enquanto o esporte é atribuído ao fenômeno moderno, levando a entender que não se considera a existência de práticas esportivas antes de 1900 em Ouro Preto, ou que o esporte foi praticado em Minas Gerais apenas na nova Capital. Contudo, é possível supor que os esportes tenham sido praticados nessa transição de séculos. Raphael Rajão Ribeiro, ao falar sobre Victor Serpa, dá uma interessante pista sobre isso:

Tendo tomado contato com o futebol naquele país europeu [Suíça], o acadêmico foi o maior incentivador da fundação, em novembro de 1903, do *Club Unionista de Football*, de Ouro Preto, cidade na qual se estabeleceu antes de se mudar para Belo Horizonte²⁶.

Victor Serpa é tido como “mito fundador” do futebol em Belo Horizonte, tanto pela imprensa periódica de seu tempo quanto por estudos acadêmicos, sendo equiparado a Charles Miller ao introduzir esse esporte em São Paulo e Oscar Cox no Rio de Janeiro.²⁷ Este estudante carioca, que se mudou para Minas Gerais para estudar Direito, ao fundar um clube de futebol suscita questionamentos como: quem participou deste clube? O esporte era uma forma de diversão existente na cidade no final do século XIX e se estendeu para o início do XX? Além do futebol, existiriam outros esportes praticados como diversão?

Há também o fato de em 1876 ter sido fundada a Escola de Minas de Ouro Preto, dirigida pelo francês Claude Henry Gorceix. Assim como a Escola de Farmácia, existente desde 1839, a Escola de Minas se tornou um local de concentração de jovens da elite que, em grande parte, tinham contato com a cultura europeia e nacional e poderiam ter conhecimento de variadas práticas esportivas, instituindo-as na cidade. Exemplo disso é o caso do estudante Carlos Prates, engenheiro formado pela Escola de Minas de Ouro Preto em 1890, que se mudou para Belo Horizonte onde, juntamente com outros jovens influentes, fundou o *Club de Sports Hygienicos*, onde havia atividades de tênis, *croquet*, futebol, entre outras. Teria Carlos Prates levado consigo alguma vivência de Ouro

²⁵ NETO, Georgino Jorge de Souza; SILVA, Silvio Ricardo. O advento do lazer em Belo Horizonte ou das “festas e diversões”: um estudo dos hábitos de divertimento na ‘cidade moderna’ a partir do Minas Geraes. *Licere*. v. 12, n.2, p. 1-27, jun 2009. p.1, grifo nosso.

²⁶ RIBEIRO, Raphael Rajão. *A bola em meio a ruas alinhadas e a uma poeira infernal: Os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1904-1921)*. 2007. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte. 2007, p.51.

²⁷ MAYOR, Sarah Teixeira Soutto; NETO, Georgino Jorge de Souza. Victor Serpa e a “Mania do Foot-Ball”: O Mito Fundador do Esporte Bretão na Cidade de Belo Horizonte/MG (1904-1905). *PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review*, Vol. 3, N. 1. Janeiro/Junho. 2014.

Preto para esse *Club*?

Nessa época as práticas esportivas se configuravam como um dos símbolos da modernidade e um modo de remodelar corpos e comportamentos.²⁸ Portanto, pensar a adesão de ouropretanos aos esportes, no momento em que Ouro Preto se pretendia moderna e apta para manter-se Capital mineira, é uma forma de pensar relações entre as diversões e o processo de transferência da Capital. No sentido em que as mudanças caminhavam – rumo ao progresso e à modernidade – as transformações aconteciam gradativamente, não se estabeleciam de um dia para o outro. Destarte, é plausível a hipótese de práticas esportivas complementando as opções de diversão dos ouropretanos, além das opções já mencionadas.

Vale destacar que “desde a segunda metade do século XIX, as práticas esportivas se apresentavam como possibilidades culturais concretas na constituição da vida social de algumas cidades brasileiras”²⁹. Nesse sentido, há notícias dessas práticas no Rio de Janeiro através turfe, remo, futebol, natação e ciclismo.³⁰

No contexto em que se inseriam, tais práticas carregavam consigo intenções, expectativas, propósitos, valores a serem estabelecidos e exercidos, configurando-se como um dos meios para se estabelecer o novo modo de vida pretendido através da educação de sentidos e comportamentos. Como destacou Luciana Bicalho Cunha ao estudar a moda esportiva em Belo Horizonte no período de 1894 a 1930 e como sugeriu Nicolau Sevcenko ao associar a reforma urbana à reforma dos corpos e das mentes, o esporte, bem como demais diversões, figurava entre as estratégias construídas e instituídas para educar sentidos e comportamentos em se tratando da centralidade do corpo como objetivo de intervenção.³¹ Dessa forma, é possível pensar associações entre diversões e Ouro Preto, uma cidade em notável transformação no final do século XIX.

²⁸ LUCENA, Ricardo de Figueiredo. *O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro*. 2000. 140f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n.], 2000.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: _____. *História da vida privada no Brasil: da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 513-619.

²⁹ LINHALES, Meily Assbu. *A escola, o esporte e a “energização do caráter”*: projetos culturais em circulação da Associação Brasileira de Educação (1925-1935). 2006. 266 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2006, p.46.

³⁰ LUCENA, Ricardo de Figueiredo. *O esporte na cidade*. MELO, Victor. O sport em transição: Rio de Janeiro, 1851-1868. *Movimento*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 363-376, abr./jun. 2015a. MELO, Victor Andrade de. Antes do club: as primeiras experiências esportivas na capital do Império (1825-1851). *Projeto História*, São Paulo, n. 49, pp. 197-236, abr. 2014. _____. Enfrentando os desafios do mar: a natação no Rio de Janeiro do século XIX (anos 1850-1890). *Revista História*: São Paulo, n. 172, p. 299-334, jan.-jun. 2015b. MELO, Victor Andrade de; SCHETTINO, André. A bicicleta, o ciclismo e as mulheres na transição dos séculos XIX e XX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.17, n.1, p.111-134, jan-abr. 2009.

³¹ CUNHA, Luciana Bicalho. *Prescrições de moda e corpo: as revistas em circulação na cidade de BH entre 1894 a 1930*. 2008. 71f. Monografia (Graduação em Educação Física) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG, Belo Horizonte, 2008. SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante.

O lusotropicalismo de Gilberto Freyre: entre o Estado Novo e a intelectualidade africana

Julia Neves Toledo

Graduanda em História
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
julianevestoledo@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo principal analisar as reverberações que as obras de Gilberto Freyre (1900-1987) possuíram no arquipélago de Cabo-Verde. O contexto selecionado enfoca a viagem empreendida pelo intelectual pernambucano, a convite do Ultramar Português, durante o Estado Novo de Salazar, dentre os anos de 1951 e 1952 e a resposta fornecida por Baltazar Lopes, intelectual cabo-verdiano, em relação as considerações de Freyre sobre o arquipélago, presente em *Aventura e Rotina* (1952). A análise da revista literária cabo-verdiana *Claridade* (1936-1960), buscando focar a forte influência que sofreu por parte do modernismo brasileiro da década de 1930, com destaque para *Casa-Grande e Senzala* (1933), também será analisada neste trabalho, enquanto porta de entrada da influência significativa de Freyre nas ilhas de Cabo-verde.

Palavras-chave: Gilberto Freyre; Intelectuais; Claridade.

O plano de fundo desta discussão que pretendo apresentar é o Estado Novo Português de Antônio Salazar, iniciado em 1933 e somente findado em 1975, já com a liderança de Marcelo Caetano. Devido seu longo período de duração, o Estado Novo foi historicamente dividido em dois períodos, a primeira fase do salazarismo, que inclui os anos de 1930 e 1940, possuiu um caráter mais estruturador, objetivando principalmente a construção de uma ideologia que legitimasse o regime do Estado Novo, amparada em um forte aparato propagandístico e repressivo.

A ideia de uma nação regenerada e reencontrada consigo própria, com essência eterna e destino providencial será uma das bases da ideologia salazarista, bem como o slogan “Tudo pela nação, nada contra a Nação”, que é síntese do ideal nacionalista fortemente presente no salazarismo. O propósito de defesa da nação e posteriormente integração da mesma, incluindo os territórios de além-mar, trouxe certa legitimidade ao regime, justificando assim, a manutenção das possessões coloniais.

Nessa primeira fase do Salazarismo, de formulação da ideologia colonial e de consolidação do regime, dentre os anos de 1930 e 1940, as idéias de Gilberto Freyre não encontram terreno propício para se difundirem, principalmente do que diz respeito à política colonial salazarista. Segundo Cláudia Castelo (1998), “[...]os primeiros anos do governo de Salazar estavam imbuídos no projeto de ressurgimento imperial e de afirmação do velho e indomável espírito da raça, à ser

imposta às populações selvagens, não sendo adequada com a visão culturalista e regional de Freyre”.¹

Concomitante, a essa chamada primeira fase do salazarismo, em Cabo-Verde, mais precisamente em 1936, foi fundada a revista literária *Claridade*, na Ilha de São Vicente, por um grupo intelectuais cabo-verdianos, Baltazar Lopes, Jorge Barbosa e Manuel Lopes, ao todo a revista possuiu nove edições esporádicas, sendo a última publicada em 1960. O impresso desempenhou papel importantíssimo no surgimento do sentimento de autonomia na ilha, sendo, inclusive, percussora no movimento da independência política do arquipélago. Detentora de um viés crítico em relação à administração colonial que subjazia na ilha, onde as liberdades individuais eram ignoradas pelo fascismo de Salazar, a revista *Claridade* foi o ponto de partida para a construção de um projeto literário nacional emancipatório.

De acordo com João Carlos Gomes dos Anjos (2004), “Sob o lema de fincar os pés na terra, a revista *Claridade* reúne a contribuição de um conjunto de intelectuais, cuja afinidade estética reside no retorno à realidade quotidiana”.² Essa afirmação se baseia na contraposição empreendida pelos idealizadores da revista em relação à anterior produção literária, a revista *Seminário*. De acordo com os claridosos, a geração seminário tinha por principal preocupação os princípios clássicos da métrica, mergulhados em uma abstração lírica que não atendia as demandas na ilha, de crítica e superação de suas péssimas condições de vida.

A busca por autonomia do arquipélago estava diretamente ligada a disputa dos cargos de administração colonial por parte da recém intelectualidade que surgia através do movimento claridoso. A própria construção da identidade cabo-verdiana, em oposição a África, busca elevar esta intelectualidade a condição de assimilados e mediadores da colonização portuguesa no arquipélago. Os cargos administrativos eram ocupados por agentes portugueses, que não se identificavam com os problemas da ilha e nem os conheciam profundamente, justificava-se assim a necessidade por parte elite local de ocupar esses mesmos cargos, a partir do viés da valorização do regional e da sua capacidade intelectual.

José Carlos Gomes dos Anjos (2004) ao discorrer sobre a identidade de cabo-verde afirma que “se do ponto de vista geográfico Cabo-Verde é incluído no continente [África], do ponto de vista cultural, estaria na posição de contraste com a África, na perspectiva de um estrangeiro que

¹ CASTELO, Claudia. O modo de ser do português no mundo: O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933–1961). Porto: Edições Afrontamento, 1998, p.138.

² ANJOS, José Carlos Gomes dos. Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional. UFRGS/IFCH, 2002, p.87.

visitasse as ilhas.”³ “Nesse sentido a identidade cabo-verdiana é contrastiva em relação à África e incorporadora em relação ao olhar europeu”.⁴ A África era um elemento de contraposição, aquele do qual se pretendia afastar, a identidade cabo-verdiana se estabeleceu a partir da negação da africanidade e de seu estigma de inferioridade, para então se identificar com a Europa e a civilidade ocidental, este processo foi possibilitado pela assimilação dos caboverdianos, ou seja, do sucesso da colonização portuguesa. A afirmação de identidade regional pela revista *Claridade* não era questionadora da dependência de Portugal enquanto colônia. A condição de ilhas adjacentes é reivindicada pelos intelectuais cabo-verdianos, reapropriando-se assim do discurso colonial português e fortalecendo os laços de hierarquia entre metropolitanos e nativos.

A literatura brasileira, principalmente a segunda fase do modernismo, representou um momento decisivo para Cabo Verde, influenciando diretamente a revista *Claridade* e seu projeto nacional. As obras literárias brasileiras penetraram em Cabo Verde de várias maneiras, sendo as mais conhecidas através de referências, dedicatórias e transcrições, além do regime de empréstimos e encomendas entre os intelectuais que visitavam e residiam nas ilhas.

Manuel Lopes, um dos fundadores da revista afirma que o modernismo e o neo-realismo brasileiro, que foram a expressão definitiva da “nacionalização literária brasileira”, evocou “(...) o homem brasileiro e os problemas sociais do Brasil, mas sempre humanos e universais”⁵, servindo como inspiração para Cabo Verde. A realidade da ilha muito se assemelhava ao nordeste brasileiro, em diferentes aspectos: economia do açúcar para exportação, mão de obra escrava a sombra da casa grande e do engenho, além da condição de subserviência aos interesses de Portugal naquela altura.

Dentro de cenário de influências das obras brasileiras por essa intelectualidade africana, José Carlos Gomes dos Anjos (2004) afirma que “a revelação para os intelectuais cabo-verdianos é mesmo a sociologia de Gilberto Freyre (mais precisamente Casa Grande e Senzala). A afirmação de semelhanças entre estas “ilhas, principalmente naquilo que elas tem de mais castiço e de menos contaminado” e aquilo que se pode ler dos regionalistas nordestinos, é a forma como os intelectuais nativos percebem e atestam a importação dessa nova grade de leitura do mundo”.⁶

Durante as nove edições da revista *Claridade*, vários textos tratam das semelhanças entre Brasil e Cabo Verde, sendo alguns direcionados inclusive para o Brasil. Baltazar Lopes, também

³ ANJOS. Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional. UFRGS/IFCH, 2002, p.76.

⁴ ANJOS. Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde. p.86.

⁵ FERREIRA, Manuel, ed. *Claridade: revista de arte e letras*. Africa, Literatura, Arte e Cultura, 1986, p. 31.

⁶ ANJOS. Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde. p.104.

fundador da revista, escreveu um texto para a quarta edição da revista intitulado “Uma experiência românica nos trópicos”⁷ fazendo alusão direta a Gilberto Freyre e ao lusotropicalismo. Baltazar Lopes analisou a questão da língua portuguesa como um “lastro comum”, definição dada por Gilberto Freyre em *O mundo que o português criou* (1940), e como fator unificador das identidades dos povos que possuem esta língua em comum.

Desde a década de 30, Gilberto Freyre é tido nos meios intelectuais cabo-verdianos como o “messias brasileiro”, sendo esta a expressão de um regionalismo que só podia ser encontrado fora das ilhas, neste caso, no Brasil. José Carlos Gomes dos Anjos, afirma que Freyre era aguardado com ansiedade, pois era a grande referência na valorização da mestiçagem como fator de identidade da ilha, materializado a partir da figura do mestiço e da língua crioula.

Diferentemente dos anos 1930 e 1940, nos anos de 1950, o pensamento freyreano encontrou uma calorosa recepção por parte do Estado Novo de Salazar. Nesse momento, os estudos de Gilberto Freyre voltavam-se para a formulação e comprovação da teoria do lusotropicalismo, que postulava a especial capacidade de adaptação dos portugueses aos territórios colonizados nos trópicos, em razão da empatia, do pendor à miscibilidade e da vocação para a união de contrários. Tal aptidão seria derivada de sua plasticidade intrínseca e resultaria da sua própria origem étnica híbrida, vinda do contato com mouros e judeus na Península Ibérica.⁸ O lusotropicalismo seria manifestado através do processo de miscigenação e da interpenetração de culturas presentes nos territórios colonizados⁹.

Ou seja, o processo lusotropical significaria uma constante tentativa de harmonização da Europa com os Trópicos, possibilitada pelo esforço do português de se adaptar aos trópicos, bem como a sua matriz cultural influenciada pelos mouros e judeus, o que explicaria a predisposição para se adaptar a climas quentes e a tendência a miscigenação. O resultado desse processo segundo Freyre (1940), é uma comunidade lusotropical, que partilha a mesma língua e a mesmas afinidades de sentimento e de cultura em uma unidade supranacional, porém com a valorização do regional, sendo o mestiço a representação da integração e da originalidade desta nova civilização.¹⁰

⁷ LOPES, Baltazar. Uma Experiência Românica nos Trópicos (I e II). Revista Claridade 4, 1947.

⁸ FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.

⁹ “Uma cultura e uma ordem social comuns a qual concorrem, pela interpretação e acomodando-se a umas tantas uniformidades de comportamento do europeu e do descendente e do continuado do europeu nos trópicos – uniformidades fixadas pela experiência ou pela experimentação lusitana – homens e grupos de origens étnicas e de procedências culturais diversas. Ve-se assim que é um conceito, o sociológico, de civilização luso tropical, de cultura e de ordem social luso tropical, que ultrapassa o apenas político ou retórico ou sentimental de ‘comunidade luso brasileira.’” FREYRE, Gilberto. *Brasis, Brasil e Brasília*. No. 44. Edição Livros do Brasil, 1960, p.74

¹⁰ FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Vol. 28. José Olympio, 1940.

Nesta segunda fase do salazarismo, iniciada no pós Segunda Guerra Mundial, o grande desafio do Estado Novo português, tornou-se a busca por mecanismos que o auxiliassem na defesa de uma grande nação portuguesa face a sua prática colonialista anacrônica e imperialista. O mundo, traumatizado pela guerra e por suas consequências, rejeita as teses de inferioridade racial e de supremacia de civilizações, mesmo camuflados atrás de interesses comerciais em África e Ásia, a corrente que defende a independência das colônias ganha protagonismo em detrimento da defesa de territórios subordinados à grandes potências.

Salazar pretendia disseminar o ideal de uma grande nação portuguesa que possuía territórios no além mar, porém, estes faziam parte igualmente de um mesmo Império, negando portanto as relações de dependência e subordinação das chamadas “províncias ultramarinas”¹¹ com Portugal. A tese de Gilberto Freyre do lusotropicalismo, será utilizada pelo Estado Novo de Salazar, contribuindo para a legitimação do discurso de manutenção da colonização, devido à pretensão, defendida pelo escritor, de se criar uma comunidade lusotropical, com uma identidade nacional unificada entre os povos lusófonos.

Por convite do Ultramar Português, Gilberto Freyre realizou uma viagem por Portugal e suas colônias, com o objetivo de elaborar um estudo sociológico de campo. A viagem se realizou em 1951, a convite do Ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues. O programa de visita de Freyre, segundo Cláudia Castelo, negociado entre os ‘anfitriões’ e o visitante, incluiu diversas cidades da metrópole e a ilha da Madeira (os Açores não foram visitados), e todas as possessões portuguesas, à exceção de Macau e Timor. Macau por opção de Gilberto Freyre; Timor porque Salazar assim decidiu.

Como resultado desta viagem, surgem três importantes livros que fundaram a teoria do lusotropicalismo, são eles: *Aventura e rotina*, de 1951-52, baseado no diário de viagem de Freyre, *Um brasileiro em terras portuguesas*, de 1953, baseado nas conferências de Freyre em Portugal e suas colônias e o *O luso e o trópico*, de 1961, produzido na ocasião das comemorações do centenário de morte do Infante Dom Henrique de Portugal.

¹¹ De acordo com João Alberto da Costa Pinto, em 1951, novas práticas administrativas foram sugeridas pelo Estado Novo Português, a principal delas foi a revogação do Ato Colonial de 1933, que se demarcava até então como a carta constitucional do colonialismo português. Devido as pressões internacionais provenientes da ONU, em um contexto de pós segunda guerra mundial, uma das novas medidas estabelecia que as colônias quer eram definidas como tais, daquele momento em diante, passariam a se nomeadas como províncias ultramarinas. Mudava-se a terminologia, mas as práticas e realidades permaneciam intocadas. Ver mais em: PINTO, João Alberto da Costa. *Gilberto Freyre e a inteligência salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951-1974)*. História: São Paulo, 2009.

Em *Aventura e Rotina*, Freyre relata suas impressões sobre Cabo-Verde e afirma que o arquipélago é formado por “ilhas em que as populações são predominantemente africanas na cor, no aspecto e nos costumes, com salpicos apenas, de influência europeia sobre essa predominância étnica e social.”¹²

Baltazar Lopes, responde as críticas de Freyre ao arquipélago, presentes em *Aventura e Rotina*. Em um programa da rádio local de Barlavento, Baltazar elabora uma resposta para Gilberto Freyre, intitulada de *O mundo visto por Gilberto Freyre*¹³. Seis conferências foram proferidas em seis programas na rádio, aos sábados, tendo a transcrição das conferências cerca de 50 páginas.

Em detrimento das impressões de Freyre sobre Cabo-Verde, Baltazar Lopes afirma que “O messias desiludiu-nos [...] temos pois que a posição do sociólogo brasileiro é diametralmente oposta à que esbocei anteriormente [...] acode-me ao bico da pena o adjetivo “absurdo” para qualificar a caracterização que Gilberto Freyre concebeu.”¹⁴. A resposta de Baltazar considera a caracterização de Freyre como absurda e defende que se o sociólogo tivesse tido outras condições de contato, mais demoradas, não hesitaria em retificar os seus juízos. Segundo Baltazar, Freyre não teria conhecido a ilha a fundo, em suas particularidades, por isso não era capaz de analisar de forma contundente a realidade de Cabo-Verde. As considerações de Freyre se pautariam apenas em intuições, sendo um mero observador turístico. “Será a intuição, mesmo servida por largas experiências anteriores, suficiente para a pesquisa e o estabelecimento da verdade?”¹⁵

Ao analisar a formação histórica de Cabo-Verde, Baltazar afirma que “A África se diluiu no arquipélago ao longo da colonização portuguesa e da miscigenação.”¹⁶ Freyre por outro lado afirma que “O mestiço em Cabo-Verde é mais africano que português” e possui “uma gente que, procurando ser europeia, repudia suas origens africanas e econtra-se em grande número, em estado ou situação precária de instabilidade cultural e não apenas econômica”¹⁷. As visões de Freyre e

¹² “[...] das origens africanas o cabo-verdiano já perdeu, talvez, o melhor: e quanto às sobrevivências africanas em sua cultura, a atitude do maior número tende a ser uma atitude de pudor que faz e muito cabo-verdiano mestiço um envergonhado daquela sua origem... para reiterar, logo a seguir, que se trata de [...] uma gente que, procurando número, em estado ou situação precária de instabilidade cultural e não apenas econômica [...] instabilidade cultural de que são indícios, por um lado, o uso generalizado, pelos ilheus de um dialecto e, por outro lado, a ausencia, entre esses mesmos ilheus, de artes populares em que se exprimisse uma saudavel interpenetraçao das cultural que neles se cruzam, sem se terem harmonizado, até hoje – a não ser, talvez, na música – numa terceira cultura, caracteristicamente cabo-verdiana.”. FREYRE, Gilberto. *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. J. Olympio, 1953, p. 276-277.

¹³ LOPES, Baltasar. *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre: Apontamentos lidos ao microfone de Rádio Barlavento*. Impr. Nacional, 1956.

¹⁴ LOPES. *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre* p.14.

¹⁵ LOPES. *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*. p.18

¹⁶ LOPES. *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*. p.26

¹⁷ FREYRE, Gilberto. *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. J. Olympio, 1953, p.243.

Baltazar, não somente neste ponto, mas principalmente, são diametralmente opostas, causado por um conflito de interesses na busca pela definição da identidade cabo-verdiana.

A repulsa de Freyre ao se deparar com o crioulo também é digna de atenção por parte de Baltazar. Em *Aventura e Rotina*, Freyre escreve “do mesmo modo que repugna-me o dialeto cabo-verdiano, agrada-me ouvir a gente cabo-verdiana falar o português a sua maneira, que é a maneira tropical, brasileira, não sei se diga sempre 'com açúcar’.”¹⁸. Baltazar responde afirmando que o crioulo é uma criação humana incompreendida, “o crioulo esta radicado no solo das ilhas como o próprio individuo” “todo aquele que tentou e, por impossível, conseguia a irradicação do crioulo, mutilaria irremediavelmente a alma do homem caboverdiano.

Lopes defendia a ideia de que “cabo-verdianos não eram nem europeus nem, africanos, mas cabo-verdianos.” Esta afirmação suscitou um longo debate, os nativistas defendiam cabo-verde como ilhas adjacentes de Portugal e, nessa senda, afirmavam a cultura cabo-verdiana como um caso de regionalismo português, enquanto nacionalistas, que emergiram, a partir de meados da década de 50 do século passado, a entendiam, antes, como um caso de regionalismo africano.

Resumindo, interessava a Baltazar Lopes e a geração claridosa enaltecer aquela que seria a expressão máxima da assimilação dos caboverdianos, o seu dialeto, possibilitado pelo afastamento de África e materializado através do surgimento de uma cultura própria, autêntica e civilizada, ao se aproximar de Portugal e dos valores ocidentais. A valorização do regional, implica na valorização deste grupo de intelectuais e de sua capacidade de gerenciar a colônia, e ascender cargos públicos, restritos à elite portuguesa, agindo enquanto mediadores do processo de colonização, sendo a síntese máxima do pensamento colonizador hierarquizante e inferiorizador.

A realidade de Cabo-Verde contraria Freyre, pois o sociólogo estava imbuído em uma viagem de comprovação de sua teoria luso-tropical, e o que observa em Cabo-Verde é um arquipélago esquecido pela colônia, onde as influências europeias não penetraram suficientemente naquela população, prova concreta é a permanência do crioulo nas ilhas. A colonização portuguesa teria falhado em Cabo-Verde, a comunidade luso-tropical estaria envolvida por sentidos de cultura e identidade em comum, onde o elemento unificador é o luso e sua predominância, tendo a experiência do Brasil como modelo.

¹⁸ FREYRE. *Aventura e rotina*. p.240.

Contendas udenistas: a Conferência de Caracas e o *impeachment* (1954)

Ramonn Rodrigues Magri

Mestrando em História

Universidade Federal de São João Del-Rei - UFSJ

ramonnrm@gmail.com

Resumo: As relações entre os quadros da UDN, ao contrário do que pareçam, eram marcadas, como as de qualquer partido, por frequentes atritos e tensões. Este trabalho analisa dois desses episódios, que envolveram o deputado Afonso Arinos quando líder da agremiação na Câmara. Primeiro, um setor agressivo, ainda que marginal na esfera partidária, o insulta sem qualquer pudor por aceitar um convite do governo. Na sequência, os lacerdistas condenam quem não adere a uma iniciativa apresentada pelo próprio Arinos, mas claramente inviável, ao mesmo tempo em que setores moderados o repreendiam. Assim, poucos dias antes de alguns dos momentos mais turbulentos da História do país, a oposição estava desarticulada. Embora tivessem um adversário comum, a efervescência da conjuntura política da época minava, entre os udenistas, as possibilidades de coesão.

Palavras-chave: UDN, Afonso Arinos, Lacerdismo.

Contexto e antecedentes

Na convenção de maio de 1953, Arinos mostrou as “novas” diretrizes da UDN. Entre os pontos mais relevantes destacavam-se a (reiterada) oposição e o distanciamento do governo e a colaboração, sem perder a crítica, em iniciativas de interesse público. Dessa forma, o moralismo administrativo era, simultaneamente, recurso ideológico e instrumento de mobilização contra o Getúlio Vargas.¹⁹ Após a deliberação, o deputado afirmou, na tribuna, a posição mais ativa que a UDN decidiu ter em dois extensos discursos. Nas suas palavras, o partido não se satisfaria com o papel de opositor apenas criticando, mas concretizaria seus pontos de vista em projetos de lei, a despeito das resistências do governo²⁰.

Na condição de líder, Arinos estava à frente de seu partido e da oposição na Câmara. Integrava o grupo dominante na UDN, que também era composto pelos “bacharéis” Adauto Cardoso, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto, entre outros. Os bacharéis abominavam o radicalismo e temiam a mudança. “Quando pecam (...), o fazem antes por excesso de acomodação, nunca por

¹⁹ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 87.

²⁰ *Correio da Manhã*, 21/05/53 capa; 23/05/53, p. 4-5.

radicalismo”²¹. Defendiam, portanto, a ordem como valor supremo, apegando-se ao formalismo da lei. O próprio Afonso Arinos corrobora essa tese:

Daí o bacharel ser levado, por hábito e por gosto, à defesa das fórmulas consagradas, à imutabilidade das estruturas, à solidariedade com os sistemas criados, numa palavra – e sem o menor sentido pejorativo – ao conservadorismo que é, em geral, bem distinto do reacionarismo.²²

Ocupavam a linha de frente do plenário e sua atuação se caracterizava pelo “barulho” que perturbava os adversários – razão pela qual ficaram conhecidos como “banda de música” –, pela oratória sistemática, às vezes virulenta, contra o governo, principalmente denunciando casos de corrupção. Contrários às propostas em torno de questões sociais, atacavam a política econômica de Vargas. Nesse sentido, pregavam o desenvolvimento do Brasil pela receita liberal, caracterizada por medidas conservadoras em relação ao operariado e estímulo ao capital estrangeiro²³.

Vivendo num cenário de crise econômica, social e política, Vargas decide mexer nos seus ministérios. Seis nomes foram alterados. Tancredo Neves (PSD) seguiu para a Justiça, Antônio Balbino (PSD) para a Educação, o udenista José Américo para o da Viação e Obras Públicas; Osvaldo Aranha e Vicente Rao, próximos da UDN, para Fazenda e Exterior, respectivamente. A reforma, portanto, tinha feições conservadoras, sobretudo por prestigiar figuras ligadas à UDN. Se ampliavam, por um lado, o espaço do partido no poder, as escolhas tinham, por outro lado, menos caráter ideológico, uma vez que os novos ministros não estavam nos núcleos de “autonomistas” ou “puros” da agremiação. As mudanças, porém, não acalmaram a oposição udenista²⁴.

Os “chapas-brancas”, parlamentares, em geral do nordeste, dispostos a se aproximarem do governo, não acataram a deliberação convencional, o que gerou boatos e intrigas nos bastidores do partido. A atuação do líder esbarrava nisso. Para Afonso Arinos, a reforma ministerial se tratou de uma manobra do presidente a fim de fortalecer seu poder pessoal em relação aos partidos. No início de julho, explicando a situação contraditória da UDN num discurso repleto de ataques ao presidente da República, expôs também como deveria ser, para a oposição, a conduta dos novos ministros, alertando especialmente o do exterior quanto a “ameaça peronista” representada por João Goulart (PTB), novo titular da pasta do Trabalho²⁵.

²¹ BENEVIDES. *A UDN e o udenismo*, p. 260.

²² ARINOS, Afonso, *A Escalada*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, p. 49.

²³ BENEVIDES. *A UDN e o udenismo*, p. 84-85.

²⁴ D’ARAÚJO, Maria Celina, *O Segundo Governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. São Paulo: Ática, 1992, p. 128.

²⁵ ARINOS. *A Escalada*, p. 253-55.

A Conferência de Caracas

No início de 1954, Arinos é convidado para representar a Câmara dos Deputados na X Conferência Interamericana, em Caracas. A iniciativa de chamar os líderes da minoria e da maioria partiu de Nereu Ramos, presidente da casa. Gustavo Capanema, representante do bloco governista, entretanto, não pôde ir. Dessa forma, o udenista ficaria, a seu ver, numa situação prestigiosa. Ressalva ter consultado, antes de aceitar o convite, as principais instâncias de seu partido. Convocado pelo presidente Artur Santos, o diretório aprovou sua ida. Decisão idêntica à da bancada, reunida por solicitação de Arinos. Portanto, haveria, em tese, unanimidade sobre o assunto. Além disso, não se tratava de uma questão inédita. “Parlamentares udenistas haviam participado, antes, de conferências internacionais”, argumenta.²⁶ Entretanto, setores da UDN, especialmente o Clube da Lanterna,²⁷ não toleraram a ausência do líder. O que parecia ser apenas a participação num evento internacional se tornaria um rebuliço.

Chefiada por Vicente Rao, ministro de Vargas, porém notório simpatizante da UDN, sobretudo pelos estreitos laços de amizade com Júlio de Mesquita Filho, diretor de *O Estado de São Paulo*, a numerosa delegação partiu em meados de fevereiro. Arinos seguiu acompanhado pela esposa Anah. O filho Afonsinho, incluído, “sem qualquer interferência” do pai, entre os secretários da delegação, chegou posteriormente. Isso teria sido uma “amabilidade espontânea” do governo, em que o “grande beneficiado” – o próprio udenista – ficou em dúvida: “tratava-se de agradar ao pai ou expor à crítica o líder opositor?” Mas não titubeou em aceitar a gentileza. Relatando o episódio anos mais tarde, Arinos credita à malícia de Getúlio o convite para a Conferência e a inclusão de seu filho na delegação. Seriam artimanhas para prejudicar a UDN. Pondera, contudo, que da maneira como o convite lhe surgiu (do “austero Nereu Ramos”), não poderia recusar. Ao longo da missão, alega ter sido praticamente ignorado por Rao, já que sequer tiveram contato. Mas isso não o impediu de desempenhar seu trabalho numa das comissões. Redigia documentos que os “solícitos assessores” repassavam ao chanceler²⁸.

Durante as semanas em que Arinos esteve na Venezuela, a delegação brasileira e ele próprio foram alvos de uma agressiva campanha da *Tribuna da Imprensa*. Quase todos os dias choviam ofensas e críticas. Segundo o jornal, o deputado foi a Caracas contra a vontade da direção da UDN, que só o liberou para não gerar desgaste interno. Excetuando-se o secretário-geral Virgílio Távora,

²⁶ ARINOS. *A Escalada*, p. 271.

²⁷ Criada em 1953, a organização reunia os lacerdistas do partido e de fora dele. Seu presidente de honra, naturalmente, era o próprio Lacerda. Verbetes biográficos de Carlos Lacerda. cf. Alzira Alves de ABREU et. al. (coords.). *Dicionário Histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 04/09/15.

²⁸ ARINOS. *A Escalada*, p. 272.

companheiros como Artur Santos e Odilon Braga teriam lhe mostrado “o péssimo efeito que causaria o líder da oposição em tão custosa e inútil delegação”. Noticiou-se, em primeira página, quanto era gasto com a Conferência (“Caracas: Cr\$20 milhões num mês”) e quanto cada membro da comissão em que Arinos estava receberia (“Caracas a peso de ouro: custam Cr\$75 mil por dia os cinco graduados – pagamentos em dólar-ouro”). Os editoriais de Carlos Lacerda se concentraram na ausência do líder da oposição. Para ele, o governo teria comprado o silêncio desta com um passeio ao país vizinho²⁹. João Duarte Filho, colunista, dava sequência à verborragia de seu chefe. Sobre Afonso Arinos, disparou:

A incapacidade política deste homem é tão grande que o fez ir a Caracas contra o conselho dos homens e dos fatos, fatos que só não lhe encheram os ouvidos moucos, fatos que só não lhe encheram as vistas cegas porque ele, em política, não tem vistas de espécie alguma, nem mesmo cegas.³⁰

Nas atividades de sua comissão, Arinos garante ter desempenhado seu papel. “Prevenido contra as intenções do governo”, cuidou para que o Brasil não assumisse a “orientação peronista”. Chegou, inclusive, a distribuir um memorando aos delegados a fim de adverti-los. O maior problema na Conferência era um incidente diplomático entre Guatemala e Estados Unidos. Como era praxe na época, apresentou-se, no fim, uma declaração anticomunista³¹. As repercussões do evento, porém, ficaram em segundo plano. Encerrados os trabalhos, o deputado seguiu com a esposa para uma temporada nos Estados Unidos. Mesmo assim, foi surpreendido por uma “peçonha ressentida”. Lacerda enviou-lhe um telegrama exigindo sua renúncia da liderança. A resposta foi negativa:

Eu era acusado de ausentar-me no momento em que, ausente do país mas presente ao meu dever, defendia os interesses brasileiros, como deputado da oposição (...) E quem me acusava de abandono? O homem que, em várias oportunidades, deixou os seus deveres para sair do país, escapando às consequências das crises que desencadeia.³²

Outros colegas o tacharam de adesista e carreirista. Otávio Mangabeira, por exemplo, “grande homem, mas ocasionalmente mesquinho”, fazia piadas sobre o caso nos bastidores do

²⁹ *Tribuna da Imprensa*, 17/02/54, p. 1 e 4; 25/02/54, p. 4; 04/03/54, p. 3.

³⁰ *Tribuna da Imprensa*, 06/03/54, p. 3. Os insultos dos jornais oposicionistas acabaram municiando a situação. Meses depois, Tancredo Neves apontou, numa entrevista de TV, as contradições do líder da UDN. Citando um editorial do *Correio da Manhã*, o ministro da Justiça declarou que Arinos, “apaziguado em vaidades e dólares”, foi representar, em Caracas, o governo que disse não existir. O udenista retrucou proferindo um longo discurso no plenário. *Última Hora*, 01/06/54, p. 4.

³¹ ARINOS. *A Escalada*, p. 275-81.

³² ARINOS. *A Escalada*, p. 283.

partido. Embora relate as situações em tom de desabafo, o então líder insiste não ter se importado com o que classifica como “interpretações raivosas” de seus desafetos³³.

O pedido de *impeachment*

A crise política se agravava rapidamente. No dia 1º de maio o governo aprovou um reajuste que dobrava o valor do salário mínimo. A proposta já era discutida desde fevereiro, quando Jango a sugeriu. Mas o então ministro do Trabalho já não estava mais no governo quando ela foi aceita. Antes mesmo de apresentá-la, seu nome já era combatido nos meios conservadores. O chamado manifesto dos coronéis, com advertências de oficiais acerca da “subversão trabalhista”, foi decisivo para sua queda. Em seu lugar, Vargas nomeia Hugo de Farias, que permanece interinamente na pasta. Embora considerado legal pelo STF, o decreto gerou uma onda de greves pelo Brasil. Os patrões se recusavam a cobrir os valores. Na ausência de Jango, a oposição se voltou diretamente para Getúlio. Cobrava-se sua renúncia a qualquer custo. Ao mesmo tempo em que denunciava ferozmente os escândalos do governo, a UDN estreitava seus vínculos com militares contrários a Vargas³⁴.

Este era o clima quando Arinos retornou ao Brasil. Deparou-se logo com uma “alternativa legal” a fim de afastar o presidente. Eduardo Gomes solicita ao líder da UDN que apresente um requerimento de *impeachment* contra Vargas. A sugestão, porém, não foi aceita. “Eu me escusava, certo de que o remédio era dos que nunca se aplicavam, e de que a derrota fatal que sofreríamos só serviria para prestigiar o presidente, ao contrário dos nossos desejos”, justifica. Mas certo de que o pedido reforçaria a frente militar contrária ao governo, o brigadeiro insistiu. Arinos acabou cedendo. Impossibilitado de revelar quem o orientava, apresentou o requerimento.³⁵ Como efeito imediato, a oposição se agitou ainda mais. Ao longo de junho, o líder fez vários discursos para defender a tese. Alegava principalmente motivos de natureza pessoal contra Getúlio: imoralidade, acobertar crimes e corrupção administrativa³⁶. Apesar da violência da campanha e de contar com o apoio de grande parte da imprensa, a mobilização pelo *impeachment* não conseguiu respaldo parlamentar. Além de o governo ter a maioria, vários outros setores políticos no Congresso –

³³ ARINOS. *A Escalada*, p. 272.

³⁴ D'ARAÚJO. *O Segundo Governo Vargas 1951-1954*, p. 140.

³⁵ ARINOS. *A Escalada*, p. 289.

³⁶ A denúncia de improbidade partiu de Wilson Leite Passos, que havia participado da fundação da UDN e da campanha do brigadeiro, em 1950. O então “líder estudantil”, como se autointitulava, faria carreira política no Rio de Janeiro, onde se elegeu vereador por oito mandatos e deputado federal em uma legislatura. CRUZ, Adelina Novaes e; COSTA, Célia Maria Leite; D'ARAÚJO, Maria Celina Soares; SILVA, Suely Braga da (orgs.). *Impasse na democracia brasileira (1951-1955): Coletânea de documentos*. Rio de Janeiro: FGV, 1983, p. 273-298. *Apud*. NETO, Lira. *Getúlio: Da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 286.

inclusive da UDN – se mantiveram alheios ao debate. Nessas condições, o resultado da votação favoreceu, naturalmente, a situação. Derrota do pedido por esmagadores 136 a 35³⁷.

Após o fracasso, enquanto antigetulistas radicais apontavam os “traidores da oposição”³⁸, vários udenistas condenavam a iniciativa de seu líder. O deputado Alberto Deodato bradou, para deleite dos governistas: “Afonso Arinos só serve para liderar a Câmara municipal de Paracatu ou a ONU, mas nunca uma bancada da Câmara dos Deputados do Brasil”³⁹. Artur Santos, jurista, não via amparo legal para a tentativa de *impeachment*. As denúncias, a seu ver, não passavam de aventura. Surpreso com a “censura” do seu presidente, Arinos renunciou da liderança. Recusando-se a dialogar com Santos, apenas emitiu uma nota – “síntese das agruras do líder udenista” – à imprensa. Desejava, segundo o texto, a eleição de um líder que representasse, melhor que ele, os desejos das várias correntes da bancada. Mas o dramático pedido de saída não foi aceito. Quando voltou à Câmara, recebeu um abaixo-assinado dos colegas, escrito “nos mais honrosos termos”, reivindicando sua permanência. Assim, ficou no cargo e começou a trabalhar nos meses seguintes, sem descuidar dos “deveres parlamentares”, pela sua reeleição no pleito de outubro. “Era importante, para mim e para o partido, que o líder da bancada tivesse o mandato reforçado”, destaca. Seguiu, então, para uma longa campanha por Minas Gerais⁴⁰.

Considerações finais

A despeito da proeminência dos “bacharéis” nos bastidores da UDN e da importância da “banda de música” no plenário, Afonso Arinos não viu, como notamos nos dois casos apresentados, sua liderança estabilizada. Como líder da agremiação, o deputado estava em evidência. Sentia os movimentos das correntes do partido, isto é, das “várias UDN’s”⁴¹. Qualquer atitude colocava sua posição de líder em xeque. Isso ficou evidente quando aceitou integrar a comissão do governo num evento internacional. No momento em que a agremiação assumiu uma conduta de oposição sistemática, um grupo radical emergiu. Até então à margem, os lacerdistas começavam a incomodar. Carlos Lacerda e seus simpatizantes não se importavam em atacar quem quer que fosse para conquistar seus objetivos. E Arinos sentiu isso na pele. O “fogo amigo”, entretanto, parece ter surtido efeito. Logo que voltou ao país, o líder da UDN levou adiante mais

³⁷ D’ARAÚJO. *O Segundo Governo Vargas 1951-1954*, p. 141.

³⁸ O jornal de Carlos Lacerda elencou os parlamentares que “não cumpriram o seu dever”: seis udenistas votaram contra o *impeachment* e quarenta faltaram à sessão. *Tribuna da Imprensa*, 17/06/54, p. 1 e 3.

³⁹ *Última Hora*, 01/07/54, p. 3. Este periódico se divertia com as controvérsias da oposição. O mesmo número garante que havia uma conspiração na UDN, articulada por Arinos, a fim de liquidar o prestígio do brigadeiro e afastar o presidente do partido.

⁴⁰ ARINOS. *A Escalada*, p. 290.

⁴¹ BENEVIDES. *A UDN e o udenismo*, p. 223-230.

uma tentativa desesperada dos seus colegas radicais a fim de derrubar o presidente. Após a fragorosa derrota, veio a busca pelos “culpados”. Alguns acusavam os ausentes, outros, simultaneamente, repreendiam a atuação do líder, que colocou o cargo à disposição.

A UDN, portanto, estava dividida num momento crucial de sua história e, principalmente, da do Brasil. Dias depois, porém, a marcha dos acontecimentos só agravaria a crise por que passava o já combalido governo Vargas. O atentado da Rua Toneleros e seus desdobramentos precipitaram as coisas. Era a oportunidade que os udenistas não esperavam. Só então se articularam. Liderados por Arinos, concentraram esforços promovendo uma agressiva (e golpista!) campanha que levou seu maior adversário a um desfecho trágico.

A ciência na fala dos cientistas: o estudo de caso dos astrônomos do Laboratório Nacional de Astrofísica¹

Tamires Nogueira da Silva

Graduanda em História

UFRJ/Bolsista CNPq

tamires.nogueira@yahoo.com.br

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo comparar as narrativas orais de um grupo de astrônomos brasileiros com a narrativa oficial sobre o desenvolvimento da Astronomia no Brasil, ressaltando a importância do Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA) para a construção de suas identidades profissionais. Para tanto, pretendemos demonstrar como o LNA, especialmente o Observatório do Pico dos Dias, é o principal lugar de memória deste grupo, simbolizando o desenvolvimento e a profissionalização da Astronomia brasileira.

Palavras-chaves: história das ciências, história oral, LNA, astronomia, identidade

A Astronomia no Brasil

O Laboratório Nacional de Astrofísica foi inaugurado em 1981, ainda com o nome de Observatório Astrofísico Brasileiro, com sede em Itajubá (MG). Seu principal instrumento é o maior telescópio óptico em território brasileiro, mas o LNA também é responsável pelo gerenciamento da participação de astrônomos brasileiros em telescópios localizados em território estrangeiro, construídos por meio de parcerias e projetos de cooperação internacional. Os objetivos da presente pesquisa são comparar as narrativas orais² de um grupo de astrônomos brasileiros com a narrativa oficial sobre o desenvolvimento da Astronomia no Brasil e analisar a importância do LNA dentro da narrativa oficial sobre o desenvolvimento da Astronomia bem como a construção das identidades profissionais dos astrônomos selecionados, considerando o conceito de “lugar de memória”. Entretanto, antes precisamos construir o contexto político e social de desenvolvimento do projeto OAB/LNA.

¹A pesquisa apresentada se insere dentro do projeto de pesquisa "Laboratório Nacional de Astrofísica: uma história em construção - a constituição da astrofísica no Brasil", realizado no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), sob orientação da pesquisadora Christina Helena da Motta Barboza e o apoio do pesquisador Sérgio Lamarão. Esta pesquisa é realizada dentro do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/ CNPq), órgão institucional a qual agradecemos o seu financiamento.

²As entrevistas as quais nos referimos nesta pesquisa foram realizadas no âmbito do projeto de pesquisa "LNA: uma história em construção". Elas estão atualmente em processo de tratamento técnico, seguindo o modelo de trabalho já realizado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Por esta razão, estas entrevistas ainda não estão disponíveis ao público, mas apenas aos pesquisadores e bolsistas envolvidos neste projeto.

No Brasil desde a chegada da corte portuguesa em 1808, a Astronomia foi ensinada e trabalhada enquanto ciência aplicada nas escolas de engenharia e nos observatórios. A prioridade sobre seu uso se devia ao seu valor utilitário para delimitação de posições geográficas, orientação marítima e auxílio na determinação da hora.³

A partir da década de 1960, surgiu um contexto político e social propício para o desenvolvimento da Astronomia como ciência básica. Este contexto girou essencialmente em torno da implantação da Astrofísica no Brasil. Este processo foi impulsionado por dois motores: um interesse político-econômico em investir em Ciência e Tecnologia (C&T) e a formação da comunidade astronômica brasileira a partir da década de 1960. Entretanto, por que a Astrofísica?

Primeiramente, porque já havia um interesse antigo da "comunidade astronômica" em desenvolver pesquisa em Astrofísica, mas o mesmo era frustrado pelas condições político-sociais (fragilidade das instituições científicas, falta de investimentos em pesquisa básica, dificuldade de justificação diante de uma realidade social com uma população empobrecida e com outras prioridades...); além disso, a partir da década de 1950, com o endurecimento das relações entre os Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS), houve um constante estado de alarme sobre a possibilidade de uma guerra atômica. Ciência e tecnologia se tornaram assuntos de preocupação geral, especificamente ligados a questão de soberania nacional. No Brasil, ocorre o alinhamento político com os EUA, intensificado com a imposição de um regime ditatorial militar em 1964. Setores políticos e militares desse regime tem o interesse em defender a soberania nacional (diante de uma ameaça comunista) bem como promover o desenvolvimento econômico do país segundo o preceito de que "investir em C&T promove diretamente o desenvolvimento econômico de um país".⁴

Com a convicção da vigência da equação "C+T=DE", o Estado passou a investir na criação de cursos de pós-graduação nas universidades e institutos de pesquisa do Brasil. Estes cursos de pós-graduação tinham dois objetivos básicos: a formação de profissionais qualificados e a promoção do desenvolvimento científico, particularmente em áreas consideradas estratégicas, como a Física. Isso foi feito, num primeiro momento, financiando a formação destes profissionais em cursos de pós-graduação no exterior, e posteriormente, a partir da década de 1970, com o

³ CAMPOS, José Adolfo. O Observatório do Valongo e a História do Ensino Superior de Astronomia no Rio de Janeiro. In: Matsuura, Oscar (org.). *História da Astronomia no Brasil*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2014. vol 1. p. 270-298.

⁴ BALBACHEVSKY, Elizabeth. A Pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. In: Brock, Colin e Schwartzman, Simon (orgs.). *Os Desafios da Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005, p. 275-304.

retorno destes primeiros mestres e doutores, com a criação de programas de pós-graduação baseados em modelos internacionais de ensino, especialmente o norte-americano.⁵ Em relação a Astronomia, "foi justamente a cooperação entre as instituições dedicadas à astronomia e o apoio, além do CNPq, do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e da Fundação de Amparo a Pesquisa de São Paulo (FAPESP) que viabilizaram a escolha de sítio e a aquisição de instrumentos para a instalação do Observatório de Astrofísica Brasileiro (OAB)"⁶.

Desta forma, podemos considerar que o projeto de implantação do Observatório Astrofísico Brasileiro seguiu o caminho aberto pelo investimento em áreas de pesquisas que tinham como alvo prioritário o desenvolvimento de tecnologias sensíveis (informática, energia nuclear e tecnologia espacial) no país.

Nos anos de 1960, o projeto OAB foi idealizado e construído por um grupo de astrônomos liderados por Luiz Muniz Barreto, desde o final da década diretor do Observatório Nacional, e por Abraão de Moraes, diretor do Instituto Astronômico e Geofísico da Universidade de São Paulo (IAG/USP). Dividindo este processo em etapas, temos:

1964-1972: a escolha de sítio (Pico dos Dias) e do telescópio Perkin- Elmer, de 1,60 m

1973- 1980: a construção civil do OAB/OPD

1981: a inauguração do OAB/ ON

1982-1989: a transição político-administrativa do OAB/ON para Laboratório Nacional de Astrofísica - separação do observatório de montanha do ON

Anos 1990: inserção do LNA como instituição representante e gestora da participação do Brasil em consórcios internacionais (Gemini/SOAR/CFHT).

Esta é a narrativa oficial da história do Laboratório Nacional de Astrofísica.⁷

Ferramentas teórico-metodológicas

Para fazermos uma análise mais detalhada da narrativa oficial do LNA e das entrevistas de história de vida dos astrônomos selecionados, partimos da reflexão em torno de alguns textos e

⁵ SANTOS, Cássio. Tradições e Contradições da Pós-graduação no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, ano XXVI, vol. 24, n. 83, p. 627-641, agosto 2003.

⁶ RODRIGUES, Teresinha. O Desenvolvimento da Astrofísica no Brasil. In: Matsuura, Oscar (org.). *História da Astronomia no Brasil*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2014. vol 1. p. 459.

⁷ BARBOSA, Christina; LAMARÃO, Sérgio; MACHADO, Cristina. *Da serra da Mantiqueira as montanhas do Havaí: a história do Laboratório Nacional de Astrofísica*. Itajubá: Laboratório Nacional de Astrofísica, Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015.

conceitos-chave. Dentro do campo de história das ciências, dois autores se mostraram de valiosa importância. Eles são Carlos Alvarez Maia⁸ e Steven Shapin⁹. Além deles, autores que trabalham com memória como ferramenta teórico-metodológica para análise da sociedade e da história também se mostraram fundamentais. Estes são Pierre Bourdieu¹⁰, Michael Pollak¹¹, Fernando Cartogra¹² e Pierre Nora¹³.

Carlos Alvarez Maia foi um autor fundamental no projeto por sua preocupação com a relação entre História e Ciência, mais especificamente, sobre o desenvolvimento da história das ciências dentro do campo historiográfico. Defendendo a ideia de que "a história das ciências é uma história de historiadores ausentes", Maia critica a negligência dos historiadores para com a história das ciências e explica-a pela impregnação desta história com um mito de Ciência como um discurso a-histórico. Neste sentido, Maia procura desmentir este mito ao defender a Ciência como um discurso tanto histórico, pois se produz no tempo e espaço pelos homens e mulheres, ou seja, possui historicidade, quanto múltiplo, pois possui várias formas de manifestação. Assim, a "Ciência" se transforma em "ciências"; e a História enquanto disciplina se constitui como um destes discursos científicos. A afirmação da Ciência como um discurso a-histórico por parte do historiadores, para Maia, demonstra uma enorme contradição e fragilidade da História para sua própria legitimação enquanto Ciência. O autor evidencia que esta fragilidade na relação Ciência/História é fruto do senso comum, que propaga, na sociedade, o distanciamento entre esta e as ciências. Este autor se mostrou de fundamental importância para este projeto ao problematizar a relação entre as sociedades e as ciências e mais ainda, ao apontar para a frágil situação das ciências no Brasil.

Steven Shapin serviu de inspiração para a pesquisa "A Ciência na fala dos cientistas", pois problematizou a construção da imagem do cientista. Diferente da ideia disseminada no senso comum, a identidade do cientista não é dada a priori. O cientista se torna um cientista a partir de uma definição particular e historicamente datada do que é ciência, baseada tanto em conceitos

⁸ MAIA, Carlos. *História das Ciências: uma história de historiadores ausentes*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

⁹ SHAPIN, Steven. Quem Foi Robert Hooke? In: SHAPIN, Steven. *Nunca Pura: Estudos da Ciência Como Se Fora Produzida Por Pessoas Com Corpos, Situadas No Tempo, No Espaço, Na Cultura E Na Sociedade E Que Se Emprenha Por Credibilidade E Autoridade*. Trad. Erick Ramalho. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 184-213.

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p.183-191.

¹¹ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, ano II, vol. 2, n. 3, p. 03-15, março 1989.

¹² CARTROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

¹³ NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, São Paulo, ano XIII, vol. 10, n. 1. p. 07-28, julho/dezembro 1993.

socialmente compartilhados quanto nas suas próprias experiências pessoais, na medida em que é através da sua prática que ele vai definir sua identidade profissional, e contribuir para a redefinição do que se entende por cientista. Assim, dentro das ciências, temos diferentes perfis de cientistas. E foi essa multiplicidade de perfis científicos que nos interessou analisar entre os astrônomos brasileiros entrevistados. Há uma longa discussão historiográfica que discute o conceito de memória e qual sua relação com a história. Dentro desta discussão, os autores que serão fundamentalmente trabalhados nesta pesquisa serão Pierre Bourdieu, Michael Pollak, Fernando Cartogra e Pierre Nora.

Bourdieu, Pollak e Cartogra acreditam que memória e história são conceitos interligados de alguma forma. Bourdieu não chega a trabalhar com o conceito de "memória" explicitamente, ao invés disso, critica o conceito de "história de vida", caro a uma metodologia de História Oral, problematizando a construção de uma narrativa identitária de um indivíduo em detrimento de uma análise baseada nas suas relações sociais. Pollak e Cartogra - estes sim operando com o conceito de memória - já problematizam a relação história e memória, mas a partir de perspectivas distintas. Pollak, assim como Bourdieu, se preocupa com a importância da memória de indivíduos e grupos diante de relações sociais, mas problematiza a relação história/memória pensando no papel da história na construção de uma memória oficial, que possui um caráter coletivo e hegemônico. Para tanto o autor, surge com a idéia de disputa de memórias, na qual a memória oficial estabeleceria disputas de poder com memórias subterrâneas - memória silenciadas - em relação a legitimação dentro do processo histórico. Pollak também nos oferece o conceito de enquadramento de memória para pensarmos os processos de construção de uma imagem e identidade social de indivíduos e grupos. Tanto Bourdieu quanto Pollak nos introduzem a noção de multiplicidade identitária dos indivíduos e grupos.

Fernando Cartogra problematiza as mesmas questões que Bourdieu e Pollak, mas trabalhando numa definição e oposição entre memória/história. Tanto memória quanto história, para ele, são narrativas que presentificam o passado com objetivos de projeção de um futuro. Ambas tem uma função de socialização e produção de uma identidade/alteridade em relação ao passado. Entretanto, a memória não possui um compromisso com a realidade, mas com a verossimilhança. Por outro lado, a história tem um compromisso com a articulação de fatos que possam produzir verdades. Enquanto a memória tem uma função de sacralização de um passado, a história tem uma função crítica sobre este passado e, portanto, um caráter legitimador.

Neste trabalho, iremos considerar o conceito de memória de grupo de Fernando Cartroga, porque é um conceito que permite supor uma memória construída dentro de uma coletividade sem subalternizar a memória individual de nenhum membro desta mesma coletividade.

Diferente dos outros três autores, Pierre Nora estabelece uma ligação de ruptura entre memória e história. O autor parte do pressuposto de que a memória ("memória verdadeira") não existe mais. Isso porque uma das consequências daquilo que chamamos "modernidade" é a percepção acelerada da história, na qual os acontecimentos/fatos vividos, tão logo começam, já terminam e o passado e o presente se desenvolvem separadamente. A percepção de continuidade entre passado e presente se encontra rompida e a própria fratura gera uma necessidade implícita nos indivíduos de construir um elo, mesmo que artificial, entre os dois. Necessidade esta fruto de uma busca pelo sentido de pertencimento e uma eterna nostalgia do passado, daquilo que nunca poderá ser. Para o autor, a memória está ligada ao que é vivido e experimentado e, por isso, influenciada pelas emoções e manipulações, é não-racionalizável, em permanente evolução, vinculada a um grupo que ela une e inconsciente de suas próprias contradições; a história é um discurso crítico e laicizante, representação e pretensa tentativa de construção "totalizante" do passado, condicionada ao relativo e ao universal. Os lugares de memória são signos que demonstram esta tentativa de manutenção do passado dentro de um paradigma moderno de constante transformação, pois seriam vestígios de uma obsessão moderna em fixar um passado inventado pela história.

Particularmente, a perspectiva de ruptura entre história e memória nos incomoda: primeiro, porque é baseada na perspectiva de memória coletiva de Maurice Halbwachs, que privilegia a memória de coletivos em detrimento da memória do indivíduo; e segundo, porque negligencia a percepção de história como narrativa. Nora compreende como "memória verdadeira" experiências e práticas sociais e negligencia a possibilidade da construção narrativa sobre essas mesmas práticas sociais. Entretanto, o conceito de lugar de memória é útil para se pensar as narrativas desta pesquisa, embora deva ser usado criticamente.

Para Pierre Nora, o lugar de memória é o signo que estabelece uma apropriação artificial do passado pela história, possuindo desta forma um caráter de falsificação. Entretanto, entendemos que lugar de memória não está ligado a ideia de verdadeiro ou falso, porque a memória se estabelece pelo estatuto da verossimilhança. Compreendemos lugar de memória como a expressão máxima da função memorial de sacralização/ritualização do passado.

Análise das narrativas

Diante do contexto que foi exposto anteriormente, o Laboratório Nacional de Astrofísica, especificamente o Observatório do Pico dos Dias, pode ser pensado como um lugar de memória de grupo e de memória oficial na medida em que materializa e simboliza o desenvolvimento da astronomia brasileira e a formação de uma comunidade astronômica brasileira. Assim como tem uma espacialização e simbologia, tem como função a contínua produção científica, seja no Observatório do Pico dos Dias, seja nos demais observatórios a que dá acesso pelos consórcios internacionais. Não só evoca um compromisso com a produção científica do passado, mas também um compromisso com a produção científica do futuro. Percebemos a importância do LNA como um lugar de memória de grupo quando, analisando as narrativas orais e a memória oficial desta instituição, podemos defender que foi a construção do atual Observatório do Pico dos Dias que permitiu a consolidação da Astronomia no Brasil e em sua função que se formou a identidade profissional da comunidade astronômica brasileira, afinal muitos se formaram com o objetivo de serem seus usuários.

Enquanto lugar de memória individual, precisamos analisar as demais narrativas selecionadas¹⁴.

O senhor G é um astrônomo envolvido desde muito cedo com a idealização e construção do OAB/LNA. Participou de todas as fases de sua história até então, construindo sua carreira em Astronomia dentro desta instituição. Compreende a Astronomia como uma ciência básica, voltada para produção de pesquisa de valor não necessariamente utilitária. Em sua fala, faz uma enfática separação entre Ciência e Política. Se define como um "astrônomo tecnologista". Para o senhor G, o LNA é um lugar de memória na medida que configura no lugar de construção da sua carreira como astrônomo. No fragmento abaixo, podemos perceber estas questões claramente:

Entrevistador: É uma parceria bem sucedida. O senhor seria mais técnico e ele mais político? O senhor definiria assim?

Entrevistado: Sim. O termo "eu, mais técnico" está muito certo, e ele "mais político", mas ele também tem uma visão científica muito boa.

O senhor S participou ativamente do debate sobre a desvinculação do OAB do ON, na criação do LNA e, posteriormente, nas negociações e ingresso do Brasil nos consórcios internacionais através do LNA. Assim como o senhor G, compreende a Astronomia como uma ciência básica, entretanto não faz uma distinção entre Ciência e Política. Muito pelo contrário, sua

¹⁴ Todas as transcrições das entrevistas selecionadas nesta pesquisa ainda não estão disponíveis ao público, mas somente aos pesquisadores e bolsistas envolvidos no projeto "LNA: uma história em construção".

fala interliga os dois conceitos muito fortemente. Construiu sua carreira tanto na produção de pesquisa científica quanto no exercício de cargos político-administrativos, possuindo uma grande experiência no desenvolvimento de política científica. Sobre a desvinculação do OAB do ON, diz o seguinte:

Entrevistado: Bom, hoje, pode-se dizer que o LNA consome 100% do orçamento dele para atender a comunidade. É essa a missão do LNA e ele atende essa missão. [...] Mas, na época, isso foi mal concebido. Eu acho que isso também é uma coisa importante que se diga: foi mal entendido. Por quê? Porque a Física brasileira tem uma tradição do “meu laboratório” - essa é a tradição na ciência brasileira de um modo geral -, mas nós éramos físicos. Isso passou para a Astronomia: cada um queria ser dono do seu instrumento. Quando apareceu um instrumento maior, a disputa virou...

Analisando sua fala, podemos defini-lo como um "astrônomo político". O LNA se estabelece como lugar de memória na sua fala enquanto um espaço de atuação política e impulsionador de sua carreira político-administrativa em ciência. Também reconhece sua função como motivador da sua formação, já que "se formou em vista de ser um usuário do OAB".

A senhora P é uma astrônoma que foi uma das representantes do Brasil nos consórcios internacionais. Também compreende a Astronomia como uma ciência básica e não faz uma separação entre Ciência e Política, mas manifesta preferir não discutir sobre a última. A construção de sua carreira teve uma ênfase no desenvolvimento de projetos científicos, mas mais ainda na formação de novas gerações através da pós-graduação. Tem uma grande preocupação, em sua entrevista, na formação de novos astrônomos e está sempre se referindo a seu orientandos e ex-orientandos. Sobre o LNA, fala:

Entrevistador: Então, você foi poucas vezes ao OAB para fazer observações?
Entrevistada: Não, eu fui muitas outras vezes mais, porque fui com [...] alunos. Durante todos os primeiros tempos, [...] minha teoria era assim, que os alunos tinham que aprender a observar, já que estava difícil observar no [...]. Então, a gente ia para fazer fotometria superficial de imagens ou fotometria fotoelétrica lá no OAB.

Podemos defini-la como uma "astrônoma orientadora". O LNA se estabelece como um lugar de memória em sua fala ligado a sua participação em consórcios internacionais, e como um observatório onde é possível fazer pesquisa.

E, em contraposição a astrônoma P, temos o astrônomo Y, o qual definimos como o astrônomo aluno, pois a sua formação como astrônomo, ainda a nível de graduação, foi profundamente marcada pela sua experiência enquanto usuário do OPD.

[Tínhamos] os telescópios, o espectrógrafo, o fotômetro, todo o equipamento [da faculdade] em que a gente estudava, a gente fazia os testes e fazia os trabalhos

do curso, mas não eram equipamentos que eram usados para a ciência. Quando eu vim aqui [no Observatório do Pico dos Dias] a primeira vez, falei: ‘Agora sim, estou usando um equipamento que produz ciência’.

O LNA é um lugar de memória individual para ele na medida em que foi onde se reconheceu profissionalmente como astrônomo. Está estritamente ligado tanto com a sua formação universitária quanto profissional, já que atualmente é servidor da instituição.

Para estes entrevistados, o LNA é um lugar de memória importante, porque todos, a sua maneira, participaram e ainda participam da construção e da consolidação desta instituição.

Considerações finais

Diferentemente do que se pensa no senso comum, a Ciência como um discurso a-histórico não existe. Tal como o mito, a religião e a filosofia, a Ciência é uma forma de explicação da realidade e, portanto, uma construção humana e social. Como qualquer discurso, é múltiplo, porque possui várias formas de expressão, com proposições para serem defendidas e argumentos para fazê-lo. O que procuramos demonstrar nesta pesquisa é essa multiplicidade e relatividade dos discursos científicos, de modo a evidenciar a ciência como uma construção social, influenciada pelo contexto no qual está inserida e pela prática exercida a partir das concepções de seus praticantes. E mais do que isso, percebemos que as relações entre estas diferentes formas de interpretação da realidade estão interligadas. No caso analisado, há muito de senso comum no discurso científico quando percebemos que, principalmente entre os astrônomos mais velhos, a Política e Ciência são assuntos que não se envolvem ou tendem a permanecer separado, porque estes cientistas preferem não associá-los. Seria interessa um análise de como a ligação entre estes dois discursos é construída.

Pensar a relação história/memória é mais do que avaliar a memória como objeto histórico, mas também como ferramenta de problematização do próprio "fazer histórico". Se a história tem uma função crítica e legitimadora sobre o passado, devemos problematizar como e por quê este mesmo passado está sendo criticado e legitimado. Por que uma narrativa está sendo vangloriada pela história e outra está sendo esquecida. Temos que problematizar os silêncios. A quem interessa os silêncios e por que interessa. Nesse sentido, temos que problematizar o nosso papel como historiador, pois se temos tanto poder em nossas mãos, devemos minimamente ponderar bastante sobre o que será feito com ele. Porque nossa função, enquanto profissionais e cidadãos, é essencialmente política.

No caso do LNA, o papel da história em enquadrar algumas memórias do LNA e oficializá-las na sua escrita, levanta a questão dos silêncios, pois, nesse trabalho de enquadramento desta

memória, selecionamos e nos apropriamos de algumas narrativas em detrimento de outras. Entretanto, devemos considerar que as instituições científicas no Brasil são frágeis. Sempre ouvimos que "é necessário se investir em C&T", mas não há uma aproximação eficiente entre ciência e sociedade que possa incentivar este investimento. Talvez porque não haja um interesse, tanto por parte dos políticos quanto dos cientistas, com esta aproximação. Nesse sentido, o trabalho da história pode ajudar a legitimar a ciência para a sociedade.

A reconstrução do tempo: Uma perspectiva da literatura na história. Como a literatura pode auxiliar a reconstrução de uma identidade nacional

Thiara Rodrigues da Silva

Graduando Letras – Licenciatura Português
Universidade Federal de Minas Gerais
thiara.rodrigues@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho tem o intuito de mostrar como a literatura tem uma função importante para a formação de contextos históricos em uma sociedade e como o historiador pode utilizar a literatura como fonte de pesquisa de uma dada época para tentar compreender o contexto da mesma afim de, reconstruir o contexto em que os mesmos estavam inseridos. Além de mostrar como a literatura e os registros literários nos trazem informações valiosas para a reconstrução de um pensamento e comportamento de uma dada época tornando assim uma fonte importante para a construção da crítica historiográfica.

Palavras chave: literatura, historiografia, pesquisa.

Introdução

Este trabalho tem como base mostrar como a literatura esta atrelada a historia social de um lugar, como a literatura pode auxiliar a compreensão ou formação de contextos históricos em uma sociedade e como o historiador pode utilizar a literatura como fonte de pesquisa de uma dada época para tentar compreender o contexto da mesma afim de, reconstruir o contexto em que os mesmos estavam inseridos.

E para mostrar a literatura como fonte histórica será tomada como base o livro *Passagens* do filosofo francês Walter Benjamin e o poeta também francês Charles Baudelaire em especifico se livro *Sobre a modernidade: O escritor da vida moderna*. Essa escolha se dá devido o caráter político social que a obra de ambos tem para a sociedade parisiense no século XIX.

Assim é pretendido mostrar que por meio de um escopo definido e a escolha de uma literatura adequada é possível utilizar textos de cunho literário auxiliados por demais matérias de pesquisa como fonte de pesquisa para uma melhor compreensão e reconstrução de um pensamento, cultura, comportamento e tendência de uma época.

A literatura como fonte de pesquisa historiográfica.

O texto literário não é apenas uma forma ou tentativa de distrair o leitor, nesse trabalho pretendemos mostrar como a literatura e os registros literários podem nos trazer informações valiosas para a reconstrução de um pensamento e comportamento de uma dada época.

Este trabalho também visa mostrar aos leitores desavisados como a literatura está lhe dizendo algo sobre uma dada realidade e que nada em um texto, a não ser as marcas de cafés deixados respingarem sobre o livro, está por lá por acaso.

Dessa forma será mostrado que a literatura de uma forma ampla não é produzida apenas como um ato de tentar distrair os leitores, apesar de seu carácter ficcional ela mistura em muitas situações o real com o fictício, e partindo desse ponto ela torna-se uma forma de expressão genuína dos autores de mostrar como uma sociedade se constrói, se afirma, se comporta ou se degrada no decorrer do tempo.

Por meio dessa tendência literária de agir - reagir de acordo com o comportamento de uma dada sociedade, seja de forma lúdica, trágica, complexa, para registrar o que está ocorrendo na época que a mesma está inserida é possível que o historiador utilize a mesma como fonte auxiliar de pesquisa de uma dada época ou um dado escopo.

Neste ponto entra a importância da crítica historiográfica, em que, o historiador pesquisador deve trabalhar o texto literário como um documento. E que o mesmo deve trabalhá-lo com cautela e minúcia para que o texto auxilie o historiador a enxergar e trabalhar os dados que necessita segundo seu viés de pesquisa, mas se a cautela for deixada de lado a pesquisa pode ficar corrompida, uma vez que as interpretações possíveis de um texto pode levar o pesquisador desatento a encontrar possíveis dados que favoreça a sua pesquisa e não fatos que realmente estavam atrelados aquele documento.

Dessa forma é importante que o pesquisador conheça bem os autores que utilizará como fonte em sua pesquisa, uma vez que nesse caso é necessária uma seleção de autores que estejam engajados em questões de cunho social independente de seu estilo de escrita. E essa seleção se faz necessário para garantir um pacto entre o leitor e o autor, no caso entre o leitor e o pesquisador.

E neste caso historiadores devem estar atentos para os dados explicitos e implícitos, principalmente, que estão presentes nestes textos documentos.

Pode se assim dizer que, a literatura serve para o historiador, como uma farta fonte historiográfica, na qual deve ser trabalhada à semiótica da mesma.

Dessa forma, não trabalharemos a literatura como um simples ato de exercitar a leitura, vista por muitos como fonte de distração, e sim a literatura será trabalhada como fonte de pesquisa para olhares mais atentos que buscam uma pesquisa direcionada.

Ao trabalhar a ideia de Jacques Le Goff da crítica ao documento em seu livro *História e Memória*¹ o mesmo aponta para a questão mencionada acima da não ingenuidade ao ler um texto, em que o historiador deve buscar o que está por trás do texto e não acreditar no que ver ao primeiro momento. Este dado pode-se ver na citação abaixo:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.²

Dessa a forma, a literatura dar-se como expressão ou reflexo de uma cultura ou realidade de uma época e pode ser trabalhada como um documento histórico a partir do recorte procurado por um historiador. Em que o mesmo deve buscar nessa fonte os dados que ela tem para ofertar e não manipulá-la de forma a encontrar o que ele busca. Dessa forma mais uma vez é reforçada a ideia da literatura como fonte de pesquisa e não apenas fonte de distração dos leitores.

As condições nas quais trabalha o historiador explicam ademais por que se tenha colocado e se ponha sempre o problema da objetividade do historiador. A tomada de consciência da construção do fato histórico, da não-inocência do documento, lançou uma luz reveladora sobre os processos de manipulação que se manifestam em todos os níveis da constituição do saber histórico.³

Mas para fazer essa exposição em relação a textos como fonte histórica e documental é bem difícil não recorrer a ao filósofo Walter Benjamin, que em seu livro *Passagens*⁴ deixa registros historiográficos importantíssimos sobre a sociedade do século XIX, em específico falando da sociedade parisiense, registros esses que de certa forma passa como registro de duras críticas de cunho social da mesma. E dessa forma é possível trabalhar como as diversas passagens demonstradas no texto benjaminiano que nos trás a uma reflexão sobre nossa sociedade.

¹ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp.

² LE GOFF. *História e Memória*. p. 545.

³ LE GOFF. *História e Memória*. p. 7.

Disponível em: <http://memorial.trt11.jus.br/wp-content/uploads/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>

⁴ A obra *Passagens* é uma obra inacabada de Benjamin, essa obra possui um conjunto de textos que relata a sociedade parisiense do século XIX. Nesta obra, Benjamin trabalha questões relacionadas à Páris, na qual, o mesmo percorre vários campos de uma sociedade, progresso e sua construção e discorre sobre diversas temáticas relacionadas à mesma. O mesmo trabalha nas *Passagens* pontos que vai desde questões relacionadas com a moda, aos ócios de uma cidade até questões um pouco mais complexas como o progresso e como o mesmo atinge a população, a estrutura do país e o pensamento crítico em geral.

Relatando-nos em cada uma de suas passagens como a sociedade daquela época se portava e agia histórica e socialmente. E em específico como a sociedade parisiense se comportava e criava uma identidade forte de consumo diante da modernização que estava em avanço naquele contexto e como esse “consumismo” refletia tanto no âmbito positivo daquela sociedade que estava em pleno avanço e com uma produção industrial e tecnológica em avanço quanto nas mazelas sociais, e este fato pode ser observado a partir do olhar do *O flâneur*⁵, uma das temáticas do livro *Passagens*⁶, em que ao percorrer as ruas de Paris o flâneur em seu andar despreocupado e sem perspectiva acabava refletindo como os cidadãos aquela cidade se comportavam e sentia o reflexo tanto de cunho positivo quando negativo daquela sociedade de consumo. Podemos assim dizer que o texto benjaminiano demonstrado no livro *Passagens* está atrelado a duras críticas sociais e que o mesmo é uma importante fonte de pesquisa daquela época.

Nas *Passagens* vemos a complexidade e brilhantismo do pensamento benjaminiano, uma vez que, o mesmo realiza ensaios com uma grande intensidade que faz com que, o leitor atual penetre e queira conhecer cada vez mais o íntimo de seu texto.

Já ao abordar textos literários em si, não é possível não recorrer ao poeta e escritor francês do século XIX, Charles Baudelaire⁷. Em que, assim com Benjamim faz uma crítica importante a sociedade e como a mesma se portava em relação à modernidade.

Assim é possível abordar o livro *Sobre a modernidade: O escritor da vida moderna*⁸, e em especial ao capítulo intitulado *O pintor da vida moderna* em que, Charles Baudelaire faz uma crítica social à modernidade e fala da crise que a mesma ocasionou, uma vez que este livro trabalha em especial a questão da modernidade, da crise ocasionada pela mesma, além de fazer uma crítica social e artística e seus impactos na sociedade.

E o historiador pode utilizar desses livros como documento histórico para a reconstrução do contexto em que os mesmos estavam inseridos. Podemos assim, utilizar um trecho do *O pintor da vida moderna* para mostrar a como a influência internacional estava presente na estrutura social-administrativa de um país, e como a mesma influenciava no comportamento da sociedade parisiense da época tanto no cunho das produções artísticas refletidas a partir da cultura quando no administrativo, como podemos ver abaixo:

⁵ BENJAMIN, Walter. *Passagens*. 1ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006, p. 461-499.

⁶ BENJAMIN. *Passagens*.

⁷ Charles Pierre Baudelaire poeta francês, nasceu em Paris no ano de 1821 faleceu em 1867. Baudelaire foi considerado um dos precursores do Simbolismo

⁸ BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade. O pintor da vida moderna*. Rio de Janeiro: Editora Paz e terra, 1996.

“Homem do mundo, isto é, homem do mundo inteiro, homem que compreende o mundo e as razões misteriosas e legítimas de todos os seus costumes.”⁹

Dessa forma é demonstrada a reconstrução e de como as questões econômicas mundiais refletem em diversos países, mesmo não estando próximas, as questões artísticas também estão ligados.

Uma vez que, o artista deve captar a essência, presente dentro de cada um e como a sociedade influencia nessa essência como uma espécie de bem comum ao ser humano. Fazendo assim uma espécie de crítica social como um todo, mesmo estando dentro da sociedade. Mas não se deve confundir a questão da crítica literária com a crítica histórica social que passa por muitas vezes uma espécie de reflexo.

“Ele busca esse algo, ao qual se permitirá chamar de Modernidade: pois não me ocorre melhor palavra para exprimir a ideia em questão. Trata-se, para ele, de tirar da moda o que esta pode conter de poético no histórico, de extrair o eterno do transitório.”¹⁰

E como Benjamim trabalha anos depois, como a modernização levou a construção de uma identidade de consumo daquela dada sociedade.

A partir de textos benjaminianos e baudelairianos é possível que o historiador recorra a estes textos como fonte de pesquisa historiográfica para tentar entender o contexto daquela época e assim reconstruir a história de uma dada sociedade e também auxiliando assim na criação de uma identidade nacional.

Conclusão

Contudo, este trabalho consistiu em uma pesquisa de cunho teórico que teve o intuito de mostrar como a literatura pode ser considerada uma fonte de registro histórica e social de uma determinada sociedade e que a mesma pode auxiliar na reconstrução da identidade de um povo ou nação.

Mas para que isso seja possível o historiador dever trabalhar com minúcia essa obra documento afim de que, não caia em possíveis armadilhas literárias do autor da obra, e para isso é necessário que o historiador comece bem o autor escolhido para que sua pesquisa não seja corrompida.

⁹ BAUDELAIRE. *Sobre a modernidade. O pintor da vida moderna*. Rio de Janeiro: Editora Paz e terra, 1996, p. 16.

¹⁰ BAUDELAIRE. *Sobre a modernidade*. p. 24.

E para melhor exemplificar a pesquisa foi utilizado um recorte do século XIX a partir de textos do filósofo Walter Benjamim e do escritor e poeta Charles Baudelaire. Além de reforçar a importância da crítica historiográfica em que um texto deva ser trabalhado como um documento segundo Le Goff e que o mesmo deve ser estudado em todas as vertentes a fim de uma reconstrução.



VARIA
HISTORIA

CAHIS



Colegiado de História
UFMG

PÓSGRADUAÇÃO
históriaufmg

FAFICH UFMG